XIX JORNADA CIENTÍFICA

ANAIS 2021

univel CENTRO UNIVERSITÁRIO



HUMANIZAÇÃO E DIGNIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

XIX Jornada Científica da Univel

26 e 27

De outubro de 2021

ANAIS 2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL - UNIVEL AVENIDA TITO MUFFATO, 2317 BAIRRO SANTA CRUZ - CASCAVÉL, PARANÁ CEP: 85.806-080 / TELEFONE: (45) 3036-3660 / www.univel.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82a

Jornada Científica da Univel (19. : 2021 out. 26-27 : Cascavel, PR)

Anais da XIX Jornada Científica da Univel [recurso eletrônico] : humanização e dignidade das relações sociais / org. Kátia R. Salomão ... [et al.]. – Cascavel, PR : Univel, 2022.

Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-65-5629-077-5

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Univel - congressos. 2. Ciências sociais. I. Salomão, Kátia R. Salomão. II. Título.

CDD: 300

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária Thayse Dal Molin Alérico CRB 9/1948

REITOR
RENATO SILVA

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
VIVIANE DA SILVA

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO:
LUCAS RENATO DA SILVA

COORDENADORA PEDAGÓGICA
VERA LÚCIA PAULIN

COMISSÃO ORGANIZADORA

Kátia Rocha Salomão
Vera Lúcia Paulin
Nilson dos Santos Dias
Amanda Goes Desprinda
Alessandro Severino Váller Zenni
Alfredo Rafael Belinato Barreto

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ademiro Alvez da Rocha
Antonella Marques Neves
Douglas Guedes Batista Torres
Dayane Cristina da Silva
Eric Vinicius Lucion
Emerson Souza dos Santos
Edvaldo Geraldo Junior
Everton Gugel
Fábio Lúcio Zanella
Gislaine Buracki de Andrade
Gislaine Genaro
Gabriel Dequigiovanni
Gabriel Daltoé
Heloísa Confortim
Hélio da Siqueira
Júlio César Antunes Ferreira
José Roberto Domingues da Silva
Jean Franciesco Vettorazz
Kátia Rocha Salomão
Keli Patricia Herpich
Leandro Batista Faccin
Leonardo da Silva Garcia
Michele Cristina Vons
Nilson dos Santos Dias
Osvaldo Mesquita Júnior
Paulo Tadeu Figueira
Poliane Christina Ghiggi Werner
Pedro Paulo Costa Martins
Rafael Maximiano Ferreira
Raquel Goreti Eckert Dreher
Rodrigo Silvério Cardoso
Rosana Bonissoni
Ruy Fernandes da Silva Costa
Suzana Costa Wrublack
Thais Damaris da Rocha Thomazini
Thiago Guerra
Thiago Leite
Tiago Rafael Sausen
Vera Lúcia Paulin
Vinícius Wildner Zambiasi
Vanessa Taques Batista Josefi

ORGANIZADORA DOS ANAIS:
Kátia R. Salomão

Conselho editorial:
Kátia R. Salomão
Michele Vons
Amanda Goes Desprinda
Vera Lúcia Paulin

Planejamento Gráfico:
Anderson A. da Costa
Michele Cristina Vons

PROGRAMAÇÃO

XIX Jornada Científica da Univel

26/10/2021 - 27/10/2021

Tema: Humanização e Dignidade das Relações Sociais

26/10/2021 das 19:00h as 22:45h **MESA REDONDA: Humanização e Dignidade das Relações Sociais**	**Palestrantes:** **Dr. Clayton Reis:** (CV: http://lattes.cnpq.br/3313736441527210) Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1999). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1996). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1970). Magistrado em Segundo Grau, aposentado, do TJPR. Professor na Escola da Magistratura do Paraná e pertence ao Corpo Docente Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do UNICURITIBA. Realizou estágio Pós-doutoral na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa-Portugal (2013). Tem experiência em: Direito Civil: Responsabilidade Civil, Dano Moral. Direitos da Personalidade e Cidadania. **Dr. Viviane Coelho de Sellos-Knoerr:** (CV: http://lattes.cnpq.br/4609374374280294) Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1991). É advogada. Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba / UNICURITIBA. Realizou estágio Pós-Doutoral na Universidade de Coimbra (2015/2016). **Dr. Alfredo Rafael Belinato Barreto:** (http://lattes.cnpq.br/8696759465971307) Possui graduação em Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2008). Licenciatura em História, pelo Centro Universitário Internacional (PR) (2020). É bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-campus Londrina (2012). Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-campus Curitiba (2013), Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-campus Curitiba (2018). Mestrando em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professor no Instituto Arquidiocesano de Teologia em Cascavel - PR. Membro do Centro de Letras do Paraná. **MEDIADORES:** Profª. Me. Thais Damaris da Rocha Thomazini; Profª. Dr. Kátia R. Salomão
27/10/2021 19:00h às 20:45	**Apresentação dos artigos aprovados**
27/10/2021 21:00h às 22:45	**Apresentação dos artigos aprovados**

APRESENTAÇÃO

A Jornada Científica da Univel trata-se de um evento promovido pelo Centro de Pesquisa e Extensão (CPE). Este evento é anual e está em sua XIX edição, com o desejo de promover ao centro Universitário Univel uma cultura da construção do conhecimento e do fortalecimento da pesquisa, da extensão e do ensino universitário.

O tema abordado nesta edição foi “Humanização e Dignidade das relações Sociais”, o qual foi definido tendo em vista que a dignidade das relações sociais está vinculada a princípios e valores humanos como empatia, resiliência, solidariedade, direitos humanos, ou seja valores e significados meritórios, no sentido de ponderar sobre a dignidade social para todos os humanos. O tema deste ano, propôs em meio a pandemia do Covid-19 pensar o humano e suas relações sociais como mote para promover a reflexão e a transformação.

Para debater este tema, estiveram presentes, Dr. Clayton Reis, Dra. Viviane Coelho de Sellos-Knoerr e Dr. Alfredo Rafael Belinato Barreto. Os convidados realizaram debates importantes acerca do tema. O Dr. Clayton Reis promoveu um resgate histórico e normativo do tema Dignidade e Responsabilidade Social do Estado; Dr. Viviane C. Sellos-Knoerr brindou os acadêmicos da Univel através de uma perspectiva constitucional regada a históricos e muita criticidade. Por Fim, Dr.“ Alfredo Barreto buscou resgatar a essência do que é o humano e do que é a Dignidade. Segundo Dr. Alfredo: "Nós não podemos reduzir o sentido da vida a vida dos sentidos".

Para os acadêmicos presentes no evento está reflexão foi fundamental, já que os conduz a analisar sobre a vida dos sentidos, que trata de tudo aquilo que satisfaz a nossa vida material e o nosso desejo imediato. Todavia, o sentido da vida nada tem a ver com a vida dos sentidos, porque o sentido da vida é muito mais profundo, sensível e afetivo do que os elementos provenientes da vida material. A Univel agradece e atribui os mais sinceros elogios aos palestrantes e as vossas contribuições para um mundo mais humanizado e digno em suas relações.

Nestes anais, o CPE apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos, apresentados e aprovados na XIX Jornada Científica do Centro Universitário Univel, isto porque a publicação dos Anais produz um engajamento na divulgação das atividades de pesquisa, de iniciação científica e extensão dos discentes e docentes, no sentido de confluir com a possibilidade de motivar a produção do conhecimento.

Prof. Dr. Kátia R. Salomão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **15**

ARTIGOS DAS ENGENHARIAS 16

TRATAMENTOS TÉRMICOS EM LIGAS DE TITÂNIO 17

EFEITOS DOS ELÁEMENTOS QUÍMICOS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DO AÇO 31

PRINCIPAIS TRATAMENTOS TERMICOS DO ALUMÍNIO 38

REVISÃO TEÓRICA DE TRATAMENTO TÉRMICO NAS LIGAS DE MAGNÉSIO 47

FERRO FUNDIDO 70

CORROSÃO: UM FENÔMENO QUÍMICO 82

APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES TRATAMENTOS TÉRMICOS EM DIFERENTES LIGAS DE TITÂNIO.....96

CORROSÃO EM MATERIAIS CERÂMICOS.....108

DEGRADAÇÃO DE POLÍMEROS.....116

ARTIGOS DA MEDICINA VETERINÁRIA 125

AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS SANGUÍNEOS EM OVINOS NATURALMENTE INFECTADOS POR PARASITOS GASTRINTESTINAIS 126

CORRELAÇÃO ENTRE OPG, FAMACHA E HEMATÓCRITO EM OVINOS MESTIÇOS DE PROPRIEDADES DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ 134

PARASITOS GASTRINTESTINAIS DE RELEVÂNCIA EM OVINOS 145

RESISTÊNCIA PARASITÁRIA EM OVINOS 153

UTILIZAÇÃO DO MÉTODO FAMACHA COMO AUXÍLIO NO CONTROLE DE VERMINOSE EM OVINOS 160

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE MÉIS E QUALIDADE MICROBIOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE AMOSTRAS DE MEL DE ABELHAS SEM FERRÃO DO ESTADO DO PARANÁ 171

BIOMETRIA DE DOURADOS (*SALMINUS BRASILIENSIS*) CRIADOS EM TANQUE ESCAVADO 180

BUBALINOCULTURA LEITEIRA: PERSPECTIVAS E MERCADO CONSUMIDOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE ORIEGEM ANIMAL 185

EFEITO DO TAMANHO DE PARTÍCULAS DA DIETA TOTAL DE VACAS LACTANTES 193

QUALIDADE DO MEL E SUAS CARACTERÍSTICAS 202

RELATO DE CASO SOBRE LINFOSSARCOMA GASTROINTESTINAL EM UM FELINO: TERAPIA COM PREDNISOLONA E CLORAMBUCIL 209

ARTIGOS DA SAÚDE 222

TRATAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS PARA INSTABILIDADE POSTURAL E ALTERAÇÕES DA MARCHA EM PACIENTES ACOMETIDOS PELA DOENÇA DE PARKINSON: REVISÃO DE LITERATURA 227

DETECÇÃO DE ESTRUTURAS PARASITÁRIAS EM HORTALIÇAS DE HORTA CULTIVADA COM ESTERCO EM CASCAVEL – PARANÁ 235

PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES DEVIDO A NEOPLASIA MALIGNA DE CÓLON NO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL..... 245

ANÁLISE DINÂMICA COM BAROPODÔMETRO DE UMA IDOSA PORTADORA DE ESCOLIOSE, ATROFIA MUSCULAR E ESTENOSE ESPINHAL 252

FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO E A OBESIDADE..... 268

TRUNFAMINAS: UM JOGO DIDÁTICO SOBRE VITAMINAS 280

FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO E A OBESIDADE 287

PSICOLOGIA DA SAÚDE NO CONTEXTO HOSPITALAR: ATENDIMENTO A PACIENTES DA COVID-19 299

O INCONSCIENTE E OS DOIS TEMPOS DA TEORIA PULSIONAL EM FREUD 311

PROJETO DE EXTENSÃO: ADOLESCÊNCIA E O MUNDO DO TRABALHO ..319

RELATO DE EXTENSÃO DA DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA ADOLESCÊNCIA, DA MATURIDADE E ENVELHECIMENTO 328

RELATO DE EXPERIÊNCIA 339

A PSICANÁLISE INFANTIL DE FRANÇOISE DOLTO 348

A MORTE: PERSPECTIVAS SCHOPENHAUERIAMAS DIANTE DA TANATOFOBIA 369

PROJETO DE EXTENSÃO: ADOLESCÊNCIA E O MUNDO DO TRABALHO ..378

NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO 387

PSICODIAGNOSTICO EM CASOS DE ANSIEDADE, UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICA 395

ARTIGOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTÁBEIS 410

A RELAÇÃO ENTRE A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFESSORES DA ÁREA DE NEGÓCIOS..... 411

A VANTAGEM COMPETITIVA DE UMA EMPRESA DE TINTAS SEGUNDO O MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER 434

IMPACTO DO HOME OFFICE EM UMA COOPERATIVA MEDICA DO PARANÁ 455

IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID19 EM UMA EMPRESA DO RAMO DE IMPRESSÃO 478

IMPACTOS DO HOME OFFICE PARA COLABORADORES DE ENSINO SUPERIOR 488

O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA CLÍNICA MÉDICA ... 502

A CORRELAÇÃO ENTRE DESEMPREGO E ABERTURA DE EMPRESAS TIPO MEI NO BRASIL 519

O PERFIL DO EMPREENDEDOR DA GERAÇÃO Y: UM ESTUDO DE CASO DE EMPREENDEDORES DA CIDADE DE CASCAVEL-PR 537

IMPACTO DA PANDEMIA NAS OPERAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL 549

CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE DAS ROTINAS CONTÁBEIS OPERACIONAIS 567

AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE INTERNET LOCALIZADA EM SANTA TEREZA DO OESTE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS 590

ESTUDO DA FLUTUAÇÃO DO ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA CONSIDERANDO O IMPACTO DA PANDEMIA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO 606

GESTÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE DE CARGA – CONTROLES E PROCESSOS EM UMA TRANSPORTADORA 621

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MOTORISTAS DE CAMINHÃO SOBRE A INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DOS PONTOS DE APOIO, PARADA E DESCANSO OFERECIDOS NO ESTADO DO PARANÁ 635

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E OPERACIONAL EM UMA EMPRESA DO SETOR VAREJISTA DE CALÇADOS E CONFECÇÕES DE MEDIANEIRA-PR FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19 649

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NA ÁREA DE *E-COMMERCE*, FRENTE À PANDEMIA DA *COVID-19* *670*

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS EMPRESAS CVC BRASIL OPERADORA DE VIAGENS S.A., GOL LINHA AÉREA S.A. E LOCALIZA RENT A CAR S.A. FRENTE A PANDEMIA COVID- 19 690

ANÁLISE DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO EM UM RESTAURANTE NA CIDADE DE CASCAVEL-PR 710

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS DA EMPRESA OI S.A. EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EM COMPARAÇÃO COM A EMPRESA TIM S.A 725

ADOECIMENTO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DA PANDEMIA 746

PANDEMIA COVID – 19: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA VISÃO DOS GESTORES CONTADORES DE EMPRESAS DO RAMO FARMACÊUTICO 758

AUDITORIA INTERNA APLICADA AO DEPARTAMENTO PESSOAL 779

LIDERANÇA FEMININA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICIPIO DE CASCAVEL PR 799

A EVOLUÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES NO MUNDO CONTÁBIL E EMPRESARIAL DA CIDADE DE CASCAVEL- PR 820

CONTADORAS: REALIDADE DAS EGRESSAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL DE 2015 A 2020, NO MERCADO DE TRABALHO CONTÁBIL DE CASCAVEL E REGIÃO 840

CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES: UM ESTUDO SOBRE AS EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DE CONTABILIDADE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR..... 857

CONTROLE PATRIMONIAL POR MEIO DE QR-CODE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA EM TRANSPORTES 877

EMPREENDEDORISMO RURAL: O EMPODERAMENTO FEMININO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ. 896

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE EMBALAGEM DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ 916

ESTRATÉGIAS DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO NA LOJA DONNA MARY DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ, EM RELAÇÃO AO MARKETING DIGITAL. 937

ESTRATÉGIA DE MARKETING RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO COMÉRCIO DE SEMENTES AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL PARANÁ 956

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA ROMPER ADMINISTRADORA DE MARCAS EIRELI DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ 981

LOGÍSTICA VERDE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE PUBLICAÇÕES DO PERIÓDICO DA CAPES ENTRE 2019 A 2020..... 989

MARKETING ESPORTIVO: UMA PESQUISA SURVEY COM ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM RELAÇÃO A UM CLUBE DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ. 1011

MATRIZ BCG: UM ESTUDO DE CASO DA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ..... 1029

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: APLICAÇÃO DA ESCALA SERVQUAL EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NO SETOR DE VENDAS DE AUTOPEÇAS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ. 1053

SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FARMÁCIA DE UM OPERADOR DE PLANO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ 1074

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA À CONTABILIDADE GERENCIAL EM EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE..... 1092

CONTROLES GERENCIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS FERRAMENTAS UTILIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PARANÁ 1108

IMPACTOS DA DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RELATÓRIO INTEGRADO NA RENTABILIDADE DAS EMPRESAS: UM ESTUDO NAS EMPRESAS COM ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS EM GRAU ALTO LISTADAS NA B3 1130

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE.....1151

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE ACORDO COM O MERCADO DE TRABALHO EM CASCAVEL/PR.....1168

RISCOS E BENEFÍCIOS DOS CONTRATOS DE COMODITIES AGRÍCOLAS: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS DE SOJA FIRMADOS EM UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2018 Á 2021. 1189

MARKETING DIGITAL EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DECASCAVEL-PR: ANÁLISE E INTERVENÇÃO.....1208

USO DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS 1224

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E RETORNO ENTRE 2006 E 2021. 1244

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM LEVANTAMENTO COM OS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ 1262

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE CASCAVEL-PR 1280

ANÁLISE DO PREÇO DA CARNE BOVINA PARA O CONSUMIDOR E SUA CORRELAÇÃO COM O PREÇO DO GADO DE CORTE NO PASTO.....1300

ANÁLISE FINANCEIRA DE DUAS EMPRESAS AFETADAS DE MANEIRA DIFERENTE PELA PANDEMIA 1321

IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS GERÊNCIAS PARA A TOMADA DE DECISÃO DURANTE O MOMENTO DE PANDEMIA DA SARS-COV-2 1341

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES EM SUPERMERCADOS DE PEQUENO PORTE QUANTO AO USO DE SISTEMAS PARA A TOMADA DE DECISÃO.....1355

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS SOFT SKILLS DE FORMA PRÁTICA PELOS PROFISSIONAIS DE RECURSOS HUMANOS E LÍDERES DE EQUIPE 1373

ÉTICA: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS E PROIFISSIONAIS DA CONTABILIDADE ACERCA DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA CONTÁBIL.....1386

OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM UMA EMPRESA DO REGIME LUCRO PRESUMIDO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL – PR ...1412

OS REFLEXOS DA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL E SEUS EFEITOS PARA O CONSUMIDOR 1434

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ANÁLISE DO MELHOR REGIME TRIBUTÁRIO PARA UMA INDÚSTRIA ERVATEIRA LOCALIZADA EM LARANJEIRAS DO SUL - PR NO ANO DE 2020 1455

ANÁLISE DE LUCRATIVIDADE ENTRE AS ATIVIDADES DE SUINOCULTURA E PISCICULTURA NO ANO DE 2020 EM UMA PROPRIEDADE LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE CAFELÂNDIA – PR 1471

ANALISE DE CUSTOS NO CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE 1492

ANÁLISE DO E-COMMERCE DE ARTIGOS PARA FESTAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO OESTE PARANAENCE 1506

O IMPACTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NOS INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA VALE S.A. NO DECORRER DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO PARA O NÍVEL NOVO MERCADO 1521

ARTIGOS DO DIREITO 1540

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ENCARCERADOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 1541

A LEI NO 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021 E AS EMENDAS JABUTIS... 1556

A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS 3.298/1999 E 5.296/2004 NO TOCANTE À DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA 1566

O CONFISCO ALARGADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADI 6.304 1587

O PACOTE ANTICRIME E A INOVAÇÃO ACERCA DO JUIZ DE GARANTIAS 1611

O PÚBLICO-ALVO NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS: ANÁLISE SOBRE A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA. 1633

A ESFERA PÚBLICA NO MEIO DIGITAL: DESINFORMAÇÃO E POPULISMO 1649

A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL 1658

COLABORAÇÃO PREMIADA: ALEGAÇÕES FINAIS E O DIREITO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO 1675

O DISCURSO DE ÓDIO COMO LIMITANTE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB A PONDERAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA 1693

HERANÇA DIGITAL E A (IM)POSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO DE PATRIMÔNIOS DIGITAIS AOS HERDEIROS 1710

ARTIGOS DA ARQUITETURA E URBANISMO, DESIGN, JORNALISMO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....1732

ANÁLISE DE OBRA: ESFINGE DE GIZÉ.....1733

ACESSIBILIDADE DE CALÇADAS EM CASCAVEL/PR.....1740

RAMPA – A EXPERIÊNCIA DO ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVEL.....1748

CONCRETO TRANSLÚCIDO COMO ALTERNATIVA PARA ILUMINAÇÃO NATURAL - UTILIZANDO MATERIAIS RECICLADOS.....1758

ESTUDOS DE DESIGN INTERATIVO: SPOTIFY E USABILIDADE.....1767

MENTES PENSANTES.....1777

ANÁLISE DAS AÇÕES DE MARKETING DE UMA EMPRESA DO RAMO IMOBILIÁRIO NA CIDADE DE CASCAVEL-PR.....1790

A ÉTICA NO FUTEBOL BRASILEIRO E O PAPEL DO JONALISMO ESPORTIVO FRENTE AO EXERCÍCIO DA SUA PROFISSÃO.....1807

ARTIGOS DA EDUCAÇÃO 1823

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 1824

ASSOCIAÇÃO CASCAVELENCE DE AMIGOS DOS SURDOS: UM RELATO SOBRE REALIZAÇÃO DE UM ESTAGIO EM EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS..... 1833

AS INFLUÊNCIAS DAS REDES SOCIAIS NA INFÂNCIA.....1840

ATIVIDADES PRÁTICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS 1853

O PROCESSO EDUCACIONAL NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: IMPACTOS E MODIFICAÇÕES.....1863

EXPERIÊNCIAS NA ÁREA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PROPORCIONADAS PELO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA CAPES/UNIVEL.....1873

O ESTUDO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGOGICA.....1882

REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, FRENTE À PANDEMIA MUNDIAL DE COVID-19.....1896

PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.....1916

A INTERDISCIPLINARIDADE A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL RECEITA ATIVIDADES COM MASSA DE MODELAR1 1935

RACISMO, FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO.....1945
UM OLHAR PARA O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DA UNIVEL: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....1962
AQUILES E A IMAGEM DO HERÓI: A INFLUÊNCIA LITERÁRIA PARA A FORMAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO.....1974
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ANALISE CRÍTICA DE “COMO É SER UM MORCEGO? DE THOMAS NAGEL.....1986

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DAS ENGENHARIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

TRATAMENTOS TÉRMICOS EM LIGAS DE TITÂNIO

Igor Gustavo Mattes[1]
Ketlin Carolina Wilmsen Fraitag[2]
Matheus Schmidt Vitali[3]
Thiago Guerra[4]

Resumo: Com o advento do uso do titânio e suas ligas nas indústrias e dispositivos biomédicos, as pesquisas para desenvolvimento de melhores performances e estruturas mais aperfeiçoadas deste material tornam-se crescentes. Além de aplicações que requerem de biocompatibilidade do titânio, suas finalidades também exigem propriedades mecânicas satisfatórias. O processo construtivo desses dispositivos e equipamentos normalmente envolvem uma série de tratamentos, tanto térmicos quanto mecânicos, e compreender a influência desses tratamentos é essencial para desenvolver um material adequado a cada necessidade. O presente trabalho tem como objetivo explicar os comportamentos mecânicos e microestruturais em diferentes condições estruturais, assim como o procedimento para obter tal tratamento, suas aplicações e vantagens. Nota-se no desenvolvimento do assunto que alguns tratamentos são complementares aos outros, dando importância a um conjunto de procedimentos para obter resultados desejados, onde o fato de ser um material com aplicações exigentes torna o foco de todo tratamento extrair a melhor eficiência da estrutura de acordo com sua finalidade.

Palavras-chave: Titânio. Ligas. Propriedades mecânicas. Tratamentos.

1 INTRODUÇÃO

O Titânio e suas ligas são materiais amplamente utilizados nas indústrias automotiva e aeroespacial, além da indústria biomédica na qual vem se destacando. Em decorrência do comportamento alotrópico do Titânio, suas ligas são classificadas em ligas tipo α, α + β ou β, cada qual com propriedades distintas das demais (LIMA, 2017). O Titânio na fase α apresenta estrutura cristalina hexagonal compacta (HC) que lhe confere elevada elasticidade. Já na fase β possui estrutura cristalina cúbica de corpo centrado (CCC), elevando a deformação plástica e reduzindo o módulo de elasticidade (CABRAL, 2019).

Por conseguinte, através da adição de elementos de liga e da realização de tratamentos térmicos, é possível a alteração da estrutura cristalina do material e a manipulação das propriedades das ligas (XAVIER, 2017). Desse modo, os tratamentos térmicos nas ligas de Titânio têm sido muito pesquisados para alcançar o material com as características necessárias para determinadas circunstâncias aplicacionais (SILVA, 2017). Dessa maneira, o presente trabalho tem como

[1] Acadêmico(a) do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico(a) do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico(a) do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] ORIENTADOR: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

objetivos o estudo de distintos tipos de tratamentos térmicos de ligas de Titânio e das propriedades físicas, mecânicas e químicas resultantes dos processos. Cabe ressaltar, também, que o sequente artigo é uma revisão bibliográfica, fundamentada em pesquisas e obras de autores da área abordada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 TITÂNIO

O Titânio é um metal entre os dez mais abundantes do planeta. Ele é extraído por redução geralmente de minérios como ilmenita (TiO_2.FeO) e rutilo (TiO_2), nos quais encontra-se combinado com outros elementos químicos como oxigênio e ferro (XAVIER, 2017). Em decorrência de sua elevada reatividade, o titânio puro era de laboriosa extração a partir do minério. Por conta disso, foi descoberto apenas em 1791 pelo inglês clérigo e mineralogista William Gregor (NASCIMENTO, 2016). Somente em 1910, após tentativas de muitos pesquisadores, o Titânio foi isolado com 99,9% de pureza por Matthew A. Hunter. Para isso, ele aqueceu o cloreto com sódio de 700 ºC a 800 ºC (VALE, 2017).

Na tabela periódica, O Titânio é representado por Ti e é classificado como elemento de transição, uma vez que não possui a camada eletrônica d completa (JUNIOR, 2014). Em decorrência de suas combinações de propriedades, o Titânio e suas ligas têm sido amplamente aplicados nas indústrias biomédicas e automotivas, além da aeroespacial (CALLISTER,2018; FEDRIGO; JUNIOR, 2017). Estudos desenvolvidos com o titânio concluíram sua excelente biocompatibilidade, tornando-o um dos principais materiais de pesquisa para a produção de próteses articulares e implantes dentários (CABRAL, 2019; JUNIOR, 2014).

A American Society for Testing and Materials (ASTM) classifica o titânio comercialmente puro (Ti-cp) em quatro graus, de acordo com o teor de impurezas presente no material. O ASTM Grau 1 representa o grau mais puro, enquanto os seguintes possuem purezas menores, conforme apresentado na tabela 1 (MACÊDO, 2012; VALE, 2017).

Tabela 1: Teor de outros elementos nos graus do Titânio comercialmente puro (Ti-cp).

GRAU ASTM	Ferro (Fe)	Hidrogênio (H)	Carbono (C)	Nitrogênio (N)	Oxigênio (O)	Titânio (Ti)
Grau 1	Máx. 0,2%	Máx. 0,015%	Máx. 0,10%	Máx. 0,03%	Máx. 0,18%	Máx. 99,475%
Grau 2	Máx. 0,3%	Máx. 0,015%	Máx. 0,10%	Máx. 0,03%	Máx. 0,25%	Máx. 99,355%
Grau 3	Máx. 0,3%	Máx. 0,015%	Máx. 0,10%	Máx. 0,05%	Máx. 0,35%	Máx. 99,185%
Grau 4	Máx. 0,5%	Máx. 0,015%	Máx. 0,10%	Máx. 0,05%	Máx. 0,40%	Máx. 98,935%

Fonte: RIBEIRO, 2014.

A taxa de impurezas no material determina a quantia de elementos intersticiais presentes na estrutura cristalina que, por conseguinte, geram uma

ISBN 978-65-5629-077-5

distorção do retículo cristalino dos átomos de titânio (MACÊDO, 2012). Desse modo, gera-se um aumento da tensão na estrutura que eleva a dureza e a resistência a tração, assim como decai a ductilidade do material. Portanto, o titânio comercialmente puro possui distintas propriedades físicas e mecânicas para cada ASTM Grau (VALE, 2017).

O Titânio puro apresenta elevada resistência à corrosão por conta da formação natural de uma camada protetora de óxido (FEDRIGO; JUNIOR, 2017; MACÊDO, 2012). Sua densidade é de 4,51 g/cm^3 na fase α e 4,35 g/cm^3 na fase β, considerada baixa quando comparada a do aço (7,85 g/cm^3) (CALLISTER, 2018; JUNIOR, 2014). Somado a isso, também possui módulo de elasticidade de 107 GPa e alto ponto de fusão (1670 ºC) (XAVIER, 2017). Além do mais, sua biocompatibilidade e a boa razão entre sua resistência mecânica e sua densidade tornou o Titânio um material muito visado na medicina (SILVA, 2017).

2.2 ALOTROPIA DO TITÂNIO E SUAS LIGAS

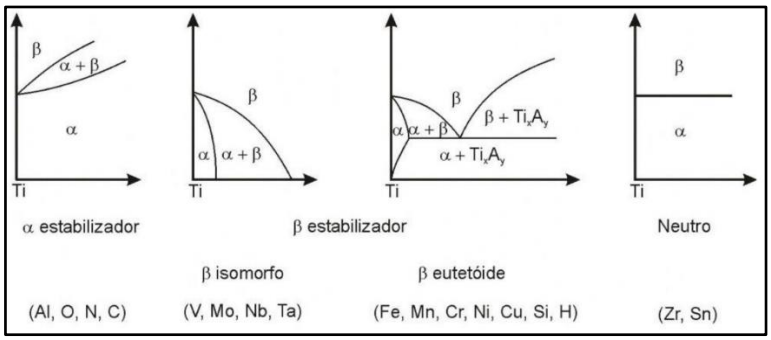
O Titânio comercialmente puro é um elemento de transformação alotrópica em virtude da apresentação de duas estruturas cristalinas (SILVA, 2005). Até 882,5 ºC, apresenta a estrutura cristalina hexagonal compacta (HC) sendo denominada de fase α. Acima dessa temperatura, o material modifica-se para a estrutura cúbica de corpo centrado (CCC) denominada de fase β. Ela permanece estável até 1668 ºC, quando ocorre a fusão do material (FREITAS, 2005).

A fase α do Titânio é caracterizada pelo seu elevado módulo de elasticidade, mas em decorrência de sua estrutura cristalina hexagonal compacta, apresenta pouca conformabilidade. Já a estrutura cúbica de corpo centrado da fase β do Titânio confere-lhe menor dificuldade na deformação plástica e, por conseguinte, menor módulo de elasticidade (CABRAL, 2019).

A temperatura na qual ocorre a transformação alotrópica é influenciada pela presença de elementos de liga (CALLISTER, 2018). Os elementos que, ao adicionados ao material, elevam a temperatura da transformação alotrópica da liga e equilibram a fase α do Titânio são denominados de α-estabilizadores. Essa classe é comumente representada pelo Alumínio, Oxigênio, Nitrogênio e Carbono (SILVA, 2017; XAVIER, 2017). Já os elementos de liga que diminuem a temperatura de transição da fase α para β e estabilizam a segunda fase são classificados como β-estabilizadores. Os elementos que desempenham tal função são o Molibdênio, Cromo, Cobalto, Manganês, Hidrogênio, Ferro, Silício, Tungstênio, Nióbio e Tântalo (CORTEZ; REIS; BRIGUENTE, 2007; FREITAS, 2005). Eles também podem ser subdivididos em β-isomorfos, quando produzem um diagrama de fases isomorfo, ou β-eutetóides, quando gera um ponto de transformação eutetóide. Somado a isso, há ainda os elementos de liga neutro, inseridos na liga de Titânio com o intuito de alterar as propriedades mecânicas (COSTA, 2015).

Figura 1: Diagrama de Fases das Ligas de Titânio.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: COSTA, 2015.

Analisando os diagramas de fases na Figura 1, percebe-se que os elementos α-estabilizadores ampliam a fase α, estabilizando sua formação em outras condições de temperatura e composição. O mesmo ocorre com os elementos β-estabilizadores que expandem a fase β.

2.3 TRATAMENTOS TÉRMICOS

O Tratamento Térmico é um conjunto de processos de aquecimento e resfriamento a temperaturas determinadas e por operações controladas. Por meio da adição de elementos de liga e desse controle térmico, distintas microestruturas cristalinas são obtidas. Visa-se alcançar com tais procedimentos, variadas propriedades físicas, mecânicas e químicas dos materiais (LIMA, 2017; XAVIER, 2017). Dessa maneira, ao planejar um conjunto de processos de tratamento térmico, deve-se observar o tamanho das peças trabalhadas e as propriedades visadas ao final dos procedimentos (FREITAS, 2005).

2.3.1 Tratamento de Têmpera

A Têmpera trata-se de um tratamento térmico com o objetivo principal de reorganizar a interação entre as propriedades mecânicas do material com sua microestrutura (MACÊDO, 2012). Esse processo ajuda a evitar a decomposição difusional, provocando uma transformação forçada da martensita da fase γ para alguma variação supersaturada da fase α ou γ, o que depende diretamente da composição da liga (DOTAN; NETO, 1992).

Tal tratamento é considerado a principal forma de endurecimento de aços carbono e de baixa liga. Ele é realizado a partir do resfriamento brusco do metal à alta temperatura realizando a transformação da estrutura em martensita (MACÊDO, 2012). Somado a isso, cabe ressaltar também o conceito de temperabilidade. Ele refere-se à habilidade do material de endurecer com a formação de martensita através de um tratamento térmico. Além disso, é muito utilizada como medida qualitativa, uma vez que representa o decaimento da taxa de formação de martensita quanto mais internamente observado na estrutura do material. (CALLISTER, 2018).

Há diversas formas de se aplicar o tratamento da têmpera, mas os mais comumente utilizados nas ligas de titânio são:

1) Água: por meio de imersão ou de jatos com água aquecida ou misturas com aditivos poliméricos, entre outros;

ISBN 978-65-5629-077-5

2) Ar: é um meio de têmpera antigo, comum e barato, contudo é mais comumente aplicado em metais não-ferrosos (MACÊDO, 2012).

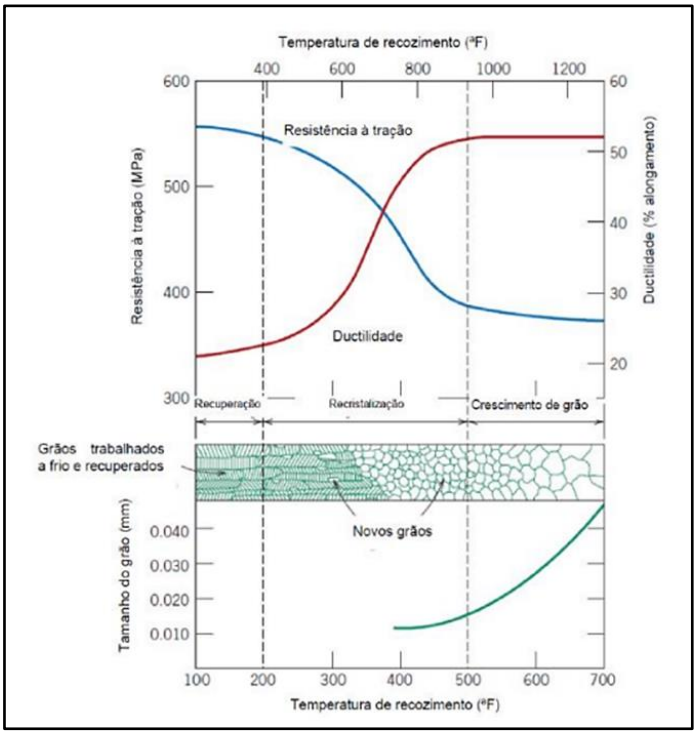
Posteriormente à têmpera, pode ser realizado o tratamento térmico de revenimento. Ele tem como objetivo principal obter um controle da dureza e tenacidade do material pós-têmpera, uma vez que ele diminui as tensões internas geradas. Através da redução do endurecimento e fragilidade do material, o revenimento permite elevar a ductilidade e a tenacidade da liga (MACÊDO, 2012).

2.3.2 Tratamento de Recozimento para Alívio de tensões

As tensões residuais proporcionam um importante auxílio no controle de fadiga do material e, para que isso ocorra, o recozimento alivia as tensões internas que surgem durante o processo de solidificação ou transformações mecânicas a frio (XAVIER, 2017). Dessa maneira, o tratamento térmico de recozimento para alívio consiste em aquecer o material a frio até a temperatura recomendada para ele e manter esse estado até atingir a uniformidade. Após tal parte, o material é resfriado a ar até a temperatura ambiente (CALLISTER, 2008).

Para as ligas de titânio, objetiva-se com o tratamento conferir ao material um conjunto de propriedades mecânicas como tenacidade, alta ductilidade à temperatura ambiente, usinabilidade e também uma boa estabilidade dimensional em altas temperaturas (FREITAS, 2005). Somado a isso, o recozimento apresenta três fases diferentes, sendo elas a recuperação, recristalização e crescimento do grão, como mostrado na figura 2.

Figura 2: Variação da ductilidade e resistência mecânica a partir do recozimento.



ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: CABRAL, 2019.

Ao analisar a representação, infere-se que à medida que a temperatura aumenta, eleva-se a ductilidade da liga e diminui-se a resistência mecânica a tração. A fase de recuperação do recozimento ocorre até aproximadamente 200 ºC e não apresenta aumento de grãos nem de discordâncias. Portanto, não há alteração das propriedades mecânicas do material. Contudo, com a deformação, as discordâncias se rearranjam promovendo assim um alívio de tensões residuais. Até aproximadamente 500 ºC ocorre a fase de recristalização, na qual há formação de novos grãos e encruamento, recuperando as propriedades anteriores à deformação. Após a segunda fase, ao continuar aquecendo o material, ocorre o crescimento dos grãos. Nessa etapa, a resistência mecânica à tração é reduzida em decorrência da diminuição da quantia de contornos de grãos que, por conseguinte, formam uma barreira à movimentação das discordâncias (CABRAL, 2019).

O ciclo de recozimento deve ser adotado dependendo com o tratamento que for adotado, dentre eles temos o recozimento duplo, recozimento na laminação, de recristalização e recozimento beta (NASCIMENTO, 2016).

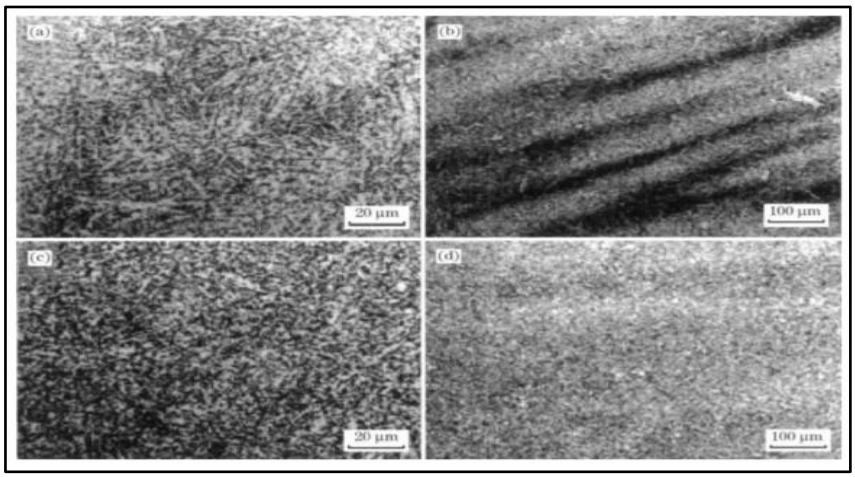
2.3.3 Tratamento de Homogeneização

Esse tratamento térmico apresenta como objetivo eliminar os efeitos de microssegregações causados pelo processo de fundição, os quais geram heterogeneidades na composição estrutural (JUNIOR, 2014). A homogeneização é realizada através de uma difusão, em um forno com temperatura na qual o material tende a ter um equilíbrio entre as fases. Essa condição é mantida por algumas horas para alívio de tensões internas e seguida por um resfriamento lento (XAVIER, 2017). Com esse processo, há a dissolução das fases, trazendo uniformidade da composição química e, consequentemente, melhorando as propriedades mecânicas e o desempenho do material (PEREIRA, 2015).

A homogeneização tem grande importância por conta da alteração no desempenho mecânico do produto acabado. Na figura 3 nota-se como o processo de homogeneização altera a estrutura, tornando-a mais homogênea, reduzindo um aparente nível de segregação, assim como o tamanho do grão.

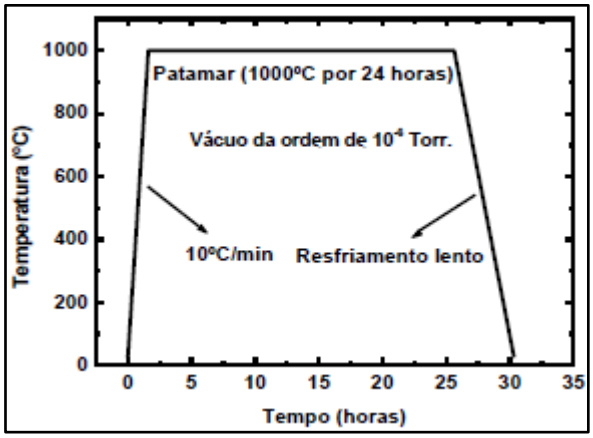
Figura 3: Microestrutura de um material antes e depois da homogeneização; (a) corte transversal não homogeneizado; (b) corte longitudinal não homogeneizado; (c) corte transversal homogeneizado; (d) corte longitudinal homogeneizado.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: PEREIRA, 2015.

Figura 4: Diagrama exemplo de tratamento térmico de homogeneização de fase.



Fonte: JUNIOR, 2014.

2.3.4 Tratamento de Solubilização

A Solubilização é o processo térmico no qual o soluto é dissolvido até que forme uma solução sólida monofásica. O tratamento é realizado aquecendo até uma temperatura no campo da fase α, permanecendo até que toda a fase β esteja dissolvida (CABRAL, 2019). Nesse momento a liga é composta por uma fase α+β. Após isso, o tratamento é finalizado através de um resfriamento rápido até a temperatura ambiente, fazendo com que se mantenham os elementos de liga dissolvidos na matriz (FILHO, 2013).

Para Callister (CALLISTER, 2018), uma fase é uma porção homogênea de um sistema, sendo que tal possui características químicas e físicas. Consideramos assim que a mudança de fase é a migração de um estado para o outro, sendo ela a responsável pelas alterações das características do material após um tratamento.

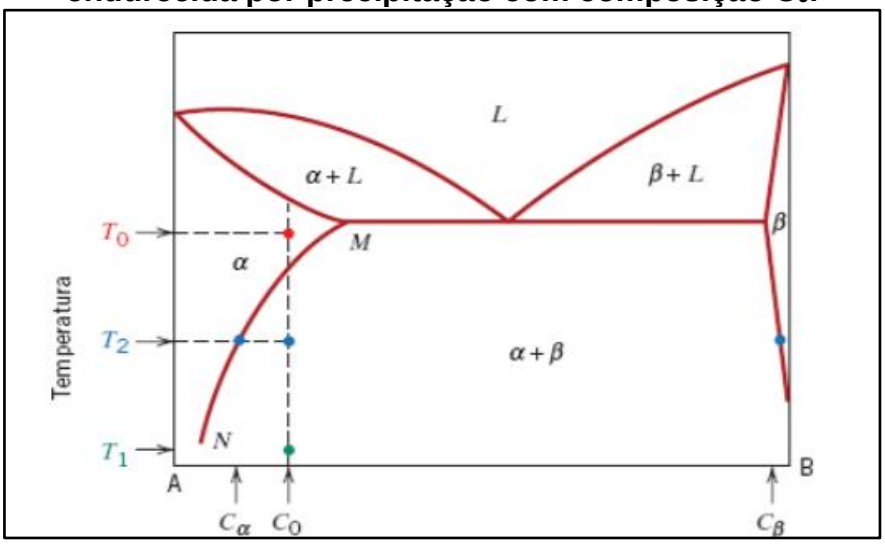
> Considere uma liga com composição C_0. O tratamento consiste em aquecer a liga até uma temperatura no campo de fases α — digamos, T_0 — e aguardar até que toda a fase β que possa ter

ISBN 978-65-5629-077-5

> estado presente seja completamente dissolvida. Nesse ponto, a liga consiste apenas em uma fase α com composição C_0. Esse procedimento é seguido pelo resfriamento rápido, até uma temperatura T_1, que para muitas ligas é a temperatura ambiente, de modo que se previne qualquer processo de difusão e a formação a ele associada de qualquer fração da fase β. Assim, existe uma situação fora de equilíbrio na qual apenas a solução sólida da fase α, supersaturada com átomos de B, está presente em T_1; nesse estado, a liga é relativamente dúctil e pouco resistente. Adicionalmente, para a maioria das ligas, as taxas de difusão em T_1 são extremamente baixas, de modo que a fase α é mantida nessa temperatura durante períodos de tempo relativamente longos (CALLISTER, 2018, p. 490).

O tratamento de solubilização descrito por Callister é representado na figura 5.

Figura 5: Diagrama de fases hipotético para uma liga que pode ser endurecida por precipitação com composição C_0.



Fonte: CALLISTER, 2018.

2.3.5 Tratamento de Envelhecimento

O Envelhecimento é o tratamento térmico utilizado para otimizar o comportamento mecânico de uma liga, a fim de obter endurecimento e aumento de resistência mecânica sem grande perda da ductilidade da mesma (SCHNEIDER, 2012).

Comumente o envelhecimento é realizado após a solubilização do material, onde a decomposição da martensita α produz uma mistura das fases α e β, no qual a fase α fica em formato de placas ou lamelas em uma matriz β (FREITAS, 2005). Nas ligas de titânio a resistência mecânica na fase β é baixa, assim como seu

ISBN 978-65-5629-077-5

módulo de elasticidade. Contudo, quando sujeitos ao envelhecimento em médias temperaturas podem ocorrer precipitações na fase α. Porém, quando conseguimos uma liga onde a fase α está suavemente espalhada na matriz β, os planos cristalinos são restritos de deslocamento e, portanto, suas propriedades mecânicas e resistência à fadiga são elevadas (CALLISTER, 2018).

2.4 APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DE SOLUBILIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO EM LIGA DE TITÂNIO TI6AL4V

Em estudos realizados por Fedrigo e Junior (2016) no Instituto Federal Catarinense, foram analisados os tratamentos térmicos de solubilização e envelhecimento da liga de titânio Ti6Al4V. Para a realização das análises foram utilizadas 6 amostras, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Identificação das amostras

Nomenclatura das amostras	Descrição
Base	Amostra retirada da base como recebida
S1	Amostra solubilizada à 950 °C
EN2	Amostra envelhecida à 550 °C por 2h
EN3	Amostra envelhecida à 550 °C por 3h
EN4	Amostra envelhecida à 550 °C por 4h
EN5	Amostra envelhecida à 550 °C por 5h

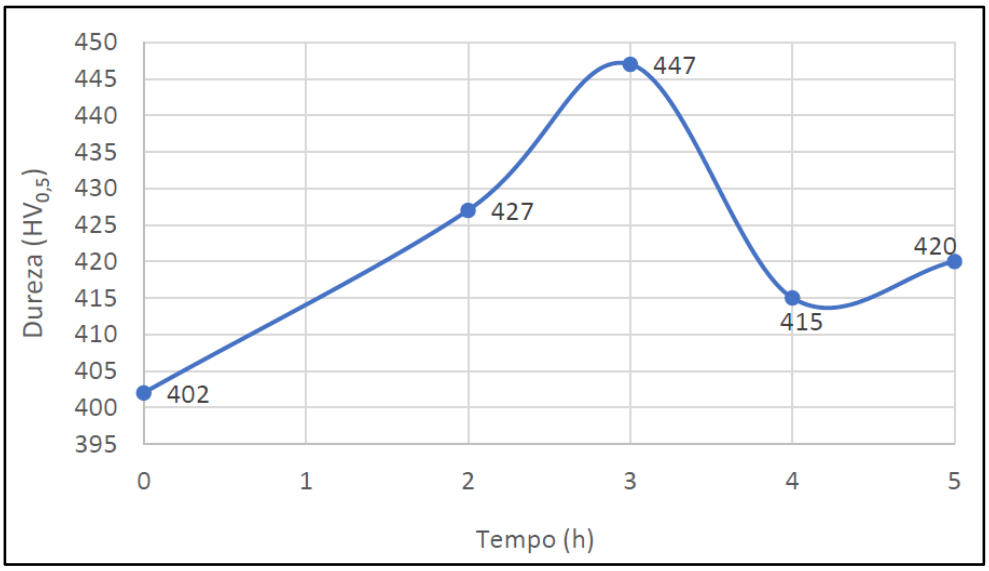
Fonte: FEDRIGO; JUNIOR, 2017.

A Amostra Base visava apenas a identificação de microestrutura e dureza da barra ainda sem tratamento, enquanto a Amostra S1 recebeu apenas o tratamento de solubilização. No experimento, tal amostra serviu como um valor de partida para verificar apenas o tratamento de envelhecimento. Já as Amostras EN2, EN3, EN4 e EN5 sofreram tanto o processo de solubilização quanto de envelhecimento em temperaturas iguais, porém com tempos diferentes. Com isso, permitiu-se avaliar um intervalo de tempo para compreender quais alterações estruturais ocorreram nesse período. Vale ressaltar que o tratamento de solubilização durou uma hora e foi realizado na temperatura de 950°C, seguido de resfriamento em água.

Por seguinte aos tratamentos térmicos, as seis amostras passaram pela preparação e pela micrografia na qual foi analisada a microdureza das mesmas. Cada corpo de prova sofreu cinco indentações para determinar a dureza Vickers. Os efeitos desses tratamentos são representados conforme a Figura 6.

Figura 6: Curva de envelhecimento da liga de titânio Ti6Al4V para a temperatura de 550 °C.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: FEDRIGO; JUNIOR, 2017.

Nota-se um crescimento de dureza entre os tempos 0h e 3h até o pico máximo de dureza (447 $HV_{0,5}$). Após o pico ocorre uma queda na dureza ocasionado pelo aumento excessivo de precipitados coerentes Ti_3Al, o que leva a perda da coerência dos mesmos na matriz, efeito proveniente do superenvelhecimento.

2.5 APLICAÇÃO E COMPARAÇÃO DE DIFERENTES TIPOS DE TRATAMENTOS NA LIGA TI-38NB

Como já citado, as propriedades do Titânio são dependentes das composições e tratamentos térmicos para que sejam favoráveis em suas específicas aplicações. Entre algumas das variáveis importantes que influenciam na decisão das ligas são as curvas de tensão e deformação que as caracterizam.

Em um trabalho relacionado ao processo de deformação do Ti-38Nb com a finalidade de obter um baixo módulo de elasticidade e alto desempenho mecânico, foram separadas duas amostras de material e realizado distintos tratamentos térmicos e mecânicos. Foram produzidas ligas de Titânio com 38% de Nióbio em sua massa, seguidamente separadas em duas amostras: Na primeira foi realizado forjamento a quente na temperatura de 800°C, solubilizada na temperatura de 800°C com posterior resfriamento em água até a temperatura ambiente (a). Na segunda foi realizado laminação a frio e envelhecida a 400°C por 40 minutos, sendo posteriormente resfriada em água (b) (CABRAL, 2019).

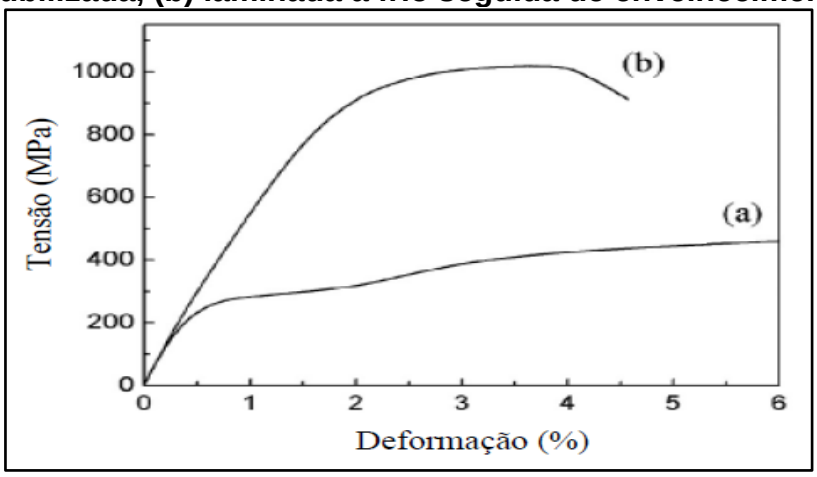
> A análise de Difração de Raios X (DRX) mostrou que a liga forjada a quente e solubilizada a 800 °C por uma hora induziu a transformação martensítica de β para α''. Os autores associaram a presença da fase martensítica α'' à pouca quantidade de Nb, de 38% (% em massa), já que investigações prévias mostraram que somente quando a quantidade de Nb excede 42% (% em massa) na liga binária Ti-Nb resfriada em água é que a fase β pode ser

ISBN 978-65-5629-077-5

> completamente retida à temperatura ambiente. Nas ligas laminadas a frio seguidas de envelhecimento não foram identificados picos referentes à fase α'', indicando que a fase β possui maior estabilidade nas amostras nessa condição do que nas amostras forjadas a quente e solubilizadas (CABRAL, 2019, p. 21).

Ao finalizar os tratamentos térmicos, as amostras foram submetidas ao ensaio de tração para verificar o módulo de elasticidade e o desempenho em tração das mesmas. O procedimento realizado está representado na figura 7.

Figura 7: Curvas tensão x deformação da liga Ti-38Nb: (a) forjada a quente e solubilizada, (b) laminada a frio seguida de envelhecimento.



Fonte: CABRAL, 2019.

Ao analisar o diagrama tensão x deformação infere-se que, a amostra submetida a laminação a frio e envelhecimento (b) apresentou um limite de escoamento de 850 MPa e limite de resistência a tração de 1020 Mpa, aproximadamente. Já ao observar a liga sujeita a forjamento a quente e solubilização, conclui-se que seu limite de escoamento é baixo. Por conseguinte, com a necessidade de um material com baixo nível de elasticidade e alta resistência mecânica para devida aplicação, a liga laminada e envelhecida (b) obterá melhor resultado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do referido artigo nos proporcionaram uma melhor compreensão das propriedades mecânicas e térmicas de diferentes ligas do Titânio, máxime quando influenciadas por tratamentos térmicos, sendo eles de grande valor para alcançar resultados essenciais ao desenvolvimento de diversas aplicações do material. Consoante objetivos, propriedades como tenacidade, ductilidade, resistência à fadiga e desgaste são abordadas e consideradas de acordo com os processos específicos a cada uma. Ao Titânio e seus tratamentos foi possível concluir:

- Está entre os dez elementos mais abundantes do planeta, porém sua descoberta foi feita recentemente, por conseguinte os estudos acima dele estão em constante fase de desenvolvimento e melhorias.

ISBN 978-65-5629-077-5

- É um material com grande importância na indústria automotiva, aeroespacial e medicina, devido a suas propriedades mecânicas e de biocompatibilidade.
- O Titânio possui comportamento alotrópico: até 882,5 ºC apresenta-se em estrutura cristalina hexagonal compacta (HC) denominada de fase α; acima dessa temperatura, possui estrutura cúbica de corpo centrado (CCC), designada de fase β.
- A fase α é caracterizada pelo elevado módulo de elasticidade, superior ao da fase β.
- A temperatura alotrópica é alterada pela adição de elementos de liga classificados em α-estabilizadores, β-estabilizadores e neutros.
- Tratamento térmico é um processo de aquecimento e resfriamento da liga em temperaturas controladas, buscando-se determinadas propriedade físicas, químicas e mecânicas.
- A têmpera modifica a microestrutura da liga aspirando maior dureza através da formação de martensita.
- Após a têmpera, realiza-se o tratamento térmico de revenimento para conferir mais ductilidade e tenacidade à liga.
- O tratamento térmico de recozimento para alívio de tensões nas ligas de titânio visa tenacidade, elevada ductilidade à temperatura ambiente, boa estabilidade dimensional à altas temperaturas, além de boa usinabilidade.
- O tratamento térmico de homogeneização objetiva dissolver as fases visando uniformidade na composição química da liga de titânio, somada às melhores propriedades mecânicas e desempenho do material.
- O tratamento térmico de solubilização dissolve todo o soluto até a formação de uma solução sólida monofásica.
- O tratamento térmico de envelhecimento pretende maior endurecimento e aumento de resistência mecânica, juntamente com pouca perda de ductilidade.
- Alguns tratamentos são complementares aos outros, dando importância a um conjunto de procedimentos para obter resultados desejados, onde o fato de ser um material com aplicações exigentes torna o foco de todo tratamento extrair a melhor eficiência da estrutura de acordo com sua finalidade.

Em virtude do que foi mencionado, damos graças a abundância do Titânio em nosso planeta. Uma vez que suas aplicações são de grande importância para o desenvolvimento da tecnologia, condições saudáveis a adaptação humana em deficiências mecânicas que dispomos, melhora na capacidade de desempenho mecânico em indústrias de rendimento, performance e produtividade. Que possamos explorar ainda mais a capacidade de tornar algo tão abundante em algo proveitoso para nosso futuro.

REFERÊNCIAS

CABRAL, H. J. R. **Estudos das transformações de fases ocorridas em ligas de Ti-Nb-Si submetidas a e tratamentos termomecânicos**. São Cristóvão, 2019. 93 f. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

CALLISTER, W. D. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução.** 9 ed – Rio de Janeiro: LTC, 2018.

CORTEZ, L. D.; REIS, D. A. P.; BRIGUENTE, L. A. N. S. **Tratamentos térmicos da liga Ti-6Al-4V para realização de ensaio de fluência**. In: Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação do ITA, 13o – XIII ENCITA, 2007. Anais... São José dos Campos: Instituto Tecnológico de Aeronáutica, 2007.

COSTA, F. H. **Evolução microestrutural e propriedades de ligas de titânio 'beta' metaestável no sistema Ti-Nb-Fe**. Campinas, SP : [s.n.], 2015.

DOTAN, A. L.; NETO, C. M. **Estudo de transformações de fases em ligas de Urânio-Molibdênio submetidas a tratamentos térmicos.** Revista Brasileira de Aplicações de Vácuo, vol. 11, n. 2, 1992.

FEDRIGO, G.; JUNIOR, M. W. **Avaliação da microestrutura da liga de titânio TiV6Al4V após tratamento térmico de envelhecimento.** In: SEMANA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, VI, 2017, Luzerna. Anais... Luzerna: Instituto Federal Catarinense, 2017.

FILHO, L. N. C. **Efeito do tratamento térmico nas propriedades mecânicas e térmicas de uma liga NiTi pseudoelástica**. Dissertação de Mestrado em Ciências Mecânicas, Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

FREITAS, M. C. R. S. **Caracterização da liga Ti-15Mo após tratamento termomecânico.** 2005. 57 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2005.

JUNIOR, J. R. S. M. **Efeito de tratamentos térmicos nas propriedades mecânicas, eletroquímicas e citotoxicidade de ligas do sistema Ti-15Mo-XNb.** 2014. 167f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Materiais). UNESP, Bauru, 2014.

LIMA, T. N. **Estudo do comportamento de propagação de trincas por fadiga de ligas TiNbSn em função do teor de elementos de liga, deformação a frio e envelhecimento.** São Cristóvão, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais) –Universidade Federal de Sergipe, 2017.

MACÊDO, H. R. A. **Tratamento térmico do titânio e suas consequências sobre as propriedades físico-químicas e de biocompatibilidade.** 2012. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

NASCIMENTO, R. **Estudo do comportamento em fadiga de alto ciclo da liga Ti-13V-11Cr-3Al.** 2016. 90 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2016.

ISBN 978-65-5629-077-5

PEREIRA, L. F. M. **Influência do tratamento térmico de homogeneização na microestrutura de um aço utilizado na fabricação de cilindros de laminação para trabalho a frio.** Guaratinguetá, 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2015.

RIBEIRO, N. L. **Titânio e suas ligas como biomateriais em substituições de tecidos duros.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SCHNEIDER, S. G. et al. **Influência do tratamento térmico de envelhecimento nas propriedades mecânicas da liga Ti-35Nb-7Zr**. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ÓRGÃOS ARTIFICIAIS E BIOMATERIAIS, 7o, 2012, Natal, RN.

SILVA, H. M. **Estudo do comportamento mecânico das ligas Ti-8Nb-13Zr e Ti-18Nb-13Zr sob diferentes condições de tratamentos térmicos.** 2005. Tese (Mestrado em Ciências) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP, 2005.

SILVA, K. B. **Estudo do comportamento em fadiga da liga Ti30Ta após tratamento alcalino e térmico – Aplicações biomédicas**. Guaratinguetá, 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2017.

VALE, N. L. **Caracterização de revestimentos depositados por atrito da liga de Ti-6Al-4V e do titânio grau 1 sobre substrato de Ti-6Al-4V.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CTG. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, 2017.

XAVIER, C. C. **Estudo de tratamentos térmicos da liga Ti-15Zr-xMo.** 2017. Dissertação (Mestre em Ciência e Tecnologia de Materiais) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

EFEITOS DOS ELEMENTOS QUIMICOS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DO AÇO

Andre Alcides Santorum[1]
Renan Carpeanedo[2]
Victor Gabriel Ruths Almeida[3]
Bruno Giordani Prestes[4]
Nome do Professor Orientador[5]

Resumo: As propriedades mecânicas do aço estão diretamente ligadas aos elementos que compõem cada material, da disposição dos átomos e dos processos submetidos. O aço é definido como uma liga genérica de ferro-carbono o qual pode conter pequenas porcentagem de outros elementos definidos. Assim a adição de elementos de liga no aço é denominada aço-liga, que pode ser dividido em aço baixa liga, e aços de alta liga. As ligas de aço são divididas principalmente em ferrita e austenita, duas fases microestruturais do aço onde temos diferença entre eles. A ferrita é a fase estável do aço que apresenta a maior maleabilidade e tenacidade com baixa dureza, e sua solubilidade máxima de 0,022% a temperatura de 727°C. Já austenita caracteriza a alta ductibilidade e tenacidade com baixa resistência mecânica, com solubilidade máxima de 2,11% em temperatura de 1030 °C. Os elementos de liga quando acrescentados na composição afetam primeiramente as microestruturas do aço como a ferrita e a austenita. No campo austenita a modificação pode ocorrer de duas formas contraindo o sistema cristalino, favorecendo a estabilidade da ferrita ou expandindo o campo favorecendo a estabilidade da austenita. Os principais elementos estabilizadores da austenita são nitrogênio, carbono e o níquel e na fase ferrita são os elementos cromo, molibdênio e o silício. Além das mudanças das linhas de transformações nos diagramas cada elemento interfere diretamente nas propriedades mecânicas do aço, em função do processo submetidos.

Palavras-chave: Aço. Elemento. austenita. Ferrita. Carbono.

1 INTRODUÇÃO

As propriedades mecânicas do aço estão diretamente ligadas aos elementos químicos que fazem parte do metal, das ligações entre eles, da disposição dos átomos e dos processos submetidos. Assim para cada tarefa especifica para o material será aplicada uma carga diferente, necessitando de respostas de deformação e tensão diferentes (BOEIRA, 2007).

[1] Curso Eng. Mecânica - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Renan Carpeanedo do Curso Eng. Mecânica - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Victor Gabriel Ruths Almeida do Curso Eng. Mecânica - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Bruno Giordani Prestes do Curso Eng. Mecânica - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[5] ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Thiago Gurra do Curso de Eng. Mecânica – Jornalismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

A forte característica do aço e metais em geral é o seu arranjo atômico bem definido e ordenado, chamada estrutura cristalina. Por esse fato e pelas suas ligações metálicas, geralmente estes materiais apresentam uma boa resistência mecânica, maleabilidade, ductibilidade, condutibilidade de energia elétrica e calor (PAULA, 2015).

Nos materiais de estrutura cristalinas podem ter diferentes organização atômica, sendo observados nas células unitárias (menor parte do cristal que ainda tenha as propriedades originais do mesmo) (BOEIRA, 2007). Para o estudo presente abordaremos duas principais células unitárias a CFC (cubico de face centrada) austenita e a CCC (cubico de corpo centrado) ferrita.

Segundo TSCHIPTSCHIN (2012) os aços são ligas ferro-carbono com teores de carbono máximo de 2% em peso, e podem conter máximo de 1,65% Mn, 0,6% Si e 0,6% de Cu com total de outros elementos não ultrapassando de 2%. A adição de outros elementos compatíveis, resultam em grupos diferentes, que são determinados em três grupos de aço: aço carbono, aços de baixa-liga e aços de alta-liga. Os aços de baixa-liga contêm elementos de liga em teores totais menores de 8%, teores maiores que este é considerado aços de alta liga.

A adição dos elementos de liga no aço interfere diretamente nas propriedades físicas e mecânicas do mesmo e promovem alteração das fazes, estes elementos estão classificados em dois tipos, sejam eles estabilizadores da ferrita (α) e os estabilizadores da austenita (γ). No Estudo iremos abordar os efeitos dos elementos químicos nas propriedades mecânicas do aço, com enfoque nos elementos austenitizantes e ferritizantes.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ferro na fase sólida, apresenta polimorfismo, ou seja, duas estruturas cristalinas em pressão ambiente, conforme sua temperatura. A temperaturas menores que 912 °C, o ferro apresenta estrutura CCC ferrita, e a temperaturas superiores até 1394 °C a estrutura se estabiliza em austenita CFC. Quando superiores a 1394 °C até seu ponto de fusão do ferro (1538 °C) a estrutura cristalina ferrita delta, se estabiliza novamente. No entanto quando se acrescenta na composição o carbono, este atua como um defeito intersticial, resultando no aço (VASCONCELOS, 2018).

2.1 FERRITA (A)

Segundo Vasconcelos 2018 a ferrita é a fase estável dos aços, que apresenta propriedades como menor dureza, maior maleabilidade e tenacidade podendo estar junto a microestruturas como constituinte ou vinculada a cementita para formar outro constituinte a perlita. A sua solubilidade máxima de carbono na fase ferrita, é de 0.022% em peso com temperatura de 727 °C.

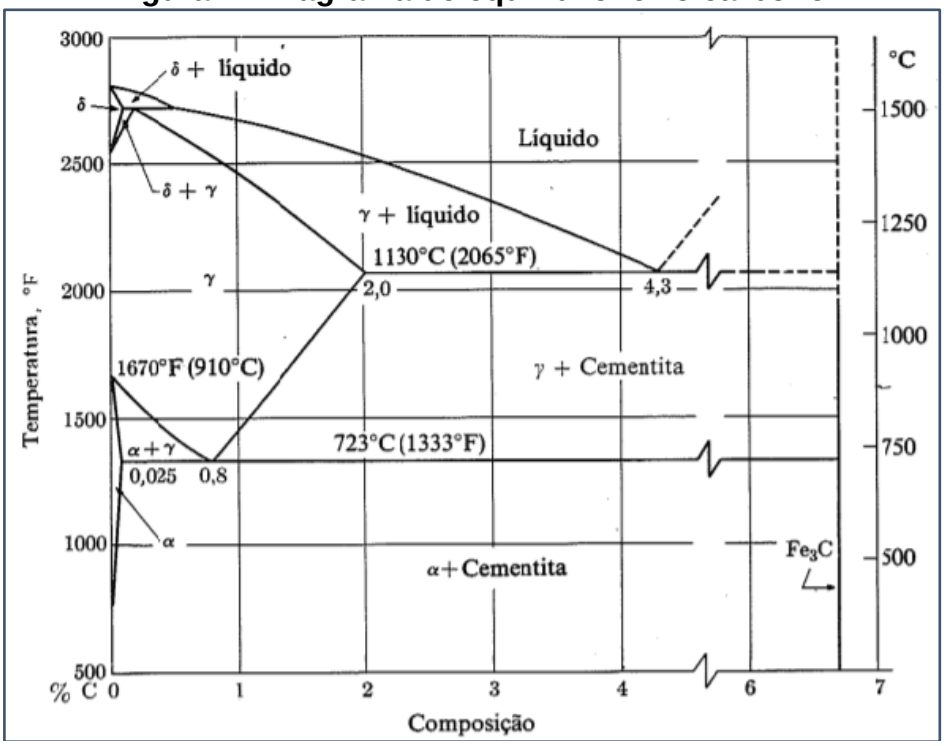
2.2 AUSTENITA (Γ)

A austenita é a fase no qual quando ligada somente ao carbono apresenta estabilização apenas a temperaturas superiores que 727 °C, mas ao com adição de outros elementos como por exemplo o níquel, esta se torna estável a temperatura

ISBN 978-65-5629-077-5

ambiente. Esta fase apresenta solubilidade de carbono máxima a 2,11% em peso, tem como características como elevada ductibilidade e tenacidade e baixa resistência mecânica (VASCONCELOS, 2018).

Figura 1 - Diagrama de equilíbrio ferro carbono



FONTE: LAWRENCE H. VAN VLACK

No diagrama apresentam ferro carbono sem a adição de elementos de liga, observa-se na fase ferrita (α) a solubilidade de carbono máxima de 0.025% em temperatura 723 °C, quando se acrescenta nesta mesma temperatura uma quantidade de até 0,8% de carbono obtemos ferrita mais austenita, que se estabiliza, ao aumentar a temperatura nesta condição a ferrita se transforma em austenita então, a solubilidade da austenita máxima aumenta em função da temperatura podendo chegar a máxima de 2,11 % de carbono a 1130°C. Ainda no diagrama observa-se que ao atingir as ultimas temperaturas antes da fusão do ferro (entre 1394 a 1538 °C) a estrutura ferrita delta se estabiliza, o qual ao acrescentar gradativamente na composição carbono o ponto de fusão do mesmo segue uma linha decrescente chegando ao ponto eutético da composição com solubilidade máxima de 4,3% de carbono, e ponto de fusão de 1130°C. A temperaturas a baixo de 723°C com teores de carbono maior que 0,025% a estrutura se transforma em ferrita mais cementita, quando os teores passam de 0,8 a 2 % e a temperatura é aumentada de 723 a 1130 °C a estrutura se transforma em austenita mais cementita.

2.3 ELEMENTOS DE LIGA

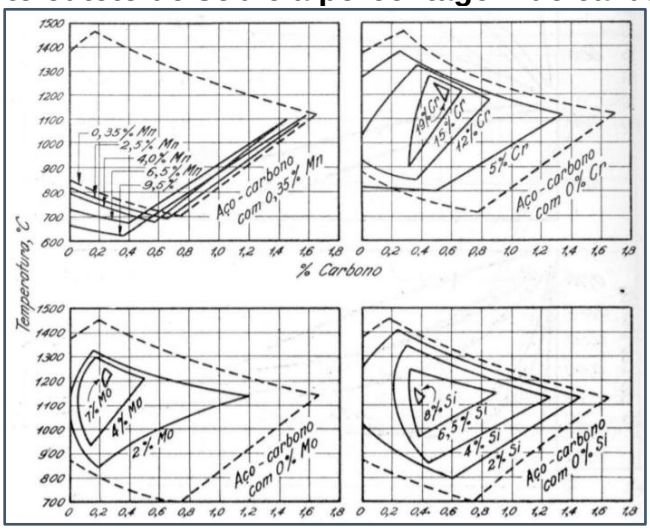
O diagrama anterior abordado representava os aspectos apenas de uma liga Fe-Fe_3C porem na maioria dos aços utilizados no dia a dia são ligas que apresentam diferentes elementos na composição, proporcionando diferentes microestruturas modificando as propriedades conforme cada qual projeto requisita. Os elementos

ISBN 978-65-5629-077-5

adicionados no sistema são chamados elementos de liga cujo os principais utilizados são o manganês (Mn), níquel (Ni), cromo (Cr), molibdênio (Mo), vanádio (V), tungstênio (W), nióbio (Nb) e entre outros (PINEDO, 2021).

Quando ocorre o acréscimo de elementos de liga no aço as primeiras modificações que ocorrem são nos equilíbrios das fases, sejam elas ferrita e austenita. No campo da austenita os elementos modificam de duas formas diferentes. Contraindo o sistema cristalino, favorecendo a estabilidade da ferrita, e expandindo favorecendo a estabilidade da austenita (Pinedo, 2021). Segundo GUERRA, 2017, os elementos estabilizadores da austenita são o nitrogênio, carbono e o níquel, já na fase ferrita são o cromo, molibdênio e o silício.

Figura 2 - Efeito dos elementos Cromo, Manganês, Molibdênio e silício na temperatura do ponto eutetóide sobre a porcentagem de carbono em peso.

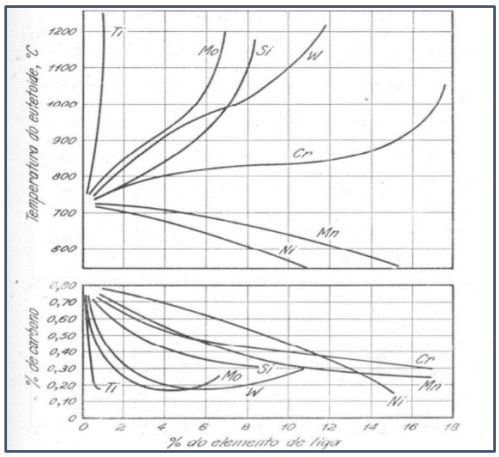


FONTE: CHIAVERINI (1954)

Segundo CHIAVERINI 1954, quando a adição dos elementos como o manganês em teores crescentes, a temperatura do eutetoide, juntamente com a diminuição do teor de carbono, no entanto observa nos diagramas que o Cr, Mo e Si comportam o contrário do manganês no que se refere a influência sobre a temperatura do eutetoide. Porem o teor de carbono do eutetoide, segue a mesma tendencia do Mn. Todos os elementos citados no diagrama com exceção o Mn, contraem o campo austenitíco, tendendo a tornar a estrutura quase inteiramente ferrítica.

Figura 3 - Efeito dos elementos de liga sobre a temperatura do ponto eutético, e do teor de carbono.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Chiaverini (1954).

As modificações do sistema decorrentes da adição de elementos de liga estão representadas na composição dos diagramas A para os estabilizadores da austenita e diagrama B referente aos estabilizadores da ferrita (PINEDO, 2021). O diagrama A e B é dividido em dois tipos.

A-a: este diagrama representa o conhecido campo y-aberto, que engloba os elementos de liga e aumentam a faixa de temperatura para austenita estável, ocasionando um rebaixamento da transformação gama-alfa (austenita – ferrita), e a elevação da temperatura da transformação gama-delta (austenita – ferrita delta). Entre os elementos englobados estão o manganês, o níquel e o cobalto.

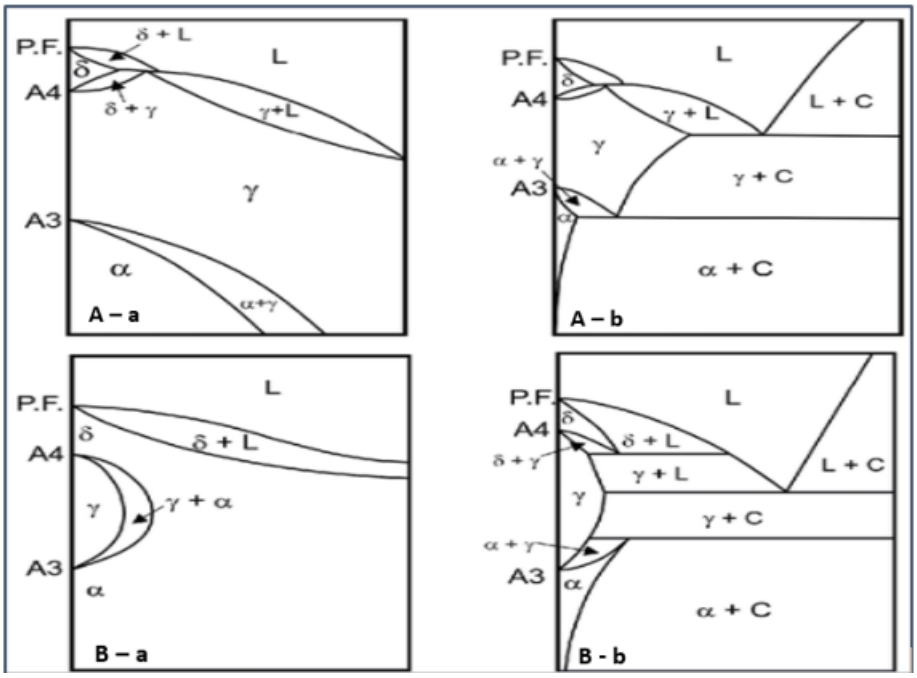
A-b: Neste observa o aumento do campo da austenita, cujo o nitrogênio e o carbono são os elementos de maior importância, pois além de expandirem o campo de estabilidade da austenita, também acabam tornando-a mais estável.

B-a: Aqui a uma representação do campo austenítico fechado o qual engloba os elementos de liga que estabilizam a microestrutura da ferrita, o que acaba surtindo um efeito contrário na austenita, e agindo como elementos que diminuem sua estabilidade, fazendo-a quase desaparecer. Os elementos estabilizadores da ferrita de maior importância são: silício, cromo, molibdênio, vanádio, titânio e alumínio.

B-b: Apresenta a formação de alguns compostos intermetálicos e outros constituintes que não são soluções solidas de ferro gama e ferro alfa como exemplos o tântalo, zircônio, boro, enxofre e nióbio. Os quais induzem em uma diminuição da estabilidade da austenita obtendo um campo contraído da austenita.

Figura 4 – Diagrama dos estabilizadores da austenita (A), e estabilizadores da ferrita (B).

ISBN 978-65-5629-077-5



FONTE: Adaptada de PINEDO 2021

2.4 EFEITO NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DO AÇO LIGA

Os elementos de liga são adicionados para se obter cada qual uma propriedade física para o aço, correspondente as necessidades de cada tarefa que será submetida. Mas estes podem apresentar diferentes propriedades em função dos processos realizado no metal com relação a modificação das microestruturas e em função da temperatura. Como alguns exemplos de elementos de liga abaixo.

Carbono: Segundo GERZELY 2003, o carbono é um estabilizador da austenita que quando ligado ao ferro, forma um composto chamado carboneto, que recebe o nome de cementita, o qual tem elevada importância visto que a maioria das propriedades mecânicas como a dureza e resistência mecânica estão diretamente ligadas a sua presença.

Cromo: Este elemento quando acrescentado corretamente no aço fornece a propriedade inoxidável. E é também um estabilizador da fase ferrita, além de formar carbonetos muito estáveis, e endurecer a austenita e a ferrita por solução sólida (GERZELY 2003).

Molibdênio: A adição de molibdênio na composição, aumenta consideravelmente a resistência a corrosão, e aumenta a resistência mecânica, participando da formação de carbonetos (MOURA, 2010).

Manganês: O aumento da temperabilidade é aumentada quando acrescentado este elemento, sendo o segundo elemento mais efetivo. Porém este mesmo retarda a reação da austêmpera (JUNIOR, 2009).

Níquel: Este elemento aumenta a resistência do aço, porem aumenta a ductibilidade tornando o aço mais frágil. O níquel é um estabilizante da fase austenita e um refinador de grãos, endurecendo a fase austenita e ferrita em solução solida (GERZELY 2003).

Alumínio: Segundo SOUZA 1989, o alumínio aumenta a temperabilidade do aço moderadamente, quando dissolvido na austenita. Os grãos do aço são refinados com

ISBN 978-65-5629-077-5

a presença do mesmo, pela formação e precipitação de óxido e nitreto de alumínio, que atrapalham o crescimento do grão, impedindo assim a fragilização do aço.
Nitrogênio: Este elemento proporciona melhora na estabilidade da austenita em temperaturas a frio, aumentando a dureza e a resistência a corrosão. Além de refinar o grão melhorando a qualidade do aço (GERZELY 2003).

REFERÊNCIAS

BOEIRA A. P., BECK D., **Tecnologia dos Materiais**, Passo Fundo, p. 1-93, Outubro 2007.

BRUNATTO S. F. Introdução ao estudo dos aços. UFPR, 01/10/2016.

CHIAVERINI V. **Geologia e Metalurgia.** Aços – carbono e aços-liga Característicos Gerais – Tratamentos Térmicos – Principais Tipos. Fernando prestes São Paulo, Centro Moraes Rego, 1954.

GUERRA, THIAGO **Modelagem do ciclo térmico do processo GMAW em aços inoxidáveis duplex pelo método de elementos finitos**. 2017. 144 f. tese (doutorado) Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Química e de Materiais 2017.

JÚNIOR A. R. M. **INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS DE LIGA Cu-Ni-Mo NAS PROPRIEDADES MECANICAS E NA AUSTEMPERABILIDADE DO ADI.** Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Instituto de física de São Carlos, Instituto de química de São Carlos. São Carlos. 2009.

MOURA L. B. **INFLUÊNCIA DO TEOR DE CROMO E MOLIBDÊNIO NA MICROESTRUTURA E NA TEXTURA DE LIGAS Fe-Cr-Mo.** Universidade Federal do Ceara. Fortaleza, CE. 128pg. 2010

PAULA C. S., **Ligação metálica**, Disponível em: <http://educacao.globo.com/ quimica/assunto/ ligacoes-quimicas/ligacao-metalica.html>. Acessado em 17/09/2021.

PINEDO, CARLOS EDUARDO **Tratamentos térmicos e superficiais dos aços** / Carlos Eduardo Pinedo. -- São Paulo : Blucher, 2021. 326 p. (Coleção de Livros ABM em Metalurgia, Materiais e Mineração) ISBN 978-65-5506-224-3 (impresso) ISBN 978-65-5506-221-2 (eletrônico) 1. Aços 2. Aços - Tratamento térmico I. Título II. Série CDD 621.4021.

SOUZA S. A. **Composição Química dos Aços.** E. Blucher. 144 p. 1989.

TSCHIPTSCHIN A. P., Mundo dos aços especiais, **GERDAU**, módulo 1, p. 1-34. 2012.

ISBN 978-65-5629-077-5

PRINCIPAIS TRATAMENTOS TÉRMICOS DO ALUMÍNIO

Anderson Balen[1]
Hemerson Henrique Bizerra de Oliveira Lima[2]
Saymon Iago Vigo[3]
Valdecir Natalino da Rocha[4]
Prof. Dr. Thiago Guerra[5]

Resumo: O constante crescimento no consumo de alumínio no mercado e forte presença em nosso cotidiano, demonstra o quanto ele é importante na indústria atualmente, a grande versatilidade de usos que se destina o alumínio é proveniente das características nele disponíveis, entre elas a leveza, a ductilidade e resistência a esforços mecânicos. Um dos principais fatores que justificam sua intensa presença em diversas aplicações são os diferentes tratamentos térmicos em suas variadas ligas. Onde possui finalidade de causar modificações nas propriedades dos materiais pela alteração do tipo e proporção das fases presentes, pela variação da morfologia dos microconstituintes ou pela variação da concentração distribuição de defeitos cristalinos, essas modificações têm por consequência alterações nas propriedades mecânicas. Como objetivo deste breve artigo será abordado os efeitos e alterações dos tratamentos térmicos mais usuais nas principais ligas de alumínio. Contudo, para atender às constantes necessidades de mercado, foi necessário o desenvolvimento de ligas especiais para que pudessem acrescentar características determinadas de acordo com as exigências requeridas. A maioria das ligas de alumínio podem ter suas propriedades mecânicas, estabilidade dimensional ou resistência à corrosão melhorada por meio de tratamentos térmicos.

Palavras-chave: Alumínio. Tratamentos térmicos. Aquecimento. Propriedades. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

Tratamento térmico é a operação ou processo realizadas com finalidade de determinar ao material características por meio do aquecimento, permanência em determinada temperatura ou o resfriamento controlado, proporcionando modificações nas propriedades das ligas pela alteração do tipo e proporção dos elementos nela presentes. (FREITAS, 2014). O tratamento do alumínio se tornou de fato muito

[1] Acadêmico do Curso de Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmico do Curso de Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[5] ORIENTADOR: Professor Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Transformação de Fases dos Materiais – Engenharia Mecânica da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

importante nos processos produtivos. Devido seu crescimento comercial, a presença de alumínio se torna mais comum em meio tecnológicos e inovações tanto mecânicas como cotidianas.

Dessa forma tem-se como objetivos estudar os tipos de tratamentos térmicos que podem ser feitos nas ligas de alumínios, fazendo com que haja maior diversidade de aplicação em áreas específicas.

Pode-se dividir os tratamentos entre aqueles que conferem à liga a sua característica principal como resistência mecânica e resistência à corrosão controlando a microestrutura, impurezas e traços que prejudicam a fabricação ou a aplicação do produto, os quais devem ser controlados no seu teor máximo (ABAL, 2011).

A resistência original pode ser aumentada agregando-se certos elementos, as propriedades mecânicas das ligas, com exceção de algumas para fundição, não dependem apenas de sua composição química. Semelhante a outros metais, o alumínio e suas ligas endurecem e aumentam a sua resistência quando trabalhados a frio. Além disso, algumas ligas de alumínio possuem a valiosa característica de responder ao tratamento térmico, adquirindo resistências maiores do que as que podem ser obtidas apenas através do trabalho a frio (ABAL, 2004).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PRINCIPAIS TRATAMENTOS TÉRMICOS DO ALUMÍNIO

A procura por materiais de liga de alumínio possui significativa demanda. O alumínio se destaca por possuir características como sua densidade, resistência a corrosão fazendo com que tenha mais durabilidade, aptidão a deformação plástica, ductibilidade, condutividade, refletividade, ponto de fusão consideravelmente baixa em relação ao aço, condutibilidade térmica e pode ser infinitamente reciclável. Suas características fazem com que tenha uma diversidade e consequentemente relevante valores para a engenharia.

Figura 1 – Tabela comparação de propriedades físicas

Propriedades físicas típicas	Alumínio	Aço	Cobre
Densidade (g/cm³)	2,70	7,86	8,96
Temperatura de fusão (°C)	660	1500	1083
Módulo de elasticidade (MPa)	70000	205000	110000
Coeficiente de dilatação térmica (L/°C);	23.10-6	11,7.10-6	16,5.10-6
Condutibilidade térmica a 25°C (Cal/cm/°C)	0,53	0,12	0,94
Condutibilidade elétrica (%IACS)	61	14,5	100

Fonte: Associação Brasileira de Alumínio – ABAL

Tratamento térmico consiste na técnica de atribuir força por indução de calor ao material, dessa forma, suas estruturas podem ser modificadas, de tal forma que os materiais com a mesma composição sejam estruturalmente diferentes. Com a

ISBN 978-65-5629-077-5

diferença de estruturas os materiais possuem diferentes tipos de resistência, sendo um exemplo delas, a tensão e o calor. O alumínio por possuir várias qualidades positivas, faz com que seja o segundo elemento mais utilizado no mundo. Os tratamentos térmicos influenciaram diretamente na utilização do material para características especiais para determinadas exigências.

O alumínio (Al) puro (99,99%) tem baixa resistência mecânica, sendo assim são adicionados outros elementos químicos, as quais formam as ligas, principalmente com a adição de cobre (Cu), magnésio (Mg), manganês (Mn), silício (Si) ou zinco (Zn), as quais formam as ligas de alumínio (FREITAS 2014).

De acordo com (ABAL, 2004) as ligas de alumínio são divididas em dois grupos: as ligas tratáveis termicamente, a qual propicia-lhes maior resistência, e as ligas "não-tratáveis" termicamente, cuja resistência mecânica poderá aumentar através do trabalho a frio. As ligas tratáveis termicamente podem ser trabalhadas a frio e, posteriormente, sofrer o tratamento térmico para o aumento da resistência mecânica.

2.1.1 Classificação dos Tipos de Tratamento

Segundo Rossi (2004) As ligas de alumínio são classificadas em decorrência do seu processo de tratamento. É denominada por uma letra separada por um hífen, que identifica por qual processo passou:

F – Na fabricação aplica-se aos produtos resultantes de conformação mecânica (laminação, extrusão e outros)

O – Recozimento aplicado aos produtos trabalhados e depois recozidos para obter a resistência mecânica mais baixa, e aos produtos fundidos que são recozidos com o objetivo de aumentar a ductilidade e a estabilidade dimensional. A letra O pode ser seguida por um número diferente de zero.

H – Encruada aplica-se aos produtos em que se aumentou a resistência mecânica por deformação plástica a frio e, que podem ou não, ser submetidos a um recozimento para complementar o amolecimento parcial ou a um processo de estabilização. É utilizado para as ligas não-tratáveis termicamente.

W – Solubilização, aplica-se somente a algumas ligas, as quais envelhecem naturalmente à temperatura ambiente após o tratamento de solubilização. Esta classificação é especificada somente quando o período de envelhecimento natural, após o resfriamento instantâneo.

T – Tratada termicamente, aplica-se aos produtos que sofrem tratamento térmico com ou sem deformação plástica complementar, que produz propriedades físicas estáveis e diferentes das obtidas às anteriores.

2.1.2 Recozimento

Este processo é utilizado em matérias que geralmente são trabalhados a frio, e tem como objetivo recuperar a estrutura cristalina que é encruada, ou seja, esse processo faz com que a estrutura cristalina que após ser comprimida por forças opostas em temperatura abaixo de sua recristalização, reorganize sua estrutura cristalina. O tratamento pode ser dividido entre recozimento pleno e recozimento parcial (VERRAN, 2005).

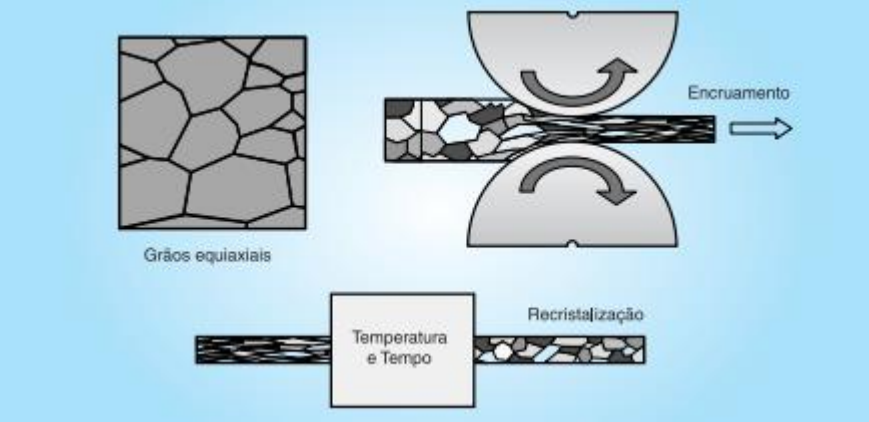
ISBN 978-65-5629-077-5

Recozimento Pleno: onde se obtém as condições máximas de plasticidade (tempera 0), que é o equivalente a recristalização total do material. O processo consiste em aquecer o material que foi deformado a frio, geralmente com uma temperatura de 350ºC, podendo variar de sua composição, onde restaura sua estrutura e consequentemente deixa o material mais dúctil.

Recozimento Parcial: é realizado com temperaturas mais baixas, entre 200 a 280ºC, variando de acordo com a porcentagem de redução ocorrida na laminação a frio. Sua função é proporcionar uma recristalização parcial do material, promovendo assim, a obtenção de têmperas com alongamentos maiores. O recozimento bem-sucedido caracteriza-se somente pela recristalização primária. É aconselhável a obtenção de tamanho de grão no intervalo de 20 a 100 micrômetros de diâmetro. Caso o tamanho de grão esteja fora desta faixa pode ocorrer o rompimento da peça ou o surgimento de defeitos. Segundo ROSSI (2004) este procedimento favorece a estampagem, dobramento ou extrusão por impacto, oferecendo ao produto final uma maior resistência mecânica.

O recozimento pode ser necessário antes das operações feitas com as ligas de alumínio, sendo assim, auxilia em processos específicos, deixando mais dúctil e mais maleável para o próprio encruamento a frio. A Figura 2 mostra o comportamento dos grãos em função do encruamento e da recristalização do alumínio e suas ligas no processo de laminação.

Figura 2 - Granulagem em função do encruamento e da recristalização



Fonte: Associação Brasileira de Alumínio – ABAL

Recozimento é o tratamento térmico realizado com o fim de alcançar um ou mais dos seguintes objetivos:

- Remover tensões devidas aos tratamentos mecânicos a frio ou a quente;
- Reduzir a dureza para melhorar a usinabilidade;
- Alterar as propriedades mecânicas como limite de escoamento, resistência à tração, alongamento percentual;
- Modificar as características elétricas e magnéticas;

2.1.3 Homogeneização

Também conhecido como pré-aquecimento de lingotes antes do trabalho a quente, pode ter vários usos, dependendo das ligas, produtos e processos de

ISBN 978-65-5629-077-5

fabricação envolvidos. Um dos principais objetivos é melhorar a trabalhabilidade. A microestrutura do tarugo de liga de alumínio e da placa fundida é muito irregular, mostrando segregação da estrutura dendrítica, a composição química muda muito, o teor de soluto aumenta gradualmente da superfície para o centro e há partículas de segunda fase, de preferência no contorno da forma dendrítica.

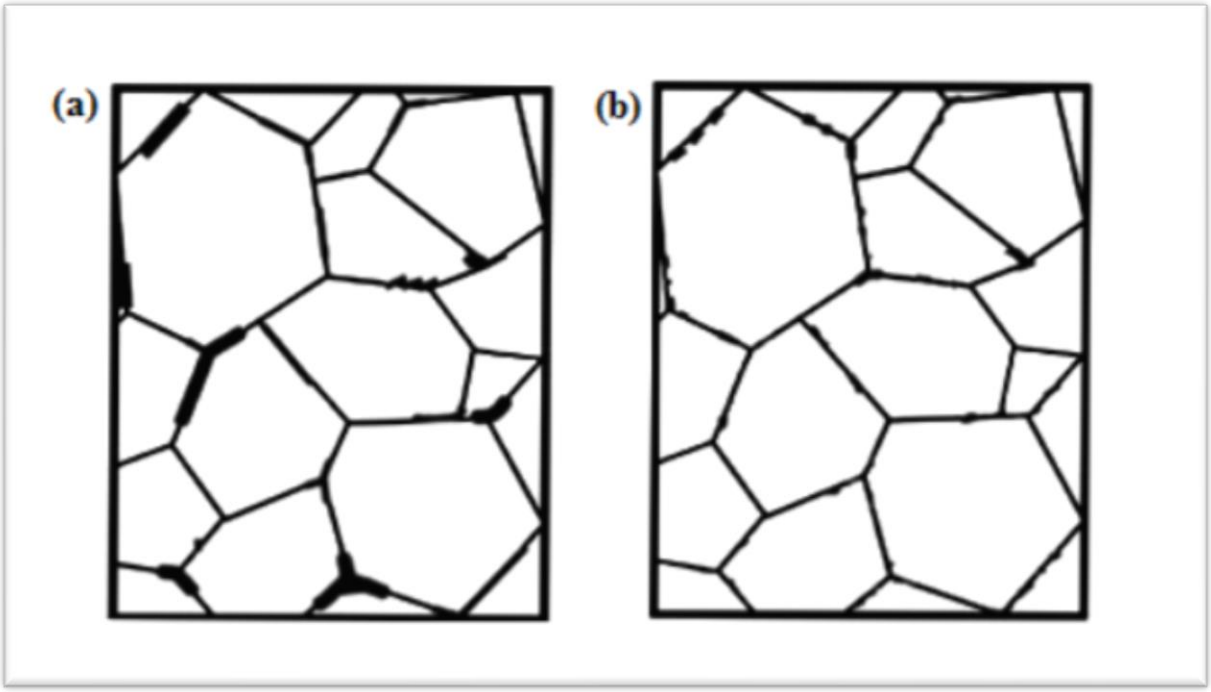
Um lingote é uma massa de metal ou de um material condutor, que após ter sido aquecida a uma temperatura superior ao seu ponto de fusão, é vertida num molde, tomando uma forma que torna mais fácil o seu manuseamento, geralmente uma barra ou um bloco.

As ligas de alumínio do grupo 6000 são as mais utilizadas no processo de extrusão devido à facilidade de se deformá-las plasticamente.

O tratamento térmico de homogeneização é um processo crítico no processo de produção das ligas de alumínio do grupo 6000, o processo de difusão dos átomos de soluto é fortemente dependente da temperatura e do tempo de residência. Neste sentido, possíveis variações de temperatura no interior do forno podem causar um grande impacto na qualidade dos tarugos, promovendo a homogeneização inadequada ou a re-precipitação indesejada de precipitados intermetálicos.

Tratamentos térmicos de pré-aquecimento dos lingotes das ligas que contêm esses elementos são recomendados para induzir a precipitação de partículas de fases tais como $Al_{20}Cu_2Mn_3$ e $Al_{12}Mg_2Cr$, com dimensões de 10 a 100 Nm. Na figura 3 a letra "a" corresponde a estrutura da liga antes da homogeneização, e respectivamente a letra "b" corresponde a estrutura da liga pós homogeneização.

Figura 3 – comparação estrutural da liga antes e depois da homogeneização.



Fonte - Fonte: ABAL, ed. (2011 pg. 62)

Potencializar a efetividade dos tratamentos térmicos é umas das principais funções da homogeneização, como também reduzir a não uniformidade nos contornos de grãos, transformando-os em fases mais desejáveis.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1.4 Solubilização e Envelhecimento

O processo de solubilização é feito em temperaturas conforme as normas de cada material. Da mesma forma se aplica para o envelhecimento, com a variação da temperatura de acordo com o material.

A finalidade desse tratamento, consiste em solubilizar os elementos que compõem a liga, isto é, dissolver as fases intermetálicas e permitir a formação de uma solução sólida com elementos que serão responsáveis pelo endurecimento. Esta etapa é realizada com o intuito de precipitar o soluto (Mg_2Si) de forma controlada e dispersa pela matriz. Estes precipitados finos são responsáveis pelo endurecimento da liga e, consequentemente, pelo aumento da resistência mecânica, visto que restringem o movimento das deslocações durante a deformação. O tempo de estágio do envelhecimento depende da temperatura utilizada no ciclo térmico e da espessura das secções da peça (MORAIS, 2015).

A execução do processo de solubilização ocorre com o aquecimento do metal deforma uniforme até 500ºC, sendo que a temperatura exata pode variar conforme a liga. Esse aquecimento ocasionará a dissolução dos elementos da liga na solução sólida. Posteriormente, ocorre no processo de solubilização o resfriamento rápido, geralmente em água, que previne a precipitação dos elementos da liga, formando uma solução saturada (ARAUJO, 2014).

Solubiliza-se somente as fases presentes na liga em temperatura ambiente, como resultado desta solubilização a estrutura é homogeneizada e a dureza tende a cair comparado ao estado anterior.

Com a rapidez do resfriamento que se segue à têmpera é uma etapa crítica do tratamento, porque é fundamental para manter à temperatura ambiente a solução sólida obtida em alta temperatura. Além disso, o resfriamento rápido permite manter à temperatura ambiente a mesma concentração de lacunas existente em alta temperatura, e estas lacunas são muito importantes para acelerar o processo de difusão dos átomos de soluto que ocorre no tratamento posterior de envelhecimento (endurecimento por precipitação).

O meio de resfriamento rápido mais usado é a água, embora, caso seja necessária uma taxa de resfriamento mais baixa, possam ser usados diversos líquidos orgânicos como meios de resfriamento rápido. O resfriamento ao ar é muito lento para a maioria das ligas de alumínio, permitindo o prosseguimento do processo de precipitação, embora não seja tão lento como o resfriamento ao forno, evidentemente.

Tabela 1 – Tabela de solubilização e envelhecimento

Liga	**T solubilização (ºC)**	**T envelhecimento (ºC)**
7001	465	120
7050	475	120 e 160 (2 etapas)
7075	480	120
7175	470	120

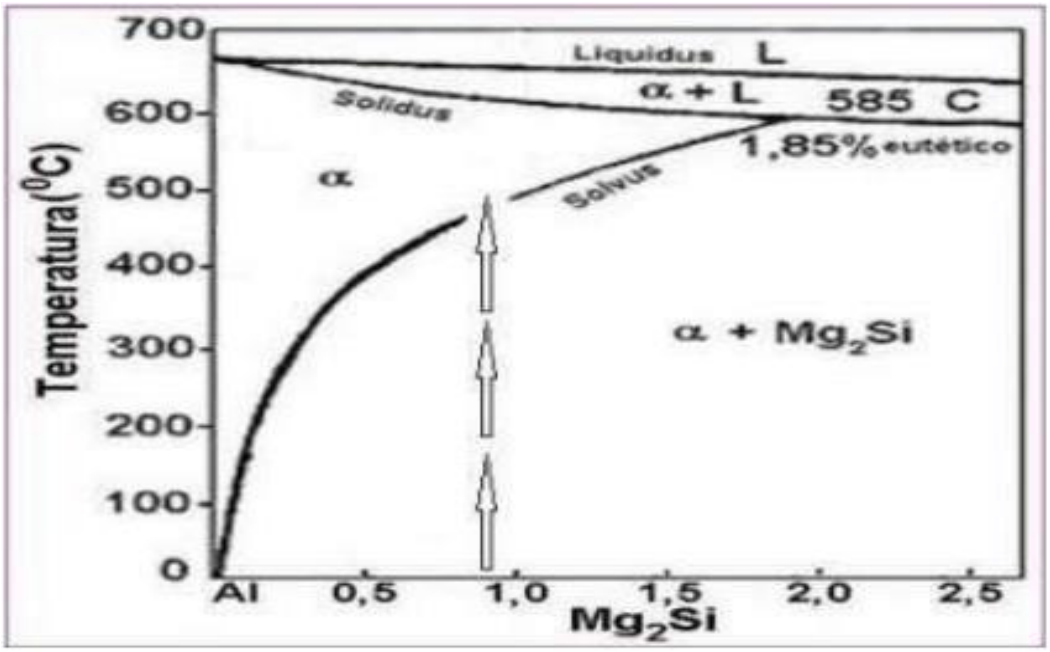
ISBN 978-65-5629-077-5

7475	510	120
Alclad 7475	495	120

Fonte: Infomet

Na Figura 4 encontra-se o diagrama pseudo-binário da liga Al-Mg_2Si, evidenciando que acima da linha solvus determinada por uma combinação de temperatura e de teor de Mg_2Si, o magnésio e o silício encontram-se dissolvidos na matriz de alumínio, ou seja, estão em solução sólida (REINKE, 2017).

Figura 4: Diagrama pseudo-binário da liga Al- Mg2Si



Fonte: Quadro et al. (2012).

Quando as temperaturas atingidas pelas partes ou peças tratadas termicamente são inferiores à temperatura de solubilização, a solução está incompleta e resultará em uma grande redução na concentração da solução sólida e significativa diminuição na resistência mecânica ao final (ASM, 1991).

Ainda de acordo com (ASM, 1991) caso ocorra uma super solubilização, na qual a temperatura exceda a temperatura inicial de fusão eutética, propriedades como resistência à tração, ductilidade e tenacidade à fratura podem ser degradadas (ASM, 1991).

No final deste processo espera-se obter uma dispersão densa e fina de precipitados na matriz do alumínio. O tamanho, a forma e a distribuição dos precipitados obtidos são parâmetros que dependem da eficácia deste processo e logo condicionam as propriedades mecânicas finais da liga (SOARES, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento das ligas de alumínio é um processo de grande importância, devido sua utilidade em grande escala. As ligas tratadas podem assumir diferentes tipos característicos da matéria do seu estado natural.

ISBN 978-65-5629-077-5

Devido aos processos tratáveis como os citados, o alumínio pode obter variações consideravelmente diferentes em sua forma molecular, determinando assim sua aplicação, sendo em atividades que dispões de grande esforço físico ou apresentar resistência a corrosão. Seu tratamento em comparação com o dos aços é certamente mais fácil, devido seu ponto de fusão ser menor.

Ligas tratadas podem ser utilizadas desde uma estrutura aeronáutica ou até mesmo em utensílios domésticos como a panela. O que difere uma liga da outra, são os elementos depositados nela e principalmente os tratamentos térmicos.

REFERÊNCIAS

ABAL – **Associação Brasileira do Alumínio. Guias Técnicos de Extrusão, Laminação, Tratamento Térmico.** 1ª edição, cursos, seminários e palestras técnicas. São Paulo, 2004.

ABAL – **Associação Brasileira do Alumínio. Guia técnico do alumínio: tratamento térmico do alumínio e suas ligas.** vol. 6. 2ª Ed. São Paulo, 2011.

VERRAN, G. O.; MORAES, A. C.; VERRI, A. A. Influência da composição química na resistência à corrosão em ligas de alumínio de fundição. In: **XV Seminário de Iniciação Científica da UDESC**, 2005, Joinville. Anais do XV Seminário de Iniciação Científica da UDESC. Joinville: UDESC, 2005. v.1.

ROSSI, Vilmar Luiz. **Influência da composição química e dos parâmetros de processo sobre a Resistência à corrosão em peças fundidas usando as ligas de alumínio 356 e A 356**. Dissertação (mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais) – UDESC, Joinville, 2004.

FREITAS, Paulo Sergio de; **Tratamento térmico dos metais: da teoria à prática / Paulo Sergio de Freitas.** – São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

REINKE, G. **Influência do tratamento térmico nas propriedades mecânicas de fios de alumínio liga usados em cabos condutores submetidos a ensaios de fadiga.** 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências Mecânicas) - Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Brasília, Brasília – DF.

ARAUJO, D. J. 21º - **ESTUDO DO ENVELHECIMENTO ARTIFICIAL DA LIGA DE ALUMÍNIO 7075. CBECIMAT** - Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais 09 a 13 de novembro de 2014, Cuiabá, MT, Brasil

SCHEID, MATERIAIS PARA ENGENHARIA. **A homogeneização visa a dissolução de microconstituintes, resultando em uniformidade química e distribuição uniforme de fases. Usar como referência cerca de 50 a 100ºC abaixo da temperatura eutética.** UFPR/2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

RODRIGUES, G. l.; **Efeitos dos tratamentos térmicos em ligas de alumínio**. UniRV. Rio Verde, 2015.

DUNIN, Gustavo Ferreira. **Estudo das variações de microestrutura e dureza da liga de alumínio A380 submetida aos tratamentos de recozimento, homogeneização e solubilização.** 2018

Couper, M. **Productivity and Quality Improvements by Using Continuous Homogenization for 6000 Alloy Billet.** Comalco Research & Technical Support. 1998; 212-216 .

ISBN 978-65-5629-077-5

REVISÃO TEÓRICA DE TRATAMENTOS TÉRMICOS NAS LIGAS DE MAGNÉSIO

Manoel Vitor Rodrigues de Souza[1]
Claudemir José Tavares[2]
Weslen Raian da Silva Santos[3]
Bryan Viletti Martin[4]
Thiago Guera[5]

Resumo: O magnésio está cada vez mais presente nas indústrias principalmente nas forjas e automobilísticas, devido a sua baixa densidade e sua resistência mecânica relativamente alta. Diante isto, vem sendo realizado diversos estudos a cerca das ligas de magnésio principalmente abordando os tratamentos térmicos em cima delas, contudo, ainda há dificuldade no quesito de sua conformação mecânica, ainda sim, justificando a alta quantidade de trabalhos e pesquisas sendo feita em cima das ligas de magnésio. Esta revisão teórica traz consigo a abordagem dos tratamentos térmicos a cerca das ligas de magnésio, com base no levantamento de dados de outros artigos, sites, trabalhos acadêmicos, dentre outros, apresentando as características, propriedades e microestrutura do magnésio e outras informações, para que de forma fluida se entre no contexto que diz respeito, inteiramente, as aplicações literárias, a cerca de dos tratamentos térmicos do magnésio. Tal abordagem é de suma importância para a inspiração de trabalhos que contribuam para ementa deste assunto que permeia os dias atuais.

Palavras-chave: Magnésio 1. Tratamentos térmicos 2. Ligas de magnésio

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente, a realidade da indústria é movida pela pressão da sociedade, onde as grandes companhias estão apresentando contastes investimentos em pesquisas, com o intuito de alcançar o objetivo de redução de peso nos componentes mecânicos de determinados produtos ou peças (SILLEKENS, et all. 2006). A substituição dos materiais utilizados são o melhor caminho para esta diminuição de peso segundo Gomes, (2012), que também afirma que cada vez mais os materiais ferrosos então sendo substituídos por ligas de compósitos polímeros, fibras compostas e ligas não-ferrosas de baixa densidade. Além disso, Gomes (2012), diz que entre os materiais chamados de "liga leve", estão as ligas de alumínio, titânio, e recentemente as de magnésio.

As ligas de magnésio possuem baixa densidade e boa resistência mecânica, assim como, é o 8° material mais abundante na natureza, contudo, para que se

[1] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[5] Professor Dr. Thiago Guerra – Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

obtenha estas ligasleves é preciso que o material passe pelo processo de fundição, o que diminui consideravelmente sua resistência mecânica, ainda mais quando comparadas com peças obtidas por conformação mecânica. A solução para este problema é o processo de conformação que se aplica com a baixa densidade do magnésio e com seu aumento de resistência ainda maior, ainda mais se somada com um tratamento térmico adequado otimizando suas propriedades mecânicas (SILLEKENS, et all. 2006). Contudo, as conformações mecânicas das ligas de magnésio são muito complicadas, devido sua baixa ductilidade em temperatura ambiente e em altas temperaturas podem desencadear corrosõeselevadas.

Diante estes fatores, atualmente, diversas empresas vêm levantando pesquisas e trabalhos acadêmicos em cima dos tratamentos térmicos das ligas de magnésio, com o intuito de analisar os resultados obtidos, proporcionar melhorias, hipóteses e sugestões de novas pesquisas. Além do mais, este artigo de revisão teórica abrange o tema de tratamentos térmicos das ligas de magnésio, com o objetivo de levantar alguns conhecimentos sobre esteassunto obtidas através de pesquisas de outros acadêmicos, professores, sites e profissionais, entre outros da área. Trazendo desde a história, propriedades, microestrutura e tratamentos térmicos nas ligas de magnésio aplicadas, para que após a absorção deste conteúdo se é possível obter grande entendimento das aplicações literárias neste trabalho citadas, como por exemplo o trabalho acadêmico de Gomes (2012), que foi de suma importância para este trabalho, e ainda outros trabalhos aqui são citados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRIA

Na literatura antiga o termo *Elektron* é muito utilizado para as ligas de Magnésio. Poiso nome elektron é histórico e de propaganda para as ligas, esse nome foi dado pelacompanhia alemã Chemische Fadrik griesheim no ano de 1908 (BLAWERT et al. 2004). Porém o seu primeiro sucesso de aplicação tem sido na indústria automobilística, que foi desenvolvido no ano de 1921, o grande passe veio após o processo de refino, sendo feito com o material ainda no seu estado de fundição, em 1923, no qual resultou em uma melhorasignificativa das propriedades metalúrgicas das ligas de magnésio fundido (BLAWERT et al. 2004). Em 1924, o magnésio passou a ser utilizado até mesmo na indústria de caminhão, após 1927 na Alemanha as ligas de magnésio começaram a ser feita em fundição sob pressão começou a ser produzida em massa, uma series de peças, como disco de rodas, caixa de mudança, em acabamentos da caixa de mudança entre outros (BLAWERT et al. 2004, p. 398).Essas aplicações obtiveram sucesso até por volta de 1939, mas após a segunda guerramundial, a utilização da liga de magnésio entrou em declínio, há alguns atrás voltou a ser estudada.

2.1.1 Magnésio na indústria

A preocupação mundial em relação as questões ambientais, tem conduzido

ISBN 978-65-5629-077-5

as buscas de soluções para que possa reduzir o consumo de combustível, e a emissão de gases poluentes ao meio ambiente pelos meios de transporte (AGHION, BRONFIM; ELIEZERB, 2001). Há casos que incluem a utilização de fontes que são renováveis, melhorias na eficiência dos motores, na aerodinâmica e redução de peso, sendo um excelente custo- benefício. As ligas de alumínio (AL) e de magnésio (Mg) são apresentadas como opções em função de baixos valores de densidade, além de que apresenta uma excelente usinabilidade e possibilidade de reciclagem (AGHION, BRONFIM; ELIEZERB, 2001).

O Magnésio e suas ligas são uma grande alternativa de interesse, mas precisamente na indústria automobilística, por apresentar entre os metais estruturais a melhor relação peso/resistência. A utilização do magnésio ligado ao alumínio e a outros elementos que permite melhorar algumas propriedades mecânicas. (KAINER, 2003).

2.2 O MAGNÉSIO

É um elemento químico relacionado na tabela periódica, cuja a simbologia é Mg, possui baixa densidade e estrutura cristalina hexagonal compacta. O Magnésio é um metal alcaliniterroso, integrante da família IIA, possui número atômico 12, o que significa 12 protónse 12 elétrons, consequentemente, possui massa atômica 24 (BRAGA, 2015). Ainda, é o 8° elemento mais abundante da crostra terrestre e o 3° mais abundante na água do mar.

2.2.1 Características das ligas de Magnésio

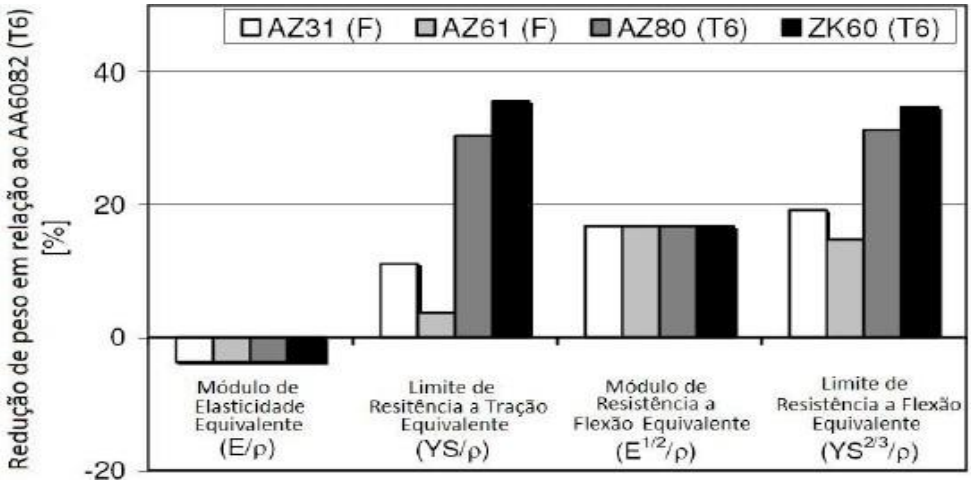
Os trabalhos desenvolvidos a partir das ligas de magnésio vêm alcançando grande notoriedade, se comparados com os materiais comumente utilizados no exercício industrial. De acordo com o trabalho de Friedrich (2006), setores como automobilístico e aeroespacial, já fazem bom uso desse material, uma vez que suas propriedades são de grande relevância, quando se trata de resistência mecânica.

O peso baixo é um dos fatores responsáveis pela crescente utilização das ligas de Magnésio em categorias que trabalham com alto desempenho, cujo o objetivo é produzir peças e ferramentas cada vez mais leve sem perder a resistência. Segundo Mordike (2006), a aplicação das ligas de magnésio ganhou espaço apenas em 1945, com a chegada da aviação comercial.

Ligas de Magnésio possuem densidade de 1.740 kg/m³, sendo capazes de sofrer mínima variação, dependendo das características do elemento de liga adicionado. Ainda assim, essa leveza fica bastante evidente quando comparada com a densidade do aço, que chega a ser de 7.800 kg/m³ ou até mesmo se equiparada com a de outros metais, também conceituados ligas leves, como por exemplo a do Alumínio que é cerca de 2.700 kg/m³ e a do Titânio que é aproximadamente 4.300 kg/m³ (ERICKSON, 1990). Logo, as ligas de Magnésio são ótimas alternativas para a construção de sistemas estruturais metálicos, os quais geralmente são submetidos a tensões de compressão e tração.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1: Comparativo entre ligas de Magnésio e a liga de alumínio AA6082



Fonte: ASM Metals Handbook ,1992.

De acordo com a *ASM Metals Handbook (1992)*, apesar de as ligas de magnésio apresentarem densidade bastante inferior em relação às outras ligas, ainda possuem elevadaresistência mecânica, sendo capaz de atingir valores entre 300 Mpa e 400 Mpa, conforme o tratamento aplicado. Na figura 1 pode ser visto uma comparação entre ligas metálicas.

2.2.2 Propriedades Mecânicas

Pelo fato de possuírem excelente relação peso/resistência, a aplicação das ligas de Magnésio se torna relevante em determinadas aplicações, já que sua resistência especifica é a mais elevada, se contraposta com ligas de Alumínio e Titânio e até mesmo com aços. Segundo Viehweger (2005), as ligas de Magnésio ainda possuem outra característica interessante que deve ser pensada, a diferença de comportamento mecânico que elas exibem. Nesse sentido, quando lhe são aplicadas uma tensão de tração, o limite de escoamento observado é consideravelmente maior do que quando se aplica uma tensão de compressão, conforme é demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Dados de propriedades mecânicas de algumas ligas de magnésio

Liga (tratamento)	Propriedades Mecânicas Típicas		
	σ_{esc} Tração (MPa)	σ_{esc} Comp. (MPa)	Alongamento (%)
AZ31 (F)	195	85	9
AZ31 (fundido)	-	38	21
AZ61 (F)	180	115	12
AZ 80 (T6)	250	185	5
AZ80 (fundido)	-	89	10
ZK 60 (T6)	270	170	11

Fonte: VIEHWEGER, 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

A família de ligas de Magnésio ostenta outra qualidade interessante, a alta eficiência em atenuar ruídos e vibrações, fator que a torna aplicável em sistemas de propagação sonora, como; envoltório de autofalantes e ambientes acústicos. Esta categoria também é utilizada como base para volantes de automóveis, uma vez que o estado normal de trabalho de um veículo exige movimento (KAINER, 2003).

2.2.3 Principais elementos presentes nas ligas de Magnésio

Após a chegada das ligas de Magnésio, elementos de liga são frequentemente acrescentados ao Magnésio puro, a fim de otimizar suas propriedades, sendo que um dos dispositivos mais utilizados para tal operação é o endurecimento por solução-sólida ou por precipitação (FIGUEIREDO, 2008). A tabela 2 apresenta os principais elementos que compõem as ligas de magnésio e o grau de interferência nas propriedades resultantes.

Tabela 2: Principais elementos de ligas e os efeitos em liga de magnésio

Elemento de Liga	Efeitos causados pelos elementos de liga
Alumínio	É o principal elemento de liga, isso pelo fato de ele elevar expressivamente o limite de resistência, por meio da formação da fase $Mg_{17}Al_{12}$ Quando presente em teores acima de 6% em peso, habilita a liga a ser tratada termicamente.
Zinco	Geralmente a utilização do zinco é acompanhada do Alumínio, com o objetivo de ampliar a resistência à temperatura ambiente. Por outro lado, se adicionado em teores maiores que 1% em peso, faz diminuir a
	ductilidade quando aquecidas, as ligas de Magnésio compostas por 7 a10% de Alumínio.
Terras Raras	Estas fazem elevar a resistência à fluência, já que produzem precipitados na zona de contornos de grão. Além disso, elevam a resistência à alta temperatura.
Silício	É utilizado com objetivo de melhorar a fundibilidade, no entanto reduz a resistência à corrosão com a presença de ferro.
Prata	Favorece o tratamento de envelhecimento.
Tório	Faz melhorar a soldabilidade de ligas com presença de zinco e aumenta a resistência à fluência quando em temperatura até 370°C
Cálcio	É adicionado a fim de reduzir a oxidação da liga e também refinar grão.

ISBN 978-65-5629-077-5

Berílio	Se mostra com baixa solubilidade, portanto, adições com teor de 0,001%em peso, reduzem a predisposição à oxidação superficial no decorrer do regime de fusão.
Manganês	Se arranja com o ferro, então é adicionado com finalidade principal de elevar a resistência à corrosão em ambiente aquático em ligas Mg-Al e Mg-Al-Zn. Porém, faz aumentar a tensão de escoamento.
Zircônio	Tem a função de refinar grãos em ligas de Magnésio
Ítrio	É acrescentado juntamente com diferentes terras raras, com o propósitode elevar a resistência à fluência em temperatura abaixo de 300°C.
Estanho	Geralmente adicionado na companhia do Alumínio, pois desse modo reduz a disposição a trincas a quente. Além do mais, favorece o forjamento e melhora a ductilidade da liga.

Fonte: FIGUEIREDO, 2008.

2.2.4 Nomenclatura/Classificação das ligas de magnésio

Para a maioria dos materiais que, por sua vez, formam estruturas metálicas, são atribuídas nomenclaturas artificiais para que seja possível estabelecer sua padronização, assim sendo, também foram estabelecidas nomenclaturas oficiais para as ligas de magnésio(GOMES, 2012). Para a definição desta padronização a relação utilizada é a estabelecida pela ASTM (American Society for Testing and Materials), que deste modo, diz que a padronização é formada por quatro caracteres: sendo os dois primeiros letras, que correspondem aos principais elementos químicos presentes na liga, e os dois últimos são caracteres que apresentam o percentual aproximado dos elementos mais relevantes presentes na liga (BRAGA, 2015). A tabela (3) apresenta a nomenclatura dos principais elementos presentes nas ligas de magnésio.

Tabela 3: Principais elementos presentes nas ligas de magnésio

A: Alumínio	B: Bismuto	C: Cobre	D: Cádmio
E: Terras raras	F: Ferro	G: Magnésio	H: Tório
K: Zircônio	L: Lítio	M: Manganês	N: Níquel
P: Chumbo	Q: Prata	R: Cromo	S: Silício
T: Estanho	W: Ítrio	Y: Antimônio	Z: Zinco

Fonte: GOMES, 2012.

Ademais, a terceira parte da nomenclatura se da a uma letra sequencial, que é atribuída por ordem de patente, que, assim, permite a diferenciação entre as ligas com o mesmo teor de elementos (BRAGA, 2015), assim como mostrado na tabela (4).

Tabela 4: Definição entre as ligas com o mesmo teor de elementos

A: primeira liga registrada na ASTM	D: liga de alta pureza

ISBN 978-65-5629-077-5

B: segunda liga registrada na ASTM	E: liga de alta resistência à corrosão
C: terceira liga registrada na ASTM	X1: liga não registrada na ASTM

Fonte: Autor, inspirado em Braga (2015).

Por fim, na quarta e última parte em conjunto à principal nomenclatura da liga, ainda, é comum se ver mais caracteres presentes, estes sendo os representantes do estado de fornecimento do material, apontando a presença de tratamentos térmicos e mecânicos (GOMES, 2012). A tabela (5) apresenta a nomenclatura dos estados de fornecimento das ligas de magnésio.

Tabela 5: Designação dos estados de fornecimento das ligas de magnésio

Caracteres atribuídos	Estado de fornecimento
F	Não Tratado
O	Recozido
H10 e H11	Levemente encruado
H23, H24 e H26	Encruado e parcialmente recozido
T4	Tratamento térmico de solubilização e envelhecimento artificial
T5	Envelhecimento artificial
T6	Tratamento térmico de solubilização e envelhecimento artificial
T8	Tratamento térmico de solubilização, trabalho a frio e envelhecido artificialmente

Fonte: GOMES, 2012.

Diante das informações, anteriormente, discutidas como exemplificação é escolhido uma liga conhecida, chamada de ZE41 A-T5 e delas extraídas as informações de que: possui uma liga com 4% de zinco e 1% de terras raras, respetivamente, em sua composição. Assim sendo, a letra "A" informa que é a primeira liga registrada na norma ASTM; e o T5 apresenta que sofreu tratamento térmico de envelhecimento artificial. Ademais, o percentual restante na liga de magnésio é correspondente à (95% de magnésio).

2.2.5 Microestrutura do Magnésio e suas ligas

A estrutura de um material sólido depende, essencialmente, da forma em que é formado seu arranjo estrutural dos seus átomos, íons e até moléculas (LIMA, 2012). Em grande parte dos metais utilizados na engenharia, principalmente, os metálicos, exibem estruturas geométricas bem definidas, assim, constituindo uma estrutura cristalina (CARAM, 2000).

A estrutura é uma repetição infinita ao longo do material, e pode ser representada por uma estrutura mínima e única, chamada de "célula unitária" (GOMES, 2012). Esta célula unitária fornece grande parte das características e propriedades presentes em um metal, em conjunto com seu processo de fabricação, como: por quais tratamentos o metal passou se foi extrudado, etc. (GOMES, 2012). Atualmente, é aceito que existem 14 tipos de células unitárias nos materiais

ISBN 978-65-5629-077-5

cristalinos e dentre estes 14 três são considerados os mais comuns entre as ligas de metais usados em componentes mecânicos, estas são: as estruturas "cubico de corpocentrado" (CCC), "cubico de face centrada" (CFC) e "hexagonal compacta" (HC) (LIMA, 2012,p.27). A tabela (6) mostra alguns metais estruturas de cada um destas estruturas cristalinas citadas.

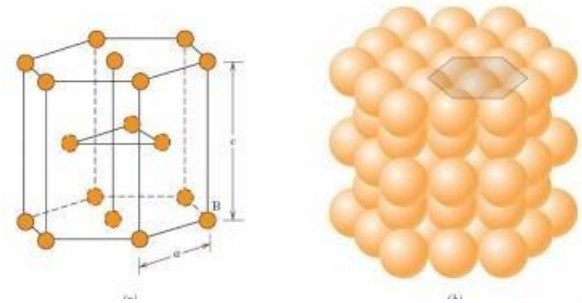
Tabela 6: Estrutura cristalina de alguns metais puros

Estrutura	Metal
CFC	Ag, Al, Au, Ca, Co-β, Cu, Fe-γ, Ni, Pb, Pd, Pt, Rh, Sr
HC	Be, Cd, Co-α, Hf- α, Mg, Os, Re, Ru, Ti- α, Y, Zn, Zr- α
CCC	Ba, Cr, Cs, Fe- α, Fe-δ, Hf-β, K, Li, Mo, Na, Nb, Rb, Ta, Ti-β, V, W, Zr-β

Fonte: GOMES, 2012.

Como informado na tabela (6) o magnésio (e suas ligas) possuem estrutura hexagonalcompacta (HC), que é obtida através da sobreposição de dois hexágonos sobrepostos, os dois tendo um átomo centrado em suas bases, sendo revezados por um plano intermediário constituídos por três átomos (LIMA, 2012), assim como pode ser visualizado na figura (7).

Figura 2: Estrutura (HC) dos metais



Fonte: CALISTER, 2002, 5ª Ed. LTC.

2.2.6 Aspectos da deformação das ligas de magnésio

São considerados três aspectos principais para a deformação das ligas de magnésio, sendo elas: temperatura, velocidade de deformação e deformação equivalente, sendo os três independentes, assim, é necessário otimiza-los visando a viabilidade dos métodos de transformação (CARDOSO, 2019). Nesse sentido, as ligas de magnésio possuem uma baixadeformabilidade na temperatura ambiente, o que restringe os processos de deformação à frio, contudo ainda é possível aplicar a deformação a frio, desde que a velocidade de deformação seja baixa e as deformações sejam pequenas. Ademais, o processo mais utilizado é a de deformação a quente, pois ao trabalhar com a ligas de magnésio acima da temperatura de 225 °C, o material tem um grande aumento em sua plasticidade facilitando a aplicação (ASMMETALS HANDBOOK, 1992).

2.3 O QUE SÃO TRATAMENTOS TÉRMICOS

Para Chiaverini (2008), tratamentos térmicos são uma sequência de procedimentos que tem como base aquecimento e resfriamento sob condições

ISBN 978-65-5629-077-5

controladas, aos quais um material é submetido, quando se busca caracterizar ou alterar suas propriedades. Conforme Pacheco (2007), a realização de tratamentos térmicos influencia positivamente as propriedades mecânicas do material e o seu comportamento ao longo de sua aplicação. De acordo com Silva (2016), a aplicação de tratamentos térmicos em determinados materiais é de extrema importância, quando se busca melhorar as suas propriedades, porém, estes procedimentos acarretam altos custos de produção e aumento do valor do produto. Aindacomo mostra Chiaverini (2008), diminuição de dureza, aumento de resistência mecânica, melhora de ductilidade e usinabilidade, são objetivos primordiais dos tratamentos térmicos.

2.4 TRATAMENTOS TÉRMICOS DAS LIGAS DE MAGNÉSIO

As ligas de magnésio apresentam uma baixa resistência a deformação, sendo necessário, nestes processos, a aplicação de deformação a quente. JOAO (2013), aponta outras propriedades interessantes como a capacidade de amortecimento e blindagem eletromagnética. Nestas ligas também se apresentam uma elevada reatividade superficial, baixa ductilidade, aspecto que limita sua domabilidade e baixa resistência em comparação a outros materiais como alumínio (JOAO, 2013).

Com isso, na otimização das características destas ligas, se encaixam os tratamentos térmicos que também são usados nos demais materiais metálicos, onde este vem para ajustar determinados aspectos que viabilizem sua elaboração e aplicação. BRAGA, (2015) nos aponta que, os tratamentos térmicos mais utilizados nas ligas de magnésio, quando se visa aumentar propriedades mecânicas da liga, como resistência ao impacto, são os tratamentos de solubilização e envelhecimento. Já o tratamento de recozimento, traz o alívio das tensões e homogeneização, quando o objetivo é formar um material para operações seguintes de processamento (BRAGA, 2015). Tais tratamentos podem ser combinados com trabalhos mecânicos para que adquiram propriedades especiais no material (BRAGA, 2015).

2.5 TIPOS DE TRATAMENTOS TÉRMICOS

Os tratamentos térmicos são diversos, sendo que cada um busca adicionar ou tirar propriedades de um determinado material.

2.5.1 Tratamento Térmico de Envelhecimento ou precipitação

Os tratamentos térmicos de envelhecimento constituem-se de uma série de procedimentos que têm como objetivo viabilizar o endurecimento por precipitação. Esse tratamento pode ser dividido em dois processos, o envelhecimento natural e o envelhecimento artificial sendo que no primeiro caso o material fica sujeito à temperatura ambiente e esse último decorre em temperaturas elevadas. De acordo com Martins (2008), o envelhecimento artificial é geralmente utilizado em ligas de Alumínio.

Com o intuito de conseguir ligas com alto nível de dureza, através da

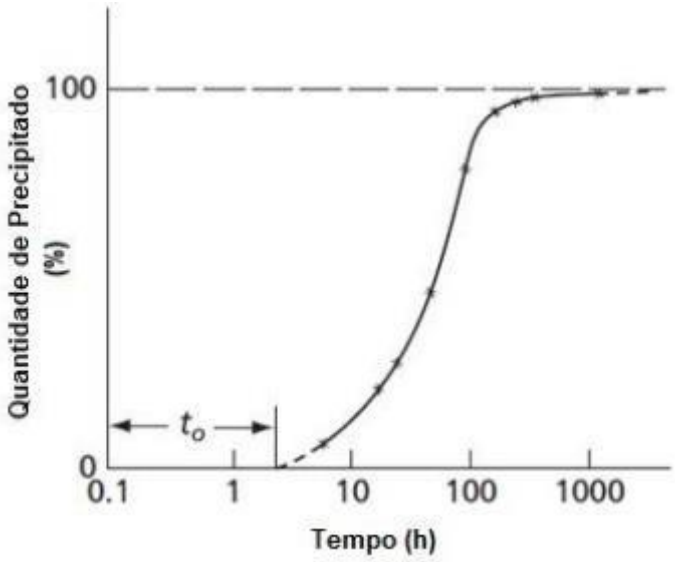
ISBN 978-65-5629-077-5

formação de precipitados finos e espalhados, o tratamento de envelhecimento é aplicado após o processode solubilização e arrefecimento. Para Martins (2008), com os precipitados dispostos dessa maneira, a discordância tem seu movimento dificultado no decorrer de uma deformação, pois tal situação exige que as discordâncias contornem os fragmentos de precipitados.

Por outro lado, para que os precipitados se formem é preciso que ocorra previamenteo aumento das partículas geradas pelo soluto após um processo de nucleação (REED-HILL, 2009). O aumento das partículas se dá após a difusão dos átomos do elemento incumbido de endurecimento, os quais se apresentam em solução sólida, para posterior constituição da partícula.

A figura 3 ilustra o progresso da precipitação em relação ao tempo. Para expressar asunidades de tempo foram utilizadas unidades logarítmicas pois, essa espécie de comportamento normalmente termina de forma vagarosa, mesmo que comecem bruscamente.

Figura 3: Quantidade de precipitado em relação ao tempo

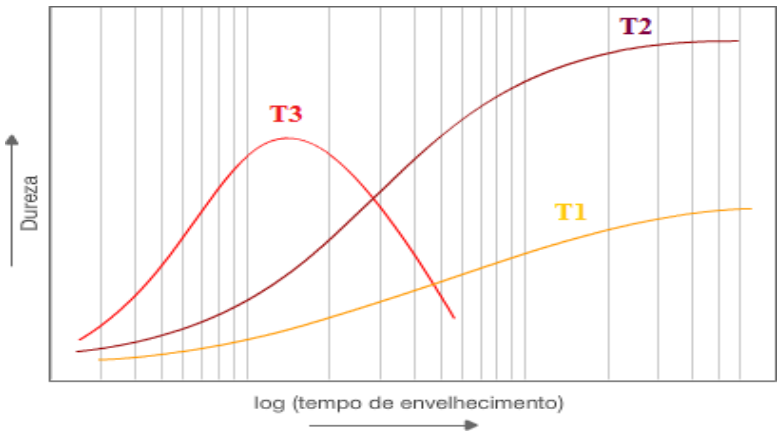


Fonte: REED-HILL, 2009.

Ainda conforme Ma (2006), a temperatura na qual o tratamento ocorre e sua composição influenciam diretamente a velocidade de precipitação. Nesta mesma linha, quando o processo de envelhecimento é executado por muito tempo em uma determinada temperatura, a liga perde uma percentagem significativa de dureza, episódio também conhecido como superenvelhecimento. Na figura 9 é possível observar o caráter da curva dedureza influenciado pela temperatura.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 4: Influência da temperatura sobre a curva de dureza.



Fonte: REED-HILL, 2009.

A figura 4 mostra os efeitos causados ao tratamento de envelhecimento submetido a três temperaturas diferentes. O traço T1 retrata o envelhecimento executado em baixa temperatura, logo o endurecimento se dá de maneira vagarosa. Já a curva T2 representa o tratamento de envelhecimento em temperatura média, onde o endurecimento ocorre dentro de um tempo coerente. Por fim, o traçado T3 corresponde ao processo de envelhecimento em alta temperatura, onde o endurecimento ocorre rapidamente em consequência da notável taxa de difusão (REED-HILL, 2009).

2.5.2 Deformação a quente

Para Nogueira (2021), entende-se que um material é trabalhado a quente quando sua deformação acontece acima da sua temperatura de recristalização. Dessa maneira, é exigidomenos esforço dos mecanismos de amaciamento e ainda sim, resultando em maiores deformações com mais facilidade. Para que produtos como tubos, perfis, chapas, dentre outros, sejam produzidos, os materiais metálicos são submetidos a fases de deformação a quente em alguma etapa do processo produtivo.

Conforme o trabalho de McQueen (1995), diversas alterações microestruturais acontecem enquanto no trabalho a quente, dentre eles; encruamento, recuperação e recristalização. O encruamento é um dos artifícios que favorecem a elevação da resistência mecânica do material no decorrer do processo de deformação. Sendo assim, o encruamentoé definido pela elevação na densidade do movimento na microestrutura do metal e pelo padrãode estrutura que os defeitos exibem (PADILHA, 2005). A recuperação e recristalização são técnicas aplicadas visando a restauração da microestrutura do metal, logo, de suas propriedades, até um estado similar ao que antecede o encruamento (McQUEEN; JONAS, 1976).

Se o amaciamento é realizado ao mesmo tempo que a deformação, o processo de restauração é nomeado dinâmico, mas se o amaciamento do material ocorre no período entre as deformações ou na sequência das deformações, o processo é chamado de estático. Para Jonas (1976), esses métodos de amaciamento constituem mecanismos de difusão, uma vez que essa prática busca

ISBN 978-65-5629-077-5

reverter a dureza elevada.

Condições de processamento do material como tipo de deformação e temperatura, influenciam diretamente a maneira como sucede o amaciamento do metal. Os materiais detentores de altos valores de Energia de Falha de Empilhamento (EFE), são propensos a amaciar quando submetidos a recuperação, por outro lado, os metais que ostentam baixos valores de EFE são amaciados preferencialmente por meio da recristalização. Para McQueene Jonas (1976), existe uma competição entre os dois regimes quando o amaciamento é realizado em metais com valores medianos de EFE, no entanto, a temperatura de trabalho contribuirá para a definição do mecanismo.

2.6 ENSAIOS MECÂNICOS

Ensaios mecânicos são métodos que se valem de esforços de tração, compressão, flexão, torção e cisalhamento, para assim, dimensionar as propriedades mecânicas e o comportamento dos materiais durante a sua aplicação. O tipo de ensaio mecânico a ser executado está relacionado à finalidade do material, aos esforços que ele será submetido e às propriedades mecânicas que se almeja conferir. Para Souza (1982), além de ser útil para analogia entre materiais, ensaios mecânicos acompanhados de análise química possibilitam avaliar o tipo, o histórico, método de fabricação e aplicação de certo material. Comumente, ensaios mecânicos são caracterizados pela simulação de aplicação de forças externas, a qualdeve reproduzir da forma mais fiel possível as reais condições de utilização do material. Assim, com base nos resultados obtidos, é possível determinar algumas propriedades do material, como por exemplo: o módulo de elasticidade, limite de escoamento, limite de resistência e ductilidade (CALLISTER, 2016).

2.6.1 Ensaios Mecânicos Destrutivos

Geralmente, os ensaios mecânicos destrutivos deformam parcial ou totalmente o material utilizado para teste (CALLISTER, 2007). Os ensaios de tração, compressão, torção, cisalhamento, flexão e flambagem, embora inutilizem a peça, são os mais aplicados em laboratórios. O objetivo desse modelo de ensaio é analisar e definir as propriedades
mecânicas de um determinado material, bem como, observar seu comportamento quando submetido a situações críticas. Logo, setores como metalúrgico, automobilístico, aeronáutico e petrolífero utilizam com frequência este padrão de ensaio.

2.6.1 Ensaio Mecânico de Extrusão

A extrusão é a execução de conformação mecânica, onde determinada massa sofre deformação ao ser pressionada contra uma "parede" e forçada a escoar por um orifício, que é chamado de matriz (SCHAEFFER, 1999). O formato da peça extrudada pode resultar na redução da área inicial, manter a forma, ou até gerar perfis complexos, dependendo do processo de produção (GOMES, 2012). Existem

ISBN 978-65-5629-077-5

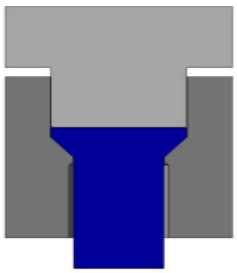
dois tipos de extrusão sendo eles:

- Processo de extrusão a quente: é realizado com o material acima da sua temperatura de recristalização. Conforme se eleva a temperatura, a deformabilidade do material é proporcionalmente favorecida, assim, reduzindo o tempo de trabalho e o esforço empregado pela máquina (PIRES, 2009).
- Processo de extrusão a frio: é aplicado no material com temperatura abaixo da temperatura de recristalização. No entanto, é um procedimento pouco utilizado já que,o material se torna bastante resistente à deformação, com isso o atrito entre material e máquina é bem maior, sendo necessário máquinas especiais.

2.6.1.1 Ensaio mecânico de extrusão indireta

Pode-se observar pela figura (10) que o material que é deformado (a região mais escura), sofre pressão do embolo, que o induz a sair pelo orifício, que é localizado no interiorda matriz (na região cinza escuro). Está abertura determina o formato do objeto extrudado, diante disto é de suma importância no processo de extrusão indireta (LIMA,2012).

Figura 5: Imagem ilustrativa de extrusão indireta



Fonte: LIMA,2012.

2.6.2 Ensaio mecânico de Dureza

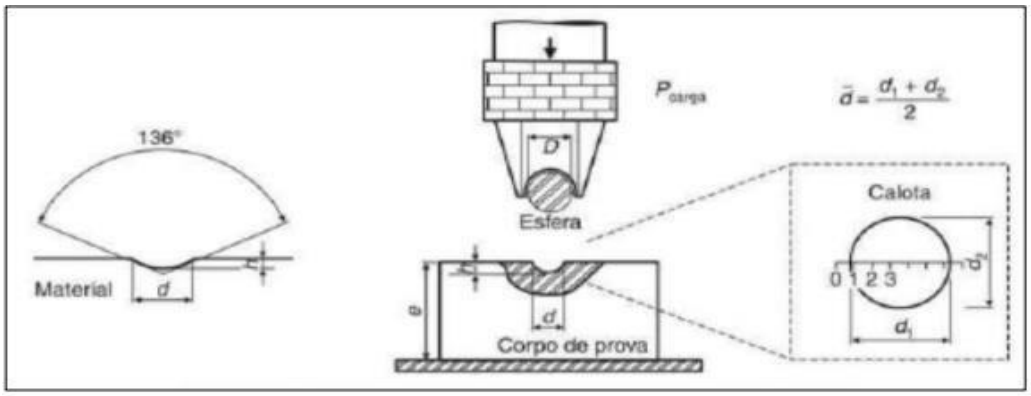
No ensaio mecânico de dureza é aplicada em um material sólido, com o intuito de identificar sua resistência a deformações permanente, que esta relacionada com a força de ligação de seus átomos (MORAIS, 2016). A dureza é medida de acordo com o teste realizado,podendo ser de dureza a risco, dureza à penetração dinâmica, sendo comunalmente usado em metais o ensaio de dureza a penetração (DIETER, 1982).

2.6.2.1 Ensaio de Brinell

O método de ensaio mecânico de Brinell consiste em endentar a matéria, por meio deuma esfera metálica endurecida, com cerca de 'D'mm de diâmetro e aplicar uma força de compressão, na superfície polida, limpa e plana (OLIVEIRA, 2019). A figura 6 a seguirrepresenta o ensaio de Dureza Brinell.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 6: Imagem ilustrativa de ensaio de dureza de Brinell

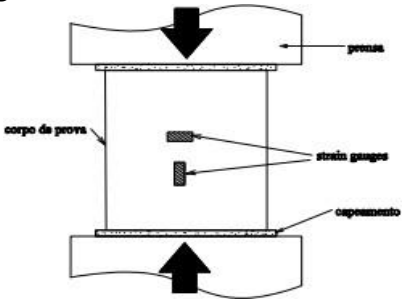


Fonte: Adaptado de Garcia, Spim e Santos (2013).

2.6.3 Ensaio Mecânico de Compressão

Em geral o ensaio de compressão consiste em avaliar a reação de uma amostra quando é comprimida, podendo ser aplicada em materiais cerâmicos, metálicos, polímeros, entre outros. Este ensaio consiste em um corpo de prova, normalmente cilíndrico, que é submetido à uma força axial. Conforme a figura 7 o CP é adaptado em meio a duas placas lisas, uma sendo fixa e outra movel, assim, prensando o CP o fazendo encurtar.

Figura 7: Imagem ilustrativa de ensaio de compressão



Fonte: GOMES, 2001.

Desta forma é possível medir a resistência à compressão, módulo de elasticidade,Tensão de Escoamento, Deformação sob Compressão da amostra em ensaio.

2.6.4 Metalografia

O ensaio metalográfico permite observar a microestrutura do material, assim possibilitando observar o seu desempenho microestrutural, como por exemplo na análise de grãos, pode-se determinar se é dúctil ou frágil (ROHDE, 2010). O ensaio metalográfico usa apenas uma sessão da peça, portanto é considerado destrutivo.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.7 O QUE SÃO ENSAIOS MECÂNICOS NÃO DESTRUTIVOS

Os ensaios mecânicos não-destrutivos servem, basicamente, para se obter uma gama de informações de determinado material, sem o comprometer o estragando ou o danificando,
ou seja, um ensaio mecânico é denominado não destrutivo quando não apresentar risco dedano permanente no material.

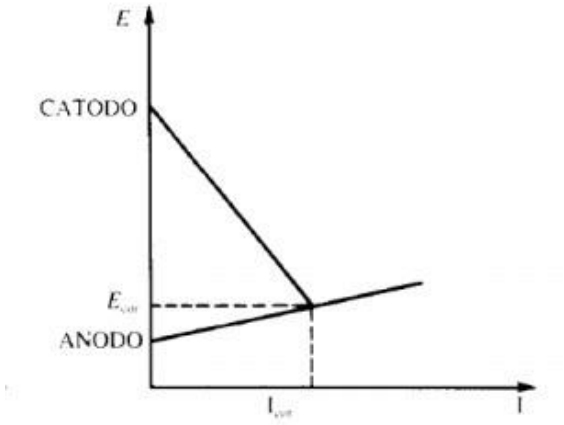
2.7.1 Espectroscopia de impedância eletroquímica (EIE)

A EiE é um ensaio que busca analisar a corrosão como um fenômeno eletroquímico, devido a este fato, tem maior confiabilidade (RIBEIRO, 2015). Esta técnica vem sendo utilizada em grande escala, atualmente, para a visualização de mecanismos de corrosão (SANTOS, 2012).

2.7.2 Polarização

Para Wolynec (2003), a polarização pode ser definida como o evento que gera mudanças no potencial de um eletrodo, no momento em que uma corrente elétrica passa porele. Nesse mesmo raciocínio, quando há uma pilha eletroquímica, o potencial do elétrodo negativo tende a diminuir, do mesmo modo que o potencial elétrico do elétrodo positivo tendea aumentar (GENTIL, 1996). Na figura 8 pode ser analisado o potencial de corrosão quando a pilha inicia o equilíbrio termodinâmico.

Figura 8: Diagrama de polarização.



Fonte: GENTIL, 1996.

A polarização é entendida por Araújo (1999), como sendo um modelo de resistência do elétrodo, quando submetido a uma corrente elétrica. A finalidade dos ensaios eletroquímicos é analisar qual o nível de variação do potencial do elétrodo, no instante em que a corrente elétrica passa por ele, sendo possível controlar a corrente e o potencial. As linhas presentes na representação gráfica são chamadas de curvas de polarização (DE BARROS, 2013).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.7.3 Polarização Potencio Dinâmica

O método de polarização potenciodinâmica é utilizado com o objetivo de conseguir curvas de polarização, por meio de varredura constante do potencial. Segundo Girão (2008), a varredura pode começar no potencial de corrosão determinado ao mergulhar o material na solução ou começar no potencial onde exista valor inferior ao potencial de corrosão. Desta maneira, é possível analisar o comportamento eletroquímico e gerar a curva de polarização de determinado material, através da varredura constante e do registro de corrente condizente (AMARO, 2006).No entanto, no plausível trabalho de Wolynec (2003) é possível observar que, este regime, em determinadas circunstâncias, como por exemplo em uma corrosão por pites, a súbita elevação da densidade de corrente não é considerada, tornando dificultoso estabelecer o potencial. Segundo o autor, por vezes o método de potenciodinâmica informa um potencialde pite errôneo, superior ao valor real.

2.7.4 Polarização Cíclica

Este é um método melhorado do ensaio de polarização potenciodinâmica, com um número menor de limitações (JUNIOR, 2016). Assim sendo, se difundiu de forma exponencial, sendo utilizado principalmente como ferramenta para examinar a possibilidade de corrosão em metais passiváveis, por meio das curvas de histerese no decorrer da polarização (CARDOSO, 2011). Então, para uma pesquisa mais completa sobre corrosão localizada e seu comportamento, o ensaio de polarização cíclica é o mais indicado (RIBEIRO, 2014). Desta forma, este ensaio, permite observar a reação das ligas ferrosas e não ferrosas diante da corrosão gerada por ataque químico. O processo em que a reação eletroquímica de certa liga, formada por metais ativos, fica propensa a se assemelhar à reação dos metais nobres, é chamado de apassivação (ARAÚJO, 1999). A aplicação da polarização cíclica é bastante útil quando se trata de avaliar a resistência ao pite de uma determinada liga, contudo, o ensaio édestrutivo (Book of ASTM,1976).

Com o uso desta técnica de polarização são obtidos indicadores eletroquímicos, dentreeles estão, potencial de pite; onde a ruptura do filme passivo acontece, e o potencial de repassivação; por sua vez retrata o limite entre a passividade estável e a não estável. Assim, à medida que a diferença entre o potencial de pite e o potencial de corrosão aumenta, consequentemente diminui a suscetibilidade do material à corrosão localizada (ARAUJO,1999).

2.8 APLICAÇÕES NA LITERATURA

No trabalho de Gomes (2012), é abordado o estudo dos parâmetros para a conformação das ligas de magnésio, pelo motivo de possuir baixa massa específica e boa resistência mecânica quando é processada de forma correta. No seu estudo foi utilizado o processo de extrusão direta e feitas três matrizes de configurações diferentes para o processo. As matrizes tiveram uma redução de 40% da área, e possuem diferentes ângulos de cone sendo de 30°, 60° e 90°. Ademais, foram

ISBN 978-65-5629-077-5

extrudadas 8 peças e metades destas peças foram submetidas a tratamento térmico T6. Foi analisado a influencia deste tratamento térmico na liga de magnésio AZ61, nas três diferentes condições dos corpos de prova (CP), por ensaio de compressão, metalografia e dureza por Brinell. Na análise registrou-se de força que a geometria que necessitou de menor carga foi a caracterizada como a angulo de cone de 90°, seguidos dos de 60° e 30°, identificando que a com o angulo de 30° necessitou de maior forçapara a extrusão. Também foi catalogado que houve uma diminuição das propriedades mecânicas em comparação ao material que não foi submetido ao tratamento térmico e o que foi. Com isto Gomes (2012), consegui os seguintes resultados: A diferenças de resultados em percentagem da tenção máxima foi de 7,3% para o angulo de 90°, 6,9% para o angulo de 60°e 12,5% para o angulo de 30°. No que diz respeito ao ensaio metalográfico Gomes, 2012 constatou que os tratamentos térmicos que foram aplicados procederam num coalescimento dos precipitados $Mg_{17}Al_{12}$, ainda mais, o magnésio apresentou crescimento de grão na em sua matriz, desta forma o fazendo perder propriedades mecânicas na peça entrudada.

Na obra de Fernandes, et al. (2018) é apresentado uma comparativa da resistência a corrosão da liga de magnésio AZ31, depois de tratada termicamente por solubilização e diferentes tempos de envelhecimento, também submetida a diferentes tipos de polarização cíclica de 3,5% de NaCl. Os CP's foram solubilizados a 440° ºC por 24 horas. Logo após a solubilização três amostras foram envelhecidas a 220 ºC por 12, 6 e 2 horas. Também foram realizadas análises microestruturas com o intuito de compreender as alterações microestruturas provenientes dos tratamentos térmicos. Os CP's foram submetidos ao ensaio de polarização cíclica com a intenção de ajudar com o efeito de resistência a corrosão alcançadas pelos tratamentos térmicos aplicados. Em seu trabalho Fernandes, et al. 2018 concluiu que na análise metalográfica observou-se em todas as amostras estudadas a presença de maclas, onde a ouve uma presença mais acentuada no CP solubilizado por 24 horas a 440 °C. Houve também um aumento no tamanho do grão nas amostras envelhecidasa 220 °C por 12 horas, no que diz respeito à de 6 e 2 horas. Também ouve aumento em suas microestruturas sendo nas amostras envelhecidas a 4 e 6 horas similares, já na envelhecida por 12 horas houve aumento significativo. Evidenciou-se que houve correlação nos valores de Ocp e Ecorr medidos para cada amostra não ocorrendo grandes variações entre si, indicando que os tratamentos térmicos efetuados não interferiram na resistência a corrosão da liga. E por fim Fernandes, et al. (2018) observou que a taxa de corrosão diminuiu em função ao aumento de tempo de envelhecimento, tal decréscimo teve ocorreu devido a diminuição da densidade de corrosão com a elevação dos tempos de corrosão dos CP's.

Em seu trabalho acadêmico Pereira, et al. (2012) aborda os efeitos de tratamentostérmicos T6, sobre a resistência a corrosão da liga de magnésio AZ91D. Os CP's foram solubilizados a 445 °C por 24 horas e sofreram tratamento térmico de envelhecimento a 200°C em tempos de 8, 16, e 24 horas, respetivamente. Também utilizou ensaios de espectroscopia de impedância eletroquímica e de polarização potenciodinâmica com soluçãode Hanks como eletrólito á 37 °C, com o tempo de imersão de 7 dias, para a observação de alterações microestruturais. Após a aplicação do tratamento de solubilização, os componentes eutéticos foram dissolvidos, deixando

ISBN 978-65-5629-077-5

apenas a matriz saturada com alumínio (fase α-Mg) e resíduos de βMg17Al12. Com o tratamento de envelhecimento, foram observados sedimentos abundantes de alumínio (β-Mg17Al12). Em fim Pereira, et al. (2012) teve os seguintes resultados: a amostra envelhecida por 16 horas apresentou melhor resistência a corrosão, a pôr 8h foi a menor e as tratadas por 16 e 24 horas tiveram valores próximos de impedância.

Guimarães, (2021) apresenta em seu trabalho três ligas de magnésio á ZK40, ZK40- 2CaO e ZK40-2Gd, e estuda a deformação plástica e a evolução microestrutural com relaçãoao comportamento de recristalização destas ligas, com propósito de analisar a influência da adição dos elementos de liga Gd e Ca na ZK40. Foram preparadas amostras e aquecidas a duas diferentes temperaturas 250 °C e 300 °C, que também foram comprimidas em duas taxas de deformações, sendo, 10^{-3} S^{-1} e 10^{-4} S^{-1}, até o momento em que os CP's atingirem 30% de deformação. Com isto Guimarães, (2021) analisou que o CP com a liga Ca na temperatura de 250 °C a 10^{-3} S^{-1} exibiu maior tenção de escoamento e máxima de compressão, seguido de 35 Mpa e 73,2 Mpa, na devida ordem. Ainda mais, está mesma liga, ZK40-2CaO com uma temperatura de 250 °C com uma taxa de deformação de 10^{-4} S^{-1} apresentou menor tenção de escoamento, tendo 13,6 Mpa. Além disso, a liga que exibiu a menor tenção de compressão foi a ZK40 com a temperatura de 300 °C e com uma taxa de deformação à 10^{-4} S^{-1}. E por fim identificou que houve recristalização dinâmica continua nas ligas e também não foi verificado recristalização descontinua durante o processo de deformação plástica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo de revisão teórica foi levantar dados sobre as aplicações de tratamentos térmicos nas ligas de magnésio, com uma tomada inicial voltada para o próprio magnésio explicando suas características fundamentais, sua história e aplicações nas indústrias. Evidenciando também sua grande característica e relevância devido ao fato de possuir baixa massa e relevante resistência mecânica. Foi apresentado as dificuldades que se possuem com o magnésio em forma de liga leve, devido ao fato de que para se chegar nesta liga é preciso passar pelo processo de fundição que, por sua vez, se torna inviável devido a grande perda de propriedades mecânica. Diante isto, foi mencionado que a solução seria o processo de conformação que tem extrema compatibilidade com o magnésio por ser uma liga de baixa massa percentual e soma à sua resistência mecânica, ainda mais se somada a um tratamento térmico para determinada situação. Em controversa, o processo de conformação do magnésio devido a sua baixa ductilidade em temperatura ambiente e em altas temperaturas desencadeia corrosões elevadas. Devido a estes fatores são realizados diversos estudos e levantamentos de informações sobra tratamentos térmicos das ligas de magnésio. Assim como no trabalho de Gomes, (2012) submeteu CP da liga de magnésio AZ61 através de um processo de conformação chamado extrusão direta e em seguida os levou a tratamento térmico T6, observando que os CP's tiveram os resultados para os CP's de 7,3% para o angulo de 90°, 6,9% para o angulo de 60° e 12,5% para o angulo de 30° e, ademais, observou o crescimento de grãos nas matrizes, fazendo-os perder propriedades mecânicas. Assim como o de Gomes, (2012), os outros

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalhos citados nesta revisão teórica são de suma importância, pois, através de seus resultados é possível perceber a relevância do estudo de tratamentos térmicos nas ligas de magnésio, para o futuro das empresas como as automobilísticas, construtoras, etc., e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

Annual Book of ASTM Standards, Part. 10, **American Society for Testing and Materials. ASTM G-46: Examination and evaluation of pitting corrosion**. Philadelphia. PA. 10 p. 1976.

Annual Book of ASTM Standards, Part. 10, American Society for Testing and materials. ASTM G-48: **Pitting and crevice corrosion resistance of stainless steels and relatedalloys by the use of ferric chloride solution**. Philadelphia. PA. 4 p. 1976.

Annual Book of ASTM Standards, Part. 10, American Society for Testing and Materials. ASTM G-46: **Examination and evaluation of pitting corrosion**. Philadelphia. PA. 10 p.1976.

ASM METALS HANDBOOK, Heat Treatment. V.04, 10th Edition, 1992.

ASM METALS HANDBOOK, **Properties and Selection Nonferrous Alloys and specialpurpose Materials.** V.02, 10 th Edition, 1992.

BLAWERT et al. **Automotive Aplications of Magnésium and its Alloys.** In: Trans inst.Met. Geesthacht, Germany: Institute for Materials Rsearch, n° 4, p. 398-401, maio 2004.

BRAGA. **Estudo do efeito de uns tratamentos térmicos na liga de magnésio AM60 undida sob preção**. São João del Rei: Minas Gerais, 2015.

CALLISTER, Jr., W.D.; **Materials Science and Engeneering**. 7° ed. New York: John Wiley& Sons, Inc, 2007.

CALLISTER Jr.,Willian T. – **Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução** – LTC.7ª Edição, Ed. Guanabara, 2012.

CALLISTER, Jr. W. D.; RETHWISCH, D. G.; **Ciência e Engenharia de Materiais: UmaIntrodução**. 9ª Edição, Grupo Editorial Nacional. 2016.
CARAM Jr., Rubens. Estrutura e Propriedades dos materiais. **Apostila da disciplina EM342.** Faculdade de Engenharia Mecânica, UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~caram/capitulo3.pdf>. Acessado em: 28 agos. 2021.

CARDOSO, Jorge Luiz. **Avaliação e comparação da resistência à corrosão por pites do aço super austenítico AL 6XN PLUS TM e dos aços inoxidáveis austeníticos da série AISI 304L, 316L e 317L**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado) -

ISBN 978-65-5629-077-5

Programa de Pós-graduação em Engenharia e Ciência de Materiais, Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Cap. 4.

CARDOSO. **Caracterização metalúrgica da liga de magnésio AZ61 deformada à quente.** Porto Alegre: Rio grande do sul, 2019.

CHIAVERINI, V., **Aços e Ferros Fundidos**, 7ª. Ed. São Paulo: ABM, 2008 DIETER, G. E. Metalurgia Mecânica. Metalurgia Mecânica, p. 282–321, 1982

DE ARAÚJO, C. R.; **Estudo do Comportamento Anódico do aço inoxidável ABNT 304com filme de interferência, em NaCl 3,5% e FeCl3.6H2O 6% p/v.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. PPGEM, 1999.

DE BARROS, A. P.; MOREIRA, F. L. **Influência do tempo de exposição à 475ºC na sensitização e nos potenciais de pitee de proteção do aço inoxidável super duplexUNS S32750.** Projeto de graduação. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

E. Aghion, B. Bronfin, D. Eliezer. **The role of magnesium industry in protecting the envioroment** . J. Mater. Process. Tech. 2001.

ENSAIO DE COMPRESSÃO FUNCIONAMNTO E FINALIDADE. **Materiais júnior.** 2021. Disponível em: < https://materiaisjr.com.br/ensaio-de-compressao/ >. Acesso em: 29 ago,2021.
ERICKSON, S., **Magnesium (Mg), properties and selection; non ferrous alloys andspecial-purpose materials.** Metals Handbook: ASM International. v. 2, p-1132 – 1135, 1990.

FERNANDES, et al. **Efeito da solubilização e envelhecimento na microestrutura eresistência a corrosão de magnésio AZ31.** Volta Redonda: Rio de Janeiro. 2018.

FIGUEIREDO, A. P.; **"Analise da solidificação de ligas de Magnésio para aplicação nafabricação de motores". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do sul. PPGEM, 2008.**

FRIEDRICH, H.E.; MORDIKE, B.L**. "Magnesium Technology Metallurgy"**, Design Data,Applications. Springer-Verlag, Berlin, 2006.

GARCIA, Amauri; SPIM, Jaime Alvares; SANTOS, Carlos Alexandre dos. **Ensaio dos Materiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2013. 365 p.

GIRÃO, I. F. **Caracterização da resistência à corrosão por pite do aço UNS S31803após soldagem.** 2008. 50f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais PPGEM, Universidade Federal do RioGrande do Sul, São Bernardo do campo, 2008.

ISBN 978-65-5629-077-5

GIRÃO, I. F. **Caracterização da resistência à corrosão por pite do aço UNS S31803 após soldagem**. 50f. Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais PPGEM, Universidade Federal do RioGrande do Sul, São Bernardo do campo, 2008.

GOMES. **Estudo do efeito de um tratamento térmico de envelhecimento na liga de magnésio AZ61 extrudada em condições diferentes de deformação.** Porto Alegre: RioGrande do Sul, 2012.

GOMES. **Simulação numérica do ensaio de compressão de prismas de alvenaria pelo método dos elementos finitos com comportamento de interace.** Florianópolis: Santa Catarina, 2001.

GUIMARÃES**. Efeito do Gd e do Ca na deformação a quente de ligas de magnésio ZK40**. São Carlos: São Paulo.

JOÃO. **Análise das propriedades mecânicas e metalúrgicas da liga de magnésio AZ91forjado a frio.** Porto alegre: RS.

JUNIOR, A. G. S.; **Um estudo da influência de tratamentos de passivação na resistência à corrosão por pites de exemplares das cinco famílias de aços inoxidáveis.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande. PPGEM. 2016.

KAINER, K.U.: Magnesium - Alloys and Technologies. Willey-VCH. Aleman
Kainer, Magnesium - **Alloys and Technology**, WILEY-VCH Verlag Gmbh & Co. KG aA,Weinheim 2003.
.
LIMA, D. R. S**.; "Desenvolvimento e controle de processos de conformação da liga demagnésio AZ61".** Tese para obtenção do título de Doutor em Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PPGEM, 2012.

LIMA. **Desenvolvimento de processos de conformação da liga de magnésio AZ61.**
Porto Alegre: Riu Grande do Sul, 2012.

Ma, S. (2006). **A methodology to predict the effects of quench rates on mechanical properties of cast aluminum alloys**. Tese de doutoramento em Ciência e Engenharia deMateriais. Worcester Polytechnic Institute. pg.119.

MARTINS, M. M. M.; **Estudo do Comportamento das Ligas de Alumínio 6061 e 6082**.Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro. Portugal. Aveiro, 2008.

McQUEEN, H. J., JONAS, J. J. **Recovery and Recrystallization During High TemperatureDeformation.** Materials Science and Technology, vol. 6, p393s-493s, 1976.

ISBN 978-65-5629-077-5

McQUEEN, H. J., YUE, S., RYAN, N. D., FRY, E. Hot Working Characteristics of Steels inAustenitic States. Materials Processing Technology, vol. 53, p293s-310s, ago. 1995.

McQUEEN, H. J., YUE, S., RYAN, N. D., FRY, E. **Hot Working Characteristics of Steels inAustenitic States. Materials Processing Technology**, vol. 53, p293s-310s, ago. 1995. M**echanical properties of cast aluminum alloys.** Tese de doutoramento em Ciência eEngenharia de Materiais. Worcester Polytechnic Institute. pp.119.

MORAIS, V. S. **Projeto e Construção de Charpy Utilizando a Modelagem Numérica da Plataforma Ansys no Estudo Comparativo Entre Ensaios Numéricos e Práticos a Partirde Diferentes Propriedades Mecânicas de Materiais Compósitos**. p. 179, 2016.

NOGUEIRA, T. C.; **"Comportamento mecânico do aço AISI 41B30 na deformação a quente".** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. PPGEM, 2021.

OLIVEIRA. **Caracterização mecânica do alumínio reciclado como fundido**. Caraúvas,Rio Grande do Norte, 2019.

PACHECO, P. M. C. L.; SOUZA, L. F. G.; **Modeling of quenching process in steel cylinders, Mechanics of Solids in Brasil – Brasilian Society of Mechanical Sciencesand Engineering**. 2007.

PADILHA, A. F., SICILIANO Jr., F. **Encruamento, recristalização, crescimento de grão etextura**, Editora ABM Livros, 2005. 161p

PIRES, J. C. M. T.; **Optimização do processo de extrusão de perfis cilíndricos ocos numa liga AA6082**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade doPorto. 2009.

PEREIRA, et al. **Efeito de tratamento de envelhecimento sobre a resistência à corrosãoda liga de magnésio AZ91D.** Rio de Janeiro. 2012.

POLMEAR, I.J, Light Alloys: From Traditional Alloys to Nanocrystals. Butterworth-Heinemann. 4th ed., 1996.

REED-HILL, R. E, ABBASCHIAN, R, ABBASCHIAN, L.; **Physical Metallurgy Principles.** Fourth Edition, Cengage Learning, ISBN-13: 978-0-495-08254-5, ISBN-10: 0-495-08254-6,2009.

ROHDE. **METALOGRAFIA DE AMOSTRAS Uma abordagem pratica Versão-3.0**. Santo
Ângelo: Rio Grande do Sul, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

D.V. RIBEIRO. **Uso da Espectroscopia de Impedância Eletroquímica (EIE) para monitoramento da corrosão em concreto armado.** Salvador: Bahia, 2015.

I.S. SANTOS. **Estudos sa estabilidade do conjunto membranaeletrodo (MEA) por espectroscopia de impedância eletroquímica (EIE) variando a composição da camadacatalisadora de células a combustível do tipo PEM.** Manaus: Amazonas, 2012.

SCHAEFER, L. **Conformação mecânica.** Imprensa Livre. Porto Alegre. 1999.

SILLEKENS, W.H.; LETZIG, D. **The MagForge Project: European Community Researchon Forging of Magnesium Alloys.** Proceedings of the 7th International Conference on Magnesium Alloys and their Applications. Pg. 99 - 1005. Dresden, Alemanha, 2006.

SILVA, Douglas. **Estudo da Cinética de Envelhecimento e das Propriedades Mecânicasdas Ligas de Alumínio 6061 e 7075 Tratadas Termicamente**. 2016. 67 f. Trabalho de
conclusão de curso – Programa de Graduação em Engenharia de Materiais, UniversidadeTecnológica Federal do Paraná. Londrina, 2016.

SOUZA, S. A.; **Ensaios mecânicos de materiais metálicos: fundamentos teóricos epráticos**. 5° edição, 1982, 17° reimpressão-2019, Editora Edgard Blucher.

VIEHWEGER, B., KARABET, A., DURING, M., SCHAEFFER, L.; **Forging of Mg-Alloys AZ
31 and AZ80.** Mat-wiss, u. Werkstofftech. 36, 211-217, 2005.

WOLYNEC, Stephan. **Técnicas Eletroquímicas em Corrosão**. São Paulo: Edusp, 2003.

ISBN 978-65-5629-077-5

FERRO FUNDIDO

Cesar Junior de Oliveira[1]
Fernanda Moreira Machado da Silva[2]
João Gabriel Falcão Rocha[3]
Thiago Guerra[4]

Resumo: O presente trabalho foi feito com o objetivo de definir os tipos de ferro fundido, descrever as possibilidades de usinabilidade e soldabilidade do ferro fundido, analisar e discorrer sobre o diagrama de fase de ferro carbono com foco no ferro fundido e mostrar individualmente o uso de cada um dos tipos de ferro fundido.

Palavras-chave: Ferro Fundido. Usinabilidade. Soldabilidade. Diagrama. Transformações.

1. INTRODUÇÃO

As abordagens nesse resumo evidenciam por meio de pesquisas em artigos mais recentes sobre o assunto, alguns tópicos estudados e aprofundados sobre o ferro fundido, neste breve resumos iremos apresentar os tipos de ferro fundido, sendo eles: ferro fundido cinzento, ferro fundido anelar, ferro fundido branco e ferro fundido vermicular.

Tem-se o conhecimento de que o ferro fundido teve seu início em meados de 1200 A.C. Já nessa época, existia o conhecimento sobre o processo de ligas metálicas com o uso de calor, devido a "Era do bronze" chamada ainda na época de "Idade dos metais", contanto, para criar o ferro fundido, necessitava alcançar altas temperaturas.

Após vários testes, ainda no final da "Idade dos metais", foi alcançada a meta, adicionando carbono as ligas de forma que obtivesse ao final o ferro fundido, com isso, ao passar dos anos foram aprimorando o processo, obtendo vários outros tipos de ferro fundido.

Depois de perceberem, que podiam adicionar outros elementos, criando a partir daí, outros tipos de ferro fundido, que através de um estudo definiu a aplicação de cada tipo especifico de ferro fundido, suas características e formas estruturais, além de seus diagramas de fase, soldabilidade e as transformações de fases.

Atualmente o ferro fundido têm estabelecido sua relevância no meio da indústria, da engenharia e da ciência dos materiais, sendo modificado de acordo com sua aplicação, qualidade requerida e com a relação custo x benefício do mercado atual, onde é necessário investir em tecnologias e métodos para reduzir custo, peso, tempo e mão de obra dos produtos fabricados.

[1] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro UniversitárioUNIVEL.
[2] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro UniversitárioUNIVEL.
[3] Acadêmico da graduação em Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro UniversitárioUNIVEL.
[4] Professor Dr. Atua no Centro Universitário Univel nos cursos de Engenharias.

ISBN 978-65-5629-077-5

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 TIPOS DE FERRO FUNDIDO

2.1.1 Ferro fundido cinzento

As propriedades dos ferros fundidos dependem do tamanho, da quantidade e distribuição das lamelas de grafite e da estrutura da matriz. Estes fatores dependem da composição química, em particular do seu conteúdo de carbono (C) e de silício (Si), e também de variáveis inerentes ao processo, como a forma de fundição, inoculação e a taxa de arrefecimento [5,6] O ferro fundido cinzento apresenta uma excelente aptidão à maquinagem e boa resistência ao desgaste por atrito, devido ao facto de a grafite atuar como lubrificante. Apresenta uma alta capacidade de amortecimento de vibrações e resistência à corrosão. (ESV MARQUES, 2018).

Tabela 1: Propriedades mecânicas típicas dos ferros fundidos cinzentos.

Propriedades mecânicas	
Resistência mecânica (MPa)	152-431
Resistência à compressão (MPa)	572 - 1293
Dureza Brinell (HB)	156-302
Alongamento (%)	2-20

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. P15.

Tabela 2: Composição quimica típica do ferro fundido cinzento

Composição	C	Si	Mn	P	S
química (%)	2,5-4	1-2,8	0,2-1	0,002-1,0	0,002-0,25

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. P15.

2.1.2 Ferro fundido branco

O ferro fundido branco tem um baixo conteúdo de silício (Si) (tabela 5), em comparação com ferro fundido cinzento, e pode conter elementos que estabilizam o carbono, como o crómio (Cr). Quando arrefecido rapidamente na fundição, a formação de grafite não ocorre, o carbono está presente como cementite e não como grafite, e a microestrutura consiste em carbonetos de ferro e austenite numa matriz eutéctica. (ESV MARQUES, 2018).

Tabela 3: Propriedades Mecânicas do ferro fundido branco

ISBN 978-65-5629-077-5

Propriedades mecânicas	
Resistência mecânica (MPa)	200-410
Resistência à compressão (MPa)	-
Dureza Brinell (HB)	351-500
Alongamento (%)	Muito baixa

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p.19.

Tabela 4: Composição quimica do ferro fundido branco.

Composição	C	Si	Mn	P	S
química (%)	1,8-3,6	0,5-1,9	0,25-0,8	0,06-0,2	0,06-0,2

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p.19.

2.1.3 Ferro fundido maleável

O ferro fundido maleável é produzido através do amaciamento do ferro fundido branco, que converte os carbonetos primários em carbono temperado. Esta formação tem dois requisitos: a grafite não se deve formar durante a solidificação do ferro fundido branco, e a grafite já deve estar formada durante o tratamento de recozido de amaciamento. Este recozido é seguido de tratamentos térmicos adicionais, que produzem a matriz desejada (ferrítica ou perlítica).

O rendimento do metal vazado é mais baixo do que no caso do ferro fundido cinzento. Por este motivo, só é utilizado para peças que exijam espessuras finas. Pode competir com o ferro fundido nodular em todas as aplicações que exijam pouca espessura, como em peças como canalizações. O ferro fundido maleável, tal como o ferro fundido dúctil, possui uma considerável ductilidade e tenacidade, devido à combinação de grafite nodular com uma matriz de baixo carbono. O ferro fundido maleável exibe alta resistência à corrosão, excelente maquinalidade, permeabilidade magnética e boa resistência à fadiga. (ESV MARQUES, 2018).

Tabela 5: Propriedades Mecânicas do ferro fundido maleável

Propriedades mecânicas	
Resistência mecânica (MPa)	276-724
Resistência à compressão (MPa)	1350-3600 (matriz perlítica)
Dureza Brinell (HB)	110-156 (ferrítica) 149-321 (perlítica)
Alongamento (%)	1-10

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p. 20.

Tabela 6: Composição química do ferro fundido maleável.

ISBN 978-65-5629-077-5

Composição	C	Si	Mn	P	S
química (%)	2,2-2,9	0,9-1,9	0,15-1,2	0,02-0,2	0,02-0,2

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p. 20.

2.1.4 Ferro fundido maleável com nucleo branco

O ferro fundido maleável de núcleo branco (figura 12) é originado a partir do recozido de amaciamento, que consiste numa combinação de descarbonização e de grafitização, realizados numa atmosfera oxidante. Este ferro possui características semelhantes às de um aço de baixo carbono, podendo ser soldado [2]. Como possui ferrite, a sua fratura é de cor branca, justificando a sua designação. (ESV MARQUES, 2018).

Figura 1: Microestrutura ferro maleável de núcleo branco.

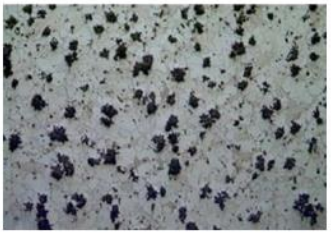


Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p. 21.

2.1.5 Ferro fundido maleável de núcleo negro

Para se obter este tipo de ferro fundido maleável, recorre-se a um recozido de amaciamento numa atmosfera neutra, em que a cementite se decompõe em ferro e carbono, o qual origina uma grafite vermicular. A resistência mecânica, aliada a uma boa tenacidade e ductilidade, permite utilizar estes ferros em peças para a indústria automóvel, tais como conexões para tubulações, bielas e cubos de rodas. (ESV MARQUES, 2018).

Figura 2: Microestrutura ferro maleável de núcleo negro



.

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. P21.

2.1.6 Ferro fundido dúctil ou nodular

ISBN 978-65-5629-077-5

O ferro fundido nodular tem origem na fusão de material metálico, tal como sucata de aço, retornos, gitos e lingotes. Estes materiais são pesados, e será o seu peso e a sua composição química que ajudarão na escolha dos aditivos (grafite, carboneto de silício e ferro-silício), de modo a se corrigir os teores de carbono (C) e de silício (Si) [15]. A percentagem de sucata de aço na carga é de 60% a 65%, no máximo, devendo os retornos e os lingotes perfazer o restante. Valores mais elevados de sucata de aço originam cementite. A utilização de maior percentagem de retornos e lingote contraria esta tendência. (ESV MARQUES, 2018).

Tabela 7: Propriedades mecânicas ferro fundido nodular.

Propriedades mecânicas	
Resistência mecânica (MPa)	345-827
Resistência à compressão (MPa)	359-920
Dureza Brinell (HB)	143-302
Alongamento (%)	2-20

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p.24.

Tabela 8: Composição quimica do ferro fundido maleável.

Composição	C	Si	Mn	P	S
química (%)	3,0-4,0	1,8-2,8	0,1-1,0	0,01-0,1	0,01-0,03

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p. 22.

2.1.7 Ferro fundido austemperado ou de alta resistência

O ferro fundido austemperado possui uma matriz austenitica e ferrítica, originando a ausferrite. É um material novo, que ganhou reconhecimento devido à combinação da resistência mecânica (850-1400 MPa) e ductilidade (4-10%), propriedades comparáveis com as dos aços. (ESV MARQUES, 2018).

Tabela 9: Composição quimica do ferro fundido austemperado.

	C	Si	Mn	Pb	Sn	O
Composição química (%)	3,4-4	2,0-4,0	0,35% a) 0,50% b)	0,025-0.06	0,02	50 ppm

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p.27.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 10: Propriedades mecânicas ferro fundido austemperado.

	Após fundição	Austemperado a 300°C por 1 h	Austemperado a 375°C por 1 h
Resistência mecânica (MPa)	475	1165	1105
Dureza Brinell (HB)	19	1	9
Alongamento (%)	160	450	320

Fonte: Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450, ESV Marques, 2018. p.29.

2.1.8 Usinabilidade do Ferro fundido

A usinabilidade dos ferros fundidos depende da composição química e da microestrutura. A redução do teor de carbono causa o aparecimento de carbono livre, fragilizando a matriz e como consequência prejudica a usinabilidade; isso significa que as ferramentas de corte devem ter boa resistência ao desgaste para garantir alta produtividade.

O aumento no teor de silício causa a diminuição de APC e assim melhora usinabilidade do material; o aumento do teor de perlita torna a região branca mais dura e reduz a usinabilidade do material (Da Silva, 2001). Sempre que uma operação de usinagem é realizada, o objetivo principal é produzir componentes com o máximo de funcionalidade a baixo custo e alta produção. Em outras palavras, isso significa que cada peça ou conjunto de um produto final seja feito de acordo com as especificações definidas quanto às dimensões, forma e acabamento da superfície.

Na maioria das vezes esse objetivo não é tão fácil de ser alcançado e vários problemas ocorrem porque muitas variáveis do processo produtivo são ainda desconhecidas ou pouco exploradas. (SENAI, 2000). Existem vários conceitos para o termo "usinabilidade", mas o mais aceito em Usinagem é aquele que o define como sendo uma grandeza que indica a facilidade ou dificuldade de se usinar um material (Machado e Da Silva, 2004). (ESV MARQUES, 2018).

Além de quantificar a facilidade ou dificuldade de se usinar um certo material, a usinabilidade é também usada para quantificar o desempenho das ferramentas de corte e geometria das ferramentas, principalmente em termos de vida de ferramenta, como também a performance de fluidos de corte durante as operações de usinagem. Outras variáveis tais como as forças de usinagem, energia requerida na usinagem, acabamento superficial, taxa de desgaste da ferramenta, temperatura de corte, controle do cavaco são também geralmente consideradas como medida de usinabilidade. (ESV MARQUES, 2018).

A tabela 1 mostra a classificação média de usinabilidade para diferentes tipos de ferro fundido. O ferro fundido cinzento perlítico, especificado com uma classificação de 100%, fornece uma base para comparação.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 1: Taxa de usinabilidade do ferro fundido (dados médios)

Material	Condição	Grupo de Material*	Usinabilidade (%)
Ferro Fundido Cinzento	Ferrítico	15	130
	Perlítico	16	100
Ferro Fundido Nodular	Ferrítico-Perlítico	17	75
	Perlítico	18	70
Ferro Fundido Maleável	Ferrítico	19	115
	Perlítico	20	93
Ferro Fundido Vermicular (CGI)		~17	80
Ferro Dúctil Austemperado	Macio	~10	80
	Endurecido	41	35
Austenítico Resist. Ni			90
Ferro Fundido Coquilhado	HB 400-440	40	50
Ferro Fundido Endurecido	HB 550-600	41	25

*Grupo de Material conforme VDI 3323 standard

Fonte:https://www.cimm.com.br/portal/artigos/20201-os-desafios-por-vezes-inesperados-da-usinagem-de-ferro-fundido <Acesso em: 14 de setembro de 2021>

A seleção da ferramenta de corte mais adequada para a usinagem de ferro fundido deve basear-se num estudo detalhado do tipo de ferro fundido e sua dureza. Os especialistas em aplicação de ferramentas de corte precisam ser totalmente precisos ao especificar características do ferro fundido destinado à usinagem.

Por sua vez, os fabricantes de ferramentas de corte fazem todos os esforços possíveis para encontrar as soluções mais eficazes para usinagem de ferro fundido, levando em consideração a diversidade do mundo do ferro fundido. (Petrilin, 2020).

Pastilhas fabricadas a partir da classe IS8 de nitreto de silício (Si3N4), garantem o aumento da velocidade de corte em até 3 vezes e proporcionam excelente acabamento superficial. No torneamento, velocidades de cortes até cinco vezes maiores são possíveis de serem obtidas quando usando pastilhas de nitreto de silício revestidas com CVD, mesmo em operações de desbaste. (Petrilin, 2020)

A usinabilidade varia muito entre os ferros fundidos, pois o ferro fundido branco (cheio de carbonetos duros e abrasivos) tem uma usinabilidade da ordem de dez vezes menor do que o cinzento. (Diniz, 2000). O ferro fundido forma cavacos de ruptura, enquanto os maleáveis e os nodulares formam cavacos longos. Geralmente a usinagem de ferro fundido cinzento é realizada a seco.

Nos ferros fundidos existem alguns elementos que influenciam na sua usinabilidade, uns melhoram e outros prejudicam a usinabilidade destes materiais. Os elementos que formam carbonetos (cromo, cobalto, manganês, molibdênio e vanádio) prejudicam a usinabilidade enquanto os elementos grafitizantes (silício, níquel, alumínio e cobre) auxiliam na usinabilidade.

2.1.9 Soldabilidade

Solda em nossa área é um ponto muito importante em nosso cotidiano, porém é algo muito complexo e cheio de detalhes que variam de material a material, ele exige um bom conhecimento para poder fazer uma solda resistente aos esforços aplicados a nossa peça específicos

ISBN 978-65-5629-077-5

Solda é muito usual para fabricação e manutenção, pois e o invés de fundir algumas peças em especifico é melhor soldar ela pelo custo benefício, porém as peças de ferro fundidos tem alguns problemas com resfriamento das peças pois se o ferro fundido tiver queda rápida demais ele pode chegar a ter trincas que prejudicam a parte estrutural das peças por isso é muito importante ter noção do que vai fazer quando for soldar, cuidar com a temperatura do material especifico, á temperatura das peças e o consumível que será utilizado para ter uma solda boa.

2.1.10 Eletrodos para soldar ferro fundido

RCI: para oxido acetilênico
ECI: um eletrodo revestido com núcleo de ferro fundido
EST: eletrodo revestido com núcleo de aço, esse eletrodo é utilizado para soldas que não serão necessário fazer um usinagem nessa peça, pois deixa a região da solda com uma dureza bem alta.
ENI: eletrodo revestido com núcleo de níquel, usual para soldas onde o material será usinado, tendo um resultado na solda mais maleável de se trabalhar.

Cada um desse eletrodos tem uma forma de ser utilizado aquecendo ou não a peça, com um teor de resfriamento entre ouras coisas. Pré-aquecimento é usual quando posto peças em um forno por um determinado tempo variando a temperatura para o material, como por exemplo o pré aquecimento a 400 graus Celsius, e deve ser mantido nessa temperatura durante a soldagem para não alterar tanto a estrutura do material, melhorando a tenacidade da solda.

Já solda sem pré-aquecimento seria mais para peças pequenas que aquecem rapidamente pelo seu tamanho dissipando muito rápido o calor na peça, e com isso tem um certo modelo que deve ser feito para soldar assim, com cordões menores e resfriados lentamente e em peças grande com menor temperatura na região da solda, com amperagem mais baixa e eletrodo mais fino. Mas também acontece muitas coisas na soldagem como reações, como tempera, tensão térmica, trincas a quente e tricas a frio, porosidades.

Têmpera: Ocorre pela temperatura empregada no local da solda assim fazendo com que a estrutura molecular da peça seja afetada, todos matérias tem uma zona '' segura'' para que não aconteça uma formação de austenita que endurece a profundamente a peça e além dessa dureza produzindo trincas na peça

Tensão térmica: Isso demostra a o aquecimento ou resfriamento da peça muito rápido fazendo com que o material se destorça a ponto até trincar quente ou até após quando a peça esfriar.

Trincas a quente: Acontece normalmente no material de adição por ser posto muito quente em uma peça relativamente fria o material adicionado se resfria muito rápido e ocorre a trinca.

Trincas a frio: trincas que ocorre logo após o resfriamento da peça por descontinuidade.

Porosidades: acontecem quando o material base está com algum tipo de sujeira ou até mesmo o eletrodo contaminado. A soldadura em ferro fundido serve essencialmente para reparar defeitos que ocorreram durante o processo de fundição (porosidades, inclusões de areia, rechupes), antes de estas entrarem no seu ciclo de

ISBN 978-65-5629-077-5

serviço, ou para manutenção corretiva de peças já aplicadas. Como tal, é necessário que a junta soldada possua características semelhantes ou superiores às do ferro fundido nodular, que serve como material base das peças. (ESV MARQUES,2018).

A soldadura utilizada pode ser dividida em três grupos, as soldaduras de construção, manutenção e produção. As soldaduras de construção, embora sejam pouco utilizadas são usadas para obter peças com grande complexidade. As soldaduras de manutenção, são empregadas quando é necessário a reparação de uma peça que sofre alguma avaria causada pelo desgaste, e as soldaduras de produção são realizadas para recuperar defeitos ocasionais no processo de fundição, como porosidades e fissuras. Conclui-se assim que a grande vantagem de soldar ferro fundido é a reciclagem de componentes e a diminuição do desperdício (ESV MARQUES, 2018).

2.2 APLICAÇÕES DOS TIPOS DE FERRO FUNDIDO

Cinzento: Sua aplicação é dada em larga escala pela indústria de máquinas e equipamentos, automobilística, ferroviária e naval, por exemplo. Sua utilização também é bem comum na fabricação de componentes como disco de freio e carcaças de máquinas, blocos de motores, engrenagens de grandes dimensões, máquinas agrícolas, etc. A resistência e a ductilidade são muito maiores sobre cargas de compressão, porém os ferros cinzentos são altamente eficientes no amortecimento de energia vibracional, sendo muito indicados e utilizados para aplicações expostas a vibrações, tais como as estruturas de base para máquinas e equipamentos pesados, além de exibir uma alta resistência ao desgaste. Em termos de engenharia, sua capacidade de amortecimento é alta, o que permite a este tipo de metal largas aplicações (VAN VLACK, 1984)

Branco: O ferro fundido branco é caracterizado por conter uma taxa de resfriamento mais alta além de ser bastante frágil. Por este motivo, seu uso é menor do que os outros tipos de ferro fundido, sendo utilizado somente em peças que precisem de uma alta resistência a abrasão, dureza e baixa ductilidade. Segundo GUESSER (1996) este tipo de ferro fundido também é bastante utilizado em equipamentos de manuseio na mineração, além de serem empregados em rotores corpo de bomba, placas de desgaste, revestimento de moinhos, rodas de trem, placas de revestimento, martelos e palhetas.

Nodular: Segundo ASKELAND (2015), o ferro fundido nodular possui excelente resistência e ductilidade quando comparado com o cinzento. Mesmo com toda a resistência encontrada nesse tipo de ferro e a alta qualidade em relação ao desgaste, suas propriedades de tenacidade são baixas quando confrontadas com outros tipos de ligas fundidas. Por apresentar uma boa combinação de propriedades mecânicas como a resistência à tração, ductilidade e resistência ao impacto, o ferro fundido nodular é utilizado na fabricação de engrenagens, roldanas, dutos, cunha de fricção, placas, mancais, suportes, grampos sargento, pinhões e coroas. Os ferros fundidos nodulares são considerados como um dos materiais capazes de substituir alguns aços na fabricação de componentes (RESTREPO, 1992)

Vermicular: Sua importância está relacionada principalmente à fabricação de blocos e cabeçotes de motores diesel, além de outras peças automotivas. Os motores

ISBN 978-65-5629-077-5

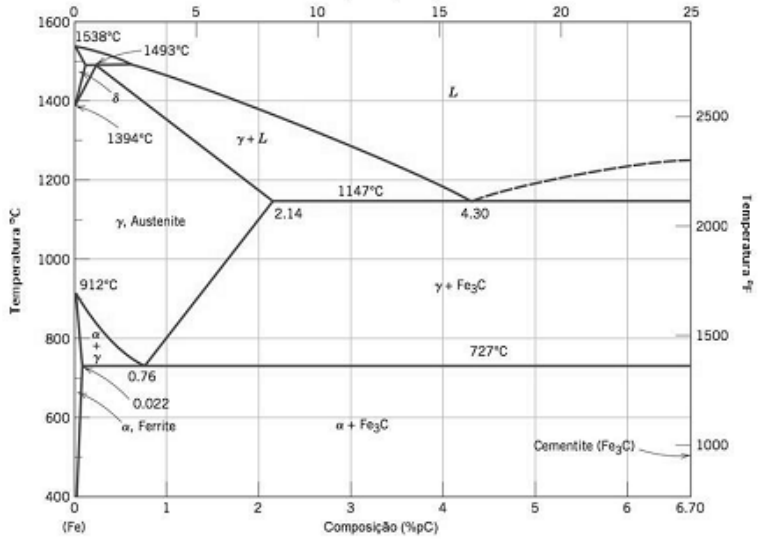
diesel, que trabalham com elevadas taxas de compressão, necessitam de uma estrutura rígida para suportar os esforços. Além de possuir propriedades de condutividade e de amortecimento semelhantes ao cinzento, o ferro fundido vermicular tem propriedades mecânicas superiores, permitindo a fabricação de motores de melhor desempenho e menor peso. (MOCELLIN, 2002).

2.3 DIAGRAMAS DE FASES

São mapas que permitem prever a microestrutura de um material em função da temperatura e composição de cada componente, demonstram resultados de testes apontando as informações sobre fenômenos de fusão, fundição, cristalização e outros, além de fazer uma correlação entre microestrutura e propriedades mecânicas.

O desenvolvimento de uma microestrutura está relacionado com as características de seu diagrama de fases.

Figura1: Diagrama de fases do ferro fundido

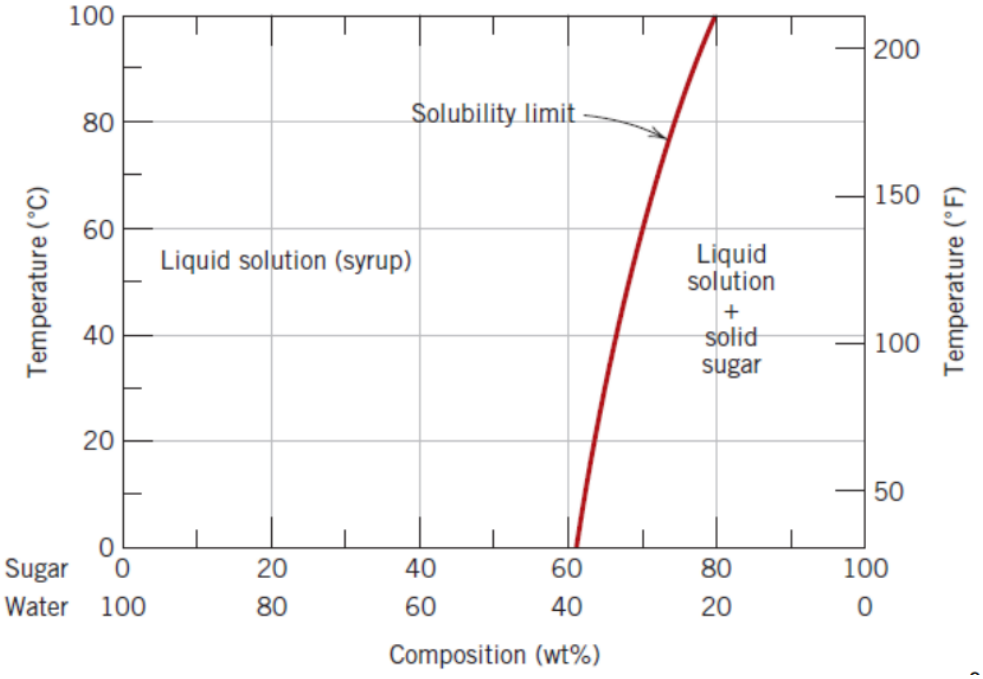


Fonte: CALLISTER JR. W. D Ciencia e engenharias de materiais: Uma introdução. Sérgio Murilo Stamile Soares.5.ed.Rio de Janeiro. LTC, 2002. 589p.

Como demostrado no livro do Callister um diagrama que apresenta ferro puro, sendo ferro alfa, tem um estrutura CCC, a ferrita passa por uma transformação polimórfica e vai para austenita, com estrutura CFC á uma temperatura de 912ºc, ela permite até 1394ºc a partir disso ela se reverte em CCC,NA QUAL SO VAI FUNDIR A 1538ºC, as alterações apresenta-se no eixo vertical até 6,7%p C, a partir daqui se apresenta composto intermediário carbeto de ferro, ou cementita. A partir de agora ele iria se dividirem duas partes uma rica em ferro e outra em grafite puro que seta localizada nos 6,7% do diagrama.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 2: Diagrama



Fonte:http://joinville.ifsc.edu.br/~anael.krelling/T%C3%A9cnico%20em%20MecC3%A2nica%20Integrado/CIM/4%20-%20Diagramas%20de%20Fases.pdf

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, chegamos à conclusão de que para cada tipo especifico de ferro fundido, temos tratamentos e aplicações diferentes,
Cada especificação apresenta uma estrutura e matriz que por finalidade define suas características para a maquinalidade.

Para chegar a cada tipo especifico de ferro fundido, é necessário aplicar junto ao carbono alguns elementos em suas porções exatas. Lembrando sempre que é necessário que o carbono atinja em sua quantidade um valor acima dos 2%.

O que define a usinabilidade dos ferros fundidos, é a sua composição química e quantidade de carbono. Quanto mais reduz o teor de carbono mais frágil se torna a matriz, prejudicando a usinabilidade, já por outro lado, aumentando o Silicio, causa a diminuição, de APC e assim melhora sua usinabilidade.

Para mapear as mudanças do ferro fundido, temos os diagramas de fase, que por meio de testes prevê a microestrutura de um material em função da temperatura, apontam informações sobre fenômenos de fusão, fundição, cristalização, entre outros, além da correlação entre propriedades mecânicas e microestrutura.

REFERÊNCIAS

CALLISTER, W. D. **Fundamentos da Ciência e Engenharia de Materiais**. 2° ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014;

ISBN 978-65-5629-077-5

VAN VLACK, Laurence .H. **Princípios de Ciências e Tecnologias dos Materiais.** 13° ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984;

Autor Desconhecido. **As aplicações do ferro fundido**. Serfer Aços, Duque de Caxias - RJ, 29 de outubro de 2020. Acesso em 14 de setembro de 2021. Disponível em https://serferacos.com.br/as-aplicacoes-do-ferro-fundido/ ;

RESTREPO, J. M. V. **Efeito do Silício na Cinética da Reação Bainítica em Ferro Fundido Nodular Austemperado**. 1° ed. São Paulo: Universidade de São Paulo EP, 1992;

GUESSER, W. L, GUEDES L. **Trabalho apresentado no Seminário da Associação de Engenharia Automotiva - AEA**, Indústria de Fundição Tupy. São Paulo;

ASKELAND, R.A.; WRIGHT, W.J. **Ciência e Engenharia dos Materiais**. 2° ed. São Paulo: Cengage, 2015;

MOCELLIN, F. **Avaliação da usinabilidade do ferro fundido vermicular em ensaios de furação**. Florianópolis, Fevereiro de 2002;

Da Silva, R. B. **"Alargamento cônico do Ferro Fundido Nodular GGG 40"**, Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte 2001;

SENAI, Materiais – **Modulos Especiais Mecânica, Material Didático**, Senai, São Paulo, 2000;

PETRILIN, A. **Os desafios, por vezes inesperados, da usinagem de ferro fundido**, CIMM, Vinhedo, 2020.

A. E. Diniz, F. C. Marcondes,e N. L. Coppini, **Tecnologia da Usinagem dos Metais, segunda edição**, Artliber, 2000

ESV. Marques. **Estudo da Soldabilidade do Ferro Fundido Sibodur 450**, Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Engenharia do Porto, 2018.

& Justiça Revista de Direito da PUCRS. Porto Alegre. v. 41, n. 2 (2015). Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CORROSÃO: UM FENÔMENO QUÍMICO

Anderson May[1]
Marcelo Augusto Biella[2]
Natã Cirino Dos Santos [3]
Thiago Guerra[4]

Resumo: O processo de corrosão ocorre frequentemente em diversos tipos de metais e de várias formas diferentes, o que acarreta gastos excessivos para a realização de reparos ou até mesmo substituição de peças e equipamentos. Sabe-se ainda que existem diversas maneiras para evitar ou reduzir o processo de corrosão, tais quais inibidores que reduzem a velocidade da corrosão ou revestimentos que tem como principal finalidade recobrir as superfícies do metal desejado, sendo estes revestimentos: metálicos, orgânicos ou inorgânicos. Bem como técnicas de proteção como a proteção anódica e a proteção catódica.

Palavras-chave: Corrosão. Metal. Reação. Proteção. Revestimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar as diferentes formas de corrosão em uma superfície de um metal, além dos malefícios que este processo acarreta economicamente no setor industrial, além de exemplificar e apresentar formas de prevenir e retardar o processo corrosivo em metais.

Com o crescente avanço tecnológico, tornou-se possível reduzir e retardar de formas mais eficazes o processo corrosivo em um metal com o uso de diferentes técnicas.

Revestimentos metálicos, orgânicos e inorgânicos são apresentados como formas eficazes de aumentar a vida útil de um metal em relação ao processo de corrosão. Mas outros exemplos como, proteções e inibidores também são amplamente utilizados.

Alguns autores apontam ainda que um bom gerenciamento nas práticas de controle à corrosão pode reduzir em torno de 20% dos valores gastos com as percas gerada pelo processo corrosivo, podendo ser tanto com manutenção corretiva, quanto pela substituição da peça.

O principal motivo pela busca da redução no processo corrosivo em metais é fomentar na redução de gastos em manutenção corretiva, visando evitar e retardar a corrosão apenas com a manutenção preditiva.

[1] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica - Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica - Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica - Centro Universitário UNIVEL.
[4] ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CORROSÃO

> O processo de corrosão é um fenômeno natural que afeta a maioria dos materiais, em particular os metais, pois são susceptíveis à corrosão quando expostos às condições atmosféricas (SIQUEIRA, 2018, p. 17).

De acordo com Revie e Uhlig (2008), a corrosão pode ser definida como um ataque destrutivo de um material por meio de uma reação química ou eletroquímica entre o material e o ambiente o qual está inserido.

É de suma importância ressaltar o fato de que 5% da receita de uma nação industrializada é voltada para a manutenção preditiva ou corretiva de produtos perdidos ou contaminados por reações de corrosão (Callister, 2002).

A busca por produtos resistentes à corrosão baseada no crescente avanço tecnológico é considerável. Felipe, Maciel, Medeiros e Silva (2013) explicam que estudos realizados recentemente estimam que os custos com manutenção ou correção de danos da corrosão encontram-se em cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) de um país industrializado.

Na figura abaixo é possível observar algumas peças corroídas:

Figura 1: Exemplos de peças corroídas



Fonte: FELIPE; MACIEL; MEDEIROS; SILVA, 2013.

Gentil (1996), apresenta uma lista de perdas econômicas que a corrosão pode resultar, sendo elas diretas e indiretas.

Sendo as diretas:

a) Custos da substituição dos equipamentos ou peças que foram submetidos ao processo de corrosão.
b) Custos dos processos de proteção, visando retardar o processo de corrosivo.

Já as indiretas:

a) Paralisações acidentais para a limpeza de permutadores ou substituição de um tubo corroído.
b) Perda de produto, como por exemplo, perda de soluções, óleo, água, através das tubulações corroídas.
c) Perda de eficiência, diminuição na transferência de calor, perda das dimensões críticas, incrustações e entupimento, são alguns exemplos que causam perda de eficiência.

ISBN 978-65-5629-077-5

d) Contaminação de produtos, sendo estes produtos os transportados pelas tubulações contaminadas ou em contato com a superfície que sofreu corrosão.
e) Superdimensionamento nos projetos, pois a velocidade da corrosão é desconhecida ou os métodos de controle são incertos, então o projeto é feito com uma margem de tamanho visando a corrosão.

De acordo com Odorizzi (2018), a corrosão pode ocorrer de diversas formas, pois seu processo pode variar dependendo das causas, mecanismo, morfologia, meios corrosivos e fatores mecânicos.

Em materiais metálicos, o processo de corrosão recorrente é o processo eletroquímico, ou seja, uma reação química a qual possui uma transferência de elétrons de um componente para outro (Callister, 2002).

O melhor exemplo de corrosão, pela presença no cotidiano é a ferrugem, onde ferro ou aço oxidam na presença de oxigênio e água, a equação geral da formação da ferrugem e uma figura da ferrugem em um metal podem ser visualizadas a seguir:

$$2Fe + O_2 + 2H_2O \rightarrow 2Fe(OH)_2 \quad (1)$$

Figura 2: Cadeado enferrujado



Fonte: PEDROLO, 2014.

Segundo Chiaverini (1986), os materiais possuem uma propriedade denominada passividade a qual pode ser descrita como à formação espontânea de uma película superficial de óxido, apresentando elevada resistência à ação corrosiva do meio circunvizinho.

Um exemplo comum de materiais com elevada resistência à corrosão são os aços inoxidáveis, como resultado desse processo de passivação. Estes aços contêm pelo menos 11% de cromo, sendo esse elemento um excelente minimizador da formação da ferrugem (Callister, 2002).

ISBN 978-65-5629-077-5

Um outro fator preponderante no processo de corrosão, são os efeitos do ambiente o qual o material está inserido, sendo eles a velocidade, temperatura, composição do fluido. Como por exemplo, ao aumentar a velocidade de um fluido em um meio (vento), aumentará também o processo de corrosão por meio da erosão (Callister, 2002).

2.2 FORMAS DE CORROSÃO

De acordo com Chiaverini(1986), existem inúmeros fatores que interferem no fenômeno da corrosão, desta forma, os tipos de corrosão foram classificados a partir do tipo de falha gerada pelo processo corrosivo. As formas de corrosão serão explicadas a seguir.

2.2.1 Corrosão uniforme ou ataque generalizado

É o caso mais generalizado de corrosão e o que causa maior destruição nos metais. Ocorre devido ao ataque químico ou eletroquímico na superfície do metal, esse tipo de corrosão preenche uma grande área superficial e reduz a seção transversal do metal gradativamente até a sua ruptura (Chiaverini, 1986).

Chiaverini (1986) apresenta ainda formas de reduzir este tipo de corrosão com a utilização de processos de proteção ou inibidores, além de utilizar materiais mais resistentes ao ataque corrosivo (como por exemplo aço inoxidável).

Na figura abaixo é possível visualizar um exemplo de corrosão uniforme em uma superfície:

Figura 3:Corrosão uniforme em uma ferramenta.



Fonte: TSA, 2018.

2.2.2 Corrosão galvânica

De acordo com Callister (2002), esta forma de corrosão ocorre quando dois metais que possuem composições químicas diferentes são acoplados eletricamente, no mesmo instante em que são expostos a um eletrólito.

ISBN 978-65-5629-077-5

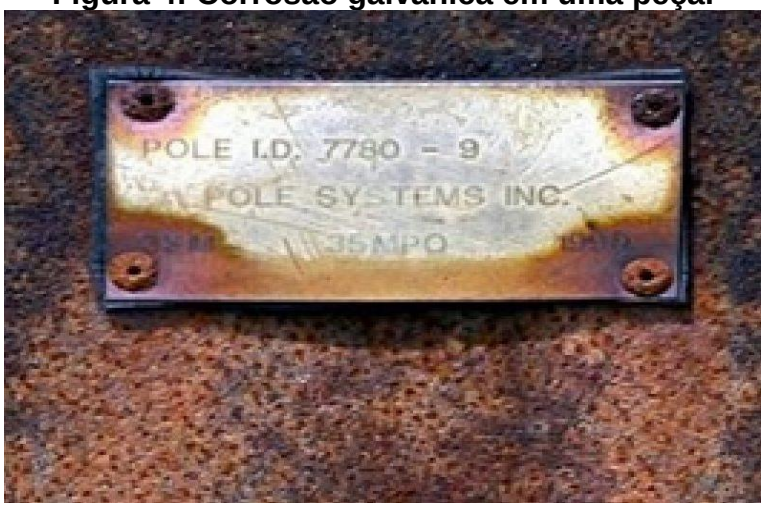
Desta maneira, o metal mais radiativo, no ambiente circunvizinho, irá sofrer o processo de corrosão, enquanto o metal mais inerte (catodo) estará protegido contra a corrosão (Callister, 2002).

Chiaverini (1986) ressalva que a corrosão galvânica pode ocorrer em situações imprevistas, então o engenheiro deve estar ciente deste fato na execução do projeto para fazer a especificação correta dos materiais.

Um exemplo desta forma de corrosão pode ser encontrado em parafusos de aço quando estão em contato com o latão em um ambiente marinho (Callister, 2002).

Uma imagem representando a corrosão galvânica pode ser visualizada abaixo:

Figura 4: Corrosão galvânica em uma peça.



Fonte: CRV industrial parafusos, 2018.

2.2.3 Corrosão puntiforme ou por pites

De acordo com Evans (1951), em alguns casos uma reação de corrosão anódica é auto catalítica de modo que a superfície apresente furos ou buracos por conta do ataque corrosivo.

Já Walsh, Ottewill e Barker (1993) apresentam que a corrosão por pites ocorre pela existência de pontos em que a camada protetora do metal está gasta e propensa à ataques. E os autores explicam ainda que em grande parte deste fenômeno corrosivo, a profundidade do furo é significativamente maior do que seu diâmetro.

Os aços inoxidáveis são consideravelmente suscetíveis a este tipo de corrosão, entretanto o acréscimo de aproximadamente 2% de molibdênio na composição do aço aumenta razoavelmente a resistência deste material (Callister, 2002).

Figura 5: Corrosão por pites em um tubo.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Losinox aço inox, 2019.

2.2.4 Corrosão intergranular

Como o próprio nome já sugere, é o caso em que a corrosão ocorre nos contornos de grão do metal analisado (Barker; Ottewill; Walsh, 1993).

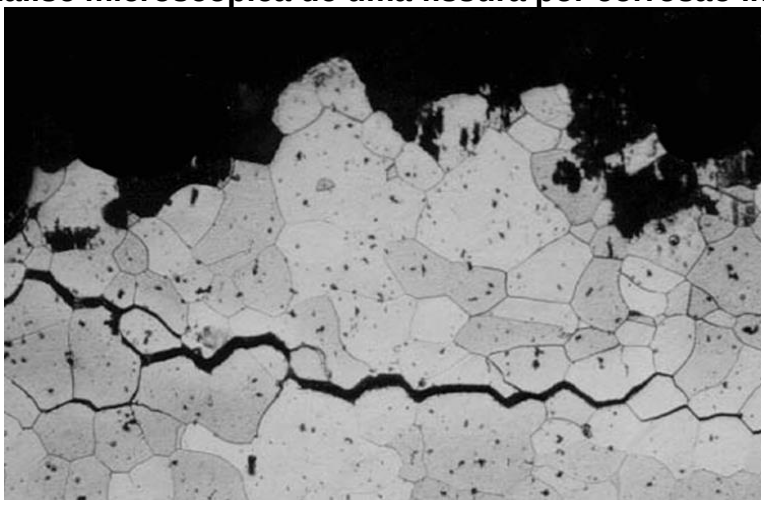
Callister (2002) apresenta uma abordagem mais prática quanto à explicação deste tipo de corrosão, principalmente por salientar o fato de que esta forma prevalece principalmente em aços inoxidáveis. De forma suscinta, após a realização de um tratamento térmico há a formação de partículas de precipitado de carbeto ($Cr_{23}C_6$), pela relação entre o cromo e o carbono do aço.

Desta forma, sabendo que o carbono precisa se deslocar por difusão para os contornos de grão, fomenta em uma região pobre de cromo, ou seja, o material fica mais vulnerável à corrosão (Callister, 2002).

Um exemplo desta forma de corrosão pode ser visualizado em fissuras nas soldas de aços inoxidáveis, esse caso específico pode ser chamado de degradação da solda em aço inoxidável (Callister, 2002).

Uma imagem representando um processo de corrosão intergranular pode ser visualizada a seguir:

Figura 6: Análise microscópica de uma fissura por corrosão intergranular.



Fonte: TSA, 2018.

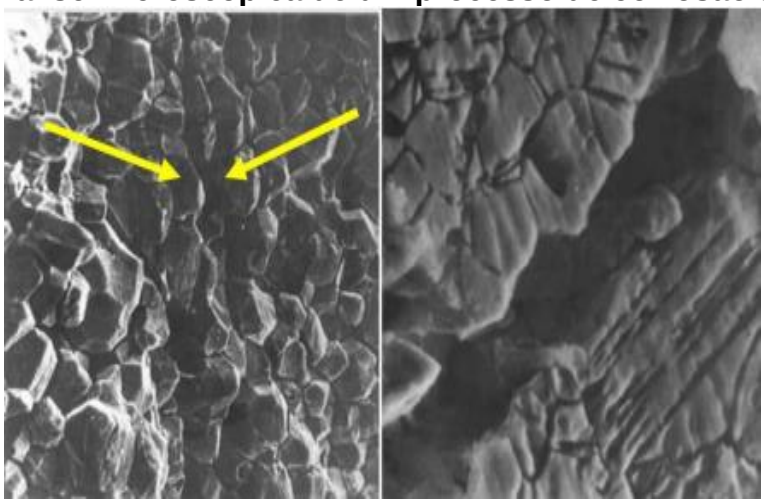
2.2.5 Corrosão sob tensão

ISBN 978-65-5629-077-5

Acontece quando há interação de tensão estáticas e corrosão, acarretando desta maneira na fratura intergranular ou também chamada de trincamento. Como os contornos de grão representam a região com energia mais concentrada, é também a região mais corroída (CHIAVERINI, 1986).

Vale ressaltar ainda que a tensão que resulta neste tipo de corrosão, não precisa ser necessariamente uma tensão externa, pode ser uma tensão residual resultante de rápidas mudanças de temperatura ou ainda uma contração desigual (CALLISTER, 2002).

Figura 7: Análise microscópica de um processo de corrosão sob tensão.



Fonte: SIQUEIRA, 2018.

2.2.6 Outras formas de corrosão

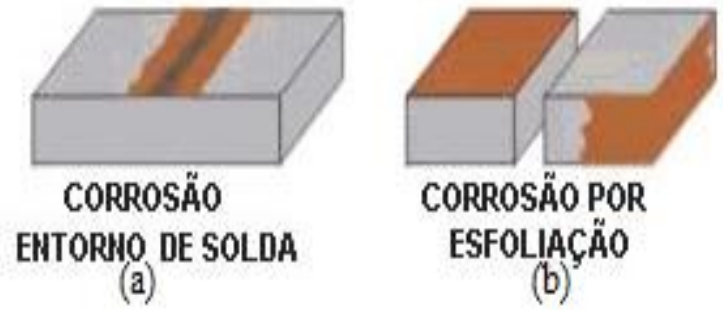
Além dos processos de corrosão citados acima, existem outros dois de grande importância para a engenharia, a corrosão por esfoliação e a corrosão em cordão de solda, Gentil (1996) apresenta uma breve explicação sobre ambas:

a) Por esfoliação - Esse tipo de corrosão ocorre de forma paralela à superfície do metal. Decorrente do trabalho mecânico nas regiões extrudadas as quais tiveram seus grãos deformados, ao entrar em contato com um meio corrosivo, o metal passará por um processo de desintegração do material em sua superfície.
b) Em cordão de solda – Ocorre em aços inoxidáveis não-estabilizado ou com teores maiores do que 0,03%.

Imagens representando as formas de corrosão apresentadas acima pode ser visualizada a seguir:

Figura 8: (a) Corrosão em cordão de solda. (b) Corrosão por esfoliação.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: ICZ, 2017.

Alguns outros autores como Siqueira (2018), Gentil (1996) e Chiaverini (1986) apresentam ainda algumas outras formas de corrosão, as quais serão listadas a seguir:

- Corrosão por dezincificação;
- Corrosão por depósito;
- Corrosão em frestas;
- Corrosão localizada;
- Corrosão por erosão;
- Corrosão por microrganismos;
- Corrosão por placas;
- Corrosão por ação do hidrogênio;
- Corrosão grafítica;
- Corrosão alveolar;

2.3 MÉTODOS PARA COMBATE À CORROSÃO

Gentil (1996) apresenta alguns métodos de diminuir a taxa de corrosão, baseados na modificação de alguns parâmetros do processo corrosivo, sendo eles:

I. Métodos fundamentados na modificação do processo:
- Condições da superfície;
- Projeto da estrutura;
- Aplicação de proteção catódica;

II. Métodos fundamentados na modificação do ambiente corrosivo:
- Redução da temperatura;
- Redução da velocidade;
- Redução ou purificação da umidade do ar;

III. Métodos fundamentados na modificação das propriedades do metal:
- Tratamentos térmicos;
- Aumento da pureza do metal;
- Adição de elementos na composição do material;

IV. Métodos fundamentados nos revestimentos protetores:
- Revestimentos com produtos da reação;
- Revestimentos inorgânicos;
- Revestimentos orgânicos;

ISBN 978-65-5629-077-5

- Revestimentos metálicos;

Vale ressaltar ainda que o intuito da utilização dos métodos listados acima é a otimização econômica, visando a redução de gastos com o processo de corrosão no metal das peças (Gentil).

2.4 INIBIDORES DE CORROSÃO

De acordo com Chiaverini (1986), inibidores são substâncias adicionadas no ambiente corrosivo com o objetivo de reduzir a velocidade de corrosão.

Segundo Gentil (1996), os inibidores podem ser classificados com base em sua composição ou o seu comportamento.

I. Inibidores anódicos

Reprimem as reações anódicas, retardando desta maneira a reação do anodo. Possui como princípio fundamental a reação entre o inibidor e o produto de corrosão inicialmente formado, o que acarreta uma camada aderente na superfície do metal, gerando desta forma uma polarização anódica (Gentil, 1996).

Hidróxidos, carbonatos, boratos, silicatos, são exemplos de inibidores anódicos. Entretanto para utilizar esse tipo de inibidor, deve-se ter cuidado com a quantidade adequada para que se tenha o resultado esperado de proteção (Gentil,).

II. Inibidores catódicos

Reprimem reações catódicas, capazes de produzir compostos insolúveis, os quais envolvem a área catódica, impedindo desta maneira a difusão do oxigênio e a condução de elétrons, o que acarreta em uma inibição do processo catódico (Gentil,).

O mesmo autor apresenta ainda alguns exemplos deste tipo de inibidores são os sulfatos de zinco, de magnésio e de níquel. Além disso, os inibidores catódicos são considerados mais seguros do que os anódicos pois ao realizar uma polarização catódica e sabendo que o metal, no catodo, não reage em solução mesmo que totalmente coberto, pode-se afirmar que não haverá corrosão localizada nessas áreas.

III. Inibidores de adsorção

Chiaverini (1986) apresenta também substâncias adsorventes, as quais retêm um ou mais componentes de outros sólidos em sua superfície. Desta maneira eliminam a dissolução metálica e as reações de redução. Os principais exemplos deste tipo de inibidor são os compostos orgânicos.

2.5 REVESTIMENTOS

Uma camada de revestimento pode ser aplicada na superfície do metal com a finalidade de proteger o material contra o processo de corrosão (BARKER; OTTEWILL; WALSH, 1993).

ISBN 978-65-5629-077-5

Entretanto Evans (1951) adverte que caso haja falhas ou descontinuidades na camada de revestimento é ainda pior, pois pode acarretar a aceleração do processo corrosivo no metal.

> Com o passar das últimas décadas, tanto revestimentos orgânicos e inorgânicos têm sido largamente aplicados para a proteção dos metais contra à corrosão (SØRENSEN; KILL; DAM-JOHANSEN; WEINELL, 2009, p.135).[5]

Gentil (1996) apresenta três tipos de revestimento, sendo eles, revestimento metálico, não-metálico inorgânico e não-metálico orgânico.

2.5.1 Revestimentos metálicos

De acordo com Almeida (2001), existem inúmeros processos para aplicar um metal em outro, mas para o caso da proteção anticorrosiva, é comum notar que é de suma importância analisar principalmente a espessura, uniformidade e o grau de porosidade do revestimento antes da implementação. Pois, estas propriedades são mais relevantes do que a forma que serão aplicadas, ou seja, independente da técnica escolhida para aplicar o revestimento metálico, as propriedades descritas acima devem receber preferência na implementação.

O mesmo autor apresenta alguns exemplos de revestimentos metálicos e serão devidamente explicados a seguir:

I. Revestimento com um metal menos nobre do que o substrato

Neste caso, o substrato deve ser revestido com um metal menos nobre. Desta maneira, o metal do revestimento será sacrificado por ser mais propício ao processo de corrosão do que o substrato, este mecanismo é conhecido como proteção catódica que será explicada adiante. Vale ressaltar que descontinuidades não são um problema sério neste caso, pois o metal será sacrificado da mesma forma.

Um exemplo deste tipo de revestimento é a o que ocorre quando o aço é revestido com o zinco.

II. Revestimento com um metal mais nobre do que o substrato

De forma contrária ao caso explicado acima, o substrato possui menor nobreza do que o metal do revestimento, o que acarreta a necessidade da inexistência de descontinuidades, ou seja, a uniformidade da camada revestida deve ser a mais perfeita possível, pois caso haja espaços na camada, o substrato seria corroído, apresentando desta maneira corrosão na forma de pites.

III. Alteração da polaridade do conjunto substrato/revestimento

As vezes a polaridade do conjunto revestimento/substrato pode não ser a mesma durante o processo corrosivo. Um exemplo muito comum é o caso do aço estanhado utilizado em embalagens alimentícias.

2.5.2 Revestimentos não-metálicos inorgânicos

São constituídos por compostos inorgânicos os quais são depositados diretamente na superfície do metal ou gerados sobre ela (Gentil, 1996).

---

[5] *"Throughout the last decades, both organic and inorganic coatings have been widely applied for the protection of metals against corrosion."*

ISBN 978-65-5629-077-5

Os exemplos de revestimentos inorgânicos depositados são listados a seguir baseado em Gentil (1996).

- Esmaltes vitrosos;
- Vidros;
- Cimentos e porcelanas;
- Óxidos;
- Carbetos;
- Nitretos;
- Boretos;
- Silicetos;
- Cermets;
- Compósitos;

Já os revestimentos formados diretamente na superfície, decorrente da iteração entre o meio circunvizinho e a superfície, são listados abaixo:

- Solução de ácido sulfúrico;
- Magnésio;

2.5.3 Revestimentos não-metálicos orgânicos

Conforme Rocha (2014), dentre os revestimentos não-metálicos orgânicos, a tinta é uma das formas de revestimento mais empregada baseada em uma série de propriedades importantes.

As principais propriedades da pintura anticorrosiva são, a facilidade em aplicar e realizar a manutenção, impermeabilização, relação custo-benefício, auxílio na segurança industrial (ROCHA, 2014).

O mesmo autor apresenta ainda, algumas etapas para realizar um revestimento de qualidade com tintas, sendo elas, a preparação e a limpeza da superfície, a espessura das demãos e os métodos de aplicação das tintas, além dos ensaios de controle de qualidade que devem ser executados na pintura.

Almeida (2001) explica que este revestimento apresenta duas camadas principais, sendo elas o primeiro revestimento (primer) e o revestimento superior (topcoat) e salienta ainda que para cada sistema de pintura, deve-se ficar atento quanto à espessura de cada camada.

2.6 PROTEÇÕES

2.6.1 Proteção catódica

Chiaverini (1986), expõe que este tipo de proteção é constituído pela estrutura a ser protegida e o anodo utilizado para a proteção (método eletroquímico) e devem estar em contato elétrico e eletrolítico.

O autor explica ainda que há dois tipos de proteção catódica, as quais serão apresentadas a seguir:

I. Proteção catódica com anodos de sacrifício

Também conhecida como metal de sacrifício, o princípio básico é que a força eletromotriz que é produzida pelo metal escolhido para realizar a proteção no

ISBN 978-65-5629-077-5

ambiente corrosivo, deve possuir potencial maior do que a do metal a ser protegido. Um dos principais exemplos deste caso são as chapas de zinco no casco de um navio.

II. Proteção catódica forçada ou por corrente impressa

A força eletromotriz neste caso, depende de um gerador ou bateria e é empregado ainda um anodo auxiliar, o qual pode ser metálico ou não, visando realizar a condução dos elétrons.

2.6.2 Proteção anódica

O princípio da proteção anódica se baseia na manutenção de uma camada passiva estável na superfície do metal. Com a adição de elementos como paládio e cobre em concentrações baixas, as ligas de aço devem produzir proteção anódica galvânica (BARKER; OTTEWILL; WALSH, 1993).

O mesmo autor afirma ainda que este tipo de proteção é consideravelmente menos usado do que o caso explicado acima (proteção catódica), entretanto é possível encontrar exemplos com este tipo de proteção em tanques de armazenamento químico ou trocadores de calor.

Gentil (1996), explica ainda que para a utilização desta proteção, é necessário estabelecer e manter por todo o material metálico no ambiente, um potencial passivo. Porém, para que seja possível obter esta condição, são utilizados instrumentos que proporcionem corrente adequada para realizar a passivação por todo material, um exemplo de instrumento com esta característica é o potenciostato.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que existem diversas formas de corrosão, as quais afetam de maneiras diferentes a superfície de um metal, isso gera custos para o reparo, desta forma, foram apresentadas maneiras para reduzir os gastos com o processo corrosivo.

Foram explicadas diferentes formas para a prevenção e redução da corrosão, com funções, técnicas e composições diferentes, entretanto é de suma importância ressaltar que apesar das divergências de cada método, a principal finalidade é a redução de custos decorrente do processo corrosivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; SURFACE TREATMENTS AND COATINGS FOR METALS. **A General Overview.** 1. Surface Treatments, Surface Preparation, and the Nature of Coatings. Industrial & Engineering Chemistry Research, 2001.

BARKER, D.; OTTEWILL, G.; WALSH, F.; CORROSION AND PROTECTION OF METALS: II. **Types of corrosion and protection methods**. Transactions of the IMF, 1993.

CALLISTER, W. D. Jr.; **Ciência e engenharia de materiais**: Uma introdução; 5ª Ed.; LTC, 2002.

ISBN 978-65-5629-077-5

CHIAVERINI, V. **TECNOLOGIA MECÂNICA:** Processos de fabricação e tratamento. 2ª Ed.; Vol. 2. McGraw-Hill Ltda, 1986.

CORROSÃO: Conceitos de corrosão. ICZ: Instituto de metais não ferrosos, 2017. Disponível em: < http://www.icz.org.br/corrosao.php>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

CORROSÃO POR PITE EM AÇO INOX – Saiba identificar. Losinox aço inox, 2019. Disponível em: <http://blog.losinox.com.br/2019/03/06/corrosao-por-pite-em-aco-inox-saiba-identificar/>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

ENTENDA O QUE É CORROSÃO GALVÂNICA. CRV industrial parafusos, 2018. Disponível em: <http://www.crvindustrial.com/blog/entenda-o-que-e-corrosao-galvanica>. Acesso em 09 de outubro de 2021.

EVANS, U. R. **STRESS CORROSION:** Its Relation to other types of corrosion. Department of Metallurgy, Cambridge University, 1951.

FELIPE, M. B. M. C.; MACIEL, M. A. M.; MEDEIROS, S. R. B.; SILVA, D. R.; **ASPECTOS GERAIS SOBRE CORROSÃO E INIBIDORES VEGETAIS**. Revista Virtual de Química, 2013.

GENTIL, V.; **CORROSÃO**. 3ª Ed. LTC, 1996.

ODORIZZI, G. **INFLUÊNCIA DOS TRATAMENTOS TÉRMICOS NA RESISTÊNCIA À CORROSÃO AO ENSAIO DE NÉVOA SALINA DOS AÇOS SAE 1020**, SAE 1045. Trabalho de conclusão de curso II, do curso de Engenharia Mecânica do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, 2018.

PEDROLO, C. **FERRUGEM**. InfoEscola, 2014. Disponível em: < https://www.infoescola.com/quimica/ferrugem/>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

REVIE, R. W.; UHLIG H.H. **CORROSION AND CORROSION CONTROL**: An introduction to corrosion science and engineering.; 4ª ed.; Wiley-Interscience, 2008.

ROCHA, O. B. S. **ANÁLISE DE DEFEITOS DE CORROSÃO EM AÇOS COM REVESTIMENTOS ORGÂNICOS UTILIZANDO ULTRASSOM FOCALIZADO E ONDAS SUPERFICIAIS**. Projeto de Graduação, do curso de Engenharia Metalúrgica da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SIQUEIRA, G. **DESENVOLVIMENTO COM TINTA DE NANOCARGAS PARA APLICAÇÃO NOS ESTUDOS DA VELOCIDADE DE CORROSÃO.** Tese de doutarado, do curso de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

SØRENSEN, P. A.; KILL, S.; DAM-JOHANSEN, K.; WEINELL, C. E.; **ANTICORROSIVE COATINGS**: A REVIEW. Journal of Coatings Technology and Research, 2009.

TIPO DE CORROSÃO: Saiba como diferenciar cada processo corrosivo. Torino Soluzioni Ambientali (TSA), 2018. Disponível em: <http://www.tsambientali.com.br/tipos-de-corrosao-saiba-como-diferenciar-cada-processo-corrosivo/>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES TRATAMENTOS TÉRMICOS EM DIFERENTES LIGAS DE TITÂNIO

Felipe Metz[1]
Isaías Paulo Xavier[2]
Lucas Ribeiro Muller[3]
Mateus de Souza Pereira[4]
Thiago Guerra[5]

Resumo: O Titânio é um metal leve e fácil de ser moldado, descoberto na Inglaterra em 1791 e, desde então, vem sendo estudado e se faz presente na área médica, principalmente na odontologia e em próteses. Além disso faz parte de peças automotivas, agrícolas e da indústria aeroespacial. Combinado com outros materiais é muito resistente mecanicamente e a corrosão. Sua temperatura de fusão é bem alta, o que faz com que ele puro, seja um material muito resistente a altas temperaturas. Aparece, geralmente, combinado com elementos como Alumínio, Nióbio, entre outros. Essas combinações são as ligas metálicas, que trazem propriedades diferentes umas das outras e, passando por tratamentos térmicos, tem suas propriedades mecânicas adequadas ao uso da liga nos produtos.

Palavras-chave: Titânio. Tratamentos. Ligas. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

O titânio trata-se de um elemento metálico, conhecido pela sua excelente resistência, principalmente a corrosão, além de ser um dos materiais que ligados a outros elementos, formam ligas capazes de serem bem aceitos pelo organismo humano.

Por este motivo, vem sendo muito utilizado na área de próteses e instrumentos destinados à odontologia. Além disso, é muito importante na fabricação de peças automotivas, agrícolas e na indústria aeroespacial.

Na tabela periódica o titânio se encontra como um elemento de transição com número atômico 22 (22 elétrons e 22 nêutrons) com massa atômica de (47,90 u), com simbologia (Ti). Sua aparência é de cor metálica branca e em temperatura ambiente não é muito reativo. Quando é aquecido forma compostos estáveis, duros e refratários.

O titânio tem uma elevada resistência aos ácidos orgânicos, ácidos clorídricos e sulfúricos diluídos a gases e soluções que tenham em sua composição o Cloro.

Para a fusão tem que ser elevado a uma temperatura de (1670ºC), sendo um dos materiais mais fartos na crosta terrestre que pode ser encontrado em meteoritos

[1] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.
[5] Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

e rochas lunares, classificado como nono elemento mais abundante, encontrado geralmente em uma ligação química com o Oxigênio e o Ferro.

Com base em alguns estudos de resistência e na formação de ligas com outros materiais, tem-se por objetivo analisar as diferentes propriedades mecânicas de acordo com as diferentes ligas e os diferentes tipos de tratamento, podendo resultar em um futuro projeto de pesquisa sobre ligas de titânio que ainda não foram submetidas a um tratamento térmico diferente dos apresentados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As fontes mais favoráveis economicamente de fazer a separação do titânio são a Ilmenita ($FeTiO_3$), o Rutilo (TiO_3) e o Anatásio (TiO_2) Leucoxênio.

Para obter resultados de algumas matérias, são realizados alguns tipos de processos, tais como, o tratamento térmico que nada mais é que, um aquecimento e resfriamento do material fazendo com que sejam alteradas as suas propriedades físicas e mecânicas, sem que ocorra a mudança da forma do produto.

A realização do tratamento térmico sobre as ligas de titânio tem como propósitos a redução das tensões residuais que ocorrem durante o processo de fabricação - tratamento chamado de alivio de tensões, resultar em uma adequação combinada de ductilidade, usinabilidade e estabilidade estrutural (especialmente no caso de ligas alfa-beta processadas em condições que não favorecem boa combinação de propriedades mecânicas) no processo de tratamento denominado recozimento, aumentar a resistência mecânica por solubilização e envelhecimento (endurecimento por precipitação) e, por final, otimizar certas propriedades especiais como tenacidade a fratura e, resistência a fadiga e à fluência - neste caso em elevadas temperaturas.

As ligas alfa e quase alfa podem ser passadas pelo tratamento de alivio de tensões, mas este tratamento não altera a sua resistência. Já em algumas ligas quase alfa, como a Ti-8Al-1Mo-1V, elas podem ser solubilizadas e envelhecidas e, com isso, atingem sua dureza máxima, o que pode ocorrer com as ligas alfa-beta.

Nem todos os tipos de tratamento térmico são adequados para todas as ligas de titânio, pois são projetados para diferentes tipos de aplicações e são usados para alta resistência mecânica de peças pesadas (Ti-5Al-2Sn-2Zr-4Mo-4Cr, o chamado Ti - 17 e Ti-6Al-2Sn-4Zr-6Mo), outros são usados para resistência à fluência (Ti-6Al-2Sn-4Zr-2Mo) e, alguns usados para resistência à corrosão sob tensão e alta tenacidade à fratura, em solução salina (Ti-6Al -2Nb- 1Ta-1Mo e Ti-6Al-4V-ELI), para soldabilidade (Ti-5Al-2.5Sn) e alta resistência mecânica em temperaturas médias e baixas (Ti-6al-6V-2Sn, Ti-6Al-4V e Ti -10V-2Fe-3Al).

O ciclo térmico real aplicado a cada liga pode variar. Qualquer tratamento térmico realizado em temperaturas em torno de 427º C deve fornecer uma atmosfera protetora para o titânio para evitar a absorção de oxigênio ou nitrogênio e a formação de camadas de óxido indesejadas.

O titânio e suas ligas podem ser submetidos a tratamento térmico de alívio de tensões sem afetar adversamente a resistência mecânica e a ductilidade. O alívio dessas tensões ajuda a manter a estabilidade da forma e elimina condições adversas, como a perda de resistência ao escoamento à compressão, comumente chamada de efeito Bauschinger.

ISBN 978-65-5629-077-5

O alívio de tensões pode ser incorporado a outros tipos de tratamento térmico, como o recozimento. O envelhecimento também pode reduzir o estresse residual.

No processo de alivio de tensões de ligas de titânio solubilizadas e envelhecidas, é necessário uma atenção maior para evitar o efeito de superenvelhecimento, que resulta na redução da resistência mecânica. A partir deste fato, é necessário a escolha de uma combinação de temperatura e tempo que ocorre apenas o alivio de tensões.

Por conta das suas propriedades mecânicas, a utilização da liga de níquel-titânio em instrumentos odontológicos é bem ampla e trouxe uma melhoria significativa em tratamento dos canais radiculares dentais, diminuindo alguns erros durante o preparo mecânico e sessões, já que as lâminas feitas de NiTi tem uma flexibilidade maior que aço inoxidável, resultando em uma instrumentação mais refinada e precisa do canal radicular.

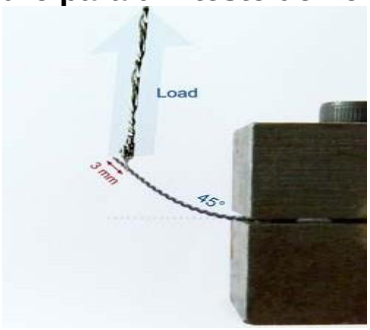
Com o tratamento térmico dos instrumentos, tem-se os efeitos de diminuição da tensão residual e o controle da presença e distribuição de precipitados riscos em níquel, alterando os parâmetros por transformação de fase das ligas NiTi, já que é elevada a temperatura e carga necessária para a transformação da austenita - martensita.

A exposição do NiTi a esse tratamento térmico tem como um efeito, a coloração da camada superficial da liga que, é composta em maior quantidade por óxido de titânio. Vortex Blue (Dentsply Sirona, Ballaigues, Suíça), Protaper Gold (Dentsply Sirona, Ballaigues, Suíça) e Reciproc Blue (VDW, Munique, Alemanha) são exemplos comercialmente disponíveis de limas NiTi que possuem cores diferentes (ALMEIDA, 2020).

No estudo de ALMEIDA, foi apresentado um tratamento térmico utilizando 35 unidades de limas com 25mm de largura e 40mm de comprimento, divididos em seis grupos, sendo um sem tratamento térmico e os outros cinco grupos com tratamentos térmicos com variações somente na temperatura. As amostras foram colocadas em um carrinho de cerâmica, tratada termicamente em um forno, na temperatura de 450°C até 750°C por 10 minutos e, após isso, resfriados com água em temperatura ambiente.

O teste de flexão foi realizado com uma máquina de ensaio com o ponto de carga de 3,0 mm do instrumento e com o aparelho mostrado na Figura 1. O teste seguiu as especificações ANSI / ADA no 28 e ISO 3630/1. O aparelho foi configurado para parar a deflexão angular a 45 °. Foi utilizada uma célula de carga de 20 N e a velocidade de carregamento foi de 15 mm / min.

Figura 1 – Configure para um teste de flexão do cantiléver.

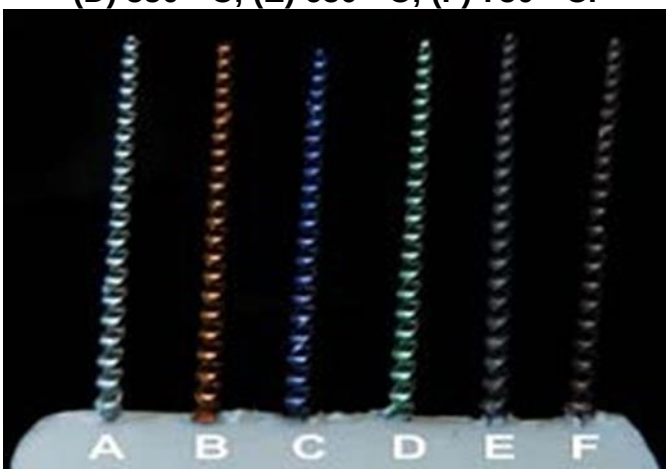


Fonte: ALMEIDA, 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

A variação dos instrumentos fabricados de NiTi variou a coloração junto a temperatura do tratamento térmico utilizado. A Figura 2 ilustra as mudanças na coloração superficial após o tratamento e observou-se que a coloração vai se escurecendo conforme aumenta a temperatura. O instrumento sem tratamento apresentou a coloração branca prateada. Quando a temperatura chegou na faixa dos 450°C tornou-se laranja dourado. A cor na superfície tornou-se azul Royal na faixa de 500°C. Quando chegara a faixa de 550°C uma cor verde clara e em seguida cinza em 650°C e finalmente em 750°C apresentou uma cor acastanhada. A Figura 3 mostra a curva de amostras e os resultados do teste de flexão são demonstrados na Tabela 1.

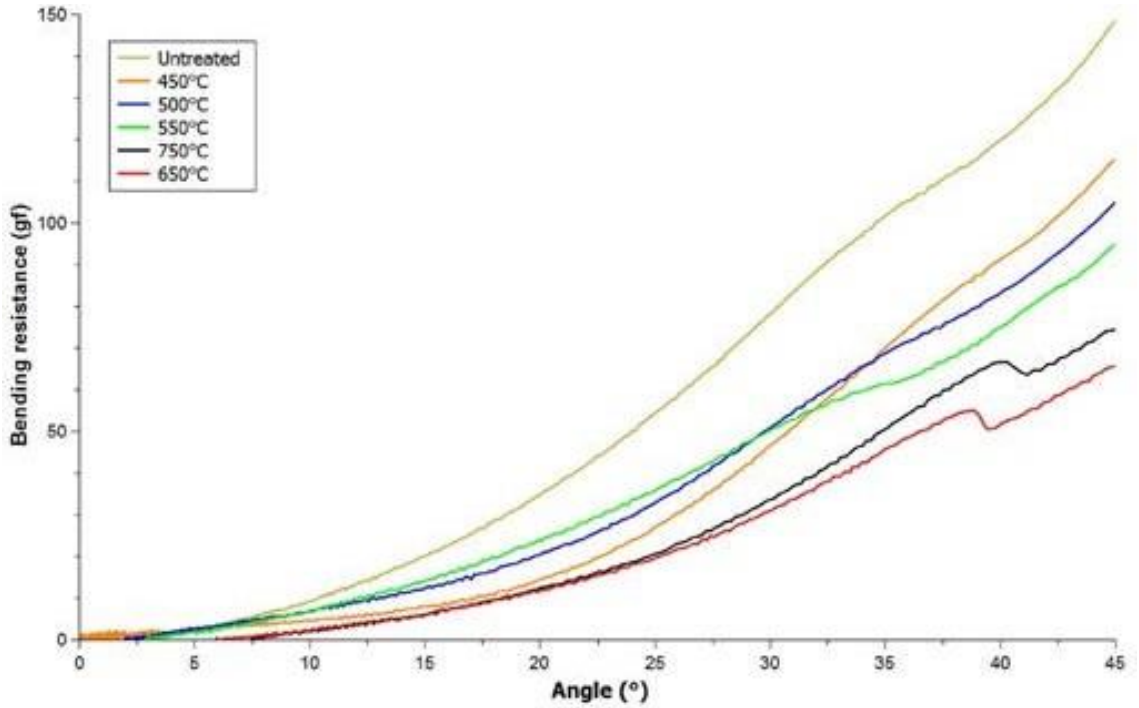
Figura 2 – Instrumentos endodônticos NiTi após tratamento térmico em diferentes temperaturas. (A) Sem tratamento térmico; (B) 450 ° C; (C) 500 ° C; (D) 550 ° C; (E) 650 ° C; (F) 750 ° C.



Fonte: ALMEIDA, 2020.

Figura 3 – Curvas de ângulo de resistência à flexão obtidas a partir de um teste de resistência à flexão.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: ALMEIDA, 2020.

Tabela 1 – Força para dobrar instrumentos em até 45 graus (média ± desvio padrão) e cor após o tratamento térmico

Grupo	Resistencia à flexão (gf)	Cor
Grupo não tratado	14,15 ± 6,83ª	prata branca
Grupo 450°C	88,65 ± 4,94b	laranja dourada
Grupo 500°C	82,50 ± 8,25b	azul Royal
Grupo 550°C	70,72 ± 6,37d	luz verde
Grupo 650°C	57,78 ± 3,92c	cinza escuro
Grupo 750°C	65,54 ± 7,80c	Preto acastanhado

Fonte: ALMEIDA, 2020.

Para Almeida, os tratamentos térmicos melhoram as propriedades dos instrumentos NiTi. A variação da coloração da superfície do instrumento é alterada conforme a diferença de temperatura que o instrumento é submetido, a cor segue a um tom mais escuro assim que a temperatura aumenta. Os instrumentos que sofreram o tratamento tiveram um aumento significativamente na flexibilidade comparado com os que não foram tratados. As amostram que se sobressaíram na flexibilidade foram as que passaram pela temperatura de 650ºC e 750ºC.

Uma das ligas mais usadas na engenharia é a liga Ti-6Al-4V. Ela é usada em projetos espaciais e na aeronáutica já que tem alta resistência a temperaturas elevadas, com seu ponto de fusão em 1678°C e apresentando uma resistência ao fenômeno de fluência, sob uma determinada faixa de temperatura.

A oxidação é um dos fatores que limitam o uso do titânio, já que perde material pelo crescimento da camada de óxido e endurecimento da liga pela dissolução de oxigênio. A natureza da oxidação pode ter uma influência importante sobre as propriedades nas temperaturas de operação. Com uma camada fina de óxido

ISBN 978-65-5629-077-5

conseguimos uma resistência mecânica maior, mas com a penetração Inter granular do óxido.

A liga Ti-6Al-4V é muito usada devido a sua utilização na indústria, visto que por sua resistência é bastante usada em motores, porém a afinidade com o oxigênio limita a sua aplicação como um material estrutural em altas temperaturas. A relatividade do titânio e suas ligas com o nitrogênio é quase como a sua interação com o oxigênio, onde também se forma uma camada de óxido na superfície, como um nitrito. Com o teste a 600°C tem-se observado o aumento de propriedades especificamente de fluência. O titânio a 822°C sofre uma transformação alotrópica de fase, com uma estrutura hexagonal compacta, para uma fase cubica de corpo centrado. Com esta transformação conseguimos obter ligas com microestruturas α, β ou mista, através de composições possíveis nos tratamentos térmicos.

Com respeito aos efeitos de transformações de fase com estabilizadores α, como o oxigênio e alumínio, aumentam a temperatura de transformação de α para β, e estabilizadores β são magnésio, cromo, ferro, molibdênio, vanádio, nióbio entre outros, que abaixam a temperatura de transformação de α para β dependendo da temperatura.

Para fins de revisão buscamos um estudo sobre a liga Ti-6Al-4V, que realiza testes de tratamento térmico no material com a composição do estudo desenvolvido por VERCIK, 2003. Foram usados corpos de provas da liga de titânio (Figura 4), usando um forno refratário para realizar o tratamento térmico (Figuras 5 e 6), sendo necessário tubos de quartzo para realização dos testes no vácuo e gás argônio injetado para não ocorrer oxidação nos corpos de prova com uma solução de decapagem HF-0,2ml/HNOO3-2ml/H2O-30ml (Figura 7) e realizado resfriamento bruto com água.

Figura 4 – Corpos de prova.



Fonte: VERCIK, 2003.

Figura 5 – Forno refratário.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: VERCIK, 2003.

Figura 6 – Controle do forno.



Fonte: VERCIK, 2003.

Figura 7 – Corpos-de-prova mergulhados na solução de decapagem.



Fonte: VERCIK, 2003.

Já que o forno não havia sistema de vácuo, foi realizado o encapsulamento garantindo que não teria oxidação, como demonstrado na Figura 8.

Figura 8 – Encapsulamento dos corpos de prova.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: VERCIK, 2003.

O forno foi aquecido até a marca de 1050°C e os corpos de prova forram colocados em seu interior como mostrado na Figura 9, e aquecido por 30 minutos afim de conseguir atingir as transformações necessárias na liga no tempo necessário, e o resfriamento realizado na temperatura ambiente por volta de 20°C.

Figura 9 – Corpos de prova encapsulados no interior do forno.



Fonte: VERCIK, 2003.

Após a retirada dos tubos do forno, foi realizado a retirada da amostra do tubo de quartzo e realizado a lavagem dos corpos de prova na solução de decapagem. No tratamento térmico 3 de maneira similar ao primeiro conforme a Figura 10.

Figura 10 – Corpos-de-prova encapsulados em atmosfera inerte.



Fonte: VERCIK, 2003.

ISBN 978-65-5629-077-5

Desta vez o forno foi aquecido a 1050°C e deixado por uma hora. Após ser finalizado o aquecimento dos corpos de prova, os mesmos foram quebrados e jogados na água, fazendo a tempera, conforme Figura 11. Após isso foram lavados com uma solução de decapagem.

Figura 11 – Resfriamento em água.



Fonte: VERCIK, 2003.

Já o último tratamento necessitou de duas etapas, sendo a primeira quase idêntica aos anteriores, porém desta vez a 950°C deixados por uma hora e resfriados na água a uma temperatura diferente. Na segunda etapa, após o processo de decapagem, foram colocados a 600°C e deixados por um dia, e depois resfriados a temperatura ambiente.

Os resultados foram obtidos com estruturas diferentes devido as condições empregadas em cada um deles, demonstrando os resultados na Tabela 2.

Tabela 2: Relação entre condições de tratamento térmico e estrutura obtida.

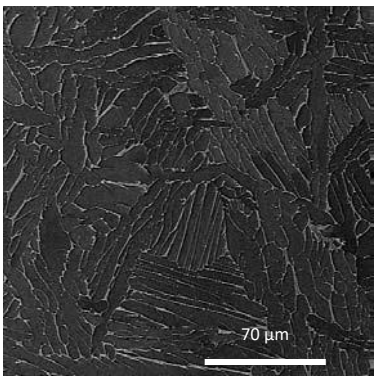
Condições de tratamento térmico	Estrutura obtida
Aquecimento a 1050ºC por 30 min; Resfriamento 6ºC por minuto ao forno.	Widmanstätten
Aquecimento a 1050ºC por 1h; Resfriamento em água.	Martensita
Etapa 1: Aquecimento 950ºC por 1h; Resfriamento em água Etapa 2: Aquecimento 600ºC por 24 h; Resfriamento ao ar.	Bimodal

Fonte: VERCIK, 2003.

A seguir, são apresentadas imagens das estruturas obtidas em microscópio eletrônico de varredura (Figuras 12, 13 e 14).

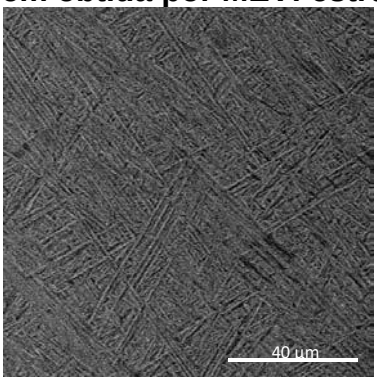
Figura 12 – Imagem obtida por MEV: estrutura de Widmanstätten.

ISBN 978-65-5629-077-5



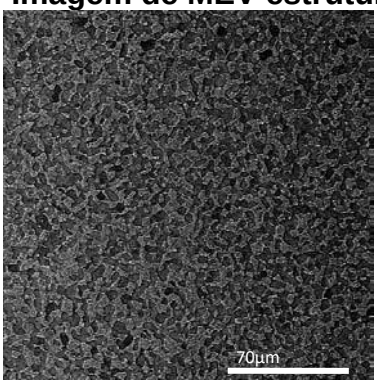
Fonte: VERCIK, 2003.

Figura 13 – Imagem obtida por MEV: estrutura martensita.



Fonte: VERCIK, 2003.

Figura 14 – Imagem de MEV estrutura bimodal.



Fonte: VERCIK, 2003.

Pelo método de microscopia eletrônica de varredura, pôde ser analisada as opostas estruturas obtidas com a liga Ti-6Al-4V pelos tratamentos térmicos realizados, adquirindo as estruturas de tipo Widmanstätten, martensita e bimodal de satisfatória. Os corpos de prova tratados termicamente encontram-se em condições adequadas para realização dos ensaios de fluência, permitindo uma análise apropriada da influência da estrutura na resistência à fluência da liga.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-5629-077-5

Com base nos estudos de Almeida e Vercik, foi observado que algumas ligas específicas de titânio, utilizadas na área odontológica, apresentam diferentes cores quando expostas a diferentes tratamentos em determinadas temperaturas. Além disso, suas propriedades mecânicas são ajustadas de acordo com os elementos adicionados, buscando o equilíbrio das ligas.

Atendendo ao objetivo inicial, analisando os estudos citados, o titânio aquecido a diferentes temperaturas, com o mesmo, ou com outro tipo de resfriamento, apresenta fases totalmente diferentes, por exemplo, a martensita e a Widmanstätten.

Baseado na diversidade das ligas de titânio, as possibilidades de um novo projeto de pesquisa sobre uma liga ainda não estudada é grande, abordando uma liga com diferentes propriedades das apresentadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. C. ELIAS, C. N. - **Influência do tratamento térmico na cor e flexibilidade dos instrumentos endodônticos de níquel-titânio,** Revista Gaúcha de Odontologia – Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgo/a/RWSXnrbTbgn6TcBcsYJGPrL/?lang=en#>. Acesso em: 19 Set. 2021.

VERCIK, L. C. O.; ASSIS, C. M.; LIA FOOK, M. V.; SANTOS, M. L.; GUSATALDI, A. C. - **RECOBRIMENTO DE APATITAS "IN VITRO" SOBRE TITÂNIO – INFLUÊNCIA DO TRATAMENTO TÉRMICO** – Revista Eclética Química, Volume 28, Número 11, Editora Unesp, 2003.

SANSIVIERO, M. T. C.; FARIA, D. L. A. - **INFLUÊNCIA DO TRATAMENTO TÉRMICO NO NANOCOMPÓSITO FOTOCATALISADOR ZnO/TiO.** Química Nova, Volume 38, Número 1, São Paulo, 2015, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/NcQ9PgkqnLDkxqPHJgbQ55p/?format=pdf>. Acesso em: 19 Set. 2021.

CORTEZ, L. D.; REIS, D. A. P.; BRIGUENTE, L. A. N. S.; NETO, C. M. - **TRATAMENTOS TÉRMICOS DA LIGA Ti-6Al-4V PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIO DE FLUÊNCIA,** Anais do 13 Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação do ITA – XIII ENCITA / 2007 Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP, Brasil, Outubro, 01 a 04, 2007. Disponível em: < http://www.bibl.ita.br/xiiiencita/MEC02.pdf>. Acesso em: 19 Set. 2021.

FEDRIGO, G.; JUNIOR, M. W. - **AVALIAÇÃO DA MICROESTRUTURA DA LIGA DE TITÂNIO TI6AL4V APÓS TRATAMENTO TÉRMICO DE ENVELHECIMENTO,** Instituto Federal Catarinense, Luzerna, Santa Catarina, 27 a 30 de Set. de 2017. Disponível em: <https://secitec.luzerna.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/30/2017/03/Artigo-SECITEC-Vers%c3%a3o-5-Ghisana-21-29.pdf>. Acesso em: 19 Set.2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

TURRER, H. D. G.; MENEZES, K.; MAGALHÃES, C.; GONZAGA, F.; SILVA, J.; ALMEIDA, J.; NASCIMENTO, C. - **Comportamento e Efeito do Titânio Durante o Processamento de um Minério de Ferro.** HOLOS, 3, 203-211, 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1761>. Acesso em: 19 Set. 2021.

COUTO, A. A.; FALDINI, S. B.; ALMEIDA, G. F. C.; SEKERES, T. S.; KUNIOSHI, C. T.; MORCELLI, A. E.; LIMA, N. B. - **Caracterização microestrutural da liga Ti-6Al-4V comercial utilizada como biomaterial.** – 2006.

BITENCOURT, R. I. A. - **ESTUDO DO EFEITO DO TRATAMENTO TÉRMICO DE TiO2 POR MEIO DA TÉCNICA DE ESPECTROSCOPIA DE LUMINESCÊNCIA.**

BALTAR, C. A. M.; SAMPAIO, J. A.; ANDRADE, M. C. D. - **Titânio: minerais de titânio.** CETEM/MCT, 2005.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

CORROSÃO DE MATERIAIS CERÂMICOS

André Luiz Pramiu[1]
Higor Heckesfeld Both[2]
Joathan Guimarães dos Santos[3]
Lucas Conradi Santos[4]
Thiago Guerra[5]

Resumo: A pesquisa ora apresentada focaliza-se em reflexões envolvendo materiais cerâmicos. A partir de estudos sobre a temática, desponta alguns questionamentos que se destacam como norteadores de nossa investigação: do que são constituídos esses materiais? Como são utilizados? Há corrosão? Como ela ocorre? Qual a importância desses materiais para a sociedade? Com o propósito de encontrar respostas a essa problematização, traça-se, como objetivo geral, estabelecer uma revisão bibliográfica do assunto. Na perspectiva de alcançar o objetivo proposto, sustenta-se a pesquisa nos pressupostos teóricos de Zanotto e Migliore (1991), Mccauley (2004), Mora e Sihvenger (2006), Smith e Hashemi (2012), Bragança (2012), Matencio (2020), dentre outros.

Palavras-chave: Materiais Cerâmicos. Fabricação. Corrosão. Aplicação.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Smith e Hashemi (2012), os materiais cerâmicos são materiais inorgânicos e não metálicos que são unidos por ligações iônicas ou covalentes. As cerâmicas são boas isolantes térmicas e elétricas, e possuem, não só alta temperatura de fusão, mas também uma boa estabilidade química em ambientes hostis.

Os materiais cerâmicos, doravante MC, dividem-se em dois principais grupos, as cerâmicas tradicionais e as cerâmicas técnicas, que também são conhecidas como cerâmica de engenharia. Os materiais tradicionais são gerados principalmente por três componentes: Silicato de Alumínio Hidratado ($Al_2O_3.SiO_2.H_2O$), popularmente conhecida como argila, Sílica (SiO_2) e o feldspato ($K_2O_2Al_2O_3.6SiO_2$). Esses materiais são geralmente utilizados em telhas, porcelanas e louças sanitárias, e por estarem fortemente ligadas ao cotidiano das pessoas acabam sendo lembradas com mais frequência quando o assunto é MC.

Contudo, conforme Matencio (2020), a aplicabilidade dos MCs foi alterada com o avanço das tecnologias de elaboração desses materiais, e assim surgiram os MCs técnicos. Essas cerâmicas possuem elevado nível de resistência à corrosão, à esforços mecânicos e à altas temperaturas. Esses MCs, por sua vez, são constituídos por componentes puros ou quase puros, como, por exemplo: Óxido de Alumínio (Al_2O_3), Óxido de Zircónio (ZrO_2) e o Nitreto de Silício (Si_3N_4).

[1] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[4] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[5] ORIENTADOR: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica da Univel – Centro Universitário UNIVEL

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Merçon, Guimarães e Mainer (2004), a corrosão é um processo que resulta da interação do meio com algum tipo de material, que causa danos à superfície do e a longo prazo acaba sendo prejudicial a microestrutura do mesmo. Apesar do termo ser mais utilizado em abordagens de metais ele também pode ocorrer em ametais.

Para Bragança (2012) a corrosão dos MCs ocorre através da corrosão química e, na maioria das vezes, está relacionada com os danos que o material sofre por oscilações térmicas. Entretanto, fatores mecânicos como vibrações, e fatores químicos como o contato com ácidos e sais, favorecem esse processo de degradação dos MCs.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MATERIAIS CERÂMICOS

Os MCs, de acordo com Lino (2000), são materiais inorgânicos, não metálicos, formados por elementos metálicos e não metálicos, ligados quimicamente entre si fundamentalmente por ligações iónicas e/ou covalentes. Como exemplos destes materiais, podemos citar os carbonetos (carboneto de silício - SiC), os nitretos (nitreto de silício-Si_3N_4), os óxidos (alumina-Al_2O_3) e os silicatos (silicato de zircónio-$ZrSiO_4$).

O termo cerâmica, imagina-se em azulejos e vasos, e tem sido acompanhado e evoluído pela raça humana desde antiguidade. A engenharia dos séculos passados teve a explosão industrial acompanhada diretamente com o desenvolvimento das cerâmicas. Hoje Mcs são considerados um elemento categoricamente especial, devido à ótimas propriedades tais como pontos de fusão elevados, baixos valores de condutividade elétrica e térmica, e altas resistências a compressão e a utilidade desse material vai além, pois está sendo utilizado em dispositivos eletrônicos, de informática, de odontologia, de biomedicina e de engenharia espacial.

Para o processo de fabricação das cerâmicas, uma das etapas fundamentais do processo é a dosagem das matérias-primas e dos aditivos, que deve seguir com dosagem correta nas formulações de massas, previamente estabelecidas. Os diferentes tipos de massas são preparados de acordo com a técnica a ser empregada para dar forma às peças. MCs são geralmente divididos em dois grandes grupos, os cerâmicos tradicionais e os cerâmicos técnicos, como já citado anteriormente.

2.1.1 Propriedades Dos Materiais Cerâmicos

Em conformidade com Zanotto e Migliore (1991), mesmo que MCs apresentem aspectos superiores aos demais, como, por exemplo, suportar temperaturas mais elevadas do que o metal, ou ser muito mais rígido que os polímeros, eles apresentam algumas características negativas. O ponto negativo dos MCs é um dos motivos para que as cerâmicas não tenham uma gama mais ampla na engenharia, já que possuem uma certa fragilidade. Geralmente as cerâmicas não apresentam deformação plástica e sua resistência a impacto é muito baixa, ou seja, a sua tenacidade é pequena.

Ainda para Zanotto e Migliore (1991), mesmo com suas desvantagens, as cerâmicas são muito utilizadas por conta da sua alta resistência à abrasão, à inercia

ISBN 978-65-5629-077-5

química e à altas temperaturas. E suas aplicações são excelentes para o futuro como, por exemplo, em motor cerâmico, implantes e ferramentas de corte.

Em tese, consoante com Smith e Hashemi (2012), a maioria dos MCs não conduzem eletricidade e por sua vez não conduzem temperatura, por conta das ligações iônicas e/ou covalentes e são ótimos isolantes. Por conta desta característica, estes materiais são muito utilizados como refratários. Os refratários são materiais que suportam ambientes com a temperatura elevada, tanto líquidos quanto gasosos. Sua aplicação se expande desde a indústria metalúrgica até química e vítrea.

2.2 CORROSÃO

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano luta contra um problema que se arrasta até os dias atuais: a corrosão. De acordo com Frauches-Santos et al. (2013), a corrosão pode ser definida como a deterioração de um material, geralmente metálico, por ação física, química ou eletroquímica do meio ambiente aliada ou não a esforços mecânicos.

A corrosão acarreta vários problemas nas mais diversas atividades, tanto as atividades mais simples, como alguns afazeres domésticos, quanto uma indústria petrolífera. Ela causa vários danos, desde um simples custo de substituição de um parafuso contaminado até mesmo graves acidentes por ruptura de algum equipamento pesado que não teve o devido tratamento. Deve-se ter muita atenção com tratamentos preventivos, ainda mais em ambientes severos, pois ainda segundo Frauches-Santos et al. (2013, p. 296) "a taxa de corrosão pode ser acelerada com o aumento da temperatura, da pressão e de altas concentrações do meio corrosivo".

Quando se fala em ambientes severos, é comum imaginarmos o ambiente marinho, já que ele é notoriamente agressivo, principalmente, para construções, sua influência na durabilidade dos materiais utilizados na construção civil está ligada, sobretudo, aos processos de degradação das estruturas de concreto, responsáveis pela estabilidade estrutural. Porém, engana-se quem pensa que o ambiente urbano também não é hostil, Lima e Lencioni (2007) dizem que:

> O meio ambiente urbano, por suas características de concentração populacional, provoca alterações no meio ambiente original. Essas alterações, quando se estuda a degradação das construções, em especial das estruturas de concreto, passa pela ocorrência de chuvas ácidas, deposição de partículas sólidas e lançamento de Dióxido de carbono na atmosfera, responsável pela carbonatação dos concretos e consequente corrosão das armaduras. (LIMA e LENCIONI, 2007, p. 04).

Ainda que MCs sejam resistentes, a corrosão pode ocorrer em temperaturas elevadas e ambientes agressivos.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2.1 Corrosão De Materiais Cristalinos

Segundo Mccauley (2004), a maioria dos MCs têm estrutura cristalina e são mais frágeis que metais. Ainda conforme autor o arranjo dos átomos na cerâmica cristalina é altamente ordenado em todo material.

Cerâmicas são sólidos inorgânicos ou não metálicos e esses materiais podem ter uma linha ou estrutura parcialmente cristalina, que sofre corrosão quando está em contato com sólidos, líquidos ou gases, ou qualquer combinação destes. A corrosão por líquidos se trata de um mecanismo de dissolução indireta, podendo ser chamada também de dissolução incongruente ou dissolução heterogênea, conforme Mccauley (2004). O ambiente corrosivo com o meio líquido envolve aumento na velocidade do meio, causando corrosão.

A corrosão por gases ocorre após uma cerâmica ser exposta ao vapor, logo o mesmo penetra no mateial podendo assim acarretar uma corrosão, a disposição dos poros e tamanho dos mesmos são condições favoráveis para a penetração atráves da camada de fronteira da cerâmica.

Os materiais cristalinos passam por um processo de difusão química ou interdifusão em contato com sólidos. A força motriz para a interdifusão foi devido ao potencial químico gradiente, que causa a reação química na superfície e leva à deterioração do material cerâmico.

2.2.2 Corrosão De Materiais Não Cristalino

Para Mccauley (2004), o processamento do vidro é totalmente diferente da preparação de cerâmica cristalina e envolve várias etapas. Cerâmica não cristalina, sendo vidros, pode ser geralmente preparada por derretimento.

A corrosão aquosa em vidros foi classificada em dois tipos: estática e dinâmica. Assim como nos materiais cristalinos podem ser divididas em três partes, sendo elas a corrosão por sólidos, líquidos e por gases.

A corrosão por sólidos se assemelha muito com a de materiais cristalinos, pois causa degradação por meio de produtos químicos de processos de interdifusão. Também sendo muito parecida com a corrosão por líquidos em materiais cristalinos, esta segue por materiais de dissolução química, já na corrosão por gases, ocorre dissolução de superfície, causando corrosão.

2.2.3 Corrosão De Vidros

Em conformidade com Silva e Mello (2005), a corrosão que ocorre em vidros, também conhecida como irisação, geralmente é influenciada pelo pH do causador da degradação. Ela ocorre lentamente na superfície de vidros e causa manchas opacas. O processo de corrosão nesses materiais geralmente é dividido em etapas, sendo elas: difusão de H2O na matriz do vidro; hidrólise da rede; formação de uma camada superficial amorfa; e ataque na rede por íons OH-.

Durante a primeira etapa do processo de corrosão em vidros, no qual acontece a difusão de água na matriz do material, ocorre um processo de substituição de íons, sendo que os íons modificadores são substituídos por íons de hidrogênio presentes

ISBN 978-65-5629-077-5

na água. Já na segunda fase da corrosão, chamado de hidrólise da rede, as ligações estruturais do material são rompidas, acelerando ainda mais a dissolução do vidro.

2.2.4 Efeitos Da Corrosão Nos Materiais Cerâmicos

Os MCs podem estar submissos a corrosão por fatores como dissoluções químicas em elevadas temperaturas e em ambientes severos, além do mais esses materiais também podem ser deteriorados através de fatores biológicos, conforme Mora e Sihvenger (2006). Entretanto, além de fatores químicos e biológicos, os MCs podem apresentar corrosão em sua estrutura quando expostos a esforços mecânicos e a grandes variações na temperatura.

Dentro dos fatores mecânicos que deterioram os MCs, as vibrações geralmente acarretam fissuras tendo como exemplo o concreto utilizado em construções comuns, apresentado na figura 1.

Quando essa corrosão ocorre, o metal utilizado na armação das vigas geralmente fica exposto, tornando-se vulnerável a oxidações metálicas, prejudicando a qualidade do concreto e durabilidade da obra.

Figura 1. Fissuras em concreto.



Fonte: Google Imagens, 2021.

Quando são aplicadas elevadas temperaturas em um MC é possível ocorrer uma expansão da superfície quando comparada às camadas internas do material, podendo acarretar defeitos na superfície como a desfolhação e podendo ocorrer o estilhaçamento do material. Para Mora e Sihvenger (2006), esses fenômenos acontecem, pois, as cerâmicas apresentam baixo coeficiente de expansão térmica.

Os fatores químicos estão ligados com a presença de fortes produtos químicos, que formam um meio agressivo para os MCs. A interação das moléculas de agentes externos com a rede das cerâmicas pode provocar fissuras no material, tornando-o fraco de acordo com a sua utilização.

Por fim, a corrosão das cerâmicas também pode estar ligada a fatores biológicos. Alguns tipos de microrganismo têm a capacidade de criarem meios corrosivos, como, por exemplo, as bactérias que oxidam o enxofre, essas bactérias aumentam a velocidade da degradação dos MCs.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2.5 Redução Da Corrosão Em Materiais Cerâmicos

De acordo com Sudha et al. (2019), a redução da corrosão em MCs é uma tarefa muito difícil, porém, graças ao avanço tecnológico e a descoberta de novos componentes químicos, o controle da deterioração de MCs é gradativamente controlado. Tendo como bases os vidros, estudos apontam que a incorporação de nitrogênio em sua matriz melhora a resistência à corrosão, e por consequência, minimiza a lixiviação em água em temperatura de 60ºC.

Já em MCs técnicos, a redução da degradação pode ser realizada obtendo um controle mais preciso das fases de ligação no processo de formação, e realizando a adição de materiais anti aditivos umectantes.

2.3 APLICAÇÃO DE MATERIAIS CERÂMICOS

Os MCs são utilizados pela humanidade faz muito tempo e se mantêm importantes, pois são utilizados em diversos setores como em indústrias automotiva, naval, aeronáutica e eletrodoméstica, esses materiais também são muito utilizados no setor eletrônico e na construção civil etc.

Conforme, Prado e Bressiani (2012), a concentração da maioria da indústria cerâmica está na região sul e sudeste do país e o Brasil é o segundo maior produtor de cerâmica de revestimento do mundo, estando atrás apenas da China, e sendo o estado de Santa Catarina o principal fabricante de placas de revestimento cerâmico, seguido do estado de São Paulo.

A indústria cerâmica é responsável pela fabricação de pisos, azulejos, tijolos, lajes, telhas e vidro, que são muito utilizados na construção civil e ela tem grande relevância para o país, tendo participação no PIB – Produto Interno Bruto – da ordem de 1,0%, sendo um dos setores extremamente importantes na movimentação da economia ao ser responsável por uma grande quantidade de mão de obra e desenvolvimento.

Devido ao seu elevado ponto de fusão, as cerâmicas são resistentes a altas temperaturas e por isso são utilizadas na construção de fornos siderúrgicos e na blindagem de aquecimento em ônibus espaciais. Também podem ser utilizados como isolantes térmicos de resistores e capacitores.

As cerâmicas são tipicamente materiais duros e quimicamente estáveis com aplicações valiosas, elas podem ser utilizadas de louças, próteses, peças mecânicas e até mesmo em coletes a prova de balas.

Atualmente as propriedades dos MCs é um ramo de grande interesse científico tendo em vista seu aproveitamento para o desenvolvimento de cerâmicas tecnológicas com propriedades inovadoras em áreas que envolvem catálise ambiental, saúde e agricultura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo apresentar um pouco sobre a importância de MCs, discutimos sobre seus dois tipos, as cerâmicas tradicionais, que possuem como componentes o Silicato de Alumínio Hidratado, a Sílica e o feldspato, e as técnicas,

ISBN 978-65-5629-077-5

que são formadas por Óxido de Alumínio, Óxido de Zircónio (ZrO2) e o Nitreto de Silício.

Verificamos que são materiais inorgânicos e não metálicos, mas que podem ser formados por elementos metálicos e não metálicos, além de serem unidos por ligações iônicas ou covalentes.

Observamos que a durabilidade de materiais é algo que intriga a humanidade faz séculos, considerando que a corrosão está presente em vários tipos de materiais e é um processo que causa danos.

A corrosão pode ocorrer de forma física, química ou eletroquímica, nas cerâmicas ela pode acontecer em contato com líquidos, sólidos e gases. Estudos têm tentado melhorar os MCs para que não haja a corrosão, já se sabe que mexer no processo de formação pode aumentar a vida útil dos MCs.

Embora os MCs tenham várias propriedades positivas como ser um bom isolante térmico e elétrico, ter um elevado ponto de fusão, ser uma matéria prima de custo mais baixo se comparada com outras, sua fragilidade ainda é um ponto negativo. Entretanto, ainda assim os MCs são amplamente utilizados em vários setores, principalmente, na construção civil.

Os MCs têm impacto significativo na economia do país, sendo responsável por 1% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Este trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, foi feito um levantamento da base teórica disponível sobre o setor cerâmico.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, S. R. **Corrosão de refratários utilizados na siderurgia.** Parte I: propriedades microestruturais. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ce/a/tpqSmYbmrV77jrz6TjVkzDK/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2021.

BUSTAMANTE, G. M.; BRESSIANI, J. C. **A indústria cerâmica brasileira**. 2000. Disponível em: < https://www.ceramicaindustrial.org.br/article/587657067f8c9d6e028b4623/pdf/ci-5-3-587657067f8c9d6e028b4623.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

FRAUCHES-SANTOS, C.; ALBUQUERQUE, M. A.; OLIVEIRA, M. C. C.; ECHEVARRIA, A. **A Corrosão e os Agentes Anticorrosivos**. 2013. Disponível em: <https://rvq-sub.sbq.org.br/index.php/rvq/article/view/490/422>. Acesso em: 19 set. 2021.

KILLER, R. A.; ROTTA, I. S. **A evolução e as estratégias do setor cerâmico no contexto brasileiro.** 2019. Disponível em: < http://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/10262019_001013_5db3b825ae01a.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

LIMA, M. G.; LENCIONI, J. Wh. **A problemática da corrosão e da durabilidade das construções em ambientes agressivos**: O caso do ambiente marinho urbano e das estruturas de concreto. In: IV Simpósio Internacional de Ciências Integradas da

ISBN 978-65-5629-077-5

UNAERP Campus Guarujá, 2007, Guarujá. IV Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP Campus Guarujá. Guarujá: UNAERP, 2007. v. 1. p. 1-16.
LINO, F. J. **Pull-Out During Grinding of Ceramics Containing an Amorphous Phase**. 2000. Disponível em: < https://web.fe.up.pt/~falves/Pullout.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

MATENCIO, T. **Importância dos materiais cerâmicos na nossa sociedade.** 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rmat/a/TMS4HyhJRSgyWPsJCGkP5RD/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2021.

MCCAULEY, R. A. **Corrosion of ceramic materials.** 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/naiani.toledo/Downloads/Corrosion_of_Ceramic_and_Composite_Materials___CRC.pdf>. Acesso em 19 set. 2021.
MERÇON, F.; GUIMARÃES, P. I. C.; MAINIER, F. B. **Corrosão:** Um exemplo usual de fenômeno químico. 2004. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc19/a04.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.
MORA, N. D.; SIHVENGER, J. C**. Apostila de química geral.** 2006. Cap. 08. Disponível em: <http://www.foz.unioeste.br/~lamat/downquimica/capitulo8.pdf>. Acesso em 20 set. 2021.
PRADO, U. S.; BRESSIANI, J. C. **Panorama da indústria cerâmica brasileira na última década.** 2012. Disponível em: < https://www.ipen.br/biblioteca/2012/eventos/cbc/18423.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.
SILVA, A.C.; MELLO CASTANHO S. R. H. **Estudo por FT-IR do processo de corrosão em vidros contendo resíduos sólidos galvânicos**. 2005. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/cbc/2005/artigos/49cbc-19-18.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

SMITH, W. F.; HASHEMI. J. **Fundamentos de engenharia e ciência dos materiais.** Tradução: Necesio Gomes Costa, Ricardo Dias Martins de Carvalho, Mirian de Lourdes Noronha Motta Melo. – 5. Ed. – Porto Alegre: AMGH, 2012.
SUDHA, P. N.; SANGEETHA, K.; KUMARI, A. V. J.; VANISRI, N.; RANI, K. **Corrosion of ceramic materials**. 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/naiani.toledo/Downloads/Corros%C3%A3o%20ceramica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.
ZANOTTO, E. D.; MIGLIORE, A. R. Jr. **Propriedade mecânicas de materiais cerâmicos**: Uma introdução. 1991. Disponível em: <http://www.lamav.ufscar.br/artpdf/c37m.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

DEGRADAÇÃO DE POLÍMEROS

Jairo E. Wegner[1]
Luis Felipe de Domenico[2]
Marcelo Augusto[3]
Gabriel da Silva grande[4]
Tiago Guerra[5]

Resumo: O consumo de materiais plásticos tem se elevado cada vez mais, visto isso pôde-se notar a gigantesca quantidade de elementos originados pelos humanos que se utilizam de materiais poliméricos como matéria-prima para suas diversas aplicações. O conhecimento dos procedimentos que levam à degradação tem avançado expressivamente, possibilitando que bons sistemas de estabilização sejam constituídos. Neste contexto, o objetivo do trabalho de revisão bibliográfica foi pesquisar sobre as propriedades da degradação dos polímeros, apresentando os principais aspectos dos processos de degradação, no intuito de contribuir proporcionando conhecimento de grande importância para diversas áreas, dentre as quais a biomédica, ambiental e a indústria petroquímica.

Palavras-chave: Polímeros. Degradação. Plásticos. Materiais Plásticos.

1 INTRODUÇÃO

Os polímeros tem sendo utilizados como materiais convencionais em quase todos os setores da economia, não apenas por seu baixo custo, mas ainda em resultado do desenvolvimento ininterrupto de sua funcionalidade. Por volta do ano 1950, o papel e o papelão eram os materiais dominantes para o acondicionar de produtos sólidos, latas e vidros eram os selecionados para acondicionar produtos líquidos. Nessa época, o único plástico utilizado para embalar "coisas" era o celofane, porém, devido ao seu alto custo, não podia concorrer com o papel. (SCOTT, 1999).

O termo plástico é originário do grego, *plastikus*, tendo como significado "material adequado à moldagem". Os plásticos são materiais que, apesar de sólidos à temperatura ambiente em seu estado final, quando submetidos ao calor acima da temperatura de "amolecimento" tornam-se líquidos sendo possível serem moldados por ação isolada ou ligada ao calor e pressão (MANO, 1999).

A utilização de elementos plásticos desenvolveu expressivamente quando se notou que sua fabricação era mais barata do que os metais, madeiras e vidros. Em decorrência, aumentou-se o descarte desses plásticos na natureza, atingindo fortemente o meio ambiente, tanto a curto como longo prazo, visto que, o plástico leva cerca de 300 anos para se degradar em condições naturais. Sendo assim, é indispensável tentar solucionar esse problema, combinando métodos de degradação, tais como: biodegradação, fotodegradação, incineração e reciclagem.

[1] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica– Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica– Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica– Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica– Centro Universitário UNIVEL.
[5] Professor Tiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica– Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

O conhecimento dos procedimentos que levam à degradação tem avançado expressivamente, possibilitando que bons sistemas de estabilização sejam constituídos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi estudar sobre as propriedades da degradação dos polímeros. A metodologia utilizada para esse trabalho foi baseada em revisão bibliográfica, em análise de obras de autores da área, artigos científicos, estudos como teses de doutorado ou dissertações de mestrado, bem como documentos/leis, entre outros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A utilização de polímeros tem se tornado gradativamente frequente na sociedade. É notório ao reparar ao redor para se compreender a gigantesca quantidade de elementos originados pelo homem e que se empregam de materiais poliméricos como matéria-prima para suas diversas aplicações. Desde garrafas de bebidas, sacolas de supermercados, tubos de encanamento, cobertores, embalagens de poliestireno, revestimentos de panelas e de latas de conserva, mamadeiras, tintas para paredes, próteses, escovas de dente, para-choques de veículos, tapetes, pneus, suportes, ou seja, os polímeros estão evidentes em grande maioria dos utensílios que utilizamos no dia-a-dia (ROSA, 2002).

Os polímeros consistem em macromoléculas distinguidas por seu tamanho, sua estrutura química e interações intra e intermoleculares. Constituem de unidades químicas que são ligadas por ligações covalentes, que se repetem ao longo da cadeia. Eles são de origem naturais (a seda, a celulose, as fibras de algodão, etc.) ou sintéticos (como o polipropileno (PP), o poli (tereftalato de etileno) (PET), o polietileno (PE), o poli (cloreto de vinila) (PVC), etc.) (MANO, 1999). Os polímeros podem ser classificados como termoplásticos (plásticos), termofixos, borrachas e fibras (AGNELLI, 1996).

Entre as diversas categorias de polímeros, se destaca os materiais plásticos. Canevarolo Jr. (2006, p.24) determina plásticos como sendo "material polimérico de alta massa molar, sólido como produto acabado" e os subdivide em termoplásticos e termofixos. Enquanto termoplásticos são fusíveis, solúveis e recicláveis, os termofixos, após o procedimento de cura, são infusíveis e insolúveis. Os termoplásticos são modeláveis a quente e têm baixa densidade, bom aspecto, são isolantes térmico e elétrico, são resistentes ao impacto e baixo custo, deste modo, proporcionam uma ampla range de aplicações. Em decorrência disso, o consumo dos polímeros vem prosperando no Brasil e no mundo.

> A maioria dos polímeros comerciais pode ter sua estabilidade alterada frente às condições ambientais. Radiação UV, variações de temperatura, presença de oxigênio, umidade e poluição do ar são alguns fatores que podem desencadear uma série de reações químicas que alteram as propriedades físicas dos plásticos, tais como resistência ao impacto e tensão, elongação, elasticidade, propriedades ópticas (descoloração, amarelamento, perda da transparência e brilho) e propriedades de superfície (GRASSIE, 1985, p.23).

De acordo com Canevarolo Jr. (2006), polímero consiste em uma

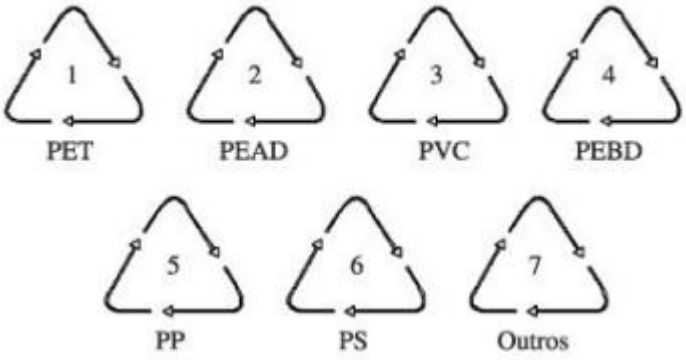
ISBN 978-65-5629-077-5

macromolécula desenvolvida através da reprodução de várias unidades, estas interligadas por meio de ligações covalentes. Com denominação de procedência grega, poli (muitos) e mero (unidades de repetição), polímeros compreendem uma multiplicidade de materiais, dependendo de fatores como tamanho das moléculas (massa molar), tipo de ligações químicas, monômeros e pré-requisitos utilizados na reação de polimerização (BRETAS; D'AVILA, 2005).

> As propriedades físicas e químicas dos plásticos conferem-lhes inúmeras vantagens em relação a outros materiais. Do caráter químico inerte dos plásticos, advém sua vantagem sobre os metais para acondicionar líquidos com propriedades corrosivas. Outras características como custo, baixa temperatura de amolecimento, podendo ser facilmente moldado, excelente impermeabilidade à água, flexibilidade suficiente para permitir deformação sob pressão e boa resistência química à temperatura ambiente, fizeram com que o polietileno de baixa densidade (LDPE) fosse considerado o polímero que preenche, quase idealmente, os requisitos necessários aos recipientes destinados aos detergentes líquidos (SCOTT, 1999, p. 1).

Dos mais variáveis tipos de polímeros convencionais existentes, ressaltam-se o polietileno (PE), polietileno de alta densidade (PEAD) e polietileno de baixa densidade (PEBD), polipropileno (PP), poliestireno (PS), policloreto de vinila (PVC) e o poli (tereftalato de etileno) (PET), que estão apresentados na Figura 1.

Figura 1: Símbolos de identificação dos materiais plásticos



1 - PET - Polietileno tereftalato
2 - PEAD - Polietileno de alta densidade
3 - PVC - Policloreto de vinila
4 - PEBD - Polietileno de baixa densidade
5 - PP - Polipropileno
6 - PS - Poliestireno
7 - Outros

Fonte: ABNT NBR 13230:2008

É evidente que os plásticos possuem uma multiplicidade de aplicações, podendo ser conferida a algumas propriedades especiais, sendo a flexibilidade, inércia química, baixo custo e peso, resistência mecânica e durabilidade.

> Por muitos anos, não foi prestado atenção nos problemas ambientais

ISBN 978-65-5629-077-5

> do descarte das embalagens de plástico, que tinham o destino usual do lixo doméstico, isto é, os aterros sanitários. Percebeu-se, contudo, que, os plásticos em geral, não apenas permanecem muito tempo no ambiente, como ainda conservam suas propriedades físicas por muitos anos; embalagens de LDPE, por exemplo, submetidas a intempéries durante muitos anos continuam intactas, sem sinais de desagregação. As primeiras embalagens plásticas a mostrarem sinais de deterioração física foram as feitas de polietileno de alta densidade (HDPE), usadas principalmente no acondicionamento de produtos químicos corrosivos (SCOTT, 1981, p. 2).

Apesar das melhorias no processamento e produção dos materiais plásticos, eles provocam dois grandes problemas: o uso de fonte não-renovável (petróleo) para aquisição de sua matéria-prima e a volumosa quantidade de resíduos sólidos provocado para descarte, onde no Brasil, a maior parte desse resíduo (85%) são descartados no meio ambiente (FALCONE, 2007).

> O termo degradação, no que se refere a polímeros, aplica-se a qualquer mecanismo que leve a danos irreversíveis de algum tipo de propriedade. Os polímeros podem ser degradados por vários tipos de mecanismos: fotodegradação, oxidação, termodegradação, degradação mecânica, hidrólise, biodegradação e por meio da combinação de alguns desses tipos de degradação, como foto-oxidação, oxidação térmica etc. (FECHINE, 2010, p.674).

Existem diversas maneiras de abordar a degradação de polímeros. Podendo ser dispostos pelos tipos de reações químicas que acontecem no início e durante a degradação (cisão da cadeia principal ou de grupos laterais, reticulação, eliminação ou substituição de cadeias laterais, reações intramoleculares, auto oxidação e despolimerização) ou pelo mecanismo de iniciação destas reações (térmica, fotoquímica, mecânica, química). Independente da maneira da degradação, a primeira fase da degradação (iniciação), sempre está conexa ao rompimento de uma ligação química covalente. Este rompimento vai provocar classes reativas que serão responsáveis pela propagação do procedimento. A origem dessas espécies pode ser ocasionada por calor, luz, radiação de alta energia, tensão mecânica, ataque químico, biológico, etc. Todas estas maneiras de iniciação demandam em fornecer energia para o rompimento de uma ligação química característica (MOURA, 1997).

> A degradação de um polímero ocorre pela mudança da sua estrutura química com o tempo, devido principalmente aos efeitos da luz, em especial, o raio ultravioleta, do calor e da tensão mecânica do processamento ou uso do material, que são acompanhadas de alterações nas propriedades mecânicas ou estéticas (FRANCHETTI, 2006, p. 811).

A degradação de polímeros acontece em uma ampla multiplicidade de ambientes e condições e define o tempo de utilização do polímero. Sobrevém como decorrência de um ataque físico ou químico, na maioria das vezes originado por uma combinação de agentes degradantes e pode compreender diversos mecanismos

ISBN 978-65-5629-077-5

químicos. A ação do tempo "*weathering*" é bastante rigorosa com materiais orgânicos, já que compõe de efeitos fotofísicos e fotoquímicos dos fótons da radiação solar com os efeitos oxidativos do oxigênio atmosférico e os efeitos hidrolíticos da água, além dos efeitos da temperatura (MOURA, 1997).

> Os polímeros podem ser degradados quando expostos a agentes ambientais e, dependendo da agressividade do meio, podem ter sua vida útil diminuída. O termo degradação é utilizado para indicar a ocorrência de alterações de natureza físico-química nas propriedades do polímero, podendo implicar em redução da massa molar e consequentemente variação nas propriedades físico-mecânicas, ocasionando descoloração, fissuramento, perda de brilho, queda de resistência mecânica, entre outros. (FECHINE et al., 2006, p. 674)

Estas modificações, sejam constantes ou provisórias, acontecem devido a reações químicas, principiadas por múltiplos agentes, que podem levar ao rompimento da ligação covalente da cadeia principal ou lateral da macromolécula, isto é, podem gerar transformações intra ou intermoleculares. Este rompimento suscita espécies reativas, na maioria das vezes radicais livres, que serão responsáveis pela propagação do processo, resultando em cisão, reticulação, substituição ou eliminação dos grupos laterais, oxidação ou despolimerização (CLOUGH, 1988; PAOLI, 2008).

As reações de degradação sucedem quase excepcionalmente na fase amorfa do polímero já que esta absorve o oxigênio muito mais veloz do que na fase cristalina. Sendo assim, a oxidação pode suceder preferencialmente no limite entre as fases amorfa e cristalina onde o dano será maior. (KOMITOV et al., 1989; SCHEIRS et al., 1991; WHITE; TURNBULL, 1994).

Entre as degradações fundamentadas no tipo de reação química, é possível mencionar:

- Cisão: acontece quando a energia centrada em uma determinada ligação química e superior à energia da ligação, provocando um rompimento aleatório (randômico) das ligações da cadeia principal ou lateral, procedendo em uma redução da massa molar do polímero, e provocando uma transformação nas propriedades mecânicas. Este rompimento da ligação possibilita o desenvolvimento de radicais livres e de diversos grupos funcionais (carbonila, ésteres, aldeídos, entre outros.). O procedimento de cisão de cadeias deriva em sólidos mais dúcteis e em líquidos menos viscosos (MELO, 2004; PAOLI, 2008).

- Reticulação: desenvolvimento de ligações cruzadas, isto é, procedimento no qual duas cadeias poliméricas se conectam através de uma ligação covalente, devido às reações dos radicais livres na matriz polimérica, ocasionando ainda em uma alteração nas propriedades, como o aumento da massa molecular do polímero, da temperatura de fusão e da resistência à tração, e ainda a redução da solubilidade e do alongamento do polímero (FERREIRA, 2007).

- Despolimerização: sobrevém em polímeros com substituintes em um dos carbonos das unidades monoméricas repetitivas. Este procedimento de degradação pode ser considerado como o reverso do método de polimerização, e origina como produto fundamental o monômero que deu origem ao polímero específico que está

ISBN 978-65-5629-077-5

se degradando. Raros são os polímeros que consentem a regeneração do monômero desta maneira (KELEN, 1983; CANEVAROLO JR, 2006).

- Oxidação: reação do polímero com o oxigênio. Esta acontece preferencialmente na superfície do polímero e em menor escala internamente. Esta reação é demorada na temperatura ambiente, mas pode ser acelerada em altas temperaturas, devido a maior difusão do oxigênio nestas temperaturas. Esta reação origina produtos carbonilados, que possuem coloração amarelada, e são os responsáveis pela modificação da cor do produto (CANEVAROLO JR, 2006; PAOLI, 2008).

> Muitos polímeros são susceptíveis à degradação ambiental (ou envelhecimento ambiental) proveniente da ação das intempéries, onde reações fotoquímicas envolvendo a radiação solar, temperatura e o oxigênio atmosférico resultam em quebra das cadeias moleculares do material polimérico. Neste caso, as condições de degradação são influenciadas por fatores ambientais (como por exemplo, temperatura, local, e tempo de exposição) e agentes ambientais (como por exemplo, radiações, umidade, oxigênio e poluentes). A presença de elevadas temperaturas, proveniente do efeito do calor do sol e de tensões aplicadas ao material podem acelerar o processo de degradação (ROY et al., 2005, p. 577).

As degradações determinadas pelo procedimento de iniciação das reações podem ser rotuladas como:

- Térmica: Designado termo degradação depende simplesmente da ação do calor, isto é, sem a interferência de qualquer outro agente. A temperatura de degradação térmica será consequência da magnitude da energia das ligações químicas que compõem o polímero, onde essa energia decorrerá, por exemplo, da quantidade de ramificações do polímero, do tipo de substituintes ao longo da cadeia polimérica, da estereoregularidade, entre outros. A degradação térmica, de maneira geral, pode ocasionar em reações de despolimerização e cisão aleatória das cadeias (CANEVAROLO JR, 2006; PAOLI, 2008).

- Mecânica: acontece devido ao esforço mecânico ou na aplicação de uma tensão mecânica durante a produção, sucede o rompimento da ligação da cadeia principal do polímero ou o acréscimo na distância interatômica. A degradação mecânica compreende os fenômenos de ruptura física e mudanças químicas originadas pelas tensões mecânicas (VASILE; SEYMOUR, 1993).

- Termomecânica: é o processo quando ocorre a degradação térmica e a mecânica juntas. Assim como na degradação térmica, acontecerá a cisão de cadeia, entretanto de maneira muito mais intensa, devido ao esforço cisalhante nas cadeias poliméricas. Por ficarem enroscadas durante o fluxo cisalhante, as longas cadeias poliméricas serão muito tencionadas, favorecendo sua quebra (CANEVAROLO JR, 2006).

- Química: surge quando se expõe o polímero a um agente químico agressivo específico, como por exemplo, exposição à bases, ácidos, gases, ao ar, etc. (SCHNABEL, 1982).

- Fotodegradação: originada pela exposição do polímero a radiações de baixa energia (radiação ultravioleta, micro-ondas, etc.) e é dependente da existência de um grupo cromóforo no polímero (ou em seus aditivos). A fotodegradação é originada

ISBN 978-65-5629-077-5

pela característica de absorção de luz do polímero (fração da luz incidente que o polímero é capaz de absorver) e pela influência mútua da luz absorvida com a cadeia polimérica quanto à energia de suas ligações químicas (GONZÁLEZ; VELEVA, 2004).

- Degradação por exposição às radiações de alta energia: ocorre quando átomos da matéria são ionizados devido à exposição do polímero a uma radiação que possui um coeficiente de energia quântica ou cinética, mais elevado que a energia de ligação atômica. De maneira geral, as alterações químicas mais notáveis que advêm em polímeros pela atuação da radiação de alta energia são a formação de produtos voláteis de baixa massa molar, formação de ligações duplas C=C conjugadas ou não, quebra da cadeia principal ou reticulação (ATTIX, 2008; PAOLI, 2008).

- Biológica: pode ser chamada de biodegradação, que consiste no resultado do ataque enzimático ao polímero desempenhado por microrganismos, como bactérias e fungos. A biodegradação acontece de preferência na superfície. A disposição de água precipita o processo de biodegradação, já que os microrganismos dependem da água para sua sobrevivência (VASILE; SEYMOUR, 1993).

Na maioria das vezes, a degradação ocorre como consequência da agressão de agentes físicos, químicos ou biológicos do meio, ou embora pode ser determinada pela combinação destes agentes degradantes compreendendo múltiplos mecanismos químicos, biológicos e/ou mecânicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da política de sustentabilidade é uma ação prática que visa estabelecer uma relação mais harmônica entre consumidor de materiais plásticos e o meio ambiente. Seguindo estas técnicas, é possível enfraquecer o consumo de plásticos (reduzir gastos, economizar), além de beneficiar o desenvolvimento sustentável.

O estudo da degradação de polímeros proporciona importância para diversas áreas, dentre as quais a biomédica, ambiental e a indústria petroquímica. Sendo assim, nesta revisão bibliográfica procurou-se apresentar os principais aspectos dos processos de degradação. Os métodos de degradação de polímeros de grande relevância industrial ainda necessitam ser estudados com maior complexibilidade a fim de esclarecer mecanismos de reação e otimização operacional. Para o gerenciamento do lixo plástico produzido em sociedade, a biodegradação é a alternativa mais promissora. Visto isso, para alcançar a sustentabilidade, é fundamental para o futuro da sociedade buscar alternativas de materiais que substituam os plásticos convencionais.

REFERÊNCIAS

ALLEN, N.S.; RABEK, J.F. **New trends in the photochemistry of polymers.** New York: Elsevier Applied Science Publishers Ltd, 1985.

AGNELLI, J. A. M; **Polímeros: Ciênc. Tecnol**. 1996, 4, 9.

ISBN 978-65-5629-077-5

Associação Brasileira de Norma Técnicas – ABNT. - **NBR 13230: Embalagens e acondicionamentos plásticos recicláveis – identificação e simbologia**, Rio de Janeiro, 8p. (2008).

ATTIX, F. H. **Introduction to Radiological Physics and Radiation Dosimetry.** New York:John Wiley & Sons, 2008.

BRETAS, Rosario Elida Suman; D'AVILA, Marcos Akira. **Reologia de Polímeros Fundidos**. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2005. 257p.

CANEVAROLO JR, S. V. **Ciência dos polímeros:** Um texto básico para tecnólogos e engenheiros. 2a ed. São Paulo: Artlieber, 2006.

CLOUGH, R. Radiation-resistant polymers. **Wiley-Interscience, Encyclopedia of Polymer Science and Engineering.**, v. 13, p. 667-708, 1988.

ELIAS, H. G.; **An introduction to polymer science,** 1a ed., Verlog Chemie: Weinheim, 1997.

FALCONE, D. M. B.; AGNELLI, J. A. M.; DE FARIA, L., LEANDRO, I. L. Panorama setorial e perspectivas na área de polímeros biodegradáveis. **Polímeros Ciência e Tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 5, 2007.

FECHINE, G. J. M.; SANTOS, J. A. B. DOS; RABELLO, M. S. Avaliação da fotodegradação de poliolefinas através de exposição natural e artificial. **Quimica Nova**, v. 29, n. 4, p. 674–680, 2006.

FERREIRA, F. C. M. **Comportamento sob abrasão em polietileno de ultra-alto peso molecular (UHMWPE) irradiado**, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Materiais) - Instituto Militar de Engenharia, 2007.

FRANCHETTI; SANDRA M. M.; MARCONATO, JOSÉ C. **Polímeros Biodegradáveis – Uma solução parcial para diminuir a quantidade dos resíduos plásticos**. Quim. Nova, Vol. 29, No. 4, p. 811-816, 2006.

GRASSIE, N.; SCOTT, G. **Polymer degradation and stabilization**. Cambridge: Cambridge University Press,1985.

GONZÁLEZ, A. V.; VELEVA, L. Mineral filler influence on the photo-oxidation mechanism degradation of high density polyethylene. Part II: natural exposure test. **Polymer Degradation and Stability,** v. 83, n. 1, p. 139–148, 2004.

KELEN, T. **Polymer degradation**. New York: Van Nostrand Reinhold Co., 1983.
KOMITOV, P.; KOSTOV, G.; STANCHEV, S. Ageing of LDPE: Structural changes. **Polymer Degradation and Stability**, v. 24, p. 303–312, 1989.

ISBN 978-65-5629-077-5

MANO, E. B.; MENDES, L. C; **Introdução a polímeros**, 2a ed., Edgard Blücher Ltda: São Paulo, 1999.

MELO, N. S. DE. **Comportamento mecânico do policarbonato exposto à radiação gama,** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Materiais) - Instituto Militar de Engenharia, 2004.

MOURA, J.C.V.P.; OLIVEIRA-CAMPOS, A.M.F.; GRIFFITHS, J. **The effect of additives on the photostability of dyed polymers**. Dyes Pigm. 33, 173-196, 1997.

PAOLI, M. DE. **Degradação E Estabilização De Polímeros**. 2° versão online. ed. chemkeys, 2008.

RABEK, J.F. **Photodegradation of polymers** – Physical chracteristics and applications. Berlin: Springer, 1996.

ROSA, D. S.; CHUI, Q. S. H.; PANTANO FILHO, R.; AGNELLI, J. A. M. Avaliação da Biodegradação de Poli-b-(Hidroxibutirato), Polib-(Hidroxibutirato-co-valerato) e Poli-e-(caprolactona) em Solo Compostado. **Revista Polímeros** v.12 n.4, São Carlos, 2002.

ROY, P. K.; SUREKHA, P.; RAJAGOPAL, C.; CHATTERJEE, S. N.; CHOUDHARY, V. Effect of benzil and cobalt stearate on the aging of low-density polyethylene films. **Polymer Degradation and Stability**, v. 90, n. 3, p. 577–585, 2005.

SCHEIRS, J.; BIGGER, S. W.; DELATYCKI, O. Characterizing the solid-state thermal oxidation of poly (ethylene oxide) powder. Polymer, v. 32, n. 11, p. 2014–2019, 1991.

SCHNABEL, W. **Polymer Degradation: Principles and Practical Applications**. New York: Hanser Gardner Publications, 1982.

Scott, G. Polymers and the Environment. Birmingham, UK. **RSC Paperbacks** (The Royal Society of Chemistry), 1999.

VASILE, C.; SEYMOUR, R. B. **Handbook of polyolefins. Synthesis and properties.** New York: Marcel Dekker Inc., 1993.

WAN, E.; GALEMBECK, E.; GALEMBECK, F.; **Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola.** 2002, nº 2, 05.

WHITE, J. R.; TURNBULL, A. Weathering of polymers: mechanisms of degradation and stabilization, testing strategies and modelling. **Journal of Materials Science**, v. 29, n. 3, p. 584–613, 1994.

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DA MEDICINA VETERINÁRIA

ISBN 978-65-5629-077-5

AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS SANGUÍNEOS EM OVINOS NATURALMENTE INFECTADOS POR PARASITOS GASTRINTESTINAIS

João Pedro Pereira Scandolari[1]
Weligton Bortolanza[2]
Gabriel Daltoé De Almeida[3]
Andrea Cristina Ferreira Meirelles[4]
Edvaldo Geraldo Junior[5]

Resumo: Considerada como a causa principal e sendo responsável por inúmeras mortes em ovinos, a verminose é o principal problema na atualidade da ovinocultura. O método FAMACHA® é uma alternativa para o controle das principais parasitoses que acometem os ovinos, desde que acompanhado de outros exames quantitativos como a técnica de contagem de ovos por gramas de fezes e o exame de sangue (hematócrito). O *Haemonchus contortus* é um parasita hematófago, encontrado predominantemente no abomaso e na porção anterior do intestino delgado, devido a sua característica hematófaga, o principal sinal clínico é a anemia. Visando o bem-estar animal, pesquisadores buscaram o tratamento antiparasitário seletivo, não sendo necessário o tratamento profilático. A principal característica deste método é a identificação de animais resistentes e resilientes no rebanho, sendo possível a seleção de animais que não necessitam receber tratamento antiparasitário. A correlação entre FAMACHA® e OPG e FAMACHA® e hematócrito indica que o método FAMACHA®, é uma ferramenta eficiente e segura na seleção de ovinos que necessitam de tratamento às verminoses gastrintestinais. O cartão guia apresenta cinco tonalidades de mucosa que variam de vermelho-rosada até branco pálido, tendo como finalidade a utilização a campo para o tratamento seletivo de animais, sendo sugestivo de tratamento animais com mucosas classificadas acima do grau 3. O *Haemonchus* spp, é o único parasito que está associado ao grau da coloração da conjuntiva ocular, o método deve ser utilizado quando o principal parasito representar alto índice de carga parasitária no rebanho.

Palavras-chave: FAMACHA®. Hematócrito. Ovinos. *Haemonchus* spp. Anemia.

1 INTRODUÇÃO

A ovinocultura vem aumentando sua participação no agronegócio brasileiro, e a tendência é de que esta se mantenha em expansão, inúmeras doenças acometem a espécie ovina e, na maioria das vezes, causam alterações hematológicas, por isso é de fundamental importância a definição dos valores hematológicos de referência dessa espécie, para que possíveis alterações possam ser identificadas embasando-se nesses valores, segundo SARAIVA e colaboradores (2017).

[1] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.
[3] Docente do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.
[4] Docente do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.
[5] Docente do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo dados do IBGE (2012), mais de 15,5 milhões de cabeças ovinas se encontram distribuídas por todo o território nacional, os maiores rebanhos concentram-se no estado do Rio Grande do Sul devida as condições climáticas que favorecem a produção de lã, carnes e animais de dupla aptidão e na região nordeste. Na região nordeste, faz-se a criação de raças deslanadas, as quais se adaptam ao clima tropical com maior facilidade e que apresentam alta rusticidade, destinadas a produção de carne e peles.

Considerada como a causa principal e sendo responsável por inúmeras mortes em ovinos, a verminose é o principal problema na atualidade da ovinocultura, Além de reduzir o potencial produtivo do rebanho e causar perdas econômicas significativas, de acordo com MOLENTO e colaboradores (2004).

Segundo ABRÃO e colaboradores (2010), é evidente a perca na qualidade de carne e lã de animais severamente acometidos por parasitos intestinais, fortalecendo a importância de se combater de forma correta estes parasitos.

A avaliação de parâmetros sanguíneos vem auxiliando no diagnostico e acompanhamento de inúmeras enfermidades que acometem a ovinocultura, aliada as demais técnicas como a utilização do método FAMACHA® e do OPG – ovos por grama de fezes (MOLENTO et al., 2004).

Conhecer os valores de referência do hemograma dos animais sadios e os fatores causadores de suas variações é de extrema importância no controle dos parasitas gastrointestinais (PEREIRA et al., 2015).

Decorrente do uso descontrolado ou por falta de informações adequadas referentes ao tratamento e utilização de drogas antiparasitárias, foi observado uma diminuição da eficácia destes produtos (MOLENTO et al., 2004).

A fim de contornar este uso descontrolado e visando o bem-estar animal, pesquisadores buscaram o tratamento antiparasitário seletivo, não sendo necessário o tratamento profilático, descrevem MOLENTO e colaboradores (2004). MALAN & VAN WYK (1997), observaram a correlação entre a coloração da mucosa ocular dos ovinos e o valor do hematócrito destes animais, juntamente com a incidência do parasita hematófago, *Haemonchus contortus*.

O presente trabalho utilizado como método de revisão bibliográfica tem como intenção apresentar a avaliação do grau de anemia em ovinos naturalmente infectados por parasitas gastrointestinais com utilização do método FAMACHA® e avaliação de parâmetros sanguíneos para confirmação de anemia em conjunto a técnica de ovos por grama de fezes (OPG) para quantificação do grau de parasitose.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

O parasitismo é responsável por grande parte das perdas relacionas a criação de ovinos, seja reduzindo o potencial produtivo dos animais ou morte dos animais jovens e adultos, segundo MOLENTO e colaboradores (2004).

Para controle do estado parasitário dos ovinos se faz necessário o uso de anti-helmínticos, com a finalidade de reduzir a carga parasitária destes animais, sendo possível a visualização da redução de ovos com o acompanhante do tratamento com a quantificação de ovos por grama de fezes (OPG) utilizando a técnica de GORDON & WHITLOCK (1939).

ISBN 978-65-5629-077-5

O *Haemonchus contortus* é classificado como parasita hematófago, parasitando predominantemente o abomaso e a porção anterior do intestino delgado, devido a sua característica hematófaga o principal sinal clínico observado é a anemia (DA COSTA et al., 2013). Por sua vez, a anemia facilmente pode ser verificada pela conjuntiva ocular dos animais. De acordo com VAN WYK e colaboradores (1997), há uma correlação entre a coloração da conjuntiva e o valor do hematócrito com a incidência do parasita hematófago ao associarem os valores de hematócrito com diferentes colorações da conjuntiva ocular criou-se um padrão de tonalidades relacionadas a diferentes faixas de hematócrito, fez-se possível a criação do método FAMACHA®.

O *Haemonchus* spp. é o único parasito que está associado ao grau da coloração da conjuntiva ocular, segundo CHAGAS e colaboradores (2007) o método deve ser utilizado quando o principal parasito (*Haemonchus* spp.*)* representar, pelo menos, 60% da carga parasitária no rebanho.

O cartão guia apresenta cinco tonalidades de mucosa que variam de vermelho-rosada até branco pálido, sendo numeradas de 1 a 5 respectivamente. O cartão tem como finalidade a utilização a campo para o tratamento seletivo de animais, sendo sugestivo de tratamento animais com mucosas classificadas acima do grau 3 (MINHO & MOLENTO, 2014).

Para a validação do método FAMACHA®, amostras de sangue são colhidas por punção da veia jugular dos animais e armazenadas em tubos com anticoagulante para realizar o hematócrito (NOLLI et al., 2008). MOLENTO e colaboradores (2004), observaram que animais com os valores de hematócrito com 28% e acima se enquadram no grau FAMACHA® 1, valores entre 23% e 27% correspondem ao grau 2, entre 18% e 22% grau 3, animais com valores entre 13% e 17% grau 4 e animais com valores de 12% e abaixo correspondem ao grau 5. O volume globular (VG) foi determinado por centrifugação do sangue em tubos de micro hematócrito.

NOLLI e colaboradores (2008), correlacionaram o método FAMACHA® com a de hematócrito em ovinos, avaliando 40 animais, sendo para os valores do FAMACHA® os animais classificados com um estado sanitário adequado com os graus 1 e 2 os animais apresentam valores de hematócrito acima de 35% (grau 1) e valores entre 34% e 21% grau 2. Os animais observados com grau 3 apresentam valores entre 20% e 15% de hematócrito, grau 4 valores entre 14% e 11% e animais com grau FAMACHA® 5, valores 10% e abaixo. Conforme tabela 1.

Tabela 1. Correlação entre a classificação através de indicação do cartão FAMACHA e intervalos de leitura do Hematócrito estabelecida para o experimento.

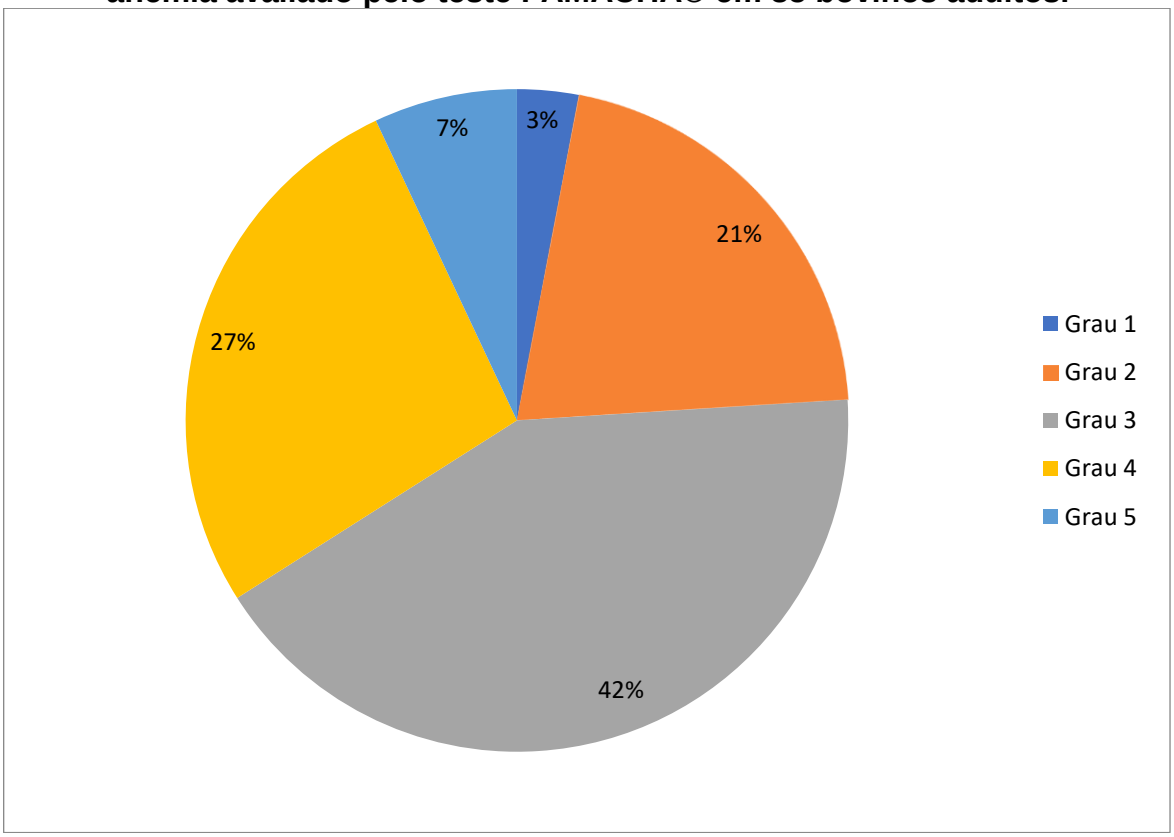
Número de observações	FAMACHA	Hematócrito (%)
3	1	35% e valores acima
34	2	Entre 34% e 21%
45	3	Entre 20% e 15%
41	4	Entre 14% e 11%
5	5	10% e valores abaixo

Fonte: NOLLI et al., 2008.

ISBN 978-65-5629-077-5

DE SOUZA e colaboradores (2017), relataram a eficiência do método FAMACHA® como sendo uma ferramenta eficiente na detecção dos diferentes graus de anemia dos ovinos, obtendo uma correlação dos dados entre FAMACHA® e hematócrito como resultado (r = -0,64752). Conforme figura 1.

FIGURA 1: Distribuição da porcentagem de Animais em relação ao grau de anemia avaliado pelo teste FAMACHA® em 85 bovinos adultos.



Fonte: DE SOUZA et al., 2017.

A Embrapa Pecuária Sudeste realizou em seu rebanho ovino em sua maioria composto por matrizes sem raça definida, que foram cruzadas com reprodutores das raças Dorper, Santa Inês e Suffolk (CHAGAS et al., 2007).

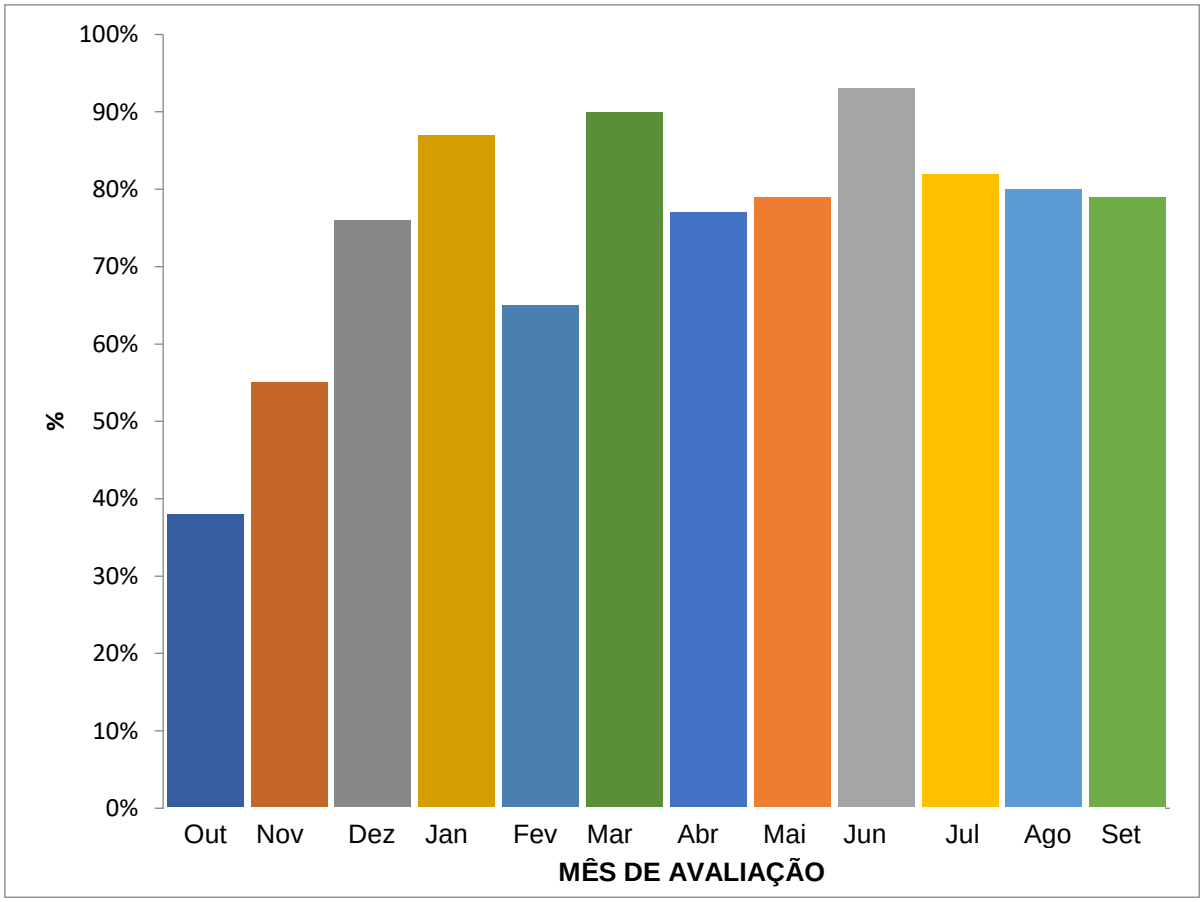
Durante o período de outubro de 2006 a setembro de 2007 realizaram coletas mensais de fezes para a execução da contagem de ovos por grama de fezes e da coprocultura, e de sangue para a execução da técnica do micro hematócrito. Sendo as observações utilizando o cartão FAMACHA® realizadas por técnicos treinados quanto à coloração da conjuntiva ocular (CHAGAS et al., 2007).

Os dados encontrados por CHAGAS e colaboradores (2007) em sua pesquisa apresentaram a frequência de acertos na interpretação do cartão FAMACHA® em comparação ao resultado obtido com o hematócrito de cada animal. O intervalo de confiança utilizado na pesquisa foi de 95% de probabilidade. A proporção de acertos teve como base as seguintes referências de hematócrito: grau Famacha 1 (F1), valores ≥ 28%; F2, 23% a 27%; F3, 18% a 22%; F4, 13% a 17%; e F5, ≤ 12% (MOLENTO et al., 2004).

ISBN 978-65-5629-077-5

Os percentuais de acertos mensais apresentados por CHAGAS e colaboradores (2007), referentes a interpretação do cartão em relação ao grau de anemia dos ovinos variaram de 38% a 93% (Figura 2).

Figura 2: Porcentagem de acertos de avaliação mensais do grau de anemia no rebanho ovino de CHAGAS e colaboradores (2007), quando comparado grau FAMACHA com o hematócrito.



Fonte: CHAGAS et al., 2007.

Tabela 2 – Número médio de ovos por grama de fezes (OPG) com os valores mínimos e máximos, grau FAMACHA® estimado e percentual médio do hematócrito dos ovinos avaliados, Uberlândia – MG, fev – mar 2010.

OPG	FAMACHA®	% HEMATOCRITO	% ANIMAIS
1443,1 (0 – 11900)	1	31(± 2,4)	44,4 (n= 52,39)
3658,1 (0 – 20000)	2	25,5 (± 1,3)	35,7 (n= 42,12)
16572,2 (2100 – 406000)	3	20,1 (± 1,7)	15,7 (n=18,52)

ISBN 978-65-5629-077-5

18400 (4100 – 40600)	4	16,3 (± 1,0)	3,5 (n= 4,13)
42500	5	11,0	0,87 (n=1,02)

Fonte: OLIVEIRA et al., 2011

OLIVEIRA e colaboradores (2011) destacam a capacidade de alguns animais suportarem altas cargas parasitarias, os quais são denominados como resistentes para esses parasitos, de acordo com a Tabela 2, ao se comparar o grau FAMACHA® com o OPG e hematócrito dos ovinos, foi-se observado que a maior frequência dos animais aproximadamente (44,4%) apresentou uma coloração de mucosa grau 1, com OPG médio de 1443,1, variando de 0 a 11900 ovos, e hematócrito médio de 31,0% (± 2,4).

Esses resultados demonstram não ser necessário o tratamento desses animais, pois os valores do hematócrito estão dentro da normalidade para a espécie. No entanto, os valores encontrados no OPG são considerados altos para ovinos. Assim é sugerida a capacidade destes animais suportarem tão elevada carga parasitaria (OLIVEIRA, et al., 2011).

Não se é descartada a possibilidade de neste rebanho avaliado por OLIVEIRA e colaboradores (2011), haver uma infecção em algum animal que tenha apresentado elevada carga parasitaria, sendo uma possível causa desta elevação a infestação por parasitos não hematófagos ao qual acarreta um elevado aumento no numero de OPG que não interferiu diretamente no volume globular (VG).

Com base relatada nos dados de MOLENTO e colaboradores (2004), NOLLI e colaboradores (2008), como também OLIVEIRA e colaboradores (2011) os valores dos hematócritos devem ser considerados em relação ao sistema de criação desses ovinos pois sendo eles estabulados ou livres a pasto, assim como também se observar a dieta desses animais e a possível resistência que esses ovinos podem apresentar para determinado parasito.

De acordo com MINHO & MOLENTO (2014), a ovinocultura caracterizada por regime extensivo deve avaliar os animais a cada 15 dias no período de maior contaminação das pastagens, sendo essas no período chuvoso ou com temperatura média elevada, que favorecem a incidência de verminoses, segundo os pesquisadores, em períodos de baixo índice pluviométrico e de temperaturas com medias baixas, a avaliação pode ser realizada mensalmente ou segundo a indicação dos responsáveis pela propriedade e ainda dependendo do sistema de produção implantado na propriedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos e dados apresentados é possível observar que o grau do método FAMACHA® é diretamente proporcional ao numero de ovos por grama de fezes (OPG), sendo assim, quanto maior o grau do método FAMACHA® maior é a contagem de ovos.

A aplicação do método FAMACHA® na ovinocultura é uma ferramenta de grande auxilio, a fim de contornar o uso descontrolado de produtos anti-helmínticos com o uso do tratamento seletivo dos animais parasitados e com os índices apresentados na presente revisão bibliográfica.

ISBN 978-65-5629-077-5

Porém é importante ressaltar que a relação do método FAMACHA® e a análise de hematócrito podem ser estabelecidas a animais que estejam infectados predominantemente por *Haemonchus contortus,* por este motivo a importância de aliar o método FAMACHA® aos métodos laboratoriais, como OPG, coprocultura e hematócrito.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, D. C.; ABRÃO, S.; VIANA, C. H. C.; VALLE, C. R. Utilização do método Famacha no diagnóstico clínico individual de haemoncose em ovinos no Sudoeste do Estado de Minas Gerais. **Rev. Bras. Parasitol. Vet.,** Jaboticabal, v. 19, n. 1, p. 70-72, jan.-mar. 2010.

CHAGAS, AC de S.; DE CARVALHO, C. O.; MOLENTO, M. B. Método FAMACHA: um recurso para o controle da verminose em ovinos. **Embrapa Pecuária Sudeste-Circular Técnica (INFOTECA-E)**, 2007.

DA COSTA, J. A. A. et al. Ovelha pantaneira, um grupamento genético naturalizado do Estado de Mato Grosso do SUL, Brasil. In: **Embrapa Caprinos e Ovinos-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESPECIALISTAS EN PEQUEÑOS RUMIANTES Y CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS, 8., 2013, Campo Grande, MS. Palestras... Campo Grande, MS: UCDB/ALEPRYC´ s, 2013. 20 f., 2013.

DE SOUZA, Allan Prestes; SALES, Anne Yasmine. Estudo sobre a eficiencia do método FAMACHA no tratamento seletivo de ovinos. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia/Brazilian Journal of Science of the Amazon,** v. 6, n. 1, p. 9-14, 2017.

GORDON, H. McL et al. A new technique for counting nematode eggs in sheep faeces. **Journal of the council for Scientific and Industrial Research**, v. 12, n. 1, p. 50-52, 1939.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. **Censo Agropecuário.** 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 17 SET. 2021.

MINHO, A. P.; MOLENTO, M. B. Método Famacha: uma técnica para prevenir o aparecimento da resistência parasitária. **Embrapa Pecuária Sul-Circular Técnica (INFOTECA-E)**, 2014.

MOLENTO, M. B.; TASCA, C.; GALLO, A.; FERREIRA, M.; BONONI, R.; STECCA, E. Método Famacha como parâmetro clínico individual de infecção por Haemonchus contortus em pequenos ruminantes. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.34, n.4, jul./ago. 2004.

ISBN 978-65-5629-077-5

NOLLI, Cristine Paduan et al. Correlação entre método FAMACHA e contagem de hematócrito em ovinos. **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA.** 45ª, 2008.

OLIVEIRA; M.V., MOURA, M.S. e BARBOSA, F.C. Avaliação comparativa do método Famacha®, volume globular e OPG em ovinos. **PUBVET**, Londrina, V. 5, N. 7, Ed. 154, Art. 1039, 2011.

PEREIRA, F.B.; BEZERRA, L.R.; MARQUES, C.A.T.; ARAÚJO, M.J; TORREÃO, J.N.C.; MACHADO, L.P. Perfil hematológico de ovelhas Santa Inês suplementadas a pasto no terço final de gestação e no pós-parto. **Ciência Animal Brasileira**, v. 16, n. 3, 2015.

SARAIVA, Luís Henrique Gouvêa et al. DETERMINAÇÃO DO PERFIL HEMATOLÓGICO DE OVINOS CLINICAMENTE SAUDÁVEIS NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS, MINAS GERAIS. **ANAIS SIMPAC**, v. 7, n. 1, 2017.

VAN WYK, J. A.; MALAN, F. S.; BATH, G. F. Rampant anthelmintic resistance in sheep in South Africa-what are the options?. In: **16. International Conference of the World Association for the Advancement of Veterinary Parasitology, Sun City (South Africa), 10-15 Aug 1997**. WAAVP, 1997.

ISBN 978-65-5629-077-5

CORRELAÇÃO ENTRE OPG, FAMACHA E HEMATÓCRITO EM OVINOS MESTIÇOS DE PROPRIEDADES DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Alessandro Pinto Medeiros[1]
Lara Poliana Marzinkowski Schmen[2]
Gabriel de Almeida Daltoé[3]

Resumo: Este projeto consiste na correlação do método de famanha com os resultados laboratoriais que quantificam o OPG (ovos por grama) para direcionar, de forma mais efetiva, o melhor tratamento para os ovinos, visto que há uma grande ocorrência de verminoses que causam prejuízos à ovinocultura, sendo esta, um tipo de produção de alimentos e produtos em crescimento nos últimos anos. Dentre as helmintoses, o predominante é o *Haemonchus contortus,* que realiza hematofagia e lesões na mucosa do abomaso promovendo anemia intensa nesses animais. Para realizar o método, foram analisadas 4 propriedades mencionadas como A, B, C e D. Sendo 20 ovelhas de raças distintas, dentre elas 18 fêmeas e 2 machos reprodutores em cada propriedade, localizado na região de Cascavel-Pr. As coletas foram efetuadas e analisadas no mesmo dia ou em até 24h.

Palavras-chave: Hematócrito, *Haemonchus contortus*, Famacha, Ovinocultura.

1 INTRODUÇÃO

A ovinocultura progrediu de forma intensa nos últimos anos, entretanto o principal empecilho sanitário é a grande ocorrência de helmintos gastrointestinais (MELO, 2000). As verminoses causam inúmeros prejuízos na ovinocultura, sendo o maior causador dessas helmintoses o parasita chamado de *Haemonchus contotus* sendo encontrado em diversas áreas do Brasil (RAMOS et al.2002; BUZZULINI et al., 2007; Oliveira 2020). Consideraram que a predominância na coprocultura pertenciam ao genêro *haemonchus.* Os sinais clínicos da ação deste helminto é a anemia e hipoprateinemia levando o surgimento de mucosas pálidas, baixo hematócrito (BUZZULINI,2006). No estado do Paraná tem sua maior produção em pequenas áreas com uma alta taxa de lotação, causando alta contaminação nas pastagens. Para promover o controle dos parasitas, os produtores realizam a cada 15 dias a aplicação de anti-helminticos. Seu uso indiscriminado e sub-dosagens tem como resultado o desenvolvimento da resistência dos parasitas a diversos anti-helminticos. (AMARANTE et al., 2005; BUZZULINI, 2006).

O cartão famacha desenvolvido para uso no campo criado por Van Wyk e Bath (2002) que consiste na avaliação da conjuntiva ocular permitindo identificar animais com anemia, este mecanismo analisa a coloração da conjuntiva ocular do ovino e a sua variação é do vermelho (Estágio 1) ao branco esquálido (Estágio 5). Valores do hematócrito que equivalem ao famacha são: (1 – 28%) (2-23/27%) (3 – 18/21%) (4 – 13/18%) e (5 - 12%). A partir deste diagnostico, os animais que apresentaram grau 3

[1] Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

são separados e é administrado anti-helmimintico. (BUZZULINI,2006). A maior particularidade deste método é o reconhecimento dos animais resistentes e resilientes no rebanho, sendo o animal selecionado e se necessário administrado antiparasitário (MOLENTO et al., 2004).

O famacha mostrou-se eficiente no reconhecimento de animais que demandam o tratamento antiparasitário. (MARQUES et al., 2013; MACEDO et al., 2014; NUNES NETO et al., 2014; FERNANDES et al., 2015; HAFIZ et al., 2016; SANTANA et al., 2016). O objetivo do projeto de extensão é correlacionar o método famacha com os resultados laboratoriais do hematócrito e a quantificação do OPG (ovos por grama) de fezes e direcionar de forma mais efetiva o melhor tratamento para esses animais.

2 METODOLOGIA

O projeto de extensão é composto por 9 alunos do Centro Universitário Univel do curso de medicina veterinária. Estão sendo acompanhadas 4 propriedades no interior de Cascavel – Paraná sendo observados parâmetros do método famacha, hemátocrito e OPG. As coletas de sangue são feitas na veia jugular dos ovinos e seguidamente inseridos em tubos de EDTA para armazenamento, em seguida são coletadas as fezes diretamente da ampola retal dos animais para posteriormente analisar o OPG e por fim avaliação do método famacha na mucosa ocular.

2.1 PROPRIEDADES

Foram avaliadas 4 propriedades, descritas como A,B,C e D, que dispõem rebanhos distintos com as raças Texel, Santa Inês, Sulffok e Dorper e mestiços. A propriedade A é localizada em Cascavel – Paraná, possui criação de ovinos soltos a pasto. A propriedade B é localizada no município de Três Barras e consiste na criação de ovinos em confinamento. As propriedades C e D são situadas em Santa Tereza do Oeste com a produção de ovinos soltos a pasto.

3 ANIMAIS

Está sendo analisado 20 ovinos sendo 18 fêmeas e 2 machos de raças distintas dentre elas as raças Texel, Santa Inês, Sulffok e Dorper naturalmente infectadas. Os animais estavam a 30 dias sem vermifugação sendo que posteriormente foi administrado o tratamento com anti-helmintico ripercol em alguns animais especificados na tabela 1, animais de um único rebanho, contato com a pastagem no período da manhã.

4 EXAME CLÍNICO

Para realização do método famacha deve-se expor a conjuntiva pressionando a parte superior da pálpebra com o dedo polegar, e com o outro polegar expor a conjuntiva inferior para baixo (figura 1).

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1: Avaliação método famacha



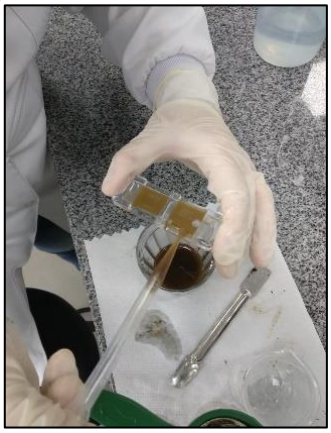
Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

A observação deve ser feita na parte inferior na porção central da conjuntiva, evitar que a membrana interna da pálpebra fique com uma exposição parcial e sempre examinar o animal sob luz natural. É importante a utilização do cartão famacha pois com ele é possível auxiliar no descarte orientado de animais susceptíveis. Tem como objetivo este método o tratamento de animais a serem tratados seletivamente propõem distinguir animias resistentes, resilientes e sensíveis a infecções causada pelos parasitas.(Van Wyk et al.1997).

5 EXAMES LABORATORIAIS

Foi realizado a coleta de fezes e sangue dos animais para a analises e correlação entre as técnicas. As fezes foram coletadas diretamente da ampola retal para ser feito a contagem, cultura e a identificação das larvas. A técnica de McMaster (GORDON & WHITLOCK, 1939) foi utilizada para avaliação OPG (Figura 2).. A coleta de sangue foi feita na veia jugular e colocado em tubos de EDTA com anticoagulante, após a coleta foi feito o percentual de heatócrito (Figura 3) evidenciando o valor do famacha 3,4 e 5 obteve hematócrito abaixo de 21%, acima do famacha 3 os animais foram tratados com Ripercol. Os dados clínicos e laboratoriais foram anotados em planilhas para uma melhor analise e correlação.

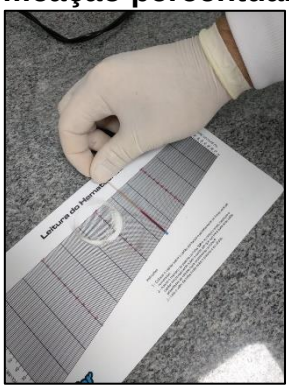
Figura 2: Técnica McMaster



ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

Figura 3: Verificação percentual hematócrito



Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

A primeira visita foi efetuada na propriedade A localizada em Cascavel – PR, na qual apresentou diversas variações no método famacha. De acordo com o método famacha e o exame do hematócrito adquirido dos animais, foi possível observar e correlacionar com a coloração da mucosa ocular dos animais. Para valores do famacha entre 1 e 2 estão com o hematócrito no valor esperado com mais ou menos 23% como refere (Molento 2004).

Dados obtidos na primeira visita a propriedade no dia 14/07/2021 na propriedade A, coloração azul observados na tabela 1 foi administrado anti-helmintico Ripercol.

Tabela 1: Propriedade A

Animal	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	Hematocrito	OPG
1	F	RECRIA	3	45	83 X 50= 4150
3	M	ABATE	1	37	13 X 50 = 650
5	F	RECRIA	4	25	83 X 50 = 4150
11	F	RECRIA	3	19	14 X 50 = 700
12	F	PARIDA	3	27	323X 50 =16.150
16	F	RECRIA	2	28	201 X 50 = 10.050
16 DORPER	F	PRENHA	4	30	5 X 50 = 250
19	F	PARIDA	3	28	49 X 50 =2450
22	F	RECRIA	2	37	13 X 50 = 650
24	F	PARIDA	4	15	82 X 50 = 4100
25	M	REPRODUTOR	4	29	80 X 50 = 4000
39	F	RECRIA	3	37	72 X 50= 3600
52	F	PARIDA	3	21	170 X 50 = 8.500
54	F	IDOSA	2	28	36 X 50 = 1800
57'	F	RECRIA	3	33	41 X 50 = 2050
60	F	PARIDA	4	15	144 X 50= 7200
62	F	SOLTEIRA	4	29	170 X 50 = 8.500
70	F	PARIDA	4	18	172 X 50 = 8600

ISBN 978-65-5629-077-5

77	F	RECRIA	2	27	126 X 50 = 6300
REPROD. TEXEL	M	REPRODUTOR	2	25	118 X 50 = 5.700

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

Na segunda coleta efetuada no dia 11-08-2021, após avaliação percebe-se uma queda no OPG nos animais que foram orientados a vermifugação pelo seu famacha e OPG alto. Como o exemplo do animal 24.

Tabela 2: Propriedade A

ANIMAL	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	F	RECRIA	3	18	72 X 50 = 3.600
3	M	ABATE	3	26	0
5	F	RECRIA	4	23	16X50 = 800
11	F	RECRIA	4	27	16 X 50 = 800
12	F	PARIDA	4	22	92 X 50 = 4.600
16		**ÓBITO**			
16dorper	F	PRENHA	3	28	81 X 50 = 4.050
19	F	PARIDA	3	23	63 X 50 = 3150
22amarelo		RECRIA	2	26	100 x 50= 5.000
22vermelho	F	PRENHA	3	31	23 X 50 = 1.150
24	F	PARIDA	3	21	0
25	M	REPRODUTOR	4	28	85 X 59 = 4250
39	F	RECRIA	3	30	75 X 50 = 3750
52	F	PARIDA	4	18	97 X 50 = 4850
54	F	IDOSA	3	33	4 X 50 = 200
57'	F	RECRIA	4	24	102 X 50 = 5.100
60	F	PARIDA	3	25	18 X 50 = 900
62	F	SOLTEIRA	4	20	239 X 50 = 11.950
70	F	PARIDA	4	17	31 X 50 = 1550
77	F	RECRIA	3	31	97 X 50 = 4850
R.TEXEL	M	REPRODUTOR	3	17	217 X 50 = 10.850

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

Na terceira coleta realizada no dia 15-09-2021 podemos observar uma grande redução do OPG com administração correta do anti-helmíntico.

Tabela 3: Propriedade A

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	1	F	RECRIA	3	22	0
2	3	M	ABATE	2	37	13x50=650

ISBN 978-65-5629-077-5

3	5	F	RECRIA	3	27	47x50=2350
4	11	F	RECRIA	3	26	16x50=800
5	12	F	PARIDA	2	20	89x50=4450
	16		**ÓBITO**			
6	16 DORPER	F	PRENHA	4	25	0
7	19	F	PARIDA	3	25	9x50=450
8	22 AMARELO		RECRIA	4	22	104x50=5200
9	22 VERMELHO	F	RECRIA/ PRENHA	3	27	122x50=6100
10	24	F	PARIDA	2	30	0
11	25	M	REPRODUTOR	3	35	71x50=3550
12	39	F	RECRIA	2	38	13x50=650
13	52	F	PARIDA	3	27	8x50=400
14	54	F	IDOSA	3	34	0
15	57'	F	RECRIA	2	33	26x50=1300
16	60	F	PARIDA	4	26	0
17	62	F	SOLTEIRA	4	18	112x50=5600
18	70	F	PARIDA	3	28	0
19	77	F	RECRIA	2	25	02x50=100
20	Reprod	M	REPRODUTOR	3	25	18x50=900

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

Propriedade B localizada no município de Três Barras-Pr com a sua criação em confinamento demonstrou o menor valor da famacha e o OPG dentre todas as outras propriedades. Coleta efetuada no dia 21-07-2021.

Tabela 4: Propriedade B

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	1	M	MACHO	3	44	4 X 50 = 200
2	2	F	RECRIA	3	39	14 X 50 = 700
3	26	F	RECRIA	3	28	5 X 50 = 250
4	27	F	RECRIA	2	42	0
5	28	F	RECRIA	3	32	6 X 50 = 300
6	29	F	RECRIA	4	46	5 X 50 = 250
7	30	F	RECRIA	3	44	0

ISBN 978-65-5629-077-5

8	31	F	RECRIA	3	28	3 X 50 = 150
	32		OBITO			
9	34	F	RECRIA	2	31	4 X 50 = 200
10	36	F	RECRIA	4	-	2 X 50 = 100
11	37	F	RECRIA	3	30	6 X 50 = 300
12	38	F	RECRIA	2	33	0
13	39	F	RECRIA	3	34	1 X 50 = 50
14	40	F	RECRIA	3	34	2 X 50 = 100
15	41	F	RECRIA	3	39	3 X 50 = 150
16	45	F	RECRIA	3	50	0
17	46	F	RECRIA	2	38	0
18	49	F	CRIA	1	54	0
19	50	M	CRIA	1	42	0
20	GUAXA	F	RECRIA	3	34	0

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

A segunda coleta foi efetuada no dia 18-08-202. Após a realização dos exames laboratoriais observou-se alta redução nos valores de OPG e famacha dos animais.

Tabela 5 Propriedade B

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	1	M	MACHO	1	45	6x50=300
2	2	F	PARIDA	3	47	9x50=450
3	21	F	PRÉ PARTO	1	34	11x50=550
4	26	F	PARIDA	2	44	0
5	27	F	RECRIA	1	44	0
6	28	F	RECRIA	2	53	0
7	29	F	RECRIA	2	48	3x50=150
8	30	F	RECRIA	3	53	2x50=100
9	31	F	RECRIA	3	33	4x50=200
	32		**ÓBITO**			
10	33	F	PARIDA	3	35	2x50=100
11	34	F	PARIDA	2	43	2x50=100
	36		ÓBITO			
12	37	F	PARIDA	2	53	0
	38		ÓBITO			
13	39	F	PARIDA	2	48	0
14	40	F	RECRIA	2	43	0
15	41	F	RECRIA	2	38	4x50=200
16	45	F	RECRIA	1	35	4x50=200
17	46	F	RECRIA	2	45	0
18	49	F	CRIA	2	58	0
19	50	M	CRIA	2	40	0
20	GUAXA	F	RECRIA	2	37	0

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Propriedade C localizada em Santa Tereza do Oeste-Pr dados obtidos no dia 28-07-2021 não foi administrado nenhum anti-helmintico, sua criação é de forma livre a pasto.

Tabela 6: Propriedade C

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	1	F	PARIDA	3	26	161X50=8.050
2	2	F	RECRIA	4	27	07 X 50 = 350
3	3	F	RECRIA	3	35	0
4	5	F	PARIDA	3	51	77 X 50 = 3850
5	6	F	RECRIA	4	19	150X50 =7500
6	7	F	PRENHA	3	32	42 X 50 = 2100
7	8	F	PRENHA	4	34	61 X 50 = 6100
8	9	F	RECRIA	3	31	7 X 50 = 350
9	10	F	RECRIA	3	41	7 X 100 = 700
10	11	F	RECRIA	3	35	0
11	13	F	PARIDA	2	39	182X50 = 9100
12	14	F	RECRIA	3	36	0
13	17	F	RECRIA	1	50	46 X 50 = 2300
14	19	F	RECRIA	3	41	30 X 50= 1500
15	20	M	REPRODUTOR	2	40	8 X 50 = 400
16	21	F	CRIA	3	45	93 X 50 = 4650
17	22	F	CRIA	2	40	12 X 50= 600
18	23	F	CRIA	3	45	24 X 50 = 1200
19	24	F	CRIA	2	32	194X50 = 9700
20	25	F	CRIA	2	38	85X 50 = 4250

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

Segunda visita na propriedade C no dia 25-08-2021 observa-se diminuição significativa na maioria dos animais e alguns mantiveram opg semelhante ou igual.

Tabela 7: Propriedade C

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	1	F	PARIDA	3	25	80 x 50 = 4000
2	2	F	RECRIA	3	27	0
3	3	F	RECRIA	1	43	0
4	5	F	PARIDA	2	48	0
5	6	F	RECRIA	3	27	42 x 50 = 2800
6	7	F	PRENHA	2	37	16 x 50 =800
7	8	F	PRENHA	2	28	70 x 50 = 3500
8	9	F	RECRIA	2	28	0
9	10	F	RECRIA	1	37	0
10	11	F	RECRIA	3	31	0
11	13	F	PARIDA	2	32	23 x 50 =1150
12	14	F	RECRIA	2	36	0
13	17	F	RECRIA	2	38	47 X 50 = 2350
14	19	F	RECRIA	1	45	33 x 50 =1650
15	20	M	REPRODUTOR	1	43	1 x 50 = 50

ISBN 978-65-5629-077-5

16	21	F	CRIA	1	45	6 x 50 = 300
17	22	F	CRIA	1	41	33 x 50=1650
18	23	F	CRIA	2	38	0
19	24	F	CRIA	2	35	0
20	25	F	CRIA	1	38	100 x 50=5000

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021

Primeira visita na propriedade D localizada em Santa Tereza do Oeste- Pr, dados obtidos no dia 28-07-2021, animais 89,90,91 não foi possível efetuar a coleta de sangue. Propriedade com maior numero de famacha dentre as outras.

Tabela 8: Propriedade D

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	15	M	REPRODUTOR	3	33	70 X 50 = 3500
2	76	F	RECRIA	4	38	0
3	77	F	RECRIA	4	23	80 X 50= 4000
4	78	F	RECRIA	4	27	4 X 50 = 200
5	79	F	RECRIA	3	31	123 X 50 = 6150
6	80	F	RECRIA	3	37	26 X 50 = 1300
7	81	F	RECRIA	3	36	13 X 50 = 650
8	82	F	RECRIA	4	31	2 X 50 = 100
9	83	F	RECRIA	4	29	49 X 50 = 2450
10	84	F	RECRIA	5	23	77 X 50= 3850
11	85	F	RECRIA	4	32	37 X 50 = 1850
12	86	F	RECRIA	4	27	40 X 50 =2000
13	87	F	RECRIA	3	50	79 X 50 = 3950
14	88	F	CRIA	4	34	68 X 50 = 3400
15	89	F	CRIA	4	SEM SANGUE	54 X 50 = 2700
16	90	F	CRIA	3	SEM SANGUE	45 X 50 = 2250
17	91	F	RECRIA	3	SEM SANGUE	113 X 50= 5650

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021 .

A segunda visita na propriedade D no dia 25-08-2021. Após avaliação do Famacha e com um valor extremamente alto do OPG foi administrado Ripercol nos animais com coloração azul e Detomax na coloração verde observados na tabela 9.

Abaixo é demonstrado uma tabela fundamentada a partir dos resultados do método Famacha, em busca de uma comparação entre os métodos que visam o mesmo objetivo, sendo OPG e Hematócritos como exemplos. Sendo que a mesma foi elaborada durante a pesquisa de campo na propriedade D, no dia 28-08-2021.

A tabela foi alimentada através do método famacha e por resultados de testes laboratoriais de OPG e Hematócrito, por meio de coletas em campo, nas propriedades rurais visitadas.

Tabela 9: Propriedade D

ORDEM	NÚMERO	SEXO	CATEGORIA	FAMACHA	HEMATÓCRITO	OPG
1	15	M	REPRODUTOR	1	33	49 x 50 = 2450
2	76	F	RECRIA	3	32	23 x 50= 1150
3	77	F	RECRIA	4	22	38 x 50= 1900
4	78	F	RECRIA	4	22	23 x 50 = 1150

ISBN 978-65-5629-077-5

5	79	F	RECRIA	2	23	77 x 50=3800
6	80	F	RECRIA	4	28	47 x 50 = 2350
7	81	F	RECRIA	2	36	28 x 50 = 1400
8	82	F	RECRIA	3	25	18 x 50 = 900
9	83	F	RECRIA	3	21	20 x 50 = 1000
10	84	F	PARIDA	3	24	62 X 50 = 3100
11	85	F	RECRIA	3	31	14 X 50 = 700
12	86	F	RECRIA	3	19	86 X 50 =4300
13	87	F	RECRIA	3	31	24 X 50 = 1200
14	88	F	CRIA	2	39	63 X 50 = 3150
15	89	F	CRIA	3	37	43 X 50 = 2150
16	90	F	CRIA	2	32	40 X 50=2000
17	91	F	RECRIA	4	22	97 X 50 = 4850
18	Black	M	CRIA	3	34	20 X 50 = 1000
19	BRANCO	M	CRIA	2	38	2 X 50 = 100

Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021.

6 CONCLUSÃO

Diante dos dados preliminares obtidos no presente projedo de extensão, o método famacha vem se mostrando eficaz, corroborando com os testes realizados nos ovinos.

Para se obter melhores parâmetros quanto a eficácia do método, sugere-se dar continuidade à pesquisa, em conjunto com OPG e Hematocritos, para, desta forma, ter resultado com maior precisão.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, A. F. T. Controle da verminose ovina. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, Brasília, Ano XI, n. 34, p. 19-30, 2005.

BUZZULINI, C. **Eficácia anti-helmíntica comparativa da associação albendazole, levamisole e ivermectina à moxidectina 1% em ovinos naturalmente infectados por nematódeos gastrintestinais.** Jabuticabal, 2006. 113p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Curso de PósGraduação em Zootecnia, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp

GORDON, H.M.; WHITLOCK, H.V. **A new technique for counting nematode eggs in sheep faeces.** Journal of the Council of Scientific and Industrial Research, v.12, p.50-52, 1939.

MELO, E. P. **Disponibilidade, composição química e contaminação por helmintos, de forrageiras com diferentes hábitos de crescimento, pastejadas por ovinos.** Maringá, 2000. 61p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Curso de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Estadual de Maringá.

ISBN 978-65-5629-077-5

MACEDO, F. A. F. et al. **Accuracy of the FAMACHA© method in ewes fed different levels of crude protein**. Acta Scientiarum. Animal Sciences, Maringá, v. 36, n. 2, p. 209-214, 2014.

MARQUES, A. S. C. et al. **Perfil hematológico de ovinos avaliados pelo FAMACHA©** no Rio Grande do Norte, Brasil. PUBVET, Londrina, v. 7, n. 20, 2013.

RAMOS, C. I. et al. **Resistência de parasitos gastrintestinaisde ovinos a alguns anti-helmínticos no estadode Santa Catarina**, Brasil. Ciência Rural, Santa Maria, v. 32, n. 3, p.473-477, 2002.

VAN WYK, J. A.; BATH, G. F. **The FAMACHA system for managing haemonchosis in sheep and goats by clinically identifying individual animals for treatment.** Veterinary Research, Les Ulis, v. 33, n. 5, p. 509-529, 2002.

ISBN 978-65-5629-077-5

PARASITOS GASTRINTESTINAIS DE RELEVÂNCIA EM OVINOS

Lara Gabrieli Fogliarini[50]
Marlon Bellini Magro[51]
Gabriel Daltoé de Almeida[52]

Resumo: Um dos principais gargalos que a ovinocultura enfrenta são os relacionados a parasitoses gastrintestinais, levando a criação de pequenos ruminantes a grandes perdas, sendo elas econômicas e trazendo prejuízos a saúde dos animais acometidos. Visando que os mesmos não conseguem ter um ganho produtivo elevado causadas pela infecção de endoparasitas, dessa forma o objetivo desse trabalho foi de identificar a prevalência dos diversos parasitas gastrintestinais que acometem os ovinos do Brasil, mais especificamente em quatro propriedades da região do Oeste do Paraná. Tendo como causador principal das doenças entéricas o *Haemonchus contortus,* cuja sua significância vem associada na perda de sangue dos animais acometidos, assim consequentemente levando-os à quadros de anemia e outros problemas como deficiência proteica, leucopenia por linfopenia e outras, visto que o parasita se alimenta de forma hematófaga causando também lesões na mucosa dos animais acometidos.

Palavras-chave: Ovinos. Endoparasitas. Verminose. Prevalência.

1 INTRODUÇÃO

Os ovinos podem ser considerados uma das primeiras espécies a ser domesticada pelo homem, devido a facilidade de manejo, rusticidade, versatilidade, e tendo sua atividade explorada para a produção de leite, na qual pode-se fazer derivados como o queijo, e aproveitado também a carne, algumas raças conseguem-se desfrutar do couro e da lã que servem principalmente como isolante térmico. Sendo que, cada raça tem sua aptidão para uma determinada produção, ou até mesmo para ambas (lã carne e leite), com a mesma proporção de qualidade, chamadas de dupla aptidão. A ovinocultura vem sofrendo algumas modificações, dentre elas se tem a mudança do foco para a produção de carne ao invés de lã e a expansão para novas áreas (RAINERI et al., 2013).

A atividade da ovinocultura está espalhada por todos os continentes, sendo que os maiores rebanhos estão localizados na Ásia, África e Oceania. A predisposição das diversas raças que existem, depende principalmente da adaptabilidade dos animais aos diferentes climas, as diferentes formas de alimentação, a resistência de doenças como endo/ectoparasitas (VIANA, 2008). É importante ressaltar também que esses pequenos ruminantes possuem uma alta capacidade para fazer a conversão de alimentos fibrosos com teores de nutrientes quase escassos em produtos como a carne e leite, contendo um alto valor proteico.

[50] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[51] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[52] Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Sendo fonte de alimento e de lucratividade, essa atividade se enquadra como de grande importância, principalmente para regiões que possuem especificamente essa forma de alimentação proteica mais acessível (JESUS JUNIOR et al., 2010).

Segundo Viana (2008), foi no Rio Grande do Sul, mais precisamente no início do século XX que a ovinocultura passou a se tornar uma atividade econômica para o país. E apesar de atualmente ser limitado o consumo de carne ovina quando comparado a carne bovina, suína e aves, é visto uma tendência cada vez mais promissora. Os tipos de sistemas de criação existentes dependerão basicamente da realidade e dos desafios que cada propriedade enfrenta, visto que os mesmos devem ter conforto e bem-estar aos animais, assim terá como resultado o aumento da produção.

Segundo Jesus Junior e colaboradores (2010) os sistemas são divididos em: Sistema Extensivo, nesse modelo os animais são mantidos a pasto livres, sem nenhuma suplementação e sem controle reprodutivo; Sistema Intensivo à pasto ou Semi-Intensivo, em que os animais são mantidos a pasto, porém com manejos rotacionados recebendo suplementação mineral e volumosos; Sistema Intensivo, na qual os pequenos ruminantes são mantidos em pastos menores e em galpões, recebendo além de suplementação, um complemento alimentar, tendo um maior controle reprodutivo; Sistema Consorciado, é um sistema realizado mais na Região Centro-Oeste, onde a criação de ovinos é conjuntamente com a de bovinos de corte, em sistemas de rotações de pastagens.

Tendo como um grande entrave para a ovinocultura, as doenças por parasitas gastrintestinais, vem afetando potencialmente a produção e diminuindo o rendimento aos criadores de ovelhas. Como consequência a essas doenças, os animais tendem a apresentar perda de peso, baixo índice da conversão alimentar, problemas relacionados a reprodução, diminuição da produção de leite, carne e lã (QUINTAS; CARDOSO, 2012).

Na ovinocultura, o maior gargalo enfrentado pelas parasitoses são as causadas pela Classe Nematoda. No Brasil, na Região Sul devido as baixas temperaturas no inverno predispõem a ocorrência de *Ostertagia (Teladorsagia) circumcincta, Nematodirus spp. e Oesophagostomum venulosum (*SANTIAGO et al., 1975). Sendo que *H. contortus* é a espécie mais predominante no verão e T*richostrongylus spp. e O. circumcincta* em épocas de baixas temperaturas (Echevarria et al., 1996 apud AMARANTE, 2014). O saber epidemiológico dos parasitas que infectam os animais é de extrema importância, pois só assim será possível desenvolver um controle estratégico parasitológico com efetividade (AHID et al., 2008).

Este trabalho tem como objetivo uma revisão de literatura para avaliar os estudos já publicados sobre os parasitos gastrointestinais de grande importância na ovinocultura com a finalidade de aprofundar os conhecimentos e comparar com os dados obtidos do projeto de extensão que está sendo realizado em quatro propriedades da Região Oeste do Paraná.

.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PARASITAS GASTRINTESTINAIS

Os helmintos possuem a classificação dividida em dois filos: Nemathelminthes que apresentam o corpo cilíndrico, e Plathyhelminthes que apresentam o corpo achatado dorso-ventralmente. Sendo que as espécies que mais se destacam são da Classe: Nematoda, Trematoda e Cestoda (AMARANTE, 2014).

Segundo trabalho de Amarante (2014) os helmintos da Classe Nematoda possuem os gêneros (*Haemonchus, Ostertagia, Trichostrongylus, Cooperia, Nematodirus, Bunostomum, Oesophagostomum, Dictyocaulus, Stronguloides, Trichuris e Skrjabinema)* a Classe Trematoda possui os gêneros (*Fasciola e Eurytrema)* e por fim, a Classe Cestoda possui o gênero *Moniezia.*

Entre as helmintoses que infectam os pequenos ruminantes, estão os chamados tricostrongilídeos que pertencem a Família (*Trichostrongylidae*), tendo as espécies dos gêneros *Haemonchus, Ostertagia, Trichostrongylus, Cooperia* e *Nematodirus* sendo considerados os mais importantes, cuja a interferência é alta na atividade da produção ovina (FORTES, 1997).

2.1.1 *Haemonchus contortus*

Parasita que se aloja e tem suas fases reprodutivas no abomaso dos ruminantes, sendo que sua alimentação e por meio do processo de hematofagia da mucosa do sistema gastrointestinal. Esse helminto é considerado a principal espécie que acomete os ovinos das Regiões de clima Tropical e Subtropical (AMARANTE, 2014). Fonseca (2006), em seu trabalho considera as manifestações causadas pelo parasita de 3 formas distintas: 1 Forma hiperaguda, infecção por L3 (10000-35000), pelo hematofagismo as fases jovens do *Haemonchus contortus,* causam petequias na mucosa e como consequência gera vários pontos de hemorragia. 2 Forma aguda, (1000-10000) são os parasitas adultos que causam a redução do estoque de ferro e albumina, podendo levar a um quadro severo de hipoalbuminemia associado a anemia, edema e até mesmo óbito dos animais. 3 Forma crônica, infecção por (100-1000) parasitas adultos, porém de uma forma constante fazendo com que o animal perca pequenas quantidades gradativamente de sangue, consequentemente o organismo do animal começa uma desordem, tornando o animal imunocomprometido e posteriormente fazendo com que ele entre em um quadro severo de anemia e desidratação.

2.1.2 *Ostertagia Spp.*

Estão disseminadas na Região Sul do Brasil e também possuem distribuição mundial, são helmintoses que conseguem se adaptar a climas temperados ou subtropicais. Possuindo grande capacidade penetrativa nas glândulas gástricas, sendo assim a *Ostertagia spp.* é responsável pela redução da produção de suco gástrico, e como consequência tem por resultado o espessamento da mucosa gástrica, devido a isso o organismo do animal reduz a acidez do fluido abomasal

ISBN 978-65-5629-077-5

fazendo com que não seja possível a conversão do pepsinogênio em pepsina que é a forma do corpo fazer a desnaturação das proteínas. Outra consequência da infecção por essa helmintose é o aumento da permeabilidade abomasal, fazendo com que os níveis de algumas macromoléculas se elevem na circulação tendo como feedback uma hipoalbuminemia (MACIEL, 2014).

2.1.3 *Trichostrongylus Spp.*

Os helmintos pertencentes ao gênero *Trichostrongylus* possuem duas espécies que são de grande importância para a ovinocultura, a primeira é o *Trichostrongylus colubriformis,* cujo parasita possui predisposição por se alojar no intestino delgado dos animais e o segundo é da espécie *Trichostrongylus axei*, que parasita o abomaso dos ruminantes (AMARANTE, 2014).

O *Trichostrongylus* spp o parasita que habita o intestino delgado dos seus hospedeiros, e a intensidade de infecção proporcionada por esses parasitas é baixa, porém apresentam constantemente uma alta resistência aos anti-helmínticos que estão no mercado (AMARANTE et al., 2004; ALMEIDA et al., 2010). Segundo Fonseca (2006), como resultado da má digestão proteica e baixa metabolização de proteínas, os animais acometidos pelo parasita, tendem a apresentar graus de desidratação, na alimentação fazem uma baixa conversão alimentar, é notado perda de peso, fazendo com que os ruminantes diminuem o acabamento de suas carcaças e como consequência desse desbalanço nutricional podem leva-los a morte.

2.1.4 *Cooperia Spp.*

As infecções causadas nos pequenos ruminantes, por consequência do parasitismo do gênero *Cooperia* spp. não são muito significativas para a ovinocultura, devido serem infecções consideradas de graus leves, geralmente esse parasitismo vem associado a infecções com pouca patogenicidade (AMARANTE, 2014). Segundo Fonseca (2006), os ruminantes parasitados apresentam como os principais sinais clínicos a anorexia, diarreia e a desidratação, como consequência o animal tende a ter uma perda de massa muscular. Quando a criação dos ovinos é isolada da criação de bovinos somente a espécie *Cooperia curticei* é detectada, porém no sistema consorciado em que os ovinos compartilham do espaço das pastagens, diversas espécies do gênero *Cooperia spp*. são encontradas (AMARANTE et al., 2004).

2.1.5 *Strongyloides Spp.*

Dentre todos os helmintos gastrointestinais, quando comparado ao tamanho os *Strongyloides* são os parasitas menores, não sendo possível observa-los sem o auxílio do microscópio óptico. Da espécie *Strongyloides papillosus*, apenas as fêmeas são patogênicas, acometendo o intestino delgado dos ovinos (AMARANTE, 2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1.6 *Oesophagostomum Spp.*

Os parasitas pertencentes ao gênero Oesophagostomum spp. possuem uma alta capacidade patogênica, sendo helmintoses de alta frequência nos rebanhos de ovinos. A espécie *Oesophagostomum columbianum,* é a causadora de grandes prejuízos para os produtores desses pequenos ruminantes, devido sua intensa patogenicidade e também por causar lesões nodulares na parede do intestino desses animais. Os parasitas adultos são encontrados no intestino grosso, devido seu tamanho relativamente grande, podem ser observados sem o uso de microscópios ópticos (AMARANTE, 2014).

2.2 PREVALENCIA

Segundo estudo realizado por Ramos e colaboradores (2004) no Estado de Santa Catarina a prevalência de helmintos no abomaso dos pequenos ruminantes foi de *Haemonchus contortus,* parasita cuja sua predominância é no final da primavera até o início do inverno, devido a sua fácil adaptabilidade a temperaturas mais altas, mostrando-se com elevadas intensidades no período de verão, no intestino delgado quem prevaleceu foi o *Trichostrongylus colubriformis,* helminto que predomina no outono até o final do inverno devido a sua maior adaptabilidade a temperaturas mais baixas e também a menor concorrência com outros parasitas como o *Haemonchus contortus,* já no intestino grosso *Oesophagostomum venulosum* foi o de maior incidência. Confirmando assim que o principal parasita gastrintestinal de todas as regiões brasileiras é o *Haemonchus contortus* (OLIVEIRA et al., 2011).

Com base no estudo de Maciel (2014), tendo seu experimento realizado no Estado de São Paulo, os resultados foram semelhantes com os encontrados por Ramos e colaboradores (2004), devido que a escala percentual de helmintos foi na ordem de *Haemonchus* spp*.,* seguido de *Trichostrongylus* spp*., Cooperia* spp*., Oesophagostomum* spp*., Strongyloides* spp*., Trichuris* spp*.* e *Capillaria* spp*.* Na maioria dos estudos o *Trichostrongylus colubriformis,* é considerado um parasita que pode ocasionar problemas secundários ao *Haemonchus contortus.*

O método do FAMACHA é usado nos pequenos ruminantes para o auxílio no controle de verminoses, tendo uma metodologia pratica, em que se avalia a coloração das mucosas oculares inferiores do animal, (vermelho robusto a branco), tendo em vista que sua utilização é para o controle de espécies hematófagas, cuja a qual, o principal parasita é o *Haemonchus contortus* (VAN WYK et al., 1997). Tendo como duas espécies de maior prevalência o *Haemonchus contortus* e o *Trichostrongylus colubriformis,* é de grande importância a realização do exame de contagem de ovos por grama de fezes (OPG) nos pequenos ruminantes, e se possível associar também a coprocultura nas amostras, para melhor identificação de nematódeos (MACIEL, 2014).

Para se ter um exame FAMACHA efetivo, o responsável por estar fazendo a técnica deve expor a conjuntiva do animal pressionando-a pálpebra superior, a fim,

ISBN 978-65-5629-077-5

de conseguir abaixar a pálpebra inferior, a qual irá ser analisada e sucessivamente avaliada na proporção em que se encontra a cor da mucosa (CHAGAS et al., 2007).

Com a técnica de coprocultura utilizada no estudo de Prado, Vieira, Molento (2020), na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, no Oeste do Paraná, foi observado uma quantidade de 210 larvas por alíquota, sendo que a maioria pertencia ao gênero *Haemonchus e* sequencialmente o restante era pertencente ao gênero *Trichostrongylus.* O estudo também traz uma possível resistência ao fármaco utilizado no período de experimento.

Devido à alta possibilidade de os animais poderem ter infecções mistas, sendo algumas de maior importância, contribui para um somatório de variáveis sinais clínicos, sendo que os principais são a anemia, edema submandibular, perda de peso, podendo ter alguns quadros de diarreia, ressaltando que animais infectados por *Haemonchus contortus,* podem não ter alterações significativas em suas fezes (AMARANTE. 2014), sendo de grande importância avaliar as mucosas com o método FAMACHA.

Sotomaior e colaboradores (2007), em sua pesquisa realizada na cidade de Curitiba no Estado do Paraná, salienta da importância de fazer o hematócrito dos animais, pois é quem determina o grau de anemia que os mesmos se encontram e principalmente para descartar uma possível infecção por *Haemonchus contortus.* Com relação a cultura de larvas em seu estudo, foi identificado em maior quantidade a presença principalmente de *Haemonchus contortus,* seguido de parasitas do gênero *Trichostrongylus e Cooperia.* Na realização de exames parasitológicos foi relatado a identificação de diferentes tipos de ovos e oocistos, sendo ovos do tipo estrongiliformes, ovos de *Strongyloides papillosus, Moniezia* sp*.* e oocistos de *Eimeria* sp*.* Brito e colaboradores (2009), em seu estudo no Estado do Maranhão, conseguiram observar um parasitismo mais elevado nos pequenos ruminantes pelos helmintos *Strongyloidea, Strongyloides sp., Moniezia sp*. e oocistos de *Eimeria spp.* nos períodos em que se tinha maiores disponibilidade de chuvas. Aro e colaboradores (2007), através de exames coprológicos, conseguiram observar que a maioria dos animais estudados estavam acometidos por Trichostrongilídeos (*Haemonchus* spp*., Oesophagostomum* spp*., Cooperia* spp*. e Trichostongylus* spp*.*).

No estudo, realizado na região de Cascavel, no Oeste do Paraná, com 190 animais, 152 dos mesmos apresentaram no exame de fezes positividade de oocistos de parasitas gastrintestinais. Com base nos cálculos realizados utilizando a técnica do OPG, foram encontrados 279.212 mil ovos, sendo a maioria de Estrongilídeos, seguido de *Eimeria spp*. e por fim *Strongyloides pappilosus* (PIOVEZAN et al., 2014).

A prevalência de espécies desses parasitas é influenciada por diversos fatores. As condições climáticas são algumas das principais causas que pode favorecer ou desfavorecer a prevalência desses vermes, o *Haemonchus contortus*, por exemplo, predomina no final da primavera até o início do inverno com altas intensidades no verão, já o *Trichostrongylus colubriformis*, por ter maior adaptabilidade a temperaturas mais baixas predomina no outono até o final do inverno. A resistência do parasito ao anti-helmíntico e a concorrência entre as espécies parasitarias também são fatores influenciáveis a prevalência (RAMOS et al., 2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, com este levantamento bibliográfico podemos ter uma breve noção dos principais parasitos dentro da criação de ovinos e com isso corrobora com grande relevância aos produtores desta cadeia gerando a possibilidade de entender como afetam a produção desses pequenos ruminantes, interferindo no desempenho dos animais, diminuindo a conversão alimentar e como consequência a produção de carne, leite e até mesmo causando a morte dos animais.

REFERÊNCIAS

AHID, S. M. M. et al. Parasitas Gastrintestinais em caprinos e ovinos da região Oeste do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ciência Animal Brasileira**, 2008.

ALMEIDA, F. A. et al. Multiple Resistance to Anthelmintics by Haemonchus contortus and Trichostrongylus colubriformis in Sheep in Brazil. **Parasitol Int,** 2010.

AMARANTE, A. F. T. Controle integrado de helmintos de bovinos e ovinos. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária,** v.13, p.68-71, 2004.

AMARANTE, A. F. T. **Os parasitas de ovinos**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
ARO, D. T. et al. **Verminose Ovina.** Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária. 2007.

BRITO, D. R. B. et al. Parasitoses gastrintestinais em caprinos e Ovinos da Microrregião do Alto Mearim e Grajaú, Estado do Maranhão. **Ciência Animal Brasileira**, v.10, p.967–974, 2009.

CHAGAS, A. C. S. et al. Método Famacha©: Um recurso para o controle da verminose em ovinos. **Circular Técnica 52online.** São Paulo, 2007.

FORTES, E. **Parasitologia veterinária**. 3.ed. São Paulo: Ícone, 1997. p. 315-322.

FONSECA, A. H. **Helmintoses gastro-intestinais dos ruminantes.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

JESUS, C. J. et al. Ovinocaprinocultura de corte: a convivência dos extremos. **Biblioteca Digital, BNDES Setorial.** p.281-320, 2010.

MACIEL, W. G. **Prevalência de nematódeos em ovinos (Ovis aries) pertencentes a diferentes microrregiões do Estado de São Paulo, Brasil.** Universidade Estadual Paulista – UNESP Câmpus de Jaboticabal, 2014.

OLIVEIRA, M.V., MOURA, M.S.; BARBOSA, F.C. **Avaliação comparativa do método Famacha®, volume globular e OPG em ovinos**. PUBVET, Londrina, 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

PIOVEZAN, D. F. et al. Pesquisa de parasitas gastrintestinais de ovinos da região oeste do Paraná, Brasil. **Cultivando o Saber**, v.7 n., 2014.

PRADO, C. M.; VIEIRA, D. L.; MOLENTO, M. B. Determinação da população de helmintos gastrintestinais em ovinos do Município de Santa Terezinha de Itaipu, Paraná**. Archives of Veterinary Science**, v.25, n.5, 2020.

QUINTAS, H.; CARDOSO, L. **Vermes parasitas digestivos de ovinos e caprinos**. Guia sanitário para criadores de ruminantes. Instituto Politécnico de Bragança, 2012.
RAINERI, C. et al. **As inovações tecnológicas na ovinocultura brasileira e seus efeitos na organização do sistema agroindustrial.** PUBVET, Londrina, V.7, N.21, Ed. 244, 2013.

RAMOS, C. I. et al. Epidemiologia das helmintoses gastrintestinais de ovinos no Planalto Catarinense. **Ciência Rural,** 2004.

SANTIAGO, M. A. M.; COSTA, U. C.; BENEVENGA, S. F. **Estudo comparativo da prevalência de helmintos em ovinos e bovinos criados na mesma pastagem.** Pesq. agropec. Bras., Sér. Vet., 1975.

SOTOMAIOR, C. S. et al. Identificação de ovinos e caprinos resistentes e susceptíveis aos helmintos gastrintestinais. **Revista Acadêmica Ciência Animal,** v.5, n.4, p.397-412, 2007.

VAN WYK, J. A.; MALAN, F. S.; BATH, G. F. Rampant anthelmintic resistance in sheep in South Africa-what are the options?. In: **16. International Conference of the World Association for the Advancement of Veterinary Parasitology, Sun City (South Africa), 10-15 Aug 1997**. WAAVP, 1997.

VIANA, J. G. A. Panorama Geral da Ovinocultura no Mundo e no Brasil. **Revista Ovinos**, Ano 4, N° 12, Porto Alegre, 2008.

ISBN 978-65-5629-077-5

RESISÊNCIA PARASITÁRIA EM OVINOS

Larissa Baldissera de Souza[1]
Leonardo Dill Wendt[2]
Gabriel Daltoé de Almeida[3]

Resumo: Entre os maiores problemas a serem enfrentados pelos produtores de ovinos, não somente no Brasil, mas no mundo todo, são as verminoses gastrointestinais que são responsáveis por altas perdas econômicas. Como um método de tratar essas verminoses, foram desenvolvidos controles químicos, os antiparasitários, porém o uso indiscriminado desses produtos acarretou em outro grave problema que se espalhou ao redor do mundo, a resistência parasitária, que é, principalmente, desenvolvida quando em um grupo de animais tratados, há parasitas que sobrevivem à dosagem da droga. Esta revisão bibliográfica tem como objetivo abordar mais a fundo como a resistência dos parasitas aos antiparasitários se desenvolve, quais os gêneros de parasitas que acometem os ovinos, e alguns métodos de controle para a prevenção da resistência parasitária.

Palavras-chave: Ovinocultura. Resistência. Antiparasitários. Parasitas.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o Brasil atingiu a cifra de R$ 871,3 bilhões no valor bruto da produção agropecuária (VBP) sendo o maior já registrado durante os últimos 32 anos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2021). No PIB brasileiro o agronegócio obteve participação de 26,6% (20,5% em 2019), em valores chegou a R$ 2 trilhões, sendo o PIB total brasileiro de R$ 7,45 trilhões em 2020 (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA, 2021).

Diversos fatores fazem do Brasil um país com natural vocação para as atividades agropecuárias e toda a sua cadeia produtiva, sendo o agronegócio Brasileiro um moderno, eficiente e competitivo mercado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006), todas as atividades pecuárias tem sua participação na produção nacional, dentre elas a ovinocultura é responsável por uma parcela deste mercado. Praticamente a ovinocultura é praticada em todos os continentes, isso se dá pela grande capacidade da espécie em se adaptar a diferentes climas, relevos e vegetações, essa atividade atende desde o sustento de agricultores familiares até a exploração econômica (VIANA, J.G.A, 2008).

No Brasil em 2017 foi contabilizado um quantitativo de 13,7 milhões de cabeças de ovinos (IBGE, 2017), sendo o maior rebanho encontrado na região na região nordeste responsável por 66,7% do rebanho nacional (IBGE, 2018), já na região sul apresentou um rebanho efetivo de 4,4 milhões de cabeças em 2016 após uma leve queda em relação a 2015 (EMBRAPA., 2017). Desde a década de 1990 a ovinocultura no Brasil vem passando por transformações, influenciadas por

[1] Acadêmicos de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmicos de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Gabriel Daltoé de Almeida - Professor do Curso de Medicina Veterinária da Univel – Centro Universitário UNIVEL. Associado ao Projeto de Extensão - Inserção do método Famacha como auxilio no controle de verminose em ovinos de propriedades da região Oeste do Paraná.

ISBN 978-65-5629-077-5

alguns fatores como aumento do poder aquisitivo, estabilidade monetária e aberturas de comercio internacional deixaram o cenário motivador para o crescimento da cadeia produtiva ovina, tendo como principal objetivo a produção de carne devido ao aumento dos preços pagos ao produtor nos últimos anos tornaram a atividade atraente (VIANA, J.G.A, 2008).

No estado do Paraná os plantéis são menores e realizados como atividade secundária na propriedade, tendo como atividade principal por exemplo a bovinocultura (SILVA, R.C.P.A, 2004). Este trabalho trata – se de um artigo baseado na metodologia de revisão bibliográfica sobre o tema da resistência parasitária dos helmintos aos antiparasitários, sendo baseado em levantamentos de artigos, obras de autores e documentos de relevância da área. Este tema é de grande importância pois tem impactos econômicos negativos na produção animal causando inúmeros prejuízos aos produtores rurais nas diversas regiões do Brasil. O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o tema de resistência parasitária abordando os principais gêneros de helmintos que parasitam os ovinos, quais são os mais patogênicos, resistência parasitária a vários princípios ativos de antiparasitários e alguns métodos de controle dessa resistência.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HELMINTOS DOS OVINOS

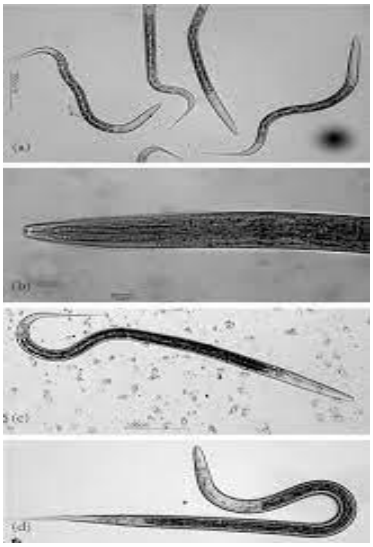
As infecções causadas por helmintos gastrointestinais podem causar sérios problemas aos animais como retardo no desenvolvimento, queda na produção animal, quadros de anemia, distúrbios gastrointestinais, desnutrição entre outros (SOUZA., 2013). Dentro da ovinocultura os animais podem ser parasitados por várias espécies diferentes de parasitos, sendo os principais encontrados o *Haemonchus contortus* (Foto 1) que é um parasita hematófago do abomaso sendo a espécie predominante nas regiões de clima tropical e subtropical, o *Trichostrongylus columbriformis* (Foto 2) que parasita o intestino delgado e o *Trichostrongylus axei* que parasita o abomaso dos animais (AMARANTE et al., 2014), o gênero *Cooperia* spp tem sua presença relacionada quanto a ocorrência de os ovinos compartilharem a mesma de área de pastagem que os bovinos (ROCHA et al., 2008), o *Oesophagosotmum* spp que causa lesões nodulares na parede do intestino grosso e o *Estrongyloides papillosus* que habita o intestino delgado dos ovinos sendo a menor das espécies que acometem os ovinos (AMARANTE et al., 2014).

O parasita *Ostertagia* spp é encontrado mais frequentemente na região sul do país, não sendo registrada sua ocorrência em outras regiões devido as características climáticas e bioma da região como temperaturas mais baixas no inverno, que contribuem para o aparecimento deste gênero. Em várias regiões também ocorre o aparecimento do gênero *Oesophagostomum* spp, mas sendo a espécie predominante, destaca-se o *Haemonchus contortus* (AMARANTE et al., 2014).

Foto 1: Desenvolvimento de *Haemonchus contortus* no ambiente: (a) larvas de primeiro estágio (L1); (b) L1 corada com Lugol. Observar esôfago rabditoide; (c) larva de segundo estágio (L2) 72 horas após a incubação de fezes ovinas a 26 ºC; (d) larva infectante de terceiro estágio (L3) com dupla cutícula. Obsevar células

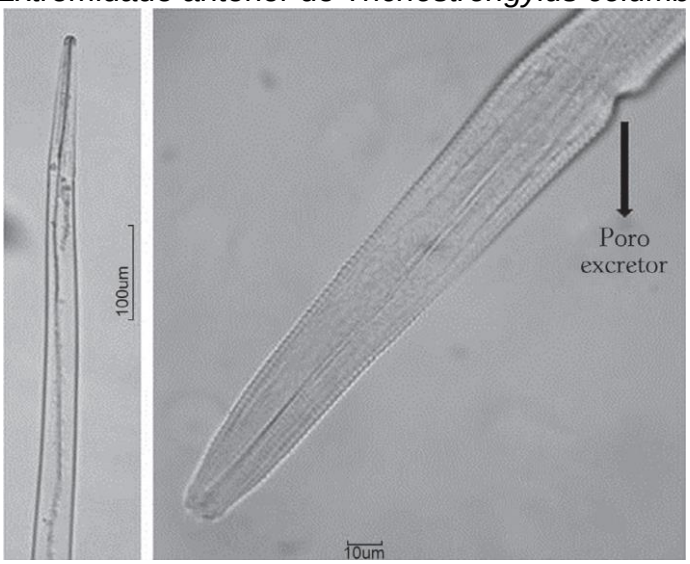
ISBN 978-65-5629-077-5

intestinais (coloração escura) e esôfago filarioide (coloração clara na extremidade anterior).



Fonte**:** AMARANTE et al., 2014.

Foto 2: Extremidade anterior de *Trichostrongylus columbriformis*.



Fonte: AMARANTE et al., 2014.

2.2 RESISTÊNCIA PARASITÁRIA AOS ANTIPARASITÁRIOS

As infecções causadas por parasitos gastrointestinais tem sido em diversas regiões do mundo, um dos maiores problemas a serem enfrentados por produtores de ovinos, causando prejuízos que podem variar entre redução de desempenho até a morte dos animais acometidos. O tratamento e controle são realizados por meio de fármacos com efeito anti-helmíntico, porém o mau uso destes acarretou outro grave problema, a resistência parasitária (EMBRAPA, 2007), sendo um dos principais problemas atualmente dentro da ovinocultura.

A resistência dos parasitas aos antiparasitários pode ser definida como, o aumento da habilidade de certos grupos de parasitas em resistir a doses de drogas que teriam a capacidade de destruir a maioria dos indivíduos dessa mesma espécie

ISBN 978-65-5629-077-5

de parasitas (KELLY & HALL 1979, TORRES-ACOSTA & HOSTE 2008). Ou ainda pode ser exemplificada como um fenômeno no qual uma determinada droga não mantém a mesma eficácia contra uma ou mais espécies de parasitas após um determinado espaço de tempo, ainda que utilizada sob as mesmas condições (CONDER & CAMPBELL., 1995).

RAMOS e colaboradores (2002) observaram em um estudo feito em 65 rebanhos ovinos no estado de Santa Catarina que havia uma multirresistência, sendo o *Haemonchus* spp o gênero que obteve maior resistência aos antiparasitários com 77% dos rebanhos sendo resistentes a ivermectina, 74% resistentes ao albendazole, 15% ao levamisol e menos resistente ao closantel com 13%. No ano de 2014 a Empresa brasileira de pesquisa agropecuária também verificou uma eficácia maior no tratamento com closantel em relação a outros princípios ativos, e publicou um boletim de pesquisa e desenvolvimento de um modelo para monitoramento da resistência e tratamento anti-helmíntico seletivo em rebanhos experimentais de ovinos e caprinos no estado de São Paulo (EMBRAPA, 2014). Através desses estudos foram encontrados os gêneros em predominância *Haemonchus contortus*, *Trichostrongylus* sp e *Oesophagostomum* spp. Estes parasitos contidos neste rebanho foram resistentes aos tratamentos com moxidectina (94%), levamisol (70%), ivermectina (48%), albendazol (0%) e foram submetidos ao tratamento com o closantel e monepantel, como resultado não foi observada resistência dos parasitos a estes dois fármacos nesta região. Diferente dos dados encontrados por FALBO e colaboradores (2009), onde o closantel não foi eficaz e apresentou ampla resistência dos parasitos ao mesmo.

Lincando estas informações, OLIVEIRA e colaboradores (2014) realizaram um estudo no município de Concórdia no Oeste de Santa Catarina utilizando grupos experimentais contendo fêmeas gestantes, não gestantes e possivelmente gestantes; os parasitos foram resistentes aos tratamentos com o closantel, triclorfon, albendazol, levamisol, moxidectina, ivermectina e ivermectina + clorsulon, apresentando percentual de redução de ovos no OPG aos 14 dias de 84,3%, 90,4%, 0%, 0%, 0%, 0% e 0% respectivamente, apenas o tratamento com o disofenol que se mostrou eficaz apresentando redução na contagem de OPG aos 7 e 14 dias de 100%. O disofenol, por ser um produto de aplicação por via subcutânea nos animais, teve uma diminuição no uso nas criações de ovinos lanados, com finalidade de extração de lã, por motivo de dificuldades de aplicação por esta via nestes animais, motivo o qual pode ter preservado o potencial deste antiparasitário neste estudo realizado.

Diferente do citado por OLIVEIRA e (2014), SILVA e colaboradores realizaram um estudo em uma propriedade particular no município de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul com 90 cordeiros machos e 90 fêmeas aonde comparou o uso de tratamentos antiparasitários a base de nitroxinil injetável, disofenol por via oral e o closantel também por via oral, os gêneros presentes após a extração da coprocultura neste experimento realizada, detectou os gêneros *Haemonchus* spp., *Trichostrongylus* spp. e em pequenas quantidades *Bunostomum* spp. Sendo que a partir dos tratamentos realizados no experimento obteve-se a eficácia de 64% para o closantel, o disofenol com resultado negativo e 60% para o nitroxinil, concluído assim que ambos os tratamentos não foram eficazes no controle da verminose nos rebanhos testados.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.3 MÉTODOS DE CONTROLE DA RESISTÊNCIA

A espécie de maior prevalência que acomete os ovinos, principalmente em períodos mais quentes do ano, é o *Haemonchus contortus* (AMARANTE, 2014.), que habita o abomaso destes animais e causando o quadro clínico de anemia devido ao seu ato de hematofagia (COSTA et al., 2013). De acordo com VAN WYK e colaboradores (1997), houve uma correlação entre os valores de hematócrito com as diferentes colorações da conjuntiva ocular dos animais, então os autores apresentaram o método FAMACHA ®, este método indica a realização do tratamento com antiparasitários apenas dos animais anêmicos, com isso visando diminuir a pressão de seleção dentre os parasitos e com isso diminuindo o nível de resistência dos mesmos aos antiparasitários. Outro método utilizado é a técnica criada por GORDON & WHITLOCK (1939) chamada de contagem de ovos por grama de fezes (OPG) que serve como método de diagnóstico das infecções causadas por helmintos, realizando uma avaliação quantitativa (FERNANDES et al., 2005).

Existe uma correlação positiva na associação destas duas técnicas, isso auxilia na implantação de um protocolo de vermifugação mais eficaz, identificando os animais que estão acometidos pelos parasitos e que realmente necessitam de um tratamento antiparasitário, sendo necessário a realização do OPG periodicamente (OLIVEIRA et al., 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o levantamento feito nesta revisão pode-se observar que a resistência parasitária é um problema já bem estabelecido na ovinocultura e que causa grandes prejuízos econômicos. Alguns fatores como observados neste trabalho podem estar relacionados ao aparecimento da resistência. Diante destas informações, os produtores rurais precisam conhecer realmente a situação das suas propriedades a fim de reduzir os impactos desta problemática que afeta negativamente a lucratividade deste setor. Neste sentido, sugere-se mais estudos sobre mecanismos de detecção, redução e controle da resistência parasitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis Gustavo et al. Produção de carne ovina com foco no consumidor. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, 2014.

AMARANTE, Alessandro Francisco Talamini do; RAGOZO, Alessandra; SILVA, Bruna Fernanda da. **Os parasitas de ovinos**. 2014.

CAVALCANTE, ANTONIO CEZAR ROCHA CAVALCANTE. **Doenças parasitárias de caprinos e ovinos epidemiologia e controle**. Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

CEZAR, Alfredo Skrebsky et al. Combinação de drogas antiparasitárias como uma alternativa para o controle de nematódeos gastrintestinais multirresistentes em ovinos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 31, p. 151-157, 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

CHAGAS, ACS et al. Controle da verminose, mineralização, reprodução e cruzamentos de ovinos na Embrapa Pecuária Sudeste. **Cidade: Embrapa Pecuária Sudeste**, v. 1, p. 44, 2007.

CONDER, George A.; CAMPBELL, William C. Chemotherapy of Nematode Infections of Veterinary Importance. with Special Reference to Drug Resistance. **Academic Press Limited AN rights ofreprodurtion in any form resewed**, v. 35, 1995.

CONSTANTINO, Camila et al. Comportamento de consumidores de carne de cordeiro na região norte do Paraná. **Pubvet**, v. 12, p. 139, 2018.

DA SILVA, Daniel Gonçalves et al. Eficácia anti-helmíntica comparativa entre diferentes princípios ativos em ovinos jovens. **PUBVET**, v. 11, n. 4, p. 356-362, 2017.

DA SILVA, Daniel Gonçalves et al. Método FAMACHA® como ferramenta para verificar a infestação parasitária ocasionada por Haemonchus spp. em ovinos. **PUBVET**, v. 11, n. 10, p. 1015-1021, 2017.

DA SILVA, M. G.; CESARIO, Andressa Vieira; CAVALCANTI, Ivan Ramos. Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual. **Apresentado em X ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Recuperado de http://www. prac. ufpb. br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/8. TRABALHO/8C CSADAMT01. pdf**, 2013.

DA SILVA, Suelen Corrêa et al. PUBVET, **Publicações em Medicina Veterinária e Zootecnia.** 2011.

DE SOUZA CHAGAS, Ana Carolina; DE SENA OLIVEIRA, Márcia Cristina; ESTEVES, Sérgio Novita. **Modelo para monitoramento da resistência parasitária e tratamento anti-helmíntico seletivo em rebanhos experimentais de ovinos e caprinos.**

FELEMA, João; RAIHER, Augusta Pelinski; FERREIRA, Carlos Roberto. Agropecuária brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 555-573, 2013.
GIRÃO, E. S.; LEAL, J. A. Diagnóstico de verminose em ruminantes. **Embrapa Meio-Norte-Documentos (INFOTECA-E)**, 1999.

HOLSBACK, Luciane; DE SOUZA MARQUEZ, Ellen; MENEGHEL, Paulo Papa. Resistência parasitária de helmintos gastrointestinais e avaliação dos parâmetros hematológicos de ovinos no norte do Paraná. **Brazilian Journal of Veterinary Medicine**, v. 35, n. 1, p. 76-84, 2013.
KELLY, J.D; HALL, C.A. Resistance of Animal Helminths to Anthelmintics. **Advances In Pharmacology And Chemo Therapy**, v. 16, 1979.

ISBN 978-65-5629-077-5

MOLENTO, Marcelo Beltrão. Resistência parasitária em helmintos de eqüídeos e propostas de manejo. **Ciência Rural**, v. 35, n. 6, p. 1469-1477, 2005.

MONTEIRO, Maicon Gonçalves; BRISOLA, Marlon Vinícius. DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DE CAPRINOS E OVINOS NO BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021**, ano 2021.

OLIVEIRA, Plinio Aguiar et al. Eficácia de diferentes fármacos no controle parasitário em ovinos. **Science and Animal Health**, v. 2, n. 2, p. 126-136, 2014.
OSÓRIO, Thaís Moreira et al. Resistência anti-helmíntica em nematódeos gastrointestinais na ovinocultura: uma revisão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 89194-89205, 2020.

PERES, Mylena Taborda Piquera. **Cooperativismo para o desenvolvimento do agronegócio: uma visão sobre a ovinocultura de corte paranaense**.

PIOVEZAN[1], Debora Fabris et al. **Pesquisa de parasitas gastrintestinais de ovinos da região oeste do paraná**, Brasil.

RAMOS, César Itaqui et al. Resistência de parasitos gastrintestinais de ovinos a alguns anti-helmínticos no estado de Santa Catarina, Brasil. **Ciência Rural**, v. 32, p. 473-477, 2002.

SCZESNY-MORAES, Eurico A. et al. Resistência anti-helmíntica de nematóides gastrintestinais em ovinos, Mato Grosso do Sul1. **Pesq. Vet. Bras**, v. 30, n. 3, p. 229-236, 2010.

SILVA, Júlia Ferreira Cury et al. **Resistência a doramectina e alternativas diagnósticas para o controle seletivo de helmintos gastrintestinais em ovinos**.

SILVA, R. C. P. A. A ovinocultura do Paraná no contexto nacional e mundial: um breve diagnóstico situacional. **Curitiba: Seab**, p. 16, 2004.

SOUZA, Fernando Magalhães de. **Emprego do método Famacha® no controle de verminose ovina.** 2010.

TORRES-ACOSTA, J.F.J; HOSTE, H. Alternative or improved methods to limit gastro-intestinal parasitism in grazing sheep and goats. **Small Ruminant Research 77**, p. 159–173, 2008.

VIANA, João Garibaldi Almeida. Panorama geral da ovinocultura no mundo e no Brasil. **Revista Ovinos**, v. 4, n. 12, p. 44-47, 2008.

ISBN 978-65-5629-077-5

UTILIZAÇÃO DO MÉTODO FAMACHA© COMO AUXÍLIO NO CONTROLE DE VERMINOSE EM OVINOS

Leonardo Felipe Teixeira da Silva[1]
Viviana Aparecida de Oliveira Diniz[2]
Gabriel Daltoé de Almeida[3]

Resumo: Considerando os desafios diários enfrentados na produção de ovinos atualmente no Brasil, os parasitas gastrointestinais trazem impactos significativos na produção. Diante a esta situação, é de extrema importância o controle desses parasitos para o sucesso no sistema de criação. O Método FAMACHA© é uma alternativa para o controle das parasitoses que acomete os ovinos. Método este muito utilizado considerando seu custo e benefício. Mas para que seus resultados sejam com grande eficácia, pode ser acompanhado por outras técnicas laboratoriais como a contagem de ovos por grama de fezes, o cultivo de larvas (coprocultura) e o exame clínico realizado no animal.

Palavras-chave: FAMACHA. Verminose. Ovinos.

1 INTRODUÇÃO

A pecuária brasileira tem expandido cada vez mais a sua produção, e com isso a ovinocultura tem se tornado uma atividade de grande importância para os produtores. O consumo dos produtos como a carne e leite de ovinos tem se tornado um dos principais meios de crescimento desta área, sendo a carne com maior índice de exportação. Conforme os dados levantados em janeiro de 2021 pela Divisão de Conjuntura Agropecuária - DCA e o Departamento de Economia Rural - DERAL no Brasil atualmente se tem um rebanho total de 589 mil cabeças, o que eleva ao total de R$96 milhões movimentados no ano de 2019. De acordo com este levantamento, a cidade de Cascavel no Oeste do Paraná participou destes dados movimentando R$12,8 milhões na ovinocultura (DE MARCHI, 2021).

A ovinocultura no oeste do Paraná é formada por rebanhos mestiços, onde os produtores trabalham com sistemas de cria-recria-engorda (ALBUQUERQUE, 2015; OLIVEIRA, 2015). Este trabalho de criação de ovinos tem se desenvolvido com maior frequência no sul e no nordeste, levando em consideração que no Sul as temperaturas são mais baixas, podendo facilitar a produção de raças lanadas, como por exemplo a Texel e a Suffolk, e também considerando que a cultura da região sul valoriza o consumo da carne ovina (JORIS & VILPOUX, 2013; SORIO, 2013). E assim os produtores começaram a expandir seus rebanhos e explorar as raças com maior desempenho em relação ao melhoramento genético e produtividade (VIANA, 2008).

Um dos maiores problemas enfrentados pelos produtores de ovinos, tem sido os parasitos gastrointestinais, que podem dificultar o desenvolvimento da ovelha, trazendo prejuízos socioeconômicos ao produtor. Nos ovinos é observado que os nematóides gastrointestinais têm causado muita deficiência nutricional, sendo de

[1] Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Professor Mestre Gabriel Daltoé de Almeida do Curso de Medicina Veterinária - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. Projeto de Extensão - Inserção do Método FAMACHA© como auxílio no controle de verminose em ovinos de propriedades da região Oeste do Paraná

ISBN 978-65-5629-077-5

impacto negativo na produtividade, ocorrendo em animais jovens como também em fêmeas no Pós-parto (TORRES-ACOSTA et al., 2012). A adequação do manejo nutricional das fêmeas, de forma mais específica, se torna um dos fatores com grande importância para uma qualidade de produção e menores índices de parasitoses, tendo em vista que no pós-parto a carga parasitária pode aumentar e consequentemente as fêmeas depositam os ovos no ambiente, onde os seus filhotes se tornam susceptíveis a parasitose ao ingerirem pastagens contaminadas (SOTOMAIOR, et al., 2009).

Diante desta problemática este presente artigo de revisão, tem como objetivo complementar o Projeto de Extensão: Inserção do método FAMACHA© como auxílio no controle de verminose em ovinos em propriedades da região Oeste do Paraná, que tem como objetivo: avaliar a presença de endoparasitos em rebanhos de ovinos das propriedades analisadas, auxiliando na prevenção da resistência parasitária aos produtos dispostos no mercado; comparar os resultados da utilização do método FAMACHA© com o número de ovos por grama de fezes dos ovinos (OPG); comparar os resultados da utilização do método FAMACHA© com o valor de Hematócrito de cada animal; identificar os endoparasitos de ovinos; elaborar um lado para os proprietários sobre os resultados encontrados em relação aos endoparasitos indicando a melhor forma de manejo dos rebanhos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Vários parasitas são encontrados em qualquer tipo de produção de ovinos. A ocorrência de parasitas nos rebanhos e sua importância econômica são influenciadas por várias condições, como região, estação do ano, clima, temperatura e umidade relativa. Em termos habituais os endoparasitas propendem a ser um dos motivos mais graves de perdas de produção em regiões mais úmidas e temperadas, enquanto que os ectoparasitas comumente causam maiores danos às regiões mais áridas (JEROME, 1997).

Muitos parasitos podem estar relacionados a infecções parasitárias dos ovinos, entre os nematóides gastrintestinais, o *Haemonchus contortus* é proeminente porque se beneficia das condições climáticas das regiões tropicais exibindo uma alta patogenicidade, além de sua poderosa capacidade de poluição das pastagens sendo que uma fêmea deste parasita pode colocar até 5.000 ovos por dia (CARVALHO et al., 2001). No caso do deste parasito, os principais efeitos estão relacionados com os hábitos de ingestão de sangue de larvas e adultos. Vermes deste gênero podem sugar até 0,05 ml de sangue por dia (ALLOMBY, 1973 apud SOBRINHO, 1996). Portanto, um animal com 4.000 parasitas perderá 200 mililitros de sangue todos os dias, segundo Pinheiro, (1987).

O *Haemonchus contortus* tem um ciclo evolutivo direto, com apenas um período de desenvolvimento no hospedeiro, fase essa chamada de parasitária, o período do parasita no ambiente, estágio esse denominado de vida livre. A fase de vida livre começa quando os ovos da pastagem entram em contato com as fezes de indivíduos contaminados, e em condições propícias com a temperatura na variância entre 18 a 26 e a umidade superior a 80%, as larvas que cresceram até a L3 (infecciosos) são liberadas, fase mais preocupante do ciclo (MONTEIRO, 2011; TAYLOR et al., 2017).

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1: Ovo de *Haemonchus* spp.



Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021

O ciclo parasitário inicia-se com a ingestão de larvas infecciosas que estão disseminadas no pasto e, após serem ingeridas pelos animais, evoluem para a fase adulta no trato digestivo. Os adultos se movem livremente na superfície da mucosa, e o período pré-patente é de duas a três semanas (MOLENTO, 2005; URQUHART, 1996).

A hemoncose demonstra vários sinais clínicos, podendo apresentar graus variáveis de edema sendo os mais comuns edema submandibular, ascite, melena, perda de lã, letargia, anemia severa, perda de apetite e peso, gerando desidratação e consequentemente a morte desses animais. Existem duas fases da doença, sendo uma dessas a fase aguda que é analisada pelos sintomas como anemia moderada, desidratação, gastro enterite catarral, retardamento no desenvolvimento e crescimento do animal e a fase crônica, período mais perigoso e avançado da doença, observa-se uma anemia severa, edema submandibular, perda de peso progressiva, apatia e diminuição na produção de leite (MONTEIRO, 2011; TAYLOR et al., 2017). Echevarria (1988) relatou que a verminose em ovinos pode interferir na produtividade reduzindo de 20 a 60% o ganho de peso e ocasionando uma taxa de mortalidade que pode variar de 20 a 40% dos rebanhos.

Figura 2: Larva *Haemonchus contortus* em estágio L3



Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021

Há várias formas de controle das helmintoses, a técnica mais utilizada é feita com a utilização de produtos químicos. Entretanto, o uso indiscriminado e incorreto de métodos de tratamento incluindo um mau planejamento traz como consequência a distinção de populações de helmintos que ficam resistentes aos diferentes grupos químicos que são utilizados (AMARANTE et al,. 1992). O vermífugo é um recurso necessário, mas não renovável, à medida que a resistência anti-helmíntica vem avançando a cada utilização, principalmente quando se tem uma má utilização desses produtos, mesmo que tenha modernos e eficazes grupos químicos de anti-

ISBN 978-65-5629-077-5

helmíntico, esses produtos podem se tornar ineficazes ou não atingirem o sucesso esperado (NARI, 2002; EDDI, 2002).

Na ovinocultura, é analisada uma grande diferença de animal para animal na capacidade de resistir ao desafio parasitário, isso ocorre devido a alta sensibilidade dos ovinos aos parasitos. Enquanto a maioria dos animais do rebanho possui contagens de ovos nas fezes (OPG) baixas ou não têm sinais clínicos perceptíveis de parasitismo, outros indivíduos apresentam-se anêmicos e com alguns sinais clínicos sendo altamente parasitados e com grande frequência (SOTOMAIOR, 1997). Uma prática comum no dia a dia em propriedades é a de se recomendar a utilização de produtos anti-helmínticos em todos os animais do lote ou da propriedade em função desta pequena porcentagem de animais que apresentam sinais clínicos de alta carga parasitária, utilizando os produtos químicos sem necessidade na maior parte dos animais aumentando ainda mais a pressão de seleção sobre a população de helmintos (VAN WYK; BATH, 2002)

Em busca de caminhos para o controle, a seleção de animais geneticamente mais resistentes aos parasitos gastrintestinais e aos desafios encontrados por esse animais é algo que colabora para diminuição dessa carga parasitária (LI; MILLER; FRANKE, 2001; BRICARELLO et al., 2004). A resistência aos parasitos gastrintestinais pode ser considerada como uma forma de capacidade do animal em impedir a instalação e consequentemente desenvolvimento da infecção parasitária (ALBERS et al., 1990), a quantificação da carga parasitária por animal seria a forma mais direta de se avaliar a resposta do hospedeiro frente à infecção (KASSAI et al., 1990). Assim, a utilidade de mecanismos distintos para a identificação da resistência depende da sua relação com a carga parasitária e da frequência com que é realizado (STEAR et al., 1995).

Em um rebanho ou lote, a proporção de animais resistentes, susceptíveis ou com resistência intermediária varia em função da raça, idade, genética e manejo com esses animais. Sabido que os animais mais jovens são os mais suscetíveis a infecções por *Haemonchus* spp. Conforme esses animais vão se desenvolvendo e amadurecendo, poderão desenvolver imunidade de tal forma que na idade adulta muitos deles poderão apresentar alta resistência. A raça influencia nestas proporções, como exemplo, em pesquisa a raça Santa Inês mostrou ser mais resistente à infecção por nematódeos gastrintestinais, quando comparada à raça Suffolk (AMARANTE, 2004). A herdabilidade influencia grandemente nessas características de resistência desses animais frente aos parasitos, com isso a importância de selecionar animais menos susceptíveis a estes parasitas, formando um plantel futuro que possua certa flexibilidade (resiliência) aos parasitos. No caso da resistência, a resposta do organismo frente ao parasito limita-o na fixação. Já no caso da resiliência, os animais são capazes de conviver com os parasitos, mas com redução na produtividade e de seus índices zootécnicos (ALBERS et al., 1987). A menor aplicação de vermífugos nos animais da propriedade permite o estabelecimento e a manutenção na pastagem de uma população parasitária mais suscetível aos vermífugos, denominada refugia. Esta população mais sensível diluirá a quantidade de vermes resistentes na propriedade, assim como diminuir as chances de uma mescla entre vermes resistentes. Isto permitirá uma produção animal economicamente mais eficiente e rentável, além de reduzir a evolução para a resistência e de beneficiar a eficácia dos anti-helmínticos por períodos prolongados (KAPLAN et al., 2004).

Um método para o controle de parasitoses em ovinos é o FAMACHA©, desenvolvido por pesquisadores sul africanos para ajudar na identificação clínica de

ISBN 978-65-5629-077-5

ovinos parasitados por *Haemonchus* spp. O método FAMACHA© consiste em uma avaliação clínica da anemia causada por este parasito, pela comparação da coloração da mucosa ocular (conjuntiva) com um padrão preestabelecido, utilizando um cartão. Neste cartão estão presentes 5 categorias, variando de 1 (coloração vermelho brilhante) até a 5 (coloração pálida, quase branca). Essa repartição representa diferentes médias de valores nos hematócritos, sendo 35, 25, 20, 15 e 10 respectivamente para os grupos de 1 a 5 (BATH et al., 2001; VAN WYK, 2002). Baseado nesta comparação pela coloração da mucosa, seriam vermifugados somente os animais que apresentassem coloração compatível com os grupos 4 e 5 e, em alguns casos, com o grupo 3, conforme também um breve exame clínico no animal. O método FAMACHA ® pode ser dito que é um dos melhores indicadores de tratamento seletivo para rebanhos infectados pelo parasita *H. contortus* (BESIER, 2012). Além da facilidade na identificação da anemia causada pelo parasito, a utilização do método não gera perdas significativas na produção quando comparado a outras formas de identificação tradicionais em diferentes rebanhos (VATTA et al., 2001; MAHIEU et al., 2007; MOLENTO et al., 2009). O método tem um custo relativamente baixo, sendo necessário apenas capacitações em quem irá realizar os manejos na realização das avaliações nos animais, e é possível identificar a necessidade de tratamento no momento da avaliação do animal (VAN WYK e BATH, 2002). Em um período maior de tempo, programas de seleção genética baseados em relatos satisfatórios de avaliação pelo método FAMACHA© podem ser mais utilizados e com um custo menos elevado (RILEY e VAN WYK, 2009).

Figura 3: Execução Método FAMACHA©



Fonte: Projeto Extensão - Inserção Método FAMACHA©- UNIVEL, 2021

O método, apesar de eficiente para diagnosticar a anemia causada por *H. contortus* em ovinos, possui suas deficiências. Seu uso seguro, sem taxas de mortalidades elevadas, dependerá do manejo correto e de seu devido uso. Cuidados devem ser tomados nas faixas de animais consideradas mais sensíveis e quando existirem outras causas de anemia (EJLERSTEN et al., 2006; KENYON et al., 2009). Deve ser realizada a supervisão por coproculturas a cada 6- 8 semanas, a fim de verificar se o *H. contortus* é o principal parasito ou qual outro parasito que possa trazer danos produtivos ao rebanho (BATH et al.,2001). Portanto, a capacitação para realização do método é imprescindível para plena utilização da metodologia (BATH et al., 2001; VAN WYK e BATH, 2002; KAPLAN, 2004).

Para verificar a veracidade desta metodologia no diagnóstico de anemia, testes de sensibilidade e especificidade têm sido realizados. A sensibilidade indica a quantidade de animais anêmicos que são corretamente identificados e a especificidade, os animais não anêmicos corretamente identificados. Quando se testa o método FAMACHA© para sensibilidade e especificidade, o valor de hematócrito (Ht)

ISBN 978-65-5629-077-5

será sempre o padrão para a determinação da anemia. Neste método é esperada uma maior sensibilidade e, consequentemente, mais importante do que uma alta especificidade, pois não tratar um animal que pode se passar por falso negativo, pode acarretar grande prejuízos, inclusive a morte do mesmo (VATTA et al., 2001; KAPLAN et al., 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo o uso do Método FAMACHA© associando as técnicas como OPG, Hematócrito e Coprocultura é possível identificar os animais resistentes e susceptíveis aos parasitas gastrintestinais. Diante do exposto, podemos sugerir que o método FAMACHA© se torna uma ferramenta de grande importância no auxílio aos produtores de ovinos na região oeste do Paraná, principalmente pelo custo benefício e indicar ou selecionar os animais para o descarte quando sensíveis à verminose.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernando H. M. A. R. de, OLIVEIRA, Leandro Silva. Produção de ovinos de corte: Terminação de cordeiros no semiárido. **Embrapa,** 2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1020002/producao-de-ovinos-de-corte-terminacao-de-cordeiros-no-semiarido.Acesso em: 10 set. 2021.

ALBERS, G.A.A.; GRAY, G.D. Breeding for worm resistance: A perspective. **International Journal for Parasitology**, Oxford, v. 17, n. 2, p. 559-566, February 1987.

ALBERS, G. A. A.; GRAY, G. D.; LE-JAMBRE, L. F.; BARGER, I. A.; et al. The effect of Haemonchus contortus infection on haematological parameters in young merino sheep and its significance for productivity. **Animal Production,** v. 50, p. 99-109, 1990.

ALLOMBY, E.W. Ovine Haemonchosis: Epidemiology, Clinical Signs and Diagnosis. In: URQUHART, G. M., ARMOUR Jr., (Ed.) **Helminth Diseases of Cattle, Sheep and Horses in Europe.** Glasgow: University Press, 1973. p. 59-71. Apud: SOBRINHO, A.G.C., BATISTA, A.M.V, SIQUEIRA, E.R. et al. Nutrição de Ovinos. Jaboticabal: FUNEP, 1996. 258p.

ALVES, Luiz G. Castro, OSÓRIO, José C. da Silveira, FERNANDES, Alexandre R. Mendes, RICARDO, Hélio de Almeida, CUNHA, Camila Magalhães. Produção de carne ovina com foco no consumidor. **Enciclopédia Biosfera**, v.10, n.18, p.2399, 2014. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/enciclop/2014a/AGRARIAS/producao%20de%20carne.ppd. Acesso em: 10 set. 2021.

AMARANTE, A. F. T.; BRICARELLO, P. A.; ROCHA, R. A.; GENNARI, S. M. Resistance of Santa Ines, Suffolk and Ile de France lambs to naturally acquired gastrointestinal nematode infections. **Veterinary Parasitology**, v. 120, p. 91-106, 2004.

AMARANTE, A. F. T. et al. Efeito da administração de oxfendazol, ivermectina e

ISBN 978-65-5629-077-5

levamisol sobre os exames coproparasitológicos de ovinos. Braz. J. **Vet. Res. Anim.** Sci., v. 29, p. 31-38, 1992.

BATH, G.F.; HANSEN, J.W.; KRECEK, R.C.; VAN WYK, J.A.; VATTA, A.F. Sustainable approaches for managing haemonchosis in sheep and goats. FAO (Technical Cooperation Project No TCP/SAF/8821A), **FAO**, 89p. Rome, 2001.

BATISTA, Emanuelle Karine Frota; NEVES, Camila Arrivabene; MENDONÇA, Ivete Lopes de. Resistência anti-helmíntica em ovinos e caprinos - uma revisão**. Revista científica de Medicina Veterinária -** ISSN:1679-7353 Ano XIV Número 27 – Julho de 2016 – Periódico Semestral.

BESIER, R.B. Refugia-based strategies for sustainable worm control: Factors affecting the acceptability to sheep and goat owners. **Veterinary Parasitology**, Amsterdam, v. 186, n. 1-2, p. 2-9, May 2012.

BISSET, S.A.; VAN WYK, J.A.; BATH, G.F.; MORRIS, C.A.; STENSON, M.O.; MALAN F.S. Phenotypic and genetic relationships amongst FAMACHA score, faecal egg count and performance data in Merino sheep exposed to Haemonchus contortus infection. In South Africa, **Proceedings of the 5th International Sheep Veterinary Congress**, 22–25 January 2001, Stellenbosch, South Africa.

CARVALHO, E.B., OLIVEIRA, M.A.G., DOMINHGUES, P.F. Base para criação de ovinos no estado de São Paulo. **São Manuel: Associação Paulista de Criadores de Ovinos (ASPACO)**, 2.ed., p.81, 2001.

CHAGAS, Ana C. de Souza; OLIVEIRA, Márcia C. de Sena; CARVALHO, Camila Olivo de; MOLENTO, Marcelo Beltrão. Método Famacha©: Um recurso para o controle da verminose em ovinos. **Embrapa**, São Carlos, SP, n. 52, Dezembro 2007.

CHAGAS, A.C.S.; NICIURA, S.C.M.; MOLENTO, M.B. Manual Prático: metodologias de diagnóstico da resistência e de detecção de substâncias ativas em parasitas de ruminantes. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília, DF. 153p. 2011.

ECHEVARRIA, F.A.; TRINDADE, G.N.P. Anthelmintic resistance by Haemonchus contortus to ivermectin in Brazil: a preliminary report. **The Veterinary Record**, London, v. 124, n. 6, p. 147-148, February 1989.

EJLERTSEN, M.; GITHIGIA, S.M.; OTIENO, R.O.; THAMSBORG, S.M. Accuracy of an anaemia scoring chart applied on goats in sub-humid Kenya and its potential for control of Haemonchus ISSN: 1983-0777 59 Vet. Not., Uberlândia, v.19. n. 1, p. 41-66, jan/jun. 2013 contortus infections. **Veterinary Parasitology**, Amsterdam, v. 141, n. 3-4, p. 291-301, November 2006.

DE MARCHI, Thiago. Boletim Semanal* – 03/2021 – 22 de janeiro de 2021. Departamento de Economia Rural – DERAL, **Governo do Estado do Paraná,** p. 1-6, 22 jan. 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Conjuntura-Boletim-Semanal-032021. Acesso em: 11 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

FORTES, Fernanda S., MOLENTO, Marcelo B. Resistência anti-helmíntica em nematoides gastrintestinais de pequenos ruminantes: avanços e limitações para seu diagnóstico. **Pesquisa Veterinária Brasileira** [online]. 2013, v. 33, n. 12 [Acessado 12 Setembro 2021] , pp. 1391-1402. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-736X2013001200001>. Epub 18 Fev 2014. ISSN 1678-5150. https://doi.org/10.1590/S0100-736X2013001200001.

JEROME, J.Y.B.S. Parasitas dos Ovinos. São Paulo: **MSD AGVET**, p.90, 1997.
JORIS, Jaqueline L.; VILPOUX, Olivier François. Transações entre produtores e frigoríficos no setor de ovinos no estado de Mato Grosso do Sul: Uma abordagem pela economia dos custos de transação. **Organizações Rurais & Agroindustriais** [en linea]. 2013, 15 (2), 220-234 [fecha de Consulta 12 de Septiembre de 2021]. ISSN: 1517-3879. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87828781006.

KAPLAN, Robert; BURKE, Jhon. M.; TERRILL, T. H.; MILLER, J. E.; GETZ, W. R; MOBINI, S.; VALENCIA, E.; WILLIAMS, M. J.; WILLIAMSON, L. H.; LARSEN, M.; VATTA, A. Validation of the FAMACHA© eye colour chart for detecting clinical anaemia in sheep and goats on farms in the southern United States. **Veterinary Parasitology,** v. 123, p.105-120, 2004.

KASSAI, T.; FÉSSUS, L.; HENDRIKX, V.M.; TAKÁTS, C.; FOK, E.; REDL, P.; NILSON, P.R; VAN-LEEUWEN, M.A.; JASEN, J.. Is there a relationship between haemoglobin genotype and the innate resistance to experimental Haemonchus contortus infection in Merino lambs? **Veterinary Parasitology,** v. 37, p. 61-77, 1990.

KENYON, F.; GREER, A.W.; COLES, G.C.; CRINGOLI, G.; PAPADOPOULOS, E.; CABARET, J.; BERRAG, B.; VARADY, M.; VAN WYK, J.A.; THOMAS, E.; VERCRUYSSE, J.; JACKSON, F. The role of targeted selective treatments in the development of refugia-based approaches to the control of gastrointestinal nematodes of small ruminants. **Veterinary Parasitology,** Amsterdam, v. 164, n. 1, p. 3-11, September 2009.

LI, Y.; MILLER, J. E.; FRANKE, D. E. Epidemiological observations and heterosis analysis of gastrointestinal nematode parasitism in Suffolk, Gulf Coast Native, and crossbred lambs. **Vet. Parasitol**., v. 98, 273–283, 2001.

LIMA, Paulo Henrique Rocha de. Uso do pastejo rotacionado para controle da infestação da pastagem e das parasitoses gastrintestinais em caprinos. **UFPB/CCA**, 201.7

MAIA, Dhérie; ROSALINSKI-MORAES, Fernanda; SOTOMAIOR, Cristina. S. Revisão da literatura - O Método FAMACHA© como tratamento seletivo de pequenos ruminantes. **Veterinária Notícias** , v. 19, n. 1, 12 dez. 2013.

MAHIEU, M.; ARQUET, R.; KANDASSAMY, T.; MANDONNET, N.; HOSTE, H. Evaluation of targeted drenching using Famacha method in Creole goat: Reduction of anthelmintic use, and effects on kid production and pasture contamination. **Veterinary Parasitology, Amsterdam,** v. 146, n. 1-2, p. 135-147, May 2007.

ISBN 978-65-5629-077-5

MATIAS, Bruna Fonseca; ANDREOLA, Daiane; GRECCO, Fabíola C. de Almeida Rego; REIS, Luis S. de Souza; FILHO, Luiz F. C. da Cunha. Visão de ovinocultores sobre a atividade no Paraná e em São Paulo, é este um bom negócio? Um estudo de caso. **Enciclopédia Biosfera**, v. 16, n. 30, p. 640 - 647, 15 dez. 2019. Disponível em: https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/157. Acesso em: 10 set. 2021.

MOLENTO, Marcelo Beltrão; TASCA, Claudio; GALLO, Alencar; Ferreira, Marcio; BONONI, Ronaldo; STECCA, Evandro. Método Famacha como parâmetro clínico individual de infecção por Haemonchus contortus em pequenos ruminantes. **Ciência Rural [online**]. 2004, v. 34, n. 4 [Acessado 22 Setembro 2021] , pp. 1139-1145. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782004000400027>. Epub 30 Ago 2004. ISSN 1678-4596. https://doi.org/10.1590/S0103-84782004000400027.

MOLENTO, M. B. vanços no diagnóstico e controle das helmintoses em caprinos. I Simpósio Paulista de Caprinocultura (SIMPAC), **Multipress**, Jaboticabal, p. 101-110, 2005.

MONTEIRO, Maicon Gonçalves; BRISOLA, Marlon Vinícius; FILHO, José E. R. Vieira. Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Brasil: Texto para discussão. 2660. ed. **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Junho 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10621/2/td_2660.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

MONTEIRO, Silvia G. (2011). **Parasitologia na medicina veterinária** (Vol. 1). São Paulo: Roca

NARI, A.; EDDI, C. Alternativas para el control de las verminosis en pequeños rumiantes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPECIALIDADES EM MEDICINA VETERINÁRIA, 1., 2002, Curitiba, PR. **Anais**..Curitiba, PR, 2002. p. 86-89.

OSAKA, Dayane M.; MACEDO, Vicente de Paulo; ZUNDT, Marilice, REIS, Wagner. Verminose ovina com ênfase em haemoncose: uma revisão. **PUBVET**, V.2, N.16, Abr3, 2008. Disponível em: http://pubvet.com.br/material/Macedo206.pdf.

PINHEIRO, A.C. Localização de helmintos no intestino delgado de ovinos e bovinos. Coletânea das Pesquisas, Parasitologia. **EMBRAPA/CNPO**. p. 213-217, 1987.

RILEY, D.G.; VAN WYK, J.A. Genetic parameters for FAMACHA© score and related traits for host resistance/resilience and production at differing severities of worm challenge in a Merino flock in South Africa. **Veterinary Parasitology**, Amsterdam, v. 164, n. 1, p. 42-52, September 2009.

SCZESN-MORAES, Eurico A. et al. Resistência anti-helmíntica de nematóides gastrintestinais em ovinos, Mato Grosso do Sul. **Pesquisa Veterinária Brasileira** [online]. 2010, v. 30, n. 3 [Acessado 12 Setembro 2021] , pp. 229-236. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-736X2010000300007>. Epub 26 Abr 2010. ISSN 1678-5150. https://doi.org/10.1590/S0100-736X2010000300007.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, Daniel Gonçalves da; MENEZES, Bruna Martins de; BETTENCOURT, Arthur Fernandes; FRANTZ, Ana Cecília; CORRÊA, Marcele Ribeiro; RUSZKOWSKI, Gabriella; MARTINS, Anelise Afonso; BRUM, Larissa Picada; HIRSCHMANN, Lourdes Caruccio. Método FAMACHA® como ferramenta para verificar a infestação parasitária ocasionada por Haemonchus spp. em ovinos. **PubVet**, [*s. l.*], v. 11, n. 10, p. 0947-1073, 2017. Disponível em: https://www.pubvet.com.br/artigo/4141/meacutetodo-famachareg-como-ferramenta-para-verificar-a-infestaccedilatildeo-parasitaacuteria-ocasionada-por-haemonchus-spp-em-ovinos. Acesso em: 6 set. 2021.

SILVA, Gabriella M. F.; AMORIM, Bianca M.; QUIRINO, Adrya H. de L.; SILVA, Aleudson S.; FARIAS, Leonardo A. Haemonchus contortus em ovinos e caprinos. **PubVet,** [*s. l.*], ano 418, v. 13, p. 1-4, 30 out. 2019. Disponível em: https://www.pubvet.com.br/uploads/1764656e8e78e55fa255b0e15feda208.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Suelen Correa; MEXIA, Alexandre Agostinho; GARCIA, Jocilaine; SOUZA, Osvaldo Martins de; BOTINI, Tatiane; SILVA, Giselde M. Angreves; FREIRIA, Lucilen Bissi de; GOMES, Leonardo André. Verminose em rebanhos ovinos. **PubVet**, Londrina, V. 5, N. 1, Ed. 148, Art. 996, 2011. Disponível em: https://www.pubvet.com.br/uploads/4b359a635f322213cd3035caf15dd3a5.pdf.

SOTOMAIOR, Cristina Santos; MORAES, Fernanda Rosalinski; SOUZA, Felipe Pohl; MILCZEWSKI , Viviane; PASQUALIN, Cezar Amin. Parasitoses gastrintestinais dos ovinos e caprinos**:** Alternativas de controle, **Instituto Emater**, Curitiba 2009.

SOTOMAIOR, C. S. Estudo de caracteres que possam auxiliar na identificação de ovinos resistentes e susceptíveis aos helmintos gastrintestinais. Curitiba, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) - **Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná,** Curitiba, 1997.

SOTOMAIOR, Cristina S. et al. Identificação de ovinos e caprinos resistentes e susceptíveis aos helmintos gastrintestinais. **Revista Acadêmica Ciência Animal**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 397-412, out. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/cienciaanimal/article/view/10202/9617>. Acesso em: 12 set. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.7213/cienciaanimal.v5i4.10202.

SORIO, A. A. carne ovina e o abate clandestino: A informalidade tem jeito? **Revista Cabra e Ovelha**, n.78, Maio, 2013.

STEAR, M. J.; BISPO, S. C.; DUNCAN, J. L. MCKELLAR, Q.A.; MURRAY, M. The repeatability of faecal egg counts, peripheral eosinophil counts, and plasma pepsinogen concentrations during deliberate infections with Ostertagia circumcincta. **International Journal for Parasitology**, v. 25, n. 3, p. 375-380, 1995.

TAYLOR, M.A.; COOP, R.L.; WALL, R.L. Parasites of sheep and goats. **Veterinary Parasitology**. 3rd ed. Blackwall publishing, 2007 840p.
TAYLOR, M. A., Coop, R. L. & Wall, R. L. (2017). **Parasitologia Veterinária**. Rio de

ISBN 978-65-5629-077-5

Janeiro, Brasil: Guanabara Koogan.

TORRES-ACOSTA, J.F.J.; SANDOVAL-CASTRO, C.A.; HOSTEB, H.; AGUILAR-CABALLERO, A.J.; CÁMARA-SARMIENTO, R.; ALONSO-DÍAZ, M.A. Nutritional manipulation of sheep and goats for the control of gastrointestinal nematodes under hot humid and subhumid tropical conditions. **Small Ruminant Research**, [*s. l.*], v. 101, ed. 1, p. 28-40, Março 2012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921448811004305. Acesso em: 11 set. 2021.

URQUHART, G. M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J. L.; DUNN, A. M., JENNINGS, F. W. **Parasitologia veternária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990. 306 p.
URQUHART, G. M. (1996). **Parasitologia veterinária (2 ed.)**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

VAN WYK, J.A.; BATH, G.F. The FAMACHA system for managing haemonchosis in sheep and goats by clinically identifying individual animals for treatment. **Veterinary Research**, London, v. 33, n. 5, p. 509-529, September/October 2002.

VATTA, A.F.; LETTY, B.A.; VAN DER LINDE, M.J.; VAN WYK, E.F.; HANSEN, J.W.; KRECEK, R.C. Testing for clinical anaemia caused by Haemonchus spp. in goats farmed under resource-poor conditions in South Africa using an eye colour chart developed for sheep. **Veterinary Parasitology**, Amsterdam, v. 99, n. 1, p. 1-14, July 2001.

VIANA, João Garibaldi Almeida. Panorama Geral da Ovinocultura no Mundo e no Brasil. **Ovinocultura**, Revista Ovinos, ano 4, n. 12, Março 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228460370_Panorama_geral_da_ovinocultura_no_mundo_e_no_Brasil. Acesso em: 9 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE MÉIS, QUALIDADE MICROBIOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE AMOSTRAS DE MEL DE ABELHAS SEM FERRÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Nahyara Jane Sos dos Santos[1]
Amanda Cordeiro da Silva[2]
Millene Luyze[3]
Edvaldo Geraldo Junior[4]

Resumo: O mel é um produto biológico com a matriz química complexa, possuindo propriedades antibacterianas e várias funções que dependem da sua origem botânica, da espécie e das condições climáticas de onde é produzido. O mel das abelhas sem ferrão possui características físicas e químicas exclusivas e um sabor exótico. Poucos estudos têm sido realizados para avaliar o potencial terapêutico, atividade antimicrobiana e suas características físico-química dos méis. Deste modo, com intuito de aumentar o conhecimento sobre os méis obtidos a partir de vários meliponíneos nativos do Brasil, este trabalho tem como objetivos realizar uma revisão bibliográfica sobre a qualidade física e química, a origem botânica, bem como estudar os efeitos bacterianos antifúngicos, antioxidante e anti inflamatório desses méis , provenientes do estado do paraná.

Palavras-chave: Mel. Abelhas sem ferrão. Compostos químicos. Meliponíneos.

1 INTRODUÇÃO

O mel, alimento de origem animal, é um produto natural rico em nutrientes essenciais. O mel engloba diversas propriedades físicas e químicas por ser produzido a partir do néctar das plantas e além disso, sua produção depende da quantidade e da qualidade das flores presentes no meio de ação das abelhas. O resultado final do mel tem suas características como: cor, sabor e cheiro, definidas conforme o néctar coletado, bem como de sua localização geográfica. Portanto, a regionalidade e o estabelecimento de padrões são de grande importância, considerando a diversidade botânica e a variação climática de cada região (ALVES, 2008; PEREIRA et al., 2003). A umidade é um dos parâmetros que mais influencia na textura do mel de abelhas nativas. Estes méis possuem elevado teor de umidade, bem como maior acidez e menor conteúdo de açúcares, em relação aos méis de Meliponíneos (VILLAS-BÔAS, 2012).

O mel possui uma grande qualidade nutricional, pela existência de vitaminas e minerais, seu potencial energético, sua função medicinal, além das suas funções antioxidante e anti séptica e suas propriedades sensoriais, vêm aumentando o interesse do consumidor por esse produto. Aliás, seu valor comercial está diretamente relacionado a sua origem botânica e sua composição química (BORSATO et al., 2010). A produção e a oferta de mel no mercado interno se expandiram, tornando o Brasil um grande produtor de mel e outros produtos apícolas de interesse do mercado

[1] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Orientador, Professor, Mestre do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

ISBN 978-65-5629-077-5

mundial (SBRT, 2007).

Segundo o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel disposto na Instrução Normativa Nº11 de 20 de outubro de 2000 do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) o mel é um produto do resultado final elaborado por abelhas melíferas, por meio do néctar das flores, secreções de plantas, excreções de insetos sugadores em que as abelhas coletam. Essas substâncias são modificadas por meio da ação de enzimas das abelhas e, posteriormente, são armazenadas em favos de cera para maturação (BRASIL, 2000; ARVANITOYANNIS e KRISTALLIS, 2006; BILUCA et al., 2017).

A classificação de cultivo e manejo das abelhas pode ser definido em duas formas: (i) a apicultura e (ii) meliponicultura. O cultivo e manejo de abelhas da espécie Apis mellifera, refere-se a apicultura, ao mesmo tempo que o cultivo de abelhas nativas sem ferrão é denominado de meliponicultura. As Meliponinae são denominadas como abelhas nativas sem ferrão ou abelhas indígenas. Seu cultivo ocorre na América Latina e África, mas particularmente na América do Sul que grande parte das abelhas sem ferrão são encontradas (NOGUEIRA-NETO, 1997; VILLAS-BÔAS, 2012).

O cultivo e o manejo de abelhas nativas sem ferrão desempenham um papel extremamente importante no uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, pois algumas espécies de plantas dependem principalmente dessas abelhas para desenvolver o transporte e a troca de gametas (ALVES et al., 2010; VILLAS BÔAS, 2012). Em comparação com a apicultura, os meliponíneos são menos produtivos, mas desempenham um papel extremamente importante no fornecimento de produtos diferenciados, principalmente no que diz respeito às características sensoriais (YAMAMOTO et al., 2010).

As abelhas predominam quando o assunto é polinização, acredita-se que elas são os polinizadores efetivos para a reprodução da maior parte das angiospermas (ROUBIK, 1989), suponha-se que as abelhas sem ferrão são as principais responsáveis pela polinização de muitas espécies arbóreas nativas do Brasil (KERR, 1997), equivalente a 40% a 90%, enquanto outros animais, como morcegos, pássaros, Borboletas e alguns mamíferos desempenham o papel de polinizadores remanescentes (KER, CARVALHO e NASCIMENTO, 1996).

Os meliponíneos são distribuídos principalmente em zonas de clima tropical, também ocupam algumas regiões de clima temperado e subtropical. Portanto, as abelhas estão distribuídas na maioria das regiões neotropicais da América, ou seja, na maioria das regiões do Território latino-americano, do Rio Grande do Sul ao México, podendo ser encontradas também na Austrália, Indonésia, Malásia, Índia e África (NOGUEIRA-NETO, 1997).

A composição do mel é baseada em mais de 200 substâncias diferentes. Tem como principais ingredientes os açúcares (principalmente frutose e glicose) e água. Existe também uma pequena quantidade de outros ingredientes, como aminoácidos, ácidos orgânicos, pólen, proteína, minerais, pigmentos, lipídios, compostos voláteis, enzimas, compostos Substâncias fenólicas, etc. (ALVAREZ-SUAREZ et al., 2010; ESCUREDO et al., 2013).

É de suma importância determinar técnicas analíticas visando obter maior conhecimento sobre a composição química do mel, principalmente para estabelecer parâmetros físico químicos e biológicos para cada grupo de méis, como isso, auxilia na identificação de fraudes e mudanças físico-químicas e microbianas que possam se manifestar (SANTOS et al., 2009).

ISBN 978-65-5629-077-5

Portanto, com a necessidade de amplificar o conhecimento sobre a capacidade medicinal e a composição de méis que foram produzidos por vários meliponíneos nativos do brasil, o objetivo deste trabalho foi determinar as características físicas e químicas e a origem botânico e por fim, avaliar o efeito antibacteriano, antifúngico , antioxidante e anti-inflamatório desse produtos provenientes do estado do paraná.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A apicultura tradicional utiliza as espécies de abelhas *Apis mellifera* como modo criação, e a meliponicultura que utiliza espécies de abelhas sem ferrão (VILLAS-BÔAS, 2012). A prática de criação das meliponíneas foi inserida por Paulo Nogueira Neto, em 1953, e foi estabelecida como meliponicultura em referência à classificação da subtribo Meliponinae, tendo como principal finalidade a fabricação de mel de abelhas nativas. As abelhas sem ferrão pertencem à superfamília *Apoidea* e possuem comportamento diferenciado, devido à organização de centenas ou milhares de indivíduos que apresentam divisão de trabalho. A *Meliponinae* é o único grupo de *Apidae* onde as fêmeas e machos possuem ferrão atrofiado, extinguindo a função de instrumento de defesa como nos demais grupos dessa família, sendo essa característica principal das abelhas nativas sem ferrão (NOGUEIRA-NETO, 1997; VILLAS-BÔAS, 2012; WITTER & NUNES-SILVA, 2014).

Formam denominadas abelhas indígenas, nativas ou meliponíneas, as abelhas que existiam no Brasil até o ano de 1840, por esse motivo muitas das denominações científicas desse grupo de abelhas sejam de origem linguística indígena tupi, e a variedade dessas espécies de abelhas é considerada elevada. Historicamente, o uso dos produtos das abelhas, como a cera que era utilizada para a fabricação de velas pelos padres jesuítas, o mel pelos índios e povos colonizadores, assim como seus costumes culturais e rituais religiosos foi de grande importância para datar a importância histórica dessas abelhas para com a evolução da humanidade (NOGUEIRA-NETO,1970).

Seu domínio ocorre na América Latina e África, porém é na América do Sul que a maioria da diversidade de espécies é encontrada. Suponha- se que no mundo todo existam mais de 500 espécies de abelhas sem ferrão e estima-se, que no Brasil, são conhecidas mais de 400 espécies de abelhas nativas, sendo elas responsáveis por 90% da polinização de vegetais nativos (DUTRA et al., 2008; VILLAS-BÔAS, 2012; MICHENER, 2013).

Aproximadamente, existem 35 espécies presentes no Estado do Paraná, e dessas, apenas 10 espécies têm a função de produção de mel. Dentre as espécies abelhas nativas sem ferrão encontradas com frequência no Estado do Paraná, estão: jataí (*Tetragonisca angustula*), mandaçaia (*Melipona quadrifasciata quadrifasciata*), mirins (*Plebia spp.*) e a tubana *(Scaptotrigona bipunctata*) (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2009). A espécie encontrada com maior facilidade no território brasileito é a jataí e apresenta características favoráveis quando se fala em produtividade, com um excepcional mel e docilidade. A espécie mandaçaia é rara na natureza, por isso possuímos maiores dificuldades de encontrá-la (PARANÁ, 2009).

A classificação do mel se dá em duas formas distintas: extrafloral ou floral. A produção do mel extrafloral é a partir de exsudatos de plantas ou de resíduos de frutas ou ainda, de outras fontes de matéria-prima (MOREIRA & DE MARIA, 2001). O mel de melato ou também chamados de "honeydew" é produzido a partir de excreções derivadas das partes vivas das plantas ou de secreções de insetos sugadores de

ISBN 978-65-5629-077-5

plantas (BRASIL, 2000). O mel de melato é classificado em dois tipos: aqueles com grande teor de erlose, que não sofrem granulação, e os de grande teor de melezitose, que são sujeitos à cristalização (CRANE, 1985; MOREIRA & DE MARIA, 2001; NOGUEIRA-COUTO & COUTO, 2006).

O mel das abelhas sem ferrão é considerado florais, pois é obtido através dos nectários das flores. Apresentando sua origem floral eles podem ser classificados em mel unifloral/monofloral, quando o néctar provém principalmente, da origem de flores de uma mesma família, gênero ou espécie e possua características microscópicas, sensoriais e físico-químicas únicas. O mel multifloral/polifloral é o produzido a partir de diferentes origens florais, resultando em uma não predominância de um pólen em específico; e silvestre aquele produzido a partir de espécies nativas (BRASIL, 2000).

Para obter os resultados finais, foram analisados os seguintes parâmetros físico-químicos das amostras de mel de abelhas sem ferrão: atividade de água (Aw), teor de umidade (AOAC - Associação de químicos agrícolas oficiais, 2000), pH e acidez livre (AOAC, 1900), cor (MCGuire, 1992) e sólidos solúveis totais – SST- (ºBrix). A AOAC (2012) realizou ensaios microbiológicos em bolores e leveduras, e os resultados são expressos em unidades formadoras de colônias (UFC / g). De acordo com os métodos descritos por APHA (2001) e APHA (2015), a técnica do número mais provável (NMP / g) é usada para determinar coliformes totais e coliformes resistentes ao calor.

Utilizados como parâmetros para controle de qualidade, água e umidade são fatores de muita importância na conservação de produtos alimentícios. A Tabela 1 exibe os resultados de atividade de água (Aw), umidade, pH e acidez livre das amostras de mel de abelhas sem ferrão. Observou-se que todas as amostras se diferiram (P > 0,05) para a atividade de água e umidade, variando entre 0,691 a 0,809 e 21,07 a 34,00%, respectivamente. As espécies Tetragonisca angustula (amostras 1, 2, 3 e 4) exibiram menor conteúdo de água, quando comparado com as demais espécies. Embora a maior atividade de água tenha sido obtida para a amostra 7 (Aw: 0,809), esse valor é baixo para o desenvolvimento de patógenos de importância alimentar. Os teores de umidade nas amostras ultrapassam ao máximo permitido pela legislação IN nº 11 (BRASIL, 2000), e pela Comissão do Codex Alimentarius (CODEX ALIMENTARIUS, 2001), umidade máxima de 20%. Porém, essas legislações são feitas especialmente para mel de Apis mellifera. Muitos estudos apontam que o mel de meliponíneos se diferem das características de mel produzido por Apis mellifera. Para Lira et al., (2014), Sousa et al. (2016), e Rodrigues (2016), comprovam em seus estudos que o teor de umidade em méis de meliponíneos varia entre 20 a 35% e de acordo com a espécie das abelhas. O maior teor de água é uma das principais características de mel de abelhas sem ferrão (ESCUREDO et al., 2013).

Tabela 1 – Resultados de atividade de água, teor de umidade, pH e acidez livre de méis de abelhas sem ferrão.

Amostras	Atividade de água (Aw)	Umidade (%)	pH	Acidez livre (mEq/Kg)
1	0,709 ± 0,005	21,08 ± 0,01	3,82 ± 0,17	38 ± 2
2	0,718 ± 0,003	21,93 ± 0,47	3,53 ± 0,10	75 ± 2
3	0,711 ±	21,07 ±	3,55 ±	75 ± 3

ISBN 978-65-5629-077-5

	0,001	0,47	0,13	
4	0,691 ± 0,002	22,40 ± 0,23	3,97 ± 0,04	55 ± 2
5	0,766 ± 0,001	30,87 ± 0,01	3,21 ± 0,03	115 ± 3
6	0,744 ± 0,005	28,87 ± 0,62	3,40 ± 0,06	114 ± 4
7	0,809 ± 0,002	34,00 ± 0,01	3,20 ± 0,08	118 ± 13

Fonte: R. C. Grando; Avaliação da qualidade de méis de abelhas sem ferrão provenientes da região centro-sul do estado do Paraná, 2018.

Como o pH não é um parâmetro exigido pela legislação nacional e internacional, ele é utilizado como análise complementar de acidez. Na Tabela 1, pH e A acidez livre é de 3,20 a 3,87 e 38,0 a 118,5 mEq / Kg, respectivamente. Para pH, as amostras 1 e 4 (3,82 e 3,87) são diferentes das outras amostras por serem menos ácidas. Para o ácido livre, as amostras 5, 6 e 7 apresentaram maior acidez. A partir desses resultados, fica claro que a amostra do conteúdo de ácido livre de *Tetragonisca angustula* também é diferente. Das sete amostras analisadas, seis ultrapassaram o máximo permitido. No entanto, conforme observado por Lira et al., (2014) e Braghini (2016), os méis de Meliponinae apresentam maior acidez.

O valor do pH e a acidez livre são determinados pela qualidade do produto, pois esses parâmetros podem indicar a deterioração do mel. Supressão de baixo pH Crescimento microbiano, porque o pH ideal para o desenvolvimento microbiano varia de 4,0 a 7,5 A maioria das bactérias, fungos e leveduras. No entanto, a acidez superior a 50 mEq / Kg pode indicar que o açúcar é fermentado em ácidos orgânicos (BRAGHINI, 2016).

A cor é uma das características do mel e tem maior impacto no mel. Preferências do consumidor, eles geralmente escolhem produtos apenas para aparência. O International Trade Forum (1977) considera a cor como sendo características do mel de especial importância no mercado internacional (MARCHINI, SODRÉ e MORETTI, 2004). A mudança da cor do mel está relacionada à sua fonte de flores, mostrar a relação entre essas abelhas e a diversidade das plantas visitadas, armazenamento e processamento do produto (tempo de armazenamento, luz, calor e possível reação enzimática), a temperatura e os fatores nos quais o mel amadurece na colmeia durante o escoamento do néctar (SEEMANN & NEIRA, 1988). Fatores como a proporção de frutose para glicose, o teor de nitrogênio e o teor de frutose na solução instabilidade de ácido (BATHE & SINGH, 1999). Um fato que interfere na coloração do mel é o conteúdo de minerais, assim, méis com coloração mais clara pode conter menores teores de cinzas quando comparado ao mel de coloração mais escura (Al, DANIEL, MOISÉS, BOBIS, LASLO & BOGDANOV, 2009).

Na tabela 2 são exibidos os resultados para a contagem de bolores e leveduras, coliformes totais e coliformes termotolerantes. Portanto, podemos observar que nenhuma das amostras analisadas apresentou contaminação, de acordo com o Regulamento Técnico nº 56/1999 do Mercosul (MERCOSUL, 1999). Como a legislação brasileira não exige análises microbiológicas, é recomendado que o mel seja manipulado de acordo com as práticas de higienes adequadas (BRASIL, 2000).

ISBN 978-65-5629-077-5

Souza (2008) e Rodrigues (2016), encontraram bolores, leveduras e microrganismos do grupo coliformes em amostras de meliponinae. Bolores e leveduras estão naturalmente no mel e estão associadas às características físico-químicas do produto (SOUSA et al., 2012). A presença de coliformes totais são indicadores de condições higiênicas e manipulação insatisfatórias. Já os coliformes termotolerantes sugerem contaminação por matéria orgânica fecal, podendo ainda ser transmissor de enteroparasitas (ALVES et al., 2011).

Tabela 2 – Avaliações microbiológicas (contagem de bolores e leveduras, coliformes totais e coliformes termotolerantes) de méis de abelhas sem ferrão.

Amostras	Contagem bolores e leveduras (UFC/g)	Coliformes totais (NMP/g)	Coliformes termotolerantes (NMP/g)
1	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
2	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
3	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
4	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
5	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
6	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0
7	< $1,0x10^1$	< 3,0	< 3,0

Fonte: R. C. Grando; Avaliação da qualidade de méis de abelhas sem ferrão provenientes da região centro-sul do estado do Paraná, 2018.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os méis de abelhas sem ferrão de origem do estado do Paraná, podemos comprovar que as propriedades físico-químicas do mel se diferem para cada espécie de abelha. A *Tetragonisca angustula* demonstrou ser a espécie com mais particularidades, contendo baixo conteúdo de água, teor de acidez e maiores concentrações de sólidos solúveis totais. Da mesma forma, foi observado que as características físico-químicas de méis de abelhas sem ferrão são diferentes dos padrões de qualidade exigidos por legislações nacionais. Devido os resultados obtidos neste estudo serem semelhantes aos obtidos por outros pesquisadores brasileiros, fica evidente a necessidade de padronizar os padrões físico-químicos e microbiológicos de qualidade de méis produzidos no Brasil, especialmente para que as características dos méis de abelhas nativas sem ferrão possam se caracterizar, a fim de mostrar ainda mais esse produto no comércio brasileiro e para possíveis exportações.

REFERÊNCIAS

Al, M. L., DANIEL, D., MOISÉS, A., BOBIS, O., LASLO, L., & BOGDANOV, S. Physicochemical and bioactive properties of different floral origin honeys from

ISBN 978-65-5629-077-5

Romania. **Food Chemistry**, 112, 863-867, 2009.

ALVAREZ-SUAREZ, J. M. TULIPANI, S. DIA, D. ESTEVEZ, Y. ROMANDINI, S. GIAMPIERI, F. DAMIANI, E. ASTOLFI, P. BOMPADRE, S. BATTINO, M. Antioxidant and antimicrobial capacity of several monofloral Cuban honeys and their correlation with color, polyphenol content and other chemical compounds. **Food and Chemical** Toxicology, v. 48, p. 2490-2499, 2010.

ALVES, E.M. **Identificação da flora e caracterização do mel orgânico de abelhas africanizadas das Ilhas Floresta e Laranjeira,** do Alto Rio Paraná. 63 f. Tese (Doutorado em Zootecnia)– Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PA, 2008.

ALVES, T.T.L.; MENESES, A.R.V.; SILVA, J.N.; PARENTE, G.D.L. HOLANDA NETO, J.P. Caracterização físico-química e avaliação microbiológica de méis de abelhas nativas do nordeste brasileiro. **Rev., Verde,** Mossoró, v.6, n.3, p.91-97, 2011.

AOAC. **Official methods of analysis.** Association of Official Analytical Chemists. 15 th. 2.ed, 1990.

AOAC. **Official Methods of Analysis of AOAC International**. 17th. v. II, 2000.

AOAC. **Official Methods of Analysis: Microbiological Methods**. 19th ed, 2021.

ARVANITOYANNIS, I.; KRYSTALLIS, A. Na empirical examination of the determinants of honey consumption in Romania. **International Journal of Food Science and Technology**, 41, p. 1164-1176, 2006.

BATHE, P. K., & SINGH, N. A comparison between Helianthus annuus and Eucapyptus lanceolatu honey. **Food Chemistry,** 67, 389-387, 1999.

BILUCA, F.C; GOIS, J. S. de; SCHULZ, M.; BRAGHINI, F.; GONZAGA, L. V.; MALTEZ, H. F.; RODRIGUES, E.; VITALI, L.; MICKE, G. A.; BORGES, D. L. G.; COSTA, A. C. O.; FETT, R. Phenolic compounds, antioxidante capacity and bioaccessibility of minerals of stingless bee honey (Meliponinae). **Journal of Food Composition and Analysis**, vol. 63, p.89-97, 2017.

BORSATO, D,M; VARGAS,T; KOPP, L; FARRAGO, P. V; ALMEIDA, M. M. de. Physicochemical quality control of bee honeys from Campos Gerais region of Paraná - Brazil. **BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISA E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS**. v.28, n.2, p.205-212, 2010.

BRAGHINI, F. **Estabilidade de méis de abelhas sem ferrão** (Meliponinae spp.) submetidos a diferentes condições térmicas. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis –SC, 2016.

BRASIL. **Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Ministério da Agricultura e do Abastecimento.** Brasília: Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000.

ISBN 978-65-5629-077-5

CRANE., E. **O livro do mel**. São Paulo: Livraria Nobel, 226p, 1985.

CODEX ALIMENTARIUS [CA]. **Commission standards**. Standards for honey, Codex Stan 12-1981, 2001.

LIRA, A. F. SOUSA, J. P. L. M.; LORENZON, M. C. A.; VIANNA, C. A. F. J.; CASTRO, R. N. **Estudo comparativo do mel de Apis mellifera com méis de Meliponíneos.** Acta Vet. Brasílica, v. 8, n. (3), 169- 178, 2014.

MARIA, C. A. B. MOREIRA, R. F. A. **Compostos voláteis em méis florais**. Química Nova, 26, 90-96, 2003.

KERR WE. A importância da meliponicultura para o país. **Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento.**1: 42-44, 1997.

KERR, W. E. CARVALHO, G. A. NASCIMENTO, V. A. **Abelha uruçu: biologia, manejo e conservação.** Belo Horizonte: Fundação Acangaú, 143p, 1996.

MARCHINI, L. C., SODRÉ, G. S., & MORETI, A. C. C. C. **Mel brasileiro: composição e normas.** Ribeirão Preto: ASP, 111p, 2004.

MICHENER, C.D. The Meliponini. In: VIT, P., PEDRO, S.R.M. & ROUBIK, D.W. (Eds.). **Pot-honey: a legacy of stingless bees (pp. 3-17).** New York: Springer, 175 p, 2013.

McGUIRE, R. G. Reporting of objective colour measurements. **Hort Science**, vol. 27, n.12, p. 1254- 1255, 1992.

NOGUEIRA-NETO P. **Vida e criação de abelhas indígenas sem ferrão**. São Paulo, Nogueirapis, 1997.

NOGUEIRA-COUTO, R. H. COUTO, L. A. **Apicultura: manejo e produtos**. (3 ed.). Jaboticabal: Funep, 193p, 2006.

PEREIRA, F.M. LOPES, M.T.R. CAMARGO, R.C.R. VILELA, S.L.O. 2003. **Produção de mel. Embrapa Meio Norte, sistemas de produção,** 3, Versão eletrônica, jul 2003.

RODRIGUES, C. D. **Uso de recursos polínicos, parâmetros físico-químicos e microbiológicos em méis de abelhas Meliponinae (Apidae, Hymenoptera).** (Dissertação Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim – RS, 2016.

ROUBIK DW. **Ecology and natural history of tropical bees.** New York, Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, D.C. NETO, L.G.M. MARTIN, J.N. SILVA, K.F.N.L. **Avaliação da qualidade físico-química de amostras de méis comercializadas na região do Vale do Jaguaribe**-CE. Revista Verde, 4, 21-26, 2009.

SBRT - **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas.** 2009. Produção apícola. Disponível em: http://www.sbrt.ibict.br. Atualizada em 15 ago. 2007. EMBRAPA. 4 p.

ISBN 978-65-5629-077-5

Acesso em: 25 maio 2009.

SEEMANN, P., & NEIRA, M. **Tecnología de la producción apícola.** Valdivia: Universidad Austral de Chile Facultad de Ciencias Agrarias Empaste, 202p, 1988.

SOUSA, J. M. B.; SOUZA, E. L.; MARQUES, G.; BENASSI, M. T.; GULLÓN, B., PINTADO, M. M.; MAGNANI, M. Sugar profile, physicochemical and sensory aspects of monofloral honeys produced by different stingless bee species in Brazilian semi-arid region. **LWT - Food Science and Technology**, 65 p. 645- 651, 2016.

SOUSA, A.A.; AZEVEDO, E.; LIMA, E.E.; SILVA, A.P.F. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Rev. Panamericana de Salud Publica**, Washington, v.31, n.6, p.513-517, 2012.

SOUZA, B. A. **Caracterização físico-química e qualidade microbiológica de amostras de mel de abelhas sem ferrão (Apidae, Meliponinae) do Estado da Bahia, com ênfase em Melipona Illiger,** 1806. (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, Piracicaba –SP, 2008.

VILLAS-BÔAS, J. Manual Tecnológico: **Mel de Abelhas sem Ferrão**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012.

YAMAMOTO, M. BARBOSA, A.A., A. OLIVEIRA, P. E. A. M. de. **A polinização em cultivos agrícolas e a conservação das áreas naturais: o caso do maracujá-amarelo (Passiflora edulis F. flavicarpa Deneger).** Oecologia Australis, 14 (1), p. 174-192, 2010.

WITTER, S. & NUNES-SILVA, P. **Manual de boas práticas para o manejo e Conservação de abelhas nativas (Meliponíneos).** Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

BIOMETRIA DE DOURADOS (*Salminus brasiliensis*) CRIADOS EM TANQUE ESCAVADO

Amanda de Toledo Piza[1]
Inara Fernanda Schabarum Martins[2]
Leticia Beck[3]
André Heitor Costi Neto[4]
Laura Trevisan[5]
Edvaldo Geraldo Junior[6]

Resumo: A biometria é uma das principais ferramentas utilizadas pelo piscicultor para acompanhar desempenho zootécnico dos peixes cultivados em propriedade rural do município de Cascavel – PR. Desta maneira, o presente trabalho objetivou determinar os índices corporais do dourado (*Salminus brasiliensis*) criados em tanque escavado, com aproximadamente 1.054 m2 de lâmina d'água, onde encontram-se alojados cerca de 90 dourados, com peso médio de 0,800 kg cada. O manejo nutricional dos peixes ocorre de maneira natural, *Ad Libitum*, sendo cultivado, no mesmo tanque, espécies forrageiras de peixes para alimentação dos dourados. Para coleta dos dados, foram capturados, mensalmente, de julho a setembro de 2020, exemplares de dourados, para isto, utilizou-se para despesca uma rede arrasto, sendo selecionado, aleatoriamente, dez peixes para realização da biometria. Para o manejo, foi utilizado uma bombona com cerca de 50 L de água e adicionado vinte gotas de óleo de cravo concentrado para a anestesia leve dos indivíduos. Os parâmetros corporais mensurados foram: Comprimento total (CT), Comprimento padrão (CP), Comprimento da cabeça (CC), Altura (ALT), Largura (LARG) e Peso total (PT). Dados sobre biometria de peixes são importantes, pois, contribuem por tornar mais dados disponíveis e podendo ser utilizado para comparação dessa espécie, em diferentes formas de cultivo.

Palavras-chave: Desempenho produtivo. Organismos aquáticos. Piscicultura. Peixes carnívoros.

1 INTRODUÇÃO

O *Salminus brasiliensis*, popularmente mais conhecido como dourado é um peixe carnívoro com hábitos diurnos e sua coloração típica é a cor amarelo-dourada (BRAGA et al., 2007). Nativo da Bacia do Prata, pertence ao gênero *Salminus*, família Characidae, ordem dos Characiformes e classe Actinopterygii (STREIT, 2006).

O dourado vem despertando o interesse dos piscicultores pelo fato de ser um peixe

[1] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Graduado em Medicina Veterinária – Centro Universitário Fag.
[5] Graduado em Química – Universidade Estadual de Ponta Grossa.
[6] Professor Mestre Edvaldo Geraldo Junior do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

muito conhecido na pesca esportiva e pelas características organolépticas que sua carne apresenta, sendo bem aceita pelo mercado consumidor (KUBITZA, 2017), além de possuir inúmeras características favoráveis para sua criação, dentre elas o rápido crescimento, domínio das técnicas reprodutivas, alto valor agregado, rusticidade, fácil adaptação e boa aceitação de alimentação artificial (WEINGARTNER e ZANIBONI FILHO, 2005).

A biometria é uma prática que tem por objetivo acompanhar o crescimento dos peixes ao longo do ciclo de produção, permitindo ajustes e um melhor controle dos lotes produzidos, fornecendo dados importantes para tomada de decisões afim de alcançar os melhores índices produtivos possíveis (EMBRAPA, 2013).

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo coletar dados sobre o desempenho produtivo de dourados criados com alimentação natural em um tanque escavado.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado em uma propriedade rural localizada no interior do município de Cascavel – PR, tendo, o período de coleta dos dados iniciado em julho e finalizado em setembro de 2020, totalizando 92 dias de experimentação.

Para o experimento, foi utilizado um lote de 90 juvenis de dourado (*Salminus brasiliensis*), alojados em um tanque escavado de renovação constante de água, com aproximadamente 1.000 m2 de lâmina d'água, numa densidade de um peixe para cada 11 m2.

O manejo nutricional dos peixes ocorre de maneira natural, *Ad Libitum*, sendo cultivado, no mesmo tanque, espécies forrageiras de peixes para alimentação dos dourados.

Os dados coletados foram: Peso (g), Comprimento total (cm), Comprimento padrão (cm), Altura (cm) e Largura (cm), utilizando uma balança digital alta precisão (0,1 g), uma fita métrica, e um paquímetro graduado em centímetros, respectivamente. Também foram analisados os seguintes parâmetros físicos e químicos da água: temperatura, pH, amônia e oxigênio dissolvido, através do uso de um termômetro a laser digital com infravermelho, um teste de pH para água, um teste de amônia para água e um medidor de oxigênio dissolvido, respectivamente.

Em posse dos dados, foram calculados os índices produtivos dos peixes durante o período experimental. Para tabulação dos dados utilizou-se o programa Microsoft Excel (2013), onde obteve-se a média e o desvio padrão dos dados analisados.

3 RESULTADOS

Os parâmetros químicos e físicos da qualidade água (Temperatura, pH, Amônia, e Oxigênio Dissolvido) demonstraram estarem dentro da faixa recomendada para a espécie (WEINGARTNER e ZANIBONI FILHO, 2005), apresentando as seguintes médias ao longo do experimento: 22 ºC; 6,6; 0,25 ppm; 10 mg/L, respectivamente. Segundo Meurer et al., (2002), os parâmetros químicos, físicos e biológicos da água podem afetar diretamente o desempenho produtivo dos peixes,

ISBN 978-65-5629-077-5

sendo, a temperatura um dos elementos mais determinantes para seu desenvolvimento.

Ao final do período experimental, os animais apresentaram os ganhos de peso e tamanho, conforme descritos na Tabela 1. Este baixo desempenho produtivo pode ser explicado por dois fatores que interferem no crescimento dos peixes, a temperatura e disponibilidade de alimento. A temperatura é um fator que influencia diretamente no desenvolvimento dos animais heterotérmicos, isto ocorre pelo fato da temperatura estar diretamente relacionada ao metabolismo dos peixes, alterando o regime alimentar, o consumo de oxigênio dissolvido e digestibilidade, influenciando significativamente o seu desempenho zootécnico (CAMPANA et al., 1995).

Tabela 1. Médias das biometrias corporais ao longo do experimento.

	PESO (kg)	CT (cm)	ALT (cm)	LARG (cm)
Julho	0,615	38,75	7,75	4,15
Agosto	0,786	44	9,25	5,25
Setembro	1,066	47,5	9,5	5,75

*CT = Comprimento total; ALT = Altura; LARG = Largura.

Outro fator que deve ser levado em conta pelo baixo ganho de peso é o manejo alimentar dos dourados, sendo disponibilizadas, no mesmo tanque, espécies forrageiras de peixes, como lambaris e tilápias, não sendo fornecido ração. Isto impacta diretamente no desempenho zootécnico dos dourados, pelo fato das exigências nutricionais dos peixes serem influenciadas por diversos fatores, entre eles o tamanho do peixe, manejo alimentar, sistema de produção e qualidade da água (PEZZATO et al., 2004).

Devido as inúmeras variáveis existentes, tais como as fases de desenvolvimento, gênero e estádio de maturação sexual, sistemas e regimes de produção e temperatura da água, os estudos sobre o manejo alimentar de peixes acaba se tornando um grande desafio, principalmente pelo fato da diversidade de hábitos alimentares, necessidades fisiológicas e nutricionais que as espécies apresentam (FRACALOSSI et al., 2012). Por esse motivo, dados sobre nutrição de peixes ainda é pouco preciso e escasso, quando comparado com os demais animais produzidos, onde já se possui inúmeras informações sobre as necessidades nutricionais.

Tabela 2. Médias das biometrias iniciais e finais dos dourados.

PARÂMETROS	INICIAL	FINAL	DESVIO PADRÃO
Comprimento Total (cm)	38,75	47,5	± 6,18 cm
Peso (g)	0,615	1,066	± 0,32 g
Altura (cm)	7,75	9,5	± 1,24 cm
Largura (cm)	4,15	5,75	± 1,13 cm

Assim sendo, a biometria apresenta ser uma ferramenta valiosa, podendo ser usado para avaliar as diferentes condições de alimentação, densidade, clima, forma de estocagem e condições ambientais no índice corporal da espécie, onde o fator de condição, as relações entre o peixe e o ambiente implicam diretamente sobre os seus

ISBN 978-65-5629-077-5

índices corporais (GOMIERO e BRAGA, 2003; TAVARES-DIAS et al., 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biometria se mostrou uma importante ferramenta para avaliar o desempenho produtivo dos peixes durante o período de cultivo. Sendo assim, o presente estudo demonstrou que o desenvolvimento dos dourados durante o período da pesquisa se apresentou de forma linear crescente, mesmo que de forma tímida os dados se revelaram positivos uma vez que os animais ganharam peso, mesmo sendo disponibilizado somente alimentação natural. Mesmo assim, vale salientar que os peixes não atingiram o máximo de seu potencial de desempenho, visto que não estavam em seu conforto térmico ideal e não receberam ração.

REFERÊNCIAS

BRAGA, L. G. T.; BORGHESI, R.; DAIRIKI, J. K.; CYRINO, J. E. P. Trânsito gastrintestinal de dieta seca em *Salminus brasiliensis*. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 131-134, jan. 2007.

CAMPANA, S. E.; MOHN, R. K.; SMITH, S. J.; CHOUINARD, G. A. Spatial implications of a temperature-based growth model for Atlantic cod (*Gadus morhua*) off the eastern coast of Canada. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, v.52. p. 2912-2914, jan.1995.

EMBRAPA. LIMA, A. F.; SILVA, A. P. da; RODRIGUES, A. P. O.; BERGAMIN, G. T.; TORATI, L. S.; PEDROZA FILHO, M. X.; MACIEL, P. O. **Biometria de peixes: piscicultura familiar**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/93125/1/Biometria.pdf> Acesso em: 30 ago.2020.

FRACALOSSI, D.M.; RODRIGUES, A.P.O.; SILVA, T.S.C.; CYRINO, J.E.P. Técnicas experimentais em nutrição de peixes. In: FRACALOSSI, D.M. e CYRINO, J.E.P. (Eds.). **Nutriaqua: nutrição e alimentação de espécies de interesse para a aquicultura brasileira**. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2012. cap.3, p.37-63.

GOMIERO, L. M.; BRAGA, F. M. S. Relação peso-comprimento e fator de condição para
Ciclha ocellaris e *Cichla monoculus* (Perciformes, Cichlidae) no reservatório de Volta Grande, Rio Grande MG/SP. **Acta Scientarium: Biological Sciences**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 79-86, 2003.

KUBITZA, F. **Dourado, uma espécie que merece atenção.** Disponível em: <https://panoramadaaquicultura.com.br/dourado-uma-especie-que-merece-atencao/> Acesso em: 02 jun.2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

MEURER, F. Produção de Tilápias. In: XXIII Congresso paranaense dos estudantes de zootecnia e XVIII semana da zootecnia, 2002, Maringá. **Anais…** Maringá: 2002.

PEZZATO, L. E. et al. Nutrição de Peixes. In: CYRINO, J.E.P. et al. (Ed.). **Tópicos especiais em piscicultura de água doce tropical intensiva.** São Paulo: Tec Art, 2004. p.75-169.

STREIT A.A.R. **Efeito da exposição crônica a amônia (NH3) no crescimento e nas Aminotransferases de juvenis de dourado** *Salminus brasiliensis***.** 2006. 34f. Dissertação (Mestrado em aquicultura) Centro de ciências agrárias - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TAVARES-DIAS, M.; MARCON, J. L.; LEMOS, J. R. G.; FIM, J. D. I.; AFFONSO, E. G.; ONO, E. A. Índices de condição corporal em juvenis de *Brycon amazonicus* (Spix & Agassiz, 1829) e *Colossoma macropomum* (Cuvier, 1818) na Amazônia. **Boletim do instituto de Pesca**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 197-204, 2008.

WEINGARTNER M.; ZANIBONI FILHO E. Dourado. In: BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L.C. **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. Santa maria: UFSM, 2005. p.257-281.

ISBN 978-65-5629-077-5

BUBALINOCULTURA LEITEIRA: PERSPECTIVAS E MERCADO CONSUMIDOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE ORIGEM ANIMAL.

Amanda de Toledo Piza[1]
Edvaldo Geraldo Junior[2]

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar o leite de búfala como alternativa para produtos lácteos e o mercado promissor da bubalinocultura leiteira. A partir dos resultados obtidos em pesquisa na literatura científica, pode-se afirmar que o leite de búfalas possui características especiais, destacando-se como matéria-prima ideal para a elaboração de diversos tipos de queijo, em particular, a tradicional mozzarella. Atualmente, o leite pasteurizado de búfalas não é comercializado no varejo, diferentemente do leite de vaca (bovinos), que já tem toda cadeia produtiva estruturada em todo território nacional. Bubalinos possuem alta capacidade de adaptação aos diversos climas podendo ser criado em todo território nacional. Desta maneira, este trabalho destaca o oportuno mercado para o leite de búfala e atendimento da demanda de consumidores de produtos orgânicos de origem animal.

Palavras-chave: Bubalinocultura. Qualidade. Leite de búfala. Orgânico.

5 INTRODUÇÃO

A criação de bubalinos tem como objetivo a produção de carne e leite, sendo a bubalinocultura de leite a atividade mais praticada atualmente, rebanho de grandes e pequenos produtores buscam novas medidas a fim de aumentar produção, com regularidade na oferta de matéria-prima, aprimoramento em biotecnologias e bom manejo do rebanho (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Segundo Marques (1998), os bubalinos possuem alta capacidade de adaptação aos diversos climas, favorecendo a produção de leite e apresentação das características singulares que o leite de búfala apresenta.

Em Marques (1998) são as características físicas e químicas do leite que alavancou o desenvolvimento de produtos já ditos tradicionais, atendendo a demanda nacional em derivados de leite de búfala, como: mozzarellas, queijo frescal e requeijão, sendo estes constantemente produzidos durante o ano.

Conforme Verruma e Salgado (1994) os elevados teores nutricionais significativos para elaboração dos produtos lácteos, correlacionam a importância do leite de búfala quanto a inclusão deste na alimentação humana em dietas calórica-proteica. Além de ser rico em nutrientes essenciais, necessita de procedimentos tecnológicos para possibilitar a garantia da integridade dos derivados (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Sendo a qualidade do leite o fator de impulso para industrialização, valor de venda ao consumidor e viabilidade de produção, a bubalinocultura tem apresentado crescimento no Brasil, principalmente pelo fato do mercado se apresentar disposto em conhecer novos produtos e derivados, mesmo ainda não apresentando legislação federal específica para regularização do padrão de qualidade do leite de búfala e

[1] Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Professor Mestre Edvaldo Geraldo Junior do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

derivados (ANDRADE, 2015).

A oportunidade em questão é vinculada aos produtos orgânicos, na legislação brasileira, lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, o produto orgânico é aquele que se apresenta *in natura* ou processado, sendo obtido de processos extrativistas sustentáveis e não prejudiciais ao ecossistema local.

Diante disso, (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, promove desenvolvimento de estudos, vinculando a bubalinocultura a este tipo de criação, almejando assim, novas oportunidades de negócios para a bubalinocultura de leite.

O objetivo deste estudo é contextualizar a bubalinocultura leiteira no Brasil, destacando a produção de leite no atendimento de consumidores dos produtos orgânicos de origem animal.

6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Marques (1998), existem poucas referências históricas para o ancestral do búfalo doméstico (*Buhalus bubalis*) é o Arni (*Bubalus amee*), no qual é conhecido como búfalo selvagem indiano, provavelmente do norte da Índia ou do sul da África. Sendo o gênero *Bubalus* o qual dá origem á espécie *Bubalus bubalis*.

Sendo que em Marques (1998), os búfalos (*Bubalus bubalis*) tem sua origem no continente asiático e a sua introdução no Brasil iniciou-se no final do século XIX. Atualmente, em território nacional, representam 1.434.141 de cabeças, sendo que até 2019, totalizavam no Paraná 35.518 cabeças (IBGE,2019).

Em Marques (1998) bubalinos são animais encontrados no mundo todo, em áreas frias com neve e até mesmo em áreas quentes, com temperaturas em torno de 40ºC, são animais de boa qualidade em adaptação climática.

Explica Marques (1998) mesmo sendo um animal que possui menos glândulas sudoríparas por unidade área do corpo, conseguem regular sua temperatura quando são fornecidos refúgio com sombra, além da característica quanto boa adaptação em variações climáticas, temos sua rusticidade, podendo seu custo ser menor que do zebuíno, melhor aproveitamento, mesmo com forragens de qualidade inferior, pois são menos seletivos quanto alimentos.

Outra questão levantada por Marques (1998) búfalos são animais que possuem marcante resistência a parasitas e doenças, o seu temperamento dócil, facilita o manejo e domesticação do animal durante toda fase de produção.

No Brasil são reconhecidas quatro raças de búfalos: mediterrâneo, murrah, jafarabadi e carabao. Sendo a raça murrah, destacada pela sua alta produção de leite na (ABCB) Associação Brasileira de Criadores de Búfalo, sendo apresentada na figura 1, a seguir.

Figura 1 – caracterização da raça bubalina murrah.



Fonte**:** ABCB, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Andrade (2015) a bubalinocultura pode apresentar semelhantes problemas sanitários que a bovinocultura. Mesmo não apresentando padrão de qualidade, apresentam baixa quantidade de células somáticas (CSS) em comparação com vacas leiteiras.

Em Marques (1998) bubalinos normalmente apresentam de forma mais branda as mesmas doenças apresentadas em bovinos. São animais possuem superioridade em resultados de produção, podem atingir 500 kg aos dois anos de idade, em pastagem nativas ou cultivadas, fêmeas em regime de pasto e sem suplementação, conseguem apresentar média de 5L/fêmea/dia. Sendo o leite produto de destaque em rendimento e transformação em subprodutos.

Conforme Andrade (2015) bubalinocultura é constantemente comparada a bovinocultura, especialmente a qualidade do leite, índices zootécnicos, são ainda utilizados como base os parâmetros oriundos dos sistemas de produção de bovinos. O leite de búfala apresenta características que se diferenciam de outros leites, são seus valores lipídeos, lactose, sólidos totais e proteínas de grande importância nutricional (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Em Andrade (2015) as diferenças do leite de búfala já são apresentadas desde o colostro. É um leite no qual possui alto valor biológico e equilibrada composição de nutrientes. As vantagens do leite bubalino, é apresentado tanto em Verruma e Salgado (1994) quanto Cunha (2019) o perfil nutricional elevado, mais de 25,5% de aminoácidos essências são apresentados no leite de búfala comparado com leite de vaca.

Em Verruma e Salgado (1994) o leite de búfala possui níveis maiores de gordura, sólidos totais de grande interesse na produção de laticínios, resultando em otimização de rendimento, possui também níveis maiores de calorias, vitamina A e cálcio, essa relação é apresentada conforme tabela 01, a seguir.

Tabela 1 – composição química dos leites

Parâmetros determinados	Leites	
	Búfala	Vaca
Umidade (%)	83,00	88,00
Gordura (%)	8,16	3,68
Proteína (%)	4,50	3,70
Cinzas (%)	0,70	0,70
Extrato seco total (%)	17,00	12,00
Vitamina A (U.I.)	204,27	185,49
Calorias por 100ml	104,29	62,83

Fonte: Verruma e Salgado, 1994.

Em Verruma e Salgado (1994) este leite tem níveis de garantia nutricionais mantida mesmo em consumo na forma *in natura* como na elaboração de produtos lácteos. É um leite bem concentrado, possui menos água e mais sólidos. Inclui o sabor mais doce. Os valores mais altos de gordura (8,16%) e proteína (4,50%), favorecem na produção de derivados, além do sabor e textura. Os lipídeos apresentados no leite, são ácidos graxos essenciais ao organismo. Proporção de ácido graxo saturado e polinsaturado é considerada em quantidade satisfatória nutricionalmente (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

ISBN 978-65-5629-077-5

O sabor peculiar doce do leite de búfala, é explicado na pesquisa realizada pelo (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, por possuir alto teor de lactose, leite de búfala apresenta sabor adocicado.

O leite de búfala se apresenta na cor branca, por não possui o precursor da vitamina A, o betacaroteno, leite de búfala apresenta a forma pura da vitamina A. Mesmo que não apresente o beta caroteno, em sua composição química, isso só reflete na questão da cor do leite, ser especificamente branco, no qual não interfere no seu valor nutricional (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Outra característica peculiar do leite de búfala é explicada em Cunha (2019) cerca de 25 a 30% do total de proteína do leite de búfala é beta-caseína A2. Isso traz sua característica ser mais digerível quando comparado ao leite de vaca, que possui tanto beta-caseína A1 quanto beta-caseína A2. Sendo oportuno o leite de búfala na introdução alimentar, para aqueles que possuem sensibilidade a beta caseomorfina A7 (BCM-7), produto da digestão da beta-caseina A1, evitando os efeitos confundidos com intolerância a lactose.

O leite de búfala apresenta dobro de acido linoléico conjugado (CLA) (0,12g/100g) quando comparado ao leite de vaca. o benefício desta substância é a questão de ser anticancerígena, redução de tumores, atua com efeitos secundários da obesidade, arteriosclerose e diabete. Composição do leite apresenta nutrientes essências para dieta humana, a flora microbiana natural faz com que o produto necessite de procedimentos tecnológicos, para garantir a integridade dos produtos derivados deste leite (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Em Andrade (2015) micelas de caseína do leite de búfala, promove menor retenção de água na produção de coalhada, por serem micelas maiores do que as encontradas no leite de vaca, isso é observado também para o maior rendimento industrial.

Níveis de carboidratos são de 4,55% em média, acidez titulável variam devido ao excesso de forragem grosseira, silagens de baixa qualidade, média apresenta 17,89 ºD, pode ser associada a proliferação microrganismos patogênicos presentes no leite. O pH é considerando dentro do ideal, sendo 6,48. O pH é um oportuno indicador no parâmetro de qualidade sanitária e estabilidade térmica do leite (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Um produto de leite de búfala considerado tradicional e representa ingrediente exclusivo para sua produção, a mozzarella de búfala, com origem na Itália, no século XVI, a (ABCB) Associação Brasileira de Criados de Búfalo criou no Brasil o Selo de Pureza 100% Búfalo, no qual presa a identificação de mozzarella produzida somente com leite de búfala, evitando falsificação do produto, além disso é divulgado pela associação uma lista de laticínios participantes do selo de pureza, associando a isso confiança e tradição.

No mercado laticínio, o leite de búfala não possui uma ampla gama de produtos na prateleira dos mercados, conforme a (ABCB) Associação Brasileira de Criados de Búfalo sendo os mais produzidos queijos frescos, ocorre abertura de desenvolvimento de outros produtos para mercado consumidor doméstico. Para Andrade (2015) o impulso de novos consumidores em produtos lácteos é devido as informações nutricionais e funcionais diferenciadas do leite de búfala.

O leite de búfala se apresenta em um mercado ainda não totalmente explorado, (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, há 25 anos estuda a bubalinocultura como opção para criadores no estado do Paraná, com desenvolvimento de tecnologia para produção, visando mais um nicho de mercado, ofertar produtos para consumidores de

ISBN 978-65-5629-077-5

alimentos orgânicos e de origem animal.

De acordo com Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, é considerado produto orgânico aquele que se apresenta *in natura* ou processado, sendo obtido de processos extrativistas sustentáveis e não prejudiciais ao ecossistema local, prestando o sistema orgânico de produção agropecuária.

Complementa José Lino Martinez, pesquisador do (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, Curitiba e capitais do Sul e Sudeste, ser crescente o interesse por produtos derivados do leite de bubalinos. Quantidade de produtores no Paraná ainda é considerada pequena, refletindo em baixa escala de produção e vinculam utilização de leite de vaca em atividades fraudulentas de adulteração, na ausência do leite de búfala como matéria-prima no atendimento da demanda da produção.

Ainda o (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, alerta sobre a baixa valorização do produtor no mercado, apresentando necessidade de atuação em cooperativas, desenvolvimento preço dos produtos que possam equivaler a qualidade superior dos derivados de leite de búfala, ressaltam que na Itália produtores recebem três vezes mais, comparado ao preço aplicado no leite de vaca.

Para Andrade (2015) a ausência de legislação federal específica que possa regularizar o padrão de identidade e qualidade do leite e derivados, é evidenciado a necessidade do desenvolvimento para implementação, avaliação da sanidade e da qualidade higiénico sanitária da produção no Brasil. Para desvincular aos parâmetros utilizados da bovinocultura para bubalinocultura, os parâmetros de qualidade são requisitados para controle e identificação de falhas no manejo, categorização de qualidade e valorização de matéria-prima para desenvolvimento e produção de subprodutos do leite de búfala.

Em Verruma e Salgado (1994) a criação de búfalos no qual visa a produção leiteira, se fortalece na importância do leite na alimentação humana com a produção de alimentos calóricos-proteicos, também pelo conhecimento prévio do leite possuir elevado teor de sólidos totais, visado em alto rendimento de fabricação de subprodutos, vinculam também a isso, a cultura de animais bubalinos no qual se adaptam em regiões limitantes para bovinos.

Para o (IAPAR) Instituto Agronômico do Paraná, afirmam que o leite de búfala seja destinado a produção de derivados, por seu alto rendimento possibilita o aproveitamento do alto teor proteico e gordura que o leite de búfala proporciona. Diante do aumento da procura, realizam projeto de pesquisa que visa orientar e principalmente incentivar produtores para produção agroecológica, proporcionar novo nicho de mercado, desta forma projetam o aumento da demanda de subprodutos de leite de búfala.

Em EMBRAPA (2015), com elaboração da caracterização de consumidores de leite de búfala em feiras do Rio Grande do Sul, a maioria dos entrevistados informaram a falta de oportunidade a principal questão quanto não o consumo de produtos bubalinos. Sendo os supermercados o principal local ideal para compra dos produtos. Ainda direcionam a falta de publicidade e divulgações sobre as qualidades do leite de búfala, para assim aumentar a demanda do produto.

Para atingir as perspectivas que o mercado orgânico, são necessárias melhorias em nutrição animal, resultar em melhor qualidade nutricional e segurança alimentar, com fornecimento de forragens com valores nutricionais elevados, pois é importante evitar o uso de suplementos, os quais não são permitidos na produção de alimentos orgânicos (SILVA; ROCHA; DIAS; BENTO, 2018).

Rebanho de grandes e pequenos produtores buscam novas medidas a fim de

ISBN 978-65-5629-077-5

aumentar produção, com regularidade na oferta de matéria-prima, aprimoramento em biotecnologias e bom manejo do rebanho. O leite de búfala é visto como oportuno para desenvolvimento de novos produtos para o mercado, ser competitivo e assim aumentar a procura por esses derivados. Sendo a qualidade do leite o fator de impulso para industrialização, para preços ao consumidor e viabilidade de produção (FIGUEIREDO; LOURENÇO JUNIOR; TORO, 2010).

Em Rosa et al. (2007) É afirmado que o búfalo é um animal promissor na produção de leite, mas ainda pouco explorado, supõe por falta de tradição e conhecimento dos brasileiros nesta criação. Seria oportuno trazer ciência aos produtores das habilidades destes animais em produzir leite de qualidade, apresentando excelente adaptação no Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das características apresentadas do leite e com relação a produção de derivados, como a mozzarella, o sistema de produção de leite de búfala é efetivo, devido ao rendimento do produto por sua característica de alto teor de gordura e proteína.

A bubalinocultura ainda é carente de parâmetros e pesquisa para avanço de seu segmento, se apresenta ainda dependente e vinculada a bovinocultura. A autenticidade do leite ainda não é difundida no segmento, o seu alto valor nutritivo e rendimento industrial é seu maior potencial para competir nas exigências do mercado e concorrência láctea, sendo este o que tem apresentado incentivo para procura do leite de búfala pelo mercado consumidor, mas ainda necessita de estratégias comerciais para sua consolidação.

Desta forma, ainda em pouca evidência do leite de búfala no mercado, sendo única via que interliga o leite de búfala ao consumidor final, se baseia na busca do próprio consumidor, pelas características nutricionais a qual ele reconhecer, cabendo ao produtor referir-se à produção na alta transformação em subprodutos lácteos, não resultando na valorização devida ao leite de búfala diante do seu potencial em novo nicho de mercado.

Um alerta sobre ações de fraude com adulteração dos produtos com leite de vaca para atender a demanda da produção, reflete na necessidade de incentivo socioeconômico da bubalinocultura. Outro fator de carência, é a inexistência de legislação federal especifica com padrões para o leite de búfala e derivados, sendo oportuna tal desenvolvimento e aplicação, possivelmente resultaria na conformidade e fortalecimento do produto na competição com outros insumos lácteos de origem animal.

Com relação ao valor econômica produção de leite tem potencial na disponibilização de produtos para lacticínios especializados. Sendo indispensável aplicação futura de política de pagamento do leite de búfalas, por sua qualidade diferenciada, é sugerido a possibilidade de impactar em mudança de cenário económico dos produtores, não sendo descartado o vínculo de outras ferramentas para aprimoramento da qualidade e lucratividade, como por exemplo o melhoramento genético.

Sendo assim, a representatividade da qualidade do leite de búfala nas prateleiras do mercado precisa ser vinculada á valorização estratégica ao novo nicho de mercado, no atendimento do público-alvo, associação dos produtores de bubalinos á cooperativas que incentivem o agronegócio e indústrias alimentícias.

ISBN 978-65-5629-077-5

Diante disso, além do estabelecimento de preço para sua valorização no mercado, leite de búfala é oportuno para desenvolvimento de produtos e subprodutos inovadores. Novas opções nas prateleiras do mercado consumidor doméstico, vincular a indústria alimentícia aos consumidores que visam qualidade de leite tipo A2 e produtos orgânicos, aquecer o mercado para novas oportunidades de negócio. Vital para leite de búfala ser promissor, é obter reconhecimento de suas qualidades e fortalecer o elo econômico entre produtores, fornecedores e clientes fiéis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. D. **Qualidade do leite de búfala** *(Bubalus bubalis)* **suplementada com selênio**. 2015. 50f. Dissertação (Mestrado em Produção Animal) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Associação Brasileira de Criadores de Búfalo - ABCB. Disponível em:< ABCB | Associação Brasileira de Criadores de Búfalo (bufalo.com.br)>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2003.

CUNHA, L. A. **Qualidade do Leite de Búfala e benefícios à saúde**.USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, 2019. Disponível em:< qualidade-do-leite-de-bufala-e-beneficios-a-saude.pdf (usp.br)>. Acesso em: 01 jun. 2021.

EMBRAPA. ZANELA, M. B; KOLLING, G. J.; FERNANDEZ, V. N. V. Caracterização do Perfil do Consumidor de Leite de Búfala em Feiras no Rio Grande do Sul. Embrapa Clima Temperado, Circular Técnica, 163. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2015.

FIGUEIREDO, E. L.; LOURENÇO JUNIOR, J. B.; TORO, M. J. Caracterização físico-química e microbiológica de leite de búfala "in natura" produzido no estado do Pará. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial.** ISSN: 1981-3686. v. 04, n. 01: p. 19-28, 2010. D.O.I.: 10.3895/S1981-36862010000100003

Instituto Agronômico do Paraná - **IAPAR**. Disponível em: <Agricultura: Iapar estuda produção de leite de búfala no sistema orgânico - Agência Estadual de Notícias (aen.pr.gov.br)> Acesso em: 07 set. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Produção agropecuária, 2019. Disponível em: < Produção Agropecuária no Paraná | IBGE>.Acesso em: 22 set. 2021.

MARQUES, J.R. F. **Criação de búfalos**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI; Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1998.

ROSA, B. R. T. et al. Introdução de búfalos no Brasil e sua aptidão. **Revista científica eletrónica de medicina veterinária**. ISSN 1679-7353. V4. n. 08, jan. 2007. Disponível

ISBN 978-65-5629-077-5

em: < Microsoft Word - INTRODUÇÃO DE BÚFALOS NO BRASIL E SUA APTIDÃO LEITEIRA.doc (revista.inf.br)>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVA, T. K. A.; ROCHA, E. H. F.; DIAS, A. K.; BENTO, L. S. Z. Composição centesimal do leite de búfalo orgânico. In: VI SIMPÓSIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR. 2018. Gramado. **Anais…** Gramado: FAURGS, 2018.

VERUMA, M.R.; SALGADO, J.M. Análise química do leite de búfala em comparação ao leite de vaca. **Scientia Agricola**. v. 51, n. 1, p. 131-137. Abr. 1994. Epub 27 Jul 2005. ISSN 1678-992X. https://doi.org/10.1590/S0103-90161994000100020.

ISBN 978-65-5629-077-5

EFEITO DO TAMANHO DE PARTÍCULAS DA DIETA TOTAL DE VACAS LACTANTES

Amanda Cordeiro da Silva[1]
Millene Luyze Osovski[2]
Nahyara Jane Sost dos Santos[3]
Edvaldo Geraldo Junior[4]

Resumo: A eficiência na produtividade de ruminantes, esta diretamente ligada à nutrição oferecida aos animais. Algo importante a ser levado em consideração na formulação de dietas para bovinos é a ingestão de matéria seca, para que ocorra uma maximização na produção bovina, são necessários que haja uma densidade adequada de energia, os animais precisam de uma quantidade mínima de fibra para garantir ruminação e produção de saliva necessária. Na nutrição usamos o termo dieta ou ração para designar tudo o que o animal consome em 24 horas. Fibra fisicamente efetiva (peNDF), significa à fração de alimento que irá causar estímulo para o animal ruminar, é referente as características físicas da fibra, como o tamanho das partículas. A qualidade e seu tamanho de partícula vão estar ligados em manter atividade de mastigação, regulação fermentativa do rúmen e o índice de gordura do leite. O presente trabalho tem como objetivo relatar a importância do tamanho adequado das partículas visando o aumento da eficiência produtiva.

Palavras-chave: Ruminantes. Partícula. Dieta.

1 INTRODUÇÃO

A eficiência na produtividade de ruminantes, esta diretamente ligada à nutrição oferecida aos animais (COLEMAN; MOORE, 2003). Os alimentos ofertados devem ser compostos de nutrientes em qualidade e quantidade corretas, para que os animais consigam demonstrar suas funções, dependendo do seu estado fisiologico e de produção, como também fatores externos que possam influenciar o mecanismo (RIBEIRO, 2015).

Algo importante a ser levado em consideração na formulação de dietas para bovinos é a ingestão de matéria seca, visto a ligação entre a produção e reprodução dos animais. Estas dietas são baseadas na quantidade de forragens ricas em fibra detergente neutro (FDN). Um índice bom de FDN pode garantir um aporte nutricional para os microorganismos do rúmen e assim possibilitar uma fermentação adequada ao ruminante. Em contradição pode causar dimuição no consumo de alimento, já que vai permanecer mais tempo no ambiente ruminal (BEZERRA *et al*., 2002).

Animais de alta produção necessitam de dietas que maximizem a ingestão de energia e a síntize microbiana, sendo necesário alimentos altamente fermentativos como fonte de energia para a microorganismos do rúmen (BEZERRA *et al*., 2002).

Amido e açúcar são relativamente mais fermentaveis que a fibra, sendo assim

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Professor Mestre Edvaldo Geraldo Junior do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

quanto menor o nível de fibra da dieta, maior o conteúdo em energia fermentavel (ALLEN,1996).Para que ocorra uma maximização na produção bovina, são necessários que haja uma densidade adequada de energia, os animais precisam de uma quantidade mínima de fibra para garantir ruminação e produção de saliva necessária (SUDWEEKS *et al.,* 1981). Dietas com adequados níveis de energia para animais de elevada produção, necessitam ser balanceadas como rações com alto niveis de grãos e baixo índice de fibra (STOKES, 1997), podendo ocorrer complicações como acidose, Cetose, redução de gordura do leite e laminite (SHEARER, 1996).

A forma física da ração vai váriar com o tipo de processamento da matéria prima utilizada, já que o tamanho de partícula pode variar. Se o tamanho de partícula for muito pequeno o nível de fíbra do rúmen não é atendido, em contra partida a produção de saliva diminui e consequentemente o ph ruminal também. O tempo de ruminação vai determinar a capacidade de tampão do alimento (HUTJENS, 2008; BAILEY; BALCH, 1961).

Fibra fisicamente efetiva (peNDF), significa a fração de alimento que irá causar estímulo para o animal ruminar (MERTENS, 1997), é referente as características físicas da fibra, como o tamanho das partículas (HUTJENS, 2008). O presente trabalho tem como objetivo relatar a importância do tamanho adequado das partículas visando o aumento da eficiência produtiva.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com os avanços tecnológicos e a diferenciação dos métodos de trabalho, como uso de programas de vacinação, inseminação artificial, a melhoria do ambiente em que o animal de encontra, assim como uso de práticas de bem estar animal, em conjunto com novas tecnologias de nutrição, que permitem uma boa fermentação ruminal (HUTJENS, 2008), crescerá ainda mais esse setor agrícola. Desta forma, se torna indispensável o trabalho do médico veterinário, na gestão e auxílio ao produtor para que seja possível uma produção com eficácia e rentável (PEREIRA, 2010).

Os ruminantes, diferente de outros animais conseguem digerir muito bem alimentos fibrosos, pelo fato de possuirem microorganismos que conseguem produzir enzimas que fazem a digestão dessa fibra (RUSSEL; RICHLIK, 2001). O valor de pH considerado ótimo no rúmen esta entre 6,0 e 6,3. Microoganismos que fazem a digestão da fibra se favorecem em um pH em 6,0 e 6,8, mas as bactérias ruminais que fazem a digestão de açucares não estruturais se situam em um pH entre 5,5 e 6,0 (HUTJENS, 2008). Entre os fatores que influenciam no pH ruminal podemos citar: a quantidade de forragem na ração, o formato da ração, ingestão de alimentos, umidade do alimento e método de arraçoamento (PEREIRA, 2010).

Os valores gastos com alimentação são apoximadamente 50% do valor total de produção. Sendo assim é importante analisar o quanto eficiênte a produção se encontra, analisando aspectos como a qualidade do leite, saúde, reprodução e bem estar dos animais. Para se obtiver uma exploração lucrativa é preciso que o produtor utilize animais com bons índices zootecnicos e submeta-o a uma nutrição adequada para se obter uma produção que seja economicamente rentável (MOREIRA *et al*., 2001).

Na nutrição usamos o termo dieta ou ração para designar tudo o que o animal consome em 24 horas. Dieta total ou TMR-Total Mixed Ration, é uma mistura de forragens com concentrados e vem sendo muito utilizado quando se fala em animais

ISBN 978-65-5629-077-5

de alta produção (VAN SOEST, 1994). Como ocorre uma mistura de forma homogênea, também ocorre uma fermentação ruminal mais regular, trazendo um melhor proveito dos nutrientes. Esta técnica causa menos seleção do alimento pela vaca, que ocorre mais quando são alimentadas com ingredientes ofertados separadamente (PESSOA *et al*., 2004).

3 ANATOMIA E DINÂMICA DO APARELHO DIGESTIVO

Diferente dos animais de estômago simples, os ruminantes tem a capacidade de atravéz da fermentação, fazer a digestão de carboidratos complexos. As bactérias se ligam as partículas dos alimentos, fazendo a quebra das ligações, produzindo ácidos graxos voláteis, que juntamente com a amônia e água passam a parede ruminal até chegar à corrente sanguínea. Toda a estrutura estomacal da vaca leiteira permite-a transformar alimentos de baixa qualidade em produto lácteo de alta qualidade (HUTJENS, 2008).

O rúmen forma cerca de 65% do estômago da vaca leiteira, funcionando como um reservatório de alimento para que ocorra a fermentação microbiana (HUTJENS, 2008). Na parede interna do rúmen há projeções denominadas papila ruminal, que aumentam a área de absorção de nutrientes (HUTJENS, 2008). No omaso ocorre a absorção de alguns nutrientes e água (PEREIRA, 2010).

Já no abomaso ou "estômago glandular", o alimento é dividido em partículas menores atravéz de enzimas digestivas (HUTJENS, 2008). O intestino delgado é dividido em duodeno, jejuno e ílio, onde a secreção de enzimas que vão fazer a conversão de macromoléculas em aminoácidos, açúcares simples e ácidos gordos. Depois ocorre a absorção destes nutrientes através das vilosidades da parede do intestino, percorrendo até o sangue ou a línfa (PEREIRA, 2010). No intestino grosso ocorre a absorção de água e ácidos gordos voláteis, também a fermentação de fibras e amidos ainda não digeridos, mas sem a digestão e absorção de proteina microbiana, sendo eliminada nas fezes do animal (HUTJENS, 2008).

No rúmen ocorrem às chamadas contrações ruminais que fazem com que ocorra a mistura do conteúdo do rúmen, fazendo com que a flora bacteriana consiga entrar em contato com o alimento, também permite o fluxo de partículas densas e pequenas até o retículo e que partículas longas consigam subir até a superfície do conteúdo ruminal para que ocorra a fermentação. Uma vaca de leite tem em média duas contrações ruiminais por minuto (PEREIRA, 2010).

A vaca de leite reserva de 8 á 10 horas para ruminar, quando não estão comendo ou sendo ordenhadas pelo meno 60% das vacas devem estar ruminando, sendo que esse alimento deve ser mastigado 50 vezes antes do animal engolir de novo (HUTJENS, 2008). Este valor indica o correto tamanho de partículas do alimento (PEREIRA, 2010).

A ruminação é constituida por quatro fazes, sendo que na primeira ocorre a regurgitação, quando o alimento chega novamente na boca ocorre à segunda fase, onde ocorre a mastigação para que as partículas fiquem menores, sendo levadas então ao rúmen. A terceira fase é a resalivação para estabilização do pH do rúmen e a quarta fase o animal engole o material (HUTJENS, 2008).

Segundo Hutjens (2008), as partículas pequenas e densas deixam o rúmen em direção ao retículo e as partículas maiores irão flutuar na superfície do conteúdo ruminal, fazendo uma estimulação de mais períodos de ruminação. Através da fermentação é produzido o gás metano, dióxido de carbono, entre outros que devem

ISBN 978-65-5629-077-5

ser excretados. Normalmente a distenção causada por estes gases, irá estimular a contração ruiminal, causado à liberação da região esofágica. Caso contrário, poderá ocorrer formação de espuma pelo gás que se acumula, podendo causar timpanismo.

4 DIETA TOTAL

Misturas completas ou rações totais tem origem na frase da língua inglesa Total mixed rations (TMR), que significa mistura dos ingredientes volumosos e concentrados de modo uniforme, o suficiente para atender às exigências da categoria em questão (CAMPOS, 2009). Este tipo de dieta garante um fornecimento homogêneo e que deve conter todos os nutrientes balanceados igualmente ao grande número de animais (PESSOA *et al*., 2004). Um grande obstáculo em formulação de dietas para vacas leiteiras de alta produção é conseguir deixar uma densidade energéica alta com um adequado teor de fibra na ração para manter uma saúde ruiminal e um bom índice de gordura no leite (CAETANO, 2014).

O tempo e qualidade de mistura irão influenciar na ingestão da dieta, podendo os animais não ingerir a mesma quantidade de alimento ou fazendo com que ocorra seleção de ingredientes (ZABELI *et al*., 2012). Heinrichs *et al*. (1999) avaliou o efeito do tempo de mistura na redução do tamanho de partícula no TMR e relatou que deve-se ter cuidado com excessivos processos de mistura, pois podem reduzir muito o tamanho das partículas, conduzindo a um aumento de distúrbios metabólicos.

5 FIBRA

Ao se falar de nutrição de ruiminantes a quantidade e qualidade de forragens deve ser análisada para atender as exigências nutricionais e de fibra (NETO, 2011). Quando nutrimos os bovinos com forragens devemos considerar a interação de constituintes das plantas e da flora ruminal (VIEIRA *et al*., 2000). Há uma ánalise que quantifica a fibra baseando-se no tratamento com detergente neutro (FDN). A fração que correspode a parede celular, como celulose, hemicelulose e lignina representam a fibra insolúvel em detergente neutro, a FDN pode limitar o consumo de matéria seca e energia dependendo tanto de sua quantidade como de sua digestibilidade (PELEGRINO, 2008).

A porcentagem de fibra que compõe a ração ofertada aos animais vai estar correlacionada com o consumo do alimento. Fator que irá estar ligado à produção de leite, gordura presente no leite, ganho peso e saúde dos animais. (MERTENS, 1997). Podemos dizer que o FDN é uma característica química presente no alimento, onde tamanho de partícula e densidade não são avaliados (ARMENTANO; PEREIRA, 1997).

A qualidade e seu tamanho de partícula vão estar ligados em manter atividade de mastigação, regulação fermentativa do rúmen e o índice de gordura do leite (NETO, 2011). Características físicas são mais relevantes quando são utilizadas fontes de FDN oriundos de forragens picadas finamente ou quando é proveniente de fontes não fibrosas. Já em fibras onde as forragens são picadas grosseiramente, o FDN dirá a quantidade mínima de volumoso a ser ofertado, visto que o FDN ja irá ter efetividade (MERTENS, 1997).

Quando a vaca leiteira não recebe fonte de fibra ou então essa forragem foi cortada muito fina poderão acontecer mudanças na fermentação ruminal e consquentemente diminuição da gordura do leite. A fibra fisicamente efetiva (peFDN),

ISBN 978-65-5629-077-5

está relacionada com características físicas do alimento, como o tamanho de partícula que estão diretamente ligados com a atividade mastigatória e o formato do conteúdo ruminal, chamado "mat" ruminal, onde partículas menores ficam diluidas no fluído ao fundo e partículas longas ficam mais superfícialemente. Este aspecto irá se basear na atividade mastigatória podendo ir de 0, quando o FDN não consegue estimular a mastigação à 1 quando estimula essa atividade (MERTENS, 1997).

O tempo de mastigação estimula a secreção de saliva e tamponantes (bicarbonatos e fosfatos), que auxília na manutenção do pH da digesta ruminal, favorecendo a digestibilidade da fibra e diminuindo a probabilidade de ocorrência de distúrbios metabólicos. Essa liberação de saliva vai depender do consumo de matéria seca, já o volume é influenciado pelo tempo de mastigação e ruminação, que estão associados ao consumo e teor de FDNfe (FERREIRA, 2016).

Tamanhos longos de partículas vão estar relacionados com o consumo e comportamento de ingestão de alimento dos animais, visto que essas partículas podem manter-se por um período de tempo mais prolongado dentro do rúmen para sua degradação. Pode ocorrer uma diminuição do consumo de alimento, com menor taxa de ganho de peso, porém com uma condição ruminal mais adequada (LEONARDI; ARMENTANO, 2003).

Indíces menores que 21% de matéria seca (MS) na formulação de rações tem como resultado menores teores de parte sólida no rúmen, menor tempo de mastigação e ruminação, produz menos sáliva, o animal produz mais ácidos, tem menos tamponamento e o pH ruminal fica mais ácido, assim podem ocorrer diminuição de gordura no leite e alterações metabólicas como exemplo a ácidose (ZEBELI *et al*., 2012).

Segundo Borges *et al*. (2009) a efetividade da fibra não esta ligada com a quantidade de volumoso ingerida pelo animal e sim com o tamanho das partículas, fibras muito pequenas podem não atingir uma boa ruminação e podem passar sem serem degradadas pelo trato digestório.

A ácidose ruminal ou ácidose lática pode ser causada nas vacas em lactação quando é ofertado baixos teores de fibra efetiva, ocorre uma queda do pH ruminal, levando a um quadro clínico agudo (SANTOS, 2006; KLENN *et al*., 2003). A laminite é uma inflamação ásseptica das laminas do cório, ela pode progredir com a apresentação clínica da acidose. Os animais apresentam dificuldade para se locomover, não conseguindo se alimentar ou beber água como deveriam, prejudicando sua produção (BOSETTI, 2012).

As particularidades físicas dos alimentos volumosos e concentrados, a maneira de fornecer e a frequência de alimentação abalam a ingestão e o ambiente ruminal, que pode reduzir a porcentagem de gordura do leite. Um tamanho mínimo é necessário para promover uma ruminação e a produção de tamponantes. A dieta em forma de TMR (ração total misturada) é uma técnica que permite aumento de produção de leite, da porcentagem de gordura e de proteína. Porém a homogeneidade da TMR também é determinante para reduzir a seleção (PONCHEKI; CARNEIRO; ALMEIDA, 2015).

Mertens (2001) relata que problemas podem acontecer caso seja diminuido a fibra efetiva da dieta (eFDN), como: menor mastigação pelo animal, menor secreção de saliva "tamponante", maior produção de ácidos graxos voláteis, decréscimo no pH ruminal, mudança nos microorganismos do rúmen, redução na relação acetato: propionato, depressão da gordura do leite e "desvio" de nutrientes para engorda. Assim, eFDN pode ser um indicador menos sensível que peFDN da efetividade da

ISBN 978-65-5629-077-5

fibra prevenindo depressão de consumo, acidose, laminite ou deslocamento de abomaso em vacas leiteiras (HALL, 2001).

Conforme podemos entender todo o metabolismo da fibra é onde vamos encontrar as maiores variações, considerando que a forma física é afetada pelo método de colheita, ensilagem, extrusão, peletização, mistura ou qualquer outro método de processamento ao qual o alimento é submetido. A forma física está associada com a efetividade dos alimentos fibrosos em estimular a ruminação e a motilidade ruminal (HALL *et al*.,1999).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dietas formuladas com corretos níves de FDN e FDNfe de vacas leiteiras em suas diversas fases produtivas, são essenciais para a manutenção do pH ruminal. Há uma grande importância quando se fala em tamanho de partícula na dieta total de ruminantes, já que a produção e a saúde do animal podem ser afetadas diretamente caso ocorra um desiquilíbrio vindo de uma má ruminação, desencadeando vários problemas metabólicos como citados ao decorrer do texto.

Para se considear um tamanho bom de partícula em dietas para ruminantes, deve ser possível que o tamanho da fibra consiga estimular o animal á mastigação, produção de saliva e fermentação ruminal. Assim a vaca leiteira vai conseguir desempenhar seu papel e trazer uma produção efetiva nesse seguimento tão importante do agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALLEN, M.S. **Fiber requirements for dairy cattle: how low can you go?.** 1996. http:// dairyext.tamu.edu/EXT_DATA/ fiber_low.htm. (06/02/98).

ARMENTANO, L.; PEREIRA, M. **Measuring the effectiveness of fiber by animal response trials.** Journal of Dairy Science, Champaing v.80, p.1416–1425, 1997.

BEZERRA, E. S; *et al*. **Efeito do Perfil Granulométrico das Partículas Dietéticas sobre parâmetros de desempenho de vacas leiteiras em lactação.** R. Bras. Zootec., v.31, n.3, p.1511-1520, 2002 (suplemento).

BIANCHINI, W; *et al* . **Importância da fibra na nutrição de bovinos.** Unesp/Botucatu-SP. REDVET. Revista electrónica de Veterinaria, Volumen VIII Número 2, 2007.

BORGES, A. L. C. C; *et al*. **Regulação da ingestão de alimentos.** In: GONÇALVES, L. C; *et al*. (editores). Alimentação de gado de leite. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2009. p 1-25.

BOSETTI, E. M. **Aspectos da alimentação de vacas leiteiras e sistemas de produção de leite na região oeste de Santa Catarina.** Florianópolis- Santa Catarina, 2012. Disponível em: <Aspectos da alimentação de vacas leiteiras e sistemas de produção de leite na região oeste de Santa Catarina (ufsc.br)>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAETANO, L. B. U. **Desempenho produtivo e parâmetros metabólicos de vacas**

ISBN 978-65-5629-077-5

leiteiras alimentadas com rações contendo silagem de milho e/ou sorgo. Goiânia, 2014. Disponível em: <UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (ufg.br)>. Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPOS, P. **Misturas completas e a nutrição de precisão para bovinos.** Poli-nutri alimentos. Fevereiro/2009. Disponível em: https://www.polinutri.com.br/upload/artigo/202.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

COLEMAN, S. W; MOORE, J. E. **Feed quality and animal performance. Field Crops Research**, v.84, p.17-29, Florida, 2003. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/360827/mod_resource/content/0/Coleman%20and%20Moore%20(2003).pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

FELL, J. T. **Determinação do tempo de mistura necessário à obtenção da homogeneidade na dieta total para bovinos de leite da granja fell, do município de Bom Retiro do sul/rs.** CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES. Lajeado, junho de 2017.

FERREIRA, L. B. **Utilização de misturas de coprodutos em rações de Vacas leiteiras.** Goiânia, 2016. Disponível em: <20160018_Lorrany_Bento_Ferreira.pdf (ufg.br)>. Acesso em: 20 set. 2021.

HALL, M. B; HOOVER, W. H; JENNINGS, J. P., MILLER, T. K; WEBSTER. **A method for partitioning neutral detergent-soluble carbohydrates.** Journal Science Food Agriculture, v.79, p.2079, 1999.

HALL, M. B. **Recent adv anced in non- ndf carbohydrates for the nutrition of lactating cows, In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM BOVINOS DE LEITE**, 2., 2001, Lavras. Anais... Lavras: UFLA-FAEPE, 2001. p.139-148.

HEINRICHS, A. J; BUCKMASTER, D. R; LAMMERS, B. P. 1999. **Process-ing, mixing, and particle size reduction of forages for dairy cattle.** Journal of Animal Science, 77:180–186.

HUTJENS, M. **Feeding Guide**, 3rd Ed, Hoard's Dairyman. 2008.

KLEEN, J. L; *et al*. **Subacute ruminal acidosis (SARA): a review.** J. Vet. Med. A. v. 50, p. 406-414, 2003. Disponivel em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14633219>. Acesso em 21 set. 2021.

LEONARDI, C; ARMENTANO, L. E. **Effect of quantity, quality, and lingth of alfafa hay on selective consumption by dairy cows.** Journal of Dairy Science, v.86, n.2, p.557-564, 2003.

MERTENS, D. R. **Creating a System for Meeting the Fiber Requirements of Dairy Cows".** Journal of Dairy Science 80: 1463-1481. 1997.

MERTENS, D. R. **Physical effective NDF and its use in formulating dairy rations.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM BOVINOS DE LEITE, 2., 2001, Lavras. Anais...

ISBN 978-65-5629-077-5

Lavras: UFLA-FAEPE, 2001. p.25-36.

MOREIRA A. L; *et al.* **Produção de leite, consumo e digestibilidade aparente dos nutrientes, ph e concentração de amônia ruminal em vacas lactantes recebendo rações contendo silagem de milho e fenos de alfafa e de capim-coastcross.** Revista Brasileira de Zootecnia, v.30, n.3, p.1089-1098. 2001.

MOREIRA, V. R; *et al.* **Produção de leite de vacas alimentadas com alta proporção de forragem em dietas.** Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v.55, n.2. 2003.

NETO, J. T. N. **Fibra para vacas leiteiras: conceitos, consumo e exigências.** Goiânia
2011. Disponível em: <semi2011_Jose_Tiago_2c.pdf (ufg.br)>. Acesso em: 20 set. 2021.

PELEGRINO, S. G. **Parâmetros Ruminais em Vacas de Alta Produção Leiteira Alimentadas com Dieta Total.** Seropédica, RJ Março de 2008. Disponíve em: <Microsoft Word - Dissertao Final Stela.doc (ufrrj.br)>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, L. M. P. **Caracterização da composição física do arraçoamento da vaca leiteira em explorações de entre-douro-e-minho.** U. Porto. Relatório final de estágio. Porto 2009/2010.

PESSOA, R. A. S; *et al*. **Desempenho de vacas leiteiras submetidas a diferentes estratégias alimentares.** Archivos de Zootecnia, v. 53, n. 203, p. 309-320. 2004.

PONCHEKI, J. K. CARNEIRO, J. H. ALMEIDA, R. **Manejo nutricional da vaca leiteira para otimizar a composição do leite.** 2015. Manejo nutricional da vaca leiteira para otimizar a composição do leite. II Simpósio Nacional da Vaca Leiteira. Anais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 122-160.

RIBEIRO, J. L. **Alimentação para vacas leiteiras de alta produção: Dieta adequada aumenta aprodutividade.** Portal do Agronegócio, Minas Gerais, jul. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/alimentacao-para-vacas leiteiras-de-alta-producao-3624>. Acesso em: 07 set. 2021.

RUSSELL, J. B; RYCHLIK, J. L. **Factors that alter rumen microbial ecology.** Science, v.292, p.1119-1122. 2001.

SANTOS, F. A. P; MARTINEZ, J. C; VOLTOLINI, T. V; NUSSIO, C. M. B. **Utilização da suplementação com concentrado para vacas em lactação mantidas em pastagens tropicais.** In: V simpósio Goiano sobre manejo e nutrição de bovinos de corte e leite, 5., 2003, Campinas. Anais... Campinas: Art point produções gráficas, 2003. p. 289-346.

SHEARER, J. K. **Lameness in dairy cattle: laminitis, claw disease, digital dermatitis, and foot root.** Journal of Dairy Science, v.79 (supp1.), p.189, 1996.

ISBN 978-65-5629-077-5

STOKES, S. R. **Particle size and ration uniformity: Is it important to the cow?** In: WESTERN CANADIAN DAIRY SEMINAR, 1997, Alberta. Proceedings... Stephenville: Texas A&M University, 1997. p.1-10.

SUDWEEKS, E. M; ELY, L.O.; MERTENS, D. R. *et al*. **Assessing minimum amounts and form roughages in ruminal diets: roughages value index system.** Journal of Animal Science, v.53, n.6, p.1406, 1981.

VAN SOEST, P. J. **Nutricional ecology of the ruminant.** 2. ed. Ithaca: Cornell University
Press. 1994. 476p.

VIEIRA R. A. M; *et al*. **Fracionamento dos Carboidratos e Cinética de Degradação In Vitro da Fibra em Detergente Neutro da Extrusa de Bovinos a Pasto.** Revista Brasileira de Zootecnia, v.29, n.3, p.889-897. 2000.

ZEBELI, Q; ASCHENBACH, J. R; TAFAJ, M; BOGUHN, J; AMETAJ, B. N; DROCHNER, W. **Invited review: Role of physically effective fiber and estimation of dietary fiber adequacy in high-producing dairy cattle.** Journal of Dairy Science, Champaing. V.95, p.1041–1056, 2012.

ISBN 978-65-5629-077-5

QUALIDADE DO MEL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Millene Luyze Osovski[1]
Nahyara Jane Sost dos Santos[2]
Amanda Cordeiro da Silva[3]
Edvaldo Geraldo Junior[4]

Resumo: O mel é um composto alimentar que é produzido a partir do néctar das flores extraído por insetos sugadores, contendo em sua composição açúcares com predominância de frutose e glicose. Ocorrem inúmeros procedimentos desde a colheita ao envase, para então estar disponível para consumo humano. Sendo assim existem algumas medidas para a elaboração dos alimentos que se chamam as BPF's (Boas Práticas de Fabricação) como regulamentação, para produtos de origem animal o órgão responsável pelo controle de qualidade é o MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Brasil). O veterinário é o profissional encarregado de inspecionar fraudes no mel, e as suas adulterações, para a analise de qualidade o órgão responsável pela coleta de amostras é o SIF (inspeção federal). Com esse intuito a apicultura se tornou uma atividade de importante papel no agronegócio familiar brasileiro, acarretando inúmeros impactos positivos tanto econômico quanto social colaborando com a preservação do ecossistema.

Palavras-chave: Mel. Qualidade. Composição. Fraudes.

1 INTRODUÇÃO

A apicultura acarreta muito interesse em vários segmentos da sociedade, pelo fato de ser empreendimento acessível com o custo inicial baixo e manutenção fácil. A atividade é conservadora das espécies sendo uma das poucas atividades agropecuárias que atendem o triplé econômico, ecológico e social da sustentabilidade. Produz renda ao agricultor, caracterizada como mão-de-obra familiar incrementando a flora e fauna nativas (GOLYNSKI, 2009).

O mel é considerado um composto alimentício fornecido a partir do néctar das flores, exsudatos secretados por insetos, nectários e extraflorais. Advindo de insetos sugadores de secreções ou seiva vegetais, as abelhas transformam e armazenam até a maturação do produto (BRASIL,2000). Por definição o mel é um fluido viscoso doce e aromático que é elaborado pelas abelhas. Esses produtos depois que são colhidos e transformados combinam substâncias próprias, são por fim amadurecidos nos favos das abelhas (MENDES E COELHO,1983;BRASIL,2000).

A análise do mel é feita a partir de qualquer prisma, para assim demostrar clareza nutritiva com os componentes, sais minerais, vitaminas, para tornar nítido o valor nutritivo quando colocado ao lado em confronto com alimentos de alto nível (LENGLER, 2001). Pelo fato de o mel ter fins medicinais e nutricionais, necessita de análises seguras de sua origem e também de leis que controlem sua produção,

[1] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Professor Mestre Edvaldo Geraldo Junior do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

rotulagem, esterilização (AL-WAILI et al,2012). A consistência pode ser liquida, liquida-granulada, liquida-cristalizada, cremosa e granulosa (COUTO,2002).

O mel não passa pelo processo de centrifugação, esterilização e purificação. Por isso pode apresentar na sua composição final matérias inorgânicas como poeira, resto vegetais, restos de animais, pólen, néctar, cera, das próprias abelhas (MENDES,2008).

A CBA (Confederação Brasileira de Apicultura) tem criado junto com as associações estaduais programas para modernizar a apicultura para cadastrar os apicultores para receberem boas praticas apícolas e analise de pontos críticos de controle (APPCC), para melhoria dos padrões do pais (BERA,2010).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo a definição do MERCOSUL em 1993 o mel é considerado um produto para alimentação que é produzido por abelhas melíferas a partir do néctar de flores e das secreções de algumas plantas ou também de excreções de insetos sugadores de plantas que vivem sobre vegetais, que assim recolhem, e transformam deixando maturar nos favos das colmeias (WIESE,2005 pg.201). Refere-se de uma solução de açúcares mas que tem predominância em frutose e glicose (SILVA, 2010).

Ocorrem principais modificações para a elaboração do mel fisicamente a partir da desidratação, e evaporação na colmeia. A outra modificação atua no néctar transformando como citado a frutose e glicose. Após isso ainda ocorrem duas reações que é a transformação do amido em néctar por meio da enzima amilase. Resumidamente o néctar sofre no trajeto da boca a definitiva das enzimas invertase, feita para a regurgitação que é feita nos alvéolos dos favos. Nos alvéolos acontece a maturação do mel e operculação nos favos (CRANE, 1996).

Os tipos dos procedimentos que são feitos para a obtenção do mel segundo o Regulamento Técnico de Identidade do mel são divididos em algumas categorias, sendo assim algumas delas são:

- Mel prensado: conseguido a partir da prensagem dos favos, sem as larvas;
- Mel escorrido: obtido através do escorrimento direto dos favos;
- Mel centrifugado: é a partir do processo de centrifugação dos favos;

Dessa maneira as apresentações dos méis são classificadas como:

- Mel cristalizado em estado liquido, ou parcialmente cristalizado;
- Mel em pedaços de favo: é o mel que contem pedaços do favo com mel;
- Mel em favos: é aquele que é armazenado pelas abelhas, feitos por elas mesmas;
- Mel granulado ou cristalizado: o mel que passou por um processo natural de solidificação, e após isso a cristalização da glicose;
- Mel filtrado: é o mel que sofre por processo de filtração, mas acaba não alterando o valor nutritivo;
- Mel cremoso: é o mel que tem estruturas cristalinas finas que podem ter sido submetidos a alguns processos físicos;
- Mel filtrado: é o mel que acabou sendo submetido por processo de filtração (BRASIL,2000).

A composição físico-química do mel determina suas características como reologia, atividade da água, PH, cor e condutividade elétrica. Dentre os parâmetros

ISBN 978-65-5629-077-5

alguns não são propostos pela IN 11/2000, como a atividade da água, CE que são fatores para determinação do preço do mel do mercado mundial e aceitação em relação aos consumidores (BOUKRAÂ, 2014).

O processamento do mel passa por um aquecimento de maneira controlada para destruir leveduras, em temperatura de 50-60ºC. De maneira em um curto espaço de tempo para não afetar a qualidade do mel (Wang e Li, 2011). Mas podem ocorrer alguns tipos de contaminação com fontes que são primarias microbianas que ocorrem antes da colheita que são muito difíceis de fazer o controle como o solo, pó, ar e néctar (SILVA, 2008).

Dentre os compostos do mel os hidratos de carbono são um dos principais constituintes essenciais. Em relação aos açucares os monossacarídeos se destacam junto com a frutose (BOGDANOV,2010). Mas a cor, sabor e densidade do mel variam conforme o solo, clima e até a manipulação do apicultor (SILVA,2010).

Os ácidos que são orgânicos auxiliam no sabor e odor que favorecem na estabilização da proliferação dos microrganismos. Mas o ácido glucônico é o que acaba sendo o mais predominante. O acido benzoico, fómico, cítrico e lático podem ser vistos em amostras (BERA,2010).

O sabor e aroma do mel vai do doce suave ao forte, podendo ter sabor amargo ou ácido. E o tipo do ácido do mel é por causa dos ácidos que estão presentes na composição do mel (acético, lático, cítrico, glicônico, etc), e também devido a exposição as vezes por excessiva a fumaça no momento que é feito a retiradas do favo pelas melgueiras. Isso pode ocorrer devido as leveduras que podem estar no mel (LENGLER, 2001).

Uma das propriedades físicas que mais afetam a viscosidade do mel é o design do equipamento que é utilizado no processamento, pois o fato de condicionar o processo de extração do mel até o processamento e por fim a embalagem (YANNIOTIS et al., 2006).

As características do mel é que um dos componentes de maior concentração são os açúcares, que é responsável pela qualidade e viscosidade, valor energético, granulação e também das atividades bacterianas (SODRÉ,2005). A qualidade da água do mel é também uma das características importantes pois influência a viscosidade, cristalização, sabor, maturidade e também conservação. O total de conteúdo de água pode acabar variando entre 15% a 21%(LOPES,2013).

Figura 1. Composição básica do mel.

Composição básica do mel			
Componentes	Média	Desvio padrão	Variação
Água (%)	17,2	1,46	13,4 - 22,9
Frutose (%)	38,19	2,07	27,25 - 44,26
Glicose (%)	31,28	3,03	22,03 - 40,75
Sacarose (%)	1,31	0,95	0,25 - 7,57
Maltose (%)	7,31	2,09	2,74 - 15,98
Açúcares totais (%)	1,50	1,03	0,13 - 8,49
Outros (%)	3,1	1,97	0,0 - 13,2
pH	3,91	-	3,42 - 6,10
Acidez livre (meq/Kg)	22,03	8,22	6,75 - 47,19
Lactose (meq/Kg)	7,11	3,52	0,00 - 18,76
Acidez total (meq/Kg)	29,12	10,33	8,68 - 59,49
Lactose/Acidez livre	0,335	0,135	0,00 - 0,950
Cinzas (%)	0,169	0,15	0,020 - 1,028
Nitrogenio (%)	0,041	0,026	0,00 - 0,133
Diastase	20,8	9,76	2,1 - 61,2

Fonte**:** EMBRAPA, 2011**.**

ISBN 978-65-5629-077-5

Em relação as medidas para estabelecer essencialmente a higiene, uma das medidas mais importantes são as Boas Práticas de Fabricação (BPF's) na elaboração do alimento de maneira padronizada. Essa medida engloba toda a cadeia alimentar desde colheita do material até a distribuição para o consumidor final (Justus, 2000). No armazenamento pode ocorrer alterações na cor por reações de Maillard, em que esse grau depende do tempo e temperatura que esse mel é armazenado (Gonzales et al., 1999).

O responsável pelo controle de qualidade e regulamentação no Brasil é o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), que esta incluso na Normativa nº 11 de outubro de 2000 (BRASIL 7 2000). Mas a autenticidade desses produtos naturais a grande preocupação das autoridades é a garantia se o produto final é autentico, cumprindo todos os requisitos sem adulterações. Dessa maneira se incluindo o sabor, valores nutricionais (Sivakesava e Irudayaraj, 2002).

O Codex Alimentarius (CA) apresenta alguns requisitos para que assim o mel seja considerado de qualidade, em que entre eles seja que o mel não pode ter adição de elementos. O mel não pode ter sido processado ou aquecido de modo que sua composição tenha sido modificada (Bogdanov e Martin, 2002). Sendo assim o mel possui várias propriedades como: anti-microbiana, anti-inflamatória, curativa, estimulante, emoliente, clarificador, laxante, curativo de feridas, calmante, e também efeito toxico (IORISH,1981)

As fraudes no mel é um problema mundial, essas adulterações podem ser praticadas com: adição de xaropes, aquecimento em um período de tempo muito longo, origem e rotulagem além de geográfica com origem fraudulenta, além de presença de antibióticos (Anklam, 1998). Essas fraudes são difíceis de serem detectadas pois existem muitas espécies com condições ambientais além de técnicas de armazenamentos diferentes, que por fim acaba sendo desafiador para as autoridades responsáveis pela fiscalização (Morales et al., 2008; Sivakesava e Irudayaraj, 2002).

Para isso ser monitorado são colhidos pelo SIF (inspeção federal) amostras junto com os estabelecimentos. Em que o órgão visa conhecer o potencial do nível de exposição para a população aos resíduos a saúde do consumidor, além de orientar politicas nacionais de fiscalização sanitária e também saúde animal (Ministério da agricultura, 2005).

O MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) estabelece alguns regulamentos de funcionalidade para os estabelecimentos que são responsáveis pelo processamento do mel, que exige alguns procedimentos para serem seguidos. Devendo seguir os programas que garantem qualidade como as BPA (Boas Práticas Apícolas), em que os procedimentos são exigidos e seguidos pelos apicultores:

1. O material que é utilizado deve englobar as colmeias, como os equipamentos de proteção, materiais para a queima no fumigador e alguns utensílios;
2. A localização das instalações dos apiários devem atender quanto a disponibilidade de agua, flora apícola, acesso ao apiário, distancia para ter segurança, sombreamento, distribuição, números da quantidade de colmeias, segurança para animais e pessoas, e uso de agrotóxicos próxim;
3. Sobre o manejo das colmeias, deve se ter cuidados básicos em relação ao manejo, sanidade apícola;
4. Coleta e transporte dos favos;

ISBN 978-65-5629-077-5

5. Pessoas no campo;
6. Os programas de desinfecção e limpeza devem ter alguns cuidados nas instalações, materiais, veículos e equipamentos.

Sendo assim a apicultura é uma atividade que tem papel muito importante no agronegócio do Brasil, que pode causar muitos impactos positivos tanto quanto econômicos e sociais que colabora para a preservação dos ecossistemas. Essa cadeia produtiva também proporciona muitos empregos, bem como fluxo de renda familiar assim melhorando a qualidade de vida das famílias do campo (COSTA; FREITAS, 2009).

Figura 2. Produção do mel no Brasil entre 2016 e 2017.

Região/UF	2016	2017	Variação (%)
Norte	905,5	802,9	-11,3
Nordeste	10.399,8	12.757,6	22,7
Centro-Oeste	1.699,6	2.036,6	19,8
Sudeste	9.467,4	9.500,4	0,3
Sul	17.146,5	16.496,5	-3,8
BRASIL	39.618,8	41.594,0	5,0

Fonte: FAO (2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mel é uma rica fonte de nutrientes, mas ainda a apicultura é deixada em segundo lugar na agricultura. Desta forma as abelhas apresentam um papel muito importante não apenas para a produção de mel mas também para a manutenção do meio ambiente. Além de proporcionar um grande crescimento econômico sustentável, pode ser praticada em varias regiões.

O presente trabalho abordou como se obtém a qualidade do mel. Para isso deve-se estimular os produtores para a melhorias para ter qualidade do produto cada vez maior, com treinamentos adequado e eficientes.

Apesar de terem muitos estudos sobre o mel sobre qualidade e características o processo feito pelas abelhas naturalmente faz que as pesquisas não fiquem satisfatórias. Por esse motivo, deve ser estimulado a ter mais estudos sobre na produção para consequentemente ter mais qualidade nas características do mel.

REFERÊNCIAS

AL-WAILI, N; SALOM, K; AL-GHAMDI, A; ANSARI, MJ. **Antibiotic, pesticide, and microbial contaminants of honey: human health hazards.** [Internet]. 2012. [Acesso em 2015 maio 15]; volume 2012: p.9.

ANKLAM, E. (1998). **A review of the analytical methods to determine the geographical and botanical origin of honey**. Food Chemistry, 63: 549-562.

BOGDANOV, S. (2010). **Nutritional and functional properties of honey**. Vopr Pitan, 79: 4- 13.

ISBN 978-65-5629-077-5

BERA, A. **Efeitos nas características físico-químicas, microbiológicas e sensoriais em amostras de mel de abelhas submetidas a radiação gama**. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2010.

BOGDANOV, S. e Martin, P. (2002). **Honey authenticity: a review. Mitt**. Lebensm. Hyg, 93: 232-254.

BOUKRAÂ L. **Honey in Traditional and Modern Medicine**. Nova Iorque: Taylor & Francis Group, LLC, 2014.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Instrução normativa n°11, de 20 de outubro de 2000.** Aprovou o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.22, de 24 de novembro de 2005. Regulamento Técnico para

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrução Normativa n.11, de 20 de outubro de 2000. Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel**. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. 200 out 23; Seção 1. p.16-17.

COSTA, C. P. M; FREITAS, F. R. D. **Caderno de Cultura e Ciência: A produção de mel de abelha (Apis mellifera) no município de jardim: um estudo de caso**, p. 56-76. Ano IV- v. 1, nº 1, 2009.

COUTO, Regina Helena Nogueira, **Apicultura: manejo e produtos**, 2 ed. Jaboticabal, FUNEP,191p, 2002.

CRANE, E. **Livro do Mel**, Livraria e Editora Nobel S.A. São Paulo, 226 p. 1996.

FREITAS JÚNIOR, E. S. **Procedimentos para o controle de qualidade**. In: Palhano Silva P. R. (Org.). Aprendendo com as abelhas: Cartilha educativa, apicultura. / ProEsQs, Cadernos Especiais 02, Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. P. 49- 60.

GOLYNSKI, A. **Avaliação da viabilidade econômica e nível tecnológico da apicultura no Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Produção Vegetal)** – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009. Bibliografia: f. 92 – 101.

GONZALES, A. P., BURIN, L. e BUERA, M. a. d. P. (1999). **Color changes during storage of honeys in relation to their composition and initial color**. Food Research International, 32: 185-191.

IORISH, N. As **Abelhas Farmacêuticas com Asas.** Editora Mir Moscovo, URSS. 228 p. 1981.

ISBN 978-65-5629-077-5

JUSTUS, D..**Alimentação e Nutrição no Brasil - 500 anos de história**" ANAIS DA IX JORNADA DA FACULDADE DE NUTRIÇÃO DA UFF.19 a 21 de setembro de 2000 Niterói – Rio de Janeir

LENGLER, S. (2001).**Inspeção e controle de qualidade do mel**. Acesso em; 16/04/2004.Disponível em:http://www.sebraern.com.br/apicultura/pesquisas/inspecao_mel01.doc.

LOPES, S.B. **Estudo do efeito da temperatura na qualidade do mel.** [dissertação]. Bragança: Escola Superior Agrária de Bragança; 2013.

MENDES, B. A.; COELHO, E. I. **Considerações sobre características de mel de abelhas – Análises e critérios de inspeção**. Informe Agropecuário, v.9, p.56-67. 1983.

MENDES, R. **Botulismo no mel**: Revisão de Literatura. [monografia]. Brasília: Universidade Castelo Branco; 2008.

Rotulagem de produtos de origem animal embalado. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, 2005 nov 25. Seção 1. p.15.

SODRÉ, G. DAS. **Características físico-químicas, microbiológicas e polínicas de amostras de méis de Apis mellifera L**., 1758 (Hymenaptera: Apidae) dos estados do Ceará e Piauí. [tese]. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz; 2005.

SILVA, M.B.L.; CHAVES, J.B.P.; MESSAGE, D.; GOMES, J.C.; GONÇALVES, M.M.; OLIVEIRA, G.L. **Qualidade microbiológica de méis produzidos por pequenos apicultores de méis de entrepostos registrados no serviço de inspeção federal no estado de Minas Gerais**. Alimentos e Nutrição Araraquara. 2008.v.19, n.4: p.417-420.

SIVAKESAVA, S. e IRUDAYARAJ, J. (2002). **Classification of simple and complex sugar adulterants in honey by mid-infrared spectroscopy**. International Journal of Food Science & Technology, 37: 351-360.

WANG, J. e LI, Q. X. (2011). **Chemical composition, characterization, and differentiation of honey botanical and geographical origins**. Advances in Food and Nutrition Research, 62: 89-137.

WIESE, HELMUT. **Apicultura Novos Tempos**. 2 ed . Guaíba: Agrolivros, 2005. p. 378.
YANNIOTIS, S., SKALTSI, S., e KARABURNIOTI, S. (2006). **Effect of moisture content on the viscosity of honey at different temperatures**. Journal of Food Engineering, 72: 372-377.

ISBN 978-65-5629-077-5

RELATO DE CASO SOBRE LINFOSSARCOMA GASTROINTESTINAL EM UM FELINO: TERAPIA COM PREDNISOLONA E CLORAMBUCIL

Isabela Boz Martins[1]
Maise de Oliveira Borges de Souza[2]
Ana Carolina Gevehr[3]
Greice Japolla[4]

Resumo: Nota-se que os linfomas são as neoplasias que mais acometem a espécie felina, e, dentre elas, a que mais se destaca é a forma alimentar, patologia que afetou um paciente felino, atendido em uma clínica situada na cidade de Cascavel, Paraná, Brasil. Desta forma, no decorrer do estágio plantonista e das pesquisas analisadas, pôde-se concluir que os animais positivos para retroviroses são mais facilmente acometidos pelos linfossarcomas, como também os que possuem contato com o tabagismo e afecções pela bactéria *Helicobacter spp.* Sob esta perspectiva, o diagnóstico da doença é considerado difícil, uma vez que os sinais clínicos não são patognomônicos e ainda deve-se considerar a sanidade do animal para realizar certos procedimentos. No caso apresentado neste trabalho, foram realizados exames de sangue, ultrassom, FIV/FeLV e teste rápido para pancreatite felina. Além disso, o animal teve um prognóstico positivo, pois apresentou melhoras já no segundo dia do protocolo quimioterápico, o qual foi realizado utilizando os medicamentos Prednisolona+Clorambucil, conjuntamente com Vitamina C e Cyst-Aid®, úteis para auxiliar na prevenção de obstrução uretral. Em síntese, apesar do paciente ter apresentado algumas sintomatologias durante a terapêutica, o mesmo teve uma melhora significativa em sua perspectiva de vida, já que obteve melhoras em seu quadro clínico e encontra-se estável.

Palavras-chave: Corticoide**,** Neoplasia intestinal, Quimioterapia.

1 INTRODUÇÃO

O linfossarcoma é a neoplasia maligna de maior prevalência nos felinos (SCHMIDT, 2018; CAPÚA, 2005) e costuma acometer animais mais velhos (de 12 a 14 anos), não tendo predisposição por sexo, mas possivelmente pelas raças Siamês e SRD e por pacientes positivos para retroviroses, possuindo mais chances de desenvolver o linfoma (VAIL et al., 2001; RISSETO et al., 2011).

Esta patologia se divide em quatro categorias: mediastínico, alimentar, multicêntrico e extranodal (COUTO, 2001), sendo a alimentar a forma mais comum entre os felinos (RISSETTO 2010) que ao acometer os órgãos do trato gastrointestinal, esta se aloja em jejuno e íleo, contudo pode afetar outras estruturas (EVANS, 2006). O linfoma gastrointestinal é dividido em três categorias que vão auxiliar o médico veterinário no processo de diagnóstico, tratamento e prognóstico do animal (BARRS & BEATTY, 2012).

[1] Acadêmicos e Medicina Veterinária do Centro Universitário-Univel.
[2] Acadêmicos e Medicina Veterinária do Centro Universitário-Univel.
[3] Acadêmicos e Medicina Veterinária do Centro Universitário-Univel.
[4] Professor do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário-Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

Como diagnóstico diferencial, tem-se o parasitismo, doença inflamatória intestinal, adenocarcinoma e outras doenças hepáticas (PAULIN, 2018; VAIL, 2011; EVANS, 2006), haja vista que os sinais clínicos são perda de peso, anorexia, diarreia, vômito e prostração (LINGARD, 2009; RUSSEL, 2012; VAIL, 2007) e podem se apresentar em até 6 meses antes da realização do diagnóstico (KISELOW, 2008).

Nesta perspectiva, a quimioterapia é o tratamento mais utilizado nos felinos, pois aumenta a longevidade e qualidade de vida do paciente (COUTO, 2009). O protocolo quimioterápico a ser usado vai depender do grau do linfoma (GIEGER, 2011) e, neste relato de caso, está descrita a terapêutica utilizada pelo paciente, macho, esterilizado, de 12 anos, que fora atendido pela em uma clínica situada na cidade de Cascavel, Paraná, Brasil. Procedeu-se que após conduta investigativa adotada, fora escolhido iniciar protocolo quimioterápico utilizando os fármacos clorambucil em associação a prednisolona, onde pode-se observar resposta clínica positiva, aumentando as expectativas de vida.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Epidemiologia e Etiologia

Os linfossarcomas, na maioria das vezes, são provenientes dos órgãos linfoides, mas também acometem outras estruturas, sendo a neoplasia mais recorrente nos felinos (SCHMIDT, 2018). Deste modo, Vail et al. (2001) concluiu que a patologia acomete animais de meia-idade ou idosos, não tem predisposição por sexo e, além disso, animais positivos para retroviroses possuem maior probabilidade de desenvolver a doença. Na pesquisa apresentada por Rissetto et al. (2011), o mesmo propõe que as raças Siamês e SRD estão sob maior risco de linfoma alimentar, que outras neoplasias.

Neste sentido, o vírus da FeLV pode ter grande relação com a doença, visto que Weiss, Klopfleisch e Gruber (2010), em seus relatos, observaram o genoma celular dos animais que tinham a neoplasia e, em 60% destes, o provírus da FeLV estava presente. Já em relação a FIV, mesmo que em menor grau, a infecção também se relaciona com o desenvolvimento de neoplasias (SHELTON et al., 1990) e ainda, 5 de 40 animais com linfoma apresentaram resultado positivo para o retrovirus em um estudo realizado no Brasil por Barriga (2013).

Outrossim, Bridgeford (2008) dissertou a possibilidade desta patologia estar conectada com infecções por *Helicobacter spp.*, haja vista que a estimulação antigênica dessas cepas pode gerar uma linfoproliferação nos tecidos linfoides associados a mucosa.

Há ainda a correlação dessas neoplasias com a exposição dos felinos ao tabagismo, pois ao inalar e ingerir partículas através de lambedura, estes animais estão mais propensos a desenvolver linfoma, o que, de acordo Bertone, Snyder e Moore (2002), depende da quantidade de contato com a fumaça.

2.2 Classificação anatômica

Em conformidade com Barriga (2013), os linfomas são proliferações malignas das células de defesa do corpo, que ocorrem em diversos órgãos devido sua possibilidade de migrar pelos tecidos do animal. Pode-se afirmar que esta patologia se divide em quatro categorias: mediastínico, alimentar, multicêntrico e extranodal

ISBN 978-65-5629-077-5

(COUTO, 2001). Subsequente a isso, sua classificação anatômica mais comum é a forma alimentar, fato demonstrado pela pesquisa de Rissetto (2010), a qual apresentou o resultado de 55% dos 1.129 casos das neoplasias intestinais analisadas, como sendo linfomas.

Neste ínterim, ao acometer os órgãos do trato gastrointestinal, a neoplasia comumente se aloja em jejuno e íleo, contudo pode afetar outras estruturas (EVANS, 2006). Ainda assim, doenças oncológicas em regiões gástricas, cavidade oral e esôfago são raras, porém há mais acometimentos nestas áreas por linfossarcomas, do que por carcinomas (MESTRINHO, 2007).

2.3 O linfoma e sinais clínicos nos animais acometidos

Os linfomas são uma das neoplasias mais comuns encontradas nos felinos (CAPÚA, 2005) e geralmente se originam dos órgãos linfoides (BARRIGA, 2013). Em um estudo feito por Pohlman (2009), foi calculada a incidência dos locais afetados pelo linfoma no trato gastrointestinal, onde 74% se encontrava no intestino delgado, 24% no estômago e 16% no intestino grosso (POHLMAN et al., 2009). O linfoma gastrointestinal (LGI), é dividido em três categorias que são cruciais na diferenciação da apresentação clínica do LGI, entre como vai ser diagnosticado e tratado e também no prognóstico da doença, sendo elas: Linfoma gastointestinal de baixo grau, Linfoma gastrointestinal de grau intermédio/alto grau e Linfoma de linfócitos grandes granulares. (VALLI et al., 2000; VAIL & PINKERTON, 2019; BARRS E BEATTY, 2012).

Perda de peso, anorexia, diarreia, vômito e prostração são os sinais clínicos mais frequentes, uma massa abdominal ou espessamento das alças intestinais também pode ser visualizada em cerca de 50% dos casos. (LINGARD et al., 2009; RUSSEL et al., 2012; VAIL, 2007). Segundo Kiselow, esses sinais clínicos podem se apresentar em até 6 meses antes da realização do diagnóstico. (KISELOW et al., 2008).

2.4 Diagnóstico

Para o diagnóstico, além do exame físico, é necessária a realização de exames complementares, devido o fato dos sinais clínicos não serem patognomônicos. Estas análises são necessárias para avaliar o estado do animal, sendo as principais: hemograma, perfil bioquímico (GGT, uréia, creatinina, ALT e AST), teste de função hepática, exames de imagem e os testes de FIV e FeLV (DALECK, DE NARDI, RODASKI, 2008). Porém para um diagnóstico mais fidedigno da doença, é recomendada uma avaliação histopatológica e citológica de amostras do TGI (VAIL, 2011) e pode se fazer necessária a realização de exames mais avançados como imuno-histoquímica ou até mesmo um teste de clonalidade (PAULIN et al., 2018).

Como diagnóstico diferencial do linfoma alimentar pode- se citar o parasitismo, doença inflamatória intestinal, adenocarcinoma e doenças hepáticas, pois os sinais clínicos desta patologia também são encontrados nesses outros casos. (PAULIN et al., 2018; VAIL, 2011; EVANS et al., 2006).

2.5 Tratamento e prognóstico

ISBN 978-65-5629-077-5

A quimioterapia é o tratamento mais indicado e mais utilizado para linfomas em felinos, pois esta aumenta a longevidade e qualidade de vida do paciente podendo até levar a cura (COUTO, 2009). O protocolo quimioterápico a ser usado vai depender do grau do linfoma (GIEGER, 2011). Em gatos com LGI, a radioterapia só é utilizada para auxiliar na quimioterapia ou também como terapia resgate (PARSHLEY et al., 2011). Mas em casos gerais, ela é utilizada para o tratamento de linfoma localizado (VAIL, 2007).

A cirurgia só é indicada para gatos com linfoma gastrointestinal de grau intermediário ou de alto grau, pois eles podem apresentar perfuração ou obstrução intestinal (GOULDIN et al., 2017; VAIL & PINKERTON, 2019).

Para gatos com LGI, podem ser utilizadas terapias de suporte, tais como fluidoterapia, antibióticos, antieméticos, produtos sanguíneos (BARRS & BEATTY, 2012) e também um suporte nutricional devido a anorexia (HADDEN et al., 2008).

O prognóstico do animal é estipulado devido á alguns fatores, como estagio e grau do linfoma, resposta ao tratamento, condição corporal do animal no início do tratamento, presença ou não de FIV e FeLV, perda ou não de peso durante o tratamento (VAIL, 2010; SANTOS, 2013; FONDACARO et al., 1999; KRISTAL et al., 2001).

A taxa de felinos que obtêm um prognóstico positivo é de 50% a 70% (NOLTE et al., 2008). Em gatos com LGI de baixo grau ou em estágio inicial, que participam do protocolo terapeutico realizado com a associação de prednisolona e clorambucil, apresentam um tempo de remissão prolongado e prognóstico positivo, com tempo médio de sobrevivência de 7 a 10 meses. (LINGARD et al., 2009).

3 METODOLOGIA

No presente relato de caso, está descrito o caso clínico de um felino, diagnosticado com linfoma intestinal, o qual fora acompanhado em uma clínica veterinária na cidade de Cascavel-PR, no decorrer do estágio, sendo de profundo interesse de ambas as partes dissertar sobre a patologia. Ademais, os dados aqui expostos foram descritos no percurso do estágio no plantão da clínica, a fim de que observássemos o período de tratamento e melhora do quadro clínico do animal.

No dia 24/05/2021, apresentou-se a clínica um felino, macho, esterilizado, com 12 anos, da raça Persa, pesando 3,7Kg. O animal apresentava quadros de diarreia líquida de cor amarelada, sem presença de muco ou sangue, além de que o tutor descreveu emagrecimento e anorexia como sinais clínicos observados últimos meses.

No exame clínico pode-se perceber a diminuição no score corporal do gato, contendo mucosas hipocoradas, desidratação e, mediante a palpação, verificou-se um aumento de órgão em região superior do abdome. Já os parâmetros fisiológicos (tempo de preenchimento capilar, frequência respiratória, frequência cardíaca e temperatura corporal) encontravam-se dentro das limítrofes. Em análise de ultrassom, os achados descritos foram perda de estratificação parietal, presença de inflamação em todo o mesentério bem como linfonodos intestinais reativos.

A conduta baseou-se na internação do paciente para a reposição hidroeletrolítica e a administração dos fármacos:

- Petzi Gatos® (1 comprimido Via Oral, SID- 3 dias);
- Giardicid® (0,6 ml Via Oral, BID- 7 dias);
- Escopolamina (1 mg/kg, TID- 3 dias);

ISBN 978-65-5629-077-5

- Budesonida (1 mg/kg, SID- 5 Dias);
- Probiótico (2g/Animal, BID 7 dias).

Sendo que o primeiro age como vermífugo, o segundo como agente antibiótico e o terceiro para analgesia visceral. Após 5 dias utilizando essa terapêutica, e sem melhoras nos sinais clínicos, adicionou-se a Budesonida como anti-inflamatório esteroidal para doenças intestinais e Probiótico para equilibrar a microbiota gastrintestinal. Mesmo assim o animal continuava a perder peso e não respondeu positivamente ao protocolo, então fora necessário realizar os exames complementares de FIV/FELV e o Teste Rápido para pancreatite felina.

A evolução clínica do paciente desde sua chegada o levou a um prognóstico reservado. Foi acrescido ao tratamento a alimentação parenteral, pensando na má absorção intestinal do paciente, bem como forma de evitar catabolismo e o manter nutrido. Portanto, o raciocínio diagnóstico levou a linfoma intestinal/alimentar, baseando-se na clínica apresentada, FIV positivo, achados de ultrassonografia e diferenciais diagnósticos anteriormente descartados.

A perspectiva de vida do paciente era reservada e para tratamento foi feita a sugestão ao tutor de iniciar o protocolo com medicamentos quimioterápicos, todavia, levou-se em consideração outros fatores, como a onerosidade, o estado clínico delicado do paciente, que pesava somente 3,7kg, e a disponibilidade do tutor realizar a medicação, uma vez que o mesmo viajava várias vezes durante o mês, sendo a segunda recomendação o protocolo de eutanásia.

Por outro lado, a opção eleita foi a realização do protocolo quimioterápico. Desta forma, a terapia começou no dia 11/06/2021, a qual foi dividida em 2 ciclos, o primeiro começa no dia 0 e vai até dia 21 (desmame do corticóide Alcort® nos dias 17, 19 e 21) e o segundo do dia 22 ao 25. E então, no dia 18/06 recebeu alta para dar continuidade na quimioterapia em casa. A definição desse protocolo terapêutico se deu através da pesquisa de Batschinski & Epiphanio (2019), sendo este:

1º Ciclo:

- Dia 0 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil) + 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 1 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil) + 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 2 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil) + 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 3 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil) + 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 4 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 5 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 6 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 7 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 8 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 9 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 10 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 11 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 12 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 13 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 14 - 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20)
- Dia 15 - 5 mg/animal (1 comprimido Alcort® 5)

ISBN 978-65-5629-077-5

- Dia 16 - 5 mg/animal (1 comprimido Alcort® 5)
- Dia 17 ----------
- Dia 18 - 5 mg/animal (1 comprimido Alcort® 5)
- Dia 19 ----------
- Dia 20 - 5 mg/animal (1 comprimido Alcort® 5)
- Dia 21 ----------

No dia 03/07/2021, o paciente voltou para a clínica para iniciar o segundo ciclo, repetiu os exames de rotina para analisar se houve melhoras com o tratamento e se encontrava significativamente melhor, não apresentou sintomatologias, além de ganhar score corporal, apresentar normorexia e se apresentava ativo. O protocolo findou-se em 06/07.

2º Ciclo:

- Dia 22 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil)
- Dia 23 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil)
- Dia 24 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil)
- Dia 25 - 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil)

Depois disso, o tutor voltou a clínica no dia 27/08 preocupado com o aspecto amolecido das fezes de seu gato, e, então, para analisar possível piora de seu quadro clínico, o mesmo passou por novo exame de sangue (Figura 07), e, assim optou-se por fazer mais um ciclo de quimioterapia, o qual durou 4 dias:

- 15mg/m² (2 Comprimidos de Clorambucil) + 10 mg/animal Prednisolona (1/2 meio Alcort® 20) + Cyst Aid + Vitamina C;

Subsequente a isso, o animal foi encaminhado para casa, tendo que continuar por mais 10 dias com a 10mg/animal Prednisolona (½ meio Alcort® 20), pois, apesar do animal ter melhoras exorbitantes ao longo do tratamento, foi necessário que tais medidas fossem tomadas para o controle de sua sintomatologia. A médica responsável informou a importância de continuar monitorando o paciente de 6 em 6 meses, pois ainda que o animal tenha vencido esta fase, a doença continua sendo perigosa e pode voltar a debilitar o paciente.

4 RESULTADOS

Como resultado dos primeiros exames, realizados no dia 24/05/2021, pode-se observar de alteração nos resultados dos exames somente o RDW baixo (figura 1), plaquetas e o plaquetócrito (figura 2) também a baixo da normalidade, os demais parâmetros analisados nas figuras 1, 2 e 3 estão dentro da normalidade.

Figura 1: Série vermelha do hemograma

SERIE VERMELHA		VALORES DE REFERÊNCIA
Eritrócitos	6,46 milhões/µl	5,0 a 10,0 milhões/µl
Hemoglobina	10,4 g/dL	8,0 a 15 g/dL
Hematócrito	31 %	24 a 45 %
V.C.M.	48,1 fL	39 a 53 fL
H.C.M.	16 pg	13 a 18 pg
C.H.C.M.	33,5 g/dL	30 a 36 g/dL
RDW	12,7 %	14,9 a 18,6 %

Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Figura 2: Série branca e plaquetograma

ISBN 978-65-5629-077-5

SERIE BRANCA			VALORES DE REFERÊNCIA	
Leucócitos Totais	14500	/µl	5500 a 19500/µl	
Blastos	0 %	0 /µl	0	0/µl
Mielócito	0 %	0 /µl	0	0/µl
Metamielócitos	0 %	0 /µl	0	0/µl
Bastonetes	0 %	0 /µl	0 a 3%	0 a 500/µl
Segmentados	72 %	10440 /µl	35 a 75%	2500 a 13000/µl
Linfócitos	24 %	3480 /µl	20 a 55%	1100 a 9000/µl
Monócitos	4 %	580 /µl	1 a 4%	55 a 780/µl
Basófilos	0 %	0 /µl	raros	raros
Eosinófilos	0 %	0 /µl	2 a 12%	100 a 1500/µl
obs:				
PLAQUETOGRAMA			**VALORES DE REFERÊNCIA**	
Plaquetas	71000 /µl		200000 a 800000/µl	
VPM	10,8 fL		8 a 11,7 fL	
PDW	15,6		15,21 a 17,32	
PCT	0,076 %		0,11 a 0,37%	
obs: presença de agregados plaquetários				
PROTEÍNA PLASMÁTICA			**VALORES DE REFERÊNCIA**	
Proteína Total Plasmática	7,7 g/dL		4,5 a 8,0 g/dL	

Fonte**:** Arquivo pessoal, 2021.

Figura 3: Bioquímicos

BIOQUÍMICOS

Material utilizado: soro ou plasma
Método: análisador automático BS-120 (cinético/enzimático/colorimétrico)

EXAME	RESULTADO	REFERÊNCIA	MÉTODO
Gama GT (GGT)	1 U/L	1,3 a 5,3	cinético
Uréia	56 mg/dL	10 a 60	cinético
Creatinina	1,12 mg/dL	0,5 a 1,7	cinético
ALT/TGP	34 U/L	10 a 88	cinético
AST/TGO	38 U/L	10 a 88	cinético

Fonte**:** Arquivo pessoal, 2021.

Além destes, os exames complementares para FIV/FeLV e para pancreatite felina apresentaram positividade para FIV e negativo para os outros dois, assim, ao reunir essas informações, suspeitou-se de linfoma, tendo que ser realizado um novo ultrassom para investigar a possibilidade de proceder uma biopsia intestinal. Obteve-se então, uma acentuada perca da estratificação parietal entre mucosas e submucosas, peritonite focal, mesentério inflamado envolvendo todo o intestino, além dos linfonodos reativos, comprometendo a função intestinal (figura 4) e apontando significativa piora ao se comparar ao primeiro ultrassom.

Além do mais, os linfonodos estavam adjacentes ao intestino, posição considerada perigosa para a coleta de material para biopsia, logo a conduta médica foi de não submeter o animal ao estresse do procedimento, visto que havia possibilidade de sofrer uma hemorragia. Sendo assim, mesmo que o exame não tenha sido coletado, o diagnóstico foi fechado para Linfoma Intestinal. Na figura 5 pode-se notar as fezes sólidas no 2º dia do tratamento quimioterápico.

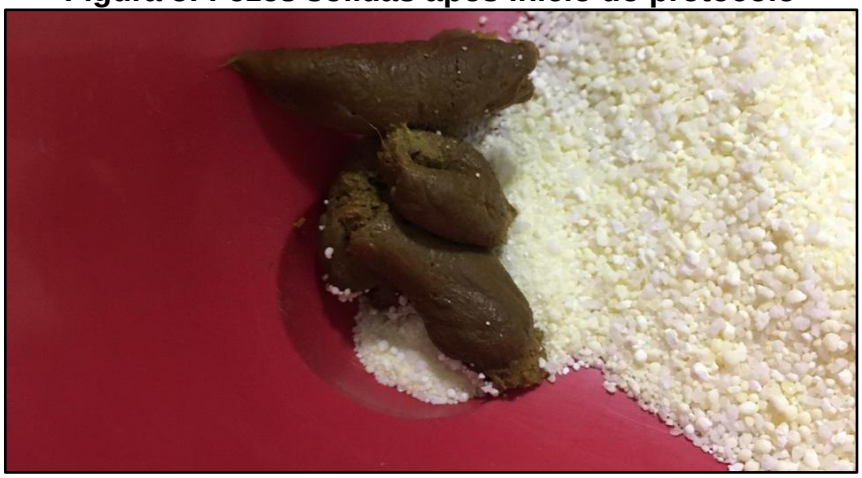
Figura 4: Ultrassonografia, apresentando perca da estratificação parietal entre mucosas e submucosas, peritonite focal e mesentério inflamado envolvendo todo o intestino.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte**:** Arquivo Pessoal, 2021.

Figura 5: Fezes sólidas após início do protocolo



Fonte**:** Arquivo pessoal, 2021.

O hemograma do dia 03/07/2021, apresentou-se segundos as tabelas 1, 2 e 3, todos os resultados estão dentro da normalidade menos as plaquetas que seguem diminuídas.

Tabela 1: Hemograma

Eritrócitos	6,07 milhões/ul	5,0 a 10,0 milhões/ul
Hemoglobina	9,0 g/Dl	8,0 a 15 g/dL
Hematócrito	29,77%	24 a 45%
V.C.M.	49 fL	39 a 53 fL
H.C.M.	14,8 pg	13 a 18 pg
C.H.C.M.	30,2 g/dL	30 a 36 g/dL
RDWc	18,5%	14,9 a 18,6%
RDWs	23,0 fl	

Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 2: Leucograma

WBC	7,88 10º/l	5,50 a 19,50 10º/l
LYM	1,96 10º/l	1,50 a 7,0 10º/l
MON	0,48 10º/l	0 a 1,50 10º/l
NEU	5,40 10º/l	2,50 a 14,0 10º/l
EOS	0,04 10º/l	0 a 1,0 10º/l
BAS	0,00 10º/l	0 a 0,20 10º/l
LYM%	24,9 %	0 a 100%
MON%	6,1%	0 a 100%
NEU%	68,5%	0 a 100%
EOS%	0,5%	0 a 100%
BAS%	0%	0 a 100%

Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

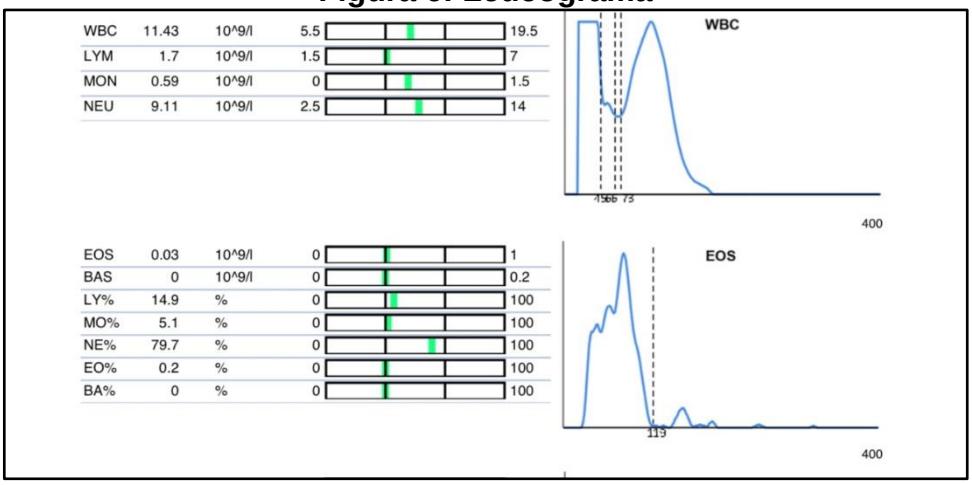
Tabela 3: Plaquetograma

Plaquetas	224 - 10º/l	300 a 800 10º/l
VPM	14,1 fl	12,0 a 17,0 fl
PCT	0,32%	
PDW	41,3%	

Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Ao retornar a clínica, no final do mês de agosto com uma pequena piora em seu estado, o felino passou por novos exames e com os resultados das figuras 6, 7 e 8. Todos os resultados seguem dentro da normalidade menos a contagem de plaquetas (Figura 7), que segue baixo.

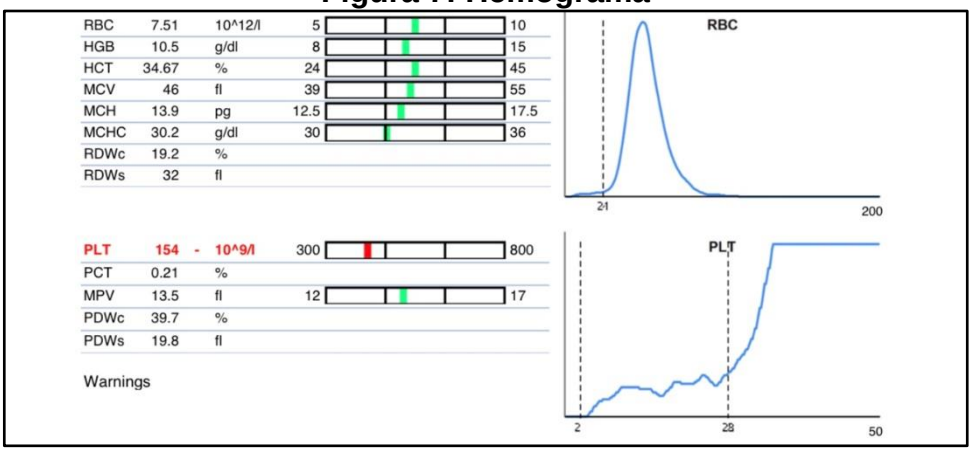
Figura 6: Leucograma



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

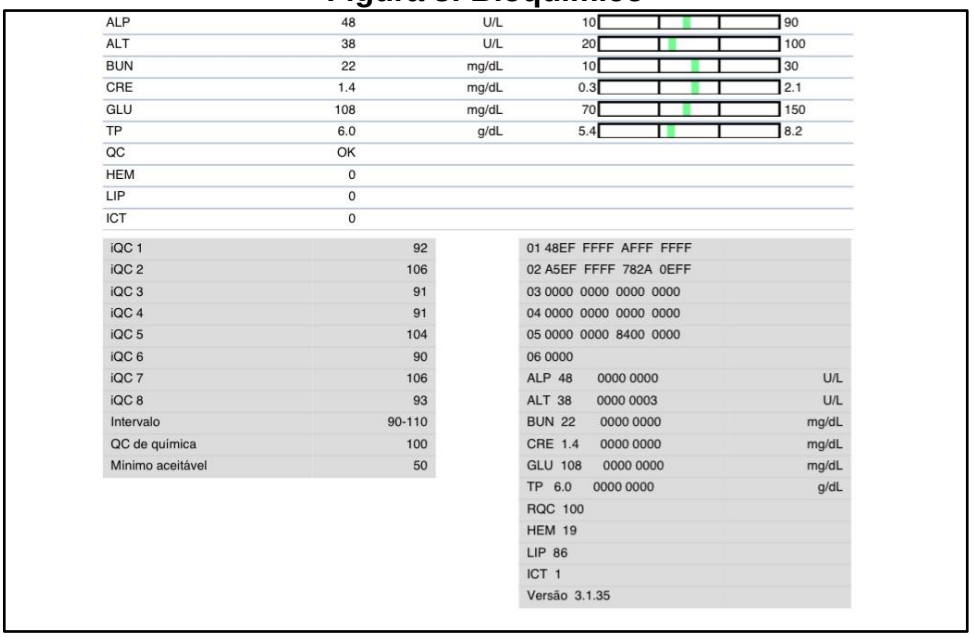
ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 7: Hemograma



Fonte**:** Arquivo pessoal, 2021.

Figura 8: Bioquímico



Fonte**:** Arquivo pessoal, 2021.

O animal foi pesado no dia 09/09, tendo 3,8Kg, ficando possível notar um aumento de sua massa muscular. Deste modo, o animal recebe os cuidados paliativos conforme o aparecimento de sinais clínicos que ainda não se normalizaram. Além disso, foi recomendado ao tutor exames de monitoração da saúde do animal a cada 6 meses, visando controlar a neoplasia que acomete o mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo, foi possível notar que o linfoma gastrointestinal é uma neoplasia que pode ser comumente encontrada na rotina clínica do médico veterinário, mas também pode apresentar uma certa dificuldade de um diagnóstico imediato, pois possui sinais clínicos muitos inespecíficos, havendo a necessidade de exames complementares para a obtenção de um diagnóstico concreto e definitivo. Foi possível concluir também, que em felinos com a presença do vírus da FIV e também

ISBN 978-65-5629-077-5

da FeLV, a predisposição de obtenção da doença e de não ter um prognóstico positivo ao tratamento são muito altas.

Em suma, no caso relatado do felino, o qual fora diagnosticado com linfoma gastrointestinal no início de 2021, podemos observar uma melhora no seu quadro clinico desde o seu diagnóstico e tratamento inicial, ou seja, podemos considerar que o protocolo do tratamento quimioterápico realizado está, até então, sendo eficaz. Apesar disso, o animal irá continuar com o ciclo quimioterápico e também sendo observado de perto pela médica veterinária responsável pelo caso.

REFERÊNCIAS

BARRIGA, Viviana Molero. **Avaliação citológica, histológica e imunoistoquímica do linfoma alimentar em felinos domésticos.** Orientador: Archivaldo Reche Junior. 2013. TCC (Especialização) - Curso de medicina veterinária e zootecnia, Universidade de São Paulo, Centro de Informática de São Carlos Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2014.

BATSCHINSKI, K, Epiphanio TMF. **Linfoma em felinos. In: Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais**; De Nardi AB, Roza MR, organizadores. PROMEVET Pequenos Animais: Programa de Atualização em Medicina Veterinária: Ciclo 4. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2019. p. 33–92. (Sistema de Educação Continuada a Distância; v. 3).

BERTONE, E. R.; SNYDER, L. A.; MOORE, A. S. **Environmental tobacco smoke and risk of malignant lymphoma in pet cats.** American Journal of Epidemiology; v. 156, n. 3, p. 268- 273, 2002.

BOTELHO, Laura Silveira. **Linfoma alimentar em gatos.** Orientador: Fernanda V. Amorim da Costa. 2019. TCC (Especialização) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização, 2019.

BRIDGEFORD, E.C.; MARINI, R.P.; FENG, Y.; PARRY, N.M.A.; RICKMAN, B.; FOX, J.G. **Gastric Helicobacters pecies as a cause of feline gastric lymphoma: a viable hypothesis.** Veterinary Immunology and Immunopathology; v. 123, n. 1-2, p. 106-113, 2008.

COUTO, C.G. Linfoma. In: NELSON, R.W.; COUTO, C.G. **Medicina interna de pequenos animais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015 cap. 77, p. 1160-1174.

CUNHA, MARCEL CRISTIANO ROLIM DA. **LINFOMA ALIMENTAR EM FELINO POSITIVO PARA FIV: RELATO DE CASO AREIA 2018.** Orientador: Débora Monteiro Navarro Marques de Oliveira. 2018. TCC (Graduação) - Curso de Faculdade de Medicina Veterinária, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Repositório Institucional da UFPB, 2018.

DALECK, Carlos Roberto; NARDI, Andrigo Barboza De; RODASKI, Suely. **Oncologia em cães e gatos.** 1º edição. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 612 p.

ISBN 978-65-5629-077-5

EVANS, S. E.;BONCZYNSKI, J. J.;BROUSSARD, J.D.; HAN, E.; BAER, K. E.**Comparison of endoscopic and full-thickness biopsy specimens for diagnosis of inflammatory bowel disease and alimentary tract lymphoma in cats.** Journal of the American Veterinary Medical Association; v. 229, n. 9, p. 1447-1450, 2006.

GOULDIN, E. D.; MULLIN, C.; MORGES, M.; MEHLER, S. J.; DE LORIMIER, L. P.; OAKLEY, C.; RISBON, R.; MAY, L.; KAHN, S. A.; CLIFFORD, C. **Feline discrete highgrade gastrointestinal lymphoma treated with surgical resection and adjuvant CHOP-based chemotherapy: retrospective study of 20 cases.** Veterinary and Comparative Oncology; v. 15, n. 2, p. 1-8, 2015. (mudar citação pra 2015)

HADDEN, A.G., Cotter, S.M., Rand, W., Moore, A.S., Davis, R.M. & Morrissey, P. (2008). **Efficacy and toxicosis of VELCAP-C treatment of lymphoma in cats.** Journal of Veterinary Internal Medicine, 22, 153-157.

KISELOW, M. A.; RASSNICK, K. M.; MCDONOUGH, S. P.; GOLDSTEIN, R. E.;SIMPSON, K. W.;WEINKLE, T. K.; ERB, H. N. **Outcome of cats with low-grade lymphocytic lymphoma: 41 cases (1995–2005).** Journal of the American Veterinary Medical Association; v. 232, n. 3, p. 405-410, 2008.

LINGARD, A. E.; BRISCOE, K.; BEATTY, J. A.; MOORE, A. S.; CROWLEY, A. M.; KROCKENBERGER, M.; CHURCHER, R. K.; CANFIELD, P. J.; BARRS, V. R. **Low-grade alimentary lymphoma: clinicopathological findings and response to treatment in 17 cases.** Journal of Feline Medicine and Surgery; v. 11, n. 8, p. 692-700, 2009.

MADEWELL, B.R., Gieger, T.L., Pesavento, P.A. & Kent, M.S. (2004). **Vaccine site-associated sarcoma and malignant lymphoma in cats: a report of six cases (1997-2002).** In Journal of the American Animal Hospital Association, 40, 47-50. Acedido em Abr. 27, 2010

PAULIN, M.V.; COURONNÉ, L.; BEGUIN, J.; LE PODER, S.; DELVERDIER, M.; SEMIN, M.O.; BRUNEAU, J.; CERF-BENSUSSAN, N.; MALAMUT, G.; CELLIER, C.; BENCHEKROUN, G.; TIRET, L.; GERMAN, A.J.; HERMINE, O.; FREICHE, V. **Feline low grade alimentary lymphoma: an emerging entity and a potential animal model for human disease.** BMC Veterinary Research; v. 14, n. 1, p. 1-19, 2018.

POHLMAN, L.M., Higginbotham, M.L., Welles, E.G. & Johnson, C.M. (2009). **Immunophenotypic and histologic classification of 50 cases of feline gastrointestinal lymphoma.** Veterinary Pathology, 46, 259-268. Acedido em Abr. 14, 2010

RISSETTO, K.; VILLAMIL, J.A.; SELTING, K.A.; TYLER, J.; HENRY, C.J. Recent Trends in **Feline Intestinal Neoplasia: an Epidemiologic Study of 1,129 Cases in the Veterinary Medical Database from 1964 to 2004**. Journal of the American Animal Hospital Association; v.47, n. 1, p. 28-36, 2010. (colocar em todas citações 2010)

ISBN 978-65-5629-077-5

RUSSELL, K.J.; BEATTY, J.A.; DHAND, N.; GUNEW, M.; LINGARD, A.E.; BARAL, R.M.; BARRS, V.R. **Feline low-grade alimentary lymphoma: how common is it?**. Journal of Feline Medicine and Surgery; v. 12, n.12, p. 910-912, 2012.

SANTOS, Ivan Felismino Charas. **LINFOMA DIGESTIVO EM GATO DOMÉSTICO (Felis catus): RELATO DE CASO**. Ciência Animal, São Paulo, V. 23 (1), p. 31 – 36, 2013.

SCHMIDT, B. R. **Lymphoma. In: NORSWORTHY**, G. D. The Feline Patient. 5. ed.WileyBlackwell, 2018. cap 132.

SHELTON, G. H.; GRANT, C. K.; COTTER, S. M.; GARDNER, M. B.; HARDY JUNIOR, W. D.; DIGIACOMO, R. F.**Feline Immunodeficiency Virus and Feline Leukemia Virus Infections and Their Relationships to Lymphoid Malignancies in Cats: A Retrospective Study (1968-1988)**. Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes;v. 3, n. 6, p. 623-630, 1990.

SIMON, D., Eberle, N., Laacke-Singer, L. & Nolte, I. (2008). **Combination chemotherapy in feline lymphoma: treatment outcome, torelability, and duration in 23 cats.** Journal of Veterinary Internal Medicine, 22, 394-400.

TOMÉ, Tânia Lee da Silva. **Linfoma em felinos domésticos.** Orientador: Luís Miguel Caeiro Chambel. 2010. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Técnica de Lisboa., Repositório da Universidade de Lisboa, 2010.

VAIL, D. M. **Feline Lymphoma and Leukemia**. In: WITHROW, J. S; VAIL, D. M. Small Animal Clinical Oncology. 4. Ed. Saunders Elsevier, 2007, p. 733-749.

VAIL, D. M.; MOORE, A. S.; OGILVIE, G. K.;VOLK, L. M. **Feline lymphoma (145 cases): proliferation indices, cluster of differentiation 3 immunoreactivity, and their association with prognosis in 90 cats.** Journal of veterinary internal medicine /American College of Veterinary Internal Medicine; v. 12, n. 5, p. 349-354, 1998.

VALLI, V. E.; JACOBS, R. M.; NORRIS, A.; COUTO, C. G.; MORRISON, W. B.; MCCAW, D.; COTTER, S.; OGILVIE, G.; MOORE, A. **The histologic classification of 602 cases of feline lymphoproliferative disease using the National Cancer Institute working formulation.** Journal of Veterinary Diagnostic Investigation; v. 12, p. 295-306, 2000.

WEISS, A. T. A.; KLOPFLEISCH, R.; GRUBER, A. D. **Prevalence of feline leukaemia provirus DNA in feline lymphomas. Journal of Feline Medicine and Surgery**; v. 12, n. 12, p. 929-935, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DA SAÚDE

ISBN 978-65-5629-077-5

TRATAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS PARA INSTABILIDADE POSTURAL E ALTERAÇÕES DA MARCHA EM PACIENTES ACOMETIDOS PELA DOENÇA DE PARKINSON: REVISÃO DE LITERATURA

Adrielly Cunha Marcolla[1]
Karila Somoskovize de Lima[2]
Jean Franciesco Vettorazzi[3]

Resumo: O processo de envelhecimento prejudica todos os sistemas do corpo humano, contudo o sistema nervoso central (SNC) é um dos mais afetados. Existem várias doenças que afetam o SNC em decorrência do envelhecimento, e destacamos nesse artigo a Doença de Parkinson (DP), que pode ser definida como um conjunto de modificações da síntese do neurotransmissor dopamina do SNC. Alguns dos sintomas característicos da doença são tremor em repouso, bradicinesia (lentidão de movimento), instabilidade postural, rigidez no movimento, alteração de equilíbrio, rigidez axial e discinesia (movimentos involuntários repetitivos). A reabilitação por meio da fisioterapia pode ser muito eficaz para um melhor prognóstico da doença. Mediante a isto, o objetivo deste estudo é trazer evidências científicas sobre os tratamentos fisioterapêuticos que apresentaram melhora em relação aos sintomas de instabilidade postural e alterações na marcha. As buscas foram realizadas nas bases de dados da pubmed, utilizando os seguintes descritores: reabilitação, fisioterapia e doença de Parkinson. Como resultado foram encontrados três artigos que apresentam condutas terapêuticas aptas para trazer uma melhora na instabilidade postural dos pacientes portadores da DP. Além de onze artigos com tratamentos fisioterapêuticos eficazes para melhora da marcha na DP. A partir do que foi apresentado pela literatura é possível concluir que o tratamento fisioterapêutico é muito eficiente para proporcionar uma melhor qualidade de vida em relação as alterações da marcha e de postural em paciente com DP.

Palavras-chave: Doença de Parkinson. Reabilitação. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento afeta todos os sistemas do corpo humano, entretanto o sistema nervoso é o mais afetado, pois ocorre a deterioração da massa branca e cinzenta de seus lobos. Outro fator importante é o espaçamento entre seus lobos e lapsos das transferências químicas que acarretam consequências no sistema nervoso central (SNC). (MACENA; HERMANO; COSTA, 2018)

Dentre as várias doenças que afetam o SNC em decorrência do envelhecimento, destacamos a Doença de Parkinson (DP), um distúrbio neurológico do movimento progressivo e degenerativo de origem idiopática, que afeta cerca de 7 milhões de pessoas no mundo (MAK; WONG-YU, 2019), estimando 1,5% ao ano entre idosos com mais de 65 anos (ALBERTS; ROSENFELDT, 2020). Esta patologia foi descrita por James Parkinson em 1817, como paralisia agitante, logo após, em 1888,

[1] Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Doutor Jean Franciesco Vettorazzi, docente dos cursos de fisioterapia, nutrição, educação física e biomedicina.

ISBN 978-65-5629-077-5

o médico neurologista Charcot denominou com "Mal de Parkinson" (MARTINS et al., 2020).

A DP é definida por meio de modificações da síntese do neurotransmissor dopamina do SNC. Este transtorno é oriundo de degenerações dos neurônios dopaminérgicos (pigmentados) presentes na substância cinzenta localizada no trato extrapiramidal do mesencéfalo, mais especificamente na região dos gânglios da base (CAPRIOTTI; TERZAKIS, 2016). Além disto, ocorrem modificações importantes no sistema vestibular (VOLPI et al., 2006) que correspondem principalmente a alterações no equilíbrio, na visão, e também alterações proprioceptivas que podem resultar em flexão lateral de tronco (TANG et al., 2021), nistagmo (VOLPI; NAVARRO, 2017) ,congelamento da marcha, acinesia dentre outros (MARTINS et al., 2020).Como consequência, ocorre dano funcional dos circuitos neurais (LOPES et al., [s.d.]) Ademais, outras áreas do encéfalo (sistema não-dopaminérgico) também são comprometidas pela degeneração neural, como o córtex e tronco cerebral (OLIVEIRA DE CARVALHO et al., 2018).

As grandes reduções dos níveis de dopamina originam os sintomas motores característicos da doença, como tremor em repouso, bradicinesia (lentidão de movimento), instabilidade postural, rigidez no movimento, alteração de equilíbrio, rigidez axial e discinesia (movimentos involuntários repetitivos) (XU; FU; LE, 2019). A rigidez e bradicinesia se originam quando a perda de massa cinzenta é de moderada a grave, já a alteração de equilíbrio e rigidez axial são causados por alterações em sistemas não-dopaminérgico (serotonérgico, colinérgico e adrenérgico) (MAK; WONG-YU, 2019).

A DP pode ser classificada em 5 estágios, de acordo com o grau de gravidade da doença. No estágio 1, o paciente possui comprometimento de grau funcional leve; no estágio 2 possui comprometimento bilateral ou da linha média, porém sem danos ao equilíbrio; no estágio 3 possui os primeiros sinais de endireitamento com prejuízo no teste do empurrão; no estágio 4 ocorre a incapacidade grave, entretanto ainda consegue se manter caminhando e em pé; e no último estágio, 5, o paciente encontrasse em cadeira de rodas ou acamado (MARTINS; CAON; MORAES, 2020). Salienta - se que os sintomas motores iniciam – se unilateralmente e posteriormente acometem o lado contralateral. (XU; FU; LE, 2019)

A fisioterapia é a área responsável por habilitar/reabilitar movimentos do corpo humano. LOPES et al., [s.d.] concluiu que a reabilitação na fase inicial da DP propicia um controle motor mais próximo do fisiológico ao paciente (LOPES et al., [s.d.]), mediante a isto o objetivo desta revisão de literatura visa trazer evidências científicas sobre os tratamentos fisioterapêuticos que apresentaram eficácia na melhora da marcha e controle postural em pacientes com a DP. Os artigos utilizados foram pesquisados na base de dados pubmed, em pesquisa avançada, com as consecutivas combinações de palavras chaves: Reabilitação *and.* Fisioterapia *and.* Doença de Parkinson.e seus equivalentes em inglês: rehabilitation *and* physical therapy *and* parkinson disease. Os critérios de inclusão foram: artigos com data de publicação dos últimos 5 anos, com texto completo gratuito, ensaio clínico e língua inglesa, portuguesa e espanhola.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na tabela 1 estão listados os artigos selecionados e seus respectivos dados mostrando os tratamentos para melhoria da marcha e controle postural na fisioterapia na DP.

Tabela 1: Artigos sobre tratamentos fisioterapêuticos na melhoria da marcha e controle postural em pacientes com a doença de Parkinson.

Título	Autor (es)	Objetivo	Resultado	Tipo de estudo/ano
Clinical effects of robot-assisted gait training and treadmill training for Parkinson's disease. A randomized controlled trial	CAPECCI, M. *et al*	Comparar os efeitos do treinamento de marcha assistida por robô e treinamento em esteira sobre resistência e a capacidade de marchas em pessoas com a doença de Parkinson, possuindo como objetivo secundário comparar o efeito dos tratamentos em pessoas com congelamento da marcha e avaliar os efeitos na qualidade de vida.	Ambos os grupos possuíram melhora significativa em todos os resultados, e obtiveram melhora na qualidade de vida, portanto conclui-se que o treinamento repetitivo de marcha intensiva é um tratamento eficaz e melhora a velocidade e resistência da marcha em pessoas com a doença de Parkinson. Contudo, o treinamento de marcha assistida por robô em comparação com o treinamento em esteira foi mais vantajoso no congelamento da marcha nesses pacientes.	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2019.
Virtual Reality Rehabilitation Versus Conventional Physical Therapy for Improving Balance and Gait in Parkinson's Disease Patients: A Randomized Controlled Trial	FENG, H. *et al*.	Investigar o efeito da tecnologia de realidade virtual em pacientes com a doença de Parkinson com alteração no equilíbrio e marcha.	Segundo os resultados da pesquisa o tratamento com a realidade virtual em pacientes com a doença de Parkinson apresentou uma maior melhora no equilíbrio e marcha comparado com o tratamento de fisioterapia convencional.	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2019.
Balance *versus* resistance training on postural control in patients with parkinson's disease: a	SANTOS, S., M. *et al.*	Comparar a eficácia do treinamento de equilíbrio comparado com o treinamento de resistência na	Em pacientes com a doença de Parkinson o treinamento de equilíbrio foi mais eficaz do que o treinamento de resistência para	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

randomized controlled trial		melhora do controle postural em pessoas com doença de Parkinson.	melhorar o controle postural.	
The effect of the rehabilitation program on balance, gait, physical performance and trunk rotation in Parkinson's disease	STOZEK, J. *et al.*	Avaliar os efeitos do programa de reabilitação de equilíbrio, marcha, desempenho motor e rotação de tronco em indivíduos com a doença de Parkinson.	Os exercícios executados foram: exercícios de relaxamento, exercícios respiratórios, exercícios de amplitude de movimento e alongamentos, exercícios de rotação de tronco em várias posições, exercícios de mobilidade e treinamento funcional, reeducação postural, exercícios de equilíbrio, treino de marcha, música e elementos de dança, fonoaudiologia e exercícios de expressão facial. A reabilitação melhorou significativamente as alterações de equilíbrio, marcha e rotações de tronco.	Estudo de caso de 2016.
The feasibility and positive effects of a customised videogame rehabilitation programme for freezing of gait and falls in Parkinson's disease patients: a pilot study	NUIC, D. *et al.*	Avaliar a viabilidade e aceitabilidade da reabilitação com um videogame personalizado para tratar alterações da marcha e do equilíbrio em pacientes com a doença de Parkinson e avaliar seus efeitos sobre esses sinais motores incapacitantes.	Os resultados sugerem que a reabilitação com um videogame personalizado para tratar as alterações da marcha e do equilíbrio são viáveis e eficazes em pacientes com a doença de Parkinson.	Estudo de caso de 2018.
Instrumental or Physical-Exercise Rehabilitation of Balance Improves Both Balance and Gait in Parkinson's Disease	GIARDINI, M. *et al.*	Avaliar dois protocolos de treinamento fisioterapêutico (ficar em uma plataforma móvel e exercícios de	Ambos os protocolos apresentaram eficácia no tratamento de equilíbrio e marcha dos pacientes acometidos pelo Parkinson.	Estudo de caso de 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

		equilíbrio tradicionais) para melhora do equilíbrio e locomoção em paciente com Parkinson.		
Walking to your right music: a randomized controlled trial on the novel use of treadmill plus music in Parkinson's disease	Calabrò, R., S. *et al.*	Identificar quais mecanismos sustentam e melhoram a marcha de pacientes com a doença de Parkinson que praticavam o treinamento de marcha com estimulação auditiva rítmica.	Os resultados sugerem que a utilização da estimulação auditiva rítmica durante o treino de marcha consiste em uma reformulação dos ritmos sensório-motores e da conectividade fronto-centroparietal / temporal. Restaura os mecanismos que geram e controlam a ritmicidade motora, melhorando assim o desempenho da marcha.	Estudo de caso de 2019.
Neurophysiological and clinical effects of blindfolded balance training (bbt) in parkinson's disease patients: a preliminary study	BONNÍ, S. *et al.*	Investigar os efeitos clínicos e neurofisiológicos de um treinamento de equilíbrio com os olhos vendados (bbt).	O estudo conclui que o BBT pode ser usado como uma estratégia reabilitadora complementar, baseada na: privação visual e perturbação proprioceptiva na recuperação da marcha em pacientes com a doença de Parkinson. O BBT melhora a marcha nos pacientes com DP.	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2019
Does Nordic Walking restore the temporal organization of gait variability in Parkinson's disease?	WARLOP, T. *et al.*	Avaliar os efeitos e benéficos da caminhada nórdica na organização temporal da variabilidade da marcha e variáveis espaço-temporais da marcha de pacientes com Parkinson.	A caminhada nórdica pode contribuir de forma poderosa contra a aleatoriedade da marcha e a hipocinesia da marcha típica em pacientes com a doença de Parkinson.	Estudo de caso de 2017.
Virtual Reality Telerehabilitation for Postural Instability in Parkinson's Disease: A Multicenter, Single-	GANDOLFI, M.*et al.*	Comparar as melhorias na estabilidade postural após treinamento de equilíbrio com realidade virtual	A realidade virtual é um tratamento viável para treinamento de integração sensorial de equilíbrio na clínica para reduzir a instabilidade postural em pacientes	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

Blind, Randomized, Controlled Trial		supervisionado remotamente em casa e treinamento de integração sensorial de equilíbrio na clínica.	com a doença de Parkinson.	
Exercise and Parkinson disease: Comparing tango, treadmill and stretching	RAWSON, K., S. *et al.*	Avaliar o impacto do tango, caminhada na esteira e alongamento na marcha, equilíbrio, função motora e qualidade de vida de pacientes com Parkinson.	Apenas a esteira melhorou o caminhar para frente, enquanto a marcha para trás melhorou com esteira e alongamento.	Estudo de caso de 2019.
Perceptive rehabilitation and trunk posture alignment in patients with Parkinson disease: a single blind randomized controlled trial	MORRON E, M. *et al*.	Avaliar se um tratamento de reabilitação perceptiva pode ser mais eficaz do que um programa de fisioterapia convencional na melhora do controle postural e do padrão de marcha em pacientes com doença de Parkinson.	O treinamento perceptivo pode ajudar a restaurar uma percepção correta da linha média e, por sua vez, melhorar o controle postural em pacientes acometidos pela doença de Parkinson.	Estudo de caso, ensaio clínico randomizado, de 2016.
A Randomized Controlled Trial of Exercise for Parkinsonian Individuals with Freezing of Gait	SILVA-BATISTA, C. *et al.*	Verificar se o treinamento de resistência adaptado com instabilidade utilizando exercícios com complexidade motora seria mais eficaz do que a reabilitação motora tradicional utilizando exercícios sem complexidade motora na melhoria da gravidade do congelamento	O treinamento de resistência adaptado com instabilidade utilizando exercícios com motor complexidade foi mais eficaz do que a reabilitação motora tradicional utilizando exercícios sem complexidade motora na melhoria do congelamento da marcha, sinais motores, qualidade de vida, amplitude de elevação da perna e ativação cerebral.	Estudo de caso de 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

		da marcha em pacientes com doença de Parkinson.		
Effect of Group-Based Rehabilitation Combining Action Observation with Physiotherapy on Freezing of Gait in Parkinson's Disease	PELOSIN, E. *et al.*	Investigar se o treinamento de observação de ação pode melhorar o congelamento da marcha e mobilidade em pacientes com a doença de Parkinson, quando o treinamento de observação de ação é aplicado em uma configuração baseada em grupo**.**	O treinamento baseado em grupo de observação de ação é viável e eficaz no congelamento da marcha e desempenho em pacientes acometidos pela Doença de Parkinson.	Estudo de caso de 2018.

2.1 Tratamentos fisioterapêuticos para instabilidade postural na doença de Parkinson

Com base nos artigos da tabela 1, em média 75% dos pacientes portadores da DP possuem instabilidade postural e como consequência disto um maior risco de quedas. Alguns dos sistemas prejudicados na doença e que afetam o equilíbrio são os sistemas vestibular, proprioceptivo e visual. A reabilitação é uma abordagem não farmacológica mais eficaz para o paciente melhorar seu controle postural. Ainda, um tratamento comprovado em estudos que é eficaz para a instabilidade postural é a realidade virtual a partir do treinamento de integração sensorial de equilíbrio na clínica (GANDOLFI et al., 2017)

Outro tratamento idôneo para essa alteração é o treinamento de equilíbrio. Segundo os pesquisadores, os exercícios de equilíbrio apresentaram melhores resultados para controle postural do que o treinamento de resistência. O protocolo de treinamento inclui: exercício de equilíbrio, integração sensorial, coordenação motora, estabilidade postural, mobilidade e agilidade, independência funcional e marcha, proporcionando aos pacientes situações desafiadoras em superfície instável, com o uso de bolas e trampolins, coordenação e agilidade envolvendo membros superiores, membros inferiores e tronco associado a circuitos de marcha. (SANTOS et al., 2017)

Ademais, estudos concluíram que o treinamento perceptivo pode beneficiar a restauração da percepção correta da linha média do corpo e consequentemente lapidar o controle postural dos pacientes acometidos pela DP. Os exercícios eram compostos por superfícies rígidas de madeira suportando cones de látex deformáveis de várias dimensões, proporcionando aos pacientes uma diminuição do ângulo de cifose. (MORRONE et al., 2016)

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 TRATAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS PARA MELHORA DA MARCHA NA DOENÇA DE PARKINSON

Após a análise dos artigos da tabela 1, a marcha entre outras alterações decorrentes da DP torna – se um dos distúrbios mais evidentes em pacientes afetados por esta doença. A diminuição do ritmo e dos movimentos automáticos dos quais o indivíduo saudável realiza são drasticamente afetados, causando assim lentidões, congelamento da marcha e passos irregulares que geram uma série de outros problemas. Atualmente estudos mostram que o uso da caminhada rítmica em esteira, e a utilização de música nesta atividade, apresentou efeitos significativos na velocidade, cadencia e comprimento da passada, tendo em vista que a utilização de sons durante este exercício gera eficácia na neuroplasticidade inibindo outras vias. (FENG et al., 2019)

Os tratamentos na DP normalmente tratam também outras alterações como problemas posturais e de equilíbrio associados com a marcha. Um estudo com grandes efeitos e benefícios a estes pacientes uniu um quantitativo significante de pessoas, mais especificamente 64 pacientes adentraram o estudo sendo divididos em grupos e 61 desses finalizaram o tratamento. Este grupo foi submetido a um treinamento de reabilitação que consistiu em avaliações de toda marcha e rotação de tronco, equilíbrio, questionários e escalas, caminhadas de 10 metros, simulações de atividades de vida diária (AVD) cronometradas, sessões de terapia semanalmente, programas de reabilitação que corresponde em exercícios respiratórios, de relaxamento, ADM, mobilidade, alongamentos, utilização da música e dança entre outros. Este estudo mostrou – se eficaz na evolução dos quadros de marcha, equilíbrio e rotação de tronco em pacientes com DP. (STOŻEK et al., 2016)

Outro tratamento visando beneficiar a evolução dos movimentos é a utilização da realidade virtual através de um jogo de videogame criado especialmente para tratar a marcha DP. O tratamento consiste em utilizar o videogame que tem comando através de um laptop. Este é controlado pelo paciente que realizará movimentos tanto com membros superiores (MMSS), quanto com membros inferiores (MMII), com aumentos e diminuições das velocidades, amplitude de movimentos e combinações de mobilidades que podem variar conforme os comandos estabelecidos. (NUIC et al., 2018)

A irregularidade do ritmo e a diminuição dos movimentos automáticos são percebidos em estágios não tão avançados na DP, e isto irá diversificar de acordo com o grau de lesão no sistema cerebral. Inúmeros estudos buscam aprimorar este quesito de marcha como a utilização de caminhadas em esteiras com estímulos sonoros. Este estudo mostrou que a utilização da música durante a caminhada estacionária em esteira trouxe ao paciente um atendimento individualizado potencializando a recuperação de movimentos gerados através de um desvio do circuito cerebral, permitindo assim que outras vias transmissoras sejam ativadas e mostrem – se eficazes na evolução de irregularidades da marcha. (CALABRÒ et al., 2019)

Um estudo com treinamento de marcha eletromecânico assistido com auxílio de robô também foi utilizado com o intuito de minimizar os efeitos negativos causados pela DP na marcha. A utilização da esteira e caminhadas assistidas mais uma vez mostrou-se o coadjuvante na reabilitação global desses pacientes, obtendo progressos em alterações posturais e principalmente funcionais a longo prazo (CAPECCI et al., 2019). Outro estudo importante mostrou eficácia em curto prazo

ISBN 978-65-5629-077-5

mantendo resultados positivos na persistência destas atividades. A união da caminhada na esteira, o tango e exercícios de alongamentos foram testados neste artigo, e respostas significativas foram observadas somente na união das três atividades, sendo que realizadas isoladamente ainda necessitam de mais estudos para a aplicabilidade de cada programa de reabilitação separadamente. (RAWSON et al., 2019)

A porcentagem de pacientes com DP que apresentam o congelamento da marcha é considerável, sendo este um dos motivadores de quedas e desequilíbrios. Segundo os autores (SILVA-BATISTA et al., 2020) e (PELOSIN et al., 2018), o primeiro realizou uma avaliação inicial através de vídeo para determinar se os interessados realmente estavam afetados pelo congelamento da macha. Realizou-se questionários e somente após consentimento iniciou – se os exercícios de equilíbrio, amplitude de movimento e marcha com a supervisão do fisioterapeuta. Já o segundo autor utilizou como critérios pacientes com DP Idiopática que tivessem uma independência na caminhada sem necessidade de dispositivos de apoio e que tivessem o congelamento de marcha ao menos um dia na semana. Ambos mostraram – se eficazes na melhora da marcha dos pacientes, reduzindo o risco de queda, fortalecendo a musculatura envolvida e proporcionando maior estabilidade na passada destes pacientes.

Conforme descrito pelo autor (BONNÌ et al., 2019), alterações do sistema vestibular, visual e proprioceptivo são grandes causadores das alterações do equilíbrio dinâmico e da marcha. O autor realizou uma abordagem visando privar o sistema visual realizando atividades com os olhos vendados e com alterações de propriocepção visando estimular o sistema vestibular, consequentemente houve uma melhora significativa da marcha desses indivíduos e principalmente estabilidade postural.

Finalmente, a caminhada nórdica a cada dia torna –se mais presente na vida de pessoas com DP. Neste sentido, estudos mostram que a caminhada com auxílio deste bastão traz benefícios no comprimento da marcha. O uso de um auxílio torna o paciente mais confiante e automaticamente dispara sinapses satisfatórias desviando assim de circuitos defeituosos. Portanto notou – se resultados favoráveis na discinesia, menos riscos de queda e estabilidade, já que utiliza movimentos rítmicos tanto de membros superiores como inferiores, necessitando de concentração e equilíbrio do paciente. (WARLOP et al., 2017)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mencionados para a realização deste artigo trouxeram conhecimento e maior clareza em relação a quais tratamentos são eficazes no tratamento da DP e em especial aqueles focados no avanço da marcha, equilíbrio e instabilidade postural. Todos os estudos apresentados mostraram resultados satisfatórios para tais problemáticas citadas acima.

É importante destacar que os avanços fisioterapêuticos nesse tratamento atendem e apresentam melhora em todos os estágios desta enfermidade, desde sua fase inicial a fases mais avançadas. Portanto, conclui-se que a fisioterapia e as inovações terapêuticas estão cada vez adentrando a vida de pacientes portadores da DP e transformando a vida dessas pessoas, trazendo satisfação em suas atividades de vida diária e principalmente qualidade de vida.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

ALBERTS, J. L.; ROSENFELDT, A. B. The Universal Prescription for Parkinson's Disease: Exercise. **Journal of Parkinson's disease**, v. 10, n. s1, p. S21–S27, 2020.

BONNÌ, S. et al. Neurophysiological and clinical effects of blindfolded balance training (BBT) in Parkinson's disease patients: a preliminary study. **European journal of physical and rehabilitation medicine**, v. 55, n. 2, p. 176–182, abr. 2019.

CALABRÒ, R. S. et al. Walking to your right music: a randomized controlled trial on the novel use of treadmill plus music in Parkinson's disease. **Journal of neuroengineering and rehabilitation**, v. 16, n. 1, p. 68, 7 jun. 2019.

CAPECCI, M. et al. Clinical effects of robot-assisted gait training and treadmill training for Parkinson's disease. A randomized controlled trial. **Annals of physical and rehabilitation medicine**, v. 62, n. 5, p. 303–312, set. 2019.

CAPRIOTTI, T.; TERZAKIS, K. Parkinson Disease. **Home healthcare now**, v. 34, n. 6, p. 300–307, jun. 2016.

FENG, H. et al. Virtual Reality Rehabilitation Versus Conventional Physical Therapy for Improving Balance and Gait in Parkinson's Disease Patients: A Randomized Controlled Trial. **Medical science monitor: international medical journal of experimental and clinical research**, v. 25, p. 4186–4192, 5 jun. 2019.

FRANZONI, L. T. et al. A 9-Week Nordic and Free Walking Improve Postural Balance in Parkinson's Disease. **Sports medicine international open**, v. 2, n. 2, p. E28–E34, abr. 2018.

GANDOLFI, M. et al. Virtual Reality Telerehabilitation for Postural Instability in Parkinson's Disease: A Multicenter, Single-Blind, Randomized, Controlled Trial. **BioMed research international**, v. 2017, p. 7962826, 2017.

LOPES, V. et al. A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTE COM PARKINSON. **A INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTE COM PARKINSON**, p. 1-388–416, [s.d.].

MACENA, W. G.; HERMANO, L. O.; COSTA, T. C. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. **Revista Mosaicum**, n. 27, p. 223–238, 10 maio 2018.

MAK, M. K. Y.; WONG-YU, I. S. K. Exercise for Parkinson's disease. **International review of neurobiology**, v. 147, p. 1–44, 2019.

MARTINS, C. C. M.; CAON, G.; MORAES, C. M. O. A Doença de Parkinson e o Processo de Envelhecimento Motor: uma Revisão de Literatura. **Saúde e Desenvolvimento humano**, v. 8, n. 3, p. 155–167, 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

MORRONE, M. et al. Perceptive rehabilitation and trunk posture alignment in patients with Parkinson disease: a single blind randomized controlled trial. **European journal of physical and rehabilitation medicine**, v. 52, n. 6, p. 799–809, dez. 2016.

NUIC, D. et al. The feasibility and positive effects of a customised videogame rehabilitation programme for freezing of gait and falls in Parkinson's disease patients: a pilot study. **Journal of neuroengineering and rehabilitation**, v. 15, n. 1, p. 31, 10 abr. 2018.

OLIVEIRA DE CARVALHO, A. et al. Physical Exercise For Parkinson's Disease: Clinical And Experimental Evidence. **Clinical practice and epidemiology in mental health : CP & EMH**, v. 14, p. 89–98, 2018.

PELOSIN, E. et al. Effect of Group-Based Rehabilitation Combining Action Observation with Physiotherapy on Freezing of Gait in Parkinson's Disease. **Neural plasticity**, v. 2018, p. 4897276, 2018.

RAWSON, K. S. et al. Exercise and Parkinson Disease: Comparing Tango, Treadmill, and Stretching. **Journal of neurologic physical therapy: JNPT**, v. 43, n. 1, p. 26–32, jan. 2019.

SANTOS, S. M. et al. Balance versus resistance training on postural control in patients with Parkinson's disease: a randomized controlled trial. **European journal of physical and rehabilitation medicine**, v. 53, n. 2, p. 173–183, abr. 2017.

SILVA-BATISTA, C. et al. A Randomized, Controlled Trial of Exercise for Parkinsonian Individuals With Freezing of Gait. **Movement disorders: official journal of the Movement Disorder Society**, v. 35, n. 9, p. 1607–1617, set. 2020.

STOŻEK, J. et al. The effect of the rehabilitation program on balance, gait, physical performance and trunk rotation in Parkinson's disease. **Aging clinical and experimental research**, v. 28, n. 6, p. 1169–1177, dez. 2016.

TANG, H. et al. The link between lateral trunk flexion in Parkinson's disease and vestibular dysfunction: a clinical study. **The International journal of neuroscience**, v. 131, n. 6, p. 521–526, jun. 2021.

VOLPI, F. S.; NAVARRO, F. M. UM ESTUDO DE CASO DA REABILITAÇÃO VESTIBULAR EM PACIENTES IDOSOS COM VPPB E DOENÇA DE PARKINSON ASSOCIADA. **Fisioterapia em Movimento (Physical Therapy in Movement)**, v. 19, n. 2, 30 ago. 2017.

WARLOP, T. et al. Does Nordic Walking restore the temporal organization of gait variability in Parkinson's disease? **Journal of neuroengineering and rehabilitation**, v. 14, n. 1, p. 17, 21 fev. 2017.

XU, X.; FU, Z.; LE, W. Exercise and Parkinson's disease. **International review of neurobiology**, v. 147, p. 45–74, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

ISBN 978-65-5629-077-5

DETECÇÃO DE ESTRUTURAS PARASITARIAS EM HORTALIÇAS DE HORTA CULTIVADA COM ESTERCO EM CASCAVEL - PARANÁ

Felipe Domingues Dias[1]
Jaqueline Dalpupo[2]
Larissa Manoela Dias Rodrigues[3]
Maria Eduarda Domingos Rodrigues[4]
Mariana Pastri[5]
Leticia de Cassia Tavares Thiesen[6]

Resumo: Com a busca cada vez maior por alimentos orgânicos cresce o consumo por hortaliças tratadas com adubo que tem como base "estercos" animais, e desta forma podem ser veículos de parasitas intestinais. Diante deste contexto, o presente estudo, tem por finalidade, investigar a presença de parasitas em hortaliças de uma horta localizada em Cascavel no Paraná, onde há o cultivo orgânico e irrigação por águas fluviais de uma região com saneamento básico limitado. O procedimento adotado após escolher cinco hortaliças distintas, foi baseado na técnica de Hoffman, Pons e Janner, e Faust. Foram identificados dezoito tipos de microrganismos. As hortaliças apresentaram alta taxa de contaminação pelos agentes parasitários.

Palavras-chave: Parasitas. Hortaliças. Orgânicos.

1 INTRODUÇÃO

O cuidado com a alimentação é um fator importante que contribui para o mantimento da homeostase do organismo, suprindo-o com microelementos exigidos para as reações metabólicas e atividades rotineiras. Assim, a busca por uma alimentação natural, provenientes de cultivos orgânicos, livres de defensivos agrícolas, cresce a cada dia (DE SÁ, 2019; CARVALHO *et al.,* 2006), destacando-se assim os cultivos orgânicos. Dentre os métodos utilizados nestes cultivos orgânicos, destacam-se a utilização de fezes proveniente de animais (estercos) para a adubagem do solo (SEDIYAMA, 2014), entretanto, o uso deste tipo de adubo pode aumentar o risco de contaminação das hortaliças por parasitas, podendo-o torná-las impróprias para o consumo humano (STEPHENSON, 1997). Pois, ressalta-se que a principal via de transmissão parasitaria é pela via fecal/oral, com a ingestão de água e alimentos como frutas, legumes e vegetais contaminados.

Cabe ressaltar que pode ocorrer também a infecção parasitária pela manipulação dos vegetais, maus hábitos de higiene, e ainda a precariedade de saneamento básico, gerando uma expansão das parasitoses, por várias regiões brasileiras (NOLA, 2005; FALAVIGNA *et* al., 2005). Diante disso, é ressaltada a importância da higienização das mãos e dos alimentos antes do consumo, principalmente, os *in natura*.

[1] Acadêmico(a) do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico(a) do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
[3] Acadêmico(a) do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
[4] Acadêmico(a) do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
[5] Acadêmico(a) do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
[6] Professora do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

Dentre os possíveis parasitas que podem ser encontrados nas hortaliças com cultivo orgânico, destacam-se os protozoários e nematódeos, como cistos de *Entamoeba histolytica*, *Entamoeba coli*, *Giárdia lamblia*, ovos de *Hymenolepis nana*, Coccídeos, ovos de *Enterobius vermiculares,* larvas de *Strongyloides stercoralis*, larvas e ovos de *Ancilostomídeos e* ovos de *Ascaris spp.* Embora existam sintomas característicos de cada doença parasitária, de modo geral estes parasitas causam episódios de diarreias, picos febris, desconforto abdominal, fraqueza e êmese (NOMURA *et al.,* 2015; DE SÁ, 2019), além da morbidade causada, que é imensurável. Para detecção destes microrganismos, utilizam-se como padrão ouro as análises microscópicas do material coletado. As análises, geralmente, são simples e de baixo custo, fundamentadas na sedimentação espontânea destes parasitas, onde os ovos, cistos e larvas mais pesados irão para o fundo do cálice junto com o sedimento formado (HOFFMAN, 1934). Há também, técnicas de centrifugo-flutuação, onde por diferença de densidade os parasitas mais leves permanecerão no sobrenadante do tubo (FAUST *et al.,* 1939).

Estimativas mundiais indicam que as parasitoses atingem mais de 1,5 bilhão de pessoas, ou 24% da população mundial, sendo cerca de 880 milhões de crianças. No Brasil há uma tendência para o declínio na prevalência de parasitoses, com número atual de 9,3 milhões de pré-escolares e escolares que seriam candidatas a serem portadoras de alguma parasitose (SADOVSKY, et al., 2020).

Diante deste contexto, o presente estudo, tem por finalidade, investigar a presença de parasitas em hortaliças de uma horta localizada em Cascavel no Paraná, onde há o cultivo orgânico e irrigação por águas fluviais de uma região com saneamento básico limitado.

2 METODOLOGIA

As amostras foram coletadas aleatoriamente, em diferentes porções dos canteiros da horta. Foram escolhidos 3 pés de cada uma das seguintes hortaliças: Alface (*Lactuca sativa*), almeirão (*Cichorium intybus),* rúcula (*Eruca sativa*), cebolinha (*Allium schoenoprasum)*, salsinha (*Petroselinum crispum*), estas foram armazenadas individualmente em sacos estéreis e levadas ao laboratório para dar início à preparação e as análises.

O procedimento adotado foi baseado no descrito por de Sá (2018, p.304), onde as hortaliças foram lavadas sob imersão com água destilada em um béquer, as folhas foram friccionadas durante a lavagem. Em seguida foi adicionado detergente neutro à uma proporção de 1:4 de água, o conteúdo foi agitado e deixado em repouso por 10 minutos. Após isso armazenou-se três soluções de cada hortaliça em cálices cônico, durante a transferência filtrou-se o líquido em gases dobradas 8 vezes. Deixou-se ocorrer à sedimentação espontânea por 24 horas, utilizando a técnica de Hoffman, Pons e Janner, realizou-se também, centrifugo-flutuação em solução aquosa de sulfato de zinco 33%, baseada na metodologia proposta por Faust. Ao fim, com o material já processado, por meio do auxílio de pipeta e uma alça bacteriológica, foi possível resgatar o sedimento e o sobrenadante, respectivamente, depositando o material de cada amostra sobre uma lâmina, corando-a com uma gota de lugol fraco, em seguida, cobriu-se a com o uso de uma lamínula.

Prosseguindo para análise microscópica em objetiva com aumento de 10x e confirmação de estrutura parasitária em aumento de 40x, todas as análises foram realizadas em triplicata.

ISBN 978-65-5629-077-5

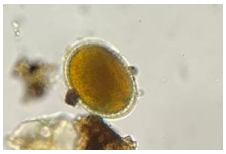
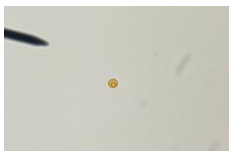
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas as cinco amostras e identificados dezoito tipos de microrganismos. As hortaliças apresentaram alta taxa de contaminação pelos agentes parasitários encontrados, destes, quatro foram classificados como fungos e outros três como parasitas de outros animais, principalmente de aves, como quero-queros, galinhas e um de roedores. Observou-se também a presença de uma espécie de ácaro além de uma espécie de coccídeo, que acomete principalmente ovinos, bovinos, suínos e aves embora algumas espécies nas quais possuem capacidade de parasitar o organismo humano (SANTOS, 2019). Faz-se necessário destacar, que algumas estruturas não foram identificadas e os demais são positivos para contaminação de enteroparasitas, classificados como protozoários (amebas, esporozoários e ciliados) e metazoários (nematelmintos e platelmintos (trematódeos)). Dentre eles, citados a seguir:

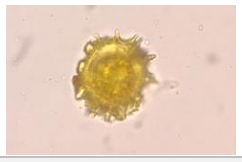
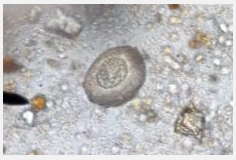
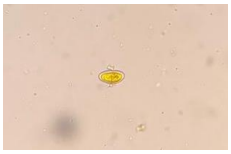
Tabela 1. Análise parasitológica de hortaliças provenientes de horta. Cascavel-PR

Forma parasitária	Rúcula	Salsinha	Cebolinha	Almeirão	Alface
Larva *Strongiloydes Stercoralis*	+	+	+	+	+
Ovos de *Strongyloides stercoralis*	+	+	+	+	+
Ovos *coccídeos*	+		+		
Ovos *Enterobius vermicularis*				+	
Cisto de *endolimax nana*		+			
Fascíola hepática		+			
Hymnolepis nana	+				
Ovos *Heterakis*	+	+	+	+	+
Ovos *Ancilostomídeo*	+	+	+	+	+
Syngamus Trachea	+	+	+	+	+
Dispharynx sp.	+	+	+	+	+
Ascaridia sp.	+	+	+	+	+
Dispharynx sp.	+	+	+	+	+

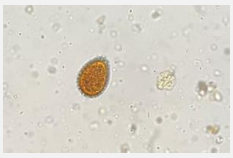
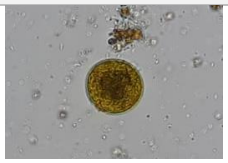
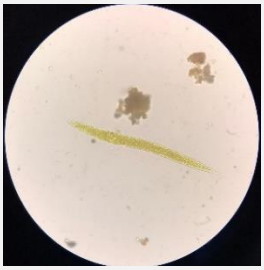
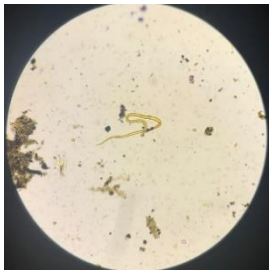
ISBN 978-65-5629-077-5

Ovos de *acarina sp.*	+	+	+	+	+
Alternaria sp.	+	+	+	+	+
Esporos de *ascomicetos*	+	+	+	+	+
Leandria momordicae	+	+	+	+	+
Oidium sp.	+	+	+	+	+
Larva de *Syphacia muris*	+	+	+	+	+
Cistos de *Balantidium coli*	+	+	+	+	+
Trofozoíto de *Balantidium coli*	+	+	+	+	+
Ovos de *Balantidium coli*	+	+	+	+	+
Larva *Strongyloides Stercoralis*					
Ovo de *Strongyloides stercoralis*					
Ovos *Coccídeos*					
Cisto de *Endolimax nana*					
Estrutura não identificada					

ISBN 978-65-5629-077-5

Estrutura não identificada	
Hymenolepis nana	
Ovos de *Heterakis (aves)*	
Syngamus trachea (aves)	
Dispharynx sp. (aves)	
Larva de Ancylostoma sp.	
***Ovo de* Ancylostoma sp.**	
Ovos de *Acarina sp. (ácaro)*	
Alternaria sp. (fungo)	

ISBN 978-65-5629-077-5

Ascósporo de *ascomicetos* *(fungo)*	
Leandria momordicae (fungo)	
Oidium sp. (fungo)	
Cistos de *Balantidium coli*	
Trofozoíto *Balantidium coli*	
Ovo de Balantidium coli	
Larva de Syphacia muris (roedores)	
Larva não identificada	

ISBN 978-65-5629-077-5



Figura 1 Larva de Strongyloides stercoralis. Aumento 40x.



Figura 2 Ovo de Ancylostoma sp. Aumento 40x.

Nota-se que a contaminação por estes parasitas se dá em todas as amostras, o que pode ser consequência do processo de produção como um todo, como a manipulação, plantio, mas principalmente pela irrigação e adubação, que neste caso, a água da regadora provém de nascentes ligadas a uma escavação no solo e as amostras recebem adubo granulado, esterco de galinha e resíduos de algodão, algumas destas circunstancias também são levantadas no estudo de Nomura (et al., p. 212, 2015), onde relatam que o uso de água e efluentes não tratados na irrigação das hortaliças representam um importante mecanismo de propagação de parasitoses. Ademais, faz-se útil destacar que outrora a horta foi um local utilizado para depósito de resíduos a céu aberto. Este ambiente, atrelados a fatores naturais, como solo, ar, até mesmo pelo revoar de diversos pássaros, justificam também, a presença dos fungos, ácaros e parasitas de aves e roedores já citados, esta perspectiva se relaciona com os estudos de Daniela Dufloth (et al., 2013), que aponta a contaminação das hortaliças por meio de animais vetores como, aves, moscas e ratos.

Dados relatados nos trabalhos de Netto (2015), Santos (2007) e Freckleton (2019) quando mensuraram a prevalência de parasitoses na população paranaense, demonstraram que os enteroparasitas com maior prevalência foram *Entamoeba coli, Giárdia lamblia e Endolimax nana,* evidenciando que as hortaliças podem apresentam-se como uma importante fonte de contaminação, destes vermes supracitados, e os outros quinze encontrados neste estudo.

Evidencia-se também a presença dos ovos e larvas dos helmintos *Strongyloides stercoralis* e *Ancylostoma sp.,* pois estes, apresentaram-se em abundância nas hortaliças avaliadas nesta pesquisa, sendo encontrados também nas mesmas e em outras espécies de hortaliças em vários estudos (ONO, 2005; NOMURA et al., 2015; DE SÁ, 2019). Estes parasitas têm grande significado quando se trata de contaminação da população consumidora, e principalmente daqueles que fazem o plantio e manipulação das espécies, pois estes helmintos possuem a capacidade de penetração cutânea o que é um agravante em questão de contágio.

Sendo importante analisar os aspectos coletivos e individuais, como as boas condições sanitárias (educação da comunidade; controle e vigilância dos alimentos, lixo e esgoto; oferta de água tratada) e de moradia, assim como a boa saúde da população, já são fatores relevantes na população afetada por estas patologias (SADOVSKY, et al., 2020). Para que haja intervenções, é necessário conhecer não

ISBN 978-65-5629-077-5

apenas o agente etiológico, fatores biológicos e ambientais, mas também o hospedeiro humano, pois o comportamento humano é fundamental e deve ser levado em conta para o planejamento de pesquisas em doenças parasitárias que incluam fatores culturais, sociais e psicológicos BUZATO, et al., 2015).

Desse modo é importante reforçar a afirmação de que as hortaliças devem ser consumidas com adequadas condições de higienização e sanitização. Tal resultado indica um risco aos consumidores e produtores das hortaliças, devido ao ciclo de vida dos parasitas e suas possíveis complicações e migrações a diversos órgãos após a instalação e desenvolvimento no organismo do hospedeiro (NOLA, 2005; FALAVIGNA *et* al., 2005).

3 CONCLUSÃO

Isto posto, constatou-se que há intensa contaminação de parasitária de ampla variedade nas amostras analisadas, sendo este um fator de grande exposição para a saúde pública. Ressalta-se ainda a importância do consumo de hortaliças para a saúde, pois são ricas em substâncias como minerais, vitaminas e fibras. Embora, faz-se necessário o alerta para o cuidado com a higienização adequada das mesmas, especialmente com hortaliças desse cultivo, tanto para os consumidores, manipuladores e produtores.

REFERÊNCIAS

BUSATO, M.A, Dondoni, D.Z, Rinaldi, A.L.S, Ferraz, L. **Parasitoses intestinais: o que a comunidade sabe sobre este tema**? Rev Bras Med Fam Comunidade. 2015;10(34):1-6. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc10(34)922

DE OLIVEIRA, Caio Augusto Fernandes; GERMANO, Pedro Manuel Leal. Estudo da ocorrência de enteroparasitas em hortaliças comercializadas na região metropolitana de São Paulo, SP, Brasil. I – Pesquisa de helmintos. **Scielo**, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101992000400011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

LUZ, João Gabriel Guimarães et al. Contaminação por parasitas intestinais em hortaliças comercializadas em uma área do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais,Brasil. **Scielo,** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732017000100127&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

ESTEVES, Fabrício Andrade Martins; FIGUEIRÔA, Evellyne de Oliveira. Detecção de enteroparasitas em hortaliças comercializadas em feiras livres do município de Caruaru (PE). **Portal Regional da BVS,** 2009. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=546422&indexSearch=ID.>. Acesso em: 26 set. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

NOMURA, Priscila Ruzzon et al. Estudo de incidência de parasitas intestinais em verduras comercializadas em feira livre e supermercado de Londrina. **UEL,** 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/19279>. Acesso em: 26 set. 2020.

DE SÁ, Daniele Pereira; GOMES, Jeniffer da Silva; MAIA, Janini Tatiane Lima Souza. Parasitas em hortaliças folhosas comercializadas em Montes Claros (MG). **Revista Unioeste,** 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/scientiaagraria/article/view/20864>. Acesso em: 26 set. 2020.

NOLLA, Alexandre Costa; CANTOS, Geny Aparecida. Relação entre a ocorrência de enteroparasitoses em manipuladores de alimentos e aspectos epidemiológicos em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Scielo,** 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2005000200033&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

FALAVIGNA, Lucia Morais. Qualidade de hortaliças comercializadas no noroeste do Paraná, Brasil. **Scielo,** 2005. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-77122005000200007>. Acesso em: 26 set. 2020.

ARBOS, Kettelin Aparecida et al. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. **Scielo,** 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-20612010000500033&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2020.

HOFFMAN, W. A., PONS, J. A., JANER, J. L. **— Sedimentation concentration method in Schistosomiasis mansoni**. Puerto Rico J. Publ. Health & Trop. Med. 9: 283-298, 1934.

FAUST, E. C., SAWITZ, W. TOBIE, J., ODOM, V., PERES, C. & LINCIO- NE, D. R. — **Comparative efficiency of various technics for the diagnosis of Protozoa and helminths in feces.** J. Parasitol. 25: 241-262, 1939.

SANTOS, R. P., FARIA, A. R. **Atualização em coccidioses intestinais: uma abordagem crítica**. 2019. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/atualizacao-em-coccidioses-intestinais-uma-abordagem-critica/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MATTOS, P. M., ROSSATO, M. R., ANTONUCCI, A. M. Principais parasitos em aves industriais (frangos, galinhas e perus) – revisão de literatura. **Revista Científica de Medicina Veterinária**. Maringá. Paraná. Jan. 2019.

Syphacia muris. ScienceDirect. 2020. Disponível em: < https://www.sciencedirect.com/topics/agricultural-and-biological-sciences/syphacia-muris>. Acesso em: 04 dez. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

ONO, L. M.; ZULPO, D. L.; PERETTI, J.; GARCIA, J. L**. Ocorrência de helmintos e protozoários em hortaliças cruas comercializadas no município de Guarapuava**, Paraná, Brasil. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 26, n. 4, p. 543-546, out./dez. 2005.

FRECKLETON, J. T. V.; OLIVEIRA, F. J. A.; COSTA, I. N.; PAVANELLI, W. R.; COSTA, I. C.; MELANDA, F. N. **Prevalência de enteroparasitoses em crianças de uma cidade do norte do Paraná e fatores associados**. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 40, n. 1, p. 89-98, jan./jun. 2019.

NETTO, A. M.; BRITO, M. G. S.; PAVANELLI, M. F.; **Relação entre enteroparasitoses e alterações hematológicas em crianças da região centro-oeste do Paraná**. Faculdade Integrado de Campo Mourão. Campo Mourão, Paraná, Brasil.

DUFLOTH, D. B. *et al.* **Pesquisa Sobre A Contaminação De Hortaliças Por Ovos e Larvas De Nematódeos e Cistos De Protozoários Com Método De Estudo.** Revista Patol Trop v. 42. out./dez. 2013.

SANTOS, S. A.; MERLINI, L. S. **Prevalência de enteroparasitoses na população do município de Maria Helena, Paraná**. Disponíel em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15n3/899-905/pt>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SADOVSKY, A. D., CRUZ, A. S. D., LEITE, C., MARQUES, S. R., DIAS, R., **Parasitoses intestinais: diagnóstico e tratamento.** Departamentos Científicos de Gastroenterologia e Infectologia, 2020.

ZAVASCKI, Liane Tabarelli; FIGUEIREDO, Matheus Burg de. Possibilidade de dano moral coletivo em matéria ambiental: divergências doutrinárias e jurisprudenciais. **Direito & Justiça Revista de Direito da PUCRS**. Porto Alegre. v. 41, n. 2 (2015). Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES DEVIDO A NEOPLASIA MALIGNA DE CÓLON NO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Ana Paula Del Cielo[1]
Marcela Gomes Ferreira[2]

Resumo: O câncer é o crescimento desordenado das células, formando um aglomerado de células anormais, sendo que, o local e a gravidade do acometimento dependem do tipo histológico do câncer e do seu estadiamento. A neoplasia maligna de cólon cresce todos os anos nos índices de mortalidade e morbidade, sendo que se encontra entre a segunda e terceira maior causa de câncer entre os homens e as mulheres. Diante disso, o objetivo do estudo é analisar a prevalência das internações no estado do Paraná e na cidade de Cascavel decorrentes do câncer de cólon. O estudo é uma análise transversal observacional com dados secundários do DATASUS. Com isso, observa-se que a neoplasia maligna de cólon é a principal causa de internações decorrentes de neoplasia, tanto no estado do Paraná quanto na cidade de Cascavel, representando 8749 internações no Paraná em 2020. Diante disso, a prevalência de internações devido a neoplasia maligna de cólon é crescente e produz um grande impacto quando observado o total de neoplasias, com isso, há grande importância em observar os sintomas e sinais, para a descoberta da patologia o mais precocemente, obtendo melhor prognóstico e melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Câncer. Cólon. Prevalência.

1 INTRODUÇÃO

O câncer deriva de uma patologia que abrange mais de 100 doenças, que tem por característica o crescimento desordenado de células, que tendem a invadir tecidos e órgãos vizinhos. Tais células em seu desenvolvimento natural, tenderiam a morrer, porém continuam crescendo incontrolavelmente, formando novas células anormais. Sendo assim, independente da fase que é detectado o câncer, deve-se realizar a classificação para possibilitar maior entendimento sobre qual região está sendo acometida e qual a melhor abordagem de intervenção, tal classificação é conhecida como estadiamento. Com ênfase nisso, o câncer pode surgir em qualquer região do corpo, observando que, algumas regiões são mais acometidas que outras, como a pele, mama, próstata, pulmão, colo do útero, boca, esôfago, intestino e estômago (SILVA, 2017).

O processo de formação até o desencadeamento do câncer é denominado oncogênese, essa etapa acontece devagar, levando vários anos para que a célula afetada dê origem a um tumor visível. Os diferentes agentes cancerígenos são responsáveis pelo desencadear da doença, pela promoção, progressão e inibição do tumor. Tal processo ocorre através de três estágios, sendo eles, iniciação, promoção e progressão. Na iniciação os genes são afetados pelos agentes cancerígenos, na promoção os agentes atuam na célula alterada, já na progressão ocorre a

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADORA: Professora Mestra Marcela Gomes Ferreira do Curso de Fisioterapia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

multiplicação descontrolada e irreversível da célula, levando ao aparecimento do tumor (SILVA, 2017).

Atualmente, os cânceres de pulmão, estômago, próstata, mama, cólon e reto se encontram como as principais causas de mortalidade por câncer na população brasileira. Além disso, os casos de neoplasias malignas de cólon crescem a cada ano, se encontrando como a segunda maior incidência de localização primária de tumores maligno, tanto em homens quanto em mulheres, perdendo apenas para próstata e mama, respectivamente ((INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA), 2018).

O câncer colorretal engloba neoplasias malignas do intestino grosso e reto, sendo que, grande parte desses tumores se origina de lesões benignas que podem evoluir na parede interna do intestino grosso. Na maioria dos casos, o câncer é curável quando descoberto no início do desenvolvimento e quando não se desenvolveu por metástase (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA), 2018).

A mortalidade mundial por câncer mostra crescimento abrangente referente a neoplasia maligna de cólon, sendo que, em 2002 foram registrados 12 milhões de mortes e dessas 4,17% correspondiam a neoplasia de cólon (TIRADO-GÓMEZ; BETANCOURT, 2008).

Diante disso, o objetivo do estudo é analisar a prevalência das internações no estado do Paraná e da cidade de Cascavel decorrente de câncer de cólon.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É de extrema importância se atentar aos fatores de riscos predisponentes a neoplasia maligna de cólon , entre elas, se encontra a inatividade física e índices de massa corporal (IMC) elevados (TERRY; MILLER; ROHAN, 2002). Além disso, a alimentação é papel chave no desencadeamento, sendo que o consumo de carne aumenta duas vezes a prevalência para a neoplasia, dependendo ainda, da condição de preparo e a temperatura de cozimento (MORGAN; SILVA; MUÑOZ, 2008).

Durante o desenvolvimento do câncer, e devido as alterações ocorridas com o tratamento , há grande procura por tratamentos para melhorar a qualidade de vida, funcionalidade e facilitar a realização das atividades de vida diária dos pacientes (SILVEIRA *et al*., 2008).

Diante disso, diversos recursos são utilizados para o tratamento e recuperação da qualidade de vida de indivíduos acometidos pelo câncer. Dentre tais recursos, comumente é verificado a utilização de quimioterapia, radioterapia, cirurgias e medicamentos utilizados fora do âmbito hospitalar. Diante disso, observa-se grande alteração no dia-a-dia dos pacientes, com relatos de cansaço e fragilidade (MORISHITA; TSUBAKI, 2017).

Observa-se que a mudança dos hábitos de vida como consumir frutas, verduras e legumes diminui o risco do surgimento de cânceres de cólon e reto, assim como a prática de atividade física regularmente, reduzindo o risco da obesidade, fator de risco de diversos tipos de neoplasias malignas (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA), 2018).

Os sintomas desencadeados pela neoplasia maligna de cólon dependem da localização e da intensidade nos pacientes. Porém, observa-se que a dispneia, diarreia, dor, fadiga, náusea, sensação de cansaço, insônia, constipação e inapetência, são sintomas alarmantes para a patologia (JEONG; KIM; KWAK, 2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

A gravidade do caso depende do tipo histológico da neoplasia e do seu estadiamento, influenciando na conduta de tratamento (GOSSELIN *et al*., 2016). Contudo, a neoplasia maligna de cólon apresenta maior prevalência de diagnóstico em sua fase avançada, inclusive em pessoas assintomáticas submetidas a rastreamento por colonoscopia (SILVA, *et al.* 2007).

A necessidade de procedimentos cirúrgicos depende da localização do tumor primário, sendo que, a ressecção varia de acordo com o comprometimento do intestino grosso e reto. Os procedimentos podem variar entre hemicolectomia direita e ampliada, colectomia transversal, hemicolectomia esquerda, sigmoidectomia, colectomia subtotal e ressecções laparoscópicas (MONTEVERDE, 2008).

Com ênfase nisso, a atividade física é capaz de reduzir o risco de câncer de cólon, e ainda, auxilia na manutenção do equilíbrio entre a ingestão calórica e o gasto energético, reduzindo o acumulo de calorias que podem levar ao sobrepeso, além de contribuir para a prevenção de diversos tipos de doenças e sintomas (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA), 2006).

A fisioterapia entra com um misto de intervenções para promover melhora dos aspectos sintomatológicos e na qualidade de vida. A especialidade em Fisioterapia Oncológica disponibiliza recursos para complementar o alivio da dor, melhorar a circulação tecidual, reduzir a tensão muscular, diminuir ou prevenir linfedemas e reduzir a ansiedade dos pacientes, visto que, a depressão e estresse são agravantes do câncer (SILVEIRA et al., 2008).

Além disso, a fisioterapia pode melhorar a função, intervindo na fraqueza, rigidez articular, inchaço ou edema e fadiga. Deste modo, permite amplas condutas e intervenções que possibilitam a atividade do paciente, sendo observado que o exercício supervisionado pelo fisioterapeuta é clinicamente eficaz e ajuda na melhora da qualidade de vida dos pacientes oncológicos (MORISHITA; TSUBAKI, 2017).

Observa-se que a atividade física é um dos mecanismos para redução da prevalência da neoplasia maligna do cólon. Isso explica-se através da redução do tempo de trânsito intestinal o que diminuiria o tempo de contato entre a mucosa do cólon e os possíveis compostos carcinogênicos que estão no conteúdo intestinal (QUADRILATERO; HOFFMAN-GOETZ, 2003; SHEPHARD; SHEK, 1998).

Além disso, a atividade física controla fatores de risco para o desenvolvimento da patologia, como, a dieta, a obesidade, a disfunção do sistema imune, a ação da insulina, os níveis de prostaglandinas e os triglicerídeos, os estoques de ferro e os mecanismos de defesa antioxidantes (QUADRILATERO; HOFFMAN-GOETZ, 2003; SLATTERY, 2004).

3 METODOLOGIA

Estudo transversal observacional com dados secundários do DATASUS. Os dados foram coletados através do site DATASUS, no ícone epidemiológicas e morbidade, selecionando morbidade hospitalar do SUS (SIH/SUS) e geral, por local de residência – a partir de 2008, por fim selecionando a estado do Paraná e o período de janeiro a dezembro de 2020.

Posteriormente, selecionou-se na opção linha a lista de morbidades CID 10, não ativa na coluna, no conteúdo selecionou-se internação e no município Cascavel. Após clicar em mostrar, os dados de internações decorrentes da patologia foram obtidos.

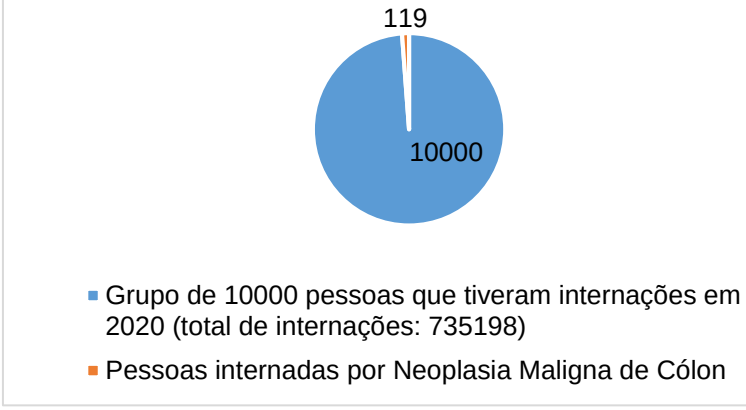
ISBN 978-65-5629-077-5

Os dados foram utilizados para obtenção da prevalência e demostrados através de tabela por meio do Excel.

4 RESULTADOS

Segundo o DATASUS, a neoplasia maligna de cólon é umas das principais causas de internações no paraná, sendo que, em 2020 foi responsável por 8749 internações sendo que o total de internações no estado chegou a 735198 (DATASUS, 2021).

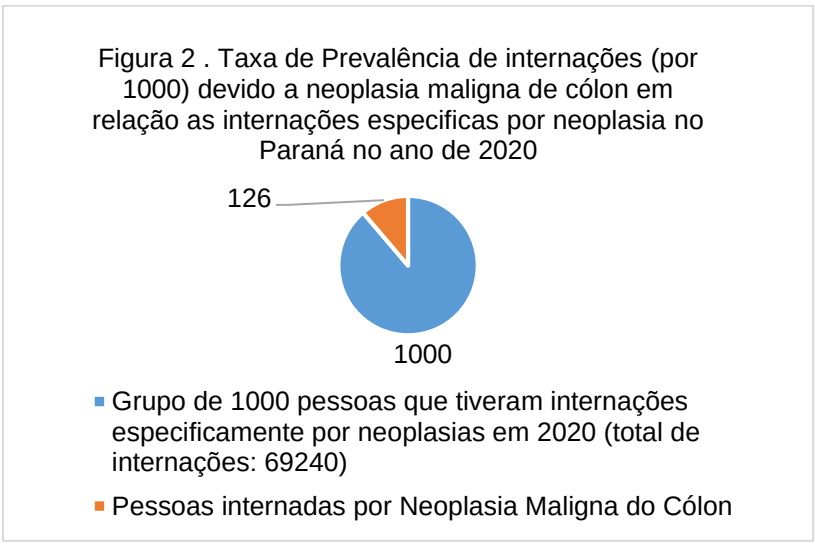
Figura 1. Taxa de Prevalência de internações (por 10000) devido a neoplasia maligna de cólon no Paraná no ano de 2020



Com ênfase nisso, podemos notar pelo gráfico que a cada 10 mil pessoas internadas no estado do paraná, 119 foram decorrentes da neoplasia maligna de cólon.

Do mesmo modo, quando se observa o total de internações decorrentes especificamente de neoplasias, a taxa de prevalência é de 126 internações por neoplasia de cólon a cada 1000 pessoas internadas por neoplasias (DATASUS, 2021).

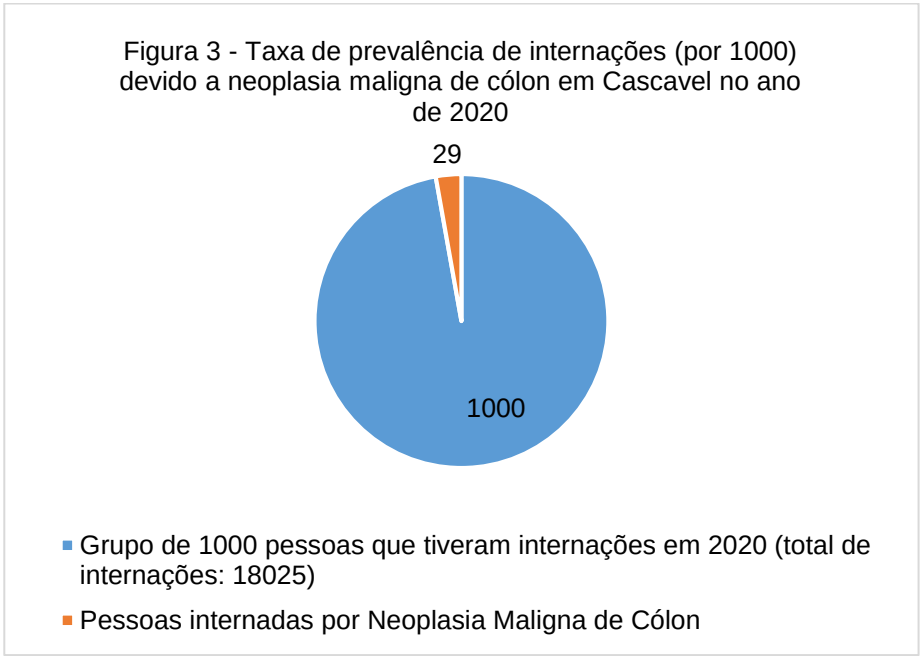
Figura 2 . Taxa de Prevalência de internações (por 1000) devido a neoplasia maligna de cólon em relação as internações especificas por neoplasia no Paraná no ano de 2020



Com isso, na cidade de Cascavel as internações pela patologia estimaram 521, sendo que o total referente as internações em 2020 foram de 18025 (DATASUS, 2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

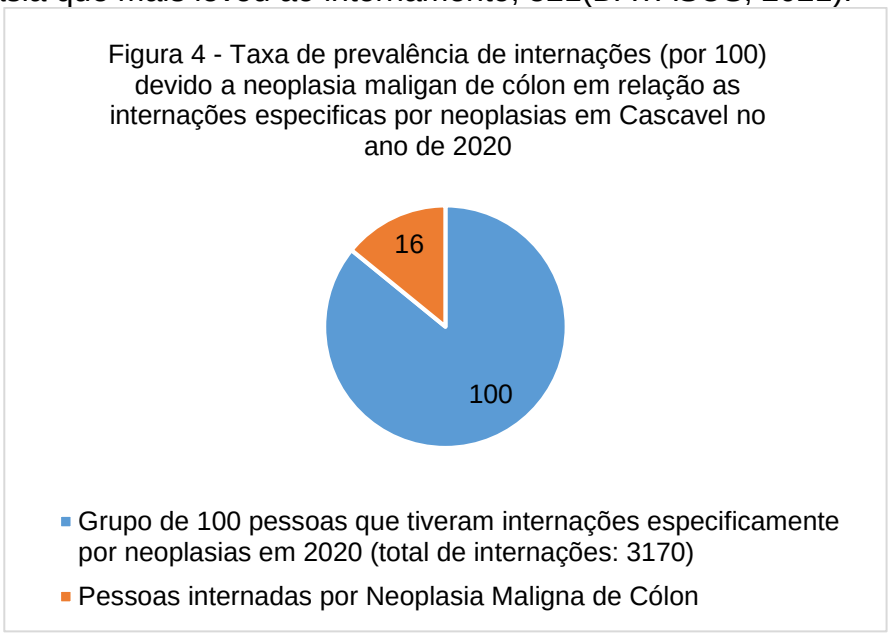
Figura 3 - Taxa de prevalência de internações (por 1000) devido a neoplasia maligna de cólon em Cascavel no ano de 2020



Sendo assim, observa-se que a cada mil pessoas internadas, 29 são decorrentes da neoplasia maligna de cólon.

Além disso, quando se analisa as mesmas condições para as internações decorrentes especificamente das neoplasias, que foram de 3170, a de cólon foi a neoplasia que mais levou ao internamento, 521(DATASUS, 2021).

Figura 4 - Taxa de prevalência de internações (por 100) devido a neoplasia maligan de cólon em relação as internações especificas por neoplasias em Cascavel no ano de 2020



Observa-se que a cada 100 pessoas internadas por neoplasia, 16 são em decorrência da neoplasia maligna de cólon.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-5629-077-5

Diante disso, a prevalência de internações devido a neoplasia maligna de cólon é crescente e produz um grande impacto quando observado o total de neoplasias. A neoplasia maligna de cólon é, na maioria dos casos, descoberta em estágio avançado, levando a uma abordagem de tratamento mais agressiva, desencadeando maiores níveis de fadiga e aumento dos sintomas decorrentes do tratamento. Sendo assim, é de extrema importância a prevenção, focada em adoção à pratica de atividade física, alimentação balanceada e cessação de tabagismo e etilismo. Além disso, há grande importância observar os sintomas e sinais, para a descoberta da patologia o mais precocemente, obtendo melhor prognóstico e melhor qualidade de vida. Através dos sintomas, buscar auxilio médico e realizar a triagem para afirmação ou descarte da patologia. Porém, grande parte dos pacientes são assintomáticos, diante disso, é importante sempre fazer acompanhamento médico para evitar uma descoberta tardia.

REFERÊNCIAS

DATASUS. **Ministério da Saúde**. 2021. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/. Acesso em: 24 ago. 2021.

GOSSELIN, T. K. *et al.* The symptom experience in rectal cancer survivors. **J Pain Symptom Manage,** v. 52, n. 5, p. 709-18, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). A situação do câncer no Brasil. **Ministério da Saúde**, p. 120, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. **Ministério da Saúde**, n. 4, p. 1–111, 2018.

JEONG, G.; KIM, K.; KWAK, Y. Quality of life in colorectal cancer patients according to the severity of symptom clusters classification. **Asian Oncology Nersing,** v. 14, n. 2, p. 74-83, 2014.

MONTEVERDE, E. A. Tratameinto quirúrgico em colon. **Gaceta Mexicana de Oncologia,** v. 7, n. 4, p. 12-15, 2008.

MORISHITA, S.; TSUBAKI, A. Physical therapy in patients with cancer. **Clinical Physical Therapy**, 2017.

MORGAN, G. V.; SILVA, A. M. U.; MUÑOZ, D. S. Factores de riesgo para câncer colorrectal. **Gaceta Mexicana de Oncologia,** v. 7, n. 4, p. 12-15, 2008.

QUADRILATERO J.; HOFFMAN-GOETZ L. Physical activity and colon cancer (A systematica review of potential mechanisms). **J Sports Med Phys Fitness,** v. 43, n. 2, p. 121-38, 2003.

SHEPHARD, R. J.; SHEK, P. N. Associations between physical activity and susceptibility to cancer: possible mechanisms. **Sports Med**, v. 26, n. 5, p. 293-315, 1998.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, E. J. *et al.* Colon cancer: how can we diagnose it? a propective study. **Revista Brasileira de Coloproct,** v. 27, n. 1, p. 020-025, 2007.

SILVA, R. C. F. Memória Iconográfica do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 63, n. 3, p. 203–218, 2017.

SILVEIRA, C. D. F. *et al.* Análise dos Métodos de Avaliação , dos Recursos e do Reconhecimento da Fisioterapia Oncológica nos Hospitais Públicos do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 54, n. 4, p. 333–344, 2008.

SLATTERY, M. L. Physical activity and colorectal cancer. **Sports Med**, v. 34, n. 4, p. 239-52, 2004.

TERRY, P. D.; MILLER, A. B.; ROHAN, T. E. Obesity and colorectal cancer risk in women. **Gut**, v. 51, n. 2, p. 191–194, 2002.

TIRADO-GÓMEZ, L.; BETANCOURT, A. M. Epidemiología del cáncer de colon y recto. **Gaceta Mexicana de Oncología**, v. 7, n. 4, p. 3–11, 2008.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DINÂMICA COM BAROPODÔMETRO DE UMA IDOSA PORTADORA DE ESCOLIOSE, ATROFIA MUSCULAR E ESTENOSE ESPINHAL

Ana Carolina Aparecida Ribas[1]
Criscieli Fatima Schimanski[2]
Amanda Guimarães Krone[3]
Ana Paula Saurin[4]
Alanys de Souza Gomes[5]
Daiane Lazzeri de Medeiros[6]

Resumo: A marcha é uma atividade de vida diária e de nossa rotina, que apesar de parecer automática e simples, é extremamente complexa, podendo ser alterada por inúmeros fatores e patologias, fazendo com que exista um certo grau de dificuldade. Sendo uma característica muito importante para se avaliar, para assim, tratar e prevenir desvios de marcha advindos de certas patologias, tais analises podem ser feitas por meio do baropodômetro, um equipamento de eficácia significativa que fornece variadas informações, como tipologia do pé, descarga de peso, pressão média e máxima, entre outros. Neste presente artigo foi realizada a análise de marcha de idosa portadora de atrofia muscular espinhal, estenose e escoliose, por meio do baropodômetro, realizando a comparação e descrição dos resultados obtidos com outros artigos semelhantes, porém, com pessoas sem patologias ou assintomáticas.

Palavras-chave: Marcha. Análise Dinâmica. Idosa. Baropodometria.

1 INTRODUÇÃO

A marcha humana, é caracterizada por uma sequência de múltiplos eventos rápidos e complexos (FERNANDES), apresentando um padrão específico. Porém, existem diversas variações de padrões entre os indivíduos como seu ritmo, passadas e suavidade (ABREU 2011).

Sendo a análise da marcha a descrição, mensuração e avaliação sistemática de dados que caracterizam a locomoção. Tendo como principal fundamento o estudo de tratamento de patologias que envolvem o aparelho locomotor (FERNANDES). Logo, para que a marcha seja considerada normal, alguns aspectos devem estar presentes, conhecidos como os pré-requisitos da marcha normal (contato inicial, estabilidade na fase de apoio, liberação adequada do pé para a fase de balanço e comprimento adequado de passo). Contudo, podem ser alterados por diversas anormalidades (SOUZA 2014).

No presente artigo baseado na metodologia de revisão bibliográfica, apresenta como tema a marcha de idosa com escoliose, atrofia muscular e estenose em toda a extensão de sua coluna. Sendo o objetivo descrever como se sucede a marcha humana, as distintas patologias citadas apresentadas pela paciente e principalmente

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[5] Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[6] Professora Doutora Daiane Lazzeri de Medeiros do Curso de Fisioterapia – Fisioterapia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

as conclusões de seu caso. Posteriormente, para a análise de dados da marcha, as informações foram recolhidas e interpretadas através do uso do aparelho baropodômetro e análise angular ocorrendo alteração em quase todas as variáveis estudadas. Por fim, após a coleta de dados os resultados foram analisados e comparados com diferentes artigos científicos relacionados a marcha de indivíduos idosos e jovens assintomáticos

2 ESCOLIOSE

De acordo com NEUMANN (2018) a coluna é composta pelo total de 33 vértebras, das quais são divididas em cinco regiões diferentes, cada região da mesma possui uma morfologia própria que possuem funções distintas em cada área.

A coluna, possui curvaturas e padrões fisiológicos, o aumento ou alterações destas curvaturas podem acarretar a deformidades por sua extensão (ABREU 2011). Uma destas deformidades a qual podemos citar é a escoliose, a qual é caracterizada por uma curvatura lateral no plano frontal associado ou não à rotação dos corpos vertebrais no plano sagital e longitudinal (ROCHA 2019; CHARLES 2006). o desenvolvimento desta patologia pode ocorrer deste a infância e com agravamento na adolescência, ela é uma condição a qual é potencialmente progressiva, segundo CHARLES (2006) a progressão está diretamente ligado ao sexo, com uma maior incidência em indivíduos do sexo feminino.

A escoliose é classificada em três tipos congênita quando o indivíduo nasce com ela, está é em decorrência a um desenvolvimento anormal das vertebras do feto. A neuromuscular, está relacionada com patologias como distrofia muscular e a paralisia cerebral. E a mais comum que é a idiopática já que é responsável por 80% dos casos de escoliose, a mesma não possui caudas definidas, e seu desenvolvimento ocorre durante a puberdade (PETRINI 2015; ROCHA 2019; ALVES 2013).

A frequência da escoliose varia de acordo com a população estudada (GRIEBELER 2001), ademais vale ressaltar que deformidades da coluna podem acarretar a alterações nos membros inferiores e na marcha, já que a mesma é um problema de assimetria a qual causa um desiquilíbrio no corpo humano. Este desequilíbrio é capaz de provocar possíveis alterações patológicas na marcha (WINTER 1994; RAMOS 2006).

3 ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL

A atrofia muscular espinhal (AME), é uma doença neurodegenerativa genética autossômica recessiva. Causada por uma distinção ou mutação homozigótica do gene 1 de sobrevivência do motoneurônio (SMN1), situado na extensão telomérica do cromossomo 513. Sendo, o primordial determinante de sua severidade, a quantidade de cópias de um gene semelhante a ele (SMN2) identificado na região centromérica. (BAIONI 2010).

A desordem genética do gene SMN1, é causador da diminuição dos níveis da proteína de sobrevivência do motoneurônio (SMN) ocasionando, à degeneração de motoneurônio alfa (α) encontrados no corno anterior da medula espinhal. Proporcionando assim, fraqueza e paralisia muscular progressiva simétrica dos músculos voluntários proximais dos membros superiores, inferiores e eventualmente do tronco durante a evolução da doença (BAIONI 2010).

ISBN 978-65-5629-077-5

A classificação clínica da AME é dada, através da idade de princípio e máxima da função motora obtida. Dividida em: Severa (tipo I, AME aguda ou doença de Werdnig-Hoffmann), intermediária (tipo II ou AME crônica), branda (tipo III, AME juvenil ou doença de Kugelberg-Welander) e tipo IV (AME adulta). Entretanto, alguns autores qualificam a AME somente em três classificações: severa, intermediaria e branda (BAIONI 2010).

LUNN (2008) definiu a AME como uma doença neuromuscular a qual é responsável pela morte dos neurônios motores inferiores, sem o comando desses neurônios, os músculos degeneram-se hipotônicos, fracos e atrofiam 2 geralmente os MMII são mais acometidos que os MMSS, assim como as regiões proximais em relação as distais, vale ressaltar que os neurônios responsáveis por sensações e dor não sofrem comprometimentos, pacientes que possuem AME apresentam dificuldades de movimentação, consequentemente podem apresentar alterações no ciclo da marcha devido a possíveis compensações (CHRUN 2017; MARIN 2020).

4 ESTENOSE ESPINHAL

A estenose espinhal consiste no estado em que as raízes nervosas são comprimidas por diferentes fatores patológicos, ocasionando sintomas como fraqueza, dormência e dor. Sendo as regiões cervical e lombar mais acometidas, porém, a porção torácica também pode ser afetada (RAJA et at. 2020).

Esta condição pode manifestar-se em três locais anatômicos distintos dentro do canal vertebral. O primeiro, no canal central em que aloja a medula espinhal, podendo ser apertado em uma dimensão ântero-posterior, levando à constrição da passagem dos elementos neurais e diminuição do fornecimento sanguíneo para a medula espinhal na parte cervical e lombar. O segundo, no forame neural do qual, é composto por fissuras em que as raízes nervosas saem da medula espinhal, podendo ser estreitados com hipertrofia das articulações e ligamentos, hérnias de disco e deslizamento instável de uma estrutura vertebral. E por fim o terceiro, sendo no recesso lateral, visualizado exclusivamente na coluna lombar, determinado como o local ao longo do pedículo que uma raiz nervosa que adentra pelo forame neural, podendo ser apertado através de uma hipertrofia da articulação facetaria (RAJA et at. 2020).

Em geral, os sintomas iniciais de forma lenta e de modo gradual (RAJA et at. 2020). As principais queixas clinicas presentes em pacientes é a lombalgia, a qual na maioria dos casos é associada a uma irradiação para os MMII, ademais pode causar dormência, fraqueza, sensação de queimação, formigamento e sensação de formigamento nos MMSS (SÁ 2014; ZYLBERSZTEJN 2012).

5 MARCHA HUMANA

Uma das ferramentas importantes para diagnóstico na avaliação de patologias neuro-músculo-esqueléticas pode ser o estudo da marcha pois, cada indivíduo possui sua própria maneira de andar e um dos atributos quando comparamos a marcha normal a marcha patológica é a ampla latitude de velocidades de marcha (PUZZI 2016).

O ciclo da marcha é o conjunto de fenômenos que acontecem dentro de uma passada e corresponde a sequência de funções de um membro inferior, pode ser dividido em duas fases as quais são fase de apoio e balanço. Cada fase, possui

ISBN 978-65-5629-077-5

características próprias e subdivisões, a fase de apoio representa cerca de 60% do ciclo da marcha, enquanto a fase de balanço é responsável por 40% do ciclo. Os fenômenos característicos da marcha são: contato inicial, pé plano, apoio intermédio, desprendimento do calcanhar, desprendimento dos dedos, balanço inicial, balanço intermédio, balanço final e acaba com o contato inicial do calcanhar (PUZZI 2016; OLIVEIRA 2009).

Sabemos que a marcha possui um padrão, entretanto, existem diversas variações da mesma de um indivíduo para outro. Ao realizar uma observação uma pessoa pode ser identificada pelas suas passadas, especialmente pelo seu ritmo e suavidade. Logo, o centro de massa está geralmente anteriormente à segunda vértebra sacral, e podemos afirmar que, durante a marcha, ocorre um deslocamento nos três planos de movimento e um deslocamento angular em vários segmentos do corpo em torno de eixos próximos das articulações. Alterações patológicas podem promover mudanças no ciclo da marcha (ABREU 2011).

6 BAROPODOMETRIA

Por meio da baropodometria é possível realizar um mapeamento completo da superfície do pé, sendo importante e indispensável para uma investigação e avaliação mais criteriosa da superfície plantar, através da análise computadorizada da distribuição da pressão plantar, oscilação corporal e das variáveis espaciais e temporais da marcha. A baropodometria fornece dados os quais possibilitam realizar mensurações e analisar variações de dados como distribuição de pressões plantares e do COP, tipologia do pé, superfície plantar, tempo de contato e força (ROSARIO 2014).

A análise baropodometrica pode ser realizada de duas formas, análise estática e a análise dinâmica. Na análise estática, o paciente fica sobre a plataforma em posição anatômica com o olhar voltado a um ponto fixo. Enquanto a análise dinâmica, é realizada enquanto o indivíduo caminha, em uma das fases da marcha, no momento em que o indivíduo pisa na plataforma o software do programa realiza os cálculos, coletas de pressão, duração e área de contato (SOUZA 2014; ROSARIO 2014; ABE 2016).

7 METODOLOGIA

O voluntário do estudo foi uma idosa selecionada intencionalmente, com 63 anos de idade, portadora de escoliose, atrofia muscular espinhal e estenose em toda a extensão de sua coluna. A idosa possui estatura de 1,60m, massa corporal de 67kg, tamanho de pé 36. O indivíduo foi submetido a uma análise baropodometricas e análise angular da marcha.

A análise angular da marcha foi realizada através de filmagem por dispositivo móvel, em diferentes planos, para objeto de estudo abordaremos informações referentes ao plano sagital.

Para a análise baropodmetrica foi utilizado o dispositivo Baropodômetro computadorizado, a qual consiste em uma plataforma de pressão com resultados e monitoração em tempo real. Foram realizadas tanto análise estática quanto análise dinâmica, entretanto para objetivo do presente trabalho iremos abordar apenas os dados coletados durante a análise dinâmica.

ISBN 978-65-5629-077-5

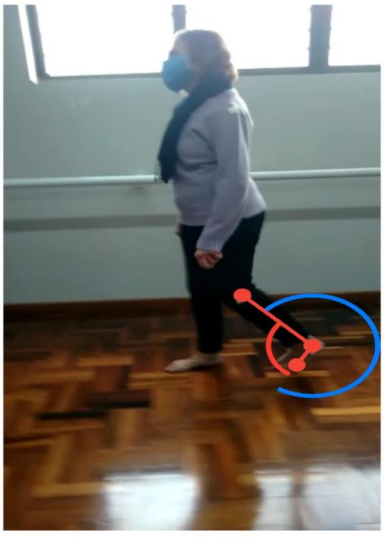
A paciente foi avaliada realizando a marcha, foi realizado o total de 6 passos o que contabiliza 3 passos direitos e 3 passos esquerdos. Inicialmente a voluntária foi instruída a se posicional em postura ortostática, descaço de forma semi-estática a uma distância de 1m do baropodômetro. Em seguida foi solicitado que a mesma realizasse a marcha como de costume e pisasse com um dos pés sobre o dispositivo, após isto a mesma deveria retornar até o local de origem e realizar a marcha novamente desta vez pisando sobre a superfície com o pé contrário. O sistema avaliou as seguintes variáveis pressão máxima e pressão média ambas em Kpa(r); tempo de contato representado pelo software; áreas dos pés: %A (antepé), %B (mediopé) e C (retropé); índice de arcos (%); gráfico de força por kg e tempo; gráfico geral com distribuição de pressão média e máxima, superfície e força por área de pé.

8 ANÁLISE ANGULAR DA MARCHA

Para a realização da análise angular, foi realizada a captura de tela durante a fase de desprendimento dos dedos no plano sagital dos lados direito e esquerdo respectivamente. Após a captura das imagens, foram inseridas no aplicativo Angulus e demarcado alguns pontos de referência anatômicos. Os quais são o acrômio da escápula, trocânter maior do fêmur, epicôndilo lateral do joelho e articulação metatasofalangeana, após foram avaliadas angulações de joelho, quadril e tornozelo.

A angulação final do tornozelo foi obtida pela subtração de 90° menos a angulação fornecida pelo aplicativo que é de 102°, totalizando 12° de plantiflexão do tornozelo esquerdo. Enquanto o direito foi contabilizado 90° subtraído 89,5° contabilizando 0,5° de plantiflexão do tornozelo direito. Angulação obtida pelo aplicativo Angulus em imagem 1.1 e 1.2.

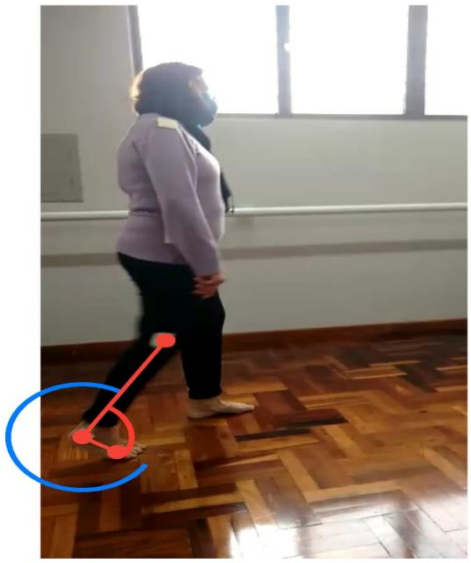
Figura 1.1: Tornozelo esquerdo.



Plantiflexão: 102 – 90 = 12

Figura 1.2: Tornozelo direito.

ISBN 978-65-5629-077-5



Plantiflexão: 90° – 89,5° = 0,5°

A angulação de joelho foi obtida através do cálculo de 180° menos 135° totalizando 45° de flexão de joelho esquerdo. Já para o joelho direito foi realizado o seguinte cálculo 153° subtraídos de 180° totalizando 27° de flexão de joelho. Angulação obtida pelo aplicativo angulus em imagem 1.3 e 1.4.

Figura 1.3: Joelho esquerdo



Joelho: 180° – 135° = 45°

ISBN 978-65-5629-077-5

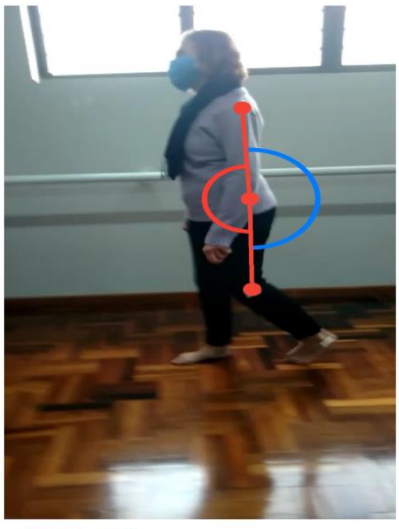
Figura 1.4: Joelho direito



Joelho: 180° - 153° = 27°

A angulação de quadril foi realizada da mesma forma, 180° subtraído por 178° totalizando 2° de extensão de quadril esquerdo. Já o direito foi realizado a subtração de 180° menos 179° dando um total de 1° de extenxão de quadril. Angulação obtida pelo aplicativo Angulus em imagem 1.5 e 1.6.

Figura 1.5: Quadril esquerdo.



Quadril: 180° - 178° = 2°

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1.6: Quadril direito.



Quadril: 180° - 179° = 1°

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados da análise angular da marcha foram obtidos os seguintes dados: plantiflexão tornozelo direito e esquerdo respectivamente 0,5° e 12°. Flexão de joelho direito e esquerdo na devida ordem 27° e 45°. Extensão de quadril direito e esquerdo nessa ordem 1° e 2°.

Tanto para NEUMANN (2018) quanto PERRY (1992) concordam que o movimento realizado pela pelve durante a marcha no plano sagital é pequeno e é descrito pela literatura como o movimento da própria estrutura óssea, enquanto a cinemática realizada pelo tornozelo, joelho, quadril e joelho é descrita como o movimento da articulação. NEUMANN descreveu a amplitude do quadril durante o movimento de marcha típica, durante o contato inicial o quadril é fletido em torno de 30°, conforme o corpo se locomove para a frente sobre o pé fixo o quadril realiza a extensão em aproximadamente 10° esse valor é alcançado inicialmente ao desprendimento dos dedos antes que os mesmos saiam do contato com o solo. Em comparativo com os dados obtidos é perceptível que ocorre uma perca de extensão de quadril em 9° e 8° de quadril direito e esquerdo respectivamente. Vale a pena destacar que indivíduos os quais apresentam uma mobilidade limitada de quadril podem apresentar a impressão de caminhar sem desvio de marcha.

O joelho apresenta uma amplitude maior durante a fase de desprendimento dos dedos em relação a amplitude de quadril em indivíduos com normalidade da marcha. No momento de desprendimento dos dedos o joelho inicia o movimento de flexão, alcançando uma amplitude de 35° de flexão durante a saída do contato dos dedos ao solo, realizando o comparativo de dados a voluntária apresenta redução de amplitude

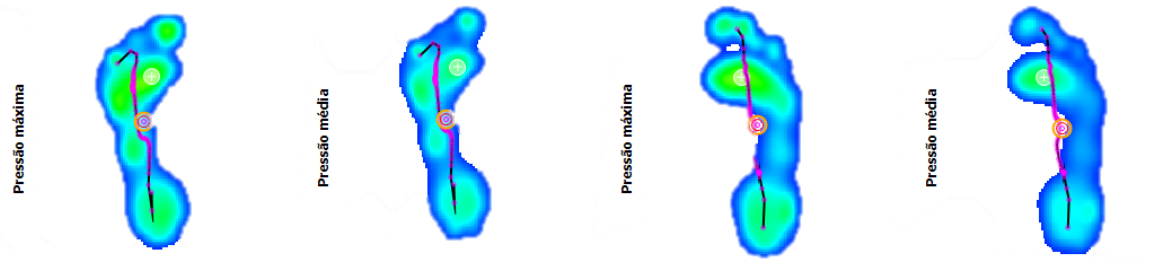
ISBN 978-65-5629-077-5

durante essa fase da marcha em 8° em relação joelho direito, enquanto o esquerdo apresenta uma angulação maior de 10 °. Uma ausência de flexão suficiente resulta em uma interferência do desprendimento dos dedos do solo (NEUMANN 2018)

Já o tornozelo demonstra na fase final de 60% da marcha onde ocorre o desprendimento dos dedos uma plantiflexão de 15 a 20°, imediatamente após os dedos deixarem o solo. A voluntária do presente estudo apresenta uma limitação de plantiflexão, o que de acordo com NEUMANN (2018) uma limitação deste movimento pode resultar em uma diminuição do comprimento do passo.

Para comparativo das variáveis coletadas da análise baropodometrica dinâmica da marcha iremos abordar dados dos passos 5 e 6, respectivamente passo esquerdo e passo direito. Podemos verificar os seguintes dados pressão média do pé esquerdo é de 133.4 Kpa(r) enquanto a do direito é de 130.2 Kpa(r), já a pressão máxima de pé esquerdo e direito é de 303.8 Kpa(r) para ambos, disponível em figura 1 representação das pressões em cores. Tempo de contato representado pelo software disponível em figura 2. Áreas de distribuição dos pés disponível em figura 3. Índice de arcos (%) disponível em figura 4. Gráfico de força por kg e tempo disponível em figura 5. Gráfico geral com distribuição de pressão média e máxima, superfície e força por área de pé, disponível em figura 6.

Figura1: Pressão máxima e pressão média Kpa(r).



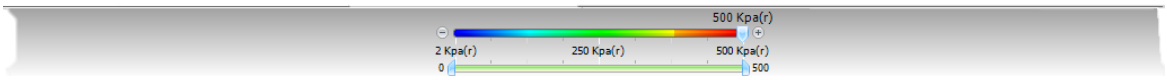


Figura 2: Tempo de contato.

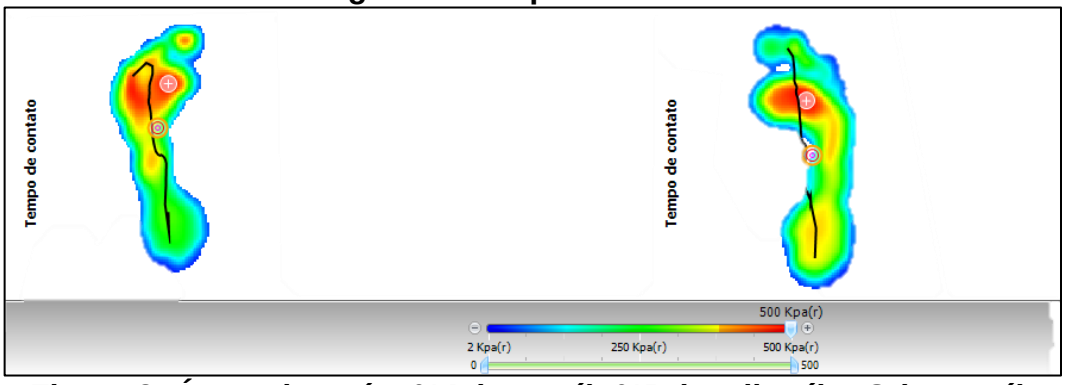


Figura 3: Áreas dos pés: %A (antepé), %B (mediopé) e C (retropé).

ISBN 978-65-5629-077-5

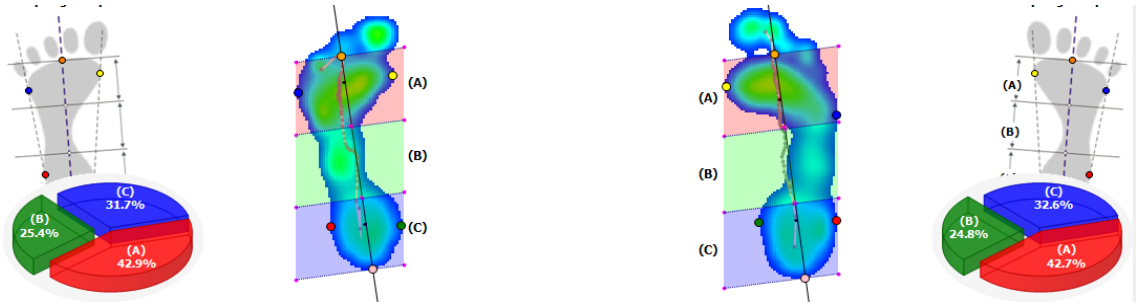


Figura 4: Índice de arcos (%).

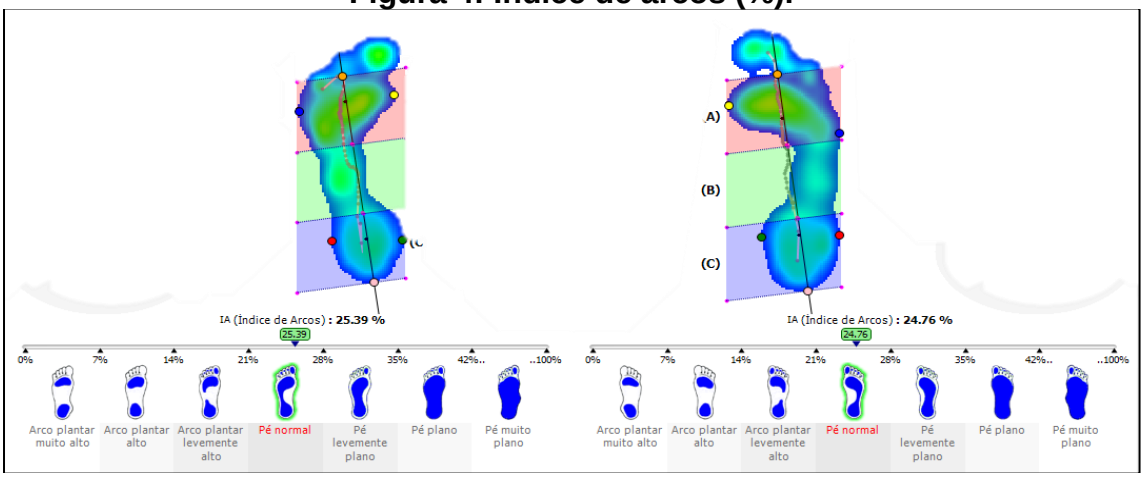


Figura 5: Gráfico demonstrativo de força.

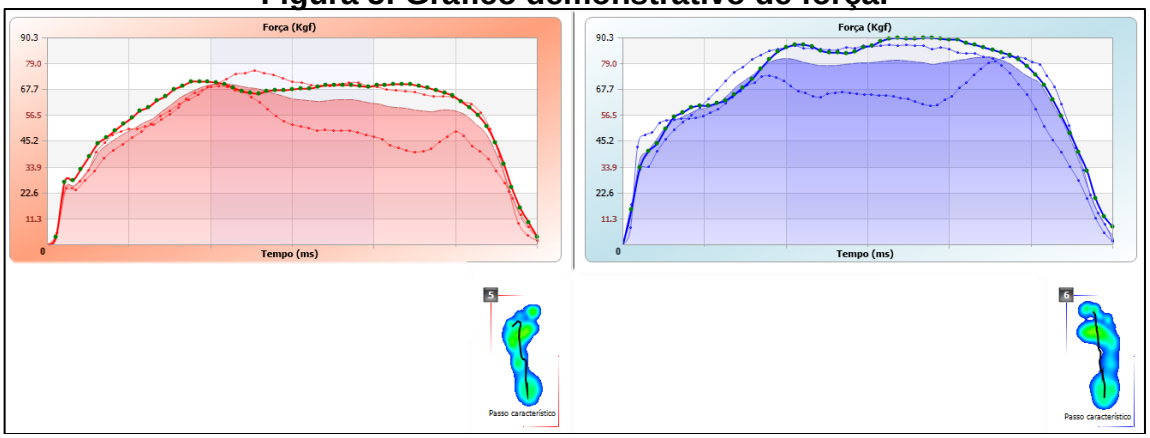


Figura 6: Distribuição de pressão média e máxima, superfície e força por área de pé.

ISBN 978-65-5629-077-5

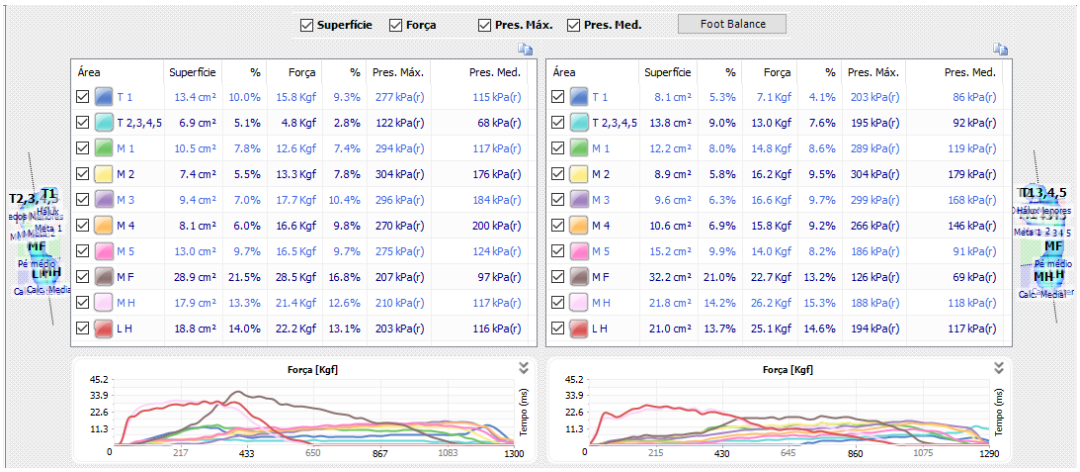
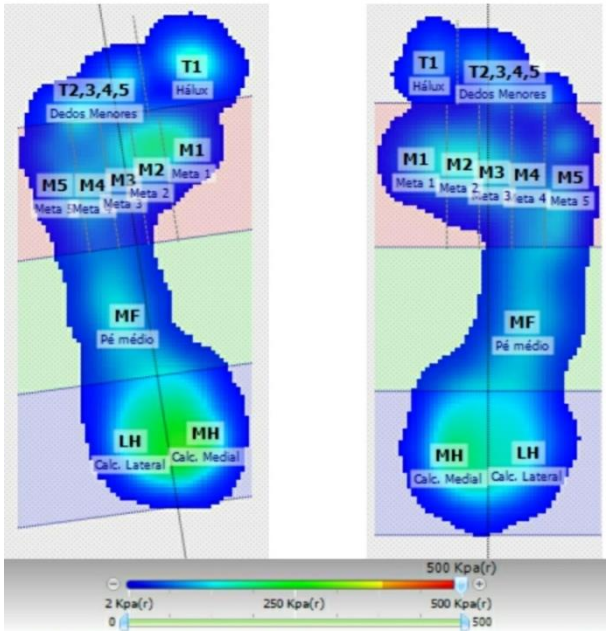


Figura 7: Ampliação de área do pé para observação e interpretação da imagem 6.



De acordo com os dados coletados em questão podemos verificar ao analisar passos 5 e 6 algumas diferenças entre os respectivos passos, a pressão média de ambos os pés apresenta valor aproximado de 130 para ambos, enquanto a pressão máxima é a mesma para pé esquerdo e direito. Em relação a análise do arco e distribuição de pressão plantar, a paciente apresenta em ambos os pés aproximadamente 24,76% a 25,39% de índice para tipologia de pé normal, em ambos os pés ocorre uma distribuição plantar desequilibrada e maior pressão em antipé o qual corresponde a aproximadamente 42% da distribuição total. Ao analisar o tempo de contato é possível observar que, a paciente possui um tempo maior em antepé o que resulta em uma pressão por tempo maior nesta área do pé, dados comparativos disponíveis em tabela 1.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 1: Variáveis coletadas de idosa durante análise dinâmica da marcha

VÁRIAVEIS	PÉ ESQUERDO	PÉ DIREITO
Pressão máxima (Kpa(r))	303,8	303,8
Pressão média (Kpa(r))	133,4	130,2
Tempo de contato (ms)	1300,0	1290,0
Superfície plantar (cm^2)	109	121
COP (cm^2)	6,26	7,09
Índice de arco %	25,39	24,76
%A	42,9	42,7
%B	25,4	24,8
%C	31,7	32,6

ALVES (2017) realizou um estudo de baropodometria em jovens assintomáticos com idade entre 18 a 35 anos sem restrição de gênero, foram excluídos do estudo indivíduos que apresentassem dor ou qualquer sinal clínico de sobrecarga que viesse a tornar inviável a coleta, a análise foi realizada em avaliação semi-estática. Foram analisadas as seguintes variáveis superfície de contato, pressão média e máxima, arco plantar, centro de pressão e as áreas de pressão no antepé, os dados podem ser analisados na tabela 2.

Tabela 2: Variáveis coletadas de idosa durante avaliação semi-estática da marcha

VÁRIAVEIS	DADOS COLETADOS
Pressão máxima (Kpa(r))	197,6
Pressão média (Kpa(r))	66,1
Superfície plantar (cm^2)	87,0
Índice de arco %	16,2
%A	47,5
%B	16,2
%C	36,1

Ao realizarmos o comparativo das variáveis coletadas por ALVES (2017) durante análise semi-estática aos dados coletados para o presente estudo é possível observar que tanto pressão máxima quanto a pressão média apresentam um aumento significativo de 106,2 Kpa(r) para a pressão máxima, enquanto a média do pé esquerdo apresenta aumento de 67,3 Kpa(r) e de 64,1 Kpa(r) para o direito. O arco plantar apresenta diferença de 9,19% para o pé esquerdo e de 8,56% para distribuição de peso e pressão em %A, %B e %C apresentam uma distribuição proporcional em

ISBN 978-65-5629-077-5

ambos os dados, visto que o valor de %A é proporcionalmente maior em ambos os casos, entretanto, tal índice é menor do que o padrão apresentado em jovens.

Ademais a superfície plantar de jovens é de 87,0 cm2, já os dados coletados no seguinte estudo são de 109 cm2 para o pé esquerdo e de 121 cm para o pé direito, resultando em uma alteração de 22 cm2 para o pé esquerdo enquanto direito possuí uma diferença de 34 cm2. É visível que o lado o qual apresenta valores com maiores alterações é o do membro direito.

PUZZI (2016) realizou um estudo com o total de 160 idosos, e observou as seguintes variáveis pressão média e máxima, tempo de contato, superfície plantar, dados estão disponíveis em tabela 3.

Tabela 3: Variáveis coletadas de idosa durante análise dinâmica da marcha em idosos

VÁRIAVEIS	PÉ ESQUERDO	PÉ DIREITO
Pressão máxima (Kpa(r))	264,35	241,37
Pressão média (Kpa(r))	114,16	106,90
Tempo de contato (ms)	1600,07	1557,93
Superfície plantar (cm2)	106,59	182,30

A comparação com os dados obtidos para o presente estudo com as variáveis de PUZZI (2016) é possível observar alterações significativas em diferentes áreas a pressão máxima apresenta um aumento de 39,45 Kpa(r) para pé esquerdo e de 62,43 Kpa(r) referente ao pé direito, já a pressão média de esquerdo e direito apresentam um aumento de 19,24 Kpa(r) e 23,3 Kpa(r) respectivamente. O tempo de contato para esquerdo apresenta uma diminuição de 300,07 ms em relação ao pé esquerdo enquanto o direito possui redução de 267,93 ms. A superfície planta apresenta um aumento de 2,41 cm^2 apenas em relação ao pé esquerdo, enquanto o direito apresenta redução de 61,3 cm^2.

Podemos observar que a análise baropodometrica é importante pois alterações de variáveis por si podem modificar padrões de postura e movimento, essencialmente na marcha. A literatura afirma que o equilíbrio é proveniente de uma série de várias regulações neuromusculares as quais provocam oscilações no centro de gravidade o que resulta em um estado de semi-estaticidade, a voluntária do estudo apresenta passos mais curtos, além de ser perceptível uma alteração de equilíbrio dinâmico e alteração de movimento na cintura escapular, isto pode ser explicado além das patologias que a acometem podemos atrelar também a um processo fisiológico, o envelhecimento leva a alterações posturais, rotação pélvica e mobilidade de articulações, além de alterar o equilíbrio, velocidade da marcha e largura de passo, o que leva a um aumento da base de apoio e diminui o tempo de permanência na fase de balanço da marcha (MORAES 2008; PUZZI 2016).

Durante a marcha humana os ângulos variam, causando assim movimentos como flexão, extensão entre outros. Algumas patologias são responsáveis por alterações na marcha, as principais causas que podem ser citadas são deformidades, déficit sensorial ou de controle motor e dor, fraqueza muscular, cada alteração será responsável por um padrão de marcha patológica típica, por este motivo é de extrema importância que o fisioterapeuta tenha conhecimento afim de levar a um melhor

ISBN 978-65-5629-077-5

tratamento. Pacientes com disfunções motoras são característicos por geralmente adotarem velocidade inferior à marcha normal, no caso da voluntária deste estudo, o déficit na velocidade pode estar relacionado aos comprimentos menores de passada e passo (ALFIERI 2006).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa é a parte final do artigo em que se apresentam as principais abordagens mencionadas e possíveis indicações conclusivas do estudo realizado.

Nas considerações finais, deve-se discutir os resultados apresentados e o processo de pesquisa como um todo. Devem-se destacar as contribuições do estudo, resgatar os objetivos e mostrar como foi (ou não) atingido (e porque), apresentar as limitações do estudo e, finalmente, indicar caminhos para estudos futuros.

Esta é a etapa na qual o autor através da avaliação dos os resultados obtidos encontra liberdade científica para propor soluções e até aplicações práticas. É nesta parte que o autor confirmará ou negará o pressuposto criado para seu trabalho. Na conclusão o autor definirá suas conclusões com suas próprias palavras, assumindo as responsabilidades por elas, evitando o uso de citações diretas.

REFERÊNCIAS

ABE, E. Y. Baropodormetria dinâmica de atletas remadores, com sinais e sintomas de disfunção temporamandibular, pré e pós tratamento, com placa oclusal estabilizadora e exercício terapêutico de movimento mandibular: estudo piloto. **Biblioteca Digital USP.** São Paulo. 2016.

ABREU, R. S. ANÁLISE DA POSTURA E DA MARCHA DE MULHERES PORTADORAS DE ESCOLIOSE: UM ESTUDO PILOTO. **IX CEEL.** Uberlândia, 2011.

ALFIERI, F. M; TEODORI, R. M; GUIRRO, R. R. J. Estudo baropodométrico em idosos submetidos à intervenção fisioterapêutica. **Fisioterapia em Movimento.** Curitiba, v. 19, n. 2, p. 67-74, 2006.

ALVES, A. L. et al. Tratamento Fisioterápico na **Escoliose**. Pós em Revista. 2013.

ALVES, RONNIÊ. Confiabilidade teste-reteste da baropodometria em indivíduos jovens assintomáticos durante análise semi-estática e dinâmica. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 2017.

BAIONI, M. T. C; AMBIEL, C. R. ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL: DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS. **Jornal de Pediatria.** Rio de janeiro, 4 de ago. de 2010.

CHARLES, Y. P. et al. Progression Risk of Idiopathic Juvenile Scoliosis During Pubertal Growth. Wolters Kluwer. **Spine.** v. 31, e. 17, p. 1933 -1942, 2006

CHRUN, L. R. et al. Atrofia muscular espinhal tipo I: aspectos clínicos e fisiopatológicos. **Revista Médica.** São Paulo, v. 96, p. 281-286, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

FERNANDES, H. M. Semiologia Ortopédica Pericial. Versão do Hipertexto.

GRIEBELER, D. et al. Aspectos cinemáticos da marcha em indivíduos escolióticos: um estudo exploratório. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Biomecânica.** Gramado, p. 185-190, 2001.

LUNN, M. R; WANG, C. H. Spinal muscular atrophy. **The Lancet.** v. 371, n. 9630 p. 2120-2133, 2008.

NEUMANN, D. A. Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para reanilitação. **Elsevier.** Rio de Janeiro, ed. 3, 2018.

MARIN, M. S; CASTRO, R. F. S; SÁ, F. N. Percepção do uso de spinraza associado à fisioterapia m indivíduos com atrofia muscular espinhal. **Universidade Cesumar Unicesumar.** Maringá, 2020.

MORAES, E. N; MEGALE, R. Z. Avaliação da mobilidade. **Princípios básicos de geriatria e gerontologia.** Belo Horizonte, p. 105-113, 2008.

OLIVEIRA, L.; VIEIRA, T. O corpo em movimento e o processo do envelhecimento: quedas, equilíbrio e locomoção. **Envelhecimento e vida saudável.** 2009.

RAMOS, E.; REIS, D. C.; ESTEVES, A. C. ANÁLISE CINEMÁTICA DA MARCHA EM PORTADORES DE ESCOLIOSE IDIOPÁTICA. **Revista Brasleira de Cineanropometria e Desempenho Humano.** v. 8, n. 3, p. 85-92, 2006.

ROCHA, L. F; VITORINO, N; PARENTE, D. Escoliose e suas bases genéticas. **Saúde em foco.** v. 1, n. 1, p. 82-92, 2019
.
RAJA, A et al. Spinal Stenosis. **StatPearls.** 2020.

ROSARIO, J. L. P. A review of the utilization of baropodometry in postural assessment. **Journal of Bodywork and Movement Therapies.** v. 18, p. 215-219, 2014.

SÁ, P. et al. Estenose lombar: caso clínico. **Revista Brasileira de Ortopedia.** v. 49, n, 4, p. 405-408, 2014.

SOUZA, J. A. et al. Global budy posture and plantar pressure distribution in indiviuals with and without temporomandibular disorder: a preliminar study. **Jornal of Manipulative and Physiological Therapeuics.** v. 37, p. 407-414, 2014.

SYLBERSZTEJN, S. et al. Estenose Degenerativa da Coluna Lombar. **Revista Brasileira de Ortopedia.** v. 47, n. 3, p. 286-281, 2012.

PERRY, J; SLAC, T; DAVIDS, J. R. Gait Analysis Normal and Pathological Function. **Jounal of Pediatric Orthopaedics.** v. 12, e. 6, p. 815, 1992.

ISBN 978-65-5629-077-5

PETRINI, A. C. et al. Fisioterapia como método de tratamento conservador na escoliose: uma revisão. **Revista Científica FAEMA.** v. 6, n. 2, p. 17-35, 2015.

PUZZI, P. C. M. Análise baropodométrica do apoio plantar em idosos e sua relação com quedas: Estudo comparativo entre idosos institucionalizados e não institucionalizados. **Universidade Fernando Pessoa.** Porto, 2016.

WINTER, R. B. et al. Moe's textbook of scoliosis and Other spinal deformities. W. B. **Saunders Company.** ed. 3, p. 39-44, Philadelphia, 1994.

ISBN 978-65-5629-077-5

FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO E A OBESIDADE

Bruna Letícia Dreher Kunkel[1]
Marcia de Souza Prado de Morais[2]
Vanessa Olbermann[3]
Jean Franciesco Vettorazzi[4]

Resumo: A obesidade é uma doença crônica não transmissível (DCNT), caracterizada pelo acúmulo anormal de gordura no corpo humano. No Brasil cerca de 26,8% da população adulta é obesa e 60,3% dos brasileiros estão acima do peso. Esta doença tem como principais fatores de risco os maus hábitos alimentares, padrões genéticos e comportamentais como o sedentarismo. O sistema digestório realiza a motilidade, a liberação de substâncias, digestão, absorção e atua no processo de defecação, sendo imprescindível um padrão de vida mais saudável para o funcionamento adequado do sistema como um todo. O presente estudo tem como objetivo investigar e pontuar os aspectos da obesidade e sua relação com a fisiologia do sistema digestório humano. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos publicados no período de 2010 a 2020, sobre a obesidade e o sistema digestório nas bases Scielo, Pubmed e livros. Esta pesquisa destaca principalmente as causas da obesidade, os tecidos envolvidos no sistema digestório humano, e doenças que podem desencadear-se a partir da obesidade, destacando-se o diabetes mellitus, inflamações, disfunções e síndrome do intestino irritável.

Palavras-chave: Obesidade. Sistema Digestório. Fisiologia.

1 INTRODUÇÃO

Analisando as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em um panorama brasileiro e mundial, podemos notar que a obesidade faz parte da série de desafios que a saúde pública enfrenta, sendo um problema muito frequente até mesmo em países desenvolvidos, atingindo 10% da população (SANTOS, 2018; BARBIERI, *et al.* 2012). Ela é definida como o acúmulo excessivo de gordura corporal, sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de acordo com os valores de Índice de Massa Corporal (IMC) encontrados em cada indivíduo (CARLUCCI, *et al.* 2013).

O tratamento desta doença é de extrema importância, uma vez que ela afeta de forma considerável a vida do indivíduo obeso, tanto fisiologicamente como psicologicamente. A obesidade ocorre em decorrência da junção de diversos fatores (metabólicos, genéticos, comportamentais, sociais e culturais) que, quando associados, podem gerar ainda mais malefícios à saúde e consequentemente à vida do indivíduo (BARBIERI, *et al.* 2012).

A obesidade possui grande efeito em todos os sistemas fisiológicos do corpo humano, seja no endócrino, cardiovascular ou até mesmo no sistema digestório.

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Professor Doutor Jean Franciesco Vettorazzi - Curso de Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Biomedicina e Odontologia – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Analisando de forma mais específica o sistema digestório, podemos afirmar que a obesidade pode afetar consideravelmente suas estruturas, sejam elas estômago, intestino, fígado, pâncreas, entre outras. Por ela afetar diretamente a fisiologia do sistema digestório, o surgimento de doenças no trato gastrointestinal (TGI) é quase que inevitável, sendo necessário um manejo individualizado e também o diagnóstico precoce para que as medidas de tratamento sejam iniciadas o mais rápido possível (TAVARES, *et al.* 2010).

Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral destacar os principais aspectos da obesidade e sua relação com a fisiologia do sistema digestório, com foco nas possíveis patologias e danos desencadeados a partir desta doença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OBESIDADE

A obesidade, doença que afeta tanto países já desenvolvidos como em desenvolvimento, é definida como o acúmulo excessivo de gordura corporal, constando nas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC). Quando o IMC passa dos 30 kg/m², o indivíduo é considerado obeso, sendo ele calculado da seguinte forma: o peso do indivíduo (em quilogramas) é dividido pela sua altura (em centímetros) elevada ao quadrado. Para a OMS, o IMC é dividido em seis faixas, sendo que três delas se referem a obesidade (WANDERLEY, *et al.* 2010).

Tabela 1: Classificação do Índice de Massa Corporal (IMC)

Faixa	**Tipo**	**Risco a saúde**
< 18,5	Baixo peso	Baixo
Entre 18,6 e 24,9	Normal	Médio
Entre 25 e 29,9	Pré-obeso	Levemente aumentado
Entre 30 e 34,9	Obesidade classe I	Moderado
Entre 35 e 39,9	Obesidade classe II	Grave
> 40	Obesidade classe III	Muito grave

Fonte**:** MANCINI, *et al.* 2015.

A obesidade pode ser dividida em duas formas: obesidade central ou androide, quando o acúmulo de gordura está localizado na parte superior do corpo; obesidade periférica ou ginecoide, quando esse acúmulo de gordura fica localizado na parte inferior do corpo (OLIVEIRA, *et al.* 2012).

Essa situação pode facilmente tornar-se mais crítica quando o obeso não segue um tratamento para a perda de peso, podendo assim acarretar outros problemas de saúde, elevando o fator de risco para outras comorbidades, sejam elas cardiovasculares, metabólicas, neoplásicas, ortopédicas, entre outras. Essa doença não só afeta o corpo físico, mas a saúde como um todo, incluindo também o bem-estar psicológico e a qualidade de vida do indivíduo (PATSALOS, *et al.* 2021; TAVARES, *et al.* 2010).

Por conta da alteração que ocorre na imagem corporal do indivíduo, provocada pelo aumento de peso, ocorre uma diminuição da autoimagem e uma desvalorização no autoconceito psicológico. Como consequência, há a possibilidade de surgirem sintomas depressivos e ansiosos, da sensação de bem-estar ser afetada e de haver

ISBN 978-65-5629-077-5

um aumento da sensação de inadequação social. O preconceito e a discriminação são um dos maiores problemas sociais encontrados pelos obesos, sendo que esta situação se inicia desde muito cedo, onde até mesmo crianças obesas são obrigadas a lidarem com tais discriminações. Este preconceito, em países industrializados, pode ocorrer até mesmo pelas pessoas que prestam serviços de saúde (BARROS, *et al*. 2015; SILVA, *et al.* 2019; TAVARES, *et al.* 2010).

2.2 CAUSAS

A obesidade é resultante da interação de fatores metabólicos, genéticos, comportamentais, sociais e culturais. Na grande maioria dos casos, esses fatores associam-se ao grande consumo de calorias e ao sedentarismo, que geram o acúmulo de calorias na forma de tecido adiposo. A obesidade pode ser associada com algumas desordens endócrinas (como o hipotireoidismo, por exemplo), porém, somente 1% dos casos de excesso de peso estão relacionados à essas desordens. Indivíduos que apresentam a obesidade paterna e materna possuem uma tendência quase duas vezes maior de apresentar obesidade quando comparados àqueles indivíduos em que os pais não são obesos (BARBIERI, *et al.* 2012; MANCINI, *et al.* 2015; TAVARES, *et al.* 2010).

Fatores econômicos, culturais e sociais são presentes na determinação da obesidade, sendo alguns dos contribuintes: a diminuição do esforço físico e o aumento da concentração da população nas cidades, fazendo com que os indivíduos escolham um estilo de vida mais sedentário e optem por refeições mais rápidas, conhecidas como *fast food,* o que contribui para o aumento de peso. Existem também fatores que ajudam no ganho excessivo de peso, sendo eles: fatores psicológicos, mudanças ocorridas em algum momento da vida, situações de violência, estresse, ansiedade, depressão, uso de medicamentos, entre outros fatores (BARBIERI, et al. 2012; OMER, 2020; TAVARES, *et al.* 2010).

2.3 TRATAMENTOS

Estudos mostram que a qualidade de vida se torna melhor quando há uma redução da quantidade de massa corporal gorda, ocorrendo também, em decorrência disso, diminuição da morbidade e do risco de mortalidade em pacientes obesos. Existe certa diferença entre a redução de peso e a redução de gordura corporal, sendo que a gordura corporal pode ser reduzida sem a perda peso (isso ocorre quando há ganho de massa muscular). Sendo assim, o tratamento da obesidade deve ter uma maior ênfase na diminuição da gordura corporal, tendo o objetivo de reduzir o peso, pois isso promoverá benefícios à saúde. Para que ocorra uma diminuição de massa gorda é necessário que o gasto de energia seja maior que o consumo (TCHANG, *et al.* 2021).

Um dos muitos tratamentos para a obesidade é o fator nutricional, que consiste na diminuição da ingestão energética total, podendo assim alcançar o déficit energético, levando a uma diminuição do peso corpóreo. Contudo, dietas que reduzam de forma severa o consumo energético apresentam riscos para a saúde. Quando praticado de maneira regular, os exercícios físicos também resultam em diversos benefícios para o organismo. Indivíduos com excesso de peso que praticam exercícios apresentam uma menor mortalidade e morbidade do que aqueles que são sedentários (OLIVEIRA, et al. 2012; MANCINI, *et al.* 2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

Apesar da existência de algumas controvérsias, o uso de medicamentos é uma possível opção para tratamento da obesidade. Os medicamentos podem causar uma grande expectativa de cura nos pacientes, e após a suspensão destes, os indivíduos normalmente voltam a engordar (MANCINI, *et al.* 2015).

Mudanças comportamentais também trazem aspectos positivos no tratamento para a obesidade, sendo necessário um auto monitoramento, que consiste na observação de sentimentos, fatos, atitudes e pensamentos que ocorrem antes, durante e depois de tentar manter um comportamento adequado ao praticar exercícios físicos e ao se alimentar. Apesar de a literatura ser extensa sobre os diferentes tratamentos para a obesidade, uma conclusão definitiva ainda não foi alcançada (TAVARES, *et al.* 2010).

Outro possível tratamento é a cirurgia bariátrica, que consiste na redução do estômago, tendo como intuito a diminuição do peso corporal através da redução da capacidade gástrica, causando uma restrição na ingestão de alimentos. A operação é considerada rápida e simples, possui baixos índices de complicações tardias e imediatas e a mortalidade cirúrgica é praticamente nula. Nos primeiros anos após a operação a perda de peso é em média de 30%; após 10 anos de operação a perda de peso reduz para menos 20% (MANCINI, *et al*. 2015; STAHL, *et al.* 2021).

2.4 FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO

2.4.1 Conceitos anatômicos e funções do sistema digestório

O sistema digestório - também conhecido como trato gastrointestinal (TGI) - é constituído por diferentes órgãos, onde cada um destes possui um papel importante e juntos permitem o funcionamento do sistema como um todo (SILVERTON, 2017).

Anatomicamente, o sistema digestório inicia-se na cavidade oral, que é constituída pela boca e pela faringe. Em seguida, há um longo tubo conhecido como esôfago, seguido pelo estômago, pelo intestino delgado e intestino grosso, e terminando na região do reto e do ânus. O sistema digestório conta ainda com a participação de órgãos glandulares acessórios para a realização completa de suas funções, incluindo: as glândulas salivares, o fígado e o pâncreas (MARTINI, et al. 2015; ORIÁ, et al. 2016;).

As funções básicas do sistema digestório são: motilidade, secreção, digestão, absorção e defecação. A motilidade é o movimento do bolo alimentar no trato gastrointestinal (TGI), resultante da contração muscular. A secreção, por sua vez, é a liberação das substâncias necessárias para completar a digestão. Já a digestão, é a quebra dos alimentos em moléculas menores para então serem absorvidas pelo organismo, e a absorção, é o movimento das substâncias presentes no lúmen do trato gastrointestinal (TGI) em direção ao líquido extracelular (LEC). Por fim, temos a defecação, que consiste na eliminação dos resíduos não absorvidos. Todas essas funções são exercidas pelo trato gastrointestinal (TGI) com a finalidade de suprir as necessidades do organismo humano e realizar a manutenção completa do mesmo (MARTINI, et al. 2015; ORIÁ, et al. 2016; WIDMAIER, et al. 2013).

2.4.2 Constituintes do sistema digestório

ISBN 978-65-5629-077-5

A cavidade oral é responsável pelas primeiras etapas da digestão. Essa etapa ocorre por meio da trituração do alimento através dos dentes, pela umidificação e lubrificação do alimento por intermédio da saliva, e pela formação do bolo alimentar com o auxílio da língua, que propicia a deglutição realizada pela faringe. Além disso, ressalta-se a digestão do amido pela saliva, processo no qual também ocorre na boca. (ORIÁ, et al. 2016; WIDMAIER, et al. 2013).

O esôfago é órgão responsável pelo transporte do alimento e pela produção do muco, que auxilia esse processo, facilitando o transporte do bolo alimentar deglutido da faringe para o estômago. O muco existente nesta região é imprescindível para a proteção do órgão contra os efeitos corrosivos de um possível refluxo do suco gástrico (ORIÁ, et al. 2016).

O estômago possui três funções importantes, sendo elas: o armazenamento do alimento a ser digerido, a mistura do alimento com o suco gástrico - contendo principalmente ácido clorídrico (HCl) - e a regulação da passagem do quimo (alimento em contato com as secreções gástricas) para o intestino delgado (ORIÁ, et al. 2016). Além dessas funções, o estômago é um órgão responsável pela secreção de diversas substâncias, sendo elas: muco, ácido clorídrico (HCl), pepsinogênio, gastrina e grelina. (SILVERTON, 2017).

O intestino delgado consiste em três regiões chamadas de duodeno, jejuno e íleo. Neste órgão, com o auxílio das secreções exócrinas do fígado e do pâncreas, ocorre a maior parte do processo de digestão. Além disso, no intestino delgado, ocorre a absorção de nutrientes, água e eletrólitos (SILVERTON, 2017). As principais secreções hormonais que ocorrem no intestino delgado, devido à passagem dos alimentos pelo órgão, são a colecistocinina e a secretina (ORIÁ, et al. 2016).

O intestino grosso é subdividido em ceco, cólon ascendente, cólon transverso, cólon descendente, cólon sigmoide, reto e ânus. A função do intestino grosso consiste em realizar a absorção de água do bolo fecal e o processo de defecação. No cólon, o quimo se transforma em fezes semissólidas, que ao chegarem no reto causam o enchimento da região e provocam um processo chamado de reflexo de defecação. O ânus possui dois esfíncteres anais - interno e externo - que controlam o diâmetro do canal anal. O esfíncter externo está sob o controle voluntário do indivíduo devido à presença de músculo esquelético em sua constituição. Já o esfíncter interno é constituído de músculo liso e involuntário, sendo que sua contração é controlada pelo sistema nervoso autônomo (SNA) e ele fica contraído a maior parte do tempo para manter as fezes no local até o momento da evacuação (SILVERTON, 2017).

As glândulas salivares são compostas principalmente por três pares responsáveis pela produção e secreção da saliva, sendo subdivididas em: glândulas sublinguais, glândulas submandibulares e glândulas parótidas. A saliva é composta principalmente por água e bicarbonato, que é responsável por manter o pH da cavidade oral; mucinas; amilase, sendo essa a enzima responsável por digerir o amido; imunoglobulina A (IgA), sendo um tipo de célula do sistema imune; e fatores de crescimento, que são substâncias responsáveis pelo crescimento e cicatrização dos tecidos localizados na região da boca (MARTINI, et al. 2015; ORIÁ, et al. 2016).

O pâncreas é um órgão misto com epitélio secretor chamado de endócrino e exócrino. O epitélio que atua no processo de digestão é o exócrino, responsável pela liberação da maior parte das enzimas digestivas e pela secreção do bicarbonato de sódio (ANTUNES, 2011; MARTINI, et al. 2015).

O fígado é considerado o maior dos órgãos internos do corpo humano e sua função mais importante no sistema digestório é a secreção da bile. A bile é produzida

ISBN 978-65-5629-077-5

no fígado e armazenada na vesícula biliar. Ela possui a função de agir como um "detergente químico", que serve para absorção de gorduras, isto é, durante a ingestão de alimentos ricos em lipídios, a vesícula biliar efetua uma contração que envia a bile para o duodeno (por meio do ducto colédoco), onde será realizado o processo de absorção dos lipídios ingeridos (MARTINI, et al. 2015; ORIÁ, et al. 2016).

O sistema digestório conta ainda com um sistema de defesa próprio, chamado de gut-associated lymphoid tissue (GALT), em português, tecido linfático associado ao intestino. Este sistema é constituído de tecido linfóide denso e está localizado na mucosa do TGI, possuindo um papel imunológico importante na proteção do sistema digestório, e ao contrário dos outros órgãos linfóides, os antígenos do lúmen intestinal são direcionados para o GALT por meio do epitélio, e não através do sistema linfático ou sanguíneo. Células epiteliais chamadas de células M, que compreendem as placas de Peyer, fornecem toda a informação necessária para as células imunes do GALT referente àquilo que se encontra dentro do lúmen (GONÇALVES, et al. 2016; DELGOBO, et al. 2019). Nesse sentido, as respostas de defesa se iniciam a partir das enzimas e imunoglobulinas da saliva, além do ambiente extremamente ácido do estômago que também auxilia na proteção. (ORIÁ, et al. 2016;).

Por fim, o sistema digestório contém um sistema nervoso próprio, denominado sistema nervoso entérico (SNE), sendo encontrado ao longo de todo o TGI. Suas funções consistem no controle da motilidade, da secreção, crescimento do TGI, da absorção de nutrientes, do fluxo sanguíneo e dos processos inflamatórios. Este sistema é organizado e composto por plexos, sendo os dois principais localizados no intestino e chamados de: plexo submucoso e plexo mioentérico (ORIÁ, et al. 2016).

2.4.3 A obesidade e doenças no Sistema Digestório

A obesidade consiste em uma doença crônica associada ao excesso de gordura corporal (acúmulo de tecido adiposo localizado ou generalizado), que prejudica a vida do indivíduo de diversas formas. Ela vem tornando-se cada vez mais comum em nosso cenário mundial atual, podendo desencadear ou agravar diversas doenças no indivíduo (MANCINI, et al. 2015). Os riscos a saúde causados pela obesidade aumentam de forma progressiva em uma curva conhecida como em forma de "J". Diante dessa circunstância, o diagnóstico precoce é de extrema importância para que as medidas de tratamento possam ser iniciadas o mais rápido possível, uma vez que as pessoas obesas frequentemente desenvolvem condições que às predispõem à mortalidade, incluindo as doenças do trato digestivo, ou seja, que afetam diretamente as estruturas do sistema digestório e sua funcionalidade (EMERENZIANI, et al. 2020), sendo as principais:

2.4.4 Colelitíase

A colelitíase, ou mais comumente conhecida como cálculo biliar, é uma disfunção gerada pela saturação da bile, que ocorre por conta do fígado que hipersecreta colesterol, fenômeno que se agrava com a obesidade, gerando cristais que acumulam-se no fígado, formando então os cálculos biliares (ZAHRA, et al. 2019).

A formação de cálculos biliares é uma das doenças mais comuns no trato digestivo em indivíduos obesos. Mulheres obesas com idade entre 20 e 30 anos apresentam seis vezes mais risco de desenvolver esta disfunção do que mulheres que apresentam peso normal. A associação entre obesidade e cálculo na vesícula biliar

ISBN 978-65-5629-077-5

relaciona-se com o aumento do colesterol circulante e com o aumento na taxa em que o colesterol é excretado na bile. A formação dos cálculos biliares depende da precipitação do colesterol de bile saturada, sendo que em indivíduos obesos a bile é muito mais saturada com colesterol, uma vez que para cada 1 kg de gordura corporal, aproximadamente 20 mg/dl de colesterol é sintetizado, ou seja, indivíduos obesos (por apresentarem um alto índice de gordura corporal) apresentarão uma quantidade maior de colesterol (MANCINI, et al. 2015).

2.4.5 Diabetes Mellitus

O Diabetes Melitus consiste em uma desordem metabólica onde ocorre uma hiperglicemia em decorrência do pâncreas (órgão que produz diversas substâncias que auxiliam na digestão dos alimentos e hormônios) não produzir uma quantidade suficiente de insulina (hormônio que regula o açúcar no sangue) ou por conta do corpo não conseguir utilizar essa insulina de forma eficaz (RAMIREZ, 2015; BORSE, et al. 2021).

A obesidade é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de diabetes pelo fato de ocorrer uma maior deposição de tecido adiposo nos indivíduos obesos. Para cada 10% de aumento no peso corporal, há um aumento de 2 mg/dl na glicemia em jejum, sendo que uma circunferência maior que 100 cm da cintura eleva o risco de desenvolvimento de diabetes em 3,5 vezes (MANCINI, et al. 2015).

A obesidade, principalmente a visceral, prejudica consideravelmente a homeostase glicose-insulina, resultando então em alterações fisiopatológicas, como aumento da produção hepática de glicose e redução da captação de glicose pelo tecido muscular. Isso influenciará o controle glicêmico, aumentando consequentemente os níveis de hemoglobina glicada (RAMIREZ, 2015).

2.4.6 Pancreatite

Estudos mostram que a obesidade é um fator agravante da pancreatite, doença definida basicamente como uma inflamação do pâncreas. Ela é desencadeada pela hiperativação de enzimas pancreáticas (ou seja, o suco pancreático é ativado antes mesmo de chegar ao intestino delgado) e pela liberação de uma série de mediadores inflamatórios, sendo que sua etiologia corresponde, em cerca de 80% dos casos, à doença biliar litiásica ou à ingestão excessiva de álcool, ocasionando então uma irritação nas células do pâncreas e, consequentemente, a pancreatite (FERREIRA, et al. 2015).

A obesidade é responsável por aumentar o risco de pancreatite aguda grave em 2,9 vezes. Sendo assim, vários fatores podem contribuir para o desenvolvimento da pancreatite sendo alguns deles: adiposidade abdominal visceral; doença biliar por cálculos nas passagens biliopancreáticas (causando refluxo biliar ou aumentando a pressão exercida no ducto pancreático); perda de peso como tratamento para hipertrigliceridemia, uma vez que os triglicerídeos lipídicos são insolúveis no meio aquoso do sangue, o que resulta em microtrombos vasculares pancreáticos e causa isquemia e infarto pancreático; hipertrofia das células das ilhotas (que pode obstruir o ducto pancreático); e período pós-operatório de cirurgias (KHATUA, et al. 2017).

2.4.7 Esteatose hepática não alcoólica

ISBN 978-65-5629-077-5

Conhecida como doença hepática gordurosa não alcoólica, a esteatose hepática é causada pela deposição de lipídeos no fígado, sendo o triglicerídeo o lipídeo mais encontrado. Esse depósito ocorre mais especificamente nos hepatócitos sendo agravada pela obesidade e também por outros fatores de riscos, podendo evoluir para níveis mais complexos de esteatose (CRUZ, et al. 2016).

É comum que no indivíduo obeso ocorra um desequilíbrio do balanço energético em decorrência da maior oferta de energia em forma de carboidratos e lipídios, componentes muito presentes em sua dieta, e decorrente da ausência ou insuficiente prática de atividade física, o que resulta em um acúmulo de lipídios no tecido adiposo e no fígado destes indivíduos (BARBOSA, et al. 2019). Nesta doença a deposição de lipídios ocorre em pequenos ou grandes vacúolos nos hepatócitos, o que afeta de forma prejudicial a composição celular e a remoção dos lipídios que são metabolizados nesta célula. Isto ocasiona um aumento no volume dos hepatócitos e consequentemente hepatomegalia (BARBOSA, et al. 2019).

2.4.8 Diverticulite

Essa doença é reflexo de uma alimentação com baixo teor de fibras e de líquidos, gerando uma redução da carga fecal e ocasionando constipação. Ainda pode ser decorrente de contrações peristálticas exageradas, situações estas que geram pressão no interior do cólon, alterando o trânsito intestinal. Em consequência destes fatores, ocorre a formação de herniações (divertículos) na mucosa e na submucosa do cólon, e estes, caso em contato com as fezes, podem sofrer um processo inflamatório, que é causado por conta da penetração de bactérias ao interior destes divertículos (SALLES, 2012).

Conforme citado anteriormente, esta doença é desencadeada basicamente por um aumento na pressão intraluminal na parede intestinal, e a obesidade pode colaborar com isso. No indivíduo obeso a deposição de gordura está aumentada, podendo acabar infiltrando o cólon e ocasionando o surgimento dos divertículos. Além disso, uma dieta pobre em fibras pode tornar as fezes duras e difíceis de serem eliminadas, o que ocasiona a obstipação, gerando então um estreitamento do lúmen intestinal, uma maior pressão e consequentemente, a diverticulite (CHEUCZUK, et al. 2016).

2.4.9 Síndrome do intestino irritável

Esta síndrome consiste em um distúrbio gastrointestinal funcional que gera dor, distensão abdominal, alteração no hábito intestinal, constipação e/ou diarreia (ANDRADE, et al. 2014). Nela, ocorre a alteração na motilidade gastrointestinal, onde a musculatura intestinal, que contrai e relaxa para garantir a motilidade do alimento a ser digerido, acaba contraindo de maneira mais forte e duradoura que o necessário, causando uma hipersensibilidade (FERNANDES, et al. 2020).

De acordo com estudos, é possível notar uma prevalência da síndrome do intestino irritável em cerca de 11% a 42% dos indivíduos obesos. Diversos mecanismos podem estar associados ao aumento da prevalência desta síndrome em indivíduos obesos, como por exemplo, o tipo da dieta, uma vez que dietas pobre em fibras e rica em carboidratos e gorduras possuem uma influência direta na microbiota intestinal, o que pode resultar no desenvolvimento ou agravamento da síndrome do intestino irritável (OUBAHA, et al. 2018).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.4.10 Refluxo gastroesofágico

A doença do refluxo gastroesofágico possui causa multifatorial, que depende diretamente da barreira antirrefluxo que inclui o esfíncter esofagiano inferior e o diafragma crural, da depuração esofagiana que inclui a ação da gravidade, a peristalse e a salivação, do esvaziamento e pressão intragástricos, e da resistência da mucosa do esôfago. Basicamente ela é ocasionada pelo relaxamento do esfíncter inferior do esôfago, que desencadeia a volta do ácido estomacal ao esôfago. Este episódio causa ardência e dor, ocorrendo mais comumente à noite ou após as refeições. Caso esses episódios aconteçam mais de duas vezes ao dia, pode ser sinal de que a doença se tornou crônica (HENRY, 2014) (MANCINI, et al. 2015).

Esta doença está relacionada à obesidade visto que o excesso de peso desencadeia um aumento na pressão intra-abdominal, o que consequentemente aumenta o gradiente de pressão gastroesofágico, a pressão intragástrica e a chance de se desenvolver hérnia hiatal. Podemos destacar também que a distensão gástrica decorre do aumento da pressão intragástrica, e a diminuição do esvaziamento do estômago facilita a ocorrência dos relaxamentos transitórios, o que gera o refluxo gastroesofágico (MANCINI, et al. 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou compreender que a obesidade é uma doença grave, relacionada com estilo de vida, alimentação e sedentarismo, assim como fatores genéticos e desordens endócrinas. Todos os constituintes do sistema digestório citados acima podem ser afetados de alguma maneira por essa doença ou por outras desenvolvidas a partir dela. Diante das informações exploradas neste artigo, há como propósito a reflexão e um maior conhecimento sobre a gravidade, bem como, os fatores envolvidos no surgimento e progresso dessa patologia tão comum, para que desta maneira, venham a serem descobertas e desenvolvidas novas abordagens terapêuticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. L. A.; FONSECA, T. N.; GOUVEIA, C. A.; KOBAYASHI, T. G.; LEITE, R. G. S.; MATTAR, R. A.; SILVA, F. A. A. **Dieta restrita de FODMEPs como opção terapêutica na síndrome do intestino irritável: revisão sistemática.** GED Gastroenterol. Endosc. Dig. v. 34, n.1, p. 34-41, 2014.

ANTUNES, T. **Pâncreas: Avaliação funcional**. Jornal Português de Gastrenterologia. v. 18, n. 4, p. 168-169, 2011.

BARBIERI, A. F.; MELLO, R. A. **As causas da obesidade: uma análise sob a perspectiva materialista histórica.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. V, 10, n. 1, p. 121-141, 2012.

BARBOSA, F. D. S.; ALMEIDA, M. E. F. D. **Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica: um problema global de caráter reversível.** J. Health Biol Sci. v. 7, n. 3, p. 305-311, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

BARROS, L.; MOREIRA, R. A. N.; FROTA, N. M.; ARAÚJO, T. M.; CAETANO, J. A. **Qualidade de vida entre obesos mórbidos e pacientes submetidos à cirurgia bariátrica.** Revista Eletrônica de Enfermagem. v. 17, n. 2, p. 312-321, 2015.

BORSE, S. P.; CHHIPA, A. S.; SHARMA, V.; SINGH, D. P.; NIVSARKAR, M. **Management of Type 2 Diabetes: Current Strategies, Unfocussed Aspects, Challenges, and Alternatives.** Med Princ Pract, 2021.

CARLUCCI, E. M. D. S.; GOUVÊA, J. A. G.; OLIVEIRA, A. P. D.; SILVA, J. D. D. S.; CASSIANO, A. C. M.; BENNEMANN, R. M. **Obesidade e sedentarismo: fatores de risco para doença cardiovascular.** Com. Ciências Saúde. v. 24, n. 4, p. 375-384, 2013.

CHEUCZUK, E. C.; COSTA, E. C.; REBEQUI, F.; GÓES, G. D. O.; MAZUR, C. E. **A dietoterapia como tratamento fundamental para diverticulit.** Persp. online: biiol. & saúde, Campos dos Goytacazes. v. 22, n. 6, p. 17-23, 2016.

CRUZ, J. F.; REZENDE, K. F.; SILVA, P. M. C. D.; CRUZ, M. A. F.; SANTANA, D. S. D.; OLIVEIRA, C. C. D. C.; LIMA, S. O. **Relação entre a esteatose hepática não alcoólica e as alterações dos componentes da síndrome metabólica e resistência à insulina.** Rev. Soc. Bras. Clin. Med. V. 14, n. 2, p. 79-83, 2016.

DELGOBO M.; PALUDO, K. S.; FERNANDES, D.; OLIVEIRA, J. G.; ORTOLAN, G. L.; FAVERO, G. M. **Gut: Key Element on Immune System Regulation**. Brazilian Archives Of Biology and Technology. v. 62, p. 1-14, 2019.

EMERENZIANI, S.; GUARINO, M. P. L.; ASENSIO, L. M. T.; ALTOMARE, A.; RIBOLSI, M.; BALESTRIERI, P.; CICALA, M. **Role of Overweight and Obesity in Gastrointestinal Disease.** Nutrients, v. 12, n. 1, p. 2-14, 2020.

FERNANDES, M. C. S.; CASTRO, M. D. S.; LIMA, Y. D. M. S.; BARRETO, A. C.; VASCONCELOS, Â. M. V.; BRITO, C. R. A. D.; SANTANA, J. M.; BARREIROS, P. G. L.; PERES, Y. C.; BRITO, A. P. S. O. **Síndrome do intestino irritável: diagnóstico e tratamento.** Electronic Journal Collection Health. v. 12, n.5, p. 1-9, 2020.

FERREIRA, A. D. F.; BARTELEGA, J. A.; URBANO, H. C. D. A.; SOUZA, I. K. F. D. **Fatores preditivos de gravidade da pancreatite aguda: quais e quando utilizar?** Arquivo Brasileiro de Cirurgia Digestiva. v. 28, n. 3, p. 207-211, 2015.

GONÇALVES, J. L.; YAOCHITE, J. N. U.; QUEIROZ, C. A. A.; CÂMARA, C. C.; ORIÁ, R. B. "Bases do Sistema Imunológico Associado à Mucosa Intestinal", p. 369-388. **Sistema Digestório: Integração Básico-Clínica.** São Paulo: Blucher, 2016.

HENRY, M. A. C. D. A. **Diagnóstico e tratamento da doença do refluxo gastroesofágico.** Arquivo Brasileiro de Cirurgia Digestiva. v. 27, n. 3, p. 210-215, 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

KHATUA, B.; EL-KURDI, B.; SINGH, V. P. **Obesity and pancreatitis.** Current Opinion in Gastroenterology, v. 33, n. 5, p. 374-382, 2017.

MANCINI, M. C.; GELONEZE, B.; SALLES, J. E. N.; LIMA, J. G. D.; CARRA, M. K. **Tratado de obesidade: segunda edição**. 2015.

MARTINI, F. H.; OBER, W. C.; BARTHOLOMEW, E. F.; NATH, J. L. **Anatomia & Fisiologia Humana: Uma abordagem visual.** 1 ed. São Paulo: Pearson, 2015.

OLIVEIRA, L. H.; ALMEIDA, P. **Obesidade: aspectos gerais dos fatores, tratamento e prevenção.** Revista Polidisciplinar Eletronica da Faculdade de Guairacá. v. 4, n. 2, p. 34-46, 2012.

OMER, T. **The causes of obesity: an in-depth review**. Advances in Obesity, Weight Management Control. V. 10, n. 4, p. 90-94, 2020.

ORIÁ, R. B.; BRITO, G. A. C. **Sistema Digestório: Integração básico-clínica.** 1 ed. Blucher Open Access, 2016.

OUBAHA, S.; EL YAZAL, S.; BOUZNAD, N.; HARAKI; JIDDI, S.; LAIRANI, F. E.; NAJEMEDDINE, K.; SAMLANI, Z.; ANSARI; KRATI, K. **Prevalence of Irritable Bowel Syndrome in Obese People.** Archives of Gastroenterology and Hepatology. v. 1, n. 2, p.16-19, 2018.

PATSALOS, O.; KEELER, J.; SCHMIDT, U.; PENNINX, B. W. J. H.; YOUNG, A. H.; HIMMERICH, H. J. **Diet, Obesity, and Depression: A Systematic Review**. Journal of Personalized Medicine, v. 11, n. 3, p. 2-19, 2021.

RAMIREZ, E. G. **Diabetes e obesidade: uma questão de educação para promoção da saúde.** Universidade Federal de Minas Gerais, Maceió – Alagoas, 2015.

SALLES, R. L. A. **Doença diverticular dos cólons e diverticulite aguda: o que o clínico deve saber.** Revista Médica de Minas Gerais. v. 23, n.4, p. 474-480, 2012.

SANTOS, W. D. D. **Obesidade: causas e consequências.** Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP. 2018.

SILVA, M. O.; BRANCO, A. U. **Obesity, Prejudice, Self, and Culture: A Longitudinal Case Study.** Developmental Psychology. v. 29, Ribeirão Preto, 2019.

SILVERTON, D. U. **Fisiologia Humana: Uma abordagem integrada.** 7 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

STAHL, J. M.; MALHOTRA, S. **Obesity Surgery Indications And Contraindications.** StatPearls Publishing, 2021.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; SANTOS, M. O. **Obesidade e qualidade de vida: Revisão da literatura**. Revista Médica de Minas Gerais. v. 20, n. 3, p. 359-366, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. **Obesidade: uma perspectiva plural.** Ciência & Saúde Coletiva. v. 15, n. 1, p. 185-194, 2010.

WIDMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. **Vander Fisiologia Humana: Os mecanismos das funções corporais.** 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

TCHANG, B. G.; SAUNDERS, K. H.; IGEL, L. I. **Best Practices in the Management of Overweight and Obesity**. Medical Clinics of North America. v. 105, n. 1, p. 149-174, 2021.

ZAHRA, N.; KAISRANI, H. **Link of obesity and gallstones formation risk**. Adv Obes Weight Manag Control. v. 9, n. 5, p. 118-120, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

TRUNFAMINAS: UM JOGO DIDÁTICO SOBRE VITAMINAS

Steffani Karoline Cortes Pretto[1]
Thaila Cristina Orbem[1]
Lucas Gabriel Pereira dos Santos[1]
Dhaienny de Cassia Barboza Soares[2]
Gabrieli Bruxel Adams[2]
Isabela de Lara Popiolski[2]
Isabella Eduarda Pereira[2]
Marcos Eduardo Schoffen[2]
Rafaela Selleri dos Santos[2]
Gabriel Dequigiovanni[3]

Resumo: O estudo da bioquímica tem como principal objetivo compreender as propriedades das biomoléculas e como elas interagem, descrevendo em termos moleculares as estruturas, os mecanismos e os processos químicos compartilhados por todos os organismos vivos. As disciplinas de bioquímica são fundamentais nos cursos da área da saúde, no entanto, é recorrente a alegação de alunos sobre a dificuldade de compreensão de muitos conteúdos. Nesse contexto, os jogos didáticos são ferramentas com potencial de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma lúdica, estimulando a criatividade, o raciocínio, o estabelecimento de conexões significativas com o mundo do trabalho e atuação profissional, além de fortalecer a relação professor-aluno. Um dos conteúdos abordados nas disciplinas de bioquímica é sobre vitaminas. Neste sentido, apresentamos o TRUNFAMINAS, um jogo didático pensado para facilitar o aprendizado e de vitaminas e minerais para o auxiliar no ensino de bioquímica para os cursos da área da saúde, além de estimular a participação dos alunos na disciplina, tornando os conteúdos abordados mais palpáveis e significativos para a atuação profissional de cada curso.

Palavras-chave: Bioquímica. Educação alimentar. Ensino e aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da bioquímica tem como principal objetivo compreender as propriedades das biomoléculas e como elas interagem, descrevendo em termos moleculares as estruturas, os mecanismos e os processos químicos compartilhados por todos os organismos vivos, estabelecendo os princípios de organização que são a base da vida em todas as suas formas (Nelson e Cox, 2014).

As disciplinas de bioquímica são fundamentais nos cursos da área da saúde, sendo a base para a compreensão de conteúdos mais avançados ao longo da formação profissional. No entanto, é recorrente a alegação de alunos sobre a dificuldade de compreensão de muitos conteúdos. Além disso, essas disciplinas caracterizam-se pela grande quantidade de assuntos abordados, que se tratados com a profundidade adequada tornam-se muitas vezes complexos e carregados de

[1] Acadêmico do Curso de Nutrição – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Biomedicina – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Doutor Gabriel Dequigiovanni, coordenador do Projeto BIOGAMES - Jogos educativos para ensino e aprendizagem de bioquímica - Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

informação, podendo facilmente tornarem-se maçantes. No ensino superior, essa disciplina caracteriza-se pela transversalidade e interdisciplinaridade, sendo que seu conhecimento sólido é fundamental para o estabelecimento das competências profissionais. No entanto, por ser ofertada nos primeiros semestres dos cursos superiores, sua compreensão é dificultada pela imaturidade dos alunos, e muitas vezes atrelada às falhas do ensino médio, principalmente em conhecimentos relacionados à química, o que leva à dificuldade de abstração necessária para compreender as características de átomos e moléculas.

Nesse contexto, os jogos didáticos são ferramentas com potencial de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de forma lúdica, estimulando a criatividade, o raciocínio, o estabelecimento de conexões significativas com o mundo do trabalho e atuação profissional, além de fortalecer a relação professor-aluno.

A proposta do projeto BIOGAMES – Jogos educativos para ensino e aprendizagem de bioquímica, é de elaborar jogos didáticos para serem utilizados como material didático de apoio no ensino de Bioquímica para os cursos de Biomedicina e Nutrição. Neste primeiro momento, desenvolvemos o TRUNFAMINAS, um jogo didático pensado para facilitar o aprendizado e de vitaminas e minerais para o auxiliar no ensino de bioquímica para os cursos da área da saúde, além de estimular a participação dos alunos na disciplina, tornando os conteúdos abordados mais palpáveis e significativos para a atuação profissional de cada curso.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ensino em geral, por muito tempo, se manteve voltado apenas para a transmissão de conceitos. Em especial, na área bioquímica, é necessário a abstração e a imaginação para descrever fenômenos que ocorrem a nível molecular, levando à memorização de termos sem significado aplicado para o aluno.

O estudo desenvolvido por Mangueira (2015) mostra que grande parte dos alunos entrevistados considera que a abordagem tradicional do ensino de bioquímica não permite um aprendizado significativo. Além disso, apesar dos conteúdos serem apresentados com coerência e organização, os estudantes os consideram desintegrados da sua prática profissional e não são capazes de associá-los com a realidade do trabalho (Vargas, 2001). No entanto, mais do que metodologias inadequadas, as dificuldades de aprendizagem em bioquímica têm relação com a deficiência na formação dos alunos no ensino fundamental e médio principalmente na área da química, que é fundamental para compreensão da bioquímica (De Andrade et al., 2017)

Nesse contexto de necessidade de inovação das metodologias utilizadas para o ensino de bioquímica, várias iniciativas trazem possibilidades interessantes, como o desenvolvimento de aplicativos (Alcantara e Moraes Filho, 2015), uso da realidade aumentada (Alves et al., 2019) e uso de jogos didáticos (Farkuh e Pereira-Leite, 2014; Mestanza, 2017).

Jogos são atividades lúdicas que estimulam a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança, além de aprimorar o desenvolvimento de habilidades linguísticas, mentais e de concentração (Vygotsky, 1989). Jogos educativos apresentam duas funções principais: A primeira é a função lúdica, que proporciona diversão, interesse e prazer em realizar a atividade. A segunda função é a função educativa, ensinando conceitos que completem o estudado em sala de aula, além de fomentar no indivíduo seu saber e compreensão de mundo. Outro aspecto importante, é o fato dos jogos

ISBN 978-65-5629-077-5

didáticos contribuem para o estreitamento da relação entre os alunos, podendo facilitar o processo de inclusão (Kishimoto, 1996).

Um dos conteúdos abordados nas disciplinas de bioquímica é sobre vitaminas. As vitaminas são nutrientes indispensáveis para o funcionamento do corpo e por este motivo devem ser bem compreendidas e associadas a uma alimentação saudável. As vitaminas são compostos orgânicos advindo dos alimentos, responsáveis por diversas funções regulatórias no metabolismo humano, atuando nas regulações químicas, sendo associadas muitas vezes a cofatores enzimáticos (Tirapigui, 2012).

São considerados micronutrientes, uma vez que, o nosso organismo necessita em pequenas quantidades para o funcionamento e são classificadas de acordo com sua solubilidade em água ou em solventes orgânicos apolares. As vitaminas hidrossolúveis correspondem às solúveis em água e fazem parte deste grupo as vitaminas do complexo B e vitamina C, já as lipossolúveis são aquelas insolúveis em água e portanto, solúveis em compostos orgânicos apolares, e fazem parte deste grupo as vitaminas A, E, D e K (Padovani et al. 2007).

3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento foram identificados os principais temas da Bioquímica que precisam ser melhor compreendidos pelos alunos em sala de aula. Através de dinâmicas de grupo foram discutidos os conteúdos e conceitos da área a serem explorados no decorrer do projeto. A partir desta primeira rodada de sugestão de propostas, identificamos a necessidade de estudar a distribuição das diferentes vitaminas entre os alimentos consumidos pela população em geral.

Foram selecionados 54 alimentos para compor as cartas com informações relativas as vitaminas A, B1, B2, B12, C e D. Os alimentos compõem as oito classes de alimentos da pirâmide nutricional:

1. Carnes e Ovos;
2. Laticíneos;
3. Frutas;
4. Vegetais e legumes;
5. Cereais, massas e tubérculos;
6. Oleaginosas e leguminosas;
7. Gorduras;
8. Açúcares e doces.

Os dados utilizados para compor as cartas do jogo foram obtidas das Tabelas de composição dos alimentos TBCA (Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TBCA, 2008) e TABNUT (Tabela de Composição Química dos Alimentos, 2021). Em seguida, foram definidas as regras, número de jogadores e materiais necessários para a confecção e execução das atividades e desenvolvimento das cartas.

4 RESULTADOS

Abaixo estão descritas as regras para o jogo Trunfaminas desenvolvidos neste projeto.

Participantes: 2 ou mais.

Requisitos: Conhecimentos de bioquímica básica e vitaminas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Propósito: Conhecer as concentrações de vitaminas nos mais variados alimentos.

Objetivo: Ficar com todas as cartas do baralho.

Preparação:

As 52 cartas desenvolvidas são distribuídas em número igual para cada um dos jogadores. Cada jogador forma seu monte e só vê a primeira carta da pilha, escondendo suas cartas dos demais jogadores.

As cartas possuem informações sobre as quantidades de vitaminas presentes em alimentos como: Vitamina A, Vitamina D, Vitamina C, Vitamina B1, Vitamina B2 e Vitamina B12 (Figura 1).

Figura 1. Modelo de carta desenvolvida apresentando imagem do alimento, e quantidades obtidas de cada uma das vitaminas.



Fonte: Autores, 2021.

Como jogar:

- Para iniciar o jogo, os jogadores devem se posicionar em lados opostos da mesa, de modo que não seja possível ver as cartas dos demais. O jogador que embaralhar deve manter as mãos de modo que todos vejam. Quem estiver à sua direita é responsável por dar as cartas aos demais jogadores. E o primeiro

ISBN 978-65-5629-077-5

que joga é sempre quem estiver imediatamente do lado direito de quem deu as cartas e o jogo segue em sentido anti-horário.

- Se você é o primeiro a jogar, escolha, entre as informações contidas em sua primeira carta, aquela que você julga ter o valor capaz de superar o valor da mesma informação que se encontra na carta que seus adversários têm em mãos. Por exemplo: você escolhe a informação vitamina A, menciona-a em voz alta e também menciona o alimento da sua carta. Após isso, coloca sua carta na mesa. Imediatamente todos os outros jogadores abaixam a primeira carta de suas pilhas, falam os valores do atributo solicitado e o nome do seu alimento. Quem tiver o valor mais alto ganha as cartas da mesa e as coloca embaixo de sua pilha.

- O próximo jogador será o que venceu a rodada anterior. Assim prossegue o jogo até que um dos participantes fique com todas as cartas do baralho, vencendo a partida.

- Se dois ou mais jogadores baixarem cartas com o mesmo valor máximo, os demais participantes deixam suas cartas na mesa e a vitória é decidida entre os que empataram.

- Os dois participantes que empataram, decidirão a partir do atributo seguinte. Caso a última informação seja o empate, a informação retorna para a primeira. Caso o empate prossiga, o desempate será no próximo atributo.

- O participante cuja carta da rodada for a marcada como "Super Trunfo" automaticamente ganha a rodada, a não ser que a carta de um dos participantes seja número 1, ex: A1, B1, C1, etc., quando este ganha a rodada e, consequentemente, a carta "Super Trunfo".

Para que os alunos compreendam a importância da ingestão de alimentos que contenham fontes de vitamina, adicionamos as regras do jogo uma tabela informando as recomendações diárias de cada uma das vitaminas de acordo com a faixa etária e o sexo. Assim, os alunos podem associar os alimentos necessários para obter uma quantidade mínima das vitaminas mencionadas.

As informações quanto a quantidade diária recomendada para cada uma das vitaminas foi obtido de Padovani et al (2007). A Tabela 1 apresenta as quantidades recomendas de cada uma das vitaminas de acordo com a faixa etária e sexo.

Tabela 1. Recomendações diárias das vitaminas utilizadas nas cartas do jogo TRUNFAMINAS.

Recomendações	Vitamina A	Vitamina D	Vitamina C	Vitamina B1	Vitamina B2	Vitamina B12
Homem (9-13 anos)	600 µg	5 µg	45 mg	0,9 mg	0,9 mg	1,8 µg
Homem (14-18 anos)	900 µg	5 µg	75 mg	1,2 mg	1,3 mg	2,4 µg
Homem (19-30 anos)	900 µg	5 µg	90 mg	1,2 mg	1,3 mg	2,4 µg

ISBN 978-65-5629-077-5

Homem (31-50 anos)	900 µg	5 µg	90 mg	1,2 mg	1,3 mg	2,4 µg
Mulher (9-13 anos)	600 µg	5 µg	45 mg	0,9 mg	0,9 mg	1,8 µg
Mulher (14-18 anos)	700 µg	5 µg	65 mg	1 mg	1,0 mg	2,4 µg
Mulher (19-30 anos)	700 µg	5 µg	75 mg	1,1 mg	1,1 mg	2,4 µg
Mulher (31-50 anos)	700 µg	5 µg	75 mg	1,1 mg	1,1 mg	2,4 µg

*mg - miligramas
**µg - microgramas

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo TRUNFAMINAS é uma oportunidade para os alunos de Ensino Superior e Médio interpretarem e associarem diferentes alimentos com seus teores de vitaminas. A atividade pode também tornar as aulas de bioquímica mais dinâmicas e interessantes para os alunos. Vale ressaltar, que o uso de jogos pode desenvolver diversas habilidades nos alunos, tais como: facilidade em dialogar, tomada de decisões, argumentar, discutir e criticar.

Fica evidente um potencial didático do jogo TRUNFAMINAS como atividade lúdica disponível para os educadores e estudantes para colaborar no processo de ensino-aprendizagem. Cabe ressaltar que os jogos assim como outros recursos didáticos não substituem as aulas convencionais, mas podem sim atuar como uma metodologia de apoio ao professor.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, N.R.; MORAES FILHO, A.V.. Elaboração e utilização de um aplicativo como ferramenta no ensino de bioquímica: carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos. **Revista de Ensino de Bioquímica**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 54 - 72, dez. 2015. ISSN 2318-8790

ALVES, A. F., FELIPE, C., MACHADO, L. S. "Investigação de Novas Estratégias para o Ensino de Bioquímica Estrutural por Meio de Realidade Aumentada". In: **Anais do IV CTRL+E. Recife/PE** - Brazil. 2019. DOI: 10.5753/ctrle.2019.8871.

De ANDRADE, Raíssa Silva Bacelar; E SILVA, Ayres Fran da Silva; ZIERER, Maximiliano de Souza. Avaliação das dificuldades de aprendizado em Bioquímica dos discentes da Universidade Federal do Piauí. **Revista de Ensino de Bioquímica**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 24-39, jul. 2017. ISSN 2318-8790.

FARKUH, Laura; PEREIRA-LEITE, Catarina. Bioquim4x: um jogo didático para rever conceitos de bioquímica. **Revista de Ensino de Bioquímica**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 37-54, out. 2014. ISSN 2318-8790.

ISBN 978-65-5629-077-5

KISHIMOTO, Tizuko. **O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANGUEIRA, S. T. I. P. D. **Importância do Ensino de Bioquímica para Formação dos Profissionais dos Cursos de Ciências Biológicas e da Saúde.** Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). UFPB, 2015.

MESTANZA, P. E. C. **O uso de jogos didáticos como abordagens alternativas para o ensino de bioquímica. 2017. 49 f.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

NELSON, David L.; COX. **Michael M. Princípios de bioquímica de Lehninger**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1298 p. ISBN 9788582710722.

PADOVANI, Renata Maria et al. Dietary reference intakes: aplicabilidade das tabelas em estudos nutricionais. **Revista de Nutrição [onlin**e]. 2006, v. 19, n. 6 [Acessado 1 Setembro 2021] , pp. 741-760. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732006000600010>. Epub 02 Mar 2007. ISSN 1678-9865. https://doi.org/10.1590/S1415-52732006000600010.

TIRAPIGUI, Julio. **NUTRIÇÃO**, METABOLISMO E SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE FÍSICA. 2.ed.São Paulo: Editora Atheneu, 2012

VARGAS, L.H.M. A Bioquímica e a Aprendizagem Baseada em Problemas. **Revista de Ensino de Bioquímica,** [S.l.], v. 1, n. 1, p. 15-19, maio 2001. ISSN 2318-8790.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TBCA. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental/BRASILFOODS (1998). Tabela **Brasileira de Composição de Alimentos-USP.** Versão 5.0. Disponível em: http://www.fcf.usp.br/tabela. Acesso em: 01/09/2021

TABNUT. Departamento de Informática em Saúde, Escola Paulista de Medicina/Unifesp. **Tabela de Composição Química dos Alimentos** - Versão 3.0. Disponível em :- http://tabnut.dis.epm.br/. Acesso em: 01/09/2021

ISBN 978-65-5629-077-5

FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO E A OBESIDADE

Bruna Letícia Dreher Kunkel[1]
Marcia de Souza Prado de Morais[2]
Vanessa Olbermann[3]
Jean Franciesco Vettorazzi[4]

Resumo: A obesidade é uma doença crônica não transmissível (DCNT), caracterizada pelo acúmulo anormal de gordura no corpo humano. No Brasil cerca de 26,8% da população adulta é obesa e 60,3% dos brasileiros estão acima do peso. Esta doença tem como principais fatores de risco os maus hábitos alimentares, padrões genéticos e comportamentais como o sedentarismo. O sistema digestório realiza a motilidade, a liberação de substâncias, digestão, absorção e atua no processo de defecação, sendo imprescindível um padrão de vida mais saudável para o funcionamento adequado do sistema como um todo. O presente estudo tem como objetivo investigar e pontuar os aspectos da obesidade e sua relação com a fisiologia do sistema digestório humano. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos publicados no período de 2010 a 2020, sobre a obesidade e o sistema digestório nas bases Scielo, Pubmed e livros. Esta pesquisa destaca principalmente as causas da obesidade, os tecidos envolvidos no sistema digestório humano, e doenças que podem desencadear-se a partir da obesidade, destacando-se o diabetes mellitus, inflamações, disfunções e síndrome do intestino irritável.

Palavras-chave: Obesidade. Sistema Digestório. Fisiologia.

1 INTRODUÇÃO

Analisando as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em um panorama brasileiro e mundial, podemos notar que a obesidade faz parte da série de desafios que a saúde pública enfrenta, sendo um problema muito frequente até mesmo em países desenvolvidos, atingindo 10% da população (SANTOS, 2018; BARBIERI, *et al.* 2012). Ela é definida como o acúmulo excessivo de gordura corporal, sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de acordo com os valores de Índice de Massa Corporal (IMC) encontrados em cada indivíduo (CARLUCCI, *et al.* 2013).

O tratamento desta doença é de extrema importância, uma vez que ela afeta de forma considerável a vida do indivíduo obeso, tanto fisiologicamente como psicologicamente. A obesidade ocorre em decorrência da junção de diversos fatores (metabólicos, genéticos, comportamentais, sociais e culturais) que, quando associados, podem gerar ainda mais malefícios à saúde e consequentemente à vida do indivíduo (BARBIERI, *et al.* 2012).

A obesidade possui grande efeito em todos os sistemas fisiológicos do corpo humano, seja no endócrino, cardiovascular ou até mesmo no sistema digestório.

[1] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Professor Doutor Jean Franciesco Vettorazzi - Curso de Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Biomedicina e Odontologia – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Analisando de forma mais específica o sistema digestório, podemos afirmar que a obesidade pode afetar consideravelmente suas estruturas, sejam elas estômago, intestino, fígado, pâncreas, entre outras. Por ela afetar diretamente a fisiologia do sistema digestório, o surgimento de doenças no trato gastrointestinal (TGI) é quase que inevitável, sendo necessário um manejo individualizado e também o diagnóstico precoce para que as medidas de tratamento sejam iniciadas o mais rápido possível (TAVARES, *et al.* 2010).

Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral destacar os principais aspectos da obesidade e sua relação com a fisiologia do sistema digestório, com foco nas possíveis patologias e danos desencadeados a partir desta doença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OBESIDADE:CONCEITOS

A obesidade, doença que afeta tanto países já desenvolvidos como em desenvolvimento, é definida como o acúmulo excessivo de gordura corporal, constando nas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC). Quando o IMC passa dos 30 kg/m², o indivíduo é considerado obeso, sendo ele calculado da seguinte forma: o peso do indivíduo (em quilogramas) é dividido pela sua altura (em centímetros) elevada ao quadrado. Para a OMS, o IMC é dividido em seis faixas, sendo que três delas se referem a obesidade (WANDERLEY, *et al.* 2010).

Tabela 1: Classificação do Índice de Massa Corporal (IMC)

Faixa	Tipo	Risco a saúde
< 18,5	Baixo peso	Baixo
Entre 18,6 e 24,9	Normal	Médio
Entre 25 e 29,9	Pré-obeso	Levemente aumentado
Entre 30 e 34,9	Obesidade classe I	Moderado
Entre 35 e 39,9	Obesidade classe II	Grave
> 40	Obesidade classe III	Muito grave

Fonte**:** MANCINI, *et al.* 2015.

A obesidade pode ser dividida em duas formas: obesidade central ou androide, quando o acúmulo de gordura está localizado na parte superior do corpo; obesidade periférica ou ginecoide, quando esse acúmulo de gordura fica localizado na parte inferior do corpo (OLIVEIRA, *et al.* 2012).

Essa situação pode facilmente tornar-se mais crítica quando o obeso não segue um tratamento para a perda de peso, podendo assim acarretar outros problemas de saúde, elevando o fator de risco para outras comorbidades, sejam elas cardiovasculares, metabólicas, neoplásicas, ortopédicas, entre outras. Essa doença não só afeta o corpo físico, mas a saúde como um todo, incluindo também o bem-estar psicológico e a qualidade de vida do indivíduo (PATSALOS, *et al.* 2021; TAVARES, *et al.* 2010).

Por conta da alteração que ocorre na imagem corporal do indivíduo, provocada pelo aumento de peso, ocorre uma diminuição da autoimagem e uma desvalorização

ISBN 978-65-5629-077-5

no autoconceito psicológico. Como consequência, há a possibilidade de surgirem sintomas depressivos e ansiosos, da sensação de bem-estar ser afetada e de haver um aumento da sensação de inadequação social. O preconceito e a discriminação são um dos maiores problemas sociais encontrados pelos obesos, sendo que esta situação se inicia desde muito cedo, onde até mesmo crianças obesas são obrigadas a lidarem com tais discriminações. Este preconceito, em países industrializados, pode ocorrer até mesmo pelas pessoas que prestam serviços de saúde (BARROS, *et al*. 2015; SILVA, *et al.* 2019; TAVARES, *et al.* 2010).

2.1.1 Causas

A obesidade é resultante da interação de fatores metabólicos, genéticos, comportamentais, sociais e culturais. Na grande maioria dos casos, esses fatores associam-se ao grande consumo de calorias e ao sedentarismo, que geram o acúmulo de calorias na forma de tecido adiposo. A obesidade pode ser associada com algumas desordens endócrinas (como o hipotireoidismo, por exemplo), porém, somente 1% dos casos de excesso de peso estão relacionados à essas desordens. Indivíduos que apresentam a obesidade paterna e materna possuem uma tendência quase duas vezes maior de apresentar obesidade quando comparados àqueles indivíduos em que os pais não são obesos (BARBIERI, *et al.* 2012; MANCINI, *et al.* 2015; TAVARES, *et al.* 2010).

Fatores econômicos, culturais e sociais são presentes na determinação da obesidade, sendo alguns dos contribuintes: a diminuição do esforço físico e o aumento da concentração da população nas cidades, fazendo com que os indivíduos escolham um estilo de vida mais sedentário e optem por refeições mais rápidas, conhecidas como *fast food,* o que contribui para o aumento de peso. Existem também fatores que ajudam no ganho excessivo de peso, sendo eles: fatores psicológicos, mudanças ocorridas em algum momento da vida, situações de violência, estresse, ansiedade, depressão, uso de medicamentos, entre outros fatores (BARBIERI, et al. 2012; OMER, 2020; TAVARES, *et al.* 2010).

2.1.2 Tratamentos

Estudos mostram que a qualidade de vida se torna melhor quando há uma redução da quantidade de massa corporal gorda, ocorrendo também, em decorrência disso, diminuição da morbidade e do risco de mortalidade em pacientes obesos. Existe certa diferença entre a redução de peso e a redução de gordura corporal, sendo que a gordura corporal pode ser reduzida sem a perda peso (isso ocorre quando há ganho de massa muscular). Sendo assim, o tratamento da obesidade deve ter uma maior ênfase na diminuição da gordura corporal, tendo o objetivo de reduzir o peso, pois isso promoverá benefícios à saúde. Para que ocorra uma diminuição de massa gorda é necessário que o gasto de energia seja maior que o consumo (TCHANG, *et al.* 2021).

Um dos muitos tratamentos para a obesidade é o fator nutricional, que consiste na diminuição da ingestão energética total, podendo assim alcançar o déficit energético, levando a uma diminuição do peso corpóreo. Contudo, dietas que reduzam de forma severa o consumo energético apresentam riscos para a saúde. Quando praticado de maneira regular, os exercícios físicos também resultam em diversos benefícios para o organismo. Indivíduos com excesso de peso que praticam

ISBN 978-65-5629-077-5

exercícios apresentam uma menor mortalidade e morbidade do que aqueles que são sedentários (OLIVEIRA, et al. 2012; MANCINI, *et al.* 2015).

Apesar da existência de algumas controvérsias, o uso de medicamentos é uma possível opção para tratamento da obesidade. Os medicamentos podem causar uma grande expectativa de cura nos pacientes, e após a suspensão destes, os indivíduos normalmente voltam a engordar (MANCINI, *et al.* 2015).

Mudanças comportamentais também trazem aspectos positivos no tratamento para a obesidade, sendo necessário um auto monitoramento, que consiste na observação de sentimentos, fatos, atitudes e pensamentos que ocorrem antes, durante e depois de tentar manter um comportamento adequado ao praticar exercícios físicos e ao se alimentar. Apesar de a literatura ser extensa sobre os diferentes tratamentos para a obesidade, uma conclusão definitiva ainda não foi alcançada (TAVARES, *et al.* 2010).

Outro possível tratamento é a cirurgia bariátrica, que consiste na redução do estômago, tendo como intuito a diminuição do peso corporal através da redução da capacidade gástrica, causando uma restrição na ingestão de alimentos. A operação é considerada rápida e simples, possui baixos índices de complicações tardias e imediatas e a mortalidade cirúrgica é praticamente nula. Nos primeiros anos após a operação a perda de peso é em média de 30%; após 10 anos de operação a perda de peso reduz para menos 20% (MANCINI, *et al*. 2015; STAHL, *et al.* 2021).

2.2 FISIOLOGIA DO SISTEMA DIGESTÓRIO

2.2.1 Conceitos anatômicos e funções do sistema digestório

O sistema digestório - também conhecido como trato gastrointestinal (TGI) - é constituído por diferentes órgãos, onde cada um destes possui um papel importante e juntos permitem o funcionamento do sistema como um todo (SILVERTON, 2017).

Anatomicamente, o sistema digestório inicia-se na cavidade oral, que é constituída pela boca e pela faringe. Em seguida, há um longo tubo conhecido como esôfago, seguido pelo estômago, pelo intestino delgado e intestino grosso, e terminando na região do reto e do ânus. O sistema digestório conta ainda com a participação de órgãos glandulares acessórios para a realização completa de suas funções, incluindo: as glândulas salivares, o fígado e o pâncreas (MARTINI, *et al.* 2015; ORIÁ, *et al.* 2016;).

As funções básicas do sistema digestório são: motilidade, secreção, digestão, absorção e defecação. A motilidade é o movimento do bolo alimentar no trato gastrointestinal (TGI), resultante da contração muscular. A secreção, por sua vez, é a liberação das substâncias necessárias para completar a digestão. Já a digestão, é a quebra dos alimentos em moléculas menores para então serem absorvidas pelo organismo, e a absorção, é o movimento das substâncias presentes no lúmen do trato gastrointestinal (TGI) em direção ao líquido extracelular (LEC). Por fim, temos a defecação, que consiste na eliminação dos resíduos não absorvidos. Todas essas funções são exercidas pelo trato gastrointestinal (TGI) com a finalidade de suprir as necessidades do organismo humano e realizar a manutenção completa do mesmo (MARTINI, *et al.* 2015; ORIÁ, *et al.* 2016; WIDMAIER*, et al.* 2013).

2.2.2 Constituintes do sistema digestório

ISBN 978-65-5629-077-5

A cavidade oral é responsável pelas primeiras etapas da digestão. Essa etapa ocorre por meio da trituração do alimento através dos dentes, pela umidificação e lubrificação do alimento por intermédio da saliva, e pela formação do bolo alimentar com o auxílio da língua, que propicia a deglutição realizada pela faringe. Além disso, ressalta-se a digestão do amido pela saliva, processo no qual também ocorre na boca. (ORIÁ, *et al.* 2016; WIDMAIER, *et al.* 2013).

O esôfago é órgão responsável pelo transporte do alimento e pela produção do muco, que auxilia esse processo, facilitando o transporte do bolo alimentar deglutido da faringe para o estômago. O muco existente nesta região é imprescindível para a proteção do órgão contra os efeitos corrosivos de um possível refluxo do suco gástrico (ORIÁ, *et al.* 2016).

O estômago possui três funções importantes, sendo elas: o armazenamento do alimento a ser digerido, a mistura do alimento com o suco gástrico - contendo principalmente ácido clorídrico (HCl) - e a regulação da passagem do quimo (alimento em contato com as secreções gástricas) para o intestino delgado (ORIÁ, *et al.* 2016). Além dessas funções, o estômago é um órgão responsável pela secreção de diversas substâncias, sendo elas: muco, ácido clorídrico (HCl), pepsinogênio, gastrina e grelina. (SILVERTON, 2017).

O intestino delgado consiste em três regiões chamadas de duodeno, jejuno e íleo. Neste órgão, com o auxílio das secreções exócrinas do fígado e do pâncreas, ocorre a maior parte do processo de digestão. Além disso, no intestino delgado, ocorre a absorção de nutrientes, água e eletrólitos (SILVERTON, 2017). As principais secreções hormonais que ocorrem no intestino delgado, devido à passagem dos alimentos pelo órgão, são a colecistocinina e a secretina (ORIÁ, *et al.* 2016).

O intestino grosso é subdividido em ceco, cólon ascendente, cólon transverso, cólon descendente, cólon sigmoide, reto e ânus. A função do intestino grosso consiste em realizar a absorção de água do bolo fecal e o processo de defecação. No cólon, o quimo se transforma em fezes semissólidas, que ao chegarem no reto causam o enchimento da região e provocam um processo chamado de reflexo de defecação. O ânus possui dois esfíncteres anais - interno e externo - que controlam o diâmetro do canal anal. O esfíncter externo está sob o controle voluntário do indivíduo devido à presença de músculo esquelético em sua constituição. Já o esfíncter interno é constituído de músculo liso e involuntário, sendo que sua contração é controlada pelo sistema nervoso autônomo (SNA) e ele fica contraído a maior parte do tempo para manter as fezes no local até o momento da evacuação (SILVERTON, 2017).

As glândulas salivares são compostas principalmente por três pares responsáveis pela produção e secreção da saliva, sendo subdivididas em: glândulas sublinguais, glândulas submandibulares e glândulas parótidas. A saliva é composta principalmente por água e bicarbonato, que é responsável por manter o pH da cavidade oral; mucinas; amilase, sendo essa a enzima responsável por digerir o amido; imunoglobulina A (IgA), sendo um tipo de célula do sistema imune; e fatores de crescimento, que são substâncias responsáveis pelo crescimento e cicatrização dos tecidos localizados na região da boca (MARTINI, *et al.* 2015; ORIÁ, *et al.* 2016).

O pâncreas é um órgão misto com epitélio secretor chamado de endócrino e exócrino. O epitélio que atua no processo de digestão é o exócrino, responsável pela liberação da maior parte das enzimas digestivas e pela secreção do bicarbonato de sódio (ANTUNES, 2011; MARTINI, *et al.* 2015).

O fígado é considerado o maior dos órgãos internos do corpo humano e sua função mais importante no sistema digestório é a secreção da bile. A bile é produzida

ISBN 978-65-5629-077-5

no fígado e armazenada na vesícula biliar. Ela possui a função de agir como um "detergente químico", que serve para absorção de gorduras, isto é, durante a ingestão de alimentos ricos em lipídios, a vesícula biliar efetua uma contração que envia a bile para o duodeno (por meio do ducto colédoco), onde será realizado o processo de absorção dos lipídios ingeridos (MARTINI, *et al.* 2015; ORIÁ, *et al.* 2016).

O sistema digestório conta ainda com um sistema de defesa próprio, chamado de g*ut-associated lymphoid tissue* (GALT), em português, tecido linfático associado ao intestino. Este sistema é constituído de tecido linfóide denso e está localizado na mucosa do TGI, possuindo um papel imunológico importante na proteção do sistema digestório, e ao contrário dos outros órgãos linfóides, os antígenos do lúmen intestinal são direcionados para o GALT por meio do epitélio, e não através do sistema linfático ou sanguíneo. Células epiteliais chamadas de células M, que compreendem as placas de Peyer, fornecem toda a informação necessária para as células imunes do GALT referente àquilo que se encontra dentro do lúmen (GONÇALVES, *et al.* 2016; DELGOBO, *et al.* 2019). Nesse sentido, as respostas de defesa se iniciam a partir das enzimas e imunoglobulinas da saliva, além do ambiente extremamente ácido do estômago que também auxilia na proteção. (ORIÁ, *et al.* 2016;).

Por fim, o sistema digestório contém um sistema nervoso próprio, denominado sistema nervoso entérico (SNE), sendo encontrado ao longo de todo o TGI. Suas funções consistem no controle da motilidade, da secreção, crescimento do TGI, da absorção de nutrientes, do fluxo sanguíneo e dos processos inflamatórios. Este sistema é organizado e composto por plexos, sendo os dois principais localizados no intestino e chamados de: plexo submucoso e plexo mioentérico (ORIÁ, *et al.* 2016).

2.2.3 A obesidade e doenças no Sistema Digestório

A obesidade consiste em uma doença crônica associada ao excesso de gordura corporal (acúmulo de tecido adiposo localizado ou generalizado), que prejudica a vida do indivíduo de diversas formas. Ela vem tornando-se cada vez mais comum em nosso cenário mundial atual, podendo desencadear ou agravar diversas doenças no indivíduo (MANCINI, *et al.* 2015). Os riscos a saúde causados pela obesidade aumentam de forma progressiva em uma curva conhecida como em forma de "J". Diante dessa circunstância, o diagnóstico precoce é de extrema importância para que as medidas de tratamento possam ser iniciadas o mais rápido possível, uma vez que as pessoas obesas frequentemente desenvolvem condições que às predispõem à mortalidade, incluindo as doenças do trato digestivo, ou seja, que afetam diretamente as estruturas do sistema digestório e sua funcionalidade (EMERENZIANI, *et al.* 2020), sendo as principais:

2.2.4Colelitíase

A colelitíase, ou mais comumente conhecida como cálculo biliar, é uma disfunção gerada pela saturação da bile, que ocorre por conta do fígado que hipersecreta colesterol, fenômeno que se agrava com a obesidade, gerando cristais que acumulam-se no fígado, formando então os cálculos biliares (ZAHRA, *et al.* 2019).

A formação de cálculos biliares é uma das doenças mais comuns no trato digestivo em indivíduos obesos. Mulheres obesas com idade entre 20 e 30 anos apresentam seis vezes mais risco de desenvolver esta disfunção do que mulheres que apresentam peso normal. A associação entre obesidade e cálculo na vesícula biliar

ISBN 978-65-5629-077-5

relaciona-se com o aumento do colesterol circulante e com o aumento na taxa em que o colesterol é excretado na bile. A formação dos cálculos biliares depende da precipitação do colesterol de bile saturada, sendo que em indivíduos obesos a bile é muito mais saturada com colesterol, uma vez que para cada 1 kg de gordura corporal, aproximadamente 20 mg/dl de colesterol é sintetizado, ou seja, indivíduos obesos (por apresentarem um alto índice de gordura corporal) apresentarão uma quantidade maior de colesterol (MANCINI, *et al.* 2015).

2.2.5 Diabetes Mellitus

O Diabetes Melitus consiste em uma desordem metabólica onde ocorre uma hiperglicemia em decorrência do pâncreas (órgão que produz diversas substâncias que auxiliam na digestão dos alimentos e hormônios) não produzir uma quantidade suficiente de insulina (hormônio que regula o açúcar no sangue) ou por conta do corpo não conseguir utilizar essa insulina de forma eficaz (RAMIREZ, 2015; BORSE, *et al.* 2021).

A obesidade é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de diabetes pelo fato de ocorrer uma maior deposição de tecido adiposo nos indivíduos obesos. Para cada 10% de aumento no peso corporal, há um aumento de 2 mg/dl na glicemia em jejum, sendo que uma circunferência maior que 100 cm da cintura eleva o risco de desenvolvimento de diabetes em 3,5 vezes (MANCINI, *et al.* 2015).

A obesidade, principalmente a visceral, prejudica consideravelmente a homeostase glicose-insulina, resultando então em alterações fisiopatológicas, como aumento da produção hepática de glicose e redução da captação de glicose pelo tecido muscular. Isso influenciará o controle glicêmico, aumentando consequentemente os níveis de hemoglobina glicada (RAMIREZ, 2015).

2.2.6 Pancreatite

Estudos mostram que a obesidade é um fator agravante da pancreatite, doença definida basicamente como uma inflamação do pâncreas. Ela é desencadeada pela hiperativação de enzimas pancreáticas (ou seja, o suco pancreático é ativado antes mesmo de chegar ao intestino delgado) e pela liberação de uma série de mediadores inflamatórios, sendo que sua etiologia corresponde, em cerca de 80% dos casos, à doença biliar litiásica ou à ingestão excessiva de álcool, ocasionando então uma irritação nas células do pâncreas e, consequentemente, a pancreatite (FERREIRA, *et al.* 2015).

A obesidade é responsável por aumentar o risco de pancreatite aguda grave em 2,9 vezes. Sendo assim, vários fatores podem contribuir para o desenvolvimento da pancreatite sendo alguns deles: adiposidade abdominal visceral; doença biliar por cálculos nas passagens biliopancreáticas (causando refluxo biliar ou aumentando a pressão exercida no ducto pancreático); perda de peso como tratamento para hipertrigliceridemia, uma vez que os triglicerídeos lipídicos são insolúveis no meio aquoso do sangue, o que resulta em microtrombos vasculares pancreáticos e causa isquemia e infarto pancreático; hipertrofia das células das ilhotas (que pode obstruir o ducto pancreático); e período pós-operatório de cirurgias (KHATUA, *et al.* 2017).

2.2.7 Esteatose hepática não alcoólica

ISBN 978-65-5629-077-5

Conhecida como doença hepática gordurosa não alcoólica, a esteatose hepática é causada pela deposição de lipídeos no fígado, sendo o triglicerídeo o lipídeo mais encontrado. Esse depósito ocorre mais especificamente nos hepatócitos sendo agravada pela obesidade e também por outros fatores de riscos, podendo evoluir para níveis mais complexos de esteatose (CRUZ, *et al.* 2016).

É comum que no indivíduo obeso ocorra um desequilíbrio do balanço energético em decorrência da maior oferta de energia em forma de carboidratos e lipídios, componentes muito presentes em sua dieta, e decorrente da ausência ou insuficiente prática de atividade física, o que resulta em um acúmulo de lipídios no tecido adiposo e no fígado destes indivíduos (BARBOSA, *et al.* 2019). Nesta doença a deposição de lipídios ocorre em pequenos ou grandes vacúolos nos hepatócitos, o que afeta de forma prejudicial a composição celular e a remoção dos lipídios que são metabolizados nesta célula. Isto ocasiona um aumento no volume dos hepatócitos e consequentemente hepatomegalia (BARBOSA, *et al.* 2019).

2.2.8 Diverticulite

Essa doença é reflexo de uma alimentação com baixo teor de fibras e de líquidos, gerando uma redução da carga fecal e ocasionando constipação. Ainda pode ser decorrente de contrações peristálticas exageradas, situações estas que geram pressão no interior do cólon, alterando o trânsito intestinal. Em consequência destes fatores, ocorre a formação de herniações (divertículos) na mucosa e na submucosa do cólon, e estes, caso em contato com as fezes, podem sofrer um processo inflamatório, que é causado por conta da penetração de bactérias ao interior destes divertículos (SALLES, 2012).

Conforme citado anteriormente, esta doença é desencadeada basicamente por um aumento na pressão intraluminal na parede intestinal, e a obesidade pode colaborar com isso. No indivíduo obeso a deposição de gordura está aumentada, podendo acabar infiltrando o cólon e ocasionando o surgimento dos divertículos. Além disso, uma dieta pobre em fibras pode tornar as fezes duras e difíceis de serem eliminadas, o que ocasiona a obstipação, gerando então um estreitamento do lúmen intestinal, uma maior pressão e consequentemente, a diverticulite (CHEUCZUK, *et al.* 2016).

2.2.9 Síndrome do intestino irritável

Esta síndrome consiste em um distúrbio gastrointestinal funcional que gera dor, distensão abdominal, alteração no hábito intestinal, constipação e/ou diarreia (ANDRADE, *et al.* 2014). Nela, ocorre a alteração na motilidade gastrointestinal, onde a musculatura intestinal, que contrai e relaxa para garantir a motilidade do alimento a ser digerido, acaba contraindo de maneira mais forte e duradoura que o necessário, causando uma hipersensibilidade (FERNANDES, *et al.* 2020).

De acordo com estudos, é possível notar uma prevalência da síndrome do intestino irritável em cerca de 11% a 42% dos indivíduos obesos. Diversos mecanismos podem estar associados ao aumento da prevalência desta síndrome em indivíduos obesos, como por exemplo, o tipo da dieta, uma vez que dietas pobre em fibras e rica em carboidratos e gorduras possuem uma influência direta na microbiota intestinal, o que pode resultar no desenvolvimento ou agravamento da síndrome do intestino irritável (OUBAHA, *et al.* 2018).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2.10 Refluxo gastroesofágico

A doença do refluxo gastroesofágico possui causa multifatorial, que depende diretamente da barreira antirrefluxo que inclui o esfíncter esofagiano inferior e o diafragma crural, da depuração esofagiana que inclui a ação da gravidade, a peristalse e a salivação, do esvaziamento e pressão intragástricos, e da resistência da mucosa do esôfago. Basicamente ela é ocasionada pelo relaxamento do esfíncter inferior do esôfago, que desencadeia a volta do ácido estomacal ao esôfago. Este episódio causa ardência e dor, ocorrendo mais comumente à noite ou após as refeições. Caso esses episódios aconteçam mais de duas vezes ao dia, pode ser sinal de que a doença se tornou crônica (HENRY, 2014) (MANCINI, *et al.* 2015).

Esta doença está relacionada à obesidade visto que o excesso de peso desencadeia um aumento na pressão intra-abdominal, o que consequentemente aumenta o gradiente de pressão gastroesofágico, a pressão intragástrica e a chance de se desenvolver hérnia hiatal. Podemos destacar também que a distensão gástrica decorre do aumento da pressão intragástrica, e a diminuição do esvaziamento do estômago facilita a ocorrência dos relaxamentos transitórios, o que gera o refluxo gastroesofágico (MANCINI, *et al.* 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou compreender que a obesidade é uma doença grave, relacionada com estilo de vida, alimentação e sedentarismo, assim como fatores genéticos e desordens endócrinas. Todos os constituintes do sistema digestório citados acima podem ser afetados de alguma maneira por essa doença ou por outras desenvolvidas a partir dela. Diante das informações exploradas neste artigo, há como propósito a reflexão e um maior conhecimento sobre a gravidade, bem como, os fatores envolvidos no surgimento e progresso dessa patologia tão comum, para que desta maneira, venham a serem descobertas e desenvolvidas novas abordagens terapêuticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. L. A.; FONSECA, T. N.; GOUVEIA, C. A.; KOBAYASHI, T. G.; LEITE, R. G. S.; MATTAR, R. A.; SILVA, F. A. A. **Dieta restrita de FODMEPs como opção terapêutica na síndrome do intestino irritável: revisão sistemática.** GED Gastroenterol. Endosc. Dig. v. 34, n.1, p. 34-41, 2014.

ANTUNES, T. **Pâncreas: Avaliação funcional**. Jornal Português de Gastrenterologia. v. 18, n. 4, p. 168-169, 2011.

BARBIERI, A. F.; MELLO, R. A. **As causas da obesidade: uma análise sob a perspectiva materialista histórica.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. V, 10, n. 1, p. 121-141, 2012.

BARBOSA, F. D. S.; ALMEIDA, M. E. F. D. **Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica: um problema global de caráter reversível.** J. Health Biol Sci. v. 7, n. 3, p. 305-311, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

BARROS, L.; MOREIRA, R. A. N.; FROTA, N. M.; ARAÚJO, T. M.; CAETANO, J. A. **Qualidade de vida entre obesos mórbidos e pacientes submetidos à cirurgia bariátrica.** Revista Eletrônica de Enfermagem. v. 17, n. 2, p. 312-321, 2015.

BORSE, S. P.; CHHIPA, A. S.; SHARMA, V.; SINGH, D. P.; NIVSARKAR, M. **Management of Type 2 Diabetes: Current Strategies, Unfocussed Aspects, Challenges, and Alternatives.** Med Princ Pract, 2021.

CARLUCCI, E. M. D. S.; GOUVÊA, J. A. G.; OLIVEIRA, A. P. D.; SILVA, J. D. D. S.; CASSIANO, A. C. M.; BENNEMANN, R. M. **Obesidade e sedentarismo: fatores de risco para doença cardiovascular.** Com. Ciências Saúde. v. 24, n. 4, p. 375-384, 2013.

CHEUCZUK, E. C.; COSTA, E. C.; REBEQUI, F.; GÓES, G. D. O.; MAZUR, C. E. **A dietoterapia como tratamento fundamental para diverticulit.** Persp. online: biiol. & saúde, Campos dos Goytacazes. v. 22, n. 6, p. 17-23, 2016.

CRUZ, J. F.; REZENDE, K. F.; SILVA, P. M. C. D.; CRUZ, M. A. F.; SANTANA, D. S. D.; OLIVEIRA, C. C. D. C.; LIMA, S. O. **Relação entre a esteatose hepática não alcoólica e as alterações dos componentes da síndrome metabólica e resistência à insulina.** Rev. Soc. Bras. Clin. Med. V. 14, n. 2, p. 79-83, 2016.

DELGOBO M.; PALUDO, K. S.; FERNANDES, D.; OLIVEIRA, J. G.; ORTOLAN, G. L.; FAVERO, G. M. **Gut: Key Element on Immune System Regulation**. Brazilian Archives Of Biology and Technology. v. 62, p. 1-14, 2019.

EMERENZIANI, S.; GUARINO, M. P. L.; ASENSIO, L. M. T.; ALTOMARE, A.; RIBOLSI, M.; BALESTRIERI, P.; CICALA, M. **Role of Overweight and Obesity in Gastrointestinal Disease.** Nutrients, v. 12, n. 1, p. 2-14, 2020.

FERNANDES, M. C. S.; CASTRO, M. D. S.; LIMA, Y. D. M. S.; BARRETO, A. C.; VASCONCELOS, Â. M. V.; BRITO, C. R. A. D.; SANTANA, J. M.; BARREIROS, P. G. L.; PERES, Y. C.; BRITO, A. P. S. O. **Síndrome do intestino irritável: diagnóstico e tratamento.** Electronic Journal Collection Health. v. 12, n.5, p. 1-9, 2020.

FERREIRA, A. D. F.; BARTELEGA, J. A.; URBANO, H. C. D. A.; SOUZA, I. K. F. D. **Fatores preditivos de gravidade da pancreatite aguda: quais e quando utilizar?** Arquivo Brasileiro de Cirurgia Digestiva. v. 28, n. 3, p. 207-211, 2015.

GONÇALVES, J. L.; YAOCHITE, J. N. U.; QUEIROZ, C. A. A.; CÂMARA, C. C.; ORIÁ, R. B. "Bases do Sistema Imunológico Associado à Mucosa Intestinal", p. 369-388. **Sistema Digestório: Integração Básico-Clínica.** São Paulo: Blucher, 2016.

HENRY, M. A. C. D. A. **Diagnóstico e tratamento da doença do refluxo gastroesofágico.** Arquivo Brasileiro de Cirurgia Digestiva. v. 27, n. 3, p. 210-215, 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

KHATUA, B.; EL-KURDI, B.; SINGH, V. P. **Obesity and pancreatitis.** Current Opinion in Gastroenterology, v. 33, n. 5, p. 374-382, 2017.

MANCINI, M. C.; GELONEZE, B.; SALLES, J. E. N.; LIMA, J. G. D.; CARRA, M. K. **Tratado de obesidade: segunda edição**. 2015.

MARTINI, F. H.; OBER, W. C.; BARTHOLOMEW, E. F.; NATH, J. L. **Anatomia & Fisiologia Humana: Uma abordagem visual.** 1 ed. São Paulo: Pearson, 2015.

OLIVEIRA, L. H.; ALMEIDA, P. **Obesidade: aspectos gerais dos fatores, tratamento e prevenção.** Revista Polidisciplinar Eletronica da Faculdade de Guairacá. v. 4, n. 2, p. 34-46, 2012.

OMER, T. **The causes of obesity: an in-depth review**. Advances in Obesity, Weight Management Control. V. 10, n. 4, p. 90-94, 2020.

ORIÁ, R. B.; BRITO, G. A. C. **Sistema Digestório: Integração básico-clínica.** 1 ed. Blucher Open Access, 2016.

OUBAHA, S.; EL YAZAL, S.; BOUZNAD, N.; HARAKI; JIDDI, S.; LAIRANI, F. E.; NAJEMEDDINE, K.; SAMLANI, Z.; ANSARI; KRATI, K. **Prevalence of Irritable Bowel Syndrome in Obese People.** Archives of Gastroenterology and Hepatology. v. 1, n. 2, p.16-19, 2018.

PATSALOS, O.; KEELER, J.; SCHMIDT, U.; PENNINX, B. W. J. H.; YOUNG, A. H.; HIMMERICH, H. J. **Diet, Obesity, and Depression: A Systematic Review**. Journal of Personalized Medicine, v. 11, n. 3, p. 2-19, 2021.

RAMIREZ, E. G. **Diabetes e obesidade: uma questão de educação para promoção da saúde.** Universidade Federal de Minas Gerais, Maceió – Alagoas, 2015.

SALLES, R. L. A. **Doença diverticular dos cólons e diverticulite aguda: o que o clínico deve saber.** Revista Médica de Minas Gerais. v. 23, n.4, p. 474-480, 2012.

SANTOS, W. D. D. **Obesidade: causas e consequências.** Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP. 2018.

SILVA, M. O.; BRANCO, A. U. **Obesity, Prejudice, Self, and Culture: A Longitudinal Case Study.** Developmental Psychology. v. 29, Ribeirão Preto, 2019.

SILVERTON, D. U. **Fisiologia Humana: Uma abordagem integrada.** 7 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

STAHL, J. M.; MALHOTRA, S. **Obesity Surgery Indications And Contraindications.** StatPearls Publishing, 2021.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; SANTOS, M. O. **Obesidade e qualidade de vida: Revisão da literatura**. Revista Médica de Minas Gerais. v. 20, n. 3, p. 359-366, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. **Obesidade: uma perspectiva plural.** Ciência & Saúde Coletiva. v. 15, n. 1, p. 185-194, 2010.

WIDMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. **Vander Fisiologia Humana: Os mecanismos das funções corporais.** 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

TCHANG, B. G.; SAUNDERS, K. H.; IGEL, L. I. **Best Practices in the Management of Overweight and Obesity**. Medical Clinics of North America. v. 105, n. 1, p. 149-174, 2021.

ZAHRA, N.; KAISRANI, H. **Link of obesity and gallstones formation risk**. Adv Obes Weight Manag Control. v. 9, n. 5, p. 118-120, 2019

ISBN 978-65-5629-077-5

PSICOLOGIA DA SAÚDE NO CONTEXTO HOSPITALAR: ATENDIMENTO A PACIENTES DA COVID-19

Amir Samir Badwan Huda[1]
Bruno Patrick Klein[2]
Gabriela Paschoali de Assis Pacheco Almeida[3]
Pamella Oldoni da Silva[4]
Professora Orientadora Monique Farber[5]

Resumo: Neste presente artigo de ordem qualitativa e exploratória, buscou-se discorrer acerca do cenário pandêmico no âmbito hospitalar, ressaltando a importância da equipe multidisciplinar nos cuidados físicos e psicológicos dos pacientes, e os principais desafios enfrentados por ambos, visto que a Covid-19 surgiu de modo inesperado e avassalador, causando impactos psicológicos profundos na população como um todo. Buscou-se, por meio de uma entrevista realizada com um profissional da área que atua diretamente com os pacientes internados decorrentes da doença; a compreensão da sua perspectiva e seu posicionamento diante do cenário hospitalar. Correlacionou-se materiais teóricos com a entrevista, a fim de demonstrar os estudos bibliográficos a respeito do tema, também com o intuito de complementar com as descrições apontadas pelo profissional diante do seu contexto de trabalho atual.

Palavras-chave: Psicologia da saúde. Psicologia hospitalar. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia se desenvolveu em diversos campos de atuação, como por exemplo: na área clínica, escolar, jurídica e também na área da saúde, mais especificadamente na hospitalar. De acordo com o Conselho Regional de Psicologia (2016) em 2001, a psicologia hospitalar foi reconhecida como uma especialidade, sendo assim regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 13/2007.

Oriunda da percepção de que a patologia física pode também desencadear doenças psíquicas, a psicologia hospitalar, vem se construindo na intenção da melhora do quadro do paciente bem como na acolhida e orientação a ele e sua rede de apoio.

As demandas físicas são tratadas juntamente com as demandas psíquicas, ou seja, o paciente entra em um hospital por estar com alguma doença física e decorrente disso desencadeia sofrimentos psíquicos, sendo necessária a participação de um profissional especializado e também de uma equipe multidisciplinar envolvida para todo o acompanhamento desse paciente.

Rodrigues *et al.* (2021) relatam o entendimento integral dos fenômenos que os profissionais da psicologia necessitam ter em relação ao sujeito que se encontra em

[1] Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[3] Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[4] Acadêmico de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[5] Professora de Psicologia do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

estado de enfermidade e instabilidade psíquica e destaca a importância de considerar a realidade psíquica, emocional e cognitiva de cada ser.

Com esse embasamento e realce crítico da evolução da psicologia da saúde até hoje, além dos desafios que ela ainda enfrenta e a sua necessidade de adequação aos diversos contextos que apareceram no decorrer dos anos, esse estudo buscou enfatizar o papel do psicólogo no ambiente hospitalar frente a cenários de extrema dificuldade, bem como agregar com materiais que possuem enfoque na psicologia da saúde.

Com isso estruturou-se um compilado de informações acerca da atuação desse profissional diante do cenário pandêmico da Covid-19; as principais consequências aos profissionais da linha de frente na instituição hospitalar e as dificuldades enfrentadas por eles, pelos pacientes e pelos familiares.

Vale ressaltar que o contexto da pandemia é amplo e abrange diversos aspectos a serem discutidos, portanto essa pesquisa teve foco específico em compreender a importância da psicologia da saúde e do profissional psicólogo nesse campo de atuação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica desse artigo se divide em quatro importantes tópicos, como base a psicologia no setor da saúde, em seguida a relação tênue com a psicologia hospitalar, posteriormente os principais desafios enfrentados pelos profissionais no cenário da Covid-19 e por último a entrevista realizada, de caráter qualitativo e exploratório, com o profissional especializado da área.

2.1 A PSICOLOGIA NO SETOR DA SAÚDE

Há livros que apontam Cuba, como o primeiro país originário do termo psicologia da saúde na década de 70, alguns apresentam os Estados Unidos como formadores dessa subárea da psicologia, ainda outros que colocam a Europa como grande difusora da ideia de um novo campo de atuação. Mas muito antes disso já se falava em psicologia para a promoção tanto da saúde física como psíquica.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2019) em 1818 nos Estados Unidos mais especificadamente em Massachussets, já se tinha a primeira equipe multidisciplinar onde o psicólogo já estava incluso para as práticas no contexto hospitalar.

Por volta de 1890, Sigmund Freud (1856-1939) relatava que muitos de seus pacientes apresentavam sintomas físicos como a perda da fala, por exemplo, sua interpretação diante de tal situação remetia a um conflito emocional inconsciente, ou seja, um transtorno conversivo, onde a mente era acometida a alguma doença e não o elemento físico propriamente visto. (STRAUB, 2014).

Moré *et al.* (2009) afirmam que na década de 50 a psicologia hospitalar apareceu no Brasil e os psicólogos se depararam com limitações profissionais, técnicas e pessoais para enfrentar obstáculos e, portanto, a equipe multidisciplinar se tornou imprescindível no ambiente de trabalho.

Como apontam Bruscato *et al.* (2012) em 1953 foi a primeira vez que a Psicologia era estudada independente de outros cursos de graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) e em seguida no mesmo ano na

ISBN 978-65-5629-077-5

Universidade de São Paulo (USP) foi criado o primeiro curso de Psicologia que se concretizou somente cinco anos depois em 1958, após a formação da primeira turma.

Entende-se que a partir desse movimento houve uma construção do exercício da psicologia desde as matérias de faculdade para o ponto das práticas hospitalares, nos ambulatórios, centros de reabilitação, asilos, creches, entre outros. Portanto com o estudo das teorias e o avanço para os novos campos a psicologia se aderiu aos diversos caminhos e espaços que não tinham sido explorados, para deixar sua passagem registrada de forma científica e estruturada. (STRAUB, 2014).

Bruscato *et al.* (2012, p. 22) ainda ressaltam que "[...] baseando seu conhecimento em diversas teorias e técnicas psicológicas, sustenta modelos específicos de atuação e encontra áreas seguras de intervenção de tal forma que o psicólogo está preparado para assumir plenamente o compromisso social de sua atuação [...]".

Esse compromisso social está diretamente ligado às práticas necessárias, que são diárias no ambiente de trabalho dos psicólogos da saúde de forma geral. Segundo Cerqueira-Silva, Dessen, Junior (2009) a psicologia da saúde envolve tanto os fatores psicológicos, biológicos e também os sociais e estão conectados com a saúde e a doença de cada indivíduo, sendo importante não desmembrar o contexto do sujeito, com a intenção de uma melhor assertividade no processo de tratamento até o resultado final.

A área da saúde é muito ampla, possui inúmeros cursos de graduação, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados, e a psicologia também acompanha essa gama de oportunidades de estudo, com um foco mais voltado para a saúde mental, comportamento humano, psicopatologias, e principalmente percebe-se a busca pela especialização na área hospitalar.

Straub (2014) em sua obra, apresenta uma pesquisa realizada pela *American Psychological Association* (APA) em 2009, onde 46% dos psicólogos trabalhavam em consultórios particulares, 22% na área de educação, 7% em empresas do governo outros 13% realizavam atividades em clínicas de reabilitação e demais lugares, e significativamente 12% dos psicólogos trabalhavam em hospitais.

No Brasil é um dos campos mais almejados pelos psicólogos com especialização na área da saúde. Para Castro e Bornholdt (2004) o psicólogo precisa além de ter a teoria e a técnica para exercer suas atividades na área da saúde; mostrar comprometimento, saber se desenvolver frente a problemas e entender que existe uma equipe trabalhando ao lado dele, tais características são ferramentas básicas para as práticas da área.

Percebe-se que as vertentes da especialidade da saúde são antigas, mas também se reinventam ou nascem a cada ano e isso faz com que novos desafios apareçam para os profissionais e para um melhor entendimento do contexto dos hospitais é necessário entender alguns pontos:

2.2 A RELAÇÃO TÊNUE COM A PSICOLOGIA HOSPITALAR

Dentro de uma das ramificações da psicologia da saúde, existe a especialização em psicologia hospitalar, isso no Brasil, como relatam Castro e Bornholdt (2004) em outros países existe somente a psicologia da saúde que de forma ampla engloba a área hospitalar e não há o desmembramento através das especializações.

ISBN 978-65-5629-077-5

Sá-Serafim, Bú, Lima-Nunes (2020, p. 9) enfatizam que a "atenção psicológica hospitalar é uma estratégia de atuação relacionada à psicologia da saúde". Como mostra a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2021) o profissional da área hospitalar está inserido na:

> Atenção Primária, que é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pela Equipe de Saúde da Família (ESF) e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel as Urgência), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais. A Atenção Secundária é formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. A Atenção Terciária ou alta complexidade designa o conjunto de terapias e procedimentos de elevada especialização. Organiza também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, [...].

Para Almeida e Malagris (2011) são em hospitais, clínicas e departamentos acadêmicos de faculdades e universidades que os psicólogos da saúde estão inseridos e a sua atuação se influencia pelos fatores sociais que o cercam.

A área hospitalar está diretamente ligada a pacientes que apresentam sofrimentos físicos primeiramente, e em seguida, há quando necessário, auxílio no tratamento através da intervenção do psicólogo hospitalar devido aos sofrimentos psíquicos decorrentes possivelmente dessa dor física. Como declara Simonetti (2018) a psicologia hospitalar trata tanto as doenças com causas psíquicas, conhecidas como "psicossomáticas" quanto os aspectos psicológicos de toda e qualquer doença, ou seja, as manifestações da subjetividade humana diante da doença.

Todas as demandas hospitalares dos psicólogos são absorvidas através da fala do paciente, Santos e Vieira (2011) explicam que por meio das práticas no modelo biopsicossocial se torna possível manter uma escuta ativa e um atendimento humanizado na relação entre profissional e paciente, para que dessa forma o paciente possa enfrentar seu sofrimento e entender sua doença.

Com base na atuação do profissional, é preciso se pensar sobre o contexto em que o psicólogo hospitalar exerce sua escuta ativa, onde o atendimento é pontual, breve e muitas vezes pode ser o primeiro e o único. Mesquita e Carvalho (2014) definem a escuta terapêutica como uma forma ou método de responder ao indivíduo de tal maneira a orientá-lo, através da comunicação, para compreender mais nitidamente de seus problemas pessoais.

Para Simonetti (2018) a psicologia hospitalar tem como objetivo a subjetividade do paciente, ajudá-lo a fazer a travessia da experiência do adoecimento, realizando seu trabalho através da palavra, da conversa. Ao escutar o paciente, o psicólogo mantém a angústia dele na sua frente para que o mesmo possa absorvê-la, simbolizá-la e dissolvê-la.

No âmbito hospitalar o atendimento psicológico acontece nos mais diversos locais como por exemplo: nos corredores, salas de espera, ambulatórios, enfermarias, UTI, etc. Diferentemente do acompanhamento clínico, que ocorre em um *setting* terapêutico e demanda um processo, no cenário hospitalar as intervenções iniciam e

ISBN 978-65-5629-077-5

terminam em determinado momento, ou seja, a escuta possui um caráter orientador, tanto para o paciente quando para os familiares.

Para o atendimento psicológico é preciso levar em conta que o *setting* terapêutico não é definido e tão pouco preciso, como por exemplo se for realizado na enfermaria, este atendimento pode por muitas vezes ser interrompido pelo pessoal de base do hospital, para prescrição de medicamentos, aplicação de injeção, assepsia do local, processo de limpeza, dentre outras atividades. (ANGERAMI-CAMON *et al.,* 2003)

Simonetti (2004) descreve em seu livro sobre a capacitação que o psicólogo tem para realizar uma escuta, pois nenhum outro membro da equipe é habilitado para exercer tal função como esse profissional é, na conversa e na escuta se pode descobrir muito mais sobre cada paciente para ajudar na sua recuperação independentemente do local que essa técnica vai acontecer.

Entende-se assim que o foco do psicólogo hospitalar, em um primeiro momento é atender as demandas dos pacientes com a ajuda da equipe multidisciplinar até a sua recuperação, porém é importante também que ao sair esse mesmo tenha suporte, seja da família, amigos ou qualquer outra rede de apoio, e o psicólogo pode preparar esse campo e deixar as situações mais tranquilas e sua rede de apoio também esteja preparada psicologicamente para auxiliá-lo.

Andrade e Vaitsman (2002) destacam que a redução das interações afetivas dos pacientes com os familiares e amigos pode ser fator crítico e prejudicial para o desenvolvimento do tratamento. Ainda apontam que as conexões afetivas tendem a diminuir por conta da instabilidade emocional e é papel do psicólogo fazer uma abordagem com o intuito de contribuir para a melhora do ambiente entre o paciente e a rede de apoio.

Todo esse contexto dos hospitais e de outros locais de atuação dos psicólogos são importantes para se entender que nos últimos anos as demandas foram intensificadas e essa atuação se mostrou mais que necessária; imprescindível diante do momento caótico vivenciado pela população de forma geral; com a Covid-19 novos desafios surgiram.

2.3 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS NO CENÁRIO DA COVID-19

Como é de conhecimento popular, nos últimos anos, desde 2019, a população de forma generalizada vem sofrendo com a doença da Covid-19, que é altamente contagiosa e de propagação rápida. Esse contexto reflete em sintomas físicos, psíquicos e também sociais, por isso se fez necessário uma abertura desse assunto para se falar sobre a adequação tanto no modo de vida como de combate à essa doença.

Uma das tentativas de facilitar o atendimento dos psicólogos aos pacientes e familiares que enfrentaram ou possam enfrentar ainda essa doença, foi a criação de um manual com as diretrizes para a atuação desses profissionais do combate a Covid-19. (SÁ-SERAFIM; BÚ; LIMA-NUNES, 2020).

Nesse manual os autores apresentam formas de abordar os pacientes, de orientar os familiares, através de elementos básicos da atenção psicológica, como uma forma de padronizar e facilitar o fluxo assistencial oferecidos pelos profissionais dentro desses ambientes mais vulneráveis.

ISBN 978-65-5629-077-5

Com isso se percebeu que mais uma vez era necessária uma equipe multidisciplinar para realizar atendimento a pacientes que, infelizmente foram atingidos por essa doença. Dentro desse grupo de profissionais, exigiu-se a participação ativa de psicólogos, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas, técnicos e demais.

Henriques (2020) explica com propriedade que a psicologia da saúde possui a capacidade de impactar positivamente, amenizar as consequências psicológicas e sociais que são maléficas para o ser humano, ou seja, as práticas da psicologia podem facilitar o enfrentamento da Covid-19 através de métodos que influenciam o comportamento das pessoas de forma positiva.

Não somente sobre a saúde dos pacientes e familiares, mas também sobre a manutenção da saúde dos profissionais, é importante destacar que se torna compreensível que eles não consigam sustentar tanto física quanto psicologicamente essa demanda se também não se atentarem para suas necessidades.

"As condições laborais, bem como as relações diretas entre os trabalhadores, influenciam diretamente a qualidade de vida. Essa, portanto, torna-se, nessa perspectiva, estratégia para a sobrevivência e desenvolvimento futuros das organizações" (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p. 106)

Em determinados ambientes que possam ser hostis os psicólogos se deparam com dificuldades que atrapalham o desempenho, como exemplo; períodos reduzidos de descanso, ausência de ambientes de lazer, carência de subsídios do governo brasileiro, pouco contato com a família e frequente contato com óbitos decorrentes da doença.

Uma pesquisa realizada por Schmidt *et al.* (2020) aborda as mais diversas causas de estresse enfrentados pelos profissionais da área da Covid-19. Dentre eles estão: adoecer ou morrer por contaminação, a falta de equipamentos que desfavoreçam o trabalho, a transmissão do vírus aos familiares, períodos de descanso muito curtos, afastamento de seus familiares e frustrações resultantes da morte em larga escala no contexto hospitalar.

Considerando isso, Horta *et al.* (2021) comprovam o exposto abordando os impactos da pandemia para a saúde psíquica, por meio de uma pesquisa com 123 profissionais de um hospital público no sul do Brasil, em Novo Hamburgo, Porto Alegre. Averiguou-se que 40% apresentavam transtornos mentais, 60% atingiram níveis de exaustão, 49% apresentaram distanciamento do trabalho, ou dificuldade de atenção plena para exercer as atividades laborais, além da síndrome de *burnout* presente em 41% das pessoas do grupo estudado.

Para clarificar, "a definição mais aceita do *burnout* é fundamentada na perspectiva social-psicológica de Maslach e colaboradores, sendo esta constituída de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho." (CARLOTTO, 2002, p. 23)

Com base nos dados acima Tissol *et al.* (2020) propõem que é necessária a atenção também para o ambiente físico de trabalho, com espaços que visem a manutenção da qualidade de vida dos colaboradores evitando o desgaste físico e também psicológico, uma vez que ambos se influenciam mutuamente.

Quando há a menção de ambiente físico, engloba-se espaço para atividades laborais, material acessível para realização de tarefas corriqueiras, roupas adequadas, espaço para descanso, alimentação de qualidade, suporte social, distrações positivas entre outros. Todos esses pontos foram retirados de uma pesquisa realizada pelos autores citados acima.

ISBN 978-65-5629-077-5

Os dados coletados comprovam as afirmações de Schmidt *et al.* (2020) e os dados da pesquisa de Horta *et al.* (2021) que a falta de apoio dada aos profissionais da saúde é nítida, tanto no âmbito físico (controle do ambiente) quanto no que se refere à saúde mental dos mesmos (distrações positivas e suporte social).

Dessa forma, alguns locais de trabalho são considerados como desagradáveis, e isso implica diretamente na qualidade do atendimento aos pacientes, e, portanto, para manter a eficácia das intervenções ou dos atendimentos de forma geral se torna importante não esquecer da condição de trabalho dos profissionais envolvidos. (TISSOL *et al*., 2020)

Todos esses aspectos que englobam o campo de trabalho do profissional, podem diretamente atrapalhar seu desempenho diário nos hospitais e logo sua capacidade de manter a atenção plena com os pacientes. Consequentemente deve ser levado em consideração todos os fatores externos e internos que permeiam a jornada de trabalho desses profissionais que estão na linha de frente do combate a pandemia.

2.5 ENTREVISTA COM O PROFISSIONAL DA ÁREA

Realizou-se uma entrevista no dia 21 de agosto de 2021, de caráter qualitativo com perguntas abertas para um profissional psicólogo com especialidade em Saúde Pública e docência, que segue a abordagem fenomenológico-existencial e humanista nas práticas clinicas. Buscou-se resguardar sua identidade a fim de manter o caráter confidencial da pesquisa. Teve-se como intuito entender a realidade vivenciada diariamente pelos profissionais da área da saúde dentro dos hospitais frente a demandas intensas.

O psicólogo entrevistado atua dentro das Unidades de tratamento intensivo (UTI) e enfermaria da Covid-19 desde o começo da pandemia, em um hospital de grande porte no oeste do Paraná. Em relação a esse cenário pandêmico, ele relembra de como passou por esse momento e descreve: *"senti muito medo, bastante receio por ser tudo muito incerto".*

O posicionamento de um profissional que mesmo possuindo ferramentas e conhecimento técnico e científico, aparentemente sentiu-se em estado de vulnerabilidade. Isso demonstra a necessidade de olharmos para o profissional e considerá-lo como um ser humano e não exclusivamente como psicólogo.

Os autores Goulart e Chiari (2010) mencionam a respeito da relação entre o profissional e o paciente, e a necessidade de uma comunicação assertiva até o foco da situação através de uma construção regada por atenção e sensibilidade por parte do profissional.

Mais um relato corroborado por parte de Jefferson pela necessidade da sensibilidade, em que a condição da doença é outro fator relacionado ao sentimento de medo *"[...] o patógeno está no ar, se torna altamente contagioso [...]".* O ambiente torna todos vulneráveis, sejam pacientes, médicos, enfermeiros, até mesmo os psicólogos que de certa forma estão em contato direto com cada um desses.

Embora há pontos de cuidado, é possível verificar também aspectos positivos que Jefferson citou como importantes para enfrentar as demandas da pandemia, *"trabalhei como professor, pesquisador, clínico que nunca deixei de exercer, além do contato no centro socioeducativo, que é um ambiente hostil [...]"* com isso ele ressalta que teve *"muita energia e força para encarar esse momento de trabalho".* Por exercer outros trabalhos profissionais em sua carreira, mesmo havendo uma demanda alta de

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalho e atendimento, Jefferson conseguiu e ainda consegue exercer suas atividades nos hospital com a Covid-19.

Quando se fala em escuta ativa na psicologia, entende-se que em cada área existe um determinado jeito de exercer, ou seja, em cada ambiente é preciso se adequar para realizar a melhor escuta possível. Zurba (2012) reforça que para realizar o atendimento ao paciente no ambiente hospitalar, é necessário que o psicólogo tenha uma flexibilidade na sua forma de intervir, pois neste ambiente há uma série de restrições e mudanças na rotina, como os procedimentos médicos, alimentação, lazer e medicação que interferem no seu trabalho.

O local de atendimento é onde o paciente está, de acordo com a rotina hospitalar do mesmo, nem sempre é um local reservado, que auxilie na preservação do sigilo e favoreça a expressão dos sentimentos do paciente da família e do acompanhante.

Como confirma o colaborador entrevistado: *"a escuta no ambiente hospitalar é diferente da escuta clínica, não é a mesma escuta de um cientista, analista de consultório, cada escuta é diferente".* Segundo Simonetti (2018) este é um dos desafios técnicos encarados pelo psicólogo hospitalar, a passagem da realidade do consultório para a institucional do hospital, pois o modelo clínico tradicional aprendido é distante da realidade da instituição.

Outra dificuldade enfrentada pelos psicólogos da área hospitalar são os choques entre as áreas da saúde de forma geral, medicina, psicologia, fisioterapia, enfermagem e demais. Todas essas áreas são extremamente necessárias para o desenvolvimento e recuperação dos pacientes, portanto é imprescindível que o trabalho seja multidisciplinar e sincronizado. Peduzzi (2001) explica que o trabalho multiprofissional se dá pela atuação coletiva com colaboração indicada por técnicas e intervenções recíprocas entre áreas diferentes.

Conforme relata o profissional, que *"o hospital é um encontro de saberes, as áreas tentam se sobrepor sobre as outras [...] por isso é importante que se justifique as intervenções explique para a equipe essas justificativas, para a construção e a manutenção de um ambiente de trabalho saudável".*

Zurba (2012) destaca que o posicionamento do psicólogo frente a equipe, para discutir e argumentar sobre sua prática, bem como sua disponibilidade e interesse pela troca de saberes, são essenciais para este profissional.

Além das justificativas, *"o psicólogo não pode desistir do que ele acredita, além disso precisa ser tolerante a frustração, por ser tudo muito difícil [...] esse profissional precisa ter no seu portfólio a resiliência."* Além do trabalho multidisciplinar necessário, o psicólogo precisa também saber conduzir suas emoções de forma saudável, precisa estar em constante aperfeiçoamento para suprir as demandas diárias e também saber se colocar diante dos desafios com seus colegas.

Então, torna-se importante que o profissional esteja em condições adequadas para atender seus pacientes. Sampaio (2004) discorre ressaltando sobre o encontro terapêutico, alegando que cabe ao psicólogo reconhecer suas fronteiras e limites, ou até que ponto a relação ou o vínculo, possam interferir no processo de atendimento com o paciente.

Diante dessa entrevista percebe-se que além das habilidades técnicas e formações necessárias, é indispensável adquirir ou trabalhar nas habilidades emocionais, para poder se desenvolver nesse ambiente, dessa forma o psicólogo que atua nos hospitais também necessariamente precisa de um outro profissional para

ISBN 978-65-5629-077-5

entender suas demandas emocionais para não se sobrecarregar e dar continuidade nas atividades diárias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma análise histórica, um embasamento científico e teórico, trazendo esse conteúdo para os dias atuais e escutando as falas de um profissional real da área, percebeu-se que os desafios enfrentados ainda são grandes, há muitos conhecimentos a serem adquiridos e muitos pontos a serem melhorados dentro do contexto hospitalar.

Porém entende-se que frente a uma dificuldade imediata os profissionais conseguem se ajustar e habituar-se aos mais diversos cenários encontrados, isso se dá ao constante aperfeiçoamento pessoal e profissional, bem como a manutenção da saúde diária.

Quando citado o termo saúde nos dias de hoje não se pensa apenas nos aspectos físicos, mas sim na ligação entre a saúde física e psicológica, ou seja, em um equilíbrio entre o corpo e a mente. O dilema da saúde mental vem à tona também por conta do quadro pandêmico da Covid-19, que se inseriu de modo inesperado no mundo e causou um impacto visível e profundo na vida social e na forma de enxergar a vida de modo individual.

Portanto, torna-se relevante para o bem comum um olhar mais empático com os participantes desse caos causado pela pandemia e entender que enfrentando este momento juntos, assim como as equipes multiprofissionais nos hospitais, em uma espécie de "equipe social", acarretará em uma contribuição importante para o cenário hospitalar: evitar mais infectados pela Covid-19. Sabemos a dificuldade disso, mas fazer o possível é uma questão de consideração, tanto com os profissionais da linha de frente tanto com aqueles que lutam pela vida.

Quanto aos pacientes envolvidos no contexto hospitalar, está claro o comprometimento e a atenção que se deve ter aos quesitos psicológicos, que dependendo da situação poderá contribuir ou prejudicar para a recuperação dos doentes. Cabe a equipe multidisciplinar, aliar-se e deixar disputa de saberes, relatada por Jefferson, de lado e adequar-se de um espírito profissional coletivo, a fim de promover a saúde da população vulnerável nos hospitais e contribuir ainda mais para que seja possível passarmos logo por este ciclo pandêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. A prática da psicologia da saúde. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 183-202, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

ANDRADE, G. R. B.; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. Revista **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csc/a/f9W594rP9XhqBj9JKxrk5Fc/abstract/?lang=pt# >. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANGERAMI-CAMON *et al.* **Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática**. 1ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BRUSCATO, W. L. *et al.* **A psicologia na saúde: Da atenção primaria à alta complexidade – O modelo de atuação da Santa Casa de São Paulo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

CARLOTTO, M.S. A Síndrome de Burnout e o Trabalho Docente. Revista Psicologia em Estudo, v. 7, n. 1, p. 21-29, Maringá, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/hfg8JKJTYFpgCNgqLHS3ppm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

CASTRO, E. K.; BORNHOLDT, E. Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. **Revista Psicologia ciência e profissão**, v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/pcp/a/MZB4WxpDB4gdNnSY4DBM8qq/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CERQUEIRA-SILVA, S.; DESSEN, M. A.; JUNIOR, A. L. C. As contribuições da ciência do desenvolvimento para a psicologia da saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 16, p. 1599-1609, janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Zjbcgy975hwydGQh44zVmMm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 de agosto de 2021.

BRASIL (2019) Conselho Federal de Psicologia, **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (Os) nos Serviços Hospitalares do SUS.** 1ª ed. Brasília, 2019.

BRASIL (2016) Conselho Regional de Psicologia, **Psicologia Hospitalar. Considerações sobre assistência, ensino, pesquisa e gestão.** 1ª ed. Curitiba, Agencia Cupola, 2016.

GOULART, B. N.G.; CHIARI, B. M. Humanização das práticas do profissional de saúde: contribuições para reflexão. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 255-268, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100031>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 17, n. 2, p. 102-108, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200011>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

HORTA, R. L. *et al*. O estresse e a saúde mental de profissionais da linha de frente da COVID-19 em hospital geral. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 1, p. 30-38, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/3wN8kZGYJVd3B4tF6Wcctgs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

JUSTO-HENRIQUES, S. Contributo da psicologia da saúde na promoção de comportamentos salutogénicos em pandemia. Psicologia, Saúde e Doenças, v. 21, n. 2, p. 297-310, Lisboa, agosto de 2020. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862020000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

MESQUITA, A. C.; CARVALHO, E. C. A Escuta Terapêutica como estratégia de intervenção em saúde: uma revisão integrativa, **Revista da Escola de Enfermagem da USP - REEUSP**, v. 48, n. 6, p. 1127-1136, 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/reeusp/a/5WwTvQ5q7F6qvhBrDMLWBcG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

MORE, C. L. O. O. *et al.* Contribuições do pensamento sistêmico à prática do psicólogo no contexto hospitalar. **Revista Psicologia em Estudo**, n. 3, p. 465-473, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dmNyjLNk6LMnJxqwPBMq7MP/?lang=pt> Acesso em: 05 de agosto de 2021.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública,** v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102001000100016>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

RODRIGUES, P. M.; KOSTULSKI, C. A.; ARPINI, D. M. A construção de novas práticas na psicologia na atenção básica: a experiência de residentes psicólogos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 02. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310215>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

SAMPAIO, M. M. A. Neutralidade na relação terapêutica: reflexões a partir da abordagem gestáltica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia,** v. 56, n. 1, p. 49-56, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672004000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

SANTOS, L. J.; VIEIRA, M. J. Atuação do psicólogo nos hospitais e nas maternidades do estado de Sergipe, **Revista Ciência e Saúde**, v. 17, n. 5 p. 1191-1202, 2011. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2012.v17n5/1191-1202/pt>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

SÁ-SERAFIM, R.; DO BÚ, E.; LIMA-NUNES, A. Manual de diretrizes para atenção psicológica nos hospitais em tempos de combate ao covid-19. **Revista saúde e ciência**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dac.unb.br/images/DASU/PANDEMIA/Leituras/GuidelinesforPsychologicalcareinHospitals.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

SCHMIDT, B. *et al*. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, v. 37, 2020. Disponível em: <

ISBN 978-65-5629-077-5

https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?lang=pt>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença.** 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: O Mapa da Doença**. 8ª edição, Belo Horizonte: Artesã Editora, 2018.

STRAUB, R. O. **Psicologia da Saúde: Uma abordagem Biopsicossocial**. 3ª Ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

SUS, Sistema Único de Saúde. **O que é atenção primária, Atenção secundaria e Atenção terciária? SES.** Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sus>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

TISSOT, J. T.; VERGARA, LIZAND L. G. L.; ELY, V. H. M. B. Definição de atributos ambientais essenciais para a humanização em quartos de internação. **Revista Ambiente Construído** v. 20, n. 3, p. 541-551, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-86212020000300444>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

ZURBA, Magda do Canto. **Psicologia e Saúde Coletiva.** 1ª Edição, Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2012.

ISBN 978-65-5629-077-5

O INCONSCIENTE E OS DOIS TEMPOS DA TEORIA PULSIONAL EM FREUD

Pedro Henrique Portella de Almeida[1]
Gustavo Henrique Pizzatto[2]
Janaina Mazutti dos Santos[3]

Resumo: O presente artigo visa apresentar, de forma sucinta, os dois momentos da teoria pulsional na experiência Freudiana e sua articulação com o sistema inconsciente. Os temas aqui abordados dizem respeito aos resultados da psicanálise, obtenções do trabalho psicanalítico, como síntese das inúmeras observações feitas por Sigmund Freud em sua atuação clínica. Através da sua longa pesquisa e análise, o autor apresenta sua teoria topológica do aparelho psíquico, onde há a atuação de uma instância inconsciente como constituinte da vida psíquica, uma estrutura que abriga forças psíquicas em constante oposição, que inibem umas às outras. Buscou-se reunir, a partir dos textos do autor, as concepções sobre a atuação das forças psíquicas nas camadas profundas da atividade mental inconsciente, denominadas por Freud de pulsões, assim como o desenvolvimento do conceito em questão e suas modificações ao longo dos estudos do autor. Para tal pesquisa, fora utilizada também a comentadora de sua obra, e historiadora da psicanálise, Elizabeth Roudinesco, visando elucidar o desenvolvimento das noções abordadas através de uma perspectiva externa.

Palavras-chave: Inconsciente. Pulsão. Psicanálise.

1 INTRODUÇÃO

Freud, ao longo do desenvolvimento da psicanálise, infere que uma porção da atividade mental humana se empenha em lidar com o mundo externo real, enquanto outra parte da produção psíquica, serve à realização de desejos reprimidos que, desde a infância, habitam a psique de cada indivíduo. É através do estudo desta porção oculta do psiquismo, inconsciente, através da interpretação dos sonhos, que a psicanálise pode ser proclamada como a teoria dos processos psíquicos profundos, "psicologia das profundezas" (FREUD, 2019[1915]).

Como uma consequência de sua técnica, Freud efetuou as descobertas que levaram a primeira teoria das pulsões, entre as obras de maior destaque na formulação dessa teoria está o trabalho "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1905) e "As pulsões e seus destinos" (1915) onde o autor aponta que o Eu é investido de energia pulsional.

[1] Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Especialista em Psicanálise Clínica de Freud à Lacan pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário FAG. Especialista em Recursos Humanos pela Univel. Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense. Docente no curso de Psicologia da Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

Na primeira teoria pulsional, Freud distingue as pulsões[4] em dois grupos: aquelas que se direcionam a um objeto, ou pulsões sexuais e aquelas que têm por meta a autoconservação do indivíduo, pulsões do Eu.

No decorrer das considerações de *Além do princípio de prazer*, Freud postula a existência de uma nova oposição a sua concepção dualista da vida pulsional, com a introdução da hipótese de um conflito fundamental entre uma pulsão de vida e uma pulsão de morte, expressa na necessidade biológica de um organismo retornar a um estado anterior, inorgânico; assumindo, assim, o papel de um componente destrutivo no âmbito da vida psíquica, em oposição às pulsões que se ocupariam das células germinativas, pertencentes às pulsões de vida, que teriam por objetivo reunir a substância orgânica.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O termo inconsciente[5] foi utilizado, ao longo do tempo, por diversos autores, desde uma ideia primitiva de inconsciente como encontra-se em Pascal e Spinoza, até sendo utilizado enquanto conceito por Fichte e Schelling. Contudo, foi em Freud que tal termo ocupou um lugar de destaque em uma teoria, sendo conhecido como um pilar da psicanálise.

Com Freud, o inconsciente foi designado como uma instância ao qual a consciência não possui acesso, mas que se manifesta a esta através de sonhos, atos falhos, chistes sintomas etc., o inconsciente tem uma dualidade, possui um caráter interno ao sujeito, e à consciência deste, e outro de caráter externo a qualquer forma de dominação pela consciência (ROUDINESCO, 1998).

Tudo o que é reprimido há de permanecer no inconsciente, o inconsciente, porém, tem o âmbito maior, o reprimido é apenas uma parte do inconsciente. Somente é possível chegar ao conhecimento do inconsciente enquanto consciente, após passar por uma transposição ou tradução do conteúdo em algo consciente (FREUD, 2019[1915]).

Freud, no ensaio *O inconsciente* (1915), quanto a pretensão de que através da consciência experimentos tudo o que sucede em questão de atos psíquicos, diz "é uma *pretensão insustentável* exigir que tudo o que sucede na psique teria de ser tornar conhecido também para a consciência" (FREUD, 2019[1915], p. 102). O modo de operar e a existência do inconsciente já havia sido demonstrado antes mesmo da psicanálise, através das experiências hipnóticas, em especial a sugestão[6] pós-hipnótica. (FREUD, 2019[1915]).

Freud, a respeito da passagem dos atos psíquicos, enuncia que estes passam geralmente por duas fases em relação a ao seu estado, entre as quais se impõe um

[4] "Termo utilizado por Freud para definir a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem" (ROUDINESCO, 1998, p. 628).

[5] Em psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido pela consciência: uma "outra cena". Na primeira topologia, elaborada por Freud, trata-se de uma instância ou um sistema constituído por conteúdos recalcados que escapam às outras instâncias, o pré-consciente e o consciente. Na segunda topologia, deixa de ser uma instância, passando a servir para qualificar o Id e em grande parte, o Eu e o Supereu (ROUDINESCO, 1998, p. 375).

[6] "Termo que designa um meio psicológico de convencer um indivíduo de que suas crenças, suas opiniões ou suas sensações são falsas, e de que, inversamente, as que lhe são propostas são verdadeiras" (ROUDINESCO, 1998, p. 734).

ISBN 978-65-5629-077-5

exame (*censura*)[7]. Na primeira fase, ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema *Ics*; caso seja rejeitado pela censura ao passar pelo exame, não será capaz de passar para a segunda fase; ele então é *reprimido* e permanecerá inconsciente. Caso passe pelo exame, ele passa a ter participação no segundo sistema, essa participação, porém, ainda não está totalmente relacionada à consciência. "Ela ainda não é consciente, mas capaz de consciência (na expressão de J. Breuer), isto é, pode então, dadas certas condições, tornar-se objeto da consciência sem maior resistência" (FREUD, 2019[1915], p. 110). Este sistema, onde os atos psíquicos são capazes de consciência, recebeu o nome de "*pré-consciente*" (FREUD, 2019[1915]).

Um ato psíquico, uma ideia por exemplo, "pode existir simultaneamente em dois lugares do aparelho psíquico" (FREUD, 2019[1915], p.113). Na prática psicanalítica, caso seja comunicado a um paciente uma ideia que foi reprimida certa vez, em um primeiro momento isso não causa alterações em seu estado psíquico. Não é capaz de suprimir a repressão ou desfazer suas consequências, pelo contrário, o que se cria é uma nova rejeição da ideia reprimida. Agora a ideia, porém, encontra-se em duas instâncias, como lembrança consciente do traço auditivo da ideia, e segue como memória inconsciente, mantendo sua forma anterior (FREUD, 2019[1915]).

> Na realidade, a repressão não é suprimida enquanto a ideia consciente, após a superação das resistências, não entrou em ligação com o traço de memória inconsciente. Apenas tornando consciente esta última se alcança o êxito. Assim pareceria demonstrado, para a consideração superficial, que ideias conscientes e inconscientes são registros diferentes, topograficamente separados, do mesmo conteúdo (FREUD, 2019[1915], p. 113).

Esta oposição entre consciente e inconsciente não se aplica às pulsões. Uma pulsão não pode se tornar objeto da consciência, somente a ideia que o representa, a representante pulsional (*vorstellung*), que diz respeito a uma ideia, ou um grupo de ideias investidas de determinado montante de libido, a partir da própria pulsão. Mas também no inconsciente ele é representado pela ideia, não se poderia saber sobre a pulsão caso não estivesse atrelada a uma ideia, ou seja, o representante ideativo da pulsão é inconsciente.

> O destino geral da *ideia* que representa a pulsão dificilmente será outro senão desaparecer do consciente, se antes era consciente, ou ser mantida fora da consciência, se estava a ponto de tornar-se consciente. A diferença já não é significativa; corresponde mais ou menos a saber se eu ordeno a um hóspede indesejável que se retire de minha sala ou do vestíbulo, ou se após tê-lo reconhecido, não permito sequer que ele pise a soleira da entrada (FREUD, 2019[1915], p. 92).

Um impulso afetivo, pode, por exemplo, ser percebido pela consciência, mas de forma equivocada, em função da repressão, este é obrigado a unir-se com uma outra ideia, passando-se pela consciência como manifestação desta última. A diferenciação do psíquico em inconsciente e consciente constitui a premissa básica da psicanálise. "A psicanálise não pode pôr a essência do psíquico na consciência,

[7] "Instância psíquica que proíbe que emerja na consciência um desejo de natureza inconsciente e o faz aparecer sob forma travestida" (ROUDINESCO, 1998, p. 108).

ISBN 978-65-5629-077-5

mas é obrigada a ver a consciência como uma qualidade do psíquico, que pode juntar-se a outras qualidades ou estar ausente" (FREUD, 2019[1923], p. 15).

2.1 INTRODUÇÃO A TEORIA PULSIONAL

A *pulsão*, segundo Freud em *As pulsões e seus destinos*, diz respeito a um impulso que provém do interior do organismo e que atua como uma força constante, ela procede como uma necessidade, sendo suprimida somente pela *satisfação*. Esta satisfação, porém, é irredutível por meio de ações de fuga, podendo ser alcançada por meio de uma modificação na fonte interior dos estímulos. Esta tarefa, de dominar os estímulos, ou de reduzi-los ao nível mais baixo, fica à cargo do sistema nervoso (FREUD, 2019[1915]).

Deve-se ficar claro a diferença entre dois termos: *Trieb* (pulsão) e *Instinkt* (instinto). O primeiro se refere à pulsão na psicanálise tal como se conhece, como é concebida, já o segundo, é usado para expressar, na biologia, as necessidades de sobrevivência do ser humano ou dos animais.

Freud, no mesmo ensaio, reforçou a natureza limítrofe da pulsão, entre o psíquico e o somático, suas representações psíquicas das excitações provenientes do corpo e que chegam à psique. Sobre a natureza limítrofe da pulsão, Roudinesco esclarece:

> Por *pulsão*, antes de mais nada, não podemos designar outra coisa senão a representação psíquica de uma fonte endossomática de estimulações que fluem continuamente, em contraste com a estimulação produzida por excitações esporádicas e externas. A pulsão, portanto, é um dos conceitos da demarcação entre o psíquico e o somático (ROUDINESCO *apud* FREUD, 1998, p. 629).

Posteriormente, Freud enumerou as quatro características da pulsão. Primeiramente, a força motriz da atividade psíquica da pulsão é denominada *força*. Em segundo, sendo que esse *impulso* exige uma satisfação, para que se dissipe a excitação originária da pulsão, é necessário que tal fenômeno passe pelo *alvo*, sendo que pode possuir *alvos intermediários* para tal satisfação. Em terceiro, o meio pelo qual a pulsão atinge seu alvo é denominado *objeto*. Por fim, a *fonte* das pulsões é justamente o processo somático, que se encontra em alguma parte específica do corpo, ou até mesmo num órgão, cuja excitação representa o psiquismo da pulsão (ROUDINESCO, 1998).

A atividade do aparelho psíquico está sujeita ao *princípio do prazer*[8], e portanto, é regulada por sensações de prazer-desprazer. Estas sensações reproduzem a maneira como se realiza a subordinação dos estímulos. No sentido de que a sensação de prazer está ligada ao decréscimo do estímulo, e a sensação de desprazer ao aumento (FREUD, 2019[1915]).

Podem ser resumidas desta forma as características gerais das pulsões, todas possuem em comum o caráter impulsivo, e todas são uma porção de atividade. As pulsões são todas qualitativamente iguais, o que diferencia as operações psíquicas das pulsões está relacionado a variedade das fontes pulsionais. Uma pulsão não

[8] "O princípio de prazer é uma tendência a serviço de uma função encarregada de tornar o aparelho psíquico inteiramente livre de excitações, ou manter o nível de excitação nele constante ou no patamar o mais baixo possível" (FREUD, 2018[1920], P. 144).

ISBN 978-65-5629-077-5

surge do mundo exterior, mas dentro do próprio organismo, sendo assim, não é possível fugir de uma pulsão, a não ser através de sua satisfação. Por conseguinte, a pulsão atua de forma dessemelhante sobre a mente, e de diferentes formas são necessárias para se poder erradicá-las. Uma pulsão jamais apresenta um caráter momentâneo, mas sempre constante (FREUD, 2019[1915]).

Freud elabora pela primeira vez um dualismo pulsional, em *Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão*, trabalho de 1910 onde o autor discorre sobre o conflito de interesses entre os dois grupos de pulsões, cada qual buscando se impor mediante a "vivificação das ideias condizentes com suas metas" (FREUD, 2019[1910], p. 317). Esses dois grupos não coexistem em harmonia, aqueles que servem à sexualidade, ou a constante demanda por prazer sexual, e aqueles outros, cuja meta é a autoconservação do sujeito, ou, as pulsões do Eu (FREUD, 2019[1910]).

A respeito das pulsões sexuais, podem ser caracterizadas da seguinte forma: possuem sua origem em múltiplas fontes orgânicas, são numerosas, de início atuam independentemente umas das outras, e somente depois são reunidas em uma síntese. Em seu surgimento, apoiam-se nos instintos de conservação, se desligando destes pouco a pouco conforme o desenvolvimento do indivíduo, como, por exemplo, nas primeiras manifestações da sexualidade infantil, onde os lábios da criança atuam como uma *zona erógena*, e o estímulo gerado por via do afluxo de leite quente se caracteriza como a fonte de prazer. Dessa forma, inicialmente, a satisfação da zona erógena está ligada a satisfação da necessidade de alimento (FREUD, 2019[1915]).

As pulsões sexuais e as pulsões do Eu utilizam os mesmos órgãos e sistemas de órgãos. Segundo a descrição de Freud:

> O prazer sexual não se acha ligado apenas à função dos genitais; a boca serve tanto para o beijo como para a alimentação e a comunicação, os olhos percebem não apenas as alterações no mundo exterior que são importantes para a preservação da vida, mas também as características dos objetos que os tornam elegíveis como objetos de amor, seus "encantos" (FREUD, 2019[1910], p. 319).

A meta das pulsões sexuais que fluem destes órgãos de dupla função é o que Freud denominou como pulsões parciais, esses órgãos seriam as fontes da pulsão, compreendidos como o lugar onde se origina o processo somático cujo estímulo é representado na psique pela pulsão (FREUD, 2019[1915]).

No início da vida anímica, o Eu recebe investimento direto das pulsões, e é em parte capaz de satisfazê-las em si mesmo. Este estado é caracterizado como narcisismo, onde a possibilidade de satisfação é auto erótica (FREUD, 2019[1915]).

As pulsões sexuais podem ter quatro destinos: reversão a seu oposto, a reversão para com o eu, recalque[9] e sublimação. Esses quatro destinos funcionam como uma defesa contra as pulsões, desviando seu percurso para que tal não seja levada até o fim de forma não modificada. A reversão de uma pulsão a seu oposto divide-se, em um olhar mais atencioso, em dois processos diferentes: uma mudança do processo ativo para com o passivo e uma reversão de conteúdo, sendo que esses são processos de diferentes naturezas. A reversão de uma pulsão afeta apenas as

[9] "O recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer". (ROUDINESCO, 1998, p. 647).

ISBN 978-65-5629-077-5

finalidades das pulsões. Uma ação de natureza ativa (olhar) é substituída por uma de natureza passiva (ser olhado). A reversão de conteúdo encontra-se, à guisa de exemplo, na transformação do amor em ódio, não é raro encontrar ambos dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto, constituindo uma ambivalência afetiva. (FREUD, 2019[1915]).

O retorno de uma pulsão em direção ao próprio Eu do sujeito se mostra verídico quando visto de forma prática, à exemplo do sadismo-masoquismo e escopofilia-exibicionismo. O masoquismo nada mais é do que o sadismo voltado para o próprio Eu, e o exibicionismo é o olhar para o próprio corpo. A essência deste processo é, ao contrário do anterior, que alterava a finalidade do instinto, a alteração do objeto, sendo que a finalidade permanece intacta (FREUD, 2019[1915]).

A repressão[10] é uma ação consciente, psíquica, que busca suprimir um conteúdo que lhe é desagradável, sendo uma etapa anterior à condenação (julgamento). A realização de um desejo sempre acarreta numa satisfação, sendo assim, a repressão é um método eficiente contra as pulsões. Para que uma pulsão seja reprimida ela deve preencher a condição de que a obtenção da meta pulsional produza desprazer em vez de prazer. "A sua essência consiste apenas em rejeitar e manter algo afastado da consciência" (FREUD, 2019[1915], p.85)

Por fim, a sublimação é uma atividade que, aparentemente, não tem alguma relação com fatores sexuais, mas que extrai sua força da pulsão sexual, segundo Freud, a sublimação é o resultado do desvio de um empenho libidinal de seu objeto original e seu desvio para uma meta socialmente "elevada". A pulsão que recebe uma satisfação sublimada abandonou seu objeto e finalidade originais (FREUD, 2019[1915]).

2.2 A SEGUNDA TEORIA PULSIONAL

No que precede a formulação de *Além do princípio de prazer*, Freud, no contexto que se dava, a saber, o tratamento dos neuróticos de guerra, foi levado a repensar a natureza da articulação do sintoma em relação ao trauma, incorrendo no surgimento da noção de uma pulsão de morte, se instaurou, portanto, um novo dualismo: a oposição entre pulsão de vida e pulsão de morte. Esta última, se caracteriza por uma pulsão de origem inconsciente que é de difícil controle do sujeito, levando-o a se colocar repetidamente em situações dolorosas (*repetição*[11]), réplicas de experiências passadas.

A pulsão de morte tornou-se o protótipo da pulsão, porquanto especificidade pulsional de retorno a um estado anterior. Freud esclarece que não é sequer possível a pulsão de morte "estar ausente de nenhum processo de vida" (ROUDINESCO, 1998, p. 631), da relação destas pulsões é que "provêm as manifestações da vida, às quais a morte vem pôr termo" (Idem, Ibidem).

Há uma oposição nítida entre a *pulsão de morte* e a *pulsão de vida*, os impulsos de morte são de natureza conservadora e obrigam, portanto, à *repetição*, os impulsos

[10] "A repressão é uma operação psíquica que tende reprimir conscientemente uma ideia ou um afeto cujo conteúdo é desagradável" (ROUDINESCO, 1998, p. 659).

[11] "Freud relacionou as ideias de compulsão e repetição para dar conta de um processo inconsciente e, como tal, impossível de dominar, que obriga o sujeito a reproduzir sequências (atos, ideias, pensamentos ou sonhos) que, em sua origem, foram geradoras de sofrimento, e que conservaram esse caráter doloroso" (ROUDINESCO, 1998, P.657).

ISBN 978-65-5629-077-5

sexuais impelem a novas configurações. Freud, discorre que, a meta da vida não poderia ser um estado nunca antes alcançado, mas sim um estado antigo, um estado de partida que a matéria viva uma vez deixou e ao qual aspira retornar.

> Se for lícito aceitar como experiência que não admite exceções o fato de que tudo o que é vivo morre – retorna ao inorgânico – por razões *internas*, somente podemos dizer que a *meta de toda vida é a morte* e, retrocedendo, que o *inanimado estava aí antes* das coisas vivas. (FREUD, 2018[1920], p. 101)

As pulsões sexuais que cuidam do destino dos organismos elementares que sobrevivem ao indivíduo, as células germinativas[12] são conservadoras no mesmo sentido das outras pulsões ao trazerem de volta estados anteriores da substância viva. As pulsões de autoconservação ou pulsões do Eu, que incluem os impulsos que se relacionam com a necessidade de preservar a existência do sujeito, e junto às pulsões sexuais, passaram a ser agrupadas na chamada *pulsão de vida*.

> Há como que um ritmo vacilante na vida dos organismos; um dos grupos de impulsos avança precipitadamente a fim de atingir o mais rápido possível a meta final da vida, o outro recua em certo ponto desse caminho para refazê-lo a partir de um ponto determinado e assim prolongar a duração do caminho. (FREUD, 2018[1920], p. 105)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi abordada, no desenvolvimento do presente trabalho, a noção de inconsciente, e o desenvolvimento da teoria pulsional, incluindo sua reformulação, ao longo da obra de Sigmund Freud. Deve-se ressaltar que para o desenvolvimento das noções utilizadas por Freud, em sua teoria psicanalítica, o mesmo partiu das observações dos casos clínicos e de suas formulações a respeito destes.

O contexto de Viena da época, com o fim da grande guerra, e as implicações traumáticas nos combatentes, que passavam a buscar análise, aliado ao falecimento de sua estimada filha, Sophie, em 25 de janeiro de 1920, devido à complicações resultantes da gripe espanhola, fizeram com que Freud revisitasse a questão da morte, reformulando sua teoria pulsional e implicando em uma nova dualidade: as pulsões de vida e de morte.

REFERÊNCIAS

FREUD, S. **Obras completas: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Trad. Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ROUDINESCO E PLON. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

[12] Células que conservam a estrutura original da substância viva e se separam do organismo depois de determinado tempo, trabalham contra a morte da substância viva e buscam uma imortalidade potencial, ou apenas um alongamento do caminho para a morte. Além disso, as pulsões em cargo destas células produzem seu encontro com outras células germinativas (FREUD, 2018[1920]).

ISBN 978-65-5629-077-5

FREUD, S. **Obras completas: o eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925).** Trad. Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

FREUD, S. **Obras completas: observações sobre um caso de neurose obsessiva ["o homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)**. Trad. Paulo Cezar Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

FREUD, S. **Obras completas: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos (1901-1905)**. Trad. Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

FREUD, S. **Além do princípio de prazer**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre. RS: L&PM, 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

PROJETO DE EXTENSÃO: ADOLESCÊNCIA E O MUNDO DO TRABALHO

Gabrieli Quinhones Pereira[1]
Rebeca Lúcia Toledo Rocha Rodrigues Barbosa[2]
Vinicius Reis de Siqueira[3]

Resumo: O presente material foi realizado por duas acadêmicas do 3º período de psicologia as quais entraram em contato com a comunidade, e tiveram a oportunidade de entrevistar dois jovens de classe baixa buscando em sua narrativa, dados para correlacionar com a teoria discutida em sala de aula no primeiro bimestre da matéria extensiva de psicologia do desenvolvimento da adolescência, da maturidade e envelhecimento. A narrativa foi construída através de uma entrevista com perguntas sobre passado, presente e perspectivas do futuro, que promoveram ao jovem uma autoanálise e reflexão a qual ocorreu como forma de orientação vocacional, gerando benefícios para ambas as partes envolvidas.

Palavras-chave: Adolescência. Trabalho. Normalidade. Psicopatologia. Perspectiva

1 INTRODUÇÃO - DEFININDO O CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

Para efetivação do início desta pesquisa, a qual coloca o adolescente como objeto de estudo, faz-se necessário conceituar a própria adolescência, visto alguns pensamentos estereotipados arraigados nas sociedades e comunidades em geral e portanto, errôneos, serão vistos posteriormente nesta obra. Analisar-se-á, a seguir, alguns conceitos-base da adolescência.

1.1 DIVERGÊNCIAS ENTRE PUBERDADE E ADOLESCÊNCIA

Muito se confundiu o período de adolescência com a puberdade, esta proveniente do latim "*pubertas*" ou "*pubescere*", que significa "pêlos" ou "barba". De acordo com Dorn e Biro "(...) a puberdade é um período de rápida maturação física, envolvendo alterações hormonais e corporais que acontecem fundamentalmente na adolescência inicial." (DORN; BIRO *apud* SANTROCK, 2014, p. 82). Há uma série de fatores físicos os quais contribuem para a maturação corporal do indivíduo. Tal evento também pode ser definido como "(...) Um processo fisiológico de maturação hormonal e crescimento somático que torna o organismo apto a se reproduzir", a partir das concepções de Barbosa, Franceschini e Priore (2006, p. 375). Haja vista que a puberdade é de natureza biológica, esta que gera efeito sobre todas as áreas subsequentes, (fisiológica, psíquica, psicológica, cognitiva e motora), é necessário estabelecer que a adolescência não é similar à puberdade, esta que é inata ao indivíduo, ou um período biologicamente determinado, mas sim, um *constructo social,* o qual difere-se nas diversas sociedades. Segundo Monetti e Carvalho (1978, p. 11) "(...) Os limites de tal fase são imprecisos.", pois se mostram dependentes dos

1
2
3

ISBN 978-65-5629-077-5

aspectos sociais, psíquicos e econômicos. Prossegue-se então, à análise de diferentes correntes sobre a conflitante adolescência.

1.2 VISÃO PSICOSSOCIAL DA ADOLESCÊNCIA

De acordo com a antropóloga Margaret Mead (1928), foi concluído que a adolescência, como já referenciado, não é de natureza biológica, mas um período de transição especificado pela comunidade em questão. Algumas comunidades oferecem um processo calmo de pouco estresse e turbulência. John Santrock destaca:

> Mead concluiu que as culturas que permitem que os adolescentes tenham relações sexuais, vejam os bebês nascerem, considerem a morte como natural, façam trabalhos importantes, façam jogos sexuais e conheçam claramente o seu papel adulto tenderão a promover uma adolescência relativamente livre de estresse. (MEAD *apud* SANTROCK, p. 37, 2014).

É imprescindível examinar a visão intervencionista, esta que vem para definir a adolescência como uma "criação sócio-histórica" (SANTROCK, 2014). Os fatores que definem tal corrente de pensamento são oriundos do início da mesma, durante Primeira Revolução Industrial; agentes estes que eram um declínio na aprendizagem, o aumento da mecanização, a qual elevou o nível das habilidades requeridas dos trabalhadores e exigiu uma divisão especializada do trabalho, a separação entre trabalho e casa, escolas divididas por idade, e urbanização, estes que se relacionam e intervém até hoje, haja vista que o adolescente é profundamente influenciado pela cultura popular, a qual atribui rótulo às gerações, com as marcas, estilos, tendências cujos jovens se esforçam deliberadamente para seguir, consumindo e investindo o maior capital possível, portanto, a adolescência se torna uma criação sócio-histórica que contribui para o sistema capitalista. É possível ver exemplos claros desse modelo na geração do milênio (ou ***millennials*** como o Santrock nomeia), os "filhos" dos anos 2000. A cada ano, novos modelos tecnológicos são lançados e a grande maioria de compradores são adolescentes e jovens, na necessidade do sentimento de atualização e exibicionismo. Segundo pesquisadores, "Mais de 8 em cada 10 dizem que dormem com um telefone celular ao lado da cama, prontos para despejar textos, chamadas telefônicas, músicas, notícias, vídeos, jogos e toques musicais para despertar". (CENTER, 2010, p. 1)

Após análise dos conceitos sociais que rodeiam o adolescente, é importante destacar os diversos estereótipos negativos e positivos - sendo os negativos mais prevalentes - sobre essa fase do desenvolvimento tão complexa. De acordo com John, "(...) depois que atribuímos um estereótipo, é difícil abandoná-lo, mesmo diante de evidências contraditórias." (2014, P. 40). Os pré-conceitos criados sobre os jovens são abundantemente jogados sobre os mesmos, fazendo com que se sintam rotulados pelo senso comum. Se sentem sozinhos, por estarem em uma fase tão única onde aparentemente nenhum dos que convivem com ele podem compreendê-lo. Apesar da negatividade imposta, "alguns adolescentes desenvolvem confiança em suas capacidades (…) e descobriu-se que pelo menos 73% dos adolescentes tinham uma autoimagem positiva. Os adolescentes eram confiantes e otimistas quanto ao seu futuro." (SANTROCK, 2014, p 41).

ISBN 978-65-5629-077-5

A partir de tais diagnósticos, é indispensável relembrar que a definição de adolescência depende do ambiente o qual a mesma se passa, contudo, de maneira global, pode-se constatar que a Adolescência (do latim *adulescens* ou *adolescens,* que significa "crescer"*)*, designa-se como um período de transição da infância para a idade adulta; o qual envolve mudanças cognitivas e intrapsíquicas. A adolescência começa entre 10 e 13 anos e se finda por volta dos 19 aos 25 anos. Segundo Santrock (2014, p. 47) "(...) interesses pela carreira, namoros e exploração da identidade estão frequentemente mais pronunciados no fim da adolescência (...)". É importante salientar também que, ainda em conformidade com o autor, "(...) o desenvolvimento é definido como um processo que ocorre ao longo de toda a vida. A adolescência é parte do curso da vida e, como tal, não é um período isolado do desenvolvimento." (SANTROCK, 2014, p. 47).

1.3 O ADOLESCENTE E O MUNDO DO TRABALHO

Como supracitado, a puberdade diz respeito a biologia do indivíduo com a preparação para a vida adulta, mas no aspecto cultural a adolescência não é diferente em objetivo. Essa transição entre infância e a maturidade traz novas cobranças e responsabilidades para a vida do sujeito, baseada em múltiplos fatores externos.

Dentre as realidades de muitos países, é comum que jovens de média e baixa renda ingressem cedo no mercado de trabalho, com funções que não exigem uma formação complexa, entretanto, a mão de obra é exaustiva e, sendo esta alinhada com os estudos, prejudica o desenvolvimento de uma educação formal.

Segundo Santrock (2014) o trabalho durante o período escolar é um grande agente influenciador para que o adolescente saia do ensino médio passe a trabalhar em período integral sem entrar na universidade. Já os que conseguem ingressar no ensino superior, declaram-se em altos índices prejudicados em seu desempenho e notas.

Essa limitação de possibilidades presente principalmente na vida de jovens de renda inferior coloca em segundo plano ou torna mais tumultuada a escolha de um futuro profissional, que exige autorreflexão e análise das possibilidades. O presente material busca através dos conceitos bibliográficos e da análise das vivências de indivíduos selecionados para o material de pesquisa, ampliar o campo de estudo sobre o assunto e fazer uma tarefa que contribua com o meio social.

2 METODOLOGIA

O material a seguir terá como ponto de partida para análise, as entrevistas de dois jovens com perfil direcionado pelo discente e orientador. Os adolescentes entrevistados deveriam ter entre 12 e 18 anos incompletos e serem classificados como jovens de baixa renda. Os jovens selecionados são P, sexo feminino, 16 anos e 10 meses e M, sexo masculino, 16 anos e 11 meses.

P tem amigos em comum e mora próximo a uma das entrevistadoras e M faz parte da comunidade religiosa a que a outra pesquisadora pertence. Através dessa intermediação de ambientes, as pesquisadoras entraram em contato com os jovens, que disponibilizaram-se prontamente para auxiliar na construção de uma narrativa sobre a própria vida visando intentos universitários.

ISBN 978-65-5629-077-5

As perguntas pré-selecionadas foram executadas de forma imparcial com o objetivo de levar o entrevistado a reflexões sobre seu passado, presente e planejar perspectivas de futuro.

Os responsáveis legais dos menores receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido disponível a seguir para que estivessem cientes e de acordo com a participação dos adolescentes e divulgação ou publicação do material para fins acadêmicos.

A entrevista foi transcrita e narrada na íntegra e a análise da experiência foi pautada em material bibliográfico de autores reconhecidos pelo tema.

3 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A NARRATIVA DE P.

O discurso narrativo de P apesar de breve, evidencia inúmeras características que reforçam aquilo que é esperado para sua idade e para a cultura do país e ambiente no qual vive. Esses fatores destacam a importância de descrever dois conceitos extremamente relevantes contextualizados por Papalia e Feldman (2013): Genótipo e Fenótipo; Genótipos são características ligadas à biologia do ser, enquanto fenótipo é aquilo que é manifestado no ambiente. O genético, que são as características da puberdade discorridas anteriormente, diante de um ambiente e cultura os quais compreendem a adolescência (fator social) de uma forma específica, ressaltam-se em diversos comportamentos.

Analisando P pela perspectiva biológica do ser, é notório que essa adolescente ainda está com o córtex pré-frontal em formação. Segundo Papalia e Feldman (2013)**,** essa parte do cérebro é responsável por promover a reflexão e análise crítica efetiva na tomada de atitudes. Com essa região ainda não executando 100% de sua capacidade, o sistema límbico (movido por hormônios e extremamente influenciado pelas emoções) costuma se sobrepor na tomada de decisões. Esses fatores são capazes de abranger a forma que P se percebe em suas relações: Intensa e que doa-se excessivamente aos outros, colocando-se em segundo plano na própria vida, muitas vezes agindo de forma irracional e destacando certa dificuldade em alcançar autodomínio emocional.

Seguindo a perspectiva Darwiniana, Adão (2013) cita: "O atrelamento das emoções com a fixação das memórias acontece porque as áreas cerebrais envolvidas na memória também fazem parte do sistema límbico, que está diretamente relacionado com as emoções" (p. 7-8). Por isso, constata-se que as lembranças melhores gravadas durante a adolescência são as compostas de grande carga emocional, fato este, cujo também justifica que, ao ser solicitado relato de uma lembrança marcante, pontualmente a entrevistada lembrou da doença de sua mãe, que provavelmente foi fonte de muito sofrimento no período em que ocorreu. Essas memórias afetivas podem ter gerado como efeito, a área em que a entrevistada definiu que pretende atuar no trabalho: a saúde humana.

Sobre a perspectiva psicanalítica, segundo Aberastury e Knobel (1989), ocorre no período em que P vivência em sua vida, o que denomina-se síndrome da adolescência normal. Essa síndrome consiste em considerar estados que em outra etapa da vida, seriam compreendidos como patológicos, como normais. As variações ocorridas são nada mais que a forma com a qual o indivíduo tenta lidar com as mudanças para produzir um novo self repleto de autonomia, preparando-se para a vida adulta. Nessa transição evidenciam-se três lutos; dois destacados pela jovem: O luto pela identidade infantil (a qual é caracterizada por ingenuidade e inocência) e o

ISBN 978-65-5629-077-5

luto pelos pais infantis (uma ruptura no vínculo quando há quebra de expectativas e perspectiva do sujeito para com os responsáveis da infância).

Entre os "sintomas" presentes na síndrome da adolescência normal descrita por Aberastury e Knobel, são perceptíveis em P algumas:

- A diferença entre o self (percepção de si mesmo como alguém introspectivo) e a identidade (percepção do grupo sobre o sujeito como alguém mais extrovertido). Essa mudança de comportamento pode ocorrer devido a uma tentativa de ajuste social, o estímulo da extroversão é a tentativa de alinhar-se e pertencer a um grupo, outra característica marcante do período.
- Por estar adquirindo o pensamento abstrato conforme o córtex pré-frontal desenvolve-se, o jovem não tem domínio de uso, e acaba generalizando a abstração mesmo para descrever fatos concretos. Esse é um ponto muito importante, a abstração e a descrição subjetiva regeram majoritariamente o discurso de P. Locais, relações intrapessoais e interpessoais, assim como objetivos de vida foram compartilhados de forma inconclusiva e nada objetivas ou claras, mostrando a tentativa da adolesente de intelectualizar sua verbalização, mesmo não disponibilizando competência para tal.
- As ligações de P com a espiritualidade, condizem com um rompimento ou crise religiosa descrita pelos autores como comum. A entrevistada nega ter qualquer lembrança marcante relacionada ao tema e define-se como a própria religião, desligando-se de outras instituições para determinados fins.
- As sucessivas contradições em sua verbalização e a marcação na separação entre ela e os pais também são citadas como características da síndrome.

Diante às percepções cognitivas do conhecimento abordadas por Piaget, P encontra-se no estágio operatório formal, caracterizado pela capacidade de desenvolver o pensamento abstrato e a capacidade idealizadora, discutidos anteriormente. É possível perceber em sua expressão a metacognição, o ato de "pensar sobre o pensamento", onde ressalta-se P discutindo a importância de alcançar um equilíbrio emocional e determinadas perspectivas de futuro. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Apesar de reconhecer-se muitas vezes como desigual socialmente, P tem inúmeras características típicas esperadas para sua idade. Essa autopercepção exclusiva é resistência ao fruto de um constructo que faz a tentativa de promover o ajuste social, denominado psicoprofilaxia. Esse conceito é uma crítica dos esquizoanalistas, e define-se por uma cristalização de preconceitos ao que entende-se por adolescência, visando que jovens sejam mais passíveis ao sistema capitalista. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

A presente entrevista teve objetivo de utilizar métodos da esquizoanálise, provocando através da reflexão, criatividade e senso crítico, para que P pudesse analisar sua história, vivência e pensar em seu futuro e ambiente de trabalho além do retorno financeiro que a subjetivação capitalística propõe.

4 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A NARRATIVA DE M.

É indubitável a correlação entre os comportamentos dos adolescentes observados na entrevista e as teorias estudadas em sala. Para análise fundamentada nas abordagens da Psicologia, inicialmente lembra-se da diferença entre puberdade e adolescência, visto que a primeira é de natureza biológica, pois se trata da

ISBN 978-65-5629-077-5

maturação e preparação do corpo para a vida sexual, enquanto que a segunda é um constructo social, e cada comunidade vê a mesma através de sua maneira. No entrevistado M, foi possível observar a influência de se estar em grupos de indivíduos em comum na tomada de decisões, tanto com pouco ou muito risco, porquanto que são controlados pelo prazer e, sendo também extremamente sensíveis ao social, em virtude da criação de relações mais complexas e da desesperada necessidade de pertencimento a um grupo, de fato, afirma que tem vontade de estar com os amigos para beber e usar drogas ilícitas. De acordo com Allen, " (..) Aos 13 ou 14 anos, adolescentes populares tomam parte em comportamentos antissociais, como uso de drogas ou entrar no cinema sem pagar, para mostrar a seus amigos sua independência das regras parentais". (ALLEN, 2005, p. 747 *apud* PAPALIA, FELDMAN, 2013, p. 441); enquanto que na companhia dos pais, M se sente culpado pela utilização e por ter visto sua mãe já entristecida pelo fato.

Através da teoria de Vygotsky, observa-se o aprendizado adquirido pelas mediações entre meio social e agentes, pois M afirma ter recebido muitos valores que hoje carrega, com sua mãe, seus amigos de infância e os artistas musicais nos quais se espelha para seguir carreira.

A contradição nos diálogos é claramente vista, dado que num momento inicial, M afirma ter uma infância ótima, depois diz ter sofrido muito bullying por ser de alta estatura (M possui 195 centímetros aos 16 anos), o que acarretou numa baixa da autoestima e foi observado durante as falas de M, o qual afirmava não se achar bonito e duvidar quando as pessoas ao seu redor elogiavam sua aparência. Analisando tal premissa, remete-se à teoria de Yamamiya (2005), o qual esclarece o poder da mídia sobre a perceção de todos, porém principalmente dos adolescentes, que idealizam o status de perfeição, para o próprio corpo quanto status social, situação financeira, entre outros, a pressão estética é sentida em maior grau pelos adolescentes.

Há também forte presença da introspecção e metacognição (onde o indivíduo pensa sobre o próprio pensamento), agente formador do senso crítico, pois M pensa muito sobre a sua subjetividade, feridas geradas pelo passado e também seu posicionamento para situações externas. Através da perspectiva psicanalítica de Aberastury e Knobel (1992), M passa por lutos perceptíveis: o luto do corpo infantil, porquanto M alega que sentiu-se extremamente desconfortável e choroso quando uma menina tentou tocá-lo, portanto conclui-se a dualidade entre ser criança imatura ou adolescente, ou "jovem" preparado para relações românticas e sexuais; combinado com o luto sobre a identidade infantil, que perde-se ao longo do processo, e o luto para os pais das crianças, posto que M se vê em flutuações de muita proximidade dos pais, entretanto critica o pai por atitudes com as quais M não concordava, e culpa o pai pela situação financeira que se encontraram no passado.

O entrevistado tem grandes sonhos de conquistar o mundo sendo músico e acredita ser capaz de alcançá-los, mostrando a tendência do adolescente ao impulso de arquitetar e realizar planos maiores, mostrando o refúgio na fantasia (independente da situação, M acredita realizar todos os seus projetos), e o desejo de crescimento, tanto em maturidade e independência, mas no aspecto social e financeiro, pois o adolescente apresenta um desejo intenso de ser famoso e ajudar os pais com gastos, mostrando grande excitação pro futuro. De acordo com os autores já mencionados, o adolescente (...) tenderá a ajustar o mundo e pessoas às suas necessidades, daí surge seu desejo por reformas, porém é podado pela realidade familiar e social. M comenta frequentemente sobre o amor, paixão e ódio durante a entrevista, dissertando sobre a dificuldade que teve e ainda tem na diferenciação dos

ISBN 978-65-5629-077-5

sentimentos, relatando algumas experiências com namoradas e relacionamentos sem compromisso. O entrevistado também discursa sobre a dedicação à aprendizagem de algumas seitas e crenças ligadas à feitiçaria, magia oculta, por se sentir compelido à tal, entretanto atualmente se encontra dividido entre credos, pois quer estar na igreja (cristã) e carregar seus próprios valores, que eventualmente colidem com a doutrina cristã, flutuando entre contradições.

Em conclusão, M diz que tem medo de viver infeliz, de não realizar seus sonhos e ser insatisfeito, e solitário, com receio de ficar sozinho e não encontrar alguém que o complete em todas as áreas. Nessa fala, M não é utópico ou desconexo com a realidade, entretanto a urgência para a realização desses objetivos é de certa forma, apressada. O entrevistado finaliza agradecido por poder compartilhar de sua subjetividade, e ser ouvido, reação essa normalmente esperada de adolescentes estigmatizados como "imaturos, irresponsáveis e infantis" e desautorizados por adultos em seus conflitos intrapsíquicos, assim, sendo desconsiderados nas suas falas e complexidade.

5 RESULTADOS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES A COMUNIDADE

Após análise, observa-se que os dois entrevistados se encontram aproximadamente na mesma idade biológica, entretanto, deve-se levar em consideração que a maturação feminina biopsicossocial ocorre anteriormente à masculina. Dessa forma, os voluntários são percebidos em processos subjetivos diferentes, porém, foram constatadas várias convergências entre suas respectivas falas. Aponta-se a seguir, algumas observações feitas pelas entrevistadoras do projeto de pesquisa.

Enquanto P tem dificuldade de exteriorizar seus sentimentos e percepções, M tem maior facilidade de expressar-se. Contudo, fazendo uma verificação minuciosa, mesmo que manifestadas de formas dispersas, suas colocações são muito semelhantes às mútuas características discursivas, tanto entre os mesmos, quanto à teoria.

É indispensável discorrer sobre o contexto social o qual estão inseridos, e seu autorreconhecimento nesse ambiente, onde apesar das condições muitas vezes adversas ao sucesso, crêem em um discurso meritocrático, alegando que conseguirão alcançar metas ambiciosas independentemente de sua realidade.

Mesmo vivendo em cidades diferentes, os adolescentes se encontram em esferas sociais parecidas, de pouca oportunidade e com responsáveis mais preocupados (como é esperado) com a situação financeira da casa do que com as questões da complexidade subjetiva de seus filhos, portanto, os entrevistados acabam que por lidar com seus "conflitos" sozinhos, provavelmente com a ajuda de amigos e/ou pessoas próximas, mas não há tanta abertura com os pais, o que é perceptível nos dois casos, entretanto P manifesta frequentemente a necessidade de ser "independente/estável emocionalmente", ou estar numa "relação com seu próprio eu", possivelmente por não encontrar apoio psicológico na sua família direta. M passara fome durante a infância vivida em Goiás, e carrega marcas desse tempo de necessidade, afirmando que lutará ao máximo para não permitir que outros, futuramente sob sua tutela, passem pela mesma situação; e, outra problemática social é a disponibilidade do uso de drogas ilícitas, as quais M iniciou uso aos 15 anos o que acarretou em problemas sérios de saúde, e acompanhamento do CAPS-AD (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

ISBN 978-65-5629-077-5

Diante das premissas expostas, conclui-se que apesar dos acontecimentos anteriores os quais poderiam podá-los em suas convicções de vida, não os impedem de projetar um futuro positivo, realizando os planos até então idealizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa mostra-se cirúrgico em seus resultados, os quais geram impactos sociais fortíssimos, haja vista que alguns dados e diagnósticos apresentados estão acobertados pelos ideais provenientes do senso comum, e as afirmativas apresentadas pelos adolescentes entrevistados englobam não apenas a realidade e pensamentos dos mesmos, mas de incontáveis adolescentes os quais vivem em diversos conflitos intrapsíquicos oriundos de situações marcantes do passado que, se não observados corretamente, acarretam em situações seríssimas na vida adulta dos indivíduos. As conclusões apresentadas mostram a urgência de projetos de inclusão para acompanhamento de adolescentes, especialmente os que se encontram sem condições de buscar auxílio médico e psicológico, a fim de que alcancem estabilidade emocional e possam estabelecer um desenvolver do autoconhecimento.

A disciplina Psicologia do desenvolvimento da adolescência, da maturidade e do envelhecimento foi-nos grandemente útil para quebrar estereótipos criados pela falta de informação embasada na ciência, abrindo possibilidades para análises profundas em casos específicos da adolescência, durante a idade adulta, e uma breve visão da Gerontologia.

Entender os eventos que rodeiam todas as fases citadas leva a uma compreensão claramente avançada da complexidade do todo. No decorrer da graduação, será buscado um aprofundamento de tais temas, para melhor desempenho e conhecimento durante a profissão.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ADÃO, A.N. **A ligação entre memória, emoção e aprendizagem**. XI Congresso Nacional de Educação Educere. Curitiba, 2013.

ALLEN, J. P., PORTER, M. R. MCFARLAND, F. C., MARSH, P., & MCELHANEY, K. B **The two faces of adolescents' success with peers: Adolescent Popularity, social adaptation, and deviant behavior.** Child Development, 76(3), 747–760, 2005

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F. NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, 2005.

DORN, L. D; DAHL, R. E; WOODWARD, H. R; & Biro, F. **Defining the boundaries of early adolescence:** A user's guide to assessing pubertal status and pubertal timing in research with adolescents. Applied Developmental Science, 10 ed, 2006.

DORN, L. H; & BIRO, F. M. **Puberty and its measurement:** A decade in review. Journal of Research on Adolescence. 21 ed. 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

MONETTI, V.; CARVALHO, P. R. D.. **Adolescência:** aspectos médicos, sanitários e psicossociais**.** São Paulo: Instituto de Saúde, 1978.

MOTTA, D. Uma **análise da adolescência ao longo da história.** Rio de Janeiro: FAPERJ. 2010. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=1654.2.5#:~:text=O%20termo%20%22adolesc%C3%AAncia %22%20vem%20do,recente%20na%20hist%C3%B3ria%20da%20humanidade>. Acesso em: 06 mai. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano** (12a. ed.). Porto Alegre: ArtMed, 2013.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. 14 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014..

SIMMONS, R. G., Blyth, D. A., & MCKINNEY,, K. L. **The social and psychological effects of puberty on white females.** In J. Brooks-Gunn & A. C. Peterson (Eds.), **Girls at puberty** (pp. 229-272). New York: Springer. 1983

YAMAMIYA, Y., Cash, T. F., MELNYK, S. E. POSAVAC, H. D., & POSAVAC, S. S. **Women's exposure to thin-and-beautiful media images:** Body image effects of media-ideal internalization and impact-reduction interventions. Body Image, 2(1), 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

RELATO DE EXTENSÃO DA DISCIPLINA: "PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA ADOLESCÊNCIA, DA MATURIDADE E ENVELHECIMENTO"

Laura Maria Arges[1]
Matheus de Camargo Mendes[2]
Vinicuis Siqueira[3]

Resumo: Tendo em vista as teorias e conceitos apresentados ao longo do semestre – dentro da disciplina de "Psicologia Do Desenvolvimento Da Adolescência, Da Maturidade E Envelhecimento" – estudamos, mais especificamente durante o primeiro bimestre, as características principais, sobre o período da Adolescência, suas mudanças, dificuldades, desenvolvimento, comportamentos e atitudes comuns a esta fase, de acordo com a perspectiva de cada autor ou abordagem. Por isso, este Projeto de Extensão foi apresentado com a finalidade de auxiliar os acadêmicos a aplicarem a teoria estudada em uma atividade prática, como também correlacionarem seus conceitos com a experiência em questão, para a construção da presente escrita. Seu método baseou-se na coleta de dados de dois adolescentes, por meio da pesquisa narrativa. Além disso, seus resultados atenderam ao objetivo proposto, na medida em que foi possível aperfeiçoar nossa compreensão e enriquecer o aprendizado acerca da matéria, em virtude do contato efetivo com os próprios adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência. Narrativa. Escolha profissional.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos conteúdos estudados na disciplina ao longo do semestre, o Projeto de Extensão foi proposto com o intuito de aproximar os acadêmicos das teorias e perspectivas apresentadas pelo professor, especificamente sobre o desenvolvimento no período da adolescência. Pois, a aproximação dos conceitos à experiência possibilita uma aprendizagem mais rica, dinâmica e duradoura, na medida em que os próprios estudantes foram responsáveis pela associação da prática com a teoria estudada, conferindo a estes, maior participação e autonomia no processo do conhecimento, em consonância a ampliação de instrumentos de ensino. Assim, este projeto é imprescindível para o aperfeiçoamento intelectual dos acadêmicos, visto que a experiência prática realizada com os adolescentes garantiu a compreensão, de maneira eficaz, de todo o arcabouço teórico acerca deste desenvolvimento. Desse modo, também foi um instrumento para compartilhar deste nosso conhecimento com a comunidade externa.

O presente projeto tem o intuito de retomar e correlacionar conteúdos estudados ao longo do bimestre sobre o desenvolvimento dos indivíduos durante a adolescência – seu conceito, suas mudanças, dificuldades, escolha profissional, atitudes, comportamentos e contribuições teóricas a partir de cada abordagem ou perspectiva do autor – em consonância a execução da atividade prática com os

[1] Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] Orientar do projeto, Psicólogo e Professor do Curso de Psicologia da UNIVEL, Mestre em Filosofia

ISBN 978-65-5629-077-5

próprios adolescentes, a fim de que pudéssemos aperfeiçoar e comprovar o conhecimento teórico por meio de tais experiências.

Além disso, foi um instrumento de auxílio para a reflexão e decisão dos adolescentes perante a escolha profissional, pois, ao construírem sua narrativa foram capazes de compreender para onde ela caminhava, quais seus gostos ou preferências dentro do mercado de trabalho e possibilitou também o reconhecimento de sua própria identidade. Portanto, serão delimitados, na sequência, o embasamento utilizado para a pesquisa, a problemática da escolha profissional na adolescência, bem como os aspectos introdutórios deste período de nossa existência. Assim, os principais autores que embasaram o projeto, são: Aberastury e Knobel (2003); Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) e Bock, Furtado e Teixeira (2009).

O desenvolvimento, a construção e sistematização deste conceito iniciaram ao final do século XIX, tendo como precursor principal de seu estudo G. Stanley Hall, que se baseou na concepção evolucionista de Darwin para a execução de sua obra sobre a adolescência. Para ele, este período é caracterizado por excessivo estresse, conflitos e alterações emocionais, bem como controlado por fatores biológicos do sujeito (SANTROCK, 2014). No entanto, outros aspectos devem estar incluídos para a definição da adolescência, como as condições sociais, históricas e culturais, evidenciadas por Margaret Mead (1928).

Pois, em contraste à puberdade – processo fisiológico de significativa transformação biológica, maturação hormonal e crescimento somático que prepara o ser humano para a reprodução – a adolescência é uma construção social, que tem como objetivo principal a preparação para a vida adulta, e não um período determinado biologicamente. Seus limites são variados e imprecisos, na medida em que envolvem aspetos sociais, psíquicos e econômicos. Consoante Eisenstein (*apud* Coimbra; Bocco; Nascimento, 2005): "Adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais (...)".

Por fim, é necessário destacar que a definição de adolescência não deve enquadrar e suspender as capacidades do jovem que a vivencia, nem mesmo construir um conceito determinista e fechado para as demais possibilidades de sua existência. Por isso, muitos autores, ao refletirem sobre este período, propõem a desconstrução de um termo enrijecido e generalizado como a adolescência, e incentivam a utilização do conceito de juventude, "onde os sujeitos não possuem identidades fixas, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente." (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p.7)

Sendo a adolescência a fase intermediária entre a infância e a vida adulta, é notório evidenciar que esta carrega consigo grandes turbulências, exigências, dúvidas e questionamentos ao se deparar com a escolha profissional, necessária para a construção de sua identidade, independência financeira e familiar na qual está situada. Além de viver tantas mudanças físicas, sociais, escolares, psicológicas, emocionais e biológicas, este jovem é constantemente "forçado" por suas relações e pelo ambiente em que se encontra, a decidir de maneira precoce seu local de trabalho. No entanto, tal drama é uma manifestação natural à esta fase, parte de sua construção e trajetória vital, na medida em que é imprescindível que os adolescentes sejam acompanhados profissionalmente para enfim estarem prontos para escolher (BARRETO; AIELLO-VAISBERG, 2007).

ISBN 978-65-5629-077-5

Dentre os principais desafios da escolha e do mercado de trabalho para os adolescentes está o campo da indecisão entre várias possibilidades, a angústia e dúvida perante seus desejos, falta de confiança em si, não conhecimento claro de seus objetivos, como também a aceitação das vontades de seus responsáveis ou familiares, grandes influências nesta orientação. Sendo assim, diante dos empecilhos mencionados, sua "identidade ocupacional forma-se através da autopercepção que o indivíduo tem dos papéis profissionais com os quais tem contato ao longo de sua existência, principalmente no que diz respeito a figuras significativas (...)" (ALMEIDA; PINHO, 2008, online).

Como se evidencia, quando o jovem reconhece essas influências, suas próprias habilidades e preferências, ele é capaz de avaliar conscientemente suas possibilidades frente a uma escolha que estabeleça seu projeto de vida pessoal e profissional, pois, está decidindo não somente o que irá fazer, mas o que irá ser. É preciso, segundo Barreto e Aiello-vaisberg (2007), reafirmar a capacidade deste adolescente em reapropriar, criar e escolher seu destino, a fim de que possa se sentir vivo e apto para corresponder às suas potencialidades. Neste âmbito, a orientação profissional o auxilia a realizar tal decisão de forma esclarecida, reconhecendo sua singularidade e as influências recebidas, visto que a intervenção do psicólogo proporciona ao jovem maiores reflexões, aprendizados, em consonância ao conhecimento de suas dificuldades, circunstâncias e necessidades. (ALMEIDA; PINHO, 2008)

O presente projeto terá como base de pesquisa a metodologia narrativa, a qual, segundo Clandinin e Connelly (2011), consiste em uma coleta de histórias sobre determinado tema - adolescência e orientação profissional – onde o pesquisador encontra informações para entender e "comprovar" o fenômeno estudado. Este método de pesquisa é uma forma de entender a experiência do sujeito, a partir de uma colaboração direta entre este e o pesquisador, visto que "uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores". (CLANDININ e CONNELLY, 2011, p.18)

Tal narrativa é obtida de diversas formas, como por meio de entrevistas, autobiografia, escritas, entre outras. Além disso, a interação entre o pessoal e o social, em consonância à narração do passado, presente e futuro para desenvolver a construção, são instrumentos essenciais para a continuidade da metodologia, formando um espaço tridimensional para sua investigação. Pois, consoante Clandinin e Connelly (2011), o objeto de seu estudo são as histórias narradas pelos participantes, na medida em que estes estão em constante interação e contato ao social. Nesse âmbito, consideram três conjuntos para a prática do método: considerações teóricas; práticas e analítico-interpretativas, a fim de ser possível a mediação entre os textos de campo e de pesquisa. Portanto, em nossa pesquisa, elaboramos perguntas pontuais acerca do passado, presente e futuro dos adolescentes, para que, durante suas respostas, pudessem olhar para sua história, interligar os aspectos relatados, e assim, construir sua própria visão acerca da identidade e escolha profissional – realidade presente em sua faixa etária.

2 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

A atividade foi realizada a partir da coleta de dados de dois adolescentes, através do método de pesquisa narrativo, conceituado por Clandinin e Connelly (2011). Quanto à procura dos indivíduos, o critério para a pesquisa baseava-se na condição social mais desfavorecida, e por isso, buscamos famílias que estão inseridas na Pastoral Social da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Cascavel, bairro Cancelli – local também onde as informações foram coletadas – visto que os membros são auxiliados financeiramente pela Instituição. Assim, os participantes escolhidos são: "Adolescente 1" - M.M.D.S, sexo feminino, 15 anos e "Adolescente 2" - F.V.D.L, sexo feminino, 15 anos. Ambas de Cascavel-PR, bairro Cancelli. Para os questionamentos, os dois acadêmicos do curso estavam presentes, e somente um conduzia a entrevista, de forma alternada.

3 RESULTADOS

De acordo com a finalidade do projeto, serão pormenorizados, na sequência, os aspectos principais notados na construção e fala de ambas, em consonância à relação estabelecida pelos acadêmicos com os conteúdos e autores estudados na disciplina. Primeiramente, a Adolescente 1 era mais fechada, com falas breves e objetivas, tinha dificuldade em se expressar e se comunicar conosco, entretanto, diz ser engraçada, divertida e sincera. Além disso, relatou apresentar dificuldades no relacionamento com o pai e os irmãos, afirmando que "nem conversa direito" com sua figura paterna e que seus irmãos são "chatos" e não gostam dela. A partir das atitudes destacadas, é possível ampliar o relato por meio do embasamento psicanalítico da adolescência, realizado por Aberastury e Knobel (2003) em sua obra, na qual conceituam a "síndrome da adolescência normal", ou seja, um conjunto de sintomas e comportamentos "anormais" como característicos e comuns desta fase.

Dentre os sinais de sua conduta, que se assemelham aos pressupostos dos autores mencionados, é possível notar: sentimentos de despersonalização, em sua hesitação de olhar para sua identidade, estar sempre em dúvida do que fala e insatisfação consigo mesma; tendência de grupo, visto que ela menciona ter experiências afetivas, amizades com colegas e professores, e uma certa oposição e dificuldade no relacionamento com seu pai e irmãos, pois, a busca de relacionamentos interpessoais, neste momento, tem o objetivo de substituir sua dependência familiar. Isso significa que a Adolescente 1 aparenta manifestar comportamentos de desafeto e indiferença com parte de sua família, menos sua mãe, a qual relata ter muita admiração e amar sua companhia. Assim, segundo Bock (2007, p.10): "A diferença surge das características dos jovens que, por natureza, se opõem ao que está estabelecido pelos pais. É característica da adolescência a oposição aos pais e ao mundo adulto".

Porém, ao mesmo tempo em que se verifica a facilidade em construir laços de amizade, bem como o fato de se reconhecer engraçada e divertida, ela demonstra ser fechada, e não muito expressiva, na medida em que este fato é compreendido pelos autores como "sucessivas contradições em suas manifestações de conduta" (ABERASTURY; KNOBEL, 2003). Tal contradição é perceptível também em suas falas acerca de sua escolha profissional, pois, diz ter muito interesse em ser Advogada ou Juíza, mas não tem conhecimento sobre as possibilidades de trabalho ou áreas de atuação, afirmando escolher tal profissão em vista de seu salário e senso de justiça na defesa dos indivíduos. Ela, entretanto, admite que precisa trabalhar e estudar muito

ISBN 978-65-5629-077-5

para alcançar seus objetivos profissionais, tendo facilidade em reconhecer seu passado e traçar finalidades para o futuro.

Outro aspecto a se considerar, são suas interações sociais, visto que, para Vygotsky (*apud* BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009) o material, ambiente, história, amigos ou familiares influenciam e afetam o desenvolvimento humano. Nesse âmbito, as principais relações afetivas e de aprendizagem mencionadas pela Adolescente 1, são: amigos e colegas, família, namorado, trabalho, estudos de inglês e jogar futebol. A partir de sua subjetividade, possibilidade de acesso, contato social, há a produção particular de seu desenvolvimento, por meio dos instrumentos e mediadores mencionados. Ademais, pontuo e amplio uma fala da participante 1: "Não vou chamar ninguém de senhor". Tal atitude demonstra um comportamento de revolta, oposição a regras, rebeldia aos superiores, as quais Jean Piaget (*apud* BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009) atribui como característicos do período operatório-formal (adolescência), em vista da necessidade do jovem de se reorganizar e não de subordinar-se a algum sistema enrijecido. Assim, conforme afirma Içami Tiba (1985, *apud* BOCK, 2007, p.3):

A adolescência seria uma fase de reestruturação do "núcleo do eu", quando as estruturas psíquicas/corporais, familiares e comunitárias sofrem mudanças conflitantes. Lutos e fragilidades psíquicas afloram neste período em que o adolescente tende a buscar autonomia, liberdade, prazer e status, agindo de maneira compulsiva e agressiva. A cultura aparece como reflexo dos aspectos corporais e psicológicos (naturais), assim como os modos de produção da vida também não são vistos como constitutivos da adolescência.

Para concluir a análise da Adolescente 1, amplia-se sua visão acerca da escolha profissional, a qual, para maior parte dos jovens, gera muitas incertezas, dificuldades, pressão social e conflitos familiares, e no entanto, para ela, foi uma decisão natural, de interesse particular, e que, aparentemente, não teve nenhum empecilho grandioso ou dúvidas para sua escolha. Ao mesmo tempo em que demonstrou facilidade, ela relatou não conhecer com profundidade possibilidades da área, locais para atuação ou qualquer desempenho do mercado de trabalho, realidade esta, na qual, como afirma Bock, Furtado e Teixeira (2009), o adolescente não tem clara compreensão dos caminhos necessários para alcançar seus objetivos.

Dentre os obstáculos mencionados pelos autores nessa trajetória, incluem-se a remuneração das profissões, sua prática escolar, os custos da formação, história e grupo social pertencente, na medida em que, ambas adolescentes entrevistadas, estão em um âmbito familiar de baixa renda, o que dificulta o acesso e contato com a futura profissão. No entanto, elas não usaram desta realidade como justificativa ou determinismo, mas reconheceram a necessidade de sua dedicação nos estudos e manifestaram o desejo de retribuir aos pais economicamente quando tiverem essa disponibilidade financeira. Assim, tanto a adolescente 1 quanto a adolescente 2 – a qual iremos ampliar em seguida – mantêm seus sonhos e profissão independente de sua condição, bem como não demonstram incertezas diante desta decisão (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009).

Tendo em vista a construção teórico-prática realizada a partir da Participante 1, correlacionando principalmente os princípios psicanalíticos acerca da adolescência, a Participante 2 se apresenta completamente oposta aos comportamentos da primeira, e por isso, faremos uma crítica à "síndrome da adolescência normal" e relacionaremos a seguinte entrevista com a contribuição teórica de Coimbra, Bocco e Nascimento

ISBN 978-65-5629-077-5

(2005), bem como Margaret Mead, Guatarri e Delleuze – embasamento principal dos autores.

Como se evidencia, a Adolescente 2 apresentou-se muito extrovertida, simpática, comunicativa, disposta a ajudar, alegre, positiva, simples, com uma ótima postura e abertura para o diálogo. Diz também ter uma ótima e amorosa relação com a família, afirmando ser esta o seu maior modelo, apoio e sustento, bem como excelentes vivências com a religião e espiritualidade. Atrelado a isso, mantém muita determinação em seus objetivos e sonhos, entre eles: se tornar médica veterinária, trabalhar na área, formar uma família e retribuir aos pais tudo que deram a ela; e afirma que precisa se dedicar muito aos estudos e ter fé em sua jornada.

Os aspectos mencionados a respeito da identidade da Adolescente 2 contradizem os pressupostos de Aberastury e Knobel (2003), ao afirmarem que este período se caracteriza pela manifestação de comportamentos anormais e patológicos em sua conduta, como resultado do dinamismo pessoal e reorganização do self destes sujeitos. Dentre as dez características que ambos pontuam sobre esta síndrome, somente uma foi manifestada por ela: a instabilidade emocional. A participante 2 relata que os pais percebem e pontuam a ela que em determinado momento ela conversa, fala muito e é extrovertida, mas que pouco tempo depois se torna mais reflexiva, quieta, e se refugia em si mesma. Ela justifica que nem percebe este movimento, entretanto, percebe que em muitas discussões com amigos ou familiares, se expressa com muita intensidade e minutos depois já se arrepende.

Essa realidade se remete à décima característica abordada por Aberastury e Knobel (2003), visto que os relatos da participante expressam constantes flutuações de humor em suas atitudes e sentimentos, desde mudanças constantes de comportamento extrovertido e introvertido, explosão de emoções por um curto período, até as possíveis dificuldades presentes em seus relacionamentos interpessoais, consequência da instabilidade vivenciada.

Partindo desse pressuposto, traça-se uma controvérsia a esta abordagem e sua compreensão da adolescência, na medida em que tal teoria "reduz" este período a uma única identidade: rebelde, impulsiva, desobediente, instável; limitando, padronizando e determinando todos os indivíduos que a vivenciam, e como mencionado no parágrafo anterior, a Adolescente 2 é um exemplo concreto de tantos jovens que não vivem de acordo com as características psicanalíticas e, assim, não está incluída dentro da "síndrome da adolescência normal". Também outros autores, como Contardo Calligaris (2000, *apud* BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009), ao estudar a adolescência, definem e restringem essa fase a cinco categorias, dentre as quais: o gregário, o delinquente, toxicômano, o que se enfeia e o barulhento, no entanto, como ele classificaria a Participante 2, visto que suas atitudes não são condizentes com nenhum dos modelos propostos?

Prova disso, são algumas das características que ela apresentou, as quais são totalmente opostas aos pressupostos da patologia comum na adolescência: ela não se importa muito com as amizades que tinha, pois reconheceu que não eram boas companhias para ela, o que contradiz a necessidade de identidade grupal proposta por Aberastury e Knobel (2003); começou a se preocupar mais com o futuro e traçar metas e projetos acerca de sua vida, característica que se opõe à luxação temporária, ou seja, a dificuldade de reconhecer o passado ou o futuro nessa fase; diz que suas principais habilidades e ocupações são: estudos, afazeres de casa, conversa com o namorado, e cozinha, além de que afirma aprender mais em casa e na igreja do que

ISBN 978-65-5629-077-5

na própria escola, atitude que se opõe à "separação progressiva dos pais" ou a revolta com a própria família.

É preciso, portanto, desconstruir o conceito e as teorias tão enrijecidas e deterministas da adolescência, pois, não há um jeito correto e único de construir a identidade, e tais discursos negam as múltiplas manifestações, potencialidades e possibilidades que eles podem escolher viver. Por isso, vem à tona a necessidade de substituir o termo "adolescência", na medida em que os autores propõem "(...) a noção de juventude como uma possível estratégia de enfrentamento dessa lógica" (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, online).

Para comprovar seus questionamentos sobre a visão padronizada de adolescência, e a instauração deste novo termo, como estratégia de oposição aos embasamentos deterministas, os autores mencionam a pesquisa de Margaret Mead (1951), em que, após realizar experiências com adolescentes em Samoa, afirmou com clareza que esta fase é construída por intermédio das práticas sociais, na medida em que define a adolescência como "fenômeno cultural", e por isso, não pode ser conceituada com dez características universais e objetivas (*apud* COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Assim também, ampliam outras abordagens teóricas:

(...) a Gestalt-terapia entende ser a concretude da existência do ser-*no-mundo* que se manifesta em cada adolescente. Tal concretude inclui, mas não se limita, nem se organiza a partir do aspecto fisiológico das mudanças corporais, como diversas abordagens teóricas pressupõem. Ser adolescente é, portanto, sê-lo num determinado corpo, mas também numa determinada sociedade, etnia, classe social, cultura, família e *para* determinada pessoa que vai significar todos estes aspectos de formas sempre únicas. Desta maneira, a perspectiva evolucionista em que o desenvolvimento psicológico ocorre de maneira progressiva por meio de estágios fixos e invariáveis - adotada pelas teorias tradicionais sobre adolescência - deve ser contestada. Ao conceberem seres abstratos que atravessam os mesmos estágios, na mesma sequência, em direção à maturidade, tais teorias alienam pelo menos dois aspectos fundamentais da Abordagem Gestáltica: a concretude existencial dos existentes e sua singularidade (BARONCELLI, 2012, online).

Como se evidencia, não é viável produzir conceitos generalizantes para este grupo em questão, visto que ambas as perspectivas concordam em descrever sua dinâmica como um fenômeno mutável e individual, sem cair numa espécie de naturalização e prevenção da adolescência. Isso significa que, segundo Baroncelli (2012), é necessário evitar qualquer reducionismo, conceitos hegemônicos ou movimento estático desta fase.

Retomando ao relato da Adolescente 2, após abordar a disparidade na compreensão das perspectivas mencionadas, é notório compreender que – a partir da própria oposição entre a Participante 1 e 2 – os adolescentes podem apresentar pontos em comum, como a vivência da puberdade, maturação hormonal e crescimento somático, mas nem sempre seus comportamentos e atitudes são semelhantes. Tudo isso, dependerá de sua história, educação, contexto familiar, afetivo, religioso-espiritual e econômico, fatores que, concomitantemente, formarão sua personalidade por completo (BARONCELLI, 2012).

Outro aspecto a se destacar na Adolescente 2, a partir de sua fala "Levanta a cabeça se não a coroa cai, eu falo isso pra todo mundo, a gente não pode cair...", pode-se notar o seu olhar otimista, que encoraja e anima as pessoas ao seu redor, a viver com esperança, sem desistir de sua existência, opondo-se mais uma vez aos padrões homogêneos de adolescente que são sempre tristes, depressivos, ansiosos,

ISBN 978-65-5629-077-5

indiferentes e rebeldes (ABERASTURY; KNOBEL, 2003). Partindo disso, segundo Peres e Rosenbur (1998), não se deve reduzir ou generalizar indivíduos que são particulares, pois, esta atitude faz com que o período da adolescência seja naturalizado, dificultando, assim, a percepção das construções heterogêneas, oposições ou diferenças presentes neste grupo, bem como a própria identificação subjetiva do adolescente em sua existência.

Diante das ideias supracitadas, denota-se que, mesmo diante da diferença alarmante entre as duas adolescentes entrevistadas, foi possível correlacionar cada um dos aspectos particulares relatados por elas, com uma teoria ou perspectiva diferente, na medida em que, cada linha psicológica compreende e aborda o desenvolvimento do indivíduo a partir de uma visão ou ênfase distinta, e por isso, diante de tantos pensamentos, conseguimos comparar, criticar, ampliar e aperfeiçoar as ideias e relatos das participantes. Mesmo que elas não apresentaram grandes empecilhos na escolha profissional, verifica-se que a construção narrativa realizada por ambas foi de extrema importância, visto que ela permite a visualização e reconhecimento de sua própria identidade, gostos, desejos, dificuldades, contribuindo, assim, para a melhora na realização de suas escolhas e o desenvolvimento de sua personalidade. Para concluir as considerações sobre a adolescência, cita-se a frase de Castellar (1989, *apud* PERES; ROSENBUR, 1998, p.6): "Em realidade, não existe uma adolescência, mas sim, Adolescências, em função do político, do social, do cultural e do momento em que estará inserido o adolescente...".

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto, teve entre seus objetivos principais, colocar à luz uma realidade que verdadeiramente é patente nos tempos atuais: a questão da adolescência e seu desenvolvimento até a idade madura. Mas porque a questão é assim tão importante? Tamanha relevância se dá, devido à responsabilidade que os mesmos adolescentes terão quando chegarem à idade madura de fato, pois – querendo ou não – serão os responsáveis pelo direcionamento que tomará a sociedade em que todos vivem, e como se pode perceber, segundo Aristóteles, no livro I de O Céu e o Mundo, um erro pequeno no início, se torna grande no fim (ARISTÓTELES, 2005).

Logo, se se pretende que, chegado ao nível de maturidade e avanço intelectual – esperados – na fase adulta, o indivíduo cumpra com o papel que a ele cabe diante da sociedade, é aceitável, e inclusive necessário, esperar que no meio do processo, onde começam a firmar-se todos traços da personalidade de um adulto, tudo ocorra da melhor maneira possível, já que causas tem necessários efeitos atrelados a si, e dos quais não se pode fugir.

Posto isso, partindo à intencionalidade deste projeto, ao se colocar no meio de populações de baixa renda, moradoras do bairro Cancelli, na cidade de Cascavel - PR, as entrevistas conduzidas sob a metodologia narrativa, pretendem evidenciar a multiplicidade das características que se apresentam nas vidas de diferentes adolescentes, mesmo os que estão inseridos em contextos sociais, círculos de convivência e influência muito parecidos.

A visão que se pode extrair de tais relatos, permite enxergar que muito das teorias sobre o período sociológico que acompanha a puberdade é cheio de controvérsias, segundo a sua universalidade. A adolescente 1 desta pesquisa, que apresenta muitos dos comportamentos listados por Aberastury e Knobel (2003) como

ISBN 978-65-5629-077-5

característicos da "síndrome da adolescência normal", e esta teoria, que colocada de maneira generalista e determinista tende a classificar todos os indivíduos nas mesmas condições, é contradita pelo relato da adolescente 2, que tem um nível de maturidade pouco comum em indivíduos da mesma faixa etária, e que passam por condições semelhantes.

No âmbito da escolha profissional das adolescentes, também houve certa surpresa, ao ver que ambas decidiram já, aquele rumo que desejam seguir. É evidente que se deve considerar eventual mudança de planos, atualização de sonhos e projetos, ao longo de suas caminhadas até o momento derradeiro da decisão, que pode ser logo após a conclusão do ensino médio, como também ser postergada, para que seja tomada com mais cautela observação e paciência ao longo do desenvolvimento pessoal e profissional.

Contudo, nota-se no relato de cada uma, por motivações semelhantes, o desejo – aparentemente – firme de cursar a graduação que individualmente relataram, por conta daquilo que tem como fator de realização pessoal – a adolescente 1 na advocacia, por querer atender a um senso de justiça; a adolescente 2, por simples inclinação pessoal na medicina veterinária – e principalmente, já que relatado pelas duas, pela realização financeira que enxergam nas profissões escolhidas para seguir.

Por experiências subjetivas, nota-se também, que a visão que cada um constitui sobre a própria vida, é fator absolutamente determinante para a realização pessoal, já que aquilo que pensamos, que conseguimos imaginar, é tão somente aquilo que podemos conceber na realidade. É neste sentido que se faz útil a proposta do método narrativo, à medida que permite e estimula que o indivíduo olhe para a sua existência, como uma linha de raciocínio coerente, interligada, a fim de ser compreendida a partir de um todo, e não de suas partes.

Tudo isso se assemelha à visão que tem um homem desde um avião, quando este sobrevoa uma cidade. De cima, do céu, vê uma estrutura que apresenta certa completude, certa coesão... um ângulo de vista, que não pode ser acessado por outro cidadão, que anda na rua, pois esse, mesmo que inserido na realidade que se passa em determinada rua, em determinado momento, está limitado àquela experiência única à qual está submetido e portanto, impossibilitado de acessar outras experiências que se passam em outros lugares da cidade, nos quais não se encontra.

Essa foi, portanto, a intenção do projeto de extensão, ao fazer a pesquisa por meio do método narrativo: fazer com que cada adolescente pudesse acessar as experiências concretas de seu dia a dia, da sua vivência mais simples, partindo de uma concepção do todo que as envolve, com um imaginário expandido, ciente "daquela cidade" toda que pode ser explorada e que é totalmente relevante para a compreensão das demais partes e da sua plena realização.

É preciso dizer também que foi valiosa a oportunidade que tivemos de levar o conhecimento adquirido em sala de aula para outros círculos. Contribuir com os que serão lá na frente os beneficiados pelos nossos serviços de psicólogos, é, desde já gratificante. Tivemos a oportunidade de ajudar duas adolescentes a olharem com seriedade para as suas vidas, mobilizar as suas famílias até – por meio do impacto que nelas pode ter sido causado - com esse trabalho.

Por fim, foi importante para nós enquanto acadêmicos o presente projeto, pois, nos colocou também em contato com outras vivências, nos apresentou a novas pessoas, enriqueceu também o nosso imaginário, fazendo-nos primeiro refletir sobre as perguntas que foram feitas, e depois, aprendendo com as histórias contadas. Possibilitou também o aprofundamento de uma habilidade para nós acadêmicos de

ISBN 978-65-5629-077-5

psicologia, que haverá de ser vital para o desenvolvimento futuro da profissão, que é a de comunicarmo-nos com outras pessoas, entendendo as diferenças e sendo compreensivos com a história de cada um, sem deixar que nossas tendências e gostos pessoais as influenciem e tentem ditar normas para vidas que não são as nossas.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Editora Artmed, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro,v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200013&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 30 de abril de 2021.

ARISTÓTELES [384a.C.-322a.C.], **De Caelo et Mundo** I 5, 271 b 8-13; a asserção encontra-se também, aqui e ali, v.g. em AVERRÓIS [1126-1198], In Aristotelis de Anima III comm. 4 (ed. E.S. Crawford, Cambridge 1953, p.384, 32). Sobre Aristóteles, vd. A. P. Mesquita, Aristóteles. Obras Completas. Introdução Geral, Lisboa 2005.

BARONCELLI, Lauane. Adolescência: fenômeno singular e de campo. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 18, n. 2, p. 188-196, dez. 2012. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000200009&lng=pt&nrm=iso >. acessos em 16 jun 2021.

BARRETO, Maria Auxiliadora; AIELLO-VAISBERG, Tania. Escolha profissional e dramática do viver adolescente. **Psicol. Soc.,** Porto Alegre, v. 19, n. 1, pág. 107-114, abril de 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100015&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 30 de abril de 2021.

BOCK, A. M. A adolescência como construção social: estudos de livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar Educacional***, 11*(1),63-76, 2007. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?lang=pt&format=pdf >. Acesso em 15 de junho de 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias***:* uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf >. Acesso em: 30 de abril de 2021.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolesc Saude.**

ISBN 978-65-5629-077-5

2005;2(2):6-7. Disponível em: < http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167 >. Acesso em 29 de abril de 2021.

PERES, Fumika; ROSENBUR, Cornélio P.; Desvelando A Concepção De Adolescência/ Adolescente Presente No Discurso Da Saúde Pública. **Saúde e Sociedade**, 7(1):53-86, 1998. Disponível em: < https://scielosp.org/pdf/sausoc/1998.v7n1/53-86/pt >. Acesso em 22 de junho de 2021.

SANTROCK, John W. **Adolescência**. 14 ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2014

ISBN 978-65-5629-077-5

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Oliveira Güths[1]
Daniel Henrique Anastácio[2]
Laís Maria Alvaroni de Brito Martins[3]
Vinicius Reis de Siqueira[4]

Resumo: Analisaremos aqui entrevistas feitas com dois adolescentes, visando entender sua mentalidade sobre o futuro, com objetivo de realizar uma orientação profissional, auxiliando-os a usar os recursos que possuem atualmente para alcançar um objetivo profissional. O artigo tem base nos conteúdos apresentados em sala por Vinicius Siqueira sobre as características da adolescência, utilizando de discussões entre alunos e professor durante o 1º e 2º Bimestres. Quanto as aplicações, para a aplicação das perguntas formamos duplas, realizando a entrevista por etapas: passado, presente e futuro. Quando aplicadas, as entrevistas estavam sendo gravadas em áudio para transcrição. Encontramos dificuldades com a adolescente 1, a qual se contradizia para responder e era tímida, tornando a aplicação mais complexa, também mostrava ambiguidade nas respostas, principalmente nas áreas de interesse profissional. Já o adolescente 2 era mais comunicativo e aberto, tornando a experiência mais proveitosa para coleta de dados e orientação. A adolescente 1 foi contatada através do Eureca II[5].

Palavras-chave: Adolescência. Narrativa. Carreira.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase em que o indivíduo está se descobrindo, quebrando e reconstruindo sua identidade, estando em uma constante zona de mudança no equilíbrio emocional e dos valores que segue, e definindo sua carreira. Também se pode observar a força da ideologia abstrata nesta fase, onde as ideias, o questionamento e as possibilidades, são muito mais interessantes para o sujeito do que a própria realidade (PAPALIA, 2006). Um exemplo seria o sonho de um adolescente de se tornar *streamer* (transmissão de conteúdo digital ao vivo), nesta fase o adolescente não se importa como e o que ele tem que fazer para alcançar este sonho, para ele o que realmente importa é o "sonho".

Segundo Diane E. Papalia (2006, p. 440), a adolescência é um período de transição "no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta que envolve grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais inter-relacionadas.", ou seja, há

[1] Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Professor Especialista em Terapia Analítico Comportamental pela Universidade Paranaense (2005), Especialização em Docência do Ensino Superior pela UNIPAN/FACIAP (2011), Master of Science by Research in Psychology - University Of Wollongong – Australia (2011), Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE (2018). Atualmente é professor da UNIVEL no curso de Psicologia, bem como psicólogo trabalhando na Secretaria de Saúde da cidade de Cascavel/PR.
[5] Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos, localizado no bairro Santa Cruz em Cascavel-PR.

ISBN 978-65-5629-077-5

mudanças biológicas e psicológicas. A Psicologia, ao estudar o adolescente, leva em consideração essa visão, ela entende que o indivíduo entra em um estado de desequilíbrio diante das mudanças em seu padrão de comportamento, em que está deixando o comportamento infantil para trás e começando a agir como adulto; e diante das mudanças corporais que são vividas intensamente neste período. (ABERASTURY & KNOBEL, 1992; ENDERLE, 1988 *apud* LARA et al, 2005).

Na adolescência o indivíduo é moldado de acordo com o modelo capitalista, a sociedade e cultura de onde se encontra. Na Ásia, por exemplo, os adolescentes são completamente reprimidos, na América Latina o adolescente também é reprimido, porém se tem mais liberdade para demonstrar sua moral, valores e opiniões.

> Dessa forma, consideramos que a adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. (KOLLER, 2002, p. 21).

De modo que, a cultura influencia nas ações que o sujeito tomará, assim como seus limites, desempenho, criatividade, autonomia e autoestima.

O trabalho é uma facticidade muito importante e influente na adolescência, já que dependendo da classe social do indivíduo, afetará sua autonomia e autoestima, pois o próprio individuo irá se limitar ao que ele pode ser profissionalmente, baseado em sua condição financeira e o reflexo da própria família. Pode-se reparar que adolescentes com estabilidade financeira, têm menos incertezas e dificuldades na escolha e construção sua carreira profissional. Já os adolescentes com uma situação financeira problemática, desenvolvem muita preocupação com alcançar o sucesso ou uma carreira consagrada, para melhorar sua condição financeira, ou ainda mais, pode-se observar que muitos adolescentes nesta idade, já se convenceram que existem profissões em que eles não poderão atuar. (LARA et al, 2005)

> Quando são questionados sobre o seu projeto de futuro, os jovens de classe mais privilegiada apresentam menor preocupação, apesar de alguns já terem esboçado um objetivo a atingir. Por outro lado, os jovens trabalhadores encaram o futuro como um desafio que depende muito de seu esforço pessoal e de seu sucesso nos estudos. (ALVES, 1997 *apud* KOLLER, 2002, p. 20).

Uma coisa que é igual para todos os adolescentes, tanto para os com maior quanto para os com menor poder aquisitivo, é a angústia gerada por ter que escolher uma carreira. Além das mudanças corporais e psicológicas que causam conflitos internos, os adolescentes têm que decidir um caminho profissional, escolha essa que é sentida como definidora de seu futuro e sobrevivência, o que causa medo, ansiedade e angústia. É importante que o indivíduo identifique suas metas, habilidades, valores, gostos e que conheça todas as possibilidades de profissão que gostaria de seguir, conciliando tudo isso, terá mais facilidade de escolher um trabalho e sentirá menos ansiedade. (LARA et al, 2005)

Fica claro que, a relação do adolescente com a escolha de uma profissão não é algo simples, pois ele terá que balancear todas as influências que sofre – fator econômico, família, amigos e meio –, suas vontades e objetivos e as mudanças físicas, para então fazer uma escolha satisfatória. E isso é importante, já que o trabalho permite que o sujeito se entenda como cidadão de uma sociedade. Com uma

ISBN 978-65-5629-077-5

correira ele se sente competente, ativo, capaz e útil para si e para a todos. (LARA et al, 2005)

Algo que pode ajudar nessa escolha é a narrativa, uma técnica utilizada para encontrar as experiências da vida de um indivíduo e os sentidos a elas atribuídos, para isso é necessário que a pessoa narre sua história de vida passada, seu presente e seus projetos do futuro. (LIRA et al, 2003) Nesse sentido, a técnica narrativa "é compreendida como uma estrutura de linguagem tecida pela configuração singular do narrador, que liga os eventos através da temporalidade, criando uma totalidade significante." (RICOEUR, 1994 *apud* BISOL; BREMM, 2008, p. 1)

Através do relato, o indivíduo consegue refletir sobre as experiências vividas, ressignificar perspectivas, avaliar problemas, aumentar seu conhecimento sobre si e, por tanto, desenvolver um projeto de futuro coerente com seus interesses e objetivos. Na narrativa, também, está implícito o contexto social, cultura e discursivo do sujeito, além da sua vida íntima, o que permite a visualização de sua história sociocultural. (BISOL; BREMM, 2008)

Com a descrição acima, é evidente que a narrativa é uma excelente técnica para se aplicar com adolescentes que estão escolhendo uma profissão, pois contando a história de sua vida e como é sua vivência no presente, ele terá uma visão melhor de si, de suas metas, habilidades, valores, gostos, influências e de suas possibilidades e, assim, conseguirá definir objetivos e desenvolver a melhor estratégia para alcançar o futuro desejado.

As duas narrativas apresentadas neste relatório, foram coletadas de adolescentes em situação de vulnerabilidade, que moram em Cascavel-PR, sendo a adolescente 1 associados ao Eureca II, que é um serviço público destinado a crianças e adolescentes. A construção dessas narrativas têm o objetivo de aproximar a acadêmia e a comunidade externa oferecendo algo que possa melhorar o aprendizado. A organização do Plano de Trabalho foi feita junto ao professor, sendo desenvolvido durante os dois bimestre que compõem o semestre, no primeiro os acadêmicos fizeram a fundamentação teórica presente nesta introdução, e no segundo coletaram e analisaram os dados advindos das narrativas utilizando os conhecimentos adquiridos em aula.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para a coleta de dados foi a técnica narrativa, sobre a qual Cláudia Alquati Bisol e Eduardo Scarantti Bremm (2008) discutem no artigo "Sinalizando a adolescência: narrativas de adolescentes surdos". Também pode-se encontrar a definição e como funciona a técnica narrativa no artigo "A Narrativa na Pesquisa Social em Saúde: Perspectiva e Método", de Geison Vasconcelos Lira et al (2003). Ambos utilizados na construção do referencial teórico encontrado neste relatório.

A adolescente 1, do sexo feminino e com idade de 13 anos, foi localizada com a ajuda do Eureca II que, por ser um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para indivíduos com idade entre 6 e 15 anos, entrou em contato com os adolescentes que frequentam a instituição e marcaram um horário com os que se interessaram em criar a narrativa junto aos acadêmicos. O adolescente 2, do sexo masculino e com idade de 15 anos, foi encontrado a partir de uma amiga de um dos integrantes do grupo, ela fez um *post* em seu *Whatsapp* perguntando se alguém se interessaria nesta entrevista e este jovem se voluntariou.

ISBN 978-65-5629-077-5

Foi garantido o anonimato dos jovens e solicitado que eles e os responsáveis assinassem um termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo B e D) onde está descrito o objetivo do projeto e o procedimento, coisas que também foram informadas aos adolescentes antes de iniciar os questionamentos.

3 RESULTADOS

A adolescência é estudado por vários teóricos com diversas abordagens, como Arminda Aberastury e Mauricio Knobel, Piaget e Vigotsky, sendo que essas teorias, e algumas outras, serão utilizadas na análise das narrativas produzidas junto aos adolescentes. Nesta parte do relatório, serão pontuadas as mudanças e características que os adolescentes apresentam nesta fase de acordo com cada autor, de modo a colocar em prática os conteúdos aprendidos em sala.

A adolescência é um período de muitas mudanças físicas e psicológicas, que estão ligadas a formação da identidade do indivíduo. Segundo Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981), o adolescente passa por desequilíbrios intensos relacionados ao enfrentamento do mundo adulto, para o qual ainda não está preparado, e aos lutos pelo corpo perdido, sobre o papel e identidade infantil perdida, pelos pais da criança e pela bissexualidade infantil perdida. Toda essa instabilidade é nominada por Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981) de "Síndrome da Adolescência Normal", que tem a função de desenvolver um novo self, uma nova identidade autônoma.

Essa síndrome possui alguns sintomas, sendo que serão descritos neste relatório apenas os que se correlacionam com as narrativas dos adolescentes que estão em anexo. O primeiro sintoma é chamado "busca de si mesmo e identidade", que é caracterizado pela busca e definição da identidade, processo esse que é angustiante devido as transformações corporais e necessidade de integração da concepção social de si e dos valores sociais (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

Os adolescentes 1 e 2 estão passando por essa formação da identidade e por isso não sabem exatamente quem são, isso fica perceptível quando a adolescente 1, ao ser perguntada sobre os aspectos que a definem, ela responde que não sabe. Já o adolescente 2 descreve a criança que foi como inocente, e que no presente se entende como o "do contra", que está sempre discordando dos outros, ou seja, há uma mudança no conceito de si.

Esta característica de se portar de forma opositora, é também explicada pelo fato de o córtex pré-frontal ainda estar em formação, assim, as modificações nessa área levam os adolescentes apresentarem "curiosidade e necessidade de oposição" (CUNHA, 2009, p. 127).

Outro sintoma da "Síndrome da Adolescência Normal" é o "tendência grupal", em que o adolescente "[…] pertence mais ao grupo de coetâneos do que ao grupo familiar" (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 37), com o objetivo de se diferenciar das figuras familiares e se identificar com outros ideais e jeitos de ser. Esse aspecto também está relacionado a formação do córtex pré-frontal, que leva o adolescente a ser mais suscetível a influências sociais, "A composição dessas duas forças gera uma boa parte do comportamento impulsivo adolescente: imaturidade do controle inibitório e a demanda de pertencimento a novos grupos sociais" (CAIRNS e colab., 1988 *apud* MIRANDA, 2018, p. 22).

A adolescente 1 afirma que gosta de ficar com os amigos no tempo livre, o que revela a necessidade de pertencer a um grupo com o qual se identifica. Conta também que foi uma amiga que a influenciou a se voltar para a área artística, mostrando que

ISBN 978-65-5629-077-5

é possível tornar o desenho uma profissão, com isso fica claro como um grupo ou um membro do grupo influencia na formação da identidade do indivíduo. Na fala do adolescente 2 é possível perceber algo parecido, já que ele afirma que os amigos marcam muito a sua vida.

Os adolescentes também têm uma "necessidade de intelectualizar e fantasiar" (ABERASTURY & KNOBEL, 1981, p. 38), esses aparecem como mecanismos de defesa frente ao fracasso e impotência vividos no dia a dia. Isso pode levar o indivíduo a desenvolver um interesse por atividades artísticas, como uma espécie de fuga interior para reajuste emocional. Esse sintoma pode explicar o interesse da adolescente 1 por desenho, é correto supor que ao se dedicar a arte ela se refugia dos problemas familiares mencionados na narrativa e dos sintomas psicopatológicos do período de vida que vivência. Porém, é claro que, como afirma Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981), nem todas as manifestações artísticas trazem essa motivação por trás.

Referente ao adolescente 2, vemos que ele também apresenta esta característica de intelectualizar e fantasiar, como ele mesmo descreve: "[…] às vezes eu perco toda a minha atenção e começo a só ficar na minha mente. Daí, então, eu uso a minha mente pra ficar pensando em outras coisas […]".

Em relação a religião, Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981) afirmam que os adolescentes passam por "crises religiosas", em que o sujeito muda constantemente seu posicionamento religioso até definir uma ideologia e seguir uma crença que melhor se encaixe nela. Percebe-se que a adolescente 1 não possui uma certeza em relação a sua espiritualidade, ela afirma que não frequenta a igreja mas que a relação com essa religião é normal, o que leva ao entendimento de que não é algo que ela se identifique muito e que por isso pode haver ainda algumas mudanças em relação a religião até ela chegar a essa identificação.

No que diz respeito ao adolescente 2, ele foi criado em um ambiente católico, crença que ainda segue no presente, porém, afirma que também acredita no *Big Bang*. Isso demonstra uma contradição em relação a crença religiosa, ou seja, ele ainda está no movimento de mudar constantemente suas crenças.

A dificuldade dos adolescentes 1 e 2 de construírem um projeto de futuro concreto é vista nas narrativas, onde a adolescente 1 afirma que não sabe o que fazer para alcançar seus objetivos e não tem uma expectativa de qualidade de vida futura; e o adolescente 2 não têm uma plano para o futuro bem estipulado, diz que não se importa com onde vai trabalhar e não pensa sobre como estará financeiramente no futuro. Isso quer dizer que, quando se trata de futuro, os entrevistados demonstram dificuldade em se afirmar no futuro, como se estivessem presso as suas vontades e desejos do presente.

Esse aspecto se relaciona com o sintoma que Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981) chamam de "deslocalização temporal", em que o adolescente vive intensamente o presente e sente que o passado e futuro estão muito distantes, essa sensação surge do desejo do sujeito de negar a passagem do tempo a fim de manter a criança dentro de si e paralisar as mudanças.

Uma caraterística bem marcante dos adolescentes é revolta e/ou atitude revolucionária, na qual os sujeitos têm uma força muito grande direcionada a mudança. Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981, p. 53-54) vêm essa particularidade como uma "atitude social reivindicatória", em que:

ISBN 978-65-5629-077-5

> A sociedade, […] impõe restrições à vida do adolescente. O adolescente, com a sua força, com a sua atividade, com a força reestruturadora da sua personalidade, tenta modificar a sociedade que, por outra parte, está vivendo constantemente modificações intensas. […] A juventude revolucionária do mundo, […] tem em si o sentimento místico da necessidade da mudança social.

Analisando do ponto de vista neurobiológico, a questão da maturação do córtex pré-frontal também está ligada a essa atitude, como "os comportamentos mais comuns nesse período são a impulsividade cognitiva, a labilidade emocional e a busca pelo perigo" (ANDRADE, 2018, p. 65), os adolescentes têm a tendência de se envolverem em lutas sociais, na busca por transformarem a sua realidade e em fazer a diferença.

Essas ideias podem explicar a atitude do adolescente 2 de estar sempre discordando das pessoas, de ser o do contra, e também a resposta dele a pergunta sobre quem inspira-o no presente, para qual ele dá a resposta: "[…] eu tento buscar de mim mesmo, num… não gosto muito de fazer a mesma coisa que outras pessoas. Quando eu vejo que outras pessoas tão fazendo a mesma coisa ali, eu já penso em mudar.". Dá para perceber em sua fala a necessidade de fazer diferente do que se espera socialmente, de causar uma mudança.

Sobre as "contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta", Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981) apontam que essa atitude é normal na adolescência. Algo que a adolescente 1 apresenta ao dizer que se interessa por veterinária, artes e confeitaria, coisas essas que não têm muita relação entre si e que a jovem acredita serem áreas profissionais interessantes. O adolescente 2 também possui um grande interesse por várias áreas de conhecimento, está fazendo informática, tem vontade de se tornar pedreiro e comenta que trabalhar com esculturas o atrai. Além disso, ele demonstra uma atitude contraditória em relação a religião, como apontado anteriormente.

O sintoma "separação progressiva dos pais" é definido por Arminda Aberastury e Mauricio Knobel (1981, p. 56) como:

> […] uma das tarefas básicas concomitantes à identidade do adolescente […] que está favorecido pelo determinismo que as mudanças biológicas impõem neste momento cronológico do indivíduo. O aparecimento da capacidade executora da genitalidade impõe a separação dos pais […].

Caso as imagens parentais sejam positivas, com papéis bem definidos e o ambiente seja amoroso, o adolescente terá uma boa separação dos pais, passando para a maturidade de forma fácil. Caso o contrário ocorra, isto é, se as figuras parentais não forem estáveis, o adolescente pode desvalorizá-las e procurar personagens mais consistentes para se identificar, é dessa procura que surgem as identificações com ídolos.

Na narrativa do adolescente 2 percebe-se que em sua infância ele foi criado em um ambiente propício ao afeto familiar, isso leva a crer que ele terá uma separação dos pais mais tranquila. Essa separação, que já está acontecendo, pode ser exemplificada com a resposta do adolescente para a pergunta: "quem o inspira como modelo no presente?", ele afirma que ninguém, mas no passado esse papel era da mãe. Isso mostra também, como na infância as crianças têm uma visão de que os

ISBN 978-65-5629-077-5

pais são perfeitos e quando, na adolescência, descobrem que essa visão não condiz com a realidade, eles iniciam o processo do luto pelos pais da criança, que pode gerar as discussões com os pais mencionadas pelo adolescente 2. Essas discussões também podem ser explicadas pela impulsividade do adolescente e/ou também pelas exigências de liberdade feitas pelos indivíduos nesta fase (ABERASTURY & KNOBEL, 1981).

Outra questão importante de se destacar é a forma como os adolescentes dizem aprender, a adolescente 1 diz que aprende mais na escola e com o irmão e o adolescente 2 afirma aprender melhor observando outros fazerem. Essas formas de aprendizado vão de encontro com a teoria Sócio-histórico econômico de Vigotski, que traz a ideia de que o ser humano desenvolve suas funções superiores (pensamento, memória, atenção voluntária etc.) a partir das interações sociais, ou seja, o ser humano aprende e se transforma nas relações sociais que possui, sendo que ele tem um envolvimento ativo na construção desse aprendizado (BOCK, 2002).

Tanto na escola com os professores, quanto com o irmão a adolescente 1 tem acesso a mediadores, pessoas que têm mais conhecimento sobre o algo que se quer aprender, que ajudam no seu processo de aprendizagem, apresentando para ela as informações que ela internalizará e posteriormente conseguirá usar sozinha. Como traz Vigotski, o conhecimento que está na Zona de Desenvolvimento Potencial, os conhecimentos que a pessoa não sabe, passam para a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), zona entre o que o indivíduo sabe e o que não sabe, com ajuda de um mediador, até que não precise mais dele e consiga colocar em prática sozinho o conhecimento, que estará, portanto, na Zona de Desenvolvimento Real (BOCK, 2002). Da mesma forma esse processo acontece com o adolescente 2, que ao observar alguém ensinado algo, está aprendendo através de um mediador.

É importante mencionar, ainda, a teoria de Piaget, na qual ele descreve que o desenvolvimento humano possui fases, sendo a fase correspondente a adolescência chamada "operatório formal". Esse período, que tem início aos 11 anos, é marcado pelo pensamento abstratos, em que o adolescente consegue refletir sobre as situações hipotéticas de maneira lógica, ele é capaz de formar esquemas conceituais abstratos (amor, fantasia, democracia, etc.) e realizar com eles operações mentais (PAPALIA, 2006). Essa característica pode ser percebida na narrativa do adolescente 2 quando ele diz querer ter o poder de ler mentes e a sua necessidade de autocontrole da situação, do mesmo modo quando ele fala que constrói jogos mentalmente.

Independente da teoria usada para olhar o período da adolescência, fica claro que essa é uma fase de mudanças tanto biológicas quanto psicológicas e sociais. Portanto, é um momento que exige paciência e compreensão dos responsáveis e educadores, que devem apoiá-los e dar limites saudáveis, coisas que os farão se tornarem adultos mais ajustados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com exposto no desenvolvimento do trabalho, entendemos que a adolescência é vista de formas diferentes por vários teóricos e suas teorias, que ela é um marco social e como será expressa depende da cultura em que o indivíduo está inserido. Porém, algo que não muda é o fato de o adolescente ter que escolher uma profissão nesse momento da vida, escolha essa, que pode ser difícil devido a vários elementos, como a situação financeira e a projeção dos desejos parentais para o futuro do jovem. Assim, para o desenvolvimento do projeto, foi escolhida a técnica narrativa para ser

ISBN 978-65-5629-077-5

aplicada com os adolescentes, com o propósito de auxiliá-los no conhecimento das opções de carreiras que podem seguir.

Percebe-se que ao fazer os adolescentes refletirem sobre seu passado, presente e futuro, além das coisas que gosta e não gosta, eles conseguem ter uma noção melhor de si, sendo que este é um excelente caminho para se encontrar a ocupação que será mais prazerosa e agradável de se fazer ao longo da vida.

Isto posto, pode-se dizer que, o Projeto de Extensão teve como objetivo, além do entendimento completo dos alunos sobre o conteúdo estudado, auxiliar os adolescentes que participaram a terem uma visão melhor sobre si mesmos, integrando o passado, o presente e suas ideias do futuro, de forma que conseguissem perceber quais possibilidades de carreira podem seguir. Em suma, percebe-se que os objetivos do projeto foram alcançados, tais como, a prática da técnica de narrativa com os adolescentes e a análise dos dados obtidos, associando-os com os conteúdos estudados em sala.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico.** Porto Alegre, Atmed Editora, 1981. 92 p.

ANDRADE, André Luiz Monezi et al. Desenvolvimento cerebral na adolescência: aspectos gerais e atualização. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 62-67. 2018. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v15s1a08.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BISOL, Cláudia Alquati; BREMM, Eduardo Scarantti. Sinalizando a adolescência: narrativas de adolescentes surdos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 2. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932008000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 mai. 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2002. 492 p.

CUNHA, Paulo Jannuzzi. Alterações neuropsicológicas nas dependências químicas: foco em córtex pré-frontal e na adolescência como período crítico de maturação cerebral. **Arquivos Médicos dos Hosp. e da Fac. Cienc. Med. Santa Casa São Paulo.** São Paulo, v. 54, n. 3, p. 127-133. 2009. Disponível em: <http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/400/453#>. Acesso em: 23 jun. 2021.

KOLLER, Sílvia Helena (org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. 144 p.

LARA, Luciane Dianin de et al. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 9, n. 1, p. 57-61, jan./abr. 2005. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/1356/1207>. Acesso em: 28 abr. 2021.

LIRA, Geison Vasconcelos et al. A Narrativa na Pesquisa Social em Saúde: Perspectiva e Método. **RBPS**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 59-66. 2003. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/333/2035#>. Acesso em: 29 mai. 2021.

MIRANDA, Daisy Silva. **Marcadores funcionais da atividade elétrica do córtex cerebral para identificar atrasos no desenvolvimento de funções executivas no córtex pré-frontal em adolescentes.** 2018, 76 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <http://200.239.66.58/jspui/bitstream/2011/11100/1/Dissertacao_MarcadoresFuncionaisAtividade.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PAPALIA, Diane E. et al. **Desenvolvimento Humano.** 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 888 p.

ISBN 978-65-5629-077-5

A PSICANÁLISE INFANTIL DE FRANÇOISE DOLTO

Fabíola Galina Beleia [1]
Hellyanne Marcondes[2]
Iolanda Froner[3]
Kamylla Tomazelli[4]
Janaina Mazutti dos Santos[5]

Resumo: Este artigo apresenta um pouco da vida, do trabalho, da teoria, da clínica e alguns casos clínicos que fizeram parte da trajetória da psicanalista francesa Françoise Dolto que, na busca inicial de transformar a medicina de crianças, construiu as bases de suas teorias na experiência clínica e na escuta do inconsciente, contribuindo para o avanço da psicanálise infantil. Aproximando-se das teorias freudiana e lacaniana em alguns pontos e distanciando-se em outros, Dolto inova a psicanálise e constrói conceitos originais em sua teoria. Desenhos e modelagens elaborados por crianças assumem o mesmo papel que os sonhos e as fantasias têm na análise dos adultos e se constituíram como recursos importantes de sua clínica, assim como a exigência de um pagamento simbólico, instituído como forma de seus pacientes mostrarem o real interesse no tratamento. A linguagem assume grande importância na teoria doltoniana, seja na formação do ser, seja na necessidade de comunicar as verdades a crianças de todas as idades, seja ainda na escuta isenta de interpretações, que permite falar com palavras infantis e assim, compreender sua fala, pensar de acordo com seu modo de pensar. Seis casos clínicos são descritos para melhor ilustração do encantador e inovador trabalho da vida da psicanalista.

Palavras-chave: Françoise Dolto. Psicanálise. Crianças. Entrevistas preliminares. Linguagem.

1 INTRODUÇÃO

A teoria da psicanalista Françoise Dolto inovou e desenvolveu a psicanálise com crianças durante o século XX. Foi da prática da clínica pediátrica, aliando seus conhecimentos da psicanálise e observação das crianças, que ela construiu e desenvolveu as bases de seu inovador método terapêutico.

Este artigo caminhará pela história da psicanalista de bases freudianas e laços lacanianos, que foi membro dos principais grupos psicanalíticos franceses e popularizou a psicanálise através de programas de rádio.

Esta revisão bibliográfica, de obras da própria psicanalista e de autores expoentes da psicanálise, aborda os principais conceitos envolvidos na teoria doltoniana: a relação mãe-filho e triangulação, a castração, imagens inconscientes do corpo e suas patologias. Seguem-se ideias da clínica de Dolto e das técnicas utilizadas, passando pelas entrevistas preliminares e a observação, o uso de desenho

[1] Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL
[4] Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL
[5] ORIENTADORA: Professora Janaina Mazzutti dos Santos do Curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

e modelagem como caminho para a associação livre, o uso da linguagem da criança, a necessidade de dizer a verdade e o pagamento simbólico.

Ilustrando o trabalho, alguns casos clínicos interessantes e diversificados são narrados e relacionados à teoria. De um total de seis, os primeiros dois casos foram extraídos da primeira obra escrita por Dolto, constantes de sua tese de medicina, relacionados a sintomas de enurese que atendia no hospital onde trabalhava e que se revelaram sintomas neuróticos. Os outros quatro casos foram extraídos de obra resultante dos Seminários de Psicanálise que ela ministrou durante muitos anos. Tratam-se de intervenções breves, mas de situações inusitadas com resultados surpreendentes.

Este artigo busca introduzir o leitor às apaixonantes obras, teorias, técnicas e atuação da psicanalista francesa que, pretendendo ser médica, transformou-se em psicanalista e acabou por contribuir no desenvolvimento da psicanálise para crianças.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A BIOGRAFIA DE FRANÇOISE DOLTO

Nascida na burguesia parisiense em 1908, Françoise Marrete teve educação rígida, muito religiosa e o final da infância marcado pela culpa de não ter rezado o suficiente para salvar a irmã, que faleceu de um câncer, como lhe dizia a mãe, abatida pela depressão decorrente da morte daquela filha.

Formou-se inicialmente enfermeira e somente depois conquistou o sonho de ser médica pediatra. Após 3 anos de análise com René Laforgue, um dos pioneiros da psicanálise na França, e incentivada por ele, iniciou atuação como psicanalista e, nos hospitais Bretonneau e Trosseau, trabalhou com crianças.

> Eu fui lançada na psicanálise por meu psicanalista, o que eu gostaria era permanecer como pediatra que compreende a psicologia das crianças. (...) eu sentia que tinha um dever, e Laforgue me disse "Você não se dá conta de que é muito dotada para a psicanálise e nos faltam psicanalistas. Você deveria seguir a formação até o fim então fazer supervisões." E foi assim que, em 1934 minha própria análise terminou, eu comecei a seguir os seminários do Instituto e tomei alguns adultos em análise. (DOLTO, 1986 *apud* VALIM, 2016, p. 44)

A influência da teoria freudiana na psicanálise da médica Françoise Marrete fica evidenciada pela inserção de seus principais conceitos no referencial teórico da tese de conclusão do curso de medicina, nomeada 'Psicanálise e Pediatria', defendido em 1939 e transformado em livro em 1971.

A aproximação com Lacan aconteceu no ano de 1938, inicialmente através de um curso por ele ministrado e posteriormente, por laços de amizade. Apenas em 1942, pelo casamento com Boris Dolto, Françoise Marrete se tornou Françoise Dolto.

Ingressou na Sociedade Psicanalítica de Paris em 1938 e com a cisão desta, em 1953, Dolto e outros, seguidos por Lacan, fundaram a Sociedade Francesa de Psicanálise, entidade não reconhecida pela Associação Psicanalítica Internacional. Uma nova cisão, em 1964, resultou na fundação da Escola Freudiana por Jaques Lacan, à qual Dolto se filiou e onde realizava supervisões e palestras.

O primeiro livro da psicanalista, "O caso Dominique", foi publicado em 1971 e a partir do ano de 1978 passou a dedicar-se mais à publicação de artigos e livros. Em

ISBN 978-65-5629-077-5

1979, já bastante doente, Dolto inaugurou a "Maison Verte" (Casa Verde), um local para socialização de famílias e crianças de até três anos, com regras bem demarcadas e que contava com a presença de equipe incluindo ao menos um psicanalista, onde, sem tratamentos, mas com interações direcionadas pela linguagem, se buscava a prevenção de neuroses, de doenças psicossomáticas, e a naturalização da aceitação de limites.

Faleceu no ano de 1988, deixando um legado considerável para a psicanálise infantil.

2.2 BASES DA TEORIA DOLTONIANA:

A psicanálise ainda era recente e sua aplicação em crianças ainda era restrita a Anna Freud e Melanie Klein e pouco difundida na França. "[...]Dolto inicia seu trabalho com poucas referências a quem seguir, tendo o referencial teórico freudiano em suas mãos, passou a receber crianças e a trilhar um caminho bastante próprio de atendimentos e teorização." (VALIM, 2016, p.44)

Dolto não se detinha aos saberes da psicanálise já constituídos naquela época e construiu as bases de suas teorias na experiência clínica e na escuta do inconsciente.

> [...] eu compreendera que Freud estava enganado e que, no caso do Pequeno Hans, fazia de uma história uretral, uma história edipiana. [...] Nunca o Pequeno Hans desejava sua mãe para tomar o lugar do pai. A mãe não amava o marido; para a criança então não havia com que rivalizar. [...] Além do mais, Freud falava com o pai e não diretamente com a criança. (ROUDINESCO, 2010, p. 62 e 63)

Questionada sobre conhecer a obra de Melanie Klein, Dolto respondeu:

> Claro que não, não existiam! Conheci Melanie Klein na casa da princesa [Marie] Bonaparte [...] ela fez um tipo de supervisão com os jovens que lá estavam [...] eu achava que tudo, nela, era exageradamente teorizado e construído, ao passo que cada criança traz realmente alguma coisa de novo. (ROUDINESCO, 2010, p. 61 e 62)

Conforme Costa (2010), a teoria de Dolto, com base freudiana, aproximou-se, especialmente entre os anos 40 a 60, das teses de Lacan, apresentando alguns pontos de convergência e outros de divergência em relação a elas. Alguns termos, apesar da mesma denominação, referem-se a ideias diferentes.

> [...] o que aproximou Françoise Dolto de Lacan foi, acima de tudo, a primazia que ambos atribuíam à linguagem e à função simbólica, diferenciando-se nesse aspecto da corrente genética em psicanálise, centrada numa sucessão de relações objetais e estádios. Porém aqui também as acepções atribuídas à linguagem não são as mesmas para ambos. Para Dolto, a especificidade do ser humano como ser linguajeiro significava que tudo é linguagem, comunicação. A fala, que é especificamente humana, constitui uma das expressões da linguagem. (COSTA, 2010, p. 61)

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com Násio (1995, p. 208), para Dolto, o ser humano é um ser de "filiação linguajeira", um ser de linguagem, que vem de uma linhagem. A verdade de que a criança veio ao mundo por um ato de desejo, através da articulação dos sexos do pai e mãe deve ser de conhecimento da criança. Sua concepção é o resultado de três desejos: o da mãe, do pai e ainda o seu, pois ele próprio é um ser desejante.

A coesão narcísica do bebê se dá na sua relação triangular com as pessoas parentais, ligado com as cenas primárias e também com as relações atuais. O ataque à dignidade dessas pessoas atinge gravemente o narcisismo da criança.

Para Dolto, o ser humano busca a comunicação desde a vida fetal. Falar ao bebê palavras que traduzam suas emoções, sofrimento e história, faz com que ele adquira o código humano da linguagem. Falar verdadeiramente à criança, com comunicação no mesmo nível em que ela se encontra, tem efeitos libertadores. Mentiras entram em dissonância com o pressentimento e com o inconsciente da criança (NÁSIO, 1995, p. 209).

A criança passa por diversas castrações durante o desenvolvimento e é através da proibição e renúncia a objetos antes permitidos e desejados, que novos desejos são introduzidos, impulsionando-a à fase seguinte. Para Násio (1995, p. 209): "Em cada etapa do desenvolvimento, o desejo esbarra na lei e a vida do indivíduo é transformada por isso".

Alguns dos principais temas da teoria de Françoise Dolto, como a relação precoce mãe-filho e a triangulação, as castrações simboligênicas, a imagem inconsciente do corpo, a importância das entrevistas preliminares e o enquadre do tratamento psicanalítico com crianças, serão abordados para melhor compreensão do seu trabalho de psicanálise com crianças.

2.3 PRINCIPAIS CONCEITOS: TRIANGULAÇÃO, CASTRAÇÕES E IMAGEM INCONSCIENTE DO CORPO

Para Dolto, os pais de nascimento são escolhidos pela criança e sua teoria inova na relação precoce entre mãe e filho. A díade torna-se uma tríade e tanto a mãe quanto o pai são essenciais para o bom desenvolvimento psicológico da criança. A triangulação mãe-pai-filho começa já na concepção e o nascimento é fruto do encontro de três desejos: de uma mãe, de um pai e de um sujeito de se encarnar em um corpo.

A díade, como é chamada a relação existente entre mãe e filho, é fundamental para que o bebê se centre em seu próprio interior.

> Durante os primeiros meses de vida, é necessário que haja uma única pessoa para servir de relacionamento eletivo do bebê, a fim de que ele se centre em seu próprio interior [...] essa pessoa deve ser mediadora de outras. O "infans" só fundamenta sua existência na e através da relação com um outro. Sente-se íntegro quando a mãe está presente e fala com ele. Essa estrutura de trocas e de palavras é o que funda sua identidade. A relação contínua com uma pessoa tutelar é vital, pois cria a memória de um "ele mesmo - o outro", primeiro fator de segurança narcísica. (NÁSIO, 1995, p. 211)

Desde o nascimento, a criança é um ser de fala, ativo e passivo, desejante de trocas sensório-motoras e de linguagem vocal e gestual. É um desejante do outro. Quando seu apelo por trocas não é atendido, não experimenta a confiança e não

ISBN 978-65-5629-077-5

confere sentido ao que vivencia sem mediação. Por isso, a falta de comunicação inter-humana verdadeira traz risco de mortalidade simbólica psíquica.

Quando a mãe se ausenta, o bebê fica privado de referenciais, recuperando-os quando ela reaparece. Ele armazena percepções auditivas, olfativas e visuais de encontros e quando as memoriza, pode suportar a ausência materna. A dialética presença/ausência impulsiona a vida psíquica, conscientizando o bebê de seu ser.

No início, o bebê é como um eco da vivência inconsciente da mãe, do que ela sente, de modo que o período pós-natal é de identificação sujeita à afeição materna.

Sobre a construção do *infans*, Dolto entende que se dá através de referências carnais e comunicação da linguagem. A mãe é um co-ser, um vínculo de co-vivência, a quem ele se liga pela voz e olfato, e que lhe permite encontrar-se. É pela mãe e sua mediação que o bebê reconhece e se conhece num campo de odor e através da fala dela, conhece a si.

Sem o outro, a função simbólica da criança se exerceria no vazio, já que é a mediação materna, através da fala, que atribui valor significante às sensações.

Durante o aleitamento e os cuidados corporais, o bebê sente-se uma parte da mãe. O objeto total seria a fusão de ambos e por isso, mãos, seios e fonemas maternos são percebidos pela criança como partes de seu corpo.

Quando a mãe sai do campo de visão da criança, quebrando a díade simbólica visível, percepções do cheiro, de objetos "mamãezados", ou vestígios memorizados estabelecem um vínculo narcizante com ela, prolongando a sensação de segurança.

Essa temível descontinuidade na díade, que alterna o co-ser com a mãe e o co-não-ser (ausência da mãe é como a amputação do "infans") inicia a criança na experiência de falta, de fluxo de tempo, na experiência de reencontros e constatação de que a mãe pode querer estar em outros lugares.

Na díade, o "infans" fica sujeito ao que a mãe sente, mas está pronto para receber linguagem e é uma fonte autônoma de desejo. Da díade surge um "pré-eu".

Para Dolto, a criança se encontra numa tríade desde a concepção e a triangulação da relação é fundamental. Isso porquê o bebê só entende que seu corpo e o da mãe se distinguem quando uma terceira pessoa se faz presente.

> A não-resposta aos apelos da criança, quando a mãe está ocupada com seu cônjuge, é um comportamento materno estruturante. Há, pois, um além do outro materno e, por conseguinte, um além da díade. Quando a criança é o centro exclusivo do interesse e da polarização da mãe, ela fica aprisionada no desejo materno e, nesse caso, a fonte de seu desejo corre o risco de secar. (NÁSIO, 1995, p. 214)

Pai e mãe representam a mediação básica de referência simbólica que garante a triangulação, fundamental para que a criança faça a distinção entre o Eu e o Ele.

A triangulação é importante para a fonação. O fato da mãe dar parte de suas energias ao pai e não exclusivamente ao filho, faz com que o desejo do bebê encontre uma forma de buscar afeição, o que faz pela sublimação fonatória.

A função separadora do pai livra o bebê da relação imaginária mãe-filho. A lei do pai mostra ao filho que a mãe não lhe pertence e mostra à mãe que o filho não é produto dela.

O conceito de castração é diferenciado na teoria de Dolto. Significa uma privação real e simbólica relativa a um objeto antes permitido e a partir de determinado momento, proibido.

ISBN 978-65-5629-077-5

A proibição daquilo que era permitido provoca choque, revolta e inibição, suportáveis pela verbalização e pela percepção de que o adulto também se sujeita à proibição. Essa proibição à pulsão gera um recalcamento e depois uma sublimação.

> A lei é não apenas repressiva, mas também iniciadora, promotora, liberadora e sublimatória. A castração, ao interditar certas realizações do desejo, obriga e libera as pulsões para outros meios [...], abandonando-se um modo de satisfação até então experimentado para se aceder a um gozar mais elaborado. (NÁSIO,1995, p. 216)

A teoria de Dolto propõe a existência de três tipos de castração: umbilical, oral e anal.

A castração umbilical se dá no corte do cordão que liga o feto à mãe. A ação castradora ocorre pela partição física do corpo, com a perda de uma parte que até então era considerada essencial à vida. Ela é simultânea ao nascimento, quando se dá a passagem do meio líquido uterino para o meio aéreo, e fundadora do ser humano.

O corte umbilical origina o esquema do corpo dentro dos limites do bebê, agora separado da placenta, e do útero que lhe envolvia. A imagem do corpo, antes ligada às percepções da vida uterina, se modifica com o início de funcionamento dos pulmões e ativação do peristaltismo do tubo digestivo. Luz, som, odores não são mais filtrados pelo corpo materno e o sangue placentário não o alimenta mais.

Com o umbigo castrado, o bebê necessita de um objeto não umbilical que permita a sublimação da relação umbilical. Assim, a relação com o alimento passa a ser pela boca e não mais pelo umbigo, como antes.

A castração oral tem relação com o desmame, quando o desejo do seio é proibido e a criança, privada da mama. Para a criança, é uma separação de parte de si mesma encontrada no corpo da mãe: o leite. Dolto observa que o leite está na mãe e no lactente ao mesmo tempo, pois é este que o faz subir ao seio materno.

A boca é privada de um mamilo que o bebê jugava ser seu e a criança preenche esse buraco colocando o polegar na boca.

Em que pese a linguagem preexistir ao nascimento, é a proibição do corpo-a-corpo instalada pelo desmame que dinamiza o desejo de falar e quando a assimilação da língua materna começa a ser feita, sendo importante que o desmame não aconteça numa relação vazia de palavras. Ao contrário, a distribuição do prazer que liga a boca ao seio é mediada pela mãe na descoberta da tatilidade de outros objetos que o bebê levará à boca. Esses objetos, nomeados, introduzem a linguagem.

A castração anal representa o término da assistência materna na manutenção do corpo e no vestir. É o fim do parasitismo físico e a entrada no agir, nas experiências, na autonomia motora, nas manipulações lúdicas, no reconhecimento dos limites.

Françoise Dolto reconhece dois sentidos para a castração anal: a primeira é a separação entre a criança e a ajuda materna no fazer, podendo ser considerada um segundo desmame; a segunda está relacionada com a proibição expressa à criança em relação a agir prejudicando o outro. Segundo Násio (1995, p. 219) "a castração só existe e só se produz quando a criança é reconhecida como sujeito, quando suas pulsões (de vandalismo) são parcialmente barradas".

> A castração é simboligênica por impedir as pulsões de se satisfazerem de imediato num circuito curto em direção ao objeto visado, e por adiar a satisfação delas num circuito longo, mediante um objeto transicional

ISBN 978-65-5629-077-5

> e, posteriormente, graças a sucessivos objetos ligados ao primeiro objeto. (NÁSIO, 1995, p. 219)

A castração significa suspensão, perda, modificação da relação com o outro, sobretudo no nível do corpo, a modificação do trajeto pulsional: na castração umbilical é a suspensão de um ser só com a mãe; na castração oral, é a perda de um modo de alimentação, do corpo a corpo e do mamilo; e na castração anal é a perda da dependência física no que diz respeito às necessidades.

A castração é dinamizadora e é condição de acesso a uma autonomia maior.

Para que a castração tenha valor simboligênico, é necessário que as pulsões tenham sido satisfeitas num primeiro momento e o esquema corporal da criança possa suportá-la. É preciso que o adulto que impõe a castração seja tolerante, respeitoso a fim de transmitir seu poder e seu saber à criança. Necessário que o desejo seja reconhecido e valorizado. Por fim, e considerando que as castrações são sempre conflitivas, precisam de palavras.

A castração é simboligênica e valorizadora porque descortina, para a criança, as relações de troca. São experiências mutativas que pontuam o desenvolvimento da criança. Elas participam da aprendizagem do desejo humanizado.

Dos conceitos originais de Françoise Dolto, a imagem inconsciente do corpo é um dos centrais da obra e está intimamente ligado à sua prática clínica com crianças psicóticas ou muito regredidas.

> As palavras e os afetos, associados à vivência corporal e relacional, deixam impressões somato-psíquicas a partir das quais se constituem os primeiros referenciais, as primeiras imagens inconscientes do corpo. [...] A imagem inconsciente do corpo não é nem o esquema corporal, nem o corpo fantasiado, mas o lugar inconsciente de emissão e recepção das emoções " (NÁSIO, 1995, p. 221).

A imagem inconsciente do corpo está relacionada às representações precoces e não figurativas no momento em que elaboradas, que só se revelarão *a posteriori*, durante o tratamento analítico, graças ao desenho e a modelagem.

A imagem inconsciente do corpo não é o esquema corporal, nem o corpo fantasiado. É o lugar inconsciente de emissão e recepção das emoções, inicialmente focalizadas nas zonas erógenas de prazer. Deve ser entendida como uma memória inconsciente do vivido, ou como o "Isso relacional".

Vestígio estrutural da história emocional do sujeito, e não o prolongamento psíquico do esquema corporal, a imagem inconsciente do corpo é uma elaboração de emoções precoces experimentadas na relação intersubjetiva com os pais nutridores.

As representações conscientes são posteriores à moldagem das inconscientes.

A imagem inconsciente do corpo é subdividida em três aspectos: o estrutural, o genético ou dinâmico e o relacional.

Em seu aspecto estrutural, a imagem inconsciente do corpo subdivide-se em imagem de base, imagem funcional e imagem das zonas erógenas, que são como que articuladas e ligadas pelas pulsões de vida.

> A *imagem de base* concerne ao ser em sua coesão narcísica. [...] Associada à cena da concepção, à imagem fetal e ao narcisismo fundamental, ela liga o sujeito à vida. A respiração e a circulação cardiovascular seriam os principais lugares corporais dessa imagem.

ISBN 978-65-5629-077-5

> [...] é constitutiva do narcisismo primordial. [...] aquilo que permite ao sujeito sentir-se [...] numa continuidade narcísica espaço-temporal, o *sentimento de existir numa continuidade*. Ameaças à integridade da imagem de base são sentidas como mortais. A *imagem funcional* define-se como a imagem estênica de um sujeito que almeja a realização do seu desejo; ela veicula as pulsões de vida. Ela é ativa, dinâmica e excentradora em relação à imagem de base, enraizadora. Está ligada à tensão do desejo. A *imagem erógena*, focaliza o prazer e o desprazer na relação com o outro. Essas três imagens são entrelaçadas pela *imagem dinâmica*, que corresponde ao desejo de ser e perseverar num advir, [...] a uma tensão de intenção. (NÁSIO, 1995, p. 222 e 223, grifos do autor)

O aspecto genético ou dinâmico se relaciona às reformulações que a imagem do corpo sofre através do tempo, ao se ultrapassar cada estágio de desenvolvimento.

Cada estágio do desenvolvimento altera a representação da imagem de base. A imagem respiratória seria a mais arcaica do corpo, pois o ar que respiramos é nossa placenta. Depois, há uma imagem básica oral e, em seguida, uma imagem anal, havendo, nos dois casos, papel fundamental das experiências olfativas, visuais, auditivas e táteis na constituição delas. As imagens do corpo evoluem e se estruturam com o tempo, pelas emoções articuladas com o desejo erótico. São as castrações que permitem as reformulações da imagem do corpo.

> Por ocasião da experiência do espelho, a imagem do corpo é recalcada e desaparece em função da imagem agora visível. Estamos na presença de uma forma de castração, já que há uma reformulação radical, uma clivagem entre o imaginário e a realidade, um alinhamento da experiência sensorial no visual. Essa experiência é uma *prova* em que o sujeito se descobre outro, distinto da mãe. (NÁSIO, 1995, p. 223)

O terceiro e último aspecto da imagem do corpo é o relacional. Para que a elaboração da imagem do corpo aconteça, se faz necessária uma relação de trocas e de linguagem com os outros. O outro torna-se o apoio e a imagem é elaborada na referência intuitiva ao desejo do outro. A comunicação sensorial, emocional e a fala do outro são como substratos dessa imagem do corpo. Através da fala há organização e cruzamento do esquema corporal com a imagem inconsciente do corpo.

Algumas patologias atingem a imagem inconsciente do corpo: a disjunção das três imagens do corpo e o retorno para uma imagem básica mais arcaica. As noções que esclarecem a patologia são: não-estruturação, enclaves fóbicos, alteração-dissociação e desvitalização. (NÁSIO, 1995, p. 224)

As consequências das patologias da imagem do corpo podem ser diversas. O perigo e ataque contra a imagem de base, podem desenvolver mecanismos fóbicos ou persecutórios. A falta de uma pessoa nutriz ou do reconhecimento do desejo pode gerar uma regressão, fazendo ressurgir uma imagem do corpo passada. Havendo perda dos primeiros referenciais identificatórios, sobretudo sensórios, há risco de morte psíquica.

No que diz respeito à dissociação e alteração da imagem do corpo, o contato com crianças psicóticas ou autistas faz remeter a imagens arcaicas do corpo; ao apego irrenunciável da criança a uma imagem; a zonas psíquicas danificadas, insólitas, não codificadas na relação com o outro. O cruzamento entre o corpo, as

ISBN 978-65-5629-077-5

emoções, as palavras e o outro fica destroçada. A falha na comunicação perturba a mesmidade do ser e o "infans" fica privado de compartilhar suas experiências sensoriais e o que ele experimenta não é sentido nem acolhido por um outro.

> [...] F. Dolto sempre sublinhou os riscos da descontinuidade do sensório linguajeiro mãe-filho, que pode provocar dissociações da imagem do corpo. Assim, a criança pode perder todo o sentido de identidade, mantido e moldado com um outro, perder toda a capacidade de se comunicar, e então se fechar, regredindo para um estado de sensações corporais, viscerais que lhe assegurem um mínimo de sentimento de existência, e havendo, portanto, uma prevalência das pulsões de morte. Na falta de uma relação com o outro, de um enlace entre o esquema corporal e a imagem inconsciente do corpo, entre o sujeito e o corpo, o *infans* é tragado por um imaginário sem sentido, ficando entregue a sensações e percepções que, não mediatizadas, tornam-se absurdas e fortuitas. (NÁSIO, 1995, p. 224)

Para Dolto, a imagem inconsciente do corpo liga-se à atividade psíquica precoce do lactente, das figurações corpóreo-psíquicas do sujeito em relação antes do estágio do espelho. Ela "preferia situar o cerne do ser autêntico nessa imagem inconsciente do corpo, enquanto o espelho inovaria o mundo da aparência". (NASIO, 1995, p. 225)

2.4 A CLÍNICA: ENTREVISTAS PRELIMINARES, ENQUADRE, TÉCNICAS E CASOS CLÍNICOS

As entrevistas preliminares eram fundamentais na decisão pelo tratamento de uma criança, pois Dolto atribuía grande importância ao ambiente familiar. Através delas se pode identificar a demanda, investigar quem está sofrendo, estudar a dinâmica familiar, perceber o lugar da criança no narcisismo dos pais, as projeções de que ela foi objeto, o Édipo do pai e da mãe, o jogo inconsciente pais-filho, ligação entre a mãe e o *infans*, o lugar ocupado pelo pai e o desejo dos pais um pelo outro.

Dolto estabelecia uma ordem para a realização das entrevistas. A primeira com os pais, depois só com a mãe, após com o pai, seguindo com a criança e os pais e por fim, a criança sozinha. Exigia a concordância do pai, mesmo que ausente ou separado, para início de tratamento da criança.

Dolto fazia os pais formularem, diante da criança, as razões da busca terapêutica, por acreditar na importância de que os genitores dissessem sobre seus incômodos e depois perguntava à criança o que ela achava disso. A criança também era atendida individualmente para compreender se ela sentia ou não um problema.

Por vezes, a entrevista com os pais era suficiente para solucionar uma questão, especialmente quando a criança era um sintoma de problemas parentais. Quando uma criança se recusava a comparecer, pedia entrevista com o familiar mais ansioso.

> [...] F. Dolto tentava fazer emergir o que pudesse ter sido dito e projetado antes que a criança nascesse, compreender o lugar dela numa história de ramificações complexas, feita de acontecimentos, desejos e palavras, estas últimas decisivas, às vezes, para o destino do sujeito. Ela se esforçava por fazer com que se esclarecesse a vivência parental da primeira infância, por avaliar os processos

ISBN 978-65-5629-077-5

> inconscientes em jogo e identificar as satisfações da criança em torno da oralidade e da analidade, com ou sem o encontro com castrações simboligênicas. Tentava apreender o que era implicitamente veiculado nas palavras, descobrir o que poderia ter alienado a criança em determinados significantes e tirá-la do eixo de seu "ir e vir". Assim, F. Dolto dava extrema atenção ao contexto e à língua falada. Procurava identificar e explicitar o lugar ocupado pela criança na própria economia psíquica da mãe e trazer à luz as fixações eróticas regressivas da díade, nas quais a criança talvez estivesse obtendo um certo gozo (cf. a noção de "simbólico falseado"). Essas entrevistas, portanto, visavam a reinjetar o sintoma - um sintoma a ser compreendido como uma linguagem por decodificar, um mal-entendido - na dinâmica relacional, histórica e inconsciente pais-criança. (NÁSIO, 1995, p. 226)

Dolto evitava menores de seis anos, pois durante o Édipo a estruturação só é efetuada favoravelmente na família triangular. Encontros terapêuticos frequentes com a criança poderiam retardar sua evolução para a estruturação libidinal sexuada.

Identificadas demandas reais vindas das crianças nas entrevistas preliminares, o trabalho analítico individual era iniciado após três sessões experimentais.

Apesar do seu enquadre diferenciado, a natureza do tratamento de adultos e crianças era a mesma. Com algumas mudanças, Dolto mantinha duas regras fundamentais da psicanálise: a associação livre e o pagamento das sessões.

Associação livre: Papel, lápis, massa de modelar e a fala eram os instrumentos que a criança tinha à disposição para, através deles, dizer seus pensamentos e sentimentos. Os desenhos e modelagens são como sonhos e fantasias na análise de adultos. São associações livres, testemunhos da vivência histórica e transferencial, ou reprodução das imagens do corpo, pois a criança se representa nessas produções.

Aqui, a imagem do corpo deve ser entendida como mediação para exprimir sonhos, desejos e fantasias, a serem reveladas pelo diálogo analítico.

> Muito se enfatizou a maravilhosa faculdade de F. Dolto de escutar as crianças no nível de compreensão delas, pois "escutar uma criança é importante, mas sob a condição de compreender o que significa falar na idade dela. E isso depende da imagem do corpo, que é uma linguagem". Com os anoréxicos ou psicóticos muito pequenos, escutá-los "significa falar com eles no nível das imagens do corpo". Trabalhar com eles é compreender essa linguagem das imagens do corpo e estabelecer uma comunicação significante nesse nível. Portanto, F. Dolto traduzia na língua da criança o que ela estava sentindo. Propunha-lhe uma construção esclarecedora em que ela se apoiasse para tornar a deslanchar. (NÁSIO, 1995, p. 227)

O pagamento simbólico: Se o pagamento é fundamental como investimento do analisando em sua psicanálise, Dolto entendia que as crianças também deveriam fazer este investimento. Mostrava que a análise não era uma brincadeira e que a criança estava ali para aprender sobre si mesma. Exigia pedrinhas, selos, pedaços de papel coloridos como pagamento das sessões, colocando a criança em posição de sujeito desejante. Esse pagamento simbólico representa um contrato e a existência de um valor de troca pelo trabalho contratado com o psicanalista.

ISBN 978-65-5629-077-5

Em 1939, Françoise Dolto escreve a tese "Psicanálise e Pediatria", com publicação editorial apenas em 1971, em que apresenta método desenvolvido nas práticas clínicas com crianças. Sua ideia inicial era mudar a medicina infantil pela aplicação da psicanálise. Sem saber, fazia avançar a própria psicanálise

> Na criança, não é possível o método das livres associações; emprega-se nas análises o método de brinquedo (*play technique*), do desenho espontâneo, da "conversação" que deveria ser entendida no sentido de uma provocação de discursos variados da criança. Quando esta nos faz uma pergunta [...] nunca respondemos diretamente, mas com a mesma pergunta às avessas: "O que é que pensas disso?", e a nossa intervenção limita-se a alguns monossílabos encorajantes. (DOLTO, 1988, p. 131, grifo do autor)

Na conversação procura-se escutar, olhar, observar sem deixar escapar o mínimo detalhe: gestos, expressões, mímicas, palavras, lapsos, erros e desenhos espontâneos. Através dos desenhos transparecem as representações imaginativas da criança, sua afetividade, seu comportamento interior e seus simbolismos, que orientam as conversas para compreender o sentido do representado, na medida em que a interpretação não é extraída diretamente dos desenhos.

De acordo com Dolto, os símbolos não permitem a conclusão direta do que se trata, sendo necessário compreender o contexto, as descrições verbais que a criança faz a respeito dele, o papel do símbolo no desenho, no sonho, na história narrada.

Deve-se usar as mesmas palavras que as crianças. Quando elas usam um símbolo ou perífrases, que são modos de expressão com uso de mais palavras do que o necessário (e que para os psicanalistas são impregnadas de sentido afetivo inconsciente), eles devem ser novamente usados na conversa mantida com a criança, desta vez alterando o estado emocional que ela vincula a isso.

Os diálogos que se têm com as crianças são diferentes daqueles que se têm com adultos. Deve-se apresentar seus próprios pensamentos inconscientes sob aspecto real. Para falar ao inconsciente da criança deve-se empregar a linguagem simbólica e afetiva, que é própria da criança e a afeta de forma direta.

Na transferência há adesão afetiva da criança ao psicanalista, que acaba se tornando como um personagem dos mais importantes do mundo interior da criança, durante o tratamento. Assim, a criança entrega ao terapeuta seus pensamentos, sua imaginação, os desenhos de seu mundo interior, os sonhos, confessa faltas ou segredos que não conta a mais ninguém. A transferência permitirá o estudo das reações afetivas do paciente a respeito do terapeuta e disso se pode deduzir o diagnóstico e definir a terapêutica a ser utilizada.

Os tratamentos são iniciados pela entrevista com os pais e na maioria dos casos, na presença das crianças, que são convidadas a desenhar durante a conversa com os adultos. As reações das crianças e dos pais são observadas.

> *Os pais* [...] *têm duas atitudes* diante dos sintomas psíquicos ou neuropatológicos. Alegam ou uma *doença*, uma "anormalidade" física ou moral da criança, ou então a sua *má vontade*, preguiça, ruindade voluntária. A primeira dessas interpretações anula toda a responsabilidade da criança, a segunda atribui-lhe toda a responsabilidade. Essas duas atitudes, *tão falsas uma como a outra*, têm por conseqüência fixar ainda mais a criança no círculo vicioso dos

ISBN 978-65-5629-077-5

> seus sintomas neuróticos. (DOLTO, 1988, p. 135 e 136, grifos do autor)

Das atitudes dos pais acima mencionadas, a primeira (doença) aumenta os sentimentos de inferioridade, legitimando-os, ferindo o amor próprio, desarmando a criança para a vida sã e permitindo que o sintoma atinja sua finalidade, que é fugir da angústia, desencadeando neuroses caracterizadas pelo refúgio da doença. A segunda (má vontade), pela retirada do amor e incompreensão que gera, provoca sentimentos de culpabilidade conscientes associados ao sintoma que a criança tenta superar. O sintoma responde a uma necessidade inconsciente; decorre de pulsão recalcada ou bloqueada e essa energia precisa descobrir um meio de expressão. Pode desparecer momentaneamente, mas reaparece depois ainda mais fortalecido ou através um sintoma novo e melhor tolerado pelos pais e pelo superego da criança.

Os casos clínicos de Josette e Jean exemplificam muito claramente as duas formas como os pais justificam e compreendem os sintomas das crianças, como acima mencionadas. A eles somam-se a descrição de outros quatro casos clínicos, que ilustram este trabalho, demonstrando a teoria e prática psicanalítica desenvolvida por Françoise Dolto ao longo de sua carreira.

2.4.1 Caso Josette (doença)

Josette, menina de três anos com quadro de emagrecimento, palidez, anorexia, indiferença a brinquedos, nervosismo, insônia e pesadelos que geravam crises de nervos. Com exame clínico negativo e piora do quadro após uma semana de Gardenal e medicação para apetite, a apresentação de enurese a fez chegar à Dra. Dolto.

Na entrevista com a mãe, constatou-se que os pesadelos haviam começado há três semanas, levando a vividez e alegria da menina, que tornou-se indiferente e triste. A insônia gerou entraves com o pai, ao que se seguiram crises de nervos. Aprofundando a entrevista em busca da causa, a mãe revelou a compra de uma cama, 21 dias antes, para que a menor deixasse de dormir com o casal. Entretanto, nada havia sido dito à menina que, por ser pequena, não teria notado a presença do móvel, que ainda estava sem uso, aguardando a melhora da criança. O ar abobalhado que a menina mantinha desde o começo da entrevista, deu lugar a um olhar fixo para Dolto no mesmo momento que a coincidência entre a compra e os sintomas foi relacionado pela psicanalista.

Pelos sintomas, inconscientemente, a menina exprimia a recusa em deixar o quarto dos pais, abandoná-los. A angústia gerava sintomas neuróticos regressivos.

> Os pais tinham decidido afastar Josette de sua intimidade. Pelo menos, era esse o ponto de vista da criança. Isso, que foi ressentido como uma retirada do afeto e que coincidiu com o despertar dos interesses da vida e do complexo de Édipo, devia redundar em condenar, para Josette, o seu desenvolvimento, causa da retirada desse amor. Nada disso é consciente, [...] mas tudo é ressentido. A angústia traduz a inquietação em face da mudança, da qual a menina ouviu falar sem que lho anunciassem - a ela, principal interessada - isto é, "como se" ela não devesse compreender o porquê da mudança. Com efeito recursou-se a prestar atenção à compra do divã, mas a pulsão de revolta contra o *desprazer* de ser privado de papai e mamãe traduziu-se por sintomas de

ISBN 978-65-5629-077-5

> *negativismo* (Josette passa a ser contra o sono, a alimentação, os interesses precedentes e os brinquedos) e *pelo retorno a uma fase anterior*, da evolução libidinal, traduzida pela enurese. A criança, privada de amor (pelo menos a seus olhos), definha. (DOLTO, 1988, p. 137, grifos do autor)

Confirmada a hipótese inicial da relação entre o início do processo do Complexo de Édipo e o afastamento da cama dos pais, e sabendo que a renúncia a um prazer só pode ser aceita em troca de outro, mostrar a compreensão do terapeuta sobre o sofrimento permite que a criança manifeste sua dor num plano normal.

A menina sofria por ter de abandonar os privilégios de ser "criança pequena" e essa mágoa infantil permitiu uma discussão de valor com o Ego de Josette, proporcionando a possibilidade de aceitar a renúncia através da troca por prazeres que ainda desconhecidos, mas que o desenvolvimento lhe permitiria.

Explicou-se à mãe a necessidade de ajudar Josette a suportar a ideia de separar-se dos pais, de tratá-la como menina crescida, o que tinha ela medo de ser. A conversa com Josette era clara e verdadeira, conforme se extai da obra de Dolto, que trata do caso e detalha a mesma explicação dada à menina em dois capítulos distintos:

> Expliquei à Josette que ela queria ficar sendo um bebê, para não se separar da mamãe. Talvez acreditasse que a amavam menos, que o papai queria desembaraçar-se dela? A menina, muito atenta, escutava e chorava silenciosamente. [...] O sacrifício que a realidade (os teus pais, a tua idade) te impõe valerá a pena pelas novas vantagens que te esperam e que ainda não conheces: ser amada como uma senhorita de quem papai sentirá orgulho, ir à escola. (DOLTO, 1988, p. 12 e 135)

Os pais suspenderam a medicação e seguiram os conselhos. Naquela tarde, falaram com a menina sobre a futura mudança para a cama, sobre a mocinha que ela estava se tornando e que ficaria orgulhosa de logo ir para a escola com outras crianças.

Quatro dias depois a mãe relatou que a criança estava mais calma, com sono leve, mas sem pesadelos. A enurese cessou após duas noites, o apetite voltou e a menina mostrava-se alegre durante o dia.

Desaparecendo a angústia e normalizado o nível de afetividade, Dolto propôs à criança que passasse a dormir na cama, explicando-lhe os motivos, com o que ela concordou. Aconselhou que o pai fosse beijá-la na cama, mas que não se permitisse a volta à cama do casal, sob pretexto algum.

Oito dias depois, apetite, sono e alegria retornaram e a própria Josette pediu que a mãe que fosse dizer à doutora que estava curada.

A criança abandonou os sintomas assim que a resistência inconsciente em admitir o sofrimento se tornou inútil e o desenvolvimento retomou o curso normal.

2.4.2 Caso Jean (maldade voluntária)

Menino de 13 anos levado ao hospital por nervosismo e graves perturbações de caráter. Incapaz de ficar imóvel, movimenta dedos e mãos, faz caretas, morde lábios, tem dificuldade em se expressar diante de homens, mas não de mulheres. Entrevista revelou que desde pequeno era instável, derrubava móveis, coçava-se

ISBN 978-65-5629-077-5

muito, roía unhas, rasgava roupas, não fazia deveres e tinha muitas reclamações da escola. Sob ameaça de um chicote da família, Jean tornou-se mais nervoso, passou a ter tiques e ser provocador, mentiroso, grosseiro, impertinente e desleixado. Passou a apanhar de chicote e suas reações vieram ainda mais graves: pequenos roubos, perversidades e brutalidades com colegas, desobediências que o expunham a risco.

A família era severa e religiosa e o próprio menino era muito devoto. Sentia-se culpado pela instabilidade continuada sempre condenada pelos pais e os atos de menino levado pesavam em sua consciência. A luta contra os sintomas gerava tiques inconscientes, menos incômodos a ele e aos pais. O controle da pulsão agressiva gerava certa imobilidade, reforçando a pulsão e causando acessos explosivos. Isso era benéfico para o inconsciente e culposo para a instância moralizadora, o superego.

O menino não queria ser mau, mas algo mais forte o impelia. Tentando fugir do conflito, procurava ser surrado, reduzindo a angústia da culpa, o que acabava gerando uma cadeia infinita de eventos neuróticos. Provocava o pai flagelador e a mãe intransigente, ia mal na escola, colocava-se em risco de acidentes. E se não apanhava fisicamente, buscava ser atingido em sua moral por colegas ou sob risco de acidente.

> [...] nossas primeiras palavras a Jean foram, no final do interrogatório da mãe: "Tudo isso é verdade?" E como, obstinado, zombeteiro, ele não respondesse, acrescentei; "Pobre Jean, como te lamento, como deves ser infeliz." Para estupefação da mãe, Jean, o "perverso inintimidável", desfez-se em lágrimas. (DOLTO, 1988, p. 140)

No caso de Jean, o conflito com o mundo exterior é modificado por um conflito suplementar com o Superego, o que é normal após sua formação, aos 6 ou 7 anos. Mas além das reações secundárias e recentes, qualificadas como maldade, necessário descobrir a causa original da instabilidade mais antiga.

O complexo de Édipo não havia sido vivido, o que era provado pela dificuldade de se expressar perante homens, substitutos do pai, vistos como perigosos pela criança em razão da agressividade recalcada e projetada sobre o sexo masculino.

Jean atingiu a fase fálica, mas a ameaça paterna de castração e a ampliação familiar dessa angústia o levaram a uma regressão, o que era evidenciado pelas explosões, palavras grosseiras e atitudes passivas, arrependimento e masoquismo perante amigos de escola e pais, comportamentos ambivalentes da fase sádico-anal.

Durante as sessões, Jean dizia gostar de desenhar navios de guerra, mas não conseguia desenhar canhões, mastros, ponte de comando, que são símbolos fálicos. Revelou que a irmã o proibia de balançar-se numa cadeira, o que ela própria fazia quando a mãe não estava por perto, simbolizando a proibição da masturbação. A mãe não permitia que ele escondesse nem os mais íntimos pensamentos, pois isso lhe causaria imenso desgosto.

Sobre masturbação, a mãe revelou ter tirado o costume de Jean há dois ou três anos, época em que perceberam seu nervosismo e que agora só tinha tiques de coçar-se remexendo os calções, do que ela se envergonhava. Abordando o assunto na sessão em que Jean disse não conseguir desenhar símbolos fálicos, ele afirmou a prática quando pequeno. Imediatamente depois e sem outra conexão, disse que a avó achava que ele era um bebê e tinha medo que atravessasse a rua e fosse atropelado.

> Jean, nesse momento em plena fase fálica, com seus fantasmas edípicos (navios de guerra no mar), viu-se proibido de seus fantasmas masturbatórios e seus fantasmas ambiciosos e agressivos, em nome

ISBN 978-65-5629-077-5

> de um perigo de morte (atravessar as ruas) e do risco de retirada de amor da mãe (se lhe esconder alguma coisa). Os sentimentos de ciúme e de inferioridade pungente, permanente e não liquidada, em face do pai, do qual não é capaz de imaginar o órgão (ponte de comando, canhão, projetor), dá-lhe essa atitude *instável* em relação a *todos* os problemas, *todas* as atividades. (DOLTO, 1988, p. 141, grifos do autor)

A neurose familiar impedia quaisquer satisfações, mesmo as do modo regressivo e só haveria mesmo uma saída: a neurose de Jean. A situação é típica. Em mais de 50% dos casos de crianças neuróticas observa-se comportamento neurótico de um ou ambos os pais. A mãe de Jean, apesar da situação familiar modesta, se veste e tem modos da burguesia, se inibe de qualquer alegria ou fraqueza e é frígida repugnando qualquer questão sexual. A avó é ansiosa e teme os riscos da vida. O pai é nervoso, grita por tudo e o uso do chicote dizia por si. O ideal seria psicanalisar a mãe, mas ela está bem consigo.

Através de forte transferência afetiva as resistências do superego podem ser ultrapassadas e permitir que o ego perceba ser natural ter reações ambivalentes em relação à terapeuta, que assume o papel de mãe fálica, tal como pensar em coisas desagradáveis e grosseiras contra ela, após ter pensado o contrário e ainda assim, a realidade cordial da relação continue a existir. Quando confessa fracasso de que se lamente é apoiado e ao relatar incidentes familiares, mostra-se a parte que há de projeção e a parte objetiva da interpretação que faz da atitude dos outros.

Isso permitiu a Jean compreender que a mãe era nervosa e ele não era a única causa disso, mas podia ser algo mais forte que ela, tal como acontecia com ele. No mesmo dia, pediu que lhe fosse ensinado a desenhar o que não sabia fazer nos navios de guerra, mas foi incentivado: "Tu saberás certamente fazê-las sozinho, quando puderes observar *como se faz na realidade*". (DOLTO, 1988, P. 143, grifo do autor)

Desparecendo os sintomas e sob novo título de menino bem-comportado, os pais descontinuam o tratamento, o que também aconteceu no caso de Jean, que embora apresentasse melhoras, não estava curado. O conflito Édipo-castração ainda não havia sido liquidado e dois fatos mostraram isso: apresentou reação agressiva após passar um dia com o pai e noutra situação, perdeu um canivete que havia ganhado do professor como recompensa de bom desempenho escolar, o que o deixou abatido e com intenso temor de reação raivosa do mestre (o que era sua intenção inconsciente). De sorte, o professor foi compreensivo e prometeu-lhe outro se as notas se mantivessem e também não foi repreendido pelos pais, diante do pesar verdadeiro.

A nova atitude do contexto de Jean, pais que recuperaram a esperança e satisfações de amor próprio vindos da escola e do grupo de escoteiros, compensava o estado de inferioridade e severa tutela em que a família o mantinha.

A proposta de trabalho é de ser imparcial, ajudar a criança a encontrar modo de exprimir as pulsões reprimidas e adaptar-se a seu contexto e sua moral, reduzindo os sentimentos de culpa enquanto encontra meios de satisfazer sua libido.

No caso de Jean, o uso da simpatia fez cair a muralha de insensibilidade, defesa que usava para lutar contra a atitude moralizadora que encontrava em todos.

Quando os pais buscam solução para os problemas dos filhos e narram seus comportamentos inaceitáveis ou malvados, o terapeuta deve manter a imparcialidade e buscar informações detalhadas, sem tirar a razão parental, mas sem unir-se às críticas.

ISBN 978-65-5629-077-5

> [...] nossa atitude benévola em face da criança jamais sofre uma quebra; cada uma de nossas reações, expressões fisionômicas, palavras e gestos é voluntariamente neutral [...] Jamais censuramos nem atribuímos culpas. Procuramos compreender a "razão econômica" (isto é, a mais "vantajosa para o princípio do prazer") que impele um ser humano a erguer-se contra os outros, a viver em desarmonia com o seu meio imediato, o que não está na lógica *a priori* do homem. *Se a criança tem consciência de ter agido mal*, poderá ou não sentir uma culpabilidade adequada [...] pode haver um *exagero de escrúpulos* ou [...] *carência de capacidade de julgamento.* Também procuramos reviver com ela o episódio moralmente censurável e apreciá-lo de acordo com o seu ponto de vista, a fim de compreender porque sua reação foi mal adaptada. Poderemos então explicar por que motivo ela não pode inconscientemente assumir a responsabilidade do seu ato ou, pelo contrário, por que se julga inconscientemente com severidade que é desproporcionada em relação à moral de seu meio. Assim *são derrubadas, pouco a pouco as barreiras neuróticas e os mecanismos de defesa* primitivamente destinados a proteger a criança e que, de fato, a mantém agora prisioneira. De fato [...] para um "melhor bem-estar" subjetivo inteiramente momentâneo, o indivíduo foi levado a uma repartição anormal das forças libidinais segundo um esquema que corre o risco de ser ratificado na edificação da sua personalidade, a qual se converte numa personalidade neurótica. (DOLTO, 1988, p. 145 e 146, grifos do autor)

Para a psicanálise, o sofrimento moral não é necessariamente causa ou prova da neurose, mas sim de desajustamento afetivo. A maneira como se reage a ele na prática é que se dará de modo neurótico ou em modo normal.

Segundo Dolto (1988), a psicanálise permite compreender nos neuróticos, psicóticos ou sãos, os elementos de que se compõe afetivamente a lógica subjetiva de seu comportamento, a par de ser ela, frequentemente, ilógica. Para ela, a análise da transferência pode conscientizar o indivíduo por meio da síntese que faz de si, melhor e mais ajustada à realidade. Mas esclarece que a psicanálise não faz alguém mais são do que antes, mas coloca-o num caminho adequado, mediante o trabalho de síntese pessoal que deve continuar a fazer, mesmo após o desaparecimento dos sintomas que o mantinham inconscientemente preso durante o tratamento.

Durante o tratamento alguns dos sintomas podem até desaparecer, mas essa cura é apenas aparente, é efeito da transferência. A psicanálise e o psicanalista assumem lugar importante na vida do analisado e se constituem como recursos que enfraquecem reações neuróticas, pois desviam libido das suas fixações anteriores. Essa ligação, entretanto, não é racional, é neurótica e baseada numa confiança inicial, em alguém que pode parecer apto a trazer a cura.

Uma cura virtual pode ser admitida quando a antiga neurose encontra equilíbrio na vida prática e quando as pulsões instintivas, na parte não sublimável, são admitidas pela consciência, ou seja, que os mecanismos de defesa estejam em paz.

> *A cura só é assegurada* se o analisado, além do desaparecimento duradouro de seus sintomas, viver interiormente em paz [...] que reage às dificuldades da vida sem angústia, adotando uma atitude espontaneamente adaptada às exigências de uma ética em

ISBN 978-65-5629-077-5

> concordância com o meio que escolheu viver e às suas próprias [...] permitindo às suas pulsões instintivas traduções adequadas (descargas libidinais em qualidade e em quantidade suficientes), que assegurem a conservação do equilíbrio adquirido. Esse trabalho exige longa e lenta preparação. *Só é definitivo [...] na fase adulta* – não só em idade real mas também em idade afetiva e em idade mental. No fundo [...] *a análise só encontra aquilo que está lá.* (DOLTO, 1988, p. 149, grifos do autor)

2.4.3 A menina e o beijo

Em visita a uma instituição para crianças psicóticas ou com necessidades especiais, uma menina entre 8 e 10 anos, de expressão parada e postura curvada, mirava um dos educadores do local o tempo todo. Olhava alternadamente para Dolto e para o educador habitual, sentando-se, em certo momento, perto da psicanalista.

Ao final do dia, o educador observado se despediu da menina com um beijo na bochecha e foi encontrar a esposa. A menina, que visivelmente aguardava este momento, foi tomada por tremor no quadril e embora tivesse andado o dia todo, não podia mais dar nenhum passo. Parecia pregada à soleira da porta, arqueada a ponto de perder o equilíbrio. Funcionários disseram que às vezes ficava paralisada, mas foi notório ter acontecido após aquele beijo de despedida.

A menina agarrou a psicanalista e perguntou "Você vem na charrete?", respondendo que não ia para a mesma casa que a menina, ela perguntou: "Você vem amanhã?". Sem resposta, insistia compulsivamente na pergunta até Dolto dizer que voltaria num outro amanhã, mais distante, e não no amanhã depois daquela noite. Notando que a menina compreendeu, perguntou se ela não iria para a charrete, pois a estavam esperando. Mas embora se inclinasse, não conseguia sair do lugar.

> Então eu lhe disse: "No momento em que J.M. (o educador) beijou você, você perdeu a parte de baixo de seu corpo, como se você quisesse lhe dar toda a sua parte de baixo. Mas suas pernas pertencem a você". Ela correu para a charrete sem nem dar tchau. Acabara. (DOLTO, 2013, p. 303)

Depois, conversando com funcionários da instituição, Dolto mencionou que foi uma emoção sexual provocada pelo beijo da despedida que fez a menina perder as pernas, ficando paralisada. Foi quando soube que a menina era filha de uma prostituta, de quem foi separada pelo órgão de proteção à criança porquê dormia no quarto da mãe e estava presente quando recebia clientes.

> Essa história é interessante do ponto de vista da imagem do corpo, porque bastou, para aquela menininha voltasse a andar, lembrar-lhe o incidente que a fizera perder o uso dos quadris e as pernas; na primeira imagem do corpo, com efeito, quadris e pernas estão confundidos: é a mesma massa de baixo, com seus prolongamentos. Ora, durante a tarde, ela correra desajeitadamente, com as pernas duras, como as crianças cujos distúrbios da imagem do corpo repercutem no esquema corporal. [...] quando ela permanecia assim, pregada no chão, alguém vinha pegá-la pela mão [...] Ela teria seguido a pessoa que a teria levado, como ligada a ela por uma espécie de

ISBN 978-65-5629-077-5

> cordão umbilical. [...] Era preciso uma palavra para devolvê-las a ela e para permitir-lhe, ao mesmo tempo, ter sentido uma emoção sexual. (DOLTO, 2013, p. 303)

2.4.4 A criança vesga

Dolto recebeu uma menina linda, que era vesga desde o nascimento, situação que em vez de resolver-se, como previsto, se agravava.

Pensando nos ligamentos cranianos, ópticos e auditivos que se estabelecem a partir do terceiro mês da gestação, questionou a mãe sobre algum acontecimento nesse período, momento em que olhos e ouvidos estão interligados, pois a menina parecia escutar, mas tinha os olhos voltados para dentro, levando a crer na dissociação da interligação.

A mãe revelou que se casou nesse período, mas a princípio, não queria filhos. Tinha sofrido três abortos e temia por sua saúde. Não era casada e o namorado não queria filhos. Apesar de ainda ter 30 anos, temia um filho com anormalidades, motivo pelo qual a ginecologista propôs uma amniocentese, que lhe seria conveniente: o exame poderia matar o bebê ou revelar uma deficiência e nestes casos, não poderia ser culpabilizada pelo aborto. Se revelasse um bebê normal, ficaria com ele, mas o que desejava era mesmo abortar. Vendo essa angústia, o namorado propôs casamento e, a partir disso, a gravidez foi bem aceita, tornando-se boa mãe.

Depois da revelação feita na frente da criança, as amigas passaram a notar o desparecimento do estrabismo, mas não a mãe. Neste momento, a própria mãe contou a história à menina e observou que esta a olhava com grande intensidade, obtendo a prova de que tinha deixado de ser estrábica.

Nas palavras de Dolto (2013, p. 304) "Eis uma história de prevenção: sem o que a menina teria permanecido como se mostrara no início. Ouvira a ameaça dessa morte e agarrara-se a si mesma. Não queria escutar o perigo que estava fora."

> [...] Não houve análise nesse caso, mas é certo que a mãe carregara algo [...] Essa é uma mulher que jamais teve, quando menina, a fantasia de que queria ser mamãe. É muito raro. E, contudo, seu corpo queria: ter três abortos seguidos significa que o "Isso" queria; mas o "Eu" não podia. [...] Já na vida fetal O ser humano defende a própria pele. Não quer escutar algo que o machucaria. [...] Ele sente a angústia da mãe e luta contra essa angústia para preservar a saúde. O que me espantou não foi o desaparecimento do sintoma - pois ele desaparece quando se "fala" o acontecimento que o produziu - foi o fato da mãe não ver que ele tinha desaparecido , exatamente como algumas mães de crianças psicóticas. (DOLTO, 2013, p. 305)

2.4.5 A menina muda

Uma menina muda de três anos foi levada à Dolto e entretinha-se com um jogo, enquanto a mãe era perguntada sobre eventual aborto após seu nascimento.

A mãe disse ter interrompido voluntariamente uma gravidez aos 10 meses da menina. Disse que há seis meses tentavam nova gravidez, sem sucesso. Angustiada, questionava a razoabilidade disso, diante do problema de já ter uma criança muda.

ISBN 978-65-5629-077-5

> Eu a tranquilizei: Não creio que ela será muda a vida inteira; sua filha está dizendo com seu mutismo: "Vocês não me explicaram, nem o papai, nem você, por que você tinha um bebê em sua barriga e por que ele foi embora.Nesse momento, a menina me olhou e puxou o pai: "Venha papai, essa mulher é uma chata"; quando nunca havia falado. Parara de dizer "papai" e "mamãe" por volta dos doze ou quatorze meses, época em que a mãe, grávida, abortara. (DOLTO, 2013, p. 306)

O mutismo da criança não foi percebido no início, pois continuava com mímicas e brincadeiras, mas tornou-se triste, apática desde as tentativas de engravidar. A mãe sentia culpa pela interrupção voluntária daquela gravidez.

> Ora, essa menina, que se bloqueara, que cessara de pronunciar as poucas palavras que conhecia, era, de fato, muito edipiana. [...] "É como se você tivesse tido, quando sua filha já estava viva, um bebê que você perdeu. Para ela, tratava-se de um bebê morto." [...] acrescentei: "É preciso absolutamente dizer a verdade às crianças, elas são espertas demais para não estar em condições de recebê-la." (DOLTO, 2013, p. 306)

2.4.6 Anorexia de um bebê

Um bebê de pouco mais de duas semanas, anoréxico, que recusava o seio materno e já havia perdido peso, encontrando-se abaixo daquele com que havia nascido, foi encaminhado por um amigo médico à Dolto. Era o quarto filho e a mãe angustiava-se pelos outros, instalados em casas de parentes e amigos. Sua mãe, quem a ajudava nos pós-partos passados, havia falecido antes deste nascimento.

O marido não podia tirar licença para cuidar dos filhos e toda noite passava nas casas onde cada um deles estava. Dizia à esposa que tudo daria certo, mas ela angustiava-se com o menor regredindo na casa de família amiga, o do meio perdendo o apetite na casa de uma tia, sua irmã e a mais velha, apesar de ter permanecido em casa com o pai, almoçava na casa de outras pessoas. Quando a mãe a ajudava, tudo era resolvido facilmente. Embora equilibrada e não deprimida, sua angústia era nítida.

Foi no dia em que soube que um dos filhos não estava bem, que a caçula deixou de mamar, embora não houvesse problema com leite ou com os seios. A mãe tirava o leite, mas temia que secasse. Desde a recusa do seio, a bebê só dormia.

> [...] expliquei ao bebê, chamando-o pelo nome: Você ouviu o que sua mamãe disse: tudo ia bem na barriga dela; você nasceu, respirou, chorou, conheceu o mundo ao seu redor. Sua mamãe teve leite; foi você que chamou o leite, para que ele viesse e ele veio. E ele ainda está aqui, no peito. E eis que um dia você ficou sabendo, ao mesmo tempo que sua mamãe, através de seu papai que as coisas não iam muito bem em casa, com sua irmã e seus irmãos mais velhos. Talvez então, você tenha dito a si mesmo: "Coitadinha de minha mamãe! Preciso voltar para dentro novamente, como antes, já que corria tudo bem quando eu estava na barriga dela. É preciso que eu volte atrás!" Foi o que lhe expliquei, não ao modo de certeza – nunca dou uma interpretação como uma certeza – mas como um "talvez". Depois, perguntei à mulher: "Como sua mãe se chamava?" [...] Adivinhando

ISBN 978-65-5629-077-5

> meu pensamento [...] "Não, não lhe dei o nome de minha mãe, como uma de minhas irmãs desejava" [...] Era na casa dessa irmã, justamente, que seu penúltimo filho estava. Então, disse à menininha: "Estamos falando de sua avó, que morreu [...] e no momento em que você ia nascer, sua mãe pensava muito em sua avó, mãe dela, que é também mãe de sua tia, a que está cuidando de seu irmãozinho. Mas é preciso que você viva uma vida inteira, antes de ir ver sua avó, lá onde ela está". Pois eu pensava que, para aquele bebê, viver era acompanhado por um estado depressivo que estava em ressonância com o luto que a mãe atravessava e com as preocupações atuais dela, que ele intuía. Para uma criança ainda tão próxima da antevida, morrer significava talvez buscar a pessoa que ocupava os pensamentos da mãe e que, segundo essa, sabia cuidar de crianças. Será que ela devia, então, "desviver", para encontrar a avó que já não estava na vida? (DOLTO, 2013, p. 314)

Estas eram as associações a que Dolto chegava e embora não tivesse certeza, as dizia, como representando, além das necessidades do bebê, os desejos que exprimia aninhando-se no colo da mãe, sem sequer chorar e deixando de mamar. A criança parecia traduzir o desejo de regredir a imagem do corpo para antes do nascimento, época em que o feto se alimenta pelo cordão umbilical e mamar é inútil.

Emocionada, a mãe perguntou se a menina, tão pequena, conseguia entender e, dirigindo-se à criança, Dolto pediu que virasse a cabeça para si se estivesse entendendo, a fim de que a mãe compreendesse que era inteligente e que a amava. A bebê esforçava-se para virar a cabeça e a mãe, chorosa, foi orientada a colocar a filha ao seio e repetir o que havia sido dito. Se esta quisesse, voltaria a mamar, sem necessidade da mãe ficar obcecada.

Dia seguinte, o amigo médico informou que o bebê voltara a mamar e ia muito bem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teorias originais e clínica inovadora. Para Dolto, a etiologia dos distúrbios encontra-se nos ditos e não-ditos e nas dinâmicas inconscientes transgeracionais pervertidas.

No final de sua vida, Dolto se dedicou a atividades de prevenção de distúrbios, o que fez por meio da publicação de várias obras, palestras e seminários, além da criação da "Maison Verte", um local de recepção e escuta de pais e crianças de tenra idade.

Ela popularizou a psicanálise com um programa de rádio em que respondia perguntas de crianças, mas sob o codinome de Dr. X. Posteriormente, e com sua própria identidade, um segundo programa em que respondia a cartas detalhadas escritas por pais sobre seus filhos.

Suas maiores militâncias foram relativas à fala verdadeira, defendendo que mesmo o insuportável não deve ser escondido, ao contrário, deve ser ouvido e atestado pelas crianças; bem como à escuta das crianças, que permite chegar ao modo como elas pensam e colocar-se no lugar delas, sem sair da posição de analista. Era dessa forma que Dolto buscava restaurar as verdades de um ser em sua dimensão desejante.

Françoise Dolto foi, sobretudo, uma psicanalista clínica que teorizava *à posteriori* os saberes advindos da prática do tratamento de crianças.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

COSTA, T. **Psicanálise com crianças**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DOLTO, F. **Psicanálise e Pediatria.** As Grandes Noções da Psicanálise. Dezesseis Observações de Crianças. Tradução: Álvaro Cabral. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

DOLTO, F. **Seminário de Psicanálise de Crianças.** As Grandes Noções da Psicanálise. Dezesseis Observações de Crianças. Tradução: Márcia Valéria Martines de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NASIO, J.-D. Introdução à obra de Françoise Dolto. *In:* NASIO, J.-D. **Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicot, Dolto, Lacan**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ROUDINESCO, E. **Em Defesa da Psicanálise**. Ensaios e Entrevistas Reunidos por Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VALIM, M. R. **Françoise Dolto, Uma Voz na Psicanálise**. 2016. 113 p. (Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, PUCSP. São Paulo, 2016. Disponível em:< https://pt.scribd.com/document/425465071/Francoise-Dolto-Uma-Voz-Na-Psicanalise>. Acesso em 26 jun. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

A MORTE: PERSPECTIVAS SCHOPENHAUERIAMAS DIANTE DA TANATOFOBIA

Gabriella Bezerra [1]
Lademir Renato Petrich[2]

Resumo: Diversos pensadores abordaram desafios humanos ao enfrentar a morte e o fato de não conseguir evitá-la. A tanatofobia é um conceito importante para considerar em uma ampla gama de ambientes de prática, sendo fundamental estudos que abordem formas de ressignificar estes anseios de modo a alterar a forma de ver a morte pelo ser que sofre desse mal. Este estudo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica de modo a responder como a teoria metafísica da morte de Schopenhauer pode auxiliar na melhora de quadros de tanatofobia. Com este artigo foi possível abordar a importância do discurso da morte na filosofia de Schopenhauer e, de maneira análoga, como a tristeza e o medo da morte ocorrem pela perda do organismo e da consciência individual. Além disso, foi possível abordar como essa teoria apresenta formas de abordar o consolo de que a verdadeira essência do ser permanece apesar da morte, e é indestrutível, conhecimento o qual pode ser fundamental para estabilização de quadros de tanatofobia. Sendo assim, as pessoas que acabam transtornadas por conta de viver temendo tudo que possa ocorrer a morte e adoecem, podem buscar um acalento com base no conhecimento da teoria metafísica da morte de Schopenhauer, podendo ter seu coração e mente tranquilizados com uma nova visão do amor e afeição.

Palavras-chave: Tanatofobia. Schopenhauer. Metafisica da morte.

1 INTRODUÇÃO

A morte é uma poderosa preocupação humana que tem sido conceituada como uma força motivadora por trás de muita investigação filosófica ao longo do tempo. Diversos pensadores abordaram desafios humanos ao enfrentar a morte e o fato de não conseguir evitá-la. Além disso, pensadores abordaram ao longo do tempo como a ansiedade e os pensamentos que envolvem a morte geram e provocam distintos sentimentos no ser humano, e as dificuldades que temos em lidar com estes medos.

[1] Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Doutor em Ciência da religião pela universidade Federal de juiz de fora MG e Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

A tanatofobia, o medo da morte, que pode ser tanto de sua própria dessoma [1]ou de seus próximos. Esse transtorno é considerado pai e mãe de todas as fobias, ou seja, o que ocasiona todos os medos. Tem como consequência diversos sintomas mentais e físicos, tendo relação com transtornos de ansiedade, hipocondria, transtorno de pânico e até mesmo crises conversivas em que o corpo apresenta sérios sintomas, mas sem ter uma questão corporal para ocasionar as crises. A tanatofobia pode estar presente sem que o paciente se dê conta, pois qualquer fobia tem como antecedente o medo da morte, sendo de difícil diagnóstico e consequentemente difícil estimar quantas pessoas exatamente apresentam o transtorno no Brasil. Porém, a pesquisa de D'Agostin (2018) aponta que 40 % das pessoas preferem evitar assuntos relacionados a morte e seus anseios relacionados a mesma, e 68 % não falam sobre.

Esta fobia ligada a transtornos, consequente da ansiedade da morte é composto e afetado por muitos fatores. A literatura atual traz numerosos preditores de ansiedade de morte, incluindo variáveis sociodemográficas, principalmente sexo, idade, educação, estado civil, como a saúde em geral, diferenças culturais, experiências da morte, aspectos religiosos e psicopatológicos (ABDEL-KHALEK; LESTER, 2009; LEHTO; STEIN, 2009; DARADKEH; MOSELHY, 2011; GONEN ET AL., 2012).

A teoria metafisica da morte de Schopenhauer traz uma forma mais leve de ver a morte, uma vez que ela ressignifica o ser como um todo da natureza. Fica fácil perceber o quanto a teoria seria benéfica para pessoas que sofrem da fobia, melhorando toda a visão sobre a morte e ensinando uma maneira mais leve de viver, sem carregar o peso de temer o tempo todo, sendo que a morte é a única certeza que temos nessa vida. Schopenhauer, aborda a temática dizendo que o não ser antes da vida é o mesmo que o não ser após a morte, trazendo interesse por esse mundo que é o espelhamento da vontade querendo encontrar a verdade oculta, aquilo que está além dos fenômenos do mundo. Ele diz a própria morte é o gênio do autor a morte é uma impulsionadora da reflexão filosófica, este tema insere o problema existencial do mundo, ocasionando diversos medos e problemas para as pessoas por não saberem a maneira certa de olhar para isso por conta das pulsões e da vontade de viver e o medo de não ser (SHOPENHAUER, 2000).

No entanto, a ansiedade de morte é um conceito importante para considerar em uma ampla gama de ambientes de prática, sendo fundamental estudos que abordem formas de ressignificar estes anseios de modo a alterar a forma de ver a morte pelo ser que sofre desse mal. Sendo assim, este estudo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica de modo a responder como a teoria metafísica da morte de Schopenhauer pode auxiliar na melhora de quadros de tanatofobia.

Para isso, realizou-se revisão de literatura, no período julho a setembro de 2020, nos bancos de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Web of Science e Google Scholar para os termos 'tanatofobia', 'ansiedade da morte' e 'teoria metafisica da morte de Schopenhauer'. Os termos foram buscados em português e inglês e os trabalhos encontrados avaliados quanto a compatibilidade com os objetivos de cada capítulo.

[1] A dessoma é a desativação da soma, descarte do corpo físico ou morte biológica (primeira dessoma), continuando a consciência a manifestar-se em outros corpos (veículos de manifestação) em diferentes dimensões extrafísicas

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Tanatofobia

A tanatofobia pode ser definida como um medo patológico da morte, alimentado pela consciência intrafísica (personalidade humana). Em geral, esse transtorno pode ser definido como o medo de deixar de ser e sentir, estar multidimensionalmente inexpressiva, ou pela consciência extrafísica na condição de parapsicose, sendo também considerada pai e mãe de todas as fobias e antecedendo todos os medos. (DANTAS, 2016). Essa fobia tem sido descrita como uma sensação de pavor, ansiedade ou medo ao pensar na morte, ou qualquer sentimento relacionado com morrer (LEHTO; STEIN, 2009). Este conjunto de sentimento estruturam a fobia denominada tanatofobia por Sigmund Freud em 1915 em seus ensaios seminais intitulados: Pensamentos para o Tempo sobre a Guerra e a Morte. Freud acreditava que estava relacionado à crença inconsciente de alguém na própria imortalidade. Além disso, a tanatofobia pode ser dividida em duas classes de fobias: aversão à própria morte e tudo que lembre a mesma, identificada como autotanatofobia, e a fobia da morte de outras pessoas, geralmente próximas, medo de perder quem ama bem como de ficar sozinho determinada heterotanatofobia (DANTAS, 2016).

A sintomatologia da tanatofobia é refletida em inúmeros fatores que ela acaba proporcionando na vida dos indivíduos tais como o: Simbolismo superficialidade na autopesquisa (dessoma simbólica); emocionalismo exacerbado diante de situações prémorte ou da morte de pessoas próximas e até mesmo longínquas, possível aversão a livros e filmes sobre dessoma; o medo de errar também vem da tanatofobia assim como culpa exagerada por falhas, deixar de fazer algo pelo medo de cometer erros; esquiva de situações que envolvem morte como enterros e velórios: intrafisicalismo, a vontade de ser imortal de viver eternamente; gerascofobia aversão aos aspectos que envolvem o envelhecimento humano, uma vez que seria um sinal de que "o fim está chegando"; hedonismo a busca de constante prazer; repressão tendência a reprimir memorias dolorosas; a negação da morte; superficialidade afetiva; insônia; estado de ânimo depressivo; sintomas psicossomáticos. (DANTAS, 2016).

O que realmente afeta a presença da ansiedade da morte, ou tanatofobia no indivíduo é um tema bastante discutível. Vários fatores podem influenciar a presença desses sentimentos como religiosidade, sexo, estado psicológico, idade além de sobrecarga mental relacionada a estudos ou trabalho (BALASUBRAMANIAN et. al, 2018; Gryschek et al., 2020). O estado psicológico é um fator conhecido por causar maior ansiedade de morte, especialmente em pessoas que sofrem de transtorno de ansiedade generalizada, uma vez que provem provavelmente de uma consequência de sofrimento psicológico e físico não resolvido (SINOFF, 2017). Estudos distintos mostram que indivíduos com sentimento voltado a inferiorização resultante de algum quadro de saúde ou não, bem como adultos que tem dificuldades de passar pelo processo de separação de seus pais tendem a apresentam quadros de ansiedade quando relacionados a morte dos pais (GONEN et al., 2012; KESEBIR,2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

É comum que não se pense sempre na morte, até porque se precisa viver, mas o medo da morte persiste na maioria das pessoas (KOVÁCS, 1992). Observando pesquisas e dados relacionados a tanatofobia, uma porcentagem 40% de pessoas que responderam que preferem não pensar sobre a morte, de certa forma, para evitar a dor de perder alguém ou de temer a sua própria morte, seria mais fácil somente ignorar como uma fuga, além de 68% dos respondentes não conversarem sobre a morte. ((CASAGRANDE; D'AGOSTINI, 2018). TAKAHASHI et al. em sua pesquisa "Morte: percepção e sentimentos de acadêmicos de enfermagem" trazem a percepção dos acadêmicos sobre a morte: 38% deles sentiram pânico ou desespero no primeiro contato com a morte no primeiro ano, já no segundo ano a porcentagem é maior, alcançando 62%. No terceiro e no quarto ano, o percentual cai novamente, para 46%. (TAKAHASHI, C. B. et al.,2008).

Sendo assim, o a ansiedade gerada pelo temer da morte ou a tanatofobia afeta no dia a dia, podendo gerar consequências como a ansiedade, cegueira ou total e constante repressão da morte (MORIN, 1997), a estagnação sem grandes evoluções na vida em virtude do medo patológico de morrer, melancolia, o incompletismo existencial, projetação lucida, o desenvolvimento de patologias, prejuízo nos relacionamentos, e dificuldade em desenvolver práticas tenepes (DANTAS, 2016). Porém, o acompanhamento com uma psicanálise detalhada é fundamental e revelará se há um quadro significativo em toda a gama de sintomas psicológicos esclarecendo se um indivíduo não quer morrer por causa de sua família íntima, ou pelo próprio medo de "o que vem após a morte, e o próprio acompanhamento pode ser suficiente para mascarar o debate "integridade versus desespero" (BALASUBRAMANIAN et al., 2018).

2.2 Teoria metafísica da morte de Schopenhauer

A metafísica da morte de Schopenhauer tenta fazer com que vejamos a morte com um olhar leve e tranquilo simplesmente como algo natural, ao invés de viver temendo a tal. Ele faz isso tentando provar que de modo algum tudo acaba com o desaparecimento do organismo. A morte seria vista como musa da filosofia, a morte não seria o contrário da vida e sim um fenômeno complementar o que é essencial. Sem a morte dificilmente teria se filosofado (SHOPENHAUER, 2000). O lugar após a morte seria o mesmo antes da vida, ou seja, você já esteve lá. Os homens temem a morte pois tem a vontade de viver e o medo do não ser após ela, mas se é assim deveriam também temer o antes do nascer, porque é certo que o não-ser após a vida e o mesmo que o não ser antes da vida, sempre deixando claro que o suicídio jamais seria uma opção. Esse medo que vem da vontade de vida e seus desejos e pulsões, Schopenhauer diz que esses assim que alcançados geram tedio e vazio, ou seja de nada valendo. (SHOPENHAUER, 2000).

.A morte como uma realidade inevitável é um assunto de estudo em várias escolas filosóficas. O que teme a morte é a nossa coisa em si a nossa vontade de estar vivo, então a vontade de viver avista a morte como o fim de tudo, mas o medo é infundado, o fim da matéria corpo não é o fim do princípio vivificante. O desaparecimento do organismo não é acabar com o verdadeiro ser, pois esse é imorredouro (SHOPENHAUER, 2000).

ISBN 978-65-5629-077-5

Vendo por um ponto de vista empírico a teoria de Schopenhauer, partindo da frase já citada anteriormente sobre a morte ser a musa da filosofia ele acrescenta ainda sobre Sócrates que filosofar seria a preparação para a morte, ou seja, evitando a maior das angustias a tanatofobia, este temor acontece independendo de uma consciência e até contra a vontade das pessoas, pois não quer se separar da tal vontade de vida pois sem a tal seria cega (SALVIANO, 2012).

Observando os animais o cuidado contra a morte e o instinto de sobrevivência mesmo sem o conhecimento da morte eles sabem e lutam, a procriação estaria ligada ao desejo de que a linhagem não acabe e não só por um mero prazer carnal, querer manter a essência em si (SALVIANO, 2012).

Schopenhauer tenta nos mostrar que o medo da morte seria tolo, tendo em vista a

vida incerta e que viemos do mesmo lugar pra onde voltaremos quando a morte chegar, ainda diz que seria preferível o não ser porque este medo cego e irracional se compara ao ridículo, porem sempre rejeitando o suicídio, mas só dizendo que em alguns casos a morte é "uma amiga bem vinda" por exemplo no caso de doenças, dor intensa, velhice, ou deficiência do organismo, diz ele que se perguntassem para os que se foram se querem voltar sacudiriam as cabeças como que não. As pessoas devem ter a consciência de que a vida tem uma tarefa a ser concluída (SHOPENHAUER, 2000).

Boécio que poderia ser considerado um aliado da postura de Schopenhauer, afirma que "a morte do homem é feliz quando, sem atacar os doces anos, nos acolhe no momento propício". Outro filosofo que vale a pena citar é Kant com a frase "Se vale a pena viver; e se a morte faz parte da vida; então morrer também vale a pena" um pensamento bastante consolador. Então de maneira análoga o que Schopenhauer passa com sua teoria; nossa essência é indestrutível e alheia a mortes e nascimentos (SALVIANO, 2012).

2.3 Aplicação da teoria metafísica da morte para controle de quadros de tanatofobia e melhoria na qualidade de vida

Pode surgir a dúvida do porquê de transtornos estarem ligados com o medo da morte, como citado anteriormente, a tanatofobia é mãe e pai de todas as fobias sendo assim tudo que envolva temor vem do medo da dessoma, sendo que tais crises geram sentimentos e sensações físicas de morte, agora o importante é mostrar como diversos transtornos poderiam ser aliviados com o conhecimento da teoria de Schopenhauer (DANTAS, 2016).

A hipocondria inclui casos em que os pacientes estão convictos de estarem doentes e também aqueles que sentem medo que venham a adoecer, mais especificamente preocupações excessivas com funções corporais, podendo até mesmo se medicar erroneamente em busca da cura de uma doença inexistente, o indivíduo acredita que morrera logo então sente medo de tudo que lembre a morte, Barsky & Klerman (1992) denominaram a mesma de "estilo de amplificação somática" o que não enfatiza o que a pessoa sente mas como ela sente, interpreta e expressa. (TORRES; CREPALDI, 2002).

Já o transtorno de pânico (TP) tem como característica ataques de pânico ou crises recorrentes que consistem em várias sensações de medo e fobia

ISBN 978-65-5629-077-5

acompanhada de um mal estar e intensos sintomas físicos e cognitivos, os pacientes com TP sentem-se e descrevem-se como crianças temerosas, e nervosas, apresentando desconforto com agressividade, além de fobia social, e baixa autoestima. Assim a TP está relacionada diretamente com a tanatofobia apresentando diversas fobias como o medo da morte entre outras, (SALUM; BLAYA; MANFRO, 2009).

O conversivo que é uma resposta do organismo a uma situação de estresse que provoca considerável disfunção física e os sintomas aparecem e geram perda da função, gerando cegueira, afonia, crises convulsiformes, paralisias, contraturas, desmaios, que sugerem desordem clinica ou neurológica, porém sem doença orgânica subjacente para explicar tal quadro (NEGREIROS; FREGNI; SCALCO, 2006).

A natureza transcendental da posição metafísica de Schopenhauer permite mais de uma perspectiva de vida, uma vez que ela passa do mundo como representação para o mundo como força única e unificada da vontade. Ao transcender a ilusão de representação e obter conhecimento da vontade, o indivíduo pode iniciar um processo de renúncia de si mesmo que deve terminar na morte e, possivelmente, em um verdadeiro estado de nada além da vontade (SCULLION, 2004). Sendo assim, transtornos que resultam em um ansioso medo da morte podem ser trabalhados com a base da teoria de forma a buscar uma ressignificação da morte com finalidade de um novo ver, ou nova forma de lidar com a mesma.

A teoria da metafisica da morte se aplicada em casos como transtorno de pânico e hipocondria, que pode ser dito que estão diretamente ligadas a tanatofobia, poderia levar um ponto de paz nos corações desesperados das pessoas que sofrem de tais transtornos (TORRES; CREPALDI, 2002). O filósofo acreditava na dicotomia do mundo, imortalidade da natureza humana após a morte, existência de sofrimento no mundo, ascetismo, austeridade, amor e afeição a todos os seres humanos (RAMIN, 2019), junção de informações que podem despertar um acalento em mentes com ansiedade da morte.

Vivemos em um universo que se explora através das manifestações subjetivas e objetivas de um mesmo eu em infinitas variações. A forma com que Schopenhauer aborda o sentimento de separação de outras pessoas e da realidade como um todo, e a falsa percepção de separação do resto do universo pode trazer uma nova visão ao paciente de percepção e de fazer parte de um todo, ressignificando a morte uma vez que, com base na teoria, todos são atemporais e, portanto, infinitos, fazendo parte de um todo maior que é o universo, apresentando o quanto seria melhor viver aceitando a morte como algo natural e consequência da vida entendendo que a essência é eterna ao invés de viver em uma ideia ilusória temendo a tudo por medo da morte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo foi possível abordar a importância do discurso da morte na filosofia de Schopenhauer e, de maneira análoga, como a tristeza e o medo da morte ocorrem pela perda do organismo e da consciência individual. Além disso, foi possível abordar como essa teoria apresenta formas de abordar o consolo de que

ISBN 978-65-5629-077-5

a verdadeira essência do ser permanece apesar da morte, e é indestrutível, conhecimento o qual pode ser fundamental para estabilização de quadros de tanatofobia.

Sendo assim, visto que essas pulsões de vida acabam levando a um tedio e vazio, que pode apresentar um caráter bastante estoico de sabedoria de vida a negação da vontade, as pessoas que acabam transtornadas por conta de viver temendo tudo que possa ocorrer a morte e adoecem, podem buscar um acalento com base no conhecimento da teoria metafísica da morte de Schopenhauer, podendo ter seu coração e mente tranquilizados com uma nova visão do amor e afeição.

REFERÊNCIAS

BALASUBRAMANIAN, Chandramouli *et al*. **"Thanatophobia": Psysician's perspective of dealing with parentes with fear of death.** ("Tanatofobia": A perspectiva do Clínico Geral com relação a lidar com pacientes com medo da morte). 2018. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5812065/. Acesso em: 15 Jul. 2021.

BREDA, Juliana. **Amor e morte em Schopenhauer.** 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93136/breda_jf_me_mar.pdf. Acesso em: 14 Jul. 2021.

CASAGRANDE, Sibeli; D'AGOSTINI, Carmen. **Percepção da morte na visão do idoso.** 2015. Disponível em: https://unoesc.emnuvens.com.br/pp_ae/article/view/8701/4955. Acesso em: 14 Jul. 2021.

GONEN, Gokcen *et al*. **The factors contributing to death anxiety in cancer patients.** (Os fatores que contribuem para o anseio da morte em pacientes com câncer). 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07347332.2012.664260. Acesso em: 19 Jul. 2021.

GRYSCHEK, Guilherme *et al*. **Examining the effect of non-specialised clinical rotations upon medical students' Thanatophobia and Self-efficacy in Palliative Care: a prospective observational study intwo medical schools.** Examinando o efeito das rotações clínicas não especializadas sobre a tanatofobia e a autoeficácia dos estudantes

de medicina em cuidados paliativos: um estudo observacional e prospectivo em duas escolas de medicina. 2020. Disponível em: https://bmjopen.bmj.com/content/10/11/e041144. Acesso em: 17 Jul. 2021.

KESEBIR, Pelin. **A Quiet Ego Quiets Death Anxiety: Humility as an Existential Anxiety Buffer.** Um ego quieto, acalma o anseio da morte: Humildade como um

ISBN 978-65-5629-077-5

amortecedor da ansiedade. Journal of Personality and Social Psychology. Vol. 106, No. 4, 610-623. 2014.

LEHTO, Rebecca; STEIN, Karen. **Death Anxiety: An analysis of an evolving concept.** Anseio da morte: Uma análise de um conceito em evolução. Research and Theory for Nursing Practice: An International Journal, Vol. 23, No. 1. 2009.

KOVÁCS, Maria. **Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer.** 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/jQrBZXqtr35w7Y8pqCFcTJH/. Acesso em: 17 Jul. 2021.

SALVIANO, Jarlee. **A metafísica da morte de Schopenhauer.** 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2012v11nesp1p187/22997. Acesso em: 24 Jul. 2021.

SALUM, Giovanni; BLAYA, Carolina; MANFRO, Gisele. **Transtorno do pânico.** 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rprs/a/VgdKjMfjhGfGcFTdBgYCq6G/. Acesso em: 22 Jul. 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Metafísica do amor; Metafísica da morte.** São Paulo: Editora FONTES. 2000.

SINOFF, Gary. **Thanatophobia (Death Anxiety) in the Elderly: The Problem of the Child's Inability to Assess Their Own Parent's Death Anxiety State.** Tanatofobia (anseio da morte) em idosos: O problema da inaptidão dos filhos de avaliarem o anseio da morte de seus próprios pais. 2017. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmed.2017.00011/full. Acesso em: 14 Jul. 2021.

SOUZA, Mariana *et al*. **Avaliação do perfil de atitudes acerca da morte: Estudo com graduandos da área de saúde.** 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/8txhsBpMYnFXYmKLhN3xbGy/. Acesso em: 05 set. 2021.

TAKAHASHI, Carla *et al*. **Morte: Percepção e sentimentos de acadêmicos de enfermagem.** 2008. Disponível em: https://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-153/IDN295.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

TORRES, Albina; CREPALDI, André. **Sobre o transtorno de pânico e a hipocondria: uma revisão.** 2002. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbp/a/ktgJg5Q9hmTSQWKxmdWByRJ/. Acesso em: 04 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

PROJETO DE EXTENSÃO: ADOLESCÊNCIA E O MUNDO DO TRABALHO

Gabrieli Quinhones Pereira[1]
Rebeca Lúcia Toledo Rocha Rodrigues Barbosa[2]
Vinicius Reis de Siqueira[3]

Resumo: O presente material foi realizado por duas acadêmicas do 3º período de psicologia as quais entraram em contato com a comunidade, e tiveram a oportunidade de entrevistar dois jovens de classe baixa buscando em sua narrativa, dados para correlacionar com a teoria discutida em sala de aula no primeiro bimestre da matéria extensiva de psicologia do desenvolvimento da adolescência, da maturidade e envelhecimento.A narrativa foi construída através de uma entrevista com perguntas sobre passado, presente e perspectivas do futuro, que promoveram ao jovem uma autoanálise e reflexão a qual ocorreu como forma de orientação vocacional, gerando benefícios para ambas as partes envolvidas.

Palavras-chave: Adolescência. Trabalho. Normalidade. Psicopatologia. Perspectiva.

1 INTRODUÇÃO - DEFININDO O CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

Para efetivação do início desta pesquisa, a qual coloca o adolescente como objeto de estudo, faz-se necessário conceituar a própria adolescência, visto alguns pensamentos estereotipados arraigados nas sociedades e comunidades em geral e portanto, errôneos, serão vistos posteriormente nesta obra. Analisar-se-á, a seguir, alguns conceitos-base da adolescência.

1.1 Divergências entre puberdade e adolescência

Muito se confundiu o período de adolescência com a puberdade, esta proveniente do latim "*pubertas*" ou "*pubescere*", que significa "pêlos" ou "barba". De acordo com Dorn e Biro "(...) a puberdade é um período de rápida maturação física, envolvendo alterações hormonais e corporais que acontecem fundamentalmente na adolescência inicial." (DORN; BIRO *apud* SANTROCK, 2014, p. 82). Há uma série de fatores físicos os quais contribuem para a maturação corporal do indivíduo. Tal evento também pode ser definido como "(...) Um processo fisiológico de maturação hormonal e crescimento somático que torna o organismo apto a se reproduzir", a partir das concepções de Barbosa, Franceschini e Priore (2006, p. 375). Haja vista que a puberdade é de natureza biológica, esta que gera efeito sobre todas as áreas subsequentes, (fisiológica, psíquica, psicológica, cognitiva e motora), é necessário estabelecer que a adolescência não é similar à puberdade, esta que é inata ao indivíduo, ou um período biologicamente determinado, mas sim, um *constructo social,* o qual difere-se nas diversas sociedades. Segundo Monetti e

[1] Acadêmico do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Professor do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Carvalho (1978, p. 11) "(...) Os limites de tal fase são imprecisos.", pois se mostram dependentes dos aspectos sociais, psíquicos e econômicos. Prossegue-se então, à análise de diferentes correntes sobre a conflitante adolescência.

1.2 Visão psicossocial da adolescência

De acordo com a antropóloga Margaret Mead (1928), foi concluído que a adolescência, como já referenciado, não é de natureza biológica, mas um período de transição especificado pela comunidade em questão. Algumas comunidades oferecem um processo calmo de pouco estresse e turbulência. John Santrock destaca:

> Mead concluiu que as culturas que permitem que os adolescentes tenham relações sexuais, vejam os bebês nascerem, considerem a morte como natural, façam trabalhos importantes, façam jogos sexuais e conheçam claramente o seu papel adulto tenderão a promover uma adolescência relativamente livre de estresse. (MEAD, *apud* SANTROCK, p. 37, 2014).

É imprescindível examinar a visão intervencionista, esta que vem para definir a adolescência como uma "criação sócio-histórica" (SANTROCK, 2014). Os fatores que definem tal corrente de pensamento são oriundos do início da mesma, durante Primeira Revolução Industrial; agentes estes que eram um declínio na aprendizagem, o aumento da mecanização, a qual elevou o nível das habilidades requeridas dos trabalhadores e exigiu uma divisão especializada do trabalho, a separação entre trabalho e casa, escolas divididas por idade, e urbanização, estes que se relacionam e intervém até hoje, haja vista que o adolescente é profundamente influenciado pela cultura popular, a qual atribui rótulo às gerações, com as marcas, estilos, tendências cujos jovens se esforçam deliberadamente para seguir, consumindo e investindo o maior capital possível, portanto, a adolescência se torna uma criação sócio-histórica que contribui para o sistema capitalista. É possível ver exemplos claros desse modelo na geração do milênio (ou ***millennials*** como o Santrock nomeia), os "filhos" dos anos 2000. A cada ano, novos modelos tecnológicos são lançados e a grande maioria de compradores são adolescentes e jovens, na necessidade do sentimento de atualização e exibicionismo. Segundo pesquisadores, "Mais de 8 em cada 10 dizem que dormem com um telefone celular ao lado da cama, prontos para despejar textos, chamadas telefônicas, músicas, notícias, vídeos, jogos e toques musicais para despertar". (CENTER, 2010, p. 1)

Após análise dos conceitos sociais que rodeiam o adolescente, é importante destacar os diversos estereótipos negativos e positivos - sendo os negativos mais prevalentes - sobre essa fase do desenvolvimento tão complexa. De acordo com John, "(...) depois que atribuímos um estereótipo, é difícil abandoná-lo, mesmo diante de evidências contraditórias." (2014, P. 40). Os pré-conceitos criados sobre os jovens são abundantemente jogados sobre os mesmos, fazendo com que se sintam rotulados pelo senso comum. Se sentem sozinhos, por estarem em uma fase tão única onde aparentemente nenhum dos que convivem com ele podem compreendê-lo. Apesar da negatividade imposta, "alguns adolescentes desenvolvem confiança em suas capacidades (…) e descobriu-se que pelo menos 73% dos adolescentes tinham uma

ISBN 978-65-5629-077-5

autoimagem positiva. Os adolescentes eram confiantes e otimistas quanto ao seu futuro." (SANTROCK, 2014, p 41).

A partir de tais diagnósticos, é indispensável relembrar que a definição de adolescência depende do ambiente o qual a mesma se passa, contudo, de maneira global, pode-se constatar que a Adolescência (do latim *adulescens* ou *adolescens,* que significa "crescer"*)*, designa-se como um período de transição da infância para a idade adulta; o qual envolve mudanças cognitivas e intrapsíquicas. A adolescência começa entre 10 e 13 anos e se finda por volta dos 19 aos 25 anos. Segundo Santrock (2014, p. 47) "(...) interesses pela carreira, namoros e exploração da identidade estão frequentemente mais pronunciados no fim da adolescência (...)". É importante salientar também que, ainda em conformidade com o autor, "(...) o desenvolvimento é definido como um processo que ocorre ao longo de toda a vida. A adolescência é parte do curso da vida e, como tal, não é um período isolado do desenvolvimento." (SANTROCK, 2014, p. 47).

1.3 O ADOLESCENTE E O MUNDO DO TRABALHO

Como supracitado, a puberdade diz respeito a biologia do indivíduo com a preparação para a vida adulta, mas no aspecto cultural a adolescência não é diferente em objetivo. Essa transição entre infância e a maturidade traz novas cobranças e responsabilidades para a vida do sujeito, baseada em múltiplos fatores externos.

Dentre as realidades de muitos países, é comum que jovens de média e baixa renda ingressem cedo no mercado de trabalho, com funções que não exigem uma formação complexa, entretanto, a mão de obra é exaustiva e, sendo esta alinhada com os estudos, prejudica o desenvolvimento de uma educação formal.

Segundo Santrock (2014) o trabalho durante o período escolar é um grande agente influenciador para que o adolescente saia do ensino médio passe a trabalhar em período integral sem entrar na universidade. Já os que conseguem ingressar no ensino superior, declaram-se em altos índices prejudicados em seu desempenho e notas.

Essa limitação de possibilidades presente principalmente na vida de jovens de renda inferior coloca em segundo plano ou torna mais tumultuada a escolha de um futuro profissional, que exige auto reflexão e análise das possibilidades. O presente material busca através dos conceitos bibliográficos e da análise das vivências de indivíduos selecionados para o material de pesquisa, ampliar o campo de estudo sobre o assunto e fazer uma tarefa que contribua com o meio social.

2 METODOLOGIA

O material a seguir terá como ponto de partida para análise, as entrevistas de dois jovens com perfil direcionado pelo discente e orientador. Os adolescentes entrevistados deveriam ter entre 12 e 18 anos incompletos e serem classificados como jovens de baixa renda. Os jovens selecionados são P, sexo feminino, 16 anos e 10 meses e M, sexo masculino, 16 anos e 11 meses.

P tem amigos em comum e mora próximo a uma das entrevistadoras e M faz parte da comunidade religiosa a que a outra pesquisadora pertence. Através dessa intermediação de ambientes, as pesquisadoras entraram em contato com os jovens, que disponibilizaram-se prontamente para auxiliar na construção de uma narrativa sobre a própria vida visando intentos universitários.

ISBN 978-65-5629-077-5

As perguntas pré-selecionadas foram executadas de forma imparcial com o objetivo de levar o entrevistado a reflexões sobre seu passado, presente e planejar perspectivas de futuro.

Os responsáveis legais dos menores receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido disponível a seguir para que estivessem cientes e de acordo com a participação dos adolescentes e divulgação ou publicação do material para fins acadêmicos.

A entrevista foi transcrita e narrada na íntegra e a análise da experiência foi pautada em material bibliográfico de autores reconhecidos pelo tema.

4 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A NARRATIVA DE P.

O discurso narrativo de P apesar de breve, evidencia inúmeras características que reforçam aquilo que é esperado para sua idade e para a cultura do país e ambiente no qual vive. Esses fatores destacam a importância de descrever dois conceitos extremamente relevantes contextualizados por Papalia e Feldman (2013): Genótipo e Fenótipo; Genótipos são características ligadas à biologia do ser, enquanto fenótipo é aquilo que é manifestado no ambiente. O genético, que são as características da puberdade discorridas anteriormente, diante de um ambiente e cultura os quais compreendem a adolescência (fator social) de uma forma específica, ressaltam-se em diversos comportamentos.

Analisando P pela perspectiva biológica do ser, é notório que essa adolescente ainda está com o córtex pré-frontal em formação. Segundo Papalia e Feldman (2013)**,** essa parte do cérebro é responsável por promover a reflexão e análise crítica efetiva na tomada de atitudes. Com essa região ainda não executando 100% de sua capacidade, o sistema límbico (movido por hormônios e extremamente influenciado pelas emoções) costuma se sobrepor na tomada de decisões. Esses fatores são capazes de abranger a forma que P se percebe em suas relações: Intensa e que doa-se excessivamente aos outros, colocando-se em segundo plano na própria vida, muitas vezes agindo de forma irracional e destacando certa dificuldade em alcançar autodomínio emocional.

Seguindo a perspectiva Darwiniana, Adão (2013) cita: "O atrelamento das emoções com a fixação das memórias acontece porque as áreas cerebrais envolvidas na memória também fazem parte do sistema límbico, que está diretamente relacionado com as emoções" (p. 7-8). Por isso, constata-se que as lembranças melhores gravadas durante a adolescência são as compostas de grande carga emocional, fato este, cujo também justifica que, ao ser solicitado relato de uma lembrança marcante, pontualmente a entrevistada lembrou da doença de sua mãe, que provavelmente foi fonte de muito sofrimento no período em que ocorreu. Essas memórias afetivas podem ter gerado como efeito, a área em que a entrevistada definiu que pretende atuar no trabalho: a saúde humana.

Sobre a perspectiva psicanalítica, segundo Aberastury e Knobel (1989), ocorre no período em que P vivência em sua vida, o que denomina-se síndrome da adolescência normal. Essa síndrome consiste em considerar estados que em outra etapa da vida, seriam compreendidos como patológicos, como normais. As variações ocorridas são nada mais que a forma com a qual o indivíduo tenta lidar com as mudanças para produzir um novo self repleto de autonomia, preparando-se para a vida adulta. Nessa transição evidenciam-se três lutos; dois destacados pela jovem: O

ISBN 978-65-5629-077-5

luto pela identidade infantil (a qual é caracterizada por ingenuidade e inocência) e o luto pelos pais infantis (uma ruptura no vínculo quando há quebra de expectativas e perspectiva do sujeito para com os responsáveis da infância).

Entre os "sintomas" presentes na síndrome da adolescência normal descrita por Aberastury e Knobel, são perceptíveis em P algumas:

- A diferença entre o self (percepção de si mesmo como alguém introspectivo) e a identidade (percepção do grupo sobre o sujeito como alguém mais extrovertido). Essa mudança de comportamento pode ocorrer devido a uma tentativa de ajuste social, o estímulo da extroversão é a tentativa de alinhar-se e pertencer a um grupo, outra característica marcante do período.
- Por estar adquirindo o pensamento abstrato conforme o córtex pré-frontal desenvolve-se, o jovem não tem domínio de uso, e acaba generalizando a abstração mesmo para descrever fatos concretos. Esse é um ponto muito importante, a abstração e a descrição subjetiva regeram majoritariamente o discurso de P. Locais, relações intrapessoais e interpessoais, assim como objetivos de vida foram compartilhados de forma inconclusiva e nada objetivas ou claras, mostrando a tentativa da adolesente de intelectualizar sua verbalização, mesmo não disponibilizando competência para tal.
- As ligações de P com a espiritualidade, condizem com um rompimento ou crise religiosa descrita pelos autores como comum. A entrevistada nega ter qualquer lembrança marcante relacionada ao tema e define-se como a própria religião, desligando-se de outras instituições para determinados fins.
- As sucessivas contradições em sua verbalização e a marcação na separação entre ela e os pais também são citadas como características da síndrome.

Diante às percepções cognitivas do conhecimento abordadas por Piaget, P encontra-se no estágio operatório formal, caracterizado pela capacidade de desenvolver o pensamento abstrato e a capacidade idealizadora, discutidos anteriormente. É possível perceber em sua expressão a metacognição, o ato de "pensar sobre o pensamento", onde ressalta-se P discutindo a importância de alcançar um equilíbrio emocional e determinadas perspectivas de futuro. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Apesar de reconhecer-se muitas vezes como desigual socialmente, P tem inúmeras características típicas esperadas para sua idade. Essa autopercepção exclusiva é resistência ao fruto de um constructo que faz a tentativa de promover o ajuste social, denominado psicoprofilaxia. Esse conceito é uma crítica dos esquizoanalistas, e define-se por uma cristalização de preconceitos ao que entende-se por adolescência, visando que jovens sejam mais passíveis ao sistema capitalista. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

A presente entrevista teve objetivo de utilizar métodos da esquizoanálise, provocando através da reflexão, criatividade e senso crítico, para que P pudesse analisar sua história, vivência e pensar em seu futuro e ambiente de trabalho além do retorno financeiro que a subjetivação capitalística propõe.

5 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A NARRATIVA DE M

ISBN 978-65-5629-077-5

É indubitável a correlação entre os comportamentos dos adolescentes observados na entrevista e as teorias estudadas em sala. Para análise fundamentada nas abordagens da Psicologia, inicialmente lembra-se da diferença entre puberdade e adolescência, visto que a primeira é de natureza biológica, pois se trata da maturação e preparação do corpo para a vida sexual, enquanto que a segunda é um constructo social, e cada comunidade vê a mesma através de sua maneira. No entrevistado M, foi possível observar a influência de se estar em grupos de indivíduos em comum na tomada de decisões, tanto com pouco ou muito risco, porquanto que são controlados pelo prazer e, sendo também extremamente sensíveis ao social, em virtude da criação de relações mais complexas e da desesperada necessidade de pertencimento a um grupo, de fato, afirma que tem vontade de estar com os amigos para beber e usar drogas ilícitas. De acordo com Allen, " (..) Aos 13 ou 14 anos, adolescentes populares tomam parte em comportamentos antissociais, como uso de drogas ou entrar no cinema sem pagar, para mostrar a seus amigos sua independência das regras parentais". (ALLEN, 2005, p. 747 *apud* PAPALIA, FELDMAN, 2013, p. 441); enquanto que na companhia dos pais, M se sente culpado pela utilização e por ter visto sua mãe já entristecida pelo fato.

Através da teoria de Vygotsky, observa-se o aprendizado adquirido pelas mediações entre meio social e agentes, pois M afirma ter recebido muitos valores que hoje carrega, com sua mãe, seus amigos de infância e os artistas musicais nos quais se espelha para seguir carreira.

A contradição nos diálogos é claramente vista, dado que num momento inicial, M afirma ter uma infância ótima, depois diz ter sofrido muito bullying por ser de alta estatura (M possui 195 centímetros aos 16 anos), o que acarretou numa baixa da autoestima e foi observado durante as falas de M, o qual afirmava não se achar bonito e duvidar quando as pessoas ao seu redor elogiavam sua aparência. Analisando tal premissa, remete-se à teoria de Yamamiya (2005), o qual esclarece o poder da mídia sobre a perceção de todos, porém principalmente dos adolescentes, que idealizam o status de perfeição, para o próprio corpo quanto status social, situação financeira, entre outros, a pressão estética é sentida em maior grau pelos adolescentes.

Há também forte presença da introspecção e metacognição (onde o indivíduo pensa sobre o próprio pensamento), agente formador do senso crítico, pois M pensa muito sobre a sua subjetividade, feridas geradas pelo passado e também seu posicionamento para situações externas. Através da perspectiva psicanalítica de Aberastury e Knobel (1992), M passa por lutos perceptíveis: o luto do corpo infantil, porquanto M alega que sentiu-se extremamente desconfortável e choroso quando uma menina tentou tocá-lo, portanto conclui-se a dualidade entre ser criança imatura ou adolescente, ou "jovem" preparado para relações românticas e sexuais; combinado com o luto sobre a identidade infantil, que perde-se ao longo do processo, e o luto para os pais das crianças, posto que M se vê em flutuações de muita proximidade dos pais, entretanto critica o pai por atitudes com as quais M não concordava, e culpa o pai pela situação financeira que se encontraram no passado.

O entrevistado tem grandes sonhos de conquistar o mundo sendo músico e acredita ser capaz de alcançá-los, mostrando a tendência do adolescente ao

ISBN 978-65-5629-077-5

impulso de arquitetar e realizar planos maiores, mostrando o refúgio na fantasia (independente da situação, M acredita realizar todos os seus projetos), e o desejo de crescimento, tanto em maturidade e independência, mas no aspecto social e financeiro, pois o adolescente apresenta um desejo intenso de ser famoso e ajudar os pais com gastos, mostrando grande excitação pro futuro. De acordo com os autores já mencionados, o adolescente (...) tenderá a ajustar o mundo e pessoas às suas necessidades, daí surge seu desejo por reformas, porém é podado pela realidade familiar e social. M comenta frequentemente sobre o amor, paixão e ódio durante a entrevista, dissertando sobre a dificuldade que teve e ainda tem na diferenciação dos sentimentos, relatando algumas experiências com namoradas e relacionamentos sem compromisso. O entrevistado também discursa sobre a dedicação à aprendizagem de algumas seitas e crenças ligadas à feitiçaria, magia oculta, por se sentir compelido à tal, entretanto atualmente se encontra dividido entre credos, pois quer estar na igreja (cristã) e carregar seus próprios valores, que eventualmente colidem com a doutrina cristã, flutuando entre contradições.

Em conclusão, M diz que tem medo de viver infeliz, de não realizar seus sonhos e ser insatisfeito, e solitário, com receio de ficar sozinho e não encontrar alguém que o complete em todas as áreas. Nessa fala, M não é utópico ou desconexo com a realidade, entretanto a urgência para a realização desses objetivos é de certa forma, apressada. O entrevistado finaliza agradecido por poder compartilhar de sua subjetividade, e ser ouvido, reação essa normalmente esperada de adolescentes estigmatizados como "imaturos, irresponsáveis e infantis" e desautorizados por adultos em seus conflitos intrapsíquicos, assim, sendo desconsiderados nas suas falas e complexidade.

6 RESULTADOS E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES A COMUNIDADE

Após análise, observa-se que os dois entrevistados se encontram aproximadamente na mesma idade biológica, entretanto, deve-se levar em consideração que a maturação feminina biopsicossocial ocorre anteriormente à masculina. Dessa forma, os voluntários são percebidos em processos subjetivos diferentes, porém, foram constatadas várias convergências entre suas respectivas falas. Aponta-se a seguir, algumas observações feitas pelas entrevistadoras do projeto de pesquisa.

Enquanto P tem dificuldade de exteriorizar seus sentimentos e percepções, M tem maior facilidade de expressar-se. Contudo, fazendo uma verificação minuciosa, mesmo que manifestadas de formas dispersas, suas colocações são muito semelhantes às mútuas características discursivas, tanto entre os mesmos, quanto à teoria.

É indispensável discorrer sobre o contexto social o qual estão inseridos, e seu autorreconhecimento nesse ambiente, onde apesar das condições muitas vezes adversas ao sucesso, crêem em um discurso meritocrático, alegando que conseguirão alcançar metas ambiciosas independentemente de sua realidade.

Mesmo vivendo em cidades diferentes, os adolescentes se encontram em esferas sociais parecidas, de pouca oportunidade e com responsáveis mais preocupados (como é esperado) com a situação financeira da casa do que com as questões da complexidade subjetiva de seus filhos, portanto, os entrevistados acabam que por lidar com seus "conflitos" sozinhos, provavelmente com a ajuda de

ISBN 978-65-5629-077-5

amigos e/ou pessoas próximas, mas não há tanta abertura com os pais, o que é perceptível nos dois casos, entretanto P manifesta frequentemente a necessidade de ser "independente/estável emocionalmente", ou estar numa "relação com seu próprio eu", possivelmente por não encontrar apoio psicológico na sua família direta. M passara fome durante a infância vivida em Goiás, e carrega marcas desse tempo de necessidade, afirmando que lutará ao máximo para não permitir que outros, futuramente sob sua tutela, passem pela mesma situação; e, outra problemática social é a disponibilidade do uso de drogas ilícitas, as quais M iniciou uso aos 15 anos o que acarretou em problemas sérios de saúde, e acompanhamento do CAPS-AD (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

Diante das premissas expostas, conclui-se que apesar dos acontecimentos anteriores os quais poderiam podá-los em suas convicções de vida, não os impedem de projetar um futuro positivo, realizando os planos até então idealizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa mostra-se cirúrgico em seus resultados, os quais geram impactos sociais fortíssimos, haja vista que alguns dados e diagnósticos apresentados estão acobertados pelos ideais provenientes do senso comum, e as afirmativas apresentadas pelos adolescentes entrevistados englobam não apenas a realidade e pensamentos dos mesmos, mas de incontáveis adolescentes os quais vivem em diversos conflitos intrapsíquicos oriundos de situações marcantes do passado que, se não observados corretamente, acarretam em situações seríssimas na vida adulta dos indivíduos. As conclusões apresentadas mostram a urgência de projetos de inclusão para acompanhamento de adolescentes, especialmente os que se encontram sem condições de buscar auxílio médico e psicológico, a fim de que alcancem estabilidade emocional e possam estabelecer um desenvolver do autoconhecimento.

A disciplina Psicologia do desenvolvimento da adolescência, da maturidade e do envelhecimento foi-nos grandemente útil para quebrar estereótipos criados pela falta de informação embasada na ciência, abrindo possibilidades para análises profundas em casos específicos da adolescência, durante a idade adulta, e uma breve visão da Gerontologia.

Entender os eventos que rodeiam todas as fases citadas leva a uma compreensão claramente avançada da complexidade do todo. No decorrer da graduação, será buscado um aprofundamento de tais temas, para melhor desempenho e conhecimento durante a profissão.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ADÃO, A.N. **A ligação entre memória, emoção e aprendizagem**. XI Congresso Nacional de Educação Educere. Curitiba, 2013.

ISBN 978-65-5629-077-5

ALLEN, J. P., PORTER, M. R. MCFARLAND, F. C., MARSH, P., & MCELHANEY, K. B **The two faces of adolescents' success with peers: Adolescent Popularity, social adaptation, and deviant behavior.** Child Development, 76(3), 747–760, 2005

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F. NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência**: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, 2005.

DORN, L. D; DAHL, R. E; WOODWARD, H. R; & Biro, F. **Defining the boundaries of early adolescence:** A user's guide to assessing pubertal status and pubertal timing in research with adolescents. Applied Developmental Science, 10 ed, 2006.

DORN, L. H; & BIRO, F. M. **Puberty and its measurement:** A decade in review. Journal of Research on Adolescence. 21 ed. 2011.

MONETTI, V.; CARVALHO, P. R. D.. **Adolescência:** aspectos médicos, sanitários e psicossociais**.** São Paulo: Instituto de Saúde, 1978.

MOTTA, D. Uma **análise da adolescência ao longo da história.** Rio de Janeiro: FAPERJ. 2010. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=1654.2.5#:~:text=O%20termo%20%22adolesc%C3%AAncia %22%20vem%20do,recente%20na%20hist%C3%B3ria%20da%20humanidade>. Acesso em: 06 mai. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano** (12a. ed.). Porto Alegre: ArtMed, 2013.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. 14 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014..

SIMMONS, R. G., Blyth, D. A., & MCKINNEY,, K. L. **The social and psychological effects of puberty on white females.** In J. Brooks-Gunn & A. C. Peterson (Eds.), **Girls at puberty** (pp. 229-272). New York: Springer. 1983

YAMAMIYA, Y., Cash, T. F., MELNYK, S. E. POSAVAC, H. D., & POSAVAC, S. S. **Women's exposure to thin-and-beautiful media images:** Body image effects of media-ideal internalization and impact-reduction interventions. Body Image, 2(1), 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO

Janisse Medeiros Ferraz[1]
Vinicius Siqueira[2]

Resumo: Educação e neurociência sempre foram próximas, porém nunca se pensou em trabalhar ambas pela mesma causa, recentemente, no panorama internacional, intensificam-se publicações e reacendem a discussão entre Neurociência e as Ciências da educação. Muitas são as barreiras que fazem adiar a parceria do caso. Propagaram mitos que se criou um problema no progresso da neurociência cognitiva em várias áreas relevantes da educação. O presente artigo vem trazer alguns pontos relevantes que ajudariam a facilitar o entendimento do educador em relação ao educando e que pode sim dar certo a parceria entre Neurociência e Educação. Será abordado a definição de neurociência; o processo de aprendizagem; o educador e conhecimento sobre a neurociência. Assim fazendo com que possamos ter um compreendimento do que é neurociência e educação e quais são possíveis caminhos a tomar.

Palavras-Chave: Neurociência. Educação. Aprendizagem. Cérebro e Mito.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas e estudos nos mostram que a ciência compreende vastas áreas do conhecimento, na qual o cérebro, neste sentido torna foco as neurociências; neste complexo modo neurocientífico, vários aspectos de nossa vida estão relacionados ao cérebro, e essa multidisciplinaridade pode ser inteiramente justificada.

A neurociência e a educação passaram a ser e ter uma atenção especial nos últimos tempos. Com interface em várias áreas de estudos, a neurociência está ajudando a educação (pedagogia); a psicologia; a biologia; a genética; a física; a filosofia entre outras áreas da medicina ao esclarecer o processo do cérebro humano é desde seu nascimento até seu envelhecimento. E com isso tem colaborado e ajudado os educadores a compreender o que acontece com o cérebro quando o mesmo recebe informações e o seu processamento do aprendizado no modo de se tornar o conhecimento para toda a vida.

Aprender significa criar memória de longa duração por Kandell no livro ´Princípios da Neurociência´, Kandell (2001) diz que a aprendizagem acontece quando conseguimos resgatar e aplicar essa memória de forma inovadora e criativa no resolver de problemas, aliando a imaginação, a vivência de fazer a diferença no mundo.

A experiência afeta o cérebro que por sua vez se beneficia positivamente dela. Alguns estudos apontam que a criança tem boas compreensões no âmbito global e é

[1] Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL; Acadêmica 2ª Licenciatura do Curso de Pedagogia – UNINTER; Licenciada em Letras Português/Inglês – UNIOESTE; Especialista em Educação Especial – ESAP; Especialista em Artes – ESAP; Especialista em Gestão Escolar – UNIVERSIDADE POSITIVO; Especialização em Neuropsicologia - FAVENI e Especialista em Psicopedagogia Institucional – FAEL, e-mail: janisseemaissa@gmail.com
[2] Professor mestre Vinícius Reis de Siqueira do curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE.

ISBN 978-65-5629-077-5

necessário se pensar num currículo inovador. Todos são capazes de aprender, o cérebro tem capacidade de criar conexões entre os neurônios durante a vida toda. E olhando para dentro desta linha de pensamento o professor tem o papel fundamental de ensinar o aluno a ter autonomia e vontade de aprender, cabe ao educador criar a vontade, e capacidade de fortalecer a autoestima, estimulando dentro da diversidade de formas de ensino para que o educando tenha possibilidades de perceber e se apropriar de conteúdo, dos argumentos, ideias, temáticas e questões que vão facilitar sua aprendizagem. A neurociência nos traz em seus ensinamentos que a concentração não é uma habilidade inata e sim que ela pode ser adquirida. Cabe ao professor saber sobre as pesquisas neurocientíficas e relacionar conhecimentos da neurociência na educação. Isso facilitará o trabalho em sala de aula e contribuirá na construção de currículos baseados no desenvolvimento cerebral.

A neurociência recebeu contribuições de várias áreas do conhecimento, ajudando assim a uma melhor compreensão do funcionamento cerebral. A fisiologia focada na busca da função fisiológica do funcionamento do corpo; a farmacologia das substâncias neurotransmissoras; já a psicologia trouxe suas contribuições pela teoria do comportamento e pensamento, focando ao longo do percurso numa perspectiva mais situada nas regiões funcional e mais objetiva de cada localidade no cérebro.

Podemos assim dizer que a neurociência como a ciência do cérebro e a educação como a ciência do ensino e aprendizagem não são ciências isoladas, mas, estão juntas trabalhando em prol de um único propósito criando possibilidades de inserção de significados e contribuições nas áreas dos saberes, levando ao professor um caminho que vai facilitar e criar vários outros nos processos de ensino e entender o aluno com sua subjetividade, desta forma considerando a importância do cérebro na aprendizagem do indivíduo ou o inverso, podemos perceber a relação entre neurociência e educação. No patamar científico nem tudo é simples de definir e nem óbvio de relacionar. Embora educação e neurociência não sejam novidade; com novas descobertas atualmente podemos dizer que educação e neurociência voltaram a se cruzar.

No decorrer do artigo abordaremos alguns conceitos sobre a neurociência; a neurociência e a aprendizagem; educador e conhecimentos; as possibilidades que a neurociência traz para facilitar o dia a dia do educador.

2 O QUE É NEUROCIÊNCIA

Conforme Marques (2019, p.01, grifo do autor),

> Neurociência é a área que se ocupa em estudar o sistema nervoso, visando desvendar seu funcionamento, estrutura, desenvolvimento e eventuais alterações que surjam. Portanto, o objeto de estudo dessa ciência é complexo, sendo constituído por três elementos: o cérebro, a medula espinhal e os nervos periféricos. Ele é responsável por coordenar todas as atividades do nosso corpo, e é de extrema importância para o seu funcionamento como um todo, tanto nas atividades voluntárias, quanto nas involuntárias. Os estudos da neurociência estão divididos em campos específicos que exploram as áreas do sistema nervoso. São elas: **Neurofisiologia:** investiga as tarefas que cabem às diversas áreas do sistema nervoso; **Neuroanatomia:** dedica-se a compreender a estrutura do sistema

ISBN 978-65-5629-077-5

nervoso, dividindo cérebro, a coluna vertebral e os nervos periféricos externos em partes para nomeá-las e compreender as suas funções; **Neuropsicologia:** foca na interação entre os trabalhos dos nervos e as funções psíquicas. **Neurociência comportamental:** ligada à psicologia comportamental, é a área que estuda o contato do organismo e os seus fatores internos, como pensamentos e emoções, ao meio e aos comportamentos visíveis, como fala, gestos e outros; **Neurociência cognitiva:** estudo voltado à capacidade cognitiva, em que estão inclusos comportamentos ainda mais complexos, como memória e aprendizado.

Conforme Ferreira (2013), a teoria do neurônio foi formulada por Santiago Ramón y Cajal em meados do século XIX, as suas contribuições doutrinárias, constituem a grande base conceitual do estudo da neurociência.

Através de experimentação com técnicas, fixação e pesquisa do sistema nervoso e seu funcionamento, desenvolve-se a neurociência; este conhecimento está contribuindo para grandes avanços do aprendizado e desenvolvimento do mapeamento cerebral colorido, para entender como o cérebro e todo seu sistema funciona; assim a neurociência está descobrindo e trazendo inúmeros resultados e novidades para a contribuição de todas as áreas do saber. Assim quando falamos em neurociência podemos compreender que se estudo como o sistema nervoso se desenvolve e o que ele faz; através de estudos os neurocientistas tentam decifrar os comandos do cérebro e suas funções e faz-nos perceber a importância do cérebro, o comando e o que controla e faz no nosso corpo, como nossa memória e habilidades motoras por exemplo. a neurociência é uma ciência interdisciplinar pois mantém contato com várias outros segmentos, tais como biologia, matemática, física, química, medicina, engenharia, linguística, tecnologias entre outras áreas do saber. antigamente o cérebro não era considerado importante; no Egito antigo o órgão era retirado pelo nariz e jogado fora, o restante dos órgãos eram colocados separadamente em vasos ou uma espécie de jarras, mas mesmo fazendo isso foram responsáveis pelos escritos mais antigos da palavra cérebro.

A neurociência engloba várias áreas ou se divide dentro dela mesma como a neurociência afetiva, onde analisa o comportamento neuronal em relação às emoções; a cognitiva comportamental onde estuda as bases neurológicas cognitivas do comportamento; a alfabetização, onde define-se como o entendimento dos processos e conceitos para a compreensão de assuntos referentes às enfermidades do cérebro e distúrbios do comportamento.

Portanto a neurociência oferta um grande potencial norteador para vastas pesquisas na área da educação e como aplicar em sala de aula. No panorama atual o estudo mais indicado e que tem um forte indicativo para fazer a ligação dos saberes é a neurociência cognitiva; mas, é preciso políticas educacionais que envolvam a todos e que esse todos saibam planejar; por isso é necessário um aprofundamento nos ambientes educacionais não tradicionais, priorizando oportunidades de entendimento dos alunos onde terão capacidade de construir a partir do mundo real seu significado.

3 NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo a pedagoga e especialista em neurociência Kátia Chedid em Ensinamentos da neurociência para a educação: Concentração não é uma habilidade inata, mas ela pode ser adquirida (GEEKIE, 2019).

Os professores devem ou precisam saber e conhecer sobre as pesquisas neurocientíficas e fazer correlação entre neurociência e educação, pois os ajudará a contribuir e construir currículos baseados no desenvolvimento cerebral e facilitará o dia a dia em sala de aula no aprendizado. Claro que não é uma "receita de bolo", porém ensina a olhar e adaptar estratégias diferenciadas para chegar aos objetivos conjuntamente às práticas já utilizadas. Quanto maior essa variedade, maior será a aprendizagem, fazendo com que seja de maior duração. Assim a aprendizagem será eficiente tendo em vista que o cérebro otimiza as informações recebidas com mais eficiência; assim o compreender as diferentes formas de adquirir conhecimento é capaz de transformar a relação entre estudantes, escolas e sociedade.

A neurociência pode ajudar como uma ótima ferramenta de aprendizagem já que pesquisar e trabalhar informações e dados do sistema nervoso ajuda a entender como aprendemos e isso ajudará a potencializar no processo de aprendizagem. Com isso ajudaria a conhecer melhor as pessoas e a partir dessas informações seria possível produzir mais eficácia no ensino.

Sabe-se que cada ser tem suas peculiaridades em aprender e podemos até relacionar com a biologia de cada um. Então compreender melhor o processo de aprendizagem, entender as limitações e o potencial do aluno pode trazer uma contribuição e ajuda a avaliar estratégias pedagógicas que impactam a forma de aprendizagem. O papel da neurociência não é criar metodologias de ensinos para facilitar a aprendizagem, de acordo com Willinghan (2009), no livro 'Porque os alunos não gostam da escola' o autor nos coloca que cabe ao professor criar e usar suas habilidades para instigar o conhecimento, pois o mesmo compensa quando é conceitual e quando os fatos relacionam-se entre si, assim através desse processo de entendimento para levar informações e conhecimentos o professor precisa buscar conhecimento sobre o sistema nervoso que contribuirá para o entendimento de como aprendemos e como podemos potencializar o ensino.

4 EDUCADOR E CONHECIMENTO DA NEUROCIÊNCIA

Sabemos que a neurociência não é uma solução "final" para os problemas da educação, mas ela pode ajudar a trazer excelentes resultados. Não podemos atribuir somente aos pesquisadores com seu trabalho na área, mas precisa haver uma participação de alunos e professores como também ensinar cada um a lidar com essas novas informações. De acordo com Lopes (2016, p. 01), "falta de atenção, dificuldade para aprender e desmotivação são algumas situações frequentes que os professores se deparam quando estão na sala de aula [...]". Faz se pensar na possibilidade de trabalhar o tema em várias áreas do conhecimento, assim mesclando o conteúdo de neurociência em algumas disciplinas escolares ajudaria no processo de ensino e aprendizagem inserida dentro da sociedade, uma vez que aprendemos a vida inteira.

ISBN 978-65-5629-077-5

Vygotsky conclui "que as origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser achadas nas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior" (LURIA[1], 1988, p. 25 apud COSTAS; FERREIRA, 2011).

Segundo Guerra (2019),

> As descobertas da neurociência que esclarecem como o cérebro funciona durante a aprendizagem e indicam fatores que influenciam esse funcionamento já têm sido bem mais divulgadas atualmente. Atenção, memória, emoção, função executiva, bases neurais da leitura e da escrita, mudanças cerebrais na adolescência, desenvolvimento de habilidades sociais e os efeitos da alimentação, meditação, sono, tecnologia e música sobre a cognição e a aprendizagem em especial são exemplos de temas abordados por publicações voltadas não só para o professor, mas também para o público em geral. Assim, o professor já conta com conhecimentos da psicologia cognitiva e da neuropsicologia da aprendizagem – estudo das funções mentais produzidas pelo cérebro e envolvidas na aprendizagem – que podem inspirar novas práticas educacionais [...].

Junto a isso a neurociência pode ser uma grande aliada dando estratégias para o educador abordar e trabalhar diversos assuntos de diversas abordagens.

Então conhecer as variadas formas de abordagens, faz com que as aulas se tornem mais atrativas e motivadoras, pois quando mexe com as emoções, o paladar, o olfato, a visão e a audição fazem com que o cérebro consiga assimilar muito mais do que ficar meramente nos livros didáticos. Quando visualizamos, pegamos e sentimos, ou melhor, utilizamos os vários sentidos em uma nova experiência seja ela ir para fora da sala de aula, ir ao museu ou até mesmo na biblioteca ou sala de informática faz com que a nova experiência constrói no aprendiz uma ideia completa e concreta mais duradoura daquela experiência. O educador sabendo usar os órgãos dos sentidos a seu favor, seu ensino/aprendizado será muito mais impactante do que uma mera aula expositiva. Quando usado às ferramentas e os caminhos que a neurociência lhe oferece na abordagem dos conteúdos das disciplinas por meio de assuntos,

> Exemplos e ferramentas que estejam relacionados ao cotidiano do aluno, ou que sejam novidade que despertem sua vontade de conhecer, motivará o aprendiz [...]. Qualquer que seja a situação, o professor deveria perguntar ao aluno "o que você entendeu sobre o que eu falei?" ou poderia solicitar a ele que explicasse para um colega o que entendeu da aula ou incentivar todos os aprendizes a elaborar um texto relembrando as informações apresentadas, ou ainda motivar, por meio de perguntas, a discussão de tópicos da aula entre os colegas. Essas estratégias dariam aos alunos a oportunidade de usarem a memória operacional que ainda estiver processando a aula, para fazer associações e comparações com outros conhecimentos e experiências já armazenados na memória e relacionados ao que foi apresentado. Assim, o aluno poderá perceber

[1] LURIA, A. R. (1988). **«Vygotsky»**, *in*: L. S. Vygotsky, A. R. LURIA e A. N. Leontiev. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. SP: Ícone.

ISBN 978-65-5629-077-5

> lacunas no seu entendimento sobre o que foi abordado [...] (GUERRA, 2019).

Por tanto utilizar-se de estratégia para melhorar seu ensino e melhorar a aprendizagem do aluno cabe a cada educador buscar suas fontes, ainda dentro da velha e amoladora maneira de preparar o conteúdo com antecedência ainda nos traz resultados positivos, assim o uso bem planejado e dosado da tecnologia em sala de aula, por meio de mídias variadas, para espreitar finalidades do processo de ensino significativo e desafiador, favorecendo o engajamento do aluna na aula e previne sua distração pela própria tecnologia. "A abordagem de temas sob a forma de problemas, que geram curiosidade, até pelo desconhecimento que o aluno é levado a perceber que tem, aumenta o interesse do aprendiz, favorecendo sua atenção" (GUERRA, 2019) usando assim a neurociência a seu favor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se então que o processo de aprendizagem para quem tem o conhecimento da neurociência tornar-se-á um procedimento ou um caminho com maior facilidade na forma de educar e fazer o aluno compreender. A neurociência faz com que o educador tenha um olhar diferenciado para ensinar, utilizando-se de ferramentas e estratégia do seu conhecimento em torno do cérebro e dos neurônios faz com que tenha uma múltipla variedade de técnicas para alcançar o objetivo que é ensinar o aluno; indiferente da forma e da maneira. E com isso a aprendizagem torna-se eficiente, pois o cérebro aperfeiçoará as informações e facilitará o recebimento de conhecimento do aluno.

A compreensão das variadas formas de conhecimento transformará fundamentalmente a relação entre escola, aluno e sociedade. Mas para que isso aconteça é necessário o educador buscar conhecimento para que ele venha se transformar em ferramentas de uso. Sendo assim torna-se uma necessidade constante estar atualizado dentro da sua área de conhecimento, fazendo com que tudo o que buscou de aprendizado possa interferir diretamente na sua maneira e habilidade de ensinar.

Com o comprimento da introdução podemos dizer que muito tem que se buscar e aprender sobre essa nova ferramenta se assim podemos chamar, a neurociência; e ela pode sim nos trazer e ter grandes benefícios no processo de ensino. Este trabalho foi muito importante para nosso conhecimento, uma vez que a educação está em constante mudança e a tecnologia trazendo novas ferramentas podemos perceber que quando se busca novos caminhos do conhecimento torna-se mais fácil passar o conhecimento e também atrativo e prazeroso para quem recebe o conhecimento.

Portanto, entender que a neurociência é o estudo científico do sistema nervoso e que ela pode ser interdisciplinar colaborando com os mais variados campos do aprendizado, podemos entender que ela pode ser aplicada para incluir as mais variadas e diferentes abordagens para se criar uma aprendizagem adequada e eficaz. Usando assim as técnicas que os neurocientistas proporcionam é diligente para o processo ensino e aprendizagem, assim facilitando e criando a melhor forma de executar as tarefas sensoriais e motoras do cérebro. Então sabendo usufruir dessa ferramenta podemos entender que a neurociência cria uma

ISBN 978-65-5629-077-5

forma adequada para cada indivíduo e sua maneira de aprender. Possibilita uma melhora no grupo e como eles se relacionam; e identificando o problema o professor/educador consegue lidar com as mais variadas formas de conflitos e problemas no que envolve a aprendizagem. E isso faz com que o educador viva numa constante busca de conhecimento e fazendo entender que ele tenha que conhecer profundamente seu cérebro e assim fazendo conseguir entender e traçar estratégias para trabalhar com a educação.

REFERÊNCIAS

CAVADA, C. ***Sociedad Española de Neurociencia****: Historia de la neurociencia.* Disponível em: http://www.senc.es/es/antecedentes. Acesso em: 19 ago. 21

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. **Sentido, significado e mediação em Vygotsky:** implicações para a constituição do processo de leitura. Revista Iberoamericana de educación, v. 55, n. 7, p. 205-223, 2011.

ERIKSSON, P.S.; PERFILIEVA, E. Bjork-Eriksson T.; ALBORN, A. M.; NORDBORG, C.; PETERSON, D.A., GAGE, F.H. (1998). **Neurogenesis in the Adult Human Hippocampus.** Nature Medicine.4(11), 1313–1317.

FERREIRA, Francisco Rômulo Monte. **A teoria neuronal de Santiago Ramón y Cajal**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FISCHER, Kurt W.; DANIEL, David B.; YANG, Mary Helen Immordino; STERN, Elsbeth; BATTRO, Antonio; KOIZUMI, Hideaki. **Why Mind, Brain, and Education? Why Now?** Journal Compilation International Mind, Brain, and Education Society and Blackwell Publishing, Inc. Vol. 1, n. 1, p. 12, 2007.

GEEKIE. **Neurociência e educação:** 5 ensinamentos para melhorar a escola. Disponível em: https://www.geekie.com.br/blog/neurociencia-e-educacao/. Acesso em: 19 ago. 21

GUERRA, Leonor Bezerra. **10 DICAS DA NEUROCIÊNCIA PARA A SALA DE AULA.** Disponível em: https://www.mundoescolaronline.com.br/10-dicas-da-neurociencia-para-a-sala-de-aula/. Acesso em: 19 ago. 21.

KANDELL, E.R.; SCHWARTZ, J.H. y JESSELL T.M. (2001). **Princípios de Neurociência.** Madrid: McGraw-Hill/Interamericana.

LOPES, Marina (2016). **Neurociência é aliada na preparação do professor para a sala de aula.** Disponível em: http://porvir.org/neurociencia-ajuda-preparar-professores-para-desafios-da-sala-de-aula/. Acesso em: 19 ago. 21.

LUPIEN, S.J.; KING, S.; MEANEY, M.J.; MCEWEN, B.S. (2000). **Child's stress hormone levels correlate with mother's socioeconomic status and depressive state. Biological Psychiatry.** 48, 976–980.

ISBN 978-65-5629-077-5

MARQUES, José Roberto. **O que é Neurociência?** Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-eneurociencia//. Acesso em: 19 ago. 21.

NEURO SABER. **O que é Neurociência?** Disponível em: https://neurosaber.com.br/o-que-e-neurociencia/. Acesso em: 19 ago. 21.

PORTAL IBC. **O que é Neurociência?** Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-e-neurociencia/. Acesso em: 19 ago. 21.

PURVES, Augustine; FITZPATRICK, Hall; LAMANTIA, McNamara y WILLIAMS (2007). ***Neurociencia (Tercera edición).*** Buenos Aires: Editorial Médica Panamericana.

RIZZALATTI, G.; CRAIGHERO, L. (2004). ***The mirror-neuron system.*** *Annual Review of Neuroscience.* 27, 169–192.

STEM, Y. (2009). ***Cognitive reserve. Neuropsychologia,*** 47(10), 2015–2028. doi:10.1016/j.neuropsychologia.2009.03.004

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos/ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos.** - Curitiba: UTFPR, 2008. 122 p.

WILLINGHAM, Daniel T. **Por Que** os **Alunos não Gostam da Escola?** Penso Editora, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

PSICODIAGNOSTICO EM CASOS DE ANSIEDADE, UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO

Bianca Matte da Silva[1]
Marieli Aparecida Muffato[2]
Scheila de Oliveira[3]
Monique Farber [4]
Raoany Ribeiro[5]

Resumo: Diante das diversas dúvidas levantadas na turma do 6° período do curso de Psicologia, sobre ansiedade *versus* Transtorno Ansioso na disciplina de Psicodiagnóstico, o artigo se faz importante, com o foco de facilitar a compreensão acerca desse processo avaliativo. Nesse sentido, o método de pesquisa escolhido, foi um breve levantamento bibliográfico, visando os quadros de Transtorno Ansioso e suas possíveis tipologias e/ou comorbidades associadas, como: Transtorno de Ansiedade generalizada (TAG); Transtorno do Pânico e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC); Transtorno Ansiedade Social (TAS); Fobia; Agorafobia e por fim o Transtorno de Estresse Pós-traumático. O presente trabalho tem por objetivo auxiliar e facilitar na compreensão da temática. Concluiu-se que depende da intensidade e da frequencia acompanhada com sofrimento psicológico, diante os problemas causados na integralidade do sujeito. Nele, e ele com o seu meio além de validar a importância de ser um profissional da psicologia capacitado e sobre o quanto a Psicologia é essencial para a sociedade.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico. Avaliação. Ansiedade.

1 INTRODUÇÃO

Diante às dúvidas surgidas em sala de aula no 6° período do curso de Psicologia, sobre a disciplina de Psicodiagnóstico, percebeu-se a necessidade da pesquisa acerca da temática "ansiedade", é uma demanda que assola a sociedade como um todo, a questão central, era, através do entendimento do processo de psicodiagnóstico, compreender o limiar entre a ansiedade como uma característica pontual diante a algum estímulo *versus* essa demanda como um transtorno psicológico.

O psicodiagnóstico da ansiedade é feito através da avaliação psicológica que é um processo científico que se dá através de variados métodos e técnicas, que ajudam o psicoterapeuta a compreender, descrever e classificar o comportamento

[1]Acadêmica Bianca Matte da Silva do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. E-mail: biaanccams@hotmail.com.
[2] Acadêmica Marieli Aparecida Muffato do Curso Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.E-mail: Marie.decoracao@gmail.com.
[3] Acadêmica Scheila de Oliveira do Curso Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.E-mail: Scheila._oliveira@hotmail.com.
[4]Orientadora Professora Especialista Monique Farber do Curso de Psicologia –da Univel – Centro Universitário UNIVEL. E-mail: monique_farber@yahoo.com.br.
[5] Coorientadora: Professora Mestra Raoany Ribeiro da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. E-mail: psicorao@gmail.com.

ISBN 978-65-5629-077-5

de um sujeito. Ela se constitui num curso integrado, se apropriando de técnicas focadas para diagnosticar a problemática de um dado caso, na intenção de construir e indicar a intervenção mais apropriada diante da hipótese diagnóstica (Pasquali, 2001). Uma das técnicas utilizadas para a avaliação psicológica é um teste psicológico adequado, que segundo (Pasquali, 2001), é caracterizado por um conjunto de tarefas predefinidas que o sujeito necessita realizar em uma situação geralmente artificial ou sistemática, neste caso, o comportamento do sujeito será observado, compreendido e descrito.

O CFP através das ferramentas psicológicas disponibilizadas através do SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos) regulamenta o uso dos testes por ser considerado eficaz e confiável, com instruções detalhadas e parâmetros. De acordo com a Resolução nº 002/2003 da Comissão Federal de Psicologia (CFP), a resolução define e regulamenta o uso, formulação e comercialização de testes psicológicos, afirmando que os testes psicológicos são um instrumento único de avaliação do psicólogo e são utilizados de acordo com os princípios reconhecidos pela comunidade científica, para que possa chegar ao psicodiagnóstico adequado.

Para isso buscou-se através da revisão bibliográfica de diversos autores renomados, para que juntamente alcançar os objetivos da presente obra. Tendo em vista que a ansiedade é um transtorno que pode esconder outros tipos de transtornos como citaremos abaixo, a pesquisa conseguiu atender a sua proposta de compreensão sobre os participantes, na idéia diferenciar as características de uma ansiedade comum, com um transtorno ansioso, com levantamento. Vale ressaltar que além de se perceber as diferenças, houve melhor compreensão e reflexão sobre a importância de se procurar um profissional preparado para que consiga ter mais clareza diante dos possíveis apontamentos, sobretudo a importância do profissional da psicologia na sociedade como um todo. Espera-se que esse trabalho seja um facilitador para os demais interessados.

2 CAMINHOS DO PSICODIAGNOSTICO

De acordo com Castillo et al. (2000, p. 20), a ansiedade é um sentimento indefinido sendo cercado por medo, inquietação, caracterizando-se por tensão ou desconforto proveniente da antecipação de um possível perigo ou algo desconhecido. Para muitas pessoas a ansiedade, é apenas o pensar demais em determinado assunto, ou ficar nervoso demais com um evento da próxima semana. Os transtornos ansiosos não se derivam de acometimentos psiquiátricos apontados pela autora como a psicose e transtorno hipercinético, no entanto em casos específicos a ansiedade pode vir a fazer parte de sintoma que antecede ao transtorno psiquiátrico. Desta forma Cunha (2007, p. 23) traz uma breve definição "É um processo que visa a identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia. Isso não significa que a classificação psiquiátrica seja um objetivo precípuo do psicodiagnóstico.''

Para que o indivíduo seja diagnosticado com algum tipo de transtorno relacionado à ansiedade, é necessário que siga uma série de procedimentos e avaliações para chegar ao psicodiagnóstico os quais serão abordados no decorrer da revisão bibliográfica os conceitos que fazem parte das etapas envolvidas. Como descrito a seguir:

ISBN 978-65-5629-077-5

> Caracterizamos o psicodiagnóstico como um processo científico, porque deve partir de um levantamento prévio de hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas através de passos predeterminados e com objetivos precisos. Tal processo é limitado no tempo, baseado num contrato de trabalho entre paciente ou responsável e o psicólogo, tão logo os dados iniciais permitam estabelecer um plano de avaliação e, portanto, uma estimativa do tempo necessário (número aproximado de sessões de exame). (CUNHA, 2007, p.26).

Segundo Cunha (2007), o encaminhamento do paciente que ira realizar a avaliação psicológica do processo psicodiagnóstico pode-se ser apresentado por profissionais de outras áreas de atuação, ou seja, podendo o psiquiatra, escola, fisioterapeuta, nutricionista etc, dependendo da demanda. O paciente relatará a queixa e possíveis questionamentos, como, por exemplo, a ansiedade. Para dar seguimento no processo são levantadas hipóteses através dos relatos, para que a partir da coleta de informações seja definido e o teste a ser aplicado para que, sejam levantados os escores e as informações fornecidas por dados e a verificação se será análise quantitativa ou qualitativa. Assim o profissional poderá usar uma ou ambas para obter os resultados clínicos traçando estratégias para o processo de psicodiagnóstico, no entanto tudo irá depender de cada caso para poder realizar e aplicar testes independentes do tipo psicométrico ou projetivo para dar seguimento no psicodiagnóstico.

Além desse processo de como chega à demanda, vale ressaltar que existem variados modelos avaliativos para que não reste dúvida quanto ao psicodiagnóstico final, nesse sentido conforme Trinca (2010) ele enfoca o modelo médico, modelo compreensivo, modelo interventivo e o processo psicanalítico. No modelo médico há o diagnóstico psicológico no qual, coloca-se um indivíduo para diagnosticar fisicamente a pessoa, e durante o atendimento médico despersonalizar-se para não prejudicar a coleta de elementos e o pensamento clínico. Já no modelo compreensivo o autor traz através da necessidade se tornou fundamental no diagnóstico psicológico, através de uma série de ocorrências nos estudos de caso ‘’de encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade, entrar em praticamente em contato emocional e, também, conhecer os motivos profundos da vida emocional de alguém. ‘’ (TRINCA, 2010, p. 15).

Tenório (2005, p.36) acrescenta que para a o modelo compreensivo, significaria "estabelecer as relações de sentido que um evento, uma vivência, uma conduta ou uma expressão possam implicar." Ou seja, percebe-se a importância do psicodiagnóstico com o intuito de compreender o sujeito, acolher as demandas, trabalhar as vivências e não meramente, ao desejo de rotular o sujeito.

No modelo interventivo nota-se de acordo com Arzeno (1995), na entrevista de devolução poderá surgir efeitos terapêuticos na qual se caracteriza através das avaliações terapêuticas, interpretações dentre outros no decorrer das entrevistas e aplicação de técnicas. O psicodiagnóstico interventivo também evita rotular as pessoas por não manter representação sobre o indivíduo, no entanto é um modelo descritivo referindo ao contexto na vida da pessoa. Neste o profissional requer que a pessoa participe no atendimento, pois há um esforço conjunto entre ambos

ISBN 978-65-5629-077-5

produzindo novas experiências e entendimentos para o que foi relatado na queixa inicial.

Conforme explanado por Perdigão & Souza (2020), para que haja um melhor entendimento acerca do psicodiagnóstico, deve-se basear em como ocorrera as fases incluindo as bases de: entrevista, observações, testes,escalas, inventários somados a queixa relatada e os sintomas. Para que tenha a base fundamentada e se enquadre no diagnóstico e critérios no DSM-V é no caso de ansiedade a qual contempla parte desta revisão bibliográfica.

Segundo Vanzeler apud Obelar (2016), aponta nas revisões referentes a avaliação psicológica de ansiedade contempla alguns instrumentos mais utilizados, para considerar transtornos de ansiedade foram: Inventário Beck de Ansiedade (BAI); Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS); Inventário de Ansiedade Traço e Estado (IDATE); Inventário de Fobia Social (SPIN) e a Escala de Ansiedade de Hamilton. Desta forma nota-se o grau de importância de seguir todos os passos para chegar ao psicodiagnóstico correto, fazendo o uso das ferramentas precisas.

Obelar (2016, p.12) pondera que uma das principais avaliações utilizadas na identificação da ansiedade é o Inventário Beck de Ansiedade, sendo este instrumento adaptado para analisar os sintomas através de escalas, na qual identifica os níveis sintomáticos de ansiedade, essa escala vai de 0 a 4 pontos com intuito de identificar os níveis de gravidade crescente de cada sintoma, assim como um escore de 0 a 10 para ansiedade mínima de 11 a 19 denotando ansiedade leve, de 20 a 30 como moderada e 31 a 63 como ansiedade.

3 ANSIEDADE

Figueiredo (2000) relata que no decorrer do psicodiagnóstico de pessoas com transtornos ansiosos deve-se realizar uma investigação para verificar se tem alguma causa somática ou não, pois os sintomas podem ser semelhantes a doenças fisiológicas dentre outras causas. Certas características são relatadas com maior frequência nos pacientes como: taquicardia, sudorese, aumento do peristaltismo, dores musculares, tremores, calafrios, sensação de afogamento e sufocação, mal-estar indefinido dentre outros. não a toa é importante realizar os encaminhamentos para os profissionais especializados descartando ou confirmando o quadro sintomático.

De acordo com Ribeiro (2018), há vários grupos relacionados como subgêneros que envolvem os tipos de ansiedade, cabendo citar sobre no presente trabalho: TAG: Transtorno de Ansiedade Generalizada, TOC: Transtorno Obsessivo-Compulsivo e Transtorno de Pânico. Em complemento aos subgêneros a autora do livro *Mentes Ansiosas,* Souza (2011, p.21), coloca como definição para TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada) "o medo e a ansiedade são 'primos-irmãos' e sempre estarão juntos".

Souza (2011) retrata que a ansiedade é o medo do futuro com a fixação daquilo que ainda não aconteceu, não à toa muitos sentem dores no peito, sudorese e outros sintomas. Desta forma pode-se perceber que não há motivo lógico para o medo do futuro. Por outro lado, na visão de Ribeiro (2018) *apud* Barlow (2013), descreve o TAG é uma doença crônica vindo a ser considerada como um transtorno de personalidade, pois muitas pessoas acometidas por esse transtorno, não sabem

ISBN 978-65-5629-077-5

em qual período da vida deram início aos sintomas. No entanto, portadores de TAG como relatado pelo autor, tendem a ficar aprisionados nas preocupações de diversas temáticas, interferindo diretamente em suas relações interpessoais.

No transtorno do pânico faz parte dos sintomas psicológicos e físicos, como aponta Vanzeler (2020, p.12), "palpitações, aceleração da freqüência cardíaca, transpiração, sensação de falta de ar, ou de estar sufocada, sensação de tontura, medo de perder o controle ou morrer, despersonalização, desrealização, além de outros sintomas". Ainda de acordo com o supracitado "poderá ter a duração de 10 a 30 minutos em média e se inicia de forma repentina, podendo ocorrer a qualquer hora do dia ou noite sem motivo".

Dentre as causas acometidas, Ribeiro (2018, p. 21), pondera que: ''podem estar ligadas a genética, a perda de alguém importante, pressões no trabalho e escola, além de fatores sociais ligados ao estresse [...] e o primeiro ataque acontece sem um fator justificativo. '' ao ocorrer o ataque do pânico a pessoa sente vários medos, cabendo citar conforme descrito na obra o medo de perder o controle e a morte.

Já o TOC: Transtorno Obsessivo-Compulsivo, de acordo com a autora a seguir:

> Todo mundo tende a pensar coisas desagradáveis. Todos temos também a tendência de tentar corrigir erros e evitá-los. Sem isso seríamos incapazes de cuidar minimamente de nosso bem-estar. Portanto é importante termos esta característica funcionando de maneira adequada, na intensidade e na frequência corretas. Quando esse circuito degringola, passando a funcionar muito intensa e repetidamente, abre-se o caminho para o desenvolvimento do TOC. (SILVA, 2011, p.20).

Por outro lado, na visão de Ribeiro apud Barlow (2016), descrevem acerca das pessoas acometidas que, o objetivo das compulsões consiste em impedir ou amortizar a agonia acarretada pela obsessão que acompanha as características, por comportamentos repetitivos como no exemplo de lavar as mãos a cada dez minutos. O autor observa também que, o transtorno ocorrera de forma isolada, podendo abarcar com o diagnóstico de alguma outra psicopatologia. No decorrer das buscas bibliográficas percebeu-se que:

> A ansiedade afeta em torno de 264 milhões no mundo (3,6%), e os brasileiros lidera como o país 'mais ansioso' afetando 9,3% da população - 18,6 milhões de pessoas. Desde 2015, teve um aumento de 15%. Segundo SILVA (2011), a ansiedade afeta grande parte da população em geral. "[...] 25% das pessoas apresentam algum tipo de transtorno de ansiedade ao longo de suas vidas. (SILVA, 2011, p.28).

Os transtornos de ansiedade estão descritos no DSM V, (2014), possuindo as características de: ''[...] de medo e ansiedade excessivas e perturbações comportamentais relacionadas. Medo é a resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura. '' No entanto seguindo os transtornos de ansiedade acrescenta-se juntamente ao DSMV, o

ISBN 978-65-5629-077-5

Transtorno Ansiedade Social (TAS), Fobia e Agorafobia e por fim o Transtorno de Estresse Pós Traumático descritos a seguir.

Conforme Ribeiro (2018, p.23), pode haver divergências das pessoas no senso comum em definir sobre o que é Transtorno Ansiedade Social (TAS), devido às características de ter grande timidez ou antisociabilidade. Pois '' os portadores da fobia social costumam ser mais introvertidos e de pouca conversa, porém, como a pouca ansiedade é natural, mas em demasia traz prejuízos, o retraimento exagerado pode causar grandes consequências à pessoa. '' Na referida obra percebe-se que dentre os sintomas e critérios para definição do diagnostico, há o medo marcante e forte que acontece em situações sociais acometidas como, por exemplo, manter conversas com pessoas pouco conhecidas em qualquer espaço ou relacionado a comportamento e desempenho pessoal. Integra juntamente ao transtorno de ansiedade social, a fobia conforme apontado:

> A fobia social é extremamente complexa na sua origem. No transtorno de pânico, por exemplo, a possibilidade de ocorrência da doença por fatores genéticos gira em torno de 70% e os fatores ambientais pesam pouco; na fobia social, ao contrário, apenas por volta de 30% dos casos podem ser atribuídos a causas genéticas. O restante se deve a vivências complexas. (BENIK, 2017 *apud* RIBEIRO 2018,p.25)

Na Fobia e Agorafobia conforme descrito pelo supracitado, a fobia se torna mais específica em relação há animais, ambiente natural e situacional acomete a maior parte em mulheres já por outro lado, há tipos de fobias comuns tanto em homem quanto em mulheres. Na obra tem-se como exemplo o medo por sangue ou ferimento. Já a agorafobia é descrita como '' a evitação ou a persistente apreensão a respeito de situações das quais pode ser difícil escapar ou em que não há ajuda disponível em caso de ataque de sintomas semelhantes ao pânico''. (BARLOW, 2016 *apud* RIBEIRO 2018, p.27)

Filho & Sougey (2001), abordam que o Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), é definido por algum acontecimento em que a pessoa vivenciou, testemunhou ou foi confrontada por alguém. Assim como em situações que geraram algum tipo de risco a própria vida ou outro indivíduo próximo, cabendo descrever como exemplo: acidentes automobilísticos, seqüestros, enchentes dentre outros. Para identificar este transtorno é necessário investigar a fundo iniciando pela anamnese dirigida. Ao longo do tratamento pode haver necessidade de medição dependendo o nível em que o indivíduo se encontra, juntamente com as psicoterapias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se que é necessário durante o processo de psicodiagnóstico, investigar se são apenas características pontuais, ou se ocorre com maior intensidade, continuidade e principalmente, se gera certo sofrimento a ponto de prejudicar o indivíduo e suas relações afetivo-sociais. Nesse sentido, existe uma ansiedade não-patológica no ser humano, ou seja, é um sinal de alerta, avisa em relação ao perigo iminente, e cumprir a função de mediar à interação do sujeito com

ISBN 978-65-5629-077-5

o Meio ambiente, portanto, esta é uma resposta de autoproteção natural e necessária. Sintoma relacionado à ansiedade em circunstâncias apropriadas estará dentro da normalidade, conforme descrito anteriormente.

A ansiedade em processo de adoecimento se mostra de maneira exacerbada, desproporcional ao estímulo, ou seja, os transtornos de ansiedade geralmente ocorrem a partir de ocorrências frequentes e sintomas físicos recorrentes, como: taquicardia, palpitações, alteração no comportamento como: agitação, insônia, reação intensa a estímulos e medos ou até mesmo cognitivos como: nervosismo, apreensão, preocupação, irritabilidade e alteração do humor. Buscar de informações e ajudar quem está com quadro de ansiedade ou que tenha algum desses sintomas decorrentes da ansiedade é de extrema importância, para prestar ajuda de forma mais eficaz.

Ficando clara a importância de se procurar um profissional da psicologia qualificado para que consiga realizar um psicodiagnóstico mais assertivo onde se consiga saber se é somente um quadro ansioso ou se é um dos transtornos citados acima. Pode-se concluir que a ansiedade e os transtornos de ansiedade são um conjunto de alterações do funcionamento mental, sobretudo psicológico, pois engloba o ser humano como um todo em sua relação consigo e com os outros, em diferentes momentos e espaços, marcados pela preocupação excessiva ou constante de que algo negativo/ruim vai acontecer, muitas pessoas sofrem sem saber qual é o motivo em sua maioria pela falta de informação ou até mesmo uma negação do que se vem enfrentando e acabam simbolizando e se preocupando mais com o futuro, do que pode vir a ser, do que aquilo que está vivendo no momento presente. No mais, que se faça entender para os leitores que possuem alguma dúvida acerca da temática, que a ansiedade só é prejudicial, quando gera um sofrimento importante em sua intensidade e frequência, com escore que foge do padrão pré-estabelecido pelas escalas e entrevistas no processo de psicodiagnóstico.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Pablo. **Um breve manual de transtornos mentais**, 2018. Disponível em: https://goo.gl/7e4yf7.

Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares. **O que é a Doença Bipolar?**, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/KQBbrd>.

ARZENO, Maria Esther García. **Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

APA, American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. Ed, Porto Alegre: Artmed, 2014.

CUNHA, J. C. **Psicodiagnóstico** – V. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ARZENO, M. E. G. (1995). **Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições.** Trad. de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas.

ISBN 978-65-5629-077-5

BARLOW, David H. **Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos: Tratamento passo a passo.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2016.

BARBIERI, Valéria. **O psicodiagnóstico interventivo psicanalítico na pesquisa acadêmica**: fundamentos teóricos, científicos e éticos. **Bol. psicol**, São Paulo , v. 59, n. 131, p. 209-222, dez. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2021.

Cunha, J.A.; Freitas, N. & Raymundo, M. G. (1986). **Psicodiagnóstico.** Porto Alegre: Artes Médicas.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 002/2003.
Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n. 025/2001. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

FILHO J.W. S C., SOUGEY E. B. Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade. **Revista Brasileira de Psiquiatria** 2001;23(4):221-8

OBELAR, Rosemeri Marques. **Avaliação psicológica nos transtornos de ansiedade**. **Estudos brasileiros**. Monografia (Especialização em Avaliação Psicológica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Psicologia, Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Pasquali, L. (2009). Psicometria. Revista da Escola de Enfermagem, 43(n. esp.).
Pasquali, L., Organizador (2001). **Técnicas de Exame Psicológico** – TEP: manual. São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia.

PERDIGAO C.C., SOUZA R. S. B. Terapia Cognitivo Ccomportamentalem Interface com Psicodiagnostico Interventivona Clinica Escola , **Revista Ensino de Ciências e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem Estar**- RECH: v. 4 n. 2, jul-dez (2020): Temas Livres em Ensino de Ciências e Humanidades

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Ansiosas - Medo e Ansiedade Além dos Limites**. Rio de Janeiro: Editora Objetivo, 2011.

Trinca, W. (1984). **Processo diagnóstico de tipo compreensivo**. In: W. Trinca (Org.), Diagnóstico psicológico: A prática clínica. (pp. 14-24). São Paulo: E.P.U.

ISBN 978-65-5629-077-5

TENÓRIO, C.M.D. **A psicopatologia e o diagnóstico numa abordagem fenomenológico-existencial.** Universitas Ciências da Saúde – vol. 01, n. 01 – pp. 31-44

VANZELER, Maria Luzinete Alves. **Transtornos de ansiedade e avaliação psicológica: Instrumentos utilizados no Brasil.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 13, pp. 100-120. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/instrumentos-utilizados, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/instrumentos-utiliza.

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTÁBEIS

ISBN 978-65-5629-077-5

A RELAÇÃO ENTRE A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFESSORES DA ÁREA DE NEGÓCIOS

Letícia Estelina Machado Da Silva[1]
Janaína Kriguer[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi verificar a existência da relação entre a inteligência emocional e da qualidade de vida no trabalho dos professores de uma instituição de ensino privada, na cidade de Cascavel – PR. Foi utilizada a análise comparativa e o índice de correlação de Pearson como instrumentos de análise dos dados. A pesquisa indica satisfação por parte dos respondentes em relação a qualidade de vida no trabalho e também que os mesmos demonstram um alto nível de inteligência emocional. Contudo, não foi possível estabelecer relação entre as duas variáveis, a correlação entre elas foi baixa. Sendo assim, não é possível afirmar que a satisfação com a qualidade de vida no trabalho influencie a inteligência emocional e vice-versa. Este estudo, portanto, foi fundamentado com base nos autores Daniel Goleman, Howard Gardner e Mário César Ferreira.

Palavras-chave: Emoções, Inteligência emocional, Mercado de trabalho, Qualidade de vida no trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva, iniciada na década de 1970, gerou mudanças nos modelos de gestão do trabalho e da produção, vinculados à inserção de novas tecnologias, produziram um novo cenário no mundo do trabalho, caracterizando a intensificação do ritmo de trabalho e aumento das exigências (BAUMGARTEN, 2002).

As organizações estão introduzidas em ambientes altamente globalizados, complexos e competitivos, isso faz com que haja uma ampla exigência por resultados, acarretando em uma cobrança ainda maior pelos gestores e também colaboradores. Muitos deles necessitam administrar a pressão do a dia a dia, sobrecarga de trabalho, ansiedade e em casos mais graves transtornos psicológicos (CURRY, 2001).

Entretanto, as organizações percebem a necessidade de promover políticas e diretrizes de qualidade de vida no trabalho (QVT), na tentativa de atenuar os impactos negativos do trabalho na saúde do colaborador e, consequentemente, de sua capacidade produtiva. Assim sendo, os mesmos são vistos como parceiros da organização e não mais como simples empregados, sendo reconhecidos como fornecedores de habilidades, conhecimentos, capacidades e considerados como o capital intelectual da empresa (CHIAVENATO, 2002 apud SANTOS, 2009).

Posto isto, a QVT deve ser uma forma de melhorar as condições de trabalho de cada indivíduo presente na organização, para que haja um nível de satisfação mais elevado dos funcionários. A QVT engloba duas perspectivas interdependentes. Sob a ótica das organizações, ela é um preceito de gestão organizacional que se expressa por práticas no âmbito das condições da

[1] Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora Orientadora

ISBN 978-65-5629-077-5

organização e das relações socio profissionais que visa à promoção do bem-estar individual e coletivo. Sob a ótica dos sujeitos, ela se expressa por meio das representações globais que estes constroem sobre o contexto no qual estão inseridos, indicando o predomínio de vivências de bem-estar no trabalho, de reconhecimento institucional, de possibilidade de crescimento profissional e de respeito às características individuais (FERREIRA, 2011).

Conforme indicam Woyciekoski e Hutz (2009), a Inteligência Emocional (IE) constitui um campo de investigação relativamente novo, que traz consigo a proposta de ampliar o conceito do que é aceito como tradicionalmente inteligente, incluindo nos domínios da inteligência aspectos relacionados ao mundo das emoções e sentimentos.

Em concordância com Goleman (1995), a Inteligência Emocional contribui como uma competência ao indivíduo, para que o mesmo possa se auto motivar, ter empatia, encarar frustrações, controlar os impulsos e autorregular o espírito. Sendo assim, a emoção não é apenas importante, mas absolutamente necessária para a tomada de decisões, otimização na solução de problemas, administração de contra tempos, e consequentemente, o alcance do sucesso.

Diante do mercado cada vez mais exigente e dos inúmeros avanços tecnológicos, as pessoas andam mais estressadas em suas vidas pessoais e também profissionais. De acordo com o levantamento realizado pela BBC NEWS em São Paulo, 53,8% da população se sente estressada enquanto que 60,3% relatam aumento da ansiedade. Sendo assim, é imprescindível que os profissionais se mantenham preparados emocionalmente, social e tecnicamente para o exercício de suas atividades (MOTTA, 2020). A inteligência emocional é uma competência a ser desenvolvida, ela consiste na consciência das emoções, ou seja, conhecê-las profundamente e saber lidar com elas, seja nos relacionamentos pessoais ou no trabalho. Para Goleman (1995), pessoas de sucesso têm 66% de suas aptidões conectadas ao Quociente Emocional (QE), quando apenas 33% são relacionadas ao Quociente Intelectual (QI). Logo, a razão, a técnica e a precisão não são as únicas qualificações responsáveis pelo sucesso na carreira.

De acordo com Razzouk (2016), as estimativas da Organização Mundial de Saúde – OMS (2015) mostram que a depressão será a doença mais comum na próxima década, em torno de 350 milhões de pessoas deverão, até 2021, sofrer de depressão. E, dentro do mesmo prazo, 90 milhões terão uma desordem pelo excesso de estresse, ou seja, é necessário aprender a manejar os sentimentos o quanto antes, principalmente em momentos de incerteza e dificuldades, como a crise pandêmica desenvolvida pelo novo Coronavírus. Gameiro (2020), enfatiza que a mudança brusca de rotina que a pandemia causou na vida e no trabalho das pessoas trouxe impactos também para a saúde mental. É o que mostra um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e publicado pela revista *The Lancet*. De acordo com o artigo, os casos de depressão aumentaram 90% e o número de pessoas que relataram sintomas como crise de ansiedade e estresse agudo dobrou em relação ao ano passado. O número de infelicidade com o trabalho também é alarmante, nove em cada dez brasileiros não se sentem felizes no trabalho.

Logo, as organizações estão se atentando a incluir mecanismos de QVT na rotina das atividades diárias com o objetivo de diminuir o impacto causado pelo trabalho. A QVT é perceber o contexto em qual o colaborador está inserido, o que é necessário para suas tarefas, e de que maneira esse profissional pode ser bem-

ISBN 978-65-5629-077-5

sucedido sem prejudicar sua saúde (BOAS E MORIN 2018). O tema desta pesquisa foi a relação entre inteligência emocional e a qualidade de vida no trabalho. A problemática se deu a respeito do desenvolvimento da IE aplicada no dia a dia dos professores como meio de se atingir a QVT e diminuir os impactos causados pelo trabalho na saúde mental dos mesmos. A pergunta de pesquisa que se pretendeu responder com este estudo foi: Qual a relação entre inteligência emocional e qualidade de vida no trabalho?

Esta pesquisa teve como delimitação do tema a percepção dos professores dos cursos da área de negócios de uma instituição de ensino privada da cidade de Cascavel/PR, sobre a contribuição da IE e a QVT. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2021.

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar a relação entre a inteligência emocional e a qualidade de vida no trabalho. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) levantar o nível de qualidade de vida no trabalho; (b) investigar características da inteligência emocional dos respondentes; e (c) verificar a relação entre inteligência emocional e qualidade de vida no trabalho.

Diante da importância das pessoas no contexto organizacional, conhecer os fatores relacionados ao comportamento humano torna-se imprescindível, visto que elas podem trazer um diferencial a empresa. Conectar a estratégia de negócio com a estratégia de talentos é crucial para que a organização siga em frente, principalmente em períodos de crise. A ciência do comportamento organizacional fornece ferramentas que auxiliam os profissionais a lidarem de uma melhor maneira com as situações complexas do dia a dia (PEDROSA *et al*., 2018).

As organizações, atualmente, não estão apenas selecionando colaboradores que possuam experiência profissional e cursos de especialização, mas também estão em busca do profissional que tenha o autocontrole emocional, que saiba trabalhar em equipe e relacionar-se bem com os demais colaboradores, portando a IE pode ser considera como uma *Soft Skills*, o qual os recrutadores estão de olho (PEDROSA *et al*., 2018). Portando, uma pesquisa sobre a Inteligência Emocional associada com a Qualidade de Vida do Trabalho, se justifica por ser um fator relevante a ser estudado pela área de gestão de pessoas, visto que os colaboradores exercem relação direta ao desempenho organizacional, logo, se os mesmos estiverem mentalmente saudáveis a organização terá maiores chances de alcançar o sucesso.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema desta pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão realizadas a partir dos dados coletados.

2.1 Gestão de Pessoas

Por muito tempo, o capital financeiro foi considerado o principal recurso das organizações. No entanto, existem outros fatores a serem levados em consideração, algumas grandes empresas possuem altos níveis de capital financeiro e mesmo assim a longo prazo não obtiveram sucesso e finalizaram suas

ISBN 978-65-5629-077-5

atividades (FERREIRA, 2011). Para que uma organização seja ser bem-sucedida, a mesma deve-se atentar a sua estrutura, levando em consideração o capital humano incluso nela, pois isso ditará se a mesma terá ou não sucesso (CHIAVENATO, 2005).

As organizações funcionam como um sistema integrado, onde as pessoas interagem regularmente e são dependentes entre si para executar em suas atividades. Desta forma, todos trabalham de forma sinérgica com o objetivo comum de produzir maior valor agregado para a organização, gerando riquezas (ROBERTS; FLORES-MENDOZA; NASCIMENTO, 2002).

Diante disso, Reis (2006) indica que no complexo sistema competitivo do mundo atual é notável o desgaste físico, mental e emocional das pessoas. Tal desgaste é acelerado quando passa a desconsiderar a importância das emoções no processo mental e sua relevância na vida humana. Com isso torna-se necessário que os indivíduos aprendam a controlar, administrar e lidar com essas emoções para assim vivenciarem uma melhor qualidade de vida pessoal e profissional (REIS, 2006).

Nas palavras de Chiavenato (2005), as empresas bem-sucedidas compreenderam que seus funcionários são componentes dos resultados alcançados dentro da organização. Em consequência das incessantes mudanças no mercado corporativo, as organizações foram sujeitas a olhar com mais cuidado para o setor de gestão de pessoas, pois é através do mesmo que se garante o bom funcionamento prático da empresa, desde o recrutamento, desenvolvimento e avaliação, assim, os colaboradores passaram a serem vistos, antes de tudo, como seres humanos e não apenas como simples recursos organizacionais.

Roberts, Flores-Mendoza e Nascimento (2002) ressaltam que as organizações têm se preocupado em selecionar candidatos que além da competência técnica possuam aptidões emocionais desenvolvidas, pois entendem que o conhecimento é necessário para exercício da função e que as aptidões emocionais complementam o perfil do candidato, garantindo assim que o mesmo contribua positivamente para o crescimento da organização.

Em concordância, Ferreira (2011) corrobora que a Inteligência Emocional – (IE), é um diferencial no crescimento de uma organização, visto que esta é capaz de oferecer um bom ambiente de trabalho, proporcionando um grande grau de eficiência e motivação aos colaboradores, ou seja, os resultados da IE aliados a gestão de pessoas em uma organização são visualizados através do aumento da produtividade e de uma equipe unida. As organizações são formadas por pessoas, mas estas nem sempre são devidamente reconhecidas ou motivadas pela organização e, em muitas vezes, sofrem de uma cultura hierárquica que ainda se baseia em teorias burocráticas (STEINER; PERRY, 2000).

2.2 Inteligência Emocional– IE

Do ponto de vista teórico empírico, o termo IE foi utilizado pela primeira vez através da Psicologia, contudo, o termo da IE ganhou notoriedade a partir da obra *Inteligência Emocional*, de Daniel Goleman (1995). Ao longo das décadas, o conceito vem passando por revisões até chegar à sua versão atual, das quais Goleman conclui:

ISBN 978-65-5629-077-5

> Por muitas décadas, falou-se vagamente sobre essas habilidades que eram chamadas de temperamento e personalidade ou habilidades interpessoais (habilidades ligadas ao relacionamento entre as pessoas, como a empatia, liderança, otimismo, capacidade de trabalho em equipe, de negociação, etc.). Atualmente, há uma compreensão mais precisa desse talento humano, que ganhou um novo nome: inteligência emocional (GOLEMAN,1995, p. 338).

Inteligência emocional descreve a capacidade de reconhecer e avaliar os seus próprios sentimentos e os das pessoas que o cercam, sendo assim definido como a capacidade de compreensão da emoção e da capacidade de controlar as mesmas, para promover o crescimento emocional e intelectual (MAYER; SALOVEY, 1997).

O modelo proposto por Goleman (2007) posiciona a IE como o conjunto de competências e habilidades, estas fundamentadas em cinco pilares, sendo eles:

Autopercepção: Saber o que está sentindo num determinado momento e utilizar as preferências que guiam a tomada de decisão;

Autorregulamentação: Lidar com as próprias emoções de forma que facilitem a tarefa que tem pela frente, em vez de interferir com ela;

Motivação: Utilizar as preferências mais profundas para impulsionar-se e guiar-se na direção de metas;

Empatia: Pressentir o que as pessoas estão sentindo, ser capaz de assumir a perspectiva e cultivar a sintonia com ampla diversidade de pessoas;

Habilidades sociais: Lidar bem com as emoções nos relacionamentos e ler com precisão situações sociais e redes; interagir com facilidade.

Este conceito disseminou rapidamente no contexto organizacional tornando-se popular. Com a evolução da ciência, assim como da psicologia, psiquiatria e neurociência, descobriu-se que existiam diferentes fatores que determinam o sucesso de pessoas e consequentemente das organizações, chegando ao Quociente Emocional – QE (GOLEMAN, 2007).

Gardner (1995) desenvolveu a teoria das inteligências múltiplas, que contraria a visão até então da tradicional "inteligência" baseada em testes de Quociente de Inteligência - QI. Sendo assim, é possível destacar as diversas formas que o indivíduo assimila o conhecimento, que nos permite reconhecer a inteligência a partir de uma nova visão. Visão essa, que valoriza o ser humano de uma forma integral, capaz de desenvolver-se cognitivamente de diversas formas.

Existem oito tipos de inteligências, sendo elas: espacial-visual, musical, intrapessoal ou intuitiva, interpessoal ou sócia, cinestésica-corporal, linguística, lógico-matemática e mais tarde a naturalista ou existencial. Estas aptidões são apresentadas com intensidade diferenciada em cada pessoa, todos possuem essas inteligências, porém nem sempre as mesmas são desenvolvidas da mesma forma, uma pessoa poderá ser capaz de encorajar outras para novos desafios, mas será inapta para enfrentar mudanças em sua vida. O desenvolvimento e aperfeiçoamento das aptidões tornam-se primordiais para o desempenho profissional (GARDNER, 1995).

Constantes mudanças no mercado de trabalho têm conduzido as organizações a buscarem novas formas de aumento de produtividade em seus ambientes, estes por muitas vezes são associados também ao bem estar de seus colaboradores, a fim de manter a excelência empresarial. A IE trabalha estímulos

ISBN 978-65-5629-077-5

ao colaborador para que o mesmo possa desenvolver a capacidade de persistir em seus objetivos mesmo com adversidades, sendo assim, é possível controlar seus impulsos e também sua ansiedade para que não prejudique sua capacidade cognitiva de raciocínio e tomada decisões. (GOLEMAN,2018).

As pessoas são os recursos mais importantes dentro de um sistema produtivo, pois elas pensam e agem de acordo com o ambiente em que estão inseridas. A vista disso, a IE é um fator importante a ser considerado para o sucesso e o insucesso profissional, pois os ambientes organizacionais são compostos de relacionamentos interpessoais, estes que nem sempre são de boa qualidade (GOLEMAN, 2007).

2.3 Percepção Da Inteligência Emocional No Ambiente Organizacional

A emoção é um campo de energia em contínuo estado de transformação. As pessoas produzem centenas de emoções diárias. Elas se organizam, se desorganizam e se reorganizam num processo contínuo, sendo assim, é inevitável que o ser humano mude de humor a todo instante, por este motivo, é necessário desenvolver o autocontrole emocional (CURRY, 2001). "Há uma relação entre mente-emoção-ação, ou seja, as emoções levam os indivíduos a manifestarem ações, as quais são guiadas pela mente'' (GOLEMAN, 1995 apud SANTOS, 2009, p. 17).

Para Goleman (1995, p. 306), "a mente humana é composta por duas partes: a que raciona e a que sente, ambas interagem na construção da vida mental do indivíduo". O autor cita ainda que a mente que raciocina é responsável pela compreensão, reflexão e mensuração das ações cotidianas. Enquanto que, a mente emocional diz respeito a um conjunto complexo de conhecimentos resultantes da história vivenciada pelo indivíduo, logo, isto explica o pretexto do porquê que muitas pessoas agem de acordo com as suas emoções, estas sendo impulsas ou não. Ambas as mentes, emocional e racional, trabalham em conjunto, afim de conduzir os indivíduos em suas vivencias. (GOLEMAN, 1995).

Alzina (2000) explica que uma pessoa emocionalmente inteligente tem uma atitude positiva perante a vida, valorizando os aspectos positivos mais do que se lamentando pelos negativos, sendo assim, o indivíduo está propenso a desenvolver empatia para com seus relacionamentos, sendo capaz de reconhecer, controlar e expressar suas emoções.

Corroborando estas afirmações, Steiner e Perry (2000) declaram que uma pessoa emocionalmente inteligente sabe lidar com suas emoções, o que contribui em seu poder pessoal, na própria qualidade de vida e também na das pessoas que às cercam, pois a mesma toma consciência que as emoções são individuais, mas que tem impacto sobre a vida em sociedade. O autor propõe ainda que, é fundamental ao gestor de equipe o reconhecimento e compreensão das emoções individuais.

A consequência de todas estas características se reflete, segundo Reis (2006**)** na melhor gestão dos sentimentos, possibilitando identificar pontos fortes, que devem ser potencializados, e os pontos fracos, que necessitam de maior cuidado, ou até mesmo, serem evitados em determinadas situações. Goleman (2018) contribui explicando que compreender o papel das emoções no ambiente organizacional diferenciará bons profissionais dos demais, as pessoas que

ISBN 978-65-5629-077-5

reconhecem conscientemente suas emoções poderão desfrutar de excelentes resultados.

Steiner e Perry (2000) apontam que um colaborador emocionalmente inteligente possui foco em sua atividade, sendo motivado e persistente no alcance das metas, possui autoconfiança, tem facilidade de trabalhar em equipe, é empático, um bom comunicador e se relaciona bem com todos os integrantes da empresa. Além disso, estimula e contagia seus colegas, é um agente que transforma o ambiente do qual faz parte.

Fica claro portanto, que o profissional que associa a inteligência intelectual à inteligência emocional se destaca dos demais, a organização o percebe e reconhece sua importância, valorizando e investindo para mantê-lo o maior tempo possível em seu quadro de colaboradores, pois, o mercado é carente de profissionais com este perfil. Existe uma via de mão dupla, ou seja, uma relação em que ambas as partes lucram, pois a empresa e o colaborador têm suas necessidades satisfeitas (GOLEMAN, 2007).

2.4 Qualidade De Vida No Trabalho - QVT

De acordo com Boas e Morim (2018), grande parte da vida das pessoas é ocupada pelo trabalho, ou seja, o homem disponibiliza e destina a maior parte do seu tempo para o trabalho, ao invés de estar ao lado de seus familiares e amigos. Desde o nascimento as pessoas são preparadas para o trabalho, é transmitido a ideia de que sem o trabalho não há meio de sobrevivência. O trabalho é parte importante da constituição da identidade do ser humano, além disso, é ainda fonte de reconhecimento social. Trabalhar implica em um compromisso, é algo que extrapola a relação salarial ou empregatícia, um desafio diário. Assim, o trabalho acarreta em riscos que não são exclusivamente físicos, sendo muitas vezes invisíveis (ANTLOGA *et al*. 2016).

Na tentativa de diminuir os impactos negativos do trabalho na saúde do trabalhador, surgiram nos últimos anos diversos programas de qualidade de vida no trabalho nas organizações públicas e privadas, estes com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e aumentar a produtividade dos mesmos (ANTLOGA *et al*. 2016). Corroborando com o mesmo pensamento Coelho, Silva e Moreira (2017) indicam que é primordial que as organizações busquem promover o bem-estar do colaborador no ambiente de trabalho, pois o indivíduo satisfeito sente-se mais interessado e motivado, tornando-se engajado e desenvolvendo suas tarefas com maior eficiência.

Conforme apontam Boas e Morim (2018, p.1):

> As pessoas veem priorizando, cada dia mais, a qualidade de vida nos mais diversos locais de trabalho. A qualidade de vida no trabalho (QVT) pode ser analisada a partir de alguns indicadores e fatores que ajudam a avaliar o ambiente de trabalho e as pessoas que nele atuam. Além disso, as características pessoais também interferem no nível de percepção de QVT.

Segundo Santos (2007, p. 40) "um programa de qualidade de vida no trabalho pode permitir reconciliar os objetivos dos indivíduos em situação de trabalho e os propostos pela organização". Nesse sentido, observa-se a

ISBN 978-65-5629-077-5

importância da QVT nas organizações, sendo uma fonte para a satisfação e desempenho do colaborador.

Para Chiavenato (2010) a QVT é um constructo complexo que envolve inúmeros fatores, como: satisfação com o trabalho executado, possibilidade de futuro na organização, o reconhecimento pelos resultados alcançados, o salário percebido, os benefícios auferidos, o relacionamento humano dentro da equipe e da organização, o ambiente psicológico e físico de trabalho, a liberdade de atuar e responsabilidade de tomar decisões e a possibilidade de estar engajado e de participar ativamente na organização. O conjunto dessas oportunidades de desenvolvimento pode auxiliar na construção de ambientes mais saudáveis e voltados para o bem-estar do indivíduo pois dão mais sentido ao trabalho em si, logo, o trabalho se torna mais significativo para o colaborador (BOAS; MORIN,2018).

Ferreira (2011) define cinco pontos importantes a serem analisados sobre QVT, a organização deve buscar equilíbrio entre todos eles, sendo:

a) **Condições de trabalho:** Diz respeito ao ambiente físico como espaços de trabalho, layouts, iluminação, temperatura, ventilação, acústica, suporte organizacional, informações, suprimentos, tecnologias, políticas de remuneração, de capacitação e de benefícios;
b) **Organização do trabalho:** Diz respeito a divisão do trabalho hierárquica/social, missão, objetivos e metas organizacionais, jornada (duração, turnos), pausas, férias, flexibilidade e ao padrão de conduta como habilidades previstas, higiene, trajes/vestimentas;
c) **Relações socioprofissionais**: Diz respeito as relações hierárquicas chefia imediata, chefia superior, relações com colegas de trabalho, membros de equipes e consumidores de produtos e serviços privados;
d) **Reconhecimento e crescimento profissional:** Diz respeito ao reconhecimento do trabalho realizado, empenho, dedicação, crescimento profissional, uso da criatividade, desenvolvimento de competências, capacitações, oportunidades, incentivos, equidade, carreiras;
e) **Elo entre trabalho e vida social:** Diz respeito ao sentido do trabalho: prazer, valorização do tempovivenciado na organização, sentimento de utilidade social, produtividade saudável, relação trabalho-casa, relaçãotrabalho-família, relação trabalho-amigos, relação trabalho-lazer, relação trabalho-sociedade.

Estudos sobre QVT referem-se à possibilidade de que o indivíduo possa fazer o que se gosta, ter satisfação pessoal e financeira, ser valorizado e reconhecido pelo trabalho realizado, ter oportunidades de crescimento, ter condições de trabalho adequadas, ter equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, cooperar com os colegas de trabalho em um ambiente harmonioso e saudável e por fim realizar suas atividade de forma autônoma, com qualidade e sem excesso de pressão (ANTLOGA *et al*. 2016).

Para Roberts, Flores-Mendoza e Nascimento (2002), a natureza dos relacionamentos pessoais é uma importante dimensão da QVT. Sendo assim, o trabalho deve permitir o desenvolvimento de relacionamentos com colegas e superiores ajudando uns aos outros na adequada realização do trabalho. O bom relacionamento interpessoal influencia diretamente na harmonia e bem-estar do ambiente corporativo e do profissional em si. Adicionalmente, problemas de

ISBN 978-65-5629-077-5

relacionamento no trabalho, sejam com colegas, chefes, subordinados e até mesmo clientes afetam a qualidade de vida pessoal e familiar (BOAS; MORIN 2018).

"O ser humano nunca teve tanta consciência de si mesmo, de autoconhecimento, de busca por qualidade de vida pessoal e profissional, de bem-estar, bem como de seu psicológico" (VIEIRA *et al*. 2019, p. 3). Segundo os autores, o entendimento do Capital Psicológico está relacionado às questões de saúde, segurança e bem-estar no trabalho, o mesmo pode ser definido como um estado mental positivo. Este sendo categorizado em 4 classes de crenças que contribuem ao indivíduo experenciar suas atividades profissionais e pessoais de uma melhor forma, sendo elas: eficácia, otimismo, esperança e resiliência. Um olhar diferenciado as adversidades do dia a dia, faz com que a pessoa amenize os impactos negativos em sua saúde mental (VIEIRA *et al*. 2019).

É notável o interesse das organizações pela IE, esta condição pode estar vinculada a uma conjectura de que pessoas com melhor gerenciamento de suas emoções possivelmente desenvolveram melhores relações no ambiente de trabalho e consequentemente acabam por terem mais QVT (ROBERTS; FLORES-MENDOZA; NASCIMENTO, 2002).

3 METODOLÓGIA

Quanto aos objetivos, este estudo teve como método a pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias) e a pesquisa descritiva, sendo pautado em livros, sites científicos, monografias e artigos. Gil (2008, p. 245) enfatiza que "as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência". Salienta-se que "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir grande cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (GIL, 2008, p. 71). Sendo assim, a mesma, possibilita a cobertura de um grande conteúdo informativo, trazendo várias perspectivas de diferentes autores sobre um mesmo tema.

Quanto à abordagem do problema, este estudo teve sua análise de forma quantitativa. Segundo Gil (2008, p. 55) "existem dois métodos básicos em pesquisas para descrever e estudar o comportamento humano: qualitativo e quantitativo". O autor esclarece ainda que "as pesquisas que utilizam o método quantitativo enfatizam os dados estatísticos e utilizam os números obtidos como forma de compreender os fenômenos e variáveis estudadas" (GIL, 2008, p. 59).

Quanto ao procedimento tratou-se de uma pesquisa de levantamento de dados. Para Gil (2008, p. 104) "[...] o levantamento de dados pode valer-se da observação, de questionários, de entrevistas e mesmo de registros documentais, quando estes são disponíveis". Marconi e Lakatos (2003, p. 223) indicam que amostra "[...] é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo". Quanto aos procedimentos deste estudo, foi definida como coleta de dados, a mesma se deu de forma delimitada por amostras de professores da área de negócios do campus de uma instituição de ensino privada da cidade de Cascavel-PR, no ano de 2021 por meio de questionário online. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 200) "questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador". Esta escolha foi realizada devido à

ISBN 978-65-5629-077-5

acessibilidade de dados, tendo em vista que a autora desta pesquisa estuda na referida instituição de ensino, possibilitando assim, acesso a população para a coleta de dados.

O método de coleta de dados será constituído de fontes secundárias, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) "[...] é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados levantados." Sendo assim, a construção do questionário foi baseada no referencial teórico deste estudo, com base no artigo *"Inteligência Emocional nas Organizações, Capital Psicológico e Bem-Estar no Trabalho: Um Estudo com Servidores do Município de São Paulo"* dos autores Vieira, Oliveira, Nomelini e Oliveira (2019). O questionário será composto por 20 perguntas, com questões fechadas, que tem por objetivo identificar a autopercepção dos colaboradores acerca do papel da IE e também da QVT. A análise dos dados foi através de estatística descritiva, sendo representada por meio de gráficos e tabelas para melhor compreensão do leitor. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 170) "os gráficos quando utilizados com habilidade, podem evidenciar aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão". A escala utilizada será de tipo Likert de 5 (cinco) pontos. A resposta mais próxima de 1 (um) revela um grau de discordância e a de 5 (cinco), revela um grau de concordância (VIEIRA *et al*. 2019). Para analisar a correlação entre as variáveis será utilizado o índice de correlação de Pearson.

3.1 Índice de Correlação de Pearson

A análise de correlação é uma técnica matemática utilizada para medir a força de associação entre duas variáveis. Essa medição leva em consideração a dispersão entre os valores dados. Quanto menos dispersos estiverem os dados, mais forte será a dependência, isto é, a associação entre as variáveis.

Nessa pesquisa foi utilizado o Coeficiente de correlação de Pearson (r). O coeficiente de correlação mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de rácio/razão) Spiegel (1993). Pretendeu-se aqui medir o grau e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa entre as variáveis

O coeficiente de correlação **"R"** assume um valor entre [– 1 e + 1], isto é:

Se r = 1, a correlação é positiva perfeita;

Se r = -1, a correlação é negativa perfeita;

Se r = 0, a correlação é nula.

Na interpretação do coeficiente de correlação das variáveis, entender-se-á que quanto maior o valor de "r" (positivo ou negativo), mais forte a associação. No extremo, se r = 1 ou r = - 1, então todos os pontos no gráfico de dispersão caem exatamente numa linha reta. No outro extremo, se r = 0 não existe nenhuma associação linear. Desta forma, o Quadro fornece um guia de como se poderá descrever uma correlação em palavras dado o valor numérico:

Quadro 1 - Interpretação da correlação de Pearson

Valor de "r" (+ ou -)	Interpretação
0,00 a 0,19	Uma correlação bem fraca
0,20 a 0,39	Uma correlação fraca
0,40 a 0,69	Uma correlação moderada
0,70 a 0,89	Uma correlação forte

ISBN 978-65-5629-077-5

0,90 a 1,00	Uma correlação muito forte

Fonte: Adaptado de Spiegel (1993).

Nessa pesquisa, o índice de Correlação de Pearson foi utilizado para avaliar o grau de correlação entre variáveis inteligência emocional e qualidade de vida no trabalho, sempre relacionando os números produzidos pelas cooperativas estudadas, aos números produzidos pelas regiões relacionadas ao estudo.

4 RESULTADOS

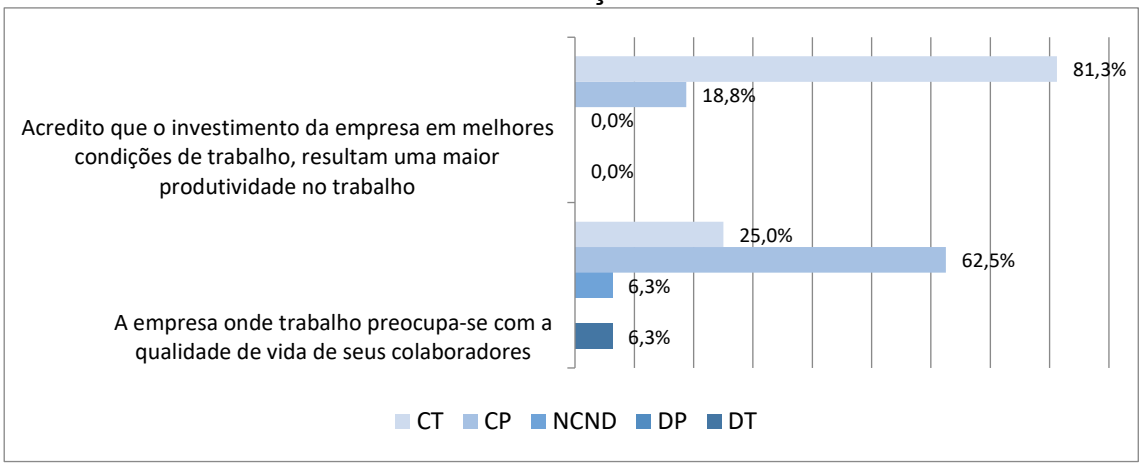
A partir deste ponto serão apresentados os dados analisados e os resultados.

4.1 Análise da qualidade de vida no trabalho

Iniciando com a análise do nível de qualidade de vida no trabalho dos respondentes. A qualidade de vida no trabalho foi analisada sob cinco aspectos, sendo eles: Condições de trabalho; Organização do trabalho; Relações socioprofissionais; Reconhecimento e crescimento profissional e Elo entre trabalho e vida social.

Condições de trabalho diz respeito ao ambiente físico como espaços de trabalho, layouts, iluminação, temperatura, ventilação, acústica, suporte organizacional, informações, suprimentos, tecnologias, políticas de remuneração, de capacitação e de benefícios.

Gráfico 1 – Condições de Trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

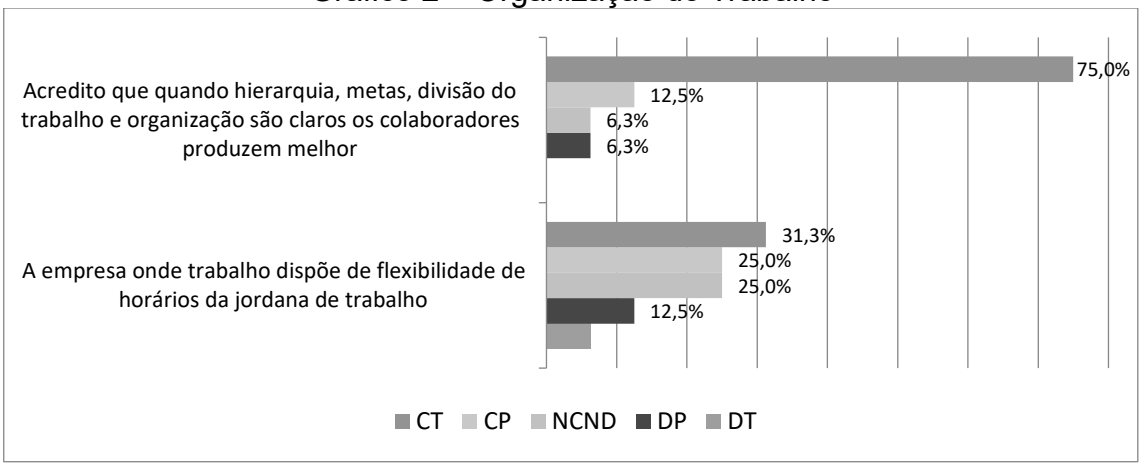
Quanto às condições de trabalho, a pesquisa revelou que a maioria dos respondentes está satisfeito com as condições de trabalho as quais são submetidos, sendo que 100% acreditam que a Univel investe em melhores condições de trabalho e isso faz com que a produtividade aumente e 87,5% afirmam que a Univel é uma empresa preocupada com a qualidade de vida de seus colaboradores. Quanto às condições de trabalho, a pesquisa revelou que os respondentes encontram-se satisfeitos.

Organização do trabalho diz respeito a divisão do trabalho hierárquica/social, missão, objetivos e metas organizacionais, jornada (duração, turnos), pausas,

ISBN 978-65-5629-077-5

férias, flexibilidade e ao padrão de conduta como habilidades previstas, higiene, trajes/vestimentas.

Gráfico 2 – Organização do Trabalho

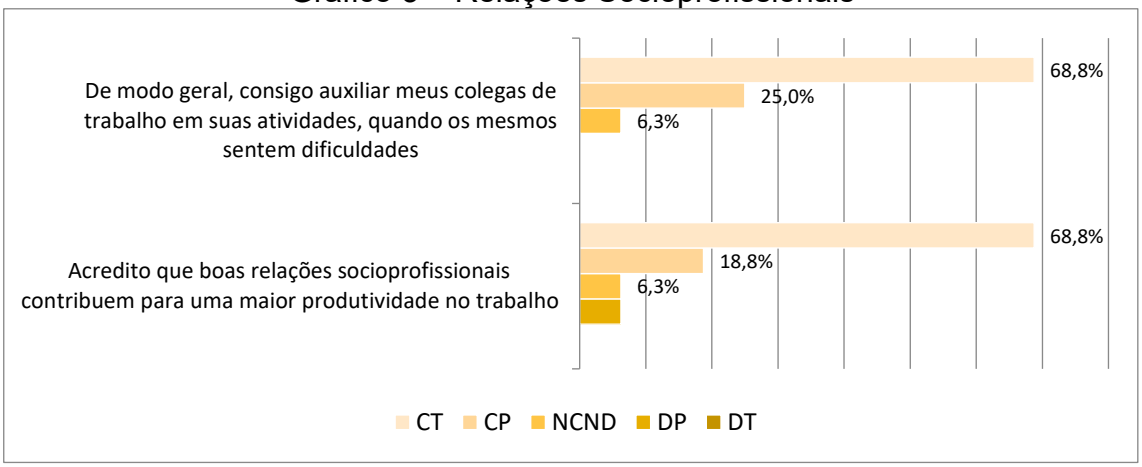


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto a organização do trabalho, a pesquisa revelou que 87,5% dos respondentes acreditam que a Univel expõe claramente a hierarquia e metas. Apenas 31,3% acreditam que a empresa dispõe de flexibilização de horário enquanto que 37,5% não concordam que a empresa em questão dispõe de flexibilidade de horários. Essa questão nem pode ser discutida, considerando que o horário das aulas são fixos e não são passíveis de negociação. A pesquisa revelou, portanto, que os respondentes encontram-se satisfeitos em relação à organização do trabalho.

Relações socioprofissionais diz respeito as relações hierárquicas chefia imediata, chefia superior, relações com colegas de trabalho, membros de equipes e consumidores de produtos e serviços privados.

Gráfico 3 – Relações Socioprofissionais



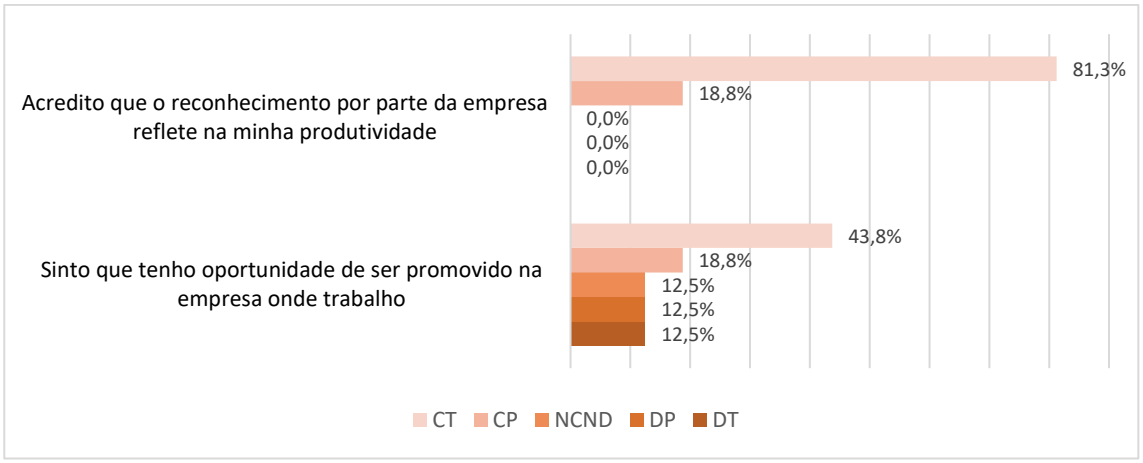
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto as relações socioprofissionais, a pesquisa expressou que 93,8% dos respondentes conseguem apoiar seus colegas de trabalho quando os mesmos sentem dificuldades em relação as atividades do cotidiano e 87,6% afirmam que boas relações socioprofissionais colaboram para uma maior produtividade. A pesquisa indica satisfação por parte dos respondentes em relação às relações socioprofissionais.

ISBN 978-65-5629-077-5

Reconhecimento e crescimento profissional diz respeito ao reconhecimento do trabalho realizado, empenho, dedicação, crescimento profissional, uso da criatividade, desenvolvimento de competências, capacitações, oportunidades, incentivos, equidade, carreiras.

Gráfico 4 - Reconhecimento e Crescimento Profissional

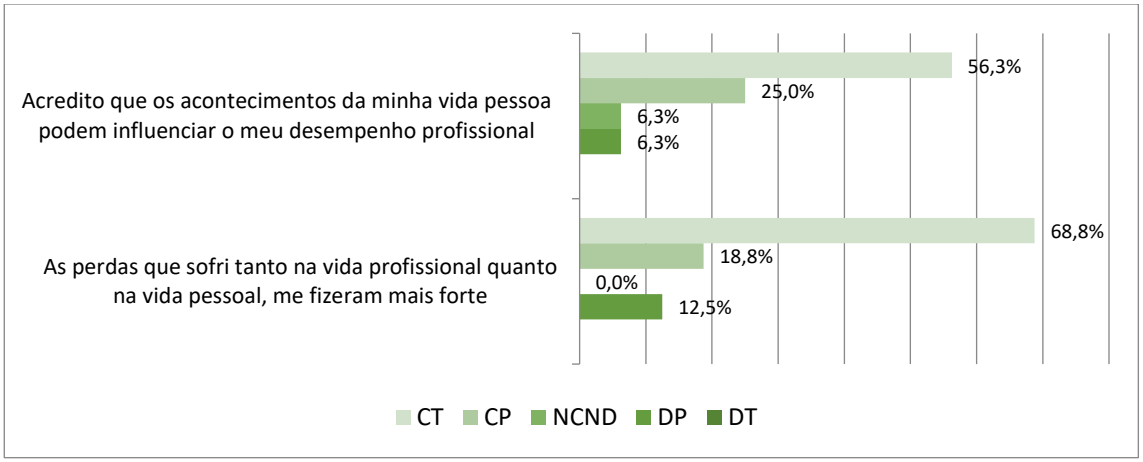


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto ao reconhecimento e crescimento profissional, a pesquisa revelou que 100% dos respondentes afirmam que serem reconhecidos por parte da empresa aumenta a produtividade. Em contra partida, 25% afirmam que não sentem que possuem chances de serem promovidos devido a empresa não possuir um plano de carreira, enquanto que 62,6% afirmam que acreditam que podem ser promovidos. A insatisfação em relação à possibilidade de promoção é facilmente explicada pelo tipo de atividade que os respondentes desenvolvem. Sendo todos professores numa instituição de ensino superior, é natural que não percebam possibilidade de ascensão em suas carreiras, dada a inexistência de cargos a ascender nessa profissão especificamente.

Elo entre trabalho e vida social diz respeito ao sentido do trabalho: prazer, valorização do tempo vivenciado na organização, sentimento de utilidade social, produtividade saudável, relação trabalho-casa, relação trabalho-família, relação trabalho-amigos, relação trabalho-lazer, relação trabalho-sociedade.

Gráfico 5 - Elo entre trabalho e vida social



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto ao elo entre trabalho e vida social a pesquisa revelou que 81,3% dos respondentes acreditam que os acontecimentos da vida pessoal influenciam

ISBN 978-65-5629-077-5

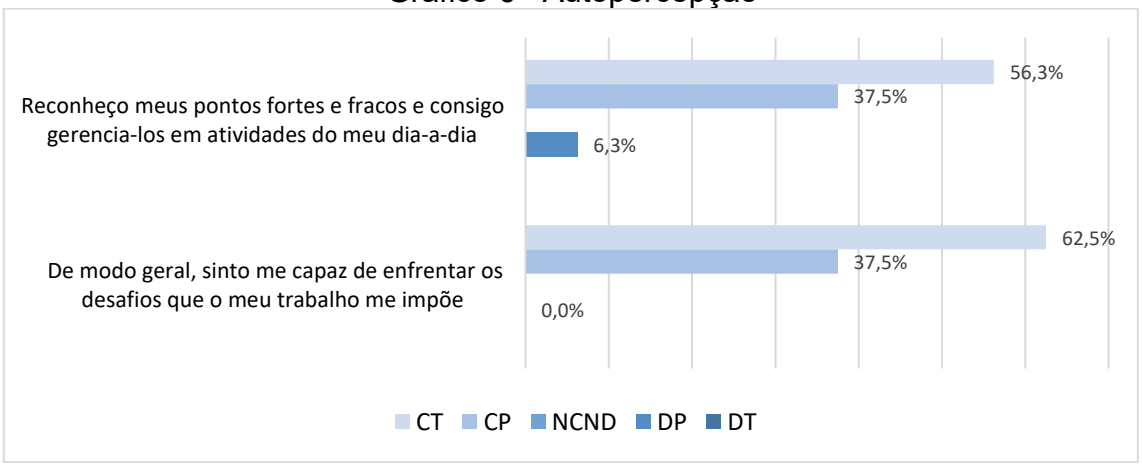
diretamente no rendimento profissional e 87,6% acreditam que as perdas e desafios o fizeram um profissional mais forte. De modo geral, em relação à qualidade de vida no trabalho, é possível afirmar que os respondentes encontram-se satisfeitos.

4.2 Análise das características de inteligência emocional

O nível de inteligência emocional dos respondentes foi analisado sob cinco aspectos, sendo eles: Autopercepção, Autorregulamentação, Motivação, Empatia e Habilidades sociais. É importante ressaltar que esse nível de inteligência emocional encontrado na pesquisa leva em consideração apenas a autoanálise dos respondentes em relação a si mesmos e, portanto, não pode ser considerada 100% acurada, já que, frequentemente, a imagem que o indivíduo tem de si mesmo pode ser diferente da visão que seus pares têm dele.

A Autopercepção diz respeito ao saber o que está sentindo num determinado momento e utilizar as preferências que guiam a tomada de decisão.

Gráfico 6 - Autopercepção



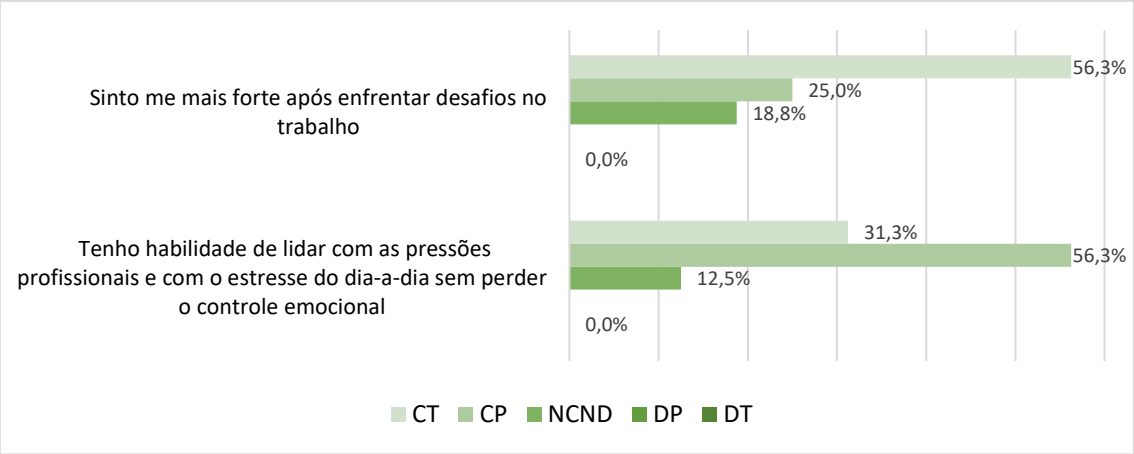
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto a autopercepção, a pesquisa revelou que 93,8% dos respondentes acreditam que o autoconhecimento em relação aos pontos fortes e fracos faz com que eles tenham um melhor gerenciamento em atividades do dia a dia. Em relação as adversidades do dia a dia, 100% dos respondentes acreditam que se sentem capazes de enfrenta-las. De acordo com esse item, os respondentes possuem elevado nível de inteligência emocional.

Autorregulamentação diz respeito ao saber lidar com as próprias emoções de forma que facilitem a tarefa que tem pela frente, em vez de interferir com ela.

Gráfico 7 - Autorregulamentação

ISBN 978-65-5629-077-5

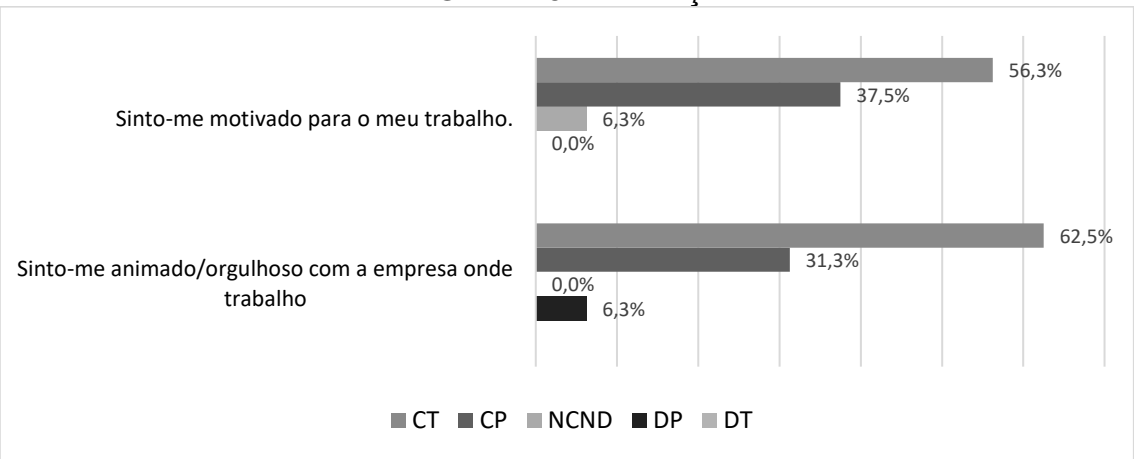


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto a autorregulamentação, a pesquisa apresentou que 81,3% dos respondentes se sentem mais fortes após enfrentar desafios em seu trabalho, assim como 87,6% acreditam que possuem habilidade emocionais para enfrentar situações estressantes sem perder o controle emocional. De acordo com esse item, os respondentes possuem elevado nível de inteligência emocional.

Motivação diz respeito ao utilizar as preferências mais profundas para impulsionar-se e guiar-se na direção de metas.

Gráfico 8 - Motivação



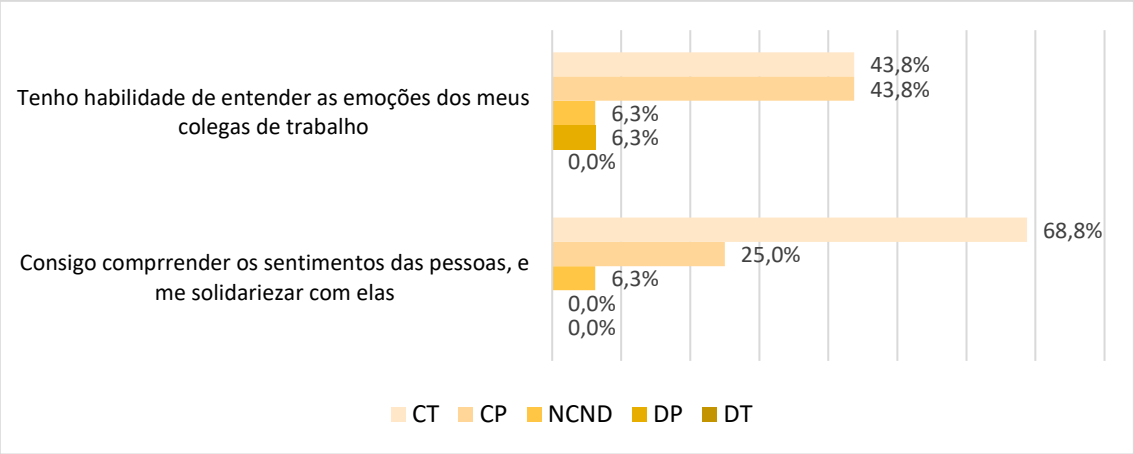
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto a motivação, a pesquisa concluiu que 93,8% dos respondentes afirmam estar motivados a execução de seu trabalho na Univel, enquanto que 93,8% corroboram que se sentem orgulhos da empresa que atuam. De acordo com esse item, os respondentes possuem elevado nível de inteligência emocional.

Empatia diz respeito ao pressentir o que as pessoas estão sentindo, ser capaz de assumir a perspectiva e cultivar a sintonia com ampla diversidade de pessoas.

Gráfico 9 - Empatia

ISBN 978-65-5629-077-5

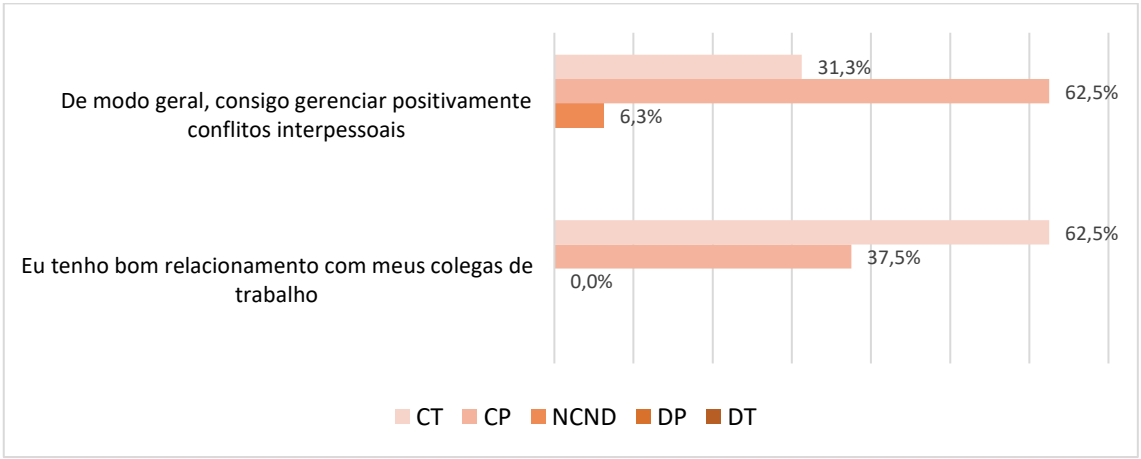


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto à empatia, a pesquisa revelou que 87,6% dizem possuir a habilidade de compreensão das emoções dos colegas de trabalho e 93,8% dos respondentes afirmam que conseguem compreender os sentimentos das pessoas ao seu redor e se familiarizar com elas. De acordo com esse item, os respondentes possuem bom nível de inteligência emocional.

Habilidades sociais dizem respeito à capacidade de lidar bem com as emoções nos relacionamentos e ler com precisão situações sociais e redes; interagir com facilidade.

Gráfico 10 - Habilidades sociais



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

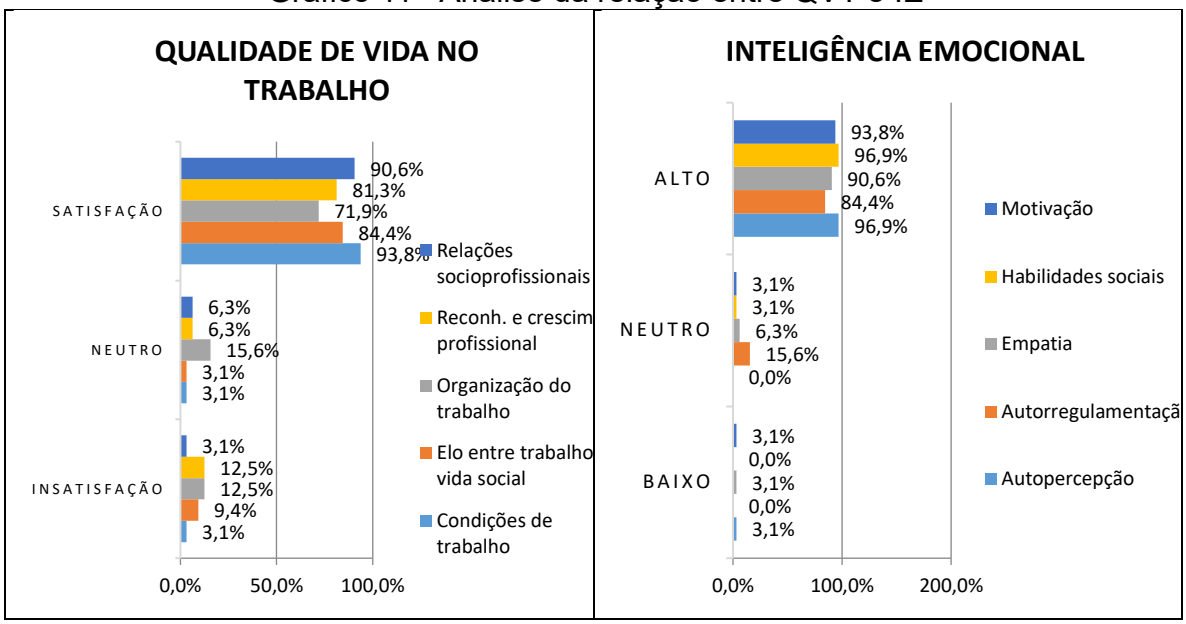
Quanto as habilidades sociais, a pesquisa apresentou que 93,8% dos respondentes conseguem gerir seus conflitos interpessoais de forma assertiva, corroborando 100% dos respondentes afirmam que possuem um bom relacionamento interpessoal com seus colegas de trabalho. De acordo com esse item, os respondentes possuem elevado nível de inteligência emocional.

4.3 Análise da relação entre QVT e IE

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com os resultados da pesquisa, os respondentes encontram-se satisfeitos em relação a qualidade de vida no trabalho e demonstram um alto nível de inteligência emocional. O gráfico 11 apresenta os dados lado a lado para facilitar a visualização dos resultados.

Gráfico 11 - Analise da relação entre QVT e IE



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No entanto, esse estudo não possibilitou estabelecer relação entre as duas variáveis. O índice de correlação de Pearson calculado entre a satisfação com a qualidade de vida no trabalho, e o alto nível de inteligência emocional foi de 0,33, o que indica um grau de correlação fraco entre as variáveis, não sendo possível afirmar que a satisfação com a qualidade de vida no trabalho influencie a Inteligência emocional e vice-versa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi verificar a relação entre a inteligência emocional e a qualidade de vida no trabalho, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Qual a relação entre inteligência emocional e qualidade de vida no trabalho?

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e de levantamento. Os dados foram coletados por meio de questionários, a amostra foi composta por professores de uma instituição de ensino privada na cidade de Cascavel – PR. Estes dados foram representados por meio de gráficos. Nessa pesquisa foi utilizado o Coeficiente de correlação de Pearson (r) para verificar se correção entre IE e QVT foi alta ou baixa.

Foram estudados os aspectos relacionados com a IE, sendo eles: Autopercepção, Autorregulamentação, Motivação, Empatia e Habilidades sociais. Referentes aos aspectos da QVT, foram analisados os seguintes pontos, sendo eles: Condições de trabalho, organização do trabalho, Relações socioprofissionais, Reconhecimento e crescimento profissional e Elo entre trabalho e vida social.

ISBN 978-65-5629-077-5

A pesquisa revelou que os respondentes se encontram satisfeitos em relação a qualidade de vida no trabalho vivenciada e demonstram um alto nível de inteligência emocional. No entanto, os resultados expõem que esta pesquisa não possibilitou estabelecer relação entre as duas variáveis. Assim, a resposta ao problema de pesquisa é de que o grau de correlação entre as variáveis é fraco, não sendo possível afirmar que a satisfação com a qualidade de vida no trabalho influencie o grau de Inteligência emocional do profissional ou vice-versa.

Logo, o profissional que consegue reconhecer suas emoções, seja nos relacionamentos pessoais ou profissionais, terá melhores relacionamentos interpessoais e uma alta produtividade, contudo, estes fatores não influenciarão na qualidade de vida do trabalho, pois esta variável diz respeito aos diversos programas que as empresas organizam para seus colaboradores.

Sugere-se para trabalhos futuros sejam pesquisados os impactos que a falta de qualidade de vida no trabalho causa na saúde do colaborador. Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

ALZINA, R. **Educacion y bienestar.** Barcelona: Editorial Práxis, 2000.

ANTLOGA, Carla Sabrina; CARMO, Marina Maia do; TAKAKI, Katsumi Taís. O Que É Qualidade De Vida No Trabalho? Representações De Trabalhadores De Um Instituto De Pesquisa. **Trabalho (En)Cena**, [*s. l*], v. 1, n. 1, p. 132-142, 01 jan. 2016. Semestral. Disponível em: revista.uft.edu.br/index.php/encena. Acesso em: 24 maio 2021.

BAUMGARTEN, M. **Reestruturação produtiva e industrial.** Em A. D. Cattani (Org.), Dicionário crítico sobre trabalho tecnologia (268-271). Porto Alegre: Editorada UFGS, 2002.

BOAS, Ana Alice Vilas; MORIN, Estelle. **Inteligência emocional e qualidade de vida no trabalho dos docentes de instituições federais de ensino superior no brasil**. 2018. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas.** Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2005.

____. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

COELHO, F. N.; SILVA, A. H.; MOREIRA, M. G. BEM ESTAR NO TRABALHO: Um estudo com trabalhadores de uma rede cooperativista de trabalho médico. **Revista FOCO**, v. 10, n. 1, p. 118-133, 2017.

CURRY, Augusto. **Treinando a Emoção para ser feliz.** São Paulo: Academia de Inteligência, 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

FERREIRA, M. C. A Ergonomia da Atividade pode promover a qualidade devida no trabalho? Reflexões de natureza método lógica. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 11, n. 1, 8-20, 2011.

GAMEIRO, NATHÁLLIA. Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia**.** 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/.> Acesso em: 27 abr. 2021.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2006.

____. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo Atlas, 2008.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 57. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

____. **A prática da inteligência emocional.** 12ª edição. Tradução de Jussara Simões – Rio de Janeiro: Campus, 1998.

____. **Trabalhando com a inteligência emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

____.**O poder da inteligência emocional : como liderar com sensibilidade e eficiência** / Daniel Goleman, Richard Boyatzis e Annie McKee ; tradução Berilo Vargas. – 1a ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6a Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
MARINHO, Milton. **Transtornos mentais estão entre as principais causas de afastamento do trabalho**. 2018. Disponível em: https://blog.ipog.edu.br/saude/afastamento-do-trabalho-transtornos-mentais. Acesso em: 24 maio 2021.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração:** da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2004.

MAYER, J. D., & SALOVEY, P. **Whatis emotional intelligence?** In P. SALOVEY & D. J. SLUYTER (Eds.), **Emotional Develop mentand Emotiona lIntelligence: Implications Fo rEducators** (1997-p.3-31).

MOTTA, Camilla Veras. **Em quarentena, brasileiro se sente mais estressado, ansioso e entediado - porém, mais saudável.** 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52178068. Acesso em: 24 maio 2021.

PEDROSA, Nadia; FEITOSA, Deivison; MARTENS, Cristina Dai Prá; SILVA, Luciano Ferreira da Relevância dos soft skills em gerenciamento de projetos

ISBN 978-65-5629-077-5

globais. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 245-260, 25 nov. 2018. Fundação Pedro Leopoldo - Revista Gestaoand Tecnologia. http://dx.doi.org/10.20397/2177-6652/2018.v18i3.1320.

RAZZOUK, D. **Promoção de saúde mental no trabalho**. In: Razzouk D, Lima M, Quirino C, editores. Saúde mental e trabalho. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; 2016. p. 169-78.

REIS, Homero. **A partir das emoções.** 2006. Disponível em: <http://www.hrconsultoria.com.br/artigos/A_Partir_das_Emocoes.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ROBERTS, R. D.; FLORES-MENDOZA, C. E., & NASCIMENTO, E. **Inteligência Emocional:** Um Construto Científico? Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia. (2002 - p.12 (23), 77-92).

SANTOS, Dayane Landim. **Inteligência Emocional Como Mecanismo Para Qualidade De Vida No Trabalho.** 2009. 42 f. Monografia (Administração) - Faculdade De Tecnologia E Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Brasília/DF, 2009.

SPIEGEL, M. R. (1993) **Estatística**. Tradução e Revisão Técnica Pedro Consentino. – 3. ed. São Paulo: Makron Books.
STEINER, C. & PERRY, P. **Educação emocional: literacia emocional ou a arte de ler emoções.** Cascais: Pergaminho, 2000.

VIEIRA, Almir Martins; OLIVEIRA, Maclean; NOMELINI, Quintiliano Siqueira Schroden; OLIVEIRA, Rodrigo Ribeiro. Inteligência Emocional nas Organizações, Capital Psicológico e Bem-Estar no Trabalho: Um Estudo com Servidores do Município de São Paulo. **Repae – Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-16, dez. 2019.

VIEIRA, Kelmara Mendes; DALMORO, Marlon. **Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados?,** Rio de Janeiro, 6 set. 2008.

WOYCIEKOSKI, Carla; HUTZ, Claudio Simon. **Inteligência Emocional: Teoria, Pesquisa, Medida, Aplicações e Controvérsias.** 2009. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

A VANTAGEM COMPETITIVA DE UMA EMPRESA DE TINTAS SEGUNDO O MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

José Alexandre Chuviaki[1]
Janaina Kriguer [2]

Resumo: Esse artigo teve como objetivo evidenciar a vantagem competitiva, segundo as cinco forças de Michael Porter no mercado de tintas, a partir da estratégia elaborada por uma empresa nesse expansivo setor. Apresenta como elas interferem na competitividade desse seguimento e como a empresa em estudo se comporta em relação e esse cenário na região de Cascavel-PR. Para isso, foi utilizado de uma análise minuciosa sobre a influência de cada força e seus impactos, identificando suas vantagens competitivas. Na correlação dos indicadores pesquisados, concluiu-se que a empresa atualmente permanece em um alto nível competitivo, demonstrando várias abordagens estratégicas para oferecer vantagem e diferenciação em relação aos seus concorrentes, liderando alguns setores desse mercado com inovação, tecnologia, qualidade, mix de produtos e suporte técnico.

Palavras-chave: Porter. Vantagem Competitiva. Estratégia. Tintas. Concorrentes.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de tintas no Brasil teve um crescente aumento nos últimos anos, sendo impulsionado por uma específica área, a construção civil. Contudo, podemos citar que de modo geral, o perfil do consumidor brasileiro vem mudando sua perspectiva em relação a esse seguimento exigindo maior qualidade, durabilidade e custo benefício. Com esse aquecimento no mercado de consumo, a competitividade entre as indústrias desse setor se tornou acirrada, evidenciando que cada marca mostre seu diferencial para se consolidar e conquistar espaço entre a concorrência.

A perspectiva que uma indústria tem sobre seu mercado pode demonstrar qual a melhor estratégia para se posicionar em relação aos seus concorrentes, garantindo uma vantagem competitiva, isso exalta a importância de uma estratégia condizente com a realidade da organização em relação ao seu ambiente em que atua, identificando a intensidade das forças competitivas que a norteiam, sendo elas políticas, sociais, econômicas e etc. Segundo o modelo das Cinco Forças de Porter essa análise pode demonstrar indicadores que irão auxiliar nas tomadas de decisões que a organização executará ao longo dos anos ou de imediato, totalmente influenciadas pelo ambiente que entornam ela (PORTER, 1980).

Devido à globalização do mercado competitivo e o aumento significativo de concorrentes do mesmo seguimento, a procura por produtos e serviços de qualidade

[1] Formando de Administração do Centro Universitário UNIVEL - 2021
[2] Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora orientadora

ISBN 978-65-5629-077-5

com preços acessíveis se tornou uma exigência incontestável no engajamento das ações das organizações que queiram conquistar espaço entre os clientes. Essa necessidade de se destacar positivamente em relação aos seus rivais é uma estratégia de diferenciação bastante utilizada para se obter uma vantagem competitiva.

Neste aspecto, o papel da administração estratégica é justamente direcionar e coordenar o melhor caminho a ser seguido pela organização, se tornando primordial para alcançar suas metas desejadas, alinhados em relação a sua capacidade de recursos disponíveis, mão de obra, missão, valores e objetivos. Vale ainda salientar a importância do administrador em conhecer detalhadamente a organização no seu ambiente como um todo, promovendo inúmeras ações para a extinção ou redução dos seus pontos fracos, otimizando e fortalecendo seus pontos fortes, prevenção e redução contra riscos e ameaças e com um olhar fixo e atento nas oportunidades que o mercado lhe oferece, tudo isso se baseando em análises de indicadores que a estrutura da empresa fornecerá.

A necessidade por um planejamento bem elaborado, otimizado e condizente com o status da organização é impreterível para o contínuo desenvolvimento da empresa e um bom posicionamento estratégico, gerando assim rentabilidade sustentável. O conjunto dessas ações elevam as chances de melhor posicionamento no mercado, consolidando e agregando valor ao produto ou marca, para obter diferenciação e lucratividade contínua.

Assegurado isso, ficou definido como o tema dessa pesquisa referente a administração estratégica, e o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Como as cinco forças de Porter influenciam a estratégia de uma distribuidora de tintas na cidade de Cascavel-PR?

Assim a delimitação dessa pesquisa foi: O mercado de tintas, na cidade de Cascavel-PR, segundo o modelo das Cinco Forças de Michael Porter.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a vantagem competitiva de uma distribuidora de tintas na cidade de Cascavel-PR, segundo o modelo das 5 Forças de Porter. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) conceituar estratégia e o modelo das cinco forças de Porter; (b) descrever a dinâmica do mercado de tintas; (c) apontar como cada uma das forças de Porter influenciam o negócio em estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A fundamentação teórica é a parte do projeto que auxiliará no esclarecimento para a compreensão da temática abordada. Ela foi utilizada para análise e base de conhecimento, para exemplificar assuntos que norteiam o foco desse trabalho. Os tópicos abordados serão os seguintes respectivos: administração estratégica, as cinco forças de Porter, vantagem competitiva e o mercado de tintas no Brasil.

2.1 Administração Estratégica

Como introdução a estratégia moderna, as organizações mudaram sua maneira de agir, pensar e se estruturar. Esse paradigma vem alcançando mudanças cada vez mais violentas e em espaços curtos de tempo, obrigando as organizações a mudarem constantemente para se posicionar e obter vantagem no mercado competitivo, como descreve Porter:

ISBN 978-65-5629-077-5

> O posicionamento, que um dia foi o coração da estratégia, é rejeitado como sendo estático demais para os mercados dinâmicos e as tecnologias mutantes de hoje em dia. De acordo com o novo dogma, os rivais podem copiar rapidamente qualquer posição de mercado e a vantagem competitiva é, na melhor das hipóteses, temporária. (PORTER, 1996, p. 1).

Devido à grande competividade do mercado, é fundamental que as organizações elaborem um planejamento que engaje maior efetividade de processos e que se adequem ao seu segmento alvo, para que assim, possam obter desenvolvimento contínuo e lucratividade. De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson (2011), a administração estratégica são as várias ações que precisam ser elaboradas para alcançar lucros acima da média, com finalidade de se tornar um diferencial no mercado, ganhando assim, uma vantagem competitiva. A formulação da estratégia é inevitavelmente mais assertiva, quando a organização tem informações mais precisas sobre o posicionamento do mercado, juntamente com a flexibilização das operações conforme as transformações da contemporaneidade.

Como estratégia ainda, pode se definir de acordo com Fernandes e Berton (2017), que a tomada de decisão é direcionada a um nível hierárquico mais elevado (presidente, gerencia e executivo), provendo a esses gestores as decisões planejadas de médio e longo prazo. Essas decisões, levam demasiado tempo, e os riscos são extremamente altos, pois são operações em grande escala e se limitam a poucos setores de participação.

Ainda no âmbito administrativo e de planejamento estratégico, é de grande importância entender vários fatores que interferem diretamente e indiretamente no engajamento de qualquer operação dentro do que está direcionado seu segmento de mercado. Necessita ainda, observar com uma visão sistêmica, sobre tudo o que ocorre ao redor da empresa, ficando alerta com possíveis oportunidades e riscos.

2.2 Vantagem competitiva

A extrema necessidade de oferecer diferenciação é uma pauta importante abordada por organizações de qualquer seguimento. Esse tipo de processo utiliza de abordagens que agregam valor real ao produto e na marca da organização, obtendo assim uma vantagem competitiva. Fica claro que há uma importância em analisar as tendências da globalização para estar à frente de seus concorrentes, planejando uma estratégia flexível para atender suas necessidades. Segundo na visão de Kotler (1998) mesmo organizações consolidadas no mercado, sabem que tem a necessidade de constantes mudanças em relação ao meio que ela compete, esse mercado empresarial oferece ameaças e oportunidades, cabe a ela se estruturar de acordo com as tendencias. Contudo Barney e Hesterly simplificam o conceito de vantagem competitiva baseado no valor econômico:

> Em geral, uma empresa possui vantagem competitiva quando é capaz de gerar maior valor econômico do que suas concorrentes. O valor econômico é simplesmente a diferença entre os benefícios percebidos obtidos por um cliente que compra produtos ou serviços de uma empresa e o custo econômico total desses produtos ou serviços.

ISBN 978-65-5629-077-5

> Portanto, o tamanho da vantagem competitiva de uma empresa é a diferença entre o valor econômico que ela consegue criar e aquele de suas rivais. (BARNEY e HESTERLY, 2011, P. 11)

Essa vantagem pode ser difundida conforme sua posição estratégica no mercado que atua, se caracterizando nas mudanças do macro ambiente, que para Chiavenato (2004), é o ambiente mais amplo que tangem a organização e recebem influência de forma direta e indireta com vários fatores como política, economia, ecologia, sociedade etc.

A informação sobre esse macro ambiente é importante para a organização, serve como norte para identificar quais estratégias seriam mais adequadas para impulsionar e conduzi lá para obtenção de vantagem sobre os concorrentes. Do que se refere em se manter e se consolidar no mercado, pode-se citar a vantagem competitiva sustentável, descreve Gamble e Thompson (2012) que essa vantagem se obtém quando vários clientes têm preferência permanente pelos seus serviços ou produtos, em relação aos oferecidos pelos seus rivais.

2.3 As Cinco Forças de Porter

O modelo das Cinco Forças de Porter (Porter, 1980) é uma ferramenta que auxilia na formação da estratégia em correlação ao macro ambiente em que ela atua. Conhecendo essas forças, pode se elaborar um planejamento estratégico detalhado de cada setor da organização, obtendo assim, uma estrutura conforme as necessidades do mercado, desenvolvendo uma vantagem competitiva. A análise do ambiente industrial é um dos fatores determinantes para planejar o seu posicionamento estratégico, isso determina em quais meios ela irá se posicionar em relação a seu segmento alvo, descreve Lobato (2015).

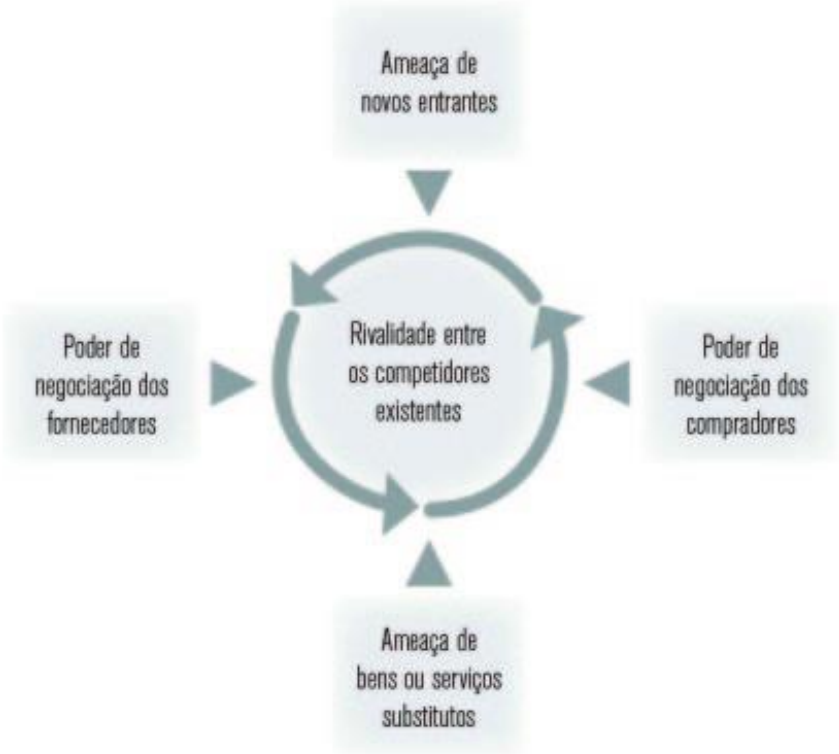
Segundo Magretta (2018) a competição no mercado é mais complexa do que parece, ela não se limita somente em superar concorrentes, mais sim em obter lucros em negociações com fabricantes e fornecedores, oferecendo melhores vantagens sobre novos entrantes no mercado e competidores já existentes.

A análise dessas forças determina as vantagens e ameaças entre os setores que ela adentrara, sendo essencial avaliar cada força individualmente, propondo realizar uma estratégia mais flexível e única para cada área. Para Porter (1980) conhecer cada setor minuciosamente é relevante para entender o nível de concorrência que ele apresenta, expondo as forças ou fraquezas que interferem no nível competitivo, podendo assim, auxiliar numa estratégia que possa fortalecer essa força competitiva e minimizar ameaças, sempre buscando a obtenção e maximização de lucros.

Às Cinco Forças de Porter (1980) se denominam com uma força central e outras quatro que a impulsiona e determina sua lucratividade e rentabilidade do negócio. Na Fig. 1 podemos ver a relação das cinco forças na estrutura do setor de indústrias. Elas são chamadas como: a ameaça de novos entrantes; o poder de negociação dos fornecedores; o poder de negociação dos compradores; o desenvolvimento de produtos/serviços substitutos e a rivalidade entre as empresas existentes.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1 - Cinco Forças de Porter



Fonte: Molter (2017)

Um novo concorrente na indústria tem como objetivo se integrar e absorver uma parcela do mercado alvo. Traz como consequência a diminuição dos preços dos produtos devido ao aumento da procura por mercadoria e disponibilidade no mercado, isso impacta também no aumento do custo da produção e insumos, pois os fornecedores podem elevar os valores devido à grande demanda por matéria-prima, reduzindo a rentabilidade. Esses novos entrantes podem receber resistência de empresas já existentes, de uma maneira agressiva ou passiva, isso determinará se a nova integrante é fraca ou forte, segundo descreve Porter (2004). Essa ameaça de certa forma, acaba pressionando as organizações já existentes no mercado a melhorarem seu desempenho, se tornando mais eficientes e eficazes no que ela faz, melhorando seus processos e todo o serviço que ela oferece em relação aos outros, e forçando também a buscarem outras alternativas para se manter no nível competitivo.

A ameaça de novos entrantes depende de dois fatores principais: a existência de barreiras à entrada e a retaliação esperada.

Barreiras à entrada são fatores que dificultam a entrada de um novo concorrente em determinado mercado. Dentre essas barreiras, estão:

O acesso dos canais de distribuição: que segundo descreve Hitt, Ireland e Hoskisson (2011) é considerada uma barreira extremamente forte no seguimento de bens de consumo não duráveis, pois os novos concorrentes precisam convencer as distribuidoras a exporem seus produtos para a venda, tarefa difícil, pois o espaço é limitado e exclusivo para quem já está a mais tempo no mercado.

ISBN 978-65-5629-077-5

- Política governamental: por meio de licenciamentos e jurisprudência, os governos tem algumas exigências que afetam a entrada de novos concorrentes em alguns setores do mercado. Essas ações visam proteger a preservação de empregos e manter a qualidade desses seguimentos em específicos, descreve Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).
- Economias de escala: para Hitt, Ireland e Hoskisson (2011) são melhorias na eficiência por meio da experiência à medida que a empresa vai obtendo crescimento em seus processos produtivos. Quando a produção em um certo período aumenta, por consequência os preços dos custos da manufatura reduzem, por meio de processos de padronização da produtividade.
- Diferenciação dos produtos: novos concorrentes se deparam com a fidelidade de clientes por empresas já existentes no mercado, dificultando esse processo de inserção. Esses concorrentes diminuem drasticamente os valores de seus produtos e investem um alto capital e campanhas publicitarias e marketing para combater a percepção de exclusividade que os clientes tem sobre os produtos que já se fidelizam, diminuindo sua lucratividade por consequência, descreve Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).
- Requisitos de capital: "competir em uma nova indústria requer que uma empresa tenha recursos para investir. Além de instalações físicas, o capital é necessário para inovações, atividades de marketing e outras operações comerciais essenciais" (HITT, IRELAND E HOSKISSON, 2011 p.51). Altos valores de capital são requisitados para adentrar em setores do mercado, tornando-se barreiras naturais a entrada.
- Custos de mudança: para Hitt, Ireland e Hoskisson (2011) os custos de mudanças incorrem quando clientes comprar pela primeira vez de fornecedores, se esses custos forem elevados para a troca do fornecimento, geralmente este fornecedor deve oferecer preço reduzido ou demonstrar algum diferencial em seus produtos para atrair compradores.
- Desvantagens de custo e independentes da escala: concorrentes já estabelecidos no seguimento de mercado usufruem de algumas vantagens que novos entrantes não conseguem reproduzir com a mesma intensidade. A localidade, o acesso a matérias primas com maior facilidade e tecnologias detentoras de empresas já existentes são exemplos de desvantagens de custo, como descreve Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).

As empresas que tentam entrar em um determinado setor também preveem as reações das companhias que já fazem parte dele. Uma expectativa de reações competitivas rápidas e intensas reduz a probabilidade de entrada de uma empresa, pois se pode esperar uma forte retaliação quando as empresas já existentes têm grande interesse na indústria.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.4 O poder de negociação dos fornecedores

Fornecedores podem obter grande poder de negociação sobre as indústrias, principalmente por ofertar um específico insumo de produção importante ou por ter poucos fornecedores iguais a ele na região. Essa força influência nos preços praticados para as indústrias e também na qualidade do material ou serviços que venham a oferecer, reduzindo a rentabilidade pela exclusividade que elas têm. Esse pensamento sobre o impacto que os fornecedores causam em relação à renda das indústrias, pode ser simplificado na visão de Hitt, Ireland e Hoskisson (2011 p. 52):

> Aumentar os preços e reduzir a qualidade dos seus produtos são possíveis meios de os fornecedores exercerem poder sobre as empresas que competem em uma indústria (setor). Se uma empresa não conseguir recuperar os aumentos nos custos de seus fornecedores por meio de sua própria estrutura de fixação de preços, sua lucratividade será reduzida pelas ações de seus fornecedores.

Porter (2004) descreve que um grupo de fornecedor pode se tornar extremamente poderoso em algumas situações em específico, podendo exercer poder de barganha quando:

Fornecedores tem em seu portifólio vários clientes; por conseguir atender múltiplas indústrias, ela pode manipular os preços, as condições estabelecidas e a qualidade dos produtos, pois ela oferece serviços a uma grande gama de clientes e consegue obter poder de barganha em cima deles. Fornecedores sem concorrentes ou produtos substitutos na venda para seus clientes da indústria; quando fornecedores não tem ameaças de produtos substitutos ele detém uma maior cadeia de clientes pelo fato de não existir algo que substitua esse fornecedor ou o produto ofertado.

Segundo Porter (2004), o poder de negociação do fornecedor aumenta, quando:

- O mercado é dominado por poucas grandes empresas e é mais concentrado do que a indústria para a qual vende.
- Não houver produtos substitutos satisfatórios disponíveis para as empresas da indústria.
- A empresa compradora não é um cliente importante para esse grupo de fornecedores.
- Os bens dos fornecedores são fundamentais para o êxito do mercado dos compradores.
- A eficácia dos produtos dos fornecedores criou altos custos de mudança para as empresas compradoras.
- Ele representa uma ameaça provável à integração à frente no ramo dos compradores.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5 O poder de negociação dos compradores

Compradores com informação sobre o mercado em relação a preço, custos e demanda, tem poder de compra maior e a negociação torna- se favorável para ele. Na visão de Porter (1989) um grupo de compradores torna-se forte quando os produtos são adquiridos em grande escala e com padronização, ainda que, mais fornecedores podem disponibilizar esse serviço, torna mais forte o poder de barganha de compradores, jogando uma disputa de preço entre os fornecedores existentes.

Para Porter (1989) pode-se considerar ainda, que um grupo de compradores pode exigir alguns critérios para que a indústria reduza seu preço, sobre uma forte ameaça desse comprador trocar de fornecedor. Essa manobra é utilizada quando a indústria que compra tem parcela significativa nas vendas do fornecedor, ela consegue barganhar por ser seu principal cliente ou adquirir toda, ou grande parte da produção, usando esse argumento na negociação, consegue influenciar nos preços praticados e eles poderiam mudar para outro produto com custo baixo ou sem nenhum custo.

Porter (2004) ainda menciona que essa força deve ser analisada como crucial para determinar qual grupo de compradores de uma indústria deve vender aos seus clientes, utilizando um processo seletivo de compradores que não tem poder de influenciar negativamente, ou seja, não exercer poder de barganha.

De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson (2011), o poder de barganha dos compradores aumenta quando:

- Compram uma grande parte da produção total de uma indústria.
- As vendas do produto que está sendo adquirido são responsáveis por uma parte significativa das receitas anuais do vendedor.
- Eles poderiam mudar para outro produto um custo baixo ou sem nenhum custo.
- Os produtos da indústria não são diferenciados ou são padronizados, e os compradores representam uma ameaça possível se integraram para trás na indústria do vendedor.

2.6 O desenvolvimento de produtos/serviços substitutos.

Produtos substitutos são bens ou serviços fabricados por um setor diferente, com processos de produção diferentes, mas que executam funções iguais ou semelhantes às de um produto que a empresa de um setor produz. Por exemplo, como substituto do açúcar, o adoçante com aspartame estabelece um limite máximo para os preços dos fabricantes de açúcar – o adoçante e o açúcar exercem a mesma função, embora com características diferentes. (Hitt, Ireland e Hoskisson 2011).

- Os substitutos de produtos representam uma sólida ameaça para uma empresa quando:
- Os clientes se deparam com pouco ou nenhum custo de mudança;
- O preço desse produto substituto é mais baixo;

ISBN 978-65-5629-077-5

- Sua qualidade e capacidade de desempenho são iguais ou maiores do que as do produto concorrente.

Diferenciar um produto em dimensões que os clientes valorizam (tais como preço, qualidade, serviço, pós-venda e localidade) reduz a atratividade de um substituto.

2.7 A rivalidade entre as empresas existentes

Essa última força pode ser considerada para Porter (1980) como central na estruturação da indústria. A rivalidade entre empresas já existentes no segmento, determina qual o rumo que ela deve tomar, ela pode realizar esforços para conter seu crescimento investindo em inovações, grandes publicidades e mudança de preço. Quanto maior for a concorrência dessas indústrias, maior será a reponsabilidade de se manter no mercado, na busca por oferecer um diferencial para seus clientes.

Como as empresas de um setor dependem umas das outras, as ações tomadas por uma geralmente provocam reações competitivas. Em vários setores as empresas competem ativamente entre si. A rivalidade competitiva se intensifica quando é desafiada pelas medidas de um concorrente ou quando uma empresa reconhece uma oportunidade de melhorar a sua posição no mercado. As empresas de um setor raramente são homogêneas. Elas diferem em recursos e capacidades e tentam se diferenciar de seus concorrentes. Geralmente as empresas tentam diferenciar seus produtos daquilo que seus concorrentes oferecem, de maneira que os clientes as valorizem e que elas tenham vantagem competitiva. Entre as dimensões visíveis nas quais a rivalidade se baseia estão preço, qualidade e inovações. (Hitt, Ireland e Hoskisson 2011)

Segundo Hitt, Ireland e Hoskisson (2011), a rivalidade entre as empresas de um setor aumenta quando:

- Os concorrentes são numerosos ou igualmente equilibrados: em um determinado setor com inúmeras empresas ou em áreas restritas tendem a ter forte rivalidade, e as ações dos concorrentes são rapidamente respondidas, aumentando a competitividade entre elas.
- Trata-se de um setor de crescimento lento: para Hitt, Ireland e Hoskisson (2011) quando esse setor está em crescimento constante, os rivais reduzem a necessidade em atrair clientes da concorrência, já se o seguimento relata crescimento lento, a rivalidade entre as empresas é mais acirrada pela disputa em atrair clientes dos rivais. A competitividade entre essas empresas aumenta para defender sua fatia de mercado.
- Existem altos custos fixos ou altos custos de armazenamento: descreve Hitt, Ireland e Hoskisson (2011) que quando esses custos impactam nos valores totais de custos da organização, as empresas baixam os preços dos produtos afins de reduzirem os estoques e consequentemente diminuírem os gastos utilizados nessas operações.
- Existe falta de diferenciação ou baixos custos de mudança: quando clientes encontram valor e diferenciação no produto cria se uma fidelização, e costuma criar um vínculo por certa marca. Quanto menores forem os custos de

ISBN 978-65-5629-077-5

mudanças será mais fácil que clientes migrem para outros concorrentes pela fixação de preço e serviços diferenciados.

- Existem altas barreiras à saída: muitas empresas encontram dificuldades de se retirarem de alguns cenários do mercado devido a algumas variáveis que as impedem por fatores chamados de barreiras a saídas. Os fatores mais comuns dessas barreiras são: ativos especializados; custos fixos de saída; inter-relações estratégicas; barreiras emocionais e restrições governamentais e sociais, segundo aponta Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).

2.4 O mercado de tintas no Brasil

As tintas foram utilizadas por várias civilizações com o objetivo de expressar e deixar como legado sua história, com obras-primas, escrituras, pergaminhos ou até imagens em cavernas. Com o passar dos anos esse material teve uma evolução e outros tipos de utilidades foram designadas para ela. Elas tomaram grande força na indústria, antes da revolução industrial, com início das primeiras fábricas de resinas na Inglaterra em 1790; na França, em 1890; na Alemanha em 1830 e na Áustria em 1843 (FAZENDA 2009). Descreve ainda Fazenda (2009) que a maneira de formular uma tinta, era extremamente sigilosa e de produção pequena, passada de geração em geração e atendia uma pequena parte da população devido ao seu grande valor praticado e exclusividade de materiais.

Em meados do século XX, descreve Fazenda (2009) que a indústria de tintas teve um grande choque com a chegada das tecnologias e ciências que melhoraram as formulações dos materiais que integram os componentes básicos da tinta. Esses componentes básicos são: resina; pigmento; aditivo e solvente.

- Resina: é o componente não volátil da fórmula, ela serve para definir qual tipo de acabamento ou revestimento será o produto final, para uma finalidade específica. São obtidas pela indústria química e petroquímica.
- Pigmento: é o componente tem por finalidade determinar a cor da tinta, com partículas menores insolúveis, tem a função também de mudar a opacidade e outras características do acabamento e efeitos.
- Aditivo: é o componente utilizado para melhorar ou atribuir uma específica propriedade especial a composição da tinta, sendo ela, por exemplo niveladora, antiespumante ou dispersante.
- Solvente: tem a finalidade de dissolver a resina, algumas tintas em específico podem ser diluídas em água, se for a base de água também, já as tintas à base de óleo são diluídas com aguarrás entre outros.

No Brasil, relata Fazenda (2009) que a introdução das primeiras indústrias de tintas começou a surgir também no século XX, situadas na região sudoeste do país, fundadas por Paulo Hering no estado de Santa Catarina-SC, que deu início a marca Tintas Hering e Carlos Kuenerz no estado do Rio de Janeiro-RJ, que fundou a usina São Cristóvão, ambas marcas pioneiras nesse segmento, que logo receberam concorrentes por disputarem espaço num setor em desenvolvimento e continua expansão.

No nosso país esse mercado vem ganhando espaço e importância, relata que "o Brasil é atualmente um dos principais produtores e igualmente um dos principais

ISBN 978-65-5629-077-5

mercados consumidores de tintas e revestimentos do mundo" (DE SOUZA, GIANEZINI e WATANABE, 2018 p. 4439). Descreve ainda De Souza, Ginezini e Watanabe (2018) que um dos setores mais relevantes e que impulsionam o seguimento de tintas no Brasil é o da construção civil.

A ABRAFATI é a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas que representa a cadeia produtiva de tintas reunindo fabricantes e seus fornecedores no país. Foi criada em 1985 com o objetivo de desenvolver o setor de tintas no país com foco em quatro pilares; representar os interesses do setor; desenvolver a capacitação do setor; facilitar o acesso ao conteúdo e proporcionar oportunidades de relacionamento. Descreve a ABRAFATI (2020) que o Brasil se encontra entre os 5 maiores produtores de tintas no mundo, contendo ainda no nosso território, grande parte do fornecimento de matéria prima para vários países. Muitas dessas fábricas localizadas aqui no país, são detentoras de tecnologias avançadas, obtendo qualidade e certificação que o mercado exige.

Esse mercado de tintas é divido em quatro seguimentos diferentes, indicadas nas vendas pelo relatório de gestão da ABRAFATI (2020) no ano de 2020. O setor de tintas automotivas para montadoras detém 1,7% do volume das vendas de 2020, seguido do setor de tintas de repintura automotiva que obteve 4,1% das vendas, o setor de tinta para indústria em geral (eletrônico, autopeças, naval, aeronáutica) obteve 10,7% do volume e as tintas imobiliárias que faturaram cerca de 83,4% da demanda total, destacando a área da construção civil.

Segundo a ABRAFATI (2020) nos mostra que o crescimento na linha de tintas imobiliárias teve alta de 5,1% superior ao volume vendido nos últimos 7 anos, como podemos ver na Fig.2. Uma quantidade expressivamente considerável em relação a outros setores do mesmo seguimento do país. Pode se constatar também uma diferença discrepante dos volumes obtidos pelas tintas imobiliárias a outros seguimentos.

Figura 2 - Vendas de tintas 2020

Segmento	Volume	Crescimento sobre 2019
Tintas imobiliárias	1.354 milhões de litros	5,1%
Tintas automotivas	28 milhões de litros	-27,0%
Tintas para repintura automotiva	67 milhões de litros	0,0%
Tintas para a indústria	174 milhões de litros	0,0%
TOTAL DAS TINTAS	1,623 bilhão de litros	3,5%

Fonte: ABRAFATI (2020)

Segundo a ABRAFATI (2020) o aumento das vendas das tintas no seguimento imobiliário teve influência pelo período de quarentena que se estendeu no país devido á pandemia do Corona vírus a partir de junho de 2020. As pessoas passaram mais tempo em suas residências devido ao fechamento de alguns setores da economia identificados como não essenciais com a intenção de frear a contaminação do vírus.

Surgiu então como tendência e oportunidade para as indústrias de tintas as pessoas utilizarem o tempo ocioso para reformas e manutenções, elas começaram a ter mais cuidado com as suas residências devido ao isolamento social, e muitas delas

ISBN 978-65-5629-077-5

utilizaram esse tempo ocioso para modificar as cores de suas casas ou reformas em geral, alavancando o setor de tintas imobiliárias.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois pretende mostrar a vantagem competitiva de uma distribuidora de tintas na cidade de Cascavel-PR, segundo o modelo das 5 Forças de Porter. De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007), a pesquisa descritiva pretende correlacionar fatos, análises ou fenômenos sem promover manipulação do que está sendo observado. Procura identificar com certa precisão e assiduidade como os fenômenos acontecem e a sua relação com outros pelas suas características e natureza. Esse tipo de pesquisa se desenvolve no meio social e ciências humanas, abordando as problemáticas que pretendem ser estudadas.

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental. Uma pesquisa documental é aquela segundo aponta Marconi e Lakatos (2003) que a fonte de informação está delimitada somente na utilização de documentos escritos ou não, nomeando-a como fonte primaria. Esses documentos podem ser utilizados no momento em que o fato ocorre ou tempos depois.

Quanto a abordagem da problemática apresentada, essa pesquisa se caracteriza de cunho qualitativo, que na visão de Flick (2008) os aspectos principais da pesquisa qualitativa consistem nas melhores escolhas de métodos e teorias convenientes ao assunto abordado, na análise em diferentes perspectivas, na reflexão do pesquisador em relação à pesquisa como parte do desenvolvimento do conhecimento produzido e na utilização de abordagens e métodos variados.

4 RESULTADOS

A empresa em estudo está localizada na cidade de Cascavel-PR, com um centro de distribuição próprio. Seu quadro de funcionários é de 5 colaboradores, 3 na parte administrativa e operacional, 1 vendedor externo da linha imobiliária e 1 vendedor externo da linha industrial. Essa empresa foi fundada no ano de 1866 nos Estados Unidos da América, contando com mais de 60.000 funcionários e atuando em mais de 200 países. Suas principais atividades são de fabricação, distribuição e comercialização de tintas. A Sherwin Williams está presente no Brasil há mais de 70 anos, e há 14 em Cascavel-PR, com duas fábricas nas cidades de Taboão da Serra-SP e Sumaré-SP. A empresa atua tanto no segmento imobiliário, quanto industrial e conta com mais de 200 centros de distribuição direto das fábricas distribuídos pelo país.

A análise se baseará nas cinco Forças de Porter (2004) identificando as vantagens competitivas da empresa Sherwin Williams do Brasil, no seguimento de tintas.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.1 Análise da Ameaça de Novos Entrantes

A ameaça de novos entrantes é uma das forças de Porter (2004), ela pode ser correlacionada na empresa em estudo como fraca.

Política governamental desse seguimento é bastante restrita, principalmente por se tratar de produtos inflamáveis que requerem vários protocolos a serem seguidos rigidamente como as normas **ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001 que ela detém as certificações**. A empresa respeita essas exigências desde a parte de movimentação dos produtos com transportadoras certificadas até a parte da estocagem desses materiais.

Economias de escala da empresa analisada foram otimizadas com o seu crescimento ao longo dos anos para obter vantagem competitiva, pois o centro de distribuição da cidade de Cascavel-PR é abastecido por 2 fábricas localizadas em Taboão da Serra e Sumaré, ambas no estado de São Paulo-SP, onde ela flexibiliza a variação dos preços pela alta escala de produção, reduzindo os custos do produto final.

A empresa estudada no que se diz respeito a diferenciação de produtos, consegue obter grande vantagem competitiva pelo grande portfólio de produtos em diversos segmentos como linha industrial, linha imobiliária, linha automotiva e linha marítima. Considerando que essas linhas ainda tem produtos de baixo custo com um seguimento econômico até valores elevados dos produtos premium, com diversos leques de cores e mix de produtos para atingir mais as necessidades e exigências dos clientes e seus valores econômicos.

Requisitos de capital como barreira à entrada de novos concorrentes se denomina bastante alto, pois a empresa atua com maior parte em Cascavel-PR no seguimento de construtoras e cooperativas, pois sua marca já se consolidou no mercado brasileiro estando presente há mais de 70 anos, porém é decorrente de investimentos como exemplo novos centros de distribuições e campanhas de marketing e inovação tecnológica em seus produtos, que visam expandir variadas partes desse mercado para atrair clientes. Ela compõe de altos valores de capital para barrar e diminuir a entrada de novos rivais.

Custos de mudança se permanecem atualmente estáveis, porem a concorrência consegue entregar preços mais acessíveis porem de qualidade inferior, podendo interferir em alguns segmentos em especifico, onde alguns requisitos não são prioritários dos clientes como a durabilidade, cobertura e eficácia.

Acesso a canais de distribuição é a maneira que a empresa utilizou na cidade e região oeste como barreira a entrada de novos concorrentes, instalando um centro de distribuição direto da fábrica obtendo vantagem pela precificação para atingir uma parcela maior do mercado oeste do estado.

Desvantagens de custo independentes da escala, a empresa apresenta alguns produtos únicos que obtém diferenciação considerável pelo custo e qualidade mesclando os com alta tecnologia empregada e grande produção, fornecendo uma barreira forte a entrada de novos concorrentes nesse segmento.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.2 Análise do Poder de Negociação dos Fornecedores

O poder de negociação dos fornecedores segundo Porter (2004), na análise da empresa em estudo é considerado fraco.

O mercado é dominado por poucas grandes empresas e é mais concentrado do que a indústria para a qual vende; por se tratar de uma multinacional existe uma demanda crescente na compra da matéria prima para a fabricação das resinas utilizadas nas tintas em geral. Essa produção é elevada em escala industrial, necessitando de um alto volume de minério que teve impacto considerável pela alta do dólar que aumentou os preços desses insumos. Quem fornecia esse tipo de material para as fábricas conseguiu manter as quantidades de volumes exigidas pela empresa, porem com os preços elevados pelas mudanças cambiais do dólar, aumentou os custos de produção, que rapidamente foram repassados para os departamentos de vendas que acrescentaram cerca de 20% no portifólio geral de produtos como novos valores a serem praticados, utilizando uma fixação de preço condizente com o cenário atual, que já estava em crescimento exponencial no ano de 2020, referente ao ano anterior de 1,623 bilhões de litros de tintas utilizadas em todos os seguimentos (olhar p. 10, Fig. 2).

Não houver produtos substitutos satisfatórios disponíveis para as empresas da indústria; os produtos que são comprados dos fornecedores têm uma única finalidade e não conseguem ainda serem substituídos por outros, isso afunila esse mercado pelo fato de ser único, mas que existe em abundancia. Analisando dessa maneira, podemos concluir que essa competitividade dos fornecedores é relativamente baixa e sem diferenciação por se tratar de uma matéria prima muito básica, reduzindo o seu poder de barganha em relação as empresas que compram ele.

A empresa compradora não é um cliente importante para esse grupo de fornecedores; por exercer grande poder de compra em relação aos seus principais fornecedores de matérias primas, devido ao seu grande volume solicitado, ela conseguiu obter vantagem competitiva por continuar produzindo e reabastecendo seus centros de distribuições pelo país e na cidade de Cascavel-PR, enquanto seus rivais diretos sofreram com a alta do principal insumo de produção, que reduziu sua escala produtiva e não conseguiram manter os mesmos níveis de abastecimentos das mercadorias para atender a demanda de seus clientes. O fornecedor considera a organização como principal e maior detentor dos insumos fornecidos por ela, aumentando o poder de barganha da empresa em estudo.

Os bens dos fornecedores são fundamentais para o êxito do mercado dos compradores; a empresa em estudo é um centro de distribuição da fábrica, ela necessita da produção que provem dela para atender as demandas, e por se tratar de uma grande indústria esses insumos são fundamentais para a produção das mercadorias. A empresa conseguiu manter sua escala produtiva devido a acordos e contratos com os fornecedores de matérias primas, mesmo sofrendo aumento desses insumos ela consegue repassar esse acréscimo para seus clientes praticando uma fixação de preço para manter o equilíbrio entre a produção e a lucratividade.

A eficácia dos produtos dos fornecedores criou altos custos de mudança para as empresas compradoras; esse poder é relativamente fraco na aplicação da empresa em estudo, pelo fato onde a produção é restritamente elaborada pela mesma. Pode

ISBN 978-65-5629-077-5

se concluir que a empresa somente solicita os minérios para a fabricação das tintas, que resulta em um insumo básico sem muitas outras utilidades, diminuindo o poder de negociação desse fornecedor.

Ele representa uma ameaça provável à integração à frente no ramo dos compradores; os fornecedores de insumos para o seguimento de tintas dependem dessas indústrias para gerar renda. Essa força é relativamente fraca pois essas empresas se tornam dependentes das compras dos minérios que outras empresas mineradoras também produzem, e no geral, elas atuam em um só seguimento e seus produtos fornecidos não tem muita diferenciação por se tratar de um insumo básico, que impacta no poder de barganha fraco em relação a sua negociação, em especial nesse especifico setor.

4.3 Análise do Poder de Negociação dos Compradores

O poder de negociação dos compradores uma das 5 forças de Porter (2004), tem considerável influência na empresa em relação aos preços praticados.

Compram uma grande parte da produção total de uma indústria;

Devido a vários contratos personalizados com franquias, cooperativas e grandes indústrias como BRF, Frimesa, C. Vale, Lar, Coopavel, Macdonalds, WMS supermercados (supermercados big), Muffato, Nissei, eles são elaborados conforme seus volumes anuais de produtos utilizados em suas instalações podendo modificar os valores nessas ocasiões. Esses contratos reduzem os preços em até 50% de desconto pela grande demanda utilizada desses clientes em suas manutenções e novas instalações, já outros clientes recebem descontos menores pois o volume de compra de produtos é reduzido, e a negociação de preço é menos flexível e restrita, exercendo poder de barganha fraco, porém a empresa utiliza de uma tabela como ferramenta estratégica que serve como um atrativo na inclusão de novos clientes e também reter compradores. Essa tabela é fixa na precificação e modifica os valores dos produtos conforme a quantidade solicitada pelo comprador, quanto maior volume de galões ou latas de produtos orçados, maior os descontos praticados, utilizando como um diferencial em relação a vendas.

As vendas do produto que está sendo adquirido são responsáveis por uma parte significativa das receitas anuais do vendedor; esses clientes na análise da empresa são chamados como contas estratégicas, onde tem como prioridade ser os principais clientes que elevam as vendas da empresa na região e a nível nacional, exercendo grande poder de barganha sobre os preços praticados pela empresa de tinta. Como esses clientes detém grande parte do volume vendido pela organização, se identifica que eles obtêm grande poder de negociação em relação a prazos e preços.

Eles poderiam mudar para outro produto com custo baixo ou sem nenhum custo; ainda que a empresa utilize dessas estratégias para obter vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes diminuindo o poder de barganha de seus compradores, os clientes conseguem facilmente obter produtos semelhantes com a mesma funcionalidade e utilização nas lojas de seus rivais, contudo, sua qualidade é inferior e os custos para o cliente em relação ao benefício é menor para realizar essa troca de marca. Dessa maneira a empresa oferece como diferencial em

ISBN 978-65-5629-077-5

seus produtos suporte técnico para evitar a aplicação errada do produto garantindo a utilidade mais eficiente e a durabilidade estendida que é superior em relação aos concorrentes.

Os produtos da indústria não são diferenciados ou são padronizados, e os compradores representam uma ameaça possível se integraram para trás na indústria do vendedor; a padronização dos produtos desse segmento de tintas ainda que incorpore uma linha sem variadas opções na sua finalidade que seria pintar, a empresa analisada buscou usar como vantagem competitiva a diferenciação dos produtos. A finalidade da tinta é única, na qual serve para colorir ou pintar uma parede, mas a empresa abordada em estudo, utiliza da tecnologia para oferecer um diferencial aos seus clientes, como por exemplo tintas elastoméricas, maior cobertura, antifúngico, antibactericida, hidro-repelente e de fácil limpeza, esses diferenciais agregam valor ao produto diminuindo o poder de negociação do cliente por se tratar de algo diferenciado e único, concluindo se como uma vantagem competitiva.

4.4 Análise da ameaça de Produtos Substitutos

O desenvolvimento de produtos/serviços substitutos das forças de Porter (2004) foi analisado que essa ameaça pode ser considerada muito baixa.

Os clientes se deparam com pouco ou nenhum custo de mudança;

A localidade do centro de distribuição da empresa na cidade Cascavel-PR teve como base atingir uma área estratégica para suprir as demandas da região oeste do estado e atender também os clientes de fora do país, localizados no Paraguay. As cidades atendidas por esse centro de distribuição, conseguem baratear custos de logísticas, que para o cliente final fica viável diminuindo os custos de transporte, agregando outra diferenciação na prestação de serviço.

O preço desse produto substituto é mais baixo;

No mercado ainda não existe outro material ou produto que possa substituir a utilização da tinta, e a grande tecnologia investida nos laboratórios da empresa analisada aponta para uma melhoria continua em desenvolver novos produtos com mais qualidade, alta performance e preço acessível que são maneiras de investir e continuar inovando para manter se no mercado competitivo.

Sua qualidade e capacidade de desempenho são iguais ou maiores do que as do produto concorrente;

A empresa abordada no estudo oferece alguns tipos de diferenciação para se destacar em relação aos seus concorrentes, com o objetivo de diminuir o impacto dessa força para agregar valor em sua marca. Podemos citar a qualidade dos produtos como um diferencial competitivo, as linhas ou segmentos de tintas imobiliárias podem ser divididas entre standard, premium e super premium, todas elas atingem os requisitos de qualidade exigidos pelo mercado da construção civil. O pós venda também é realizado com os vendedores para identificar a satisfação dos clientes em relação a utilização dos produtos, esse tipo de abordagem costuma também mostrar a importância e relevância que a empresa preza na parceria com seus clientes, que também visa melhorar as relações entre ambas as partes para sempre atender os critérios exigidos pelas suas necessidades.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.5 Análise da Rivalidade da Concorrência Existente

A rivalidade entre as empresas existentes como relata Porter (2004) é considerada alta.

Os concorrentes são numerosos ou igualmente equilibrados;

Na cidade de Cascavel-PR existem outras 22 lojas do mesmo seguimento, e competem diretamente com a distribuidora que está sendo abordada, contudo a empresa em estudo consolidou-se no mercado há anos e tem como prioridade e foco, a inovação, o desenvolvimento e agregar valores aos clientes e parceiros, onde ela se diferencia também por sua capacidade de armazenamento de 68 paletes, totalizando cerca de 60 toneladas de material, volume superior aos demais rivais do seguimento.

Trata-se de um setor de crescimento lento;

A empresa analisada atua em dois seguimentos do mercado, a linha imobiliária e a industrial. O nicho imobiliário corresponde a produtos que compõem a construção civil, desde acabamentos como massas corridas, acrílicos, seladores, hidro-repelentes e tintas elastoméricas. Já a linha industrial corresponde a materiais mais complexos utilizados na indústria marítima e industrias de eletrodomésticos (pintura de geladeiras, fogões, micro-ondas, etc.) como pinturas de estruturas metálicas, pintura de navios, tintas de altas temperaturas, epóxis, autonivelantes, catalisadores e diluentes. As tintas automotivas ainda integram a linha industrial que fazem parte do seguimento das indústrias de automóveis e repinturas automotivas, que no relatório gerado pela ABRAFATI (2020) na p. 10, demonstrou um grande crescimento nos volumes vendidos. Sobre esses indicadores podemos analisar que esse setor teve um alto crescimento principalmente no seguimento imobiliário e a empresa se mostra competitiva em todas essas áreas citadas, pelas suas variadas integrações no mercado, mostrando sua vantagem competitiva pelo mix de produtos e conseguir atuar em várias frentes.

Existem altos custos fixos ou altos custos de armazenamento;

Em relação a analisa da empresa, as fábricas mantem estoque baixo para diminuir os custos de armazenagem utilizando uma logística de produção e distribuição dos lotes produzidos entre os centros de distribuição como o da cidade de Cascavel-PR. Os centros de distribuição acabam adotando estratégias de solicitar produtos para as fábricas já com pedidos fechados de clientes, mantendo também um estoque de segurança de 10% dos produtos mais vendidos para prevenção de demandas excedentes. A empresa trabalha em média com um giro de estoque de 45 a 50 dias no máximo, reduzindo o custo total de estocagem pela rotatividade. A empresa solicita mensalmente uma carga de cada fábrica (Taboão e Sumare-SP) para suprir as demandas, podendo solicitar mais cargas no caso de grandes pedidos de última hora ou exportações para o Paraguay.

Existe falta de diferenciação ou baixos custos de mudança;

Oferecendo como diferencial competitivo garantias de durabilidade, suporte técnico, treinamentos, profissionalização, promoções, especialização, programas de fidelidade e campanhas sazonais para continuar exercendo competitividade no segmento de tintas e obter liderança em relação aos rivais. A linha automotiva

ISBN 978-65-5629-077-5

conhecida como Lazzuril como exemplo da empresa estudada, está na liderança do mercado há mais de 25 anos e deve-se principalmente a:

Equipes de assistência técnica que contam com mais de 70 colaboradores espalhados por todo o Brasil que também disponibiliza canais de atendimento a distância, que dão suporte aos clientes que exigem maior urgência, mais de 4.000 pontos de comercialização nas revendas e 200 lojas próprias, onde a empresa está presente em todo o território nacional atendendo diretamente a todos os tipos de lojistas revendedores de produtos para a repintura automotiva. Um completo portfólio de produtos que a empresa possui para atender a todos os tipos de necessidades do mercado, desde produtos de alta produtividade e tecnologias de ponta até produtos econômicos. Todas essas ações foram elaboradas para impedir o crescimento da parcela de mercado dos seus concorrentes, oferecendo abordagens de diferenciação, pretendendo exceder as expectativas e atender com excelência as necessidades de seus clientes em relação aos concorrentes, criando valores e fidelidade.

Existem altas barreiras à saída;

Na análise da empresa em relação a este ponto, não existe alguma barreira a saída pelo fato da região de Cascavel-PR e região oeste do PR onde ela atua, existe uma demanda grande de material para manutenção e construção, gerando lucratividade. Existem outros centros de distribuição em localidades mais afastadas como na região norte do país onde a empresa mantém algumas lojas para prezar a representatividade da marca, mesmo gerando pouco lucro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a vantagem competitiva de uma distribuidora de tintas na cidade de Cascavel-PR, segundo o modelo das 5 Forças de Porter, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Como as cinco forças de Porter influenciam a estratégia de uma distribuidora de tintas na cidade de Cascavel-PR?

O estudo tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e documental. Os dados foram coletados por meio de análises feitas sobre a influência das Cinco Forças de Porter (2004) apontando a intensidade dessas forças sobre a empresa em estudo e destacando suas principais vantagens competitivas nesses cenários.

Foram estudados os aspectos relacionados em cada uma das forças de Porter, resultando em uma análise onde se concluiu-se os seguintes resultados:

A ameaça de novos entrantes pode ser correlacionada na empresa em estudo como fraca e suas vantagens nesse cenário se deve pelos seguintes fatores: marca consolidada e líder de mercado, usa tecnologias na produção e altos investimentos, fidelização em algumas industrias, detentora de normas da qualidade, do meio ambiente, da saúde e segurança do trabalho, requer alto capital para integrar esse seguimento, barrando novos concorrentes.

O poder de negociação dos fornecedores na análise da empresa em estudo também é considerado fraco, e ela possui as seguintes vantagens: política de fixação de preços, contratos com fornecedores, compras em grande escala de insumos, fabricação, distribuição e comercialização própria.

ISBN 978-65-5629-077-5

O poder de negociação dos compradores tem considerável influência na empresa, porem ela obtém competitividade na elaboração de estratégias como: contratos nacionais com franquias e cooperativas, tabela fixa de preços sobre volumes/descontos, contas estratégicas.

O desenvolvimento de produtos/serviços substitutos nesse mercado em especifico, foi identificado que essa ameaça pode ser considerada muito baixa, por não existir ainda um produto que substitua a tinta no mercado, sua localização é estratégica atendendo varias regiões, possui variadas linhas com diversas necessidades e diferentes valores econômicos.

A rivalidade entre as empresas existentes é considerada alta, e foi identificado as seguintes vantagens nesse cenário: a empresa tem grande capacidade de armazenamento, investe em inovação, mix de produtos, garantias de durabilidade e qualidade, suporte técnico, treinamentos e profissionalização de aplicadores, promoções, especialização, programas de fidelidade e campanhas sazonais e atua em diversos seguimentos (imobiliário, industrial, marítimo e automotivo) como estratégias de diferenciação.

Podemos concluir que essas são as principais estratégias utilizadas pela Sherwin Williams no mercado de tintas de Cascavel-PR, para obter vantagem competitiva em relação a cada uma das forças citadas, respondendo a problemática que foi abordada ao longo da pesquisa.

Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE TINTAS. **Relatório de gestão**. Disponível em < https://abrafati.com.br/relatorio-de-gestao/ > Acesso em 30 de jun.2021.

_____. Disponível em < https://abrafati.com.br/a-abrafati/ > Acesso em 30 de jun.2021.

_____. Disponível em < https://abrafati.com.br/o-setor-de-tintas-no-brasil/ > Acesso em 30 de jun. 2021.

BARNEY, J. B.; HESTERLY W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**: Conceitos e casos. Tradução Midori Yamamoto; 3. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BESSANT, J; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia cientifica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

CHIAVENATO, I**. Administração nos novos tempos,** 4ª ed., v. 2. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

ISBN 978-65-5629-077-5

DE SOUZA, A.G.R.; GIANEZINI, M.; WATANABE, M. Panorama do setor de tintas no Brasil: mercado, gestão e tecnologias para o segmento de tintas imobiliárias. **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 8, n. 3, p. 4430-4446, 2018.

FAZENDA, J.M.R. **Tintas: ciência e tecnologia**. Editora Blucher, 2009.

FERNANDES, B. H.; BERTON, L. H. **Administração estratégica**. Saraiva Educação SA, 2017.

FLICK, U**. Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. Ed. São Paulo: Artmed editora, 2008.

GAMBLE, J. E.; THOMPSON JR, A. A. **Fundamentos da Administração Estratégica: A Busca pela Vantagem Competitiva**. AMGH Editora, 2012.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica:** competitividade e globalização. Tradução: Eliane Kanner e Maria Emilia Guttilla. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Futura, 1998

LOBATO, D. M. **Estratégia de empresas**. Editora FGV, 2015.

LOBO, R. N. **Gestão da qualidade**. Saraiva Educação SA, 2019.

MAGRETTA, J. **Entendendo Michael Porter: o guia essencial da competição e estratégia**. Alta Books Editora, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

MOLTER, **As Cinco Forças de Porter** <http://molter.com.br/noticias/estratgia-marketing-2/as-cinco-foras-de-porter-293> Acesso em: 28 de Mai. 2021.

PORTER, M. E. **O que é estratégia**. Harvard Business Review, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.

_____. **Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. The Free Press. Nova Iorque, 1980.

_____. **Estratégia Competitiva-Técnicas Para Análise De industrias e da concorrência**. Elsevier Brasil, 2004.

_____. **Vantagem Competitiva**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1989.

ISBN 978-65-5629-077-5

IMPACTO DO *HOME OFFICE* EM UMA COOPERATIVA MEDICA DO PARANÁ

Leonardo Aires Ribeiro[1]
Janaina Kriguer[2]

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi analisar o impacto do home office em uma cooperativa medica do Paraná, procurando identificar os pontos positivos e negativos na visão dos colaborados e ainda como o home office interferiu em sua vida pessoal, como a rotina de suas casas interferiu na produção da sua função e se os respondentes pudessem escolher uma situação permanente qual seria. Foi utilizado um questionário com 5 questões abertas, onde os respondentes eram os colaboradores e 3 questões abertas onde o respondente era o gestor. Com a aplicação do questionário foi possível concluir que os colaboradores tiveram dificuldade na adaptação do home office, tanto em horários, estrutura, quanto na preocupação com o isolamento social e até mesmo acesso a informações. Além disso, podemos elencar que foi avaliado positivamente o conforto de estarem em suas residências, economia de tempo e dinheiro com deslocamento. Ademais, a maioria dos colaboradores optariam para o trabalho presencial e não para o home office.

Palavras-chave: Home Office 1. Trabalho 2. Impactos 3.

2 INTRODUÇÃO

Home office é um método de trabalho que era utilizado, geralmente por freelances que realizam suas obrigações de casa, mas com a pandemia do novo Coronavírus esse modelo de trabalho se tornou realidade para muitas organizações e trabalhadores (MENDES, HASTENREITER FILHO E TELLECHEA, 2020).

A necessidade do isolamento social fez com que milhões de trabalhadores pegassem seus computadores, ferramentas de trabalho e os levassem para casa, adaptando espaços para a realização de reuniões online e desenvolvimento de trabalhos. Os arranhas céus ficaram vazios e as casas munidas de equipamentos e tecnologia para exercer tal função (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Antes da crise sanitária que atingiu milhões de trabalhadores no Brasil e no mundo, home office estava "aflorando" aos poucos e de maneira hibrida em algumas organizações, mas com a pandemia fez com que as empresas precisassem agir rápido e introduzir de maneira vertiginosa (MARTINS, LIPP & MONTEIRO JUNIOR, 2020; MELO & CABRAL, 2020).

O número de pessoas em home office teve um crescimento com início da pandemia, de acordo com o IBGE, em 2018, 3,2 milhões de pessoas trabalhavam de casa representando 5,2% das pessoas ocupadas.

---

[1] Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professora Mestre Janaina Kriguer do Curso de Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL. Em caso de estudo desenvolvido em projetos de pesquisa ou extensão, indicar o projeto associado.

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) (2021), já em novembro de 2020, 7,2 milhões de pessoas estavam em trabalho remoto no Brasil, representando 9,1% dos 80 milhões de ocupados e não afastados.

Em 2017 com a entrada em vigor da reforma trabalhista, através da lei 13.467, que modificou e acrescentou situações que não eram regradas pela CLT. Agora, há um capítulo especialmente voltado à prestação de serviços em regime de trabalho remoto, a partir do artigo 75-a da consolidação. Mesmo diante a essas modificações realizadas, o aumento repentino não foi acompanhado pelas leis trabalhistas, que tratam o home office como teletrabalho, em seu artigo 75 da CLT. Apesar da existência, ele é muito vago e possui algumas brechas que podem ser prejudicais para empregados e empregadores (ARINS, 2020).

O tema dessa pesquisa foi o impacto do home office em uma cooperativa medica do Paraná e o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Quais os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná.

Assim, a delimitação dessa pesquisa foi: os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná, nos últimos 03 anos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná, localizada na cidade de Cascavel. Para tanto os objetivos específicos foram: (a) Quantificar de pessoas em Home office; (b) Elencar Principais mudanças; (c) Quais os Impactos positivos e negativos. O home office é uma modalidade de trabalho, neste caso o colaborador pode trabalhar remotamente e utilizar tecnologias da informação para produzir como se realmente estivesse no escritório. Em Março de 2020, a OMS declarou pandemia fazendo com que milhões de pessoas passassem a praticar o isolamento social, levando assim a esvaziar grandes centros comerciais e os aranhas céus que comportavam várias pessoas em seus escritórios ficaram vazios e suas casas se tornaram seus escritórios, trazendo um crescimento de cerca de 125% do número de pessoas em home office no Brasil, segundo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2021).

Além disso, empresas americanas e europeus, que já estavam utilizando esse método, acentuaram colocando boa parte de suas equipes com trabalho remoto. O sonho de quase 49% dos Brasileiros funcionários de realizar tele trabalho foi realidade, porém esse "sonho" trouxe impactos em suas rotinas, vida social e qualidade vida (IPEA, 2021).

Esse estudo pretende explanar os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná, elencando pesquisas realizadas entre as pessoas que estão inseridos na cooperativa localizada em Cascavel, que aplicaram o home office, além disso colocar seus impactos para empregados e empregadores contribuindo para futuros trabalhos acadêmicos e organizações analisarem o atual cenário.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

NESSA SEÇÃO SERÃO APRESENTADAS AS MAIS RELEVANTES TEORIAS SOBRE O TEMA DESSA PESQUISA, NO INTUITO DE FUNDAMENTAR AS ANÁLISES QUE SERÃO FEITAS A PARTIR DOS DADOS COLETADOS.

Em 11 de Março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Pandemia do novo Coronavírus, devido ao aumento repentino de casos e mortes provocados pelo vírus. Diante de todo esse cenário, muitas realidades mudaram,

ISBN 978-65-5629-077-5

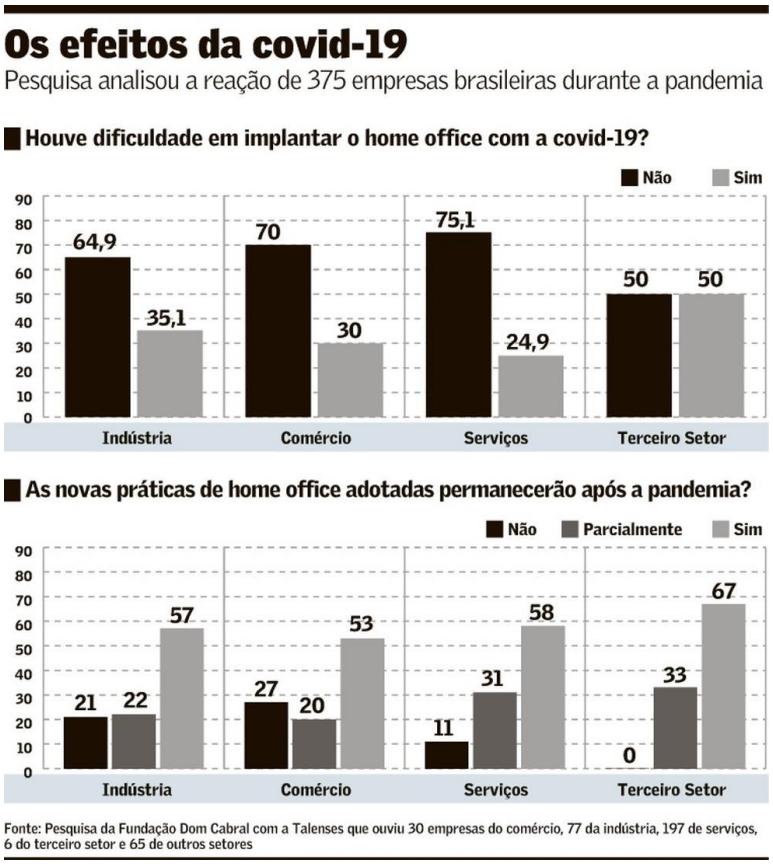
pessoas tiveram que ficar em suas casas, comércios foram fechados devido ao Lockdown declarado por governantes, uma nova realidade tomou conta da vida e do cotidiano de todos.

Perante o exposto, o home office, segundo Instituto de pesquisas econômicas aplicadas (IPEA,2021) cresceu cerca de 125% em todo o país. Junto a esse aumento surgiram diversas dúvidas de como se define e como é amparado o home office ou tele trabalho. O Home office é o trabalho realizado em casa não havendo a necessidade do colaborador comparecer na empresa (CHIAVENATO, 2014).

Ainda de acordo com Di Martino e Wirth (1990) o tele trabalho se caracteriza pelas atividades realizadas fora do ambiente profissional sem contato físico com os colegas de trabalho, sendo o contato por meio de tecnologias: internet, telefone e/ou salas de bate papo. O Autor ressalta que o trabalho pode realizado de maneira online ou off-line, não necessariamente conectado a internet ou a tecnologia, dependente da maneira que o trabalho é executado. Ainda Baruch (2001); Konradt, Schmook, & Mälecke, (2000) completam que o tele trabalho é toda atividade realizada fora do ambiente físico da empresa, podendo ser realizada inteiramente ou parte dela em casa ou ambiente que não está nas dependências da organização, demandando mais tecnologia para exercer tal atividade.

O Gráfico 1 apresenta a reação de 375 empresas brasileiras, sobre a dificuldade de implantar home office com a covid-19 e se essas novas práticas iram permanecer após pandemia.

Figura 1: Efeitos da covid-19



Fonte: Barbara Bigarelli, Revista Valor Econômico (2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com o exposto no gráfico, nota-se que muitas empresas, de diversos setores não tiveram dificuldade em implantar o home office em suas realidades, mesmo as empresas do terceiro setor que tiveram suas opiniões dividas. Pode-se verificar também que o setor de serviços foi que teve menos dificuldade na implantação dessa modalidade de trabalho.

Em contrapartida, observa-se também que o home office veio para ficar, adaptação de empregados e empregadores foi positiva, visto que, de acordo com o Gráfico 1 isso já pode se tornar realidade permanente para algumas empresas, em alguns casos de forma híbrida, ou seja, parte de sua jornada em casa e parte no escritório (Bigarelli,2020).

Diante disso, Losekann, Mourão (2020) ressaltam que isso trouxe muitos desafios para trabalhadores, com a adaptação rápida a novas tecnologias, suas casas viraram escritórios ou até mesmo seus quartos se tornaram palcos de reuniões e parte da rotina organizacional da empresa.

Ademais, a necessidade de conciliar a rotina administrativa da empresa com a rotina de suas casas, cuidar de filhos, limpeza, organização e família também é um enorme desafio, pois a vida pessoal e profissional acabou se entrelaçando, colocando uma linha tênue entre essas faces.

Mas como é elencado, o home office também trouxe benefícios aos empregados, em muitos casos as pessoas viviam mais nas empresas do que em suas casas, eram verdadeiros "turistas" e conviviam pouco com seus familiares, mas com pandemia e o "stay home" foi lançado, suas casas viraram verdadeiros espaços coletivos, onde conciliam todas as atividades, exercícios físicos, trabalho, estudos, entre outras atividades realizadas pelo indivíduo, sendo assim aproximou famílias e fez com que tivessem um olhar para dentro, de suas casas, famílias e até a própria vida.

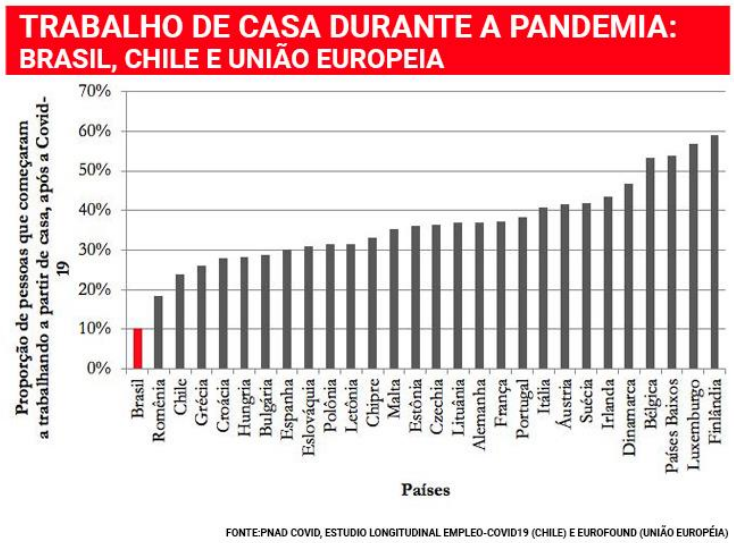
As empresas tiveram que desenvolver políticas e padrões internos para implementar e garantir o trabalho remoto. A segurança da informação foi modificada para incluir procedimentos de trabalho remoto. Investimentos em recursos para obter acesso a equipamentos e ferramentas de comunicação remota para que suas equipes pudessem desenvolver suas atividades de maneira igualitária e correta. Políticas organizacionais tiveram que ser alteradas e colocado em prática projetos relacionados ao home office com a mudança repentina da forma de trabalho, empresas sentiram dificuldade na implantação desse modelo, porém com ajuda da tecnologia e de ferramentas desenvolvidas para facilitar a comunicação e maneira de realizar processos, esse adendo foi rapidamente absorvido por empregados e empregadores (LOSEKANN, MOURÃO 2020).

Almeida (2017) e Santos (2017) evidenciam que esse modelo confere ao trabalhador maior autonomia, comodidade, redução de estresse e oportunidade de proximidade com a família. Já para a empresa, aumenta a economia e a chance de poder contar com uma maior disponibilidade do funcionário. Empresas viram que essa modalidade pode trazer muito mais que benefícios e agilidade em processos, pode trazer muita economia com corte aluguéis – não sendo necessário espaço físico grande – energia, materiais de escritórios, gastos com transportes e alimentação de seus empregados, manutenção e limpeza de espaços e equipamentos utilizados em suas dependências além do tempo de deslocamento.

ISBN 978-65-5629-077-5

Em um comparativo realizado pelo Pnad covid (2020), estúdio longitudinal empleo-covid 19 (Chile) e Eurofound (união europeia) nota-se que o Brasil ainda está muito atrás de países que adotam home office que uma parcela pequena utiliza esse modo de trabalho em comparação com países europeus (BARBOSA,2020).

Figura 2: Trabalho de casa durante a pandemia: Brasil, Chile e União Europeia



Fonte: Rogério Barbosa, Jornal da USP(2020).

Pode-se verificar que essa proporção baixa de pessoas trabalhando de casa é devido a cultura engessada que o Brasil possui, onde o tele trabalho ainda é visto com "maus olhos" pelas organizações, pois acreditam que a produtividade pode diminuir e prejudicar o desenvolvimento da empresa, processos podem não ser desenvolvidos e a otimização do tempo prejudicada, porém o que pode se notar é que muitos processos são otimizados e desenvolvidos de uma melhor forma e a produtividade aumentar, pois intervalos e descolamentos diminuíram, em alguns casos aumento no foco ao realizar seu trabalho (POCHMANN, 2020).

De acordo com a pesquisa realizada por Ivan Conceição Martins da silva (2021), Marina Hastenreiter Silva (2021) e Mayra Laborda Santos (2021) o objetivo deste estudo é analisar as condições do home office durante a pandemia Covid-19 a partir do discurso temático coletivo dos trabalhadores do setor de agência. Nesse sentido, observou-se que os direitos trabalhistas e as reais condições de trabalho da classe trabalhadora estão alienados, ou seja, não sendo praticadas de acordo com o seu contrato, prejudicando a classe trabalhadora que por medo ou até mesmo por tempo de serviço aceita tais condições.

Ainda, segundo a pesquisa de Ana Heloísa Da Costa Lemos (2020), Alane De Oliveira Barbosa (2020) e Priscila Pinheiro Monzato (2020) que teve como objetivo entender os impactos do home office durante a quarentena enfrentada devido a pandemia da Covid-19, o conflito trabalho e família enfrentados pelas mulheres Brasileiras, podemos elencar que os resultados dessa pesquisa que mostra que as mulheres estão sobre carregadas devido as suas atividades terem aumentado pelo fato de estar em casa, tentando conciliar a vida profissional e pessoal. De acordo as autoras, conclui-se que o home office trouxe malefícios as mulheres donas de casa em relação a sobre carga de afazeres, entretanto aproximou mais a família e trazendo bem estar para marido e os filhos.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 Legislação relacionada ao home office

As disposições legais para o trabalho remoto constam do artigo 6º da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), que elimina a distinção entre trabalho realizado na organização do empregador, trabalho realizado na residência do empregado e execução à distância, desde que haja relação de trabalho. O parágrafo único do artigo introduzido em 2011 estipula que "em termos de subordinação jurídica, os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão equivalem aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão" (BRASIL,2017).

Ainda sobre a nova legislação a Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, intitulada de Reforma Trabalhista, além de vários outros aspectos ligados às relações laborais e ao processo do trabalho, estabeleceu de forma inédita no Brasil as bases legais para o tele trabalho, espécie de trabalho a distância. Essa nova legislação trouxe maior segurança em relação ao tele trabalho, porém ainda deixa muitas lacunas que deixam empregados e empregadores com dúvidas com a forma que deve ser aplicada. Mas a lei promulgada precisa de interpretação pragmática para que todos possam revelar seu verdadeiro significado e escopo. Pode-se ressaltar que todos os direitos são garantidos "Os direitos são os mesmos de um trabalhador normal. Ou seja, vai ter direito a carteira assinada, férias, 13º salário e depósitos de FGTS", explica o ministro Agra Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em fevereiro de 2020, o governo federal aprovou a Lei nº 13.979, que estipula medidas para responder ao surto global de coronavírus, mas não declarou uma pandemia até 11 de março. Os regulamentos abordam a necessidade de isolamento, quarentena e inspeções obrigatórias. Neste caso, a ausência do funcionário deve ser considerada uma ausência justificada (ARINS,2020).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos essa pesquisa é caracterizada como descritivo, pois visa explanar e evidenciar dados coletados desde 2020 até as datas atuais referenciando os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná, e ainda elencar sobre a legislação atual. O processo de descrição visa identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis relacionadas ao fenômeno ou processo (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento de dados, pois será utilizado questionário para identificar os impactos causados pelo home office. Segundo Gil (2002), a pesquisa levantamento de dados é caracterizada por um levantamento de informações coletadas através de questionários por exemplo, solicitando informações sobre o eventual problema, podendo assim chegar as conclusões através da análise de todas as informações coletadas.

Quanto a abordagem a pesquisa é caracterizada como quantitativa, pois irá possuir números referentes aos impactos que o home office trouxe para uma cooperativa medica do Paraná, situada em Cascavel. A pesquisa quantitativa se caracteriza pela quantificação das informações, podendo assim chegar a conclusões

ISBN 978-65-5629-077-5

mais precisas, pois são coletadas informações/números que explanam a situação elencada na pesquisa. (GIL, 2002).

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários para identificar os impactos que o home office trouxe para a cooperativa. O questionário contou com 5 questões abertas sobre os entrevistados foram convidados a manifestar livremente a suas opiniões acerca dos temas. Para Gil (2002) questionários podem ser definidos como técnicas de pesquisa, incluindo um conjunto de perguntas enviadas às pessoas a fim de obter Informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, desejos, medos, comportamentos atuais ou passados, etc. Foram enviados 25 questionários e obteve-se resposta de 18.

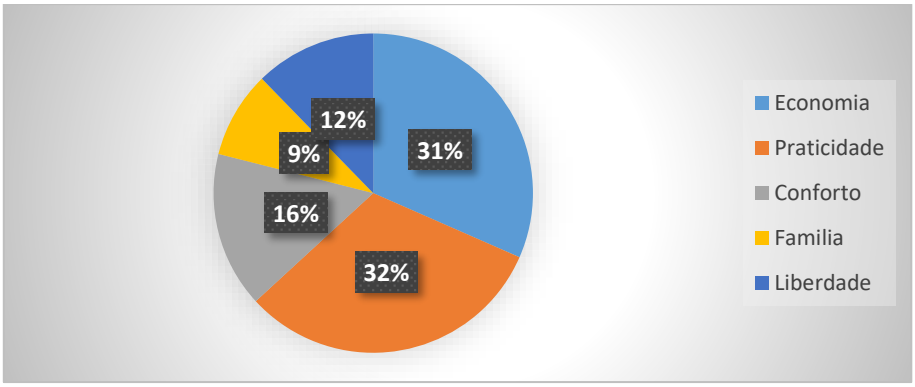
O estudo será longitudinal, analisando o panorama do home office em uma cooperativa de medica do Paraná, comparando dados antes e depois da pandemia. O estudo longitudinal se caracteriza pela coleta de dados em períodos diferentes, onde pode ser comparado e estudado baseado nas informações pesquisadas (GIL, 2002).

4 RESULTADOS

De um total de 25 colaboradores convidados a participar dessa pesquisa, 18 deles responderam ao questionário, que indagou os respondente quanto as mudanças que eles perceberam em sua rotina pessoal e profissional numa cooperativa de saúde, após o início dos trabalhos em home office, por ocasião do início da pandemia do novo Coronavirus. A seguir iniciam-se as analise das respostas.

A primeira questão convidou os respondentes a citarem de 3 a 5 pontos positivos e negativos percebidos no trabalho em home office.

Gráfico 1: Pontos Positivos do *Home office*



Fonte: Dados da pesquisa

Dentre os pontos positivos 18 respondentes citaram economia e a praticidade, elencando que não tiveram gastos com deslocamento até o trabalho gerando uma economia com o transporte e a praticidade de estarem em suas casas, otimizando o tempo gasto com o deslocamento e a facilidade de apenas ir até o computador e realizar suas atividades. Outro ponto citado por 9 respondentes foi o conforto de estarem em suas residências, podendo assim ficarem mais tranquilos e relaxados para exercerem suas funções.

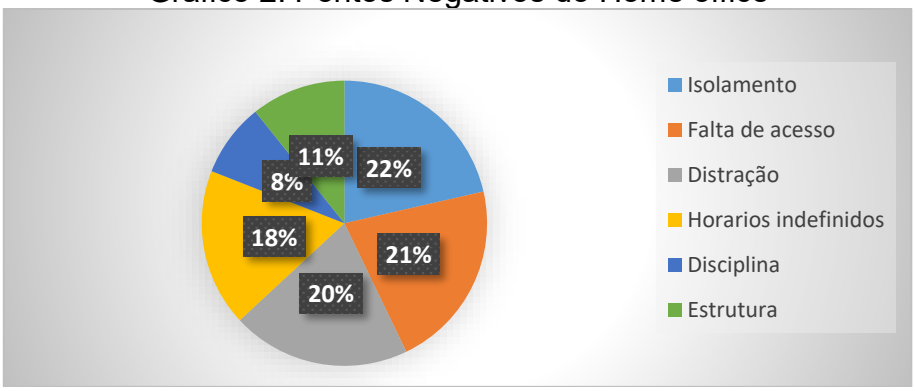
Ainda 7 respondente colocaram família como um ponto positivo, pois tiveram a oportunidade de estar mais junto com seus familiares, podendo assim dar mais atenção, carinho e afeto para eles, tais atitudes que não eram possíveis antes do

ISBN 978-65-5629-077-5

home office, pois ficavam a maior parte do tempo na Cooperativa. Ademais, 7 respondentes afirmaram como ponto positivo a liberdade, tanto de horário quanto de pressão da realização dos processos, podendo realizar de forma tranquila, fazendo com que até sua produção aumentasse de acordo com eles.

Sobre os pontos negativos, os entrevistados responderam conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Pontos Negativos do Home office



Fonte: Dados da pesquisa

Dentre os pontos negativos 18 respondentes relataram que o isolamento social foi um grande desafio, pois sentia faltam de se relacionar com os colegas, trocando ideias, informações e até mesmo a conversa informal que era realizada diariamente e a falta de acesso de documentos e informações que estavam na cooperativa, pois como trata-se de muitos documentos e informações sigilosas, tais documentos não poderiam sair da cooperativa.

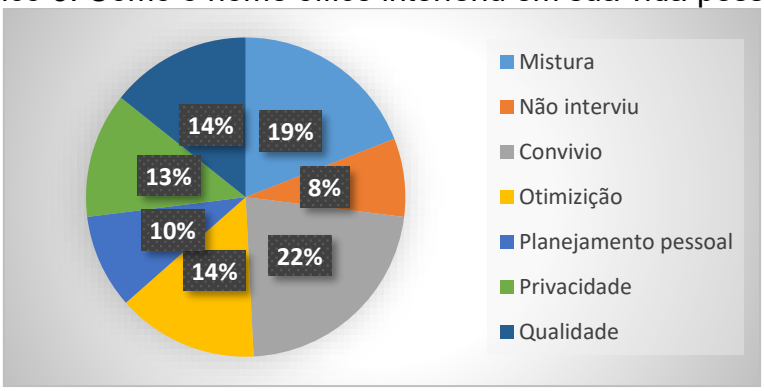
Ainda 17 colaboradores mencionaram a distração como ponto negativo, pois se distraiam facilmente durante o trabalho com afazeres particulares, dificultando assim seu desempenho no momento da elaboração dos processos. Também 15 respondentes afirmaram que os horários indefinidos foram um ponto negativo, tais horários não eram respeitados, pois de acordo com eles trabalhavam mais e sem a restrição do horário comercial prejudicando assim a sua vida pessoal.

Nove respondentes relataram que a falta de estrutura em suas casas afetou negativamente a pratica do home office, tiveram que adequar quartos, mesas e cadeiras para conseguirem trabalhar, sua internet aumentar a velocidade, pois anteriormente era utilizada apenas para o básico. Sete respondentes elencaram que a falta de disciplina foi negativa, visto que não conseguia possuir uma disciplina de trabalho, acabavam misturando seu horário de trabalho com afazeres particulares, como os domésticos por exemplo.

A segunda questão convidou os respondentes a responder sobre como o home office interferiu em sua vida pessoal.

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 3: Como o home office interferiu em sua vida pessoal?



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com 14 respondentes o trabalho em home office possibilitou maior convívio com os familiares e pessoas próximas, melhorando o vínculo afetivo entre os mesmos. Doze respondentes citaram que a combinação entre a vida profissional e pessoal interferiu, pois ao trazer seu trabalho para dentro de casa, foi difícil ter uma divisão dos afazeres domésticos e de trabalho e atenção para os dois lados.

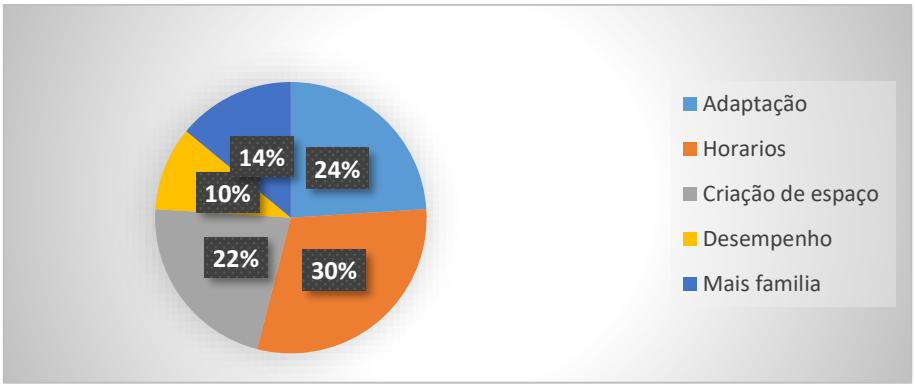
Nove respondentes elencaram que tiveram mais qualidade em sua vida pessoal e profissional e a otimização do tempo, pois tinha menos desgaste com transito e uma pressão menor dentro de casa, seus horários eram mais bem aproveitados sem intervalos muito longos tanto para conversas com colegas tanto para atendimento presencial, além disso, segundo eles o conforto de suas casas contribui para a qualidade de vida e a para realização de processos.

Outro ponto citado por 8 respondentes foi a privacidade, pois com a "invasão" do trabalho em suas casas, tiveram menos privacidade em sua vida pessoal, pois suas rotinas precisaram ser refeitas e adaptadas, com reuniões online as câmeras precisaram ser ligadas, revelando detalhes de suas residências e rotinas domesticas.

Por fim 6 respondentes acrescentaram que planejamento pessoal foi algo que home office interferiu, pois tiveram que realizar novos planejamentos, rever e readaptar suas rotinas com o seu trabalho em casa.

A terceira questão convidou os respondentes a responder como a rotina do seu trabalho interferiu na rotina de casa?

Gráfico 4: Como a rotina do seu trabalho interferiu na rotina de casa?



Fonte: Dados da Pesquisa

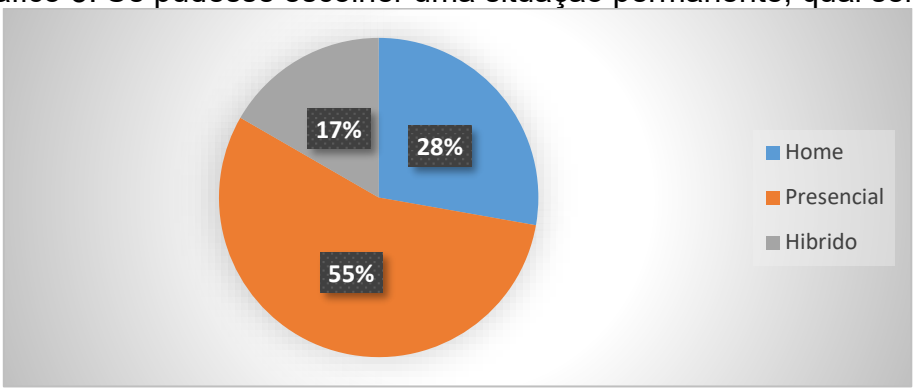
ISBN 978-65-5629-077-5

Dentre as respostas 15 respondentes citaram que o horário foi um ponto que o trabalho interferiu na rotina de casa, pois seus horários ficaram incertos e pouco demarcados, sendo assim trabalhando mais horas do que previsto para que pudessem finalizar e entregar seus processos de acordo com a demanda.

Além disso, 12 respondentes elencaram que a adaptação foi um item que interferiu na rotina de casa, pois tiveram que adaptar novos horários, novos jeitos e formas de exercer as funções, além disso, adaptar toda a rotina de sua casa com os familiares. Ademais, a criação de um espaço foi citado por 11 respondentes, visto que tiverem que disponibilizar um espaço até mesmo um cômodo de sua casa para poderem exercer sua trabalho de casa, colocando equipamentos e materiais como em seus espaços corporativos.

A quarta questão convidou aos respondentes escolherem uma situação permanente, qual seria?

Gráfico 5: Se pudesse escolher uma situação permanente, qual seria?



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com as respostas 10 dos 17 colaboradores preferem o sistema de trabalho presencial, tendo em vista os pontos negativos elencados na questão 1 – isolamento social, falta de acesso a documentos e informações que estavam na cooperativa, falta de disciplina, entre outros elencados.

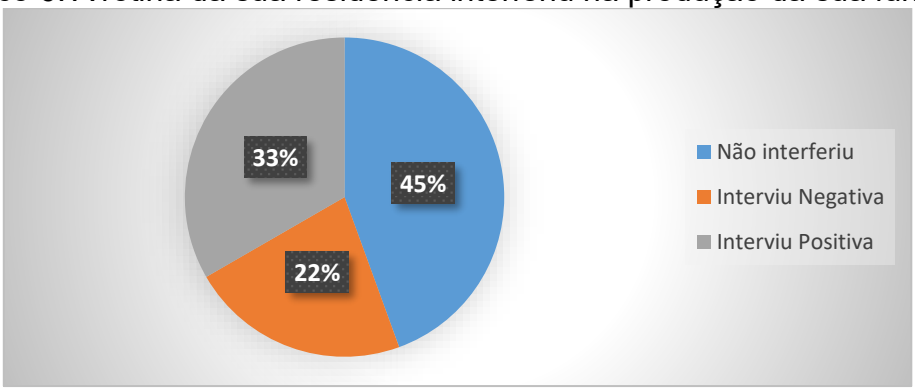
Entretanto, com 5 colaboradores prefeririam permanecer em home office, pois ainda conforme questão 1 é uma modalidade que gera economia no transporte, mais proximidade com a família, otimização de tempo e processos, entre outros.

Finalmente uma minoria optaria pelo sistema híbrido, ou seja, alguns dias em home office outros dias presencial, pois acreditam que o home office pode trazer vários benefícios, porém a facilidade e interação que o presencial proporciona é incomparável com os do home office.

A quinta questão convidou aos respondentes a dizer se a rotina da sua residência interferiu produção da sua função.

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 6: A rotina da sua residência interferiu na produção da sua função?



Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos respondentes (8) acreditam que a rotina de suas residências não interferiram na produção da sua função, visto que tiveram uma boa adaptação e disciplina para exercer suas funções sem algum tipo de empecilho grave. Entretanto, 6 respondentes elencaram que houve uma intervenção positiva, pois tiveram melhor desempenho nas suas funções tendo em vista a tranquilidade de suas casas e a fácil e nada dolorosa adaptação para o home office.

Por outro Lado, 4 respondentes acreditam que interferiu de forma negativa, pois obtiveram pior desempenho no momento da elaboração dos processos que fazem parte da sua função, devido a problemas com a disciplina e a distração que fizeram diminuir seu desempenho na cooperativa.

Afim de, complementar as informações foram feitas algumas questões ao gestor sendo: Qual e quanto foi o investimento em tecnologia e equipamentos a cooperativa teve para colocar os colaboradores em home office, tal que não conseguiram mensurar os valores gastos, mas elencaram que foi realizado a compra de equipamentos como: notebook, câmeras, microfones, fones, entre outros materiais utilizados para reuniões virtuais.

Além disso, foi perguntado se o desempenho dos colaboradores mudou durante o home office e como foi a mudança, o qual respondeu que não tiveram mudanças de desempenho, porem notaram maior motivação por parte dos colaboradores por estarem em casa, entretanto notaram a necessidade de convívio com os demais colegas de trabalho.

Por fim questionamos se a cooperativa havia interesse em continuar com o home office, o gestor relatou que ainda estão estudando tal proposta e analisando todos os dados, porem acredita que possa ocorrer de forma hibrida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná, localizada na cidade de Cascavel, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Quais os impactos do home office em uma cooperativa medica do Paraná.

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e os dados foram coletados por meio de questionário com 5 perguntas abertas, a amostra foi composta por 23 colaboradores, sendo que 18 responderam o questionário.

ISBN 978-65-5629-077-5

Os resultados dão conta de que os principais pontos elencados pelos colaboradores foram a dificuldade com a adaptação, horários, isolamento social, acesso de documentos e informações, a mistura da vida pessoal e profissional que interferiu diretamente em usas rotinas, entretanto a economia e conforto de estar realizando as atividades em casa foi muito citado, além do convívio familiar e desenvolvimento melhor na produção por estarem alocados dentro de suas residências. Além disso, foi possível verificar que os colaboradores não são adeptos ao home office, tendo em vista que a maioria, se pudesse optar, seria pelo trabalho presencial.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é: foi possível perceber vários impactos do home office, na ótica do colaborador tiveram melhoria na produção, economia com deslocamento, convívio familiar, entretanto percebe-se uma mistura com a vida pessoal e profissional, dificuldade de administração de horário, intervenção das rotinas profissionais com a pessoal. Além disso, foi possível obter que a maioria dos respondentes optariam por trabalhar presencialmente do que de casa, concluindo-se que os colaboradores não optariam pelo home office.

Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

ARINS, Bruno. **Trabalho remoto e legislação: como adequar sua empresa ao *home office***. Great Place To Work, São Paulo, 23 de Março de 2020. Disponível em: https://gptw.com.br/conteudo/artigos/trabalho-remoto-e-legislacao/. Acesso em: 15 de Junho de 2021.

Agência Brasil (2020). ***Home office* foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia. Acesso em: 13 de Junho de 2021.

Antônio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas,2002.

ALMEIDA, Rhanna E. S.; BRASIL, Rhannah Santos; NOGUEIRA, Ursulla dos Anjos. **Novas carreiras em contraste com formas de trabalho tradicionais: *home office* e freelance.** 2017.

Brasil. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**. Diário Oficial da União [Internet]. 14 jul. 2017 [citado em 14 ago 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm.

BIGARELLI, Barbara. Companhias vão incorporar *home office* parcial ou integral após crise. **Revista Valor Economico**, São Paulo, 23 de Abril de 2020. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/04/23/companhias-vao-incorporar-home-office-parcial-ou-integral-apos-crise.ghtml. Acesso em: 14 de Junho de 2021.

Bardin, L. (1997). **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 4 ed. Barueri, SP: Manoel 2014.

Dalton Gean Perovano. **Manual de metodologia da pesquisa cientifica.** 1ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2016.

EQUIPE QUALIBEST. **Trabalhar em *home office*: como tem sido essa adaptação na opinião dos trabalhadores?.** Instituto Qualibest, São Paulo, 22 de Junho de 2020. Disponível em: https://www.institutoqualibest.com/marketing/trabalhar-em-home-office-como-tem-sido-essa-adaptacao-na-opiniao-dos-trabalhadores/. Acesso em: 15 de Junho de 2021.

GONDIM, Sonia e BORGES, Lívia de Oliveira. **Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional**. Rio de Janeiro, 2020.

***HOME OFFICE* CONCENTROU 17,4% DO TOTAL DE RENDIMENTOS DO TRABALHO EM NOVEMBRO**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 02 de Fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37463. Acesso em: 14 de Junho de 2021.

LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. **Desafios do tele trabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office.** Maringá,2020.Disponívelem:https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637/751375150139. Acesso em: 12 de Junho de 2021.

LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DE OLIVEIRA BARBOSA, Alane; PINHEIRO MONZATO, Priscila. Mulheres em *home office* durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-familia. Scielo, 2020. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/rae/a/9WS6pYzLdhWY6qWwDXTKTsN/?format=html&lang=pt#. Acesso: 14 de Junho de 2021.

LUCCA, Sergio Roberto. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** Cadernos de Saúde Pública [*online*]. 2020, v. 36, n. 9 [Acessado 16 Junho 2021] , e00237120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00237120>. Epub 02 Out 2020. ISSN 1678-4464. https://doi.org/10.1590/0102-311X00237120.

MIZIARA, Raphael. **O novo regime jurídico do teletrabalho no Brasil**. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 7, n. 62, p. 36-45, set./out. 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

PANDEMIA ALTERA PERFIL DE QUEM TRABALHA EM CASA. **Jornal da USP,** São Paulo, 21 de Julho de 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/pandemia-altera-perfil-de-quem-trabalha-em-casa/. Acesso em: 15 de Junho de 2021.

Pochmann, Marcio. **Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva [*online*]. 2020, v. 25, n. 1 [Acessado 16 Junho 2021] , pp. 89-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>. Epub 20 Dez 2019. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019.

RAFALSKI, Julia Carolina e ANDRADE, Alexsandro Luiz De. **Home-office: aspectos exploratórios do trabalho a partir de casa.** Temas psicol. [*online*]. 2015, vol.23, n.2, pp. 431-441. ISSN 1413-389X. http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.2-14.

SANTOS, Ester A. C; PEREIRA, Juliane Abreu; CAVALCANTE, Karla Fernanda Ferreia; LIMA, Maria Rita Da Silva. ***Home office*: Ferramenta para continuidade do trabalho em meio a pandemia COVID-19.** Manaus, 2020. Disponível em: http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1172/1/HOME%20OFFICE%20-%20FERRAMENTA%20PARA%20CONTINUIDADE%20DO%20TRABALHO%20EM%20MEIO%20A%20PANDEMIA%20COVID-19.pdf. Acesso em: 13 de Junho 2021.

SILVA, Ivan Conceição Martins da, Silva, Marina Hastenreiter e Santos, Mayra Laborda. **Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo [*online*]. 2021, v. 15, n. 1 [Acessado 20 Junho 2021] , 2200. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2200>. Epub 19 Mar 2021. ISSN 1982-6125. https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2200.

ISBN 978-65-5629-077-5

IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID19 EM UMA EMPRESA DO RAMO DE IMPRESSÃO

Pâmela Remonti Duarte[1]
Janaina Kriger[2]

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus em uma empresa especializada em sistemas de impressão na cidade de Cascavel/PR. Os dados foram coletados por documentos fornecidos pela empresa sofre o seu faturamento, instalações e retidas de equipamentos. A pesquisa revelou que a pandemia do novo coronavírus influenciou negativamente a empresa estudada, desacelerando o crescimento que vinha sendo registrado no ano anterior, e que os negócios da empresa em 2021apresentam uma tendência de recuperação.

Palavras-chave: Pandemia do COVID19. Desemprego. Sistema de impressão. Correlação. Impactos da pandemia na economia.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil enfrenta uma crise econômica e social causada pela pandemia do Coronavírus. Desde fevereiro de 2020 o vírus atingiu o país e trouxe várias mudanças para o cidadão brasileiro, principalmente no ambiente de trabalho. Como o controle da disseminação do vírus depende da redução da circulação e do isolamento social, muitas empresas precisaram se reajustar para manter suas operações, o que tem afetado bastante o trabalho do departamento de recursos humanos (OPAS, 2020).

A Fundação Getúlio Vargas divulgou um boletim macroeconômico sobre as consequências da epidemia, listando os serviços necessários para impor restrições ao funcionamento da maioria dos locais como cinemas, restaurantes, lojas de roupas e calçados, transporte e academias. As atividades comerciais afetadas têm um grande número de empregadores e um alto grau de informalidade (FGV, 2020).

O cenário atual de distanciamento social traz consequências imediatas e severas sobre a produtividade humana e a economia global (FERNANDES, 2020). Diferentemente de outros surtos epidemiológicos recentes, como o Ebola, SARS e o surto do H1N1, a COVID-19 evoluiu para ao nível de pandemia global (OPAS, 2020), em virtude da sua velocidade de contágio, o que impossibilitou a circulação de pessoas e de mercadorias em todo o mundo.

Diante disso, a pandemia pelo Sars-CoV-2 provocou sem dúvidas muitas mudanças no mundo do trabalho, atingiu totalmente a classe trabalhadora de várias formas, como o desemprego para uma grande parte da população durante a pandemia, principalmente naqueles segmentos onde demandam tanto a presença física do colaborador como a presença física dos consumidores e usuários. Com isso prevê tendências de implementação graduais como escritórios em casa e seleção profissional totalmente online (OPAS, 2020).

---

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADORA: Professora Mestre em Administração – PUC/PR.

ISBN 978-65-5629-077-5

O tema dessa pesquisa foi a pandemia do novo coronavírus, e o problema de pesquisa que se prentendeu responder foi: Como a pandemia do novo coronavirus influenciou uma empresa especializada em sistemas de impressão? Assim, a análise será feita sobre os Impactos da pandemia do novo coronavírus sobre os negócios de uma empresa especializada em sistemas de impressão, na cidade de Cascavel/PR nos anos de 2019 e 2020.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus em uma empresa especializada em sistemas de impressão na cidade de Cascavel/PR. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) levantar dados de instalação e retiradas de equipamentos, antes e durante a pandemia, (b) levantar dados sobre o faturamento da empresa antes e durante a pandemia; (c) relacionar as variáveis utilizando o índice de correlação de Pearson; e (d) descrever as flutuações no comportamento das vendas e faturamento durante o período estudado.

Este trabalho é importante para entender os efeitos da pandemia no mercado de trabalho, a realização da pesquisa está na emergência dessa modalidade em cenários de crises de saúde que afetam milhões de trabalhadores no país e no mundo. Antes mesmo da crise do COVID-19 o teletrabalho/home Office tornou-se tendência, com as recomendações de isolamento e distanciamento social, este modelo tem obtido ganhos maiores em vários campos no país e mundo. Muitos trabalhadores têm que se adaptar a uma nova forma de trabalhar no trabalho em que estão engajados.

Embora ninguém esperasse que o Brasil enfrentasse uma pandemia, as vidas de muitas pessoas foram afetadas. O distanciamento social, o uso de máscaras e álcool em gel começou a fazer parte do dia a dia. No entanto, a pandemia não vem apenas acompanhada de problemas de saúde. A economia imediatamente começou a sentir o impacto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema dessa pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão feitas a partir dos dados coletados.

2.1 A PANDEMIA DO COVID19

Segundo o Ministério da Saúde (2020) a COVID-19, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a epidemia da COVID-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e, em 11 de março de 2020, uma pandemia. No Brasil, o Ministério da Saúde atuou imediatamente, a partir da detecção dos rumores sobre a doença emergente. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento da

ISBN 978-65-5629-077-5

situação epidemiológica. Houve mobilização de vários setores do governo e diversas ações foram implementadas, incluindo a elaboração de um plano de contingência.

Em 3 de fevereiro de 2020, a infecção humana pelo novo coronavírus foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). O Ministério da Saúde, desde o início, adotou a informação e a comunicação para a população e a imprensa como estratégias fundamentais para o enfrentamento da epidemia. Os números de casos confirmados e óbitos passaram a ser disponibilizados diariamente. Boletins epidemiológicos foram publicados, contendo orientações, Além disso, entrevistas coletivas eram realizadas quase todos os dias, reforçando-se o compromisso do MS com a transparência na informação e a agilidade na comunicação a respeito da situação epidemiológica e das ações de respostas.

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Tratava-se de um homem idoso residente em São Paulo/SP, que havia retornado de viagem à Itália. A doença se propagou rapidamente. Em menos de um mês após a confirmação do primeiro caso, já havia transmissão comunitária em algumas cidades. Em 17 de março de 2020, ocorreu o primeiro óbito por COVID-19 no país. Era outro homem idoso residente em São Paulo/SP, que apresentava diabetes e hipertensão, sem histórico de viagem ao exterior. Em 20 de março de 2020, foi reconhecida a transmissão comunitária da COVID-19 em todo o território nacional.

Segundo SEBRAE (2020) no Brasil, em fevereiro de 2020, após a confirmação do primeiro caso patológico, o Ministério da Saúde lançou uma política de monitoramento e disseminação dos casos de vírus.

Com o fortalecimento das medidas de proteção e saneamento para a manutenção da vida e da saúde das pessoas, o cotidiano das pessoas passou por mudanças fundamentais. Muitas instituições comerciais foram fechadas, instituições de ensino interromperam as atividades presenciais e incorporaram a educação a distância, serviços públicos suspenderam os serviços presenciais, empresas e indústrias reorganizaram o trabalho, reduziram a jornada de trabalho e adotaram uma expansão da escala de sucessão de funcionários. Além disso, as atividades culturais e de entretenimento pessoais foram suspensas, as atividades sociais foram bloqueadas e o contato entre as pessoas foi evitado. Todas essas consequências da pandemia agravaram as dificuldades enfrentadas pela classe social. Com isso teve muitas empresas que acabaram fechando as portas e teve aumento no desemprego (FGV, 2020).

No Brasil, além da crise política cada vez maior, podem ser encontradas graves tensões na saúde pública e na recessão econômica, que agravou a credibilidade geral do governo e de seu sistema operacional. Tudo isso, somado às mudanças na epidemiologia apontadas pelos indicadores dos órgãos de saúde, indicam que a sociedade está em um estado de caos (FGV, 2020).

A pandemia do novo coronavírus COVID-19 tem causado preocupação e mudanças significativas em diversas áreas e atividades humanas.

De acordo com Freire (2013), o mecanismo entre desempenho e satisfação é complexo, devido à necessidade da avaliação de inúmeras atividades inerentes à experiência de compra e, posteriormente, ao uso e consumo do produto.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo os autores Zeithmal *et al.,* (2014), a satisfação é a avaliação do consumidor sobre produtos ou serviços que necessitam atender as expectativas dos clientes. Uma importante contribuição do marketing as empresas é captar os processos de planejamento e execução do estabelecimento de promoção, preços, e distribuição, no desenvolver de trocas que visam ou não a lucratividade.

2.2 PANDEMIA E DESEMPREGO NO BRASIL

Segundo FGV (2020) a pandemia do novo coronavírus COVID-19 tem causado preocupação e mudanças significativas em diversas áreas e atividades humanas. Embora a saúde e a economia sejam as áreas mais afetadas, o alcance do impacto se estende a muitas áreas, incluindo áreas de trabalho e a necessidade de reorganizar a empresa para continuar operando seu próprio negócio. A pandemia do coronavírus alterou o funcionamento de 5,3 milhões de pequenos negócios no Brasil, o que equivale a 31% do total. Outros 10,1 milhões (58,9%) das atividades foram temporariamente suspensas.

Nesse tempo teve muitas empresas que não suportaram as novas medidas restritivas e acabaram fechando as portas e dispensando todos os seus funcionários, pois as contas estavam chegando e os colaboradores sem poder trabalhar, muitas empresas chegaram e descumprir as leis e trabalharam de portas fechadas, mas isso não foi muito longe, pois as despesas estavam ali para serem pagas e sem clientes não tem como, diante disso os administradores decretaram falência e acabaram fechando as portas. Diante disso, a nova pandemia de coronavírus sem dúvida afetou inúmeras empresas, FGV (2020).

Segundo SEBRAE (2020) essa nova crise deve trazer uma queda sem precedentes do PIB (Produto Interno Bruto) e um grande caimento no nível de emprego, pois mesmo que as atividades econômicas sejam fortemente afetadas nesse processo, o ajuste no número de empregados tende a ser maior, seja da empresa. Redução de custos e a natureza das atividades interrompidas. Nesse caso, os setores empresariais intensivos em mão de obra, como pequenas, médias e microempresas, estarão mais suscetíveis ao impacto negativo da epidemia.

Entre os microempreendedores e empresas de pequeno porte, a medida mais utilizada nos contratos de trabalho, para conter a crise econômica foi a suspensão dos contratos de trabalho (33,3%), sendo que a redução de salário apresentou um índice de 19,1% dos entrevistados. A análise dos resultados apresentados pela pesquisa do SEBRAE (2020), os microempreendedores individuais foram responsáveis pelo menor índice de utilização dos recursos de redução de salário e jornada bem como de suspensão de contratos.

Segundo pesquisa SEBRAE (2020) o escritório doméstico representa um trabalho que vem crescendo nas últimas décadas e ganhou um impulso significativo com o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. Muitas pessoas que nunca trabalharam neste sistema, de repente se encontram inseridas nele, o que sem dúvida lhes traz algumas dificuldades. Porém, há outro grupo de trabalhadores afetados nesta situação os que já trabalharam remotamente.

O isolamento social causado pela pandemia afetou a vida diária e as relações familiares de muitas pessoas e aumentou significativamente o número de

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalhadores domésticos. Para muitas pessoas, o lar passa a ser um local de trabalho de forma obrigatória, o que representa um desafio para a regulação emocional (GONDIM; BORGES, 2020). Com isso, quem já trabalha remotamente coloca novas necessidades porque as condições que encontram em casa e a relação com a organização são afetadas.

O trabalho remoto tem muitas vantagens das quais funcionários e empresários podem desfrutar. Muitos gestores se preocupam que o fato de não poder prestar muita atenção ao conteúdo desenvolvido por sua equipe pode prejudicar a produtividade e, consequentemente, os resultados propostos. Esse raciocínio se baseia na crença de que, como os funcionários trabalham em casa, sua disciplina de atividade pode ser reduzida (SEBRAE, 2020).

2.3 IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA

Segundo Elói Martins Senhoras (2020) os impactos do novo coronavirus (COVID-19), claramente, possuem repercussões econômicas assimétricas, tanto, de natureza transecular, quanto, de natureza intertemporal, gerando assim efeitos de transmissão que ressoam no espaço e no tempo de modo distinto conforme o grau de sensibilidade e vulnerabilidade macroeconômica dos países e microeconômica das cadeias globais de produção e consumo. As repercussões assimétricas de natureza transecular acontecem à medida que internacionalmente todas as regiões do mundo foram afetadas humanamente pelo surto, o que gerou tensões inicialmente em vários mercados financeiros com queda de ativos, e em um segundo momento impactos negativos na produção e no consumo ao longo das semanas em função do desabastecimento das cadeias de distribuição de produtos *made in China*.

Embora algumas regiões como a Ásia e a Europa tenham conjunturalmente apresentado situação de vulnerabilidade humana devido ao número de casos, mortes e de eventuais políticas de isolamento e autarquização que impactam-na dinâmica econômica a potencialidade do novo coronavírus se tornar uma eventual pandemia global gerou uma situação que impacta diretamente na microeconomia das cadeias de produção e consumo internacionalizadas, bem como na macroeconomia dos países, conforme as suas situações de maior sensibilidade ou vulnerabilidade. As condições de sensibilidade ou vulnerabilidade econômica dos países dependem não apenas dos efeitos de contágio humano na geração de expectativas em determinada economia nacional, mas antes dependem das trajetórias econômicas preexistentes à crise, bem como do comportamento volátil do mercado financeiro nacional e da regularização dos ciclos econômicos produtivos. Quanto maior for o tempo necessário para se contiver a difusão internacional do novo coronavírus, maiores serão os impactos humanos e maiores as consequências na desaceleração econômica, que inicialmente atingiu a China, mas muito rapidamente passou a atingir outros países, seja em função da difusão das redes de contágio, seja em função dos encadeamentos de consumo e produção em relação à segunda maior potência econômica no mundo.

Embora a escala de letalidade do coronavírus seja relativamente baixa, a escala de difusão é elevada, repercutindo em uma rápida difusão dentro da China

ISBN 978-65-5629-077-5

e mesmo no exterior. As repercussões de curto prazo já acontecem por meio de uma crescente autarquização das relações internacionais dos países em relação à China, com contenção dos fluxos humanos e corte de voos comerciais. Por sua vez, os impactos de médio e longo prazo potencializam um aumento da desaceleração econômica na China e repercussão negativa no crescimento mundial, reforçando as tendências internacionais de aumento do neoprotecionismo e do xenofobismo (SENHORAS, 2020, p. 33).

As repercussões assimétricas de natureza intertemporal surgem em uma economia internacional, previamente em crise em função de uma agenda neoprotecionista e de guerras comerciais, principalmente entre Estados Unidos e China Neste contexto internacional, os efeitos negativos da crise do novo coronavírus têm repercussões imediatas no curto prazo no desabastecimento microeconômico de uma logística internacional das cadeias globais de produção e consumo, mas também em eventuais transbordamentos macroeconômicos de tendências negativas no crescimento internacional. A despeito de muitas empresas multinacionais localizadas na província de epicentro do novo coronavírus terem parado a produção e evacuado parte de seus funcionários na China (AYITTEY et al.,2020),o efeito de transmissão primário da crise nas últimas semanas tem sido oriundo das movimentações do mercado financeiro em comparação à constrição das cadeias logísticas de comércio internacional, turismo e aviação civil que representam no tempo um efeito secundário, com encadeamentos nos demais países do mundo que fazem parte das cadeias globais de valor, seja, no consumo, seja na produção integrada.

Este preocupante quadro potencial de desaceleração econômica global engendrado por crescentes reais impactos negativos com a constrição dos fluxos produtivos, de consumo e de comércio internacional passa a se tornar uma profecia autorrealizável semanas após o surgimento do surto do novo coronavírus à medida que as expectativas no mercado financeiro impactam na deflação de ativos produtivos, com ondas internacionais de quedas nos mercados acionários no mundo, repercutindo diretamente no dinamismo empresarial não no longo prazo como eventualmente esperado, mas no curtíssimo prazo. Mesmo antes do surto do novo coronavírus ter se espalhado para quase 50 países, com atualizações diárias crescentes, os mercados financeiros em função do medo, desde o mês de janeiro começou a precificar a difusão de uma potencial pandemia global (GUILHERME, 2020), o que gerou forte volatilidade nos mercados bursáteis, com quedas abruptas nos mercados futuros, de derivativos e de ações migração para ativos seguros com repercussão em uma multilateral alta do dólar e valorização do ouro.

Segundo o FGV (2020) o crescimento global deve ser robusto em 2021, reforçado não apenas pela reabertura das economias, mas também pelos fortes e inéditos estímulos de política fiscal e monetária, contribuindo para a manutenção do cenário de valorização dos preços das commodities em dólar. Porém, como há forte depreciação cambial, a inflação de bens comercializáveis se intensifica e o risco de controle de tarifas públicas volta ao radar dos investidores. Merece destaque a previsão do Copom de que os preços administrados subirão 9,5% este ano. E esses temas se agravam com a pandemia e com a antecipação do quadro eleitoral para 2022. Mais importante, talvez, é que dificilmente esse quadro irá se

ISBN 978-65-5629-077-5

alterar rapidamente. A aceleração do crescimento econômico nos EUA e o risco de volta da inflação e de que, com isso, haja eventual redução de liquidez global podem impactar negativamente os países emergentes, especialmente aqueles com piores fundamentos.

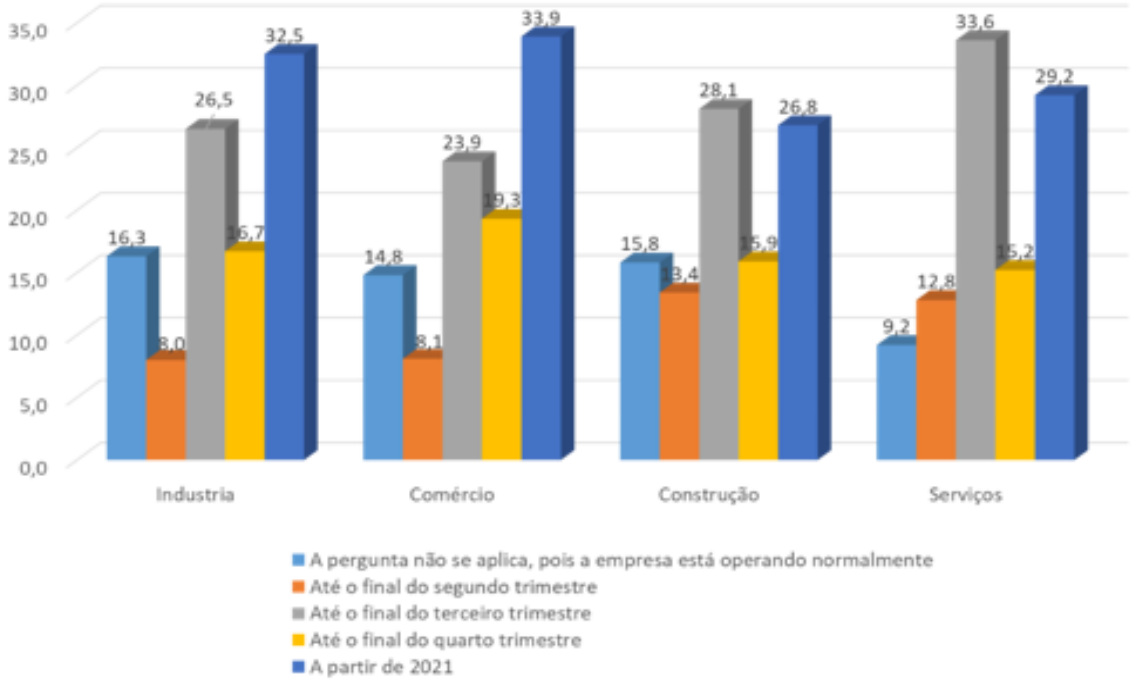
A declaração do potencial pandêmico do novo coronavírus por parte de diretor da Organização Mundial de Saúde ou o surgimento de uma nova informação sobre casos ou mortes em determinado país gera uma recorrente situação de convulsonamento inicial do mercado financeiro nacional com posterior transbordamento negativo em demais praças financeiras regionais ou mesmo multilateralmente, tornando-se o medo em um ciclo vicioso de desaceleração econômica global. Frente a este contexto internacional de precificação de uma potencial pandemia global não existente e de relativa restrição a fluxos produtivos e de consumo relaciona dosà China, a espiral negativa da desaceleração econômica global incorre justamente em esforços de cooperação internacional e uma melhor macrocoordenação desta crise humanitária, findando aumentar a transparência e engendrar o fim do contágio por meio de uma eventual vacina (FGV, 2020).

2.4 IMPACTOS DA PANDEMIA NAS EMPRESAS E CONSUMIDORES

Segundo FGV(2020) No âmbito empresarial, as empresas dos setores industriais, de Serviços, Comércio e Construção, responderam a dois questionamentos: i) sobre o tempo necessário para retornarem à normalidade após o pior momento desta primeira onda da pandemia; e ii) sobre as mudanças que já ocorreram nas relações trabalhistas desde o início da crise. Com relação ao tempo de recuperação das atividades para níveis considerados normais, as respostas foram bastante heterogêneas entre os setores. Na Indústria e do Comércio, a resposta mais frequente, mencionada por mais de 30% das empresas, foi de que a normalidade só retornaria a partir de 2021. Já nos setores de Serviços e Construção a maioria acredita que a normalidade retornará até o final do terceiro trimestre deste ano.

Gráfico 1 – Percepção das empresas sobre impacto da pandemia na atividade (proporção de respostas em %)

ISBN 978-65-5629-077-5



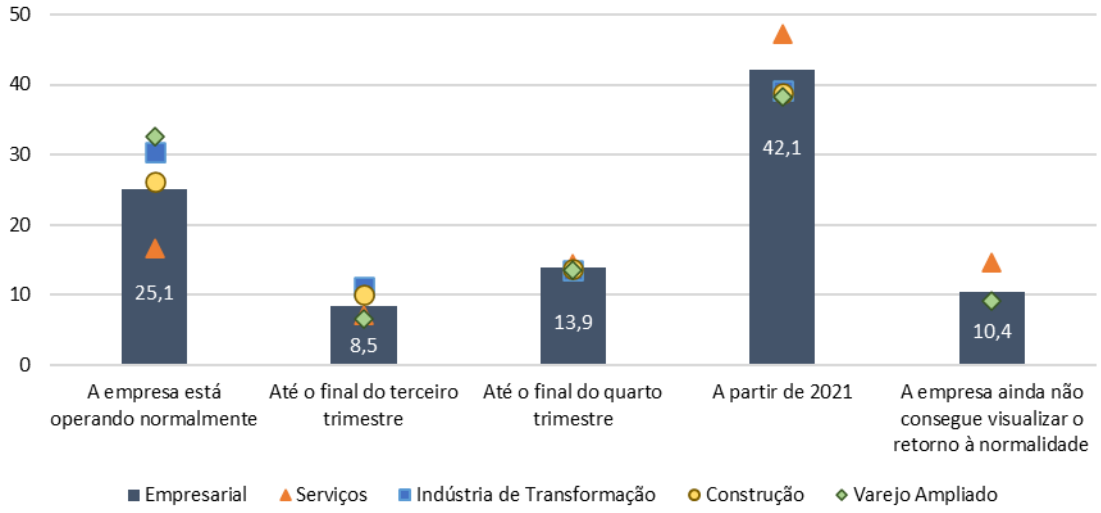
Fonte: FGV IBRE

Os resultados parecem fazer mais sentido quando analisados os segmentos de cada setor. Dentre os segmentos com predominância de empresas projetando retorno à normalidade apenas em 2021 estão: serviços de atividade imobiliária (100%), indústria produtora de petróleo e biocombustíveis (84%), serviços de alojamento (57,1%), produção de minerais não metálicos (53%), outros serviços de transporte (52%), indústria de tecidos, vestuário e calçados (52,3%), comércio de veículos, motos e peças (44,9%), móveis e eletrodomésticos (44,4%) e na construção de edificações não residenciais (41,6%). A maioria destes segmentos estava entre os que registraram os maiores percentuais de empresas percebendo um impacto muito negativo da pandemia em suas atividades em abril.

Mas existem exceções e empresas que afirmam estar operando normalmente: fabricação de produtos farmacêuticos (45,9%), comércio de hiper e supermercados (38,1%), serviços da construção relacionada a obras de infraestrutura para engenharia elétrica e telecomunicações (35,4%), fabricação de produtos de plástico (32,5%), celulose e papel (32,3%) e fabricação de produtos alimentícios (29,2%) (FGV, 2020).

Gráfico 2 – Tempo para que a empresa retorne à normalidade (em %)

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: FGV IBRE

Em março, o Governo lançou um Programa Emergencial de Proteção ao Emprego possibilitando às empresas nesse momento de pandemia maior flexibilidade em relação ao quadro de funcionários como: redução proporcional de salário e jornada de trabalho, suspensão temporária de contrato de trabalho entre outros. Visando entender como as empresas se adaptaram a este período em que houve necessidade de medidas restritivas e isolamento social, foi incluído um quesito sobre as medidas tomadas pelas empresas na área trabalhista desde o início da crise. As empresas podiam marcar quantas opções quisessem. Em todos os setores, exceto no Comércio, a maioria das empresas afirmou ter adotado parcial ou integralmente o teletrabalho ou home Office como uma das estratégias para enfrentar o período. O Home Office foi adotado por 80,4% das indústrias, 68,6% das empresas prestadoras de Serviços e 59,6% das empresas de Construção. No Comércio, apenas 26,6% das empresas passaram a se utilizar deste artifício.

Mas essa não foi a única estratégia traçada para o período pelo setor de Serviços, que vem sendo o mais afetado pela pandemia. Os dados da prévia dos quesitos especiais das sondagens de maio mostra um cenário bastante difícil para o setor que conta com a maior proporção de empresas que realizaram antecipação de férias individuais de seus colaboradores (65%), reduziram proporcionalmente salários e jornadas de trabalho (46,4%), além de enxugarem seu quadro de pessoal (45,8%). Chama atenção também o alto percentual de empresas que afirmam terem suspendido contratos de trabalho (42,3%), a maior proporção entre os setores. O Comércio tem o maior percentual de empresas dizendo não ter adotado nenhuma das medidas (21,9%), algo que ocorre por influência da relativa resiliência dos segmentos de hiper e supermercados (30,3%) e de outros varejistas (28,9%). A estratégia mais citada pelo setor para enfrentar a crise foi a antecipação de férias individuais (54,1%) (FGV, 2020).

2.5 MERCADO DE IMPRESSÃO AQUECIDO NO BRASIL

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Bruna Moraes (2021) nas últimas duas décadas acompanhou o surgimento de equipamentos digitais que permitem o consumo de diversos conteúdos "em telas", sem a necessidade da impressão em papel. No entanto, apesar dessa nova realidade, proporcionada por notebooks, tablets e leitores digitais, a venda de impressoras esteve aquecida no Brasil no último ano. De acordo com pesquisa realizada pelo IDC (International Data Corporation), os modelos de impressora que utilizam cartuchos ou tanques de tinta foram os mais vendidos no último trimestre de 2020, alcançando o número expressivo de 472.946 unidades comercializadas, o que representa alta de 5,7% em relação ao mesmo período de 2019.

A explicação para esse aumento é a necessidade de trabalho home Office e aulas remotas criadas pela pandemia do novo coronavírus. "O resultado é reflexo do home Office, que diminuiu a necessidade de impressão nas empresas, enquanto em casa, o consumidor comprou impressoras para continuar trabalhando ou estudando", afirma Rodrigo Okayama Pereira, analista de mercado da IDC Brasil.

O crescimento na venda de aparelhos consequentemente aumenta também a procura por insumos, situação que é sentida pela Nagem, que possui 41 lojas físicas espalhadas pelo Nordeste. "Se falarmos no âmbito geral, tivemos crescimento no consumo de tinta e observamos a migração para as impressoras de tanque, o que demonstra que as pessoas estão sendo mais ponderadas para escolher e têm se baseado no seu próprio perfil de consumo".

"Apesar da inegável digitalização, ainda teremos um mercado de suprimentos forte por vários anos", avalia Diogo Burgos, gerente de produtos da Nagem. Para a papelaria que decide trabalhar com cartuchos e outros insumos para impressoras é preciso estabelecer um foco de acordo com a necessidade do seu público-alvo, já que os modelos e marcas disponíveis no mercado são variados, atendendo desde o uso doméstico ao de grandes empresas. "Trabalhamos com as linhas completas dos principais fabricantes, dos tradicionais cartuchos para impressoras e multifuncionais domésticas e corporativas, passando pelos refis do tanque de tinta e toners para laser. Temos ainda suprimentos para os grandes formatos, como plotters e máquinas que utilizam bolsas de tinta, sem esquecer as fitas para impressoras matriciais. Dentro da categoria, podemos ainda destacar as fitas para rotuladores, que ganham cada vez mais espaço no mercado, seja para uso doméstico, seja para uso corporativo", afirma Diogo.

O segmento de suprimentos para impressora é bastante abrangente e tem relação com muitos outros produtos além das tintas para recarga. "Trabalhamos também com kits de limpeza para plotters, cilindros para máquinas laser, cabeças de impressão, bobina de papel para plotter e impressoras térmicas, etiquetas e toda uma gama de papéis, inclusive fotográficos, que acabam complementando a linha que estamos falando aqui", finaliza o gerente de produtos da Nagem.

3 PRINCIPAIS TIPOS DE SISTEMAS DE IMPRESSÃO

3.1 OFFSET

A impressão offset é o processo de impressão planográfico mais usado pelos

ISBN 978-65-5629-077-5

setores gráficos em todo o mundo. Isso se dá, principalmente, pelo alinhamento entre qualidade e custo-benefício do processo. A impressão offset consiste na repulsão entre água e gordura (tinta gordurosa, no caso) com o uso de cilindros intermediários. O nome do processo pode ser traduzido como "fora do lugar", expressão que remete aos processos anteriores ao offset, onde o papel tinha contato direto com matriz. Esses outros métodos faziam com que erros de impressão acontecessem com mais frequência e o desperdício de tinta fosse maior (Quatrocor gráfica e editora, 2019).

O sistema de impressão offset é utilizado para grandes e médias tiragens por conta de sua rápida velocidade. Isso permite que as máquinas imprimam grandes quantidades sem a necessidade de interferências humanas, que acontecem apenas para alterar as cores e a quantidade de água. Além disso, a qualidade do produto final e a possibilidade de impressão em quase todos os tipos de papéis (e até em algumas superfícies de plástico) são fatores que fizeram deste processo um dos favoritos do mercado gráfico (Quatrocor gráfica e editora, 2019).

3.2 IMPRESSÃO DIGITAL

Segundo (Quatrocor gráfica e editora, 2019) o digital é utilizado para baixas tiragens e com dados variáveis (até uma cópia se for preciso), é um sistema moderno e rápido com excelente definição. A imagem é reproduzida a partir de dados digitais do computador enviados diretamente para a impressora. Permite imprimir diversos tamanhos e em vários tipos de papel, utilizam-se tintas ou toners e possui secagem rápida. O digital é um dos sistemas de impressão que pode ser usado para materiais promocionais em geral, bonecos e impressos personalizados (Quatrocor gráfica e editora, 2019).

Com baixos custos iniciais, a impressão digital oferece múltiplas possibilidades de personalização, entendendo como customização a possibilidade de produzir produções de curto prazo com design exclusivo para cada cliente sem a necessidade de aumentar os custos de produção. Os fornecedores de serviços de impressão que responderam ao estudo da FESPA em 2015 confirmaram que a demanda por personalização entre seus clientes aumentou em 54%, e os pedidos por serviços aumentaram instantaneamente em 66%. As gráficas estão respondendo a essa tendência crescente diversificando seus serviços (Alborum,2021).

3.3 TAMPOGRAFIA

A Tampografica é um sistema que usa um clichê em baixo relevo. A imagem é passada da matriz para o suporte por meio de um tampão (espécie de almofada) que pode ter diversos formatos. Um dos sistemas de impressão muito utilizado em superfícies irregulares, gravação de peças, papelão e objetos como canetas, pen drives dentre outros. É mais usado no ramo de brindes personalizados (Quatrocor gráfica e editora, 2019).

Vantagens do sistema de impressão Tampografia:

- Alta qualidade de impressão;
- Possibilidade de imprimir em superfícies distintas, tanto regulares, quanto

ISBN 978-65-5629-077-5

irregulares;
- Por ser um processo contínuo, sem paradas para analisar a qualidade da impressão, é possível gerar uma grande produção de impressões;
- Possibilidade de imprimir quatro cores na mesma máquina e um número grande de impressões por usar o mesmo clichê;

3.4 SERIGRAFIA OU SILK SCREEN

A serigrafia, a matriz é gravada em uma tela que é colocada sobre uma moldura na qual a tinta é vazada por um rodo. Possui variedade de suporte e aplicações e traz melhores resultados com traços e vetores. Pode ser utilizadas na impressão de camisetas, canetas, vidros, madeiras dentre outros materiais e nas mais variadas espessuras e tamanhos (Quatrocor gráfica e editora, 2019).

Entre todas as técnicas da estamparia, a Serigrafia é uma das mais resistentes, além de possuir um baixo custo em equipamentos para serem usados na produção. A Serigrafia ainda funciona muito bem em tecidos escuros.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O propósito deste trabalho é explorar os processos na gestão de empresas especializadas em sistemas de impressão. Esse estudo será delimitado e dividido em três tipologias: (i) Quanto aos objetivos, (ii) Quanto aos procedimentos (iii) Quanto à abordagem do problema.

Esta pesquisa será produzida com a visita a empresa onde irá ser elaborada uma entrevista com o gerente, pois o gerente é quem tem acesso a todas as informações, e quem pode ajudar na pesquisa sobre os dados da empresa na sede de Cascavel-PR.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como explicativa, pois pretende relacionar os dados das instalações e retiradas de equipamentos com os dados de faturamento da empresa, durante a pandemia, procurando uma correlação entre eles.

> De acordo com Severino (2013), a pesquisa explicativa é aquela onde a pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

Quanto aos procedimentos, essa é uma pesquisa uma pesquisa documental, pois os dados serão acessados em documentos coletados na empresa, tais como relatórios de instalação e retirada de equipamentos, bem como os dados de faturamento mensal.

> De acordo com Gil (2008), uma pesquisa documental é aquela onde a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre

ISBN 978-65-5629-077-5

> determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.

De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. Para relacionar os dados documentais coletados entre si, a pesquisa utiliza do Índice de correlação de Pearson.

4.1 ÍNDICE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

A análise de correlação é uma técnica matemática utilizada para medir a força de associação entre duas variáveis. Essa medição leva em consideração a dispersão entre os valores dados. Quanto menos dispersos estiverem os dados, mais forte será a dependência, isto é, a associação entre as variáveis.

Nessa pesquisa foi utilizado o Coeficiente de correlação de Pearson (r). O coeficiente de correlação mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de rácio/razão) Spiegel (1993). Pretendeu-se aqui medir o grau e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa entre as variáveis

O coeficiente de correlação "R" assume um valor entre [– 1 e + 1] , isto é:

Se r = 1, a correlação é positiva perfeita;

Se r = -1, a correlação é negativa perfeita;

Se r = 0, a correlação é nula.

Na interpretação do coeficiente de correlação das variáveis, entender-se-á que quanto maior o valor de " r " (positivo ou negativo), mais forte a associação. No extremo, se r = 1 ou r = - 1, então todos os pontos no gráfico de dispersão caem exatamente numa linha reta. No outro extremo, se r = 0 não existe nenhuma associação linear. Desta forma, o Quadro fornece um guia de como se poderá descrever uma correlação em palavras dado o valor numérico:

Quadro 1 - Interpretação da correlação de Pearson

Valor de "r" (+ ou -)	**Interpretação**
0,00 a 0,19	Uma correlação bem fraca
0,20 a 0,39	Uma correlação fraca
0,40 a 0,69	Uma correlação moderada
0,70 a 0,89	Uma correlação forte
0,90 a 1,00	Uma correlação muito forte

Fonte: Adaptado de Spiegel (1993).

Nessa pesquisa, o índice de Correlação de Pearson foi utilizado para avaliar

ISBN 978-65-5629-077-5

o grau de correlação entre variáveis "Instalações/retiradas" e o faturamento da empresa. Quando à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como pesquisa quantitativa, pois busca relacionar variáveis entre si.

> De acordo com Severino (2013), uma pesquisa quantitativa é aquela onde a pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.

5 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A empresa estudada é uma empresa de pequeno porte, fundada em 1991, e que, desde 1997, a atua no segmento de tecnologia e solução empresarial, oferecendo um amplo portfólio de serviços e tecnologias que o ajudam a inovar e crescer, facilitando e agilizando seus processos. A empresa começou com a locação de uma multifuncional RICOH MF200 e com isso a procura pela locação de multifuncionais veio crescendo. Em 2002 a empresa viu que estava se saindo bem nas locações de multifuncionais e começou a evoluir comprando máquinas mais modernas de um padrão melhor.

Realizar uma locação é um processo que exige organização, administração e assertividade. O processo de locação de bens móveis consiste na obtenção de um produto ou espaço por tempo determinado, mediante o pagamento pelo prazo de disponibilização do item. Com isso a empresa veio cada vez mais crescendo e aumentando a sua produtividade.

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Oferecer aluguel de impressora é uma maneira prática e econômica de resolver os problemas do cliente. Em primeiro lugar, é importante entender o perfil dos clientes que irão contratar serviços de aluguel de impressoras para fornecer produtos adequados. A empresa hoje oferece impressoras multifuncionais que atendem várias necessidades em um só produto como: Copias de arquivos, digitalização de documentos envios de fax e as impressões em si.

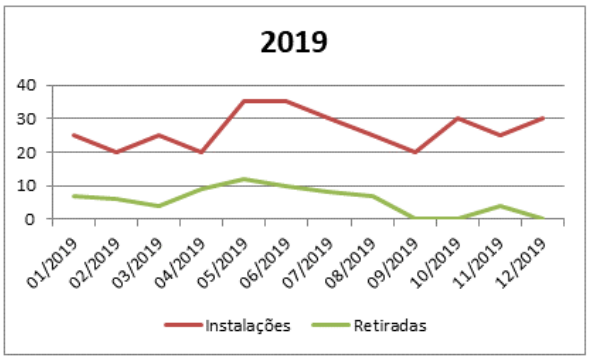
A pesquisa pretendeu comparar os resultados da empresa durante a pandemia, aos resultados que ela já obtinha em tempos de normalidade sanitária. Assim, os dados analisados sobre o ano de 2019 pretendem criar um padrão em tempos de normalidade a ser utilizado como base para analisar as mudanças que podem ter ocorrido no comportamento da empresa em tempos de pandemia.

ISBN 978-65-5629-077-5

Inicialmente serão apresentados os resultados que a empresa obteve no ano de 2019.

Figura 1- Resultados de 2019

Mês	Faturamento	Instalações	Retiradas
01/2019	83.893,58	25	7
02/2019	81.674,98	20	6
03/2019	94.456,29	25	4
04/2019	99.439,47	20	9
05/2019	117.825,59	35	12
06/2019	103.156,58	35	10
07/2019	125.696,31	30	8
08/2019	107.389,02	25	7
09/2019	109.288,99	20	0
10/2019	104.113,11	30	0
11/2019	107.539,08	25	4
12/2019	101.359,54	30	0
TOTAL	1.235.832,54	320	67
	R=	0,48	0,15



Fonte: Dados da pesquisa.

Observando os dados apresentados na Figura 1, é possível observar certa constância no aumento do faturamento ao longo do ano, com singelas flutuações para cima ou para baixo, mas que registram claramente um aumento considerando a diferença nos números do inicio do ano em relação aos números do final ano.

O ano registrou um total de 320 novas instalações de equipamentos e apenas 67 retiradas de equipamentos instalados.

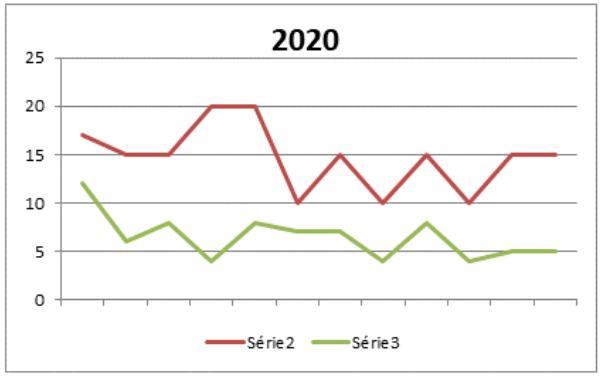
O índice de correlação moderada entre as instalações e faturamento no ano de 2019 foi de 0,48, indicando uma relação moderada entre as inalações e o faturamento da empresa.

Enquanto o mesmo índice, quando calculado para relacionar as retiradas e o faturamento, ficou em 0,15, indicando uma relação muito fraca entre as retiradas de equipamentos e o faturamento da empresa.

É possível afirmar assim, que o faturamento não é fortemente influenciado nem pelas instalações e nem pelas retiradas de equipamentos, mas provavelmente, pela manutenção dos recebimentos de equipamentos instalados.

Figura 2 - Resultados de 2020

Mês	Faturamento	Instalações	Retiradas
01/2020	103.755,18	17	12
02/2020	90.860,85	15	6
03/2020	119.979,53	15	8
04/2020	43.473,92	20	4
05/2020	56.920,92	20	8
06/2020	78.017,70	10	7
07/2020	224.229,17	15	7
08/2020	79.714,95	10	4
09/2020	119.348,93	15	8
10/2020	106.665,98	10	4
11/2020	106.172,86	15	5
12/2020	156.051,34	15	5
TOTAL	1.285.191,33	177	78
	R=	-0,18	0,20



Fonte: Dados da pesquisa.

O ano de 2020 inicia com aumento no faturamento, seguindo a tendência do

ISBN 978-65-5629-077-5

ano anterior, com crescimento do faturamento até o mês de março, quando iniciou a pandemia do COVID19. A partir desse ponto, o faturamento sofre quedas seguidas em abril, maio e junho, voltando a crescer no mês de julho e regularizando a tendência de 2019 a partir de setembro.

As quedas no faturamento não são acompanhadas por quedas no número de instalações e nem por aumento no número de retiradas, o que confirma a falta de relação entre instalações/retiradas e o faturamento, confirmadas pelos índices de correlação calculados em -0,18 e 0,20, indicando correlação muito fraca entre as variáveis.

A explicação, portanto, para esse comportamento do faturamento, está no fato de que com o início da pandemia e os primeiros decretos de lockdown, muitos clientes da empresa passaram por dificuldades financeiras e atrasaram seus pagamentos. Esses atrasos de pagamento são então, regularizados a partir da abertura gradativa da economia de julho em diante, quando o faturamento de julho fica 2,8 vezes maior que o de junho, apesar do número de instalações e retiradas não sofrerem alteração significativa para explicar o aumento do faturamento, indicando a regularização em julho, dos pagamentos atrasados em abril, maio e junho.

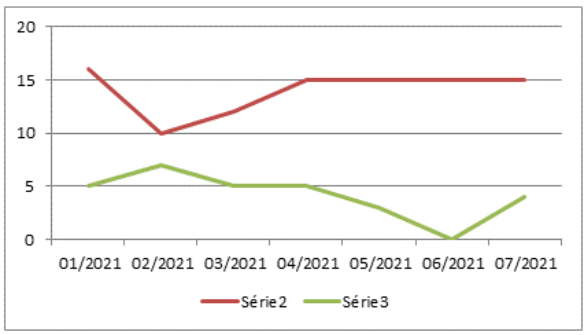
Embora a pandemia tenha afetado o fluxo de pagamentos da empresa durante o ano de 2020, o faturamento anual da empresa ainda assim, foi superior do faturamento do ano de 2019 em quase R$50.000,00, indicando crescimento no faturamento, apesar da pandemia.

Analisando o total de instalações, o ano de 2019 registrou 320 instalações, contra 177 em 2020 indicando queda na admissão de novos clientes. As retiradas de 2020 foram maiores que 2019, indicando perda de clientes.

Pode-se afirmar, portanto, que apesar de o faturamento ter subido quase R$50.000,00, os negócios da empresa foram sim, afetados pela pandemia, que diminuiu o número de instalações e aumentou o número de retiradas de equipamentos.

Figura 3 - Resultados de 2021

Mês	Faturamento	Instalações	Retiradas
01/2021	90.250,11	16	5
02/2021	86.943,22	10	7
03/2021	94.103,54	12	5
04/2021	128.721,54	15	5
05/2021	94.391,03	15	3
06/2021	134.004,63	15	0
07/2021	105.204,46	15	4
TOTAL	733.618,53	98	29
	R=	0,43	-0,64



Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2021 a demanda segue a mesma tendência de 2020 em relação a instalações e retiradas, embora o faturamento até julho já corresponda a 57% do

ISBN 978-65-5629-077-5

faturamento total do ano de 2020. As retiradas de equipamentos em 2021 apresentam uma relação de -0,64, indicando uma relação moderada e negativa, onde a diminuição da retirada de equipamentos pode estar influenciando no aumento do faturamento. O mesmo se observa em ralação às instalações, que também apresentam um índice de correlação positiva moderada (0,43), indicando a possível influência do aumento de instalações no aumento do faturamento. Se a tendência se mantiver, a empresa deve faturar em 2021, mais do que faturou em 2020. Indicando uma estabilização e possível recuperação dos negócios no pós-pandemia, apesar de a média de instalações mensais ainda se encontrar bem abaixo da média do pré-pandemia, em 2019.

6 CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus em uma empresa especializada em sistemas de impressão na cidade de Cascavel/PR, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Como a pandemia do novo coronavirus influenciou uma empresa especializada em sistemas de impressão?

O estudo tratou-se de uma metodologia de pesquisa explicativa, documental e quantitativa, pois foi preciso reunir e examinar os dados e informações sobre o tema. Os dados foram coletados por meio de tabelas e gráficos que pretendeu comparar os resultados da empresa durante a pandemia, aos resultados que já obtinha em tempos de normalidade. Com isso, os dados foram coletados dos relatórios fornecidos pela empresa sobre faturamento, instalações de novos equipamentos e de equipamentos retirados.

Em 2019, o ano anterior do início da pandemia a empresa registrou um total de 329 instalações, com apenas 127 de retiradas de equipamentos, e um faturamento de R$ 1.235.832,54. O índice de correlações de Peterson indicou naquele ano uma correlação moderada entre as instalações e faturamento da empresa.

No ano de 2020, quando a pandemia de covid 19 iniciou a empresa registrou 177 nova inalações (143 a menos de 2019), e 78 retidas de equipamentos (11 a mais que 2019). Esse dois dados registram uma desaceleração nos negócios da empresa, indicando que a pandemia influenciou os ganhos naquele ano. O índice de correlações de Peterson naquele ano de 2020 foi de -0,18 indicando uma correlação muito fraca entre faturamento e o numero de instalações novas.

Mesmo a empresa tendo faturado em 2020 R$50.000,00 a mais do que em 2019, houve perda de faturamento já que o numero de instalações diminui e o numero de retiras aumentou.

Para o ano de 2021, percebe-se uma tendência de recuperação, já que o número encontra-se próximos aos de antes da pandemia, mesmo que a recuperação seja lenta.

Respondendo a pergunta problema dessa pesquisa, pode-se afirmar com segurança que a pandemia do novo coronavírus influenciou negativamente a empresa estudada, desacelerando o crescimento que vinha sendo registrado no ano anterior.

Conclui-se finalmente que, os objetivos dessa pesquisa foram atingidos e a

ISBN 978-65-5629-077-5

pergunta problema foi respondida adequadamente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. R. K. de**. Informação, ação e relações colaborativas: uma perspectiva flosófca da complexidade.** 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofa) – Faculdade de Filosofa e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/145531/azevedo_lrk_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acessado em: 15 de maio.2021.

AYITTEY, F. K.; AYITTEY, M. K.; CHIWERO, N. B.; KAMASAH, J. S.; DZUVOR, C. **Novo Coronavírus e Seus Impactos Econômicos No Mundo.** "Economic impacts of Wuhan 2019-nCoV on China and the world". Journal of Medical Virology, February 12th, 2020. Acesso em: 17 de Agosto 2021.

BRIDI, Maria Aparecida; RIBAS Bohler Fernanda; PILAN Zanoni Alexandre. **Relatório técnico-científico da pesquisa:** o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19. Curitiba: UFPR, GETS, REMIR, 2020.

BRASIL. Decreto Nº 9.319, de 21 de março de 2018. **Poder Executivo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília/DF: 22 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/decreto/D9319.htm#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Nacional%20para,Brasileira%20para%20a%20Transforma%C3%A7%C3%A3o%20Digital.
Acesso em: 18 de maio. 2021.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 34, v. 100, p. 141-165, set./dez. 2020. Disponível em:https://www.scielo.br/j/ea/a/3MfRK5yDnzN9HsMzH5bCfqD/?lang=pt.
Acesso em: 03 de junho. 2021.

Dicas de gestão de pessoas durante a crise do Covid-19. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/dicas-de-gestao-de-pessoas-durante-a-crise-do-covid-. Acesso em: 20 de Maio de 2021.

FERNANDES, Nuno. **Economic effects of coronavirus outbreak** (COVID-19) on the world economy. Available at SSRN 3557504, 2020. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/arquivos/632.pdf?v=1631832565#:~:text=2.1%20%2D%20Impactos%20da%20COVID%20%E2%80%93%2019,global%20(FERNANDES%2C%202020).
Acesso em: 15 de Maio de 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Boletim Macro**. https://portalibre.fgv.br/data/files/01/93/C5/DA/DC111710199794F68904CBA8/BoletimMac roIbre_2003%20_1_.pdf. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/arquivos/632.pdf?v=1631832565#:~:text=2.1%20%2D%20Impactos%20da%20COVID%20%E2%80%93%2019,global%20(FERNANDES%2C%202020).
Acesso em: 15 de Maio de 2021.

GONDIM, Sonia; BORGES, Lívia de Oliveira. **Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional**. Central de Conteúdo Covid-19. Secad Eduação Continuada. Artmed Editora. SBPOT. 2020. Disponível em: http://emotrab.ufba.br/wpcontent/uploads/2020/05/SBPOT_TEMATICA_5_Gondimo.pdf. Acesso em: 05 de maio.2021.

GUILHERME,G. **Mercado está precificando pandemia global**. Exame [26/02/2020].Disponível em: <www.exame.abril.com.br>. Acesso em: 20 de Agosto. 2021.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 16 setembro 2021.

Impactos da pandemia de Covid-19 novo coronavírus nas empresas e consumidores. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/impactos-da-pandemia-de-covid-19-novo-coronavirus-nas-empresas-e-consumidores. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

KANTORSKI, Luciane Prado *et al*. Análise documental e observação participante na pesquisa de saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, 22 jul. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Adm/Downloads/5252-18533-1-PB%20(14).pdf. Acesso em: 11 de junho.2021.

LOZADA, Gisele *et al*. **Metodologia científica**. [*S. l.*]: SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2018. P. 231. Disponível em: https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788595029576/11.
Acesso em junho. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19. Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 2020 abr 7]. 24 p. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/ images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingenciacoronavirus-COVID19.pdf. Acesso em 20 de junho.2021.

OPAS, Maria Aparecida Bridi**. Pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/3MfRK5yDnzN9HsMzH5bCfqD/?lang=pt#. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Mercado de impressão está aquecido no Brasil. Disponível em: https://www.revistadapapelaria.com.br/consumo /tendencias/ mercado-de-impressao -esta-aquecido-no-brasil/. acesso em: 20 de agosto de 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández *et al*. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 618 p. Disponível em: <https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788565848367/14>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Pandemia e Desemprego no Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt. Acesso em: 19 abril. 2021.

Tampografia. Disponível em: https://www.oficinadesilk.com.br/ novidades/dicas/voce-sabe-o-que-e-tampografia. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

VASCONCELOS, E. A. S. de, & TARGINO, I**.** (2015, janeiro/ junho). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013). **Revista da Abet**, n. 14, v. 1, 141-161. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJY KcdhNt/?lang=pt&format=pdf. Acessado em: 03 de junho. 2021.

Vantagens e desvantagens das técnicas de estamparia. Disponível em: https://blog.sheikestamparia.com.br/vantagens-e-desvantagens-das-tecnicas-de-estamparia/?__cf_chl_jschl_tk__=pmd_e300f13fbd2b5d297519e8e63eb703091ce3bb3f-1630103038-0-gqNtZGzNAg2jcnBszQd6.Acesso em: 26 de agosto de 2021.

SMALCI, Anderson et al. FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES PARA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NO SETOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 6, fev. 2020. ISSN 2318-3233. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/2250>. Acesso em: 19 junho. 2021.

SPIEGEL, M. R. (1993) **Estatística**. Tradução e Revisão Técnica Pedro Consentino. – 3. ed. São Paulo: Makron Books.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e o papel das pandemias na história humana. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 1, n. 1, 2020. Acesso em: 20 Agosto. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

IMPACTOS DO *HOME OFFICE* PARA COLABORADORES DE ENSINO SUPERIOR

Igor Matheus Castellan da Silva[1]
Janaina Kriguer[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi medir os impactos que o *home office* causou para o corpo docente de uma instituição de ensino superior de Cascavel, analisando as principais vantagens, desvantagens e os maiores desafios para cada um dos professores. Foi utilizado um levantamento através de um questionário com perguntas objetivas como instrumento de análise de dados. Na análise dos resultados, foi possível concluir que a satisfação com o *home office* é alta, embora existam alguns desafios que podem atrapalhar o desenvolvimento do aprendizado, muitos se sentem confortáveis, capazes e com uma estrutura decente para aplicar aulas remotamente.

Palavras-chave: 1.*Home Office*. 2.Satisfação, 3.Impactos.

1 INTRODUÇÃO

Pelo fato de ser algo novo, e com vasto conteúdo a ser explorado, o *Home Office* têm conseguido alcançar considerável destaque dentro das empresas em meio ao atual cenário de mercado que o mundo está vivendo, simplesmente por se tratar de uma modalidade mais flexível de trabalho.

Em um âmbito contemporâneo, a concepção do *Home Office*, segundo Schirigatti e Karsprzak (2007 apud ROCHA, 2014) permite que as funções operacionais antes desenvolvidas em ambiente corporativo, agora sejam realizadas em um formato virtual, através das residências domésticas de cada colaborador. Todavia, isso exigirá uma adequação por parte do profissional que estará longe de seus colegas, como por exemplo, desenvolver uma gestão disciplinar mais robusta.

Como explica Reis (2006 apud ROCHA, 2014), o novo profissional é determinado a desenvolver uma gestão do tempo de forma adequada, pois durante o dia a dia, diversas informações são bombardeadas em suas vidas, fazendo com que grande parte do tempo seja desperdiçado com assuntos menos produtivos para as carreiras profissionais de cada indivíduo.

Dessa forma, para desenvolver um trabalho a distância, será necessário se desligar completamente das distrações que estarão ao redor. Assuntos particulares, domésticos e familiares devem ser resolvidos previamente as questões profissionais, visto que, a entrega mental e produtiva precisará ser apresentada em ambos os fatores. Estando propenso a diferentes situações, o profissional que busca excelência em todas suas atividades desempenhadas, procura por um ponto de equilíbrio.
De acordo com Rocha (2014):

> Baseado em uma qualidade de vida pessoal e uma qualidade de produtividade profissional, o empresário insaciavelmente busca ser completo e reconhecido. Um bom profissional ao optar por trabalhar

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL. Formando de Administração do Centro Universitário UNIVEL - 2021
[2] ORIENTADORA: Professora Mestre em Administração – PUC/PR.

ISBN 978-65-5629-077-5

em casa, junto ao seu ambiente particular, tem a necessidade de converter algumas "rotinas" que desempenharia no escritório.

No entanto, para conduzir tal desempenho, as organizações buscam profissionais que estejam atentos as mudanças do mercado, pois acreditam que através de colaboradores assim, que encontrarão mecanismos para desenvolver e atingir seus objetivos, como afirma (ROCHA, 2014).

Com a disseminação mundial da nova doença denominada COVID-19, todos foram surpreendidos pelo de desafio de como manter a rotina de trabalho num momento em que o recolhimento se faz necessário e recomendado pelas autoridades sanitárias (SANTOS, 2020).

Em meio a este novo cenário, o *Home Office* surge como uma modalidade flexível de gestão que pode trazer qualidade de vida ao profissional, bem como uma produtividade constante a organização, podendo diminuir gastos e até mesmo o estresse dos colaboradores (SANTOS, 2020).

Um estudo levantado por pesquisadores da área do trabalho da Universidade Federal do Paraná (UFPR), muitos trabalhadores tiveram, dentro do trabalho que realizam, que se adequar a uma nova forma de executar suas atividades laborais. Em meio a este cenário, a área da educação teve considerado destaque em relação a adesão do *Home Office* em suas práticas de trabalho, resultando em 28,04% de participação de professores, fato atribuído também à suspensão das atividades presenciais escolares. Outras categorias que se destacaram foram a dos servidores do INSS e a dos trabalhadores da área de tecnologia da informação (TI), (BRIDI et al. 2020).

Quanto a carga horária cumprida pelos profissionais, também houve uma grande mudança em relação aos dias trabalhados semanalmente durante a pandemia. A faixa de mais de 8 horas diárias trabalhadas, antes e durante a pandemia, variou de 16,11% para 34,44%, ou seja, verificou-se um aumento de 113,69% de trabalhadores que executam suas atividades laborais por mais de 8 horas diárias no trabalho remoto, (BRIDI et al. 2020).

Ainda segundo o estudo da área do trabalho da UFPR, em relação aos dias trabalhados semanalmente, obteve-se um resultado mais significativo nas faixas de 6 e 7 dias por semana. Antes da pandemia, 8,39% de trabalhadores disseram que desempenhavam suas atividades laborais em 6 dias por semana, aumentando para 18,10% durante a pandemia, um aumento de 115,78%, (BRIDI et al. 2020).

Conforme apontam as porcentagens, a partir do momento que as empresas liberam seus colaboradores para trabalharem de forma "autônoma", muitas vezes esses mesmos profissionais optam por serem mais produtivos, ocasionando assim, em uma boa relação com organização, que estará sempre em busca de ótimos resultados sem precisar arcar com altos custos relacionados aos recursos humanos, (BRIDI et al. 2020).

Essa escolha de se tornar um profissional mais ativo, deve-se muito ao fato de que os ruídos externos que podem afetar no desenvolvimento do trabalho, podem ser resolvidos de forma mais prática, pois se tratam das atividades domésticas como a de qualquer cidadão, enquanto que, estando em ambiente corporativo, nem sempre as distrações são tão simples de ignorar (SANTOS, 2020).

O tema dessa pesquisa foi detalhar como o mundo empresarial se comporta diante de um método de trabalho muito promissor, que é o caso do *Home Office*.

ISBN 978-65-5629-077-5

Apontou também, resultados reais do quanto os colaboradores estão se sentindo confortáveis e dispostos a estarem unidos em único propósito.

Muitas empresas têm visto grande potencial no *Home Office*, pois segundo Rasmussen & Corbett (2008) e Ward & Shabba (2001), quando aplicado corretamente para seus funcionários, pode se tornar um trabalho eficiente. Visto que estamos presenciando um mundo altamente tecnológico, esse modelo se encaixa perfeitamente dentro daquelas organizações que procuram ter um bom aproveitamento na produção, alinhado com o bem-estar de seus colaboradores.

Portanto, com base no que é apresentado e discutido, o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Quais os impactos do *Home Office* para o corpo docente de ensino superior de Cascavel - PR?

Assim, a delimitação dessa pesquisa foi: O artigo apresenta uma pesquisa qualitativa feita em uma instituição de ensino superior de Cascavel - PR, a fim de avaliar os impactos causados pelo *Home Office* em meio ao atual cenário global. Para tanto, empregou-se também no decorrido artigo a pesquisa bibliográfica a fim de desenvolver uma análise teórica sobre os conceitos de *Home Office*.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os impactos do *Home Office* para os professores e para a instituição de ensino superior de Cascavel - PR. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) Identificar a percepção dos respondentes; (b) Investigar as vantagens e as desvantagens do *Home Office* para o corpo docente; e (c) Investigar percepção e produtividade para a instituição de ensino superior.

A pesquisa proporciona uma simples visão do que realmente é esse método de trabalho descoberto em 1857, porém que está ganhando devida atenção apenas nos dias de hoje. Tendo como base, o mundo altamente conectado e pessoas buscando diariamente uma flexibilidade em suas vidas cada vez maior, o artigo pretende demonstrar como é trabalhada essa filosofia tão promissora que está diante de todo o mundo.

O estudo possivelmente contribuirá para uma análise mais apurada, de como o *Home Office* pode ser um facilitador para empresas que não precisam necessariamente ter um funcionário trabalhando de forma supervisionada durante todo o período, dessa forma, a confiança será uma habilidade a ser trabalhada entre ambos os lados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 DEFINIÇÃO DO *HOME OFFICE*

Para Alves (2008, *apud* ROCHA 2014) o trabalho, a partir da teoria sociológica, é onde o indivíduo aporta grande parte do seu tempo e vida, é nele que as relações sociais podem ser favorecidas. Todavia, segundo a autora, as organizações e os mercados mudam suas maneiras de trabalhar, o que resulta em uma busca por profissionais que se destaquem do restante, sendo assim, aqueles colaboradores que possuem facilidade em se adaptar as mudanças, se encontrarão como prioridade para as grandes figuras do mercado.

Nesse contexto, a modalidade virtual é um conceito que vem sendo estudado por especialistas (GOMES; SILVA, 2010; MELEK, 2017; BASSO; BARRETO, 2018) com o intuito de indicar que trabalhos, antes desenvolvidos no papel, agora podem ser realizados por meio eletrônico. Segundo Gomes e Silva (2010, p. 24) "não fazer

ISBN 978-65-5629-077-5

parte do ambiente virtual em um determinado nicho pode ser fatal para algumas organizações por diversos fatores, dentre eles destaca-se o aumento nos custos de transação e, também, pela distância entre tais organizações e seus potenciais clientes".

Sendo assim, o mundo em desenvolvimento tecnológico, acaba fortalecendo a ideia de que os indivíduos podem trabalhar longe de seus colegas. Para Schirigatti e Kasprzak (2007, p. 31) este é um conceito de trabalho "[...] conhecido pela sigla SOHO, do inglês Small Office and *Home Office* ou *Single Office*/*Home Office* que, traduzido, significa escritório em casa [...]".

As pessoas que trabalham em caráter home office, conforme já apontavam Hanashiro e Dias (2002), precisam estar atentas a não se distraírem com fatores que estão ao seu redor, pois como estão em um ambiente que sentem extremamente confortáveis, ainda sim é necessário manter a disciplina, (ROCHA; AMADOR, 2008).

Como apontam Boonen (2003), Rocha e Amador (2018), o trabalho em si, tradicionalmente é um conjunto de atividades que são divididas entre colaboradores, pois precisam ser desenvolvidas em equipe para ter um resultado melhor. Entretanto, no *Home Office*, os profissionais têm a opção de se relacionarem através de uma chamada de vídeo, onde cada um se encontra em um ambiente vazio e sem ajuda, podendo causar isolamento e um bem-estar negativo entre os indivíduos.

Segundo Barros e Silva (2010 apud ROCHA 2014):

> Dentro do teletrabalho, o *Home Office* pode ser considerado uma modalidade, onde o indivíduo pode ou não ter vínculo empregatício com a empresa, porém exerce suas funções em casa, juntamente com sua vida pessoal, através de tecnologias, ou seja, remotamente.

Porém, para Rosenfield e Mello (Apud ROCHA 2014), existem três modalidades de flexibilidade que envolvem o *Home Office*, local, tempo e recursos de telecomunicações, como explica Silva:

> Uma forma de flexibilização em três dimensões: local, pela descentralização de um local único (escritório central) para qualquer outro local alternativo, quer seja casa, escritório virtual, escritório móvel ou carro; tempo – pela flexibilização do tempo – pois se pode trabalhar nos horários mais convenientes e do Meio, pelo uso de recursos de telecomunicações como meio de transporte das informações (SILVA, 2009, p.5).

Com isso, a união dessas três flexibilidades é o ideal para o indivíduo que busca ter uma boa produtividade sem precisar se desgastar mentalmente, e consequentemente no final, conseguir entregar bons resultados.

2.2 AUTONOMIA

A autonomia pode ser compreendida como uma espécie de autoconhecimento por parte do indivíduo, onde ele consegue definir com clareza seus princípios e objetivos, e viver em conformidade com isso que deseja e planeje para sua vida (ROSENFIELD; ALVES, 2011). Portanto, ser autônomo leva à realização de si,

ISBN 978-65-5629-077-5

condição para construir uma vida com significado (ROSENFIELD; ALVES, 2011).

No trabalho, a autonomia pode ser definida como uma série de tarefas que o administrativo propõe para serem realizadas, onde cada colaborador possui a autonomia para desenvolvê-la da maneira mais rápida e fácil que encontrarem (LIN et al., 2011).

O trabalho realizado em *home office*, portanto, pode ser motivado de forma autônoma ou controlada. Sabe-se que a motivação autônoma tem vantagens sobre a motivação controlada, pois conduz o indivíduo a um melhor desempenho, maior persistência e maior bem-estar (DECI; RYAN, 2012). Weinstein e Ryan (2010) também demonstraram por meio de um experimento que ajudar os outros leva a um efeito positivo maior quando a ajuda é motivada de forma autônoma, do que quando a ajuda é motivada de forma controlada, ou seja, uma maior autonomia leva a um efeito positivo maior. Bachmann, Grunshel e Fries (2018), demonstraram inclusive que a autonomia exerce efeito importante entre pessoas que executam multitarefas e seus afetos.

2.3 PRODUTIVIDADE

Em meio ao mercado altamente competitivo e influenciável, as grandes e pequenas empresas buscam ter acima de tudo, uma excelente gestão, pois é através de um funcionário motivado que os resultados começam a aparecer. Seguindo esse contexto, a produtividade acaba se destacando dentre os grandes personagens do mundo empresarial, pois alinhados a um bem-estar administrativo e uma boa relação do colaborador com a organizações, os clientes se sentirão cada vez mais satisfeitos em estarem consumindo os serviços de uma determinada empresa (ROCHA, 2014).

Segundo Möller (2012) a estrutura organizacional das empresas, através da adoção da modalidade do teletrabalho passou-se a ser alterada positivamente, pois combina fatores de flexibilidade no horário da execução das atividades bem como onde tais funções são realizadas. O teletrabalho possibilitaria as organizações uma flexibilidade na busca por mercados de trabalho com condições mais favoráveis ao custo de desenvolvimento produtivo, como ressalta a autora. O *Home Office* é elencado em tal questão como uma opção de superar barreiras físicas que poderiam tornar-se empecilho à produtividade, como explica:

> A discussão em torno da Qualidade de Vida no Trabalho coloca em evidência e reafirma a importância da satisfação dos empregados na gestão de pessoas, além disso, fomenta o debate sobre a necessidade de se pensar ou repensar as estruturas atuais de gestão (MÖLLER, 2012, p. 21).

De acordo com Möller (2012) não há o que se questionar da modalidade do teletrabalho dentro das organizações como um excelente benefício, como explica:

> Não há o que se questionar que esta modalidade de prestação de serviço acarreta em benefícios para o empregador, visto que seu surgimento se deu a partir de uma adaptação das relações de trabalho às exigências que as próprias empresas padronizaram diante de uma nova estrutura de mercado criada (MÖLLER, 2012, p.51).

ISBN 978-65-5629-077-5

Dessa forma, a adesão dessa modalidade de trabalho conclui-se como uma excelente alternativa para empresas que buscam manter uma linha de produção alta em meio a fator externo que pode estar prejudicando o cenário de mercado. Todavia, para Neto (apud ROCHA 2014) a organização também precisa disponibilizar o suporte necessário para o colaborador, ou seja, todo o material utilizado pelo colaborador em ambiente presencial de trabalho, precisa ser resgatado e enviado para ele em território virtual, ou pelo menos, apenas aquilo que for de maior importância. Caso contrário, o indivíduo se sentirá desconfortável e não realizará suas atividades com a excelência desejada pela organização.

2.4 BEM-ESTAR SUBJETIVO

Inicialmente, se pensava que a única maneira de se conquistar o bem-estar subjetivo, fosse através de bens materiais adquiridos por meio de uma recompensa recebida por ter desenvolvido algum tipo de trabalho. Contudo, a humanidade vai evoluindo, passando por reformulações, e assim, descobriu que existem outras maneiras para se maximizar esse bem-estar, como as relações sociais e familiares, a saúde, a satisfação no trabalho, a autonomia, entre outros. (GALINHA; RIBEIRO, 2005; PASCOAL; TORRES; PORTO, 2010; ROCHA SOBRINHO; PORTO, 2012; SANTOS; CEBALLOS, 2013; MOLINA et al., 2017; PÉREZ-NEBRA; QUEIROGA; OLIVEIRA, 2020).

Giacomoni (2004, p. 43) ao conceituar o bem-estar subjetivo (BES) afirma que "perspectivas atuais definem o bem-estar subjetivo como uma ampla categoria de fenômenos que inclui as respostas emocionais das pessoas, domínios de satisfação e os julgamentos globais de satisfação de vida".

Neste sentido, Albuquerque e Tróccoli (2004) apontam que o conceito de bem-estar subjetivo vai muito mais além, envolvendo ainda as emoções positivas e negativas na qualidade de vida de cada indivíduo. Woyciekoski, Stenert e Hutz (2012), por sua vez, salientam que o bem-estar subjetivo é influenciado por inúmeros fatores, quer de caráter intrínseco, que advém do próprio indivíduo, quer de caráter extrínseco, relacionado ao ambiente.

Para mensurar o bem-estar subjetivo de uma pessoa, podem ser utilizados alguns
métodos para auxiliar nesse entendimento. Para se alcançar um resultado, a pessoa precisa ter uma qualidade de vida muito boa, onde ela não desperdice seu tempo com assuntos inúteis e desgastantes, precisa ser alguém que administre sua vida de forma muito inteligente (SIQUEIRA; PADOVAM, 2008). Ainda, conforme Zanon et al. (2013) mesmo que o resultado da pesquisa do bem-estar subjetivo de uma pessoa tenha sido agradável, não significa que ela não tenha tido momentos negativos em sua vida, como tristeza, solidão, sentimento de culpa dentre outros.

Assim afirmam Albuquerque e Tróccoli (2004), com relação ao período para ser ter uma conclusão quanto ao bem-estar subjetivo de uma pessoa, isso pode levar algum tempo, pois se trata de investigar tudo aquilo que está inserido na maneira de viver de um determinado indivíduo, desde o momento em que ele levanta de sua cama todas as manhãs, até o momento em que se repousa sob a calmaria da noite.

Albuquerque e Tróccoli (2004, p. 153) explicam que "o método mais usual de mensuração do bem-estar subjetivo consiste no uso de autorrelato onde o indivíduo julga a satisfação que possui com relação a sua vida e relata a frequência de emoções

ISBN 978-65-5629-077-5

afetivas recentes de prazer e desprazer". Para os autores, a melhor pessoa para apontar os principais momentos de sua vida é ela mesma, então o trabalho com auto relato é a melhor maneira de se obter um resultado efetivo.

2.5 HOME OFFICE: ASPECTOS EXPLORATÓRIOS DO TRABALHO A PARTIR DE CASA

O artigo de Rafalski e Andrade (2015), tem por finalidade identificar possíveis problemas e melhorias que o método de trabalho pode causar ao bem-estar do colaborador.

É demonstrado também, que futuros trabalhos investiguem a capacidade de atenção e foco nas tarefas, a capacidade de resolução de problemas e o estilo de tomada de decisão dos indivíduos que trabalham remotamente, possibilitando a compreensão de variáveis intervenientes ou preditoras do ajustamento ao home-office. (RAFALSKI E ANDRADE, 2015).

Rasmussen e Corbett (2008) pontuam que a informalidade com a qual é desenvolvida esse método de trabalho, pode ocasionar um ambiente negativo entre colaborador e organização, e em casos mais graves, concluindo-se até em uma desqualificação do profissional.

2.6 HOME OFFICE: PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE QUALIDADE DE VIDA E PRODUTIVIDADE

Como o mundo é altamente globalizado, onde informações são constantemente divulgadas e consumidas, as empresas sentem uma necessidade de estar disponibilizando o melhor ambiente de trabalho possível para seus colaboradores, pois querem estar seguindo os passos das grandes personagens do atual cenário de mercado, que visam um equilíbrio entre qualidade de vida e produtividade (ROCHA, 2014).

Como comenta Batista, Antunes e Lizuka (2012) sobre a discussão em torno da qualidade de vida no trabalho:

> A discussão em torno da Qualidade de Vida no Trabalho coloca em evidência e reafirma a importância da satisfação dos empregados na gestão de pessoas, além disso, fomenta o debate sobre a necessidade de se pensar ou repensar as estruturas atuais de gestão (BATISTA; ANTUNES, LIZUKA, 2012, p. 5).

Sendo assim, atualmente as indústrias e empresas precisam pensar também, além de seus ganhos pessoais, ficarem atentas a como será determinada a função que o trabalhador desempenhará, pois ele também irá atrás daquilo que for melhor para sua qualidade de vida e evolução profissional.

3 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva e levantamento, pois pretende evidenciar a satisfação, percepção, vantagens e desvantagens do *home office* para cada colaborador.

Segundo **Silva & Menezes** (2000, p.21):

> A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Segundo Moresi (2003, p. 8), a pesquisa quantitativa "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las".

Os dados foram coletados por meio de um questionário composto por questões objetivas. Segundo Parasuraman (1991), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto.

Após a coleta, os dados foram tratados como uma forma de identificar os principais problemas e as principais vantagens encontrados por cada participante por meio de estatística descritiva. A **estatística descritiva** "compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados" (DIEHL; SOUZA; DOMINGOS, 2019).

A pesquisa foi realizada com a participação de forma totalmente convencional de treze professores e coordenadores dos cursos de administração, contabilidade e gestão comercial de uma instituição de ensino superior de Cascavel – PR.

A representação dos resultados foi feita através da população investigada no período do *Home Office*.

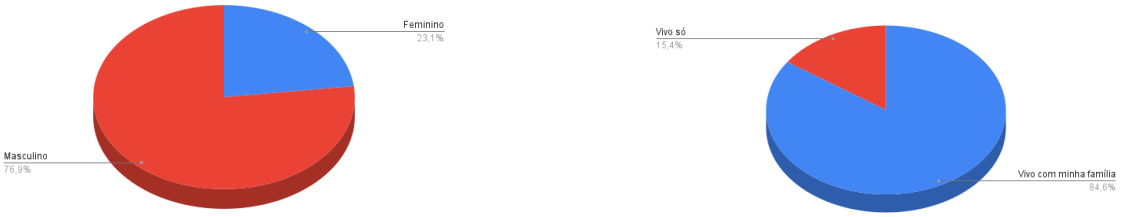
4 RESULTADOS

Foram obtidos um total de 13 questionários respondidos por professores e coordenadores das áreas de administração, contabilidade e gestão comercial, que atuam ou atuaram em *home office* em algum momento.

De acordo com o Gráfico 1, do total de respondentes considerados na pesquisa, 76,9% são do sexo masculino, a maioria está na faixa etária entre 30 a 49 anos, e vivem com suas famílias. Uma vez que foram encontrados profissionais de idades que variaram de 23 a 61 anos, foi confirmado que a maioria vive com 2 ou mais pessoas em suas residências, o que pode facilitar bastante a quantidade de distrações que pode ocorrer, como irá apontar o gráfico mais adiante.

ISBN 978-65-5629-077-5

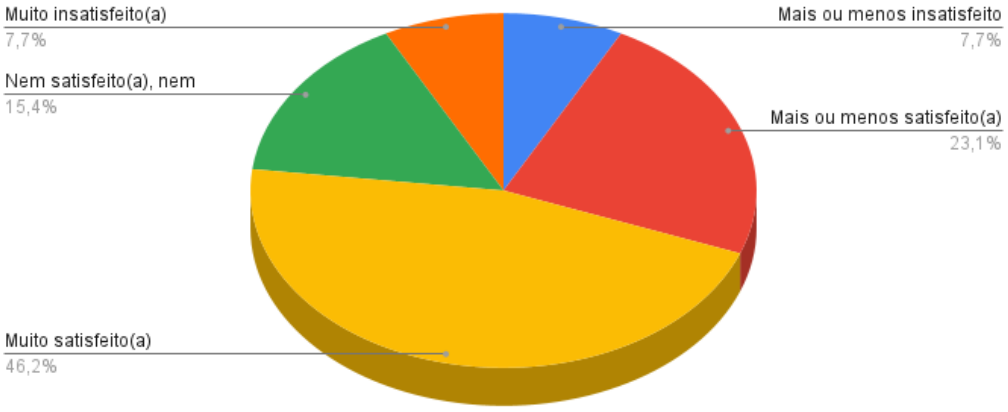
Gráfico 1: Gênero e condição de moradia



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com o Gráfico 2, a maioria, correspondente a 6 respondentes representando 46,2% da amostragem declaram que estão muito satisfeitos com as atuais condições que eles possuem em casa para trabalhar, enquanto que 2 professores se declararam muito insatisfeitos ou mais ou menos insatisfeitos com as suas atuais condições, correspondente a 7,7% em cada uma das amostragens.

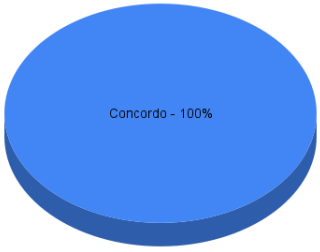
Gráfico 2: Satisfação com as condições de trabalho em casa



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Porém, todos os entrevistados apontaram que se sentem capacitados para atuar em regime de *home office*, e também, que as condições de trabalho em casa oferecem boas condições de segurança para eles, como indica o Gráfico 3.

Gráfico 3: Capacitação para trabalhar em casa e condições de segurança

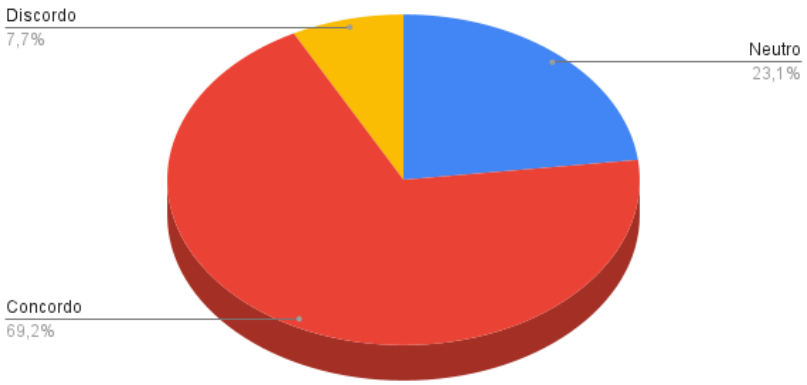


ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar também, no Gráfico 4 algumas vantagens que o trabalho em *home office* proporcionou para esses professores e coordenadores. A grande maioria, sendo 69,2%, concordou que mantiveram ou melhoraram suas rotinas de trabalho, tornando-as mais organizadas.

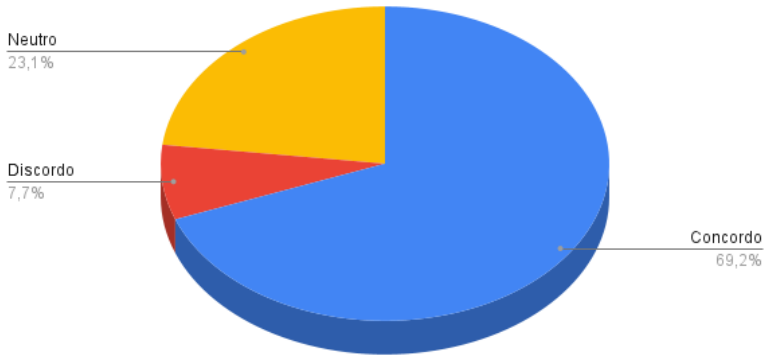
Gráfico 4: Melhora na rotina



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com 69,2% dos trabalhadores respondentes, o que equivale a 9 pessoas, a adoção do trabalho a distância é compatível com os cuidados com a saúde física, o que surpreende, pois como alertam vários pesquisadores, essa metodologia de trabalho pode afetar negativamente a saúde da pessoa.

Gráfico 5: Compatibilidade com a saúde física

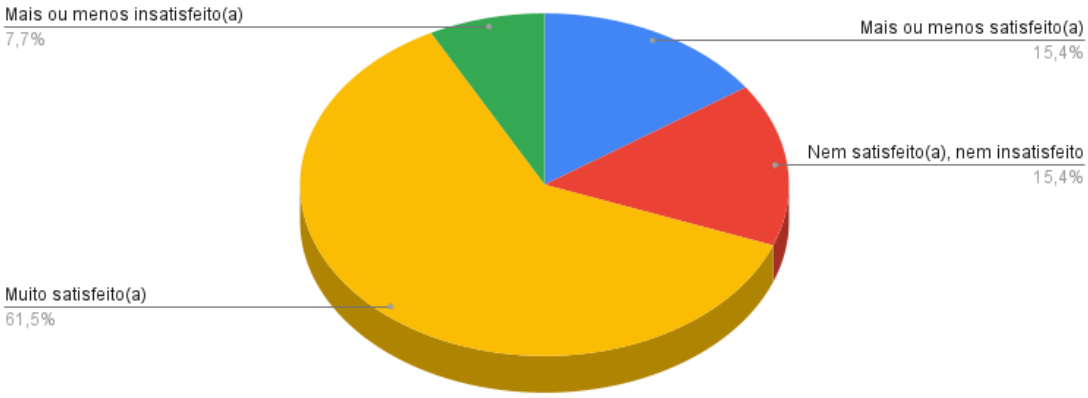


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Com relação às medidas adotadas pela empresa para se trabalhar em casa, um total de 61,5% dos respondentes se mostrou satisfeito, enquanto que 7,7% declarou insatisfação na maneira como é tratado o assunto por parte da organização.

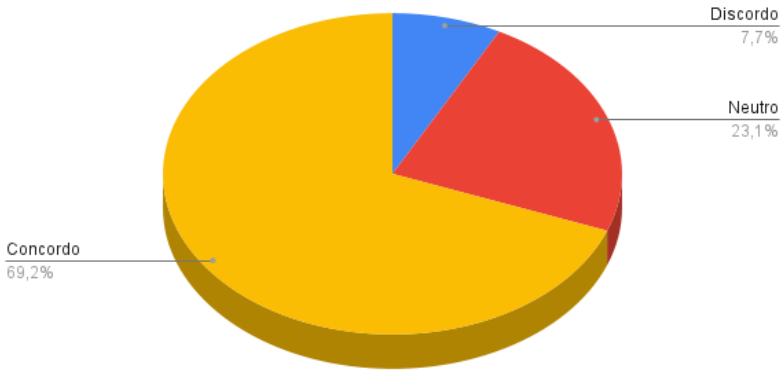
Gráfico 6: Medidas adotadas pela empresa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A porcentagem da insatisfação com a empresa pode ser fragmentada em duas partes, segundo os respondentes. Em determinadas ocasiões não são devidamente atendidos quando precisam de outra área da empresa, bem como também, não recebem adequadamente todas as informações necessárias com relação ao desempenho. Porém, ainda assim é a minoria, contendo 7,7% da amostra.

Gráfico 7: Feedback por parte da empresa



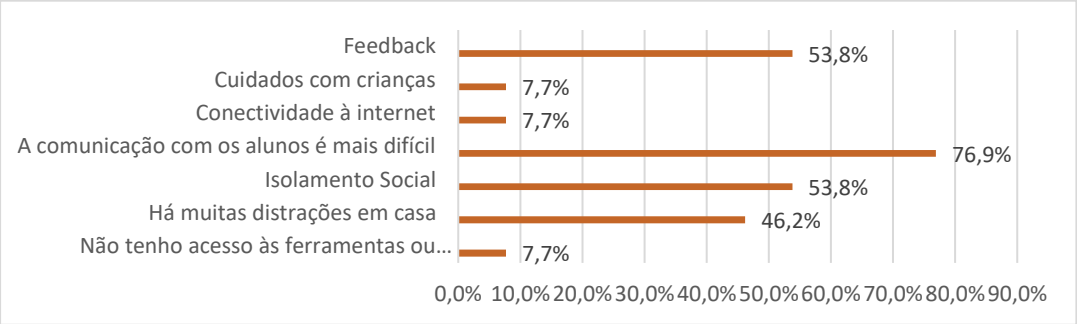
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Foram apontados também, diversos outros desafios que o *home office* pode apresentar, dentre eles, um total de 76,9% dos professores manifestou insatisfação

ISBN 978-65-5629-077-5

com a comunicação com os alunos, que segundo eles, foi prejudicada no trabalho *online* em ralação ao trabalho presencial, 53,8% apontaram questões como feedback e isolamento social como sendo desafios importantes, e 46,2% afirmaram que as distrações que possuem em casa foram um desafio importante a ser transposto, segundo o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Síntese dos desafios



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Outros desafios também foram apontados, ainda que em menor escala pelos respondentes, como dificuldades com conexão de internet, dificuldades com crianças em casa e a falta de acesso à ferramentas e informações necessárias à realização do trabalho em modalidade *home office*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos do *Home Office* para os professores e para a instituição de ensino superior de Cascavel – PR, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Quais os impactos do *Home Office* para o corpo docente de ensino superior de Cascavel - PR?

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa de levantamento, os dados foram coletados por meio de um questionário, a amostra foi composta por treze profissionais, dentre eles professores e coordenadores dos cursos de administração, contabilidade e gestão comercial, onde todos participaram de forma totalmente convencional. A representação dos resultados foi feita através da população investigada no período do *Home Office*.

Foram estudados os aspectos relacionados com satisfação no trabalho a distância, condições de trabalho, questões como saúde física e mental, e também as principais vantagens e desvantagens encontradas pelos trabalhadores.

A pesquisa revelou que a grande maioria dos professores e coordenadores que atuam nessas três áreas de ensino se sentem preparados para estar trabalhando em *home office*, pois possuem estrutura e condições de estarem mantendo esse método pelo tempo que for demandado.

Foi possível verificar que, pelo fato de muitos viverem com suas famílias, eles encontram dificuldades com relação a ruídos causados por interrupções repentinas, conversas, dentre outras situações de perturbação. Muitos reclamaram também, que a comunicação com alunos por vezes é ineficiente, tornando o aprendizado mais complicado.

Os resultados dão conta de que o *home office* quando bem aplicado pela empresa pode ser uma ótima ferramenta de trabalho, devido a sua facilidade de

ISBN 978-65-5629-077-5

adaptação e conforto. Porém, ainda assim, depende do esforço do colaborador que estará nessa situação, exigindo que ele possua um espaço adequado para o trabalho e que mantenha suas tarefas organizadas e bem definidas.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é que tanto os professores e coordenadores, quanto a instituição, conseguiram se adaptar ao cenário ao qual estavam expostos, provando que são resilientes e que estão devidamente preparados para eventuais extremidades que possam vir a ocorrer.

Sugere-se para trabalhos futuros que busquem investigar uma amostra maior, a área de ensino é muito vasta, são diversos cursos e diversos professores cada um com suas características, portanto, uma diversidade maior em cursos tornaria a pesquisa ainda mais abrangente.

Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, A. S., & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(2), 153-164.

BARBOSA OLIVEIRA, Elias; SILVEIRA PINEL, Jacqueline; BOTELHO DE ANDRADE GONÇALVES, Juliana; BARBOSA DINIZ, Dayana. **Riscos psicossociais: pesquisa descritiva.** 2013. Disponível em: <http://www.Characterization of fellows researchers of productivity of CNPq from Nursing area: cross-sectional study (researchgate.net)>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRIDI, Maria Aparecida et al. O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. **Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade**, 2020.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O Questionário Na Pesquisa Científica.** Disponível em: <http://www.O_questionariona_pesquisacientifica.pdf (ufsc.br)>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A.; DOMINGOS, L. E. C. **O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: Análise do XIV congresso brasileiro de custos.** Disponível em: <http://www.(Microsoft Word - 1 O Uso da Estatistica Descritiva no XIV CBC - vers\343o final gr\341fica.doc) (ufrgs.br)> Acesso em: 18 jun. 2021.

Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: Em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia** da Sociedade Brasileira de Psicologia, 12(1), 43-50.

LIZOTE, Suzete Antonieta et al. TEMPOS DE PANDEMIA: BEM-ESTAR SUBJETIVO E AUTONOMIA EM HOME OFFICE. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 248-268, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

MÖLLER, Millene. **Teletrabalho: os efeitos das evoluções tecnológicas nas relações de trabalho.** 2012. Monografia (Bacharel em Direito)- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em Home Office**. 2017.

RAFALSKI, Julia Carolina; DE ANDRADE, Alexsandro Luiz. **Home-office: aspectos exploratórios do trabalho a partir de casa.** Temas em Psicologia, v. 23, n. 2, p. 431-441, 2015.

ROCHA, B. S. Home Office: O Ponto de Equilíbrio entre a Qualidade de Vida e a Produtividade. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso. Cesuca Faculdade Inedi**.

ROSENFIELD, C. L. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 12, p. 202-227, 2004.

SANTOS, MOACIR DA CRUZ; NOBRE, MOZART HO-TONG. **PANDEMIA E HOME OFFICE: Impactos na Produtividade e na Economia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.** Revista da Escola da Magistratura de Rondônia, n. 27, p. 219-249, 2020.

SHIRIGATTI, Elisangela Lobo; KASPRZAK, Luis Fernando Fonseca. **Home Office: origem, conceito e inferências sobre o significado social do novo modelo de trabalho flexível.** Revista Cientifica de administração, Paraná, v.8, n.8. jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.faculdadeexpoente.edu.br> Acesso em: 18 jun. 2021

SILVA, Rogério Ramalho da. **Home Officer: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, Paraná, v.1, n.1, p.85-94, jan-jun, 2009. Disponível em: < http://www.redalyc.org/pdf/1931/193114456008.pdf> Acesso em: 18 jun. 2021.

SOUZA, Lenita Oliveira de; MELO, Débora de Souza; MARINO, Bruna do Carmo Qualio; SOARES, Thereza Maria Zavarese. **As diferentes abordagens de pesquisa científica e suas classificações.** In: WORKSHOP DE INOVAÇÃO, PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO, 2., 2016, São Carlos, SP. Anais... São Carlos, SP: IFSP, 2016. p. 1-5. ISSN 2525-9377.

ISBN 978-65-5629-077-5

O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA CLÍNICA MÉDICA

Luana Vanessa Padilha[1]
Janaina Kriguer[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi descrever como se dá o processo de comunicação interna em uma clínica médica situada no Oeste do Paraná procurando demonstrar onde estão as falhas que prejudicam o desenvolvimento das atividades dos colaboradores. Foi utilizada a análise de gráfico e tabelas como instrumentos de análise dos dados. A pesquisa revelou que existe uma falha no processo de comunicação interna da clínica médica, pois, na maioria das vezes os respondentes demonstram estar insatisfeitos com o processo de comunicação, mas ao mesmo tempo, existe um grupo de colaboradores que demonstram satisfação, evidenciando que é necessário ajustar todo o processo para o bem comum no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Comunicação 1. Processo 2. Falhas 3. Ambiente de trabalho

1. INTRODUÇÃO

A comunicação teve sua origem a partir da necessidade do ser humano transmitir informações uns aos outros e hoje, é considerada como uma ferramenta essencial para todo e qualquer tipo de trabalho. Utilizando o conceito de comunicação segundo Chiavenato (2003, p.128) tem-se que "a comunicação é a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação. Constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social".

No mundo organizacional deve-se compreender a comunicação como um processo a ser administrado de forma abrangente, para que colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e clientes recebam as informações corretas, evitando assim, futuros aborrecimentos. As organizações precisam estar em constante atualização e para alcançar o reconhecimento no mercado é fundamental que colaboradores e gestores estejam em sintonia, prezando por uma comunicação assertiva e eficaz, sempre alinhados com os objetivos e processos da empresa (CORRÊA; SOARES, 2020). O mau uso da comunicação acaba gerando diversos problemas para a empresa como conflitos interpessoais, baixa produtividade, má reputação no mercado, perda de clientes, dentre outros (DIAS; NASCIMENTO, 2016). Para evitar essas adversidades existem várias opções, desde treinamentos até novas tecnologias.

> A comunicação passa a ser elemento singular para o sucesso da organização, visando fortalecer os procedimentos apropriados para informar a equipe de colaboradores e aos próprios clientes. Assim se comunicar corretamente para que os receptores absorvam a informação para que tomem atitudes esperadas e comportamentos desejados em relação à empresa, bem como alinhando os

[1] Formanda de Administração do Centro Universitário UNIVEL - 2021
[2] Mestre em Administração pela PUC/PR – Professora orientadora

ISBN 978-65-5629-077-5

> processos internos. Além de tudo, a gestão deverá se comprometer em manter um ambiente de trabalho favorável, para que as relações profissionais possam se desenvolver, e consequentemente a organização (OLIVEIRA et al. 2018 p. 02).

Isto posto, pode-se dizer que a comunicação é o compartilhamento de informações que se dá através de emissores e receptores, onde códigos serão repassados através de canais de comunicação e ao serem recebidos acontecerá a decodificação pelo receptor. O significado correto da informação só será compreendido se a mensagem for objetiva e não tiver sofrido nenhuma alteração por algum tipo de ruído no meio do processo de comunicação (CASTELLS, 2009). A comunicação é fundamental para que o ambiente de trabalho seja harmonioso e produtivo, quando ela não ocorre de forma sincronizada entre colaboradores e gestores, os problemas causados à empresa podem ser imensuráveis.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-Cov-2 e diante desse contexto as empresas tiveram que se reinventar para comunicar-se com seus colaboradores, pois, muitas empresas adotaram o sistema de home office e assim tiveram que optar por tecnologias para auxiliar no trabalho remoto. Segundo dados da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) a comunicação interna foi um dos processos mais impactados e além do mais, as empresas tem o desafio de manter seus colaboradores comprometidos e produtivos (ABERJE, 2020).

De acordo com uma pesquisa realizada pela revista Britânica *The Economist*, as falhas de comunicação predominam sobre as causas de baixa produtividade e saúde dos colaboradores de uma organização. Segundo os dados levantados pela pesquisa, 52% dos colaboradores acusam que as falhas de comunicação culminam em retrabalhos e conflitos interpessoais, levando-os assim, ao estresse e a desmotivação (EXAME, 2020).

No momento atual, as tecnologias da informação são de suma importância para a comunicação interna nas empresas, que por sua vez, tem o dever de otimizar meios que solucionem os problemas de relacionamento interno, dando suporte aos colaboradores (CORRÊA; SOARES, 2020).

Em tempos de pandemia as empresas estão adotando canais de comunicação online, como por exemplo, aplicativos que permitem o trabalho remoto e desafiam os gestores a promover uma comunicação interna assertiva (VIDA MODERNA, 2021). Manter a comunicação entre os colaboradores é muito importante, pois independente se o trabalho está sendo realizado na empresa ou em casa, os setores são interdependentes. Portanto, ter um processo de comunicação interna nas empresas é fundamental para o desenvolvimento, pois ela garante o engajamento entre funcionários e gestores, alinha as ideias estratégicas e fortalece a cultura organizacional.

O tema desta pesquisa foi a importância da comunicação interna no desenvolvimento das atividades de trabalho, e o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Como se dá o processo de comunicação interna em uma clínica médica? Assim, a delimitação dessa pesquisa foi: o processo de comunicação interna em uma clínica médica situada no oeste do paraná, no decorrer do ano de 2021.

O objetivo geral dessa pesquisa foi descrever como se dá o processo de

ISBN 978-65-5629-077-5

comunicação interna em uma clínica médica situada no Oeste do Paraná. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) descrever os principais meios utilizados para comunicação interna; (b) analisar a adequação dos meios de comunicação utilizados; e, (c) levantar as principais dificuldades de comunicação apontadas pelos colaboradores.

O presente trabalho teve por justificativa a importância que a comunicação interna exerce para o desenvolvimento das atividades de trabalho, tendo em vista, que a sua ineficiência dentro do ambiente de trabalho gera uma série de problemas como conflitos interpessoais, desmotivação, baixa produtividade e retrabalhos desnecessários.

Sendo assim, os gestores devem valorizar a comunicação dentro das empresas, pois, por meio dela se torna possível alinhar os interesses e valores da empresa com os colaboradores, contribuindo para o clima organizacional. Mas, para que isso ocorra é fundamental saber usar os canais de comunicação adequados, visto que, através do uso correto dessa ferramenta pode-se ter uma comunicação interna eficaz evitando ruídos no processo de comunicação interna.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema dessa pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão feitas a partir dos dados coletados.

2.1 COMUNICAÇÃO INTERNA

A comunicação dentro das organizações é fundamental para promover ações que façam os setores da empresa trabalharem em sincronia e com um objetivo em comum: o sucesso da empresa (DAMASCENO, COSTA, 2018). Através da comunicação interna adequada a organização consegue dialogar com seus colaboradores transmitindo as informações corretas e reforçando a necessidade de trabalhar de acordo com os valores da empresa (OCHOA, 2014).

Tendo em vista que o mercado está cada vez mais competitivo, as empresas tendem a buscar formas de se destacar, sendo necessário ter uma equipe de colaboradores engajados e dispostos a trabalhar pelo propósito da empresa. Para que isso ocorra a comunicação interna tem um papel crucial (ARAUJO, SIMANSKI, QUEVEDO, 2012). Deve-se lembrar também que a comunicação interna é uma ferramenta estratégica que auxilia na conquista dos melhores resultados. Ela faz com que os colaboradores formem uma força produtiva capaz de alavancar os negócios da empresa (LIMA et al. 2012).

Sendo assim, pode-se dizer que além de outros fatores a comunicação interna tem o papel fundamental na motivação dos colaboradores, ela faz com que os funcionários se sintam parte da empresa, como se pertencessem aquela organização e assim dão o seu melhor na construção da imagem da empresa diante do mercado (MELO,2012). Para Almeida (2013) a comunicação interna promove o bem estar entre produção e gestão, fazendo com que o trabalho em equipe seja dinâmico e produtivo, tornando os colaboradores mais motivados em busca da cooperação coletiva, alcançando bons resultados.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo a pesquisa de Aguiar e Mendes (2016) que tem por objetivo geral a análise crítica sobre o papel da comunicação e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), representada pelo Sistema de Informação Gerencial (SIG), no suporte à tomada de decisões gerenciais e organizações hospitalares, onde o objeto de estudo é o SIG implantado pela Rede InovarH/Ba nos hospitais, obtiveram os seguintes resultados: todos os funcionários entrevistados acreditam que a comunicação é fundamental para o desenvolvimento dos processos assistenciais e administrativos dos hospitais. Eles consideram que a comunicação no ambiente assistencial é fragmentada e isso acaba gerando uma barreira à integração dos processos. Durante a entrevista, os entrevistados citaram o processo de comunicação como falho, mas que as demandas de padronização decorrentes dos processos de Acreditação Hospitalar tenham contribuído para trazer a comunicação e a gestão de informações à centralidade das discussões.

Ainda de acordo com os resultados alcançados neste trabalho, Aguiar e Mendes (2016, p.148) concluem que:

> A comunicação visual ainda é o meio predominante nos hospitais, em especial o mural informativo. A intranet também é um dos meios mais utilizados para facilitar a troca de informações, com boa resposta por parte dos usuários que se relacionam com a área administrativa. As TIC são percebidas pelos entrevistados como grandesaliadas dos serviços de saúde. Porém, estes reconhecem que a área assistencial é a mais distante das ferramentas, devido ao perfil da atividade médica. Prevalece o entendimento de que há a necessidade de alinhar as TIC ao Planejamento Estratégico da organização, de forma a institucionalizar as ferramentas e criar uma rotina, na qual a alimentação e a análise dos dados seja uma prática habitual.

Portanto, a comunicação interna é uma ferramenta estratégica de conscientização dos colaboradores sobre a sua importância para a organização, pois, quando se sentem motivados deixam transparecer aos clientes, tendo em vista que não tem como satisfazer o público quando os funcionários não estão dispostos a colaborar com a imagem da empresa (SILVA et al., 2015).

Seguindo nessa linha, investir na comunicação dentro da organização é primordial para manter a empresa no mercado, pois a comunicação interna enriquece a gestão organizacional e favorece o relacionamento interpessoal dos colaboradores e o relacionamento colaborador/cliente (MORAIS, 2021).

Para utilizar a comunicação a favor da organização, é preciso conhecer o processo de comunicação e os elementos que o compõe: a fonte (emissor) da comunicação, a codificação, a mensagem, o canal, a decodificação, o receptor, o ruído e o feedback. Uma falha em qualquer um desses elementos pode prejudicar a compreensão da informação (TEIXEIRA, 2007).

Dessa forma, Robbins (2005, p. 233) explica que:

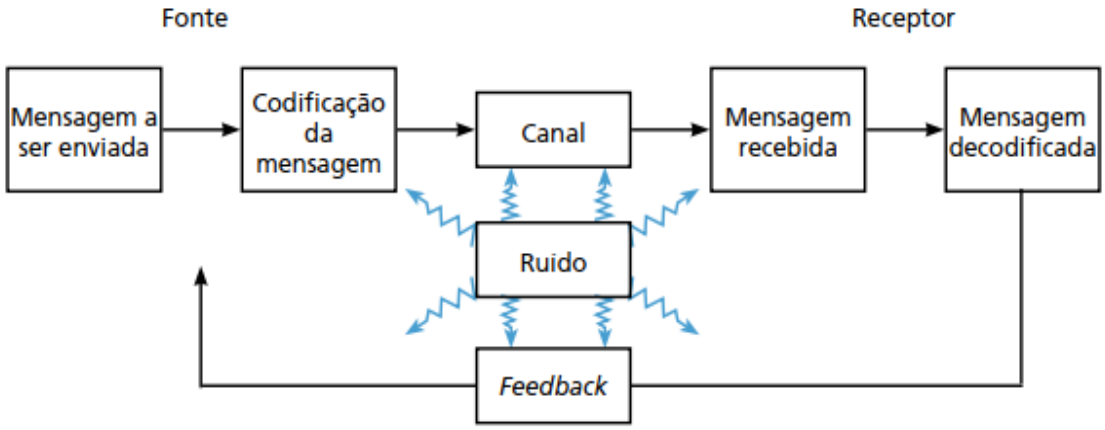
> Antes que a comunicação se realize é necessário um propósito, expresso na forma da mensagem a ser transmitida. Ele vai passar de uma fonte (o emissor) para um receptor. A mensagem é codificada (convertida em um formato simbólico) e transmitida através de uma mídia (canal) até o receptor, que traduz (decodifica)

ISBN 978-65-5629-077-5

a mensagem iniciada pelo emissor. O resultado é a transferência de um significado de uma pessoa para outra.

Assim sendo, a fonte é responsável por iniciar a mensagem, o canal é o "meio de transporte" que faz o percurso da mensagem, o receptor é a quem se destina a mensagem, que, para ser compreendida precisa ser decodificada. Os ruídos são as falhas que atrapalham a clareza da mensagem. E por fim, o feedback que irá verificar se a transmissão da mensagem ocorreu da forma esperada. (PAES, 2011). Esse processo pode ser ilustrado pela figura abaixo:

Figura 1: **Processo de Comunicação**



Fonte: Adaptado de Robbins, 2005.

Diante do exposto, através da compreensão desse processo de elementos é provável que a comunicação organizacional dentro das empresas seja eficaz, garantindo a integração entre gestores e colaboradores, facilitando o relacionamento organizacional.

2.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

"Os canais de comunicação interna são caminhos pelos quais a empresa transmite informações aos colaboradores e são utilizados para envio de informações, com o objetivo de auxiliar na tomada de decisão dos colaboradores" (CRUZ, 2017, p. 01).

A comunicação ocorre através da rede formal e da rede informal. Na primeira, os gestores se utilizam para informar os colaboradores dentro da organização sobre assuntos institucionais. Na segunda, ocorrem através das relações interpessoais para auxiliar os canais formais, já que a informação se dissemina de forma mais dinâmica entre os funcionários (KUNSCH, 2002). Portanto, para que o fluxo de informações ocorra de forma transparente e ágil, se faz necessário utilizar dos canais formais e informais de comunicação interna (MARTINS, 2018).

Desse modo, saber usar os canais de comunicação corretamente é de extrema importância para o desenvolvimento organizacional da empresa, pois, a escolha correta do canal irá garantir que a mensagem seja transmitida e recebida com eficácia e as tarefas sejam executadas com excelência (SENA, 2014). Deve-se saber que dentro de uma empresa existem vários colaboradores com diferentes

ISBN 978-65-5629-077-5

funções e conhecimento e para transmitir as informações é fundamental usar o canal de comunicação correto, para que a mensagem seja interpretada corretamente (CRUZ, 2010).

Pode-se dizer que dentro das empresas existem diversos tipos de canais de comunicação que auxiliam na integração da equipe de trabalho e desenvolvimento organizacional (MEDEIROS, 2006). Um exemplo de canal de comunicação muito utilizado pelas empresas é o e-mail, uma ferramenta bastante valorizada no meio corporativo pela formalidade e segurança que oferece, pois, através dele é possível arquivar conversas e documentos importantes para a organização. Contudo, a comunicação oral geralmente prevalece, por ser um meio rápido e recíproco de transmissão de informações aos colaboradores e chefias, que se dá, principalmente, através de reuniões (VENTURA, 2012). Quando a comunicação verbal prevalece, os gestores devem ficar atentos, pois quando se tem um déficit no processo de comunicação, os canais informais passam a predominar e, como consequência, os colaboradores tendem a tomar decisões partindo para o lado pessoal, gerando conflitos indesejados. A comunicação informal precisa ter espaço dentro das organizações, porém, não deve predominar (CARNIELLO, SANTOS, 2013).

2.3 RUÍDOS NA COMUNICAÇÃO

Um dos principais fatores que afetam a comunicação são as interferências conhecidas como "ruídos" no processo comunicacional (DIAS et al., 2004). Durante o processo de comunicação podem ocorrer alguns ruídos no momento de transmitir as mensagens ao receptor, principalmente no ambiente de trabalho. Sendo assim, é responsabilidade da organização atentar-se a forma de comunicação entre os colaboradores a fim de evitar a ocorrência de ruídos que afetam o desenvolvimento do trabalho (SOARES, 2010).

Existem quatro tipos de barreiras que prejudicam o processo de comunicação, que são: físico, fisiológico, semântico e psicológico. As físicas, estão relacionadas aos aparelhos de transmissão, como barulhos, equipamentos inadequados e ambientes. As barreiras fisiológicas estão relacionadas às deficiências genéticas, como surdez, gagueira, etc. As semânticas estão relacionadas a uma linguagem inadequada que não é comum ao receptor, como por exemplo, uso de termos técnicos que o médico usa para explicar o caso ao paciente. E por fim as barreiras psicológicas que são os preconceitos que prejudicam a comunicação, como por exemplo, crenças e diversidade cultural (ABREU, BAZONI, 2016).

Essas barreiras causam ruídos na comunicação interna, como por exemplo as barreiras pessoais que são as emoções dos colaboradores, valores, comportamentos e as barreiras administrativas que são a distância física, abuso de poder, posse das informações, dentre outros (OLIVA et al, 2019).

Consequentemente, os gestores devem prestar atenção em seus colaboradores para sanar as dúvidas pertinentes ou até mesmo identificar se eles estão com problemas pessoais que possam afetar o desempenho no trabalho, pois essas situações geram ruídos no processo de comunicação e acabam afetando toda a organização (VARJÃO, ESTENDER, 2015).

Sendo assim, deve haver clareza nas mensagens transmitidas, para evitar

ISBN 978-65-5629-077-5

ruídos desnecessários que podem levar a uma crise dentro da empresa. As informações precisam ser objetivas, coerentes e rápidas, pois, em alguns casos, ocorrem tentativas de personalizar as mensagens para repassar a mesma informação para diferentes cargos, o que acaba gerando falhas no processo de transmissão das informações (SANTOS, 2013).

Dessa maneira, se faz necessário fazer uma verificação no processo de comunicação interna organizacional para identificar os níveis de ruídos, onde se inicia o processo de ineficiência da comunicação interna. Nas organizações pode-se dizer que os gestores são os principais responsáveis, pois são eles os responsáveis em repassar as informações vindas da chefia aos colaboradores de cargos inferiores e vice-versa (HEDLER et al., 2015). Assim sendo, muitos ruídos de comunicação interna podem ser evitados se houver um sistema de comunicação eficaz, onde o gestor de pessoas estimula o diálogo entre a alta administração e os colaboradores de nível hierárquico inferior e desses entre si (WEILER, 2010).

2.4 ENDOMARKETING

O termo Endomarketing foi criado por Saul Faingaus Bekin em 1995. Bekin (2004, p. 47) define Endomarketing como:

> Ações gerenciadas de marketing eticamente dirigidas ao público interno (funcionários) das organizações e empresas focadas no lucro, das organizações não-lucrativas e governamentais e das do terceiro setor, observando condutas de responsabilidade comunitária e ambiental.

De modo geral, pode-se definir o endomarketing como ações de marketing voltadas para a promoção do bem estar dos colaboradores, visando um melhor atendimento dos clientes externos, pois, quando se tem colaboradores satisfeitos com o ambiente interno do trabalho os clientes passam a receber um melhor atendimento (MEIRA, OLIVEIRA, 2004). O endomarketing ressalta a importância da motivação, satisfação e valorização do colaborador para o desenvolvimento da empresa, levando em consideração que esses devem ser considerados clientes internos da organização (FERNANDES, FERREIRA, LEBARCKY, 2011).

Seguindo nesse pensamento, Tavares (2009) enfatiza que endomarketing possui dois enfoques principais: a motivação e a comunicação. A motivação deve ser constante, não somente com elogios e promoções esporádicas, mas sim, um processo contínuo. Já a comunicação dever ser considerada fundamental, pois, quando se tem informações passadas corretamente e alinhadas com os objetivos da empresa o nível de satisfação dos colaboradores com o trabalho aumenta e consequentemente a produtividade também, levando esse nível de satisfação aos clientes.

Deve-se lembrar, que ao desenvolver adequadamente o Endomarketing dentro das organizações, os resultados podem ser percebidos através da melhoria do ambiente externo, ou seja, na relação com o mercado, clientes e fornecedores (DIAS, 2007). Este mesmo autor explica que "o Endomarketing surge então como um dos mais potentes ativadores da qualidade de atendimento, da mudança de atitudes, da motivação e da produtividade, bem como do alcance de metas organizacionais (DIAS, 2007, p.40).

ISBN 978-65-5629-077-5

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva pois pretende descrever como se dá o processo de comunicação interna em uma clínica médica situada no Oeste do Paraná. De acordo com Gil (2002, p. 42) esse tipo de pesquisa objetiva "a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Esse tipo de pesquisa tem como característica a aplicação de questionários e observação sistemática para realizar a coleta de dados (GIL, 2002)

Quanto aos procedimentos essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento ou *survey*. De acordo com Prodanov (2013, p.57), "uma pesquisa de levantamento é aquela onde ocorre interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário". Para Gil (2008) esse tipo de pesquisa baseia-se na coleta de informações de um grupo considerável de pessoas acerca do problema estudado para na sequencia chegar às conclusões através de uma análise quantitativa.

Os dados serão coletados por meio de questionário. Silva e Menezes (2005, p.33) conceitua questionário como "uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante". As perguntas serão elaboradas conforme o tema da pesquisa e serão de múltiplas escolhas, ou seja, perguntas fechadas com uma série de respostas possíveis (SILVA, MENEZES, 2005).

A população pesquisada foi a equipe de 28 colaboradores de uma clínica médica localizada na cidade de Cascavel-Pr, e a amostra, por adesão, foi de 17 respondentes.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa tem como principal característica a quantificação, desde a coleta dos dados até a sua mensuração por meio de técnicas estatísticas. Para Rodrigues e Limena (2006) a pesquisa está voltada para a análise e interpretação dos resultados. Sendo assim, adota-se recursos e técnicas estatísticas, como porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

4 RESULTADOS

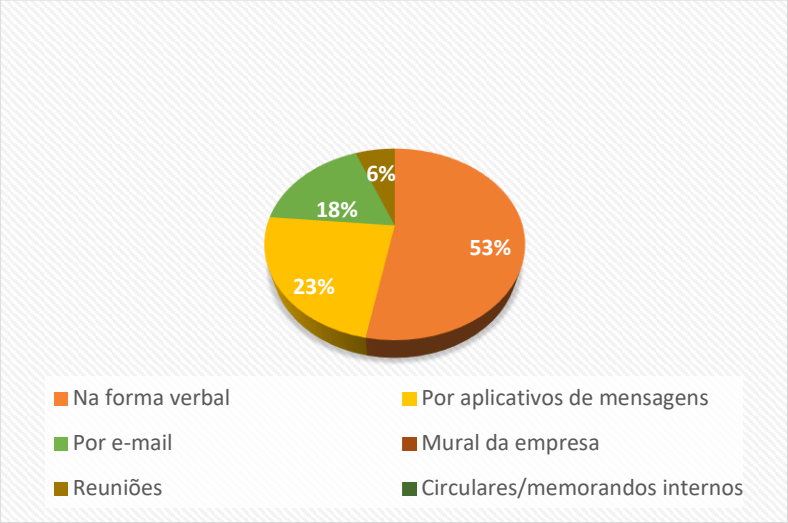
A clínica médica objeto deste estudo, é localizada no Município de Cascavel - PR e no período da coleta dos dados seu quadro de funcionários era composto por 28 colaboradores.

Foi fundada no ano de 2008 pela união de três médicos e à época desta pesquisa era considerada a maior clínica do Oeste do Paraná, na sua especialidade. Neste período, atuava nas áreas de prevenção, diagnóstico e tratamento de diversas patologias. Era credenciada a mais de 16 convênios médicos e possuía um fluxo mensal médio de 4 mil pacientes.

Dos 28 colaboradores, 17 aceitaram participar da pesquisa respondendo o questionário. Foi perguntado na clínica como ocorre a comunicação, e foram obtidas as seguintes respostas, conforme o gráfico abaixo:

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 1: Canais de comunicação



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebeu-se que a comunicação interna se dá principalmente pela forma verbal, onde a maioria dos entrevistados 53% concordaram com esta resposta. Pode-se dizer que a comunicação verbal é a mais utilizada pela facilidade que ela oferece, pois, no dia a dia utiliza-se da fala a todo momento, contudo, esse canal de comunicação acaba gerando muitos ruídos no processo de comunicação interna pela sua informalidade, pois, ao transmitir a mensagem através da fala o receptor faz a sua interpretação da informação podendo passar adiante informações distorcidas, baseadas no seu julgamento, prejudicando todo o processo. Os aplicativos de mensagens foram a segunda opção mais votada. Percebe-se que no momento em que vivemos a tecnologia está sempre ao nosso alcance e permite que possamos nos comunicar com qualquer pessoa independente da distância física, o que colabora na disseminação de informações.

Tabela 1: Quanto ao acesso às informações

Pergunta	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo e nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
As informações relacionadas ao Acordo de Trabalho de minha empresa são conhecidas por todos os colaboradores.	12%	6%	18%	29%	35%
As informações necessárias à execução das atividades cotidianas da minha empresa	18%	18%	6%	41%	18%

ISBN 978-65-5629-077-5

são compartilhadas entre os colaboradores.					
Na minha empresa existem condições adequadas de acesso às informações necessárias para o desempenho das atividades sob minha condução.	29%	6%	0%	35%	29%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto ao acesso às informações, para a pergunta: as informações relacionadas ao acordo de trabalho de minha empresa são conhecidas por todos os colaboradores? A maioria dos respondentes que representam 35% dos entrevistados concordaram totalmente, porém, 29% demonstrou não estar totalmente de acordo com as informações que recebem. 18% se mantiveram neutros e 12% discordaram totalmente, demonstrando descontentamento com as informações do acordo de trabalho repassadas à eles.

No que diz respeito ao compartilhamento de informações para a execução de atividades cotidianas a maioria, sendo 41% dos respondentes opinaram que concordam em parte. Para as opções concordo totalmente, discordo em parte e discordo totalmente houve um empate e apenas 6% se mantiveram neutros respondendo que nem concordam e nem discordam. Finalizando as questões sobre o acesso às informações, no quesito condições adequadas ao acesso às informações necessárias para o desempenho das atividades 35% concordaram em parte demonstrando uma certa insatisfação. Houve um empate entre os que concordam totalmente e discordam totalmente, demonstrando uma falha no acesso às informações.

Tabela 2: Quanto à comunicação com a chefia

Pergunta	**Discordo totalmente**	**Discordo em parte**	**Nem concordo e nem discordo**	**Concordo em parte**	**Concordo totalmente**
Na minha empresa as chefias estão sempre dispostas ao diálogo.	35%	0%	0%	29%	35%
Quando me comunico com minha chefia, a resposta vem de forma rápida.	24%	24%	0%	18%	35%

ISBN 978-65-5629-077-5

Quando me comunico com minha chefia, a resposta vem de forma clara e objetiva.	35%	12%	0%	18%	35%
Encontro abertura por parte da minha chefia para opinar e compartilhar informações.	29%	24%	6%	6%	35%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação a comunicação com a chefia, foi perguntado: Na minha empresa as chefias estão sempre dispostas ao diálogo? Houve um empate entre a maioria dos respondentes, onde 35% demonstraram completa satisfação e 35% completa insatisfação e 29% concordaram em parte sobre a disposição ao diálogo da chefia. Sobre tempo de espera da resposta da chefia a maioria concordou que é rápida. 24% discordaram totalmente e 24% discordaram em parte.

No que diz respeito a clareza das informações recebidas da chefia, novamente houve um empate entre a maioria, 35% demonstram concordar totalmente e 35% discordaram totalmente. 18% opinaram que discordam em parte e 12% concordaram em parte. Por fim nas questões dobre a comunicação com a chefia, 35% responderam que concordam totalmente que encontram abertura por parte da chefia para opinar e compartilhar informações e 29% demonstram completa insatisfação e 24% discordam em parte. Houve um empate entre os que concordam em parte e os que nem discordam e nem concordam, representando 6% dos respondentes de cada opção de resposta.

Tabela 3: - Quanto a clareza e utilidade das informações

Pergunta	**Discordo totalmente**	**Discordo em parte**	**Nem concordo e nem discordo**	**Concordo em parte**	**Concordo totalmente**
A comunicação é estimulada com frequência na minha empresa.	29%	18%	6%	24%	24%
A maior parte das informações divulgadas pelos veículos de Comunicação Interna é útil para as atividades que desempenho.	6%	24%	12%	18%	41%

ISBN 978-65-5629-077-5

Na minha empresa as informações estão sendo fornecidas de forma clara e objetiva.	35%	12%	0%	18%	35%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Referente a clareza e utilidade das informações a maioria, 29% dos respondentes, discordaram totalmente quando perguntados se a comunicação era estimulada com frequência na empresa. Houve um empate entre os que concordaram totalmente e concordaram em parte, sendo 24%. Para a pergunta: A maior parte das informações divulgadas pelos veículos de Comunicação Interna é útil para as atividades que desempenho? A maioria, 41% dos respondentes, concordaram totalmente e a minoria discordaram totalmente. 24% dos respondentes discordaram em parte e 18% concordaram em parte. Ao serem questionados se as informações estavam sendo fornecidas de forma clara e objetiva, novamente houve um empate entre os que discordaram totalmente e concordaram totalmente, representando assim, a maior parte dos respondentes, 35% para cada opção de resposta. 18% discordaram em parte e apenas 12% concordaram em parte.

Tabela 4: - Quanto aos veículos de comunicação utilizados

Pergunta	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo e nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
Os veículos de Comunicação Interna estão sempre disponíveis quando necessito buscar alguma informação	12%	35%	0%	35%	18%
Os instrumentos (veículos) pelos quais recebo as comunicações são adequados e eficientes.	18%	18%	6%	29%	29%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos veículos de comunicação interna utilizados, ao responderem a pergunta: Os veículos de Comunicação Interna estão sempre disponíveis quando necessito buscar alguma informação? A maioria, 35% dos respondentes, concordaram em parte e 35% discordaram em parte. 18% demonstraram estar satisfeitos e apenas 12% discordaram totalmente demonstrando insatisfação. Ao serem perguntados: Os instrumentos (veículos) pelos quais recebo as comunicações são adequados e eficientes? 29% concordaram totalmente e

ISBN 978-65-5629-077-5

também 29% concordaram em parte. Houve um empate também entre os que discordaram totalmente 18% e os que discordaram em parte. Apenas 6% se mantiveram neutros nessa questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi descrever como se dá o processo de comunicação interna em uma clínica médica situada no Oeste do Paraná e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Como se dá o processo de comunicação interna em uma clínica médica?

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e de levantamento. Os dados foram coletados por meio de questionário com perguntas fechadas, a amostra foi composta por colaboradores de uma clínica médica localizada na cidade de Cascavel-PR e os dados foram representados por meio de gráfico e tabelas. Foram estudados os aspectos relacionados com a comunicação interna, como ruídos na comunicação, canais de comunicação e endomarketing.

A pesquisa revelou que existem falhas no processo de comunicação interna da clínica médica, pois, os respondentes demonstram estar insatisfeitos com o processo de comunicação, mas ao mesmo tempo, existe um grupo de colaboradores que demonstram satisfação, evidenciando que é necessário ajustar todo o processo para o bem comum no ambiente de trabalho.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é: que o processo de comunicação interna em uma clínica médica se dá principalmente de forma verbal, o que acaba prejudicando a comunicação no geral por dificultar a compreensão de todos os envolvidos, desde o momento de transmitir a mensagem até o momento de receber a mensagem e a falta do *feedback* acarreta em ruídos no processo de comunicação, inclusive com a chefia.

Assim sendo, se faz necessário avaliar o processo de comunicação interna para que todos os colaboradores recebam as mensagens de forma clara e objetiva, conseguindo desenvolver suas atividades com eficácia. Se a empresa desejar seguir utilizando o canal de comunicação verbal, sugere-se que o faça em reuniões coletivas, para que a mensagem seja recebida por todos ao mesmo tempo, e que haja, nessas reuniões, abertura para questionamentos e sugestões.

Sugere-se para trabalhos futuros que investigue os impactos causados no desenvolvimento organizacional por problemas na comunicação interna. Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

ABERJE. **Pesquisa Aberje: 55% das empresas acreditam que maior desafio na crise é manter profissionais engajados**. 2021. Disponível em: https://www.aberje.com.br/pesquisa-aberje-55-das-empresas-acreditam-que-maior-desafio-na-crise-e-manter-profissionais-engajados/. Acesso em: 28 abr. 2021.

AGUIAR, Fábio Campos; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Comunicação

ISBN 978-65-5629-077-5

organizacional e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na gestão hospitalar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Salvador - Ba, v. 21, n. 4, p. 138-155, out. 2016.

ALMEIDA, Luís António Santos. A importância da Comunicação Interna para a Motivação dos Colaboradores. **Exedra Revista Cientifica**, Coimbra - Portugal, v. 5, n. 8, p. 91-103, ago. 2013.

ARAUJO, Denise Castilhos de; SIMANSKI, Elida Sandra Soares; QUEVEDO, Daniela Muller de. Comunicação interna: relação entre empresa e colaboradores, um estudo de caso. **BBR - Brazilian Business Review**, Vitória - Es, v. 9, n. 1, p. 1-19, mar. 12.

BEKIN, Saul F. **Endomarketing: como praticá-lo com sucesso**. São Paulo. Prentice Hall, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Comunicação Na Era Digital**. Madrid, p. 87-88, jan. 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 650 p.

CORRÊA, Vagner Marcondes; SOARES, Nathalia Maria. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO DENTRO DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL. **Interface Tecnológica**, Taquaritinga - Sp, v. 17, n. 1, p. 699-707, fev. 2020.

CRUZ, Cassiana Maris Lima. **A Comunicação Interna na Perspectiva da Avaliação Institucional em Universidades no Rio Grande Do Sul**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Rs, 2010.

CRUZ, Taiane Jardim da. Influência da comunicação interna na tomada de decisão do setor administrativo. in: Sefic Unilasalle, 13., 2017, Canoas - RS. **A Pesquisa e o Respeito a Diversidade.** Canoas - Rs: Sbeb, 2017. p. 1-12.

DIAS, Cristiane Balbina Pereira de Araujo; NEVES, Iracema Raimunda Brito das; OLIVEIRA, José Renato Sena; MARTINEZ, Antonio Lopo. **Ruídos Na Comunicação Entre a Contabilidade e os seus Usuários**. 2004. Gestão de Pessoas, Fundação Visconde de Cairu, Salvador - BA, 2004. p. 1-12.

DIAS, Joilson Alcindo; NASCIMENTO, Maria do Socorro Araújo. COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: a importância da comunicação nas organizações e o advento de novas tecnologias. **Revista Científica da Fasete**, Paulo Afonso - Ba, v. 11, n. 2, p. 103-112, fev. 2016.

DIAS, José Geraldo Gaurink. **Endomarketing: um instrumento estratégico na busca da melhoria da competitividade empresarial**. São Paulo: Livro Pronto, 2007. 116p.

EXAME, Revista. **Comunicação eficiente: a melhor forma ser produtivo no trabalho**. 2020. Disponível em: https://exame.com/carreira/comunicacao-eficiente-

ISBN 978-65-5629-077-5

a-melhor-forma-ser-produtivo-no-trabalho/. Acesso em: 28 abr. 2021.

FERNANDES, Aline Rodrigues; FERREIRA, Kamilla Alves Rodrigues; LEBARCKY, Fernanda da Vitória. Gestão da Diversidade e Endomarketing: Existe uma Relação? **XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, p. 1-17, set. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

HEDLER, Helga Cristina; SILVA, Rosinete Borges; ALONSO, Luiza Beth Nunes; CAMPOS, Rodrigo Pires de; CARMO, Eliane Almeida do. Barreiras à comunicação organizacional: um estudo em uma organização pública do governo do Distrito Federal. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba - Pr, v. 16, n. 40, p. 166-181, ago. 2015.

LIMA, Sâmia Raquel Araújo; MOREIRA, José Walber Soares; FONTENELE, Mara Gardene; CRUZ, Maria Auxiliadora Pereira da. A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO INTERNA NA PRODUTIVIDADE. **Revista Inova Ação**, Teresina - Pi, v. 1, n. 2, p. 18-29, dez. 2012.

MARTINS, Mariana Lemos. O Uso das Mídias e Redes Sociais Digitais na Perspectiva da Comunicação Interna. **Ciências Jurídicas**, Rio de Janeiro - Rj, v. 19, n. 1, p. 42-47, abr. 2018.

MEDEIROS., Rildeniro. **A Comunicação Interna numa Organização Pública**. 2006. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - Rn, 2006.

MEIRA, Paulo Ricardo; OLIVEIRA, Renato Luiz Tavares de. **O Endomarketing**. Porto Alegre,p. 1-12, out. 2004.

MELO, Maria Manuel da Costa Silva Daniel de. **Comunicação Interna Como Fator de Motivação dos Colaboradores**. 2012. 44 F. Dissertação (Mestrado) - Curso De Ciências Empresariais, Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa - Portugal, 2012.

MODERNA, Vida. **Como comunicar e promover a interação entre equipes de diferentes turnos**. 2021. Disponível em: https://www.vidamoderna.com.br/258156-como-comunicar-e-promover-a-interacao-entre-equipes-de-diferentes-turnos/. Acesso em: 28 abr. 2021.

MORAIS, André Moreira. **A Influência da Comunicação Interna na Motivação dos Colaboradores**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instituto Universitário da Maia - Ismai, Maia - Portugal, 2021.

OCHOA, Carolina Girotto. As diferenças entre comunicação interna e endomarketing. **Eccom**, Lorena - Sp, v. 5, n. 9, p. 107-118, jun. 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

OLIVA, Angela Simone Ronqui; OLIVA, Rafael Augusto; RONQUI, Roberto Gabriel; QUEIROZ, Timóteo Ramos. **Rede de Distribuição e a Comunicação Interna**: Elos entre a Cadeia de Produção de Tilápia. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 3, p. 115-138, dez. 2019.

OLIVEIRA, Adilson Vagner de; SANTOS, Eunice Ramalho dos; SILVA, Kelvyn Cristyan Ferreira da; BRITO, Lucimar Silva de; SOUZA, Mayara Cristina de; PIZZONI, Taisa Gabrieli Pereira. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO. **Rca Revista Científica da Ajes**, Juína /Mt, v. 7, n. 14, p. 1-10, jun. 2018.

PAES, Ketlle Duarte. **Gestão de Pessoas**. Natal - RN: Edunp, 2011. 288 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - RS: Feevale, 2013. 277 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, Stephen P.. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 463 p. Tradução técnica Reynaldo Marcondes.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SANTOS, Josiane Aparecida Leal. **A Comunicação Interna Como Ferramenta Estratégica De Relações Públicas**. 2013. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Públicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO, 2013.

SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro. O uso das novas tecnologias na Comunicação Interna – fatalismo inarredável? In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO, 5., 2014, Campo Grande - Ms. **Biga Data, Interfaces E Sociedade Digital.** Campo Grande - Ms: Ufms, 2014. p. 1-18.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Vivian Souza da; MACEDO, Daniela; ESTENDER, Antônio Carlos; BARBOSA, Lidiane. Comunicação interna: Benefícios para as empresas e motivação para os funcionários. In: SEGET SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2015, Rio de Janeiro - Rj. **Otimização De Recursos E Desenvolvimento.** Guarulhos - Sp: Aedb, 2015. p. 1-12.

SOARES, Wilma Leila Matos. **O Uso De Ferramentas Da Comunicação Interna:**: estudo de caso no banpará. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Desenvolvimento, Universidade de Taubaté, Taubaté - SP, 2010.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação:**

ISBN 978-65-5629-077-5

integrando teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VARJÃO, Samila Silva; ESTENDER, Antônio Carlos. A Importância Da Cultura Organizacional E O Seu Reflexo Na Comunicação Interna. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde - Três Corações**, Três Corações - Mg, v. 14, n. 2, p. 272-277, dez. 2016.

VENTURA, Maria Manuela Gonçalves. **Estratégias De Comunicação Interna**. 2012. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto - Portugal, 2012.

WEILER, Aline. **Comunicação Interna E Gestão De Pessoas**: facilitando os relacionamentos em um ambiente organizacional diversificado. 2010. 92 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Rs, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

A CORRELAÇÃO ENTRE DESEMPREGO E ABERTURA DE EMPRESAS TIPO MEI NO BRASIL

Martha Maria Karachinski Dams[1]
Janaina Kriguer[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi a analisar a correlação entre o desemprego e a abertura de empresas tipo microempreendedor individual (MEI) no Brasil entre os anos de 2019 a 2021. O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, explicativa e documental. Os dados foram coletados por meio de sites, livros e revistas, a amostra foi composta por relatórios de abertura de microempresas entre o período de 2019 a 2021 no Brasil e dados relacionados a taxas de desocupação do mesmo período, procurando identificar uma correlação entre eles. Após a coleta foi realizado a analise de correlação de Pearson que é utilizada para identificar se há uma associação forte ou fraca entre as duas variáveis estudadas e o seu grau de correlação. Na comparação entre os anos, foi possível verificar que há uma correlação forte entre as duas variáveis, mas não há relação de causa e efeito entre si, o que significa que o aumento do desemprego não ocasionou o aumento de optantes pelo Mei, as duas variáveis possuem correlação, mas não possuem relação de causa e efeito entre si.

Palavras-chave: Microempreendedor 1. Desemprego 2. Pandemia 3. Empreendedorismo 4.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, o trabalho assalariado, realiza um projeto de participação e de reconhecimento social, político e de cidadania, de tal forma relevante que acaba por se formar como um dos eixos estruturantes das relações sociais e do sentido atribuído às existências individuais e coletivas. Assim, o emprego, como forma particular de trabalho associado a direitos, é um dos principais mecanismos de integração dos indivíduos na sociedade e um elemento que promove a formação e a consolidação da identidade pessoal e social (Perret, 1997; Dejours, 1998; L'Huillier, 2002).

Em face da crise financeira e política desse mecanismo de integração e de participação social, o trabalho assalariado começa a ser questionado e ganha destaque nas discussões da atualidade. A possibilidade de inserção em um posto de trabalho é substituída pela aleatoriedade e incertezas, ampliando o fenômeno da exclusão social na sociedade em geral. Isso significa que o desemprego, antes associado a determinadas camadas populacionais é, atualmente, um fenômeno transversal e cada vez mais estruturado na sociedade.

O desemprego de forma simples refere-se as pessoas em idade produtiva (maiores de 14 anos) que não tem um emprego, mas estão disponiveis e procuram trabalho (IBGE). O desemprego tem tomado conta das agendas políticas e o empreendedorismo tem sido visto como uma forma de crescimento econômico e

[1] Acadêmico da graduação em Administração do Centro Universitário Univel.
[2] ORIENTADOR: Professora Mestre pela PUC/PR Janaina Kriguer do Curso de Administração Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

de criação de emprego (Batista e Thurik, 2007). Estes autores relacionam as duas noções: o desemprego leva ao aumento da atividade empreendedora e, por outro lado, o empreendedorismo acarreta à diminuição do desemprego. Como referem, a literatura sugere que as políticas públicas diminuem o desemprego pelo empreendedorismo, mas não promovem necessariamente, o crescimento econômico.

Fruto de ampla discussão entre representantes da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo, o Brasil instituiu uma política pública de apoio aos pequenos negócios, ainda na década de 1980, com a intenção de dar atenção mais específica aos pequenos negócios. Para tanto, promulgou a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que criou o Estatuto da Microempresa, instituindo tratamento diferenciado, simplificado e favorecedor para as microempresas no que tange ao domínio fiscal, da seguridade social, do trabalho, do crédito e do desenvolvimento da empresa.

A partir de então a lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, foi importante na medida em que criou uma nova figura jurídica, o empreendedor individual ou microempreendedor individual (MEI). Na interpretação de Schwingel e Rizza (2013), a intenção do governo brasileiro, com esta legislação, foi tirar milhões de brasileiros da informalidade, ou seja, formalizar os trabalhadores que atuam por conta própria e, consequentemente, promover a inclusão empresarial. No mesmo sentido, segundo Lopes (2012), essa legislação possibilitou aos autônomos, ou mesmo aos ambulantes, passar a contribuir de forma mais acessível e a receber os benefícios por participar do mercado formal. Assim, pode-se entender que a constituição do MEI corresponde a uma política pública de incentivo à formalização dos pequenos empreendimentos e, em especial, voltada àqueles que não reúnem condições de geração de renda para arcar com os altos encargos e impostos oriundos da atividade empresarial. Segundo Oliveira e Forte (2014), o Brasil possui um número expressivo de negócios informais.

Com base no exposto na evolução de legislação podemos notar um interesse maior do governo em relação aos empreendedores de microempresas no sentido de assegurar diversos benefícios ao saírem da informalidade e irem para a formalidade, assim é importante aprofundarmos os estudos e descobrir os motivos de se abrir uma microempresa e demonstrar se há uma correlação com o desemprego nos dias atuais.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que estava em curso uma pandemia denominada COVID-19. O vírus rapidamente se expandiu pelo mundo, com impactos profundos na saúde pública e choques sem precedentes nas economias e nos mercados de trabalho. Em meio à pandemia da Covid-19, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo e as economias de mais de 190 países tentam adaptar-se à realidade atual e frear as ameaças de recessão.

O desemprego diante da pandemia do novo coronavírus bateu recorde em setembro, apontam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o levantamento, o Brasil encerrou o nono mês do ano de 2020 com um contingente de 13,5 milhões de desempregados, cerca de 3,4 milhões a mais que o registrado em maio. Isso representa uma alta de 33,1% no período.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1: Dados do desemprego no Brasil 2020.



Fonte: IBGE (2020).

Os desafios enfrentados por todos os países exigem uma estratégia que vai muito alem de injetar liquidez na economia no curto prazo e fornecer assistência emergencial com recursos monetários aos grupos mais vulneráveis. Essa situação requer a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento econômico pós-pandemia, ou seja, de longo prazo. A crise revelou as fragilidades da economia brasileira, que se baseiam em políticas de rigidez, desindustrialização, trabalho informal e produção especializada de commodities primárias para exportação.

O tema dessa pesquisa foi o Empreendedorismo *Versus* desemprego, e o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Qual a relação entre o desemprego e a abertura de empresas tipo MEI?

Assim, a delimitação dessa pesquisa foi: O índice de correlação entre desemprego e abertura de empresas tipo MEI no Brasil, durante os anos de 2019 á 2021 por meio do índice de correlação de Pearson.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a correlação entre o desemprego e a abertura de empresas do tipo MEI entre os anos de 2019 á 2021 no Brasil. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) levantar o numero de novas empresas do tipo MEI criadas no período estudado no Brasil; (b) levantar as taxas de desemprego ocorridas no período estudado no Brasil; e, (c) verificar o índice de correlação entre as variáveis no período estudado.

Mesmo com a desaceleração econômica que é um status de uma economia que esta em queda, perdendo suas forças e um crescimento considerável no numero de desempregos no Brasil, o índice de empreendimentos, como a abertura de microempresas continuou aumentando nos últimos anos.

Portanto, a importância dessa pesquisa é justificada por seu objetivo de avaliar a correlação entre o desemprego e o empreendedorismo com a abertura de empresas do tipo MEI (Microempreendedor Individual). Este estudo pretende contribuir com a realização de futuros trabalhos acadêmicos, despertando o interesse pelo empreendedorismo e consequentemente impulsionando a abertura de novos negócios deste tipo, como forma de substituir o desemprego por trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ISBN 978-65-5629-077-5

Nessa seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema dessa pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão feitas a partir dos dados coletados.

2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com entusiasmo e inovação qualquer projeto, seja pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento total de suas habilidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em um processo de aprendizado continuo, com propósito de se abrir para novas experiências e novos desafios (Baggio, 2014).

Empreendedorismo, segundo Schumpeter (1988), é um processo de ‘‘destruição criativa’’, através da qual, produtos ou métodos de produção existentes são eliminados e substituídos por novos. Já para Dolabela (2010) diz respeito a um o processo de transformar sonhos em realidade e em dinheiro. Para Barreto (1998, p. 190) "empreendedorismo é habilidade de criar e fundar algo a partir de muito pouco ou de quase nada". É o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisá-la ou descrevê-la. Segundo Dornelas (2008) empreendedor é aquele que identifica uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Em todas estas definições de empreendedorismo pode-se observar que se encontram os seguintes aspectos referentes ao empreendedor, tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz, utiliza-se os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive e concorda em assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

O empreendedor é definido em função de seu comportamento e suas atitudes, não somente por seus traços de personalidade ou outras características particulares. Ninguém nasce empreendedor ou com genes empreendedores. Deve-se considerar também as motivações próprias e a forma como encaminham a vida, além de fatores externos, como a necessidade de fontes de renda extra ou uma situação de desemprego, que conduzem ao empreendedorismo. Portanto, as características não definem quem pode se tornar empreendedor, mas sim, quais competências devem ser desenvolvidas para ser empreendedor (FERREIRA, SANTOS, SERRA, 2010).

O empreendedorismo no Brasil começou a ganhar força no final da década de 90, isso porque após algumas tentativas de estabilização da economia muitas empresas precisavam manter a competitividade, diminuir seus custos e manter-se no mercado, tornando-se pequenas ou microempresas. Nas duas últimas décadas os estudos têm mostrado que a criação de pequenos novos negócios promove o crescimento da economia, tornando-se essenciais para o desenvolvimento do país (GONDIM; ROSA; PIMENTA, 2017).

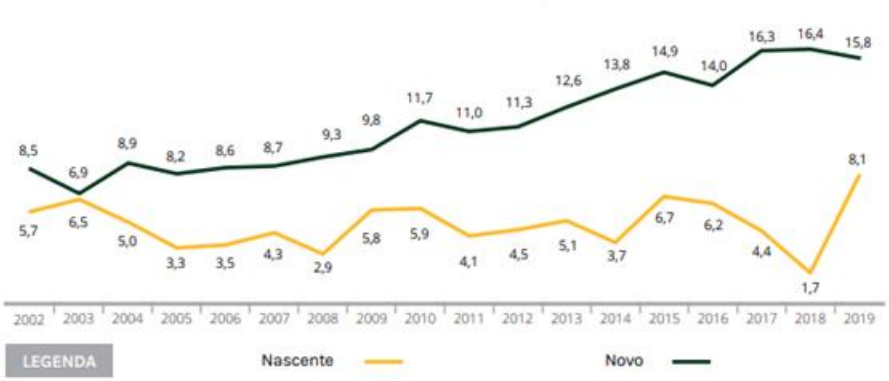
Pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor Executive (GEM 2016) mostrou que de cada dez brasileiros, quatro são empreendedores ou estão envolvidos com algum tipo de negócio direta ou indiretamente. Esses dados econômicos indicam que o empreendedorismo no Brasil não somente cresceu nos últimos dez anos, mostram também que quase metade da população brasileira está envolvida com alguma atividade empresarial. Ainda segundo a GEM, a motivação

ISBN 978-65-5629-077-5

dos empreendedores iniciais pode ocorrer por necessidade ou oportunidade. Os empreendedores por necessidade decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego ou estarem desempregados, propondo-se criar um negócio que gere rendimentos, visando a sua própria subsistência e de sua família. Já os empreendedores por oportunidade, são aqueles capazes de identificarem uma chance de negócio ou um novo nicho de mercado, empreendendo mesmo já possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda.

No Brasil, a taxa de empreendedorismo total (TTE) no ano de 2019 foi de 38,7% representando, aproximadamente, 53 milhões de brasileiros adultos que realizavam alguma atividade empreendedora, como o envolvimento na criação ou na consolidação de um novo negócio ou na manutenção de um empreendimento já estabelecido (GEM, 2019).

Figura 2: Evolução das taxas de empreendedorismo no Brasil: 2002 a 2019



Fonte: GEM (2019).

Explicações para tal crescimento podem ser buscadas no momento social e econômico do país em 2019, no qual se observou uma retomada da economia e do otimismo no meio empresarial e financeiro.

A ocupação do empreendedor, além do seu envolvimento com o novo negócio, também traz algumas explicações sobre variáveis que podem estar relacionadas à motivação para iniciar um negócio. No Brasil, em 2019, para cerca de 88% dos que se identificaram como não tendo outra ocupação, ou seja, sendo apenas empreendedor, a escassez de emprego foi uma motivação para empreender (empreendedorismo por necessidade). O mesmo motivo foi apontado por aproximadamente 78% dos empreendedores que estavam empregados (GEM, 2019).

Isto pode ser um indicativo de que o empreendedorismo no Brasil está assumindo um comportamento mais independente do nível de atividade econômica, talvez sendo mais influenciado na última década por outros fatores estruturais que também estão em processo de mudança, tais como: o aumento do nível de escolaridade dos brasileiros e por negócios mais simples e de menor escala de faturamento, como a Lei responsável por criar o MEI ou até mudanças na cultura brasileira, agora, cada vez mais propensa à atividade empreendedora (Gondim, Rosa e Pimenta, 2017).

2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Com o objetivo de regulamentar os trabalhadores que atuam na informalidade, a Lei Complementar nº. 123/2006 idealizou o Simples Nacional, que teve como objetivo unificar a arrecadação dos tributos de âmbito federal, estadual

ISBN 978-65-5629-077-5

e municipal para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Porém, com a complexidade da lei muitos trabalhadores ainda se mantiveram na informalidade, não atingindo a expectativa de formalizações que a Lei almejava inicialmente.

A partir de então se originou a Lei Complementar nº 128/2008, a qual inseriu a figura do MEI no cenário brasileiro, com o objetivo de formalizar os trabalhadores que se encontram na informalidade. Além de ser tratada como uma forma de combater a informalidade a lei pode influenciar o empreendedorismo no país.

O empresário cadastrado no MEI é inscrito automaticamente no Simples Nacional, ficando isento do pagamento de tributos federais. O limite de faturamento do MEI não pode ultrapassar R$81 mil por ano. O único valor que deve ser pago para o manter ativo é a taxa que varia de R$ 49,00 a R$ 58,25 mensais, dependendo da atividade da atuação. Este valor é revertido à Previdência Social e é referente ao pagamento do ICMS ou ISS. Algumas obrigações são impostas ao MEI como a emissão de notas fiscais de vendas à pessoa jurídica, guardar as notas de compra e a preparação de um relatório mensal de receita bruta, também é necessário guardar os registros de vendas e prestações de serviços de forma ordenada por no mínimo 5 anos. De acordo com o Sebrae, atualmente são mais de 400 atividades que se enquadram como MEI.

Com a adesão ao MEI, segundo o Portal do Empreendedor (2013) pode-se observar que uma das vantagens oferecidas ao empreendedor é a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o qual lhe permite a emissão de notas fiscais, maior facilidade em abertura de contas bancárias e obtenção de crédito, principalmente Bancos Públicos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e a comprovação de renda. Em 2020 o microempreendedor Individual já é o porte mais comum de empresas no Brasil, segundo dados da Receita Federal.

Segundo o governo do estado do Paraná o saldo de empresas constituídas entre janeiro e março de 2021 foi 9,8% superior ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento divulgado pela Junta Comercial do Paraná (Jucepar). Os números refletem o aumento da abertura de empresas, que foi 16,9% superior a 2020. Os três primeiros meses de 2021 foram melhores do que qualquer mês do ano passado nesse recorte. As MEIs dominaram as aberturas neste ano, representando 76,9% do total de 73.236. Foram 56.369 apenas nesse segmento. Os números dão uma amostra da retomada da economia e se somam aos bons índices de geração de emprego com carteira assinada dos primeiros meses do ano.

Segundo Daniela Dias (2021) uma das principais falhas na formalização de uma empresa é encarar o empreendimento apenas como uma fonte de renda, e não como um negócio que irá possivelmente expandir. Percebe-se que muitas empresas não têm um planejamento á longo prazo ou gestão de risco, o que deveria ser fundamental. A abertura do MEI funciona para formalização e para garantia de alguns benefícios, mas para crescer, ter outras filiais e expandir é importante ter um planejamento adequado, até mesmo para momentos de crise.

2.3 CONTEXTO ECONÔMICO NO BRASIL

Em dezembro de 2019, na República Popular da China (província de Hubei e cidade de Wuhan), houve a identificação do Covid-19, denominado popularmente como "coronavírus". A doença passou a ser pandêmica a partir de março de 2020, com impactos nas áreas de saúde, social e econômica (TÁVORA, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

De fevereiro a março de 2020, percebeu-se os primeiros choques de oferta e de demanda. Houve desaceleração da economia chinesa, epicentro do surgimento da doença, e, posteriormente, na Europa, o primeiro e terceiro principais parceiros comerciais do Brasil (COMEXSTAT, 2020).

O governo brasileiro previa que os impactos do COVID-19 na economia brasileira seriam a redução das exportações, queda no preço de commodities e, consequentemente, piora nos termos de troca, interrupção da cadeia produtiva de alguns setores, queda nos preços de ativos e piora das condições financeiras, e também redução no fluxo de pessoas e mercadorias (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

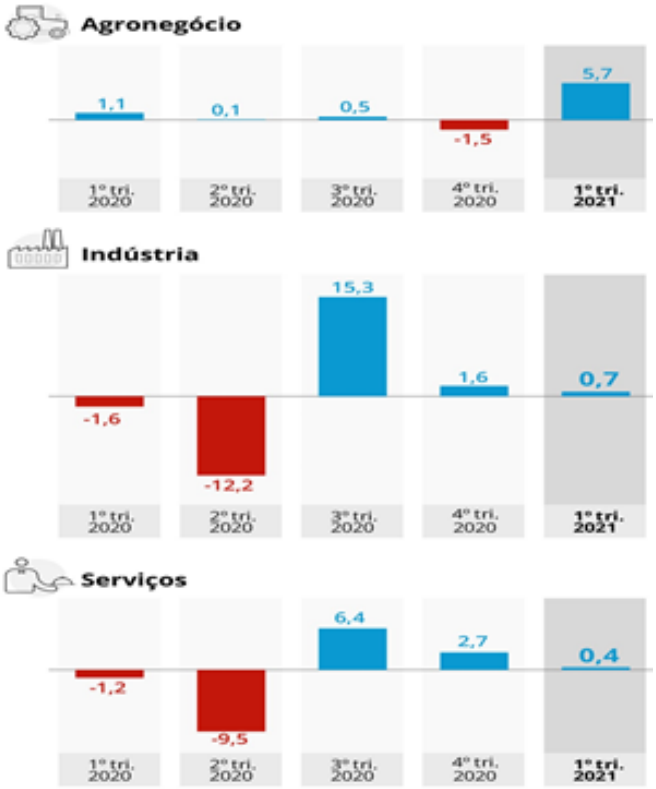
Conforme as projeções do Ministério da Economia (2020) esperava-se que a partir de 2021, a contenção e até redução os índices de inflação fosse possível, bem como manter as taxas de juros (over Selic e de longo prazo) em patamares menores e a taxa de câmbio depreciada em relação aos anos anteriores.

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu 1,2% no primeiro trimestre do ano, em relação ao último trimestre de 2020. Esse é o terceiro resultado positivo, depois dos recuos no primeiro e no segundo trimestres do ano passado. Com o resultado do primeiro trimestre, o PIB voltou ao patamar do quarto trimestre de 2019, período pré-pandemia, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014. Na comparação com o primeiro trimestre de 2020, a economia cresceu 1%. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o tombo permanece, com queda de 3,8% em relação ao período anterior (UOL, 2021).

Segundo Rebeca Palis (2021) Mesmo com a segunda onda da pandemia de Covid-19, o PIB cresceu no primeiro trimestre, já que, diferente do ano passado, não houve tantas restrições que impediram o funcionamento das atividades econômicas no país. A expansão da economia brasileira veio dos resultados positivos na agropecuária (5,7%), na indústria (0,7%) e nos serviços (0,4%). O agronegócio foi o único setor que o crescimento não perdeu forças frente aos três meses anteriores.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 3: Análise do PIB sob a ótica da oferta



Fonte: IBGE (2021)

Segundo boletim Focus (2021) divulgado pelo banco central a expectativa do mercado financeiro é de que o PIB brasileiro tenha crescimento de 3,96% em 2021. A projeção está acima da expectativa do próprio governo, que prevê uma alta de 3,5% para o PIB neste ano, de acordo com o Boletim Macrofiscal da SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia.

2.4 DESEMPREGO NO BRASIL

Segundo Mészáros (2002) o problema do desemprego não mais se restringe apenas à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores "altamente qualificados", que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos e cada vez mais raros empregos disponíveis.

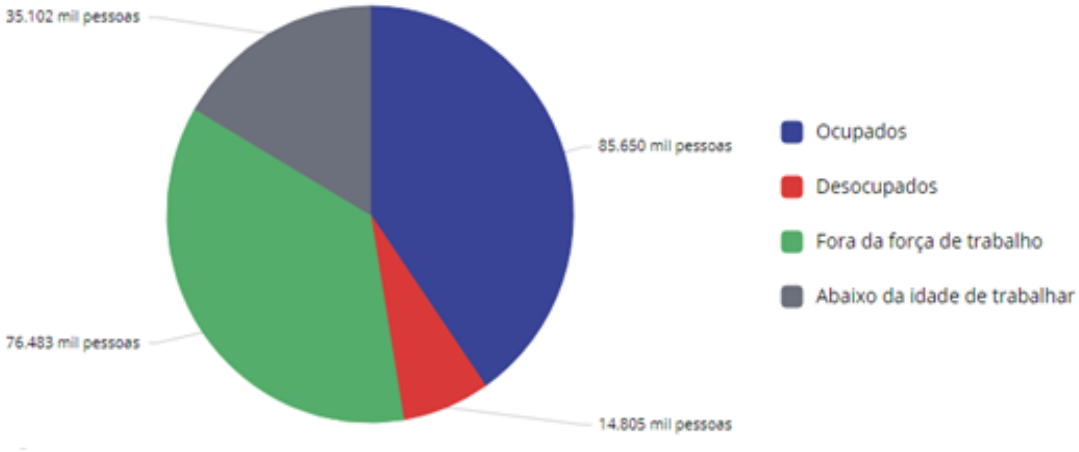
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define a População Economicamente Ativa (**PEA)** como a mão de obra com a qual o setor produtivo tem a disposição, ou seja, é o número de habitantes em idade e condições físicas para exercer alguma ocupação no mercado de trabalho. Nesse conceito, a PEA envolve aquilo que o IBGE classifica como **população ocupada** e **população desocupada.** A população ocupada refere-se aos que possuem algum ofício em um período de referência, sendo essa ocupação remunerada, não remunerada, por conta própria ou como um empregador. Já o a população desocupada refere-se ao grupo de pessoas que não possuem emprego e que estão aptas a trabalhar, não realizando nenhum esforço para tal. A classificação da idade para se enquadrar na PEA varia de país para país, no Brasil e também em muitos outros países, a idade

ISBN 978-65-5629-077-5

mínima é de 15 anos e máxima é 65 anos, a atividade entre 15 e 18 anos apenas permitida em caráter de aprendiz e os 65 anos é a idade máxima para se aposentar.

Segundo o IBGE (2021) atualmente o numero de desempregados no Brasil totaliza 14.805 mil pessoas. A população brasileira é dividida em ocupados, desocupados, fora da força de trabalho e abaixo da idade de trabalhar. No gráfico abaixo é possível visualizar melhor os dados de ocupação, desocupação e outras divisões do mercado de trabalho no Brasil, de acordo com os últimos resultados da PNAD Contínua.

Figura 4 – População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho (1º trimestre de 2021)



Fonte: IBGE (2021).

A pandemia do covid-19 trouxe uma crise econômica mundial sem precedentes, levou muitas empresas a cortarem seus funcionários e outras tantas viram suas reservas irem embora tentando manter seus negócios. Diante desse cenário, uma alternativa que muitos brasileiros encontraram para driblar o desemprego foi à abertura de seus próprios negócios no formato de MEI - microempreendedor individual (VASCONCELOS, 2020).

Em tempos de crise as oportunidades surgem e é necessário ter criatividade para poder gerar, substituir ou complementar renda, e é nesse sentido que muitos MEIs têm surgido. Houve o aumento do desemprego e com isso a necessidade de encontrar oportunidades. A pandemia influenciou diretamente na necessidade de empreender e ter novas opções de renda (DIAS, 2021).

O número de microempreendedores individuais (MEIs) no país cresceu 10,2% no primeiro semestre de 2020, na comparação com o mesmo período do ano passado, chegando a 10.323.426 registros. Foram 892.988 novas formalizações nos seis primeiros meses do ano, um recorde histórico semestral, segundo dados do Portal do Empreendedor, do governo federal.

Mato Grosso do Sul registrou aumento de 10,9% no número de empresas abertas em 2020, sendo mais da metade de microempreendedores individuais (MEIs), segundo os dados divulgados pela Serasa Experian.

No Paraná houve um aumento de 17% no numero de empresas abertas entre os meses de janeiro e novembro de 2020. Foram registrados 215.281 novos negócios contra 184,202 no mesmo período de 2019, o balanço parcial aponta que, entre os novos cadastros, 165,073 estão na modalidade de Microempreendedor individual (MEI) (JUCEPAR, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Alexandre Carvalho (2020), além do aumento do desemprego, outro fator que contribuiu para o aumento do número de MEIs é a facilidade de adesão e possibilidade de prestar serviços a um custo baixo, além dos benefícios previdenciários. As pessoas estão buscando uma atividade porque estão precisando de remuneração e o MEI é a porta de entrada.

Embora o desemprego contribua para aumentar o número de trabalhadores por conta própria e intensificar o fenômeno do empreendedorismo por necessidade, tendências impulsionadas pela pandemia também têm gerado oportunidades de negócios e influenciado na criação de novos microempreendedores individuais. A tendência é que o número de trabalhadores informais e de microempreendedores individuais cresça e é muito importante compreender que esse dado não significa que o empreendedorismo no país está crescendo. Isso acontece porque as pessoas estão buscando alternativas ao desemprego e as próprias empresas estão buscando formas de contratação mais flexíveis na crise, como a terceirização (MASSA, 2020).

2.5 INFORMALIDADE NO BRASIL

Segundo Noronha (2001), a abordagem denominada de "velha informalidade" classificava frequentemente o trabalho informal, do período de 1960/1970, como subemprego. Buscava explicar o mercado de uma economia em transição, que começava a gerar uma massa de desempregados, os quais rapidamente se aglomeravam nas cidades industrializadas, recém-vindos do campo. Já a "nova informalidade" resultaria, conforme Noronha (2001), das mudanças nos processos de trabalho, das novas concepções gerenciais e organizacionais e dos novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. Ou seja, trata-se de uma informalidade derivada da nova dinâmica econômica.

O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível, mas está intimamente ligado à qualidade dos postos de trabalho. Uma medida inicial da precariedade, a informalidade, é entendida como a soma dos autônomos, dos empregados sem carteira e dos não remunerados. Nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira do que o setor informal (Ferreira et all, 2003).

A informalidade no mercado de trabalho atingia 41,6% dos trabalhadores dos pais em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas. Entre pessoas ocupadas sem instrução alguma ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4% mas de apenas 21,9% entre aquelas com ensino superior completo (CAMPOS, 2020).

As atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais, no ano passado, foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). Segundo o IBGE, desde 2014, em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho, houve uma ampliação significante das ocupações informais.

No longo prazo, o trabalhador informal é mais descoberto de programas de previdência social do que o formal. A própria estrutura de custos e benefícios associados à legislação trabalhista e previdenciária toma a informalidade como modalidade de evasão fiscal. Essa informalidade voluntária deve ser combatida

ISBN 978-65-5629-077-5

com a incorporação de incentivos "corretos" na legislação que incentivem a formalização (NERI, 2010).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como explicativa, pois pretende relacionar os dados dos relatórios de aberturas de microempresas no Brasil entre o período de 2019 a 2021, através de dados disponíveis na internet referente ao desemprego no mesmo período, procurando uma correlação entre eles. Segundo GIL (2008), a pesquisa explicativa é aquela onde será possível identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas e por isso, é um dos tipos de pesquisa mais complexo e delicado.

Quanto aos procedimentos essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental, pois será utilizado relatório referente a aberturas de MEIs no período estudado (2019-2021) e taxas de desemprego do mesmo período. De acordo com GIL (2008), uma pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de "primeira mão" (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Os dados serão coletados a partir de relatórios fornecidos pelo sistema do governo, onde os mesmo apresentarão números referentes a aberturas de empresas MEI entre o período de 2019 a 2021. Para a correlação serão utilizados dados referentes ao desemprego no mesmo período, os mesmos serão retirados de sites oficiais do governo. Após a coleta, os dados serão tratados por meio de análise comparativa, utilizando-se o Índice de Correlação de Pearson como instrumento de análise. De acordo com GIL (2008), a análise comparativa caracteriza-se por um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

3.1 ÍNDICE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

A análise de correlação é uma técnica matemática utilizada para medir a força de associação entre duas variáveis, que pode ser realizada no Excel de forma rápida e descomplicada. Essa medição leva em consideração a dispersão entre os valores dados. Quanto menos dispersos estiverem os dados, mais forte será a dependência, isto é, a associação entre as variáveis.

Nessa pesquisa será utilizado o Coeficiente de correlação de Pearson (r). O coeficiente de correlação mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação, se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de rácio/razão) Spiegel (1993).

O coeficiente de correlação "R" assume um valor entre [– 1 e + 1] , isto é:
Se r = 1, a correlação é positiva perfeita;
Se r = -1, a correlação é negativa perfeita;
Se r = 0, a correlação é nula, ou não há correlação.

ISBN 978-65-5629-077-5

Na interpretação do coeficiente de correlação das variáveis, entender-se-á que quanto maior o valor de " r " (positivo ou negativo), mais forte a associação. No extremo, se r = 1 ou r = - 1, então todos os pontos no gráfico de dispersão caem exatamente numa linha reta. No outro extremo, se r = 0 não existe nenhuma associação linear. Desta forma, o Quadro fornece um guia de como se poderá descrever uma correlação em palavras dado o valor numérico:

Quadro 2 - Interpretação da correlação de Pearson

Valor de "r" (+ ou -)	Interpretação
0,00 a 0,19	Uma correlação bem fraca
0,20 a 0,39	Uma correlação fraca
0,40 a 0,69	Uma correlação moderada
0,70 a 0,89	Uma correlação forte
0,90 a 1,00	Uma correlação muito forte

Fonte: Adaptado de Spiegel (1993).

Nessa pesquisa, o índice de Correlação de Pearson foi utilizado para avaliar o grau de correlação entre a evolução do desemprego e a abertura de empresas do tipo MEI.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa, porque serão utilizados dados estatísticos para realizar correlação entre as variáveis. Segundo FONSECA (2002) a pesquisa quantitativa se concentra na objetividade. Influenciado pelo positivismo, acredita que a realidade só pode ser compreendida a partir da análise de dados brutos, que são coletados com o auxilio de ferramentas padronizadas e neutras, A pesquisa quantitativa usa linguagem matemática para descrever as causas dos fenômenos e as relações entre as variáveis.

4 RESULTADOS

Nesta pesquisa foi realizada uma análise da correlação entre a abertura de microempresas individuais e o desemprego durante os anos de 2019 a 2021, para tal foram coletados os dados em sites específicos para calcularmos o índice de correlação de Pearson, após toda a coleta foi realizado a elaboração de tabelas para melhor visualização e analise dos resultados. A seguir podemos observar os resultados obtidos durante o estudo.

O ano de 2019 iniciou com uma quantidade de optantes pelo MEI totalizando 7.892.821,00 e encerrou o ano com uma quantidade de 9.430.438,00, um aumento de 19,48%. Por outro lado, a taxa de desocupados caiu durante o ano, em janeiro a taxa de desocupação da população economicamente ativa brasileira era de 12,7% e em dezembro chegou à marca de 11,6%, o que significa uma queda de 8,6% na taxa de desocupados.

O índice de correlação de Pearson calculado entre o número de optantes pelo MEI e a taxa de desocupados foi de (-0,91) o que indica uma correlação muito forte negativa, portanto enquanto o número de optantes aumentou a taxa de desocupados diminuiu. No entanto não é possível afirmar que essa corelação signifique um fenômeno de causa e efeito, pois o fato de sair do índice de desocupados não é justificado pela inclusão no MEI, portanto a queda na taxa de desocupados não é capaz de justificar o aumento no numero de MEI's.

Tabela 1 – Demonstrativo de nº de optantes pelo MEI, taxa de desocupados e suas respectivas variações do ano 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

2019	Nº OPTANTES MEI	VARIAÇÃO %	TAXA DE DESOCUPADOS	VARIAÇÃO %
JAN	7.892.821	1,98%	12,70	2,42%
FEV	8.029.241	1,73%	12,50	-1,57%
MAR	8.153.868	1,55%	12,30	-1,60%
ABR	8.301.074	1,81%	12,00	-2,44%
MAI	8.428.241	1,53%	11,80	-1,67%
JUN	8.550.090	1,45%	11,80	0,00%
JUL	8.708.136	1,85%	11,80	0,00%
AGO	8.871.564	1,88%	11,60	-1,69%
SET	9.031.164	1,80%	11,20	-3,45%
OUT	9.202.873	1,90%	11,00	-1,79%
NOV	9.344.777	1,54%	11,20	1,82%
DEZ	9.430.438	0,92%	11,60	3,57%
VARIAÇÃO ANUAL		-0,54		0,48
R	-0,91		-0,91	

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2020 o cenário econômico brasileiro sofre um abalo inesperado, foi neste ano em que se desencadeou o inicio da pandemia do Corona Vírus afetando a população em geral em diversos aspectos. Podemos notar através da tabela que a partir do mês de março onde a pandemia se fez presente o índice de desocupados começa a aumentar rapidamente, pois houve diversos cortes em todos os ramos de trabalho. A taxa de desocupados cresceu em ritmo acelerado de abril até agosto de 2020 onde começou a baixar, devido o pico da nova pandemia estar passando e o comercio reabrindo suas portas. Por mais que a partir de agosto a taxa de desocupados tenha começado a normalizar, no final do ano de 2020 houve um aumento de 18% na taxa de desocupação em relação ao inicio do mesmo. Já o numero de optantes pelo MEI não houve registro de aumento significativo em relação a 2019, os números continuaram em um ritmo de aumento constante, ou seja, ainda que o número de desocupados tenha se elevado e o numero de MEIs tenha aumentado, não houve uma elevação na taxa maior que em 2019.

O índice de correlação de Pearson de 0,79 indica que neste ano de 2020 especificamente o número de optantes pelo MEI cresceu com uma correlação forte positiva em relação à taxa de desocupados, ou seja, não se verifica relação de causa e efeito entre o aumento da taxa de desocupados e aumento dos optantes pelo MEI. Portanto o aumento da taxa de desocupados não influenciou na velocidade de crescimento do numero de MEIs que seguiu seu crescimento de forma linear em relação aos anos anteriores.

Tabela 2 – Demonstrativo de nº de optantes pelo MEI, taxa de desocupados e suas respectivas variações do ano 2020.

2020	Nº OPTANTES MEI	VARIAÇÃO %	TAXA DE DESOCUPADOS	VARIAÇÃO %
JAN	9.605.168	1,85%	12,2	5,17%
FEV	9.749.416	1,50%	12,6	3,28%

ISBN 978-65-5629-077-5

MAR	9.918.983	1,74%	12,9	2,38%
ABR	10.038.514	1,21%	13,3	3,10%
MAI	10.157.148	1,18%	13,8	3,76%
JUN	10.323.426	1,64%	14,4	4,35%
JUL	10.518.285	1,89%	14,6	1,39%
AGO	10.694.175	1,67%	14,3	-2,05%
SET	10.900.457	1,93%	14,1	-1,40%
OUT	11.084.592	1,69%	13,9	-1,42%
NOV	11.255.656	1,54%	14,2	2,16%
DEZ	11.316.853	0,54%	14,4	1,41%
VARIAÇÃO ANUAL		-70,7%		-72,8%
R	0,79		0,79	

Fonte**:** Dados da pesquisa

No ano de 2021, só estavam disponíveis dados de Janeiro a Abril, em analise foi possível verificar claramente que o crescimento do numero de optantes pelo MEI segue a taxas muito semelhantes aos anos anteriores de 2019 e 2020, com crescimento de 4,9% de janeiro para abril no numero de optantes pelo MEI, no entanto a taxa de desocupação começa a decair, pois neste ano após os períodos mais críticos da pandemia a economia começa a regularizar, os empregos assalariados começam a aparecer, a maior queda na taxa de desocupados foi entre março e abril de 3,42% totalizando uma variação de 4% de Janeiro até abril. O ano de 2021 provavelmente apresenta uma tendência de retorno as taxas de desocupados parecidas com as de 2019 enquanto o numero de optantes pelo MEI segue em seu fluxo padrão de crescimento.

O índice de correlação de Pearson volta a ser negativo, pois as duas variáveis seguem em direções opostas indicando uma relação ainda forte porem não é possível afirmar causa e efeito.

Tabela 3 – Demonstrativo de nº de optantes pelo MEI, taxa de desocupados e suas respectivas variações do ano 2021.

2021	Nº OPTANTES MEI	VARIAÇÃO %	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	VARIAÇÃO %
JAN	11.526.462	1,85%	14,7	2,08%
FEV	11.720.083	1,68%	14,7	0,00%
MAR	11.916.041	1,67%	14,6	-0,68%
ABR	12.086.258	1,43%	14,1	-3,42%
VARIAÇÃO ANUAL		-22,9%		-264,4%
R	-0,84		-0,84	

Fonte**:** Dados da pesquisa

Após a analise dos dados podemos dizer que sim, há uma correlação forte/muito forte entre as variáveis, mas não há uma relação de causa e efeito, o que significa que o aumento do desemprego não ocasionou o aumento de optantes pelo MEI, as duas variáveis possuem correlação, mas não possuem relação de causa e efeito entre si.

ISBN 978-65-5629-077-5

Podemos citar alguns motivos que levaram ao aumento de MEIs no país neste período, como por exemplo o incentivo fiscal do governo reduzindo taxas e liberando creditos para pessoas optantes pelo MEI.

Segundo Cruz (2021), a missão é simplificar e desburocratizar ao máximo o processo de abertura de empresas no Brasil. A principal estratégia que usamos para atingir esse objetivo é a transformação digital de serviços. "Em 2020, atingimos a marca histórica de mais de 20 milhões de empresas ativas no Brasil e reduzimos praticamente pela metade o tempo de abertura das mesmas", ressaltou o diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, do Ministério da Economia.

De acordo com Pinheiro (2021), o plenário aprovou projeto de lei complementar (PLP 108/2021), que aumenta o limite de faturamento para o enquadramento como microempreendedor individual (MEI), passando de R$ 81 mil para R$ 130 mil. A proposta, que segue para análise da Câmara, também autoriza o aumento de um para dois no número empregados que o microempreendedor poderá contratar. A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

Estes fatores favorecem diretamente a abertura de MEIs no Brasil, realizando uma analise da evolução das taxas de empreendedorismos nos últimos anos verificasse que em tempos de recessão econômica é comum que os brasileiros recorram ao empreendedorismo por necessidade, como uma alternativa para prover de uma renda regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a correlação entre o desemprego e a abertura de empresas do tipo MEI entre os anos de 2019 á 2021 no Brasil e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Qual a relação entre o desemprego e a abertura de empresas tipo MEI?

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, explicativa e documental. Os dados foram coletados por meio de sites, livros e revistas, a amostra foi composta por relatórios de abertura de microempresas entre o período de 2019 a 2021 no Brasil e dados relacionados a taxas de desocupação do mesmo período procurando identificar uma correlação entre eles. Após a coleta foi realizado a analise de correlação de Pearson que é utilizada para identificar se há uma associação forte ou fraca entre as duas variáveis estudadas e o seu grau de correlação.

Foi possível verificar que há uma correlação forte entre as duas variáveis, mas não há relação de causa e efeito. No ano de 2019 foi analisado que á uma correlação muito forte negativa, portanto enquanto o numero de optantes aumentou a taxa de desocupados diminuiu, já em 2020 que foi um ano atípico devido a pandemia do corona vírus, o número de optantes pelo MEI cresceu com uma correlação forte positiva em relação à taxa de desocupados e em analise do ano de 2021 foi possível verificar claramente que o crescimento do numero de optantes pelo MEI segue a taxas muito semelhantes aos anos anteriores porem a correlação volta a ser negativa, as duas variáveis seguem em direção opostas.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é que mesmo havendo uma relação forte entre as variáveis o aumento do desemprego não causou o aumento do numero de optantes pelo MEI no período estudado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Sugere-se para trabalhos futuros que analisem um período maior de amostras, por exemplo, de cinco a dez anos, para que seja possível uma analise mais prolongada, ou pode-se ainda realizar a analise entre três anos subsequentes porem em um estado só, para uma pesquisa local.

Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joana Gomes de, SANTOS, Eduardo J. R, ALBUQUERQUE, Cristina Pinto e FERREIRA, Joaquim Armando. **Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Usp**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 31-56, jan. 2013.

ALVARENGA, Darlan e SILVEIRA, Daniel. **PIB do Brasil cresce 1,2% no 1º trimestre e volta ao patamar pré-pandemia**. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/01/pib-do-brasil-cresce-12percent-no-1o-trimestre-mostra-ibge.ghtml. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. **IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019**. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019. Acesso em: 10 jun. 2021.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil**. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, ago. 2021.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Elsevier Brasil, 2008. 293 p.
FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila
GEM - Global Entrepreneurship Monitor **Empreendedorismo no Brasil** : 2019 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; autores: Greco, Simara Maria de Souza Silveira (Coord.). Onozato, Erika. Bastos Junior, Paulo Alberto. Souza, Vinicius Larangeiras. Curitiba: IBQP, 2020. 200 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOV-PR. **Número de empresas abertas no Paraná cresce 9,8% no primeiro trimestre**. 2021. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=111971#:~:text=As%20MEIs%20dominaram%20as%20aberturas,81%20novas%20cooperativas%20no%20Estado. Acesso em: 02 maio 2021.

IBGE. **Desemprego**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 23 maio 2021.
IBGE. **O que é desemprego**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 30 abr. 2021.
IBGE. **Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 - abr-mai-jun 2021.** Disponível

ISBN 978-65-5629-077-5

em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 24 setembro 2021.

MOREIRA, Rafaela. **Como alternativa ao desemprego, abertura de MEIs dispara em MS**. 2021. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/economia/numero-de-microempreendedores-dispara-na-pandemia/385329. Acesso em: 02 maio 2021.

MOUSINHO, Greice. **EMPREENDEDORISMO NO BRASIL**. Curitiba: IBPQ, 2009. 160 p. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39363490/empreendedorismo_no_brasil-with-cover-page.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.

PINHEIRO, Regina. **Aprovado aumento de limite de faturamento para MEI**. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/08/12/aprovado-aumento-de-limite-de-faturamento-para-mei. Acesso em: 24 setembro 2021.

PENA, Rodoldo F. Alves. O conceito de população economicamente ativa (PEA). Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-conceito-populacao-economicamente-ativa-pea.htm. Acesso em: 25 setembro 2021.

QUINTINO, Larissa. **PIB do Brasil: o desempenho da economia diante da pandemia, em números**. 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/pib-em-numeros-o-desempenho-da-economia-brasileira-diante-da-pandemia/. Acesso em: 12 jun. 2021.

SANTANA, Pablo. **Para driblar o desemprego na pandemia, abertura de MEIs sobe e bate recorde no primeiro semestre de 2020**. 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/negocios/para-driblar-o-desemprego-na-pandemia-abertura-de-meis-sobe-e-bate-recorde-no-primeiro-semestre-de-2020/. Acesso em: 03 maio 2021.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990**. 2008. Unicamp - Faculdade de Educação, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/xqC8nCtJpDbrVDv9wkgNJWx/?lang=pt. Acesso em: 19 maio 2021.

SILVEIRA, Amelia, CARMO, Hérmani Magalhães Olivense do, e SOUZA, Roosiley dos Santos. **Microempreendedor individual (MEI): benefícios e desafios da legislação brasileira para aplicação na prática da ação**. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 1, p. 117-137, jan. 207.

SIMPLES NACIONAL. **Quantidade de optantes – MEI**. Disponivel em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/arrecadacao/estatisticasarrecadacao.aspx. Acesso em: 09 setembro 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SPIEGEL, M. R. (1993) **Estatística**. Tradução e Revisão Técnica Pedro Consentino. – 3. ed. São Paulo: Makron Books.

VASCONCELOS, Esther. **Crescimento do registro MEI é uma alternativa ao desemprego**. 2020. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/crescimento-do-registro-mei-e-uma-alternativa-ao-desemprego/. Acesso em: 15 maio 2021.

VEJA. **Com desemprego em alta, número de MEIs cresce quase 40%**. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/com-desemprego-em-alta-numero-de-meis-cresce-quase-40/. Acesso em: 15 maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

O PERFIL DO EMPREENDEDOR DA GERAÇÃO Y: UM ESTUDO DE CASO DE EMPREENDEDORES DA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Daniela Padilha Rovani[1]
Professor Orientador Osvaldo Mesquita Junior[2]

Resumo: O presente artigo é o resultado de uma pesquisa empírica realizada na cidade de Cascavel tendo como alvo os empreendedores da geração Y. Com o cenário empresarial atual, o jovem empreendedor busca inovar em diversas áreas, mesmo com todas as dificuldades encontradas na jornada empresarial, se faz persistente e otimista. Diante dessa realidade, a seguinte pesquisa obteve o critério de investigar a atuação e comportamento do empreendedor da Geração Y. O processo metodológico logrou realizar um levantamento bibliográfico, foi aplicado um questionário e a análise de dados por métodos estatísticos, gráficos explanando acerca do problema de pesquisa, realizado com 64 empreendedores da cidade de Cascavel no estado do Paraná, sendo 60,9% do gênero feminino e 39,1% do gênero masculino. Os resultados obtidos na pesquisa revelam que a Geração Y, busca estar atualizado com o mercado de trabalho, criando seu próprio destino, utilizando ferramentas atualizadas, inovação e conhecimento na área de cada empreendimento.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Geração Y, Jovens, Inovar.

1 INTRODUÇÃO

No mundo dos negócios, inovar e empreender andam juntos, seja na marca ou no produto, para definir educação empreendedora, Fowler (1997, p.19) explica que, formas de organização que transformam as pessoas, desenvolvendo-as nas mesmas características e atributos empreendedores que buscam atingir graus mais elevados de realização pessoal e bem-estar social.

O conceito de empreendedorismo está relacionado ao surgimento de um novo negócio, mas também pode ser aplicado em empresas que já estão consolidadas no mercado. Um exemplo de aplicação do 'empreender' em empresas já existentes, é encontrar soluções que resultem em lucro para a empresa. Pedro (2007) afirma que o comportamento empreendedor possui características como inovação, criação e identificação de oportunidades, capacidade de assumir riscos, de implementação e finalização. Para empreender o jovem não pode ter medo de arriscar no novo e ser volátil com as mudanças do mercado.

A abertura de um novo negócio necessita de atenção e dedicação total. É o que tem feito jovens empreendedores, assumindo lugares reconhecidos, expandindo nomes de empresas, seus produtos e serviços. Ser inovador é um diferencial, segundo Farah (2008) é um conjunto de respostas a novos desafios ou respostas novas a "antigas" situações pendentes, uma combinação única a cada contexto que altera alguma característica do governo. O empreendedor

[1] Acadêmica do Curso de Bacharel do em Administração (2021
[2] ORIENTADOR: Mestre em Administração pela Pontifica Universidade Católica do Paraná e Professor do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

jovem vem tomando lugar no mercado nas áreas de tecnologia e prestação de serviço.

Nossa sociedade é composta por pessoas de diferentes épocas e contextos, mas quem está em destaque atualmente é a geração Y, nascidos nos últimos anos da década de 1970 até meados do início da década de 1990. É a primeira geração propriamente dita a ter contato com a tecnologia e acesso à internet. Os membros da geração Y são considerados pessoas altamente relacionadas aos meios digitais, jovens empreendedores que são demonizados por alguns estudiosos como geração digital. (TOLBIZE, 2008). Atividades como assistir televisão, navegar em seu smartphone, conversar com pessoas pessoalmente e ainda cozinhar ao mesmo tempo, é uma das características bem marcantes, ser multitarefas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para entendermos melhor sobre a temática, faz-se necessário a criação de um arcabouço teórico que será utilizado para a análise e interpretação dos dados coletados.

2.1 EMPREENDEDORISMO

De forma geral, o empreendedorismo engloba indivíduos com um ideal competitivo, que administram uma empresa, e/ou são proprietários do seu negócio. Os empreendedores tomam decisões novas e assumem riscos, por mais que o mundo esteja em constante mudança, acompanham o mercado buscando atualizar se para cada dia criar algo diferente. "O espírito empreendedor envolve a emoção, paixão, impulso, inovação, risco e intuição. Mas deve também reservar um amplo espaço para a racionalidade (CHIAVENATO, 2006)".

Ser empreendedor não necessariamente significa criar uma empresa do zero, mas inovar em uma empresa já estabelecida no mercado, em algum serviço ou produto, garantir que o seu cliente esteja sempre satisfeito e atinja os objetivos e expectativas criadas por ele ao adquiri-lo. O comportamento inovador, de acordo com Henry (1991), caracteriza-se como sendo indisciplinado, desafiador de regras e que procura maneiras diferentes de resolver problemas.

O perfil do empreendedor precisa ser criativo, ser arrojado nos negócios, competitivo, proativo, persuasivo, ter resiliência e acima de tudo ética, sempre preocupado com honestidade e transparência. Em concordância com as palavras de Filion (1999, p.19) "O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive".

Diante da nova realidade de mercado e o índice de aumento de brasileiros "donos do seu próprio nariz", torna-se um desafio buscar empreender. Como uma tentativa mais arriscada de recolocação do mercado, acreditando nos sonhos e apostando em si, buscar uma alternativa de renda e empreender está ligado com os jovens dessa geração, existem especificidades regionais que diferenciam o resultado empreendedor em diferentes localizações (JULIEN, 2010).

O imediatismo faz com que inúmeros jovens busquem empreender para conseguir se sustentar na vida, ou até manter a própria família. Dolabela (1999,

ISBN 978-65-5629-077-5

p. 30) diz que "o desenvolvimento econômico é função do grau de empreendedorismo de uma comunidade". Levando em consideração a falta de oportunidade no mercado de trabalho, seja ela por falta de experiência profissional ou qualificação de mão de obra especializada.

O jovem empreendedor tem a sua importância para a economia, pois assim gera inúmeras vagas de emprego, possibilitando inovação na sociedade. Segundo a empresa GEM, que no ano de 2018, aproximadamente 21,2% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos foram empreendedores iniciais no Brasil.

Sabendo que a resiliência e persistência é um dos pilares a serem seguidos pelos jovens na abertura dos seus próprios empreendimentos. Faz-se necessário que o nível de escolaridade e as experiências vividas, acompanhem o espírito empreendedor. Quando o empreendimento fracassa, afeta a moral e a atitude dos jovens, desenvolvendo-se, em muitos casos, um sentido de culpabilidade ao se assumir como responsável por seu fracasso (Tokman, Corrochano e Gouvêa, 2003).

No Brasil a maioria dos empreendedores atuam no setor de serviços, ou seja, atendendo o cliente principal/consumidor final (pessoa física), e uma parcela menor atinge um setor *business to business* (B2B).

De acordo com PMBOK® (2004) gerenciar um projeto incluir:

a) Identificação das necessidades;

b) Estabelecimento dos objetivos claros e alcançáveis;

c) Balanceamento das demandas conflitantes de qualidade, escopo, tempo e custo;

d) Adaptação das especificações, dos planos e da abordagem às diferentes preocupações e expectativas das diversas partes interessadas.

2.2 MOTIVAÇÃO AO EMPREENDER

Segundo Dornelas (2001) pensamentos independentes e anseio pela construção do próprio destino são características de empreendedores motivados. A paixão pelo que se faz pode ser transmitida e até mesmo contagiar todos que estão trabalhando no setor. É fácil se dedicar em algo que te faz bem e é motivador.

Em conjunto a tudo isso, é essencial que haja ética. Tratar todos os funcionários igualmente independente de formação, atividade exercida, e/ou salário, é um exemplo de ética profissional. Segundo Mattos (2007, p.118) a ética pode ser vista como um conjunto de princípios que rege e orienta a ação das pessoas e da sociedade. Em um ambiente de trabalho é de suma importância o respeito, e a transparência que consequentemente trará a credibilidade.

Há ainda uma preocupação na gestão e administração desses novos empreendedores na imersão no meio dos negócios: saber desenvolver tais áreas a fim de iniciar um plano de negócios para mais tarde, colocar em prática todas as ideias de inovações e crescimento que o jovem tem em mente, saber esperar cada etapa de planejamento para depois executar, controlar e monitorar.

A geração Y tem um bom perfil para empreender porque além de arriscar ela é competitiva, focada e dá tudo de si, aposta todas as suas cartas em seu negócio. Segundo Oliveira (2010), alguns pontos positivos a serem destacados são: domínio da tecnologia, responsabilidade social, multitarefa, dispostos a correr riscos, senso de oportunidade, lidam muito bem com as mudanças,

ISBN 978-65-5629-077-5

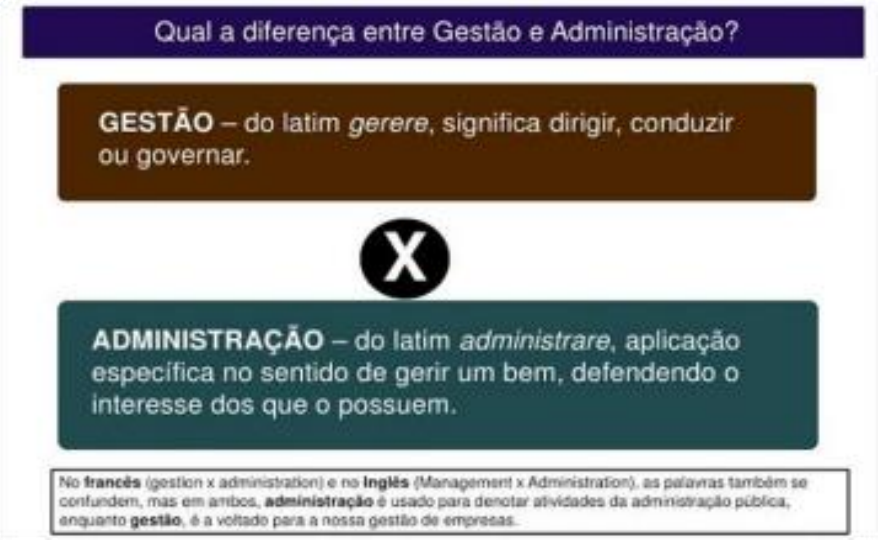
aprendem rapidamente e tem um bom relacionamento. Tem um espírito de liderança e incentivador e motivador para sua equipe de trabalho.

Liderar é estimular as pessoas a serem grandes executores. É dirigir, motivar e comunicar-se com os funcionários, individualmente e em grupos (BATEMAN; SNELL, 1998).

As palavras administração e gestão, fazem parte do nosso dia-a-dia, mas a diferença entre partes é grande. A administração tem foco voltado em aspectos mais técnicos e objetivos estratégicos do negócio. Conforme descreve os autores Oliveira, Perez Jr e Silva (2010, p. 123) a palavra gestão "deriva do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo."

Já a gestão empresarial é um dos pilares da administração, sendo assim sua função é manter com que todos os processos sejam executados como foram previstos, com o mínimo de falhas, erros, desvios, perdas e atrasos possíveis no percurso e na entrega do projeto ou no processo. Presente na figura 1 na apresentação do seu *Workshop*, Barros (2019):

Figura 1 - A diferença entre gestão e administração



Fonte: Barros (2019)

Quem cuida da execução, organização e elaboração são os executivos e gerentes da empresa. Em concordância com Kotler (1992, p.63), planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado. Nessa etapa de planejamento estratégico precisa-se do foco de todos para chegar às metas estabelecidas pela empresa.

Quando feito de forma assertiva, o planejamento indica resultados rápidos e indicativos, sejam eles pontos fortes ou a serem melhorados, assim poderão ser montadas novas estratégias para mudar algo, eliminar ou até acrescentar.

Quanto mais claro está para todos os colaboradores da empresa qual o rumo que a ela tem que tomar, mas fácil será que a caminhada ocorra em conjunto, sendo assim as chances de crescimento altas.

Considerados os filhos da tecnologia, a geração Y, vem para inovar muito o conceito de empresa conservadora e intelectual. Ainda segundo Filion (1999) a geração Y é uma outra forma, diferente da tradicional de enxergar o empreendedorismo, trazendo consigo uma carga completa de muita energia,

ISBN 978-65-5629-077-5

facilidade com tecnologias, habituados com a mudanças, flexíveis e colaborativos, são melhores criadores de conteúdo do que receptores, são imediatistas e auto orientados.

Como o mercado está em constante mudança, seja ela de preço, tendência, estação, valores ou moda. Nada melhor que um empreendedor da geração para contribuir e apresentar novas ferramentas para melhor adequar cada desenvolvimento da empresa. Apresentar maneiras diferentes de pensar e agir, colocar em prática oportunidades diferentes de crescimento e manter atualizadas com a época que vivemos, a fim de estar sempre atualizados.

2.3 AS GERAÇÕES

Chiuzi, Peixoto e Fusari (2011) apontam que as gerações podem ser, em parte, entendidas como um fenômeno social, pois são produtos de eventos históricos que influenciaram profundamente os valores e a visão do mundo de seus membros. Os anos passam e os empreendedores com eles continuam acompanhando cada mudança e avanço. Tais gerações tem características específicas e individuais, e são fortemente influenciadas pelo contexto vivido em cada época, sejam eles, das gerações *Baby Boomers*, geração X e geração Y.

2.4 GERAÇÃO BABY BOOMERS

O termo *Baby Boomers* começou a ser utilizado após uma explosão no índice de natalidade nos Estados Unidos. De acordo com alguns estudos a geração dos nascidos nos anos de 1946 e 1964 surgiu no período pós-guerra e foi muito próspero economicamente (SERRANO, 2010). As crianças que nasceram e viveram nesse período foram educadas e criadas com disciplina rígida em seus estudos e trabalhos, onde os valores eram levados em conta e elas eram recompensadas (OLIVEIRA, 2010).

Os Baby Boomers possuem características únicas, como por exemplo: sofrem pouca influência da marca no momento da compra, não se influenciam facilmente por outra pessoa, não veem o preço como obstáculo para perseguir um desejo e são firmes e maduros nas decisões (CASTRO, 2010).

2.5 A GERAÇÃO X

A Geração X refere-se aos nascidos dos anos de 1965 a 1981, foram os que se revoltaram com as mudanças que foram estabelecidas na época (OLIVEIRA, 2010). Essas pessoas estavam muito desconfiadas do emprego, pois foi desenvolvido na época o *downsizing* corporativo. Um dos fatores mais afetados com tudo isso foi a instabilidade do emprego, ou seja, muitas pessoas não sabiam se os seus postos de trabalho seriam afetados ou não, mesmo sendo leais a empresa.

As pessoas da Geração X tendem a ser mais individualistas, irreverentes, autoconfiantes e valorizam a lealdade a si mesmas. Adotam posturas céticas e defendem um ambiente de trabalho mais informal e hierarquia menos rigorosa.

2.6 A GERAÇÃO Y

ISBN 978-65-5629-077-5

A Geração Y compreende os nascidos nos últimos anos da década de 1970 até meados do início da década de 1990 justamente quando o Brasil passava por uma grande instabilidade econômica e, pouco depois, se reinstalando a democracia.

A geração que mais conhece de tecnologia, a geração das agendas lotadas cheia de atividades, dos aparelhos eletrônicos etc. As pessoas dessa geração são multifacetadas, sempre estão em movimento e sabem administrar bem o tempo. Para manter motivados, as pessoas da geração Y precisam de uma comunicação eficiente, que escutem as suas opiniões, que incentivem seus atos e ideias inovadoras, que reconheçam os seus atos e seus desempenhos dentro da empresa (MALDONADO, 2005).

2.7 A GERAÇÃO Z

Conhecidos como Ativos Digitais os nascidos após 1990 fazem parte do grupo da Geração Z, essa letra está relacionada ao termo *zapping*, por conta do alto e constante fluxo de trocas de informações em pouco tempo ou tempo reduzido, não se apegando a uma ideia fixa, e o mais adaptável das gerações.

Jovens Z não se imaginam viver fora da internet e tecnologia, muito dependente da presença *online*, essa geração é significativamente influenciada, mas o diferencial é fazer e não esperar, "não conheceram o mundo sem Internet, não diferenciam a vida online da offline e querem tudo para agora. São críticos, dinâmicos, exigentes, sabem o que querem, autodidatas, não gostam das hierarquias nem de horários poucos flexíveis" (MENDONÇA, 2015.).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de caráter predominantemente descritiva, com abordagem quantitativa como a solução das questões norteadoras para se avaliar cada objetivo do artigo. De acordo com Andrade (2002) a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles.

Nessa tipologia de pesquisa, segundo Vieira (2002) tem como finalidade de uso os estudos de mercado, poder de compra dos consumidores, estudos e análise de vendas, estudos de distribuição, estudos de preços e estudos de propaganda dentre outros.

A pesquisa Survey segundo Babbie (1999), particularmente semelhante ao tipo de pesquisa de "censo", onde o que diferencia as duas pesquisas é que o "survey examina uma amostra da população, enquanto o censo geralmente implica uma enumeração da população toda". Portanto, não basta o pesquisador obter uma amostra qualquer da população estudada, mas uma amostra representativa, ou seja, uma amostra que realmente represente a população, caso contrário os resultados podem ser contestados (BRYMAN, 1989).

RICHARDSON (1999) defende que com relação à pesquisa quantitativa, trata-se de um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, utilizando técnicas estatísticas, tais como percentuais, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão. Parte dos resultados da pesquisa-survey

ISBN 978-65-5629-077-5

(pesquisa investigação) foi feito questões voltadas ao público-alvo para facilitar a melhor compreensão e divisão dos dados alcançados.

Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, que para Carla Santos se entende por conjunto de procedimentos e técnicas que compõem a Estatística distinguem-se os que servem para recolher, organizar, sintetizar e descrever os dados, que formam a Estatística Descritiva, e os que, com base na Teoria das Probabilidades, permitem a análise e a interpretação dos dados.

Este artigo utilizou um método de amostragem não estatístico e por adesão. Onde foi realizado um questionário, e foi enviado via meios de comunicação online como WhatsApp, Instagram, Facebook e Telegram.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, estão dissertados resultados da pesquisa sobre o perfil do empreendedor jovem, destacando a Geração Y.

4.1 AMOSTRA POPULACIONAL

Como resultado da pesquisa, inicialmente, foi realizado um questionário voltado a empreendedores da Geração Y, onde nele continha uma série perguntas relacionadas ao tema, a amostra foi composta por 64 pessoas, dessas 4,7% com mais de 45 anos e 18,8% com menos de 25 anos, resultando um total de 15 pessoas, as mesmas não entram nos dados estatísticos da pesquisa, pois não se enquadram na faixa de empreendedores da Geração Y.

O gênero feminino foi o que mais se manifestou com 60,9%, já o gênero masculino resultou um total de 39,1% da pesquisa. Desses, 25% estão na faixa de 25 a 30 anos, 23,4% com 31 a 35 anos, completando 20,3% de 36 a 40 anos e apenas 7,8% de 41 a 45 anos. Em resposta ao nível de escolaridade 75% tem o superior completo ou pós-graduação.

Na contagem 27 pessoas (42,2%) começaram a trabalhar entre 14 e 16 anos, já 15 pessoas (23,4%) iniciaram a trabalhar entre seus 17 e 18 anos, empataram com 17,2% iguais, duas amostragens apresentaram 11 pessoas que começaram a trabalhar antes dos 14 anos e 11 pessoas após os 18 anos de vida.

Em resposta ao item "você tem o sem próprio negócio?" 20,3% não tem, 60,9% tem o próprio negócio e 18,8% não, mas meu familiar tem e trabalho na empresa. Sobre o questionário sobre onde e como mora atualmente, resultou um total de 78,1%, ou seja, 50 pessoas responderam que moram em casa, ou apartamento, com sua família.

4.2 PERFIL DA AMOSTRA DO ESTUDO

Utilizando com base nos seguintes critérios como resposta: nunca, raramente, algumas vezes, a maioria das vezes e sempre. A seguir, as perguntas foram nesta ordem:

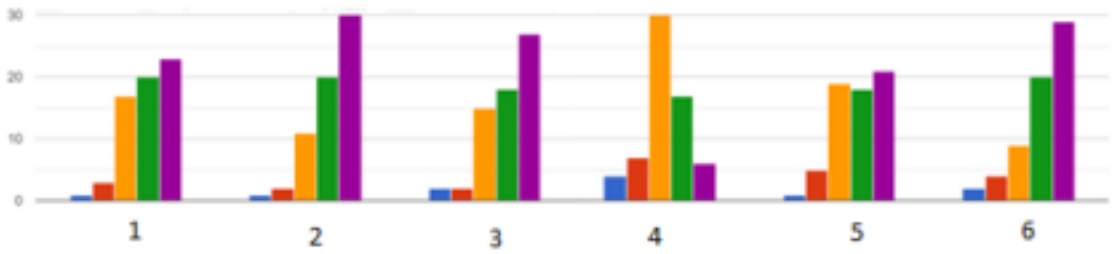
1. Gosto de desafios e de novas oportunidades;
2. Encontro formas de fazer as coisas mais rapidamente;
3. Estabeleço minhas próprias metas;
4. Mantenho minha maneira de pensar, mesmo que as outras pessoas discordem energicamente dos meus pontos de vista;

ISBN 978-65-5629-077-5

5. Prefiro manter a minha educação empreendedora;
6. Em um novo projeto busco aprender inovações.

Obteve-se o desfecho no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Análise geração Y



Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No Gráfico 1 se obteve como maior percentual a resposta "a maioria das vezes" em 5 das pesquisas, conforme a cor roxa, as pessoas gostam de desafios e de novas oportunidades, sempre buscando aprender inovações em novos projetos, onde se estabelecem as próprias metas e preferem encontrar maneiras de fazer as coisas rapidamente, porém preferem manter a educação empreendedora. Em resposta "algumas vezes" os participantes mantiveram a maneira de pensar, mesmo que as outras pessoas discordem energicamente dos seus pontos de vista.

Tabela 1 – Análise estatística dos respondentes

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Sempre	A maioria das vezes
1.Prefere ser conservador e sente medo de realizar mudanças	12	17	17	7	11
2.Faço o que for necessário para terminar meu trabalho	1	3	9	30	21
3.Tenho facilidade em dar ordens às pessoas sobre o que elas devem fazer	4	7	11	19	23
4.Tento fazer coisas novas e diferentes das que sempre fiz	1	8	20	13	22
5.Prefiro realizar novas tarefas a realizar as quais já domino	2	13	26	11	12
6.Penso em soluções diferentes para resolver problemas	2	3	15	26	18

Fonte: Autora (2021).

Por fim, no quadro acima, sobre as questões de números 5 e 6 relacionam-se ao executar tarefas de maneiras a trazer resultados satisfatórios, com empate de 26 respostas, resultam a "algumas vezes" preferem realizar novas atividades a realizar as que são de domínio. Já 26 respostas "sempre" pensam em soluções diferenciadas para resolução de problemas, obtendo um percentual de 40,6%.

ISBN 978-65-5629-077-5

A tabela 1 corrobora com tal resultado de aproximadamente 36% da amostragem, pois evidências que o resultado do grupo apresentou "a maioria das vezes" facilidade em dar ordens às pessoas sobre o que deve ser feito, sendo assim uma habilidade para gerenciar.

As percepções quanto ao "realizar novas tarefas, diferentes das que sempre foram feitas" foram avaliadas por meio das afirmações que o empreendedor busca novas tarefas para aperfeiçoar várias áreas do conhecimento das quais se relacionam a maioria das respostas com 34,3%, mesmo com o resultado de 31,2% acreditando que "algumas vezes" exploram novas experiências, constatou portanto que a maioria das vezes o empreendedor visa crescer, pessoalmente e profissionalmente, buscando inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora limitado a uma amostra de 64 pessoas, pode-se constatar que o empreendedor, mesmo com as dificuldades e suas particularidades, busca soluções para alcançar os objetivos. Pedro (2007) afirma que o comportamento empreendedor possui características como inovação, criação e identificação de oportunidades, capacidade de assumir riscos, de implementação e finalização

Um dos aspectos relevantes que o estudo mostrou foi que o empreendedor busca maneiras de estar à frente, pensar diferente, inovar na execução de projetos e destacar-se sempre que possível aos demais. De acordo com Dornelas (2001) pensamentos independentes e anseio pela construção do próprio destino são características de empreendedores motivados.

Para manter motivados, as pessoas da geração Y precisam de uma comunicação eficiente, que escutem as suas opiniões, que incentivem seus atos e ideias inovadoras, que reconheçam os seus atos e seus desempenhos dentro da empresa (MALDONADO, 2005). Recomenda-se em virtude do tema, e sua importância, continuidade dessa pesquisa, e que possa ser aplicada em um número maior de correspondente, para entender a geração Y.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para recursos de pós-graduação: noções práticas.** 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey.** Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BRYMAN, A. ***Research Methods and Organization Studies***. *Great Britain: Routledge*, 1989.

CASTRO, C. L. **Relatório Técnico: Geração Baby Boomer**. 2011. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAevDsAJ/relatorio-tecnicosobregeracao-baby boomer>. Acesso em 19 de mar de 2021.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

ISBN 978-65-5629-077-5

Chiuzi, R. M., Peixoto, B. R. G., & Fusari G. L. 2011. **Conflito de gerações nas organizações: um fenômeno social interpretado a partir da teoria de Erik Erikson.** 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2011000200018&script=sci_arttext>. Acesso em 30 de maio de 2021.

CORCETTI, E. **Brasil empreendedor: 150 anos de desafios**. 2002. Trabalho de Mestrado. Universidade São Marcos São Paulo. Universidade São Marcos. Disponível em: <http://www.anprotec.com.br\habitats\trabalhos\A-05.pdf> Acesso em 30 de maio de 2021.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FARAH, M. F. S. **Disseminação de Inovações e Políticas Públicas e Espaço Local**. Revista O&S, Abril/Junho, 2008.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e gerentes empresários de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FONSECA, M. **Os 5 perfis de empreendedores da geração Y. São Paulo.** Disponível em: <https://exame.com/pme/os-5-perfis-de-empreendedores-da geracao-y/>. Acesso em: 30 mar 2021.

FOWLER, F. R. **Programas de desenvolvimento de empreendedorismo – PDEs. Um estudo de caso: FEA-USP e DUBS**. Dissertação de Mestrado da FEZ-USP. São Paulo, 1997.

FRANCIS-SMITH, J. ***Surviving and thriving in the multigenerational workplace***. *Oklahoma City*, 2004. Disponível em: <http://journalrecord. com/2004/08/26/surviving-and-thriving-inthe-multigenerational-workplace/>. Acesso em: 26 mar 2021.

GEM – **Global Entrepreneurship Monitor.** 2018. Disponível em: <http://www.datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em 19 de mar de 2021.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 3, pag. 57-63. 1995.

HENRY, J. ***Creative Management***. *Sage Publication*, London, 1991.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. Saraiva, 2010.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento,**

ISBN 978-65-5629-077-5

implementação e controle. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MALDONADO, M. T. (2005). **A Geração Y no trabalho: um desafio para os gestores**. 2019. Disponível em: <https://www.psicologiasdobrasil.com.br/a-geracao y-no-trabalho-um-desafio-para-os-gestores/ >. Acesso em 19 de mar de 2021.

MATTOS, A. P. D.; **Ética e Responsabilidade Profissional**. Curitiba: IESDE, 2007.

MENDONÇA, H. 2015. **Conheça a Geração Z: nativos digitais que impõem desafios às empresas**. El País. 2015. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424439314_489517.html>. Acesso em 30 de mai 2021.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, p 59, 2000.

Morgan, G. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, L. M. de; PEREZ JR, J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, S. **Geração Y: o nascimento de uma nova gestão de Lideres**. 2.ed. São Paulo: Integrare, 2010.

PEDRO, A. M. **Procedimentos para integrar os conceitos de empreendedorismo no ensino fundamental**. 115f. Florianópolis. Tese de Doutorado (doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC. 2007.

PROJECT MANAGER INSTITUTE (PMI). ***A guide to Project manager body of knowledge (POBOK Guide).*** *3ed. Newton Square*, PA, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social - métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, C.M.L.S.A. **Manual de autoaprendizagem Estatística Descritiva.** Revista e Aumentada, Lisboa, jan/set 2018.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa darelações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SERRANO, D. P. **Geração Baby Boomers**. 2010. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Geracao_Baby_Boomer.htm>. Acesso em 19 de mar de 2021.

TANUR apud PINSONNEAULT & KRAEMER. **O método de pesquisa Survey**. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriq uerausp.pdf Acesso em 25 de ago de 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

TOKMAN, V.E.; CORROCHANO, M.C.; GOUVÊA, J.L. **Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise de década**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

TOLBIZE, A. *Generation differences in the workplace.* ***Research and training Center on Community Living***. Agosto, 2008. Disponível em: <https://rtc.umn.edu/docs/2_18_Gen_diff_workplace.pdf >. Acesso em 19 de mar de 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing**. Revista FAE, Curitiba, jan/abr 2002.

ISBN 978-65-5629-077-5

IMPACTO DA PANDEMIA NAS OPERAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: Um estudo de caso numa construtora de alto padrão da cidade de Cascavel – PR

Paola Aparecida Machado Diniz[1]
Prof. MS. Dimas José Detoni[2]

Resumo: Com base em indicadores nacionais do IBGE, PNAD, CAGED, CBIC e outros, o setor da construção civil está em plena atividade de crescimento, mesmo no período de pandemia. O objetivo desta pesquisa é analisar os números de uma construtora de alto padrão da cidade de Cascavel/PR no histórico recente de cinco anos. Utilizou-se da metodologia exploratória associada a um estudo de caso. Foram aplicados os índices econômicos e financeiros para a constatação do comportamento do objeto de estudo em relação às tendências do setor a nível nacional. Os resultados mostraram uma convergência em relação ao crescimento da construtora, especialmente no período de pandemia, com o que se observou no setor da construção civil em nível nacional.

Palavras-chave: Palavra/expressão 1. Construção civil 2. Índices econômicos e financeiros 3. Demonstrações contábeis 4. Economia 5. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

A construção civil é um dos setores que alavancam a economia Brasileira e representa cerca de 6,2% do PIB (produto interno bruto) no país, em contrapartida o cenário externo é a base fundamental para o desenvolvimento desse setor e influencia diretamente em seu desempenho (ESTADÃO, 2020).

Como circunstância externa a sociedade mundial está enfrentando uma pandemia ocasionada pelo coronavírus, designado de SARS-Cov-2 que causa insuficiência respiratória e já afetou cerca de treze milhões de pessoas (RUAN, 2020).

Em fevereiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou como emergência global a doença chamada de COVID-19, para evitar o contágio foram adotadas medidas de distanciamento e a população com problemas respiratórios foram consideradas grupos de risco e sem escolha tiveram que optar por trabalho em *home office*.

Ocorreram alguns *lockdowns,* empresas fecharam, aumentando a taxa de desemprego, o governo então interviu, com um auxilio emergencial para desempregados e trabalhadores autônomos; como consequência a economia nacional teve um declínio de 9,7% no segundo trimestre de 2020 (EXAME, 2020).

Com a instabilidade da situação atual, as organizações se tornam vulneráveis e analisar o desempenho das mesmas solidifica a tomada de decisão. Demonstrações contábeis são documentos relacionados a transações efetivadas em determinado período dentro de uma organização. Melo (2018, p. 36) ainda completa que "As demonstrações contábeis representam de forma clara e concisa

[1] Acadêmica do Curso de Administração do Centro Universitário Univel.
[2] Professor do Curso de Administração do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

a posição patrimonial, financeira da entidade, assim como o seu desempenho econômico – financeiro". Por mais que algumas demonstrações sejam obrigatórias, caso sejam feitas com números inconsistentes geram um resultado fictício acarretando em problemas futuros.

A análise desses recursos norteia a gestão financeira para uma tomada de decisão assertiva baseada em seu desempenho, buscando a estabilidade entre a liquidez e a rentabilidade.

Uma dúvida frequente é se após a pandemia tudo voltará como antes? O impacto desse desequilíbrio mundial foi explicito, tanto para melhorias quanto para o enfraquecimento das corporações, e esse colapso pode ser chamado de disruptura, pois rompe paradigmas e oferece diversas inovações. A construção civil foi afetada pela pandemia com impactos sobre a paralização de obras, redução da jornada de trabalho, bloqueios na importação e alta do dólar (CBIC, 2021).

Diante do cenário apresentado, o propósito desse artigo foi de analisar as demonstrações contábeis de uma construtora de alto padrão na cidade de Cascavel/PR no período de 2016 a 2020, buscando entender o comportamento econômico-financeiro das atividades desta construtora no período da pandemia. Destaca-se como problema o comportamento desta construtora no período estudado em relação aos seus resultados econômicos e financeiros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O leitor encontrará a seguir uma base conceitual relacionada ao estudo, focada principalmente em aspectos de natureza econômico-financeiras.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

A administração financeira tem uma relação direta com as ciências contábeis e a teoria econômica, o papel do administrador financeiro tem como função desenvolver novos planos e objetivos estratégicos, isso causa a necessidade de contar com profissionais capazes de gerenciar o fluxo de caixa em diferentes moedas e protege-los dos riscos (GITMAN, 2010).

2.2 ANÁLISE FINANCEIRA

A análise financeira busca extrair as informações essenciais e gerar relatórios de forma simples de entender. As pessoas por mais leigas que sejam no assunto, conseguem tirar conclusões e, com o complemento de gráficos possuem um auxílio para conciliar os resultados, os mesmos que são embasados no raciocínio cientifico. De forma mais simples e completa, Matarazzo (2003) explica o processo desde quando o contador captura e organiza os dados, transformando-os em demonstrações financeiras, que são a base para gerar as informações que explicam a situação econômica e financeira da empresa. O objetivo da análise das demonstrações contábeis segundo Reis (2006), está diretamente ligado aos aspectos estático e dinâmico. O aspecto estático diz respeito a situação da empresa em determinado momento, sem levar em consideração o passado ou o futuro, já o aspecto dinâmico trata do ritmo dos negócios, comparando os anos anteriores e preocupa-se com a evolução da empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

As decisões financeiras estão associadas a influência e exatidão das informações contábeis. Iudícibus (2015) destaca que as análises das demonstrações contábeis nem sempre são confiáveis, por esse motivo deve-se fazer outras comparações, porém se a contabilidade não for manipulável, a análise desses dados financeiros pode sim ser efetivas, tudo depende do grau de confiabilidade das informações, por isso são necessárias auditorias externas, para concretizar a veracidade das informações contábeis.

Para que sejam tomadas as decisões, é necessário ainda que o objetivo esteja alinhado aos resultados esperados pelos acionistas e proprietários, usando os resultados de forma eficaz a trazer retornos favoráveis aos seus principais interessados. Na busca incessante por agregar valor à organização, decisões com o sentido de viabilizar os negócios e promover um maior retorno, sugere estratégias que possam trazer mais retorno para os riscos associados (ASSAF NETO, 2012).

Aconselha-se então que para uma decisão assertiva através da análise financeira e suas conclusões, os dados utilizados devem ser concretos e auditados, mostrando a posição atual da empresa.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade tem como objetivo de produzir informações da situação econômica e financeira atual da entidade, que são geradas através das demonstrações contábeis (LIMEIRA, 2015).

Baseado na Lei nº 6.404/76, complementos e atualizações a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11941/09, sancionadas em 2008 e 2009, Assaf Neto (2012) explica que a Lei das sociedades por ações determina que após doze meses, no final de cada exercício com o intuito de apurar os fatos registrados na contabilidade, as empresas devem gerar demonstrações contábeis, são elas: Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE), demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) e demonstração de fluxo de caixa (DFC).

As informações contidas nas demonstrações contábeis interessam a todos que por qualquer motivo, tenham relação com a empresa, sejam credores, investidores e fisco (ASSAF NETO, 2012).

2.4 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil, pode-se dizer que uma das mais importantes e indica a posição de uma empresa em determinado período. Assaf Neto (2012) explica que o balanço apresenta uma posição estática e instantânea, feito em determinada data pelo contador da empresa, e que provavelmente essa estrutura se tornaria diferente depois de algum tempo. Essa demonstração evidencia de forma qualitativa e quantitativa todo o patrimônio líquido da entidade, como também todos os bens e direitos tanto os tangíveis, quanto os intangíveis e suas obrigações em determinado período (RIBEIRO, 2009).

O balanço é estruturado pelo equilíbrio dos ativos, passivos e patrimônio líquido. O ativo é baseado em eventos passados que futuramente trarão benefícios, já o passivo diz respeito a obrigações adquiridas por eventos passados e quando liquidados resulte na saída de recursos para mostrar benefícios econômicos, já o

ISBN 978-65-5629-077-5

patrimônio líquido é a dedução entre o ativo e o passivo, e o valor de capital próprio investido pelos acionistas (LIMEIRA, 2015).

2.5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

É uma peça contábil que procura evidenciar o resultado como nulo, lucro ou prejuízo do operacional e liquido, de determinado período, o resultado operacional está relacionado a capacidade da empresa em saldar suas movimentações em determinado período, já o resultado líquido está ligado a parcela de resultado que ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida (REIS, 2006).

Em relação as divisões na demonstração de resultado do exercício, Ross (2009) explica que na primeira parte, a operacional, apresenta as receitas e as despesas associadas as operações principais da empresa. Na segunda parte as outras operações estão inclusas os custos de financiamento e juros, e separadamente aparecem os impostos lançados contra o lucro e então a última parte mostra o lucro líquido.

A demonstração de resultado permite evidenciar o resultado final, com o conhecimento de toda a estrutura elaborada de forma dedutiva, de forma que o maior valor seja deduzido ou somado no processo de formação do resultado final, expressando a diferença entre o valor que os produtos foram vendidos e o custo que tiveram para a empresa (SAPORITO, 2015).

2.5 ANÁLISE HORIZONTAL

A análise horizontal é a comparação dos valores de uma mesma conta em períodos diferentes, basicamente uma análise temporal, desenvolvidos por meio de números e índices (ASSAF NETO, 2012). A equação (1) está mostrada a seguir para o cálculo da Análise Horizontal.

$$\mathrm{AH} = \frac{\text{Valor presente}}{\text{Valor passado}} \mathrm{X}\ 100 \qquad (1)$$

Divide-se o valor mais recente pelo valor de data-base e multiplica por 100 para obter o percentual, o resultado acima de 100% indica crescimento, ainda deve subtrair o 100 da base para obter a porcentagem de crescimento, valores abaixo de 100% deve subtrair a 100 da base para indicar a redução de valor naquela conta (SAPORITO, 2015).

2.5.1 Análise Vertical

Para Reis (2006) a análise vertical consiste no cálculo de percentuais de cada conta em relação ao ativo ou passivo do balanço patrimonial, com o objetivo de comparar a proporção de todos os recursos e identificar as mudanças de um período para outro. Seu cálculo é feito pelo valor da conta vezes 100 dividindo pelo total do grupo, representado pela expressão (2) a seguir:

$$AV = \frac{Conta\ X\ 100}{Total\ do\ grupo} \qquad (2)$$

Assaf Neto (2012, p. 113) explica que "A análise vertical é expressa em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5.2 Índices

O índice está relacionado entre as contas ou grupo de contas, com a finalidade de evidenciar a situação econômica e financeira de determinada empresa, constituindo uma análise mais empregada. "A característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa" (MATARAZZO, 2003, p.147).

2.5.3 Índices de Liquidez

São indicadores que refletem a solvência em curto prazo, medem a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de modo que o seu fluxo de caixa seja suficiente, para evitar possíveis dificuldades financeiras (ROSS, 2009).

Está relacionado com a proporção entre os investimentos do ativo circulante e o realizável a longo prazo para o passivo circulante e o exigível a longo prazo, calculados com base nos valores extraídos do balanço patrimonial (RIBEIRO, 2009).

2.5.4 Índice de Liquidez Imediata

Diz respeito a relação entre as dívidas e seu pagamento imediato em curto prazo, por se tratar de curto prazo a maioria das empresas não tem interesse em liquidar suas dívidas e por isso os resultados podem ser índices relativamente mais baixos. Ele se dá pelo cálculo do valor disponível dividido pelo passivo circulante (ASSAF NETO, 2012). Conforme a equação (3) a seguir:

$$\mathrm{LI} = \frac{Disponibilidades}{Passivo\ Circulante} \quad (3)$$

Para Iudícibus (2015) o índice de liquidez imediata não tem muito sentido pois diz respeito ao valor que se tem agora e das obrigações dos próximos 360 dias, ele indica que seria mais adequado se fosse relacionado com uma taxa de desconto por antecipação.

"A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar se existe ou não necessidade de recorrer a algum tipo de operação visando a obter mais dinheiro para cobrir obrigações vencíveis a curto prazo" (RIBEIRO, 2009, p.167).

2.5.5 Índice de Liquidez Corrente

A liquidez corrente indica a solidez dos recursos quanto aos seus compromissos de curto prazo, o cálculo é feito com o ativo circulante dividido pelo passivo circulante é importante que o resultado seja superior a um, para obter resultados concretos, a melhor maneira é comparar com empresas do mesmo ramo (BAZZI, 2016). Representado pela expressão (4) a seguir:

$$LC = \frac{Ativo\ Circlante}{Passivo\ Circulante} \quad (4)$$

"Relaciona reais prontamente disponíveis e rapidamente realizáveis com dívidas de curto prazo. Isto é, de quantos reais dispomos, no curto prazo para pagar cada real de dívida de curto prazo" (IUDÍCIBUS, 2015, p.80).

A liquidez corrente menor que um se denota capital circulante líquido negativo, igual a um se denota capital circulante líquido nulo e maior que um se

ISBN 978-65-5629-077-5

denota capital circulante líquido positivo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta a capacidade de financiar capital de giro (ASSAF NETO, 2012).

2.5.6 Índice de liquidez seca

"O índice de liquidez seca é determinado subtraindo-se os estoques dos ativos circulantes e dividindo-se a diferença (os ativos prontamente realizáveis) pelos passivos circulantes" (ROSS, 2009, p. 47). De acordo com o cálculo (5) a seguir:

$$\mathrm{LS} = \frac{Ativo\ Circulante - Estoques}{Passivo\ Circulante} \quad (5)$$

"Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber" (ASSAF NETO, 2012, p. 177).

O resultado desse índice pode ser interpretado de forma que o ativo circulante liquido seja o suficiente para saldar os compromissos a curto prazo, diminuindo os estoques que não estão inclusos na conversibilidade garantida (RIBEIRO, 2009).

2.5.7 Índice de Liquidez Geral

Representa a solidez financeira de tudo que será convertido em dinheiro no curto e longo prazo, dividindo por tudo que a empresa assumiu como dívida, também do curto ao longo prazo. O resultado mostra uma folga na capacidade da empresa em saldar suas dívidas, quanto maior o índice melhor, pois entende-se que além de saldar suas dívidas a sobra permite que a empresa realize outros investimentos (BAZZI, 2016). De acordo com a equação (6) a seguir:

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Ativo\ Realizavel\ a\ longo\ prazo}{Passivo\ Circulante + PAssivo\ Exigível\ a\ longo\ prazo} \quad (6)$$

Para Assaf Neto, (2012), a liquidez geral por revelar a capacidade em saldar os compromissos, pode ser utilizada como uma medida de segurança financeira de longo prazo.

2.5.8 Índices de Atividade

Ribeiro (2009) associa os índices de atividade como rotação, pois evidencia o tempo necessário para a renovação do ativo, cálculos feitos através dos valores disponíveis no balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício.

Para Iudicibus (2015, p. 84) são "denominados "quocientes de atividade" alguns relacionamentos de grupos que acabam expressando resultados em dias, meses ou anos". Já para Saporito (2015) os índices de atividade são indicadores para medir a velocidade que diversas contas se convertem em retorno para a entidade.

2.5.9 Prazo médio de Recebimento

ISBN 978-65-5629-077-5

Saporito (2015) explica que o prazo médio de recebimento é calculado pela divisão das contas a receber de clientes durante o período vezes 360, pelo total de vendas Liquidas do mesmo período, conforme a expressão (7) a seguir:

$$PMR = \frac{360\ X\ contas\ a\ receber}{vendas\ liquidas} \quad (7)$$

Iudicibus (2015) refere-se a esse índice com grande relevância, principalmente se considerado a evolução dos resultados anteriores.

"Este quociente evidencia o tempo que a empresa deverá esperar, em média, para receber o valor de suas vendas efetuadas a prazo" (RIBEIRO, 2009, p. 192).

2.5.10 Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento é calculado pela divisão dos fornecedores e o valor diário médio das compras, conforme a equação (8) a seguir:

$$PMP = \frac{Fornecedores}{Valor\ diário\ médio\ de\ compras} \quad (8)$$

A interpretação deste quociente indica o prazo médio que a empresa tem para efetivar suas obrigações a prazo (RIBEIRO, 2009).

2.5.11 Índices de Endividamento

Estar endividado indica que foram usados capitais de terceiros para gerar lucros, as dívidas de longo prazo comprometem a empresa ao longo do tempo. Os acionistas preocupam-se com esses índices pois comprometem diretamente a distribuição dos lucros, visto que o pagamento de credores está como prioridade antes de fazer as distribuições (GITMAN, 2010).

Se as empresas buscam recursos de terceiros para investir e obter lucros esse endividamento pode ser visto como algo bom, porém se a empresa recorre a esses recursos para pagar contas de curto prazo deve ser analisado de forma mais criteriosa as causas que estão levando a isso, pois pode se tornar uma bola de neve, empréstimos em cima de empréstimos, se a empresa fazer dividas fixas para cobrir recursos já existentes as empresas não conseguem gerar lucro para quitar as necessidades futuras (BAZZI, 2020).

2.5.12 Índice de endividamento geral

O índice de endividamento geral mede o valor de financiamento dos credores utilizado para gerar lucros, quanto maior o índice, mais recursos de terceiros utilizado (GITMAN, 2010).

Esse índice é representado pela divisão do passivo total pelo ativo total, conforme a equação (9) a seguir:

$$IEG = \frac{Passivo\ Total}{Ativo\ Total} \quad (9)$$

Segundo Bazzi (2020) este índice permite de certa forma avaliar o risco da empresa, por mais que qualquer endividamento traga risco se estiver trazendo retorno para a organização consegue se tornar satisfatório.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5.13 Índice de cobertura de Juros

"O índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa de honrar seus pagamentos contratados de juros. Quanto maior seu valor, maior a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de pagamento de juros" (GITMAN, 2010, p.57).

Esse cálculo é representado pela divisão do lucro antes de juros e imposto de renda pelos juros, conforme formula (10) a seguir:

$$ICJ = \frac{\text{lucro antes de juros e imposto de renda}}{Juros} \quad (10)$$

A interpretação desse índice se dá a capacidade da empresa de saldar os juros contraídos ao longo do tempo através de empréstimos e financiamentos, quanto mais alto o valor do resultado maior a capacidade de pagamento das obrigações com os juros (BAZZI, 2020).

2.5.14 Índices de Rentabilidade

"Permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, um dado nível de ativos ou o investimento dos proprietários" (GITMAN, 2010).

Segundo Ribeiro (2009) os índices de rentabilidade servem para evidenciar a capacidade econômica da empresa, são calculados de acordo com os valores dispostos nas demonstrações de resultado e no balanço patrimonial

2.5.15 Rentabilidade do investimento / *Return On Investment* (ROI)

Evidencia a relação entre os ganhos obtidos através do valor investido, expresso pelo total de vendas liquidas dividido pelos investimentos. Representado pela expressão (11) a seguir:

$$ROI = \frac{Lucro\ Liquido}{Investimentos} \quad (11)$$

"A interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao capital total investido na empresa" (RIBEIRO, 2009, p.169).

Matarazzo (2003) explica que o volume de vendas está associado ao sucesso da empresa, quanto mais valor investido mais vendas, para assim a empresa elevar o ativo.

2.5.16 Rentabilidade do Ativo / *Return On Asset* (ROA)

Para Matarazzo (2003, p.179) esse "índice mostra o quando a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo [...] uma medida de capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se". De acordo com o cálculo (12) a seguir:

$$ROA = \frac{Lucro\ Liquido}{Ativo\ Total} \quad (12)$$

"Procura retratar o quanto vai para os acionistas do lucro gerado pelo uso do ativo, quaisquer que tenham sido as fontes de recursos, próprias ou de terceiros" (IUDICIBUS, 2015, p. 92).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5.17 Estrutura de Capital

"Podemos entender a estrutura de capital como o vínculo entre o capital próprio e o capital de terceiros totais que está sendo empregado para financiar os ativos da empresa" (BAZZI, 2020, p.77).

A estrutura de capitais tem como base os valores contidos no balanço patrimonial, serve para evidenciar o grau de endividamento em relação aos capitais investidos no patrimônio, sejam eles próprios ou de terceiros (RIBEIRO, 2009).

2.5.18 Participação de capitais de terceiros

Esse índice é calculado através da divisão do total de capitais de terceiros pelo patrimônio líquido e multiplica por 100, seu resultado indica o quanto a empresa tomou de capitais de terceiros a cada 100 valor monetário (MATARAZZO, 2003). De acordo com a equação (13) a seguir:

$$PCT = \frac{Exigivel\ Total}{Patrimonio\ Liquido} X\ 100 \qquad (13)$$

Para interpretação desse índice o relacionamos ao grau de endividamento da organização, "Quanto menor for a participação de capitais de terceiros na empresa, menor será seu grau de endividamento, e maior será sua liberdade financeira para tomar decisões" (RIBEIRO, 2009, p. 155).

A análise deste índice está mais voltada a área financeira visto que busca saber o real risco de insolvência da empresa (BAZZI, 2020).

2.6 COMPORTAMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PERÍODO DE PANDEMIA

Perante a esse cenário deve-se levar em conta as diversas variáveis que influenciam nos resultados da entidade, o setor da construção civil é movido por alguns índices que podem influenciar diretamente nas novas tendencias, as taxas de juros como a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia)influenciam na hora de finalizar a venda, em 2020 este índice estava em 2%, quando nos anos anteriores o seu normal seria de no mínimo 6,5% (Banco Central do Brasil, 2021) essa queda na taxa básica de juros possibilitou que aumentassem os números de financiamentos efetivados.

Alguns órgãos como: IBGE, PNAD, CAGED, CBIC tem o intuito de apontar o comportamento do setor diante a situação analisada. Segundo uma pesquisa realizada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) e divulgada no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o setor teve um crescimento de 10,7% no ano de 2020, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) indicou um crescimento de cerca de 34,6% em relação ao ano anterior a pandemia (2019), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção CBIC prospecta um crescimento de 4% para 2021 (TECNOLOGIA DE MATERIAIS, 2021).

3 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

Este estudo foi de caráter exploratório, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) tem origem na experiência do autor, relaciona-se com o acontecimento e alcançar uma nova compreensão e ideias; realizaram-se levantamentos precisos da situação atual com o intuito de entender a relação entre todos seus elementos.

A pesquisa esteve associada ao estudo de caso, que segundo Barros e Lehfeld (2007) tem o intuito de analisar minuciosamente algo em especifico, desde os fatos até o efeito, o registro dessa análise da margem então, para a tomada de decisão.

Os números do objeto de pesquisa foram multiplicados por um fator oculto para preservar o sigilo dos dados originais. Este fator oculto foi criado em comum acordo com os gestores da empresa em estudo.

Os dados de fonte primária, foram coletados em documentos da empresa que, segundo Marconi e Lakatos (2003 p.174) "a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias".

Cervo, Bervian e Silva (2007 p.74) ainda complementam que na pesquisa documental "são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. As bases documentais permitem estudar tanto a realidade presente como o passado".

Foram utilizados documentos da empresa em estudo, como os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado de Exercício dos quatro anos anteriores a 2020 para revelar o efeito da pandemia.

Os cálculos foram produzidos pela técnica dos índices econômicos e financeiros e a sua analise se deu de forma quantitativa e qualitativa que, segundo Mascarenhas (2018) a quantitativa baseia-se na coleta de dados estatísticos, como porcentagens e médias, produzindo uma base mais segura visto que evita a influência do pesquisador nos resultados, já a qualitativa serve para descrever com mais profundidade os resultados do objeto em estudo.

Dentro do contexto de uma pesquisa de natureza qualitativa, a análise documental auxilia para desvendar aspectos de um problema em discussão (ALVES; MAZOTTI, 1998). Neste processo a pesquisadora buscou nos textos originais, resultando numa conversão de dados primários em dados secundários. A análise foi constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise. São estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica.

Na pesquisa quantitativa foram feitos estudos de correlação das variáveis a partir dos cálculos dos índices de liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e estrutura de capital e também da análise horizontal e vertical, para então definir a relação entre a pandemia e o desenvolvimento da empresa em questão e consequentemente desencadear a resolução da problemática.

Os resultados foram apresentados de forma textual, gráficos, tabelas, apresentação oral em banca e publicação em um periódico. A parte textual esteve fundamentada no objeto de pesquisa em questão, apresentando de forma precisa os resultados obtidos. Os elementos de ilustração (gráficos e tabelas) facilitaram a compreensão do trabalho e tornaram o visual da pesquisa mais atraente, "deve-se partir do princípio de que só é fácil e imediata a compreensão de um texto formulado a partir de um pensamento claro, lúcido e preciso" (VITIELLO, 1998 p.31).

ISBN 978-65-5629-077-5

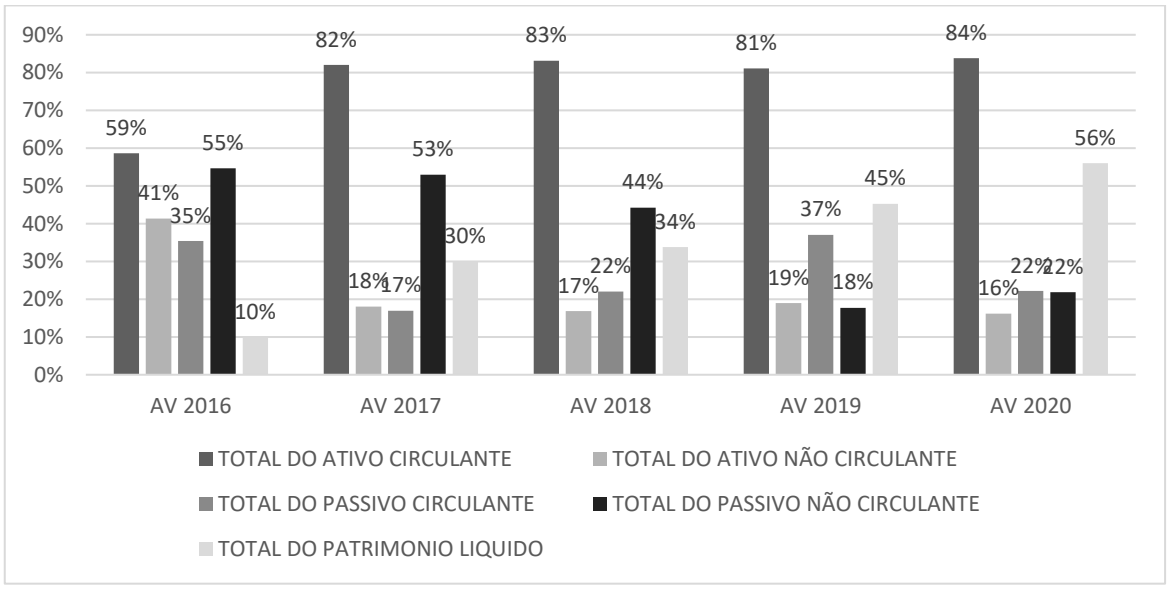
3.1 RESULTADOS

Apresenta-se a seguir a situação econômico-financeira de uma construtora de alto padrão na cidade de cascavel-PR e a comparativa dos cinco anos anteriores.

3.2 ANÁLISE VERTICAL

Foram calculadas apenas as contas totais dos Balanços Patrimoniais, os resultados serão expressos em porcentagem.

Gráfico 01 – Resultado da Análise vertical



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

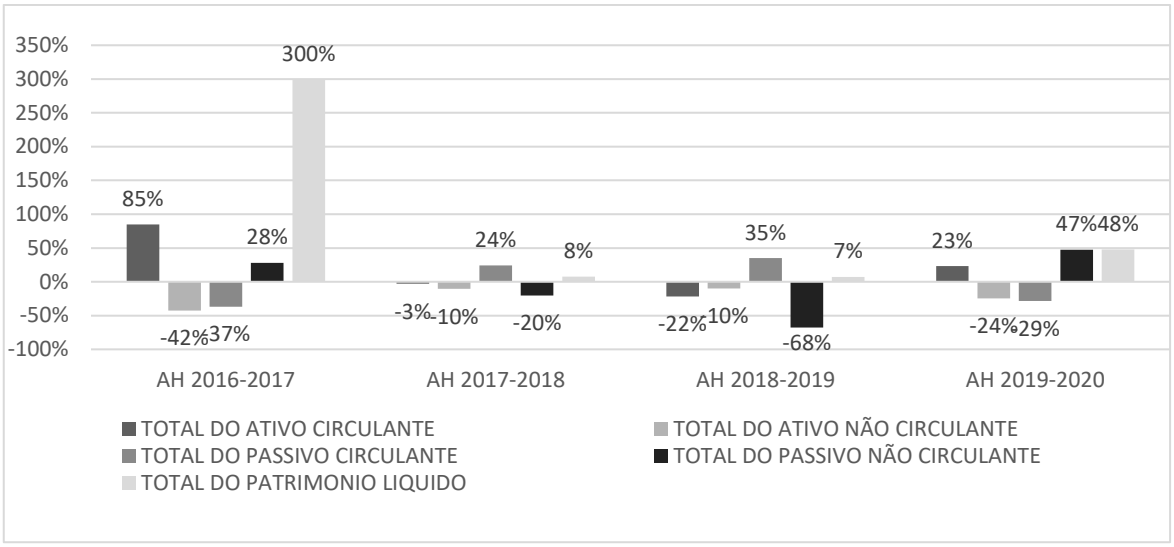
Ao observar o gráfico nota-se que o ativo circulante aumentou de 2016 para 2017 e deu uma estabilizada entre os 80% até 2019 e, em 2020 teve ainda um crescimento de 3%. Consequentemente o ativo não circulante diminuiu, pois os recebimentos passaram de longo prazo para curto prazo, ou seja, teve aumento de dinheiro em caixa; quanto ao passivo circulante teve uma instabilidade pois diminuiu de 2016 para 2017, depois teve um aumento levando em consideração a existência de obras em andamento, em 2019 aumentou mais ainda, pois tiveram compras de terrenos e novos lançamentos e em 2020 teve uma queda, pelo fato das obras terem parado por um período, o passivo não circulante no geral teve uma queda, pois iniciou em 2016 com 55% e em 2020 estava com 22% menos da metade do ano inicial, sendo assim o patrimônio líquido teve um aumento visto que o ativo também aumentou.

3.3 ANALISE HORIZONTAL

ISBN 978-65-5629-077-5

Na análise desta técnica foram calculados apenas os grupos e subgrupos do balanço patrimonial, esta técnica compara cinco anos e expõe seu crescimento ou declínio, os resultados serão expressos em percentuais.

Gráfico 02- Resultado da Análise Horizontal



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Através da análise horizontal nota-se que de 2016 para 2017 houve um aumento de 85% já uma queda de 88% no ano seguinte, já no ano posterior teve uma queda de 22% e em 2020 um aumento de cerca de 45%. No ativo não circulante nota-se um aumento na diminuição das porcentagens em 2016 começa com 42% negativo e no último ano analisado chega até 24% negativo, esses valores se dão pelo aumento e diminuição de recebimentos em permuta, quanto maiores as permutas menores os ativos circulantes e consequentemente são maiores os ativos não circulantes.

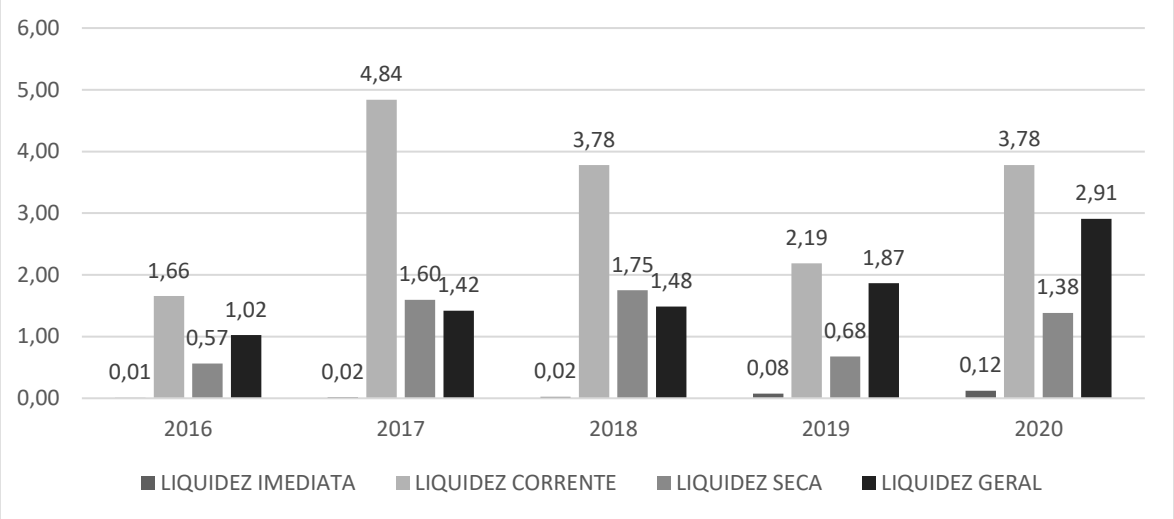
No passivo circulante nota-se uma diminuição, já no passivo não circulante tem um crescimento; o passivo circulante diminuiu, pois, teve períodos em que as obras ficaram paradas e as compras de insumos também, o passivo não circulante aumentou, pois, ocorreram lançamentos de dois empreendimentos com prazo de entrega de quatro a cinco anos. O aumento do Patrimônio Líquido se deu pela integralização dos sócios.

3.4 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Na análise desta técnica foram calculados os dados de cinco anos para expressar as mudanças de cada ano em relação ao anterior, os resultados estão expressos em valores monetários. O gráfico 03 a seguir apresenta os resultados dos índices de liquidez imediata, corrente, seca e geral.

Gráfico 03 – Resultados dos Índices de Liquidez

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O índice de liquidez imediata da empresa apresentou-se baixo em 2016 e cresceu ao longo do período. A liquidez corrente apresentou um grande aumento em 2017 em 2020 a cada 1,00 unidade monetária e empresa tem uma liquidez corrente de 3,78 unidades monetárias, mostrando-se ainda mais capaz de saldar suas dívidas de curto prazo.

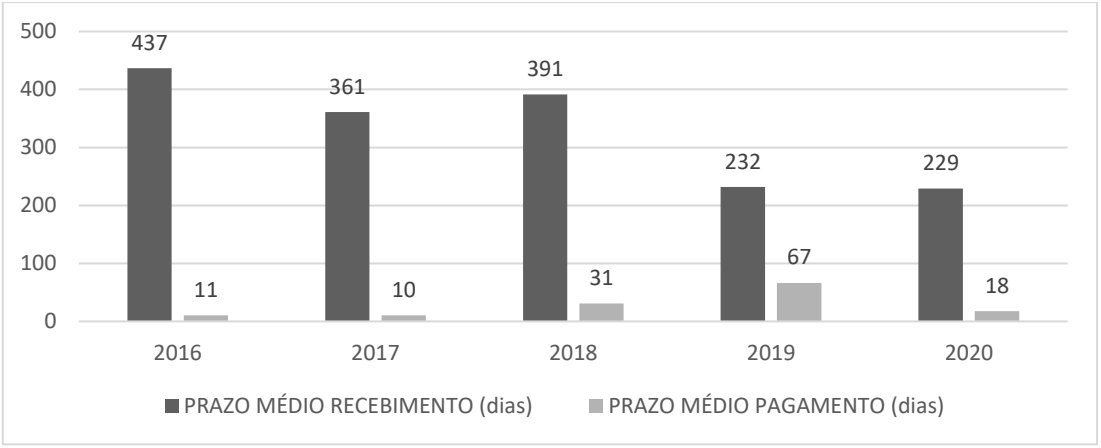
O índice de liquidez seca representa qual a dependência da empresa em relação a venda dos estoques, esses valores foram aumentando ao longo dos anos e em 2020 a cada 1,00 unidade monetária a empresa conseguiria pagar 1,38 unidades monetárias sem depender do estoque.

O índice de liquidez geral mostra que a empresa teve um avanço na liquidez e foi capaz de liquidar suas dívidas gerais (curto e longo prazo) e a cada 1 unidade monetária devida seria possível pagar até 2,91 unidades monetárias essa é uma característica de empresas construtoras com foco na incorporação imobiliária.

3.5 ÍNDICES DE ATIVIDADE

No gráfico 04 serão expressos os índices de atividade evidenciando em dias o prazo que a empresa tem na renovação do ativo.

Gráfico 04 - Resultados dos Índices de Atividade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

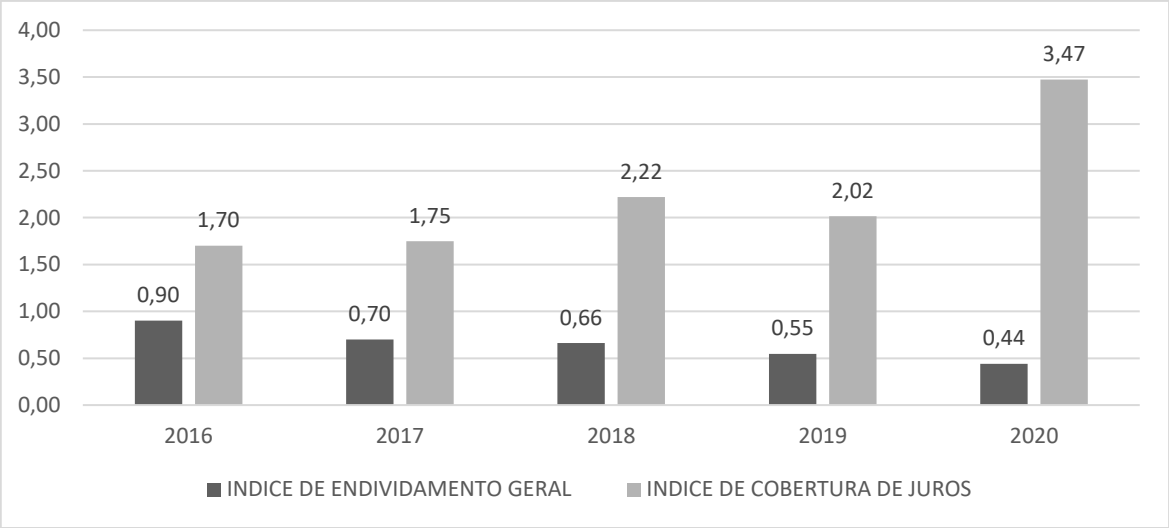
No prazo médio de recebimento pode-se notar uma diminuição no prazo, de 437 dias para 229 dias, evidenciando um período de recuperação em sua carteira de crédito.

No prazo médio de pagamento nota-se um aumento significativo no prazo de pagamento de 11 dias para 18 dias, a redução do prazo médio de pagamento de 2019 para 2020 demonstra uma especialização em processo de compra feito pela empresa dando preferência para pagamentos mais rápidos em função de maiores descontos.

3.6 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

No gráfico 05 estão expostos os resultados dos índices de endividamento, mostrando qual a frequência da busca de recursos de terceiros para saldar suas obrigações.

Gráfico 05 – Resultado dos Índices de endividamentos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O resultado do Índice de endividamento geral demonstra a proporção dos pagamentos de curto e longo prazo, o gráfico mostra uma diminuição de 2016 a 2020 e que a cada 1,00 unidade monetária 0,44 são recursos de terceiros, significando que estão sendo necessários programações maiores para longo prazo, isto pode denotar também uma alavancagem financeira ou até uma alavancagem total (operacional e financeira).

Estabelecendo uma correlação entre o índice de endividamento geral (com decréscimo ao longo do período estudado) e o índice de liquidez geral (com aumento) percebe-se uma movimentação contrária entre as variáveis evidenciando que com a redução do endividamento geral a empresa adquire maior liquidez (r=-0,91).

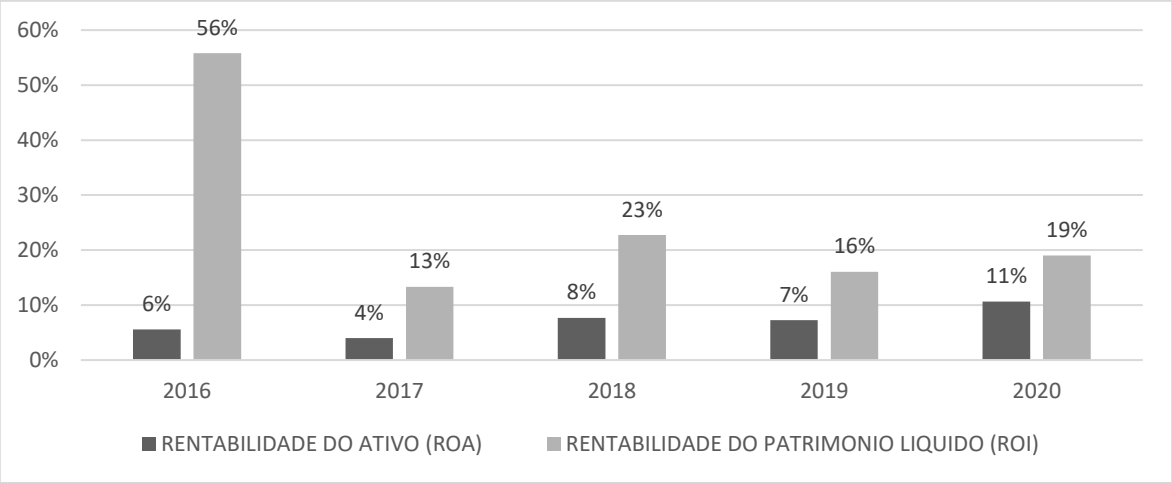
O impacto positivo no índice de cobertura de juros se deu pelo esforço da empresa nas ações de saneamento da sua carteira de crédito, reduzindo o prazo médio de recebimento e, como consequência, tendo mais dinheiro para cobertura de juros de suas operações. Esta conclusão fica evidenciada ao se estabelecer a correlação entre as variáveis prazo médio de recebimento e índice de cobertura de juros (r=-0,64).

ISBN 978-65-5629-077-5

3.7 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade servem para evidenciar a capacidade econômica da empresa e estão expostos em porcentagem como o gráfico 06 a seguir:

Gráfico 06 – Resultados dois índices de Rentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

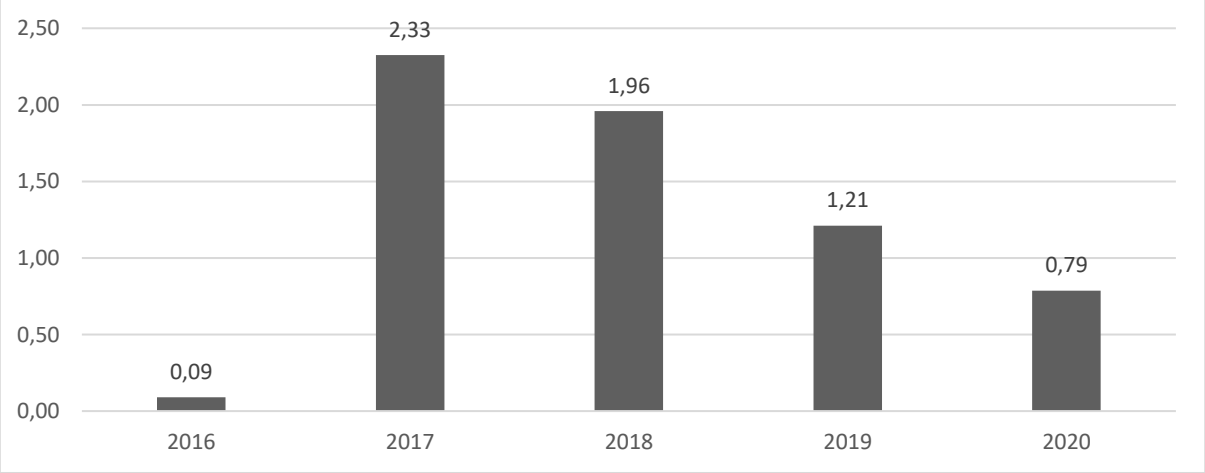
Ao longo do período o ROA teve crescimento com um salto significativo nos anos 2019 e 2020, período de pandemia. Este é um reflexo da rentabilidade do setor por conta da valorização de imóveis de alto padrão.

No ano de 2016 o índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido ficou desgarrado dos demais períodos por uma injeção de recursos dos sócios, tendo em vista uma tendência no crescimento do mercado imobiliário, nos anos seguintes se manteve aquecido este mercado pela questão de queda na taxa de juros, facilidade de acesso ao crédito e negociação facilitada com financiamento próprio.

3.8 ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

No gráfico do índice de estrutura de capital estão evidenciados o grau de endividamento em relação aos capitais investidos, valores expostos por unidades monetárias.

Gráfico 07 – Resultado índice de estrutura de capital



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Diz respeito a participação de capitais de terceiros, em 2016 a estrutura de capital apresentou-se interdependente em 2016, mas em 2017 teve um aumento significativo de dependência a capitais de terceiros, nos anos subsequentes esta dependência a capitais de terceiros foi diminuindo, que significa que a empresa está deixando de depender de capitais externos e conseguindo tomar mais liberdades em decisões financeiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou evidenciar o impacto da pandemia em uma construtora de alto padrão da cidade de Cascavel PR, que assim como as demais empresas do ramo de construção civil sentiram esse impacto, os estudos realizados mostram um crescimento de cerca de 11% em 2020, esse resultado por sua vez coincide com a pesquisa nacional por amostragem de domicílios (Pnad). Prospectando o crescimento da empresa estudada vemos que a mesma acompanha o mercado e tem uma prospecção de crescimento de 4% para o ano de 2021.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mazzoti, A. 1999. **O Método nas Ciências Sociais**. In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. (ISBN: 9788522467860)

BARROS, Aidil J. S.; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAZZI, Samir. **Analise das Demonstrações contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. (ISBN: 9788543017853)

BAZZI, Samir. **Analise das Demonstrações contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2020.

[COINFRA / CBIC. **Vergalhão de aço continua no ranking da alta dos insumos.** Brasília, Df, 2021. Disponível em: < https://cbic.org.br/infraestrutura/en_US/2021/05/20/vergalhao-de-aco-continua-no-ranking-da-alta-dos-insumos/>]

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia cientifica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GITMAN, Lawrence J.; **Princípios da Administração Financeira**. 12ª. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. (ISBN: 9788576053323)

ISBN 978-65-5629-077-5

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial**. 6°. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. (ISBN: 9788522418480)

KALISH, Karen. **Como fazer apresentações espetaculares**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (ISBN: 853520539).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 5ª. Ed. São Paulo : Atlas, 2003.

LIMEIRA, André L. F.; SILVA, Carlos, A. S.; VIEIRA, Carlos; SILVA, Raimundo N. S. **Gestão Contábil Financeira**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2003. (ISBN: 8522434131)

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia cientifica**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MELO, Moisés Moura de. **Demonstrações contábeis**. Maria Augusta Delgado. Rio de Janeiro. 2018. (ISBN: 9788579873058)

[MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus (COVID-19)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acessado em: 18 de abril de 2021)].

[PORTAL, Rafael S. **Atual cenário Econômico provoca grande entusiasmo na construção civil.** São Paulo: Estadão. 2020. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/noticias/atual-cenario-economico-provoca-grande-entusiasmo-na-construcao-civil/>. Acessado em: 18 de abril de 2021]

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: estrutura e analise**. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Analise de Balanços Fácil**. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. (ISBN: 9788502078772)

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

[RUAN, Q., Yang, K., Wang, W. *et al.* **Preditores clínicos de mortalidade por COVID-19 com base em uma análise de dados de 150 pacientes de Wuhan, China**. *Intensive Care Med* **46,** 846–848 (2020). https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00134-020-05991-x]

SAPORITO, Antonio. **Analise e estrutura das demonstrações contábeis** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015. (ISBN: 9788544302255)

[TECNOLOGIA DE MATERIAIS. **Setor da construção civil cresce mais de 10% mesmo com a pandemia.** 2021. Disponível em: < https://tecnologiademateriais.com.br/portaltm/setor-da-construcao-civil-cresce-mais-de-10-mesmo-com-a-pandemia/ >. Acessado em: 11 de setembro de 2021.]

ISBN 978-65-5629-077-5

[TUON, Ligia. **Pib cai 9,7% no 2º trimestre impactado pela pandemia de covid-19.** Exame. 2020. Disponível em: < https://exame.com/economia/pib-cai-97-no-2o-trimestre-impactado-pela-pandemia-de-covid-19/ >. Acessado em: 18 de abril de 2021]

VITIELLO, Nelson. **Redação e apresentação de comunicações cientificas**. São Paulo: BYK, 1998.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE DAS ROTINAS CONTÁBEIS OPERACIONAIS.

Sabrina de Oliveira Geraldo[1]
Rafael Maximiliano[2]

Resumo: A construção civil é uma atividade bem vista no Brasil, economicamente ela traz benefícios para o país. Fazendo com que a economia gere novos empregos, consumindo diversos insumos, ajudando nos problemas habitacionais que o Brasil enfrenta. Mas para que essas empresas possam prosseguir saudáveis podendo ajudar outros setores da economia, é necessário saber a forma correta de contabilizar e registrar as despesas, custos e receitas que elas possuem. É isso que esse estudo investigou, as rotinas contábeis operacionais que empresas do ramo da construção civil precisam utilizar. Foi utilizado o método de entrevistas para a coleta de dados. E os principais resultados estão relacionados à tributação e ao reconhecimento de receitas e custos.

Palavras-chave: Construção Civil; Custos; Receitas; Contabilização; Habitacional.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem problemas sociais relacionados à habitação, parcela da população que obtém a renda mais baixa tem um difícil acesso à casa própria. De maneira empírica é possível observar a luta de uma parcela significativa da população em busca de ter acesso a moradia. Desta forma, é possível afirmar, que atualmente a questão habitacional é um dos principais problemas sociais urbanos (LIMA, 2017).

Segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro (2019), o déficit habitacional para o Brasil no ano de 2019, foi de 5,876 milhões de domicílios, sendo que 5,044 estão localizados nas áreas urbanas e 832 mil na área rural. Destaca-se que o déficit habitacional, possui três grandes variáveis: o ônus excessivo com o aluguel urbano, as habitações precárias e a coabitação.

A história da urbanização traz relatos de como o país está aumentando cada vez mais sua população. De acordo com Monteiro e Veras (2017), em poucas décadas os dados dos censos demográficos confirmam as tendências do aumento da população urbana com uma taxa de 31,34%, ou seja 41.236.315 das pessoas vivendo na área urbana no ano de 1940.

Devido ao crescimento demográfico, mais pessoas não têm acesso a casa própria. Para amenizar os problemas habitacionais no Brasil foi criado em 2009 um programa governamental chamado Minha casa minha vida (MCMV), com o objetivo

[1] Sabrina de Oliveira Geraldo. Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário Univel. E-mail: sabrinaoliveira.geraldo@gmail.com.
[2] Rafael Maximiliano. Docente orientador. Mestre em Contabilidade – Centro Universitário Univel. E-mail: rafamaxf@gmail.com.

ISBN 978-65-5629-077-5

de incentivar a aquisição da casa própria. O órgão responsável por realizar toda a política habitacional e responsável por todo o processo é a Caixa Econômica Federal. Esse programa ajuda as pessoas com renda bruta de até três salários-mínimos (MCMV, 2021).

O programa foi criado com intuito social e econômico para o país. Com a facilidade ao acesso à casa própria, o setor de construção civil foi de extrema importância nesse período para o país, gerando impactos positivos para economia. O programa surge com uma resposta do governo à crise econômica mundial para impulsionar o mercado da construção civil, gerar empregos e ao mesmo tempo o crescimento econômico (SOUZA *et al.,* 2015).

Com isso as construtoras contribuem para tentar suprir o déficit habitacional que existe no país, juntamente com os incentivos que o governo disponibiliza. As empresas do ramo da construção civil além de ter uma grande importância no mercado imobiliário, destaca-se pela quantidade de vagas de empregos que proporciona para o mercado de trabalho. O que viabiliza para que muitas famílias possam realizar o sonho de conquistar a casa própria.

Para que as construtoras possam oferecer serviços de qualidade e consigam manter suas atividades em continuidade é necessário ter uma contabilidade que mantenha o controle de custos de forma rígida, eficaz e dentro das normas para evitar desperdícios em suas operações. A contabilidade é operada de forma diferente em relação às empresas do comércio, as construtoras se diferenciam na gestão do custo, modo de contabilização e tributação. Segundo Theóphilo (2006) "no momento da elaboração das demonstrações contábeis, no encerrar de um exercício, a dificuldade na atribuição das devidas proporções de receitas e despesas, uma vez que as receitas auferidas referem-se geralmente a um produto em fase de elaboração."

O contador que cuida da contabilidade de construtoras deve ter conhecimento aprofundado nessa área para que possa orientar seu cliente, de forma que o mesmo possa ter um melhor controle de custos e consiga manter um gerenciamento aprofundado do seu negócio. Apresentando as melhores técnicas para contabilizar custos, a melhor tributação a ser utilizada e se a empresa possui algum tipo de benefício que possa ser utilizado. A contribuição prática do trabalho vem neste sentido, uma vez que possibilita que a comunidade conheça as principais práticas contábeis relacionadas à construção civil.

A importância da contabilidade na construção civil tem aumentado cada vez mais, o que ocasionou o surgimento de leis que regulamentam a contabilização.

Desta forma a problemática da pesquisa consiste em: o que se mostra nas rotinas contábeis aplicáveis nas empresas de construção civil? Sendo que por vezes as empresas encontram dificuldades para controlar seus custos, pois uma construtora na maioria das vezes trabalha com mais de uma obra e é necessário ter os custos separados de cada uma delas para que seja possível ver quais foram os resultados que as obras proporcionaram a empresa. Também encontra-se dificuldades em relação aos tributos porque os impostos devidos se tornam custos elevados para as entidades.

A pesquisa tem por objetivo detalhar quais são as rotinas contábeis aplicáveis a uma empresa do segmento de construção civil na cidade de Cascavel.

ISBN 978-65-5629-077-5

A contribuição teórica da presente pesquisa advém justamente da compilação de rotinas, práticas e benefícios que são aplicáveis à realidade das empresas de construção civil, podendo ser utilizado como um guia, aqueles que estão iniciando seus estudos sobre a temática.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste tópico serão apresentadas as principais discussões sobre contabilidade aplicada à construção civil, bem como será detalhado e explicada as principais características que permeiam o segmento da construção civil.

2.1 Construção Civil

A definição de construção civil segundo o MEC (2000) é, "a área de Construção Civil abrange todas as atividades de produção de obras". Ou seja, as atividades que a construção civil abrange são como demolições, construções, manutenções, instalações, obras de saneamento, obras de gerenciamento de sistema de transporte, estações de tratamento de água, podendo atuar também na parte de planejamento e projetos.

As normas técnicas de engenharia são regulamentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O setor que fiscaliza a profissão e a responsabilidade técnica é o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). A indústria da construção produz infraestrutura econômica por meio da instalação de portos, ferrovias, rodovias, sistemas de irrigação, energia e comunicação, dentre outros (TEIXEIRA e CARVALHO, 2005).

Característica marcante da indústria da construção, tanto no país desenvolvido quanto em nações ainda em desenvolvimento, é seu elevado efeito multiplicador de renda e emprego e sua independência estrutural (TEIXEIRA *et al.,* 2010). A construção civil gera grande quantidade de empregos o que impulsiona o giro da economia.

A construção civil é muito importante para a economia brasileira pois ela gera uma grande quantidade de emprego, proporciona a circulação econômica com as vendas de seus serviços ou até mesmo com vendas de imóveis.

2.2 Prestação de Serviço

Prestação de serviço na área da construção civil é apenas uma das atividades que as construtoras podem desenvolver. Segundo Sousa, a prestação de serviço de construção pode ter a seguinte caracterização:

> A atividade de construção abrange uma diversidade de serviços, entre os quais podem-se mencionar: construção, demolição e/ou reforma de casas, apartamentos, centros comerciais, plantas industriais, hospitais, escolas, portos, aeroportos, estradas, pontes, viadutos, túneis, barragens, hidrelétricas, parques eólicos, plataformas de extração de petróleo, torres de transmissão de radiodifusão e telefonia, entre outros

ISBN 978-65-5629-077-5

> ativos simples e complexos. Estão também incluídos os serviços de recuperação ambiental (SOUSA, 2015, p. 25,).

Com a análise nas atividades que as construtoras podem exercer é possível identificar que a prestação de serviço se refere às atividades desenvolvidas a terceiros, ou seja, caso a empresa preste um serviço de construção a execução do serviço será desenvolvida no terreno do seu cliente.

No momento que a empresa fechar negócio com seus clientes o departamento jurídico deverá fazer um contrato onde pode ser encontrada várias informações como: o nome do contratante, o nome do contratado, o objeto do contrato, quais são os prazos, se o fornecimento de insumos será feito pelo contratante ou pelo contratado, o preço do contrato, onde também deverá estar determinado o incentivo que será pago ao contratado caso ele termine a obra antes do prazo, como também terá uma penalidade caso o contrato não seja cumprido e por fim deverá constar o regime do contrato que poderá ser ou por administração ou por empreitada. Na prestação de serviço normalmente é utilizado o contrato por empreitada.

> Nos contratos por empreitada, a construtora se obriga a entregar determinada obra, ou determinada porção dela, mediante o preço combinado. Nesses contratos, a construtora é responsável pelos custos de execução e cobra do contratante a remuneração ajustada com base na medição do trabalho realizado ou na forma do cronograma de pagamentos fixado no contrato (SOUSA, 2015, p 28).

Portanto, pelo contrato por empreitada a negociação inicia - se mediante a definição do preço da obra. Esse preço pode ser definido de três formas: por preço fixo, custo de margem ou uma mescla das duas. O preço fixo está vinculado a uma etapa da obra ou a unidade concluída. Já o custo mais uma margem é relacionado aos custos indiretos mais a soma de um percentual do custo.

Em relação ao reconhecimento de receitas, custos e despesas de contratos de construção também é diferente a forma de contabilizar. Existem dois métodos de reconhecimento por regime de competência e de caixa.

No regime de caixa as receitas são reconhecidas no momento em que a construtora recebe os pagamentos dos serviços, os custos e as despesas são reconhecidas no momento do pagamento dos insumos e os resultados são considerados em relação às entradas e saídas de caixa. No regime de caixa, "os fatos contábeis são registrados apenas quando a empresa recebe dinheiro ou realiza algum pagamento" (SANTOS, 2014, p. 58). Ou seja, as receitas devem ser reconhecidas no momento que houver os recebimentos.

As empresas que optam pelo pagamento de tributo pelo regime tributário Presumido ou se enquadram no simples nacional, podem utilizar o regime de caixa, pois a legislação permite através do artigo 129 da normativa RFB 1515/2014. Segundo Sousa (2015, p. 29), a metodologia adotada pela legislação fiscal para o regime de caixa é deficiente, porque permite o reconhecimento das receitas recebidas, mas não permite a inclusão das despesas pagas no cálculo tributário.

Em relação à utilização do regime de caixa para fins contábeis diminui o

ISBN 978-65-5629-077-5

benefício que as demonstrações financeiras podem trazer, a única demonstração que é possível usufruir com confiabilidade da realidade é a demonstração de fluxo de caixa. Conforme Sousa (2015, p.31), "[...] isso ocorre porque é comum acontecerem recebimentos e pagamento antes ou depois que as atividades subjacentes ao contrato sejam realizadas e a empresa faça jus à receita e/ou tenha ocorrido em despesas [...]."

De acordo com o CPC 17 (2012, p. 9), item 30, "os pagamentos parcelados e os adiantamentos recebidos dos clientes não refletem, necessariamente, o trabalho executado e não devem servir de parâmetro para mensuração da receita ". Isso é um dos motivos que pode prejudicar a confiabilidade das demais demonstrações.

O regime de competência diz que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente de recebimento ou pagamento (BONHO *et al*., 2019). O mesmo ocorre para o reconhecimento das receitas, no qual deve ser reconhecido no momento em que foi emitido a nota de prestação de serviço ou na consolidação do contrato.

O CPC 00 (2019, p.7), fala que "o regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem". Ou seja, independe dos pagamentos ou recebimentos que a entidade tem, esse regime ocorre a partir do fato gerador.

A adequação do regime de competência resulta em melhor representação do desempenho da empresa no período e também do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.

> Pelo regime de competência, receitas de contratos de construção são consideradas ganhas quando os serviço subjacentes ao contrato são executados, o seu valor pode ser mensurado com confiabilidade, resultam em aumento de ativo ou diminuição de passivo e há suficiente grau de certeza de que os benefícios econômicos futuros relacionados com aumento de ativo ou com diminuição de passivo e há suficiente grau de certeza de que os benefícios econômicos deles decorrentes fluirão para a entidade. Cumprindo-se todos esses requisitos, a receita deverá ser reconhecida no resultado, mesmo que o seu respectivo valor ainda não tenha sido recebido pela construtora (SOUSA, 2015, p.32).

Em conformidade com o CPC 17 (2012, p. 10) o item 32 se refere sobre quando a conclusão de um contrato de construção não puder ser estimada com confiabilidade. Nesse caso a receita terá que ser reconhecida somente na extensão em que seja possível que os custos do contrato incorridos serão recuperados e os custos do contrato devem ser reconhecidos como despesa no período em que forem incorridos.

> Receita e as despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento devem ser reconhecidas simultaneamente; esse processo está vinculado ao princípio da confrontação das despesas com as receitas (regime de competência). As despesas, incluindo garantias e outros custos a serem incorridos após o despacho dos bens, podem ser

ISBN 978-65-5629-077-5

> mensuradas com confiabilidade, quando as outras condições para o reconhecimento da receita tenham sido satisfeitas. Contudo, quando as despesas não puderem ser mensuradas com confiabilidade, a receita não pode ser reconhecida. Em tais circunstâncias, quaisquer contraprestações já recebidas pela venda dos bens devem ser reconhecidas como passivo (CPC 30, 2012, p.7).

Os contratos que têm a conclusão estimada com confiabilidade as receitas podem ser reconhecidas pelo método POC que também pode ser chamado por método da porcentagem completa conforme o CPC 17.

O *Percentage of completion method* (POC) é um método onde as receitas e as despesas de contratos de longa duração são reconhecidas a partir do percentual em que a obra for executada. Conforme traz o CPC 17 (2012, p. 7) no item 22 "[...] as receitas e os custos associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como receitas e despesas, respectivamente, tomando como referência o estágio de execução."

Existem dois tipos de contratos: o de preços fixos e o de custo mais margem. Segundo Sousa (2015, p. 28), "os contratos de preços fixos são aqueles que as partes estabelecem um valor fixo a ser pago pelos serviços. ". Nesses contratos independe do tempo que é gasto e dos recursos utilizados para a conclusão do contrato. Para que esse contrato traga confiabilidade, o CPC 17 mostra as condições em que devem possuir.

- A receita do contrato puder ser mensurada com confiabilidade;
- For provável que os benefícios econômicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos para concluir o contrato quanto o estágio de execução (*stage of completion*) da atividade contratual puderem ser mensurados com confiabilidade, ao término do período de reporte;
- Os custos atribuíveis ao contrato puderem ser claramente identificados e mensurados com confiabilidade de forma tal que os custos atuais incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores (CPC 17, 2012, p. 7)

Sousa (2015, p. 28) diz que "o contrato de custos mais são aqueles em que o preço é estabelecido como a soma dos custos aprovados acrescidos de um valor fixo ou de um valor variável correspondente a uma porcentagem sobre eles.". Para esse contrato o CPC 17 (2012, p. 8) expõe as seguintes condições, "os benefícios econômicos associados ao contrato fluirão para a entidade; e os custos atribuíveis ao contrato, quer sejam especificamente reembolsáveis ou não, puderem ser claramente identificados e mensurados com confiabilidade". Tais condições são para determinar a confiabilidade do acordo.

Em relação aos valores que compõem as receitas do contrato, o CPC 17 (2012, p. 4) no item 12 define que, "A receita do contrato deve ser mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A mensuração da receita do contrato pode

ISBN 978-65-5629-077-5

ser afetada por uma variedade de incertezas que dependem do desfecho de eventos futuros". O CPC menciona incertezas que podem ocorrer devido às variações estabelecidas no acordo, advindas em decorrência ao aumento de resultado devido aos custos escalonados e incentivos ou podem diminuir devido as penalidades que podem ser cobradas por conta de atrasos de prazos. Quando ocorre o aumento de receita, ela poderá ser reconhecida à medida que essas incertezas são resolvidas.

Já os valores que compõem os custos do contrato o CPC 17 (2012, p.5) compreende como:

- Os custos que estejam relacionados diretamente com um contrato específico;
- Os custos que sejam atribuíveis à atividade do contrato de modo geral e possam ser alocados ao contrato;
- Outros custos que sejam especificamente imputáveis ao contratante (cliente), de acordo com os termos do contrato.

Os custos a um contrato específico estão relacionados à mão de obra, aos materiais que são utilizados, aos custos para levar ou retirar equipamentos na obra e a depreciação dos equipamentos. Esses custos podem gerar uma receita após a finalização do contrato como por exemplo: se sobrar materiais de construção a empresa pode gerar receitas com a venda dos mesmos diminuindo o custo da obra. Os custos que podem ser atribuídos às atividades do contrato são as apólices de seguros, custos de assistências técnicas que não estejam ligados a contratos específicos e aos gastos gerais da construção. Esses custos precisam ser alocados aos custos que tenham características similares. E por fim os custos que são especificamente imputáveis sendo os custos gerais administrativos e os custos de desenvolvimento.

Além das receitas e dos custos de um contrato também existem as perdas, onde o custo da obra é superior a receita. E no momento que é identificado essa perda é necessário realizar o reconhecimento. Sendo que o lançamento contábil do valor do déficit deverá ser:

QUADRO 1 – Contabilização de perda

Débito - para o resultado, reconhecendo a perda
Crédito - no passivo, provisionando as estimativas de perda.

FONTE: SOUSA, Edmilson Patrocinio de, (2015, p. 63).

A empresa precisa realizar a compatibilização entre o faturamento e as receitas. É muito comum que os recebimentos ocorram em momentos diferentes que a geração de receitas de controles de construção. Segundo Sousa (2015, p. 65), "os valores recebidos por vezes estão atrelados a outras variáveis além dos serviços efetivamente executados ". Para encontrar o valor da receita segue a seguinte fórmula:

$$\text{Receita} = \frac{\text{Custos incorridos}}{\text{Custos totais estimados}}$$

QUADRO 2 – Contabilização entre fatura e receita: ajuste do POC

Contabilização:	**Ajuste da POC**
Débito – Contas a receber (ativo)	Débito – Contratos em andamento

ISBN 978-65-5629-077-5

	(ativo)
Crédito – Receita (resultado)	Crédito – ajuste da POC (resultado)

Fonte: SOUSA, Edmilson Patrocinio de, (2015, p. 65).

Após a finalização do contrato podem ter gastos incorridos e devem ser contabilizados decorrentes de garantias, reivindicações ou penalidades. De acordo com Sousa (2015, p. 69), "esses gastos devem ser estimados durante a elaboração ou as revisões do orçamento do contrato e contabilizados como custos incorridos na execução dos trabalhos como uma provisão no passivo".

QUADRO 3 – Contabilização custos

Contabilização:
Débito – custos dos serviços prestados (resultados)
Crédito – fornecedores (passivo) ou disponibilidades (ativo)
Crédito – provisão para garantias (passivo)

FONTE: SOUSA, Edmilson Patrocinio de, (2015, p. 69).

Caso os gastos ocorram após a finalização do contrato é necessário avaliar se o serviço se enquadra nos contratos específicos, se são atribuíveis ou se são imputáveis, se tiver enquadramento em alguns destes custos deverá ser atribuído no contrato. Porém se o mesmo não ocorrer deverá ser reconhecido como uma despesa.

2.3 Incorporação

A incorporação imobiliária trata-se de uma atividade que a construtora pode desenvolver utilizando seus próprios bens para realizar a construção de edificações ou unidades para a venda. O incorporador também não precisa ser necessariamente a construtora pode ser pessoa física e contratar uma empresa para construir para ela, porém todas as responsabilidades legais dos serviços feitos por terceiros são do incorporador.

A lei que que traz a definição de incorporação é a lei 4.591/1964.

> Art. 29. Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, (VETADO) em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a têrmo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas (Brasil, 1964).

Segundo Souza (2020), "a incorporação é a atividade estabelecida exercida com o intuito de promover e realizar a construção para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificação compostas de unidades autônomas". O art. 32 da lei 4591/64 trata sobre todas as obrigações que os titulares de direito aquisitivo de terreno têm que cumprir para construir algum condomínio horizontal ou vertical.

ISBN 978-65-5629-077-5

As construtoras que acabam investindo na parte de incorporação, buscam constituir sociedades de propósitos específicos que são as SPEs. Segundo Sousa (2015, p. 83), "As SPE são pessoas jurídicas criadas com o objeto social bem definido, habitualmente a realização de determinado empreendimento, e prazo de duração limitado à conclusão e entrega do empreendimento".

Isso ocorre porque tem algumas facilidades quando a incorporação é aberta por SPE é aberto um CNPJ e a contabilidade torna-se independente sendo dos métodos que são utilizados para diminuir os custos.

> Para minimizar custos e complexidades das transações com terrenos, as corporações do segmento imobiliário costumam constituir entidades, tendo como único patrimônio um terreno. Assim, a transação daquele terreno ocorre mediante a troca de instrumentos patrimoniais da proprietária da terra, reduzindo custos e burocracias da transferência de escritura imobiliária (SOUSA, 2015, p. 83).

De acordo com Souza (2020, p.68), "a SPE poderá ser constituída sob forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima, e seus atos societários deverão ser registrados na Junta Comercial do Estado". Porém como a SPE é constituída de forma provisória não é comum ser aberta como sociedade anônima.

Em conformidade com Souza (2020, p.76), "o objeto social pode ser determinado pela identificação de um empreendimento pelo endereço do terreno constante no Registro de Imóveis e, se houver, pelo número do projeto aprovado pela municipalidade". A atividade que é registrada para a SPE é o CNAE 4110-7/00 de incorporação imobiliária, que a receita bruta do empreendimento advém de vendas de bens imóveis. Conforme previsto na Lei nº 8.981/1995.

> Art. 30. As pessoas jurídicas que explorem atividades imobiliária relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados a venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, deverão considerar como receita bruta o montante recebido, relativo às unidade imobiliárias vendidas (Brasil, 1995).

Segundo Souza (2020, p. 89), "as SPEs podem ser tributadas pelo lucro real ou presumido e se afetar o patrimônio também se poderá oferecer à tributação pelo Regime Especial de Tributação aplicável às incorporações (RET)". Para a tributação ocorrer pelo RET a incorporação imobiliária deverá estar submetida ao regime de afetação.

O patrimônio de afetação significa: segregar o patrimônio total da empresa e destinar a cada empreendimento um patrimônio próprio, de modo que os recursos fiquem afetados separadamente evitando assim o desvio de recursos (SCHERRER, 2015, p. 89). Os principais objetivos são a segregação e a minimização de riscos, para o condomínio adquirente de unidade não construída e para o banco financiador da construção (TEIXEIRA *et al.,* 2013).

Segundo Teixeira *et al.,* (2013, p. 98), "a constituição do patrimônio de afetação

ISBN 978-65-5629-077-5

é extremamente simples, basta que o incorporador e seus titulares de direitos reais sobre o terreno e as acessões firmem um termo de afetação".

De acordo com a Lei 4.591/64 o patrimônio de afetação acabar nas seguintes situações:

> Art. 31-E. O patrimônio de afetação extinguir-se-á pela:
> I – averbação da construção da construção, registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento;
> II – Revogação em razão de denúncia da incorporação, depois de restituídas aos adquirentes as quantias por eles pagas (art. 36), ou de outras hipóteses previstas em lei.
> III – liquidação deliberada pela assembleia geral nos termos do art. 31-F, § 1º. (Brasil, 1964).

O Patrimônio Afetado (PA) pode optar pelo regime especial de tributação (RET). Conforme, Teixeira *et al.*, "[...] é aplicável às incorporadoras imobiliárias, em caráter opcional e irretratável, enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto os adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação." (Teixeira et al., 2013, p.111).

O RET é regulamentado pela Lei 10.931/04.

> Art. 4º Para cada incorporação submetida ao regime especial de tributação, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a sete por cento da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições: I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ; II - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP; III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e IV - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
> §1º Para fins do disposto no caput, considera-se receita mensal a totalidade das receitas auferidas pela incorporadora na venda das unidades imobiliárias que compõem a incorporação, bem como as receitas financeiras e variações monetárias decorrentes desta operação (Brasil, 2004).

Após a definição da implantação da PA ou não nas incorporadoras, as mesmas começam a operar. Nas negociações de vendas é muito utilizado as permutas e segundo o OCPC 01 (2008) existem dois tipos de permutas: as que envolvem unidades imobiliárias de mesma natureza e valor e as que envolvem unidades imobiliárias de naturezas e valores diferentes. O OCPC 01 (2008) considera as permutas que envolvem unidades imobiliárias de mesma natureza e valor como transações que não geram ganhos nem perdas.

Considera-se permuta quando duas ou mais pessoas trocam entre si coisas de sua propriedade (Teixeira *et al.*, 2013, p.321). De acordo com Scherrer (2015, p. 26),

ISBN 978-65-5629-077-5

"[...] não existirá na permuta em que não houver a "torna", pois cada empresa (no caso de permuta entre pessoas jurídicas) considerará como valor de venda o mesmo valor atribuído como custo em sua escrituração contábil".

QUADRO 4 – Escrituração de permuta

CONTABILIZAÇÃO DA EMPRESA 1:	**CONTABILIZAÇÃO DA EMPRESA 2**
Baixa do imóvel no ativo:	**Baixa do imóvel no ativo:**
Débito – custo de imóveis vendidos	Débito – custo de imóveis vendidos
Crédito – receita de venda de imóveis	Crédito – receita de venda de imóveis
Pela aquisição do imóvel na permuta	**Pela aquisição do imóvel na permuta**
Débito – estoques de imóveis concluídos (recebido da empresa 2)	Débito – estoques de imóveis concluídos (recebido da empresa 1)
Crédito – estoques de imóveis concluídos (transferido para empresa 2)	Crédito – estoques de imóveis concluídos (transferido para empresa 2)

FONTE: TEIXEIRA, et al., (2013, p 324).

Caso tenha a "torna" em dinheiro, a contabilização fica da seguinte forma:

QUADRO 5 – Escrituração de torna

Contabilização da empresa 3 (que pagou a torna):
Baixa do imóvel no ativo:
Débito – custo de imóveis vendidos
Crédito – receita de venda de imóveis
Pela aquisição do imóvel na permuta:
Débito – estoques de imóveis concluídos (recebido da empresa 2)
Crédito – estoques de imóveis concluídos (transferido para empresa 2)
Pelo pagamento da "torna"
Débito – estoques de imóveis concluídos
Crédito – Caixa/banco

FONTE: TEIXEIRA, et al., (2013, p 327).

Outra diferença na incorporação é referente ao reconhecimento das receitas, pois quando acontece a venda de uma unidade a empresa não poderá entregar o bem pois ele ainda não existe ou ainda está em construção. Então a receita não é reconhecida à medida em que é recebido o valor do bem vendido.

Para o reconhecimento das receitas deve se ser respeitados os quesitos do item 14 do CPC 30:

> (a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
> (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
> (c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
> (d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
> (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade (CPC 30, 2012, p.6).

ISBN 978-65-5629-077-5

As orientações do CPC 30 (2012, p.2) no item 1 diz que, "as receitas estabelece o tratamento contábil da receita decorrente da venda de bens, de prestação de serviços e da utilização, por parte de terceiros, de outros ativos da entidade que geram juros, royalties e dividendos."

Conforme a interpretação técnica ICPC 02 (2009, p.4), "se o contrato de construção e seu resultado puder ser mensurado com segurança, a entidade deve reconhecer a receita pelo percentual da evolução da obra."

A entidade pode transferir ao comprador o controle, os riscos e os benefícios da propriedade do imóvel em construção em seu estágio atual de acordo com a evolução da obra (ICPC 02, 2009). Se isso ocorrer, as receitas também deverão ser reconhecidas à medida que ocorre o andamento da obra.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, essa pesquisa teve por objetivo apresentar as particularidades que ocorrem na contabilização dos fatos e os métodos utilizados na apuração de resultados nas rotinas contábeis das empresas no ramo da construção civil. Segundo Rampazzo (2002, p. 53): "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los". Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Os dados foram coletados por meio documentais, bibliográficas, com pesquisa em teses, artigos, foi também realizado entrevistas com alguns profissionais da área onde foi possível a confirmação dos métodos utilizados na contabilidade do setor de construção civil.

A metodologia utilizada para a análise da pesquisa é qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

Os dados da pesquisa foram obtidos através de dois instrumentos, um primeiro, sendo um questionário estruturado, para coletar as informações referentes ao perfil e características do histórico profissional dos entrevistados e, um segundo, composto por um roteiro de entrevista estruturado. Ambos os instrumentos foram aplicados a quatro profissionais da contabilidade que em suas respectivas empresas e escritórios, são responsáveis pelos processos contábeis de empresas da área de construção civil. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2021. Destaca-se que para os dados referentes ao perfil e características profissionais, utilizou-se a planilha eletrônica do Microsoft Excel® como ferramenta de organização e representação gráfica dos dados.

4 RESULTADOS

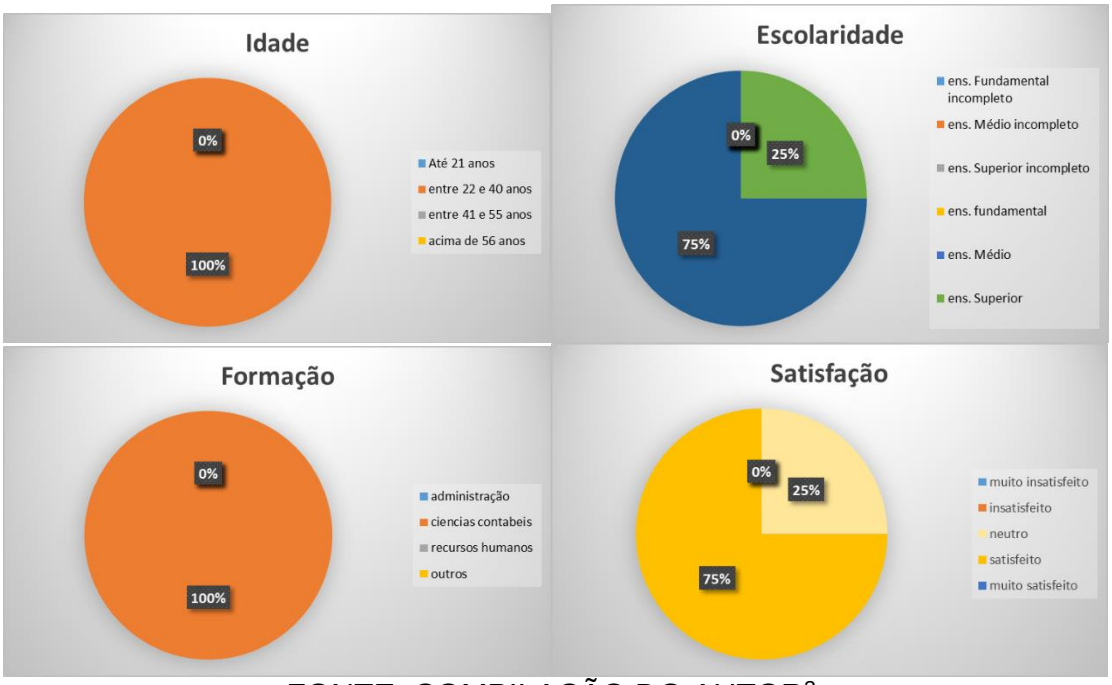
Nesta seção serão apresentados os principais resultados, obtidos através da realização de entrevistas. A mesma encontra- se dividida em duas subseções, sendo a primeira análise descritiva dos dados e a segunda análise das entrevistas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Análise Descritiva dos dados:

Na Imagem 1, são apresentadas as questões relativas ao perfil dos entrevistados.

IMAGEM 1: PERFIL DOS ENTREVISTADOS



FONTE: COMPILAÇÃO DO AUTOR[3].

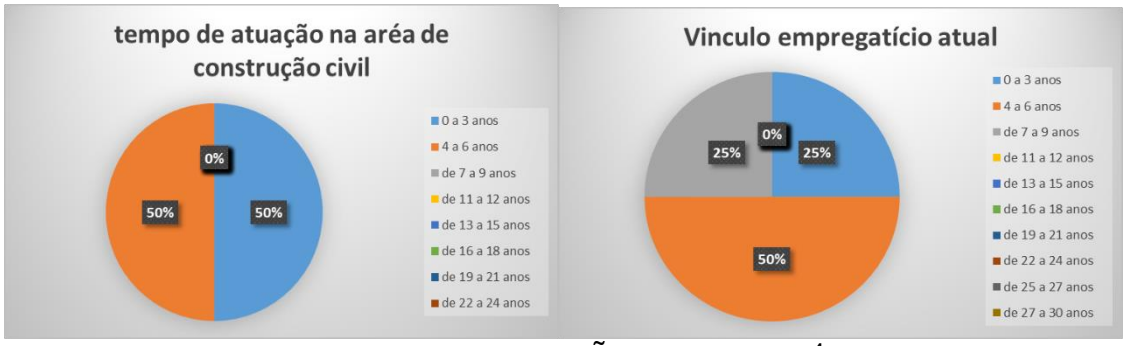
Através da Imagem 1, é exequível verificar que todos os entrevistados possuem entre 22 a 40 anos de idade. A formação destes, conforme já esperava-se, é em ciências contábeis, visto que, os entrevistados são os responsáveis pelo processo de acompanhamento contábil das empresas no ramo da construção civil. De maneira complementar, 75% dos respondentes, dizem possuir pós-graduação. Quando questionados sobre a satisfação no que tange o desempenho de suas funções atuais, 75% destacam que estão satisfeitos, 25% dos respondentes destacaram, serem neutros com relação a este quesito. Destaca-se ainda, que nenhum dos respondentes evidenciou estar muito satisfeito ou muito insatisfeito.

Na Imagem 2, são apresentadas as características profissionais dos respondentes.

[3] Sabrina de Oliveira Geraldo (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

IMAGEM 2: CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS DOS RESPONDENTES



FONTE: COMPILAÇÃO DO AUTOR[4].

Ao observar a Imagem 2, podemos observar que 50% dos respondentes, atuam na área contábil, voltada à construção civil entre 0 a 3 anos, e que, 50% deles, atua entre 4 a 6 anos na área. Quando inquiridos sobre o tempo de atuação no vínculo empregatício atual, observa-se uma maior dispersão dos dados, visto que, 25% dos entrevistados, atuam de 0 a 3 anos, 25% de 7 a 9 anos e 50% que trabalham de 4 a 6 anos. Assim, é exequível inferir, que existe uma rotatividade entre as áreas de atuação, principalmente para os colaboradores que estão a mais de 6 anos na organização. Podemos inferir, que por ser uma área específica dentro da contabilidade, ao chegarem nesta área, os colaboradores, tendem a permanecer inertes, por vezes em função das especificidades que são exigidas pela respectiva área.

No próximo subtópico serão apresentadas as principais análises realizadas sobre as entrevistas que foram realizadas.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O primeiro questionamento realizado aos entrevistados tratava sobre a existência ou não de diferenças entre a contabilização de uma empresa de construção civil que participa de licitações e uma que não opere através deste expediente, de maneira adicional, solicitou-se que no caso de diferenças, que as mesmas fossem apontadas. As respostas apresentadas pelos respondentes foram transcritas no Quadro 6.

QUADRO 6 – Respostas ao questionamento 1

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"eu não lembro muito da parte de licitação, pois só temos duas empresas que fazem isso e não sou eu quem cuido delas, mas que eu saiba a diferença é na parte dos custos e receitas, que eles vão ser apropriados mensal ou anual, dependendo do período de duração da obra"
Entrevistado 2	"acredito que não. Os padrões contábeis devem ser os mesmos para todas as empresas. De maneira que as demonstrações de diferentes empresas possam ser comparadas"

[4] Sabrina de Oliveira Geraldo (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

Entrevistado 3	"em relação as demonstrações contábeis não tem diferença, pois é necessário ser feito de modo padronizado para que seja possível ser feita a comparação entre diversas empresas. Mas tem diferença na parte de reconhecimento de receitas, que tem como variantes o período de duração da obra"
Entrevistado 4	"não existem diferenças"

FONTE: dados da pesquisa pelo autor (2021).

Através do Quadro 6, é possível identificar de modo geral o que muda na contabilização das empresas que participam das licitações são referentes aos custos que podem variar dependendo da duração da obra. Na sequência os entrevistados foram questionados quanto ao procedimento adotado no momento da contabilização de um veículo que fosse recebido como parte de pagamento, se o mesmo era reconhecido como um imobilizado da construtora, as respostas obtidas são apresentadas no Quadro 7.

QUADRO 7 – Respostas ao questionamento 2

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"depende, se a empresa tiver a atividade de compra e venda de veículos contabilizamos no estoque, caso contrário contabilizamos como imobilizado"
Entrevistado 2	"Apenas se a empresa tiver o objetivo de utilizar o mesmo em sua frota. Do contrário deve ser considerado estoque"
Entrevistado 3	"isso depende, porque se a construtora tiver o CNAE de compra e venda de veículos ele deverá ser contabilizado no estoque da empresa e caso não tenha esse CNAE ai deverá ser contabilizado no imobilizado"
Entrevistado 4	"depende, se a empresa for ficar com o veículo para uso, sim, caso contrário será só disponível para venda."

FONTE: dados da pesquisa pelo autor (2021).

Ao observar as respostas evidenciadas no Quadro 7, é possível verificar que a contabilização da transação, vai depender das atividades que a empresa possui como CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), para ser definida a forma de contabilização. De maneira que as duas formas de contabilização então corretas, tanto, lançamento como imobilizado, quanto no estoque. A questão seguinte aborda sobre os procedimentos que são adotados para identificação de cada obra dentro da contabilidade, as respostas coletadas são apresentadas no Quadro 8.

QUADRO 8 – Respostas ao questionamento 3

Entrevistado	Resposta apresentada
Entrevistado 1	"nós costumamos separar por centros de custos e ter estoques separados por unidades, então primeiramente lançamos as despesas na classificação 4 (transitório) por centro de custos e depois fazemos o rateio para os estoques no ativo por unidade e de acordo com a

ISBN 978-65-5629-077-5

	metragem de cada unidade"
Entrevistado 2	"a empresa deve ter controle individualizado para cada obra em razões auxiliares ou por meio de separação das contas de custo e despesas no plano de contas. O estoque também deve ser demonstrado de maneira a identificar as diferentes obras"
Entrevistado 3	"poderá ser separado por centro de custo, separado no plano de contas com divisão de despesas e dos estoques definindo um para cada obra"
Entrevistado 4	"através do centro de custo."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

Podemos verificar por meio do Quadro 8, que geralmente cada escritório define a melhor forma de separar cada obra, no qual é muito utilizado o centro de custo e a separação no plano de contas. sendo utilizado para melhor identificação de cada obra. O questionamento seguinte dizia respeito à existência de similaridade entre a contabilidade nas empresas do ramo da construção civil e as empresas com atividade de comércio e indústrias. As respostas obtidas são apresentadas no Quadro 9.

QUADRO 9 – Respostas ao questionamento 4

Entrevistado	Resposta apresentada
Entrevistado 1	"a única parte que é diferente são os custos e as contabilizações de receitas, pois temos que fazer essas separações por obras e nas empresas que usam o método POC, que é baseado no andamento da obra, temos que fazer os lançamentos de acordo com o andamento da obra, mas o restante das contabilizações eu acredito que sejam iguais"
Entrevistado 2	"Não, principalmente quando a empresa efetua vendas antes da entrega das obras. Nesse caso o reconhecimento do estoque, custo e valores a receber devem acompanhar a evolução da obra ou não, de acordo com o tipo do contrato de venda firmado"
Entrevistado 3	"são semelhantes mas não totalmente iguais, pois nas construtoras a contabilização das receitas e dos custos são diferentes. As empresas podem usar o método POC que é reconhecido as despesas e receitas conforme o andamento da obra e também tem a questão da separação por obras. Mas também pode ser contabilizado de forma diferente se dependendo do contrato que foi acordado entre as partes"
Entrevistado 4	"é semelhante, mas não igual. Existem particularidades na contabilidade da construção civil."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

Segundo os resultados das entrevistas, apresentados no Quadro 9, é possível identificar as diferenças entre as empresas onde os lançamentos são relacionados a

ISBN 978-65-5629-077-5

custos e receitas que são apropriados de formas diferentes. O questionamento seguinte tinha como função descobrir qual é o método mais utilizado para o reconhecimento de receitas das empresas de construção civil. As respostas obtidas são elencadas no Quadro 10.

QUADRO 10 – Respostas ao questionamento 5

Entrevistado	Resposta apresentada
Entrevistado 1	"nas construtoras maiores usamos o POC, que é baseado no andamento da obra, já nas construtoras menores utilizamos o método de entrega das chaves, onde só contabilizamos as receitas e custos quando é entregue a escritura para os clientes"
Entrevistado 2	"no caso de vendas de unidades não concluídas, o método mais utilizado é o POC, que tem como base a evolução da obra de acordo com o custo orçado vs realizado"
Entrevistado 3	"pode ser utilizado o método POC, que é apurado pelo andamento da obra ou pelo método da entregas das chaves, que é somente contabilizado quando é entregue a escritura para o comprador"
Entrevistado 4	"o reconhecimento da receita só deve ocorrer quando atender os critérios estabelecidos no CPC."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

É possível identificar que o método POC é o mais utilizado entre as construtoras para realizar o reconhecimento das receitas. Os entrevistados também foram questionados sobre as possíveis diferenças na estrutura do balancete de verificação das empresas do ramo de construção civil frente às demais empresas, as respostas são listadas no Quadro 11.

QUADRO 11 – Respostas ao questionamento 6

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"não difere muito, pois algumas empresas de comércio e indústria também usam a classificação 4 (transitório) para lançar os custos, mas é mais raro eles utilizarem essa forma de controle, já nas construtoras utilizamos em todas. a parte dos estoques também é diferente, pois utilizamos as contas por unidades de imóveis que estão sendo construídos, mas isso depende da forma de organização de cada escritório, eu gosto de fazer por unidade pois acho que fica mais fácil dos clientes visualizarem no balancete"
Entrevistado 2	"Não vejo diferenças na estrutura"
Entrevistado 3	"acredito que uma diferença seja a utilização da classificação 4 onde é lançado os custos e também os estoques são lançados de forma individualizada, ou seja, por unidades"
Entrevistado 4	"depende de que tipo de empresa comércio/industrial que

ISBN 978-65-5629-077-5

	estamos falando, pois as diferenças que poderiam ter seriam as contas de rateio dos custos e as contas de contratos a entregar."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

Em relação às diferenças do balancete destacou-se nas entrevistas o custo e a estrutura dos estoques. O Quadro 12, apresenta as respostas apresentadas sobre os possíveis ramos de atuação das empresas do ramo de construção civil.

QUADRO 12 – Respostas ao questionamento 7

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"em todas as áreas relacionadas à construção civil, como reformas, empreitada parcial ou total, entre outras"
Entrevistado 2	"Prestação de serviços de construção, reforma e incorporação imobiliária"
Entrevistado 3	"elas podem atuar como construção civil, reformas, empreitadas, alugues, incorporação imobiliária, prestação de serviços entre outras"
Entrevistado 4	"todas que entender."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

As respostas da maioria dos entrevistados em relação ao ramo de atuação então relacionados à construção, somente um entrevistado alegou que a empresa pode atuar em todos os ramos que entender ser viável para o seu negócio. Sobre a existência de algum benefício fiscal ou regime especial de tributação, as respostas apresentadas são evidenciadas no Quadro 13.

QUADRO 13 – Respostas ao questionamento 8

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"as incorporadoras podem adotar o RET (regime especial de tributação), nesse regime elas pagam 4% de impostos sobre os recebimentos ao invés de pagar 5,93%, o que se torna bem vantajoso"
Entrevistado 2	"existe um Regime Especial de Tributação – RET para incorporadoras que afetam o patrimônio incorporado"
Entrevistado 3	"sim, elas pode optar pelo RET que passam a pagar 4% de imposto sobre os recebimentos"
Entrevistado 4	"sim."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

Todos os entrevistados afirmaram que sim, tem benefício e que esse benefício para as empresas de construção civil, é o RET. Foi realizado o questionamento sobre a possibilidade de as construtoras poderem atuar com a prestação de serviços e com a incorporação, bem como para evidenciar qual seria a diferença entre essas duas áreas. As respostas apresentadas podem ser observadas no Quadro 14.

QUADRO 14 – Respostas ao questionamento 9

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"sim, elas podem ter as duas atividades, a diferença entre elas é que a incorporação é quando a empresa constrói

ISBN 978-65-5629-077-5

	algo em um terreno próprio (que esteja no nome da empresa), como por exemplo a empresa constrói um prédio no seu terreno e ela mesma faz as vendas desses aptos, já na prestação de serviços de construção ela constrói no terreno dos clientes ou faz reformas em bens de terceiros"
Entrevistado 2	"Sim. Na atividade de prestação de serviços a empresa atua em imóveis de terceiros. Já na incorporação o imóvel é da própria construtora"
Entrevistado 3	"sim, a prestação de serviços é a construção ou reforma em terrenos de terceiros já a incorporação é a construção no terreno próprio"
Entrevistado 4	"sim, a prestação de serviço é quando a empresa é contratada para executar a obra para terceiros. No caso da incorporação a empresa detém o terreno, faz toda a obra e vende o imóvel ainda na planta."

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

No questionamento 9 as respostas foram positivas em relação às construtoras atuarem tanto com prestação de serviços e com incorporação. O último questionamento realizado aos entrevistados foi sobre quais seriam as condições para que a construtora tenha a atividade de incorporação, as respostas são listadas no Quadro 15.

QUADRO 15 – Respostas ao questionamento 10

Entrevistado	**Resposta apresentada**
Entrevistado 1	"para elas serem incorporadoras elas precisam construir em um terreno próprio, que esteja no nome da empresa, a incorporadora é aquela responsável pelo terreno e pela venda das unidades construídas, mas ela pode terceirizar a construção dos imóveis para uma outra empresa que prestará o serviço de construção"
Entrevistado 2	"Ter tal atividade prevista no contrato social e demonstrar à prefeitura e ao INSS que tem funcionários suficientes para executar a obra"
Entrevistado 3	"tem que ter no contrato social a atividade de incorporação, ter um terreno que possa construir, fazer o patrimônio de afetação, a incorporadora que será responsável pelas vendas dos imóveis"
Entrevistado 4	"ter a atividade"

FONTE: dados da pesquisa recolhidos pelo autor (2021).

As empresas precisam ter a atividade no contrato social, terreno próprio, o terreno afetado e a prefeitura precisam entender que a empresa tem funcionários o suficiente para execução da obra. Na próxima seção são apresentadas as principais conclusões.

ISBN 978-65-5629-077-5

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo presente desta pesquisa foi detalhar quais são as rotinas contábeis aplicáveis a uma empresa do segmento de construção civil na cidade de Cascavel. Foram entrevistados 4 contadores, responsáveis por empresas do segmento de construção civil. O método utilizado para a análise dos dados foi o qualitativo.

Os entrevistados têm perfil jovem, todos atuam na área de contabilidade. São profissionais que já tem alguns anos de experiência e por esse motivo conseguiram contribuir para a coleta de dados desse estudo.

Pode-se concluir que os métodos do POC e o método da entrega das chaves citados anteriormente são utilizados no dia a dia dos escritórios que trabalham com esse tipo de empresa. É possível identificar que as construtoras são diferenciadas principalmente em relação ao reconhecimento das receitas e dos custos. Apesar de algumas respostas serem contraditórias em relação às diferenças dos balancetes, a maioria dos entrevistados concorda, que a forma dos custos serem contabilizados é o ponto que mais se diferencia das outras empresas.

Outro ponto em relação às incorporadoras é em relação a utilização do regime especial de tributação (RET) que é uma forma mais barata que os empresários têm para fazer o recolhimento dos impostos. O RET consiste na apuração com a alíquota de 4% sobre os recebimentos da empresa.

Os métodos abordados de classificar no 4 (transitório) e da separação dos estoques neste artigo são utilizados pelos escritórios para obter o controle mais rigoroso das despesas, custos e das receitas e para mostrar as maiores diferenças que a contabilidade das empresas da construção civil tem.

É importante ressaltar que para pesquisas direcionadas às empresas de construção civil, seria interessante buscar informações mais aprofundadas sobre o RET, sobre os métodos de custeio e também sobre o melhor regime tributário para empresas da construção civil.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Manual Scherrer. **Contabilidade Imobiliária: abordagem sistêmica, gerencial e física.** 4º ed. São Paulo. Atlas, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.981, 20 de janeiro de 1995. **Dispõe sobre imposto de renda.** Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108505/lei-8981-95#art-30 . Acesso em: 03 junho de 2021.

BRASIL, Lei 10.931 de 02 agosto de 2004. **Regime especial de tributação do Patrimônio de Afetação.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=69F438CF4CDE09614727A09EDE97C0C8.proposicoesWeb1?codteor=671780&filename=LegislacaoCitada+-EMS+12/2009+MESA+%253D%253E+PLV+12/2009+MPV46009+%253D%253E+MPV+460/2009 . Acesso em: 03 de junho de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL, Lei 4.591 de 16 dezembro de 1964. **Regime especial de tributação do Patrimônio de Afetação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4591.htm . Acesso em: 03 de junho de 2021.

BONHO, Fabiana Tramontin, SILVA, Felipe Martins da, ALVES, Aline. **Contabilidade Básica.** Editora Sagah educação S. A, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, CPC 17, (R1) **Contratos de Construção.** Out, 2012. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/251_CPC%2017%20(R1)%2019102012.pdf . Acesso em 29 maio de 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, CPC 00, (R2) **Pronunciamento técnico: Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros.** Nov, 2019. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

GERHARDT, Tatiana Enel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa.**2009. Ed 1. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 20 agosto 2021.

MEC. **Educação profissional**. 2000. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

FJP – Fundação João Pinheiro**. Déficit habitacional no Brasil:** 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: 15 abr. de 2021.

MINHA CASA MINHA VIDA – MCMV. **Programa minha casa minha vida.** Disponível em: https://www.mrv.com.br/minhacasaminhavida/. Acesso em: 14 de abril de 2021.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende**. A questão habitacional no Brasil. Mercator**, v. 16, n.1, p, 1-13, 2017.

ORIENTAÇÃO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, OCPC 01, (R1) **Entidades de Incorporação Imobiliária.** Dez, 2008. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/126_OCPC_01_R1.pdf . Acesso em 16 maio de 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Cientifica.** 3 ed. São Paulo, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rwyufjs_DhAC&oi=fnd&pg=PA15&dq=metodologia+cient%C3%ADfica&ots=9tAhqgHqxy&sig=hbrptd2dpMVH0rhv8vHvKuteFUU#v=onepage&q=descritiva&f=false . Acesso em: 05 de junho 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SANTOS, Antônio Sebastião dos. **Contabilidade.** Editora Pearson Education do Brasil. São Paulo, 2014.

SCHERRER, Alberto Manoel. **Contabilidade Imobiliária: Abordagem sistêmica, gerencial e fiscal.** 4 Ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

SOUSA, Edmilson Patrocinio de. **Contabilidade de Contratos de Construção e Incorporação Imobiliária.** Editora Atlas, São Paulo, 2015.

SOUZA, Martelene Carvalhaes Pereira e. **Patrimônio de afetação, SPE, SCP e Consórcio.** MC Editora Ltda,2 ed, São Paulo, 2020.

SOUSA, Janaildo Soares de, ALVES, Gilcean Silva, SILVA, Andréa Ferreira da, SOUSA, Gerlania Maria Rocha, SOBRINHO Adauto Morais de Araújo. **Impacto da Construção Civil no Produto Interno Bruto Brasileiro.** Campos dos Gouytacazes: 2015. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/576/512**.** Acesso em: 14 de abril de 2021.

TEIXEIRA, Paulo Joní. PANTALEÃO, Milton J. TEIXEIRA, Gelson Joní Mathias. **Construção Civil: Aspectos Tributários e Contábeis.** 4 Ed. Porto Alegre, Editora Alternativa,2013.

TEIXEIRA, Luciene Pires, CARVALHO, Fátima Marília Andrade de. **A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/SABRINA/Downloads/Dialnet-AConstrucaoCivilComoInstrumentoDoDesenvolvimentoDa-4813503.pdf. Acesso em: 02 de Junho de 2021.

TEIXEIRA, Luciene Pires, GOMES, Marília Fernandes Maciel, SILVA, Antônio Braz de Oliveira. **Construção civil mineira: dinâmica e importância para a economia estadual.** XIV seminário sobre economia mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/359/229 . Acesso em: 02 de Junho de 2021.

THEÓPHILO, Carlos Renato. **Contabilidade da Construção Civil: Estudo Sobre as Formas de mensuração e reconhecimento de resultado.** XIII Congresso Brasileiro de Custos. Belo Horizonte, Mato Grosso, 2006. Disponível: file:///C:/Users/SABRINA/Downloads/1681-1681-1-PB%20(2).pdf . Acesso em: 24 de Junho de 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2º ed. Reimp – Florianópolis, 2013. Disponível

ISBN 978-65-5629-077-5

http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf . Acesso: 04 Junho 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DE INTERNET LOCALIZADA EM SANTA TEREZA DO OESTE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS

Amanda Cagol[1]
Gislaine Monteiro Alves[2]
Professor Rafael Maximiano Ferreira[3]

Resumo: A Análise das Demonstrações Contábeis e de Indicadores fazem parte de um processo importante na avaliação da saúde econômica e financeira de uma empresa, além de ser através delas que os gestores efetuam as tomadas de decisões. O presente estudo teve como objetivo principal analisar a saúde de uma empresa provedora de serviços de internet entre os anos de 2018 a 2020, período de pandemia da SARS-CoV-2, conhecido popularmente pela nomenclatura "Covid-19', que afetou completamente a vida das pessoas ao redor do mundo. Quanto aos procedimentos metodológicos, a análise foi desenvolvida através de uma pesquisa documental, aplicando-se uma análise horizontal e vertical sobre os dados coletados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, coletados por meio de documentos digitalizados dispostos pelo escritório contábil que representa a organização, seguido ainda os indicadores de Rentabilidade, Liquidez e Endividamento, e abordando os acontecimentos do cenário pandêmico. Os resultados apontaram que de fato houve um impacto nos indicadores financeiros e econômicos da empresa, contudo, o impacto foi positivo. A organização transmissora de sinais de multimídia garantiu esse sucesso defronte a pandemia devido expansão de suas e a demanda dos usuários, que cresceu em 205,02% em relação ao ano de 2018, também incluiu no dia-a-dia o cuidado com gastos. Verificou-se também que a melhoria dos indicadores contribuirá para um controle e uma gestão ainda mais aguçadas.

Palavras-chave: Análise. Indicadores. Demonstrações Contábeis. Pandemia. SARS-CoV-2.

1 INTRODUÇÃO

Neste momento as empresas se encontram em uma situação de levantamento para definir os objetivos a serem alcançados e criar planos de emergências, além de garantir decisões que possam ser tomadas mais rápido possível em diferentes situações, pois as mesmas devem manter o bem estar físico e mental dos funcionários, analisando a natureza de diferentes negócios e trabalhos para assegurar a adequada retomada de trabalhos durante a crise de um cenário pandêmico.

Frente a tal situação, a presente pesquisa concentra-se no estudo detalhado sobre a posição econômica e financeira referente ao período de 2018 até o 1º trimestre de 2021

[1] Acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis (Centro Universitário UNIVEL).
[2] Acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis (Centro Universitário UNIVEL).
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

de uma empresa provedora de serviços de internet, localiza na cidade de Santa Tereza do Oeste.

Diante da pandemia que o país vem enfrentando, destaca-se que as empresas estão trabalhando em um cenário totalmente diferente, com resultados que podem ser melhores e até mesmo completamente ao contrário disso e para saber a real situação da empresa, serão aplicados os cálculos de liquidez, rentabilidade, estrutura de capital e as análises das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e DRE). Essa empresa provedora de internet vem designadamente enfrentando essas incertezas, tomando decisões com base em suas vendas, despesas e resultados finais. Para que se possa entender quais os diferenciais ela vem adotando depois que tudo começou, a presente pesquisa é levantada para que empresários, pequenos empreendedores e até mesmo pessoas físicas tenham conhecimento das estratégias e medidas que podem ser tomadas para garantir o sucesso de seus negócios, ou seja, independentemente dos resultados, deve-se haver a ideologia de que no cenário atual, as pessoas sejam influenciadas a ter uma atenção especial visando sempre a retenção econômica e cortes de gastos não essenciais.

Percebe-se ainda que neste momento de pandemia a forma de trabalhar, estudar e se comunicar mudou bastante, visto que o distanciamento social acabou se tornando necessário para conseguirmos enfrentar esse momento da melhor maneira possível, com isso, as pessoas começaram a utilizar ainda mais a internet em seu dia a dia, para suprir suas necessidades, muitos acabaram tendo que contratar planos maiores e até instalar aparelhos mais potentes. Com isso, pode-se fazer a seguinte pergunta: Qual é a situação econômica e financeira das empresas provedoras de serviços de internet durante o período de pandemia de SARS-CoV-2?

O objetivo da pesquisa é analisar as demonstrações contábeis de uma determinada empresa de Internet para que se tenha ideia de como está sendo para esse setor trabalhar neste momento, fazendo assim uma pesquisa descritiva. A mesma exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). E desta forma, determina um levantamento completo e um exame crítico das informações para que os resultados não sejam equivocados. Segundo (TRIVIÑOS, 1987) os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados.

2 REVISÄO BIBLIOGRÁFICA

Os indicadores de desempenho são utilizados, como parte de um sistema de controle gerencial. Também pode ser compreendido, como a empresa avalia os resultados obtidos, se estão melhores ou piores em relação a algum parâmetro. Estes parâmetros, podem ser os resultados passados, os orçados ou os alcançados por seus concorrentes (OYADOMARI *et al*., 2018). Quando analisada sob a ótica financeira, a importância da análise de indicador reside no fato de este ser o mecanismo pelo qual um investidor ou analista, avalia os principais pontos e múltiplos de um uma empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

Além de analisar a saúde da empresa, é possível observar também as suas perspectivas, ou seja, acompanhar e projetar o desempenho futuro e as suas metas e objetivos propostos, que conseguem ser atingidos. Acabam representando um ponto estratégico de uma gestão e sendo possível dizer que são métricas que qualificam e quantificam a performance de todo o dinheiro da empresa, mostrando o quão escalável o negócio pode ser.

A análise da situação econômica, está presente em diversos momentos da nossa vida, isso por conta de que a economia nos rodeia em todo o lugar. Ela precisa ser compreendida e entendida com seu verdadeiro significado. Mostrando o rendimento dos investimentos feitos pelas empresas, onde é uma ideia de como está sendo o ciclo operacional da empresa (ANÁLISE ECONÔMICA CONSULTORIA, 2017).

E a análise financeira é a que avalia a saúde financeira da empresa e prevê seu desempenho futuro, portanto, são ações essenciais, sendo assim a necessidade de entendê-los, onde auxiliam na tomada de decisões, acabando com os possíveis problemas. Porém essas escolhas, são feitas por sua vez e realizadas com o objetivo de crescimento e de desvio dos problemas, que indica a fragilidade, separando os pontos fortes, analisando as entradas e saídas, corrigindo as falhas e todos esses processos sendo feitos com profissionalismo de um analista financeiro de qualidade, pois os mesmos são primordiais no funcionamento de negócios (TRADING BOLSA, 2015).

Para que seja possível acompanhar a evolução e identificar possíveis deficiências na gestão dos negócios, é de suma importância à análise das demonstrações financeiras através de índice de liquidez, que é relacionado aos bens e direito da empresa, sendo extraídos do Balanço Patrimonial. E já na econômica é sobre rentabilidade e lucratividade, como a empresa vem utilizando o recurso investido, ou seja, verificação dos lucros na organização e por fim, a financeira, que está ligada mais ao fluxo de caixa, referente ao dinheiro no caixa da empresa.

Observa-se que, com o impacto do Coronavírus (Sars-CoV– 2) no ano de 2020 e 2021, temos uma única certeza, de que o nosso mundo será totalmente diferente após o mesmo. Principalmente na economia das empresas, sendo micro, pequenas e médias empresas, onde enfrentaram diversas barreiras e desafios, sempre buscando uma forma de novos métodos de trabalho para não acabar fechando as mesmas, tendo que se adaptar ao "novo mundo", pois se medidas não forem tomadas, o desemprego irá aumentar e surgirão diversas dificuldades para sobreviver perante a pandemia (BITTENCOURT, 2020).

Dentre os planos para o ano de 2020 e 2021 estava o crescimento econômico ainda mais acelerado no Brasil, porém, a humanidade vem enfrentando um dos momentos mais difíceis dos últimos anos devido a nova pandemia (Sars-CoV-2), que trouxe o fechamento de muitos setores considerados não essenciais, com este cenário completamente atípico e cheio de incertezas, os comércios e consumidores adotaram mudanças de hábitos, trazendo ao mundo uma era ainda mais digital.

Conforme o site brasil.elpais.com, pode se observar que com a pandemia o Brasil chegou a 716.000 empresas que fecharam as portas, a mesma corresponde a mais da metade de 1,3 milhões de empresas que estavam com atividades suspensas ou encerradas definitivamente, afirma o IBGE. O mesmo mostra que teve um impacto

ISBN 978-65-5629-077-5

negativo em todos os setores econômicos, mas afetou especialmente o comercio em 39,4% e serviços 37%, principalmente as de pequeno porte, ou seja 99,8% dos negócios não voltarão a abrir as portas depois da crise. De acordo com a Sebrae, a média de empresas que fecham a cada ano é de 10%, o que corresponde a 600.000 negócios (BRASIL EL PAIS, 2020).

Desta forma, o uso da tecnologia encontra-se muito mais presente na vida das pessoas desde que tudo começou, tanto nas empresas, como nas escolas, restaurantes e no comercio em geral, as pessoas tiveram que adaptar-se a novas formas de trabalho e comunicação, muitos aplicativos de celular e computador foram atualizados para atender a capacidade de seu público, como por exemplo, aplicativos de *delivery, internet banking, e-commerce*, até mesmo as redes sociais que adotaram o método *Marketplace*. A internet tem o papel fundamental de manter uma certa rotina e parâmetros de "normalidade" nesse momento de suspensão das atividades presenciais. (DESLANDES,2020).

Diante dessas mudanças tecnológicas, as empresas de *internet* tiveram uma maior demanda, muitas pessoas abriram novos cadastros, pessoas físicas aumentaram seu plano para suprir sua necessidade de trabalhar em *Home Office* e ainda para estudar e estar por dentro das notícias que englobam as atualizações da pandemia, assim, muitas manutenções, atualizações, compras e vendas vem sendo feitas para que possam atender todos os clientes que procuram excelência na hora de navegar em seus computadores e celulares, fica então perceptível que essas empresas obtiveram um maior trabalho e aperfeiçoamento de seus serviços, gerando assim, mais lucro para a mesma.

2.1 Análise de Demonstrações Financeiras

De acordo com Ribeiro (2009), o processo de análise começa quando termina o processo contábil; portanto, o trabalho do analista começa quando termina o trabalho do contador, pois, conforme já dissemos, os demonstrativos contábeis são a fontxe de dados para a elaboração da análise.

Segundo Assaf Neto (2006), as expressões "análise de balanços", "análise das demonstrações/demonstrativos contábeis" e "relatórios financeiros" são sinônimas. Segundo o autor, a análise de balanços visa: Relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Marion (2009) afirma que o objetivo principal da contabilidade conforme estrutura conceitual básica é permitir grupos de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer interferências sobre suas tendências futuras, neste sentido a análise de demonstrações contábeis configura-se como um grande aliado a avaliação e gestão das organizações.

As análises são levantadas dentro de uma empresa para que outras pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, como investidores, acionistas, fornecedores, diretores e

ISBN 978-65-5629-077-5

até alguns clientes possam conhecer a situação em que ela se encontra, também são usadas como um elemento de tomada de decisões, pois essas analises trazem os ativos e passivos da empresa, mostrando quanto a empresa tem de capital disponível para investir ou não em algo. É para isso que as análises servem, para auxiliar e apresentar sua real situação, ou caso contrário, perderão sua finalidade.

2.2 Análise de Rentabilidade

Para fazer uma análise de uma empresa pode se observar que quando uma empresa possui equilíbrio entre liquidez e rentabilidade significa que ela está com uma boa situação econômico-financeira. Segundo Gualberto (2018), os indicadores de rentabilidade buscam analisar os lucros auferidos pela entidade de forma relativa, geralmente analisados em relação aos investimentos feitos pelo conjunto de fornecedores de capital (sócios e terceiros) ou apenas pelos sócios/acionistas.

Saporito (2015) afirma que os índices de rentabilidade são divididos em dois grandes grupos, margens que são alcançados com base na Demonstração do Resultado do Exercício, e os retornos que são atingidos pelo Balanço Patrimonial utilizado na comparação de resultados. Para Assaf Neto (2010) afirma que a análise visa a lucratividade pelas vendas e o retorno dos investimentos realizados, verificando assim a situação econômica e de desempenho da empresa.

Os principais índices de rentabilidade, são:

Rentabilidade do Ativo (ROA) tem como objetivo analisar a capacidade de lucro a partir dos ativos da organização, ou seja, é a junção do Giro do Ativo com a Margem de Lucro, e assim como no Giro do Ativo, quanto maior o resultado, melhor é para a empresa.

Rentabilidade do PL (ROE) é o índice que indica em quanto tempo em média a empresa conseguirá recuperar seus investimentos, ou seja, analisa o retorno sobre o capital próprio (sócios e acionistas). Os resultados são obtidos através do cálculo: Lucro líquido por Patrimônio líquido.

Margem de Lucro sobre as Vendas, mostra qual a porcentagem do lucro os empresários podem dispor, na forma de distribuição de lucros ou para dar reforço ao Patrimônio Líquido.

Os índices apresentados acima têm como objetivo a demonstração dos resultados financeiros da empresa, indicando se foram ou não rentáveis. De acordo com Padoveze e Benedicto (2007), a análise da rentabilidade pode ser considerada como uma das mais importantes para a análise das demonstrações financeiras, pois seu objetivo é apresentar o retorno do capital investido e identificar as razões que levaram a esta taxa de rentabilidade.

2.3 Análise de Indicadores de Liquidez

Segundo Bazzi (2020) explica, analisar a liquidez da empresa significa ver se ela está honrando com suas obrigações, ou seja, se tem capacidade de pagamento de suas dívidas. De certo modo, a análise de liquidez a empresa é capaz de descobrir problemas

ISBN 978-65-5629-077-5

financeiros com antecedência. Contudo, Matarazzo (2010) classifica que mesmo que uma empresa tenha bons índices de liquidez, não quer dizer que obrigatoriamente ela paga suas dívidas em dia, por conta de outras variáveis, como prazo, renovação de dívidas, entre outros. Ou seja, de certo modo, a empresa precisa estar sempre atenta a todas as variáveis para que imprevistos irreversíveis não ocorram.

Eles fazem parte de um conjunto de índices financeiros, os quais medem a capacidade financeira da empresa e satisfazer o seu dever junto a terceiros. Proporcionam o grau de solvência da empresa, ou seja, aferindo sua capacidade de pagamento de suas dívidas de curto prazo, buscando sempre um resultado maior, pois quanto maior melhor será a situação financeira da empresa. Mas, necessariamente uma alta liquidez não indica uma boa saúde financeira, sendo assim, se ela mantiver muitas mercadorias estocadas, ou uma gestão ineficiente no prazo de recebimento e pagamento, poderá ter problemas com liquidez, onde os mesmos são influenciados pela gestão financeira da empresa e das decisões estratégicas de investimento e financiamento (THE CAP RENDA VARIÁVEL, 2020).

Com o levantamento dos cálculos dos indicadores é possível avaliar o equilíbrio ou desiquilíbrio financeiro da empresa, sendo ainda, utilizados para avaliar diversos aspectos financeiros, ponderando o equilíbrio financeiro e o grau de comprometimento da mesma diante a seus credores. Essas informações são retiradas do balanço patrimonial, o qual deve estar sempre atualizado, para que não ocorra nenhum tipo de problema ou erro quando o investidor necessitar realizar o cálculo.

Para isso existe vários índices, sendo eles: Liquidez seca, que indica o quanto uma empresa poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em conta seus estoques para realizar o pagamento de suas obrigações de curto prazo; Liquidez Imediata é a comparação entre disponível e o passivo circulante, indicando a porcentagem dos compromisso que a empresa pode liquidar imediatamente; Liquidez Geral, quanto a empresa poderá dispor de recursos para quitar suas dívidas, reunindo todos os valores conversíveis e por fim a Liquidez corrente ou comum, que poderá dispor em recursos de suas disponibilidades para honrar suas dívidas a curto prazo como fornecedores, empréstimos, financiamento e contas a pagar, sendo aquela que utilizaremos para analisar a empresa, pois o mesmo é considerado um dos índices mais importantes, pois apresenta os problemas a liquidar seus compromissos de curto prazo, apresentando se obteve problemas financeiros ou não (THE CAP RENDA VARIÁVEL, 2020).

Com ele mede-se medir a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações no curto prazo, ele serve de referência para maioria dos pagamentos, representado a saúde do caixa. Por se tratar de um indicador extremamente importante para qualquer companhia, é interessante que o valor de seu cálculo seja superior a 1, assim o gestor irá saber se a organização estará preparada para cumprir com a maioria dos seus compromissos com terceiros (ANDRÉ BONA, 2019).

2.4 Análise de Endividamento (Estrutura de capital)

Análise de Endividamento engloba o foco inicial de uma boa ou má situação de rentabilidade futura, as mesmas interagem uma sobre a outra, levando a uma

ISBN 978-65-5629-077-5

determinada configuração empresarial (IUDICIBUS, 2013). Dentro do Endividamento existem quocientes que relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros, são quocientes de muita importância, pois indicam relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros (IUDICIBUS, 2013). Indicam o grau de alavancagem da empresa e nos informando se ela utiliza de mais recursos de terceiros ou de recurso dos proprietários, mostrando a capacidade de pagamento dos juros, imobilização dos ativos e dentre outros (INVESTIDOR EM VALOR, 2021).

BAZZI (2020), diz que os indicadores devem detectar duas características distintas, a primeira é quando uma organização recorre a dívidas para ser um complemento de seu capital próprio, com a possibilidade de futuramente realizar aplicações mais produtivas, o autor destaca que esse endividamento se torna sadio para a empresa.

Dentro da análise de endividamento, alguns quocientes são considerados principais, como os quocientes de participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais que se refere a grande relevância relaciona o Exigível total com os Fundos Totais Providos por capitais próprios e capitais de terceiros; quociente de capitais de terceiros/capitais próprios, ele é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas com relação aos capitais de terceiros e são projetados aos efeitos das políticas alternativas de captação de recursos próprios e de terceiros ou uma adequada combinação de ambos que, às vezes, é a melhor alternativa; e quociente de participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total representa a composição do endividamento total ou qual a parcela que vence a curto prazo, no Endividamento total (IUDICIBUS, 2013). É de extrema importância que uma posição estática de tais quocientes é sua evolução no tempo e seus efeitos sobre a rentabilidade da empresa.

O índice adotado é o de Participação de Capital de Terceiros, ele irá indicar o percentual do mesmo em relação ao seu patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos. O objetivo é avaliar o risco da empresa e no sentido de que "quanto maior, pior", entretanto, para a empresa, pode ocorrer que o endividamento lhe permita meios de alcançar a competitividade no setor em que atua, obtendo melhores ganhos (INVESTIDOR EM VALOR, 2021)

2.5 Setor de Tecnologia da Informação

A tecnologia da informação é de extrema importância, pois todas as organizações de portes e ramos de atividade investem constantemente em tecnologias para obtenção, classificação, análise, proteção e preservação de dados. A mesma passa a cumprir um papel importante no seu dia a dia de indivíduos e organizações. São decisões ligadas a esse conceito que irão definir como os dados podem ser coletados, analisados e classificados para se transformarem em informação e a partir daí, serem disponibilizados, acessados, processados e protegidos em benefício de determinada finalidade (INFO WESTER, 2019).

Além de ser de extrema importância para o interno da empresa, ela ainda é necessária para que a mesma acompanhe o mercado externo, tendo em vista sua

ISBN 978-65-5629-077-5

posição, suas referências e particularidades e deve ser analisada de diversos ângulos, deste modo, Carrol (1976) considera que as organizações são sistemas abertos que interagem e se adequam ao seu ambiente externo. Já OLIVEIRA (1993) ressalta que os sistemas abertos mantêm um equilíbrio dinâmico com seus ambientes.

Com a crise do Vírus Corona, o Ministério da Economia (2020b, p.03) observou que, na medida em que a incerteza sobre o cenário econômico se espalhava, investimentos e o consumo de bens e serviços foram postergados ou cancelados, tanto internamente, quanto externamente, uma vez que a redução da atividade econômica em outros países impactou negativamente no volume e no preço das exportações brasileiras. A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento.

Contudo, ao longo do desenvolvimento da pandemia, foi possível verificar que a situação econômica do país era mais grave em relação ao que se imaginava inicialmente, talvez, trata-se de ir além de uma recessão (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada sobre os dados coletados das demonstrações contábeis da empresa pesquisa, através de documentos digitalizados dispostos pelo contador da empresa. A análise documental é similar a bibliográfica, pois se baseia em fontes e materiais concretos. Martins e Theophilo (2009) afirmam que "Um dos grandes desafios da prática da pesquisa documental é o grau de confiança sobre a veracidade dos documentos", que neste caso são coletados direto do contador responsável com a assinatura do mesmo.

Os dados coletados, são de fontes primárias, uma vez que não passaram por nenhum tratamento anterior. Os dados coletados se referem as demonstrações contábeis de Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Período, as quais foram obtidas de maneira interna com os proprietários da empresa, enfatiza-se que as mesmas dizem respeito aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

Foram aplicadas na empresa a análise vertical e horizontal e de maneira complementar, buscou-se compreender o tripé básico de análise econômico-financeiro da empresa, compreendendo a análise de liquidez, análise de estrutura de capital e análise de rentabilidade. Os indicadores observados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis de análise

Categoria de Análise	Índice	Equação
Liquidez	Liquidez Corrente	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	Liquidez Geral	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + RLP}}{\text{Passivo Circulante + ELP}}$
Estrutura de Capital	Endividamento	$EG = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Capital de Terceiros + PL}} * 100$

ISBN 978-65-5629-077-5

	Participação do Capital de Terceiros	PCT = Capital de Terceiros * 100 Patrimonio Líquido
	Composição do Endividamento	CE = Passivo Circulante * 100 Capital de Terceiros
	Imobilização do P.L	IPL = Ativo Imobilizado * 100 Patrimonio Líquido
	Imobilização dos Recursos Não Correntes	IRC = Ativo Imobilizado * 100 Passivo não Circulante + PL
	Dívida Líquida %	IRC = (PC-PNC) – (Caixa + Aplicações C e LP)
Rentabilidade	Rentabilidade do Ativo	ROA = Lucros Líquidos * 100 Investimentos
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	ROE = Lucros Líquidos * 100 Patrimônio Líquido
	Retorno sobre o Investimento	ROI = NOPAT * 100 Dívida Líquida

Fonte: adaptado de Assaf Neto (2006).

A Metodologia utilizada foi a quantitativa, ou seja, foi mensurada em números e estatísticas, pois trata-se do levantamento de informações das demonstrações contábeis. A pesquisa quantitativa é de grande relevância, uma vez que oferece precisão diante os resultados obtidos e também proporciona margem de segurança (BEUREN; RAUPP, 2006). Os dados coletados foram organizados e os índices calculados com o auxílio da planilha eletrônica *Microsoft Excel* ®.

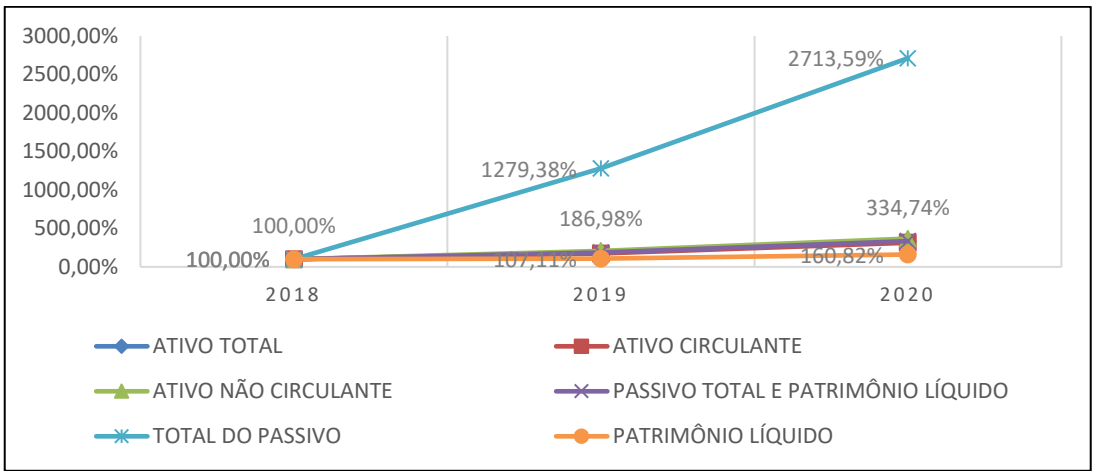
4. RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se os principais resultados obtidos através da coleta e análise dos dados. Inicialmente será contextualizada a empresa que é objeto da presente pesquisa, na sequência será realizada a análise descritiva dos dados.

Nesta seção, os principais dados obtidos através da coleta de dados. Com a coleta das demonstrações contábeis, foi possível realizar a análise horizontal, que tem como finalidade, identificar tendências no comportamento das contas patrimoniais. As análises relacionadas ao Balanço Patrimonial, são representadas no Gráfico1.

Gráfico 1 – Evolução patrimonial entre 2018 a 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

A partir do Gráfico 1, verificou-se que a evolução da empresa nos períodos 2019 e 2020. Com relação ao passivo total e patrimônio líquido, observou-se que o mesmo evoluiu 186,98% em 2019 e 334,74% em 2020, quando comparado 2018 como base. Observou-se, que este aumento foi financiado através do capital de terceiros, uma vez que o passivo total evoluiu 1279,38% em 2019 e 2713,59% em 2020, ao passo que o patrimônio liquido evoluiu apenas 107,11% em 2019 e 160,82% em 2020.

De maneira complementar a análise horizontal e vertical, buscou-se, identificar quais são os índices de liquidez da empresa, possibilitando analisar os resultados separadamente e mostra o quanto cada conta é importante, influenciando em seu resultado final, os mesmos são elencados na Tabela 1.

Tabela 1 – Índices de Liquidez

ÍNDICE	2018	2019	2020
Liquidez Geral	8,96	1,24	1,06
Liquidez Corrente	8,96	1,93	1,58

Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

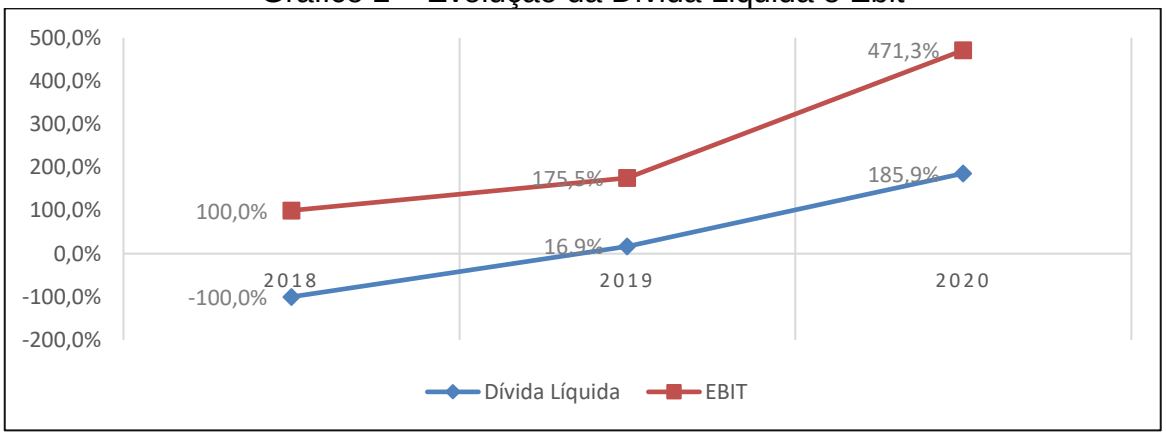
Optou-se pelo cálculo dos índices de liquidez corrente e geral, tendo em vista as características da organização, uma vez, que estoques não são tão representativos para a mesma, visto que correspondem na média à 0,26% do ativo total. No que tange a liquidez corrente, onde analisamos o ativo e passivo circulante, pode-se observar que a mesma caiu ao decorrer dos anos, começando 2018 com 8,96, em 2019 obteve mais uma baixa que resultou em uma liquidez de 1,24 e finalizou com 1,06 no ano de 2020. A empresa acusou aumento de clientes, disponibilidades e contas a receber no decorrer dos anos, seu ativo aumentou, porém, seu passivo teve alterações, esse fato ocorreu devido a mesma utilizar empréstimos e financiamentos ao decorrer dos anos, no ano de 2018 havia resgatado um valor de R$ 28.250,48 e em 2020 fechou com um valor de R$ 534.299,18, esse valor representa 55,81% do seu passivo circulante.

A liquidez geral também seguiu a mesma linha da corrente, tendo em vista que a mesma utiliza de registros circulantes e não-circulantes. Os dois índices calculados representam liquidez maior que 1,00 nos três anos, ou seja, a organização possui capital disponível para arcar com suas obrigações. O Gráfico 2, estabeleceu uma relação entre

ISBN 978-65-5629-077-5

a evolução da dívida líquida da empresa, com o resultado operacional (Ebit).

Gráfico 2 – Evolução da Dívida Liquida e Ebit



Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

Por meio do Gráfico 2, percebeu-se que a dívida líquida no ano de 2018 era negativa, ou seja, a companhia, possuía mais ativos conversíveis em caixa do que dívidas, porém no avanço dos meses e anos, a mesma necessitou de empréstimos de curto e longo prazo e desta forma fazendo com que sua dívida apresentasse aumento.

O EBIT da empresa também foi obtendo aumento, devido ao aumento de sua receita de vendas e um controle em suas despesas. Observou-se que a empresa obteve crescimento do seu resultado de 471,3% em 2020, tendo como referência o ano de 2018.

A Tabela 3, por sua vez, evidencia os principais índices da estrutura de capital da empresa, ou seja, a maneira como ela busca financiar suas atividades.

Tabela 3 – Índices de Estrutura de Capital.

ÍNDICE	2018	2019	2020
Endividamento	6,8%	46,6%	55,2%
Participação do Capital de Terceiros	7,3%	87,3%	123,4%
Composição do Endividamento	100,0%	63,2%	65,6%
Imobilização do P.L	41,8%	72,5%	83,4%
Imobilização dos Recursos Não Correntes	41,8%	54,9%	58,5%
Dívida Líquida %	-57,3%	4,8%	29,7%

Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

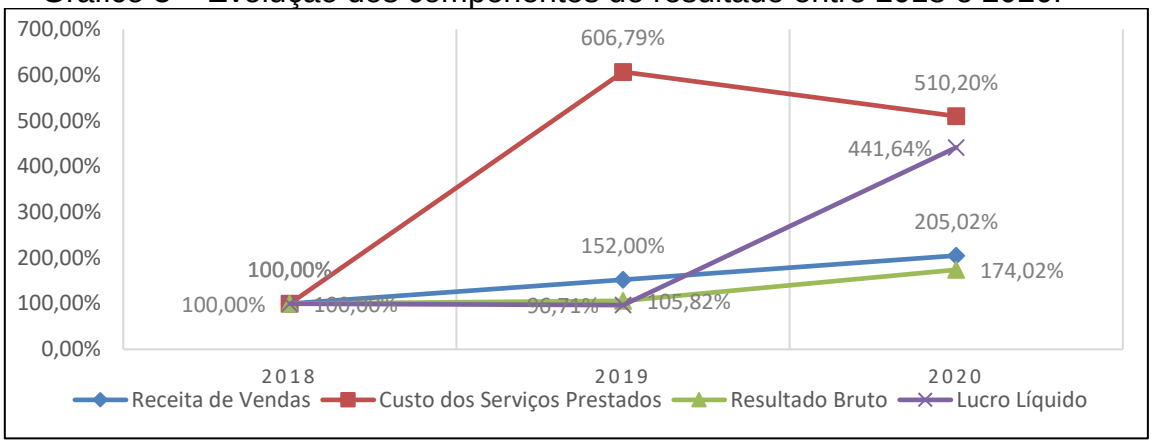
Ao observar a Tabela 3, verificou-se um salto no nível de endividamento da empresa, saindo de 6,3% no ano de 2018, para 55,2% no ano de 2020. Desta forma, foi possivel identificar que a participação do capital de terceiros frente ao capital próprio que era de 7,3% no ano de 2018, saltou para 123,4%. Assim, é possível afirmar que a empresa, passou a ser financiada de maneira preponderante através da contratação de dívidas. A dívida que no ano de 2018 era totalmente concentrada no curto prazo, já em 2019 esse cenário mudou um pouco, a empresa aumentou seu passivo exigível a longo prazo em 17,15% referente a 2018 que estava com 0% e em 2020, além de precisar de empréstimos de curto prazo também resgatou ainda mais valor para pagamento no próximo exercício.

As principais oscilações observadas entre os anos de 2018 e 2020, para os

ISBN 978-65-5629-077-5

componentes do resultado, são apresentados no Gráfico 3, que segue abaixo.

Gráfico 3 – Evolução dos componentes de resultado entre 2018 e 2020.



Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

Por meio do Gráfico 3, percebeu-se que a evolução das receitas de vendas de 2019 para 2020 pode indicar que teve um ritmo de aumento de 53,01% para 2020, chegando no resultado final de 205,02%, ou seja, no ano da pandemia mundial o recebimento dos valores de seus serviços prestados teve um crescimento, por conta que as pessoas tiveram que se moldar para as empresas de internet e sendo assim a mesma obteve mais vendas. Já referente aos custos dos serviços prestados, em 2020 caiu para 510,20%, sendo que em 2019 o mesmo estava em 606,79%, com o vírus, acabou afetando os custos na prestação de serviço, envolvendo os gastos que a empresa tem ao executar seus serviços aos clientes, por conta de que não pode ter contato com os clientes, para evitar com que o vírus se espalhasse.

No Resultado Bruto, vê-se que o valor da mesma subiu de 105,82% em 2019 para 174,02% em 2020, pois o retorno dos produtos vendidos foi positivo sobre as vendas e os custos. Sendo assim, o Lucro liquido da empresa dobrou o valor, ela tinha em 2019 96,71% e em 2020 alcançou 441,64%, com isso verificou-se que o lucro da empresa teve um grande crescimento sem depender de terceiros.

A Tabela 4, por sua vez, apresenta quais foram as principais oscilações observadas entre 2018 e 2020, no que se refere a métrica de medição de desempenho do resultado das operações da empresa.

Tabela 4 – Índices de Rentabilidade

ÍNDICE	2018	2019	2020
Rentabilidade do Ativo	18,6%	9,6%	24,6%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	20,0%	18,1%	54,9%
Retorno sobre o Investimento	-0,3%	2,7%	0,7%

Fonte: demonstrações contábeis da empresa pesquisa (2021).

A partir da Tabela 4, pode ser observado que a rentabilidade do ativo se manteve muito interessante, no ano de 2019 teve uma baixa de 9,6% em relação a 2018, porém em 2020 recuperou esse déficit entre os dois primeiros anos, isso ocorreu principalmente pelo aumento de seus ativos ao decorrer desses anos.

Através da Rentabilidade do Patrimônio Líquido, identificou-se o grande aumento

ISBN 978-65-5629-077-5

do Lucro Líquido auferido relacionado ao montante total aplicado pelos acionistas.

O Retorno sobre os Investimentos apresenta uma vibração diferente das demais, primeiramente observa-se que essa oscilação se dá por conta da dívida liquida que não existia no ano de 2018 e com o decorrer dos anos a empresa foi adquirindo novos empréstimos com terceiros, fazendo com que o índice da dívida obtivesse aumento e retorno assim diminuindo. Pode-se identificar ainda que esse indicador acaba ficando um tanto quanto inviabilizado, uma vez que a dívida não existia no 1ª ano.

5 CONSIDERAÇÖES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo levantar os resultados de uma empresa de internet localizada na cidade de Santa Tereza do Oeste – PR, diante de um cenário de pandemia mundial, por meio do diagnóstico dos dados extraídos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, foi possível identificar a reação dos indicadores antes e durante a pandemia de corona vírus, também alçando métodos que permitem avaliar a real situação em que o negócio se encontra, com o objetivo de determinar o seu desempenho para confiar o melhor uso de seus recursos, examinando também a importância de avalia-los de forma adequada, no qual objetivou-se essa pesquisa.

Os resultados expõem que a organização necessitou da ajuda de empréstimos para cumprir com as mudanças em sua forma de atendimento e compra de novos equipamentos, que não estariam previstos no decorrer de um ano habitual, entretanto, apesar do aumento do seu passivo a nova forma digital de trabalhar e viver permitiu que a organização realizasse aumento em sua carteira de clientes e consequentemente no seu ativo, disponibilidades e valores a receber, conseguindo assim arcar com suas responsabilidades de curto prazo. Percebeu-se então um impacto na liquidez corrente e geral no ano de 2020, quando foi deflagrada pandemia, contudo, os índices foram positivos. A perspectiva operacional também interferiu nos resultados líquidos positivos da empresa, uma vez que observado o controle de gastos, diminuição de despesas e trabalho em equipe dos colaboradores.

É evidentemente perceptível que as características do cenário pandêmico trouxeram vários desafios e mudanças para os negócios da organização, porém, com os cuidados preventivos e formas de gestão utilizadas corretamente, percebeu-se que o resultado foi apresentando-se mais de forma positiva do que negativa, que acarretou em uma carteira mais extensa de clientes, maiores projeções de vendas, novas perspectivas de trabalho, controle de gastos supérfluos, adaptação dos colaboradores e gestores ao novo cenário e novo ritmo de trabalho, que abrangem o atendimento online, onde todos se adaptam as novas tecnologias para tarefas do dia-a-dia.

Para os anos subsequentes, observou-se que a empresa possui equilíbrio e determinação indiscutíveis para continuar sendo referência no mercado de trabalho, diante disso, propõe-se a utilização dos indicadores aqui selecionados para permanecerem apresentando um resultado ainda mais positivo e sempre realizando um levantamento correto e geral referente sua liquidez, endividamentos, lucros e possíveis acontecimentos futuros que possam balancear a saúde da empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

Sugere-se que a empresa, adote um plano de retomada, como 2020 e 2021 foi um ano muito turbulento, mas que, a principio é para 2022 e 2023 voltar ao "normal", a empresa poderia elaborar um plano de retomada, onde tem que estar preparada para enfrentar a nova realidade sem grandes complicações e sendo essencial para que a empresa possa registrar e planejar todas as ações que precisam ser tomadas, traçar planos e estar atento com as mudanças, inclementando testes periódicos de covid-19 juntamente com o plano de saúde da empresa, pois o vírus ainda pode estar entre nós e teremos que nós habitar e nós moldar, para poder buscar o melhor resultado para o negócio, já que o cenário atualmente causou muita tensão para os empresários, com isso os administradores estão ansiosos para retomada e para dar continuidade nas operações e para debater o crescimento da mesma. Sendo assim tem que se previnir contra possiveis falhas que possam resultar em ações trabalhistas futuramente. O foco de agora é apenas melhor o que está sendo feito e fazer novas implementações, ja que o mercado busca sempre evolui, está e a hora de profissionalizar e organizar as mudanças que foram feitas, se adpitando sempre.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. **Analise econômica e financeira de uma empresa**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/analise-economica-e-financeira-de-uma-empresa> Acesso em: 21 Abril. 2021

ANÁLISE ECONÔMICA CONSULTORIA. Disponível em: <www.analiseeconomica.com.br/index/analise-economica-tudo-sobre/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BONA, ANDRÉ. **Indicadores de liquidez corrente, seca, imediata e geral: entenda!** São Paulo: 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BAZZI, Samir. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2020.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômicofinanceiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAZZI, Samir. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2020.

BRASIL.ELPAIS.COM. **716.000 Empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE.** São Paulo, 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

CARROLL, T. **Management: contingencies, structure and process**. Chicago: St. Clair, 1976.

GUALBERTO, Antonio Pereira. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <\https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553569/2/eBook%20FCCC22-%20Analise%20das%20Demonstracoes%20Contabeis.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

INFO WESTER, Emerson Alecrim: **O que é Tecnologia da Informação (TI)**? São Paulo, 2019.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços, 10ª Edição atualizada de acordo com a lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.** São Paulo: Atlas, 2013.

INVESTIDOR EM VALO., **Índices de Endividamento: Como avaliar a estrutura de capital de uma empresa**. São Paulo, 2021.

MAIS RETORNO. **Análise de Indicarores.** Disponível em: <www.maisretorno.com/portal/termos/a/analise-de-indicadores>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARION, José Carlos. **Analise das Demonstrações Contábeis**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA; Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia Brasileira Pré, Durante e Pós-Pandemia do Covid-19: Impactos e Reflexões**, Santa Maria, 2020.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu. **Contabilidade gerencial: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial**. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE, C.L; BENEDICTO, G.C. **Análise de Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learrning, 2004.

THE CAP RENDA VARIAVEL. **O que são Indicadores de Liquidez e Como Interpretar**. São Paulo: 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIROO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SAPORITO, Antonio**. Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SANTOS; Ariovaldo dos; NOVA, Silvia Pereira de Castro. Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis, 2003.

DARÓS, Leandro Luís; BORDA, José Alonso. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras, 2005.

SUNO ARTIGOS. Disponível em: <www.suno.com.br/artigos/analise-indicadores/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

TRADING BOLDA. Disponível em: <https://www.investimentonabolsa.com/2015/01/o-que-e-uma-analise-economico-financeira.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, Augusto Nibaldo da. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas,1987.

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTUDO DA FLUTUAÇÃO DO ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA CONSIDERANDO O IMPACTO DA PANDEMIA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Gabriel Pedro Albiazzetti Carminati[1]
Osvaldo Mesquita Junior[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi verificar a existência de relação entre a flutuação do índice de inadimplência da Cooperativa de Crédito Alfa no município de Cascavel, estado do Paraná, com o período de pandemia que ocorreu no ano de 2020, baseado em um estudo multicaso de 15 empresas que se tornaram inadimplentes com suas obrigações financeiras junto a essa organização. A pesquisa indica quais foram os motivos que geraram a inadimplência dessas empresas e compreende de que forma ocorreu a flutuação desse índice. Por fim, com essa pesquisa, alcançamos os seguintes resultados: as empresas se tornaram inadimplentes devido principalmente ao fechamento do comércio local, queda na demanda dos produtos e serviços vendidos, falta de matéria prima, entre outros fatores, que contribuíram para o desligamento de funcionários, baixa nas vendas e faturamento e, até mesmo, venda de seus equipamentos para permanecerem em pleno funcionamento.

Palavras-chave: Administração financeira. Cooperativa de crédito. Inadimplência. Pandemia SARS CoV-2 Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Segundo uma pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto Locomotiva, o Brasil é considerado um dos países mais bancarizado do mundo, com cerca de 90% de sua população com acesso aos benefícios da inclusão financeira, como por exemplo os serviços de crédito, poupança e investimentos, meios de pagamentos e seguros. A ampliação desses acessos em meio a pandemia SARS-CoV-2 foi elevadamente influenciada pelo pagamento do auxílio emergencial, lançamento do Pix como meio de pagamento, aumento de dinheiro em circulação e a crescente onda de vendas pela internet e delivery.

Dessa forma, o cooperativismo é uma alternativa para quem procura acesso aos benefícios financeiros sem se render aos serviços ofertados pelos grandes bancos, com valores e princípios com foco na humanização das relações financeiras, participação nas decisões e compartilhamento de resultados. Partindo dessa observação, podemos ponderar que a base de uma cooperativa de crédito é a obtenção de recursos de associados com reservas financeiras (superavitários) para o financiamento de projetos de associados que necessitam de crédito (deficitários). Conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Mestre em Administração pela Política Universidade Católica do Paraná e Professor do Centro Universitário Univel

ISBN 978-65-5629-077-5

o Brasil atualmente possui mais de 850 cooperativas de crédito, sendo representadas basicamente por cinco sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED e CONFESOL, que em conjunto representam 6% dos ativos financeiros totais administrados, com cerca de 321,75 bilhões de ativos, sendo ranqueadas no 6º lugar no ranking de volume de ativos, depósitos e empréstimos entre as maiores instituições financeiras de varejo do país.

Em tempos de tantas hesitações, em que um grande flagelo intimida a economia mundial, as instituições financeiras buscam manter os seus resultados sem comprometer sua estrutura. Nesse contexto, essas instituições são ameaçadas pela inadimplência de crédito, que tem sua origem quando os clientes não conseguem saldar as dívidas assumidas. Este fato ocorre devido a inúmeros fatores econômicos e sociais, os quais podemos destacar: o alto endividamento da população; o desemprego; a falta de planejamento orçamentário; entre outros. Essa questão gera mais preocupação nas instituições financeiras do que a própria concorrência acirrada entre si, pois, além de prejudicar o fluxo virtuoso do dinheiro, a inadimplência compromete e entrava todo o controle financeiro de uma organização. Além de gerar insegurança e preocupação, o alto índice de inadimplência pode, de maneira sintetizada, amplificar os custos e reduzir os ganhos.

De acordo com os dados do Serviço de Proteção de Crédito (SPC Brasil, 2020), em janeiro deste mesmo ano, a conjuntura econômica favorecia o controle do índice de endividamento e inadimplência de pessoas físicas e empresas, já que o mercado de trabalho estava ligeiramente aquecido, contando ainda com a baixa da inflação e das taxas de juros. Porém, o impacto que a pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2 Covid-19) causaria na economia nacional agravou esses números, sendo que uma grande parcela dos indivíduos não estava preparada financeiramente para passar por este cenário, e muitas empresas estão passando por grandes dificuldades com baixo faturamento, fechando suas portas e, até mesmo, demitindo seus colaboradores.

Portanto, o objetivo principal deste artigo foi analisar o seguinte problema: quais são os principais motivos que levaram as empresas à inadimplência com a cooperativa de crédito Alfa no município de Cascavel, do estado do Paraná, no ano de pandemia SARS-CoV-2 Covid-19?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema desta pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão realizadas a partir dos dados coletados. Assim, consideram-se os seguintes conceitos para o desenvolvimento do trabalho:

2.1 Administração Financeira

A Administração Financeira é conceituada por inúmeros autores, dentre eles podemos destacar Gitman (2004, p. 4), o qual descreve que "a administração financeira

ISBN 978-65-5629-077-5

pode ser vista como uma forma de economia aplicada, que se baseia amplamente em conceitos teóricos e econômicos" e, de forma mais abrangente, Júnior, Rigo e Cherobim (2010, p. 4) que apresentam que "a Administração Financeira é a arte e a ciência de administrar recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas". Desta forma, podemos condensar que a Administração Financeira é caracterizada como sendo um conglomerado de ferramentas e práticas que visam uma gestão eficiente dos recursos da empresa, tendo relação com todos os processos de controlar, planejar e como utilizar as finanças da instituição.

A Administração Financeira tornou- se mais relevante em meados de 1930, em que, segundo Brigham e Houston (1999), a ênfase se encaminhou para falências e concordatas, liquidez das empresas e regulamentação dos mercados. Entretanto, no final da década de 1950, o estudo se ampliou para os estudos teóricos, com foco nas decisões administrativas pautadas nas análises de ativos e passivos, e com o objetivo de fomentar o valor de mercado da empresa. Ainda, segundo Brigham e Houston (1999):

> Se considerarmos a evolução da Administração Financeira ao decorrer da história, percebemos que nos anos 90 ela teve a necessidade de se expandir para incluir alguns eventos, como a inflação e seus efeitos econômicos, que alteram o rumo das organizações; a diversificação dos serviços financeiros oferecidos pelas instituições; a rápida expansão do uso de computadores nos registros, análises e transferências de informações financeiras; o crescimento das operações entre mercados globais. (BRIGHAM e HOUSTON, 1999, p. 15).

Nos dias atuais, analisamos que a Administração Financeira não se diverge de sua origem, tendo como seu objetivo principal, segundo Hoji (2001), maximizar o seu valor de mercado em longo prazo, pois dessa forma será aumentada a riqueza de seus proprietários (acionistas de sociedades por ações ou sócios de outros tipos de sociedades). Sendo assim, concluímos que, independentemente do tamanho ou atividade da empresa, é de suma importância contar com um setor financeiro especializado que visa executar de forma efetiva as responsabilidades que a Administração Financeira tem para uma organização. Tal setor é primordial para as atividades da empresa, já que através de sua operacionalização podem auxiliar o alto escalão da empresa na tomada de decisão que garantem o sucesso e viabilidade do negócio.

2.2 Crise econômica

O termo crise possui uma definição abrangente e, conforme Sandroni (1999), trata-se de uma fase do ciclo econômico em que a produção passa por enfraquecimento acentuado, gerando declínio no faturamento de empresas e seus resultados, ocasionando queda do poder aquisitivo da moeda local e desemprego em massa da população. A crise econômica, consoante a Nogueira (2011), que também pode ser denominada de recessão, é caracterizada pelos economistas como a redução do Produto Interno Bruto (PIB) por, pelo menos, dois trimestres consecutivos. Nesse contexto, para

ISBN 978-65-5629-077-5

Pinheiro (2016), um período de recessão econômica será sempre acompanhado por fatores impactantes como a redução dos lucros das empresas, maior desemprego e redução do consumo das famílias.

Os principais danos trazidos pela crise aos mais diversos países são os prejuízos financeiros e a desaceleração do crescimento econômico. Isso porque, enquanto nos países desenvolvidos a crise têm ocasionado uma pressão inflacionária, nos subdesenvolvidos ela tem causado mais danos, pois, "[...] além da desaceleração, dos riscos financeiros e da pressão inflacionária, há reversão da tendência de afrouxamento da restrição de balanço de pagamentos [...]". (GONÇALVES; 2008, p. 01).

Segundo Canzian (2009, p. 18), "a atmosfera de ansiedade e receio decorrente da crise levou à contração da concessão de crédito e se passou a evitar ou adiar ao máximo a 3 implementações de projetos de investimentos". No cenário brasileiro, um dos efeitos da crise foi a desaceleração do comércio internacional, fator que exerceu impacto negativo sobre o volume de exportações do país. Com isso, Gonçalves (2013) afirma que aumentou a dependência da economia brasileira em relação ao capital internacional e, como consequência, houve um aumento das taxas de juros, o que prejudicou as indústrias nacionais.

2.3 Sistema cooperativista de crédito

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB), as primeiras cooperativas de crédito no Brasil surgiram por volta de 1902, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre Theodor Amstadt. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, em sua maioria de origem alemã e italiana. Esses imigrantes trouxeram de seus países a bagagem cultural, o trabalho associativo e as experiências familiares comunitárias, o que os motivou a se organizarem em cooperativas.

Conforme a Lei complementar nº 130, publicada em 2009, "as cooperativas de crédito têm por objetivo promover por meio de reciprocidades, a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiros".

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) prescreve sete princípios para nortear as ações do cooperativismo, como meio de transformar tais valores em prática efetiva e propósito para o dia a dia das cooperativas, sendo uma maneira de fortalecer a identidade cooperativista, são eles:

- Adesão voluntária e livre;
- Gestão democrática;
- Participação econômica dos membros;
- Autonomia e independência;
- Educação, formação e informação;
- Intercooperação;
- Interesse pela comunidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Por serem caracterizadas como instituições financeiras e partes integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o funcionamento e regulamentação das cooperativas são determinados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), enquanto a referida fiscalização é realizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), segundo a Lei nº. 4.595 de 1964. Conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Brasil atualmente possui mais de 850 cooperativas de crédito, sendo representadas basicamente por cinco sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED e CONFESOL, que em conjunto representam 6% dos ativos financeiros totais administrados, com cerca de 321,75 bilhões de ativos totais, sendo ranqueadas no 6º lugar no ranking de volume de ativos, depósitos e empréstimos entre as maiores instituições financeiras de varejo do país.

2.4 Risco de crédito

O risco de crédito é conceituado como sendo a possibilidade de perdas devido ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação (BANCO CAIXA GERAL-BRASIL, 2016).

Segundo Pires (2008), a política de crédito de uma empresa, além de ser o próprio princípio organizacional, é um fator de extrema importância, que pode resultar no sucesso ou no fracasso dos negócios, pois define as diretrizes com as quais a empresa irá trabalhar para a concessão de créditos financeiros. Sendo assim, a política de crédito vem auxiliar as instituições financeiras na diminuição dos riscos de perda da lucratividade no fornecimento de empréstimos.

2.5 Análise de crédito

Por meio da análise de crédito é possível estabelecer critérios para saber se o tomador do crédito poderá futuramente arcar com as suas obrigações e diminuir o risco do concessor do crédito para que após a concessão do empréstimo os tomadores mantenham-se pontuais ao pagamento de seus compromissos e mantenham uma posição econômica estável e que o endividamento não seja mais um reflexo para a sociedade. (JERONIMO; PRAZERES, 2015).

Para Blatt (1999), a análise de crédito é um processo organizado para analisar dados, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito. Portanto, ainda de acordo com o autor, este processo cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios.

Com relação aos objetivos, Schrickel (2000) afirma que a análise de crédito tem como principal objetivo "identificar os riscos nas situações de concessão de valores e evidenciar conclusões quanto à capacidade de amortização do tomador, além de proporcionar recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de crédito a

ISBN 978-65-5629-077-5

conceder". Já Santos (2003), enfatiza que "o objetivo do processo de análise de crédito é o de averiguar a compatibilidade do crédito solicitado com a capacidade financeira do cliente".

2.6 Inadimplência

O Banco Central do Brasil (2009, p. 7) conceitua a inadimplência como sendo "o fracasso em pagar determinada quantia nos termos do contrato original da operação de crédito". Segundo Santos (2015), o mau pagador é o cliente que se nega a realizar o pagamento de suas obrigações e procura fugir do contato com o cobrador. O mau pagador ocasional se difere do mau pagador porque tem a intenção de quitar suas dívidas, contudo, deixou de pagar suas obrigações por circunstâncias adversas. E o devedor crônico é aquele que sempre paga em atraso por questões de sua má administração financeira. Ainda consoante a Santos (2015), alguns fatores e circunstâncias que têm colaborado para o aumento da inadimplência no Brasil nos últimos anos, sendo eles o descontrole no orçamento das famílias, consumo desordenado, má educação financeira dos tomadores de crédito, que passaram a utilizar os créditos como complemento de sua renda, sem calcular juros, somente se preocupando com o valor da parcela que irão pagar.

De acordo com a pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC), divulgada em janeiro de 2021 pela FECOMERCIO - Federação do Comércio do Estado de São Paulo, aponta que 66,3% dos consumidores estão endividados, uma alta de 0,7 pontos percentuais no comparativo anual. Com relação aos tipos de dívidas vencidas, a maior parcela se encontra com dívidas vencidas no cartão de crédito, modalidade que apresenta maior juros de inadimplência, podendo chegar até 14% a. m., além do cartão de crédito, o cheque especial também apresenta grande participação entre as pessoas endividadas, modalidades diretamente ligadas com ato de consumo imediato de curto e médio prazo.

3 METODOLOGIA

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa desenvolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam os fatos em seus cenários originais, tentando compreender os fenômenos, seus significados e como as pessoas a eles se moldam. Sendo assim, este artigo teve como procedimento metodológico o estudo de natureza descritiva e qualitativa que, segundo Barros e Lehfeld (2007), estuda, analisa, registra e interpreta os fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. Conforme Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição dos acontecimentos, relato de algum fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre os dados da pesquisa. O corte da pesquisa foi transversal, pois a pesquisa ocorreu durante o ano pandêmico de 2020, sem considerar a evolução dos dados no tempo, utilizando-se de fonte de dados primários e secundários coletados por meio de entrevistas com roteiro estruturado, registros da cooperativa de crédito Alfa e fontes bibliográficas. Para Mattar (1996), os dados primários são aqueles nunca antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisadores e que são coletados

ISBN 978-65-5629-077-5

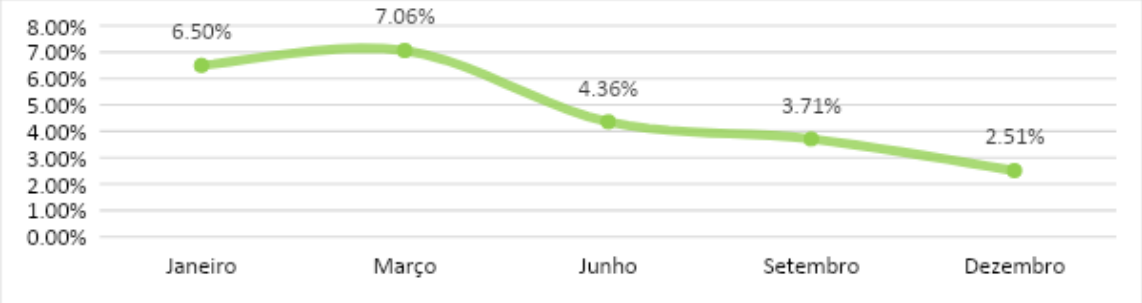
com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento; já os dados secundários são identificados sendo aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados.

A pesquisa pautou-se em um estudo multicaso que, segundo Ludke e Meda (1986), é uma estratégia de pesquisa que equivale ao enfoque investigativo com máximo aprofundamento e detalhamento. Para Yin (2005), o estudo de caso, denominado por ele como "estratégia de pesquisa", compreende um método abrangente de um todo, uma investigação de um fenômeno e contexto que se adapta em situações cotidianas. Assim, este projeto se aplicou a múltiplos objetos por meio de uma amostra de 15 empresas selecionadas com o critério de adesão à pesquisa, em que, por meio da análise de dados, busca entender os fatores comuns que levaram tais empresas a se tornaram inadimplentes com suas obrigações junto a cooperativa de crédito Alfa no ano de 2020. Esta análise será feita por meio de agrupamento de acordo com o perfil dos respondentes (data de constituição, segmento de mercado, tipo de empresa, média de faturamento, localidade etc.) para a identificação dos motivos e fatores de forma hierárquica que influenciaram a inadimplência dos entrevistados.

4 RESULTADOS

Com base nos dados concedidos pela Cooperativa Alfa para a realização da pesquisa, observa-se que logo no início de 2020 a cooperativa já se encontrava com um elevado índice de inadimplência, que chegou à casa de 6,5% em janeiro de 2020. No primeiro trimestre do ano, em consequência do estopim da pandemia SARS-CoV-2 Covid-19, a cooperativa viu o seu nível de inadimplência chegar à marca histórica de 7,06%, conforme GRÁFICO 01 demonstrado abaixo:

Gráfico 01 – Evolução do Índice de inadimplência



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

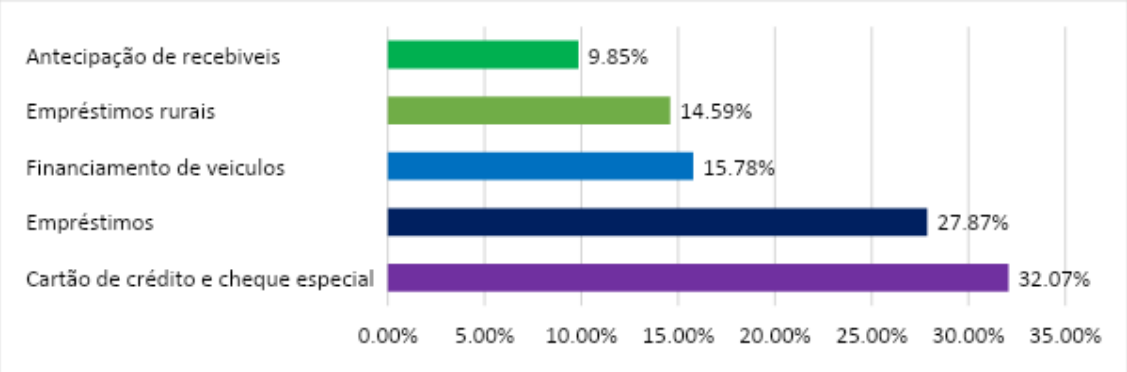
Podemos observar que de janeiro a março de 2020, o índice de inadimplência da cooperativa teve uma alta de 8,61%. Sendo assim, um dos principais fatores que desencadeou essa evolução, conforme demonstra o GRÁFICO 01, foi a utilização desenfreada das linhas de crédito oferecidas pela cooperativa para as empresas entrevistadas, a qual se fez necessária devido à queda de faturamentos dessas empresas. Esses dados podemos observar no GRÁFICO 02.

Assim, em março de 2020, a inadimplência da Cooperativa Alfa estava concentrada nas seguintes modalidades de créditos: cartão de crédito e cheque especial,

ISBN 978-65-5629-077-5

com participação de 32,07%; empréstimos, com cerca de 27,87%; financiamentos de veículos, com 15,78%; empréstimos rurais, com 14,59%; e operações de antecipação de recebíveis, com 9,85% de participações na inadimplência total da Cooperativa, como apresentado no GRÁFICO 02.

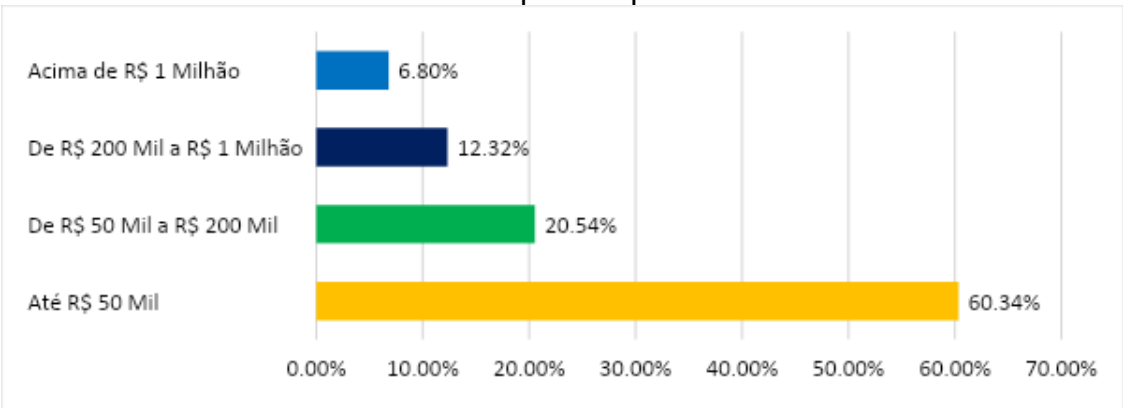
Gráfico 02 – Inadimplência por linha de crédito



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Devido a utilização dessas linhas de crédito (GRÁFICO 02), em março de 2020, a cooperativa detinha cerca de R$30.096.082,12 de créditos perdidos, dos mais de R$426.290,115,28 da sua carteira total de operações de crédito. Contudo, graças à pulverização de crédito trabalhada conforme as regras parametrizadas pela cooperativa, os saldos devedores das operações acima citadas, se concentravam em: cerca de 60,34% até 50 mil reais; 20,54% de 50 a 200 mil reais; 12,32% de 200 mil a 1 milhão de reais; e 6,80% acima de 1 milhão de reais; como apresentado no GRÁFICO 03.

Gráfico 03 – Inadimplência por saldo devedor



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir dessa reflexão sobre a flutuação e mapeamento do índice de inadimplência da Cooperativa Alfa em 2020, objetivou-se identificar os principais motivos que contribuíram para que isso ocorresse a partir de uma entrevista realizada com 15 empresas que se tornaram inadimplentes com a cooperativa nesse período. Essas empresas foram selecionadas por critério de adesão à pesquisa. Essas empresas possuem a seguinte tipificação: 3 delas eram do tipo Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, com faturamento entre R$ 150 e R$ 200 mil ao mês; 5 empresas do tipo Micro Empreendedor Individual – MEI, com faturamento de até

ISBN 978-65-5629-077-5

R$ 6.500,00 ao mês; e 7 empresas do tipo Sociedade Empresária Limitada – LTDA, com faturamento entre R$ 350 a R$ 500 mil ao mês.

As empresas citadas se enquadram nos seguintes segmentos de mercado: 7 delas do setor secundário da economia, sendo três do ramo alimentício, três do ramo da construção civil e uma do segmento de confecção. Por outro lado, as outras 8 empresas se enquadram no setor terciário, sendo quatros prestadoras de serviços de educação, duas do segmento alimentício e duas do segmento turístico.

Além disso, as empresas contam com um número de colaboradores que se alterna entre 10 e 50 pessoas, sendo que 6 delas possuem sedes próprias e as outras 9 empresas dispõem de sedes alugadas. Contudo, essas empresas possuem a mesma adversidade: todas ficaram inadimplentes com a cooperativa durante o ano de 2020. Dessa forma, com as respostas do questionário realizado pelos sócios e administradores financeiros, podemos identificar que pelo menos 6 dessas empresas já foram negativadas em órgãos de proteção ao crédito antes do período de pandemia, tendo como razões as dívidas com outras instituições financeiras ou com fornecedores. Além disso, 10 dessas empresas entrevistadas permaneceram com suas operações paralisadas durante um grande período da pandemia, precisando realizar o desligamento de colaboradores ou fazer a venda de equipamentos para permanecerem com o funcionamento da empresa.

Por fim, essas mesmas empresas pontuaram que os principais motivos que as levaram à inadimplência com a Cooperativa Alfa foram: queda na demanda e faturamento da empresa; alta do preço de mercado do produto comercializado devido à inflação, o que ocasionou a queda das vendas e queda na procura pelo produto; a empresa permaneceu fechada e sem faturamento durante um longo período; falta matéria prima para atender seus clientes e honrar seus contratos; e, principalmente, falta de planejamento financeiro e visão holística, tendo mais despesas do que receitas.

Portanto, observa-se que a pandemia afetou de certo modo as empresas participantes da pesquisa e influenciou a inadimplência delas com a Cooperativa de crédito Alfa. Sendo assim, essas empresas tiveram dificuldades em retomar suas atividades após o ano de 2020. Além disso, para diminuição do alto índice de inadimplência, a cooperativa tomou medidas importantes para sua saúde financeira e liquidez com foco nos contratos de menor valor, que por consequência não apresentavam garantias, pois os contratos com garantias reais foram gradativamente recuperados via recuperação judicial por intermédio do setor jurídico da Cooperativa. Tal movimentação e esforços auxiliaram na redução desse índice sem impactar as operações de crédito ao longo do ano. Portanto, a partir do final do segundo trimestre a cooperativa observou a sua inadimplência decrescer de 7,06% para 2,51% entre os meses de abril a dezembro.

Assim, como medidas para reduzir a inadimplência foram realizados: a contratação de empresas terceirizadas para a negociação e cobrança de contratos; campanhas nos meses de junho e novembro, com juros e taxas mais maleáveis para alavancar as recuperações e repactuações de crédito; e, principalmente, a prorrogação de seus contratos de crédito com carência de 3 meses, para que as empresas e pessoas físicas se reorganizassem com suas finanças antes de retomarem suas amortizações de deveres juntos a cooperativa.

ISBN 978-65-5629-077-5

Ademais, para não fechar a sua carteira de crédito devido ao alto nível de inadimplência, a cooperativa aproveitou-se de linhas governamentais distribuídas pelo Governo Federal, como exemplo as linhas de BNDES, linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e empréstimos da linha de Fundo de Aval às Micro e Pequenas empresas (FAMPE), todas com carência de até 6 meses para pagamento da primeira parcela.

Dessa forma, essas linhas auxiliaram a Cooperativa de crédito Alfa na manutenção de seus créditos e, principalmente, nas inclusões de garantias das operações, já que as linhas citadas acima contavam com a garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Sendo assim, no final do ano de 2020, a cooperativa ultrapassou mais de 600 milhões de empréstimos realizados e 750 milhões de recursos totais administrados, o que contribuiu para um resultado distribuído a seus mais de 40 mil associados de cerca de 13 milhões, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 04 – Resultado líquido da Cooperativa em 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar de que forma ocorreu a flutuação do índice de inadimplência da Cooperativa de Crédito Alfa no município de Cascavel, estado do Paraná, tendo como base o período de pandemia que ocorreu no ano de 2020. Logo, pretendeu-se responder a seguinte pergunta: quais são os principais motivos que levaram as empresas à inadimplência com a cooperativa de crédito Alfa no município de Cascavel, do estado do Paraná, no ano de pandemia SARS-CoV-2 Covid-19?

Sendo assim, o estudo se desenvolveu a partir de uma pesquisa descritiva e qualitativa, com enfoque investigativo e com máximo aprofundamento e detalhamento dos dados analisados. Assim, essa pesquisa buscou responder à pergunta problema por meio de um questionário virtual respondido por uma amostra de 15 empresas associadas à cooperativa, que se tornaram inadimplentes com a organização ao decorrer do ano de 2020, e que aderiram a participação na pesquisa. Além disso, utilizaram-se gráficos analíticos para representar os dados coletados e os resultados da pesquisa.

Com os dados coletados, obteve-se a resposta da pergunta de pesquisa, pois com o estudo houve uma correlação entre o estopim da pandemia e o aumento da inadimplência. Portanto, percebeu-se que a chegada da pandemia na região de atuação

ISBN 978-65-5629-077-5

da Cooperativa de crédito Alfa acarretou uma elevação do índice de inadimplência que se desenvolveu no primeiro trimestre de 2020. Dessa forma, alguns fatos geradores ficaram fora do alcance da cooperativa, sendo eles: fechamento do comércio local; baixa na demanda de produtos e serviços ofertados por seus associados; empresas afetadas com a falta de matéria prima para honrar seus contratos; entre outros fatores que contribuíram para o desligamento de funcionários, baixa nas vendas e faturamento das empresas e, até mesmo, venda de parte das máquinas e equipamentos para permanecerem em pleno funcionamento.

Além disso, para minimizar esses impactos gerados pela pandemia na inadimplência de empresas associadas, identificou-se que o Conselho de Administração e Comitê de Crise da cooperativa tomou medidas para a diminuição desse índice ao decorrer do ano. Sendo assim, podemos destacar que foram prorrogados os seus contratos durante 3 meses a juros 0%; foram contratadas empresas de cobrança terceirizadas; foram realizadas campanhas de regularização de contratos e foram feitas regularizações com taxas atrativas. Logo, ao final do ano, a cooperativa percebeu a efetividade das ações tomadas a partir dos resultados gerados e compartilhados com seus associados, que chegaram a um nível de inadimplência menor que a do ano anterior ao investigado e, também, menor que ao do início do período pandêmico.

Sendo assim, podemos identificar que a pesquisa corrobora com Sandroni (1999), que afirma que, com a crise, o ciclo econômico e produção das empresas passam por enfraquecimento, gerando declínio no faturamento e resultado. Assim, de acordo com o autor, esse fator ocasiona grande perda do poder aquisitivo da moeda, desemprego em massa e, principalmente, aumento da inadimplência no mercado.

Portanto, concluiu-se que a pergunta problema e os objetivos dessa pesquisa foram adequadamente respondidos e atingidos. Ademais, aconselha-se que em pesquisas futuras sejam analisados os dados pertinentes a um determinado segmento de mercado, para aprofundamento e identificação dos impactos da pandemia Sars-CoV-2 Covid-19 nesse nicho.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 302 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, 2016a. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP >. Acessado em 23 de maio de 2021.

BANCO CAIXA GERAL**; Risco De Crédito**. Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco/Paginas/Risco-de-Credito.aspx>. Acessado em 19 de setembro de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **O Banco Central do Brasil – Bacen**. Brasília, 2016c. Disponível em < http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bacen.asp>. Acessado em 23 de maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comitê de Política Monetária – COPOM**. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/htms/copom/a-hist.asp >. Acessado em 22 de maio de 2021.

BARROS, Aildil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. In: **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2011. p. 132-132.

BLATT, Adriano. **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito – Um Enfoque Prático**/Adriano Blatt. São Paulo: Ed. Nobel,1999.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em < http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.09.2015/art_192_.asp>. Acessado em 23 de maio de 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: < https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=130&ano=2009&ato=5b9UzYU1EeVpWTdef >. Acessado em 24 de maio de 2021.

BRIGHAN, E. F. HOUSTON J. F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

CANZIAN, Fernando**. Desastre Global: Um ano na pior crise desde 1929**. São Paulo: Publifolha, 2009.

CARNEIRO, Lucianne. **34 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a bancos no país**. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/04/27/34-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-bancos-no-pais.ghtml>. Acessado em 06 de junho de 2021.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs**.). *O planejamento da pesquisa qualitativa*: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
FECOMERCIO - Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: < https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic >. Acessado em 23 de maio de 2021.

GALLAGHER, L. M. **Exame de Certificação AMBIMA: CPA-10**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 238 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISBN 978-65-5629-077-5

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. Ed. São Paulo: Harbra. 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira.** 10ª Edição. São Paulo: Ed. Addison Wesley, 2004. Glossário da Contabilidade. Disponível em < http://www.vapes.cnt.br/glossario.htm >. Acessado em 22 de maio de 2021.

GONÇALVES, R. **Que crise é essa?** Curitiba: Juruá, 2009.

GONÇALVES, R. **A crise internacional e a América Latina. Com referência especial ao caso do Brasil.** Disponível em: < http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page5/files/AcriseFinanInterlALeBRout2008.pdf >. Acessado em 22 de maio de 2021.

HOJI, M. **Administração Financeira. Uma Abordagem Prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

JERONIMO, Matheus Tortorelli; PRAZERES, Fabiano Siqueira. **A Inadimplência e a liberalidade das linhas de crédito: um estudo de caso em uma instituição financeira**. Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos, v. 8, n. 1, p. 4-29, 2015.

JÚNIOR, A. B. L. RIGO, C. M. CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

LÜDKE M, MEDA A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU;1986.

MACHADO, Débora; MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Análise da solvência das cooperativas de crédito rural do sistema Cresol**. II CONAP - Francisco Beltrão/PR, 2013.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: < http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/crise%20_936746.html >. Acessado em 22 de maio de 2021.

NOGUEIRA, Nuno. **O que é uma recessão econômica?** Disponível em: < https://www.portal-gestao.com/artigos/6594-o-que-%C3%A9-umarecess%C3%A3o-econ%C3%B3mica.html>. Acessado em 22 de maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

NOELY, J. **A importância das finanças nas empresas**. Disponível em <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-das-financas-nas-empresas>. Acessado em 21 de maio de 2021.

PINHEIRO, Ana Flávia Andrade. **A interferência da crise econômica no comportamento do consumidor, em relação aos pequenos comércios locais**. South American Development Society Journal. Vol. 2, Nº. 5, 2016. Disponível em: < http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/37 >. Acessado em 22 de maio de 2021.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 607p.

PIRES, Iris. **Um Modelo Estratégico para a Análise de Crédito**. Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-73422/um-modelo-estrategico-para-a-analise-de-credito-utilizando-redes-neurais-artificiais>.Acessado em 18 de setembro de 2021.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de Economia**. SP: Best Seller. 1999. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf. Acessado em 19 de junho de 2021.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito – empresas e pessoas físicas.** 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

SANTOS, Jose O. dos. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, varejo, agronegócio e pecuária.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRÖDER, Mônica; **Cooperativas de crédito da agricultura familiar, inovações institucionais e acesso a serviços financeiros: o caso do sistema cresol, no sul do brasil.** Disponível http://www.sober.org.br/palestra/2/934. Acessado em 10 de junho de 2021.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Disponível em: < http://www.ocb.org.br/site/sescoop/ >. Disponível em 23 de maio de 2021.

Serviço de Proteção ao Crédito. Pesquisas. 2020. Disponível em https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisas/filtro/tema/perfil-do-inadimplente. Acessado em 06 de junho de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronaldo. **Economia**. 2ª edição. São Paulo:Makron Books, 1994. 833 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

GESTÃO LOGÍSTICA DO TRANSPORTE DE CARGA – CONTROLES E PROCESSOS EM UMA TRANSPORTADORA

Alessandra Almeida de Jesus[1]
Professor Orientador Osvaldo Mesquita Junior [2]

Resumo: O presente estudo é o resultado de uma pesquisa realizada na transportadora Provedor Logístico Binacional de Cascavel – Paraná, com o objetivo de analisar como as ações de gestão de transporte de cargas auxiliam na vantagem competitiva para o processo de gestão estratégica de uma empresa de transportes de cargas, buscando identificar os processos logísticos e ferramentas utilizados pela empresa, avaliar o controle sobre os processos e sua eficiência, e avaliar e recomendar algumas melhorias para essas operações realizadas pela transportadora. Diante desse contexto, a pesquisa obteve critérios para avaliar como a empresa se porta na gestão e como as ações auxilia na vantagem competitiva. No processo metodológico, foi realizado uma entrevista para levantamento de dados e aplicado um questionário para análise de dados realizado com Gerente Logístico da empresa na sede de Cascavel - Paraná, com intuito das perguntas serem esclarecidas sobre a gestão logística, suas ferramentas, soluções, diferencial, eficiência no mercado, e relacionar sobre sua vantagem competitiva.

Palavras-chave: Processos. Estratégias. Planejamento. Logística. Gestão.

1 INTRODUÇÃO

A logística completa envolve muitas operações e informações que encadeiam todo o processo logístico desde a solicitação da carga até a entrega final ao consumidor. Nesse período, ocorrem algumas funções e mecanismos durante as atividades onde a gestão é o principal recurso fundamental no controle do transporte de cargas com atividades sincronizadas a todo tempo.

> Na definição do *Council of Supply Chain Management Professionals*, logística é a parte do Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semi-acabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes. (CARVALHO, 2002, p. 31).

A importância da qualidade nos processos da gestão de cargas envolve do início com o pedido dos materiais até o transporte da matéria-prima, elaboradas com estratégias na gestão e suporte nos processos logísticos para obter as operações com

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Mestre em Administração pela Política Universidade Católica do Paraná e Professor do Centro Universitário Univel

ISBN 978-65-5629-077-5

maior cuidado e eficiência.

A fim de um resultado positivo e eficiente para a entrega ao consumidor, deve-se utilizar algumas tarefas durante a formalização da carga sendo programada desenvolvendo o controle logístico para que o cliente final receba o produto com validade e qualidade esperada no tempo necessário, e não gere transtornos para a empresa e também o consumidor que espera receber o produto.

Desta forma, este projeto se propõe a investigar o seguinte problema de pesquisa: **Como as ações de gestão de transporte de cargas auxiliam na vantagem competitiva para o processo de gestão estratégica de uma empresa de transportes de cargas?**

Este projeto está organizado da seguinte forma: na primeira parte a introdução, a contextualização, a delimitação do tema, o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa da pesquisa. Na segunda parte o referencial teórico e na terceira parte a metodologia de pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Logística

Bowersox (1974, p. 1), definiu logística com o seguinte pensamento, "o processo de gerenciamento de todas as atividades necessárias para movimentar estrategicamente matérias-primas, peças e componentes e produtos acabados de vendedores, entre instalações de empresa e para consumidores".

Segundo entendimento de Ballou (1993, p. 5), define o propósito da logística sendo: "entregar o produto certo, no tempo certo e na condição desejada, realizando a maior contribuição para a empresa".

Assim entende-se que na logística se utiliza vários recursos tecnológicos para manter as operações atualizadas, tendo como objetivo maior controle de tudo que ocorre nos processos logísticos de uma organização. Abrange o nível do serviço fornecido pela empresa feita por uma padronização de técnicas.

Perante análise de Rodrigues (2002, p. 95), "O conceito de logística pode ser entendido como adquirir, manusear, transportar, distribuir e controlar eficazmente os bens disponíveis".

2.2 Gestão da Cadeia de Suprimentos

Na definição de Cavanha Filho (2001, p. 3), " a logística é a parte do processo da cadeia de suprimento que planeja, implementa e controla o eficiente fluxo e estocagem de bens, serviços e informações relacionadas, do ponto de origem ao ponto de consumo, visando atender aos requisitos dos consumidores. "

Para Fleury *et al.* (2000, p. 42), "o *Supply Chay Management* (SCM), é uma abordagem sistêmica de razoável complexidade, que implica alta interação entre os participantes, exigindo a consideração simultânea de diversos *trade-offs*".

ISBN 978-65-5629-077-5

O conceito de Gestão da Cadeia de Suprimentos mostrou-se bastante consolidado na literatura relacionada aos artigos da amostra. Isso possibilita algumas razoes como exemplo: atenção relacionada ao tema pela comunidade acadêmica e empresarial nos últimos anos (CHAN e QI, 2003).

2.3 Processos Logísticos

Delpim (2012), considera que a utilização das ferramentas de controle se tornou o mecanismo mais amplo e necessário no âmbito da competitividade. É necessário que a organização coloque em prática essas ferramentas para o controle, buscando melhorar nos processos como parte o planejamento e execução para obter melhores resultados.

Na parte de processos da logística temos vários processos esses são alguns deles: coleta, armazenagem, análise e distribuição.

O gerenciamento da logística, segundo o *Council of Logistical Managent apud* Lambert (1999, p. 36), " é o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo e armazenagem eficiente das matérias-primas, estoques, produtos acabados e informações correlatas, a partir do ponto de origem ao ponto de consumo, com o propósito de satisfazer a necessidade dos consumidores".

No entendimento de Thomas (2003), a logística humanizada é a categoria da logística que abrange os processos para pessoas, habilidades e conhecimentos, que ajuda a dar suporte aos colaboradores em situações diversas, devido a emergências e outras situações.

2.4 Logística Rodoviária

Earthmoving Logistics, termo usado pela primeira vez por Mayer e Stark (1981, p. 23), " é uma aplicação dos princípios gerais da Logística ao caso particular dos serviços de terraplenagem e pavimentação rodoviária".

A importância do transporte estabelece medidas por três indicadores financeiros que seriam eles: custos, faturamento e lucro. Ele tem o papel de agir na qualidade dos serviços logísticos, pelo fato de impactar no tempo da entrega, e a segurança dos produtos (FLEURY, 1999).

Segundo Valente (1997), o transporte rodoviário responde por aproximadamente 60% do total de cargas movimentadas. Transporta cargas de pequeno porte até em grande escala como toneladas, viabilizando o desenvolvimento econômico do País.

2.5 Estratégia

Para Kotler (2006), considera quatro importantes decisões que devem ser tomadas em relação a melhor estratégia logística de mercado: processamento de pedidos, armazenagem dos estoques, estocagem e como os produtos deverão ser transportados. Desta forma, é considerado como uma das ferramentas da logística para manusear as estratégias.

ISBN 978-65-5629-077-5

As novas qualidades e quantidades do consumo associadas ao tamanho do território, à diversidade de hábitos, valores e costumes e à distribuição desigual das modernizações e da população desafiam as empresas a adotarem novas estratégias de marketing e logística de distribuição para atingir e atender adequadamente os inúmeros pontos de venda distribuídos de forma capilar no território nacional (XAVIER, 2009, p. 84).

Para Bowersox (2001), os sistemas logísticos devem ser utilizados para minimizar o custo do sistema, pois está diretamente ligado o transporte mais acessível, ou seja, mais barato e não resultara em custos mais baixos. Com isso, deve se preocupar com o tempo já que é o fator mais importante na estratégia do transporte.

Porter (1996), afirma que em virtude da estratégia, se basear em recursos de determinada organização, a estratégia está diretamente relacionada a razão de ser da organização que adere a administração estratégica.

Afirma Mintzberg (2001, p. 21), "decisões estratégicas são aquelas que determinam a direção geral deum empreendimento e, em última análise, sua viabilidade a luz do previsível e do imprevisível, assim como as mudanças desconhecidas que possam ocorrer em seus ambientes mais importantes".

2.5 Vantagem Competitiva

Em relação a vantagem competitiva explicada de forma simples, "Uma empresa ganha vantagem competitiva, executando atividades, estrategicamente mais importantes, de uma forma mais barata ou melhor do que a concorrência" (PORTER, 1996, p. 31).

Bertaglia (2003), afirma que uma administração deita de forma estratégica, traz para si vantagem competitiva relacionados aos serviços, respostas rápidas a pedidos de mercado, também a redução de custos e qualidade e diferenciação.

Relacionado a cadeia de valor, compartilhar atividades na cadeia de valor pode ser a base para a competitividade empresarial, pois partilha e favorece a vantagem competitiva por aumentar a diferenciação (PORTER, 2001).

Lee e Whang (2002), indica que utilizar as informações aumentar os recursos disponíveis para administrar as ações. A palavra-chave é a integração empresarial para obtenção de vantagem competitiva.

Indústrias são heterogêneas aos recursos estratégicos que controlam. Além disso, propõe-se que não há mobilidade para tais recursos entre organizações, isso torna a heterogeneidade duradoura (BARNEY, 1991; PETERAF, 1993).

Segundo Barney (1991), a vantagem competitiva, é alcançada quando a criação de valor implantada por uma organização não é implementada por concorrente atual ou potencial.

Estratégia também é buscar uma vantagem competitiva sobre os concorrentes e com isso, diminuir a erosão das vantagens atuais. E normalmente essas vantagens são construídas baseadas nas competências essenciais (DAY, 1999; PRAHALAD, HAMEL, 1990).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.6 Geração de Valor por meio de Vantagem Competitiva

Os estudos sobre as relações entre organizações sobre geração de valor não são de fato adquiridos em sustentabilidade. Porém, a empresa que expande seus relacionamentos na ligação com *stakeholders* acaba gerando capacidades organizacionais e soluções (BUYSSE e VERBEKE, 2003).

Day & Wensley (1988), argumenta que a dinâmica de geração de vantagem competitiva apresentada por esses autores é a base da estrutura.

Hunt (2000a), afirma que a vantagem competitiva só faz sentido em um contexto de competição. Ela de fato pode ser consequência de uma vantagem em recursos e pode ser a causa de desempenho financeiro de forma superior. Isso explica que o desempenho financeiro forma no mercado vantagens a empresa, aumentando suas habilidades no mercado.

3 METODOLOGIA

O propósito deste trabalho é explorar os processos na gestão da Transportadora Binacional, por ser uma fonte de pesquisa acessível para o levantamento de dados da pesquisa. Esse estudo será delimitado e dividido em três tipologias: (i) Quanto aos objetivos, (ii) Quanto aos procedimentos (iii) Quanto à abordagem do problema.

Esta pesquisa será produzida com a visita a empresa onde irá ser elaborada uma entrevista com o gerente, pois o gerente é quem tem acesso a todas as informações, e quem pode ajudar na pesquisa sobre os dados da empresa na sede de Cascavel-PR. Essa busca será feita por meio de um questionário estruturado com perguntas específicas para a coleta de dados, onde serão respondidas e gravadas para a análise deste estudo, juntamente com o fornecimento de documentos e dados para auxiliar no estudo atribuindo a estruturação desta pesquisa com as informações coletadas.

3.1 Tipologia da pesquisa: Quanto aos objetivos

A tipologia usada para aplicar o estudo é denominada como pesquisa descritiva, onde demonstra características e variações sobre o assunto explorado.

"A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. " (TRIVIÑOS, 1987, p. 35).

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa abrange aproximação e um entendimento com a realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se forma através de aproximações adquiridas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção realista.

Para Triviños (1987, p. 112), os estudos descritivos podem ser criticados, pois pode fornecer alguma descrição exata dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Por este fato, explorar essa pesquisa pode ser subjetiva, com questionamentos adversos. Sobre os objetivos pode afirmar mostrar recomendações, avaliações e também identificação de dados específicos elaborados

ISBN 978-65-5629-077-5

durante o estudo.

3.2 Tipologia da pesquisa: Quanto aos procedimentos

Por ser uma pesquisa com fatos e dados coletados de forma descritiva o estudo é considerado estudo de caso por ter análises e abordagem do assunto característicos com várias informações, possibilitando um maior entendimento ao respectivo leitor, com as palavras do autor.

> O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que entende um método que pode abranger tudo em fatos específicos de coletas e análise de dados.

Com essas análises, o leitor tem a facilidade de ter um entendimento dos objetivos relatados no texto.

> É uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência. (YIN, 2001, p. 62).

3.3 Tipologia da pesquisa: Quando à abordagem do problema

A abordagem do problema denominada para esta pesquisa foi proposta com pesquisa qualitativa, onde o aprofundamento deste estudo demonstra o que convém a ser feito, dados analisados, onde procura descrever, compreender e explicar toda a relação na pesquisa que foi exposto no assunto da temática.

> Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

De acordo com essas características da pesquisa qualitativa pode-se compreender, portanto que, "as informações obtidas não podem ser quantificáveis, os dados obtidos são analisados indutivamente e a interpretação dos fenômenos e a

ISBN 978-65-5629-077-5

atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (...)". (RODRIGUES, 2007, p. 9).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa adere uma abordagem interpretativa, ou seja, pesquisadores estudam em seus cenários naturais, buscando entender em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

4 RESULTADOS

Considerando a pesquisa e o contexto, analisando os dados extraídos na empresa Transportadora Binacional, essa pesquisa foi elaborada conforme os documentos e argumentos pela sede de Cascavel – Paraná com auxílio da Matriz de Foz do Iguaçu – Paraná, em relação as ações de gestão do transporte de cargas, processos e controles logísticos em como auxilia na vantagem competitiva.

4.1 Perfil da Transportadora Binacional

A Transportadora Binacional, tem mais de 41 anos no mercado, sendo uma das maiores transportadoras do Paraná. A Binacional possui sede própria em Foz do Iguaçu – Paraná, e conta com unidades operacionais no Brasil, Paraguai, Argentina e no Chile, são 12 unidades no total.

Com base nas informações sobre a empresa, diariamente eles contam com uma torre de controle sobre planejamento estratégico na transportadora, sobre conceitos, interpretação, atividades, planejamento e gestão. Cada processo exercido na empresa estabelece planejamentos nos processos para serem disposto com excelência,

Como resultado da pesquisa, foi realizado um estudo com uma entrevista e questionário voltado para o gerente logístico da unidade de Cascavel – Paraná, sobre a gestão logística da empresa.

4.2 Perfil da Amostra do Estudo

Sobre gestão, na transportadora se utiliza algum método ou estratégia para alcançar os objetivos da empresa? Se sim, quais ou qual o principal. Utiliza centros de distribuição (CDS), distribuídos para executar no paraná e em outros estados, para estabelecer uma logística mais rápida e eficiente para cumprir com as demandas e o cliente final.

Utiliza-se algum treinamento ou incentivo para os colaboradores na empresa? Utiliza SEST SENAT na sede de foz do Iguaçu, com cursos profissionalizantes para alguns funcionários com cargos específicos.

A empresa possibilita oportunidades para o colaborador crescer para áreas e serviços que ele pode oferecer futuramente? Todos os funcionários têm oportunidades de crescer na empresa, conforme vão se destacando em suas funções. Na cadeia de suprimentos são vários processos logísticos envolvidos dentro da organização. Como é o desempenho da empresa quanto a isso? Explique. É uma empresa organizada e estruturada, atualmente a Binacional em parte de estrutura é planejada pela parte comercial e operacional, repassadas como coletas e recebimentos. Esse fluxo começou

ISBN 978-65-5629-077-5

a ser produzido desta maneira a dois anos e desde então só emitiu melhoras. Com isso, existem planos e procedimentos para obter tomadas de decisões para a execução desse ciclo executadas pelos gestores da empresa.

Como organizam o fluxo logístico com os colaboradores, o que a empresa ordena? Cada cargo tem suas funções distintas que por final fazem rodar todo um planejamento e execução da situação.

1 - Parte comercial, venda do transporte ao cliente;

2 - Comercial/operação - análise do cenário rodoviário/ferroviário, procura e demanda de veículos, propostas de frete, tabela de frete a ser pago ao autônomo ou frotista;

3 - Comercial/cliente - proposta de frete FOB;

4 - Aceitação da proposta tomador;

5 - Planejamento de coleta por parte do operacional e suporte até cliente final.

A empresa se preocupa com a segurança dentro da organização? Se sim exemplifique quais os suportes necessários a empresa estabelece. Empresa certificada pela SASSMAQ, oferece todos os EPI para os suportes necessários para cada processo. Conta com um ambiente de trabalho todo higienizado e arejado.

Com relação a gestão da empresa aos procedimentos logísticos. Exercem controle sobre todos os processos feitos na empresa? E como é esse tipo de operação exigido pela empresa? Planejamento para tomadas de decisões, existem vários recursos tecnológicos, para as operações serem atualizadas em tempo real, passos que é utilizado para cada operação. Isso se dá aos três níveis de decisões: Operacional, Tático e Estratégico. Quais são as dores que a empresa enfrenta no mercado geralmente? Muita concorrência, curtos prazos para entregas. Greves de órgão anuentes e greves de motoristas.

Existe a possibilidade de a organização estar passando por dificuldades com alguns procedimentos da empresa nos dias atuais, decorrente a pandemia? Se sim, comente sobre o assunto. Atualmente não, devidos aos gestores.

Qual meio de procura é utilizado para a busca de motoristas para os transportes de cargas? Se utiliza critérios para a contratação? Whatsapp, não pode ter restrições judiciais.

Para a execução dos transportes de cargas, é prescrito algumas regras? Nesses processos, tem monitoramento ou suporte para a segurança da carga no trajeto até o destino final? Sim, possibilita monitoramento da disponibilidade de veículos, acompanhamento do plano de viagem, ou seja, rotograma. Emissão do CRT, MIC, MDFe e CTe, monitoramento da carga e descarga, dos horários de partida e chegada, e também o monitoramento da quilometragem. Quais tipos de cargas costumam transportar? Fale um pouco sobre como é o processo da carga do início do fornecimento da carga até o seu destino. Fertilizantes, granéis carga gerais, implementos agrícolas, exceto mudanças. Cliente aceita proposta de frete, envia fatura e adiciona na lista para carregamento, comercial da empresa repassa fatura e pack ao operacional e documental da empresa, para que documental elabore conhecimentos de transporte, parte operacional organiza junto a fábrica, empresa e ou cds, distribuição a coleta da mercadoria, operacional analisa requisitos para o embarque, providência

ISBN 978-65-5629-077-5

veículo/motorista capacitado para embarque que atenda todas as necessidades passadas pelo cliente, após coletada da mercadoria, veículo aguarda em fronteira para que a mercadoria seja despachada para outro país, feito os trâmites aduaneiros e liberações entres aduanas, veículo segue para realizar a entrega da mercadoria.

Como é feito os carregamentos? Entrega direta, transbordo, armazenagem, cross-docking. Na parte financeira, sobre custos, despesas e também sobre as notas das entregas e pedidos, gestão sobre o prazo. Responsáveis para fazer os pagamentos, tanto dos fretes recebido a vista na empresa, quanto ao posto que paga a associação.

Com base nos dados, a transportadora evoluiu nesses últimos 2 anos de 2019 a 2021 citado pelo gerente, e com essa evolução a empresa adquiriu algumas melhorias em todos os processos descrito acima. Conforme a pesquisa, a transportadora obtém algumas dores que muitas empresas lidam, que seria a vantagem competitiva, prazos de entregas e greves.

Existe alguns fatores no Brasil que influenciam na demanda e com isso afeta o mercado, um exemplo seria os preços, inflação e etc... Isso afeta em todos os fatores comerciais e isso indica que afeta também as transportadoras do país, é digno analisar a demanda e estudar como encarar esses problemas.

Deve-se analisar o comportamento e estratégias dos concorrentes, assim a organização tem acesso a informações que podem se beneficiar adquirindo estratégias de níveis superiores do concorrente e evoluir no mercado sendo qualificada nos serviços e diferenciada das outras (PORTER, 2001).

O diagnóstico devido o estudo da concorrência, define as ameaças, diferenciação, métodos de processos e estratégias de alcançar cliente (PORTER, 1996). Vantagem competitiva é obter estratégias e planejamentos analisando concorrentes, para melhorar os processos da empresa e se destacar no mercado concorrente. Uma estratégia é apresentar aos clientes seus objetivos e métodos e eficiências, buscando mostrar qualidades e confiança ao mesmo.

Em constantes mudanças, a empresa deve buscar vantagens para seguir em longo prazo tanto em ambiente quanto em serviços, é o tempo necessário para constantes criações afim de estabelecer melhorias nas operações e gerar resultados positivos (DAY, 1999). É importante constituir fontes novas de vantagens, e estratégias para novas possibilidades e eficácias diminuindo riscos e restaurando suas aplicações.

A vantagem competitiva da transportadora é a gestão de controle de todos os processos manuseados pelos colaboradores, e pela forte demanda que nos últimos anos tem acontecido abre portas para o aumento de clientes, dessa forma, a empresa preza pela qualidade no serviço fornecido e devido a essa questão as 12 filiais atendem atenciosamente e extremamente profissional. Com base nos dados, é esclarecido que a empresa está apta a algumas mudanças constantes e procura modificar assertivamente atendendo suas necessidades do mercado atual.

O controle dessa gestão é executado de forma estratégica e metodológica de maneira administrativa baseada em métodos. Esses são os pilares importantes para os processos:

- Tecnologia;
- Pessoas;

ISBN 978-65-5629-077-5

- Processos;
- Segurança;
- Qualidade;
- Produtividade;
- Redução de Custos.

Desta forma, a empresa aderindo esses pilares a transportadora adquire alguns benefícios para torre de controle da empresa como:

- ✓ Conexão de metas;
- ✓ Automação;
- ✓ Melhora na comunicação interna e externa;
- ✓ Monitoramento em tempo real;
- ✓ Rastreabilidade;
- ✓ Programação;
- ✓ Controle;
- ✓ Padronização dos processos;
- ✓ Diferencial competitivo para a empresa.

Devido a esses benefícios que a transportadora planeja para o presente e futuramente. Ainda assim, uma das desvantagens que ela demonstra é a receptividade a mudança, algumas empresas procuram atender a todo tipo de mudança que ocorre ao longo do tempo, porém, acabam perdendo essas oportunidades muitas vezes pela preocupação com a recepção do mercado, a empresa deve analisar constantes alterações do ambiente externo e de seus concorrentes para se adaptar as novas inovações.

Portanto, a transportadora conta com soluções tecnológicas afim de melhorar o planejamento e controle de operações, foco em centralizar a importância nos transportes de cargas e também ao desenvolvimento de ferramentas para os processos com a visibilidade de ocorrências futuras com problemas que poderão ocorrer, essa questão está abordando a necessidade de antecipação de planejamento devido preparação para os riscos.

É importante destacar sobre a empresa em se preocupar com riscos, vantagem competitiva, e alguns problemas ocasionais, como, greve de órgãos anuentes e greve de motoristas. A capacidade da empresa em se prevenir com essas situações é relativamente correspondente em como é o seu desenvolvimento com o mercado, dessa forma, a transportadora utiliza recursos próprios e internos para a adequação necessária e estrategicamente benéfica ao ambiente interno e externo.

A competência dos recursos desenvolvidos pela empresa devem ser suas diferenças de desempenho que ela exerce sobre o mercado em como ela atua, e como é aplicada para obter as aplicações básicas que possibilita melhor desempenho como vantagem competitiva e favorável a organização (BARNEY, 1996).

Os recursos utilizados pela empresa dependem de ferramentas que favorecerão a sua posição superior à do concorrente e se beneficiará tanto internamente quanto externamente, desempenha prevenções a acontecimentos e aumenta suas vantagens desenvolvendo soluções as operações realizadas nos processos e desenvolvimento de

ISBN 978-65-5629-077-5

implantações de mecanismos para o controle de processos, resultando participação lucrativamente com as mudanças no mercado (BARNEY, 1996).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal foi a análise do estudo em como as ações de gestão de transporte de cargas auxiliam na vantagem competitiva para o processo de gestão estratégica de uma empresa de transportes de cargas em uma transportadora, Binacional Provedor Logístico de Cascavel - Paraná. Aborda as rotinas administrativas e seus processos realizados diariamente pela organização, exemplifica seu procedimento e ferramentas na busca de novas formas para inovar na gestão e novas vantagens.

Constatou-se que uma das dores da organização é relacionado a vantagem competitiva, a empresa relata que por ser uma transportadora com base de controle e ferramentas sendo administrada por gestões em todos os processos, ela está em constantes mudanças, o principal objetivo é se destacar em seus transportes e aumentar suas demandas.

Foi identificado, que todos os gestores devem seguir as normas relatadas pela empresa para evoluir de nível suas qualificações, nos últimos 2 anos a empresa obteve melhora, incluiu novas ideias, como exemplo, apresentar seus processos ao cliente alcançando a confiança do mesmo. Com isso, denota-se que a importância da qualidade para a transportadora vem à tona sobre como é suas gestões e a preocupação com cliente, para vantagem competitiva ela trabalha com questões para melhorar seus resultados e aumentar suas demandas.

Para a transportadora obter vantagem competitiva, pode identificar-se que transportes mais rápidos é uma das formas de trabalhar para entregas mais objetivas na entrega ao cliente. Identificar seus pontos fortes e pontos fracos, qualificar suas ferramentas, melhorar seus meios de comunicação, e estudar os concorrentes adquirindo estratégias melhores para seu controle de processos e aberto a novas mudanças na organização.

Como vantagem competitiva, ela exerce a gestão do controle sobre os processos estabelecida por uma torre de controle estrategicamente formada e manipulada com gestores profissionais e responsáveis pelos procedimentos necessários diariamente, adquirindo visão sobre tudo o que ocorre pelos funcionários e transportes, cargas executas e direcionamentos pelos gestores de cada filial atuando constantemente para que a empresa seja cada vez mais competitiva e eficiente nos serviços que ela produz.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial:** Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. Traduções Hugo T.Y Yoshizaki – São Paulo – Atlas, 1993.

BARNEY, J. B. **Firm Resources and Sustained Competitive Advantage.** Journal of Management, n. 17, p. 99, 1991.

ISBN 978-65-5629-077-5

BARNEY, J. B. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage.** Reading – MA: Adisson Wesley, 1996.

BERTAGLIA, P. R. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento.** São Paulo: Saraiva, 2003.

BOWERSOX, D.J., Closs, D.J>, **Logistical Management** – The Integrated Supply Chain Process, 1 ed, New York, McGraw-Hill. 1994.

BOWERSOX, D.J; Closs, D. J. **Logística Empresarial:** o processo de integração da cadeia de suprimento.São Paulo: Atlas, 2001.

BUYSSE, K; VERBEKE, A. **Proactive environmental strategies:** A stakeholder management perspective. Strategic Management Journal, v. 24, p. 453-470, 2003.

CARVALHO, José Meixa Crespo de - **Logística.** 3ª ed. Lisboa: Edições Silabo, 2002.

CAVANHA FILHO, A.O. **Logística: novos modelos.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CHAN, F. T. S. **Performance measurement in a supply chain.** International Journal of Advanced Manufacturing Technology, v. 21, p. 534-548, 2003.

DAY, G. S. Manutenção da Vantagem Competitiva: Criação Sustentação das Vantagens em Ambientes Competitivos Dinâmicos. In: DAY, G. S.; REIBSTEIN, D. J. **A Dinâmica da Estratégia Competitiva.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.59 – 85.

DAY, George S. and Robin Wensley — **Assessing advantage:** a framework for diagnosing competitive superiority,‖ Journal of Marketing, 52 (2), I-20, 1988.

DELPIM, Theodomiro Silvano Moraes. **Gestão dos Processos Logísticos:** Um enfoque sobre a ótica da Controladoria. 2012. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Transportes) – IME, Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2012.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução:** a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa*: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa:** Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (p. 127/153).

FLEURY, Paulo Fernando, **Logística Empresarial**. Ed. Atlas. São Paulo, 2000.

FLEURY, PAULO FERNANDO. **Avaliação do Serviço de Distribuição Física:** relação entre a Indústria de Bens e o Comércio Atacadista e Varejista. Revista Gestão e Produção. vol. 4. 1999, disponível em >

ISBN 978-65-5629-077-5

http://www.bomjesustransportes.com.br/noticia/320/qual-o-impacto-da-lei-do-motorista-12619/12-sobre-o-custodo-transporte-rodoviario-de-carga.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza:** UEC, 2002. Apostila.

HUNT, Shelby D. **A general theory of competition:** resources, competences, productivity and economic growth, Thousand Oaks: Sage, 2000a.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAMBERT, DOUGLAS M.;STOCK, JAMES R. **Strategic Logistcs Management.** Irwing/McGraw-Hill, 3ª ed, USA, 1999.

LEE, Hau L; WHANG, Seungjin. **Gestão da e-scm**, **a cadeia de suprimentos eletrônica.** HSM management, São Paulo. Editora HSM Management, n.30, p. 109-116, jan-fev 2002.

LÜDKE, Menga; André, Marli D. A. **A Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1999.

MAYER, R. H.; STARK, R. M. **Earthmoving Logistics, Journal of Construction Division.** ASCE, USA. Publications, 1981, p. 23.

MINTZBERG, H. e QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

PETERAF, M. A. **The cornerstones of competitive advantage:** A resource-based view. Strategic Management Journal, v. 14, n. 3, p. 179–191, 1993.

PORTER, M. E. Da vantagem competitiva à estratégia empresarial. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2001. p.335-343.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G**. The Core Competence of the Corporation.** Harvard Business Review, p. 3- 15, May/June, 1990.

RODRIGUES, P. R. A**. Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à Logística Internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 2002.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia cientifica.** Paracambi -FAETEC/IST, 2007. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%

ISBN 978-65-5629-077-5

20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2020

THOMAS, A. S. **Humanitarian logistics:** enabling disaster response. San Francisco: Fritz Institute, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, AMIR MATTAR. **Gerenciamento de Transporte e Frotas.** São Paulo: Pioneira, 1997.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **Os elos entre os circuitos da economia urbana brasileira no atual período: os atacadistas e seu papel intermediário.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods. Newbury Park, CA:** Sage

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MOTORISTAS DE CAMINHÃO SOBRE A INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DOS PONTOS DE APOIO, PARADA E DESCANSO OFERECIDOS NO ESTADO DO PARANÁ

Ernesto Antonio Deliberali[1]
Osvaldo Mesquita Junior[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi verificar a percepção dos motoristas sobre a infraestrutura e qualidade dos pontos de apoio e parada que são oferecidos aos motoristas de carga na BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR. A pesquisa foi realizada de forma descritiva, utilizando da abordagem quantitativa, onde foi utilizado a escala de Likert como instrumento para análise dos dados, onde os motoristas respondentes marcaram pontos fixos de resposta, que vão de "concordo totalmente" a "discordo totalmente". A pesquisa indica uma insatisfação por parte dos motoristas respondentes em relação ao atendimento, segurança, higiene e infraestrutura dos pontos de apoio e parada. Todavia, indica uma satisfação entre os motoristas com a implementação da Lei Federal nº 13.103/2015 estudada no artigo. Sendo assim, conseguimos analisar quais os pontos necessários a se observar nos pontos de apoio e parada para os motoristas e qual o nível de conhecimento deles da Lei dos motoristas.

Palavras-chave: Motorista. Ponto de apoio. Lei Federal nº 13.103/2015.

2 INTRODUÇÃO

O ramo de transportes de carga é conhecido com um dos maiores fatores de desenvolvimento de um país, além de unir as áreas de matéria-prima, produção e consumo. No Brasil, o processo de expansão da infraestrutura rodoviária, proporcionam acessibilidade das entregas em todos os locais do país, garantindo assim o serviço logístico (CNT,2019).

Entre os profissionais exigidos para o transporte de cargas no Brasil, o principal deles é o motorista de caminhão, profissionais que conduzem seus veículos com as mais variadas cargas pelo território brasileiro. O transporte de mercadorias no país é um processo essencial para a economia do Brasil, segundo dados da Associação Brasileira Dos Caminhoneiros (ABCAM), os caminhoneiros movimentam aproximadamente 60% de todas as mercadorias do país (CNT, 2014).

Grande parte desses profissionais, passam dias longe da família, muitas vezes em situações precárias, em locais que não apresentam segurança adequada e muito menos conforto para a estadia. O motorista de cargas no Brasil, está sujeito as mais diversas condições de trabalho, que podem influenciar na saúde e estilo de vida, colocando em risco a própria vida do profissional (RIBEIRO, 2008).

Visto a importância desses profissionais para a economia do país, e a necessidade

[1] Acadêmico do Curso de Administração - Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Mestre em Administração pela PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

ISBN 978-65-5629-077-5

de encontrar melhores soluções para atender os motoristas, este projeto teve por objetivo analisar a percepção dos motoristas de carga quanto a infraestrutura e a qualidade de serviço disponibilizada nos pontos de apoio e parada a esses profissionais no trajeto da BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR, e se atendem os requisitos da Legislação Federal nº 13.103/2015.

Conforme Silva (2013), o chamado "rodoviárismo" no País iniciou-se com Washington Luís, quando então governador do estado de São Paulo disse: "Governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas! ". Em 1928, sobre seu governo, o Brasil fundava a primeira rodovia do país, no estado do Rio de Janeiro, Washington Luiz, realizava a inauguração da primeira rodovia pavimentada que ligava os estados de Rio de Janeiro a Belo Horizonte e em suas mãos as malhas ferroviárias começaram a tomar forma no País.

Após a década de 1940, se intensificou no Brasil um processo forte de industrialização, o transporte ferroviário decaia enquanto a indústria de automóveis crescia em grande escala, tornando-se mais acessível e tomando os lugares do transporte ferroviário e marítimo (SILVA JUNIOR, 2004).

Silva Junior (2004), salienta ainda que a grande evolução começou mesmo a partir de 1950, aliado a evolução das fábricas de automóveis no País. Sobe o governo de Juscelino Kubitschek a malha rodoviária começou a ser evoluída e constituída no Brasil, a fundação da Petrobrás e a criação dos impostos destinados a construção de estradas deram um grande impulso as rodovias.

A partir do século XX, diversos facilitadores do governo começaram a ser realizados para facilitar a compra de veículos automotores, nessa época, o Brasil possuía uma economia bastante diversificada e se notou a importância de acelerar o processo de transportes de carga no país (SILVA JUNIOR, 2004).

Junto ao alto crescimento na compra de veículos no país, os postos de combustíveis começaram a aumentar em larga escala pelo Brasil, e consequentemente se tornaram o principal ponto de apoio para os motoristas de carga. Segundo a legislação, os postos de combustíveis e os pontos de parada devem atender os requisitos estipulados pela Lei Federal nº 13.103/2015, dispondo de sanitários, locais para refeição e descanso, e que ofereçam o mínimo de conforto e segurança aos que fizerem uso do local (BRASIL, 2015).

O tema desta pesquisa foi a percepção dos motoristas sobre os pontos de parada e descanso, e o problema de pesquisa que se pretendeu responder foi: Na percepção dos motoristas de caminhão, os pontos de apoio, parada e descanso disponibilizados aos motoristas de carga na BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR, atendem todos os requisitos de infraestrutura e qualidade de serviço determinada pela Legislação Federal nº 13.103/2015?

Assim, a delimitação dessa pesquisa foi: A percepção dos Motoristas autônomos ou registrados que realizam a maior parte de seu trajeto pelo estado do Paraná, pela BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR.

Foi levantado qual a visão dos motoristas quanto a condição atual da maioria dos postos de combustíveis e pontos de parada, e o atendimento dado pelos profissionais desses lugares aos motoristas durante seu tempo de parada.

ISBN 978-65-5629-077-5

O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar a percepção dos motoristas de carga sobre a infraestrutura e qualidade de atendimento dos pontos de apoio, parada e descanso ofertados aos motoristas de caminhão no estado do Paraná, e se os mesmos fornecem infraestrutura e atendimento suficiente para o cumprimento da Legislação Federal nº 13103/2015. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) investigar se a estrutura dos pontos de apoio e parada ofertados aos motoristas garantem boas condições de descanso; (b) analisar se os locais contam com todos os serviços necessários para atender de forma eficiente os profissionais; (c) mensurar a qualidade de atendimento dos operadores desses locais de parada com os motoristas de carga.

O transporte de cargas envolve todo o processo de distribuição e abastecimento, onde uma enorme quantidade de profissionais é exigida. Um dos maiores responsáveis pelo transporte das cargas são os motoristas de caminhão, os quais se aventuram todos os dias em busca de atingirem prazos de entrega com segurança aos seus contratantes. Os pontos de apoio e parada são vitais para os motoristas de carga no país, são eles que permitem a esses profissionais manterem a operação durante seu trajeto com segurança e eficiência.

Segundo a lei, um motorista de veículo de carga não pode dirigir mais de cinco horas e meia sem realizar uma pausa de no mínimo trinta minutos para descanso. É garantido também o direito de onze horas de pausa após um período de vinte e quatro horas trabalhadas (BRASIL, 2015).

Uma das pesquisas, feita pelo instituto CCR apontou que quase 80% dos motoristas realizam seus pernoites nos próprios veiculo, 50% desses profissionais tem algum tipo de problema visual e que um em cada cinco desses profissionais utilizam a estimulante anfetamina para se manterem acordados (CNT,2019).

O trabalho propôs um estudo para levantar informações junto aos motoristas de carga sobre suas percepções da atual situação dos pontos de apoio e parada para esses profissionais, analisando os aspectos de segurança, higiene, comodidade e infraestrutura e indicando qual desses pontos tem sido a maior necessidade de melhoria por parte dos proprietários dos pontos de apoio e até mesmo do governo do estado do Paraná.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nessa seção serão apresentadas as mais relevantes teorias sobre o tema dessa pesquisa, no intuito de fundamentar as análises que serão feitas a partir dos dados coletados.

2.1 Logística

Segundo Machado (2009), atualmente, o desenvolvimento de qualquer atividade comercial necessita de uma logística bem organizada, porém o conceito de logística começou a ganhar força somente após o final da segunda guerra mundial, quando o fornecimento de materiais e mantimentos aos militares no campo de batalha ganhou força. Ao longo do tempo o conceito de logística foi sendo aprimorado, e ganhando força em sistemas de fabricação, armazenagem, transporte e distribuição de materiais.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Novaes (1989), todo e qualquer envolvimento logístico necessita da integração de todos os processos até chegar para o consumidor final, presente desde os setores de criação, produção, armazenagem, transporte, distribuição e entrega ao consumidor, diferentemente do realizado nos transportes, onde se busca apenas a resolução dos problemas relacionados ao deslocamento dos produtos.

A função da logística consiste em alocar os produtos ou serviços no lugar correto, no momento correto, e nas condições solicitadas. A distribuição ao cliente final é o grande desafio da logística e seu principal foco, mas para isso é necessária uma análise de todas as informações de entrega e distribuição. Com o aumento da concorrência nos mercados, os consumidores estão cada vez mais exigentes e por esse motivo a perfeição nas entregas está deixando de ser um diferencial de mercado para se tornar o fator de manutenção de uma boa carteira de clientes nas empresas (BALLOU, 2001).

Já Fernandes (2012), acrescenta que uma logística eficiente é aquela capaz de disponibilizar os recursos com efetividade em todos os processos pretendidos pela empresa e atendendo todas as expectativas geradas pelos clientes. O consumidor atual não deseja apenas o recebimento de sua mercadoria, mas a entrega na hora pré-determinada, sem avarias ou defeitos, comprovando o sucesso das etapas de logística da empresa.

Para Castiglioni (2012), um sistema de logística de sucesso, é aquele que supre as necessidades da empresa, da produção, armazenagem, até a entrega ao cliente final, e é uma diferenciação para a organização perante seus concorrentes, pois diminui custos e aumenta a percepção do cliente com a marca, fidelizando o mesmo e aumentando seu lucro.

2.2 Logística no transporte de carga

De acordo com Gomes & Ribeiro (2004), as funções de transporte e armazenamento são de extrema importância dentro dos serviços relacionados a logística. Desde perdas, avarias, roubo e furto de carga que influenciam na escolha do cliente pelo serviço de transporte.

Para Marchetti (2012), dentro de todos os custos logísticos de uma operação, o transporte é aquele que ocupa a maior porcentagem, e por esse motivo devem ter a maior atenção dos profissionais da área. A logística de cargas é fundamental para a economia de um país, ela é um dos maiores geradores de PIB e representa uma das atividades de maior geração de empregos no país.

Conforme Barat (2007), e o transporte é um dos grandes, se não for o principal dos pontos da cadeia logística, que envolve todo processo de manuseio, armazenamento, produção e distribuição das mercadorias.

Já Ballou (1993), ressalta que a distribuição dos produtos envolve a movimentação, estocagem e o processamento dos pedidos dentro de toda cadeia logística e deve ser considerada como a atividade mais importante, a empresa que tiver como foco a competitividade no mercado, deve priorizar seus processos logísticos, pois é de grande importância para o alcance dos objetivos da empresa uma logística bem implementada e executada.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.3 Transporte de carga rodoviário

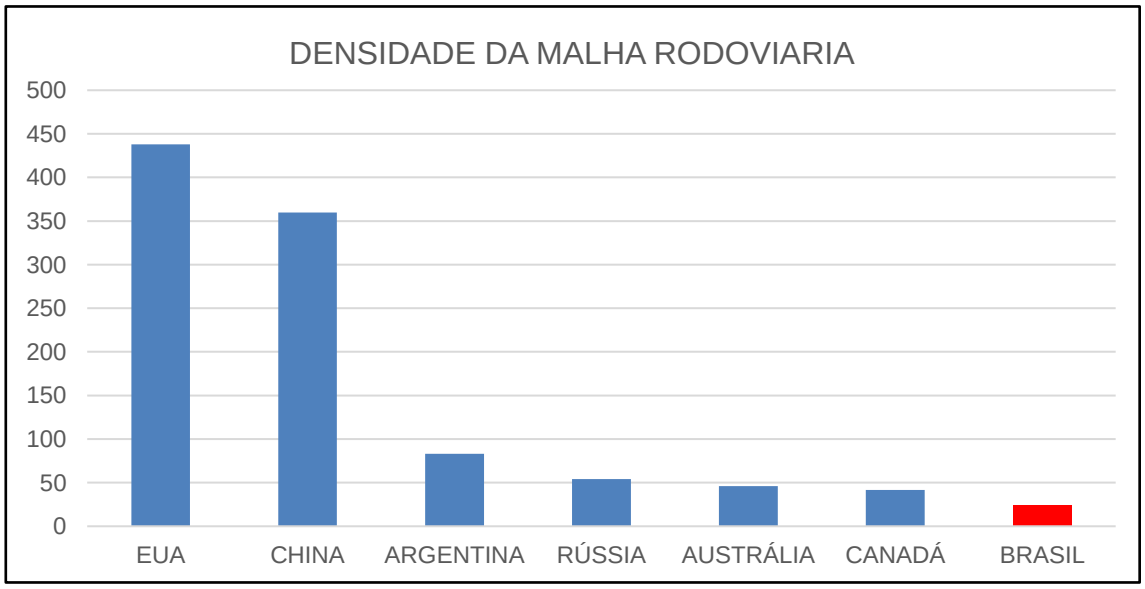
Bowersox e Closs (2001), citam que existem atualmente cincos tipos de modais de transportes, sendo eles o rodoviário, aquaviário, ferroviário, dutoviário e o aéreo. Cada modal tem sua importância dentro do país, podendo ser medida pela distância, trafego, receita e sua natureza.

Apesar de não ser financeiramente o melhor dos modais de transporte, o rodoviário possibilita a entrega diretamente ao cliente final, o que nos outros modais não é possível devido as restrições de entrega. Dentre todos os modais existentes, o rodoviário é o mais utilizado, sendo responsável pelo transporte da grande maioria dos produtos produzidos e consumidos no país, e mesmo perante tal importância para a economia, o estado é ineficiente na implantação e conservação de rodovias por todo território brasileiro (RODRIGUES,2015).

Para a Confederação Nacional dos Transportes – CNT 2014, o modal rodoviário representou 61,1% do volume de cargas transportadas no Brasil. A malha rodoviária representa 96,2% de toda a matriz de transportes do País, por fornecer maior agilidade, possibilitando a entrega para o cliente final com o menor tempo possível, o modal rodoviário passou a predominar no Brasil (CNT,2014).

O Brasil é um dos países com a menor densidade de malha rodoviária pavimentada, em comparação com os outros oito países de maior tamanho do mundo, conforme observa-se na figura 1.

Figura 1: Densidade da malha rodoviária



Fonte: Adaptado de CNT, (2014).

2.4 Segurança e Infraestrutura

Ferraz (2012), cita que acidente de veículos é um dos maiores problemas

ISBN 978-65-5629-077-5

enfrentados não só pelos motoristas de carga, mas também por todos aquele que utilizam veículos nas rodovias brasileiras. A ação de criminosos, a falta de investimento nas vias e nos pontos de parada são outros problemas enfrentados por esses profissionais quando se trata da sua profissão. Sendo um dos ramos de maior lucratividade do país, o investimento para garantir as necessidades dos motoristas de carga é muito alto, o investimento do governo é essencial para manter esse ramo como um dos maiores produtores de riqueza do Brasil.

Bertussi e Ellery Júnior (2012), analisam a relação entre a infraestrutura no ramo de transportes do Brasil e o crescimento econômico, o resultado indica que quando realizado bons investimentos públicos nesse setor se gera um efeito positivamente grande com o desempenho econômico a longo prazo dos estados no país, e contribui para a redução de desigualdade de renda entre eles. Os mesmos autores, Bertussi e Ellery Júnior (2012), ainda concluem ainda que há um maior investimento na infraestrutura de transporte nas regiões menos desenvolvidas do país, apontando que o governo continua sendo importante para a evolução do cenário econômico do Brasil.

Segundo Jayme Jr (2007), estudos apontam que um aumento de 10% de investimentos no setor de transportes, significaria um aumento de aproximadamente 1% do PIB estadual, representando perto do dobro dos gastos realizados.

Dentro da segurança e infraestrutura fornecida aos motoristas de carga no Brasil, os locais de parada e descanso devem possuir o mínimo de condições para atender esses profissionais, fornecendo conforto e segurança para realizarem seus descansos (BRASIL, 2015).

2.5 Lei dos motoristas

Motorista profissional é todo aquele indivíduo portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nas categorias existentes no estado vinculado sendo elas A, B, C, D ou E. Na primeira categoria (A) permite a condução apenas de motocicletas, e conforme a capacidade de carga o indivíduo deve adquirir as demais categorias para ser habilitado a dirigir seu veículo de carga, passando por testes de direção, teóricos e práticos da categoria escolhida (BRASIL, 2015).

Aos motoristas de carga dentro do Brasil, são garantidos alguns direitos como a infraestrutura dos pontos de parada e descanso a serem disponibilizados aos caminhoneiros em trânsito. Eles deverão atender a requisitos mínimos estipulados pela Lei Federal nº 13.103/2015, possuindo banheiros, locais para alimentação e repouso, que ofereçam o mínimo de conforto e ainda segurança a todos que fizerem uso do local (BRASIL, 2015).

O Estado assumiu a responsabilidade de ampliar a disponibilidade dos pontos de apoio, dando aos motoristas em trânsito maiores possibilidades de locais onde possam descansar com maior segurança e conforto (BRASIL, 2015).

Além da garantia de boa infraestrutura, segurança e comodidade aos motoristas, pensando em melhorar a qualidade de vida desses profissionais o governo brasileiro buscou determinar leis com o tempo mínimo de descanso e máximo de período em viagem para esses motoristas. A partir de 2015 o limite máximo de direção sem pausa

ISBN 978-65-5629-077-5

para um motorista profissional de carga passou a ser de cinco horas e meia, sendo realizado um intervalo de trinta minutos para descanso. Já dentro do prazo de 24 horas, é garantido ao motorista de caminhão o direito de descanso por um período de 11 horas, podendo essa ser feito de forma fracionada (BRASIL, 2015).

O motorista de veículo de carga que realizar trafego por mais de 24 horas fora da empresa, deve gozar de repouso diário nos pontos de parada e descanso, onde houver infraestrutura que lhe ofereça o mínimo de conforto e segurança, sendo que a estadia pode ocorrer dentro de seu próprio veículo (BRASIL, 2015).

Finalizando, "os pontos de parada, apoio e descanso oferecidos aos caminhoneiros, serão implantados pela iniciativa privada por meio das comissões de exploração definidas pelo estado". O poder público apoiara o investimento e a implantação pela iniciativa privada de locais de espera, pontos de parada e descanso nas rodovias brasileiras (BRASIL, 2015).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos, este estudo é de caráter descritivo, que segundo Triviños (1987, p. 110), pretende descrever "com exatidão os fatos e fenômenos ocorridos de determinada realidade", de forma que o autor queira deixar claro qual as reais características, valores, problemas e culturas relacionadas aos assuntos. Segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva deixa claro todas as reais características do fenômeno ou analise, e estabelece uma relação entre as variáveis, definindo assim a natureza delas. Na pesquisa descritiva não se tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora ele sirva de uma excelente base para explicação. Braga (2007), afirma que a pesquisa descritiva sempre se baseia em grandes amostragens e por esse motivo a metodologia mais adequada é a Survey, pois as entrevistas e os questionários são os métodos mais indicados para a coleta de dados a ser empregados nesse tipo de pesquisa.

O método utilizado foi o Survey, que segundo Tanur e Kraemer (1993), apud Freitas (2000), pode ser descrito como uma forma de obter os dados sobre as ações, características e desejos de determinado grupo de pessoas, representando uma população maior por meio de um instrumento de pesquisa. Segundo Silva (2001), a pesquisa quantitativa parte do pressuposto que tudo pode ser "quantificável", toda análise pode ser realizada descrevendo números para que a opinião e informação do assunto possa ser classificado e justificado. Faz-se o uso de recursos e técnicas estatísticas como porcentagem, desvio padrão, média, etc. Esse artigo é de caráter estatístico descritivo, que segundo Reis (1998), consiste na análise e interpretação dos dados numéricos utilizando-se de gráficos, quadros, tabelas ou indicadores numéricos. Em resumo a estatística descritiva é um conjunto de técnicas que tem o objetivo de descrever de forma resumida o resultado dos dados contidos nos indicadores numéricos.

Os dados de fonte primária foram coletados por um questionário, que segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), "[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões

ISBN 978-65-5629-077-5

por uma fórmula que o próprio informante preenche". O questionário pode conter tanto questões abertas ou fechadas. As questões abertas possuem respostas mais assertivas e de maior conteúdo, e as fechadas maior facilidade de compreensão e estudo dos dados.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 14 questões com escala de Likert composta de 5 pontos, sendo quanto maior a nota, melhor a avaliação realizada. A análise foi realizada por meio de estatística descritiva utilizando a média dos constructos propostos. A população total é de 50 motoristas de carga e o método de amostragem é não probabilístico e por adesão de 25 motoristas, sejam registrados em empresas ou autônomos, que realizam o trajeto pela BR 277 entre a cidade de Cascavel-PR até a cidade de Paranaguá-PR.

4 RESULTADOS

4.1 Informações da amostra do Questionário

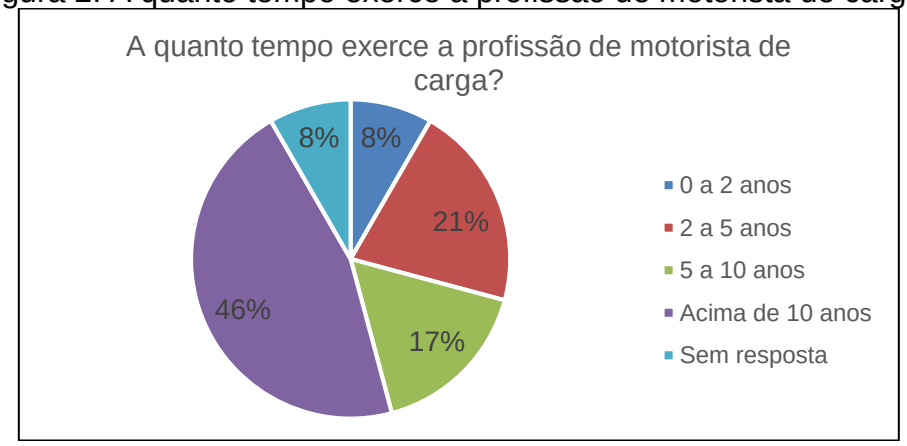
O questionário foi aplicado entre motoristas de carga que realizam maior parte de seu trajeto pela BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR.

Foram enviados 25 questionários, os quais obtivemos respostas de 24 desses profissionais, sendo eles autônomos ou registrados em empresas transportadoras, quanto a sua percepção dos locais de parada e descanso.

4.2 Tipificação de amostra

Iniciando com a tipificação da amostra, foi realizado duas questões para entender a experiência dos motoristas que estavam respondendo o questionário, sobre o tempo de exercício da profissão e o tempo de uso da rota da BR 277, quanto maior o tempo como motorista e maior tempo utilizando a BR 277, e consequentemente os pontos de apoio e parada, melhor são os conhecimentos para avaliação desses motoristas quanto aos locais.

Figura 2: A quanto tempo exerce a profissão de motorista de carga?

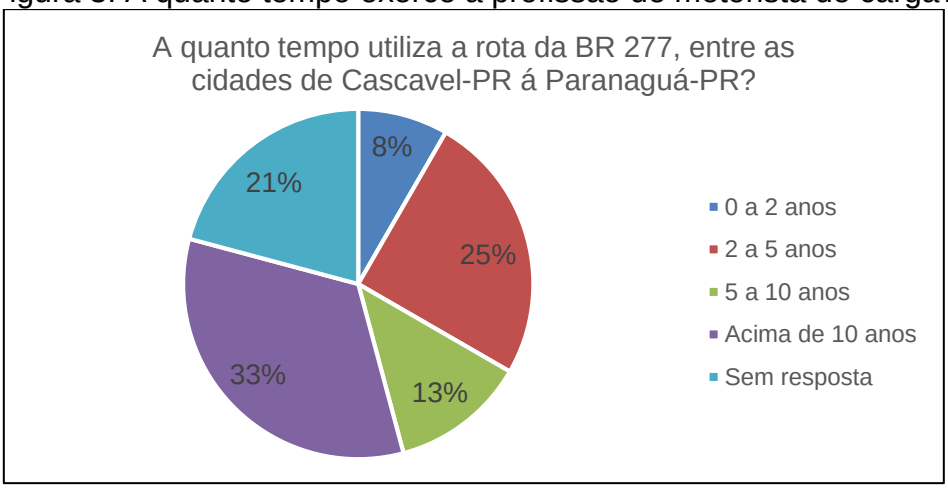


Fonte: dados retirados pelo autor (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

No gráfico acima, podemos perceber que a maioria dos motoristas já possuem grande experiência no setor de transporte rodoviário, mais de 35% dos motoristas respondentes do questionário já estão exercendo a profissão a mais de 10 anos. Essa característica de perfil dos motoristas, faz com que tenhamos um questionário melhor qualificado, pois são profissionais que possuem conhecimento dos pontos de apoio e parada de inúmeros lugares pelo país e conseguem a nível de comparação, realizar um parecer sobre os pontos de apoio e parada no trajeto proposto pelo trabalho.

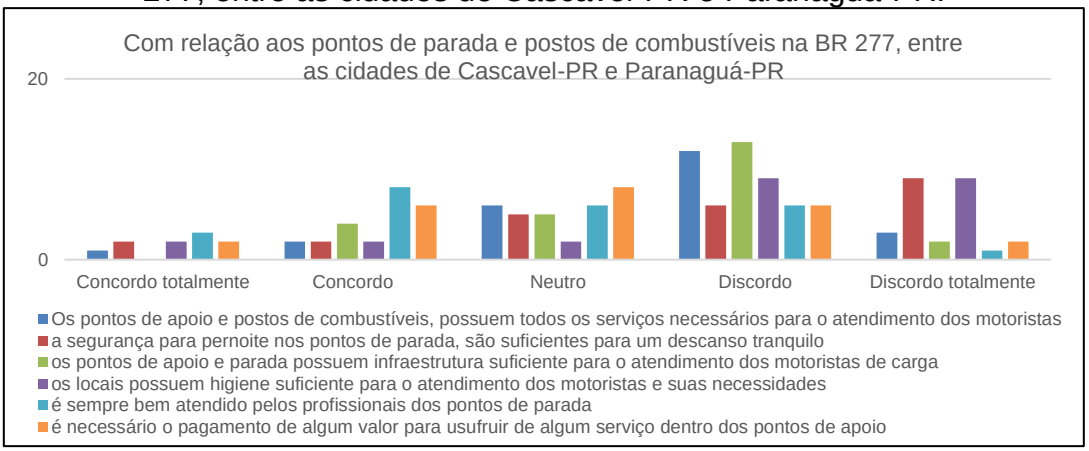
Figura 3: A quanto tempo exerce a profissão de motorista de carga?



Fonte: dados retirados pelo autor (2021).

Percebe-se que no gráfico da utilização da BR 277, 46% dos entrevistados já realizam o percurso na rota a no mínimo 5 anos, o que colabora para um questionário muito mais completo em informações e com motoristas que acompanharam durante esses mais de 5 anos muitas mudanças e investimentos tanto nas vias quanto nos pontos de parada. Conforme Bertussi e Ellery Júnior (2012), nos últimos anos há um maior investimento na infraestrutura de transporte nas regiões do país, apontando que o governo continua sendo importante para a evolução do cenário econômico do Brasil.

Figura 4: Com relação aos pontos de parada e postos de combustíveis na BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR.



Fonte: dados retirados pelo autor (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

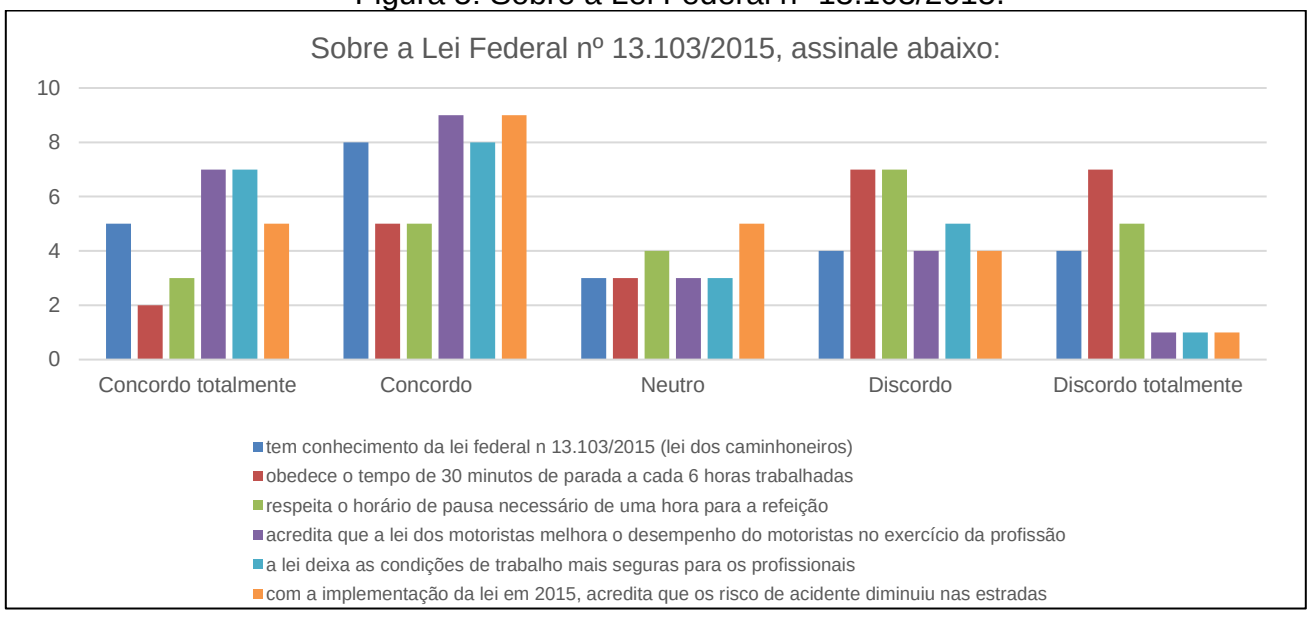
Em nosso primeiro quadro de analises, buscamos entender a percepção dos motoristas de caminhão dos lugares de apoio e parada fornecidos a esses profissionais na BR 277, conforme proposto no artigo. Avaliamos os quesitos de atendimento, segurança, higiene e Infraestrutura.

Conforme já visto anteriormente no artigo, aos motoristas de carga dentro do Brasil, são garantidos alguns direitos como a infraestrutura dos pontos de parada e descanso a serem disponibilizados aos caminhoneiros em trânsito. Eles deverão atender a requisitos mínimos estipulados pela Lei Federal nº 13.103/2015, possuindo banheiros, locais para alimentação e repouso, que ofereçam o mínimo de conforto e ainda segurança a todos que fizerem uso do local (BRASIL, 2015). Entretanto conforme o gráfico, a maioria dos resultados foram negativos, a maioria dos motoristas de carga respondentes do questionário acredita que os pontos de apoio e parada não possuem o atendimento, a segurança, higiene e a Infraestrutura necessária para atendimento de qualidade desses profissionais.

Com ênfase na higiene dos locais de apoio e parada, mais de 80% de todas as respostas foram "discordando" ou "discordando totalmente" de que os locais possuam a higiene necessária para atendimento desses motoristas. Um resultado muito negativo a esse ponto, pode mostrar o quanto um local bem higienizado e limpo pode fazer a diferença para o motorista escolher outro ponto de apoio para parada e descanso e consequentemente seus gastos com comida, instalação e abastecimento do veículo.

É necessário, portanto, que os pontos de apoio e parada estejam atentos as reclamações dos motoristas, são necessários investimentos em atendimento, como treinamentos aos colaboradores, higiene, como banheiros com chuveiro e sempre bem higienizados, segurança, como câmeras de monitoramento e guardas, e infraestrutura como pátios destinados a pernoite dos motoristas nesses pontos de apoio e parada.

Figura 5: Sobre a Lei Federal nº 13.103/2015.



Fonte: dados retirados pelo autor (2021)

Em nossa segunda parte da pesquisa, foi realizado os questionamentos sobre o

ISBN 978-65-5629-077-5

entendimento da Lei Federal nº 13.103/2015 e o cumprimento pelos motoristas de carga.

Apesar do equilíbrio, percebemos que uma boa parte dos motoristas possuem o entendimento da Lei Federal, o que colabora para que os motoristas saibam seus direitos e deveres, e também cobrem para que o descrito na lei possa ser seguido durante seu tempo de viagem.

A partir da oficialização da Lei Federal nº 13.103/2015, o limite máximo de direção sem pausa para um motorista profissional de carga passou a ser de cinco horas e meia, sendo realizado um intervalo de trinta minutos para descanso. Já dentro do prazo de 24 horas, é garantido ao motorista de caminhão o direito de descanso por um período de 11 horas, podendo essa ser feito de forma fracionada (BRASIL, 2015). Infelizmente, como mostra em nossa tabela da pesquisa, mais de 50% dos motoristas discordam de que conseguem cumprir os prazos de descanso impostos pela lei.

Nota-se que mais de 60% dos entrevistados acreditam que a oficialização da Lei Federal nº 13.103/2015, colabora para a diminuição dos riscos de acidente e melhora o desenvolvimento e a segurança dos motoristas de carga. Na análise, podemos perceber que a maioria é também a favor da Lei, e que acredita que a mesma colabora com um desenvolvimento e uma maior segurança nesse ramo de grande importância para o país.

Observamos na pesquisa que mais de 60% dos respondentes possuem entendimento da Lei, porém é necessário investimento para a propagação dela para que os motoristas de carga que ainda não tem conhecimento de seus direitos e deveres possam compreender os mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar a percepção dos motoristas de carga sobre a infraestrutura e qualidade de atendimento dos pontos de apoio, parada e descanso ofertados aos motoristas de caminhão no estado do Paraná, e se os mesmos fornecem infraestrutura e atendimento suficiente para o cumprimento da Legislação Federal nº 13103/2015 e o problema a ser respondido foi: na percepção dos motoristas de caminhão, os pontos de apoio, parada e descanso disponibilizados aos motoristas de carga na BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR, atendem todos os requisitos de infraestrutura e qualidade de serviço determinada pela Legislação Federal nº 13.103/2015?

O estudo tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e de levantamento. Os dados foram coletados por meio de questionários, e a amostra foi composta por motoristas de carga, autônomos ou registrados em empresas, que realizam o trajeto da BR 277, entre as cidades de Cascavel-PR e Paranaguá-PR.

Foram estudados a percepção dos motoristas de caminhão quanto ao atendimento, a segurança, higiene e a Infraestrutura dos locais de apoio e parada e também o entendimento da Lei Federal nº 13.103/2015 e o cumprimento da mesma pelos motoristas de carga.

A pesquisa revelou que os motoristas respondentes se encontram insatisfeitos nos quesitos apresentados nos pontos de apoio e parada. No entanto, os resultados expõem

ISBN 978-65-5629-077-5

que a maior porcentagem da pesquisa tem conhecimento da lei e acredita que ela auxilia no exercício de sua profissão.

Logo, acreditamos que a pesquisa foi de grande valia para motoristas e pontos de apoio e parada, que podem verificar quais os quesitos mais reclamados pelos motoristas e corrigir dentro de suas organizações. Sendo assim, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física.** São Paulo: Atlas, 1993.

BARAT, Josef et al. (Org.). **Logística e Transporte no Processo de Globalização: Oportunidades para o Brasil. São Paulo.** UNESP, p.15-97, 2007.

BERTUSSI, G. L. AND ELLERY JUNIOR, R. (2012) **Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil.** Journal of Transport Literature, vol. 6, n. 4.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. (2001) **Logística Empresarial. O Processo de integração da cadeia de suprimento.** São Paulo: Atlas.

BRAGA, K.S. **Aspectos relevantes para a seleção de metodologias adequada à pesquisa social em Ciência da Informação.** In: MUELLER, S. P. M (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. **LEI N 13.103**, DE 2 DE MARÇO DE 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. **Logística operacional: Guia Prático.** 2ª Ed. Érica. São Paulo. 2012.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CNT. **Confederação Nacional dos Transportes**. Anuário CNT de Ferrovias. 2011.

CNT. **Confederação Nacional dos Transportes**. Anuário CNT de Ferrovias. 2019.

CNT. **"Profissão de ouro" movimenta mais da metade do que é consumido no país.** 2014. Disponível em < https://cnt.org.br/agencia-cnt/serie-especial-transporte-riquezas-movimento-mercadorias-motorista-05052014 >. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

FERNANDES, Kleber dos Santos. **Logística: fundamentos e processos.** Curitiba: Iesde, 2012.

FERRAZ, A. C. P.; Junior, A. A. R.; Bezerra, B. S.; Bastos, J. T.; Silva, K. C. R. Introdução. In: **Segurança Viária.** São Paulo: Suprema Gráfica e Editora, 2012

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.)E MOSCAROLA (J.). **O método de pesquisa survey.** São Paulo/SP: Revista de administração da USP,RAUSP, v.35, nr. 3, Jul-Set. 2000.

GOMES, Carlos Francisco Simões; RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral. **Gestão da cadeia de suprimentos integrada a tecnologia da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

JAYME JÚNIOR, F. G. **Gasto Público com Infraestrutura de Transporte e Performance dos Estados Brasileiros: 1986-2003.** XXXI Encontro da ANPAD, 2007.

MACHADO, Jacira de Lima. **O papel do serviço público municipal na logística reversa do óleo de cozinha.** – São Paulo, SP: [s.n], 2009.

MARCHETTI, Dalmo dos Santos, FERREIRA, Tiago Toledo. **Situação atual e perspectivas da infraestrutura de transportes e da logística no Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. p. 232-270.

NOVAES, Antonio Galvão. **Sistemas logísticos: transporte, armazenagem e distribuição física de produtos.** São Paulo: Edgard Blücher, 1989.

REIS, Elizabeth. **Estatística descritiva.** Lisboa: Silabo, ed. 4, 1998, 245p

RIBEIRO, Fabio Henrique. **Análise da percepção das condições de trabalho, ambiente e saúde dos motoristas de caminhão em Rio Verde, GO.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, 2008.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrosio; Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e à Logística Internacional, 5ª ed. **Revista e Ampliada**. São Paulo: Aduaneiras 2015.
SILVA JUNIOR, Roberto França da. **Geografia de redes e da logística no transporte rodoviário de cargas: fluxos e mobilidade geográfica do capital.** 2004. 270 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Pós-graduação. Unesp, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Esteara Muszkat. **Metodologias da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3.edição. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, J. C. L., **A estratégia brasileira de privilegiar as rodovias em detrimento das ferrovias.** 2013. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/por-que-brasil-adotou-utilizacao-das-rodovias-ao-inves-.htm >. Acesso em: 01 jun. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E OPERACIONAL EM UMA EMPRESA DO SETOR VAREJISTA DE CALÇADOS E CONFECÇÕES DE MEDIANEIRA-PR FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19

Lucas Luan Dos Santos[1]
Vitor Feltrin Tomasi[2]
Ruy Fernandes da Silva Costa[3]

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo evidenciar a importância da análise das demonstrações contábeis e os impactos da Pandemia da COVID-19 durante o processo de tomada de decisões, desenvolvendo a análise econômica, financeira, operacional e dos indicadores por meio das demonstrações contábeis. Ademais, visa-se observar, o setor varejista frente à pandemia, com foco na tomada de decisão. A metodologia proposta foi a descritiva, quantitativa e documental, uma vez que houve os cálculos realizados, de forma que, por meio de suas fórmulas, foi possível descrevê-los em análise. Os dados foram coletados do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício. Por meio dos resultados obtidos, foi possível fazer a comparação e análise dos indicadores, apontando os aspectos mais relevantes para a tomada de decisão. Diante disso, a empresa analisada apresentou reduções em todos os seus índices econômicos e financeiros no período da pandemia, com destaque para as quedas que ocorreram na sua liquidez, porém, mantendo a capacidade de pagamento a curto e longo prazo. Além disso, houve queda nos índices de rentabilidade, por conta dos prejuízos ocorridos, bem como aumento do seu endividamento com maior utilização de capital de terceiros, o que provocou um maior financiamento de suas atividades operacionais. Nesse sentido, a empresa deve atentar-se, caso esses resultados persistam, pois pode haver problemas, a longo prazo, nessa retomada econômica, durante e depois do período de pandemia.

Palavras-chave: Análise de indicadores 1. Saúde econômico-financeira 2. Covid-19 3. Análise operacional 4. Demonstrações contábeis 5.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Bazzi (2019), para vencer no mercado competitivo, as empresas precisam de diferenciais que as permitam se manter atuantes no cenário empresarial e obter sucesso em suas operações. Por isso, é fundamental que as empresas tenham um controle eficiente na administração financeira, que representa o panorama mais exato de sua saúde financeira e econômica.

Segundo Alves e Silva (2011), existem diversas formas para que tais informações sejam extraídas, como a análise horizontal, vertical, de liquidez, de coeficientes

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

operacionais. A análise das demonstrações financeiras e dos demonstrativos contábeis visa determinar a evolução ou a regressão da situação financeira e econômica de uma empresa.

Com isso, as diversas questões relacionadas com a pandemia, nas demonstrações financeiras, de acordo com a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2013), visam evidenciar recomendações, a fim de esclarecer, para as empresas, o objetivo que é considerado pelos normativos contabilísticos nacionais para relatar e determinar os impactos das situações decorrentes do vírus da COVID-19, nas suas demonstrações financeiras.

Diante disso, a pesquisa que foi realizada buscou proporcionar ao gestor da empresa a importância de se fazer uma análise em seus demonstrativos durante o processo de tomada de decisão, evidenciando as consequências de decisões efetivadas sem fundamento nas informações da sua empresa, com a apresentação dos principais índices financeiros, econômicos e operacionais que devem ser considerados com atenção durante o processo de tomada de decisão.

Portanto, a presente pesquisa procura responder à seguinte pergunta: qual a situação econômica, financeira e operacional da empresa Calçados Z nos anos de 2018 a 2020 frente à pandemia da COVID-19? Como principal objetivo, visa-se analisar a situação financeira, econômica e operacional da empresa Calçados Z antes e durante o período da pandemia da COVID-19.

Para a realização desta pesquisa, foi buscado sobre a temática em outros trabalhos, por exemplo, o de Oliveira, Silva, Zuccari e Rios (2010), que destaca a importância da análise das demonstrações contábeis para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações, tendo como objetivo estudar e descrever de que forma são efetuadas as análises das demonstrações contábeis. Mendes (2020), também realizou uma pesquisa que tratou sobre a importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas.

Quanto à organização do presente estudo, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, foi apresentado da seguinte forma: a seção 2 consiste na síntese dos principais resultados encontrados da análise das demonstrações contábeis e a situação econômica, financeira e operacional da empresa, frente à pandemia da Covid-19; na seção 3, descreveu-se a metodologia utilizada no estudo e na obtenção dos resultados; na seção 4, realiza-se a análise e apresentação dos indicadores calculados; por fim, na seção 5, foram feitas as considerações finais e possíveis conclusões sobre o tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, apresentou-se a análise das demonstrações contábeis, bem como os índices a serem estudados durante o processo, juntamente com as fórmulas e interpretações dos cálculos. Ademais, foram elencados os impactos da Pandemia da COVID-19 ao setor varejista brasileiro.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 Análise das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis são expositivas, de forma que compreendem o resumo e a ordenação de dados extraídos da contabilidade, com objetivo de relatar aos usuários os principais fatos registrados pela demonstração. Dessa forma, são um canal de comunicação que atinge tanto usuários internos quanto externos (AZZOLIN, 2012).

Braga (1999) destaca que o objetivo da análise das demonstrações contábeis é atuar como um instrumento para auxílio de gerência, pois, por meio deste, os administradores da organização podem ter uma melhor visão das tendências dos negócios, com o intuito de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados para a realização das metas da empresa. O autor ainda destaca que a atividade administrativa deve ser desenvolvida de forma interligada com as informações contábeis, com visão aos aspectos de planejamentos, apuração, execução e análise de desempenho.

De acordo com o CPC 00 (2008):

> O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (CPC 00, 2008, p.7).

A análise de balanços evidencia, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, como está a posição econômico-financeira atual, as causas que levaram a tal evolução apresentada e as tendências futuras. De outro modo, pela análise de balanço, extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (ASSAF NETO, 2010).

2.2 Análise econômico-financeira

Segundo Bazzi (2019), a análise das demonstrações financeiras é um processo sobre os demonstrativos contábeis, que tem a avaliação da situação da empresa. Com isso, consiste em conjuntos de procedimentos e ações administrativos, que estão relacionados às práticas e aos registros contábeis, rotinas financeiras operacionais, junto com o planejamento, análise e controle das atividades financeiras, com o objetivo de maximizar os resultados financeiros e econômicos. O autor, ainda, completa que a análise financeira permite determinar a evolução ou regressão da organização na situação financeira ou econômica. Essa análise envolve a interpretação das demonstrações financeiras ligadas às notas explicativas para melhor compreensão das partes envolvidas.

Para Sato (2007), a análise financeira-econômica é composta por três técnicas, análise horizontal, análise vertical e a análise por meio de índices econômico-financeiros, sendo assim, relacionam-se as contas e grupos no formato de índices propostos a medir a disposição e os níveis de desempenhos da empresa.

A análise horizontal tem como objetivo mostrar o crescimento das demonstrações

ISBN 978-65-5629-077-5

contábeis e comparar os resultados de um período para o outro, para avaliar a evolução da organização. Já a análise vertical, mostra a importância que cada conta representa na demonstração financeira, evidenciando a participação dos resultados do grupo no qual está inserida e analisando a importância que cada componente tem em relação à demonstração contábil, assim como as participações ao longo do período; isso proporciona a investigação da existência de componentes fora dos padrões da empresa (SATO, 2007).

2.3 Índices de liquidez

Segundo Matarazzo (2010), perante os índices de liquidez, pode-se averiguar a situação financeira da empresa, pois é a partir desses fatores que ocorre o confronto dos ativos circulantes com as dívidas. Para uma entidade ter boas condições de pagamento das suas dívidas, deve-se ter bons índices e, quanto maior for esse indicador, melhor.

Sendo assim o grupo de índices de liquidez é subdividido em: liquidez geral; liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, conforme apresentado a seguir.

a) Liquidez Geral: tem a finalidade de refletir a capacidade que a empresa tem de pagamento das suas dívidas a longo prazo. Se o resultado do índice for menor do que 1, a organização apresenta problemas financeiros no curto prazo. Mas, se for superior a 1, a entidade possui bens e direitos suficientes para liquidar seus compromissos financeiros (HOJI, 2010);
b) Liquidez Corrente é considerada o melhor indicador para avaliar a situação líquida da organização. Isso porque relaciona o quanto de dinheiro disponível e conversível tem a empresa em relação às dívidas de curto prazo (IUDÍCIBUS, 2009);
c) Liquidez Seca demonstra a capacidade que a empresa tem de pagar suas dívidas a curto prazo, mesmo que não consiga vender seus estoques (BEGALLI; PEREZ JR, 2009).
d) Liquidez Imediata considera apenas o caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras para a quitação das obrigações, exceto os estoques, as contas e valores a receber; é um índice de suma importância para a análise e apuração da capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo da empresa (NETO, 2006).

2.4 Índices de endividamento

Para Assaf Neto (2010), a análise de endividamento são indicadores que exibem a política de alcance de recursos da empresa; sendo assim, analisa se vem financiando o seu ativo com recursos de terceiros e em qual proporção se encontra a entidade.

Matarazzo (2010) ressalta que esse grupo de índices demonstra segmentos para as decisões financeiras em termos de aplicação e obtenção de recursos. Desse modo, quanto menor for esse indicador, melhor. O grupo de índice de endividamento é subdividido em: participação de capital de terceiros; composição do endividamento; imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não-correntes, conforme

ISBN 978-65-5629-077-5

apresentado a seguir.

a) Participação de capital de terceiros: representa, em porcentagem, ou seja, quanto é o endividamento da empresa em relação aos fundos totais. Esse percentual não pode ser elevado, pois aumenta progressivamente suas despesas financeiras, acabando com a rentabilidade da entidade. No caso, se a taxa de despesas financeira sobre o endividamento médio continuar menor que a taxa de retorno obtida pelo uso dos empréstimos, a participação de capitais de terceiros será favorável para a organização (IUDÍCIBUS, 2009)
b) Composição do endividamento: representa o percentual das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. Esse índice deve ficar entre os valores de 0 e 1; quanto menor for o quociente, menor é a concentração de dívidas no curto prazo. Quando se tem dificuldades para a captação de recursos a longo prazo, a aplicação desses recursos precisa ser feita em ativos de rápida recuperação (BEGALLI; PEREZ JR, 2009).
c) Imobilização do patrimônio líquido: segundo o Hoji (2010), esse índice mostra a parcela dos recursos próprios investidos no ativo permanente. Ou seja, se o quociente for R$120,00 aplicados no ativo permanente, significa que R$100,00 foi destinado do capital próprio e R$20,00 originado do capital de terceiros, indicando que a entidade opera com capital de giro de terceiros
d) Imobilização dos recursos não correntes: para Lisboa (2014, p. 165), o índice de imobilização de recursos não correntes "indica a relação entre os recursos próprios e os de longo prazo, com as destinações a investimentos permanentes no ativo". Matarazzo (2008) comprova que os elementos do ativo permanente têm vida útil, que pode variar de 02 até 50 anos. Diante disso, não é necessário financiar seu imobilizado apenas com os recursos próprios, podendo, assim, utilizar os recursos a longo prazo para a empresa ter um prazo maior para pagamentos.

2.5 Índices de rentabilidade

Segundo Sato (2007), os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos pelos sócios, acionistas e pela própria empresa, ou seja, quanto cada investimento teve de rendimento. Com essa análise, é possível verificar quanto a empresa ganhou ou perdeu para cada cem unidades de recursos monetários, próprios e de terceiros, aplicados no ativo (BRAGA; NOSSA; MARQUES, 2004).

Matarazzo (2010) define que, por meio desse grupo, é possível verificar os capitais investidos e, com isso, qual foi o resultado econômico que a empresa obteve, pois, quanto maior for esse indicador, melhor. O grupo de índice de rentabilidade é dividido em: giro do ativo; margem líquida; rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, conforme apresentado a seguir.

a) Giro do Ativo indica quantas vezes a empresa recuperou o valor do seu ativo por meio das vendas, de um determinado período. É um retorno sobre os investimentos (BEGALLI; PEREZ JR, 2009);
b) Margem Líquida indica a capacidade que a empresa tem para gerar lucro em comparação à sua receita líquida das vendas (BEGALLI; PEREZ JR, 2009);

ISBN 978-65-5629-077-5

c) Rentabilidade sobre o Ativo representa o retorno sobre o total do ativo, independentemente da procedência; é a rentabilidade total dos recursos administrados pela organização. Esse índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu ativo (MATARAZZO, 2010).
d) Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido mostra quanto rende o capital aplicado na empresa pelos seus proprietários. O patrimônio médio corresponde ao patrimônio líquido inicial mais o patrimônio líquido final, dividido por dois (HOJI, 2010).

2.5 Análise operacional

Uma ideia interessante, apresentada por Dowsley (p. 120, 1983), para a melhor compreensão dos prazos:

> O Prazo Médio parte do entendimento dos conceitos de Estoque e Fluxo. Imagine uma caixa d' Agua (Estoque) com entrada (Fluxo de Entrada) e saída (Fluxo de Saída) de água por um determinado período de tempo. Existe prazo para que a caixa d'água fique cheia ou vazia, desde que o 'Fluxo de Entrada' seja diferente do 'Fluxo de Saída'. Por similaridade, podemos afirmar que o Prazo Médio de um 'Estoque' numa empresa é o tempo médio para que os seus `Fluxos de Saída' tornem o estoque mínimo.

Segundo Gitman (p. 47, 2004), "os índices de atividade sinalizam a velocidade com que as várias contas são transformadas em caixa e vendas ou entradas e saídas". Os indicadores principais de atividade são: prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, prazo médio de estocagem, giro do estoque e giro do ativo (CRUZ; ANDRICH; MUGNAINI, 2011).

2.6 Ciclo econômico, financeiro e operacional

Ciclo econômico consiste no tempo em que a mercadoria permanece na empresa. Ou seja, esse tempo deriva desde a compra até a venda da mercadoria e, com isso, efetiva-se o giro de estoque, que é o quanto a empresa está permanecendo com essa mercadoria em seu estoque. Quanto maior for esse prazo de mercadoria parada no estoque, mais lento é o giro do estoque, o que pode instruir a empresa a buscar recursos de terceiros para financiar suas atividades operacionais, já que se encontrará com caixa insuficiente, comprometendo sua liquidez (RAMOS, 2011).

Segundo Sá (2014), ciclo financeiro é o período que a empresa leva para receber dos seus clientes e pagar aos fornecedores. Dessa forma, quanto menor for o prazo de recebimento e maior o prazo de pagamento, melhor; sendo assim, isso possibilita que a empresa tenha equilíbrio em seu ciclo.

Ciclo operacional consiste no período entre a data de compra da mercadoria até a data do recebimento pela venda, isto é, quanto menor for esse ciclo, melhor. Dessa forma, a empresa não dependerá de utilizar capital de giro para organizar e liquidar suas

ISBN 978-65-5629-077-5

atividades financeiras (ASSAF NETO, 2014).

2.7 Prazo médio de estocagem (PME)

Segundo Bruni (2014), o prazo médio de estocagem indica qual o tempo que a entidade mantém produtos no estoque. Já Martins, Miranda e Diniz (2018), analisam que o prazo médio de estocagem é o período médio gasto desde a compra da mercadoria até a sua saída para uso na produção. Bruni (2014), ainda, destaca que, para se encontrar o prazo médio de estocagem, deve-se primeiro encontrar o estoque médio, ou seja, a soma do valor da conta de estoque de dois anos; ou se, no caso, for apenas um ano analisado, deve-se considerar o único valor como média.

2.8 Prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF)

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), o prazo médio para pagamento a fornecedores tem o objetivo de mostrar a quantidade de tempo que a organização consome para pagar suas compras a prazo. Já Bruni (2014), complementa afirmando que o indicador de prazo médio de pagamento (PMP) representa quantos dias, semanas, meses ou anos a empresa deve esperar, em média, antes de ter que pagar suas dívidas junto a seus fornecedores pelas compras efetuadas a prazo.

2.9 Prazo Médio de Cobrança (PMC)

Segundo Bruni (2014), o prazo médio de cobrança ou também prazo médio de recebimento de vendas (PMR), indica o tanto de período que irá demorar para a empresa receber as vendas a prazo. Para Martins, Miranda e Diniz (2018), o prazo médio de cobrança é o tempo médio gasto por uma organização para receber as suas vendas.

2.10 Prazo médio de venda (PMV)

Define o prazo médio de estocagem dos produtos acabados. Esse índice determina quanto tempo o produto leva para ser vendido após sua produção (ASSAF NETO, 2015).

Matarazzo (p. 320, 1998) mostra que a conta de Duplicatas a Receber é caracterizada como um "reservatório que é alimentado pelas vendas e, ao mesmo tempo, aumenta o caixa". Dessa forma, acrescenta que: "o nível do reservatório representa o volume de investimentos efetuados pela empresa em Duplicatas a Receber". Esse sistema depende de quanto entra diariamente no reservatório, ou seja, vendas diárias. Portanto, o Fluxo de Entradas em Caixa é independente do reservatório, pois retrata vendas passadas que podem seguir ou não um mesmo prazo de recebimento.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.11 Setor varejista frente à pandemia da COVID-19

Segundo Kotler e Keller (p. 482, 2012), "não importa como os bens ou serviços são vendidos, de forma pessoal ou eles são vendidos". Além do grande impacto na economia, o varejo exerce um papel fundamental na distribuição de serviços e produtos. Dessa forma, é realizado por meio das diversas funções que exerce, aproximando fornecedores, produtores e consumidores finais a fim de prestar-lhes inúmeros serviços (MATTAR, 2011).

Segundo Mattar:

> Varejo consiste nas atividades de negócios envolvidas na venda de qualquer produto ou prestação de qualquer serviço a consumidores finais, para utilização ou consumo pessoal, familiar ou residencial. Incluem desde alimentos rápidos, divertimentos, lavagens de roupas, serviços de saúde, até móveis, automóveis e residências. O varejo engloba um conjunto de atividades de negócios que adiciona valor a produtos e serviços vendidos e é o último estágio do processo de distribuição, geralmente caracterizado pelo contato mais estreito com os consumidores ou adquirentes do produto ou serviço. Erroneamente se considera varejo somente a venda de produtos em lojas, no entanto também compreende a venda em diferentes outras formas: venda direta, venda porta a porta, venda por catálogos, por telefone, pela internet, por máquinas de vender e por ambulantes; e inclui, também, a prestação de inúmeros serviços (MATTAR, p. 1, 2019).

Segundo Etene (2020), o varejo é a comercialização de produtos diretamente ligados para consumidor final, ou seja, em pequenas quantidades. Sendo assim, é um dos setores mais importantes para a economia, pois movimenta grande montante de recursos e gera milhões de empregos no Brasil. Esses recursos vinham crescendo nos últimos anos, porém, com a chegada da pandemia do Coronavírus ao País, as atividades econômicas foram reduzidas ou suspensas, sobretudo, a maioria das atividades do setor varejista.

Dentro do varejo, os produtos mais impactados são: livros, vestuários, calçados, móveis e eletrodomésticos; com isso, as atividades varejistas foram suspensas em grande parte das cidades por meio dos decretos estaduais e municipais (ETENE, 2020).

Segundo Lima (2020), no momento atual da COVID-19, vários setores produtivos no Brasil, como o varejo, motivam-se no mapeamento de políticas setoriais para a superação da crise sanitária. Por se tratar de um setor dinâmico, no qual predomina a diversidade de segmentos, é necessário haver rapidez, prioridade e emergência na adoção de políticas que melhorem as condições de funcionamento e sustentabilidade. A COVID-19 tem ocasionado diversas mudanças ao setor, que abrangem desde o comportamento do consumidor, a aplicação de tecnologias humanizadas nas relações de trocas comerciais e adaptações organizacionais por parte das empresas na gestão do negócio.

A pandemia promoveu o fechamento de mais de 500 mil empresas no Brasil,

ISBN 978-65-5629-077-5

sendo que 99,2% são empresas de pequeno porte. Isto é, quatro de dez entidades encerram as atividades de forma temporária ou definitiva nesse período por conta dos efeitos da propagação da Covid-19 (IBGE, 2020). Nesse sentido, outro dado, apontado pela JUCIS-DF (Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal), destaca que, no período de março a agosto, cerca de 30,5 mil empreendimentos de diferentes setores também encerraram suas atividades (CRANCIO, 2020).

3 METODOLOGIA

O estudo baseou-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, aplicado na empresa Calçados Z, em que foram utilizados os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos anos de 2018 a 2020 da empresa.

Segundo Andrade (2002), "a pesquisa descritiva tem por preocupação observar fatos, a fim de registrá-los, classificá-los e analisá-los". Dessa forma, Gil (1999): "Ressalta que a pesquisa descritiva tem por objetivo principal detalhar as características de determinada população. A fim de serem elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis".

Entretanto, segundo Triviños (1987), o estudo descritivo tem objetivo conferir validade científica à pesquisa. Dessa forma, estabelece do pesquisador a delimitação de métodos e modelos, técnicas e teorias para a interpretação dos dados. Segundo Manzato e Santos (2012), a pesquisa quantitativa é utilizada de modo geral quando se pretende medir opiniões, reações, sensações, hábitos, atitudes etc., de um público-alvo, por meio de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada.

A pesquisa documental visa à seleção, interpretação e tratamento das informações, ou seja, busca extrair e introduzir algum valor, podendo, assim, contribuir com a comunidade científica, a fim de que mais usuários possam estabelecer o mesmo papel futuramente (SILVA; GRIGOLO, 2002). Dessa forma, Gil (1999) destaca que a pesquisa documental apresenta semelhança com a pesquisa bibliográfica; o que a diferencia é o intuito. Ou seja, a pesquisa documental fundamenta-se na elaboração de vários documentos com finalidades diversas. E, na pesquisa bibliográfica, atinge-se um público-alvo, com contribuições de vários outros autores.

A coleta de dados foi realizada baseando-se nas demonstrações contábeis fornecidas pela empresa, dos anos 2018 a 2020, realizados os cálculos em uma planilha do Excel. Sendo assim, foram feitas as análises dos índices, obtendo o resultado desejado; para a presente pesquisa, foram utilizados os seguintes índices:

Quadro 1: Indicadores da Análise das Demonstrações Contábeis:

Índice	Fórmula
Liquidez Corrente	AC/PC
Liquidez Seca	(AC-Estoque-) / PC

ISBN 978-65-5629-077-5

Liquidez Geral	(AC+ RLP) / (PC + PNC)
Liquidez Imediata	Disponível / Ativo Circulante
Composição de Endividamento	PC / (PC + PNC)
Endividamento Geral	(PC+PNC) / Passivo
Imobilização do PL	(AC - ARLP) / PL
Endividamento com Terceiros	(PC+PNC) / PL
Imobilização de Recursos não Correntes	ANC - ARLP / (PNC+PL)
Ciclo Econômico	PMRE
Ciclo Operacional	(PMRV + PMRE)
Ciclo Financeiro	(PMRV + PMRE - PMPC)
Prazo Médio Renovação de Estoques (PMRE)	Estoque * 360 / CMV
Prazo Médio de Pagamento das Compras (PMPC)	Fornecedores * 360 / Compras
Prazo Médio Recebimento de Vendas (PMRV)	(Saldo Duplicatas Receber * 360) / Vendas Líquidas
Giro do Ativo	(Receitas Líquidas / Ativo Total)
Margem Líquida	(Lucro Líquido / Receita Liquida) *100
Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)	(LL / PL) *100
Retorno sobre Ativo (ROA)	(LO / AT) *100

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010); Martin et al. (2014); Assaf neto (2015)

4 RESULTADOS

A empresa Calçados Z foi constituída no dia 8 de junho do ano de 2011, na cidade de Medianeira-PR, e atua no ramo de comércio varejista de calçados e confecções. Os dados coletados para a presente pesquisa foram extraídos das demonstrações contábeis da empresa referente aos anos de 2018, 2019 e 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez servem para avaliar a capacidade de pagamento da empresa quando é comparado às suas obrigações; são índices importantes e suas variações devem ser acompanhadas pelos gestores, podendo identificar a capacidade de pagamento das dívidas da empresa, sendo a curto ou a longo prazo. Os resultados são apresentados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Indicadores de Liquidez

Indicador	2018	2019	2020
Liquidez Corrente	4,10	3,67	3,31
Liquidez Seca	0,70	0,53	0,66
Liquidez Imediata	0,25	0,05	0,25
Liquidez Geral	2,19	2,08	1,85

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

A liquidez corrente indica o quanto existe no seu ativo circulante para cada R$ 1,00 de obrigações a curto prazo. A empresa apresentou os seguintes índices: 2018 de R$ 4,10, com uma regressão, em 2019, para R$ 3,67; já em 2020, houve mais uma queda para 3,31. Diante do cenário da pandemia da Covid-19, a empresa mostrou-se com condições para pagamento das suas obrigações a curto prazo, porém, esse índice teve queda significativa no decorrer dos períodos, ou seja, foi causado pelo aumento de empréstimos a terceiros.

A liquidez seca indica a capacidade de pagamento a curto prazo, mostrando o quanto existe disponível e valores a receber para cada R$ 1,00 de dívidas, não contando com os seus estoques para pagamento. Dessa forma, os índices analisados mostram que a empresa não consegue cumprir as suas obrigações, pois, nos três períodos, os percentuais dos índices estão decaindo. Foram apresentados os seguintes índices, em 2018, com R$ 0,70; já, em 2019, teve uma queda para R$ 0,53; e, no ano 2020, esse índice voltou a aumentar para R$ 0,66. Com isso, dentro dos três anos analisados, envolvendo o período da pandemia, a empresa não conseguiu realizar os pagamentos das dívidas de curto prazo somente com o seu ativo circulante, subtraindo os seus estoques.

Na liquidez imediata, são considerados apenas caixa, bancos e aplicações financeiras para os pagamentos a curto prazo, ou seja, expressa a capacidade de pagamento a curto prazo com recursos disponíveis. Os índices analisados no período, em 2018, foram R$ 0,25; já, em 2019, teve uma queda significativa para R$ 0,05; no ano de 2020, teve um aumento para R$ 0,25. Decorrente da decadência que se teve no período da pandemia da Covid-19, analisando apenas o que a empresa tem a curto prazo para pagamento das suas obrigações, quanto maior forem os índices, melhor. Porém, com os resultados obtidos, mesmo havendo aumento nos anos de 2018 e 2020, a empresa não conseguiu arcar com as suas obrigações, o que não é favorável.

A liquidez geral indica o quanto existe no ativo circulante e realizável a longo prazo; para cada R$ 1,00 de dívida a curto e a longo prazo, demonstram-se as condições de pagamento da empresa, de maneira que isso pode evidenciar se a empresa está

ISBN 978-65-5629-077-5

ganhando ou perdendo sua capacidade de pagamento; logo, quanto maior esse índice, melhor. Em 2018, foi apresentado o índice de R$2,19; já no ano de 2019, houve uma queda para R$ 2,08; no ano de 2020, aconteceu uma queda novamente para R$1,85; com os resultados apresentados, os índices explicitaram algumas oscilações nos períodos. Contudo, mesmo diante do cenário da pandemia, no ano de 2020, os índices demonstram que a empresa, para R$1,00 de dívida, possui R$1,85 para seus pagamentos, mantendo-se com a capacidade de pagamento superior a R$1,00 em todos os períodos analisados.

4.2 Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento apresentam as decisões da empresa em relação aos recursos aplicados em seu ativo, utilizando como forma de financiamento o capital de terceiros ou o capital próprio da empresa, em que se explicita o quanto de recursos a organização tem à disposição para cada real de dívida. Os resultados são apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Indicadores de Endividamento

Indicador	2018	2019	2020
Endividamento Geral	0,46	0,48	0,54
Composição do Endividamento	0,53	0,56	0,55
Imobilização do Capital Próprio	0,01	0,01	0,03
Imobilização de Recursos Não Correntes	0,01	0,01	0,02

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No indicador de endividamento geral, pode-se notar que teve variações pequenas, ou seja, um pequeno aumento de 2018 para 2019 e, em 2020, novamente, continuou a aumentar, de maneira que se percebe que a empresa arrecada um volume menor de recursos de terceiros em relação ao próprio, possuindo, em 2018, R$ 0,46; em 2019, R$ 0,48; e R$ 0,54 centavos de capital de terceiros para cada R$ 1,00 de dívida. Sendo assim, observa-se que a empresa está financiando grande parte de seu ativo com as suas operações, ou seja, com seu próprio capital. Contudo, no ano de 2020, teve uma maior alta, para R$0,54, que ocorreu por conta da pandemia, mas, ainda assim, a empresa manteve-se estável, a qual possui mais capital de terceiros e menos capital próprio.

Analisando a composição do seu endividamento com terceiros, observam-se os resultados de 0,53, em 2018; em 2019, com 0,56 e 0,55, em 2020. Assim, a empresa apresentou uma estabilidade nesses indicadores, mesmo em período de pandemia, pois manteve a maior parte de suas obrigações com terceiros a curto prazo, sendo considerado um índice não favorável, já que, quanto maior for, pior será para a empresa. Isso demonstra que a empresa precisa focar em cumprir as obrigações de curto prazo.

ISBN 978-65-5629-077-5

No período analisado, passou por um ano de pandemia, porém, nos três anos analisados, precisou se atentar mais a obrigações de curto prazo do que às de longo prazo, mas, mesmo assim, conseguiu-se manter estável.

No indicador de imobilização do capital próprio, pode-se observar que os índices se mantiveram estáveis, em 2018 e 2019, e teve um aumento de 0,01, nos anos iniciais, para 0,03, no ano de 2020, mostrando, assim, que a empresa passou a investir mais em seus imobilizados. Nesse índice, justifica-se tal resultado pela atividade da empresa, visto que investe mais o seu capital próprio no seu estoque, evitando, assim, o seu endividamento. Durante o período da pandemia, esse índice teve um pequeno aumento, em 2020, mas é considerado normal.

Ao analisar o indicador de imobilização dos recursos não correntes, pode-se observar que teve uma evolução similar com o indicador anterior, o qual não apresenta um bom indicador, visto que a empresa obteve evolução no período, passando de 0,01 para 0,02, no ano de 2020. Assim como na análise anterior, isso pode ser justificado pela atividade da empresa, que exige um volume maior de investimentos em estoque do que no seu imobilizado.

4.3 Indicadores de Rentabilidade

Ao se analisar os indicadores de rentabilidade, pode-se observar o retorno que os acionistas, sócios e a empresa tiveram com o investimento de recursos feitos na operação. Esses índices são de extrema importância, já que, por meio deles, é possível interpretar os resultados que a organização levou aos investidores. Tais resultados são apresentados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4: Indicadores de Rentabilidade

Indicador	2018	2019	2020
Giro do Ativo	1,15	1,10	0,89
Margem de Lucro Líquido	0,03	-0,01	-0,03
Rentabilidade do Ativo	0,03	-0,02	-0,03
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,01	-0,03	-0,07

Fonte: dos autores (2021).

No indicador de giro do ativo, mostra-se o quanto de vendas líquidas foram geradas em relação ao capital total que foi investido na empresa, isto é, nesse índice, é mostrado quantos reais de recursos a empresa obteve com suas vendas para cada R$ 1,00 de investimentos feitos, com o giro do seu ativo. Dessa forma, os indicadores apresentados mostraram uma variação grande, pois os índices foram de R$1,15, em 2018; houve uma queda, em 2019, para R$1,10; fecha-se 2020 novamente com queda de R$0,89, mostrando que ela não conseguiu girar com o seu ativo. Diante disso, analisou-se que, no ano de 2020, no qual houve a crise sanitária da Covid-19, a empresa apresentou maior queda nesse indicador, demostrando que a organização teve maior investimento no ativo total do que possuiu de vendas líquidas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Na análise do indicador da margem de lucro líquido, que mostra quantos reais a empresa obteve de lucro para cada real de venda líquida, observa-se que a empresa sofreu regressão, sendo que, no ano de 2018, teve esse índice com R$0,03 e, no final de 2020, obteve um índice de R$-0,03, o que mostra que, durante o período da pandemia, a empresa passou a operar no prejuízo, isto é, para cada R$ 1,00 de vendas líquidas, a empresa obteve R$ -0,03 de prejuízo no final dos períodos analisados. Nesse contexto, quando se tem esse indicador apresentando queda, explicita-se o quanto a empresa gera de lucro líquido por meios das receitas decorrentes das vendas; esse fator ocasionará problemas, visto que a empresa terá que financiar a sua própria operação, o que não é favorável.

A rentabilidade do ativo indica o quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao seu ativo total investido, bem como mostra o retorno obtido pelas atividades realizadas pela empresa com seus ativos em sua operação. Nesse sentido, o mesmo fenômeno é interpretado: quanto maior, melhor. Ao analisar os três anos, observa-se a regressão que a empresa sofreu, principalmente no período da pandemia, tendo o índice, em 2018, de R$0,03; já no ano de 2019, houve uma regressão para R$-0,02; fechou 2020 novamente com queda com um índice de R$-0,03, então, mostra que, a cada R$ 1,00 investido, a empresa teve -0,03 de retorno. Com isso, esses índices negativos são causados pelo seu prejuízo líquido no exercício, visto que a empresa não tem apresentado um retorno equilibrado no que ela tem investido no seu ativo total, podendo chegar ao ponto de não conseguir utilizar os seus próprios recursos na operação.

O indicador da rentabilidade do patrimônio líquido dentro da análise expressa o quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao seu capital próprio investido; dessa forma, sugere que, quanto maior esse indicador, melhor. Ao analisar os três anos, observa-se a regressão que a empresa apresenta de R$0,01, em 2018; uma queda de R$-0,03, em 2019, e, em 2020, novamente, uma queda com R$-0,07, percebendo-se que, no período analisado, o qual envolveu a pandemia da Covid-19, a empresa apresentou retornos negativos, no final de 2020, ou seja, para cada R$ 1,00, os proprietários estão tendo retorno R$-0,07. Isso não é favorável para a organização, já que o patrimônio líquido pertence aos investidores e proprietários, de maneira que apresenta o quanto está retornando do capital investido na atividade.

4.4 Indicadores de Prazos Médios

Os prazos médios indicam quantos dias, semanas ou meses a empresa mantém os estoques (PMRE), demora para receber de suas vendas a prazo (PMRV) e para pagar as suas compras a prazo (PMPC). Os resultados são apresentados na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5: Indicadores de Prazos Médios

Indicador	2018	2019	2020
Prazo Médio de Renovação de Estoques	324	332	392
Prazo Médio de	91	99	107

ISBN 978-65-5629-077-5

Pagamento das Compras			
Prazo Médio da Recebimento de Vendas	421	415	416

Fonte**:** Dos autores (2021).

Ao analisar os Prazos Médios de Renovação de Estoques, observa-se que teve um aumento nos três anos analisados, consecutivamente, sendo que, em 2018, eram 324 dias; em 2019, eram 332 dias; e, em 2020, foi de 392 dias. Não são índices favoráveis, pois indicam quanto tempo a empresa leva para vender os seus estoques; quanto menor esse indicador, melhor é para a empresa. Esse aumento maior, no ano de 2020, deve-se à pandemia, quando tivemos períodos em que a empresa teve uma queda nas receitas (vendas), momentos quando a empresa também teve que ficar fechada, por não ser um serviço essencial.

Na análise do indicador de Prazo Médio de Pagamento das Compras, observou-se um aumento nos três anos, sendo que, em 2018, eram 91 dias; em 2019, eram 99 dias e, em 2020, foi de 107 dias. Isso indica que a empresa não está bem, pois paga o fornecedor antes de receber dos clientes e de renovar os estoques. Contudo, no período da pandemia, a empresa ainda conseguiu aumentar seu prazo de pagamento; isso se deve às contas que os fornecedores prorrogaram para não deixarem de entregar a mercadoria.

Ao analisar Prazo Médio de Recebimento de Vendas, observa-se que houve uma queda de 421 dias, em 2018, para 415 dias, em 2019; e, em 2020, aumentou para 416. Esses índices ficaram estáveis, mas são muito altos; o índice deve ser o menor possível, já que expressa quantos dias, em média, a empresa leva para receber suas vendas a prazo. Durante os três anos, a empresa manteve o indicador estável, demorando aproximadamente em torno de 1 ano e 2 meses para receber suas vendas.

4.5 Indicadores de Ciclo Econômico, Financeiro e Operacional

Esses indicadores são utilizados para mensurar o tempo em que as atividades da empresa são desenvolvidas, sendo de fundamental importância no controle gerencial e gestão de negócios, pois seus valores dependem dos processos de produção, capacidade de vendas e recebimentos de clientes. No caso do ciclo financeiro, considera-se também o pagamento a fornecedores. Os resultados são apresentados na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6: Ciclo Econômico, Financeiro e Operacional

Indicador	2018	2019	2020
Ciclo Econômico	324	332	392
Ciclo Operacional	745	747	808
Ciclo Financeiro	654	648	700

Fonte**:** Dos autores (2021).

Ao analisar o Ciclo econômico da empresa, observa-se que houve um aumento

ISBN 978-65-5629-077-5

nos três anos, consecutivamente, sendo que, em 2018, eram 324 dias; em 2019, eram 332 dias e, em 2020, foi de 392 dias. Esses índices não são bons, pois, quanto menor for o ciclo econômico, melhor para a empresa, pois esse indicador expressa o período decorrido entre a entrada de mercadorias, até sua venda. O ano de 2020, quando teve a maior alta, pode ser justificado pela pandemia, pois a empresa passou por momentos de poucas receitas (vendas) e, também, períodos em que ficou fechada por não ser uma atividade essencial.

Analisando o Ciclo Operacional da empresa, observou-se um pequeno aumento de 745 dias, em 2018, para 747 dias, em 2019; no ano de 2020, foi para 808 dias, o que significa que esse índice não está bom, pois demonstra em quantos dias a empresa, compra, vende e recebe de seus clientes, pois, quanto menor esse índice, melhor. O maior aumento foi no ano de 2020, o que acontece por conta do período de pandemia, que foi citado acima.

Ao analisar o Ciclo financeiro da empresa, verificou-se que houve uma queda no primeiro período, de 654 dias, em 2018, para 648 dias, em 2019; já em 2020, aumentou para 700 dias. Esse índice resulta no total de dias em que a empresa financia suas atividades operacionais, pois, quanto menor ele for, melhor para a empresa. Na análise realizada, os números foram muito altos, o que não é um bom sinal, pois demonstra que a empresa está financiando dias, pois paga os fornecedores antes mesmo de receber dos seus clientes e renovar seus estoques, o que não é favorável. No período citado de 2020, houve uma maior alta no índice, justificado pelo período da pandemia, que foi citado acima, no Ciclo econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a situação econômica, financeira e operacional da empresa frente à pandemia da Covid-19, buscando levar ao gestor a importância da análise de suas demonstrações contábeis durante a tomada de decisão, evidenciando as consequências de decisões efetivadas sem fundamento nas informações da sua empresa. As demonstrações contábeis utilizadas para a formulação dos dados a serem analisados foram balanço patrimonial e a Demonstração de resultado do exercício, dos anos de 2018, 2019 e 2020.

Para chegar aos resultados alcançados, utilizou-se a análise dos indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade, prazos médios e ciclos operacionais, financeiros e econômicos. Após esse procedimento, foi possível identificar qual o parâmetro da saúde financeira-econômica e operacional da empresa frente à pandemia da Covid-19. Dessa forma, para uma análise confiável, foi possível analisar os indicadores de forma geral, considerando todos com atenção.

Sendo assim, por meio da interpretação dos resultados obtidos durante a análise, foi possível observar que, nos indicadores de liquidez, houve queda no período da pandemia nos índices de liquidez corrente e geral, porém, a empresa não perdeu sua capacidade de pagamento. Já nos indicadores de endividamento, houve um aumento de capital de terceiros no período de pandemia, sendo que a qualidade dessa dívida foi de

ISBN 978-65-5629-077-5

capital de terceiros a curto prazo. Observou-se que, no período da pandemia, houve um aumento das imobilizações na empresa.

Quanto aos indicadores de rentabilidade, observa-se uma redução em todos os seus indicadores, sendo que a empresa apresentou resultados negativos em seus índices no período da pandemia, por conta de prejuízos obtidos em suas atividades operacionais. Já nos prazos médios, observou-se um aumento na renovação de estoque, no período da pandemia, o que sugere que as mercadorias ficaram mais tempo paradas em estoque devido às restrições de comercialização, bem como teve aumento no prazo de recebimento das vendas, o que não é algo favorável para a empresa, apesar de ter aumentado nesse período o prazo de pagamento dos fornecedores.

Quanto aos ciclos operacionais e financeiros, observa-se que, em virtude da pandemia, a empresa aumentou o seu ciclo operacional, ou seja, tem demorado mais dias para movimentar seu estoque e receber suas vendas, bem como tem aumentado o ciclo financeiro, o que representa que a empresa financia suas atividades operacionais por ter que pagar seus fornecedores antes mesmo de receber suas vendas.

Conclui-se, portanto, que a empresa analisada apresentou reduções em todos os seus índices econômicos e financeiros, no período da pandemia, com destaque para as quedas que ocorreram na sua liquidez, porém, mantendo a capacidade de pagamento a curto e longo prazo. Assim, houve diminuição nos índices de rentabilidade, por conta dos prejuízos ocorridos, e aumento do seu endividamento, com maior utilização de capital de terceiros, provocando um maior financiamento de suas atividades operacionais. Nesse sentindo, a empresa deve se atentar-se, caso esses resultados persistam, pois isso pode causar preocupação, a longo prazo, nessa retomada econômica, durante e depois do período de pandemia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: vendas do comercio varejista crescem 1,2% em 2020**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/ibge-vendas-do-comercio-varejista-crescem-12-em-2020 Acesso em 12 abr 2021

ALVES, Solange Gajardo; SILVA, Itacir Alves da. Análise das demonstrações contábeis como ferramenta gerencial para auxílio no processo de tomada de decisão. **Seminário de iniciação científica curso de ciências contábeis da fsg**, v 1, 2011

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

ISBN 978-65-5629-077-5

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Finanças Corporativas e Valor**. 2º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 9º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro, comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos.** 11. ed. Editora Atlas, São Paulo, 2015.

AZZOLIN, José Laudelino**. Análise das demonstrações contábeis.** 1º Ed. Curitiba: Editora Iesde Brasil, 2012.

BAZZI, Samir, **Análise das demonstrações contábeis**. 2 ed. Pearson Editora, p. 157, 2019.

BEGALLI, G. A.; PEREZ JR., J. H. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

CAPELETI, P. **Mais de 700 mil empresas que fecharam as portas não vão reabrir após fim da pandemia, O Globo, Economia**. 17 jul. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/mais-de-700-mil-empresas-que-fecharam-as-portas-naovao-reabrir-apos-fim-da-pandemia-24535458. Acesso em: 09 mai. 2021.

Comissão de Normalização Contabilística - Recomendações relativas aos impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/COVID19_CNCE.html Acesso em 27 mar 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico Pme Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em:http://cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf p. 3. Acesso em: 30 de Abril de 2021.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; MUGNAINI, Alexandre. **Análise das Demonstrações Financeiras:** Teoria e Prática. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

DOWSLEY, Getúlio S; DOWSLEY, Célia Vieira. **Origens e aplicações de recursos e economia financeira**. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

ETENE, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. **Informe ETENE - MPE**

ISBN 978-65-5629-077-5

- Comércio varejista. n° 07, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. Tradução técnica Antonio Zoratto Sanvicente. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da COVID-19 nas empresas. 2020. **Indicadores conjunturais COVID-19.**

Produtos 16 adicionais para apoiar os esforços no combate à COVID-19. 16 jul 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/548281f191c80ecbbb69 846b0d745eb5.pdf. Acesso em: 09 mai. 2021

KOTLER, Philip; KELLER Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KPMG – Implicações contábeis da COVID-19. Disponível em: https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/03/implicacoes-contabeis-covid.html Acesso em 10 abr 2021

LIMA, M.A.M. O varejo impactado pela saúde e economia: entre políticas públicas e a covid-19. Disponivel em: https://site.cndl.org.br/o-varejo-impactado-pela-saude-e-economia-entre-politicas-publicas-e-a -covid-19/ Acesso em 09 mai 2021

LISBOA, Jacques Carra Vieri. **A importância da análise das demonstrações contábeis para suporte às decisões gerenciais das organizações**. Administração de Empresas em Revista, v. 13, n. 14, p. 159-170, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8ed. São Paulo : Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanço: Abordagem Básica e Gerencial.** 6º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística– Universidade de Santa Catarina. Santa Catarina, 2012.

MARTINS, Eliseu.; MIRANDA, Gilberto. José.; DINIZ, Josedilton. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. Editora Atlas, São Paulo, 2014.

MARTINS, Eliseu.; MIRANDA, Gilberto. José.; DINIZ, Josedilton. **Analise didática das demonstrações contábeis** – 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATTAR, Fauze Najib. **Administração de varejo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MATTAR, Fauze Najib. **Administração de varejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MELO, Moises; BARBOSA, Sergio. **Demonstrações Contábeis da teoria e à prática.** 1 ed. Freitas Bastos Editora, p. 262, 2018.

MENDES, S. D. M. **A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas:** uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB. Universidade Federal da Paraíba, p. 1-41, 2020.

NBC TSP 1 - Apresentação das demonstrações Contábeis. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TSP_1_audiencia.pdf. Acesso em 26 mar 2021.

OLIVEIRA, Alessandro; SILVA, Andreia; ZUCCARI, Solange; RIOS, Ricardo**. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Económica e Financeira das Organizações.** Revista Eletrônica Gestão e Negócios, v. 1, n. 1, 2010.

SÁ, Carlos Alexandre.Fluxo de Caixa: **a visão da tesouraria e da controladoria**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SATO, Sonia Sanae. **Análise econômico-financeira setorial: estudo da relação entre liquidez e rentabilidade sob a ótica do modelo dinâmico**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Michele Prata; DA MOTA COUTO, Carlos Henrique; CARDOSO, Antônio Augusto Brion. 02) **Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Suporte à**

ISBN 978-65-5629-077-5

Gestão Financeira. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664, n. 13, p. 23-45, 2016.

RAMOS, Marcus Vinicius Madruga. **Utilizando o ciclo operacional para fazer o orçamento de caixa e calcular a necessidade de capital de giro** (NCE). Connexio – Revista científica da Escola de Gestão e Negócios. Universidade Potiguar, Potiguar, 2011 Disponível em: https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/10. Acesso em: 21 mai. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NA ÁREA DE *E-COMMERCE*, FRENTE À PANDEMIA DA *COVID-19*

Jessyca Sangali dos Santos[1]
Milena do Prado Ressel[2]
Ruy Fernandes da Silva Costa[3]

Resumo: A presente pesquisa aborda a análise financeira por meio dos indicadores econômico-financeiros, sendo um instrumento de grande importância para as tomadas de decisões, capaz de fornecer informações mais detalhadas sobre a posição patrimonial e econômica nas organizações. Tem como objetivo, analisar as situações financeiras e econômicas das empresas Lojas Americanas S.A., Via Varejo S.A. e Magazine Luiza S.A., nos anos de 2018 a 2020 antes e durante o surgimento da pandemia da *Covid-19.* O trabalho iniciou com a apresentação dos conceitos e importância da análise financeira, posteriormente dos indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, como também abordando o avanço do *e-commerce* durante o período de pandemia da *Covid-19.* A justificativa dá-se pela relevância da análise e seus respectivos indicadores para a apresentação do impacto causado durante o período da pandemia em comparação aos anos anteriores. Quanto aos procedimentos, o estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, com a coleta de dados realizada a partir dos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício das empresas apresentadas, extraídos do site Instituto Assaf e no site da empresa Magazine Luiza S.A. Diante da análise dos resultados, pode-se considerar que no último período analisado não ocorreu grandes impactos nos indicadores econômicos e financeiros dessas empresas levando em consideração a ocorrência da pandemia, os índices apresentaram resultados positivos ou com pouca redução em comparação aos demais anos analisados.

Palavras-chave: Análise financeira. Indicadores. *E-commerce*. Pandemia. *Covid-19*.

3 INTRODUÇÃO

Conforme Silva (2012, p.6) "a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a mesma, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa", ou seja, fornece informações sobre a posição patrimonial e econômica das organizações. Assim

[1] Acadêmica do Curso Superior de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso Superior de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Ruy Fernandes da Silva Costa, do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

como, explica Silva (2012, p.47), nas demonstrações contábeis os índices financeiros utilizam contas ou grupos de contas com o objetivo fornecer informações mais detalhadas, principalmente aquelas que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nessas demonstrações.

Conforme Rodrigues (2021), a pandemia da *Covid-19* teve seu início no Brasil com o primeiro caso confirmado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020 e após sua confirmação foram registradas posteriormente inúmeras mortes diariamente no país. A partir da constatação da pandemia da *Covid-19* a crise econômica atingiu escalas globais e com a diminuição da produção e consumo, em contrapartida aumentou o encerramento de empresas, desemprego e diminuição de renda da população (COSTA, 2020, p.1).

Nesse cenário, conforme exemplifica Salvador (2011, p.14), com o passar dos anos as empresas tem buscado cada vez mais inovações nos sistemas de gestão utilizados, a fim de melhorar a interpretação dos dados informados pela contabilidade e as análises de suas respectivas demonstrações. Com isso, a busca desenfreada das empresas em atingir o sucesso fez com que o crescimento da tecnologia de informação (TI) aumentasse, levando os administradores a desenvolverem métodos e conceitos para sua utilização, como o *e-commerce* que ajudou as empresas proporcionando qualidade em suas vendas, oferecendo aquilo que o cliente realmente deseja e consequentemente aumentando seus lucros (DINIZ *et al*., 2011, p.1-2).

A análise econômico-financeira de acordo com Marques, Júnior e Kuhl (2015, p.2) em comparação com empresas do mesmo setor de atuação tem a finalidade de estimar a movimentação de uma organização em determinado tempo, buscando demonstrar a sua evolução no decorrer dos anos. Dessa forma, conforme Santos (2020, p.24), as demonstrações financeiras ou contábeis são determinadas por fatos ocorridos em um período, a fim de serem analisadas pelos usuários internos e externos das organizações, onde as mesmas devem apresentar características qualitativas, ter relevância, e possuir dados fidedignos, em relação ao objetivo proposto.

Conforme exemplifica Feliciello e Gava (2020, p.9-10) com a pandemia da *Covid-19* que vem ocorrendo, houve formas de isolamento mais restritivas ou até mesmo *lockdown* como medidas para diminuir a disseminação da doença, contudo o impacto econômico se deu por essas interrupções das atividades econômicas, bem como a baixa demanda da população e de empresas em consumirem ou investirem, para fins de prevenção. Diante desse cenário as empresas enfrentaram dificuldades maiores para manterem-se ativas e com a queda de entradas de caixa para pagar seus custos e despesas, precisaram recorrer ao capital de terceiros (SOUZA, 2020, p.5).

Por essa razão, a análise econômico-financeira frente a pandemia da *Covid-19* e das novas plataformas de vendas e serviços *online* necessitam ser definidas e diferenciadas diante do cenário econômico atual, pois através do comportamento dos indicadores financeiros das empresas Lojas Americanas S.A., Magazine Luiza S.A. e Via Varejo S.A., poderá ser evidenciado o crescimento ou decrescimento de seus recursos antes e durante a pandemia da *Covid-19*.

Diante desse cenário, o presente estudo pretende responder à pergunta: Como tem se comportado os indicadores financeiros das empresas Magazine Luiza S.A., Lojas

ISBN 978-65-5629-077-5

Americanas S.A. e Via Varejo S.A. de capital aberto que atuam na área de *e-commerce* antes e durante a pandemia da *Covid-19*? Assim, tem-se o objetivo de analisar a situação financeira e econômica dessas empresas nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Para realização desta pesquisa foi buscado sobre a temática outros trabalhos como, por exemplo, o de Oliveira (2017) que trata sobre identificar a situação econômico-financeira da empresa Beta S/A, a partir das demonstrações contábeis dos anos 2011 a 2016, com a finalidade de ajudar a mesma nas tomadas de decisões, bem como o de Prussak (2010) que buscou identificar e analisar a situação financeira de indústrias alimentícias de capital aberto, através de uma análise tradicional e dinâmica do capital de giro, como forma de estabelecer vantagens, semelhanças e divergências de cada análise aplicada.

Quanto à organização desta pesquisa, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, se apresenta da seguinte forma: na revisão bibliográfica faz-se uma síntese dos principais resultados encontrados na literatura sobre o assunto; na metodologia é descrito a forma utilizada para obtenção dos resultados; na apresentação dos resultados será exposto as análises e coleta dos dados; nas considerações finais será exibido as considerações finais, bem como apresentado os resultados da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste tópico serão abordados os seguintes assuntos: análise econômico-financeira, *e-commerce*, e impactos da pandemia da *Covid-9*, que embasarão a presente pesquisa.

2.1 Análise econômico-financeira

De acordo com Marques, Júnior e Kuhl (2015, p.2) a finalidade da análise econômico-financeira é "[...] medir o desempenho de uma organização em determinado período, bem como sua evolução ao longo de uma série de anos, comparando-a com empresas do mesmo setor de atividade". Dessa forma, a análise em organizações estabelece um dos principais requisitos para manutenção e planejamento futuro.

Quanto à periodicidade para realização da análise, para entidades de qualquer porte deve-se avaliar o desempenho em um período de trinta dias ou menos, pois durante esse período acontecem diversos fatores que podem afetar significativamente seus índices, em vista disso, caso a análise ocorra em um período maior de trinta dias pode não haver tempo hábil para tomar decisões corretivas que se façam necessárias (MARQUES; JÚNIOR; KUHL, 2015).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-26 (R1) (2011), a finalidade das demonstrações contábeis são de representar a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho das entidades, além de proporcionar informações úteis a diversos usuários para fins de avaliação e tomadas de decisões no âmbito econômico. Dessa maneira, as demonstrações também visam apresentar os resultados da administração quanto a seus deveres e responsabilidade no que tange a gestão dos recursos confiados aos mesmos.

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme explica Ermel (2020, p.8) "As demonstrações contábeis representam um dos maiores bancos de dados e de informações sobre a situação financeira e patrimonial da companhia". Ressalta-se que para elaboração das demonstrações contábeis deve ser avaliada pela alta administração a capacidade da entidade em manter suas atividades, portanto devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade, exceto quando há intenção de cessar as atividades e/ ou liquidar dividas, mas nesses casos é necessário divulgar e esclarecer juntamente com as bases que essas demonstrações não aderiram o pressuposto de continuidade (MELO; BARBOSA, 2018).

2.2 Índices econômico-financeiros

A contabilidade e seus demonstrativos têm por finalidade ajudar diversos usuários internos ou externos a tomar decisões adequadas quanta a saúde e durabilidade da empresa, assim como explica Marion (2012, p.38), "[...] possibilitando ao empresário planejar seu orçamento e suas ações sem comprometer o equilíbrio do negócio, cuja base de sustentação reside no "tripé": liquidez – endividamento - rentabilidade".

Sobre os índices financeiros nas empresas, neste trabalho serão apresentados os índices de liquidez, que conforme explica Marion (2012), são responsáveis por determinar qual é a capacidade das organizações em liquidar seus compromissos em curto ou longo prazo, assim como a capacidade imediata. Esses índices são divididos, conforme Marion (2012) em:

a) Liquidez seca: cujo propósito é identificar a capacidade de pagamento em curto prazo, desconsiderando os estoques - Liquidez seca = (ativo circulante – estoque) / (passivo circulante);

b) Liquidez corrente: também com a capacidade de identificar capacidade de pagamento em curto prazo, porém vale ressaltar que a mesma não revela a qualidade das contas no ativo circulante, não há sincronização entre recebimento e pagamento, bem como o estoque pode ser superavaliado, podendo não representar seu real valor - Liquidez corrente = ativo circulante / passivo circulante;

c) Liquidez geral: demonstram a capacidade de pagamento em longo prazo, considerando valores que a empresa converterá em dinheiro relacionado aos compromissos assumidos - Liquidez geral = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante); e

d) Liquidez imediata: retrata a capacidade imediata da organização em saldar seus compromissos com recursos disponíveis – Liquidez imediata = disponibilidade / passivo circulante.

Também será apresentada a análise de endividamento, em que tem por finalidade de acordo com Blatt (2001, p.84) "[...] informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários". Sendo os principais índices de endividamento de acordo com Farias (2010) divididos em:

a) Participação de Capitais de Terceiros (PCT): indicam o percentual de capital de terceiros com relação ao patrimônio líquido – Participação de Capitais de Terceiros = (Passivo Circulante + Exigível a longo prazo) / (Patrimônio líquido) x 100;

b) Composição do Endividamento (CE): é comparado as obrigações em curto

ISBN 978-65-5629-077-5

prazo com as obrigações totais - Composição do Endividamento = (Passivo Circulante) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) x 100;

c) Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL): demonstram quanto do ativo permanente é financiado pelo seu respectivo patrimônio líquido - Imobilização do Patrimônio Líquido = (Ativo Permanente) / (Patrimônio Líquido) x 100; e

d) Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC): indica o percentual de recursos não correntes foi aplicado no ativo permanente – Imobilização dos Recursos Não Correntes = (Ativo Permanente) / (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) x 100.

No que diz respeito as condições econômicas das empresas são estudadas as evoluções dos índices de rentabilidade, conforme Marques, Júnior e Kuhl (2015), "Os quocientes de rentabilidade relacionam usualmente uma medida específica de lucro relatada na, ou derivada da, demonstração do resultado, à determinado(s) grupo(s) patrimonial(ais) do balanço".

Conforme explica Marion (2012, p.85) "A situação econômica (rentabilidade) mostra quanto se está produzindo de lucro, tanto do ponto de vista da empresa, como do ponto de vista do acionista". A rentabilidade conforme descreve Blatt (2001), é composta pelos índices:

a) Margem operacional líquida: demonstra percentual de lucro ou prejuízo após dedução de custo e despesas operacionais perante o faturamento líquido, permitindo analisar a eficiência. – MO = (Receita operacional / Faturamento operacional) x 100;

b) Rentabilidade do ativo: está relacionada ao investimento, permite demonstrar a rentabilidade gerada pelas ativos no período – RA = (Resulta líquido / ativo) x 100;

c) Rentabilidade do patrimônio líquido: é a remuneração dos sócios acionistas, ou seja, a taxa de retorno pelos investimentos realizados – RPL = (Resultado líquido / patrimônio líquido) x 100; e

d) O Giro do Ativo conforme Rodrigues e Silva (2019, p.15) "[...] é calculado relacionando as vendas do período e os investimentos totais realizados na entidade, apresentando o rendimento do ativo total". Ainda de acordo Rodrigues e Silva (2019) o cálculo é feito – Giro do Ativo = Vendas Líquidas (ou Receita Líquida) / Ativo Total.

2.3 E-commerce

Segundo Arantes (2016, p.14), quando ocorreu o surgimento da *internet*, a comunicação e o acesso ao conhecimento tornaram-se mais rápidos, e com muita eficiência, sendo um acontecimento muito importante para a população. O engenheiro inglês Tim Berners-Lee, desenvolveu a *World Wide Web*, conhecida WWW, que possibilitou a criação de sites, a evolução da *internet* e da era digital.

Para Stefano e Zattar (2016), a construção da *internet*, pode ser dividida em três partes, sendo a primeira da inovação, com início em 1961 e final em 1974, onde surge a criação dos *softwares* e *hardwares*. Já na segunda parte ocorrida entre 1975 a 1995, grandes instituições forneceram subsídios para a invenção da internet e em 1986 a

ISBN 978-65-5629-077-5

National Science Foundation, investiu para desenvolver a *internet* chamada NSFnet. Enquanto em sua terceira parte nos anos de 1995 até os dias atuais, começou a comercialização para os cidadãos de todo o mundo.

Com a *internet* e o avanço tecnológico foi possível revolucionar as maneiras de efetuar vendas através do *e-commerce*. Essa tecnologia trouxe inovações nas transações de bens, serviços e informações sendo realizado tudo no ambiente digital entre as empresas e seus clientes. Seu desenvolvendo vem ocorrendo devido ao número de pessoas com acesso à *internet* ter aumento, assim como a confiança por parte dos consumidores em adquirir seus produtos dessa maneira (MENDES, 2013, p.10).

Uma das principais mudanças que ocorrem no setor empresarial é a implementação do *e-commerce*, no qual seu impacto em compras, vendas e até entrega de diversos serviços influencia as organizações. Através do *e-commerce* notam-se mudanças em todas as áreas dos negócios, desde as atividades desempenhadas, publicidade e até contas a pagar, ressalta-se que a competição também vem se intensificando devido ao surgimento de empresas *on-line*, diversidade de produtos e serviços relacionados a essa plataforma (STEFANO; ZATTAR, 2016, p.19).

O *e-commerce* requer uma diversidade de *hardwares* e *softwares*, entre outros recursos, que de acordo com Stefano e Zattar (2016, p.122) "[...] Os principais componentes para sua execução são redes, servidores *web*, catálogos eletrônicos, *designs* de páginas da *web*, *softwares* de construção, *softwares* transacionais e de acesso à *internet*".

O comércio eletrônico possui dois modelos de negócios que derivam do seu conceito, o *marketplace* e o *mobile e-commerce*. Em que o *marketplace* consiste em utilização de plataformas online, onde aparecem produtos de diversos lugares, oferecendo uma quantidade elevada de itens disponíveis e o consumidor adquire o produto da marca que é proprietária do varejo digital daquele site, porém os produtos são de outras marcas (FREIRE; SALGADO, 2019).

Enquanto o modelo do *mobile e-commerce* é definido como qualquer transferência direta ou indireta, com valor realizado via rede sem fio. Ressalta-se que com o surgimento dos *smartphones*, a navegação dos usuários com acesso à *internet* tem intensificado o *e-commerce* através das redes sociais (FREIRE; SALGADO, 2019).

Mendonça (2016) aponta que a expansão deste modelo de comercialização tem ultrapassado as vendas convencionais, pois ele permite que até pequenos comerciantes, utilizem este sistema de venda, atendendo uma grande quantidade de consumidores que não seria possível atenderem em ambiente físico, podendo estar perto ou longe da sua localidade.

Mesmo diante da crise no Brasil, o *e-commerce* tem previsão de aumento de até 16%, devido à confiança que foi gerada pelos usuários, em compras realizadas pela *internet*. A empresa pioneira em possuir modelos semelhantes a vendas *online* foi a Magazine Luiza em 1992, antes mesmo de ter *internet* disponível no País (MENDONÇA, 2016).

Para aplicação do *e-commerce*, assim como qualquer outro sistema de informação, deve-se ser planejado e alinhado com o plano primordial de negócios dentro de cada organização, como também seus processos que podem precisar ser

ISBN 978-65-5629-077-5

reestruturados. Contudo, cada modificação precisa ser analisada a partir de métodos e metodologias que possam garantir a funcionalidade adequada aos negócios, como também fazer valer os custos para tal implantação (STEFANO; ZATTAR, 2016, p.125).

Conforme Stefano e Zattar (2016, p.125-126), em relação à infraestrutura e aplicações, primeiro deve-se construir um plano de organização do *website*, nesse plano deve estar incluso informações, dados, objetivos e visão de negócios; módulos que iram gerenciar tais informações; plataformas, *hardwares* e *softwares* que irão executar os módulos, como também proporcionar segurança e confiabilidade; e recursos humanos, bem como os procedimentos para implementação de sua infraestrutura.

2.4 Impactos da pandemia da *Covid-19*

Em dezembro de 2019, com o início da pandemia da *Covid-19*, na China, a população tem enfrentado uma grave crise sanitária, novos casos começaram a surgir nos Países vizinhos, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS), decretar estado de emergência internacional. A infecção se agrava pelo prazo médio de 5 a 6 dias, podendo afetar as pessoas pré-sintomáticas, assintomáticas, ou que apresente sintomas leves (AQUINO et al., 2020).

Conforme explica Gullo (2020, p.3), com o isolamento social houve um impacto grande na economia, em que apenas atividades tidas como essenciais puderam funcionar, tais como supermercados e farmácias, por exemplo, só após foram liberadas demais atividades para funcionamento.

A pandemia da *Covid-19* é uma doença relativamente nova que acaba gerando inúmeros problemas, conforme explica Junior e Rita (2020, p.7) "O problema de se ter um gatilho que praticamente não tem precedente histórico reside no comprometimento da capacidade de se modelar com maior acurácia os desdobramentos econômicos e sociais do processo de propagação da doença".

Com o avanço da doença, foi necessária a implantação do isolamento, que consiste em separar, as pessoas infectadas, das que não tiveram contato com o vírus, desta forma, reduzindo o risco de transmissão, em conjunto com a quarentena, onde toda a população fica restrita, a qualquer atividade com aglomeração, contatos físicos, e afins, mesmo que não tenham contraído o vírus, buscando manter todos em segurança (AQUINO et al. 2020).

A prática do isolamento social tem causado muitas polêmicas nos país, pois algumas autoridades mostram-se negativas quanto à sua eficácia. O fato é que a maior parte dos governantes optou por incentivar essa medida, adotando estratégias de controle da população, como o fechamento de escolas públicas e privadas e universidades, como também o comércio não essencial, e de áreas públicas de lazer (BEZERRA et al, 2020).

Mesmo com o sistema de saúde brasileiro prevendo a configuração de regiões de saúde geograficamente definidas para a garantia dos recursos assistenciais necessários diante das situações, deve-se considerar o tempo de reação e a capacidade de resposta do município para liberar esses recursos, em sua maioria concentrados nas capitais (NASCIMENTO; TOMBINI; RIPPLINGER, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com, Nascimento, Tombini e Ripplinger (2020), as ações solidárias e compartilhamento dos recursos disponíveis, a responsabilidade dos municípios em apoiamento técnico e financeiro, com ajuda dos estados, e também com a mobilização comunitária, são ferramentas fundamentais na redução das consequências econômicas, sociais e de saúde emergentes na pandemia.

A população que possui menor renda está praticando menos o isolamento social em relação àquela com maior renda, em função da necessidade de locomoção para o trabalho, pois muitas atividades essenciais não pararam, e a população com maior renda está vinculada às atividades que pararam e/ou estabeleceram o trabalho remoto, por possuir mais oportunidades (BEZERRA et al, 2020).

Para Silva, Santos e Soares (2020, p.6), o país enfrenta divergências quanto à riqueza produzida, desde o período colonial apenas uma parte da sociedade possui acesso a ela, fazendo com que a maioria se encontre em situações, precárias e vulneráveis, mesmo com a luta pelos direitos igualitários, e a busca pela queda da desigualdade social.

Por conta da situação que o país se encontra, os estados têm optado por tomar decisões, que ajudem a manter a liquidez dos seus orçamentos de forma independente, sem contar com as propostas criadas pelo Governo Federal, pois cada ambiente possui uma medida diferente de combate ao avanço da doença e a queda eminente da economia (SILVA; SANTOS; SOARES, 2020).

De acordo com Júnior et al. (2021, p.6), mesmo obtendo o importante sistema único de saúde (SUS), e as ações da Vigilância em Saúde, o Brasil não tem apresentado um bom exemplo, no combate a *Covid-19*, faltando coordenação e alinhamento, entre os governadores e presidentes, para o controle da pandemia, com orientações pautadas em evidências de agencias sanitárias, nacionais e internacionais.

3 METODOLOGIA

O presente estudo apresentou uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, realizadas nas empresas Lojas Americanas S.A., Magazine Luiza S.A e Via Varejo S.A com base nos dados do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, dos anos de 2018, 2019 e 2020.

De acordo com Gil (2008, p.28) as pesquisas descritivas descrevem as características da população ou fenômeno estudado, buscando mostrar a existência de variáveis, e determinar a natureza da relação entre elas, levantando opiniões, atitudes e crenças. Enquanto, conforme explica Raupp e Beuren (2004, p.92), as pesquisas quantitativas utilizam instrumentos estatísticos, tanto na coleta de informações como no tratamento dos dados, busca apresentar o comportamento geral dos acontecimentos, e garantir a exatidão dos resultados, evitando diferenças nas análises e interpretações, bastante utilizadas em estudos descritivos, que demonstram as relações entre variáveis.

As pesquisas documentais possuem a característica semelhante às pesquisas bibliográficas, diferenciando apenas na natureza das fontes, onde a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam tratamento analítico, ou seja, não apresenta tendências para a análise. Os passos utilizados na elaboração das duas pesquisas são

ISBN 978-65-5629-077-5

os mesmos, apenas considerando, que a pesquisa documental começa com a exploração das fontes (GIL, 2008).

A coleta de dados foi realizada através dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado do exercício publicadas no site do Instituto Assaf e no site da empresa Magazine Luiza S.A, dos anos de 2018 à 2020, utilizando para os cálculos dos índices e seus respectivos indicadores uma planilha do Excel.

Conforme demostrado no quadro abaixo para desenvolver a coleta de dados desta pesquisa, foi utilizado às fórmulas dos Índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, apresentando os resultados encontrados e emitindo uma análise dos mesmo com as conclusões das evoluções entre os anos, como também qual foi o impacto da pandemia nessas organizações.

Quadro 1 – Quadro de Indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade.

	Indicadores	**Fórmulas**
Liquidez	Liquidez Corrente	$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$
	Liquidez Seca	$LS = \frac{Ativo\ Circulante - Estoque}{Passivo\ Circulante}$
	Liquidez Geral	$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Ativo\ Realizável\ a\ LP}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$
	Liquidez Imediata	$LI = \frac{Disponível\ (\ caixa\ e\ banco)}{Passivo\ Circulante}$
Endividamento	Grau de Endividamento	$GE = \frac{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}{Patrimônio\ Líquido}$
	Composição do Endividamento	$CE = \frac{Passivo\ Circulante}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$
	Imobilização do PL	$IMPL = \frac{Ativo\ Não\ Circulante - Ativo\ Realizável\ a\ LP}{Patrimônio\ Líquido}$
	Imobilização dos Recursos Não-Correntes	$IMRNC = \frac{Ativo\ Não\ Circulante - Ativo\ Realizável\ a\ LP}{Patrimônio\ Líquido + Passivo\ Não\ Circulante}$
Rentabilidade	Giro do Ativo	$GA = \frac{Vendas\ Líquidas}{Ativo\ Total}$
	Margem Líquida	$ML = \frac{Lucro\ Líquido}{Vendas\ Líquidas}$
	Rentabilidade do Ativo	$RA = \frac{Lucro\ Líquido}{Ativo\ Total}$
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$RPL = \frac{Lucro\ Líquido}{Patrimônio\ Líquido}$

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Adaptado de Magacho (2014, p.30).

4 RESULTADOS

A pesquisa desenvolveu-se utilizando como base os relatórios financeiros divulgados anualmente no site da empresa Magazine Luiza S.A. e Instituto Assaf. Através dessa consulta foi possível realizar a coleta de todos os dados necessários para uma boa análise de seus respectivos indicadores. Foram analisados os anos de 2018 e 2019 que antecedem a pandemia da *Covid-19* seguido pelo ano de 2020, no qual foi o momento de eclosão da pandemia no Brasil com seu primeiro caso confirmado. Para realização das respectivas análises foram utilizados os índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, para fins de demonstrar a situação econômica e financeira das empresas Magazine Luiza S.A., Lojas Americanas S.A. e Via Varejo S.A.

Análise dos índices da Empresa Lojas Americanas S.A.

Tabela 1 – Índice de Liquidez

Índice	2018	2019	2020
Liquidez Corrente	2,09	1,79	2,61
Liquidez Seca	1,67	1,45	2,27
Liquidez Geral	0,95	0,89	1,13
Liquidez Imediata	0,82	0,60	1,16

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 1, a Liquidez Corrente da entidade apresentou que antes mesmo da pandemia da *Covid-19* já possuía capacidade de pagamento em curto prazo com os seus recursos disponíveis no ativo circulante, visto que no ano de 2018 seu índice apresentou 2,09 e mesmo com queda de seu indicador no ano de 2019 para 1,79 no ano seguinte seus quocientes aumentaram para 2,61 mesmo com a ocorrência da pandemia.

Já na Liquidez Seca observou-se que a empresa apresentou capacidade de pagamento dos seus valores em curto prazo mesmo considerando dispensável os valores da conta Estoques, obtendo dessa maneira quociente menor no ano de 2019 com 1,45, porém ainda foi possível saldar suas obrigações. O ano com maior indicador é 2020 apresentando 2,27, ou seja, aumentou consideravelmente no período da pandemia.

A Liquidez Geral não expressou capacidade de pagamento de suas obrigações a curto e longo prazo nos primeiros anos analisados, apresentando no ano de 2018 indicador com 0,95 e no ano subsequente houve uma queda para 0,89, enquanto no último ano analisado apresentou 1,13. Dessa forma, o ano de 2020 mesmo com a descoberta da pandemia apresentou índice maior que 1,00, sendo favorável por demonstrar capacidade de pagamento de suas obrigações a curto e longo prazo mesmo em um período pandêmico.

É possível verificar que na Liquidez Imediata a organização obteve aumento do seu indicador no ano de 2020 com valor de 1,16, enquanto nos anos de 2018 e 2019 anteriores a pandemia, apresentaram indicadores abaixo de 1,00, ou seja, demonstrou que apenas no último ano analisado a empresa expressou capacidade de pagamento em curto prazo com seus recursos disponíveis.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 2 – Índice de Endividamento

Índice	2018	2019	2020
Grau de Endividamento	3,49	3,51	2,01
Composição do Endividamento	0,38	0,41	0,38
Imobilização do Patrimônio Líquido	1,18	1,39	0,73
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	0,37	0,45	0,33

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 2, o Grau de Endividamento da empresa apresentou resultado favorável no último ano, mesmo com indicador retratando valor superior a 1,00 foi o ano com quociente de menor valor entre os demais analisados. Dessa forma, no ano de 2018 seu quociente estava em 3,49 e no ano seguinte aumentou para 3,51, enquanto em 2020 diminuiu para 2,01, sendo um resultado favorável por demonstrar que mesmo com a ocorrência da pandemia a empresa reduziu o seu endividamento.

Já na Composição do Endividamento a empresa conseguiu manter suas dívidas totais em longo prazo. Considerando valores menores que 1,00, a organização demonstrou que a empresa possui mais capital de terceiros em longo prazo do que em curto prazo, apresentando como resultado no ano de 2018 quociente de 0,38, posteriormente um aumento para 0,41 e em 2020 durante a pandemia da *Covid-19* voltou para 0,38.

Em relação à Imobilização do Patrimônio Líquido é preferível que os valores fiquem abaixo de 1,00, contudo, a empresa analisada apresentou quociente de 1,18 em 2018 e aumentou para 1,39 no ano seguinte, apenas em 2020 seu indicador ficou favorável apresentando indicador de 0,73. Ressalta-se que o ideal é a empresa não investir muito do seu capital próprio no ativo permanente, pois é preferível que sobre recurso próprio para investir no ativo circulante, fato que não sucedeu nos primeiros anos analisados.

Já na Imobilização de Recursos Não Correntes, também é preferível que seus valores fiquem abaixo de 1,00, situação que ocorreu nos três anos analisados e apresentou menor índice no período de ocorrência da pandemia com 0,33. Com isso, revelou que a empresa não utilizou todo seu capital próprio e recursos em curto prazo no ativo permanente, demonstrando sobra de recurso próprio para ser investido no ativo circulante.

Tabela 3 – Índice de Rentabilidade

Índice	2018	2019	2020
Giro do Ativo	0,63	0,57	0,45
Margem Liquida	0,01	0,03	0,01
Rentabilidade do Ativo	0,01	0,02	0,01
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,04	0,08	0,02

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 3, o Giro do Ativo expressa quanto de vendas líquidas foram geradas em relação ao capital total investido, sendo preferível que seus quocientes fiquem maiores que 1,00. Contudo, foi um fato que não ocorreu em nenhum dos três anos

ISBN 978-65-5629-077-5

analisados, ao invés disso ocorreu queda de seus valores com 0,63 em 2018 para 0,45 no ano de 2020, ou seja, demonstra que a empresa não chegou a girar nem uma vez o seu ativo total.

Já na Margem Líquida seus valores ficaram baixos, com apenas 0,01 em 2018, no ano seguinte subiu para 0,03 e por fim em 2020 voltou a ficar com 0,01, ou seja, durante os anos analisados a empresa demonstrou que para cada R$ 1,00 de vendas líquidas apresentou apenas R$ 0,03 de lucro líquido, considerando o maior valor entre os analisados. Dessa forma, expressou indicadores insatisfatórios para a organização e durante os três anos analisados não houve variação considerável de seus indicadores.

O mesmo ocorreu na Rentabilidade do Ativo, no qual a empresa obteve pouco retorno, apresentando o maior quociente no ano de 2019 com apenas 0,02, significando que a empresa não demonstrou capacidade de gerar lucro sobre seu ativo. Dessa forma, para cada R$ 1,00 de ativo total investido na empresa, obteve retorno de apenas R$ 0,02 em lucro líquido, considerando o maior entre os três anos analisados. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/1, que é igual há 100 anos.

Na Rentabilidade do Patrimônio Líquido, considerando valores abaixo de 1,00 como insatisfatórios, a empresa apresentou quocientes com valores baixos nos três anos analisados e seu maior indicador foi em 2019 com apenas 0,08. Portanto, expressou que o retorno de todo o recurso investido pelos sócios está diminuindo, o último ano foi o de menor quociente apresentando apenas 0,02, ou seja, demonstrou que para cada R$ 1,00 de investimento a organização obteve retorno de R$ 0,02 em lucro líquido. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/2, que é igual há 50 anos.

Análise dos índices da Empresa Via Varejo S.A.

Tabela 4 – Índice de Liquidez

Índice	**2018**	**2019**	**2020**
Liquidez Corrente	0,88	0,79	1,04
Liquidez Seca	0,57	0,50	0,71
Liquidez Geral	0,81	0,76	0,99
Liquidez Imediata	0,24	0,09	0,16

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 4, o índice de Liquidez Corrente expressa capacidade de pagamento a curto prazo com recurso disponível no ativo circulante da empresa, sendo considerado resultados acima de 1,00 como favoráveis. Contudo, diante da análise pode-se observar que nos dois anos anteriores a ocorrência da pandemia da *Covid-19* a organização obteve indicadores desfavoráveis e apenas no ano de 2020 apresentou aumento de 0,16 quando comparado ao ano de 2018, dessa forma, demonstrou que mesmo com a pandemia foi possível aumentar este indicador e conseguir saldar suas dívidas a curto prazo.

Na Liquidez Seca considerando valores acima de 1,00 como favoráveis, foi possível verificar que nos três anos analisados a empresa não conseguiu liquidar suas dívidas em curto prazo, uma vez que se tornam dispensáveis os valores da conta Estoque, no qual consequentemente diminui seus recursos. Contudo, houve aumento de seu indicador de 0,57 em 2018 para 0,71 no ano de 2020 e considerando o momento de pandemia no último ano analisado, esse aumento de resultado foi favorável.

ISBN 978-65-5629-077-5

Já na Liquidez Geral, expressa capacidade de pagamento a curto e longo prazo com recursos disponíveis no ativo circulante mais realizável a longo prazo, sendo necessário também considerar valores acima 1,00 como favoráveis. Diante da análise foi possível perceber que antes mesmo da ocorrência da pandemia da *Covid-19* nos anos de 2018 e 2019 a empresa obteve resultados baixos, porém no ano de 2020 ocorreu aumento de 0,18 no seu indicador quando comparado ao ano de 2018, dessa forma, mesmo com um resultado abaixo do favorável no último ano, mas considerando o cenário de pandemia, este aumento foi satisfatório.

Por meio da análise da Liquidez Imediata, na qual expressa capacidade de pagamento a curto prazo com recursos disponíveis no disponível da empresa (caixa/ banco) e considerando valores acima de 1,00 melhores. Verificou-se que não se fez possível a liquidação de suas obrigações em curto prazo nos três anos analisados, contudo, houve aumento de 0,09 em 2019 para 0,16 em 2020, dessa forma, mesmo com um indicador baixo o aumento em 2020 foi favorável quando considerado o cenário pandêmico deste ano.

Tabela 5 – Índice de Endividamento

Índice	**2018**	**2019**	**2020**
Grau de Endividamento	11,34	41,26	4,53
Composição do Endividamento	0,68	0,66	0,68
Imobilização do Patrimônio Líquido	3,16	11,07	1,06
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	0,68	0,74	0,44

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Conforme os dados da Tabela 5, no Grau de Endividamento pode-se perceber que a empresa expressou uma quantidade de dívidas elevada, ou seja, a organização demonstrou que possui mais capital de terceiros em relação ao capital próprio. Contudo, no último ano analisado em que foi o momento de eclosão da pandemia da *Covid-19*, seu resultado diminuiu para 4,53 e mesmo não sendo abaixo de 1,00, foi o menor indicador apresentado, sendo favorável por demonstrar que mesmo com a pandemia a empresa conseguiu diminuir suas dívidas.

Enquanto a Composição do Endividamento também considerando valores acima de 1,00 insatisfatórios, verificou-se que a empresa em 2018 apresentou indicador de 0,68, seguido por 0,66 em 2019 e por último no ano de 2020 voltou a ficar com 0,68 de capital de terceiros a curto prazo. Considerando está estabilidade favorável por demonstrar que a organização tem mais capital de terceiros a longo prazo do que a curto prazo.

A Imobilização do Patrimônio Líquido demonstrou que nos três anos analisados a empresa investiu todo seu capital próprio no ativo permanente, contudo, observa-se que no último ano, em 2020, obteve uma queda considerável, apresentando indicador de 1,06 e sendo o resultado mais próximo de 1,00 entre os demais.

Já na análise da Imobilização dos Recursos não Correntes, a empresa expressou que seu capital próprio e passivo não circulante não foi investido totalmente no ativo permanente, sobrando recursos para serem investidos no ativo circulante. No ano de 2018 apresentou indicador de 0,68 sobrando 0,32 para ser investido, posteriormente em

ISBN 978-65-5629-077-5

2019 obteve valor de 0,74 com sobra de 0,26 e por último no ano de 2020 demonstrou o menor dos índices com apenas 0,44 e sobrando 0,56 para ser investido no ativo circulante, portanto, o ano de ocorrência da pandemia da *Covid-19* foi possível obter indicador menor e com maior sobra, sendo favorável.

Tabela 6 – Índice de Rentabilidade

Índice	2018	2019	2020
Giro do Ativo	1,09	1,05	0,87
Margem Líquida	-0,01	-0,06	0,03
Rentabilidade do Ativo	-0,01	-0,06	0,03
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-0,15	-2,48	0,17

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Conforme apresentado na Tabela 6, no Giro do Ativo a empresa expressou que nos dois primeiros anos ela girou uma vez todo o seu investimento, sendo favorável para esse ramo de atuação que é o comércio, demonstrando em 2018 o maior indicador com 1,09, seguido por 1,05 em 2019. Contudo, o ano 2020 ficou abaixo de 1,00, apresentando um resultado de 0,87 apenas, ou seja, as vendas líquidas geradas em relação ao capital total investido foram menores durante a ocorrência da pandemia da *Covid-19.*

A Margem Liquida da empresa não demonstrou bons indicadores, ficando negativo nos dois primeiros anos analisados, devido ao prejuízo nos seus resultados. No ano de 2018 apresentou -0,01 e no ano seguinte -0,06, mas em 2020 ficou com indicador de 0,87, expressando resultado positivo, dessa forma, a empresa demonstrou que está obtendo pouco lucro líquido em relação ao valor de suas vendas líquidas, porém o aumento em 2020 foi favorável considerando o cenário pandêmico deste ano.

Ao analisar a Rentabilidade do Ativo, percebe-se que a empresa obteve retorno inferior nos três anos analisados. O menor valor apresentado foi no ano de 2019 com -0,06, devido aos prejuízos no resultado do exercício e o maior valor foi no último ano com resultado de 0,03, contudo, ainda não foi suficiente para expressar que a empresa está obtendo lucro líquido em relação ao seu ativo total investido, mas indicando uma melhora significativa no ano de ocorrência da pandemia, cobrindo todo o prejuízo e terminando com lucro. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/3, que é igual há 33,33 anos.

Na Rentabilidade do Patrimônio Líquido, considerando que para este índice quanto maior o resultado é melhor, nos três anos analisados não foi o que ocorreu na empresa por obter valores bem abaixo, como foi possível perceber em 2018 com -0,15 e caindo ainda mais em 2019 para -2,48. Contudo, no último ano apresentou resultados positivos de 0,17, ou seja, mesmo com a pandemia houve maior lucro em relação ao seu capital próprio investido. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/17, que é igual há 5,88 anos. Análise dos índices da Empresa Magazine Luiza S.A.

Tabela 7 – Índice de Liquidez

Índice	2018	2019	2020
Liquidez Corrente	1,19	1,60	1,25
Liquidez Seca	0,67	1,13	0,81
Liquidez Geral	1,10	1,19	1,08

ISBN 978-65-5629-077-5

Liquidez Imediata	0,11	0,04	0,13

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Conforme apresentado na análise da Tabela 7, pode-se afirmar que a empresa, possuía capacidade de pagamento em curto prazo mesmo antes da pandemia da *Covid-19*, apresentando na Liquidez Corrente um indicador de 1,19 no ano de 2018, aumentando para 1,60 no ano de 2019, mas tendo uma queda para 1,25 no ano de 2020, refletindo que a empresa dispõe de 1,25 reais para pagamento de cada R$ 1,00 de dividas em curto prazo, o que é favorável para a empresa, já que ela consegue pagar todas as suas dívidas e ainda sobrar saldo no ativo circulante.

Já no índice de Liquidez Seca, em que expressa capacidade de pagamento a curto prazo sem considerar a conta Estoques, demonstrou um indicador de 0,67 em 2018, aumentando para 1,13 em 2019, mas diminuindo para 0,81 em 2020, dessa forma, demonstrou que a empresa no último ano não conseguiu saldar suas dívidas, diminuindo assim o valor dos seus recursos.

No índice de Liquidez Geral, a empresa apresentou um resultado de 1,10 em 2018, aumentando para 1,19 e diminuindo para 1,08 em 2020, contudo, mesmo com a queda do último ano em que ocorreu a pandemia, pode expressar capacidade para pagar suas dívidas a curto e longo prazo com os ativos circulantes e ativos realizáveis em longo prazo, o que é favorável para a empresa.

Analisando a Liquidez Imediata, apresentou um índice de 0,11 em 2018, diminuindo para 0,04 em 2019 e aumentando para 0,13 em 2020, o que não é favorável para a empresa, por demonstrar que não a capacidade de pagamento em curto prazo com os valores disponíveis em caixas e bancos, pois é aconselhável que este índice apresente valor superior a 1,00. Porém o aumento no último ano é considerável, visto que, foi o período de surgimento da pandemia da *Covid-19.*

Tabela 8 – Índice de Endividamento

Índice	**2018**	**2019**	**2020**
Grau de Endividamento	2,82	1,62	2,36
Composição do Endividamento	0,83	0,65	0,77
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,72	0,69	0,82
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	0,49	0,44	0,53

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 8, o Grau de Endividamento apresentou um índice de 2,82 em 2018, diminuindo para 1,62 em 2019 e aumentando para 2,36 em 2020, sendo insatisfatório, pois para este índice os resultados devem ser considerados como, quanto menor que 1,00 melhor. Dessa forma, demonstra que a empresa possui mais dívidas com capital de terceiros em relação à quantidade de capital próprio, o que não é favorável, por ser preferível, que a empresa possua mais capital próprio.

Já na Composição do endividamento, considerando valores abaixo de 1,00 como satisfatórios. A empresa apresentou resultado de 0,83 em 2018, diminuindo para 0,65 em 2019 e aumentando para 0,77 em 2020, demonstrando que possui mais capital de terceiros em curto prazo em relação ao total de capital de terceiros, o que não é favorável, pois é preferível que a empresa possua mais capital de terceiros ao longo prazo do que

ISBN 978-65-5629-077-5

em curto prazo.

No índice de Imobilização do Patrimônio Líquido apresentou um indicador de 0,72 em 2018, diminuiu para 0,69 em 2019 e aumentou para 0,82 em 2020, expressando que 0,82 do capital próprio foram investidos no ativo permanente, o que é favorável, pois é preferível que a empresa não invista todo o seu capital próprio no ativo permanente, a fim de que sobre recursos próprios para investir no ativo circulante.

Analisando a Imobilização dos Recursos Não-Correntes apresentou um resultado de 0,49 em 2018, diminuiu para 0,44 em 2019 e aumentou para 0,53 em 2020, expressando que foram aplicados do capital próprio do último ano 0,53 de investimento no ativo permanente, havendo sobras para investir no ativo circulante.

Tabela 9 – Índice de Rentabilidade

Índice	2018	2019	2020
Giro do Ativo	1,77	1,00	1,18
Margem Liquida	0,04	0,05	0,01
Rentabilidade do Ativo	0,07	0,05	0,02
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,26	0,12	0,05

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021).

Analisando a Tabela 9, o Giro do Ativo demonstrou que o indicador de 1,77 no ano de 2018, 1,00 no ano de 2019 e 1,18 no ano de 2020, como também considerando a ocorrência da pandemia no último período, a empresa já girava seu respectivo ativo, dessa forma, para cada R$ 1,00 de investimentos no ativo total a mesma obteve 1,18 de vendas líquidas em 2020, o que é favorável, pois para este índice é preferível que o resultado seja maior que 1,00.

Já o índice de Margem Liquida, apresentou o quociente de 0,04 em 2018, aumentando para 0,05 em 2019 e diminuindo para 0,01 em 2020, o que não é favorável, pois quanto maior este índice melhor. Este índice expressa quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao valor de vendas liquidas, ficando assim os resultados muito abaixo do satisfatório.

Analisando a Rentabilidade do Ativo, ocorreu queda constantemente de seus resultados, em 2018 apresentou um indicador de 0,07, em 2019 caiu para 0,05 e em 2020 ocorreu mais uma queda, ficando com apenas 0,02. Dessa forma, demonstrando quanto de lucro líquido que a empresa está obtendo em relação ao seu ativo total investido. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/2, que é igual há 50 anos.

No índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido apresentou um quociente de 0,26 em 2018, diminuindo drasticamente para 0,12 em 2019 e 0,05 em 2020, não sendo favorável, pois para este índice quanto maior é melhor, por apresentar quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao seu capital próprio investido. O tempo de retorno em 2020 deve ser calculado 100/5, que é igual há 20 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, por meio da análise dos indicadores das empresas Magazine Luiza S.A., Lojas Americanas S.A. e Via Varejo S.A., nos anos de 2018 a 2020, pode-se identificar a situação financeira e econômica destas empresas,

ISBN 978-65-5629-077-5

assim como, foi possível verificar como seus indicadores reagiram antes e durante a eclosão da pandemia da *Covid-19*, no qual se objetivou a pesquisa expondo a relevância de informações confiáveis em um mercado altamente competitivo. Fez-se a escolha de empresas do comércio por ser um setor com grande crescimento e importância na economia brasileira.

Os resultados encontrados puderam demonstrar que os índices de Liquidez das Lojas Americanas S.A., apresentaram indicadores satisfatórios mesmo com a ocorrência da pandemia, conseguindo melhorar a sua saúde financeira constantemente e com folga após quitar suas devidas obrigações, o mesmo ocorreu com os índices de Endividamento, nos quais diminuíram seus resultados entre os anos analisados e assim pode demonstrar que foi possível diminuir o endividamento da empresa e sobrar recursos para serem investidos mesmo com a ocorrência da pandemia. Já nos índices de Rentabilidade que evidenciam quanto de lucro a empresa está gerando, houve uma queda em comparação aos anos que antecedem a eclosão da pandemia, tais resultados dão-se pelo motivo dos valores menores nos resultados dos exercícios em relação ao seu custo total.

Diante dos resultados encontrados a empresa Via Varejo S.A. apresentou aumento de seus índices de Liquidez no último período analisado, mesmo com alguns indicadores abaixo do satisfatório e demonstrando incapacidade de liquidação de suas obrigações, o aumento foi significativo considerando o atual cenário de ocorrência da pandemia da *Covid-19*. Os índices de Endividamento diminuíram muito no último período, apresentando uma melhora considerável e o mesmo ocorreu nos índices de Rentabilidade, onde nos anos de 2018 e 2019 apresentou valores negativos por possuir prejuízos em seus resultados, mas em 2020 conseguiu cobrir todo o prejuízo acumulado, deixando seus indicadores positivos.

Quanto aos resultados da empresa Magazine Luiza S.A., pode-se concluir que a maioria dos indicadores de Liquidez obtiveram queda no último ano analisado em relação ao ano de 2019, porém levando em consideração a ocorrência da pandemia não foram resultados com diminuição drástica, assim como os índices de Rentabilidade que apesar de terem reduzidos os lucros, não obteve resultados negativos. Nos índices de Endividamento, também houve aumento dos resultados do último período comparado ao ano de 2019, porém ainda conseguiu obter a maioria dos indicadores dentro do considerado favorável, levando em consideração a ocorrência da pandemia.

Dessa forma, concluiu-se que não houve impacto drástico causado pela eclosão e ocorrência da pandemia da *Covid-19* no último período analisado, houve queda de alguns indicadores em relação aos demais anos analisados, contudo, as organizações não foram impactadas drasticamente, permitindo que estas empresas da área de comércio conseguissem manter-se ativas. Vale ressaltar que com a disponibilidade e crescimento de outros recursos para compras e vendas, como o *e-commerce*, ajudou a essas empresas obterem seus resultados positivos ou com pouco impacto durante esse período.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** Bahia, 25 (Supl.1), p. 2423-2446, jun./2020.

ARANTES, Vivianne Dantas. E-commerce: A expansão do setor no Brasil e o comportamento do consumidor. **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2016.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; SILVA, Carlos Eduardo Menezes da; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Menezes da. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Pernambuco, 25 (Supl.1), p. 2411-2421, jun./2020.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços: Estruturação e Avalição das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC-26 (R1): **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, dez. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2021.

COSTA, Gian Lucas Sudatti da. A Pandemia do novo Coronavírus e os Impactos na Economia e nas Relações Trabalhistas no Brasil. **ETIC – Encontro de Iniciação Científica – ISSN 21-76-8498,** Presidente Prudente, v. 16, n. 16, 2020.

DINIZ, Letícia Lelis; SOUZA, Lívia Garcia Alves de; CONCEIÇÃO, Luan Rodrigues da; FAUSTINI, Marcelo Rangel. O Comércio Eletrônico como Ferramenta Estratégica de Vendas para Empresas. **III ENCONTRO CIENTÍFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO – Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores**, Lins, out./2011.

ERMEL, Marcelo Daniel Araújo. **Análise e Demonstrações Contábeis**. Curitiba: Contentus, 2020.

FARIAS, Jaci de Souza. **Índice de Endividamento**. Universidade Federal do Pará, 2010.

FELICIELLO, Domenico; GAVA, Gustavo Bonin. Economia e Pandemia: Lockdown, Flexibilização e Defesa da Vida. **Caderno de pesquisa NEPP**, v. 89, Campinas, set./2020.

FREIRE, Daniele Araujo; SALGADO, Érika Baptista. E-commerce no Brasil: panorama geral e principais desafios. **Projeto de Graduação – UFRJ/ POLI/ Curso de Engenharia de Produção**, Rio de Janeiro, set./2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed.** São Paulo: Atlas, 2008.

GULLO, Maria Carolina R. A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas considerações. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 12 (3 – Especial Covid 19), p. 1-8, Caxias do Sul, 2020.

JÚNIOR, Luís Carlos Lopes et al. Vigilância em saúde na pandemia de Covid-19 e os desafios do SUS na atualidade. **Saúde Coletiva**, v. 11, n. 64, p. 1-7, 2021, São Paulo. Disponível em: http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1517. Acesso em: 06 junho 2021.

JUNIOR, Reynaldo Ruben Ferreira; RITA Luciana Peixoto Santa. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 459-476, Salvador, abr/ 2020.

MAGACHO, Carolina Sales. Estudo da correlação entre os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade e o valor da ação na bm&fbovespa das empresas brasileiras do segmento da construção civil pesada nos anos de 2010, 2011 e 2012. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Pato Branco, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª ed.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; JÚNIOR, João Bosco Arbués Carneiro; KUHL, Carlos Alberto. **Análise Financeira das Empresas: da abordagem financeira convencional as medidas de criação de valor: um guia prático para analistas de crédito e investimento. 2ª ed.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015.

MELO, Moisés Moura de; BARBOSA, Sergio Correia. **Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2018.

MENDES, Laura Zimmermann Ramayana. E-Commerce: origem, desenvolvimento e perspectivas. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Ciências Econômicas Departamento de Ciências Econômicas**, Porto Alegre, 2013.

MENDONÇA, Herbert Garcia de. E-commerce. **IPTEC – Revista Inovação, projetos e tecnologias**, v. 4, n. 2, p. 240-251, Rio de Janeiro, jul./dez. 2016.

NASCIMENTO, Ederson; TOMBINI, L. H. T.; RIPPLINGER, Fabiane. Espacialização da Covid-19 no sul do Brasil: A Interiorização da doença e o caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Finisterra**, v. 55, n. 115, p. 27-35, Chapecó, set./2020.

OLIVEIRA, Daniele Serafim do Nascimento de. A Importância da Análise Gerencial na

ISBN 978-65-5629-077-5

Tomada de Decisões da Empresa Beta S/A: Uma análise das demonstrações financeiras de 2011 a 2016. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos: Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação MBA em Controladoria E Finanças,** São Leopoldo, 2017.

PRUSSAK, Tatiane Aparecida Wolf. Análise financeira de empresas de capital aberto: tradicional e dinâmica. **Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável as Ciências Sociais: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 2 ed.** São Paulo: Atlas, 2004, p. 77-97.

RODRIGUES, Alex. Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, fev./2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-02/ministerio-da-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil. Acesso em: 18 abr. 2021.

RODRIGUES, Dayane Priscila; SILVA, Milton Neemias M. da. A Contribuição dos Indicadores Financeiros de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade para a tomada de decisão dentro das organizações. **Associação Educativa Evangélica – UniEvangélica**, Goiás, 2019.

SALVADOR, Caroline Stuani. A análise das demonstrações contábeis como ferramenta auxiliar para o gestor no momento da tomada de decisões em uma empresa do setor vinícola de flores da cunha – RS**. Universidade de Caxias do Sul**, Caxias do Sul, 2011.

SANTOS, Antônio Sebastião dos, (org.). **Contabilidade.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2020.

SILVA, D. S. C.; SANTOS, Marília Barbosa dos; SOARES, Maria José Nascimento. Impactos Causados pela Covid-19: Um estudo preliminar. **Revbea**, v. 15, n. 4, p. 128-147, São Paulo, 2020.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas. 11ª ed.** São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Angélica Gomes de. O Impacto da Pandemia na Concessão de Crédito para as Micro e Pequenas Empresas. **Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso**, Manhuaçu, 2020.

STEFANO, Nara; ZATTAR, Izabel Cristina. **E-commerce: conceitos, implementação e gestão**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS EMPRESAS CVC BRASIL OPERADORA DE VIAGENS S.A., GOL LINHA AÉREA S.A. E LOCALIZA RENT A CAR S.A. FRENTE A PANDEMIA COVID- 19.

Andressa Couss[1]
Jessica Palhano[2]
Ruy Fernandes da Silva Costa[3]

Resumo: Por meio da análise de indicadores é possível identificar a real situação econômica e financeira de uma empresa, assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as situações econômicas e financeiras de empresas com segmento no ramo de turismo, quais sejam: a CVC Brasil Operadora de Viagens S.A., a GOL Linhas Aéreas S.A. e a Localiza Rent a Car S.A., entre os anos de 2018 e 2020, período em que surgiu a pandemia da Covid-19. Na presente pesquisa foram apontados os conceitos e fórmulas da análise das demonstrações contábeis de cada empresa separadamente e, em seguida, realizou-se a comparação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade. A justificativa desta pesquisa decorre da importância das ferramentas de análise nas organizações para a tomada de decisões diante do período de pandemia. Quanto aos procedimentos do estudo, este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa documental com base nos dados do balanço patrimonial e demonstrativos de resultado do exercício das empresas, bem como uma pesquisa quantitativa na apuração dos índices e resultado dos anos, além de pesquisa descritiva que analisa os indicadores econômicos e financeiros das empresas supracitadas. Na análise do resultado, pode-se verificar que, de fato, houve oscilações em relação à liquidez, endividamento e rentabilidade de cada empresa, devido às condições decorrentes da pandemia da Covid-19. Além disso, nota-se que o período de 2020 apresentou maiores resultados insatisfatórios para as organizações, já que elas são de Capital Aberto e apresentaram índices de rentabilidade desfavoráveis para os investidores.

Palavras-chave: Análise de Indicadores. Pandemia Covid-19. Turismo. Impactos Financeiros. Capital Aberto.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 representa um dos maiores desafios sanitários em escala mundial deste século (BARRETO et al., 2020). Teve surgimento na China, em dezembro de 2019, e disseminou-se para outros países, incluindo o Brasil. Como consequência, o isolamento social trouxe impactos significativos para o setor de turismo, por se tratar de atividades dependentes da mobilidade humana. Para não serem totalmente prejudicados, os agentes de turismo foram forçados a tomar decisões mais flexíveis em relação ao seu

[1] Acadêmica de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

público-alvo, aumentando o prazo de passagens, pagamentos e reservas de hotel, além de disponibilizar mais descontos para fechar pacotes.

Segundo o Portal Brasileiro de Turismo, o impacto da pandemia do novo coronavírus no valor de mercado das seis empresas brasileiras com capital aberto listadas na B3 (Bolsa de Valores Oficial do Brasil), vinculadas ao setor de Turismo, foi de mais de R$54 bilhões. Desde o anúncio do primeiro caso no país, em 25 de fevereiro de 2020, as ações da Gol, Localiza, e CVC caíram em média 64%, mais que a própria B3, que despencou 40% no mesmo período (REGIS, 2020).

Os percentuais apresentados permitem afirmar que em meio a tremendos impactos econômicos resultantes de ações – as quais, em determinados casos, a empresa não tem a opção de evitar – torna-se evidente a necessidade de uma análise de indicadores financeiros de curto ou longo prazo para o devido controle de desenvolvimento da empresa em relação ao mercado, além da verificação do nível de desempenho da empresa durante um determinado período, a fim de se obter resultados de lucro ou prejuízo diante das situações decorrentes da pandemia.

Os impactos correlacionados à pandemia da Covid-19, tanto na demanda das vendas, quanto na capacidade de produção e atendimento ao cliente afetam, não somente uma parte do processo contábil de uma empresa, como também da contabilidade em geral e todo o seu desenvolvimento, por conta da extensão de lançamentos e análises a serem realizadas para o fechamento de cada processo contábil. Por conta disso, é importante analisar todos os lançamentos que envolvem o progresso da entidade, evitando problemas futuros e sendo tomadas decisões com antecedência. A análise de indicadores financeiros é um recurso por meio do qual as empresas podem medir o seu desempenho no mercado, e é por meio dessa análise que os gestores conseguem obter um panorama da saúde financeira do negócio, observando os pontos fortes e fracos na gestão e na estratégia da organização da empresa e, em seguida, corrigi-los.

A pesquisa realizada por Sandra Corbari e Isabel Grimm (2020) buscou investigar os impactos da pandemia da Covid-19 no município de Curitiba, localizado no estado do Paraná, e como eles afetam o setor de turismo. Para tanto, utilizaram a metodologia de verificação em relação ao panorama atual do setor no município de Curitiba, onde o turismo é representativo em âmbito regional e estadual. Os resultados apresentados destacaram que a crise impactou consideravelmente a demanda turística e os estabelecimentos classificados como Atividades Características do Turismo (ACTs), com consideráveis reflexos nos postos de trabalho.

A pesquisa realizada por Rogério Santos (2020) teve como objetivo examinar o efeito da pandemia da Covid-19 no retorno das ações do setor de turismo. Foi utilizada a metodologia de estimativa de modelo de retornos anormais, que prevê estudos de eventos por janelas de linha de tempo da ocorrência de notícias, tais como da declaração de existência da pandemia da Covid-19, dada pela Organização Mundial de Saúde, a qual ocorreu no dia 11 de março de 2020, impactando diretamente o mercado financeiro de ações das empresas. Os resultados encontrados foram impactos negativos significativos entre as janelas de tempo 20, 10 e 5 dias antes e depois dos eventos relacionados à Covid-19, nas ações de empresas de turismo observadas no mercado

ISBN 978-65-5629-077-5

brasileiro.

Para tanto, as mudanças frente à pandemia da Covid-19 deixam evidente para as empresas de turismo anteriormente mencionadas, a necessidade de uma análise de indicadores financeiros que identifique as principais oscilações em seu desenvolvimento econômico-financeiro, com o principal intuito de ampliar o campo de visão da empresa, permitindo a busca por alternativas para o sucesso de seu desenvolvimento, conforme suas necessidades diante das situações relacionadas e pontuadas nesta pesquisa, causadas pela pandemia da Covid-19.

Diante do contexto exposto, este estudo procura responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais os impactos da pandemia em relação à situação econômico-financeira das empresas Gol Linhas Aéreas S.A., CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e Localiza Rent a Car S.A. no ramo de Turismo? Assim, tem-se o objetivo de analisar o impacto da pandemia da Covid-19 nas empresas supracitadas nos anos de 2018, 2019 e 2020. Para tal, foi realizada uma análise geral das Demonstrações Contábeis de cada empresa e a busca de informações para atender às suas carências econômicas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção são abordados os assuntos referentes às análises de demonstrações contábeis, abrangendo as empresas de capital aberto e os índices financeiros relacionados, bem como os impactos referentes à pandemia da Covid-19 e os setores mais afetados por ela, dando ênfase à área de turismo, a qual embasa esta pesquisa.

2.1 Análise de Demonstrações Contábeis

No meio empresarial, a tomada de decisão a partir das informações financeiras e contábeis das entidades se apresenta com grau elevado de importância para o eixo econômico e societário, levando em consideração as análises das demonstrações contábeis disponibilizadas, a fim de promover adequação dos resultados estabelecidos e previstos (IUDÍCIBUS, 2017).

Seguindo o pensamento de Iudícibus (2017),

> O acompanhamento das tendências e do desempenho financeiro e de rentabilidade da concorrência é essencial para a empresa "situar-se" a no mercado, saber em que ponto da curva se encontra e, o fundamental, decidir se está satisfeita com a posição ocupada ou se pretende desempenho mais ambicioso (IUDÍCIBUS, 2017, p. 28).

É com base na análise das demonstrações financeiras que é possível identificar as posições críticas dentro da empresa e desenvolver um esboço das primazias para a resolução dos problemas. O atraso ou a agilidade na fabricação do produto interfere na operação e, consequentemente, no custo, desenvolvendo consequências no disponível. Esse processo é encontrado no balanço da empresa, como o aumento do prazo de armazenamento, causando uma interferência imediata no nível de incentivo de

ISBN 978-65-5629-077-5

financiamento (BAZZI, 2016).

2.1.1 Análise em empresas de Capital Aberto

Em relação à análise de balanço de uma empresa de capital aberto, segundo Debastiani e Russo (2016), utiliza-se com maior frequência a comparação entre uma empresa e outra do mesmo segmento e setor mercadológico, com potencial de crescimento, a fim de apreciar seu grau de concorrência. Para isso, são avaliados os índices de liquidez, rentabilidade, endividamento, margens de contribuições, lucro por ação, análise vertical, horizontal e EBITDA, tendo como objetivo apresentar aos acionistas o desenvolvimento financeiro que a empresa está gerando.

Conforme os pensamentos de Debastiani e Russo (2016),

> A questão da valorização dos ativos não diz respeito apenas à condição econômica e administrativa da própria empresa, mas também ao desenvolvimento apresentado por seu setor de atividade, às perspectivas de mercado para ele, à política econômica imposta por governos e, mais recentemente, sob o efeito crescente da globalização da economia, à conjuntura socioeconômica mundial (DEBASTIANI; RUSSO, 2016, p. 9).

O ponto de variação desses índices são a situação econômica do país, a situação de calamidade pública, a sazonalidade de consumo, e a oportunidade de negócios. Empresas de capital aberto, após a pandemia da Covid-19, terão seus sistemas de obtenções de ações, dividendos e remuneração examinados detalhadamente (DEBASTIANI; RUSSO, 2016).

2.1.2 Índices Financeiros

A finalidade da utilização de índices é permitir que o analista extraia propensões e realize comparações com padrões predeterminados. Além de retratar os acontecimentos, a finalidade da análise é apresentar informações para provisões futuras (DINIZ, 2015).

De acordo com Diniz (2015, p. 88), as análises verticais e horizontais "[...] proporcionam ao analista uma compreensão melhor sobre a estrutura da organização, suas fontes de recursos entre Passivo Exigível e Patrimônio Líquido, a aplicação destes recursos no ativo e a estrutura de formação do resultado da empresa na DRE".

O objetivo do índice de liquidez é demonstrar a situação financeira de uma organização, relacionando a capacidade de pagamento de longo, curto e curtíssimo prazo. Esse índice associa a capacidade de geração de disponível em caixa com a necessidade de pagamentos atuais, sendo utilizado, sobretudo, para a análise de credores (DINIZ, 2015). Compõe-se do índice de liquidez geral que ressalta a solidez do fundamento financeiro da empresa no período de longo prazo. Já em relação à liquidez corrente, é responsável por indicar o fundamento do embasamento financeiro da empresa quanto às suas atividades a curto prazo. O índice de liquidez seca indica a firmeza da empresa em relação a suas atividades a curto prazo, excluindo o estoque. Habilita a empresa a prezar por suas obrigações sem a conversão de estoque em caixa, desconsiderando despesas antecipadas. A liquidez imediata transparece quanto a

ISBN 978-65-5629-077-5

empresa tem de disponível para cada unidade monetária de obrigação de curto prazo (DINIZ, 2015).

Segundo Diniz (2015, p. 113, apud MATARAZZO, 2010, p. 113),

> O índice de composição de endividamento, demonstra a relação de capital de terceiros a curto prazo e o capital de terceiros totais. Recomenda-se que as dívidas de uma empresa fiquem concentradas em longo prazo pois dessa forma ela terá mais tempo de realizar suas atividades e terá uma folga financeira para pagar suas obrigações (DINIZ, 2015, p. 113 apud MATARAZZO, 2010, p. 113).

O índice de imobilização de patrimônio líquido evidencia a quantidade de recursos que o patrimônio está investindo no ativo permanente. Com isso, entende-se que a situação mais adequada é que o ativo permanente seja financiado em recursos próprios, assim não é necessário que a empresa utilize recursos financiados por terceiros (DINIZ, 2015).

Segundo Bazzi (2020, p. 47), "a participação do capital de terceiros, também conhecido como grau de endividamento, visa indicar o percentual do capital de terceiros existente em relação ao patrimônio líquido da empresa, retratando qual é a dependência da empresa em relação aos recursos de alheios."

O IRC (Imobilização dos Recursos não-Correntes), conhecido como imobilização de recursos permanentes, representa o capital investido em recursos invariáveis. Através dele é possível definir quanto de capital próprio ou capital de terceiros a companhia tem de reserva para a composição desses itens. Dessa forma, as aplicações em ativos invariáveis serão representadas por meio do índice de imobilização de recursos, sendo este calculado através de fórmula (REIS, 2019).

O índice de rentabilidade manifesta o resultado financeiro de estabelecida empresa, determinando o retorno alcançado. A rentabilidade é vista amplamente pela empresa como o principal objetivo, sendo assim, é de suma importância a sua análise. Já o giro do ativo demonstra a proporção entre a venda de uma determinada empresa e os investimentos aplicados, sendo estes representados pelo valor do seu ativo total. A mais invicta condiz com a porcentagem de lucratividade das vendas, indicando em média o quanto a empresa obtém de lucratividade na realização da venda de seus produtos. Essa é uma medida de desempenho de grande valia e que oscila de setor para setor (DINIZ, 2015).

A rentabilidade do ativo aponta uma proporção entre o lucro obtido por determinada empresa e os investimentos que nela foram aplicados, representados pelo valor do ativo total da mesma. Em relação à rentabilidade do patrimônio líquido, esta é uma excelente forma de avaliar o negócio, por sua visualização clara de retorno e comparação de rentabilidade com outras opções de investimento no mercado. Assim, quanto maior a porcentagem encontrada para o índice citado, melhor será para a empresa (DINIZ, 2015).

Conforme Reis (2017), "a margem de lucro líquido é o resultado da divisão do lucro líquido da companhia pela receita líquida após todos os impostos e tributos serem devidamente deduzidos. Ou seja, é o resultado líquido de suas vendas no período de

ISBN 978-65-5629-077-5

tempo em questão". Sendo assim, torna-se válido destacar que a métrica financeira citada provém de uma ligação direta com o nível de rentabilidade que a companhia tem capacidade de apresentar em suas atividades (REIS, 2017).

3 Pandemia COVID-19

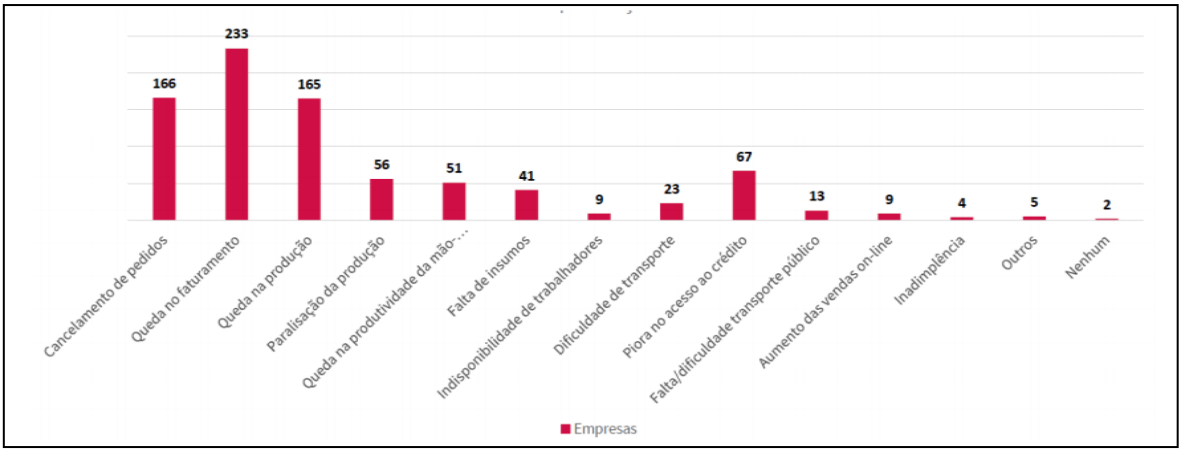
Desde janeiro de 2020 a proliferação de um novo vírus, conhecido como novo coronavírus, transformou-se em uma das maiores contendas da humanidade. Seguindo a demanda de dificuldades encontradas em todos os aspectos da atual fase em que o mundo se encontra em relação à pandemia, certifica-se de que a Covid-19 é uma límpida e profunda fenda que terá consequências de curto e longo prazo e de grande alcance no mundo inteiro, em termos de política, economia e outras áreas (SANAR, 2020).

Conforme destaca a WBCSD (2020),

> A pandemia – e a respostas dos governos a ela – deu início a uma queda radical e sustentada da demanda e da produção global. No mundo inteiro, milhões de empresas e a subsistência de bilhões de pessoas sofrem ou estão em perigo. Os governos se esforçam para oferecer apoio temporário às muitas empresas e lares que não contam com reservas de segurança (WBCSD, 2020, p. 7).

Figura 1, a seguir, apresentou os principais impactos e condições em que algumas áreas econômicas sofreram em consequência da pandemia da Covid-19, causando oscilações em seu desenvolvimento e indisponibilidades na produção.

Figura 1: Principais Impactos causados pela pandemia da Covid-19.



Fonte: Gullo, 2020.

A chegada da pandemia provocada pelo novo coronavírus evidencia o quão é necessária uma economia mais resistente e completa. O exemplo de economia adotada nas últimas décadas torna a massa mais vulnerável a riscos estruturados, como a rápida mudança que obrigatoriamente expôs toda a população (WBCSD, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

3.1 Setores mais impactados pelo COVID-19

Desde o início do atual surto de coronavírus houve uma grande preocupação relacionada ao processo de desenvolvimento econômico e financeiro das empresas, sendo estas fortemente impactadas. Muitos empreendedores prorrogaram seus projetos por conta da insegurança que a pandemia causou, sendo determinado – por forças maiores, juntamente com o Governo – que suas atividades continuassem após o término dela.

Com o isolamento social, que tornou quase impossível a continuidade de produção e prestação de serviços, ocorreu a queda brutal na atividade econômica (FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020), e de acordo com Barbosa (2021): "Os setores mais impactados são o comércio e os serviços prestados às famílias, assim como observamos no início da pandemia. O setor de transporte também será afetado no curto prazo, especialmente o transporte de passageiros" (BARBOSA et al., 2021, p. 01).

Sendo assim, entende-se que a partir do atual momento em que o mercado se encontra, a pandemia do novo coronavírus reavalia pensamentos sobre o que realmente é de valor e sobre como operar (WBCSD, 2020).

3.2 Impacto na área de Turismo

Conforme WBCSD (2020, p. 10), "Além de expor vulnerabilidades, a Covid-19 também evidenciou o tipo de resposta que governos, empresas e instituições internacionais são capazes de oferecer quando confrontadas com um determinado tipo de emergência''.

Somente na primeira quinzena de março de 2020, o setor de turismo brasileiro acumulou perdas de aproximadamente R$2,2 bilhões, o que significa um recuo de 16,7%, segundo Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2020). Tendo em vista a tendência de aglomeração nos serviços inerentes ao setor de turismo, como transporte aéreo, rodoviário e marítimo, seja em espaços para visitantes, hospedagem e locais de excursão, o segmento sofre uma queda econômica significativa e seu reestabelecimento tende a ser custoso. Sob a queda nos pacotes de viagens, após o início da atual situação relacionada à pandemia, o aumento de descontos vultosos passou a ser uma opção de estratégia para muitas empresas atuantes na área de turismo resistirem à fase apresentada (GULLO, 2020).

Seguindo esse pensamento, considerar o fato de que sem uma análise geral e financeira da empresa, seguinte do ramo apresentado, a tomada de decisões e confiabilidade em novos projetos se torna difícil. Apesar de o turismo ser uma área ampla e sem sinais de assolação, é incabível dizer que a empresa sem um planejamento e controle operacional, exposta à pandemia da Covid-19, consiga uma revolução positiva e consideravelmente apurada (BENI, 2019).

3 METODOLOGIA

O presente estudo se apresenta como uma pesquisa descritiva, documental e

ISBN 978-65-5629-077-5

quantitativa, realizada nas empresas Gol, Localiza, e CVC, das quais foram utilizados os dados do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado do exercício dos anos de 2018, 2019 e 2020.

A pesquisa descritiva se caracterizou pela observação dos fatos, registros, análises, classificações e interpretações, sem interferência interna ou externa. A Contabilidade tem grande importância para o esclarecimento de determinadas propriedades e traços relacionados, sendo necessário compreender sua finalidade e validar o alcance de resultados da pesquisa (BEUREN; RAUPP, 2006).

Quanto a pesquisa quantitativa Beuren e Raupp (2006) afirmam que:

> Destaca ainda sua importância ao ter a intensão de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitado uma margem de segurança quanto as inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, e procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos (2006, p. 93).

Em relação à pesquisa documental, segundo Beuren e Raupp (2006, apud Silva e Grigolo, 2002), ela se vale de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica, a fim de que outros possam voltar a desempenhar, futuramente, o mesmo papel.

O Quadro 1, a seguir, indica os tipos de índices que foram aplicados nas análises para cada condição.

Tabela 1: Fórmula dos índices.

Índice	**Fórmula/exemplo**
LIQUIDEZ CORRENTE	LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante
LIQUIDEZ SECA	LS = Ativo Circulante -Estoques / Passivo Circulante
LIQUIDEZ GERAL	LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LIQUIDEZ IMEDIATA	LI = Disponível /Ativo Circulante
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	GE = Custo Total / Patrimônio Líquido
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	CE = Passivo Circulante /Custo Total
IMOBILIZAÇÃO DO PL	IMPL = Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo / Patrimônio Líquido
IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO-CORRENTES	IMRNC = Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo / Patrimônio Líquido + Passivo Não Circulante
GIRO DO ATIVO	GA = Vendas Líquidas / Ativo Total

ISBN 978-65-5629-077-5

MARGEM LÍQUIDA	ML = Lucro Líquido / Vendas Líquidas
RENTABILIDADE DO ATIVO	RA = Lucro Líquido / Ativo Total
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RA = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido

Fonte: Adaptado de Bazzi, 2020.

Embasado nos índices apresentados, foi organizado um quadro por meio da ferramenta Excel para simplificação e apresentação das conclusões acerca do impacto da pandemia da Covid-19 nos índices financeiros do setor de turismo.

4 RESULTADOS

Neste tópico foram realizadas as análises dos índices de cada empresa individualmente, entre os anos de 2018, 2019 e 2020, dando ênfase aos resultados obtidos. Em seguida, realizou-se uma comparação geral, unindo informações das três empresas para um único resultado.

4.1 CVC Brasil Operadora de Viagens S.A.

Liquidez:

Tabela 2: Índices de Liquidez - CVC.

	CVC		
	2020	**2019**	**2018**
LIQUIDEZ CORRENTE	0,971044	0,999988	1,163967
LIQUIDEZ SECA	0,971044	0,999988	1,163967
LIQUIDEZ GERAL	0,762722	0,817897	0,927008
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,291538	0,081557	0,07954

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 2, a empresa CVC, em 2018, apresentou resultado favorável em seu Índice de Liquidez Corrente, pois a cada R$1,00 de dívida em curto prazo, a empresa possuía R$1,16 de Ativo Circulante para realizar os pagamentos. Em 2019, tinha apenas R$0,99, o que significou um resultado inverso do ano anterior. Já em 2020, a empresa registrou apenas R$0,97 em seus índices, e obteve um resultado desfavorável.

Em relação à Liquidez Seca, no ano de 2018 a empresa registrou que a cada R$1,00 de dívida em curto prazo, possuía R$1,16 de Ativo Circulante menos seus estoques para realizar os pagamentos. Sendo assim, o resultado deste mesmo ano era favorável. Contudo, em 2019 o resultado se mostrou desvantajoso comparado ao ano anterior, pois a empresa registrou apenas R$0,99 de ativo. Em 2020, o valor decaiu, com o registro de apenas R$0,97.

No ano de 2018, a empresa retratou em sua Liquidez Geral que a cada R$ 1,00 de despesas de curto a longo prazo, possuía R$0,92 de Ativo Circulante mais o Ativo Realizável em Longo Prazo para efetivar os pagamentos, sendo este resultado

ISBN 978-65-5629-077-5

consideravelmente desvantajoso. Em 2019, o saldo foi de R$0,81, fazendo com que os resultados declinassem ainda mais, e no ano seguinte, em 2020, a companhia registrou um total de R$0,76, sendo estes resultados, consequentemente, prejudiciais para ela.

Sobre a Liquidez Imediata, no ano de 2018, a cada R$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R$0,07 de disponíveis para realizar os pagamentos. Em 2019, obteve R$0,08, sendo um resultado acima do ano anterior. Já em 2020, a empresa registrou uma notável melhora em seus disponíveis, apresentando um total de R$0,29 para realizar os pagamentos.

Endividamento:

Tabela 3: Índices de Endividamento - CVC.

	CVC		
	2020	**2019**	**2018**
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	87,39349	7,631461	6,861884
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,638504	0,735251	0,729854
IMOBILIZAÇÃO DO PL	21,73653	2,389712	1,500864
IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO-CORRENTES	0,66692	0,791186	0,525934

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 3, a empresa CVC, em 2018, registrou em seu Grau de Endividamento que a cada R$1,00 de Capital Próprio, possuía R$6,86 de Capital de Terceiros. No ano de 2019, o resultado permaneceu desfavorável comparado ao ano anterior, pois possuía R$7,63. Em 2020, ano em que se deu o início a pandemia da Covid-19, a empresa registrou R$87,39 de aumento na quantidade de Capital de Terceiros em relação ao seu Capital Próprio. Com isso, observou-se que a empresa obteve dívida referente ao seu Capital Próprio, além do Capital de Terceiros. Um reflexo de prejuízo acumulado perante a Pandemia da Covid-19.

Conforme a Composição de Endividamento da empresa, em 2018 seu Capital de Terceiros em curto prazo representava 72% em relação ao Capital de Terceiros a curto e longo prazo, sendo este resultado desfavorável para a companhia. Em 2019, a empresa registrou 73%, e no ano seguinte, o mesmo decaiu para 63%, o que significa que reduziu o seu Capital de Terceiros a curto prazo.

Em relação à Imobilização de Patrimônio Líquido da companhia, no ano de 2018 seu índice não era favorecedor, pois a cada R$1,00 de Capital Próprio, R$1,50 foi aplicado em Ativos Permanentes. Já em 2019, a aplicação em investimento, imobilizados e intangíveis, aumentou para R$2,38. Em 2020, devido às condições da pandemia da Covid-19, a empresa registrou que a aplicação teve um total de R$21,73, sendo o principal reflexo, o prejuízo acumulado do exercício.

No ano de 2018, referente à Imobilização dos Recursos Não Correntes da empresa, foi registrado que a cada R$1,00 de Capital próprio mais o Passivo Não Circulante, aplicava-se R$0,52 em Ativos Permanentes. Em 2019, a empresa aplicou R$0,79 em investimentos, imobilizados e intangíveis. Já em 2020, foram aplicados

ISBN 978-65-5629-077-5

R$0,66, o que apresentou um resultado razoável, referente ao momento em que a economia se encontrava.

Rentabilidade

Tabela 4: Índices de Rentabilidade - CVC.

	CVC		
	2020	**2019**	**2018**
GIRO DO ATIVO	0,09058	0,292651	0,327615
MARGEM LÍQUIDA	-1,96328	-0,00109	0,080548
RENTABILIDADE DO ATIVO	-0,17783	-0,00032	0,026389
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-21,2761	-0,00233	0,166088

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 4, a empresa CVC, no ano de 2018, registrou em seu Giro do Ativo que a cada R$1,00 investido no seu ativo, obteve R$0,32 de venda líquida e, no ano seguinte, em 2019, apenas R$0,29. Já no ano de 2020, registrou R$0,09 de venda líquida, sendo este resultado desfavorável em relação aos anos anteriores.

Em 2018, em relação à Margem Líquida da companhia, a cada R$1,00 de venda líquida, a empresa obteve um total de R$0,08 de lucro. No ano de 2019, a empresa não registrou aquisição de lucro e, no ano seguinte, relatou um prejuízo de -R$1,96, sendo este um dos reflexos da pandemia da Covid-19.

Conforme a Rentabilidade do Ativo, em 2018 foi registrado que a cada R$1,00 de Ativo total investido na empresa, se obteve retorno de R$0,02 em Lucro Líquido. Em 2019, a empresa não registrou retorno de Lucro Líquido e, no ano seguinte obteve prejuízo de -R$0,17.

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido averiguou que em 2018, a cada R$1,00 de Capital Próprio investido na empresa, se obteve um retorno de R$0,16 de Lucro Líquido aos sócios. No ano de 2019, não apresentou retorno em Lucro Líquido, e em 2020, devido ao prejuízo obtido pelas consequências da Pandemia do Covid-19, a empresa registrou retorno negativo de -R$21,27.

4.2 Gol Linha Aérea S.A.

Liquidez

Tabela 5: Índices de Liquidez - GOL.

	GOL		
	2020	**2019**	**2018**
LIQUIDEZ CORRENTE	0,459722	0,475441	0,312107
LIQUIDEZ SECA	0,434722	0,458072	0,292969
LIQUIDEZ GERAL	0,388363	0,377272	0,229739
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,249547	0,333875	0,20424

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 5, a empresa GOL, em 2018, apresentou resultado desfavorável em seu Índice de Liquidez corrente, pois a cada R$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R$0,31 de Ativo Circulante para realizar os pagamentos. Em 2019, tinha apenas R$0,47, o que significou um pequeno aumento em relação ao ano anterior. Já em 2020, a empresa registrou apenas R$0,45 em seus índices e obteve um resultado desfavorável para a companhia.

Em relação à Liquidez Seca, no ano de 2018 a empresa registrou que a cada R$1,00 de dívida em curto prazo possuía R$0,29 de Ativo Circulante menos seus estoques para realizar os pagamentos. Sendo assim, o resultado deste mesmo ano era desvantajoso. Contudo, em 2019, apresentou acréscimo comparado ao ano anterior, pois a empresa registrou R$0,45 de ativo. Em 2020, o resultado voltou a decair, com o registro de apenas R$0,43.

No ano de 2018, a empresa retratou em sua Liquidez Geral que a cada R$1,00 de despesas de curto a longo prazo, possuía R$0,22 de Ativo Circulante mais o Ativo Realizável em Longo Prazo para efetivar os pagamentos, sendo este resultado consideravelmente desvantajoso. Em 2019, o saldo foi de R$0,37 e, no ano seguinte, em 2020, a companhia registrou um total de R$0,38, sendo estes resultados positivos para a empresa em relação ao momento em que se encontrava devido à pandemia da Covid-19.

Sobre a Liquidez Imediata, no ano de 2018, a cada R$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R$0,20 de disponíveis para realizar os pagamentos. Em 2019, obteve R$0,33, sendo um resultado acima do ano anterior. Já em 2020, a empresa registrou um total de R$0,24 para realizar os pagamentos.

Endividamento

Tabela 6: Índices de Endividamento - GOL.

	GOL		
	2020	**2019**	**2018**
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	3,303663	3,153272	1,930782
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,483773	0,462551	0,391187
IMOBILIZAÇÃO DO PL	1,020422	0,963491	0,487206
IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO-CORRENTES	0,377174	0,357547	0,223953

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 6, a empresa GOL, no ano de 2018, registrou em seu Grau de Endividamento que a cada R$1,00 de Capital Próprio, possuía R$1,93 de Capital de Terceiros. No ano de 2019, o resultado foi de R$3,15. Em 2020, ano em que se deu início a pandemia da Covid-19, a empresa registrou R$3,30 de aumento na quantidade de Capital de Terceiros em relação ao seu Capital Próprio. Perante as informações apresentadas, notou-se que a empresa obteve dívida em relação ao seu Capital Próprio, além do Capital de Terceiros.

ISBN 978-65-5629-077-5

A Composição de Endividamento da empresa em 2018 apresentou que o Capital de Terceiros a curto prazo representava R$0,39 em relação ao Capital de Terceiros a curto e longo prazo. Em 2019, a empresa registrou R$0,46, e no ano seguinte obteve aumento, chegando a R$0,48. Com isso, observa-se que a companhia obteve aumento em seu Capital de Terceiros a curto prazo, porém, a quantidade de Capital de Terceiros a longo prazo é maior do que a curto prazo nos três anos analisados, o que é favorável para a empresa.

No ano de 2018, referente à Imobilização de Patrimônio Líquido da companhia, foi registrado que a cada R$1,00 de Capital Próprio, R$0,48 eram aplicados em Ativos Permanentes. Já em 2019, a aplicação em investimento, imobilizados e intangíveis aumentou para R$0,96. Em 2020, devido às condições da pandemia da Covid-19, a empresa apresentou um aumento considerável em sua aplicação, com um total de R$1,02.

Referente à Imobilização dos Recursos Não Correntes da empresa, no ano de 2018 foi registrado que a cada R$1,00 de Capital próprio mais o Passivo Não Circulante, aplicava-se R$0,22 em Ativos Permanentes. Em 2019, a empresa aplicou R$0,35 em investimentos, imobilizados e intangíveis, e no ano de 2020 foram aplicados R$0,37. Referente ao momento em que a economia se encontrava, o resultado é considerado estável.

Rentabilidade

Tabela 7: Índices de Rentabilidade - GOL.

	GOL		
	2020	**2019**	**2018**
GIRO DO ATIVO	0,308431	0,248614	0,147596
MARGEM LÍQUIDA	0,181262	0,114716	0,031412
RENTABILIDADE DO ATIVO	0,055907	0,02852	0,004636
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,12879	0,061407	0,004315

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 7, a empresa GOL, no ano de 2018, relatou em seu Giro do Ativo que a cada R$1,00 investido no seu ativo, obteve R$0,14 de venda líquida e, no ano seguinte, em 2019, obteve um aumento de R$0,24 de venda líquida. Já no ano de 2020, registrou R$0,30 de venda líquida. Em relação aos anos anteriores, seu resultado foi benéfico, principalmente para um momento de pandemia.

No ano de 2018, em relação à Margem Líquida da companhia, a cada R$1,00 de venda líquida, a empresa obteve um total de R$0,03 de lucro. No ano de 2019, a empresa registrou aquisição de lucro de R$0,11 e, no ano seguinte, em 2020, relatou R$0,18, apesar da pandemia da Covid-19.

Conforme a Rentabilidade do Ativo, em 2018 foi registrado que a cada R$1,00 de Ativo total investido na empresa, se obteve um baixo retorno de lucro. Em 2019, a empresa registrou retorno de Lucro Líquido de R$0,02. No ano seguinte, em 2020, obteve

ISBN 978-65-5629-077-5

R$0,05.

Em relação à Rentabilidade do Patrimônio Líquido, em 2018 a empresa obteve um baixo retorno de lucro, mas no ano de 2019 apresentou retorno de R$0,06 e, em 2020, a empresa registrou um retorno de R$0,12.

4.3 Localiza Rent A Car S.A.

Liquidez

Tabela 8: Índices de Liquidez - Localiza.

	Localiza		
	2020	**2019**	**2018**
LIQUIDEZ CORRENTE	1,106127	1,275899	1,296341
LIQUIDEZ SECA	1,106127	1,275899	1,296341
LIQUIDEZ GERAL	0,356215	0,335843	0,424485
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,588906	0,494003	0,464378

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 8, a empresa Localiza apresentou em 2018 resultado favorável em seu Índice de Liquidez corrente, pois a cada R$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R$1,29 de Ativo Circulante para realizar os pagamentos. Em 2019 manteve-se positivo em relação ao ano anterior, com um valor de R$1,27. Já em 2020, a empresa registrou apenas R$1,10 em seus índices. Em relação à Liquidez Seca, a empresa manteve os índices conforme os registros de Liquidez Corrente, pois a companhia não possui estoque.

No ano de 2018, a empresa retratou em sua Liquidez Geral que a cada R$1,00 de despesas de curto a longo prazo, possuía R$0,42 de Ativo Circulante mais o Ativo Realizável a Longo Prazo para efetivar os pagamentos. Em 2019, o saldo foi de R$0,03 e, no ano seguinte, a companhia registrou um total de R$0,35. Conforme os registros apresentados, é possível observar que o resultado da empresa decaiu conforme os anos.

Sobre a Liquidez Imediata, no ano de 2018, a cada R$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R$0,46 de disponíveis para realizar os pagamentos. Em 2019, a companhia apresentou-se estável com um total de R$0,49 e, em 2020, registrou um total favorável em seus disponíveis de R$0,58 para realizar os pagamentos.

Endividamento

Tabela 9: Índices de Endividamento - Localiza.

	Localiza		
	2020	**2019**	**2018**
GRAU DE ENDIVIDAMENTO	3,5217	2,559982	2,377243
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,306426	0,252576	0,2986
IMOBILIZAÇÃO DO PL	3,267216	2,700229	2,368139
IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO-CORRENTES	0,949066	0,926834	0,887808

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 9, a empresa Localiza, no ano de 2018, registrou em seu Grau de Endividamento que a cada R$1,00 de Capital Próprio, possuía R$2,37 de Capital de Terceiros. No ano de 2019, o resultado foi de R$2,55. Em 2020, ano em que se deu o início a pandemia da Covid-19, a empresa registrou R$3,52 de aumento na quantidade de Capital de Terceiros em relação ao seu Capital Próprio.

Em relação à Composição de Endividamento da empresa, em 2018, seu Capital de Terceiros a curto prazo representava 29% em relação ao Capital de Terceiros a curto e longo prazo. Em 2019, a empresa registrou 25% e, no ano seguinte, em 2020, obteve aumento, chegando em 30%, o que significa que aumentou o seu Capital de Terceiros em curto prazo, porém, observa-se que ao longo dos anos, a qualidade do capital de terceiros é de longo prazo, o que é favorável para a companhia.

Com base nas informações apresentadas, observa-se que a empresa utilizou todo seu capital próprio e parte de terceiros para a imobilização de Patrimônio Líquido durante os três anos analisados. A cada R$1,00 de Capital Próprio, R$2,36 eram aplicados em Ativos Permanentes. Já em 2019, a aplicação em investimento, imobilizados e intangíveis aumentou para R$2,70. Em 2020, devido às condições da pandemia da Covid-19, a empresa registrou um aumento em sua imobilização, com total de R$3,26.

Referente à Imobilização dos Recursos Não Correntes da empresa, no ano de 2018 foi registrado que a cada R$1,00 de Capital próprio mais o Passivo Não Circulante, aplicava-se R$0,88 em Ativos Permanentes. Em 2019, a empresa aplicou R$0,92 em investimentos, imobilizados e intangíveis, e no ano de 2020 foram aplicados R$0,94.

Rentabilidade

Tabela 10: Índices de Rentabilidade - Localiza.

	Localiza		
	2020	**2019**	**2018**
GIRO DO ATIVO	0,564285	0,525736	0,504259
MARGEM LÍQUIDA	0,083488	0,08179	0,101692
RENTABILIDADE DO ATIVO	0,047111	0,043	0,051279
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,213023	0,153079	0,173182

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme apresentado no Quadro 10, a empresa Localiza, no ano de 2018, relatou em seu Giro do Ativo que a cada R$1,00 investido, obteve R$0,50 de venda líquida. No ano seguinte, em 2019, obteve um aumento de R$0,52, e no ano de 2020, registrou R$0,56 de venda líquida. Em relação aos anos anteriores, seu resultado foi positivo, apesar das condições da pandemia da Covid-19.

Em 2018, em relação à Margem Líquida da companhia, a cada R$1,00 de venda líquida, a empresa obteve um total de R$0,10 de lucro. No ano de 2019, a empresa registrou aquisição de lucro de apenas R$0,08 e, no ano seguinte, em 2020, relatou o mesmo resultado do ano anterior.

Conforme a Rentabilidade do Ativo, em 2018 foi registrado que a cada R$1,00 de Ativo total investido na empresa, se obteve retorno de R$0,05 de Lucro Líquido. Em 2019,

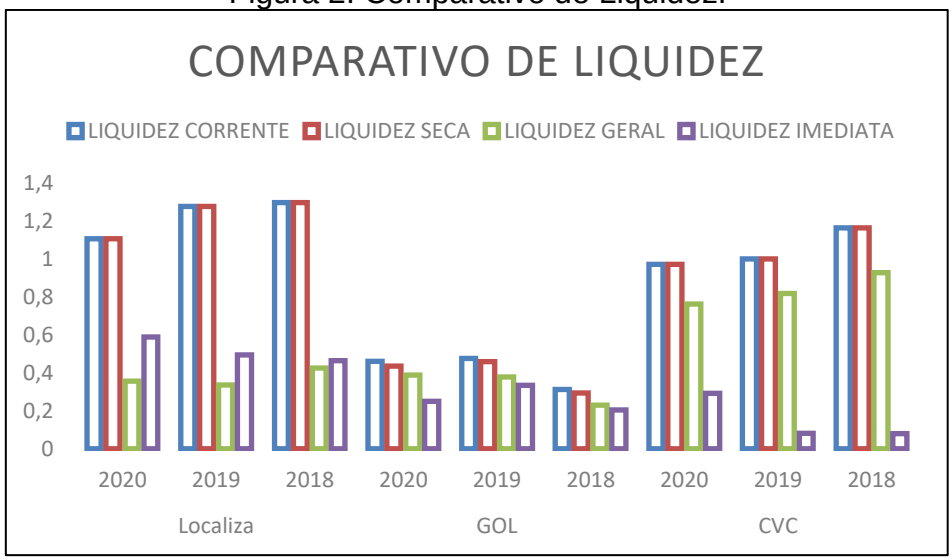
ISBN 978-65-5629-077-5

a empresa registrou retorno de apenas R$0,04. No ano seguinte, em 2020, manteve seu resultado conforme o ano anterior.

Em relação à Rentabilidade do Patrimônio Líquido, em 2018 a empresa obteve retorno de R$0,17 de Lucro Líquido, porém no ano seguinte apresentou apenas R$0,15. Já em 2020, a empresa registrou retorno positivo de R$0,21.

4.3 Comparativo

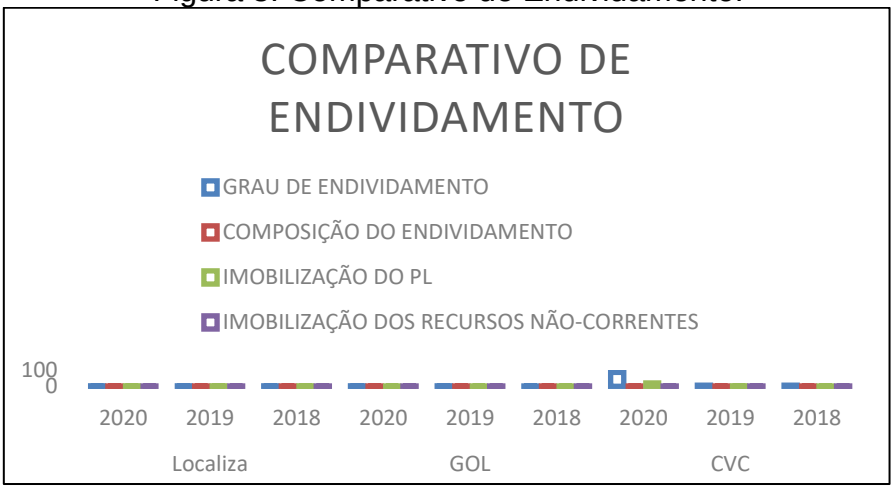
Figura 2: Comparativo de Liquidez.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme informações apresentadas na Figura 2, é possível concluir que a empresa Localiza registrou queda em sua Liquidez Corrente e Liquidez Seca no ano de 2020. Já as empresas CVC e GOL se mantiveram estáveis em seus índices.

Figura 3: Comparativo de Endividamento.

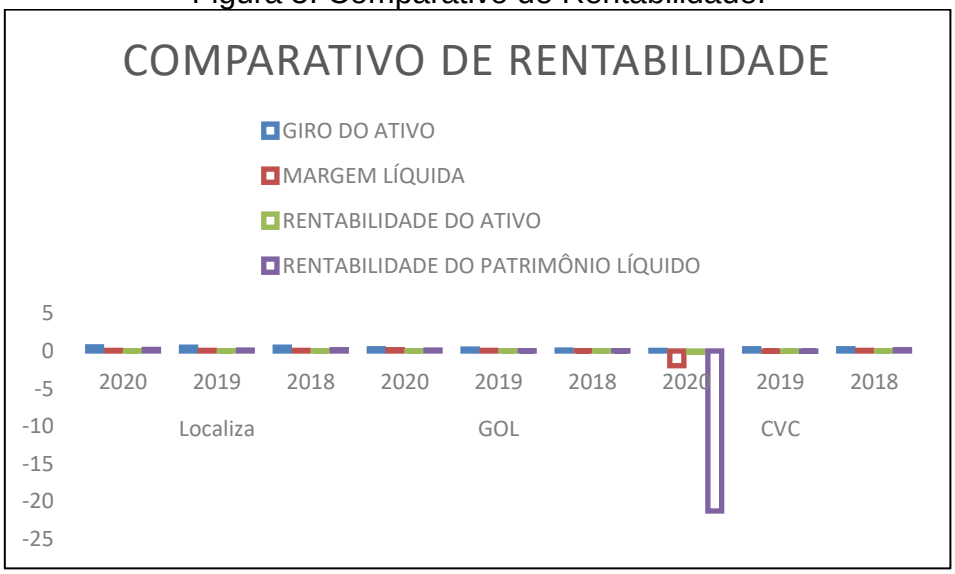


Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme informações apresentadas na Figura 3, em relação ao comparativo de endividamento das empresas Localiza, GOL e CVC, nota-se que as companhias Localiza e GOL mantiveram estabilidade em relação aos seus endividamentos. Porém a empresa CVC teve um grau elevado de endividamento e imobilização de seu patrimônio líquido devido ao seu prejuízo no ano de 2020, decorrente da pandemia da Covid-19.

Figura 5: Comparativo de Rentabilidade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Conforme informações apresentadas na Figura 4, após análise do comparativo de Rentabilidade, é possível verificar que as empresas Localiza e GOL obtiveram estabilidade em seus índices, além de um aumento mínimo em suas rentabilidades. Em relação à empresa CVC, sua rentabilidade de Patrimônio Líquido se encontrou negativa, assim como sua Margem Líquida, podendo afirmar que seria um reflexo do seu prejuízo no ano de 2020, decorrente da pandemia da Covid-19.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento econômico-financeiro nos anos de 2018, 2019 e 2020, perante a pandemia da Covid-19, das empresas CVC Brasil operadora e Agência de Viagens S.A., GOL Linhas Aéreas S.A. e Localiza Rent a Car S.A., sendo elas voltadas para o ramo de turismo. Após desenvolver uma pesquisa documental em relação aos demonstrativos contábeis, foi realizada uma pesquisa quantitativa com o objetivo de calcular os índices de liquidez, rentabilidade e endividamento de cada companhia, separadamente. Em seguida, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva com o objetivo de interpretar os resultados adquiridos.

Em relação à análise de Liquidez, foi possível observar que as empresas Localiza e CVC sofreram diminuições nos resultados que obtiveram no ano de 2020, em relação à pandemia da Covid-19, além de confrontar a capacidade de pagamento de seus devedores. Já a empresa GOL manteve seus índices estáveis durante todo o período, sendo este um resultado positivo para a companhia.

ISBN 978-65-5629-077-5

A análise de Endividamento apresentou que a empresa CVC obteve graus elevados, devido ao prejuízo provocado em 2020, colocando em risco o desenvolvimento da organização, já que está comprometida 8 vezes seu Capital Próprio. As empresas Localiza e GOL mantiveram seus endividamentos estáveis.

Após verificar a Rentabilidade de cada empresa, foi possível observar que a Localiza e a GOL tiveram um aumento mínimo, apesar do momento em que se encontravam, perante a pandemia da Covid-19. Devido ao prejuízo e grau elevado de endividamento da empresa CVC, a mesma gerou rendimentos negativos no ano de 2020.

Com isso, conclui-se que apesar das dificuldades encontradas no ramo de turismo durante o período de pandemia, as empresas Localiza e GOL sofreram mínimos impactos em 2020 em seus índices de liquidez, endividamento e rentabilidade. Contudo, a empresa CVC obteve impactos significativos neste mesmo ano em seus índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, assim, pode-se dizer que ela terá um longo período de recuperação a frente, um reflexo da pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando H. et al**. Agravamento da Pandemia Interromperá, por ora, a Retomada Econômica**. Bradesco Economia em Dia, 2021. Disponível em: https://www.bradespar.com.br/BradescoEconomiaEmDia/static_files/pdf/pt/publicacoes/cenario_setorial/Cenario_setorial_mar-21.pdf. Acesso em: 8 maio 2021.

BARRETO, Mauricio L. et al. **O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?** Revista Brasileira de Epidemiologia, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23/e200032/. Acesso em: 28 mar. 2021.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

BENI, Márcio C. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CNC – Setor de turismo é afetado por pandemia e recua 16,7% na primeira quinzena de março. **EBC-Empresa Brasil de Comunicação**, 2020. Disponível em: https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2020/03/pandemia-de-coronavirus-afetou-setor-do-turismo. Acesso em: 11 abr. 2021.

CORBARI, S. D.; GRIMM, I.J. A Pandemia de Covid-19 e os Impactos no Setor do

ISBN 978-65-5629-077-5

Turismo em Curitiba (PR): uma Análise Preliminar. **Ateliê do Turismo**, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/11284#:~:text=Contudo%2C%20a%20pandemia%20de%20COVID,indiretos%2C%20em%20todo%20o%20planeta. Acesso em: 28 mar. 2021.

DEBASTIANI, C. A.; RUSSO, F. A. **Avaliando empresas – Investindo em ações**. 6. ed. São Paulo: Novatec, 2016.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Seses, 2015.

FREITAS, André R. R. F; et al. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200900#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20do%20atual,do%20mundo%2C%20com%20diferentes%20impalctos. Acesso em: 14 maio 2021.

GULLO, Maria C. R. A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 2020. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8758/pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PANDEMIAS NA HISTÓRIA. **Sanar**, 2020. Disponível em: https://www.sanarmed.com/pandemias-na-historia-comparando-com-a-covid-19. Acesso em: 14 maio 2021.

REGIS, Igor. Empresas do Turismo já perderam R$54 bilhões em valor de mercado. **M&E Mercados & Eventos**, 2020. Disponível em: https://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/agencias-e-operadoras/empresas-do-turismo-ja-perderam-r54-bilhoes-de-seu-valor/. Acesso em: 28 mar. 2021.

REIS, Tiago. O que é e como funciona a imobilização dos recursos não correntes. **Suno Research – Investimentos Inteligentes**, 2019. Disponível em: https://www.suno.com.br/artigos/imobilizacao-dos-recursos-nao-correntes/. Acesso em: 04 maio 2021.

REIS, Tiago. Margem Líquida – Entenda como analisar esse indicador de lucratividade. **Suno Research – Investimentos Inteligentes**, 2017. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

https://www.suno.com.br/artigos/margem-liquida/. Acesso em: 04 maio 2021.

SANTOS, Rogério F. Modelo de Estudos de Eventos: Retornos Anormais como Impacto da Covid-19 em Ações de Empresas de Turismo no Brasil. Brasília. **Boletim Economia Empírica**, 2020. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4785. Acesso em: 11 maio 2021.

WBCSD – As consequências da Covid-19 para a próxima década – nota informativa da visão 2050. **BCSD Portugal – Empresas pela sustentabilidade**, 2020. Disponível em: https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2020/07/The-consequences-of-COVID-19-for-the-decade-ahead_PT.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO EM UM RESTAURANTE NA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Felipe Daparé Varotto[1]
Professor Ruy Fernandes da Silva Costa[2]

Resumo: A análise de custos e a formação de preço é uma ferramenta de expressiva importância para os gestores e administradores de empresas no momento da tomada de decisões. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os custos e calcular o preço por quilo em um restaurante na cidade de Cascavel, no Paraná, durante os meses de abril a junho, do ano de 2021. O trabalho iniciou com a apresentação de conceitos e, em sequência, expôs-se a terminologia com seus sistemas de custeio. Para tanto, o sistema utilizado para determinar o preço ideal, foi de custeio variável, abordando também a formação de preço, com base no Sistema Mark-up. Assim, justifica-se haver necessidade do controle interno dos custos de uma empresa para se estabilizar no mercado e obter lucro, os quais são seus principais objetivos. Quanto aos procedimentos, este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa documental descritiva, quantitativa e estudo de caso, através da coleta de dados no restaurante, que foram elencados em planilhas, utilizando a ferramenta Excel. Na análise dos resultados, chega-se ao valor de R$ 47,59 que representa o custo de um quilo de refeição e, o preço de venda no valor de R$ 64,31, com uma margem de 20% de lucro utilizada sobre o preço de custo, calculados através do mark-up. Dessa forma, pode-se inferir que a presente pesquisa alcançou o objetivo pretendido, apresentando os resultados dos seus custos unitários por quilo, bem como seu preço de venda, sugerindo que assim, a empresa conseguirá aumentar seus lucros em 250% por cento.

Palavras-chave: Custos. Custeio variável. Preço de venda. Lucro. Mark-up.

1 INTRODUÇÃO

Analisar os custos de um restaurante, hoje em dia, é essencial, justo porque, além de fazer o levantamento de todos os gastos com a empresa, consegue-se chegar a uma definição de preço. A partir do momento em que se consegue controlar preço, quantidade e seu respectivo retorno, tem-se uma visão diferenciada da empresa. Não obstante, lidar com custos, dentro de uma empresa, não é uma tarefa fácil, ainda mais de um restaurante, bem porque são diversos produtos a serem manipulados e à disposição das pessoas.

No entanto, os custos de um restaurante vão muito além do que as pessoas imaginam, uma vez que há um grande processo nesse contexto. Primeiro, levantam-se os custos indiretos e fixos, como por exemplo, aluguel, folha de pagamento, água, luz,

[1] Acadêmico Felipe Dapare Varotto do curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis da Unível – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

telefone e internet, diferente dos custos variáveis, que se remetem ao envolve a produção para servir ao restaurante.

Hoje em dia, observam-se diversos restaurantes fechando as portas, justo por não conseguirem pagar fornecedores e gerirem suas contas, ou até, chegando à falência devido à má administração. Ademais, saber gerenciar os custos e as despesas é uma das tarefas mais difíceis, bem porque, é necessário estabelecer um preço de venda e saber que vai atingir o retorno esperado. Esse é um dos motivos pelos quais, sugere-se que proprietários de restaurantes adquiram um método de controle de seus custos e despesas, para que o segmento de restaurantes, cresça e não diminua.

A propósito de custos, é muito mais fácil, na atualidade, pensar em custos se comparar a cem anos atrás, em que não havia computadores, celulares ou algum profissional capacitado para auxiliar. Hoje em dia, há a tecnologia e planilhas eletrônicas, além de pessoas especializadas na área. Nesse sentido, é válido ressaltar que a contabilidade de custos surgiu por meados do século XVIII, na Inglaterra, devido ao aumento demasiado de indústrias, que se alastraram por toda a Europa.

Entretanto, os custos passaram a ser de grande importância para as empresas e ao controle de tudo que acontece, bem como, permitem ao empreendedor precificar produtos, diminuir gastos e mensurar despesas. Por conseguinte, será possível obter uma maior rentabilidade de lucro através da receita e, por fim, concedendo suporte à tomada de decisões.

Conforme Martins (2003), a classificação de custos entre diretos e indiretos é com relação ao produto feito ou ao serviço prestado e não à produção no sentido geral ou aos departamentos na empresa. Nesse sentido, feita a análise, pode-se ter uma base da situação em que a organização se encontra. Entretanto, inúmeras empresas ainda passam por dificuldades em ajustar seus custos devido à inflação constante e, se não se organizarem, provavelmente, não irão sobreviver ao mercado.

A contabilidade de custos é muito importante para as pequenas, médias e grandes empresas, justo porque agrega funções básicas, como por exemplo, a sistematização, análise de gastos e a classificação. Além disso, deve-se levar em conta que o controle de custos de uma empresa pequena não é complexo, em contrapartida, tudo se torna mais complexo em grandes empresas.

Diante disso, a presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta-problema: Qual o custo de produção de uma refeição por quilo servido em uma churrascaria na cidade de Cascavel, no Paraná? Nesse sentido, manteve como objetivo apurar o custo de uma refeição servida por quilo em uma churrascaria localizada na cidade de Cascavel-PR, utilizando-se do método de custeio variável.

A presente pesquisa se justifica, portanto, pelo fato de que elaborar um controle de custos é essencial ao segmento de churrascarias. Envolve planejamento e acompanhamento que podem resultar em vantagens ao empresário e, especialmente, habilitá-lo ao controle de custos, estimando um preço ideal e, por fim, analisando se está realmente dando lucro ou o que pode ser melhorado.

Nesse contexto, a elaboração de um controle de seus custos, contribui demasiadamente para empresários e até mesmo para outros mercados de atuação. Quanto mais pesquisas forem feitas, cria-se o auxílio para controlar seus custos e, da

ISBN 978-65-5629-077-5

mesma forma, isso acontece no próprio lar. Vale ressaltar que esse acompanhamento é muito importante para as churrascarias ou restaurantes do mesmo porte, ou até mesmo para aquelas que estão começando.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, serão abordados os seguintes assuntos: A importância da contabilidade de custos, custos e despesas indiretas e diretas, a separação do que é usado na produção do produto ou serviço e aquilo que é usado fora de produção na área administrativa, que são as despesas. Os conceitos, definições de custos e a formação de preço são assuntos, que também, fundamentarão a presente pesquisa.

2.1 A importância da contabilidade de custos

Segundo Martins (2003), a primeira preocupação dos contadores, auditores e fiscais foi fazer da contabilidade de custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado e, não fazer dela somente um instrumento de administração. Segundo o autor, o consequente aumento da distância entre administrador e ativos e pessoas administradas passou à contabilidade de custos, a qual deve ser entendida como uma eficiente forma de auxílio no desempenho de uma nova missão, no caso, a gerencial. Martins (2003), afirma que com o desenvolvimento do mercado de capitais nos EUA e em alguns países europeus, milhares de pessoas se tornaram acionistas de grandes empresas, interessadas na análise da balanços e resultados. Com o aumento da complexidade do sistema bancário e o distanciamento do banqueiro com relação à pessoa do proprietário ou administrador da companhia, necessitada do crédito, surgiu a auditoria independente. Nesse sentido, a consagração dos auditores externos foi a responsável pela manutenção dos princípios básicos da contabilidade de custos até hoje, no que se pode dizer a sua finalidade de avaliação de estoques.

Garner (1947), ao discutir a evolução histórica da contabilidade de custos, afirma que a maioria das indústrias, no período anterior a 1890, simplesmente adaptaram a contabilidade do comércio familiar para registrar as operações do processo fabril.

2.2 Terminologia de custos

Conforme Oscar (2012), pode-se dizer que os custos vão para as prateleiras, pois estes vão se agregar aos estoques da organização e são utilizados pelos produtos durante a parte que é fabricado, já que as despesas estão associadas as operações do dia a dia de uma empresa, ou seja, não são utilizadas diretamente na elaboração de um produto em si ou um serviço prestado. O autor define que custos é também um gasto, mas só reconhecido como custo somente no momento que ele é produzido ou utilizado.

Guimaraes Neto (2009), aborda que o custo unitário de um produto tem suma importância no processo decisorial de uma empresa, ou seja, por ser utilizado para valorar os estoques, ou por ser transferido aos estoques e consequentemente para a

ISBN 978-65-5629-077-5

conta de custo das mercadorias vendidas, conta esta que depois de ser diminuída da conta receita determinará o lucro bruto da empresa, ou ainda para auxiliar os gestores no processo decisorial. Sem o conhecimento do custo unitário é impossível determinar o preço de venda de um produto.

Para Bruni e Famá (2004, p. 27) "Custos podem ser diferenciados de despesas. gastos incorridos para elaboração do produto são contabilmente classificados como custos. Gastos incorridos após a disponibilização do produto devem ser classificados como despesas".

Berto (2017, p. 20) afirma que "Custos e despesas indiretas dão sustentação ao funcionamento das atividades e apresentam como características, em geral, a impossibilidade de ser medidos, identificados, quantificados diretamente em cada unidade comercializada".

Segundo Bruni e Famá (2004, p. 32) ''Fixos são custos que, em determinado período e em certa capacidade instalada, não variam, qualquer que seja o volume de atividade da empresa. Existem mesmo que não haja produção''

Os sistemas, formas e metodologias aplicados no controle e gestão de custos podem ser classificados em função da forma de associação dos custos aos produtos elaborados (unidade do produto), de acordo com a variação dos custos em relação ao volume de produtos fabricados (comportamento em relação ao volume) em relação aos controles exercidos sobre os custos (controlabilidade), em relação a alguma situação especifica (decisões especiais) e em função da análise do comportamento passado (base monetária). (BRUNI; FAMA,2004).

As despesas financeiras decorrentes de um financiamento do período de estocagem interna da mercadoria da empresa, mais eventuais prazos concedidos para o recebimento dos valores vendidos podem ser considerados como despesas diretas de acordo com Berto (2017).

É visto que:

> Os custos fixos são fixos em relação ao volume de produção, mas podem várias de valor no decorrer do tempo. O aluguel da fábrica, mesmo quando sofre reajuste em determinado mês, não deixa de ser considerado um custo fixo, uma vez que terá o mesmo valor qualquer que seja a produção do mês. (VICECONTI; NEVES, 2003, p. 18).

Bruni e Famá (2004) afirmam que custos variáveis seu valor total altera-se diretamente em função das atividades da empresa. Quanto maior a produção, maiores serão os custos variáveis.

Viceconti e Neves (2003) Custos variáveis são aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção da empresa. Exemplo matéria-prima consumida. Se não houver quantidade produzida, o custo variável será nulo. Os custos variáveis aumentam à medida que aumenta a produção. Outros exemplos: Materiais indiretos consumidos, depreciação dos equipamentos quando esta for feita em função das horas/máquinas trabalhadas, gastos com horas-extras na produção.

Conforme Bruni e Famá (2004) custos estão diretamente relacionados ao processo de produção de bens ou serviços, podemos dizer que os custos vão para as

ISBN 978-65-5629-077-5

prateleiras, enquanto os produtos ficam estocados, os custos são ativados, destacados na conta estoques do balanço patrimonial, e não na demonstração de resultado, somente ficarão parte do calculo do lucro ou prejuízo quando de sua venda, sendo incorporados, então, à demonstração do resultado e confrontados com as receitas de vendas. Ainda segundo o autor, as despesas estão associadas a gastos administrativos e com as vendas e incidência de juros, pois possuem natureza não fabril, integrando a demonstração de resultado do período em que incorrem. Diz-se que as despesas estão associadas ao momento de seu consumo ou ocorrência. São, portanto, temporais.

Pode-se haver combinações das classificações dos custos em relação a sua apropriação aos produtos que são fabricados, assim Viceconti e Neves (2003, p. 21) afirma que "O consumo de material direto na produção é um custo direto e variável. Os materiais indiretos utilizados na produção são exemplos de custos indiretos e variáveis."

2.3 Sistemas de custeio

Segundo Bruni e Famá (2004) Os sistemas de custeio referem-se às formas como os custos são registrados e transferidos internamente dentro da entidade. Identificam os custos dos estoques de produção em andamento e de produtos acabados.

De acordo com Oscar (2009, p.21):

> O custo padrão é entendido como o custo ideal de fabricação de um determinado produto. Ele representa o custo apurado com o uso das melhores matérias-primas possíveis, com a mais eficiente mão-de-obra viável, com a utilização de 100% (cem por cento) da capacidade produtiva da empresa, sem nenhuma parada por qualquer motivo que seja a não ser planejadas para manutenção preventiva em geral.

Quadro 01 - Classificações dos sistemas de custeio

Característica	Classificação
Mecânica de acumulação	**Ordem específica**: quando são transferidos para determinadas solicitações de fabricação. Adequado para empresas que produzem bens ou serviços sob encomenda, apresentam demanda intermitente ou fabricação de lotes com características próprias. **Processo:** quando a empresa é caracterizada por apresentar produção contínua, com produtos apresentados em unidades idênticas, produção em massa e demanda constante.
Grau de absorção	**Por absorção:** quando os custos indiretos são transferidos aos produtos ou serviços. **Direto:** quando, no cálculo do custo dos produtos ou serviços produzidos, apenas os custos diretos-isto é, os que estão associados de forma clara aos produtos – são incorporados. Custos indiretos são considerados periódicos e lançados diretamente no demonstrativo de resultado do exercício, não sendo incorporados ao cálculo do custo dos produtos e serviços.

ISBN 978-65-5629-077-5

Momento de apuração	**Pós-calculados:** equivalem aos custos reais apurados no final do período. **Pré-calculados:** representam o custo alocado ao produto mediante taxas predeterminadas de CIF, elaboradas com base na média dos CIFs passados, em possíveis mudanças futuras e no volume de produção. **Padrão:** custo cientificamente predeterminado, constituído base para avaliação do desempenho efetivo. Representa o quanto o produto deveria custar

Fonte: BRUNI e FAMÁ (2004, p. 35)

O custeio variável trata especificamente da análise de gastos variáveis – diretos ou indiretos, custos ou despesas - e sua comparação com as receitas. Da análise comparativa, surge o conceito de margem de contribuição, item de fundamental importância nos processos de tomadas de decisões em finanças (BRUNI; FAMÁ, 2004).

Guimaraes Neto (2009. p.57) descreve "O custeio ABC é uma metodologia de custos que busca reduzir as distorções provocadas pelos outros métodos de rateio de custos indiretos."

O custeio ABC é considerado ferramenta importante para a gestão estratégica de custos, pois vai ao encontro de conceitos que fazem parte da chamada filosofia de excelência empresarial. Oscar (2009, apud MARION, 1993).

Guimaraes Neto (2009) afirma que o custeio ABC não pode ser considerado a melhor metodologia para todas e quaisquer aplicações gerenciais. Alguns estudiosos advogam a não necessidade de se implantar tal sofisticado sistema, outros afirmam também que o custeio ABC tinha ido longe demais na expectativa e na imagem que vinha recebendo das empresas de consultorias especializadas, classificando-o como uma panaceia, isto é, um remédio para todos os males. É um conceito que se enquadra nas mais atualizadas definições de ativos, no que se refere aos estoques. Esse modelo procura apurar os custos de atividades e o relacionamento com os produtos.

2.4 Formação de preços

Aplicando os custos na formação de preço, Sardinha (1995) cita que um dos mais importantes aspectos financeiros de qualquer entidade consiste na fixação dos preços dos produtos e serviços comercializados. Entretanto essa atividade consistiria na verdadeira arte do negócio, o sucesso empresarial poderia até não ser consequência direta da decisão acerca dos preços. Todavia um preço equivocado de um produto ou serviço certamente causará sua ruína.

Segundo Bruni e Famá (1995, p.333, apud SARDINHA, 2004, p.80) Para alguns contadores, as informações oriundas da abordagem por contribuição são superiores e deveriam ser empregadas nos relatórios contábeis em vez da abordagem por absorção.

Assef (1999, p. xvi) pressupõe que em relação ao processo de formação de preços, alguns dos principais objetivos podem ser apresentados como, proporcionar, a longo prazo o maior lucro possível, a empresa consistiria em uma entidade que deveria buscar sua perpetuidade e permitir a maximização lucrativa da participação de mercado,

ISBN 978-65-5629-077-5

não apenas o faturamento deveria ser aumentado, mais também os lucros das vendas.

Para se chegar a um preço a ser praticado, muitas vezes pode-se empregar o mark-up, Bruni e Famá (2004) diz que aplicado sobre os gastos de determinado bem ou serviço, permite a obtenção do preço de venda, genericamente, o mark-up pode ser empregado de diferentes formas, sobre o custo variável, sobre os gastos variáveis e sobre os gastos integrais.

Quadro 02 - Obtenção do mark-up

Gastos (custos e despesas)	G
Impostos em percentuais sobre o preço de venda	I X P
Lucro em percentual do preço de venda	L X P
Preço de venda	P

Fonte: BRUNI e FAMÁ (2004, p. 340)

Um processo de tomada de decisão em que os custos exercem papel fundamental é representado pela formação dos preços dos produtos que serão vendidos ou comercializados, e, de acordo com Santos (1994) Além dos custos, o processo de formação de preços está ligado às condições do mercado, ao nível de atividade e à remuneração do capital investido.

Sobre o emprego de custos na formação de preços podemos afirmar que:

> A formação de preços deve ser capaz de considerar a qualidade do produto em relação às necessidades do consumidor, a existência de produtos substituídos a preços mais competitivos, a demanda esperada do produto, o mercado de atuação do produto, o controle de preços impostos pelo governo, os níveis de produção e vendas que se pretende ou podem ser operados e os custos e despesas (SANTOS, 1994, p. 174).

Bruni e Famá (2004. p.322) descreve "Os processos de definição de preços baseados nos custos buscam, de alguma forma, adicionar algum valor aos custos." Por exemplo empresas construtoras apresentam propostas de serviços, estimando o custo total do projeto e adicionando uma margem padrão de lucro.

2.5 Ponto de equilíbrio

Guimarães Neto (2009) No ponto de equilíbrio, não há lucro ou prejuízo. A partir de volumes adicionais de produção ou venda, a empresa passa a ter lucros. O ponto de equilíbrio é o responsável por lhe mostrar quanto você vai ter que faturar para pagar seus custos, despesas fixas e variáveis. Também serve para refletir e analisar sobre seus custos, suas receitas, os preços de vendas e até para planejar financeiramente um investimento em qualquer área da sua empresa.

Guimarães Neto (2009. p.97) aponta que "Utilizamos a análise do ponto de equilíbrio quando temos um leque muito grande de produtos na linha de produção e não conseguimos definir suas quantidades no ponto de equilíbrio".

ISBN 978-65-5629-077-5

3 METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa e estudo de caso que será aplicada em um restaurante na cidade de cascavel.

Quanto a pesquisa descritiva, Beuren (2006, p.82) afirma que:

> Um exemplo da pesquisa descritiva em contabilidade pode ser a identificação do perfil empreendedor dos egressos de 2000 dos cursos de ciências contábeis das universidades federais estabelecidas nas diversas unidades da federação brasileira. Outro exemplo é a verificação do grau de satisfação dos gestores de companhias abertas em relação aos relatórios contábeis exigidos por lei destas empresas, como suporte ao processo decisório (BEUREN, 2006, p. 82).

Beuren (2006, p. 82) aborda que "É primordial que o estudante tenha consciência de que o trabalho monográfico pode contemplar estudos descritivos, mas é preciso entender sua natureza, sob pena de invalidar os resultados alcançados".

Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. (BEUREN, 2006)

Segundo Beuren (2006), em relação à abordagem do problema, é um estudo do tipo quantitativo. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados. O autor afirma ainda que:

> Além disso, é um tipo de abordagem frequentemente utilizado em estudos descritivos, haja vista que se busca classificar a associação entre variáveis e a relação com a causalidade. (BEUREN, 2006, p. 94).

Beuren (2006) A abordagem quantitativa, no tratamento de problemas de pesquisa em contabilidade no brasil, é relativamente recente, pelo menos não era usada em grande escala nas pesquisas acadêmicas. No entanto, em países como os estados unidos, observam-se vários periódicos de contabilidade com artigos publicados, que usam estatísticas avançadas na busca de respostas aos objetos de estudo.

Para tanto, essa pesquisa considerará os dados fornecidos por meio de tabelas em Excel, os quais, elencados de forma digital, conterão todos as respectivas informações da churrascaria. Para tanto, os dados analisados serão extraídos e analisados no ano de 2021 a partir do 2° trimestre, por meio do método de custeio por absorção e o cálculo do preço de venda pelo Mark-up.

Após a coleta de informações e chegando às devidas conclusões de custos e preços, os dados serão apresentados e apurados através da ferramenta Excel, bem como, de gráficos para simplificação e apresentação das conclusões dos custos da

ISBN 978-65-5629-077-5

churrascaria, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná.

4 RESULTADOS

Utilizando como base o método de custeio variável e as informações recolhidas em um restaurante, chega-se a um preço necessário para atingir o lucro. Inicialmente, foram analisados os custos variáveis do restaurante, diretamente na produção dos alimentos, logo após, foram apurados os custos fixos, os quais foram utilizados para formar o DR. Para conseguir preço de venda, utilizam-se planilhas em Excel, nas quais foram apurados custo a custo e feita a demonstração do resultado para chegar tanto ao preço, como também o lucro, conforme as tabelas a seguir.

Composição dos custos variáveis

Para chegar a um preço de final de venda, elencaram-se produto por produto para compor o custo unitário, somado à mão de obra usada na produção, que resulta no total de todos os custos variáveis. Cada produto já apresenta seu custo total por dia utilizando a média diária de 120 (cento e vinte) pessoas dos últimos dois bimestres do restaurante, conforme tabelas abaixo.

Buffet de quentes

O buffet de quentes é de muita importância para o restaurante, o custo dele é menor, uma vez que, uma porção serve mais de uma pessoa e cada produto está com preço final baseando-se na média de 120 (cento e vinte) pessoas por dia. Cada item já está composto com seu preço respectivo as gramas ou quilo utilizados.

Tabela 1: Custos variáveis – Buffet de quentes

Arroz	R$ 52,00
Feijão preto	R$ 30,00
Feijão Branco	R$ 7,00
Arroz integral	R$ 4,00
Farofa temperada	R$ 28,00
Mandioca	R$ 15,20
Nhoque	R$ 16,85
Macarrão	R$ 29,95
Batata frita	R$ 21,00
Polenta frita	R$ 30,00
Lasanha	R$ 109,00
Banana milanesa	R$ 45,00

Fonte**:** UNIVEL, 2021.

Buffet de saladas

O buffet de saladas é um pouco mais detalhado, envolve mais opções, com preços mais elevados, justo porque se remete a produtos mais refinados. Cada item já está composto com seu preço respectivo as gramas ou quilo utilizados.

Tabela 2: Custos variáveis – Buffet de saladas

Maionese	R$ 51,40
Salpicão	R$ 50,00

ISBN 978-65-5629-077-5

Alface	R$ 18,00
Alface americana	R$ 24,00
Tomate	R$ 33,00
Pepino	R$ 19,00
Rúcula	R$ 28,00
Almeirão	R$ 16,00
Agrião	R$ 16,00
Vagem	R$ 12,00
Ovos de codorna	R$ 30,00
Pepino em conserva	R$ 25,00
Beterraba	R$ 9,75
Repolho	R$ 21,50
Azeitona	R$ 29,00
Cebola em conserva	R$ 29,00
Palmito	R$ 25,00
Grão de bico	R$ 12,00
Molhos	R$ 50,00

Fonte: UNIVEL, 2021.

Carnes

Por meio das opções de carnes, é quando se percebem os custos variáveis elevados, como principal atração do restaurante. Por conseguinte, as carnes apresentam um custo maior em relação aos outros produtos e a diversificação é o que atrai as pessoas, por isso, seu consumo é maior. O cálculo do produto corresponde também ao número de 120 (cento e vinte) pessoas.

Tabela 3: Custos variáveis – Carnes

Picanha	R$ 514,80
Contra filé	R$ 150,00
Maminha	R$ 180,00
Alcatra	R$ 361,90
Costela com osso	R$ 94,00
Costela sem osso	R$ 342,00
Cupim	R$ 328,90
Granito	R$ 72,00
Coração	R$ 72,00
Queijo mineiro	R$ 80,00
Linguiça	R$ 90,00
Costela de porco	R$ 89,94
Costela de carneiro	R$ 29,90
Paleta de carneiro	R$ 70,00
Abacaxi assado	R$ 20,00
Carvão	R$ 80,00

Fonte: UNIVEL, 2021.

Sobremesas:

ISBN 978-65-5629-077-5

O buffet de sobremesas é o menor, porém, compõe um custo alto por conta de uma grande procura no restaurante. É, portanto, um atrativo diferente e os preços de aquisição vêm aumentando constantemente.

Tabela 4: Custos variáveis – Sobremesas

Pudim	R$ 45,00
Caldo de pudim	R$ 12,00
Mousse de maracujá	R$ 50,00
Torta de bolacha	R$ 30,00
Gelatina	R$ 12,00
Ambrosia	R$ 20,00
Chico balanceado	R$ 50,00
Mousse de morango	R$ 60,00
Sagu	R$ 70,00

Fonte: UNIVEL, 2021.

Mão de obra na produção:

Em relação a mão de obra é os salários das pessoas que atuam diretamente na produção, sendo assim, o valor total dividido por 30 dias, corresponde o custo diário.

Tabela 5: Custos variáveis – Mão de obra

Cozinheira máster	R$ 2.000,00
Auxiliar de cozinha	R$ 1.600,00
Churrasqueiro	R$ 2.000,00

Fonte: UNIVEL, 2021.

Por meio da formação dos custos variáveis pode-se chegar a uma conclusão do que realmente é apresentado ao consumidor, cada produto aparece com um valor final baseando-se em uma média de 120 pessoas diárias, que foi a média encontrada dos últimos 02 bimestres de 2021.

Cálculo do Custo Unitário de Produção

É através cálculo do custo unitário, que se chega ao custo de produção, somando-se os custos diretos de produção do mês, dividindo pela quantidade de dias e pela quantidade de quilos diários, chega-se a ao custo unitário. Um quilo de alimento equivale ao custo unitário de R$ 47,59 por pessoa. O número 84 quilos é composto pela multiplicação de 700 gramas, pela quantidade de pessoas diariamente, resultando-se do número de quilo por dia.

Tabela 6: Cálculo do custo unitário de produção

CUSTO UNITARIO CÁLCULO	
Mão de obra	R$ 5.600,00
Buffet de quentes	R$ 11.640,00
Buffet de saladas	R$ 14.959,50
Buffet de sobremesas	R$ 10.470,00
Carnes	R$ 77.263,20

ISBN 978-65-5629-077-5

Total	R$ 119.932,70
Dias abertos	30
Média de pessoas por dia	120
Média consumidas por pessoa	0,700
Quilo consumido diário	84
Custo unitário	R$ 47,59

Fonte: UNIVEL, 2021.

Formação do preço:

Para a evidenciação do preço de venda, são utilizadas planilhas, nas quais são elencadas as despesas fixas e as despesas variáveis, que na teoria, corresponde a tudo que é utilizado na produção mais a margem de lucro desejada. Para a realização do cálculo, foi utilizado o método de Mark-up, que apresenta o preço final por KG, conforme dispõe o quadro abaixo.

Tabela 7: Cálculo do Mark-up

Mark-up		
Produto	KG	%
Despesas Variáveis (DV)	4,00	%
Despesas Fixas (DF)	2,00	%
Margem de Lucro Desejada (LP)	20,00	%

Fórmula de Mark-up:	100/[100-(DV+DF+LP)]

Mark-up:	1,351	
Custo Unitário:	R$ 47,59	
Preço de Venda:	R$ 64,31	

Fonte: UNIVEL, 2021.

No cálculo apresentado, foi utilizado o Mark-up, em que a margem de lucro desejada foi 20%, que se refere à média de lucro mensal do restaurante. A margem de 1,351 é resultado da fórmula utilizada, somadas às despesas variáveis (4%), despesas fixas (2%) e a margem de lucro desejada (20%); logo após, subtrai por 100, que representa o preço unitário total de venda em percentual e faz a divisão por 100 para chegar ao valor, resultando na margem do mark-up. A utilização Mark-up é uma ótima solução para chegar a um valor justo, além de garantir que o valor cubra os custos de aquisição, bem como os encargos, garantindo ao restaurante, margem de lucro.

Em relação ao preço por quilo, chega-se ao valor de R$ 64,31 que representa a margem de 1,351 do mark-up multiplicado pelo custo unitário por quilo, resultante dos valores encontrados e elencados em planilha para cálculo do mark-up. Vale ressaltar que o valor apresentado tem por base os custos variáveis do restaurante.

Tabela 8: Cálculo do preço de venda

ISBN 978-65-5629-077-5

Markup:	1,351
Custo Unitário:	R$ 47,59
Preço de Venda:	R$ 64,31

Fonte: UNIVEL, 2021.

5 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

A demonstração do resultado, é um relatório contábil cujo evidencia se as operações do restaurante estão gerando lucro os prejuízos, considerando um determinado período. Nesse caso, usa-se a evidenciação diária, com base nos custos, despesas e receitas obtidas. Portanto, ter esse controle é essencial, por isso, saber usá-la é importante à administração do restaurante.

Ao analisar a demonstração do resultado, pode-se identificar que é formada pelas receitas brutas, os custos variáveis, que são os produtos utilizados na produção dos alimentos, assim como também, as despesas variáveis, as quais, variam proporcionalmente ao volume produzido. Em seguida, é diminuída a receita pelas despesas e custos variáveis, chegando a primeira margem de contribuição, que na prática, é um indicador econômico capaz de dizer exatamente se a receita do restaurante é suficiente para arcar com os custos e despesas apresentados. Posteriormente, diminuem-se os custos fixos específicos e chega-se à segunda margem de contribuição, que, subtraindo os custos fixos, custos gerais de fabricações e as despesas fixas, chega-se ao lucro apresentado, conforme dispõe o quadro abaixo.

Tabela 9: Demonstração do resultado

Custeio Variável Total	Valor do Mark-up	Valor utilizado pelo restaurante
Receita de vendas	R$ 7.680,00	R$ 6.711,60
Custos Variáveis	R$ 3.811,09	R$ 3.811,09
Despesas Variáveis	R$ 300,00	R$ 300,00
1 Margem de Contribuição	R$ 3.568,91	R$ 2.600,51
Custo Fixo Específico	R$ 146,67	R$ 146,67
2 Margem de Contribuição	R$ 3.422,24	R$ 2.453,84
Custos Fixos + CGF	R$ 1.696,67	R$ 1.696,67
Despesas Fixas	R$ 130,00	R$ 130,00
Lucro	R$ 1.595,58	R$ 627,18

Fonte: UNIVEL, 2021.

Ao analisar o resultado diário do restaurante, observa-se que obteve lucro, mesmo diante de seus custos variáveis elevados, apresenta uma receita muito superior, cobrindo todos os gastos apresentados acima. Demonstrando, assim, o resultado de R$ 1.595,58 de lucro diário utilizando o preço encontrado pelo mark-up e o resultado de R$ 627,18

ISBN 978-65-5629-077-5

resulta do valor, que é utilizado pelo restaurante. Utilizando o mark-up e o custeio variável, obteve-se uma diferença de 250% de lucro do que vinha sendo apresentado, o que resulta a eficiência dos métodos utilizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste artigo e, por meio da análise de custos e das informações retiradas de um restaurante na cidade de Cascavel-PR, consegue-se chegar ao um preço por quilo e a um preço de venda por meio do cálculo do Mark-up e por meio do método de custeio variável. Desse modo, verifica-se a importância de serem analisados corretamente o que se manteve como objetivo para o estudo desta pesquisa.

Diante disso, os resultados encontrados expõem que em relação ao preço encontrado, apresentou uma margem muito satisfatória, isto é, com a margem lucro estimada e os custos variáveis elencados. Desse modo, o custo de produção de uma refeição por quilo encontrado foi de R$ 47,59 e o preço estimado para venda de R$ 64,31. Por fim, chegou-se ao resultado positivo, retratando lucro, conforme DR denotado.

Quanto à situação econômica da empresa analisada, percebe-se um lucro diário estimado por volta de R$ 1.595,58, estimando uma rentabilidade mensal em torno de R$ 30.000. Tais resultados se deram por motivo de uma análise segura e muito positiva, podendo ser usada, posteriormente, pela administração da empresa.

Dessa forma, conclui-se que, de fato, que, consegue-se fazer análise de custos por custos, classificando entre fixo/variáveis e direto e indireto, resultando em um preço por quilo, através do Mark-up, utilizando dados fornecidos pelo restaurante dos últimos dois bimestres, demonstrando um possível lucro diário. Por conseguinte, a presente pesquisa alcançou o objetivo pretendido, apresentando os resultados dos seus custos unitários por quilo, bem como seu preço de venda, sugerindo que, dessa forma, a empresa conseguirá aumentar seus lucros em 250% por cento.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – Teoria e Prática. 3 Ed. 2006 São Paulo: EDITORA ATLAS S.A

BRUNI, Adriano Leal. Gestão de custos e Formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 3. Ed. 2004 São Paulo: EDITORA ATLAS S.A

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos,11.ed. 2018 – São Paulo: Editora Atlas.

GUIMARAES NETO, Oscar. (2009). Análise de Custos. 2009 - Curitiba: IESDE BRASIL S/A.

GUIMARAES NETO, Oscar. (2016). Análise de Custos, 2016 - Curitiba: IESDE BRASIL S/A.

ISBN 978-65-5629-077-5

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos, 9.ed. 2003 – São Paulo: Editora Atlas.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos**: Um enfoque direto e objetivo. ed. São Paulo: Editora Frase Ltda., 2003.

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS DA EMPRESA OI S.A. EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EM COMPARAÇÃO COM A EMPRESA TIM S.A.

Lucas do Amaral Derzbacher[1]
Matheus Fiorentin do Amaral[2]
Ruy Fernandes da Silva Costa[3]

Resumo: Os indicadores econômico-financeiros das entidades representam de forma mais aprofundada a realidade da empresa, esses indicadores também fornecem dados gerados a partir de registros contábeis. As demonstrações contábeis são essenciais para todo tipo de empresa independente do ramo ou segmento de atuação. Nesse sentido, surge à indagação de como os indicadores financeiros se comportaram no período de 2014 a 2020 envolvendo o antes e durante o processo de recuperação judicial da empresa OI S.A. em comparação com a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. O trabalho iniciou com a apresentação dos conceitos das análises econômico-financeiras, seguindo com os índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, abordando também sobre Recuperação Judicial e em seguida o setor de telecomunicações e as respectivas empresas analisadas. A justificativa decorre de a importância de evidenciar dados e apresentar indicadores econômico-financeiros que possam contribuir em análises de decisões judicias. Quanto aos procedimentos, o presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental realizada na empresa OI S.A. e TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Na análise dos resultados, conclui-se que a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. se encontra de forma estável no mercado de telecomunicações. Entretanto, em relação à empresa OI S.A. constata-se que o índice de endividamento representa nos últimos anos, alta dependência de capital de terceiros, nesta mesma acepção os índices de rentabilidade retratam que a companhia não obteve capacidade de conseguir gerar retorno financeiro. Vale ressaltar que devido às ações de quitação de suas obrigações, a empresa apresenta nos últimos anos analisados melhora nos índices de liquidez.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Análise de Indicadores. Recuperação Judicial. TIM PARTICIPAÇÕES S.A. OI S.A.

1 INTRODUÇÃO

A busca através de informações contábeis, econômicas e financeiras, indaga quais os reflexos são encontrados por meio do cálculo e análise dos indicadores econômico-

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2]. Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre em contabilidade Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis – Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

financeiros, entre às duas empresas do setor de telecomunicações nacional, onde uma enfrenta há alguns anos um processo de recuperação judicial, e a outra encontra-se em um crescimento regular ao decorrer dos anos.

Por meio de indicadores econômico-financeiros, podem ser obtidas informações relacionadas à tomada de decisões. Os indicadores econômico-financeiros da entidade representam de forma mais aprofundada a realidade da empresa. Além disso, esses indicadores também fornecem dados gerados a partir de registros contábeis, mas para serem úteis, tais informações precisam ser analisadas para apoiar os usuários na tomada de decisões (MARTINS; SANTOS, 2017).

Da mesma forma, esses indicadores têm por objetivo correlacionar elementos da mesma natureza nos relatórios contábeis para que se possam tirar as melhores conclusões sobre a empresa (ASSAF NETO, 2002).

Segundo Lima (2016), o mesmo buscou apresentar os impactos pelas variações em seus negócios, verificando a situação econômico-financeira da TIM PARTICIPAÇÕES S.A. de 2010 a 2015 com base nos indicadores de análise das demonstrações financeiras. Utilizando a metodologia documental, a estrutura do método limita-se às demonstrações financeiras da empresa. Os resultados apresentados foram à capacidade de pagamento da empresa e o nível de endividamento, sendo que o indicador mais influente é a liquidez corrente, pois mostra que os recursos financeiros disponíveis para pagamento no curto prazo são satisfatórios.

Segundo Favore (2017), o mesmo buscou apresentar a recuperação judicial e os créditos da Anatel: o caso do grupo OI. A pesquisa que demonstrou a importância que envolve uma dívida de 65 bilhões da empresa de telecomunicação, o plano de recuperação judicial proposto pela recuperadora que classifica os créditos e os insere para o processo a fim de serem negociados. Utilizando a metodologia de pesquisa documental, abrangendo legislação, doutrina e jurisprudência relacionada ao caso.

A pesquisa buscou evidenciar dados e apresentar indicadores econômicos — financeiros que possam contribuir em análises de decisões judiciais, é neste processo que acontece a barganha de poderes, ocorrendo à negociação entre credores e devedores a fim de estabelecer um fim plausível para ambos. Através da análise apresenta-se dados que expressam as capacidades financeiras das empresas analisadas, com o intuito de regressar informações sobre as mesmas para fins comparativos.

As demonstrações contábeis são essenciais para todo tipo de empresa independente do ramo ou segmento de atuação, nesse sentido surge a indagação de como os indicadores financeiros se comportaram no período de 2014 a 2020 envolvendo antes e durante o processo de recuperação judicial da empresa OI S.A. em comparação com a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A.? Assim, tem-se por objetivo analisar de forma comparativa os indicadores econômicos e financeiros das empresas OI S.A. e TIM PARTICIPAÇÕES S.A., abordando o antes e durante do período que a primeira se encontra em processo de recuperação judicial em comparação com a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. que se encontra em situação assídua no mercado de telecomunicações.

A justificativa decorre de a importância de evidenciar dados e apresentar

ISBN 978-65-5629-077-5

indicadores econômico-financeiros que possam contribuir em analises de decisões judicias. O trabalho iniciou com a apresentação dos conceitos das análises econômico-financeiras, seguindo com os índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, abordando também sobre Recuperação Judicial e em seguida o setor de telecomunicações e as respectivas empresas analisadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão abordados os assuntos referentes à definição de análise econômica e financeira, salientando os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Em seguida o tema a ser destacado será recuperação judicial e por fim, telecomunicações, que embasarão a presente pesquisa.

2.1 Análise econômica - financeira

Para Assaf Neto (2005), um dos mais importantes estudos que constitui a administração financeira é a análise das demonstrações financeiras, tanto a administração interna das empresas como os segmentos de análises externas despertam enorme interesse sobre essa área contábil.

Ainda de acordo Assaf Neto (2005), para administradores de empresas, o principal objetivo da análise é avaliar seu desempenho geral, especialmente como forma de identificar resultados retrospectivos (consequências), e perspectivas para várias decisões financeiras tomadas. Deve-se notar que nos seguintes aspectos, as tarefas de avaliação interna da empresa foram bastante simplificadas por ser de fácil obtenção, os principais indicadores são obtidos através de Informações contábeis mais detalhadas.

Por outro lado, Assaf Neto (2005) o analista externo propõe metas mais objetivas e específicas para avaliação de desempenho da empresa, a situação específica é diferente e depende de suas posições, como credores ou investidores. Também deve ser notado que a análise externa é desenvolvida basicamente por meio das demonstrações financeiras usualmente emitidas pela empresa, o que traz outras dificuldades de avaliação, porque as informações contidas no relatório são limitadas as publicações.

Para Marion (2009) o objetivo da contabilidade é gerar informações onde os usuários possam usá-las para analisar a situação econômica e financeira da empresa para tomar decisões. Seguindo, a contabilidade tem como finalidade gerar informações que propiciem os usuários, tanto eles internos ou externos, examinar a saúde financeira da empresa e deve dispor as seguintes características: confiabilidade, relevância, compreensibilidade e comparabilidade.

De acordo com Marques, Júnior e Kühl (2015) análise econômica — financeira tem por princípio reprimir o desempenho de uma determinada empresa a fim de constatar a evolução ao longo dos anos buscando uma comparabilidade entre as empresas do mesmo setor de atividade.

Marques, Júnior e Kühl (2015) salientam que a análise financeira pode ser embasada de diversas maneiras. Diante disso uma delas diz que a compostura do foco de interesse está voltada exclusivamente em curto e longo prazo. A ótica de curto prazo

ISBN 978-65-5629-077-5

prioriza o uso de dimensões de medidas e indicadores de desempenho que medem a capacidade de pagamento e o grau de risco afiliado aos negócios ou atividades. Já o ponto de longo prazo considera os resultados ligados à rentabilidade e lucratividade da companhia ou empreendimento.

Segundo Blatt (2001) Índices Financeiros ofertam ao analista um instrumento muito vantajoso para captar informações das demonstrações financeiras de uma entidade. Para selecionar o índice adequado o analista precisa saber por qual razão está sendo realizada a análise. Podem ser analisados índices diante um senso compatível por meio da acareação com índices da mesma entidade em demais períodos, por outra forma, pela comparação dos índices da empresa em análises com parâmetros do setor. Seguindo, Índices-alvo podem ser definidos com uma análise de índices análogos de outras companhias ou pelo estudo do equivalente índice para a organização analisada, desde que seja em um período predecessor.

De acordo com Iudícius (1998), os índices que permitem analisar o que ocorreu no passado e entregar suportes para entender o que a de vir ocorrer com a empresa no futuro, é um dos avanços de suma importância para a contabilidade, é uma técnica utiliza-se das demonstrações contábeis.

a) Índices de Liquidez

Os indicadores de liquidez estão entre os mais utilizados, os mesmos são responsáveis por aferir de forma quantitativa a capacidade que uma empresa tem de pagar suas dívidas. Para Ribeiro (2011) a liquidez obtida, expõe o poder da organização em honrar com suas obrigações com terceiros dentro do prazo estabelecido.

Ainda segundo Ribeiro (2011) esses índices apresentam a relação entre as contas do ativo circulante e os investimentos em ativos de longo prazo relacionados ao capital de terceiros. Os índices de liquidez são calculados com base nos valores do balanço patrimonial.

b) Liquidez Corrente

Segundo Assaf Neto "a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada $1 de dívida em curto prazo" (ASSAF NETO, 2012, p.177).

Para Iudícibus (2013) o cociente associa o quanto se dispõe de disponibilidade em curto prazo em dinheiro, relacionado diretamente à quantidade de dividas em curto prazo. Ainda segundo o autor o índice tem grande importância e é o que melhor defini a real situação de liquidez da empresa. Continua o autor relatando que, no cociente de liquidez é necessário atentar-se aos prazos dos vencimentos das contas a receber e das contas a pagar.

c) Liquidez Geral

A liquidez geral de acordo com Assaf Neto (2012) apresenta de fato qual é a real capacidade da empresa em pagar seus passivos ou dividas. Segundo Iudícibus (2013) a

ISBN 978-65-5629-077-5

liquidez geral apresenta a saúde financeira de longo prazo da organização em relação a liquidez.

Ainda para Ribeiro (2011) o quociente retrata se os recursos financeiros do ativo circulante e no realizável em longo prazo são capazes de cobrir as obrigações totais. A análise deve ser canalizada a apurar se a entidade possui solidez financeira considerável para honrar as responsabilidades de curto prazo assumidas com terceiros.

d) Liquidez Imediata

Liquidez Imediata para Iudícibus (2013) demonstra a disponibilidade da empresa em efetivar o pagamento de suas obrigações em curto prazo empregando o uso de suas disponibilidades do ativo circulante.

Ribeiro (2011) elucida que a interpretação deve verificar a necessidade de buscar determinada atividade para adquirir mais dinheiro a fim de quitar obrigações vencíveis em curto prazo.

e) Liquidez Seca

Segundo Iudícibus (2013) a liquidez seca é muito efetiva no aspecto de avaliação conservadora a fim de aferir a conjuntura de liquidez da empresa. Quando se elimina os estoques, retira-se uma fonte incerta. Em contrapartida, eliminam-se as oscilações causadas por distintos critérios de avaliação de estoques que poderiam ocasionar influências se mudados ao longo do tempo. Ainda fica o problema relacionado aos prazos do ativo circulante e do passivo circulante. Dependendo da situação, destina-se a um resultado conservador, levando em conta a alta rotatividade dos estoques. Mostra-se uma oposição bem conservadora em relação à liquidez da entidade em período determinado, sendo estimado pelos emprestadores de capital.

Para Assaf neto (2012) a liquidez seca representa o percentual das obrigações em curto prazo que podem ser pagas com o uso das contas do ativo circulante.

f) Endividamento

De acordo com Assaf Neto (2012) o índice de endividamento demonstra o quanto a empresa está alavancada no mercado, isto é, que quantidade de capital de terceiros de curto e longo prazo a mesma possui para cada R$1,00 de capital próprio. Zdanowicz (2014) inteira indicando que para operar com autonomia financeira aproximadamente por completo, o endividamento deve manter-se o mais próximo de zero, desse jeito demonstra boa solidez financeira.

De acordo com Junior e Begalli (2009) índices de endividamento mostram a quantidade de participação de capital de terceiros na organização, sucessivamente quanto maior for mais a empresa estará endividada. Seguindo, o índice expõe dados importantes para decisões que buscam obtenção e aplicação de recursos financeiros. É responsabilidade desse grupo de índices indicarem a análise da estratégia utilizada pela organização para a obtenção de meios e alguns de seus rumos.

ISBN 978-65-5629-077-5

g) Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais

De acordo com Iudícibus (2012) com este indicador de endividamento, procurasse mensurar o quanto do capital próprio é composto por capital de terceiros, quando calculado apresenta a porcentagem da quantia que o endividamento representa sobre todos os recursos, o ideal seria que este indicador fosse o menor possível, mas depende da relação entre a taxa de retorno ganha pelo giro do ativo financiada com recursos de empréstimos.

h) Participação de Capital de Terceiros

Para Iudícibus (2012) é outra maneira de mensurar a submissão de recursos de terceiros, caso o resultado for maior que um, durante um periodo de varios anos, demonstraria que a entidade necessita em excesso de recursos de terceiros. Ainda o autor ressalta que, a maior parte das empresas que decretam falência, apresentam por um longo periodo de tempo um quociente alto, no entanto não significa que acontecerá com todas as empresas.

i) Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total

Iudícibus (2012) apresenta que este índice retrata qual parcela do endividamento total vence a curto prazo, o cenário ideal seria que a empresa que busca financiar suas atividades de expansão, deva procurar financiá-la em sua grande maioria a longo prazo, para que com isso haja tempo hábil para que a empresa possa ganhar capacidade operacional primeiro, e após a entrada de recursos necessários a mesma comece a amortizar sua dívida.

j) Rentabilidade

Nas palavras de Ribeiro (2011) os resultados obtidos através dos indicadores de rentabilidade, servem definitivamente para mensurar a capacidade econômica da entidade, resultando em uma demonstração sobre se o capital investido está gerando um grau satisfatório de êxito econômico. O autor aponta que esse indicador é calculado com valores retirados das demonstrações do resultado do exercício e do balanço patrimonial.

"Esse grupo de índices permite analisar as taxas de retorno obtidas pela empresa sob diversos aspectos. De modo geral, quanto maior, melhor" (JUNIOR; BEGALLI, 2009, p. 262).

k) Giro do Ativo

Segundo Silva (2012) esse indicador é de grande importância para mensurar a atividade da empresa, cabe ao indicador demonstrar a conexão entre as vendas do período abordado e os respectivos investimentos totais efetivados na organização.

ISBN 978-65-5629-077-5

l) Margem Líquida

De acordo com Ludicíbus (2012) o indicador é responsável por comparar o lucro líquido com as vendas liquidas, o índice tem seu resultado diretamente atrelado com o tipo do empreendimento, ou seja, dependendo do setor da empresa analisada o resultado pode ser alto ou baixo, estando muito ligada ao ramo de atividade.

m) Rentabilidade do Ativo

Segundo Silva (2012) tem o papel principal de indicar a lucratividade que a empresa entrega diretamente associada aos seus investimentos totais ou ativo total, sendo muito utilizado na área de finanças este quociente caracteriza o lucro obtido sobre o investimento como um prêmio sobre o risco corrido pela organização.

n) Retorno do Patrimônio Liquido

Para Silva (2012) o retorno do patrimônio líquido, busca evidenciar em números a fatia que os proprietários e acionistas da entidade estão auferindo de acordo com os seus investimentos no empreendimento, resultando então em uma espécie de prêmio ao investidor pelo risco de seu negócio.

2.2 Recuperação judicial

Segundo Araújo e Lundberg (2003), o objetivo da recuperação judicial é restaurar as empresas que estão com apuros financeiros, atuando de maneira mais extensa e adaptável, a fim de ampliar as oportunidades de as empresas conseguirem superar a crise.

Lazzarini (2009) descreve que a empresa que estiver em recuperação judicial precisa ter um poder de barganha, ou seja, uma negociação entre ambas as partes credoras e devedoras, com a finalidade de estabelecer um acordo plausível. Diante disso ambas as partes que estão em aliança precisam considerar os princípios da preservação da característica e da transparência, protegendo assim a atividade econômica da empresa.

Conforme Alves (2001) é de suma relevância para o Estado oferecer instrumentos jurídicos que favoreça a continuidade no tempo que a empresa se encontra em desequilíbrio financeiro. O cenário de recuperação judicial é de grande interesse para a sociedade como um todo, diante do processo de possibilitar produção e manutenção de empregos, recolhimentos fiscais e evolução econômica da região.

Segundo Peleias et al. (2016) constatada a crise de recuperação judicial, será feito uma análise da viabilidade do processo, podendo assim estabelecer algumas diretrizes de continuidade das atividades e a autorização do seu processamento perante aos credores. Neste aspecto o conselho da empresa apresenta um plano de recuperação para o juiz que está acompanhando o caso e para os credores com o intuito de indicar os

ISBN 978-65-5629-077-5

meios utilizados e aplicáveis a fim de demonstrar a viabilidade econômica da empresa.

A Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas, doravante a Lei), revogou o Decreto nº 7.661/1945 e a Lei nº 8.131/1990, relata as exigências do artigo 51, que demostra que a empresa precisa apresentar a sua situação realista aos credores no período de negociação entre as partes envolvidas no processo de recuperação judicial (LAZZARINI, 2009).

De acordo com Peleias et al. (2016) a lei n° 11.101/2005, declara a apresentação das demonstrações contábeis referente ao período solicitado de recuperação judicial, demonstrando a situação da empresa na data requerida, seguida de um plano de negócio e as diretrizes que serão determinadas para o planejamento de como será conduzido as condições para resolver as dívidas pendentes com os credores.

2.3 Telecomunicações

A tecnologia da informação e comunicação trata-se de um investimento primordial no progresso econômico em meios de integração mundial e preservação da eficiência e clareza no funcionamento dos setores públicos e privados. Para isso, foram necessários frentes em formas de evolução e difusão de tecnologias sem fios e o surgimento da internet. As formas de comunicabilidade de mídia previam alterar drasticamente a natureza e as soluções de telecomunicação como um todo (LCA CONSULTORES, 2011).

2.3.1 TIM Participações S.A.

A TIM é uma companhia de capital aberto, tendo suas ações ofertadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), é a única empresa de telecomunicações listada no novo mercado da B3, por deter o reconhecimento de nível máximo de governança corporativa. A empresa é pertencente ao grupo Telecom Itália e deu início a suas operações no Brasil em 1998, como TIM Brasil serviços e participações S.A. e a atua em todos os estados brasileiros através da TIM PARTICIPAÇÕES S.A. (TIM PARTICIPAÇÕES S.A., 2020).

A empresa TIM, desde 2015 encontra-se como líder em cobertura 4G no Brasil, nos últimos anos a companhia vem se modernizando e substituindo equipamentos, e também realizou algumas aquisições como, a empresa Intelig no ano de 2009 (primeira empresa a disputar concorrência no Brasil no setor de telecomunicações), e a AES Atimus em 2011 – empresa de serviços de internet e banda larga que atuava nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (TIM PARTICIPAÇÕES S.A., 2020).

2.3.2 OI S.A.

Fundada em 22 de maio de 1998, a Oi S.A. empresa do setor de telecomunicações alcançou feitos incríveis no decorrer de sua existência, desde o processo de privatização do sistema Telebrás, a mesma começou a atuar em 64% do país, em 16 estados brasileiros, diante disso a empresa foi empenhando-se cada vez mais no mercado, chegando a prestar serviço com atuação nacional em todos os estados brasileiros, tornando-se patrocinador e provedor de serviços de telecomunicações para o Pan –

ISBN 978-65-5629-077-5

americano Rio 2007, evento multiesportivo, atuando também nos jogos mundiais militares, Rio + 20, copa das confederações e copa do mundo. Em 2009 a empresa comprou a BrT (Brasil Telecom) por R$ 5,86 bilhões, mas, contudo, assumindo apenas em 2010 (OI S.A., 2021).

Após uma reorganização societária a empresa começou em 2012 atuar na Bolsa de Valores do Brasil girando em torno de R$ 12,00 cada ação ordinária. Em 2016, aconteceu a entrada do pedido de recuperação judicial com o intuito de proteger os serviços prestados aos tomadores, contudo em 2017 que foi concedido o plano assegurando a reestruturação da dívida da empresa e permitindo que o capital aumente o investimento para expandir (OI S.A., 2021).

Foi aceito o pedido no dia 20 de junho de 2016 pela 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Todo o Grupo Oi está envolvido no processo de recuperação judicial, composto por: Oi S.A; Telemar Norte Leste S.A; Oi Móvel S.A; Copart 4 Participações S.A; Copart 5 Participações S.A; Portugal Telecom International Finance B.V; Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. O processo de recuperação judicial da Oi enfraqueceu a força da empresa contra os concorrentes. No entanto, desde o início da operação, a empresa tem conseguido tomar medidas para conter a falência (SILVA, 2019).

Em sua solicitação inicial, o Grupo Oi justifica ser o maior prestador de serviços de telefonia fixa no Brasil, com uma fatia de mercado de 34,4%. Na telefonia móvel, sua participação é de 18,52% e seus serviços chegam a 93% do público brasileiro (FAVORE, 2017).

Na última atualização do plano de recuperação judicial, a Oi prevê vender redes moveis, torres de transmissão, centros de processamento e parte da rede de fibra ótica, adquirindo aproximadamente R$ 22 bilhões. Sendo as redes moveis seu principal ativo, a empresa recebeu uma proposta vinculante do consórcio formado pelas empresas concorrentes do segmento no valor de R$ 16 bilhões. Se concluído a nova atualização do processo, a empresa almeja reduzir o seu endividamento significativamente e finalizar a recuperação judicial em maio de 2022 (BONATELLI, 2020).

3 METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa, e documental, realizada na empresa OI S.A. e TIM PARTICIPAÇÕES S.A., dentre as quais serão utilizados os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício (DRE), dos anos de 2014 a 2020.

As pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição das peculiaridades de um determinado público. As mesmas podem ser formadas também com o propósito de comprovar realizáveis relacionamentos entre variantes. Os números das pesquisas são grandes, podem ser consideradas como descritivas e o predomínio das que são efetuadas com finalidades profissionais eventualmente se enquadra neste tipo (GIL, 2010).

> A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior

ISBN 978-65-5629-077-5

> precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 61-2).

A abordagem quantitativa designa pelo trabalho de materiais estatísticos, tanto no recolhimento quanto no tratamento das informações. Esse comportamento não é tão carregado na pesquisa do conhecimento da existência dos fenômenos, uma vez que atende o procedimento geral dos conhecimentos. A abordagem quantitativa, na tratativa de problemas de pesquisa em contabilidade, no Brasil, é algo novo, pelos menos não era muito utilizada na maioria das pesquisas acadêmicas. Os Estados Unidos usam estatísticas modernas na busca de soluções aos objetos de análise, utilizando diversos artigos publicados (BEUREN, 2013).

Sob a perspectiva da pesquisa quantitativa, o enfoque pode ser examinado numericamente, isto é, pode ser representado por números, pareceres e dados para classifica-las e averiguá-las. Exige a aplicação de recursos e de métodos estatísticos (PEREIRA, 2012).

Conforme Gil (2010) a pesquisa documental é empregada em aproximadamente em todas as ciências sociais. A pesquisa documental aproveita-se de toda ventura de documentos, desenvolvidos com objetivos diferentes, tais como assentamento, autorização e divulgação. O pensamento de documento, no que diz respeito, é bastante abrangente, já que este pode ser baseado por qualquer propósito capaz de evidenciar alguma circunstância ou acontecimento.

De acordo com Beuren (2013) a pesquisa documental pode preencher o quadro de pesquisas usufruídas em um próprio estudo ou transformar como o único delineamento aproveitado para tal. Sua notabilidade é fundamentada no instante em que são capazes de estruturar informações que se encontram dispersas, concedendo uma nova autoridade como fonte conselho.

Segue abaixo o Quadro 1 contendo o Resumo dos Quocientes de Endividamento, Rentabilidade e Liquidez, utilizados para a elaboração dos índices.

Quadro 1 – Resumo dos Quocientes

Quocientes		Fórmulas
Endividamento	1. Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	~~Exigível Total~~ / Exigível Total + Patrimônio Líquido
	2. Participação de Capitais de Terceiros	~~Exigível Total~~ / Patrimônio Líquido
	3. Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	~~Passivo Circulante~~ / Exigível Total
Rentabilidade	4. Giro do Ativo	~~Vendas Líquidas~~ / Ativo Total

ISBN 978-65-5629-077-5

	5. Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$
	6. Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
	7. Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Liquidez ou Solvência	8. Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo}}$
	9. Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	10. Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante – Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	11. Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$

Fonte: Adaptado de Iudicíbus (2012) e Ribeiro (2011).

Para a simplificação e apresentação das informações, os dados serão apresentados por meio de um quadro elaborado no Excel.

4 RESULTADOS

Utilizando como base os relatórios financeiros divulgados anualmente pelas empresas TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e OI S.A., fez-se possível a coleta de todos os dados necessários para uma boa análise de seus indicadores, onde foram extraídos do portal de relacionamento com os investidos e repassados para uma planilha de Excel a fim de elaborar os cálculos. Inicialmente foram analisados os anos 2014 e 2015, onde a empresa OI S.A. ainda se encontrava estável no mercado, no ano seguinte 2016, começa o processo de recuperação judicial da empresa OI S.A., subsequentes dos anos 2017, 2018, 2019 e 2020, ocorrendo a análise comparativa. Para a análise foram utilizados os índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade.

4.1 Índices de liquidez

Os índices de Liquidez representam a capacidade que uma empresa possui de recursos disponíveis para quitar suas obrigações com terceiros. Os dados são apresentados conforme Tabelas 1 e 2, a seguir.

Tabela 1: Índices de Liquidez TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Índices	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Liquidez Geral	0,83	0,80	0,74	0,72	0,83	0,73	**0,79**
Liquidez Corrente	1,22	1,39	1,39	1,05	0,85	1,04	**1,25**
Liquidez Seca	1,20	1,37	1,37	1,04	0,82	1,02	**1,22**
Liquidez Imediata	0,57	0,70	0,70	0,41	0,15	0,28	**0,31**

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na análise da liquidez geral, verifica-se que a empresa não expressa a capacidade de pagamento em todos os anos. Visto que o seu menor índice foi no ano de 2017 apresentando o resultado de 0,72, mas sob outro prisma logo em 2014 e 2018 obteve seus melhores índices, ou seja, no ano de 2018 para cada R$ 1,00 de dívidas a curto e longo prazo, a empresa possui R$ 0,83 de Ativo Circulante mais o Ativo realizável a longo prazo para realizar o pagamento, o que não é favorável.

Através da análise de liquidez corrente pode-se analisar que a empresa, na maioria dos anos expressa a capacidade de pagamento a curto prazo com o recurso disponível no seu Ativo Circulante, exceto no ano de 2018 o indicador indicava 0,85, contudo no ano de 2015 e 2016 registrasse os maiores índices, para cada R$ 1,00 de dívidas a curto prazo, a empresa possui R$ 1,39 de Ativo Circulante para realizar o pagamento, o que é favorável.

Na análise da liquidez Seca, a empresa não expressou a capacidade de pagamento a curto prazo com o recurso disponível no seu Ativo Circulante menos os estoques em apenas no ano de 2018, onde seu indicador foi de 0,82, nos outros anos analisados a empresa ficou acima de R$ 1,00, o que é favorável.

Analisando a liquidez Imediata, observa-se que a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A., não expressa a capacidade de pagamento a curto prazo com o recurso disponível em suas disponibilidades (Caixa/Banco), sendo que a empresa apresenta seu pior índice em 2018, pois, para cada R$ 1,00 de dívidas a curto prazo, a empresa possui R$ 0,15 de disponível para realizar o pagamento, o que não é favorável.

Tabela 2: Índices de Liquidez OI S.A.

Índices	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Liquidez Geral	0,88	0,82	0,64	0,40	0,70	0,53	**0,69**
Liquidez Corrente	1,16	1,49	0,44	0,35	1,99	1,52	**1,88**
Liquidez Seca	1,15	1,47	0,43	0,35	1,96	1,49	**1,86**
Liquidez Imediata	0,06	0,58	0,12	0,10	0,41	0,18	**0,23**

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Analisando os resultados obtidos, observa-se que a empresa OI S.A. nos sete anos analisados, não expressa capacidade de pagamento favorável, tendo seu melhor resultado de liquidez geral no período de 2014 com um indicador de 0,88 que expressa que a entidade não consegue cumprir com seus compromissos financeiros a curto e longo prazo apenas com o saldo do seu ativo circulante mais realizável a longo prazo.

Diante dos resultados de liquidez corrente apurados, os anos que antecedem seu processo de recuperação judicial de 2014 e 2015, apresentam bons resultados. Observa-se que nos anos de 2016 e 2017 a empresa não possui capacidade pagamento a curto prazo com os recursos disponíveis em seu ativo circulante, já nos anos seguintes esses índices indicam uma expressiva melhora, sendo 2018 o ano de seu melhor resultado = 1,99, denotando que para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a organização possui R$ 1,99 de ativo circulante para efetuar os pagamentos.

Na liquidez seca é possível observar que, como na liquidez corrente, 2014 e 2015 denotam índices aceitáveis estando acima de 1. Já nos anos de 2016 e 2017, a empresa não possui capacidade de pagamento a curto prazo, e seus estoques são pouco

ISBN 978-65-5629-077-5

relevantes para os índices da entidade. Decorre-se que nos anos seguintes de 2018, 2019 e 2020 a entidade apresenta significativa melhora em sua capacidade de pagamento de dívidas a curto prazo, sem considerar seus estoques, ou seja, para cada R$ 1,00 de dívidas a curto prazo, a mesma detém em 2018 seu melhor ano, R$ 1,96 de ativo circulante.

Observando os índices de liquidez imediata, é notável que a empresa não possui uma boa capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo com suas disponibilidades (caixa/banco), sendo 2014 seu pior resultado, para cada R$ 1,00 devedor, somente R$ 0,06 estavam disponíveis, o ano de 2018 apresenta o melhor resultado dentro os sete anos analisados para cada R$ 1,00 devedor, apenas R$ 0,41 havia disponível para pagamento, sendo um cenário desfavorável.

4.2 Comparação índices de liquidez OI S.A. e Tim Participações S.A.

Conforme apresentado, em relação aos índices de liquidez das empresas, observa-se que em 2014 e 2015 ambas as empresas apresentavam índices favoráveis, porém, nos anos de 2016 e 2017 a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. obteve melhor resultado nos seus índices de liquidez, enquanto a empresa OI S.A. que galgava seus primeiros passos ao processo de recuperação judicial obteve índices inferiores quando comparados com a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,

No ano de 2018 já é notável uma melhora nos índices da organização OI S.A., obtendo melhores resultados em comparação com a TIM PARTICIPAÇÕES S.A., Já no ano de 2019, os índices entre ambas encontram-se em equilíbrio com resultados próximos, sendo que em 2020, o último período analisado a empresa OI S.A. apresenta resultados significativamente melhores que a TIM PARTICIPAÇOES S.A., demonstrando que ao decorrer do seu processo de recuperação a empresa vem adquirindo melhores resultados financeiros.

4.3 Índices de Endividamento

Os índices de Endividamento representam o grau de alavancagem de uma empresa, se a instituição está usando recursos de terceiros ou recursos dos proprietários em excesso, indicando qual a real capacidade de pagamento de juros e imobilização dos ativos. Os dados são apresentados conforme Tabelas 3 e 4, a seguir.

Tabela 3: Índices de Endividamento TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Índices	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais	0,53	0,52	0,50	0,44	0,38	0,44	**0,44**
Participação de Capital de Terceiros	1,13	1,09	1,02	0,80	0,61	0,80	**0,80**
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	0,53	0,47	0,42	0,50	0,58	0,45	**0,45**

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Ao analisar a Participação de Capital de terceiros sobre os Recursos Totais da empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A., que expressa a qualidade da dívida, ou seja, quanto de capital de terceiros a empresa possui em relação a quantidade de capital próprio, verifica-se que no ano de 2018 obteve seu menor índice, o que é favorável, pois para cada R$ 1,00 do total de capital próprio empresa possui R$ 0,38 de capital de terceiros. Ou seja, a empresa possui mais capital próprio (R$ 1,00) do que terceiros (R$ 0,38).

Ao analisar a Participação de Capital de Terceiros que representa a relação entre o que a empresa está devendo a terceiros e o que foi investido pelos acionistas, observa-se que a companhia teve uma variação em relação aos anos analisados, sendo que em 2014 a mesma indicou 1,13 de endividamento, o que não é favorável, onde apresentou maior dependência de capital de terceiros, contudo, em 2018 alcançou 0,61, onde conseguiu reduzir esse índice, melhorando a vida financeira da empresa.

Em relação à Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total, pode-se relatar que a empresa expressou índices favoráveis, sendo que o seu melhor índice foi em 2016, onde para cada R$ 1,00 do total de capital de terceiros (curto e longo prazo) a empresa possui R$ 0,42 de capital de terceiros a curto prazo.

Tabela 4: Índices de Endividamento OI S.A.

Índices	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais	0,81	0,85	0,85	1,20	0,65	0,75	**0,89**
Participação de Capital de Terceiros	4,32	5,73	5,60	-6,08	1,86	3,04	**8,50**
Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total	0,51	0,31	0,87	0,83	0,25	0,22	**0,27**

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Analisado os índices obtidos sobre a Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais, no geral eles apresentam um resultado favorável para empresa OI S.A., sendo que nos anos de 2014 e 2015, que antecedem o processo de recuperação judicial, a empresa expressa um bom resultado com 0,81 para 2014 e 0,85 para 2015. Já no ano de 2016, o índice mantém-se em 0,85 demonstrando que o capital próprio é maior que o de terceiros, pois quanto menor que 1, maior é o capital próprio. Já em 2017, a empresa não apresenta um bom resultado, pois o capital de terceiros é maior que o próprio, representado pelo índice de 1,2. No entanto, nos anos seguintes a entidade volta a apresentar bons índice, sendo um cenário favorável.

Os índices de Participação de Capital de Terceiros representam o quanto é o nível de dependência da empresa de capital de terceiros, sendo que quanto maior o índice, mais dependente a mesma é. Observa-se que nos anos anteriores a recuperação judicial, ou seja, 2014 e 2015 expressam uma alta dependência de capital de terceiros que resulta posteriormente no processo de recuperação judicial. Já o ano de 2016, expressa que a empresa necessita muito de capital de terceiros para manter suas atividades, sendo um índice de 5,60. No ano seguinte, houve uma significativa mudança, pois, a empresa

ISBN 978-65-5629-077-5

passou a possuir um patrimônio líquido negativo, apresentando maior capital de terceiros, obtendo um índice de -6,08. Nos anos seguintes a entidade apresenta crescimento gradual em sua dependência de capital de terceiros, chegando ao valor de 8,50 em 2020, sendo um cenário extremamente desfavorável.

Analisando os índices de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total obtidos, em um aspecto geral, constata-se que a empresa possui um endividamento em sua grande maioria a longo prazo, pois todos os anos analisados são menores que 1, sendo que o período que antecede a recuperação judicial apresenta uma boa qualidade de dívida, 2014, com um índice de 0,51 e 2015 com 0,31. Já com o início do processo em 2016, apresenta um índice de 0,87, e em 2017 um resultado de 0,83 que descreve que a empresa possui mais capital de terceiros a curto prazo do que a longo prazo, sendo desfavorável para a entidade. Em 2018 teve um resultado de 0,25, sendo que em 2019 obteve seu melhor resultado de 0,22, com um leve aumento em 2020 com um índice de 0,27, sendo um cenário favorável em relação a composição do endividamento nos últimos três anos.

4.4 Comparação índices de endividamento OI S.A. e Tim Participações S.A.

Foi identificado que a empresa OI S.A. possui índices de endividamento preocupantes já nos primeiros anos analisados que antecedem o processo de recuperação judicial, sendo que no ano de 2016, início do processo da empresa, a mesma possui elevado endividamento financeiro, enquanto a empresa TIM PARTICIPAÇOES S.A. apresenta índices razoáveis. No ano de 2017, devido a OI S.A. possuir um patrimônio líquido negativo, seu índice de endividamento financeiro também se apresentou negativado, mesmo assim ela continua extremamente endividada, comparado à TIM PARTICIPAÇOES S.A.

O ano de 2018 retrata uma considerável evolução positiva no endividamento da empresa OI S.A., e a TIM PARTICIPAÇOES S.A., gradualmente, obtém melhores resultados, sendo que em 2019 apresenta aumento considerável nos índices de endividamento da OI S.A. No último ano analisado 2020, o endividamento financeiro da empresa OI S.A. cresce desordenado, com um aumento de aproximadamente 200% quando comparada ao ano anterior, já a empresa TIM PARTICIPAÇOES S.A. mantém seus resultados do ano anterior, demonstrando consistência.

4.5 Índices de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade representam a capacidade que uma empresa tem em conseguir gerar retorno financeiro a partir dos investimentos realizados. Os dados são apresentados conforme Tabelas 5 e 6, a seguir.

Tabela 5: Índices de Rentabilidade TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Índices	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Giro do Ativo	0,60	0,48	0,45	0,50	0,53	0,43	**0,41**
Margem liquida	0,08	0,12	0,05	0,08	0,15	0,21	**0,11**
Rentabilidade do Ativo	0,14	0,17	0,02	0,04	0,08	0,09	**0,04**

ISBN 978-65-5629-077-5

Rentabilidade do Patrimônio Liquido	0,10	0,12	0,04	0,07	0,13	0,16	**0,08**

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao analisar o giro do ativo, verifica-se que a empresa não expressa índices favoráveis, pois esse índice indica quanto de vendas líquidas foi gerado em relação ao capital total que foi investido na empresa (ativo total). Desta forma, quanto maior que 1, melhor. O seu melhor ano em comparação aos demais foi 2014.

Em relação a margem líquida que expressa quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao valor de vendas líquidas, a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. teve um crescimento de 2014 para 2015, sendo que no ano de 2016 ocorreu uma diminuição da margem líquida em relação ao ano anterior, contudo, voltou a crescer no ano seguinte, ocorrendo uma queda novamente em 2020. Diante disso para cada R$ 1,00 de vendas líquidas, a empresa obteve R$ 0,11 de lucro líquido, no ano de 2020.

Na análise a Rentabilidade do Ativo, que expressa quanto de lucro líquido a empresa está obtendo em relação ao seu ativo total investido, observa-se que no ano de 2014 e 2015 a empresa obteve seus melhores índices. Verifica-se também que no decorrer dos anos de 2016 a 2019 ocorreu uma constante crescente. Contudo, conforme aconteceu na margem líquida, no ano de 2020 este índice diminuiu.

Em relação à rentabilidade do Patrimônio Líquido, a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. apresenta seus melhores índices no ano de 2014 e 2015, sendo que nos anos de 2016 a 2019 ocorre uma crescente contínua. Porém, no último ano analisado (2020), o índice diminui, obtendo o resultado de 0,08, para cada R$ 1,00 do capital próprio investido na empresa, sendo que a mesma obteve um retorno de R$ 0,08 em lucro líquido.

Tabela 6: Índices de Rentabilidade OI S.A.

Índices	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Giro do Ativo	0,27	0,28	0,32	0,35	0,34	0,15	**0,13**
Margem liquida	-	-	-	-	1,12	-	**-**
Rentabilidade do Ativo	0,16	0,20	0,27	0,28	0,38	0,87	**1,13**
Rentabilidade do Patrimônio	-	-	-	-	1,08	-	**-**
Liquido	0,09	0,14	0,09	0,10		0,13	**0,14**
	-	-	-	0,49		-	**-**
	0,23	0,37	0,57			0,51	**1,36**

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Analisado o giro do ativo da empresa, nota-se que a mesma possui um giro estável, antes do processo de concordata, em 2014 a entidade apresenta um índice de 0,27 e no ano seguinte 2015 a mesma apresenta um índice de 0,28, levando em conta o setor que a entidade atua é plausível que esse giro seja baixo, pois possui um ativo representativo, mas, no entanto seu melhor resultado foi no ano de 2017 sendo 0,35 e caindo ano a ano até chegar a 0,13 no ano de 2020, não apresentando melhora depois do início do processo de recuperação judicial, sendo um cenário desfavorável.

Observa-se que em todos os anos a empresa apresentou resultados negativos, sendo que em 2014 o índice foi de -0,16 caindo para -0,20 em 2015, anos que antecedem o processo de recuperação judicial, em 2016 e 2017 continuou a cair o resultado, 2018

ISBN 978-65-5629-077-5

foi o único período que apresentou um bom índice de 1,12 já 2019 apresenta retrocesso com um índice de -0,87 e 2020 de -1,13 sendo um cenário desfavorável.

Nos índices de rentabilidade do ativo é apresentado que nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 a empresa obteve um prejuízo em relação ao ativo. Já em 2018, ela obteve um retorno positivo de 0,38 representando um lucro líquido de 38% sobre seu ativo. Porém, nos anos subsequentes ela detém prejuízos novamente, encerrando em 2020 com um índice negativo de -0,14, sendo um cenário desfavorável.

Observou-se que nos anos de 2014, 2015 e 2016 a empresa apresentou resultados negativos, acumulando aumento nestes prejuízos, em 2017, no entanto com o índice de 0,49 a mesma obtém um lucro líquido de 49% em relação ao seu patrimônio líquido e esse bom resultado cresce em 2018 saltando para 1,08, cenário favorável, mas, no entanto em 2019 a entidade volta a negativar seus índices sendo -0,51 e em 2020 seu pior resultado -1,36 fechando o período em um cenário desfavorável.

4.6 Comparação índices de rentabilidade OI S.A. e TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Diante dos índices de rentabilidade, pode-se analisar que nos anos de 2014 a 2017 a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. apresentou uma melhor rentabilidade em comparação com a empresa OI S.A., no ano subsequente a empresa OI S.A. melhorou seus indicadores mostrando uma grande recuperação neste quesito, apesar de estar em processo de recuperação judicial a mesma apresentou números melhores que a TIM PARTICIPAÇÕES S.A., nos anos seguidos 2019 e 2020 a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. volta a apresentar números superiores ao da OI S.A., demonstrando assim uma estabilidade financeira na empresa no decorrer dos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo destacar a comparação dos índices econômicos e financeiros através da análise de dados retirados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício (DRE) das empresas TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e OI S.A. Sendo assim, foi possível identificar como os indicadores econômicos e financeiros das empresas listadas acima reagiram durante os exercícios analisados, partindo do pressuposto que a empresa OI S.A. no ano de 2016 inicia seu processo de recuperação judicial.

Quanto à situação financeira, as empresas apresentaram em 2014 e 2015 índices favoráveis, expressando que ambas conseguiam pagar suas dívidas, acrescentando direitos realizáveis e exigibilidades. Em 2016 e 2017, a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. obteve melhores resultados, sendo que neste período a empresa OI S.A. galgava seus primeiros movimentos em seu processo de recuperação judicial. Também se observa que houve uma diminuição na liquidez da empresa OI S.A. em comparação com os anos de 2014 e 2015, bem como, os índices de endividamento da companhia OI S.A. neste mesmo período apresentaram crescimento.

Ressalta-se que no ano de 2018 a OI S.A. melhora seus índices de liquidez, podendo até mesmo ser comparada em 2019 com números relativamente análogos com

ISBN 978-65-5629-077-5

a TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Contudo, em 2020 a empresa OI S.A. apresenta no seu último período analisado, uma melhora significativa nos seus resultados financeiros. Quanto ao índice de Endividamento, a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. apresenta-se muito estável no mercado de telecomunicações. Já a empresa OI S.A. apresentou números preocupantes, pois, sobre esta acepção, ressalta-se que ela passa por uma reestruturação financeira, enfatizando a necessidade da recuperação judicial para o prosseguimento de suas atividades.

Quanto à situação econômica, observa-se que os índices de Rentabilidade da empresa OI S.A., nos anos que antecedem o pedido de concordata, vem apresentando índices desfavoráveis comparados com a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A., pois, já no início do processo de recuperação judicial a entidade não apresentava significativa melhora, apresentando resultados negativos. Desta forma, conclui-se que a empresa TIM PARTICIPAÇÕES S.A. se encontra de forma estável no mercado de telecomunicações, e sem significativas mudanças durante os períodos analisados.

Por outro lado, a empresa OI S.A., apesar do processo de recuperação judicial, não apresentou melhoras relevantes em relação a sua situação anterior, pois seu índice de endividamento representou nos últimos anos alta dependência de capital de terceiros, e a sua rentabilidade retrata que a companhia não obteve capacidade de conseguir gerar retorno financeiro a partir dos investimentos realizados, indicando no último ano analisado que a empresa se tornou menos rentável. Vale ressaltar que devido às ações de quitação de suas obrigações, a empresa apresenta nos últimos anos analisados melhora nos índices de liquidez. Portanto, o processo de recuperação judicial não impactou positivamente o cenário financeiro e econômico da empresa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lauro Eduardo Soutello. **Governança e cidadania empresarial.** Revista de Administração de Empresas, vol. 41, n. 4, p. 78-86, out./dez. 2001.

ARAUJO, Aloísio; LUNDBERG, Eduardo. **A nova lei de falências: uma avaliação. Economia bancária e crédito** – avaliação de 4 anos do projeto juros e spread bancário. Banco Central do Brasil, 12/2003. p. 44-57. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços:** Um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Estrutura e análise de balanços.** 10. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

_____. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico financeiro. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilsen Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.

ISBN 978-65-5629-077-5

ed. atual. São Paulo: Editora Atlas, 2013. 195 p.

BLATT, Adriano. **Análise financeira das empresas:** estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: Makron books, 2001. p. 232. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/32. Acesso em: 10 maio 2021.

BONATELLI, Circe. **Oi aprova mudança em plano de recuperação judicial e pode seguir com venda de ativos**. São Paulo, 9 set. 2020. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/09/09/oi.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 11.101, 9 de fevereiro de 2005. **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.** LEI 11.101. [*S.l.*: s.n.], 2005. Art. 47 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

FAVORE, Eduardo. **A recuperação judicial e os créditos da anatel:** o caso do estudo grupo oi. Orientador: Prof. Dr. Fabiano Hartmann Peixoto. 2017. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/18879. Acessado em: 11 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 184 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços:** análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 225 p.

_____. **Análise de balanços**: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira, indicadores e análises especiais (análise de tesouraria de Fleuriet, EVA, DVA e EBITDA). 10. ed. atual. São Paulo: Atlas S.A., 2013. 249 p.

JUNIOR, José Hernandez Perez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4. ed. atual. São Paulo: Atlas S.A., 2009. 281 p.

LAZZARINI, A. A. Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas. *In:* DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, A. A.; ANTONIO, N. M. L. (org.). **Direito recuperacional: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

LCA CONSULTORES (Brasil). **Diagnóstico, cenários e ações para o Setor de Telecomunicações no Brasil**. São Paulo: [*s. n.*], jul. 2011. p. 236. Disponível em: http://www.telebrasil.org.br/pesquisa-personalizada. Acesso em: 14 maio 2021.

LIMA, G. H. B. F. de. **Desempenho econômico-financeiro da empresa tim s.a: um estudo das demonstrações contábeis no período 2010-2015**. Orientador: Flávio Lemenhe. 2016. 74 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2016. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15412. Acessado em: 11 abril 2021.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10. ed. 2. Reimpressão, São Paulo: Adas, 2009, 262 p.

MARQUES, J. A. V. da C.; JÚNIOR, J. B. A. C.; KÜHL, C. A. **Análise financeira das empresas**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2015. 356 p. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37880. Acesso em: 10 maio 2021.

MARTINS, L. O. S.; SANTOS; P. H. de O. Impactos da convergência contábil em índices econômicos e financeiros nas empresas baianas nos períodos de 2003 a 2007 e 2010 a 2014. **RACEF.** v. 8, n. 1, p. 69-79, 2017. Disponível em: https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/343/pdf_45. Acesso em: 11 abr. 2021.

OI S.A. (Brasil). **Histórico:** nossa história. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://ri.oi.com.br/sobre-a-oi/historico/. Acesso em: 14 maio 2021.

PELEIAS, I. R.; JÚNIOR, S. M.; WEFFORT, E. F. J.; ORNELAS, M. M. G. **Recuperação judicial. Interfaces jurídico-contábeis em processos de recuperação judicial na Comarca de São Paulo**. 2016. 17-34 p. DOI 10.4025/enfoque.v35i2.30607. Disponível em: file:///C:/Users/MATHEUS/Downloads/Peleias_Moro_Weffort_Ornelas_2016_Interfaces-juridico-contabeis-_42291%20(2).pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 196 p.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed. atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 2011. 252 p.

SILVA, J. P. da. **Análise financeira das empresas**. 11. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012. 585 p.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, V. **Como está o processo de recuperação judicial da Oi**. [*S. l.*], 30 set. 2019. Disponível em: https://comparaplano.com.br/blog/recuperacao-judicial-da-oi/. Acesso em: 16 maio 2021.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. (Brasil). Perfil: Sobre a Tim. [*S. l.*], 2020. Disponível em: https://ri.tim.com.br/ShowCanal/Perfil?=6Nxho17tibJK6AIKPRhCXA==. Acesso em: 14 maio 2021.

ZDANOWICZ, J. E. **Gestão Financeira para Cooperativas.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

ADOECIMENTO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DA PANDEMIA

Iorran de Paula Nunes[1]
Marta Lindenmayr Döwich[2]
Natalia Nayara Alves[3]
Polyane Christina Ghiggi Werner[4]

RESUMO: O contexto a ser analisado engloba um período estendido de isolamento, algumas questões que se agravaram foram trazidas para analise, principalmente sobre o aumento de adoecimentos de docentes e o motivo por trás de tais acontecimento. Em um ambiente onde os sujeitos apresentavam um despreparo para tal mudança, novos desafios enfrentados pelos professores, novas formas de ensino e aprendizagem, relação entre pais, alunos e professores, carga horaria estendida e outras variáveis foram pontos levados em consideração na construção do artigo. Para tal entendimento sobre os motivos presentes em um adoecimento serão apresentados dados anteriores ao processo pandêmico e fatores que contribuíram com o aumento dos números de adoecimentos patológicos em docentes.

Palavras Chaves: Docente. Adoecimento. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

Com a instauração de uma situação problemática causada pelo vírus Sars-coV-2 ou COVID-19, originada em Wuhan, China, e atingindo aproximadamente 200 países desde o final do ano de 2019, sendo declarada como estado pandêmico em 11 de março de 2020 de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), ocorreram mudanças significativas em vários setores e costumes da vida cotidiana, como o uso de máscaras e álcool em gel, o sistema de *lockdown* que se fez presente em muitos territórios para amenizar a curva de contágio, independentemente de seu estágio de desenvolvimento além da promoção de leis e decretos que visavam o controle de risco da doença.

Mudanças comerciais impactaram a economia de diversos países, assim como mudanças nos sistemas de saúde, com áreas próprias para o cuidado de enfermos diagnosticados com o vírus e a urgência do desenvolvimento de uma vacina. Contudo, a esfera da educação também passou por mudanças significativas, a adaptação de aulas e didáticas presenciais para o formato virtual foram alguns dos desafios que diversas equipes pedagógicas ao redor do mundo enfrentaram durante esse período.

Além dos desafios de transformar tantas atividades e metodologias para o formato *online,* pedagogos também apresentaram o desafio de lidarem com as doenças que afetaram diversos cidadãos como a ansiedade, depressão ou o estresse em meio a pandemia e seguirem com este novo formato de ensino. Este estudo irá abordar o

[1] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[3] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[4] Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

adoecimento dos professores nesse contexto pandêmico, analisando as principais causas, doenças e medidas amenizadoras que docentes apresentaram durante a propagação da COVID-19 em seus respectivos ambientes.

A temática do presente artigo ocorreu devido a necessidade de evidenciar e informar os obstáculos e efeitos desse fenômeno nos profissionais da pedagogia e seu bem estar psicológico, sob o contexto de relatar as problemáticas que a pandemia ocasionou na saúde mental de docentes, este artigo reuniu estudos e dados que reforçam e constroem uma linha que apresenta possíveis fatores que desencadeiam esse adoecimento, dificuldades e à proporção que tais patologias afetam aos professores nesse período além de estratégias para amenizar esse desgaste emocional evidenciado nos documentos citados neste estudo.

2 RELAÇÃO EM CUIDADO COM O OUTRO EM UMA REDUÇÃO DE ADOECIMENTOS DOS PROFESSORES

2.1 Auto Cuidado

Ponderando a saúde dos professores em um contexto marcado por sobrecarga de trabalho, incertezas e inseguranças com relação à pandemia, que tem como resultado influências e alterações no corpo, mente, espírito e emoção dos mesmos. Uma das formas para conseguir alcançar a promoção da saúde desses docentes seria estimular o autocuidado, com fins de benefício próprio e bem estar (LEITÃO *et al*., 2021).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não é somente definida como ausência de doença, no entanto também está relacionada com o bem estar físico mental da população (OMS, 1946). Correlacionado com o tema saúde e autocuidado, este último conceitua-se como:

> O autocuidado é uma atividade do indivíduo aprendida pelo mesmo e orientada para um objetivo. É uma ação desenvolvida em situações concretas da vida, e que o indivíduo dirige para si mesmo ou para regular os fatores que afetam seu próprio desenvolvimento, atividades em benefício da vida, saúde e bem estar (OREM, 2001, p. 3).

Segundo Radünz (2001) o autocuidado está intrinsicamente relacionado a uma visão holística do ser humano, onde o mesmo não é percebido e analisado como sendo somente um todo, pelo contrário, o indivíduo é visto como a soma de suas partes, considerando, portanto, o biológico, psicológico, social e também espiritual. O cuidado de si não deve ser visto de maneira metódica, porem algumas estratégias podem ser usadas de exemplificação de como se efetiva o autocuidado, dentre elas: frequência em realizar exercícios físicos, comer de forma adequada e saudável, descanso, planejamento de atividades, psicoterapia.

Como citado no parágrafo anterior, é possível citar algumas formas de autocuidado, entretanto elas estão relacionadas principalmente ao bem estar físico e mental de uma forma geral. Existem inúmeros modos de promover o cuidado de si, só que de fato citar como exemplo algo pessoal torna-se impossível de generalização, já

ISBN 978-65-5629-077-5

que o lazer é uma forma de autocuidado e que pode ocorrer de diversas maneiras em razão de possuírem um significado único e subjetivo.

A qualidade do ensino, a forma como se caracteriza a relação docente e aluno, assim como também a maneira que esses aprendem, está intrinsicamente relacionado com o bem estar e a saúde deste docente. O cuidado de si dos professores é de suma importância para que se obtenham bons resultados em seu trabalho. (ARENS; MORIN, 2016).

Conforme Silva e Brito (2014) "Para facilitar o desenvolvimento de comportamentos de autocuidado é necessária organização, disponibilidade e acessibilidade aos cuidados de saúde e a outros equipamentos sociais". Portanto, para o acréscimo de profissionais docentes que realizam autocuidado faz-se necessário o incentivo externo e apoio estatal.

É crucial que os gestores educacionais se atentem a respeito da qualidade de vida e da saúde físico mental dos docentes. Ademais os mesmos devem elaborar políticas públicas e privadas que garantam a promoção e prevenção da saúde destes profissionais, frente a um cenário como o da Pandemia, faz-se necessário utilizar os meios digitais como ferramenta e base para a criação de locais de fala, onde possibilite o canal de comunicação do compartilhar de sentimentos e angústias, ressignificando os momentos vividos na atualidade. (MOREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 239).

3 FATORES DESENCADEADORES DO ADOECIMENTO

3.1 Os professores estavam preparados para isso?

A pandemia advinda do COVID-19 impactou o mundo todo, nas mais diversas áreas, o que acarretou sentimentos como de angústia e incerteza na população. No Brasil, o setor da saúde foi afetado pela propagação constante e gradativa do vírus, que ocasionou a falta de leitos, fazendo com que novos hospitais fossem construídos, sendo alguns de retaguarda (OPAS/OMS, 2020).

O fechamento do comércio, a necessidade do isolamento social e do uso de máscaras atingiu a economia, consequentemente aumentou o desemprego e em contrapartida diminuiu a renda familiar brasileira da grande maioria. Da mesma forma a área educacional sofreu modificações não esperadas, onde se fez necessário a ocorrência de mudanças que não estavam no plano de ensino, mas que foram implementadas pela Organização Mundial de Saúde (2020) como medidas de prevenir a contaminação do COVID-19.

Souza e Evangelista (2020) reportam que o isolamento social acarretou a necessidade das aulas serem á distancia (EaD), os professores e alunos tiveram que se adaptar a essa nova realidade e modalidade de ensino, que já era utilizada, mas não da mesma frequência e nem nas escolas públicas e particulares de um modo geral.

Entretanto, o ensino à distância "traz diversos desafios ao professor, um deles relaciona-se ao uso das tecnológicas de informação e comunicação, podendo repercutir nos aspectos físicos, emocionais e sociais das pessoas". (VALENTE et al., 2020).

Braga e Thadei (2018, p.11) relatem que:

ISBN 978-65-5629-077-5

> As mudanças no sistema educacional tiveram que ser realizadas rapidamente, de sorte que, de um dia para o outro, os professores precisaram transpor conteúdos e adaptar suas aulas presenciais para plataformas on-line com o emprego das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), sem preparação para isso, ou com preparação superficial, também em caráter emergencial. Cabe destacar que a incorporação das TDIC nas instituições escolares ainda é um entrave na realidade nacional; problemas de infraestrutura e de formação docente deficitária são variáveis importantes que interferem diretamente em uma utilização crítica, intencional e produtiva das tecnologias.

Dessa forma, segundo Moreira, Henrique e Barros (2020), os professores não estavam preparados para essa mudança no ensino de forma tão repentina, até pela razão de nunca terem vivenciado uma pandemia antes, mas em virtude da situação e as modificações que sucederam, os docentes tiveram que se adaptar de forma abrupta. Em parte, devido o constante crescimento e inovação da tecnologia, o período atual capitalista informacional exige dos docentes uma constante atualização, formação continuada e dinâmica no que diz respeito as novas metodologias de ensino, contudo essa continua cobrança é um dos diversos fatores desencadeadores do adoecimento docente.

3.2 O bem-estar emocional dos docentes no processo de ensino-aprendizagem

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) designa a categoria docente, desde o ano de 1983, como a segunda classe profissional, a apresentar e possuir doenças de carácter ocupacional, a começar abrangendo questões relacionadas à reações alérgicas ao pó de giz, gastrite e até situações mais complexas como a esquizofrenia. O estresse que afeta os professores é um derivado de diversas dificuldades presentes diariamente somados a um aglomerado de mal-estares. (DEJOUR, 1988).

Praun (2016) afirma que com a disseminação da globalização, sob a lógica capitalista e a busca crescente pela produtividade, acarretou e ainda gera nos dias de hoje um desgaste físico e mental dentre a classe dos trabalhadores, desencadeando instabilidade, angustia e medo do desemprego. A questão do adoecimento de docentes nesse contexto profissional e de saúde, não é um assunto desconhecido, como dito anteriormente. O esgotamento dos professores anexo ao processo intenso de trabalho aumentou a probabilidade de adoecimentos destes docentes.

Conforme Silva, Bernardo e Souza (2016), as principais dificuldades enfrentadas pelos professores dentro do contexto pandemia, estão sendo: a sobrecarga de trabalho, conseguir lidar com a tecnologia, dificuldade de conciliação do trabalho com atividades domiciliares, falta de equipamento necessário para as aulas *online*, desconforto com a exposição das aulas e a falta de reconhecimento e valorização social assim como

ISBN 978-65-5629-077-5

profissional.

Seguindo esta lógica, Moreira e Rodrigues (2018) mencionam que essas situações advindas da pandemia, provocaram mais tensão e estresse nos profissionais da educação. Fazendo com que sejam mais comuns patologias derivadas dessas condições de trabalho esgotantes, como síndrome de Burnout, ansiedade, depressão, abuso no uso de álcool e outras drogas, psicomatização, e em alguns casos levando ao extremo, o suicídio. Alguns sintomas comuns como dores nas mãos, pés inchados com frequência, dores nas costas e vista cansada, foram relatados pelos docentes.

Os professores estão inseridos em um ambiente propício ao adoecimento mental, devido aos impactos causados pelo Covid-19 e por isso requerem maior atenção. Schmidt et al. (2020, p.7) afirmam que:

> Vale frisar que o cuidado com a saúde mental dos educadores precisa ser levado a sério, como também, precisa ser considerado como um elemento crucial na elaboração de medidas tanto para as atuais condições de trabalho em formato home office, como para os planos de ação e estratégias para o retorno das aulas presenciais nas escolas. Sabemos que comumente na vigência de pandemias, a saúde biológica das pessoas e o combate ao agente patogênico são os focos principais de atenção de gestores, políticos, cientistas e profissionais da saúde, de modo que as consequências sobre a saúde mental tendem a ser negligenciadas ou desconsideradas. Contudo, a execução de ações e diligências preventivas e promotoras de saúde para reduzir as implicações psicológicas da pandemia não podem ser deixadas de lado neste momento.

Nessa perspectiva, políticas públicas precisam ser executadas, como ações preventivas e emergenciais voltadas ao bem estar emocional e a saúde dos docentes. É de suma importância que o profissional professor esteja saudável e emocionalmente bem, pois o mesmo serve de base para a formação e desenvolvimento de seus alunos, além do fato de que adoecimento deste profissional acarretaria em variadas consequências pessoais (ORENELL et al., 2020).

4 EFEITO DA PANDEMIA EM OUTROS PAÍSES

Com a rápida contaminação da COVID-19 ao redor do mundo, diversos países enfrentaram obstáculos em diversos setores, como esportivo, econômico, sanitário e na educação, no último, alternativas como o ensino remoto e o ensino a distância foram implementadas por uma extensa gama de regiões afim de não estagnar o processo de aprendizagem, contudo, tais ferramentas e obstáculos não se mostraram difíceis apenas aos alunos, mas também para os professores.

Na Indonésia, uma pesquisa liderada por Aliyyah et al. (2020) teve como objetivo analisar as opiniões de professores do ensino primário sobre o aprendizado online oferecido por um programa chamado escola em casa (School from home ou SFH), durante a pandemia da COVID-19, utilizando como base 67 professores indonésios que

ISBN 978-65-5629-077-5

utilizavam deste projeto entre março e começo de junho de 2020.

Na pesquisa, foi apontado que a implementação inicial do SFH apresentou problemas como a mudança abrupta de infraestrutura das escolas para integrar os sistemas online de ensino, a instrução da equipe escolar para com esse sistema e a transição rápida de métodos de ensino que transitaram do modelo face a face para o modelo remoto.

Além dos desafios que as instituições de ensino indonésias passaram, os professores encontraram obstáculos sobre sua metodologia, o primeiro apontamento desses obstáculos é o uso de "mídia instrucional" que são a utilização de ferramentas midiáticas que visam o objetivo de facilitar a compreensão dos estudantes acerca de determinado conteúdo. Antes da pandemia, a mídia instrucional mais utilizada pelos professores eram vídeos, tanto que foram adquiridos pela plataforma YouTube quanto conteúdo que os próprios docentes produziram. No cenário pandêmico, o uso dessas mídias para alguns professores se tornou um desafio como a fala traduzida do professor intitulado de "Professor 12": "eu achei desafiador de usar outras mídias instrucionais além de vídeos por conta das condições pandêmicas me limitam [de ser] mais criativo em fazer outras mídias".

Além das mídias instrucionais, há também os métodos instrucionais, sendo o mais comum usado pelos professores da SFH o formato "questões e respostas", sendo um método de menor dificuldade para avaliar o entendimento dos alunos acerca do conteúdo aprendido, esse formado é geralmente usado junto a plataformas como Zoom, Google Classroom e PowToon. Contudo, problemas como sinais não favoráveis de internet e a condição das aulas virtuais são fatores que prejudicam o aprendizado.

Em relação ao suporte para com os professores, que enfrentam tais desafios no processo de ensinar, apoio de colegas, diretores e das escolas são importantes, já que com a ausência destes, o docente provavelmente perderá a confiança e o entusiasmo. A motivação dos professores indonésios no SFH apresentou altos e baixos durante sua implementação, no estudo foi apontado três fatores para a motivação dos professores durante a pandemia do COVID-19 sendo estes o espírito de professor para continuar com o ensinamento online, o entusiasmo do docente e os deveres e obrigações do professor, estes três tópicos se interconectam e determinam o sucesso do professor com o aprendizado para os alunos.

A questão de não instruir face a face é um fato que diminuí a motivação dos docentes, no artigo, o uso do SFH é algo que não entusiasma tanto quanto o face a face, após três meses do início do "School From Home" a motivação dos professores declinou, fazendo-os ir contra suas vontades para cumprir as obrigações do ensino.

Outros países como a Dinamarca, o estudo realizado em 2021 por Kirsten Nabe-Nelsen e outros colaboradores acerca da gestão de riscos e as reações emocionas sobre o vírus em pedagogos, realizado com 2.665 professores das escolas públicas apontou que uma grande parcela tem conhecimento das medidas que o governo local impôs para o controle do Sars-coV-2 e que se sentem seguros com as atitudes dos seus colegas, contudo, a preocupação daqueles que estão ensinando remotamente de voltar as aulas presenciais (34%) é maior daqueles que já estão ensinando presencialmente (19%).

O artigo também aponta uma relação das questões sociodemográficas com os

ISBN 978-65-5629-077-5

fatores emocionais, onde foi constatado que os professores homens apresentam uma tendência menor de sentirem medo da transmissão da doença, com relação a idade, os docentes que possuíam 50 anos ou mais frequentemente relatavam preocupações e receios de ir ao trabalho por medo de serem contaminados.

Esse medo da contaminação também foi reportado com mais frequência em professores da região da Zelândia, região administrativa da Dinamarca. Fora da região Capital, foi observado que os professores apresentavam um temor maior sobre a possibilidade de o vírus ser transmitido pelos alunos, além disso houve a constatação que docentes que compartilham o lar com crianças e/ou adultos possuem um medo maior de serem contaminados no trabalho.

Ao analisar estudos sobre a situação dos professores na China, epicentro da transmissão do COVID-19, o artigo "Prevalência e fatores de ansiedade durante a epidemia de doença coronavírus 2019 (COVID-19) para professores de epidemia na China (2020) (*Prevalence and factors for anxiety during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) epidemic aming teachers in China*, 2020), feito com 88.611 pedagogos de diversas etapas de ensino, como ensino fundamental, ensino médio e professores universitários, onde 23,07% eram do sexo masculino divulgou que 12.110 docentes já apresentaram sinais de ansiedade durante o surto do COVID-19 na China.

O maior índice de ansiedade entre os participantes foi de 14,06%, encontrado em homens entre 60 e 100 anos de idade e 14,70% em mulheres com idade entre 50 e 60 anos. Com relação a níveis mais baixos de ansiedade, esses se configuram em 12,36% em homens entre 40 e 50 anos e 11,76% em mulheres entre 60 e 100 anos de idade, docentes que lecionam em cidades do interior possuem uma taxa de ansiedade mais baixa em todos os grupos separados pela idade.

Com relação ao nível de especialização, estes também aumentaram a incidência de ansiedade, assim como docentes que apresentam um comportamento não saudável em relação a prevenção da COVID-19 comparado a pedagogos que possuem um comportamento saudável, também foi apontado que professores do ensino médio possui um risco inferior de desenvolver ansiedade do que os professores do ensino primário. Além disso, mulheres tem uma taxa menor de apresentarem incidentes de ansiedade comparado com os homens.

Em suma, é observado que a crescente contaminação pelo vírus Sars-coV-2 se mostra como um desafio que não se delimita a países menos desenvolvidos, sendo também um obstáculo para países que são considerados "potências" como Dinamarca e China, com um IDH de 0,940 e 0,761 de acordo com a PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), não sendo exceção quanto as problemáticas e adaptações dos sistemas educacionais, como mudanças de infraestrutura e metodologia durante este período bem como ao desgaste emocional dos docentes que atuam em seus territórios por conta das condições abruptas que foram submetidos e também ao medo de contraírem o vírus são características que convergem entre os países apesar da diferença geográfica entre eles.

ISBN 978-65-5629-077-5

5 EFEITO DA PANDEMIA NO BRASIL

Recentemente o fenômeno do adoecimento de docentes recebeu uma grande atenção, mas será que isso significa que só agora surgiu essas enfermidades? A resposta é não. O adoecimento sempre esteve presente na vida de muitos docentes, e agora mais intensificado devido aos ajustes necessários e as novas cobranças sobre sua profissão.

Na tabela a seguir podemos observar algumas queixas frequentes anteriores ao processo pandêmico

Tabela 1 – Tipos de queixas clinicas mais frequentes

Queixas	Total	%
Outras[89]	508	18,7%
Choro e Isolamento social	405	14,9%
Insônia e falta de apetite	384	14,1%
Angústia e Irritabilidade	307	11,3%
Conflitos familiares	279	10,3%
Conflitos com a gestão: escola e SEED	221	8,1%
Dores no corpo	185	6,8%
Conflitos com alunos	137	5,0%
Luto familiar	95	3,5%
Ideias e tentativas suicidas	81	3,0%
Conflitos com colegas	78	2,9%
Problemas financeiros	37	1,4%
Total	2.717	100%

Fonte: SILVA (p.224) – dez/2014

Na pesquisa realizada por Silva (2017), foi destacado algumas questões desgastantes na fala dos profissionais, onde a soma desses sintomas afeta o humor e a disposição tanto no trabalho quanto na vida pessoal, causando uma sobrecarga nos profissionais da educação.

No Brasil foi realizado um estudo por Oliveira et Al. (2017) onde foi apontado que a função cobrada dos professores exigia uma carga horária e disponibilidade maior em seu trabalho causando um grande desgaste psíquico e emocional nos profissionais. os distúrbios psíquicos mais presentes nesses profissionais foram transtornos relacionados ao estresse, transtorno de ansiedade e depressão, por si só esses três afetam diretamente no emocional.

Diante a um mundo globalizado, nos meios sociais sempre circularam diversas

ISBN 978-65-5629-077-5

críticas que desautorizavam o sofrimento dos docentes, todo esse julgamento agravou no quadro de adoecimentos em sentimento de culpa e frustração. A instabilidade do psíquico também afeta o físico, o corpo reflete o desgaste acumulado podendo vir a desenvolver doenças físicas.

Baseando se nas pesquisas elaboradas juntamente com discussões, é possível uma breve percepção do tempo em que o problema ocorre e percebe-se que não é um empecilho da atualidade, mas sim um problema que ocorre já há muito tempo, afetando a profissão. Porém esse problema era oculto dos olhares superficiais da população, pois as vítimas temiam um olhar de reprodução da sociedade e sofriam silenciosamente, guardando para si as suas lamentações. Após vários anos com essa situação se estendendo, a população finalmente está se atentando a detalhes antes negligenciados, juntando as partes do quebra-cabeça que oculta o problema em que os professores vivem diariamente e finalmente mostrando empatia e preocupação sobre o assunto.

5.1 Estudos sobre o adoecimento durante a pandemia.

De acordo com o artigo escrito por Silva et Al. (2021) apresentou que no processo pandêmico as taxas de ansiedade, depressão e estresse aumentaram respectivamente 39.4% (10% para 49.4%), 13% (15.9% para 28.9%) e 37% (12.6% para 50.6%). No estudo composto por países como China, Brasil, Estados Unidos da América, Índia e Espanha, foram incluídos professores de nível universitário e escolar entre as idades de 24 a 60 anos, com uma parte majoritária lecionando de modo remoto.

Em relação a professores brasileiros é apontado que 15.5% dos docentes participantes alegaram já entrarem em contato com alguém contaminado pela COVID-19 e outra pesquisa feita por Evanoff et al. (2020), destacou que 16.3% dos professores já contraíram o vírus

Referente a ansiedade, dois estudos comprovaram que a taxa dessa doença entre professores aumentou de 10% para 49.4%, prevalecendo em docentes do sexo feminino, de acordo com Ozamiz-Etxebarria et al. (2021) a ansiedade tem alta prevalência entre professores com doenças crônicas e docentes com uma idade cronológica maior possuem menos propensão a desenvolver a doença. Outro artigo desenvolvido por Li et al. (2020) evidenciou que o nível de especialização e atuação do professor diferencia na porcentagem de ansiedade, na pesquisa 14.7% dos professores de ensino médio, 12.7% de docentes com pós graduação e 13.4% com mestrado apresentavam ansiedade.

Sobre a depressão um aumento de 15.9% para 29.9% foi identificado em pesquisas nas Américas como artigo de Cruz RM, Rocha RER, Andreoni S, et al. (2020), contudo na Europa esse aumento foi para 32.2% como mostra Ozamiz-Etxebarria et al. (2021) que identificou baixa tendencia de depressão em professores universitários do que em professores escolares, além disso o autor também identifica uma probabilidade maior de depressão em docentes com doenças crônicas.

Ao estresse foi relatado um aumento de 12.6% para 12.7% nas Américas e 50.6% na Europa. Esse estado é identificado com maior facilidade em professoras (52.1%) do que em professores (43.9%), a idade também é um fator que contribui para uma menor chance de desenvolvimento do estresse, onde pedagogos com idade de 46 anos ou mais

ISBN 978-65-5629-077-5

possuem uma menor tendencia de estresse.

Com esses estudos podemos analisar e comparar os dados anteriores aos atuais e comprovar que o número de professores adoecidos subiu significativamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo o assunto abordado está muito presente em nossa sociedade, de certa forma pode-se dizer que o tema recebeu notadamente maior enfoque, porém ainda não foi possível alcançar o devido valor e reconhecimento almejados em relação à gravidade das consequências do adoecimento docente dentro desse cenário pandêmico. Como dito anteriormente, reiteradamente isso gera e faz com que perpetue um julgamento do senso comum perante esse adoecimento.

Durante o estudo e construção do trabalho foi possível perceber que alguns dos fatores de adoecimento dos docentes foram as cobranças frequentes recebidas e o peso que vinha com elas, o excesso de trabalho e carga horaria extra principalmente durante o processo pandêmico, todo o seu planejamento de aulas e materiais utilizados precisou ser adaptado de formar nunca imaginadas para que conseguissem atender as novas maneiras de ensino.

As aulas online eram um luxo que não chegava a todos, muitos alunos não tinham condições de acompanhar as aulas remotamente, principalmente crianças que precisaram usar celulares e aparelhos eletrônicos dos pais. Dessa maneira os professores tinham dois trabalhos, dar a aula preparada para as crianças e ainda atender os pais em horários diversos para explicar as atividades e tarefas das crianças.

Agora não existiria diferença entre casa e trabalho, os dois meios estão ligados no mesmo ambiente, a casa passou a ser uma extensão do trabalho, afinal o ensino seguiu o rumo remoto, mesmo que a aula encerre para os alunos, muitos professores precisam passar o relatório desempenho de atividades realizadas durante a aula e ainda deixar o planejamento pronto para o dia seguinte, eles receberam horas a mais de trabalhos e continuaram a receber os mesmos valores mensais.

Diante disso um dos principais objetivos desse artigo forão expor de forma breve e sucinta alguns dos fatores predominantes e de suma relevância em relação ao desencadeamento do adoecimento de profissionais educadores, portanto esse tema merece reconhecimento e visibilidade, pois quanto maior a ênfase maior também são as chances de se fazer notar a importância de uma nova elaboração e formação no que diz respeito às políticas públicas da educação e saúde psicossocial desses profissionais.

Em meio ao caos gerado pelo vírus COVID-19, doenças psicossociais que antes já eram comuns, acabaram por se agravar em muitos casos, o que acarretou em um gradativo crescimento nos dados de profissionais adoecidos, o que foi possível observar nas pesquisas supracitadas. Por fim, argumenta-se favoravelmente a respeito da relevância em se criar um novo plano de ação e que esse por finalidade provoque mudanças, atentando-se na saúde e bem estar desses docentes.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

ALI, W. **Online and Remote Learning in Higher Education Institutes: A Necessity in light of COVID-19 Pandemic.** In: Higher Education, v. 10, n. 3, 2020.

ALIYYAH, Rusi Rusmiati et al. The Perceptions of Primary School Teachers of Online Learning during the COVID-19 Pandemic Period: A Case Study in Indonesia. **Journal of Ethnic and Cultural Studies.** 2020. Disponível em http://www.ejecs.org/index.php/JECS/article/view/388.

BRAGA, R. Apresentação. In: FAUSTO, C.; DAROS, T. **A sala de aula inovadora:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 6-7.

Cruz RM, Rocha RER, Andreoni S, et al. **Returning to work? Mental health indicators of the teachers during the COVID-19 pandemic.** Rev Polyphonía2020;31(1):325-344.

DEJOURS, C. **A Loucura no Trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: CortezOboré, 1988.

LEITÃO, Ana Célia Diogo *et al.* **Gestão do Trabalho, Educação e Saúde: desafios agudos e crônicos.** Disponível em: https://downloads.editoracientifica.org/articles/210203202.pdf. Acesso em: 15/07/2021.

Li Q, Miao Y, Zeng X, et al. **Prevalence and factors for anxiety during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) epidemic among the teachers in China**. J Affect Disord2020;277:153-158.

MOREIRA, D.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. In: **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236-257, jul./set. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180023. Acesso em: 17/06/2021.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **A condição dos professores:** recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/UNESCO, 1984.

Oliveira, Amanda da Silva Dias et al. **Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras**. Scielo Brasil. Dezembro 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132.

OMS. **Preamble to the Constitution of the World Health Organization**. WHO, New York, USA. 1946**.**

OPAS/OMS. **Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.**

ISBN 978-65-5629-077-5

Folha informativa Covid-19. 07 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_ content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 17 de junho de 2021.

Ozamiz-Etxebarria N, Santamaría MD, Mondragon NI, et al. **Emotional state of school and university teachers in northern Spain in the face of COVID-19. Rev Esp Salud Publica2021;95:e202102030**.

PEREIRA M. M. M.; XAVIER, S. S. M.; ARAÚJO, M. G. P.; VALENÇA, C. N.; MENEZES, RMP, G. R. M. **A Teoria do Autocuidado de Orem e sua aplicabilidade como marco teórico: análise de uma pesquisa**. Rev. enferm. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/6733/5980.> Acesso em 14 junho de 2021.

PRAUN, L. A solidão dos trabalhadores: sociabilidade contemporânea e degradação do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 14.

SCHMIDT, B. et al. "Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)". **Estudos de Psicologia**, vol. 37, maio, 2020.

SILVA, A.; BRITO, I. **Instituições de ensino superior promotoras de saúde**. In R. Pedroso, & I. Brito (Eds.), Saúde dos estudantes do ensino superior de enfermagem: estudo de contexto na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Série Monográfica Educação e Investigação em Saúde (pp.17-31). Coimbra: Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem (UICISA: E) / Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnfC), 2014.

SILVA, David Franciole Oliveira et al**. Prevalence of anxiety, depression, and stress among teachers during the COVID19 pandemic**: Systematic review. Natal –RN, 2021. Disponível em: https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.05.01.21256442v1

SILVA, M. P.; BERNARDO, M. H.; SOUZA, H. A. "Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento". **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 41, dezembro, 2016.

SILVA, Selma Gomes da. **Travessias entre a sala de aula e o consultório**: trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores. 2017. 489f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22463. Acesso em 03 de junho de 2021.

VALENTE, et al. O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e843998153, 2020. DOI: http:// dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.8153

ISBN 978-65-5629-077-5

PANDEMIA COVID – 19: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA VISÃO DOS GESTORES CONTADORES DE EMPRESAS DO RAMO FARMACÊUTICO

Juliana Teresinha de Freitas[1]
José Roberto Domingues da Silva[2]

Resumo: Este estudo investigou a percepção da adaptação dos serviços contábeis na visão dos gestores contadores de empresas do ramo farmacêutico na pandemia. O estudo foi um levantamento com corte entre os meses de agosto e setembro de 2021 sem considerar a evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, composto por 17 questões, sendo 1 aberta, sobre a mudança nas legislações e 16 fechadas, com escala de avaliação mista, sendo, escala de concordância: concordo totalmente a discordo totalmente; escala de importância: muito importante a sem importância; bem como, escala de utilidade: extremamente útil a nem um pouco útil. A população pesquisada foram os gestores contadores de empresas do ramo farmacêutico. Os dados foram tratados em formato de gráficos com as respostas coletadas e descritos em algumas questões complementando os gráficos. Os resultados apontaram algumas adaptações dos serviços contábeis na pandemia na visão dos gestores contadores do ramo farmacêutico, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis de forma a continuar as atividades e entregas das obrigações corretamente, sendo essencial, o papel do contador nas empresas para interpretar as novas legislações e gerir os dados de forma organizada.

Palavras-chave: Pandemia. Contabilidade Digital. *Home office*.

1 INTRODUÇÃO

Observando o cenário atual, nota-se que a contabilidade é um importante instrumento nas empresas. A contabilidade tem como finalidade manter o registro e o controle do patrimônio das organizações, visando promover informações para que os usuários tenham conhecimento sobre aquele momento e tomem as decisões necessárias (MARQUES, 2010).

Com o avanço tecnológico surge também a necessidade de aperfeiçoar os serviços contábeis, explorando ideias para manter a produtividade, qualidade, eficiência e melhora nas rotinas do profissional contábil, em vista disso, integrando o contexto atual, a pandemia do *COVID-19*, iniciada com o primeiro caso confirmado em fevereiro de 2020 (SANARMED SAÚDE, 2020), é adotado o uso de máscaras e distanciamento social, consequentemente, surge a necessidade de introduzir novos métodos de trabalho, muitas vezes adotando o *home office* nos escritórios, conduzindo ao uso dos meios digitais para trabalhar e se comunicar. A utilização da tecnologia possibilitou aos profissionais contábeis diversos benefícios e melhorias no processo de geração de informação contábil (OLIVEIRA, 2000).

O avanço tecnológico tem causado grandes mudanças no mundo

[1] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Cascavel, PR (2021)
[2] Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em administração. PUC/PR (2015)

ISBN 978-65-5629-077-5

proporcionando revolução e evolução, onde as informações são transmitidas rapidamente e há comunicação entre pessoas de todo lugar, neste contexto, depara-se com a averiguação de novas técnicas para a prestação dos serviços contábeis, visando automatizar os processos, incluindo organização e praticidade, pois as empresas precisam estar preparadas com informações úteis a todos os usuários interessados, desta forma, o presente estudo está vinculado a Contabilidade Geral.

Constantemente surgem novas tecnologias que aproximam pessoas, solucionam problemas a distância, organizam dados, compartilham informações, entre outras coisas, assim, como ocorreu em diversas áreas empresariais, a tecnologia também contribuiu na maneira que o contador exerce suas atividades.

Anteriormente, a função do contador estava ligada ao tempo gasto no controle dos estoques, lançamentos, balancetes, agora volta-se a função de gestão da contabilidade, essencial para extrair informações e auxiliar na tomada de decisão dos gestores, neste contexto o presente estudo buscará responder a seguinte questão: Qual a percepção da adaptação dos serviços contábeis na visão dos gestores contadores, autônomos e empregados, de empresas do ramo farmacêutico em virtude da pandemia *COVID-19* no Brasil?

A partir do problema de pesquisa, tem-se como objetivo principal, relatar as percepções da adaptação dos serviços contábeis na visão dos gestores contadores, autônomos e empregados, de empresas do ramo farmacêutico em virtude da pandemia *COVID-19* no Brasil. O presente estudo é essencial aos profissionais contábeis, pois é imprescindível que os contadores em formação e atuação se adaptem as novas tecnologias, como agora na pandemia, com o crescimento do uso da tecnologia nas rotinas de trabalho, os contadores necessitam de agilidade e facilidade para melhorar os resultados do serviço apresentado, bem como, a importância do fácil acesso ao profissional contábil oferecido pelo meio digital, que torna ao cliente procurar os serviços do contador um processo menos burocrático e que traz informações satisfatórias.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo será fundamentado a pesquisa realizada, permitindo visualizar a condição do problema levantado, a evolução dos processos contábeis no Brasil e no mundo, a contabilidade digital e os serviços contábeis na pandemia, sob o ponto de vista teórico e de outros estudos já concretizados.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

É essencial entender o que significa Contabilidade para conhecer sua história, para isso diversos conceitos já foram utilizados, entre eles, Hajj (2016, p. 18), destaca que Contabilidade é: "a ciência que estuda o patrimônio e fornece critérios para a divulgação e a elaboração de demonstrações contábeis para atender os diferentes usuários no processo de tomada de decisões." Segundo Sá (1999, p. 42), Contabilidade "é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação a eficácia funcional das células sociais".

A história da contabilidade está ligada as primeiras manifestações do homem sobre posse e propriedade, necessidade de controle e interpretação dos fatos

ISBN 978-65-5629-077-5

ocorridos, preocupado em conhecer as possibilidades para a produção, bem como, registrar corretamente os fatos para prestar conta corretamente sobre a administração (JUNIOR, 2017). A história da contabilidade é dividida em quatro períodos, segundo Marques (2010, p. 34):

> 1º período – História Antiga ou da Contabilidade Empírica que vai de cerca de 8.000 anos atrás até 1202 de nossa era.
> 2º período – História Média ou da Sistematização da Contabilidade, que vai de 1202 até 1494;
> 3º período – História Moderna ou da Literatura da Contabilidade, que vai de 1494 a 1840;
> 4º período – História Contemporânea ou Científica da Contabilidade, que vai de 1840 até aos nossos dias.

Em diferentes momentos da história, os pensadores da contabilidade a enquadraram como objeto de estudo, deixando contribuições ao que modernamente entendemos como sendo o conceito e a função da contabilidade, neste contexto, diversas escolas surgiram sobre o pensamento contábil, sendo as principais destacadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Principais escolas da teoria contábil

Escolas	Teoria
Contismo	Teoria das cinco contas - em 1795, o autor propôs uma divisão em: (1) mercadorias gerais; (2) caixa; (3) contas a receber; (4) contas a pagar; e (5) lucros e perdas
Personalismo	Nesta teoria, as contas deveriam representar as relações de direitos e obrigações, sendo que o dever e o haver representavam os débitos (obrigações) e créditos (direitos), classificadas em: (1) consignatários; (2) correspondentes; (3) administradores; e (4) proprietários
Controlismo	Ressaltou três fases da administração: a gestão econômica, a direção e o controle
Aziendalismo	Firmou doutrinas sobre a economia, definindo azienda como um complexo de pessoas e bens (riqueza do patrimônio)
Patrimonialismo	Nesta escola, se destaca o estudo do patrimônio à disposição das aziendas (riqueza), em seus aspectos estático (estrutura patrimonial) e dinâmico (fluxos, de caixa, de rendas, de capital) e em suas variações (comparações entre diferentes períodos), para enunciar, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas (índices), os efeitos da administração sobre a formulação e a distribuição dos resultados

Fonte: Luz (2015).

Desde então, são constantes as mudanças ocorridas nos últimos anos, em relação aos procedimentos contábeis, que evoluíram do processo manual, passando pelo mecânico, até alcançar a utilização da tecnologia da computação, fato que trouxe enormes benefícios para os profissionais da área (SANTOS, 2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 CONTABILIDADE NO BRASIL E A ERA DIGITAL

A profissão contábil no Brasil pode ser relacionada ao início da colonização do país. A presença de profissionais de contabilidade, em caráter público ou privado, já se fazia notar no Brasil desde o início da colonização, o artigo 35 da lei nº 556 de 1850, cita a função de guarda-livros, onde deveria ser regularizado:

> Art. 35 – São considerados agentes auxiliares do comércio, sujeitos às leis comerciais com relação às operações que nessa qualidade lhes respeitam:
> 1 – os corretores;
> 2 – os agentes de leilões;
> 3 – os feitores, guarda-livros e caixeiros;
> 4 – os trapicheiros e os administradores de armazéns de depósito,
> 5 – os comissários de transportes.

Um importante marco da história da Contabilidade no Brasil foi a criação do Código Comercial em 1850, com forte influência da escola italiana, regularizava as escriturações comerciais da época. O Código Comercial buscava harmonizar a contabilidade, criando a forma de escrituração e de elaboração das Demonstrações Contábeis, na época denominada Balanço Geral (BACCI, 2002).

Em 1946, surgiram o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), conforme o art. 2 do decreto-lei nº 9295 determina:

> Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o art.

Atualmente, estes conselhos são essenciais no cotidiano do contador, diante das necessidades do mercado, estes órgãos auxiliam o profissional contábil a se atualizar, disponibilizando seminários, cursos e fóruns.

Em 2003, houve a inserção de uma nova visão do mercado para a atuação contábil, sendo assim, a contabilidade passaria a ter uma nova forma de atuação no país, tornando necessária a introdução da tecnologia como sua aliada indispensável no seu dia a dia, conforme instituído no art. 37 da Constituição Federal de 1988:

> XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Instituído pelo Decreto nº 6.022 de 2007 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, foi criado com o propósito de facilitar o envio das informações de escrituração contábil por meio da utilização de sistemas,

ISBN 978-65-5629-077-5

considerado um marco da inovação no Brasil. Pode-se dizer que o sistema SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), foi criado para promover a integração e a padronização no compartilhamento de informações unificadas entre fisco e contribuintes, possibilitando agilizar o controle de processos. Assim, a fiscalização tornou-se mais efetiva e transformou conceitos e hábitos convencionais, tendo em vista que o fluxo de papéis foi substituído pelo fluxo de dados, e o envio das informações passou a ser transmitido eletronicamente aos órgãos fiscalizadores (TESSMANN, 2011).

Quadro 2 – Projeto SPED

Descrição	Característica
Nota Fiscal Eletrônica – NF-e	Documento emitido e armazenado eletronicamente, para comprovar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços
Conhecimento de Transp. Eletrônico – CT-e	Documento eletrônico, para registro e fiscalização dos serviços de transporte de cargas.
Escrituração Fiscal Digital – EFD	Arquivo digital que deve ser transmitido, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte
Escrituração Contábil Digital – ECD	Escrituração transmitida em forma digital de livros Diários e Razão, e seus auxiliares, Balancetes, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos
e-Social	Transmissão eletrônica dos dados, onde empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS
Central de Balanços	Tem o objetivo de reunir as demonstrações e documentos contábeis das entidades participantes em um único local, as demonstrações passíveis de publicação incluem as constantes da ECD, validadas e certificadas
Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e	Documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações

ISBN 978-65-5629-077-5

	comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (pessoa física ou jurídica)
Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e	É um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços

Fonte: Receita Federal do Brasil (2021).

A atividade contábil sempre gerou grandes quantidades de papéis, que inevitavelmente necessitava de um bom espaço para seu armazenamento, por isso a função "guarda-livros" ficou conhecida, com os profissionais contábeis vistos como meros armazenadores de papéis, além de ser oneroso guardar essa grande quantidade de documentos, corre o risco de eventuais extravios ou danos causados pela ação do tempo, insetos, umidade ou sinistros como incêndios e alagamentos. Sendo assim, o projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), visa diminuir essa situação, uma vez que as informações são armazenadas no sistema e transmitidas eletronicamente aos órgãos fiscalizadores (CARVALHO; GOMES, 2018).

Compreender o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), coloca o profissional contábil em destaque no mercado e permite que ele se aprimore nas funções de análise e auditoria de arquivos eletrônicos, é um serviço de extrema necessidade, com os avanços tecnológicos, pois é preciso identificar e conferir as informações de acordo com as legislações vigentes (AMARAL, 2017). A profissão contábil é considerada complexa, pois exige um alto controle de informações, então, o contador precisa estar ligado as novas tecnologias, incorporando-as nos procedimentos contábeis e em análises mais apuradas e elaboradas (FILHO, 2004).

Na evolução histórica da contabilidade, o contador fez uso de sistemas contábeis buscando facilitar o trabalho e passou a observar os recursos disponíveis, sendo necessárias diversas adequações em seus métodos de escriturações com o alinhamento das normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelos órgãos reguladores, os processos tecnológicos estão gerando cada vez mais dados, disponibilizando informações que até então não estavam disponíveis, conforme fala Bächtold (2011, p.162):

> Um dos objetivos da Contabilidade é gerar informações para a tomada de decisões, conhecida como Contabilidade Gerencial. Por isso, é fundamental a existência de ferramentas que possibilitem conhecer a real situação e atender a esta missão. Compete à Contabilidade registrar os atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.

Sendo assim, a era digital tem como forte aliada a tecnologia da informação, com ferramentas que proporcionam informações claras e precisas, auxiliando na otimização do tempo, tornando útil a integração dos dados contábeis e na comunicação com os clientes. Pode-se definir que Contabilidade Digital é um modelo de negócio para prestação de serviços *online*, via *internet*, que propõe utilizar a

ISBN 978-65-5629-077-5

tecnologia da informação para estruturar e organizar as escriturações e a demonstrações contábeis (OLIVEIRA; FELTRIN; BENEDETI, 2018).

Conforme Pereira (2017), a Contabilidade Digital otimiza algumas tarefas, como nas obrigações acessórias, utiliza-se o computador para emissão de notas fiscais eletrônicas, envios por *e-mail* de declarações e guias; importação de dados na empresa diretamente em sistemas integrados; monitoramento remoto das movimentações financeiras da empresa; atendimento ao cliente utilizando os recursos *online*, como o *WhatsApp*, o *Skype,* o *Microsoft Teams,* o *Hangout,* entre outros; e por fim, a organização e gestão dos documentos armazenados em nuvem, que pode ser compartilhado de um computador a outro, facilitando a análise dos dados pelos diversos setores da empresa.

A Contabilidade Digital é regularizada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, nº 1.061, de 09 de dezembro de 2005, e foi revogada pela resolução do CFC nº 1.078, em 2006, conforme segue, "Revoga a Resolução CFC nº 1.061/05, que estabelece o Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital para fins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital, e dá outras providências."

Conforme Breda (2019), presidente do Conselho Federal de Contabilidade, as inovações tecnológicas vieram para auxiliar a profissão contábil e estreitar as relações entre a profissão e a academia será fundamental para atravessar esse caminho de intensas mudanças com êxito, como uma das medidas do CFC, é necessário investir no aprimoramento da educação e na capacitação dos profissionais.

A profissão contábil não para de se desenvolver, observa-se que no último ano houve uma mudança drástica na forma dos profissionais lidarem com as informações em meio a pandemia do *COVID-19*, neste contexto, os contadores precisam ter conhecimento e saber manusear as tecnologias de informação, pois nem sempre os dados estão disponíveis de forma presencial, em documentos por exemplo, sendo necessário o formato digital para ter acesso a eles.

2.3 PANDEMIA E OS SERVIÇOS CONTÁBEIS DIGITAIS

Os serviços contábeis estão em constante mudança e atualização com os avanços tecnológicos, frente a essas mudanças, destaca-se a importância da reconstrução dos serviços contábeis, voltados para modelos de negócios contemporâneos, conforme cita Duarte (2016) sobre um modelo de negócio em que a organização contábil opera como provedor de *software* de gestão para seus clientes, e o acesso ao ERP (*Enterprise Resource Planning* ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial) se dá pelo contador e seus clientes, por intermédio de serviços em "nuvem" (*cloud computing*).

O progresso ao longo dos anos inseriu a profissão contábil na evolução digital, e o grande esforço feito por todas as entidades da contabilidade, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e as outras entidades que representam a profissão, não tem medido esforços para aprimorar o conhecimento deste profissional que precisa acompanhar as evoluções (BORGES; MIRANDA, 2009).

ISBN 978-65-5629-077-5

No ano de 2020, surgiu a doença *COVID-19* no Brasil, definida pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como "uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)", sendo as principais orientações da OMS, as seguintes:

> - Mantenha uma distância de pelo menos 1 metro entre você e as pessoas que tossem ou espirram.
> - Pratique o distanciamento físico evitando viagens desnecessárias e mantendo-se longe de grandes grupos de pessoas.

Assim, foi necessário o distanciamento social, o que ocasionou em criar formas de atendimento ao cliente e realização dos serviços contábeis, como a adoção do *home office.* Porém, Muniz (2020) coloca que se o *home office* reduz o risco de contágio, pode aumentar o esgotamento físico e mental, sendo assim, neste momento em que tudo está instável, é importante manter o comprometimento e o bem-estar dos colaboradores, que possuem suas incertezas e operam normalmente, em meio à crise que está sendo vivenciada.

Instituindo um conjunto de medidas que poderiam ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda, enfrentando o estado de calamidade pública, a Medida Provisória nº 927 de 2020, determina:

> I – O teletrabalho;
> II–A antecipação de férias individuais;
> III–A concessão de férias coletivas;
> IV–O aproveitamento e a antecipação de feriados;
> V – O banco de horas;
> VI–A suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho;
> VII – O direcionamento do trabalhador para qualificação;
> VIII– O deferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

O *home office* foi regulamentado com a reforma trabalhista de 2017 no Brasil, ele surgiu a mais de 50 anos, proporcionando mudanças na forma de trabalho, onde as pessoas exercem suas funções em casa e continuam com vínculo empregatício na empresa, também conhecido como teletrabalho, trabalho a distância, trabalho virtual, entre outras terminologias, o *home office* proporciona maior autonomia, flexibilidade e oportunidade aos teletrabalhadores (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020).

Diante desse contexto de mudança no âmbito empresarial e na nova forma comportamental da sociedade, os profissionais contábeis também se adaptaram as novas leis e prazos oferecidos pelos governos federais, estaduais e municipais, com o intuito de manterem as empresas ativas, ou seja, reduzir o índice de fechamento e falência das organizações e com isso minimizar o quadro de desemprego no Brasil (BEZERRA; GARCIA, 2020).

Em tempos de isolamento social, colaboradores em *home office*, o contador tornou-se um elemento de extrema importância para as empresas, com a economia fragilizada, onde as empresas necessitam dos serviços contábeis, mediante a consultorias, o profissional contábil gera informações valiosas e auxilia na elaboração de planos de ações para tomada de decisões confiáveis e precisas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Como também, a realização de um planejamento tributário para a empresa, com o objetivo de reduzir custos, sendo um componente que poderá contribuir diretamente para continuidade da organização (CORRÊA, 2020).

A adaptação ao novo cenário foi necessária para os profissionais contábeis, conforme cita Molter (2021), em matéria do CFC, os profissionais não pararam de trabalhar, pois precisavam estudar e aplicar as normas e decretos governamentais, também, passando a se comunicar com os clientes por meio de aplicativos eletrônicos, levando os profissionais se reinventarem nesse novo cenário, procurando contribuir para manter o controle econômico das pequenas, médias e grandes empresas.

Sendo assim, o desenvolvimento da capacidade de inovação para empresas contábeis é fundamental, pois pressiona os negócios da área a buscar inovações contínuas em resposta ao ambiente que está em mudança, sendo as tecnologias digitais as grandes propulsoras dessas transformações do ambiente, bem como, os sistemas devem ser capazes de serem operados com harmonia, para que as pessoas executem suas atividades com eficiência e precisão (GIL; BIANCOLINO; BORGES, 2010).

Os sistemas de informações contábeis são ferramentas fundamentais nas atividades diárias dos profissionais desta área. Em uma visão geral são facilitadores da absorção e análise dos dados das particularidades de cada tipo de empresa. O uso da tecnologia nos escritórios de contabilidade tornou-se uma ferramenta de gestão, tendo em vista que, ela auxilia diretamente os contadores, por meio de *software*. Mediante a isso, os programas possuem a finalidade de facilitar os processos empresariais, otimizando as tarefas, sendo uma das grandes vantagens do uso da tecnologia (REIS, 2020).

Segundo Krueger (2020), o papel do contador tornou-se um elemento essencial na continuidade das entidades, tendo em vista que, com a pandemia, estão sendo publicadas novas legislações, normas nas relações de trabalho, prorrogação do recolhimento dos impostos, concessões de créditos, entre outras. Neste momento, o profissional contábil é essencial para o apoio das empresas na adaptação deste cenário, tendo que estudar e interpretar as novas leis, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões.

Os governos municipais, estaduais e federais realizaram companhas para incentivar a sobrevivência das empresas, com alguns benefícios fiscais e parcelamentos de impostos, sendo o contador o profissional habilitado para guiar corretamente nessa fase de incerteza, ajudando a manter a economia funcionando (ANDRADE, 2020).

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa precisa de procedimentos metodológicos, que segundo Beuren (2006, p. 76), é "onde estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo".

Este estudo é de caráter descritivo, a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado, segundo Bervian e Cervo (2006, p.73):

ISBN 978-65-5629-077-5

> A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Nesse tipo de pesquisa, não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa, se preocupa com as condições das variáveis, que devem ser as mais precisas possível, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos (BARROS; LEHFELD, 2007).

O corte foi transversal, que tem como vantagens realizar a coleta de informações em curto espaço de tempo, sem necessidade de acompanhamento dos participantes, e de produzir mais rapidamente resultados (ZANGIROLAMI-RAIMUNDO; ECHEIMBERG; LEONE, 2018). O período do estudo realizado foi entre os meses de agosto e setembro de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

O procedimento adotado na pesquisa foi um levantamento, segundo Perovano (2006, p.178), "as pesquisas de levantamento, também denominadas *surveys*, são investigações em que o tipo de estudo é o descritivo e que consistem no conjunto de perguntas e respostas que visam à definição de dada população em certo contexto."

Os dados primários foram coletados por um questionário do recurso *Google Forms,* encaminhado pelo *link* de acesso do questionário ao *e-mail* de cada gestor contábil, este questionário foi composto por 17 questões, sendo 1 aberta, sobre a mudança nas legislações e 16 fechadas, com escala de avaliação mista, sendo, escala de concordância: concordo totalmente a discordo totalmente; escala de importância: muito importante a sem importância; bem como, escala de utilidade: extremamente útil a nem um pouco útil. E os dados de fonte secundárias na bibliografia.

Para a pesquisa, definiu-se como população os gestores contábeis do ramo farmacêutico de empresas que utilizam a contabilidade digital. E como amostra, 15 gestores contábeis do ramo farmacêutico que utilizaram a contabilidade digital na pandemia, que atuam nas cidades de Blumenau – SC, Campo Grande – MS, Cascavel - PR, Contagem – MG, Crisópolis – BA, Itabaiana – SE, Itajaí – SC, Maravilha – SC, Morro do Chapéu – BA, Pato Branco – PR, São Gabriel – RS, São Paulo – SP, Sete Lagoas – MG, Sorriso – MT e Videira – SC, cidades escolhidas por fazerem parte do acompanhamento mensal das atividades da pesquisadora. A escolha desta amostra fundamentou-se na facilidade do acesso a estes gestores específicos para a recolha de dados para a pesquisa.

A abordagem do problema ocorreu de forma quantitativa, conforme Perovano (2006), "parte do princípio de que o pesquisador realiza a delimitação do problema de pesquisa e, então, extrai a pergunta da investigação, a hipótese e os objetivos, com a posterior construção da revisão de literatura". Os dados estratificados foram apresentados por meio de gráficos e com interpretação descritiva.

Os dados da pesquisa aplicada foram coletados com base na amostra definida, deve-se atentar que nenhuma amostra é perfeita, podendo variar o grau de erro, permitindo considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão.

ISBN 978-65-5629-077-5

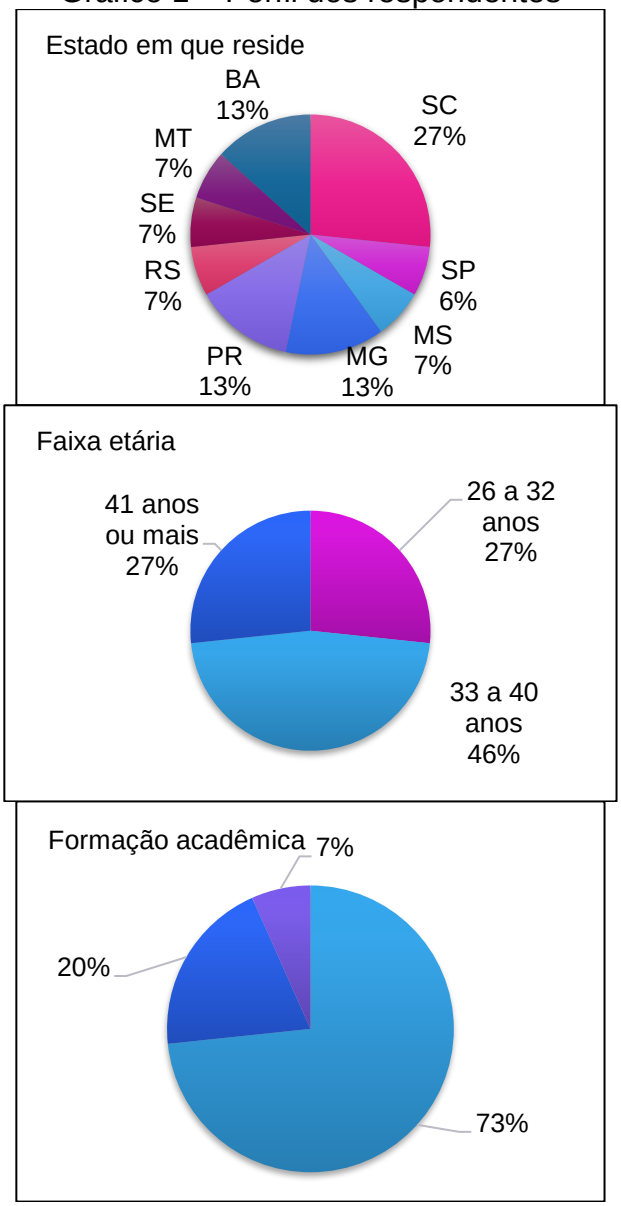
4 RESULTADOS

O presente estudo foi aplicado em um grupo de gestores contadores, autônomos e empregados, de empresas do ramo farmacêutico, com as respostas obtidas pelos questionários enviados, foi possível formular os seguintes gráficos.

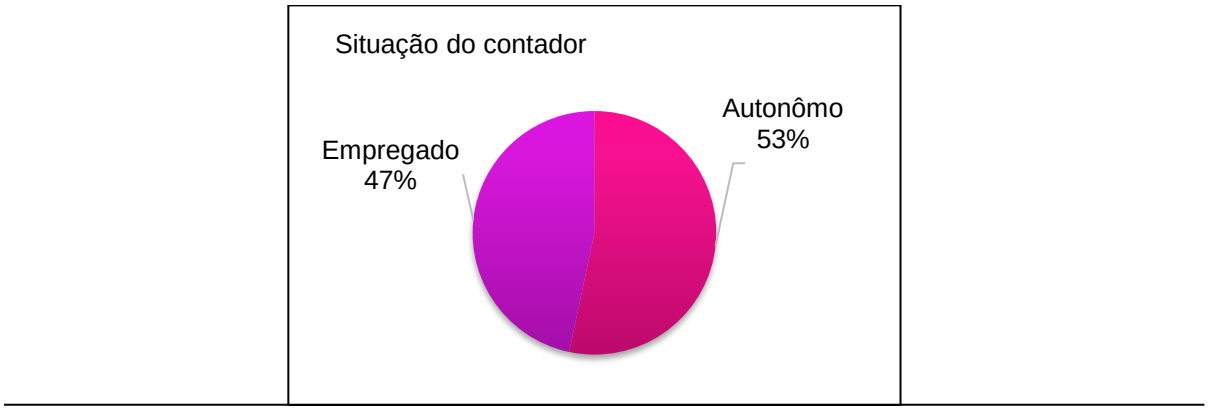
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Em relação ao perfil dos respondentes, que abrangeu o estado de residência, faixa etária, estado civil, formação acadêmica e situação do gestor contador na farmácia, foi obtido os seguintes dados, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil dos respondentes



ISBN 978-65-5629-077-5



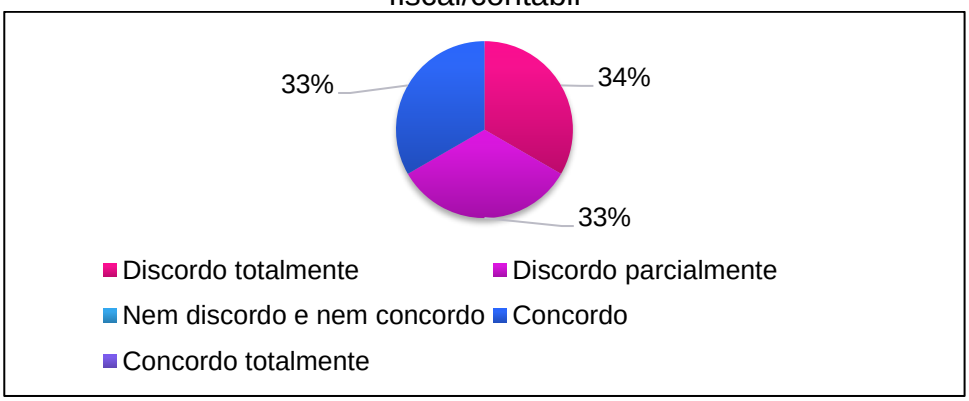
Fonte: Questionário aplicado (2021).

De acordo com o gráfico 1, observou-se que os gestores atuam em diversos estados do Brasil, sendo 27% em empresas de Santa Catarina, 13% em Minas Gerais, Paraná e Bahia, e nos estados Sergipe, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo, a porcentagem girou em torno de até 7%. Já em relação a idade, verificou-se que 46% dos respondentes encontram-se na faixa etária entre 33 e 40 anos, 27% entre 26 e 32 anos e 27% possuem 41 anos ou mais; sendo que 73% possuem Ensino Superior Completo, 20% Ensino Superior Incompleto e 7% possuem Pós-graduação; 53% são profissionais autônomos que prestam serviços contábeis as empresas do ramo farmacêutico e 47% são empregados contratados das respectivas empresas; sendo 11 respondentes do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Na segunda parte do questionário buscou-se informações a respeito das mudanças e adaptações nos serviços contábeis em virtude da pandemia ocasionada pela *COVID-19*.

4.2 ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA PANDEMIA

Com algumas adaptações necessárias na pandemia para continuar executando os serviços contábeis, foi essencial o elemento do contador nas empresas, para auxiliar na interpretação de legislações, entregas das obrigações e análises de resultados, contribuindo para uma gestão eficiente, com base nisso, foram obtidos os seguintes dados nos gráficos relacionados abaixo, numerados em 2, 3, 4, 5, 6, 7 e nomeados pela questão abordada.

Gráfico 2 – Necessidade de adaptação ou alteração de algum processo fiscal/contábil

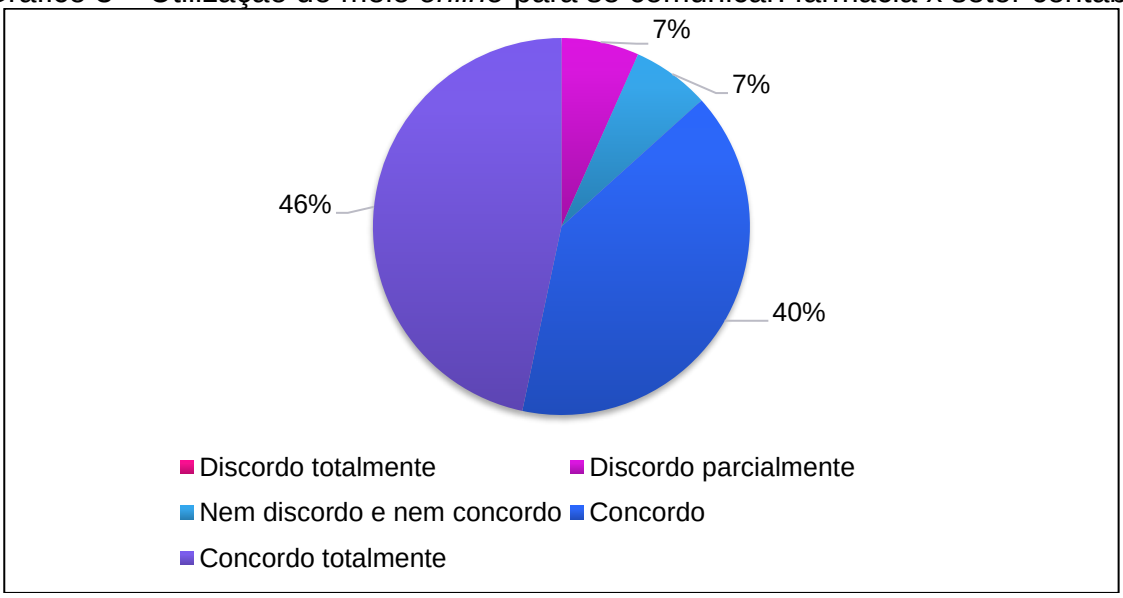


Fonte: Questionário aplicado (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

O gráfico 2 permitiu notar que para 34% dos gestores não houve necessidade de adaptar ou alterar algum processo nas farmácias em relação a parte fiscal/contábil na pandemia, já para 33% houve necessidade de alguns procedimentos e em outros casos de vários procedimentos nas rotinas fiscais e contábeis, de forma geral, em relação ao setor fiscal/contábil das farmácias analisadas houve algumas adaptações, porém nem todos sentiram necessidade de alterar algum processo. Este evento da pandemia trouxe a necessidade de buscas de novos canais de comunicação entre as partes envolvidas, o gráfico 3 evidencia tal prática.

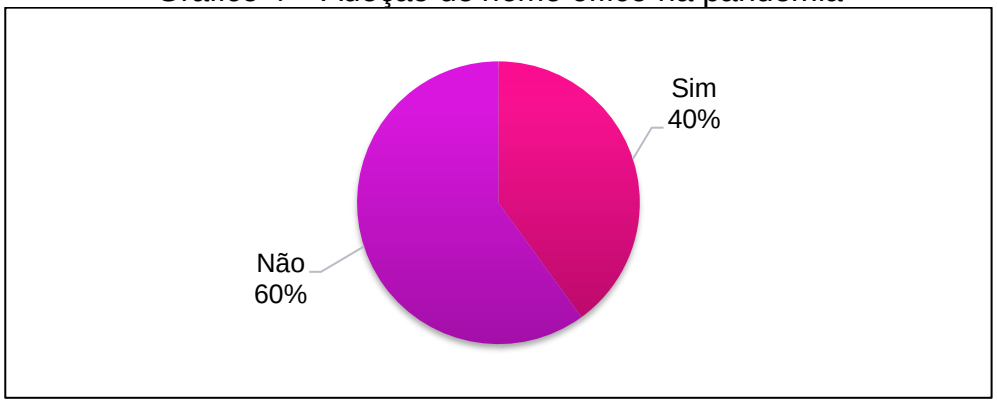
Gráfico 3 – Utilização do meio *online* para se comunicar: farmácia x setor contábil



Fonte: Questionário aplicado (2021).

Observou-se que o meio *online* foi bastante utilizado para se comunicar na pandemia, conforme o gráfico 3, sendo que, 46% dos respondentes concordaram totalmente, 40% concordaram e cerca de 7% nem discordaram e nem concordaram, bem como, discordaram totalmente. Em relação aos recursos utilizados para trabalhar e se comunicar, destaca-se o uso do aplicativo *WhatsApp* com 100% de aderência dos respondentes, 87% utilizam o *E-mail*, 53% o *Skype*, 20% *chat* interno e apenas 7% utilizam outra opção. Com o meio *online* bastante utilizado, outra prática também auxiliou parte dos gestores contadores nos serviços contábeis, que foi a adoção do *home office*. A aderência ao *home office* pode ser observada no gráfico 4.

Gráfico 4 – Adoção do *home office* na pandemia

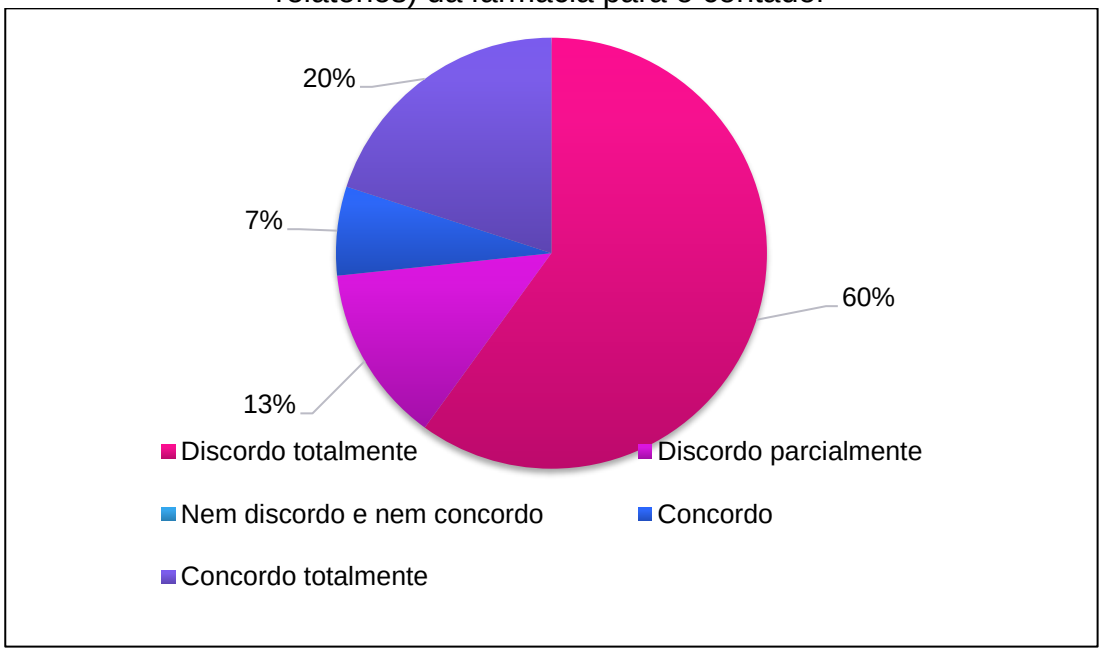


Fonte: Questionário aplicado (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

No gráfico 4, 60% dos respondentes não realizaram a implementação do *home office* e 40% realizaram, como medida de continuidade das atividades desenvolvidas antes do período de pandemia, destes, 100% não pretendem manter o *home office* como alternativa de trabalho, sendo assim, foi uma opção em tempos de isolamento social, para que os serviços contábeis tivessem continuidade. Também se analisou a utilidade do *home office* na execução das atividades dos gestores contadores, percebeu-se que o *home office* é um elemento essencial para auxílio na execução dos serviços contábeis, o que proporcionou flexibilidade nos horários de trabalho e maior autonomia para organizar a rotina, sendo que, 67% avaliaram o *home office* como extremamente útil, cerca de 13% em muito útil e mais ou menos útil e 7% em nem um pouco útil. Junto a implantação do *home office* em algumas farmácias, houve também mudanças no processo de envio dos arquivos para o contador em algumas regiões. O gráfico 5 apresenta os resultados da percepção dos respondentes.

Gráfico 5 – Mudanças no processo de envio das obrigações acessórias (SPED e relatórios) da farmácia para o contador



Fonte: Questionário aplicado (2021).

Em relação as mudanças no processo de envio das obrigações acessórias das farmácias para o contador, observou-se no gráfico 5, que 60% dos respondentes não mudaram seus processos de envio, 20% tiveram mudanças totais, 13% mudaram parcialmente e 7% concordaram que ocorreram mudanças de procedimentos, notou-se também que o SPED é um elemento essencial que contribui para o controle de dados e entregas ao fisco de forma organizada, sendo que, 67% concordaram totalmente, 27% concordaram e 6% nem discordaram e nem concordaram com a afirmativa. Já em relação ao aumento da demanda de atividades no setor fiscal/contábil das farmácias, 47% concordaram que houve aumento, 27% discordaram totalmente, 20% concordaram totalmente e cerca de 6% discordaram parcialmente, evidenciando que houve o aumento da demanda de atividades em algumas regiões, porém nem todas. Em conjunto com a demanda de atividades, buscou-se verificar a relevância da contabilidade digital na otimização delas,

ISBN 978-65-5629-077-5

facilitando o trabalho dos gestores contadores. A percepção dos respondentes oportunizou o gráfico 6.

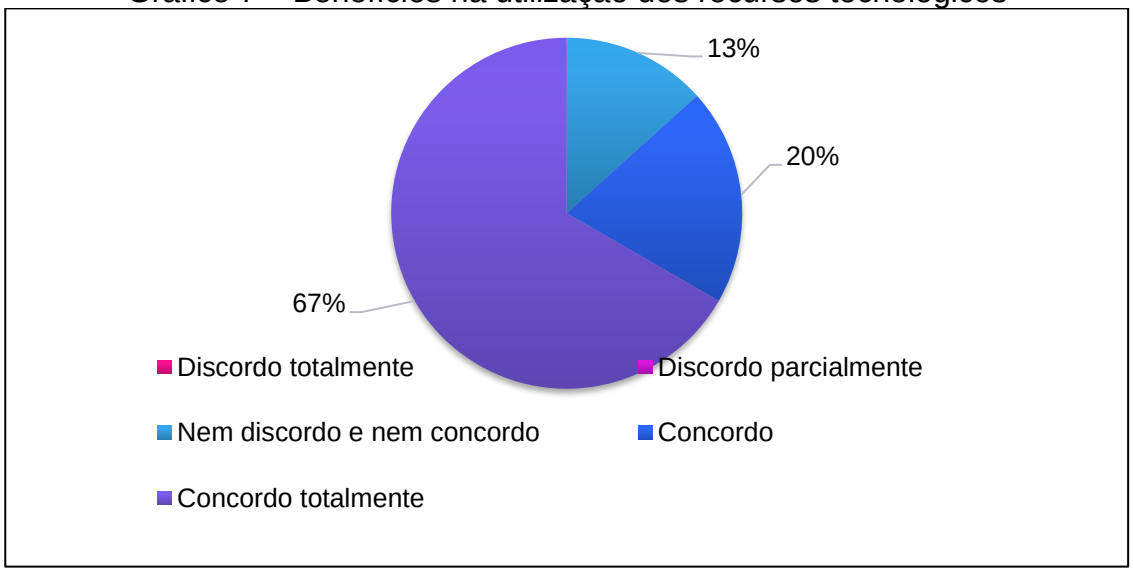
Gráfico 6 - Relevância da contabilidade digital na integração de dados e comunicação



Fonte: Questionário aplicado (2021).

No gráfico 6, notou-se que a contabilidade é extremamente relevante para a integração dos dados e comunicação com os clientes, otimizando os serviços *online*, facilitando a organização das informações e geração dos dados de forma eficiente e ágil, sendo que, 93% consideraram muito importante e 7% importante. Foi avaliado também a importância que a tecnologia trouxe e traz para as rotinas contábeis das farmácias, 100% consideraram muito importante, visando a capacidade de inovação dos gestores contadores, é essencial que estejam sempre buscando novas capacitações para atualizar os conhecimentos e utilizar o meio *online* a seu favor. Sendo a figura da contabilidade digital tão importante, é inevitável o uso de recursos tecnológicos disponíveis para executar os serviços contábeis, sendo assim, foi analisado a percepção dos gestores em relação a eles, que possibilitou o gráfico 7.

Gráfico 7 – Benefícios na utilização dos recursos tecnológicos



Fonte: Questionário aplicado (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

No gráfico 7, observou-se que utilizar os recursos tecnológicos trouxe benefícios para as farmácias na pandemia, sendo que, 67% concordaram totalmente, 20% concordaram e 13% nem discordaram e nem concordaram, os sistemas de informações contábeis são elementos fundamentais, contribuem para a gestão dos dados de cada empresa, facilitando o trabalho dos gestores contadores na execução de suas tarefas. Dentre os recursos tecnológicos para análise de relatórios e demonstrativos da farmácia, os respondentes destacaram o uso do aplicativo *Excel* com 45%, aplicativo *Linx Softpharma* 30%, sistema Domínio 15% e cerca de 5%, sistemas *Tron* e *Questor*. Todos estes elementos contribuem para a geração e análise dos dados pelo contador, observou-se também que, surgiram algumas legislações em que o contador precisou auxiliar as farmácias na interpretação correta, sendo que, 53% concordaram e 47% responderam que não surgiram, as principais mudanças citadas foram a prorrogação dos encargos trabalhistas como INSS e FGTS, bem como, o pagamento do Simples Nacional.

Na verificação das adaptações dos serviços contábeis do ramo farmacêutico na pandemia, observou-se que houve algumas mudanças no setor fiscal/contábil das farmácias em algumas regiões, foi destacado o uso do meio *online* para comunicação e envio dos arquivos, com destaque para o *WhatsApp* e o *e-mail*, processo relacionado a contabilidade digital, facilitando a execução dos serviços contábeis, bem como, o uso de aplicativos e *softwares* contábeis para análise de dados, contribuindo para a organização e gestão das informações, outro elemento destacado também foi o *home office,* implantado em algumas regiões, que auxiliou na continuação das atividades mesmo com o distanciamento social, destacado na pesquisa como extremamente útil para os serviços contábeis, diante disso, foi possível elaborar a conclusão para o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu comprovar como o uso das tecnologias digitais influenciam na rotina dos profissionais, ajudando-os a desenvolverem suas atividades de forma ágil e eficaz, com base na apresentação de dados e análise dos resultados obtidos através das respostas coletadas, foi possível responder ao problema de pesquisa e o objetivo geral, pois foi relatado as percepções da adaptação dos serviços contábeis na visão dos gestores contadores, empregados e autônomos, do ramo farmacêutico em virtude da pandemia do *COVID-19*, evidenciando se houve mudanças na forma de atuação, comunicação com os clientes, geração e interpretação de dados.

Conforme observado na pesquisa, em relação a percepção das tecnologias disponíveis no meio *online*, foram extremamente relevantes para os gestores contadores, pois auxiliaram na entrega das obrigações, análise de dados das empresas e comunicação com os clientes, com destaque aos aplicativos *WhatsApp* e *e-mail*. Notou-se que foi utilizado em algumas regiões o *home office* como alternativa de trabalho, atuando remotamente na empresa, quando não era possível estar presencialmente devido ao distanciamento social que precisou ser feito para combater a *COVID-19*, uma maneira eficiente de continuar as atividades, bem como, reduzir custos de escritório, como aluguel por exemplo, em outras regiões não foi utilizado o mesmo método de trabalho.

ISBN 978-65-5629-077-5

Ficou evidente que a adaptação dos serviços contábeis em relação ao processo de envio dos arquivos da farmácia ao contador não sofreram muitas alterações, pois já utilizavam as tecnologias disponíveis antes, entretanto, destacou-se a percepção dos gestores em como utilizar os recursos tecnológicos foi essencial para as farmácias nesse momento, pois não deixaram de realizar suas tarefas, processo ligado a contabilidade digital que utiliza o meio *online* para executar os serviços contábeis, bem como, se comunicar com os clientes. Notou-se a importância da contabilidade digital para os gestores contadores, um modelo de trabalho que se destaca por sua agilidade, gestão e organização dos documentos, bem como, o uso do SPED, importante elemento no cotidiano dos contadores, na emissão de notas, NF-e e NFC-e, geração de arquivos fiscais, tanto o imposto ICMS, quanto as contribuições PIS/Cofins, entre outros. Também se destacou a mudança em algumas legislações, onde o contador se tornou um elemento essencial na empresa no auxílio para interpretar e aplicar as novas regras de forma correta, contribuindo para a gestão e continuidade das farmácias.

Diante disso, é notório a importância dos contadores buscarem sempre se especializar e utilizar a tecnologia a seu favor, tanto para geração dos dados quanto para comunicação com os clientes de forma remota, estar preparados para conseguir realizar seu trabalho da melhor maneira possível, pois o crescimentos das empresas depende dessa adaptação, não sendo possível retroceder, é necessário acompanhar a evolução tecnológica, sendo um elemento essencial para as empresas, bem como, para a execução dos serviços contábeis se tornarem mais eficientes e ágeis.

Para estudos futuros, sugere-se a continuação do presente estudo em relação as possíveis adaptações dos serviços contábeis, visando aprimorar os métodos já utilizados, decorrentes da constante evolução digital, pois surgem novas tecnologias a todo momento, bem como, situações como a pandemia, onde é essencial saber como se adaptar e continuar suas atividades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Frederico. **Você realmente sabe o que é o SPED?**. e- AUDITORIA, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://www.eauditoria.com.br/publicacoes/artigos/voce-realmente-sabe-o-que-e-o-sped/>. Acesso em: 07 maio 2021.

ANDRADE, Viviane. **CONTABILIDADE E PANDEMIA**: Como as empresas estão sobrevivendo. como as empresas estão sobrevivendo. 2020. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/6179/contabilidade-e-pandemia-como-as empresas-estao-sobrevivendo/>. Acesso em: 16 maio 2021.

BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro** - uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica. 2002. 175p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**. Curitiba, 2011. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEZERRA, Darlan Oliveira; GARCIA, Rafaella Medeiros. **A Importância Da Contabilidade Gerencial Para Pequenas E Médias Empresas Em Meio A Pandemia Do Covid-19.** Revista Campo do Saber, Paraíba, 2020. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/353/275>. Acesso em: 08 maio 2021.

BORGES, Viviane Aparecida Almeida de Souza; MIRANDA, Carla Cristina Ferreira de. **A Contabilidade na Era Digital**. São José dos Campos, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0243_0799_01.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.

BRASIL. Da organização do estado. Constituição Federal de 1988, artigo 37, inciso XXII. Brasília-DF, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_37_.asp>. Aceso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Determinações dos Conselhos de Contabilidade. Decreto-lei nº 9295. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências, Brasília-DF, 27 mai. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm>. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Medidas trabalhistas para enfrentamento do coronavírus. Medida provisória nº 927, de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Brasília-DF, 22 mar. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm>. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Primeiro Código Comercial. Lei nº 556, de 1850. Código Comercial. Brasília-DF, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm#:~:text=Art.,forem%20expressamente%20proibida%20neste%20C%C3%B3digo>. Acesso em: 21 março 2021.

BRASIL. Resolução CFC 1.078/2006. Revoga a Resolução CFC nº 1.061/05, que estabelece o Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital para fins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital, e dá outras

ISBN 978-65-5629-077-5

providências. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1078.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade.** CFC, 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>. Acesso em: 09 maio 2021.

CARVALHO, Adson Ferreira de; GOMES, Valcimeri de Souza. A Era Digital e suas Contribuições para a Contabilidade: Evolução Histórica dos Processos Contábeis. Amazonas, 2018.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CORRÊA, Luís. **O Papel Dos Contadores Em Épocas De Pandemia**. Rede Jornal Contábil, 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/o-papel-dos-contadores-em-epoca-de-pandemia/>. Acesso em: 09 maio 2021.

DUARTE, Roberto Dias. **A verdadeira inovação disruptiva nos escritórios contábeis.** 2016. Disponível em: < https://www.robertodiasduarte.com.br/a-verdade-sobre-inovacao-disruptiva-nos-escritorios-contabeis/>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

FILHO, Celso Almeida. **A Importância da Informática na Profissão Contábil**. Contábeis, 2004. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/9/a-importancia-da-informatica-na-profissao-contabil/>. Acesso em: 07 maio 2021.

GIL, Antônio de Loureiro; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de informações contábeis**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Saraiva, 2010.

HAJJ, Zaina Said El. **Teoria da contabilidade I**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

HAUBRICH, Deise Bitencourt; FROEHLICH, Cristiane. **Benefícios e desafios do *home office* em empresas de tecnologia da informação**. Revista Gestão & Conexões. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/27901>. Acesso em: 8 maio 2021.

JUNIOR, Ricardo. **Conheça a origem e a história da contabilidade**. Rede Jornal Contábil, 2017. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-origem-e-historia-da-contabilidade/>. Acesso em: 27 março 2021.

KRUEGER, Noeli. **CORONAVÍRUS**: O papel do contador e os efeitos da pandemia em sua empresa. 2020. Disponível em: <prontasc.com.br/coronavirus-o-papel-do-contador/>. Acesso em: 16 maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

LINHA do tempo do Coronavírus no Brasil. In: Sanarmed, publicado em 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 27 março 2021.

LUZ, Érico Eleutério da. **Teoria da contabilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Geral I** - segundo a lei 11638/2007 das sociedades anônimas - passo a passo da Contabilidade. Cianorte: Vera Cruz, 2010.

MOLTER, Lorena. **Adaptação do trabalho na Pandemia**. CFC, 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/direto-da-amazonia-contadora-explica-como-foi-a adaptacao-do-trabalho-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 09 maio 2021.

MUNIZ, Carolina. **Home office na pandemia pode levar profissionais à exaustão**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2020/04/home-office-na-pandemia-pode-levar-profissionais-a-exaustao.shtml>. Acesso em: 08 maio 2021.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada:** Teoria e Prática. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Alisson Victor; FELTRIN, Juliane Aparecida; BENEDETI, Thiago Santos. **Contabilidade Digital,** 2018. 91p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2018.

ORIENTAÇÕES sobre a COVID-19 OMS. In: **World Health Organization**, publicado em 2020. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_2>. Acesso em: 09 maio 2021.

PEREIRA, Raissa Vieira. **Resumo Contabilidade Digital**. Instituto Maranhense de Ensino e Cultura, São Luís, 2017. Disponível em:<https://www.passeidireto.com/arquivo/36207461/contabilidade-digital-resumo>. Acesso em: 08 de maio 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia de Pesquisa Científica**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PROJETO Sped. In: Receita federal, SPED. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/>. Acesso em: 08 maio 2021.

REIS, Emanuelle Vidal dos. **O Uso da Tecnologia nos Escritórios de Contabilidade:** Um estudo de campo realizado durante a pandemia. 2020. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Centro Universitário Dom Bosco, São Luís, 2020.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISBN 978-65-5629-077-5

SANTOS, Flávia Costa dos. **A Contabilidade na Era Digital**. Sistema Integrado de Publicações Eletrônicas da Faculdade Araguaia – SIPE, Goiás, vol.3, p. 21-35, 2015.

TESSMANN, Gislaine de Melo. **O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis.** 2011. 69p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, Juliana; ECHEIMBERG, Jorge de Oliveira e LEONE, Claudio. **Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal**. Portal de Revistas da USP, São Paulo, vol.28, n.3, 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

AUDITORIA INTERNA APLICADA AO DEPARTAMENTO PESSOAL

Bruna Nunes Guilherme[1]
Jose Roberto Domingues da Silva[2]

Resumo: O artigo teve como objetivo principal salientar a importância da auditoria interna dentro do departamento pessoal. De forma a evidenciar isso, foi realizado um estudo de caso de uma Empresa X, localizada na cidade de Cascavel - PR, onde foi possível realizar uma análise no controle interno, procedimentos e documentos do departamento pessoal cedidos pelo escritório de contabilidade contratado pela empresa. Podendo ser destacando no relatório as inconsistências encontradas e recomendações para as mesmas. Além do mais, por meio de entrevistas realizadas com perito e advogado, foi possível evidenciar erros corriqueiros cometidos pelas organizações, sendo as maiores porcentagens de erros encontrados nas empresas que não utilizam o recurso da auditoria interna, enfatizado pelo próprio perito como erros primários, sustentando assim os resultados encontrados no estudo de caso realizado.

Palavras-chave: Contabilidade. Folha de Pagamento. Controle Interno.

1 INTRODUÇÃO

Sejam nos cálculos dos encargos da folha de pagamento, nas férias, da admissão até o processo de desligamento é essencial que o profissional responsável pelo departamento pessoal da empresa se atente as particularidades de cada acontecimento que o trabalhador esteve ou está envolvido, partindo sempre de uma base legal para concretizar os procedimentos necessários com a finalidade de não trazer ao empresário punições após fiscalizações e possíveis ações trabalhistas advindas de descuidos nos cálculos ou ao deixar de pagar o que está assegurado pela convenção coletiva de trabalho (CCT) e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A auditoria trabalhista irá amparar a empresa nestes aspectos, pois assim como qualquer outro departamento, o do pessoal não está isento de cometer erros. Desta maneira, a auditoria vai emitir sua opinião sobre organização, reportando possíveis equívocos e o necessário fazer para deixar a empresa conforme a legislação vigente, a partir de um relatório, o qual de acordo com a NBC TI 01, tópico 12.3.1:

> É o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.

[1] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Cascavel - PR (2021).
[2] Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC/PR (2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

Mesmo considerando a existência da preocupação por parte da empresa com suas obrigações trabalhistas, isso não basta para resolver todas as imperfeições criadas no cenário entre empresa e empregado devido ao grande número de alterações na legislação, tornando importante que o profissional se mantenha sempre atualizado e consulte um auditor com intuito de realizar um relatório com o objetivo de averiguar e retificar possíveis falhas.

Isso em virtude da auditoria se tratar de um diagnostico a partir de procedimentos construídos com técnicas e objetivos de maneira sistemática e disciplinados com a intenção de promover sugestões com os relatórios elaborados, para melhor desempenho dos processos realizados pela empresa, ou correção deles, segundo a NBC TI 01.

Para entender melhor a influência da auditoria é possível analisar a publicação do Jornal Folha de São Paulo (2021) escrito por Fernanda Brigatti **em 05 de março de 2021** para compreender como sua falta poderá implicar em consequências lesivas para a empresa**. A matéria aponta que atualmente o principal motivo dos processos contra empregadores é o aviso prévio** aparecendo em 394,3 mil casos, a multa de 40% do FGTS vem em seguida, com menção em 332,8 mil ações trabalhistas apresentadas em 2020, segundo estatística do TST (2021) e o terceiro motivo mais comum no ranking do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é a multa prevista no artigo 477 da CLT. Sendo ainda necessário levar em consideração as falhas em depósitos ou a existência de diferença a ser recolhida que apareceram em 162,7 mil processos trabalhistas no ano de 2020.

Além disso, devido ao fácil acesso a informações e meios de comunicação os indivíduos estão cada dia mais antenados aos seus direitos e ações trabalhistas são facilmente revertidas em favor dos empregados por motivos diversos que poderiam ter sido evitados ou resolvidos de forma mais facilitada e sem grandes custos para a organização.

Por conseguinte, a presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso na elaboração de procedimentos de auditoria dos documentos do departamento pessoal da empresa X, onde foi auditado todos os documentos vinculados aos empregados do setor de vendas no período 01/10/2020 a 31/12/2020, e buscou responder a seguinte questão: como os procedimentos de auditoria interna podem auxiliar na resolução das questões trabalhistas da empresa X?

Para responder à questão proposta elaborou o objetivo de auditar os documentos vinculados ao departamento pessoal, como da folha de pagamento, férias, admissões, rescisões, avisos prévios, encargos, fichas de registros, referente a empresa x, no período de 01/10/2020 a 31/12/2020.

A pesquisa é relevante para os acadêmicos, profissionais e comunidade no geral, dado que irá amparar os que pretendam adquirir conhecimento na área de auditoria do departamento pessoal trazendo uma base para que futuramente possam aplicá-los. Buscou também, impactar positivamente os profissionais da área do departamento pessoal, setor que demanda muito comprometimento, habilidade e foco para formular cálculos trabalhistas, para que estejam atentos às normas legais que estão em continua atualização e possa então executar o seu trabalho de forma correta e eficaz, tornando possível auxiliar os gestores na tomada de decisão da empresa. E para a sociedade permitir que o indivíduo possa compreender melhor seus direitos.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Foram destacados os conceitos, objetivos, maneiras como a auditoria interna trabalha e técnicas que quando aplicadas pelo profissional torna possível realizar seu relatório de forma concreta.

2.1 CONCEITOS E OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA

Segundo a NBC TI 01, pode-se entender a Auditoria Interna como um conjunto de exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações. Os quais são metodologicamente estruturados para avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos realizados pela empresa com objetivo de amparar à administração da entidade no cumprimento de suas metas, mostrando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para inconsistências encontradas.

Portanto, resumidamente, pode-se dizer que o objetivo é prestar assistência aos gestores da empresa e promover o trabalho de prevenção de fraudes e erros, bem como é obrigada a informá-la, por meio de um relatório escrito e privado, sobre qualquer indicativo ou evidencia de irregularidades identificadas durante o processo do seu trabalho, porém, o profissional ao identificar eventos ativos e passivos relevantes, advindas de processos judiciais e extrajudiciais, deve tomar cuidado para ter certeza que a administração da entidade está ciente sobre isso(NBC TI 01).

2.2 PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA INTERNA

O trabalho do auditor é minucioso, por esse motivo para executar sua análise na empresa deverá utilizar de técnicas e ferramentas que tragam segurança para as informações encontradas.

> Em todo o trabalho da auditoria as ferramentas utilizadas no cumprimento de seus objetivos, são baseadas nos instrumentos desenvolvidos e aplicados na auditoria. As ferramentas de auditoria, portanto, são instrumentos que o auditor possui para atingir suas metas, definidas no planejamento de auditoria, independente do tipo de auditoria praticada (CASTRO, 2009, *apud* FILHO, 2018, p. 36).

Os procedimentos da Auditoria Interna precisam ser compostos por exames e investigações, o que abrange testes de observância, com o objetivo de verificar se os controles internos estabelecidos pela empresa são cumpridos. E os testes de substantivos que é relacionado a conseguir reunir evidências suficientes para que seja possível para o auditor interno ter recursos para basear as suas conclusões e realizar sugestões para os gestores da entidade em um relatório (NBC TI 01).

Contudo, não é somente as conclusões e sugestões que o auditor irá apresentar em seu relatório, é mais complexo que isso, deve conter também o objetivo e a extensão dos trabalhos realizados, a metodologia adotada, os principais procedimentos aplicados e sua extensão, eventuais limitações ao alcance dos

ISBN 978-65-5629-077-5

procedimentos, a descrição dos fatos constatados, as evidências encontradas e os riscos associados aos fatos constatados (NBC TI 01).

No entanto, antes de agir, o auditor vai precisar observar a existência de controles internos na entidade, caso não exista nenhum, o profissional vai analisar quais controles seriam necessários para determinado processo realizado. Por outro lado, supondo que haja controle, ele irá verificar se o controle está realmente adequado a situação. Vai apurar também se um controle individual é relevante para outros controles, para que possa então traçar um plano que possua conformidade com o trabalho a ser executado. (SOUZA, 2019).

A próxima etapa será encontrar evidencias de conformidade ou desacordo com a legislação vigente por meio de testes. As evidências são informações que criam a base para os resultados encontrados pela auditoria, elas devem ser suficientes de maneira que apresente confiabilidade para as conclusões e recomendações repassadas à administração (NBC TI 01).

2.2.1 Técnica de Amostragem

A auditoria pode trabalhar com o método de amostragem, determinar a extensão de um teste ou um método de seleção de itens a serem testados, porém esses períodos escolhidos para serem analisados, devem conter evidencias, suficientes e apropriadas para proporcionar uma base sólida para o auditor formular seu relatório (NBC TI 01).

Para Gonçalves (2018), amostragem dentro da auditoria é o método utilizado para que se torne possível conseguir informações sobre a totalidade a partir de estudos e análises de uma parte dela. Desse modo, a amostragem é utilizada pela auditoria interna para viabilizar a realização de ações na qual o objeto alvo apresenta-se em grande número. Assim, o auditor interno, ao analisar uma amostra, reduzirá o trabalho sem perda das características essenciais dos demais documentos.

Ao se elaborar um plano de amostra, é fundamental saber exatamente qual o objetivo da ação de controle, ou seja, o que se deseja obter com os resultados e quando de posse deles a quais conclusões se deseja chegar. Porque quando estão determinados os objetivos da ação fica claro qual é o alvo a ser considerada para a seleção da amostra (GONÇALVES, 2018).

2.2.2 Teste de Observância

Partindo do que a NBC TI 01 traz, os testes de observância possuem como objetivo verificar se os controles internos determinados pela empresa estão realmente funcionando, e também examinar o seu cumprimento pelos funcionários e administradores. Ao realizar o teste devem ser considerados alguns procedimentos:

- Inspeção - Verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
- Observação – Acompanhamento de processo ou procedimento;
- Investigação e confirmação – Conseguir informações referente transações e operações das empresas de pessoas que conhecem o processo.

2.2.3 Teste de Substantivo

Segundo o Manual da Auditoria Interna de 2017 disponibilizado pelo governo, esses testes são métodos praticados com objetivo de adquirir evidências que fortaleçam a validade e a propriedade dos atos e dos fatos administrativos e

ISBN 978-65-5629-077-5

contábeis, garantindo um maior grau de certeza quanto à conformidade ou à existência de incoerências na empresa. E a forma de aplicação dos testes de substantivos depende da decisão do auditor interno, quanto à extensão e à profundidade. De maneira concisa, os testes de substantivo almejam a conquista de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas administrativos e contábeis, distribuindo-se em testes de transações e saldos, e de procedimentos de revisão analítica. Podem-se classificar os testes de substantivos em:

Quadro 1. Tipos de testes substantivos

Tipos de testes	Definições
Análise Documental	Exame de processos, planilhas e documentos avulsos, ajustes jurídicos.
Confirmação Externa	Confirmação junto a fontes externas da Fidedignidade das informações e dos fatos conseguidos dentro da empresa.
Correlação de Informações	Cruzamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas; essa técnica procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidência.
Conferência de Cálculos	Revisão e confirmação dos valores por meio da comparação de elementos numéricos relacionados, para comprovar se os cálculos estão adequados.
Corte das Operações	Corte interruptivo das operações para apurar a dinâmica de um procedimento, representa a "fotografia" do momento-chave de um processo.
Entrevistas e Questionários	Escritos ou orais, para esclarecimento de fatos pela obtenção de dados e informações, como forma de conclusões técnicas.
Exame de Registros	Verificação dos registros, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas, a técnica implica na verificação desses registros em todas as suas formas.
Inspeção ou Verificação física	Exame usado para testar a efetividade dos controles internos administrativos e contábeis, particularmente daqueles relativos à segurança de ativos, de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis; a evidência é coletada sobre itens tangíveis.
Investigação Minuciosa	Exame de documentos, fluxos, rotinas, setores, unidades técnico-administrativas e procedimentos interligados, visa dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.
Observação de Atividades e Condições	Verificação das atividades que exigem a aplicação de testes flagrantes para revelar os erros, problemas ou deficiências que, de outra forma, seriam de difícil constatação. São seus elementos: identificação da atividade específica a ser observada, observação da sua execução, comparação do comportamento observado com os padrões e avaliação e conclusão.

Fonte**:** Manual da Auditoria Interna (2017 p. 73-74).

ISBN 978-65-5629-077-5

Podendo ser visto, deste modo, a existência de várias formas de testes de substantivos, deixando assim espaço para o auditor analisar qual é a melhor forma de chegar ao resultado desejado.

2.3 CONTROLES INTERNOS

O controle interno surge como uma ferramenta de grande importância na gestão das organizações, porque permite que as empresas consigam minimizar muitos riscos, os quais podem atrapalhar o alcance dos seus objetivos (ALMEIDA, 2017, *apud* FERNANDES, 2019, p. 12). Isso porque como Costa (2017) apresenta, o controle interno é um conceito que engloba todas as operações da organização. Por conseguinte, pode-se inferir que um sistema de controle interno adequado é importante devido ao fato de que confere uma maior credibilidade a toda a informação gerada.

A necessidade de que haja um departamento de auditoria interna na empresa nasce da preocupação para fiscalizar, revisar e avaliar se o controle interno está sendo bom o suficiente para suprir as necessidades empresariais. (YOSHIDA; REIS, 2005).

2.3.1 Princípios de Controles Internos

Existem princípios que devem ser seguidos para que exista segurança, precisa haver principalmente a responsabilidade dentro da empresa. É necessário ter uma determinação certa da obrigação de cada empregado ou setor da empresa para garantir que todos os procedimentos de controles vão ser realizados, assim como, encontrar erros e investigar as responsabilidades das ações quando necessário (YOSHIDA; REIS, 2005).

A entidade tem que criar um manual com todas as suas rotinas internas e com as instruções necessárias para estimular eficiência, facilitar o processo, pois na existência de dúvidas o empregado pode consultar e consequentemente evitar erros. Nesse manual devem conter todas as informações relacionadas às rotinas internas (YOSHIDA; REIS, 2005).

O controle interno deve possuir sistemas integrados deixando que uma área possa controlar outra. Devendo ter registros somente de transações devidamente autorizadas e tendo seus cálculos, valores, classificações e controles conferidos, minimizando assim a chance de erros e fraudes (YOSHIDA; REIS, 2005).

3 AUDITORIA DOS PASSIVOS

As empresas possuem várias obrigações e quando se trata de informações de envio obrigatório pode-se destacar a RAIS e a DIRF que possuem prazos estipulados de envio uma vez por ano, entretanto, agora com a implantação do e - social essa obrigação está aos poucos deixando de existir assim como o CAGED, uma obrigação já extinta para muitos. A GFIP nada mais é do que informações feitas pelo sistema da empresa, onde depois gera-se um arquivo na SEFIP para poder, por último informar aos órgãos competentes sobre os dados da folha de pagamento e previdência social. Como outra obrigação do empregador têm-se também a CAT, que faz parte da responsabilidade do empregador de informar em caso de acidentes de empregados na empresa. A obrigações trabalhistas permitiram a elaboração dos 6 quadros abaixo, começando pelas guias de GPS, FGTS e IRRF.

ISBN 978-65-5629-077-5

Dentre essas três guias citadas no quadro 2, a única que não pode ser descontada no holerite do empregado é o FGTS, a empresa paga 8% sobre o valor bruto do salário do empregado, com raras exceções. A GPS é a guia da previdência do empregado e assim como o IR vária a alíquota de recolhimento dependendo da faixa salarial do indivíduo, e para o cálculo do recolhimento do IR ainda deve-se levar em consideração os dependentes.

Quadro 2. Guias vinculadas ao Departamento Pessoal

GPS - Guia da Previdência Social	**Objetivo: recolhimento das contribuições sociais a ser utilizada pela empresa, contribuinte individual, facultativo, segurado especial e empregador doméstico. Prazos: Empresa ou Equiparada até o dia 20 (vinte) do mês seguinte. (Receita Federal, s.d.).**
DARF- Documento de Arrecadação de Receitas Federais	Objetivo: Pagamento de encargos e tributos. Recolhido do trabalho assalariado e trabalhador sem vínculo empregatício, como autônomos. (Receita Federal, s.d.).
FGTS	É constituído pelo total de depósitos mensais, realizados pelo empregador, sem qualquer desconto na folha de pagamento do funcionário. E os valores pertencem aos empregados que, em algumas situações, podem dispor do total depositado em seus nomes (Caixa Econômica Federal, s.d.).

Fonte: Receita Federal e Caixa Econômica Federal (2021).

Os programas que se encontram no quadro abaixo são importantes para a aposentadoria do empregado. A empresa ao elaborar o PPP irá precisar desses programas que irão conter informações referente ao cargo do funcionário ocupa ou ocupou na empresa, como por exemplo o grau de insalubridade que o funcionário ficou exposto, e que poderá influenciar no valor e tipo de sua aposentadoria.

Quadro 3. Programas

PCMSO - Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional	**NR-07: "objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores" (Ministério da Economia, 2020).**
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.	NR-09: Objetivo: estabelecer os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos que o trabalhador se encontrar (Ministério da Economia, 2020).

Fonte: Ministério da Economia (2020).

A folha de pagamento deve conter todas as informações do que ocorreu durante o mês de forma fidedigna. É importante observar o que a lei nos traz sobre os descontos devidos ou não para não haver desentendimentos.

Quadro 4. Remuneração.

Folha de Pagamento	**Decreto No 3.048, Art. 225. "A empresa é também obrigada a preparar folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter, em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamentos" (Brasil, 1999)**

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Brasil (1999), Decreto n° 3.048.

Os exames do quadro 5, são realizados para preservar tanto a empresa quanto empregado. Ao ser admitido em uma empresa é necessário que a pessoa em questão faça um exame admissional atestando que está liberada para exercer determinada função, assim como em caso de afastamentos, deve ser feito exame de retorno com a mesma finalidade e em situações de demissões deve ser realizado para afirmar que o empregado está bem. Importante ressaltar que nem todos fazem os mesmos exames, o que determina é o PPRA e PCMSO da empresa.

Quadro 5. Exames

Exame Admissional/ Demissional/ Retorno ao Trabalho/ Mudança de Função.	**Decreto-Lei Nº 5.452, Art. 168 - "Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho" (Brasil, 1943).**

Fonte: Brasil (1943), Decreto-Lei n° 5.452.

É comum a criação de medidas provisórias criadas pelo governo, é possível pegar como exemplo a situação da pandemia pelo Covid-19, onde trouxe muitas medidas provisórias que o profissional teve que se manter atualizado sobre o que pode ser feito e os prazos estipulados por elas.

Quadro 6. Medidas Provisórias formuladas devido a pandemia do Covid-19

Reduções/ suspensões de Jornada (medida tomada devido ao Covid - 19)	**Medida Provisória Nº 1.045, De 27 De Abril De 2021. Traz a possibilidade de redução da jornada de trabalho de 25%, 50% ou 70%. Ou suspensão. Recebendo do governo a diferença pelo prazo de 120 dias contados da data da publicação do aviso devido ao covid-19 (Diário Oficial Da União). Ademais, as MP aprovadas no ano de 2020 pode ter gerado estabilidade para o ano de 2021.**

Fonte: Diário Oficial da União (2021).

Além CLT, é preciso que o contador ou profissional encarregado pelo cumprimento das obrigações do departamento pessoal também tenha cautela com as convenções coletivas realizadas pelos sindicatos, que além de benefícios podem trazer recolhimentos de guias referente a contribuições descontadas dos empregados e outras. As convenções trabalhistas não possuem poder de lei, mas conforme a própria legislação trás na reforma de 2017, no artigo 611, em algumas situações como por exemplo, pacto quanto à jornada de trabalho e banco de horas anual, o acordo coletivo tem prevalência sobre a lei.

Quadro 7. Jurisprudência e Convenções

Convenções Coletivas - Sindicatos	**Decreto-lei Nº 8.740, Art. 513." São prerrogativas dos sindicatos: representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses dos seus associados relativos às atividades ou profissões exercidas, Celebrar contratos coletivos de trabalho, colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionem com os interesses econômicos ou profissionais de seus associados. Fundar e manter agências de colocação" (Brasil, 1946).**

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Brasil (1946), Decreto- Lei n° 8.740.

Além disso, o departamento pessoal fica responsável pelos documentos admissionais, o livro/ fichas de empregados, as rescisões que podem variar as causas e direitos. Deve cuidar também das férias, faltas, atestados, perícias, pagamento de pensões, cálculo de cartões pontos digitais e/ou manuais, advertências e suspensões, realmente tudo que envolva os empregados.

4 METODOLOGIA

Este estudo enquadrou-se como pesquisa descritiva, que segundo Gil (1999), objetiva descrever características de determinada população, evento, ou ainda estabelecer relações entre as variáveis. Contudo, o profissional deverá se manter atendo, pois como Andrade (2002) explica, o auditor irá observar os fatos, registrar, analisar, classificar e interpretar sem que em nenhum desses processos cause qualquer tipo de interferência, de maneira que o resultado seja real sem manipulação da informação.

Uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, é importante ressaltar que ela não é tão preliminar quanto a exploratória ou tão aprofundada quando a pesquisa explicativa. O corte foi realizado de modo transversal, no período 01/10/2020 a 31/12/2020 da empresa X, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

O procedimento que o pesquisador definir para realizar a coleta de dados, partindo do pensamento de Gill (1999, p.65), é o passo mais importante para definir um delineamento. Neste estudo a metodologia abordada se trata do estudo de caso, cuja principal característica é o fato de ser um estudo concentrado em um único caso e justamente por ser um estudo focado em apenas um caso ele é considerado segundo, Bruyne, Herman e Shoutheete (1977), um estudo importante por reunir informações numerosas e detalhada com vista a apreender a totalidade de uma situação, que, por conseguinte, auxilia em um maior conhecimento e uma possível resolução de problemas, se encaixando desde modo, perfeitamente na auditoria.

Como instrumento de coleta de dados de fonte primária foram realizadas três entrevistas, via e-mail, para o responsável pelo departamento pessoal do escritório de contabilidade, para um perito e para um advogado trabalhista, onde os mesmos forneceram uma base para os dados analisados da empresa X encontrados nos documentos auditados, com escalas avaliativas de concordância e questões abertas, concretizando dessa forma o resultado final apresentado no relatório. E os de fontes secundárias, foram os registros da organização coletados por meio do sistema de amostragem das informações geradas da empresa X por um escritório de contabilidade contratado na cidade de Cascavel-PR, e bibliografia.

A abordagem do problema foi efetuada de forma qualitativa, que é a análise dos dados de forma mais profunda referente ao tema que está sendo abordado, a abordagem de um problema qualitativamente é a forma mais eficaz de incorporar os elementos investigados aos comportamentos observados em determinadas sociedades (BEUREN, 2006).

A limitação desse estudo é a impossibilidade de aplicá-lo a outras situações. Por ser estudado um único caso, tendo apenas um objeto de estudo, estabelece uma limitação dentro da metodologia, assim sendo a pesquisa não pode ser generalizada a outros objetos ou eventos.

ISBN 978-65-5629-077-5

5 RESULTADOS

A auditoria trata-se de um trabalho minucioso de exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações para constatar a integridade, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de determinado setor com o objetivo de amparar à administração da entidade mostrando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para inconsistências encontradas (NBC TI 01). Tal como para realizar a auditoria é necessário primeiramente, conhecer a empresa que será auditada.

5.1 A EMPRESA AUDITADA

A empresa selecionada para esse estudo de caso dedica-se ao setor de vendas e está localizada no centro da cidade de Cascavel – PR, sendo sua abertura em 06/2017. O principal código nacional de atividade econômica (CNAE) é o de comercio varejista de artigos do vestuário e acessórios, possuindo também outros: comercio varejista de móveis, comercio varejista de calçados, comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos, comercio varejista de artigos de viagem, comercio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos. Trabalha com um quadro de 15 empregados dentro da amostra selecionada, sendo entre os meses 10 e 11/2020 composto em 78,5% por mulheres e em 12/2020 aumentou para 81,2%. O trabalho de auditoria busca evidenciar os procedimentos e controles adotados pela organização para levantar a eficiência do mesmo. Os controles internos são fundamentais para a boa gestão de um negócio.

5.2 CONTROLES INTERNOS

O controle interno trata-se de um recurso utilizado pelas empresas que apresenta grande importância na gestão das organizações, porque ele permite que as empresas consigam reduzir muitos riscos, os quais podem atrapalhar o alcance dos seus objetivos. (ALMEIDA, 2017, *apud* FERNANDES, 2019, p. 12).

Observou-se que o escritório de contabilidade possui vários controles internos para minimizar a quantidade de erros cometidos. Ele trabalha com três pessoas para o cumprimento da demanda que o setor exige, sendo elas: a encarregada do departamento, a auxiliar do departamento e a sócia do empreendimento, o controle interno se divide, portanto, entre elas:

Durante o fechamento de folha: as empresas que utilizam os serviços do escritório são divididas entre a auxiliar e a encarregada, onde cada uma fica responsável pelos cartões ponto, cálculos das folhas, tudo o que irá influenciar o resultado final do fechamento da folha e demais atribuições a elas incumbidas, e a sócia após uma última conferência autoriza o fechamento e, por conseguinte, impressão ou publicação das mesmas no site onde os clientes possuem acesso para visualizar os documentos. Mesmo após a conferencia dos cálculos, finalizadas e enviadas as folhas, elas fazem um *checklist* para verificar se tudo que devida ser enviado (holerites, impostos, contribuições) realmente foi.

Após a semana de folha de pagamento de cada mês as profissionais realizam o arquivamento dos documentos relacionados aos empregados e também a conferência deles, quando falta algo, fazem a relação de documentos pendentes em

ISBN 978-65-5629-077-5

um arquivo no servidor para poder encaminhar aos clientes para que tomem as devidas providencias, para que em caso de ações trabalhistas não venha a faltar, importante ressaltar que esse controle interno auxiliar na contabilidade também, pois no momento de realizar as baixas da folha de pagamento os documentos que faltariam já foram solicitados e em sua grande maioria enviados para o escritório.

Além disso, cada uma fica responsável pela realização de rescisões, admissões, períodos de férias que competem dentro da relação de "suas" empresas. Diminuindo dessa forma as chances de ser cometidos equívocos, dado que a responsabilidade esta dividida.

Por meio dos controles observados, iniciou-se os trabalhos de auditoria na conferência das folhas de pagamento das competências selecionadas.

5.3 FOLHA DE PAGAMENTO E SALÁRIOS

Analisou-se a folha de pagamento buscando informações sobre os salários e cálculos de cada rubrica utilizada pelo escritório e que compõem o holerite dos funcionários do período pesquisado, o resultado permitiu a elaboração da tabela 1.

Tabela 1. Remunerações do período estudado.

	10/2020	11/2020	12/2020	13/2020
Fun. 1 e 5	✓	✓	✓	✓
Fun. 2 e 7	≠	≠	≠	≠
Fun. 8 e 13 - (12 até 10/2020)	✓	✓	✓	✓
Fun. 10 e 16			≠	✓
Fun. 14 e 15 – (12 a partir 11/2020)	✓	✓	✓	✓

Fonte: Folha de pagamento do mês 10 a 12/2020

Após conferencia originando-se de recálculos da folha de pagamento de 10/2020 a 12/2020, abrangendo também as duas parcelas do décimo terceiro, pode-se obter como pontos positivos a confirmação deque os cálculos das folhas de pagamento de 10 a 12/2020 não apontaram erros. Os cálculos dos décimos terceiros salários foram realizados com as devidas médias adquiridas pelos empregados no decorrer do ano e todos os meses analisados possuem *holerites* com as datas de pagamento dentro do que é estipulado. Bem como os descontos de INSS, IRRF e o FGTS que é direito do empregado regido pela CLT.

Entretanto, dentre os pontos negativos da amostra selecionada, a empresa apresentou funcionários com a mesma função e salários diferentes infringindo o artigo Art. 461 da Lei 1.723: "*Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade"*. Outro ponto relevante é que em duas competências dois comprovantes de pagamento de *holerite* de um mesmo empregado estão com nome de outra pessoa. Para mais, observou-se que os empregados possuem acordos assinados de banco de horas durante o período, autorizado pela convenção coletiva, entretanto, existe o pagamento de horas extras durante as 3 competências. Recomendação: realizar reunião com a empresa X para alinhar a ideia de cargos e salários dos funcionários, reforçar que os comprovantes devem estar no nome dos empregados para fins de comprovação de pagamento e realizar uma consultoria averiguar como proceder com a situação.

ISBN 978-65-5629-077-5

A partir da conferencia dos cálculos e recolhimento de impostos dos empregados foi possível confrontar o valor final dos impostos com as guias geradas e pagas pela empresa X.

5.4 GUIAS – INSS, FGTS, IRRF

Procurou-se confrontar a veracidade das guias relacionadas a folha de pagamento do período pesquisado que dizem direito também aos empregados que trabalham no setor selecionado para essa auditoria. O resultado permitiu a elaboração da tabela 2.

Tabela 2. Guias do período estudado

Competências	*INSS*	*FGTS*	*IRRF*	*Parc. FGTS*
10/2020	✓	✓	✓	✓
11/2020	✓	✓	✓	✓
12/2020	≠	✓	✓	✓
13/2020 ref. 13° salário	≠	✓	✓	

Fonte: Guias e folha de pagamento do mês 10 a 12/2020.

A tabela 2 permitiu as seguintes observações: constatação de divergência durante confrontação da folha de pagamento e a guia gerada de INSS, por outro lado, as guias de FGTS e IRRF não apresentaram diferenças, ademais, a empresa possui documento comprobatório de quitação do parcelamento aderido do FGTS referente a MP 927/2020. Recomendação: efetuar pesquisa para levantar o motivo da divergência citada acima, foi verificado também que a diferença paga a mais na guia de competência 13/2020 foi compensada na guia de 12/2020, sugere-se que o setor contábil e setor de pessoal verifiquem, através da análise documental, a diferença acima apontada, bem como aos valores retidos nas faturas da empresa, objetivando averiguar a existência ou não da dívida com o INSS. Após analisar os cálculos e as guias, verificou-se a movimentação no quadro de empregados dentro da própria folha de pagamento.

5.5 MOVIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA EM 10/2020 A 12/2020

Buscou-se as informações sobre as movimentações de afastamentos, cargos e funções bem como admissões e demissões dos empregados que trabalham no setor selecionado para essa auditoria através da verificação da folha de pagamento. O resultado permitiu a elaboração da tabela 3.

Tabela: 3. Movimentações no período estudado

	Função 10/2020	Função 11/2020	Função 12/2020
Fun. 1 e 5	Aux. Vendas	=	=
Fun. 2 e 7	Gerente Vendas (1 afast./ 1 adm.)	=	=
Fun.3	Almoxarife (adm.)	=	=
Fun.4	Gerente Setor Kids	=	=
Fun.6	Aux. Fat. (susp.)	=	(susp/ lic.mat)
Fun. 8 e 13	Caixa	=	=
Fun.9	Montador Móveis	=	=
Fun. 10 e 16	Zelador	=	(1 adm./ 1 dem.)

ISBN 978-65-5629-077-5

Fun. 11	Aux. Adm.	=	(férias)
Fun. 12	Caixa	≠	≠
Fun. 14 e 15	Vendedor	=	(1 adm./ 1 dem)
Pro labore	Diretor Comercio Varejista	=	=

Fonte: Folha de pagamento do mês 10 a 12/2020.

A tabela 3 permitiu as seguintes observações: analisar uma grande movimentação no quadro de funcionários da empresa X durante a amostra selecionada. Equivalendo-se 26,66% para admissões, 13,33% para rescisões, 6,66% para suspensões de contrato de trabalhado (pandemia covid-19), 6,66% licença maternidade, 6,66% férias, 6,66% para trocas de funções e também 6,66% para afastamentos por doenças concedidas pelo INSS. Em seguida, foram exploradas as admissões, demissões e férias que influenciaram a criação da tabela.

5.6 ADMISSÕES

Empresa mantém arquivado os documentos admissionais dos empregados, como dados pessoais e sensíveis. Recomendação: realizar a regularização e atualização dos procedimentos internos a fim de estar em dia com a lei nº 13.709, destacando o art. 42 da mesma: "*o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.*"

5.7 RESCISÕES

A empresa mantém arquivado os documentos rescisórios dos dois empregados da amostra selecionada, ou seja, termo de rescisão, de quitação, aviso prévio, guia GRRF, seguro desemprego, com assinatura do empregado e comprovante de pagamento respeitando o prazo estabelecido pela Lei nº 5.452 de 1943 **§ 6º:** "*valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017).*"

5.8 RECIBO/ AVISO DE FÉRIAS

Dentro da amostra o empregado 11 gozou de férias obedecendo ao período aquisitivo e, portanto, o artigo 134 da Lei **1.535.** Neste caso, optou-se pela venda de 1/3 dos 30 dias de direito, respeitando o artigo 146 da mesma lei. As médias apresentadas para o cálculo foram adquiridas durante o período aquisitivo e não se referem ao período dos últimos 12 mês como manda a Constituição Federal, art. 7º, XVII e Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 129, 142, § 3º, do decreto-lei 1535. Tudo isso comprovado a partir do recibo e aviso de férias assinados pelo empregado e arquivado pelo escritório de contabilidade. Sendo o pagamento realizado 1 dia antes do empregado sair de férias, ferindo o artigo Art. 145 da Lei 1535 que diz que deverá ser efetuado até 2 dias antes do início do respectivo período. Recomendação: realizar uma consultoria para verificar os procedimentos a serem tomados.

ISBN 978-65-5629-077-5

5.9 PPRA/ PCSMO – EXAMES CLÍNICOS

A empresa X não realiza exames periódicos, foi realizado somente para alteração de função, admissionais e os demissionais. Sendo um dos motivos para a não realização dos exames periódicos a falta do programa PPRA e PCSMO, que são os programas realizado por especialistas especificando dentre outras coisas os períodos que devem ocorrer a realização dos exames. Recomendação: realizar um orçamento entre as empresas que fornecem esse trabalho e elaborar os programas necessários da empresa.

5.10 FICHAS DE REGISTRO

A empresa X apresentou falhas ao serem analisadas as fichas de registro do período 10/2020 a 12/2020, visto que, existe a falta da ficha de registro do funcionário 2, não consta alteração de função na ficha do funcionário 12 bem como sua alteração salarial, não foi encontrada a antecipação salarial dos funcionários 8 e 13 em 11/2020, ou ainda o período aquisitivo e de gozo de férias do funcionário 11 em 12/2020. Infringindo artigo 41 de 1943 -parágrafo único: "*deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador".* (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989). Recomendação: realizar a atualização de informações nas fichas de registros.

5.11 OUTROS PROCEDIMENTOS

Cartões ponto: o escritório não possui controle sobre os cartões pontos, pois assim que as folhas são fechadas os cartões são entregues a Empresa X para que possam realizar a conferencia com os *holerite*s sobre as faltas e horas extras lançadas. Entretanto, foi possível apurar a partir das fichas de registros que os empregados possuem carga horária de 44 horas semanais e 220 mensais, trabalhando de segunda a sábado e que não existe controle de jornada para os empregados que se encontram no cargo de gerencia por enquadrar-se na situação prevista no art. 62 Lei nº 8.966/1994 da CLT.

Atestados médicos: o escritório possui controle sobre os atestados enviados pela empresa, são mantidos arquivados por data decrescente na pasta junto com os demais documentos do departamento pessoal.

Recibos de vale transporte: o escritório possui arquivados recibos de vales transportes pagos aos empregados mensalmente, onde são descontados 6% no *holerite*, previstos na CCT 2020/2021.

Acordo de suspensão de contrato de trabalho: possui acordo assinado pelo empregado de ciência sobre a suspensão de contrato de trabalho devido a pandemia.

Para finalizar o estudo buscou explorar com profissionais atuantes do próprio escritório de contabilidade, advogado e perito, informações com a finalidade de obter dados mais consistentes sobre situações corriqueiras, ouvir a experiência daqueles que lidam diariamente com o público e tais acervos. Todos os profissionais entrevistados atuam há pelo menos 2 anos nas áreas de formação.

O **perito** relatou que os principais erros que as empresas cometem são:

ISBN 978-65-5629-077-5

- ✓ Não observação da jornada de trabalho prevista na CCT;
- ✓ Não pagamento de horas extras ou elaboração de acordo de compensação de horas;
- ✓ Não pagamento de horas extras noturnas/ hora noturna reduzida;
- ✓ Não pagamento de adicional noturno;
- ✓ Cálculo de horas extras e adicional noturno com divisor de horas totais superior ao devido;
- ✓ Registro de empregados após a data efetiva do início dos trabalhos;
- ✓ Não respeitar o tempo mínimo de horário intra-jornada;
- ✓ Remuneração abaixo do piso da categoria;
- ✓ Registro em função adversa daquela em que realmente o empregado labora;
- ✓ Não pagamento de adicional de função gratificada para colaboradores que exercem tais posições;
- ✓ Falta de depósito ao FGTS; não pagamento das verbas rescisórias;
- ✓ Descontos indevidos ou superiores ao máximo permitido pela legislação;
- ✓ Tratamentos ofensivos ou abusivos que geram qualquer discriminação social, racial, sexual ou constrangimento.

Além disso, confirmou que indicaria o uso de auditoria interna nas empresas, pois encontra com muita frequência diferenças entre empresas que realizam auditoria interna em vista das que não realizam, reportando que: *"Geralmente, empresas que possuem auditoria interna não incorrem em erros primários no cumprimento da legislação, ou seja, seguem as instruções contidas na convenção coletiva de trabalho e entregam devidamente todas as obrigações principais e acessórias, no entanto, importante comentar que a auditoria trabalha com a amostragem dos dados, enquanto a perícia os observa de forma integral e minuciosa, portanto, ainda que a empresa possua auditoria interna, poderá ser vencida em demandas judiciais."*

A **sócia do escritório** informou que as principais dificuldades no relacionamento do escritório com as empresas é a falta de compreensão das empresas e possui ciência de empregadores que se recusam a seguir determinadas legislações. Entretanto, relatou que raramente são realizadas ações trabalhistas. Frequentemente realiza cursos e utiliza a consultoria para esclarecer dúvidas. Ocasionalmente possui dificuldade para entender algumas legislações e assim como ocasionalmente encontra erros de cálculos realizados pelo sistema, pois realiza com muita frequência os cálculos fornecidos pelo sistema.

A **advogada** expôs que ocasionalmente encontra dificuldades ao recolher documentos para base de ações trabalhistas e que a falta de pagamentos é uma das principais motivações para ações trabalhistas. Pontua que as falhas que as empresas cometem com relação aos seus empregados são: falta de pagamento correto das horas extras, não observação dos instrumentos normativos, ambiente insalubre, falta de equipamentos de segurança. Concorda que atualmente os empregados estão mais cientes de seus direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso realizado permitiu analisar de maneira pratica a realidade da empresa possibilitando maior conhecimento sobre os procedimentos de auditoria.

ISBN 978-65-5629-077-5

Uma vez que proporcionou a chance de buscar entender na pratica a legislação que rege nosso sistema e, do mesmo modo, agregou clareza ao realizar os procedimentos de conferencia dos cálculos de impostos, folha de pagamento, férias e rescisões.

A presente pesquisa foi concluída ao responder positivamente a questão e o objetivo proposto no estudo de identificar de que forma os procedimentos de auditoria interna podem auxiliar as questões trabalhistas da empresa x, visto que, foi possível observar e investigar a todas os procedimentos efetuados pela empresa X e escritório durante o período proposto, salientando que foram encontradas algumas inconsistências que a empresa X juntamente com o escritório de contabilidade devem corrigir, evitando assim futuras complicações com a legislação vigente.

Bem como, cumpriu com o seu dever para com a sociedade permitindo amparar os que pretendam adquirir conhecimento na área de auditoria trazendo uma base para que possam aplicá-los. Impactou positivamente os profissionais da área do departamento pessoal para que estejam atentos às normas legais. E permitiu ao indivíduo a melhor compreensão dos seus direitos.

Sugestão para estudos posteriores: auditar a folha de pagamentos e procedimentos vinculados ao departamento pessoal de toda a empresa.

REFERÊNCIAS

Batista, Daniel Gerhard. **Manual de Controle e Auditoria**. Disponível em: <Https://Books.Google.Com.Br/Books?Hl=Pt-Br&Lr=&Id=-Sprdwaaqbaj&Oi=Fnd&Pg=Pt7&Dq=Auditoria+Trabalhista+Por+Amostragem+&Ots=Zanxjnivcq&Sig=D8w-7hcxuwbzywzopmmabea0fgc#V=Onepage&Q&F=False> Acesso Em 11 Mai. 2021,às 16:47.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.535, 15 abri. 1977, Arts 129, 134, 142. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1535.htm> Acesso em 09 mai. 2021, às 15:05.

_____. Decreto **nº 3.048**, 6 mai. 1999, Art. 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm> Acesso em 10 mai. 2021, às 15:20.

_____. Decreto **nº 4.032**, 26 nov. 2001, Art. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D4032.htm> Acesso em 09 de maio de 2021, às 15:14.

_____. Decreto-lei **nº 5.452**, 1º mai.1943. Art. 41, 58, 59, 129, 168, 473, 477, 494. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em 10 de maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

_____. Decreto-Lei **nº 8.740,** 19 jan. 1946**,** Art. 513. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del8740.htm>. Acesso em 12 mai. 2021, às 20:14.

_____. Lei **nº 13.709**, 14 ago. 2018.Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm> Acesso em 07 mai. 2021, às 21:02.

_____. Medida provisória **nº 1.045**, 27 abri. 2021. Diário oficial da união. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308> Acesso em: 07 mai. 2021, às 22:20.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Conectividade Social** - Aplicativo Web Internet. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-conectividade-social/CARTILHA_EMPREGADOR.pdf> Acesso em 07 mai. 2021, às 22:33.

_____. **O que é o FGTS**. Disponível em: <https://www.fgts.gov.br/Pages/sou-empregador/o-que.aspx>. Acesso em 16 mai. 2021, às 14:52.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI 01**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/ >. Acesso em: 24 abri. 2021, às 14:43.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CCT - **SINDEC** 2020/2021. Disponível em: <http://www.sindeccascavel.com.br/arquivos/cct/43459b8748eec77d1a5c3e2b60c147cf.pdf>Acesso em 13 set. 2021, as 17:42.

FERNANDES, Ana Raquel Cunha. **A Importância da Obtenção de Prova em Auditoria**, 2019 (Mestrado), p. 12. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/122483/2/354266.pdf> Acesso em 12 mai. 2021, às 20:30.

FILHO, Isac Sales Pinheiro. **Revista Científica On-line Tecnologia – Gestão – Humanismo.** Disponível em: <http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/223/209> Acesso em 10 mai. 2021, às 21:33.

GARCIA, Cátia Marisa Rodrigues. **Implementação de um Sistema de Controlo Interno numa Entidade do Setor Não Lucrativo**. (2017, p. 10). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21302/1/Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20SCI%20numa%20ESNL_C%C3%A1tia%20Garcia_Revisto.pdf>Acesso em 13 mai. 2021, as 17:37.

GONÇALVES, Jediene Galdino. **Manual de Auditoria Interna da UFPE Atualização** (2018, p. 16.). Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1150016/1150021/Manual+de+Auditoria+Interna/15ffb98c-e5ae-482d-b390-969e6a874a32> Acesso em 14 mai. 2021, às 16:11.

ISBN 978-65-5629-077-5

GOVERNO FEDERAL. **Comunicação de Acidente de Trabalho** – Cat. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/auxilios/comunicacao-de-acidente-de-trabalho-cat>Acesso em 08 mai. 2021, às 19:32.

_____. **E Social passa a substituir Livro de Registro de Empregados**. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/esocial-passa-a-substituir-livro-de-registro-de-empregados>Acesso em 09 mai. 2021, às 15:25.

_____. **NR-07.** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-07.pdf/view> Acesso em 10 mai. 2021, às 10:11.

_____. **NR-09.** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-09-atualizada-2020.pdf/view> Acesso em 10 mai. 2021, às 10:48.

_____. **Seguro-Desemprego**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-o-seguro-desemprego> Acesso em 16 mai. 2021, às 14:55.

HARANO, Fernando Takeo, IZIDORO, Natália Ferreira e LEAL, KivyaSantos. **Auditoria Interna na Prevenção de Irregularidades Trabalhistas**. Disponível em: <http://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/332/296/> Acesso em: 20 mar. 2021, às15:52.

LEI **Nº 1.723,** 08 Nov. 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1723.htm> Acesso em 06 Set. 2021, às 21:08.

LEI **N° 8.966,** 27 Dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8966.htm> Acesso em 13 Set. 2021, as 17:37.

LEI **Nº 13.709,** 14 Ago. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm> Acesso em 09 Set. 2021, as 23:36.

Manual Da Auditoria Interna (2017, P. 73-74) Disponível em:<Https://Www.Tce.Ba.Gov.Br/Files/Flippingbook/_Audit_2017/Files/Assets/Basic-Html/Page73.Html> Acesso Em 13 Mai. 2021, às 22:12.

MANUAL OPERACIONAL APLICATIVO CLIENTE - **GRRF.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-grrf-aplicativo-arquivos/Manual_Operacional_GRRFv204.pdf> Acesso em 07 mai. 2021, às 21:19.

MARTINAZZO, Silvana e MENDES, Laís da Silva. **Auditoria em Folha de Pagamento Departamento Pessoal.** Disponível em <https://unisecal.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/Auditoria_folha_pagamento_Lais_e_Silvana.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021, às 15:52.

ISBN 978-65-5629-077-5

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. GFIP E SEFIP - **Orientações Gerais**. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/orientacoes-gerais#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%209.528%2F97,Informa%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A0%20Previd%C3%AAncia%20Social%20%2D%20GFIP%20.> Acesso em: 07 mai. 2021, às 20:26.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/carteira-de-trabalho-digital/>. Acesso em: 30 jun. 2021, às 19:53.

_____. **GPS** - Guia da previdência social - Orientações. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/emissao-e-pagamento-de-darf-das-gps-e-dae/gps-guia-da-previdencia-social-orientacoes-1#:~:text=A%20Guia%20da%20Previd%C3%AAncia%20Social,compet%C3%AAncias%2009%2F2015%20e%20anteriores.> Acesso em: 07 mai. 2021, às 20:47.

_____. Imposto de renda retido na fonte – **IRRF.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dctf-declaracao-de-debitos-e-creditos-tributarios-federais/tabelas-de-codigos-extensoes/irrf> Acesso em 09 mai. 2021, às 14:50.

_____. **Radar da Inspeção do Trabalho** - Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/fgts-esta-entre-os-principais-motivos-de-acoes-na-justica-do-trabalho.shtml> Acesso em: 08 abri. 2021, às: 13:38.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais.** Sobre a Rais. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf> Acesso em 08 mai. 2021, às 19:59.

RECEITA FEDERAL. **Perguntas e Respostas** Dirf 2021. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dirf-declaracao-do-imposto-de-renda-retido-na-fonte/dirf2021-perguntas-respostas-v20210129.pdf> Acesso em 09 mai. 2021, às 15:59.

REIS, Jorge Augusto Gonçalves e YOSHIDA, Patrícia Mie Miyamoto. **Controle Interno nas Empresas** (2005, p. 711-712). Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-20.PDF> Acesso em 13 mai. 2021, às 20:56.

SOUZA, Hamilton Edson Lopes de. **Auditoria Interna - guia básico para formação de auditores.** Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Xd33DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=testes+de+substantivos+auditoria+interna&ots=EEkvIfXnxl&sig=03eT2tiWzldnajJ3dfSkyJXhLfY#v=onepage&q=testes%20de%20substantivos%20auditoria%20interna&f=false> Acesso em13 mai. 2021, às 11:46.

ISBN 978-65-5629-077-5

LIDERANÇA FEMININA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICIPIO DE CASCAVEL PR

Thaina Dos Santos[1]
José Roberto Domingues da Silva[2]

Resumo: Este estudo investigou a evolução das mulheres contadoras em cargos de liderança nas organizações contábeis da Cidade de Cascavel. O estudo adotou a pesquisa descritiva ancorada no levantamento com corte transversal no mês de agosto de 2021, sem considerar a evolução de dados no tempo. O instrumento para coleta de dados foi um questionário composto de 22 questões utilizando grau de concordância e não concordância constituído por 5 níveis. A população pesquisada foi de 55 contadoras distribuídas em 10 escritórios contábeis da Cidade de Cascavel, Pr. Os resultados apontaram que a maioria das contadoras não atua em posições de liderança, confirmando a realidade das organizações brasileiras embora tenha possibilitado verificar que um número elevado presenciou avanço na liderança feminina no mundo da contabilidade, também ainda percebe-se muito dos preconceitos tradicionais da sociedade em relação a posição da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Contabilidade. Evolução da mulher. Trabalho. Liderança.

1 INTRODUÇÃO

Desde muitos anos a mulher vem conquistando seu espaço no mercado e em outras áreas pertinentes, atravessando desafios e dificuldades, em função da desigualdade de condições presente na sociedade. No passado o gênero feminino era colocado apenas como papel de mãe e esposa, a mulher era vista como um objeto, uma posse do homem, e quem se portasse de forma contraria, obtinha má reputação diante da comunidade (ARTEIRO, 2017). Isso durou por longos anos e somente por volta do século XIX surgiram algumas mudanças através da Revolução Industrial. Com a participação da mulher nas indústrias o preconceito continuou, ficaram reputadas como sexo frágil e isso refletiu em seus salários que era quase 60% inferior ao dos homens (ZAMARIOLLI, 2012). "Elas passaram a ser exploradas, não possuíam condições de trabalho segura, trabalhavam em jornadas superiores á 15 horas sem descanso, em ambientes sem condições de higiene, executando funções bem além de suas forças" (BARRETO, sp, 2016).

Após a inserção das mulheres no mercado de trabalho, surgiram-se os primeiros movimentos feministas que proporcionaram a essa classe o direito de acesso à educação. Segundo Ricoldi e Artes (2016), a busca pelas mulheres de um espaço significativo, junto dos pensamentos feministas, trouxe avanços no trabalho e no ensino superior. A partir disso as diversas transformações fizeram com que pudessem ter acesso ao ensino adquirindo diversas formações, inclusive na contabilidade.

[1]Graduanda do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. CASCAVEL PR (2021)
[2]Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC/PR (2015)

ISBN 978-65-5629-077-5

A contabilidade está presente na sociedade desde a época de troca e venda dos comerciantes semíticos, surgiu através da necessidade do comércio de registrar seus movimentos que iam aumentando. A contabilidade passou-se por varias fases, seu avanço deu-se pela contribuição da escola italiana e a norte-americana, devido ao pensamento de seus teóricos (SANTOS; BARBOSA, 2019).

O gênero feminino passou a ganhar força e o desejo de se tornarem líderes ficou mais real. Atualmente é possível encontrar mulheres nos cargos de liderança e presidentes em grandes corporações, isso ocorre, pois gradativamente a classe feminina tem aumentado sua participação no mercado de trabalho (CUNHA; SPANHOL, 2014). Segundo Carreira, Menchu e Moreira (2006) a mulher tem mostrado que é capaz de exercer uma boa liderança nas grandes empresas, pois se preocupa com as pessoas, se interessa pelos seus pensamentos, ideias e opiniões, ou seja, conciliam de uma forma inteligente as necessidades da empresa com a necessidade das pessoas, ponderando seus pontos fortes e fracos. Fica necessário ressaltar que mesmo com tantas conquistas que o gênero feminino obteve, ainda existem diversos preconceitos e obstáculos para serem enfrentados e alcançar sucesso semelhante os homens.

Os movimentos feministas no final do século XIX proporcionaram inúmeras mudanças no cotidiano feminino, as mulheres foram às ruas e lutaram por seus direitos buscando o fim da desigualdade (BARRETO, 2016). Diante disto hoje pode-se ver o gênero representando cargos de liderança nas organizações, mas os resultados ainda não são satisfatórios. Segundo pesquisa realizada em 2019 pela *Bain&Companyassociada* com o *LinkedIn*, buscou-se dados referente aos altos cargos no Brasil, concluindo que mulheres com ensino superior ocupam 3% dos cargos de liderança das 250 maiores empresas do país.

Na contabilidade Eny Pimenta de Moraes foi a primeira mulher a obter o registro da profissão contábil realizado em 1947, desde então dados mostram que a participação feminina vem aumentando no setor contábil. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2018), em 1996 realizou-se uma pesquisa na qual apontou que a participação da mulher no cenário contábil era de 27,45%, enquanto o homem era de 72,55%". Após 22 anos, o Conselho realizou a mesma pesquisa na qual constatou que dos 525.367 mil profissionais da contabilidade, 57,20% são do sexo masculino e 42,79% são do sexo feminino (CFC, 2018). A presença feminina tem se mostrado forte, pois vem derrubando paradigmas e mostrando a capacidade da mulher para exercer também essa profissão (NEVES, 2017).

A mulher contabilista é formada podendo atuar em todas as áreas contábeis, algumas delas são a auditoria interna e independente, perícia contábil, consultoria financeira, analista, cargos de diretoria dentre diversas outras. Segundo Silva e Gomes (2021), as habilidades profissionais que envolvam dedicação, sensibilidade e gerenciamento de situações que requerem emoção, características, em suma, exclusiva das mulheres, têm sido cada vez mais necessitadas e valorizadas por organizações.

O gênero feminino em cargos de liderança constantemente é visto de forma negativa por conta da cultura patriarcal vinda ao longo dos séculos que impôs a mulher uma posição inferior ao homem. Atualmente pesquisas comprovam a importância da presença feminina nesta ocupação, suas características emocionais que muitas vezes acabam sendo julgadas são a chave para o sucesso das organizações, estudos realizados também mostram o aumento do lucro de empresas

ISBN 978-65-5629-077-5

associado à liderança feminina. Tal tópico tem proporcionado pequenas mudanças no corpo social, visto que o empoderamento feminino tem ganhado força.

Hoje a contabilidade conta com grande participação feminina em diversas áreas de atuação, mas em grande parte do mundo a liderança feminina ainda é vista como um tabu. Uma pesquisa realizada pela empresa de recrutamento especializado Robert Half (2021) mostra que 61% das organizações ainda não têm políticas específicas para aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança. Por outro lado a pesquisa também mostrou que as empresas demonstram preocupação e vêem necessidade de um projeto para inserção da mulher nos cargos de diretoria. Dados mostram que a classe feminina ainda está abaixo da porcentagem igualitária, segundo o CFC a expectativa é que leve cerca de cinco anos para atingir esta igualdade. Sendo assim o presente estudo buscou responder a seguinte questão: Como as contadoras estão ocupando os cargos de liderança nas organizações contábeis da cidade de Cascavel-PR?

O estudo teve como objetivo analisar a evolução das mulheres contadoras em cargos de liderança nas organizações contábeis da Cidade de Cascavel. Justifica o estudo pela necessidade de verificar se as mulheres estão evoluindo na ocupação de cargos de liderança, uma vez que carreiras de sucessos é o desejo de todos os seres humanos. A profissão contábil ficou sendo vista como uma carreira masculina, por muitos anos, isso se deu pela cultura reinante, antes era comum as meninas serem criadas para cuidarem apenas do lar, mas com as lutas ancestrais, hoje se pode ver um cenário diferente. Desta forma, o tema ganhou importância para a sociedade e precisa de acompanhamento para confirmar o progresso feminino na posição de líderes.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo apresenta cinco tópicos, no qual o primeiro busca apresentar a evolução da mulher no mercado de trabalho diante dos desafios. O segundo apresenta a contabilidade no Brasil. Em seguida o terceiro mostra as diversas áreas que a formação acadêmica em contabilidade proporciona. O quarto retrata a mulher como contadora no Brasil. E por fim, o quinto tópico busca apontar o cenário de liderança feminina.

2.1 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO FEMININO

Em todos os âmbitos da vida feminina, a mesma sempre foi colocada como menor e incapaz, carecendo da tutela de um homem (SAFFIOTI, 2013). Desde novas as mulheres foram educadas para servir a família e pertencer ao lar, naquela época a definição de felicidade pessoal para as mulheres era casar e procriar. Isso durou por longos anos e somente por volta do século XIX o cenário ganhou mudanças definitivas com a revolução industrial. Antes disso as mulheres já buscavam formas de sustento. Segundo Saffioti (p. 62, 2013), "a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domesticas".

Por volta de 1914 á 1945 ocorreu-se a I e II Guerras Mundiais, Araujo (2004) ressalta que muitos homens foram às batalhas e as mulheres sentiram-se na

ISBN 978-65-5629-077-5

obrigação de assumir seus postos nos trabalhos que antes eram realizados pelos maridos, oportunizando suas primeiras conquistas.

Com a revolução industrial ocorreu-se a inserção da mão de obra feminina nas indústrias. Cronemberger e Teixeira (2012) ressaltam que a mulher passou a desejar independência pessoal e financeira e buscou qualificar-se profissionalmente. Nessa época as mulheres enfrentaram diversos desafios, sendo exploradas nas fabricas trabalhando por inúmeras horas. Para Zamariolli (p. 08, 2012), "a mulher tinha que cumprir jornadas de trabalho de até 17 horas diárias em condições insalubres sendo submetida a humilhações e espancamentos, chegando a ter desvantagem salarial de até 60% em relação aos homens". Conforme Saffioti (p. 75, 2013), "trabalhadores franceses nas indústrias gráficas da segunda metade do século XIX deflagram greve toda vez que uma mulher é admitida numa oficina do ramo."

Com isso surgiram os primeiros movimentos feministas em prol do fim da desigualdade trabalhista. Em 1988 é criada a Constituição Federal que tem como princípio a igualdade social.

> Por meio dessa Constituição Federal, pois, que a mulher alcançou a igualdade de direitos e deveres com os homens. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegurou e ainda protege os direitos da mulher no que diz respeito às condições e duração do trabalho, ao labor noturno e aos seus métodos e locais, à discriminação contra as mulheres, aos períodos de descanso e à proteção à maternidade, definindo, também, as penalidades pelas infrações cometidas contra esses direitos (MOTA; SOUZA, p. 04, 2013).

No Brasil a participação feminina no mercado de trabalho teve aumento a partir da década de 70, até esse tempo o conceito de chefe de família era atribuído ao homem, mesmo que ele não fosse o provedor. As palavras de Raquel (2008, sp) descreveu que:

> Para as mulheres, a década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento de sua participação no mercado de trabalho e o aumento da sua responsabilidade no comando das famílias. A mulher que representa a maior parcela da população viu aumentar nesta época, o seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a diferença salarial em relação aos homens.

Com o passar dos anos, as mulheres conquistaram maior independência e, por consequência, maiores responsabilidades. Atualmente a valorização e importância das mulheres nas organizações cresceram muito. Mota e Souza (2014) concluem que os movimentos feministas corroboraram para que apesar do preconceito instalado, devido ao pensamento patriarcal, possibilitou a inserção das mulheres em diversos segmentos profissionais.

2.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL

Torna-se necessário para entendimento da importância da contabilidade, voltar sua origem (SÁ, 2008). A contabilidade surgiu da necessidade de realizar registros das operações do patrimônio. Segundo Silva e Martins (2006), desde a

ISBN 978-65-5629-077-5

nação mais antiga como os hindus, os chineses, os egípcios e os fenícios, a contabilidade sempre existiu na história da humanidade com destaque na linguagem dos números. A evolução da contabilidade está ligada com a da humanidade. De acordo com Schmidt (1996), começaram a surgir os livros contábeis e as obras do italiano Luca Pacioli, considerado pai da Contabilidade moderna, expuseram os métodos que impulsionaram o pensamento contábil, como o método das partidas dobradas.

De acordo com Bacci (2002) em 1808, chega ao Brasil a família real, D. João VI criou a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e tornou obrigatório o uso das partidas dobradas para a escrituração contábil, conforme dispõe o texto na carta:

> Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores (D. JOÃO VI, 1808).

Schmidt (1996) ressalta que a Contabilidade brasileira sempre contou com a influência da legislação. Em 1850 o Código Comercial instituiu no Brasil a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral. Em 1869 foi fundada a associação de guarda livros:

> O guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil (REIS; SILVA; SILVA, p. 04, 2007).

Segundo Iudícibus (2006) em 1902 criou-se a primeira escola de contabilidade, chamada Escola de Comércio Álvares Penteado. Teve a nomeação do Sr. José Antônio Lisboa, que tornou-se o primeiro professor de Contabilidade no Brasil. No segundo semestre do ano de 1931 assinou-se o Decreto nº 20.158, determinando que obteria o diploma de bacharel em ciências econômicas aqueles que completassem o curso superior de administração e finanças com duração de três anos, para aqueles que concluíssem o curso técnico de dois anos receberiam o título de Guarda Livros e seria concedido o título de perito contador para os que concluíssem o curso técnico de três anos (BACCI, 2002).

Posteriormente foi instituído o curso de ciências contábeis através do Decreto-lei nº 7.988/45. Um ano depois com o objetivo de fiscalizar o exercício das profissões de Contador e de Guarda Livros promulgou-se o Decreto-lei nº 9295 determinando a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) (HERMES, 1986). O primeiro registro profissional de CRC foi do Senador João Lyra, considerado Patrono da Classe Contábil.

Em 1976 criou-se mediante da Lei 6.385 a Comissão de Valores Mobiliários para regulamentar as companhias abertas. "A CVM através de seu poder de

ISBN 978-65-5629-077-5

fiscalização, constata as irregularidades e pode aplicar multa, advertência, suspensão ou incapacitação do profissional para exercício do cargo ou anular o seu registro" (REIS; SILVA; SILVA, p. 09, 2007).

Com o avanço da tecnologia as empresas passaram a necessitar de profissionais que ajudassem no processo decisório, expandindo a contabilidade para áreas financeiras, de custos e gerenciais. Em 10 de outubro de 1996 foi constituído pelos contadores e técnicos de contabilidade, o Código de Ética Profissional do Contabilista. O Código de Ética Profissional do Contabilista está dividido em dois papeis importantes, buscar obter a confiança da sociedade, transformando-se assim em uma espécie de uma carta de intenções que representa toda a categoria e orientar a posição ética do contabilista (LISBOA; JREIGE, 2001; ALVES, 2005).

Atualmente o contador tem participação no desenvolvimento da humanidade, ele agrega valor e evolui seu conhecimento profissional apresentando consciência crítica e sensibilidade ética (MARTINS *et.al*, 2015). Sendo assim é fundamental que o contador mantenha todos os seus princípios.

2.3 ATIVIDADES CONTÁBEIS

A globalização mundial tem tomado grandes desenvolvimentos, as empresas adquirem inúmeras informações e a Contabilidade tem se tornado cada vez mais necessária e deve acompanhar estes avanços. Segundo Yoshitake *et.al*, (p. 06, 2015):

> O contador deve ter uma formação cultural, tendo em vista o que ocorre não somente no seu país, mas, sim no mundo inteiro. Além de possuir conhecimento para elaborar análises criteriosas perante suas organizações, antecipando futuras transformações da entidade e do perfil profissional.

O profissional da contabilidade tem um extenso leque de áreas para atuação e tem de manter uma constante formação continuada.

> A contabilidade é uma área muito ampla. O profissional, por sua formação, pode atuar em diversos campos como: contabilidade privada, pública, perícia contábil, controladoria, etc. Dentre essas áreas de atuação do profissional contábil, ele pode ainda vir a atuar como empregado, empregador ou como profissional liberal. O contador lida todos os dias com o que é apontado como um dos bens mais preciosos da economia: a informação contábil. Nesse sentido, destaca-se o valor do contador perante a sociedade em geral e o sentido que torna um perfil profissional contextualizado, situado histórica, social e culturalmente. (FARI; NOGUEIRA, p. 08, 2007).

De acordo com Atkinson (2000), a contabilidade financeira busca atender os acionistas, credores e autoridades governamentais através de um processo de elaboração de demonstrativos financeiros. Ainda segundo Atkinson *et.al,* (p. 37, 2000), a contabilidade financeira "comunica aos agentes externos as consequências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários".

A contabilidade gerencial segundo Iudícibus (2009) trata-se de diversas

ISBN 978-65-5629-077-5

técnicas e procedimentos presentes na contabilidade financeira, de custos, assim como analise de balanços, dentre outros. Para Atkinson *et.al* (p. 36, 2000) "é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas".

Padoveze (2003) define Contabilidade Gerencial como:

> Um dos instrumentos mais poderosos para subsidiar a administração de uma empresa. Seus relatórios abrangem os diferentes níveis hierárquicos e funcionam como ferramentas indispensáveis nas tomadas de decisões, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento (PADOVEZE, p. 8, 2003).

Por tanto a contabilidade gerencial torna-se imprescindível para a gestão das empresas, pois atua e contribui de forma significativa para a administração da entidade e o desempenho financeiro da mesma.

De acordo com Haddad e Motta (p. 62, 2010) o contador também pode atuar no ramo da contabilidade pública "utilizando os princípios, os critérios, os métodos e as técnicas da Ciência Contábil, é responsável pela tarefa de acompanhamento da evolução do patrimônio público". Sendo assim está área precisa seguir os essenciais princípios da contabilidade como o da entidade e de competência.

Na contabilidade tributária Pohlmann (p. 04, 2010) afirma que "é o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis a apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral". Ainda segundo Pohlmann (2010) o Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos e o contador desta área deve manter-se sempre atualizado, acompanhando todas as atualizações da legislação tributária. Neste segmento as atividades do contador baseiam-se nas apurações e planejamento de tributos e o que estes irão causar nas decisões dos usuários.

Do mesmo modo, o contador possui aptidão para atuar no campo de perícia.

> Perícia é uma diligência realizada ou executada por peritos, a fim de esclarecer ou evidenciar certos fatos objeto do litígio judicial ou por interesse extrajudicial. Significa a investigação, o exame, a verificação da verdade ou realidade de certos fatos, por pessoas que tenham habilitação profissional, reconhecida experiência quanto à matéria e ilibada idoneidade moral. (SANTOS, p.16, 2006).

Na perícia contábil busca-se apurar os elementos do patrimônio, emitindo uma opinião para afirmar se tudo apresenta-se regularizado. De acordo com Sá (p.14, 2002) "para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião". Nesta área o contador presta atendimento às pessoas físicas e jurídicas, tornando-se necessário possuir capacidade legal, qualidades profissionais de ética e moral, bem como acompanhamento das leis vigentes.

Para Crepaldi (p. 23, 2004) a auditoria é "o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas, e das demonstrações financeiras de uma entidade". A auditoria segundo Attie (2018) é uma especialização dentro da área contábil com o objetivo de verificar a eficiência e eficácia do controle patrimonial utilizado. Posto isso, assim como a perícia, a

ISBN 978-65-5629-077-5

auditoria contábil procede de forma que sua conclusão diante dos fatos resulta-se em uma opinião.

> O exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes. (ATTIE, p.36, 2018)

A auditoria possui diversas formas e sua escolha depende-se das necessidades da empresa auditada. Conforme Attie (2018) o auditor emite sua opinião através de todas as provas obtidas, sucedendo-se a outros meios de alcance para apurar a propriedade dos registros contábeis. Attie (p.37, 2018) ainda complementa "mesmo que recorra a provas externas, fora do setor ou da empresa em exame, até que se sinta plenamente satisfeita em suas convicções". Desta forma o contador precisa manter-se aprimorado e com capacitação continuada para avaliar e concluir tais elementos.

A atuação do contador também sucede-se em escritórios de contabilidade, prestando serviço as pequenas, médias e grandes empresas. Em geral as atividades deste segmento encontram-se no departamento de pessoal, escrita fiscal e contábil. Souza, Alves e Caetano (p.08, 2018) definem departamento de pessoal como "responsável pela parte burocrática e por fazer cumprir a legislação trabalhista, evitando problemas com processos trabalhistas, e consequentes fiscalizações dos órgãos responsáveis, tais como, o Ministério de Trabalho e Previdência Social". No departamento contábil, ainda segundo Souza, Alves e Caetano (2018), gera-se informações resultantes da real situação da entidade para que o contador responsável preste suporte a tomada de decisão.

As atividades contábeis apresentam-se em uma longa extensão e faz-se da sua área de atuação uma gama de opções. Desde sempre a contabilidade mostrou-se uma ferramenta indispensável para a evolução tanto da sociedade como de seus patrimônios, e todas essas atividades podem e devem ser executadas por mulheres.

2.4 A PRESENÇA FEMININA NA CONTABILIDADE NO BRASIL

No passado diversas profissões podiam-se apenas ser exercidas por homens, inclusive na contabilidade. As mulheres exerciam funções de escriturarias e secretárias (WESCOTT E SEILER, 1986; LOFT, 1992). Em 1970 de acordo com Loft (1992), as mulheres ingressaram de forma representativa na contabilidade, tornando-se a revolução de gênero em contabilidade.

No Brasil, em 1986, Cecília Akemi Kobata Chinem foi à primeira mulher a receber o título de doutora em contabilidade e Maria Clara Bugarim foi eleita a primeira mulher presidente do Conselho Federal de Contabilidade em 2006, permanecendo por dois mandatos (MOTA; SOUZA, 2014).

Bordin e Londero (2006) afirmam que:

> A participação da mulher no mercado de trabalho é cada vez maior e a classe contábil faz parte de todo esse desenvolvimento. Hoje, a mulher está adotando, cada vez mais, uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas também pelas exigências

ISBN 978-65-5629-077-5

> do mundo moderno, que obrigou os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem para uma parceria necessária e enriquecedora (BORDIN; LONDERO, p. 116, 2006).

Em 1990 criou-se pelo CFC, o "Projeto Mulher Contabilista", tendo como objetivo capacitar e encorajar as mulheres a enfrentar os desafios da carreira, motivando-as em seus empreendimentos da área contábil (CFC, 2021). Ocorre-se dentro do projeto encontros do CFC juntamente com os conselhos regionais, estimulando-se debates e ações para a evolução da classe no mercado.

Por muito tempo a profissão manteve-se vista e exercida pelo gênero masculino, ocasionando barreiras e padrões no mercado para as mulheres. De acordo com Moreno, Santos e Santos (2015), a mulher contabilista vem demonstrando-se competente, ágil e inteligente para exercer a profissão, obtendo-se mudanças no cenário.

Monteiro (2003) ainda afirma:

> A mulher contábil vem conquistando seu espaço na sociedade. Os papéis que eram desempenhados exclusivamente por homens, hoje, são realizados com a mesma eficiência por mulheres que lutam pela manutenção de seus direitos, apesar da desigualdade salarial ainda ser um grande impasse no mercado (MONTEIRO, p. 03, 2003).

A população feminina busca diariamente seu destaque na profissão. Para Tonetto (2012), as mulheres possuem diversas habilidades, são atentas e criteriosas para os detalhes que envolvem o trabalho. Mota e Souza (p. 2, 2014), complementam "a mulher contabilista, como parte integrante de um contexto globalizado, deve estar atenta às mudanças e exigências que vêm ocorrendo a sua volta".

Observa-se poucos estudos que apresentem a inserção da mulher brasileira na profissão contábil, a pesquisa realizada por Mota e Souza realizada em 2013, concluiu-se que "ainda existem preconceitos em relação ao profissionalismo do sexo feminino; a diferença salarial continua sendo um obstáculo a ser ultrapassado pelas mulheres".

Embora o preconceito visivelmente presente na sociedade, a classe feminina contábil vem conquistando seu espaço. A prova disso está no atual cenário do Conselho Regional de Contabilidade que conta com 10 presidentes femininas dos 27 conselhos presentes no Brasil (CFC, 2021). Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2018), nos dias de hoje a profissão conta-se com 525.367 mil profissionais, 300.555 (57,20%) são do sexo masculino e 224.812 (42,79%) são do sexo feminino.

Tonetto (2012) ressalta que a presença feminina vem derrubando paradigmas e mostrando a capacidade da mulher para exercer também essa profissão. Sendo assim o crescimento da representação feminina é consequência da sua luta diária no meio social e nos diversos departamentos da contabilidade.

2.5 LIDERANÇA FEMININA NAS EMPRESAS

A liderança surge da necessidade de influenciar pessoas dentro de uma organização, determinando uma pessoa para liderar as demais, buscando-se o

ISBN 978-65-5629-077-5

sucesso da empresa. Robbins (p. 371, 2001) define liderança como um "processo de influência pelo qual os indivíduos com suas ações, facilitam o movimento de um grupo de pessoas rumo a metas comuns ou compartilhadas". DuBrin (2003) e Chiavenato (2004) complementam que o líder porta-se de uma habilidade que gera confiança e inspiração entre as pessoas que têm de desempenhar suas funções.

Ao longo da história, as mulheres buscaram obter os direitos que eram permitidos somente aos homens, como o direito ao voto e inserção no mercado de trabalho (Kanan, 2010). Segundo Gomes (2005), as mulheres representam hoje cerca de 40% da população economicamente ativa no Brasil.

Para Kanan (2010), apesar do grande número de mulheres ativas no trabalho, os cargos de liderança ocupados por elas não é expressivo, isso devido a atos discriminatórios ou sexistas, mostrando que o preconceito com a mulher ainda existe. De acordo com Versiani, Neto e Tanure (2014), a discriminação das mulheres em altos cargos, ocorre-se devido à concepção criada de que elas seriam sensíveis, emotivas e compreensivas. Teixeira (2012) descreve o fenômeno "Teto de Vidro", que baseia-se em um modelo de discriminação, no qual a produtividade da mulher é inferior a capacidade de produção dos homens.

Segundo Robbins (p. 289, 2005) os homens como líderes "são mais propensos a empregar um estilo diretivo do tipo comando-controle, que funcionava melhor quando as organizações enfatizavam as estruturas rígidas, o individualismo competitivo, o controle e o sigilo". Já para as mulheres, Mandelli (2013) explica que se a liderança feminina adotar um estilo comando-controle está propenso a ser mal vista por sua equipe, e homens que possuem o mesmo comportamento são elogiados. Outro ponto que afeta a participação das mulheres nos cargos de liderança é a chegada de um filho, segundo um estudo realizado por Rocha, Coutinho e Coutinho (2011), essa chegada afeta a carreira profissional das mulheres, tanto positiva quanto negativamente.

Em contrapartida Saffioti (2013) assegura:

> A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para o problema de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres (SAFFIOTI, p. 86, 2013).

Por outro lado, Frankel (2007) diz que as mulheres possuem características exclusivas que faz grande diferença no novo conceito de liderança que as empresas buscam. Sendo assim, Spector (2010), destaca características na liderança feminina, em que as mulheres se importam mais com os sentimentos e o bem estar emocional de seus liderados do que os homens que se concentram no término das atividades. Frankel (2007) complementa que busca-se por parte das pessoas, serem menos forçadas e criticadas, elas destinam-se a receber inclusão, recompensas e influencia, que são particularidades em que carrega-se pelas mulheres vindas da infância.

Para um líder ser bem sucedido, torna-se necessário saber lidar com os aspectos relativos à comunicação, trabalho em equipe e relações interpessoais (CHIAVENATO, 2005). Robbins (2005), afirma:

ISBN 978-65-5629-077-5

> As mulheres líderes, quando avaliadas por seus pares, subordinados e chefes saíam-se melhor do que seus colegas homens em algumas dimensões críticas da liderança incluindo a fixação de objetivos, a motivação de outras pessoas, a melhoria da comunicação, a produção de um trabalho de alta qualidade, a capacidade de ouvir os outros e de serem mentoras (ROBBINS, p. 289, 2005).

O estilo de liderança das mulheres segundo Quelhas (2010), baseia-se no estilo de liderança transformacional, sendo participativo e orientado para as pessoas. Liderança transformacional, segundo Robbins (2006), é o líder que motiva seus seguidores a ultrapassar seus próprios interesses resultando no bem da organização.

Segundo a pesquisa realizada em 2019 pela *Bain&Companyassociada* com o *LinkedIn*, buscou-se dados referente aos altos cargos no Brasil, concluindo que mulheres com ensino superior ocupam 3% dos cargos de liderança das 250 maiores empresas do país. Atualmente pesquisas comprovam a importância da presença feminina nos altos cargos, suas características emocionais que muitas vezes acabam sendo julgadas são a chave para o sucesso das organizações.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa precisa de procedimentos metodológicos, que segundo Raupp e Beuren (2006), é de grande relevância estes procedimentos na pesquisa, pois formula o planejamento e as estruturas do trabalho, buscando as respostas do problema exposto. Dividiu-se tais procedimentos em Tipologias: dos objetivos, dos procedimentos, e da abordagem do problema.

A presente pesquisa adotou a metodologia descritiva. Para Raupp e Beuren (2006), o que vai definir a tipologia da pesquisa, são os objetivos citados no trabalho. Ainda segundo os autores, a pesquisa descritiva retrata os aspectos ou comportamentos de determinada população (RAUPP; BEUREN, 2006). Portanto a pesquisa tem como objetivo analisar a evolução das mulheres contadoras em cargos de liderança nas organizações contábeis da Cidade de Cascavel. O corte foi transversal de julho a agosto de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

O presente estudo utilizou o levantamento ou *survey,* que segundo Raupp e Beuren (2006) é utilizado em estudos descritivos. Para Gil (1999), a pesquisa de levantamento baseia-se na apuração direta do comportamento de determinado grupo que deseja-se conhecer, para por fim analisar e emitir conclusões. Raupp e Beuren (p. 85, 2006), complementam que a coleta ocorre em uma amostra retirada da população e enfatizam "nenhuma amostra é perfeita, podendo variar o grau de erro ou viés". Classificou-se como um levantamento de dados, pois pretendeu-se investigar a ocupação dos cargos de liderança das contadoras, nas organizações contábeis da cidade de Cascavel – PR.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi por meio de questionários, visando atingir a população do estudo, foi aplicado as colaboradoras das empresas pesquisadas, cuja finalidade era descobrir e analisar a ocupação de liderança atual da mulher contabilista. Quanto aos dados de fonte primária foram coletados por meio de um questionário com 15 questões com escala, avaliativa numérica de 1 a 10 ou conceitos, além concordância ou contribuição, e os de fontes secundárias nos

ISBN 978-65-5629-077-5

registros das organizações e bibliografia formada por livros, artigos, revistas de negócios e outros estudos sobre o tema.

A população pesquisada foi formada por colaboradores de 10 escritórios de contabilidade da cidade de Cascavel – PR, escolhidos por quantidade de funcionários.

A técnica de analise dos dados utilizou a abordagem quantitativa, que analisou o tema abordado através de instrumentos estatísticos. Raupp e Beuren (2006) destacam que essa técnica é utilizada nas pesquisas descritivas e de levantamento, ela evita distorções, garantindo precisão dos resultados e margem de segurança dos dados coletados. Por outro lado os estudos do tipo levantamento se limitam pela amostra selecionada, além das respostas obtidas dos questionários aplicados.

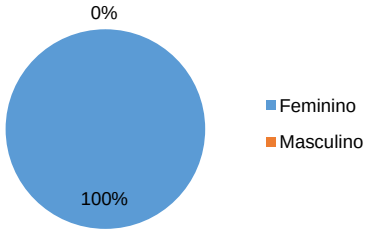
4 RESULTADOS

O presente estudo foi aplicado para um grupo de 55 mulheres colaboradoras de 10 escritórios contábeis localizados na cidade de Cascavel PR; As questões foram elaboradas de forma que identificasse o ponto de vista, percepção e a posição da mulher quando se trata de liderança.

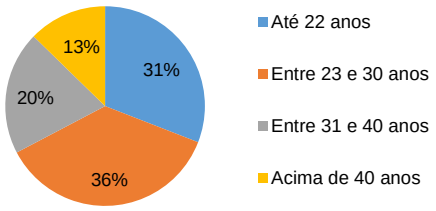
Na primeira seção do questionário buscou-se identificar o perfil das respondentes com as seguintes informações: sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil, renda mensal, cargo na empresa bem como sua função (proprietária ou colaboradora) e o tempo de atuação na área contábil; As respostas permitiram a identificação do perfil, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil dos respondentes

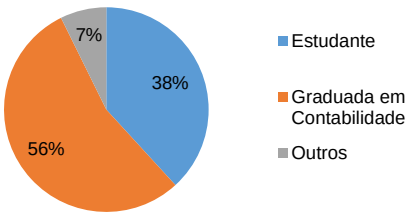
SEXO



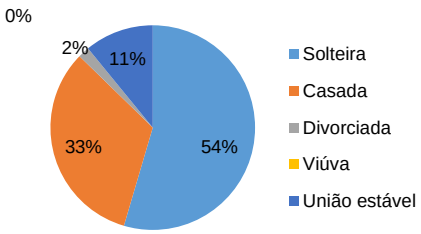
FAIXA ETÁRIA



ESCOLARIDADE



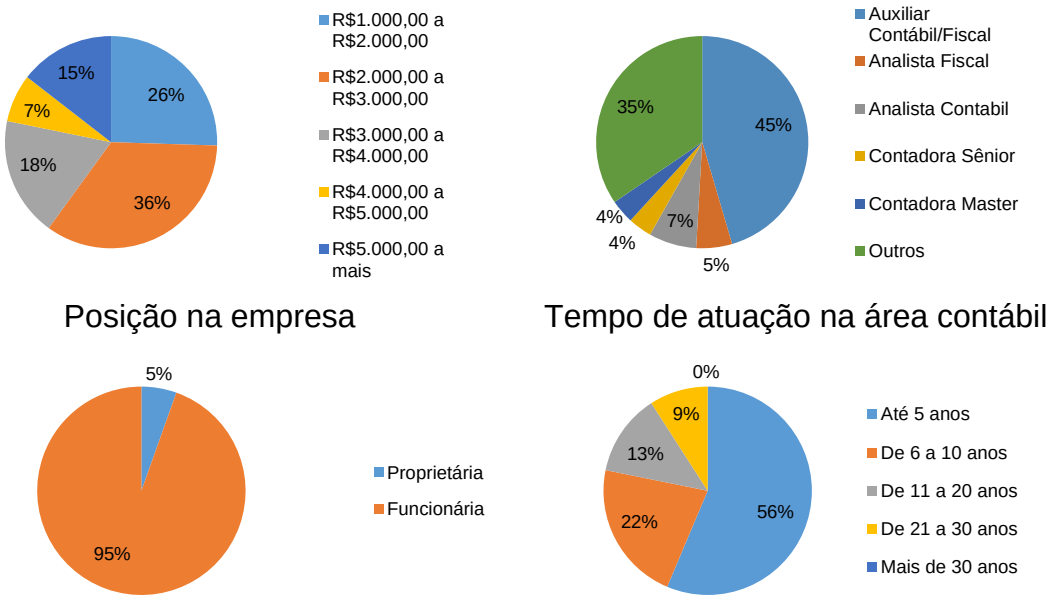
ESTADO CIVIL



RENDA MENSAL

CARGO NA EMPRESA

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Questionário Aplicado (2021)

No gráfico 1 identificou-se que 100% das participantes são do sexo feminino e 36% encontram-se na faixa etária de 23 a 30 anos, já 31% na faixa de 22 anos; Com relação a formação acadêmica 38% são estudantes e 55% são graduadas na área de ciências contábeis; Desses 54% são solteiras e 33% casadas; Já com relação a renda mensal 35% recebem entre R$2.000,00 a R$3.000,00 e 26% entre R$1.000,00 a R$2.000,00 demonstrando uma renda baixa em relação a complexidade dos cargos exercidos, mas esta renda também vincula-se aos cargos, onde pode-se perceber que 45% das respondentes exercem a função de auxiliar contábil; Os resultados da pesquisa demonstram que 95% das respondentes são colaboradoras e a maioria, 56% possuem tempo de atuação de até 5 anos e 22% entre 6 e 10 anos na área contábil.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Buscou-se a percepção das respondentes em relação às questões da liderança feminina, oportunidades no mercado de trabalho, em relação a promoções, avanços da mulher no mercado bem como a visão sobre atuação feminina em cargos de liderança. Percebeu-se que 52,73% já são lideradas por mulheres e 45,45% por homens, demonstrando um avanço da presença feminina nos cargos de comando; Referente às oportunidades no mercado 34,55% concordam totalmente que as mulheres possuem as mesmas oportunidades que os homens para alcançar cargos de liderança na profissão contábil e 29,09% concordam parcialmente; Os resultados da pesquisa demonstram de forma positiva que 40% das participantes foram promovidas nos últimos 5 anos, já com relação a observar o avanço na liderança feminina, 49,09% das respondentes concordam que já presenciaram tais avanços; Questionou-se também se a mulher possui maior sensibilidade e preocupação quando está exercendo altos cargos nas organizações, 45,45% concordaram parcialmente e 38,18% concordaram totalmente com relação as questões de sensibilidade e preocupação nas funções mais graduadas nas empresas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Um bloco de questões relacionou-se às políticas voltadas para as mulheres nas empresas, na tabela 1 apresenta-se o grau de concordância das respondentes referente ao apoio e incentivo vindo das empresas, como elas enxergam a posição da mulher quando se trata de liderança assim como se homens e mulheres possuem cargos específicos para o gênero. Indicou-se as seguintes opções: DT – Discordo Totalmente; DP – Discordo Parcialmente; N – Neutro; CP – Concordo Parcialmente e CT – Concordo Totalmente, os resultados constam da tabela.

Tabela 1 – Políticas das empresas voltadas ao trabalho das mulheres.

	DT	DP	N	CP	CT
As empresas não apoiam de forma considerável as ideias e opiniões das mulheres?	27,27 %	**29,09 %**	16,36 %	20,00 %	7,27%
A empresa onde você trabalha incentiva e demonstra interesse no crescimento profissional feminino?	3,64%	5,45%	5,45%	21,82 %	**63,64 %**
Para manter posições de comando nas empresas contábeis as mulheres têm que ser melhores líderes que os homens?	**29,09 %**	12,73 %	18,18 %	23,64 %	16,36 %
Existem cargos mais próprios para homens do que para mulheres na profissão contábil?	**67,27 %**	9,09%	5,45%	14,55 %	3,64%

Fonte: Questionário Aplicado (2021)

Notou-se na tabela 1 que 29,09% das respondentes discordam parcialmente que as empresas não apoiam as ideias e opiniões das mulheres e 27,27% discordam totalmente; Observou-se que 63,64% atuam em empresas que incentivam o crescimento profissional feminino; Referente às posições de comando, 29,09% discordam que para as mulheres manterem posições de comando têm que ser melhores líderes que os homens, já 23,64% concordam parcialmente que este quesito é necessário; Relacionado a cargos mais próprios para homens do que para mulheres, houve-se uma discordância excepcional de 67,27% das respondentes e 14,55% concordam parcialmente que existe esta característica.

Buscou-se observar a opinião das mulheres quando se trata do ambiente de trabalho, para isso questionou-se a existência de dificuldades em trabalhar com líderes mulheres assim como se as pessoas resistem em cumprir ordens das mesmas, indagou-se também se o pequeno número de mulheres líderes é uma questão de escolha e se no Brasil está questão é vista como um tabu conforme disposto na tabela 2. Indicaram-se as seguintes opções: DT – Discordo Totalmente; DP – Discordo Parcialmente; N – Neutro; CP – Concordo Parcialmente e CT – Concordo Totalmente, os resultados constam da tabela.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 2 – Questões relacionadas à mulher no ambiente de trabalho.

	DT	DP	N	CP	CT
É difícil trabalhar com uma líder feminina?	**49,09 %**	16,36 %	7,27%	20,00 %	7,27%
As pessoas resistem em cumprir ordens de representantes femininas?	9,09%	27,27 %	14,55 %	**36,36 %**	12,73%
O número baixo de mulheres líderes é uma questão de escolha?	**36,36 %**	27,27 %	21,82 %	7,27%	7,27%
No Brasil a liderança feminina ainda é vista como um tabu?	0,00%	20,00 %	12,73 %	**36,36 %**	30,91%

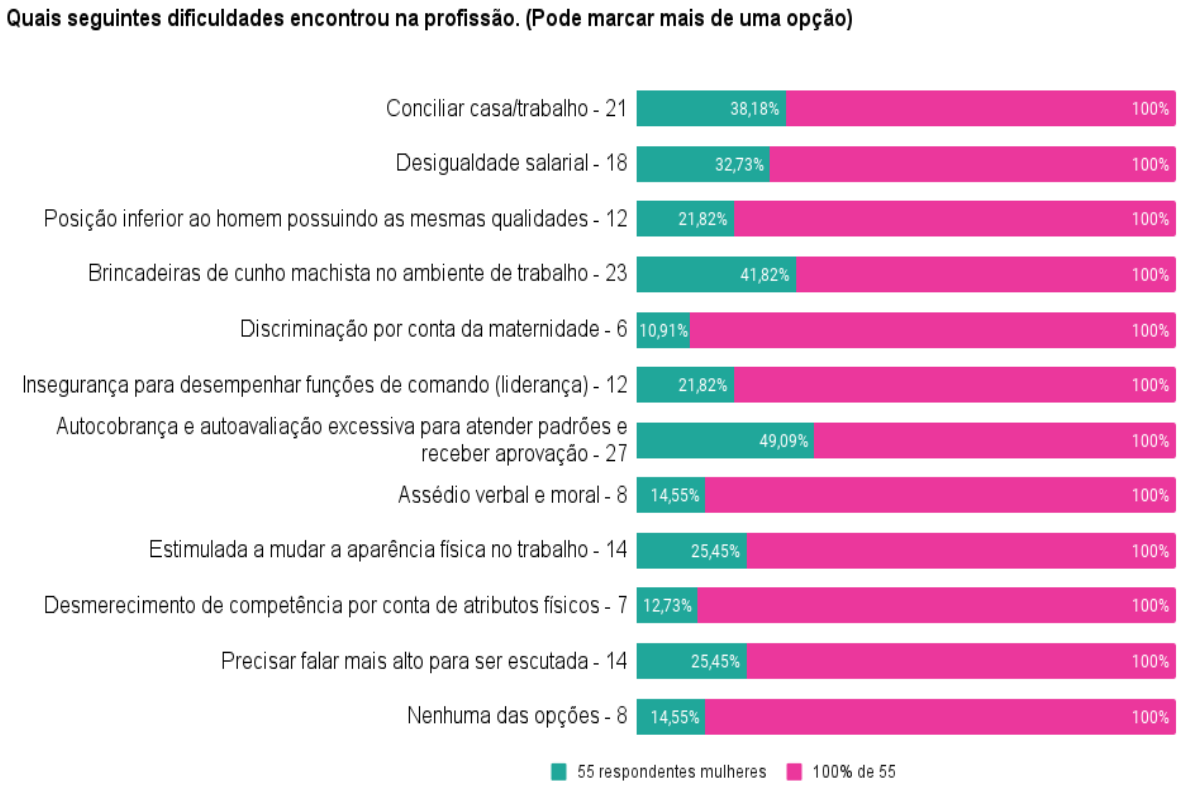
Fonte: Questionário Aplicado (2021)

Como mostra a tabela 2, questionou-se a existência de dificuldade em trabalhar com uma líder mulher, resultando-se em 49,09% de discordância por parte das respondentes, assim como se as pessoas resistem em cumprir ordens das mesmas, no qual 36,36% concordam parcialmente existir esta resistência e 27,27% discordam parcialmente de haver essa recusa; Indagou-se o número baixo de liderança feminina no Brasil e 36,36% das respondentes discordam totalmente que seja uma questão de escolha, seguido de 27,27% de discordância parcial; Referente à questão da liderança ainda ser vista como um tabu no Brasil resultou-se em 36,36% de concordância por parte das respondentes.

No gráfico 2 apresentou-se possíveis situações do cotidiano da mulher no ambiente de trabalho e buscou-se identificar quantas sentiram-se injuriadas por uma ou mais ações citadas na questão.

Gráfico 2 – Dificuldades encontradas na profissão contábil.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Questionário Aplicado (2021)

Constatou-se no gráfico 2 dentre as opções de escolha, que o maior índice (49,09%) equivalente a 27 das 55 respondentes enquadram-se na dificuldade de autocobrança e autoavaliação excessiva para atender padrões e receber aprovação na profissão contábil; Já 23 (41,82%) das participantes subsistiram a situação de brincadeiras de cunho machista no ambiente de trabalho; Em relação à conciliação de casa/trabalho experienciou-se dificuldade por 21 (38,18%) das respondentes, seguido de 18 (32,73%) que sofreram desigualdade salarial; Notou-se também que 14 das participantes (25,45) sentiram-se estimuladas a mudar a aparência física no trabalho e precisou falar em tonalidade mais alta para serem escutadas; Observou-se que apenas 8 (14,55%) das mulheres participantes da pesquisa não depararam-se com alguma dificuldade citada na questão no decorrer da carreira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da humanidade foi possível acompanhar diversos avanços e transformações da mulher na sociedade e o trabalho feminino foi uma delas. Atualmente no Brasil o número de mulheres líderes encontra-se baixo, estando em 3%.

Para verificar tais dados no município de Cascavel, esta pesquisa teve como objetivo analisar como as contadoras estão ocupando cargos de liderança em escritórios de contabilidade da cidade. Utilizou-se uma população de 10 escritórios contábeis e uma amostra de 55 respondentes mulheres.

Foi possível constatar com a pesquisa que poucas contadoras estão alocadas em posições de liderança, por outro lado, grande parte das respondentes presenciou avanço na liderança feminina no decorrer da carreira e foram promovidas nos últimos

ISBN 978-65-5629-077-5

5 anos. Assim como dados históricos, o trabalho verificou que as respondentes passaram por diversas dificuldades na carreira sendo a principal autocobrança e autoavaliação excessiva para atender padrões e receber aprovação na profissão contábil, em contrapartida obteve-se resultados positivos para o apoio dos escritórios no crescimento profissional feminino, isso mostra que as organizações vêm conscientizando-se e buscando mudanças na participação feminina no trabalho.

O objetivo dessa pesquisa foi atingido, pois buscou responder como as contadoras estavam ocupando cargos de liderança em Cascavel e constatou-se que a maioria não atua na posição, ou seja, mesmo de acordo com a pesquisa muitas terem presenciado tal avançado, o número do preenchimento de cargo ainda é extremamente baixo.

Portanto como sugestão de trabalhos futuros propõe-se analisar por qual motivo as mulheres não estão em tais posições de liderança, visto existir avanço.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. J. S. **Adesão do contabilista ao código de ética da sua profissão:** um estudo empírico sobre percepções. 2005. 265 f. Tese doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, F. J. S.; LISBOA, N. P.; WEFFORT, E. F. J.; ANTUNES, M. T. P. **Um Estudo Empírico sobre a Importância do Código de Ética Profissional para o Contabilista**. R. Cont. Fin., USP – São Paulo Ed. 30 anos de Dourado p. 58-68 junho 2007.

ARAUJO, L. C. G. de. **As mulheres no controle do mundo:** elas têm influência em todas as esferas, da política à comunicação. São Paulo: Forbes Brasil, 2004.

ARTEIRO, I. L. A Mulher e a Maternidade: **um exercício de reinvenção.** 2017. 264 f. Tese doutorado – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

ATKINSON, A. A. *et al*. **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

ATTIE, W. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BACCI, J. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro:** uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BARRETO, Gabriela Pereira. **A evolução histórica do Direito das mulheres**. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres#:~:text=Como%20o%20Estado%20n%C3%A3o%20intervia,bem%20al%C3%A9m%20de%20suas%20for%C3%A7as.L>. Acesso em: 02 junho 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BATISTA, L. S. B.; MATTOS L. **Sem atalhos: transformando o discurso em ações efetivas para promover a liderança feminina**. Bain, 2019. Disponível em: <https://www.bain.com/contentassets/e4fcb1f4478f49658dacdbcfe326b07e/bain_linkedin_liderancafeminina_sematalhos.pdf>. Acesso em: 06 junho 2021.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** – teoria e prática. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORDIN, P.; LONDERO, R. I. **Atividade Contábil Exercida pela Mulher em Santa Maria – RS**. Disciplina rum Scientia: Série Ciências Sociais Aplicadas. Santa Maria. v. 2, n. 1. p.109-121, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1465/1380>. Acesso em 06 junho 2021.

CARREIRA, D. ; MENCHU, A. ; MOREIRA, T. **Mudando o mundo:** a liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez, 2006.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **O empoderamento das mulheres na contabilidade**. 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/o-empoderamento-das-mulheres-na-contabilidade/>. Acesso em: 06 junho 2021.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. **Familismo na política social brasileira e as mulheres**. RevistaFsa, Teresina, 2012.Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/45/57>. Acesso em: 06 junho 2021.

CUNHA, A. C. C.; SPANHOL, C. I. D. **Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher**. Saber Humano, 2014. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/54/59>. Acesso em: 06 junho 2021.

DUBRIN, A. J. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Tradutores James Sunderland Cook, Marta Malvezzi Leal. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

FARI, M. A.; NOGUEIRA, V. **Perfil do profissional contábil:** relações entre formação e atuação no mercado de trabalho. PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS – Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas – UNERJ, Campo Mourão, v. 2, n. 1, jan./jun. 2007, p. 117-131.

FRANKEL, L. P. **Mulheres lideram melhor que homens**. São Paulo. Gente. 2007.

ISBN 978-65-5629-077-5

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, A. F. **O outro no trabalho:** mulher e gestão. Revista de Gestão da USP, São Paulo v. 12, n. 3, p. 1-9, jul-set. 2005.

HADDAD, R. C.; MOTA. F. G. L. M. **Contabilidade Pública/ Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

HALF, R. **Índice de Confiança Robert Half mostra leve redução do pessimismo no cenário atual**. 2021. Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/blog/tendencias/indice-de-confianca-robert-half-mostra-leve-reducao-do-pessimismo-no-cenario-atual#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%2076%25%20das,homens%20e%20mulheres%20no%20mercado.&text=No%20entanto%2C%2061%25%20dos%20recrutadores,para%20aumentar%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina.>. Acesso em: 06 junho 2021.

HERMES, G. **O bacharel em ciências contábeis**. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1986.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Teoria da contabilidade**. 8º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KANAN, L. A. **Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho**. O&S – Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, Abril/Junho. 2010.

LEME, V. C. O. **Liderança feminina nas organizações:** contribuições da gestão de projetos. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Gestão De Projetos, Universidade Nove De Julho, São Paulo, 2020.

LOFT, A. (1992). ***Accountancy and the gendered division of labour:*** *a review essay. Accounting, Organizations and Society*, 17(3-4), 367-378.

MANDELLI, L. **Liderança feminina:** as habilidades femininas aplicadas ao desenvolvimento organizacional. NRespostas, Brasília, a. VI, n: 27, p. 12-15, abr./maio, 2013.

MARTINS, P. L. *et al*. **Responsabilidade Social Aplicada na Contabilidade**. XIISEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, p. 28-30, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/30322459.pdf> Acesso em: 06 junho 2021.

MONTEIRO, V. S. **CRC Notícias**, p.7, dez. 2003.

ISBN 978-65-5629-077-5

_____. **Estado promove primeiro encontro de contadoras**. Jornal do Comércio, Rio grande do Sul, 2003 p. 3.

MORENO, M. M.; SANTOS, F. V. dos; SANTOS, C. B. dos. **O Fortalecimento da Mulher na Área contábil – Crescimento e Valorização Profissional**. Estudos, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 201- 2010, abr./jun. 2015.

MOTA, E. C. F.; DE SOUZA, M. A. **A evolução da mulher na contabilidade:** os desafios da profissão. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto. v. 2, n. 01, p. 19-27, 2014.

_____. **A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão**. 2013. Disponível em: <https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo_mulher_contabilista_completo.pdf>. Acesso em: 06 abril 2021.

NEVES, F. H. T. **Mulheres na contabilidade: a atuação profissional das egressas do curso de ciências contábeis da FACIP/UFU de 2011 a 2017**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22199/3/MulheresContabilidadeAtua%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 junho 2021.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional:** conceitos, estrutura e aplicação. São Paulo: Thomson, 2003.

POHLMANN, M. C. **Contabilidade Tributária**. IESD Brasil S. A, 2010.

QUELHAS, F. C. **Mulheres Executivas no Mercado de Trabalho**. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 1-26, 2010.

RAQUEL, T. **A evolução da Mulher no mercado de trabalho**. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/5115/1/a-avolucao-da-mulher-no-mercado-detrabalho/pagina1.html>. Acesso em: 06 junho 2021.

REIS, A. J.; SILVA, S. L.; SILVA, C. C. A. **A História da Contabilidade no Brasil**. 2007. 13 f. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis). UNIFACS. São Paulo 2007.

RICOLDI, A; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro:** espaço garantido e novos desafios. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P. **Administração, mudanças e perspectivas**. 1ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

_____. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L.; COUTINHO, R. R.. **Mulheres brasileiras em posições de liderança:** novas perspectivas para antigos desafios. Economia Global e Gestão, Lisboa, vol. 16, n. 1, abr. 2011.

SÁ, A. L. **Perícia contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, J. L., *et al*. **Fundamentos de perícia contábil**. Vol. 18. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, L. T. S.; BARBOSA, E. A. **A história da contabilidade:** origem e evolução. Goiás: CentroUniversitário de Anápolis (UNIEVENGÉLICA), 2019.

SCHMIDT, P. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, A. C. R.; MARTINS, W. T. S. **História do Pensamento Contábil**. Curitiba: Juruá, 2006.

SOUZA, D. F. S.; ALVES, I. G.; CAETANO, V. J. **Proposição de modelo das rotinas de trabalho de escritório contábil:** um estudo no escritório meta contabilidade. Qualia: A Ciência Em Movimento – Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas. Goiânia, v. 4, n.1, jan.-jun. 2018, p.01-27.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEIXEIRA, V. C. **O fenômeno do teto de vidro e a ocupação da mulher no mercado de trabalho: a barreira sutil e invisível que as mulheres enfrentam para manterem-se competitivas no cenário globalizado**. Portal do Administrador, 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-fenomeno-teto-de-vidro-e-a-ocupacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 06 junho 2021.

TONETTO, P. T. **A mulher contadora:** o perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do curso de ciências contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2012. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma, 2012.

ISBN 978-65-5629-077-5

VERSIANI, F. R.; NETO, A. C.; TANURE, B. **A percepção de executivos e executivas sobre estilos de liderança**. Reuna, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 107-130, 2014.

WESCOTT, S. H., & SEILER, R. E. ***Women in the accounting profession****. Broadway, New York: Markus Wiener Publishing*. 1986.

YOSHITAKE, M. *et al*. **eSocial: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais e Previdenciários e Trabalhistas**. 2015. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/10%20eSocial.pdf.>. Acesso em: 06 junho 2021.

ZABOTTI, E. D. **Gênero e Contabilidade no Brasil:** Qual é o saldo dessa conta?. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, Cascavel, 2017.

ZAMARIOLLI, M. M. **A Mulher na Política**. 2012. Disponível em: <http://www.portal.santos.sp.gov.br.> Acesso em: 06 junho 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

A EVOLUÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES NO MUNDO CONTÁBIL E EMPRESARIAL DA CIDADE DE CASCAVEL- PR

Daniele Peres[1]
Maria Eliziane dos Passos[2]
José Roberto Domingues da Silva[3]

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar a evolução das mulheres profissionais na área da Contabilidade e no mundo empresarial, buscando identificar as barreiras e oportunidades encontradas ao ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo, por meio de um levantamento e análise quantitativa. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário por meio da plataforma *Google Forms,* onde as respondentes são contadoras de escritórios contábeis na cidade de Cascavel-PR e mulheres empresárias vinculadas a Associação comercial e industrial de Cascavel (ACIC). A coleta de dados ocorreu em agosto de 2021. Os resultados apontaram que as mulheres passaram por uma evolução em sua inserção no mercado de trabalho, porém ainda se persiste certa discriminação em relação a homens e mulheres, gerando desigualdade nas oportunidades de promoções, salariais e credibilidade. Ainda que haja crescimento na participação das mulheres, não atinge o patamar de valorização esperado e usam tais dificuldades como motivação para alcançarem sucesso profissional.

Palavras-chave: Mulheres.Contabilidade.Empresarial.Gênero.Profissão.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade nos dias de hoje se tornou mais competitiva e exigente devido às constantes mudanças que ocorrem no decorrer dos tempos. Através dessas mudanças, das evoluções tecnológicas tornam os processos mais ágeis e eficazes atendendo a demanda no tempo e com eficiência necessária e exigida. É notável que no setor contábil ocorram mudanças tanto em relação a tecnologias, processos quanto aos que exercem suas atividades. Antes era visto o homem como figura principal e nos dias atuais as mulheres estão cada dia mais inseridas e ativas nas realizações das atividades contábeis.

As mulheres possuem facilidades em realizar atividades em equipes, são flexíveis, detalhistas e ágeis, com isso são reconhecidas e vem ocupando cargos elevados no mercado. Por muito tempo foi submetida a funções reservadas sem exposição, vista pela sociedade como frágil, elas conquistam seu espaço no meio empresarial, desenvolvendo suas capacidades, trazendo diferencial para o mercado de trabalho. A participação das mulheres nas áreas públicas, políticas e nas tomadas de decisões é crescente e fundamental para o crescimento social e

[1]Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do centro Universitário UNIVEL. Cascavel-Pr (2021).
[2]Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Centro universitário UNIVEL. Cascavel-Pr (2021)
[3]Professor orientador do Curso de ciências contábeis do centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC/PR (2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

econômico, transformando antigas visões negativas em pontos positivos para gestão de negócios.

Monteiro (2003, p.7), afirma que, "hoje em dia, para a formação de executivos, são levados em conta valores ditos femininos, como a emoção e sensibilidade, e não mais a força, agressividade e competição. Atualmente as mulheres representam 50% de todas as áreas, provando obter capacidade de dirigir grandes cargos. Com isso as mudanças que ocorreram na sociedade, sejam elas pelos fatores econômicos ou sociais, impulsionaram as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho e cada vez mais superar obstáculos e conquistar seu espaço na busca do conhecimento em diversas áreas em que atuam ou que desejam atuar.

Para Costa (2010), as mulheres têm se preparado continuamente para atuar em diversos setores e níveis oferecidos pelo mercado, buscando realização pessoal e contribuição para melhoria do bem-estar da sociedade, agregando habilidades próprias e importantes, como a motivação, capacidade de trabalhar em grupo, administrar conflitos. Com isso, acredita-se que com a presente pesquisa ajudará com contribuições sobre a evolução e crescimento da mulher no mercado de trabalho, buscando trazer o perfil, as dificuldades e oportunidades encontradas por elas.

Devido ao aumento da participação das mulheres e as barreiras que encontram para obterem crescimento profissional no mercado, o presente estudo será realizado para destacar que mesmo com tantas dificuldades as mulheres lutam para ter seu espaço. E pela importância que elas representam para o meio empresarial e contábil, portanto buscou-se responder a seguinte questão: Quais as oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres no mundo contábil e empresarial para evoluir profissionalmente? Haja visto que o setor contábil oferece oportunidades e demandas que podem ser exercidas por ambos os gêneros, dessa forma vincula-se a Contabilidade Geral, cujo objetivo foi identificar as dificuldades e oportunidades que as mulheres contadoras e empresárias de Cascavel – PR encontram para alcançar sucesso profissional.

O presente estudo encontra-se estruturado em sessões abordando o referencial teórico onde evidenciou a evolução histórica da contabilidade no Brasil a presença feminina na profissão contábil, cargos, funções e habilidades do profissional. Em os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados e os resultados obtidos a partir dos estudos relacionados ao perfil das profissionais e as principais características que influenciaram na atuação no mercado de trabalho. E por fim a conclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente tópico apresenta-se as informações e os dados coletados por meio das bibliografias relacionadas ao tema abordado, iniciando com a evolução histórica da contabilidade no Brasil e por seguinte, a presença feminina na contabilidade no Brasil; Direito e deveres dos contadores – Código de Ética 2019; Cargos e funções na contabilidade; Habilidades e atitudes femininas no mundo dos negócios; Equalizações de gêneros na contabilidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

A contabilidade é uma ciência antiga, utilizada desde os primórdios da civilização com objetivo de controlar o patrimônio. A contabilidade no Brasil tem início na época colonial, sendo marcada pela evolução da sociedade e se desenvolveu conforme as necessidades de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras alfândegas que surgiram em 1530. Com isso, os comerciantes demonstraram preocupações com ensino comercial da área contábil (REIS; DA SILVA, 2008).

Em 15 de Julho de 1809 deu-se início as aulas de Comércio no Brasil, com nomeação como primeiro professor de Contabilidade no Brasil o Sr. José Antônio Lisboa, que ficou conhecido como Visconde de Cairu, nascido na Bahia no ano de 1756, foi o grande inspirador para algumas medidas do Príncipe Regente (REIS; DA SILVA, 2008).

Com a criação da escola de contabilidade no Brasil, o país passou a ter profissionais mais qualificados, capazes de repassar conhecimento, em instituição de ensino próprio da contabilidade, com o objetivo de melhorar o fluxo do mercado mercantil na época, pois até então o Brasil não havia nenhum profissional até a abertura da escola de Comércio Álvares penteado. Outro fato marcante foi o Código Comercial Brasileiro que foi estabelecido no período da República em 1850, pelo Imperador D. Pedro segundo, com objetivo de regulamentar os procedimentos contábeis, estabelecendo que as empresas devessem fazer a escrituração dos livros contábeis, demonstrando os fatos patrimoniais ocorridos, conforme transcrição do art. 290 da Lei n°556/50:

> Art. 290. Em nenhuma associação mercantil poderá se recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer, salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outro título da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar.

Em 1869 foi criado a Associação dos Guarda-Livros da Corte, e foi reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475, fato este de grande importância, pois foi constituída a função de guarda livros, sendo a primeira profissão contábil no Brasil. O guarda-livros era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil (REIS; DA SILVA, 2008).

Outro acontecimento na história da contabilidade brasileira ocorreu em 27 de maio de 1946, ao ser promulgado o Decreto - lei nº 9.295, que determinava a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos conselhos regionais de Contabilidade (CRCs), destinados a fiscalizar o exercício das profissões de contador (bacharel em ciências contábeis) e de guarda-livros (técnico em contabilidade) (HERMES, 1986).

No ano de 1981 foi estabelecido pelo CFC as Normas Brasileiras da Contabilidade NBC, dividindo em Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica

ISBN 978-65-5629-077-5

NBC – T e Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais NBC – P, onde foram dispostos dezesseis princípios contábeis (REIS; DA SILVA, 2008).

2.2 A PRESENÇA FEMININA NA CONTABILIDADE NO BRASIL

Na história da contabilidade as mulheres tiveram pouca participação, pois esta era uma profissão dominada pelo sexo masculino. Mas com o passar dos anos, essa visão do profissional contábil, foi se modificando devido às mudanças econômicas e sociais que ocorreram, impulsionando as mulheres a buscarem seu espaço no mercado de trabalho.

Para Kolling, Bierger e Seibert (2010, p. 82):

> Não existe mais atuação feminina e masculina na Contabilidade, pois o mercado de trabalho está para todos os profissionais e é promissor para quem se prepara, independente de sexo. A mulher vem superando, a cada dia, eventuais obstáculos e preconceitos, os quais ainda sofrem, porém condições intelectuais e dedicação à profissão são características que não lhes faltam hoje em dia.

Evidências empíricas demonstraram que a mulher contabilista vem evoluindo ao longo dos anos, tanto no caráter de ser profissional quanto em sua persistência em ser aceita e respeitada no mercado de trabalho. A profissional contábil enfrenta barreiras, por esta profissão ser vista e desempenhada pelo gênero masculino. Mas, esse cenário vem se modificando, pois, a mulher contabilista vem buscando seu crescimento, demonstrando competência, agilidade e inteligência para exercer essa profissão (MORENO; SANTOS; SANTOS, 2015).

Para Boniatti (2014), existem vários motivos pelos quais as mulheres se destacam em termos de qualificação, pois em geral adotam uma postura preciosa para a profissão contábil: são detalhistas, organizadas e sistemáticas. Além disto, as contadoras possuem uma desenvoltura com as contas e o cálculo e, dessa forma, geram informações mais detalhadas e de qualidade. Com isso, é interessante ressaltar que "Homens e mulheres têm capacidade e inteligência para crescer profissionalmente, mas elas são mais criteriosas, meticulosas, não que os homens não sejam, mas dão pouca atenção aos pequenos detalhes" (BORDIN; LONDERO, 2006, p.116).

A representação feminina na classe contábil, na década de 1950, era de 1,3%, passando para 20% na década de 1980 e para o ano de 2000 passando para 31%. Atualmente a profissão contábil é representada por 223 mil profissionais mulheres do total de 521,8 mil, ou seja, elas representam quase 43% da classe em plena atividade (CRCRS 2019).

Diante de grande aumento da participação da mulher na contabilidade, foi criado pelo CFC o Projeto Mulher Contabilista. Em publicação no site do CFC no ano de 1991, ocorreu o I Encontro Nacional da Mulher Contabilista na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com a 43ª Convenção dos Contabilistas do Estado. O projeto teve como objetivo destacar a essência da mulher no cenário social estimulando-as a debates e ideias que resultem em ações que levem à evolução de suas carreiras e ainda incentivem a participação maior no empreendedorismo (CFC 2016).

ISBN 978-65-5629-077-5

O projeto Mulher Contabilista desde o início da sua criação até a atualidade vem apresentando contribuições que envolvem o empreendedorismo e a importância do papel da mulher no contexto social, político e econômico. Essa força da mulher veio para ficar, determinando lideranças corporativas de alto nível para a igualdade de gêneros, de forma que aumente a participação das mulheres não só nas organizações contábeis, e sim de modo geral na sociedade (CFC 2018).

2.3 DIREITOS E DEVERES DOS CONTADORES – CÓDIGO DE ÉTICA 2019

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019, o código de ética determina que o profissional de ciências contábeis deve exercer a profissão com zelo, atenção, empenho e capacidade técnica, observando as normas brasileiras de contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público.

O Código de ética do profissional contábil contém normas e padrões que conduz o relacionamento entre a classe contábil e a sociedade. A Resolução CFC nº 803/96, que trata dos 180 anais ISSN 2357-9404 código de ética dos profissionais da contabilidade, tem como objetivo de fixar qual maneira os profissionais devem seguir, quando no exercício da profissão, através dele a normatização dos direitos e deveres, e das penalidades aplicáveis caso esse código não seja cumprido. O profissional que é guiado por um código de ética, se torna responsável ao realizar suas atividades junto a classe social, atribuindo-lhe valor e papel importante perante a sociedade.

O Código de Ética, além de outras contribuições, visa cuidar da observância dos preceitos éticos do profissional. Na profissão contábil, o código tem como objetivo fixar a conduta quanto ao exercício da sua atividade e dos assuntos relacionados á profissão e á classe, onde a conduta ética do contador deve seguir preceitos estabelecidos na norma, nas demais normas brasileiras de contabilidade e na legislação vigente (SALVIANO, 2019).

Na contabilidade, a ética do profissional contábil é um tema em evidência. Sousa e Oliveira (2019) afirmam que, atualmente, perante as inúmeras mudanças no país, torna-se necessária maior utilização de informações verdadeiras e seguras por parte dos contadores, voltadas tanto para o apoio à gestão quanto para as perspectivas do mercado. Com isso, é imprescindível que o profissional contábil atue de maneira ética no que tange a prestação de contas das organizações. Essa conduta, bem como todas as ações do contador, deve ser pautada no Código de Ética, considerando todas as inconformidades com a NBC PG 01.

O Código de ética do profissional contábil explicita uma série de deveres que o contador deve seguir visando manter um comportamento profissional adequado, alguns deles são:

- Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades

ISBN 978-65-5629-077-5

competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

- Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, abstendo-se de emitir qualquer opinião em trabalho de outro contador, sem que tenha sido contratado para tal;
- Quando substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desses, a fim de contribuir para o bom desempenho das funções a serem exercidas;
- Informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros (NBC, 2019).

O Profissional contábil deve ter um comportamento ético, saber manter sigilo, ter conduta pessoal, flexibilidade competência e dignidade. Com isso, estão cada vez mais conscientes que a conduta profissional ética traz benefícios no exercício da profissão, sendo assim mais valorizada, destacando qualidades e atributos que são indispensáveis para desenvolver as atividades com mais eficácia.

2.4 CARGOS E FUNÇÕES NA CONTABILIDADE

O profissional da contabilidade possui várias maneiras de ingressar na área contábil. Muitas vezes inicia - se como auxiliar, após assistente, analista e auditor, tendo a possibilidade de crescimento rápido devido às novas funções que surgem com as mudanças. Ainda poderá ocupar grandes cargos tais como, *controller*, gerente, setor financeiro. Ao passar por esses cargos as exigências dentro das empresas mudam devido à necessidade de informações mais bem elaboradas, e da maior especialização e conhecimentos gerenciais e de negócios exigidos deste profissional (BRUSSOLO; PELEIAS, 2001).

A área contábil abrange vários setores criando um leque de oportunidades para quem busca carreira profissional. Além de oferecer funções ligadas tão somente à contabilidade, tais como auditoria, controladoria, fiscal contábil, também oferece funções em outras áreas como, recursos humanos, gestão de finanças, áreas internacionais, onde buscam profissionais competentes e habilidosos na contabilidade.

Marion e Iudícibus (2000, p. 47) apresentam as diversas oportunidades para o profissional de contabilidade, separando-as em duas oportunidades nas empresas: como profissional autônomo, atuante no ensino e trabalhando em órgão público. De maneira resumida lista-se a seguir alguns cargos e funções realizados por profissionais da contabilidade:

- Planejador Tributário*:* orientador de processos tributários, tratando de tributos diretos (IR, CSSL, PIS, COFINS), tributos indiretos (ICMS, IPI, ISS) e outros,bem como em processos de fusões, cisões e incorporações;
- Analista Financeiro*:* analista de crédito, desempenho empresarial e de unidades de negócio, mercado de capitais, investimentos, custos, entre outros;

ISBN 978-65-5629-077-5

- Contador Geral*:* poderá especializar-se em contabilidade rural, hospitalar, fiscal, imobiliária, hoteleira, industrial, securitária, de condomínio, comercial, de empresas transportadoras, bancárias, públicas, de empresas sem fins lucrativos, de empresas de turismo, mineradoras, entre outras. Nesta especialidade é preciso considerar que muitas atividades são regulamentadas, e que o processo contábil é elemento fundamental da regulamentação;
- Cargos Administrativos: área financeira, comércio exterior, departamento de pessoal;
- Auditor Interno: auditoria de sistemas, auditoria de gestão, auditoria de controle interno. Outras profissões, como a medicina e a odontologia também usam a auditoria interna para garantir eficiência em suas operações, e estes profissionais se utilizam amplamente de conhecimentos contábeis;
- Contador de Custos: de empresas prestadoras de serviços, custos industriais, análises de custos, orçamentos, custos do serviço público, entre outros;
- Contador Gerencial: controladoria, orçamento empresarial, contabilidade gerencial, contabilidade internacional, contabilidade ambiental, balanço social, *accountability*.

Com isso notou-se que o mercado contábil é uma das áreas que oferece muitas oportunidades e exige organização, disciplina e principalmente ética, sendo características importantes para atuar em todos os setores e cargos, pois sem elas os erros causados resultarão em prejuízos e multas tanto para a organização e o profissional.

2.5 HABILIDADES E ATITUDES FEMININAS NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Quando se fala em habilidades e atitudes é possível associar a profissionais que possuam desenvolturas para realizar suas funções com clareza e objetividade. Muitas empresas buscam por colaboradores que possuam cautela e agilidade para resolver situações e de fato pode-se dizer que ter paciência, saber conduzir e resolver conflitos é uma grande habilidade e diferencial dentro das organizações.

O profissional de contabilidade deve também praticar suas habilidades de bom comunicador, pois cada vez mais a contabilidade atua integrada com as demais áreas, e o profissional precisa se comunicar com todos na empresa (BRUSSOLO; PELEIAS, 2001). E ainda Marion e Santos (2000, p. 6) mencionam que o profissional de contabilidade deve possuir habilidades de consultor e analista. A primeira ocorre quando dirigentes, governo, clientes, bancos, entre outros necessitam de orientação e informação e as solicitam a este profissional. As habilidades de analista referem-se às situações em que as empresas precisam alterar seus sistemas contábeis, para obter dados mais exatos, e nestas situações a atuação do profissional de contabilidade é decisiva (BRUSSOLO; PELEIAS, 2001).

Para Brussolo (2002, p.21) "Estar preparado para o mercado globalizado é imprescindível para o contador se manter capacitado para o mercado de trabalho [...]". Ainda, Brussolo (2002, p. 22), afirma que "as mudanças tecnológicas influenciam o mundo na atualidade, pois muitas transformações ocorridas nas organizações são fruto de inovações que afetam significativamente todas as

ISBN 978-65-5629-077-5

atividades humanas e aumentam o grau de incerteza e imprevisibilidade do futuro".

Schwez (2001, p.77) cita algumas habilidades a serem demonstradas pelo profissional de contabilidade, que devem compor seu perfil frente aos desafios futuros:

Quadro 1 – Habilidades do Profissional Contábil

Habilidade de gerenciar o intelecto	Habilidade de flexibilidade
Habilidade de comunicação	Habilidades pessoais e interpessoais
Habilidade de versatilidade	Poder de decisão
Princípios morais e éticos	Habilidade de discernir
Orientação global	Equilíbrio físico e emocional
Habilidade de criatividade	Habilidade de desenvolvimento de senso crítico
Habilidade em desenvolver marketing	Habilidade do uso da tecnologia

Fonte: SCHWEZ (2001, p.77).

Um dos grandes desafios para o profissional da contabilidade é buscar saber interpretar e traduzir informações e não somente emitir relatórios, sendo necessário que seja de fácil entendimento. E nada vale possuir habilidades se o profissional não atuar com zelo, ética e caráter a sua profissão.

2.6 EQUALIZAÇÕES DE GÊNEROS NA CONTABILIDADE

No Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho é crescente e é notória a importância na economia. Cresce gradativamente a responsabilidade feminina no sustento familiar e destaque profissional em diversos setores. Porém as funções exercidas, cargos e remunerações ainda estão em defasagem em relação aos homens. Há muitos anos as mulheres buscam por reconhecimento profissional e almejam obter igualdade nas oportunidades de ocuparem grandes cargos e realizarem funções na contabilidade. A luta cresce cada vez mais contra a desigualdade salarial, onde ainda é notável.

Uma preocupação estabelecida na sociedade é o simples fato de a mulher ser dona de casa, mãe, esposa e o parceiro não ajudar elas, fazendo com que elas se sobrecarreguem e obtendo dupla jornada (SILVA, 2018). O problema se estende na rejeição do mercado de trabalho à mulher com responsabilidades familiares. A mulher que possui filhos, muitas vezes, é preterida em seleções de emprego ou para cargos de chefia. As políticas públicas buscam alternativas para diminuir essas rejeições, com o aumento de vagas em creches e na criação de leis que auxiliam as mulheres que sofrem descriminação por possuir duplo papel na sociedade.

A lei nº 9029 de 13 de abril de 1995 proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

Os artigos 1º e 2º da mesma lei estabelecem o seguinte:

> Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua

ISBN 978-65-5629-077-5

> manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez; II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem; a) indução ou instigamento à esterilização genética; b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privados, submetidos às normas do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 1995)

Em 1985, criou-se a Lei n° 7353, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher– CNDM, visando eliminar discriminações e assegurar condições de igualdade de direitos, bem como participação nas atividades políticas, econômicas e culturais. O 4° artigo apresenta os seguintes objetivos:

> a) Formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
> b) Prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;
> c) Estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
> d) Sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;
> e) Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
> f) Promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do Conselho;
> g) Receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;
> h) Manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;
> i) Desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher (BRASIL, 1985).

Na atualidade vê-se uma sociedade que valoriza o trabalhador que apresenta uma carreira de sucesso, com jornada extensa de trabalho e que concilia

ISBN 978-65-5629-077-5

vida profissional, atividades externas, independente da sua inteligência. E cenário econômico atual afetou ainda mais a força do trabalho feminino no mercado de trabalho. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual de mulheres que estavam trabalhando teve queda ficando em 45,8% no primeiro trimestre de 2020, sendo o mais baixo desde 1990, com a taxa de 44,2%.

A desigualdade de gênero flui com a do início da pandemia. A necessidade de isolamento agrava ainda mais os problemas sociais já existentes, exigindo que as mulheres busquem alternativas para estarem no mercado de trabalho. Tendo em vista que os desafios crescem inclusive na contabilidade, devido à figura masculina permanecer como principal nas funções. Como forma de mudanças além de esperar por iniciativas das empresas reintegrarem as mulheres no mercado, a busca por empreender no meio empresarial tem oferecido carreiras de sucesso.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter descritivo, e segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever características de determinada população ou estabelecer relações entre variáveis, proporcionando novas visões de realidades já conhecidas. Para Beuren (2006, p. 81) "[...] descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos". Nesse contexto o estudo teve a finalidade de identificar as oportunidades que as mulheres Contadoras e empresárias da Cidade de Cascavel encontram para evoluir profissionalmente, com corte transversal em agosto e setembro de 2021, sem considerar a evolução de dados no tempo.

O procedimento adotado na pesquisa foi o levantamento, e segundo Gil (2002) levantamento é um tipo de pesquisa que se realiza para obtenção de dados ou informações de determinada população ou amostra, caracterizada pela interrogação direta das pessoas sobre determinado estudo, mas sem manipulação, em seguida, analisou-se os dados coletados de forma quantitativa, buscando responder o problema do estudo. Para Rigsby (1987), "os investigadores que realizam pesquisas de levantamento tipicamente coletam seus dados através de respostas verbais a questões predeterminadas feitas a maioria ou a todos os sujeitos de pesquisa".

A coleta de dados foi feita por meio de questionários com grau de concordância e de múltiplas escolhas, abordando questões relacionadas às dificuldades e desafios encontrados para evoluírem profissionalmente tanto nas empresas nas quais atuam e na inserção no mercado de trabalho, e se há remuneração diferenciada comparada a dos homens que exercem a mesma função e o nível de satisfação com a profissão.

O questionário desenvolvido foi direcionado para mulheres contadoras dos escritórios de Cascavel-Pr, e empresárias que possuem vínculos com a Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), totalizando 53 respondentes. Para o envio do questionário utilizou-se a *internet*, via *e-mail* e *whatsapp.* A escolha desta forma de envio fundamentou-se nas mudanças ocorridas devido a pandemia covid-19 que orienta o distanciamento social, havendo assim a necessidade de adaptação a nova realidade, e também, a facilidade da recolha de dados sobre o assunto.

Para a abordagem do problema, foi utilizada a pesquisa quantitativa, que tem como objetivo verificar e tratar estatisticamente os dados coletados. A pesquisa

ISBN 978-65-5629-077-5

quantitativa é caracterizada pelo emprego de quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento delas através de técnicas estatísticas, seja ela mais simples como percentual média, desvio-padrão, as que são mais complexas e análise de regressão entre outras (RICHARDSON, 1999). Os dados da pesquisa aplicados foram limitados somente a algumas profissionais, também outros limitadores foram às respostas obtidas, considerando que não existe amostra perfeita.

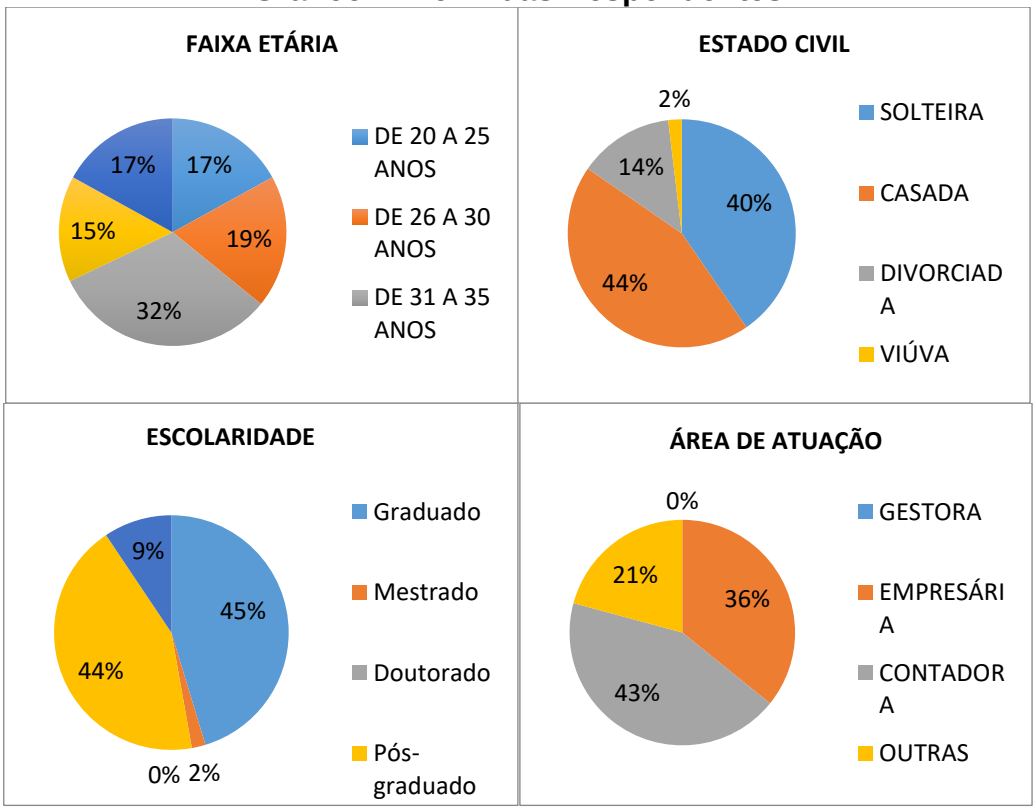
4 RESULTADOS

O presente estudo foi aplicado para mulheres contadoras dos Escritórios de Contabilidade de Cascavel-PR e Empresárias que possuem vínculos com a Associação Comercial e Industrial de Cascavel-PR (ACIC). Os dados foram coletados através de questionário via *Google Forms*, estruturado com 13 questões com o objetivo de identificar o perfil e os desafios encontrados pelas profissionais no mercado de trabalho.

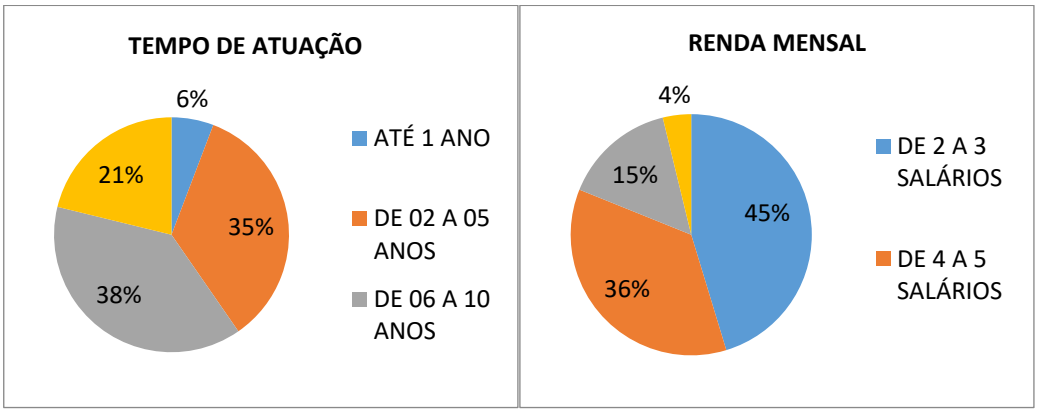
É importante frisar que algumas respondentes não possuem formação acadêmica, mas exercem funções vinculadas a contabilidade e possuem muitos anos de experiência e conhecimento prático de suas atividades.

Através do questionário buscou-se identificar as seguintes informações: faixa etária, estado civil, escolaridade, área e tempo de atuação e a renda mensal, compondo o perfil das respondentes, conforme gráfico 1.

Gráfico 1- Perfil das Respondentes



ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Questionário aplicado (2021).

A partir da análise das respondentes, identificou-se a totalidade de 53 participantes. Quanto à faixa etária, verificou-se que a maioria das respondentes (33%) possui entre 31 e 35 anos, 19% possuem de 26 a 30 anos, 17% de 20 a 25 anos, 17% acima de 40 anos e que apenas 14% possuem de 36 a 40 anos. Com relação ao estado civil, verificou-se que 44% delas são casadas, 40% solteiras, 14% divorciadas e 2% delas são viúvas.

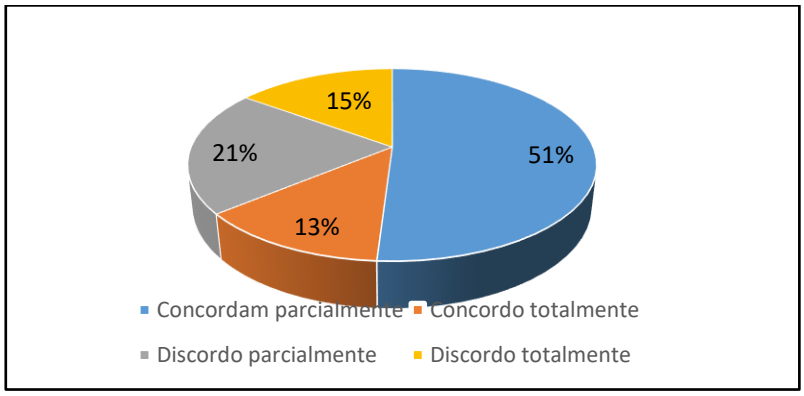
Em relação ao grau de escolaridade, notou-se que 46% delas são graduadas, 44% pós-graduada, 2% possuem mestrado e 8% das respondentes não possuem formação acadêmica ou não concluíram a graduação. Da totalidade de 53 respondentes, 23 delas atuam como contadoras em escritórios, 19 são empresárias e as demais são formadas, porém não atuam como contadora, mas trabalham em escritórios, realizando funções pertinentes ao cargo.

Os dados indicam que quanto ao tempo de atuação, a maioria das respondentes atua na área entre 6 e 10 anos, 33% delas atuam entre 2 e cinco anos, 22% acima de 11 anos e 6% atuam na área até 1 ano. Conforme mostra o gráfico, a renda mensal de 44% das respondentes varia de 2 a 3 salários, 37% de 4 a 5 salários, 15% de 6 a 10 salários e 4% com renda acima de 10 salários.

O gráfico 2 sintetizou as respostas com relação a percepção das respondentes sobre as questões que envolvem situações que as impediram ou ainda impedem a atuação no mercado de trabalho, inclusive para assumir cargos de lideranças. As mulheres ainda são vítimas de preconceito e há muito a ser feito para diminuir a desigualdade de gêneros. Apesar dos direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos últimos anos, como no mercado de trabalho, ainda persiste a exclusão feminina na distribuição dos cargos de liderança em relação a atuação no mercado contábil e empresarial 51% concordam parcialmente que possuíram de alguma forma impedimentos dificultando a inserção no mercado de trabalho, 13% apresentaram que concordam totalmente obtendo dificuldades para atuar. Ainda 21% discordam parcialmente e 15% discordam totalmente não tendo impedimentos para a atuação.

Gráfico 2 – Impedimentos para atuar

ISBN 978-65-5629-077-5

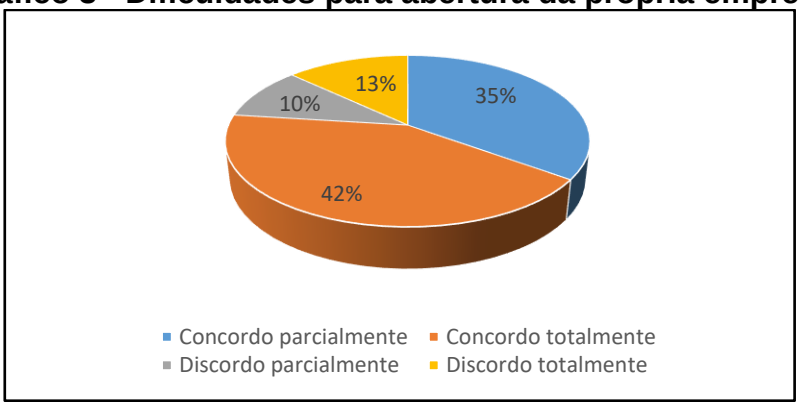


Fonte: Questionário aplicado (2021).

As mulheres ainda são vítimas de preconceito e há muito a ser feito para diminuir a desigualdade de gêneros. Apesar dos direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos últimos anos, como no mercado de trabalho, ainda persiste a exclusão feminina na distribuição dos cargos de liderança. Em relação a atuação no mercado contábil e empresarial 51% concordam parcialmente que tiveram de alguma forma impedimentos que dificultaram a inserção no mercado de trabalho, 13% concordam totalmente e 21% discordam parcialmente e 15% discordam totalmente que não tiveram dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Isso demonstra que a sociedade vem mudando e percebendo a mulher como profissional de todas as áreas do conhecimento humano.

Quando indagadas se houveram dificuldades ou preconceitos para aberturas de suas próprias empresas, também foi possível traduzir as respostas no gráfico 3

Gráfico 3 - Dificuldades para abertura da própria empresa.



Fonte: Questionário aplicado (2021).

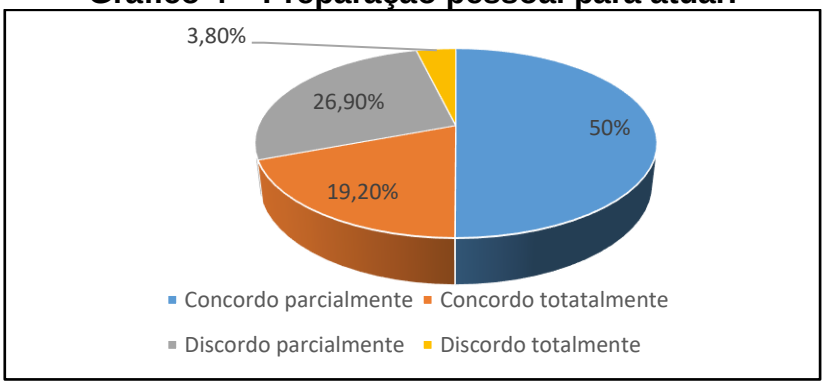
O gráfico 3, onde demonstra o percentual de dificuldades para realizara abertura de seu próprio negócio pela falta de recursos, sendo que 35% das respondentes tiveram certa dificuldade, já 42%, a maioria, afirmaram ter dificuldades para abrir sua própria empresa ou escritório. 13% das participantes não possuíram dificuldade alguma e 10% discordaram parcialmente. As dificuldades passaram por questões de obter recursos financeiros, confiança e credibilidade de investidores, além das dificuldades pessoais com relação a família, orientação e educação de filhos, também da própria sociedade que ainda tem a visão patriarcal, que aos poucos vem mudando.

Com relação a estar preparadas para atuar neste mercado de trabalho tão complexo como o a da contabilidade e empresas de quaisquer ramos, pois exige

ISBN 978-65-5629-077-5

um conhecimento de finanças, contabilidade, gestão de pessoas, análises, flexibilidade e resiliência, as respostas constam do gráfico 4.

Gráfico 4 – Preparação pessoal para atuar.

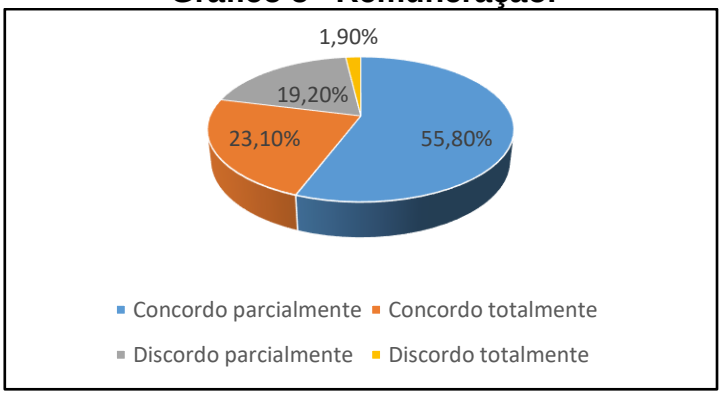


Fonte: Questionário aplicado (2021).

Neste quesito pode-se observar que com relação ao preparo para trabalhar na área contábil ou montar suas próprias empresas 50% das respondentes sentem que de certa forma não estarem preparadas para atuar concordando parcialmente. Já 19,20% afirmam não estarem preparadas para atuarem e exercerem as atividades lhe impostas. 26,9% demonstraram parcialmente estar preparadas e 3,80% estão preparadas para atuar. Foi perceptível os receios ao afirmarem sobre estarem preparadas para suas atividades, o que demonstra uma qualidade feminina de ter cuidados em tudo que faz, também a consciência de que devem estar sempre em busca de aperfeiçoamento, e que tanto o CRC e ACIC estão sempre oportunizando situações de aprendizado contínuo.

Além dos preconceitos e dificuldades já apontadas pelas respondentes, quando o assunto foi sobre remuneração, as respostas permitiram o gráfico 5.

Gráfico 5 –Remuneração.



Fonte: Questionário aplicado (2021).

Já no tocante a remuneração ofertada pelo setor contábil e empresarial, onde deveriam sinalizar sua concordância com o fato da atratividade da remuneração, a maioria concordou que não é atrativa, sempre pagando pelo mínimo e não pela complexidade das tarefas exercidas, e no caso das empresárias a questão foi o retorno do investimento aplicado, 55,80% concordaram parcialmente e 23,10% delas, concordam totalmente, 19,20% discordam parcialmente e ainda 1,90% discordaram totalmente com essa questão. Analisando o mercado e o cenário econômico do país, é possível entender a percepção das respondentes, pois a remuneração é pequena, considerando inicialmente o piso da

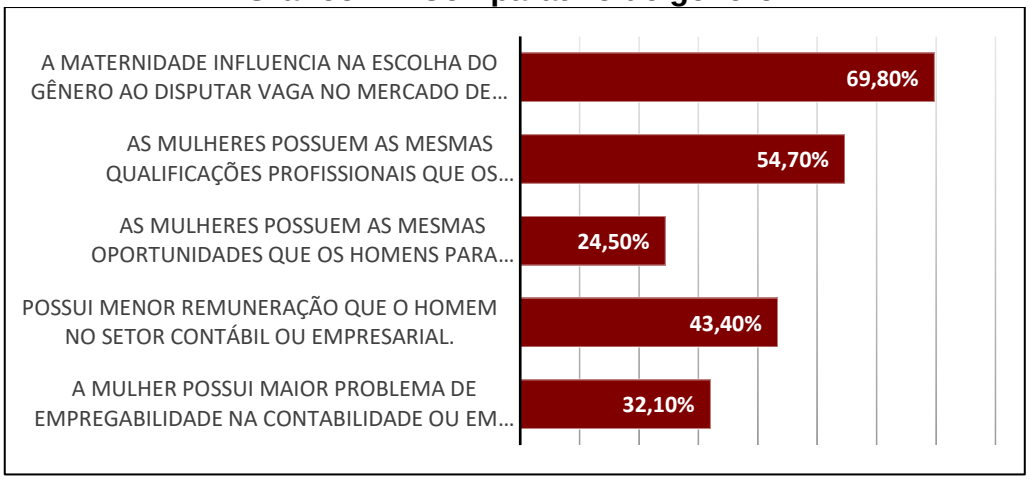
ISBN 978-65-5629-077-5

categoria e muitas vezes menos que isso, já com relação ao retorno do investimento para as empresas também é pequeno em virtude da concorrência, ou do tamanho das empresas, que tem poucos argumentos para entrar na disputa por mercados já conquistados por outras empresas.

É comum o mercado exigir experiência para ofertar oportunidades de trabalho o que de certa forma dificulta as pessoas que querem trabalhar, pois em algum momento alguém deve oportunizar a experiência para começar a caminhada, já no ramo empresarial a experiência funciona mais como auto cobrança, pois a pessoa encontra-se sozinha no empreendimento. A percepção das respondentes apontou que para 43,1% houveram alguns problemas para ingressar no setor contábil não possuindo experiência anterior, já13,7 % das participantes devido não ter experiência não teve oportunidade para ingressar na área. Para algumas a falta de experiência não foi um problema, tiveram oportunidades para iniciar no setor contábil, sendo 43,1% das respondentes discordando parcialmente e totalmente. As respostas confirmaram que a exigência de experiência ainda é exigida para o início das atividades, mas que aos poucos vem mudando, hoje muitos empregadores querem ser os primeiros a ajudar construir carreiras.

Elaborou-se algumas frases com relação ao trabalho das mulheres, buscando sua concordância ou discordância comparando-se com o gênero masculino para as questões envolvendo práticas do mercado. A percepção das respondentes consta do gráfico 7.

Gráfico 7 – Comparativo de gênero.



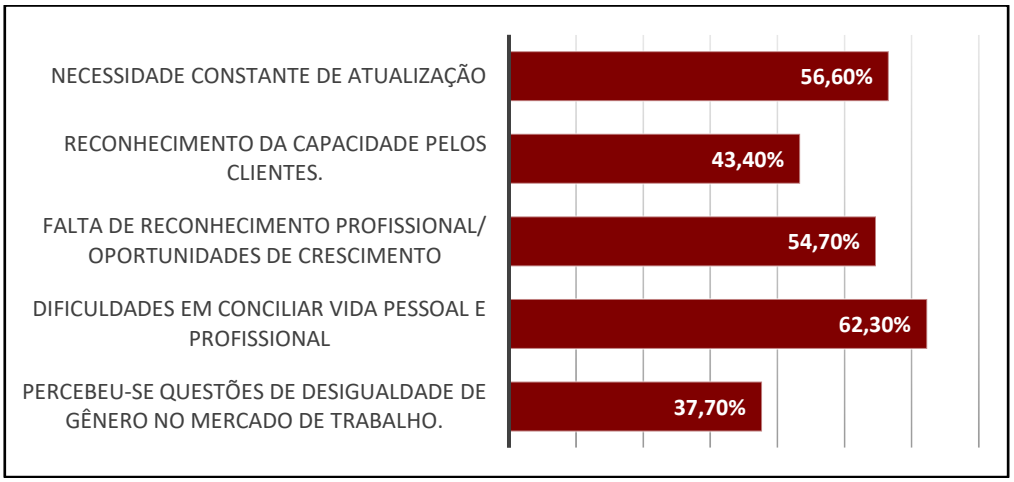
Fonte: Questionário aplicado (2021).

Em relação ao gênero masculino, notou-se que ainda há desigualdade seja para disputar vaga ou remuneração. Houve redução nessa desigualdade, a diferença é notável, mas não chega ao patamar de igualdade. No quesito maternidade 69,80% entendem que pode ser um fator de dificuldade para evolução da mulher nas empresas, por outro lado 54,70% concordam que as mulheres possuem as mesmas qualificações profissionais que os homens, mas não se reflete nas mesmas oportunidades que eles para 24,50% das respondentes, a remuneração também é menor que o homens na mesma função para 43,40% e para 32,10% existe dificuldade de empregabilidade na contabilidade para as mulheres em relação aos homens.

ISBN 978-65-5629-077-5

Apesar de toda evolução da mulher no mercado de trabalho, ela ainda enfrenta muitos desafios. O gráfico 8 demonstra possíveis desafios e dificuldades encontradas na profissão contábil e empresarial, onde as respondentes poderiam demarcar até 3 opções.

Gráfico 8 –Desafios/dificuldades.



Fonte: Questionário aplicado (2021).

Conforme demonstra o gráfico, a maior dificuldade encontrada foi conciliar a vida pessoal com a profissional com 62,30%. Nota-se que 37,7% ainda sofrem com desigualdade de gênero. A falta de reconhecimento profissional e oportunidade de crescimento ainda é uma barreira enfrentada por elas, onde 54,7 % das respondentes afirmam essa questão. Manter-se atualizado no mercado de trabalho hoje em dia é essencial para agregar conhecimento e progredir na carreira profissional, tornando um desafia para 56,30% das respondentes. A falta de reconhecimento da capacidade pelo cliente também é um desafio encontrado, sendo que 43,4% afirmam essa situação.

O mercado de trabalho oferece oportunidade para ambos os gêneros, mas segundo as respondentes os desafios e dificuldades são maiores para as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade encontra-se em constantes transformações, assim como a trajetória e o papel das mulheres aos longos dos anos, que antes eram vistas apenas como donas de casa, mas que hoje buscam cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho. Portanto, percebe-se que o perfil das mulheres atualmente é diferente de uma época atrás, onde era responsável em cuidar da casa e dos filhos.

O cenário do mercado de trabalho modificou-se e percebeu-se que as diferenças de inserção entre homens e mulheres foram reduzidas, pois as mulheres vêm aumentando sua participação em todas as formas de ocupação no mercado de trabalho. Observou-se um perfil de mulher trabalhadora que tenta conciliar uma carreira profissional com a vida pessoal.

Desde então as mulheres aumentaram ainda mais sua participação no mercado trabalho, porém ainda enfrentam barreiras, pois trabalhar em áreas até então ocupadas por homens não é tarefa fácil e ainda encontram resistência ao ocuparem cargos de liderança. Percebe-se que evoluir no mercado de trabalho vem sendo um grande desafio para as mulheres que buscam obter carreira profissional.

ISBN 978-65-5629-077-5

Contudo, leva-se em consideração que não existe uma profissão voltada tão somente para o gênero feminino ou masculino no mercado de trabalho. A mulher conquistou e vem expandindo seu espaço, superando dificuldades, mostrando ser uma profissional qualificada e preocupada com os detalhes da profissão, assumindo cargos elevados e mostrando cada vez mais seu potencial. Portanto, este estudo teve como objetivo identificar o perfil das mulheres contadoras e empresárias e ainda buscar quais as barreiras associadas ao crescimento profissional das mulheres na atualidade.

Notou o avanço conquistado pelas mulheres em aspectos sociais, culturais e econômicos, no entanto, as desigualdades e preconceitos em função de gênero ainda permanecem aparentes, com os questionamentos e transformações sociais.

O presente estudo evidenciou por meio da pesquisa realizada que ainda há desigualdade de gênero no mercado relacionado à contabilidade e empresarial. Todavia a questão mostra-se menor com o passar dos anos. As mulheres têm se apresentado cada vez mais desenvolvidas e fortes para encarar novos desafios e buscar novas oportunidades e formas para permanecerem atuantes no mercado profissional. As barreiras impostas, por vezes servem como impulso e motivação para realizar suas atividades com dedicação e esmero, buscando reconhecimento e alcançando seus objetivos. Notou-se ainda que umas das maiores dificuldades se da por falta de recursos próprios para abertura de seu próprio escritório ou empresa.

Portanto manter-se atualizada sempre será um diferencial no que tange evolução na carreira profissional. Ter desenvoltura para realizar funções diversas, saber lidar com possíveis situações que ocorrem no dia-a-dia, buscar inovação e agilidade para garantir qualidade na entrega das atividades, torna-se qualificações fundamentais e essenciais para obter sucesso na profissão.

REFERÊNCIAS

BONIATTI. A. VELHO, A; PEREIRA, A; BÁRBARA, P; OLIVEIRA, S. **A evolução da mulher no mercado contábil**. Revista Gestão e Desenvolvimento em ContextoGedeconVol.2, Nº. 01, 2014.

BORDIN, **Patrícia. LONDERO, Renato Ilo. Atividade Contábil Exercida pela Mulher em Santa Maria – RS**. Acesso em: 15 abri. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7353 de 29 de agosto de 1985**. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9029 de 13 de abril de 1995.** Acesso em: 02 jun.2021.

BRUSSOLO, Fábio – **As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis x O Mercado de Trabalho Através das Ofertas de Emprego para a Área Contábil na Grande São Paulo: Uma Análise Crítica** – dissertação de mestrado - Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP - São Paulo – 2002.

BRUSSOLO, F.; PELEIAS, I. R. **A evolução hierárquica do profissional de Contabilidade nas organizações: uma visão do mercado de trabalho e sua**

ISBN 978-65-5629-077-5

correlação com os estudos da Administração. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXVII, Atibaia, p. 1-12, 2003.

CHAVES, Rosileia de Fátima Leite. Artigo - **MULHERES NA CONTABILIDADE:** Perfil da Contadora no Brasil nas Últimas Décadas. 2020. 13. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto – **Introdução à Teoria Geral da Administração** – Edição Compacta- 2 ed. Revista e Atualizada – Rio de Janeiro – Campus: 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero.** 2019. Acesso em: 13 mai.2021.

CONSELHO FEDERAL DA CONTABILIDADE (CFC). Maria Clara Cavalcante Bugarin. 2018. Acesso em: 24 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DA CONTABILIDADE (CFC). **O empoderamento das mulheres na contabilidade**, 2018. Acesso em: 24 abri. 2021.

COSTA, F. N. **Pirâmide etária brasileira**. 2010. Acesso em: 01 mai. 2021.

Desigualdade de Gênero na Contabilidade: Desafio e Oportunidade. acesso em: 01 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Antonio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses da redação científica a apresentação do texto final**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumin Juris, 2010.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas,1999.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERMES, Gabriel. **O Bacharel em Ciências Contábeis. Brasília**: Senado Federal. Centro Gráfico, 1986.

JUS BRASIL. **Código Comercial - Lei 556/50 | Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Acesso em 25 mai.2021.

KOLLING, Fernanda; BIEGER, Mariene; SEIBERT, Rosane Maria. **Inserção da mulher no mercado de trabalho contábil. RevistaContabilidade e Informação**. ano 13, n. 32, p. 81-88, jan/jun. 2010.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o Nível de Graduação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
RICHARDISON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas,1999.
MARION, José Carlos; SANTOS, Márcia Carvalho dos – **Os Dois Lados de Uma Profissão** – Boletim do IBRACON – Ano XXII – 265 – Junho/2000 – pág. 2 a 9.

MONTEIRO, Vera Suzana. **Estado promove primeiro encontro de contadoras**, Jornal do Comércio, Rio grande do Sul, 2003 p. 3

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. **A EVOLUÇÃO DA MULHER NA CONTABILIDADE: OS DESAFIOS DA PROFISSÃO.** artigo_mulher_contabilista_completo.pdf> acesso em: 07 mai. 2021.

MUNDO E EDUCAÇÃO**: Participação feminina no mercado de trabalho.**Acesso em: 01 jun. 2021.

MORENO, M. M.; SANTOS, F. V.; SANTOS, C. B. **O fortalecimento da mulher na área contábil – crescimento e valorização profissional**. Estudos. Goiânia, v. 42, n. 2, p. 201-210, 16 mai.2021.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. NBC PG 01, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019. Aprova a NBC PG 01 – **Código de Ética Profissional do Contador**. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVEIRA SOUSA, F. S., & OLIVEIRA, A. M. B. (2019). **A Importância da Ética para o Profissional da Contabilidade**. Id onLine Revista Multidisciplinar e de Psicologia, 13(43), 295-309.

PELEIAS, Ivam Ricardo – **Desafios e possibilidades para o contabilista no ambiente dos sistemas integrados** - Revista Brasileira de Contabilidade – ano XXX – no. 132 – Novembro, dezembro/2001 – pág. 39 a 55.

REIS, Aline de Jesus; DA SILVA, Selma Leal. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, 2008.

RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96. Acesso em 1 jun. 2021.
RICHARDISON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas,1999.

RIGSBY, Leo. **Delinemanetos de pesquisa de levantamento**. In: KIDDER, Louise h. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais: Selltiz, Wrightsman e Cook. 2. Ed. São Paulo: EPU,1987. Delineamentos de pesquisa. V. 1

SÁ, A. Lopes de. **História geral e das doutrinas de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997, pag. 48.

ISBN 978-65-5629-077-5

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o Nível de Graduação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SALVIANO, Lucas Oliveira. **UM ESTUDO SOBRE A ÉTICA NO SETOR PÚBLICO: NORMAS DE CONDUTA, DEVERES E CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR**. 2019.

SCHWEZ, Nicolau – **Responsabilidade Social: Meta e Desafio do Profissional de Contabilidade para o Próximo Milênio** – Revista Brasileira de Contabilidade – Ano XXX – nº 130 – Julho/Agosto/2001 – pág. 71 a 83.

SILLAS, Edson Paes. **MULHERES CONTABILISTAS: UM ESTUDO DO NÍVEL DE ESTRESSE DAS PROFISSIONAIS ATUANTES NO ESTADO DO PARANÁ**. 2011. Acesso em: 03 jun. 2021.

SILVA, Caroline**. PERCEPÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA MULHER CONTABILISTA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA ÁREA CONTÁBIL NA CIDADE DE DOURADOS- MS**. pág. 14, 2018.

TONETTO, Patrícia Tramontin. **A Mulher Contadora: O Perfil das Profissionais e as Perspectivas para o Futuro das Formadas entre 2007 a 2011 do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC**. 2012. 97 p. Orientador: Luciano da Rocha Ducioni. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONTADORAS: REALIDADE DAS EGRESSAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL DE 2015 A 2020, NO MERCADO DE TRABALHO CONTÁBIL DE CASCAVEL E REGIÃO

Ana Cristine Vanccin[1]
Keli Diandra Pimentel[2]
Jose Roberto Domingues[3]

Resumo: Este estudo investigou a realidade das contadoras egressas do Centro Universitário UNIVEL de 2015 a 2020, e ingressas no mercado de trabalho contábil de Cascavel e região. O estudo foi um levantamento com corte de espaço de tempo de junho a setembro de 2021, sem ou com a evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi questionários aplicados com 25 questões subdivididas entre o perfil e perguntas de múltiplas escolhas sobre pontos da vida cotidiana das mulheres formadas em ciências contábeis. A população pesquisa é composta pelas egressas do Curso de Ciências contábeis da Univel. Os dados foram tratados via programa google forms que trouxeram a quantidade e porcentagem respondida por cada respondente nas questões tornando possível a compreensão dos dados que foram obtidos. Os resultados apontaram que que a convivência no local de trabalho está cada vez mais sendo entre mulheres, cargos como os de liderança ainda não estão sendo alcançados com êxito mesmo tendo uma ótima preparação e alta busca por conhecimento continuado.

Palavras-chave: Evolução. Habilidades. Atitudes. Contabilidade. Profissional

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade tem uma vasta área de atuação, onde ocorre a integração de pessoas que desenvolvem um trabalho com dados e informações, e que por meio deles elaboram-se relatórios e demonstrações financeiras, possibilitando ao gestor analisar a organização e assim ter mais assertividade na tomada de decisão. Com o transcorrer dos anos a profissão precisou se reinventar devido a evolução tecnológica e pela complexibilidade dos processos, exigindo-se das profissionais novas habilidades no desenvolvimento de suas atividades cotidianas para obter mais eficiência (ZOBOTTI, 2017).

Dentre os profissionais da área, as mulheres estão ocupando espaço em um ambiente que nos primórdios já foi visto e direcionado somente para homens. A mulher vista como um ser frágil responsável por cuidar da casa e da educação dos filhos passou a ter outras atribuições na sociedade saindo da zona dita de conforto e informalidade para conquistar outros campos, evoluindo pessoal e profissionalmente. Ao decorrer da evolução feminina no mercado de trabalho

[1] Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL (2021)
[2] Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL (2021)
[3] Professor orientador do curso de ciências contábeis do centro universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC-PR (2015)

ISBN 978-65-5629-077-5

atrelado a diversas dificuldades como o equilíbrio das funções tradicionais de mãe, esposa, mulher enfrentando diversos desafios encontrados no ambiente de trabalho como assédio, físico e moral além do questionamento da capacidade e índole (ZOBOTTI, 2017).

O trabalho feminino teve reconhecimento por meio da CLT (consolidação das leis do trabalho), listando direitos e deveres, da trabalhadora no mercado. Apesar desse auxílio o ingresso no mercado gerou conflitos de interesses entre gêneros, tais como, igualdade de salários, oportunidades, conhecimento, cargos executivos, tornando a presença das mulheres uma ameaça para os homens acostumados com uma sociedade dominados pelos mesmos, visto que a multifuncionalidade já imposta na criação contribuiu para funções e oportunidades que agora tem presença feminina (TONETTO, 2012).

Na revolução industrial as mulheres foram incluídas no mercado de trabalho, cujo motivo foi a menor remuneração paga pelas empresas, cuja evolução foi analisada por uma pesquisa feita pela PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílio) feita em 2007, demonstrando que população brasileira, cerca de 190 milhões de pessoas, sendo 51% mulheres, ou seja, existe um número maior de mulher no país ocasionando um maior número de trabalhadoras, que além de outros encargos na sociedade busca também renda para o sustento da família (PND, 2007). No mundo da contabilidade, os números demonstram que a presença feminina no mercado de trabalho cresceu gradativamente, de 1996 a 2019 de 27,45% para 42,77% (MOLTER, 2020).

Segundo o CRC/PR (2020) apesar do constante crescimento no mercado, a região oeste paranaense conta com 32.878 contadores de ambos os sexos, na cidade de Cascavel/Pr existem 686 registros ativos de homens e 555 de mulheres com graduação em ciências contábeis, já nos cursos técnicos os homens aparecem com 217 profissionais, mulheres com 67 técnicas. Segundo Oliveira (2010, pg.3) "A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral". A pesquisa foi realizada utilizando um questionário com questões objetivas, por meio do *google forms,* buscando responder a seguinte questão: Qual a realidade das contadoras egressas do Centro Universitário UNIVEL de 2015 a 2020 no mercado de trabalho contábil de Cascavel e região?

O estudo foi ancorado no objetivo de diagnosticar a atuação das mulheres formadas pelo Centro Universitário UNIVEL de 2015 a 2020 no curso de Ciências Contábeis no mercado de trabalho de Cascavel e região.

O interesse foi despertado pelas dificuldades encontradas pelas autoras vivenciadas no dia a dia, quando tiveram suas capacidades questionadas ao adentrar uma área que requer muito estudo e ainda dominadas por homens. Além das dificuldades encontradas, o tema chamou a atenção, levantando questionamentos sobre os preconceitos contra presença feminina na área contábil. Tem como direcionamento despertar o interesse e autoconfiança para mulheres que almejam um trabalho com inúmeras oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo aborda uma análise histórica do trabalho feminino e as demandas dos serviços contábeis, os deveres e direitos elencados no código de ética do Contador e as possibilidades profissionais no mundo da contabilidade.

2.1 MERCADO DE TRABALHO FEMININO – ANÁLISE HISTÓRICA

Segundo Nogueira (2010, pg. 12) "tal evolução teve início com a I e II Guerra Mundial, devido à necessidade das mulheres assumirem o trabalho que era desempenhado pelos homens no mercado de trabalho". A figura feminina passou a ganhar espaço por buscar conhecimentos e aperfeiçoamentos engajando –as a cargos de grandes prestígios a frente dos homens convocados para a Guerra. (NOGUEIRA, 2010)

Seguindo o pensamento de Nogueira (2010) a mulher antes só responsável pelos afazeres domésticos e a educação dos filhos teve que deixá-los aos cuidados pais quando ainda se faziam presentes ou dos irmãos mais velhos para ocuparem o lugar do marido no mercado de trabalho para garantir o sustento dos filhos e despesas da casa. Além das consequências da guerra o início da revolução industrial alavancou ainda mais a presença das mulheres no mercado de trabalho, onde se estabeleceu através do decreto Federal de 1932 que deveriam ser iguais oportunidades e remunerações no âmbito do trabalho.

Para Baylao (2014) a participação feminina na economia do país proporcionou uma grande população ativa o que reduziu a presença masculina na população atuante. Cita o autor que ao ingressar no mercado de trabalho a mulher ajudou no crescimento do mercado de contraceptivos tendo como responsabilidade evitar a gravidez considerando que o trabalho era e ainda é a garantia do sustento da casa.

As mulheres começaram a buscar pela saída do anonimato buscando espaço para que suas vozes fossem ouvidas com o grande termino do patriarcado marcado pelo fim da idade média e início da revolução Francesa. A sede pôr conhecimento e mostrar sua capacidade, luta contra a desigualdade e preconceito, conquista pelo voto são exemplos de conquistas que iniciaram a revolução da presença feminina no mercado de trabalho consequentemente na economia. (MOURA, 2021)

A autora ressalta também que com o início da Segunda guerra mundial que requeria pessoas especializadas e com conhecimentos específicos a mulher conquistou o direito de ingressar em cursos superiores. Tal conquista que as apoderou para preencher cargos da esfera do poder e proporcionando organizações políticas que ajudaram a revelar a importância dos movimentos feministas. A constituição de 1988 garante livre liberdade de fala e expressão porem ainda a mulheres atormentadas pelo medo de expressar sua opinião e busca por igualdade. Está extremamente rejeitada a hipótese de que o objetivo da mulher na sociedade e na participação política e econômica seja de tomar o lugar da figura masculina, mas sim se igualar a eles perante direitos e deveres.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 A MULHER E A CONTABILIDADE

Com maior participação da mulher no mercado alguns aspectos tiveram que ser analisados pelas autoridades, para que os direitos e deveres fossem os mesmo perante o trabalho, analisando o contexto não é o que realmente acontece muito se sabe que apesar das leis existe uma desigualdade de gênero, muito grande o que dificulta as mulheres a exercer cargos de liderança. No Brasil a lei que deu início ao amparo do ministério do trabalho através do decreto da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, criada em 1 de maio de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, sua principal função é regulamentar as relações trabalhistas, já teve várias alterações e até hoje é utilizada no mercado. (CLT, 1943)

Ao analisar a trajetória da mulher na contabilidade, nota-se que foi traçada por mudanças, onde esta profissão era vista de origem masculina, tendo a mulher que enfrentar várias barreiras para conseguir participar no mercado contábil, segundo Bordin e Londero 2006 afirmam que:

> [...] a participação da mulher no mercado de trabalho é cada vez maior e a classe contábil faz parte de todo esse desenvolvimento. Hoje, a mulher está adotando, cada vez mais, uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas também pelas exigências do mundo moderno, que obrigou os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem para uma parceria necessária e enriquecedora. (BORDIN E LONDERO, P. 116, 2006)

Estando a frente dos interesses da família a figura feminina passou a ter participação na economia na economia nacional no pais constitui sua participação na economia nacional onde "as mulheres vêm subindo em grandes corporações por causa da sua diversificação no grau de instrução" (BAYLAO, 2014 pg.6). Seguindo a linha de raciocínio do autor Baylao (2014, pg.7) que "o emprego da mulher vem aumentando mais do que do homem devido a uma formalização das relações de trabalho, a elevada taxa de desemprego e o crescimento do emprego sem carteira vem sendo uma diferenciação do emprego feminino".

A área de contabilidade se caracteriza pelas inúmeras opções de atuação onde segundo a autora Valentina (2021, pg.1) "dos 517.382 profissionais de contabilidade 42,79% são do sexo feminino e 57,20% do sexo feminino", tais dados comprovam o interesse feminino por tal área.

2.3 DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTADOR – CÓDIGO DE ÉTICA

A ética tem origem no grego, segundo Ferreira (2005, p. 383), a ética pode ser definida como "O estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal". Ou ainda, segundo o mesmo autor, um "Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano". Sua linha de estudo se deu por meio das ações humanas que identificam o certo e errado a partir de um conceito de comparação, que pode ser um código ou uma lei por exemplo. Quando o significado dessa palavra é analisado, sabe-se que surgirá um confronto

ISBN 978-65-5629-077-5

de ideias, pois cada pessoa a identifica de forma diferente, considerando que cada ser humano pensa e age acordo com os valores que foi ensinado e que os mesmos podem divergir, visto que se vive em mundo com diferentes etnias.

Nas organizações cada vez mais a ética profissional ganha espaço, fazendo com que a empresa se torne mais sólida e confiável no mercado, na contabilidade em 10 de outubro de 1996 foi criado o código de ética profissional do contador (CEPC). Segundo o Código de ética(1996) cujo objetivo era fixar a conduta do contador no desenvolvimento de sua atividade, referindo-se também aos assuntos relacionados à profissão, dispunha inda que o contador deve seguir com precisão as normas brasileiras de contabilidade, observando que a NBC 1/2019, foi alterada em alguns pontos pela evolução da tecnologia e também a legislação vigente no país, essas normas vinculam todos os profissionais da área contábil inclusive ao técnico com o intuito de que as funções sejam realizadas de forma ética na relações com seus colegas de trabalho ou com os usuários das informações.

O código de ética profissional traz alguns direitos e deveres que precisam ser observados, segundo o código de Ética do Contador de criado em 1950 são alguns dos deveres do contador, desenvolver a função ou atividade com zelo, honestidade, capacidade, sendo que quando não tiver a mesma, recusar a atividade proposta, manter sigilo sobre as informações que possui, caso desligado da função não omitir informações que possam prejudicar o colega contratado, cumprir todas as exigências de ética e normas, caso ocorra mudança de endereço é necessário informar o mais breve possível o CRC, minimizar conflitos de interesses entre partes, caso possuir algum impedimento para função precisa ser notificado ao CRC, realizar o processo de educação continuada sendo essencial, pois precisa estar sempre atento às mudanças; não assumir tarefas que causem prejuízo a profissão; ser cuidadoso para não prejudicar clientes por não realizar seu trabalho coerentemente, ou seja, sendo negligente e imprudente a profissão.(CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR , 1950)

Já como direito o contador pode transferir seu contrato a outro profissional sendo assinado pelo mesmo ou não, porém o contratante precisa estar ciente da troca, poderá publicar trabalhos científicos assinados em seu nome. O código também orienta sobre as penalidades previstas caso ocorra alguma categoria de infração vinda do contador, elas são aplicadas segundo a gravidade do caso, estas separadas por advertência reservada, censura reservada ou censura pública, caso ocorra uma penalidade injusta o contador poderá pedir a reabilitação junto ao conselho regional de contabilidade. Enfatizando que estas são apenas algumas das normas que o código de ética propõe.

Ao analisar o código de ética, percebe-se transparência, norteando o trabalho do contador, visando que ele esteja realizando suas atividades no mercado de forma efetiva, coerente e prudente, valorizando a profissão, utilizando a ética em favor da classe contábil. (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR, 1996)

2.4 HABILIDADES E ATITUDES DA MULHER NO TRABALHO

Algum ponto que levaram a mulher a ocupar um lugar no mercado de trabalho, foi o aumento de instrução ou conhecimento. Segundo o IBGE no ano de 2019, 19,4% das mulheres possuíam um grau de nível superior em e os homens 15,1%,

ISBN 978-65-5629-077-5

comprovando que a busca das mulheres pelo aperfeiçoamento deu vantagem sobre os homens na qualificação, a maternidade, no mesmo ano segundo o IBGE relata que as 67,2% mulheres que não possuem filhos até 3 anos ocupação, já as mulheres que possuem filhos são de 54,6% no mercado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística descrevem os dados analisando que as mulheres que não possuem filhos e tem um grau de instrução maior obtém mais facilidade de inserção ao mercado. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE, 2021)

Segundo Drucker (1996, pg167) "as mulheres são mais atentas e minuciosas no trabalho, induzindo a ter uma visão total e futura da organização, adicionando expectativa em relação ao futuro da empresa, sendo flexível também no processo de negociação, melhorando o ambiente de trabalho".

Reescrevendo as palavras do Autor Drucker (1996, pg 105) a participação feminina no mercado de trabalho ainda se depara com preconceitos e questionamentos sobre sua capacidade considerando a resistência da figura masculina perante as mulheres em cargos de liderança.

Levando em consideração o perfil de liderança feminino pode se afirmar que:

> São dotadas de humor e humildade, tratando com igualdade as pessoas nas organizações - sorrindo ao mesmo tempo, em que dão pontapés. São honestas em relação às suas próprias fraquezas e sinceras para melhorá-las. Possuem capacidade de respeitar seus adversários aprendendo com eles. São proativas, determinando uma meta clara para seu objetivo. (DRUCKER, 1996, p. 205)

Seguindo a mesma linha de raciocínio do autor as mulheres se destacam no mercado cada vez mais devido suas qualidades, diferentemente do homem, aprendeu a lidar com várias situações ao mesmo tempo tendo um olhar mais crítico e postura firme, preservando a leveza e doçura de suas atitudes.

2.5 MERCADO DE TRABALHO NA CONTABILIDADE.

A contabilidade nasceu com a necessidade dos registros numéricos, Segundo Sá (1997, p.20), "Admite-se, pois, que há cerca de 200 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva". Sendo que quase sem instrução já percebia a necessidade de controlar as atividades que eram realizadas para obter resultados.

A tecnologia sempre esteve me constante transformação juntamente com a sociedade como um todo impactando também na área contábil que precisou se posicionar no mercado com outra forma, deixando de ser um guarda livro, possuindo outro objetivo, onde além de apresentar uma divulgação das informações contábeis e financeiras que foram usadas, outra forma de divulgação são as situações econômicas destinadas aos usuários tanto da empresa como a terceiros (ARAUJO; ASSAF NETO, 2003).

Segundo Silva (2003) com todo este avanço a contabilidade ganhou várias ramificações, dentre elas: fiscal, tributária, gerencial, rural, governamental, cada uma atende ao usuário propiciando informações relevantes para tomada de decisão. Quando se fala em evolução da contabilidade certamente liga-se a profissão do contador, que também necessitou atualizar-se, acrescentando algumas habilidades

ISBN 978-65-5629-077-5

em seu currículo para desenvolver as funções, ser criativo, ser habilidoso nas negociações, passar o máximo de segurança para o cliente visto que está formalmente trabalhando com patrimônios, além de se capacitar em função das mudanças na legislação, evitando gerar danos e prejuízos aos usuários.

Uma observação sobre o contador segundo Silva (2003) é que o profissional contábil deve ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, tendo a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e prever eventos futuros, tornando-se peça chave da organização. Atualmente o contador e a contabilidade são essenciais na empresa, pois liga-se a todas as áreas, desde a administrativa até a fabricação, ligado a tomada de decisão que a alta gerência deve fazer com base em dados, para crescimento e estratégia da empresa.

O contador tem uma missão, segundo Santos (2008, p. 10):

> [...] o contador não deve perder da mente que a contabilidade não é para ele, é para o usuário. A contabilidade é a linguagem dos negócios e essa linguagem conta a história de cada empresa. Aperfeiçoar essa linguagem buscando aumentar seu poder de predição e de utilidade para o usuário é talvez a principal missão do contador. [...](SANTOS, 2008, p. 10)

Muito se fala que a profissão contábil irá acabar, com tanta tecnologia a mão obra contábil será trocada por máquinas, mas o auxílio da tecnologia trará benefícios para o contador visto que realizará suas atividades com muito mais rapidez e eficiência. (SANTOS, 2008). O papel do contador é analisar os dados e com esta ajuda tecnológica provavelmente ele terá um maior tempo de se dedicar a este fato e entregar mais do que foi solicitado pelos usuários (SOUZA, 2019).

Quando ressaltado a contabilidade 4.0, se torna uma polêmica devido às profissões, mas visto que os profissionais que se mantiveram no mercado estão cientes que precisaram se adaptar aos meios digitais e tecnológicos para desenvolver seus trabalhos, a tecnologia muda o papel de diversas profissões, inclusive a do contador, o termo contabilidade 4.0 está associado ao uso estratégico de novas tecnologias. Isso significa que o novo profissional deve assumir uma posição mais proativa, de consultoria e com foco no gerenciamento e tomada de decisões. Assim a palavra que simboliza o profissional do futuro é adaptação observando que o mercado contábil está em constante mudança e precisa de profissionais capacitados e atentos a mudanças tanto na legislação quanto na área tecnológica, as informações estão mais rápidas e ágeis resultantes das mudanças gerando preocupações na formação acadêmica dos profissionais de contabilidade, exigindo na formação pessoas capazes e disposta para abrir novos caminhos aceitando riscos na busca de mais evolução. (AICH, BORGHI E KANO, 2021).

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa precisa de procedimentos metodológicos, e segundo Beuren (2006, pg. 77) "os procedimentos metodológicos estão ligados a esboços/traços de extrema importância na pesquisa cientifica, que objetiva a busca das respostas dos problemas de estudos delimitados na pesquisa ou estudo". Seguindo ainda o pensamento de Beuren (2006) "Não há um tipo de delineamento particular para o

ISBN 978-65-5629-077-5

estudo de questões relacionadas a Contabilidade. No entanto, encontra-se tipos de pesquisas que mais se ajustem a investigação de problemas desta área do conhecimento". Dividiu-se tais procedimentos em Tipologias: dos objetivos, dos procedimentos e da abordagem do problema.

A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva. Para Beuren (2006, pg. 81) "pesquisa descritiva está entre a pesquisa exploratória e a explicativa, portanto o contexto descrever significa identificar, relatar, unir, comparar, entre outros". O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar a atuação das mulheres formadas pelo Centro Universitário UNIVEL de 2015 a 2020 no curso de Ciências Contábeis no mercado de trabalho de Cascavel e região. O corte será transversal, de maio a agosto de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Adotou-se o procedimento de levantamento, que segundo Gil (2018, p. 33), as pesquisas de levantamento, também denominadas *surveys*, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, são investigações em que o tipo de estudo é o descritivo e que consistem no conjunto de perguntas e respostas que visam à definição de dada população. Na pesquisa de levantamento, os dados podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população que se deseja conhecer (BEUREN, 2010, p. 85).

Os dados para o presente estudo foram coletados por meio de questionários, visando atingir a população do estudo, esse questionário foi aplicado par as alunas egressas do curso de Ciências Contábeis da Unível no período de 2015 a 2020, com a finalidade de diagnosticar a situação atual das mulheres já formadas no mercado de trabalho de Cascavel e região. A coleta dos dados ocorreu por meio das respostas de 52 alunas egressas do curso de ciências contábeis do Centro Universitário Unível, os questionários foram enviados via e-mail usando a plataforma *google forms*, o mesmo ficou disponível para possíveis respostas do dia 31 de agosto a 10 de setembro de 2021. Os dados de fonte primária foram coletados por meio de um questionário aos gestores, com 30 questões com escala avaliativa de concordância ou não, além da escala numérica de 1 a 10: os dados de fonte secundárias nos registros de livros, artigos, revistas de negócios e outros estudos sobre o tema.

A população da pesquisa formada pelas acadêmicas egressas do curso de ciências contábeis do Centro Universitário Unível localizada na cidade de Cascavel Paraná no período de 2015 a 2020. A abordagem foi quantitativa, utilizando gráficos e tabelas, além dos resultados limitarem-se as respostas obtidas das respondentes.

4 RESULTADOS

Os dados utilizados no presente estudo foram obtidos via questionário aplicado via *e-mail,* por meio da plataforma *google forms,* as egressas do curso de ciências contábeis da Univel do período de 2015 a 2020. O questionário foi 100% aplicado para mulheres egressas no curso de ciências contábeis da Unível.

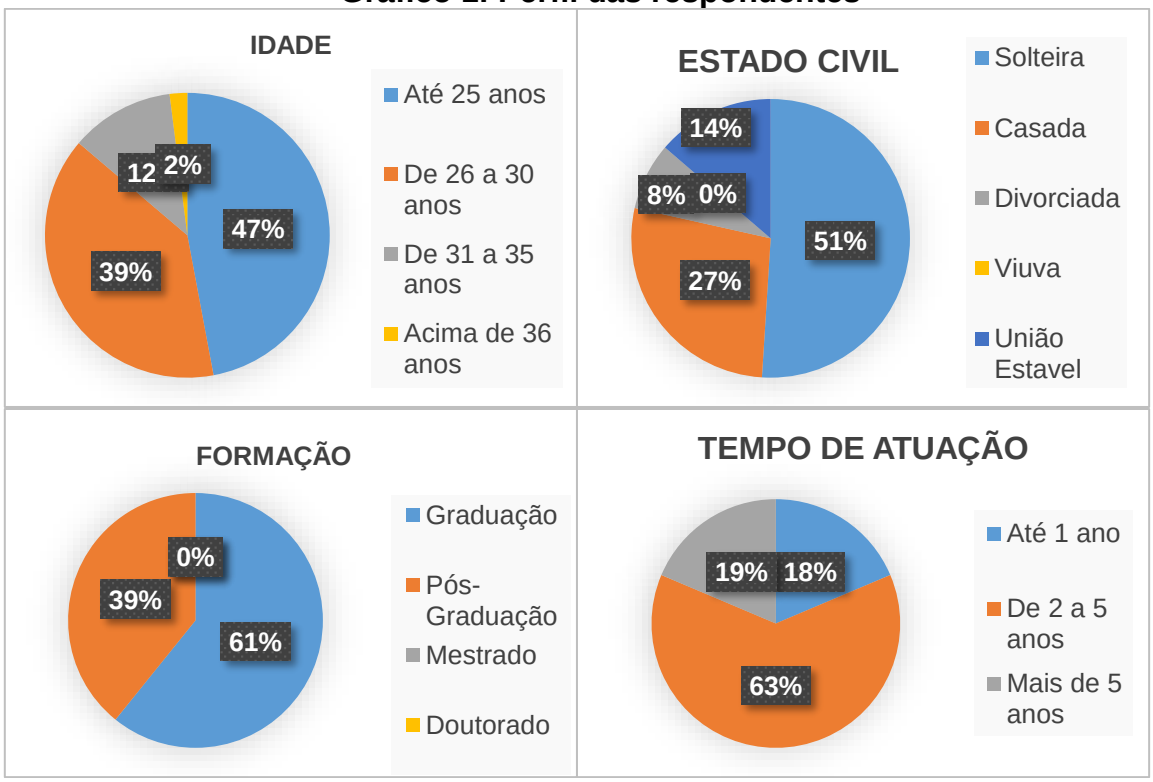
Buscando estabelecer o perfil das egressas respondentes, observou-se a área de atuação atual, sendo que 23,5% estão fora da área contábil; escrita contábil e outras áreas da contabilidade não citadas com 19,6%, a área de escrita fiscal com 13,7%, recursos humanos com 9,8%, gestão de empresas com 7,8%, e Consultoria com 3,9% e auditoria com 2%. Estão atuando na cidade de Cascavel 58,8% das

ISBN 978-65-5629-077-5

respondentes, seguidas pela atuação em outras cidades não mencionadas na pesquisa com 19,6%, Três Barras do Paraná com 17,6%, Catanduvas e Toledo/PR com 2% cada uma.

Demonstrando melhor o perfil das egressas foi destacou-se a pergunta sobre sua posição na empresa/ escritório onde trabalham, 94,1% das respondentes são empregadas/colaboradoras e 5,9% ocupam a posição de sócia ou proprietária da empresa. Outros dados que reforçam o perfil das respondentes constam do gráfico 1:

Gráfico 1: Perfil das respondentes



Fonte: Questionário Aplicado (2021)

Os dados que compõe o gráfico 1, notou-se que 47% enquadram-se na faixa etária de até 25 anos, 39% na faixa etária de 26 a 30 anos, representando a faixa etária de 31 a 35 anos 12% das respondentes e acima dos 35 anos 2%. Destacou-se com 51% solteiras, 27% são casadas e outros estados civis como divorciada com 8% e união estável com 14%. A formação acadêmica, graduadas em Ciências Contábeis 61%; 39% das egressas se dispuseram a cursar uma pós-graduação; O tempo de atuação na área de contabilidade ou outras áreas para 63% de dois a cinco anos; acima de 5 anos corresponde a 19% e com 18% com menos de 1 ano de atuação.

Todas as profissões precisam de atualização constante, para os contadores o CRC oferta o programa de informação continuada, composto por cursos, palestras, encontros, reuniões além das atualizações ofertadas pela iniciativa privada. Para as respondentes as atualizações acontecem por meio de cursos de pós-graduação com 56,9%, leitura de leis e normas com 52,9%, palestras com 43,1% de adesão, Cursos ofertados pelo CRC 27,5%, outras maneiras com 21,6%, Workshops com 19,6%, atualizações pelos sindicatos 11,8%. As egressas escolheram mais de uma opção

ISBN 978-65-5629-077-5

pois existem diversas formas de aquisição de conhecimento, considerando a necessidade constante de atualização das informações para o exercício profissional.

Apresentou-se um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para as respondentes com relação a atuação feminina no exercício da profissão com opção de mais de uma opção e com 78,45% serem multitarefas, autocontrole entra a vida profissional e pessoal com 60,8%, a atitude com 51%, liderança com 49%, capaz de elaborar planos eficazes com 39,2%, comunicação aguçada com 35,3% de adesão pelas egressas pesquisada.

Ao entrar no mercado de trabalho, as mulheres precisaram se adaptar as diversidades encontradas nas organizações, como dividir o espaço de trabalho com homens. As respondentes indicaram que 52,9% delas dividem seu local de trabalho com outras mulheres o que traz um impacto positivo demonstrando a presença das mulheres no mercado de trabalho, 27,5% dividem seu local de trabalho com a maioria masculina e 19,6% dizem trabalhar em um ambiente equilibrado com mesma quantidade de homens e mulheres.

Para Mendes (2021, pg.15) as mulheres vêm ganhando espaço e conquistando cargos de liderança mostrando seu se poder e eficiência, visando este ponto para as respondentes 64,7% ainda não possuem cargos de liderança ou gestão e 35,3% possuem cargos de liderança em seu trabalho, indicando que ainda existe campo e mercado de trabalho a serem conquistados e ocupados pela presença feminina no mundo da contabilidade.

Quando se referimos ao gestor ou superior atual imediato dentro das organizações 54% das respondentes são chefiadas por homens e 46% por mulheres, corroborando a questão anterior de que as mulheres ainda não são a maioria nos cargos de gestoras, embora sejam maioria no nos escritórios e na população mundial. A preferência por trabalhar com homens ou mulheres para 76,5% das respondentes é indiferente o sexo biológico ou expressão de gênero de seus colegas de trabalho, e dividiu-se em 11,8% a preferência por dividirem o espaço de trabalho com homens ou mulheres. Embora o espaço seja sempre dividido com maiores ou menores proporções ainda persistem a falta de reconhecimento ao trabalho feminino na esfera contábil de acordo com 57% das respondentes e 43% isso ocorre com menor frequência, mas acontece.

A área contábil requer um profissional cada vez mais preparado para atuar e desenvolver sua função, ao concluir a graduação 37,3% das respondentes afirmaram estarem preparadas para assumir cargos no mercado de trabalho, 35,3% razoavelmente preparadas para a imersão no mercado de trabalho, 19,6 se consideram pouco preparadas e 7,8% afirmaram estarem bem preparadas para assumir as demandas que a profissão exige.

Com relação a formação acadêmica as respondentes consideraram os conteúdos, matérias e métodos utilizados na instituição de ensino durante sua graduação como bom em 45,1%, 25,5% avaliaram como sendo muito bom e 25,5% excelente e regular com 3,9% das respostas.

Elencou-se algumas frases e afirmações em relação a percepção do mercado de trabalho para profissionais da área de contabilidade, e as indicações das respondentes constam da tabela 1, onde CP – concordo parcialmente, CT – Concordo totalmente, DP – Discordo parcialmente e DT – discordo totalmente.

Tabela 1: Percepções sobre mercados de trabalho dos contadores

ISBN 978-65-5629-077-5

	CP	CT	DP	D T
Ao concluir um curso de ciências contábeis a mulher possui a mesma capacidade e competência para inserção no mercado de trabalho que o homem	17,60 %	**76,50 %**	3,90%	2,00%
Minhas expectativas quando estava graduando foram concretizadas no exercício da profissão.	**54,00 %**	22,00 %	20,00%	4,00%
Sabe-se que a área contábil sempre foi dominada por homens, quando decidi ingressar na área passei por situações preconceituosos por ser mulher	23,50 %	9,80%	23,50%	**43,20 %**
Existe um piso salarial para o exercício da profissão contábil, este valor atende minhas expectativas financeiras.	**47,10 %**	3,90%	33,30%	15,70 %
A evolução feminina na área contábil tem sido de grande valia, a cada dia novas conquistas estão surgindo. Apesar das grandes conquistas e avanços, a área ainda está com predominância da figura masculina, partindo desde pressuposto as mulheres enfrentam grandes dificuldades ao ingressar no mercado de trabalho como profissional de contabilidade.	**49,00 %**	13,70 %	23,50%	13,80 %
Existe uma grande luta para garantir a igualdade dos cargos e salários entre homens e mulheres que exercem a profissão contábil.	**39,20 %**	35,30 %	17,60%	7,90%
As mulheres profissionais de contabilidade enfrentam desafios diferentes dos colegas do sexo masculino no mesmo nível de cargo.	**43,10 %**	21,60 %	19,60%	15,70 %
A entrada da figura feminina no mercado de trabalho iniciou a partir da necessidade de se colocar no lugar do companheiro para trazer o sustendo da família quando os mesmos estavam servindo na guerra onde muitos não voltavam com vida e quando voltavam com vida na maioria das vezes impossibilitados de trabalhar e consequentemente trazer o sustento da família.	**56,90 %**	25,50 %	25,50%	3,90%
Referente ao processo de aprendizado desenvolvido na graduação, qual o seu nível de preparação para o mercado de trabalho após concluir o curso:	**37,30 %**	19,60 %	35,30%	7,80%

Fonte: questionário aplicado (2021)

Com o conhecimento adquirido na graduação e no que tange a capacidade e competência de desenvolver suas funções e pela diversidade do mercado de trabalho os homens e mulheres são capazes de apresentar o mesmo desempenho,

ISBN 978-65-5629-077-5

de acordo com os respondentes 76,5% concordam com a ideia de ambos possuírem a mesma capacidade já para 17,60% essa concordância é parcial e para 3,90% houve discordância na igualdade do desempenho, dessa forma tanto homens quanto mulheres ao sair da graduação possuem o mesmo nível de capacidade e conhecimento para o exercício da profissão.

No desenvolver da graduação muitas são as expectativas com relação à profissão e a área contábil, visto que quando se fala de teoria e prática, existe uma grande diferença entre elas, podendo assim causar um desapontamento profissional. As respostas permitiram analisar que 54% concordam parcialmente com a concretização de suas expectativas, 22% concordam totalmente, 20% discordam parcialmente, e 4% discordam totalmente, concluindo que a maioria das entrevistadas tiveram suas expectativas atendidas.

Para Baylao (2014) A inserção das mulheres no mercado de trabalho onde até então era dominada por homens a figura feminina sofreram vários preconceitos e descriminação, voltando-se para as egressas do Curso de Ciências contábeis da Unível 43% informam que não sofreram discriminações, já para 23,5% houveram algum tipo de preconceito, e para 9,80% essas situações ocorreram com mais assiduidade. A presença feminina no mercado contábil vem sendo aceita pela sociedade de forma relativa, onde algumas mulheres ainda se sentem desconfortáveis ou sofreram alguma forma de preconceito no local de trabalho.

No que se refere ao salário na profissão contábil, existe um piso salarial, as respondentes estão satisfeitas com o salário recebido conforme 47,10% para outras 49% não estão que o salário seja compatível com a expectativa financeira, 33,30% discordam parcialmente, 15,70% discordam totalmente e 3,90%concordam totalmente, portanto podemos observar que as mesmas, não concordam totalmente que recebem um salário que superem suas expectativas.

As mulheres já passaram por alguns obstáculos para se inserir no mercado de trabalho, e também na área contábil, segundo a percepção das contadoras ao ingressar na contabilidade, 49% concordaram parcialmente que tiveram dificuldade de inserção, 23,50% discorda parcialmente, 13,70% concorda totalmente e 13,80% discorda totalmente, concluindo assim que ainda que existem dificuldade para atuar no mercado contábil.

Siqueira(2017) destaca que a mulher enfrenta a desigualdade de salários e oportunidades profissionais, passando por diversas provações e obstáculos pelo simples fato de ser mulher além de outras provações num cenário dominado por homens, visando um assunto que sempre foi alvo de debates, para 39,20% das respondentes concordam parcialmente que exista essa diferença, 35,20% concordam totalmente, onde existe sim diferença, 17,60% discorda parcialmente e 7,90% discorda totalmente, portanto a maioria das mulheres afirmaram que existe essa desigualdade salarial na área contábil.

Entanto, ao comparar cargos dos mesmos níveis hierárquico onde homens e mulheres exercem a mesma função, os desafios são maiores para as mulheres, por serem de sexos opostos, 39,20% concordam parcialmente, 35,20% concordam totalmente, 19,60% discordam parcialmente e 15,70% discordam totalmente, notou-se que a maioria das respondentes concordou que existe uma cobrança maior pelo fato de serem do sexo feminino.

ISBN 978-65-5629-077-5

A área contábil vem passando por avanços, é a profissional precisa estar cada vez mais preparada para atuar e desenvolver sua função, quando indagado sobre a preparação para o mercado de trabalho na contabilidade 37,30% concordam parcialmente, 35,30% discordam parcialmente, 19,60% concordam plenamente e 7,80% discordam plenamente, portanto a grande maioria concorda parcialmente que estão preparadas para os desafios do mercado de trabalho no qual estão inseridas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução feminina no mercado de trabalho teve grandes avanços ao longo dos anos, a vontade de estar engajada em uma profissão onde seja reconhecida veio da necessidade confirmar que as mulheres podem assumir qualquer posição na sociedade. O levantamento permitiu atingir os objetivos e responder a respectiva pergunta problema, apesar de não alcançar todas as egressas conseguiu-se a amostra confiável para determinar a realidade de atuação no mercado de trabalho nas diversas áreas da contabilidade.

A maioria das mulheres egressas de ciências contábeis está empregada na área, com relação os cargos de liderança ainda são ocupados por homens. Após a graduação, as atualizações ocorrem por meio de pós-graduações, palestras, estudos de leis e normas e cursos ofertados na grande maioria pelo CRC.

Com relação as habilidades, conhecimentos e atitudes observadas no mundo contábil, destacou-se a competência em conciliar a vida profissional com sua vida pessoal. Seu local se trabalho está cada vez mais sob o domínio feminino alcançando o mais alto índice de porcentagem a convivência com mais colegas de trabalho do sexo feminino, aumentando o grau de autoconfiança, indicando que as mulheres se encontram preparadas após sua formação para imersão no mercado. Os resultados apontaram que ainda existe um campo grande a ser conquistado pelas mulheres na área contábil abrindo temas para novos trabalhos científicos não somente na área contábil, visando a importâncias do papel da mulher no mercado de trabalho e as conquistas ao longo da história e deixando novos caminhos para gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AICH, BORGHI E KANO, Mariana Cristovao, Ana Paula Rolim e Thais Yumi**. Perfil da Mulher na área contábil: comparativo entre os profissionais que atuam nas empresas de serviços contábeis em Maringá.** Disponível em: < file:///D:/!!!backup!!!/Downloads/1288-5583-1-PB.pdf > acesso em 6 de maio de 2021 as 23:46

BAYLAO, Andre Luiz da Silva. A **Inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro.** XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - 2014. Disponível em https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf> acesso em 17 de maio de 2021 as 00:00

BEURER, Ilse Maria et al. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Editora Atlas – 3ª edição – publicado em 2006

ISBN 978-65-5629-077-5

CAMARGO, Orson. **"A mulher e o mercado de trabalho"**; *Brasil Escola*. Disponível em:https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm. Acesso em 17 de abril de 2021.

CARNEIRO E SARAIVA, Lucianne e Alessandra. **IBGE: mulheres tem mais acesso ao ensino superior, mais ainda são minoria em áreas como engenharia e TI.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como engenharia-e-ti.ghtml > acesso em 16 de maio de 2021 as 14:10.

Ciências Contábeis. **Como surgiu a Contabilidade?** Disponível em: <https://www.cienciascontabeis.com.br/como-surgiu-contabilidade/> acesso em 16 de maio de 2021 as 15:00

Código de Ética do Profissional Contador CEPC. Norma brasileira de Contabilidade NBC Nº 1 DE 07.02.2019 - DOU 14.02.2019. Disponível em:<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm> acesso em 13 de maio de 2021 as 12:40.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. Dados. Disponível em: <https://www3.crcpr.org.br/crcpr/portal/quantos-somos.php> Acesso em: 01 abr.2021 as 19:10

Conceitos de ética no cenário contemporâneo: análise das concepções de ética de empregados em uma multinacional. Monografia (trabalho de conclusão de curso). Disponível em:<http://legado.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/9/erica.pdf> acesso em 16de maio de 2021 as 13:32

DRUCKER, Peter. **O líder do futuro**. São Paulo: Editora Futura, 1996.

FERRARI, Giovanni. **A evolução das práticas contábeis e os impactos das tecnologias digitais: uma análise ao longo da história do Brasil.** Universidades de Caxias do Sul - Área de conhecimento de ciências sociais do curso de ciências contábeis. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5615/TCC%20Giovanni%20Ferrari.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 16 de maio de 2021 as 17: 46

FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. **A importância contador nas organizações.** Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32720337.pdf> acesso em 16 de maio de 2021 as 16:40

IBGE: estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Agencia Brasil. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalho.htm#:~:text=Entre%20os%20homens%2C%20esse%20%C3%ADndice,ligeiramente%20inferior%20ao%20dos%20homens>. Acesso em 13 de maio de 2021 as 15:57

JORNAL CFC – Brasília –DF de janeiro/ fevereiro de 2006. **Informativo do Conselho Federal de Contabilidade.** Disponível em: < https://cfc.org.br//wp-content/uploads/2016/02/Jornalcfc80.pdf> Acesso em 16 de maio de 2021 as 23:15

LUZ, Gabriela de Almeida Ribeiro. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/a-evolucao-mulher-no-mercado-trabalho.htm. Acesso em: 9 de maio de 2021 as 16:18.

MAUSS, Cézar Volnei et al**. A evolução da contabilidade e seus objetivos.** Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf> acesso em 16 de maio de 2021

MENDES, Tamires de Oliveira. **Liderança Feminina: a evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em:< https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/3658> Acesso em 16 de outubro de 2021

MOLTER, Lorena. **Lugar de mulher é na contabilidade.** Disponível em: <https://www.contadores.cnt.br/noticias/tecnicas/2020/03/09/lugar-de-mulher-e-na-contabilidade.html>. Acesso em:29 mar.2021 as 21:35

MOURA, Giovana Cristina de. **A evolução histórica da mulher e sua ascensão no ambiente laboral: uma abordagem das inúmeras conquistas femininas e sua rotina no ambiente de trabalho.** Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/A_Evolu%C3%A7%C3%A3o_Hist%C3%B3rica_Da_Mulher_E_A_Su/AOlxDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1 > Acesso em 16 de maio de 2021 as 22:37

NOGUEIRA, David Antônio. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Assis 2010. Monografia (graduação). Fundação educacional no Município de Assis. Disponível em:< https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911301355.pdf>- Acesso em: 07 maio de 2021 as 23:33

OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do Capital: limites, contradições e avanços.** UFRN - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Campus Universitário, Av. Senador Salgado Filho, 300 - Lagoa Nova- Natal - Rio Grande do Norte. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Frk%2Fa%2FHqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP%2F%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&clen=45322&chunk=true> Acesso em: 06 de outubro de 2021 as 01:25

ISBN 978-65-5629-077-5

PORFÍRIO, Francisco. **Diferença entre Ética e moral.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/diferenca-entre-etica-moral.htm > acesso em: 13 de maio de 2021 as 11:51

REIS, Patrícia Nunes Costa et al. **A participação na Gestão empresarial no seculo XXI: um estudo de caso na Magazine Luiza.** Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/9418323.pdf> Acesso em 13 de maio de 2021 as 23:44

SANTOS, Thiago Soares dos. **Ética contábil.** Disponível m:<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/administracao/etica-contabil.htm> acesso em 13 de maio de 2021 as 11:42.

SILVA, Celia Regina Ramos da et al. **Liderança Feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras.** REGS - Educação, Gestão e Sociedade. Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509163857.pdf> acesso em 16 de maio de 2021 as 13:34

SILVA, Bruno Adrian Carneiro da. P**rofissão contábil: estudo das características e sua evolução no Brasil.** Disponível em:<http://www.manoel.pro.br/ProfissaoContabil-I-3e4.pdf> acesso em 16 de maio de 2021 as 16:30

SILVEIRA, Daniel. **Participação da mulher no mercado de trabalho tem 5º ano de alta, mas remuneração segue menor que dos homens, diz IBGE.** Jornal G1 - Globo - Rio de Janeiro. Disponível em:< https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-tem-5o-ano-de-alta-mas-remuneracao-segue-menor-que-dos-homens-diz-ibge.ghtml> acesso em 13 de maio de 2021 as 16:04

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. **Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero a luta pela Igualdade.** Revista Direito em Debate - Disponível em:< https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate> Acesso em 02 de novembro de 2021 as 00:06

SOUZA E SANTOS, Elisangela Santos e Silvania Pereira dos. **Mulheres no mercado de trabalho: um estudo com estudantes universitários do curso de administração de uma faculdade particular de São Paulo (SP).** Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174739.pdf> acesso em 16 de maio de 2021 as 14:43.

SOUZA, Simarli Pereira de. **O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era.** Disponível em:**<**https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigosimarlisouzapdfcorreto.pdf >acesso em 16 de maio de 2021 as 14:54.

ISBN 978-65-5629-077-5

TONETTO, Patrícia Tramontin. **Z.** Criciúma:2012. Monografia (graduação). Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC

VALENTINA, Jose Donizete. **A participação da mulher na contabilidade.** Disponível em: < https://www.contabilidadenatv.com.br/2021/03/a-participacao-da-mulher-na-contabilidade/> acesso em 17 de maio de 2021 as 00:22

ZABOTTI, Evellyn Danielly. **Gênero e Contabilidade no Brasil: Qual é o saldo Conta?** Cascavel:2017. Monografia (pós-graduação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro de Ciências Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Disponível em:< http://tede.unioeste.br/handle/tede/3506>

ZANLUCA, Júlio César. **A consolidação das leis do trabalho -CLT.** Disponível em:<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm#:~:text=A%20 CLT%20 surgiu% 20 pelo%20 Decreto,coletivas%20do%20trabalho%2C%20 nela%20 previstas> Acesso em: 9 de maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES: UM ESTUDO SOBRE AS EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DE CONTABILIDADE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR

Leilani Bandeira Martins[1]
Sirlene Bez[2]
José Roberto Domingues da Silva[3]

Resumo: Este estudo investigou quais conhecimentos, habilidades e atitudes os profissionais da contabilidade devem apresentar para uma atuação adequada no mercado de trabalho, na percepção dos acadêmicos do curso de ciências contábeis do 2º e 8º períodos de 2021. O estudo foi de caráter descritivo por meio de levantamento de dados e abordagem quantitativa, com corte transversal no mês de agosto de 2021, sem considerar a evolução de dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi questionário aplicado presencialmente, composto de 11 questões divididas em perfil dos respondentes e questões específicas acerca do curso de Contábeis; nas questões específicas foram abordados conhecimentos, habilidades e atitudes que podem ser considerados relevantes para a atuação do contador, sendo respondidas de forma objetivas com escalas avaliativas de relevância, em uma tabela foram expostas palavras relacionadas ao conhecimento, habilidade e atitudes que foram consideradas essenciais, as respostas se deram conforme a interpretação individual. A população pesquisada foi: acadêmicos do segundo e oitavo período do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL, do ano de 2021. Os resultados apontaram que a atratividade pelo curso está relacionada às amplas áreas de atuação do profissional, sendo que em ambos os períodos apresentaram equilíbrio em suas percepções referente ao CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes).

Palavras-chave: Competência. Identificação. Expectativas.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, o perfil do profissional contábil mudou significativamente, Segundo Lopes (2011), "antigamente visto como guarda livros com trabalho repetitivo e com simples especialização e pouco conhecimento científico, tornou-se um profissional indispensável em qual seja o ramo do mercado de trabalho." Com o crescimento do mercado e da economia, assume o papel de contador, sendo preciso nas tomadas de decisões juntamente com os gestores e fielmente cumpridor das exigências fiscais.

Outro fator que influenciou na mudança do perfil do contador, conforme cita Souza (1999), "foram os avanços tecnológicos, sendo necessário os profissionais contábeis se adequarem para mercado de trabalho, cada vez mais competitivo". Para

[1] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Cascavel-PR (2021).
[2] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Cascavel-PR (2021).
[3] Professor Orientador do curso de ciências contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração PUC-PR (2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

o contador é essencial absorver conhecimento de várias áreas, para estudar seu público e assim melhor atendê-los com as necessidades de cada um.

Sendo assim é fundamental que o profissional desenvolva habilidades, atitudes e o obtenha conhecimentos, Nader (2020) destaca, que no decorrer de sua carreira o profissional contábil obtenha um conhecimento que vai além de saber usar e interpretar planilhas de informações sendo considerado um profissional muito requisitado no mercado, pois é o "médico do patrimônio", deve compreender as entrelinhas dos dados contábeis para uma ação estratégica, transformando-se em uma peça fundamental nos processos de tomadas de decisões.

A área do profissional contábil é bastante abrangente e cada vez mais se torna mais competitiva, sendo assim é fundamental os profissionais trabalharem em um diferencial para atrair e manter seus clientes, desenvolver habilidades, atitudes e competências, ou seja, agregar valor no que faz, desta forma o estudo vinculou- se a contabilidade geral.

Devido às constantes mudanças que ocorrem na área contábil, tanto como normas, leis, procedimentos e mudanças tecnológicas é fundamental que o mesmo busque constantemente se manter atualizado, mas muitas vezes podem ocorrer dificuldades para acompanhar o ritmo da evolução que o profissional da contabilidade vem passando. Contudo o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, ou seja, os profissionais que conseguem desenvolver um diferencial competitivo, não somente prestar um serviço simples, mas um serviço completo que atenda às necessidades de seus clientes, podendo ser uma maneira de estar à frente da concorrência.

Nesse sentido o estudo buscou responder a seguinte questão: Quais conhecimentos, habilidades e atitudes os profissionais da contabilidade devem apresentar para uma boa atuação no mercado de trabalho, na percepção dos acadêmicos do curso de ciências contábeis do 2º e 8º períodos de 2021?

A pesquisa teve como objetivo identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes que os profissionais da contabilidade devem apresentar para uma boa atuação no mercado de trabalho, na percepção dos acadêmicos do curso de ciências contábeis do 2º e 8º períodos de 2021.

Tendo como justificativa o auxílio no desenvolvimento do interesse dos acadêmicos, futuros profissionais contábeis em melhorar seus conhecimentos, habilidades e atitudes para assim conquistar o mercado de trabalho, sendo relevante evidenciar este tema de forma que possa agregar valor na profissão, correspondendo às necessidades do mercado. Em relação à sociedade a pesquisa demostra quais são as habilidades, competências e atitudes que o profissional desenvolve para obter um bom desempenho profissional, pois o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e desta forma os acadêmicos tem mais material para se embasar, considerando que este tema já foi abordado em outros trabalhos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apresenta-se nessa seção a fundamentação teórica que serviu de base para o tema pesquisado. Inicialmente abordou-se: O novo perfil do Contador; Exigências da profissão de Contador; Conhecimentos, Habilidades e atitudes do contador.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 O NOVO PERFIL DO CONTADOR

A figura que se tinha do contador de ser um guarda livros foi alterada e segundo Kounrouzan (2021), "a profissão do contador entrou em uma nova era, mais informatizada, dinâmica, inovadora e exigente, sendo responsabilidade do contador de se adequar ao novo perfil exigido pelo mercado", de forma que possa atender aos vários tipos de usuários da contabilidade.

Conforme Feliciano e Lourenço (2019), "as inovações tecnológicas têm contribuído para transformar a imagem e a atuação do contador, passando a ser exigido um profissional mais estratégico no mundo dos negócios", dessa forma possa auxiliar na tomada de decisões, o contador se tornou fundamental para a gestão das organizações e o grande desafio é se adequar a esse novo perfil. Para Breda (2019), "o profissional contábil se aproxima do nível estratégico nas organizações e se distancia um pouco do nível operacional".

Diante disto, "o aperfeiçoamento intelectual e a atualização constante são indispensável em qualquer profissão, dada a velocidade com que as mudanças se processam" (BREDA, 2019). Desta maneira o profissional precisa ser flexível às inovações, pois a consequência de não entrar no ritmo do aperfeiçoamento será ficar desatualizado e possivelmente fora do mercado de trabalho (FELICIANO e LOURENÇO, 2019).

O contabilista precisa-se adaptar às mudanças exigidas para o novo perfil, de acordo com Brenda (2019) "maior qualificação técnica, visão de negócios e habilidades analíticas e de comunicação estão entre os requisitos essenciais exigidos pelo mercado".

Em virtude da globalização a separação das profissões deixou de existir, tornando o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o novo perfil do profissional contábil passou exigir novas características, sendo relevante o profissional não somente adquirir conhecimentos de áreas específicas da sua atuação, mas também de áreas relacionadas com a contabilidade, como administração, economia, telecomunicações, direito e entre outras áreas. De forma que possa ser realizado um serviço que atenda as necessidades das organizações e agregue valor no seu trabalho (MACIEL e TAVEIRA, 2011).

A preocupação dos profissionais da contabilidade em fornecer informações de qualidade, tem levado a buscar constantemente aperfeiçoamento nos processos e mecanismos que são apresentados atualmente de forma complexa, gerando competitividade entre os contadores (SOUZA, 2013). Segundo Rigoni (2017), "a atualização contínua se tornou uma exigência do mercado atual, em virtude da quantidade de informações que é possível de se ter com apenas uns cliques", no entanto é preciso saber analisá-las e interpretá-las para que possam ser utilizadas da melhor maneira possível. Deste modo "a informação contábil, precisa ser oportuna, representar a realidade e ser relevante" (HOLANDA e NOSSA, 2020, p. 7).

Desta maneira a procura por profissionais qualificados e com perfil que atenda as expectativas no mundo dos negócios está cada vez mais exigente, sendo relevante o profissional conhecer as normas contábeis e trabalhar sempre com ética (ALMEIDA, 2018).

ISBN 978-65-5629-077-5

Em relação a valorização da classe Lima (2013) destaca que em virtude do papel fundamental que o profissional exerce nas empresas, a procura por contadores capacitados que atendam às necessidades de seus clientes está cada vez maior, nesse contexto os profissional aos poucos estão reconhecendo que a valorização da classe está aumentando.

2.2 EXIGÊNCIAS DA PROFISSÃO DE CONTADOR

O profissional contábil deve exercer o seu trabalho com responsabilidade e ética, pelo motivo de possuir informações relevantes de seus clientes, sendo a ética indispensável ao profissional. O contador deve seguir o Código de Ética editado pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), nesse sentido a ética está relacionada à conduta do profissional, princípios morais e sociais que o mesmo cultiva (RODRIGUES, 2009).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, aprovada em Plenário algumas Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), como os principais deveres do Contador vem ser a honestidade, capacidade técnica, exercer a profissão com zelo, estar atento a legislação vigente, principalmente os princípios de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, guardar todo sigilo profissional, sempre antes de emitir sua opinião estar ciente das circunstâncias sobre qualquer caso. Nesse contexto, manifestar em qualquer momento a existência de impedimento para exercer a função, caso ocorra em algum momento um substituto o mesmo deve informar sobre os fatos que poderá chegar ao conhecimento do mesmo, para assim conscientizar para o bom desempenho. Todavia estar cumprindo os programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecida pelo CFC, e comunicar caso ocorra mudança de seu domicílio ou endereço tanto pessoal quanto da organização contábil da sua responsabilidade.

Seguindo com o Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, ao desempenhar sua função é vedado ao contador assumir serviços indiretamente ou diretamente que prejudica a moralidade ou desprestigia a classe contábil, assinar qualquer documento ou demonstrações contábeis, sem revisão, supervisão e correção que seja elaborado por terceiros, solicitar ou receber de cliente ou empregador qualquer vantagem para aplicação ilícita, prejudicar interesses confiado a sua responsabilidade, recusar a prestar contas que forem comprovadamente confiadas, entre outras vedações.

Ainda sobre o Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, traz que o contador pode publicar trabalhos, tanto científico como técnico assinado e sob responsabilidade própria, transferir total ou parcial contrato de prestação de serviço a seu cargo para outro profissional, com a anuência do cliente e sempre por escrito, o contador ainda pode apresentar seu trabalho realizado por meios de comunicação, sempre que autorizado por estes.

O mercado tornou-se mais competitivo nesse contexto Rodrigues (2009, p. 26) destaca que "O mundo atual exige do profissional qualidade dos serviços prestados, muita competência e profissionalismo, no contexto de mudanças e transformações [...]." A seguir são apresentadas algumas características exigidas do profissional contábil atualmente.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro 1 - Características exigidas do contador

Manter-se atualizado	O profissional deve ser flexível e estar atento às mudanças que ocorrem constantemente.
Entender as necessidades do cliente	Cada cliente tem a sua particularidade, nesse sentido é responsabilidade do profissional atender a suas expectativas.
Proativo, dinâmico e estratégico.	Enfrentar problemas e propor soluções.
Perfil analítico	Analisar o que é relevante para o negócio.

Fonte: Jornal Contábil (2019).

Ainda Rodrigues (2009) salienta que na situação atual de competitividade no mercado de trabalho e quanto maior for o preparo profissional, maior poderá ser a valorização e reconhecimento perante a sociedade.

No contexto econômico que o mercado vem crescendo e desenvolvendo, os profissionais são vistos pelos seus usuários como principal fonte para proporcionar informações confiáveis e úteis para as tomadas de decisões (PESSOA, 2014).

2.3 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DO CONTADOR

O Conselho Nacional de Educação estabelece diretrizes curriculares para o curso de ciências contábeis, conforme a resolução CNE/CSE - 10/2004, tratando do perfil desejado do futuro profissional e o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes (ANTONOVZ *et. al*, 2011).

Em um estudo realizado por Pessoa (2014) foi observado que as habilidades e competências são condições indispensáveis para o profissional contábil, sendo eles adquiridos desde o início do curso de ciências contábeis, técnico ou superior. Esse profissional deve desenvolver competências e habilidades para estar apto a empreender, gerenciar e propor estratégias aos seus clientes e/ou usuários.

Segundo Ferreira (2003) no ambiente que nos encontramos com mudanças, informação é fundamental e a oportunidade de poder demostrar que não é só de quantidade e de abrangência de informação que vivem as organizações, entretanto é muito mais importante é a qualidade da informação, e não se trata apenas de poder de processamento e sofisticação de *software* e *hardware* e sim se trata de uma questão de inteligência, ou seja, da habilidade para transformar a imensa massa de dados operacionais que correm nas empresa no dia-a-dia em informações consistentes que agreguem valor ao negócio.

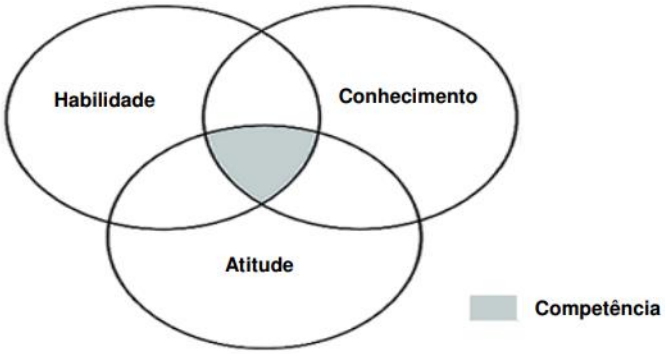
Pode-se considerar que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes do profissional contábil vêm sendo alterados devido a evolução do ambiente de negócios/mercado de trabalho e com isso observa-se que as características consideradas relevantes têm em comum o fato de que estão completamente relacionadas às expectativas de que o contador esteja apto às necessidades que o

ISBN 978-65-5629-077-5

próprio mercado de trabalho exige, comunicando suas ideias e interagindo com as demais áreas de negócios, não apenas encontrando erros e problemas, mas contribuindo para a sua devida solução (DAMACENA, OTT, PIRES, 2009).

Ramirez (2003) descreve que para fazer, ser e agir de modo que seja correto e necessário, precisando dominar certas técnicas em vários ambientes, buscando aprendizagem e treinamento para assim ser competente, e querendo ser competente logo se valoriza. O resultado do entrelaçamento das habilidades, conhecimento e atitudes, que gera a competência podendo ser exemplificado na figura 01.

Figura 01- Interação de Competência e Habilidade



Fonte**:** Ramirez, 2003

Segundo Junior (2013) pode-se definir competência como um conjunto que compreende conhecimentos, habilidades e atitudes, que se adapta a cada situação, assim o conhecimento é "saber", a habilidade compreende o "saber fazer", e a atitude é o "saber ser". Nesse contexto, Maia (2002, p.95) define competência como "a capacidade para julgar ou para executar; aptidão".

A contabilidade vai além de cálculos de impostos e da elaboração de demonstrações contábeis, é uma profissão extremamente completa, que executa vários papéis para o desempenho da empresa em processos decisórios e de desenvolvimento em plano de negócios e administrando os controles interno, assim construindo um rico conjunto de conhecimento (CUNHA, 2012).

Ainda sobre Cunha (2012) o autor destaca que é pertinente o contador possuir um perfil humanístico, compreendendo o ambiente onde vive, tanto na perspectiva política, cultural, econômica, de um meio social diversificado, porém que depende um do outro, obtendo uma formação profissional de desenvolvimento de habilidades e competências para analisar e fazer transformações. Nesse contexto Duarte (2009) destaca que para o profissional obter sucesso é relevante desenvolver habilidades de analise, comunicação interpessoal e habilidades envolvendo a tecnologia, visto que poderá ser sua grande aliada na rotina do dia a dia.

Segundo estudo feito por Pagnoncelli (2016), o mercado em geral valoriza o profissional contábil nas perspectivas de habilidades técnicas e tem uma imagem do contador como amigável, que gosta do que produz, e que sempre está em buscando o seu melhor e assim compreende que o profissional precisa evoluir com novos conhecimentos para garantir atendimento de qualidade e competência ao seu público, satisfazendo assim as necessidades do mercado que se encontra.

3 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

A pesquisa foi de caráter descritivo, e segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever características de determinada população ou estabelecer relações entre variáveis, proporcionando novas visões de realidades já conhecidas. Para Beuren (2006, p. 81) "[...] descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos". No entanto Triviños (1987) complementa que o pesquisador precisa ter informações relevantes sobre o que deseja pesquisar, pois o estudo pretende descrever os fatos ou fenômenos o mais próximo da realidade. Nesse contexto o estudo teve a finalidade de avaliar a percepção dos acadêmicos com relação aos conhecimentos, habilidade e atitudes relevantes para uma boa atuação no mercado de trabalho.

O procedimento adotado na pesquisa foi o levantamento, e segundo Gil (2002) levantamento é um tipo de pesquisa que se realiza para obtenção de dados ou informações de determinada população ou amostra, caracterizada pela interrogação direta das pessoas sobre determinado estudo, mas sem manipulação, em seguida, analisou-se os dados coletados de forma quantitativa, buscando responder o problema do estudo.

Ainda o autor destacou as principais vantagens da pesquisa de levantamento o conhecimento direto da realidade, rapidez e economia e a quantificação, pois é possível fazer uma análise estatística. E Praça (2015) complementa que esse tipo de pesquisa é realizado através da aplicação de questionários ou entrevistas.

Para embasar a pesquisa, foi criado um portfólio bibliográfico com trabalhos científicos que contribuíram para o tema, selecionados por meios digitais de publicações como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), *Google* Acadêmico e *sites* da área contábil.

A coleta de dados realizou-se por meio de questionário aplicado presencialmente, sendo que o público alvo foram os acadêmicos do segundo e oitavo período do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL, ano de 2021. O questionário foi composto de 11 questões divididas na etapa "a" perfil dos respondentes e "b" questões específicas acerca do curso de Contábeis; nas questões especificas foram abordados conhecimentos, habilidades e atitudes que podem ser consideradas relevante para a atuação do contador sendo respondidas de forma objetiva com escalas avaliativas de relevância, de 1 a 4, sendo, 1- nada relevante, 2-pouco relevante, 3- relevante, 4-muito relevante e em uma tabela foram expostas palavras relacionadas ao conhecimento, habilidade e atitudes que foram consideradas relevantes, adaptadas de (MIRANDA e SOUSA, 2020), as respostas se deram conforme a interpretação de cada indivíduo, o estudo não teve o objetivo de julgar as respostas de correto ou errado mas interpreta-las e compará-las conforme a percepção de cada respondente.

Para o estudo, a população alvo foram os acadêmicos do curso de ciências contábeis do segundo e oitavo período de 2021 da instituição Centro Universitário UNIVEL, da cidade de Cascavel-PR. Os dados obtidos foram de uma população de 46 acadêmicos do segundo período e 55 acadêmicos do oitavo período, totalizando 101 respondentes.

A Análise dos dados se deu pela abordagem quantitativa, utilizando tabelas e dados estatísticos simples. Também as respostas do público alvo limitam os resultados da pesquisa.

ISBN 978-65-5629-077-5

4 RESULTADOS

Os resultados foram extraídos dos 101 (cento e um) questionários respondidos pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis do Centro Universitário UNIVEL, sendo apresentados em tabelas a seguir.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Os dados do grupo pesquisado, como gênero, faixa etária, localização e o período do curso estão sumarizados na tabela 1. Os dados apresentados nas características do grupo, ocupação/ atuação, motivação pela escolha do curso, satisfação dos acadêmicos com relação a graduação, e as expectativas do mercado de trabalho foram tratados de forma geral, não houve a separação dos períodos.

Tabela 1 – Características do grupo

1	**Gênero do Acadêmico Entrevistado**	**Qtde**	**%**
1.1	Feminino	48	47,50%
1.2	Masculino	53	52,50%
TOTAL		**101**	**100,00%**
2	**Faixa Etária do Acadêmico Entrevistado**	**Qtde**	**%**
2.1	Até 18 anos	22	21,78%
2.2	De 19 a 25 anos	70	69,31%
2.3	De 26 a 30 anos	5	4,95%
2.4	Acima de 31 anos	4	3,96%
TOTAL		**101**	**100,00%**
3	**Localização do Acadêmico Entrevistado**	**Qtde**	**%**
3.1	Cascavel	70	69,31%
3.2	Outras	31	30,69%
TOTAL		**101**	**100,00%**
4	**Período do Curso do Acadêmico Entrevistado**	**Qtde**	**%**
4.1	2° Período	46	45,54%
4.2	8° Período	55	54,46%
TOTAL		**101**	**100,00%**

Fonte**:** Questionário (2021).

Observou-se equilíbrio no gênero (masculino e feminino) dos respondentes e uma alta porcentagem na faixa etária de 19 a 25 com 69,31%, até 18 anos 21,78%, de 26 a 30 anos 4,95% e acima dos 31 anos o percentual foi de 3,96%. Contudo a maioria de acadêmicos 69,31% residem na cidade de Cascavel/PR, com relação às cidades das regiões vizinhas no entanto, 30,69% de acadêmicos se deslocam todos os dias de suas cidades em busca de conhecimentos que o curso oferece. Com base

ISBN 978-65-5629-077-5

nos dados obtidos através do questionário aplicado no 2° e 8° período foi possível observar um número maior de formandos 54,46% do que de iniciantes 45,54%, um dos efeitos desse índice é o atual momento que o país está passando com a pandemia COVID-19.

4.2 OCUPAÇÃO/ATUAÇÃO DOS RESPONDENTES

Também para ter um perfil mais identificado buscou-se conhecer a ocupação e atuação dos respondentes, visando entender e compreender as respostas as demais questões propostas, gerando a tabela 2.

Tabela 2 - Ocupação/Atuação dos Respondentes

5	**Ocupação do Acadêmico Entrevistado**	**Qtde**	**%**
5.1	Empregado e atuando na área contábil	59	58,42%
5.2	Empregado e atuando em outro ramo	38	37,62%
5.3	Procurando emprego na área	3	2,97%
5.4	Estudante	1	0,99%
TOTAL		**101**	**100,00%**
6	**Tempo de atuação na área contábil**	**Qtde**	**%**
6.1	Até 2 anos	36	35,64%
6.2	De 2 a 5 anos	25	24,75%
6.3	De 5 a 10 anos	0	0,00%
6.4	Não atuo	40	39,60%
TOTAL		**101**	**100,00%**

Fonte: Questionário (2021).

A questão 5 foi elaborada com quatro opções de respostas, sendo possível de observar que mais da metade dos acadêmicos respondentes 58,42% são atuantes na área contábil mantendo contato prático para aplicar a teoria que desenvolve no curso, no entanto 37,62% dos acadêmicos respondentes estão atuando em outro ramo que não se relaciona com o curso, 2,97% estão em busca de oportunidade de emprego na área contábil, e 0,99% está se dedicando somente aos estudos. Com relação aos acadêmicos que atuam na área contábil, 35,64% estão atuando até 2 anos no ramo, e 24,75% entre 2 a 5 anos e 39,60% não estão atuando na área. Por outro lado, observa que praticamente todos os dias existem ofertas de trabalho ou estágio na área contábil, seja em escritórios contábeis ou empresas da região, possibilitando a entrada no mercado de trabalho vinculada ao curso. O passo seguinte foi verificar os motivos que os acadêmicos optaram pela escolha do curso, como demostra na tabela 3.

Tabela 3 – Motivação pela escolha do Curso

7	**Motivo da escolha do Curso de Ciências Contábeis-UNIVEL**	**Qtde**	**Freq %**
7.1	Por ser uma carreira que pode proporcionar autonomia profissional e financeira	**53**	**52,48 %**
7.2	Por gostar de matemática, atuar com números.	**29**	**28,71 %**
7.3	Por ser uma profissão com maiores ofertas de emprego	**58**	**57,43 %**

ISBN 978-65-5629-077-5

7.4	Por entender ser minha vocação	8	7,92%
7.5	É uma profissão sólida, que dá segurança e estabilidade.	22	21,78 %
7.6	Porque a imagem da UNIVEL é boa (tem credibilidade e qualidade)	8	7,92%
7.7	Porque sempre teve interesse em trabalhar em escritório/área administrativa	26	25,74 %
7.8	Pela oportunidade de remuneração paga aos profissionais da área contábil	10	9,90%
7.9	Porque a UNIVEL é de fácil acesso	0	0,00%
7.10	Por ser um curso muito procurado	3	2,97%
7.11	Por completar minha ocupação profissional	10	9,90%
7.12	Por indicação de amigos	7	6,93%
7.13	Por influência dos meus pais/familiares.	24	23,76 %
7.14	Por não ter outro curso que me interessasse na UNIVEL	4	3,96%
7.15	Porque a empresa em que trabalho solicitou	2	1,98%
7.16	Para continuar com os negócios da família	9	8,91%
7.17	Porque obtive ajuda financeira (bolsa) da empresa na qual trabalho	3	2,97%
TOTAL ACÂDEMICOS RESPONDENTES		**101**	**100%**

Fonte: Questionário (2021).

Os dados na tabela 3 foi relacionado pelos motivos de escolha do curso de ciências contábeis, podendo ser escolhido até 3 alternativas, os fatores mais destacados foram: uma carreira que pode proporcionar autonomia profissional e financeira tendo um percentual de 52,48% e em sequência uma profissão que possui amplas oportunidades de trabalho com um percentual de 57,43%, com 28,71% os acadêmicos optaram pelo curso por gostar de matemática e de trabalhar com números, fora os fatores apresentados foram apontados com menor percentual dentre eles, por ser uma profissão sólida que dá segurança e estabilidade, pelo interesse de trabalhar na área administrativa, por influência da família, para complementar a ocupação profissional e pela remuneração, entre outros.

Buscou-se saber o nível de satisfação dos acadêmicos respondentes em relação a graduação, como apresentada na tabela 4.

Tabela 4 – Satisfação dos acadêmicos com a graduação

8	Satisfação dos acadêmicos em relação a Graduação	Qtde	%
8.1	Muito Satisfeito	20	19,80 %
8.2	Satisfeito	53	52,48 %

ISBN 978-65-5629-077-5

8.3	Neutro	22	21,78%
8.4	Insatisfeito	6	5,94%
8.5	Muito Insatisfeito	0	0,00%
TOTAL		**101**	**100%**

Fonte: Questionário aplicado (2021).

De acordo com tabela 4 a satisfação dos acadêmicos situou-se em 19,80% muito satisfeitos e 52,48% satisfeitos, 21,78% apontaram não saberem se estão ou não satisfeitos com a escolha ou com o que o curso vem oferecendo, em contrapartida 5,94% estão insatisfeitos, na pesquisa não houve indicação de acadêmico muito insatisfeito com a graduação. O curso de Ciências Contábeis encontra-se entre os cursos que prepara os interessados da maneira mais próxima possível da atuação no mercado de trabalho, por outro lado os conhecimentos de contabilidade são necessários em qualquer área profissional, pois todas elas buscam formar um patrimônio, e para isso devem saber controlar suas receitas e despesas, base principal para aumento patrimonial, resultado do trabalho. Também existe uma expectativa em relação ao mercado de trabalho, buscou-se conhecer o pensamento dos respondentes conforme a tabela 5 que virá a seguir.

4.3 EXPECTATIVA E PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

Buscou-se identificar neste tópico as expectativas dos acadêmicos respondentes em relação ao mercado de trabalho como apresentado na tabela 5.

Tabela 5 – Expectativas sobre o mercado de trabalho

9	**Expectativa dos acadêmicos sobre mercado de trabalho do contador**	**Qtde**	**%**
9.1	Uma boa remuneração	13	12,87%
9.2	Ambiente de oportunidade de conhecimento e crescimento	38	37,62%
9.3	Ambiente de trabalho agradável	2	1,98%
9.4	Muitas ofertas de emprego	8	7,92%
9.5	Diversas áreas de atuação: Auditor, perito, analista, ensino, etc	40	39,60%
TOTAL		**101**	**100%**

Fonte: Questionário (2021).

Com relação a expectativa dos acadêmicos com o mercado de trabalho onde 58,42% já estão atuando na área contábil, e os demais estão em busca, a opção mais apontada pelos respondentes com 39,60%, é a diversidade de áreas de atuação que o contador pode trabalhar podendo ser auditor, perito, analista, ensino entre outras áreas. A segunda opção destacada com 37,62% se refere ao ambiente de oportunidade, conhecimento e sem dúvidas de crescimento, também é levando

ISBN 978-65-5629-077-5

em consideração a busca por uma boa remuneração com 12,87% e 7,92% pelo motivo do mercado aquecido de oportunidades de trabalhos. Para que tais expectativas se concretizem é necessário possuir conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas pelo mercado de trabalho na atualidade.

Os conhecimentos e habilidades na área contábil consideradas mais relevantes expostas na pergunta 10 e 11, foram estratificadas nas tabelas 6, a 9, comparando-se as respostas entre os períodos respondentes.

Tabela 6 – Conhecimentos e Habilidades

10 - Conhecimentos e habilidades por grau de relevância na área contábil								
Período pesquisado	**2° (46 acadêmicos)**				**8° (55 acadêmicos)**			
	1	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**
Conhecimento científico	4,35%	10,87 %	**65,22 %**	19,57 %	5,45 %	30,91 %	**50,91 %**	12,73 %
Conhecimento de análise	4,35%	10,87 %	41,30 %	**43,48 %**	0,00 %	10,91 %	**60,00 %**	29,09 %
Conhecimento de em amplas áreas	4,35%	6,52%	**65,22 %**	23,91 %	3,64 %	32,73 %	**45,45 %**	18,18 %
Conhecimento em área específica	4,35%	10,87 %	**45,65 %**	39,13 %	0,00 %	12,73 %	**60,00 %**	27,27 %
Conhecimentos interdisciplinares	6,52%	23,91 %	**50,00 %**	19,57 %	1,82 %	34,55 %	**52,73 %**	10,91 %
Habilidades técnicas	2,17%	4,35%	**47,83 %**	45,65 %	1,82 %	14,55 %	**54,55 %**	29,09 %
Habilidade de trabalho de equipe	4,35%	6,52%	36,96 %	**52,17 %**	0,00 %	9,09%	**49,09 %**	41,82 %
Habilidade de liderança	2,17%	10,87 %	34,78 %	**52,17 %**	5,45 %	12,73 %	**52,73 %**	29,09 %
Habilidade analítica	4,35%	4,35%	26,09 %	**65,22 %**	1,82 %	9,09%	38,18 %	**50,91 %**

Fonte: Questionário (2021).

Os dados da tabela 6 foram respondidos por grau de relevância, sendo 1 para nada relevante, 2 para pouco relevante, 3 para relevante e 4 para muito relevante, nessa tabela as respostas foram separadas entres os acadêmicos do 2 e 8 período, realizou-se uma comparação entre os acadêmicos que estão no início e final da graduação, foram elencados conhecimentos e habilidades que com base em outros estudos são considerados relevantes para a atuação do contador. E com base nas percepções dos acadêmicos observou-se uma concordância dos dois grupos estudados com relação ao conhecimento cientifico onde foi considerado relevante, tendo um percentual de 65,22% no 2 período e 50,91% no 8 período.

E com relação ao conhecimento de analise identificou-se que no 2 período teve percentuais aproximados onde 41,30% considerou relevantes e 43,48%

ISBN 978-65-5629-077-5

considerou muito relevante, no entanto no 8 período com o maior percentual de 60,00% foi considerado relevante. No conhecimento de áreas amplas e áreas especificas houve concordância dos dois grupos onde foi considerado relevante, no entanto em conhecimentos em amplas áreas no 2 período teve um percentual superior de 65,22% em contrapartida no 8 período teve 45,45% e em conhecimento em área especifica ocorreu o inverso para o 2 período houve um percentual de 45,65% e para o 8 período 60,00%, ou seja, considerando os percentuais e com base na percepção dos formandos é mais relevante ter conhecimento em uma área mais específica do que em várias áreas. No conhecimento interdisciplinar houve concordância de ser relevante tendo percentuais aproximados onde o segundo período teve 50% e o oitavo período 52,73%.

O grau de relevância mais destacado pelos dois grupos em habilidades técnicas foi de ser considerado relevante, no entanto percebesse que os respondentes do grupo um ficaram divididos, sendo possível observar percentuais aproximados 47,83% considerou relevante e 45,65% considerou muito relevante. No entanto no grupo dois mais da metade dos respondentes considerou relevante ter habilidades técnicas com um percentual de 54,55% e muito relevante teve um percentual de 29,09%.

Com relação a habilidade de trabalhar em equipe para o segundo período foi considerado muito relevante com um percentual de 52,17% e para o oitavo período foi considerado relevante com um percentual de 49,09%. Para habilidade de liderança o segundo período considerou muito relevante com percentual de 52,17% e o oitavo período considerou relevante com um percentual de 52,73%, com relação a habilidade analítica teve concordância dos dois períodos quanto a relevância sendo considerado muito relevante, onde respectivamente os percentuais foram de 65,22% no segundo período e 50,91% no oitavo período.

Ampliando o entendimento dos respondentes com relação ao CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes), analisou-se de forma comparativa entre os períodos conforme as tabelas a seguir, a porcentagem de cada indicativo sobre o total de acadêmico de cada respectivo período pesquisado, juntamente com a coluna indicando a percepção de cada palavra demostrada no ato da elaboração da pergunta 11. Também as autoras classificaram as palavras como C – Conhecimento, H – habilidades e A – atitudes entendidas serem necessárias ao bom exercício profissional na área contábil, bem como em outras áreas do conhecimento humano.

A tabela 7 a seguir demostra as palavras que no ato da elaboração foi considerada conhecimentos e a mesma faz parte da questão 11 do questionário aplicado.

Tabela 7 – Percepção dos acadêmicos em relação ao Conhecimento

11 - Percepção de conhecimento (C)							
Período pesquisado-		**2° (46 acadêmicos)**			**8° (55 acadêmicos)**		
Palavras		C	H	A	C	H	A
Conhecer ferramentas de controle	C	**67,39 %**	23,91 %	8,70%	**85,45 %**	12,73 %	1,82%
Tecnologia/informática	C	**63,04 %**	32,61 %	4,35%	**78,18 %**	16,36 %	5,45%
Contabilidade e finanças	C	**65,22 %**	21,74 %	13,04 %	**76,36 %**	16,36 %	7,27%

ISBN 978-65-5629-077-5

Técnicas de atendimento	C	17,39 %	**60,87 %**	21,74 %	29,09 %	**49,09 %**	21,82 %
Planejamento	C	**41,30 %**	39,13 %	19,57 %	**54,55 %**	18,18 %	27,27 %
Técnicas de gestão	C	39,13 %	**45,65 %**	15,22 %	**56,36 %**	27,27 %	16,36 %
Interdisciplinaridade	C	**45,65 %**	34,78 %	19,57 %	**34,55 %**	34,55 %	30,91 %
Experiência contábil prática	C	**50,00 %**	34,78 %	15,22 %	**49,09 %**	30,91 %	20,00 %

Fonte: Questionário aplicado (2021).

No sentido de conhecer ferramentas de controle ambos os períodos concordaram em sua maioria ser um conhecimento, com 67,39% no 2° período e 85,45% no 8° período, logo verificou-se que tecnologia/informática também é indicada pela maior porcentagem de cada período sendo 63,04% segundo período e 78,18% do oitavo período que é um conhecimento. Ambos em sua maioria concordaram que contabilidade e finanças é conhecimento, 65,22% no 2° período e 76,36% no 8° período.

Com 45,65% no segundo período e 49,09% no oitavo período apontaram que ouvir eficazmente é um conhecimento, nesse sentido observou-se que técnicas de atendimento no estudo foi destacado como sendo um conhecimento, entretanto os acadêmicos respondentes analisaram em sua maioria como uma habilidade sendo 60,87% do segundo período e 49,09% do oitavo período, ao tratar da palavra planejamento observa-se que 41,30% do segundo período e 54,55% do oitavo período concordaram em sua maioria que se refere-se a conhecimento.

Com os dados extraídos o percentual que mais se destacou em técnicas de gestão foi de 45,65% sendo considerado uma habilidade para o segundo período e para o oitavo período foi considerado um conhecimento com um percentual de 56,36%

No aspecto de interdisciplinaridade do profissional houve concordância no sentido de ser conhecimento tendo um percentual de 45,65% para o segundo período e 34,55% para o oitavo período, porém com o mesmo percentual interdisciplinaridade também foi considerado ser uma habilidade para o oitavo período. Com relação a experiência contábil prática com um percentual próximo de 50% e 49,09% respectivamente para o segundo e oitavo período foi considerado ser um conhecimento. Entretanto a maioria das palavras classificadas como conhecimento foram entendidas da mesma forma pelos respondentes.

Destacaram-se algumas habilidades consideradas relevantes para atuação do contador, sendo respondidas conforme a percepção de cada acadêmico, podendo ser considera um conhecimento, habilidade ou atitude. Com a divisão da questão 11, foi possível elaborar a tabela 8.

Tabela 8 – Percepção dos acadêmicos em relação a habilidades

11 - Percepção de conhecimento (C), habilidade(H) ou atitude(A)							
Período pesquisado-		**2° (46 acadêmicos)**			**8° (55 acadêmicos)**		
Palavras		C	H	A	C	H	A

ISBN 978-65-5629-077-5

Ser analítico	H	**43,48 %**	32,61 %	23,91 %	30,91 %	**60,00 %**	9,09%
Tem boa comunicação	H	13,04 %	**43,48 %**	43,48 %	3,64%	**65,45 %**	30,91 %
Ser empreendedor	H	28,26 %	**36,96 %**	34,78 %	**43,64 %**	18,18 %	38,18 %
Ser estratégico	H	26,09 %	**47,83 %**	26,09 %	**47,27 %**	30,91 %	21,82 %
Negociação	H	15,22 %	**56,52 %**	28,26 %	21,82 %	**61,82 %**	16,36 %
Ouvir eficazmente	H	26,09 %	**45,65 %**	28,26 %	12,73 %	**49,09 %**	38,18 %
Trabalho em Equipe	H	15,22 %	39,13 %	**45,65 %**	14,55 %	**47,27 %**	38,18 %
Gestão da informação	H	**76,09 %**	17,39 %	6,52%	**58,18 %**	27,27 %	14,55 %
Relacionamento externo/network	H	30,43 %	**43,48 %**	26,09 %	32,73 %	32,73 %	**34,55 %**

Fonte: Questionário (2021).

Os acadêmicos do segundo período concordaram com o conceito das habilidades fornecido pelas autoras, nos maiores percentuais, considerando comunicação, empreendedorismo, estratégico, saber negociar, ouvir eficazmente e manter relacionamento externo como habilidades necessárias ao bom desempenho da profissão; por outro lado entenderam ser analítico e gerir a informação como conhecimentos, e somente o trabalho em equipe como uma atitude, já os acadêmicos do oitavo período, quase formados, concordaram como sendo habilidades ser analítico, boa comunicação, negociação ouvir eficazmente e trabalho em equipe, considerando como conhecimentos ser empreendedor, estratégico e gestão da informação e como atitude relacionamento externo, também os dois períodos em sua maioria concordaram com as definições fornecidas pelas autoras.

Para Oliveira (2021), o trabalho em equipe é a soma de características, de talentos, habilidades e percepção de cada indivíduo e sendo possível de lidar com essas diferenças para que seja realizado uma tarefa de forma harmoniosa entre os indivíduos, o esforço do grupo deve ser sempre visando um objetivo em comum. Nesse sentido os respondentes do segundo período consideraram o aspecto de trabalhar em equipe uma atitude com 45,65% e para os respondentes do oitavo período foi considerado uma habilidade com um percentual de 47,27%.

Para os dois períodos a gestão da informação foi considerado um conhecimento, tendo um percentual maior no segundo período de 76,09% e 58,18% para o oitavo período, visto que com os avanços tecnológicos é possível de se ter muitas informações sendo relevante ao profissional ter o conhecimento de saber filtrar tais informações de acordo com sua relevância para o cliente.

Com relação ao relacionamento externo/network o segundo período considerou ser uma habilidade com 43,48% e para o oitavo período o maior percentual foi 34,55% sendo considerado uma atitude, no entanto uma parcela dos respondentes com um percentual igual de 32,73% considerou ser um conhecimento e uma habilidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Atitude é uma norma de procedimento que leva a um determinado comportamento, é comportamento habitual que se verifica em circunstâncias diferentes. A atitude está relacionada ao comportamento do indivíduo que pode ter em determinadas situações, podendo variar conforme a suas percepções. A tabela 9 traz as palavras consideradas atitudes no ato da elaboração da questão 11 do questionário.

Tabela 9 – Percepção dos acadêmicos em relação a atitudes

11 - Percepção de atitude(A)							
Período pesquisado		**2° (46 acadêmicos)**			**8° (55 acadêmicos)**		
Palavras		C	H	A	C	H	A
Possuir autocontrole	A	6,52%	**58,70 %**	34,78 %	9,09%	**60,00 %**	30,91 %
Integridade e confiança	A	8,70%	17,39 %	**73,91 %**	12,73 %	36,36 %	**50,91 %**
Adaptação as mudanças	A	8,70%	43,48 %	**47,83 %**	5,45%	**65,45 %**	29,09 %
Automotivação	A	10,87 %	30,43 %	**58,70 %**	7,27%	29,09 %	**63,64 %**
Organização	A	2,17%	28,26 %	**69,57 %**	1,82%	41,82 %	**56,36 %**
Honestidade	A	10,87 %	13,04 %	**76,09 %**	0,00%	20,00 %	**80,00 %**
Cumprimento de leis, regulamentos	A	32,61 %	6,52%	**60,87 %**	41,82 %	10,91 %	**47,27 %**

Fonte: Questionário (2021).

Novamente as percepções em quase a totalidade concordaram com a proposta colocada pelas autoras, com relação aos acadêmicos do segundo período, integridade e confiança, adaptação às mudanças, automotivação, organização, honestidade e cumprimento de leis, regulamentos, que exceto possuir autocontrole para o segundo e oitavo períodos foram percebidos como habilidades e adaptação a mudanças para o oitavo também considerado com habilidade.

Em virtude das constantes mudanças que ocorrem na profissão do contador é relevante ser flexível para se adaptar às mudanças, com base nos dados o segundo. Com base nos dados dos respondentes observou-se que a organização do profissional foi considerada pelo segundo e oitavo período uma atitude com um percentual de 69,57% e 56,36% respectivamente, visto que um profissional organizado trabalha com mais eficiência. A honestidade segue princípios e valores de cada indivíduo, segundo a percepção dos respondentes a honestidade foi apontada com uma atitude que o contador teve para exercer a profissão, tendo um percentual de 76,09% para o segundo período e 80,00% para o oitavo período. Em relação ao cumprimento de leis, regulamentos observou-se que os dois períodos apontaram ser uma atitude do profissional, essa atitude pode ser relacionada a honestidade.

Os respondentes possuem várias expectativas com relação ao mercado de trabalho e também concordam com a necessidade de aprimoramento constante,

ISBN 978-65-5629-077-5

além de desenvolver conhecimentos, habilidade e atitudes para um bom exercício da profissão de contador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecimento, habilidade e atitude estão presentes no cotidiano de cada indivíduo, podendo essas características ser aprimoradas durante a vida. Na graduação os acadêmicos têm a possibilidade de aperfeiçoa-las, com o conhecimento que é o fato ou a condição de saber, a habilidade que é o saber/executar e a atitude que é saber ser/reagir, a tríade dos três se inter-relacionam.

Nesse contexto o acadêmico se identifica com determinada área da contabilidade como a auditoria e o mesmo busca aprimorar seus conhecimentos nessa área e assim desenvolver habilidade pertinentes para a atuação. A atitude pode ser relacionada ao comportamento que o profissional deve apresentar na realização de determinadas tarefas.

O estudo buscou identificar quais conhecimentos, habilidades e atitudes os profissionais da contabilidade deve apresentar para uma boa atuação no mercado de trabalho, conforme a percepção dos respondentes. Observou-se que a expectativas com o mercado de trabalho estão relacionadas pela diversidade de áreas que o profissional pode atuar e pelo ambiente de trabalho e oportunidade de cada vez mais adquirir conhecimentos, sendo que a maior parte dos respondentes já estão atuando na área.

O objetivo do estudo foi cumprido quando as respostas permitiram considerar relevante na atuação do profissional contábil, assim como o conhecimento no contexto macro bem como nas especialidades contábeis. Em relação as habilidades técnicas foram consideradas por ambos períodos relevantes, no entanto para habilidade de trabalho em equipe, liderança e analítica apontou-se como muito relevante para os respondentes do segundo período. Entretanto na percepção do oitavo período as habilidades de trabalho em equipe e liderança foram destacadas como relevantes e somente a habilidade analítica foi considerada de muita relevância.

Foram destacados conhecimentos, habilidades e atitudes sendo classificadas como o entendimento de outros estudos, nesse sentido segundo a percepção dos respondentes observou-se divergência nessas classificações. Destacou-se alguns pontos que divergiram por exemplo as técnicas de atendimento classificada como um conhecimento, no entanto para os acadêmicos considerou-se uma habilidade e em relação a habilidade de ser analítico identificou ser um conhecimento para o segundo período. Todavia o estudo não buscou pesquisar o que estava certo ou errado, mas entender segundo a percepção sobre cada palavra e a representatividade para cada indivíduo.

Para estudos futuros sugere-se modificar o público alvo, podendo ser contadores com experiência no mercado de trabalho apresentando os conhecimentos, habilidades e atitudes para conhecer o entendimento sobre as mesmas.

REFERÊNCIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

ALMEIDA, Marco Aurélio Cunha. **A atuação legal eleva a qualidade e promove a valorização da profissão contábil.** 2018. Disponível em: < https://cfc.org.br/noticias/a-atuacao-legal-eleva-a-qualidade-e-promove-a-valorizacao-da-profissao-contabil> Acesso em: 16 de maio de 2021.

ANTONOVZ, Tatiane. CORREA, Michael Dias. SANTOS, Daniel Ferreira. SANTOS, Ronaldo Ferreira. SOBRAL, Fernanda de Souza. **Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba.** Revista Contemporânea de Contabilidade, UFSC, Florianópolis, v.8, n°16, p. 137-152, jul./dez., 2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo, Editora Atlas S. A- 2006, p.81, 3º edição.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC, PG 01**, Alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, Código de Ética do Profissional Contador. Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63361653/do1-2019-02-14-norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-pg-01-de-7-de-fevereiro-de-2019-63361329>. Acesso em: 30 maio de 2021.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade.** 2019.

CUNHA, Daniane Maurer Portella da. **A Imagem do Contador na Sociedade Brasileira**. Porto Alegre. 2012.

DAMACENA, Cláudio. OTT, Ernani. PIRES, Charline Barbosa. **"Guarda-Livros" ou "Parceiros de Negócios"? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).** Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 157-187, jul./set. 2009.

FELICIANO, Rafaella. LOURENÇO, Fabrício. **Empresários contábeis contam como os avanços tecnológicos têm transformado a rotina de trabalho.** 2019. Disponível em <https://cfc.org.br/noticias/empresarios-contabeis-contam-como-os-avancos-tecnologicos-tem-transformado-a-rotina-de-trabalho>. Acesso em: 16 maio de 2021.

FERREIRA, Danielle Thiago. **Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho**. Brasília, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ISBN 978-65-5629-077-5

HOLANDA, Victor Branco. NOSSA, Valcemiro. **A contabilidade estratégica e os sistemas de informações como suporte às decisões.** Publicado no XXVII Congresso Brasileiro de Custos, de 9 a 11 de novembro de 2020.

JORNAL CONTÁBIL. **Qual é o perfil de um contador de sucesso**. 2019. Disponível em: <www.jornalcontabil.com.br/qual-e-o-perfil-de-um-contador-de-sucesso> Acesso em 09 de maio de 2021.

JUNIOR, Sérgio Augusto Bonfanti. **Competências Profissionais do Contador: Mapeamento nas Principais Universidades Brasileiras**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2013.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **O perfil do profissional contábil.** Disponível em: <https://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf > Acesso em: 23 de abril de 2021.

LIMA, Mônica Farias. **Um estudo sobre os impactos causados aos contadores de Carazinho após a EFD- Contribuições.** Carazinho, Rio Grande do Sul, 2013.

LOPES, André Charone Tavares. **O guarda-livros e o contador gestor**. Disponível em: <www.contabeis.com.br>. Acesso em: 09 de março de 2021.

MACIEL, Luiz Emilio Santos. TAVEIRA, Elizandra Maia. **O perfil do contador do século XXI.** XI Encontro Latino Americano de iniciação científica e VII Encontro Latino Americano de pós-graduação - Universidade do Vale da Paraíba, 2011.

MAIA, Raul. **Minidicionário compacto da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2002.

MIRANDA, Gilberto José. SOUSA, Marco Aurélio Batista. **Habilidades do contador: um estudo da disciplina estágio curricular supervisionado dos cursos de ciências contábeis a luz da International Education Standards – IES 3.** Custos e agronegócio online – v. 16, n.3, Jul/ set – 2020.

NADER, Danielle. **Contadores nunca foram tão essenciais para a sociedade.** Disponível em: <www.contabeis.com.br>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Adriele. **Qual a importância do trabalho em equipe.** 2021

PAGNONCELLI, Larissa Caroline. **Habilidades e Competências do Contador: Percepção de Profissionais, Docentes e Acadêmicos.** Pato Branco. 2016.

PESSOA, Líllian Nayanne Cardoso, **Um Estudo Sobre o Perfil do Contador Frente às Exigências do Mercado de Trabalho Nacional para Vagas na Área Contábil**. João Pessoa. 2014.

ISBN 978-65-5629-077-5

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão.** Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos". Nº 1, p. 72-87, Jan - Jul, 2015.

RAMIREZ, Paulo. **Uma estratégia para melhoria da formação de competências para o profissional de nível na área de gestão.** São Paulo. 2003.

RIGONI, Marcos. **Atualização ampla e permanente.** Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, n ° 173, 1° Quadrimestre de 2017.

RODRIGUES, Ana Katia da Silva. **O profissional contábil e as exigências do mercado de trabalho no município de Juína.** Mato Grosso. 2009.

SOUZA, Simarli Pereira. **O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era.** 2013.

SOUZA, Rosemári Dilma de. **O contador nas modernas organizações**. Florianópolis. 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONTROLE PATRIMONIAL POR MEIO DE QR-CODE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA EM TRANSPORTES

Adriana dos Santos Vieira [1]
Keila Priscila dos Santos [2]

RESUMO: Este estudo analisou a criação e o funcionamento de um Controle Patrimonial que utiliza a tecnologia do código QR (QR Code) em seu processo. O estudo foi feito em uma empresa de consultoria em transportes na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Para a análise empregou-se um estudo de caso, em um questionário roteirizado de vinte e sete perguntas, sobre a criação e gerenciamento do processo, com o Analista de Controladoria que implantou o sistema na empresa. A pesquisa é descritiva, detalhando as características e o funcionamento do Controle Patrimonial. A abordagem é qualitativa, utilizando o método de entrevista roteirizada. Identificou-se uma correlação positiva no desempenho do Controle Patrimonial atrelado à tecnologia QR Code, pela praticidade que influencia no tempo de realização das tarefas. Destaca-se a importância de que cada vez mais as empresas venham a utilizar ferramentas tecnológicas em seus processos e percebe-se a importância de se realizar estudos de caso em empresas que estão adotando métodos simplificadores por meio de tecnologia.

Palavras-chave: Controle Patrimonial 1. QR Code 2. Controladoria 3. Tecnologia 4.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Barreto (2008, p. 21), o objetivo de se adotar procedimentos de controle é preparar a organização para a concorrência acirrada do mercado, que, com o mundo globalizado, está cada vez mais competitiva. Complementando, Boeno e Oliveira (2018) explicam que o controle das atividades e processos de uma empresa é, atualmente, um elemento de suma importância quando se objetiva manter uma empresa em funcionamento, dando rentabilidade e, principalmente, se mantendo organizada.

A criação de ferramentas de gestão financeira e patrimonial veio para contribuir com a eficiência do trabalho. Ferramentas como auditoria interna, balanço patrimonial, conciliação bancária, controle de custos, demonstração do resultado do exercício (DRE), fluxo de caixa, sistema de cobrança e programa financeiro na nuvem oferecem meios ao gestor de fazer o bom controle (Redação Vivo meu Negócio 2018).

Nesse sentido, é necessário à empresa manter um controle patrimonial eficiente, independentemente do segmento de atuação, de seu tamanho ou, ainda, de serem empresas públicas ou privadas (TAVERNEZI [s.d]). Para Klein e Souza (2013), é de suma importância que o controle dos bens da empresa seja correto, e

[1] Acadêmica do curso de Administração do Centro Universitário Univel.
[2] Professora do curso de Administração do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

que este controle, tanto em aspectos físicos quanto contábeis, esteja sendo gerido a fim de evitar extravios de ativos imobilizados e problemas na elaboração das demonstrações contábeis.

O termo patrimônio, na nova concepção de contabilidade, envolve todo o ativo e passivo pertencente a uma organização. Em resumo, significa o conjunto de bens pertencentes a uma pessoa ou uma empresa. (TAVERNEZI [s.d]).

Ter um controle patrimonial é mais que obrigação imposta na lei n° 8.666/93 para as empresas. Além de auxiliar na gestão com informações relevantes para a tomada de decisão, esse controle ainda reduz riscos e incertezas financeiras que estão pertencentes ao mercado e trazem risco as empresas (Equipe Investidor Partners 2019). O controle do patrimônio trata dos ativos tangíveis, isto é, bens físicos, como veículos e máquinas.

Através de um planejamento patrimonial é possível realizar uma gestão eficiente também nas finanças. Segundo o SEBRAE (2019), a correta utilização de controles patrimoniais é a base para realizar a gestão financeira, pois possibilita conhecer a realidade da empresa quanto ao seu patrimônio e facilita a tomada de decisões.

Hoje, no mundo globalizado, "a inteligência artificial da indústria 4.0 é um conceito que engloba automação e tecnologia da informação" (Fundação Instituto de Administração, 2020). Esta tecnologia, aplicada ao controle patrimonial, permite às instituições processar, cadastrar, gerir e controlar quantidades imensas de dados.

Se antigamente tudo era feito de maneira manual, hoje as empresas podem contar com a tecnologia a seu favor para os mais variados propósitos, como evitar duplicação de imobilizados, distorções nos preços dos ativos, detecção de fraudes, identificação de padrões, automatização de processos manuais, etc. (RIBEIRO, 2018).

Dentro das Holdings, o controle patrimonial e a criação do inventário vão ajudar os gestores a separar os bens de cada empresa. O inventário físico em campo possui muitos detalhes e processos que se não cuidados corretamente podem gerar inúmeras divergências – as mais comuns são geradas devida à falta de planejamento e à subestimação da atividade, ou seja, o gestor acredita que não há necessidade de controlar o patrimônio (ODA, 2018).

Nesse sentido, a pergunta determinante a esta pesquisa será: **Como é realizado o controle patrimonial por meio da ferramenta tecnológica QR Code em uma empresa de consultoria em transportes na cidade de Cascavel-PR?**

A pesquisa visa a implementação e gestão de um sistema de controle patrimonial em uma empresa no ramo de consultoria em transportes, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, investigar as etapas do controle por meio de um estudo de caso, entender como é feito o processo, que ferramentas são usadas e como seus gestores se organizam para gerir estes controles.

A pesquisa se propõe a investigar como foi implementado o sistema de controle patrimonial por QR Code na organização, identificar as etapas do processo de controle patrimonial, descrever o funcionamento da ferramenta de tecnologia QR Code no Controle Patrimonial e verificar a eficácia e eficiência desta ferramenta na empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HOLDINGS

Pode-se definir uma *Holding* como sendo uma sociedade gestora matriz de participações sociais, que exerce controle ou "segura" outras empresas. Essa expressão vem do verbo inglês *"to hold"* que, na tradução livre, significa "segurar" (REIS 2018). O autor ainda complementa que o seu objetivo principal é administrar e ter o controle de uma ou mais empresas: a holding toma as decisões que determinam a gestão das demais companhias, por ser sócia majoritária dos negócios.

Existem ainda vários tipos de holdings. O quadro a seguir mostra os principais tipos:

Quadro 1 – Tipos de Holdings

Holding Pura	Tem como objetivo principal participar do capital de outras companhias e não é feita para exercer atividade comercial e empresarial.
Holding Mista	Participa do capital das outras sociedades, mas também exerce alguma atividade empresarial.
Holding Patrimonial	Cuida da herança dos sucessores de um indivíduo.
Holding Administrativa	Otimiza o controle da organização, toma as decisões e oferece uma administração profissional.
Holding de Controle	Controla o quadro societário das organizações no grupo e assegura a gestão de cada uma.
Holding de Participação	É uma empresa com participação minoritária em outras para atender interesses particulares.
Holding Familiar	Tem a responsabilidade de controlar o patrimônio de uma ou mais pessoas de uma família.

Fonte: Bona, 2021

A partir dessas classificações, pode-se observar a vasta gama de possibilidades oferecidas ao empreendedor. Não existe ainda um termo legal que defina as holdings, mas a possibilidade surgiu através da lei das sociedades por ação (LSA) no parágrafo terceiro do art. 2° da lei n° 6.404/76 (BRASIL, 1976), que previu que sociedades anônimas poderiam ter como objeto a participação de outras sociedades.

Carvalhosa tece o seguinte comentário no livro "Sociedades Anônimas" (2009, p. 13-14):

> As holdings são sociedades não operacionais que têm seu patrimônio composto de ações de outras companhias. São constituídas ou para o exercício do poder de controle ou para a participação relevante em outras sociedades de participação acionária, não praticam operações comerciais, mas apenas a administração de seu patrimônio. Quando exerce o controle, a

ISBN 978-65-5629-077-5

> holding tem uma relação de dominação com as suas controladas, que serão suas subsidiárias.

Complementando com outros conceitos, Tomazzete (2013, p. 615) define holdings como "[...] sociedades operacionais, constituídas para o exercício do poder de controle ou para a participação relevante em outras sociedades". Já para Rizzardo (2014, p. 753), o termo holding expressa a sociedade que dirige e congrega as demais das quais participa, ou que exerce o controle num grupo de sociedades, sem explorar diretamente nenhuma atividade econômica. Este conceito, no entanto, se aplica somente à holding pura.

As holdings se tornam vantajosas quando é possível identificar reduções no pagamento de impostos e benefícios sobre questões legais, como produção de bem de capital e implicações financeiras e operacionais. Seu quadro societário pode ser composto tanto por pessoa jurídica quanto física, exceto a Eireli, nas quais somente podem figurar como titular as pessoas físicas (OLIVEIRA 2019). "Holding não é um tipo societário por si só, mas sim a própria atividade e o objeto social". (BRANDT, 2020 pp. 9-10). Ou seja, para sua constituição, ela necessita obrigatoriamente adotar um tipo societário, qual seja: sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade simples, Eireli, entre outros.

2.2 ATIVO IMOBILIZADO

Quando a empresa adquire um bem, este precisa ser gerido dentro do patrimônio. A gestão de ativos incide no ciclo de vida de um bem dentro da empresa, desde a sua compra, passando por manutenções, até seu descarte (ALVES 2020). É importante a qualquer organização possuir um bom sistema de controle do ativo imobilizado, pois o controle deste pode fornecer conhecimento adequado sobre os bens, proporcionando uma visão da situação real da organização e auxiliando nas decisões estratégicas (Investidor Consulting Partners 2020).

De acordo com a legislação da Lei n° 6.404/76, artigos 178 e 179 respectivamente:

> IV - Ativo Imobilizado são considerados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
> V - No diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional;
> VI - No intangível: os diretos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com esta finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Adequada às novas regras contábeis e fiscais, esta redação foi modificada, conforme lei 11638/2007 e lei 11941/2009, ficando classificada da seguinte forma:

ISBN 978-65-5629-077-5

> Art. 178 (...) no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.
> II – Ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
> IV – No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
>
> VI – No intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido (BRASIL, 2009).

Tendo como exemplo de ativos imobilizados pode-se citar: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, benfeitorias e imóveis terceiros, segundo Dantas (2017, p. 18). O Ativo Imobilizado compreende bens corpóreos (bens físicos, tangíveis) que são utilizados dentro da empresa, com vida útil superior a um ano, não destinados à venda e que se destinam às suas atividades-fim.

Os bens de pequeno valor, que não ultrapassem um ano de vida útil, segundo o art. 301 do RIR/99, "podem ser contabilizados como despesa em vez de serem contabilizados no Imobilizado de uso" (DANTAS, 2017, p. 20). Entretanto, bens do ativo permanente com valor superior a um mil e duzentos reais (R$ 1.200,00) não poderão ser deduzidos como despesas operacionais, segundo o Decreto-Lei n° 1.598 de 1977, art. 15 Lei n° 8.218 de 1991, art. 20 Lei n° 8.383, de 1991, art. 3° inciso II, e lei n° 9.249, de 1995, art. 30" (DANTAS, 2017, p. 21).

Conhecer e ter o correto controle do imobilizado da empresa possibilita que a organização cumpra corretamente sua obrigação fiscal e ainda permite potencializar a gestão, tornando-a mais competitiva (Investidor Consulting Partners, mar 26, 2020).

2.3 BAIXA DOS ATIVOS IMOBILIZADOS

É obrigatório a todas as empresas dar baixa dos ativos imobilizados, devendo ser comprovado o fato econômico que baseou o lançamento contábil. Dentre os modelos de baixa mais comuns, podemos citar: "Venda, obsolescência ou sucateamento, inexistência física, sinistros, doação, dação em pagamento" (LUNGUINHO, 2021).

O quadro abaixo explica e exemplifica cada um deles:

Quadro 2 – Tipos de baixa de Ativos Imobilizados

Venda	A alienação por meio da venda é o modelo mais comum de baixa de um ativo imobilizado, procedimento que deve ser feito com a utilização de todos os documentos capazes de comprovar e apurar o resultado real, seja relativo ao ganho ou perda na operação.

ISBN 978-65-5629-077-5

	Para baixar um bem obsoleto ou sucateado, é essencial que a empresa possua um laudo técnico capaz de indicar as razões e os dados que justifiquem a baixa do bem.
Obsolescência ou sucateamento	O registro contábil da baixa dos bens obsoletos ou sucateados atua como um débito em conta proveniente da depreciação acumulada, bem como um crédito na conta do custo do bem, cujas contrapartidas deverão ser lançadas em uma conta distinta com o resultado do período, que irá registrar o valor líquido do bem baixado.
Inexistência Física	Ao finalizar os inventários físicos de bens do ativo imobilizado, é comum haver confrontos com as sobras contábeis, podendo ocorrer por fatos como descarte indevido por falta de comunicação ao responsável pelo patrimônio, o que pode ocasionar a não realização da baixa contábil. Para que isto não ocorra, é recomendado que o empresário siga três passos: Relatório de Investigação, Parecer da Seção de Imobilizado e Aprovação da Diretoria.
Sinistros	Quando existe um seguro direcionado a um respectivo bem, o valor equivalente à indenização devido ao sinistro de bens do ativo imobilizado deve ser tratado contabilmente como uma receita operacional. A indenização recebida pela seguradora será considerada a preço de venda do bem sinistrado, o qual deverá ser debitado em uma conta direcionada ao recebimento do ativo circulante, além de haver o crédito em outra conta de receita operacional relativa ao resultado do exercício. Portanto, após realizar os registros contábeis, ocorrerá a apuração do ganho ou perda de capital de operação, sendo que na existência de ganho de capital, a quantia será tributada perante o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Doação para baixas de ativos imobilizados	As doações estão dispostas no art. 13 da lei n° 9.249, de 1995, bem como o artigo do RIR/99, sendo dedutíveis apenas se forem doações de caráter filantrópico.
Dação em pagamento	A dação em pagamento consiste na entrega de um objeto em substituição ao dinheiro, como uma forma de pagamento, desde que o credor esteja de acordo. O tratamento contábil será o mesmo de uma venda e compra de imobilizado, devendo fazer a apuração do ganho ou perda de capital usualmente. É preciso ainda corrigir o valor do bem desde a data da aquisição até a data da venda, tendo em vista que

ISBN 978-65-5629-077-5

> o mesmo acontece com o valor da depreciação acumulada relativa ao mesmo período para se apurar o valor residual contábil, que será o custo da venda de imobilizado.

Fonte: Lucas Lunguinho, (2021).

2.4 CONTROLE PATRIMONIAL

Bens patrimoniais móveis consistem em todo tipo de patrimônio físico controlável. Devido às suas características físicas de duração e valor, eles devem ser incorporados mesmo que momentaneamente ao patrimônio da instituição. (CPCON, 2013).

Os bens patrimoniais podem ser divididos em duas categorias: bens permanentes e bens de consumo. Segundo Altaf, Troccoli e Rosa (2014) em seu artigo "O controle de bens patrimoniais e de consumo e os critérios de avaliação de estoques", os bens se classificam da seguinte forma:

> Bens permanentes consistem nos bens patrimoniais móveis que, embora ainda tenham uma depreciação rápida, têm durabilidade e vida útil maior. Na gestão patrimonial, para um bem ser considerado permanente, ele não pode ser peça de reposição de nenhuma espécie e deve ter vida útil contábil (avaliada pelo laudo de vida útil) superior a dois anos, conforme disposto no art. 15 da lei 4.320/64. Segundo os conceitos da gestão patrimonial, são oficialmente considerados permanentes artefatos tais como móveis de escritório, livros, máquinas de manufatura, documentos em geral, computadores e periféricos de informática e de veículos.

Já sobre os bens de consumo:

> Bens de consumo, ao contrário de bens permanentes, são os bens patrimoniais móveis de vida útil fugaz; em outras palavras, são os bens que ou são consumidos prontamente assim que adquiridos ou que são consumidos em tempo inferior a dois anos. Na gestão patrimonial, são considerados como bens de consumo material de escritório, peças de reposição para máquinas e equipamentos de informática, produtos de limpeza, gêneros alimentícios e todo e qualquer bem de vida útil efêmera.

O controle patrimonial dentro de uma empresa visa primeiramente a classificação correta de um material em seu agrupamento. Tanto em instituições públicas quanto privadas, um sistema de classificação e de codificação de materiais é fundamental para que existam procedimentos de armazenagem adequados (ALTAF, TROCCOLI, ROSA 2014).

Quando atrelado à tecnologia, o controle patrimonial é facilitado por meio de ferramentas e computadores e da criação de programas específicos para controle, de forma que o gestor consegue de maneira mais prática gerir os processos. O responsável pelo controle físico dos bens deve estabelecer controles que evitem a ocorrência de desvios de materiais a serem implantados no setor – tal controle

ISBN 978-65-5629-077-5

deverá ser cumprido pelas pessoas que o auxiliam na execução dessas tarefas (ALTAF, TROCCOLI, ROSA 2014).

O controle patrimonial inicia com a entrada do bem na carga patrimonial e constitui atividade administrativa que visa a preservação e defesa do patrimônio da instituição, com a finalidade de acompanhar a posição física e financeira deste bem (CARVALHO, AUXILIADORA 2019).

No geral, as entradas dos bens móveis nas organizações acontecem através de compras realizadas de acordo com a previsão de orçamento de cada empresa. A partir do recebimento destes bens móveis na carga da instituição, estes deverão ser devidamente registrados no sistema de controle patrimonial. (CARVALHO, AUXILIADORA, 2019). A figura abaixo mostra o que a ação de controle patrimonial pode possibilitar:

Figura 1 – Ações que o Controle Patrimonial pode possibilitar



Fonte: Elaborada pela autora (2021), a partir de Carvalho e Auxiliadora (2019)

Segundo Matias (2015), entende-se por administração patrimonial a preservação, controle e guarda de todos os itens que fazem parte do patrimônio da entidade – os procedimentos que vão desde a aquisição do bem até o momento que o item é excluído do inventário da empresa. É de suma importância que as empresas tenham um sistema para controlar essas entradas e saídas.

Segundo Alves (2020), o controle patrimonial é um processo muito importante para melhorar a estrutura de uma empresa, pois um patrimônio organizado e controlado é capaz de ocasionar um maior crescimento e desenvolvimento para a empresa, gerando maior durabilidade e segurança.

A gestão patrimonial tem procedimentos administrativos básicos de aquisição, recebimento, guarda e distribuição, diferenciando-se apenas das atividades de movimentação e acompanhamento do uso dos bens patrimoniais (Carvalho 2019).

O controle patrimonial é uma ferramenta que pode ser entendida como um controle extra contábil, onde são registrados individualmente os bens de cada unidade, além de ser uma exigência imposta pela lei Federal 4.320/64 (Martins, 2012).

Até pouco tempo atrás o patrimônio não era visto como objeto de estudo da contabilidade enquanto ciência (esse lugar era apenas do orçamento), porém, com

ISBN 978-65-5629-077-5

este novo foco no patrimônio, a instituição visa práticas que gerem informações mais confiáveis e transparentes dos bens (Martins, Nascimento e Rocha, 2013).

Conhecer e ter controle do imobilizado da organização possibilita o cumprimento das obrigações fiscais corretamente e ainda permite potencializar a gestão, tornando-a mais competitiva (Investidor Consulting Partners, 2020).

Figura 2 - Etapas de um Controle Patrimonial



Fonte: Elaborada pela autora (2021) a partir do Relatório de Levantamento Patrimonial, grupo UNUS (2020).

Segundo Camelo, Gasparello e Favero (2006), "uma atribuição importante do sistema patrimonial é a classificação e normalização dos procedimentos dos eventos patrimoniais". Dentre muitos eventos, os principais são:

a) Aquisição de bens e direitos permanentes;
b) Transferência de bens entre estabelecimentos fiscais;
c) Transferência de bens entre departamentos ou divisões;
d) Empréstimos e comodato de bens;
e) Doação de bens e direito;
f) Locação e arrendamento mercantil de bens;
g) Ativamento interno de bens;
h) Reformas de equipamentos ou aquisições complementares ativáveis;
i) Obras civis (novos edifícios, ampliações e reformas ativáveis);
j) Sinistro de bens;
k) Sucateamento e desmanche de bens;
l) Venda de bens e direito.

2.5 QR CODE

ISBN 978-65-5629-077-5

O Quick Response Code é uma tentativa de substituir o código de barras. O método é bastante usado para compartilhar dados rapidamente, principalmente em celulares, nas redes sociais (Gogoni, 2019).

O código foi criado em 1994 pela Denso-Wave, uma empresa japonesa fabricante mundial de componentes automotivo. A organização criou o código com o intuito de catalogar as peças dos carros na linha de produção, e posteriormente a linguagem começou a ser aplicada em celulares (Xavier, 2014)

O QR Code consiste em um gráfico 2D que pode ser lido na grande maioria dos celulares digitais, tendo sido aprimorado para ter alta capacidade de armazenamento e ser útil a outros segmentos (Andrion, 2019)

A diferença entre o código de barras comum e o QR Code em primeiro lugar é a representação gráfica de ambos: o código de barras é uma série de faixas acompanhada de uma sequência numérica, ao passo que o QR Code é uma série de códigos e caracteres decodificados em uma imagem quadrada, dispondo de alta capacidade para armazenar dados (Xavier, 2014).

Trazer estas tecnologias à realidade empresarial está cada vez mais corriqueiro, visto que muitas delas automatizam o processo, reduzem custos, ajudam na organização, na comunicação e no crescimento da empresa (Marques, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como descritiva, pois detalhará o funcionamento e as características de um Controle Patrimonial por meio de ferramentas tecnológicas, na empresa estudada.

Segundo Tumelero (2018), o conceito de pesquisa descritiva pode ser definido como aquela que descreve uma realidade – como o próprio nome diz, a pesquisa descritiva não tem uso apenas científico. Ela pode agregar valor também em pesquisas voltadas ao mercado, como é o exemplo do marketing.

Em relação aos procedimentos, esta pesquisa é classificada como um estudo de caso, pois será feita uma entrevista com o gestor responsável pelo Controle Patrimonial da empresa escolhida, uma observação de como funciona o sistema de Controle Patrimonial implantado e uma análise documental de todos os processos feitos, tanto documentos impressos quanto digitais, coletando os dados, analisando as assertivas, erros e o planejamento do processo.

Segundo Patel (2020), o estudo de caso, também conhecido como *case*, é uma pesquisa aprofundada sobre um ou poucos objetos de investigação, de modo a produzir conhecimento amplo e detalhado sobre o tema. Seu objetivo é servir de base para novos estudos ou como prova social, atestando a veracidade de uma proposta.

Quanto à abordagem, a pesquisa se enquadra como qualitativa, tendo sido utilizado o método do roteiro com uma entrevista junto ao gestor, a fim de entender o Controle Patrimonial da empresa escolhida, assim como a observação e análise de documentos.

Segundo Qualibest (2020), a pesquisa qualitativa não pode ser feita com o uso de instrumentos estruturados como questionários. Neste tipo de pesquisa se utilizam roteiros que guiam a entrevista a ser realizada, e as informações coletadas

ISBN 978-65-5629-077-5

procuram não apenas mensurar um tema, mas sim descrevê-lo, valendo-se de impressões, pontos de vista e opiniões.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DA EMPRESA

A TS Consultoria em Transportes – Transdesk é uma empresa de pequeno porte que faz parte de uma holding denominada UNUS Holding. A Transdesk é focada em identificar as necessidades dos transportadores brasileiros de cargas – rodoviárias, marítimas e aéreas, com o objetivo de proporcionar soluções integradas, como redução de gastos e operações mais seguras.

A empresa atua no mercado há oito anos, tendo sido fundada em 2013, em uma sala de aproximadamente cinco metros quadrados, com quatro colaboradores. O objetivo da empresa nunca foi acumular riquezas ou prestigio: seu foco principal sempre foi o de empregar pessoas e mudar vidas.

A empresa mantém o foco no colaborador, criando oportunidades e desenvolvendo o melhor de cada um, o que reflete diretamente em um de seus grandes diferenciais: o atendimento.

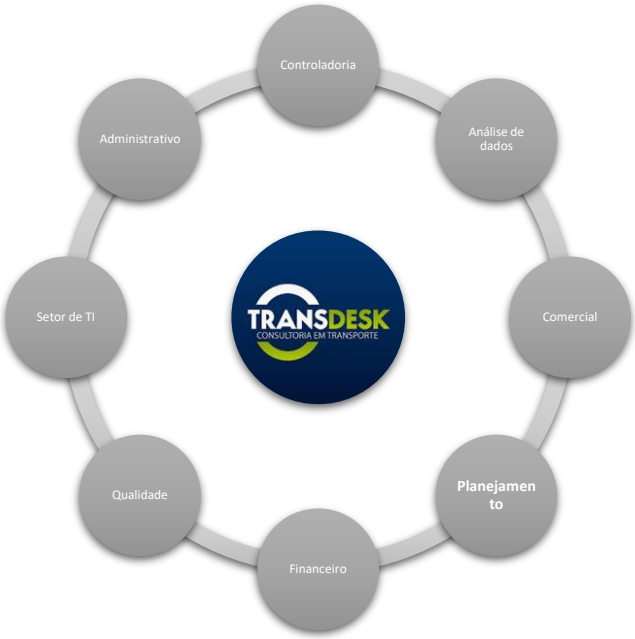
Possui unidades distribuídas em nove estados brasileiros, que são representadas por consultores devidamente treinados, buscando as melhores soluções para os transportadores.

Sua missão: proporcionar aos clientes uma operação sustentável, segura e eficaz, desenvolvendo e buscando soluções inovadoras para os transportadores. Sua visão: ser referência em soluções transportadoras. Seus valores: prezar pela ética, transparência e comprometimento com o desenvolvimento humano em todos os serviços que presta, respeitar as normas e leis estabelecidas, valorizar cada indivíduo, bem como seus familiares e seus negócios.

A empresa conta hoje com um quadro de 62 colaboradores e está dividida em nove setores, como mostra o organograma abaixo:

Figura 3 – Setores da empresa TS – Consultoria

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Contabilidade da empresa, entre os anos de 2019 e 2020, a TS Consultoria teve um crescimento de 232,56% em sua receita e 96,30% em seu ativo.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA

Para a apuração dos fatos sobre a implementação e gestão do Controle Patrimonial na TS Consultoria, foi realizada uma entrevista com o Analista de Controladoria, Júlio Jandt, (41 anos), formado em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (2001), atualmente cursando MBA em Gestão Financeira Contábil e Controladoria pela Univel, tendo sido a pessoa que implementou todo o sistema dentro da organização.

No ano de 2019 foi fundado o setor de Controladoria dentro da empresa Transdesk, funcionando como uma espécie de auditoria interna. Segundo o entrevistado, "no primeiro momento a atenção se voltou para a parte financeira e contábil. Porém, em novembro de 2019, observou-se a necessidade de criar um controle patrimonial, levando em conta o grande crescimento do grupo Unus do ano de 2017 adiante".

Este crescimento não se deu apenas por números, mas também máquinas, móveis e equipamentos. Jandt menciona que "até então o grupo não dispunha de um controle patrimonial, e o objetivo inicial da implementação deste sistema foi o de evitar perdas, má fé, desvios e desperdícios, obedecendo a um critério de "*compliance*" (agir de acordo com a norma vigente)". Toda empresa necessita catalogar os bens que adquiriu, para comprovar perante a lei que tais bens são efetivamente seus. Estes bens podem ser comprovados por meio de documentos de aquisição, que na maioria das vezes vem a ser uma nota fiscal ou termo de doação.

Segundo o entrevistado, "o levantamento patrimonial começou no prédio Casa Unus", uma das sedes do grupo localizada em Cascavel, "em seguida na Matriz (ou

ISBN 978-65-5629-077-5

Prédio Unus)", também localizada em Cascavel e, na sequência, "nas demais empresas do grupo e suas parceiras, como a SEGTRUCK".

Quanto às unidades e filiais, o levantamento foi feito pelos próprios colaboradores, seguindo o modelo que lhes foi enviado.

Neste levantamento foi elencado tudo o que é um bem patrimonial, isto é, todo bem que custou acima de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e/ou com vida útil superior a 1 (um) ano.

Segundo o entrevistado, "a primeira etapa para criação do Controle Patrimonial que a empresa tem hoje consistiu em visitar cada setor e catalogar todos os bens por tipo, cor e demais critérios para o detalhamento do bem, levando em consideração toda a descrição possível do equipamento".

"Valendo-se de planilhas do Excel para a coleta destes dados, foi descrito o nome do colaborador que utiliza o bem. Após, começou-se uma verificação nos arquivos contábeis, desde 2017, buscando as notas fiscais de aquisição dos bens. Encontradas as notas, fez-se uma correlação entre essas notas e o próprio bem, comparando a descrição da nota fiscal com a descrição do bem propriamente dito".

Após este processo, o entrevistado diz que "começou-se a catalogar estes bens no sistema utilizado na empresa para a parte contábil – um ERP chamado 'DON CORPORATE', onde os bens foram cadastrados nas diferentes empresas do grupo Unus e também na empresa parceira SEGTRUCK. Após o cadastramento de todos os bens no sistema, foi criado o modelo de etiquetagem por QR Code".

Segundo o entrevistado, QR Code foi escolhido para padronizar o processo: "As empresas do Grupo Unus trabalham de forma harmônica, coesa e parceira uma com a outra, de modo que, em muitos casos, há bens de uma empresa que servem a outra. Assim, decidimos padronizar as etiquetas com a logomarca do Grupo UNUS, e não de uma empresa específica, e o QR Code foi a melhor opção".

Segue abaixo um quadro que descreve as etapas de criação do Controle Patrimonial na TS Consultoria em Transportes:

Quadro 3 – Etapas da criação do Controle Patrimonial na TS – Consultoria

Primeira etapa	Catalogar em todos os setores os bens por tipo, cor e demais critérios necessários para o detalhamento do bem, incluindo toda a descrição do equipamento, assim como o registro dos colaboradores que os utilizam.
Segunda etapa	Verificação dos arquivos contábeis desde 2017 buscando nos documentos de aquisição a descrição do bem, correlacionando-os com os bens em uso.
Terceira etapa	Catálogo dos bens no sistema contábil da empresa, que permite seu cadastramento com todos os dados e características.
Quarta etapa	Criação do modelo de etiquetagem por QR CODE, juntamente com a logomarca do grupo Unus, do qual a Transdesk faz parte.

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Além de todos os pontos acima já citados, a vantagem do QR-Code foi a simplicidade nos processos. Segundo o entrevistado, "ele foi inserido em uma função

ISBN 978-65-5629-077-5

dentro do Excel sem custo nenhum, e de ordem interna, sem a necessidade de prestação de serviços de terceiros".

Para a criação da etiqueta foi utilizado um papel etiquetado para imprimir os códigos, juntamente com uma sobreposição de papel "*contact*" transparente, evitando assim que a etiqueta molhasse e borrasse o QR Code, uma vez que alguns bens permanecem ao ar livre ou podem estar em contato com a água.

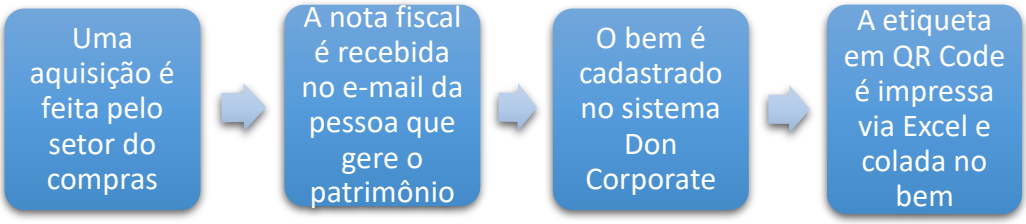
O entrevistado afirma que, basicamente, "a ideia do QR Code foi padronizar os bens patrimoniais do Grupo, e também fornecer nele a maior quantidade possível de informações, uma vez que esta tecnologia permite armazenamento específico de grandes dados e de cada item separadamente. Isto sem contar a praticidade, pois pode ser lido por qualquer celular".

Para a implementação do sistema foi necessário um notebook, celular com câmera, papel etiquetado, papel "*contact*" transparente e caneta, e para gerir o processo é necessário apenas um colaborador.

4.3 ETAPAS DO PROCESSO DE CONTROLE PATRIMONIAL E FUNCIONAMENTO DO QR CODE

O processo de controle patrimonial é gerido por etapas simples e práticas, como mostra o fluxograma abaixo:

Figura 4 – Como é gerido o Controle Patrimonial na TS Consultoria



Fonte: dados da pesquisa (2021)

4.4 EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA FERRAMENTA

Segundo dados coletados, quando o sistema foi implementado na empresa existiam inúmeras falhas no processo, principalmente ligadas ao aspecto humano. Por isso, a mudança de uma cultura junto aos colaboradores foi essencial para contribuir com o funcionamento do sistema.

Segundo o entrevistado, "a falta de comunicação entre os setores gerou uma deficiência no processo, especialmente no quesito de não informar a aquisição de um novo bem. Porém, com o passar do tempo, os setores se alinharam entre si, e hoje este processo é feito com facilidade".

Quanto ao sistema utilizado para cadastro dos bens, o entrevistado afirma o seguinte: "Outros controles usam software pagos que talvez possam facilitar o processo. Na Transdesk se optou por continuar com o uso do software contábil ERP Don Corporate, onde é feita toda parte contábil de depreciação do grupo. Mesmo com limitações, o software consegue fornecer um bom controle ao lado das boas ferramentas do Excel, onde o armazenamento acontece num servidor online e diariamente é feito um *backup*, para que não se corra o risco de perda de dados, se ficarem armazenados em apenas um computador".

ISBN 978-65-5629-077-5

Quando questionado sobre a ferramenta de qualidade operando no controle, o entrevistado respondeu que o controle "se dá por auditoria interna, em que a controladoria fiscaliza, orienta e acompanha o andamento do sistema. Além disso, o processo se torna simples, completo e prático o suficiente para ser gerido por qualquer colaborador".

O entrevistado conclui dizendo que, "quando foi concluído o levantamento, foi criado também um *modus operandi*, isto é, um manual de como realizar cada etapa do controle patrimonial, de forma que uma pessoa, por mais inexperiente que seja, ao operar o módulo de gestão patrimonial do Don Corporate, saberá catalogar cada item com o auxílio do manual, que contém o passo a passo para operar o sistema".

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo geral e específico, respectivamente, analisar a implementação do Controle Patrimonial por meio da ferramenta tecnológica QR Code em uma empresa de consultoria em transportes na cidade de Cascavel, estado do Paraná, onde foi possível investigar a forma de implementação do sistema de Controle Patrimonial por QR Code na organização, identificar as etapas do processo, descrever o funcionamento da ferramenta QR Code no Controle Patrimonial e verificar a eficácia e eficiência desta ferramenta na empresa. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e qualitativa, tendo sido utilizado um método de roteiro com uma entrevista junto ao gestor, para entender o Controle Patrimonial da empresa escolhida, assim como a análise de documentos. O principal resultado encontrado, a partir dos dados avaliados, mostrou que a empresa foi bem sucedida em sua implementação e gerenciamento do sistema, alcançando praticidade nos processos e reduzindo custos na operação.

Através de todas as informações coletadas e analisadas, e do ponto retomado acima, conclui-se que o trabalho atingiu os objetivos traçados seguindo a metodologia e alcançando os resultados desejados, tendo como base um estudo de caso dentro da empresa escolhida. Ressalta-se, ainda, a importância de novos estudos e pesquisas em empresas que utilizem a ferramenta QR Code em seu processo de Controle Patrimonial, a fim de buscar melhorias e aperfeiçoamentos nesta prática, ao observar como é gerido e controlado o processo.

REFERÊNCIAS

ANDRION Roseli. **Você sabe o que é o QR-Code? A gente Explica**. Publicado em 14 set. 2019. Disponível em: < https://olhardigital.com.br/2019/09/14/seguranca/voce-sabe-o-que-e-o-qr-code-a-gente-explica/>. Acesso em 27 mai. 2021

ALVES Thamires. **8 PASSOS para a implantação de controle patrimonial numa pequena ou média empresa**. Publicado em: 16 mar. 2020. Disponível em <https://www.afixcode.com.br/blog/implantacao-controle-patrimonial-empresa/> Acesso em: 27 mai. 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

BARRETO, Maria da Graça Piatá. **Controladoria na gestão**: a relevância dos custos da qualidade. 1 ed. São Paulo, 2008.

BONA André. **HOLDING Empresarial: O que é e como funciona?** Publicado em: 5 jan. 2021. Disponível em < https://andrebona.com.br/holding-empresarial-o-que-e-e-como-funciona/>. Acesso em 25 mai. 2021

BRANT, Felipe Ariel. **Holding Empresarial: Vantagens e Desvantagens no contexto empresarial familiar**. Publicado em 2020. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2991/1/Filipe%20Ariel%20Brandt.pdf. Acesso em 02 set. 2021

BRASIL. Decreto n° 3.000,0 de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do importo sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Brasília, 17 jun. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm. Acesso em 09 jun. 2021

BRASIL. Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário oficial da união, Brasília 17 dez. 1976. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em 09 jun. 2021

BRASIL. Lei n° 11.637, de 28 de dezembro de 2007. Altera a renova dispositivos da lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providencias. Diário oficial da união, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em 09 de jun. de 2021

BRASIL. Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, e dá outras providências. Diário oficial da união Brasília, 28 mai. 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em 09 jun. 2021

CAMELO, O. C. A; GASPARELLO R. E; FAVERO L. H. Sistema de Informação Contábil e sua Importância para o Controle dos bens Permanentes do setor Público. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**, v 25, n 1, p. 62-76, 2006.

CARVALHO, E. F; AUXILIADORA, A. M. **Análise do Controle patrimonial de Bens Permanentes em uma Organização Pública**. Universidade Federal de Viçosa, v 11. N 4, 2019.

CARVALHOSA, M. **Comentários á lei de Sociedades Anônimas**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CPCOM Soluções Coorporativas (2013). Disponível em <http://www.cpcon.eng.br/>. Acesso em 24 mai. 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

DANTAS, I. **Depreciação, Amortização e exaustão do ativo imobilizado/intangível**. Contabilidade societária & fiscal Ed. Freitas Bastos, 2017.

EQUIPE Investidor Consulting Partners, **ATIVO Imobilizado: Como é feito e sua importância.** Publicado em: [s.d]. Disponível em < https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/controle-do-ativo-imobilizado/>. Acesso em 27 mai. 2021

EQUIPE Investidor Consulting Partners, **ATIVO Imobilizado: O que é, Contabilização e exemplos.** Publicado em: [s.d]. Disponível em < https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/ativo-imobilizado/>. Acesso em 24 mai. 2021

EQUIPE Consulting Partners, **CONTROLE do ativo imobilizado: como é feito e sua importância**. Publicado em: 02 out. 2019. Disponível em < https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/controle-do-ativo-imobilizado/>. Acesso em 24 mai. 2021

EQUIPE Consulting Partners. **QUAIS os impactos para a empresa que não tem controle Patrimonial?** Publicado em: [s.d]. Disponível em < https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/impactos-empresa-nao-tem-controle-patrimonial/>. Acesso em 27 mai. 2021

EQUIPE Qualibest. **ENTENDA o que é pesquisa qualitativa e quantitativa**. Publicado em: 13 mai. 2020. Disponível em < https://www.institutoqualibest.com/blog/dicas/entenda-o-que-e-pesquisa-qualitativa-e-quantitativa/> acesso em 16 jun. 2021

FUNDAÇÃO Instituto de Administração**. ESTUDOS de caso**: **O que são, exemplos de como fazer para TCC.** Publicado em: 28 set. 2020. Disponível em < https://fia.com.br/blog/estudos-de-caso/>. Acesso em 16 jun. 2021.

FUNDAÇÃO Instituto de Administração**. INDÚSTRIA 4.0: O que é, consequências e impactos e positivos.** Publicado em: 11 nov. 2020. Disponível em: < https://fia.com.br/blog/industria-4-0/>. Acesso em 27 mai. 2021
GOGONI Ronaldo. **O que é QR-Code? [Como ler e criar o seu].** Publicado em: 01 jan. 2018. Disponível em < https://tecnoblog.net/272214/como-criar-o-seu-proprio-qr-code/>. Acesso em 27 mai. 2021

KLEIN, JÚNIOR G. R; SOUZA, R. L. **Adequação das Novas Normativas Contábeis de Controle Patrimonial á Prática das Pequenas e Médias Empresas**. Pensar Contábil**,** v. 15, n. 56 p. 22-28, 2013. Acesso em 27 mai. 2021

LUNGUINHO Lucas, **CONHEÇA os conceitos e as principais características da baixa de ativos imobilizados.** Publicado em: 22 mar. 2021. Disponível em < https://portaldacontabilidade.clmcontroller.com.br/conheca-os-conceitos-e-as-principais-caracteristicas-da-baixa-de-ativos-imobilizados/> Acesso em: 09 jun. 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

MARQUES, Marcos. **Novas Tecnologias nas empresas**. Publicado em 01 mar. 2018. Disponível em: < http://marcusmarques.com.br/pequenas-e-medias-empresas/desafio-implantacao-novas-tecnologias-pequenas-medias-empresas/attachment/novas-tecnologias-nas-empresas/>. Acesso em 27 mai. 2021

MARTINS, E. M. M; SOUSA, G. G; NASCIMENTO, A. N; ROCHA, D. M. R. **Novo Modelo de Gestão Patrimonial do Estado de Pernambuco: O Controle dos Bens públicos a luz das novas normas brasileiras de Contabilidade (NBCASP).** Brasília: 2013, centro de Convenções Ulysses Guimarães.

MATIAS, Anderson Cortez. **Gestão Patrimonial: Contribuição para o controle de bens móveis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão em Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8630/2/arquivototal.pdf. Acesso em 02 set 2021.

ODA Orlando, **CONTROLE Patrimonial**: **Uma segurança contra prejuízos materiais**. Publicado em: 16 ago. 2013. Disponível em < https://administradores.com.br/artigos/controle-patrimonial-uma-seguranca-contra-prejuizos-materiais>. Acesso em 27 mai. 2021

OLIVEIRA, Gislaine Boeno; OLIVEIRA Reginaldo Aparecida. **A IMPORTÂNCIA da Controladoria na Percepção dos gestores**: **Um estudo dirigido a uma empresa do meio Oeste Catarinense.** Publicado em 2018. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/235133308.pdf. Acesso em 02 set 2021

OLIVEIRA Ingrid. **UMA análise sobre o conceito de Holdings**. Publicado em: 26 fev. 2019. Disponível em <https://www.bancofiscal.com.br/pt-br/blog/63/uma-analise-sobre-o-conceito-de-holdings>. Acesso em: 27 mai. 2021

PATEL, Nell. **Estudo de Caso**: **O que é, exemplos e como fazer**. Publicado em 2020. Disponível em: < https://neilpatel.com/br/blog/como-fazer-um-estudo-de-caso/>. Acesso em 27 mai. 2021

REDAÇÃO Vivo meu negócio. **5 FERRAMENTAS de gestão financeira para adotar em sua empresa.** Publicado em: 30 nov. 2018. Disponível em < https://vivomeunegocio.com.br/conteudos-gerais/gerenciar/ferramentas-de-gestao-financeira/> Acesso em 21 jun. 2021

REIS Tiago. **O QUE é uma Holding?** Entenda como atua esse tipo de empresa. Publicado em: 25 jul. 2018. Disponível em: < https://www.suno.com.br/artigos/o-que-e-uma-holding/>. Acesso em 25 mai. 2021

RIBEIRO Jorge Augusto**. 5 Tecnologias na gestão de pessoas que você precisa conhecer**. Publicado em 2018. Disponível em https://grougp.com.br/blog/5-

ISBN 978-65-5629-077-5

tecnologias-na-gestao-de-pessoas-que-voce-precisa-conhece/. Acesso em 21 jun. 2021

RIZZARDO, A. **Direito de empresa.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROSA, F. D; ALTAF J. G; TROCCOLI, I. R. **O controle de bens Patrimoniais e de Consumo e os Critérios de Avaliação de Estoques**. Universidade Federal Fluminense – UFF, 2014.

[S.l], **CONTROLE Patrimonial: O que é e por que fazer? Conheça os benefícios para sua empresa.** Publicado em: [s.d]. Disponível em < https://controlefinanceiro.granatum.com.br/guest-post/controle-patrimonial-o-que-e-por-que-fazer/>. Acesso em 27 mai. 2021

SEBRAE. **Entenda melhor as finanças do seu negócio**. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/controle-as-financas-do-seu-negocio,4e2c438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em 27 mai. 2021

TAVERNEZI, A. P. **A Importância do Controle Patrimonial no setor público**, [S.I.] [S.N.]

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário.** 5. Ed. São Paulo: Atlas 2013.

TUMELERO Naina. **PESQUISA DESCRITIVA**: **Conceito, características e aplicação.** Publicado em: 19 jan. 2018. Disponível em < https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/>. Acesso em 16 jun. 2021

XAVIER Fox. **QR-Code**: **Entenda o que é e como funciona o código**. Publicado em 29 abr. 2014. Disponível em: < https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/03/um-pequeno-guia-sobre-o-qr-code-uso-e-funcionamento.html>. Acesso em 27 mai. 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

EMPREENDEDORISMO RURAL: O EMPODERAMENTO FEMININO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ.

Leticia Gabrieli Zanotto[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a influencia do empreendedorismo rural em relação: empoderamento feminino em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná. A metodologia adotada é de natureza descritiva e quantitativa, e sua operacionalização foi através de questionamentos assertivo e submetido à avaliação das respondentes com perguntas fechadas adaptado dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - WEPs (2021), e instrumento de coleta de dados consistiu num roteiro de perguntas em relação ao ambiente livre de violência, assédio e exploração sexual; necessidades específicas de saúde, segurança e higiene das mulheres no trabalho e no deslocamento até o local de trabalho; a promoção ao acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres; o compromisso de liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres; Política de não discriminação e igualdade oportunidades; a garantia de igualdade salarial entre mulheres e homens; as políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera. A pesquisa foi realizada com 22 mulheres do Comitê Feminino do Sindicato Rural do município de Cascavel – Paraná. Os resultados obtidos na pesquisa revelam que empoderar as mulheres em pequenas propriedades rurais buscam acesso a bens e serviços que mudem suas vidas. Quando as mulheres têm autonomia para participar plenamente na sociedade, trabalham e criam seus próprios negócios por meio do acesso a financiamento, educação e empregos, as famílias melhoram sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Autonomia. Empoderamento Feminino. Mulheres. Propriedades Rurais.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é o tecido da sociedade rural e, em muitos países do mundo, é a principal atividade econômica. Quaisquer mudanças repentinas e profundas com impacto no setor agrícola podem ter consequências graves em termos de estabilidade social e política nos países em desenvolvimento economicamente. A agricultura também desempenha um papel importante no desenvolvimento rural, especialmente devido ao uso da terra, em países onde o setor é de menor importância econômica.

[1] Acadêmica do Curso Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato do Curso de Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Nas áreas rurais em todo o mundo, a agricultura representa o uso predominante da terra e um componente importante da viabilidade das áreas rurais. A agricultura e as atividades constituem o tecido básico da vida rural, contribuindo significativamente para o estado geral das regiões rurais em termos de emprego e oportunidades de negócios, infraestrutura e qualidade do meio ambiente.

Mas esses elementos definidores do rural foram se modificando ao longo da história, ganhando novos contornos: a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram se as diferenças culturais entre campo e cidade (KAGEYAMA, 2014).

O grau em que a agricultura representa uma parcela da economia rural e, portanto, sua importância relativa como um setor, determina sua contribuição econômica potencial para o desenvolvimento rural. Em alguns países, a agricultura pode ser a principal atividade econômica e sustento a maioria da população com empregos. Nessas regiões, é claro que a estabilidade social e política geral estão intimamente ligadas à condição do setor agrícola.

No entanto, na maioria dos países economicamente desenvolvidos, a agricultura representa uma parte relativamente pequena de uma economia rural diversificada e, além disso, a importância da agricultura em termos da proporção da riqueza nacional e do emprego está, na maioria das regiões, em declínio. Isso não diminui o papel potencial da agricultura no desenvolvimento rural desses países, mas também deve ser incluída a contribuição de atividades econômicas alternativas, que podem oferecer perspectivas duradouras de emprego e progresso econômico.

No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se, também, que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria, haja vista a interação dessas espécies com os hábitos sociais da espécie humana que a manejou (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Neste contexto, as mulheres desempenham um papel crítico e potencialmente transformador no crescimento agrícola nos países em desenvolvimento, mas enfrentam obstáculos persistentes e restrições econômicas que limitam uma maior inclusão na agricultura. Na agricultura e nos sistemas alimentares em todo o mundo, as desigualdades persistentes e sistemáticas em recursos, poder e funções afetam desproporcionalmente mulheres. Isso limita suas oportunidades e desenvolvimento e contribui para a fome e a pobreza. Apoiar a capacidade das mulheres de realizar seu potencial e fazer escolhas estratégicas de vida nos sistemas agrícolas e alimentares é relevante, pois esses sistemas onde as mulheres enfrentam lacunas de empoderamento.

O empoderamento das mulheres é um termo comum em desenvolvimento, as abordagens organizacionais e programáticas para promover o empoderamento das mulheres podem variar por setor e pelas estruturas que orientam, ou seja, o sucesso depende de compartilhar com os parceiros a visão de criar condições para mulheres empoderadas na agricultura.

Segundo Marion e Bona (2017), afirmam que o surgimento da agricultura familiar vemos a mulher assumir um papel cada vez mais relevante, tendo em vista a introdução da mecanização e tecnologias que facilitam as atividades quanto a necessidade de força bruta, proporcionando maior espaço de atuação às mulheres

ISBN 978-65-5629-077-5

agricultoras. Mesmo assim, a situação está longe do ideal, ora por preconceito da unidade familiar, ora por falta de incentivo e capacitação. A dedicação e contribuição para com este regime vêm aumentando gradativamente, uma vez que este modelo de produção não se utiliza da mão de obra contratada, limitando suas atribuições aos membros da família.

Neste contexto, a liderança feminina no desenvolvimento da agricultura rural é um tema abordado em diversos lugares, porém, informações acerca deste assunto ainda são escassas. As discussões em torno do tema sobre as desigualdades de gênero vêm sendo uma luta para as mulheres conquistarem seu espaço no mercado de trabalho, dentro da agricultura.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a influencia do empreendedorismo rural em relação: empoderamento feminino em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná.

Para tanto, inicialmente é apresentado o referencial teórico que norteia a pesquisa, que trata especificamente do empoderamento feminino no ambiente rural e as respostas oriundas delas, especialmente a intenção de compra. Posteriormente, os procedimentos metodológicos das pesquisas empíricas são apresentados, seguidos dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com compreensão e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, superando desafios com oportunidades e riscos. O empreendedorismo consiste em despertar interesse no indivíduo para o aproveitamento de suas potencialidades, buscando seu autoconhecimento em processos de aprendizado, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas. O empreendedor é um inovador de contextos. "O empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade" (DOLABELA, 2010, p. 25).

A ideia de empreendedorismo pode surgir, de acordo com Bernardi (2012, p. 67), "da observação, da percepção e analise de atividades, tendências e desenvolvimentos, na cultura, na sociedade, nos hábitos sociais e de consumo".

O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico "envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade" (HISRICH; PETER, 2004, p. 33).

Para Drucker (1998), não vê os empreendedores causando mudanças, mas vê os empreendedores explorando as oportunidades que as mudanças criam (na tecnologia, na preferência dos consumidores, nas normas sociais etc.). Isso define empreendedor e empreendedorismo: o empreendedor busca a mudança, responde e explora a mudança como uma oportunidade. Assim, um bom empreendedor, ao agregar valor a produtos e serviços, está permanentemente preocupado com a gestão de recurso, conceitos de eficiência e eficácia, novas atitudes e propósitos.

ISBN 978-65-5629-077-5

Muitos empreendedores compararam características pessoais com as características dos empreendedores de sucesso, segundo Dornelas (2008), são: "visionários; sabem tomar decisões; são indivíduos que fazem a diferença; sabem explorar ao máximo as oportunidades; são determinados e dinâmicos; são dedicados; são otimistas e apaixonados pelo que fazem; são independentes e constroem o próprio destino; ficam ricos; são líderes e formadores de equipes; são bem relacionados (networking); são organizados; planejam; possuem conhecimento; assumem riscos calculados; criam valor para a sociedade".

Dentro dos empreendimentos temos um elemento muito importante, o plano de negócios, segundo Dornelas (2008, p. 84), afirma que "um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócios que sustenta a empresa".

2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

Quando se trata de empreendedorismo feminino, vem em mente toda uma história de "superação", pois, quando paramos para pensar, desde que ocorreram mudanças na sociedade, às mulheres passam a assumir tarefas que diferem do ambiente familiar e doméstico. Entretanto, a sociedade usou, por muito tempo, o argumento da diferença biológica para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, eram consideradas menos capazes para o trabalho fora de casa que os homens, "lugar de mulher é em casa" como diz um velho ditado, porém foi observado por Oliveira (1997, p.11), que "o funcionamento do cérebro desvendado agora não indica, em nenhum momento, que as características masculinas são melhores e as femininas piores. Eles têm habilidades diversas".

Segundo o consórcio Internacional Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2017) mostram que as mulheres foram responsáveis por 51,5% dos novos negócios criados em 2016, no Brasil. O mesmo consorcio descreve o cenário econômico está em transformação e no mundo inteiro, o empreendedorismo ganha forças e mostra mulheres se destacando cada vez mais nos mais diversos nichos do mercado de trabalho. A porcentagem de mulheres a frente de negócios não só aquece a economia como também é um importante instrumento de transformação social.

De acordo com Moore e Buttner (1997), desenvolveram estudo que apresenta resultados que asseguram que as mulheres não medem o sucesso apenas por meio de resultados financeiros. Assim, a medida de sucesso para empreendedoras é a realização, ou seja, a capacidade de querer realmente fazer e fazer acontecer; capacidade de realizar contatos e buscar influências; elevado autoconhecimento; ser realista; ter um suporte emocional; gerenciar a autoimagem; e assumir responsabilidades. A sobrevivência de empresas dirigidas por mulheres tem atingido um tempo além dos padrões encontrados como tempos médios de sobrevivência de micro e pequenos negócios.

2.3 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Para Almeida et al., (2001, p. 5), "a agricultura familiar não é percebida. Ela não tem um recorte, um limite, uma cara. Geralmente, é associada à economia agrícola de subsistência, ao pequeno produtor e ao pobre", em contrapartida, o procedimento de revalorização da agricultura familiar vem na esteira de um conjunto

ISBN 978-65-5629-077-5

de mudanças que está acontecendo na economia e na sociedade, além de estar profundamente ligado a um processo de globalização e de rápidas mudanças tecnológicas.

Segundo Veiga (2002), as chances de desenvolvimento regional rural no Brasil estão ligadas a capacidade de empreendedorismo, que possibilita a geração de empregos. Os estados brasileiros mais empreendedores no meio rural são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Corroborando com o mesmo pensamento Cella (2002), diz que o objetivo primordial do produtor rural é permanecer no campo, ou seja, dentro do agronegócio, mantendo a ideia básica de maximização dos lucros. Para que esse objetivo seja alcançado em tempos de globalização, se faz necessário que o produtor rural seja empreendedor e utilize as ferramentas administrativas o mais corretamente possível.

De acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 43), destacam que "o cenário atual da agricultura tem exigido novas formas de atuação dos produtores rurais, seja desenvolvendo novos empreendimentos, seja buscando adaptar novas formas de gestão para superar as transformações na agricultura".

Segundo Wanderley (2000), o meio rural é visto pela população urbana como o entorno da cidade, local de habitat disperso onde predominam a natureza e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente, à produção agrícola e agropecuária ou os espaços improdutivos. Em consequência, a área rural é considerada pela cidade como sua periferia, com condições precárias de serviços disponibilizados e dependência, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega.

No Brasil, o agronegócio sustentável, representa oportunidades de ocupação ao ponto que há dinamização das atividades produtivas, onde as mudanças de ordem econômica, política, ambiental, tecnológica e social tem influenciado diretamente as diretrizes das organizações. Ainda sobre a importância do desenvolvimento sustentável, segundo Ehlers (1999, p.15), afirma que "esse conceito procura transmitir a ideia de que o desenvolvimento deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais". A informação sobre desenvolvimento sustentável espalhou-se de tal forma que se tornou um novo paradigma da sociedade moderna.

2.4 EMPODERAMENTO FEMININO NO AGRONEGÓCIO

Na década de 1980, o Movimento de Mulheres na Agricultura (MMA) gerou um grande impacto em contexto nacional, valorizando as mulheres rurais em todas as suas atividades, como produtora agrícola, artesã, aquelas que produzem e comercializam para subsistência de suas famílias e diversas outras.

Foi neste cenário que surgiram as discussões sobre a importância e a relevância das lideranças femininas frente aos setores de produção. As mulheres desempenham um papel de extrema importância na agricultura familiar brasileira, elas não são responsáveis apenas pela execução das tarefas básicas do contexto doméstico, elas vão além, desempenham um papel fundamental também nas etapas de produção, como nas lavouras (CORREIA; SILVA, 2017).

Assim, de acordo com Duque-Arrazola (2008), empoderamento é o poder que uma pessoa tem de empoderar a si mesmo, no individual, gerando mudanças

ISBN 978-65-5629-077-5

coletivas e sociais significativas. Para essa mesma autora, o empoderamento feminino pode ser compreendido quando se observa a participação delas nas ações coletivas relacionadas à autoimagem, autoconfiança, desenvolvimento da visão crítica e outros.

O gestor deve buscar sempre resultados econômicos favoráveis a partir dos recursos disponíveis. Gerenciar o desempenho na busca de bons resultados é o objetivo principal (DRUCKER, 2001), contudo, devido às novas tendências de gestão há urgência de transformação da imagem do bronco fazendeiro em um contemporâneo empresário rural e ao mesmo tempo, dar visibilidade as mulheres; empresárias rurais (NEVES; et al., 2005).

De acordo com Cramer et al., (2001), na tentativa de alcançar uma nova posição social há um processo de reconstrução da identidade da mulher, sobretudo no agronegócio, com a construção da imagem da mulher responsável pela fazenda, à gestora do negócio rural. Mesmo assim, no meio rural, a mulher não deve deixar seus valores e vaidade de lado.

Segundo Sen (2000), afirma que o empoderamento das mulheres, por meio da independência econômica e emancipação social, contribuem positivamente para o fortalecimento da posição de agente das mulheres, modificando os princípios organizadores que governam as divisões intrafamiliares e na sociedade, sendo uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento.

Para Akter et al., (2017), enfatizam que estudos quantitativos de empoderamento normalmente estimam pontuações a fim de refletir o nível de poder e agência das mulheres em diferentes sociedades e contextos. As pontuações podem ser usadas para estimar o impacto do empoderamento sobre diversas dimensões. Complementarmente, torna-se interessante observar que o empoderamento feminino influencia as variáveis como educação, recursos econômicos e segurança alimentar, capazes de criar uma situação de bem-estar na formação de gerações futuras de mulheres/homens equitativamente empoderados.

3 METODOLOGIA

Esta seção os procedimentos metodológicos são adotados no desenvolvimento do trabalho empírico. A pesquisa é de natureza descritiva visa descrever a realidade, consiste em observar, analisar, classificar e interpretar fatos, dados ou situações, da forma e no local em que acontecem. A pesquisa é realizada a partir do levantamento de elementos que permitam demonstrar fatos. Pode ser elaborada para caracterizar um fenômeno especifico a população de determinado lugar ou uma situação especifica (BUONO, 2015).

O presente estudo é uma pesquisa quantitativa, é uma "modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo das generalizações previstas na teoria se sustentam ou não" (KNECHTEL, 2014).

A amostra atingiu aproximadamente 75% do universo de empreendedoras rurais do município de Cascavel – Paraná, totalizando 20 respondentes. Os resultados não podem ser generalizados, por não se tratarem de amostra aleatória, mas sendo de corpus considerável, permitem conclusão significativa da influência do

ISBN 978-65-5629-077-5

empreendedorismo rural em relação: empoderamento feminino em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná. A operacionalização dos questionamentos assertivo e submetidas à avaliação do respondente com perguntas fechadas adaptado dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - WEPs (2021), e aplicados entre julho e agosto/2021, entregues pessoalmente nas reuniões do Sindicato Rural do município de Cascavel – Paraná, no comitê feminino do mesmo ao questionamento em relação ao empoderamento feminino em propriedades rurais, conforme quadro 1:

Quadro 1 – O Empoderamento Feminino em Propriedades Rurais

Questionamentos
Ambiente livre de violência, assédio e exploração sexual.
Necessidades específicas de saúde, segurança e higiene das mulheres no trabalho e nodeslocamento até o local de trabalho.
A promoção ao acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres.
O compromisso de liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.
Política de não discriminação e igualdade oportunidades.
A garantia de igualdade salarial entre mulheres e homens.
As políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

A coleta de dados a partir de procedimento básico concedida pelo Sindicato Rural do município de Cascavel – Paraná, no comitê feminino. Desta maneira, o questionário foi dividido em duas partes: (i) o perfil dos respondentes (ii) e influência do empreendedorismo rural em relação: empoderamento feminino em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná. Na análise dos dados, todos os procedimentos estatísticos foram desenvolvidos com suporte do *Microsoft* Excel, inicialmente foram desenvolvidos os procedimentos preliminares de análise das variáveis dos construtos de base do estudo. Para atender ao objetivo de análise descritiva, foram utilizadas as técnicas de frequência (absoluta e relativa). Em seguida, foram elaborados quadros com a síntese dos resultados. Como limitações deste estudo, destacam-se: o processo da coleta de dados, muito longo e dispendioso; a dificuldade de acesso; a própria amostra, não probabilística, por não poder ser generalizada.

4 RESULTADOS

4.1 PERFIL DA AMOSTRA DO ESTUDO

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste tópico, demonstra-se o perfil da amostra através da matriz: Estado Civil, Faixa Etária, Renda e Escolaridade, em relação a empreendedoras rurais, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Perfil das Empreendedoras Rurais.

Perfil		F.a.	F.r.
Estado Civil	Solteira (o)	1	5%
	Casada (o)	12	60%
	Separada (o)	3	15%
	Divorciada (o)	2	10%
	Viúva (o)	2	10%
Faixa Etária	Acima de 16 anos	0	0%
	Entre 18 e 25 anos	3	15%
	Entre 26 e 33 anos	2	10%
	Entre 34 e 41 anos	1	5%
	Entre 42 e 49 anos	4	20%
	Acima de 50 anos	10	50%
Renda	Até um salário mínimo	2	10%
	Entre 2 e 3 salários mínimos	0	0%
	Entre 4 e 5 salários mínimos	6	30%
	Acima de 5 salários mínimos	12	60%
Escolaridade	Fundamental incompleto	0	0%
	Fundamental completo	0	0%
	Médio incompleto	5	25%
	Médio completo	2	10%
	Superior incompleto	10	50%
	Superior completo	3	15%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, buscou-se identificar semelhanças e disparidade entre as respondentes, em relação ao perfil das empreendedoras de pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná. Sendo assim, na questão estado civil a

ISBN 978-65-5629-077-5

maioria das respondentes são casadas (60%) e 20% são divorciadas ou viúvas. Já na faixa etária a maioria tem mais de 50 anos (50%), e 20% da amostra estão entre 42 a 49 anos. Em relação à renda a maioria das respondentes recebem acima de 5 salários mínimos e a faixa de renda entre 4 a salários mínimos correspondeu a 30% da amostra. E por fim, em relação à escolaridade a maioria correspondeu a 50% estão em andamentos em relação formação de curso superior, e 25% da amostra possui o médio incompleto. Como possível justificativa, as atividades desenvolvidas e gerenciadas nos estabelecimentos agropecuários demandam características que mulheres adultas detêm devido às distinções que elas adquiriram ao longo de suas vidas. (BRUMER, 2004)

Ao longo da história há registros de casos em que mulheres assumiram a direção das fazendas em casos de ausência com o homem da família. Nesses casos elas se encontram ante a uma situação de necessidade e tendem a assumir o negócio rural (AUAD, 2003).

4.1 FATORES DE EMPODERAMENTO FEMININO NO EMPREENDEDORISMO RURAL

Nesta seção, empoderar das mulheres que participam integralmente no empreendedorismo rural, e em todos os níveis de atividades econômicas em propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná, com intuição de assegurar a inclusão dos talentos, habilidades, experiências e energia das mulheres que fornecerá um conjunto de considerações que ajudam o setor rural a se concentrar nos elementos-chave para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade.

Algumas práticas precisam ser inseridas na rotina da alta liderança para a promoção de uma mudança cultural na garantia do ambiente livre de violência, assédio e exploração sexual, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Ambiente livre de violência, assédio e exploração sexual

A propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir um ambiente livre de violência, assédio e	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	0	0%
Estamos interessados em saber mais.	3	15%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	0	0%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negócios tomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	0	0%
Sim, a propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir um ambiente livre de violência,	17	85%

ISBN 978-65-5629-077-5

Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, a maior parte das propriedades rurais dispõe de uma abordagem para garantir um ambiente de trabalho e convivência livre de violência, assédio e exploração rural (85%), já as outras propriedades (15%), não tem nenhuma abordagem a este respeito, porém, estão interessadas em saber mais sobre estas abordagens, contudo, seria algo muito interessante aplicar cursos sobre o assunto, e fazer com que seja uma mudança cultural para todos. A prática do assédio pode ser conectada à persistência da separação de funções decorrente da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são alocadas para funções supostamente mais condizentes com seu gênero, implicando em sensação de superioridade pelos homens, o que desencadeia a atitude assediadora tanto por parte de superiores hierárquicos quanto por colegas (ORTIZ; ROSCIGNO, 2009, p. 337-338).

As necessidades das pessoas em relação à saúde e segurança são influenciadas, entre vários aspectos, também pelo seu gênero. É importante que as empresas reconheçam isso ao planejar o escopo dos planos de saúde, a estrutura das equipes e as condições de trabalho, a fim de preservar a saúde física e emocional das colaboradoras, bem como sua segurança, conforme quadro 4:

Quadro 4 - Necessidades específicas de saúde, segurança e higiene das mulheres no trabalho e nodeslocamento até o local de trabalho

A propriedade rural dispõe de uma abordagem para atender às necessidades específicas de	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	0	0%
Estamos interessados em saber mais.	3	15%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	2	10%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negócios tomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	5	25%
Sim, a propriedade rural dispõe de uma abordagem para atender às necessidades	10	50%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, 50% das propriedades rurais dispõem de uma abordagem para atender as necessidades especificas das mulheres no trabalho e no deslocamento até o local de trabalho, outras 15% tem interesse em saber mais, 10% pretendem tomar providencias no próximo ano, e 25% apenas não tem nenhuma

ISBN 978-65-5629-077-5

abordagem a este respeito. Com isso, a utilização de EPI no trabalho é de suma importância para todos, assim como a segurança em horários de serviço e fora dele. Assim, toma-se como referência inicial que o meio ambiente laboral saudável e seguro devem refutar o "entendimento do trabalho enquanto prática assexuada devido à variabilidade da organização técnica e social com base no sexo" (BRITO, 2012. p. 316- 329).

Outro fator está na garantia da promoção ao acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres, conforme quadro 5:

Quadro 5 – A promoção ao acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres

A propriedade rural dispõe de uma abordagem para promover o acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	9	
Estamos interessados em saber mais.	4	20%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	2	10%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	3	15%
Sim, propriedade rural dispõe de uma abordagem para promover o acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres.	11	55%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, em relação a abordagem para promoção do acesso a serviços de saúde de qualidade para as empregadas mulheres, assim, 55% das propriedades rurais dispõem da abordagem com incentivo salarial, e ainda dispondo de assistência comunitária, ou seja, os agentes das unidades de saúde familiar visitam as casas e se necessário, orientam para consultas. Mas há propriedades rurais (10%), pretendem tomar providências no próximo ano em relação a promoção ao acesso a serviços de saúde de qualidade, que atendam às necessidades específicas de saúde das empregadas mulheres.

Assim, compreender tais questões exige o emprego do gênero como categoria de análise do meio ambiente do trabalho, o que possibilita romper com a abordagem da saúde das mulheres trabalhadoras estritamente na perspectiva da

ISBN 978-65-5629-077-5

maternidade ou da fragilidade física, de modo a evidenciar a esfera da subjetividade como aspecto fundamental para a promoção da qualidade de vida e consequente equilíbrio entre saúde e trabalho (OLIVEIRA, 2000).

Na sequência, diferentes frentes de trabalho em prol da criação de ambientes de trabalho inclusivos e o apontamento do impacto positivo que a presença de mulheres na alta liderança pode gerar nos resultados de negócios, conforme quadro 6:

Quadro 6 – O compromisso de liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres

A propriedade rural tem compromisso de liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	9	
Estamos interessados em saber mais.	5	25%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	2	10%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	2	10%
Sim, a propriedade rural tem compromisso de liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.	11	55%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, o compromisso que as propriedades rurais têm a respeito da liderança e apoio no que se refere à igualdade de gênero das mulheres representou 55% das propriedades com este compromisso, quanto liderança geral das propriedades quanto em cargos específicos. 25% das propriedades estão interessadas em saber mais sobre, com isso, o sindicato rural patronal de Cascavel – Paraná procura ofertar qualificação e incentivos no quesito empoderamento feminino na agricultura. De acordo com Carreira, Ajamil e Moreira (2001), entre as barreiras que anteparam a prospecção da liderança feminina destaca-se o sistema patriarcado, o qual valoriza os homens em relação às mulheres e origina as desigualdades sociais, culturais e econômicas existentes entre os diferentes sexos.

Segue o estudo, as mulheres precisam enfrentar a discriminação, marginalização e exclusão, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja um preceito internacional universal, um direito humano fundamental e inviolável, conforme quadro 7:

Quadro 7 - Política de não discriminação e igualdade oportunidades

A propriedade rural dispõe de uma política de não discriminação e igualda de oportunidades, quer independente ou claramente incorporada a uma política empresarial mais ampla?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa

ISBN 978-65-5629-077-5

Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma política, mas:	8	
Estamos interessados em saber mais.	7	35%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	0	0%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	1	5%
Sim, a propriedade rural dispõe de uma política de não discriminação e igualdade oportunidades, quer independente ou claramente incorporada a uma política empresarial mais ampla.	12	60%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, constatou-se que as propriedades rurais dispõem desta política de não discriminação e igualdade de oportunidade representando 60% da amostra, ou seja, colaboradores masculinos e femininos trabalham juntos, e tem um desempenho satisfatório em relação ao seu cargo. Já 35% das propriedades estão interessadas em saber mais sobre estas políticas. O princípio da não discriminação contra as mulheres nessa seara mostra-se de extrema importância ao combate de tais práticas, pois constitui garantia não apenas de igualdade formal, mas também de usufruto dos direitos fundamentais estabelecidos constitucionalmente (ROMITA, 2006, p. 83-84).

Ainda, em relação aos princípios de Empoderamento das Mulheres fornecem um conjunto de considerações que ajudam o setor privado a se concentrar nos elementos-chave para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade, conforme quadro 8:

Quadro 8 – A garantia a não discriminação e a igualdade de oportunidades nos processos de desenvolvimento e promoção profissional

A propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir a não discriminação e a igualdade de oportunidades nos processos de desenvolvimento e promoção profissional?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	13	
Estamos interessados em saber mais.	7	35%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	5	25%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	1	5%

ISBN 978-65-5629-077-5

Sim, a propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir a não discriminação e a igualdade de oportunidades nos processos de desenvolvimento e promoção profissional	7	35%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, as mulheres vêm mostrando resultados satisfatórios processos de desenvolvimento e promoção profissional representando 35% das propriedades rurais e já dispõem de mecanismos para garantir a não discriminação em oportunidades nos processos de desenvolvimento profissional, e também 35% estão interessados em saber mais sobre, através de capacitações e engajamento em relação ao empoderamento feminino podem estar ajudando nesta abordagem.

As mulheres em cargos de comando precisam assumir dois papéis diferentes e opostos na sociedade, ao terem que se comportar de forma mais dura, agressiva e autoritária no ambiente profissional (BIASOLI, 2016).

Nos últimos tempos, vêm endossando a visão de que a igualdade de gênero ajuda os negócios a obter melhor desempenho e reconhecem que os interesses individuais e coletivos salariais podem ser conjugados, conforme quadro 9:

Quadro 9 – A garantia de igualdade salarial entre mulheres e homens

A propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir a igualdade salarial entre mulheres e homens?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma abordagem, mas:	11	
Estamos interessados em saber mais.	5	25%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	3	15%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	3	15%
Sim, a propriedade rural dispõe de uma abordagem para garantir a igualdade salarial entre mulheres e homens.	9	45%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, a maior parte destas propriedades vem dispondo desta abordagem para a igualdade salarial entre mulheres e homens (45%), pois, vários cargos que eram preenchidos pelo gênero masculino, vêm sendo preenchido pelas mulheres, aonde vem tendo qualificações e ajuda para esses cargos. Segundo **Habermas (2002,** p. 297) enfatiza a necessidade de atuação e luta por direitos pelo próprio grupo demandante, no caso, as mulheres que litigam pela igualdade de gênero (e também salarial) no trabalho.

E por fim, as disponibilidades de novos procedimentos devem ser adotadas para fortalecer a implementação da igualdade das mulheres, bem como de seus direitos humanos, conforme quadro 10:

Quadro 10 - As políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera

ISBN 978-65-5629-077-5

A propriedade rural dispõe de políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não, a propriedade rural atualmente não dispõe de uma política, mas:	2	
Estamos interessados em saber mais.	2	10%
Pretendemos tomar providências no próximo ano.	0	0%
Algumas de nossas representações de país ou unidades de negóciostomaram providências.	0	0%
Nenhuma das anteriores.	0	0%
Sim, propriedade rural dispõe de políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas	13	65%
Não se aplica: a propriedade rural é uma empresa de serviços e não realiza operações físicas que afetam as comunidades locais.	5	25%
Total Geral	20	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

No quadro anterior, a maioria das propriedades rurais dispõem políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera (65%) das respondentes. Já em relação a algumas propriedades rurais as respondentes com 25 % da amostra definiram que não se aplica: a propriedade rural é uma empresa de serviços e não realiza operações físicas que afetam as comunidades locais.

As mulheres que assumem papéis de liderança convivem com desafios constantes de harmonização entre vida pública, pessoal e familiar. Para resolução dos conflitos é necessário uma ótima administração do tempo e aperfeiçoamento das relações humanas básicas da mulher como líder, como mãe e como esposa (CARREIRA; AJAMIL; MOREIRA, 2001).

4.2 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO RURAL EM RELAÇÃO EMPODERAMENTO FEMININO

Todas as empresas podem se beneficiar de uma maior igualdade para as mulheres, igualdade significa negócios, neste caso, o empoderamento significa ter ações da própria vida e oportunidades iguais de participar da sociedade. O empoderamento das mulheres, ou empoderamento feminino processo pelo qual mulheres ganham influência e oportunidades iguais na busca de empreendimentos pessoais, sociais e econômicos, engajando-se em todas as partes da sociedade na mesma base que os homens.

O procura descrever o empoderamento feminino nas pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná. Onde, a partir das relações sociais de gênero existente no espaço rural, buscou-se averiguar o empoderamento feminino

ISBN 978-65-5629-077-5

dentro do agronegócio, favorecendo as mulheres trabalhadoras, tanto na esfera gestora e colaboradora.

Levando em conta que o processo de empoderamento não é homogêneo e depende do contexto e das relações sociais em que as mulheres submetidas. Portanto, foi analisado que as transformações ocorridas na vida das mulheres no âmbito familiar, social e politico, verificando o desenvolvimento de sua capacidade de agencia, como uma premissa para o seu empoderamento. Por meio de pesquisas em forma de questionário, pode-se observar que a maioria das propriedades tem uma política de abordagens a respeito das mulheres, podemos citar:

I. **Ambiente livre de violência, assédio e exploração sexual**: o respeito entre as mulheres colaboradoras do ambiente rural é muito importante. Onde a propriedade pode disponibilizar de recursos para incentivar essa relação de colaboradores (masculinos e femininos), onde será inserido na rotina de trabalho.
II. **Política de não discriminação e igualdade de oportunidades:** muitas propriedades rurais dispõem desta abordagem para ter um trabalho com os gêneros igualitários, onde se torna um ambiente com respeito, e criando um desempenho satisfatório.
III. **Políticas e processos para assegurar que os direitos de mulheres e meninas sejam respeitados nas comunidades locais em que opera:** a disponibilização de ações para fortalecer a inserção de igualdade das mulheres.

Outra forma de empoderar as mulheres é aumentando o acesso a bens que mudam suas vidas. Muitas das propriedades rurais ainda dão acesso a serviços básicos, apesar de representarem uma economia de alta renda. Os produtos e serviços incluem acesso a eletricidade confiável, educação de qualidade, assistência médica acessível e muito mais. A falta de acesso a esses serviços básicos costuma estar associada à exclusão financeira., ou seja, muitas as vezes acesso a conta poupança, capacidade de receber um empréstimo, taxas escolares, contas médicas, etc.

Para finalizar, de acordo com as teorias e as respostas obtidas pelas respondentes por meio do questionário, torna-se claro que, as mulheres gestoras/colaboradoras ainda enfrentam algumas dificuldades. As propriedades rurais devem buscar a profissionalização da gestão exercida, como: capacitações comportamentais e alianças estratégicas.

As mulheres devem têm acesso a serviços e bens que melhoram sua vida, os benefícios fluem não apenas para as mulheres que os recebem, mas também para suas famílias e das comunidades rurais. Quando as mulheres têm autonomia para participar plenamente na sociedade, trabalham e criam seus próprios negócios por meio do acesso a financiamento, educação e empregos, as famílias melhoram sua qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal foi é analisar a influencia do empreendedorismo rural em relação: empoderamento feminino em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná, o empoderamento das mulheres faz parte de uma visão de futuro, fornecer serviços e produtos que melhoram a vida das mulheres em

ISBN 978-65-5629-077-5

mercados e programas especificamente adaptados às necessidades das mulheres em propriedades rurais.

Constatou-se que no empoderamento feminino nas propriedades rurais a autonomia das mulheres é algo relevante na sua melhoria da situação política, social, econômica e de saúde. Além disso, é essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável. A plena participação e parceria de mulheres e homens são necessárias na vida produtiva, incluindo responsabilidades compartilhadas com os filhos e manutenção do lar. As relações de poder impedem as mulheres na obtenção de uma vida saudável em muitos níveis da sociedade do Brasil, inclusive nas prosperidades rurais.

Ficou Identificado no estudo que a educação é um dos meios mais importantes de capacitar as mulheres com os conhecimentos, habilidades e autoconfiança necessária para participar plenamente no processo de desenvolvimento. Neste caso, reconhecer que empoderar as pessoas, especialmente as mulheres, fortalece suas próprias capacidades. O empoderamento requer a plena participação das pessoas na formulação, implementação e avaliação das decisões que determinam o funcionamento e o bem-estar de uma sociedade.

Isso denota-se a importância da pesquisa e a necessidade de estudos que demonstrem futuras ações e medidas na limitação da exploração marcadas pelo machismo e pelo preconceito, ou seja, políticas públicas de combate a toda e qualquer situação que se afaste da liberdade, do respeito e da garantia de direitos das mulheres. A população feminina empoderada em pequenas propriedades rurais do município de Cascavel – Paraná poderá buscar e conseguir benefícios sociais, poder, melhores condições de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS

AKTER, S.; RUTSAERT, P.; LUIS, J.; HTWE, N. M.; SAN, S. S.; RAHARJO, B.; PUSTIKA, A. **Women's empowerment and gender equity in agriculture:** a different perspective from Southeast Asia. Food Policy, v. 69, p. 270–279, 2017. Acesso em: 30 Mai. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno et al. **Brasil Rural –** Na virada do milênio. Ministério do desenvolvimento agrário, 2001. Acesso em: 27 Mai. 2021.

AUAD, Daniela. Feminismo: que história é essa?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO D. K. **Empreendedorismo:** conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, v. 1 n. 1, p. 25-38, 2014. Acesso em: 22 Abr. 2021

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão.** São Paulo: Atlas, 2012.
BIASOLI, Patrícia Klaser. Mulheres em cargos de gestão: dificuldades vinculadas ao gênero. Disponível em: . Online, 2016. Acesso em: 03 set 2021.

BRITO, Jussara Cruz de; NEVES, Mary Yale; OLIVEIRA, Simone Santos; ROTENBERG, Lucia. **Saúde, subjetividade e trabalho:** o enfoque clínico e de

ISBN 978-65-5629-077-5

gênero. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 316-329, 2012.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, abr 2004, v.12, n.1, p.205-227. Disponível em: Acesso em: 03 set 2021.

BUONO, Regina Del. **Objetivos de pesquisa descritiva.** 2015. Disponível em: http://www .abntouvancouver.com.br/2015/05/objetivos-da-pesquisa-descritiva-da.html. Acesso em: 15 Ago. 2021.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Tereza (orgs.). **Liderança Feminina no século 21**. São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação, 2001.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural.** São Paulo. 2002.

CORREIA, Iluliane Maria Gadelha. SILVA, Patrícia Ferreira. **A importância da mulher na produção agrícola:** um estudo de caso da empresa hortaliças sempre verde, Alagoa Nova – PB, II Conidis. Nov. 2017. Disponível em <http://www.editorarealize. com.br/ revistas/conidis/trabalhos/trabalho_ev074_md1_sa13_i> Acesso em: 01 Jun. 2021.

CRAMER, L.; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; SILVA, Aurea Lucia. **Representações Femininas da Ação Empreendedora:** uma Análise da Trajetória das Mulheres do Mundo dos Negócios. 2001.

DOLABELA, F. **A corda e o sonho**. Revista HSM Management, 80, pp. 128-132, 2010.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor:** práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1998.

DRUCKER, Peter. **A profissão de administrador.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O sujeito feminino nas políticas de assistência social**. In: MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

EHLERS, Eduardo**. Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba-RS: Agropecuária, 1999.

ISBN 978-65-5629-077-5

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro - estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

HISRICH, R. D., & Peter, M. P**. Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2004. KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural:** conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2014. Disponível em: https:// seer.sct.embrapa.br› cct › article › download. Acesso em: 05 Abr., 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARION, Aline Adriana Marion; BONA, Ana Aldo Nelson. **Importância da mulher na agricultura familiar.** 2017. Disponível em: https://publicacresol.cresolinstituto.org.br. Acesso em; 05 Abr. 2021.

MAZOYER, M.; ROUDART, L**. História das agriculturas no mundo:** do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MINTZBERG, Henry. **Ascenção e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOORE, D. P.; BUTTNER, E. H. **Women entrepreneurs moving beyond the glass ceiling**. London: Sage, 1997.

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org). Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.p. 237-256.

OLIVEIRA, Malu. **Homem E Mulher A Caminho Do Século XXI**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ORTIZ, Susan Y.; ROSCIGNO, Veincent J**. Discrimination, women, and work**: Processes and Variations by Race and Class. The Sociological Quarterly. Oklahoma, EUA, v. 50, n. 2, p. 336-359, abr. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2009.01143.x; acesso em 03 set 2021.

ROMITA, Arion Sayão. **O princípio da não-discriminação da mulher no direito do trabalho brasileiro.** In: PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006. p. 83-90.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 464p., 2000.

ISBN 978-65-5629-077-5

VEIGA, José E. **Do Crescimento Agrícola ao Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro, 2002.

WANDERLEY, Maria de N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e meio ambiente: Editora UFPR, 2000.

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL: Estudo de Caso em uma Empresa de Embalagem do município de Cascavel - Paraná

Thabata Cristine Varasquim Doneda[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: Este artigo teve como demonstrar a importância de um plano de ação nas estratégias de marketing digital de uma Empresa de Embalagem do município de Cascavel – Paraná, como influenciador nas opções de escolha e momento da compra do produto, além de poderoso canal de divulgação da sua marca. A metodologia empregada foi caracterizada como descritiva, qualitativa, e utilizou-se de uma entrevista semiestruturada com empreendedor da empresa objeto de estudo, com a intenção de entender capacidade em que a empresa tem de se destacar diante dos seus concorrentes, passa certamente por um estudo do ambiente de mercado em que ela atua, e principalmente, por uma sequência de ações planejadas da área de marketing. Neste sentido, realizou-se um plano de ação em marketing digital, utilizando-se das estratégias de marketing digital (Preço, Produto, Promoção, Praça). Os resultados obtidos com aplicação do plano de ação constatou-se que a compreensão do público-alvo é relevante para o negócio da empresa. O plano de ação em marketing digital bem pensado começa com pesquisa para definir o público-alvo, ou seja, entender o comportamento de clientes e auxiliará seu modelo de vendas, fornecer auxílio real durante a aquisição do cliente; entenda as necessidades e preparar lançamentos de produtos. E ainda, o plano impediu que a empresa objeto de estudo investisse em coisas desnecessárias aos seus negócios A empresa deve administrar seu tempo de maneira adequada tendo prazos claramente definidos em seu plano de marketing digital.

Palavras-chave: Composto de Marketing, Estratégias de Marketing, Marketing Digital, Plano de Ação.

1 INTRODUÇÃO

O marketing enfatiza a educação sobre a venda para influenciar o comportamento de compra. Esta abordagem de estratégica de marketing concentra-se na criação e distribuição de informações relevantes as necessidades dos clientes em potencial, a fim de atrair aqueles que estão mais alinhados e com probabilidade de comprar produtos ou serviços. O marketing é um componente estratégico de crescimento para maximizar o valor de um negócio.

As estratégias de marketing tratam da criação de negócios preparados para o futuro, capazes de criar valor a clientes e conquistar um mercado em constante mudança. O processo de marketing estratégico é uma série deliberada de etapas utilizadas em empresas a identificar e alcançar objetivos. Além disso, os clientes desejam e a empresa desenvolverá produtos que atendam essas necessidades, ou seja, processo de marketing estratégico deve-se incluir a etapas: (i) Missão; (ii)

[1] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração (2021).
[2] Busato, Sandro Ricardo. Mestre em Administração – (Orientador).

ISBN 978-65-5629-077-5

Analise da situação; (iii) Estratégia / planejamento de marketing; (iv) Mix de Marketing; (v) Implementação e Controle.

Segundo Kotler *et al.,* (2017), afirmam que no desenvolvimento de uma estratégia de marketing é relevante mapear todos os possíveis pontos de contato, assim, um ponto de contato é definido como interação direta e indireta do consumidor com a marca e/ou outros consumidores dentro de um contexto relacionado à marca. Costuma ser descrito como uma ação real que os consumidores executam quando estão em cada um dos estágios dos canais de marketing.

Neste contexto, o marketing de mídia social se concentra em fornecer aos usuários conteúdos que eles consideram valioso e desejam compartilhar em suas redes sociais, resultando em maior visibilidade e tráfego no site. Compartilhamento de mídia social de conteúdo, vídeos e imagens também influenciam esforços dos gestores, pois frequentemente aumentam a relevância nos resultados de pesquisa em redes de mídia social como Facebook, Twitter, LinkedIn, YouTube e Instagram, bem como em mecanismos de pesquisa como Google e Yahoo. Uma estratégia de mídia social é um resumo de tudo do que se planeja fazer e espera alcançar nas redes sociais. Ele orienta ações e permite que empresa saiba se está tendo sucesso ou não. A estratégia de marketing de mídia social também deve listar todas as contas de mídia sociais existentes e planejadas, juntamente com metas específicas para cada plataforma em que você está ativo.

Ao criar uma estratégia de marketing digital voltada para as mídias sociais deve-se focar nas interações que sua propaganda terá com seus consumidores, pois é dessa forma que será definido seu relacionamento com eles. Ao contrário de muitas ações que o marketing digital fornece para sua empresa, o marketing nas mídias sociais é fundamental a serem feitos, como a presença da internet é muito forte com os consumidores, se a empresa não se envolver nas mídias ela é envolvida por opiniões de terceiros (PIZETA *et al.,* 2016).

A análise de marketing voltada a mídias sociais fornecem informações valiosas sobre quem são seus seguidores, onde vivem e como interagem com sua marca nas redes sociais. Esses insights permitem que você refine sua estratégia e direcione melhor seu público. Partir disso, quanto mais específico for plano de marketing volta a mídia sociais, mais eficaz será, tendo concisão, o mesmo será elevado e amplo que seja inatingível ou impossível de medir. Um plano de marketing a mídias sociais estabelece objetivos e metas para campanha de marketing. Isso mantém todos em sua organização na mesma página sobre a direção e o propósito de seus esforços de marketing. Um plano de marketing também fornece uma maneira de medir seu sucesso. Sem um plano, a empresa não saberá realmente se está tendo sucesso.

Segundo Nascimento (2018), existe vários fatores a serem analisados para um bom plano de marketing seja elaborado, caso contrário esse plano estabelecido não surtirá efeito, e consequentemente mal executado poderá levar a empresa a resultados inesperados. O marketing não é apenas analisar o que o cliente deseja, envolve todo um processo para que esse produto ou serviço o agrade.

Poucas empresas podem atender às necessidades e desejos de todo o mercado. Se a empresa deseja dividir o mercado em um segmento que se alinha melhor com seus pontos fortes e oportunidades, o objetivo é identificar clientes. A empresa pode selecionar o mercado-alvo escolhendo todos os tipos de

ISBN 978-65-5629-077-5

características, comportamentos e dados demográficos. O importante é garantir que o público-alvo seja claramente definido e grande o suficiente para dar suporte ao seu produto ou serviço.

Portanto, o objetivo geral deste artigo é demonstrar a importância de um plano de ação nas estratégias de marketing digital de uma Empresa de Embalagem do município de Cascavel – Paraná, como influenciador nas opções de escolha e momento da compra do produto, além de poderoso canal de divulgação da sua marca. Para tanto, será apresentado, plano de marketing, diversas informações e tendências do mercado digital atual.

O presente artigo encontra-se estruturado em cinco partes, constando como primeira esta parte introdutória, no qual é exposto objetivo geral. Na segunda parte tem-se uma contextualização teórica do tema abordado, para tanto são expostas as principais vertentes dos estudos desta área de conhecimento. A terceira parte trata dos aspectos metodológicos sob os quais a pesquisa será executada. Quarta parte traz a apresentação e análise dos resultados. E por fim, a quinta parte têm-se as considerações finais remontando os objetivos da pesquisa e dadas às sugestões para a empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, além de referenciais históricos são levantadas as características que a fazem dela importante meio aos de marketing das empresas, atualmente.

2.1 MARKETING

O Marketing como um processo organizacional está além dos conceitos, pois envolve diretamente o cliente e suas necessidades, segundo Westwood (1996), quando falamos em alcançar as necessidades do cliente, as organizações devem estar preparadas para modificar produtos, introduzir novos produtos e/ ou entrar em um novo mercado, devendo ser monitorado constantemente. As capacidades da empresa, as exigências do cliente e o ambiente, envolvem, portanto, o marketing da organização.

Os processos de marketing unem as capacidades da empresa e as exigências de seus clientes segundo Westwood (1996), ou seja, a empresa dispõe de habilidades para criar, produzir e vender; enquanto o cliente produz as demandas e as exigências necessárias para supri-la.

O Marketing é um processo minucioso, que percorre e participa de todos os setores da organização, influenciando no ambiente organizacional e conhecendo detalhadamente as necessidades da empresa em relação ao ambiente externo. Pode-se dizer que os processos de marketing acarretam e direcionam-se ao comercial, financeiro e organizacional de uma empresa. Kotler (1998), explica que marketing é um processo gerencial e também social pelo qual indivíduos e também grupos, como empresas, obtém o que desejam e necessitam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros. Ou seja, é a metodologia que empresas buscam para divulgar e comercializar o seu produto ou serviço, afim de que o seu cliente se torne encantado pelo mesmo.

ISBN 978-65-5629-077-5

Na necessidade humana é que o marketing tem início. As pessoas necessitam de ar, água, vestuário, alimento, informação, entre outras necessidades de sobrevivência ou serviço, conclui Kotler (1998). O ser humano não apenas necessita de itens e serviços básicos, como está exposto ao ambiente externo que o mundo oferece, sendo reflexo constantemente das mídias e marcas.

Quando estudamos as formas de fazer marketing podemos destiná-lo para vários canais: televisão, outdoor, revistas, jornais e etc., um canal de destaca atualmente é o canal de marketing on-line. Kotler (1998), explica que o público de marketing on-line é aquele que pode ser atingido via computador. E também com o avanço da tecnologia, por meio de aparelho celular. Divulgar produto ou serviço vem sendo cada vez mais utilizado.

O marketing e a necessidade do cliente são duas linhas dentro de uma organização que caminham juntas, e nem sempre é uma tarefa fácil entender a necessidade do cliente, pois as vezes o próprio consumidor não está plenamente consciente da existência do seu desejo e consiga expressá-lo (KOTLER, 1998).

É importante que a equipe de marketing visualize qual o modelo de necessidade do público-alvo, pois a necessidade advém de formas diferentes, assim Kotler (1998) conceitua 5 delas:

1. Necessidades declaradas: o consumidor deseja um imóvel barato.
2. Necessidades reais: o consumidor deseja um imóvel cujo custo longo prazo lhe traga economia, mas o inicial não precisa necessariamente ser baixo.
3. Necessidades não declaradas: o consumidor espera bons serviços da imobiliária que fez a venda.
4. Necessidades de prazer: o consumidor compra o imóvel e recebe um vaso para decoração.
5. Necessidades secretas: o consumidor deseja ser visto como inteligente pela compra do imóvel.

Sobre adaptação ao mercado, o conceito de Kotler (1998), explica que, para atingir as metas de uma organização é necessário ser mais eficaz que os concorrentes, integrando as atividades de marketing e satisfazendo assim as necessidades e desejos do mercado-alvo.

Para Kotler (1999), enfatiza que, marketing é um jogo empírico, toma-se uma decisão, observa os resultados, aprende com esses e depois toma melhores decisões. Podemos ressaltar que cada processo de marketing é único, e não temos uma fórmula exata de modelos e campanhas, destina-se a cada anúncio uma nova ideia e um novo pensamento.

Desse modo, "um produto poderá proporcionar satisfação ao consumidor se os seus atributos, o seu corpo – também chamado de valores tangíveis -, o satisfazerem" (COBRA, 2009, p. 6). Entende-se desta forma que, a missão do marketing é satisfazer as necessidades do cliente, para que a empresa se consolide constantemente no mercado e gere lucros para a mesma.

O conceito de marketing propõe que, em mercados cada vez mais dinâmicos e competitivos, as empresas e as organizações com maior probabilidade de sucesso são aquelas que percebem as expectativas, necessidades e desejos dos clientes e adequam-se de modo a satisfazê-los melhor que seus concorrentes (HOOLEY; PIERCY; NICOULAUD, 2011, p.5).

ISBN 978-65-5629-077-5

Para atender as necessidades de seus clientes, as organizações precisam estar dispostas a olhar com *mindset* de conhecimento para suas escolhas e equipes, para Dweck (2017), líderes que possuem mentalidade de crescimento, começam por acreditar no potencial e desenvolvimento humano, dos seus e também de outras pessoas. Podendo de esta forma desmembrar as necessidades do externo.

2.2 PLANO DE MARKETING

Para Westwood (1996), o plano de marketing deve identificar oportunidades promissoras para a organização e definir como penetrar, cativar e manter posição nos novos mercados identificados. Considerando que esta é uma ferramenta de comunicação que engloba vários elementos num plano de ação coordenado, definindo quem, quando, onde e como, para que as metas sejam alcançadas.

O plano de marketing é uma tarefa importante dentro de uma organização, podendo ser responsável pelo crescimento ou declínio das campanhas e demandas. Os setores da organização podem estar ligados entre si e cada um possuir a sua estratégia, porém é necessário que os seus pensamentos estejam interligados, para que as campanhas não conversem linguagens opostas.

Um bom plano de marketing advém de várias etapas, sendo todas essas importantes para a meta final. Westwood (1996), define como etapas de preparação para um plano de marketing: 1- Definição de objetivos de marketing; 2- Realização de pesquisa de marketing extra; 3- Realização de pesquisa de marketing interna; 4- Realização de uma análise SWOT; 5- Suposições; 6- Definição de objetivos de marketing e estimativa de resultados; 7- Elaboração de estratégias de marketing e plano de ação; 8- Definição de programas; 9- Definição de orçamentos; 10- Plano escrito; 11- Comunicação do plano; 12- Revisão e atualização.

Para Kotler (1998), o composto de marketing é o conjunto de ferramentas que a empresa utiliza para prosperar e atingir seus objetivos de marketing para seu mercado alvo. Produto, preço, promoção e praça, os quatro Ps do composto de marketing, orientam o planejamento de marketing de uma organização, direcionando cada estratégia conforme a cultura de desenvolvimento de marketing.

Dentre as principais ferramentas de estratégias, destacam-se o plano corporativo ou também chamado plano de negócios, ou ainda denominado *business plan*, e o plano de marketing, subdividido em plano de vendas, plano de comunicação, plano de *merchandising*, plano de relações públicas, entre outros (COBRA, 2009, p. 44).

Para Ferrell e Hartline (2010), um bom plano de marketing requisita uma alta quantidade de informações e de fontes diferentes. Reunindo todos os dados é necessário manter uma visão analítica enquanto se observa os detalhes, sendo importante olhar para o plano de marketing de forma integral. E não como elementos relacionados. Este é um grande desafio na prática, analisar de forma integral a organização e o plano de marketing.

Fatores entre equipe e empresa podem determinar planos de marketing. Segundo Ferrell e Hartline (2010), é comum envolver-se fortemente com o desenvolvimento de um plano de marketing para, posteriormente descobrir, que ele não é adequado para os recursos ou ambiente de marketing da organização.

ISBN 978-65-5629-077-5

Realizar as metas e os objetivos declarados, identifica que o plano de marketing foi bem desenvolvido.

As organizações precisam entender o seu plano de marketing, assim como a cultura organizacional precisa estar em sintonia em todos os aspectos. Para Ferrell e Hartline (2010), um bom plano de marketing irá explicar as situações no curto e longo prazo da organização, utilizando-se de SWOT; especificar as metas e objetivos, podendo a organização prever os resultados futuros; descrever ações especificas; identificar recursos necessários e permitir monitoramento de ação e resultado.

Desta forma cada ação terá o seu ciclo com início, meio e fim, baseada na origem e tempo do produto ou serviço. Retrocedendo sempre que necessário a etapa que deixou uma lacuna, reavaliando e obtendo o recurso necessário para a campanha. Monitorar e explorar cada detalhe de um plano de marketing é a precaução a longo prazo, para quando a campanha estiver lançada.

Após ser aprovado é crucial que os indivíduos que tomam a decisão final o façam de forma eficiente e no momento correto ao plano de marketing, para que este tenha chances de sucesso, devendo ser curto o tempo entre conclusão e implementação (FERRELL; HARTLINE, 2010).

2.3 MARKETING ESTRATÉGICO

O marketing estratégico está relacionado as formas de comercializar, sendo necessário realizar a análise setorial e os fatores de sucesso. Desse modo, torna-se relevante a realização das cinco forças de Porter (1980). Este modelo analisa os cinco fatores fundamentais que influenciam a rentabilidade do estabelecimento, os quais são ameaça dos substitutos, poder dos fornecedores, poder dos clientes, ameaça de novas entradas e rivalidade entre as empresas. No seu conjunto, as cinco forças determinam a rentabilidade, ou atratividade, de uma indústria. Um fator importante, pelo impacto sobre a rentabilidade e sobre as opções estratégicas, é a altura das barreiras à entrada e à saída.

Os recursos são o que a empresa tem para trabalhar (seus ativos) – pessoas, valor da marca/imagem/reputação, capacidade de distribuição, os equipamentos fabris, a equipe de gestão, as habilidades e conhecimentos dos colaboradores, as alianças, seus recursos financeiros e tecnológicos. Os recursos estratégicos são aqueles que são valiosos, raros, difíceis de imitar e não substituíveis. Este tipo de recurso são potenciadores de vantagens competitivas. Quando a organização não possui tais competências e recursos, a empresa corre o risco de não ter vantagem competitiva e ficar na média do setor (PORTER, 1980). Por essa razão, torna-se pertinente que a organização desenvolva tais competências.

Assim, o planejamento estratégico pode auxiliar o pequeno empreendedor a se concentrar nos fatores chave de sucesso da empresa e em suas prioridades proeminentes. De acordo com Bortoli Neto (1997), 80% dos problemas apresentados nas pequenas empresas são de natureza estratégica e apenas 20% resultam da insuficiência de recursos. Além disso, a receita e o crescimento das pequenas empresas que possuem planos estratégicos são, em média, 50% superiores às empresas que não realizam algum tipo de planejamento. Porém, um marketing

ISBN 978-65-5629-077-5

estratégico adequado, é necessário elaborar cenários e realizar avaliação estratégica da empresa.

Enquanto a avaliação estratégica promove ao empreendedor um maior conhecimento sobre o seu negócio e o auxilia a gerenciá-lo de maneira a qual a empresa se mantenha competitiva no mercado, pois é por meio dessa avaliação que se avalia o ambiente externo e interno. Dornelas (2001), acrescenta também que é na avaliação estratégica que se define a missão, a visão e os valores da empresa.

Segundo Oliveira (2001), é de extrema importância que seja elaborado pela empresa um detalhado plano estratégico sobre seus mais fortes concorrentes. Sendo assim, poderá ser desenvolvida uma vantagem competitiva. Desse modo, vantagem competitiva é a capacidade de uma empresa obter melhor desempenho em seu setor e a descontinuidade é um fator destrutivo da vantagem competitiva.

Marketing estratégico é relativo às funções que procedem a produção e a venda do produto. Inclui o estudo de mercado, a escolha do mercado-alvo, a concepção do produto, a fixação do preço, a escolha dos canais de distribuição e a elaboração de uma estratégia de comunicação e produção (ZENONE, 2007, p. 24).

O marketing estratégico baseia-se em estudos detalhados de variáveis controláveis, que são aquelas passiveis de gerenciar ou reverter conforme o mercado e das variáveis incontroláveis, que se dividem em forças macro e microambientes, ou seja, que não podem ser gerenciadas pelas empresas, explica (ZENONE, 2007), pois gerenciar acontecimentos está na base do marketing estratégico.

Ainda, para estabelecer um planejamento é necessário cumprir algumas etapas. Las Casas (2008), define os seguintes passos: primeiramente é preciso fazer uma análise do ambiente interno e externo, depois criar as metas e estratégias do plano e após a sua implantação é necessário controlá-lo para ser eficiente. Ou seja, para analisar o ambiente interno e externo, deve-se elaborar a análise SWOT para identificar as ameaças e oportunidades do ambiente que o mercado apresenta, e reconhecer as forças e fraquezas da empresa perante seus concorrentes.

O marketing estratégico tem como foco otimizar os recursos aplicados no negócio da empresa, de maneira a inibir a atuação da concorrência (COBRA, 2009), desta forma analisa-se o marketing estratégico com ligação direta ao planejamento da empresa, recursos e estratégias estarão intrinsecamente ligados para que ambos trabalhem de forma coerente.

Por estar inteiramente ligado ao planejamento estratégico, o marketing passa por cinco estágios fundamentais dentro da organização, os quais segundo Cobra (2009) são: orçamento e controle financeiro; planejamento de longo prazo; planejamento estratégico de negócios; planejamento estratégico corporativo, administração estratégica.

Compreendendo suas forças e fraquezas a organização não fará miras erradas, pois conhece o seu público-alvo, a forma como precisa e deve chegar até aqueles que utilizam do seu produto. Afinal, "O valor é definido como a diferença entre o que o cliente espera e o que ele recebe" (COBRA, 2009, p. 6).

O estabelecimento de uma estratégia eficaz de marketing começa com uma análise detalhada e criativa tantos das capacidades da empresa – suas forças e fraquezas em relação à concorrência – quanto das oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente (HOOLEY; PIERCY; NICOULAUD, 2011, p. 25).

ISBN 978-65-5629-077-5

A organização precisa estar atenta em todos os ambientes, acontecimentos de mercado e recursos disponíveis, pois "qualquer organização poderia criar uma longa lista de recursos que tem a sua disposição. No entanto, nem todos esses recursos serão igualmente úteis na elaboração de uma estratégia de marketing" (HOOLEY; PIERCY; NICOULAUD, 2011, p. 26), desta forma é necessário o acompanhamento estratégico.

O papel do marketing estratégico é orientar a empresa para as oportunidades de mercado mais bem adaptadas aos seus recursos e às suas habilidades, e que tenham potencial adequado de crescimento e rentabilidade. Neste contexto, o processo estratégico de marketing repousou em conceitos inter-relacionados, cuja base era o desenvolvimento de instrumentos que permitiam à empresa a configuração e a manutenção de vantagem competitiva.

Na criação de cenários são levantadas suposições positivas e negativas que poderiam acontecer ao negócio. Para cada uma dessas simulações deve-se formular soluções, caso seja um cenário ruim, ou projeções de potencialização, caso seja um cenário otimista. Dessa forma, a empresa adquire mais preparo para lidar com adventos inesperados (SEBRAE, 2013).

2.3 MARKETING DIGITAL

De acordo com Torres (2009), quando se ouve falar de marketing digital, publicidade on-line, marketing web, publicidade na internet ou quaisquer outras composições criativas que se possa fazer dessas palavras, está se referindo na utilização efetiva da internet como ferramenta de marketing, envolvendo comunicação, publicidade, propaganda e todo o arsenal de estratégias e conceitos na teoria do marketing.

O instrumento de comunicação Internet surgiu como uma rede de computadores, onde informações podiam ser publicadas por especialistas, fossem eles empresas ou pesquisadores, e acessadas por seus clientes. O nascimento da internet trouxe para o mundo dos negócios uma grande novidade: o acesso instantâneo às informações sobre produtos e serviços (TORRES, 2009).

As estratégias de marketing digital têm se mostrado eficazes em muitos negócios, tanto para aqueles totalmente on-line, como para os que se utilizam de múltiplas plataformas de atendimento, cruzando o varejo físico com a loja virtual (CINTRA, 2010).

O tempo e a dedicação para planejar a estratégia de marketing digital são imprescindíveis para o sucesso ou fracasso da organização. Sentimentos em relação à marca são normalmente classificados como positivos, negativos ou neutros. Mas ao associar com o marketing digital, pode-se ir além (TELLES, 2011). Por essa razão, torna-se uma ferramenta útil, prática e eficiente, porém, deve ser utilizada com cautela.

De acordo com Solomon (2011), afirma que este estilo de marketing possui uma maior capacidade de segmentação, praticidade e comunicação personalizada, sendo bem mais econômica em contraposto das ações de comunicação convencional. É interessante compreender que o marketing digital se diferencia do marketing tradicional, porque ele usa a internet como forma de interação e

ISBN 978-65-5629-077-5

relacionamento com o seu público-alvo, de forma segmentada e individualizada, e não como meio de comunicação em massa.

Desse modo, as dimensões do marketing se alteraram significativamente com o advento do marketing digital. A praça, por mais que possa ser revista como a forma de colocação e posicionamento na internet, perde força. A promoção ganhou relevância substantiva no mundo digital. A possibilidade de visibilidade por todos torna a comunicação muito mais rápida, direta e eloquente neste novo cenário. Outros fatores podem ser analisados, como a mudança comportamental e a crescente diferenciação dos produtos. Assim como, independentemente do crescimento do mundo digital, o preço perdeu importância na decisão de compra (KINDER, 2012).

O marketing digital é um elemento difusor da interação entre clientes e organizações. O marketing veio se tornando um difusor para ampliação da relação entre organizações e clientes, visto que no caso do marketing digital, a utilização da internet amplia e cria uma grande rede de relacionamento tanto no processo de compra quanto no de venda (CRUZ; SILVA, 2014).

Assim, o marketing digital possibilita uma nova e muito mais ampla gama de informações, e uma drástica mudança no padrão de comportamento do consumidor. A atitude passiva, até então fortemente presente, se desmaterializa e se transforma em uma dinâmica nova, única do marketing digital.

Esse tipo de marketing permite que as empresas comercializem seus produtos e/ou serviços utilizando ferramentas da internet e seus derivados (anúncios, sites de compras e redes sociais), se tornando para a empresa um ótimo diferencial competitivo, porém, permite também a seus clientes atuais e futuros clientes analisar as empresas e seus produtos antes de efetuar a eventual compra. Ou seja, se a ferramenta não for gerida adequadamente pode tornar uma ameaça à empresa.

2.4 MÍDIAS SOCIAIS

O indivíduo é um ser social, e as mídias sociais trouxeram a possibilidade de aproximação do consumidor com a marca. Hoje, não basta que as marcas apenas se posicionem de forma ativa; elas precisam também dar ouvidos, promover diálogos e processar os *feedbacks*. O uso correto das redes sociais, a assertividade em relação ao timing e o conhecimento do mercado permitem que as empresas conheçam o que o seu público fala, e possam assim usar o conhecimento adquirido para planejar e executar campanhas, bem como direcionar de forma mais assertiva as estratégias de marketing e vendas (MOTTA, 2009).

O passo inicial é planejar os objetivos de comunicação da marca, como identificar os usuários em potencial com quem a marca irá interagir e como direcionar o tom da conversa. O segundo passo é escutar e monitorar o que os internautas falam sobre a sua marca de modo a traçar, a partir daí, as respostas e abordagens às menções capturadas. O terceiro e último passo é colocar a mão na massa, apurando os *feedbacks*, colhendo os resultados e tornando a marca mais sociável (MOTTA, 2009).

Segundo Barefoot e Szabo (2010), mostram que é necessário conhecer as ferramentas e formas de utilização para obter resultados nas mídias sociais, o termo

ISBN 978-65-5629-077-5

canal, que é um mecanismo de entrega, descreve o número crescente de plataformas, tecnologias e ferramentas de comunicação da web. Para cada canal existe um grande número de categorias, que por sua vez fornecem conteúdo compartilhado e distribuído online, com vídeos, documentos, eventos e etc.

Assim, o marketing digital precisou acompanhar a evolução para se aproximar ainda mais do seu público-alvo. As mídias sociais é uma ferramenta que auxilia no estreitamento das relações entre organizações e seu público. Além disso, fazem parte da vida do ser humano, começou sem muitos holofotes há alguns anos atrás, mas foi tomando o dia-a-dia das pessoas e empresas, hoje dificilmente uma empresa está de portas abertas e não tem alguma página que guie seu cliente ao seu produto. Para Jue, Marr e Kassotakis (2011) os executivos não podem mais ignorar as redes sociais, pois elas fazem parte da vida dos funcionários, consumidores e *stakeholders*, por isso líderes precisam estar atentos e criar as oportunidades por meio das redes sociais.

O fenômeno emergente das mídias sociais pode criar oportunidades para as empresas que buscam vantagem competitiva perante o mercado, pois esta ferramenta está acelerando e aumentando inovações, engajamento e desempenho dos colaboradores. As vantagens deste uso incluem o aumento no aprendizado organizacional, melhor adaptação para mudanças e relações mais fortes, com isso, é desencadeado estímulo de agilidade e vitalidade. Desse modo, "os funcionários são co-criadores do sucesso da empresa e não meros serviçais que apenas saúdam e recém ordens" (JUE *et al.,* 2011, p. 3).

Dessa forma, mídia social é conversação que permite a integração entre as pessoas e possibilita também o engajamento de maneira coletiva através da cooperação, compartilhamento de informações e até mesmo da competição (RECUERO, 2012).

Levando em consideração que a tecnologia e as mídias digitais passaram a impactar cada vez mais a vida das pessoas, a manipulação ativa que antes ocorria por meio das revistas, jornais, rádios, TV, atualmente acontece em sua grande maioria por intermédio da internet, principalmente mediante a ferramenta "Instagram", considerando que as pessoas estão cada vez mais conectadas (MORAIS; BRITO, 2020).

O "Instagram" é uma plataforma idealizada com o intuito de compartilhar fotos e vídeos com pessoas do mundo todo, tornando-se assim a oportunidade perfeita para se conectar melhor com seus possíveis seguidores (MORAIS; BRITO, 2020). Além disso, a organização pode escolher realizar parceria com os influenciadores digitais que possuam o mesmo público-alvo, assim como podem escolher pelo engajamento da página ou até mesmo pela quantidade de seguidores que ela possui. De modo a se similarizar ao marketing de boca a boca, conforme aponta Barefoot e Szabo (2010, p.37), ao afirmar que "o marketing de mídia social se qualifica como uma forma de marketing viral ou boca a boca. Marketing viral se baseia em você contar aos seus amigos sobre mídias, produtos ou serviços que você gosta (ou detesta)".

Assim, o processo de influência utilizando o "Instagram" atinge grandes proporções, tendo em vista que conecta com uma grande quantidade de pessoas em um pequeno tempo, o que facilita o processo de influência (MORAIS; BRITO, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Permite assim a criação de valores, sejam eles individuais ou coletivos, na sociedade, abrindo um leque de opções para a comunicação estratégica, seja nas comunicações organizacionais, na divulgação de uma empresa, de uma marca ou de um produto ou na comunicação social conhecida como tradicional.

2.5 MERCADO DE EMBALAGENS

Conforme afirma Basso (2003), a embalagem é um recipiente que armazena produtos temporariamente e serve principalmente para agrupar unidades de um produto, com vista à sua manipulação, transporte ou armazenamento. Também serve para proteger o conteúdo, informar sobre as condições de manipulação, exibir os requisitos legais como composição, ingredientes, o que a torna essencial para uso em diversos segmentos do comércio.

Ao investir em uma boa embalagem tem-se um ganho em toda a cadeia de produção, distribuição, venda e consumo do produto. No campo a embalagem permite que frutas sejam colhidas em estágio mais maduro e com melhor sabor, garantindo sua integridade no processo de distribuição. Na indústria a embalagem favorece a centralização de polos produtivos, a eficiência produtiva, de armazenamento, distribuição, identificação e rastreabilidade. No varejo permite a devida exposição dos produtos com segurança e atratividade. E para o consumidor o acesso a diferentes produtos, a informação, a evidência de um produto não violado, a conveniência e a segurança no manuseio e consumo (BASSO, 2003).

Segundo Basso (2003), ainda complementa que a embalagem é um componente obrigatório e decisivo para o sucesso comercial de praticamente todos os produtos. Além de ser uma ferramenta que viabiliza o atendimento da população global para a sua alimentação, saúde e bem-estar.

A produção da indústria de embalagem apresentou um crescimento de 0,5% no ano de 2020, sendo que este é o quarto ano consecutivo que apresenta um resultado positivo na produção, com crescimento progressivo nos últimos três ano de 3,1%, 2,6% e 1,9%. Ademais, para este ano, a perspectiva é que a produção de embalagens cresça entre 4,4% e 5,9% sobre 2020 (ABRE, 2021).

Na análise por setor, os plásticos representam a maior participação no valor da produção, correspondente a 39,6% do total, seguido pelo setor de embalagens de papel/cartão/papelão com 31,6%, metálicas com 19,9%, vidro com 4,5%, têxteis para embalagens com 3,0% e madeira com 1,4% (ABRE, 2020).

Dentro da produção física de embalagens por classes, as embalagens de plástico e papel/papelão ondulado se destacaram com crescimento de 6,8% e 1,0%, respectivamente. Enquanto as embalagens de madeira, vidro e metálicas apresentaram retração em sua produção física (ABRE, 2020).

Ainda, a indústria de embalagens alcançou 230.932 postos de trabalho em dezembro de 2020, o que aponta um crescimento de 4,0% quando comparado ao ano anterior. Dentre os segmentos de embalagens, a indústria de plástico é a que mais emprega, totalizando, em dezembro de 2020, 125.332 empregos formais, correspondendo a 54,3% do total de postos de trabalho do setor. Em seguida vem papelão ondulado com 34.208 funcionários (14,8%), papel com 22.404 (9,7%), metálicas com 18.326 (7,9%), madeira com 13.643 (5,9%), cartolina e papel cartão com 9.653 (4,2%) e vidro com 7.366 (3,2%) (ABRE, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Com isso, frente ao ambiente de mercado competitivo amplificado com a pandemia, a embalagem tornou-se estratégica para a competitividade dos negócios no que diz respeito à eficiência de envase, distribuição e venda. Por essa razão, é um componente obrigatório e decisivo para o sucesso comercial de praticamente todos os segmentos do mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como um estudo de caso de caráter qualitativo. Para Triviños (1992), o estudo de caso se classifica como um dos mais relevantes para a pesquisa qualitativa. É utilizado em diferentes áreas do conhecimento para fins de análise, estudo, tratamento ou acompanhamento. É conveniente para responder a perguntas 'como' e 'por que', a fim de comportar uma análise intensa e extenuante de uma realidade determinada, buscando possibilitar profundo e minucioso conhecimento (YIN, 2010).

Pode-se dizer que o ideal de um estudo qualitativo é que seja rico e abrangente. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tem como foco criar uma percepção acerca do observador ao contexto no qual se insere, criando uma visão clara de como se situa o ambiente da análise por meio dos dados coletados (CRESWELL, 2007).

Como objeto de estudo foi apresentar um plano de marketing em relação as estratégias de marketing digital de uma Empresa de Embalagem do município de Cascavel – Paraná. A técnica de coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas, com o empreendedor deste estabelecimento, foram adaptadas do estudo de Lofrano (2018). Segundo Denzin e Lincoln (2010), nesse tipo de entrevista o entrevistador possui flexibilidade para alterar sua estrutura, quando lhe convier, em busca de dados que julgue de maior relevância.

Para análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo temática. Para Bardin (2006), a análise de conteúdo compreende as iniciativas de explicitação, sistematização e demonstração do conteúdo de mensagens, com o objetivo de se realizarem deduções lógicas e justificadas sobre a origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Nesse sentido, a análise de conteúdo se desenvolveu tendo por base a elaboração de um plano de ação em marketing digital envolvendo as estratégias dos compostos de marketing (Preço, Produto, Promoção e Praça).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta pesquisa, empregou-se um plano de ação de marketing digital a uma empresa de embalagem do município de Cascavel - Paraná. A análise dos dados iniciou-se com breve histórico da empresa, na sequencia uma entrevista com empreendedor da empresa, a fim de descrever, organizar e resumir informações coletadas. Isso facilitou a identificação de casos extremos, bem como avaliar a adequação das informações para as análises procedentes.

4.1 PERFIL DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

ISBN 978-65-5629-077-5

A empresa em estudo iniciou os trabalhos em março de 2020, com objetivo principal de negociar e formar parcerias com o público B2B, analisando que este púbico precisar otimizar tempo, recursos e adaptar de forma rápida seus fornecedores. Desta forma a empresa criou um atendimento de agilidade, adaptando a necessidade e o perfil de cada cliente aos seus produtos.

Unir preço, qualidade e sustentabilidade no fornecimento de embalagens está presente na missão da empresa, que implantou esses três pilares para atender de forma completa seu público e fornecedor, assim como otimizar o tempo e os recursos de seus clientes. Considerando o fato de a embalagem ser um diferencial e ao mesmo tempo um custo dentro da empresa de seus clientes.

A visão para o prazo de cinco a dez anos é ser reconhecida como a melhor empresa de distribuição de embalagens no oeste do Paraná, buscando constantemente diferencial para os clientes e colaboradores. Estar atenta as inovações que esse segmento produz, solucionando assim as demandas do mercado. Valores como comprometimento, evolução continua e fé fazem parte da cultura organizacional da empresa.

Aprimorar, desenvolver e solidificar a marca, são propostas da empresa e seus colaboradores, que prezam pela satisfação e responsabilidade com os seus clientes. Inovar e utilizar da tecnologia para suprir barreiras é a forma como a empresa trabalha no seu dia a dia, resolvendo problemas com precisão e agilidade, para que o cliente possa crescer junto ao seu comércio.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

Nesta seção, elaborou-se uma entrevista semiestruturada junto ao empreendedor da empresa objeto de estudo em relação ao marketing digital empregado e o relacionamento com as estratégias voltadas ao composto de marketing, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Entrevista

Respondente	Questão	Descrição
Empreendedor	Gostaria que você falasse sobre o engajamento do marketing digital na empresa?	O marketing digital foi incorporado na empresa com o intuito de atingir o público alvo e reverter vendas durante a pandemia.
	Gostaria que você falasse sobre confiança do marketing digital implantado na empresa?	A confiança que o digital trouxe para a empresa foram as vendas realizadas através das mídias e do marketing digital.
	Você acredita que existe alguma relação entre engajamento e confiança quando se trata de marketing digital?	Sim existe. Pois o quanto mais a empresa está engajada e obtendo boas avaliações, mais ela obtém a confiança do público.
	Quais fatores você acredita que influenciam no engajamento e na confiança no marketing digital?	Resposta constante do público, avaliações positivas, feedback exposto, atualização de serviços e produtos disponibilizados.

ISBN 978-65-5629-077-5

	Tem pesquisas que mostram que o brasileiro confia mais no marketing convencional (mídias tradicionais, tv, rádio, jornal) do que no marketing digital. O que você poderia comentar sobre isso?	Acredito que são pesquisas correlacionadas ao markting convencional, como tvs e rádios, pois, tecnologia e o mundo digital estão presentes com facilidade nos telefones/tabletes e afins da grande maioria da população.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo?

No quadro anterior, constatou-se através da entrevista junto ao empreendedor, que o desejo de mudança e de criar maneiras de torná-la possível levou a empresa objeto de estudo a um caminho diferente. Embora nem todas as estratégias tradicionais de marketing tenham desaparecido, as técnicas atuais implementadas pelo empreendedor são muito mais populares, percebeu-se durante a entrevista que a internet trouxe um mercado totalmente novo e o marketing digital tornou-se uma norma senão o negócio não crescerá no futuro.

Desta forma, marketing digital poderá trazer muitas oportunidades e crescimento para a empresa. Isso pode levar à exposição e mais vendas. Afinal, seu objetivo como empresário é aumentar seu lucro. Segundo Beneti (2020), que afirma que a empresa cria uma ação específica, ou se posiciona de determinada forma diante de algum acontecimento, e tem o feedback em tempo real. E isso pode ser usado como termômetro para medir como será a aceitação de determinado conteúdo.

Assim, o empreendedor está atento a mensuração dos resultados das estratégias adotadas em âmbito digital. É possível, inclusive, ajustar determinadas ações durante sua execução.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

A combinação resultante implicará na definição dos objetivos estratégicos do negócio como processo de planejamento, e a elaboração do plano de marketing definindo as etapas e passos necessários para a implementação dos objetivos estratégicos planejados. Neste sentido, este estudo propõe a investigação do processo gerencial do marketing digital no desenvolvimento do negócio, a partir da elaboração de um plano de ação envolvendo os compostos de marketing (Preço, Produto, Promoção e Praça).

Considerando estratégias de marketing digital, constroem-se as ofertas específicas para cada público alvo escolhido, de modo a estabelecer um programa de Mix Marketing para a empresa objeto de estudo. As decisões de produtos ou serviços podem seguir os parâmetros propostos por Kotler (2000, p.416): "planejar a oferta ao mercado, o profissional de marketing precisa pensar nos compostos de marketing, ou seja, esses compostos agregam valor, e constituem uma hierarquia de valor para o cliente", conforme quadro 2 apresenta-se o Plano de Ação Composto de Marketing – Preço:

Quadro 2 – Plano de Ação "Composto de Marketing – Preço".

Ação	Descrição

ISBN 978-65-5629-077-5

Elaborar divulgação com valores atualizados.	Fazer artes semanalmente contendo descrição dos itens atualizados conforme o mercado.
Criar divulgações personalizadas.	Criar tabelas e benefícios específicos para segmentar os clientes.
Padronizar preços mínimos para obter benefícios.	Inserir e alinhar valores mínimos, para através desse oferecer um benefício.
Elaborar catálogo digital.	Elaborar catálogo digital contendo valores e informações com a linha de produtos, para serem acessados de forma rápida e ágil.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, define-se o Plano de Ação "Preço", são apresentados requisitos necessários no engajamento composto de marketing Preço, considerando o formato como o público atual efetua pagamentos e se relaciona com a empresa. Para definir o preço de venda, as empresas utilizam uma combinação de métodos de precificação baseados no custo, na concorrência e no valor para o cliente (KOTLER*; et al.,* 2017).

Desse modo, para a empresa objeto de estudo é pertinente que sejam: a) elaborado divulgação com os valores dos produtos; b) segmentar o cliente para criar divulgação personalizada; c) padronização de preços mínimos para a obtenção de benefícios; e, d) elaboração de catálogo digital com a informação dos preços.

Na sequência das ações estratégias de marketing digital para a empresa objeto de estudo apresenta-se o Plano de Ação "Composto de Marketing – Produto", conforme quadro 3:

Quadro 3 – Plano de Ação "Composto de Marketing – Produto"

Ação	Descrição
Gravar vídeos demonstrativos.	Gravar vídeos para postagem digital demonstrando a forma de uso e qualidade do produto.
Elaborar catálogo explicativo.	Elaborar catálogo contendo explicações de como utilizar cada produto nas empresas e prioridades do mesmo.
Ampliar linhas e produtos.	Ampliar diversificação de produtos conforme o segmento do cliente, ampliando linhas e produtos disponíveis para compra.

ISBN 978-65-5629-077-5

Elaborar divulgação em datas comemorativas.	Disponibilizar aos clientes produtos específicos, para uso e revenda em datas comemorativas.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

No quadro anterior, consta-se na aplicação do Plano de Ação "Produtos", é uma das vertentes para serem implantadas em um âmbito geral, para todos os clientes e também para o público específico em cada segmento que atua. Por isso, sugere-se que sejam realizadas divulgações digitais de vídeos mostrando o uso e a qualidade os produtos, assim como a elaboração de catálogo digital explicativo, ampliação das linhas e produtos e divulgação em datas comemorativas, período em que aumentam as vendas e podem causar desejo no cliente, conforme Kotler *et al.,* (2017), o produto é muitas vezes desenvolvido com base nas necessidades e nos desejos dos consumidores.

Ambas as ações estratégias de marketing digital, constroem pilares no negócio da empresa objeto de estudo, conforme quadro 4 apresenta o Plano de Ação "Composto de Marketing – Promoção"

Quadro 4 – Plano de Ação "Composto de Marketing – Promoção"

Ação	Descrição
Elaborar divulgação de promoções semanais.	Elaborar divulgação promocional variando o item conforme o dia da semana.
Criar promoções em períodos sazonais.	Criar promoções para períodos quando houver detecção de menor volume de compra.
Realizar sorteios mensais.	Realizar sorteios de prêmios mensais por inserção e relacionamento com a empresa.
Elaborar promoção patrocinada.	Elaborar patrocínio de promoções relacionadas ao público alvo.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

No quadro anterior, apresenta-se o Plano de Ação "Promoção", um dos principais itens dos compostos de marketing que procura atrair o público alvo diretamente com a promoção realizada na empresa objeto de estudo, e consequentemente desmembrar os demais produtos. De acordo com Kotler e Keler (2006), afirmam que as decisões de Marketing relacionadas à promoção consistem em coordenar as atividades de comunicação de forma integrada e harmoniosa com os objetivos mercadológicos dos produtos e com a imagem da marca.

Nesse contexto, cabe à empresa objeto de estudo no que se refere ao marketing digital: elaborar divulgações promocionais semanalmente, assim como, quando detectarem redução no volume de vendas podem criar promoções sazonais, de modo a atrair clientes novos. Além disso, a realização de sorteios mensais e

ISBN 978-65-5629-077-5

elaboração de promoções patrocinadas podem sem métodos de divulgação para aumentar a visibilidade da empresa.

E por fim, as ações estratégicas de marketing digital, o quadro 5 apresenta o Plano de Ação "Composto de Marketing – Praça" para empresa objeto de estudo:

Quadro 5 – Plano de Ação "Composto de Marketing – Praça"

Ação	Descrição
Desenvolver parcerias em segmentos diferentes.	Ativar parceiros na região que atendem o mesmo público, porém em segmentos distintos.
Sinalizar a localização da empresa.	Deixar explícito nas mídias e tecnologias as melhores formas de chegar e se locomover até a empresa.
Implantar placa luminosa.	Implantar luminosidade e visibilidade ao local de chegada do cliente.
Ampliar divulgação de logística.	Enfatizar o serviço de entrega, sendo maior de idade importância o serviço e a empresa.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, observou-se que o Plano de Ação "Praça", possui aspectos relacionados ao local foram avaliados para melhorias, e também a logística ágil para clientes ativos e novos clientes. Nesta conjuntura, a empresa pode desenvolver parcerias na região com empresas que atendam o mesmo público, porém com segmentação diferente. Além disso, mostrar ao seu público em suas mídias e tecnologias onde está localizada e inserir placa luminosa em sua fachada, pois é importante que o cliente saiba onde encontrar a empresa quando precisar. E, ampliar a divulgação do serviço de entrega em domicílio.

Corroborando com este pensamento Las Casas (2004, p. 212), é parte do pacote de utilidade ou satisfações que os consumidores receberão com a compra do produto. A colocação de produtos em estabelecimentos apropriados e em certas épocas, a preços acessíveis ao consumidor visado, é, portanto, determinante para o sucesso de uma estratégia mercadológica.

Desse modo, quando os quatro P's do mix de marketing são otimamente projetados e alinhados, vender torna-se menos desafiador, mais prazeroso e mais rentável. Além de que as empresas têm grandes chances de sobreviver na economia digital.

5 CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo principal foi demonstrar a importância de um plano de ação nas estratégias de marketing digital de uma Empresa de Embalagem do município de Cascavel – Paraná, como influenciador nas opções de escolha e momento da

ISBN 978-65-5629-077-5

compra do produto, além de poderoso canal de divulgação da sua marca. Desta forma, o plano de marketing aplicado no estudo, utilizou-se as estratégias de marketing, (Preço, Produto, Promoção e Praça), com intuito de delinear a marca para se destacar da concorrência.

Constatou-se que no estudo que compreensão do público-alvo é relevante para o negócio da empresa. O plano de ação em marketing digital bem pensado começa com pesquisa para definir o público-alvo, ou seja, entender o comportamento de clientes e auxiliará seu modelo de vendas, fornecer auxílio real durante a aquisição do cliente; entenda melhor as necessidades e preparar lançamentos de produtos.

Ficou Identificado no estudo que o uso eficiente de recursos. Ter um plano impede que a empresa objeto de estudo invista em coisas desnecessárias aos seus negócios A empresa deve administrar seu tempo de maneira adequada tendo prazos claramente definidos em seu plano de marketing digital.

Isso, denota-se a importância da pesquisa e a necessidade da mesma direção para todos os departamentos da empresa. Como todos os integrantes da empresa podem acessar o plano como uma ferramenta de coordenação, ele permite que a equipe da empresa se comunique e se mova na mesma direção.

Ressalta-se a importância do resultado da pesquisa de mercado, que por meio dela, pode-se tirar um "raio-x" das principais atividades realizadas pela empresa. E possa proporcionar novos estudos em outros setores

REFERÊNCIAS

ABRE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMBALAGEM. **Dados do setor.** 2021. Disponível em: https://www.abre.org.br/dados-do-setor/2020-2/. Acesso em: 02 Mai. 2021.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BAREFOOT, D.; SZABO, J. **Manual de marketing em mídias sociais.** São Paulo: Novatec Editora, 2010.

BASSO, L. L. **Plano de Negócio:** Fábrica de Embalagens Personalizadas. 2013. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2013.

BENETTI, Rodolfo. **Marketing Digital em 2021:** o que é e como funciona? 2020. Disponível em: https://www.organicadigital.com/blog/afinal-como-funciona-o-marketing-digital/. Acesso em: 01 Set. 2021

BORTOLI NETO, A. **A virada dos pequenos**. Revista PEGN, nº. 100, 1997.

ISBN 978-65-5629-077-5

CINTRA, F. C. **Marketing Digital:** a era da tecnologia on-line. Investigação, v. 10, n. 1, p. 6-12, 2010.
COBRA, M. **Administração de marketing no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, C. A. B. da; SILVA, L. L. da. **Marketing digital:** marketing para o novo milênio. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.2, Pub.1, abr. 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa:** Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo:** transformando idéias em negócios. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DWECK, C. S. **Mindset:** a nova psicologia do sucesso. São Paulo: Objetiva, 2017.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. **Estratégia de Marketing.** São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GIL, A. C. **Administração de Recursos Humanos:** um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOLEY, G.; PIERCY, N. F.; NICOULAUD, B. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

JUE, L. A., MARR, J. A., KASSOTAKIS, M. E. **Mídias Sociais nas Empresas.** São Paulo: Évora, 2010

KINDER, F. H. **Marketing Digital e Marketing Tradicional:** uma análise comparativa. 2012. 83f. Relatório de estágio do Mestrado (Mestrado em Negócios Internacionais). Escola de Econômia e Gestão. Universidade de Minho. 2012.

KOTLER, P. **Administração de Marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI:** como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital.** Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

ISBN 978-65-5629-077-5

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing:** conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing:** conceitos, exercícios, casos. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LOFRANO, Guilherme Zanotto. **Marketing de conteúdo:** fatores interferentes na confiança e o engajamento na internet. Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/ bitstream/ handle/1884/59024/Guilherme%20Zanotto%20Lofrano.pdf?sequence=1&isAllowed =y. Acesso em 25 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
MORAIS, N. S. D.; BRITO, M. L. A. Marketing digital através da ferramenta Instagram. **e-Acadêmica**, v. 1, n. 1, e3, 2020.

MOTTA, C. Relacionamento e Monitoramento. In: SILVA, T.; STABILE, M. (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais:** metodologias, aplicações e inovações. São Paulo: Uva Limão, 2016.

NASCIMENTO, Andrielly Titon Martendal. **Estratégias de marketing digital:** Análise na empresa Delícia Moda Íntima em Itaituba – PA. Trabalho de Conclusão de Curso em Adminsiutração da Faculdade de Itaituba – Mg, 2018. Disponível em: http://www.faculdade deitaituba.com.br/pdf.php?id=50&f=TCC%20Andrielly%20Final.pdf. Acesso em 02 mar.2021.

OLIVEIRA, D. **Planejamento Estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 16ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

ORLICKAS, E. da. **Modelos de gestão:** das teorias da administração à gestão estratégica. São Paulo: IBPEX, 2010.

PIZETA, D. S.; SEVERIANO, W. R.; FAGUNDES, A. J. F. **Marketing digital:** a utilização das mídias sociais como canal de comunicação impulsionando a compra do consumidor. Revista Ambiente Acadêmico, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/revista-ambiente-academico-edicao-3-artigo-1.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

PORTER, M. E. **Competitive strategy.** New York: Free Press, 1980.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

REICH, R. B. Entrepreneurship reconsidered: The team as hero. In: SAHLMAN, W. A. et al. (Org.). **The entrepreneurial venture.** 2ª edition. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

RESCUERO, R. **A conversação em rede:** comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como elaborar um plano de negócios.** Brasília: SEBRAE. 2013.

SOMOLON, M. R. **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman. 2011.

TELLES, A. **A revolução das mídias sociais:** Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas. São Paulo: M. Books do Brasil. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

WESTWOOD, J. **Como preparar um plano de marketing.** São Paulo: Clio, 1996.
YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2ª Edição. Porto Alegre: BOOKMAN, 2010.

ZENONE, L. C. **Marketing Estratégico e Competitividade Empresarial.** São Paulo: Novatec Editora, 2007.

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTRATÉGIAS DE MARKETING: Um estudo de caso na Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, em relação ao Marketing Digital

Marines Couto [1]
Sandro Ricardo Busato [2]

Resumo: Este artigo apresenta uma breve reflexão da influência das estratégias de marketing na Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, em relação ao marketing digital, como efeito e a utilização desta ferramenta nas diversas mídias digitais voltadas a promoção de uma marca, de produto/serviço e do conjunto de estratégias de canais digitais por meio dos atributos relacionamento e atração. O estudo é de natureza descritiva, qualitativa. Para o desenvolvimento deste, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com a gestora da empresa objeto de estudo, procurando enfatizar a importância marketing digital, metodologia de aplicação e suas possíveis estratégias de utilização. Os principais resultados foram descritos por meio de um plano de ação com ênfase nas estratégias de marketing (Preço, Produto, Praça e Promoção), que estas ações de marketing digital tornam-se uma prática eficiente no processo de ampliação da boa relação entre a empresa e o cliente. Contudo, denota-se a relevância do estudo e a necessidade da compreensão da importância do marketing digital nas empresas, neste caso, a necessidade da empresa objeto de estudo se adaptar a realidade de seus clientes, e que aconteça de forma indispensável para que consiga ter destaque e não ficar para trás diante dos seus concorrentes.

Palavras-chave: Estratégia de Marketing. Marketing Digital. Plano de Ação. Redes Sociais. Mídias Digitais.

1 INTRODUÇÃO

O marketing é uma atividade empresarial mutável e dinâmica. O papel do marketing em si mudou dramaticamente devido a várias crises, escassez de materiais e energia, inflação, alta do desemprego, empresas em extinção, e efeitos devido à rápida tecnologia mudanças. Deste modo, o marketing pode ser visto como responsável "por criar, promover, fornecer bens e serviços a clientes e estimular a demanda de uma empresa" (KOTLER; ARMSTRONG, 2007, p. 4), além de auxiliar na formação da estratégia de venda de uma marca, serviço ou produto.

O marketing sempre foi uma questão de conectar-se com o seu público-alvo no lugar certo e na hora certa. Hoje, isso significa que as empresas precisam encontrá-los onde eles já estão passando tempo: na internet. O marketing digital engloba todos os esforços de marketing que usam um dispositivo eletrônico ou a internet. As empresas aproveitam os canais digitais, como mecanismos de pesquisa, mídia social, e-mail e outros sites para se conectar com clientes atuais e potenciais.

Neste contexto, marketing digital é uma mídia eletrônica utilizada para endossar produtos ou serviços no mercado. O objetivo principal do marketing digital

1 Acadêmica do Curso Administração – Centro Universitário UNIVEL.
2 ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

está na atração de clientes e permitir a interação com a marca por meio de mídia digital. O estilo de promoção online dos produtos, eventos ou simplesmente do negócio. De acordo com Santos (2018), o marketing digital, também conhecido como marketing, é o principal foco deste trabalho, ou seja, refere-se ao conjunto de atividades direcionadas a promover e divulgar produtos e serviços utilizando meios digitais para propagação até seus consumidores.

Nesta perspectiva, o plano de marketing digital é um documento que apresenta a situação atual de uma determinada organização para definir alguns objetivos de médio prazo e para determinar a estratégia e os meios para alcançá-los.

Este documento inclui as responsabilidades, o prazo e as ferramentas de controle para o monitoramento. Os objetivos de um plano de marketing digital incluem discutir o ambiente empresarial. Da mesma forma, deve ser um roteiro de como gerenciar as estratégias de marketing, então também a alocação dos recursos. O plano também ajuda a controlar e avaliar qualquer variação potencial do ou resultados esperados da organização. Nessa linha, um plano de marketing torna-se um documento flexível que deve ser adaptado à situação da empresa e que deve alimentar os resultados obtidos por cada das ações desenvolvidas, principalmente na área digital.

Segundo Ferreira e Azevedo (2015), descrevem como obter bons resultados por meio do marketing digital, ou seja, não abandonar os aprendizados oriundos do marketing tradicional. O segredo está justamente na combinação de ambos, porém, para eles funcionarem bem juntos, é necessário entender suas diferenças, pois se acredita que o marketing digital é o que acontece na internet, e o tradicional, o que acontece fora dele. Desta forma, o papel do marketing digital é atingir um público maior do que a empresa poderia por meio dos métodos tradicionais e direcionar os clientes em potencial que têm maior probabilidade de comprar seu produto ou serviço. Além disso, costuma ser mais econômico do que a publicidade tradicional e permite a avaliação do sucesso do negócio.

Em última análise, o marketing digital permite que a empresa conduza a pesquisa necessária para identificar seu público-alvo e permite que a empresa refine sua estratégia de marketing ao longo do tempo para garantir que está alcançando os clientes em potencial com maior probabilidade de comprar. O melhor de tudo é que o marketing digital auxilia a empresa a comercializar para subgrupos dentro de seu público-alvo maior. No que tange a utilização do marketing digital, Oliveira e Lucena (2012), evidenciam que o mesmo vem sendo utilizado frequentemente pelas empresas, tendo como principal motivo para essa utilização o fato de os recursos serem geralmente audiovisuais, facilitando o entendimento e o impacto em seus clientes.

Os negócios na Internet ganham valor nas formas de tempo, atenção e defesa do consumidor, "o usuário", o valor adicionado na forma de entretenimento, utilidade, entre outros, a Internet mudou o mundo, na forma da comercialização de bens ou serviços, não é canal novo, mas, criou-se um novo paradigma aos consumidores, conectando diversas opções, o escopo completo do marketing digital aos produtos ou serviços é posicionado, promovidos e distribuídos.

Neste contexto, o marketing faz parte das estratégias empresariais, as organizações esforçam-se na influência aos consumidores, dentre elas a utilização

ISBN 978-65-5629-077-5

de mídias publicitárias: televisão, jornais, revistas, e em alguns casos da mídia digital, que para Pernisa (2002), a mídia digital poderia comportar, a princípio, todo e qualquer meio que se utilize da informática, transformando informações meias que são tratados como espaços novos da comunicação, a rede mundial de computadores, Internet, e todas as suas ramificações: intranets e extranets.

O objetivo do presente estudo é analisar a influência das estratégias de marketing na Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, em relação ao marketing digital, o efeito e a utilização desta ferramenta nas diversas mídias digitais voltadas a promoção de uma marca, de produto/serviço e do conjunto de estratégias de canais digitais por meio dos atributos relacionamento e atração.

O presente texto está composto de cinco seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção é dedicada às bases teóricas do estudo, ao passo que a terceira apresenta a metodologia. Os resultados empíricos obtidos na pesquisa são apresentados e discutidos na seção subsequente. A quinta seção sumaria as principais conclusões do artigo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção apresenta por meio de compilações críticas a retrospectiva de várias publicações, ou seja, o embasamento teórico-conceitual do presente estudo aborda os tópicos de definição e os compostos do marketing, o marketing digital, as estratégias e o plano de marketing, que é a combinação dos fatores atração e relacionamento.

2.1 DEFINIÇÃO DE MARKETING

Muitos autores se empenharam em definir o marketing. Para Kotler (1980), o marketing relaciona-se ao trabalho com mercados, os quais estão associados a realização de trocas com a finalidade de satisfazer necessidades e desejos dos consumidores. Cobra (1993), acrescenta que o marketing é uma forma de elaborar produtos e/ou serviços os quais atendam as necessidades dos clientes, e também é por meio deste que poderá definir a posição do mercado. Assim, Levitt (1960), afirma que o marketing ressalta sobre as necessidades do consumidor e ao significado de vendas que o vendedor possui, pois este é o interessado em realizar a troca do seu produto em dinheiro.

Por sua vez, Kotler e Keller (2006), definem o marketing como arte e ciência ao mesmo tempo, pois ele possui o lado formal, que trata da teoria do seu funcionamento e o lado criativo, que diz respeito à importância da criatividade para um bom marketing. Pode-se dizer então que o marketing é, inclusive, um modo de conquistar e manter clientes, ofertando produtos e/ou serviços que satisfaçam plenamente suas necessidades e desejos.

O marketing é conceituado por Stanton (1980), como uma arte, pois faz com que a empresa primeiro estabeleça o que o cliente deseja ou necessita, depois pensa no modo de fabricar e vender esse produto e/ou serviço com lucro. Por isso, as empresas precisam saber o que o consumidor deseja, para posteriormente fazer o que ele quer, sempre primando pela qualidade, pelo preço e benefícios que este produto e/ou serviço ofertará ao cliente.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Cobra e Zwarg (1986), complementam que o marketing estimula o consumo de produtos e serviços desencadeando alternativas melhores de qualidade de vida. Isto é, o marketing é entender e atender o cliente, assim como, é satisfazer os desejos e as necessidades do consumidor, melhorando seu cotidiano.

Ainda, para Kotler e Keller (2006) o marketing possui três pontos fundamentais, os quais podem ser explicados da seguinte forma: o primeiro alega que todo o planejamento da empresa deve estar voltado ao cliente; o segundo defende que um faturamento lucrativo deve ser a meta da empresa e o terceiro afirma que todas as atividades da empresa devem ser integradas e coordenadas. Em poucas palavras pode-se dizer que o marketing, além de conquistar clientes, tem também por objetivo, obter lucros para a empresa e deve ser realizado integrando-se com as outras atividades da organização.

O marketing é uma técnica amplamente utilizada que tem por objetivo satisfazer tanto os consumidores quanto as organizações. Para que tal técnica traga resultados positivos, existem algumas ferramentas que, quando empregadas adequadamente, auxiliam a empresa na busca desse objetivo. O conjunto destas ferramentas é conhecido como composto de marketing, que será apresentado no próximo tópico.

2.2 COMPOSTO DE MARKETING

Para que uma empresa consiga êxito, torna-se essencial a utilização de ferramentas e técnicas de marketing para a conquista do seu público-alvo, para assim, atingir seus consumidores de maneira certa. Por isso, passa a ser relevante neste trabalho a compreensão do composto de marketing. Segundo Kotler (1980), o composto de marketing é o conjunto de variáveis controláveis as quais a empresa utiliza-se para influenciar no retorno de seus consumidores. Por esta razão, a administração deve escolher o conjunto de fatores que poderão satisfazer o mercado e atingir seus objetivos.

Essa técnica é utilizada no momento de criar valor para o cliente, de tornar o produto e/ou serviço atrativo e palpável aos olhos dele. Para tanto, quatro variáveis são trabalhadas: produto, preço, promoção e praça. Todas essas são consideradas controláveis, uma vez que a empresa possui total controle sobre elas, ou seja, pode decidir onde, como e quando empregá-las (SCHAVARIS, 2016). Os próximos itens irão detalhar cada uma das ferramentas de marketing que compõe o mix mercadológico, iniciando com o produto, o qual representa os serviços oferecidos ao consumidor.

2.3 COMPOSTO DE MARKETING: PRODUTO

A ideia de produto dentro do composto de marketing não se refere somente ao produto físico, mas remete-se ao produto no sentido de algo que satisfaça o desejo do consumidor. Neste contexto, o produto é qualquer coisa que possa ser oferecida e que satisfaça necessidades e desejos de um mercado, incluindo bens ou serviços. Pode-se dizer que produto é uma combinação do físico, tangível com o intangível, a noção de intangibilidade de um produto está associada aos benefícios que mesmo pode proporcionar (KOTLER, 1980).

ISBN 978-65-5629-077-5

O produto é adequado quando este consegue atender as necessidades e os desejos que os clientes possuem (COBRA, 1984). Por este ângulo, Kotler (2000), afirma que os produtos devem possuir continuamente algumas características, tais como: qualidade, variedade de produtos, design, nome de marca, tamanho, embalagem, garantias, serviços e devoluções. O produto, por sua vez, deve possuir três pontos considerados essenciais, conforme demonstra Cobra (1984), que são: a qualidade e a padronização; os modelos e os tamanhos; e por fim, a embalagem, a marca e o serviço.

Além destes aspectos, para que o produto tenha sucesso, deve-se levar em conta as oscilações e as evoluções do mercado. Kotler (1980) completa afirmando que o produto deve ter qualidade e estilos diferenciados, podendo estar em nível baixo, médio e alto de qualidade.

2.4 COMPOSTO DE MARKETING: PREÇO

A maneira como o administrador decide os preços, afeta diretamente as perdas e os ganhos da empresa, por isso a decisão do preço deve ser cuidadosamente planejada. Pode-se dizer que consiste no valor que o consumidor deve pagar por determinado produto e/ou serviço. "Historicamente o preço era a mais importante decisão isolada do especialista em marketing, pois determinava o valor de seu produto aos olhos do cliente e em relação aos produtos do concorrente" (KOTLER, 1980, p. 296).

Os objetivos para fixação de preços podem ser orientados para o lucro, para as vendas ou objetivos do *status quo*, objetivos orientados para o lucro podem querer obter retorno, ou seja, estabelecem um percentual sobre os preços o qual será o lucro. Os objetivos orientados para a venda podem desejar o aumento das vendas, a manutenção da participação no mercado ou um aumento da participação do mercado. Já os objetivos do *status quo* será manter os preços fixos, podendo significar que a empresa espera manter o preço fixo para aumentar a concorrência em outras áreas (KOTLER; KELLER, 2006).

Segundo Cobra (1984), as organizações devem aderir os preços que sejam competitivos aos da sua concorrência, porém seus preços não devem ser o fator que determina a escolha do consumidor. Inclusive, Kotler (1980) constatou que o preço é um fator que deve ser considerado, pois está relacionado a percepção dos clientes em relação ao produto.

Ademais, o preço deve ser justo ao consumidor e ao comerciante, não apenas um retorno financeiro ao estabelecimento. Neste sentido, Kotler (1980), afirma ser necessário que o cliente perceba que o preço que ele está se dispondo a pagar é condizente ao que o produto realmente vale.

Outra ferramenta que deve ser levada em consideração no planejamento de marketing é a praça, ou distribuição, que também forma o composto de marketing e será abordada no próximo item.

2.5 COMPOSTO DE MARKETING: PRAÇA

A praça é conhecida como o ponto de venda ou o canal de distribuição. É descrita como uma rede organizada de órgãos e de instituições que, em conjunto,

ISBN 978-65-5629-077-5

executam as funções necessárias para unir os fabricantes aos seus clientes finais (KOTLER; ARMSTRONG, 2007). De forma simplificada, a praça é a disponibilização do produto e/ou serviço ao cliente da forma que seja fácil e conveniente para que se possa adquiri-lo.

Para Schewe e Smith (1982), a praça ou a distribuição proporciona utilidade de lugar ou, pode-se dizer, a satisfação de local para o produto, pois, se este estiver localizado próximo dos clientes, aumentam-se as chances de satisfação. De modo geral, os clientes não gostam de se esforçar muito, ou de irem longe, para obter os produtos que almejam. Por esta razão, os comerciantes têm procurado diminuir essa barreira garantindo que seus produtos estejam convenientemente localizados.

Neste sentido, Cobra (1984) ressalta que o produto e/ou serviço somente terá utilidade se ele estiver disposto junto ao mercado de seu consumidor. O autor completa ao fato da escolha do ponto para o produto e/ou serviço estar relacionado a escolha do canal de distribuição. O qual, por sua vez, representa as diferentes formas pelas quais o produto é colocado à disposição do consumidor, cuja finalidade é levar ao consumidor o que o mesmo necessita.

Por fim, o composto de marketing constitui-se da promoção, no qual seu objetivo central é divulgar e incentivar a venda do produto e/ou serviço criado, o qual veremos detalhadamente no próximo item.

2.6 COMPOSTO DE MARKETING: PROMOÇÃO

O marketing exige mais do que desenvolver produtos, dar-lhe um preço compatível e disponibilizá-lo ao consumidor. Sem a promoção, compradores potenciais não saberiam da existência desses produtos. Para que a empresa venda cada vez mais, é necessário desenvolver um eficiente programa de promoção. Desta forma, após a realização do planejamento da produção, a estruturação dos preços e a definição do canal de distribuição, examina-se a promoção. Conforme afirmam Kotler e Keller (2006), a promoção é definida por qualquer forma de divulgação que uma empresa realiza para mostrar ao mercado os seus produtos e/ou serviços, o que se disponibiliza ao consumidor. É por meio da promoção que a empresa apresenta seu produto ao mercado consumidor e é assim que ela comunica o que tem a oferecer.

Segundo Kotler (1980), o marketing moderno exige mais do que vendas eventuais, portanto, a empresa deve desenvolver um sistema eficaz de comunicação e promoção. Ainda para Stanton (1980), a promoção é o componente usado para informar e persuadir o mercado quanto aos produtos e/ou serviços da empresa. Ou seja, os consumidores não conhecerão os méritos dos produtos e/ou serviços de uma empresa, se ela não os divulgar.

O ato de desenvolver propaganda está relacionado a ação de enviar mensagens diferentes a um público específico, cuja finalidade é de informar seus consumidores, por meio de diferentes meios de comunicação (como por exemplo, rádio, TV, internet). Tal ação faz com que o produto atinja um grande número de potenciais consumidores de forma rápida e eficaz (DORNELAS, 2005). Cobra (1984), complementa ao afirmar que a promoção deve comunicar o produto e/ou serviço ao mercado, estimulando o consumo e efetivando a transferência da posse.

ISBN 978-65-5629-077-5

A meta geral da propaganda é, portanto, estimular a troca, a qual força o aumento da demanda por um produto. Naturalmente, essa meta implica que o preço não é a preocupação principal dos consumidores. De fato, a propaganda busca fazer com que os consumidores desejem tão intensamente o produto que o fator preço seja reduzido ou até eliminado da decisão de compra.

Conhecendo o composto de marketing, a empresa pode utilizá-los para influenciar as respostas dos consumidores, porém, com a modernização digital, poderá fazer seu marketing de forma digital, o qual será abordado no próximo tópico.

2.7 MARKETING DIGITAL

Na atual fase digital vivenciada, o marketing digital é uma nova ferramenta para as empresas poderem competir. Esta ferramenta auxilia para que as propagandas estejam sempre atualizadas e que sejam mais criativas; e com isso, os consumidores passam a desejar os produtos da empresa (CINTRA, 2010). Nesse contexto, impulsionado pela popularização da internet, desenvolveu-se mecanismos de fomento à conectividade (TERRA, 2010).

Desde então, a internet passou progressivamente a ser empregada como ferramenta capaz de colaborar nos processos da organização, impulsionando, assim, uma nova forma de se relacionar com o cliente (QUALMAN, 2009). Visivelmente, pode-se dizer que a internet tem se propagado como um dos meios de comunicação mais utilizado pelas empresas.

Segundo Kotler (2000), a internet introduziu fatores facilitadores na vida dos consumidores e nas empresas, identificando que, por meio da Internet, os consumidores podem obter múltipla informação (de marcas, custos, preços e características), fazer pedidos de informação e publicidade, desenhar a oferta que pretendem, e comprar a qualquer hora e em qualquer lugar.

O marketing digital e o marketing tradicional possuem o mesmo objetivo em comum, qual seja, de atingir um público-alvo e com isto, manter um bom relacionamento com seu consumidor, pois assim sua empresa poderá ser sempre lembrada. Tanto o marketing digital quanto o marketing tradicional precisam de um bom planejamento, pois desta forma, será possível posicionar de forma eficiente ferramentas, "desenvolver ações de relacionamento com os clientes, planejar campanhas de comunicação digital, e por fim, que o nome de sua empresa esteja forte no ambiente da web para poder ampliar seus negócios" (CINTRA, 2010, p. 10).

As estratégias de marketing digital têm se mostrado eficazes em diversos negócios, tanto para os que são totalmente on-line, quanto para os que se utilizam de múltiplas plataformas de atendimento, transitando a atividade da loja física com loja virtual.

Neste sentido, Cintra (2010) afirma que se pode almejar novas estratégias e promoções, como por exemplo, as estratégias realizadas na promoção de comunicação; na identificação do público-alvo; na determinação de objetivos; e, no desenvolvimento de mensagens capazes de atrair novos consumidores.

Nesse cenário, o uso de ferramentas para auxiliar a divulgação, como as mídias sociais, passa a ser destaque. Conforme divulgado pela Agência Brasil (2020), a rede virtual faz parte da vida de aproximadamente 134 milhões de usuários brasileiros. Brandão (2001) afirma que a Internet ainda é uma opção de mídia com

ISBN 978-65-5629-077-5

acesso ao topo da pirâmide social do Brasil, o qual possui público formador de opinião, conforme frisa a autora.

Diante do exposto, é importante destacar o poder de influência que essas redes e sua poderosa capacidade de distribuir significados exercem na modificação dos padrões vigentes de interação social. De acordo com Hunt (2010), "ferramentas como as redes sociais on-line têm um potencial especialmente poderoso para os indivíduos". Ou seja, uma poderosa ferramenta de comunicação entre as pessoas.

Visto a importância do marketing digital, torna-se relevante conhecer sobre como elaborar o plano de marketing, tópico que será abordado no próximo item.

2.8 PLANO DE MARKETING

O plano de marketing pode ser um plano de ação ou um documento escrito, o qual apresenta onde a empresa está indo e como será possível alcançar seu objetivo (WESTWOOD, 1996).

É por meio deste plano que a empresa obtém o conhecimento das melhores oportunidades para novos negócios, esta ferramenta também auxilia a conquistar uma colocação no mercado. Conforme Las Casas (2005), o plano de marketing determina os objetivos, as metas e as estratégias do composto de marketing de acordo com o plano da empresa. Neste contexto, deve estar presente no planejamento estratégico de uma empresa.

Las Casas (2005) defende que o plano de marketing é importante para as empresas, pois trata de um resultado de estudo e pesquisa sobre as necessidades existentes na organização. Entretanto, o autor ressalta que um bom plano não é certeza de venda e lucros, mas uma ideia poderá se tornar válida com um plano de marketing. Pode-se dizer que o plano é usado para concretizar a criatividade, a imaginação, a inovação ou uma necessidade.

Neste contexto, Kotler e Armstrong (2007), afirmam que a empresa deve misturar as ferramentas do composto de marketing em um plano de marketing que comunique e proporcione aos clientes seus desejos. Entende-se que, para criar vínculo com os clientes, a estratégia é desenvolver satisfação para ele, afinal, clientes satisfeitos tendem a tornarem-se fiéis.

Para começar o plano de marketing, precisa-se conhecer passo a passo a estrutura a qual deverá ser seguida. Grande parte das bibliografias sobre o assunto apresentam estruturas semelhantes, porém com algumas diferenças significativas, assim, analisou-se algumas estruturas e suas principais características.

Segundo Kotler e Keller (2006), o plano de marketing é composto de resumo executivo com sumário, análise da situação, estratégias de marketing, projeções financeiras e pelo controle. Isto é, primeiramente no resumo deve conter as principais metas e recomendações. Em seguida, na análise da situação deve conter informações sobre as ameaças, oportunidades, forças e fraquezas do ambiente interno e externo. O próximo passo é estabelecer as estratégias de marketing, que devem estar coerentes com o negócio e missão da empresa. Posteriormente, definem-se as projeções financeiras, que incluem previsão de receitas e despesas. Como último passo, é preciso controlar esse plano de marketing e cabe a gerência monitorar detalhadamente os resultados.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Cobra (2001), o plano de marketing deve conter: objetivo geral; sumário executivo; missão corporativa e estratégias visadas; análise situacional; oportunidades futuras; estrutura do departamento de marketing; objetivos de marketing, estratégias e políticas; subplano de distribuição; subplano de promoção de vendas; subplano de propaganda; subplano de vendas; quadros-resumo.

Por outro lado, Dias (2003) sugere uma estrutura simplificada para um plano de marketing, constando apenas: resumo executivo; introdução; situação de mercado atual; objetivos; estratégias; demonstrativos financeiros; implementação/plano de ação; e avaliação/controle.

Já Ambrósio e Siqueira (2002), sugerem outros elementos para a estrutura do plano de marketing, como: visão e missão, oportunidade, objetivos; marketing estratégico; marketing tático; ação e controle do plano.

Enquanto para Gomes (2005), a estrutura pode ser: sumário executivo, análise de ambiente; definição do público-alvo; definição do posicionamento de mercado; importância da marca; definição de objetivos e metas; definição das estratégias de marketing; implementação; avaliação e controle.

2.9 DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING

As estratégias de marketing consistem nas decisões tomadas para interligar de maneira eficaz o composto de marketing, que são produto, preço, praça, promoção, os quais foram abordados anteriormente. Para Kotler e Keller (2006, p. 53), uma organização pode alegar que possui uma estratégia quando "realiza atividades diferentes das de suas rivais ou realiza atividades similares de maneiras diferentes".

Conforme apresentam Kotler e Armstrong (2007), cada empresa deve avaliar as diferentes estratégias existentes para então, definir qual é a melhor para si, levando em consideração o seu setor, a sua situação e os seus objetivos. Isso ocorre porque não existe uma estratégia que seja a melhor ou a mais coerente para todas as organizações, além de que uma mesma empresa pode se utilizar de diferentes estratégias ao mesmo tempo, devido aos seus diversos negócios.

As empresas que adotam uma estratégia clara tendem a apresentar um bom desempenho frente ao mercado, enquanto as empresas que tentam ser boas em todas as estratégias, não se especializando em nenhuma, não se tornam eficazes em nenhuma delas, apresentando um desempenho não satisfatório (KOTLER; ARMSTRONG, 2007).

Assim, torna-se importante que a organização fique atenta às estratégias de seus concorrentes, de forma a avaliar os seus pontos fortes e fracos e assim, ser possível reagir a eles. Ademais, precisa estar atenta também às mudanças no comportamento do consumidor e ao mercado em que atua, o qual está em constante desenvolvimento.

Após as estratégias serem elaboradas, torna-se possível definir a maneira como a empresa atingirá seus objetivos e metas, e de que forma irá gerenciar corretamente seus relacionamentos a fim de que obtenha vantagem competitiva sobre seus concorrentes (GOMES, 2005).

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste contexto, Skacel (1992), afirma que a estratégia deve abranger todas as funcionalidades do marketing, pois é através dela que serão estabelecidos os objetivos e delineadas as ações para se atingir os resultados finais almejados.

Assim, demonstra-se a importância do momento de tomada de decisões, pois um processo controlado de formulação de estratégias reduz as chances de erro e maximiza os retornos, advindos de estratégias bem elaboradas. Ainda, por meio de programas de marketing bem elaborados, satisfazem-se as necessidades dos clientes, podendo proporcionar à empresa uma vantagem competitiva frente aos concorrentes e aos valores financeiros satisfatórios (FERNANDES, 2010).

Para implementação de um plano de marketing, é necessário executar as estratégias definidas, de forma que seja assegurada a realização dos objetivos propostos. Ademais, segundo Gomes (2005), é necessário traçar um plano de ação composto por ações a serem desenvolvidas, período que devem ser desempenhadas as ações, como desempenhar cada função, quem será o responsável pela execução, e, o custo envolvido.

Todos esses passos devem ser calculados e estudados antes da implantação de um plano de marketing, para que sejam evitadas falhas e preocupações desnecessárias, decorrentes de uma má execução de tarefas, ou de falta de planejamento estratégico.

2.10 FERRAMENTA 5W2H

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2008), a técnica 5W2H é uma ferramenta prática que permite, a qualquer momento, identificar dados e rotinas mais importantes de um projeto ou de uma unidade de produção. Também possibilita identificar quem é quem dentro da organização, o que faz e porque realiza tais atividades. O método é constituído de sete perguntas, utilizadas para implementar soluções:

a) O quê? Qual a atividade? Qual é o assunto? O que deve ser medido? Quais os resultados dessa atividade? Quais atividades são dependentes dela? Quais atividades são necessárias para o início da tarefa? Quais os insumos necessários?
b) Quem? Quem conduz a operação? Qual a equipe responsável? Quem executará determinada atividade? Quem depende da execução da atividade? A atividade depende de quem para ser iniciada?
c) Onde? Onde a operação será conduzida? Em que lugar? Onde a atividade será executada? Onde serão feitas as reuniões presenciais da equipe?
d) Por quê? Por que a operação é necessária? Ela pode ser omitida? Por que a atividade é necessária? Por que a atividade não pode fundir-se com outra atividade? Por que A, B e C foram escolhidos para executar esta atividade?
e) Quando? Quando será feito? Quando será o início da atividade? Quando será o término? Quando serão as reuniões presenciais?
f) Como? Como conduzir a operação? De que maneira? Como a atividade será executada? Como acompanhar o desenvolvimento dessa atividade? Como A, B e C vão interagir para executar esta atividade?
g) Quanto custa realizar a mudança? Quanto custa a operação atual? Qual é a relação custo / benefício? Quanto tempo está previsto para a atividade?

ISBN 978-65-5629-077-5

Ainda segundo o SEBRAE (2008), a técnica 5W2H é uma ferramenta simples, porém poderosa, para auxiliar a análise e o conhecimento sobre determinado processo, problema ou ação a serem efetivadas, podendo ser usado em três etapas na solução de problemas: diagnóstico, plano de ação e padronização.

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como um estudo descritivo, Segundo Gil (2009), uma pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de uma população, variáveis ou fenômeno. De natureza qualitativa visto que, segundo Malhotra et al., (2005) a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador, uma visão clara e compreensiva sobre o problema e baseia-se em pequenas amostras não representativas.

Este estudo também é caracterizado como um estudo de caso, pois envolverá a Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, segundo Moresi (2003), o estudo de caso é o estudo limitado a uma ou poucas unidades entendidas como, pessoa, família, produto, organização, órgão público, comunidade ou um país. O caso selecionado é de uma Loja de confecção do município de Cascavel – Paraná. Com esse intuito foi elaborado um plano de ação nas estratégias de marketing digital. A operacionalização da pesquisa decorreu da sistematização dos construtos teóricos e das variáveis a serem observadas no estudo de campo, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Operacionalização do Estudo

Construtos Teóricos	Variáveis observadas no estudo
Plano de Ação (5W2H)	Medidas de Controle; Planejar melhoria contínua; Padronizar mecanismos; Aumentar nível em qualidade; Evitar falta de conformidade.

Fonte: Elaborada pela autora do estudo (2021)

Para realizar a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada a qual, na visão de Marconi e Lakatos (2010), possui um roteiro pré-estabelecido pelo pesquisador. Assim, a partir da entrevista, realizadas com o seguinte ator: Sócia Proprietária, escolhido por ter noções exatas das estratégias de marketing digital. A entrevista teve duração de aproximadamente 60 minutos e foi realizada pela própria pesquisadora.

A entrevista foi gravada e, posteriormente, submetidas a uma análise de conteúdo, A análise dos dados será feita com a técnica de análise de conteúdo, pois segundo Campos (2004), a mesma pode ser entendida como um conjunto de técnicas de pesquisa que visa buscar dar sentido ao texto analisado. Com intuito de melhor entender a dinâmica de coordenação da influência das estratégias de marketing digital, a pesquisadora utilizou-se, da técnica documental. Dentre os documentos analisados estão resultados de vendas. Após, foi aplicado o plano de ação através do composto do Marketing, denominados 4Ps (Preço, Produto, Promoção, Praça) em relação ao marketing digital que facilita na melhor compressão das estratégias no aperfeiçoamento dos negócios da empresa objeto de estudo.

4 RESULTADOS

ISBN 978-65-5629-077-5

Nesta seção apresentam-se os resultados do estudo de campo desenvolvido. Inicialmente retrata-se a descrição da amostra, em seguida são apresentados os resultados da etapa descritiva, e por fim, a discussão dos resultados, seguida pelas considerações finais.

4.1 PERFIL LOJA DONNA MARY DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ

A loja Donna Mary foi inaugurada em novembro/2020. Surgiu após sua proprietária acreditar na oportunidade de negócios vendas de roupas (online e domiciliar). A empresa realiza divulgação pela mídia digital Instagram, porém não possui uma clientela satisfatória formada, tampouco um plano mercadológico estruturado até o momento.

No perfil do Instagram possui 3398 seguidores (dado coletado em setembro/2021), destes 96% são do sexo feminino e 4% do sexo masculino. Com relação a faixa etária, o predomínio é de 25 a 34 anos (41,4%), seguidos por 18 a 24 anos (28,1%), 34 a 44 anos (19,8%), 45 a 54 anos (7,1%), 55 a 64 anos (1,8%), 13 a 17 anos (1,5%) e mais de 65 anos (0,3%). Desse modo, temos que o perfil do público predominante é de mulheres, jovens e adultas. Observou-se também que a público atendido é predominante da cidade em que a empresa está localizada, pois 76,9% são de Cascavel, seguidos por 2% de Toledo, 1,4% de Campina do Simão, 1% de Corbélia e 0,7% de Foz do Iguaçu. Tal dado é pertinente pois demonstra que o fator proximidade é algo relevante no momento da escolha do cliente.

A loja Donna Mary possui peças exclusivas e preço justo, após uma gratificante experiência em realizar sonhos e confiança para a autoestima de mulheres e homens. Esses clientes se encantam quando são apresentados os produtos, com a expectativa de realizarem seus sonhos ou suas necessidades.

A missão da empresa objeto de estudo é levar ao público produtos de excelente qualidade e preço justo, satisfazendo as necessidades dos clientes/amigos, priorizando sempre um bom atendimento, proporcionando conforto e bem-estar sem abrir mão da beleza e qualidade. Com a visão de ser referência, reconhecida por clientes/amigos, colaboradores e fornecedores, pela qualidade, comprometimento, relacionamento e segurança em um ambiente agradável. Seus valores são o trabalho em equipe, a inovação, a sustentabilidade, a qualidade, a superação dos resultados, o preço justo e o bom atendimento. Ética nas relações com os clientes, os fornecedores e os colaboradores.

4.2 APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING

Nesta fase, colocar em ação um plano de marketing digital sem um plano ou estratégia previamente elaborado pode levar ao fracasso do negócio se a empresa objeto de estudo não considerar todos os aspectos que podem impactar no seu desenvolvimento. E quando se fala em marketing digital, é importante fazer certo, pois ele pode fazer a diferença em um negócio: é imperativo trabalhar cada parte das estratégias de marketing para que o plano se destaque e alcance um determinado público-alvo.

ISBN 978-65-5629-077-5

Com o intuito de verificar a influência das estratégias de marketing na Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, em relação ao marketing digital, o quadro 2 apresenta o plano de ação "Preço":

Quadro 2 – Plano de Ação "Preço".

Plano de Ação – Preço	Descrição
Ampliar a divulgação dos métodos e prazos de pagamentos.	Elaborar estratégia de divulgação digital dos métodos e prazos aceitos pela empresa como pagamento.
Ofertar descontos para pagamentos a vistas e parcelas antecipadas.	Oferecer e divulgar descontos para pagamentos à vista e antecipação de parcelas de forma a estimular os pagamentos e evitar as inadimplências.
Elaborar estratégias de divulgação critério desconto promocional.	Elencar um período mês para divulgar promoções de curta duração, como um dia ou um fim de semana.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

No quadro anterior, observa-se que o plano de ação "Preço" determina o valor que o consumidor deve pagar pelo produto, é esse que determina se uma troca trará benefícios ou não. Assim, o preço aplicado pela empresa objeto de estudo deve ser justo ao consumidor. Dessa forma, o ideal é que o cliente perceba que o preço que ele está se dispondo a pagar é condizente ao que o produto realmente vale (KOTLER, 1980).

Por essa razão, torna-se pertinente que: (i) ampliação da divulgação dos métodos e prazos de pagamentos; (ii) ampliação da divulgação de desconto para pagamento a vista e antecipação de parcelas, de modo a evitar as inadimplências. Ainda, realizar curto período forma de atrair clientes novos por meio de descontos promocionais, assim, aproveitarem os preços e conhecer o que a empresa objeto de estudo tem para lhe oferecer.

Na sequência, apresenta-se o plano de ação para o composto de marketing (Produto), conforme quadro 3:

Quadro 3 – Plano de Ação "Produto"

Plano de Ação – Produto	Descrição
Divulgar de produtos por sazonalidade.	Elaborar divulgação de produtos conforme a época do ano, tanto para festividades quanto em questões
Elaborar estratégias de divulgação critério novidades de produtos.	Elencar um dia da semana para divulgar os produtos novos.
Elaborar conteúdos informativos.	Criar divulgação com conteúdo informativo sobre modas e atualidades.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

No quadro anterior, o plano de ação "Produto" foi elaborado conforme sugere Kotler (1980), para que o produto possa ser oferecido e satisfaça necessidades e desejos dos clientes da empresa objeto de estudo. Neste contexto, utilizar-se-á da estratégia sazonal, muito aplicada neste setor, em festividades: Dia das mães, Dia dos pais ou Natal. Outra forma de divulgação será por estação climática, tornando o produto associado ao custo/benefícios aos clientes. Realizar divulgação de produtos

ISBN 978-65-5629-077-5

novos, de modo que o cliente perceba que a empresa pode ofertar novidades constantemente, além de fornecer divulgação de modas e atualidades, mostrando que a empresa está antenada ao nicho de mercado.

Segue o plano de ação para o composto de marketing (Promoção), conforme quadro 4:

Quadro 4 – Plano de Ação "Promoção"

Plano de Ação – Promoção	Descrição
Ampliar a divulgação de materiais gráficos para divulgação, como cartão fidelidade.	Realizar divulgação promocional digital de cartão fidelidade, em que com o acúmulo de compras o cliente ganhará
Elaborar divulgação personalizada.	Elaborar de looks sugeridos conforme o perfil do cliente (preferências, tamanhos e estilos) e divulgação segmentada.
Elaborar de cronograma de vendas por datas comemorativas.	Além das datas habituais, incluir dia de profissões de modo a direcionar a clientes específicos e garantir fluxo contínuo de diferentes tipos de clientes

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

No quadro anterior, o plano de ação "Promoção", é desenvolvido a partir de uma estratégia de divulgação da empresa objeto de estudo que tem o intuito da demonstração dos seus produtos aos clientes, e assim, procura-se uma forma de comunicação mais direta com o seu público. Por essa razão, torna-se pertinente garantir não apenas a divulgação digital, mas associar à divulgação a fidelização do cliente, ou seja, quando acumula compras e obtém brinde. De acordo com Kotler e Keller (2006), afirmam que segmentar a divulgação elaborando looks personalizados para seus clientes, de forma que se sintam valorizados e especiais. E, de modo a assegurar fluxo contínuo de clientes, realizar vendas voltadas ao dia de profissões.

E por fim, apresenta-se o plano de ação para o composto de marketing (Praça), conforme quadro 5:

Quadro 5 – Plano de Ação "Praça"

Plano de Ação – Praça	Descrição
Divulgar o serviço de entrega em domicílio.	Elaborar divulgação de entrega em domicílio, o qual o cliente pode solicitar o produto desejado por meio online e recebê-
Criar site da empresa.	Conteúdo publicado em um site, visando torná-lo visível na internet e atraente ao
Ampliar divulgação nas mídias sociais – Instagram, Whatsapp, Facebook.	As mídias sociais são sites na internet construídos para permitir a criação colaborativa de conteúdo, interação social e o compartilhamento de informações em

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021)

E por fim, no quadro anterior, o plano de ação "Praça", foi elaborado com intuito de ser utilizado para que as informações do produto cheguem mais rápido ao cliente da empresa objeto de estudo, ou seja, torna-se relevante a decisão dos meios de distribuição mais adequados, confiável, seguro. Isso envolve a escolha de canais que façam com que o produto esteja no lugar certo, para que este possa satisfazer os desejos dos clientes. Nessa conjuntura, a empresa deve divulgar que realiza

ISBN 978-65-5629-077-5

entrega em domicílio, o que facilita a distribuição, principalmente em tempos de pandemia em que muitos clientes realizam isolamento.

Nesse sentido, o cliente possa visualizar a empresa objeto de estudo como atraente e sugere-se a criação de um site para que o cliente tenha mais um canal de acesso. Assim, deve-se também incluir mais opções de redes sociais. Posto isso, cabe a análise da influência das estratégias de marketing na empresa Donna Mary.

4.3 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING, EM RELAÇÃO AO MARKETING DIGITAL

A empresa objeto de estudo dever reconhecer que o marketing digital é uma ferramenta estratégica poderosa e consiste em todos os esforços de marketing realiza no ambiente digital. Com isso, aumentar e ter presença de forma interativa e se relacionar com o cliente são todos esforços que se enquadram no termo "marketing digital".

Com a construção do plano de ação através dos compostos de marketing (Preço, Produto, Promoção, Praça), procurou-se dirimir as dificuldades em acompanhar os esforços de marketing da empresa, para entender quantas pessoas se envolveram com seu produto de forma digital. Outro motivo é o investimento marketing digital com intuito da construção de uma reputação sólida e sustentável, ou seja, construir um relacionamento com clientes na internet e uma imagem sólida da empresa para que clientes indecisos fechem negócios com mais rapidez.

Neste contexto, o plano de ação ao marketing digital poderá recolocar a empresa objeto de estudo no caminho das oportunidades e crescimento do negócio. Isso pode levar à exposição e mais vendas. Utilizando-se das Mídias Sociais através das plataformas como Facebook, Instagram e muito mais, e serão usadas na promoção da sua marca, criando conteúdo valioso. E também a gestora do negócio poderá se comunicar com seus clientes.

Desta forma, o plano de ação "Preço", exibe as características distintas da condição de mercado, tendências duram certo tempo, as informações são precificadas, e podem ser utilizados pela empresa para prever o comportamento futuro do mercado. Na sequência o plano de ação "Produto" procurou-se antecipar as ameaças e as oportunidades que o produto pode enfrentar, ou seja, a empresa desenvolverá produtos para forma digital na melhoria das condições econômicas, inovação de produtos. Já o plano de ação "Promoção", a ênfase nas estratégias de divulgação utilizadas pela empresa, não só canais de distribuição, mas a comunicação que será repassada aos clientes; personalidade da marca e a linguagem que será utilizada também são pontos muito relevantes no plano de ação proposto. E por fim, o plano de ação "Praça", aplicou-se de forma que nos canais de mídia, o produto seja exposto. O planejamento do mix de marketing da empresa objeto de estudo deve estar totalmente conectado aos seus clientes. Afinal, não adianta ofertar produto em lugares ou canais, onde clientes em potencial não estão, ou seja, antes de realizar a estratégia da praça, é relevante entender parte do cotidiano do público em questão.

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste sentido, realizar ações com base em um plano de ação em marketing digital pode posicionar a empresa objeto de estudo no mercado melhor do que seus concorrentes, ou seja, a eficiência da estratégia de marketing digital está entre o sucesso da empresa moderna e sua queda, tudo requer visão de futuro, quanto mais preparação e detalhes puderem ser colocados nessas estratégias, estabelecendo metas, campanhas, conquistar mais clientes, aumentar o conhecimento da marca, gerar vendas e decidir a melhor forma de seguir em frente e planejar uma estratégia de negócios de longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal foi à análise da influência das estratégias de marketing na Loja Donna Mary do município de Cascavel – Paraná, em relação ao marketing digital, o efeito e a utilização desta ferramenta nas diversas mídias digitais voltadas a promoção de uma marca ou produtos/serviços e o conjunto de estratégias de canais digitais, assim, neste estudo o marketing digital foi apresentado por meio de um plano de ação utilizando-se do conceito dos 4Ps, a empresa utilizar-se-á do uso da Internet, dispositivos móveis, mídias sociais e mecanismos de pesquisa para alcançar seus clientes. Ao contrário dos métodos tradicionais de marketing, impressão, outdoors e TV, neste caso, o marketing digital será essencialmente baseado em dados.

Constatou-se no estudo, a relevância da aplicação do plano de ação na empresa objeto de estudo, que para desenvolver estratégias de marketing digital eficiente, melhorará muito a presença da empresa no meio digital, ou seja, deve-se considerar que estratégia digital pode transformar o negócio e colher benefícios de forma imediata.

Ficou identificado que os negócios digitais ganham valor de tempo, atenção e defesa do consumidor, "o usuário", o valor adicionado na forma de entretenimento, utilidade, entre outros, a Internet mudou o mundo, na forma da comercialização de bens ou serviços, criou-se um novo paradigma aos consumidores, conectando diversas opções, o escopo completo do marketing digital aos produtos ou serviços é posicionado, promovidos e distribuídos.

Isso denota-se a relevância da pesquisa e a necessidade da compreensão da importância do marketing digital nas empresas, pois é responsável pela apresentação aos clientes de produtos, neste estudo, constatou se ainda a necessidade da empresa objeto de estudo se adaptar a realidade de seus clientes, a utilização do marketing digital aconteça de forma quase que indispensável para que consiga ter destaque e não ficar para trás diante dos seus concorrentes.

Por fim, é importante ressaltar que o marketing digital tem revolucionado o mercado, trazendo grandes benefícios aos consumidores, além de permitir precisão na interação e na comunicação entre ambos.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Relatório aponta Brasil como quarto país em número de usuários de internet.** 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 14 maio 2021.

AMBROSIO, V.; SIQUEIRA, R. **Plano de marketing passo-a-passo:** serviços. São Paulo: Reichmann & Afonso, 2002.

BRANDÃO, V. C. Comunicação e marketing na era digital: a internet como mídia e canal de vendas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, 2001. Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.

CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Brasília: Revista Brasileira de Enfermagem. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CINTRA, F. C. Marketing Digital: a era da tecnologia on-line. **Investigação**, v. 10, n. 1, p. 6-12, 2010.

COBRA, M. **Marketing competitivo.** São Paulo: Atlas, 1993.

COBRA, M. **Marketing de serviços.** São Paulo: Cobra, 2001.

COBRA, M.; ZWARG, F. **Marketing essencial:** conceitos, estratégias e controle. São Paulo: Atlas, 1986.

DIAS, S. R. **Gestão de Marketing.** São Paulo: Saraiva, 2003.

DORNELAS, J. **Plano de Marketing no seu Plano de Negócios.** 2005. Disponível em: <http://www.softmarketing.com.br/articles>. Acesso em: 07 Mai. 2021.

FERNANDES, L. S. **Desenvolvimento de um plano de marketing para Ecoeng – Consultoria Empresarial Júnior da Unioeste *campus* de Toledo.** 2010. 98f.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado Executivo) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

FERREIRA, A. B.; AZEVEDO, N. Q**. Marketing Digital:** Uma análise do mercado. Curitiba: Intersaberes, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

GOMES, I. M. **Manual como elaborar um plano de marketing.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

HUNT, T. **O poder das Redes Sociais:** como o fator whuffie – seu valor no mundo digital pode maximizar os resultados de seus negócios. São Paulo: Editora Gente, 2010.

KOTLER, P. **Marketing.** Edição compacta. São Paulo: Atlas, 1980.

KOTLER, P. **A edição do novo milênio.** 10 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** 12ª Edição. São Paulo: Prentece Hall, 2007.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de Marketing.** 12 Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, A. L. **Plano de marketing para micro e pequena empresa.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

LEVITT, T. **Miopia em Marketing.** São Paulo: Harvard Business Review, 1960.

MALHOTRA, N. K.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M. C.; ALTHEMAN, É.; BORGES, F. M. **Introdução à pesquisa de marketing.** Tradutor Robert Brian Taylor. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa.** Brasília: Programa de Pós Graduação Strico Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Universidade Católica de Brasília- UCB, 2003.

OLIVEIRA, R. B. de; LUCENA, W. M. O uso da internet e das mídias digitais como ferramentas de estratégia de marketing. **Revista Destarte,** v.2, n.1. 2012. Disponível em: <http://revistas.es.estacio.br/index. php/destarte/article/>. Acesso em: 21 set. 2021.

PERNISA, C. J. **Mídia Digital.** Revista Lumina da Facom/UFJF, Juiz de Fora, v.4, n.2, p. 175-186, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facom/files/2013 /03/R8-Junito-HP.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

QUALMAN, E. **Socialnomics:** how social media transforms the way we live and do business. New Jersey: Wiley, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

SANTOS, D. P. **Marketing digital em redes sociais:** a propaganda online como ferramenta de influência ao consumidor digital. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, 2018. Disponível em: <https://www. ifsp caraguatatuba.edu.br/images/conteudo/tccs-pg-2018-2/marketing_digital_em redes socias>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SCHAVARIS, N. T. **Marketing em Instituições de Ensino Superior:** Uma aplicação no curso de Secretariado Executivo da Unioeste, campus de Toledo. 2016. 101f.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado Executivo) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

SCHEWE, C. D.; SMITH, R. M. **Marketing:** conceitos, casos e aplicações. 1ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Ferramenta 5W2H:** plano de ação para empreendedores. 2008. Disponível em: <http://www. sebrae.com.br/ Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

SKACEL, R. K. **Plano de marketing:** como prepará-lo, o que ele deve conter. São Paulo: Nobel, 1992.

STANTON, W. J. **Fundamentos de marketing.** 1ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira, 1980.

TERRA, C. F. **Usuário-mídia:** a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. 2010. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Programa de Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WESTWOOD, J. **O Plano de Marketing.** 2ª Edição. São Paulo: Makron Books, 1996.

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTRATÉGIA DE MARKETING RURAL: Estudo de Caso em uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná

Jéssica Gonçalves Cezaro[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: Neste estudo tem como objetivo principal a análise da influência das Estratégias de Marketing Rural em uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná. A inserção do plano de ação na gestão da empresa objeto de estuo é uma forma de manter a empresa orientada ao mercado, permitindo maior interação com os clientes (produtores) e suas necessidades. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como descritiva cuja coleta de dados foi realizada com a utilização de um instrumento específico a uma entrevista semiestruturada, de natureza qualitativa, a qual foi caracterizada por entrevistar o gestor da empresa. Para isso, realizou-se a análise interna e externa da empresa, para verificação da situação atual da mesma frente ao mercado em que atua. Em um primeiro momento foi realizada uma entrevista com o sócio proprietário da empresa, e, posteriormente, aplicou-se um plano de ação que serviu como guia para determinar as ações que serão necessárias para que a empresa aumente o alcance do seu público (produtor) fazendo que contribua com crescimento da marca, alavancando as vendas e potencializando os lucros. A análise definiu a direção geral e as metas do marketing rural e, portanto, descreveu as ações específicas que a empresa executará para implementar estratégias de marketing rural, assim, pode ser desenvolvida nos próximos anos, descreve táticas a serem alcançadas no ano corrente. O plano de marketing desenvolvido no estudo na empresa objeto de estudo procurou atingir as metas de marketing e a implementação prática das estratégias de marketing rural, ou seja, o plano de ação nas estratégias de marketing é necessário porque trabalham juntos para promover e expandir dos negócios. Os resultados possibilitaram melhor análise com relação à atuação da empresa, auxiliando no desenvolvimento nas estratégias de marketing rural. Conclui-se que a elaboração do plano de ação contribui no crescimento e desenvolvimento da empresa objeto de estudo.

Palavras-chave: Compostos de Marketing; Estratégia de Marketing Rural; Plano de Ação.

1 INTRODUÇÃO

A comercialização rural é um processo que começa com a decisão de produzir uma *commodity* agrícola vendável e envolve aspectos da estrutura ou sistema de mercado, tanto funcional quanto institucional, com base em

[1] Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL. Em caso de estudo desenvolvido em projetos de pesquisa ou extensão, indicar o projeto associado.

ISBN 978-65-5629-077-5

considerações técnicas e econômicas e inclui operações pré e pós-colheita, montagem, classificação, armazenamento, transporte e distribuição.

De maneira especifica o marketing rural demonstra-se uma função que gerencia todas essas atividades de afirmação, estímulo e conversão do poder aquisitivo da população rural em uma demanda efetiva de produtos e serviços específicos e, assim, atingir os objetivos da organização.

Para Bacha e Carvalho (2014), consideram que a aplicação de estratégias de marketing para a agregação de valor a um produto e/ou serviço requer mais que boa vontade e, sim, uma grande dose de conhecimento, há que se ponderarem as peculiaridades intrínsecas à seara rural quanto à necessidade de capacitação constante e contínua para uma melhor apreensão dos conhecimentos e consequente excelência na produtividade.

Neste sentido, o marketing rural considera-se um processo de marketing de mão dupla. Há entrada de produtos nos mercados rurais para produção ou consumo e também saída de produtos para áreas urbanas. O mercado rural oferece oportunidades de crescimento à medida que os mercados urbanos estão se tornando cada vez mais competitivos e em muitos produtos até ficando saturados. Agora, o nível de renda e o padrão de vida estão aumentando rapidamente nas áreas rurais.

A demanda por produtos de marca também está aumentando. Atualmente as demandas de desejos e necessidades estão ligadas ao marketing rural onde é um dos mais novos segmentos do marketing ligado diretamente aos negócios da agricultura, em que se englobam produtos, serviços e ações na área rural (SILVA, 2015).

Em geral, o cenário do mercado brasileiro mostra que comerciantes da área agrícola raramente apresentam estratégia de marketing separada dos mercados rural abertamente, no entanto, essas comerciantes desenvolvem o mix de marketing separado dos mercados rurais. Sempre que se trata de marketing rural para suas marcas, o comerciante tende a precificar produtos com preços baixos, mantendo a qualidade dos produtos em um nível médio, cortando custos com os babados extras adicionados ao produto.

O mercado rural oferece oportunidades de crescimento à medida que os mercados urbanos estão se tornando mais competitivos e em muitos produtos até ficando saturados. Agora, o nível de renda e o padrão de vida estão aumentando rapidamente nas áreas rurais. A demanda por produtos de marca também está aumentando. O mercado rural brasileiro traz receitas maiores ao país, já que as regiões rurais constituem o maior índice de produção do país. O mercado rural na economia brasileira gera quase mais da metade da renda do país.

Dentro de qualquer sistema agroindustrial/agroalimentar tradicional, o ofertante envia ao recebedor, através das transações, produtos, serviços e comunicações (a disponibilidade do produto/serviço), recebendo em troca recursos, informações e pedidos de mais produtos, basicamente. Essa é a troca fundamental do marketing, e seu papel é o de facilitar esse processo de troca (NEVES, 2019).

Neste contexto, o profissional de marketing deve estabelecer uma metodologia separada para conectar-se com os clientes rurais e redesenhar as combinações dos componentes do mix de marketing relevantes para as áreas rurais. Assim, portanto, entende-se como marketing rural o processo de

ISBN 978-65-5629-077-5

desenvolvimento, precificação, promoção e distribuição de bens e serviços específicos do meio rural, levando ao intercâmbio entre os mercados urbano e rural, que satisfazem a demanda do consumidor e também alcançam os objetivos organizacionais.

De acordo com Santos (2018), o marketing rural é um instrumento valioso para responder, com eficiência e eficácia, às tendências percebidas de mudanças nos negócios agropecuários, a exemplo da ênfase maior nos produtos com elevado valor agregado, na correta e rápida avaliação dos nichos de mercado, na demanda dos consumidores por produtos mais nutritivos, mais saudáveis e com mais serviços, ou seja, o mesmo autor afirma que o marketing rural é um dos mais novos segmentos do marketing ligado diretamente aos negócios da agricultura, que engloba produtos, serviços e ações na área rural.

Muitas empresas estão reconhecendo esta enorme oportunidade e intensificando os esforços para ganhar uma posição forte nos mercados rurais do Brasil. Mas eles estão encontrando resultados variados, pelas seguintes causas: infraestrutura, serviços de telecomunicações, redes de distribuição e consumidores amplamente dispersos, tornam caro estabelecer uma presença lucrativa em escala. E encontrar parceiros para ajudar a identificar, vender e atender clientes rurais também não é uma tarefa simples.

O presente estudo objetivou a análise da influência das Estratégias de Marketing Rural em uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná.

Este artigo, além desta introdução é constituído pelas seções: ii) Desenvolvimento; iii) Metodologia; iv) Resultados; e, v) Considerações Finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE MARKETING

Segundo a *American Marketing Association* (2017), "Marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para clientes, clientes, parceiros e a sociedade em geral".

Nesse sentido, Kotler e Fox (1994), argumentam que, "envolve preparar as ofertas da instituição para atender as necessidades de mercados-alvo, usando preço, comunicação e distribuição eficaz".

Nessa mesma dimensão, Westwood (1996), complementa que "o marketing 9 tem como função identificar as necessidades das pessoas, desenvolvendo um produto que os satisfaça com o objetivo de gerar lucros para a organização".

Para Kotler (1996) define marketing como: Marketing significa trabalhar com mercados, os quais, por sua vez, significam a tentativa de realizar as trocas em potencial com o objetivo de satisfazer às necessidades e aos desejos humanos. Assim, voltamos à nossa definição de que marketing é a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de troca.

O marketing é o "processo social por meio do qual pessoas e grupo de pessoas obtêm aquilo que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros" (KOTLER, 2000).

ISBN 978-65-5629-077-5

A pesquisa de marketing é a identificação, a coleta, análise e disseminação de informações de forma sistemática e objetiva, seu uso visa melhorar a tomada de decisões relacionadas à identificação e solução de problemas e oportunidades em marketing (MALHOTRA, 2001, p.82).

Segundo Las Casas (2005), define marketing como "a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos".

2.2 MARKETING RURAL

O marketing rural funciona da "porteira" para fora da organização rural. Os princípios do marketing rural residem em ter o mercado como ponto de partida, a busca da satisfação dos consumidores como foco, o marketing integrado como meio e o lucro com a satisfação dos consumidores. A origem e as necessidades desse mercado, desenvolvimento e sua efetivação em consonância aos comportamentos e aos objetivos e metas da empresa são tarefas do marketing (VIEIRA 1994).

De acordo com Megido e Xavier (1998), o marketing rural é um instrumento valioso para responder, com eficiência e eficácia, às tendências percebidas de mudanças nos negócios agropecuários, a exemplo da ênfase maior nos produtos com elevado valor agregado. O marketing rural é um dos mais novos segmentos do marketing ligado diretamente aos negócios da agricultura, que engloba produtos, serviços e ações na área rural (MEGIDO e XAVIER, 1998).

Segundo Batalha (2000) o marketing rural pode ser classificado em quatro partes:

Quadro 1 – Classificação de Marketing Rural.

Marketingrural	É aquele estabelecido entre produtores de insumos e empresários rurais, estando a interface entre o proprietário rural e agroindústria e/ou consumidor final compreendido no Marketing Agrícola.
Marketing Agrícola	Marketing agrícola é o relacionamento entre agroindústrias e aagricultura.
Marketing Agroindustrial	São mercados situados entre os macrossegmento industrialização e a distribuição, bem como entre os vários segmentos de produção que caracterizam o macro segmento industrial.
Marketing alimentar	É representado, principalmente, pela venda do comércio varejista ao consumidor final. Ele se caracteriza por um número de consumidores e um número restrito de distribuidores.

Fonte: Adaptado de Batalha (2000).

O conceito de Marketing Rural deve ser visto no sentido amplo e abarcar não apenas as empresas que produzem insumos ou produtos ou prestam serviços, mas as universidades, os institutos de pesquisa, o sistema financeiro, as cooperativas, as ONGs, as empresas dedicadas à agricultura familiar, as empresas estaduais de pesquisa agropecuária, as secretarias de agricultura e o próprio Ministério, e,

ISBN 978-65-5629-077-5

inclusive, as publicações da área, que nem sempre conseguem impor-se junto aos potenciais anunciantes (XAVIER, 2003, p. 102).

Para fazer Marketing em agronegócio é preciso ter o foco ampliado. É preciso "abrir o pensamento estratégico, e as análises de todo o perfil da cadeia produtiva, na qual está inserida" (TEJON, 2009, p. 316). A partir do momento em que o produtor rural conhece seu ambiente externo e interno, iniciam-se as criações estratégicas que visem maximizar a competitividade mercadológica (TAVARES, 2016, p.82).

2.3 AGRONEGÓCIOS

O agronegócio é a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na fazenda; armazenamento, processamento, distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (DAVIS, GOLDBERG. 1957, p.34).

Neste contexto, o agronegócio no Brasil tem destaque pelo alto nível de elevação de riqueza, sendo de grande importância para a economia nacional, correspondente a 35% da população econômica ativa e uma participação de 42% nas exportações brasileiras (IPEA, 2010).

Podemos destacar o setor agrícola pelo importante papel no desenvolvimento do país, tanto pela oferta de produtos para a demanda interna quanto pela absorção de contingente significativo de mão de obra (SANTOS ,2016, p.40).

O termo agrobusiness tem sido amplamente utilizado para dominar os segmentos da cadeia produtiva agropecuária, a qual inclui diversas atividades desenvolvidas por fornecedores, equipamentos, serviços, e comercialização da produção agropecuária, sendo o setor agrícola responsável também por grandes avanços no setor produtivo, alto percentual em geração de renda e empregabilidade, além de alavancar o desempenho econômico do Brasil, e se constituindo assim como peça chave na economia nacional (MAURI, 2017, p.119).

O Brasil está entre os maiores produtores agrícolas do mundo e visando o futuro do agronegócio brasileiro pode ser tornar a maior potência mundial com relação à produção alimentícia, sendo o principal foco a exportação de soja, cana de açúcar, milho, arroz, trigo entre outros produtos (SENAR, 2017).

2.4 PLANO DE MARKETING

Para Campomar (1977), o plano de marketing pode ser entendido como a consubstanciação do exercício do planejamento formal, sendo o planejamento um processo helicoidal e linear, ou seja, os objetivos são específicos, mensuráveis, realísticos, desafiadores, harmoniosos e estabelecidos de comum acordo entre a administração e os responsáveis por seus atingimentos.

Um plano de marketing é o documento que formula um plano para comercializar produtos e serviços. Embora os "produtos" sejam mencionados como objetos tangíveis, o produto quase sempre incluiria algum componente de "serviço". É uma ferramenta de comunicação que combina todos os elementos do composto

ISBN 978-65-5629-077-5

mercadológico em um plano de ação coordenado. Ele estabelece quem fará o quê, quando, onde e como, para atingir suas finalidades (WESTWOOD, 1996, p.88).

De acordo com Rocha e Christensen (1999), afirmam que o plano de marketing é um documento formal que descreve em maior ou menor grau de detalhe, essas ações, seus tempos de realização e os recursos necessários. Um plano de marketing é como um mapa, ele demostra à empresa onde ela está indo e como vai chegar lá. Ele é tanto um plano de ação como um documento escrito.

O plano de marketing estratégico tem por objetivo exprimir, de um modo claro e sistemático, as opções escolhidas pela empresa de forma a assegurar o seu desenvolvimento a médio e longo prazo. Em seguida, essas opções deverão ser traduzidas em decisões e em programas de ação (LAMBIN, 2000, p.579).

Segundo Ikeda (2005), os conceitos de planejamento e plano estão conectados, mas não tem o mesmo significado. Para Kotler (2005), o plano de marketing é um documento que direciona e orienta os 12 esforços de marketing de uma empresa que relaciona quais ações serão realizadas para alcançar os objetivos determinados. O papel da ferramenta é prever as ações que se revelam como mais importantes para o alcance das metas.

Faz-se importante mencionar a relevância de se estruturar e elaborar um plano de marketing para empresas (ou para cada produto/ linha de produto da empresa), como parte integrante do plano corporativo estratégico da empresa. (CAMPOMAR, 2015, p.148).

3 METODOLOGIA

O estudo tem caráter descritivo, adotando-se a uma entrevista semiestruturada, de natureza qualitativa, a qual é caracterizada por entrevistar um grupo de respondentes, utilizando-se de questionários pré-definidos e padronizados como procedimento metodológico. No entendimento de Gil, (2010, p.27), a pesquisa descritiva "tem como objetivo a descrição das características de determinada população com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis de um grupo sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade etc. A pesquisa tem por propósito levantar opiniões atitudes e crenças de uma população".

A presente pesquisa usou como método o estudo de caso, de acordo com Severino (2007), o entendimento concentra-se em um estudo particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo, onde os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo, em geral. O caso selecionado foi em uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel - Paraná. Com esse intuito foi elaborado uma plano de ação nas estratégias de marketing rural. A operacionalização da pesquisa decorreu da sistematização dos construtos teóricos e das variáveis a serem observadas no estudo de campo, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Operacionalização do Estudo.

Construtos Teóricos	Variáveis observadas no estudo

ISBN 978-65-5629-077-5

Plano de Ação (5W2H)	Medidas de Controle; Planejar melhoria contínua; Padronizar mecanismos; Aumentar nível em qualidade; Evitar falta de conformidade.

Fonte: Elaborada pela autora do estudo (2021).

As evidencias empíricas foram coletadas a partir de uma entrevista, realizadas com o seguinte atore: Sócio Proprietário, escolhido por ter noções exatas das estratégias de marketing rural da empresa objeto de estudo. A entrevista teve duração de aproximadamente 60 minutos e foi realizada pela própria pesquisadora. A pesquisadora utilizou um roteiro de entrevista, elaborado com base nas variáveis da pesquisa, com o objetivo de apresentar uma sequencia lógica nos questionamentos dos entrevistados.

A entrevista foi gravada e, posteriormente, submetidas a uma análise de conteúdo. Com intuito de melhor entender a dinâmica de coordenação da influência das estratégias de marketing rural, a pesquisadora utilizou-se, como meio complementar, a técnica de documental. Dentre os documentos analisados estão resultados de vendas. Após, foi aplicado o plano de ação através do composto do Marketing, denominados 4Ps (Preço, Produto, Promoção, Praça) nas estratégias de marketing rural que facilitará na gestão, aperfeiçoamento e padronização dos processos, a seguir caracterizado.

4 RESULTADOS

4.1 PERFIL DA EMPRESA DO COMÉRCIO DE SEMENTES AGRÍCOLAS

A empresa objeto de estudo. traçou sua história a partir de 1990 quando o senhor Luiz Cittolin adquiriu o terreno onde hoje está sediada a empresa, a ideia inicial era a constituição de uma indústria de alimentos aproveitando o potencial agrícola da região, porem tendo seu filho com a formação de Engenheiro Agrônomo atuando na assistência técnica por mais de 20 anos junto a agricultores e sempre ligado a produção de sementes, a estrutura foi adequada as exigências do MAPA – Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento, tornando-se assim referência na área de sementes e consolidando a sua marca no mercado.

A empresa tem como missão atender as necessidades dos seus clientes, com qualidade, rapidez e confiabilidade dos serviços. Buscando sempre a total satisfação dos clientes, fornecedores e comunidade, atuando com respeito e responsabilidade. Procura nos seus valores ser reconhecida como empresa modelo no ramo de sementes, pela competência, confiabilidade, ética e principalmente pela qualidade dos serviços. E por fim, tem como visão o foco no cliente, ética, respeito, qualidade, competência, compromisso e responsabilidade.

4.2 APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING RURAL

Nesta fase, apresenta-se uma das principais maneiras de se preparar para algum projeto com alto impacto na estratégia é utilizando a metodologia do 5W2H

ISBN 978-65-5629-077-5

e seus conceitos, ouse já foi adaptada e aplicada de diversas formas na empresa objeto de estudo. Como todas as atividades são registradas, a metodologia 5W2H procura no estudo a melhoria da gestão de marketing das tarefas do dia a dia. Ela oferece uma visão sistematizada da empresa e dos problemas que ela têm, conforme quadro 3:

Quadro 3 – A metodologia 5W2h.

Who Quem	Quem é afetado pelo problema? Quem observou o problema pela primeira vez? A quem foi reportado o problema? Quem não foi afetado pelo problema? Quem deveria ter observado o problema?
What Qual	Que tipo de problema foi encontrado? Qual a característica do problema? Quais as evidências do problema? Que tipo de solução deverias ter encontrado?
Why Por que	Por que isto é um problema? Por que isto não é um problema?
Where Onde	Onde foi observado o problema? Onde ocorre o problema? Onde mais deveria ser encontrado o problema, mas não foi? Onde não deveria ter sido encontrado o problema?
When Quando	Quando o problema foi notado? Quando o problema deveria ter sido notado, mas não foi?
How Much/ Many Quanto (s)	Quão grande poderia ser este problema?
How Often Como	Como ocorreu este problema? Como é a frequência deste problema? Qual deveria ser a tendência

Fonte: Adaptado de Portal do Marketing (2021)

No quadro anterior determina qual a atividade, como fazer, o tempo em que será realizada, a pessoa encarregada e o preço são os primeiros passos para que essas novas estratégias possam ser implementadas. Outro uso da ferramenta é o planejamento. Consiste na resposta de 7 questões, cujas palavras em inglês, começam com W e H: O Que: (What), Quando: (When), Por que: (Why), Onde: (Where), Como: (How), Quem: (Who) e Quanto: (How Much). Este instrumento pode ser utilizado como parte de um planejamento estratégico, ou isoladamente (PORTAL DO MARKETING, 2021).

Através desta pesquisa, identificou-se que a empresa necessita de plano de marketing para controlar suas ações. Assim foi sugerido que a uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná utiliza- se das redes sociais com o seu principal meio de divulgação aos clientes, devido ao custo ser relativamente baixo e um retorno de imediato. A empresa poderá usá-las como plataforma de anúncio e divulgar seu produto com frequência, afim que possa captar possíveis clientes que tem interesse em adquir seus produtos.

Dessa forma o plano de ação servirá como um guia para determinar as ações que serão necessárias para que a empresa objeto de estudo, para que aumente o alcance do seu público fazendo que contribua com crescimento da marca, alavancando as vendas e potencializando os lucros. E foi sugerido o valor para as

ISBN 978-65-5629-077-5

atividades para que o gestor possa avaliar, deixando ao seu critério para realizar o investimento no qual se acha cabível para a empresa ou não, nesta primeira parte apresenta-se o plano de ação para o composto de marketing (Preço), conforme quadro 4:

Quadro 4 – Plano de Ação "Preço".

Plano de Ação - Preço	Descrição
Aplicar o método da Taxa de Mark-up nas Sacas de Semente.	Procura-se aplicar um valor no produto (sacas de semente) de acordo com a estratégia competitiva da empresa objeto de estudo, ou seja, o Mark-up é uma
Analisar a precificação das sacas das sementes.	Compreender que ao formar o preço do produto (sacas de semente), estamos passando ao cliente, a forma dele nos remunerar além de mostrar ao mercado a
Plano de Ação - Preço	Descrição
Criar descontos os compradores de sacas de semente.	Estruturar os descontos nas sacas de sementes, para que ocorre um interesse do produtor pelo produto da empresa objeto de estudo.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, descreve-se o plano de ação "Preço" em relação ao Mark-up, Precificação e Descontos, ou seja, o plano de ação propõe que a empresa objeto negocie as ações de preços para auxiliar na previsão do movimento do mercado, identificando padrões ou 'sinais' nos movimentos dos preços das Comodities. A definição de preços segundo Barbosa (2018, p. 50), deve-se considerar o contexto geral do negócio: "estrutura de custos, valor percebido pelo cliente, produtos alternativos, concorrência, tecnologia aplicada, além de valores intangíveis como marca, confiabilidade, localização, etc".

Na sequência, apresenta-se o plano de ação para o composto de marketing (Produto), conforme quadro 5:

Quadro 5 – Plano de Ação "Produto".

Plano de Ação - Produto	Descrição
Estruturar as garantias dos produtos oferecidos.	Desenvolver garantias para que o produtor reconheça os valores da empresa objeto de estudo, como: transparente comprometida e engajada com o produto.
Aplicar garantia de qualidade.	Garantir ao produtor (sacas de sementes) com alta germinação, desenvolvendo e criando diferenciais competitivos de mercado em relação aos concorrentes.
Demonstrar as análises do lote.	Repassar as análises do lote que o produtor (sacas de sementes) irá obter para que o mesmo consiga identificar produtos oferecidos são de extrema qualidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

O quadro anterior, descreve-se o plano de ação "Produto", em relação à garantia (estrutura/análise), para demonstrar qualidade ao produtor, ou até mesmo a empresa que irá obter com produto (sacas de sementes) é de extrema importância, pois os mesmos irão identificar que a organização se preocupa e tem comprometimento com a transparência e com a qualidade do produto que será oferecido ao seu consumidor, diminuindo o principal concorrente das empresas. De acordo com Armstrong (2007) define um produto como algo que pode ser oferecido a um mercado para apreciação, aquisição, uso ou consumo e que pode satisfazer um desejo ou necessidade. Produtos incluem mais do que apenas bens tangíveis. Definimos amplamente, incluem objetos físicos, serviços, eventos, pessoas, lugares, organizações, ideias ou um misto de todas essas entidades.

Segue o plano de ação para o composto de marketing (Promoção), conforme quadro 6:

Quadro 6 – Plano de Ação "Promoção".

Plano de Ação - Promoção	Descrição
Reorganizar o marketing digital na empresa.	Acompanhar com mais frequência a Web Site da empresa objeto de estudo, para que o seu cliente verifica as ações que estão ocorrendo.
Integrar o Inbound marketing.	Criar uma rede social para ter maior interação com o público-alvo, pois irá ser de fácil acesso as informações, dicas e recomendações ao cliente,
Estruturar o marketing direto na organização.	Desenvolver catálogos ao produtor, ou seja, criar malas diretas para que esteja sempre por dentro das ações promocionais da empresa, atraindo e

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, descreve-se o plano de ação "Promoção", em relação a marketing digital, inbound marketing e marketing direto, como ações relevantes, pois o uso de tecnologia, na atualidade para a interação por redes sociais, e-mail marketing, entre outros, está cada vez mais integrado no dia a dia da empresa objeto de estudo, assim, facilitar o acesso e praticidade as informações para alcançar o produtor e consequentemente aumentar as vendas e sua fidelização. O item promoção é aquele que corresponde à maneira como a empresa ou organização mostra e divulgam os pontos fortes, os pontos de destaque do seu produto e, assim, persuadem os consumidores a comprar os produtos ou contratar um serviço que a empresa disponibiliza (CASTRO; SOUZA, 2013).

E por fim, apresenta-se o plano de ação para o composto de marketing (Praça), conforme quadro 7:

Quadro 7 – Plano de Ação "Praça".

Plano de Ação - Praça	Descrição
Analisar os canais de distribuição da empresa objeto de estudo.	Entender o comportamento do produtor para contar com diferentes canais de distribuição aliados na hora de distribuir o produto (Sacas de

ISBN 978-65-5629-077-5

Avaliar a acuracidade dos produtos (Sacas de Semente).	Criar QR Code para verificar o produto (Sacas de Semente), para segurança do produtor na aquisição do produto (Sacas de Semente).
Aplicar o controle de inventário.	Analisar o estoque das sacas sementes para que não ocorra o excesso ou o esgotamento, diminuindo assim, a qualidade do produto da

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, descreve-se o plano de ação "Praça", através desse plano é possível identificar que a empresa está usando como a distribuição do produto (Sacas de Semente) para agregar valor, através do melhor canal de distribuição, garantia do produto solicitado pelo, e por fim, o controle do inventário para evitar a ruptura do estoque do produtor (Sacas de Semente) na empresa objeto de estudo. O "P" do marketing, "Praça" é a maneira com que a empresa dispõe produtos /serviços ao público alvo. Esse item está ligado à questão da escolha do local no qual o produto será disponibilizado para a venda. Ele também compreende todo processo logístico e também oferece a oportunidade à empresa ter um contato direto com o cliente (COSTA; CRESCITELLI, 2003).

4.3 ANALISE DA INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING RURAL

O marketing rural eficaz começa com estratégias considerada e bem informada. Uma estratégia de marketing rural procura definir objetivos claros, realistas e mensuráveis para do negócio, neste caso, uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná, sua estratégia de marketing afeta a maneira como administrará o negócio, por isso deve ser planejada e desenvolvida uma ferramenta de planejamento estratégico abrangente e de amplo alcance, ou seja, no estudo apresentou-se através dos compostos de marketing 4Ps (Preço, Produto, Promoção e Praça) com a intenção de: (i) descrição do produto (Sacas de Semente); (II) explicar a posição e o papel do produto no mercado; (III) o perfil dos seus clientes (Produtor) e sua concorrência.

Neste contexto, o plano de ação definiu a direção geral e as metas do marketing rural e, portanto, descreve as ações específicas que a empresa executará para implementar estratégias de marketing rural, assim, pode ser desenvolvida nos próximos anos, descreve táticas a serem alcançadas no ano corrente.

O plano de marketing desenvolvido no estudo para a empresa objeto de estudo procurou atingir as metas de marketing e a implementação prática das estratégias de marketing rural, ou seja, o plano de ação nas estratégias de marketing é necessário porque trabalham juntos para promover e expandir dos negócios.

E por fim, mapear sua estratégia de marketing em um plano de ação, a empresa objeto de estudo, decidirá o que, como e por que se comunicará com seus clientes. Quanto mais específico for ao plano de ação, mais fácil será prosseguir na implementação das estratégias de marketing rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-5629-077-5

Quanto ao objetivo principal foi à análise da influência das estratégias de marketing rural em uma Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná, o plano de ação é um documento estratégico que especifica os mercados-alvo através dos objetivos, programas e atividades para alcançá-los, prazos e recursos a serem utilizados, de acordo com orçamentos definidos.

Neste estudo o objetivo do plano de ação foi definir estratégias para envolver o produtor a fim de atingir os objetivos de negócios. No escopo de um plano é normalmente e para todo o negócio, através da base geográfica, baseado em produto, com base na unidade de negócios e foco na segmentação.

Constatou-se que o plano de ação foi uma grande oportunidade de a empresa objeto de estudo integrar os compostos de marketing (4Ps), específicos para partes individuais do negócio, assim, o planejamento prático ocorreu em nível de divisão, unidade de negócios ou empresa individual. Neste contexto, o plano de ação garantiu que os (4Ps), sejam relevantes e oportunas para atingir os objetivos da empresa, assim, definiu-se uma posição competitiva sustentável e define os recursos necessários para alcançá-la.

Isso denota-se a importância da pesquisa e a necessidade do amplo espaço para estudos acadêmicos e/ ou gerenciais, aprofundando a temática das estratégias de marketing rural em relação à sua prática Empresa do Comércio de Sementes Agrícolas do município de Cascavel Paraná, na medida em que o plano de ação e estratégias adequadas podem impactar de maneira positiva na empresa, promovendo o sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento empresarial.

REFERÊNCIAS

AMA - *American Marketing Association*. **O que é Marketing?** 2017. Disponível em: https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/. Acesso em 07 Mar. 2021.

ARMOSTRONG, G. KOTLER, P. **Princípios de Marketing**. 12ª Edição. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

BACHA, Conquista Rosane Aparecida Ferreira; CARVALHO, Cristiano Marcelo Espínola. *Estratégias de Marketing Rural:* Assentamento Conquista. Revista Interações, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 227-235, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/ j/inter/a/s 3R6rf4mzrPz8qH4qzpSQYj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 Mar. 2021.

BARBOSA, Osmar. **Vender, controlar, melhorar:** uma visão geral de custos e produção na indústria gráfica. Título Independente, 2010.

BATALHA, M.O. **Recursos humanos para o agronegócio brasileiro.** Brasília: CNPq, 2000.

CAMPOMAR, M. **O plano de marketing**. Revista Marketing, 1977.

ISBN 978-65-5629-077-5

CAMPOMAR, M. C., & Ikeda, A. A. **O planejamento e a confecção de planos:** dos conceitos a um novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Deliane Maria. CASTRO, Joana D'Arc Bardella de. **Estratégias de marketing:** sugestões dos clientes para alavancar as vendas na empresa Bella Decorações. Revista Administração-Ação, n. 8, p. 1-20, 2013. Casa

COSTA, ANTONIO R.; CRESCITELLI EDSON. *Marketing promocional para mercados competitivos.* São Paulo: Atlas, 2003.

IKEDA, A. A. O **Planejamento de Marketing e a Confecção de Planos dos conceitos a um novo modelo.** São Paulo: Saraiva, 2005.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. A **Concept of Agribusiness.** Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration, 1957.

GORDON, Ian. **Marketing de Relacionamento:** Estratégias, Técnicas e Tecnologias para Conquistar Clientes e Mantê-los para sempre. São Paulo: Futura, 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada:** desafios Agronegócio e comércio exterior brasileiro. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13387. Acesso em: 16 Mai. 2021.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

KOTLER, P. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** 10ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Marketing essencial:** conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 2007.

LAMBIN, J. J. **Marketing Estratégico.** Lisboa: McGraw Hilll. 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing:** conceitos, exercícios, casos. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing.** 3ª Edição Porto Alegre: Bookman, 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

MEGIDO, J.L. & XAVIER, C. **Marketing & Agribusiness**. Editora Atlas S.A. São Paulo. 1998.

NEVES, Marcos Fava. *Introdução ao Marketing:* Networks e Agronegócios. Artigos Desenvolvidos na Spers/Pro, 2019. Disponível em: https://spers.pro.br/site/wp-content /uploads/ 2019/10/Doc.-VIII-8_compressed.pdf. Acesso em: 06 Mar. 2021.

PORTAL DO MARKETING. **5W2H:** Uma Poderosa Ferramenta de Marketing e Planejamento. 2021. Disponível em: http://www.portaldomarketing.net.br/5w2h-uma-poderosa -ferramenta-de-marketing-e-planejamento/. Acesso em 15 Ago. 2021.

ROCHA, Angela da; CHRISTENSEN, Carl. **Marketing:** teoria e prática no Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Atlas,1999.

SANTOS, Edimar Paulo. **Marketing rural:** uma nova possibilidade de marketing para agricultura orgânica familiar. Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: http:// repositorio.unicamp.br/ bitstream/REPOSIP/333285/1/Santos_EdimarPaulo_D.pdf. Acesso em 05 Mar. 2021.

SANTOS, L. P. D.; AVELAR, J. M. B.; SHIKIDA, P. F. A.; CARVALHO, M. A. D. **Agronegócio brasileiro no comércio internacional**. Revista de Ciências Agrárias, v. 39, n. 1, 2016.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Brasil que produz:** como o país se tornou uma potência agrícola?. 2017. Disponível em: http://www2.senar.com.br/Noticias/ Detalhe/10908. Acesso em: 20 Abr. 2021.

SILVA, Carla Roberta da. **Marketing do agronegócio.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração da Instituição Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA, e a Fundação Educacional de Assis – FEMA, 2015. Disponível em: https:// cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211390746.pdf. Acesso em: 03 Mar. 2021.

TAVARES, L. C.; MENDONÇA, A. O. D.; GADOTTI, G. I.; VILLELA, F. A. **Marketing estrategies in the area of seeds**. Arquivos do Instituto Biológico, v. 83, 2016.

TEJON, J. L.; XAVIER, C. **Marketing & Agronegócio.** A nova gestão – diálogo com a sociedade. São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2009.

VIEIRA, F. G. D. **Marketing rural:** bases, vieses e perspectivas. Cadernos de Administração Rural (ESAL). Lavras, v. 6, n.1-2, p. 1-10, 1994.

WESTWOOD, John. O plano de marketing. 2ª Edição. São Paulo: Makron Books

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA ROMPER ADMINISTRADORA DE MARCAS EIRELI DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PARANÁ

Nicole Santiago[1]
Sandro Ricardo Busato [2]

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar as estratégias de marketing digital na Romper Administradora de Marcas EIRELI do município de Cascavel – Paraná. Ademais, congrega-se a prática empresarial a fim de propor a formação da estratégia de marketing digital constituído de elementos que precisam ser trabalhados para que sua posição competitiva seja mais distinta, contribuindo, assim, para a teoria em marketing digital. A abordagem mostra que o marketing digital tem sido uma ferramenta de grande relevância na competitividade dos pequenos e grandes negócios. A elaboração do presente artigo teve como métodos utilizados a pesquisa descritiva, qualitativa e uma entrevista semiestruturada sobre o assunto. Foram encontradas no estudo as principais estratégias utilizadas pela empresa que permitiu que identificasse e direcione um público altamente específico e envie ao público mensagens de marketing personalizadas e de alta conversão, ou seja, uma solução com melhor custo-benefício e ofereça oportunidades exclusivas para garantir que a empresa obtenha o retorno do seu investimento. Outro ponto fundamental declarado pelo respondente, é que o marketing digital fornece uma visão abrangente do início ao fim de todas as métricas que podem ser importantes para empresa, como: incluindo impressões, compartilhamentos, visualizações, cliques e tempo na página. Este é um dos maiores benefícios do marketing digital. A realização da pesquisa foi fundamental para alcançar os resultados. A vista no "P" de Promoção à empresa alcança o maior êxito ao empregar estratégias e compartilhar o conhecimento com clientes, sendo este o investimento que traz mais retorno.

Palavras-chave: Compostos do marketing. Estratégias de marketing. Marketing digital.

1 INTRODUÇÃO

O marketing digital se estende por uma enorme rede de pontos de contato digitais com os quais os clientes interagem muitas vezes ao dia. Para otimizar estratégias de marketing, o digital é obrigatório. O marketing digital auxilia no conhecimento do público e no fornecimento de métricas que darão credibilidade às ações de marketing.

Em última análise, o marketing digital permite que a empresa conduza à pesquisa necessária à identificação do público alvo e do refinamento das estratégias de marketing ao longo do tempo para garantir que está alcançando os clientes em potencial com maior probabilidade de comprar. O melhor de tudo é que

[1] Acadêmica do Curso Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato do Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL).

ISBN 978-65-5629-077-5

o marketing digital comercializa para subgrupos dentro do público-alvo maior. Se você vende vários produtos ou serviços para diferentes públicos alvo, isso é especialmente útil.

Atualmente, a tecnologia muda constantemente e rapidamente, e com elas originam-se novas tendências, necessidades e desejos. As empresas devem se adequar a essas mudanças e aproveitar as oportunidades que surgem com ela. "À medida que as aplicações comerciais se expandiram, as empresas encontraram maneiras de explorar a velocidade, a precisão e a economia de custos da comunicação pela internet", ou seja, com o crescimento da internet as empresas possuem maior controle de suas ações e conseguem informações precisas acerca de seus produtos e serviços (SILVA *et al*., 2020)

O marketing digital engloba todos os esforços de marketing que usam um dispositivo eletrônico ou a internet. As empresas aproveitam os canais digitais, como mecanismos de pesquisa, mídia social, e-mail e outros sites param se conectar com clientes atuais e potenciais. O marketing digital procura atingir um público maior do que a empresa poderia através dos métodos tradicionais e direcionar os clientes em potencial que têm maior probabilidade de comprar seu produto ou serviço. Além disso, geralmente é mais econômico do que a publicidade tradicional e permite que a empresa avalie o sucesso diariamente e gire conforme achar adequado.

Usando esses canais de mídia online, o marketing digital é o método pelo qual as empresas endossam produtos, serviços e marcas. Os consumidores dependem muito dos meios digitais para pesquisar produtos. Embora o marketing digital moderno seja um enorme sistema de canais para os profissionais de marketing simplesmente devem integrar suas marcas, a publicidade online é muito mais complexa do que os canais isoladamente.

Segundo Filho e Nascimento (2020), descrevem que a utilização da internet possibilita a construção de um método de comunicação direta e transparente com o cliente, contribuindo assim com a colaboração em massa, na criação de bens e serviços, ou seja, toda organização busca de alguma forma alcançar seu cliente/consumidor final e despertar nele o interesse pelo produto/serviço, e sabemos que o marketing é de grande importância nesse processo de captação e fidelização do cliente.

Para atingir o verdadeiro potencial do marketing digital, os profissionais de marketing precisam se aprofundar no vasto e intrincado mundo digital de hoje para descobrir estratégias que causam impacto por meio do marketing. Ao envolver os clientes em um cenário digital, a empresa constrói o reconhecimento da marca, se posiciona como um líder inovador do setor e coloca a empresa na vanguarda quando o cliente está pronto para comprar.

Atualmente, o marketing digital é responsável por definir e cumprir os objetivos estratégicos de marketing por meio de conversas conectadas que envolvem segmentos de mercado-alvo em todos os canais digitais. As equipes de marketing digital precisam de experiência em uma variedade de funções, desde os principais canais de marketing até análises, criação e gerenciamento de conteúdo, planejamento e compra de mídia e, cada vez mais, comércio digital. Eles também devem ser adeptos do uso de tecnologias que apoiem o envolvimento do cliente por meio desses diferentes pontos de contato.

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com Toaldo e Luce (2006), a sobrevivência e o crescimento das organizações estão diretamente relacionados ao seu esforço para atingir e manter uma vantagem competitiva no ambiente em que atuam, ofertando ao mercado algo que supere os concorrentes. Para tanto, a estratégia é primordial. A elaboração e operacionalização de uma estratégia respondem à necessidade que a organização tem de gerenciar suas ações e buscar atingir seus objetivos em um contexto altamente competitivo.

À medida que as organizações mudam o posicionamento da marca para acomodar as mudanças nas necessidades dos clientes, a experiência e comunicação podem ser aliadas valiosas a serem cultivadas. Também faz sentido para empresas de marketing digital colaborar mais estreitamente com o gerenciamento dos programas de fidelidade e iniciativas relacionadas que impulsionam a retenção de clientes.

Dessa forma, este artigo propõe analisar as estratégias de marketing digital na Romper Administradora de Marcas EIRELI do município de Cascavel – Paraná. Inicialmente, a literatura do tema, refletindo teoricamente e apresentando a formação da estratégia de marketing. Ademais, congrega-se a prática empresarial por meio a fim de propor a formação da estratégia de marketing digital constituído de elementos que precisam ser trabalhados pelas organizações para que sua posição competitiva seja mais distinta, contribuindo, assim, para a teoria em Marketing Digital.

Para tanto, inicialmente é apresentado o referencial teórico que norteia a pesquisa, que trata especificamente das estratégias de marketing digital e as respostas oriundas delas, especialmente a intenção de compra. Posteriormente, os procedimentos metodológicos das pesquisas empíricas são apresentados, seguidos dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE MARKETING

Dentro do contexto entende-se que o marketing pode ser visto como a criação e oferta de produtos ou serviço a clientes agregando valor, e ainda, a procura da compreensão das necessidades e desejos, de forma a satisfazê-los.

Na definição de Kotler (1998), o marketing é uma ação social e gerencial no qual os indivíduos e os grupos adquirem o que necessitam e desejam por meio da criação, oferta e troca de produtos e serviços de valor com outros.

Conforme a análise Larentis (2012), afirma que o marketing não se considera apenas ações de propaganda e publicidade, mas é toda e qualquer atividade que compreende e atende as necessidades e desejos dos clientes e que mostrar ao cliente que existe a necessidade e a carência de tal produto ou serviço.

De acordo com Sá e Sá (2008, p. 2), descrevem que o "marketing pode ser entendido como a função empresarial que cria continuamente valor ao cliente e gera vantagem competitiva duradoura, por meio da gestão de estratégia das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição".

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Ferrel e Hartline (2010, p. 6), entende-se que "marketing é o processo de planejar e executar a concepção, definição de preço, promoção e distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam os objetivos individuais e organizacionais". Segundo Kotler e Keller (2012), definem marketing como processo de captação e retenção de clientes, entregando e compreendendo suas necessidades e desejos de produtos ou serviços que lhe agreguem valor.

É importante reconhecer que as necessidades e desejos moldam-se de acordo com meio em que o indivíduo se insere, sendo fortemente influenciada devido aos seus aspectos sociais e econômicos. Segundo Pinho (2010, p.4), entende-se que "necessidade é o estado de carência e privação sentido por uma pessoa, que provoca a motivação para o consumo. A necessidade inata é inerente à natureza humana e não pode ser esgotada. A necessidade adquirida é derivada do ambiente cultural e social e pode ser esgotada".

De acordo com Zeitham *et al.,* (2011), classificam a necessidade aquilo que influencia na esfera social, biológica, do ego, da auto realização, segurança e proteção. Kotler e Keller (2012) afirmam que necessidade é tudo que é imprescindível ao ser humano, algo que atende ao bem estar, a saúde, ao lazer, e que tragam sentimento de desejo e satisfação.

2.2 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Está claro que o comportamento do consumidor tem forte influência do meio em que se relacionam, suas escolhas são definidas de acordo com sua realidade financeira e social sempre buscando a satisfação de seus desejos sejam eles internos ou externos. Segundo Sá e Sá (2008), entende-se que é necessário identificar as características que os consumidores apresentam em seu comportamento em relação aos bens e serviços ofertados pelas empresas. E ainda entender que os consumidores podem ser classificados enquanto indivíduo e enquanto decisor. Seguindo o mesmo pensamento de Hubbard e O'Brien (2010 p. 342), verificou-se que "ao explicar o comportamento do consumidor, isso significa que os economistas acreditam que os consumidores façam escolhas que os deixarão o mais satisfeito possível, dados seus gastos, suas rendas e os preços dos bens e serviços disponíveis a eles."

De acordo com Pinheiro *et al*., (2011), afirmam que para se estudar o comportamento do consumidor é necessário não apenas avaliar os processos envolvidos na aquisição dos bens e serviços, mas avaliar também os seus processos de compra dos bens e serviços adquiridos pelos clientes institucionais e organizacionais denominados consumidores organizacionais.

Para Larentis (2012), o comportamento do consumidor se deve a alguns processos em que influenciam a compra de um produto ou serviço, podendo ser de ordem pessoal ou de ordem externa. Para motivar o cliente deve-se buscar satisfazer suas necessidades e desejos internos e externos, baseados nos problemas de oferta de produtos e serviços no mercado e suas influências na decisão de compra de outras pessoas.

É importante reconhecer que as escolhas do consumidor podem estar relacionadas às suas experiências ou de outrem em relação ao serviço escolhido, quanto maior seu nível de expectativa em relação ao serviço maior é a sua intenção

ISBN 978-65-5629-077-5

de compra, porém para que fidelize o cliente ao serviço é necessário oferecer qualidade e serviços aos quais atendam às necessidades e desejos do cliente.

A qualidade do serviço é um fator determinante para o consumidor decidir se permanecerá com a empresa ou se passará para outra concorrente. As percepções de qualidade de serviços e de satisfação dos clientes resultam em maiores níveis de intenções de compra e de compras repetidas, as intenções comportamentais dos clientes tendem a ser favoráveis à empresa, e eles provavelmente permaneceram sendo clientes (SCHIFFMAN; KANUK, 2015).

Segundo Krugman e Wells (2015), observa-se que para os economistas é difícil definir como surgem os gostos e escolha do consumidor, porém eles sabem que o indivíduo racional irá buscar o que satisfaça suas necessidades e desejos.

2.3 MARKETING DIGITAL

O marketing digital refere-se a uma ferramenta estratégica utilizada pelas empresas para interagir com os consumidores por meio virtual, com fácil acesso de ambos e de uma maneira mais eficiente e menos burocrática. No entendimento de Ito e Andrade (2012, p.36), referente ao marketing digital, ressaltam que "os efeitos das tecnologias digitais provocaram no marketing tradicional uma revolução, onde o consumidor, antes integrante da plateia de todo contexto estratégico da empresa, passou a ser o protagonista das estratégias".

Para Seccon *et al.,* (2014), o marketing digital consiste na comunicação com fim comercial, entre a empresa e o consumidor, utilizando a internet e suas ferramentas. À vista disso, o marketing é considerado um processo de comunicação, diferente da teoria tradicional onde a comunicação é apenas um elemento do marketing.

De acordo com Costa *et al.,* (2015), o marketing digital é uma ferramenta de grande importância na elaboração de estratégias empresariais, atualmente, o varejo digital mostrou-se como um importante canal de distribuição. Desta forma, a utilização do meio virtual se demonstrou bastante eficiente, visto que muitos clientes foram beneficiados com vendas de melhor comodidade, acessibilidade e simplicidade. Neste contexto, para Miceli e Salvador (2017), o marketing digital dá crescimento à organização, de certa maneira minimiza a distância financeira que existe entre as empresas. Apesar de grandes organizações desenvolverem campanhas mais agressivas, por outro lado, organizações com menos recursos podem utilizar a criatividade, ações atraentes e investir em ações digitais.

Para Seccon *et al*., (2014), as mídias sociais são ferramentas importantes para divulgação e publicação de opiniões, permitindo que a organização crie conteúdos com interação social e compartilhe informações em diversos formatos. Destaca-se os blogs e as redes sociais, que abrange a maioria dos consumidores e vem sendo muito utilizada pelas empresas.

Segundo Costa *et al.,* (2015), com as crescentes aquisições de smartphones e aumento significativo do uso de redes sociais, as organizações sentiram a necessidade de se adaptar ao atual cenário econômico, e utilizar essas ferramentas para fazer parte da esfera em que vive o consumidor atual.

Segundo Malhotra (2012), o *database* marketing é uma ferramenta importante para colher e localizar perfis de clientes e detalhes de compras. Essas

ISBN 978-65-5629-077-5

informações são utilizadas como base para programas de marketing, ou como fonte de informações relativas ao comportamento dos consumidores. Para Augusto e Júnior (2015), as empresas disputam consumidores, por este motivo, faz-se necessário conhecer e entender e identificar suas necessidades, a fim de estabelecer credibilidade entre ambos.

2.4 ESTRATÉGIA DE MARKETING

Nos últimos anos ocorreram muitas mudanças no mundo dos negócios, a globalização, consumidores exigentes, novas tecnologias e entre outros fatores fazem com que as organizações busquem novas formas de melhor atendimento de seus consumidores. Segundo Camarotto (2009), ressalta que para alcançar seus objetivos e metas as organizações devem ter um plano de competição, as estratégias descrevem esses planos para que as mesmas concretizem suas pretensões.

Para McDonald e Wilson (2013), a estratégia de *marketing* é a maneira que as organizações alcançam seus objetivos aproveitando as oportunidades de mercado. Em função das incertezas econômicas, concorrência elevada, custos operacionais altos, etc., a estratégia para as organizações aumentarem sua receita é oferecer produtos que agreguem valores perceptíveis aos seus consumidores (SEBRAE, 2014). Sendo assim, as estratégias concretizadas pelas organizações geram vantagem competitiva.

Na medida em que a competitividade é maior, ser diferenciado é questão de sobrevivência. A valorização do cliente é uma ferramenta de *marketing* que deve estar presente nas estratégias da organização para obter vantagem competitiva (PELISSARI *et al*., 2010).

O estabelecimento de uma estratégia eficaz de *marketing* começa com uma análise detalhada e criativa das capacidades organizacionais e dos concorrentes, ou seja, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (HOOLEY *et al.,* 2011).

As empresas podem ganhar uma vantagem competitiva sobre os concorrentes maiores, adequando seus produtos ou serviços para atender as demandas do cliente individual. Esta adaptação pode ser feita através dos meios do produto ou serviço oferecido, preço, promoção e distribuição e outra vantagem é que as empresas oferecem uma interação mais personalizada com o cliente.

2.5 ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL

Para Oliveira (2000, p.4), as estratégias de marketing digital "corresponde a toda concentração de esforços no sentido de adaptar e desenvolver estratégias de marketing no ambiente Web, com o intuito de desenvolver através da internet os consumidores que buscam interatividade total nos seus relacionamentos, proporcionando uma troca de informação rápida, personalizada e dinâmica".

Para Revillion *et al*., (2019), descrevem que os 4P's (Preço, Produto, Promoção e Praça) são ampliados e ganham elementos, tornando-se agora os 8P's do marketing digital, conforme quadro 1:

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro 1 – Os 8Ps do Marketing Digital.

Os 8P's	Descrição
Pesquisa	A pesquisa consiste no estudo do público-alvo, buscando definir qual o perfil desse público e como ele se comporta na internet, o que consiste basicamente em definir a persona da empresa.
Planejamento	A partir do momento em que a empresa define quem é o seu público-alvo ela precisa encontrar uma maneira de chegar até ele, assim, o segundo passo é constituído pelo planejamento. De maneira resumida, o planejamento serve como o nome sugere, para planejar as ações de marketing digital.
Produção	A produção pode compreender, por exemplo, a criação e programação de e-mail marketing, bem como atualizações de conteúdos em blogs, redes sociais, além de canais no Youtube. Por conseguinte, a empresa ainda deve fazer a integração entre as estratégias selecionadas sempre que possível.
Publicação	Nesta fase, a empresa pode utilizar imagens, vídeos, figuras, áudios e artigos para incrementar seus conteúdos. Além disso, é essencial que as empresas publiquem conteúdos frequentemente nos meios em que se fazem presente. Um site sem conteúdo equivale a uma cidade fantasma, pois se trata de um amontoado de estruturas sem utilidade alguma.
Promoção	Bem como no marketing tradicional, a promoção consiste em promover e divulgar a marca. O diferencial da promoção no marketing digital se dá pelo fato de que a mesma é realizada através da internet. Em suma, ambas são meios que buscam o mesmo fim: tornar a marca conhecida para o consumidor.
Propagação	A propagação, por sua vez, busca realizar a popularização do conteúdo na internet. Ela incentiva o próprio usuário do conteúdo a propagá-lo e tem como objetivo a busca da viralização da mensagem. Além disso, é possível afirmar que a propagação está relacionada ao marketing viral, uma vez que ela busca atingir um maior número de pessoas e fazer com que estas se multipliquem na internet.
Personalização	Fidelizar clientes é tão importante quanto captar clientes novos. Nesse sentido, o sétimo P diz respeito à segmentação do público e ao relacionamento desenvolvido entre empresa-cliente. Ele é utilizado para desenvolver a comunicação customizada para com o cliente, fazendo com que ele sinta que determinado conteúdo foi criado direta e especificamente para ele. Em poucas palavras, se trata de fazer o cliente se sentir importante e valorizado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Precisão	A precisão permite que seja realizada a coleta de dados e posteriormente a análise dos mesmos, verificando o que foi positivo e o que foi negativo dentro da totalidade do ciclo executado. Por conseguinte, esse P se apresenta como uma grande vantagem do marketing digital uma vez que ele oferece uma maior exatidão a respeito das informações coletadas. Além disso, hoje em dia temos à nossa disposição ferramentas gratuitas que fazem a coleta e interpretação de dados e informações, como o funil de vendas, Google Analytics e o Facebook Insights.

Fonte: Adaptado de Vaz (2011).

O consumidor ganha mais poder, exige uma mudança na proposta de valor das empresas e consequentemente nos seus esforços de marketing. Através da internet o consumidor é capaz de interagir de forma rápida, barata e assíncrona com outros consumidores e com as marcas. (CAVALLINI, 2008).

Existem seis estratégias de marketing digital e que pelo fato de serem focadas no comportamento do consumidor, permitem ações táticas e operacionais que criam um plano de marketing digital eficaz, completo e abrangente. Ainda segundo o autor, não é correto pensar nessas estratégias como coisas independentes e isoladas, pelo contrário, elas dependem umas das outras e interferem umas nas outras (TORRES, 2018).

Nos negócios virtuais necessita-se em alguns casos de aplicativo ou APP, pois o mercado móvel chegou para ficar, sendo a mais atual ferramenta da rede digital. Criam-se possibilidades com APP`s, um hábito universal, as pessoas não compram simplesmente porque é o melhor produto, as pessoas compram porque elas fazem um comparativo e o que se encaixar melhor ao seu perfil é o que comprará, e esse processo é realizado por intermédio de um smartphone (PESSOAS, 2016).

O mesmo autor, afirma que a possibilidade das empresas em ampliar o alcance de do negócio através de um aplicativo é extremamente grande, são destacados com maior relevância para as empresas:

1) Aplicação da receita;
2) Promovendo sua marca;
3) Envolver os usuários;
4) Fidelização de clientes.

2.6 MARCAS

A marca é uma exclusividade que a organização pode oferecer aos seus consumidores. As marcas estabelecem e reforçam a identidade e o amor-próprio dos consumidores, que nelas procuram amparos racionais e também emocionais, em contraposição as marcas procuram resolver necessidades e carências proporcionando gratificação (SCHWERINER, 2010).

Para Solomon (2011), explica que forjar uma personalidade de marca bem sucedida é crucial para construir lealdade, porém não é tão fácil, consumidores exigentes facilmente identificam quando a marca não cumpre exigências ou não é autêntica. As experiências dos consumidores com as marcas e produtos,

ISBN 978-65-5629-077-5

determinam dois terços das decisões que os mesmo tomam e cada dia será mais intenso e definidor (HSM MANAGEMENT, 2013). Portanto a marca é a forma de "promessa" de benefícios que as organizações fornecem aos consumidores.

Uma marca tem uma identidade ligada à sua história e aos seus valores fundamentais. Para Pontes (2009), a identidade da marca é como a organização vê a si mesma, e através de aspectos únicos cria diferenciação de seus produtos/serviços. O nome ou o ícone da marca indica uma garantia do que se pode esperar do produto, ou seja, declara a valorização do dinheiro do consumidor, além de que a marca é uma fonte de vantagem competitiva (HOOLEY *et al.,* 2011).

As organizações devem buscar a humanização da marca e produtos, aproximando assim organizações e consumidores, criando uma relação emocional, tornando a marca mais confiável (HSM MANAGEMENT, 2016). A marca é um diferencial da organização, outro diferencial que oferece vantagem para a organização e valorização para os consumidores é no produto.

O consumidor busca o diferencial e a organização deve criar produtos com este propósito. A organização deve demonstrar aos clientes como seus produtos/serviços podem resolver problemas, é capaz de satisfazer as necessidades, trazer benefícios, agregar valor, etc (MARTINS *et al*., 2009). Corroborando com o mesmo pensamento Yanaze (2011), destaca que além do óbvio que é atender as necessidades dos consumidores, os produtos devem aumentar os graus de satisfação e desejos, através da qualidade percebida (fisicamente) e do prestígio que este oferece.

Ainda Ferrell e Hartline (2014), para efetivamente satisfazer as necessidades dos consumidores, os profissionais de marketing devem ser "engenhosos" no intuito de criar produtos que sejam diferentes dos produtos oferecidos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza quanto à abordagem como qualitativa, por não utilizar de métodos estatísticos, tendo como objetivo compreender e descrever o fenômeno em estudo (DENZIN *et al*., 2006).

Esta pesquisa é descritiva, porque se busca relacionar o conceito de marketing digital no segmento publicidade. Segundo Zanella (2009, p. 75), este tipo de pesquisa tem o "ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave [...]. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise de dados, por isso não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural".

Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram através de uma entrevista com o gestor da empresa objeto de estudo, que procurou abordar os seguintes contexto de marketing digital, representado no quadro 2:

Quadro 2 – Questionamento ao marketing digital.

Questão
Quais são as estratégias de marketing digitais usadas pela empresa?
Quais mídias são utilizadas para valorizar seu marketing digital?

ISBN 978-65-5629-077-5

Qual é a facilidade que a internet trás para sua empresa?
A empresa está apta a atender os clientes virtuais?
Qual é a estratégia da empresa para a divulgação de seus conteúdos?
Vantagens e desvantagens da presença on-line?
Com qual frequência a empresa posta novos conteúdos nas redes sociais?
As promoções feitas utilizando do marketing digital, direcionado para as mídias, estão trazendo resultados?
A empresa utiliza o sistema de vendas online?
Quais as principais vantagens e as principais desvantagens do uso do marketing digital?

Fonte: Adaptado de Marins (2016).

Utilizou-se dos questionamentos dos estudos de Marins (2006), para a entrevista que teve duração de aproximadamente 60 minutos e foi realizada pela própria pesquisadora. A pesquisadora utilizou um roteiro de entrevista, elaborado com base nas variáveis da pesquisa, com o objetivo de apresentar uma sequência lógica nos questionamentos ao respondente. A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação (MIGUEL, 2010).

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, submetidas a uma análise de conteúdo em relação ao marketing digital que possibilitou um envolvimento interativo da empresa com a pesquisadora e como consequência os efeitos de contribuir para melhorar a compreensão do estudo. Neste caso, a análise de conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (FREITAS *et al.,* 1997).

4 RESULTADOS

Neste capítulo, estão apresentados os resultados das estratégias de marketing digital Romper Administradora de Marcas EIRELI e em virtude da presença crescente do comércio eletrônico no ambiente organizacional.

4.1 PERFIL DA ROMPER ADMINISTRADORA DE MARCAS EIRELI

Fundada em junho de 2013 por Marlon Rihayem, a empresa iniciou suas atividades se dedicando exclusivamente à publicidade, onde os principais serviços prestados eram a criação de marcas e o desenvolvimento de conteúdos e propagandas para seus clientes. Ao criar as marcas, a Romper Agência de Publicidade entrava em contato com escritórios de marcas e patentes, para dar entrada no processo de registro de marca junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e assim terceirizava a parte de registros e proteção jurídica.

ISBN 978-65-5629-077-5

Entretanto, com o passar dos anos a empresa percebeu que durante o processo de registro muitas marcas eram indeferidas e os escritórios cobravam diversas taxas indevidas, fazendo os empreendedores apenas gastarem tempo e dinheiro. Pensando em combater tal prática, o fundador da Romper Agência de Publicidade decidiu se especializar no assunto, realizando cursos no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e na WIPO (*World Intellectual Property Organization*), bem como especializações a respeito do tema. Após anos de estudo, seu conhecimento tornou-se tão extenso e aprofundado que o mesmo decidiu adicionar o de registro de marcas aos serviços da agência.

Pela forma honesta de trabalhar e boas estratégias de marketing, o setor de proteção de propriedade intelectual da empresa cresceu. O gestor decidiu então, focar todos os esforços da empresa para a proteção de marcas, extinguindo os serviços relacionados à publicidade, concebendo assim, a Romper Administradora de Marcas EIRELI.

A organização tem como missão "Proteger juridicamente todas as marcas brasileiras para que empreendedores tenham segurança para crescer e alcançar o sucesso". Sua visão é "Ser a maior empresa de proteção de marcas do Brasil" e seus valores são "honestidade, transparência e inovação". Atualmente a empresa atua em todo o território nacional, tendo como atividade principal a prestação de apoio jurídico para o registro de marcas e seu slogan é "Honestidade, nossa marca registrada".

4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa se direcionou ao Gestor da Romper Administradora de Marcas EIRELI na busca da identificação das estratégias utilizadas pelo marketing digital para conquistar clientes e divulgar a empresa objeto de estudo. De acordo com Camarotto (2009), ao definir a estratégia as empresas necessitam de planejamento e adequação de ações em e-mail marketing, publicidade online e mídias sociais, com intuito da flexibilidade nesse ambiente de contínua mudança, para possibilitar as modificações das estratégias na realização de campanhas ou ações de impacto. Conforme quadro 3:

Quadro 3 – Identificação das estratégias da empresa objeto de estudo,

Entrevistado	Questão	Respostas
Gestor da Empresa	Quais são as estratégias de marketing digitais usadas pela empresa?	Nós trabalhamos principalmente com o Inbound Marketing, que é o marketing de atração, onde é o cliente que nos procura. Utilizamos também a estratégia de marketing de conteúdo, marketing nas mídias sociais e Google Ads.
	Quais mídias são utilizadas para valorizar seu marketing digital?	Atualmente atuamos no Instagram, Facebook e Youtube. Além destes ainda possuímos o Site da empresa e temos um Blog que está se iniciando.

ISBN 978-65-5629-077-5

	Qual é a facilidade que a internet trás para sua empresa?	Com certeza é o fato de conseguirmos vender para o Brasil todo e não ficarmos limitados apenas ao público regional. Temos um alcance muito maior com menos investimento. Além disso, trabalhar diretamente com a internet permite ter um gasto com estrutura física bem menor.
	A empresa está apta a atender os clientes virtuais?	Sim. Atualmente nós atendemos os clientes apenas virtualmente ou via telefone, sendo raros os que vêm até a sede da empresa.
	Qual é a estratégia da empresa para a divulgação de seus conteúdos?	Utilizamos muito o SEO (Otimização de Mecanismo de Busca) para obter um bom tráfego orgânico e alcançar uma boa colocação no ranking de pesquisa no Google e YouTube. Também utilizamos tráfego pago como Google Ads para promover o Site e patrocinamos os vídeos do YouTube para obter um alcance maior.
	Vantagens e desvantagens da presença on-line?	Vantagens: O contato com o cliente é muito mais rápido e fácil. Com as ferramentas existentes hoje, é muito mais fácil definir quem é seu público consumidor e qual comportamento de compra dele, o que também diminui o desperdício com publicidade. Também permite que a empresa venda para pessoas de todos os lugares do Brasil e até mesmo do mundo. Desvantagens: A empresa tem um gasto muito alto para se manter bem posicionada, já que a pesquisa na internet é baseada na primeira página do Google. Também é muito mais trabalhoso estar no online, porque precisa estar sempre inovando e trazendo conteúdos de qualidade.
Gestor da Empresa	Com qual frequência a empresa posta novos conteúdos nas redes sociais?	Estar presente nas mídias sociais exige atenção e esforço constante. Por isso, nós fazemos postagens no Instagram e Facebook praticamente todos os dias, e no YouTube postamos vídeos falando sobre o assunto 2 vezes por semana.

ISBN 978-65-5629-077-5

	As promoções feitas utilizando do marketing digital, direcionado para as mídias, estão trazendo resultados?	As redes sociais não nos trazem um retorno muito bom, mesmo impulsionando as publicações. Fazemos as postagens e nos mantemos ativos lá mais para ter a presença online. Já o YouTube é o nosso carro chefe, é o que nos dá mais retorno e nos traz mais clientes, sendo que a maioria deles chega até nós através dos vídeos publicados.
	A empresa utiliza o sistema de vendas online?	Ainda não. No nosso site temos mecanismos onde o cliente pode consultar em qual categoria a marca se enquadra, se é registrável e como fazer o processo sozinho. Porém, caso ele deseje fechar a venda e contratar nosso serviço ele deve entrar em contato conosco via site, WhatsApp ou pelo nosso 0800.
	Quais as principais vantagens e as principais desvantagens do uso do marketing digital?	Vantagens: É possível praticar o Marketing Digital com um baixo investimento, utilizando-se das mídias sociais e tráfego orgânico. Ele também dá espaço para o pequeno empresário que está começando agora mas que possui ideias inovadoras e produtos de qualidade. Desvantagens: Quem não se posicionar agora pode não conseguir se destacar no mercado futuramente. Apesar de ser mais barato que o marketing tradicional, ainda custa muito caro para o nosso setor, já que fazemos muito tráfego pago. O marketing Digital também traz um aumento da concorrência para alguns nichos já que abre espaço para todos.

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

Conforme quadro anterior, o gestor descreve que o marketing digital, empregado pela empresa objeto de estudo, permite que a mesma identifique e direcione um público altamente específico e envie ao público mensagens de marketing personalizadas e de alta conversão, ou seja, uma solução com melhor custo-benefício e ofereça oportunidades exclusivas para garantir que a empresa obtenha o melhor retorno do seu investimento. Outro ponto fundamental declarado pelo respondente, é que o marketing digital fornece uma visão abrangente do início ao fim de todas as métricas que podem ser importantes para empresa, como: incluindo impressões, compartilhamentos, visualizações, cliques e tempo na página. Este é um dos maiores benefícios do marketing digital.

O respondente relata que, embora a publicidade tradicional é útil nos objetivos empresariais possui limitação e não é mensurável, desta forma, observa-se que a empresa já tem um bom conhecimento do seu público, mercado de atuação, e implementa estratégias de marketing digital, investindo em marketing de conteúdo e tráfego pago, e buscando tornar mais eficazes outras estratégias que

ISBN 978-65-5629-077-5

trazem menor resultado. O marketing digital possibilita a visibilidade de uma marca nas redes sociais com esta ferramenta, juntamente a um planejamento adequado facilita agregar valor à marca. Um planejamento eficiente tem o intuito de agregar valor ao produto, aproximar o cliente à marca e fidelizá-lo, considerando levar em conta o valor dos clientes e também a influência de mídia social sobre eles (OLIVEIRA; ESTEFANI, 2018).

4.3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

A análise do presente estudo foi por meio da aplicação dos Compostos do Marketing, ou seja, os 4P's (Preço, Produto, Praça, Promoção), com intuito de esclarecer as estratégias utilizadas pela empresa objeto de estudo. Os 4P's são ferramentas controláveis de marketing, onde a empresa combina estes quatro fatores para produzir a resposta desejada no mercado (KOTLER; ARMSTRONG, 2007).

A estratégia do produto utilizada pela empresa objeto de estudo, é fundamentada em oferecer algo mais do que apenas o serviço de registro de marcas. Nesse sentido, a empresa busca a diferenciação competitiva ao ofertar a excelência na prestação de serviço, prezando sempre pela interação e transparência de informações com o cliente, o que estabelece uma relação de confiança e lealdade entre as partes envolvidas.

Na sequência, a estratégia de preço da empresa foi definida após uma pesquisa de mercado para apurar a média cobrada por seus concorrentes. Foi a partir dessa pesquisa que a mesma verificou que muitas das empresas atuantes no ramo cobram preços abusivos e taxas indevidas. Conforme explica Peçanha (2020), para definir o preço do produto deve-se levar em consideração os preços adotados pelos concorrentes e também qual a percepção de valor do cliente em relação à marca.

Neste contexto, como estratégia e devido à política de transparência, a mesma cobra apenas honorários administrativos na realização do serviço e as taxas que são realmente exigidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Tal resolução permitiu estabelecer um preço menor que seus concorrentes, o que aliado à estratégia de produto, atrai os clientes pelo preço e fideliza os clientes pelos serviços e valores da organização.

Em relação à estratégia de praça, a empresa objeto de estudo optou por utilizar apenas os canais digitais para distribuição e promoção de seus serviços, o que permite que a organização tenha um alcance de público maior do que teria se o fizesse por canais de distribuição físicos.

Quanto às estratégias de promoção adotadas temos o marketing de conteúdo, marketing de mídias sociais e o tráfego pago, sendo o marketing de conteúdo a principal estratégia utilizada. A vista disso, a empresa estudada publica vídeos em seu canal no YouTube, onde fala a respeito do registro de marcas e proteção de propriedade intelectual, além de disponibilizar um curso online e gratuito que ensina o espectador a fazer o registro de marcas sozinho. Nas mídias sociais a organização faz postagens a respeito do tema bem como interage de maneira mais informal e direta com seus clientes e seguidores. Quanto ao tráfego

ISBN 978-65-5629-077-5

pago, a empresa estudada investe no Google Ads para obter uma boa colocação nas pesquisas do Google, além de possuir um site institucional bem estruturado e intuitivo para o usuário.

Em suma, nota-se que a Romper Administradora de Marcas EIRELI já possui um plano de marketing bem estruturado e utiliza-se do marketing digital para conseguir ser mais assertivo com seu mercado-alvo. O marketing digital bem aplicado melhora as relações entre cliente e empresa, proporcionando uma aproximação dos usuários com a organização e uma familiarização com os produtos e serviços da mesma (MORAES, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal que norteou o estudo foi a análise das estratégias de marketing digital na Romper Administradora de Marcas EIRELI do município de Cascavel – Paraná, as estratégias de marketing digital carecem de objetivos estratégicos claros, para alocar recursos suficientes para atividades de marketing, ou seja, sem uma estratégia clara, a empresa pode facilmente subestimar a demanda por seus serviços digitais.

Constatou-se que a empresa objeto de estudo já dispõe de um plano de marketing digital extremamente eficiente, utilizando com astúcia e habilidade as ferramentas de marketing digital disponíveis. Por conseguinte, a empresa possui amplo conhecimento a respeito do nicho de mercado e público-alvo, o que torna a sua comunicação digital ainda mais eficaz.

Ficou identificado no estudo que as estratégias principais da empresa analisada são estruturadas a partir dos 4P's, aplicadas no mundo digital e na valorização do produto e agregar valor ao cliente. A vista disso é no P de Promoção que a empresa alcança o maior êxito ao empregar estratégias e compartilhar o conhecimento com clientes, sendo este o investimento que traz mais retorno. O mercado online é muito competitivo. Para ter sucesso, a empresa objeto de estudo procura se diferenciar e se destacar no mercado. Somente uma estratégia de marketing digital bem pensada pode ajudá-la com isso.

Isso denota-se que criar estratégias para se destacar dos demais, um diferencial que atraia e conquiste o cliente, e um dos pontos-chave para tal feito é elaborar um plano de marketing bem estruturado. Contudo, apenas a vontade de fazer dar certo não é suficiente, é preciso ter o know-how no assunto, acompanhar as tendências de mercado, conhecer seu produto e seu público. Não obstante, agregar valor às relações de troca também se torna indispensável na elaboração de uma estratégia eficaz. Por fim, é importante ressaltar que o marketing digital tem revolucionado o mercado de maneira positiva, com grandes benefícios a empresa, além de permitir precisão na interação e na comunicação.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Marion Neves; JÚNIOR, Oswaldo de Almeida.**Marketing de Relacionamento**: A gestão do relacionamento e suas ferramentas para fidelização de clientes. 2015. Disponível em: http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero18/4

ISBN 978-65-5629-077-5

marketingderelacionamento.pdf. Acesso em: 03 Abr. 2021.

CAMAROTTO, Márcio Roberto. **Estratégia de marketing.** 116p. Curitiba – PR: IESDE, 2009.

CAVALLINI, Ricardo. **O Marketing depois de amanhã.** São Paulo: 1ª Edição, 2008.

COSTA, Lucas Mendes da.; DIAS, Michele, Mendes da Silva; SANTOS, Ewerton Andrade dos; ISHII, Alice Kazumi Shigetomo; SA, Jose Alberto de.; **A evolução do marketing digital**: uma estratégia de mercado. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Fortaleza, CE, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2015. Disponível em: http:// www.abeproorg.br/biblioteca/TN STO 21225927165.pdf. Acesso em: 20 Mar. 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.
FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D.. **Estratégias de marketing.** 4ª Edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FERRELL, O.C.; HARTLINE Michael D. **Estratégia de Marketing**. 4ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

FREITAS, H. M. R., CUNHA, M. V. M., Jr., & Moscarola, J. **Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo**. Revista de Administração da USP, 32(3), 97-109, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/ydnwhskp3tzfxdb9yrl cpjn/?lang =pt&format=pdf.Acessoo em: 22 jun. 2021.

FILHO, Jorge Elias Bazi; NASCIMENTO, Rosalina Maria de Lima Leite do. **A importância do marketing digital no contexto de pandemia.** Revista Eletrônica da Unievangélica Centro Universitário, 2020. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/ bitstream/aee/18123/1/tcc%20final%20jorge%20e%20bazi%20filho.pdf. Acesso em: 05 Mar. 2021.

HOOLEY, Graham; PIERCY, Nigel F.; NICOULAUD, Brigitte. **Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo**. 4ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony Patrick. **Introdução a economia.** 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2010.

ITO, Caio Cesar Massao; ANDRADE, Eugênio Welton de. **O olhar digital nas estratégias de marketing**. 2012. Disponível em: http://www.cantareira.br/thesis2/ed_17 / 3_caio.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

KOTLER, Philip; tradução Ailton Bomfim Brandão. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 12ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; KELLER, Kelvin Lane. **Administração de marketing.** 14ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2012.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Microeconomia:** Uma abordagem moderna. 3ª Edição. Rio de janeiro: Elservier Editora Ltda, 2015.

LARENTIS, Fabiano. **Comportamento do consumidor.** Curitiba: IESDE, 2012.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 6ª Edição. São Paulo: Bookman, 2012.

MARTINS, Carlos Alberto; SCHVARTZER, Arnaldo; RIBEIRO, Pedro Henrique Alves do Couto. **Técnica de Vendas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MARINS, Ana Letícia Montanari. **O impacto do marketing digital na gestão da marca de uma microempresa.** Projeto Final de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5989/1/tcc%20ana%20leticia.pdf. Acesso em: 21 Jul. 2021.
MCDONALD, Malcolm; WILSON, Hugh. **Planos de marketing:** planejamento e gestão estratégica. 7ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MICELI, André l.; SALVADOR, Daniel O. **Planejamento em marketing digital**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2017.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. E **entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada.** Revista Odisseia, v. 1, n. 5, jan/jun, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/download/ 2029/1464/. Acesso em: 22 Jun. 2021.

MORAES, 2006 IN: AMÂNCIO, Milena Ferrari da Cruz. **Marketing digital e as novas ferramentas para atrair o consumidor do séc. XXI – trabalho de conclusão de curso.** FACULDADE CENECISTA DE CAPIVARI – FACECAP. 2009. Capivari, São Paulo.

PEÇANHA, Vitor. O que é marketing: tudo o que você precisa saber sobre a arte de conquistar e fidelizar clientes. **Rockcontent**, 2020. Disponível em: <https://rockcontent. com/br/blog/o-que-e-marketing/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

OLIVEIRA, Wagner Patrick Araújo de. **A influência da comunicação nas decisões das empresas em transição para Internet.** Campina Grande, 2000. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em comunicação social) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2000.

PELISSARI, Anderson Soncini; FASSARELLA, Luiza; GONZALEZ, Inayara Valéria D. P.; DUQUE, Welton Sthel; SETUBAL, Flávia Meneguelli R. **Estratégias de Marketing Utilizadas na Obtenção de Vantagem Competitiva**, 2010. SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: < http://www.aedb.br/segetarquivos/ artigos11/11420.pdf>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

PESSOAS, Eduardo. **Por que seu negócio precisa de um aplicativo?** 2016. Disponível em: http //www.meuaplicativo.tk/ . Acesso em: 01 Ago. 2021.

PINHEIRO, Roberto Meireles; CASTRO, Guilherme Caldas; SILVA, Helder Haddad; NUNES, José Mauro Gonçalves. **Comportamento do consumidor.** 1ª Edição. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2011.

PINHO, J.B.. **Comunicação em marketing:** Princípios da comunicação mercadológica. Campinas: Papirus, 2010.

PONTES, Nicolas Gonçalves. **Imagem e Identidade da Marca:** um estudo de congruência no varejo da moda. 169 f. São Paulo: 2009. Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – SP. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2298/61070 100597.pdf?sequence=2>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki *et al*. **Marketing digital.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

REVISTA HSM MANAGEMENT. **A era on-demand está chegando.** Redigido por Peter Dahlström e David Edelman, 2013. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/ marketing-e-vendas/a-era-on-demand-esta-chegando/>. Acesso em: 11 Abr. 2021.

REVISTA HSM MANAGEMENT. **Empresas falam a linguagem do real.** Redigido por Luís Indriunas, 2016. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/marketing-evendas/ empresas-falam-a-linguagem-do-real/>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

SÁ, Daniel; SÁ, Carlos. **Sports marketing:** as novas regras do jogo. Porto Portugal: Edições IPAM, 2008.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do Consumidor.** 9ªEdição. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SCHWERINER, Mario Ernesto René. **Brandscendência:** o espírito das marcas.

ISBN 978-65-5629-077-5

São Paulo: Saraiva, 2010.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Estratégias de Marketing:** As empresas precisam ser organismos empreendedores, capazes de concretizar novas oportunidades e negócios rentáveis. 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Estrat%C3%A9gias-de-marketing>. Acesso em: 5 Abr. 2021.

SECCON, Barbara Lis; CASTELLANI, Elisandra Salgado; FEGER, José Elmar. **Métodos e estratégias de marketing digital:** Um estudo comparativo entre ecommerces que atuam no ramo de eletromóveis. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Palhoça - SC, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014. Disponível em: http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/ resumos/R40-0878-1.pdf. Acesso em: 20 Mar. 2021.

SILVA, Isadora Fernandes da; SILVA, Mislene Santos; mo, Rossimar Laura. **A utilização do marketing digital pelas microempresas de Poá - SP durante a pandemia do covid-19.** Revista Fatec Zona Sul. 6º Congresso Internacional de Logística e Oprações do IFSP, Suzano, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/ 7895436. pdf. Acesso em 03 Mar. 2021.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo. 9ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TOALDO, Ana Maria Machado; LUCE, Fernando Bins. **Estratégia de marketing:** contribuições para a teoria em marketing. Revista Rae, v. 46, nº. 4, 2006. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rae/a/N5nn6ndVZfTk6sNjY6kMhrf/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 06 Mar. 2021.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital:** tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. 2ª Edição. São Paulo: Novatec, 2018.

VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8 Ps do marketing digital**: o seu guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Capes, 2009.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de marketing e comunicação:** avanços e aplicações. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZEITHAML, Valarie A.; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. **Marketing de serviços:** a empresa com foco no cliente. 5ª Edição. São Paulo: Artmed Editora S.A. 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

LOGÍSTICA VERDE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE PUBLICAÇÕES DO PERIÓDICO DA CAPES ENTRE 2019 A 2020

Jessica Cristiane dos Santos da Silva [1]
Sandro Ricardo Busato [2]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal as características dos estudos em Logística Verde nas publicações brasileiras, a partir da base de dados do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020. O levantamento das publicações partiu das publicações em 105 artigos em português do Periódico da Capes relacionadas ao tema da "Logística Verde". Quanto aos procedimentos metodológicos, através do estudo bibliométrico, sendo uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Na coleta de dados foram realizadas buscas bases da Capes do filtrando artigos que continham o termo "Logística Verde" no título, nas palavras-chave ou no resumo. Verificou-se que o tema despertou interesse da pesquisadora entre 2019 a 2020. Assim, foram coletadas informações das áreas temáticas, setores organizacionais, tipos de documentos, principais fontes de publicações, instituições de ensino, autores por artigo, e procedimentos metodológicos. Dentre as pesquisas realizadas, é possível dizer que este tema embora novo, tem sido certa relevância dentre os diversos temas abordados na base da Capes é estudado e apresentado na maioria das 105 publicações relacionadas em relação aos tipos de documentos, 35% são relacionadas a artigos científicos, já 33% relacionados a revistas cientificas. Ainda, constatou-se a bibliométria proposta foi possível verificar que a maior representatividade dos artigos é de Estudos de Casos dando a melhor visualização de sua aplicabilidade. Isso denota-se a importância da pesquisa e a necessidade da estruturação e organização do conhecimento existente no tema "logística Verde", até o presente momento.

Palavras-chave: Bibliométria, Logística Verde, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é uma abordagem abrangente da gestão de organizações que se concentra na criação e maximização de valor econômico, social e ambiental de longo prazo. É uma resposta aos desafios do mundo moderno que as organizações dos setores público e privado enfrentam. A sustentabilidade tem a responsabilidade pelo impacto que a organização exerce sobre o seu entorno, em termos empresariais, ambientais e sociais. A gestão consciente do impacto traduz-se em redução de custos, melhoria das relações externas e melhor gestão dos riscos.

Segundo Santos e Silva (2017), a sustentabilidade empresarial é um modelo de negócio que, por meio de uma abordagem ampla, possibilita um equilíbrio

[1] Acadêmica do Curso de Administração - Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato Curso de Administração – Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

financeiro, a preservação do meio ambiente e práticas sociais que estimulam o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, isso ainda não pode ser vista como um modelo de negócio de grande repercussão, todavia pode trazer benefícios à empresa que a pratica.

A sustentabilidade através do posicionamento qualificado da organização na realidade econômica, considerando os desafios sociais, econômicos, oportunidades e ameaças ambientais. A consciência de que a organização funciona dentro de um quadro mais amplo, em meio a complexas inter-relações com diversos públicos de relacionamento, permite que ela se prepare e aproveite as oportunidades vinculadas à sustentabilidade.

A criação de modelos de negócios sustentáveis constitui-se em um dos principais desafios empresariais do milênio: como inovar de forma sustentável e ampliar a competitividade em mercados globais, atendendo às exigências desse mercado. Diante disso, as mudanças ambientais criam novas exigências e condicionantes para a atividade produtiva, de modo que a adoção de estratégias de negócios sustentáveis visa à redução dos impactos socioambientais de produtos e processos, representa um fator de vantagem competitiva (PALMA *et al*., 2014).

Com base neste contexto as estratégias de suprimentos sustentáveis são uma prioridade para as empresas e a logística verde é um termo que ganhou força nos últimos tempos. A logística verde descreve os esforços para medir e minimizar o impacto ecológico das atividades de logística, ou seja, os esforços de implantação de processos mais sustentáveis e reduzir emissões. Dentre alguns, objetivos da logística verde é a coordenação das atividades logísticas de forma a beneficiar a economia, o meio ambiente e a sociedade.

De acordo com Reis *et al.,* (2019), a logística verde é um segmento da logística que se preocupa com os impactos ambientais associados a determinada atividade e, trata-se de um conceito atual e preocupante da produção limpa, acoplado à sustentabilidade ambiental, que também, defende a ideia de responsabilidade ambiental pelos respectivos impactos e pelos destinos corretos dos produtos gerados pelas empresas.

A importância da pesquisa do tema Logística Verde como instrumento de desenvolvimento econômico e social tão destacado é justificado em estudos publicados no Portal da Capes. Desta forma, este estudo a Ecologistica ou Logística Verde refere-se ao conjunto de políticas e medidas sustentáveis que visam reduzir o impacto ambiental causado pelas atividades desta área de negócio. Este conceito de logística verde afeta a configuração de processos, estruturas, sistemas, distribuição e armazenamento de mercadorias.

No que se refere aos aspectos conceituais, identificar soluções ideais, atingir abordagens equilibrada de estratégias e maximizar benefícios da cadeia logística em toda a organização, é importante compreender a diferença entre as estratégias de logística reversa e logística verde. Ambos os processos desempenham um papel crítico no sucesso de uma organização.

A pesquisa científica diz respeito à capacidade de produzir conhecimento adequado à compreensão de determinada realidade, fato, fenômeno ou relação social. É o resultado de um processo investigativo, cujo principal objetivo é resolver problemas e esclarecer dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos. A investigação se caracteriza como a composição do ato de estudar,

ISBN 978-65-5629-077-5

observar, analisar e experimentar fenômenos, deixando de lado uma concepção estruturada a partir de visões superficiais, imediatas e subjetivas (RAMALHO; MARQUES, 2019 p. 6).

Surge apartir dai questões relevantes como: Qual é o benefício de entender o valor agregado na perspectiva da Logística Verde? Por que gerenciar a Logística Verde, algo necessário no sucesso dos negócios de hoje? Estas são questões fundamentais da Logística Verde que devem ser abordadas antes de discutir as questões do "como fazer".

Neste contexto, objetivo do presente estudo foram as principais características dos estudos em Logística Verde nas publicações brasileiras, a partir da base de dados do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020. Ainda, são apresentados os objetivos específicos: realizar a estratificação das publicações brasileiras a partir de artigos do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020 ao tema proposto; identificar as áreas temáticas, tipos de documentos, principais autores, títulos das fontes, principais instituições de ensino, metodologias e setores organizacionais em que as pesquisas foram realizadas referentes ao tema proposto.

O presente texto está composto de cinco seções, incluindo está introdução. A segunda seção é dedicada ao resgate das bases teóricas da pesquisa, ao passo que a terceira apresenta a metodologia. Os resultados empíricos obtidos na pesquisa são apresentados e discutidos na seção subsequente. A quinta seção sumaria as principais conclusões do artigo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE LOGÍSTICA

A logística refere-se a uma parte operacional de uma empresa, incluindo a compra e entrega de matéria-prima, embalagem, transporte de mercadorias para distribuidores, entre outros aspectos. De acordo com Bowersox *et al*., (2014), a logística trata-se "da sincronia e conectividade dos processos dentro da cadeia de suprimentos, ela valoriza o processo, e a forma como é conduzido as atividades realizadas desde o estoque ao transporte".

Segundo Izidoro (2017 p.4), a logística empresarial pode ser "considerada eficiente quando houver total integração da administração de materiais e distribuição física dos produtos e serviços, com clientes satisfeitos". A logística possui um papel muito importante, por "gerenciar os fluxos de materiais e informações, possibilitando que as empresas consigam atender aos objetivos de produzir e entregar os produtos aos clientes".

"A atuação da logística é abrangente e não se restringe apenas ao gerenciamento dos fluxos físicos e de informação no sentido dos fornecedores até os clientes finais" (LUZ; BOOSTER, 2018 p.7).

De acordo com Vitorino (2018), aponta que, por um longo período de tempo a cadeia de suprimentos realizava o gerenciamento do transporte, porém com o passar dos anos a mesma passou a abranger o gerenciamento de materiais, pois sua atividade é semelhante, e essa junção deu origem à logística.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Fleury (2000, p.29), para que possa ser gerenciada de forma integrada, a logística deve ser "tratada como um sistema, ou seja, um conjunto de componentes interligados, trabalhando de forma coordenada, com o objetivo de atingir um objetivo comum. A tentativa de otimização de cada um dos componentes, isoladamente, não leva à otimização de todo o sistema. Ao contrário, leva à subotimização. Tal princípio é normalmente conhecido como *trade-off*, ou seja, o princípio das compensações, equilíbrio, conciliação ou perdas e ganhos".

O principal objetivo da logística é planejar, executar e controlar as operações logísticas integradas, para que os gestores do sistema e da empresa consigam gerir adequadamente a logística e consequentemente a empresa como um todo. A informação facilita a coordenação do planejamento e o controle das operações de rotina. Sem informação precisa, o esforço despendido pelo sistema logístico pode ser em vão (STRASSBURG, 2013).

Segundo Leite *et al*., (2015), descrevem que a logística é, portanto, a junção de quatro atividades para uma empresa: a aquisição de materiais, a movimentação, a armazenagem e a entrega dos produtos transformados. Tudo isso sendo feito com o objetivo único de oferecer aos seus clientes produtos ou serviços de alto nível e com maior valor agregado.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A agilidade da organização em se manter ativa de forma humanitária e lucrativa mantendo a qualidade de seus produtos e serviços e de se igualar ao comércio é dada como sustentabilidade empresarial, a mesma corresponde "à habilidade da empresa em se manter competitiva e rentável ao longo do tempo por meio da oferta de produtos ou serviços com qualidade e preços compatíveis com o mercado, e da justa remuneração da sua força de trabalho, investidores e ou proprietários" (BIELSCHOWSHY, 2009, p.959).

Para Savitz e Weber (2007), consideram que a empresa sustentável é aquela que além de gerar lucro para os acionistas, protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008 p.98), declaram que, para o meio empresarial, a definição de sustentabilidade "representa uma nova abordagem de se fazer negócios que, simultaneamente, proporciona integração social (com respeito à diversidade cultural e os interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduz ou otimiza o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, acautelando a integridade do planeta para futuras gerações, sem depreciar a rentabilidade econômica".

A sustentabilidade empresarial é mais que uma ação visionária, se refere ao feitio de como a empresa está lidando com suas tarefas diárias, como está se pondo à agressão ao meio ambiente, uma empresa consciente condiz com seu valor no mercado, portanto, de acordo com Barbieri (2009), empresa sustentável é aquela que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de forma consistente.

Ser uma organização sustentável está se tornando viável não somente no âmbito econômico, mas também no meio social e tecnológico, conceituando nas palavras de Zylbersztajn (2010 p.17), "a empresa sustentável do século XXI é a

ISBN 978-65-5629-077-5

aquela que avalia todo o ciclo de vida do produto, calcula suas emissões de carbono e desenvolve uma estratégia de minimização e, no longo prazo, de eliminação desse conteúdo de carbono".

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (2003), o significado de produção mais limpa deve estar atrelada à aplicação de estratégias econômica, ambiental e técnica, integrada aos processos e produtos, visando aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou da reciclagem dos resíduos gerados, com benefícios ambientais e econômicos para os processos produtivos.

A aplicação da Produção Mais Limpa depende de mudanças profundas nos processos de produção e produtos com a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica integrada, ampliando ou racionalizando a capacidade produtiva, prevenindo a geração de resíduos, aumentando a eficiência no uso de matérias-primas, minimizando ou reciclando e reentrando no processo produtivo (MARTINS; NETO, 2005).

As tecnologias mais limpas são fundadas no princípio de prevenção, ao passo que, as tecnologias fim de tubo (*end–of-pipe*), em princípio também consideradas ambientalmente seguras, pautam-se no princípio da correção (LENZI, 2006).

De acordo com Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI (2013) são denominadas "tecnologias limpas" as práticas que previnem ou minimizam problemas ambientais, tais como o elevado consumo de insumos, a poluição e a geração de resíduos. A principal diferença destas em relação às tecnologias que visam corrigir os problemas ambientais (de "controle corretivo" ou "fim-de-tubo") está em trazer benefícios econômicos concomitantes aos ganhos ambientais, uma vez que atuam para prevenir ou reduzir a poluição ainda na fonte geradora e concentram esforços na racionalização do uso de recursos naturais.

Segundo Gomes *et al*., (2016), a globalização tem levado as empresas brasileiras a buscarem uma atuação além das fronteiras nacionais por meio da inserção no mercado externo, visando um melhor desempenho e uma maior competitividade.

2.3 ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

Para Bellen (2005), as estratégias sustentáveis são implantadas nos mais diversos tipos de organização, entretanto, são introduzidas em multinacionais/ transnacionais o impacto é maximizado. Isso visto que são empresas que possuem a matriz instalada em um país e atuam através de filiais em diversos outros.

Segundo Nunes *et al.,* (2014), assume-se, cada vez mais, como prática de gestão, que deve estar incorporada em estratégias sustentáveis com programas e linhas de ação claramente estabelecidas, e objetivos concretos constantemente medidos e avaliados. Isso fomenta um novo modelo de gestão mais equilibrado, no contexto organizacional.

À vista disso o processo de implantação de estratégias sustentáveis é uma tendência no mercado globalizado, e as dificuldades do mesmo induzem a organização a estruturar um plano que abranja toda a sua cadeia de valor. Esse envolve indicadores, os quais mensuram a sustentabilidade da empresa e a

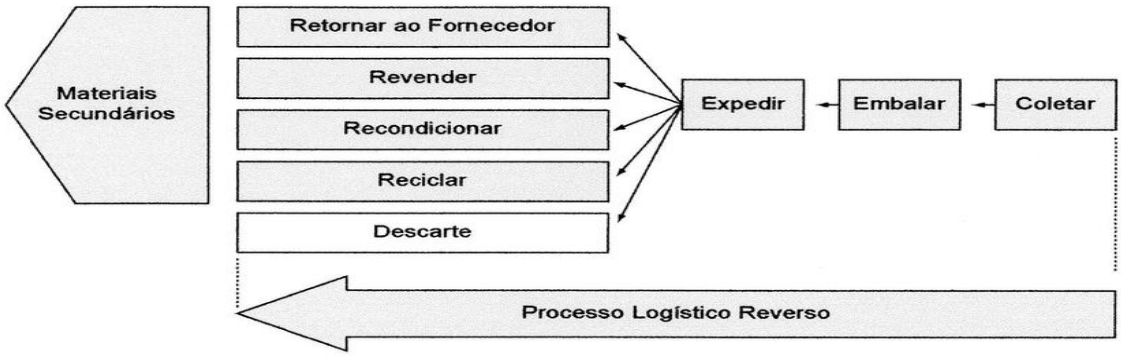
ISBN 978-65-5629-077-5

auxiliam para que seja possível progredir em direção ao desenvolvimento sustentável (REIS, 2016).

De acordo com Mello e Mello (2018), afirmam que gerenciamento das fórmulas de mudanças estratégicas sustentáveis é difícil de ser efetivado, principalmente quando envolve mudança de perspectiva, como o estado mental dos colaboradores, pois a estratégias sustentáveis tentará proteger as pessoas da organização de desvios e, ao mesmo tempo, estará prejudicando a capacidade delas de reagir à mudança no ambiente. Assim, as estratégias mantêm a organização em uma linha reta, mas dificilmente encorajam uma visão periférica.

A logística reversa torna-se sustentável segundo Barbosa *et al.,* (2005), e pode ser vista como um novo paradigma na cadeia produtiva de diversos setores econômicos, pelo fato de reduzir a exploração de recursos naturais na medida em que recupera materiais para serem retornados aos ciclos produtivos e também por reduzirem o volume de poluição constituída por materiais descartados no meio ambiente. Neste enfoque Leopoldino e Ferrarezi (2016), a logística reversa é um processo de planejamento, implementação e controle do fluxo de matérias-primas, estoque em processo e produtos acabados do ponto de consumo até o ponto de origem, com o objetivo de valorizar ou realizar um descarte adequado. O material é reaproveitado, voltando a um processo tradicional de suprimento composto por atividades que uma empresa realiza para coletar, separar, embalar e expedir itens usados, danificados ou obsoletos dos pontos de consumo até os locais de reprocessamento, revenda ou de descarte, conforme figura 1:

Figura 1 - Os 5R's da Sustentabilidade.



Fonte: Leopoldino e Ferrarezi (2016).

A Logística Reversa se diferencia da Logística Verde quando considera os aspectos ambientais de todos os processos logísticos, pois esta última está focada no consumo de recursos naturais não renováveis, na emissão de contaminantes, na utilização de vias, na poluição sonora e na disposição de resíduos (MAQUERA, 2012).

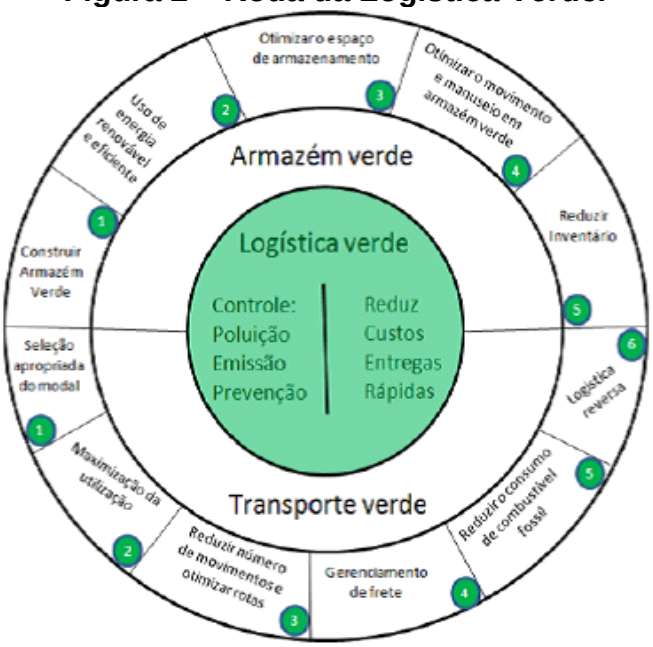
2.4 CONCEITO DE LOGÍSTICA VERDE

De acordo com Emmett e Sood (2010), destacam como desafios para a Logística Verde os custos e suas externalidades, o tempo de resposta, a flexibilidade e a redução de inventários, e o excesso de movimentação de produtos em razão da personalização. Os mesmos autores apresentam o que chamam de a

ISBN 978-65-5629-077-5

roda da Logística Verde, que contempla ações e sugere resultados para as atividades de armazenagem e transportes verdes, conforme figura 2:

Figura 2 – Roda da Logística Verde.



Fonte: Adaptado de Emmett e Sood (2010).

A logística busca coordenar essas atividades de modo a atender às exigências dos clientes por um custo mínimo, o que tradicionalmente leva à externalização de custos ambientais, ou seja, a não considerar como custos do sistema os impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Já para a logística verde, o principal objetivo é coordenar as atividades dentro de uma cadeia de suprimentos de tal forma que as necessidades dos beneficiários sejam atendidas com o "menor custo" para o meio ambiente (QUIUMENTO, 2011).

2.6 CONCEITO DE BIBLIOMÉTRIA

Para Araújo (2006), contextualiza que, partindo da bibliométria, consegue-se identificar frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura e periódicos mais citados. Na concepção de Marques (2010), o constante interesse da comunidade científica na bibliométria na atualidade, está relacionado às facilidades das tecnologias de produção, controle e disseminação da informação, que surgiram após o advento da internet.

Segundo Ferreira e Alvarenga (2011), os relatos de natureza bibliométrica são fontes de grande proveito e fecundidades para o conhecimento e a avaliação de diversas áreas científicas. De acordo com (Ferenhof e Fernandes 2015), que retratam que a pesquisa bibliométrica pode ser desenvolvida originando-se de etapas básicas, sendo elas: as definições base da pesquisa, que estabelece os indicadores de pesquisa, a base de dados utilizada e o modo como os documentos serão selecionados e padronizados; a consolidação e a análise das informações obtidas; e ao final, a síntese e a elaboração de relatórios.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Costa (2017), a expansão das pesquisas bibliométrica seguiu do desenvolvimento de programas computacionais, destinados à bibliométria, e a criação de bases de dados, que possibilitam e facilitam diversos tipos de análises. Ressalta-se que essas ferramentas impulsionadoras, são possíveis com o advento da internet e o aperfeiçoamento das tecnologias de informações.

O estudo bibliométrico é uma técnica que frequentemente nas pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas através da sua aplicação auxilia no entendimento de novas temáticas, podendo auxiliar na identificação de tendências para pesquisas futuras. Para Vanz e Stumpf (2010), apresenta fontes de coleta de dados para desenvolvimento de indicadores desta produção e apresenta os procedimentos para a limpeza/padronização e organização dos dados bibliométricos.

Segundo Costa *et al.,* (2012), são inúmeras as métricas e indicadores aplicados, estando ligados a várias bases de dados que são ferramentas muito relevantes para o andamento de estudos bibliométricos. Para Correia e Mesquita (2014, p178), embora consista num "método do âmbito da ciência da informação, no contexto de um dado domínio cientifico" a bibliométrica é o conjunto de métodos que são usados para estudar, medir textos e outras informações. Segundo Rodrigues e*t al.,* (2016), bibliométria é uma ferramenta importante para verificar a elaboração intelectual de um estipulado assunto, adentro da bibliométria situa-se várias maneiras de se avaliar essa produção intelectual de determinado assunto.

De acordo com Scaciotta*et al.,* (2019, p.15), afirmam que o objetivo dos estudos bibliométricos "é mapear a literatura, seja para examinar a estrutura intelectual, o conhecimento acumulado sobre um tema ou evocar suas tendências de pesquisa". É fundamental considerar que os principais resultados de investigação transmitem-se pela comunicação formal, que os trabalhos publicados representam o volume de investigação produzida e são indexados em bases de dados secundárias, ferramentas que permitem recuperar informação publicada em qualquer área científica.

3 METODOLOGIA

Para construção do estudo, escolheu-se o artigo científico como fonte de dados, esse formato de literatura científica representa o auge de aceitação, por pares científicos de determinada pesquisa e métodos, os artigos foram extraídos do periódico CAPES e para busca foram utilizadas as seguintes palavras combinadas do tema "Logística Verde", estabelecidos critérios de seleção ás pesquisas nacionais, ou seja, no idioma português qualquer área de aplicação, foi excluída da listagem estudos que somente citavam os termos pesquisados ou que não se relacionavam de alguma forma com o objetivo maior da pesquisa.

Esse estudo é do tipo descritivo, segundo Tumelero (2018), afirma que a pesquisa descritiva, é aquela que descreve uma realidade de forma imparcial, sem interferências de quem está pesquisando, caracteriza-se como intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Neste caso, ao analisar as informações que foram analisadas nos 105 artigos do Periódico da Capes entre 2019 a 2020.

Complementando acerca da abordagem, predominou no estudo a análise quantitativa dada à característica dos dados e pela forma como estes foram

ISBN 978-65-5629-077-5

utilizados e apresentados (gráficos e números). A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliométrico e tem como pretensão mensurar os índices de produção acadêmica e revelar que maneiras estão sendo conduzidas as pesquisas na área da "Logística Verde", ou seja, o estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, restringe-se à análise de documentos e tem como objetivo a revisão de literatura de um tema, ou determinado contexto teórico (APPOLINÁRIO, 2011).

Assim, foi realizada então uma leitura integral dos artigos, o que permitiu a construção da base de dados em forma de planilha com as seguintes variáveis de análise: (I) Autores, (II) Áreas Temáticas, (III) Tipos de documentos, (IV) Instituições de Ensino; (V) Principais Metodologias, (VI) Setores Organizacionais. Foram desconsideradas como variáveis de interesse "quantidade de documentos" e "variação da quantidade ao ano", por se tratar de que todo estudo bibliométrico deve apresentar a quantidade de documentos e sua relação com o tempo, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Modelo conceitual para a análise bibliométrica.

Características gerais das publicações	Número de autores.
Áreas Temáticas	Autores
Tipos de Documentos	
Instituições de Ensino	
Principais Metodologias	
Setores Organizacionais	

Fonte: Elaborado pela autora do estudo (2021).

A partir de uma breve análise das publicações encontradas na primeira etapa serão enumerados tópicos relacionados a gestão logística e gestão da cadeia de suprimentos a serem combinados com os termos "Logística Verde". Para a seleção dos tópicos utilizou-se como principal critério a relação com o termo pesquisado. Na analise de dados utilizou-se o *Microsoft Excel* pelo conjunto de ferramentas estatístico, ou seja, neste caso frequência relativa que permitirá: consultar, buscar, ordenar, filtrar, e administrar facilmente as produções cientifica devidamente selecionados na operacionalização dos dados.

4 RESULTADOS

4.1 A ESTRATIFICAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS DO TEMA "LOGÍSTICA VERDE".

Com a realização da estratificação dos dados referente às publicações brasileiras no portal da Capes no período de 2019 a 2020 do tema "Logística Verde", com a utilização dos critérios aplicados viu-se que foram publicações relevantes do objeto de estudo, conforme quadro 2 que mostra a distribuição de publicações por idioma (Português e Inglês) publicada em cada idioma:

Quadro 2 – Distribuição por idioma.

ISBN 978-65-5629-077-5

Idioma	Quantidade	Frequência Relativa (%)
Português	105	75,00
Inglês	35	25,00
Total	140	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O quadro mostra que dentre os dados coletados 75% são publicações em português, e apenas 25% são em inglês. O portal da Capes possui um sistema de análise dos artigos muito rígido, por causa dos questionamentos, sugestões e críticas realizadas pelos próprios autores e usuários deste portal, a quantia de temas e consultas realizadas sobre inúmeros temas, a disponibilidade de recursos financeiros por parte da Capes possibilidade de validação de contrato com os provedores e outros fatores que sejam capazes de intervir na seleção do título (CAPES, 2018).

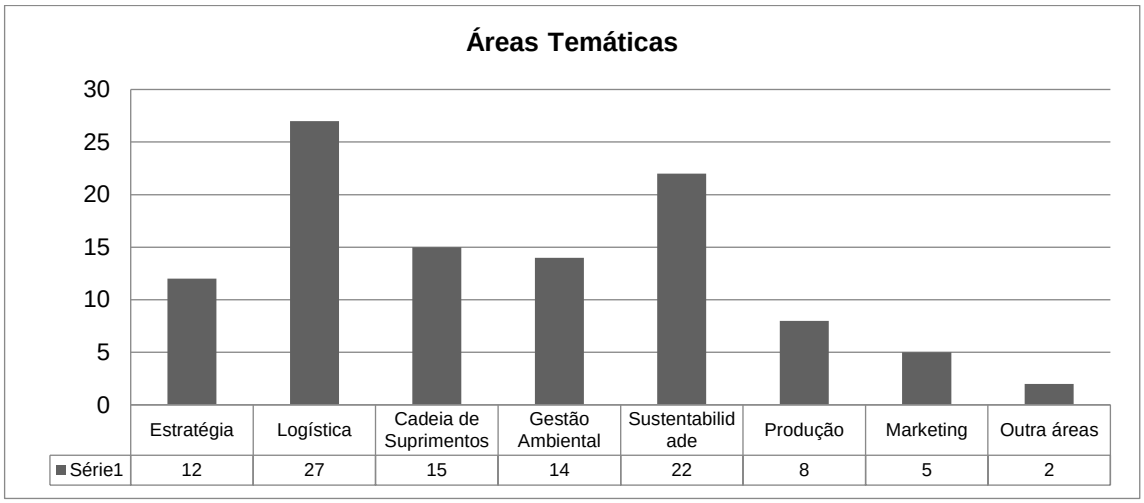
4.1.1 Identificação das áreas temáticas, tipos de documentos, principais autores, títulos das fontes, principais instituições de ensino, principais metodologias e setores organizacionais em que as pesquisas foram realizadas referentes ao tema "Logística Verde".

Nesta seção, apresentam-se dados coletados na estratificação dos artigos do portal de Periódicos da Capes referente ao tema "Logística Verde", entre 2019 a 2020 foram selecionados 105 artigos publicados por este portal referentes: áreas temáticas, tipos de documentos, principais autores, principais instituições de ensino, principais metodologias e setores organizacionais em que as pesquisas foram realizadas referentes ao tema de estudo.

Na sequencia da identificação dos periódicos Portal Capes foram selecionados pela conveniência da pesquisadora, em relação a resultados, ressaltando que algumas pesquisas abordaram e demonstraram uma característica coincidente, por isso vem se justificar em relação ao total de artigos selecionados. Primeiramente, apresenta-se o gráfico 1 em relação as áreas temáticas ou seja, a coerência com o tema proposto:

Gráfico 1- Áreas Temáticas.

ISBN 978-65-5629-077-5

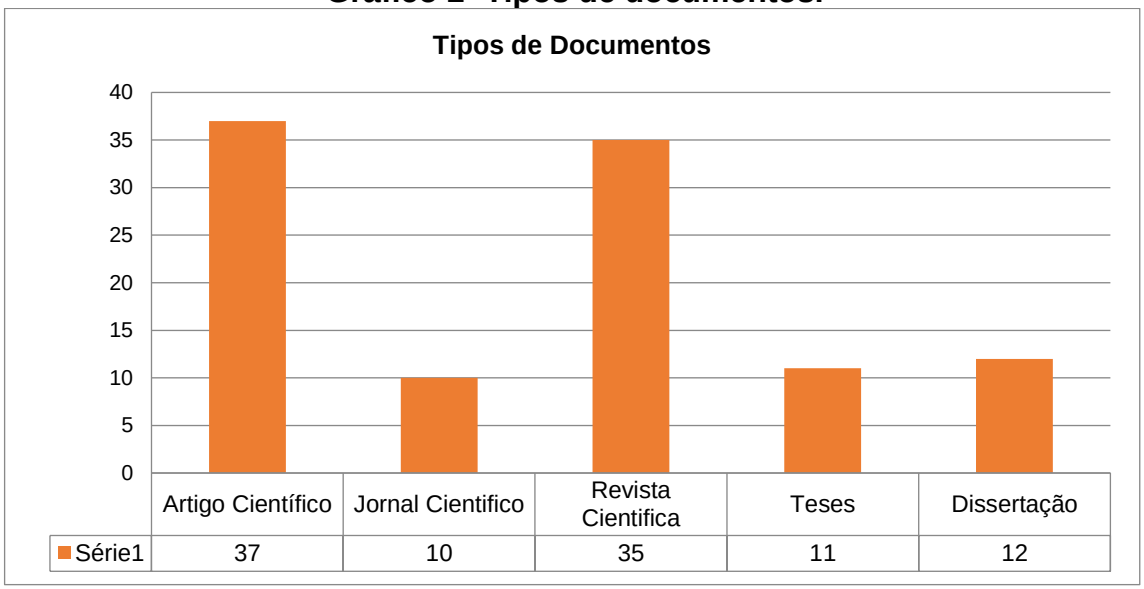


Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No gráfico anterior, as publicações analisadas têm em sua maioria a temática logística e sustentabilidade, pois costumeiramente aborda-se o tema "Logística Verde", visualiza-se ainda que o tema é abordado em quantidades próximas nas temáticas estratégia, cadeia de suprimentos e gestão ambiental, e é encontrado de forma escassa quando a temática é produção e marketing, e outras áreas.

Em seguida o gráfico 2, demonstra dados referentes aos tipos de documentos localizados dentre os periódicos analisados, que podem ser eles, artigos, jornais, revistas, teses, e dissertações todos relacionados ao tema "Logística Verde", esses documentos expõem o conceito, a maneira que podem ser utilizados, e em alguns casos, resolvidos com a utilização dessa ferramenta:

Gráfico 2- Tipos de documentos.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O gráfico anterior constatou-se que das 105 publicações em relação aos tipos de documentos, 35% são relacionadas a artigos científicos, já 33%

ISBN 978-65-5629-077-5

relacionados a revistas cientificas, e por fim, juntos Jornais científicos, teses e dissertações correspondem a 33% do montante dos tipos de documentos publicados no portal da Capes.

Na sequência, o gráfico 3 demonstra o número de autores em cada um dos artigos analisados no Portal de Periódicos da Capes com o tema "Logística Verde":

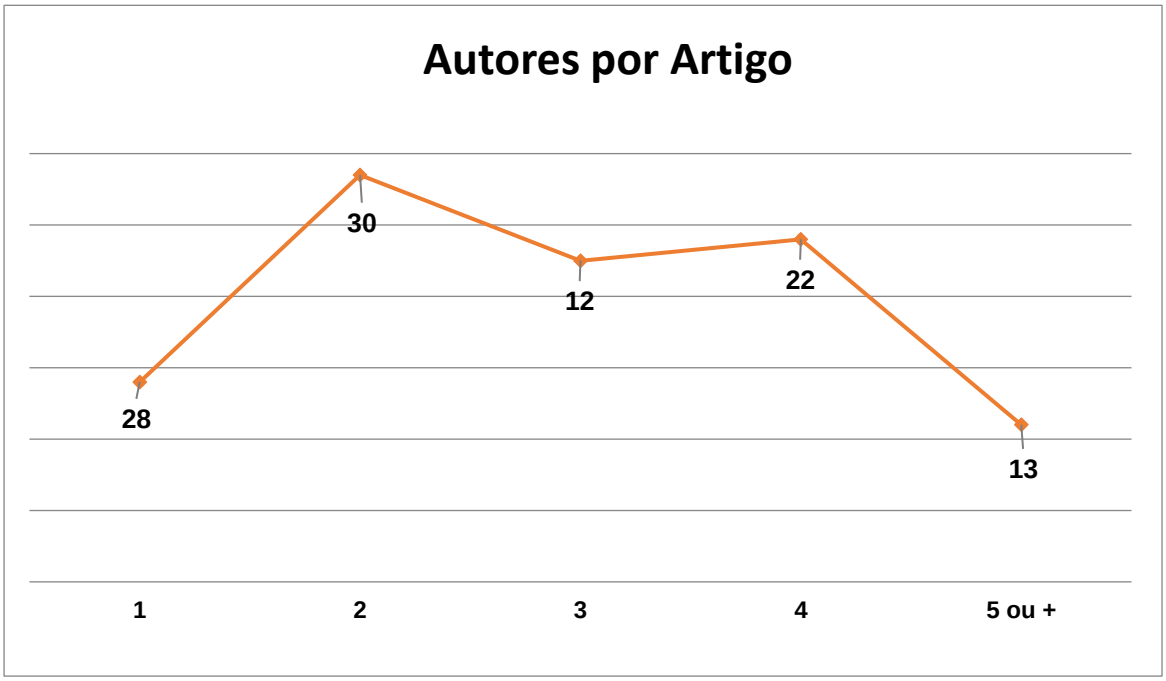


Gráfico 3- Número de Autores por Artigo.
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O gráfico anterior aponta o número de autores solos (28) estão relacionados ao tema "Logística Verde", e maior montante é publicações em dupla (30), o estudo também revelou que as publicações em quarteto foram de (22), e por fim, em trio (12) e quinteto ou mais (13) todos relacionados ao tema proposto no estudo.

Segue, quadro 3 que identifica as principais fontes de publicações relacionados ao tema central "Logística Verde", segue:

Quadro 2- Principais Fontes de Publicações (2019 - 2020).

Fontes de Publicação	Quantidade de Artigos	Frequência Relativa (%)
Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas - GEPROS	22	20,95
Revista de Administração Contemporânea- RAC	15	14,29
Revista Eletrônica de Administração	14	13,33
Revista Scielo Brasil	11	10,48

ISBN 978-65-5629-077-5

Revista de Administração de Empresas- RAE	10	9,52
Revista de Administração Mackenzie- RAM	8	7,62
Revista Eletrônica de Administração	8	7,62
Revista Brasileira de Marketing – ReMark	6	5,71
Revista de Administração IMED- RAIMED	4	3,81
Revista de Gestão e Tecnologia - Navus	3	2,86
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa- RECADM	3	2,86
Outros	1	0,95
TOTAL	**105**	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No quadro anterior, em relação ao tema "Logistica Verde", em relação às principais fontes observa-se que 20,95% estão relacionados à revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas é que mais contribui ao tema, sendo seguida pela Revista de Administração Contemporânea com 14,29%, na sequencia, consta-se que a Revista Eletrônica de Administração 13,33%, e a Revista Scielo com 10,48% dos artigos, e por fim as outras publicações corresponderam a 41% dos artigos em relação às publicações no portal da Capes.

Da mesma forma, o quadro 3 apresenta as Instituições de Ensino Superior - IES, que demonstraram o maior número de publicações referente ao tema "Logística Verde" podendo ser elas: universidades, faculdades, escolas de ensino superior, fundações e centros tecnológicos. É necessário ressaltar que a pesquisa foi feita a partir da análise de autores por publicação de cada instituição, por isso justifica-se a escolha dos 105 periódicos:

Quadro 3- Principais Instituições (2019-2020).

Instituições de Ensino	Quantidade de Artigos	Frequência Relativa (%)
Fundação Getúlio Vargas – FGV	12	11,43
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ	12	11,43
Universidade de Brasília -UNB	11	10,48

ISBN 978-65-5629-077-5

Universidade de Caxias do Sul – UCS	11	10,48
Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	10	9,52
Universidade de São Paulo - USP	9	8,57
Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP	9	8,57
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	8	7,62
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	7	6,67
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	5	4,76
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	5	4,76
Universidade Nove de Julho - UNINOVE	3	2,86
DEMAIS IES	3	2,86
TOTAL	105	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O quadro anterior, demonstra que 5 instituições de Ensino Superior – IES que abordam o tema "Logística Verde" são a FGV/PUCRJ com 12 artigos cada, a UNB/ UCS com 11 artigos cada e a PUCRS com 10 artigos, sendo as demais IES representaram juntas 47% artigos em relação ao tema proposto.

Na sequência do estudo, apresentam-se as metodologias empregadas nas pesquisas dos periódicos da Capes do tema "Logística Verde", é necessário evidenciar que algumas pesquisas demonstraram mais de uma característica o que explica a diferença em relação aos 105 periódicos analisados:

Quadro 4 - Principais Metodologias dos artigos (2019-2020).

ABORDAGEM DOS ARTIGOS	
Tipo	Quantidade
Qualitativa	65
Quantitativa	40
Total	105
TÉCNICAS UTILIZADAS NOS ARTIGOS	

ISBN 978-65-5629-077-5

Tipo	Quantidade
Questionário	37
Análise de conteúdo	33
De Campo	18
Entrevista	12
Experimento	5
Total	105
OBJETIVOS DOS ARTIGOS	
Tipo	Quantidade
Exploratório	50
Descritivo	40
Explicativo	15
Total	105
PROCEDIMENTOS DOS ARTIGOS	
Tipo	Quantidade
Estudo de Caso	65
Levantamento/Survey	30
Bibliográfico	10
Total	105

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No quadro anterior, em relação às principais metodologias em relação ao tema "Logística Verde", constatou-se que 62% tratam-se de pesquisas qualitativas. Em relação às técnicas utilizadas nos artigos são 35% (Questionário), 31% (Análise de Conteúdo) e 33% (De Campo, Entrevista e Experimento). Outro fator são os objetivos do artigo, Exploratório (48%), Descritivo (38%) e Explicativo (14%), e por fim, em relação aos procedimentos dos artigos, a pesquisa mostrou que 62% (65) estão relacionados a Estudo de Caso, os demais 38% (40) foram procedimentos de Levantamento/Survey e Bibliográficos nas publicações da Capes.

E por fim, o gráfico 4, expõe os resultados da análise em relação aos setores organizacionais, apresentando como é possível empregar e conciliar a "Logística Verde" com os demais setores fazendo com que seja bem aplicado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 5 – Setores Organizacionais



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O gráfico anterior demonstrou o tema "Logística Verde" frequentemente ligado ao setor de medicamentos 33% da amostra, seguido do setor de Operados Logísticos 31%, na sequência o setor da Indústria de Alimentos e Agroindústria 21% da amostra e por fim, os demais setores representam 23 % da amostra em relação ao tema do estudo.

4.2 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS DO PERIÓDICO DO PORTAL CAPES

A sustentabilidade envolve a evolução natural das espécies e esta sugere que novos caminhos precisam ser trilhados. Tendo como foco o objetivo geral, objetivo do presente estudo foram as principais características dos estudos em "Logística Verde" nas publicações brasileiras, a partir da base de dados do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020. O levantamento das publicações partiu das publicações em 105 artigos em português do Periódico da Capes relacionadas

ISBN 978-65-5629-077-5

ao tema da "Logística Verde". De acordo com Leite (2003), o referencial bibliográfico no campo de atividade operacional, ainda é raro e disperso, não apresentando, portanto, sistematização de conhecimentos, classificações, definições e uma visão abrangente e didática dos principais conceitos de logística verde e dos canais de distribuição reversos dos bens.

No que tange as publicações, 47% se relacionam com a temática logística e sustentabilidade, visualiza-se ainda as temáticas estratégia, cadeia de suprimentos e gestão ambiental com 39% da amostra foi uma realidade presente nas publicações do tema "Logística Verde".

Dentre as pesquisas realizadas, é possível dizer que este tema embora novo, tem sido certa relevância dentre os diversos temas abordados pelo portal da CAPES no período em questão, o tema é estudado e apresentado em sua grande maioria de 105 publicações em relação aos tipos de documentos, 35% são relacionadas a artigos científicos, já 33% relacionados a revistas cientificas.

Outro fator de relevância são estudos bibliométricos em relação às principais metodologias em relação ao tema "Logística Verde", constatou-se que 62% tratam-se de pesquisas qualitativas. O tema está em expansão vem sendo discutido a titulo de pesquisa, apresentando seu impacto positivo na sociedade, com muitos Estudos de Casos, ouse já, abre precedentes para discussões em dissertações, sendo um tema recorrente em um futuro bem próximo.

Por outro lado, para as empresas, a "Logística Verde" também pode ser um recurso valioso no sentido de atuar como um diferencial competitivo. Como conceito em evolução no mundo da prática logística de transformação integral das estratégias, estruturas, processos e sistemas logísticos para um uso mais racional e eficaz dos recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade é formada por três pilares: economia, sociedade e meio ambiente. Esses princípios também são chamados informalmente de "os 3 Ps" - Lucro, Pessoas e Planeta. Ao encontrar um equilíbrio entre eles, a logística pode fornecer o melhor serviço ao mesmo tempo em que reforça e garante um uso mais consciente dos recursos. A "Logística Verde" aplica a abordagem no ciclo de vida tridimensional, em oposição à abordagem tradicional focada apenas na economia.

Neste sentido, o objetivo principal do estudo é a compreensão das principais características dos estudos em "Logística Verde" nas publicações brasileiras, a partir da base de dados do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020, ou seja, o tema é uma vertente ainda bastante recente e que necessita de amadurecimento para lidar com impactos ambientais. O corpo conceitual e as formas de aplicação ainda não estão muito claros, e é frequente a confusão com outros conceitos, como o de Logística Reversa.

Constatou-se que no estudo visa conceituar a "Logística Verde", diferenciando-a de outros conceitos e buscando direcionamentos para sua aplicação. Neste contexto a bibliométria proposta no estudo foi possível traçar uma breve compreensão do tema, através da estratificação das publicações brasileiras a partir dos 105 artigos do portal de Periódicos da Capes entre 2019 a 2020, ou seja, foram identificadas as áreas temáticas, tipos de documentos, principais

ISBN 978-65-5629-077-5

autores, títulos das fontes, principais instituições de ensino, metodologias e setores organizacionais, que consistiu em quantificar os artigos publicados no portal Capes relacionados à "Logística Verde" e avaliá-los quantitativamente, com isso foi possível responder à pergunta inicialmente realizada durante o estudo, a relevância do tema e suas aplicações, incluindo também a representatividade dos artigos foram Estudos de Casos dando a melhor visualização de sua aplicabilidade.

Isso denota-se a importância da pesquisa e a necessidade da estruturação e organização do conhecimento existente no tema "logística Verde", até o presente momento. Neste estudo apresenta uma base teórica para quem deseja desenvolver as práticas da "Logística Verde".

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliométria: evolução histórica e questões atuais**. Em questão, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/ download/16/5. Acesso em: 12 Mai. 2021.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial:** Conceitos, modelos einstrumentos. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva: 2009.

BARBOSA, A.; BENEDUZZI, B.; ZORZIN, G.; MENQUIQUE. J.; LOUREIRO, M. C. **Logística reversa**: o reverso da logística. 2005. Disponível em: https://recicleiros. org.br/logistica-reversa/?gclid=eaiaiqobchmizpk 7hkgt6qivdiirch 3dbamnea ay asa aegios_d_bwe. Acesso em: 10 Mai. 2021.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade:** Uma Análise Comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIELSCHOWSHY, Ricardo et al. **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. 1ª Edição. São Paulo, 2009.Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas /20180301124814.pdf. Acesso em: 09 Mai. 2021.

BOWERSOX, Donald; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, Jonh; **Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos**. 4ª Edição, 2014. Disponível em: https: //viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788580553185/i . Acesso em: 08 Mai. 2021.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Informações, 2018.** Disponível em: http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes. Acesso em: 20 Ago. 2021.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Informações, 2020.** Disponível em: http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes. Acesso em: 12 Abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CEBRI, Centro Brasileiro de Relações Internacionais. **Tecnologias limpas,** 2013. Disponível em: http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/tecnologias-limpas-cebri-2013/. Acesso em: 10 Mai. 2021.

CORREIA, Ana Maria Ramalho; MESQUITA, Anabela Mesquita. **Estratégia para a elaboração de trabalhos científicos:** o desafio da excelência. 2ª Edição. Vida Econômica Editorial, 2014.

COSTA, Teresa; LOPES, Sílvia; LLIMÓS, Fernando Fernández; AMANTE, Maria João; LOPES, Pedro Faria. **A bibliometria e a Avaliação da Produção Científica:** indicadores e ferramentas. Lisboa: 2012. Disponível em: http://webpages.icav.up.pt/Pessoas/ mccunha/Metodologia_Investiga%C3%A7%C3%A3o/Recursos/Indicadores_biblio m%C3%A9tricos.pdf. Acesso em: 12 Mai. 2021.

COSTA, Rodrigo. **Discussões gerais sobre as características mais relevantes de infraestruturas de pesquisa para a Cientometria, Bibliometria e Cientometria no Brasil:** infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na Era do Big Data, p. 19-42, 2017. Disponível em: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivros. Acesso em: 12 Mai. 2021.

EMMETT, E.; SOOD, V. **Green Supply Chains:** An Action Manifesto, Willey, UK, 2010.Disponível em: pdf. Acesso em: 12 Mai. 2021.

FERNANDES, LyerkaKallyane Ramos. **Método De Pesquisa Qualitativa: Usos e Possibilidades**. Psicologado, *[S.l.]*. (2014). Disponível em https://psicologado. com. br/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades. Acesso em: 20 Mai. 2021.

FERENHOF, HelioAisenberg. FERNANDES. Roberto Fabiano. **Passo-a-passo para construção da Revisão Sistemática e Bibliométria,** 2015**.** Disponível em: https:// www.academia.edu/16622328/Passo-a-passoparaconstru%C3%A7%C3%A3oda Revis% C3%A3o_Sistem%C3%A1tica_e_Bibliometria. Acesso em: 11 Mai. 2021.

FERREIRA , Ronaldo Araujo; ALVARENGA, Lidia. **A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007**.Revista Eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 16, n. 31, 2011. Disponível em: https:// periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16 n31p 51/17757. Acesso em: 11 Mai. 2021.

GIACOMELLI, Giancarlo; PIRES, Marcelo Ribas Simões. **Logística e Distribuição** – Porto Alegre - SC editora SAGAH, 2016. Disponível em: https://viewer.bibliotecaa .binpar.com/viewer/9788569726937/ii . Acesso em: 24 Abr. 2021.

GOMES, ClandiaMaffini; KNEIPP, Jordana Marques; ROSA,Luciana Aparecida

ISBN 978-65-5629-077-5

Barbieri da; BICHUETI, Roberto Schoproni; PERLIN, Ana Paula. **Gestão para a sustentabilidade e desempenho empresarial:** uma análise a partir da inserção internacional em empresas do setor mineral. Revista Eletrônica Sistema & Gestão, v.11, n.1, 2016. Disponível em: http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/ 963/405. Acesso em: 10 Mai. 2021.

IZIDORO, Cleyton; **Logística Empresarial**. Editora Pearson: São Paulo, 2017.

Leite, P. R. **Logística reversa:** meio ambiente e competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LEITE, Caio César Lemes; SOUZA, Reginaldo da Silva; SILVA, Sheldon William; PORTUAL JR, Pedro dos Santos; OLIVEIRA, Felipe Flausino de**. A logística e a gestão da cadeia de suprimentos:** um estudo de caso de uma empresa da Região do Sul de Minas Gerais. XVII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Processo de Gestão Frente ás incertezas contemporâneas, 2015. Disponível em: https://www. aedb.br/seget/arquivos/artigos15/9122276.pdf. Acesso em: 08 Mai. 2021.

LENZI, Cristiano Luís, S**ociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru São Paulo: Edusc. 2006. Disponível em: https://www academia.edu/919334/Sociologia_ambiental_risco_e_sustentabilidade_na_moder nidadeparaadquirirumexemplarentreemcontatoemclenziatusp.br. Acesso em: 10 Mai. 2021.

LEOPOLDINO, Maria Rita de Cássia Calçada; FERRAREZI, Rosivaldo. **A logística reversa e as questões ambientais.** Revista Eletrônica da Unicamp, v. 1, n. 1, pág. 45, 2016. Disponível em: http://lcv.fee.unicamp.br/images/BTSym-16/proceedings/ PA30-16-edited.pdf. Acesso em: 10 Mai. 2021.

LUZ, Charlene Bitencourt Soster; BOOSTEL, Isis; **Logística Reversa.** Porto Alegre - RS editora SAGAH, 2018. Disponível em: https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/ Acesso em: 24 Abr. 2021.

MAQUERA, G. **Logística Verde e Inversa**: V.2 iss:1 pg. 31-54, 2012. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a17v38n18/a17v38n18p 08.pdf. Acesso em: 13 Mai. 2021.

MARQUES, Andrielle. **A bibliométria: reflexões para comunicação científica na Ciência da Comunicação e Ciência da Informação**, 2010. Disponível em: http:// www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2437-1.pdf. Acesso em: 12 Mai. 2021.

MARTINS NETO, J. E**nergia Limpa na Economia: Economia Ecológica e a Produção Limpa.** Revista Tecbahia, v.20, nº2, p.30-43, 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

MATTAROZZI, Victorio; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiro:** Um caso prático. Annablume, 2008. 98p. Disponível em: https://cepein. femanet.com.br/bdigital/arqtccs/0911260110.pdf. Acesso em: 09 Mai. 2021.

MELLO, Mario Fernando de; MELLO, Arthur Zago de. **Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro:** um estudo de caso. Revista Gestão Produção, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/gp/v25n1 /0104-530X-gp-0104-530X1625-16.pdf. Acesso em; 10 Mai. 2021..

NUNES, M. A.; SANTOS, M. J.; SEABRA, F. M. **A Responsabilidade Social em contexto Ibero-Americano:** novas perspectivas da governança organizacional. Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v.16, nº 9-17, 2014. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13788/1/a%20 responsabili dade%20 social%20em%20contexto%20ibero-americano.pdf. Acesso em: 10 Mai. 2021.

PALMA, Eliete Pozzobon; GOMES, ClandiaMaffini; KNEIPP, Jordana Marques; ROSA, Luciana Aparecida Barbieri da.**Estratégias de Negócios Sustentáveis e Desempenho Exportador:** uma análise em empresas do setor de gemas e joias. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 16, n. 50, p. 25-42, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbgn/v16n50/1806-4892-rbgn-16-50-25.pdf. Acesso em: 11 Abr. 2021.

RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MARQUES, franciscaLuseni Machado. **A pesquisa científica como construção do conhecimento. 2019.** Disponível em: http://www. ead. uepb.edu.br/arquivos/cursos/geografia_par_uab/fasciculos%20-%20material pesquisa % 20e%20ensino%20de%20geografia/pesqensgeoaula1.pdf. Acesso em 12 Abr. 2021.

REIS, Ana Luísa Periago. **Análise da estratégia sustentável empresarial:** O Caso Unilever. 51 f. Monografia apresentado à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas. 2016. Disponível em: http://www.bibliotecadigital. unicamp.br .Acesso em: 10 Mai. 2021.

REIS, Clara R. Gaby; ROSA, Adriano C. M; GYORI, Crlos A. M; BUTTIGNON, Karina. **Logística verde e logistica reversa:** bioplásticos como inovação em embalagens para alimentos. X Fateclog - Logística 4.0 & a Sociedade do Conhecimento – Fatec, Guarulhos-SP, 31 de mai. e 01 de jun. de 2019. Disponível em: https://fateclog.com.br › anais › 2019. Acesso em: 11 Abr. 2021.

RODRIGUES, Luis Adriano; TAVAR, Cassia; NOGUEIRA, Guilherme Mazzaro; LIBRELOTTO; Roberta Furia. **A bibliometria como ferramenta de análise da produção intelectual:** Uma análise dos HOT TOPICS sobre sustentabilidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Biblionline, v.12, n.3, p.34-47, jul./set., 2016. Disponível em: www.periódicosufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/ download/29000/16638. Acesso em: 12 Mai. 2021.

TUMELERO, Naína, **Pesquisa descritiva:** conceito, características e aplicação, 2018; Disponível em: https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/. Acesso em: 20 mai. 2021.

QUIUMENTO, F. **Logística Verde:** Uma nova visão para a Logística com atividade humana integrada ao ambiente. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/ /15912/ pdf_1. Acesso em; 12 Mai. 2021.

SCACIOTTA, Vanessa Vasconcelos; GUERRAZZI, Luiz Antonio de Camargo; FERNANDES, Karina Ribeiro. **Em busca de convergência:** um estudo bibliométrico sobre modelos de negócios. RIAE- Revista Ibero-Americana de Estratégias, São Paulo, v.18, n.1, p.04-18, Jan-Mar.2019.Disponível em: www.revistaiberoamericana.org/ojs/ index.php/ibero/article/download/2708/pdf. Acesso em: 12 Mai. 2021.

SANTOS, Élcio Henrique dos; SILVA, Mirela Auxiliadora da.**Sustentabilidade empresarial:** um novo modelo de negócio. Revista Ciência Contemporânea jun./dez. 2017, v.2, n.1, p. 75 – 94. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/ revista.php?id_revista=31. Acesso em: 11 Abr. 2021.

SAVITZ, Andrew W. WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Campus; 2007. Disponível em: http://site.ufvjm.edu. br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Gest%C3% A3o-para-a-sustentabilidade.pdf . Acesso em: 09 Mai. 2021.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Questões Ambientais e produção mais limpa**. Porto Alegre, UNIDO, UNEP, Centro Nacional de Tecnologias Limpas, (Série Manuais de Produção mais Limpa), 2003. Disponível em: Acesso em: 10 Mai. 2021.

STRASSBURG, Udo. **O uso da logística na gestão de estoques.** Caderno On-line, da Unioeste – Campus Cascavel, 2013. Disponível em: http://paulorodrigues.pro.br/ arquivos/ousodalogisticanagestaodeestoqueslgc.pdf. Acesso em: 08 Mai. 2021.

VANZ, Samile Andréa de Souza; STUMPF Ida Regina Chittó. **Procedimentos E Ferramentas Aplicados Aos Estudos Bibliométricos**, 2010. Disponível em: https:// periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4817/4358. Acesso em: 12 Mai. 2021.

VITORINO, Carlos Marcio; **Logística**. 2ª Edição. Editora Pearson: São Paulo: 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

ZYLBERSZTAJN, D. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI/ Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em: http://repositorio.uninove .br/xmlui/ bitstream/handle/123456789/1133/542.pdf?sequence=1. Acesso em: 09 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

MARKETING ESPORTIVO: Uma pesquisa Survey com Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná.

Matheus Henrique de Carvalho Kovaleski[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: Esse artigo tem como finalidade a análise da influência do marketing esportivo em Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná, desta maneira o futebol, pode se tornar um diferencial no processo de consolidação de uma marca no mercado. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como descritiva cuja coleta de dados foi realizada com a utilização de um instrumento específico questionário, com 62 acadêmicos de uma Instituição de Ensino. A análise enquadrou-se como quantitativa. No contexto da discussão dos fatores de influência do marketing esportivo para melhor entendimento foram divididos em três fases: (i) envolvimento com o produto; (ii) marketing do clube (iii) motivação da compra. Os resultados apontaram que na hora de fazer aquisição de produtos os acadêmicos são influenciados e conduzidos por estratégias de marketing esportivo da marca do clube. Em relação ao futebol, o clube tenta adicionar o máximo de anúncios possíveis para influenciar a decisão de compra. Foram identificados aspectos no quesito acompanhamento das campanhas de marketing, novidades do clube, ações em websites ou na televisão, a maioria se mantêm neutra na relação do marketing do clube. Já 32% concorda que ações de marketing atraem mais sócios torcedores. As conclusões trazem sugestões que o clube em questão é uma parte importante do ecossistema local, ou seja, o clube está no coração da comunidade na condução de emprego, renda e realização de iniciativas socialmente responsáveis.

Palavras-chave: Clube de Futebol, Decisão de Compra, Marketing Esportivo, Motivação de Compra.

1 INTRODUÇÃO

Os Clubes de Futebol ou franquias futebol operam de maneira muito semelhante às grandes corporações. Eles empregam especialistas financeiros e líderes operacionais para ajudar a manter a organização funcionando da maneira mais eficiente e eficaz possível, ou seja, elas também, como qualquer empresa faria, priorizam o alcance dos consumidores e visam garantir a associações públicas com a "marca" da equipe sejam totalmente positivas.

As organizações desportivas são, antes de mais, empresas. Para pagar os jogadores, manter instalações e dar um show emocionante durante cada jogo, as franquias dependem da receita constante da venda de ingressos e patrocínios. Isso

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato do Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

significa promoção por meio de diversos canais de mídia e foco no engajamento das comunidades para impulsionar seu apego à equipe.

Segundo Almeida (2005), declara que as empresas começaram a investir em marketing esportivo no Brasil no início da década de 80, buscando retorno de vendas para os seus investidores e maior presença nos espaços da mídia em geral. A estratégia teve o retorno esperado e atualmente mundo esportivo movimenta cerca de US$ 3,8 bilhões por ano no Brasil e US$ 1 trilhão no mundo. O mesmo autor descreve, marketing esportivo proporciona para os administradores a oportunidade de fortalecer a imagem e a marca de sua empresa ou produto, através desse novo tipo de marketing promocional.

Este é o desafio do profissional de marketing esportivo: promover a marca e a imagem em diversos meios de comunicação e gerar um número consistentemente alto de torcedores. Isso pode envolver desde a colocação de anúncios até o fomento de presença ativa na mídia social, assim como a promoção de um produto para outra empresa.

A diferença é que os profissionais de marketing esportivo estão vendendo uma experiência e a chance aos consumidores verem atletas e times favoritos jogarem; mas uma franquia precisa primeiro ganhar seu lugar como time favorito. Isso não é apenas uma questão de superioridade atlética (embora certamente possa ajudar). Há times que tiveram sucesso na construção de sua marca após anos de desempenho ruim, criando um grande público nacional ao colocar a identidade do time no centro das atenções. Às vezes, eles até trabalham diretamente com treinadores e personalidades emergentes para desenvolver um estilo e voz distintos.

O marketing esportivo consiste em todas as atividades "designadas a satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores esportivos através de processos de troca. Ele desenvolveu dois eixos principais: o marketing de produtos e serviços esportivos diretamente para os consumidores esportivos e o marketing de outros produtos e serviços através da utilização das promoções esportivas" (MULLIN, et al., 2014, p. 18).

O desafio de promover um evento esportivo, para impulsionar a venda de ingressos por uma temporada inteira, definitivamente requer um conhecimento refinado da mídia, das comunicações e do público envolvido. Os profissionais de marketing esportivo são rotineiramente responsáveis por uma ampla gama de coisas diferentes, já que os esforços promocionais para eventos esportivos tendem a variar muito em forma e escopo, como: coordenar anúncios, aquisição e criação de mídia, merchandising, desenvolver orçamentos, elaborar calendários de mídia social, planejar eventos e iniciativas e ofertar assistência à imprensa, são algumas das tarefas do profissional de marketing esportivo.

Neste contexto, o profissional de marketing deve ter em mente que seu produto não concorre somente com as demais equipes de sua liga, mas com todas e quaisquer formas de entretenimento, desde outras modalidades esportivas até cinemas, teatros, vídeo, restaurantes, Internet, entre outras. Assim, deve-se determinar o grau de concorrência de seu produto com cada forma de entretenimento concorrente, considerando quais são os produtos substitutos ao seu e como ele é percebido comparativamente por seu consumidor (CHATAIGNIER, 2004).

ISBN 978-65-5629-077-5

Os profissionais de marketing entendem a popularidade dos esportes e os tornaram uma peça central das campanhas de marketing por décadas. À medida que o tamanho e a popularidade dos esportes nacionais aumentaram, o campo do marketing esportivo também cresceu. Desta forma, o marketing esportivo, segundo Afif (2000), é uma das estratégias que utilizam o esporte para atingir suas metas, ou seja, existem maneiras para definir essa prática, por intermédio do marketing de produtos e serviços voltados aos consumidores, que se relacionam com o esporte, a exemplo pode-se citar as camisas oficiais dos clubes.

Os profissionais de marketing usam Clubes de Futebol para atingir um determinado segmento da população. Normalmente, o mercado-alvo são os homens, mas há exceções. A única qualificação real para usar o marketing esportivo é ter um produto de grande apelo. É importante a compreensão do público-alvo, ele contém uma série de surpresas que são relevantes para os profissionais de marketing que podem se utilizar-se de dados para ajudá-los a atingir seu público-alvo, em alguns casos Acadêmicos de Curso Superior.

Assim, este estudo tem o objetivo de analisar a influência do marketing esportivo em Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná.

O presente texto está composto de cinco seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção é dedicada ao resgate das bases teóricas da pesquisa, ao passo que a terceira apresenta a metodologia. Os resultados empíricos obtidos na pesquisa são apresentados e discutidos na seção subsequente. A quinta seção as principais conclusões.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE MARKETING

Uma empresa pode aprender bastante analisando os graus de fidelidade à marca. Por isso, ela deve estudar seus fiéis convictos, para "identificar os pontos fortes dos seus produtos, e seus fiéis divididos, para identificar quais as marcas que são tão competitivas quanto a sua. Ela deve ainda observar os clientes que estão deixando a marca, para identificar seus pontos fracos de marketing e corrigi-los" (KOTLER, 2000, p.291).

De acordo com Santos *et al*., (2009), o surgimento do conceito do marketing moderno é divido em três eras distintas. A primeira delas é a chamada era da Produção, que foi caracterizada por uma demanda maior do que a oferta; assim, as ideias dos empresários e adisponibilidade de recursos eram fatores determinantes na comercialização.

O papel da organização é estimular nos consumidores o valor e a satisfação que seus produtos/serviços oferecem. Um valor é uma crença de que uma condição é preferível a outra, e exercem fatores importantes para o consumo, os consumidores adquirem um produto/serviço, pois acreditam que estes irão ajudar a atingir uma meta relacionada a um valor (SOLOMON, 2011).

Para elaborar um bom planejamento é necessário um conjunto de informações relevantes, ou seja, um sistema de informação inteligente que gera um diferencial competitivo (TEIXEIRA *et al*., 2012). O objetivo de um SIM é fornecer

ISBN 978-65-5629-077-5

informações analisadas e circunstanciadas aos responsáveis pelas tomadas de decisão para serem transformadas em inteligências (LIMA et al., 2015).

Para Kotler (2012), o marketing envolve "identificação, satisfação das necessidades humanas e sociais. Uma das mais sucintas e melhores definições de marketing é a de "suprir necessidades gerando lucro". Porém esse lucro se torna segundo plano, uma mera consequência.

De acordo com Cabral (2020), todo empreendedor tem a obrigação de saber quem são os clientes, tanto existentes, como ideais, utilizando ferramentas e metodologias que possam ajudar a identificar perfis e determinar como ser mais assertivos nas ações. Além do foco em captar futuros clientes, a empresa não pode negligenciar os atuais.

2.2 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Os consumidores estão a cada dia mais exigentes e buscam nos produtos/serviços o "algo a mais" que estes oferecem. De acordo com Schweriner (2010), os consumidores não ficam satisfeitos com somente a compra, o uso e a posse dos produtos, atualmente os produtos/serviços necessitam construir vínculos emocionais com os consumidores.

O marketing estimula o consumidor no comportamento de compra e busca bons resultados, gerando satisfação com o produto/serviço e valor para o consumidor fazendo com que o mesmo se envolva mais no processo de compra (PINHEIRO *et al*., 2011).

Sob este enfoque, segundo Solomon (2011), o comportamento do consumidor é um processo que não se restringe apenas no ato de compra em si, mas um processo contínuo, o consumidor é influenciado antes, durante, e após a compra. Como podemos perceber o comportamento do consumidor é um processo que sofre influências. Os fatores que influenciam o comportamento do consumidor são relevantes para as organizações, pois ajudará a identificar oportunidades e ameaças nos negócios. Alguns fatores analisados por Peter e Olson (2010), o comportamento do consumidor é influenciado por pensamentos e sentimentos e por todas as coisas que os influencia como preço, embalagem, aparência, o que outras pessoas comentam, propagandas, etc.

Nesse sentido, Mattar (2011), o varejo é onde mais se percebe as mudanças no comportamento do consumidor, transformações econômicas, sociais e culturais geram consequências no comportamento de compra e consumo.

Para garantir que os consumidores sejam fieis a organização é importante conhecer os fatores que os influenciam e assim influenciá-los e motivá-los no processo de compra. Segundo Ferrell e Hartline (2014), alguns fatores que afetam o processo de compra são: complexidade de compra e decisão, influências individuais, sociais e situacionais. O plano de mercado é uma das mais importantes ferramentas de planejamento, utilizado para determinar se existe um mercado para os produtos ou serviços

2.3 ESTRATÉGIA DE MARKETING

ISBN 978-65-5629-077-5

Nos últimos anos ocorreram muitas mudanças no mundo dos negócios, a globalização, consumidores exigentes, novas tecnologias e entre outros fatores fazem com que as organizações busquem novas formas de melhor atendimento de seus consumidores. Camarotto (2009), ressalta que para alcançar seus objetivos e metas as organizações devem ter um plano de competição, as estratégias descrevem esses planos para que as mesmas concretizem suas pretensões.

Para McDonald e Wilson (2013), a estratégia de marketing são as maneiras que as organizações alcançam seus objetivos aproveitando as oportunidades de mercado. Já o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2014), afirma que em função das incertezas econômicas, concorrência elevada, custos operacionais altos, etc., a estratégia para as organizações aumentarem sua receita é oferecendo produtos que agreguem valores perceptíveis aos seus consumidores. Sendo assim as estratégias concretizadas pelas organizações geram vantagem competitiva.

Na medida em que a competitividade é maior ser diferenciado é questão de sobrevivência. A valorização do cliente é uma ferramenta de marketing que deve estar presente nas estratégias da organização para obter vantagem competitiva (PELISSARI *et al.*, 2010).

O estabelecimento de uma estratégia eficaz de marketing começa com uma análise detalhada e criativa das capacidades organizacionais e dos concorrentes, ou seja, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (HOOLEY *et al.,* 2011).

2.4 MARKETING ESPORTIVO

Segundo Mullin *et al.,* (1996), "marketing esportivo" consiste em todas as atividades designadas a atender às necessidades dos consumidores de esporte por meio de processos de intercâmbio. A expressão "marketing esportivo" desenvolveu duas vertentes principais: o marketing de produtos esportivos e serviços direcionados ao consumidor de esporte e o marketing de outros produtos de consumo, industrial e de serviços, pelo uso de promoções esportivas.

O esporte está inteiramente ligado com a paixão de seu consumidor, é ele quem vai mover todas ações desse ramo do marketing e até mesmo usá-la a seu favor. Por mais que todas os conceitos e estratégias utilizados no Marketing em geral possam ser aplicados nesse segmento, ele apresenta algumas diferenças importantes que devem ser levados em conta. O seu objetivo principal é estabelecer um diferencial capaz de aproximar do consumidor sua imagem e seus produtos/marca'' (NETO, 2000, p. 34).

De acordo com Afif (2000), a diferenciação proposta por outros autores de marketing esportivo para se referir a atletas e instituições e marketing no esporte para ações empresariais no meio do esporte que utilizem de tais estratégias, porém, como o próprio autor em questão propõe, utilizaremos o termo marketing esportivo para fazer referência a todos os casos.

Para Pitts (2002), afirma que marketing esportivo é um processo de elaborar e implementar atividades de produção, formação de preço, promoção e distribuição de um produto esportivo para satisfazer as necessidades ou desejos de consumidores e realizar os objetivos da empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

O marketing esportivo baseia-se sobre os mesmo quatro p`s que servem de base para o marketing em sentido amplo (que podem alcançar até oito p`s conforme Kotler). No Caso especifico do esporte deve se acrescentar um outro P, este sim próprio desta disciplina: Paixão (CÁRDIA, 2004, p. 21).

O esporte está diretamente ligado com o momento de lazer de seus torcedores, independente de qual modalidade seja, proporciona ao telespectador uma infinidade de emoções que vão desde o amor intenso até o ódio. Essa ligação emocional entre o torcedor e o time, abre caminho para oportunidades quando se analisa a promoção de um produto, pois durante esse momento de lazer o torcedor se torna mais receptivo as mensagens transmitidas durante a partida ou competição, levando com que o torcedor até mesmo de forma inconsciente faça ligação entre as emoções prazerosas do jogo, as marcas e produtos apresentados durante o mesmo (MORGAN; SUMMERS, 2008 p.5).

2.5 BRANDING

O Branding é o conjunto de ações ligadas a administração das marcas. São ações que, tomadas com conhecimento e competência, levam as marcas além da sua natureza econômica, passando a fazer parte da cultura, e influenciar a vida das pessoas. Ações com a capacidade de simplificar e enriquecer nossas vidas num mundo cada vez mais confuso e complexo (MARTINS, 2009, p.8).

Para Pontes (2009), a identidade da marca é como a organização vê a si mesma, e através de aspectos únicos cria diferenciação de seus produtos/serviços. A marca é uma exclusividade que a organização pode oferecer aos seus consumidores. As marcas estabelecem e reforçam a identidade e o amor-próprio dos consumidores, que nelas procuram amparos racionais e também emocionais, em contraposição as marcas procuram resolver necessidades e carências proporcionando gratificação (SCHWERINER, 2010).

Para Solomon (2011), explica que forjar uma personalidade de marca bem-sucedida é crucial para construir lealdade, porém não é tão fácil, consumidores exigentes facilmente identificam quando a marca não cumpre exigências ou não é autêntica.

Uma marca tem uma identidade ligada à sua história e aos seus valores fundamentais. O nome ou o ícone da marca indica uma garantia do que se pode esperar do produto, ou seja, declara a valorização do dinheiro do consumidor, além de que a marca é uma fonte de vantagem competitiva (HOOLEY *et al.,* 2011).

As experiências dos consumidores com as marcas e produtos, determinam dois terços das decisões que os mesmos tomam e cada dia será mais intenso e definidor (HSM MANAGEMENT, 2013). Portanto a marca é a forma de "promessa" de benefícios que as organizações fornecem aos consumidores.

Com isso torna-se necessário a criação de uma identidade visual para otimizar a relação com o cliente. De acordo com o Sebrae (2014), a identidade visual é o conjunto de elementos formais que representam visualmente e de forma sistematizada, um nome, uma ideia, um produto, uma empresa, instituição ou serviço.

As organizações devem buscar a humanização da marca e produtos, aproximando assim organizações e consumidores, criando uma relação emocional,

ISBN 978-65-5629-077-5

tornando a marca mais confiável (HSM MANAGEMENT, 2016). A marca é um diferencial da organização, outro diferencial que oferece vantagem para a organização e valorização para os consumidores é no produto

Segundo a *American Marketing Association* – AMA (2017), Branding é definido como a marca, designada por um "nome, termo, design, símbolo, ou qualquer outro atributo que identifique o bem ou serviço de um vendedor como diferente dos de outros vendedores".

De acordo com Rowles (2018), a ideia de branding desenvolveu-se ao longo dos anos, passando a abranger um conjunto muito mais amplo de fatores. É comum ser atrelada apenas a identidade visual, porem ela se expande para pensamentos, sentimentos, percepções, imagens, experiências, crenças, atitudes, e outras características que se associam à marca.

De acordo com Ribeiro (2021), o Branding tem o objetivo de transformar a marca propondo mudanças significativas na vida do consumidor, a partir da identificação. A marca seduz pela forma como se apresenta aos consumidores. O conjunto dos significados que ela carrega a tornara única e desejável.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a influência do marketing esportivo em Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná, foi realizada uma pesquisa de cunho descritivo (KOCHE, 2009) em uma Instituição de Ensino Superior - IES no município de Cascavel Paraná.

Para captar com maior profundidade as informações referentes ao ambiente da IES, foi desenvolvido um roteiro semiestruturado para os questionários, apenas como roteiro de apoio, de modo a propiciar maior liberdade e flexibilidade no tratamento das questões. De acordo com Pereira (2012), a pesquisa de levantamento ou *survey* é realizada quando desejam conhecer o comportamento das pessoas envolvendo a interrogação direta as mesmas.

Por meio do roteiro semiestruturado, buscou-se levantar informações relacionadas à percepção de cada indivíduo em relação aos principais fatores de influência do marketing esportivo foram divididos em três fases: (i) envolvimento com o produto; (ii) marketing do clube (iii) motivação da compra, aplicados em agosto/2021. Na coleta dos dados primários optou-se por utilizar uma escala de cinco pontos do tipo Likert de possíveis respostas para medir os níveis de instrumento, fundamentada por Thomas *et al*. (2012), como uma escala de 5 a 7 de pontuação destinada a avaliar o grau de discordância das afirmações.

Optou-se pela escala de 5 pontos (discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo e concordo totalmente), da réplica do estudo de Fagundes *et al.,* (2010). O critério de seleção dos sujeitos da pesquisa foi à proporcionalidade e proximidade do pesquisador entre os cursos da IES, objetivando a busca das diferenças entre visões e percepções pertencentes a cada curso objeto de estudo, conforme quadro nº1:

Quadro nº 1 – Números de questionários aplicados aos Cursos da IES.

Curso	Período	Quantidade
	4º Semestre	23

ISBN 978-65-5629-077-5

Administração	6º Semestre	32
	8º Semestre	32
Tecnólogo em Gestão Comercial	2º Semestre	30
	4º Semestre	39
Total Geral		156

Fonte: Autor do Estudo (2021).

A justificativa para essa escolha é o fato que os cursos da IES possuem em sua grade curricular a disciplina de *marketing* e comportamento do consumidor e representam a divisão existente no cotidiano da mesma. Deve-se destacar que a aplicação dos questionários ocorreu durante as aulas, com auxílio de docentes, e nos intervalos. A amostra da população, conforme Marconi e Lakatos (2007), são parcelas selecionadas da população de forma conveniente, partindo deste princípio este estudo apresenta a amostragem não probabilística por adesão, segundo Silva (2004), caracteriza-se por garantir que todo o indivíduo pertencente ao estudo possua probabilidade de pertencer à amostra.

Nesta pesquisa foi adotada a amostra por acessibilidade ou conveniência, de acordo com Beuren *et al*., 2006, a pesquisa só ocorre se entender que representa de alguma maneira o universo populacional. A amostra incidental atingiu aproximadamente 40% do universo de estudantes, totalizando 62 questionários. Os resultados não podem ser generalizados por não se tratar de amostra aleatória, mas sendo grande o suficiente, permitem conclusão significativa. Após a aplicação dos questionários, os dados foram processados e tabulados com o uso do Microsoft Excel, quando foram gerados quadros e valores transformados em percentual para uma melhor visualização do resultado da pesquisa. Cada quadro apresenta um comentário traduzindo as informações demonstradas pelos mesmos.

Quanto à observação direta do pesquisador, foram gerados relatórios descritivos sobre os tópicos em questão, destacam-se informações relativas à percepção do consumo de cervejas acadêmico de cursos superiores. Além disso, foram calculadas as frequências, alguns gráficos não foram expostos neste estudo em função do espaço limitado. Entretanto, seus resultados foram levados em consideração para o alcance do objetivo do presente estudo.

4 RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados do estudo de campo desenvolvido. Inicialmente retrata-se a descrição da amostra, em seguida são apresentados os resultados da etapa descritiva, e por fim, a discussão dos resultados, seguida pelas considerações finais.

4.1 O PERFIL DOS ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Neste tópico, foi traçado o perfil da amostra da Instituição de Ensino Superior em relação à matriz: Gênero, Estado Civil, Faixa Etária, Renda e Cursos envolvidos e especificados nos objetivos do estudo; a influência do marketing esportivo em

ISBN 978-65-5629-077-5

Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Perfil da amostra.

Perfil		Frequência Relativa (%)	Administração	Gestão Comercial
Gênero	Feminino	45	21	7
	Masculino	55	20	14
Estado Civil	Solteiro (a)	92	40	17
	Casado (a)	2	0	1
	Divorciado (a)	2	0	1
	Separado (a)	5	1	2
	Viúvo (a)	0	0	0
Faixa Etária	Acima de 16 anos	0	0	0
	Entre 18 e 25 anos	82	36	15
	Entre 26 e 33 anos	5	2	1
	Entre 34 e 41 anos	3	2	0
	Entre 42 e 49 anos	6	1	3
	Acima de 50 anos	3	0	2
Renda	Até um salário mínimo	15	7	2
	Entre 2 e 3 salários mínimos	65	27	13
	Entre 4 e 5 salários mínimos	8	4	1
	Acima de 5 salários mínimos	13	3	5

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

No quadro anterior, a amostra do estudo constituiu-se com 62 acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior do município de Cascavel - Paraná, o gênero masculino correspondeu a 55% da amostra (Administração (20); Gestão Comercial (14)), já o gênero feminino correspondeu a 45% na sua maioria cursando administração. Na sequência, constatou que 92% são solteiros (Administração (40); Gestão Comercial (17)). Em relação à faixa etária dos respondentes foram 82% dos acadêmicos possuem entre 18-23 anos. E por fim, observou-se que 65% dos respondentes possuem a renda entre 2 e 3 salários mínimos e acima de 5 salários mínimo 13% da amostra (Administração (3); Gestão Comercial (5)).

Os fatores de influência do marketing esportivo em Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol

No contexto da discussão dos principais fatores de influência do marketing esportivo em acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior no município de Cascavel - Paraná, optou-se pela aplicação de um questionário, para o melhor entendimento foram divididos em três fases: (i) envolvimento com o produto; (ii) marketing do clube (iii) motivação da compra.

Nesta sequência, ao investigar as questões referentes ao marketing do clube, foi utilizada uma escala corresponde de 1 a 5, representado o 1 por "discordo totalmente" e 5 por "concordo totalmente"), conforme quadro 3:

Quadro 3 – O envolvimento com o produto.

ENVOLVIMENTO COM O PRODUTO			1	2	3	4	5
1	Costumo pesquisar os produtos antes de realizar a compra.	F.a.	2	2	4	14	40
		F.r.	3	3	6	9	65
2	Sempre opto pelo produto original na hora da compra.	F.a.	2	3	19	18	20
		F.r.	3	5	31	29	32
3	O clube oferece uma grande variedade de produtos ao consumidor.	F.a.	1	5	30	20	6
		F.r.	2	5	48	32	10
4	Os produtos possuem qualidade.	F.a.	0	3	18	25	16
		F.r.	0	5	29	40	26
5	Compro os produtos pelas cores, tamanhos e modelos.	F.a.	4	3	13	20	22
		F.r.	6	5	21	32	35
6	Busco sempre o produto de maior durabilidade.	F.a.	1	0	10	23	28
		F.r.	2	0	16	37	45
7	Busco sempre o produto de menor valor.	F.a.	8	19	19	11	5
		F.r.	13	31	31	18	5
8	Busco produtos diferenciados que o clube oferece.	F.a.	3	9	20	21	9
		F.r.	5	15	32	34	15
9	Além da imagem do clube, levo em consideração a marca fabricante do produto para adquiri-lo.	F.a.	5	7	15	21	14
		F.r.	8	11	24	34	23

ISBN 978-65-5629-077-5

10	Procuro no produto uma forma de interação com o clube.	F.a.	4	8	25	14	11
		F.r.	6	13	40	23	18

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, o estudo revelou que os respondentes na questão do envolvimento com o produto do clube na sua maioria pesquisam antes de efetuar a compra 65% da amostra. Em relação a originalidade do produto do clube 32% procuram o produto original. Na sequência, a variedade do produto a maioria amostra se mantem neutra 48%. Já, 40% da amostra concorda com o quesito qualidade. Outro fator em relação ao produto é a aquisição (cores, tamanhos e modelos) representou 35%, e a busca pela durabilidade do produto foi de 45% da amostra. Outro quesito da amostra representou 31% que discordam na busca produtos de menor valor, 34% concordam que buscam produtos diferenciados e de fornecedores do clube. E por fim, os respondentes 40% se mantem indecisos em relação na procura do produto uma forma de interação com o clube.

A percepção de relevância pessoal por um produto, segundo Celsi e Olson (1988), é um estado que acontece em certos momentos e situações. Nesse caso, mesmo produtos que são extremamente importantes a indivíduo não são percebidos como pessoalmente relevantes o tempo todo. Isso implica que o contexto é crítico em determinar a quantidade e o tipo de relevância pessoal experimentada por um consumidor

Outro fator do estudo é a visualização das ações de marketing do clube na percepção dos acadêmicos da IES, conforme quadro 4:

Quadro 4 – O marketing do clube.

MARKETING DO CLUBE			**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
11	Acompanho ou tenho conhecimento das ações de marketing do clube.	F.a.	18	12	18	11	3
		F.r.	29	19	29	18	5
12	Gosto das campanhas de marketing que o clube realiza.	F.a.	7	4	31	15	5
		F.r.	11	6	50	24	8
13	As ações de marketing do clube devem atrair uma quantidade maior de sócios.	F.a.	3	8	18	20	13
		F.r.	5	13	29	32	31
14	Aguardo todos os anos para conhecer as novidades que o clube tem a oferecer em produtos ou serviços.	F.a.	18	11	18	12	3
		F.r.	29	18	29	19	5
15	As ações de marketing do clube estimulam a compra de produtos.	F.a.	5	8	16	22	11
		F.r.	9	15	30	41	6

ISBN 978-65-5629-077-5

16	Vejo as ações de marketing do clube em websites.	F.a.	13	7	14	20	8
		F.r.	20	11	22	31	17
17	Vejo as ações de marketing do clube na televisão.	F.a.	13	17	16	11	5
		F.r.	21	27	26	18	8
18	Já participei de algum evento promocional do clube.	F.a.	34	6	12	5	5
		F.r.	55	10	19	8	8

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, percebe-se que no quesito acompanhamento das campanhas de marketing, novidades do clube, ações em websites ou na televisão, a maioria se mantém neutra na relação do marketing do clube. Já 32% concorda que ações de marketing atraem mais sócios torcedores. Na sequência, 29% da amostra discorda totalmente ou se mantêm neutro em relação em conhecer as novidades que o clube tem a oferecer em produtos ou serviços. E por fim 55% não participaram de algum evento promocional do clube. Para uma melhor relação entre o consumidor e a empresa, o primeiro passo é estudar o mercado-alvo. Será necessário fazer uma análise das oportunidades para descobrir qual será o foco das ações de marketing da empresa. Essa análise do comportamento do consumidor, colabora na descrição e previsão da empresa em relação as escolhas do seu público atualmente e no futuro (OGDEN;CRESCITELL, 2007).

E por fim, é analisada as questões de motivação de compra dos respondentes em relação ao marketing esportivo de um clube de futebol do município de Cascavel - Paraná, levando em consideração aos produtos do seu clube, e com isso, a interpretação sendo feito através de 8 questões, conforme quadro 5:

Quadro 5– A motivação de compra.

MOTIVAÇÃO DE COMPRA			**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19	Compro os produtos do clube para me satisfazer como torcedor.	F.a.	14	10	18	12	8
		F.r.	23	16	29	19	13
20	Compro os produtos do clube para presentear amigos e familiares.	F.a.	18	11	16	11	6
		F.r.	29	18	26	18	10
21	Compro os produtos do clube para demonstrar o quanto o clube significa para mim.	F.a.	17	15	15	9	6
		F.r.	27	24	24	15	10
22	Compro os produtos do clube quando o mesmo está em boa fase no campeonato.	F.a.	18	8	19	8	9
		F.r.	29	13	31	13	15

ISBN 978-65-5629-077-5

23	Compro os produtos do clube somente quando é campeão.	F.a.	36	8	17	0	1
		F.r.	58	13	27	0	2
24	Compro os produtos do clube quando estão em promoção.	F.a.	9	9	8	21	15
		F.r.	15	15	13	34	24
25	Compro os produtos do clube somente quando gosto do design(modelo).	F.a.	9	7	16	13	17
		F.r.	15	11	26	21	27
26	Compro os produtos do clube somente quando gosto do fabricante ou patrocinador.	F.a.	14	12	25	5	6
		F.r.	23	19	40	8	10

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, em relação à motivação de compra por parte dos acadêmicos estão indecisos na hora da compra dos produtos do clube para se satisfizer como torcedores ou presentar um amigo e familiar e na compra dos produtos do clube quando o mesmo está em boa fase no campeonato representaram 29% da amostra, e quanto o clube significa para o respondente na compra de um produto a maioria com 27% está indecisa. Na sequencia, os respondentes discordam (29%) que compram produtos somente quando o clube está boa fase, ou quando é campeão (58%), já 34% concordam que adquirem produtos do clube quando estão em promoção, e 26% permanecem neutros quando adquirem os produtos do clube quando gostam do design(modelo). E por fim, 40% se mantem indecisa em relação ao fabricante ou patrocinador na hora da compra do produto do clube.

De acordo com Gutman (1982), os valores pessoais desempenham um papel relevante no que diz respeito ao comportamento do consumidor. Para este autor, os valores pessoais retratam os sentimentos essenciais dos indivíduos, fundamentalmente no que diz respeito ao que para este é importante, servindo de motivação para o seu estilo de vida, atitudes e comportamentos específicos.

4.2 ANÁLISE INFLUÊNCIA DO MARKETING ESPORTIVO EM RELAÇÃO A UM CLUBE DE FUTEBOL

O marketing esportivo utiliza o esporte, em qualquer forma, para ajudar na venda de bens e serviços. Esse estilo específico de marketing tem menos a ver com o uso de uma única estratégia e mais com o uso do conteúdo dos esportes para auxiliar os esforços de marketing. Isso não se limita a esportes profissionais e pode incluir clubes de ligas menores ou esportes alternativos.

Como os esportes podem ser assistidos em uma variedade de plataformas, o marketing esportivo pode assumir muitas formas diferentes. O clube comercializa o espaço publicitário dentro de estádios que desejam comprar outdoors e outros anúncios impressos, enquanto as redes de TV vendem tempo de antena durante os eventos. E os atletas também assinam contratos para trabalhar como endossantes de celebridades e emprestar suas imagens ao clube.

ISBN 978-65-5629-077-5

Desta forma, o estudo dos principais fatores de influência do marketing esportivo em acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior no município de Cascavel - Paraná apresentou o envolvimento com o produto, o clube precisa saber quem é esse público-alvo (acadêmico) e como ele pode ser alcançado da melhor forma. Isso envolve a análise da empresa, do produto e do cliente, ou seja, deve-se examinar todo o cenário do marketing esportivo, identificar as oportunidades mais promissoras com base em pesquisas de mercado com base científica.

Em relação ao marketing do clube, percebe-se que o clube necessita ter fãs que é um desafio maior do que parece. É necessário um conjunto versátil de habilidades por parte do clube para direcionar uma variedade de dados demográficos por meio de uma variedade de canais de publicidade. Ou seja, a interação com os torcedores continua sendo uma parte vital da estratégia de marketing de um clube, e o crescimento mais notável vem das mídias sociais. A ligação entre os adeptos e o clube será mais forte do que nunca.

E por fim, a motivação da compra, o clube objeto de estudo é um ativo único, muitas vezes com grande visibilidade, atraindo o interesse de grupos significativamente grandes de pessoas e públicos. Como tal, são adequados para funcionar como canais de comunicação e plataformas de mídia; eles não apenas transmitem informações das atividades do time para os acadêmicos, mas também podem transmitir as mensagens de parceiros comerciais e patrocinadores de maneira eficaz, chamativa e autêntica. Neste caso, o clube em questão é uma parte importante do ecossistema local, ou seja, o clube está no coração da comunidade na condução de renda e de iniciativas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal foi à análise da influência do marketing esportivo em Acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior em relação a um Clube de Futebol do município de Cascavel – Paraná, o marketing é uma parte importante do negócio do futebol moderno, os gestores do clube estão encarregados das estratégias e das operações de marketing na garantia que o clube seja visto e ouvido pelo maior público global possível.

Constatou-se no estudo que na hora de fazer aquisição de produtos os acadêmicos são influenciados e conduzidos por pelas estratégias de marketing da marca do clube. Em relação ao esporte, o clube tenta adicionar o máximo de anúncios possíveis para influenciar a decisão de compra. Dessa forma, a marca do clube tem o intuito cativar a imaginação do dos acadêmicos e deixá-los pensar automaticamente nos seus produtos sempre que mencionam futebol.

Ficou Identificado no estudo o marketing esportivo do clube deve procurar aumentar a popularidade da sua marca. Na verdade, o clube deve fazer isso de maneira certa, as campanhas de marketing de deve cativar o coração e a mente dos acadêmicos, ou seja, a o clube deve escolher os canais adequados para fazer seu marketing esportivo (patrocínios ou promoções digitais).

Isso, denota-se a importância da pesquisa e a necessidade de trabalhos futuros, se tem, no caso específico, a necessidade de estudar a atitude com relação aos produtos do clube; verificar os graus de relacionamento existentes entre outro públicos alvos e os investimentos do clube. Além disso, estudos comparativos entre

ISBN 978-65-5629-077-5

clubes de diferentes ligas e de mudanças comportamentais do consumidor para reverter em benefícios ao clube uma imagem positiva na comunidade local.

REFERÊNCIAS

AFIF, A. **A bola da vez:** o marketing esportivo como estratégia de sucesso. São Paulo: Infinito, 2000.

ALMEIDA, Rafael Gomes. **Marketing Esportivo.** Trabalho de Conclusão de /cursos da UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2005. Disponível em: https:// repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9956/1/9971686.pdf. Acesso em: 13 Mar. 2021.

AMA – American Marketing Association. Sobre AMA. **Branding.** Disponível em:<https:// www.ama.org/topics/branding/page/17/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO; Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

CABRAL, Hector Felipe. **Estratégias de marketing digital**. Contentus, 2020.

CAMAROTTO, Márcio Roberto. **Estratégia de marketing.**116p. Curitiba – PR: IESDE, 2009.

CELSI, Richard L.; OLSON, Jerry C. **The role of involvement in attention and comprehension processes.** Journal of Consumer Research, v. 15, p. 210-224, Sept. 1988. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-mkt-22.pdf. Acesso em: 31 Ago. 2021.

CHATAIGNIER, Ronaldo de Souza Leite. **Marketing esportivo teoria e prática**: estudo de caso do Clube Atlético Paranaense. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv. Br/dspace/bitstream/handle/10438/3523/1409393.pdf. Acesso em 15 Mar. 2021.

DUQUE, WeltonSthel; SETUBAL, Flávia Meneguelli R. **Estratégias de Marketing Utilizadas na Obtenção de Vantagem Competitiva**, 2010. SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/ artigos11/11420.pdf. Acesso em: 05 Abr. 2021.

FAGUNDES, André Francisco Alcântara; SAMPAIO, Fagundes, Danilo de Oliveira; VELOSO, Caissa; LARA, Sousa, José Edson. **Marketing esportivo:** um estudo exploratório da publicação acadêmica brasileira. IV Encontro de Marketing da ANPAD, Florianópolis – SC, 23 a 25 de maio 2010. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

http://www.anpad.org.br› admin › pdf › ema328. Acesso em: 05 Ago. 2021.

FERRELL, O.C.; HARTLINE Michael D. **Estratégia de Marketing**. 4ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GUTMAN, J. A **Means-End Chain Model Based on Consumer Categorization Processes.** Journal of Marketing, v. 46, n.2, p. 60–72, 1982. Disponível em: https://eg.uc .pt/bitstream/0316/89927/1/dissertac%cc%a7a%cc%83o%20%20final%20- %20valores% 20pessoais%20 e%20compras%20por%20impulso%20.pdf. Acesso em: 31 Ago. 2021.

HOOLEY, Graham; PIERCY, Nigel F.; NICOULAUD, Brigitte. **Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo**. 4ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 28ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Person, 2012.

KOTLER, Philp. **Administração de Marketing**: A edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LIMA, Miguel; REPEZZA, Ana Paula L. A.; LIMA, Kenya do Couto Ferreira; KRAUS, Pedro Guilherme. **Marketing Internacional**. Rio de Janeiro: Editora (Comércio exterior e negócios internacionais), 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Carlos Alberto; SCHVARTZER, Arnaldo; RIBEIRO, Pedro Henrique Alves do Couto. **Técnica de Vendas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MATTAR, Fauze Najib. **Administração de Varejo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MCDONALD Malcolm; WILSON Hugh. **Planos de marketing:** planejamento e gestão estratégica. 7ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MELO NETO, F. P. **Marketing de patrocínio**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
MORGAN, M. J.; SUMMERS, J. **Marketing Esportivo**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

MULLIN, 8., HARDY, S. & SUTTON, W**. Sport Marketing,** Champaign, IL, 1996.

MULLIN, B. J.; HARDY, S.; SUTTON, W. A. **Marketing Esportivo.** 4ª Edição. Porto

ISBN 978-65-5629-077-5

Alegre: Bookman/Artemd, 2014.

OGDEN, James. R.; CRESCITELLI, Edson. **Comunicação integrada de marketing:** conceitos, técnicas e práticas. Tradução Cristina Bacellar. 2ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PELISSARI, Anderson Soncini; FASSARELLA, Luiza; GONZALEZ, Inayara Valéria D. P.;
PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Cientifica**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

PETER, J. PAUL; OLSON, JARRY C. **Comportamento do Consumidor e Estratégia de Marketing.** 8ª edição. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PITTS, Brenda G.. **Fundamentos de marketing esportivo.** São Paulo: Phorte, 2002.

PONTES, Nicolas Gonçalves. **Imagem e Identidade da Marca:** um estudo de congruência no varejo da moda. 169 f. São Paulo: 2009. Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – SP. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2298/610701 00597.pdf?sequence=2>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

REVISTA HSM MANAGEMENT. **A era on-demand está chegando.** Redigido por Peter Dahlström e David Edelman, 2013. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/ marketing-e-vendas/a-era-on-demand-esta-chegando/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

REVISTA HSM MANAGEMENT. **Empresas falam a linguagem do real.** Redigido por LuisIndriunas, 2016. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/marketing-evendas/ empresas-falam-a-linguagem-do-real/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

RIBEIRO, Lais Conceição. **Gestão de Marca e Branding**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

RIBEIRO, Lucyara. **Marketing social e comportamento do consumidor**. São Paulo: Pearson, 2015.

ROWLES, Daniel. **Digital Branding**. São Paulo: Autentica, 2018.

SANTOS, Tatiani et al. **O desenvolvimento do Marketing: Uma perspectiva histórica**. São Paulo: USP, 2009.

SCHWERINER, Mario Ernesto René. **Brandscendência:** o espírito das marcas. São Paulo: Saraiva, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estratégias de Marketing:** As empresas precisam ser organismos empreendedores, capazes de concretizar novas oportunidades e negócios rentáveis. 2014. Disponível em: <http:/www. sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Estrat%C3%A9gias-de-marketing>. Acesso em: 5 Abr. 2021.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo. 9ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TEIXEIRA, Ricardo Franco; SANTINI, Fernando Roberto; GULLACI Luis Henrique Moreira; LIMA Miguel. **Gestão e Planejamento de Marketing.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, STEPHEN j. **Métodos de pesquisa em atividade física.** Porto Alegre, Artmed, 2012.

UGALDE, Marise Mainieri de. **O papel das emoções no processo decisório de compra de imóveis por consumidores da terceira idade.** 172f. Porto Alegre, 2006. Dissertação (mestrado), Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://tede .pucrs.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-11-06T183957Z-102/Publico/384565.pdf. Acesso em: 26 Abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

MATRIZ BCG: UM ESTUDO DE CASO DA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ.

Talita Borges Costa[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: O presente estudo tem por objetivo a análise da influência da Matriz BCG nas linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME do município de Cascavel - Paraná, em relação a vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos). O estudo objetiva demonstrar a influência da aplicação, popularmente conhecida como Matriz BCG. Posteriormente, o estudo analisou de forma quantitativa através de pesquisa documental na empresa objeto de estudo, conclui-se que toda organização deve adotar estratégias na garantia de crescimento e participação de mercado, ao passo que a Matriz BCG poderá auxiliar o gestor, identificando produtos ou serviços mais rentáveis, neste caso, as linhas de serviços das vendas e locações (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos) que se encaixam como: "Vaca leiteira, Estrela, em Questionamento e Abacaxi". Constatou-se que no desenvolvimento da Matriz BCG referente às linhas de serviço de vendas (apartamentos e salas comerciais), estão presentes no quadrante "Estrela", enquanto as vendas (residências e terrenos) estão presentes no quadrante "Abacaxi", assim, o portfólio de negócios da imobiliária deve ser criar uma combinação de segmentos de mercado, portanto, o gestor deve procurar segmentar grupos de pessoas ou segmentos empresariais interessados nas linhas de serviço e direcionar sua publicidade. Em relação à matriz BCG "Locação", percebe-se que as linhas (Residências) é o serviço "Estrela" da imobiliária, com 61% do montante das receitas geradas, ou seja, desfruta de uma posição relativa elevada em termos de participação de mercado, exigindo mais investimentos para manter-se, mas geralmente produz receita suficiente para cobrir as despesas, com isso a imobiliária deve priorizar a manutenção dessa linha de serviço no quadrante "Estrela" da matriz BCG para aumentar suas vendas, com intuito de atingir a maturidade e as taxas de crescimento visando o quadrante "Vaca Leiteira", embora muitas vezes forneçam a maior margem de lucro no portfólio da imobiliária, a mesma se interessada deve manter a lucratividade a longo prazo e investir na defesa e criação de produtos "Estrela" que se tornarão "Vacas Leiteiras". Isso denota a importância da pesquisa e necessidade da mesma para que possam através da análise desenvolver estratégias adequadas e assertivas para melhora contínua dos números e resultados de vendas e locação de residências, apartamentos, salas comerciais e terrenos da Imobiliária L. C. Imóveis – ME.

Palavras-chave: Crescimento de Mercado. Matriz BCG. Marketing. Participação de Mercado.

[1] Acadêmica do Curso de Administração – Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato - Professor do Curso de Administração – Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL

ISBN 978-65-5629-077-5

1 INTRODUÇÃO

O marketing foi originalmente planejado, em sua forma mais verdadeira e completa, é um processo relevante nos dias atuais. O mundo está inundado de produtos, serviços, tecnologias, soluções e modelos de negócios inovadores. Essas novas ofertas devem ser levadas ao mercado e comercializadas para gerar receita e lucro. A expertise por si só não pode sustentar uma empresa, deve ser combinado com marketing. O marketing conecta clientes a produtos ou serviços.

O marketing auxilia as empresas a pensar de fora para dentro do que é oferecido, na transmissão de valor de maneiras centradas no cliente e persistência através de barreiras que só podem ser abordadas por meio de um profundo conhecimento e percepção do mercado. As empresas devem estar conscientes do negócio que tem em mãos, e sempre de forma incisiva, procurar oportunidades e atratividades dos mercados, e principalmente o conhecimento das necessidades e desejos dos clientes.

De acordo com Nique e Ladeira (2014), a empresa capta uma informação do mercado, transforma-a em uma solução para o cliente e volta para o mercado para ofertar essa solução, que é o meio que visa à satisfação do cliente, podendo ser um produto, um serviço ou a combinação de ambos.

A função de marketing pode e deve superar esses desafios. O marketing envolve toda a experiência do cliente, fornece o contexto certo para que empresas entendam estas estratégias que auxiliam na identificação de novos parceiros, ou seja, canais necessários no intuito do envolvimento com os clientes no lugar, tempo e maneira corretos.

Uma estratégia de marketing combina todos os aspectos da jornada do cliente e dá visibilidade da empresa. Isso permite que a organização se concentre nos recursos disponíveis, descobrindo uma maneira de usá-los da melhor maneira possível para gerar vendas e aumentar a vantagem competitiva.

A sobrevivência e o crescimento das organizações estão diretamente relacionados ao seu esforço para atingir e manter uma vantagem competitiva no ambiente em que atuam, ofertando ao mercado algo que supere os concorrentes. Para tanto a estratégia é primordial. A elaboração e operacionalização da estratégia respondem à necessidade que a organização tem de gerenciar ações e a busca em atingir objetivos em um contexto altamente competitivo (TOALDO; LUCE, 2006).

Neste contexto, o objetivo do marketing é conhecer e compreender o cliente tão bem que o produto ou serviço se adapte a ele e se venda por si mesmo. Antes de construir uma estratégia de marketing sólida na identificação do público-alvo que terá impacto nas tomadas de decisões sobre a marca, precificação e mensagem que a empresa utiliza nos canais de marketing para promoção de produtos ou serviços. Esta análise fornece bases ao processo do planejamento em marketing, que são críticos para a direção da organização ao futuro. Para Vargas *et al.,* (2014), a tomada de decisão pode impactar na organização em diferentes proporções, podendo ocasionar riscos aos negócios, não só financeira, mas, também, relacionada à imagem frente aos clientes, visto que, por meio deste processo se definirão muitas questões, indagações, problemas e até projeções futuras no mercado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para que sua estratégia de marketing funcione sem problemas e seja o mais bem-sucedida possível, é vital entender todas as oportunidades e ou ameaças no mercado atual e no ambiente em geral. A realização de uma análise de *Market Share* completa permitirá que a empresa compreenda melhor as tendências e condições do mercado, bem como ajudará a identificar as restrições esperadas em sua estratégia.

Desta forma, ao avaliar o mercado, a abordagem da empresa dependerá da forma de comercialização de produtos ou serviços. Dependendo do mercado, pode querer dividi-lo em diferentes segmentos. Isso é especialmente relevante à empresa ou seus concorrentes se concentrarem em determinados segmentos lucrativos.

A análise deve apresentar as informações a respeito do tamanho, crescimento e estrutura da indústria/setor em que sua organização está inserida. Inicia-se com a coleta de informação do setor ao qual pertence o produto/serviço. Essa informação é geralmente discriminada em termos dos objetivos e pode estar relacionada com a estrutura do negócio e do setor em termos estatísticos, práticas de marketing e o composto de marketing. Essa informação pode ser usada para monitorar mudanças no setor e aproveitar as oportunidades decorrentes dessas mudanças em nichos específicos (SOUSA, 2019).

Este artigo tem o objetivo da análise da influência da Matriz BCG nas linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME do município de Cascavel - Paraná, em relação a vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos).

Este artigo, além desta introdução é constituído pelas seções: ii) Desenvolvimento; iii) Metodologia; iv) Resultados; e, v) Considerações Finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE MARKETING

O conceito de marketing pode ser visto como um contraponto ao de macroeconomia. Sempre que ocorrem mudanças no ambiente macroeconômico, o comportamento do consumidor muda, neste caso, provoca a mudança no marketing (KARTAJAYA *et al*., 2010). O marketing é um processo social que tem como objetivo a criação, a comunicação, a entrega e a troca de ofertas que tem valor para clientes, empresas e para a sociedade em geral (RODRIGUES *et al*., 2011).

Para Sampaio e Tavares (2017), de forma geral, percebe-se que o marketing tem como função satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores e organização. Segundo Richers (2017), o marketing é um conceito mais amplo do que vendas, sobretudo quanto à gama de responsabilidades dos que dirigem um setor comercial em uma empresa moderna. O marketing influencia constantemente o nosso cotidiano e está em tudo o que fazemos, desde o nosso estilo de vida até os tipos de anúncios que vemos. Formal ou informalmente, as pessoas se envolvem em diversas atividades que podem ser chamadas de marketing (KOESTER; PERICO, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Sampaio (2010), no mercado imobiliário, o interesse pelas avaliações de satisfação costuma estar associado aos programas de gestão de qualidade, aos quais as empresas se submetem. A satisfação dos clientes, junto à melhoria contínua da empresa, torna-se objetivo importante a qualquer sistema de gestão, pois identifica-la não é apenas uma opção, mas uma questão de sobrevivência (TRIERWEILLER *et al*., 2011).

Para Santos *et al.,* (2013), a satisfação do cliente foi definida como a resposta dada pelo cliente sobre os serviços prestados no processo de atendimento, resultante da comparação da avaliação percebida ao atendimento prestado em relação as suas expectativas. Segundo Costa *et al.,* (2015), a satisfação é um elemento capaz de fidelizar um cliente, dessa forma, as empresas devem buscá-la com um elo de ligação com sua clientela, tornando-os parceiros comerciais.

2.1 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

De acordo com Lopes e Da Silva (2011), entender o comportamento atual e prever o comportamento futuro dos consumidores, mesmo que parcialmente, poderá colocar uma empresa em posição de vantagem estratégica diante de outros *players*. As mudanças de valores, de respostas, de atitudes, de hábitos e de comportamentos socialmente aceitos, assim como hábitos de consumo, são alguns dos aspectos culturais geradores de estímulos que afetam o comportamento do consumidor (TROCCOLI *et al*., 2011).

O comportamento do consumidor é uma área essencial para o marketing, sendo um dos assuntos mais relevantes para qualquer organização que queira ser bem sucedida (DE CERQUEIRA *et al*., 2013). O relacionamento social que ocorre nos grupos de referência tem influência no comportamento do consumidor no momento da tomada de decisão, devido ao contato entre as pessoas de afinidade (SECCO *et al.,* 2014). De acordo com De Lima *et al*., (2015), a personalidade se torna também, variável útil para analisar o comportamento do consumidor, uma vez que os tipos de personalidades podem ser classificados com precisão.

A decisão de compra é um processo sobre o qual incidem diversos fatores, entre eles o comportamento do vendedor, capaz de influenciar a percepção do consumidor sobre a qualidade do atendimento (KHENAYFIS, 2010). Para Queiroz (2012), entender o consumidor e o processo de decisão de compra pode ajudar muito as empresas na tomada de decisão referente ao rumo do negócio e estratégias que devem ser adotadas.

Segundo Crescitelli e Tagawa (2015), além do processo interno de decisão de compra do consumidor, essa escolha sempre é pautada por influenciadores. Cada indivíduo toma as decisões de uma forma particular e única, pautada por variáveis que são alheias ao profissional de marketing. A decisão de compra pode ser feita com base na comparação de vários produtos disponíveis no mercado ou pode, simplesmente, ser fruto do hábito, dependendo do nível de envolvimento que o consumidor tem com a marca (VALENTE, 2018).

Para De Moura (2018), pode-se dizer que os traços culturais dos consumidores podem afetar em sua decisão de compra e, assim, deve-se analisar o consumidor individualmente, verificar sua origem sociocultural.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 ESTRATÉGIAS DE MARKETING

De acordo com Scaglione e Piza (2011), um dos pontos importantes a ser considerado na escolha de uma estratégia de marketing é a necessidade de conhecimento da concorrência, seus pontos fortes e também suas fragilidades.

Uma estratégia de marketing serve para assegurar que os consumidores optem por determinado serviço/produto em detrimento de outro valor inferior (ou não) de maneira a que os benefícios adquiridos acabem por compensar o gasto (CUNHA, 2013).

Na elaboração da estratégia de marketing é fundamental obter informações sobre o processo de tomada de decisão de compra do consumidor. Este procedimento visa elucidar como uma pessoa opta por tornar-se consumidor de um determinado produto ou serviço (RAMIRES *et al*., 2018).

Ao se colocar em prática uma estratégia de marketing, é importante que se garanta que a mensagem impacte o público de maneira positiva (MARTINS *et al.,* 2018).

De acordo com Barreto (2019), as estratégias de marketing mudaram, em todos os panoramas comerciais existentes, de todos os segmentos e o processo de marketing se alterou de modo exponencial, e difundiu, bem claramente, a importância da internet na configuração de uma nova ferramenta, as redes sociais.

Após a fabricação de um novo produto é preciso criar estratégias para lançamento e torna-lo conhecido, objetivando assim influenciar positivamente o cliente, obter sua fidelidade e consequentemente venda do produto (FAÇANHA, 2011).

Para Dutra-Drica *et al*., (2011), a importância do marketing em lançamento de novos produtos e serviços é grande, primeiramente para saber o que os consumidores estão desejando e para que os produtos já nasçam com grande chance de sucesso.

As organizações se aplicam a uma numerosa carga de atividades e decisões de marketing, para oferecer seus produtos ao público consumidor, onde o principal objetivo é dar aos clientes propósitos para adquirirem seus produtos (RODRIGUES; DE LAVOR LOPES, 2015).

A vantagem competitiva é criada ao se identificar oportunidades únicas em termos de produtos-mercados. A partir daí, estabelecem-se as estratégias e necessidades de integração que visão o sucesso da organização (PEREIRA *et al*., 2016).

Para Luz (2017), em virtudes das rápidas mudanças no gosto dos consumidores, na tecnologia e na concorrência, as empresas precisam desenvolver um fluxo constante de desenvolvimento de novos produtos.

2.3 ESTRATÉGIA DE DIFERENCIAÇÃO

Segundo De Souza e Mello (2011), compreender as atividades estratégicas, pelo menos as mais relevantes dentro da cadeia de valor, leva à compreensão das

ISBN 978-65-5629-077-5

receitas, dos custos e das fontes de diferenciação dos produtos em relação aos concorrentes.

De acordo com Dalcol e Siluk (2012), a gestão estratégica precisa ser gerenciada de forma satisfatória, para que se torne um diferencial e sustente a competitividade das empresas.

A diferenciação é simples. Basta que o setor responsável pela comunicação das empresas pare e pense nas estratégias que estão fazendo e nas que virão pela frente (MADRUGA, 2012).

Para Dos Santos (2018), na diferenciação, a estratégia está focada em agregar exclusividade e satisfazer as necessidades dos clientes, concentrando seus investimentos em tecnologia e em inovação. Existe um pilar essencial para as empresas que buscam a diferenciação e tentam manter-se à frente de seus concorrentes. Este pilar é a inovação (BIASI *et al.*, 2018).

2.4 ESTRATÉGIA DE POSICIONAMENTO

O posicionamento de uma marca torna-se conhecido por meio do compromisso que a organização assume consigo mesma e com todos os seus públicos, sejam eles interno e externo (DOMINGUES, 2012).

Segundo Cortez (2012), entende-se como posicionamento a imagem que o produto ou serviço oferecido é percebido pelo seu público principal. A ideia de influenciar ou provocar algo na mente sugere que o posicionamento é uma estratégia para a criação de um significado e precisa levar em consideração não somente os pontos fortes e fracos de uma empresa ou produto, mas também as fortalezas e fraquezas dos concorrentes (CALDEIRA *et al*., 2015).

Para Eidelwein (2016), as empresas se diferenciam uma das outras por meio de suas estratégias, que tem como objetivo o melhor posicionamento no mercado em que atuam.

A utilização de plataformas digitais para retratar e reforçar o posicionamento de uma marca pode criar uma relação mais forte com o público-alvo e, consequentemente, contribuir para uma comunicação mais eficiente (DA PAZ; CARAM, 2017).

2.5 CONCEITO DE MARKETING DE SERVIÇO

De acordo com Loregian (2011), a decisão pelo departamento de marketing de serviços se dá devido à grande necessidade que as empresas, de forma geral, possuem de estar cada vez mais integradas com o cliente.

A administração do marketing de serviços implica em saber gerir o confronto de duas visões: de um lado a personalização pelo pessoal em contato, de um outro a eficiência gerencial da organização (FORTALEZA, 2014).

Para De Sousa Ribeiro (2015), a expansão da oferta de produtos e serviços para consumidores estimula a busca por estratégias específicas para diferentes situações do marketing de serviços.

Segundo Rodrigues Flores (2018), por meio do marketing as empresas buscam produzir bens ou serviços que buscam atender o público-alvo, conquistando e consequentemente levando a fidelização dos clientes. Através de

ISBN 978-65-5629-077-5

boas práticas do marketing de serviço é possível ter uma boa reputação, gerar credibilidade e conseguir manter a imagem da empresa (MELO, 2019).

Para Neto (2012), ter foco no cliente significa aumentar a capacidade de identificar necessidades não explicitadas, mas desejadas pelo cliente. É muito importante para a empresa a permanência do cliente na sua organização.

Utilizando o marketing de relacionamento, a organização é capaz de aproximar a empresa do cliente (NEPOMUCENA, 2014). Para manter e fidelizar os clientes, é essencial que a empresa monitore e meça a satisfação dos mesmos. Através do acompanhamento e de pesquisas constantes, ela poderá identificar pontos fortes e fracos, e criar tratativas para atrair, manter e fidelizar clientes (RAMBO, 2015).

O que se percebe atualmente é que a construção da imagem organizacional e a construção de confiabilidade e credibilidade dependem da forma como a empresa interage com seus clientes (SOUZA, 2018).

De acordo com Gonçalves (2019), a grande concorrência nas empresas nos dias de hoje, é esperado pelos seus clientes, serviços de qualidade no atendimento, processos ágeis, para se ter um diferencial notável.

2.6 A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM MARKETING

Para Pereira (2014), considerando que o papel dos líderes é, justamente, planejar, liderar, facilitar, educar e acompanhar os resultados de sua equipe de trabalho, a avaliação de desempenho é a função primordial dos líderes de uma organização. A avaliação de desempenho é um processo indispensável às organizações na busca pela eficiência, pois é o instrumento gerencial que permite que se descubram potencialidades, pontos fortes e pontos fracos (DALACORTE, 2014).

Segundo Freitas (2016), a avaliação de desempenho é um processo de medição e controle de resultados realizado por meio de indicadores de desempenho previamente estabelecidos, com base em um padrão, tendo como objetivo verificar metas e padrões de desempenho esperados.

As métricas de marketing surgem como ferramenta importante para a avaliação de desempenho e para o alcance dos objetivos finais estabelecidos na fase do planejamento (SILVA, 2017).

De acordo com Dutra (2018), para que as empresas tenham um bom desempenho é preciso entender qual a sua abrangência e qual influência seu negócio pode exercer em determinado mercado.

Para aumentar a sua participação no mercado uma organização deve aproveitar uma dessas duas oportunidades: conseguir mais clientes, ampliando sua participação no mercado, ou vencer seus competidores, penetrando e explorando novos mercados (HEELLER, 2012).

Segundo Farris *et al*., (2012, p.30), a participação de mercado baseia-se na porcentagem do mercado (definido em termos de unidades ou de receita) atendido por uma entidade específica, conforme quadro 1 apresenta a métrica da participação de mercado (unidades):

Quadro 1- Métrica da participação de mercado (unidades).

	Vendas unitárias (nº)

ISBN 978-65-5629-077-5

Participação de mercado em	Total de vendas unitárias no

Fonte: Farris *et al*., (2012, p.30).

Na sequencia o mesmo autor demonstra em seus estudos a métrica da participação de mercado (receita), conforme quadro 2:

Quadro 2 - Métrica da participação de mercado (receita).

Participação de mercado por receita%	Receita de Vendas ($)
	Receita Total no mercado ($)

Fonte: Farris *et al*., (2012, p.30).

Segundo Oliveira *et al.,* (2013), *Market Share* trata-se de uma das ferramentas de marketing importante para mensurar o desempenho de uma empresa em determinado mercado específico de atuação, serve como métrica para avaliar o volume e o percentual de participação de mercado. Pode ser analisada como um todo, por segmento ou produto. A evolução é muito constante e a cada ano aumenta o número de consumidores online, pois as empresas querem estreitar sua conexão com consumidores, fornecedores, e até concorrentes podendo assim expandir sua participação no mercado (MULLER, 2013).

De acordo com Piragibe *et al*., (2010), empresas que buscam conquistar novos mercados têm usado da estratégia de crescimento para expandir seus negócios para ambientes diferentes dos que já obtém êxito. Um bom plano de marketing deve orientar a empresa em seus negócios na maneira como seu produto ou serviço deverá ser transmitido para o público de modo que gere lucros e crescimentos satisfatórios (SANTOS; SILVA, 2016).

Segundo Carvalho (2016), as estratégias de crescimento adotadas pelas empresas tornam-se importantes ferramentas para a consolidação e crescimento no mercado perante a concorrência. Para que uma empresa possa se tornar competitiva e alcançar o sucesso e crescimento, a realização de um bom plano de marketing é algo essencial, pois irá auxiliar no desenvolvimento e implementação de ações adequadas ao que o mercado exige (SZINWELSKI, 2016).

2.7 MATRIZ BCG

A Matriz BCG permite que os gestores tenham melhor interpretação do cenário atual e passem a trabalhar nas correções necessárias, podendo projetar o futuro e trabalhar na prevenção, dando à empresa uma condição mais adequada de decidir sobre o seu destino (MORAES, 2017). Uma ferramenta importante nas estratégias de marketing é a Matriz BCG, nela o gestor consegue desenvolver uma análise de posicionamento de mercado perante seus produtos (DORR, 2018).

Segundo Távora (2018), a Matriz BCG tem como princípio elencar determinado projeto ou produto de acordo com sua perspectiva de valorização e crescimento dentro do mercado na qual está inserida. A Matriz BCG é uma ferramenta utilizada para analisar seus produtos e/ou serviços, é mais comumente usada em empresas de grande porte, porém pode ser adaptada para micro e pequenas empresas (DE ASSIS, 2018).

De acordo com Caetano (2019), a Matriz BCG classifica produtos ou marcas, empregando duas medidas, que são a taxa de crescimento de mercado (baixa ou alta) e participação relativa no mercado (baixa ou alta). Segundo Tosta (2013), a

ISBN 978-65-5629-077-5

pesquisa mercadológica permite que a organização entenda a teoria que rege o seu mercado, ou seja, aprenda a conhecer a "sua própria verdade".

Uma ferramenta que é muito importante para que o empreendedor tenha um bom desempenho em seus negócios é a pesquisa de mercado, pois ela é muito mais do que simplesmente elaborar e aplicar questionários, a pesquisa é um procedimento que envolve planejamento, tratamento com dados, análise e interpretação (ZADROSKI, 2014).

A pesquisa de mercado é uma ferramenta cujo objetivo é buscar informações a respeito do mercado, tais como as necessidades dos consumidores, os passos dos concorrentes, as características dos fornecedores e outras informações significantes sobre o mercado de atuação como um todo (BARROS, 2016). Definir passos de uma pesquisa de mercado facilita o planejamento do gestor da empresa para a aplicação da mesma, de forma a transformar os resultados em diretrizes (VICENTE, 2019).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo descritivo, segundo Beuren *et al.,* (2013), expõem fatos referentes á população, a acontecimentos ou ainda fazer associação entre as dimensões, preocupando-se em observar, analisar, classificar e interpretar essas características e situações, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados.

Realizou-se um estudo de caso, baseado no uso de recursos e apresentação da participação de mercado das linhas de linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME do município de Cascavel - Paraná, para Cervo *et al*., (2006, p.62), estudo de caso "é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados da sua vida".

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a técnica documental, é aquela que usa na sua formulação e realização, questionários, formulários, entrevistas, consideradas como documentação direta, ou ainda documentação indireta, sendo obtidas através de uma ou mais fontes oficiais ou privadas encontradas em arquivos (ANDRADE *et al.*, 2007).

Neste contexto, utilizou-se de relatórios das vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), pela maior representatividade de cada linha de serviço da empresa objeto de estudo.

Na operacionalização dessa análise, utilizou-se como apoio o Software *Excell*, para a criação da base de dados das respostas dos relatórios obtidos, que auxiliou no cruzamento das variáveis e elaboração da matriz BCG, bem como na construção das tabelas de distribuição de frequência, portanto, dados foram analisados em agosto/2021, com uso de estatística simples, calculando-se a frequência relativa. Para Lapponi (2013 p. 37), frequência relativa significa "o valor de uma variável é o resultado de dividir sua frequência absoluta pelo tamanho da amostra".

4 RESULTADOS

ISBN 978-65-5629-077-5

Considerando o enfoque da pesquisa da influência da Matriz BCG nas linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME do município de Cascavel - Paraná, em relação a vendas, locação e despachante imobiliário (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), resultados da análise explicativa consideram essa estratificação.

4.1 PERFIL DA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME (NOME FICTÍCIO)

A Imobiliária L. C. Imóveis ME, serviços imobiliários, está a 11 anos atuando no mercado imobiliário no município de Cascavel – Paraná. Nossos pilares são a base do nosso negócio e permeiam toda a nossa estratégia e decisões. São eles:

(I) Atendimento e estrutura de alto padrão, nossa sede está situada no centro da cidade, fácil acesso e estacionamento privado. Também dispõe de salas de reunião para garantir privacidade e todo conforto e infraestrutura. A equipe é treinada para prestar o melhor atendimento de forma personalizada. Utiliza-se tecnologias de relacionamentos com o cliente do mercado imobiliário para acompanhar os clientes em todas as fases, desde à prospecção até o pós-venda.

(II) Imóveis diferenciados: Os corretores estão em busca dos melhores imóveis de Cascavel, com padrões de construção diferenciados, localização estratégica ou nos condomínios mais exclusivos da cidade. Trabalham com casas, apartamentos, lotes, lojas, sítios, chácaras e qualquer outro tipo de imóvel residencial ou comercial. Com um catalogo completo de oportunidades está disponível na sua Website, com fotos, informações detalhadas e preços. Realizam visitas e inspeções minuciosas a cada transação imobiliária, para garantir a tranquilidade de todos os envolvidos.

(III) Serviços completos: A nossa equipe para assessorar nas operações imobiliárias de compra, venda e locação, comercial ou residencial. Estão em buscar das melhores opções de negócio de acordo com a necessidade e prestar toda a assessoria jurídica e contábil necessária.

Tem como missão auxiliar as pessoas (clientes) a encontrar o imóvel desejado e auxiliar em todo processo, seja de venda ou locação.

4.2 APRESENTAÇÃO DO COMPARATIVO DOS DADOS DAS LINHAS DE SERVIÇOS DA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME E CONCORRENTE X.

Nesta fase, apresentam-se as linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME, em relação às vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), ou seja, listam-se as linhas de serviços na prática gerencial e setorial do mercado imobiliário do município de Cascavel – Paraná, ou seja, sintetizam-se os componentes (Receita Bruta) da empresa objeto de estudo e de um concorrente X do município de Cascavel – Paraná, entre Junho/2020 a Junho/2021, conforme quadro 3:

Quadro 3 – Faturamento (Receita Bruta).

Imobiliária L. C. Imóveis ME				**Concorrente X**		
Linhas de Serviço	**Vendas R$**	**Locação R$**		**Linhas de Serviço**	**Vendas R$**	**Locação R$**

ISBN 978-65-5629-077-5

Residências	192.800,00	37.733,10		**Residências**	200.000,00	40.000,00
Apartamentos	525.000,00	13.160,00		**Apartamentos**	300.000,00	25.000,00
Salas Comerciais	256.000,00	11.250,00		**Salas Comerciais**	200.000,00	15.000,00
Terrenos	126.320,00	0,00		**Terrenos**	150.000,00	0,00
Total Geral	1.100.120,00	62.143,10		**Total Geral**	850.000.00	80.000,00

Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, constatou-se que as Vendas da empresa objeto de estudo no período de Junho/2020 a Junho/2021 tiveram o valor total de R$1.100.120,00, ou seja, 18% foram de vendas de residências, 48% representam as vendas de apartamentos, ainda, 23% foram as vendas de salas comerciais e por fim, 11% foram vendas de terrenos. Já, em relação às locações entre Junho/2020 a Junho/2021, 61% foram de residências, 21% foram de apartamentos e 18% foram de salas comerciais.

Já no quadro da empresa Concorrente X, constatou-se que as Vendas no período de Junho/2020 a Junho/2021 tiveram o valor total de 850.000,00, ou seja, 23% foram de vendas de residências, 36% representam as vendas de apartamentos, ainda, 23% foram as vendas de salas comerciais e por fim, 18% foram vendas de terrenos. Já, em relação às locações entre Junho/2020 a Junho/2021, 50% foram de residências, 31% foram de apartamentos e 19% foram de salas comerciais.

Referindo-se ao índice de um concorrente apresentado pelas linhas de serviços em relação às vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos),, é possível perceber que mesmo quando apresenta taxas superiores a do adversário, algumas linhas de serviço decaem em receita, ou seja, apesar do faturamento (Receita Bruta) estarem diretamente relacionadas, não interferem no comportamento uma da outra. Segundo Farris *et al*., (2012), a participação de mercado é monitorada por sinais de mudança no cenário competitivo e frequentemente leva a medidas estratégicas ou táticas.

4.3 APLICAÇÃO DA FERRAMENTA MATRIZ BCG NA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME

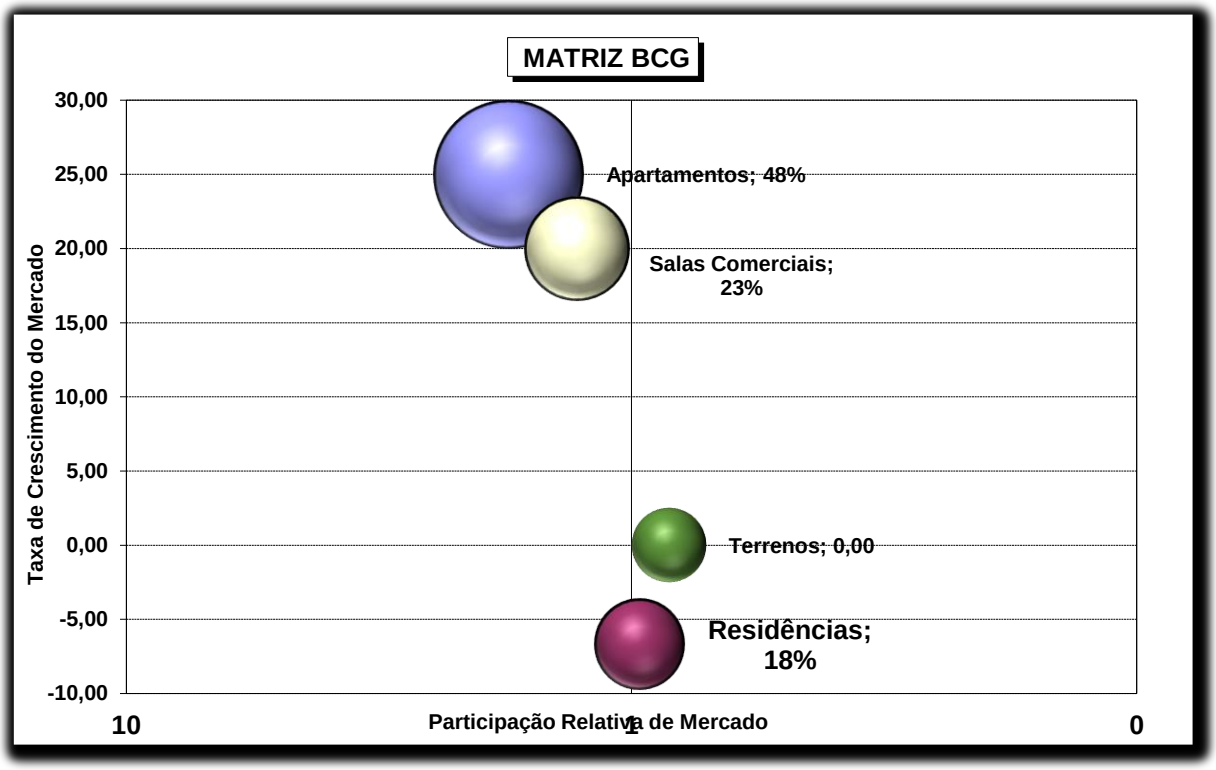
Na análise de portfólio da empresa objeto de estudo, tem-se a linhas de serviços oferecidas ao mercado consumidor do município de Cascavel - Paraná (em comparação à participação de um concorrente do município). Desta forma, a aplicação da ferramenta Matriz BCG primeiramente, definiu-se que quanto mais rápido for o crescimento de mercado ou, quanto maior for sua participação de mercado melhor será para empresa e assim, maior será sua vantagem competitiva por serviços em relação aos concorrentes (PERIARD, 2010).

Apresenta-se a seguir a matriz BCG referente às linhas de serviços de Vendas (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos). A matriz é formada por quadrantes que permitem a classificação dos itens em questão,

ISBN 978-65-5629-077-5

conforme gráfico1:

Gráfico 1 – Matriz BCG – Vendas.



Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

No quadro anterior, a Matriz BCG referente às linhas de serviços de Vendas (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), constatou-se quando da análise do portfólio das linhas de serviços (Apartamentos e salas comerciais), estão no quadrante "Estrela", ou seja, fazem parte da unidade de negócio da imobiliária baseado no conceito de ciclo de vida do produto, neste caso tem uma participação relativa e taxa de crescimento de mercado alta. O serviço é bastante atrativo e gera muitos recursos. "Serviço "Estrela" – tem alto potencial de crescimento de mercado, mas já conquistou alta participação no mercado" (SALIM *et al*., 2013, p.1).

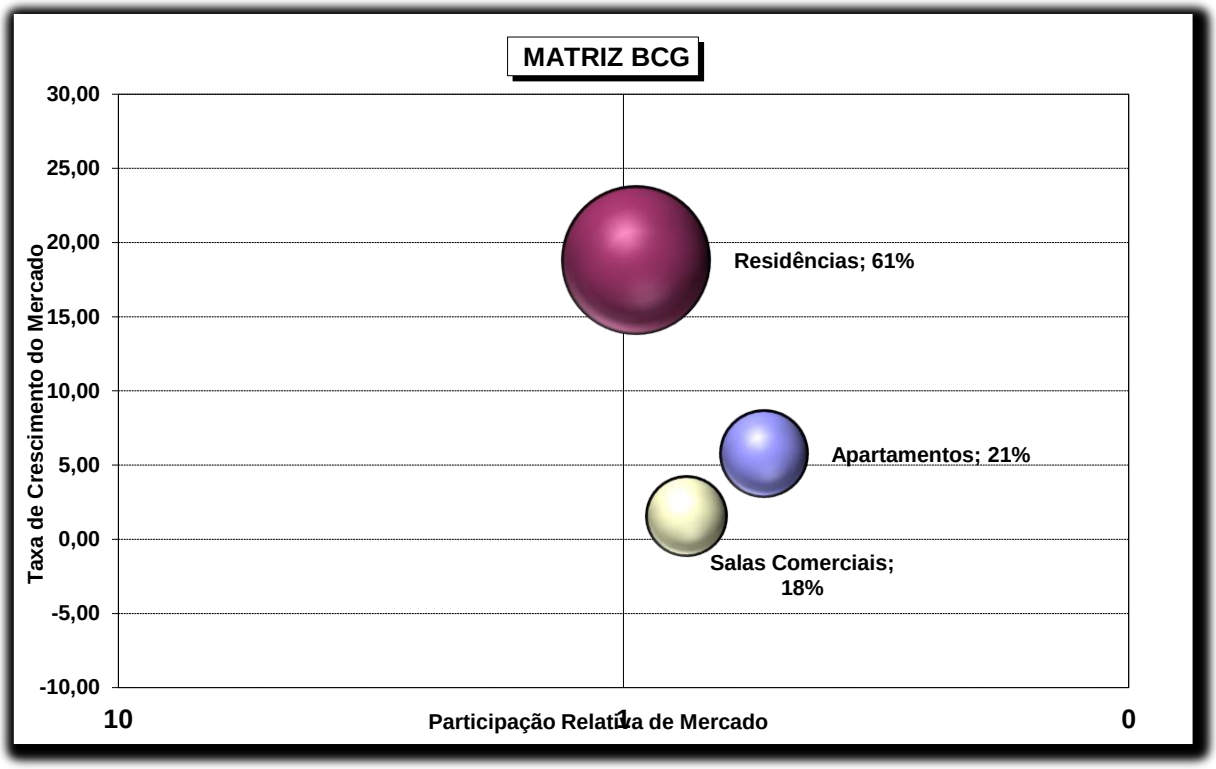
Nas linhas de serviços (residências e terrenos) na matriz acima, essas linhas estão no quadrante "Abacaxi" que tem uma participação relativa de mercado e taxa de crescimento baixa. De acordo com Decourt *et al,.* (2012), no quadrante "Abacaxi" oferece riscos a empresa, pois já não gera retorno sobre os investimentos e até mesmo da prejuízo, o melhor a fazer é evitá-los quando possível.

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste sentido, a matriz de portfólio das linhas de serviços de Vendas (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), está projetada para auxiliar no planejamento estratégico de longo prazo da imobiliária, e visualizada como oportunidade de crescimento, revisando seu portfólio de serviço para decidir onde investir, descontinuar ou desenvolver novos serviços.

E por fim, na sequencia do estudo apresentam-se a Matriz BCG referente ás linhas de serviços de Locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos). A matriz é formada por quadrantes que permitem a classificação dos itens em questão, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 – Matriz BCG – Locação.



Fonte: Elaborado pela Autora do Estudo (2021).

O gráfico anterior demonstra a categoria às linhas de serviços de Locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos) comercializados pela empresa objeto de estudo. Observou-se que a locação de residências está no quadrante "Estrela" da imobiliária, pois tem uma participação relativa e taxa de crescimento de mercado alta. Para Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2015), afirma que produtos ou serviços que estão no quadrante "Estrela' tem boa margem de contribuição, mas que (ainda) exigem grandes investimentos.

As locações de apartamentos, nesta questão, a participação relativa de mercado alta comparada às salas comerciais e taxa de crescimento baixa comparadas as locações de residências, sendo assim, situa-se no quadrante "Vaca Leiteira" que é favorável para empresa, já que possui elevada participação relativa

ISBN 978-65-5629-077-5

e é apontado como gerador de dinheiro em caixa, porém, deve-se tentar prolongar ao máximo sua vida útil, para que não se torne um produto "abacaxi" (SILVA *et al*., 2011). Já as locações de salas comerciais apresentam uma participação relativa e taxa de crescimento de mercado baixa, no quadrante "Abacaxi".

Neste contexto, a Matriz BCG, demonstrou o portfólio serviços da empresa objeto de estudo, portanto, tende a ser mais relevante para empresa linhas de serviços de maior atratividade, ou seja, neste caso a linha de serviço "Locação" de residências com intuito de impulsionar as vendas e a liderança de mercado.

4.4 ANALISE DA INFLUÊNCIA DA MATRIZ BCG NA IMOBILIÁRIA L. C. IMÓVEIS ME

Neste tópico apresenta-se a análise da participação de mercado das linhas de serviço da Imobiliária L. C. Imóveis ME, do município de Cascavel – Paraná, em relação a vendas e locação no cumprimento do objetivo principal do estudo. Ao analisar a matriz BCG das linhas de serviços explanadas, percebe-se que (Apartamentos e salas comerciais), está no quadrante "Estrela", representando 48% e 23% do montante comercializado pela imobiliária, sendo altamente favorável a manter-se no mercado, com a necessidade aporte no orçamento de marketing.

Ainda percebe-se na matriz BCG das linhas de serviço (Residências e terrenos) presentes no quadrante "Abacaxi", apresentando respectivamente representam o montante 18% e 11% das vendas, portanto, são serviços com baixo crescimento ou participação de mercado e a imobiliária deve minimizar o número das linhas de serviço no portfólio, o maior desafio será reverter estas linhas de serviço, pois há necessidade de investimento, ou seja, devem decidir se devem encontrar um nicho de mercado para controlar ou se desfazer inteiramente das linhas de serviço para liberar recursos para negócios mais lucrativos.

Em relação à matriz BCG "Locação", percebe-se que as linhas (Residências) é o serviço "Estrela" da imobiliária, com 61% do montante das receitas geradas, ou seja, desfruta de uma posição relativa elevada em termos de participação de mercado, exigindo mais investimentos para manter-se, mas geralmente produz receita suficiente para cobrir as despesas, com isso a imobiliária deve priorizar a manutenção dessa linha de serviço no quadrante "Estrela" da matriz BCG para aumentar suas vendas, com intuito de atingir a maturidade e as taxas de crescimento visando o quadrante "Vaca Leiteira", embora muitas vezes forneçam a maior margem de lucro no portfólio da imobiliária, a mesma se interessada deve manter a lucratividade a longo prazo e investir na defesa e criação de produtos "Estrela" que se tornarão "Vacas Leiteiras".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal foi à análise da influência da Matriz BCG nas linhas de serviços da Imobiliária L. C. Imóveis ME do município de Cascavel - Paraná, em relação a vendas e locação (Residências, Apartamentos, Salas Comerciais e Terrenos), que neste estudo procurou-se posicionar cada linha de serviço oferecido pela imobiliária de acordo com a taxa de crescimento do negócio e a participação de mercado relativa ao serviço, ou seja, a influência de linhas dos

ISBN 978-65-5629-077-5

serviços oferecida para orientar o gestor da empresa objeto de estudo sobre o futuro do negócio.

Constatou-se que no desenvolvimento da Matriz BCG referente às linhas de serviço de vendas (apartamentos e salas comerciais), estão presentes no quadrante "Estrela", enquanto as vendas (residências e terrenos) estão presentes no quadrante "Abacaxi", assim, o portfólio de negócios da imobiliária deve se criar uma combinação de segmentos de mercado, portanto, o gestor deve procurar segmentar grupos de pessoas ou segmentos empresariais interessados nas linhas de serviço e direcionar sua publicidade.

Ficou identificado no estudo, o faturamento do período de Junho/2020 a Junho/2021 comparando o faturamento da Imobiliária L. C. Imóveis ME e Concorrente X, observa-se em relação a vendas que houve um faturamento final maior da Imobiliária L. C. Imóveis ME, isso se deu pelo fato de que as vendas dos produtos estrelas da Imobiliária (apartamentos e salas comerciais) foram maiores que as da Concorrente X. Ainda na tabela de faturamento, em relação às locações, percebe-se que a Concorrente X teve um faturamento maior, excedendo os números da Imobiliária L. C. Imóveis ME em todos os produtos (residências, apartamentos, salas comerciais e terrenos).

Isso denota a importância da pesquisa e necessidade da mesma para que possam através da análise desenvolver estratégias adequadas e assertivas para melhora contínua dos números e resultados de vendas e locação de residências, apartamentos, salas comerciais e terrenos da Imobiliária L. C. Imóveis – ME.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Lara Moraes. A importância do marketing de serviços na gestão do profissional do turismo. 2006. Disponível em: http://bdm.unb.br/ bitstream/ 10483 /305/1/ 2006LaraMoraesAbrantes .pdf. Acesso em: 07 Ago. 2021.

BARRETO, Rosalvo. **Marketing digital para imobiliárias.** Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis, 2019. Disponível em: http://revista. isaebrasil.com.br/index. php/ EGS/ article/view/28. Acesso em: 29 Abr. 2021.

BARROS, André Pupe. **A importância da pesquisa de mercado e inovação para empresas de sonorização e iluminação de eventos do Distrito Federal: um estudo de caso da Marc Systems.** 2016. Disponível em: https://repositorio. uniceub.br/jspui/ bitstream/ 235/9199/1/20800101.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2021.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Editora Atlas S. A., 2013.

BIASI, Natalia Biscolli; WIESE, Ana Luiza H. Campos; CARON, Antoninho; SELEME, Robson. **Inovação como vantagem competitiva na indústria alimentícia.** Revista da FAE, v. 21, n. 2, p. 7-20, 2018. Disponível em: https:// revistafae.fae.edu/revistafae/ article/ view/543. Aceso em: 03 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CAETANO, Karen Fernanda Da Rocha; **De prestação, para aplicação em empresa. Instituto de Ensino Superior de Londrina Curso de administração**, 2019. Disponível em: https://www.inesul. edu.br/revista/arquivos/arq-idvol66 157 5324926.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2021.

CALDEIRA, Lucio Garcia; SETTE, Ricardo de Souza; GUIMARÃES, Elisa Reis; SILVA, Sidney Verginio da; JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal. **Imagem da marca e estratégia de posicionamento:** análise no mercado internacional de café verde. Anais do XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015. Disponível em: https:// www.aedb.br/seget/ arquivos/artigos15/642258.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

CARVALHO, Felipe Fischer Costa. E**stratégias de crescimento empresarial: um estudo de caso da Cafeteria São Paulo.** 2016. Disponível em: https://core.ac.uk/ download/pdf/78548985.pdf. Acesso em: 10 de Mai. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA Roberto Bervian. **Metodologia cientifica.** 6ª edição, São Paulo: Prentice Hall, 2006.
CORTEZ, Amanda Coelho. **Plano de comunicação: seja a mudança**. 2012. Disponível em:https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2044/2/20900876.pdf. Acesso em 03 Mai. 2021.

COSTA, Ariana de Sousa Carvalho; SANTANA, Lídia Chagas de; TRIGO, Antônio Carrera. **Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações.** Revista de Iniciação Científica–RIC Cairu, 2015. Disponível em: https:// www. cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/10qualidade atend cliente.pdf Acesso em: 22 Abr. 2021.

CRESCITELLI, Edson; TAGAWA, Yumi. **A influência dos blogs na decisão de compra: um estudo exploratório no segmento de beleza.** Comunicação & Sociedade, v. 37, n. 2, p. 49-79, 2015. Disponível em:https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ CSO/article/view/4791. Acesso em: 29 Abr. 2021.

CUNHA, Mariana Monteiro da. **QR code: uma nova forma de consumo e estratégia de marketing?** 2013. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7967. Acesso em: 29 Abr. 2021.

DA PAZ, Ana Vitória Messias; CARAM, Nirave Reigota. **A estratégia de posicionamento de marca retratada nas plataformas digitais**, 2017. Disponível em: https://unisagrado2020.s1.2rscms.com.br/custom/2008/uploads/anais/comunicsocial2017 /MidiaeTecnologiasDigitais/AnaVitoriaMessiasdaPazAestrategiadeposicionamento.pdf Acesso em: 03 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

DALACORTE, Dagmar Bonato. Avaliação de Desempenho no setor público: desafios e dificuldades de sua implantação. 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsm. br/bitstream/handle/1/11859/alacorteDagmarBonato.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 05 Mai. 2021.

DALCOL, Charlene; SILUK, J. **Gestão estratégica de marketing e o posicionamento competitivo: o caso da Cacau Show.** VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2012. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T120533 3024 pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

DE ASSIS, Fabiana Torres**. A importância da competitividade nas micro e pequenas empresas.** Revista Terceiro Setor & Gestão-UNG-Ser, v. 11, n. 1, p. 77-87, 2018. Disponível em: http://revistas.ung.br/indexphp/3setor/article/view/ 2354/2512. Acesso em: 06 Mai. 2021.

DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. **Planejamento em gestão estratégica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DE CERQUEIRA, Aline Cedraz; OLIVEIRA, Rodrigo Cesar Reis de; HONÓRIO, José Bezerra; BERGAMO, Fabio Vinicius de Macedo. **Comportamento do consumidor de cosméticos: um estudo exploratório.** Revista Formadores, v. 6, n. 1, p. 128-128, 2013. Disponível em: https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/ 292. Acesso em: 25 Abr. 2021.

DE LIMA SILVA, Gabriela; LIMA, Luana Filgueira; LOURENÇO, Nelson Serra. **Food truck na cidade de São Paulo e a influência do perfil do consumidor em sua longevidade: aspectos socioculturais.** Refas - Revista Fatec Zona Sul, 2015. Disponível em: http://www.revistarefas.com.br/ index.php/ RevFATECZS/article/ view/31. Acesso em: 25 Abr. 2021.

DE MOURA, Renan Gomes. Comportamento do consumidor: **A influência da embalagem no processo de decisão de compra das mulheres na aquisição de cosméticos nos supermercados.** REA-Revista Eletrônica de Administração, 2018. Disponível em: htp://periodicos. unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/ 1145. Acesso em: 29 Abr. 2021.

DE SOUSA RIBEIRO, Gabriel Henrique. **A importância do marketing de serviços no pós-venda.** 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28624/ 28624.PDF. Acesso em: 04 Mai. 2021.

DE SOUZA, Antônio Artur; MELLO, Eliane. **Análise da cadeia de valor: um estudo no âmbito da gestão estratégica de custos de empresas da construção civil da grande Porto Alegre.** Revista Contemporânea de Contabilidade, 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

Disponível em: https:// dialnet.unirioja.es/servlet/articulo? codigo=5017362. Acesso em: 03 Mai. 2021.

DOMINGUES, Rosely Mana. Público Interno: **alicerce fundamental para o posicionamento de marca.** Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. Disponível em: http://www.intercom.org. br/ papers/regionais/sudeste2012/resumos/r33-1770-1.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

DORR, Willian Rodrigo**. Estratégias para potencializar a gestão do ponto de venda: um Estudo de Caso na Organização Loja Líder.** 2018. Disponível em: https:// bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/877/Willian%20 Rodrigo%20Dorrpdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 Mai. 2021.

DOS SANTOS, Líbia Carvalho Francisco. **Obtendo vantagem competitiva através do alinhamento do setor de suprimentos as estratégias competitivas de uma empresa de distribuição de energia.** 2018. Disponível em: https://www.candidomendes.edu.br/ wp-content/uploads/2019/10/obtendo-vantagem-competitiva-atrave%cc%81s-do.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

DUTRA, Brenda Abreu. **A pesquisa de marketing para as melhorias nos processos decisórios.** 2018. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/handle/ aee/1116. Acesso em: 05 Mai. 2021.

DUTRA–DRICA, Adriana Conceição; DE SOUZA LOPES, Claudimar; GARCIA–MERE, Mere Helen. **Marketing de novos produtos lançamento e inovação**, 2011. Disponível em: http://www.unisalesia no.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0137. pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

EIDELWEIN, Maiara Daiane. **Estratégias de posicionamento de mercado na comercialização de produtos naturais.** 2016. Disponível em: https://bibliodigital. unijui. edu.br:8443/xmlui/handle/123456 789/3906. Acesso em: 03 Mai. 2021.

FARRIS, Paul W; BENDLE, Neil T; PFEIFER, Philip E; REIBSTEIN, David J. **Métricas de marketing:** mais de 50 métricas que todo executivo deve dominar. Porto Alegre: Bookman, 2012.
FAÇANHA, Bianca Braga. **Estratégias de marketing para lançamento de produto: um estudo de caso do hidropônico i9**, 2011. Disponível em: https://www.uni7.edu.br/ ic2011/156.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2021.

FORTALEZA, Isidro José. **O marketing de serviços nas pequenas e médias empresas: uma abordagem teórica e reflexiva.** Revista Inova Ação, v. 1, n. 2, p. 41-58, 2014. Disponível em: http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/inovaacao/ article/view/485. Acesso em: 04 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

FREITAS, P. E. **Satisfação dos clientes como indicador de desempenho das empresas**. 2016. Disponível em: http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documen tos/producao discente/Paulo EduardoFigueiredo.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

GONÇALVES, Caroline Pereira. **Avaliação de desempenho de recursos humanos como estratégia em concessionária.** 2019. Disponível em: http://repositorio.aee. edu.br/ bitstream/aee/ 8328/1/TCC%20Anne%20Carolyne%20PDF.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

HEELLER, Everton Roberto. **Proposta de um plano de marketing para o mercado bom preço. R**elatório de trabalho de conclusão de curso de Administração da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: https: // bibliodigital.unijui.edu.br: 8443/xmlui/ bitstream/handle/123456 789/1167/ Relatorio %20 TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 Mai. 2021.

KARTAJAYA, Hermawan; KOTLER, Philip; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. 2010. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivoschronus/bds/bds.nsf/3472e2ca0 932a987edbc110c8c58de9/$file/ 9938.pdf. Acesso em: 14 Abr. 2021.

KHENAYFIS, Sandra Amoyr. **A influência da qualidade do atendimento na decisão de compra**. 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/ handle/10438/7827. Acesso em: 29 Abr. 2021.

KOESTER, Cristiane; PERICO, Andressa de Oliveira. **Sistema baseado nos conceitos de Data-Driven para apoiar a definição de estratégias de marketing digital,** 2020. Disponível em: https:// riuni.unisul.br/handle/12345/10128. Acesso em: 16 Abr. 2021.

LOPES, Evandro Luiz; DA SILVA, Dirceu. **Modelos integrativos do comportamento do consumidor: uma revisão teórica.** Revista Brasileira de Marketing, v. 10, n. 3, p. 03-23, 2011. Disponível em: https://periodicos.uninove. br/remark/article/view/11932. Acesso em: 22 Abr. 2021.

LOREGIAN, Ana Maria. **Marketing de serviços: o atendimento e a qualidade dos serviços prestados como ferramenta estratégica para a competitividade das oficinas mecânicas para motocicletas da cidade de Pato Branco-PR.** 2011. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu. br/ jspui/handle/1/22352. Acesso em: 03 Mai. 2021.

LUZ, Débora Verônica Diniz da. **Desenvolvimento de produtos: um estudo de caso**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: https://www.univates. br/bdu/ bitstream/ 10737/ 1258/1/2016DeboraVeronicaDinizdaLuz.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

MADRUGA, Andjara de Matos. **Estratégia de comunicação de marketing no mercado imobiliário: Um estudo de caso sobre o empreendimento Rossi Fiateci.** 2012. Disponível em: http:// reposito rio.jesuita.org.br/bitstream/handle/ unisinos/7997/ andjara% 20de%20matos%20madruga .pdf? seque nce =1&isallowed=y. Acesso em: 03 Mai. 2021.

MARTINS, Bárbara Isis; ALBUQUERQUE, Lívia Cristina Enders; NEVES, Manoella. **Instagram Insights: Ferramenta de Análise de Resultados como Nova Estratégia de Marketing Digital.** In:XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Anais. Juazeiro. 2018. Disponível em: https://portalintercom.rg.br/anais/ nordeste2018/ resumos/R62-1138-1.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2021.

MELO, Aline dos Santos. **Marketing de serviço: um estudo de caso na Avant Construtora e Imobiliária Ltda.** 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/ jspui/ bitstream/123456789/16388/ 1/ASM08112019.pdf. Acesso em: 04 Mai. 2021.

MORAES, Antonio Marcos Antunes de. **Planejamento estratégico: proposta de implantação em uma indústria metalúrgica da gestão familiar.** 2017. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/ jspui/bitstream/20.500.11874/1216/1/Antonio%20 Marcos%20 Antunes%20de%20Moraes.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2021.

MULLER, Vilma Nilda. **E-commerce: Vendas pela Internet.Fundação Educacional do Municipio de Assis**, 2013. Disponível em: https://cepein.femanet.com.br/B Digital/arq Tccs/1011260193.pdf. Acesso em: 10 Mai. 2021.

NEPOMUCENA, Francielle Vieira. **Marketing de relacionamento para retenção de clientes.** 2014. Disponível em: https://www.revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes /2016/marketing derelacio namentopararetencaodeclientes46.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

NETO, José Dias Duarte. **Qualidade no atendimento ao cliente externo. Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo–MG**, 2012. Disponível em: https://www. fpl.edu.br/ 2018/media/pdfs/graduacao/tcc/2012/tccjosediasduarteneto2012.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

NIQUE, W.; LADEIRA, W. **Pesquisa de marketing.** Porto Alegre: Atlas, 2014. Disponível em: https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/121016 818.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

OLIVEIRA, José Maria de; CUNHA, Maria Helena Bastos; BITENCOURT, Jairo Alano;

ISBN 978-65-5629-077-5

PERIARD, Gustavo. **Matriz BCG:** o que é e como funciona. 2010. Disponível em: http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-e-como-funciona-a-matriz-bcg/. Acesso em:15 Ago. 2021

PEREIRA, Eduardo Cesar; PEREIRA, Sebastião Eustáquio Pereira. **Análise do mercado automobilístico**; segmento monocab ou veículos de família, na praça de Brasília de 2010 a 2012. X Simpósio de Excelência em Gestão e tecnologia – Seget, 23 a 25 de Outubro de 2013. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/55318 673.pdf. Acesso em: 07 Mai. 2021.

PEREIRA, Alonso Luiz. **A evolução da avaliação de desempenho nas organizações**, 2014. Disponível em: http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/ view/407/364. Acesso em 06 Mai. 2021.
PEREIRA, Clara Aparecida Rodrigues De Freitas; SILVA, Jussara Goulart; LOPES, Evandro Luiz. **Estratégia: uma revisão teórica**. 2016. Disponível em: http://www. singep.org.br/3 singep/resultado/ 465.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

PIRAGIBE, Aryadne Siqueira; BALBO Italo Rodrigo; GARRIDO João Marcos Teixeira Lopes. **Fusão e aquisição como estratégia conquista de novos mercados.** 2010. Disponível em: http://www.unisal esiano.edu.br/biblioteca/ monografias/51813.pdf. Acesso em: 11 Mai. 2021.

QUEIROZ, Camila Ferreira Braz de. **Fatores que influenciam na compra de sapatos pelo público feminino de Brasília.** 2012. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/ jspui/ bitstream /123456789 /1002/2/20717130.pdf. Acesso em: 27 Abr. 2021.

RAMBO, Fabiele Inês. **Estratégias de marketing de relacionamento em organizações contábeis**. 2015. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/782/1/ 2014 FabieleInesRambo.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

RAMIRES JR, Sérgio Paulo; GALLARDO, Amarilis Lucia Casteli Figueiredo; GABRIEL, Marcelo Luiz Dias da Silva; SHIBAO, Fábio Ytoshi. **Responsabilidade socioambiental e o comportamento dos clientes na decisão de compra.** Revista de Administração Unimep, 2018. Disponível em: http:// www.raunimep.com.br/ojs/ index.php/rau/article/ view/1292. Acesso em: 29 Abr. 2021.

RICHERS, Raimar. **O que é marketing,** 2017. Disponível em: http://naolab.nexodesign. Com.br/wp-content/uploads/2011/03/Richers-Raimar-O-que-e-Marketing.pdf. Acesso em: 16 Abr. 2021.

RODRIGUES FLORES, Marcello.**O pós-venda como ferramenta para fidelização de clientes**. 2018. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23048/1/ Marcello%20Flores% 20ISG%20-%20final.pdf. Acesso em: 04 Mai. 2021.

RODRIGUES, Ana Sofia; CARMO, Isabel do; BREDA, João; RITO, Ana Isabel. **Associação entre o marketing de produtos alimentares de elevada densidade energética e a obesidade infantil.** Revista Portuguesa de Saúde Pública. 2011. Disponível em: https:// www.sciencedirect. com/ science/ article/pii/S0870902511700220. Acesso em: 16 Abr. 2021.

RODRIGUES, Ronilson Mendonça; DE LAVOR LOPES, Paloma. **A influência do marketing estratégico para a gestão do negócio.** XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos 15/28822377.pdf. Acesso em: 03 Mai. 2021.

SALIM, Cesar Simões; SALIM, Helene Kleinberger; FERREIRA, Carlos Frederico Corrêa. **Implantando uma empresa**: A partir do plano de empreendimento. Elservier, 2013.

SAMPAIO, Juliana Carvalho Schlachter. **Proposição de um modelo de retroalimentação da gestão do processo de projeto a partir de medições de satisfação de clientes.** 2010. Disponível em: http: //repositorio.ufc.br/handle/riufc/ 17407. Acesso em: 21 Abr. 2021.

SAMPAIO, Valdeci; TAVARES, Cristiano. **Marketing digital:** O poder de influência das redes sociais na decisão de compra do consumidor universitário da cidade de Juazeiro do Norte-CE. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, n 104, p. 5-9, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/artigociraecristiano 0.pdf. Acesso em: 14 Abr. 2021.

SANTOS, Daniele Silva; SILVA, Michelle Maia Paris. **A importância do marketing empresarial para micro e pequenas empresas.** Revista Facima Digital, Tabuleiro de Martins, 2016. Disponível em: https://www.facima.edu.br/instituto/revista/arquivos/revista facimaano1importanciamarketing empres arial.pdf. Acesso em: 10 Mai. 2021.

SANTOS, Juliana Neves; NEIVA, Elaine Rabelo; ANDRADE-MELO, Eleuni Antônio. **Relação entre clima organizacional, percepção de mudança organizacional e satisfação do cliente**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 31-39, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722013000100005&script =sciarttext&tlng=pt. Acesso em: 22 Abr. 2021.

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles; PIZA, Vera Toledo. **Estratégias de marketing aplicadas a instituições de educação superiores privadas.** Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, v. 4, n. 2, p. 167-181, 2011. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

http://stat.Saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/gual/article/view/985. Acesso em: 29 Abr. 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio das Micro e Pequenas Empresas**. Ferramenta:** Matriz BCG (Clássico), 2015. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/ Portal% 20Sebrae/Anexos/MEMatriz-BCG.PDF. Acesso em: 20 Ago. 2021

SECCO, Carlos Frederico Cruz; OLIVEIRA, Elda M.; AMORIM, Rafael Martins. **Comportamento do consumidor: fatores que determinam o processo de compra no mercado varejista em Palmas-TO.** Revista Científica do ITPAC, Araguaína, 2014. Disponível em: https://assets.unitpac.com.br/arquivos/revista/73/artigo4.pdf. Acesso em: 27 Abr. 2021.

SILVA, Guilherme Rodrigues Barbizan. **Métricas de marketing digital e sua aplicação na gestão das ações de marketing de uma indústria de calçados.** 2017. Disponível em:http://repositorioroca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/14033/1/ctgesfini201604.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

SILVA, Helton Haddad; TENCA, Evandro Cesar; SCHENINI, Paulo Henrique; FERNANDES, Sandra. **Planejamento estratégico de marketing**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SOUSA, Antonio de Pádua. **Análise de Mercado.** Revista Eletrônica da Unesp, Energia na Agricultura, v. 35 n. 3, 2020. Disponível em: https://revistas.fca.unesp.br/index.php/ acta/issue/archive. Acesso em: 12 Abr. 2021.

SOUZA, Irailton Melo de. **Gestão do atendimento ao cliente: uma análise da Central de Relacionamento dos Correios**. 2018. Disponível em: https://repositorio.uniceub.Br / jspui/bitstream/235/11554/1/51304744.pdf. Acesso em: 05 Mai. 2021.

SZINWELSKI, Francielle Regina. **Planejamento de marketing para uma pequena empresa: varejista do ramo agropecuário.** 2016. Disponível em: https://bibliodigital. unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3263/tcc%20-%20francilelli.pdf? Sequence=1&isallowed=y. Acesso em: 11 Mai. 2021.

TÁVORA, Caio Soares Pereira**. Implantação de um modelo para análise da gestão de portfólio com base na margem de contribuição.** 2018. Disponível em: https://bdm.unb .br/bitstream /10483/21154/1/2018CaioSoaresPereiraTavoratcc.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

TOALDO, Ana Maria Machado; LUCE, Fernando Bins. **Estratégia de marketing:** contribuições para a teoria em marketing. Revista de Administração Eletrônica – RAE, v. 46, n. 4, Out/Dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rae/v46n4/ v46n4a04.pdf. Acesso em: 10. Abr. 2021.

TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani. **Pesquisa mercadológica**, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/eadadm/uab20142/modulo6/pesquisamercadologica/materialdidatico/pesquisamercadologica-3ed-miolo-grafica-alterado%20-%20ok.pdf.Acesso em: 06 Mai. 2021.

TRIERWEILLER, Andréa Cristina; WEISE, Andreas Dittmar; PEREIRA, Vera Lucia Duarte do Valle; JUNIOR, Waldemar Pacheco; ROCHA, Rudimar Antunes da. **Diagnóstico de satisfação de clientes como ferramenta para fidelização: um estudo de caso em cinema Cult.** Revista de Administração Unimep, p. 112-130, 2011. Disponível em: http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/286.Acesso em: 21 Abr. 2021.

TROCCOLI, Irene Raguenet; GIMENEZ, Karen; REIS, Patrícia Nunes Costa; FARIA, Patrícia Prado. **Comportamento do consumidor: Um estudo bibliométrico nos Enanpads 2007-09.** Revista Organizações em Contexto, v. 7, n. 14,p.165-189,2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5342/534256503008.pdf. Acesso em: 25 Abr. 2021.

VALENTE, João Carlos da Silva. **Influenciadores digitais e o seu poder de influência no processo de decisão de compra e na construção da lealdade**. 2018. Disponível em: http:// comum.rcaap.pt/handle/10400.26/27865. Acesso em 29 Abr. 2021.

VARGAS, Katiuscia Schiemer; TRINDADE, Luiz Antonio Charão; HORBE, Tatiane de Andrade Neves; CUNHA, Daniele Estivalete; MOURA, Gilnei Luiz de Moura. **Tomada de decisão em marketing:** um estudo dos critérios de escolha dos canais de divulgação. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, de 08 e 09 de agosto de 2014. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T140408.pdf. Acesso em: 10 Abr. 2021.

VICENTE, Lavínia Mattos. **Análise de mercado: um estudo sobre a demanda de comércio varejista da cidade de São João do Sul–SC.** 2019. Disponível em: http: //repositorio.unesc.net/ bitstream/1/6600/1/lavinia%20mattos%20vicente.pdf. Acesso em: 06 Mai. 2021.

ZADROSKI, Mateus Cândido. **A percepção de jovens empresários quanto aos fatores de crescimento das empresas na cidade de Criciúma.** 2014. Disponível em: http://

ISBN 978-65-5629-077-5

repositorio.unesc.net/bitstream/1/2237/1/Mateus%20C%C3%A2ndido%20Zadroski.pdf. Acesso em: 11 Mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: APLICAÇÃO DA ESCALA SERVQUAL EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS NO SETOR DE VENDAS DE AUTOPEÇAS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ.

Vinicius Locks Dubay[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: O tema do estudo está centrado na área de marketing com foco no desempenho e na prestação de serviços, tendo como objetivo principal a analisar as principais dimensões da qualidade sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, em relação ao setor de vendas de autopeças. A revisão da literatura utilizou-se as noções marketing, de qualidade em serviços, comportamento do consumidor, Escala Servqual e marketing de serviços. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como descritiva cuja coleta de dados foi realizada com a utilização de um instrumento específico questionário estruturado, com perguntas fechadas no intuito da compreensão do perfil e o nível de satisfação dos clientes, utilizando da análise Servqual. A coleta de dados foi de 77 questionários com os clientes da empresa objeto de estudo, aplicados após a realização da compra. A análise enquadrou-se como quantitativa. Os resultados apontaram que os entrevistados buscam por qualidade nos serviços prestados. Foram identificados aspectos da dimensão da qualidade dos serviços prestados que são tangibilidade, segurança, responsividade, confiabilidade e empatia, pois constitui elementos essenciais na demanda por serviços de qualidade ofertados pela empresa em questão. As conclusões trazem sugestões da necessidade do desenvolvimento ferramentas de inovação mais apropriada para que se possa conhecer quem são, onde estão, quantos são, como compram e quais são suas necessidades, pois o cliente é a peça fundamental do negócio.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor, Escala Servqual, Qualidade, Marketing de Serviço.

1 INTRODUÇÃO

A questão da qualidade na prestação de serviços constitui um aspecto-chave das estratégias das organizações. A qualidade considera-se um fator importante nos negócios em prestadoras de serviço. A tendência da gestão de qualidade nos serviços assegura a obtenção de vantagem competitiva, portanto, compreender a estrutura da qualidade do serviço melhora a relação com clientes.

A qualidade de serviços oferecida deve ser discutida e melhorada sempre que necessário, pois ela que atrai e fideliza clientes. "Qualidade de serviços é a totalidade de atributos e características de um produto ou serviço que afetam sua capacidade de satisfazer necessidades declaradas ou implícitas" (KOTLER et al., 2010, p.79).

[1] Acadêmico do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Os benefícios decorrentes da qualidade na prestação dos serviços refletem no posicionamento mercadológico, e também no resultado financeiro. A eficiência de todo o sistema só é possível através do monitoramento das demandas dos clientes, na definição e controle do processo, na implementação de melhorias de forma contínua, assim, a qualidade é um termo complexo, composto de vários elementos e critérios.

A existência de modelos de mensuração da qualidade dos serviços é moldada em dois julgamentos: (i) expectativa dos clientes; (ii) e desempenho nos serviços prestados, mas, serviços podem ser julgados em comparação com os concorrentes ou quando comparados ao padrão interno de excelência.

A satisfação do cliente está no interior dos serviços, mas só há pouco tempo as empresas apresentam maior esforço na mensuração sistemática do grau de satisfação dos seus usuários. Anteriormente, as análises apresentavam medidas internas de qualidade. O conceito de satisfação mais atual parecia ser o plano das vendas ou da quota de mercado e o número de lamentos refletia, em princípio, o nível contingente de insatisfação (ROSSI; BRAGA, 2004).

Os clientes valorizam a palavra "satisfação", seus julgamentos afetam diretamente as empresas, quando estão satisfeitos o desempenho aumenta, isto é, as expectativas dos clientes são crenças sobre a prestação de serviços que servem de padrão ou referência contra os quais o desempenho é julgado, e esses são pontos de iniciais na avaliação da qualidade do serviço.

Segundo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2015), afirma que os fabricantes de autopeças precisam compreender o mercado em que atuam para identificar gargalos, desafios e possíveis soluções para enfrentá-los.

Para o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores – SINDIPEÇAS (2021), afirma que os resultados da indústria de autopeças em relação à balança comercial de 2020: as exportações: queda de 26,5%, após o registrar queda, em outubro/2020 as exportações voltaram a crescer, com resultado 15% acima do mês anterior; já as importações: crescimento de 16,9% na passagem mensal e queda de 31,4% no acumulado do ano. Saldo comercial: 39,1% inferior à igual período do ano anterior.

Uma das formas de cativar clientes e a qualidade na prestação de serviço, assim, as empresas priorizando o diferencial nos serviços, através do atendimento ou no momento do consumo, a fim de superar os problemas e fazer decisão certa de marketing no momento correto. O tratamento das Concessionárias nas vendas de autopeças é diferenciado, pois são: inseparáveis, Intangíveis, heterogêneos e perecíveis. De acordo com Noronha (2009), alguns setores de serviços no Brasil altera a visão do negócio de "atendimento ao cliente" para "consultoria em moda". O resultado deste tipo de ação passe a ganhar uma nova dimensão que é "o serviço tangível", ou seja, gerar as evidências de conformidade na entrega do produto permite que o cliente passe a perceber a prática e aproximar o seu serviço dos produtos comercializados.

A prestação de serviços no setor de vendas de autopeças é questão central na produção bens ou serviços mais eficientemente e lhes proporcionaria universal dos princípios da dimensão da qualidade: tangibilidade, responsividade, segurança, confiabilidade e empatia. Assim o estudo que ora se apresenta busca uma resposta

ISBN 978-65-5629-077-5

ao seguinte problema de pesquisa: Quais atributos da qualidade de serviços influenciam a satisfação dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná?

Tem com objetivo principal analisar as principais dimensões da qualidade sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, em relação ao setor de vendas de autopeças. Ainda, o estudo demonstra os seguintes objetivos específicos: apresentar o perfil dos clientes da Concessionária (objeto de estudo) do município de Cascavel – Paraná; identificar os atributos da qualidade na prestação de serviços de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, utilizando-se da escala ServQual.

O estudo segue a seguinte estrutura. A seção 2, a seguir traz a fundamentação teórica, apresentando os autores do campo da aprendizagem escolhidos como norteadores da concepção do marketing serviços adotada neste estudo. Além disso, apresentam a contribuição dos estudiosos que tratam especificamente dos elementos que se constituem os atributos da qualidade do serviço. A seção 3 descreve as opções metodológicas na realização da pesquisa de campo e as justificativas para essas seções. Os resultados relativos ao foco deste trabalho são apresentados e analisados na seção 4. Encerrando o texto, a seção 5 apresenta a conclusão decorrente da pesquisa realizada, uma breve exposição das suas limitações, assim como sugestões para estudos futuros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE MARKETING

O marketing estimula o consumo de um bem ou serviço através da satisfação, e as empresas necessitam criar valor através da compreensão das às necessidades e desejos específicos dos indivíduos ou grupos de indivíduos. Os conceitos de marketing mudam com o passar dos anos, conforme a análise de Cobra (2009, p.4), "o verdadeiro papel do marketing é administrar a demanda de bens e serviços, estimulando o consumo de um bem ou serviço que, por suas características intrínsecas, atenda as necessidades e desejos específicos de determinada pessoas".

Para Ferrel e Hartline (2010), a nova definição destaca dois fatores: valor e relacionamento com os clientes. O valor para o cliente é obtido através da oferta total do produto, não apenas no preço inferior e na qualidade do produto, mas também no modo que o cliente é servido.

De acordo com Kotler *et al.,* (2010), antes o conceito do marketing era centrado no produto, depois o foco foi voltado para o cliente, porém atualmente buscando sua satisfação, o marketing está voltado para os valores, os clientes não são meros consumidores, mas seres humanos com mente, coração e espírito.

No entendimento de Zeithmal *et al.,* (2014), para os clientes o que importa e o desempenho ou pontos de referência para o desempenho dos serviços prestados, fazendo comparações desses serviços com outros e criando expectativas.

Todavia, é necessário que o marketing crie mecanismo para a medição do nível de satisfação dos clientes, entregando benefícios e principalmente atendo suas expectativas. Para Cobra (2009), valor são lacunas em meio ao que o cliente

ISBN 978-65-5629-077-5

espera de um produto ou serviço e o que ele recebe. Esse valor é aumentado se o benefício prático e emocional é maior, quando os sacrifícios são reduzidos e quando os benefícios são maiores que os custos.

De acordo com Freire (2013), o mecanismo entre desempenho e satisfação é complexo, devido à necessidade da avaliação de inúmeras atividades inerentes à experiência de compra e, posteriormente, ao uso e consumo do produto.

Segundo os autores Zeithmal *et al.,* (2014), a satisfação é a avaliação do consumidor sobre produtos ou serviços que necessitam atender as expectativas dos clientes. Uma importante contribuição do marketing as empresas é captar os processos de planejamento e execução do estabelecimento de promoção, preços, e distribuição, no desenvolver de trocas que visam ou não a lucratividade.

2.2 MARKETING, PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO

Na opinião de Ferrel e Hartline (2009), o planejamento estratégico é ter foco nos relacionamentos a longo prazo, gera-se valor agregado aos consumidores, reforçam que na criação da cultura organizacional o consumidor já é colocado em primeiro plano tendo a criação da satisfação. Segundo Ferrel e Hartline (2010, p. 11), o "marketing através da informação pressupõe o interesse em compreender as necessidades, percepções, preferências, padrões de comportamento para se informar da audiência-alvo, com o intuito de oferecer produtos e serviços de informação que os usuários demandam".

Para Schiffman e Kanuk (2015), quanto mais informações dos produtos ou serviços o cliente possui, mais previsíveis serão as consequências e menor o risco percebido, essas informações podem vir por meio do boca a boca, pela mídia ou vendedores.

O marketing bem planejado segundo Ayrosa (2015) tem como premissa a informação das necessidades e anseios dos consumidores, atuais ou futuros, a execução do planejamento registram a evolução do mercado e suas tendências de consumo, apartir daí concentra-se na criação de valor ao cliente.

O planejamento estratégico de marketing torna-se importante, pois é através dele que são feitos as ações de longo prazo, ações amplas e direcionadas para o conhecimento do mercado alvo atingindo todas as necessidades e desejos.

O planejamento estratégico de marketing para Cobra (2009), "concentra seu foco em ações mais amplas, direcionadas, sobretudo, para atividades de longo prazo, como investimentos em imagens de marca e ganhos de market share ao longo de um período". No entendimento de Ferrel e Hartline (2009), para a escolha da estratégia correta o profissional deve conhecer o mercado alvo e tentar atingir as necessidades e desejos deste mercado inserindo um composto como os quatro Ps, sendo essa uma estratégia de contínua mudança.

De acordo com Genghini *et al.,* (2012, p.6), afirmam que "o plano de marketing deve determinar, minuciosamente, a forma de abordar uma das oportunidades e demandar a interação de muitas pessoas, responsáveis por um amplo conjunto de atividades nos domínios internos da organização e no ambiente externo".

ISBN 978-65-5629-077-5

2.3 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

No entendimento de Samara e Morsch (2005), o estudo que tem o propósito de entender o comportamento dos indivíduos, das suas necessidades, desejos, e motivações, buscando compreender o processo de como, em que momento, e porque adquirem determinado produto/serviço, é uma área de estudo essencial para o marketing, que chamamos de comportamento do consumidor. Pela diversidade que cerca o indivíduo, esse estudo abrange várias áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, antropologia, crenças e etc., sendo assim, compreender o comportamento do consumidor não é um trabalho fácil.

De acordo com Solomon (2011), é o estudo dos métodos envolvidos quando pessoas ou grupos escolhem, adquirem, usam ou rejeitam mercadorias, serviços, ideias, ou tentativas para atender necessidades e desejos.

Segundo Schiffman e Kanuk (2015), o termo comportamento do consumidor é determinado como a atitude que os consumidores demostram na procura, na aquisição, na aplicação, no parecer, e na finalidade dos produtos ou serviços em relação ao atendimento das suas necessidades e desejos. Conforme Oliveira (2016), afirma o estudo do comportamento do consumidor envolve os motivos que levam os consumidores a adquirirem certo produto ou serviço, de que forma são consumidos, e quais os fatores que inspiram a aquisição.

Conforme Cerqueira *et al*., (2010), o marketing precisa entender o consumidor, e ter o conhecimento de quais são as suas necessidades e preferencias de compra, para diante disso, as empresas estarem alertas aos fatores que influenciam os consumidores no decorrer das suas compras. Segundo Pinheiro *et al.,* (2011), o tema comportamento do consumidor é essencial para os profissionais de marketing, pois através dele pode-se compreender a formação de valor para o comprador, tendo como finalidade atender as suas necessidades e desejos, para assim alcançar a satisfação do consumidor que é o foco das ações de marketing.

Conforme Binotto *et al.,* (2014), na atualidade, para a área de marketing o comportamento do consumidor apresenta-se como um fator indispensável para o desenvolvimento e sucesso de qualquer empreendimento, independente do seu tamanho ou área de atividade no mercado.

De acordo com Peroger (2015), as empresas através do marketing buscam consolidar a sua relação com o consumidor, procurando atender as suas necessidades e seus desejos, para assim, conquistar a sua fidelidade.

2.4 MARKETING DE SERVIÇOS

A especialização do marketing leva a observação dos elementos básicos do serviço (intangibilidade, inseparabilidade, perecibilidade e heterogeneidade). Um conceito relacionado a esse termo é o mix de marketing, um conjunto de variáveis ou ferramentas que os gerentes de marketing têm para atingir os objetivos das empresas (BASTA, 2015).

Isso significa que serviços de marketing devem levar em conta a natureza preponderantemente intangível do serviço (que pode impedir a seleção de

ISBN 978-65-5629-077-5

propostas competitivas por parte do consumidor) e a impossibilidade de armazenamento (que traz incerteza para a comercialização de serviços) entre outras questões (SPILLER, 2015).

A definição desses conceitos permite referir à comercialização de serviços, que é o ramo de marketing que se especializa nessa categoria especial de produtos ou mercadorias. Essa especialização de marketing, portanto, deve partir das características básicas dos serviços (intangibilidade, inseparabilidade, perecibilidade e heterogeneidade) para estabelecer estratégias de gestão comercial (RICHERS, 2017).

O marketing de serviço deve utilizar do conceito preponderantemente intangível do serviço em si, assim como a impossibilidade de armazenamento e outros fatos. Isso proporciona a interpretação sobre a comercialização de serviços, que é o foco do marketing (PRA *et al.,* 2016).

De acordo com Guerrini *et a*l. (2013), as atividades agregam valor quando se tem uma percepção dos clientes, tornando os produtos e serviços mais valiosos, o cliente dá mais valor para aquilo que ele reconhece no produto, para alguns produtos a embalagem não se torna importante de acordo com os clientes.

Segundo Cruz *et al.* (2014), para se entender melhor a satisfação dos clientes com os produtos e serviços prestados é perguntando diretamente a eles, porém o ideal é compreender uma maneira correta para capturar a percepção dos clientes sobre os serviços prestados.

A importância em se determinar a relação entre preço e demanda é em virtude da existência de diferentes mercados e, de acordo com a mudança destes, também poderá incorrer na alteração da percepção dos clientes (SANTOS, 2016).

Para Nascimento *et al.,* (2018), afirmam que o aumento do nível de exigência dos clientes, a forte concorrência, a necessidade de eficiência na utilização de recursos e a necessidade de respostas imediatas, exigem da empresa uma abordagem estratégica que priorize a qualidade e garanta um bom relacionamento com o consumidor, visando um crescimento a longo prazo.

2.5 QUALIDADE DOS SERVIÇOS

De acordo com Fitzsimmons e Fitzsimmons (2014), devido a satisfação dos clientes ser determinada por alguns fatores intangíveis, medir a qualidade nos serviços se torna uma tarefa muito difícil. A qualidade em serviços é a capacidade que uma empresa tem para satisfazer uma necessidade, resolver um problema ou fornecer solução a alguém.

Assim, o produto final em serviços é sempre o sentimento dos clientes e consumidores, que podem ficar satisfeitos ou não baseados em suas expectativas e necessidades, tornando a qualidade de serviços variável, e complexa, conforme cada pessoa, motivo pelo qual não podemos padronizar atendimento, mas sim padronizar a qualidade de serviços (ZANINI, 2016).

Segundo Marques (2016), é preciso realizar um serviço da maneira como ele foi planejado e desempenhar as suas funções e atividades previstas, atingindo seus objetivos previstos. Assim obterá qualidade nos serviços. Executivos que almejam uma posição diferenciada e uma vantagem sustentável no cada vez mais competitivo mundo dos negócios percebem, sem dúvida, a importância de

ISBN 978-65-5629-077-5

proporcionar serviços de qualidade superior, atendendo ou excedendo as expectativas dos clientes (ZEITHAML, 2017).

Para Neumann (2013), devido a constante mudança de perfil dos mercados consumidores sempre exigindo novos produtos, assim tendo lançamentos cada vez mais frequentes, as empresas têm sido obrigadas a trabalhar cada vez mais com uma maior flexibilidade com foto em seus clientes.

De acordo com Tobe e Thomas (2016), ao se tratar de foco nos clientes muitas empresas preferem escolher aquilo que requer menos esforço, como qualificar-se no atendimento, programas para escutar seus clientes, medidas para a satisfação dos clientes ou identificador de fidelidade, eles desempenham um papel importante, mas são pequenos passos resultando em pequenos ganhos.

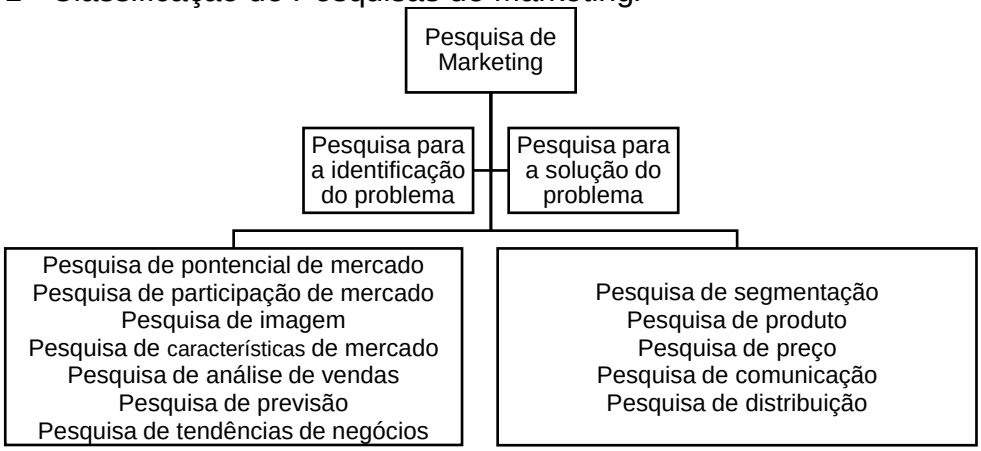
Segundo Fader (2017), as empresas precisão estar dispostas e preparadas para alterações seu sistema de funcionamento. Pode-se ter uma pequena queda a curto prazo, mas a longo prazo o ganho será maior, o objetivo é tornar a empresa o mais lucrativo possível a longo prazo.

2.6 PESQUISA DE MARKETING

A pesquisa de marketing tem a função de identificar e definir oportunidades, para criar e melhorar ações, fazer a monitoramento dessas ações e compreender o marketing como processo. Alguns fatores analisados por Pinheiro et al., (2011), monstra que a pesquisa de marketing é feita para analisar o mercado, definir ações dos quatro Ps (preço, promoção, produto e propaganda) e também compreender o comportamento e atitudes do mercado consumidor.

De acordo com Malhotra (2012, p.6), "a pesquisa de marketing é a função que conecta o consumidor, o cliente e o público ao profissional de marketing por intermédio de informações usadas para identificar e definir oportunidades e problemas de marketing; para gerar, refinar e avaliar as ações de marketing; para monitorar o desempenho de marketing; e para melhorar a compreensão do marketing como processo", conforme figura 1:

Figura 1 - Classificação de Pesquisas de Marketing.



Fonte: Adaptado de Malhotra (2012).

Para Mattar (2012), a pesquisa de marketing é feita por etapas que busca entender: identificação do problema da pesquisa, objetivos da pesquisa, a execução em si e por fim a publicidade dos resultados.

ISBN 978-65-5629-077-5

Corroborando com o assunto, Martins (2013), afirma que a pesquisa de marketing tem a função de informar o consumidor, ou o público-alvo e profissionais ligados ao marketing, referente as oportunidades e ameaças, além da criação e avaliação de ações de marketing.

2.7 ESCALA SERVQUAL

Segundo Oliveira e Ferreira (2009), são cinco as dimensões que dão forma a escala ServQual:

- **Confiabilidade:** prestação de serviço realizada de forma correta e de acordo com o que foi combinado com o cliente;
- **Tangibilidade:** aspectos físicos da empresa, materiais de comunicação, equipamentos e instalações;
- **Responsabilidade:** disposição dos funcionários em estar prontamente preparados para servir os clientes;
- **Segurança:** habilidade de se transmitir confiança a seus clientes;
- **Empatia:** mede a capacidade dos funcionários de entender e se pôr no lugar dos clientes para compreender melhor suas necessidades.

Segundo Zeithaml *et al.*, (2014), a Escala ServQual gerou vários estudos pensados em avaliação de qualidade do serviço, utilizasse em todos setores de serviços pelo mundo. O Servqual já foi utilizado em diversas áreas, algumas delas como, escritórios de contabilidade, restaurantes e hospitais.

A Escala ServQual é sugerido para muitas aplicações, mas a sua função principal é identificar as tendências da qualidade em serviços por meio de pesquisas periódicas com os clientes (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2014).

De acordo com Zeithaml (2017), devido as cinco dimensões serem provenientes da análise sistemática de avaliações dos clientes, adquiridas em várias entrevistas, criando uma breve interpretação dos parâmetros básicos utilizados pelos clientes para suas avaliações de qualidade de um serviço. Essa escala foi desenvolvida com o intuito de analisar a percepção e a expectativa dos clientes em relação a um determinado serviço prestado, além de ser um instrumento de fácil análise. A escala ServQual é um modelo baseado em cinco dimensões, sendo elas: confiabilidade, responsabilidade, segurança, empatia e tangíveis (DE SÁ; *et al.,* 2019).

3 METODOLOGIA

A pesquisa avaliou a principais dimensões da qualidade sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, em relação ao setor de vendas de autopeças, utilizando-se da Escala ServQual? A amostra foi 77 clientes ativos (média/mês), no total foram aplicados 110 questionários, sendo que destes, 33 foram invalidados por não ter sido preenchido corretamente e por falta de informações necessárias que comprometeriam o estudo, caracteriza-se como sendo por conveniência que constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem e é destituída de qualquer rigor estatístico. Esse

ISBN 978-65-5629-077-5

tipo de amostragem é aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos em que não se requer elevado nível de precisão (MARAFON, *et al*., 2013).

Utilizou-se a Escala *Servqua*l com 22 questões sobre a qualidade mínima aceitável, desejada e a percepção da qualidade dos serviços prestados pela empresa alvo da pesquisa. Na coleta dos dados primários, eles são coletados especialmente para determinada pesquisa, diretamente com quem participa da ação (CROCCO, *et al*., 2017), por meio da aplicação de questionário com perguntas fechadas, com vistas à construção da escala de mensuração, assertivas de forma mescladas e submetidas à avaliação do respondente.

Por meio do roteiro semiestruturado da réplica do artigo de Neto (2006), aos clientes da empresa objeto de estudo, entregues pessoalmente no horário comercial, após os procedimentos da aquisição do material (pós-venda), ou seja, este estudo busca se compreender a visão dos clientes em relação a sua percepção de forma individualizada, fazendo que suas necessidades sejam atendidas, após os procedimentos de compra (pós venda), foi testado com 20 (vinte) clientes, para a correção de eventuais termos e para a medição do tempo médio dos questionamentos, possibilitando o planejamento da coleta de dados, conforme o exemplo que se apresenta a seguir no quadro 1:

Quadro 1 – Questão para avaliação da importância dos atributos.

Usando os números das 5 características listadas acima, indique abaixo as sete mais importantes, em sua opinião por ordem de importância.		
Discordo Totalmente	12345	**Concordo Totalmente**

Fonte: Elaborado pelo Autor do estudo (2021).

Para cada um dos atributos da percepção dos clientes da empresa objeto de estudo, referente à qualidade dos serviços prestados (desempenho), utilizando-se da Escala ServQual, divididas em cinco dimensões: tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia, aplicados entre os meses de junho a agosto/2021. Imediatamente após a avaliação de cada um dos atributos segundo a escala mencionada acima, uma pergunta de satisfação geral em relação à empresa. Ao término do questionário foram feitas perguntas descritivas básicas para que se pudessem identificar características demográficas de cada cliente.

Deste modo, para tornar o resultado desta pesquisa mais próximo à realidade, o processo de análise de dados, utilizando-se do Excel consiste em uma ferramenta de análise quantitativa que facilita o gerenciamento e interpretação do perfil da amostra do estudo e da percepção da qualidade dos serviços prestados através de 5 dimensões da Escala ServQual: Tangibilidade; Responsividade; Segurança, Confiabilidade e Empatia.

ISBN 978-65-5629-077-5

4 RESULTADOS

4.1 APRESENTAR O PERFIL DOS CLIENTES DA CONCESSIONARIA (OBJETO DE ESTUDO)

O estudo apresentado utilizou de uma amostra de 77 clientes na coleta de dados do perfil do cliente: gênero, estado civil, faixa etária, renda e escolaridade, os resultados são apresentados pela frequência absoluta (nº), frequência relativa (%),conforme quadro 1:

Quadro 1 – Perfil da amostra.

Perfil		F.a	F.r
Gênero	Feminino	22	29
	Masculino	55	71
Estado Civil	Casada (a)	42	55
	Solteira (o)	22	29
	Separada (o)	5	6
	Divorciada (o)	5	6
	Viúva (o)	3	4
Faixa Etária	Acima de 16 anos	0	0
	Entre 18 e 25 anos	31	41
	Entre 26 e 33 anos	14	18
	Entre 34 e 41 anos	16	21
	Entre 42 e 49 anos	8	10
	Acima de 50 anos	8	10
Renda	Até um salário mínimo	1	1
	Entre 2 e 3 salários mínimos	13	17
	Entre 4 e 5 salários mínimos	29	38
	Acima de 5 salários mínimos	34	44
Escolaridade	Fundamental incompleto	0	0
	Fundamental completo	0	0
	Médio incompleto	2	3
	Médio completo	29	38
	Superior incompleto	19	24
	Superior completo	27	35

ISBN 978-65-5629-077-5

	Outros	0	0

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

O quadro anterior destaca-se o perfil dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, por meio dos questionários aplicados, identificou que o gênero feminino (29%) e masculino (71%). Sendo 42% dos respondentes casados, 55% solteiros (29%), separados e divorciados (6%), e o restante (4%) são viúvos. Na sequência da amostra de perfil, faixa etária, constatou-se que a maioria dos respondentes (41%) está na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, e (21%) da amostra apresenta-se na faixa etária entre 34 a 41 anos de idade. Relacionado à renda familiar, 44% da amostra na faixa acima de 5 salários mínimos e ainda 38% da amostra está na faixa da renda entre 4 a salários mínimos. E por fim, em relação a escolaridade, 38% possui ensino médio completo, 35% da amostra possui ensino superior completo e 24% possui o ensino superior incompleto.

4.1.1 Identificar os atributos da qualidade na prestação de serviços em uma Concessionária

Neste tópico apresentam-se a compreensão dos atributos da qualidade do serviço prestado em uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná de (responsividade, confiabilidade, tangibilidade, empatia e segurança), respectivamente a forma de descrição da concordância total, concordância, neutro, discordância e discordância total, entre a frequência relativa e frequência absoluta.

No quadro 2 apresenta o atributo **tangibilidade** relacionando as condições das instalações físicas, apresentação dos funcionários de um modo geral e questões sobre os equipamentos utilizados no atendimento:

Quadro 2 – Atributo: Tangibilidade.

	Questão	F.	1	2	3	4	5	Total
TANGIBILIDADE	As instalações físicas da Concessionária são visualmente atrativas e estão sempre bem organizadas.	Fa	71	6	0	6	71	77
		Fr	0	0	0	8	92	
	As instalações físicas da Concessionária de acordo com as necessidades dos clientes.	Fa	0	0	0	8	69	77
		Fr	0	0	0	10	90	
	Os funcionários da Concessionária de modo geral sempre bem vestidos.	Fa	0	0	0	5	72	77
		Fr	0	0	0	6	94	
	A Concessionária tem equipamentos necessários para o bom atendimento do cliente.	Fa	0	0	2	5	70	77
		Fr	0	0	0	6	94	

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

O quadro anterior, observamos que 92% das instalações estão visualmente atrativas e sempre organizadas. Em relação à instalação física da empresa objeto de estudo, 90% dos respondentes concordam que a instalação está de acordo com suas necessidades. Observou-se que 94% dos respondentes, concordam totalmente que os funcionários estão bem vestidos e a concessionária tem equipamentos necessários para um bom atendimento. Segundo Zeithaml *et al*.,

ISBN 978-65-5629-077-5

(2009 p.121), são os estudos ou condições essenciais para a manutenção do bem estar físico e psicológico do cliente, aspectos vitais que moldam seu desejo com relação ao serviço.

Neste quadro 3 apresenta o atributo da **confiabilidade**, as questões quanto à comprometimento aos serviços e ações que empresa objeto de estudo relaciona problemas, conformidade entre prazos, condições, horários e a divulgação da marca:

Quadro 3– Atributo: Confiabilidade.

	Questão	F.	1	2	3	4	5	Total
CONFIABILIDADE	A Concessionária presta o serviço de acordo com o que divulga.	Fa	0	0	0	2	68	77
		Fr	0	0	0	3	97	
	A Concessionária tem o comprometimento com o serviço no	Fa	0	0	0	3	64	77
		Fr	0	0	0	4	96	
	A Concessionária é solidariedade e prestativa quando existe algum problema	Fa	0	0	0	2	75	77
		Fr	0	0	0	3	97	
	A Concessionária é confiável na prestação do serviço.	Fa	0	0	0	2	75	77
		Fr	0	0	0	3	97	
	A Concessionária tem conformidade com prazos e condições de pagamento.	Fa	0	0	0	5	72	77
		Fr	0	0	0	6	94	

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, verificou-se em relação, que a empresa objeto de estudo presta o serviço de acordo com o que divulga, 97% dos respondentes concordam totalmente. Na sequencia, 96% dos respondentes concordam totalmente que a concessionária tem comprometimento com o serviço no tempo determinado. Ainda, em relação a solidariedade e prestatividade da concessionários em relação a problemas ou reclamação 97% da amostra concorda totalmente. Em relação a prestação do serviço, 97% dos respondentes concordam totalmente que a concessionária é confiável. E por fim, 94% da amostra defini que a Concessionária tem conformidade com prazos e condições de pagamento.

Corroborando com assunto Kotler *et al*., (2002), afirma que a confiabilidade é a segurança nos serviços prestados pela empresa e a capacidade desta de cumprir o que promete.

Da mesma forma, o atributo da **responsividade**, onde serão considerados quanto à empresa e funcionários estão dispostos a responder as solicitações dos clientes e a resolução dos problemas apresentados, conforme quadro 4:

Quadro 4 – Atributo: Responsividade.

	Questão	F.	1	2	3	4	5	Total
RESPONSIVIDADE	Os clientes da Concessionária são informados sobre condições e prazos de pagamento.	Fa	0	0	0	3	74	77
		Fr	0	0	0	4	96	
	A Concessionária sempre abre no horário	Fa	0	0	4	4	69	77

ISBN 978-65-5629-077-5

	divulgado.	**Fr**	0	0	5	5	90	
	Os Funcionários da Concessionária estão sempre dispostos a responder as solicitações dos clientes.	**Fa**	0	2	5	3	67	77
		Fr	0	3	6	4	87	
	Quando o cliente tem algum problema à Concessionária mostra interesse para resolvê-lo.	**Fa**	0	0	0	3	74	77
		Fr	0	0	0	4	96	

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, o estudo revelou que 96% dos respondentes concordam totalmente que são informados sobre condições e prazos de pagamento e quando tem algum problema à concessionária mostra interesse para resolvê-lo. Em relação a abertura da empresa objeto de estudo 90% concordam totalmente que abre no horário divulgado. E por fim, em relação aos funcionários da Concessionária estão sempre dispostos a responder as solicitações dos clientes 87% concordam totalmente. De acordo com, Hollanda (2011), que responsividade é a facilidade que o consumidor encontra para conseguir informações, sobre o atendimento, horário e o interesse para resolver problemas.

Outro aspecto do estudo, o atributo **segurança** no qual mostra o nível de confiança dos clientes e aos funcionários a empresa, analisa a gentileza dos profissionais e a segurança que transmitem, aborda também questões de treinamento e conhecimento necessários para que possam transmitir segurança, conforme quadro 5:

Quadro 5 - Atributo: Segurança.

Questão		**F.**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**Total**
SEGURANÇA	Os Funcionários da Concessionária mostram confiança.	**Fa**	0	0	0	2	75	77
		Fr	0	0	0	3	97	
	Os Funcionários da Concessionária são gentis com os clientes.	**Fa**	0	1	5	2	69	77
		Fr	0	1	6	3	90	
	Os profissionais da Concessionária transmitem segurança com o serviço prestado.	**Fa**	0	0	0	2	75	77
		Fr	0	0	0	3	97	
	Os Funcionários da Concessionária tem conhecimento e treinamento necessário para responde às dúvidas dos clientes.	**Fa**	0	0	0	4	72	77
		Fr	0	0	0	5	95	

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, 97% dos respondentes concordam totalmente que os funcionários mostram confiança e transmitem segurança com o serviço prestado

ISBN 978-65-5629-077-5

na empresa objeto de estudo. Na sequencia 95% concordam totalmente os funcionários da concessionária tem conhecimento e treinamento necessário para responde às dúvidas dos clientes. E por fim, 90% dos respondentes concordam totalmente são gentis ao lidar com os clientes. Pois segundo Hoffman e Baeson (2002) a segurança diz respeito á competência com que a empresa desempenha seus serviços, ou seja, habilidades e conhecimentos necessários para a realização de um serviço profissional.

Na sequência foi abordado o atributo **empatia** que se refere ao atendimento aos clientes de forma individualizada demonstrando interesse em atender as necessidades de forma atenciosas e horários convenientes aos clientes, conforme quadro 6:

Quadro 6 – Atributo: empatia.

Questão		F.	1	2	3	4	5	Total
EMPATIA	A Concessionária demonstra atenção individualizada aos clientes.	Fa	0	2	5	1	69	77
		Fr	0	3	6	1	90	
	Os Funcionários da Concessionária tratam os clientes de forma atenciosa.	Fa	0	0	3	5	69	77
		Fr	0	0	4	6	90	
	Os Funcionários da Concessionária demonstram interesse em servir os clientes	Fa	0	7	1	7	62	77
		Fr	0	9	1	9	81	
	A Concessionária demonstra interesse em atender as necessidades dos clientes.	Fa	0	4	5	8	60	77
		Fr	0	5	6	10	78	
	O horário de funcionamento é conveniente para todos os clientes.	Fa	1	7	5	9	55	77
		Fr	1	9	6	8	71	

Fonte: Questionário Aplicado (2021).

No quadro anterior, constatou-se que 90% dos respondentes concordam totalmente em relação a empresa objeto de estudo que demonstra atenção individualizada e os funcionários tratam os clientes de forma atenciosa. Já, 81% dos respondentes concordam totalmente que os funcionários da concessionária demonstram interesse em servir os clientes. Ainda, o estudo constatou que 78% dos respondentes afirmam que a Concessionária demonstra interesse em atender as necessidades dos clientes. E por fim, em relação ao funcionamento é conveniente para todos os clientes, 71% concordam totalmente com está questão. Para Krznaric (2014), é a arte de se pôr no lugar do outro através da imaginação, envolvendo seus sentimentos e perspectivas e usando esse conceito para orientar as próprias emoções.

4.1.2 Analise das principais dimensões da qualidade sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária, em relação ao setor de vendas de autopeças.

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste tópico, apresentam-se os principais atributos da qualidade de serviço (tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia), sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel - Paraná. Esses atributos de percepção que compõem a satisfação dos clientes que foram observados e comprovados através do estudo são:

Desta forma, o atributo **tangibilidade** torna-se possível afirmar que os clientes estão satisfeitos com as instalações físicas e equipamentos utilizados na prestação dos serviços, pois a maioria está em concordância total.

Em relação ao atributo **segurança,** os clientes afirmam que a empresa objeto de estudo demonstra segurança quanto ao serviço prestado sendo solidária com os problemas apresentados e comprometimento com o que divulga em mídias.

Quanto ao atributo da **responsividade** constata-se que respondentes estão em concordância total quanto aos horários de atendimento e a disposição e interesse dos funcionários em resolver os problemas apresentados na prestação dos serviços.

Outro fator ponderante é o atributo da **confiabilidade**, a maioria dos respondentes mostra-se satisfeitos com o atendimento da empresa, ou seja, a concessionaria promete o que se comprometeu com os clientes, em relação aos requisitos de pedidos, expectativas e necessidades de clientes.

Por fim sobre o atributo **empatia** fica provado que os entrevistados estão satisfeitos quanto à atenção individualizada e o interesse de atender as necessidades, sendo assim a discordância total de 3% de discordância total torna-se irrelevante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal a análise das principais dimensões da qualidade sob o ponto de vista dos clientes de uma Concessionária do município de Cascavel – Paraná, em relação ao setor de vendas de autopeças. A qualidade considera-se um fator relevante nos negócios principalmente em prestadores de serviços. A tendência da gestão de qualidade nos serviços assegura a obtenção de vantagem competitiva, portanto, compreender a estrutura da qualidade do serviço melhora a relação com clientes.

Ao identificar os atributos da qualidade na prestação de serviços na empresa objeto de estudo, o estudo buscou a compreensão dos atributos que leva o cliente adquirir peças, foram identificados os seguintes atributos: tangibilidade a empresa apresenta a aparência das instalações físicas, do equipamento, dos funcionários e dos materiais de comunicação; confiabilidade mostrou a capacidade de executar o serviço prometido de forma confiável e precisa; responsividade: os funcionários mostram a disposição de ajudar os clientes prestando os serviços de forma ágil; Segurança: o conhecimento e a cortesia dos funcionários, e capacidade de inspirar confiança e certeza; e por fim, a empatia os clientes recebem atenção individualizada, no entendimento reconhecer as necessidades e desejos dos clientes.

Constatou-se que na análise das dimensões da qualidade dos serviços fica reforçada a importância dos aspectos funcionais na prestação de serviços, as informações geradas neste estudo e poderão contribuir na gestão futura, com

ISBN 978-65-5629-077-5

possibilidades de realinhamento das políticas com as variáveis que mais impactam na satisfação do cliente.

Ficou Identificado no estudo que os entrevistados na maioria estão em comum acordo com as politicas da empresa, é relevante ainda, afirmar que 3% dos respondentes afirmam que atendimento individualizado não tem padronização.

Nos questionamentos restantes, resultados foram nulos não havendo discordância total, tornando necessária atenção especial quanto ao desenvolvimento de métodos e utilização de ferramentas mensuráveis das expectativas dos clientes no intuito que a empresa obtenha um desempenho satisfatório na qualidade dos serviços prestados.

Isso denota-se, a importância da pesquisa e a necessidade ao desenvolvimento de métodos mais apropriados para a realização de tarefas com a obtenção de conhecimentos necessários para desempenhar as atividades de maneira satisfatória. Ainda, em decorrência da dificuldade do tema ser pouco abordado em estudos científicos, o tema "Qualidade em Serviços" ainda é objeto de muitas discussões entre pesquisadores, gerentes e administradores. Em sua profundeza, esta questão é decorrente do envolvimento de dois objetos de estudos não tão comuns: qualidade e serviços.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angelia do. **Estudo de usuários e marketing da informação.** Universidade de Brasília (UnB). BJIS, Marília (SP), v.7, n. Especial, p.3-25,1º.Sem.2013. Disponível em: file:///c:/users/balc%c3%83o%2002/downloads/dialnet-estudosdeusuario semarketingda informacao -43304211.pdf. Acesso em: 27 Abr. 2021.

AYROSA, Eduardo; BARROS; Denise Franca; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **Marketing:** coleção Gestão de Marketing. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

B2W Marketplace. **Tendências e oportunidades no mercado de autopeças e acessórios automotivos.** 2020. Disponível em: https://blog.b2wmarketplace.com.br/ 2019/10/17/ mercado-de-autopecas/. Acesso em: 26 Abr. 2021.

BASTA, Darci. **Fundamentos de marketing**. Editora FGV, 2015.

BINOTTO, Simone; DENARDIN, Élio Sérgio; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; BOLIGON, Juliana Andréia Rudell; MACHADO, Flaubiane Figueredo. **Os fatores de influência no comportamento do consumidor:** um estudo em uma cooperativa agrícola do RS. RGC- Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, Santa Maria, RS, v.1, n.2, 2014, Disponível em: https:// periodicos.ufsm.br/rgc/article/ download/15345/pdf.. Acesso em 25 Mai. 2021.

CERQUEIRA, Lucas Santos; FERREIRA, Henrique Magno Paranhos; COSTA, Filipe Miranda. **Comportamento do consumidor:** Um estudo da percepção do consumidor no segmento atacadista em um Município Baiano. 2010. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

http://sistema. semead.com.br/13 semead/resultado/trabalhosPDF/63.pdf. Acesso em: 25 Mai. 2021.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil.** 3° Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CRUZ, Cleide Ane Barbosa da; SILVA, Lângesson Lopes da. **Marketing digital:** marketing para o novo milênio. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.2, Pub.1, abril 2014. Disponível em: https://assets.itpac.br/arquivos/revista/72/1.pdf. Acesso em: 31 Mai. 2021.

DE SÁ, Guilherme Hiurcartz Varela; CARRIEL, Karen Milene Madureira; FREITAS, Kellen Cris Massaneiro; MARIANI, Jonatã da Silva. **Aplicação do Modelo SERVQUAL em uma Loja de Materiais para Construção para Mensurar o Nível de Satisfação dos Clientes**. IX Congresso Brasileiro de Engenharia da Produção. Ponta Grossa, 04 a 06 Dezembro, 2019. Disponível em: http://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/ 0930201922094 75d92a977a71b2.pdf. Acesso em: 31 Mai. 2021.

FADER, Peter. **Foco no cliente certo**: Como repensar a relação com o cliente e dedicar-se àqueles mais valiosos. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2017.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing**. 3ª Edição. São Paulo: Cencage Learning, 2009.

FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing**. 4ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços: Operações, estratégia e tecnologia da informação**. 7ª Edição Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

FREIRE, Otávio Bandeira de Lamônica; **Determinantes do valor e da satisfação com o consumo de uma marca de moda jovem.** Revista Brasileira de Marketing - REMark, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 97-121, jan./mar. 2013. Disponível em: http//www. producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45736/determinantes%20do%20valor%20 de%20 da%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20consumo. Acesso em: 26 Abr. 2021.

GENGHINI, Luiz Antonio; MARTINS, Cibele Barsalini; AZEVEDO, Mauricio S.; PAZZINATO, NadiaKassouf; CORREA, Dalila Alves. **Planejamento e plano de marketing de organizações do terceiro setor**. 2ème Congrès Transformare 19-20 mars 2012, Paris. Disponível em: http://www.transformare.adm.br/anais/Luiz-Antonio-Genghini-et-al.-Planejamento-e-Plano-de-Marketing.pdf. Acesso em: 27 Abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

GUERRINI, Fábio Müller; JUNIOR, Walther Azzolini; BELHOT, Renato Vairo. **Planejamento e Controle da Produção: Projeto e operação de sistemas.** Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2013

HOFFMAN, Douglas K.; BATESON, John E. G. **Princípios de Marketing de serviços. Conceitos, estratégias e casos**. São Paulo, SP. Learning, 2002.

HOLANDA, Eliane; SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâcio de; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; MOLINARO, Alex; VAITSMAN, Jeni. **Satisfação e responsividade em serviços de atenção à saúde da Fundação Oswaldo Cruz.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http:// www.scielosp.org/pdf/csc/v17n12/19.pdf. Acesso em: 03 Ago. 2021.

HONORATO, Gilson. **Conhecendo o marketing.** 1ª Edição. Editora Barueri, 2004.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermavan; SETIAAWAN, Iwan. **Marketing 3.0:** As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip; HAYES, Thomas. BLOOM, Paul N. **Marketing de serviços profissionais: Estratégias inovadoras para impulsionar sua atividade, sua imagem e seu lucro**. 2° Edição. Barueri: Learning, 2002.

KRZNARIC, Roman; O **poder da empatia, a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo.** Rio de Janeiro, Zahar. 2014

LAPPONI, Juan Carlo. **Estatística usando Excel.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 6° Edição. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARQUES, Fabio. **Guia prático de excelência em serviços**. Barueri: NBL Editora, 2016.

MARTINS, Eduardo Paulo Ferreira. **Qualidade do serviço:** o caso do setor bancário português. Porto: Vida económica- Editorial, SA, 2013.

MATTAR, FauzeNajib. **Pesquisa de Marketing:** Edição compacta. 5º Edição atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MELLO, Alexandre Leite de. **Marketing de serviços.** São Paulo: Senac, 2017.

NETO, Leonardo Francisco Figueiredo; SAUER, Leandro; BORGES, Gerusa Rodrigues Cruvinel; BELIZARIO, Jaqueline Bortoleto. **Método servqual:** um estudo de satisfação em uma escola de idiomas. Bauru, 2006. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais13/artigos/415. pdf. Acesso em 27 de Abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

NASCIMENTO, Amanda de Lourdes do; ALMEIDA, Carolina dos Santos Silva; SIQUEIRA, Ilany Bethânia Ramos Ignácio; ALVAREZ, Rodrigo Martin Alvarez. **A qualidade no atendimento e a satisfação do cliente: análise do atendimento prestado pelas empresas do comércio varejista da cidade de Resende** – RJ. XV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 30/10 a 01/11/2018. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos 18/15726166.pdf. Acesso em: 31 Mai. 2021.

NEUMANN, Clóvis. **Gestão de sistemas de produção e operações:** Produtividade, lucratividade e competitividade. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2013.

NORONHA, João Carlos de. Serviços **Tangíveis como Ferramenta Estratégica**. Revista Eletrônica Novo Valor, Santo André, 2009. Disponível em: http://www.nvconsultoria. com.br/ pdf/28.pdf. Acesso em: 26 Abr. 2021.

OLIVEIRA, O; FERREIRA, E. **Adaptação e aplicação da escala SERVQUAL na educação superior.** XXIX ENEGEP, Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Salvador, out., 2009. Paraná Digital. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diadia.pr. gov/arquivos/file/pdf/parana_digital.pdf. Acesso em: 31 Mai. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Meneses de. **Processo de decisão de compra dos consumidores de serviços de TV por internet:** o caso Netflix. Dissertação apresentada á Universidade Federal de Lavras, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufla.
br/bitstream/1/12014/1/disserta%c3%87%c3%83oprocesso%20de%20decis%c3%a3o%
20de%20compra%20dos%20consumidores%20de%20servi%c3%a7os%20de%20tv%20 por%20internet.pdf. Acesso em: 25 Mai. 2021.

PAIM, Rafael; CARDOSO, Vinicius; CAULLIRAUX, Heitor; CLEMENTE, Rafael; **Gestao de projetos:** Pensar agir e aprender. Porto alegre, 2009.

PEROGER, Sabrina. **Fatores que influenciam no comportamento de compra de lingerie.** Monografia de Trabalho do Curso de Administração de Empresas do Centro Universitário Univates, para obtenção do titulo de Bacharel em Administração, 2015. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1026/1/2015SabrinaPegorer
.pdf.Acesso em: Acesso em: 25 Mai. 2021.

PINHEIRO, Roberto Meireles; CASTRO, Guilherme Caldas de; SILVA, Helder,Haddad; NUNES, José Mauro Goncalves. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

PRA, Marlene et al. **Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 24, n. 1, 2016. Disponível em: http://agritrop.cirad.fr/581999/. Acesso em: 21 Mai. 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** Para alunos de graduação de pós-graduação. São Paulo, 2005.

RICHERS, Raimar. **O que é marketing**. Brasiliense, 2017.

ROSSI, Paulo Egydio; BRAGA, Sérgio Pereira. **A Satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados por um organismo de Inspeção veicula**r. Revista Administração OnLine – FECAP, v. 5, n.3, p 11-25, jul./set., 2004. Disponível em: http://www.fecap.br/admonline/art 0503/art5032.pdf. Acesso em: 26 Abr. 2021.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do consumidor:** Conceitos e casos. São Paulo: Pearson, 2005.

SANTOS, Marcello Lopes dos. **Processos de Formação de Preços**. Curitiba: IESDE BRASIL, 2016.

SCHIFFMAN, Leon G; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do consumidor**. 9ªEdição. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O mercado de autopeças e a atuação das MPE**. 2015. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.
com.br/chronus/arquivos_chronus/bds/bds.nsf/960e4477c82d8031c7f345a349cc1b7c/$ File/5847.pdf. Acesso em: 26 Abr. 2021.
SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores. **Pesquisa conjuntural**. 2021. Disponível em: https://www.automotive-business.com.br/abinteligencia/pdf/sindipecas_faturamento_out2020.pdf. Acesso em: 26 Abr. 2021.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor:** Comprando, possuindo e sendo. 9°.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SPILLER, Eduardo Santiago. **Gestão de serviços e marketing interno**. Editora FGV, 2015.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, STEPHEN J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** Porto Alegre, Artmed, 2012.

TOBE, Jeff; THOMAS, Bill. **O poder da antecipação:** Como saber o que seu cliente quer - antes dele mesmo. São Paulo: Editora Gente, 2016.

ISBN 978-65-5629-077-5

ZANINI, Eduardo. **Melhorando a qualidade de atendimento e prestação de serviços.** São Paulo: biblioteca24horas, 2016.

ZIETHAML, Valarie; BITNER, Mary; GREMLER, Dwayne D. **Marketing de serviços:** a empresa com foco no cliente. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed 2009.

ZEITHAML, Valerie A; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. **Marketing de Serviços:** a empresa com foco no cliente. 6ª Edição. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

ZEITHAML, Valerie A. **A excelência em serviços.** 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: Um estudo de caso em uma Farmácia de um Operador de Plano de Saúde do município de Cascavel – Paraná

Lucas Ricardo Neves Moreno[1]
Sandro Ricardo Busato[2]

Resumo: A competitividade de uma empresa pode ser afetada por vários fatores, dentre elas a logística, pois é considerada importante nas estratégias competitivas das empresas. Dentre as atividades da logística, uma das principais é a gestão de estoques, que contribui para melhoria do nível de serviço e redução de custos. O objetivo deste artigo foi constatar diretamente a influência da aplicação dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras na Farmácia de um operador de plano de saúde do município de Cascavel – Paraná, em relação à aquisição de materiais hospitalares. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se a forma de pesquisa documental, de natureza descritiva, com abordagem quantitativa. Para isto, utilizou-se um estudo de caso, através de dados secundários que refletiram os resultados dos métodos do Ponto de Pedido e Lote Econômico de Compras como ferramentas de gestão de estoques. Esses resultados de reabastecimento de materiais hospitalares a empresa conseguiu gerenciar seu estoque a um nível mínimo para um produto específico. Quando a empresa atingir esse nível de estoque, ela acionará o reordenamento daquele produto específico, assim sendo, os métodos abordados no estudo apresentam maior segurança nas informações, menor espaço de armazenamento e confiabilidade em relação ao volume de estoque, classificando-se como uma ferramenta de otimização da gestão de estoque.

Palavras-chave: Controle de Estoque, Gestão de Estoque, Lote Econômico, Ponto do Pedido.

2 INTRODUÇÃO

O sistema básico de logística pode ser descrito de forma muito simples. O processo começa com um cliente fazendo um pedido a organização. Um produto é então produzido ou despachado de um estoque ao cliente. À medida que mais produtos são vendidos, mais matérias-primas devem ser adquiridas de fornecedores e mais produtos produzidos a atender à demanda ou repor estoques.

A ânsia por destaque no mercado tem levado as empresas a buscarem se diferenciar através da estratégia competitiva. Pode-se citar, dentre as estratégias competitivas conhecidas o foco no produto, o foco no preço e o foco no cliente. O foco no cliente leva em consideração a demanda do mesmo, quando a empresa possui orientação para o mercado com base na superação das expectativas do cliente, como é o caso do nível de serviço (WINCKLER, 2009).

[1] Acadêmico do Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Sandro Ricardo Busato Curso de Administração- Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

O estoque é uma parte relevante do sistema e pode ser encontrado em muitos lugares do sistema de logística. No lado da entrada, estoques de matérias-primas, peças e componentes são mantidos na fabricação. Na manufatura, o estoque em processo é encontrado entre os estágios de produção. Os estoques de produtos acabados podem ser mantidos em antecipação à demanda dos clientes e são encontrados nas fábricas ou em depósitos nas proximidades dos clientes.

Neste contexto, existem razões para manter o estoque nas empresas, mas, á custos associados a ele, ou seja, o custo de manutenção de estoque é o custo de capital vinculado ao estoque. Em outras palavras, a empresa investe capital nos estoques, mas, também poderia investir este capital no aumento da sua capacidade produtiva.

Segundo Marques e Ferreira (2011), as decisões sobre estoques é uma área do planejamento logístico, ou seja, gerenciada, pode contribuir significativamente na maximização dos lucros ou diminuição dos custos das empresas. O gerenciamento de estoque, por outro lado, é um termo mais amplo que abrange a obtenção, armazenamento de matérias-primas e produtos acabados. O estoque certo, nos níveis certos, no lugar certo, na hora certa, com o custo certo.

Neste contexto, operadores de planos de saúde ganham relevância, dentre as atribuições estão à reposição de materiais para as suas farmácias, além disso, estão processos como cotações, ordens de compra, negociações, recebimento do material e a comparação de propostas, entre outras. Sendo assim, é fundamental um controle efetivo de todo material a ser comercializado.

De acordo com a Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge (2019), o avanço gradual da oferta de serviços farmacêuticos e a expansão das salas clínicas dentro do ponto de venda, as farmácias e drogarias brasileiras tornaram-se verdadeiras aliadas do setor de saúde no que se refere à atenção primária e adesão ao tratamento.

Um sistema logístico bem estruturado pode ser uma vantagem competitiva, levando em consideração o investimento financeiro envolvido no estoque. Um tema muito abordado do gerenciamento de estoques destaca-se a necessidade de monitoramento da entrada e saída de produtos de forma periódica. Assim, a necessidade de ferramentas que utilizam no processo normas para determinar o valor do estoque, definindo a relação entre níveis de estoque a ser mantido e a relação de entrada e saída de materiais e enviar pedidos aos clientes. Sob este enfoque, Fenili (2013), descreve a gama de atividades envolvidas na gestão de materiais, esse objetivo é desmembrado em objetivos secundários, assim listados: suprir a organização dos materiais necessários ao desempenho, no momento certo, com a qualidade requerida, praticando preços econômicos, recebendo e armazenando os bens de modo apropriado, distribuindo-os, evitando estoques desnecessários e mantendo rotinas de controle efetivas.

Este estudo procura constatar diretamente a influência da aplicação dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras na Farmácia de um operador de plano de saúde do município de Cascavel – Paraná em relação à aquisição de materiais hospitalares.

Este artigo apresenta na sequencia as teorias de valores mais utilizadas, e adotadas neste estudo. Seguindo-se os procedimentos metodológicos, a

ISBN 978-65-5629-077-5

apresentação e discussão dos resultados, finalizando-se com as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONCEITO DE LOGÍSTICA

Segundo Menezes (2012), a logística é um termo que surgiu há décadas, e vem evoluindo ao longo do tempo, sendo bastante utilizada e discutida nos meios empresariais atuais, como um processo de planejamento, implementação e controle de forma eficiente e eficaz para minimização dos custos de produção, produtos e serviços para melhor servir a uma clientela cada vez mais exigente, agregando valor aos mesmos.

O cenário mercadológico constantemente e transforma-se rapidamente. A competitividade é caracterizada por diversos fatores, dentre os quais se destaca: a concorrência entre as empresas do mesmo ramo de atuação; os custos logísticos e de estocagem de materiais (LEMES, 2015).

Com os avanços tecnológicos conquistados nas últimas décadas e com a abertura econômica do mercado mundial (Globalização), a logística se tornou importante na redução de custos e para conquista da tão almejada competitividade. A teoria sempre passou por várias transformações, tiveram conceitos ampliados e se mostrou como elemento fundamental ao sucesso das organizações (GONÇALVES, 2015).

De acordo com Santos (2015), No passado a logística compreendia o transporte de alimentos e munição para as tropas no campo de combate. Atualmente, representa o controle de processos gerenciais, desde o transporte para entrada de matéria prima nas empresas até a distribuição de produtos ao consumidor final.

De acordo com Marques (2011), o nível de serviço logístico é a qualidade com que o fluxo de bens e serviços e gerenciado. É o resultado liquido de todos os esforços logísticos da firma. E o desempenho oferecido pelos fornecedores aos seus clientes no atendimento de pedidos.

O KPI o Indicador-chave de desempenho (*Key Performance Indicador*), mede o nível de desempenho do processo, focando no "como" e indicando quão bem os processos de tecnologia da informação permitem que o objetivo seja alcançado (SILVA, 2012).

Para algumas organizações, nível de serviço logístico é o tempo necessário para entregar um pedido ao usuário. Para outras, é disponibilidade de estoque. Essas medidas corriqueiras para o nível de serviço têm a vantagem de ser facilmente quantificadas. Para um especialista no assunto, o nível de serviço refere-se especificamente à cadeia de atividades que atendem às vendas (PLATT, 2015).

Para Silva e Oliveira (2019), descrevem que desde a produção até a chegada ao consumidor final, as empresas precisam ter o produto ou serviço disponível diferenciado dos concorrentes de boa qualidade preço acessivo estar ao alcance do cliente no momento em que é solicitada, a organização deve fazer o planejamento do modal de transporte mais adequado para a entrega do produto levando em conta o menor custo benefício.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 GESTÃO DE MATERIAIS

Segundo Buller (2012 p.39), a "gestão de materiais é considerada atividade-chave ou central da logística empresarial, considerando que envolve as decisões sobre políticas de estoques, tanto na forma de matéria-prima, como produtos em processo (ou semiacabados), quanto na forma de produtos acabados".

Para Nunes (2013), a gestão de materiais são recursos que devem ser arranjados de tal forma que viabilizem o alcance dos objetivos organizacionais. O gerenciamento costuma ser a forma como os recursos são integrados para viabilizar o propósito comum da organização. De acordo com Feneli *et al.,* (2015), apontam que gestão de materiais é uma das mais transversais nas organizações, pois ela pode envolver de uma forma direta ou indireta para empresa.

Já Schiavoni (2015), descreve que a gestão de materiais contribui significativamente para o alcance dos objetivos estratégicos e das metas das empresas, proporcionando maior agilidade nas operações efetuadas pelas empresas e na qualidade das aquisições, onde para a empresa é um diferencial altamente competitivo e positivo.

De acordo com Porter (2001), chega mesmo a afirmar que a simples integração da gestão de materiais à estratégia global da empresa fará com que essa poderosa integração se torne também uma "bombástica" força para obter vantagem competitiva.

Segundo Buller (2012), pode se observar a importância de um gestor de compras, porque ele proporciona vantagem competitiva frente à concorrência. Quanto mais informação o comprador tiver, ele exercerá a sua função por mais tempo dentro da empresa. Para Silva (2012), o desenvolvimento de bons relacionamentos com fornecedores possibilita a redução de custos e aumento da lucratividade, gerando vantagem competitiva para as empresas. Observadas as oportunidades que a gestão de fornecedores pode trazer às organizações. Hoje todas as empresas procuram de uma forma ou de outra, a obtenção de uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, a oportunidade de atendê-los prontamente, no momento e quantidade desejada, é grandemente facilitada com a administração eficaz dos estoques (FERREIRA, 2019).

2.3 GESTÃO DE COMPRAS

Para Fernandes (2010), a gestão de compras tem a função de estabelecer o fluxo de materiais, ou seja, se vinculará fornecedores às compras que agiliza todas as aquisições efetuadas por uma empresa. De acordo com Nunes (2013), a aquisição de matérias-primas, suprimentos e outros componentes representa um fator decisivo nas atividades organizacionais, especialmente na administração de materiais. A função de compras nos negócios atuais assume verdadeiro papel estratégico nas organizações, devido ao volume dos recursos envolvidos.

Para Bowersox *et a*l., (2014, p.94), é fundamental na "determinação das estratégias de compras é compreender exatamente o que a empresa está

ISBN 978-65-5629-077-5

comprando (ou planejando comprar) e quanto está sendo gasto atualmente em cada item ou serviço adquirido".

A função compra não é mais apenas uma atividade rotineira, ela faz parte do processo de logística das empresas. Não se trata apenas em adquirir material. O setor de compras se inter-relaciona com todos os outros setores da empresa, influenciando e sendo influenciado. Portanto, a função compra vem ganhando espaço nas empresas, onde não basta apenas comprar, e sim, obter o maior número de vantagens possíveis. Podemos definir compras como sendo operações que envolvem valores, muito essencial entre as que compõem o processo de suprimento (SCHIAVONI, 2015).

Segundo Gonçalves (2016), gestão de compras é a área responsável por assegurar o suprimento dos bens e serviços necessários, tanto para a produção quanto para as demais atividades da empresa.

A negociação é uma ferramenta valiosa, para todos os profissionais, no cenário atual do mundo das organizações e dos negócios. Todos os profissionais negociam diversas coisas, o tempo todo, com seus clientes internos, externos, líderes e liderados, tais como, recursos humanos e financeiros, prazos, orçamentos, contratos, dentre tantas outras e, portanto, é de fundamental importância saber como abordar cada momento que envolve uma negociação para que se obtenham resultados positivos (BOFF, 2011).

Segundo Nunes (2013), o processo de compra começa com a requisição de compra, que em seguida é passada para área de Compras, a qual avaliará os fornecedores e solicitará cotações. Após, é preciso escolher o fornecedor dos materiais, o qual terá um acompanhamento entre o pedido e a entrega. Depois de entregues os materiais, eles são conferidos, armazenados e controlados pela área de materiais.

De acordo com Rodrigues e Oliveira (2014), uma vez que realmente a negociação é um processo, pois está situado no tempo passado, presente e futuro e, além disso, exige planejamento, execução e controle. Uma negociação normalmente é originada de uma situação ou problema ocorrido no passado, visando uma solução presente ou futuro. O início do processo de negociação se dá pela necessidade de uma das partes em resolver um determinado problema ou solucionar um conflito.

As estruturas funcionais das organizações vêm sendo substituídas por um sistema de gerenciamento horizontal, visando reduzir as distâncias entre fornecedores, indústria, distribuidores e varejistas, ou seja, o termo "negócio expandido" para essa nova configuração. Quando o compartilhamento e o fluxo de informações são incorporados a esse sistema, configura-se uma relação de parceria entre seus membros, base do conceito de gestão da Cadeia de Suprimentos (PLATT, 2015).

2.4 LOTE ECONÔMICO DE COMPRAS

Na opinião de Dassan *et. al*., (2015), o fator estrutura organizacional no que se refere à viabilidade de aplicação do lote econômico de compras, pode impedir que os resultados fossem conforme esperados, por mais que a precisão quantitativa seja de ótimo nível. De Acordo com Schiavoni (2015), o Lote

ISBN 978-65-5629-077-5

Econômico de Compras – LEC é o resultado de um procedimento matemático para adquirir a quantidade de material que uma empresa necessita pelo menor custo, levando em conta as despesas de armazenamento, os juros do capital investido e as despesas gerais de compra.

Segundo Costa e Godinho (2016), quando surge uma demanda por um produto, um prazo é determinado ou estipulado, levando em consideração a conquista da quantidade necessitada ou desejada, o que é mais conhecido como "tempo de ressuprimento". Sendo assim, o cálculo do lote econômico de compras se dá pela seguinte equação:

$$\textbf{Le=} \sqrt{\frac{2XDemandaXCusto\ do\ pedido}{Custo\ de\ armazenagem}}$$

Le= Lote Econômico
D= Demanda
CP= Custo do Pedido
CA= Custo da Armazenagem

Nesse sentido, Carneiro *et al*., (2017, p.40), afirma que "se aplicado de forma correta tende a reduzir os custos de materiais e aumentar a eficiência do espaço utilizado pelo estoque de produtos". Quando se sabe quais produtos costumam sair mais e quais menos em um estoque, pode-se classificá-los e evitar faltas, desperdícios e consequentes custos de manutenção.

2.5 GESTÃO DE ESTOQUES

De acordo com Bertaglia (2009), o gerenciamento de estoque se relaciona com o planejamento e controle de estoque de materiais ou produtos que serão utilizados na produção ou na comercialização de bens e serviços. Este gerenciamento é necessário para que a empresa não armazene produtos em quantias desnecessárias e que também não faltem produtos para atender aos clientes.

Para Platt (2015), define estoque como um pulmão, acumulando mercadorias, pois dessa forma protegeriam os distribuidores e varejistas contra a incerteza dos fornecimentos. De acordo com Schiavoni (2015), a função da gestão de estoques é controlar as disponibilidades e necessidades de produção de matérias-primas, a fim de não faltar material ao processo de fabricação. Para a gerência financeira, a redução dos estoques é uma das metas prioritárias.

Segundo Ferreira (2019), a referencia gestão de estoque está relacionado as estratégias das empresas, cuja função é controlar e manter aspectos relacionados ao abastecimento da linha de produção e à disponibilização para comercialização. A administração geral da empresa deverá determinar ao departamento de controle de estoque, o programa de objetivos a serem atingidos, isto é, estabelecer certos padrões que sirvam de guias aos programadores e controladores e também de critério para medir o desenvolvimento do departamento. Estas políticas são metas que a empresa está disposta a atingir, por acreditar que

ISBN 978-65-5629-077-5

desta forma estará cumprindo sua razão de existir, atendendo a sociedade em geral de forma satisfatória e gerando riquezas (ANTUNES, 2009).

Definir todas essas políticas é muito importante para o bom funcionamento da administração de estoque, sob aspecto global, um gerente de materiais deve estar capacitado de forma que possa responder às novas exigências do mercado, às variações de preços de vendas dos produtos acabados e dos preços das matérias-primas. Para isso, é seguro realizar uma correta implantação da política de estoques (SCHIAVONI, 2015).

Já Platt (2015), a busca é pelo estoque zero, uma das prerrogativas filosófica da logística, aliada ao início da integração entre setores do gerenciamento do fluxo de materiais e das informações, bem como fornecedores e clientes, além do uso de tecnologias e o código de barras.

2.6 PONTO DE PEDIDO

O modelo do ponto de pedido funciona de tal forma que sempre que uma determinada quantidade de um item em estoque é consumida, verifica-se se a quantidade restante é inferior a uma quantidade predeterminada, conhecida como ponto de reposição, e em caso positivo compra-se uma quantidade chamada de lote de ressuprimento (CORREA, 2010).

No pensamento de Zanon (2013, p.26), o ponto de Pedido é a posição ou nível do estoque que implica em providenciar reposição. É imprescindível lembrar o tempo necessário para tramitação burocrática. Assim, o suprimento ocorre sem o risco de falta dos materiais necessários à produção ou à venda.

Segundo Schiavoni (2013), é o saldo do item em estoque, ou seja, a quantidade que temos que ter armazenado em estoque para que o processo produtivo não sofra problemas de continuidade. É calculado pela seguinte fórmula:

PP = (C x TR) + ES
Onde:
PP = Ponto de Pedido
C = Consumo normal da peça
TR = Tempo de Reposição
ES = Estoque de Segurança

Para Borba *et al*., (2015), o ponto de pedido é a quantidade de materiais que se tem em estoque e que garante o processo produtivo para que ele não sofra problemas de continuidade, enquanto se aguarda a chegada do lote de Compra durante o tempo de reposição. Assim, quando um determinado item de estoque atinge o ponto de pedido, deve-se fazer o ressuprimento, colocando-se um pedido de compra.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo enquadra-se, quanto aos fins, em descritiva, segundo Ribeiro (2017), pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa conclusiva que tem como objetivo a descrição de algo, normalmente

ISBN 978-65-5629-077-5

características ou funções de mercados. Ela pressupõe que o pesquisador já detém o conhecimento suficiente sobre o problema.

Consiste, ainda, em uma pesquisa documental, para Souza *et al.,* (2013), a pesquisa documental assemelha-se muito a bibliográfica, mas a diferença é que a pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. As fontes dessa pesquisa são mais diversificadas e dispersas. A pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados secundários.

Para Rothman *et al.,* (2011), dados secundários são dados gerados para um propósito diferente da atividade de pesquisa para os quais eles são usados. Dados podem ser gerados para objetivos distintos que podem superpor com os objetivos dos estudos, assim, primeiramente foi à obtenção dos dados e aplicação da curva ABC foi realizada uma visita in loco na empresa, em conversa com o gestor da farmácia objeto de estudo, dados obtidos pela média foi feita em uma planilha do programa Microsoft Office Excel®, assim como também a elaboração dos quadros e dessa forma, para obter-se a classificação ABC dos itens do estoque na proporção 65% x 35% x 5%.

Ainda, na sequencia foi possível verificar que a organização não detinha de pleno conhecimento dos valores agregados e custos dos produtos em estoque traziam, tornando válida a aplicação do método dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras na Farmácia de um operador de plano de saúde em relação à aquisição de materiais hospitalares, ou seja, foi coletado 35 maiores itens de representatividade de estoques na empresa objeto de estudo, após foram classificados 8 itens (Classe A) para aplicação do método proposto no estudo.

Portanto, atendendo-se a proposta da pesquisa do estudo com a abordagem de caráter qualitativo, neste sentido, a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados (MATTAR, 2001).

A pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados secundários. para Rothman *et al.,* (2011), dados secundários são dados gerados para um propósito diferente da atividade de pesquisa para os quais eles são usados. Dados podem ser gerados para objetivos distintos que podem superpor com os objetivos dos estudos. Os dados secundários foram obtidos na empresa objeto de estudo, por meio de documentos (planilhas de controle de estoques) entre junho e julho/2021. Ainda a estrutura, composição e delineamento dos dados (Consumo/Demanda, Tempo de Reposição, Estoque de Segurança, Custo do Pedido, Custo de Armazenagem), ocorreram em parceria entre o pesquisador e gestor da empresa objeto de estudo, definindo os objetivos estratégicos, e as metas a serem atingidas com as respectivas ações estratégicas, conforme quadro 1

Quadro 1 – Composição e delineamento dos dados.

Consumo/Demanda (unidades)
Tempo de Reposição (Dias)
Estoque de Segurança
Custo do Pedido

ISBN 978-65-5629-077-5

Custo de Armazenagem

Fonte: Elaborado pelo Autor do Estudo (2021).

A verificação das interpretações da pesquisa foi no final do período de cada coleta e checadas pelo gestor da empresa. Houve um acordo prévio para a não divulgação do nome da empresa, neste caso, utilizou-se nome fictício. As atividades de análise concentram-se em tabelas, software *Excel*, esta à alienação do pesquisador e a consequente retificação da mecânica dos dados.

4 RESULTADOS

4.1 IDENTIFICAR DADOS DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES

Nesta fase, apresentam-se os produtos de maior movimentação nos estoques da Farmácia de um operador de plano de saúde do município de Cascavel – Paraná, ou seja, utilizou-se a ferramenta da Curva ABC que permite a identificação dos itens que mais justificam a atenção nos estoques que são orientados por itens de estoque ou por grupos de itens. Foi coletado todos os itens que a empresa objeto de estudo movimenta mensalmente, assim, foram classificados 35 itens de maior relevância, e aplicado o método ABC: Itens Classe A (65%), Itens Classe B (30%) e por fim, Itens Classe C (5%), conforme quadro 2:

Quadro 2 – Classificação ABC na empresa objeto de estudo.

Descrição dos Itens	Volume	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	Classific. ABC
LUVA PROCEDIMENTO G	9.100	13,45	13,45	**A**
LUVA PROCEDIMENTO P	7.800	11,53	24,98	**A**
LUVA NITRILICA P	7.300	10,79	35,77	**A**
LUVA NITRILICA M	6.900	10,20	45,96	**A**
AGULHA 0,7X25MM	4.300	6,35	52,32	**A**
AVENTAL DESCARTAVEL MANGA LONGA BRANCO	3.600	5,32	57,64	**A**
COMPRESSA GAZE 13 FIOS 7,5CMX30CM	2.700	3,99	61,63	**A**
EQUIPO ALIMENTACAO ENTERAL ESCALONADO 120CM	2.580	3,81	65,44	**A**
ALCOOL 70% ALMOTOLIA 100ML	2.176	3,22	68,66	**B**
CURATIVO POS COLETA BLOOD STOP DIVERTIDO INFANTIL	2.000	2,96	71,61	**B**
CURATIVO POS COLETA STOPPER	2.000	2,96	74,57	**B**
SORO FISIOLOGICO 0,9% 10ML	1.530	2,26	76,83	**B**

ISBN 978-65-5629-077-5

AGULHA 1,2X40MM	1.400	2,07	78,90	**B**
LUVA NITRILICA G	1.400	2,07	80,97	**B**
SERINGA 10ML LL	1.260	1,86	82,83	**B**
EQUIPO PARA DIETA ENTERAL 2 VIAS MAX INFUSOR	1.160	1,71	84,55	**B**
SERINGA 20ML LS	930	1,37	85,92	**B**
ABAIXADOR DE LINGUA INFANTIL	720	1,06	86,98	**B**
CATETER SEGURANCA-INSYTE UTOGUARD 24G X 0,75IN AD	700	1,03	88,02	**B**
SERINGA 5ML LS	700	1,03	89,05	**B**
ÁGUA PARA INJETAVEIS 10 ML	600	0,89	89,94	**B**
LUVA PROCEDIMENTO M	600	0,89	90,83	**B**
TIRAS FREESTYLE ABBOTT	600	0,89	91,71	**B**
TOUCA DESCARTAVEL	600	0,89	92,60	**B**
URIPEN N06 DISPOSITIVO INCONT URINARIA	580	0,86	93,46	**B**
COMPRESSA CURATIVO CIRUR EST 10X15 (CHUMACO ALGODAO)	550	0,81	94,27	**B**
EQUIPO MACROGOTAS GRAVITACIONAL	500	0,74	95,01	**C**
SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML BOLSA	500	0,74	95,75	**C**
SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML BOLSA	500	0,74	96,49	**C**
EQUIPO MULTIVIAS CONECTOR 2 VIAS POLIFIX	450	0,67	97,15	**C**
ATADURA DE CREPOM POLAR FIX 12CM X 1,80	440	0,65	97,80	**C**
FITA ADESIVA ELÁSTICA BRAVA COD 12070	410	0,61	98,41	**C**
SERINGA 3 ML LS	400	0,59	99,00	**C**
EQUIPO BOMBA FILTRO DE INFUSAO STERIFIX REF 441707	350	0,52	99,52	**C**
SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML BOLSA	328	0,48	100,00	**C**
Total Geral	**67.664**	100,00		

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

De acordo com quadro anterior, é possível notar a classificação ABC, nela contem a solicitação dos materiais referente aos últimos 6 meses. Para a analise foi utilizado as porcentagens Classe A (65%) representando da amostra 8 itens da

ISBN 978-65-5629-077-5

amostra (35 itens), já os Itens Classe B (30%) representou 18 itens, ou seja, a maioria da amostra. E por fim, Itens Classe C (5%) representando 9 itens da amostra do estudo, com isso pode definiu-se o grau de risco dos itens para compor a análise proposta no estudo.

Neste contexto, a curva ABC é uma ferramenta gerencial que permite identificar quais itens requerem atenção e tratamento adequados quanto à sua importância. Com isso, podemos concluir que o gerenciamento de estoque é indispensável para qualquer empresa que deseja a excelência na gestão da sua empresa (OLIVEIRA, 2011).

4.1.1 Aplicação dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras em relação à aquisição de materiais hospitalares.

Nesta secção, apresenta-se as aplicações de métodos eficientes nos processos da gestão de estoques constante na empresa que veste da relevância financeira e estratégica, neste sentido, aplicou-se nos 8 itens de maior volume de estoques, foram escolhidos os itens de Classe A do estoque em questão, apartir foi aplicado o Método de Ponto de Pedido na empresa objeto de estudo conforme descriminada da metodologia do estudo, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Aplicação do Método de Ponto de Pedido.

Itens Classe A	Volume Médio do Estoque (Unid.)	Demanda (Unid.)	Tempo de Reposição (Tr)	Estoque de Segurança (Unid.)	Ponto de Pedido (Unidades)
Luva de procedimento Tamanho G	9.100	10.000	30	200	10.200
			45	300	15.300
			60	400	20.400
Luva de procedimento Tamanho P	7.800	8.000	30	200	8.200
			45	300	12.300
			60	400	16.400
Luva nitrílica Tamanho P	7.300	7.500	30	200	7.700
			45	300	11.550
			60	400	15.400
Luva nitrílica Tamanho M	6.900	7.000	30	200	7.200
			45	300	10.800
			60	400	14.400
Agulha 0,7X25MM	4.300	5.000	30	200	5.200
			45	300	7.800
			60	400	10.400
Avental descartável manga longa branco	3.600	4.000	30	200	4.200
			45	300	6.300
			60	400	8.400
Compressa	2.700	3.000	30	200	3.200

ISBN 978-65-5629-077-5

Gaze 13 fios 7,5cmx30cm			45	300	4.800
			60	400	6.400
Equipo alimentação enteral			30	200	2.900
	2.580	2.700	45	300	4.350
			60	400	5.800

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No quadro anterior, observa-se a aplicação do Método do Ponto de Pedido na empresa objeto de estudo, que tem como principal característica o estoque mínimo ou nível de estoque para materiais hospitalares que aciona o pedido de mais estoque quando atingido. A demonstração ocorreu nos pontos de reabastecimento para diferentes SKUs, o tempo necessário para reabastecer o estoque é considerado que garante que os níveis de estoque não cheguem a zero. Isto é percebido quando definimos os pontos de reposição precisos permitiu a empresa que evite ter materiais hospitalares fora de estoque enquanto esperam por um novo estoque.

Para aplicação do método foi utilizado por meio de conveniência do pesquisador a seguinte informação: Tempo de Reposição (30/45/60 dias) do fornecedor para entrega de materiais hospitalares; outro fator determinado foi estoque de segurança (200/300/400) unidades. Desta forma, ao armazenar mais estoque do que o que pode ser vendido em tempo hábil não é um uso produtivo do capital, ou seja, o ponto de reabastecimento fornece a empresa maior flexibilidade financeira, permitindo-lhes manter uma quantidade mínima de estoque disponível sem ficar sem materiais hospitalares.

Nesta secção, apresenta-se as aplicações de métodos eficientes nos processos da gestão de estoques da empresa objeto de estudo, aplicou-se nos 8 itens de maior volume de estoques os itens de Classe A do estoque em questão, a partir foi aplicado o Método de Lote Econômico de Compras (Custo Total) levando-se em conta as despesas de armazenamento e as despesas gerais de compra, ou seja, saber se é vantajoso estocar e, se for, qual deve ser o valor total de armazenamento dos lotes adquiridos, conforme quadro 3:

Quadro 3 – Aplicação Lote Econômico.

Itens Classe A	Volume Médio do Estoque (Unid.)	Demanda (Unid.)	Custo do Pedido (R$)	Custo da Armazenagem (R$)	Lote Econômico de Compras (R$)
Luva de procedimento Tamanho G	9.100	10.000	2,00	5,00	89,44
			4,00	7,50	126,49
			6,00	10,00	154,29
Luva de procedimento Tamanho P	7.800	8.000	2,00	5,00	80,00
			4,00	7,50	92,38
			6,00	10,00	97,98
Luva nitrílica	7.300	7.500	2,00	5,00	77,46

ISBN 978-65-5629-077-5

Tamanho P			4,00	7,50	89,44
			6,00	10,00	94,87
Luva nitrílica Tamanho M	6.900	7.000	2,00	5,00	74,83
			4,00	7,50	86,41
			6,00	10,00	91,65
Agulha 0,7X25MM	4.300	5.000	2,00	5,00	57,74
			4,00	7,50	73,03
			6,00	10,00	77,46
Avental descartável manga longa branco	3.600	4.000	2,00	5,00	56,57
			4,00	7,50	65,32
			6,00	10,00	69,28
Compressa Gaze 13 fios 7,5cmx30cm	2.700	3.000	2,00	5,00	48,99
			4,00	7,50	56,57
			6,00	10,00	60,00
Equipo alimentação enteral escalonado	2.580	2.700	2,00	5,00	46,48
			4,00	7,50	53,67
			6,00	10,00	56,92

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No quadro anterior, constata-se a aplicação do Método de Lote Econômico, foram utilizados procedimentos de dimensionamento do lote (materiais hospitalares) por serem mais de controle, mas não fornecem flexibilidade, pois uma alta variabilidade de demanda pode resultar em altos custos de manutenção de estoque. Este procedimento destaca-se, pois, o estoque é minimizado na empresa objeto de estudo, o que, por outro lado, resulta em custos de pedido extremamente altos.

Neste Contexto, a aplicação do método por meio de conveniência do pesquisador a seguinte informação: Custo do Pedido R$ (2,00/4,00/6,00) do fornecedor para entrega do produto; outro fator determinado é o custo de armazenagem R$ (5,00/7,50/10,00) na empresa objeto de estudo. Assim, o poder de compra refere-se ao valor expresso em termos de materiais hospitalares que uma única empresa pode comprar, ou sejá, o poder de compra é crucial, porque tudo o mais sendo igual, o capital de giro diminui a quantidade de bens ou serviços que a empresa poderia comprar de materiais hospitalares.

4.1.2 Analise da influência da aplicação dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras, em relação à aquisição de materiais hospitalares.

A gestão de estoque está crescendo em relevância na economia empresarial de hoje. Em muitas situações, há uma série de considerações conflitantes que influenciam a decisão de armazenagem. Como resultado de toda essa complexidade, muitas empresas têm uma abordagem imperfeita no

ISBN 978-65-5629-077-5

dimensionamento dos estoques. Desta forma, a empresa objeto de estudo necessita cortar seus custos de aquisição, e este desempenho pode levar à de redução generalizadas na operação, que geralmente atingem com mais força as áreas mais fracas.

Por outro lado, a empresa objeto de estudo possuem um crescimento orgânico, com procedimentos alocado às categorias de produtos (materiais hospitalares), a demanda por recursos será alta. Isso leva ao desperdício, ou seja, algumas categorias podem estar com excesso estoque, embora haja ganhos de desempenho limitados. Enquanto isso, outras áreas podem não ter recursos para fazer um trabalho eficaz.

Uma das partes mais difíceis da manutenção estoque e saber quando solicitar mais materiais hospitalares. Neste estudo, de forma lógica, deve ser previsto com base na análise de vendas e no tempo de entrega do estoque. Essa suposição seria basicamente correta. Ao realizar uma análise de vendas, pode-se prever razoavelmente quanto estoque a empresa comercializará em um determinado dia. Além disso, a contabilização do prazo de entrega do estoque deixa a empresa mais perto de garantir que sabe quando fazer um novo pedido.

Infelizmente, esses métodos não são suficientes. Embora útil, uma análise de dados de vendas e prazo de entrega simplesmente não vai garantir que a empresa não fique sem estoque. Isso se deve principalmente a circunstâncias imprevistas e variáveis que não podem ser contabilizadas com precisão. Essas circunstâncias e variáveis incluem: (i) atrasos inesperados na entrega por parte do fornecedor; (ii) vendas inesperadas ao cliente (iii) fatores de influência imprevistos, alguns materiais hospitalares em estoque da empresa podem ficar "na moda", como exemplo: Em uma Pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo principal constatar diretamente a influência da aplicação dos métodos do Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras na Farmácia de um operador de plano de saúde do município de Cascavel – Paraná em relação à aquisição de materiais hospitalares. O sistema de controle de estoque deve realizar é monitorar os níveis de estoque para ver quando o "ponto pedido " foi atingido, e o custo do lote econômico de compras. Esta é uma tarefa importante que pode ser implementada automaticamente com estes métodos quando ponto for atingido. Ao usar o ponto pedido, a empresa tem a possibilidade de atingir um alto grau de certeza em relação ao custo do lote e que nunca ficará sem estoque.

Constatou-se no estudo que adotando estes métodos reabastecimento de materiais hospitalares a empresa conseguirá gerenciar seu estoque a um nível mínimo para um produto específico. Quando a empresa atingir esse nível de estoque, ela acionará o reordenamento daquele produto específico.

Ficou identificado no estudo, que o verificar o nível de reposição do estoque para diferentes SKUs, os métodos supracitados de estoque determinam o tempo de espera para o reabastecimento, a empresa não esteja solicitando mercadorias de forma errônea. Em vez disso, permitirá a mesma o momento preciso, que solicite materiais hospitalares enquanto aguarda o novo estoque.

ISBN 978-65-5629-077-5

Isso denota-se a importância da pesquisa e a necessidade de proporcionar adoção dos métodos Ponto de Pedido e do Lote Econômico de Compras que terá estoque suficiente disponível para atender à demanda dos clientes.

REFERÊNCIAS

ABRAMGE - Associação Brasileira de Planos de Saúde. **Planos de saúde e farmácias unidas na atenção primária.** 2019. Disponível em: https://www.assistemciafarmaceutica .far.br/planos-de-saude-e-farmacias-unidas-na-atencao-primaria/. Acesso em: 14 abr. 2021.

ANTUNES, Gilberto dos Santos. **Gestão de estoque:** um fator de obtenção de lucro através de sua eficiência. Disponível em: http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/ trabalho/aceitos/CC28331619803.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento.** 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOFF, Rubem José. **Negociação:** técnicas para a obtenção de resultados. Revista Eletrônica Interlink, v. 2, n.2, jul/dez, 2011. Disponível em: https://www.fd.unl.pt/docentes docs/ma/tgau MA_26100.pdf. Acesso em 25 Abr. 2021.

BOWERSOX, Donald J; CLOS J. Closs; COOPER M. Bixby; BOWERSOX John C. **Gestão logística da cadeia de suprimentos.** 4ª edição. Porto Alegre: Editora AMGH, 2014.

BULLER, Luz Selene, **Logistica empresarial**. 1ª Edição. Curitiba :Editora IESDE,2012.

CARNEIRO, P. et. al., **Aplicação do modelo do lote econômico de compras visando à redução de custos em um armazém de uma empresa de material de construção.** 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7574/2/AplicacaoModeloLote.pdf. Acesso em: 22 Abr. 2021.

CORRÊA, Henrique Luiz. **Gestão de redes de suprimento:** integrando cadeias de suprimento no mundo globalizado. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, João Paulo; DIAS, Joana Matos; GODINHO, Pedro. **Logística.** 1ª edição. Coimbra: Editora Norprint Ltda, 2016.

DASSAN, E. **Otimização dos custos com a aquisição de matéria-prima através do lote econômico de compras e da melhoria do arranjo físico de recebimento em uma empresa**, 2015. São Paulo. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

https://www.revistaespacios.com/a15v36n 17/ 153 61715.html. Acesso em: 22 Abr. 2021.

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais.** – Brasília: ENAP / DDG, 2013. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br › bitstream › Apost. Acesso em: 15 Abr. 2021.

FERNANDES, Flavio Cesar Faria; Moacir GODINHO Filho. **Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FERREIRA, Gustavo Carvalho. **Gestão de estoque como ferramenta estratégica:** Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigogestadeestoque comoferramentaestrategicapronto.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

GONÇALVES, Mauro Roberto. **Uma análise da cadeia de relacionamentos entre fornecedor/empresa:** o caso de uma indústria do setor metais da zona da mata mineira. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF /87. pdf. Acesso em 16 abr. 2021.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016.

LEMES, Caio César. A logística e a gestão da cadeia de suprimentos: Um estudo de caso de uma empresa da região do Sul de Minas Gerais. Disponível em: https://www. aedb.br/seget/arquivos/artigos15/9122276.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

MARQUES, Luana Fernanda Marques; FERREIRA, Fabio Romero Nolasco. **Análise de custos para manutenção de estoques de sobressalentes no processo de transporte de petróleo para navios.** XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial Belo Horizonte, MG, Brasil, 04 a 07 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep 2011 TNST O13585518964 .pdf. Acesso em: 11 Abr. 2021.

MARQUES, Wagner Luiz. **Administração de Logística.** 1ª Edição. Cianorte: Editora: Fundação da Biblioteca Nacional, 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Tercio. **Planejamento logístico como ferramenta para o aprimoramento do nível de serviço: um estudo de caso em uma empresa do ramo atacadista na cidade de Cruz das Almas - BA.** Artigo apresentado ao Curso

ISBN 978-65-5629-077-5

de Especialização Lato Sensu em Logística Empresarial da Faculdade Adventista da Bahia, como requisito para obtenção do grau de especialista em Logística Empresarial. Disponível em http://www. adventista.edu.br/imagens/posgraduacao/files/Artigo%20Log%C3%ADstica%20- %20 Tercio%20Menezes.pdf. Acesso em 16 abr. 2021.

NUNES, Rogério da Silva. **Administração de Materiais.** 2ª Edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

OLIVEIRA, Carla Milanesi de. Curva ABC na Gestão de Estoque. III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins-SP, outubro 2011.

PLATT, Allan Augusto. **Logística e Cadeia de Suprimentos.** 3ª Edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2015.

PORTER, M. E. **Strategy and the Internet**. Harvard Business Review, pag 63-78, mar. 2001.

RIBEIRO, Janete. **Pesquisa de Marketing.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Senac, 2017.

ROTHMAN, Kenneth J; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. Epidemologia Moderna. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SOUZA, Girlene Santos de; SANTOS, Anacleto Ranulfo dos; DIAS, Viviane Borges. **Metodologia da Pesquisa Cientifica:** a construção do conhecimento e do pensamento cientifico no processo de aprendizagem. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Animal, 2013.

RODRIGUES, Luiz Carlos Rodrigues; OLIVEIRA, Jose Vilmar de. **O Processo de Negociação, sua estrutura e importância no contexto atual.** 2014. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/299_artigo%20negociacao.pdf. Acesso em 25 Abr. 2021.

SANTOS, Ubaldino José. **Logística e serviço ao cliente como estratégia competitiva**. Disponível em: https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/07logisticaservicocliente.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCHIAVONI, Marilene. **Gestão de Materiais.** 1ª Edição. Caraguatatuba – SP:

SEBRAE. Serviço Nacional de Apoio a Pequena e Micro Empresa. **Entenda a importância da gestão de estoque.** Disponível em: https://www.sebrae.com.br/ sites/ portalsebrae/artigos/artigosorganizacao/como-melhorar-a-gestao-de-

ISBN 978-65-5629-077-5

produtos-no-varejo 6ed4524704bdf510vgnvcm1000004c00210arcrd. Acesso em: 16 abr. 2021.

SILVA, Fabio. Análise Setorial, **Análise quantitativa do setor de bebidas no período de 2008 a 2010. 2012.** Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/ marketing/analise-setorial-analise-quantitativa-do-setor-de-bebidas-no-periodo-de-2008-a-2010/67913/ Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, Vicente Jacó Alves da. OLIVEIRA, Alyne Leite de. **Análise do Nível de Serviço Logístico nas Entregas de Mercadorias em uma Empresa de Bebidas na Cidade de Juazeiro do Norte-CE.** Revista Multidisciplinar e Psicologia, v..13, n. 43, p. 761-783, 2019. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br › download. Acesso em: 22 abr. 2021.

WINCKLER, Natália Carrão. **Nível de serviço logístico:** estudo de caso em uma transportadora gaúcha. XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão. Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009. Disponível em: http:// www.abepro.org.br/biblioteca/ enegep2009TNSTO09262714274.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

ZANON, Edemar José. **Logística.** Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/ xmlui/bitstream/handle/123456789/3991/Logistica2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA À CONTABILIDADE GERENCIAL EM EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE.

Lucas Correa de Jesus[1]
Nilson dos Santos Dias[2]

Resumo: A constante evolução tecnologia quando se trata de atividades operacionais dentro uma empresa se torna relevante pela utilização de sistemas de gestão e ferramentas tecnológicas auxiliares para auxílio na tomada de decisões. Objetivando analisar o comportamento e utilização de sistemas de informação gerencial dentro de distribuidoras atacadistas de produtos diversos, procurando trazer a tona os benefícios da utilização da tecnologia da informação de forma eficaz e precisa, deixando claro que o controle e transparência nos processos de gestão trazem um retorno efetivo para as empresa. O presente estudo utiliza o método de levantamento ou *survey* de caráter quantitativo, foram coletados 22 questionários de empresas enquadradas como distribuidoras atacadistas de produtos diversos onde pôde ser coletado informações de perfil e comportamento relacionado a utilização de sistemas de gestão suas ferramentas tecnológicas auxiliares. Foi constatado que distribuidoras atacadistas consideram que a utilizam de sistemas de informação gerencial e suas ferramentas auxiliares possibilitam uma tomada de decisão precisa e confiável, com um retorno efetivo do custo gerado para sua implantação e manutenção.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Sistema de Informação Gerencial. Evolução tecnológica Gestão Empresarial

1 INTRODUÇÃO

É nítida a evolução tecnológica nos últimos anos em todas as áreas de conhecimento, principalmente quando falamos de tecnologia da informação e sistema de informação gerencial, destacando a utilização de novas tecnologias por empresas de diversas áreas de atuação, para auxilio, controle e transparência nos processos de gestão inseridos dentro de cada empresa, processos que muitas vezes necessitam de vários colaboradores para ser realizado. Com a utilização da atual tecnologia é possível reduzir o número de colaboradores envolvidos no processo de maneira significativa, refletindo diretamente na redução de custos e tempo de trabalho em cada processo.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES) no ano de 2019 houve um crescimento de 10,5% do setor com uma movimentação de R$161,7 bilhões se considerado os mercados de software, serviços hardware e também as exportações do segmento, dado esse que demonstra ainda mais o grande crescimento e avanço tecnológico no Brasil e no mundo, negligenciar essas informações poderá levar muitas empresas a perderem oportunidades, aumentar

[1] Acadêmico do Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmico do Curso de Administração - Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

seus custos, deixando a empresa exposta a concorrência do mercado.

Nos dias atuais, as empresas precisam estar sempre atentas sobre o que podem fazer para melhorar ainda mais sua gestão, ou visualizar o melhor caminho para a constante redução de custos e agilidade nos processos e até mesmo se a troca do seu sistema de gestão ou aquisição de novas tecnologias teria um impacto direto no faturamento e margem de lucro liquido da empresa. Muitos gestores e donos de pequenas médias e grandes empresas não utilizam adequadamente as ferramentas tecnológicas para monitoramento e controle de seus processos, muitas vezes tem um sistema capaz de atendê-lo, mas não exploram todos os recursos da ferramenta, tornando sua rotina diária complicada e engessada.

O assunto relacionado a contabilidade gerencial e tecnologia da informação é algo pouco discutido dentro das empresas e cursos direcionados a área de gestão de negócios, trazendo ênfase e elaboração desse artigo de pesquisa, com o principal intuito de demonstrar os benefícios e custos que uma gestão de negócios baseada em sistemas de gestão e tecnologia da informação poderá trazer para as pequenas, médias e grandes empresas, que atualmente sentem a constante necessidade de inovar e otimizar seus processos através da utilização de novas tecnologias.

A viabilidade desse artigo se da para todo e qualquer gestor ou diretor, seja de pequena ou grande empresa, que deseja aperfeiçoar as suas atividades e processos trazendo segurança e flexibilidade na gestão de sua empresa. O presente artigo procura responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o reflexo da utilização da tecnologia da informação na gestão das empresas. Buscando contribuir como conhecimento teórico para acadêmicos dos cursos de negócios e gestão de empresas, de forma que os mesmos consigam identificar os prós e contras das ferramentas tecnológicas que estão ao dispor da sociedade atualmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro desse capitulo será demonstrado às referencias teóricas, relacionadas ao uso de ferramentas tecnológicas de gestão para as empresas abordando também quais foram as contribuições teóricas que demais autores deixaram para que possamos fundamentar nossas ações e estruturar nossos conhecimentos de forma sólida.

2.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Vivemos em uma sociedade onde a informação se tornou um pilar muito importante para a realização de qualquer atividade, ou processo, e essas informações chegam aos usuários em volumes e formas variadas, diante disso, se faz necessário principalmente para gestores, gerentes e diretores a utilização de ferramentas tecnológicas que possibilitando um maior processamento e análise da gama de dados que são gerados (CLARO, 2013).

Analisando como as informações são entregues aos usuários de forma rápida e segura é preciso assumir que se faz necessário o uso de um sistema, para veicular e gerir estas informações, O' Brien (2010) relata que sistema é um conjunto

ISBN 978-65-5629-077-5

de partes interdependentes que se comunicam e interagem entre si e através dessa comunicação se tornam um só, formulando objetivos e metas que para que esses sejam alcançados que se efetua determinada ação.

As variáveis que envolvem a utilização de um sistema devem ser encontradas para a implantação do mesmo ocorra de forma integra, para Oliveira (1997) um sistema de informação depende de recursos humanos, de hardwares, software, dados e redes, ou seja, os usuários que irão operar os hardwares que por sua vez irão compactar o software para que o mesmo possa utilizar os dados para gerar informação e através de redes veicularem essa informação para terceiros ou usuários internos da própria empresa.

A utilização desses recursos tecnológicos muitas vezes não se fez de forma automática dependendo da ação humana e de pessoas capacitadas para tal, os resultados advindos se seus esforços geram crescimento e riqueza para as organizações e os esforços contínuos dessas ações possibilita a utilização de subsistemas interdependentes que se comunicam entre sim para que a empresa possa atingir seus objetivos que para Moisemann e Fisch (2009) são divididos em subsistema institucional, subsistem organizacional, subsistema de gestão, subsistema de informação, subsistema físico operacional e subsistema sócio-psico-cultural.

Segundo Oliveira (1997) Sistema de informações Gerencial é o processo de transformação de dados, que compreende qualquer elemento que por si só não nos traz uma compreensão de um fato ou situação, em uma informação que de fato será utilizada para estruturar a base de decisões de uma empresa, fazendo com que as mesmas sejam tomadas de forma assertiva e objetiva.

Complementando a contribuição sobre o assunto Saldanha (2017) diz que sistemas de informação gerencial são conhecidos por conterem grande parte dos processos empresariais e sua intenção é juntar todas as informações da empresa tal como, regras de negócio, normas, valores e demais fluxos de trabalho que fazem com que a empresa realize suas atividades, tudo em um único sistema que será capaz de armazenar, processar e exibir essas informações para que essas trabalhem em conjunto para que se faça gestão dentro da organização.

Contudo o os sistemas de informação gerencial é uma categoria importante dos sistemas de informação que gera produtos de informação e faz com que um aglomerado de dados seja demonstrado de forma analítica e sintética. Os dados, telas, relatórios e demais funcionalidades de um sistema de informação gerencial podem suprir a necessidade de informação de vários setores ao mesmo tempo, fazendo com que as informações geradas através de qualquer atividade da empresa sejam visualizada de forma clara e resumida (O ' BRIEN, 1936).

Dentro da mesma linha de raciocínio, Peleias (2002), relata que informação é o alicerce e resultado da ação executiva e que é preciso direcionar esforços para disponibilizar ferramentas de informática capazes de permitir o planejamento, o registro e o controle das decisões tomadas em cada fase do processo de gestão, cabendo a controladoria exercer essa função, moldando, implantando, operando e dando manutenção a essas informações que continuamente auxiliam na criação de um modelo de gestão que melhor auxiliar nas boas práticas de processos e rotinas dentro de uma empresa.

As rotinas empresariais quando se fazem pelo uso de ferramentas

ISBN 978-65-5629-077-5

tecnológicas trazem benefícios a curto e longo prazo para as organizações, Oliveira (1997) ressalta que a eficiência na utilização de ferramentas de tecnologia da informação para alcançar os objetivos da empresa é medida pelo custo de obtenção dessa ferramenta e o retorno da sua utilização para a empresa frisando também que os custos advindos da geração de informações estão ligados ao processo de coleta, processamento e envio dessas informações.

Depois de abordado o conceito de sistemas de informações, deve-se reconhecer a necessidade de diferentes tipos de pessoas e conhecimentos diversificados para que se obtenha uma análise de vários pontos de vista a fim de auxiliar e minimizar os riscos na tomada de decisão, Basso *et al*., (2020) relatam que o investimento em ferramentas tecnológicas reflete em um impacto positivo na carteira de clientes da organização em confrontação com o desempenho de custos, vendas e produtividade, na mesma linha de pesquisa foi possível identificar que nas MPEs o principal impacto é nas variáveis internas que medem o desempenho organizacional e que os investimentos de tecnologia da informação quando direcionados para a carteira de clientes e controles internos da empresa trazem um retorno muito maior do que focado em outras áreas.

Vianna (2016) enfatiza que para fortalecermos os sistemas de informação gerencial dentro das empresas é necessário se atentar a alguns pontos muito importantes, tal como identificar e esclarecer quais são as informações que serão necessárias para futura analise e de que forma os usuários irão preencher os dados para que essas informações sejam geradas com qualidade de maneira correta e objetiva, para seja possível confiar nelas e utilizas para tomada de decisão segura e assertiva, devendo também traçar um plano de implantação desses métodos e padrão de informações revisando-o periodicamente. Para que possamos utilizar ferramentas tecnológicas é necessário antes conhecer os tipos de ferramentas e suas funcionalidades.

2.2 TIPOS DE SISTEMAS

Como exemplos de sistemas de informação pode-se citar ERP's, sigla que vem do termo em inglês *Enterprises Resource Planning* ou Planejamento de Recursos Empresariais, onde é feito a gestão de todos os processos da empresa, desde a entrada e controle de estoques até a venda da mercadoria e emissão de notas fiscais e E-COMMERCE que é basicamente um mercado digital onde empresas e consumidores realizam compras e vendas através de sites próprios e de terceiros, dentre esses exemplos, há vários subsistemas que realizam parte dos processos que um ERP realiza ou uma etapa do E-commerce como sistemas auxiliares ou integrados.

2.3 ERP

Um ERP pode ser entendido como uma cadeia de subsistemas que atuam de forma conjunta e integrada utilizando a mesma base de informações onde cada subsistema dentro dessa cadeia representa uma funcionalidade ou módulo do sistema ERP podendo também ser o responsável por modular e trazer as

ISBN 978-65-5629-077-5

informações de forma integrada e transparente para os usuários, para que os processos sejam ligados, gerando informações agrupadas envolvendo todos os processos da empresa de forma dinâmica e interativa (SALDANHA, et al., 2016).

2.4 *E-COMMERCE*

Atualmente existem três categorias básicas de *e-commerce*: B2B, B2C e C2C. A categoria de *e-commerce* B2B é entendida como um comércio eletrônico onde empresas oferecem umas as outras websites seguros de compras onde as mesmos podem visualizar o catalogo de produtos e realizar pagamentos através desses websites.

Já no formato B2C de *e-commerce* as empresas desenvolvem praças de mercado online com o intuito de atrair os seus clientes e consumidores de seus produtos a comprar por essa plataforma, podendo processar pedidos, disponibilizar para seu cliente um sistema seguro de pagamentos e oferecer suporte online de utilização da plataforma.

Destacando-se como uma dos mais utilizados o formato de *e-commerce* C2C é entendido com um mercado eletrônico de venda de produtos entre consumidores, tal como websites pessoais ou de venda de produtos em jornais eletrônicos ou portais web, os conceitos de sistema listado acima se dão pela contribuição literária de (O' BRIEN, 2010). A utilização das tecnologias da informação é fundamental para que contabilidade gerencial seja aplicada dentro das organizações para que os dados possam ser demonstrados de forma clara e precisa.

2.5 CONTABILIDADE GERENCIAL

Contabilidade gerencial gira em torno do fornecimento de informações para os usuários internos da organização para que as decisões sejam tomadas enfatizando o futuro e a relevância e a realização dos processos em tempo hábil (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013)

As praticas de contabilidade gerencial são entendidas como as ferramentas que a contabilidade gerencial utiliza como facilitador, a fim de alcançar seus objetivos de controle e clareza dos resultados da empresa e ainda que diferentes usuários da contabilidade gerencial a utilizem de forma diferente, cada organização ou entidade tem uma práticas que se destaca entre as outras como a mais utilizada (SOUZA, RUSSO; GUERREIRO, 2020).

Dentro de grandes organizações percebe-se que a descentralização do poder faz com que haja uma maior atividade de *controllers*, para exercer as praticas de contabilidade gerencial em conjunto com as atividades e tarefas que lhe forem exigidas, da mesma maneira que empresas com o poder decisório centralizado retira a autonomia dos colaboradores em relação à gestão de controle e tomada de decisão (SOUZA; WANDELEY; HORTON, 2020).

Para Fonseca, Espejo, Queiroz (2020) à medida que o mundo se torna menos previsível se torna mais difícil termos o controle do mesmo, dessa forma controle gerencial se enquadra como apoio a gestão de mudança em um ambiente que está em constante mudança e quando analisado as informações externas

ISBN 978-65-5629-077-5

aumenta-se o escopo para tomada de decisão gerencial dentro da empresa.

Dentro dessa mesma analogia a figura do contador gerencial se tornou algo essencial para que se concretize a gestão de negócios dentro das organizações, diante disso Garrison, Noreen, Brewer (2013) enfatizam que os contadores gerenciais são parceiros estratégicos que detém o conhecimento de aspectos financeiros e operacionais do negócio aumentando sua responsabilidade diante da gestão empresarial que reflete nas demonstrações contábeis, aprendizagem de funcionários, gestão ambiental e sustentabilidade.

A utilização de ferramentas tecnológicas para controle gerencial segundo Beuren, Santos e Brend (2020) proporciona para a empresa uma alavancagem de recursos e capacidades, através do monitoramento de processos é possível identificar divergências ou crises tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo podendo assim comunicar os demais usuários da organização para que possa se tomar uma decisão pró ativa, tendo pessoas com capacidades adaptativas e se utilizando das tecnologias a seu dispor de maneira correta é possível transformar a adversidade em oportunidade.

Kaveski *et al*., (2020) complementa o assunto, relacionando controle gerencial com comprometimento dos gestores, dizendo que gestores que estão engajados com os objetivos e metas da organização além de se fixarem na organização visando crescimento conjunto auxiliam para que a empresa atinja seus objetivos, gestores comprometidos irão melhorar a qualidade dos seus serviços e aplicar eficácia em suas operações afim de concretizas as metas de crescimento estabelecidas pela empresa e tomando os objetivos organizacionais para si próprio.

Segundo uma pesquisa realizada por Costa *et al.,* (2020) foi encontrado a relação de tomada de decisão com o nível de informação, identificado que informações relacionadas a receita lucros influenciam positivamente na tomada de decisão e informações de decréscimos de vendas e prejuízos tal como déficits dentro da organização impactam negativamente na tomada de decisão. Uma das áreas dentro da organização que trabalha em conjunto com a contabilidade gerencial e relaciona informações e dados é a controladoria, onde pode-se retirar informações para que a contabilidade gerencial atue dentro da organização.

2.6 CONTROLADORIA

Juntamente com os contadores gerenciais identifica-se á área da controladoria como sendo um processo de grande importância dentro da organização, processo esse que precisa ser adaptado à empresa e implementado através de etapas compreendidas em planejamento, execução e controle do que foi planejado (PELEIAS 2002).

Para Moisimann e Fisch (2009) a função de controladoria é fornecer a informação básica para que se efetue o controle gerencial através de politicas contábeis, gestão de custos e demais procedimentos financeiros e econômicos.

A controladoria por sua vez aperfeiçoa o processamento das informações contábeis e administrativas dentro das empresas, segundo Schier, (2004) a missão da controladoria é proporcionar que o ambiente empresarial esteja propicio para o desenvolvimento das empresas visando à continuidade das operações e melhora dos resultados em uma analise global.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.6 GESTÃO DE EMPRESAS

Quando se fala de gestão empresarial deve-se ter em mente que para coloca-la em pratica dentro de uma empresa, é preciso ter uma capacidade de prever os efeitos de nossas ações no ambiente empresarial, de forma sucinta, gestão nos leva a traçar uma linha de ação com a maior probabilidade de sucesso, para Nobrega (1950) a ciência da gestão se faz necessária para que haja modelos de gestão que implicam em gerir pessoas, processos, ambientes e estratégias, ressalta também que a ciência é mais importante que o cientista, ou seja, que o conteúdo que será aplicado para se fazer gestão é mais importante que o aplicador a fim de padronizar as decisões com base nas respostas que o mundo organizacional nos da através de nossas ações.

Diante dos possíveis cenários encontrados ao se fazer gestão, é preciso ter em mente quais são as diretrizes que irão nortear esse caminho, para Aquino; Tomé e Castro (2017) gestão é compreendida pela forma em que as empresas organizam seus processos de trabalho, direcionam suas atividades e tomam suas decisões e como elas se comportam perante situações diversas, ressaltando também que os entendimentos dos conceitos de gestão auxiliam na melhoria dos resultados tanto de grande quanto de pequenas empresas.

Dentro do mesmo aspecto abordado Farias e Ribeiro (2016) relata que a gestão empresarial necessita de uma percepção constante do ambiente em que organização está inserida e que em conjunto haja continuo crescimento da capacidade de gerenciar os recursos disponíveis garantindo que sejam avaliadas variáveis internas e externas e a perspectiva de atuação seja crescente ao decorrer das atividades tanto a curto e logo prazo.

Evidenciado a necessidade que o ambiente interno e externo seja mapeado de forma analítica e assertiva, é ideal que a figura do gestor dentro da organização seja bem definida, deste modo, Souza e Goldstein (2005) abordam que o gestor que está inteiramente ligado aos processos, objetivos da organização e familiarizado com a maneira que a empresa se posiciona diante das situações advindas do fluxo de trabalho, entende e toma decisões baseadas em sua experiência organizacional de forma intuitiva, se baseando nos erros e acertos obtidos em resultados de processos anteriores.

Em empresas que detém o poder decisório fortemente centralizado é possível identificar que as decisões são tomadas apenas pela alta gerencia e assim repassadas para os gerentes e encarregados de setor, desconsiderando assim a autoridade de gestores com nível hierárquico mais baixo, já em empresas onde a descentralização de autoridade é muito alta pode-se visualizar que até mesmo os gestores de nível hierárquico mais baixo estão livres para tomar quantas decisões forem necessárias para as tarefas do dia a dia sejam executas de maneira correta (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Pensando em como as empresas podem utilizar os recursos disponíveis para se manterem estáveis no mercado. Vasconcelos, Mello e Melo (2016) dizem que gestão empresarial tem forte ligação com inovação, onde o grau de inovação das organizações pode ser medido pela praticas de gestão existentes dentro da empresa e os resultados alcançados através das mesmas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Os modelos de gestão nos auxiliam a estruturar o comportamento da empresa perante adversidade, para Figueiredo e Caggiano (2008) dentro do ambiente organizacional é possível identificar diferentes posicionamentos, que se formam perante um conjunto de crenças, princípios e convicções e que ao decorrer da gestão vão dando forma às decisões tomadas pelos administradores da empresa, essas diretrizes de fundamentação de tomada de decisão e estruturação de como a empresa será administrada é entendida pelos autores como modelo de gestão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar o reflexo da utilização da tecnologia da informação na gestão das empresas.

A pesquisa classificou-se como levantamento ou *survey*, que é umas das abordagens quantitativas mais utilizadas, sendo o número de resposta utilizável e as taxas de respostas favoráveis para a coleta de dados, a pesquisa *survey* foi utilizada pra testar teorias, analisar e aperfeiçoar conhecimentos acadêmicos ou empresariais (FREZATTI, *et al*., 2021). A coleta de dados foi dividida em dois blocos, o primeiro com 6 questões de identificação de perfil, porte, faturamento, categoria e informações sociodemográficas, o segundo bloco com 10 questões que serviu para identificação de como os usuários da tecnologia da informação se comportam e quais os fenômenos que ocorrem dentro das organizações advindos desses processos, utilizando-se questões com a escala *Likert*, as opções de resposta forma de 1 a 5, listadas em 1) para discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente, 4) concordo, e 5) concordo totalmente.

A coleta de dados foi realizada com empresas enquadradas na categoria de pequeno, médio e grande porte pertencentes ao ramo de distribuidoras atacadistas de produtos diversos, localizadas no Oeste estado do Paraná, a escolha das empresas ocorreu de forma aleatória não probabilística por conveniência e a pesquisa foi realizada entre os dias 01/06/2021 a 30/09/2021. Após a coleta de dados os mesmos foram exportados para um planilha em Microsoft Excel em forma de tabela e identificados em frequência e descrição de resposta.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS, INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

Em relação aos dados relacionados as informações sociodemográficas de identificação houve uma participação de 7 empresas do estado do Paraná, 5 do estado de São Paulo, 1 do estado de Minas Gerais, 1 do estado do Mato Grosso, 1 do estado de Alagoas, 1 do estado da Bahia, 1 do estado do Pará, 1 do estado do Rio Grande do Sul, 1 do estado de Goiânia, 1 do estado de Pernambuco, 1 do estado da Paraíba e 1 do Mato Grosso do Sul.

Dentro da amostra podemos identificar que 8 respondentes são do segmento de distribuição de produtos para saúde, 3 distribuidoras de produtos para beleza e bem estar, 6 distribuidoras de produtos diversos, 3 distribuidoras de produtos

ISBN 978-65-5629-077-5

médicos e ortopédicos. Dentre os dados de perfil econômico da amostra pôde-se extrair a informação referente o porte de faturamento das respondentes são 5 de grande porte, 7 médio porte, 6 pequenas empresas e 4 micro empresas.

Ao analisar o regime de tributação dentre a amostra podemos constatar que 18 fazem parte do regime do Simples Nacional, 3 estão no regime cumulativo do Luro Presumido e 1 empresa participante da amostra está no regime não cumulativo do Lucro Real. Quanto ao tempo das empresas no mercado atuante foi identificado que 8 estão atuando a mais de 10 no mercado, 4 estão entre 5 e 10 anos de atuação, 5 estão entre 1 e 3 anos e 5 estão entre 3 e 5 anos

4.1 COMPORTAMENTO E UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DENTRO DE DISTRIBUIDORAS ATACADISTAS

Quanto ao levantamento das informações relacionadas ao comportamento dos usuários do sistema de gestão e suas características podemos constatar através do questionário quantitativo as seguintes informações.

Tabela 1. A empresa em que você trabalha considera que utilizar um sistema de gestão de forma eficaz traz retorno para os negócios?

Descrição	Frequência
Concordo	20
Concordo parcialmente	1
Neutro	0
Discordo parcialmente	0
Discordo	1

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo O' Brien (2010) sistema é um conjunto de partes interdependentes que se comunicam e interagem entre si e através dessa comunicação se tornam um só, formulando objetivos e metas a serem alcançados e com essa finalidade que se efetua determinada ação, considerando os resultados obtidos com a pesquisa e demonstrados na tabela 1 que dentre 22 respondentes 20 concordar que a empresa em que trabalham considera que utilizar o sistema de gestão de forma eficaz traz retorno para os negócios, 1 concordar parcialmente e 1 discordar é coerente afirmar que a utilização das ferramentas tecnológicas dentro de distribuidoras atacadista é essencial nas rotinas do dia a dia e traz retorno financeiro e econômico para os negócios.

Tabela 2. A utilização do sistema de informação é efetiva em aperfeiçoar as tarefas do dia a dia?

Descrição	Frequência
Concordo	20
Concordo parcialmente	2
Neutro	0
Discordo parcialmente	0
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

ISBN 978-65-5629-077-5

As tarefas do dia a dia dentro de distribuidoras atacadistas podem ser divido em várias etapas e processos que envolvem a utilização de um sistema de informação gerencial, Saldanha (2017) diz que sistemas de informação gerencial são conhecidos por conterem grande parte dos processos empresariais e sua intenção é juntar todas as informações da empresa tal como, regras de negócios, normas, valores, e demais fluxos de trabalho, considerando os resultados obtidos e demonstrados na tabela 2 dentre os respondentes 20 de 22 concordam e 2 concordam parcialmente com a afirmação de que a utilização do sistema de informação é efetiva em aperfeiçoar as tarefas do dia, é relevante concluir que a utilização do sistema de gestão facilita a rotina de trabalho do dia a dia e traz um retorno operacional considerável para os negócios.

Tabela 3. Quem utiliza o sistema de gestão, tem algum tipo de formação ou treinamento feito por um especialista ou analista?

Descrição	Frequência
Concordo	10
Concordo parcialmente	7
Neutro	3
Discordo parcialmente	2
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

Quando se fala em utilização de um sistema de gestão temos que ter sempre em mente que é necessário o básico de discernimento dos usuários que irão fazer o uso da ferramenta, dentro desse mesmo aspecto Farias e Ribeiro (2016) relata que a gestão empresarial necessita de uma percepção constante do ambiente e que em conjunto haja continuo crescimento da capacidade de gerenciar. Na tabela 3 podemos visualizar a frequência de respostas voltadas ao questionamento sobre quem utiliza o sistema de gestão, se tem algum tipo de formação ou treinamento feito por um analista, os dados coletados demonstram que 10 respondentes concordam, 7 concordam parcialmente, 3 são neutros, e 2 discordam parcialmente com a pergunta. Conclui-se que os usuários do sistema de gestão possuem um treinamento especifico para que possam utilizar as ferramentas tecnológicas ao seu dispor da melhor maneira possível.

Tabela 4. Se todas as pessoas que utilizam o sistema de gestão tivessem um treinamento por um analista de sistemas ou profissional adequado melhoraria os processos internos da empresa?

Descrição	Frequência
Concordo	20
Concordo parcialmente	2
Neutro	0
Discordo parcialmente	0
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

ISBN 978-65-5629-077-5

Visando o melhor custo beneficio em se utilizar um sistema de gestão eficiente é preciso analisar o custo de treinamento e desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, dentro dessa mesma linha de raciocínio Aquino; Tomé e Castro (2017) dizem que gestão é compreendida pela forma em que as empresas organizam seus processos de trabalho, direcionam suas atividades e tomam suas decisões. Na tabela 4 podemos visualizar a frequência de respostas onde 20 respondentes concordam e 2 concordam parcialmente que se todas os usuários de ferramentas tecnológicas tivessem um treinamento por um analista ou profissional especialista melhoraria os processos internos da empresa e com base nos dados obtidos da pesquisa é possível afirmar que o treinamento constante dos colaboradores utilizando-se de ferramentas tecnológicas de forma eficaz é essencial para uma gestão empresarial coerente.

Tabela 5. É utilizado algum tipo de relatório para melhor visualização das informações inseridas no sistema ao longo do dia?

Descrição	Frequência
Concordo	15
Concordo parcialmente	5
Neutro	2
Discordo parcialmente	0
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

A utilização de relatórios de um sistema gestão pode ser eficiente em vários aspectos O' Brien (1936) diz que os dados, telas, relatórios e demais funcionalidades de um sistema de informação gerencial podem suprir a necessidade de informação de vários setores ao mesmo tempo. Na tabela 5 é demonstrado o comportamento de distribuidoras atacadistas no que se refere a utilização de relatórios para melhor visualização das informações inseridas no sistema, demonstrando que 15 concordam, 5 concordarem parcialmente e 2 se posicionam de forma neutra em relação ao questionamento, fica evidente que a utilização de relatórios para visualizar o desempenho das atividades exercidas diariamente é eficaz em demonstrar as informações inseridas dentro do sistema e o reflexo das processos realizados dentro da organização.

Tabela 6. Os relatórios extraídos do sistema de gestão demonstram as informações de maneira correta e assertiva?

Descrição	Frequência
Concordo	14
Concordo parcialmente	8
Neutro	0
Discordo parcialmente	0
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

Os avanços tecnológicos dentro do meio empresarial possibilitam a visualização de várias informações de forma integrada utilizando-se de relatórios

ISBN 978-65-5629-077-5

analíticos e dinâmicos para melhor visualização dos dados, com esse mesmo enfoque Basso *et al*., (2020) relatam que o investimento em ferramentas tecnológicas reflete em um impacto positivo na carteira de clientes da organização em confrontação com o desempenho de custos, vendas e produtividade. De acordo com os dados obtidos da pesquisa e demonstrados na tabela 6 é relevante afirmar que as informações fornecidas pelo sistema de informação se tornam uma ferramenta valiosa que fornece dados precisos trazendo mais confiança na tomada decisão, devido 14 respondentes concordar e 8 concordarem parcialmente que os relatórios extraídos do sistema de gestão demonstram as informação de maneira correta e assertiva.

Tabela 7. Já se deparou com algum conflito ou situação ao longo do dia que facilmente poderia ter sido resolvido com as informações que o sistema de gestão disponibiliza?

Descrição	**Frequência**
Concordo	12
Concordo parcialmente	7
Neutro	2
Discordo parcialmente	1
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

Dentro do atual cenário das empresas é visível que a geração de conflitos pode ocorrer de várias maneiras, O' Brien (1936) enfatiza que a visualização de forma integrada de informações suprindo a demanda de vários setores ao mesmo faz com que as informações geradas através de qualquer atividade da empresa sejam visualizadas de forma clara e resumidas e diante dos dados obtidos com a frequência de respostas da pesquisa indicados na tabela 7 é possível concluir que os conflitos que podem ser gerados ao decorrer das atividades da empresa podem ser evitados, reduzidos e solucionados com as informações que os sistemas de gestão oferece, devido 8 respondentes concordar, 7 concordarem parcialmente, 2 se posicionarem de forma neutra em relação ao questionamento e 1 discordar parcialmente.

Tabela 8. É utilizado todas as funcionalidades que o sistema de gestão ou sistema auxiliar tem para oferecer?

Descrição	**Frequência**
Concordo	9
Concordo parcialmente	7
Neutro	4
Discordo parcialmente	1
Discordo	1

Fonte: Dados da pesquisa

Diante da necessidade de visualizar percentuais de vendas, quantidade de estoques, e demais informações analíticas é preciso analisar o custo beneficio de

ISBN 978-65-5629-077-5

se adquirir um sistema de gestão que faça essa tarefa de forma ágil e pratica dentro de distribuidoras atacadistas, Oliveira (1997) ressalta que a eficiência na utilização de ferramentas de tecnologia da informação para alcançar os objetivos da empresa é medida pelo custo de obtenção dessa ferramenta e o retorno da sua utilização para a empresa. Na tabela 8 podemos verificar que as funcionalidades dos sistemas de gestão que são utilizados em distribuidoras atacadistas são utilizadas de forma completa a fim de atender todas as necessidades de uma empresa, de acordo com as respostas obtidas 9 respondentes concordam, 7 concordam parcialmente 4 se posicionaram de forma neutra 1 discorda parcialmente e 1 discorda que é utilizado todas as funcionalidades que o sistema de gestão ou sistema auxiliar tem para oferecer.

Tabela 9. Se o sistema de gestão utilizado atualmente fosse trocado por outro, traria mais benefícios para a empresa?

Descrição	Frequência
Concordo	7
Concordo parcialmente	7
Neutro	5
Discordo parcialmente	2
Discordo	1

Fonte: Dados da pesquisa

Visando-se o trabalho eficiente da empresa como um todo muitas organizações dispõem de um valor relativamente alto para aquisição de um sistema de gestão ERP (Enterprises Resource Planning), Saldanha, et al., (2016) diz que um ERP pode ser entendido como uma cadeia de subsistemas que atuam de forma conjunta e integrada utilizando a mesma base de informações onde cada subsistema dentro dessa cadeia representa uma funcionalidade ou módulo do sistema ERP podendo também ser o responsável por modular e trazer as informações de forma integrada e transparente para os usuários. Na tabela 9 podemos visualizar a frequência de respondentes a satisfação dos respondentes em relação a utilização da ferramenta de gestão empresarial, de acordo com os dados coletados podemos identificar a posicionamento de cada usuário, tal como 7 concordam, 7 concordam parcialmente, 5 se posicionaram de forma neutra, 2 discordam parcialmente e 1 discordam que a troca do sistema de gestão por outro traria mais benefícios para a empresa, tal informação torna mais relevante afirmarmos que os usuários utilizam as ferramentas tecnológicas a seu dispor de maneira completa e eficiente, porém caso a mesma fosse trocada por outra traria benefícios para a empresa.

Tabela 10. A ferramenta utilizada para auxilio na gestão empresarial da empresa é compatível com seu nicho de mercado e faturamento?

Descrição	Frequência
Concordo	14
Concordo parcialmente	6
Neutro	1

ISBN 978-65-5629-077-5

Discordo parcialmente	1
Discordo	0

Fonte: Dados da pesquisa

É preciso ter em mente sempre que estamos pensando em adquirir um software para auxilio, controle e manutenção das atividades exercidas pela empresa se o mesmo está preparado para atender todas as necessidades e gargalos que a possui tem ou venha a possuir. Vianna (2016) enfatiza que para fortalecermos os sistemas de informação gerencial dentro das empresas é necessário se atentar a alguns pontos muito, tal como conhecer a ferramenta utilizada, e de que maneira os usuários irão preencher os dados para que essas informações sejam geradas de forma objetiva. Na tabela 10 podemos visualizar a frequência de respondentes que relatam sobre a ferramenta utilizada na gestão empresarial ser compatível com o nicho de mercado e faturamento ou não onde 14 concordam, 6 concordam parcialmente, 1 se posiciona de forma neutra e 1 discorda parcialmente, diante dos resultados obtidos com a pesquisa é relevante concluir que o sistema de gestão utilizado pelos respondentes atende as necessidades da empresa de acordo com seu faturamento e nicho de mercado e está preparado para suprir as necessidades que cada empresa possui.

5 CONCLUSÃO

A importância desse trabalho de pesquisa se deu pela necessidade de identificar como é utilização de sistemas de gestão empresarial e suas ferramentas auxiliares dentro de distribuidoras atacadistas de produtos diversos. Objetivando esclarecer como os processos de utilização, comportamento, implantação e manutenção se dão dentro de distribuidoras e ainda averiguar qual o perfil das distribuidoras atacadista que fazem o uso de sistemas de gestão, para que seja possível realizar a contabilidade gerencial de forma assertiva. Analisando as dados coletados com a pesquisa, pode ser identificado de forma clara que a utilização de sistemas de gestão e suas ferramentas auxiliares se dão de forma precisa e eficiente, o perfil dentre os usuários respondentes é bem variado trazendo mais ênfase a essa afirmação, deixando evidente que a utilização de tais ferramentas traz benefícios para as distribuidoras atacadistas e que as mesmas são utilizadas de forma completa e cautelosa para que os dados que futuramente serão extraídos sejam os mais objetivos e claros possíveis, fazendo com que a contabilidade gerencial seja demonstrada, analisada utilizada de inúmeras formas a fim de contribuir cada vez mais no processo de gestão dentro de distribuidoras atacadistas de produtos diversos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Bernardo; CORREIA, Walter; CAMPOS, Fábio. **Uso da Escala Likert na Análise de jogos**. Bahia: Revista Computação Brasil, 2011.

ISBN 978-65-5629-077-5

AQUINO, Thomaz Martins de; CASTRO, Luciano Thomé e. **Sugestão de Etapas para a Estruturação da Gestão Empresarial de Pequenas Empresas.** São Paulo: Revista de negócios, 2017.

BASSO, Samuel Maffacioli; MAÇADA, Antônio Carlos Gastaud, PINTO, Aline de Vargas; LUNARDI, Guilherme Lerch. **Impacto dos investimentos em tecnologia da informação nas variáveis estratégicas organizacionais e no desempenho de micro e pequenas empresas (MPES)**. Rio Grande do Sul: Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, 2019.

BENTO, Marcia Helena dos Santos; SCHMIDT, Alberto Souza, NOGUEIRA, Cícero Urbanetto; NOGUEIRA, Helena Maria Camilo de Moraes. **Sistema integrado de gestão**: Compatibilização do modelo de excelência em gestão (m.e.g.) com o modelo de excelência em inovação (m.e.i.). Campo Grande: Desafio Online, v.2, n. 2, 2014.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BEUREN, Ilse Maria; SANTOS, Vanderlei dos; BERND, Daniele Cristina. **Efeitos do Sistema de Controle Gerencial no *Empowerment* e na resiliência Organizacional.** Florianópolis: *Brazilian Business Review*, v.7, p. 212-232, 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Cientifica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLARO, Alberto. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 1. ed. São Paulo: *Know How*, 2013.

COSTA, Daniel Fonseca; CARVALHO, Francisval de Melo; MOREIRA, Bruno César de Melo; SILVA, Washington Santos. **Viés de confirmação na tomada de decisão gerencial: um estudo experimental com gestores e contadores**. Minas Gerais: Revista de Contabilidade e Organizações, v.14:e164200, 2020.

FARIAS, Adilson de Brito; RIBEIRO, Gustavo Timbó Patrício. **Fronteira entre Gestão Empresarial e governança Corporativa.** São Paulo: Revista Metropolitana de Governança Corporativa, Vol.1, N.2. P. 101-111, 2016.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria:** Teoria e pratica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, Rosilei de Fátima Martins de Souza; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolocci; QUEIROZ, André Felipe. **O efeito mediador das proxies de controle gerencial na relação características do empreendedor e desempenho organizacional.** Brasília: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v.14, n.3, art. 7, p.394-414, 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KAVESKI, Itzhak David Simão; BEUREN, Ilse Maria; GOMES, Tayse; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Influência do Uso Diagnóstico e Interativo do Orçamento no Desempenho Gerencial Mediado pelo Comprometimento Organizacional.** Brazilian Business Review, v.18, p. 84-100, 2020 .

NOBREGA, Clemente. **A ciência da gestão – Marketing, inovação, estratégia:** Um físico explica a gestão – a maior inovação do século XX - como uma ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.

O' BRIEN, James A, **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais**: estratégicas, táticas operacionais**.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria**: Gestão Eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALDANHA, Leandro Ripoli; NODARI, Cristine Hermann; SALVAGNI, Julice; GUIMARÃES, Luciana Godim de Almeida. **Sistema de gestão empresarial contribuem para o isomorfismo organizacional.** Rio Grande do Sul: Revista Gestão e regionalidade. Vol.34 - nº 102, 2018.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Controladoria como instrumento de gestão.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SOUZA, Cesar Alexandre; GOLDSTEIN, Cláudia Szafir. **Tecnologia da Informação aplicada a Gestão Empresarial**: Um modelo para a empresa Digital. Buenos Aires: Jornal Técnica administrativa, Vol. 5, nº 22, 2005.

SOUZA, Gustavo Henrique Costa; WANDERLEY, Cláudio de Araújo; HORTON, Kate. **Perfis de *Controllers*: Autonomia e Envolvimento dos profissionais de controladoria**. São Paulo: *Advances in Scientific and Applied Accounting* v.13, n.3 p. 003-022, 2020.

SOUZA, Rodrigo Paiva; RUSSO, Paschoal Tadeu; GUERREIRO, Reinaldo. **Estudo sobre a usabilidade das práticas de contabilidade gerencial mais intensamente usadas em empresas que atuam no Brasil.** São Paulo: Revista Contemporânea de Contabilidade. V.17, n.45 p.33-49, 2020.

VASCONCELOS, Renata Braga Berenguer de; MELLO, Paula Roberta Callado

ISBN 978-65-5629-077-5

Bezerra de; MELO Francisco Vicente Sales. **Gestão Empresarial e Inovação:** uma Análise sobre os Determinantes da Inovação em Micro e Pequenas Empresas do Setor de Alimentos e Bebidas. São Paulo: *Future Studies Research Journal*, V. 8, N. 3, P. 138–165, 2016.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de informação no contexto da inovação, dos sistemas, da informação e dos processos gerenciais.** Santa Catarina: Publicações do IFSC, 2016.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONTROLES GERENCIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS FERRAMENTAS UTILIZADAS POR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PARANÁ

Luan Gabriel Weiss Sebold[1]
Rafael Maximiano Ferreira[2]

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre os controles gerenciais que são utilizados pelas organizações e teve como objetivo geral identificar quais são os controles internos adotados pelas pequenas e médias empresas, para o acompanhamento de suas operações. Para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, operacionalizada por meio de realização de entrevistas estruturas, para os proprietários de seis pequenas empresas situadas na cidade de Boa Vista da Aparecida no Estado do Paraná. Os principais resultados demonstraram que muitas das empresas utilizam de métodos mais simples e fáceis para controlarem suas operações, porém destaca- se algumas que apesar de pouca estrutura e tempo de mercado, já buscam sistemas mais apropriados e condizentes com o que tem de tecnologia disponível no momento, essas, pode ser notado uma evolução por serem mais jovens e conhecerem melhor as redes socias e os controles mais eficazes do mercado.

Palavras-chave: 1. Micro e Pequena Empresa. 2. Controle Gerencial. 3. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, onde todas as transações passam por sistemas e computadores, os serviços prestados por quase todas as profissões utilizam de alguma forma, simples, ocasional ou necessária, toda a tecnologia disponível no mercado. A área contábil começou a realizar suas atividades em sistemas a partir da década de 90, essa sistematização facilitou e agilizou muito os serviços prestados pelos contadores, possibilitando novas funções, novas áreas, novas oportunidades, a contabilidade gerencial, juntamente com o controle interno, é uma dessas áreas, se tornando ferramenta necessária para a administração.

Toda empresa busca aumentar suas receitas, consequentemente maiores lucros, porém muitas dessas não adotam um controle interno rígido e correto para gerenciar seus custos, despesas e vendas, perdendo muito a noção de entrada e saída de dinheiro. Esses controles podem ser feitos por sistemas especializados ou até mesmo pelo Excel, depende muito do ramo e tamanho da organização, muitas empresas tem funcionários especializadas para manter uma ordem e seguimento de estoque, vendas e compras, por exemplo.

Outro objetivo muito importante do controle interno é ter uma grande relação com a contabilidade gerencial, afim de eliminar custos desnecessários, diminuir

[1] Acadêmico do curo de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

despesas sem destino final de receita, ou seja, aquelas despesas que só estão somando para os gastos no final do período ou estão sendo utilizadas de forma incorreta e abusiva, esse controle é baseado em procedimentos que buscam a real situação financeira, econômica e patrimonial.

Na contemporaneidade brasileira, a relação entre micro e pequenas empresas com o controle financeiro ainda é enxuto e mínimo, pois muitos empresários realizam seu controle através de cadernos, anotações e até mesmo utilizando somente de sua memória, métodos não recomendados para o sucesso empresarial, os mesmos acabam se tornando mais desorganizados e incorretos ao longo prazo, muitos empresários já estão adotando formas de contornar esses problemas através de planilhas, preenchendo- as com datas, valores, formas de recebimento, entradas e saídas, esse tipo de controle interno ajuda e muito para que no fim do mês, tenha uma real noção de quanto foi vendido, da necessidade do aumento de estoque, possíveis investimentos, investimentos que podem ser no aumento da integralização de capital, treinamento especializado para os colaboradores, pesquisas externas a fim de melhorar seu preço de venda, aumento na estrutura do local de fabricação ou venda dos produtos, muitas possibilidades que fazem pequenos empresários se tornarem grandes em um mercado muito competitivo (ANDRADE, 2020).

Desde o princípio, a humanidade utilizava de algumas formas, controles que demonstravam o número de animais, alimentos e matérias-primas para construções, controles que ao longo do tempo passaram de substanciais para necessários afim de alcançar objetivos e metas através de fundamentos da administração, gerência de estoque, financeiro e contabilidade.

A elaboração dos controles internos assegura que os administradores juntamente com informações da contabilidade gerencial, sendo essa responsável por identificar, mensurar e analisar informações financeiras da empresa, priorizando o planejamento e recursos disponíveis para a melhoria interna. A relação do controle interno e da contabilidade gerencial deve ser necessária para que haja uma exatidão ou aproximação mais concreta para tomada de decisões.

Muitos empresários, mesmo que de pequeno ou médio porte estão adotando essas práticas para evitar fraudes, erros que podem estar atrelados a vendas e compras de mercadorias, saber dos reais valores de seus patrimônios, registros, demonstrações financeiras e contábeis, relatórios, etc. A organização de um bom funcionário se mostra quando ele propõe e faz melhorias no controle, independente de qual seja, com isso os gestores podem notar a eficiência, fidedignidade e integridade nos serviços feitos pelos mesmos (ANDRADE, 2020).

Visto que esses controles precisam estar sempre corretos e atualizados conforme as operações da empresas, é necessário que possuam bons profissionais e sistemas que suportem a movimentação diária, semanal, mensal e anual, afim de repassar dados confiáveis para a administração, como abordado, as pequenas e médias empresas por muitas vezes trabalham sozinhos ou têm poucos recursos disponíveis para controlar suas receitas e despesas, causando certos atritos entre investimentos que poderiam ter resultado no aumento de receitas ou possíveis despesas que estão dificultando a gestão empresarial (BAZZI, 2015).

A presente pesquisa, terá como alvo as pequenas e médias empresas localizadas na cidade de Boa Vista da Aparecida- PR. Frente ao exposto, a

ISBN 978-65-5629-077-5

presente pesquisa, possui a seguinte pergunta-problema: Quais são os controles internos adotados pelas pequenas e médias empresas, para o acompanhamento de suas operações?

Com o objetivo de responder a pergunta-problema, formulou-se o seguinte objetivo geral: Identificar quais são os controles internos adotados pelas pequenas e médias empresas, para o acompanhamento de suas operações.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco seções, sendo esta primeira intitulada de introdução, a segunda versando sobre o referencial teórico, que é base de sustentação da pesquisa. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados. Na seção seguinte, são evidenciados os principais resultados obtidos e por último são apresentadas as principais conclusões alcançadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, as empresas acabam não se vendo sem o controle interno, procurando sempre melhorar sua administração de recursos e despesas, sendo responsabilidade dos gestores tornar esse processo mais eficaz e seguro, com isso há uma garantia e confiabilidade nas operações e seus devidos registros, sistemas mais avançados, tem um custo maior, por isso empresas de médio e grande porte adotam os mesmos, como forma de assegurar seus dados e informações, esses sistemas tem a função de colocar e disponibilizar todas as informações, tanto para funcionários, quanto para os gestores, nesse processo estão incluídos: a política de administração, o controle financeiro, econômico e contábil, para manter os padrões operacionais, são utilizados procedimentos e embasamentos para produzir informações confiáveis, relativas e fidedignas.

2.1 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O controle interno vem sendo ponto de referência nas empresas, como uma base necessária para alguns direcionamentos administrativos, juntamente com a contabilidade gerencial, traz a real situação da empresa, com os números e operações atualizadas, conforme o período que a organização trabalha, tendo o controle como base, muitos empresários não aderiram tão bem quanto outros, por vários motivos, os mesmos podem ser a falta de tempo, pois grande parte das pequenas empresas não possuem funcionários, os próprios donos fazem todas as atividades, mas apenas com alguns minutos é possível registrar as operações da empresa, independente da ferramenta que esteja disponível para tais registros. (ANDRADE, 2020).

O controle interno vem evoluindo muito ao longo da industrialização em conjunto à tecnologia no mercado, por muito tempo, o controle era realizado de forma informal, por meio de anotações, escrita ou somente pela memória dos colaboradores e administradores, porém como seria possível fazer isso com estoques e movimentos com grandes proporções? Com essa necessidade, surgiram novas formas de controle, alguns exemplos são: análise de patrimônio, contagem de estoque, rotatividade de funcionários, verificação de qualidade dos

ISBN 978-65-5629-077-5

produtos ou dos serviços prestados em cada setor, treinamento dos colaboradores, etc.

Para uma gestão visionária, foi necessário que as empresas adotassem a prática de controlar suas operações, transmitindo valores reais de ativos, despesas, receitas e passivos, controlando assim, os sócios proprietários passaram a utilizar essa forma de administração, obtendo melhores informações para tomada de decisões, investimentos, ampliação da estrutura, aumento no quadro de funcionários, tudo dependerá do aumento das vendas e prestações de serviços (ANDRADE 2020).

> É fundamental que a gestão se responsabilize pelo controle interno. Uma das funções da auditoria interna é a de avaliar a eficácia dos controles implementados. Por definição, o controle interno é um processo influenciado pelo conselho de administração de uma empresa, concebido para fornecer uma garantia razoável à realização dos objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade (D' Avila; Oliveira, 2002).

Os controles internos tem por objetivo, assegurar, prevenir e proporcionar segurança, sendo assim, é de total relevância que erros e tentativas de fraudes sejam corrigidas e antecipadas, mesmo que aconteça, no caso das organizações que mantém todos esses aspectos ordenados, não lhe trará grandes prejuízos, as empresas procuram manter suas contas a pagar e receber sempre organizadas, um sistema eficaz para esse tipo de controle é essencial, pois disponibilizam a fidedignidade dos atos nas operações, mesmo com sistemas automáticos e tecnológicos, muitas pessoas tentam de alguma forma, alterar valores ou números nos estoques, com o objetivo de se beneficiar, porém quando há uma conferência nas operações, possivelmente esse colaborador será punido pela empresa.

Para que todos esses fatores ocorram de forma legal e organizada, é necessário que os administradores implantem e coordenem toda a base de procedimentos do controle interno, afim de minimizar erros, possíveis gastos extras e prejuízos ao final do exercício, com isso é visto a necessidade da implantação em sistemas, desta forma os colaboradores terão mais facilidade em controlar as operações da empresa (ANDRADE, 2020).

Existem procedimentos usados na metodologia e prática do controle interno, procedimentos que fazem com que todos entendam o processo estabelecido, através de questionários, fundamentos e padrões. Um exemplo de questionário, é o próprio questionário de controle interno, é uma ferramenta que tem por objetivo extrair dados sobre as operações e ações de uma empresa, afim de fornecer esses dados aos respectivos colaboradores, sua principal função é a realização da auditoria, apontando em quais as áreas (setores), a empresa precisa de melhorias no momento, outro objetivo desse questionário é a avaliação geral interna, pegando os maiores pontos a serem melhorados, a auditoria utiliza dessas informações para o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, o questionário de controle interno possui extrema importância para demonstrar a responsabilidade das ações e operações diárias, tanto para os administradores, quanto para os funcionários, pois mostrará quão eficiente e correto estão sendo seus serviços,

ISBN 978-65-5629-077-5

ajudando no quesito de assertividade no dia a dia da empresa, suas principais características são: desenvolver a função autoritária de controle na empresa, propor as corretas funções e responsabilidades nos setores, definição de um sistema contábil que suporte todas as informações, fazendo com que as mesmas possuam fidedignidade, possuir um orçamento para possíveis investimentos e projeções futuras e propor melhores distribuições de cargos para os departamentos necessários para todas as atividades desenvolvidas pelos colaboradores (ANDRADE, 2020).

Os fundamentos do controle interno estão alinhados a responsabilidade do pessoal determinado pela administração, alguns setores estão diretamente relacionados as operações, de compra e venda, por exemplo, os fundamentos fazem com que esse controle se mantenha organizado e regular, dependerá muito da competência e ética do responsável por tais atividades.

Os padrões utilizados, chamados também de rotina, tem por finalidade requisitar a compra de insumos e materiais para produção ou venda, controlar a ordem de pedido dos mesmos e emitir relatórios referentes a prestação de contas, sejam elas a pagar e a receber, quando não há um controle de qualidade em relação a prestação de contas, acontecem problemas de fluxo de caixa, onde o dinheiro que entra para o financeiro, não está sendo suficiente para o pagamento de financiamentos, custos e despesas ocasionais (ANDRADE, 2020).

2.2 PRÁTICA E CONCEITO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

É de suma importância identificar a importância da contabilidade gerencial nas empresas, juntamente com o controle interno, mesmo a contabilidade gerencial não sendo obrigatória, muitas empresas utilizam da mesma para proporcionar uma melhor administração, sua função base é a geração de informações empresariais, principalmente para os gestores, independente do setor, tamanho e faturamento da organização, tendo relação com as áreas da contabilidade, financeira e econômica, sempre de forma interna. A contabilidade gerencial vem sendo responsável por auxiliar nas tomadas de decisões, com base em seus objetivos, priorizando as dificuldades e problemas internos, dificuldades principalmente encontradas na atividades operacionais, diferentemente da contabilidade financeira, a gerencial não tem obrigações, nem seguimentos a serem seguidos de forma obrigatória (MOURA, 2020).

A contabilidade gerencial vem ganhando um grande enfoque ao longo do tempo, pois atende as necessidades dos gestores, consequentemente de seus colaboradores. Muitas empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, ainda desconhecem ou não aplicam essa forma de administração, mas ela seria de grande importância para as mesmas, pois proporcionam um maior controle nas suas operações.

Essa áreas específica da contabilidade, possui definições específicas também, sendo um ramo que utiliza não somente da ciência social aplicada, e sim de várias áreas ao mesmo tempo, principalmente atrelada à gestão e administração, como sua prioridade são os usuários internos, somente estes estarão a par dos processos e ações feitas pelos responsáveis (controllers), com todos esses fatores, utiliza- se de um sistema próprio, chamado de SIG,

ISBN 978-65-5629-077-5

principalmente utilizado para auxiliar em processos de decisão, ajudando no entendimento das informações captadas (BAZZI 2015).

Possuindo várias funções em determinados departamentos na empresa, obtém várias mudanças e melhorias na área, de acordo com "Alves (2013), surgiram das demandas que foram imputadas à contabilidade, principalmente em virtude da necessidade de uma análise mais atenta de todo o processo produtivo, da cadeia de produção e da apuração de um resultado mais abrangente do que o apurado contabilmente, esse resultado é mais econômico do que contábil (BAZZI 2015).

Sendo uma área diversificada, tem suas particularidades, seus usuários se encontram na parte interna, sendo sua principal função, repassar informações, não possui regras para a prática de suas atividades, somente utiliza da política interna da empresa para controlar as operações.

Citado anteriormente, a contabilidade gerencial não se restringe somente à área contábil, não sendo obrigatória, não possui uma legislação própria, sendo assim pode utilizar dessa ciência de várias formas e em vários momentos, para isso é utilizado um sistema que proporciona uma facilidade para controlar as operações, o sistema de informação gerencial (SIG) é o mais utilizado. "Para Kroenke (2012, p.15), sistema pode ser definido como um grupo de itens que interagem entre si ou que sejam interdependentes, formando um todo unificado, com objetivos comuns" (BAZZI, 2015).

Tanto o SIG, quanto outros sistemas, são necessários na geração de informação para tomadas de decisões, cada vez mais as empresas estão adotando controlar suas operações através de sistemas, informações que orientam o desenvolvimento das atividades da administração, implementam a melhoria no controle interno, buscam facilitar os processos de produção, proporcionar treinamento para seus colaboradores, tanto para melhorias na produção, quanto para as vendas, principalmente no atendimento à clientes, determinar a função de cada funcionário, delimitando a eles, seu devido departamento, para que haja uma organização interna em relação a mão de obra (BAZZI 2015).

2.3 CONCEITO E SIGNIFICÂNCIA DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

As micro e pequenas empresas são mais atingidas quando se tratamos de controle interno, por muitas deixam isso de lado, só que independentemente do tamanho da empresa, é necessário registrar no mínimo, suas compras e vendas.

Tem uma grande importância na economia, principalmente no Brasil, recebem muito incentivo, tanto do governo, quanto da população, no caso do governo, ele proporciona uma melhor adaptação de mercado para as mesmas, principalmente falando na tributação, isso ajuda e muito na questão de crescimento e diminuição das despesas (BORTOLI, 2020).

Existem alguns critérios para determinar o enquadramento dessas empresas, de acordo com a Lei n. 123/2006, o microempreendedor individual pode ter até R$ 81.000,00 registrados em sua receita e as microempresas podem faturar até R$360.000,00 (BORTOLI, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Para auxiliar os pequenos empresários, foi criado o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, más conhecida como Sebrae, a mesma não possui fins lucrativos e sua função é estimular o crescimento das (MEI), causando um equilíbrio entre as empresas de pequeno, médio e grande porte. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é responsável por grande parte dos financiamentos de curto e longo prazo para todas as empresas brasileiras, dando opções facilitadas e com melhores condições para micros, pequenas e médias empresas. A Comissão Europeia (CE) tem sua função em prol da defesa da União Europeia, buscando vantagens em investimentos, a questão é que ela informa às pequenas empresas, uma possível expansão de mercado para o exterior (BORTOLI 2020).

Mesmo com a ajuda do governo e de outras instituições, muitas empresas fecham antes dos seus cinco primeiros anos de atividade, principalmente as pequenas e médias empresas, é necessário que esses empreendedores estabeleçam onde e quando querem chegar a tal resultado, para contextualizar todos esses aspectos, foi criado alguns passos para tomar de base, o primeiro passo seria o planejamento estratégico, onde o administrador define o lugar onde a empresa irá ficar, sua funcionalidade e seus objetivos, o segundo passo está relacionado a publicidade e expansão de seu nome, ou seja, o marketing é responsável por entender como está o setor em determinada cidade ou área de comércio, entender os clientes, definir uma média na faixa-etária para que haja um diferencial na hora de definir qual será o público alvo e a concretização na escolha dos produtos a serem vendidos e produzidos, o plano operacional é o terceiro passo, sua função é organizar os cargos em seus respectivos setores, coordenar os recursos disponíveis e sua capacidade no fluxo de caixa, o quarto passo é o planejamento o financeiro, parte extremamente importante para o início promissor de uma empresa, pois nesse passo irá ser calculado as despesas e custos em todas as atividades, número de funcionários, capacidade de estoque, estrutura necessária para a produção e vendas dos produtos e ter uma visão de crescimento proporcional à sua lucratividade, sabendo o momento de investimentos, crescimento na mão de obra, aumento na estrutura, entre outros (BORTOLI, 2020).

No Brasil, as pequenas e médias empresas representam 99% das empresas brasileiras, 52% dos trabalhadores estão nas (PMEs), na maioria dessas empresas, o próprio empresário é responsável por todas as operações na empresa, principalmente na administração da mesma, más muitos desses empreendedores não possuem conhecimento em administração de empresas, simplesmente abrem seus negócios, isso trará muitos problemas no seu negócio, pois sem gestão, não há um controle sobre suas operações, a contabilidade gerencial e o controle interno proporcionam a essas empresas um auxílio nas tomadas de decisões, ajudam a ter uma noção mais aproximada da realidade de seus custos, receitas, despesas, ativos, passivos, desembolsos, além disso mostra as possibilidades de crescimento, onde e quando o proprietário poderá investir em seu negócio (BORTOLI, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ISBN 978-65-5629-077-5

Os procedimentos metodológicos delimitam a execução de um trabalho, dando a confiança ao leitor, de que a obra foi escrita de forma íntegra e honesta. O presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, estudo de caso que será aplicado em micro e pequenas empresas na cidade de Boa Vista da Aparecida. O qual contou com a participação de seis estruturas empresariais consideradas de pequeno porte.

A pesquisa inicialmente, classifica-se como descritiva, pois segundo Bauren (2006), a pesquisa descritiva é caracterizada por ser exploratória e explicativa, tendo como característica identificar, unir, relatar e principalmente comparar os dados analisados.

A pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que, muito além de quantificar os dados, busca compreender quais são as ferramentas e controles adotados pelos empresários, que segundo Bauren (2010) as pesquisas são levantamento de dados com base em amostras retiradas de grupos específicos da população, com o enfoque de retirar somente as informações necessárias e objetivas.

Os dados utilizados para a construção da pesquisa, foram coletados através de entrevistas, feitas presencialmente (com todas as recomendações necessárias por conta do Covid-19). As perguntas realizadas aos entrevistados, tiveram como base aspectos relacionados aos controles que são adotados, bem os impactos causados pela pandemia. As perguntas estavam contidas em um roteiro de entrevista estruturado. Destaca-se que todas as entrevistas foram realizadas com os proprietários das empresas.

Para manter o anonimato das respostas, optou-se por adotar nome fictícios. A descrição sobre as empresas e o codinome adotado são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Codinomes adotados para as empresas participantes do estudo

Codinome	Características
Alfa	Empresa de Pequeno Porte (EPP). 7 anos de atuação. Prestadora de Serviço. Segmento de hospedagem.
Beta	Microempresa (ME). 1 ano de atuação. Comércio. Segmento de alimentos.
Gamma	Microempresa (ME). 6 meses de atuação. Prestadora de Serviços. Segmento de educação.
Delta	Microempresa (ME). 2 meses de atuação. Prestadora de Serviços. Segmento de educação.
Sigma	Microempreendedor Individual (MEI). 1 ano de atuação. Segmento de bebidas.
Ômega	Microempreendedor Individual (MEI). 1 ano de atuação. Segmento de bebidas.

Fonte: os autores (2021).

Os dados obtidos são primários, uma vez, que não passaram por nenhuma análise prévia. As entrevistas ocorreram entre os meses de agosto e setembro de 2021. As entrevistas foram transcritas para o documento de texto Microsoft Word® e posteriormente os dados foram organizados por meio da planilha eletrônica do Microsoft Excel®.

ISBN 978-65-5629-077-5

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na presente seção serão apresentados os principais dados e resultados extraídos a partir das análises dos dados. A presente seção encontra-se dividida em duas partes, a primeira tratando sobre o perfil dos respondentes e, a segunda, apresentando os principais controles que são utilizadas pelas empresas de pequeno porte que foram pesquisadas.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DO RESPONDENTE

Dentre as seis empresas que fazem parte do presente estudo, destaca-se o fato de 66,7% dos proprietários, possuir idade de até 30 anos, enquanto 16,7% possuem entre 51 e 60 anos e, 16,7% possuem idade superior a 60 anos. Tais dados demonstram, que os jovens tem buscado empreender, tal fato, caminha no mesmo sentido das regulações brasileiras na atualidade, uma vez que o processo de abertura de empresas foi substancialmente facilitado, principalmente com a possibilidade de constituição de uma Pessoa Jurídica, através do MEI (Microempreendedor individual) e a partir de agosto de 2021, com a SLU (Sociedade Limitada Unipessoal).

Com relação a modalidade de classificação, 50% das empresas se classificam como Microempresas (ME), 16,7% como Empresa de Pequeno Porte (EPP) e 33,3% classificam-se como Microempreendedor Individual (MEI). Frente os dados obtidos, verificamos que para 66,7% das empresas que fazem parte do estudo, utilizam-se do regime tributário Simples Nacional. As classificadas como MEI, também são aderentes ao mesmo regime, mas de uma maneira, muito mais simplificada, uma vez que os valores de recolhimento são baixos e fixos, independendo do valor faturado ou do lucro apurado pelas organizações, apesar de apresentar um limite de faturamento bastante baixo (R$81.000,00 anuais), principalmente para os estágios iniciais, é um sistema bastante diferencial para o empresário, uma vez que é pouco oneroso.

Quando observa-se o tempo de atuação das empresas, pode-se observar que 33,3% das empresas pesquisadas possuíam até um ano de atuação, 50% possuíam entre um e dois anos de atuação e apenas 16,7% possuíam mais de cinco anos de atuação. Encontrar apenas uma empresa com mais de cinco anos de atuação é um dado interessante, frente as constatações de que, a maior parte dos negócios que são abertos não resistem aos três primeiros anos e acabam sendo encerrados.

As atividades desenvolvidas pelas empresas oscilaram entre comércio e prestação de serviço, sendo respectivamente 50,0% classificado em cada um dos grupos. Destaca-se aqui, que nenhuma empresa possui atividade de comércio e prestação em conjunto. No que tange o segmento de atuação, 33,3% são respectivamente do ramo de educação e bebidas e 16,7% atuam respectivamente, no segmento de alimentação e hospedagem. Na próxima seção serão apresentados os dados relativos aos controles utilizados pelas organizações.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.2 ANÁLISE SOBRE AS FERRAMENTAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL QUE SÃO UTILIZADOS

Nesta seção serão apresentados os principais resultados obtidos. No Quadro 1, são evidenciadas as falas dos participantes da pesquisa, quando indagados sobre cada uma das modalidades de controles adotados.

Quadro 1: Controles adotados para receitas e despesas

Questionamento	**Alfa**	**Beta**	**Gamma**	**Delta**	**Sigma**	**Ômega**
Como é controlado as contas a receber dos clientes	Controlado por sistema, alguns somente pagamento a vista, outros pagam mensalidade, esses são controlados por ordem de pagamento.	Sistema, pagamento somente em cartão e dinheiro.	Anotado em lista pelo word	Boleto bancário ou cartão de crédito.	Não tem contas a receber.	Controlado por sistema PDV
Funcionários	Planilha no Excel	Cartão ponto.	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Não tem.	Controlado por sistema PDV
Fornecedores	Planilha no Excel	Pagamento a vista ou boleto.	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	São pagos à vista no dia da entrega.	Controlado por sistema PDV
Empréstimos e financiamentos	Não	Não possui	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Não tem.	Controlado por sistema PDV

ISBN 978-65-5629-077-5

Despesas fixas	Planilha no Excel	Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	As despesas fixas são pagas com dinheiro que é deixado separado no começo do mês.	Controlado por sistema PDV
Despesas variáveis	Não são controladas	Controle de estoque semanal	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Temos um caixa reserva para eventuais despesas variáveis.	Controlado por sistema PDV
Compras a prazo	Planilha no Excel	Não	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Tudo no papel (rascunho) final do mês em planilha Excel	Não compram os a prazo.	Controlado por sistema PDV

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Percebe- se uma notável fraqueza nas empresas relacionas, duas destacam muito a utilização de papel, para variados tipos de controle, metodologia muito usada, porém já está ficando ultrapassada, dois outros mostram que o Excel é uma ferramenta muito versátil e que é muito utilizada no dia a dia da empresa.

Nota-se pouco a utilização de grandes recursos financeiros, os empréstimos e financiamentos por exemplo, um deles destaca um bom giro de caixa, pois arca com a maioria de suas despesas a vista, isso faz com que a mesma tenha desconto com a maioria dos fornecedores.

Há uma grande dificulta em estimar as despesas variáveis nas pequenas empresas, isso pode se dar por conta de não terem conhecimento necessários, sendo eles de custos e despesas, tanto fixas, quanto variáveis. No Quadro 2, são destacados os aspectos relacionados à periodicidade em que os gestores pretendem fazer investimentos.

Quadro 2: Periodicidade de programação de investimentos

Questionamento	**Alfa**	**Beta**	**Gamma**	**Delta**	**Sigma**	**Ômega**
Investimento na infraestrutura	Semestral	5 anos	Trimestre	Trimestre	No momento não	Anual

ISBN 978-65-5629-077-5

					podemos investir.	
Investimento nos colaboradores	Não	Anual	Anual	Anual	Não tem colaboradores.	Mensal
Investimento em melhoria do produto ou serviço	Mensalmente	Treinamento e controle de qualidade todo mês	Investimento em curso para funcionários	Investimento em curso para funcionários	Sim, orçamentos mensais.	Mensalmente
Investimento em pesquisa de mercado	Não	5 anos, índice IBGE	Sim. Não vale a pena	Posso dar amplitude no meu negócio visitando comércios, escolas e afins, podendo divulgar meu negócio. Vale a pena.	Não possuímos esse dinheiro pra investir ainda.	Na atual situação turbulenta do mercado brasileiro, não vale a pena investimento em filial, até por conta do caixa baixo.
Investimento no intangível da empresa	Trimestral	Mensal	Anual	Sim	Não temos esse investimento.	Anualmente
Investimento em publicidade e propaganda	Diário	Diário	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal

Fonte: dados da pesquisa (2021)

O quadro acima representa muito bem o que pequenos empresários pensam sobre investimento a curto e longo prazo, o exemplo mais notável é em relação à infraestrutura, por se tratar de pequenas empresas, é normal que haja um caixa disponível menor, pois estão começando agora no ramo ou ainda não conseguiram alavancar suas vendas e fazer com que seu lucro possibilite tais investimentos.

ISBN 978-65-5629-077-5

Verificando, os dados apresentam demonstram por todas, uma grande preocupação com publicidade e propaganda, melhoria no serviço e nos produtos, pontos muito forte destacados pelas mesmas, pois mostra que conhecem o poder da propaganda, da qualidade do produto e da qualidade dos serviços prestados. Os participantes também foram questionados sobre os controles que são adotados sobre questões que impactam o caixa da empresa, bem como, questões relacionadas a contabilidade aplicável as empresas.

Quadro 3: Controles sobre questões que impactam o caixa

Questionamento	**Alfa**	**Beta**	**Gamma**	**Delta**	**Sigma**	**Ômega**
A empresa possui um bom fluxo de caixa para arcar com custos e despesas de curto prazo?	Sim, todos os pagamentos suprem as necessidades de pagamentos a curto prazo	Sim	Sim	Ainda não, mas estamos trabalhando para isso.	Sim, nosso fluxo supre essa necessidade.	Sim, perfeitamente.
Vocês possuem um sistema próprio pra registrar todas as despesas, receitas, entradas e saídas da empresa? Se não, como é registrado todas essas operações? Esse controle é feito após cada incidência dos fatos, no final do dia, ou de forma mensal?	Sim, as entradas e saídas são controladas por sistema.	Contagem online, controle automático para as vendas. Estoque controlado no Excel semanalmente.	Controlo por planilha e rascunho mensal	Controlo por planilha e rascunho mensal	Não possuímos.	Sim, possuímos um sistema de gestão financeira.
A forma com que é registrado as operações da empresa, está satisfazendo todas as	Sim, muito difícil acontecer problemas com isso.	Sim, o controle feito está sendo bem benéfico para a empresa.	Dificuldade em registrar em sistema e financei	Dificuldade em registrar em sistema e financeir	Sim, mesmo com dificuldades temos o controle	Sim, dificilmente, quase nunca.

ISBN 978-65-5629-077-5

expectativas? Tendem a ter dificuldades por conta disso? Falta caixa para uma possível melhoria na questão de controle?			ro para melhorar.	o para melhorar.	das compras e vendas.	
Essa pesquisa contribuiu de certa forma, na questão de controle interno e administração da empresa? Se sim, quais foram?	Sim, para lembrar do quão importante é o controle realizado na empresa.	Sim, sempre é bom manter os conceitos e saber onde estamos deixando a desejar.	Sim, para melhorias em sistema de financeiro.	Sim, para melhorias em sistema de financeiro.	Sim, para pensarmos em formas diferentes e eficazes de controlar as despesas e vendas no decorrer do dia a dia.	Sim, novas formas de controle interno, sua importância e entender que tudo precisa de inovação.
A empresa utiliza contabilidade? Para gestão ou apenas aspectos contábeis?	Não, somente para a contabilidade em si.	Não, somente para a contabilidade empresarial em si.	Sim, para aspectos contábeis	Sim, para aspectos contábeis	Sim, mas apenas para a contabilidade da empresa juntamente com o profissional contador.	Não, por se tratar de uma MEI, apenas sistema de gestão já dá conta das operações, somente o uso do contador para registros fiscais e contábeis.
Qual é a sua visão sobre contabilidade	É um aspecto financeiro muito importante para qualquer empresa, para controlar	É a base para o controle da empresa, com a contabilidade podemos saber como a	Essencial para uma empresa.	Essencial para uma empresa.	Importante para todas as ações dos empresários, tanto para os pequenos, quanto	Contabilidade é a prestação de serviços para o amadurecimento de um projeto com a gestão

ISBN 978-65-5629-077-5

	o patrimônio, imobilizado, finanças e contas para receber e pagar.	empresa este indo, especialmente em relação a parte financeira.			para os grandes.	eficiente para evitar futuros danos na saúde financeira de um negócio e problemas fiscais.

Fonte: dados da pesquisa (2021)

O quadro acima revela a importância do controle interno para as empresas, independente do seu tamanho, todas tem um conhecimento básico sobre contabilidade e nota- se que somente a usam para com as obrigações fiscais e legais.

Houve uma boa interação por parte dos entrevistados, onde concordam que o controle interno é essencial para a empresa, em todos os aspectos, o que falta é por todos em prática, como foi citado anteriormente, uma parte deles não fazem todo o processo de controle recomendado para uma boa eficácia na coleta de informações.

Dos entrevistados, quatro destacam o ótimo fluxo de caixa, pois relatam não terem dificuldades com despesas de curto prazo e que possuem dinheiro em caixa para suprir com as mesmas, isso pode ser um ponto positivo e negativo ao mesmo tempo, ao pagar sempre à vista suas despesas, não conseguem guardar dinheiro para grandes investimentos ou grandes estocagens de produtos, para promoções, por exemplo, más o ponto positivo é que assim conseguem controlar com mais facilidade e ter desconto na maioria dos produtos comprados e serviços contratados. Por último os respondentes foram questionados sobre quais haviam sido os impactos do período da pandemia de Covid-19, para os seus negócios. As respostas obtidas são demonstradas através do Quadro 4.

Quadro 4: Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre os negócios

Questionamento	Qual foi o impacto da pandemia para o desenvolvimento dos negócios? Existiram adversidades e oportunidades? Quais foram?
Alfa	Afetou bastante, pois dependemos de eventos para hospedagem, nas ondas mais fortes tivemos que fechar, mas há alguns meses começamos a se alavancar novamente.
Beta	Foi uma forma de empreender, mesma com as dificuldades do distanciamento, pois somos uma empresa alimentícia, aí acabou atrapalhando, mas conseguimos sair por cima e encaramos as dificuldades.
Gamma	No meu caso foi uma oportunidade e deu super certo. Lugar em que os pais possam deixar seus filhos com segurança e qualidade.
Delta	Existiram algumas adversidades pois os pais tiraram seus filhos das aulas por elas serem de formato on-line.
Sigma	Grande impacto, aumento dos custos e despesas, e a diminuição das vendas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Ômega	O impacto foi devastador com o fechamento das empresas que foram pegas de surpresa com um limitado caixa para capital de giro, quebrando totalmente microempreendedores, meu caso por exemplo, as empresas acabaram se endividando ao pegar créditos e financiamentos em bancos com altas taxas de juros, pois muitos tiveram pedido de crédito negado pelo BNDES por não cumprir os requisitos para o aporte com juros mais baixos.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O quadro acima apresenta as dificuldades e oportunidades que tiveram em meio a pandemia do Covid- 19, dificuldades que são destacadas pela maioria dos entrevistados, pois tiveram que fechar suas portas por longos períodos de tempo, onde seus custos aumentaram e suas vendas caíram drasticamente.

Um deles destaca a dificuldade que tinha em receber as mercadorias, devido as indústrias não terem mais matéria- prima em mãos, outro mostra que a pandemia não só fechou suas portas, mas também que a população deixou de frequentar seu estabelecimento.

Uma delas destaca a oportunidade do crescimento, mesmo com a pandemia, pois grande parte dos pais com filhos pequenos tinham dificuldade de achar lugares confiáveis para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, essa entrevistada abriu suas portas para esses pais deixarem suas crianças em um lugar para brincar e estudar.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar quais são os controles internos adotados pelas pequenas e médias empresas, para o acompanhamento de suas operações, empresas estas, localizadas na cidade de Boa Vista da Aparecida/Paraná. Para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva, operacionalizada através de entrevistas estruturadas, para obter-se os dados.

Os resultados demonstram, que as empresas possuem grande dificuldade de manter o proprietário ou o funcionário capacitado para organizar esses dados em Excel, Word e programas específicos, muitos ainda não possuem estudo e o que tem de experiência é na prática do serviço e somente o que lhe é exigido para tal atividade.

Por essas e outras questões é que continuam da mesma forma, sempre trabalhando do mesmo jeito, pois está dando certo desde que começaram, más percebe- se uma grande evolução diante das respostas, muito se evoluiu as longo dos anos, a facilidade de acesso à internet, máquinas mais ágeis, tecnologias mais modernas e avançadas, fazem com que esses micro e pequenos empresários, mesmo com pouco retorno financeiro, consigam extrair, o que dê melhor e com o melhor custo benefício existe no mercado.

Conclui-se que, sim, toda organização precisa manter suas operações registradas de forma correta e segura, valores por mais que aparentam serem baixos, são muito relevantes para manter um controle, as despesas organizadas fazem com o empresário saiba aonde está indo seu dinheiro e como ele pode

ISBN 978-65-5629-077-5

diminuir seus gastos, a classificação dos custos é essencial para um possível investimento, tanto nos produtos, quanto no serviço prestado.

Muitos desses empreendedores já possuem sistemas próprios de gestão, outros anotam em caderno, Excel ou Word, o mais importante é esses dados estarem organizados, de um jeito que o proprietário saiba a data em que ocorreram os fatos, aumentando a chance de resolver problemas, aumentar capacidade de estoque, compreender as sazonalidades, conseguir operar em algumas datas com pouco dinheiro em caixa, saber o momento de investir em infraestrutura, estoque, colaboradores e intangíveis.

Como sugestões para futuras pesquisas, procurar um enfoque maior na objetividade das questões, destacar as formas de controle de um jeito mais sucinto e demonstrativo, por meio de gráficos, tabelas quantitativas. Outra recomendação é a maior coleta de dados, coletando mais informações com as mais variadas empresas, buscando a diversidade entre as mesmas, o maior número de amostragens também possibilita um maior retorno, dando mais possibilidade de assertividade quanto ao relacionamento dos pequenos empresários quanto as suas formas de controle interno.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre. **Controle Interno**. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187996/pdf/0?code=Mv7AoIR8FUmvVcX0zUB+SverXRiBJfzklbPN4tIPn3u+0c8N5vUOwO47DoQfMXKPxKqmgDh+23I4U+TtuP9YNA> Acesso em: 01 mai. 2021.

BAZZI, Samir. **Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação.** Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30474/epub/0?code=FdQozkuAVuWuTYHEs1sFJVtUh1y0N7RqxyG56Hp6N8iGkhSwaNAKXVKtPq3c4wmUCQv2ZGyz1+6/FKPLdcQ++w>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BEUREN, Ilse Maria et al. Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. Editora Atlas – 3ª edição – publicado em 2006.

BORTOLI, Cassiana. **Contabilidade e gestão de micro e pequenas empresas.** Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184710/pdf/0?code=rYv6qEcL/SVeao8nZJ0XX2ktthoUXrIkXjKL+4KN90CA9ZbecmOojEkmpmT0snpbgnluoKxrxiKVcX3zEPoZTQ> Acesso em: 03 mai. 2021.

FARIA, Juliano; BARBOSA, Tiago; LOPES, Laerson; OLIVEIRA, Neylane. **As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial em micro e pequenas empresas: um estudo na cidade de Serrinha- Bahia**/ CONGRESSSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/about/submissions>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

MONTEIRO, Renato. **Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para a sua implantação**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/762/76238832008.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEREIRA, Antônio. **A importância do controle interno para a gestão de empresas.** Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/68/68>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PEREIRA, Elias. **Contabilidade gerencial**. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/477/pdf/0?code=9eAK/d8sxgs5O/SD0lwslBXWxqABEJ1ofZ7Bg6VBvoKmp6QBdGZXa9S3f27tqshzGuOn2BI6LHR09ZJxAPGbhA> Acesso em: 01 mai. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

IMPACTOS DA DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E RELATÓRIO INTEGRADO NA RENTABILIDADE DAS EMPRESAS: UM ESTUDO NAS EMPRESAS COM ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS EM GRAU ALTO LISTADAS NA B3

Danieli Dellani[1]
Ignês Kátia Andreolla[2]
Rafael Maximiano Ferreira[3]

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre a temática ASG, que é amplamente debatida na atualidade, por suas implicações de sustentabilidade, nas vertentes ambiental, social e de governança corporativa. A mesma, possui como objetivo identificar a existência de relação entre a publicação de relatórios de sustentabilidade e/ou relatório integrado das empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3, com a rentabilidade das organizações. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, com as companhias que se enquadram no critério de alto grau de impacto da Lei n. 10.165/00, contando desta forma com 30 empresas, as quais foram analisadas entre os períodos de 2018 a 2020. Os principais resultados demonstram que não houve constatação de relação entre a divulgação dos relatórios com a rentabilidade das empresas listadas nos segmentos analisados.

Palavras-chave: Relatório de sustentabilidade. Relatório integrado. Rentabilidade. Investimentos verdes. Impacto ambiental.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a escassez dos recursos naturais tem se mostrado cada vez mais ativa ao decorrer dos anos, passando a ser tema de enfoque em jornais, escolas, universidades, empresas, etc. Diante do disposto, o tema Desenvolvimento Sustentável passou a ser alvo de debate e provocou mudanças de padrões nos relacionamentos de empresas com os mais diversos *stakeholders*. Enfatiza-se também a crescente preocupação dos consumidos e dos mercados desenvolvidos com as questões relacionadas à sustentabilidade (BECK, 2010).

A expressão desenvolvimento sustentável passou a ser utilizada a partir do ano de 1972, durante uma Conferência sobre o meio ambiente na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, onde a ONU (Organização das Nações Unidas) foi responsável por instaurar o vocábulo "ecodesenvolvimento", hoje comumente conhecida como desenvolvimento sustentável (DIAS *et al*. 2018).

De acordo com a Organização Não Governamental SaveCerrado (2020), a fim de diminuir a poluição e buscar formas de aderir a práticas sustentáveis, o Protocolo de Quioto foi criado em 1997, onde a redução de gases passou a ter um valor econômico e ser comercializado, ficando assim conhecido como Mercado de Carbono, por se tratar do principal gás de efeito estufa produzido. A partir de então,

[1] Acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro \Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

a diminuição de gases emitidos passou a se valer como um crédito que poderia ser utilizado por quem busca suavizar a emissão de gases.

Com o intuito de propagar ideias ecológicas, vários acordos a nível internacional foram firmados. Dentre eles, destacam-se a Conferência de Estocolmo (1972), Eco-92 (1992), Rio + 10 (2002) e a Rio+20 (2015), todos estes buscaram por estratégias relacionadas à preservação do meio ambiente (PENA, 2021). Ainda de acordo com o autor Pena, dentre essas conferências, a Rio+10 foi alvo de críticas por não apresentar resultados sólidos, onde muitos países se opuseram a abandonar seus ideais políticos em prol da preservação ambiental. Posteriormente, a Rio+20 também foi criticada pela falta de clareza e objetividade em suas metas.

Conforme o autor Rutigliani (2019), os investidores estão cada vez mais interessados em empresas que integram questões ambientais e sociais em suas estratégias. Deste modo, as organizações que aderem à responsabilidade socioambiental detêm de maior confiança e valor aos olhos do mercado financeiro, consequentemente essas iniciativas trazem impactos positivos em suas receitas.

No cenário atual, muito se debate acerca do uso sustentável dos recursos naturais, visto a atual situação decadente em que o planeta Terra se encontra. O uso dos recursos naturais evidencia-se nos mais diversos setores, tais como higiene, limpeza, alimentício, agricultura, automotivo, entre outros, que buscam diversas formas de elucidar aos consumidores que sua atividade trabalha com a utilização consciente dos recursos naturais. Neste sentido, diversas organizações divulgam de maneira voluntária, informações relacionadas às suas práticas de sustentabilidade, buscando atender a demanda crescente dos *stakeholders* (PIRES; SILVEIRA, 2008).

Todavia, o que geralmente acaba acontecendo é o uso errôneo da palavra sustentabilidade, acometida de uma falsidade ecológica que tem como objetivo mascarar problemas ambientais nos quais a empresa teve envolvimento, onde o termo sustentabilidade é usado como marketing para agregar valor à empresa (BOFF, 2016). O termo mais conhecido para essa utilização equivocada da palavra sustentabilidade é o anglicismo *Greenwashing*, que se traduz como um "falso verde" ou "pintado de verde" (SANTOS, 2020).

As questões ambientais, sociais e de governança, conhecidas como questões ASG começaram a ganhar visibilidade com o Pacto Global no ano de 2000, que foi uma iniciativa da ONU a fim de estabelecer princípios que visam mobilizar as empresas a aderirem a práticas mais sustentáveis (MESQUITA, 2021). A jornalista Rosana Jatobá (2021) relata que cerca de 81% das empresas da Europa objetivam reduzir a emissão de poluentes, já no Brasil, apenas 17% das empresas listadas na B3 possuem metas relativas a redução destas emissões, isso porque muitas organizações ainda prezam pelo retorno a curto prazo.

De acordo com o Instituto Luísa Pinho Sartori (2020), a necessidade das questões ambientais dentro das instituições sempre esteve presente no mercado financeiro, embora, no Brasil, o assunto passou a ter real importância a partir do ano de 2020, com o início da pandemia do Covid-19. Com isso, o coronavírus alterou a rotina de toda a população e isso fez com que as empresas adotassem novas medidas para conseguirem permanecer no mercado. Com essas mudanças foi possível observar que os recursos naturais estão ficando cada dia mais

ISBN 978-65-5629-077-5

escassos, o que tornou para os investidores motivo de interesse e prioridade investir em empresas que possuem questões ASG implantadas em seu negócio.

Segundo o site VG Resíduos (2019), uma das ferramentas utilizadas pelas empresas para evidenciar seu desempenho no que tange às questões ASG e objetivar melhorias são os relatórios de sustentabilidade. Outra ferramenta muito utilizada é o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que busca fazer uma comparação entre as empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) tendo em vista o desempenho sustentável das organizações.

O tema abordado neste artigo é Mercado de Capitais, voltada principalmente para as empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3 e os aspectos sustentáveis (ASG). As questões ASG estão cada vez mais atreladas ao mercado de capitais, onde os investidores preferem aplicar seus recursos em empresas socialmente responsáveis. Consequentemente, as empresas que aderem às práticas ASG possuem maior visibilidade no mercado financeiro. Deste modo, a presente pesquisa, possui como pergunta-problema: Existe relação entre a divulgação de relatório de sustentabilidade e/ou relatório integrado das empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3, com a sua rentabilidade?

O artigo tem como objetivo identificar a existência de relação entre a publicação de relatórios de sustentabilidade e/ou relatório integrado das empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3, com a rentabilidade das organizações. A pesquisa é importante para os futuros acadêmicos, professores e pesquisadores que procuram aprofundamento no tema em busca de conhecimentos.

Além de trazer impactos positivos para o meio ambiente e para a sociedade, as questões ASG influenciam significativamente no valor das ações da empresa. Diante do preposto, o trabalho, justifica-se também por incentivar as empresas à adoção das questões ASG, tendo em vista a demanda criteriosa dos investidores e a preocupação com a qualidade de vida das futuras gerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentadas as principais questões teóricas que comportam o desenvolvimento da presente pesquisa. Para tanto são discutidas as questões ASG, a prática de g*reenwashing*, a questão relativa aos investimentos verdes e uma breve introdução a Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

2.1 AS QUESTÕES ASG

O atual cenário competitivo em que as empresas estão inseridas possibilita aos consumidores ter uma certa influência sobre a gestão empresarial, logo existe também uma interferência nas ações da empresa (KUZMA, 2016). De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA, 2020), com a crescente escassez dos recursos naturais, nos últimos anos o tema sustentabilidade passou a ser discutido com maior frequência, tendo

ISBN 978-65-5629-077-5

em vista seu envolvimento com vários setores da economia. Ainda conforme a ANBIMA (2020), esse debate influencia significativamente o mercado financeiro, pois impulsiona o aumento de investimentos sustentáveis, e, ao analisar as questões ASG, torna-se possível avaliar os riscos e oportunidades que o investimento tende a trazer para quem está investindo.

Em uma entrevista concedida pelo coordenador do Grupo Consultivo de Sustentabilidade ao portal ANBIMA (2020), Carlos Takahashi menciona que apenas as empresas que adotarem as questões ASG em suas práticas irão sobreviver a longo prazo. O coordenador destaca também que ao considerar as práticas ASG na tomada de decisão de investimentos pode-se ter uma previsão dos possíveis riscos das companhias, atrair o público de investidores mais jovens e contribuir para um meio-ambiente mais sustentável para as futuras gerações.

Uma forma de observar se as empresas estão adotando práticas sustentáveis é por meio do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que de acordo com a B3, foi criado no ano de 2005 pela BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) com a finalidade de auxiliar na tomada de decisão dos investidores, além de influenciar as empresas a adotar práticas mais sustentáveis e aderir às questões ASG para sua perdurabilidade no mercado. Este índice serve para atender a demanda dos investidores que buscam por empresas socialmente responsáveis, criando um ambiente de acordo com a demanda do mercado de investimentos (VITAL *et al*. 2009).

Segundo Neves (2009), com a crescente tendência mundial de investir em empresas sustentáveis, foram criados os Fundos de Investimentos Socialmente Responsáveis, que possibilitam aos investidores investir em conjunto, conforme princípios pré-estabelecidos, ou seja, esses Fundos consideram não só o desempenho financeiro, como também as práticas ambientais da empresa.

2.1.1 Questões Ambientais

A adequação e contribuição das empresas no que tange às questões ambientais não só aumenta sua rentabilidade, como também agrega valor ao negócio. Essas questões abrangem temáticas relacionadas à qualidade do meio ambiente, como o uso dos recursos naturais, a emissão de carbono e a poluição (ANBIMA, 2020).

De acordo com a Master Ambiental (2016) o uso dos recursos naturais é pertinente a qualquer empresa, independentemente de suas peculiaridades, deste modo, a utilização correta dos recursos naturais pelas empresas faz com que os desperdícios sejam evitados, consequentemente os custos diminuem e o lucro tende a aumentar. Em decorrência do aumento de lucros, os investimentos da empresa incorrem em uma valorização, despertando maior interesse dos investidores.

Segundo Silva e Macedo (2012), para que as ações de uma empresa sejam mais atrativas elas devem trabalhar de forma concomitante entre o retorno financeiro e a preservação do meio ambiente. Segundo os autores, esse trabalho simultâneo tornou propício a comercialização dos créditos de carbono, que retratam um mercado lucrativo e tornam visível uma imagem político-social positiva da empresa.

ISBN 978-65-5629-077-5

Marinho (2009) aponta que o crédito de carbono advém de direitos referentes à diminuição da emissão deste gás, sendo assim, as empresas que fazem parte deste mercado de carbono podem adquirir créditos ao realizarem tal diminuição, contribuindo para a preservação do meio ambiente e aumentando seus níveis de sustentabilidade.

Outra temática que é abrangida nas questões ambientais é a poluição, que acontece principalmente por conta das atividades operacionais das empresas. Além de degradar o meio ambiente, a poluição resulta em custos para a empresa, tais como desperdícios e multas, o que acarreta no desinteresse dos investidores de aplicarem seus recursos nestas empresas (SILVA, THEIS, SCHREIBER, 2016).

A fim de divulgar as ações sustentáveis, as empresas voluntariamente podem publicar relatórios de sustentabilidade, que visam demonstrar maior transparência de sua relação com o meio ambiente e a sociedade. Segundo Campos *et al*. (2013, p. 914), relatar essas informações servem principalmente "[...] como resposta às cobranças dos stakeholders para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente [...]".

2.1.2 Questões Sociais

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (2017 p. 177) às questões sociais estão interligadas aos "direitos, bem-estar e interesses de pessoas e comunidades". Com isso, os dados dos clientes, fornecedores, sócios e colaboradores que são utilizados pelas empresas devem estar assegurados com alta segurança e exclusiva privacidade, a fim de garantir e preservar as informações dos negócios perante a sociedade.

Segundo a Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento da ANBIMA (2020) as questões sociais podem ser abordadas dentro das empresas através do bom relacionamento entre os seus colaboradores, garantindo a todos os direitos iguais, bem como a liberdade de expressão. Ao integrar em suas políticas disponibilidade de vagas para a inclusão e diversidade, adoção e cumprimento de medidas de segurança no dia-a-dia, tendo em vista a preocupação com a saúde e bem-estar de todos os membros, capacitando-os sem sobrecarregar a jornada de trabalho e que ofertam oportunidades para que os colaboradores conheçam seus clientes, as empresas tendem a ganhar destaque entre os investidores, pois essas são questões sociais instigadoras que demonstram que a empresa se preocupa com seus colaboradores e está comprometida com os direitos humanos (ANBIMA, 2020).

Ao aderir à divulgação das questões sociais nos relatórios de sustentabilidade, as empresas possibilitam aos investidores e a sociedade, de modo geral, verificar se estão refletindo mais oportunidades do que riscos em seu negócio. Além disso, o relatório permite observar se a marca corporativa está sendo apresentada de maneira fidedigna e se as questões socioambientais estão sendo aplicadas (CAMPOS *et al*. 2013).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1.3 Questões de Governança

As questões de governança norteiam os interesses dos membros que a compõem a fim de conciliar com as demandas exigidas pela fiscalização. Conforme os autores Rechtman e Young (2013, p. 89) sua composição se dá principalmente pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, Credores, Fornecedores, Acionistas e demais stakeholders. Ainda segundo os autores, a governança corporativa tem como objetivo segregar a propriedade da gestão, caracterizando-se como "um valor que deve ser entendido no contexto da geração de riqueza para a empresa". Com isso, as questões de governança abordam a ética nos negócios, transparência das informações, controles internos e gestão de risco.

Toda instituição deve ter suas normas e princípios éticos estabelecidos em sua conduta, disponibilizando-os a todos os seus colaboradores. A ética nos negócios está correlacionada aos resultados financeiros transmitidos pelos setores responsáveis, onde os mesmos devem ser honestos, íntegros e prestar informações com lealdade (MOREIRA, 2002, *apud* NASH, 1993). Consequentemente, os padrões éticos e morais entre os empregados são essenciais, pois a divulgação de informações de forma equivocada e/ou errônea causa efeitos negativos perante o mercado financeiro e a sociedade.

Ao prestar informações da atividade da empresa com seus interessados, os responsáveis devem informá-las com total transparência para que sejam tomadas decisões assertivas. Os autores Rechtman e Young (2013, p. 91) destacam a transparência como uma "obrigação de que os administradores da empresa têm de efetivamente atuar para que os stakeholders tomem conhecimento dos fatos que deram origem aos atos praticados". Dessa forma, os gestores devem apresentar aos seus interessados os fatos que os levaram a tomar tais decisões, bem como devem estar preparados para as repercussões que surtirão dentro dos negócios da empresa.

Além da ética e transparência, o controle interno e a gestão de riscos também são temas importantes a serem discutidos dentro das questões de Governança. Conforme o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2017), a gestão dos riscos e controles internos auxilia no alcance dos objetivos da empresa, uma vez que torna possível antecipar eventos que podem ser prejudiciais à organização. Sendo assim, ao prever possíveis riscos, a empresa detém de mais tempo para utilizar seus recursos de maneira eficaz na solução destes problemas. Os controles internos também contribuem para a qualidade das informações geradas, tendo em vista que o êxito do negócio está condicionado à forma como tal é conduzido e como o sistema é controlado (DAMIANI, 2011).

2.2 GREENWASHING

Como a questão da sustentabilidade é um tema bastante discutido ultimamente, os consumidores e investidores têm demonstrado preocupação com os processos e práticas que são nocivas ao meio ambiente. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2019), como consequência disso, as empresas estão buscando melhorias em seu marketing, utilizando-se do pressuposto de que suas práticas são voltadas para a preservação do meio

ISBN 978-65-5629-077-5

ambiente, entretanto, esse marketing muitas vezes não é pautado em mudanças reais nos processos da empresa.

Esse falso uso de políticas ecologicamente responsáveis é denominado de *Greenwashing*, expressão que pode ser traduzida como um "falso verde". De acordo com os autores Nascimento e Ricarte (2018), o termo surgiu na década de 80, logo após as calamidades de Chernobil e Exxon Valdez, onde a sociedade passou a procurar produtos que causam menor impacto no meio ambiente para consumir, com isso, a demanda era maior e os comerciantes passaram a comercializar esses "produtos verdes".

Com a procura da população pelos produtos com selo de sustentabilidade, muitos consumidores passaram por situações em que receberam informações errôneas de alguns estabelecimentos. Nessas circunstâncias, existe o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) que fiscaliza as denúncias *Greenwashing* e que auxilia para que os comércios não manipulem os consumidores com falsas informações sustentáveis (FIALHO; MARQUESAN, 2018).

De acordo com a Market Analysis (2014), sete pecados caracterizam a prática do *Greenwashing*, sendo eles: a falta de prova, incerteza, custo ambiental camuflado, culto a falsos rótulos, irrelevância, menos pior e a mentira, onde: *a falta de prova* se caracteriza com a afirmação de que o produto é sustentável, mas sem que isso possa ser confirmado; a *incerteza* se trata de uma afirmação vaga, de compreensão subjetiva; o *custo ambiental* camuflado é basear-se em uma característica ambientalmente correta, sem levar em consideração os outros malefícios; o *culto a falsos rótulos* é a utilização de selos e certificações inexistentes; a *irrelevância* abrange características que já são obrigações da empresa; o *menos pior* demonstra apelos ambientais em embalagens de produtos que provocam danos não só ao meio ambiente, como também ao indivíduo que o consome; e por fim, a *mentira*, que se refere ao uso de menções de terceiras partes que são falsas ou que estão vencidas.

Ao ludibriar os consumidores com esse "falso verde", as empresas ferem as práticas ASG, questões estas que são de suma importância para a tomada de decisão de muitos investidores. Segundo PAVIANI (2019), o *Greenwashing* não se refere apenas às falsas informações, propagandas ecológicas enganosas e marketing verde, mas também ao comprometimento que essas empresas têm para com o meio ambiente em que estão inseridas. Conforme aponta Valéria Café (2010 p. 45), "[...] sempre há aqueles que se aproveitam para dizer o que não fazem ou até mesmo mudam a cor de suas embalagens ou de seus anúncios para o verde, como se isso fosse sinal de compromisso com o meio ambiente".

Os investidores também se deparam com o *Greenwashing* quando avaliam em relatórios de sustentabilidade as ações socioambientais antes de investir na atividade, posteriormente, as empresas não as aplicam no cotidiano. Esses acontecimentos causam a quebra de confiança das informações entre empresa *versus* investidores, ocasionando a perda de investimentos para a atividade, visto que as informações não foram genuínas. (JUNIOR; SILVA; MATTOS, 2012, *apud* TAPSCOT; TICOLI, 2005, p. 181).

Carvalho (2021) alerta os investidores que buscam por questões ASG integradas nas empresas, visto as constantes práticas de *Greenwashing* como forma de tirar proveito da tendência sustentável. A autora ainda aponta que muitas

ISBN 978-65-5629-077-5

empresas não cumprem com as normas de sustentabilidade, apresentando uma falsa imagem de que são social e ambientalmente responsáveis, com o intuito de atrair consumidores e investidores. Atualmente não existem formas uniformes de identificar se as empresas seguem com os preceitos ASG, devido a isso, a preocupação com a transparência das informações é imprescindível (ROIZMAN, 2020).

2.3 INVESTIMENTO VERDE

A CVM (2020, p. 07) destaca que: "não existe uma taxonomia oficial para essas espécies de investimentos, pois trata-se de um debate relativamente novo no sistema financeiro e no mercado de capitais". Assim, as empresas que realizam financiamentos para algum setor ou projeto com o objetivo de desenvolver questões ASG, visando a sustentabilidade ao longo prazo, relacionam-se com os títulos verdes (ANBIMA, 2020). Além disso, existem outros tipos de investimentos socioambientais:

> [...] investimento responsável, investimento sustentável, investimento de impacto social, investimento ético, títulos verdes (conhecidos lá fora como *green bonds*), investimentos na área de infraestrutura, entre outros. São termos que se referem aos investimentos com algum fator ASG em sua análise ou no projeto de investimento (no caso dos títulos verdes) e, portanto, podem ser considerados investimentos ASG (ANBIMA, 2020, p.7).

Para auxiliar os investidores a distinguir em qual empresa será mais viável investir, existem algumas estratégias que podem ser observadas, tais como: o filtro positivo; filtro negativo; *Best-in-class*; e integração ASG. No *filtro positivo* deve ser observado temas específicos relacionados à sustentabilidade, incluindo ativos fundamentados que cumpram com as normas estabelecidas. O *filtro negativo* é o mais usado mundialmente, é realizado a exclusão de investimentos relacionados a ASG, avaliando a ética entre o gestor e o investidor. No método *Best-in-class* é elencado questões ASG de projetos ou de setores específicos, analisadas a nível de ranking ficando assim em destaque a empresa com maior vantagem competitiva. Na estratégia da *integração ASG* são incluídas as questões socioambientais dentro da análise financeira da instituição ou de determinado projeto, a fim de enunciar o retorno dos lucros ou os riscos posteriormente (CVM, 2017).

Observar investimentos que trazem retornos quantitativos ao investidor é de grande importância, pois levam em consideração a obtenção de lucros perante o capital investido. Tendo em vista esse padrão de investimento, existem os fundos quantitativos, que de acordo com o autor Pinto (2020), evidenciam-se como uma classe de fundos que utilizam a análise quantitativa para tomada de decisão, podendo ser considerado como uma atividade de investimento onde os títulos são elencados utilizando modelos matemáticos e algoritmos.

Além de considerar os retornos qualitativos que a empresa investida pode trazer, deve-se levar em consideração os aspectos qualitativos, que podem ser evidenciados pelas práticas das empresas. Conforme abordado pela CVM (2017,

ISBN 978-65-5629-077-5

p. 145), "a análise da empresa, em si, leva em conta, portanto, tanto o lado quantitativo - seus números - quanto o qualitativo - seus controladores, executivos, a composição do conselho administrativo e assim por diante". Deste modo, o investidor é atraído não só pelo retorno financeiro, como também se sente responsável por não prejudicar o meio ambiente (CVM, 2021).

O mercado de capitais aderiu também a essa preocupação com a sustentabilidade, onde os investidores podem acabar perdendo suas aplicações investidas em empresas que não são sustentáveis ou não seguem os preceitos legislativos (CVM, 2021). Associado ao mercado de capitais e à sustentabilidade, existem os títulos verdes, que conforme Knoch et al. (2020, p. 06), "são títulos de renda fixa desenhados para captar recursos para projetos com impacto ambiental positivo".

Segundo o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CBDES (2016), os títulos verdes que se caracterizam por financiar projetos sustentáveis, são vistos como uma alternativa que incentiva o uso de novas tecnologias ambientalmente positivas. Ainda conforme o CBDES, a emissão de títulos verdes pode trazer benefícios ao investidor, tais como: maior transparência na utilização de seus recursos, convergência com compromissos voluntários e retorno financeiro.

A CVM (2020, p. 06) menciona que o investidor que aplica recursos em empresas que adotam as questões ASG observa reflexos positivos em seus investimentos, complementa ainda que, "mesmo que a rentabilidade passada não garanta retornos futuros, existem estudos que apontam que a observância de questões ASG pelas empresas implica um diferencial de retorno financeiro". De acordo com a Cartilha de Finanças Verdes, publicada pelo Ministério da Economia (2019), no momento em que as empresas e os investidores tomarem consciência do impacto que suas ações têm sobre o meio ambiente, poderão ser formulados projetos pautados neste quesito, que contemplem características sustentáveis.

Os autores Oliveira e Sampaio (2011) trazem que a responsabilidade da constante poluição e impacto ambiental advém dos investimentos no setor primário e a precária fiscalização por órgãos reguladores pode ocasionar prejuízos irreparáveis.

> Tais dados, corroboram ainda mais a necessidade de se estabelecer um marco regulatório seguro, principalmente no setor de petróleo e gás, além da necessária vinculação das empresas a padrões socioambientais internacionais, conferindo a necessária segurança jurídica aos investidores, bem como consequentes frutos a serem colhidos pela sociedade no país receptor, com a obediência de metas sobre desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, SAMPAIO, 2011, p.21)

Conforme ressalta a CVM (2021), com o uso elevado dos recursos naturais, a procura por formas de reparo, equilíbrio de consumo e redução de gastos aumentou, e isso alinhou-se aos princípios da economia circular, que busca minimizar as ações antrópicas para com o meio ambiente. Considerando que a integração dos critérios ASG pelas empresas tendem a trazer retornos positivos para elas e para a sociedade e que, com essa ideia de sustentabilidade a

ISBN 978-65-5629-077-5

competitividade aumentou significativamente entre as organizações, faz-se necessário que as empresas busquem inovar em suas práticas sustentáveis (MACEDO, 2016).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2011, p. 04) elucida que "precisamos do crescimento verde porque os riscos do desenvolvimento estão a aumentar à medida que o crescimento continua a desgastar o capital natural". O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE (2012, p. 21) aponta que "as propostas de políticas para esverdear a economia não implicariam mudança de paradigma, mas apenas a introdução de tecnologias mais limpas", todavia, o desenvolvimento sustentável abrange diferentes cenários, necessitam assim, de um maior envolvimento da tecnologia, expectativas futuras, e mudanças nos padrões civis e econômicos.

2.4 LEI Nº 10.165 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Lei Nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que altera a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, trata da Política Nacional do Meio Ambiente, bem como os mecanismos e fins para os quais são formulados e aplicados. Em seu artigo 3º, anexo VIII, aborda as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, que discrimina as categorias das atividades, classificando-as conforme o Potencial de Poluição (pp) e o Grau de utilização dos Recursos Naturais (gu).

Segundo a redação da Lei 10.165/00, os estabelecimentos que apresentam Potencial de Poluição e Grau de utilização de Recursos Naturais são classificados em três graus distintos, sendo eles: pequeno, médio e alto, as respectivas atividades são listadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais

Grau	**Atividades desenvolvidas pelas empresas de:**
Pequeno	Indústria de Borracha; Indústria de Produtos de Matéria Plástica; Indústrias Diversas; Turismo.
Médio	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos; Indústria Mecânica; Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Indústria de Material de Transporte; Indústria de Madeira; Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos; Indústria do Fumo; Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas; Serviços de Utilidade; Uso de Recursos Naturais.
Alto	Extração e Tratamento de Minerais; Indústria Metalúrgica; Indústria de Papel e Celulose; Indústria de Couros e Peles; Indústria Química; e de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio.

Fonte: adaptado de Lei n. 10.165 (2000).

Conforme observa-se no Quadro 1, todas as empresas cujas atividades estão listadas, devem pagar trimestralmente a Taxa de Controle de Fiscalização

ISBN 978-65-5629-077-5

(TCFA), regulamentada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pode-se definir a metodologia como "o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento" (GIL, 2008 p. 08). Dessa maneira, foram abordados nos procedimentos metodológicos a tipologia da pesquisa quantos aos objetivos, a tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos, o método da coleta de dados, a tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema e a limitação da pesquisa.

Quanto aos procedimentos a presente pesquisa se classifica como quantitativa, que de acordo com Beuren (2006) "caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados". A classificação se aplica em virtude de ser explorada a possibilidade de relação entre duas variáveis distintas (relatório de sustentabilidade/integrado e rentabilidade).

O presente estudo classifica-se como descritiva, visto que conforme Gil (2008), as pesquisas descritivas têm por finalidade expor as características da população analisada ou ainda, relacionar as variáveis em estudo. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se por coletar os dados de forma padronizada, além de ser utilizada por pesquisadores que se atentam às questões práticas. Cervo, Bervian e Silva (2006) defendem que a pesquisa descritiva é aquela em que não se pode modificar os dados, com isso ela possui o intuito de analisar, comparar, observar e registrar os dados apresentados.

Deste modo, buscou-se identificar a existência de relação entre a publicação de relatórios de sustentabilidade e/ou relatório integrado das empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3, com a rentabilidade das organizações, conforme estabelecido pela Lei n. 10.165 de 27 de dezembro de 2000. Desta forma, apresentamos no Quadro 2, as empresas que se enquadram dentro desta classificação.

Quadro 2: Empresas com atividades de alto potencial poluidor e utilizadoras de recursos ambientais listadas na B3.

Potencial Poluidor	Setor Lei n° 10.165/2000	Segmento B3	Quantidade de empresas listadas na B3	Quantidade de empresas que participam da pesquisa
Alto	Extração e Tratamento de Minerais	Minerais Metálicos	8	2
	Indústria Metalúrgica	Artefatos de Cobre	1	1
		Artefatos de Ferro e Aço	3	3
		Siderurgia	6	5
	Indústria de Papel e Celulose	Papel e Celulose	3	3

ISBN 978-65-5629-077-5

	Indústria de Couros e Peles	Carnes e Derivados	1	1
	Indústria Química	Fertilizantes e Defensivos	3	2
		Petroquímicos	2	2
		Químicos Diversos	2	2
	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Equipamentos e Serviços	3	1
		Exploração, Refino e Distribuição	11	8
TOTAL DE EMPRESAS			**43**	**30**

Fonte: os autores (2021).

A pesquisa foi realizada de forma documental, utilizando os relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados, bem como as demonstrações contábeis das empresas que fazem parte do estudo. O corte temporal das pesquisas compreendeu o período entre 2018 e 2020. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental fundamenta-se em materiais que não tiveram uma abordagem analítica. O autor ainda menciona que a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, seguindo os mesmos passos, divergindo apenas na natureza das fontes.

Os dados foram tratados através de estatística descritiva com o auxílio da planilha eletrônica do Microsoft Excel®.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os principais resultados obtidos através da análise dos dados. De maneira inicial é importante destacar que a participação de empresas por segmento foram os seguintes: Indústria de Couros e Peles, uma empresa; Extração e Tratamento de Minerais, 2 empresas; Indústria de Papel e Celulose, 3 empresas; Indústria Metalúrgica, 9 empresas; Indústria Química, 6 empresas e; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio de Petróleo, 9 empresas. Na Tabela 1, é apresentado um resumo sobre a divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou relatório integrado entre os períodos de 2018 e 2020.

Tabela 1 – Resumo de situação de divulgação de relatório de sustentabilidade e/ou relatório integrado.

SETORES	2018	2019	2020	TOTAL
Indústria de Couros e Peles	**1**	**1**	**1**	**3**
NÃO	**-**	**-**	**-**	**-**
SIM	1	1	1	**3**
Extração e Tratamento de Minerais	**2**	**2**	**2**	**6**
NÃO	1	1	1	**3**

ISBN 978-65-5629-077-5

SIM	1	1	1	**3**
Indústria de Papel e Celulose	**3**	**3**	**3**	**9**
NÃO	3	2	-	**5**
SIM	-	1	3	**4**
Indústria Metalúrgica	**9**	**9**	**9**	**27**
NÃO	5	5	6	**16**
SIM	4	4	3	**11**
Indústria Química	**6**	**6**	**6**	**18**
NÃO	5	5	4	**14**
SIM	1	1	2	**4**
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	**9**	**9**	**9**	**27**
NÃO	9	8	4	**21**
SIM	-	1	5	**6**
TOTAL	**30**	**30**	**30**	**90**

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ao observar a Tabela 1 é possível verificar que no segmento de Indústria de Couros e Peles, a empresa participante do segmento, apresentou relatório de sustentabilidade/integrado em todos os anos pesquisados. Para o segmento de Extração e Tratamento de Minerais, observa-se uma segregação onde 50% das empresas apresentaram o respectivo relatório e 50% não fizeram a divulgação. Já na Indústria de Papel e Celulose, observou-se uma enfática mudança de comportamento entre os anos observados, saindo de uma situação em 2018 de nenhum relatório divulgado, para 100% de divulgação no ano de 2020. No segmento de Indústria Metalúrgica nota-se uma constante na publicação dos relatórios nos dois primeiros anos, onde 44,44% das empresas fizeram tal divulgação, todavia, no ano de 2020 esse percentual apresentou queda de 11,11 pontos percentuais. Na Indústria Química, assim como observado no segmento anterior, houve um imutável número de empresas que divulgaram os relatórios nos dois anos iniciais, diferenciando-se apenas no último ano, com um pequeno aumento, passando de uma publicação para duas. Para o segmento de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio houve uma substancial alteração no número de relatórios divulgados pelas empresas, onde em 2018 não houve nenhuma publicação e, em 2020 mais de 50% das empresas listadas neste segmento realizaram a divulgação.

Com o passar dos anos, a divulgação de relatórios pelas empresas dos setores analisados mostrou-se crescente. No ano de 2018 constavam publicados apenas sete relatórios, em 2019 houve a exposição de mais dois relatórios e no ano de 2020, atingiu 15 divulgações.

Na Tabela 2, são apresentados os retornos médios sobre o Ativo e sobre o Patrimônio Líquido das empresas que são estudadas.

Tabela 2 – Média dos Retornos sobre Ativo e Patrimônio Líquido entre os anos de 2018 e 2020

SETOR	ANO	Retorno sobre o Ativo	Retorno sobre o Patrimônio Líquido

ISBN 978-65-5629-077-5

Indústria de Couros e Peles	2018	0,02%	0,10%
	2019	4,80%	20,48%
	2020	2,81%	11,46%
	MÉDIA	**2,54%**	**10,68%**
Extração e Tratamento de Minerais	2018	9,35%	13,50%
	2019	-2,90%	-4,17%
	2020	9,29%	13,71%
	MÉDIA	**5,25%**	**7,68%**
Indústria de Papel e Celulose	2018	0,46%	1,78%
	2019	-1,16%	-2,88%
	2020	-7,18%	-73,41%
	MÉDIA	**-2,63%**	**-24,84%**
Indústria Metalúrgica	2018	2,98%	7,27%
	2019	2,24%	5,09%
	2020	0,59%	60,04%
	MÉDIA	**1,94%**	**24,13%**
Indústria Química	2018	-0,76%	42,36%
	2019	19,65%	389,57%
	2020	3,27%	89,31%
	MÉDIA	**7,39%**	**173,75%**
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	2018	-9,14%	19,52%
	2019	2,69%	12,72%
	2020	-10,34%	15,73%
	MÉDIA	**-5,60%**	**15,99%**

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a Tabela 2 é possível verificar que para o segmento de Industria de Couros e Peles, a maior rentabilidade do Ativo foi alcançada em 2019 (4,08%), mesmo período em que ocorre a maior rentabilidade sobre o PL (20,48%). Para o segmento de Extração e Tratamento de minerais, a maior rentabilidade do Ativo foi observada no ano de 2018 (9,35%) e para o PL, no ano de 2020 (13,71%), tal fato nos leva a interpretar que o segmento para o ano de 2020 assumiu um maior volume de ativos do que no ano de 2018. O segmento de Indústria de Papel e Celulose, por sua vez, obteve maior rentabilidade do Ativo e rentabilidade sobre o PL no ano de 2018, com 0,46% e 1,78% respectivamente, observa-se também que houve uma considerável queda nestes indicadores nos anos seguintes, chegando a ficar negativo pelo fato de as empresas terem alcançado prejuízo nos referidos anos. No segmento de Indústria Metalúrgica constatou-se maior rentabilidade do Ativo no ano de 2018 (2,98%) e o maior retorno sobre o PL ocorreu em 2020 (60,04%), o que nos leva a inferir que o segmento operou em 2020 com um maior número de ativos que no ano de 2018. Para a indústria química nota-se um substancial retorno positivo no ano de 2019 sobre o Ativo, com 19,65% e sobre o P.L., alcançando 389,57%. O segmento de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio apresentou maior retorno sobre o Ativo no ano de 2019 (2,69%) e maior retorno sobre o P.L. no ano de 2018 (19,52%), o que demonstra que as empresas deste setor operaram em 2018 com maior volume de ativos que no ano de 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

Deste modo, verifica-se que o segmento que apresentou maior média de retorno sobre o P.L., o qual é o indicador que os investidores tendem a observar primeiramente, foi o de Indústria Química (173,75%), seguido pelo segmento de Indústria Metalúrgica (24,13%) e posteriormente o de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio (15,99%).

A Tabela 3, apresenta um comparativo entre as empresas que apresentaram ou não relatório de sustentabilidade/integrado.

Tabela 3 – Comparativo entre o Retorno sobre Ativo e Patrimônio Líquido das empresas

SEGMENTO	Apresentou?	Qtd	Retorno sobre o Ativo	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Indústria de Couros e Peles	**SIM**	**3**	**2,5%**	**10,7%**
	2018	1	0,0%	0,1%
	2019	1	4,8%	20,5%
	2020	1	2,8%	11,5%
	MÉDIA GERAL	**3**	**2,5%**	**10,7%**
Extração e Tratamento de Minerais	**NÃO**	**3**	**6,7%**	**6,9%**
	2018	1	11,2%	12,0%
	2019	1	-4,0%	-4,2%
	2020	1	13,0%	13,0%
	SIM	**3**	**3,8%**	**8,4%**
	2018	1	7,5%	15,1%
	2019	1	-1,8%	-4,1%
	2020	1	5,6%	14,4%
	MÉDIA GERAL	**6**	**5,2%**	**7,7%**
Indústria de Papel e Celulose	**NÃO**	**5**	**-0,8%**	**-2,9%**
	2018	3	0,5%	1,8%
	2019	2	-2,7%	-9,9%
	SIM	**4**	**-4,9%**	**-52,3%**
	2019	1	1,9%	11,2%
	2020	3	-7,2%	-73,4%
	MÉDIA GERAL	**9**	**-2,6%**	**-24,8%**
Indústria Metalúrgica	**NÃO**	**16**	**1,3%**	**34,2%**
	2018	5	3,8%	9,4%
	2019	5	1,4%	2,1%
	2020	6	-0,7%	81,7%
	SIM	**11**	**2,8%**	**9,5%**
	2018	4	2,0%	4,6%
	2019	4	3,3%	8,9%
	2020	3	3,2%	16,8%
	MÉDIA GERAL	**27**	**1,9%**	**24,1%**
Indústria Química	**NÃO**	**14**	**8,8%**	**201,0%**

ISBN 978-65-5629-077-5

	2018	5	-1,9%	42,4%
	2019	5	24,4%	478,9%
	2020	4	2,5%	51,7%
	SIM	**4**	**2,6%**	**78,5%**
	2018	1	4,8%	42,2%
	2019	1	-4,1%	-57,3%
	2020	2	4,8%	164,6%
	MÉDIA GERAL	**18**	**7,4%**	**173,7%**
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	**NÃO**	**21**	**-7,9%**	**18,5%**
	2018	9	-9,1%	19,5%
	2019	8	2,9%	13,8%
	2020	4	-26,4%	25,7%
	SIM	**6**	**2,3%**	**7,1%**
	2019	1	1,2%	3,9%
	2020	5	2,5%	7,7%
	MÉDIA GERAL	**27**	**-5,6%**	**16,0%**

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Observando a Tabela 3, é possível verificar que para o segmento de Indústria de Couros e Peles, a única empresa participante do segmento apresentou, o respectivo relatório em todos os anos, sendo que a média de rentabilidade do Ativo foi de 2,5% e do PL 10,7%, de maneira pontual é possível observar que o ano de 2018, foi um ano bastante anormal, uma vez, que o retorno sobre o ativo e sobre o PL, foram respectivamente de 0,0% e 0,1%. Para o setor de Extração e Tratamento de Minerais, observou-se uma diferença entre a média das empresas que não apresentaram o relatório e as que apresentaram, para as primeiras a média de R.A. e R.P.L. foram respectivamente de 6,7% e 6,9%, enquanto para as segundas a média dos referidos índices foram de 3,8% e 8,4%. Podemos observar que para este segmento, ao que se refere o R.P.L., as empresas que apresentaram o relatório de sustentabilidade/integrado, foi significativamente superior.

No segmento de Indústria de Papel e Celulose constatou-se uma considerável diferença nos indicadores observados para as empresas que publicaram e para as que não publicaram os relatórios. Para os indicadores R.A. e R.P.L. a maior média, mesmo que negativa, apresentou-se para as que não fizeram a divulgação dos relatórios, sendo de -0,8% e -2,9%, respectivamente. Para o segmento de Indústria Metalúrgica, o Retorno sobre o Ativo demonstrou-se maior para as empresas que publicaram os relatórios, sendo de 2,8% contra 1,3% de quem não publicou, contudo, no que se refere o retorno sobre o P.L. houve uma inversão, o maior percentual foi de 34,2 das empresas que não publicaram, enquanto que o das empresas que fizeram a divulgação foi de 9,5%. No segmento de Indústria Química identificou-se um elevado retorno sobre o P.L. de 201,0% para as empresas que não publicaram, enquanto as que publicaram atingiram 78,5%. Da mesma forma, o R.A. das empresas que não publicaram foi de 8,8%, enquanto as que divulgaram os relatórios atingiram 2,6%, logo, nota-se que para este

ISBN 978-65-5629-077-5

segmento as empresas que não realizaram a apresentação dos relatórios de sustentabilidade e/ou integrado tiveram destaque nos dois indicadores analisados.

Para o segmento de Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio analisou-se que o R.A. foi superior para as empresas que publicaram os relatórios, sendo de 2,3%, enquanto para as empresas que não publicaram foi de -7,9%. Em contra partida, o R.P.L. foi superior para as empresas que não realizaram a publicação, sendo este indicador de 18,5%, onde quem publicou teve retorno de -7,1%.

Desta forma, verifica-se que os setores que obtiveram R.P.L. superior para a apresentação de relatório de sustentabilidade e/ou integrado foi apenas o de Extração e Tratamento de Minerais, observando os mesmos critérios, os setores com maior R.A. foram os de Indústria Metalúrgica e Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a existência de relação entre a publicação de relatórios de sustentabilidade e/ou relatório integrado das empresas com atividade potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais em grau alto listadas na B3, com a rentabilidade das organizações. Contou com a participação de 30 companhias listadas na B3, que se classificaram dentro dos parâmetros selecionados.

Após analisar quais empresas publicaram os relatórios de sustentabilidade e/ou integrados no período de 2018 a 2020 e realizar um comparativo com seus retornos sobre Ativo e sobre o Patrimônio Líquido, os principais resultados demonstram que a divulgação destes relatórios não apresentou relação com a rentabilidade das organizações, uma vez que as maiores médias de R.A. e R.P.L. não foram necessariamente das empresas que realizaram tais publicações. Deste modo, evidencia-se que grande parte dos segmentos que não publicaram os relatórios nos anos analisados mostraram-se mais rentáveis, tanto no Ativo como no Patrimônio Líquido.

Por conseguinte, deve-se ressaltar que os estudos sobre os impactos da divulgação dos relatórios de sustentabilidade e/ou integrados pelas empresas são escassos, necessitando assim, de novas pesquisas na área, especialmente em se tratando de organizações que utilizam dos recursos naturais para exercício de suas atividades. Trabalhos com enfoque nos relatórios mencionados, relacionando-os à outros fatores significativos para desenvolvimento das organizações, contribuiriam para elucidar os possíveis impactos que a divulgação destes relatórios pode trazer.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Guia ASG**. Incorporação dos aspectos ASG nas análises de investimento. Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/index.htm/> Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. **Sustentabilidade é um caminho sem volta**. 20 de nov. de 2020. Disponível em <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/sustentabilidade-e-um-caminho-sem-volta.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

AZEVEDO, Y. G. P. et al. Divulgação Voluntária de Informações Ambientais: Uma Análise dos Fatores Determinantes nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan-abr 2019.

BECK, C. G. **Consumo ambientalmente consciente: os meus, os seus e os nossos interesses.** 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. 5. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOLSA DE VALORES DO BRASIL (B3). **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)**. Disponível em: <http://www.b3.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Lei n º10.165, de 27 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10165.htm>. Acessado em: 11. set. de 2021.

CAFÉ, V. Durável desejável: como transformar o marketing na era da sustentabilidade. **Revista da ESPM**. Volume 17. Ano 16. Edição n. 1. jan-fev. 2010.

CAMPOS, L.M.S. et al. **Relatório de sustentabilidade:** perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. Gest. Prod., São Carlos, v.20, n. 4, p.913-926,2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v20n4/aop_gp0954_ao.pdf>. Acesso em 16 mai. 2021.

CARVALHO, C. **Conheça o ESGB11, o ETF ESG do BTG Pactual**. Eu quero investir, 2021. Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/conheca-o-esgb11-o-etf-esg-do-btg-pactual/> Acesso em: 16 mai. 2021.

CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pren-
tice Hall do Brasil, 2006.

CGEE. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável**. – Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Economia_Verde_web_25102013_9537.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CONSELHO Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016**. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<http://cebds.org/wp-content/uploads/2016/10/Guia_emiss%C3%A3o_t%C3%ADtulos_verdes_PORT.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CVM. **Análise de investimentos**. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2017.

_____. **O impacto dos seus investimentos.** CVM Sustentável, v. 1, 2020.

_____. **A relação entre investimentos e meio ambiente.** CVM Sustentável, v. 2, 2021.

DAMIANI, N. C. S. **CONTROLES INTERNOS:** conceitos e técnicas para implantação em empresas. Belo Horizonte, 2011.

DIAS, A. M. et al. **A Contemporaneidade dos direitos civis, difusos e coletivos**. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2018.

EMPRESÁRIO, você administra o uso dos recursos naturais? **Master Ambiental**, 29 set. 2016. Disponível em: <https://www.masterambiental.com.br/noticias/sustentabilidade-empresarial/empresario-voce-administra-o-uso-de-recursos-naturais> Acesso em: 15 mai. 2021.

FIALHO, L. S.; MARQUESAN, F. F. S. O comportamento de consumidores diante da prática do *Greenwashing.* **Desenvolvimento em Questão***.* Editora Uniju, out-dez, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mentira Verde -** A prática de Greenwashing nos produtos de higiene, limpeza e utilidades domésticas no mercado brasileiro e suas relações com os consumidores. São Paulo, 2019.

Instituto Luísa Pinho Sartori. **O que é ASG ou ESG (sigla em inglês) e qual a sua importância**, 2020. Disponível em: <https://www.institutoluisa.org.br/post/o-que-%C3%A9-asg-ou-esg-sigla-em-ingl%C3%AAs-e-qual-a-sua-import%C3%A2ncia>Acesso em: 08 abr. 2021.

JATOBÁ R. **Empresas brasileiras ainda estão atrasadas em relação a metas de sustentabilidade.** CBN, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/343910/empresas-brasileiras-ainda-estao-atrasadas-em-rela.htm>. Acesso em: 27 jun. 2020.

JUNIOR, L.C.M; SILVA, E.R; MATTOS, U.A.O. **Análise da maquiagem verde (*Greenwashing)* na transparência empresarial.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_167_966_21017.pdf> Acesso em 16 mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

KNOCH, M. et al. **O mercado emergente de finanças verdes no Brasil**. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, jun. 2020. Disponível em: <http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2020/07/mercado_financasverdes_brasil.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

KUZMA, E. L. et al. Preferência dos investidores em relação ao perfil econômico-financeiro das empresas participantes do ISE: revisão sistemática. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.7, n.1, p.124-141, 2016.

MACEDO, F. R. **Inovação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM & FBOVESPA:** o perfil das empresas do ISE no tema da inovação para a sustentabilidade. São Paulo, 2016.

MARINHO, Y. R. Créditos de carbono: incentivo do Direito Internacional Ambiental. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2215, 25 jul. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13160>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MARKET A. ***Greenwashing* no Brasil:** um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos. 2014. Disponível em: <http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Greenwashing_2014_MarketAnalysis.pdf> Acesso em: 16 mai. 2021.

MESQUITA, L. **Afinal de contas, como surgiu o ASG**, 2021. Disponível em:<https://eshoje.com.br/afinal-de-contas-como-surgiu-o-asg/> Acesso em: 08 abr. 2021.

Ministério da Economia. **Finanças Verdes no Brasil.** Brasília, abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2019/2019-04-17_cartilha-financas-verdes-v25r.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP. **Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão.** Versão 1.2 - 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/controle-interno/manual_de_girc___versao_2_0.pdf> Acesso em 16 mai. 2021.

MOREIRA, L.F. **A respeito de ética e finanças.** RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

NASCIMENTO, C.F.S.K; RICARTE, Y.M.F. ***Greenwashing* e consumo consciente:** um estudo da comunicação de embalagens de xampu pelas consumidoras do Distrito Federal. Disponível em:<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21873/1/2018_CarolinaFicheNascimento_YolandaRicarte_tcc.pdf>. Acesso em 16 mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

NEVES, B. B. **Fundos de Investimento Socialmente Responsáveis** - Uma análise empírica da rentabilidade. Rio de Janeiro, jun. 2009.

OLIVEIRA C. C.; SAMPAIO, R. S. R. **A economia do verde no contexto do desenvolvimento sustentável:** a governança dos atores públicos e privados. Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, 2011.

ONG SAVECERRADO. **Crédito de Carbono: O que é e como funciona? Não paginado**. Disponível em: <https://www.savecerrado.org/credito-de-carbono-como-funciona/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **A caminho do Crescimento Verde:** um sumário para os Decisores Políticos. Maio, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/greengrowth/48536946.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

PAVIANI, G. A. *Greenwashing:* o Falso Marketing e a Responsabilidade Civil em Relação ao Consumidor. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Goiânia, v. 5, p. 91-109, jan-jun. 2019.

PENA, R. F. A. **Conferências sobre o meio ambiente**. Disponível em:<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/conferencias-sobre-meio-ambiente.htm> Acesso em: 08 abr. 2021.

PINTO, L. **Fundos quantitativos:** Como é investir por meio de algoritmos? Expert XP, 8 out, 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/fundos-quantitativos-como-e-investir-por-meio-de-algoritmos/> Acesso em: 16 mai. 2021.

PIRES, C. B.; SILVEIRA, F. C. S. A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. **ConTexto**, v. 8, n. 13, p. 1-32, 2008.

RECHTMAN, M; YOUNG, C.E.F. **Avaliação de Investimentos Sustentáveis.** Nova Editora, 4ª Edição, 2013, Rio de Janeiro.

ROIZMAN, D. **ESG, Greenwashing e o desafio dos investimentos de impacto**. Linkedin, 2020. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/esg-greenwashing-e-o-desafio-dos-investimentos-de-impacto-roizman> Acesso em: 16 mai. 2021.

RUTIGLIANI, F. **Por que ESG é importante no Mundo Empresarial? Techedge**, 2019. Disponível em: <https://www.techedgegroup.com/pt/blog/questoes-ambientais-sociais-e-de-governan%C3%A7a-quem-se-importa-ganha-por-que-a-asg-importante-no-mundo-empresarial>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SANTOS, A. P. ***Greenwashing*: o que significa esse termo?** Politize, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/greenwashing-o-que-e/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVA, L. F.; Macedo, A. H. Um estudo exploratório sobre o crédito de carbono como forma de investimento. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental,** v. 8, n. 8, p. 1651-1669, set-dez, 2012.

SILVA, M. THEIS, V. SCHREIBER, D. Análise dos investimentos e custos ambientais de uma indústria de alimentos para animais. **XXIII Congresso Brasileiro de Custos**, Porto de Galinhas, 16 a 18 de nov., 2016.

SILVEIRA, G. B. et al. Assegurar ou Não Assegurar? Eis a questão: uma Análise dos Fatores Associados à Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade. RACE - **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 18, n. 2, p. 259-280, maio-ago. 2019.

VG Resíduos. **Relatórios de Sustentabilidade:** o que é e qual sua importância?. Jul, 2020. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/relatorio-de-sustentabilidade-o-que-e-e-qual-sua-importancia/>. Acesos em: 08 abr. 2021.

VITAL, J. T. et al. A influência da Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Desempenho Financeiro das Empresas. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 11-40, maio-ago. 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Laís Ribeiro Rocha[1]
Nilson dos Santos Dias[3]

Resumo: A mudança dentro dos escritórios já é notável e na sua evolução surgiram várias ferramentas muito importantes com essa mudança sendo elas o SPED, certificado digital, sistema de informação, NF-e, controladoria, e como o movimento de transição do físico para o digital acelerou muito com a criação do SPED, o volume dos documentos que as empresas geram, fazem com que a contabilidade necessite em ter processos digitais. Este trabalho tem como objetivo analisar como as empresas de serviços contábeis em Cascavel-PR lidam com a inovação e a contabilidade digital em suas operações. A metodologia classifica-se como estudo de caso, de caráter descritivo e qualitativo. A pesquisa quanto aos objetivos se caracterizou como descritiva, foi realizado um estudo de caso, que foi classificado como multicaso. Já os procedimentos adotados para realização deste estudo foi à pesquisa de campo onde foram selecionados seis escritórios na cidade de Cascavel-PR e esses escritórios foram selecionados utilizando o critério de tamanho, sendo dois com até 50 clientes, dois de 51 á 100 clientes e dois acima de 100 clientes. Como principais resultados, identificou-se que a contabilidade digital e suas inovações tecnológicas em escritórios contábeis geraram pontos positivos no decorrer dos anos e obrigou os escritórios a acelerar seu processo de automação e rapidez na prestação dos serviços contábeis, principalmente exigindo atualização dos profissionais para o ramo digital. O aprimoramento do conhecimento deve sempre estar em constante atualização, pois as normas mudam a forma de realizar os serviços.

Palavras-chave: 1. Contabilidade Digital 2. Inovação 3. Nota fiscal eletrônica 4. Escritórios 5. SPED.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência muito antiga, seus primeiros registros foram com os homens das Cavernas. Eles já expressavam, a milhares de anos, em seus desenhos rudimentares práticas de contagem de animais. (Diogo Oliveira, 2021).

Assim como outras ciências, a contabilidade passa por atualizações constantes. A tecnologia fez com que a profissão contábil tivesse uma evolução significativa, antes feita principalmente com o manuseio de papeis físicos, agora tem os processos digitais como crescimento e evolução.

A contabilidade digital vem se inovando, se aperfeiçoando, trazendo automação e rapidez nos serviços contábeis e esta cada vez mais ativa nos escritórios e na vida dos contadores e clientes. Com o avanço da tecnologia e a popularização de ferramentas digitais que facilitam os processos de gestão, muitas empresas de serviços contábeis estão surgindo com uma nova proposta de geração de valor ao cliente, a partir do uso maciço da tecnologia, são os

ISBN 978-65-5629-077-5

chamados startups de serviços contábeis.

A necessidade da atualização dos profissionais contábeis no ramo digital vem se mostrando cada vez mais importante. Nota-se como a evolução da contabilidade digital está presente e se tornando obrigatória, exigindo que os profissionais busquem ferramentas e alternativas para estarem preparados para esse tempo.

Foi de grande significância os avanços tecnológicos no decorrer das décadas, o processo manual de escrituração contábil foi substituído pelo mecânico e depois pelo eletrônico, hoje já se nota um investimento significativo nas organizações em softwares e hardwares ligados à área contábil. (DIOGENES, 2006).

Na evolução da contabilidade, surgiram varias ferramentas muito importantes para tamanha mudança. Conforme citado no portal ABHRRS (2021) EM 2007, por meio do decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital, o SPED, com o intuito de informar a relação entre Fisco e seus contribuintes.

O tema deste projeto é a contabilidade digital, sua delimitação e a inovação e tecnologia em escritórios de contabilidade. Considerando que essa pesquisa será realizada na cidade de Cascavel-PR, é importante ressaltar que hoje na cidade se tem 388 escritórios contábeis ativos. (ECONODATA, 2021; SINCOVEL, 2021).

A pesquisa será realizada em seis escritórios contábeis, sendo dois grandes, dois médios e dois pequenos, sendo classificados por numero de clientes e através deles será feita uma analise sobre como estão em relação à inovação e a tecnologia e esta pesquisa será realizada no ano de 2021.

A apresentação do problema se relaciona que Cascavel-PR sendo uma cidade com um número alto de escritórios contábeis está em um mercado competitivo, e nesse mercado os que demostrarem maior eficiência em seus processos podem se destacar. Sabemos que a contabilidade vem inovando cada vez mais, passando do meio físico para o digital e o movimento de transição do físico para o digital acelerou muito com a criação do SPED, o volume dos documentos que as empresas geram, fazem com que a contabilidade necessite em ter processos digitais. Considerando que hoje temos ferramentas tecnológicas que nos permitem esse processo e que as empresas de serviços contábeis precisam estar aptas para esta realidade, procuramos entender através deste artigo: Como as empresas de serviços contábeis em Cascavel-PR se dão a inovação em suas operações?

Este trabalho tem como justificativa e se torna importante por que o resultado alcançado vai permitir conhecer o cenário dos escritórios de contabilidade de Cascavel-PR e a partir do seu resultado as empresas podem obter informações de como melhorar seus processos internos, aprofundar seus conhecimentos sobre a contabilidade digital e por que ela é necessária para seu escritório. Ele contribui para maior esclarecimento de como é a contabilidade digital, como surgiu e como se encaixou tão rapidamente nos escritórios contábeis como será observado no decorrer do trabalho, esse método de contabilidade digital pretende banir os retrabalhos dos contadores, pois com o uso da tecnologia esses processos serão padronizados para gerar maior agilidade e confiabilidade na rotina do dia a dia. As empresas podem conhecer

ISBN 978-65-5629-077-5

mais sobre o assunto, pois o próprio SPED já obrigou as empresas a serem mais organizadas. Esse trabalho irá contribuir para aumentar a escrita cientifica a cerca do tema, gerando discussões dentro das universidades e empresas e também entre os alunos e profissionais da área que tenham acesso a ele.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste trabalho será abordado sobre a contabilidade digital, o sistema de escrituração contábil SPED, certificado digital, controladoria de acordo com o pensamento de vários autores.

2.1 INOVAÇÃO

O termo "inovação" tem origem na palavra latina innovare, que significa fazer algo novo. (SILVA, KUMASAKA, 2021).

A inovação tecnológica é um fenômeno que contempla diversos eventos simultâneos por parte dos indivíduos e pela sociedade, de forma a englobar uma variedade de eventos e atividades. A inovação tecnológica é um dos pilares basilares para o desenvolvimento econômico, ao ponto que novas tecnologias vão substituindo as antigas. Por meio da inovação, novos conhecimentos são integrados e resultam em novas possibilidades e configurações. (FERNANDES, MARTINS, HORZ, FRARE e QUINTANA, 2020).

Inovação tem uma conotação positiva, produzindo resultados benéficos para seus geradores e adotantes nas organizações. Aplicadas ao contexto organizacional, as inovações representam quaisquer mudanças que reforcem uma evolução que tenha o objetivo de aumentar a vida útil de uma organização. Inovação também representa o desenvolvimento ou a adoção de novas ideias, objetos ou práticas. (SILVA, KUMASAKA, 2021).

Segundo Medeiros (2021) É necessário criar e se recriar a todo o momento, pois os ciclos de vida dos produtos e serviços estão cada vez mais curtos e as tecnologias acessíveis a um número maior de empresas, sendo assim, para se manter no negócio é preciso transformá-lo algumas vezes. Para isso, uma das formas encontradas é através da inovação.

2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O'Brien (2010) diz que o sistema de informação trabalha com um objetivo, sendo assim ele tem uma meta a ser alcançada, e o processo desse sistema se divide em três etapas, a entrada o processamento e a saída que seria quando os dados dão entrada no sistema e ele os transforma em informações que é a finalização do processo que se denomina como processo final a chamada saída. Um exemplo bem claro e fácil de entender é a entrada da matéria prima na fábrica, ela passa por um processo de transformação que se transforma em um produto final e é feita a saída desse produto para lojas de venda ou consumo final. O sistema é importante, pois, sem eles não se alcança o sucesso e prosperidade da empresa, eles são fundamentais no processamento de todas as áreas da empresa, sendo elas a contabilidade, financeira, marketing, operacional, entre outros. Já os dados são um recurso organizacional necessário

ISBN 978-65-5629-077-5

e importante que deve ser administrado e gerido como outros ativos na empresa. Os dados são elementos que no atual momento não se vive sem, pois a empresa que não utiliza dados de qualidade não obtém sucesso. O gerenciamento de dados vem para ajudar os gestores e administradores a saberem como controla-los e geri-los dentro das empresas, ele aplica a tecnologia dos sistemas de informações que ajuda nesse processo de gestão.

Segundo Oliveira (1997) Informação é o resultado dos dados processados que servem para a tomada de decisões, sendo assim a informação é o resultado da análise dos dados de uma determinada situação ou processo. O propósito da informação é ajudar a empresa nas tomadas de decisões, e ajudar a alcançar seus objetivos e metas. Um exemplo para se entender melhor esse processo de transformação de dados em informações: os dados são, por exemplo, o corpo de uma fábrica que se dividem em quantidade de empregados, de materiais, a quantidade produzida, esses são os dados, e esses dados servem para formar informações através de relatórios de gastos, de período de trabalho entre outros fatores importantes para os administradores.

Segundo Oliveira (1997) existe um sistema chamado SIG, que quer dizer sistema de informações gerenciais, mais antes de explica-lo o autor traz em sua obra o que significa o termo gerencial. Gerencial é o processo administrativo que se subdivide em controle, foco, direcionamento, planejamento, organização que se volta para o resultado da empresa. Um dos erros mais cometidos pelos gestores é percorrer o caminho sem um planejamento, sem uma direção traçada. Sistema de informação gerencial, SIG, engloba várias funções, como coletar, processar, armazenar, recuperar informações ou dados e essas informações são disponibilizadas através de relatórios e consultas mais detalhadas e com isso pode ser passado para a parte gerencial e administrativa da empresa e esses relatórios servem como apoio para tomadas de decisões, o SIG é um sistema que traz a empresa informações e dados seguros, onde são processados relatórios e auxilia os executivos e o administrativo da empresa. Trazem relatórios e consultas mais detalhadas e com isso pode ser passado para a parte gerencial e administrativa da empresa.

Já para Tabajara (2016) O sistema de informação gerencial traz muitos benefícios dentro das empresas, dentre eles são: a análise das informações do passado e a projeção de informações do futuro, a otimização da linguagem utilizada pelos gestores que ajudaram na tomada de decisões. Eliminar algumas funções operacionais, descentralização de decisões dentro da empresa, para ampliação da estrutura decisória, mais facilidade em acessar informações, mais agilidade e segurança das informações.

O sistema de informação gerencial é fundamental para a implantação de uma boa controladoria nas empresas e na gestão dos contadores e administradores.

2.3 CONTROLADORIA

Conforme Bruni e Gomes (2010) A controladoria surgiu para as empresas aprenderem a organizar e controlar seus negócios, ela foi criada no início do século XX nos Estados Unidos, pois através de muitas fusões de empresas do norte americano, no século XIX. O objetivo da controladoria é o foco das

ISBN 978-65-5629-077-5

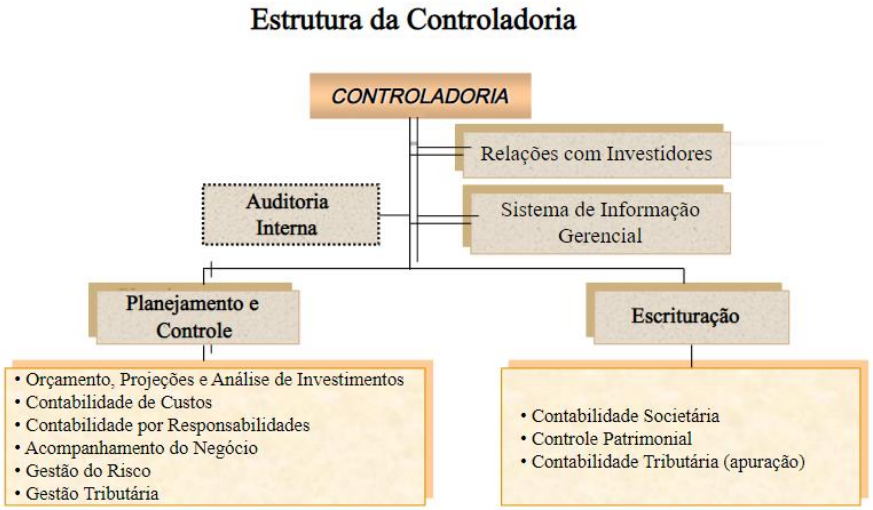
organizações.

Segundo Oliveira (1998) a controladoria é um departamento da empresa que se responsabiliza pela implantação, analise de viabilidade, execução e manutenção dos sistemas de informações como o financeiro, contábil e até o operacional. Já para o Caggiano (2008) A controladoria tem como missão manter a continuidade da empresa, garantindo a melhoria e organização de resultados. A controladoria está sempre em busca da eficácia organizacional, e para que isso ocorra sempre tem que estar buscando alternativas para cumprir sua missão. O governo cada vez mais está interferindo nas organizações, através de políticas fiscais, melhores pratica de gestão, e com isso se cria a necessidade de um sistema contábil excelente para realizar a controladoria, a responsabilidade com o controle das finanças das empresas e cada vez mais tem aumentado à importância dentro da condução dos negócios.

Fisch (2009) diz em sua obra que a controladoria tem seu papel na administração das empresas, e tem por finalidade assegurar e trazer informações adequadas ao processo decisório, ajudar os gestores nas tomadas de decisões para obter eficácia em todas as áreas da empresa, tanto em aspectos econômicos quanto empresarial. A controladoria tem como missão coordenar, organizar e gerir a empresa para ela obter eficácia e continuidade, garantindo assim um resultado ótimo e que se não se restrinja a uma área da empresa somente e sim a todas. E o autor ainda traz algumas funções da controladoria como planejamento, acompanhamento, avaliação. Coordenação, motivação e informação.

Já nos tempos mais atuais Cunha e Callado (2019) diz que a controladoria é uma consequência do mercado competitivo, ela surge nas empresas públicas primeiro e depois passa para as privadas. A controladoria é destacada neste artigo como uma área de conhecimento humano que se caracteriza por ter em seu contexto fundamentos, princípios e métodos para contribuir com outras áreas como a administração, psicologia, contabilidade entre outras, e também se tem a visão de que a controladoria é uma área que auxilia na tomada de decisões dentro das organizações.

Figura 3. Estrutura da controladoria



Fonte. Clovis Luiz Padoveze, 2005.

ISBN 978-65-5629-077-5

A controladoria tem papel importante na gestão das empresas e com isso a inovação sempre está em constante crescimento, tanto que o governo criou o Sistema público de escrituração digital SPED para otimização dos processos e fácil acesso digitalmente.

2.4 SISTEMAS PÚBLICOS DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED.

Segundo Backi *et al.* (2016) O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, faz parte do programa de aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e é mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Esse sistema foi composto inicialmente por três subprojetos: a nota fiscal eletrônica, a escrituração contábil digital e a escrituração fiscal digital. O SPED proporciona as empresas um melhor ambiente de negócios, a otimização e simplificação das obrigações fiscais, o baixo custo com papeis, um aumento da competitividade, e a melhoria nos processos, trazendo mais segurança e confiabilidade, dentre outros essas são algumas das vantagens que ele oferece.

Conforme o Serra (2018) O sistema público de escrituração digital é composto por vários módulos que se definem:
EFD ICMS IPI EFD, EFD, E-Financeira, ECF, ECD, eSocial, NFe, NFCe, NFSe, CTe, MDFe. Observa-se, portanto que o SPED é importante por vários programas que o compõe, acima relacionados.

2.5 NFE – NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Conforme Borba, Petrini e Wiedenhoft (2013) A nota fiscal eletrônica é um dos principais subprojetos do SPED, ela começou a ser implantada no Chile em 2002 e através desta implantação o Brasil pegou como modelo, como todo projeto tem sua fase de teste a NF-e não foi diferente, em 2005 seu primeiro projeto piloto foi testado com a participação das secretarias da fazenda (SEFAZ) de vários estados brasileiros, e como toda fase de teste precisa de cobaias, algumas grandes empresas se dispuseram a participar, sendo algumas delas a Kaiser S.A. que é uma marca de cerveja, A Ford Motor, montadora de veículos, Petrobras, empresa de extração de petróleo entre outras, todas participaram da primeira fase de testes. A segunda fase desse projeto aconteceu em agosto de 2006 que se expandiu por mais

empresas, e em 2007 foi autorizado o uso da NF-e em todo Brasil, porém com alguns critérios estabelecidos pelo governo, e hoje já está obrigatório o uso desta ferramenta.

Receita Federal (2011) o objetivo da nota fiscal eletrônica é ser um documento fiscal eletrônico que substitua a emissão de documentos em papeis e que seja com validade jurídica que é garantida pela assinatura com o certificado digital. Ela é considerada um grande avanço que facilita muito os processos de fiscalização.

ISBN 978-65-5629-077-5

A NF-e serve para fins fiscais que documenta uma operação de compra, venda ou devolução de uma mercadoria, ela se baseia em um documento eletrônico onde contém tanto as informações do comprador quanto do vendedor, informações do produto, chave de acesso, impostos, frete, entre outros. A SEFAZ transmite a nota para o sistema da receita federal onde ela é autorizada. (BORBA, PETRINI e WIEDENHOFT, 2013).

Quadro 1. Benefícios Esperados da nota fiscal eletrônica.

PARTES ENVOLVIDAS	BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS
Administrações Tributárias (Governos, órgãos públicos)	• Maior confiabilidade na Nota Fiscal; • Redução de custos no controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização; • Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação; • Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita.
Sociedade	• Redução do consumo de papel, com impacto positivo em termos ecológicos; • Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; • Surgimento de oportunidades de negócios
Emitentes da NF-e (vendedores)	• Redução de custos com impressão; • Redução de custos com aquisição de papel; • Redução de custos com envio do documento fiscal;
Receptores da NF-e (compradores)	• Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; • Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e; • Redução de inconsistências na escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais; • Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores.

Fonte. Nota fiscal eletrônica, 2021.

Conforme Borba, Petrini e Wiedenhoft (2013) Os benefícios da nota fiscal eletrônica são vários e um deles desde o início foi à melhoria no sistema tributário Brasileiro, diminuição de impressões em papeis, pois ela é eletrônica, a padronização da forma de ser emitida a nota fiscal eletrônica, a qualidade das informações legíveis e entendíveis.

2.6 CERTIFICADO DIGITAL

O certificado digital é considerado um RG eletrônico para uma pessoa ou para as empresas. Ele serve como uma identificação virtual e uma

ISBN 978-65-5629-077-5

assinatura digital que independentemente do local que se encontra o documento, essa assinatura é válida juridicamente e sem precisar reconhecer firma no Cartório. O Certificado digital utiliza um sistema de segurança através de chaves criptografadas, que são a chave privada que significa a chave da pessoa que gerou o certificado ou das pessoas que são autorizadas a usa-la para acessar sites entre outros. E a outra chave é a chave compartilhada e atestando a identidade da pessoa ou empresa. Ele serve para acessar sites do governo, assinar documentos remotamente e também para gerar nota fiscal dentro do sistema da receita federal. (SERASA EXPERIAN, 2020).

Segundo Junior (2009) O certificado digital é composto por técnicas e processos que garantem mais segurança no processo. A utilização do certificado digital delibera alguns pontos, como a assinatura digital que é uma função muito importante que através de métodos criptografados garantem a autenticidade do autor do documento assinado. A privacidade que as informações não serão acessadas por terceiros. Autenticidade que garante a identidade de onde saiu e onde entrou as transações. A integridade que garante que as informações não serão mexidas ou alteradas. E o não repudio que quer dizer que somente o dono do certificado digital poderá realizar as transações.

Conforme Junior (2013) A entidade responsável pelo certificado digital é a autoridade certificadora a AC que se pode comparar a entidade que gera o RG o SSP, ela é responsável por realizar a emissão do certificado, de distribuir ele, de realizar a renovação a cada período de tempo e de fazer o gerenciamento de cada um emitido. A autoridade certificadora por realizar a assinatura digital de um certificado utilizando sua chave pública, porem só deve ser usada através de uma solicitação e checagem de informações do solicitador.

Com isso a evolução tomou tamanha proporção com a criação do SPED, dentro dele a nota fiscal eletrônica e o certificado digital, por isso está sendo abordado como a contabilidade digital é importante nos escritórios contábeis e na vida dos contadores.

2.7 CONTABILIDADE DIGITAL.

Para Marion (2015) A contabilidade pode ser relacionada como sistema de informação, processando dados de cliente e transformando em informações para tomadas de decisões, sendo assim o objetivo da contabilidade é avaliar a situação econômica e financeira das organizações. Ela é uma ciência social que foca o comportamento do patrimônio. Segundo Toledo (2020) A contabilidade digital surgiu com a modernidade dos sistemas de informática, o governo começou a entrar nesse meio digital e centralizar suas informações para ser mais prático e eficiente o processo e evitar fraudes e omissão de pagamentos.

Conforme Noronha (2021) A contabilidade nos últimos 20 anos se adaptou a todas as mudanças no mundo da tecnologia, e com isso o governo fez o mesmo, criando o programa de aceleração do crescimento do governo federal (PAC 2007-2010) onde surgiu o início do SPED e NF-E eletrônica.

Conforme Oliveira, Feltrin e Benedete (2018) A contabilidade começou a ser usada no Brasil em 2015 e foi uma revolução para a contabilidade, pois com a ferramenta da internet e da tecnologia criou-se ferramentas para agilizar os processos e ajudar o contador. Os escritórios se revolucionaram com a

ISBN 978-65-5629-077-5

implantação da contabilidade digital e com isso os processos se aperfeiçoaram e o atendimento dos clientes ficou mais rápido e fácil, pois o acesso diretamente às informações ajuda e muito nesse processo, não precisa mais ficar procurando em livros físicos, pois substituímos pelos digitais. A parte operacional dos escritórios ficou mais tecnológica e o trabalho dos contadores e auxiliares está mais padrão e com isso se consegue agregar valor nos serviços. A contabilidade digital tem como dever fazer a integração do fisco federal, estadual e municipal de uma maneira padrão, pois o compartilhamento de informações contábil e fiscal tem que conferir com as normas legais. A contabilidade Digital é assegurada pela resolução do conselho federal de contabilidade o CFC Nº 1.061, de 09/12/2005, e foi revogado pela resolução do CFC nº 1.078, em 2006. Com ela se tem a planta de como se deve realizar a contabilidade digital com o objetivo de padronizar, estabelecer estrutura dos lançamentos contábeis nos livros diário digital e respeitar a guardo dos mesmos de acordo com os prazos legais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Proceder metodológico, ou abreviadamente denominado de metodologia, representa a escolha do método dedutivo ou indutivo, bem como as tipologias de pesquisa como instrumento a ser utilizado, podendo ser: experimental, teórica, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa, quantitativa entre outros (SILVA, CHACON, PEDERNEIRAS E LOPES, 2004)

Este trabalho classifica-se como estudo de caso, de caráter descritivo e qualitativo. A pesquisa quanto aos objetivos se caracterizou como descritiva e teve como objetivo analisar como as empresas de serviços contábeis em Cascavel-PR lidam com a inovação e a contabilidade digital em suas operações.

Para Tumelero (2018) o conceito de pesquisa descritiva pode ser definido como aquela que descreve uma realidade, como o próprio nome diz. Por exemplo, as pesquisas de opinião, as pesquisas eleitorais, as pesquisas de mercado, governamentais são tipos de pesquisas que se encaixam nesta categoria.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se enquadra em um estudo de caso, sendo classificado como multicaso.

Os procedimentos adotados para realização da mesma foi à pesquisa de campo onde foram selecionados seis escritórios na cidade de Cascavel-PR e esses escritórios foram selecionados utilizando o critério de tamanho, sendo dois com até 50 clientes, dois de 51 á 100 clientes e dois acima de 100 clientes.

Segundo Gil (2002) O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

A pesquisa centralizou-se no estudo de caso com o objetivo de obter informações a respeito da contabilidade digital, como fator principal foi feita uma análise da importância e a da presença da contabilidade digital dentro desses escritórios de contabilidade. Sendo assim foi feita a comparação entre os escritórios pequenos, médios e grandes conforme selecionados. E obtivemos assim entre diferentes ambientes com concentração de mais e menos clientes e

ISBN 978-65-5629-077-5

funcionários.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas Conforme GIL (2002) Pode ser parcialmente estruturado, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando... As entrevistas foram realizadas nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2021 com responsáveis dos escritórios selecionados que ficam localizados na cidade de Cascavel – PR e ocorreram por ligações com durações de aproximadamente 10min cada e com um diálogo voltado ao tema, com perguntas focalizadas em inovação, sistema de informações, contabilidade digital e outros.

Foi utilizada a metodologia qualitativa nesse estudo. Conforme Richardson (1999) Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

3.1 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com as entrevistas podemos observar a seguir os resultados da amostra e como cada parte contribuiu com seu entendimento e opinião em relação ao tema exposto e como isso trazer ao leitor pontos relevante em relação ao tema.

3.1.1 Perfil da Amostra

Para este trabalho, foram definidos seis casos, que foram escolhidos por conveniência, de maneira aleatória e classificados por tamanho, levando em conta o número de clientes, sendo dois pequenos com até 50 clientes, dois médios de 51 á 100 clientes e dois grande com mais de 100 clientes.

Conforme definido para classificação de tamanho, os escritórios pequenos possuem 40 e 43 clientes, os médios 60 cada e os grandes 120 e 175, sendo observado também que é relativo à quantidade de clientes comparados aos funcionários, pois um dos escritórios que possuem 40 clientes e 22 funcionários e foi classificado como pequeno trata-se de um escritório de consultoria onde a demanda é rotativa, sendo assim clientes variáveis e clientes de grande porte.

Considerando o número de colaboradores os escritórios classificados como pequenos, possuem 01 e 22 colaboradores. Esta diferença se deu em razão de que o escritório escolhido tem como especialidade a consultoria e auditoria, logo possuem poucos clientes, mas um número grande de funcionários. Já os médios têm 02 colaboradores cada e os grandes 08 e 09 colaboradores.

Já na comparação entre o faturamento de cada caso, se observou uma diferença expressiva entre eles, pois os escritórios classificados como pequenos tem o faturamento maior que os classificados como médios, sendo os pequenos com 25 mil e 500 mil de faturamento mensal, e os escritórios médios com 9 mil e 10 mil apenas. Somente para citação os escritórios considerados grandes tem o faturamento de 30 mil e 55 mil.

O tempo no mercado foi de tamanho interesse neste trabalho, pois

ISBN 978-65-5629-077-5

podemos observar novamente que os escritórios classificados como pequenos permanecem a mais tempo no mercado sendo um com 10 anos e o outro com 45 anos e já os médios praticamente acabaram de abrir as portas, com a totalidade de 2 e 3 anos, como podemos ver há uma diferença enorme entre esses casos. E para citação, os escritórios grandes têm mais de 30 anos no mercado.

3.1.2 Inovação

Inovação tem uma conotação positiva, produzindo resultados benéficos para seus geradores e adotantes nas organizações. Aplicadas ao contexto organizacional, as inovações representam quaisquer mudanças que reforcem uma evolução que tenha o objetivo de aumentar a vida útil de uma organização. (SILVA, KUMASAKA, 2021).

Como ao ver de varias autores, inovação é algo muito relevante e pensando nisso a frequência de inovação nos escritórios foi dita como algo importante e de muita utilização, sendo que os dois escritórios classificados como médios já iniciaram suas atividades no ramo tecnológico.

Ambos acreditam que a inovação é muito importante para se manter no mercado e para podermos conceituar melhor e de maneira mais comparativa com os autores utilizados no referencial teórico, foi questionado o que cada escritório entende sobre inovação. Um deles disse que Inovação significa mudar algo que tem virado costume por muitos e oferecer algo diferente, e com isso o Medeiros (2021) pode complementar conforme sua obra que, "É necessário criar e se recriar a todo o momento, pois os ciclos de vida dos produtos e serviços estão cada vez mais curtos.". A inovação tecnológica conforme destacada nas entrevistas é fazer de forma diferente e rápida aquilo que todo mundo faz de maneira igual, ou seja, inovar é criar meios e processos para facilitar a vida das pessoas, a evolução de como tudo é feito, os processos, a forma de trabalho, a forma de documentação, é o que surge para melhorar o que já existe, pois independente de qual setor ou qual área seja, tudo que é de novidade que os órgãos, empresas, software apresentam, os escritórios tem que buscar e tentar melhorar o máximo possível.

Um dos escritórios, quando questionado, descreveu inovação como *"... tudo que tem de novo",* corroborando com Silva, Kumasaka (2021) que utiliza o mesmo termo para definir inovação. Sendo assim, pode-se identificar que inovar foi uma questão presente nos casos estudados.

A inovação tecnológica também inclui os equipamentos utilizados nos escritórios, pois sem eles hoje não se trabalha mais, e dentro desses escritórios há varias maquinas, como computadores, impressoras, telefones dentre outros. Para saber mais de cada escritório, foi questionado se havia um prazo médio de troca de equipamentos, se tinha algum tipo de controle referente a isso e apenas um deles tem um planejamento definidos que de cinco em cinco anos realiza a substituição de todos os equipamentos. O restante dos escritórios apenas disse que são substituídos mediante defeito, e fazem de tudo para conseguir consertar antes de descartar, conforme citado pelo caso 5 "... *o custo para substituição acaba sendo muito alto.".*

A estagnação é algo visível entre os entrevistados em relação à troca de

ISBN 978-65-5629-077-5

equipamento, pois a grande maioria acha muito dinheiro a se investir na inovação de seus equipamentos de informática em um determinado prazo. Conforme Exame (2016) Um novo estudo do IBGE apontou que, para as empresas brasileiras, investir em inovação não é prioridade. Apenas um terço das companhias com mais de 10 funcionários – cerca de 47.000 – investiram em inovação de produtos e processos entre 2012 e 2014. A parcela é a mesma do triênio passado, mostrando que a capacidade de criação e modernização das empresas brasileiras está estagnada. Conforme análise feita entre os entrevistados apenas um escritório onde tem 22 funcionários tem a adoção de uma politica de troca de equipamentos de cinco em cinco anos, o restante que tem menos de 10 funcionários não acha algo importante a se considerar para inovar.

3.1.3 Sistema de informação e Controladoria

Referente ao sistema de informação O'Brien (2010) diz que o sistema de informação trabalha com um objetivo. E nos escritórios selecionados, todos eles utilizam pelo menos um sistema para realização de seus processos, sendo cinco de maneira contratada e um desenvolvido internamente.

O único que tem o sistema criado internamente é o caso 02, onde foi estudada a melhor estratégia para realização desse software e a importância dele dentro do escritório é muito grande, pois ajuda muito nos processos, nas organizações de documentos e arquivos digitais, conforme citado pelo caso 02 "... *sem um sistema o escritório hoje não seria nada*.".

Referente à utilização desses sistemas de informação na tomada de decisões cinco de seis fazem a utilização e a importância da utilização do sistema de informação dentro dos escritórios foi descrita como ponto principal de reuniões e decisões, pois é através dele que se obtêm relatórios, planilhas, lançamentos e outros meios para analise e verificação. Apenas o caso 1 não utiliza e não definiu nenhum outro meio para a tomada de decisões. Com a importância do sistema de informações dentro do escritório, outro ponto muito relevante é a controladoria, que se correlaciona muito com ele e acaba ajudando nos processos também.

Segundo Oliveira (1997) Informação é o resultado dos dados processados que servem para a tomada de decisões, sendo assim a informação é o resultado da análise dos dados de uma determinada situação ou processo. O propósito da informação é ajudar a empresa nas tomadas de decisões, e ajudar a alcançar seus objetivos e metas. Um exemplo para se entender melhor esse processo de transformação de dados em informações: os dados são, por exemplo, o corpo de uma fábrica que se dividem em quantidade de empregados, de materiais, a quantidade produzida, esses são os dados, e esses dados servem para formar informações através de relatórios de gastos, de período de trabalho entre outros fatores importantes para os administradores.

Conforme Bruni e Gomes (2010) A controladoria surgiu para as empresas aprenderem a organizar e controlar seus negócios. Entre todos os entrevistados a opinião sobre a controladoria dentro do escritório é algo importante, porém é deixado para depois, conforme o caso 1 citou "... *ainda não se viu necessidade da implantação*", e isso ocorre por se considerarem escritório de pequeno porte.

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Oliveira (1998) a controladoria é um departamento da empresa que se responsabiliza pela implantação, analise de viabilidade, execução e manutenção dos sistemas de informações como o financeiro, contábil e até o operacional. Já para o CAGGIANO (2008) A controladoria tem como missão manter a continuidade da empresa, garantindo a melhoria e organização de resultados. A controladoria está sempre em busca da eficácia organizacional, e para que isso ocorra sempre tem que estar buscando alternativas para cumprir sua missão. Entre os entrevistados, um utiliza da controladoria em seu dia a dia e também a utiliza nas tomadas de decisões os outros cinco informaram que não implantaram ainda esta ferramenta.

3.1.4 SPED

A importância do SPED dentro do escritório é algo questionado entre os entrevistados e chegou-se ao seguinte resultado de que o SPED minimiza os tramites de papeis, facilita o manuseio e traz uma maior segurança aos documentos, uma vez que pode ser armazenados digitalmente em nuvem. Hoje Praticamente só trabalha com SPED, e para eles o SPED é a base da informação que consigo trouxe muita facilidade, pois é só pedir os arquivos e com base neles se faz a analise e verificar onde se encontram, com ele não precisa mais realizar a geração do livro, com isso o processo acabou se tornou muito melhor, e muito mais pratico. Como o SPED é algo e o caso 04 nos citou "... *ele é obrigatório, independente de ser importante ou não, se precisa fazer de qualquer maneira"*. Ele é uma obrigação acessória que ajuda a organizar os documentos e diminuir a emissão deles.

Segundo Dm3 (2021) O Brasil é um dos países mais burocráticos do mundo quando se fala impostos. O excesso de burocracia além de tornar as funções tributárias mais lentas abre uma série de margens para erros e por isso deve ser realizado com muito cuidado. Junto com o PAC em 2007 (Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal) foi criado o SPED, o Sistema Público de Escrituração Digital, com o intuito de informatizar a relação entre as empresas contribuintes e o Fisco. Essa informatização agiliza a comunicação entre as partes, reduzindo custos e o tempo gasto nessa operação, além de facilitar a fiscalização por parte do governo.

3.1.5 NF-E – Nota fiscal eletrônica.

A nota fiscal eletrônica foi um dos módulos do SPED. Receita Federal (2011) o objetivo da nota fiscal eletrônica é ser um documento fiscal eletrônico que substitua a emissão de documentos em papeis e que seja com validade jurídica que é garantida pela assinatura com o certificado digital. Ela é considerada um grande avanço que facilita muito os processos de fiscalização.

Com isso foi questionado aos entrevistados se acharam que a chegada da NF-E foi um trunfo nos processos contábeis e os mesmos disseram que sim, que com recursos capazes de importar as notas emitidas por sistemas, facilita o processo contábil em diversos aspectos, foi uma mudança de paradigmas e uma mudança de procedimento que inovou bastante, que além de acabar com o papel a velocidade da informação ficou muito mais rápida, o tempo de serviço

ISBN 978-65-5629-077-5

empenhado reduziu bastante e ficou mais pratico. Na visão dos entrevistados pode se identificar que acharam que houve demora na implantação da NFe, conforme relata o entrevistado 06 *"...a nota fiscal até demorou muito para virar eletrônica.".* De acordo com eles, a partir da mudança para NFe começou todo o processo tecnológico, para hoje ter menos sonegação, ser mais claro as compras, e veio para evitar a omissão de notas, ou seja, denota-se uma clara evidência de melhoria dos processos e tratamento das informações contábeis a partir da inovação tecnológica.

3.1.6 Certificado Digital

O certificado digital é considerado um RG eletrônico para uma pessoa ou para as empresas. Ele serve como uma identificação virtual e uma assinatura digital que independentemente do local que se encontra o documento, essa assinatura é válida juridicamente e sem precisar reconhecer firma no Cartório. O Certificado digital utiliza um sistema de segurança através de chaves criptografadas, que são a chave privada que significa a chave da pessoa que gerou o certificado ou das pessoas que são autorizadas a usa-la para acessar sites entre outros. E a outra chave é a chave compartilhada e atestando a identidade da pessoa ou empresa. Ele serve para acessar sites do governo, assinar documentos remotamente e também para gerar nota fiscal dentro do sistema da receita federal. (SERASA EXPERIAN, 2020).

O certificado digital foi outro fator muito importante nos processos contábeis, os entrevistados compartilharam suas experiências com o mesmo e todos acham essenciais dentro dos escritórios, pois é um recurso que possibilita maior agilidade aos processos de rotina dentro de um escritório, é uma ferramenta que contribui muito para o funcionamento constante das atividades. Conforme o entrevistado 01 citou ""... *Hoje pra tudo precisa do certificado digital, basicamente quase tudo já esta com assinatura digital.* "e a experiência é positiva, pois ele agiliza todos os processos e ajuda na informação direta com o fisco, praticamente toda a documentação precisa do certificado digital, a tendência sempre foi chegar nesse ponto e não terá mais volta".

3.1. 7 Contabilidade digital

A contabilidade como sabemos vem tomando espaço a cada dia que se passa, e com ela se facilita muitos processos, diminuindo burocracias e automatizando algumas tarefas tanto para o contador, quanto para o empresário, hoje considerando que as informações estão na nuvem, todas as informações estão digitais, então o acesso, a rapidez da informação principalmente para o escritório que pode receber instantaneamente os documentos e pode fazer a contabilidade mais rápida e assertiva para os empresários e auxilia-lo na tomada de decisão. E com ela os processos são mais seguros, não utiliza mais tanto o papel, e evita o desmatamento, pois é muito mais ecológico e sustentável, conforme o caso 4 nos informou "... *Não enche o escritório com pilhas de papeis sobre as mesas, a contabilidade digital agiliza na escrituração e agilizando a escrituração se consegue a informação mais rápida para a tomada de decisão.".*

Referente à evolução da contabilidade os temos pontos positivos e

ISBN 978-65-5629-077-5

negativos e dentre os entrevistados foi comentado apenas um ponto negativo, pois ainda tem que conscientizar os clientes da importância desta evolução para o processo, pois hoje os clientes ainda acham que somos um mero tirador de guias.

Já os pontos positivos foram diversos, dentre eles a rapidez, que a mesma veio para ajudar e agilizar os processos, trazendo confiança das informações.

A padronização dos processos foi-se questionado se havia no escritório e todos disseram que sim, pois trás uma melhor eficiência nos processos e desburocratização. Sempre procuram realizar reuniões para definição de padrões e parametrização, pois o que é padrão é melhor, mais fácil, seguir um modelo específico, como por exemplo, citado pelo caso cinco, se entrar um colaborador novo no escritório, já ajuda ele a entender mais os processos, de como é feito e é muito importante.

E para finalizar foi perguntado se a transição do meio físico para o digital foi impactante.

Três dos seis escritórios disseram que foi impactante, porém foi algo que veio para melhorar, para quebrar paradigmas, parar de lançar as notas manuais para só pedir o arquivo pronto, acabando e reduzindo o período de trabalho, reduzindo a necessidade de capital humano e trouxe uma revolução muito grande para quem trabalha com contabilidade.

4 CONCLUSÃO

A contabilidade é uma ciência muito antiga, seus primeiros registros foram com os homens das Cavernas e é notável como a evolução dela aconteceu com o passar dos anos e chegou à era digital que se encontra presente nos escritórios contábeis nos dias de hoje, e com ela se vê automação nos processos e facilidade em realizar os serviços nos escritórios no dia a dia, mais antes de chegar onde está à contabilidade assim como outras ciências, passa por atualizações constantes. A tecnologia fez com que a profissão contábil tivesse uma evolução significativa, antes feita principalmente com o manuseio de papeis físicos, agora tem os processos digitais como crescimento e evolução.

Cascavel-PR é uma cidade com um número alto de escritórios contábeis e está em um mercado competitivo. Observou-se que isso tem tomado proporção e é relevante para a classe contábil. A contabilidade digital e suas inovações tecnológicas em escritórios contábeis geraram pontos positivos no decorrer dos anos, pois obrigou os escritórios a acelerar seu processo de automação e rapidez na prestação dos serviços contábeis, principalmente exigindo atualização dos profissionais para o ramo digital e implantando a todos o SPED. Dentre outros pontos deste artigo o objetivo foi identificar como as empresas de serviços contábeis em Cascavel-PR se dão a inovação em suas operações e qual a importância da mesma a eles.

Muitos fatores mudaram a vida dos contadores, como a implantação da nota fiscal eletrônica, que antes feita manual e lançada manual no sistema, hoje apenas com o arquivo XML ou chave de acesso se consegue realizar o lançamento em segundos, poupando assim tempo e mão de obra. Outro fator importante foi o certificado digital, que veio para tornar os processos de assinatura de documentos e autorizações simplificados e de fácil manuseio e

ISBN 978-65-5629-077-5

rapidez. Esses foram algumas das inovações que vieram para melhorar a contabilidade digital, com intuito de otimização.

Assim, conclui-se que o tema trouxe muitos aspectos relevantes, que a presença da contabilidade digital foi uma inovação muito grande, que antes o chamado guarda livros se tornou o contador da era digital mais estratégico e ágil. No entanto a implantação da contabilidade digital não foi fácil, houve dificuldades de adaptação no começo para os contadores, usuários e para o próprio governo. As dificuldades acabaram gerando aprendizagem e melhoria de processos, pois aceitar e aprender a deixar de fazer um processo antes considerado muito importante e depois não havendo mais a necessidade de realização foi difícil.

O aprimoramento do conhecimento deve sempre estar em constante atualização, pois as normas mudam a forma de realizar os serviços e até mesmo os próprios clientes, hoje não se pode mais deixar de inovar, correr atrás de novas estratégias tecnológicas, objetivos profissionais na execução dos processos.

Sugiro uma pesquisa mais detalhada do certificado digital e nota fiscal eletrônica – NF-e, e a importância deles na contabilidade digital hoje, para assim poder dar sequência ao estudo de maneira a aprofundar os conhecimentos a cerca destes temas.

REFERÊNCIAS

BORBA, Leandro. PETRINI, Maira e WIEDENHOFT, Guilherme. **Adoção da nota fiscal eletrônica: Quais os benefícios sob as lentes das organizações**. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 14, n. 3, p. 613-636, set./dez. 2013.

BRUNI, Adriano Leal e GOMES, Sonia Maria da Silva. **Controladoria: Conceitos, ferramentas e desafios**. Salvador. EDUFBA, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luiz, **A controladoria no processo de gestão**, 2005. Disponível em: https://slideplayer.com.br/slide/11660844/. Acesso em 05 Mai. 2021.

CUNHA, Tácio Marques da; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Funções das controladorias municipais: Um estudo nas prefeituras das capitais brasileiras**. Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 12, n. 3, Edição Especial, p. 123-140, 2019.

DIÓGENES, Antônia. **A importância da Informática na Contabilidade. Contábeis**, 2006. Disponível em: https://www.contabeis.com.br/artigos/75/a-importancia-da-informatica-na-contabilidade/. Acesso em: 31 Mar. 2021.

DM3, **SPED Fiscal, obrigações fiscais que toda empresa deve estar atenta**, 2021. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D3TDRsZOlIcJ:https://www.grupodm3.com.br/blog/blog/sped-fiscal-obrigacoes-fiscais-que-toda-empresa-deve-estar-atenta+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 26 set.

ISBN 978-65-5629-077-5

2021.

EXAME, **Inovação estagnada**, 2016. Disponível em: https://exame.com/negocios/inovacao-estagnada/. Acesso em: 26 set. 2021.

FERNANDES, Carla Milena Gonçalves. MARTINS, Alex Sandro Rodrigues. HORZ, Vagner. FRARE, Anderson Betti e QUINTANA, Alexandre Costa. **Inovação tecnológica em escritórios de contabilidade: confiabilidade, complexibilidade na execução de serviços e eficiência organizacional**, 2021. Disponível em :file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Fernandes_Martins_Horz_Frare_Quintana_2021_Inovacao-Tecnologica-em-Escrit_62578.pdf. Acesso em 15 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Lista de Empresas em Cascavel, PR. Econodata, 2021. Disponível em: https://www.econodata.com.br/lista-empresas/PARANA/CASCAVEL. Acesso em: 13 abr. 2021.

JUNIOR, Joel Hartmann. **Certificado digital**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, p. 01 – 17. 2009.

JUNIOR, Sergio Mota da Silva. **Certificação digital: A importância para órgãos públicos**. Centro Universitário de Brasília, Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD, Brasília, p. 01 – 37. 2013.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. **Inovação em serviços: Um panorama da produção cientifica na base Scopus** (1967-2017). 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Medeiros_2021_Inovacao-em-Servicos--Um-Panor_62523.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

Nota fiscal eletrônica, 2021. Disponível em: http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=.

Acesso em 05 Mai. 2021.

O'BRIEN, James A.. **Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet.** Ed. 3. São Paulo. Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Diogo. Soften Sistemas. **Como surgiu a Contabilidade? Conheça essa importante história**, 2018. Disponível em: https://blog.softensistemas.com.br/como-surgiu-a-contabilidade/. Acessado em 05 abr. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. Ed. 4. São Paulo. Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Alisson Victor. FELTRIN, Juliane Aparecida e BENEDETI, Thiago

ISBN 978-65-5629-077-5

Santos. **CONTABILIDADE DIGITAL, Flamarion - Escritório de Contabilidade Lins – SP**, São Paulo, p. 01 -91. 2018.

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Controladoria: Conceitos e aplicações**. São Paulo. Futura, 1998.

Receita Federal. Disponível em: https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM Acesso em 12 mai. 2021

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERRA, Gabriel. **SPED fiscal: tudo que você precisa saber.** Tecnospeed, 2019. Disponível em: https://blog.tecnospeed.com.br/sped-fiscal-efd-icms-ipi/. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Mara Rosália Ribeiro. KUMASAKA, Júlia Mitsue Vieira Cruz. **Perspectivas de inovação gerencial no contexto brasileiro: uma revisão da literatura**, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Silva_Kumasaka_2021_Perspectivas-da-Inovacao-Geren_62525.pdf. Acesso em 15 jun.2021.

SILVA, Mauricio Correia Da. CHACON, Marcia Josianne Monteiro. PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo e LOPES, Jorge Expedito de Gusmão. **Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, dez 2004.

TOLEDO, Barbara Noronha. **Contabilidade na era digital**. Orientador: Jacira Tretter. 23. Graduação - Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta. Cruz alta.

Tudo o que você precisa saber sobre o sistema SPED. Eficiência fiscal, 2019. Disponível em: https://blog.eficienciafiscal.com.br/conheca-tudo-sobre-o-sistema-sped/. Acesso em: 10 abr. 2021.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa descritiva: conceito, características e aplicação**. Mettzer, 2018. Disponível em: https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/. Acesso em 03 jun. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL: COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E CONHECIMENTOS DE ACORDO COM O MERCADO DE TRABALHO EM CASCAVEL/PR

Bruno Revir Ceolan[1]
Rafael Maximiano Ferreira[2]

RESUMO: A presente pesquisa trata sobre o Perfil Profissional do acadêmico do curso de Ciências Contábeis, abordando sobre as principais competências e habilidades que são necessárias para o desenvolvimento da profissão. O objetivo geral da pesquisa foi identificar qual é o perfil do profissional contábil mais esperado pelo mercado de trabalho na cidade de Cascavel-Paraná no 2º semestre de 2021. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, operacionalizada através de um *survey*, que foi aplicado a profissionais responsáveis pelo recrutamento e seleção de colaboradores da área contábil e acadêmicos de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel. Os principais resultados demonstraram que os recrutadores julgam os conhecimentos nas áreas fiscal e tributária, seguidos por contabilidade geral e atualização nas legislações, como os principais para a atuação na área contábil. Através da pesquisa foi possível verificar também, que algumas das principais competências e habilidades, apontadas pelos recrutadores, foram semelhantes aos aspectos que os acadêmicos demonstraram estar mais latentes. Dentre estas se sobressaíram a vontade de aprender e a produtividade. Em linhas gerais, os acadêmicos submetidos ao estudo demonstraram correlação nos conhecimentos sugeridos pela ONU/UNCTAD/ISAR. Dentre eles, apresentaram níveis baixos de conhecimento da organização e atividade comercial, tecnologia de informações e nível optativo de contabilidade, finanças, conhecimentos avançados e afins; tendo nível moderado com relação aos conhecimentos básicos de contabilidade e afins. Quanto às competências/habilidades em âmbito internacional, os participantes demonstraram um nível moderado a alto nas competências intelectuais, técnicas e funcionais, pessoais, interpessoais e de comunicação, organizacionais e conhecimentos.

Palavras-chave: 1. Ciências Contábeis. 2. Competências e Habilidades. 3. Perfil Profissional. 4. Conhecimentos.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), desde a antiguidade até os dias atuais, a contabilidade é uma matéria de grande relevância para a organização e gerenciamento de empresas. Os autores destacam que existem registros de transações financeiras de quatro mil anos atrás, mas somente por volta do século XIV, na Itália, que surgiu o sistema de partidas dobradas, pelo frei franciscano Luca Pacioli, dando o pontapé inicial à contabilidade moderna como a conhecemos.

Nos séculos posteriores à sua invenção, a tecnologia básica da contabilidade mudou pouco, com exceção à divulgação de dados financeiros, que

[1] Aluno de Ciências Contábeis (UNIVEL) (2021).
[2] Mestre em Contabilidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

teve aspectos relevantes. Como exemplo, quando os empreendimentos comerciais deram lugar a companhias permanentes e havia demanda de capital nos empreendimentos industriais, as contas de aplicação de capital e lucros dos proprietários ganharam mais importância e a contabilidade deu início à produção de relatórios periódicos aos empresários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Poucas empresas existiam antes do século XIX e, devido a uma grande expansão pela revolução industrial e mudanças relativas ao mesmo período, foi criada a então lei das sociedades por ações em 1844, abrindo a possibilidade da formação da sociedade por ações e, consequentemente, dando propulsão aos empreendimentos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), desde que Pacioli escreveu seu livro até hoje, as tecnologias cresceram exponencialmente, mas os fundamentos da contabilidade permaneceram constantes. Por conta disso, ele certamente se sentiria habituado aos sistemas contábeis que temos nos dias atuais.

Após este período, o mundo sofreu uma revolução informacional que deveria ter impactado fortemente a contabilidade. Porém, como ocorreu na Revolução Industrial, existe diferença entre as invenções e aplicações. Os autores de livros e programadores na área de computação, procuram expor as técnicas criadas antigamente e que, por vezes, já se tornaram obsoletas em alguns pontos. A contabilidade ainda deverá tirar muito proveito de invenções que prometem revolucionar as divulgações financeiras como a conhecemos hoje. No lugar do livro razão e demonstrativos corriqueiros utilizados pela contabilidade, existirão bases de dados robustas, mas ao mesmo tempo simples e com informações intuitivas e relevantes, para o suporte às tomadas de decisões dos administradores. Serão sistemas especializados, contendo uma infinidade de gráficos dinâmicos sobre as informações (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

De acordo com Silva e Evangelista (2017), sempre existiram diversas dificuldades no cenário de gestão das empresas e estas continuarão a existir, colocando o gestor e seus auxiliares em prova quanto à capacidade de lidar com os problemas. Fato é, também, a crescente tendência na busca por soluções que permitam às entidades administrar seus recursos de forma razoável. Quando se tem assertividade, é possível administrar com segurança a organização. Isso proporciona um gerenciamento seguro das informações, conduzindo assim a melhores decisões e garante também a regularidade perante à legislação.

Portanto, com o passar do tempo, as informações contábeis tornaram-se extremamente necessárias à gestão empresarial e, quando aliadas aos sistemas tecnológicos, proporcionam segurança e agilidade na análise e gerenciamento das organizações (SILVA; EVANGELISTA, 2017).

O tema do presente trabalho é perfil do profissional contábil e instituições de ensino superior e visa discorrer sobre o perfil almejado para o profissional contábil segundo o mercado de trabalho e a formação acadêmica em ciências contábeis oferecida pelo Centro Universitário Univel em Cascavel PR, no ano de 2021. A pesquisa compreenderá o universo de profissionais já formados que trabalham com contabilidade e os acadêmicos que também atuam na área.

Muitos acadêmicos da área contábil têm diversas dúvidas com relação ao perfil profissional procurado por empresas do ramo. Desta forma, o presente trabalho surge com intuito de expor aos usuários interessados no assunto, qual o resultado encontrado em pesquisa do perfil profissional (habilidades e competências) para o contexto apresentado.

ISBN 978-65-5629-077-5

O problema de estudo segue o seguinte escopo. Nos dias atuais, determinadas competências e habilidades profissionais são extremamente importantes no contexto organizacional das empresas. Nesse sentido e levando em conta o contexto apresentado, qual é o perfil do profissional contábil mais esperado pelo mercado de trabalho na cidade de Cascavel-Paraná?

Com a finalidade de responder à pergunta problema, formulou-se o seguinte objetivo geral: Identificar qual é o perfil do profissional contábil mais esperado pelo mercado de trabalho na cidade de Cascavel-Paraná.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são discutidos os principais temas que dão sustentação à pesquisa realizada. A mesma abrange aspectos relacionados ao ensino de ciências contábeis no Brasil, discorrendo sobre a sua evolução até a contemporaneidade.

2.1 ENSINO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Segundo Lima (2015 apud CUNHA 2007), o descobrimento do Brasil ocorreu num amplo processo de expansão política e econômica de países europeus como Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Com o escopo de crescimento do capitalismo, aumentando os privilégios da nobreza, a colonização apareceu como uma oportunidade de aumento de capital destes países por meio da exploração da colônia, onde a metrópole coordenava a produção por uma doutrina mercantilista.

Durante este momento, com o Brasil sendo colônia portuguesa, existindo um processo de exploração e extrativismo pela metrópole, houve um processo de resistência dos indígenas e colonos, justificando assim a chegada dos jesuítas ao Brasil em 1549. E a principal missão dos jesuítas foi a conversão dos indígenas por meio da catequese e apoio religioso aos colonos da região (LIMA, 2015 apud COELHO; VASCONCELOS, 2009).

Segundo Coelho et al. (2016), no Brasil a atividade contábil surgiu em meados de 1500 a 1808, período do Brasil Colônia. Entre 1500 e 1530, as expedições marítimas portuguesas tinham grandes fluxos, devido à exploração de grande quantidade de matéria-prima brasileira (pedras preciosas, ouro, madeira, cana-de-açúcar, etc.). Portugal temia ameaças de invasões estrangeiras, mais especificamente da França, o que levou à Coroa Portuguesa a intensificar o registro e fiscalização das embarcações. Em 1549 criou os armazéns alfandegários, ficando na responsabilidade do 1º Contador-Geral das Terras do Brasil, Sr. Gaspar Lamego.

Conforme Coelho et al. (2016), Portugal criou a Casa dos Contos do Reino em 1679, com o mesmo objetivo dos Tribunais de Contas de atualmente. Foi o primeiro órgão que organizava e fiscalizava as receitas e despesas do Estado Português, reunindo os documentos estatais. Em 1761, o órgão com seu sistema de contabilidade foi extinto, sendo substituído pelo Erário Régio, com sede em Lisboa-Portugal, até 1807. Nesse ano, devido à entrada de Portugal nas guerras napoleônicas, a corte portuguesa foi transferida para o Brasil. Com a Família Real localizada no Brasil, o Príncipe D. João retomou o Erário Régio com a nova sede no Rio de Janeiro, em 1808.

ISBN 978-65-5629-077-5

Desde então o Erário Régio ganhou mais autonomia, operando a difusão do desenvolvimento socioeconômico e, com ele, utilizando o método das partidas dobradas, já acatadas em Portugal. O órgão era formado por um Presidente, como inspetor geral, um contador e um procurador fiscal, os quais realizavam toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal (COELHO et al., 2016).

Ainda segundo Coelho et al. (2016), buscando instruir esses profissionais, foi criada em 1809 a Aula de Comércio, com capacitação em práticas contábeis e mercantis, sendo tal formação exigida pelo rei para o cargo da Contadoria do Reino no Brasil. Anos mais tarde, em 1856, a Aula de Comércio da Corte foi redesenhada, tornando-se o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Com a independência do Brasil em 1822, parte do Erário Régio no Rio de Janeiro, teve a nomenclatura alterada, tornando-se, em 1824, o Ministério da Fazenda, por conta da Constituição do Império ter entrado em vigor.

Coelho et al. (2016) apontaram que, com o passar dos anos, a economia imperial encontrou dificuldades. Por conta da alta quantidade de exportações de produtos nacionais, a balança comercial ficou desfavorável, não conseguindo suprir as necessidades/ demandas internas dos moradores. Decorrendo disso, em 1843, surgiu a primeira tentativa de implantação do Imposto de Renda no País, pela Lei de Orçamento nº 317. Infelizmente o sistema econômico da época não tinha muitos contribuintes, o que impossibilitou a aplicação do imposto progressivo sobre os vencimentos recebidos de cofres públicos, dois anos mais tarde.

No período da República, em 1850, o Imperador D. Pedro II criou o Código Comercial Brasileiro, com objetivo de regulamentar os procedimentos contábeis, exigindo das empresas a escrituração dos livros, com fatos patrimoniais, seguindo a Lei nº 556, Art. 290, da época, também baseado nos códigos de comércio de Portugal, França e Espanha (COELHO et al., 2016).

Em 1860 foram feitas correções no código, pela publicação da Lei nº 1.083, apontando a obrigatoriedade, quanto às empresas da época, com relação ao envio de balanços, demonstrações e documentos determinados para o governo, nos prazos e formas estabelecidas em regulamentos (COELHO et al., 2016).

Em 1863, com tantas novas determinações, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro iniciou a oferta da disciplina "Escrituração Mercantil", buscando qualificar seus estudantes para o exercício da escrituração contábil. A lei nº 1.083 também foi a primeira lei das Sociedades por Ações no Brasil, tornando públicos os padrões contábeis nacionalmente adotados. Em 1940, a Lei nº 2.627 apresentou outras disposições acerca do assunto (COELHO et al., 2016).

De acordo com Coelho et al. (2016), o Código Comercial destacava detalhadamente como seria o papel da Contabilidade na empresa, influenciando diretamente os rumos da profissão no País. Em 2003, o Código Comercial Brasileiro de 1850, teve sua maior parte revogada pelo Código Civil, permanecendo somente as questões relativas ao Direito Comercial Marítimo.

Na segunda metade do século XIX, surgiu a profissão de "guarda-livros", referindo-se ao atual profissional da contabilidade. O título foi proveniente da sua principal função na época: escriturar e manter em boas condições os livros mercantis das empresas comerciais. Dentre as funções do profissional estavam a elaboração de contratos e distratos, controle de entrada e saída de dinheiro, produção de correspondências e responsabilidade por toda escrituração mercantil. Ainda precisavam ter domínio das línguas portuguesa e francesa e noções de

ISBN 978-65-5629-077-5

caligrafia, visto que a contabilidade era feita toda à mão (COELHO et al., 2016).

Em 1869, foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, tendo o guarda-livros um ano depois (em 1870) o reconhecimento oficial como primeira profissão liberal do Brasil, validado pelo Decreto Imperial nº 4.475, aprovando os Estatutos da Associação de Guarda-Livros, pelo Imperador Dom Pedro II. Tal Associação é a mais antiga instituição profissional e cultural da Ciência Contábil no Brasil (COELHO et al., 2016).

Conforme as palavras de Coelho et al. (2016), em 1876, com o Decreto nº 6.097, o profissional pôde votar no Império. Com o passar dos anos, o desenvolvimento da sociedade e da economia cresceram de forma significativa e o papel do guarda-livros tornou-se muito importante no mercado. Nesta mesma década, a Contadoria Pública passou a admitir somente os profissionais que cursaram as Aulas de Comércio. Em 1895, um grupo de profissionais fundou o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo, objetivando tornar regular o ensino da Contabilidade.

De acordo com Coelho et al. (2016), nos anos de 1889 a 1931, o crescimento econômico gerado pela produção e urbanização foi muito alto, demandando consequentemente, mais qualificações dos trabalhadores e funcionários dos serviços públicos e órgãos administrativos.

Pela perseverança de grandes profissionais paulistas, em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio. Com mais de 200 alunos e 30 professores, a escola recebeu o nome de Francisco D'Áuria (COELHO et al., 2016).

Em 1905 a escola alterou a nomenclatura para Escola de Comércio de São Paulo. No mesmo ano, os diplomas expedidos passaram a ser reconhecidos. Em 1907, a escola passou a denominar-se Escola de Comércio Álvares Penteado e em 1923 foi transformada em Fundação, como é mantida até atualmente. Em 1907 ainda, foi criada a Fundação Visconde de Cairu, em Salvador-BA (COELHO et al., 2016).

Em 1905, do outro lado, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, tendo diplomas concedidos para a formação "Geral" e "Prático", habilitando o concluinte a funções de Guarda-Livros, Perito Judicial e atribuições da área da Fazenda. Teve também outro curso superior, para ingresso dos candidatos a Agentes-Consultores, funcionários dos Ministérios de Relações Exteriores, atuários de seguradoras, chefes de contabilidade de bancos e das grandes empresas comerciais. Outras academias do País seguiram os mesmos currículos, surgindo então, em 1926, o Decreto nº 17.329, o qual instituiu os cursos profissionalizantes ou de Ensino Técnico Comercial. O curso geral passou a conferir o diploma de Contador. E o superior, o título de graduado em Ciências Econômicas (COELHO et al., 2016).

Conforme Coelho et al. (2016), as mudanças no País eram intensas. Em 1931, o Decreto nº 20.158 regulamentou a profissão de Contador, reorganizando o ensino comercial. Encerrando as alterações nos cursos profissionalizantes, em 1943, o Decreto nº 6.141, estabeleceu as bases de organização e regime de atuação.

Segundo Coelho et al. (2016), no ano de 1926, em um evento contando com a presença de vários representantes da classe contábil de São Paulo, o senador pernambucano João Lyra, reconhecido como Patrono dos Contabilistas, pronunciou em um discurso de agradecimento, as seguintes palavras: *"Trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já*

ISBN 978-65-5629-077-5

consideramos 25 de Abril o Dia do Contabilista Brasileiro". A ideia foi aplaudida por todos os presentes e, a partir dessa data, ficou foi oficializado o dia do Contabilista. Não era um decreto, mas sim a afirmação de um visionário da contabilidade.

No dia 22/09/1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, finalmente o curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais foi reconhecido, sendo assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Tal dispositivo legal passou a nomear o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos concluintes do curso. Com duração de quatro anos, o curso era formado por disciplinas de Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia contábil (COELHO et al., 2016).

Em 1946, foi criada a FCEA-Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas em SP, onde o Brasil teve o primeiro núcleo/centro de pesquisas contábeis nos padrões norte-americanos. Na década de 50, o curso foi desdobrado em duas especialidades diferentes: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais. De 1960 a 1970, pela criação do Conselho Federal de Educação, a Contabilidade recebeu novas diretrizes, como fixação de currículos e duração dos cursos (COELHO et al., 2016).

Entre as décadas de 80 e 90, houve grandes alterações no Ensino Superior de Contabilidade, reforçando a necessidade de profissionais mais éticos e competentes no âmbito público e privado. Desde então, o curso de Ciências Contábeis vem abrangendo diversas atualizações, buscando currículos plenos e perfis profissionais altamente capacitados, para as demandas econômicas, financeiras e sociais (COELHO et al., 2016).

Em 27 de maio de 1946, por meio da publicação do Decreto-Lei n.º 9.295, foram sendo criados o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's). Através do dispositivo legal, a profissão ganhou um regulamento próprio, apontando o princípio básico de que tudo o que envolve a matéria contábil constitui prerrogativa privativa dos profissionais da contabilidade (COELHO et al., 2016). O Quadro 1, apresenta um breve resumo sobre a histórico de evolução da contabilidade no Brasil.

Quadro 1: Histórico de datas relevantes para a contabilidade no Brasil

Fato histórico	**Período**
Fase Inicial	1500-1549
A Família Real	1679-1843
O Código Comercial	1850-1863
A Profissão de Guarda-Livros	1869-1895
Início da Maturidade do Ensino Contábil no Brasil	1889-1943
Dia do Profissional da Contabilidade	Promulgado em 1926, o dia 25 de Abril
O Curso Superior	1945-1990
Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade	1946
Quantidade de IES ofertantes do curso de ciências contábeis em 2018	Em 2018, aproximadamente 1.101 cursos ofertados

Fonte: Adaptado de Coelho *et al*., (2016).

Segundo artigo publicado pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e

ISBN 978-65-5629-077-5

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em 28/01/2020, com base em pesquisas demonstradas no resultado do Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de **2018**, acerca da quantidade de cursos presenciais e EaD avaliados, possuía cerca de **1.101 cursos** avaliados na área de ciências contábeis no Brasil.

2.2 CURRÍCULO DO CONTADOR GLOBAL ONU

Segundo Maciel e Jesus Costa (2017 apud CAMPOS; LEMES, 2011), um projeto de currículo foi desenvolvido pela ONU para os cursos de Ciências Contábeis, por meio de setores como a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e o ISAR (International Standards of Accounting and Reporting), ONU/UNCTAD/ISAR. Este projeto, que foi chamado de Currículo Mundial (CM), é uma referência para que sejam elaboradas as estruturas curriculares das instituições de ensino superior (IES), tal recomendação poder ser observada no Quadro 2.

Quadro 2: Blocos de Conhecimento Sugeridos pela ONU/UNCTAD/ISAR

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS
Conhecimento da Organização e Atividade Comercial	Economia; Métodos quantitativo e estatístico para administração; políticas gerais das empresas, estrutura organizacional e comportamento das organizações; Funções e práticas de gestão e administração das atividades; Marketing e Comércio Internacional.
Tecnologia de Informações	Tecnologia da Informação.
Conhecimentos Básicos de Contabilidade e afins	Contabilidade: Básica, Financeira, Financeira Avançada, Gerencial Básica, Tributária; Sistema de Informações aplicados à contabilidade; Direito Comercial; Princípios fundamentais da segurança e auditoria; Financiamento comercial e Gestão Financeira e Integração dos Conhecimentos.
Nível Optativo de Contabilidade, Finanças, Conhecimentos Avançados e afins	Apresentações de relatórios financeiros e Contabilidade nível avançado para empresas especificas; Contabilidade: gerencial avançada, tributária avançada; Direito comercial avançado; Auditoria Avançada; Financiamento comercial avançado e Gestão financeira e Estágio.

Fonte: Adaptado de Maciel e Jesus Costa (2017 apud TD/B/COM.2/ISAR/21, 2003).

O mesmo currículo é resultado das mudanças e transformações que estão ocorrendo no mundo dos negócios, geradas pela globalização. Nele são apresentados os principais conhecimentos que um contador deve dominar para poder atuar mundialmente e desenvolver um trabalho de qualidade.

2.3 PROFISSÃO CONTÁBIL

Segundo o Jornal Contábil (2019), a contabilidade está presente em diversos setores, desde o controle financeiro pessoal, até integração em empresas multinacionais. O setor público também faz parte do escopo de atuação. Tais área

ISBN 978-65-5629-077-5

da contabilidade abrangem atividades que exigem controle e análise. Nos campos de operação do profissional, existem assuntos bem específicos, fazendo dessa ciência uma arte, segmento do conhecimento humano em constante evolução, com a finalidade de atender às inúmeras necessidades dos usuários. As principais áreas de atuação são descritas no Quadro 3.

Quadro 3: Principais áreas de atuação do profissional de contabilidade

Área de atuação	Atribuições
Contabilidade empresarial	Contador interno responsável pela apuração de impostos, controle de contas a pagar e a receber, levantamento de estoques e patrimônio (inventário), pela distribuição de lucros e controle de receitas e despesas
Análise contábil	Um analista contábil ou financeiro é o responsável pela verificação das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros empresariais. Por meio da análise contábil é possível oferecer informações detalhadas para os administradores, possibilitando a tomada de decisões assertivas com relação ao desenvolvimento da empresa e aos investimentos necessários para seu crescimento
Auditoria contábil	Uma das áreas de atuação da contabilidade mais relevantes. Realiza a verificação dos processos aplicados em todos os controles, garantindo que os procedimentos que foram aplicados estão dentro da legislação. Tem como objetivo analisar as finanças empresarial, verificar os registros e identificar possíveis falhas de gestão. Com a auditoria, é possível identificar os problemas e definir meios de corrigir e solucionar possíveis erros. Função equiparada ao Analista, pode ser aplicada através do auditor interno da própria empresa ou externos/ independentes, e isso possibilita que os administradores possam ter maior certeza com relação ao desempenho da empresa como um todo
Consultorias financeira e tributária	A contabilidade é uma atividade que possibilita a aplicação de consultoria financeira, pois o conhecimento adquirido pelo profissional permite que ele possa analisar contas e lançamentos, indicando as melhores alternativas a profissionais autônomos e para empresas ou órgãos públicos. A consultoria financeira também pode atuar nas áreas de finanças, tributos, comércio exterior e inclusive na análise financeira.
Perícia contábil	É responsável pela apuração e pela análise de utilização dos recursos financeiros por parte das empresas e dos órgãos públicos. O profissional é solicitado a utilizar seus conhecimentos em processos judiciais e tem a responsabilidade de analisar documentos e comprovar sua veracidade, buscando a solução de conflitos e litígios. A perícia contábil é necessária em qualquer área de atividade, principalmente nas que apresentam maior complexidade de operações, como instituições financeiras e sociedades de capital aberto.
Gerência financeira	Responsável pela análise de relatórios e pela interpretação de dados das demonstrações contábeis, pela correta aplicação dos recursos e pelo acompanhamento dos processos, apontando

ISBN 978-65-5629-077-5

	falhas e encontrando formas de solucioná-los; exige constante atualização sobre a legislação fiscal e tributária
Controller	responsável pela administração de questões financeiras e tributárias, pelo apoio a processos de fusão e cisão empresarial, pela busca de informações exigidas pela gestão das empresas e pela análise de custos, entre outras, sendo uma atividade essencial para multinacionais e empresas de grande porte; é o centro operacional financeiro da empresa
Direção empresarial	É aqui que se concentram todas as necessidades da empresa e é ao profissional que cabe a maior responsabilidade por qualquer atitude tomada durante sua gestão. Portanto, deve conhecer todos as nuances de questões tributárias, fiscais, trabalhistas e contratuais
Contabilidade pública	Os profissionais que atuam nos Tribunais de Contas possuem a responsabilidade de analisar relatórios dos municípios e do governo estadual, controlando o uso e aplicação dos recursos financeiros captados, servindo para alertar sobre fraudes e desvios do erário.
	Fonte: Adaptado de Jornal Contábil (2019).

Através do Quadro 3, é possível verificar a grande gama de possibilidade de atuação que o profissional auditor possui. Sendo que está variação vai desde as áreas mais gerais até as mais especificas.

2.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL CONTADOR

Segundo estudo realizado por Oliveira Reis *et al.* (2014 apud Ott et al. 2011), a entidade *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) organizou o *Core Competency Framework* (OLIVEIRA REIS et al 2014 apud AICPA, 2010), que propõe um modelo de competências padrão que devem ser desenvolvidas pelos profissionais em sua inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto de convergência aos padrões internacionais, o *International Education Standard 3* (OLIVEIRA REIS et al 2014 apud IFAC 2010), relaciona as habilidades que devem ser desenvolvidas pelo profissional contábil. Seguem as informações:

Quadro 4: Competências em âmbito internacional

EMANADAS POR:	COMPETÊNCIAS	DESCRIÇÃO
American Institute of Certified Public Accountants (AICPA,2010)	Funcionais	Corresponde às competências técnicas, capacidade de executar análise crítica, avaliar e fornecer dados, desenvolver, analisar e implementar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
	Pessoais	São a comunicação, os comportamentos e atitudes que contribuem para forma como indivíduos se relacionam com os demais e facilidade de aprendizagem individual;
	Relacionadas aos negócios	São o conhecimento e compreensão sobre o ambiente interno e externo dos negócios e das organizações.

ISBN 978-65-5629-077-5

International Education Standard-IES3 (IFAC, 2010)	Intelectuais	Contribuem para solucionar problemas, tomar decisões e julgar situações complexas, assim como está relacionada ao conhecimento e entendimento cognitivo;
	Técnicas e Funcionais	Compreendem as habilidades gerais e específicas de contabilidade, assim como a matemática, estatística e conhecimento em tecnologia da informação;
	Pessoais	Compreendem as atitudes e comportamentos do profissional contábil que proporcionam melhoria na sua aprendizagem pessoal e profissional, assim como o comportamento ético e o autoaprendizado.
	Interpessoais e de Comunicação	Permitem que o profissional interaja com outras áreas de conhecimento, trabalhe em equipe, receba e transmita informações, forme julgamentos, tome decisões;
	Organizacionais e de gerenciamento de negócios	São as habilidades relacionadas ao funcionamento da organização, planejamento estratégico e gestão de processo;
	Conhecimentos	São as habilidades relacionadas aos conhecimentos específicos da contabilidade, como finanças e áreas afins, acerca dos negócios e das organizações e sobre a tecnologia da informação

Fonte: Adaptado de Oliveira Reis et al. (2014 apud AICPA, 2010).

Através do Quadro 4, observa-se que as competências para a formação do contador, extrapolam as questões de conhecimentos técnicos, sendo relevantes os conhecimentos relativos à gestão e relacionamento com pessoas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Rauup e Beuren (2006), busca-se com este capítulo traçar uma visão dos procedimentos metodológicos por meio dos delineamentos do trabalho de coleta e organização de dados. O processo de demarcar os procedimentos, possui um papel importante na pesquisa científica, no sentido de planejar estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo. A tipologia da pesquisa realizada é quantitativa. Segundo Rauup e Beuren (2006), essa abordagem se caracteriza pela aplicação de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados. Tal procedimento não é tão profundo na busca dos fenômenos, uma vez que o foco é o comportamento geral dos acontecimentos.

O objetivo do presente trabalho é expor aos usuários interessados na matéria contábil, qual o resultado encontrado em pesquisa do perfil (habilidades e competências) do profissional contábil mais requerido pelo mercado de trabalho na região e momento do estudo. A metodologia de pesquisa adotada para o trabalho em questão foi a pesquisa descritiva. Rauup e Beuren (2006) destacam que as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O referido trabalho teve como instrumento de coleta de dados a aplicação

ISBN 978-65-5629-077-5

de um questionário (*survey*). Segundo Rauup e Beuren (2006), as pesquisas de levantamento, se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

A aplicação dos questionários, foi realizado em duas etapas, uma primeira, realizada com profissionais recrutadores da área de Contabilidade (já formados no curso de Ciências Contábeis), que atuam na cidade de Cascavel-Paraná e, a segunda etapa sendo aplicada aos estudantes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel, em Cascavel-Paraná. Os questionários foram aplicados durante os meses de agosto e setembro de 2021. Ambos os questionários, foram compostos por indagações sobre as competências e habilidades importantes para um bom profissional da área e também descrições objetivas contendo grau de importância/relevância atribuída pelo público-alvo. Para o questionário dos acadêmicos, utilizou-se a escala Likert, para realizar a medição das argumentações relacionadas a percepção, em uma escala que varia entre 1 e 7.

Os questionários, direcionados aos profissionais recrutadores, foram remetidos através de e-mail e mensagens de WhatsApp®, sendo os mesmos enviados e recebidos no formato .docx. A seleção dos profissionais se deu por conveniência, em função do curto espaço de tempo e da dificuldade de identificação de participante. Do total de 20 questionários enviados, obteve-se o retorno de 14. Os questionários direcionados aos acadêmicos, foram disponibilizados através de formulários do Google®, de forma que se obteve 61 respostas de acadêmicos que cursam entre o 2° e 8° período do curso de ciências contábeis.

As principais limitações da pesquisa têm relações operacionais e de abrangência, em se tratando de quantidade de respondentes, tamanho de amostragem dos componentes e qualidade das respostas. Dentre as limitações estão espaço: uma IES situada na cidade de Cascavel PR (resultado não pode ser generalizado, haja vista especificidade e tamanho da amostragem); tempo: 2º semestre de 2021 (período específico e relativamente curto); quantidade de empresas contidas no estudo, certamente reduzida (por conta da atual pandemia Covid-19 as organizações tendem a ficar resguardadas); e pelo fato de ser um levantamento do tipo questionário, acaba limitando a qualidade das respostas dos participantes da pesquisa, que poderiam ser mais desenvolvidas com entrevistas p. ex..

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo, apresenta os principais resultados obtidos através da análise dos dados. Para tanto, os dados foram segregados em duas análises distintas, sendo a primeira relativa as percepções dos profissionais contábeis, e, a segunda versando sobre a percepção dos acadêmicos.

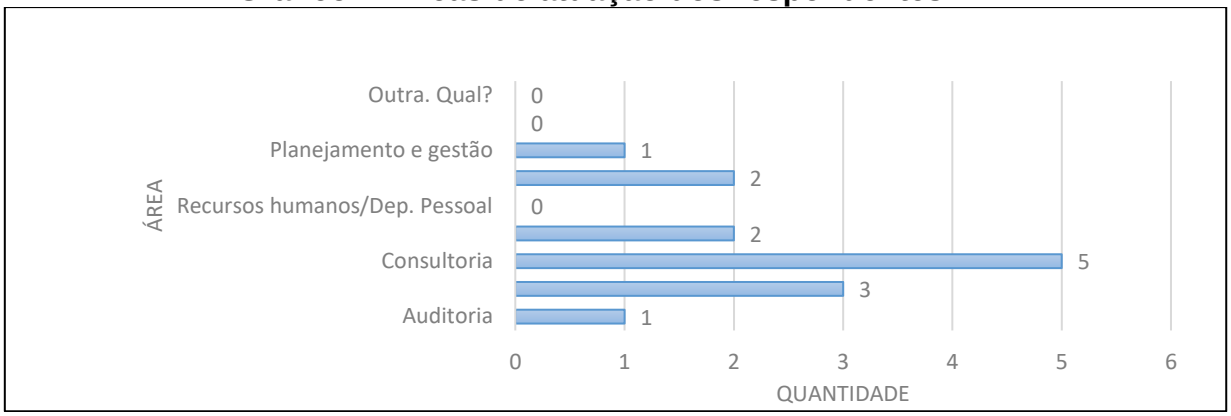
4.1 PERCEPÇÃO DOS RECRUTADORES SOBRE O PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

Na composição da idade dos respondentes, foi possível notar que 71% tinham idade entre 22 e 40 anos; 14% tinham idades entre 41 e 55 anos; 7% até

ISBN 978-65-5629-077-5

21 anos e os outros 7%, acima de 56 anos. Quanto à formação escolar dos respondentes, observou-se que 71% estavam cursando ou já possuíam pós-graduação; 21% possuíam ensino superior e 7% possuíam ensino superior incompleto (cursando). Na área de formação dos respondentes, foi possível notar que 100% eram formados em ciências contábeis e 7% tinham um curso de ciências econômicas além da área contábil. Com relação às áreas de atuação, as mesmas podem ser observadas através do Gráfico 1.

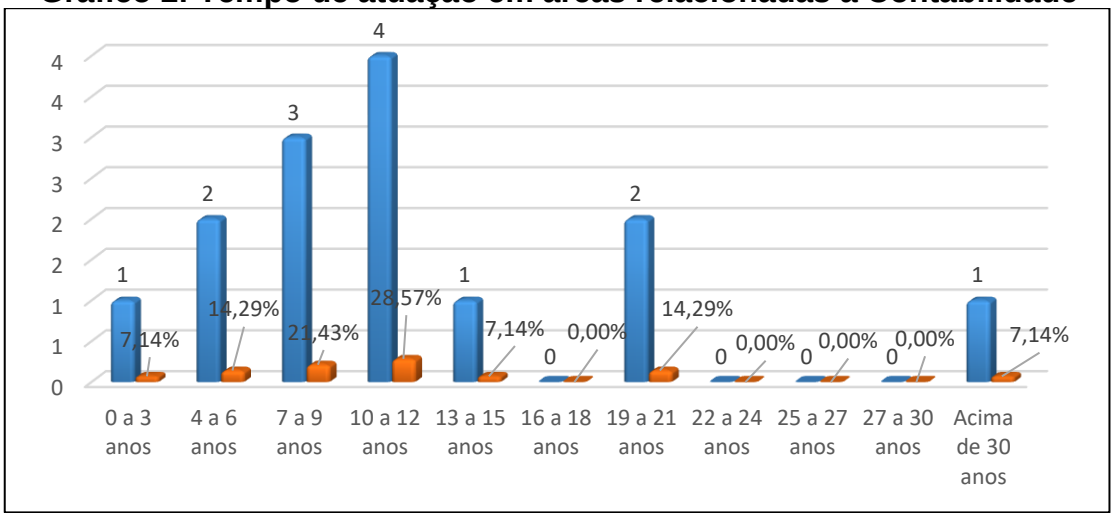
Gráfico 1: Áreas de atuação dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observar o Gráfico 1, é possível verificar que em sua maioria, 36% atuam na área de consultoria; 21% trabalham com contabilidade geral; 14% com a parte de controladoria; outros 14% com a área fiscal; 7% fazem parte do setor de planejamento e gestão e os 7% final, com a área de auditoria. Quando questionados sobre a satisfação com a área contábil, 43% destacaram estar muito satisfeitos, 43% destacaram estar satisfeitos e 14% estarem muito insatisfeitos. De maneira complementar, 42,9% dos respondentes destacaram que se pudessem mudariam de área de atuação. Os dados relativos ao tempo de experiência em contabilidade, são destacados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tempo de atuação em áreas relacionadas à Contabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando analisado o gráfico acima, foi possível destacar que 29% dos respondentes tinham entre 10 a 12 anos de tempo de atuação nas áreas da Contabilidade, seguidos por 21%, com 7 a 9 anos, 14% com 19 a 21 anos, outros 14% com 4 a 6 anos, 7% acima de 30 anos, outros 7% com 13 a 15 anos e mais 7% com 0 a 3 anos. As principais competências e habilidades apontadas pelos

ISBN 978-65-5629-077-5

profissionais respondentes, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Competências e Habilidades apontadas pelos respondentes

Competências e Habilidades	Qtd. De respostas	%
Dedicação, produtividade e vontade de aprender	13	22,81%
Comunicação e relacionamento interpessoal	9	15,79%
Dinamicidade e proatividade	8	14,04%
Visão analítica/sistêmica e senso crítico	6	10,53%
Agilidade, organização e trabalho com qualidade	4	7,02%
Informática básica	3	5,26%
Resiliência, persistência e motivação	2	3,51%
Interpretação de leis e conhecimento técnico	2	3,51%
Clareza, foco e objetividade	2	3,51%
Gostar da profissão e de números	2	3,51%
Inteligência emocional	1	1,75%
Confiança	1	1,75%
Raciocínio/assimilação rápidos	1	1,75%
Matemática básica	1	1,75%
Raciocínio lógico	1	1,75%
Empreendedorismo	1	1,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisar o gráfico exposto, ficaram claras as competências e habilidades vistas como mais importantes para os profissionais: 23% (maioria) selecionaram dedicação, produtividade e vontade de aprender, seguidos por 16% com comunicação e relacionamento interpessoal, 14% com dinamicidade e proatividade, 11% com visão analítica/sistêmica e senso crítico, 7% com agilidade, organização e trabalho com qualidade, 5% com informática básica, 4% com resiliência, persistência e motivação, 4% com interpretação de leis e conhecimento técnico, 4% com clareza, foco e objetividade, outros 4% com gostar da profissão e de números, 2% com inteligência emocional, 2% com confiança, 2% com raciocínio/assimilação rápidos, 2% com matemática básica, 2% com raciocínio lógico e, por fim, outros 2% com empreendedorismo. Os principais conhecimentos que os profissionais, julgam ser necessários para o desenvolvimento da profissão são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: conhecimentos necessários para o desenvolvimento da contabilidade

Conhecimentos	Qtd. De respostas	%
Área fiscal e tributária	10	23,26%
Contabilidade geral	7	16,28%
Conhecimento e atualização nas legislações	4	9,30%
Perfil de líder, empreendedor, postura e feeling	4	9,30%
Leitura e interpretação de textos	3	6,98%
Conhecimento do sistema utilizado	2	4,65%
Vontade de aprender e capacitação permanente	2	4,65%
Excel® avançado	1	2,33%
Power BI®	1	2,33%
Análise de dados	1	2,33%
Matemática básica	1	2,33%
Língua portuguesa básica	1	2,33%

ISBN 978-65-5629-077-5

Conhecimento técnico	1	2,33%
Direito societário	1	2,33%
Pós-graduação	1	2,33%
Experiência em atendimento ao cliente	1	2,33%
Conhecimentos gerais	1	2,33%
Informática básica	1	2,33%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação à tabela em descrita, foi possível inferir que 23% (maioria) dos respondentes julgam como importantes para os conhecimentos da profissão, a área fiscal e tributária, seguidos por 16% com contabilidade geral, 9% com conhecimento e atualização nas legislações, outros 9% com perfil de líder, empreendedor, postura e feeling, 7% com leitura e interpretação de textos, 5% com conhecimento do sistema utilizado nas contabilidades, outros 5% com vontade de aprender e capacitação permanente, 2% com Excel® avançado, 2% com Power BI®, 2% com análise de dados, 2% com matemática básica, 2% com língua portuguesa básica, 2% com conhecimento técnico, 2% com direito societário, 2% com pós-graduação, 2% com experiência em atendimento ao cliente, 2% com conhecimentos gerais e, concluindo, outros 2% com informática básica. As principais dificuldades que os profissionais, destacam encontrar no processo de recrutamento e seleção de pessoal, para a área de contabilidade, são evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3: Principais dificuldades no momento de recrutamento de profissionais

Descrição	**Qtd. Assin.**	**%**
Falta de Contabilidade básica	3	11,54%
Falta de conhecimento técnico	3	11,54%
Falta de interesse em aprender e formação continuada	3	11,54%
Falta de foco e persistência	2	7,69%
Falta de paciência e imediatismo	2	7,69%
Falta de comunicação	2	7,69%
Experiência de acordo com o salário	2	7,69%
Falta de visão empreendedora	1	3,85%
Identificar competências pessoais dos candidatos	1	3,85%
Incerteza da adaptação à dinâmica de trabalho	1	3,85%
Falta de informática básica	1	3,85%
Falta de consistência no aprendizado	1	3,85%
Conhecimentos compatíveis com o perfil buscado	1	3,85%
Falta de especialização e salários maiores	1	3,85%
Profissionais experientes se supervalorizam	1	3,85%
Falta de objetivo na profissão	1	3,85%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação às dificuldades encontradas pelos profissionais recrutadores, foram apresentados os seguintes pontos: 12% evidenciaram a falta de Contabilidade básica dos recrutados, seguidos por 12% de falta de conhecimento técnico, outros 12% de falta de interesse em aprender e formação continuada, 8% de falta de foco e persistência, 8% com falta de paciência e imediatismo, 8% de falta de comunicação, 8% experiência de acordo com o salário, 4% de falta de visão empreendedora, 4% com a dificuldade de identificar competências pessoais

ISBN 978-65-5629-077-5

dos candidatos, 4% com a incerteza da adaptação à dinâmica de trabalho, 4% com a falta de informática básica, 4% com a falta de consistência no aprendizado, 4% com conhecimentos compatíveis com o perfil buscado, 4% com a falta de especialização e, consequentes, salários maiores aos especialistas, 4% com apontando que os profissionais experientes se supervalorizam e, por fim, outros 4% com a falta de objetivo na profissão. Na próxima seção serão apresentados os dados obtidos através da aplicação dos questionários para os acadêmicos.

4.2 PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS SOBRE O PERFIL PROFISSIONAL

Dos acadêmicos da presente pesquisa, 37 são do sexo feminino e 24 do sexo masculino. Destes, 52,5% possuem até 21 anos, 45,9% entre 22 e 40 anos e 1,6% possuem idade entre 41 e 55 anos. Com relação ao semestre letivo que estão cursando, 47,5% cursam o oitavo semestre, 19,7% o segundo semestre, 18% o sexto semestre e 14,8% o quarto semestre. Os dados relativos à área de atuação são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Área de atuação dos acadêmicos

Área	Quantidade de respostas	%
Contabilidade geral	15	24,6%
Fiscal e tributária	14	23,0%
Financeira	9	14,8%
Recursos humanos/DP	4	6,6%
Auditoria	2	3,3%
Consultoria	2	3,3%
Ações	1	1,6%
Auxiliar contábil	1	1,6%
Bancária	1	1,6%
Bancária	1	1,6%
Comércio	1	1,6%
Contabilidade geral, RH/DP e fiscal	1	1,6%
Controladoria	1	1,6%
Estágio em Contabilidade pública	1	1,6%
Informática	1	1,6%
Logística	1	1,6%
Não trabalho atualmente.	1	1,6%
Setor de Compras e administração	1	1,6%
Contabilidade societária	1	1,6%
Empreendedor	1	1,6%
Vendas	1	1,6%
TOTAL	61	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre a tabela acima, quanto à área de atuação dos acadêmicos, foi possível perceber que 25% (a maioria) trabalham com a Contabilidade geral, 23% com a área fiscal e tributária, 15% com a parte financeira, 7% com os recursos humanos/DP, 3% com auditoria, outros 3% com consultoria, 2% com ações, 2% como auxiliar contábil, 3,2% na área bancária, 2% no comércio, 2% na Contabilidade geral, RH/DP e fiscal, 2% em controladoria, 2% na Contabilidade pública, 2% na informática, 2% na logística, 2% em compras e administração, 2% na Contabilidade societária, 2% como empreendedor, 2% na área de vendas e,

ISBN 978-65-5629-077-5

por fim, outros 2% não trabalham atualmente.

De maneira complementar, quando questionados se gostariam de mudar de área 37,7% dos respondentes destacaram que gostariam de mudar de área. Dentre as áreas de escolha para mudança, se destaca auditoria (27,5%), financeira (25%), consultoria (12,5%) e contabilidade geral (10%). Destaca-se o fato de apenas 19,7% dos respondentes ainda não possuírem nenhuma experiência na área e também o fato de 21,3% possuírem menos de 1 ano de experiência dentro da área de contabilidade. Os acadêmicos também foram questionados quanto a percepção de nível de preparo para atuar em contabilidade, os dados obtidos são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Percepção de Nível de preparo sobre conhecimentos contábeis

CATEGORIA	VARIÁVEL	Mínimo	Média	Máximo	Desvio Padrão
QUÃO PREPARADO SENTE-SE SOBRE:	Atuar na área de Contabilidade hoje.	1	4,00	7	1,47
	Legislação fiscal e tributária	1	2,93	7	1,66
	Contabilidade geral	1	3,77	7	1,50
	Conhecimento sobre Excel®	1	4,36	7	1,57
	Leitura e interpretação de textos técnicos	1	3,80	7	1,62
	Conhecimento sobre tecnologias aplicadas à Contabilidade	1	3,61	6	1,49
	Conhecimento sobre Direito aplicável à área de negócios	1	2,77	6	1,52
QUÃO PREPARADO DEVERIA ESTAR	Legislação fiscal e tributária	1	5,59	7	1,70
	Contabilidade geral	2	5,64	7	1,48
	Conhecimento sobre Excel®	1	5,84	7	1,60
	Leitura e interpretação de textos técnicos	1	5,75	7	1,68
	Conhecimento sobre tecnologias aplicadas à Contabilidade	1	5,72	7	1,57
	Conhecimento sobre Direito aplicável à área de negócios	1	5,54	7	1,65

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a Tabela 5, foi possível verificar que a média do nível de preparo para atuar na área de contabilidade, foi de 4,0, o que indica que geralmente os acadêmicos, ficam indecisos com relação à sua preparação para atuarem no mercado de trabalho. Quando questionados sobre os conhecimentos sobre legislação fiscal e tributária a média foi de 2,93, o que representa um baixo nível de preparo dos acadêmicos, com relação à Contabilidade geral, a média foi de 3,77, o que denota nível demasiado baixo dos estudantes, com relação ao conhecimento sobre Excel®, a média foi de 4,36, sendo mediano, na leitura e interpretação de textos técnicos a média foi de 3,80, sendo também um resultado baixo, no conhecimento sobre as tecnologias aplicadas à Contabilidade, a média foi de 3,61, com pequeno preparo e, por fim, quanto ao conhecimento sobre Direito aplicável à área de negócios, a média foi de 2,77, o que está longe da excelência no conhecimento da matéria. De maneira geral, no preparo atual dos estudantes, julgam estar num nível baixo a médio, corroborando a necessidade de preparação profissional contínua exposta no referencial teórico por Coelho et al., 2016 (problema visto nas décadas de 80 e 90), os quais evidenciam a busca por

ISBN 978-65-5629-077-5

currículos plenos e perfis profissionais altamente capacitados, para as demandas econômicas, financeiras e sociais. Quanto aos conhecimentos sugeridos pela ONU/UNCTAD/ISAR – Currículo do Contador Global, apresentaram níveis baixos de conhecimento da organização e atividade comercial, tecnologia de informações e nível optativo de contabilidade, finanças, conhecimentos avançados e afins; tendo nível moderado com relação aos conhecimentos básicos de contabilidade e afins.

Com relação à preparação almejada, que pensam que deveriam estar, quando indagados sobre a legislação fiscal e tributária, a média foi de 5,59, estando a caminho de um nível alto, na contabilidade geral a média foi de 5,64, também apontando um nível alto, em conhecimento sobre Excel®, a média foi de 5,84, com rumo a um nível alto, na leitura e interpretação de textos técnicos, 5,75, direcionando um nível melhor, no conhecimento sobre tecnologias aplicadas à Contabilidade, a média foi de 5,72, nível interessante e, por fim, no conhecimento sobre Direito aplicado à área de negócios, a média foi de 5,54, segundo também de um nível médio para alto. De forma sintética, os acadêmicos tem ciência da situação em que se encontram e julgam que deveriam aumentar seus conhecimentos consideravelmente. Na Tabela 6, são apresentados os dados sobre a autopercepção dos acadêmicos sobre as competências e habilidades que possuem.

Tabela 6: Autopercepção sobre as competências e habilidades

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Mínimo	Média	Máximo	Desvio Padrão
Visão analítica, sistêmica e senso crítico	1	4,16	7	1,66
Dedicação, produtividade e vontade de aprender	1	5,51	7	1,71
Resiliência, persistência e motivação	1	5,07	7	1,73
Agilidade, organização e trabalho com qualidade	1	5,20	7	1,67
Comunicação e relacionamento interpessoal	1	4,67	7	1,61
inteligência emocional	1	4,64	7	1,76
Interpretação de leis e conhecimento técnico	1	3,93	7	1,66
Clareza, foco e objetividade	1	4,75	7	1,64
Dinamicidade e proatividade	1	4,89	7	1,66
Confiabilidade e credibilidade	1	5,03	7	1,70
Assimilação, compreensão e discernimento	1	4,84	7	1,52
Raciocínio lógico	1	4,69	7	1,74
Empreendedorismo	1	4,28	7	1,76

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observar a Tabela 6, é exequível verificar que a competência e habilidade mais latente nos acadêmicos é a dedicação, produtividade e vontade de aprender, que obteve média de 5,51, na sequência, destacam-se atributos relacionados a agilidade, organização e trabalho de qualidade (5,20), resiliência, persistência e motivação (5,07), confiabilidade e credibilidade (5,03). As competências e habilidades que os acadêmicos, demonstram possuir menor domínio foram dinamicidade e proatividade (4,89), assimilação, compreensão e

ISBN 978-65-5629-077-5

discernimento (4,84), clareza, foco e objetividade (4,75), raciocínio lógico (4,69), comunicação e relacionamento interpessoal (4,67), inteligência emocional (4,64), empreendedorismo (4,28), visão analítica, sistêmica e senso crítico (4,16) e, por fim, interpretação de leis e conhecimento técnico, com a média de 3,93. De maneira geral, os acadêmicos julgam que seu nível de competências e habilidades estava em um nível médio a alto. Quanto às competências/habilidades em âmbito internacional, os participantes demonstraram um nível moderado a alto nas competências intelectuais, técnicas e funcionais, pessoais, interpessoais e de comunicação, organizacionais e conhecimentos. A Figura 1, apresenta uma nuvem de palavras, gerada a partir das respostas obtidas, do questionamento acerca de qual conhecimento o acadêmico, julga ser preponderante para que o profissional se destaque no mercado de trabalho, a mesma pode ser visualizada abaixo.

Figura 1: Conhecimentos para destacar-se no mercado de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação à Figura 1, é possível verificar que as palavras que apresentaram maior destaque foram: conhecimento, atualização, pessoa, visão, cliente e empresa. Tais palavras remetem aos conhecimentos de constituição e características de empresas, práticas realizadas pelo mercado de trabalho, a tratativa com clientes e pessoas, bem como a atualização que é tão necessária para os profissionais da área contábil.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar qual é o perfil do profissional contábil mais esperado pelo mercado de trabalho na cidade de Cascavel-Paraná. Para tanto utilizou-se de uma pesquisa de caráter descritivo, operacionalizada através da aplicação de um *survey*, para sua consecução. O qual foi aplicado em duas etapas distintas, uma primeira direcionada a profissionais atuantes na área contábil e, uma segunda direcionada aos acadêmicos que estão em processo de formação.

Os principais resultados destacaram que os profissionais julgam como mais importantes os conhecimentos nas áreas fiscal e tributária, seguidos por contabilidade geral e atualização nas legislações. Com relação as competências

ISBN 978-65-5629-077-5

e habilidades vistas como mais importantes para os profissionais: 23% selecionaram dedicação, produtividade e vontade de aprender, seguidos por 16% com comunicação e relacionamento interpessoal, 14% com dinamicidade e proatividade e 11% com visão analítica/sistêmica e senso crítico. Desta forma, é possível verificar a importância da relação entre o desenvolvimento de competências técnicas, mas as competências interpessoais também são características julgadas como importantes, pelos profissionais já formados.

Com relação a autopercepção do acadêmico sobre o quão preparado ele considera estar preparado e o quão ele preparado ele deve estar, todas as variáveis pesquisadas (Legislação fiscal e tributária, Contabilidade geral, Conhecimento sobre Excel®, Leitura e interpretação de textos técnicos, Conhecimento sobre tecnologias aplicadas à Contabilidade e Conhecimento sobre Direito aplicável à área de negócios) os acadêmicos demonstraram estar menos preparado do que eles julgam que deveriam. Com relação a competência e habilidade, as variáveis mais evidenciadas pelos acadêmicos foram: a dedicação, produtividade e vontade de aprender, que obteve média de 5,51, na sequência, destacam-se atributos relacionados a agilidade, organização e trabalho de qualidade (5,20), resiliência, persistência e motivação (5,07) e confiabilidade e credibilidade (5,03).

Através da pesquisa foi possível verificar que algumas das principais competências e habilidades, destacadas pelos profissionais foram também as que os acadêmicos demonstraram estar mais latentes. Dentre estas se sobressaíram a vontade de aprender e a produtividade. Entretanto, algumas características, tais como o relacionamento interpessoal e senso crítico, não foram competências e habilidades tão destacadas pelos acadêmicos.

Em linhas gerais, os acadêmicos submetidos ao estudo demonstraram correlação nos conhecimentos sugeridos pela ONU/UNCTAD/ISAR. Dentre eles, apresentaram níveis baixos de conhecimento da organização e atividade comercial, tecnologia de informações e nível optativo de contabilidade, finanças, conhecimentos avançados e afins; tendo nível moderado com relação aos conhecimentos básicos de contabilidade e afins. Quanto às competências/habilidades em âmbito internacional, os participantes demonstraram um nível moderado a alto nas competências intelectuais, técnicas e funcionais, pessoais, interpessoais e de comunicação, organizacionais e conhecimentos. Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se, que seja realizada uma pesquisa abrangendo mais de uma instituição de ensino superior, bem como, abrangendo um maior número de respondentes da área profissional atuante, buscando maiores extensões.

REFERÊNCIAS

COELHO, José Martonio Alves et al. **70 anos de contabilidade** / Conselho Federal de Contabilidade – Brasília: CFC, 2016.

Contabilidade: Conheça as principais áreas de atuação do contador. **Jornal Contábil**, 2019. Disponível em <https://www.jornalcontabil.com.br/contabilidade-conheca-as-principais-areas-de-atuacao-do-contador/>. Acesso em 30 mai. 2021.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São

ISBN 978-65-5629-077-5

Paulo: Atlas, 1999.

INEP. 95% dos cursos de ciências contábeis avaliados pelo Enade 2018 são presenciais. **Inep**, 2020. Disponível em <http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/95-dos-cursos-de-ciencias-contabeis-avaliados-pelo-enade-2018-sao-presenciais/21206>. Acesso em 30 mai. 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação**. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Rodrigo Augusto. Breve Histórico do Ensino da Contabilidade no Brasil até sua Regulamentação Profissional**. Revista Eletrônica Científica da FAESB** – Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara, v. 1, p. 1-1, 2015.

MACIEL, Thaislaine; JESUS COSTA, Thiago. **O CURRÍCULO DO CONTADOR GLOBAL EM COMPARAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS DA REGIÃO SUL**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 10, n. 1, 2017.

OLIVEIRA REIS, Anderson et al. **Perfil do profissional contábil: habilidades, competências e imagem simbólica**. Revista Contemporânea de contabilidade, v. 12, n. 25, p. 95-116, 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

ISBN 978-65-5629-077-5

RISCOS E BENEFÍCIOS DOS CONTRATOS DE COMMODITIES AGRÍCOLAS: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS DE SOJA FIRMADOS EM UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2021

Alysson Henrique Alves André[1]
Mateus Steimbach[2]
Rafael Maximiano Ferreira[3]

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre a temática de contratos futuros e buscou discutir as principais questões que os envolvem. Tem como objetivo geral: identificar os resultados que os produtores rurais obtiveram, através do processo de fixação de preço de contratos futuros de soja entre os períodos de 2018 a 2021 em uma cooperativa agrícola localizada no Oeste do Paraná. Para tanto, utilizou-se de pesquisa descritiva, quantitativa e documental, realizada em uma cooperativa agrícola, na qual foram coletados 258 contratos futuros de soja, que foram firmados entre os anos de 2018 e 2021. Os principais resultados, demonstram que, na maior parte dos contratos, houve uma perca para os produtores rurais em relação ao preço de mercado da commodity analisada, muito se deve ao fato da grande alta que a soja sofreu a partir do ano de 2020 com a chegada da pandemia do covid-19.

Palavras-chave: 1. Commodities. 2. Soja. 3. Dólar. 4. Oscilação. 5. Contratos Futuros.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal do trabalho apresentado foi mostrar quais os resultados obtidos dos contratos analisados entre produtores rurais e uma cooperativa agropecuária do Oeste do Paraná, demostrando se obtiveram ganho ou perca em relação ao preço de mercado. Obteve-se acesso a 258 contratos futuros, que foram firmados na referida empresa, durante o período de 2018 a 2021.

Em razão das incertezas que o mercado de commodities sofre, se faz necessário que o produtor rural busque outras possibilidades para reduzir os riscos de preço. Sendo assim, os contratos de mercado futuro se mostram uma alternativa a ser estudada mais a fundo devido a suas características únicas de previsibilidade e proteção de preços do produto fixado em contrato.

Foram discutidos vários conceitos sobre o que são comodities bem como, a importância econômica e social e os fatores que influenciam o preço desta, foi abordado também sobre o risco envolvido na produção e comercialização da soja, sobre o mercado futuro foi, o que é e quais suas caraterísticas, e em quais bolsas é comercializado.

Pode-se observar que existiu uma forte elevação no número de contratos firmados entre a cooperativa e os agricultores no ano de 2020, quando se chegou a um total de 204 contratos, frente a apenas 8 em 2019 e 16 em 2018.O ano de 2021, contava com 30 contratos firmados até o mês de fevereiro.

Ao avaliarmos os resultados obtidos da pesquisa pode-se notar que, na

[1] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

maioria dos contratos firmados, houve uma perca para o produtor rural em relação ao preço de mercado. Ao analisarmos mais a fundo estes resultados, notamos que quando isso aconteceu foi uma perca relativamente pequena, e até em alguns contratos fixados o produtor objetive um lucro, a maior diferença notou no ano de 2020, mesmo período em que o COVID-19 atingiu com maior intensidade o Brasil, fazendo com que toda a economia sofresse um grande impacto, prejudicando também os campos, assim, foram registradas as maiores percas por parte dos produtores.

O conjunto de atividades que permeia o segmento agrícola, passa a ser chamada de agronegócio a partir da década de 60, até então, convencionou-se que a agricultura se restringia apenas às atividades realizadas dentro da propriedade, tais como: preparar o solo, plantar, colher, etc. Com o advento da industrialização da agricultura, houve uma modernização nesse segmento, com sistemas mais amplos e complexos, devido às novas tecnologias implementadas no negócio, fazendo com que a agricultura ganhasse outra percepção. Tais mudanças implicaram em grandes ganhos de produtividade (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

O setor do agronegócio tem uma grande relevância para o Brasil, o qual pode ser desmembrado em dois grandes aspectos, o econômico e o social. No âmbito econômico, é possível verificar de maneira histórica uma importante contribuição na geração do PIB, destaca-se aqui a relevância do país como um dos principais fornecedores de segurança alimentar. Sob o enfoque social, pode-se destacar a geração de empregos e a produção de alimentos, o que por sua vez, propicia a distribuição de renda. Segundo Pena (2021), o agronegócio não se restringe somente às atividades no campo, ele também depende das indústrias e do comércio estando relacionado com o setor primário, secundário e terciário da economia.

A pandemia do coronavírus trouxe muitas perdas no ano de 2020. Quando se observa o aspecto econômico, no Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB), registrou a maior queda da série histórica do IBGE, iniciada em 1996, com uma redução de 4,1%. Mesmo diante das dificuldades econômicas que o país vive nos últimos anos, a agricultura conseguiu apresentar um crescimento acumulado nos últimos 4 anos de 18,1%. No ano de 2020, a agricultura foi o único setor da economia, a apresentar saldo positivo, obtendo 2% de aumento frente ao ano de 2019, os principais produtos que contribuíram para esta alta foi a soja, que cresceu 7,1%, e o café com elevação de 24,4%. O agronegócio fechou o ano de 2020 com uma participação no PIB de 26,6% (ALVARENGA; SILVEIRA, 2021).

Um dos produtos que se destacam no agronegócio brasileiro é a soja. Segundo dados da Embrapa, o Brasil é o maior produtor mundial da oleaginosa. A produção de soja na safra de 2019/2020 chegou a 124,84 milhões de toneladas, na frente dos Estados Unidos, que teve uma produção na mesma safra, de 96,67 milhões de toneladas. O Paraná é um dos estados brasileiros que se destacam na produção do grão, com uma produção de 21,59 milhões de toneladas, ficando atrás apenas do estado de Mato Grosso, que tem uma produção de 35,88 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2020).

Ao analisarmos mais a fundo o mercado agrícola consegue-se notar que ele traz riscos e incertezas, isto devido as oscilações de preços que os produtos do mercado agrícola sofrem durante seu plantio até sua colheita. Um instrumento para mitigar tais riscos e incertezas são os contratos futuros que, segundo John Hull (1996), são acordos entre duas partes onde uma das partes assume o compromisso

ISBN 978-65-5629-077-5

da venda, e a outra assume o compromisso da compra em uma determinada data com um preço já pré-estabelecido no contrato. Com os contratos futuros há uma diminuição nos riscos de preços, pois eles acabam servindo como uma garantia, tanto para o agricultor quanto para as empresas.

Um grande ponto de referência para o preço da soja é a Bolsa de Chicago. Alguns fatores que influenciam nos preços dessas comodities na Bolsa de Chicago são a oferta e a demanda internacional, os fatores climáticos e as políticas de acordos comerciais. Além desses fatores, existem outras variáveis que influenciam a cotação de cada ambiente de negociação mundial, como o prêmio no porto, o custo com logística, fretes, oferta e demanda local. Como essas negociações ocorrem em nível internacional, outro fator relevante na formação do preço é a taxa de câmbio, essa que é influenciada por vários outros fatores nacionais e internacionais (AGROLINK, 2019).

Diante desses fatores, esse estudo apresenta os contratos futuros como estratégia de comercialização para a proteção à variação de preços das culturas de soja e milho em uma cooperativa agropecuária no Oeste do Paraná.

Sabendo que existem vários fatores que podem influenciar no preço das commodities agrícolas, vários produtores rurais utilizam os contratos futuros para realizar a comercialização de suas produções, a presente pesquisa possui a seguinte pergunta-problema: Quais os resultados obtidos nos contratos futuros de soja firmados por uma cooperativa agrícola do Oeste do Paraná, entre o período de 2018 a 2021?

Com a finalidade de responder a pergunta-problema, formulou-se o seguinte objetivo geral: identificar os resultados que os produtores rurais obtiveram, através do processo de fixação de preço de contratos futuros de soja entre os períodos de 2018 a 2021 em uma cooperativa agrícola localizada no Oeste do Paraná.

Pode-se perceber o quanto o agronegócio é importante para o Brasil e para o mundo, porém, nos passa despercebido todas a incertezas e dificuldades que o agricultor e todos os setores envolvidos passam para que o alimento possa chegar em nossas mesas das mais diferenciadas formas. O risco de oscilação no preço neste ramo gera uma grande incerteza no mercado ao longo da época de plantio e colheita devido a isso, o método cada vez mais usado pelos produtores são a adesão aos contratos futuros.

Com a baixa existência de materiais onde exploram os contratos futuros de comodities agrícolas, este trabalho tem a contribuição prática de identificar os resultados destes contratos para com o produtor. A contribuição teórica se dá pelo aprofundamento da temática, que é pouco discutida pela contabilidade, formando uma base teórica para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção do trabalho serão apresentados os tópicos que sustentarão o desenvolvimento da pesquisa. A discussão versará sobre a atividade agrícola, as commodities, os fatores que interferem no preço das commodities, e os contratos futuros.

2.1 ATIVIDADE AGRÍCOLA

Atender as necessidades da população mundial, trabalhando de forma

ISBN 978-65-5629-077-5

sustentável, produzindo fibras, energia e alimentos é um dos vários desafios da agricultura. No caso do Brasil, o desafio é ainda maior. Por ser um país tropical, os fungos, vírus, bactérias e plantas daninhas tem mais facilidade de se proliferarem pois encontram ótimas condições climáticas para crescerem e se desenvolverem, sendo assim, há uma maior probabilidade de causar danos à produção comparando com os países de clima temperado (LAMAS, 2019).

Várias tecnologias, conhecimentos, produtos, práticas e serviços foram desenvolvidos ao longo dos últimos anos, favorecendo a produção sustentável da agricultura, essas tecnologias trazem diversos benefícios para os produtores e para a população em geral. A inserção dessas novas tecnologias pode reduzir impactos ambientais, reduzir custos, e melhorar a qualidade e a quantidade de produção (LAMAS, 2019).

Segundo Mendes e Padilha Junior (2007), essas tecnologias se referem a grande variedade nos métodos de produção e gestão, como por exemplo, novas variedades de sementes, novas raças de animais, máquinas e equipamentos mais eficientes, agrotóxicos e fertilizantes. Mas, essas melhorias não se limitam apenas dentro das propriedades, fora delas também têm as evoluções no transporte, processamento e armazenamento. Todos esses fatores fazem com que a produção e a comercialização aumentem.

Contextualizando o referido conceito do objeto estudado, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2013, que institui o Novo Código Comercial, traz em seu art. 681 o conceito de agronegócio, sendo esse definido como:

> A rede de negócios que integra as atividades econômicas organizadas de fabricação e fornecimento de insumos, produção, processamento, beneficiamento e transformação, comercialização, armazenamento, logística e distribuição de bens agrícolas, pecuários, de reflorestamento e pesca, bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Oliveira (2017), comenta que as cooperativas são grandes aliadas dos produtores rurais e do agronegócio brasileiro, através delas, os agricultores têm a oportunidade de melhorar as suas capacidades técnicas, têm acesso a melhores preços, melhores tecnologias e insumos, melhorando assim, a sua competitividade, e suas condições econômicas e sociais.

No ano de 2019, 43% das exportações no país foram produtos que surgiram do agronegócio, isso demonstra a importância do setor para a economia brasileira (CNA 2020).

O quadro 1 mostra os 29 produtos que o Brasil aparece no "*top five rank*" em valores absolutos de exportação no ano de 2019. Isso mostra a grande diversidade e o potencial que o país tem no setor agrícola.

Quadro 1: Produtos mais exportados do Brasil

Ranking	Área	Item	Ano	Valor
1	Brasil	Cana de açúcar	2019	$ 752.895.389,00
2	Brasil	Oleaginosas	2019	$ 127.034.278,00
5	Brasil	Total de cereais	2019	$ 121.222.813,00
1	Brasil	Soja	2019	$ 114.269.392,00
4	Brasil	Milho	2019	$ 101.138.617,00

ISBN 978-65-5629-077-5

1	Brasil	Oleaginosas, equivalentes de bolo	2019	$	93.161.214,00
4	Brasil	Frutas primárias	2019	$	40.098.467,00
2	Brasil	Oleaginosas, equivalentes de óleo	2019	$	22.452.369,00
3	Brasil	Total de frutas Cítricas	2019	$	19.652.788,00
5	Brasil	Mandioca	2019	$	17.497.115,00
1	Brasil	Laranja	2019	$	17.073.593,00
5	Brasil	Semente de algodão	2019	$	6.893.340,00
5	Brasil	Bananas	2019	$	6.812.708,00
1	Brasil	Café, verde	2019	$	3.009.402,00
3	Brasil	Feijão seco	2019	$	2.906.508,00
3	Brasil	Abacaxi	2019	$	2.426.526,00
5	Brasil	Coco	2019	$	2.330.949,00
5	Brasil	Melancia	2019	$	2.278.186,00
3	Brasil	Mamão	2019	$	1.161.808,00
1	Brasil	Caju	2019	$	1.078.558,00
4	Brasil	Tabaco, não manufaturado	2019	$	769.801,00
4	Brasil	Fibra primária	2019	$	190.691,00
3	Brasil	Pimenta	2019	$	109.401,00
1	Brasil	Colheita de fibras	2019	$	101.312,00
1	Brasil	Sisal	2019	$	86.820,00
1	Brasil	Castanha do Brasil, com casca	2019	$	32.905,00
5	Brasil	Semente de mamona	2019	$	16.349,00

Fonte: ODX com dados da FAO-ONU (2020).

Ao analisar o quadro 1, nota-se a potência agrícola que o Brasil possui, ficando sempre em ótimas colocações em nível de exportação em diversos produtos, com valores que impulsionam a economia Brasileira. Como visto na tabela 1, a cana-de-açúcar é o produto que mais impulsiona esse mercado, com valores relativamente maiores que as oleaginosas, segundo produto com maior valor econômico exportado pelo Brasil.

2.2 COMMODITIES

As commodities são recursos naturais em estado bruto e de pouca industrialização que funcionam como matéria-prima para a fabricação de outros produtos. Por ser uma matéria-prima básica, uma commodity possui propriedades bastante semelhantes de um produto para o outro, independentemente de onde está sendo produzida, portanto, sem muita diferenciação. Sendo assim, elas são facilmente negociáveis mundialmente, sendo negociadas em bolsas de valores de todo o mundo (Research XP, 2019).

Existem 6 tipos de commodities, as quais são apresentados na Figura 1.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 1 – Tipos de commodities

Financeiras:	•são relacionadas ao dinheiro, por exemplo, o dólar e o real;
Energéticas:	•são relacionadas à geração de energia, por exemplo, elétrica, eólica;
Química:	•são relacionadas a produtos químicos, por exemplo ácidos e sulfato de sódio;
Ambiental:	•são relacionadas ao meio ambiente, por exemplo água e créditos de carbono;
Mineral:	•são relacionadas aos minérios, por exemplo petróleo e ouro;
Agrícolas:	•são relacionadas ao agronegócio, por exemplo, soja e algodão.

Fonte: adaptado de StoneX, 2021.

Esses produtos são negociados globalmente. Algumas das principais bolsas de mercadorias onde as comodities são negociadas, são a Bolsa de Chicago (CME), a Bolsa de Nova Iorque (NYSE e NYBOT) e de Londres (LIFFE e LME). No Brasil, temos como principal bolsa de mercadorias a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) (StoneX, 2021).

O objeto de estudo desse artigo são as commodities agrícolas, e é importante saber que nem todos os produtos advindos das lavouras são classificados como commodities agrícolas. Rocha *et al*. (2018), afirma que para serem classificadas como tal, elas precisam ser comercializadas nas bolsas de valores e de mercadorias de todo o mundo e terem seu preço definido pelo mercado internacional, portanto, o preço de uma commodity é baseada na oferta e na demanda de ações desse produto. Por exemplo, a batata é um bem agrícola cultivado na terra, mas não é comercializado nas bolsas internacionais, portanto, não é classificado como commodity. No entanto, a soja, que também é cultivada na terra, é considerada uma commodity pois é negociada por todo o mundo nas bolsas de valores.

2.3 FATORES QUE INTERFEREM NO PREÇO DA COMMODITY AGRÍCOLA

O preço de um determinado produto é a soma da satisfação que o consumidor espera alcançar ao comprar a mercadoria, com o valor máximo que ele está disposto a pagar por aquilo e o valor mínimo que o produtor está disposto a receber pela venda do seu produto, porém, alcançar este equilíbrio não é simples, e remete a várias questões neste processo do consumidor (MARQUES; MELLO, 1999).

Ainda de acordo com o autor citado, descreve que o produto agropecuário é uma demanda derivada, ou seja, que ela é dependente da demanda do mercado de varejo por ela.

Mendes e Padilha (2007), dizem que são vários os fatores que influenciam na formação de preço do mercado de produtos agropecuários, dentre esses fatores estão:

a) A produção é um processo biológico que é afetado pelo clima, por pragas e

ISBN 978-65-5629-077-5

doenças;

b) Difícil previsão e controle pelo lado da oferta;
c) Produção sazonal ou estacional (a oferta de alimentos é pontual e não ocorre de forma constante durante o ano);
d) Devido a elasticidade-preço da demanda e da oferta (para uma data variação na produção – oferta), quando mais inelástica a curva da demanda, maior a variabilidade nos preços do produto e nos retornos esperados pelos produtores.

Por causa destes fatores, o agricultor acaba sofrendo muitas perdas e reduções em seus lucros, devido à instabilidade e alta volatilidade nos preços de suas commodities, onde os fatores que acabam ocasionando isto não são do controle do mesmo.

Segundo John (2020), os Estados Unidos são a economia mais forte do mundo, e por isso a sua moeda é utilizada como base para a maioria das operações comerciais, sendo assim, o dólar tem forte influência em vários setores da economia brasileira, dentre eles o setor do agronegócio que tem alto volume de exportações.

Ainda, segundo o mesmo autor, um fator que tem forte influência no preço das commodities é a variação cambial. Existem diversos fatores que fazem com que o câmbio sofra alterações, dentre os principais estão:

Balança comercial: Quando saem mais dólares do que entram, aumenta a demanda da moeda no país, isso faz com que o dólar valorize e o real desvalorize. Por outro lado, quando entram mais dólares do que saem, existe uma maior oferta, valorizando assim, a moeda local e desvalorizando o dólar.

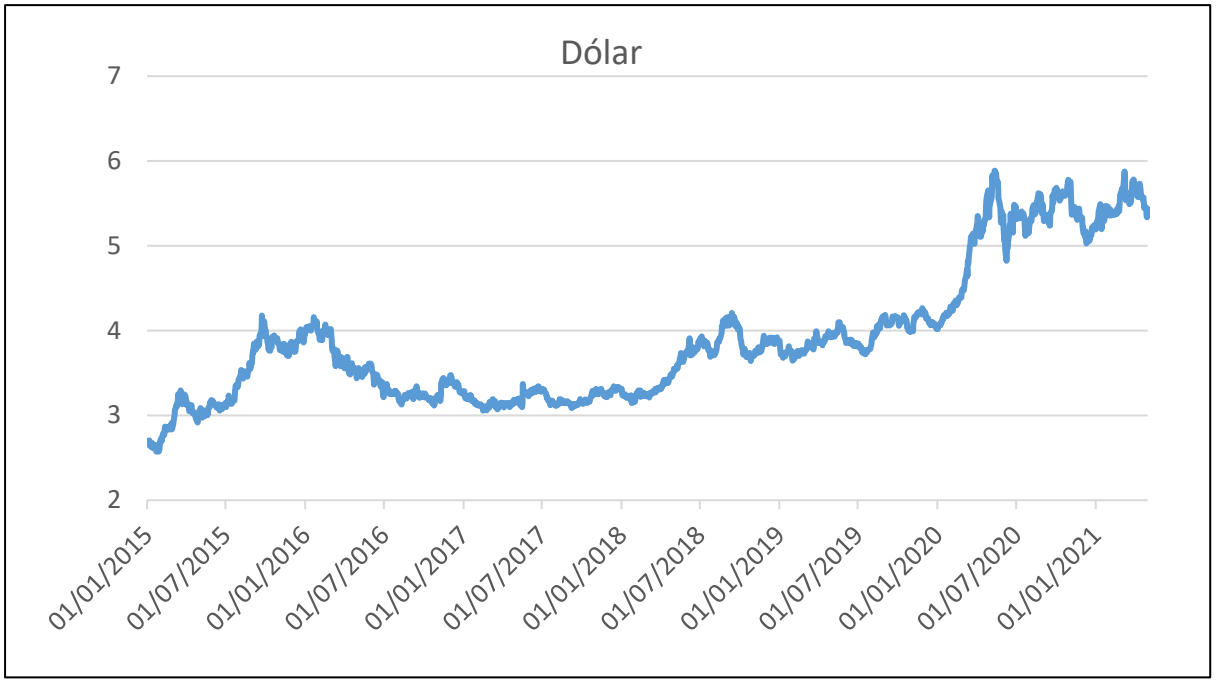
Risco país: Quanto maior for o risco, menos atrativo o país se torna para os investidores estrangeiros. Esse risco é afetado por diversos fatores, como tensão política, dúvidas no cenário econômico, risco fiscal, escândalos políticos, etc.

Taxa de juros: Corresponde aos juros que o governo paga aos seus investidores. Se a taxa de juros no Brasil aumentar, por exemplo, isso chama mais investidores e valoriza a moeda local. Por outro lado, se os Estados Unidos aumentarem a taxa de juros, os investidores locais tendem a tirar dinheiro do Brasil para investir nos EUA (JOHN, 2020).

Para melhor entendimento, os gráficos a seguir mostram a relação da cotação do dólar no Brasil com o preço da soja no porto de Paranaguá nos últimos 5 anos. É possível observar uma grande semelhança nos movimentos de alta e de baixa.

ISBN 978-65-5629-077-5

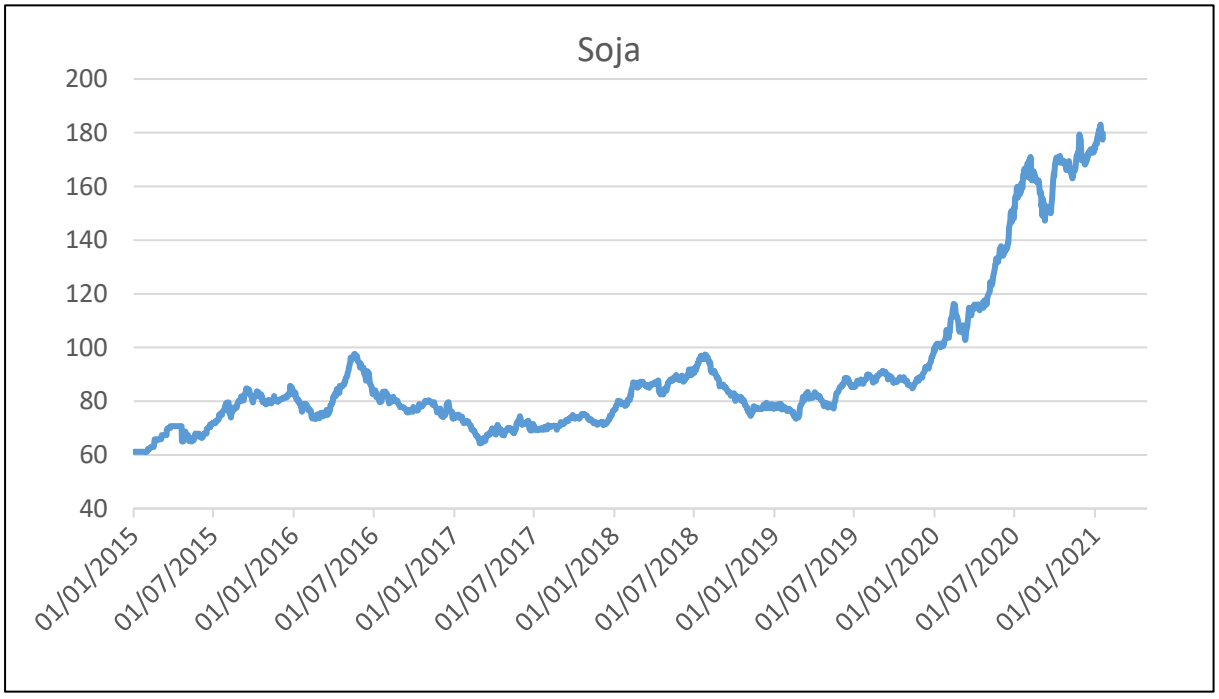
Gráfico 1: Variações na cotação do Dólar



Fonte: adaptado de Investing (2021).

Uma pesquisa com especialistas de diversas áreas foi promovida pela Revista Veja, para que se pudesse analisar os fatores que mais influenciam o dólar, os principais indicadores foram: Eleições de 2022 (78%), juros nos EUA (64%), juros no Brasil (46%), desempenho da economia brasileira (32%), preços das commodities (30%), pandemia (28%) e desempenho da economia global (18%) (Quintino et al., 2021.

Gráfico 2: Variação nas cotações da saca de Soja



Fonte: adaptado de Cepea (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

Nachiluk e Oliveira (2012), citam ainda os custos diretos que este segmento sofre, como a mão-de-obra, matérias, entre outros, onde é possível ter um real cálculo das despesas que estes itens causam, e os custos indiretos, estes já sendo mais difíceis de se calcular e ter uma real estimativa do quanto foi gasto com eles, neste item incidem a depreciação de máquinas, serviços, administração, entre vários outros, muitas vezes sendo deixado de lado e não sendo calculado.

Ao avaliarmos as produções mundiais de grãos no mundo, o Brasil aparece bem colocado entre os principais produtos agropecuários produzidos. Na soja somos o maior produtor do grão, segundo dados da Embrapa, com uma produção de 124.854 milhões de toneladas produzidas na safra de 2019/20, em segundo lugar aparecem os Estados Unidos, com 96.676 milhões de toneladas, neste segmento o Brasil representa cerca de 37% da produção de soja nesta última safra. Já na produção de milho o Brasil aparece em terceiro lugar entre os maiores produtores, com 101.000 milhões de toneladas, atrás de China com 254.000 milhões de toneladas, e Estados Unidos com 347.488 milhões de toneladas, isto na safra de 2019/20, segundo dados do Conab (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) (GUTH, 2019).

Na produção de trigo a União Europeia é a principal produtora do grão, com 154 milhões de toneladas produzidas, seguida pela China com 133.590 milhões de toneladas, o Brasil não figura entre os 10, ficando apenas em 16º neste segmento, com uma produção de 5.200 milhões de toneladas, precisando, inclusive, importar cerca de 526.100 mil toneladas de trigo para suprir a demanda do país, dados estes da safra de 2019/20 fornecido pela Conab (SOARES, 2020).

2.4 CONTRATOS FUTUROS DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

O mercado de contratos futuros tem desde sua criação, desenvolvimento e profissionalização, uma adesão muito grande dos mais variados tipos de produtos e mercados, o Brasil vem crescendo muito neste ambiente, tornando-se cada vez mais uma opção conhecida para os *players* que desejam aderir a este mercado para obterem lucros, porém, quando olhamos para este mercado no segmento agropecuário, ainda é pouco utilizada e conhecida. Culturalmente o brasil não tem um uso de mercados futuros agropecuários, onde o principal fator para este desuso é a necessidade de como funciona este mercado, assim, não tomando proveito dos benefícios que deste proveem (JÚNIOR; GUIMARÃES; SÁFADI, 2012).

O mercado de futuros nasce originalmente da necessidade de se negociar commodities agrícolas, isto na Europa medieval, desde esta época a preocupação com os preços dos ativos agrícolas já preocupava a população, e nas feiras que existiam pela Europa já haviam negociações de preços com data futura. A aprimoração a nível profissional das atividades de mercado futuros só veio em 1848, com a criação do *Chicago Board of Trade* (CBOT), com a finalidade de negociar contratos futuros de milho, e com o tempo mais produtos foram incrementados neste mercado. Já no Brasil o mercado futuro teve início apenas em 1917, após a criação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, com a negociação de mercado futuro de algodão, alguns anos depois de sua criação em parceria com a Bolsa Mercantil & de Futuros (BM&F) fundada em 1985 começaram-se a negociar produtos financeiros também.

Segundo Aranha (2004), apesar do mercado agropecuário possuir um

ISBN 978-65-5629-077-5

sistema de produção e comercialização muito bem estruturado e em constante desenvolvimento, ele apresenta algumas falhas e riscos, riscos estes que em sua maioria são assumidos pelo elo mais fraco desta cadeia de negócio, que é o produtor rural, e no momento da comercialização de seu produto acaba tomando para si, os riscos de preço de mercado. Assim, uma opção para a mitigação dos riscos de preço do mercado seria o mercado de futuro.

Para Cruz e Macedo (2002), o mercado futuro agropecuário é um mercado em que são transacionados contratos de produtos agropecuários específicos com um preço determinado para uma data futura. Contratos estes, que são um acordo entre o comprador e o vendedor, em que ambos assumem o compromisso de cumprir com a sua parte de compra e venda de um determinado produto em uma data futura, com um preço já determinado em contrato. A principal finalidade da existência deste mercado é para transferir os riscos dos produtores rurais e das agroindústrias para os especuladores do mercado. Ainda, segundo Cruz e Macedo (2002), o mercado futuro de agropecuários se destaca pelas suas características únicas e que o diferencia de outros mercados, como a existência de contratos padronizados, os ajustes diários e as margens de garantia.

Além das padronizações únicas que os contratos possuem, este mercado se destaca também pelas suas características econômicas diferentes, devido aos fatores climáticos, ao tempo necessário do retorno do investimento, pois o tempo das lavouras, independente do produto, é elevado, e há grandes incertezas de suas produções e seus preços que possuem uma alta volatilidade (MARQUES, MELLO, 1999).

> Os mercados futuros de commodities agropecuários são uma forma de propiciar certo "seguro", em meio a tanto risco, para o produtor rural, para a indústria agro processadora e para todos aqueles que detém o produto ou contratos sobre o mesmo, possibilitando uma "garantia" quanto aos efeitos negativos de uma queda ou elevação de preços (MARQUES, MELLO,1999).

Observa-se que o mercado de futuros agropecuários proporciona uma série de benefícios a quem o conhece e sabe o seu funcionamento, porém, pouco explorado e utilizado, funcionando como um "porto seguro" para o agricultor, permitindo a ele fazer um planejamento, e uma estimativa de seus lucros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos vêm a ser os métodos escolhidos para efetuar a pesquisa científica, elas podem ser experimentais, teórica, exploratória, explicativa, entre várias outras.

Este estudo é de caráter descritivo que, segundo GIL (1999). Conforme citado por Beuren (2006), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as relações entre variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados de uma população ou fenômeno. Portando, esta pesquisa tem como objetivo identificar os resultados que os produtores rurais obtêm no processo de fixação de preço de contrato futuro de soja.

Este trabalho se trata de uma pesquisa documental utilizando-se de dados

ISBN 978-65-5629-077-5

primários. Os dados foram retirados de relatórios gerenciais gerados por uma cooperativa no Oeste do Paraná e possuem variáveis com informações a respeito dos valores negociados em contrato, data de abertura e encerramento do contrato, e a cotação da soja na data de abertura e do seu encerramento. No período que compreende a análise (2018 a 2021) foram coletadas informações referentes a 258 contratos futuros.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a quantitativa, pesquisa esta que vem por meio da coleta de dados e instrumentos estatísticos que garantem a precisão dos resultados. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados com o auxílio da planilha eletrônica da Microsoft Excel ®.

As limitações deste trabalho são referentes à coletas de dados dos últimos três anos, e a empresa que foi selecionada para compor o estudo, visto que, a mesma foi escolhida através de um critério de conveniência.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS, INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados os principais resultados alcançados através dos dados coletados. O mesmo se divide em duas subseções, a primeira tratando da descritiva da cotação da saca da soja versus a variação cambial do dólar. A segunda parte é sobre a análise descritiva dos contratos futuros, com o objetivo de identificar qual foi o resultado alcançado pelos produtores.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA COTAÇÃO DA SACA SOJA *VERSUS* A VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR

Considerando que a presente pesquisa versa sobre a temática relacionada a commodity agrícola soja, foram coletados os dados relativos à cotação que foi praticada pela cooperativa em questão, ora estudada para o período compreendido entre janeiro de 2018 a abril de 2021. Foram coletadas 819 movimentações nos valores das cotações da saca de soja. As mesmas foram organizadas de maneira mensal, a partir da qual foi possível identificar qual foi a menor e a maior cotação dentro do referido mês, bem como, realizar o cálculo da cotação média. Os dados coletados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Oscilações no preço da saca de soja entre 2018 e 2020

Ano	Mês	Observação de Preços	Preço Mínimo	Preço Médio	Preço Máximo	Desvio Padrão
2018	jan/18	22	61,50	62,46	63,50	0,516
	fev/18	19	63,60	65,84	68,50	1,544
	mar/18	21	69,00	69,64	70,00	0,431
	abr/18	21	72,00	75,19	76,50	1,233
	mai/18	21	74,50	75,28	76,00	0,455
	jun/18	21	72,00	73,40	75,00	1,172
	jul/18	22	76,00	76,61	77,50	0,603
	ago/18	23	76,00	77,69	80,00	1,069
	set/18	19	80,50	81,15	82,00	0,450
	out/18	22	72,50	76,29	79,00	2,152
	nov/18	21	69,50	71,13	73,50	1,454

ISBN 978-65-5629-077-5

	dez/18	20	68,00	69,00	70,00	0,679
2019	jan/19	22	66,00	67,50	69,00	1,061
	fev/19	20	67,00	68,59	70,00	0,900
	mar/19	21	67,50	68,14	69,50	0,643
	abr/19	22	65,00	66,19	67,50	0,694
	mai/19	22	63,50	67,79	72,00	2,795
	jun/19	19	69,00	70,17	72,50	1,031
	jul/19	23	65,50	66,57	68,50	0,776
	ago/19	22	66,00	71,50	76,00	3,305
	set/19	21	73,00	74,38	76,00	0,820
	out/19	23	74,50	76,00	77,50	1,017
	nov/19	21	75,00	77,39	79,00	1,087
	dez/19	19	77,00	77,64	78,50	0,398
2020	jan/20	22	76,50	78,30	79,50	0,770
	fev/20	19	75,50	77,61	79,50	1,308
	mar/20	22	81,50	84,23	86,00	1,557
	abr/20	21	85,00	85,83	88,50	1,027
	mai/20	20	89,50	96,00	98,00	2,773
	jun/20	20	91,50	95,13	99,50	3,110
	jul/20	21	98,00	99,83	101,50	1,080
	ago/20	21	104,00	109,95	116,00	4,114
	set/20	21	116,00	122,64	132,50	5,157
	out/20	22	135,00	143,59	147,00	3,107
	nov/20	20	146,00	147,97	149,00	0,717
	dez/20	20	132,00	135,20	140,00	2,484
2021	jan/21	20	154,00	156,00	157,00	1,225
	fev/21	20	152,00	153,86	157,00	1,552
	mar/21	23	154,00	158,50	163,00	2,687

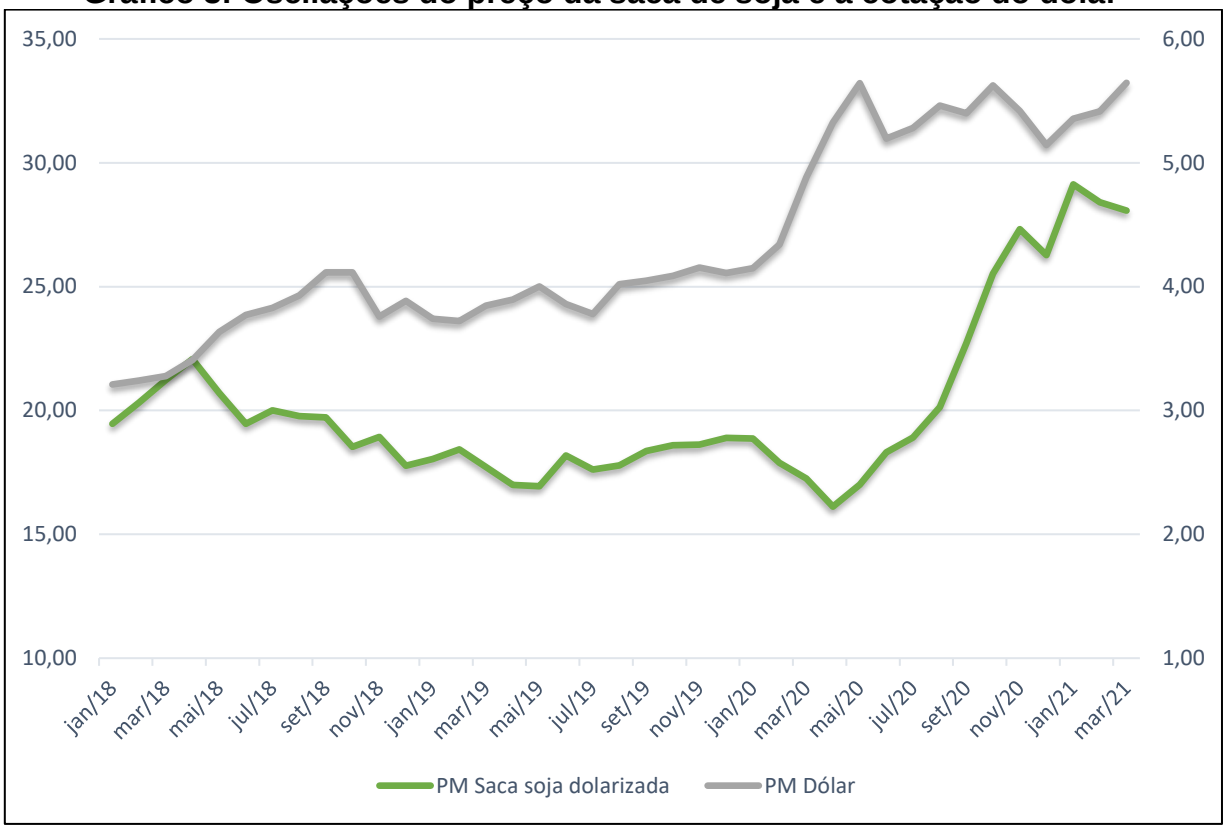
Fonte: dados da pesquisa (2021).

Observando a Tabela 1, é possível notar que o cenário econômico da commodity de soja obteve desvios padrões com pouca variação no ano de 2018 e 2019. No ano de 2018 a média do desvio padrão foi de 0,98 e em 2019 foi de 1,21, mostrando que nesses anos houve uma estabilidade no mercado. Já os anos de 2020 e 2021 pode-se analisar que foram anos com variações mais acentuadas. A média do desvio padrão no ano de 2020 foi de 2,26 e no primeiro trimestre de 2021 foi de 1,82.

Como já citado anteriormente, uma variável que traz muitas incertezas para o produtor é a variação cambial. No gráfico 3 apresentado a seguir demonstra-se a variação do dólar no período de janeiro de 2018 a março de 2021, e o preço da saca de soja dolarizada no mesmo período, fazendo assim, uma comparação entre os dois.

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 3: Oscilações do preço da saca de soja e a cotação do dólar



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quando se analisa a linha do PM saca de soja dolarizado acompanha-se uma média de janeiro de 2018 até janeiro de 2019, com pequenas variações no seu preço, a partir de março de 2020 acontece uma alta no mercado de soja brasileiro. Já na linha do PM dólar aconteceu uma crescente no seu valor de forma controlada sem grandes variações, somente em março de 2020 acontece uma alta vertiginosa, que se estabiliza em maio de 2020 e segue um padrão até ao final do período analisado.

Ambas as linhas tiveram de janeiro de 2018 a março de 2020 pouca variação, somente após este período que ambas têm uma grande alta, a grande causa desta alta deve-se ao fato da pandemia do covid-19 ter se alastrado para grande parte dos países do globo, afetando assim, o mercado mundial e contribuindo para a alta de vários produtos e moedas.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS CONTRATOS FUTUROS

Com o intuito de efetuar a coleta de dados, foi solicitada a permissão para o responsável pela área de insumos da companhia analisada e, posteriormente, foram solicitados os seguintes dados: data de emissão do contrato, preço da soja pactuado e data de vencimento do contrato. Ao todo, foram analisados 258 contratos que abrangem o período entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2021. Os dados são apresentados na Tabela 2.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 2: Contratos futuros de Soja entre 2018 e 2021

Período	N° Contratos	Preço Mínimo	Preço Máximo	Preço Médio
2018	**16**	**64,00**	**79,00**	**72,46**
jan	1	64,00	64,00	64,00
fev	3	65,00	68,00	66,67
mar	1	72,30	72,30	72,30
abr	6	67,50	77,00	72,83
mai	2	75,00	76,50	75,75
jun	1	78,00	78,00	78,00
jul	1	77,50	77,50	77,50
set	1	79,00	79,00	79,00
2019	**8**	**69,00**	**82,00**	**74,54**
mar	2	70,00	75,00	72,50
mai	2	69,00	70,30	69,65
ago	2	74,00	76,00	75,00
out	2	80,00	82,00	81,00
2020	**204**	**80,00**	**127,50**	**98,58**
Jan	1	80,00	80,00	80,00
Fev	1	82,00	82,00	82,00
Mar	11	83,00	85,00	84,63
abr	40	85,00	91,50	89,20
mai	28	89,50	98,50	94,66
jun	16	85,00	100,50	94,03
jul	40	95,00	104,00	99,87
ago	44	97,50	111,00	104,45
set	16	107,00	120,00	114,89
out	6	121,20	127,50	123,78
dez	1	123,50	123,50	123,50
2021	**30**	**151,00**	**160,00**	**155,69**
jan	20	151,00	159,00	155,73
fev	10	152,50	160,00	155,63

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Podemos observar que no ano de 2018, foram firmados 16 contratos, contendo como preço médio o valor de R$ 72,46, o valor mínimo foi de R$ 64,00 e o máximo de R$ 79,00. No ano de 2019 foram pactuados apenas 8 contratos, sendo o valor mínimo de R$ 69,00, o valor máximo de R$ 82,00 e a média de R$ 74,54. No ano de 2020, que foi um ano de muitas incertezas, foram firmados 204 contratos, o valor mínimo foi de R$ 80,00 o máximo de R$ 127,50 e a média de R$ 98,58. No ano de 2021 foram considerados apenas os meses de janeiro e fevereiro. Foram firmados 30 contratos, sendo que a mínima foi de R$ 151,00, a máxima de R$ 160,00 e a média de R$ 155,69.

A partir da tabela anterior, é possível observar que os contratos não são feitos na mesma proporção durante os meses e anos, isso depende de como está o cenário no período, caso o cenário seja de muitas incertezas o número de contratos firmados pode aumentar. Esse fato pode ser percebido no ano de 2020 e de 2021, ambos muito afetados pela pandemia, que têm quantidades maiores em relação aos anos de 2018 e 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.3 RESULTADO GERADOS PELOS CONTRATOS FUTUROS

A tabela a seguir demonstra quais foram os resultados do período analisado. Os contratos foram compactados mensalmente e, posteriormente, foi efetuada a média mensal e comparada com o preço da soja na data do vencimento. O resultado é por saca e está localizado na coluna "Diferença". Quando a diferença está negativa, o produtor obteve uma perca em relação ao valor de mercado do produto, e quando a diferença está positiva o produtor obteve ganhos em relação ao valor de mercado. A data do vencimento é sempre no final do mês 3, pois é quando o período da colheita está no final.

Tabela 3: Resultado do período analisado

Mês/ano	Média Mensal contrato	Vencimento	Preço da Soja no vencimento	Diferença
jan-18	64,00	30/03/2018	71,00	-7,00
fev-18	66,67			-4,33
mar-18	72,30			1,30
abr-18	72,83	30/03/2019	68,00	4,83
mai-18	75,75			7,75
jun-18	78,00			10,00
jul-18	77,50			9,50
ago-18	78,50			10,50
set-18	79,00			11,00
mar-19	72,50	30/03/2020	85,50	-13,00
mai-19	69,65			-15,85
ago-19	75,00			-10,50
out-19	80,00			-5,50
jan-20	80,00			-5,50
fev-20	82,00			-3,50
mar-20	84,63	30/03/2021	158,00	-73,37
abr-20	89,20			-68,80
mai-20	94,66			-63,34
jun-20	94,03			-63,97
jul-20	99,87			-58,13
ago-20	104,45			-53,55
set-20	114,89			-43,11
out-20	123,78			-34,22
dez-20	123,50			-34,50
jan-21	155,73			-2,28
fev-21	155,63			-2,38

Pelas observações dos aspectos analisados, notamos que de modo geral os contratos não foram favoráveis para os produtores pois, em sua maioria houve uma perca em relação ao preço de mercado na época de seu fechamento. O único período que o produtor tirou vantagem foram os contratos efetuados nos meses de março até setembro de 2018. Os resultados apresentados, foram impactados em função das oscilações para cima no valor da saca de soja, bem como na elevação das taxas de câmbio, observadas no período de análise.

ISBN 978-65-5629-077-5

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal do trabalho apresentado foi mostrar quais os resultados obtidos dos contratos analisados entre produtores rurais e uma cooperativa agropecuária do Oeste do Paraná, demostrando se obtiveram ganho ou perca em relação ao preço de mercado. Obteve-se acesso a 258 contratos futuros, que foram firmados na referida empresa, durante o período de 2018 a 2021.

Em razão das incertezas que o mercado de commodities sofre, se faz necessário que o produtor rural busque outras possibilidades para reduzir os riscos de preço. Sendo assim, os contratos de mercado futuro se mostram uma alternativa a ser estudada mais a fundo devido a suas características únicas de previsibilidade e proteção de preços do produto fixado em contrato.

Foram discutidos vários conceitos sobre o que são comodities, assim como a importância econômica e social e os fatores que influenciam o preço desta, foi abordado também sobre o risco envolvido na produção e comercialização da soja, sobre o mercado futuro foi-se o que é e quais suas caraterísticas, e em quais bolsas é comercializado.

Pode-se observar que existiu uma forte elevação no número de contratos firmados entre a cooperativa e os agricultores no ano de 2020, quando se chegou a um total de 204 contratos, frente a apenas 8 em 2019 e 16 em 2018.O ano de 2021, contava com 30 contratos firmados até o mês de fevereiro.

Ao avaliarmos os resultados obtidos da pesquisa pode-se notar que, na maioria dos contratos firmados houve uma perca para o produtor rural em relação ao preço de mercado. Ao analisarmos mais a fundo estes resultados notamos que quando isso aconteceu foi uma perca relativamente pequena, e até em alguns contratos fixados o produtor obteve um lucro, a maior diferença foi notada no ano de 2020, mesmo período em que o COVID-19 atingiu com maior intensidade o Brasil, fazendo com que toda a economia sofresse um grande impacto, prejudicando também os campos, assim foram-se registradas as maiores percas por parte dos produtores.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomendamos que seja feita com uma maior quantidade de contratos analisados, por um período maior de tempo, e também somando a pesquisa outras commodities, analisando também contratos de mais de uma cooperativa e de diferentes regiões do Brasil, assim, criando um referencial teórico mais abrangente.

REFERÊNCIAS

AGROLINK. **Commodities agrícolas: conheça a formação dos preços**. 2019. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/commodities-agricolas--conheca-a-formacao-dos-precos_427503.html. Acesso em: 21 abr. 2021.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. **PIB do Brasil despenca 4,1% em 2020**. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/pib-do-brasil-despenca-41percent-em-2020.ghtml. Acesso em: 03 abr. 2021.

ARANHA, J. A. M. Fundamentos de contratos futuros e de operações no agronegócio. **Econ. Pesquí**., Araçatuba, v.6, n.6, p. 164 - 188, mar. 2004.

ISBN 978-65-5629-077-5

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 487. Relator: Senador Renan Calheiros**. Projeto de Lei do Senado**: **Reforma do código comercial**. Brasília, 22 nov. 2015. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4713964&ts=1594021376770&disposition=inline. Acesso em: 16 maio 2021.

CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de; GUIMARÃES, Rogério de Souza; SÁFADI, Thelma. **FATORES CONDICIONANTES DO VOLUME DE CONTRATOS FUTUROS DE SOJA NEGOCIADOS NA BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS (BM & FBOVESPA)**. 2012. 15 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

CRUZ, Márcio Aleixo da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **MERCADOS FUTUROS DE COMMODITIES AGROPECUÁRIAS**. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba, 2002.

CNA. **Panorama do Agro.** 2020. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro. Acesso em: 11 abr. 2021

EMBRAPA. **Soja em números (safra 2019/20)**. 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos. Acesso em: 11 abr. 2021.

GUTH, Thomé Luiz Freire. **Milho – Analise Mensal – Junho/Julho – 2019**, Conab, 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-milho. Acesso em: 03/06/2021.

JOHN HULL. Levy E Salomão - Advogados. ***INTRODUÇÃO*. AOS *MERCADOS*. *FUTUROS* E. DE *OPÇÕES***. 2a edição. revista e ampliada, 1996.

JOHN. **Variação do dólar: entenda o que faz a moeda subir e cair**. 2020. Disponível em: https://www.remessaonline.com.br/blog/variacao-do-dolar/. Acesso em: 26 maio 2021.

LAMAS, Fernando Mendes. **Agricultura: uma atividade em movimento**. 2019. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/47646506/artigo---agricultura-uma-atividade-em-movimento. Acesso em: 15 maio 2021.

LIMA, Paulo Ricardo *et al*. **Atuação dos produtores rurais no mercado de contratos futuros no setor agropecuário. Scientia Agropecuaria**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 7-14, 29 mar. 2013. Trimestral. Universidad Nacional de Tujillo. http://dx.doi.org/10.17268/sci.agropecu.2013.01.01. Disponível em: https://revistas.unitru.edu.pe/index.php/scientiaagrop/article/view/93. Acesso em: 24

ISBN 978-65-5629-077-5

abr. 2021.

MARQUES, P.V.; P. C. de Mello & J.G. Martines Fo. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, 2006, Série Didática nº D-129.

MARQUES, P.V.; P. C. de Mello. **Mercado futuro de commodities agropecuárias: (exemplos e aplicações aos mercados brasileiros)** – São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1999.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, Joao. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 384 p.

NACHILUK, Katia; OLIVEIRA, Marli Dias Mascarenhas. Custo de Produção: uma importante ferramenta gerencial na agropecuária. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 7, n. 5, p. 1-7, maio 2012.

OLIVEIRA, Carina Sales. **O papel do cooperativismo agrícola na sociedade e na educação**. 2017. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/58936/o-papel-do-cooperativismo-agricola-na-sociedade-e-na-educacao. Acesso em: 14 maio 2021.

PEDROZO, José Zeferino. **O mundo precisa da agricultura brasileira**. [2018]. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/artigos/o-mundo-precisa-da-agricultura-brasileira. Acesso em: 21 abr. 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é Agronegócio?** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm. Acesso em: 03 de abril de 2021.

RESEARCH XP. **Commodities: O que são e como funcionam (Guia Completo)**. 2019. Disponível em: https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/commodities/. Acesso em: 15 maio 2021.

ROCHA, Henrique Ribeiro da *et al*. **O que são commodities agrícolas?** 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/commodities-agricolas/. Acesso em: 14 maio 2021.

SOARES, Flávia Machado Starling**. Trigo – Analise Mensal – Fevereiro – 2020**, Conab, 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-trigo. Acesso em: 03/06/2021.

STONEX. **O que é commodity?** 2021. Disponível em: https://www.mercadosagricolas.com.br/inteligencia/o-que-sao-commodities/. Acesso em: 15 maio 2021

UZUN, Ana Cristina de Souza Brito. **Com potencial de um país, MS é o 14º maior produtor de milho do mundo**. 2020. Portal do Governo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.ms.gov.br/com-potencial-de-um-pais-ms-e-o-14o-maior-

ISBN 978-65-5629-077-5

produtor-de-milho-do-mundo. Acesso em: 21 abr. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

MARKETING DIGITAL EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DE CASCAVEL-PR: análise e intervenção.

Eduardo Ganguilhet Nhepes[1]
Eric Lucion[2]

Resumo: Este artigo teve por objetivo desenvolver um plano de ação para uma empresa automotiva da cidade de Cascavel. Trata-se de um estudo de caso, descritivo e qualitativo. Se obteve que os clientes buscam a empresa prioritariamente por meio de consignado, quando a pessoa tem interesse em vender seu veículo, e por visita a loja ou atração à vitrine. Além disso, as vendas oriundas pela internet possuem baixa incidência, demonstrando que a forma que o marketing digital da empresa é utilizado está pouco eficiente. Quanto ao marketing digital adotado pela empresa notou-se que possuem mídias digitais, porém não estão utilizando frequentemente. Desse modo, sugere-se que a empresa implante a elaboração de estratégias digitais periodicamente. Ainda, capacitação quanto ao uso de ferramentas de marketing digital, capacitação para atribuir aos vendedores uma melhor desenvoltura frente as vendas online, e propagandas definidas por relevância. Sugere-se que a empresa que tenha um plano de ações sempre em andamento, que seja controlado e cobrado pelos responsáveis, e que os resultados sejam analisados periodicamente, visando sempre as melhorias. Desse modo, espera-se aumento do volume de *leads* e por consequência, aumento a captação de clientes.

Palavras-chave: Marketing digital. Marketing estratégico. Mídias sociais.

1 INTRODUÇÃO

O marketing tem como finalidade capturar as necessidades, desejos, sonhos dos clientes em seu produto foco. É possível perceber no cenário vivenciado em que a velocidade passa a ser um recurso estratégico e, também passa a ser um pré-requisito para divulgação de muitas organizações.

Segundo Kotler (2000), marketing é a obtenção daquilo que os clientes desejam ou necessitam e isso se dá em um processo social de livre negociação de produtos e de serviços de valor. Esse mecanismo tem o objetivo de conhecer melhor seus clientes atuais e futuros a fim de atender seus desejos e necessidades. Nesse sentido, o plano de marketing digital é um documento que apresenta a situação atual de uma determinada empresa para definir alguns objetivos de médio prazo e para determinar a estratégia e os meios para alcançá-los.

É por meio deste plano que a empresa obtém o conhecimento das melhores oportunidades para novos negócios e auxilia a conquistar uma colocação no mercado. Ademais, uma empresa pode ser mais competitiva se conseguir se conectar com comunidades de consumidores e parceiros (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017). Por essa razão, um plano de ação em marketing passa a ser um documento flexível que deve ser adaptado à situação da empresa e que deve

[1] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

alimentar os resultados obtidos por cada uma das ações desenvolvidas, principalmente na área digital.

Ainda, no setor automotivo o plano tem relevância devido ao mercado abrangente e em crescimento, ou seja, o marketing digital passa a viabilizar a busca e obtenção da autorrealização do cliente.

O marketing digital é aplicado na maior parte pelas redes sociais, das quais as mais utilizadas são o Whatsapp, o Facebook e o Instagram, destas, há a opção de ser divulgado tanto pelo tráfego orgânico, que seriam as publicações sem investimento monetário, quanto no tráfego pago que tem a opção de direcionar seus anúncios ao seu público-alvo através de uma campanha de marketing monetizada. Desse modo, o objetivo do trabalho foi de avaliar o desempenho do marketing digital de uma concessionária de veículos de Cascavel-PR e propor sugestões de melhoria.

A relevância deste estudo fundamenta-se na crescente necessidade de otimização de recursos e melhoria de resultados nas organizações de forma geral. Para Sidhu e Roberts (2008), é de conhecimento comum que a concentração de esforços e recursos de marketing nos clientes mais rentáveis é benéfica para a organização, assim como a identificação das receitas e custos de cada um destes.

O presente texto está composto de cinco seções, incluindo esta Introdução. A segunda seção apresenta as bases do estudo, posteriormente a metodologia utilizada e os resultados obtidos. Por fim as considerações finais do artigo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MARKETING

American Marketing Association (AMA) define o marketing como atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, distribuir e efetuar a troca de ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade como um todo (AMA, 2013).

A definição de marketing é discutida entre vários autores, e muitos afirmam ser uma técnica utilizada tanto para satisfazer os consumidores quanto para satisfazer as organizações. Nesse sentido, Kotler (1998) afirma que a satisfação se trata de um sentimento de aprovação ou não ao comparar o produto ou serviço antes e após a aquisição. Já necessidade está relacionado ao estado de privação, e desejo com o modo que a necessidade seria suprida.

Entretanto o marketing nem sempre é utilizado de forma correta, pois para as pessoas o marketing tem diversos tipos de interpretações, dentre elas alguns pensam que são promoções ou pensam que é somente para a venda de algum produto.

Frederico (2008) cita importante pontos do que levam o consumidor a ter a necessidade de determinado produto, os quais seriam a cultura, as idealizações e o ato de identificação. Quanto à produto, ainda define como uma ideia, bem ou serviço que seja vendido com o objetivo de atender os desejos e as necessidades dos consumidores. Ainda, "Para um determinado consumidor um automóvel pode significar a resposta a uma necessidade de transporte; para outro consumidor esse mesmo automóvel pode significar a sinalização de sucesso para um grupo de referência" (FREDERICO, 2008, p. 2).

ISBN 978-65-5629-077-5

O mesmo autor também afirma que o ideal é que a organização realize filosofia integrada com foco no consumidor ou ao mercado, com base em valor e objetivos ou metas. Além de que a empresa deve fazer pesquisa das tendências e direcionamentos do povo, pois assim poderá se dedicar à compreensão do consumidor para obter as necessidades e os desejos tantos atuais quanto os futuros (FREDERICO, 2008).

Para Bezerra (2016) o marketing é a exploração de um conjunto de ações e ferramentas que, usado de forma adequada, possibilita à empresa atingir seu público-alvo. As ações voltadas para o marketing devem ser tomadas com base em dados colhidos no mercado. Estes dados incluem, entre outros, a evolução das vendas no período, aspectos legais, ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Desse modo, o marketing tem como objetivo, criar, oferecer bens e serviços aos seus clientes sejam eles pessoas físicas ou jurídicas (KOTLER, 2000).

2.2 MARKETING ESTRATÉGICO

O marketing estratégico busca entender as necessidades do cliente e além disso, busca gerar cada vez mais valor para o seu negócio. O marketing bem-sucedido requer um profundo conhecimento dos clientes, dos concorrentes e dos colaboradores (KOTLER; KELLER, 2006).

Dessa forma, o conceito de estratégia está relacionado à ligação da empresa e seu ambiente. Nessa conjuntura, a empresa poderá estabelecer e alinhar estratégias que lhe traga eficiência e eficácia. A estratégia é definida como um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os desafios e objetivos da empresa (SPAREMBERGER; ZABERLAN, 2008).

Mintzberg e Quinn (2001) apontam que a estratégia é o que integra as principais metas, políticas e ações da empresa o que a torna coerente. Pois, uma estratégia formulada de modo adequada auxilia a empresa a ordenar e alocar seus recursos para uma postura singular e viável, com base em suas competências e deficiências internas relativas, mudanças no ambiente antecipadas e providências contingentes realizadas por oponentes inteligentes.

O marketing estratégico tem como filosofia a orientação voltada para mercado com princípio de busca de geração de valores superiores para os clientes, focado na elaboração e implementação de estratégias para crescimento no nível corporativo assim como de crescimento e também do posicionamento de mercado sob o prisma do campo do domínio competitivo (TOLEDO, 2018).

Ademais, a estratégia competitiva combina os fins e os meios, com a finalidade de atingir um determinado lugar, de forma a ser utilizado como parâmetro para a empresa. Assim a estratégia é uma ferramenta capaz de oferecer suporte ao se deparar com dificuldades enfrentadas pela empresa (PORTER, 1986, p. 23).

Uma boa estratégia concentra-se na criação de valor por meio da satisfação das necessidades e dos desejos dos consumidores de uma forma melhor que qualquer outra empresa. Se uma empresa pode entregar valor para seus clientes melhor que seus rivais e por um longo período de tempo, ela provavelmente tem uma estratégia superior (SPAREMBERGER; ZABERLAN, 2008).

Dessa forma, para a elaboração de uma estratégia de marketing é necessário conhecimento sobre clientes, concorrentes, competências de marketing, questões

ISBN 978-65-5629-077-5

internas da organização e a influência do macro ambiente onde a mesma está inserida (TOALDO; LUCE, 2006).

Assim, o marketing estratégico é considerado como a análise, o planejamento, a implementação e o controle de programas e/ou projetos formulados para propiciar trocas voluntárias de valores com o mercado-alvo, no propósito de atingir objetivos operacionais concretos (TOLEDO, 2018).

Desse modo, a estratégia pode ser entendida como sendo o meio empregado, o caminho a seguir, que a empresa escolhe para atingir um objetivo e/ou uma meta.

2.3 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O comportamento de cada indivíduo é o conjunto de todas as ações físicas e emocionais, porém essa intenção vem por meio de 3 pilares: combinações, atitudes e crenças comportamentais.

Há variados tipos de perfis de consumidores, desde consumidores que buscam uma loja física até mesmo os quais realizam compras somente virtuais. As teorias da decisão e do aprendizado de compra se iniciaram em meados de 1960, quando os pesquisadores passaram a destacar esse questionamento e relacionaram com as perspectivas da psicologia cognitiva. Nessa época, os pesquisadores concluíram que o processo de compra ocorria em consequência à racionalização de informações pelo consumidor (LIMEIRA, 2016).

Limeira (2016) aponta ainda que estudar os conceitos e teorias para compreender os motivos do consumo, possui uma dupla função, além de ter um conhecimento sobre o consumo, dará uma maior qualificação pois poderá compreender com profundidade o mundo que estamos vivendo e como lidamos com nossa vida

Além de que todo o ser humano tem necessidades e desejos, e estas variam conforme a situação em que está e o que está fazendo. Por ora, há discordância de percepção sobre o que motiva cada um dos consumidores, mas em regra geral, conforme McClelland et al. (1995), as motivações devem ser entendidas como resultado da interação do indivíduo com o ambiente onde está inserido. Elas se dividiram em três categorias principais:

a) Necessidades de Afiliação: desejo de estabelecer um relacionamento pessoal mais próximo. Uma necessidade social de se sentir inserido;
b) Necessidades de Poder: desejo de influenciar ou controlar o outro. Está intrinsecamente ligado aos interesses de obter mais prestígio e reputação;
c) Necessidades de Realização: desejo de alcançar algo esperado para satisfação do ego. A motivação é do sabor da conquista e do reconhecimento externo, o qual vem em decorrência do feito.
d) Quando se fala de motivação de utilização da Internet, Korgaonkar e Wolin (1999) descrevem cinco atitudes favoráveis à utilização da Internet:
e) Escapismo social: o desejo do internauta é fugir de sua realidade, buscando entretenimento e diversão e, em muitos casos, a superação de sua solidão.
f) Necessidade de informação: é a necessidade de acesso as

ISBN 978-65-5629-077-5

informações de maneira mais rápida e prática do que buscar em fontes físicas e em locais diferentes entre si.

g) Controle e Interação: possibilidade de se personalizar o conteúdo a ser acessado. Na Internet é possível acessar conteúdo específicos e somente aqueles da necessidade do internauta.
h) Socialização: um dos fatores que explicam a efervescência das redes sociais, é a utilização da rede como canal de comunicação a qual possibilita as relações interpessoais.
i) Aquisição de bens: necessidade de compra efetiva ou de pesquisa de preço e detalhamento de produtos a serem adquiridos.

Por isso, as organizações devem estar atendas aos fatores que influenciam a decisão de compra por determinados produtos independentes de seu preço. Toda vontade de comprar surge por um desejo ou necessidade. As pessoas não compram por comprar. Inclusive, quando o indivíduo satisfaz uma necessidade, neste momento surge outra em seu lugar, exigindo buscas contínuas para a satisfação. E, no ramo automotivo há predomínio da necessidade de poder e de realização.

2.4 MARKETING DIGITAL

O marketing digital veio para revolucionar o mercado, quanto de quem compra quanto de quem vende. Ou seja, o marketing digital abriu portas para milhares de empreendedores no mundo, dando a oportunidade de diversos nichos de empreendimento. Podemos citar a técnica *dropshipping* que é apenas uma loja virtual sem algum tipo de estoque, o cliente faz o pedido de determinado produto, o dono da loja virtual faz o contato diretamente com o fornecedor e encaminha o produto para o destino, essa técnica evita custos de loja física, visando um lucro cada vez maior.

Gabriel (2010, p. 104) conceitua o termo marketing digital como "o marketing que utiliza estratégias em algum componente digital no marketing mix – produto, preço, praça ou promoção". Ainda, o marketing constitui um componente indispensável para as organizações, sendo essencial para o desenvolvimento de qualquer empreendimento, pois possui grande influência sobre os processos organizacionais, além de que, o uso de estratégias facilitadoras da gestão empresarial modifica positivamente o conhecimento mediante a sociedade, atraindo novos clientes e investidores (CASTRO; ARAUJO; CARVALHO, 2021).

Rosenthal (2007) aponta que a comunicação é dividida em duas partes, a comunicação do varejo em si, e a comunicação dos clientes com as empresas. Com a facilidade ao acesso de informações, a comunicação do varejo com cliente deve ser mais exata e assertiva, deve-se entregar informações com um maior potencial de atração ao seu público-alvo.

Desse modo, o primeiro desafio do marketing digital é tornar o cliente engajado com o seu conteúdo, pois há diversos canais digitais na rede (ROSENTHAL, 2007). É importante ressaltar que o marketing digital ampliou as relações já existentes entre organizações e clientes, só que através do auxílio da internet como um meio de difusão de informações sobre produtos e serviços fornecidos pelas empresas (CRUZ; SILVA, 2014).

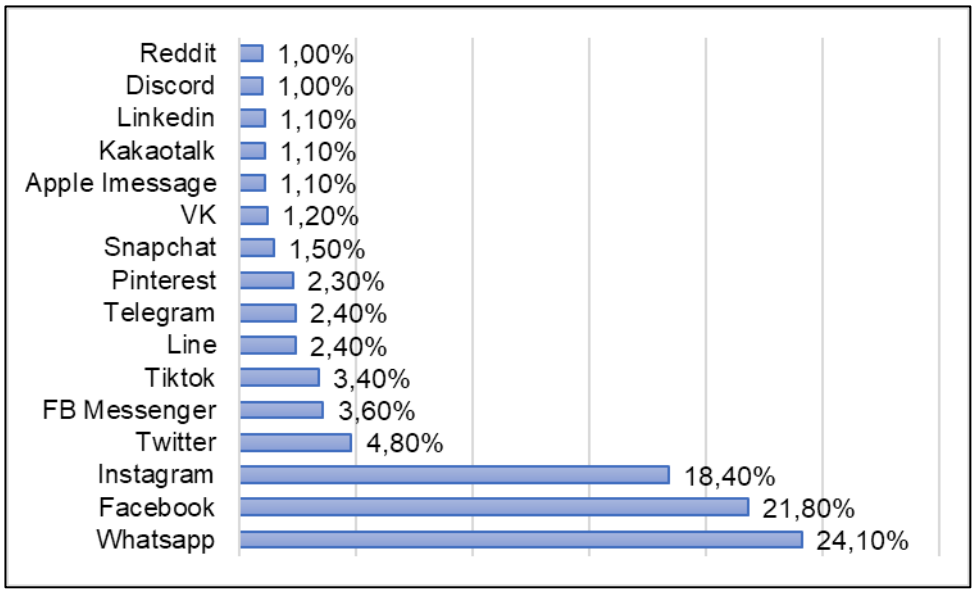
Nesta perspectiva destaca o marketing nas mídias sociais, as quais possuem

ISBN 978-65-5629-077-5

4,2 bilhões de usuários conectados no mundo, 150 milhões no Brasil, o que equivale a 70,3% da população, e crescimento de 7,1% de usuários no último ano. Ainda, os dados mais recentes sugerem que as redes sociais contabilizem um aumento médio de mais de 900 mil novos usuários por dia, isto é, 10 novos usuários a cada segundo (WE ARE SOCIAL, 2021).

Esta mesma pesquisa apresenta que 24,1% dos internautas apontaram o WhatsApp Messenger como seu aplicativo favorito, seguido do Facebook (21,8%), Instagram (18,4%) e demais redes (24,7%), conforme Figura 1. Os usuários mundiais também afirmam que ficam em média 2 horas e 25 minutos nas redes sociais todos os dias, enquanto os brasileiros ficam mis tempo em sua rotina diária, pois alegam ficar em torno de 3 horas e 42 minutos (WE ARE SOCIAL, 2021).

FIGURA 1 – Redes sociais utilizadas no mundo.



Fonte: We Are Social (2021).

Levando em consideração que o comércio eletrônico avançou 41% em 2020, atingindo faturamento de R$ 87,4 milhões (ISTOÉ, 2021), e com os dados apontados acima, nota-se que a população está cada vez mais inserida no mundo digital, principalmente nas redes sociais. Ademais, as redes sociais exercem papel fundamental nesse novo contexto de revolução tecnológica, pois as empresas estão buscando se inserir cada vez mais nesse novo cenário, em que os meios online estão tornando o mercado mais competitivo, em que sobrevivem os empreendedores que tiverem mais atualizados (CASTRO; ARAUJO; CARVALHO, 2021). Afinal, "no jogo do marketing, vence o competidor que possui melhores informações" (KOTLER, 2019, p. 120).

Dessa forma, os consumidores têm se voltado ativamente para a Internet para pesquisar e procurar produtos ou serviços específicos. A principal razão por trás disto é que a Internet facilita significativamente o acesso às informações sobre os produtos que estão considerando. Tarefas simples como achar um restaurante no Google, saber quais produtos certa loja vende, comparar preços de algum eletrônico ou de um livro, são atualmente, comuns à maior parte da população com acesso à Internet (FAUSTINO, 2019).

Assim, as plataformas digitais são um suporte fundamental para as estratégias de marketing, pois possibilitam uma relação mais próxima com o consumidor. É consenso entre os teóricos que o objetivo central do marketing é

ISBN 978-65-5629-077-5

entender os desejos e as necessidades dos consumidores de forma a atendê-los, pois a internet, entre outras coisas, possibilita acompanhar as manifestações do consumidor, o que oferece uma boa amostra do que este deseja (SILVA, 2016).

Por mais que os conceitos emergentes de marketing estarem sempre em volta do mesmo quesito no que diz respeito a satisfação dos consumidores, nas mídias sociais o comportamento dos consumidores acaba sendo diferente, uma vez que está em um ambiente diferente do normal, sendo que, segundo Cipriani (2011), a mídia social é a ferramenta de comunicação que auxilia a suprir as necessidades sociais, de estima, de aceitação no grupo e de encanto.

Além disso, as mídias sociais são canais de comunicação bidirecional. Não se trata apenas de promover e compartilhar o próprio conteúdo, produtos ou serviços, mas também de ouvir e monitorar o que outras pessoas estão dizendo. Pesquisas têm mostrado que tornarse um ouvinte inteligente da mídia social pode ajudar a melhorar o desempenho comercial de forma tangível (ADDYSON-ZHANG; KING, 2021).

Casaló, Flavián e Ibáñez-Sánchez (2018) entenderam que, quando os seguidores percebem aspectos como criatividade, originalidade e singularidade dos formadores de opinião digitais, estes conseguem influenciar as suas decisões de consumo. Ademais, a interação com os seguidores favorece um relacionamento mais íntimo com o cliente, o qual permite descobrir as suas necessidades com maior rapidez, agilidade e menor custo (NUNES; GONÇALVES; SIQUEIRA, 2014).

Com o advento das mídias sociais surgiu também a necessidade de mensuração dos resultados, e por mais que haja dificuldade por parte das empresas em avaliar a eficácia das redes sociais, devido ao fato de não entenderem como medir os resultados, segundo Cipriani (2011) na internet tudo o que é feito online é rastreável e mensurado de alguma forma, havendo assim a possibilidade de medir os benefícios de forma quantitativa.

Nesse sentido, Cintra (2010) afirma que as estratégias de marketing digital têm se mostrado eficazes em muitos negócios, tanto para aqueles totalmente on-line, como para os que se utilizam de múltiplas plataformas de atendimento, cruzando o varejo físico com a loja virtual.

Gabriel (2010) destaca que marketing é marketing, e seu planejamento estratégico é que definirá quais plataformas ou tecnologias serão utilizadas, se digitais ou não ou a combinação da tradicional e da digital. A multiplicidade de tecnologias e plataformas digitais disponibiliza um campo muito produtivo para vários tipos de ações de marketing, possibilita a

mensuração e a sincronicidade, que são grandes vantagens se comparadas ao ambiente material tangível.

Assim sendo, as organizações estão habituadas a reter investimento em marketing em períodos de crises econômicas. Porém Correa et al. (2013) afirmam que ao contrário do que muitos gestores acreditam, o marketing pode contribuir para a resistência de crises econômicas, pois unindo a estratégia em marketing, a orientação ao mercado e a orientação empreendedora, o resultado é a manutenção da vantagem competitiva e o valor da empresa durante a crise.

3 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

Este trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo, pois o mesmo busca descrever características da empresa estudada (GIL, 2009). Sua abordagem é qualitativa, pois, permite ao pesquisador, uma visão clara e compreensiva sobre o problema (MALHOTRA et al. 2005). Para Augusto (2014, p.4) "Feita como deve ser, a pesquisa qualitativa é rigorosa, exige trabalho intenso e investigadores treinados, pelo que consome muito tempo".

Ainda, quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, pois foi realizado em uma empresa do ramo automobilístico situada em Cascavel-Pr, a qual teve sua gestão reformulada há 1 ano e meio. Conforme Yin (2009) trata-se de um método de pesquisa que normalmente utiliza dados, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto.

Iniciou-se o estudo realizando pesquisa bibliográfica, o qual serviu de constructo para o referencial teórico e a base deste trabalho. Posteriormente, utilizou-se pesquisa documental que utiliza como fonte materiais que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2009), pois analisou o histórico de vendas, ou seja, dados secundários fornecidos pela empresa, no período de janeiro a julho/2021, caracterizando-se em um estudo transversal, pois levanta e analisa dados em um tempo definido como observacional. Seu objetivo é coletar dados para estudar uma população em um determinado ponto no tempo.

Além disso, realizou-se entrevista com os gestores de modo semiestruturado com roteiro pré-estabelecidos, que conforme Marconi e Lakatos (2010) é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Segundo Santos e Candeloro (2006), a entrevista é um instrumento de coleta de dados que deve haver uma confluência de perguntas previamente elaboradas com outras pautadas a partir das respostas e reflexões dos entrevistados. Desse modo, a entrevista teve duração de aproximadamente 60 minutos, foi realizado pelo pesquisador deste estudo, o qual gravou e transcreveu o conteúdo. Posterior a isso, realizou-se sugestões de intervenção.

3.1 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo desenvolvido. Inicialmente é apresentado a amostra analisada, posteriormente são apresentados os resultados coletados pela entrevista com os gestores, e por fim, a discussão dos resultados com proposta de intervenção.

3.1.1 Perfil das vendas

A pesquisa analisou a forma que o cliente teve conhecimento de empresa em uma amostra compreendida 198 vendas de veículos automotivos em uma loja do ramo localizada na cidade de Cascavel, Pr. Esse estudo ocorreu por corte temporal transversal no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de julho de 2021.

Assim, conforme apresenta a tabela 1, obteve-se que os consignados são os de maior incidência, pois foram relatados em 36,87% (n = 73) das compras. Essa forma de conhecimento é quando uma pessoa particular coloca seu carro para vender na loja. Na sequência, observou-se as visitas a loja, com 35,35% (n = 70)

ISBN 978-65-5629-077-5

Tal modalidade trata-se quando os clientes procuram a loja por se sentirem atraídos pela vitrine. Posterior a isso, entrou-se que 20,20% (n = 40) das vendas foram oriundas de pessoas que já são clientes.

A forma de conhecimento oriunda pela internet, por mídias digitais e sociais, possui 4,55% (n = 9). As vendas por repasse, ou seja, veículo vendido no estado em que se encontra, sem garantia, foram mencionados em 2,02% (n = 4) das vendas. E, a indicação de amigos apareceu em 1,01% (n = 2) das vendas.

Tabela 1 – Forma em que os clientes conheceram a empresa.

Forma de conhecimento da empresa	Quantidade de clientes
Consignados	73
Visita a loja	70
Cliente	40
Internet	9
Continuação...	
Repasse	4
Indicação de amigo	2

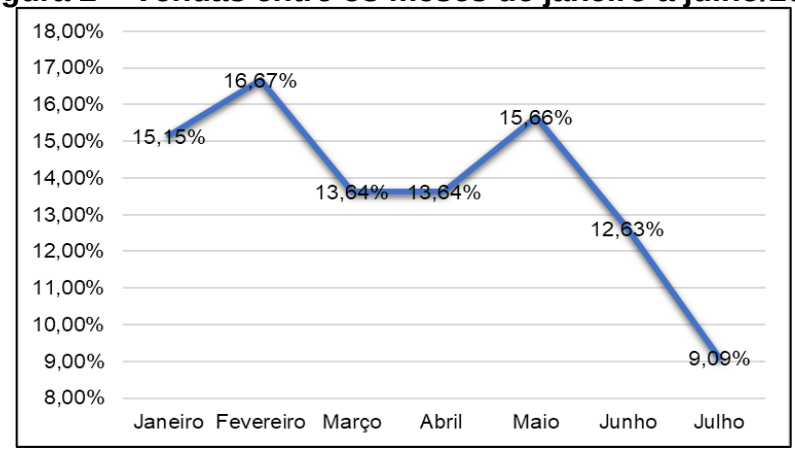
Fonte: Elaborado pelo Autor do Estudo (2021).

Desse modo, nota-se que em 2021 as vendas de maior destaque foram de pessoas realizando trocas, destas, houve predomínio de pessoas realizando desejos ao adquirirem veículos melhores.

Além disso, as vendas oriundas pela internet possuem baixa incidência, demonstrando que a forma que o marketing digital da empresa é utilizado esta pouco eficiente.

Outra analise realizada foi o quantitativo das vendas mês a mês, conforme apresenta a Figura 2. Conforme pode-se notar, as vendas se mantiveram estáveis até maio mesmo em período de crises econômicas, porém, a partir de junho houve declínio.

Figura 2 – Vendas entre os meses de janeiro a julho/2021.



Fonte: Elaborado pelo Autor do Estudo (2021).

Conforme os dados levantados no estudo e apresentados na imagem 1, na empresa estudada apresentou 30 (15,15%) vendas no mês de janeiro, 33 (16,67%)

ISBN 978-65-5629-077-5

no mês de fevereiro, 27 (13,64%) em março e abril, 31 (15,66%) em maio, 25 (12,63%) em junho, e 18 (9,09%) em julho.

O cenário atual tem sido um tanto quando diferente dos últimos anos para várias áreas de negócios, enquanto que para a área de veículos usados o cenário tem sido diferente, mas de uma forma positiva, pois conforme Torres (2021) a rápida reação do mercado de veículos usados foi um dos principais destaques do setor automotivo no ano de 2020. Aponta ainda que, mesmo em um ano marcado pela pandemia da Covid-19 e toda a dramaticidade econômica trazida por ela, ao contrário do que encontrado neste estudo, o segmento nacional apresentou altas significativas no decorrer de todo o segundo semestre, culminando com um crescimento de 23,6% no volume de vendas registrado em dezembro de 2020, no comparativo com o mesmo período de 2019.

Já para Valverde (2020), a pandemia de Covid-19 e a falta de insumos no mercado provocaram a suspensão das atividades em várias montadoras no País. Com a oferta restrita de veículos zero e uma espera que pode chegar a 150 dias para a entrega, a demanda pelos seminovos e usados está maior e a tendência é de mercado aquecido.

Por outro lado, os números obtidos por Rodrigues (2020) apontam para queda de 19,1% nas vendas de automóveis e comerciais leves no Brasil em todo o mês março de 2020, o mês fechou com 155.733 unidades emplacadas, queda de 19,1% frente as 192.639 unidades de fevereiro. Já na comparação com os emplacamentos de março de 2019 (199.550) a queda é de 22% (RODRIGUES, 2020). Resultados semelhantes aos encontrados neste estudo.

Desse modo, pode-se perceber que além das vendas terem diminuído, a busca pela empresa devido o marketing digital é reduzido, o que demonstra que a empresa não tem explorado essa alternativa de fácil acesso que pode favorecer seu desempenho no mercado. Por essa razão, cumpre avaliar como a empresa realiza estas ações, o que será apresentado no próximo tópico.

3.1.2 Marketing digital na empresa

Este estudo também analisou o marketing digital utilizado pela empresa objeto de estudo, a qual utiliza meios de comunicação para divulgar promoções e produtos aos clientes. Desse modo, realizou-se entrevista com os gestores com a finalidade de entender a percepção deles sobre o marketing digital e as ações realizadas pela empresa. Da qual obteve-se que o marketing digital utiliza prioritariamente o tráfico orgânico por meio das mídias Whatsapp, Facebook e Instagram. E, ocasionalmente, faz-se patrocínio no tráfico pago.

Os gestores também afirmam que este ano não têm realizado muitas divulgações pelas mídias digitais. Tal situação é visível ao acessar a página do Facebook e do Instagram da empresa, em que nota-se que as últimas postagens ocorreram em fevereiro/2021. Relatam que não há funcionário contratado para essa função, a qual é atribuída a todos os funcionários e tão pouco foram capacitados para realizar as divulgações. Porém são estimulados a realizar divulgações pois são recompensados com bônus mensal em caso de atingirem a meta de vendas.

Ainda, relatam que suas divulgações têm ocorrido prioritariamente por meio televisivo local em finais de semana, cujo custo é elevado, por essa razão, estão dispostos a inovar de modo a realizar economia e ao mesmo tempo se posicionarem

ISBN 978-65-5629-077-5

frente ao mercado. Também não há avaliação do resultado das ações promocionais que a empresa realiza, somente tomam conhecimento se o cliente citar que realizou a compra de produto por influência da propaganda.

Desse modo, os próprios gestores identificam que o marketing digital da empresa é uma fraqueza, a qual pode impedir que a organização atinja seus objetivos, e também é uma oportunidade de negócio para a organização, pois a mesma não tem explorado esse meio. Ressalta-se que utilizar tecnologias e ferramentas para exercer seu marketing e investir em marketing digital passou a ser uma imposição, pois para que as organizações consigam se manter ativas, devem acompanhar a demanda do mercado. Por isso, as empresas devem utilizar do marketing digital não somente neste período pandêmico, mas sim, implementá-la em sua rotina administrativa (PINHEIRO; MACEDO, 2021). Ainda, Las Casas (2008), afirma que utilizando a internet, plataformas digitais e tecnologias incorporadas à organização, podese gerar vantagem competitiva, com o desenvolvimento de estratégias de marketing distintas.

Dessa forma, as redes sociais apresentam diversas funções dentro do marketing digital e são de extrema importância. Antigamente, era muito fácil influenciar os consumidores em adquirir um produto ou um serviço por meio de propagandas, fosse ela um comercial, um anúncio ou um outdoor. Atualmente, cada vez mais os clientes confiam mais no fator social do que no fator de autoridade (PEREIRA, 2019).

Pinheiro e Macedo (2021) afirmam que o marketing digital é fundamental, pois contribui para o cumprimento das metas e auxilia a empresa a elevar suas vendas, até mais que em dias normais. Ainda, aumenta de maneira considerável a lucratividade empresarial, melhora significativamente os relacionamentos entre cliente e varejista de uma maneira simples, onde toda essa interação ocorre por meio de divulgação em rede social, por exemplo.

3.1.3 Proposta de intervenção

Com base nos resultados, esse estudo sugere proposta de intervenção de modo que a empresa possa melhorar a captação de clientes e aumentar suas vendas.

Sendo assim, elaborou-se Plano de Ação com esta finalidade, o qual deve conter objetivos e metas de forma clara. Para Costa (2007), os objetivos e as metas também têm a finalidade de propor desafios ao planejamento estratégico. Quão maior e mais arrojado forem os objetivos e as metas, mais desafiador será o planejamento. Segundo o entendimento de Rodrigues et al. (2009), os objetivos podem ser classificados segundo natureza, forma e prazo. Referente à natureza, os objetivos podem ser gerais ou específicos. Quanto à forma, eles podem ser quantitativos ou qualitativos e, por fim, em relação ao prazo, de curto ou longo prazo.

Desse modo, Costa (2007) acredita que os objetivos e as metas produzem parâmetros chave para a organização no andamento do planejamento. Norton e Kaplan (1997) afirmam que as metas devem ser ambiciosas e indicarem o grau de superação para empresa, bem como entendidas por toda a organização.

Assim, elaborou-se os objetivos estratégicos e metas para a empresa estudada, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 - Elaboração de objetivo estratégico e meta

ISBN 978-65-5629-077-5

Objetivo estratégico	Meta
Aumentar o volume dos *leads* gerados	Aumentar a captação de clientes

Fonte: Elaborado pelo Autor do Estudo (2021).

Uma das formas de melhorar a captação de clientes e aumentar suas vendas é por meio do aumento do volume dos *leads* gerados da empresa (Quadro 1), os quais conforme Arita (2021) referem-se às informações de contato cedidas pelo consumidor em potencial para a empresa entrar em contato, como por exemplo seu e-mail, telefone e nome completo. O autor destaca ainda que a geração de *lead* não considera nenhum processo que envolve contato humano entre a organização e o consumidor, ou seja, depende exclusivamente da performance na mídia social, indicando assim um resultado mais confiável (ARITA, 2021).

Ainda, a elaboração de um plano de ação pode facilitar o acompanhamento das ações e iniciativas definidas pela empresa de forma prática e objetiva, e principalmente, o desempenho estratégico da organização. Por essa razão, cabe a elaboração de estratégias para aumentar o marketing digital, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Plano de Ação para a empresa

Plano de Ação	Descrição
Aumentar a divulgação dos automóveis nas mídias sociais da empresa	Elaborar estratégia de divulgação digital periodicamente (semanal).

Fonte: Elaborado pelo Autor do Estudo (2021).

No quadro anterior, o Plano de Ação proposto para a empresa, é a elaboração de divulgação digital periodicamente, pois notou-se que a empresa não tem realizado divulgações frequentemente, assim, sugere-se que sejam realizadas semanalmente, tanto com divulgações de produtos, quanto dos métodos de pagamentos ou com conteúdos informativos.

Com esta mesma perspectiva, recomenda-se que sejam implementados alguns cursos de capacitação aos funcionários quanto ao uso de ferramentas de marketing digital para que elaborem divulgações, ou ampliar o quadro e contratar um funcionário para realizar as ações de marketing. Afinal, seguir padrões que resultem em boa criação de conteúdo e publicidade e que sejam bem atrativos, para que neste contexto consigam chamar cada vez mais a atenção dos clientes (PINHEIRO; MACEDO, 2021). Desse modo, o cliente poderá visualizar a empresa em diversas plataformas de modo que passará a ser mais vista e também mais lembrada. Também sugere-se capacitação para atribuir aos vendedores uma melhor desenvoltura frente as vendas online, pois inovar é sempre preciso. Até porque estes fatores promovem melhores resultados para a o processo organizacional e econômico.

A inovação não precisa obrigatoriamente estar relacionada ao uso de uma tecnologia avançada, podendo ser descoberta na associação de diferentes técnicas comumente utilizadas da Internet e na forma como a empresa irá apresentar a sua marca e produto. Uma vez que a empresa possui um produto ou serviço de qualidade e possui aptidão necessária para se comunicar com o seu público, é possível disputar com os maiores investimentos em propaganda no mercado.

Além de que com a facilidade de informações que o marketing digital proporciona, os consumidores têm maior tempo para dispor a pesquisa de custo-benefício, ou seja, o acesso ao mundo virtual possibilita uma gama enorme de

ISBN 978-65-5629-077-5

opções de compras e pesquisas com os melhores preços e prazos de entrega, em que o cliente consegue comparar com milhares de lojas pelo mundo inteiro, possibilitando a escolha do melhor produto para satisfazer a sua necessidade.

Outra estratégia de marketing digital que a empresa pode adotar, especificamente nas redes sociais, são as propagandas definidas por relevância. A Google, por exemplo, monitora o perfil de seus usuários e tenta exibir anúncios que julga serem interessantes para cada pessoa. Isso explica o fato de depois de um usuário pesquisar, sapatos, por exemplo, aparecerem diversos anúncios de modelos de sapatos ou marcas deles em seu dispositivo eletrônico. Essa prática também pode ser feita por marcas. Depois de um cliente buscar um certo tipo de produto, em algum site, aquela marca entenderá seu interesse por aquilo e mostrará outros semelhantes ou outras opções (PEREIRA, 2019).

Outro aspecto também importante para se obter sucesso nas estratégias de nas mídias digitais é a escolha de bons *hashtags*. *Hashtags* são uma combinação de palavraschave ou frases precedidas pelo símbolo #, excluindo quaisquer espaços ou pontuações (ZOTE, 2020). Elas ajudam a empresa a gerar discussão e se conectar com o público certo no Twitter, Instagram, e Facebook, expandindo o alcance da publicação exponencialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo atingiu seu objetivo pois analisou o marketing digital realizado por uma concessionária de veículos localizada em Cascavel-PR, e frente aos resultados encontrados em termos de tipologia, frequência e os resultados de vendas gerados, propôs intervenção aos pontos falhos identificados.

Os resultados coletados e as discussões apresentadas foram expostas aos gestores da empresa estudada, o qual passaram a ter uma visão mais ampla de marketing e puderam vislumbrar suas fraquezas. Ainda, se comprometeram a colocar em prática o Plano de Ação proposto com a finalidade de obter êxito e atrair maior público a baixo custo.

Ainda, pode-se afirmar que as pequenas empresas se deparam com maiores dificuldades para se consolidar e crescer no mercado, necessitando estarem estrategicamente preparadas para atender às demandas mercadológicas. Uma das vantagens a ser explorada por estas pequenas empresas é poder conhecer mais intensamente os seus consumidores e conseguir detectar com mais agilidade suas necessidades, transformando-as em oportunidades de negócios.

Além disso, pode-se observar em teoria que o marketing digital pode aumentar a lucratividade da empresa, estabelecer relacionamentos com o cliente e de uma forma pública mostrar aos demais toda essa interação por meio das mídias sociais. Todavia, na prática não é uma atividade extremamente simples e requer dedicação e tempo do profissional de marketing para a uma boa criação de conteúdo, publicações que prendam a atenção do usuário e estratégias de promoções, descontos ou sorteios.

Sugere-se que a empresa que tenha um Plano de Ação sempre em andamento, que seja controlado e cobrado pelos responsáveis, e que os resultados sejam analisados periodicamente, visando sempre as melhorias.

REFERÊNCIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

ADDYSON-ZHANG, A.; KING, C. **Social media certification workbook:** a beginner's guide to applying social media to your business. [S.L.]: Hubspot, 2021, 44 p.

AMA – AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Definition of Marketing.** 2013. Disponível em <https://www.ama.org/AboutAMA/Pages/Definition-of-Marketing.aspx>. Acesso em: 15 set. 2021.

ARITA, J. M. **Anúncios nas mídias sociais:** um estudo comparativo de diferentes opções de estímulo. 2021, 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios. 2021.

AUGUSTO, A. **Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas:** mais do que uma questão de preferência. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272432041_Metodologias_quantitativas metodologi as_qualitativas_mais_do_que_uma_questao_de_preferencia1. Acesso em: 20 jun. 2021.

BEZERRA, A. W. M. **A influência das estratégias do marketing digital dentro das organizações empresariais.** 23f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 23f. 2016.

CASALÓ, L.V.; FLAVIAN, C.; IBAÑEZ-SÁNCHEZ, S. Influencers on Instagram: Antecedents and consequences of opinion leadership. **Journal of Business Research**, n. 517, p. 510519, 2018.

CASTRO, G. C.; ARAUJO, L. M.; CARVALHO, P. K. F. Educação Empreendedora: Utilização das redes sociais como ferramentas potenciadoras do Marketing Digital em micro e pequenas empresas na cidade de Codó-MA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p.41523-41534, apr. 2021.

CINTRA, F. C. Marketing Digital: a era da tecnologia on-line. **Investigação**, v. 10, n. 1, p. 612, 2010.

CIPRIANI, F. **Estratégia em Mídias Sociais:** Como romper o paradoxo das redes sociais e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Deloitte, 2011.

CORREA, D. et al. Marketing en períodos de crisis: la influencia del marketing proactivo en el desempeño empresarial. **Cuad. Adm.**, v. 26, n. 47, p. 233-257, 2013.

COSTA, E. A. **Gestão estratégica:** da empresa que temos para a empresa que queremos.
2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 424p.

ISBN 978-65-5629-077-5

CRUZ, C. A. B. da; SILVA, L. L. Marketing digital: marketing para o novo milênio. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.7, n.2, Pub.1, abr. 2014.

FAUSTINO, P. **Marketing digital:** o guia completo. 2018. Disponível em: <https://www.paulofaustino.com/marketing-digital-guia-completo/>. Acesso em: 23 set. 2021.

FREDERICO, E. O que é marketing? **Antenna Web**. 4 ed., 1 semestre 2008, p.1-8. Disponível em: http://antennaweb.com.br/edicao4/artigos/pdf/ed4.pdf. Acesso em: 3 maio 2021.

GABRIEL, M. **Marketing na era digital.** São Paulo: Novatec Editora, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ISTOÉ. **E-commerce sobe 41% em 2020 e atinge R$ 87,4 milhões; alta é a maior em 13 anos.** Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/e-commerce-sobe-41-em-2020-eatinge-r-874-milhoes-alta-e-a-maior-em-25/. Acesso em: 23 set. 2021.

KORGAONKAR, P. K.; WOLIN, L. D.; A Multivariate Analysis of Web Usage. **Journal of Advertising Research**; Mar-Apr; 1999; pp. 53-68.

KOTLER, P. **A edição do novo milênio.** 10 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P. **Administração de Marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, P. **Os 10 pecados mortais do Marketing:** sintomas e soluções. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital.** Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de Marketing.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, A. L**. Administração de marketing:** conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMEIRA, T. M. V. **Comportamento do consumidor brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2016, 464p.

MALHOTRA, N. K.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M. C.; ALTHEMAN, É.; BORGES, F. M. **Introdução à pesquisa de marketing.** Tradutor Robert Brian Taylor. São

ISBN 978-65-5629-077-5

Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

McCLELLAND, D. et al. Power is the great motivator. **Harvard Business Review**, JanuaryFebuary 1995, pp.126-139.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NORTON, D. P.; KAPLAN. R. S. **A estratégia em ação:** Balanced scorecard. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 341 p.

NUNES, D.G.; GONÇALVES, M.C.; SIQUEIRA, R.N. (2014). A relevância do marketing digital para pequenas empresas. **Revista Pensar Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2014.

PEREIRA, M. E. DE B. O marketing digital e a influência das redes sociais. **Revistas Resgates**, São Paulo, n. 9, p. 163-180, 2019.

PINHEIRO, A. F.; MACEDO, M. E. C, Marketing Digital: Estratégias de Vendas com o Varejo Digital na Pandemia do COVID-19. **Rev. Mult. Psic.** v.15, n. 55, p. 194-205, maio/2021.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RODRIGUES, H. **Brasil pré-coronavírus vendia 10.000 carros/dia. Agora mal passa de 1.000.** 2020. Disponível em: https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/brasil-pre-coronavirusvendia-10-000-carros-dia-agora-mal-passa-de-1-000/. Acesso em: 20 jun. 2021.

RODRIGUES, M. R. A.; TORRES M. C. S.; FILHO J. M.; LOBATO. D. M. **Estratégia de empresas.** 9.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 528p.

ROSENTHAL, B. MARKETING NA ERA DIGITAL: O desafio atual é gerenciar centenas de ações na internet, em fluxo permanente, para atingir um consumidor que tem cada vez mais poder na relação de compra. **GVExecutivo**, v. 16, n. 1, jan./fev. 2017, p. 17-19. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/67451/65253. Acesso em: 3 maio 2021.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos:** uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: AGE, 2006.

SIDHU, B. K.; ROBERTS, J. H. The marketing accounting interface – lessons and

ISBN 978-65-5629-077-5

limitations. **Journal of Marketing Management**, vol. 24, n. 7-8, p. 669–686, 2008.

SILVA, V. B. Marketing digital como ferramenta estratégica e as oportunidades nas redes sociais. **E3 – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**, v. 2, n. 1, p. 25-62, 2016.

SPAREMBERGER, A.; ZAMBERLAN, L. **Marketing Estratégico.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, 212 p. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/182/Marketing%20e strat%C3%A9gico.pdf?sequence=1. Acesso em: 3 maio 2021.

TOALDO, A. M. M.; LUCE, F. B. Estratégia de marketing: contribuições para a teoria em marketing. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 25-35, 2006.

TOLEDO, L. A. Marketing estratégico: da teoria a prática empresarial no ramo de telecomunicação. **Revista Inteligência Competitiva**, v. 8, n. 1, p. 244-264, 2018.

TORRES, L. **Apesar de bom momento, mercado de carros usados não tem crescimento garantido em 2021.** 2021. Disponível em: https://novovarejo.com.br/apesarde-bom-momento-mercado-de-carros-usados-nao-tem-crescimento-garantido-em-2021/. Acesso em: 20 jun. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

USO DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Danieli Schwinn Dias[1]
Nilson Dos Santos Dias[2]
Rafael Maximiano Ferreira[3]

RESUMO: O presente trabalho possui como tema a contabilidade gerencial e os controles contábeis, como ferramentas de auxílio no processo de tomada de decisão das empresas, com foco voltado principalmente para as pequenas estruturas de negócios, tais como os Microempreendedores Individuais (MEI). O trabalho teve como objetivo analisar o impacto da aplicação de controles contábeis na gestão das empresas classificadas como MEI. Para tanto, adotou-se a metodologia descritiva, para a análise dos dados, para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental com o auxílio da aplicação de um *survey*. A pesquisa foi aplicada durante os meses de junho e setembro de 2021 e contou com o levantamento de dados, referente aos períodos de agosto e setembro do referido ano. Os principais resultados encontrados demonstram, que antes da aplicação da pesquisa os controles adotados pelos microempreendedores individuais eram frágeis e por vezes ineficientes, observou-se também que todas as estruturas empresariais que fizeram parte da presente pesquisa, utilizavam-se do regime de caixa, para o reconhecimento e controle do fluxo de caixa.

Palavras-chave: 1. Microempreendedor Individual 2. Contabilidade 3. Organização 4. Controle 5. Gestão.

1. INTRODUÇÃO

As pequenas empresas têm uma grande influência na sociedade, trazendo um papel fundamental para uma melhor economia, através de suas inovações e ampliações, As micro e pequenas empresas dentre elas são mais de 9 milhões no Brasil, com resultados crescentes constantemente nos últimos anos (SEBRAE, 2021). Assim proporcionando diversas facilidades, como a desburocratização para sua abertura, Linhas de Crédito com taxas menores. O Governo também facilitou para aqueles que trabalhavam de forma informal, criando através, da Lei Complementar 128/2008 a figura do Microempreendedor Individual – MEI, com vigência a partir de 01.07.2009.
Entretanto muitos abrem sua empresa com apenas conhecimento básico de como administrar sua empresa ou seu operacional, portanto uma empresa vai muito mais além do que sua simples formalização, ele envolve processos de gestão que são necessários e fundamentais para sua operação. Nesse caso, destaca-se a importância da contabilidade e suas demonstrações contábeis para o MEI,

[1] Aluno(a) de Ciências Contábeis (UNIVEL) (2021)
[2] Mestre em Administração (PUCPR). Professor do Centro Universitário Univel.
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel

ISBN 978-65-5629-077-5

embora seja fixado em que o mesmo não seja obrigado, Mas o uso gerencial da Contabilidade através das informações traz aos empreendedores mais competividade e eficiência na gestão. Principalmente por estarem começando no mercado.

A contabilidade trás várias demonstrações contábeis que são possíveis de verificar, informações de uso necessário em determinado período, dentre elas destacam-se a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa, dentre outros fatores gerenciais. Considerando tal importância da contabilidade para a gestão desses negócios esse trabalho procura compreender o uso das demonstrações, pelos empreendedores de Santa Lúcia Paraná, formados através do micro empreendedor individual. O MEI surgiu em 2009, para facilitar o micro e pequeno empreendedor que trabalha por conta própria de maneira informal a formalizar-se e usufruir dos benefícios de ter sua atividade devidamente registrada. Sendo mais de 400 atividades permitidas dentre comércio, indústria e prestação de serviço. Também se é pago o imposto de ICM/ISS fixo e INSS em uma única guia com valor mensal atualizado conforme o salário mínimo. No Brasil, no ano de 2020, foram abertas 3.359.750 MEI's, um aumento de 6,0% em relação a 2019 e um recorde histórico de abertura de empresas através do programa. Quanto às empresas fechadas, elas somaram 1.044.696. (ECONOMIA, 2021).

Neste trabalho abordamos os seguintes tópicos sobre, a Contabilidade Gerencial, tendo com sua delimitação o Impacto da aplicação de controles contábeis na gestão das empresas classificadas como MEI na cidade de Santa Lúcia Paraná, no Ano de 2021. Trazendo como sua justificativa que muitas vezes os MEIs por não possuírem conhecimento gerencial do próprio negócio, acabam fechando e também por não saberem onde falharam em sua administração empresarial. O resultado deste trabalho irá contribuir para uma melhor gestão e aplicabilidade na cidade de Santa Lúcia, contribuindo para mostrar aos gestores que é de suma importância sua relação com a contabilidade e suas demonstrações para melhor tomada de decisão. Onde o empreendedorismo está muito ligado à gestão contábil, sendo necessário constituí-la de acordo com as legislações e obrigatoriedades tanto na esfera municipal como a estadual.

Na teoria, contribuímos para mais estudos na área, com dados locais sobre o comportamento dos empreendedores assim como este, onde contribuem para que novos estudos possam explorar esta temática e assim aumentar os estudos de casos referentes o MEI. Justificando-se por trazer a importância de ter dados comprovatórios aplicados na área do MEI, utilizando os conhecimentos da contabilidade Gerencial tendo o viés com a teoria e a prática da empresa, pois além de números, a gestão gerencial busca melhorar a tomada de decisão da sua empresa.

Considerando a importância da gestão e sua aplicabilidade, consideramos o MEI um passo inicial e importante para a formação jurídica de uma empresa, onde há a necessidade de uma organização adequada, controle de suas finanças, e uma boa gestão das informações gerenciais e contábeis que poderem garantir ao empreender um diferencial competitivo em sua empresa. Diante disso este trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto da aplicação de controles contábeis na gestão das empresas classificadas como MEI? O objetivo geral é analisar o impacto da aplicação de controles contábeis na

ISBN 978-65-5629-077-5

gestão das empresas classificadas como MEI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Serão abordados, neste trabalho, os elementos teóricos que dão fundamentação à análise da realidade pesquisa. Serão abordados tópicos sobre a Contabilidade em geral e sua importância, Demonstrações e Relatórios contábeis, Fluxo de Caixa e sobre o Microempreendedor Individual (MEI).

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma Ciência Social que tem como objetivo controlar o patrimônio das organizações, constituído de um sistema de informações e avalições, destinado a prover os usuários através das demonstrações e analises de naturezas econômicas, físicas e de produtividade, as informações apresentadas por ela onde são registradas em livros ou em arquivos magnéticas devidamente elaboradas, com a observância das técnicas e leis e normas da contabilidade (MARION E RIBEIRO, 2017).

O papel da contabilidade é muito importante nas empresas, pois mesmo com poucos recursos o gestor tem o papel de escolher as melhores alternativas possíveis para a empresa, diante disso necessita dos dados contábeis para uma melhor gestão (BRIZOLLA, 2008). A Contabilidade Gerencial é o um modo mais estratégico a fim de tornar mais efetivas essas informações que unifica todos os demais instrumentos da contabilidade, onde têm como foco no processo das tomadas de decisões internas, atendendo todas as pessoas na empresa, fazendo necessário seu uso para os gestores, apresentadas em relatórios desenvolvidos e adaptados para o perfil do usuário que irá receber este relatório (PADOVEZE, 2012).

Ela também se destina como apoio ao processo decisório, para planejar, avaliar, controlar, dar apoio aos gestores e com informações uteis que o auxiliam para atingir seus objetivos organizacionais (AGUIAR, et al,2006) Eles utilizam relatórios gerencias que são documentos com informações claras e objetivas, contando sempre com dados atualizados da empresa, como Relatório financeiro, Relatório de controle, Relatório de satisfação dentre outros (SOMMERFELD, 2020).

Relatório Financeiro é o reconhecimento das receitas de contratos com os clientes, empregada para avaliar o desempenho financeiro e as perspectivas futuras das organizações (COVA, 2015). São importantes para os controles internos que estão direcionados as informações confiáveis, é um relatório técnico tem por objetivo analisar dar apoio aos gestores do controle interno (SILVA E FAVERO, 2017).

Já os Relatórios de controles permitem comparações entre os períodos distintos comparação de organizações do mesmo segmento com intuito de avaliar a empresa num determinado período, com papel fundamental que permite comparações históricas de evoluções de desempenho tanto dentro quanto fora da organização (OLIVEIRA E BEUREN, 2009). Os controles internos tem relação à estrutura organizacional, obtendo recomendações relacionadas ao ambiente

ISBN 978-65-5629-077-5

de controle interno da organização, que definem as estruturas padrões apresentando um maior detalhamento, tendo ênfase no operacional e a obediência às diretrizes administrativas e contábeis que visam a proteção patrimonial e a qualidade das informações (FERNANDES, et al,2010). Possui um planejamento organizacional onde todos os procedimentos adotados têm objetivos de salvar e guardar seus ativos, verificando a adesão e o suporte contábil, promovendo eficiência operacional e encorajam a aderência as políticas definidas (CANNAVINA E PARISI, 2015).

Relatório de Satisfação é um relatório que busca reunir informações sobre as percepções do público em respeito seus serviços prestados, apresentando uma base o qual se pode realizar pesquisar posteriores, com proposito de fornecer informações aos gestores às ferramentas e informações necessárias para melhorar o serviço prestado aos clientes (DINSDALE, et al,2000). É um termo de expectativas e de percepção que tem os usuários tem dos serviços recebidos, deste modo se mede, não é a satisfação propriamente dita mais sim a percepção sobre os serviços e expectativas prévia dos usuários, sendo valorizados para permitir alcançar uma amostrado dos usuários sendo utilizadas por meio de escalas e questionários (ESPERIDIÃO E TRAD, 2005).

Os dados contábeis são de total importância para a tomada de decisões adequadas e para estarem realizando tomando essas decisões possuem relatórios para dar, mais ênfase e confiança na sua decisão, sendo realizadas por vários instrumentos, dentre elas, Balanço patrimonial, Livro diário, Demonstração de resultado do exercício, demonstrativo de fluxo de caixa entre outros (MARION,2012).

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é composto por bens, direitos e obrigações reconhecidas por suas origens de recursos, composto pelas aplicações no Ativo e Passivo, refletindo a situação da empresa em determinado período, geralmente sendo apresentado ao final do exercício, ou seja, no encerramento do ano (PERES et al, 2013). Segundo MANGUALDE (2011), o Balanço Patrimonial é obrigatório nas Administrações públicas, privada e órgãos do governo, elaborada através de conceitos relacionados a controle empresarial.

Ele se assemelha a uma fotografia da sua financeira em determinado período, teve sua evolução com o surgimento da moeda, fornecendo os saldos das contas presentes ao final do período, é um instrumento importantíssimo para a gestão da empresa, pois evidenciam de forma clara e objetiva as aplicações de recursos por ela obtidas e a riqueza gerada em seu ciclo operacional, podemos se dizer que ele apresenta um informativo de natureza preditiva, dividindo-se em Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e subcategorias do Ativo e Passivo de circulante e não circulante. Onde no Ativo encontrasse os Bens e direitos, no Passivo possuindo as Dívidas e Obrigações da empresa com terceiros (ALVES, 2018). Já no Patrimônio Líquido é a parcela que representa o proprietário do negócio constituído pelo capital, representado a soma de investimentos realizados pelos proprietários ou sócios e reserva de lucros do período e acumulado (ARAUJO, 2007).

ISBN 978-65-5629-077-5

Além do Ativo e Passivo temos o Ativo circulante, classificadas as contas de bens e direitos pela sua natureza e que estão em constante circulação num período de 365 dias, dentre eles caixa, banco, estoque, duplicatas etc. Ativo não circulante, relacionado a contas em longo prazo sendo representando por aplicações de recursos em longo prazo dentre elas bens de uso, bem imateriais, entre outras. O Passivo Circulante apresenta as contas que representam obrigações que a empresa tem a pagar no curto prazo no exercício seguinte do balanço. Passivo não Circulante, contas que representam obrigações que a empresa terá após o termino do final do exercício social do balanço (RIBEIRO, 2017).

Ao analisarmos o cruzamento entre a frequência de utilização do Balanço Patrimonial, verificamos que está muito relacionada com o porte da empresa, no caso as Micros e pequenas empresas, o mais utilizado é o semestral, e além do balanço é necessário o contador perseguir em inovações no que diz respeito o uso das informações passadas aos gestores e assim eles alcançarem um alto privilégio na sua tomada de decisão e acompanhamento de resultado (SILVA, et al, 2010).

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração de resultado do exercício muito conhecida como (DRE), ela demonstra o lucro ou prejuízo obtido pela empresa em determinado período, onde expressa o desemprenho econômico por meio das receitas, custos e despesas para apurar resultado. Causando aumentos e reduções causadas no Patrimônio Líquido da empresa, onde as receitas decorrem um aumento no ativo e despesas redução do PL (Patrimônio Líquido) por meio da redução do Ativo ou aumento do passivo exigível, para a DRE não importa se teve reflexos em dinheiro ou não, basta apenas afetar o Patrimônio Líquido, entre duas datas, de forma dedutiva, Lembrando que o resultado obtido não representa o saldo da conta caixa desse mesmo período (BRIZOLLA, 2008).

Ela foi instituída pelo Decreto-lei 486 e regulamentada pelo Decreto-Lei 64.567, Apresentando se a empresa obteve lucro ou prejuízo no final de um período apurados pelo regime de competência, onde as receitas e despesas são reconhecidas pelo seu fato gerador independentemente de seu pagamento, sua estrutura tem início com as receitas liquidas já deduzida dos impostos, depois são deduzidas com o custo de vendas obtendo lucro bruto, depois deduzido às despesas obtendo lucro antes dos tributos realizados com ajustes pelo Conselho Federal de Contabilidade – CPC, e por fim o resultado onde se apresenta o resultado Lucro ou Prejuízo, quando se tem prejuízo não se tem tributos, no caso do MEI, seu valor mensal é fixo independentemente se houver lucro ou não, destacando que podemos obter um resultado contábil e um resultado fiscal (CONCEIÇÃO, 2016).

Também Contribui para o ambiente corporativo, buscando informações relevantes para as empresas e servindo como ferramenta de avalição financeira para o gestor estar desempenhando o papel gerencial de maneira eficaz, para obter progresso no seu resultado, sendo de suma importância para o financeiro-econômico da empresa, para auxiliar na tomada de decisões, assim melhorando

ISBN 978-65-5629-077-5

cada vez mais sua gestão (FELIX E DIAS, 2019).

2.4 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa apresentado trata-se do modo gerencial, o qual é feito a distribuição de todas as entradas e saídas geradas pela empresa, com conceito fácil de assimilar e verificar sua disponibilidade financeira facilitando o entendimento de todos, obtendo informações sobre a vida financeiro da empresa, e sendo mostrando as pequenas empresas como um modelo específico para um instrumento de controle gerencial onde se verifica também se há capacidade de aplicar recursos ou necessidades de buscar recursos financeiros para a empresa (PIVETTA, 2004).

Ele não é alternativo, mais sim complemento do domínio do regime de competência para vinculação das demonstrações contábeis, o fluxo de caixa é elaborado em moeda constante, sensíveis as políticas de mudanças de prazo ou atraso de pagamento e recebimentos para as empresas, ele tem uma enorme utilidade para verificar a evolução da liquidez e financeira em curto prazo, muito sensível a política de mudanças de prazos (MARTINS,1999).

Podendo ser feito o Fluxo de Caixa Real ou Planejada (Projetada), onde Planejado é para prover entradas e saídas da empresa num determinado período podendo ser Diárias, semanais quinzenais, mensal e anual e Real apresenta valores que realmente ocorreu na organização, sendo um instrumento feito em planilha que permite o gestor planejar e administrar os números da empresa, verificando também quais os dias terá mais recebimentos e pagamentos sendo ajustados os dias melhores para quitar suas futuras dívidas, ele é uma ferramenta simples e de muita valia, que em pratica somente benefícios há empresa para conseguir enxergar o dia em que a empresa encontra-se com mais dividas a serem pagas (GIMENES, et al,2011).

Em consonância, as pequenas empresas ele tem um papel muito importante na sociedade, pois são grandes geradores de emprego e tem alto índice de fechamento de empresas, isto muitas vezes ocorre por meio dos administradores, pois é muito relevante para a implementação, de relatórios gerencias para tomadas de decisões corretas baseadas em informações adequadas, que permite ter informações importantíssimas a empresa de como esta financeiramente em determinado período, podendo identificar possíveis excessos ou escassez de recurso (REQUIÃO, et al,2009).

2.5 EMPREENDEDORISMO

É concebida como uma renovação de algo já existente partindo de mais estudos, observações e muita persistência, para buscar novas soluções que sejam simples e pratica, para serem de fácil entendimento, ela se apresenta uma gestão de inovação a fim de esclarecer pontos indispensáveis ao empreendedor, também há uma grande necessidade de planejamento estratégico. A definição de Empreendedor evolui muito devido as inúmeras mudanças na área da economia tornando-se mais complexas (BISPO, et al,2020).

É a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação, consistente no

ISBN 978-65-5629-077-5

prazer de realizar com sinergismo e inovação projetos pessoal ou organizacional, assumindo comportamento proativo de questões que precisam ser resolvidas, é despertar o indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades intuitivas e racionais, buscando autoconhecimento no processo de aprendizagem permanente para atitudes abertas para novas inovações e paradigmas, seu comportamento impulsiona e transforma muitos contextos, resultando na destruição de velhos conceitos que não possuem mais capacidade de superar e encarar seus desafios e as mudanças do mercado (BAGGIO E BAGGIO, 2014).

A questão do empreendedorismo parece crescer cada ano mais em diversos países, o que os empreendedores fazem estão intimamente ligadas á maneira de como interpretam o que está acontecendo em um setor, sendo conhecimento de mercado específico para o desenvolvimento de um novo produto ou de um novo processo que irá levá-lo a ter uma visão diferente e comercializa-la, as características mais comuns dos empreendedores é apresentarem tenacidade à capacidade de agir, tolerar ambiguidade, ou seja, os duplos sentidos de entendimento e a incerteza, para o bom uso do recurso, onde core riscos moderados, que são imaginativos e criativos, voltando-se bastante para os resultados (FILION, 2000).

Muitos empreendedores acham que só basta ter uma grande ideia para imediatamente "chover" dinheiro para seu projeto, mas não é bem assim, pois ideia nada mais é do que projeções em nossa mente, pois não é fácil sua aplicabilidade no mercado, pois ele é muito competitivo de produtos e serviços. Onde o primeiro passo é criar variáveis que devem ser monitoradas, como a participação de mercado, qualidade dos produtos, eficácia do preço dentre outros fatores que o envolvem (REIS E ARMOND, 2008).

2.6 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Para os empreenderes saírem de forma informar foi criado o Microempreendedor Individual (MEI), uma nova forma revolucionária e desburocratizou a legislação dos pequenos negócios e serviços, pela análise da legislação vale ressaltar que são muitas as vantagens trazidas e garantindo um tratamento jurídico diferenciado e simplificação das obrigações administrativas, tributarias previdenciária, reduções de custos e obrigações acessórias, portanto, podemos considerar que a lei visa incentivar a espécie do empreendedorismo, democratizando e legalizando as iniciativas dessas atividades (FERNANDES, et al, 2010).

A importância do contador tem uma extrema relevância, para o microempreendedor, atuando desde a formalidade inicial da organização, evidenciando os seus direitos e obrigações até grandes tomadas de decisões, por lei ele não está obrigado a possuir uma contabilidade formal obtendo livros fiscais, mas o contador se torna muito útil, pois, através das demonstrações contábeis permite verificar a real situação financeira da empresa. Entretanto podemos identificar que a procura do contador pelo MEI para arquivamento de suas notas para a declaração anual, recorre para fins tributários fiscais, previdenciários e trabalhistas (MORAIS E FILHO, 2019).

Uma das obrigatoriedades do MEI é o preenchimento das folhas mensais

ISBN 978-65-5629-077-5

sobre seu faturamento bruto mensal o qual deverá constar o valor Bruto de suas receitas provenientes da atividade exercida, para ser calculado e finalizado ao termino do exercício, para realizar sua declaração Anual, em caso de funcionário registrado na empresa deverá informar, no campo localizado em sua declaração logo após ser registrado o valor bruto anual, observação devemos sempre colocar os valores reais em que a empresa apresenta, pois a falta e má informação fazem com que a gestão financeira e o seu planejamento geram dividas, pois muitos não conseguem separar a sua atividade empresarial da sua vida particular, necessitando de um suporte nesse processo de expansão e crescimento (ANDRADE E BOFF, 2014).

O profissional de contabilidade é muito importante para estar acompanhando suas atividades da pequena empresa, pois ela será responsável por toda acessória necessário trazendo segurança e andamento desta empresa para o futuro, assim podendo reduzir os riscos e dar suporte para o desenvolvimento e crescimento da empresa, pois se ela se acostuma desde o início a se organizar terá menos dificuldades para estar aumentando seu porte e se enquadrando em outra, hoje em dia poucos empreendedor relacionam a relevância da contabilidade em seus negócios, sendo que a maioria das informações geradas pela contabilidade é utilizada como ferramenta para tomada de decisões, e um instrumento de qualidade, sem contar que o contador deve modificar a visão do empreendedor e apresentar o que ela pode oferecer de benefícios à empresa (ARAÚJO E ANJOS, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido em campo e classifica-se quanto aos objetivos, como descritivo. Analisou o Impacto da aplicação de controles contábeis na gestão das empresas classificadas como MEI. A pesquisa, classificada como participante, pois houve a interação do pesquisador e os membros das situações pesquisadas, visto a realidade das empresas o qual a pesquisadora elaborou os relatórios para análise, a partir dos dados coletados. (DAMY, 2002). Para complementar o levantado de dados, utilizou do método de levantamento ou *Survey,* que buscou pela interrogação direta das pessoas e seu comportamento, buscando o levantamento de dados de todos os integrantes (RAUPP E BEUREN, 2013).

Para integrar a presente pesquisa, foram selecionadas cinco Microempreendedores Individuais (MEI), das quais foram solicitadas informações de cunho financeiro e não financeiro, buscando desta forma, evidenciar a situação econômica e financeira, das respectivas empresas. Foram coletados por tanto notas fiscais, faturas, recibos e controles paralelos que eram utilizados pelo respectivo MEI. Destaca-se, que uma entre os cinco MEIs que haviam aceitado participar da presente pesquisa, uma delas não apresentou a documentação solicitada e, portanto, não integrou a presente pesquisa. Os dados foram levantados entre os meses de agosto e setembro de 2021.

Para fins de análise, optou-se por adotar nomes fictícios para as empresas que foram objeto do presente estudo. Os nomes adotados e as respectivas descrições das atividades desenvolvidas pelos MEI's são listadas no Quadro 1.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro 1: Descrição das empresas participantes do estudo

Nome Fictício	Descrição das Atividades	Tempo de Atuação
Alfa	Produtos de limpeza e variedades	2012
Beta	Tabacaria e lanches	2020
Ômega	Loja de artigos de artigos e variedades	2016
Gama	Loja de calçado	2020

Fonte: os autores (2021).

De posse com das informações repassadas pelas empresas, foi realizada a contabilização regular dos eventos apresentados. A partir dos procedimentos adotados, foi possível realizar a apuração do balancete de verificação para os meses de agosto e setembro de 2021. Tais dados permitiram que o resultado fosse apurado, tendo como base o regime de competência. De maneira complementar, foi aplicado um questionário, com questões relacionadas a estruturação contábil que era utilizada pela organização, para auxílio no processo de tomada de decisão.

Enfatiza-se que os dados obtidos foram processados através do sistema contábil e fiscal Cordilheira ® e os cálculos que envolvem médias e análise dos questionários, foi realizado com o auxílio da planilha eletrônica Microsoft Excel ®.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na presente seção serão apresentados os principais resultados através da pesquisa de campo realizada junto aos Microempreendedores Individuais, que compõem a presente pesquisa. A primeira parte desta seção é destinada a apresentar o perfil dos MEI's, no que tange suas características de organização e administração. A segunda, diz respeito as análises sobre os dados financeiros e não financeiros, que foram coletados no decorrer do acompanhamento que foi realizado.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Os casos analisados apresentaram dificuldades no controle dos seus documentos contábeis. Houve dificuldade na coleta de dados, em razão da falta de documentos. Notou-se que muitas vezes esses MEI's, não possuem o hábito de guardar as notas fiscais e documentos que permitem realizar os registros contábeis de forma adequada. Apenas a empresa Alfa, apresentou uma organização que facilitou o registro dos dados e a mesma pessoa, partir do relato testemunhal, citou que foi necessário buscar capacitação no início das atividades. Fica claro, que a formação e capacitação dos MEI's contribui para um melhor controle das finanças.

Dentre as demais empresas em que houve dificuldades na coleta de informações, a empresa Gama, apresentou seu relatório somente de entradas e algumas saídas de pagamentos de seus boletos, o restante das despesas qual a empresa decore não era informado e suas retiradas, a mesma apresentou

ISBN 978-65-5629-077-5

muito interesse de estar melhorando e organizando, para ter uma maior assertividade nos lucros de sua empresa.

A empresa Beta o qual havia controles anteriormente baseado no que havia em caixa, ou seja, contava-se o dinheiro no começo dia e ao final fazia o fechamento e verificava se obteve "lucro ou prejuízo" no respectivo dia, com a chegada da Pandemia, o mesmo parou de estar realizando esse controle, pois não estava contendo movimentação em seu estabelecimento. Tais evidências remetem a utilização do regime de caixa, para controle das transações.

Com relação a empresa Ômega, a mesma apresentava um possível controle de suas entradas e saídas, estes controles eram operacionalizados através de anotações em um caderno. Com relação ao estoque não foi possível mensurar, devido a falta de sistemas, e assim com este problema, o mesmo não consegue estar se ausentando por muito tempo, com o equívoco de lhe vender algo e não ser possível comprovar, e também com a falta deste software e a diversificadas variedades de produtos não consegue mensurar o valor de seu custo e das novas compras para atualizar seus preços de forma real.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS FINANCEIROS

De maneira complementar foram solicitados os dados financeiros das organizações que fazem parte do presente estudo, tais informações incluíam toda a movimentação de receitas e despesas apuradas durante os meses de agosto e setembro de 2021, o resumo de tais informações é evidenciado através da Tabela 1.

Tabela 1: Informações financeiras médias

VARIÁVEIS	Alfa	Beta	Ômega	Gama
Investimento Inicial	R$ 15.000,00	R$ 52.050,00	R$ 10.000,00	R$ 3.320,00
Faturamento Médio	R$ 19.531,00	R$ 24.000,00	R$ 8.228,00	R$ 6.331,55
Média de Despesas	R$ 2.988,16	R$ 11.121,81	R$ 4.612,00	R$ 480,05
Média de Retirada	R$ 4.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.850,00	R$ 475,00
LUCRO RETIDO	R$ 12.542,85	R$ 11.878,19	R$ 1.766,00	R$ 5.376,50
% Médio Lucratividade	83,6%	22,8%	17,7%	161,9%

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Para que compreenda-se corretamente as informações contidas na Tabela 1, é imprescindível, destacar que apenas a empresa Alfa, possuía controles que permitiam retroagir os dados para antes do mês de agosto, mas mesmo assim, os controles eram parciais e por vezes ineficientes. Com relação as demais organizações, destaca-se que ocorreu uma grande dificuldade no que refere-se a coleta de informações de cunho financeiro. Desta forma, conseguimos observar que a empresa que teve maior volume de faturamento foi a Beta com faturamento de R$24.000,00, foi possível analisar que seu controle

ISBN 978-65-5629-077-5

mensal não era tão rigoroso e não possuía muito controle onde o mesmo se fosse fazer um controle de caixa mais detalhado poderia ter uma relação mais detalhada se estava gastando ou lucrando mais, e sendo assim possuir um olhar gerencial de sua empresa.

A empresa que teve um maior número de Despesas também foi a Beta com R$ 11.121,81 logo com sua retirada mensal, o seu lucro foi o segundo com R$ 11.878,19, analisamos que realmente possui uma necessidade de controle para analisar onde está o erro, se é na formação e agregação de preço na mercadoria, gastos excessivos, para assim poder ter um melhor desempenho, possivelmente uma maior retirada e consequentemente um maior Lucro. A empresa que apresentou uma maior Média de retiradas foi a empresa Alfa com R$ 4.000,00 e um Lucro retido de R$ 12.542,85, nesta empresa foi possível verificar que ela é uma das mais organizadas em relação suas receitas e despesas, apesar de sua retirada ser a maior de todas também possui um maior lucro neste momento destacamos a importância dos controles em uma organização onde faz toda a diferença para a Empresa e sua organização.

A empresa que apresentou uma % Média de Lucratividade foi a empresa Gama com 161,9%, esta empresa foi a que mais apresentou dificuldades e déficit de controles onde fazia alguns controles básicos, e sendo assim não conseguia-se apurar o lucro real da empresa, e com isso suas retiradas erram baixa pois não tinha o controle mensal da empresa para comparar se poderia estar tirando mais ou estar investindo mais e ampliando sua loja.

Quando analisamos o aspecto relacionado ao controle de estoque, destaca-se que apenas a empresa Alfa, apresentou possuir esta característica. Enfatiza-se que as demais, possuem conhecimento apenas do volume de compras, ele é de suma importância, por sem possuir o controle e o detalhamento das mercadorias que encontrasse em estoque, não conseguimos apurar o seu custo, formação de preço, acompanhar o aumento das novas mercadoria ou as mesmas com ajustes do mercado, agregar despesas gerais da empresa nos mesmos para não se apurar despesa no final do período, Entretanto empresas que possuem um controle consegue verificar se poderá fazer uma promoção para estar arrecadando dinheiro para fazer compras de novos produto, consequentemente estar tirando o produto antigo em seu estoque o qual não há muita procura, e com isso obtendo sempre seu giro de estoque atualizado, com produtos novos para tentar acompanhar as tendências de mercado, e ainda gerando uma maior lucratividade.

Outro Fator que é de suma importância em uma empresa é as retiradas dos sócios, que equivalem como um salário para os proprietários e assim evitando misturar as contas da Pessoa Jurídica com a Física, o valor corresponde ao mesmo pode ser definido pelos empreendedores desde que a empresa comprove recursos suficientes para se mantiver, podendo ser feita de diversas maneiras, diárias, mensais, anuais, desde que sempre haja o controle efetivo das retiradas.

De maneira complementar, foi realizado o levantamento através dos lançamentos na parte fiscal do sistema Cordilheira®, com a finalidade de identificar o volume e os valores de notas fiscais de entrada e saída para o período que compreendeu o estudo, as quais são evidenciadas através da

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 2.

Tabela 2: Controle de Notas de Entrada e Saída

EMPRESAS	VARIÁVEIS	N° Notas Lançadas	Valor Total das NF's
Alfa	Nota de Entrada	15	R$ 14.425,72
	Nota de Saída	23	R$ 5.976,31
Beta	Nota de Entrada	36	R$ 21.794,35
	Nota de Saída	0	
Ômega	Nota de Entrada	5	R$ 2.987,93
	Nota de Saída	0	
Gama	Nota de Entrada	3	R$ 6.962,51
	Nota de Saída	0	

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Por meio da Tabela 2, observamos que a empresa que possuiu maior movimentação em número de notas fiscais de entradas lançadas foi a empresa Beta com 36 Notas no valor de R$ 21.794,35, devido possuir bastante compra de bebidas com notas, Já a única empresa que apresentou notas de saída foi a empresa Alfa com 23 notas no valor de R$ 5.976,31, pois como vende para outras pessoas jurídicas emitem um determinado número de notas para receberem ou deixarem registradas, portanto as demais nenhuma delas emitem nota ou cupom fiscal.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da aplicação de controles contábeis na gestão das empresas classificadas como MEI. Para tanto adotou-se a pesquisa documental e descritiva para levantamento e análise dos dados. A pesquisa contou com a participação de quatro microempreendedores individuais.

Os principais resultados demonstram que os Micros Empreendedores Individuais realmente necessitam de um contador para lhe auxiliarem nos seus demonstrativos, fluxos de caixa, pois encontramos muitas dificuldades entre eles para controlar sua empresa, estoque dentre outros fatores, também analisamos que dentre as 4 empresas 1 delas obteve o maior resultado positivo, que possuía um controle de seu estoque e de suas finanças sendo assim também possuía uma separação de suas contas pessoais e jurídicas, fazia emissão de algumas notas de saída, contudo verificamos que a mesma foi a que mais possui-o desenvolvimento, dentre as demais.

Sendo assim destacamos novamente a importância dos controles, pois conforme há crescimento da empresa e seu faturamento poderá estar se desenquadrando do MEI, aumentando cada vez mais seu faturamento, portanto pensando grande e com altas probabilidades e chances de aumentar seu negócio e quem sabe assim estar abrindo alguma filial ou aumentando seu espaço, quantidade de funcionários, maior competitividade entre as empresas que não possuem devido controle.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se, o estudo de uma proposição de sistema que seja básico e gratuito, para poder se adaptar, para

ISBN 978-65-5629-077-5

assim controlar sua empresa de modo eficaz, obtendo dados reais de sua empresa, e depois fazer uma análise de como era o controle o faturamento e como ficou depois da aplicação e assim detalhando os pontos positivos e negativos encontrados na empresa e um relatório dos MEI's, relatando se foi importante ou não esse controle.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson Braga de**. DIFERENCIAÇÕES ENTRE A CONTABILIDADE FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL: UMA PESQUISA EMPÍRICA A PARTIR DE PESQUISADORES DE VÁRIOS PAÍSES 1, 2 e 3,** 2008. Disponível em:< https://www.scielo.br/pdf/rcf/v18n44/a02v1844>. Acesso em: 07 de Maio 2021.

ANDRADE, Stefani Ponte e BOFF, Caroline Dal Sotto. **FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO PARA TOMADA DE DECISÃO APLICADAS A UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**,2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Dani/Downloads/1252-Texto%20do%20artigo-3589-1-10-20141009.pdf>. Acesso em: 14 de Maio de 2021.

ARAÚJO, Fabrício Maximiano de E ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, 2019. Disponível em: < http://repositorio.fucamp.com.br/bitstream/FUCAMP/489/1/Importanciacontabilidadepara.pdf>. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **INTRODUÇÃO Á CONTABILIDADE**, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=4SlrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=livro+diario+contabilidade+&ots=upSXL9VYU8&sig=0807ewu07yIz3f2OoQwOzCy7LXI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 de Maio de 2021.

BAGGIO, Adelar Francisco e BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**, 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Dani/Downloads/612-2762-2-PB.pdf>. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

BISPO, Claudio dos Santos, et al. **Empreendedorismo e Inovação,** 2020. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rIhQQkvCjwEJ:www.uniceusa.edu.br/aluno/arquivos/artigo_empreendorismo_inovacao.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br >. Acesso em 27 de Agosto de 2021.

BONHO, Fabiana Tramontin, e*t al*. **Contabilidade Básica,** 2018. Disponível em: https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788595027411/2>. Acesso em 15 de Maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. **CONTABILIDADE GERENCIAL,** 2008. Disponível em:< https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/192/Contabilidade%20gerencial.pdf>. Acesso em: 07 de Maio de 2021.

CANNAVINA, Vando Cardoso e PARISI, Claudio. **GESTÃO PÚBLICA EM ENTIDADES BRASILEIRAS: ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ÀS NORMAS COSO/INTOSAI1**, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Dani/Downloads/4250-17019-1-PB.pdf>. Acesso em 15 de Maio de 2021.

CHUPEL, Jéssica Fernanda *et al,* **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, 2020. Disponível em:< file:///C:/Users/Dani/Downloads/161-512-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 de Abril 2021.

CONCEIÇÃO, Sulivan Viera da. **IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO UTILIZANDO A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM UMA EMPRESA COMERCIAL**, 2016. Disponível em:< https://www.fucap.edu.br/dashboard/biblioteca_repoisitorio/e2dbac2940be16fe270168a55dcfcd05.pdf>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

COVA, Carlos José Guimarões. **Os Impactos da Assimilação da Norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS 15), que Trata do Reconhecimento das Receitas de Contratos com os Clientes, e seus Efeitos Assimétricos nas Demonstrações Financeiras das Empresas Brasileiras**, 2015. Disponível em:< http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2623/2205>. Acesso em 12 de Maio de 2021.

DAMY, Antonio Sergio Azevedo. **COMO CLASSIFICAR AS PESQUISAS?1,** 2002. Disponível em: < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38881088/como_classificar_pesquisas-with-cover-page.pdf?Expires=1622858970&Signature=cQuRuFmIAfsS1XvS8~Lsgm8g5c0PNQqVf9X0bO1majrtZFs~ppK51nhHHWxJT5b~M3lGFtFCop4TMtUp7zDUVMyRPmOot-aAtsFVmZDYu1uIH-88ZwIWSRLIfRpB5YWjDuQQ4k7t5mZ9d4~TZEL7is2WdQIk4ajIEs8ecB-DUNsDV3DBNZQXoKaRM36PF~eMUACnz5BKEjQgxjkkfGimbiCbnE1klGfjQ-QsWCDTswTzGZBt~KFDvdUktdgOHVdKt-gnaj-NgsxkqSq5DOQHsHwYnzgWpoSwAxufGqQBcNcYSUCwf-8EZZN4CmJoTBjEqN~wvzKNt7TerUDRJz~muw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 04 de junho de 2021.

DINSDALE, Geoff, *et al.* **Metodologia para medir a satisfação do usuário no Canadá: desfazendo mitos e redesenhando roteiros**, 2000. Disponível em:< https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/636/1/Metodologia%20para%20medir

ISBN 978-65-5629-077-5

%20a%20satisfa%c3%a7%c3%a3o%20do%20usu%c3%a1rio%20no%20Canad%c3%a1.pdf>. Acesso em 15 de Maio de 2021.

ECONOMIA. **2020 tem recorde de abertura de empresas; MEIs crescem em 2,6 milhões**, 2021. Disponível em: < https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/02/2020-tem-recorde-de-abertura-de-empresas-meis-crescem-em-26-milhoes.htm#:~:text=Quantos%20aos%20microempreendedores%20individuais%20(MEI,Brasil%20s%C3%A3o%20enquadrados%20como%20MEI.> Acesso em: 01 de Abril de 2021.

ESPERIDÃO, Monique e TRAD, Leny Alves Bonfim. **Avaliação de satisfação de usuários**, 2005. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232005000500031&script=sci_arttext >. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

FELIX, Gabriela Lima e DIAS, Tays Cardoso. **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O AMBIENTE CORPORATIVO**, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1498>. Acesso em 11 de Maio de 2021.

FERNANDES, Francisco Carlos *et al.* **CONTROLES INTERNOS: COMPARATIVO ENTRE ESTRUTURAS PADRÃO**, 2010. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/536.pdf>. Acesso em: 15 de Maio de 2021.

FERNANDES, Jean Carlos, *et al.* **O Microempreendedor Individual (MEI): vantagens e desvantagens do novo sistema**, 2010. Disponível em: < http://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/PDF-D16-08.pdf>. Acesso em 16 de Maio de 2021.

FILHO, Luiz Antônio Bastos**. A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, 2019. Disponível em:< http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/bitstream/123456789/222/1/Luiz%20Antonio.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **METODOS DE PESQUISA,** 2009. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf >. Acesso em 28 de Maio de 2021.

GIMENES, Aline Angeli. **FLUXO DE CAIXA**, 2011. Disponível em:< http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0081.pdf>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

ISRAEL, Fernando**. PESQUISA QUALITATIVA – CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES,** 1996. Disponível em: <

ISBN 978-65-5629-077-5

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54648986/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO-with-cover-page.pdf?Expires=1622863151&Signature=YFI2H6X5hG33UlSMTdMT2TNmna3I-TxdP3j0rUf6akH0fuj~LehjiYVXQajijVgv8-3YMCNNokOU~SFui47q6~82lDVi9xhEwcYFlGdWRM6fKlge9Iy1x9SHH4debkKC9mrggkRjwwcfbYczGfs0lDrYwVJV97N1vrOlbF4pfa3dwx0C9mj3KoFoghlgeBcSqOEzZwjSZXL2jhcZTczEcvlj4j-odmMoHcunra7OpORn4ciu1kiS4g-6G7MuwitKBnDQ3vHSqSYfbrgmTr0Ug8YBh8Z5Dg~q2rUPehbGkAqmWSH3VCbyKhqbQhSILtvDRDLaI7acQsMyBszU63TsTA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA >. Acesso em 04 de Junho de 2021.

MANGUALDE, Bruno Ramos. **A EVIDENCIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DAS REFORMAS INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA: estudo comparativo acerca do Balanço Patrimonial do setor público brasileiro**, 2011. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4738/2/Mangualde%20Bruno%20Ramos.df>.Acesso em: 10 de Maio de 2021.

MARION, Jose Carlos e Ribeiro, Osni Moura. **INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE GERENCIAL**,2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kD1nDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=contabilidade+gerencial&ots=JjrMjr_rGX&sig=yPiNMnX7wTHmigb54JALzSbO6qY#v=onepage&q=contabilidade%20gerencial&f=false>. Acesso em: 07 de Maio de 2021.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**, Contabilidade Empresarial: 7 ed. São Paulo, Editora Atlas S.A -2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade Versus Fluxo de Caixa,**1999.Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cest/a/Pf7M9PrfT3yTFR5b34vMyvL/?format=pdf&lang=pt >. Aceso em 29 de Agosto de 2021.

MORAIS, Maria Aparecida Silva e FILHO, Raimundo Ivan Feitosa. **A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI),** 2019. Disponível em:< file:///C:/Users/Dani/Downloads/1505-5764-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 de Abril de 2021.

MORAIS, Maria Aparecida Silva e FILHO, Raimundo Ivan Feitosa. **A RELEVÂNCIA DO CONTADOR PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, 2019. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1512/0. Acesso em: 12 de Maio de 2021.

OLIVEIRA, Everaldo Leonel de e BEUREN, Ilse Maria. **ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES DE GESTÃO ÀS CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS EM EMPRESA FAMILIAR DO RAMO DE PAPEL E CELULOSE,** 2009. Disponível em:<

ISBN 978-65-5629-077-5

https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5534/4023>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **CONTABILIDADE GERENCIAL**, 2012. Disponível em:< https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=phJkhgva1_4C&oi=fnd&pg=PA7&dq=contabilidade+gerencial&ots=1-WAjzPSY2&sig=fq7JmfUjAqH0fzcHyi29PGFiLyQ#v=onepage&q=contabilidade%20gerencial&f=false>. Acesso em: 07 de Maio de 2021.

PERES, Nícolas Rérison Bibiano Margarida *et al*. **O PAPEL DO ATIVO NO BALANÇO PATRIMONIAL – UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE SEUS COMPONENTES**, 2013. Disponível em: < http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/resumos/ECO305.pdf>. Acesso em: 10 de Maio de 2021.

PIVETTA, Geize. **A UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS EMPRESAS:**

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, Evandro e ARMOND, Álvaro. **EMPREENDEDORISMO**, 2008. Disponível em: < http://www2.videolivraria.com.br/pdfs/4826.pdf >. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

REQUIÃO, Jailson, *et al.* **A IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO EM UMA PEQUENA EMPRESA FAMILIAR DO RAMO FARMACEUTICO**, 2009. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/siepe/isiepe/pdf/resumo_980.pdf>. Acesso em: 16 de Maio de 2021.

RIBEIRO, Osni Moura. **CONTABILIDADE BÁSICA**, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mhlsDwAAQBAJ&dq=livro+diario+contabilidade&lr=lang_pt&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s. Aceso em: 10 de Maio de 2021.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**, 2021. Acesso em: < https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD >. Acesso em: 28 de Junho de 2021.

SILVA, Daniel José Cardoso, *et al.* **Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas?,** 2010. Disponível em: < file:///C:/Users/Dani/Downloads/12526-Texto%20do%20Artigo-70507-1-10-20111119.pdf >. Acesso em 17 de Maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, Dirceu da, *et al.* **PESQUISA QUANTITATIVA: ELEMENTOS, PARADIGMAS E DEFINIÇÕES,** 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Dani/Downloads/297-1372-1-PB.pdf >. Acesso em: 04 de Junho de 2021.

SILVA, Rozelma Aparecida da e FAVERO, Hamilton Luiz. **RELATÓRIO TÉCNICO DE CONSULTORIA EM CONTROLE FINANCEIRO NA EMPRESA ABC LTDA - ESTUDO DE CASO**,2017. Disponível em:< file:///C:/Users/Dani/Downloads/63-Texto%20do%20artigo-171-1-10-20171214.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2021.

SOARES, Maurélio e SCARPIN, Jorge Eduardo**. A convergência da contabilidade pública nacional às normas internacionais e os impactos na aplicação da dre na administração direta,** 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4775/477549000003.pdf>. Acesso em 10 de Maio de 2021.

SOMMERFELD, Matheus. **7 relatórios gerenciais mais importantes para sua empresa**, 2020. Disponível em: < https://ibssistemas.com.br/7-relatorios-gerenciais-mais-importantes-para-sua-empresa/>. Acesso em: 07 de Maio de 2021.
UM MODELO PARA A PEQUENA EMPRESA, 2005. Disponível em:< https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/6229/3729>. Acesso em: 11 de Maio de 2021.

VALVERDE, M. **Vendas de veículos seminovos e usados crescem 34,7% em Minas.** 2021. Disponível em: https://diariodocomercio.com.br/economia/vendas-de-veiculosseminovos-e-usados-crescem-347-em-minas/. Acesso em: 20 jun. 2021.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2021**. 2021. Disponível em: https://wearesocial.com/digital-2021brazil. Acesso em: 22 set. 2021.

YIN, R. K. **Case study research, design and methods (applied social research methods).** Thousand Oaks. California: Sage Publications, 2009.

ZOTE, J. **Twitter hashtags:** How to find and use the right trending hashtags. 2020.
Disponível em: https://sproutsocial.com/insights/twitter-hashtags/. Acesso em: 23 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E RETORNO ENTRE 2006 E 2021.

João Pedro Beck Dotti[1]
Rafael Maximiano Ferreira[2]

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre os temas relacionados as práticas ESG/ASG, tema que é extremamente importante na atualidade, frente a diversas situações que o mundo enfrenta, no que tange os aspectos, ambientais, sociais e de governança corporativa. O objetivo da pesquisa foi identificar qual é a estrutura de composição e a rentabilidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 entre os períodos de 2006 a 2021. A metodologia empregada na pesquisa, foi mista, uma vez, que combina, técnicas qualitativas e quantitativas, o caráter foi descritivo e operacionalizada através de pesquisa documental, com dados obtidos através dos portais da B3. Os principais resultados demonstram como o ISE é composto, identificando quais são as empresas que mais atuam e setores de maiores referências dentro do índice, além de apresentar como é seu comportamento diante de momentos de pico e crise, com isso, entende-se que os investimentos relacionados ao índice ISE possuem uma maior segurança visto a sua baixa volatidade durante os períodos de quedas, com isso se compreende a maturidade das empresas ao buscarem pelo ESG visto que o interesse dos investidores vem aumentando.

Palavras-chave: 1. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). 2 ESG. 3. Retorno. 4. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). 5. Empresas.

1. INTRODUÇÃO

A temática sobre o impacto ambiental e social dos investimentos não são assuntos novos (CVM, 2020), entretanto nos últimos tempos vivencia-se significantes mudanças climáticas, aumento dos acidentes ambientas, escassez de recursos naturais, entre outras transformações que estão ocorrendo e alterando até mesmo nas condições de trabalho, impactando diversos setores da economia. Destarte, é de suma importância analisar a gravidade desses impactos e adotar medidas estratégicas para combatê-los, é notável o aumento de debates relacionados à sustentabilidade nos mais diversos setores, porém o que apresenta mais força dentre eles é o mercado financeiro e de capitais. Destaca-se, o desenvolvimento de pesquisas cientificas, que buscam analisar qual é o impacto que as mudanças no meio ambiente causam aos modelos de negócios adotados nas empresas, uma vez, que neste cenário surgem riscos e oportunidades (CASTRO; LEMME, 2015).

O mercado de capitais está sendo um dos principais responsáveis por impulsionar o crescimento sustentável econômico, dando mais relevância à sustentabilidade, isso faz com que cada vez mais exija das organizações uma readequação na forma com que a empresa age e em seus processos produtivos. Por outro lado, é preciso ter uma visão do gestor em que sofre pressão dos consumidores e da sociedade, como se não bastasse, adotar uma postura sustentável acarretam

[1] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel

ISBN 978-65-5629-077-5

custos adicionais para a empresa uma vez que é necessário realizar investimentos em metodologias sustentáveis para o funcionamento, levando em consideração também um ponto negativo é que não há uma análise concreta em que adotando o ESG a empresa aumentará seus lucros. Entretanto, uma pesquisa realizada pela McKinsey (2012), apresentou que os clientes estão dispostos a pagar mais pelos produtos e serviços que contribuírem com o meio ambiente ou causas sociais.

No mundo como um todo, principalmente nas duas últimas décadas surgem investidores, com uma nova filosofia de análise de negócios, o investimento sustentável, ou se denominando como "investidor responsável', que integra na tomada de decisões os fatores que atendam práticas ambientais, sociais e de governança nas empresas. Caso concreto é a elaboração do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que desde a criação em 2005, busca criar um método de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade ética das corporações (B3, 2021).

A popularização das questões ESG após cinco anos do Acordo de Paris realizado em 2015, vem tendo impacto muito positivo em relação às agendas de discussão mundiais. No aspecto social, são relevantes as vantagens da incorporação dos critérios ambientais, sociais e governança corporativa pelas empresas. Tais fatos indicam a existência de um processo de evolução na gestão. No exterior, Fink (2020), CEO da maior gestora de ativos global *BlackRock*, escreveu uma carta no *site* da organização a todos os clientes anunciando o posicionamento da empresa em relação à sustentabilidade, colocando-a como o coração na estratégia de investimentos e futuro das empresas.

Segundo a ANBIMA (2021) as questões ambientais, sociais e de governança são tratadas com foco na sustentabilidade em um horizonte de longo prazo. Tal situação, acaba por proporcional um cenário palpável, para que os gestores implementem os critérios em sua organização e tomadas de decisões. Ainda contribuem com respostas sobre o que significa cada critério do ASG, o Ambiental remete ao uso de recursos naturais, a emissão de carbono, poluição e tecnologia limpa, o Social remete às políticas e relações de trabalho, inclusões e diversidades, treinamentos de equipe e a segurança de dados, a Governança é a independência do conselho, como é a diversidade na composição da administração, a remuneração dos participantes, a ética e a transparência.

O alinhamento dos critérios do ESG forma uma base responsável e que dão segurança aos investidores. Uma vez que os interesses a respeito de minimizar os passivos ambientais, praticar ações sociais, ética e transparência estão sendo buscados cada vez mais pelos investidores e fundos de investimentos. O Brasil, constitui-se como um dos pioneiros nesta área ao elaborar um índice que capte, tais variáveis. Sendo assim, chega-se na pergunta-problema da pesquisa: Qual é a estrutura de composição e a rentabilidade do índice de Sustentabilidade Empresarial da B3?

Com o intuito de responder a pergunta-problema, elaborou-se o seguinte objetivo geral: Identificar qual a estrutura de composição e a rentabilidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 entre os períodos de 2006 a 2021.

A pesquisa encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo este primeiro intitulado de introdução, o seguinte chamado de referencial teórico, o terceiro versando sobre a metodologia empregada no trabalho. O quarto capítulo detém-se sobre a análise dos dados obtidos e o último capítulo apresenta um compendio sobre as principais conclusões alcançadas.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordado sobre temas que estão dentro dos aspectos do ESG, como sustentabilidade, os créditos de carbono e investimentos responsáveis, visando entender os impactos ambientais e as formas de como as companhias podem adaptar em seus produtos e serviços, caso não seja possível, outros investimentos que não sejam da operação e que estão alinhados com o ESG.

2.1 ESG

A sigla ESG é apresentada na atualidade com os significados de práticas voltadas aos cuidados do meio ambiente, social e de governança. Para o BTG Pactual (2020) esses três pilares estão sendo utilizados como base para avaliar se um negócio apresenta sustentabilidade, cada um carrega seu significado, sendo no geral, a eliminação de poluentes e cuidados com a natureza, segurança e bem-estar no trabalho, diversidade, gestão qualificada e transparência de informações.

Segundo Millet (2021), a pandemia provocou aos seres humanos a conscientização de que são dependentes dos sistemas naturais. Muitos começaram a trabalhar com ideias de que as mudanças climáticas e desigualdades sociais são riscos que devem ser mitigados para constituir um mundo mais inclusivo e resistente no longo prazo.

Segundo a CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (2019), o Acordo de Paris é um tratado mundial que tem como objetivo principal reduzir a emissão de gás carbônico e assim reduzir o aquecimento global. O Acordo de Paris foi negociado durante a conferência da ONU sobre as mudanças climáticas em 2015, na cidade de Paris. As medidas adotadas passaram a valer a partir do ano de 2020 para todos os 195 países que assinaram o tratado. Ademais outras metas traçadas no Acordo de Paris além do objetivo principal que é a redução de gases poluentes, sendo essas metas limitar o aumento da temperatura a 1,5°C; investir em suporte financeiro e tecnológicos aos países menos desenvolvidos e proporcionar a cooperação entre sociedades para fortalecer ações de combate ao aquecimento global.

2.1.1 Meio ambiente e Sustentabilidade

A letra "E" na sigla ESG tem a abreviação de "*Environmental*" que traduzido é a tratativa Ambiental, dentro dos pontos ambientais podem ser abrangidos a emergência climática, Amazônia 4.0 e a economia verde.

O impacto causado pelas commodities na degradação socioambiental causou a necessidade de explorar um novo projeto sustentável chamado Amazônia 4.0. Segundo Becker (2005), em 1980 surgiu uma nova proposta a qual tinha objetivo o crescimento econômico, inclusões sociais e a conservação do meio ambiente.

Para Ponte (2017) essa proposta ainda estava vinculada diretamente com os interesses da dinâmica do capital, permitindo apropriações das riquezas da região e no fim privilegiando os compradores internacionais e desfavorecendo os moradores locais. Restando uma urgência necessidade de implementação de um projeto em que promovesse o desenvolvimento social e econômico da região e que não degradasse o meio ambiente.

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme Nobre (2019) o projeto com nome de Amazônia 4.0 tem propósito no emprego de alta tecnologia, para que o Brasil não se torne uma potência agromineral, mas sim uma potência ambiental, não se limitando apenas em exportar os produtos primários com altíssimo impacto ambiental.

A economia verde surgiu a partir do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Pnuma) em 2008, em que consistia em uma pesquisa a nível global para dar assistência e apoiar os investimentos ambientais com o contexto de desenvolvimento sustentável. Graças à essa iniciativa e com auxílio de outras agências, a economia verde e a erradicação da pobreza foram incluídas na Rio+20 ocorrida em 2012 (UNEP, 2021).

Afirma Viola (2005), que por mais que surjam acordos e protocolos, os países se prontificam estigados a cooperar para amenizar os impactos climáticos, entretanto os fazem a partir do interesse em maximizar apenas os ganhos nacionais, tornando complicado o andamento do projeto acordado internacionalmente.

A emergência climática que está sendo enfrentada nos últimos anos exige uma ação imediata e adequada. Segundo o Pnuma (2021), é uma das crises mais ameaçadoras de todos os tempos, na qual se o mundo não tomar nenhuma medida estará caminhando para uma ameaça existencial. Entretanto, reforça a contribuição dos países em implementarem o Acordo de Paris para ajudar os menores a se desenvolverem e então assim adotar estratégias de reduzir as emissões de gases do efeito estufa, desmatamento e degradação florestal.

Um case conhecido referente aos cuidados ambientais, principalmente sobre a camada de ozônio e o aquecimento global, é o estudo do spray aerossol. De acordo a WWF (2010), foi feito uma descoberta por cientistas no ano de 1977 sobre um buraco na camada de ozônio, e então foi identificado que o gás CFC contido nos sprays aerossol e equipamentos de refrigeração são danosos ao processo natural da formação da camada. Ocorre que quando uma molécula de CFC era liberada, podia ser capaz de destruir até cem mil moléculas de ozônio, surgindo assim cada vez mais buracos. A solução tomada nesse case foi de buscar substituir o gás danoso por outros gases que sejam "inofensivos" para o meio ambiente, não causando danos à camada de ozônio e reduzindo o aquecimento global.

2.1.2 Social

A letra "S" na sigla do ESG tem a abreviação de "*social*" que leva o propósito das inclusões de sociedades, com certa influencia no desempenho financeiro das empresas, sendo o aspecto social do investimento sustentável.

A S&P Global (2019), relata que as empresas dependem de uma boa formação na força de trabalho para não ocorrerem greves trabalhistas ou protestos de consumidores que impactem na sua lucratividade, prejudicando a reputação de uma empresa. Os consumidores e investidores podem utilizar o indicador social como maneira de avaliar o potencial da empresa, algo que está ocorrendo, mostrando que há sim a preferência por empresas que prestam atenção nas questões sociais.

Segundo Kanan (2010), os cargos de liderança ocupados por mulheres são a minoria, por mais que há expressivo número de mulheres dentro das empresas, isso demonstra que ainda existem atos discriminatórios. Conforme pesquisa realizada no Brasil em 2014, somente 14% dos altos níveis são direcionados por mulheres, ou seja, a grande maioria presente na direção ainda é ocupada por homens

ISBN 978-65-5629-077-5

(LOUREIRO; IKEDA, 2013).

Para Bellan (2002), promover a diversidade nas empresas funciona como uma vantagem competitiva no mercado, podendo garantir benefícios do ponto de vista ético, valores econômicos positivos, desempenhos financeiros, maior produtividade, satisfação e potencial dos trabalhadores.

Segundo Almeida (2020), a presença feminina nos conselhos de administração vem se ampliando. As empresas que tem maior representatividade das mulheres sendo protagonistas são: Magazine Luiza com 43%; Santander com 33% e a TIM com 30%. Sayuri (2020) reforça que apesar de ter empresas com bons exemplos, o cenário ainda é muito desigual, sendo menos de 4% mulheres CEOs ao comparar nas companhias de capital aberto.

Conforme a revista Exame (2020), quanto mais próximo aos altos cargos, menos negros são vistos ocupando tais responsabilidades. De acordo Granato (2020), ações realizadas pela Bayer e a Magazine Luiza visam acelerar a carreira dos negros recém-formados com potencial para assumirem cargos de gestão, tal ação foi o programa de trainees de 2021, sendo exclusivamente para profissionais negros.

No artigo "*Why diversity matters*" ("Por que a diversidade importa") publicado pela McKinsey (2015), destaca que as empresas que possuem grande diversidade racial e etnia tem 35% mais probabilidade de ter retornos financeiros acima das respectivas medianas de mercado. E as empresas que possuem diversidade de gênero tem 15% mais probabilidade de obter retornos financeiros acima das médias.

2.1.3 Governança

A letra "G" na sigla ESG tem significado de "*Governance*" ou traduzido, tem responsabilidade na Governança Corporativa, critério que trata sobre a transparência de informações, a política de remuneração da alta administração, sobre a diversidade na composição do conselho de administração e como são distribuídos os direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes na empresa, como o conselho, gerentes, acionistas e partes interessadas.

De acordo com o S&P Global (2020), quando se tratam sobre o ESG, muitos acabam esquecendo do fator de governança dentro das discussões entre as mudanças climáticas, implicações sociais e demais riscos ou oportunidades. Entretanto, vale ressaltar que as inadequadas práticas de governança corporativa estão no centro de alguns dos maiores escândalos corporativos. Visto que há muitos erros diante das empresas e da crescente consciência da diversidade global e da desigualdade de renda, a governança corporativa se torna um ponto chave do ESG.

No Brasil, foi criado pela Bovespa o índice de governança corporativa da B3 (IGC B3), tem objetivo de ser um indicador de desempenho médio das cotações das empresas listadas. O resultado do IGC é composto por uma carteira teórica de ativos, a qual é elaborada por uma série de critérios estabelecidos na metodologia. A composição do índice é por ações e *units* exclusivamente das empresas listadas na B3 e que não estejam incluídas em BDRs, ativos em recuperação judicial ou extrajudicial, regime de administração temporária, intervenção ou negociados em situação especial.

Segundo Tang (2019), pesquisa realizada da S&P Global sobre os fatores de governança mostrou que as empresas que não tem características de boa governança corporativa são mais propensas à má gestão e arriscam a capitalização

ISBN 978-65-5629-077-5

de negócios ao longo prazo. Os critérios utilizados para avaliar o desempenho de governança foram os fatores de estrutura e supervisão, código e valores, transparência e relatórios, e riscos cibernéticos.

A diversidade e equidade de gênero é outra tratativa na governança, ocorre que muitos acionistas estão exigindo melhor representação das mulheres nos conselhos corporativos e cargos executivos, além de remuneração igual a mulheres e pessoas de cor, isto é, aumentar a diversidade e inclusão. Pesquisa da S&P revelou que as empresas as quais possuem mais mulheres nos cargos executivos e no conselho de administração tiveram melhor desempenho financeiros do que empresas menos diversificadas (S&P Global 2020).

2.2 VANTAGEM COMPETITIVA

O ESG está sendo cobrado mais do que nunca pelos clientes, fornecedores, acionistas e stakeholders. Cobrança na qual as empresas precisam demonstrar qual a sua posição em relação às questões ambientais, sociais e de governança, em outras palavras, como a empresa está cuidando das pessoas e do meio ambiente e de fato a sua representatividade no mundo (KPMG 2021).

Segundo a Genial Investimentos (2021) há vantagens e desvantagens em investir em empresas adaptadas aos critérios ESG. Dentro das vantagens há a competitividade a longo prazo, isso significa que, no longo prazo as empresas serão forçadas a adotar o ESG, então as empresas que investirem agora podem antecipar os altos custos futuros para retomar a competitividade, além de conquistar os consumidores; outro ponto são os investimentos socialmente responsáveis os quais chamam a atenção dos investidores, não sendo apenas uma empresa que busca lucro, mas sim com visão de conscientização social e que tende a promover um futuro saudável; por fim, pode-se citar uma performance financeira superior visto a crescente onda de investidores sustentáveis, créditos verdes e também fundos de investimentos que tendem a habilitar capitais com taxas menores.

Por outro lado, as empresas sofrem e precisam arcar com os custos de adaptar os critérios ESG. As desvantagens que podem ser destacadas é o fato da empresa precisar aumentar suas despesas para garantir de que todos os requisitos na agenda estão sendo cumpridos, precisando assim contratar auditores fiscais, serviços de *compliance* e melhorar a comunicação com seus terceiros; outro detalhe importante é a flexibilidade pelas empresas, isto é, as tomadas de decisões ficam mais limitadas, principalmente às que são tomadas em cima da hora, sem consultar os terceiros e caminhos sem previsão estatutária. Nesses pontos o ESG acaba implicando como algo negativo para os sócios-administradores, visto que, exigindo uma maior transparência e comprometimentos, consequentemente a administração fica mais engessada, com dificuldade de adaptação lenta e burocrática (REIS, 2020).

A famosa empresa de refrigerantes Coca-Cola é um dos cases que já se anteciparam e começaram a planejar antes do assunto sobre ESG vir à tona, colocando em prática a ação de reciclar todas as suas embalagens até 2030. A empresa traçou seu plano em três etapas de redesenhar, reusar e a reciclagem, as quais consistem em aumentar a matéria-prima reciclada para fabricar as embalagens dos produtos; aumentar a participação das embalagens que tenham ciclo retornável; e fazer parcerias com cooperativas de reciclagem para trabalharem em conjuntos (MOTA, 2018).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.3 INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

Os investimentos sustentáveis consistem em investir nas empresas que adotam as práticas do movimento ESG, sendo elas sociais, ao meio ambiente e à governança corporativa. O objetivo dos investimentos socialmente sustentáveis é buscar a promoção de mudanças positivas na sociedade e no meio ambiente. Deste modo, à medida que os investidores incorporam esses critérios em suas estratégias de investimentos, será notável o aumento da pressão sendo colocada nas empresas que não contribuem positivamente com tais objetivos.

A preocupação com o meio ambiente e o número de investidores sustentáveis tem aumentado no mundo todo. De acordo com o BTG Pactual (2020), no ano de 2020 o total aplicado em companhias que estão aderindo o ESG chegou à quantia de 250 bilhões de dólares, sendo nos Estados Unidos responsáveis por 20% de toda participação, e comparando com os anos anteriores houve aumento de 400%. Se analisar a rentabilidade dos fundos de ESG, a maioria obteve resultados acima da média, enquanto nos fundos tradicionais pouquíssimos tiveram resultados acima do esperado. No Brasil, o desenvolvimento e a crescente de investidores responsáveis vêm engajando aos poucos. É notável que o movimento ESG é uma tendência global que está associada às mudanças das legislações, dando incentivos para as empresas sustentáveis e punições para as que não se adequarem; a transformação geracional tem influência positiva, visto que grande parte dos investidores antigos buscam apenas resultados, os novos buscam o alinhamento de resultados e propósitos; outro motivo é a adaptação do modelo de negócio, em que as companhias precisam atender as regras e ao mesmo tempo os desejos dos consumidores, essa cobrança do público tende a aumentar o número de empresas elegíveis aos investimentos do ESG, impulsionando naturalmente mais oportunidade nas carteiras e os resultados das empresas e investidores.

Afirma a ANBIMA (2021), que investir em fundos sustentáveis são sim vantajosos, pelos motivos de que as empresas que cumprirem seus papéis terão benefícios e consequentemente a quem investe nelas. Quando analisado os investimentos sustentáveis, o investidor pode se deparar com empresas que tem um modelo de negócio definido que desempenha bem nos critérios do ESG, esse desempenho superior irá refletir nas empresas que estão se comprometendo com as melhorias socioambientais e econômicas do mercado, visto que se trata de um alinhamento às preocupações mundiais futuras.

Apesar das companhias e investidores que estão alinhados ao ESG demonstrarem nos últimos anos uma rentabilidade positiva e superior às demais, ainda não há nada que comprove tal desempenho. Os retornos positivos podem ter sido por conta de a sustentabilidade estar alinhada às necessidades do mercado e atraindo os consumidores, assim como, quem investe em companhias sustentáveis busca minimizar riscos, sejam climáticos ou de perdas. Outro fator que impacta as altas rentabilidades é a alta tendência momentânea, fazendo com que essa nova estratégia auxilia a moldar o mercado aos valores sustentáveis que os investidores e consumidores estão se comprometendo (ANBIMA, 2021).

O que é possível se basear quanto ao desempenho positivo dos ativos sustentáveis que os investidores estão buscando é o índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Esse índice busca analisar de forma comparativa a performance das empresas listadas na B3 no aspecto de sustentabilidade, justiça social e governança corporativa.

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com Hirata e Rezende (2020), que analisaram pesquisas feitas no Brasil pelo Credit Suisse com participantes de sua conferência, grande parte dos entrevistados avaliaram o tema de ESG como critério importante ou primordial, enquanto os outros 23,3% afirmaram que pretendem aumentar seus investimentos com base nos fatores de ESG.

Apesar das comprovações de que as empresas inseridas no modelo ESG estão se desempenhando melhor rentabilidade do que as empresas tradicionais que não se importam com os investimentos sustentáveis e motivações para no futuro amenizar os impactos ambientais, aumentar a diversidade nas organizações e buscar a transparência das informações, existem ainda controvérsias. Conforme Krausz (2021), o ex-diretor de Investimentos Sustentáveis da *BlackRock* chamado Tariq Fancy, foi contratado para levantar informações e incorporar os critérios ambientais, após o feito, disse que não encontrou valor nenhum nos dados. Fancy critica o ESG como apenas uma estratégia de marketing a qual cria uma relação de promessas falsas com a comunidade de investidores, dizendo que funciona apenas como um greenwhasing ao sistema econômico, como espécie de distração.

Por fim, a estrategista *Quant* de ações do *Bank of America*, Savita Subramanian destaca o ESG como, "Questões ambientais, sociais e de governança corporativa não são opcionais para o investidor. A incorporação de elementos ESG ao compor carteiras pode aumentar os retornos ao passo que reduzem o risco".

2.4 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem o objetivo de ser um indicador de desempenho de empresas selecionadas através de critérios que levam em consideração seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial. É utilizado como base e auxílio para os investidores tomarem decisões de investimentos na qual induza e incentiva as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que o ESG, práticas no meio ambiental, social e de governança corporativa, contribuem para a perpetuidade nos negócios. Se comparado o índice de sustentabilidade empresarial com o Ibovespa desde o seu ano de criação em 2005, o ISE B3 desempenhou uma rentabilidade de +294% contra +245% do Ibovespa, ainda no mesmo período, a oscilação dos ativos do ISE B3 foi menor sendo de 25% em relação a 28% do Ibovespa. O objetivo principal da criação do ISE B3 é a iniciativa em apoiar cada vez mais os investidores a acrescentar estratégias de investimentos responsáveis e induzir as empresas adotarem em seu escopo as melhores práticas de sustentabilidade empresarial (B3, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve caráter de pesquisa descritiva, de cunho quali-quantitativa ou também conhecido como método misto. Para Malhotra *et al.* (2001), a pesquisa mista ou quali-quantitativa é uma abordagem a qual tem propósito de tirar o melhor possível do objeto da pesquisa, a qual deve ser encarada como ideias complementares ao invés de concorrentes como outros autores citam. Trata-se essencial a pesquisa qualitativa que busca entender das abordagens matemáticas quanto ao tratamento de dados, trabalhando em prol das motivações, percepções, interpretações e extrair novos conhecimentos (LAVILLE & DIONNE, 1999).

A pesquisa possui caráter descritivo, pois segundo Gil (2002), as pesquisas

ISBN 978-65-5629-077-5

descritivas tem como objetivo primordial descrever as características de um determinado assunto tratado. Para Selltiz et al (1965), esse tipo de pesquisa busca descrever detalhadamente uma situação que está ocorrendo, permitindo assim abranger com exatidão a relação das características entre os eventos.

A operacionalização se deu através de pesquisa documental, espécie de levantamento de dados entre as empresas presentes no índice de sustentabilidade empresarial. A pesquisa documental segundo Silva e Grigolo (2002), baseia-se em materiais que ainda não receberam análise aprofundada. Sendo esse tipo de pesquisa, a qual visa selecionar, tratar e interpretar da informação bruta, buscando sentido e introduzir algum valor, com fim de contribuir com a comunidade científica.

A coleta de dados pode ser classificada como primária, uma vez que não passaram por nenhum método de refino antes de sua obtenção. Os mesmos dizem respeito a composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) entre os períodos de 2006 e 2021, tais informações foram obtidas através do sítio da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Também, foram apurados os dados sobre a rentabilidade (evolução) do índice ISE frente ao índice IBOVESPA, entre os períodos de 2006 e 2021, tais dados obtidos através do sítio da B3.

Para fins de análise os dados foram tabulados com o auxílio da planilha eletrônica do Microsoft Excel®. Evidencia-se também, que para fins de análise das oscilações no retorno dos índices ISE e IBOVESPA, optou-se por dividir os dados reportados pelo índice IBOVESPA por dez, visto que, desta forma a representação gráfica, para a análise das flutuações, demonstrou ficar mais latente.

As limitações encontradas na pesquisa têm relação com o período de análise e limitações em calcular um real diferencial entre os índices ISE e IBOVESPA.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os principais resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados. A mesma encontra-se dividida em duas seções, a primeira discorrendo sobre a evolução da composição de empresas por segmento no índice ISE e, a segunda, tratando sobre a comparação de rentabilidade entre os índices ISE e IBOVESPA.

4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Na presente seção será apresentada a evolução das empresas que compuseram o índice de sustentabilidade empresarial durante o período de 2006 até 2021, destaca-se que dentro do referido período observou-se 82 empresas as quais se apresentaram ao menos uma vez no índice ISE desde sua criação. Na Tabela 1, é apresentado um resumo com a participação e a quantidade de empresas por segmento que fizeram parte do índice no decorrer de sua trajetória.

Tabela 1 – Participação dos segmentos na composição do ISE

SEGMENTO	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	TOTAL
Água e Saneamento			1	1	1	2	2	2	2	1							12

ISBN 978-65-5629-077-5

Alimentos																2	2
Aluguel de carros		1													1	1	3
Auto e Motocicletas	1	1	1														3
Bancos	5	5	3	4	5	7	6	6	6	5	5	5	5	5	5	6	83
Carnes e Derivados	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1			1	3	18
Comércio										3	3	3	3	3	3	3	21
Educação						1	1										2
Energia Elétrica	8	8	11	11	11	11	11	11	11	10	10	10	9	8	7	9	156
Exploração de Rodovias	1	1	1				2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	23
Financeiros Diversos									1	1	1	1	1	1	1	1	8
Incorporações					1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Logística	1	1															2
Madeira				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Máq. e Equip. Industriais					1	1											2
Material Aeronáutico	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1					11
Minerais Metálicos						1	1	1	1	1				1			6
Motores e Compressores	1		1					1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
Papel e Celulose	3	4	4	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	1	2	37
Petróleo e Gás		2	1			1	1	1							1	3	10
Petroquímicos	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		16
Produtos de Uso Pessoal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
Seguradoras					1	1	1	1	1	1	1	1					8
Serviços Médicos	1	1	1	2	1				1	1	1	1	1	1	1	1	14
Siderurgia	1	4	3	2	3	2	2	2	2	2							23
Telecomunicações				2	3	3	2	3	3	2	2	2	2	2	2	2	30
Transporte Aéreo	1	2															3
Transporte Rodoviário										1							1
TOTAL	**28**	**34**	**32**	**30**	**34**	**38**	**37**	**37**	**40**	**39**	**34**	**34**	**30**	**30**	**30**	**39**	**546**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Analisando as informações tratadas na Tabela 1, é possível identificar os setores atuantes dentro do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), juntamente do dado referente se há alguma empresa de tal setor atuante no respectivo ano. Ao passar dos anos evidencia-se um aumento nas empresas interessadas em atuar neste índice visto à responsabilidade socioambiental vinculada ao ESG que está se potencializando.

Dentre a evolução do índice de sustentabilidade empresarial, é notável que alguns setores se destacam mais em relação ao número de empresas participantes e outros setores por participarem do índice em todas as suas formações. Buscando entender a relevância dos segmentos da B3 que compõe o ISE, vemos que os setores com maior representatividade em números de empresa participantes são os

ISBN 978-65-5629-077-5

de Energia Elétrica chegando a atingir 11 empresas do setor, Bancos atingindo até 7 empresas do setor participando do ISE, Papel e Celulose com 4 empresas, nos anos anteriores o segmento de Siderurgia chegou a ter participação ativa com 4 empresas dentro do índice e nos últimos anos as empresas de Comércio está se destacando mantendo 3 empresas ativas.

Se analisarmos historicamente a evolução do índice ao longo dos anos, conseguimos verificar quais segmentos apresentaram maior participação, dentre os segmentos, o de Energia Elétrica, Bancos, Papel e Celulose e Produtos de Uso Pessoal atuaram todos os anos desde a criação do índice, ou seja, participaram dos últimos 16 anos contribuindo para o desenvolvimento do ISE. Outro segmento que quase teve total participação ao longo dos anos é o setor Petroquímico que deixou de ser considerado no índice no ano de 2021, contudo esteve ativo nos últimos 15 anos. Ademais outros setores que tiveram boas atuações no ISE, o de Carnes e Derivados cooperando por 14 anos, também compondo por pelo menos 13 anos os setores de Telecomunicações, Exploração de Rodovias, Serviços Médicos e de Madeira.

Por outro lado, analisando ainda a Tabela 1, há segmentos que tiveram menor representatividade e relevância dentro do Índice de Sustentabilidade Empresarial, sendo até mesmo segmentos que tem alto impacto ambiental e setores importantes que se espera ter alta relevância quando se trata do assunto ESG. Observa-se que o segmento de Alimentos, Transporte Rodoviário, Transporte Aéreo, Educação, Máquinas e Equipamentos Industriais se apresentaram no ISE de 1 a 3 vezes durante toda a sua evolução. Se analisarmos essa questão de menor representatividade de tais setores, podem surgir críticas diretas, uma vez que se espera um melhor desempenho do segmento de Educação visando incentivar os investimentos sustentáveis.

De maneira adicional, outras situações podem surgir contra o setor de Transportes Rodoviários e Aéreos, visto que são atividades que não estão alinhadas totalmente ao ESG, pois são essenciais e para existirem contribuem com a emissão de CO2, consequentemente causando danos ambientais. A queima de combustíveis ainda se torna um grande obstáculo que pode ser demorado e custoso para ser substituído. Algumas das hipóteses para solucionar o caso essas empresas que atuam no segmento de Transportes são incentivos em plantio de árvores e projetos socioambientais, por esse lado essa representatividade deveria ser maior no índice. Na tabela 2, são listadas as empresas que mais vezes participaram da composição do índice de sustentabilidade empresarial.

Tabela 2 – Empresas com maior representatividade no ISE

EMPRESAS	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	GERAL
BRADESCO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
BRASIL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
CEMIG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
GRUPO NATURA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
BRASKEM	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		15
COPEL	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
ENERGIAS BR		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
ITAUUNIBANCO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	15

ISBN 978-65-5629-077-5

AES BRASIL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	14
CPFL ENERGIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	14
ELETROBRAS	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	14
ITAUSA	1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
LIGHT S/A			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
AES SUL			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		13
CCR SA	1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
DURATEX				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
TIM				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
EMBRAER	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1					11
SANTANDER BR						1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
TELEF BRASIL					1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
WEG	1		1					1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
BRF SA					1	1	1	1	1	1	1	1			1	1	10
ECORODOVIAS							1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
FIBRIA					1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			10
SUZANO S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1							1	10
TRACTEBEL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1							10

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Através da Tabela 2, é possível verificar as empresas que participaram acima de 10 vezes dentro do ISE. Nesse ranking temos o Banco Bradesco, o Banco do Brasil, a Companhia Energética de Minas Gerais e o Grupo Natura são os destaques em representatividade do Índice de Sustentabilidade Empresarial, constando presentes em todos os anos de sua evolução. As empresas Braskem, Copel, Energias BR e Itaú Unibanco também se destacam com sua representatividade sendo em 15 anos de todos os 16 anos de surgimento do índice, não participando apenas uma única vez. Em um terceiro lugar se intitularmos dessa forma no ranking, há empresas que participaram 14 anos no ISE que também vale o enfoque, sendo as empresas AES Brasil, CPFL Energia, Eletrobras, Itausa (holding do banco Itaú) e a Light.

Se analisarmos a Tabela 2, conseguimos verificar as empresas que mais estiveram presentes no índice e identificar seu respectivo segmento de atuação. As empresas que mais se salientaram no ISE foram as empresas de Energia Elétrica, com 9 empresas buscando a mais de 10 anos contribuir e se identificando com as ideologias destacas anteriormente ao que se refere ao ESG. Em um segundo lugar ficam as empresas do ramo de Bancos, sendo 5 empresas investindo em responsabilidade socioambiental há anos. Os demais setores tiveram menos empresas atuando fortemente como os segmentos citados anteriormente, na Tabela 2, tiveram os setores de Exploração de Rodovias, Telecomunicações e Papel e Celulose sendo representados por 2 empresas cada, já nos segmentos de Produtos de Uso Pessoal, Petroquímicos, Madeira, Material Aeronáutico, Motores e Compressores, Carnes e Derivados foram responsáveis por ao menos 1 empresa atuante em prol do ISE.

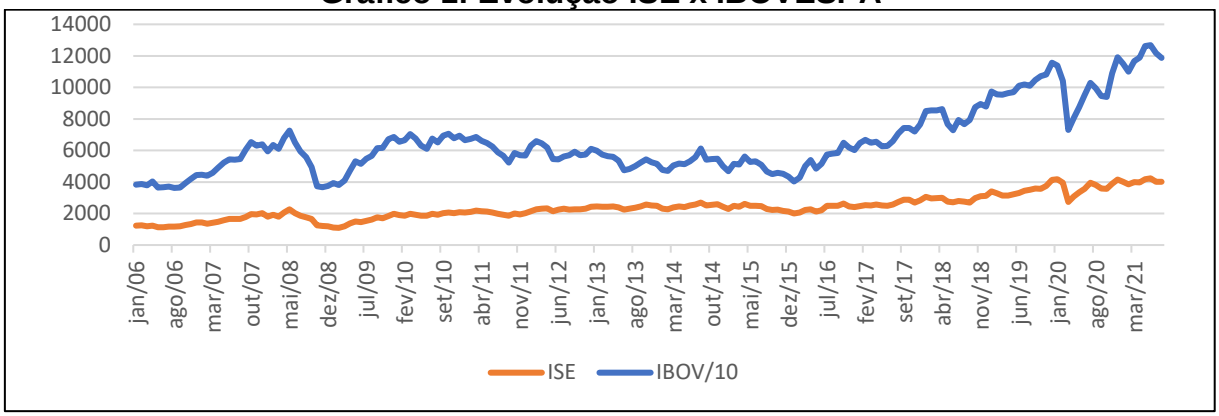
4. 2 COMPARATIVO ENTRE O ÍNDICE ISE E O ÍNDICE IBOVESPA

Nessa seção será estabelecida uma comparação entre a evolução do ISE e

ISBN 978-65-5629-077-5

do IBOVESPA, foram coletados os índices de fechamento mensal entre janeiro de 2006 e agosto de 2021, totalizando desta forma, 188 observações para cada um dos referidos índices. O comportamento apresentado pelos índices ISE e IBOVESPA, para o referido período, podem ser visualizados através do Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução ISE x IBOVESPA



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para realizarmos a análise e formação dos dados do Gráfico 1, foi preciso dividir os números da pontuação do IBOVESPA por 10 por conta de sua relevância numérica, sendo superiores em relação ao ISE. Com essa maior proximidade de números, conseguimos analisar o gráfico e identificar os pontos principais.

Através do Gráfico 1, é notável a evolução e crescimento de ambos os índices, sendo a semelhança de quando estão em período de crescimento, ambos crescem, porém não em mesmo nível de escala, por outro lado, quando há uma queda, é possível identificar em ambos essa baixa nos índices. O que pode ser o ponto chave para a busca dos investidores em empresas que estão alinhadas com o critério ESG e também presentes no ISE, se dá pela alta segurança, rentabilidade superior se validado isoladamente as empresas e a baixa volatilidade em relação às mudanças da B3. O contrário vemos no índice IBOVESPA, apresentando alta volatilidade, variações significativas ao longo dos meses, alta queda e menor segurança em comparação ao ISE.

No Gráfico 1, podemos observar dois eventos que apresentaram alta queda em ambos os índices, valendo ressaltar e comparar o alto impacto que causou no IBOVESPA e menor impacto no ISE. A primeira queda ocorreu em 2008, conhecida como a "bolha", essa queda ocorreu por conta de uma especulação imobiliária no EUA, sendo posta uma supervalorização de preços bem acima do mercado aos quais não estavam de acordo com a capacidade financeira dos cidadãos. Gerou-se assim uma quebra econômica, pois as hipotecas não tinham a liquidez esperada e houve aumento da taxa de juros e inflação. Esse movimento do mercado acarretou em um efeito chamado "bola de neve", resultando baixa no consumo, menores lucros e alta nas demissões, o ápice dessa crise foi a quebra do banco Lehman Brothers. A segunda queda ocorreu no início de 2020 gerada pelo surgimento e surto global do vírus Covid-19, o qual acarretou em estado de quarentena no mundo todo, essa pandemia dificultou o trabalho de muitas empresas, gerando baixos lucros, altos custos e demissão em massa.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar qual é a estrutura de

ISBN 978-65-5629-077-5

composição e a rentabilidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 entre os períodos de 2006 a 2021. Para tanto, procedeu-se com uma pesquisa descritiva e documental sobre as empresas que compuseram o índice, para tanto, foram analisadas as 82 empresas que o compuseram dentro do referido período, foram analisadas também os dados relativos ao valor de fechamento mensal dos índices ISE e IBOVESPA, se foram que coletou-se 188 observações para cada um dos respectivos índices.

Os principais resultados demonstram que de fato os investimentos no índice de sustentabilidade empresarial e nas suas respectivas empresas vinculadas fazem sentido visto que mesmo durante os períodos mais caóticos da bolsa de valores, momentos de alto impacto com crises, o desenvolvimento e rentabilidade dessas companhias diante do mercado não foram tão afetadas. O que se pode concluir através dos dados apresentados e com a análise histórica dos índices, é possível entender que por conta do índice ISE ser formado já por empresas capacitadas e adequadas ao ESG, possuem maior estabilidade e confiança dos investidores, ou seja, pode-se perceber que em comparação ao índice IBOVESPA, a sua volatilidade ao longo dos meses foi menor, mostrando que tais empresas enquadradas nos critérios sustentáveis são mais seguras.

Dentre as informações mencionadas ao decorrer o artigo referente à temática do ESG e sua análise e correlação com o índice de sustentabilidade empresarial, fica explicito e compreensível de que o número de empresas interessadas em participar do índice ISE vem aumentando novamente visto que o assunto veio à tona, por mais que seja um pequeno percentual comparando com todas as empresas atuantes no mercado de capitais do Brasil. Também conseguimos verificar que já existem empresas consolidadas atuando com o foco e estratégias em ESG, ou seja, buscando investir em questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Dessa forma, tais empresas que acreditam em melhores benefícios diante do ESG sejam em questões para o mundo em um todo, procurando a sustentabilidade, mas também para melhorias para a própria empresa, visto as variadas políticas de créditos que beneficiam essas empresas.

Por último, vale ressaltar que analisarmos apenas o índice ISE comparando com o índice IBOVESPA pode-se deparar com algumas situações que podem ser dificultosas durante uma análise, visto que o índice IBOVESPA contém todas as empresas disponíveis na bolsa de valores, sendo diretamente impactado pelas empresas que tem sua rentabilidade negativa. Por outro lado, facilita o entendimento acerca do tema do ESG e como ele está sendo destacado e consolidado dentro das empresas e buscado pelos investidores, uma vez que grande parte dos investidores buscam companhias nas quais estejam alinhadas com seus objetivos pessoais e futuros, sendo relevante a preocupação ambiental, social e de governança corporativa no mundo atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. SAYURI, I. VEREA, G. **As 10 empresas da Bolsa que têm mais mulheres na liderança.** 2020. Disponível em: <https://invest.exame.com/me/as-10-empresas-da-bolsa-que-tem-mais-mulheres-em-conselhos>. Acesso em: 21 maio 2021.

ANBIMA. **Por que considerar os investimentos sustentáveis na hora de**

ISBN 978-65-5629-077-5

investir? 2021. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/por-que-considerar-os-investimentos-sustentaveis-na-hora-de-investir/>. Acesso em: 03 junho 2021.

B3. **O que é o ISE B3.** Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BECKER, Berta. **Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. 2005.

BELLAN, Ana Clara (2002). **"Diversidade e discriminação"**. In J. Dias & L. Freire (orgs.), Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho. Ensaios e reflexões. Brasília, OIT, pp. 15-24.

BTG Pactual. **Investimentos sustentáveis: saiba o que são e como funcionam os fundos ESG!** Disponível em: < https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/fundos-esg>. Acesso em: 16 maio 2021.

CASTRO, Mariana Mergulhão Santos; LEMME, Celso Funcia. **Impacto das mudanças climáticas nos modelos de negócio das empresas brasileiras**. *In:* ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. XVII, 2015, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/218.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CEDBS. **O Acordo de Paris e o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://cebds.org/o-acordo-de-paris-e-o-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CEDBS. **O que é o Acordo de Paris?** Disponível em: < https://cebds.org/o-que-e-o-acordo-de-paris/>. Acesso em: 16 maio 2021.

CVM. **O impacto dos seus investimentos**. São Paulo: CMV, 2020. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/publicacao/ListaCVMSustentavel.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FINK, Larry. **Larry Fink's 2021 letter to CEOs**. Disponível em: <https://www.blackrock.com/us/individual/2021-larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 23 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRANATO, Luísa. **Entenda por que o trainee da Bayer e do Magalu para negros não é racista.** 2020. Disponível em: <https://exame.com/carreira/entenda-porque-o-trainee-da-bayer-e-do-magalu-para-negros-nao-e-racista/>. Acesso em: 21 maio

ISBN 978-65-5629-077-5

2021.

HIRATA, Lucas. REZENDE, Victor. **Sustentabilidade começa a ganhar espaço entre gestores no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos/noticia/2020/02/26/sustentabilidade-comeca-a-ganhar-espaco-entre-gestores-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 04 junho de 2021.

Instituto Luisa. **O QUE É ASG OU ESG E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA**. Disponível em: <https://www.institutoluisa.org.br/post/o-que-é-asg-ou-esg-sigla-em-inglês-e-qual-a-sua-importância>. Acesso em: 03 abr. 2021.

KANAN, L. A. **Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho**. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11104>. Acesso em: 25 maio 2021.

KPMG. ***Environmental, Social and Governance Advisory (ESG)***. 2021. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/servicos/consultoria/risk-consulting/esg-environmental-social-governance.html>. Disponível em: 24 maio 2021.

KRAUSZ, Renato. **ESG sob ataque: afinal, é tudo conversa fiada?** 2021. Disponível em: <https://exame.com/bussola/esg-sob-ataque-afinal-e-tudo-conversa-fiada/>. Acesso em: 05 junho 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOUREIRO, M.; IKEDA, P. **Por que elas são tão poucas?** Revista Exame, São Paulo, ed. 1042, maio 2013.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

McKinsey. ***How much will consumers pay to go green?*** Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/sustainability/our-insights/how-much-will-consumers-pay-to-go-green#>. Acesso em: 24 abr. 2021.

McKinsey. ***Why diversity matters***. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/why-diversity-matters>. Acesso em: 21 maio 2021.

MILLET, Francois. **Uma questão de graus: Alinhando estratégias ESG com o Acordo de Paris.** Disponível em: <https://www.spglobal.com/spdji/en/education/article/indexology-magazine-spring-2021>. Acesso em: 16 maio 2021.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. **Projeto "Amazônia 4.0": definindo uma terceira via para a Amazônia**. Revista Futuribles, 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

PONTE, Karina Furini da. **A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável**. Revista Pegada. Vol. 18 n.2, 2017.

REIS, Tiago. **ESG: conheça essa sigla que está mudando o mundo dos investimentos.** 2020. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/esg/>. Acesso em: 24 maio 2021.

REIS, Tiago. **Greenwashing: o que é e por que as empresas devem evitá-lo?** 2020. Disponível: <https://www.suno.com.br/artigos/greenwashing/>. Acesso em: 31 maio 2021.

Revista Exame. **Pressionadas pelo consumidor, empresas buscam inclusão de negros.** 2020. Disponível em: <https://exame.com/esg/pressionadas-pelo-consumidor-empresas-buscam-inclusao-de-negros/>. Acesso em: 21 maio 2021.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

S&P Global. ***What is the G in ESG***. 2020. Disponível em: <https://www.spglobal.com/en/research-insights/articles/what-is-the-g-in-esg>. Acesso em: 22 maio 2021.

STANLEY, Morgan. ***HOW YOUNGER INVESTORS COULD RESHAPE THE WORLD***. Disponível em: <https://www.morganstanley.com/access/why-millennial-investors-are-different>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SUBRAMANIAN, Savita. **ESG: Investimentos sustentáveis e rentáveis**. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/internacional/relatorios/esg-investimentos-sustentaveis-e-rentaveis/>. Acesso em: 05 junho 2021.

TANG, Kelly. ***Exploring the G in ESG: Governance in Greater Detail***. 2019. Disponível em: <https://www.spglobal.com/en/research-insights/articles/exploring-the-g-in-esg-governance-in-greater-detail-part-i>. Acesso em: 22 maio 2021.

UNEP. ***Why does climate*** changes matter? Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/climate-change/why-does-climate-change-matter>. Acesso em: 20 maio 2021.

UNEP. ***Why does green economy matters?*** Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/why-does-green-economy-matter>. Acesso em: 20 maio 2021.

VIOLA, E. J. **Meio ambiente e relações internacionais: as complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas**. In:

ISBN 978-65-5629-077-5

TRIGUEIRO, A. (Org). Meio ambiente no século XXI. Campinas: Autores associados, 2005.

WWF. **O que é a camada de ozônio?** 2010. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/camada_ozonio/>. Acesso em: 26 maio 2021.

XP Investimentos. **ESG de A a Z: Tudo o que você precisa saber sobre o tema**. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/esg/esg-de-a-a-z-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-tema/>. Acesso em 23 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM LEVANTAMENTO COM OS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Daniel de Almeida Flopas[1]
Matheus Ribaski de Almeida[2]
Rafael Maximiano Ferreira[3]

RESUMO: A presente pesquisa versa sobre os aspectos relevantes do tema educação financeira, setor de investimentos e qual a influência dentro das finanças pessoais cotidianas dos acadêmicos, analisando como o uso da área Contábil pode auxiliar na saúde financeira dos estudantes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel. A abordagem foi feita a partir da aplicação de um modelo de questionário survey, com a participação de 128 acadêmicos, sendo eles de diferentes faixas estarias e de diferentes rendas familiares, com enfoque em chegar a um resultado mais amplo e consistente. A principal intenção ao introduzir esse estudo é descobrir qual a maior dificuldade e qual o nível de conhecimento dos graduandos com relação a área de investimentos, e mensurar o nível de conhecimento sobre educação financeira, tendo em vista que, a temática educação financeira não esteve presente no plano de ensino escolar nos últimos 10 anos. Além disso, foi possível identificar como os acadêmicos se planejam para sua aposentadoria, o que se torna relevante o tema de educação financeira e aprofundamento na área de investimentos e mercado de capitais.

Palavras-chave: 1. Educação Financeira. 2. Investimentos. 3. Saúde Financeira. 4. Acadêmicos. 5. Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

A economia é a ciência social que estuda o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens como a produção, distribuição, e consumo de bens e serviços (VICECONTI, 2017). Essa ciência social estuda as formas de comportamento humano que resultam da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para correspondê-las. Sendo assim conforme Viceconti esta ciência está ligada à política das nações e à vida das pessoas, visto que uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas e agentes econômicos e suas relações, propondo soluções para os problemas existentes.

Viceconti (2017) cita que a macroeconomia é um dos diversos campos de estudo das ciências econômicas, em geral estuda o comportamento de indicadores agregados, tais como o PIB, taxas de emprego e desemprego, inflação, poupança, investimentos, taxas de juros, rendimentos, resultados nacionais, entre outros.

O Brasil nas últimas quatro décadas, teve grandes marcos na economia, no qual pode-se citar a "a década perdida'', de acordo com (PINTO, 2012), a mesma ocorreu no Governo Sarney (1985–1990) e recebeu esse termo pelo resultado do baixo crescimento econômico do período, devido a consequência da ditadura militar, e das crises mundiais, o desafio do primeiro Presidente da "Nova República'' era

[1] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

controlar a inflação dos preços, mas foi insuficiente para manter a estabilidade da econômica, em março de 1990, a inflação atingiu o recorde de 84,23% ao mês, e uma taxa acumulada no último ano de mandato de 4853,90%, e esse foi o marco deixado pelo Governo de Sarney.

O Plano Real foi um grande marco econômico brasileiro para controlar a inflação, como cita (IANONIS, 2009) foi elaborado no mandato do Itamar Franco (1992-1995) quando Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornou um forte candidato para Presidência da República, com suas ideias liberais e o combate à inflação. A concretização do Plano Real ocorreu no final do ano de 1993, e foi desenvolvido com as três fases iniciais, sendo elas: Ajuste Fiscal, Criação da Unidade Real de Valor (URV) e a inserção da nova moeda (Real). Logo no seu primeiro mês de efetivação, o plano neutralizou a grande alta da inflação, e grande parte do êxito do plano, foram as privatizações das empresas estatais, trazendo inúmeros investidores do exterior expandindo o capital estrangeiro no país.

Atualmente no Brasil (2020–2021), a economia foi diretamente afetada pela crise causada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), de acordo com o IBGE (2020) registrou queda de 4,1% no PIB (Produto Interno Bruto) em comparação com 2019, interrompendo o crescimento de três anos consecutivos, entre 2017 e 2019, quando apresentou alta de 4,6%, com as taxas de juros altamente elevadas, a aplicação de dinheiro e a política monetária utilizada para amenizar e reverter esse cenário de crises financeiras, precisou acontecer rapidamente, ou seja, a queda era esperada na economia do Brasil, no entanto, não ocorreu como previsto, como indica (CNI, 2020) a taxa de desemprego foi menor que o aguardado, um dos fatores foi a suspensão temporária dos contratos de trabalho, tal providência foi tomada para evitar demissões em massa, onde os setores mais atingidos pela crise foram beneficiados por essa medida.

A inflação e a taxa Selic, são duas variáveis importantes do ponto de vista macroeconômico, e afetam diretamente na economia do país. A taxa Selic é conhecida como a taxa básica de juros, à mesma controla os juros da economia brasileira, sendo usada para tornar a negociação de títulos públicos mais segura e confiável, usadas em negociações do governo federal e das instituições financeiras, tendo um controle mais eficaz sobre as reservas bancárias. Conforme Couto e Meurer (2018) uma taxa Selic alta, dificulta financiamentos e créditos pessoais, aumentando também os juros utilizados pelas operadoras de cartão de crédito, sendo assim, o consumo tende a diminuir, em contrapartida, quando a taxa Selic está em baixa, o consumo tende a aumentar, aquecendo a economia. A taxa Selic também é utilizada para moderar a inflação, logo seu aumento tende a reduzir a inflação, tendo em vista que nesse cenário, o consumo diminuí.

A evolução dos serviços financeiros, acabam criando certas dificuldades, prejudicando desta forma, a parcela da população que possuem baixo nível de conhecimento sobre esse assunto, comprometendo muitas decisões na rotina tanto individual quanto familiar dos cidadãos brasileiros, conforme o pensamento de Braunstein e Welch (2002) uma população mais crítica no assunto, exige produtos que condizem com sua situação econômica tanto a curto e longo prazo, fazendo com que o mercado se adapte a elas.

O governo brasileiro visando uma melhor educação financeira para a população instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2009. A ENEF em 2010 introduziu um projeto piloto, incluindo a educação financeira para alunos do ensino médio, ela foi tratada como um tema no currículo escolar dos alunos, inserindo

ISBN 978-65-5629-077-5

72 circunstâncias pedagógicas nas aulas de diversas matérias.

Atualmente, a poupança é a principal forma de investimento dos brasileiros, (AMBIMA, 2019) o percentual da população com seu dinheiro investido na poupança é de 88%, em previdência social 6%, títulos privados 5% e fundos de investimentos 4%. A poupança tem um rendimento considerado baixo, isso ocorre por que está atrelada a taxa básica de juros, a TR (Taxa Referencial) é calculada com base nas taxas que são pagas pelos CDBs dos bancos, e acompanha a Taxa Selic, a remuneração da poupança é em torno de 0,5% ao mês, porém, se a Selic fica Igual ou menor a 8,5%, a remuneração tende a mudar, e o rendimento passa a ser 70% da Selic mais a alteração da Taxa Referencial, além disso, da mesma maneira que a poupança, o CDB, LCI e LCA (Títulos privados) também possuem retaguarda do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), que traz segurança ao investimento, a modo de que, caso o banco em que o dinheiro está quebre, o investidor tem direito de recuperar sua aplicação de até R$250.000,00.

O investidor brasileiro, também pode diversificar a sua carteira de investimentos, tendo como dois tipos de renda, a fixa e a variável. Quando o investidor opta pela renda fixa, conforme a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sendo como título público ou privado, o valor é emprestado para o emissor do título, para que após um período, o valor aplicado seja recebido acrescido de juros, como remuneração pelo empréstimo, os requisitos, recompra, remuneração, prazos e índices, são estipulados com o tomador (Emissor do Título), no ato da aplicação. As aplicações em rendas fixas mais comuns entre os brasileiros é a poupança e os Fundos DI. O investimento em renda variável restringe a possibilidade de saber qual será a rentabilidade, contudo, com uma carteira bem diversificada, a aplicação em renda variável possibilita um rendimento melhor e com maior resultado ao investidor, do que na renda fixa. No entanto, existe o risco da perda por falta de pagamento da empresa que foi aplicado, e também por ser possível que a rentabilidade e a remuneração sejam menores do que as taxa de juros em aplicações de renda fixa, no mesmo período. Os investimentos mais conhecidos em renda variável, são as ações.

Qual a maior dificuldade no setor de investimentos na cidade de cascavel e onde a educação financeira e o auxílio da contabilidade podem facilitar?

Identificar a dificuldade voltada para a educação financeira e o conhecimento no setor de investimentos dos acadêmicos na cidade de Cascavel.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão discutidas as principais temáticas que proporcionam a sustentação da pesquisa desenvolvida. Para tanto, são apresentadas as seguintes temáticas: modalidades de investimento, educação financeira, índice de endividamento brasileiro, educação financeira no currículo do ensino médio, finanças pessoais e Contabilidade como linguagem dos negócios.

2.1 MODALIDADES DE INVESTIMENTOS

De acordo com Nigro (2018) entre os anos de 2002 até 2008 o mercado de capitais brasileiro demonstrou uma lucratividade acima de 400%, e depois novamente entre 2011 e 2017 o mercado de ações no Brasil demonstrou bons números e os títulos públicos de longo prazo tiveram um aumento de 100%, bitcoin a mais famosa de todas as criptomoedas apresentou um aumento de 4.571.712%.

ISBN 978-65-5629-077-5

Mesmo com coeficientes tão chamativos, conforme Nigro (2018) grande parte da população brasileira não possui conhecimento destes investimentos ou de similares, e outros que possuem um certo discernimento sobre o assunto, por medo preferem deixar seu capital em aplicações desvantajosas, tendo como o maior exemplo a caderneta de poupança.

Como aponta Nigro (2018) a poupança totalizou um saldo superior a 700 bilhões de reais investidos em 2018, mesmo possuindo um rendimento muito baixo, se comparado a outros, de quase 70% nos últimos 10 anos, já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) apresentou um saldo total de 187 bilhões de reais, com quase 600 mil investidores, simbolizando 0,3% da população brasileira.

Quadro 1: Produtos de Renda Fixa e Renda Variável

CATEGORIA	Produto	Características
RENDA FIXA	Poupança	O investimento mais comum no Brasil, fácil de aplicar e resgatar, livre de imposto de renda, com rendimento mensal.
	Tesouro Direto	O emissor é o governo federal, com títulos prefixados e pós-fixados.
	Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB)	São títulos representativos de depósitos a prazo, usado pelas instituições financeiras para arrecadar capitais.
	Debêntures	Os emissores são instituições por ações, representativo de dívida, que garante o direito do crédito contra a sociedade emissora.
RENDA VARIÁVEL	Ações	É um título que corresponde a uma parcela do capital social das instituições, concedendo aos adquirentes os direitos e deveres de um sócio.
	Fundos de ações	Investimentos que aplicam principalmente em ações, negociado em cotas que variam de acordo com essas ações.
	Fundos multimercados	Fundos de investimentos que investem em diversos ativos de renda variável.

Fonte: Adaptado de Portal do Investidor (2021).

Conforme Nigro (2018) os produtos de renda fixa são conhecidos pelo seu baixíssimo risco, e de simples acesso, devido a isso e também pela segurança é o tipo de investimento mais utilizado entre os brasileiros, como um grande exemplo a poupança.

De acordo com Nigro (2018) os investimentos em renda variável não possuem taxas prefixadas de retorno, o dinheiro aplicado pode variar de acordo com o mercado no momento, devido a essas oscilações o mercado chama esse investimento de renda variável, além do maior risco comparado a renda fixa, possuem também maior rentabilidade.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Segundo a OCDE (2005) a educação financeira é o processo no qual os

ISBN 978-65-5629-077-5

indivíduos e a sociedade aprimoram o seu entendimento em relação aos conceitos e produtos financeiros, a modo de que, com a junção da informação, formação e orientação, os indivíduos possam desenvolver valores e competências necessários para assim, se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos, para conseguirem fazer escolhas, saber onde encontrar ajuda e adotar outras ações que melhoram o bem-estar.

De acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), decorrente da ascensão econômica da população brasileira, apresenta-se ao cidadão novas operações e situações financeiras, nas quais são menos familiares para a maioria das pessoas. Sendo assim, com o aumento da procura e do consumo, torna-se necessário que a educação Financeira esteja presente no dia a dia dos cidadãos, despertando em cada indivíduo a consciência para a tomada de decisão, tanto individual como familiar, relacionada aos seus recursos.

Seguindo nesse Contexto, (ENEF) o indivíduo, ao tomar decisões com relação a crédito e investimentos, visando a proteção, consumo e planejamento, consegue proporcionar estabilidade e sustentabilidade em sua vida financeira, transformando em impactos positivos, tanto pra vida pessoal como pro desenvolvimento do futuro do país.

2.3 ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO

Santos e Silva (2014), o índice de endividamento é levado pelo estimulo ao consumo por parte dos incentivos, sendo um deles a facilidade do crédito, onde a necessidade de obter novos bens, favorece que os indivíduos venham a se endividar cada vez mais.

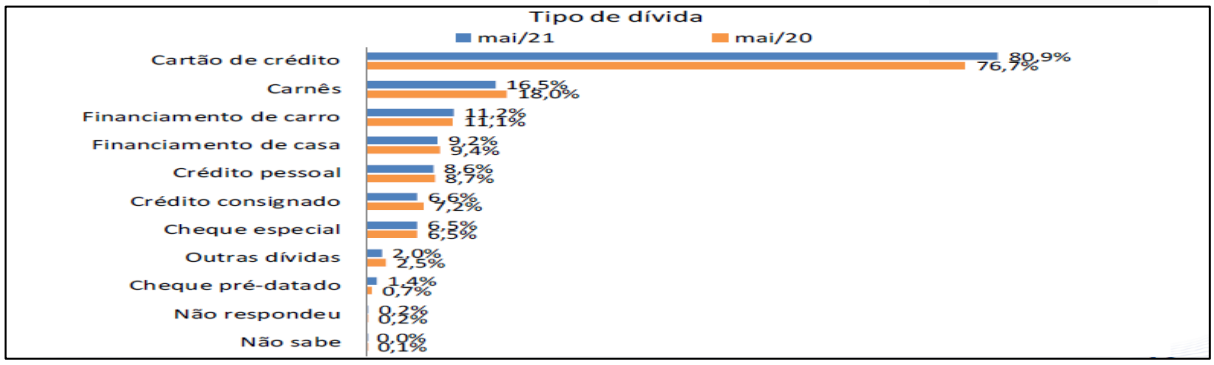
Uma pesquisa divulgada pelo Serasa Experian (2018), diz que os principais fatores para o endividamento brasileiro são os seguintes: aumento de desemprego, diminuição da renda familiar, compras para terceiros, ausência da educação financeira, falta de controle nos gastos, atrasos de salários e enfermidades. Segundo levantamento feito pelo Serasa Experian, a distribuição dos débitos das pessoas físicas fica na seguinte proporção: 30% com bancos e cartões de crédito; 17,9% em compras domesticas; 13,7% no varejo; 11,1% em Telefones; 10% em serviços e 9% em empréstimos em financeiras.

Segundo SPC Brasil (2020), o índice de endividamento brasileiro obteve um crescimento de 2,91% entre 2019 e 2020, totalizando a quantidade de 62,83 milhões de consumidores negativados e inadimplentes, o que equivale a aproximadamente 40,01% da população adulta brasileira, com a faixa etária entre 30 e 39 anos.

De acordo com a pesquisa da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC) a proporção de famílias endividadas no país obtiveram uma considerável alta em maio de 2021, as dívidas com cartão de crédito se sobressaem com relação às outras, atingindo de maneira mais direta as famílias de renda mais baixas. As informações com relação ao percentual estão descritas na Figura 1.

Figura 1: Endividamento e inadimplência do consumidor - 2020

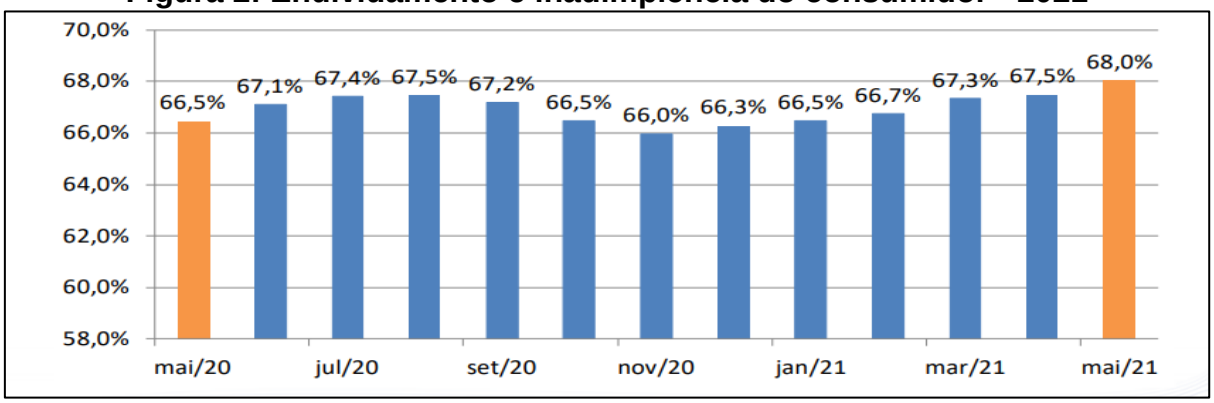
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: adaptado de CNC/PEIC (2021).

A Figura 1, demonstra que a porcentagem de grupos familiares que apresentaram ter dívidas alcançou 68% em maio de 2021, isso demonstra um crescimento de 0,5% com relação a abril, e de 1,5% comparando a maio de 2020, apresentando o sexto aumento consecutivo, demonstrando uma taxa recorde do índice de endividamento do país, como demonstra a Figura 2.

Figura 2: Endividamento e inadimplência do consumidor - 2021



Fonte: adaptado de CNC/PEIC (2021).

Segundo Bortoluzzi (2015) o fácil acesso aos serviços de crédito, os quais são anunciados e promovidos pelos meios de comunicação, sendo eles: rádios, jornais e televisão, demonstram que o sistema de crédito passou a ser uma ferramenta presente no orçamento familiar, e não mais um recurso excepcional (HENNIGEN,2010).

Seguindo nesse contexto, Bortoluzzi (2015), entretanto, o equívoco de muitos brasileiros com relação a crédito, é o entendimento incorreto a esse sistema, a interpretação é que se tem como uma espécie de aumento de sua renda, no entanto, o sistema de crédito nada mais é que uma antecipação de um determinado valor. Sendo assim, no Brasil, o fácil acesso a crédito, contribui diretamente para que os cidadãos, a modo de conseguir sustentar o seu consumo, venha a contrair dívidas cada vez maiores. (SOUZA., 2013).

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CURRÍCULO DE ENSINO

Conforme o Ministério da Educação (MEC), a educação financeira está entre os temas sugeridos para se compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse conjunto, trata de conhecimentos conceituados como fundamentais para a consolidação da cidadania, voltados para auxiliar que a população passe a tomar decisões financeiras mais conscientes e de maneira autônoma.

O tema Educação financeira, de acordo com o MEC, vem tomando corpo após

ISBN 978-65-5629-077-5

a crise mundial do ano de 2008, onde especialistas de organizações mundiais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), deram mais atenção a grande importância com relação aos assuntos associados a Educação Financeira.

Para Marques (2018), com relação a área de educação financeira para Jovens, a OCDE, criou o Guia de boas práticas para a conscientização e educação financeira, implementando e organizando formas de educação financeira nas escolas desde o início do ciclo de ensino escolar, acreditando que, se tratando de educação financeira, é um processo a longo prazo, ressalta também, a extrema importância da educação financeira nos países onde no meio adulto ela ainda é muito baixa.

No Brasil, conforme o MEC, a educação financeira conquistou seu espaço como política de Estado, conforme o Decreto Federal publicado nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, onde constituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a qual foi renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 09 de junho de 2020, onde a mesma reúne 8 órgãos e entidades governamentais, nas quais juntas integram O Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).

Segundo a (ENEF), ela foi instituída com a finalidade de fortalecer a Cidadania; Disseminar a Educação Financeira e Previdenciária; Promover a tomada de Decisão de maneira Consciente e Autônoma; Aumentar a eficácia e solidez do Sistema Financeiro. Sendo assim, entre as diretrizes do programa, destaca-se: Atuar com Informação, Orientação e Formação, Gratuidade e Gestão centralizada com atividades descentralizadas.

Nesse contexto (ENEF), entende-se a educação financeira como um tema transversal, onde tem-se um diálogo com as matérias apresentadas no currículo do ensino fundamental e do ensino médio, com o objetivo de introduzir a educação financeira na formação das crianças e dos adolescentes, com isso, a ENEF apresentou o programa de Educação Financeira nas Escolas, levando esse conhecimento desde o início da educação das crianças.

Para a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), indica que o programa possui um projeto pedagógico com um conjunto de livros nos quais são por processos de ensino, oferecendo tanto para o aluno como para o professor, atividades educativas, que permitem a inserção do tema de Educação Financeira na vida escolar.

2.5 FINANÇAS PESSOAIS

O tema Finanças pessoais, segundo Pires (2006), trata-se de um objeto de estudo, autoconhecimento e análise, referindo se a aquisições de bens e serviços essenciais, por meio de financiamentos com o intuito de suprir as necessidades ou desejos de cada indivíduo. Sendo assim, baseando-se na economia de moeda e crédito, o tema finanças pessoais consistem na gestão do dinheiro, podendo ser ele próprio ou até mesmo de terceiros (Familiar). O grande problema enfrentado nas finanças pessoais é, ganhar bem e compreendera maneira de gastar bem.

Por qual motivo organizar a vida financeira? Para Cerbasi (2009), a importância de organizar as finanças é simples, para poder ter maior controle do seu dinheiro, mais consciência sobre as decisões a serem tomadas e na utilização da renda com mais eficácia.

Para Silva (2017), ressalta que o planejamento ou orçamento financeiro pessoal, significa consolidar uma estratégia, onde tem-se como foco, a acumulação

ISBN 978-65-5629-077-5

de bens e valores, que formam o patrimônio de uma pessoa ou determinada família, levando em consideração, que essa estratégia pode ser no curto, médio e no longo prazo, tendo em vista que no decorrer dos anos, imprevistos e incertezas irão aparecer.

Segundo Carvalho e Scholz (2018), fazer bom uso do dinheiro vem a refletir de maneira que se torne agradável na vida das pessoas, assimilando o conhecimento financeiro com a tomada de decisão, sendo assim, a compreensão e o entendimento da administração financeira impactam diretamente na administração pessoal de cada indivíduo com suas finanças. (GITMAN, 2010).

2.6 CONTABILIDADE COMO LINGUAGEM DOS NEGÓCIOS

De acordo com Marion (1985), a contabilidade é uma ciência na qual desenvolveu a própria metodologia, que possui a finalidade de: Controlar o patrimônio das entidades; apurar o resultado das atividades das entidades; demonstrar informações as pessoas de interesse na avaliação patrimonial e sua situação, e do desempenho dessas entidades.

Seguindo nesse contexto, Marion (1985), os usuários da contabilidade podem ser denominados como pessoas físicas ou jurídicas, de maneira interna ou externa, nos quais possuam algum tipo de interesse em denominada entidade, sendo esse interesse na situação patrimonial da entidade. As pessoas de interesse são os Acionistas, nos quais desejam saber se a empresa está dando lucro outro prejuízo; as instituições financeiras, que analisam a entidade, avaliando se é possível ou não conceder um crédito para a empresa; os administradores e o fisco.

Para Galdi (2008), o processo de avaliação das empresas pode-se dividir em quatro partes, sendo elas: Avaliação estratégica, avaliação Contábil, avaliação financeira e avaliação prospectiva, (PENAMAN, 2007 e PELAPU *et al*, 2004).

A contabilidade é uma fonte de informações para os investidores, Cruz (2010) indica que uma das maiores áreas de pesquisas empíricas direcionadas a compreensão dos valores e números contábeis para o mercado de capitais é aquela que evidencia e investiga a relevância da informação entregue pela contabilidade para os investidores do mercado, também conhecida por *Value-relevance (*BEAVER, 2002, p.459). Essa linha de pesquisa, conforme cita Cruz (2010), analisa a relação entre o valor das ações e variáveis contábeis, tais como o lucro e o patrimônio líquido, fornecendo assim, comprovações que os dados contábeis são relevantes para os investidores desse mercado (LOPES, 2001, p.5).

Para Cruz (2010), as pesquisas conduzidas ao mercado de capitais baseiam-se em modelos teóricos de avaliação das empresas nas quais permitem que os indivíduos que as pesquisem, consigam prever como as variáveis contábeis se comparam com o valor do patrimônio, sendo assim, essas pesquisas contam com as abordagens que confrontam o lucro com patrimônio líquido (BEAVER,2002, p. 462).

A partir desse contexto, Cruz (2010) indica que a informação contábil com relevância, tende a influenciar a tomada de decisão do investidor, tendo em vista que essa pesquisa o capacita a prever os fluxos de caixa futuros da empresa.

Para Borges (2018), compreende-se que a contabilidade e seus conhecimentos conseguem ser eficazes para os investidores pessoa física (PF), onde as informações geridas por ela, podem ser capazes de auxiliar nas administrações dos recursos aplicados ou investidos, e na compreensão de cada aspecto econômico dos produtos financeiros disponíveis.

ISBN 978-65-5629-077-5

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico, segundo Silva (2004), denominado abreviadamente como metodologia, sendo representado pela escolha do método indutivo ou dedutivo, e com as tipologias de pesquisa para ser utilizadas como instrumento, sendo elas: experimental, teórica, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa, quantitativa, entre outras. Nesse contexto, haverá na pratica, a combinação das tipologias de pesquisa. Exemplificando, quando a abordagem é quantitativa, recomenda-se, utilizar a abordagem qualitativa para esclarecer e comentar os resultados.

O objetivo da pesquisa é identificar qual a maior dificuldade dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis com relação a investimentos e educação financeira, fazendo uma pesquisa descritiva. O Brasil, possui um índice muito alto de endividamento decorrente a falta de educação financeira nas famílias, não conseguindo manter as finanças pessoais em dia, para que assim, seja possível investir e garantir uma segurança futura.

As pesquisas descritivas, para Gil (2002), têm como objetivo primordial descrever as características de uma determinada população, fenômeno e estabelecer a relação entre as variáveis. É composto por vários estudos, que podem ser classificados sob este título, e uma das suas principais características, sendo a mais significativa, está na aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, sendo eles, o questionário e a observação sistêmica.

A pesquisa foi feita com a aplicação de questionário, survey, delimitando as turmas de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel, e a partir disso seja possível identificar onde a contabilidade pode auxiliar no controle das finanças pessoais.

A tipologia da pesquisa, foi utilizada a quantitativa. De acordo com Manzato (2012), a pesquisa quantitativa, são utilizados para, quando for necessário mensurar opiniões, sensações, reações, hábitos, atitudes, entre outras, de um determinado público-alvo, por meio de amostra que represente as estatísticas de maneira comprovada.

As principais limitações que foram enfrentadas no decorrer da pesquisa, foi a quantidade de questionários respondidos, em função da pesquisa ter sido aplicada na Cidade de Cascavel-PR, sendo assim, diante dessa situação, não será possível generalizarmos os resultados, onde de fato, a limitação está relacionada ao alcance e a forma com que a pesquisa é operacionalizada.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na presente seção, serão apresentados os principais dados e resultados obtidos através da pesquisa. Para tanto, a seção está dividida em duas grandes partes, a primeira destinada a descrever as características dos respondentes e, a segunda, versando sobre as variáveis especificas sobre educação financeira.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES

A presente pesquisa contou com a participação de 128 respondentes, sendo

ISBN 978-65-5629-077-5

49,6% do sexo masculino e 50,4% do sexo masculino. Destaca-se que 56,3% dos respondentes, possuem até 21 anos, 43% possuindo entre 22 e 40 anos e 0,8% possuindo entre 41 e 55 anos. Desta forma, é possível visualizar que a maioria preponderante dos respondentes é composto por jovens, que muitas vezes, estão iniciando as suas vidas financeiras.

Sobre o período que cursam, 30,5% estão no segundo semestre, 21,1% no quarto semestre, 15,6% do sexto semestre e 32,8% estão matriculados no 8° semestre. Enfatiza-se que 71,1% dos respondentes se classificam como trabalhadores da iniciativa privada, 11,7% classificaram-se como autônomo, 10,2% são estagiários, 3,9% dedicam-se atualmente apenas aos estudos e 3,1% destacam estar desempregados. Com estes dados, podemos observar que o curso de ciências contábeis, possibilita de maneira geral, um alto grau de empregabilidade. Os dados sobre renda familiar dos respondentes, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Renda familiar dos respondentes

FAIXA DE RENDA	Feminino	Masculino	TOTAL	%
Acima de R$7.378,00	8	13	21	16,3%
Até R$1.100,00	2	3	5	3,9%
Entre R$ 1.100,01 à R$ 2.108,00	14	11	25	19,4%
Entre R$ 2.108,01 à R$ 3.162,00	20	14	34	26,4%
Entre R$ 3.162,01 à R$ 5.270,00	12	17	29	22,5%
Entre R$ 5.270,01 à R$ 7.378,00	8	7	15	11,6%
TOTAL	**64**	**65**	**129**	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Através da Tabela 1, é possível verificar que a maioria dos acadêmicos, possuem renda familiar que oscila entre 2 e 5 salários-mínimos, visto que neste intervalo se qualificam 48,9% dos respondentes. Os respondentes também foram indagados sobre o impacto da pandemia na renda familiar. Destes 15,6% destacaram que a pandemia reduziu muito a renda familiar, 31,3% destacam que foi reduzido pouco, 41,4% destacam não ter sido impactados, 10,2% dos respondentes destacaram que a renda aumentou pouco e 1,6% destacam que a renda aumentou muito. Desta forma, é exequível verificar que a maioria dos respondentes não sentiram fortes impactos da pandemia da Covid-19 em suas finanças pessoais.

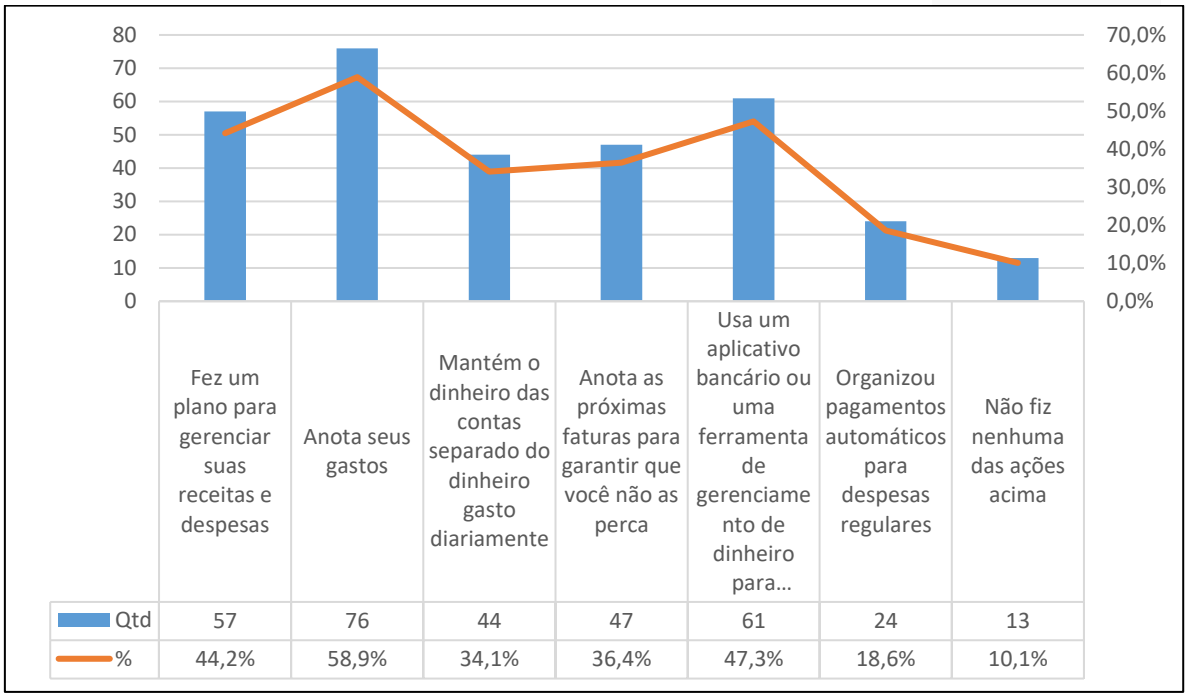
Na próxima seção serão apresentados e discutidos os principais resultados que versam sobre a educação e planejamento financeiro dos acadêmicos do curso de ciências contábeis.

4.2 ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Quando questionados sobre o conhecimento sobre o que é educação financeira 92,2% dos respondentes destacam possuir conhecimento sobre o que vem a ser. 73,4% dos respondentes também destacam já terem ou discutirem assuntos relacionados a finanças com os integrantes de sua família. De maneira complementar, quando questionados sobre o contato com o assunto de finanças pessoais, até o estágio de ensino médio 79,7% dos respondentes destacam que não possuíram nenhum contato com a temática de finanças. De maneira complementar, 96,9% dos respondentes destacam que tomam decisões diárias sobre seu próprio dinheiro. Neste sentido, os mecanismos de controle adotados pelos acadêmicos são evidenciados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Mecanismos de controle adotados

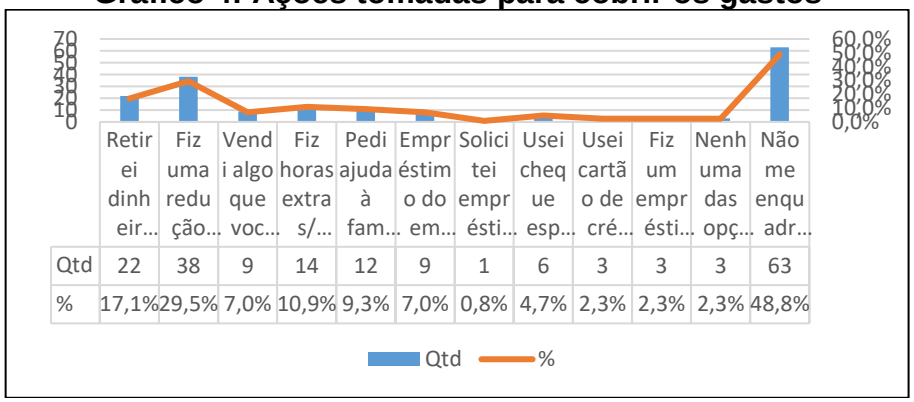
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: dados da pesquisa (2021).

No Gráfico 3, 58,9% dos respondentes declararam que anotam seus gastos, 47,3% utilizam algum tipo de mecanismo para o gerenciamento das finanças, 44,2% tem um plano para controlar as receitas e as despesas, destaca – se que 10,1% dos acadêmicos não fizeram nenhuma das ações. Tais dados, coadunam com a característica de controle, uma vez, que 57,8% dos respondentes, destacam possuir uma reserva de emergência que possibilita que possam cobrir gastos anormais na ordem do total de gastos de um mês. Apenas 28,2% dos respondentes destacaram ter passado nos últimos 12 meses, por uma situação de não cobertura dos gastos mensais. No Gráfico 4, são apresentadas as atitudes que foram tomadas na última vez em que essa situação ocorreu.

Gráfico 4: Ações tomadas para cobrir os gastos

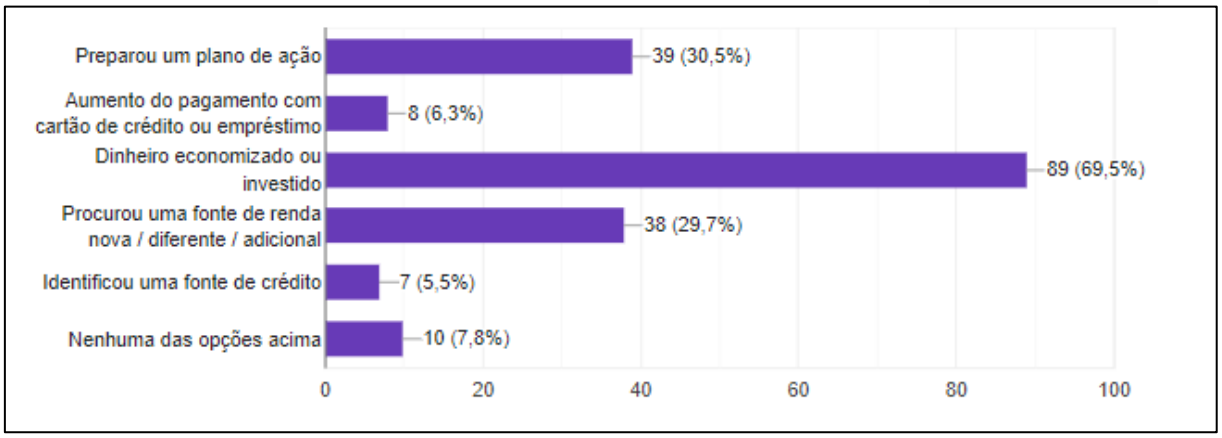


Fonte: dados da pesquisa (2021).

De maneira complementar 96,1% dos respondentes, destacaram possuir objetivos financeiros. Como bem sabe-se, controle e planejamento são características importantíssimas para o alcance de objetivos, seja em qual áreas forem. Os dados sobre as ações tomadas para atingir o maior objetivo financeiro dos acadêmicos é apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Ações tomadas para atingir o maior objetivo financeiro

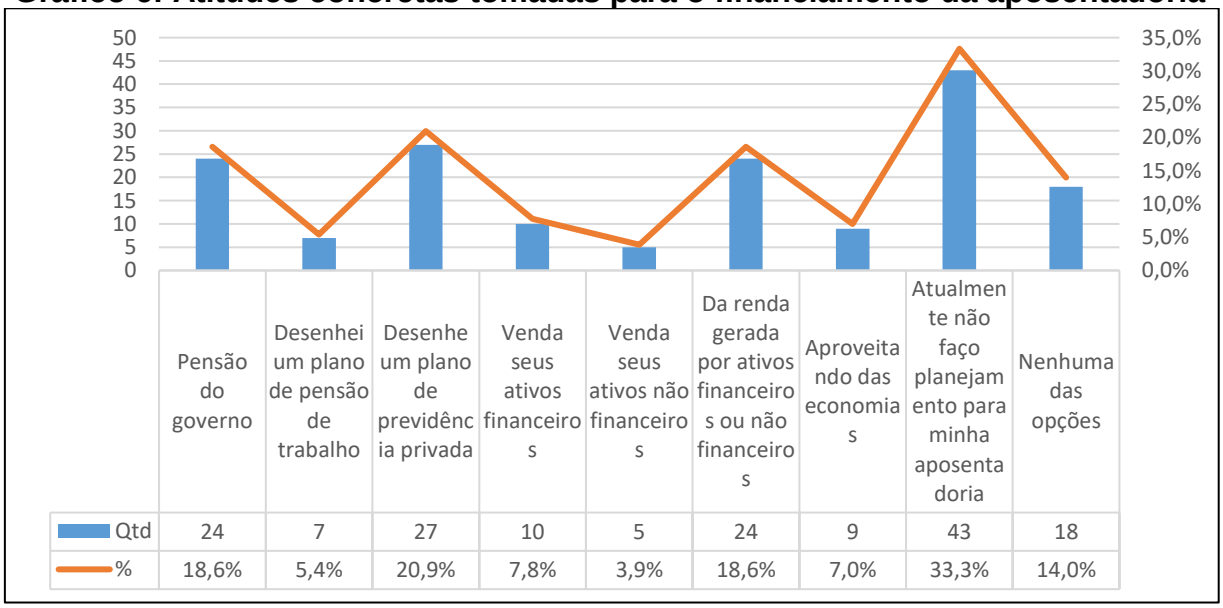
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 5, 69,5% dos estudantes economizam ou investem o dinheiro para atingir o maior objetivo financeiro, 30,5% prepararam um plano de ação para alcançar o objetivo. Quando questionados, sobre se pensam em sua aposentadoria 64,1% dos respondentes, dizem pensar nesta fase importante da vida. Neste sentido, o Gráfico 6 apresenta as atitudes concretas que são adotadas hoje, com a finalidade de financiar a aposentadoria.

Gráfico 6: Atitudes concretas tomadas para o financiamento da aposentadoria



Fonte: dados da pesquisa (2021).

No Gráfico 6, a alternativa mais escolhida representando 33,3% dos acadêmicos é de que atualmente não tem planejamento para a aposentadoria, 20,9% possui o planejamento com previdência privada, 18,6% com pensão do governo. Sabe-se que os investimentos são uma alternativa interessante para financiar a aposentaria, neste sentido, 60,2% dos respondentes destacam possuir conhecimento sobre as modalidades de investimento. Na Tabela 2, são apresentadas as percepções dos acadêmicos sobre as modalidades de investimentos, bem como as modalidades que são utilizadas por eles.

Tabela 2: Percepções sobre as modalidades de investimentos

	Considera ser um investimento		Possui esta modalidade	
MODALIDADES	Qtd	%	Qtd	%

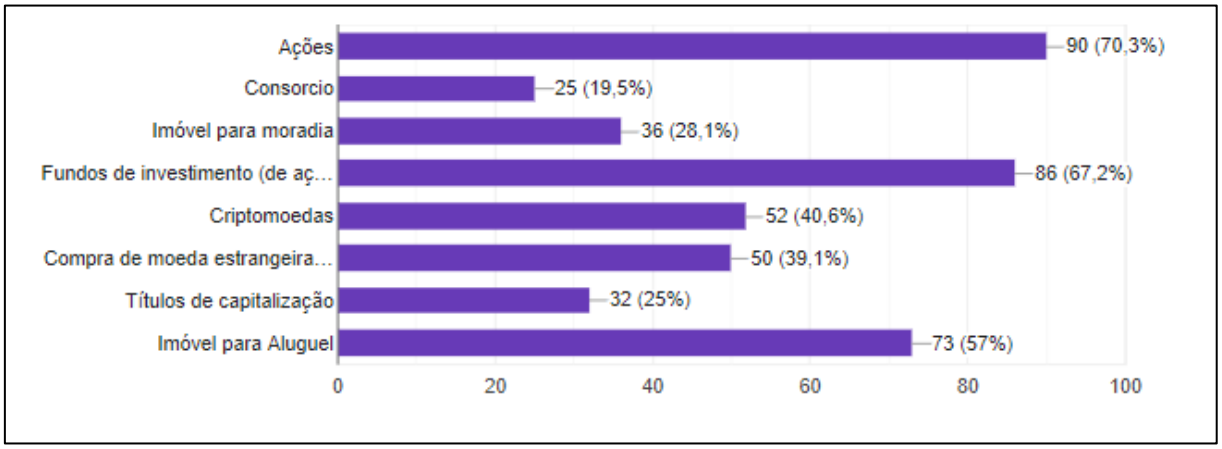
ISBN 978-65-5629-077-5

Conta de investimento com instituição de confiança	56	43,4%	42	32,6%
Uma conta poupança	95	73,6%	91	70,5%
Ações	61	47,3%	22	17,1%
Fundos de investimentos (Ações e Imobiliários (FII))	42	32,6%	12	9,3%
Aplicações em Tesouro Direto	43	33,3%	12	9,3%
Criptomoedas	29	22,5%	9	7,0%
Título de Capitalização	16	12,4%	4	3,1%
TOTAL	342		192	

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 2, 73,6% consideram a conta poupança como um investimento, e 70,5% possui essa modalidade, 47,3% consideram as ações como uma modalidade de investimento, e 17,1% possui ações, 22,5% julgam que as criptomoedas são uma modalidade de investimento e apenas 7% possui essa modalidade. De maneira complementar os acadêmicos foram questionados sobre o que consideram ser um investimento, os resultados são elencados no Gráfico 7.

Gráfico 7: Modalidades de investimento

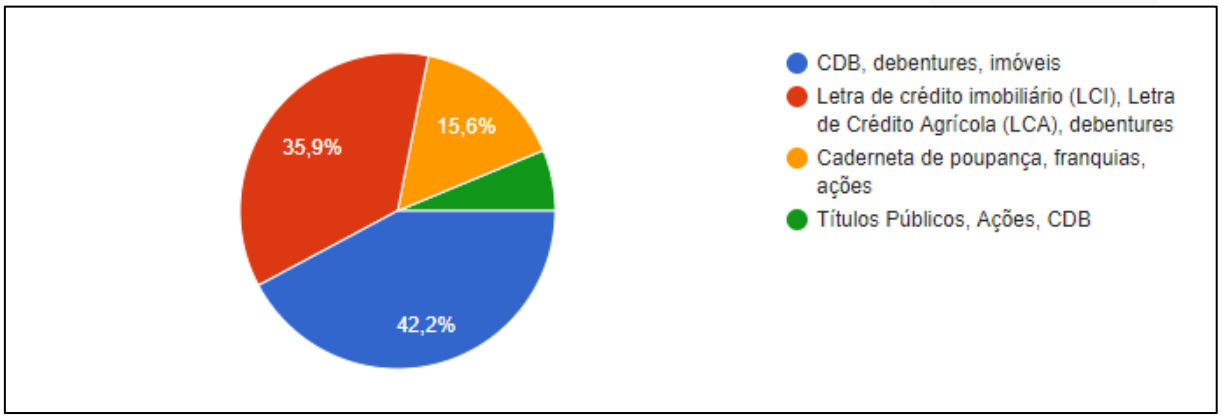


Fonte: dados da pesquisa (2021)

Referente ao gráfico 07, ele aborda sobre algumas modalidades de investimentos, onde 90 acadêmicos, representando 70,3% julgam que Ações é uma modalidade de investimento, no entanto, 36 acadêmicos representando 28,1% consideram que imóvel para moradia como uma forma de investimento, em contrapartida, 73 dos acadêmicos correspondendo 57% julgam que imóvel para Aluguel como uma forma de investimento. Sendo assim, com a finalidade de medir o grau de conhecimento dos acadêmicos sobre os produtos financeiros, os mesmos foram questionados sobre qual das alternativas continham apenas opções de investimentos de renda fixa, os dados são apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8: Modalidades de investimento em renda fixa

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Após análise do Gráfico 8, foi identificado que 35,9% dos acadêmicos possuem um conhecimento mais aprofundado sobre a modalidade de investimentos em renda fixa, pois responderam com a alternativa correta, no entanto, 42,2% indicam parcialidade no resultado, apontando que imóvel se enquadra como uma forma de investimento em renda fixa. A parcela restante de respondentes (21,9%), assinalaram a alternativa que remete a modalidade de investimento em renda variável. De maneira conceitual, evidencia-se que os imóveis não se enquadram exatamente, dentro da figura de renda fixa, uma vez, que dependerá da utilização do mesmo. Os acadêmicos também foram questionados sobre a validades de algumas afirmações, as quais são destacadas na Tabela 3.

Tabela 3: Julgamento sobre afirmações

AFIRMAÇÕES	Verdadeiro	Falso	Não possuo conhecimento	TOTAL
As ações são um investimento de renda variável?	105	5	19	129
Nenhum investimento de Renda Fixa é isento para fins de Imposto de Renda (IR)	28	66	35	129
Os rendimentos (dividendos e ganho de capital) oriundos de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são isentos de Imposto de Renda	30	45	54	129
Os ganhos oriundos de Day Trade são tributados a título de Imposto de Renda a uma alíquota de 15%	33	32	64	129
Os investimentos de Renda Fixa são tributados de acordo com a Tabela Regressiva de Imposto de Renda	67	18	44	129

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 3, é possível analisar que de 128 alunos, 105 indicaram a alternativa correta em que ações são investimentos de renda variável, 5 marcaram que a afirmação era falsa e 19 que não tem conhecimento. No entanto, se referindo as afirmações 3 e 4, cerca de 50% dos acadêmicos alegam não possuir conhecimento sobre o referido assunto, sendo uma porcentagem consideravelmente alta. Ambas são questões, que, referem-se a investimentos de renda variável. Tais dados revelam que as questões relacionadas aos investimentos, ainda não estão

ISBN 978-65-5629-077-5

bastante claras para a maioria dos acadêmicos.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral do trabalho foi identificar qual a maior dificuldade no setor de investimentos e onde a educação financeira e o auxílio da contabilidade podem facilitar, após a análise dos dados, é possível verificar que grande parte dos acadêmicos tem conhecimento do que vem a ser a educação financeira, mas os números começam a despencar quando se trata de controle financeiro.

O método de questionário *survey*, atendeu as expectativas esperadas possibilitando análises reproduzidas por meio de gráficos e tabelas.

A maioria dos respondentes detêm de um objetivo financeiro, mas é possível verificar que a maior parte atualmente não possui um planejamento para a aposentadoria, um número bastante significativo considera e ainda utiliza a conta poupança como uma modalidade de investimento, mas no decorrer do trabalho verifica-se que a mesma tem um rendimento muito baixo se comparado com qualquer outro tipo de modalidade de investimento.

Destaca-se a importância da inclusão da educação financeira no currículo do ensino, pois a maioria dos alunos não tiveram contato com o tema no ensino médio, partindo do pressuposto de que a educação financeira é um processo a longo prazo e que devido a isso foste implementado na vida escolar, visando promover tomadas de decisões econômicas conscientes.

Verifica-se que o em relação aos investimentos, grande parte dos respondentes declararam que não tem conhecimento sobre o referido assunto, complementando que muitos ainda estão atrelados a conta poupança e também não possuem um planejamento para financiar a aposentadoria.

Ao decorrer do trabalho foi verificado o grau de endividamento dos brasileiros, a qual é bastante atrelada com a facilidade da obtenção de crédito, isso gera com que muitos dos endividados não tenham a sobra financeira destinada para investimentos.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Raio X do investidor brasileiro** - 2ª edição. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2019.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF. **Educação Financeira nas Escolas**. Disponível em <https://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas > Acesso em: 05 de junho de 2021.

BM&F Bovespa. **Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas. 2012.** Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2021. >

BORGES, Ana Paula. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO MERCADO FINANCEIRO PARA OS INVESTIDORES PESSOA FÍSICA**. 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva. Rio Grande do Sul**, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

CARVALHO, Luana Araújo; SCHOLZ, Robinson Henrique. "se vê o básico do básico, quando a turma rende": cenário da educação financeira no cotidiano escolar'' if you see the basic of the basics, when the school does render: financial education scenario in the school daily. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação (Brazilian Journal of Management & Innovation)**, v. 6, n. 2, p. 102-125, 2018.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira – Inteligência financeira pessoal na pratica. 2017

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Economia Brasileira 2020-2021: Edição especial do informe conjuntural. Brasília: CNI, 2020.

COUTO, Sílvia Verônica Vilarinho; MEURER, Roberto. OS IMPACTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO VIA HETEROCEDASTICIDADE. Rev.econ.contemp., Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, e172122, Aug. 2017.

CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CVM. Portal do Investidor - CDB (Certificado de depósito bancário) e RDB (Recibo de depósito bancário). Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/Old/Valores_Mobiliarios/CDB_RDB> Acesso em: 06 jun. 2021.

CVM. **Portal do Investidor - Debêntures**. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/debentur> Acesso em: 06 jun. 2021.

CVM. **Portal do Investidor – O que é uma ação?** Disponível em: < https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/Acoes/o_que_e_uma_acao.html> Acesso em: 07 jun. 2021.

CVM. **Portal do Investidor – Porque seu melhor investimento é o conhecimento.** Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/Old/Valores_Mobiliarios.html> Acesso em: 21 abr. 2021.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). **No Brasil**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/> Acesso em: 02 de Junho de 2021.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Para crianças e Jovens. 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

Disponível em <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/> Acesso em: 17 de maio de 2021.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Quem somos. 2019. Disponível em <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/?doing_wp_cron=1621190725.4433429241180419921875> Acesso em: 16 de maio de 2021.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Quem somos. 2019. Disponível em <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Infografico-frente-mesclado.pdf> Acesso em: 16 de maio de 2021.

GALDI, Fernando Caio. **Estratégias de investimento em ações baseadas na análise de demonstrações contábeis: é possível prever o sucesso?.** 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. Lua Nova, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP**, p. 1-17, 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. **Saraiva Educação SA**, 1985.

MARQUES, Wallace de Anchieta. **Semelhanças e diferenças entre instituições que oferecem Educação Financeira no Brasi**l. 2018.

Ministério da Educação. Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira > Acesso em: 16 de maio de 2021.

PINTO, Tales dos Santos. "Governo Sarney - Economia"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governo-sarney.htm> . Acesso em 02 de abril de 2021.

PIRES, Valdemir. Finanças pessoais fundamentos e dicas. **Piracicaba: Editora Equilíbrio**, 2006.

SANTOS, Alda Carla; SILVA, Maciel. Importancia do planejamento financeiro no processo de controle de endividamento familiar: Um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Revista Formadores, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

ISBN 978-65-5629-077-5

Serasa Experian. **Sala de Imprensa**. 2020. Disponível em < https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/> Acesso em: 16 de maio 2021.

Serviço de Proteção ao Crédito. **Pesquisas**. 2020 Disponível em < https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7308> Acesso em 16 de maio de 2021.

SILVA, Maurício Corrêa da et al. Procedimentos metodológicos para a elaboração de projetos de pesquisa relacionados a dissertações de mestrado em Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 97-104, 2004.

VICECONTI, PAULO. Introdução à economia. Saraiva Educação SA, 2017.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Gabriela Spillere[1]
Marlon Colombo Correa[2]
Nilson dos Santos Dias[3]

Resumo: Tem como tema o Marketing Digital, tendo como objetivo identificar as estratégias de marketing utilizadas pelos escritórios contábeis no município de Cascavel-PR. Esse estudo identificou a forma com que os escritórios contábeis têm utilizado suas estratégias de marketing digital com seus clientes durante a pandemia, com isso baseou-se nas redes sociais adotadas por esses escritórios, para identificar quais são as mais utilizadas, e respectivamente o assunto abordado e sua interação. Quanto a sua metodologia foi subdividida de três maneiras: a tipologia quanto aos objetivos uma pesquisa descritiva que estabeleceu a realidade dos escritórios contábeis de Cascavel-PR. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de levantamento que identificou o número de escritórios ativos em Cascavel, as redes sociais mais utilizadas e quais os conteúdos abordados, no período de março de 2020 a março de 2021 onde ocorreu diversos cenários no que se refere a pandemia da Covid-19. Foi necessário a redução da amostra de escritórios para apenas os escritórios com mais de 100 publicações, fazendo com que o trabalho de coleta de dados passasse a ser algo extremamente árduo. Quanto a abordagem do problema foi definido como uma pesquisa qualitativa, considerando as redes sociais o próprio ambiente de informações. Dessa forma, os resultados encontrados evidenciaram a relevância que as redes sociais possuem desde o início da pandemia, tanto para os escritórios quanto para os clientes, onde identificou-se que os assuntos mais postados, e a rede mais utilizada sendo o Facebook.

Palavras-chave: 1. Marketing 2. Marketing Digital 3. Escritórios 4. Contabilidade 5. Cliente

1 INTRODUÇÃO

A sociedade está vivenciando a séculos o avanço tecnológico. Desde o início do século XXI, ou mais especificamente no ano de 2021, é possível notar que a tecnologia continua em constante evolução. Esta evolução acontece também na maneira com que as pessoas se relacionam, onde muitas barreiras são quebradas quando se vincula pessoas e tecnologia. Uma das tecnologias que mais contribuem para essa quebra de barreiras é o marketing, segundo Vaile, Grether e Cox (1952) apud Andrade et al., (2015), os sistemas de marketing

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Curso de Ciências Contábeis - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Nilson dos Santos Dias – Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

proporcionam mais do que apenas a entrega física de bens e serviços, eles também trazem auxílio e dinamismo para o crescimento e progresso da sociedade.

Entre as vertentes do marketing é notório que a ferramenta do marketing digital vem ganhando cada vez mais importância, principalmente quando falamos da relação entre empresa e consumidor (AVELINO, SILVA e LEAL, 2020). O aumento no número de empresas e pessoas que vêm adotando essa ferramenta para propagarem seus negócios é bastante perceptível, isso pode ser entendido pelo fato de o marketing digital ser capaz de trazer benefícios significativos a seus negócios e sendo bem empregado pode atingir tanto uma população em massa quanto grupos específicos (nichos de mercado). Segundo KOTLER (2012) uma das competências do marketing consiste em mensurar o tamanho do mercado potencial e desenvolver produtos e serviços que satisfaçam a demanda.

Na área contábil há uma grande gama de profissionais, o que torna o mercado competitivo, dessa forma Melo (2012) tem dito é necessário que esses profissionais estejam preparados para oferecer seus serviços e criar uma relação de fidelidade com o cliente, tal relação pode ser assegurada através do marketing digital, principalmente nos tempos de hoje, onde os contadores e a sociedade de forma geral têm se desdobrado para o enfrentamento de uma pandemia global. O uso de ferramentas do marketing digital que aproximam o prestador de serviço e o cliente pode trazer benefícios aos profissionais de contabilidade para lidar com as mudanças que tempos pandêmicos trazem, além de proporcionar uma aproximação com os clientes, que permite expandir os negócios, atrair novos clientes, além de permitir ao profissional contábil de demonstrar todas as suas competências.

A cidade de Cascavel-PR, localizada na região oeste do estado do Paraná, tem a presença de muitas empresas e indústrias, fato que gera uma expansão nos aspectos socioeconômicos e do município em um modo geral. Considerando que a cidade possui comércio, indústrias e prestadores de serviços em larga escala, há também a presença de diversos escritórios de contabilidade para atender a este público, em uma consulta realizada no site do CRC-PR identificamos 266 escritórios contábeis ativos na cidade (sociedades, empresário individual, MEI e EIRELI), e 124 escritórios (individuais-RCI).

Assim como o resto do mundo, a cidade de Cascavel vive os desafios de enfrentamento da pandemia de COVID-19, em dezembro de 2019, a China anunciou a detecção de um vírus variação Sars-CoV-2 e em pouco tempo, a infecção pelo vírus se espalhou pelo mundo todo e foi classificado pela OMS como pandemia em 11 de março de 2020. No Brasil, os reflexos chegam no início do ano de 2020, especificamente no mês de março, onde os desafios para a classe contábil aumentaram de forma exponencial.

Diante disso é fundamental compreender como os profissionais em serviços contábeis estão se organizando profissionalmente para fazer estes enfrentamentos, a fim de aproximar-se do seu cliente em um momento pandêmico e estreitar suas relações profissionais e como tem se utilizado de ferramentas tecnológicas, principalmente relacionados ao marketing digital. Diante disso, este trabalho procura responder o seguinte problema de pesquisa: De que forma os escritórios contábeis têm utilizado suas estratégias de marketing digital?

No cenário atual, podemos observar a alta demanda de clientes, que buscam por profissionais cada vez mais qualificados, no fim das contas se

ISBN 978-65-5629-077-5

qualquer empresa não tiver um setor de marketing adequado, consequentemente não irá conseguir atingir todo seu público-alvo e não conseguirá atingir as exigências e expectativas do consumidor final. Dessa maneira o marketing pode trazer benefícios tanto para as empresas quanto para a sociedade, seja através de suas publicidades como também as parcerias com influenciadores digitais em que podemos destacar como a parte administrativa do negócio

Dessa forma o trabalho tem como justificativa mostrar a viabilidade e a importância de um marketing digital para as empresas do ramo contábil, identificando qual o conteúdo ideal que o mesmo deve abordar e de que maneira essa ferramenta se torna mais eficiente. Tendo ainda o objetivo de identificar as estratégias de marketing digital utilizadas pelos escritórios contábeis no município de Cascavel-PR, onde o tema estará delimitado na análise das estratégias de marketing digital nos escritórios de contabilidade na cidade Cascavel-PR no período entre março de 2020 e março de 2021.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O referencial teórico servirá como fator de embasamento para estabelecer as premissas deste trabalho, através do marketing, com foco no marketing digital utilizado por escritórios contábeis através de redes sociais.

2.1 MARKETING

A origem da palavra derivada do inglês, o termo marketing significa "mercado em ação", onde market indica "mercado" e o sufixo ing traduzido ao português significa "ação". (AZEVEDO, FERREIRA JUNIOR, 2015). No entanto, Camarotto (2009) relata que achar uma palavra ou expressão que defina exatamente o que significa marketing não é tarefa fácil. No ambiente empresarial, muitos alocam marketing com propaganda e publicidade enquanto outros associam com vendas.

Já para Kotler (2012) o marketing vem de uma premissa que significa ''suprir necessidades gerando lucro''. Trazendo também a seguinte definição: que o marketing é o conjunto de atividades e conhecimentos dos processos de criar, comunicar, e entregar ofertas que tenham valor tanto para os consumidores e empresários, quanto para a sociedade como um todo.

Richers (2000) exalta que o marketing pode ser definido como entender e atender o mercado, pois é necessário em um primeiro momento se entenda o mercado, identificando quais são suas demandas e necessidades, e em um segundo momento estar ciente de como atender as exigências do mercado.

Ambrósio (2002) explicam que o marketing é a junção de técnicas direcionadas a maximizar a felicidade das pessoas, de maneira que o mesmo busca satisfazer as necessidades e desejos desses indivíduos, aumentando o retorno para a empresa. Portanto, o marketing está relacionado à comunicação entre empresa e cliente, favorecendo as empresas a atingirem seus objetivos na oferta de bens ou serviços e também aos objetivos do cliente, satisfazendo seus desejos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO MARKETING

ISBN 978-65-5629-077-5

O marketing tem feito parte do cotidiano das pessoas de forma que muitas vezes nem percebemos que estamos sendo alvos de atividades relacionadas ao marketing. Ao ligarmos a TV, o rádio, o computador ou até mesmo na leitura de uma revista ou jornal, somos submetidos a atividades oriundas do marketing. Futrel (2014) argumenta que o marketing está presente no dia a dia das pessoas, através de ações como, tentar convencer alguém a usar o cinto de segurança ou até mesmo votar em determinado candidato, são atividades relacionadas ao marketing.

Essa presença notória do marketing no cotidiano das pessoas é consequência da percepção por parte das empresas de como essa ferramenta pode ser importante e fundamental para se comunicar com seus clientes, devido a sua capacidade de se adaptar conforme as necessidades de cada público, pois de acordo com Kotler (1991), conforme a sociedade vai passando de um estágio de desenvolvimento econômico para outro e tendo novas necessidades e ambições, o marketing também passa a ter significados diferentes e assumir diferentes tarefas. Ferreira (2018) acrescenta que as atividades de marketing passaram a ser adotadas para todos os tipos de empresa devido a sua importância, entre os quais ele cita hospitais, organizações não-governamentais, arquitetos, artistas, museus, advogados, contadores, entre outros.

Friedrich (2016) tem buscado explicar que o marketing tem capacidade de identificar ambições e demandas de clientes, desenvolver ofertas capazes de suprir as necessidades desses clientes e transmiti-las de maneira eficiente, resultando na comercialização do que está sendo demandado. Dentre as importâncias do marketing, Torres (2009) argumenta que é uma forma de a empresa planejar e estruturar suas estratégias para que consiga atender as necessidades do mercado, criando valor e satisfação ao cliente.

À medida em que buscamos entender a importância que o marketing tem para as empresas, nos deparamos com diversos estudos exaltando, que antes mesmo de realizar uma venda, o marketing se faz importante para entender quais são as necessidades das pessoas, sendo assim possível oferecer bens e serviços que as satisfaçam de acordo com suas necessidades, o que irá aumentar as chances desse cliente voltar a fazer negócios com a empresa. "Satisfazer e antecipar desejos e necessidades, bem como atrair cliente, é função fundamental do marketing em todos os segmentos organizacionais" (ALMEIDA, 2011).

2.3 MARKETING DIGITAL

O marketing como um todo tem evoluído, passando a ter novas funções, exigências, técnicas e ferramentas. De acordo com Maia (2012) conforme as evoluções tecnológicas foram sendo implantadas na sociedade, novas formas de comunicação passaram a ser utilizadas, permitindo que os diferentes tipos de mercados adotassem novas estratégias de competitividade. Argumentando que essa expansão do marketing ao mundo tecnológico, permitiu que empresas de pequeno porte tivessem capacidade de competir ao mercado que estão segmentadas com custos baixos, passando a ter maior capacidade de atingir clientes e em consequência aumentando suas receitas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Buscar um conceito definitivo para o marketing digital pode ser uma tarefa difícil, pois o termo aborda um campo muito amplo, onde são encontradas ações e estratégias de diversas formas que estão correlatas com as tecnologias digitais e internet. Dentre as buscas pela melhor definição do marketing digital, McKenna (1999) descreve o novo ambiente de marketing, que através da utilização da tecnologia permite interação entre o consumidor e empresa, com objetivo de que o produtor consiga identificar quais são as necessidades do mercado e como ser fiel aos seus clientes.Já para Oliveira (2000) o marketing digital possui o mesmo conceito e foco do marketing tradicional, a diferença entre os dois está nas ferramentas que são utilizadas, onde o marketing digital se apossa de ferramentas tecnológicas de comunicação e propagação de informações.

Fascioni (2007) tem dito que o marketing digital é uma forma de se fazer marketing por meio de ferramentas de comunicação e utilizando-se de recursos digitais, onde na maioria das vezes são alocados na internet.

No mesmo entendimento dos demais, Machado (2018), defende que marketing digital pode ser definido como sendo a utilização das tecnologias digitais e das variadas redes de comunicação on-line que contribuem com as atividades de marketing de uma empresa, destacando que no processo de se fazer marketing digital estão envolvidos o fato de reconhecer a importância das tecnologias digitais para sua aplicação, o desenvolvimento e planejamento de uma análise para identificar quais são os consumidores e seus costumes e a integrada e direcionada de serviços on-line que satisfaçam as necessidades dos clientes.

É evidente o quanto os estudos que já exploraram a área do marketing digital ao citar seu conceito têm vinculado o mesmo as tecnologias digitais com capacidade de interações entre pessoas, essa interatividade está diretamente ligada às estratégias do marketing tradicional, onde por meio de mecanismos vinculados a internet busca-se identificar quais são as necessidades do mercado, e posteriormente conseguindo ofertar de maneira eficaz os produtos/serviços desejados.

2.4 REDES SOCIAIS

Para Grams (2011) as redes sociais trata-se de um grupo de pessoas, empresas ou relacionamentos ligados por um meio de relações sociais, como o trabalho em conjunto e até mesmo as amizades e a simples troca de informações. Já para Boyd (2010) a definição de redes sociais é baseada em web, onde possibilitam as sociedades criarem uma rede pública ou semipública, dentro de um sistema delimitado, permitindo articular uma lista de outros usuários com quem compartilham informações, de maneira que seja possível conhecer uma lista de ligações dentro do sistema.

Atualmente, conseguimos observar que uma empresa mesmo que não esteja participando das redes sociais, os consumidores estão presentes em suas informações, seja compartilhando ou até mesmo comentando sobre suas ações (CANTANHEDE, 2015). Dessa maneira, é importante que as empresas tenham participação nas redes sociais tendo assim um acompanhamento de seu conteúdo comentado por seus consumidores sobre seus produtos e serviços.

Na era atual, devido ao grande número de pessoas conectadas à

ISBN 978-65-5629-077-5

rede/internet, existem milhares de oportunidades e possibilidades para as empresas. Um mundo que aponta cada vez mais afeição ao digital, compreendendo as grandes chances neste processo. Dessa maneira, Guedes (2010) diz que ser virtual tem um custo menor, demanda menos tempo e consequentemente menos mão de obra, pois a tendência a partir daqui é transportar para o eletrônico várias tarefas.

> As redes sociais, tão proximamente conhecidas pelo público em geral, tais como o Facebook, Twitter, Instagram, entre outros, chegaram não somente para aproximar pessoas e derrubar barreiras, mas tornaram-se aliados eficientes de mídia e interação empresarial com seu consumidor. Hoje, muitas empresas se utilizam das redes sociais, muito mais do que simples vitrines de seus produtos ou serviços, abarcando conteúdos, métricas e respostas de interação com seus clientes (ALVES, 2020, p.15).

A internet e as redes sociais vêm se tornando cada vez mais um dos agentes mais importantes para as organizações, pois seus stakeholders se conectam através das redes sociais como o facebook, Instagram, Twitter, Linkedin, entre outros (ALVES, 2020).

Entre os diversos autores que já buscaram entender os conceitos e particularidades do termo redes sociais, fica nítido a similaridade entre as afirmações impostas. As redes sociais estão repletas de pessoas comentando sobre o mesmo assunto, a comunicação em tempo real permite a uma pessoa tirar diversas dúvidas, entre elas, alguma indicação ou reclamação sobre um determinado produto. Com isso, entende-se a necessidade de as empresas estarem presente nas redes, uma vez que será possível identificar como seu serviço está sendo avaliado e qual a carência do seu público (GRAMS, 2011; BOYD, 2010; CATANHEDE, 2015; ALVES, 2020; GUEDES, 2010).

2.5 MARKETING DE SERVIÇOS

Considerando todos os conceitos apresentados sobre o marketing até agora, sobre todo seu processo e desenvolvimento, é importante refletir sobre quais são as evidências em relação a prestação de serviço.

Entende-se que a principal diferenciação entre o marketing de produtos e de serviço é que os métodos utilizados no marketing de produto são mais focados em promoções pois visão um desempenho de modo direto ao consumo dos produtos (JUNIOR, 2015). Já o marketing de serviços, é de certa maneira mais lento, pois se baseia no relacionamento e na confiança entre o cliente e a empresa.

Ao contrário dos produtos físicos, os serviços são considerados produtos intangíveis e não palpáveis por não haver possibilidade de tocar nem ouvir, e consequentemente, não podem ser testados. "Serviços constituem uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem" (LAS CASAS, 2000, p.15).

O marketing de serviço tem como foco principal a satisfação dos clientes que consomem seus serviços, para isso se necessita agregar valor ao seu

ISBN 978-65-5629-077-5

consumo. Dessa maneira, Marins (2016) diz que as empresas devem se atentar a entender as necessidades de seus clientes e suas expectativas para assim conseguir executar e planejar os serviços que atendam ao seu público-alvo. Diante disso, Silva e Breves (2019) dizem que é difícil achar uma fórmula para esses serviços, pois a qualidade depende muito do conhecimento sobre as necessidades dos clientes.

Diante disso, conforme tem dito Guth (2017) o marketing de serviços oferece estratégias de acordo com a necessidade de cada segmento, proporcionando diferentes ideias e estratégias para atender as peculiaridades do setor de serviços, citando que entre eles está a contabilidade. Cabe a cada empresa prestadora de serviço analisar aquilo que o mercado está necessitando para que as estratégias de marketing utilizadas potencializem seus serviços. "Portanto, na prestação de serviços contábeis as ferramentas do marketing de serviço influenciam de forma positiva a rotina de clientes, escritórios e profissionais contábeis, assim como também, a ausência de marketing impacta de forma negativa" (CORREIA, p.12 2017).

2.6 MARKETING CONTÁBIL

A contabilidade tem feito parte do cotidiano das pessoas antes mesmo de se fundar o termo empresa, pois o homem ao começar a praticar atividades de troca, mercantis e expansão de seu patrimônio, precisava ter o controle de todas essas atividades, esse controle era feito de forma rudimentar, mas já estavam relacionados com aspectos dos registros contábeis.

De acordo com Scarpin e Calijuri (2003), o homem sempre esteve preocupado com seu patrimônio. Isto aconteceu nos princípios da humanidade e ainda acontece nos dias atuais. Afirmando essa ideia Santos (2016) relata que o homem sempre se preocupou com números, principalmente quando eles estão relacionados com seu patrimônio, pois na medida em que as ações de trocas eram realizadas, o homem viu a necessidade de controlar seus bens, contar rebanhos, além de precisar tomar decisões baseando-se nesses números.

De forma bastante lógica as atividades de contabilidade realizadas na antiguidade não contavam com as mesmas ferramentas e recursos que existem nos dias de hoje, porém eram utilizadas com a mesma finalidade. Costa (2013) afirma que o surgimento da contabilidade está vinculado com a inclusão de elementos na riqueza patrimonial do homem, sendo necessário o controle adequado dos mesmos, através de registros, que aos poucos foram melhorando sua qualidade.

À medida que o homem foi utilizando-se das técnicas contábeis para conseguir desempenhar suas atividades, aprimoramentos tiveram que ser realizados aos controles adotados, novas estratégias e ferramentas foram implementadas, contribuindo de forma exponencial para o desenvolvimento das atividades rotineiras do setor contábil. Entre as diversas melhorias disponíveis, destaca-se o marketing contábil, Bertozzi (2003) conceitua o marketing contábil como sendo todos os esforços de comunicação e estratégia com a intenção de ofertar serviços de qualidade, atendendo as necessidades dos clientes. Ele ressalta ainda que é necessário que o profissional contábil ao utilizar as

ISBN 978-65-5629-077-5

ferramentas oferecidas pelo marketing se atenha ao Código de Ética da classe.

Lima *et al*., (2008) argumenta que o marketing contábil auxilia os contadores e escritórios a se adequar aos novos tempos e se ajustar às novas demandas, destacando que os escritórios que aplicam o marketing de forma inteligente têm evoluído sua marca pessoal, se tornando um grande concorrente em um mercado cada vez mais competitivo. Partindo da mesma ideia, Costa (2013) exalta que o marketing é uma ferramenta que contribui diretamente ao crescimento da área contábil, pois as empresas do setor ao se utilizarem desta ferramenta estão buscando novas ideias e serviços, se diferenciando da concorrência, se tornando mais competitiva ao mercado.

Baseado nesse contexto, o marketing surge como uma opção de os escritórios de contabilidade potencializar a comunicação com seus clientes, através do uso de ferramentas estratégicas oriundas do marketing, os profissionais da contabilidade conseguem captar novos clientes, melhorar a qualidade dos seus serviços uma vez que é possível identificar de maneira eficaz a demanda do mercado, além de agregar valor ao seu negócio como um todo.

2.7 O MARKETING E A ÉTICA NA CONTABILIDADE

Saber qual o melhor conteúdo a ser disseminado para atender as necessidades do mercado é papel fundamental do marketing, baseado nessas estratégias o profissional contábil ou escritório de contabilidade deve se atentar ainda mais para qual conteúdo abordar, evitando que se cometa alguma propagação de conteúdo que confronte princípios éticos.

De acordo com Santos (2016), assim como as diversas áreas profissionais existentes, o contador precisa exercer suas atividades sob os preceitos da ética e da responsabilidade, pois é ele quem tem acesso a informações privilegiadas das empresas e orienta a mesma sobre possíveis tomadas de decisões.

Entendendo a necessidade de que os profissionais contábeis devem agir de forma ética e responsável em qualquer atividade que estiver desempenhando em sua área, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Código de Ética do Profissional Contábil (CEPC) onde se destaca logo no início o objetivo pelo qual foi criado, trazendo em seu Art 1° que essa norma busca "fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe".

Borges e Medeiros (2007), busca explicar a necessidade dos códigos de éticas, dizendo que eles representam um aglomerado de elementos que caracterizam as ações das pessoas dentro de um grupo social, destacando que entre esses elementos, se encontra deveres legais, normativos e regras de boa conduta para tratar as pessoas.

O Código de Ética do Profissional Contábil (CEPC) cita ainda em seu Art 3°, inciso I, que "no desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:"

> I - Anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos,

ISBN 978-65-5629-077-5

> especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes. (CRC, 2019, p. 2).

A medida em que essas vedações vão sendo redigidas ao profissional de contabilidade por meio do CEPC, fica perceptível que algumas regras devem ser respeitadas pelos profissionais da área contábil, mas em nenhum momento elas tentam fazer com que o contador não faça o uso das ferramentas do marketing para divulgação dos seus serviços, apenas ressaltando em suas normas que o profissional seja cauteloso ao se utilizar de recursos capazes de propagar seu trabalho.

3 METODOLOGIA

Conforme tem dito Deslandes (2009), a metodologia ou procedimentos metodológicos é fundamentada na descrição formal dos métodos e das técnicas que foram utilizados, indicando ainda as conexões e leituras operacionais que os pesquisadores fazem dos dados teóricos e de seus objetivos de estudo.

Quanto aos objetivos deste trabalho, trata-se de uma pesquisa descritiva, que é definida por Andrade apud Beuren (2006), como uma pesquisa que visa observar, identificar, expor e registrar fatos ou fenômenos de determinada temática explorada. Ele ressalta ainda que as características observadas e descritas, são fenômenos do mundo físico e humano, mas não ocorre a manipulação dessas variáveis por parte do pesquisador. Seguindo a mesma ideia Zanella (2006) argumenta que a pesquisa descritiva consiste em procurar conhecer melhor uma realidade estudada, identificando suas características, seus problemas e descrevendo com exatidão os fatos e fenômenos observados.

Diante disso, a pesquisa atrelada aos objetivos deste trabalho pode ser caracterizada como descritiva, uma vez que o foco será de descrever a realidade dos escritórios contábeis do município de Cascavel-PR, identificando quais são as estratégias de marketing utilizadas por esses escritórios através de suas redes sociais.

Quanto aos procedimentos este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de levantamento, pois segundo Beuren (2006) as pesquisas de levantamento são mais bem aproveitadas pelos estudos descritivos, pois os resultados encontrados não necessitam de um aprofundamento, ela cita ainda que os dados obtidos através desse tipo de pesquisa podem ser capturados com base em uma amostra retirada da população que se pretende conhecer, ressaltando ainda que nenhuma amostra é perfeita, podendo variar o grau de erro e exatidão.

Dessa maneira, serão levantados dados como: o número de escritórios contábeis ativos em Cascavel-PR, que podem ser obtidos através do site do CRCPR, quais são as redes sociais que esses escritórios utilizam para propagação de seus serviços e quais são os conteúdos abordados que mais agradam o público, tendo como base a interação que a publicação atingiu (número de likes, quantidade de comentários e compartilhamentos). Logo após a coleta dos dados, será elaborada uma tabela com os dados obtidos, que irá permitir analisar e comparar quais são as melhores estratégias de marketing utilizadas pelos escritórios contábeis de Cascavel-PR.

Tratando-se do tipo de pesquisa para a abordagem do problema, esse

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalho pode ser definido como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Silva (2009) na pesquisa qualitativa não se faz necessário o uso de métodos e técnicas estatísticas, o próprio ambiente natural é a fonte direta de informações e o pesquisador é a ferramenta fundamental para coleta dos dados. Com isso identificamos a importância da pesquisa qualitativa para abordagem do problema, uma vez que "os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. (RICHARDSON apud Beuren, 2006).

3.1 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos bem como a forma que foi realizado a coleta dos mesmos podem ser observados na sequência. A pesquisa foi realizada de forma que se explorou as redes sociais Facebook e Instagram, e os dados necessários registrados em tabelas. Com auxílio dessas ferramentas de registros foi possível identificar a presença dos escritórios de contabilidade da cidade de Cascavel-PR nas redes sociais, bem como a forma como eles utilizam para divulgar seus serviços através dessas mídias e também a interação com o público presente nessas mídias digitais.

3.2 PRESENÇA DOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NAS REDES SOCIAIS

Baseado no que se propôs a atingir na realização deste trabalho, foi analisada em um primeiro momento a presença dos escritórios contábeis de Cascavel-PR nas redes sociais (Facebook e Instagram). Onde pode ser verificado o comportamento referente a adesão às redes sociais por parte dos escritórios de contabilidade. Em Cascavel foram identificados 390 escritórios de contabilidade ativos, conforme levantamento junto ao CRC/PR no dia 12/08/2021.

Tabela 1. Número de escritórios presentes nas redes sociais

Descrição	**Frequência**	**%**
Possui ao menos uma rede social	**115**	**29,50%**
Não possuem redes sociais	**275**	**70,50%**
Total	**390**	**100%**

Fonte: Facebook e Instagram.

Afirmando o que tem dito Ferreira (2018) sobre a adoção das atividades de marketing por empresa de todos os tipos devido a sua importância, foi identificado que entre os escritórios de contabilidade de Cascavel-PR 115 escritórios aderem à no mínimo 01 rede social para divulgação de seus serviços, o que equivale a 29,50% do escritórios ativos na cidade, em controvérsia a isso 275 escritórios não tem nenhuma vinculação às redes sociais, número esse que equivale a 70,50% do escritórios analisados.

Dados esses que foram obtidos através da exploração das redes sociais (Facebook e Instagram), onde foi pesquisado cada escritório de forma individual e identificado sua presença em cada meio digital, sendo registrado em uma tabela o nome dos 390 escritórios localizados e na sequência a presença dos mesmos nas

ISBN 978-65-5629-077-5

redes sociais que estavam sendo analisadas.

3.3 REDE SOCIAL COM MAIOR ATUAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS

Após a identificação dos escritórios que possuem participação em pelo menos uma rede social, identificou-se também qual era a rede social com maior atuação dos 115 escritórios contábeis que aderem às mídias digitais. Correlacionado ao que diz Oliveira (2000) o marketing digital possui o mesmo conceito e foco do marketing tradicional, a diferença está nas ferramentas que são utilizadas, uma vez que o marketing digital se apossa de ferramentas tecnológicas de comunicação e propagação das informações.

Tabela 2. Rede Social com maior presença de escritórios

Rede Social	**Frequência**	**%**
Facebook	**106**	**60,20%**
Instagram	**70**	**39,80%**
Total	**176**	**100%**

Fonte: Facebook e Instagram.

De acordo com a tabela 2, observa-se ainda que entre os 115 escritórios de contabilidade da cidade de Cascavel-PR presentes nas redes sociais analisadas, a rede que mais tem sido utilizada por esses é o Facebook. Onde das 176 participações em redes sociais, 60,20% estão no Facebook, enquanto que 39,80% estão no Instagram (o número 176 de participações em redes sociais, pode ser explicado pelo fato de que entre os 115 escritórios presentes nas redes sociais exploradas, alguns desses possuem participação em mais de uma rede.

3.4 CONCENTRAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING

Buscando esclarecer ainda mais a forma de atuação dos escritórios nas redes sociais para divulgação dos seus serviços, foi analisada a forma como esses escritórios têm utilizado as redes sociais como ferramentas de marketing digital, pesquisando dados referente a concentração das estratégias de marketing dos escritórios.

Tabela 3. Escritórios que adotam mais de uma rede social.

Descrição	**Frequência**	**%**
Possui apenas uma rede social	**54**	**47,00%**
Possuem mais de uma rede social	**61**	**53,00%**
Total	**115**	**100%**

Fonte: Facebook e Instagram.

Os dados da tabela 3 se referem a quantos escritórios adotam mais de uma rede social para divulgar seus serviços, onde entre os 115 presentes em redes sociais identificou-se que os escritórios têm concentrado suas atividades de marketing digital em mais de uma rede social, sendo averiguado que 53,0% possuem mais de uma rede social (Facebook e Instagram) e 47,0% possuem apenas uma rede social (Facebook ou Instagram) para divulgação de seus serviços. Correlato aos dados obtidos Machado (2018) diz que o marketing digital é a utilização das tecnologias digitais e das variadas redes de comunicação on-

ISBN 978-65-5629-077-5

line que contribuem com as atividades de marketing de uma empresa.

3.5 NÚMERO DE POSTAGENS REALIZADAS

Outro fator importante obtido na realização da pesquisa, foi o número de postagens realizadas por escritórios contábeis no período de março de 2020 a março de 2021. O período que foi delimitado em razão a um cenário bastante imprevisível devido a pandemia da Covid-19 evidencia as seguintes informações:

Tabela 4. Volume de Postagens realizadas

Descrição	**Frequência**	**%**
Postagens no Facebook	**3832**	**54,60%**
Postagens no Instagram	**3185**	**45,40%**
Total	**7017**	**100%**

Fonte: Facebook e Instagram.

Afirmado o que foi encontrado referente a rede social mais utilizadas pelos escritórios, fica claro que a rede social com mais postagens é o Facebook, onde foi extraído dos dados coletados que 3832 postagens, ou seja, 54,6% das 7017 postagens realizadas foram na respectiva rede social, enquanto 3185 (45,4%) foram publicadas no Instagram. Esses dados são oriundos de uma pesquisa realizada no perfil de cada escritório, em cada uma das redes sociais que os mesmos aderem.

O número expressivo de publicações por parte dos escritórios, tem relação com o que defende Correia (2017) ao citar que na prestação de serviços contábeis as ferramentas do marketing digital influenciam de forma positiva a rotina de escritórios e profissionais da contabilidade, assim como também, a ausência de marketing impacta de forma negativa.

3.6 NÚMERO DE POSTAGENS REALIZADAS DE FORMA CASADA E INDIVIDUAL

Devido ao fato de alguns escritórios adotarem a mais de uma rede social foi buscado entender também se esses escritórios faziam suas postagens em apenas uma rede social ou de forma casada (a mesma publicação nas duas redes sociais).Em paralelo ao que diz Maia (2012) às evoluções tecnológicas estão sendo implantadas na sociedade e com isso novas formas de comunicação passaram a ser utilizadas, permitindo que diferentes tipos de mercados adotassem novas estratégias de marketing digital.

Tabela 5. Número de postagens individual e duplicada

Rede Social	**Conteúdo**	**Compartilhamento**	**Comentário**	**Curtida**
Facebook	469	1193	59	1148
Facebook/Instagram	3142	1193	671	33730
Instagram	263	0	302	4660

Fonte: Dados da pesquisa

Através dos dados coletados e apresentados na tabela 5, é possível

ISBN 978-65-5629-077-5

identificar que 469 postagens foram realizadas de forma individual no Facebook e 263 postagens no Instagram, enquanto 3142 postagens foram realizadas nas duas redes sociais.

Com isso entende-se que os escritórios têm efetuado suas postagens de forma casada em maior proporção, com o objetivo de que o tema abordado nessas postagens alcance diferentes públicos presentes nas duas redes sociais, afirmando o que diz Maia (2012) em relação ao fato de que o marketing tem se expandido ao mundo tecnológico permitindo que empresas de pequeno porte tivessem capacidade de competir ao mercado que estão segmentadas com custos baixos, passando a ter maior capacidade de atingir cliente e em consequência aumentando suas receitas

3.7 VOLUME GERAL DE CURTIDAS, COMENTÁRIOS E COMPARTILHAMENTOS.

Através da pesquisa aplicada identificou-se o volume de curtidas, comentários e compartilhamentos que as postagens dos 115 escritórios de contabilidade obtiveram no período de tempo analisado. Dessa maneira, conforme tem dito Cantanhede (2015) é importante que as empresas tenham participação nas redes sociais tendo assim um acompanhamento de seu conteúdo comentado por seus consumidores sobre seus produtos e serviços.

Tabela 6. Volume de interações mensal

Mês	**CURTIDAS**	**COMENTÁRIOS**	**COMPARTILHAMENTOS**	**Total**
Jan	3856	106	118	**4080**
Fev	3729	85	82	**3896**
Mar	9111	208	397	**9716**
Abr	2302	45	138	**2485**
Mai	2976	62	85	**3123**
Jun	1877	28	67	**1972**
Jul	2556	83	129	**2768**
Ago	2217	65	68	**2350**
Set	3991	93	109	**4193**
Out	2334	75	99	**2508**
Nov	2492	114	85	**2691**
Dez	2397	68	88	**2553**
Total	**39838**	**1032**	**1465**	**4235**

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 6, identificou-se um elevado número de reações nas publicações realizadas pelos escritórios, onde o volume de curtidas totalizou 39.838, já o volume de comentários foi de 1.032 e o volume de compartilhamentos de 1.465, vale ressaltar ainda que 04 períodos tiveram maior número de interações (Janeiro, Fevereiro, Março e Setembro) com destaque para o mês de Março que totalizou 9.176 interações.

Dentre as causas para um elevado número de reações nas publicações realizadas no mês de março é o fato dos comunicativos sobre a declaração do Imposto de Renda de Pessoas Física (IRPF), onde seguindo as idéias de Almeida

ISBN 978-65-5629-077-5

(2009) os escritórios souberam identificar a demanda do seu público e planejaram estratégias que foram capazes de satisfazer as necessidades do mercado, criando valor e satisfação ao cliente.

3.8 ASSUNTOS ABORDADOS PELOS ESCRITÓRIOS.

Através da exploração das postagens realizadas pelos escritórios de contabilidade de Cascavel-PR, identificou-se ainda os assuntos abordados por esses, bem como o assunto mais divulgado. Com a identificação desses dados é possível verificar a carência do público sobre determinada informação e afirmar o que Guth (2017) tem dito, que cabe a cada empresa prestadora de serviço analisar aquilo que o mercado está necessitando para que as estratégias de marketing utilizadas potencializem seus serviços.

Para identificação dos assuntos mais abordados entre as postagens efetuadas pelos escritórios, utilizou-se uma legenda para diferenciar os diversos tipos de assuntos, onde foram analisadas todas as 7017 publicações e elencadas as seguintes nomenclaturas: Campanha Educativa, Dia do Profissional, Dicas e Orientações, Feriados e Data Importantes, Informativo Geral, Informativo Técnico, Marketing e Propaganda e Motivação. Os assuntos atrelados a cada legenda ficaram divididos da seguinte forma:

Quadro 1. Conteúdos publicados

Campanha Educativa:	temas relacionados às ações que as empresas fizeram, referente a conscientização a prevenção do coronavírus, dicas de prevenção, campanhas para o bem ao próximo, coisas do gênero
Dia do Profissional:	atrelado para publicações com temas abordando os dias dos profissionais, como também aniversariantes do dia (colaboradores, clientes);
Dicas e Orientações:	informações para que as empresas possam aderir, dicas de administração e gestão, abordando dúvidas dos clientes;
Feriados e Datas Importantes:	datas comemorativas e seus respectivos feriados, como por exemplo, Dia da Independência, natal, páscoa etc.;
Informativo Geral:	temas e informações relevantes para o público em geral, como por exemplo datas de entregas de documentos, recebimentos, alteração de leis etc.;
Informativo Técnico:	temas relacionados às informações que são consideradas mais técnicas relacionadas à contabilidade, para o pessoal que possui mais conhecimento da área contábil como os gestores e administradores;
Marketing e Propaganda:	temas relacionados ao marketing em

ISBN 978-65-5629-077-5

	que a o escritório faz da própria empresa, postagens fazendo sua própria propaganda, oferecendo seus serviços;
Motivação	temas relacionados à ética e bem-estar, frases bíblicas e motivacionais.

Fonte: Dados da pesquisa

Após a classificação dos assuntos abordados nas 7017 postagens realizadas pelos 115 escritórios presentes em redes sociais, identificou-se qual o assunto que mais é disseminado e qual o engajamento que esses assuntos alcançam.

Tabela 7. Volume de postagens para cada conteúdo

Conteúdo	Contagem Conteúdo	Compart	Proporção	Comentt	Proporção	Curt	Proporção
Campanha Educativa	238	135	0,57	21	0,09	1761	7,40
Dia do Profissional	469	176	0,38	501	1,07	14487	30,89
Dicas e Orientações	306	52	0,17	22	0,07	1567	5,12
Feriados e Datas Importantes	218	106	0,49	97	0,44	2726	12,5
Informativo Geral	823	292	0,35	102	0,12	6076	7,38
Informativo técnico	574	306	0,53	70	0,12	5260	9,16
Marketing e Propaganda	528	356	0,66	207	0,39	6451	12,22
Motivação	229	52	0,23	12	0,05	1510	6,59

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados obtidos através da pesquisa realizada e apresentados na tabela 7 demonstram que os temas Informativo Geral, Informativo Técnico, Marketing e Propaganda e Dia do Profissional são os assuntos mais adotados pelos escritórios em suas postagens, com destaque para os assuntos classificados como informativo geral, que apresentam 823 publicações. Baseado no que diz Kotler (2012) ao abordar de forma mais expressiva o assunto relacionado às informações de modo geral, os escritórios entregam informações e valores tanto para consumidores e empresários, como para a sociedade de modo geral.

Outro importante dado obtido através da pesquisa é o número de redirecionamento que cada assunto teve em relação ao número de postagens, onde identificou-se que apesar de o Informativo Geral ser o assunto com maior

ISBN 978-65-5629-077-5

número de postagens, o assunto que mais tem sido disseminado pelos usuários das redes sociais é o Marketing e Propaganda com 356 compartilhamentos. Fato que pode ser visto como ponto positivo para a imagem dos escritórios uma vez que seus clientes e amigos têm confiado na sua marca e explanado a mesma pelas suas redes, confirmado aquilo que Alves (2020) cita.

Identificou-se ainda as discussões que cada assunto gerou através das publicações, onde o assunto com maior número de interações no que se diz respeito a comentários, foi o Dia do Profissional, onde para cada uma postagem realizada sobre o assunto, obteve-se 1,07 comentários, para que fosse possível identificar a proporção de cada uma das reações sobre as postagens, dividiu-se o número de postagens pelo número de comentários, onde obteve-se a proporção para cada postagem realizada. Esse tema apresentou ainda dados bastante expressivo no que se refere a número de curtidas, onde as 469 postagens realizadas pelos escritórios totalizaram 14.487 curtidas, ou seja, para cada uma postagem realizada sobre o Dia do Profissional foram 30,89 curtidas.

Com isso fica claro que os assuntos abordados pelos escritórios têm atingido e satisfeito diferentes públicos, uma vez que se identificou que o assunto do Dia do Profissional é o mais comentado e o mais marcado como "gostei" onde diferentes públicos se satisfazem com a informação pelo fato de existir diversas profissões. Além de os escritórios estarem conseguindo conquistar aquilo que Junior (2015) afirma que é a confiança entre empresa e consumidor através do marketing de serviços, uma vez que pode ser observado que o assunto com maior número de compartilhamentos realizados pelo público dos escritórios é o de Marketing e Propaganda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou identificar como as empresas de contabilidade de Cascavel-PR utilizam as estratégias de marketing digital em seus escritórios. Com isso, pôde-se perceber a relevância em relação à dinâmica e interação das mesmas nas redes sociais.

Para se atingir uma compreensão dessa realidade, definiram-se dois os objetivos específicos. Sendo o primeiro identificar as redes sociais aderidas a essas empresas, a interação de seu público alvo, como também o número de compartilhamentos e curtidas. Logo em seguida, foi feito uma comparação dessas redes sociais, onde pode-se observar que as mais utilizadas foram o Instagram e Facebook. Logo, foram analisados alguns fatores: a concentração das estratégias das empresas, ou seja, se possuem mais de uma rede social; o número de postagens realizadas, sendo casada ou individual; o volume geral de curtidas, compartilhamentos e comentários; e por último foi subdivido os assuntos abordados em 8 categorias: Campanha Educativa, Dia do Profissional, Dicas e Orientações, Feriados e Datas Importantes, Informativo geral e técnico, Marketing e propaganda, e motivação.

Dessa forma, observou-se os assuntos e temas mais relevantes de cada rede social, como também a interação de seu público alvo, sendo analisada a proporção de cada fator em relação ao conteúdo. Sendo possível compreender a importância de se manter ativo nas redes sociais, para que de certa forma sua empresa venha a ter mais lucratividade através do marketing digital.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. T. **Administração Mercadológica**. Minas Gerais: E-tec Brasil/CEMF/Unimontes, 2011.

ALVES, Jaison. **A Adoção das Redes Sociais como Objeto de Mídia e Interação - O Uso do Facebook na Visão dos Gestores das Grandes Organizações de São Bento do Sul, SC**. Joinville, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/TCC-Jaison-Danilo-Alves.pdf>. Acesso em: 11 de mai. de 2021.

AMBROSIO, V.; SIQUEIRA, R. **Plano de Marketing: passo a passo: serviços**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.

AZEVEDO, N. Q. DE; FERREIRA JUNIOR**,** A. B. **Marketing Digital:** uma análise do mercado 3.0. 1° Edição. Curitiba: Intersaberes, 2015.

BERTOZZI, R. D. **Marketing: a nova guerra dos contabilistas**. Classe Contábil. Curitiba-PR, 2003. Disponível em: <https://classecontabil.com.br/v3/arigo/ver/89>. Acesso em 14 de maio de 2021.

BORGES, Erivan Ferreira; MEDEIROS, Carlos Alberto Freire. **Comprometimento e ética profissional: Um estudo de relações junto aos contabilistas.** Revista de Contabilidade Financeira –USP, São Paulo, n. 44, p. 60-71,Mai./Ago. 2007

BOYD, Danah.; ELLISON, Nicole. **Sites de redes sociais: definição, história e bolsa de estudos**. Gestão de Engenharia IEEE Revisão, v. 3, n. 38, pág. 16-31, 2010.

CAMAROTTO, M. R. **Estratégia de marketing**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

CANTANHEDE, Rayssa. **O Uso das Redes Sociais como Ferramenta de Marketing e Estratégia para Prospecção e Fidelização de Clientes: Um Estudo de Caso da Loja Kaluca**. São Luís, 2015. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/669/1/Monografia%20Rayssa.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resoluções e ementas CFC.** 2019. Disponível em:<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG01.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

CORREIA, João Gilberto Batista. **MARKETING NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE: Um estudo nos escritórios de contabilidade na cidade de Campina Grande-PB**. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Campina Grande-PB, 2017. Disponível em:<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15059/1/PDF%20-

ISBN 978-65-5629-077-5

%20Jo%C3%A3o%20Gilberto%20Batista%20Correia.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2021.

COSTA, João da Mata. **O USO DA FERRAMENTA DE MARKETING EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE CAICÓ-RN**. Faculdade Católica Teresinha. Caicó-RN, 2013.

CRONOLOGIA DA EXPANSÃO DO NOVO CORONAVÍRUS DESCOBERTO NA CHINA. **G1 Noticiais.** Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2020. Ciência e Saúde. Disponível em:< https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/cronologia-da-expansao-do-novo-coronavirus-descoberto-na-china.ghtml>. Acesso em: 14 de Abril de 2021.

DESLANDES, S. F.; MYNAIO, M. C. S. **A construção do Projeto de Pesquisa: Teoria, método e criatividade.** Pesquisa Social (org), Petrópolis, 2009.

FASCIONI, Lígia. **Marketing Digital**. São Paulo ,2007. Disponível em: <http://www.ligiafascioni.com.br/mac/upload/arquivo/mktdigital.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2021.

FERREIRA, J. B. FERREIRA, M. F. **A utilização do marketing digital em uma prestadora de serviços.** Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 16, n. 2, p. 03-06, 2018.

FRIEDRICH, M. P. A. **O treinamento de clientes e sua relação com a intenção de uso do Internet Banking**. Revista Brasileira de Marketing, v. 15, n. 5, p. 655-668, 2016.

FUTREL**,** Charles M. **Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRAMS, Andressa. **Mensuração de Resultados em Mídias Sociais: O Caso Desafio Aceito - Keep Cooler**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37558/000822375.pdf>. Acesso em: 10 de mai. de 2021.

GUEDES**,** Rogério. **A Internet, as Redes Sociais e as Relações Pessoais.** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/116-438-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

GUTH**,** J. P.; GOMES, F. G. **Marketing Contábil: Análise da perspectiva dos contadores do Estado do Rio Grande do Sul sobre o uso de estratégias de marketing.** Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182971/001073009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

JUNIOR, Luiz. **Estudo de uma Estratégia de Marketing para Serviços Visando Fidelizar Novos Clientes**. Criciúma, 2015. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3610/1/Luiz%20Pimentel%20Junior.pdf>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: Análise, planejamento e controle. São Paulo: Atlas, 1991;

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing** - A edição do novo milênio. Prentice hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing** - O Escopo do marketing. 14° edição. Copyright. São Paulo. Melissa Sabella, 2012.

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de Marketing** – 14ª Edição, Tradução Sônia Midori Yamamoto; revisão técnica Edson Crescitelli. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LAS CASAS, A. L. **Marketing de Serviços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, R. S.; PINTO, M. R.; TEIXEIRA, D. J. JOAQUIM, A. M.; ANDRADE, M. L. **'Mocinho' ou 'Bandido'?:O Marketing e Suas Relações com a Sociedade No 'Fio da Navalha'**. Revista Economia & Gestão, v. 15, n. 40, p. 251-275, 2015. Disponível em:<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37998/---mocinho----ou----bandido------o-marketing-e-suas-relacoes-com-a-sociedade-no----fio-da-navalha-------->. Acesso em 12 de abril de 2021.

LIMA, A. C. M.; GUILABEL, D. B.; BRONZOLIO, G. K.; QUAGGIO, J. M. **Marketing Contábil: Cont Plan – Contabilidade e Planejamento Empresarial Ltda**. Lins-SP, 2008. Disponível em:<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/46191.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2021.

MAIA, Daniel Bento. **Criação e implantação de sistema transacional em uma pequena empresa do comércio varejista.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MACHADO, Roseli. **Marketing Digital: Análise das Principais Estratégias Usadas no Comércio Eletrônico brasileiro**. Revista Eletrônica de Administração e Turismo. Pelotas. P. 6-20, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/merca/Downloads/Machado_2018_Marketing-Digital--Analise-das_52706.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

MARINS, Ana. **O Impacto do Marketing Digital na Gestão da Marca de uma Microempresa.** Rio das Ostras, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5989/1/TCC%20ANA%20LETICIA.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**. São Paulo: Publifolha, 1999.

MELO, Maria Alice Gambatto de. **Evolução da Contabilidade e as novas**

ISBN 978-65-5629-077-5

perspectivas dos profissionais contábeis. Caxias do Sul, 2012. Disponível em:< https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1577/TCC%20Maria%20Alice%20Gambatto%20de%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 12 de Abril de 2021.

OLIVEIRA**,** Wagner Patrick Araujo de**. A Influência da Comunicação nas Decisões das Empresas em Transição para Internet.** Campina Grande, 2000.

PET ECONOMIA UFPR**. Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2020. Disponível em:<https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2021.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. **BEUREN**, I.M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap 3, p. 76-97.

SANTOS**,** Nataly Inêz Fernandes dos**. Marketing Contábil: Um estudo de caso sobre satisfação e fidelização de clientes em um escritório de contabilidade no município de Jardim do Seridó/RN.** Currais Novos, 2016. Disponível em:<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2165/1/Marketing%20cont%c3%a1bil_Relat%c3%b3rio.pdf >. Acesso em 11 de maio de 2021.

SCARPIN, M. A; SCARPIN, J. G; CALIJURI, M. S. S**. Estratégias de marketing e sua utilização como ferramenta competitiva para as empresas de contabilidade.** Gramado-RS, 2003.

SILVA, Valdete da. **Análise dos trabalhos de conclusão de curso da graduação em enfermagem da UNIMONTES**. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 1, n.11, p.133-143, 2009. Disponível em:<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a17.htm>. Acesso em 26 de maio de 2021.

SILVA, Augusto; BREVES, Ricardo. **A Importância do Marketing de Serviços por Empresas e Profissionais Liberais do Setor de Serviços**. Amazonas, 2019. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/63399372/a-importancia-do-marketing-de-servicos-tcc>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital: tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa.** Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. Disponivel em:<http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DO PREÇO DA CARNE BOVINA PARA O CONSUMIDOR E SUA RELAÇÃO COM O PREÇO DO GADO DE CORTE NO PASTO

Bárbara Oldoni Bernardo[1]
Lúcio Scheuer [2]

Resumo: O preço dos alimentos aumentou consideravelmente desde a chegada do Coronavírus, dentre eles pode-se destacar o valor da carne bovina e do boi destinado ao corte. Com o aumento da inflação, o preço de muitos produtos e serviços se elevaram, entre eles destaca-se o da carne bovina e o valor do gado destinado ao corte. A agropecuária é setor em evidência, tem crescido e se aperfeiçoado técnica e tecnologicamente. O objetivo geral que este trabalho busca atender é: analisar o preço da carne bovina para o consumidor e sua relação com o preço do gado de corte no pasto. A metodologia usada é a descritiva, pois muitas informações sobre o assunto serão reunidas e analisadas, e análise documental. Tendo como base as tabelas comparativas e os cálculos realizados para a transformação dos dados em informações, comprova-se a forte relação entre o preço do gado no pasto e da carne nos supermercados, pois quando o valor da arroba bovina aumenta, a carne também aumenta, e o mesmo se aplica na queda.

Palavras-chave: Agronegócio 1. Pandemia 2. Bovinocultura de corte 3. Aumento de preços 4.

1 INTRODUÇÃO

O mercado do agronegócio sofre muitas variações de preços, bem como todos os setores que são influenciados, principalmente, pela economia: "As commodities estão propensas à possuírem alta volatilidade em decorrência de diversos fatores como, eventos exógenos e não controláveis" (CARVALHO, 2020). Mas algo que nenhum desses setores poderia prever era a chegada de uma pandemia a nível mundial. De acordo com Sturza (2020), "a disseminação deste novo coronavírus não só afetou o direito à saúde, às liberdades e aos meios de subsistência das pessoas, mas também desencadeou uma crise global" afetou diretamente os negócios, modificou o mercado, a forma de consumir e a maneira de vender. Barros (2021) afirma que "A inflação fechou 2020 com alta de 4,52%, a maior desde 2016 (6,29%), segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE". Com o aumento da inflação, o preço de muitos produtos e serviços se elevaram, entre eles destaca-se o da carne bovina e o valor do gado destinado ao corte. A agropecuária é setor em evidência, tem crescido e se aperfeiçoado técnica e tecnologicamente.

Para Molina (2020), a criação de gado de corte teve um aumento considerável e vem mostrando sua força para continuar produzindo e gerando empregos desde o início da pandemia do Covid-19. E ainda está em pleno avanço, a demanda, tanto pelo animal vivo como pela carne bovina, continua crescendo e

[1] Acadêmica do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Prof. Dr. Lúcio Scheuer – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

não dá sinais de queda significativa.

Os objetivos específicos do presente trabalho foram: analisar a evolução do preço da carne bovina nos mercados do Paraná no mês de outubro de 2019, avaliar a evolução do preço do boi de corte no estado do Paraná em outubro de 2019 e verificar a correlação entre os preços da carne bovina nos mercados e do gado no pasto na pandemia.

Muitos fatores podem influenciar os negócios. Nos últimos 2 anos um evento único e inesperado modificou profundamente o mercado, a chegada de uma pandemia que afetou a economia mundial. De acordo com Wingard (2020), muitas empresas foram obrigadas a mudar para sobreviver, já que apenas um terço das pequenas empresas possuem recursos para resistir um desligamento que dure mais de três meses.

O preço dos alimentos aumentou consideravelmente desde a chegada do Corona vírus, dentre eles pode-se destacar o valor da carne bovina e do boi destinado ao corte. "Em nova alta de preços, a carne subiu 6,54% em novembro na comparação com outubro e foi o item que mais contribuiu para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês" (VASCONCELOS, 2020). Segundo Geist (2021) muitas pessoas substituíram a carne bovina por outras fontes de proteína ou tem buscado por cortes de valor mais acessível.

Cada área e cada empreendimento tem fatores de influência diferentes, até mesmo se estiverem inseridas no mesmo ramo e tamanho, pois tem capitais humanos, tecnológicos e ideológicos diferentes. Portanto esses fatores que influenciam, direta e/ou indiretamente, devem ser analisados separadamente para se obter o grau de relação entre eles.

Após a pesquisa dos dados supracitados, a pergunta que determinou essa investigação foi: **Qual a correlação entre o aumento do preço da carne bovina para o consumidor e do valor do gado de corte no pasto no período de novembro de 2019 a setembro de 2021?** O objetivo geral que este trabalho busca atender é: analisar o preço da carne bovina para o consumidor e sua relação com o preço do gado de corte no pasto.

Este trabalho é importante para entender como funciona o mercado da carne bovina, desde sua origem até chegar ao consumidor final e provar a força que o agronegócio possui perante a economia, e que mesmo em tempos difíceis tem crescido e gerado empregos. Este mercado está ligado diretamente com a economia do país, com as relações internacionais (importação e exportação) e consequentemente, o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), valorização da moeda nacional e a valorização e reconhecimento dos produtos provenientes do Brasil.

Para a sociedade de modo geral, pois não há, até o presente momento, nenhum artigo sobre a relação entre os preços da carne para o consumidor e do gado destinado ao corte durante a pandemia.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão tratados, de maneira mais profunda e detalhada, os assuntos abordados no tema, objetivos e na pergunta do trabalho, de modo a justificar essas informações com outros autores do tema e trabalhos semelhantes ou relacionados aos assuntos do presente trabalho.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 BOVINOCULTURA DE CORTE

A criação de bovinos é realizada dentro de um ciclo, o qual se inicia com o manejo reprodutivo do rebanho e se encerra com o beneficiamento da carne, Soares (2016). Para um melhor desempenho do rebanho, bem-estar animal e maior qualidade da carne e subprodutos é necessário um controle sanitário rigoroso, tomando medidas tanto preventivas quanto curativas para a inibição de doenças e evitar possíveis perdas. Soares (2016) conclui afirmando que a bovinocultura de corte é uma atividade complexa e possui objetivos bem definidos de produção de carne em conformidade com a qualidade que é esperada pelos clientes, a geração de lucros e os retornos dos investimentos feitos.

O autor define com assertividade o ciclo da produção da carne, bem como as medidas sanitárias e de manejo para a garantia da qualidade esperada pelos consumidores. Essas atividades de prevenção e cura proporcionam maior rentabilidade, visto que animais que recebem os devidos cuidados podem gerar mais lucro em um período menor de tempo.

Maestri (2021) aborda o impacto da pandemia no PIB e economia brasileira "a crise atual provocada pela pandemia de COVID-19 extrapola todas as previsões e planejamentos, tanto de empresas, como das pessoas e impactam significativamente na economia de um país". Conforme Maestri (2021), o objetivo geral de seu trabalho de conclusão de curso é "verificar os impactos macroeconômicos na economia brasileira em decorrência da Covid-19. ". Os objetivos específicos definidos pelo autor são: contextualizar o cenário da economia brasileira; verificar os impactos do coronavírus no âmbito econômico e no PIB brasileiro; e realizar uma análise da eficácia das medidas governamentais empregadas para reduzir os impactos na economia.

A economia brasileira foi marcada por um período de recessão antes mesmo da pandemia vivida atualmente, a recuperação econômica começou no ano de 2017, que se deu, dentre outros fatores, pela safra agrícola. Em 2020, com a chegada do coronavírus no Brasil, foi necessário adotar medidas restritivas e a população foi obrigada a principiar o isolamento social, com isso a economia sofreu nova queda. Um período recessivo é caracterizado por um semestre de queda das atividades econômicas (MAESTRI, 2021). Ainda não se sabe qual o tamanho do impacto causado pela pandemia na economia e como será a retomada do PIB. Enquanto algumas empresas parecem estar se recuperando dos efeitos do Covid-19, muitas apontam para uma crise que irá repercutir na produção interna do país e no cenário econômico.

Ainda não se sabe ao certo qual o impacto da pandemia na economia global, menos ainda na economia brasileira, que em 2017 se recuperava de uma recessão. O autor defende que as empresas que não conseguiram se recuperar dos efeitos negativos do coronavírus irão afetar o produto interno bruto do país e que também levará um tempo considerável até a economia se estabilizar novamente e voltar a crescer.

2.2 ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DAS CARNES E DO GADO DE CORTE

ISBN 978-65-5629-077-5

Muitas são as consequências da pandemia do novo coronavírus, dentre as mais notáveis estão: o distanciamento social, funcionamento de estabelecimentos classificados como essenciais e uso de máscara. Além dessas consequentes medidas para evitar a propagação do vírus, também pode-se destacar a inflação de muitos produtos, principalmente de alimentos básicos, como o arroz, feijão, carne, farinha, dentre outros alimentos que compõe a dieta dos brasileiros, de acordo com dados do IBGE (2021), o IPCA do mês de maio foi de 0,83%. "O preço da carne subiu quase 30% nos últimos 12 meses, quase seis vezes acima da inflação registrada no período" (G1, 2021).

De acordo com Baccarin (2021), essa elevação nos preços para o consumidor se deve pela influência de acontecimentos nas várias etapas da cadeia agroalimentar, especialmente da produção agrícola, transformações industriais e do comércio varejista. Se analisar os impactos do Covid-19 na agropecuária e nas indústrias de processamento de alimentos certamente encontraremos os motivos que fizeram o valor da carne bovina e do gado de corte no pasto disparar.

O consumidor teve de repensar os cortes que costumava adquirir, buscar opções mais acessíveis, promoções e diminuir o consumo de proteína de origem animal, pois o aumento da carne bovina ocasiona o aumento dos produtos substitutos. Os trabalhadores afirmam que precisaram buscar alternativas, para amenizar a situação e tem buscado comprar carne de segunda, miúdos, ovos, carne de frango e suína (G1, 2021).

2.3 O AGRONEGÓCIO

O agronegócio pode ser compreendido, conforme o conceito definido pelo Simpósio Internacional de Inovação em Cadeias Produtivas do Agronegócio (2016), a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processos da produção na unidade de fabricação, armazenamento, processamento, distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles.

A demanda por alimentos vem sendo alavancada pelo crescimento populacional e a contínua urbanização de países em desenvolvimento. Muitos países ainda tem o agronegócio como base de sua economia, como por exemplo o Brasil.

> O crescimento econômico do Brasil está fortemente alicerçado ao agronegócio por meio do desenvolvimento da sua cadeia produtiva. Com seu clima e extensão geográfica invejáveis, o país se destaca em níveis mundiais como grande competidor no fornecimento de alimentos (SMALCI, 2020).

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no setor do agronegócio e na pecuária. Isso é fruto de elevados índices produtivos e de exportação, bem como a alta tecnologia aplicada nos campos e nas máquinas utilizadas.

> A evolução das tecnologias de informação diante a produção

ISBN 978-65-5629-077-5

> agrícola se faz presente no contexto da atualidade. Responsável por impulsionar o agronegócio, a agricultura 4.0que traz os mesmos conceitos e métodos empregados na Indústria 4.0, resulta na conexão em tempo real utilizando diversos dispositivos de softwares, com intuito de melhorar processos de precisão, amplo uso de sensores e mecanismos estratégicos da agricultura, automação e robótica agrícola (SILVA, 2020).

Com o novo status internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, conquistado pelo estado no dia 27 de maio, a expectativa é alcançar novos e melhores mercados de exportação, essa certificação é "resultado de uma luta de mais de 50 anos do Governo do Estado e do setor produtivo. O novo status sanitário foi confirmado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, na França. " (SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA, 2021).

2.4 EVOLUÇÃO DA BOVINOCULTURA NO BRASIL

O gado sempre fez parte da história do nosso país. Desde a conquista do Brasil pelos portugueses até os dias de hoje, sua importância na economia é fundamental; era muito utilizado para tocar os moinhos de cana-de-açúcar, trabalhos em lavoura e alimentação. O gado foi se espalhando pelo Nordeste e depois pelo restante do Brasil. "Os primeiros bovinos foram introduzidos na Capitania de São Vicente (São Paulo) em 1534, enviados de Portugal por Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa. " (ADAS, 1983, p.240).

> As primeiras importações realmente voltadas à criação ocorreram em torno de 1870-1875, por encomenda de pecuaristas do Rio de Janeiro e da Bahia. Estas importações foram motivadas pelos baixos índices de desempenho das raças européias em condições brasileiras, que estavam deixando os criadores insatisfeitos (AZEVÊDO, 2007).

Com o passar dos anos os exemplares trazidos foram se adaptando ao ecossistema brasileiro e se reproduzindo com outras raças (que foram importadas ao longo do tempo), dando origem as raças brasileiras e aumentando os rebanhos.

O título de maior rebanho bovino era da Índia, seguido pelo Brasil, que ficava com a faixa de "maior rebanho comercial do mundo", uma vez que a Índia não consome e não comercializa seus bovinos por considera-los sagrados. Porém em 2020 esses papéis se inverteram e o Brasil passou a Índia. "Em 2020, o rebanho bovino brasileiro foi o maior do mundo, representando 14,3% do rebanho mundial, com 217 milhões de cabeças, seguido pela Índia com 190 milhões de cabeças. " (CANAL RURAL, 2021).

> Dentro da porteira, o setor produtivo também tem conseguido avanço, no emprego de tecnologias, diversificação de

ISBN 978-65-5629-077-5

> atividades e novas formas de comercialização, com a indústria de insumos e os frigoríficos. O futuro do mercado de gado de corte, assim como para todo o agronegócio brasileiro é promissor, devido principalmente a disponibilidade de terra e água presentes no território nacional para se produzir carne e ofertar ao mundo (CARVALHO, 2017).

Com o avanço tecnológico aplicado na agropecuária brasileira, a tendência é aumentar as taxas de produtividade e conquistar novos mercados para a exportação de commodities. Após o Paraná ter conseguido o status internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, espera-se um aumento ainda maior nas exportações em mercados melhores, gerando mais empregos e renda na pecuária bovina de corte.

2.5 PECUÁRIA BRASILEIRA PODE SER A MAIS SUSTENTÁVEL DO MUNDO

A atividade pecuária não é vista como uma prática sustentável e é motivo de muitas controvérsias, pois apesar de produzir alimentos para suprir a demanda da população, muitas áreas são desmatadas para a criação de gado, emissão de gases poluentes e outros problemas ambientais. "Além dos gases do efeito estufa produzidos naturalmente pelo rebanho, a depredação das matas contribui largamente para ampliar esses efeitos" (CÔRTES, 2019).

Mas há uma solução para esses problemas, um projeto chamado de Pasto Vivo vem sendo testado no interior do Mato Grosso, ele visa provar que é possível uma pecuária sustentável, mais humanizada e rentável. Se o projeto obter sucesso poderá ser aplicado em outras propriedades, desenvolvendo uma cadeia produtiva da bovinocultura de corte.

"O tempo para mudar a forma como fazemos agropecuária é agora, não podemos mais esperar. Quem estiver a frente de novas tecnologias regenerativas terão vantagens mercadológicas e garantirão a sustentabilidade da propriedade. " (COSTA E ZIANTONI, 2021). As propriedades que buscarem aderir a sustentabilidade em seus negócios terão mais vantagem competitiva, pois o incentivo a empresas e produtos sustentáveis vem aumentando, assim como a demanda. Os consumidores estão buscando comprar de empresas com certificados ou selos que garantam sua origem e suas práticas sustentáveis.

> O projeto está sendo desenvolvido no interior do Mato Grosso e será referência mundial em pecuária regenerativa, financeiramente viável e com carbono positivo, com prazo de implementação até 2022. O investimento inicial é de 850 mil euros, cerca de 5 milhões de reais e abrange uma área piloto de 100 hectares da fazenda São Benedito, inicialmente, área que poderá ser ampliada para 1.200 ha e, possivelmente, chegue aos 23.000 ha (área total do projeto) (COSTA E ZIANTONI, 2021).

Espera-se que os idealizadores do projeto possam inspirar outros pecuaristas a migrarem do sistema tradicional para esse modelo sustentável, para

ISBN 978-65-5629-077-5

assim restaurar o solo, a água e o meio ambiente, pois foi desenvolvido para ser replicável no cenário da região, com temperaturas altas no verão e estações severamente secas.

2.7 A PANDEMIA NO BRASIL

Com as vacinas em ritmo lento, a pandemia no Brasil apresenta sinais de que não nos deixará tão cedo. Desde que o Coronavírus chegou ao país no final de fevereiro de 2020, tem dividido opiniões, muitos têm se cuidado e permanecido em casa, já outros precisam se expor ao risco da contaminação para garantir seu sustento.

> Uma das razões pelas quais a Covid-19 alcançou de forma tão rápida e impactante as populações dos diversos continentes deve-se ao fato de que o mundo está globalizado. Em face disso, os efeitos e impactos da pandemia tiveram um alcance de escala global de forma muito rápida após terem sido diagnosticados os primeiros casos em Wuhan, província de Hubei, na China. Assim, para compreender os potenciais efeitos e repercussões da pandemia sobre a agricultura e o setor alimentar do Brasil, é preciso tomar como referência o alcance global e sistêmico do problema (MARINHO et al., 2020).

Com um mundo globalizado o vírus Sars-coV-2 se espalhou rapidamente por todo o mundo fazendo milhares de vítimas. Apesar do isolamento social surtir efeitos, ele precisa ser realizado de modo severo, mas a longo prazo e sem rigor não funciona, tendo em vista que a taxa de desemprego cresceu muito desde o início da pandemia, e nem todas as profissões podem ser adaptadas ao home office.

Apesar de muitos setores da indústria e da economia terem fechado, mesmo que temporariamente, em decorrência do lockdown, o agronegócio não parou suas atividades.

> Desde março, a hashtag **#oagronãopara** ganhou as redes sociais. Não se sabe exatamente quem a criou, mas sua finalidade é clara: o **agronegócio nacional** quer ser visto pela sociedade urbana e ter reconhecido seu papel de promotor do bem-estar social. Usada por produtores rurais, empresas, entidades e influenciadores digitais ligados ao setor, a hashtag tem potencial para se tornar um dos slogans mais fortes na história do agronegócio (ONDEI, 2020).

Desde a chegada da pandemia no Brasil, quando foi decretado o primeiro lockdown, muitas personalidades importantes na agropecuária têm discutido a importância do agro como base da economia e como gerador dos alimentos consumidos por toda a população brasileira e também de outros países. Mesmo com o mundo parando em consequência do coronavírus, o produtor rural nunca

ISBN 978-65-5629-077-5

deixou de realizar suas atividades "dentro da porteira" para abastecer as prateleiras dos supermercados. "64% dos produtores rurais sentiram baixo impacto da pandemia nos seus negócios. Por conta disso, 86% deles não fizeram qualquer mudança na administração de suas propriedades e 78% mantêm os planos de investimentos" (ABMR, 2021). Os dados da ABMRA mostram que, por mais que 64% dos produtores tenham sentido, mesmo que baixo, o impacto da pandemia, não foram realizadas muitas mudanças nas atividades agropecuárias e os planos de investimento frente a crise sanitária foram mantidos.

2.8 A AGROPECUÁRIA NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

Ao analisar o cenário geral é perceptível que a recuperação econômica será lenta, principalmente em países que não lidaram bem com a pandemia, como o Brasil. Segundo o economista Arida (2020), não se sabe como e nem quando a epidemia passará, a menos que haja um grande avanço científico, haverá repiques da infecção e depois da pandemia teremos outros desafios além dos que tínhamos antes. E o economista não errou quando afirmou os repiques de infecção, que muitos chamam de "onda". Essa é uma realidade quando se fala da economia de modo geral.

A agropecuária terá papel fundamental nessa recuperação. "A indústria frigorífica se prepara para um grande salto de produtividade da pecuária na próxima década, com mais sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor" (ONDEI, 2020). Muitos fatores apontam para o crescimento da agropecuária brasileira, onde se encontra o maior rebanho mundial e muita vantagem competitiva. Ainda de acordo com Ondei (2020) a pecuária do Brasil deve avançar em um terço da produção atual de carne bovina, produção essa de 9,9 milhões de toneladas em carcaça.

A previsão para a próxima década (até 2030), de acordo com dados estatísticos dos anos anteriores, é de aumento na participação em mercado nacional e internacional, geração de empregos, percentual maior no PIB e mais rentabilidade para os produtores, não só da carne bovina, mas também de outros produtos agropecuários.

3 METODOLOGIA

Existem diversas classificações quanto aos tipos de pesquisa em relação aos objetivos definidos no trabalho, cada autor classifica de uma maneira e alguns podem até serem semelhantes a outros, mas diferem na nomenclatura. Segundo Lozada et al. (2018), há quatro tipos de pesquisa quanto aos Objetivos do trabalho: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva, pesquisa explicativa e pesquisa correlacional.

A pesquisa descritiva objetiva reunir e analisar muitas informações sobre o assunto estudado. Ela tem como principal diferença em relação à pesquisa exploratória o fato de o assunto já ser conhecido. Assim, o pesquisador pode proporcionar novas visões sobre uma realidade já mapeada (LOZADA et al., 2018).

O presente estudo é, principalmente, descritivo, pois muitas informações sobre o assunto foram reunidas e analisadas, e o assuntos abordados já eram conhecidos, mas não há registros dos mesmos juntos em um único artigo.

ISBN 978-65-5629-077-5

Os tipos de pesquisa quanto aos procedimentos são classificados por Gil (2008) de acordo com o delineamento da pesquisa em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa ex-post-facto, levantamento de campo, estudo de campo e estudo de caso. Apenas um autor definiu sete tipos diferentes de metodologia de pesquisa, isso levando em consideração somente a formação do problema de pesquisa, a síntese de hipóteses e a identificação de relação entre variáveis.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

A pesquisa foi desenvolvida no Estado do Paraná. Os dados obtidos sobre os preços do gado no pasto e da carne para o consumidor antes da pandemia foram comparados com os preços durante a pandemia, para demonstrar o aumento e encontrar os motivos que possam ter influenciado.

Existem dois tipos principais, comum em vários autores, de pesquisa relacionados a abordagem do problema definido pelo estudo: qualitativa e quantitativa. A abordagem adequada para este trabalho é o quantitativo, pois "Utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias" (SAMPIERI et al., 2013).

O método usado para a pesquisa quantitativa que melhor se encaixa neste trabalho é o da análise documental. "A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica" (KANTORSKI et al., 2011). De acordo com Kantorski et al. (2011) a análise documental também pode ser descrita como um conjunto de operações intelectuais, visando o detalhamento e representação dos documentos de forma unificada para facilitar sua recuperação.

A pesquisa foi realizada por meio de dados e documentos disponíveis na internet referentes ao Estado do Paraná, os dados coletados foram analisados e comparados para melhor visualizar a influência do preço do gado de corte no pasto sobre a carne bovina para o consumidor final.

4 RESULTADOS

Muitos frigoríficos que beneficiavam a carne para os supermercados foram obrigados a parar suas atividades durante o lockdown, isso diminuiu a oferta e consequentemente aumentou a procura e o preço para o consumidor final. Reflexo da supervalorização e da demanda pelos animais que aumentou junto com seu valor "por cabeça".

Nas tabelas a seguir pode-se observar os preços dos cortes da Padrão Beef – Cooperativa de carnes que fornece a carne bovina vendida nos supermercados Muffatão do bairro Neva, West Side Shopping Center e bairro Cancelli, que servirá de parâmetro comparativo representando os frigoríficos paranaenses.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro 1 – Cortes de Bovino Precoce

Bovino Precoce	
Casado	R$ 23,20
Traseiro Serrote	R$ 27,70
Dianteiro	R$ 19,35
Costela - Novilha	R$ 19,40
Costela - Boi	R$ 19,90
Capote	R$ 25,95
Bola	R$ 24,95
Bola sem alcatra	R$ 22,50
Jacaré	R$ 33,80
Bisteca	R$ 36,90
Bistela	R$ 29,40

Fonte: Padrão Beef – Cooperativa de Carnes (2021).

Nesta tabela, cedida pela Padrão Beef, estão os preços dos cortes de bovinos precoces feitos pela cooperativa de carnes pesquisada, nela constam os preços praticados pela mesma nos seguintes cortes: casado, traseiro serrote, dianteiro, costela de novilha, costela de boi, capote, bola, bola sem alcatra, jacaré, bisteca e bistela. Alguns cortes são os mesmos, mas existe uma diferença no tipo do animal, tanto na idade quanto no sexo, que os tornam diferentes. Pode-se observar preços que variam de R$19,35 (dianteiro) até R$36,90 (bisteca) e também que são, majoritariamente, valores mais acessíveis.

Quadro 2 – Cortes Traseiros

Descrição item	*Valor Kg*	*Média Kg peça*	*Média Qtde por Cx*	*Média Kg da Cx*
Cortes Traseiro				
Coxão Mole	*R$ 31,30*	*8*	*3*	*24*
Coxão Mole Red	*R$ 33,90*	*5*	*3*	*15*
Capa Coxão Mole	*R$ 29,90*	*1,5*	*10*	*15*
Coxão Duro	*R$ 29,20*	*4*	*4*	*16*
Lagarto	*R$ 29,90*	*2,5*	*6*	*15*
Lagarto Red	*R$ 31,90*	*2*	*6*	*12*
Patinho	*R$ 31,20*	*4*	*4*	*16*
Patinho Red	*R$ 32,90*	*3,5*	*5*	*17,5*
Músculo - Traseiro	*R$ 23,80*	*2*	*8*	*16*
Hambúrguer	*R$ 23,00*			

Fonte: Padrão Beef – Cooperativa de Carnes (2021).

A tabela mostra os valores da parte traseira do bovino, bem como o quilo médio por peças, quantidade média por caixa e peso médio da caixa. Novamente pode-se perceber os mesmos cortes, porém o que difere aqui é a raça do animal. A cooperativa

ISBN 978-65-5629-077-5

de carnes fornece, principalmente, carne bovina (também fornece carne suína) para a rede Muffatão de supermercados na cidade de Cascavel. Nesta tabela observa-se uma variação de R$23,00 (Hambúrguer) a R$33,90 (Coxão Mole Red).

Quadro 3 – Cortes Premium

Cortes Premium				
Alcatra	R$ 39,90	3	6	18
Maminha	R$ 39,90	1	5	5
Picanha	R$ 86,90	1,2	5	6
Steak de Picanha	R$ 39,90	0,4	10	4
Mignon	R$ 69,90	1,2	5	6
Toco Mignon	R$ 49,90	0,9	7	6
Aranha	R$ 27,90	0,4	10	4
Ancho	R$ 56,40	1	10	10
Chourizo	R$ 50,50	1	10	10
Bife em Tiras	R$ 51,40	0,9	6	5,5
Capa do Contra Filé	R$ 28,90	1,67	6	10
Prime Rib	R$ 49,60	0,8	10	8
T-Bone	R$ 48,90	0,8	10	8
Tomahawk	R$ 54,40	1	10	10
Porterhouse	R$ 48,90	0,9	10	9
Ossobuco	R$ 19,90	3	5	15

Fonte: Padrão Beef – Cooperativa de Carnes (2021).

A tabela apresenta os preços comerciais dos cortes Premium praticados pela cooperativa, como é possível observar, em sua maioria, são cortes mais valorizados e apreciados, pois é necessário possuir conhecimento e experiência, não apenas de quem vai preparar o prato, mas também dos colaboradores da Padrão Beef, tendo em vista que é necessário retirar a peça corretamente para obter-se-á inteira. Tem-se preços de R$ 19,90 (ossobuco) e chegam até a R$ 86,90 (picanha), que são cortes mais nobres. Nesta tabela pode-se apontar cortes gourmet, que possuem muito valor agregado, pois demandam de mais técnica e habilidade dos profissionais que irão manuseá-la.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro 4 – Cortes da Costela e do Dianteiro

Costela				
Costela Grossa	R$ 17,40	4	4	16
Costela Janela	R$ 25,60	2,8	6	17
Costela Desossada	R$ 29,90	2	4	8
Costela Minga	R$ 24,30	3,75	4	15
Bife do Vazio	R$ 25,90	0,4	10	4
Fraldinha	R$ 28,90	1,13	8	9
Fraldinha Red	R$ 44,90	0,7	7	4,9
Entranha	R$ 26,30	0,9	11	10
Saborosa	R$ 21,20	0,9	11	10
Dianteiro				
Short Rib	R$ 29,90	0,9	10	9
Brisket	R$ 26,90	5	3	15
Assado de Tira	R$ 44,90	1,5	4	6
Costela Dianteiro	R$ 29,90	1,2	8	9,6
Paleta	R$ 18,90			
Pescoço C/ Osso	R$ 16,90			
Pescoço S/ Osso	R$ 21,90	5	3	15

Fonte: Padrão Beef – Cooperativa de Carnes (2021).

Na tabela acima estão os preços comerciais da parte das costelas e do dianteiro do animal, pode-se apontar que são valores mais acessíveis em sua grande maioria, por serem peças mais comuns e de pouco valor agregado (carnes menos nobres), por não necessitarem de muito cuidado e habilidade na hora de serem retiradas. Na tabela acima ainda podem ser encontrados cortes gourmet que tem um certo valor agregado nas peças. Observa-se uma variação nos preços de R$16,90 (Pescoço c/ osso) a R$44,90 (Assado de Tira).

Quadro 5 – Miúdos bovinos

Miúdos	
Coração	R$ 9,00
Fígado	R$ 9,80
Bucho	R$ 15,00
Rabo	R$ 18,50
Mocoto	R$ 5,50
Língua	R$ 9,00
Rim	R$ 2,50
Cupim	R$ 18,00
Carne Industrial	R$ 18,00
Testículo	R$ 8,00

Fonte: Padrão Beef – Cooperativa de Carnes (2021)

Nesta tabela estão os valores das miudezas, que são consumidas como iguaria e compõem pratos típicos brasileiros, os valores baixos podem ser explicados pela baixa

ISBN 978-65-5629-077-5

procura ou demanda, são comercializados por valores relativamente baixos quando comparados com os outros cortes supracitados. O maior valor é do rabo do animal por R$18,50 e o menor é dos rins com o valor de R$2,50 por quilograma.

No dia 12 de abril de 2021, a arroba do boi em Cascavel foi cotada em um valor mínimo de R$ 285,00 e valor máximo de R$ 295,00 de acordo com o Deral (2020). Antes da chegada da pandemia no Brasil o preço da arroba variava de R$ 195,00 a R$ 215,00 no estado segundo dados da Central Brasileira de Notícias – CBN - Maringá (2019).

> O preço da carne de boi subiu 35,22% entre janeiro de 2020 e fevereiro último, segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP). De acordo com o estudo, os preços foram puxados por dois motivos: aumento do gasto do produtor com rações e alta na exportação. A maior escassez de chuva nos últimos cinquenta anos no centro-oeste, em 2020, reduziu o pasto no campo, segundo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com isso, o agricultor precisou investir mais em ração (CARNE BOVINA TEM AUMENTO DE MAIS DE 35% EM 2020, SEGUNDO PESQUISA DA USP, 2021).

O aumento da carne bovina para o consumidor nos supermercados de todo o Brasil apenas refletiu a subida da arroba do gado destinado ao corte, decorrente da seca severa onde muitos agricultores perderam suas áreas de pastagem. A saída foi investir na ração e em outros meios para suprir a dieta dos animais. A elevação das exportações também foi um agravante do cenário que o brasileiro acompanhou nos 15 últimos meses.

Quadro 6 – Preços praticados pelo mercado varejista 2018/19

CARNES	Un.	OUT/18	OUT/19	Variação (%)
Car bov acem (s/osso)	kg	14,70	16,35	11,2
Car bov alcatra (s/osso)	kg	28,85	27,23	-5,6
Car bov contra-file (c/osso)	kg	20,20	20,93	3,6
Car bov costela (c/osso)	kg	14,12	14,37	1,8
Car bov coxao mole	kg	23,69	23,02	-2,9
Car bov mignon (s/osso)	kg	41,36	43,61	5,4
Car bov moida 1a.	kg	21,94	22,93	4,5
Car bov moida 2a.	kg	14,13	15,68	11,0
Car bov paleta (c/osso)	kg	15,11	14,33	-5,2
Car bov patinho (s/osso)	kg	21,94	21,90	-0,2
Car bov peito (c/osso)	kg	11,55	12,19	5,5

Fonte: SEAB/DERAL

Ao analisar os dados da tabela, pode-se observar que, dentre os 11 cortes, 7 apresentaram aumento em seus preços no período de um ano. De acordo com

ISBN 978-65-5629-077-5

dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (2019), essa situação deve continuar até o final de 2019 impulsionada ainda mais pelo recebimento do 13º salário e também pelas festas de fim de ano.

Tabela 7 – Cotação da arroba bovina no dia 06/09/2021

PR - Noroeste	301.50	303.50	0.00

Fonte: Canal Rural (2021).

De acordo com dados do Canal Rural (2021), a cotação da arroba do boi gordo no dia 13 de setembro de 2021 foi de R$301,50 a vista e R$303,50 com 30 dias de prazo no noroeste paranaense, os círculos amarelos significam que o preço está estável na região descrita.

Quadro 8 – Variação da arroba bovina 2018/19

Preços do Boi Gordo (@) - Paraná – Anos 2019		
Outubro (2018)	149,90	Variação %
Outubro (2019)	154,61	3,1 %
Dia 11/11/19	166,86	8 %

Fonte: SEAB/DERAL

De outubro de 2018 a outubro de 2019 houve uma variação de 3,1%, ou seja, um aumento de R$4,71. De outubro até novembro é possível observar um aumento de R$12,25, maior do que o registrado no último ano. O alto índice no abate de matrizes que vêm ocorrendo já a alguns anos, ocasionando redução na oferta interna agora culmina com o aquecimento da demanda interna e externa, gerada pela abertura de novos mercados e aumento da procura pela carne paranaense (SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2019).

Quadro 9 – Comparação de preços da carne bovina antes e durante a pandemia

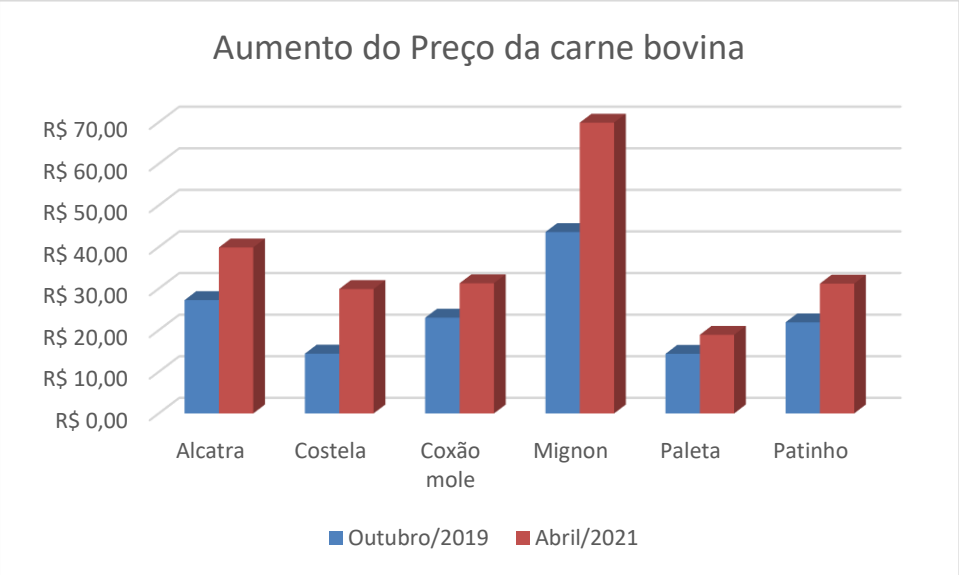
Cortes	Preço por Kg antes da pandemia (outubro/2019)	Preço por Kg durante a pandemia (abril/2021)	Aumento (R$)	Aumento (%)
Alcatra	R$ 27,23	R$ 39,90	R$ 12,67	46,53
Costela	R$ 14,37	R$ 29,90	R$ 15,53	108,07
Coxão mole	R$ 23,02	R$ 31,30	R$ 8,28	35,97
Mignon	R$ 43,61	R$ 69,90	R$ 26,29	60,28
Paleta	R$ 14,33	R$ 18,90	R$ 4,57	31,89
Patinho	R$ 21,90	R$ 31,20	R$ 9,30	42,47
*OBS.: os valores usados na tabela são dos cortes que aparecem tanto antes quanto durante a pandemia nas tabelas pesquisadas.				

Fonte: autor.

A tabela compara os valores dos cortes presentes em ambas as tabelas pesquisadas, tanto antes da pandemia quanto durante, também mostra o valor que aumentou e o aumento percentual da carne bovina para o consumidor.

ISBN 978-65-5629-077-5

Gráfico 1 – Aumento do valor comercial da carne bovina para o consumidor



Fonte: autor.

No gráfico é possível visualizar quanto cada corte aumentou entre o tempo pesquisado, ou seja, em 18 meses, esse aumento pode ser explicado, principalmente, pela alta nas exportações e pelo aumento da ração e de outros produtos para complementar a dieta dos animais, que foi afetada por um longo e severo período de estiagem.

Quadro 10 – Comparação da arroba do boi antes e durante a pandemia.

Preço da @ antes da pandemia (outubro/2019)	Preço da @ durante a pandemia (setembro/2021)	Aumento (R$)	Aumento (%)
R$ 154,61	R$ 301,50	R$ 146,89	95,01

Fonte: autor.

Acima são apresentados os valores comercializados da arroba do boi gordo no estado do Paraná, antes da pandemia, em outubro de 2019, o valor era de R$154,61, em novembro do mesmo ano o preço chegou a R$166,86. Em setembro de 2021 o valor de marcado da arroba é de R$301,50. Houve um aumento, de outubro/2019 até setembro/2021, de R$146,89, ou seja, 95,01%.

Quadro 11 – Comparação do aumento dos preços entre a arroba bovina e a carne na pandemia

Aumento da arroba do boi na pandemia	Aumento médio da carne bovina para o consumidor
95,01%	54,20%
R$146,89	R$12,77

Fonte: autor.

O aumento médio da carne bovina, calculado a partir dos dados da tabela 9, foi de 54,20% e de R$12,77, levando em conta apenas os cortes que aparecem tanto nos valores de outubro de 2019 quanto de abril de 2021, descritos nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Já o aumento da arroba bovina foi de 95,01% e de R$146,89. Percebe-se que o aumento da arroba influenciou o aumento da carne nos

ISBN 978-65-5629-077-5

supermercados paranaenses, elevando o valor a uma média de quase 55% do valor antes da pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar a conclusão do presente trabalho, é preciso recapitular alguns pontos importantes para o desenvolvimento do mesmo, os principais pontos são: os objetivos, a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

Os objetivos, geral e específicos, do trabalho, são respectivamente: analisar o preço da carne bovina para o consumidor e sua correlação com o preço do gado de corte no pasto; analisar a evolução do preço da carne bovina nos mercados do Paraná no mês de outubro de 2019, avaliar a evolução do preço do boi de corte no estado do Paraná em outubro de 2019 e verificar a correlação entre os preços da carne bovina nos mercados e do gado no pasto na pandemia. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e documental, pois foi preciso reunir e analisar os dados e informações sobre o assunto, tendo em vista a disponibilidade em documentos que não haviam recebido nenhum tratamento analítico até o momento. E o principal resultado encontrado foi uma forte relação entre o aumento dos dois preços (da arroba e da carne bovina) na pandemia, ocasionada pela elevação das exportações e o aumento de insumos para complementação da dieta do bovino, esta última como consequência da seca severa ocorrida no período.

Através da análise de todas as informações coletadas, tabelas comparativas e dos três pontos retomados acima, assevera-se que o trabalho contemplou os objetivos traçados, seguindo a metodologia e alcançando os resultados desejados. Tendo como base as tabelas comparativas e os cálculos realizados para a transformação dos dados em informações, comprova-se a forte relação entre o preço do gado no pasto e da carne nos supermercados paranaenses, pois quando o valor da arroba bovina aumenta, a carne também aumenta, e o mesmo se aplica na queda.

A carne bovina teve um aumento médio de 54,20% no período estudado, já o valor da arroba subiu 95,01%, ou seja, o valor quase dobrou em um ano e meio. De acordo com os cálculos realizados, o corte que mais aumentou foi a costela, com 108,07%, o valor mais que dobrou; e o que menos aumentou foi a paleta, cerca de 31,89%.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1983.

ARIDA, Persio. Estabilizar dívida a longo prazo importa mais que conter seu aumento na pandemia, diz Persio Arida: Economista defende que crescimento futuro depende de agenda de produtividade, que vive letargia no país. **CORONAVÍRUS**, [*s. l.*], 2 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/estabilizar-divida-a-longo-prazo-importa-mais-que-conter-seu-aumento-na-pandemia-diz-persio-arida.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ABMRA (Brasil). Produtores rurais não sentem o impacto da pandemia e mantêm

ISBN 978-65-5629-077-5

investimentos, mostra 8ª Pesquisa ABMRA Hábitos do Produtor Rural. **ABMRA**, São Paulo, 25 maio 2021. Disponível em: <https://abmra.org.br/produtores-rurais-nao-sentem-o-impacto-da-pandemia-e-mantem-investimentos-mostra-8a-pesquisa-abmra-habitos-do-produtor-rural/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AZEVÊDO, Danielle Maria Machado Ribeiro. A pecuária de corte no Brasil: a introdução do bovino zebu. **Agronegócio**, [*s. l.*], 12 dez. 2007. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-pecuaria-de-corte-no-brasil--a-introducao-do-bovino-zebu_385142.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. **Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>. Acesso em: 24 maio. 2021.

BARROS, Alerrandre. Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016. **AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**: IPCA, [*s. l.*], 12 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde-2016>. Acesso em: 2 jul. 2021.

CANAL RURAL (São Paulo). Estudo ressalta papel do Brasil como um dos maiores produtores agrícolas do mundo: De acordo com pesquisa, nos últimos 20 anos, o Brasil é o quarto maior produtor de grãos mundial e maior exportador de carne bovina. **POTÊNCIA AGRÍCOLA**, São Paulo, 5 jun. 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/estudo-ressalta-brasil-maiores-produtores-agricolas/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CANAL RURAL (São Paulo). MERCADO FÍSICO - PREÇOS LIVRES DE FUNRURAL. **COTAÇÃO / BOI GORDO**, São Paulo, 13 set. 2021. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/cotacao/boi-gordo/. Acesso em: 14 set. 2021

CARVALHO, T.B.; DE ZEN, S. A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. **Revista IPecege**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 85–99, 2017. DOI: 10.22167/r.ipecege.2017.1.85. Disponível em: <https://ipecege.emnuvens.com.br/Revista/article/view/109>. Acesso em: 6 jun. 2021.

CARVALHO, Wesley Mendes et al. Hedge accounting no agronegócio brasileiro. 2020.

CÔRTES, João de Magalhães. **UM ESTUDO SOBRE O FUTURO DA PECUÁRIA BRASILEIRA E A TRANSIÇÃO PARA O BAIXO CARBONO**. Orientador: Sergio Besserman Vianna. 2018. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, [*S. l.*], 2019. Disponível em: <http://www.econ.puc-

ISBN 978-65-5629-077-5

rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Joao_de_Magalhaes_Cortes_Mono_19_1_.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

COSTA E ZIANTONI, Paula e Valter. A pecuária brasileira pode ser a mais sustentável do mundo: Projeto no Mato Grosso, estado com o maior rebanho bovino do país, mostra o caminho. **Globo Rural**, [*s. l.*], 17 mar. 2021. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Opiniao/noticia/2021/03/pecuaria-brasileira-pode-ser-mais-sustentavel-do-mundo.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FORÇA DA PECUÁRIA DURANTE A PANDEMIA. Cuiabá, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.agroolhar.com.br/artigos/exibir.asp?id=505&artigo=forca-da-pecuaria-durante-a-pandemia>. Acesso em: 21 abr. 2021.

G1 (Mato Grosso). Preço da carne sobe cerca de 30% em um ano e seca extrema no Centro Oeste pode ter contribuído: A pior seca dos últimos 50 anos no Centro Oeste, no ano passado, matou a maior parte do pasto e os animais acabaram levando mais tempo para chegar ao ponto de serem vendidos. **Globo.com**, [*s. l.*], 17 mar. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/03/17/preco-da-carne-sobe-cerca-de-30percent-em-um-ano-e-seca-extrema-no-centro-oeste-pode-ter-contribuido.ghtml. Acesso em: 4 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Sexta. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 197 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

IBGE. Inflação. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, [*s. l.*], Maio 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php. Acesso em: 3 jul. 2021.

KANTORSKI, Luciane Prado *et al*. ANÁLISE DOCUMENTAL E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA PESQUISA EM SAÚDE MENTAL. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/enfermagem/article/download/5252/4469&hl=pt-BR&sa=X&ei=WMbCYIbUMIWVy9YPo6OPmAM&scisig=AAGBfm3SoS6TCpzQyv081PnMB2hQDAOuDg&nossl=1&oi=scholar>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LOZADA, Gisele *et al*. **Metodologia científica**. [*S. l.*]: SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2018. 231 p. Disponível em: <https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788595029576/11>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MAESTRI, Leandro Zeferino. **O IMPACTO DA PANDEMIA NO PIB E ECONOMIA BRASILEIRA**. 2021. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,

ISBN 978-65-5629-077-5

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12994>. Acesso em: 02 mai. 2021.

MARINHO, Marisson de M. *et al*. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Impactos da pandemia**, São Paulo, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3FxM8WXzvmY5rR3SP/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2021.

MOLINA, Breno. Força da pecuária durante a pandemia. **Olhar agro & negócios**, Cuiabá, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.agroolhar.com.br/artigos/exibir.asp?id=505&artigo=forca-da-pecuaria-durante-a-pandemia>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MOORE, David S. **The Basic Practice of Statistics**. 7. ed. [*S. l.*]: WH Freeman, 09/01/2015. 774 p.

ONDEI, Vera. Nem a pandemia de Covid-19 para o agronegócio brasileiro. **Forbes Agro**, [*s. l.*], 6 dez. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

Paraná conquista status internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Curitiba, 2021. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Parana-conquista-status-internacional-de-area-livre-de-febre-aftosa-sem-vacinacao>. Acesso em: 31 mai. 2021.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO PARANÁ BATE RECORDE AO ATINGIR R$ 97,7 BILHÕES EM 2019, DIZ GOVERNO. Curitiba, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/economia/noticia/2020/08/16/producao-agropecuaria-no-parana-bate-recorde-ao-atingir-r-977-bilhoes-em-2019-diz-governo.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández *et al*. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 618 p. Disponível em: <https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788565848367/14>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (Paraná). Departamento de Economia Rural – DERAL. PECUÁRIA DE CORTE – 13 de novembro de 2019. **Boletim Informativo**, [*s. l.*], 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pecuaria_corte_13_novembro_2019.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (Paraná). Agência de notícias do Paraná. Paraná conquista status internacional de

ISBN 978-65-5629-077-5

área livre de febre aftosa sem vacinação: Status foi confirmado nesta quinta-feira (27) pela Organização Mundial de Saúde Animal. Paraná é o maior produtor e exportador de proteína animal do Brasil. O reconhecimento internacional vai ajudar a abrir mercados para a carne paranaense e outros produtos de origem animal. **Paraná - Governo do Estado**, Curitiba, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=112717>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, II. 2016, Vacaria. **Simpósio** [...]. [*S. l.*: *s. n.*], 2016. 16 p. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronegocioucs/paper/viewFile/4647/1475. Acesso em: 3 jul. 2021.

SILVA, J. M. P.; CAVICHIOLI, F. A. O USO DA AGRICULTURA 4.0 COMO PERSPECTIVA DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO CAMPO. **Revista Interface Tecnológica**, *[S. l.]*, v. 17, n. 2, p. 616-629, 2020. DOI: 10.31510/infa.v17i2.1068. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/1068>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SMALCI, Anderson et al. FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES PARA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NO SETOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 6, fev. 2020. ISSN 2318-3233. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/2250>. Acesso em: 31 maio 2021.

SPIEGEL, M. R. (1993) **Estatística**. Tradução e Revisão Técnica Pedro Consentino. – 3. ed. São Paulo: Makron Books.

STURZA, Janaína Machado; TONEL, Rodrigo. OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA COVID-19: DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO DIREITO À SAÚDE AOS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 18, n. 29, p. 1-27, set. 2020. ISSN 2447-6641. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3267>. Acesso em: 02 jul. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.12662/2447-6641oj.v18i29.p1-27.2020.

VASCONCELOS, Gabriel. Carne é item que mais pesa na inflação de novembro, com alta de 6,54%: Com o aumento no penúltimo mês de 2020, a carne acumula alta de 13,9% no ano. **Valor Investe**: Brasil e Política, Rio de Janeiro, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/12/08/carne-e-item-que-mais-pesa-no-ipca-de-novembro-com-alta-de-654percent.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2021.

WINGARD, Jason. Adaptação à pandemia: como 3 companhias estão conseguindo superar as adversidades. **Forbes**: Negócios, Principal, [*s. l.*], 20 abr. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2020/04/adaptacao-a-pandemia-como-3-companhias-estao-conseguindo-superar-as-adversidades/>. Acesso em: 2

ISBN 978-65-5629-077-5

jul. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE FINANCEIRA DE DUAS EMPRESAS AFETADAS DE MANEIRA DIFERENTE PELA PANDEMIA

Vitor Hartmann Silva[1]
Janaina Kriguer[2]

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi comparar a análise financeira de uma empresa afetada positivamente pela pandemia à análise financeira de uma empresa afetada negativamente pela pandemia. Foram utilizados os índices de liquidez, rentabilidade e estrutura e endividamento como instrumentos para análise dos dados. Na comparação entre as análises financeiras de uma empresa afetada positivamente pela pandemia à de uma empresa afetada negativamente, foi possível concluir que apesar da pandemia e do isolamento social terem prejudicado diversos segmentos de empresas, em contrapartida, algumas conseguiram crescer e até mesmo aumentar significativamente seu faturamento apesar dos desafios.

Palavras-chave: pandemia, análise financeira, Amazon, CVC.

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, a sociedade se deparou com inúmeros problemas ambientais que estavam além de seu controle, dentre os quais se encontram as pandemias virais, que causam uma desordem significativa em diferentes dimensões da vida humana, com desdobramentos nas esferas social, econômica e cultural (SAUNDERS & KREWSKI, 2016).

Nos dias de hoje, esses desastres naturais eclodem progressivamente e afetam, de forma direta, esferas distintas, como o turismo: uma das atividades econômicas e sociais mais relevantes na contemporaneidade, tendo em vista que muitos países estão usando viagens e turismo como uma ferramenta prioritária para o desenvolvimento (**World Tourism Organization [UNWTO], 2010**).

O surto de COVID-19 que nasceu na cidade de Wuhan na China, se espalhou rapidamente pelo mundo e se tornou uma grande ameaça à saúde global. Para lidar com esse vírus, a OMS e os governos mundiais estabeleceram medidas para prevenir a contaminação da doença, como grande parte das medidas tem como objetivo estabelecer o distanciamento social e prevenir as aglomerações, alguns serviços perderam com a quarentena enquanto outros cresceram.

É possível comparar dois serviços que tiveram reações inteiramente diferentes com a quarentena e o isolamento social, um deles é o serviço de viagens aéreas que foi afetado diretamente pelas medidas de acordo com a (OMT), o turismo mundial registrou seu pior ano da história em 2020, com queda de 74% nas chegadas internacionais. Destinos em todo o mundo receberam 1 bilhão de chegadas internacionais a menos em 2020, em relação a 2019,

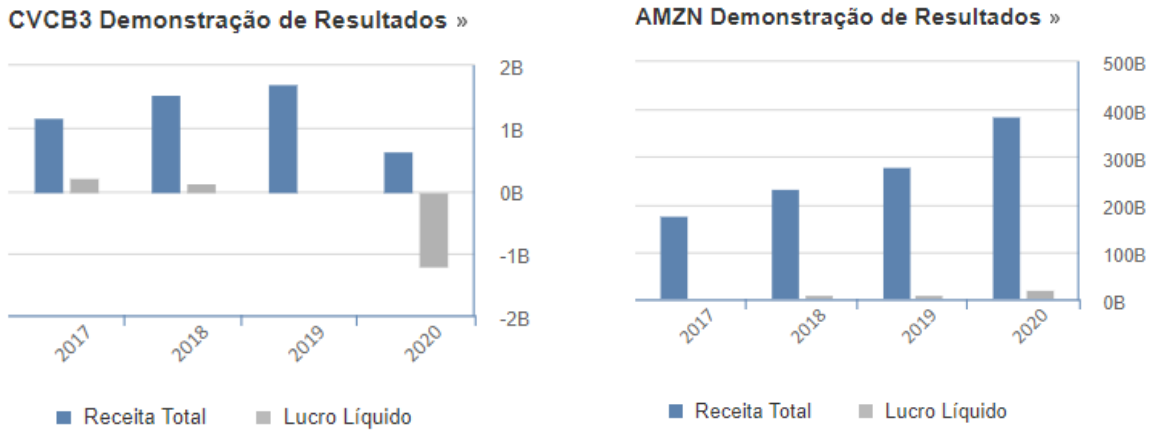
[1] Acadêmico do Curso de Administração - Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre em Administração pela PUC/PR Janaina Kriguer do Curso de Administração– Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

justamente por conta da pandemia e suas restrições. Já o serviço de e-commerce teve grande alta nesse período, segundo levantamento da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), em parceria com a Neotrust, o crescimento nas vendas foi de 68% na comparação com 2019, elevando a participação do e-commerce no faturamento total do varejo, que passou de 5% no final de 2019 para um patamar acima de 10% em alguns meses do ano passado.

Ficou claro o impacto das medidas de isolamento e a variância no crescimento de cada segmento, o ano de 2020 foi o mais importante da história do comércio eletrônico no Brasil. Com o consumidor em casa, devido às restrições de circulação atribuídas à pandemia, o e-commerce não apenas teve o patamar de acessos elevados como também teve uma intensa migração dos usuários de lojas físicas para as on-line. O Turismo, contudo, amarga uma realidade oposta, justamente por ser um bem de consumo que, na contramão da maioria dos produtos, exige que o consumidor saia de casa ao invés de receber a encomenda (VIEIRA, 2021). A discrepância nos dados de cada segmento é perceptível na figura 1.

Figura 1 – Histórico de Resultados CVC *versus* Amazon



Fonte: br.investing.com

Apesar dos números impressionarem, em tempos de pandemia o setor de viagens e turismo vem apresentando reação no ano de 2021, segundo o ministério do turismo brasileiro, pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) aponta que quase metade do empresariado (45%) projeta crescimento econômico para o setor, enquanto 29% acredita que os negócios se manterão estáveis. A pesquisa foi realizada com hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares de todo o país.

A pesquisa se delimitara em realizar a análise financeira das empresas CVC e Amazon dos anos de 2018 a 2021, tendo como tema a análise financeira das empresas.

Considerando os diversos cenários econômicos possíveis em tempos de pandemia, a pergunta problema que essa pesquisa pretende responder é: Como a pandemia de COVID-19 pode representar ameaça para alguns ramos de negócio e oportunidade para outros, ao mesmo tempo?

Assim, o objetivo geral desse estudo foi comparar a análise financeira de uma empresa afetada positivamente pela pandemia à análise financeira de uma

ISBN 978-65-5629-077-5

empresa afetada negativamente pela pandemia. Para tanto, os objetivos específicos foram: (a) realizar a análise financeira de uma empresa afetada negativamente pela pandemia; (b) realizar a análise financeira de uma empresa afetada positivamente pela pandemia; e (c) discutir ameaças e oportunidades oferecidas pela pandemia de COVID-19.

Está pesquisa é justificada para que possamos ter uma maior compreensão do momento que ainda estamos vivendo, no âmbito de negócios a COVID-19 afetou drasticamente diversos segmentos de mercado e até os dias atuais estamos testemunhando seus efeitos, porém algumas empresas tiveram êxito em contornar toda a crise e encontrar maneiras de crescer independentemente dos problemas, acreditamos que a Amazon é um grande exemplo de crescimento durante tudo o que passamos e ela deve ser estudada. O estudo pode contribuir como incentivo para organizações se espelharem em modelos de sucesso como o da Amazon que apesar da crise continuaram prosperando.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo discorre sobre o surgimento da pandemia, progressão mundial, medidas de precaução, isolamento quarentena e distanciamento social, impacto nas organizações, índices de liquidez, liquidez seca, liquidez corrente, liquidez geral, índices de estrutura e endividamento, participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido, índices de rentabilidade, margem liquida, giro do ativo, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido e investimento.

2.1 INÍCIO DA PANDEMIA

No dia 3 de fevereiro de 2020, o mundo recebeu assombrado a notícia sobre a inauguração do hospital Huoshensha na cidade de Whuan. Capital da província de Hubei, a cidade foi o epicentro de uma pneumonia de causa desconhecida, nomeada mais tarde como COVID-19. Esta havia se alastrado vertiginosamente na região durante todo o mês de dezembro e janeiro. Construído em uma área de cerca de 25.000 m², o hospital comportaria 1.000 leitos atendidos por uma equipe médica de 1.400 pessoas. O espanto provocado por esses números superlativos foi reforçado pelo fato de que tal estrutura havia começado a ser erguida há exatos dez dias, um tempo recorde jamais pensado. Correram o mundo, pelos canais de TVs e mídias digitais, imagens em time-lapse mostrando dezenas de caminhões, guindastes e retroescavadeiras, e mais centenas de operários em um ritmo frenético de atividade (BBC, 2020). No dia seguinte, foram internadas as primeiras cinquenta pessoas dos milhares de pacientes que ali foram atendidos. O governo chinês previa entregar mais um hospital em Wuhan no prazo de outros 2 dias, o Leishenshan, com capacidade para mais 1.500 leitos. E toda essa parafernália ainda era pouca, considerando os mais de 17 mil infectados e 360 mortos registrados naquela data, desde que a nova doença fora reconhecida pelo governo chinês, isto é, cerca de apenas um mês atrás (Portal G1, 2020) (NACIF et al., 2020).

Alguns estudos especulam que o SARS-CoV-2 foi transmitido de morcegos para pangolins e, desses hospedeiros intermediários, para o homem. Embora não

ISBN 978-65-5629-077-5

haja dados que comprovem essa hipótese, os resultados baseiam-se em análises filogenéticas e sequenciamento de proteínas virais que demonstram semelhanças do SARS-CoV-2 com outros CoV, capazes de infectar células de outras espécies, como pangolins e tartarugas. Segundo Liu et al.17, a proteína S do SARS-CoV-2 e a do CoV de SRR10168377 apresentam uma homologia de 88,0%, o que intensifica a possibilidade de o pangolim ser um possível hospedeiro intermediário, sugerindo a transmissão interespécies até chegar ao homem (morcego – pangolim – homem). Embora muitos estudos tentem identificar o local e o momento exato do surgimento do vírus, não sabemos quando o CoV ganhou a habilidade de transpor a barreira das espécies, infectando o homem e tornando-se o SARS-CoV-2 (TAKENAMI et al., 2020).

Essa evolução impressionante da doença – na sua capacidade de transmissão, no impacto que projeta para o futuro, no volume de recursos que mobiliza, e no seu caráter então desconhecido – são alguns dos elementos que levaram a sua caracterização como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII (ou Public Health Emergency of International Concern - PHEIC), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro (OPAS/OMS, 2020). Inicialmente, a pneumonia de causa desconhecida foi relatada pela primeira vez à OMS em 31 de dezembro de 2019. O surto foi declarado pela OMS uma PHEIC em janeiro de 2020. Em 11 de fevereiro de 2020, a OMS anunciou um nome para a nova doença de Coronavírus ou COVID-19 (OMS, 2020b) (NACIF et al., 2020).

2.2 PROGRESSÃO MUNDIAL

Em meados de janeiro de 2020, a COVID-19 havia rompido as fronteiras da China e os primeiros casos foram reportados na Tailândia, Japão e Korea (Wang et. al, 2020). A partir de então, as primeiras medidas visando obstar o curso da doença começaram a ser divulgadas. Fronteiras de países vizinhos à China começaram a ser fechadas, com controle de viajantes procedentes do país, quarentenas de passageiros e de navios inteiros. As imagens de cruzeiros com milhares de pessoas impedidas de desembarque, obrigando a convivência de não infectados e doentes, favorecendo a contaminação, remetiam às naus "dos loucos" e "dos miseráveis", de que nos fala Foucault. Os indesejáveis da época moderna foram condenados a ficar à deriva, transformados em ameaçadores turistas doentes e suspeitos. Companhias aéreas suspenderam voos para a China. Países orientavam a evacuação de seus cidadãos, montando operações de resgate em áreas atingidas pela doença. As máscaras tomaram as escolas, o comércio, os transportes, os parques, as cidades na Europa. As ruas começaram a esvaziar-se, e iniciou-se o isolamento social, quarentena. Na quarta-feira de cinzas (25/02), o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil. Era também o primeiro da América do Sul (Brasil, 26/02/2020) (NACIF et al., 2020).

Naquele momento, a COVID-19 já havia chegado aos cinco continentes, excetuando alguns territórios e a Antártida. Na virada para o mês de março, a doença já ultrapassava a centena de casos na Alemanha, na França, em Singapura e no Irã, passando a casa do milhar na Itália, na Coréia do Sul e chegando a quase 80.000 na China. A escalada da doença a partir de então foi exponencial, e o

ISBN 978-65-5629-077-5

aumento de casos passou a ser acompanhado pelo crescimento inimaginável do número de mortos. A ameaça da doença ascendeu à experiência do choque: a saturação dos serviços de saúde, a solidão dos moribundos, a morte sem ritos e sem despedidas, as covas coletivas, o rinque de patinação transformado em necrotério, a devastação dos asilos. A pandemia chegou como uma onda, invadindo tudo. Um tsunami. Tomou a vida em um golpe (NACIF et al., 2020).

2.3 MEDIDAS DE PRECAUÇÃO

Uma das medidas mais importantes para a prevenção da transmissão se refere à higiene das mãos, considerada uma medida de baixo custo e alta efetividade, por serem as mãos o principal veículo de contaminação cruzada. Embora inúmeros trabalhos apontem para a inadequada adoção dessa prática entre os profissionais durante o atendimento de pacientes nos serviços de saúde. Reconhecidamente, a prática da higienização das mãos pela ação de fricção com água e sabão diminui a ocorrência das infecções preveníeis, reduzindo a morbimortalidade em serviços de saúde. Entretanto, a complexidade que envolve a adesão a essa medida é grande, podendo muitas vezes estar relacionada a fatores como o comportamento humano, incluindo falsas percepções de um risco invisível, subestimação da responsabilidade individual e falta de conhecimento, atitudes que podem interferir na adesão às medidas de prevenção. Pessoas têm ressaltado a adesão a essa medida e sua importância, mas, além das dificuldades citadas, algumas barreiras que não deveriam existir ainda fazem parte das realidades institucionais, como a falta de pias e de insumos como água e sabão ou mesmo do papel em locais públicos que se caracterizam pela alta manipulação e contato das pessoas, trânsito de escadas rolantes, banheiros, ônibus, metrôs etc., bem como em comunidades sem suprimento de água e esgoto de forma regular (COAGLIO et al., 2020).

Devido ao potencial de sobrevivência do vírus no ambiente por vários dias, as instalações e áreas potencialmente contaminadas com Sars-CoV-2 devem ser limpas antes de serem reutilizadas, com produtos que contenham agentes antimicrobianos conhecidos por serem eficazes contra os coronavírus. Embora exista falta de evidência específica de sua eficácia contra o SARS-CoV-2, a limpeza com água e detergentes domésticos e o uso de produtos desinfetantes comuns são considerados suficientes para a limpeza em geral nos domicílios (COAGLIO et al., 2020).

Em âmbito hospitalar, vários agentes antimicrobianos foram testados contra diferentes coronavírus como o isopropanolol, iodopovidona, etanol e hipoclorito de sódio. Alguns dos ingredientes ativos, por exemplo, o hipoclorito de sódio e o etanol, estão amplamente disponíveis em ambientes não médicos e não laboratoriais, o que contribui para o acesso da população. Evidências apontam que superfícies que foram limpas com álcool na concentração de 70% tiveram um efeito de desinfecção esperado para dois tipos de coronavírus (vírus da hepatite de camundongo e vírus da gastroenterite transmissível) após um minuto de contato em comparação com 0,06% de sódio hipoclorito. Testes realizados com Sars-CoV mostraram que o hipoclorito de sódio é eficaz em uma concentração de 0,05% a 0,1% após cinco minutos quando é misturado a uma solução contendo Sars-

ISBN 978-65-5629-077-5

CoV. Um estudo analisou a estabilidade em superfície do Sars-CoV-2, comparado com o Sars-CoV-1, o mais próximo coronavírus humano relacionado (COAGLIO et al., 2020).

2.4 ISOLAMENTO, QUARENTENA E DISTANCIAMENTO SOCIAL

O *isolamento* é a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas com o objetivo de reduzir o risco de transmissão da doença. Para ser efetivo, o isolamento dos doentes requer que a detecção dos casos seja precoce e que a transmissibilidade viral daqueles assintomáticos seja muito baixa. No caso da COVID-19, em que existe um maior período de incubação, se comparado a outras viroses, a alta transmissibilidade da doença por assintomáticos limita a efetividade do isolamento de casos, como única ou principal medida. De fato, há evidências de que indivíduos assintomáticos com SARS-CoV-2 têm carga viral semelhante aos pacientes sintomáticos, o que é corroborado com relatos de pessoas assintomáticas e com sintomas leves envolvidas na transmissão da doença. Dessa forma, a aplicação massiva de testes diagnósticos, que permite a identificação dos indivíduos infectados, como adotado na Alemanha e na Coreia do Sul, é essencial para a efetividade do isolamento (AQUINO et al., 2020).

A *quarentena* é a restrição do movimento de pessoas que se presume terem sido expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes, ou porque não foram infectadas, ou porque ainda estão no período de incubação ou mesmo porque, na COVID-19, permanecerão assintomáticas e não serão identificadas. Pode ser aplicada no nível individual ou de grupo, mantendo as pessoas expostas nos próprios domicílios, em instituições ou outros locais especialmente designados. A quarentena pode ser voluntária ou obrigatória. Durante a quarentena, todos os indivíduos devem ser monitorados quanto à ocorrência de quaisquer sintomas. Se tais sintomas aparecerem, as pessoas devem ser imediatamente isoladas e tratadas. A quarentena é mais bem-sucedida em situações nas quais a detecção de casos é rápida e os contatos podem ser identificados e rastreados em um curto espaço de tempo (AQUINO et al., 2020).

O distanciamento social envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas. Como as doenças transmitidas por gotículas respiratórias exigem certa proximidade física para ocorrer o contágio, o distanciamento social permite reduzir a transmissão. Exemplos de medidas que têm sido adotadas com essa finalidade incluem: o fechamento de escolas e locais de trabalho, a suspensão de alguns tipos de comércio e o cancelamento de eventos para evitar aglomeração de pessoas. O distanciamento social é particularmente útil em contextos com transmissão comunitária, nos quais as medidas de restrições impostas, exclusivamente, aos casos conhecidos ou aos mais vulneráveis são consideradas insuficientes para impedir novas transmissões. O caso extremo de distanciamento social é a contenção comunitária ou bloqueio (em inglês, lockdown) que se refere a uma intervenção rigorosa aplicada a toda uma comunidade, cidade ou região através da proibição de que as pessoas saiam dos seus domicílios – exceto para a aquisição de suprimentos básicos ou a ida a serviços de urgência – com o objetivo de reduzir drasticamente o contato social (AQUINO et al., 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5 IMPACTOS NAS ORGANIZAÇÕES

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 vem causando impactos não só na área biomédica e epidemiológica, mas, também, impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos inestimáveis (FIOCRUZ, 2020), impactando pessoas de todas as áreas. Milhões de pessoas perderam seus empregos, governos tiveram que aumentar, consideravelmente, os gastos com saúde e ajudar financeiramente as empresas e as pessoas (BUSS e TOBAR, 2020).

Antes mesmo da crise mundial recente, a divulgação do crescimento do PIB real de 2019 decepcionou: um crescimento de 1,1% ao ano, contra a previsão do Focus de 2,5% no início de 2019. Este resultado evidenciou que estamos desde 2017 com uma economia estagnada (crescimento da renda per capita entre 0,3% a 0,4% ao ano), um fenômeno sem precedentes nas últimas décadas (OREIRO, DE PAULA, 2020)

A pesquisadora Camila da Silva Serra Comineti, da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul revela que os pequenos negócios tendem a sofrer ainda mais as consequências da crise causada pela pandemia, tendo em vista que esses negócios, muitas vezes, são iniciados sem um planejamento de atividades e a tomada de decisão é tomada baseada em experiências anteriores ou intuitivamente (AMIN, 2020).

Ainda segundo a pesquisadora, "quando os pequenos negócios são afetados, a economia é afetada como um todo (...). A sobrevivência dos pequenos negócios já era algo preocupante. A crise atual contribuiu para aumentar a taxa de mortalidade neste setor" (AMIN, 2020).

Um levantamento feito pelo Sebrae em abril de 2020 também indicou que os pequenos negócios vêm sendo afetados nesse período de isolamento, registrando queda de 88% do faturamento Segundo o Sebrae (2020), "um pequeno negócio tem caixa para aguentar apenas 23 dias fechado" e, quando se trata do segmento de beleza, esse número é ainda menor, 17 dias.

Diante disto, as organizações precisam se preparar para um período de recessão pós Covid-19 e de condições de negócios adversas. Para a maior parte das organizações, a receita perdida nesse período pode representar uma perda permanente e exercer pressões em sua liquidez e nas fontes de capital de giro (AMIN, 2020).

2.6 ANALISE FINANCEIRA

A análise financeira constitui-se num processo de meditação sobre as demonstrações contábeis, objetivando uma avaliação da situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. Ela serve para avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como fornece subsídios para o planejamento financeiro, visando ao futuro. A avaliação

ISBN 978-65-5629-077-5

econômica e financeira de uma empresa tem por finalidade detectar os pontos fortes e fracos do processo operacional e financeiro da companhia, objetivando propor alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos gestores (KUHN e LAMPERT, 2012).

Buscando auxiliar o processo de avaliação patrimonial e do desempenho da companhia, o analista vale-se de uma série de cálculos matemáticos, traduzindo os demonstrativos contábeis em indicadores de análise financeira. Esses indicadores buscam também evidenciar as características das principais integrações existentes entre a situação apresentada pelo balanço e a dinâmica operacional da empresa representada pela demonstração de resultados (KUHN e LAMPERT, 2012).

2.7 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

São índices que possibilitam a análise da capacidade de pagamento da empresa, e a necessidade de capital de giro (CADORE e GIASSON, 2012). Marion (2006) define que esses índices revelam a capacidade da empresa de saldar suas dívidas em curto prazo, longo 4 prazos, ou imediato, evidencia que se possuir um bom fluxo de caixa, dificilmente terá problemas de endividamento.

Já Ross (1995), salienta que os índices de liquidez são medidos pela facilidade com que a empresa consegue transformar seus ativos em dinheiro. Os ativos circulantes são os mais líquidos, já os ativos imobilizados demoram um pouco mais para serem transformados em dinheiro.

2.8 LIQUIDEZ SECA

Este índice é calculado, diminuindo-se os estoques do ativo circulante e dividindo-se pelo passivo circulante (CADORE e GIASSON, 2012). Marion (1998), afirma que esse índice visa medir o grau de excelência da situação financeira da empresa. O cálculo é realizado através da seguinte fórmula:

$$LS = \frac{Ativo\ Circulante - Estoques}{Passivo\ Circulante}$$

2.9 LIQUIDEZ CORRENTE

Segundo Matarazzo (2010), demonstra a capacidade de geração de recursos para o pagamento das dívidas da empresa no curto prazo (até o final do próximo período corrente), ou seja, para cada R$ 1,00 de dívida, quanto a empresa possui disponível para quitá-la. Assim, uma LC inferior a R$ 1,00 indica possíveis problemas nos pagamentos a serem efetuados no próximo exercício social.

Nesse indicador, quanto maior a liquidez, melhor para a empresa, que possui recursos para pagar suas dívidas. A liquidez corrente apresenta uma análise mais dos recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade da empresa. Assim, por um lado temos a venda de mercadorias e recebimento de clientes como possibilidades de entrada de dinheiro; por outro lado, os pagamentos de salários, impostos, fornecedores e demais dívidas de curto prazo com necessidades de pagamento (DINIZ, 2009). O cálculo é realizado através da seguinte fórmula:

ISBN 978-65-5629-077-5

$$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

2.10 Liquidez Geral

Composta pela soma do ativo circulante mais o realizável a longo prazo, dividido pela soma do passivo circulante mais o exigível a longo prazo, representa o valor que a empresa disponibiliza a longo prazo para saldar com suas obrigações, afirma Silva (2005). Nessa interpretação diz-se que quanto maior o valor, melhor as condições da empresa. Utilizada também como medida de segurança, revelando a capacidade de pagar suas dívidas e compromissos conforme comenta Assaf Neto (2010). O cálculo é realizado através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante - Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Passivo\ não\ Circulante}$$

2.11 ÍNDICES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

Os índices de estrutura e endividamento decorrem das decisões estratégicas da empresa, relacionadas às decisões financeiras de investimentos, financiamento e distribuição de dividendos. Relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição do capital próprio (PL) em relação ao capital de terceiros, revelando o grau de endividamento, entre outros aspectos (KUHN e LAMPERT, 2012).

2.12 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

A participação de capitais de terceiros, destaca qual a dependência da empresa em relação a capitais externos, é calculada somando-se o passivo circulante mais o exigível a longo prazo, dividindo-se pelo patrimônio líquido da empresa. Silva (2005, p. 294) lembra que "será conveniente o uso de capitais de terceiros quando o lucro gerado pelos ativos for superior ao custo da dívida". No entanto esse índice implica em quanto maior, mais dependência de capitais de terceiros (CADORE e GIASSON, 2012).

$$PCT = \frac{(PC + PNC)}{PL \times 100}$$

2.13 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Considera-se as dívidas e obrigações da empresa de curto prazo e longo prazo, divide-se o passivo circulante pela soma deste, mais o exigível a longo prazo. Nesse caso também quanto maior o índice, pior para a empresa, demonstra que tem dificuldades de pagamento (CADORE e GIASSON, 2012).

O índice de composição do endividamento, segundo Matarazzo (2010), demonstra a relação entre o capital de terceiros de curto prazo (Passivo Circulante)

ISBN 978-65-5629-077-5

e o capital de terceiros total (Passivo Circulante +Passivo Não Circulante). É recomendável que as dívidas de uma empresa fiquem mais concentradas no longo prazo, pois, dessa forma, ela terá mais tempo para realizar suas atividades e gerar uma folga financeira para pagar suas obrigações (DINIZ, 2015).

Diante dessa constatação, portanto, quanto menor for o resultado encontrado para esse índice, mais concentradas estarão as dívidas no longo prazo. Em relação à composição de endividamento (curto prazo versus longo prazo), Assaf Neto (2010) comenta que, quando o passivo circulante (dívidas de curto prazo) de uma empresa cresce de forma desproporcional ao passivo não circulante (dívidas de longo prazo), poderá ocorrer uma situação de instabilidade financeira, podendo fazer com que haja incapacidade de saldar as dívidas (DINIZ, 2015).

Caso o índice de composição do endividamento seja inferior a 50%, podemos concluir que as dívidas de curto prazo correspondem a menos da metade do total de obrigações (capital de terceiros). Então, quanto menor for este indicador, melhor será para a empresa, que terá um perfil de endividamento de longo prazo (DINIZ, 2015).

A empresa que se encontra em processo de expansão deve procurar financiar seus investimentos, em grande parte, com endividamento de longo prazo, para que, à medida que ganhe capacidade operacional, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas. Portanto, devem ser evitadas estratégias de financiamento baseadas em empréstimos de curto prazo (DINIZ, 2015). A formula para o cálculo da composição do endividamento é:

$$CE = \left(\frac{Passivo\ Circulante}{Capital\ de\ Terceiros}\right) \times 100$$

2.14 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

Segundo Matarazzo (2010), estes ativos, por serem permanentes, demoram muito tempo para gerar retorno, pois dependem da sua utilização na atividade da empresa, algo que será realizado normalmente ao longo de anos.

Diante dessa constatação, concluímos que uma melhor situação é aquela em que o ativo permanente é financiado com recursos próprios (o que nem sempre acontece), para que a empresa não utilize recursos financeiros de terceiros (principalmente com vencimento no curto prazo) para investir em ativos de retorno tão longo (DINIZ, 2015).

Nesse caso, também, quanto menor o valor encontrado para índice de imobilização do patrimônio líquido, melhor, pois a empresa estará financiando seus ativos permanentes com recursos próprios. Caso o índice encontrado seja capítulo inferior a 100%, indica que sobraram recursos do patrimônio líquido para serem investidos em outros ativos, reduzindo o endividamento. Em contrapartida, caso o índice encontrado seja superior a 100%, teremos uma situação em que a empresa utilizou recursos emprestados de terceiros para financiar seus investimentos em ativos permanentes (DINIZ, 2015). A fórmula para imobilização do patrimônio líquido é:

ISBN 978-65-5629-077-5

$$CE = \left(\frac{Ativo\ Permanente}{Patrimônio\ Líquido}\right) \times 100$$

2.15 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

A rentabilidade está associada de forma diretamente proporcional à maneira como os administradores utilizam ou empregam os ativos postos à disposição da empresa. Utilizam-se tais ativos com eficácia, podem limitar ou controlar consumo e atingem, em consequência, taxas de retorno para o capital investido de maneira mais alta, levando ao desenvolvimento da empresa, situação que causa uma superior captação de meios financeiros frente a novos acionistas e os que investem capitais (QUEIROZ, 2021).

A ineficácia do emprego dos ativos dirige a taxas de volta do capital aplicado, inferior do grau considerável, produzindo, assim, um caimento no Patrimônio Líquido e, por extensão, desvalorização no valor das participações da firma, acontecimento que vem desanimar os acionistas fluentes e os investidores potenciais nas suas pretensões de aplicar na firma (WESTON e BRIGHAM, 2000)

Diante de tal raciocínio, tem-se como conclusão que é de intensa importância para a firma a mensuração da atuação do ganho. Este grupo de índices mostra a situação econômica da empresa. Mostra quanto renderam os investimentos. Não é possível dizer que a empresa possui bons índices de rentabilidade (QUEIROZ, 2021).

2.16 MARGEM LÍQUIDA

O índice de margem líquida demonstra a lucratividade das vendas. Assim, é possível verificar que, a cada R$100,00 em vendas, a empresa obterá determinado percentual de lucro. Ao se calcular tal índice, segundo Matarazzo (2010), é possível acompanhar a margem líquida da empresa e verificar possíveis alterações. Quanto maior for o valor encontrado para esse índice, melhor será para a empresa (DINIZ, 2015).

Este índice comprova se uma empresa está vendendo menos por uma questão de estratégia. Groppelli e Nikbakht (1999, p.419), assim, conceituam a margem líquida da seguinte forma: "A margem de lucro líquido é aquela gerada de todas as fases de um negócio, isto é, esse índice relaciona o ganho líquido às vendas" (QUEIROZ, 2021). A fórmula para o cálculo da margem líquida é:

$$ML = \frac{Lucro\ Líquido}{Vendas}$$

2.17 GIRO DO ATIVO

De acordo com Silva (2005), este índice permite que se avalie a relação entre as vendas e os investimentos efetuados. Calcula-se o giro dos ativos dividindo as vendas líquidas pelo ativo total, quanto maior melhor, indica que a utilização dos recursos está aplicada corretamente (CADORE e GIASSON, 2012). A fórmula para o cálculo do giro do ativo é:

ISBN 978-65-5629-077-5

$$GA = \frac{Vendas\ Liquidas}{Ativo}$$

2.18 RETORNO SOBRE O ATIVO

Este índice identifica o lucro que a empresa tem em relação aos investimentos totais, dividindo-se o lucro líquido pelo total do ativo. Souza (2005) define que quanto maior esse retorno, melhor as condições da empresa. Segundo Assaf Neto (2010), é avaliado o quanto a empresa teve de lucro em relação aos investimentos, comparando-se resultados esperados e os realmente encontrados, se ela encontrar valores superiores aos esperados, significa que ocorreu agregação de valor econômico (CADORE e GIASSON, 2012). A fórmula para o cálculo do retorno sobre o ativo é:

$$ROA = \frac{Lucro\ Operacional}{Ativo\ Médio\ Total}$$

2.19 RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Calcular o retorno sobre o patrimônio líquido significa dizer quanto de lucro os investidores estão tendo com o negócio, considerado de grande importância para os analistas. Divide-se o lucro líquido pelo patrimônio líquido x 100, para encontrar o percentual. Silva (2005) comenta que os índices que compõe o retorno do patrimônio líquido estão interligados entre si, e cada um interage com o outro (CADORE e GIASSON, 2012).

O índice de retorno do patrimônio líquido é um fator importante, define os valores da rentabilidade do investimento feito pelos acionistas (Assaf Neto, 2010). A fórmula para o cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido é:

$$ROE = \frac{Lucro\ Líquido}{Patrimônio\ Líquido}$$

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como explicativa, pois pretende relacionar os dados dos demonstrativos e dos balanços patrimoniais da CVC e da Amazon de 2018 a 2021, procurando uma correlação entre eles. Segundo Gil (2007) este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental. De acordo com Fonseca (2002) a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Os dados foram coletados a partir de documentos, tais quais, demonstrativos e balanços patrimoniais, publicados pelas próprias

ISBN 978-65-5629-077-5

empresas. Após a coleta, os dados foram tratados por meio de análise comparativa, onde os dados dos demonstrativos e de balanços patrimoniais das duas empresas estudadas foram comparados. Segundo FACHIN (2001) o método comparativo se consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

Quanto à abordagem do problema, essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa, serão comparados os dados financeiros das empresas. Segundo Michel (2005) a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tal como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros.

4 RESULTADOS

4.1 INTRODUÇÃO ÀS EMPRESAS ESTUDADAS

Para esta análise foram escolhidas a empresas Amazon.com INC, empresa do ramo de comércio eletrônico, com sede em Seattle, Washington EUA, iniciou sua trajetória com o comércio de livros e atualmente comercializa produtos diversos e até serviços, como a Amazon Prime Vídeo, chegou ao Brasil em 2012, mas somente em 2017 deixou de comercializar exclusivamente livros.

A segunda empresa escolhida foi a CVC Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A, empresa do ramo de serviços de turismo, tem sede em Santo André, São Paulo e foi fundada em 1972 e é considerado o maior grupo de viagens das américas.

Optou-se pela seleção dessas duas empresas para demonstrar que um evento como a pandemia da COVID-19, pode apresentar-se como uma ameaça para alguns tipos de empresa como a CVC, e uma oportunidade para outros tipos de empresa como a Amazon.

4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ DAS EMPRESAS

Quadro 1 - Índices de Liquidez CVC Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A. 2018-2021

Índices de Liquidez	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Liquidez Seca	0,67	0,71	0,84	0,98
Liquidez Corrente	0,90	0,97	1,00	1,16
Liquidez Geral	0,60	0,65	0,73	0,82

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/cvc-brasil-on-income-statement Valores expressos em milhões de USD.

Liquidez Seca: No índice de liquidez seca calculamos a capacidade da empresa de saldar suas dívidas de curto prazo desconsiderando os estoques, com isso é possível observar no gráfico que em 2018 a cada US$ 1,00 a empresa tinha

ISBN 978-65-5629-077-5

US$ 0,98 para cumprir suas obrigações de curto prazo, em 2019 a capacidade já começava a decair e em 2020 e 2021 pode-se observar claramente o impacto do isolamento social e da pandemia na capacidade da CVC de saldar suas dívidas de curto prazo.

Liquidez Corrente: É possível analisar que a capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo da companhia estava em bons níveis em 2018/2019, em 2019 para cada US$ 1,00 em dívidas a empresa tinha US$ 1,16 ou seja, a empresa tinha folga para cumprir com suas obrigações, em 2021 pode-se notar a drástica diferença na capacidade da empresa de saldar dívidas a curto prazo.

Liquidez Geral: O índice de liquidez geral busca dar uma visão da solvência de uma empresa no longo prazo, então pode-se analisar que calculando as obrigações de curto e longo prazo da empresa a mesma já não vinha com resultados positivos mesmo antes da pandemia, para cada US$1,00 em dividas em 2018 a empresa tinha US$0,82, a situação se agrava ainda mais se observarmos os dados de 2020 e 2021.

A seguir a análise dos índices de liquidez da segunda empresa analisada.

Quadro 2 - Índices de Liquidez Amazon.com INC 2018-2021

Índices de Liquidez	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Liquidez Seca	0,99	0,86	0,86	0,85
Liquidez Corrente	1,20	1,05	1,10	1,10
Liquidez Geral	0,89	0,84	0,84	0,76

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/amazon-com-inc-income-statement Valores expressos em milhões de BRL.

Liquidez Seca: Ao contrário da CVC, que não possui estoques, a Amazon possui estoques em grande quantidade. Ainda assim os seus índices indicam que ela depende menos da realização desses estoques do que a CVC já que os índices de liquidez seca em todos os anos estão próximos de 1 e maiores que o da CVC.

Liquidez Corrente: Quanto à capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, a amazona registrou em todos os anos analisados liquidez corrente acima US$1,00 de indicando possuir mais recursos no ativo circulante do que ela necessita para quitar as dívidas do passivo circulante

Liquidez Geral: Esse índice normalmente fica abaixo de R$1,00 e indica a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto e longo prazo, caso suas atividades sejam paralisadas. Em 2018 e 2019, tanto a Amazon quanto a CVC possuíam liquidez geral equivalentes, mas com o início da pandemia enquanto a Amazon conseguiu manter o seu índice e ainda aumentá-lo para 0,89 em 2021 a CVC registrou queda em sua capacidade de honrar seus compromissos.

4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS

A seguir inicia-se a análise dos índices de estrutura e endividamento das empresas estudadas.

Quadro 3 - Índices de Estrutura e Endividamento CVC Brasil Operadora E

ISBN 978-65-5629-077-5

Agência De Viagens S.A. 2018-2021

Índices de estrutura do endividamento	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Participação de capitais de terceiros	30%	111%	8%	7%
Composição de endividamento	67%	64%	73%	73%
Imobilização do patrimônio líquido	38%	182%	20%	5%

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/cvc-brasil-on-income-statement Valores expressos em milhões de USD.

Participação de capitais de terceiros: Aqui calculamos qual é a porcentagem do capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos. Nos anos de 2018/2019 a CVC seguiu um padrão, onde do seu patrimônio líquido total 7% a 8% eram provenientes de capital de terceiros, porém é possível verificar que no ano em que as medidas de isolamento foram adotadas (2020), o índice subiu para 111% indicando que a empresa era tornou-se totalmente dependente de capital de terceiros para a realização de suas atividades. Em 2021 o índice voltou a cair, mas ainda está longe dos padrões de 2018/2019

Composição de endividamento: Esse índice compara a parcela das obrigações de curto prazo às obrigações totais e indica que parcela das obrigações totais irá vencer no curto prazo. Para a CVC 2018/2019 73% das dívidas venceram no curto prazo e o índice caiu para 64% e 67% em 2020 e 2021 respectivamente. Isso reflete a inercia das atividades da empresa.

Imobilização do patrimônio líquido: Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante (TÉLES, 2003). Pode-se observar que em 2018 apenas 5% dos recursos de patrimônio líquido estavam investidos no ativo permanente, isso significa que a cada US$100,00 de capital próprio, a empresa tinha aplicado no ativo permanente US$5,00. A interpretação do índice de IPL é no sentido de que "quanto maior, pior", mantidos constantes os demais fatores, seguindo esta interpretação, pode-se analisar que em 2020, após as medidas de isolamento a cada US$100,00 de capital próprio a CVC tinha aplicado no ativo permanente US$182,00.

A seguir a análise dos índices de estrutura do endividamento da segunda empresa analisada.

Quadro 4 - Índices de Estrutura e Endividamento Amazon.com INC 2018-2021

Índices de estrutura do endividamento	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Participação de capitais de terceiros	2%	2%	3%	3%
Composição de endividamento	48%	55%	54%	57%
Imobilização do patrimônio líquido	154%	161%	158%	142%

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/amazon-com-inc-income-statement Valores expressos em milhões de BRL.

ISBN 978-65-5629-077-5

Participação de capitais de terceiros: É possível notar que em 2018 a CVC não era predominantemente dependente do capital de terceiros, apenas 7% de seu patrimônio líquido era proveniente de terceiros, porém com o início da pandemia e do isolamento social a sua dependência de capital de terceiros chegou a 111%, já a Amazon sempre se manteve perto de ter o patrimônio líquido sendo 100% sendo mais independente do capital de terceiros, em 2018/2019 apenas 3% de seu patrimônio líquido era proveniente de capitais de terceiros e em 2020/2021 onde o isolamento social e a pandemia estavam vigentes os valores caíram ainda mais indo para apenas 2%.

Composição de endividamento: É possível perceber o quanto a Amazon se fortaleceu com a pandemia e como isolamento social observando a variação dos dados de 2018 a 2021, enquanto a CVC estava com suas atividades inercia, a Amazon aumentou suas vendas e mesmo assim conseguiram diminuir as obrigações de curto prazo com o passar dos anos, de 2020 a 2021 a empresa diminuiu suas contas a pagar em curto prazo em 7%.

Imobilização do patrimônio líquido: É possível observar que este é o único ponto em que a Amazon perde para a CVC, percebemos que a Amazon investe vigorosamente em seu ativo permanente, percebemos que em 2018 142% dos recursos de patrimônio líquido da empresa estavam investidos no ativo permanente, isso significa que a cada US$100,00 de capital próprio, a empresa tinha aplicado no ativo permanente US$142,00.

4.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DAS EMPRESAS

A seguir inicia-se a análise dos índices de rentabilidade das empresas estudadas.

Quadro 5 - Índices de Rentabilidade CVC Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A. 2018-2021

Índices de rentabilidade	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Margem líquida	-148,04%	-191,51%	-0,23%	8,21%
Giro do ativo	2%	10%	2%	24%
Retorno sobre o ativo	-4%	-30%	1%	4%
Retorno sobre o patrimônio líquido	-135%	-3377%	8%	33%

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/cvc-brasil-on-income-statement Valores expressos em milhões de USD.

Margem liquida: A margem líquida mostra quanto cada real de receita resultou em lucro líquido para o negócio depois da dedução de todas as despesas, inclusive o imposto de renda. Pode-se observar na tabela, que em 2018 o índice era positivo sendo que a cada US$1,00 de receita a CVC obtinha apenas US$0,08 de lucro líquido. No ano de 2019, anterior a pandemia, os resultados da empresa já não foram positivos e a empresa naquele ano registrou uma margem liquida negativa de -0,023%, o que significa que para cada US$1,00 de receita, gerou um prejuízo de US$0,02.

Giro do ativo: Este indicador evidencia o lucro obtido pela empresa em relação às suas vendas líquidas, quanto maior for a métrica melhor pois a

ISBN 978-65-5629-077-5

companhia conseguira cada vez mais vendas baseadas em ativos. Esse indicador evidencia quanto cada US$1,00 investido no ativo da empresa gerou de lucro por meio da sua atividade. Pode-se observar que a CVC já vinha com um giro do ativo irregular nos anos anteriores à pandemia com, já que em 2018 cada US$1,00 investido no ativo gerou US$0,24 de lucro bruto. Este índice caiu para 2% em 2019, em 2020 subiu para US$0,10 de lucro bruto, e em 2021 voltou a cair para US$0,2 de lucro bruto.

Retorno sobre o ativo: É possível analisar que o retorno sobre o ativo da CVC era positivo anteriormente a pandemia, a empresa já vinha com problemas como é possível analisar, porém os resultados eram positivos, em 2020 é possível ver claramente o impacto do isolamento social na CVC, o retorno sobre o ativo diminuiu 34% se comparado com 2018, mas é possível ver uma potencial recuperação da empresa com os valores obtidos em 2021, onde o retorno sobre o ativo foi apenas de -4%, que comparado com -30% se torna um bom valor.

Retorno sobre o patrimônio líquido: É o quanto valorizou o capital próprio da empresa. É possível observar que a CVC teve uma grande desvalorização em seu capital próprio com o passar dos anos, em 2018 a empresa cresceu 33%, em 2019 a crescida foi mais sutil, sendo apenas 8%, já em 2020 como início das medidas de isolamento e com as viagens turísticas inoperantes, a empresa desvalorizou-se em 3377%.

A seguir a análise dos índices rentabilidade da segunda empresa analisada.

Quadro 6 - Índices de Rentabilidade Amazon.com INC 2018-2021

Índices de rentabilidade	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Margem líquida	7%	6%	4%	4%
Giro do ativo	14%	48%	51%	58%
Retorno sobre o ativo	2%	8%	6%	7%
Retorno sobre o patrimônio líquido	8%	26%	23%	26%

Dados calculados a partir do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados publicados. Fonte: https://br.investing.com/equities/amazon-com-inc-income-statement Valores expressos em milhões de BRL.

Margem líquida: Analisamos que a margem liquida da CVC operou em prejuízo a partir de 2019, independente da pandemia, a empresa já vinha passando por problemas e a pandemia foi um estimulo para a queda, já com a Amazon notamos o crescimento após as medidas de isolamento e a pandemia, no ano de 2018 e 2019, a cada R$1,00 de receita era obtido US$0,4 de lucro líquido, porém com o início da pandemia o crescimento foi de 2% e atualmente, a cada R$1,00 de receita a Amazon obtém US$0,7 de lucro líquido.

Giro do ativo: Neste índice é possível notar a discrepância dos índices das duas empresas até antes mesmo da pandemia, em 2019, a diferença era de 49%, no ano de 2020, em pleno isolamento social e pandemia, a cada R$1,00 investido no ativo a Amazon teve R$0,48 de lucro bruto, e em 2021 R$0,14.

Retorno sobre o ativo: Enquanto em 2020 a CVC operou com um retorno sobre o ativo em -30%, a Amazon teve o seu maior retorno dentre os 4 anos analisados.

Retorno sobre o patrimônio líquido: É possível verificar a discrepância nas realidades paralelas em que as duas empresas viveram durante a pandemia, enquanto em 2020 a Amazon valorizou o seu capital próprio em 26% a CVC

ISBN 978-65-5629-077-5

operava com a queda de -3377%.

Assim, para finalizar essa análise, foi possível verificar com facilidade as duas realidades paralelas que as empresas viveram durante a pandemia, enquanto uma operava em alta, a outra operava em índices negativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi comparar a análise financeira de uma empresa afetada positivamente pela pandemia à análise financeira de uma empresa afetada negativamente pela pandemia, e a pergunta problema que se pretendeu responder foi: Como a pandemia de COVID-19 pode representar ameaça para alguns ramos de negócio e oportunidade para outros, ao mesmo tempo?

O estudo tratou-se de uma pesquisa explicativa, os dados foram coletados a partir de documentos, tais quais, demonstrativos de resultados e balanços patrimoniais.

Foi possível verificar que apesar da pandemia e do isolamento social terem prejudicados diversos segmentos empresas, em contrapartida, algumas conseguiram até crescer diante deste problema.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é: A pandemia e o isolamento representou ameaça aos negócios que dependiam de movimentação de pessoas, como no caso da CVC, em contrapartida foi uma grande oportunidade para serviços de *e-commerce*, entrega e *delivery* pela impossibilidade de mobilidade urbana.

Finalmente, conclui-se que os objetivos desse estudo foram cumpridos e a pergunta problema foi adequadamente respondida.

REFERÊNCIAS

71% dos brasileiros aumentaram compra online após Covid-19, aponta pesquisa. 2020. Disponível em: (https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/brasileiros-aumentaram-compra-online-apos-pandemia-coronavirus/). Acesso em: 01/04/2021. Sem autor

AMIN, V. **Pesquisadores estudam impactos da crise atual nos pequenos negócios.** Disponível em https://www.ufms.br/pesquisadores-estudam-impactos-da-crise-provocada-pela-covid-19-em-pequenosnegocios/. Acesso em 02 de maio de 2020

AQUINO, Estela et al. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil**. Scielo.br. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt. Acesso em 31/05/2021.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e valor. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COAGLIO, Thabata et al. **O Que a Pandemia da Covid-19 tem nos Ensinado Sobre Adoção de Medidas de Precaução.** Scielo.br. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/cgMnvhg95jVqV5QnnzfZwSQ/?lang=pt. Acesso em 31/05/2021.

FACHIN, Odilia. **Metodologia da Pesquisa Cientifica**. Unifap.br. Disponível em: https://www2.unifap.br/midias/files/2012/03/022.pdf. Acesso em 14/06/2021.

FONSECA. **Método, técnicas e procedimentos de pesquisa**. Dbd.puc-rio.br. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410906_06_cap_05.pdf. Acesso em 14/06/2021.

GIL. **Métodos de pesquisa.** Ufrgs.br, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em 14/06/2021.

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1505/1/PB_EGCF_VII_2012_10%20.pdf (CADORE e GIASSON, 2012).

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf (DINIZ, 2009)

Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Portal.fiocruz.br, 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia. Acesso em: 31/05/2021. Sem autor.

MARION, Jose C. Contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas , 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. Analise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (MATARAZZO

NACIF, Denise et al. A Pandemia de Covid-19: **Interseções e Desafios Para a História da Saúde e Do Tempo Presente: Disponível** em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19_intersecoes-e-desafios-para-a-historia-da-saude-e-do-tempo-presente.pdf. Acesso em: 01/04/2021.

OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Paho.org, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus. Acesso em: 31/05/2021. Sem autor.

OREIRO, José e DE PAULA, Luiz. **O liquidacionismo de Guedes aprofunda a**

ISBN 978-65-5629-077-5

crise. Valor.globo.com, 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-liquidacionismo-de-guedes-aprofunda-a-crise.ghtml. Acesso em 31/05/2021.

Prática odontológica. Saudefamilia.org, 2020. Disponível em: https://www.saudedafamilia.org/coronavirus/artigos/coronavirus_odontologia.pdf. Acesso em: 31/05/2021

QUEIROZ, Gloria Angelica Aguiar. **Os indicadores financeiros como ferramenta para uma análise financeira.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 01, pp. 81-97. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/indicadores-financeiros (QUEIROZ

REIS, Juliana et al. **Os Impactos Financeiros da Covid-19 nos negócios**. Faespi.com.br, 2020. Disponível em: https://www.faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/115. Acesso em: 31/05/2021

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1995

Saunders-Hastings, P. R., & Knewski, D. (2016). Reviewing the History of Pandemic Influenza: Understanding Patterns of Emergence and Transmission. *Pathogens*, 5(66), 1-19.

SILVA, Simone Sena da. Análise ecomônica - financeira dos índices de lucratividade ROA e ROE, baseado no modelo ROI. Disponível em 21 http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/artigo_12.pdf acessado em 05/10/2011 SILVA 2005

SOUZA, Alceu e CLEMENTE, Ademir Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAKENAMI, Iukary et al. **Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI: 2020**. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103209/2020_p-028.pdf. Acesso em: 01/04/2021.

WANG, Chen et al**. A novel coronavirus outbreak of global health concern**.. V. 395, I. 10223, p. 470-473, Feb. 15, 2020. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30185-9/fulltext. Acesso em 30/05/2021.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10ª. ed. São Paulo: Makron Books, 2000 (WESTON)

World Tourism Organization (2010). *Toward a Safer World: The Travel, Tourism and Aviation Sector* Recuperado em 25 de outubro, 2019 de Recuperado em 25 de

ISBN 978-65-5629-077-5

outubro, 2019 de http://towardsasaferworld.org/sites/default/files/TASWreportontravelsector.pdf » http://towardsasaferworld.org/sites/default/files/TASWreportontravelsector.pdf

ISSN xxxx-xxxx

IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS GERÊNCIAS PARA A TOMADA DE DECISÃO DURANTE O MOMENTO DE PANDEMIA DA SARS-CoV-2

Lucas Leal Gomes[1]
Tiago de Oliveira Pedrão[2]
Rafael Maximiano Ferreira[3]

RESUMO: O tema da presente pesquisa foi buscar com os gestores das empresas quais ferramentas gerenciais que eles utilizam ou buscaram a utilizar no período da pandemia, para conseguir ter mais informações da empresa para não tomarem atitudes que poderia prejudicar o futuro, entender como elas podem ser essenciais para a tomada de decisão dos gestores, e se durante o período encontrou alguma oportunidade de crescimento.

Palavras-chave: 1. Contabilidade Gerencial. 2. Empresas. 3. Pandemia. 4. Gestão. 5. Ferramentas.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial é imprescindível para qualquer negócio, principalmente quando observamos as diversas pesquisas existentes, que destacam que mais de 90% dos negócios entram em crise na fase inicial de implementação, ou suas estratégias nunca são executadas ou utilizadas de forma incorreta, ou ainda sua implementação se torna dispendiosa, o que acaba por inviabilizar sua implementação, visto que consomem muito mais tempo e recursos do que originalmente foi planejado. Empresas como Tyco, Global Crossing, WorldCom e Enron são exemplos de situações em que a falência foi em parte ocasionada por um lapso nos controles gerenciais da organização (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2011).

A pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 instaurou momentos de incertezas econômicas e políticas, as empresas são impactadas por estas incertezas, aquelas que conseguem alinhar suas estratégias, se reinventar e passar pelo momento de crise, e tem aquelas que não consegue se reinventar e acabam por encerrar suas operações. Destaca que a crise afetará de maneira desproporcional as micro, pequenas e médias empresas, em função da acentuada queda na redução de receitas, destacam-se também que estas empresas são responsáveis pelo maior volume de emprego, fato que acaba impactando as finanças, também dos trabalhadores seja eles formais ou informais (BITTENCOURT, 2020).

As empresas que contavam com uma gestão já estruturada se sobressaíram melhor, em comparação daquelas que não o tinham. A pandemia mostrou que o planejamento e o controle interno são um dos principais fatores que fazem as empresas permanecer no mercado e alavancarem seus negócios. Fatores como, resiliência e a inovação constante, estão fortemente relacionados com o processo de adaptação as condições mercadológicas.

[1] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.
[3] Mestre em Contabilidade (Unioeste). Professor do Centro Universitário Univel.

ISSN xxxx-xxxx

De acordo com dados do SEBRAE (2021), em maio de 2020, 85% das empresas se enquadravam como Microempresas (ME) e Micro Empreendedor Individual (MEI), 5% como Empresas de Pequeno Porte (EPP) e 10% como os demais tipos de empresas. Assim, é possível observar que a maioria das empresas são as de pequeno porte, visto que as de grande e médio porte tem um peso menor. Sabe se que as de grandes portes costumam ter um controle maior sobre seu patrimônio, sendo que o governo é mais exigente sobre elas, cobrando declarações, demonstrativos e auditando com maior frequência.

Para que essas empresas de pequeno porte possam estar crescendo e permanecendo no mercado é essencial o uso de ferramentas de gestão para otimizarem os seus lucros, melhorar a qualidade das informações geradas através de relatórios para conseguir atravessar momentos de incertezas de mercado. Por se tratar da maior parte das empresas no Brasil, o não crescimento delas tem grande influência no desenvolvimento da economia no País.

Mais de 1 milhão de organizações encerraram as suas atividades até a primeira semana de junho, quase 40% consideram que um dos seus maiores problemas foram as novas normas impostas pelo governo para o seu funcionamento, devido a tentativa de contenção do avanço do vírus SARS-CoV-2, as medidas adotadas pelo governo prejudicaram todos os setores da economia (IBGE 2020).

Ter controles internos, gestão de riscos e auditoria com certeza poderia ser um diferencial importante para que todo este número de empresas citado pelo IBGE não precisasse encerrar suas atividades.

Com o surgimento do vírus SARS-CoV-2, as organizações tiveram de adaptar imediatamente sua operação as novas regras que o governo instaurou para contenção da pandemia, como a maioria não pode mais abrir as portas surgiu a necessidade de encontrar novas formas de realizar sua operação, meios para chegar ao cliente e até mesmo conseguir manter as dívidas em dia mesmo estando impossibilitada de gerar receita.

Diante de tal situação, a presente pesquisa se concentra no estudo dos impactos de utilização ou não de ferramentas de contabilidade gerencial para as pequenas e médias empresas localizadas em Cascavel durante o período de pandemia de SARS-CoV-2.

A utilização de ferramentas de controle gerencial é indispensável para quem deseja se estabelecer no mercado e faz com que as empresas tenham uma longevidade maior, traz mais segurança para a tomadas de decisões e protege os stakeholders de situações atípicas causadas por fatores externos. Infelizmente a maioria das pequenas e médias empresas ainda vê a contabilidade gerencial e a adoção de mais controles como um custo que não traz retorno direto e só consegue visualizar a importância depois de já ter passado por algum tipo de prejuízo. Frente ao exposto, a pesquisa tem como pergunta problema: Quais são os controles gerenciais utilizados pelas pequenas e médias empresas na cidade de Cascavel, estado do Paraná?

Para responder à pergunta problema, formulou-se o seguinte objetivo geral: Identificar quais são os controles gerenciais utilizados pelas pequenas e médias empresas na cidade de Cascavel, estado do Paraná.

A presente pesquisa se justifica, por conscientizar os gestores das micro e pequenas empresas da cidade de Cascavel, estado do Paraná, sobre a

ISSN xxxx-xxxx

importância da utilização de ferramentas de contabilidade gerencial, e como isso pode trazer vantagem competitiva em momentos de incertezas econômicas causadas por fatores externos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na presente seção serão discutidos os tópicos que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, sendo eles: contabilidade gerencial, micro e pequenas empresas e Dificuldades na gestão de micro e pequenas empresas.

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial surgiu da necessidade do gerenciamento contábil interno em função das novas complexidades dos processos de produção, com objetivo de fornecer informações para tomada de decisão (PADOVEZE, 2014).

A contabilidade gerencial é utilizada para elaboração estratégica, onde traduz relatórios, demonstrações contábeis, de uma forma que a gestão consegue analisar e decidir quais são os caminhos que a empresa irá seguir, traça metas e objetivos a serem alcançado e a partir dela consegue traçar o caminho a seguir. Aumenta a precisão na tomada de decisão.

Segundo Padoveze (2014) "unidade administrativa dentro da empresa que, por meio da Ciência Contábil e do Sistema de Informação de Controladoria, é responsável pela coordenação da gestão econômica do sistema empresa" isso define o papel da Controladoria no processo de gestão empresarial.

A controladoria no processo de gestão empresarial tem por finalidade gerar informações econômicas, financeiras e contábeis das rotinas operacionais passadas, presente e futuras, para a tomada de decisão e análise das variáveis que impactam nas operações empresarias. Todavia, uma controladoria, alinhada com as necessidades de geração de informações no processo de gestão empresarial, necessita da interação do sistema de controladora com as práticas de gestão adotadas pelas empresas, bem como a sinergia com o processo operacional da entidade empresarial controlada. Tal necessidade decorre das mutações empresariais que ocorrem em decorrências de variáveis internas e externas que a entidade empresarial está sujeita.

Quadro 1 – Ferramentas da contabilidade gerencial

Ferramentas	Descrição	Autores
Controle de Estoque	Um bom manejo do estoque, é essencial para garantir que se tenha o menor volume de ativo inutilizável possível, pois em excesso pode se torna perda e em falta pode causar percas de receitas.	Borges (2010)
Controle de Custo	Uma organização deve ter conhecimento de seus custos para atender as exigências legais, e também para auxiliar na tomada de decisões, sendo que para atender as exigências legais existem normas, a	Megliorini (2006)

	para auxiliar os gestores a escolha pelo método e livre desde que supra as necessidades.	
Orçamento	Orçamento determina onde a empresa quer chegar, detalhando seus planos em aspectos financeiros.	Warren, Reeves e Fess (2008)
Fluxo de Caixa	Reflete as entradas e saídas de recursos de caixa, por meio dele podem-se obter informações sobre a capacidade de pagamento de determinado período, capacidade de adquirir novos investimentos, melhor data para realizar compras e auxilia na gestão financeira. É uma ferramenta para auxiliar e evitar problemas de liquidez.	Lacerda (2006), Gimenes, et al, (2011), Quintana (2012), Lima e Iamoniana (2008)
Margem de contribuição e ponto de equilíbrio	A margem de contribuição é o montante disponível para cobrir as despesas fixas depois da dedução das despesas variáveis. Esse montante deve ser suficiente para arcar com a estrutura fixa e ainda gerar lucros. O ponto de equilíbrio é o nível de vendas onde o lucro é zero. A análise do ponto de equilíbrio permite identificar o quanto a empresa precisa vender para não ter prejuízos ou o quanto precisa vender para atingir um determinado lucro.	Garrison, Norren e Brewer (2013)

Fonte: adaptado de Passarinho (2016).

Cada ferramenta tem sua particularidade, nem todas as empresas trabalha com estoque, mas pode tem um controle de almoxarifado, de bens. O controle de custo tem como sua principal identidade buscar identificar a base da formação dos produtos. O orçamento determina metas planos a serem alcançados, a hora de investir, a hora de cortar gastos. Fluxo de caixa mostra como está o caixa da empresa, não é que a empresa está apresentando lucro no demonstrativo do resultado do exercício que a empresa tem dinheiro em caixa. A margem de contribuição e ponto de equilíbrio tem como objetivos chegar no zero a zero, para que a empresa não trabalhe com prejuízo.

2.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Segundo a Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, de acordo com o faturamento anual da empresa. Abaixo no Quadro 1, é possível observar a definição de cada porte.

ISSN xxxx-xxxx

Quadro 2 – Classificação do porte das empresas.

Classificação	Definição	Faturamento Anual
Microempreendedor Individual	Surgiu em 2008, com a Lei Complementar nº 128/2008, para dar oportunidades a aqueles empresários que estão iniciando no mercado sozinho, podendo contratar um funcionário não sendo conjugue, e com uma carga tributária muito baixa.	Igual ou inferior a R$ 81.000,00
Microempresa	Se enquadra na Lei Complementar nº 123/2006, são aquelas empresas que não se encaixa mais no porte de Microempreendedor Individual, podem ser optantes pelo Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real.	Igual ou inferior a R$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	Se enquadra na Lei Complementar nº 123/2006, são aquelas empresas que já passaram seu faturamento anual do porte de Microempresa. Caso não tenha uma atividade vedada pela Lei 123/2006 ela pode ser optante pelo Simples, mas também são empresas que se encontra no Presumido ou Lucro Real.	Superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00

Fonte: adaptado de Sebrae (2021).

O Microempreendedor Individual surgiu para facilitar a vida do empreendedor que está iniciando seu negócio, com uma carga tributária mais baixa, para que ele consiga trabalhar de uma forma mais formal, um Microempreendedor Individual tem todas as responsabilidades das demais sociedades que existem, porém está limitado a contratação de um funcionário, e tem que ter um faturamento anual até R$ 81.000,00, paga seus impostos através de uma guia de um valor fixo.

Segundo Sebrae publicou em 2019, dados do IBGE revelam que o número de Microempreendedores Individuais já passou de 8 milhões em 2018, isso mostra que as pessoas estão buscando a formalidade, é um benefício a aqueles que buscam criar seu próprio negócio, não tem cargas tributarias altas, que isso auxilia muito no começo.

Conforme notícia publicado pelo site do Governo em março de 2021, o número de Microempreendedores Individuais corresponde a 56,7% do total de negócios em funcionamento no país, são mais 11 milhões.

As Microempresas são aquelas empresas que não se enquadram como um Microempreendedor Individual, são empresas que tem o faturamento bruto de até R$ 360.000,00 no ano, tem como benefício em poder fazer parte pelo Simples Nacional que tem uma faixa de impostos/tributos mais reduzida que o Lucro Presumido ou Real. Segundo o Sebrae em 2020, o número de Microempresas no Brasil é de mais de 6 milhões de empresas.

As Empresas de Pequeno Porte (EPP) são aquelas que o seu faturamento bruto anual já passou do Microempreendedor Individual de R$ 360.000,00 e vai até R$ 3.600.000,00 tem atividades que se enquadram como optantes do Simples Nacional, mas caso não exerça alguma atividade que não se enquadra no Simples

ISSN xxxx-xxxx

Nacional, trabalham no Lucro Presumido ou Lucro Real. Segundo o Sebrae em 2020, o número de Empresas de Pequeno Porte no Brasil é mais de 800 mil empresas.

Juntos esses pequenos negócios representam 30% do Produto Interno Bruto do País segundo estudo elaborado pelo Sebrae junto com a Faculdade Getúlio Vargas, onde trás com isso a geração de empregos e arrecadação de impostos.

2.3 DIFICULDADES NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Uma das maiores dificuldades que as micro e pequenas empresas encontram para se reinventar e reestruturar dentro de mercado é a falta de capital, é a carência para captação desses fundos, o que acaba inviabilizando a criação e andamento de novas práticas que possam garantir a resiliência das mesmas perante o mercado. (Desafios para Inovar na Micro e Pequena Empresa 2019).

O que por vezes pode acontecer é que para a introdução de uma nova tecnologia de gestão dentro das organizações existem alguns custos, e nem sempre essa consegue absorver os mesmos, tendo que inviabilizar o projeto por falta de recursos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são métodos utilizados para a elaboração de trabalho cientifico. Segundo Fachin (2002) representa e escolha do método dedutivo ou indutivo, bem como as tipologias de pesquisa como instrumento a ser utilizado podendo ser experimental teórico, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa ou quantitativa. Determina qual é a finalidade do trabalho cientifico, onde irá chegar ao finalizar o trabalho, e quais foram as abordagens para validação das informações que contem dentro do estudo.

A presente pesquisa possui como objetivo, identificar quais são os controles gerenciais adotados pelas pequenas e médias empresas na cidade de Cascavel, Paraná, bem como utiliza essas ferramentas na tomada de decisão e como elabora suas estratégias através das mesmas. Desta forma, a tipologia quanto aos objetivos se classifica como descritiva.

Segundo Gil (1996, p. 46) fala que "as pesquisas descritivas visam à descrição das características de determinada população ou fenômeno, e têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população". Por ter como objetivo a descrever de uma forma quantitativa e simples de variáveis estudando de maneira isolada, sem ter uma variável ou outro, com isso consegue ser testadas e aplicada de uma forma mais generalizada.

Segundo Lakatos e Marconi (2000, p. 107), que as forma que coleta os dados "são um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são também, as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos". Com isso corresponde a parte prática das informações coletadas e observadas. A atividade prática utilizada na coleta de dados da pesquisa descritiva é através de um survey, onde é aplicado diretamente com os Diretores das empresas.

A metodologia utilizada na pesquisa é quantitativa, segundo Godoy (1995, p.58) é que "a evidencia como a que considera que tudo pode ser quantificável, o

que significa traduzir, em número, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requer o uso de métodos e técnicas estáticas". Por concentrar em processos estatísticos e quantificados, a pesquisa quantitativa consegue numerar a realidade social atual.

As limitações da pesquisa dizem respeito as 12 micro e pequenas empresas, de Cascavel PR, por meio de questionário. E ao assunto discutido: dificuldades de gestão nos anos 2019, 2020 e 2021 causadas pelas restrições implantadas pelo governo na tentativa de contenção da pandemia causada pelo vírus Sars-cov-2, que impactaram seus negócios de forma direta ou indireta.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

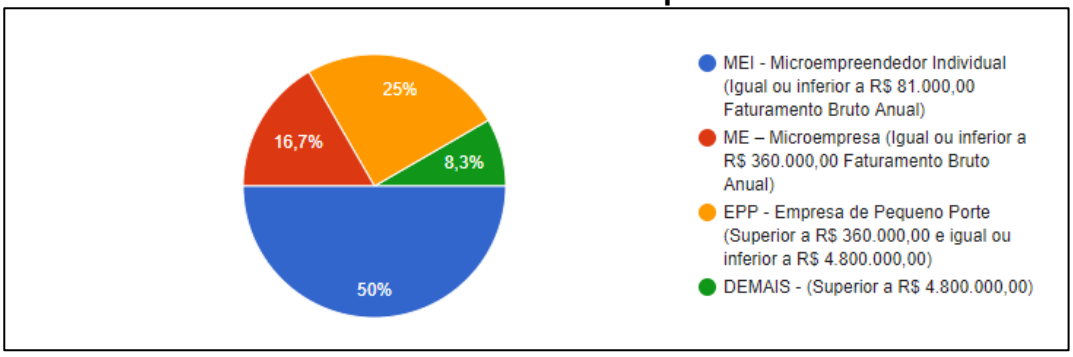
A presente seção, realizará apresentação dos principais dados obtidos, através da coleta de informações. A mesma está dividida em duas seções, sendo a primeira reservada a uma análise descritiva dos dados e, a segunda destina-se a análise dos principais dados relacionados aos impactos da pandemia de Covid-19, sob os negócios desenvolvidos pela empresa.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES

A presente pesquisa foi composta por 12 respondentes, dos quais 54,5% são do sexo masculino e 45,5% do sexo feminino. Com relação a idade, 50% possuem entre 41 e 55 anos, 41,7% possuem entre 22 e 40 anos e 8,3% possuem até 21 anos de idade. Os dados demonstram, que para a população pesquisa, o perfil do empreendedor é mais maduro. Com relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, 33,3% dos respondentes destacam possuir respectivamente ensino médio e ensino superior, 8,3% destacam possuir ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e ensino superior incompleto. Frente a estes dados é possível verificar que a realidade do ensino superior só foi buscada por 41,7% dos respondentes.

Com relação ao ramo de atuação da empresa 58,3% destacam possui o Comércio e 41,7% da prestação de serviço, como atividade preponderante. Com relação ao tempo de atuação da empresa, 33,3% destas possuem mais de 10 anos de atuação, 25% possuem respectivamente entre 3 a 5 anos e 6 a 10 anos e 16,7% possuem até dois anos de atuação. Com relação ao porte de faturamento da empresa, os dados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Porte da empresa



Fonte: dados da pesquisa (2021).

ISSN xxxx-xxxx

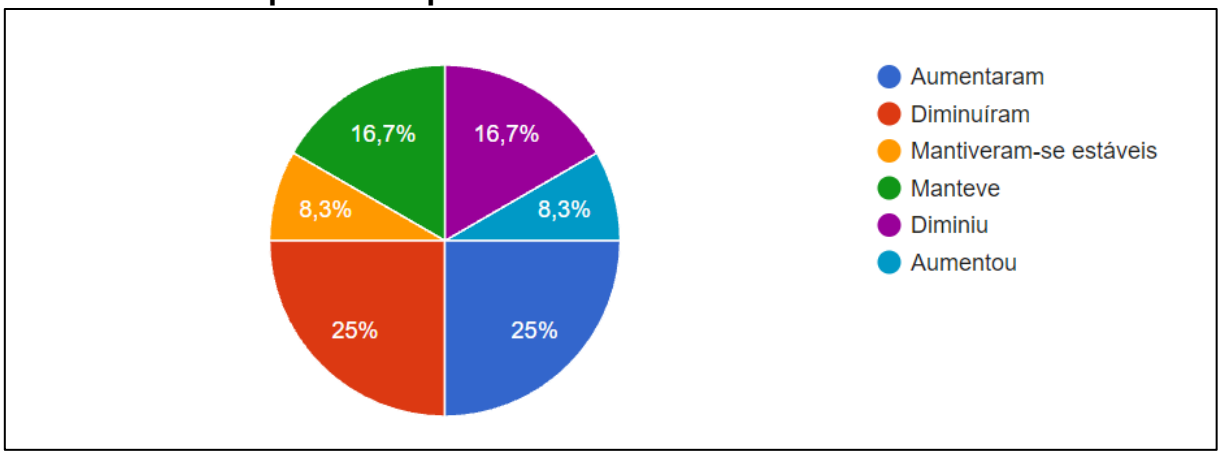
Vemos que a pesquisa foi formada sendo que 50% das empresas analisadas são MEI – Microempreendedor Individual, em seguida com 25% as EPP - Empresa de Pequeno Porte, após com 16,7% estão as ME – Microempresa e com 8,3% estão as DEMAIS.

Na próxima seção serão discutidos os principais resultados ao que se refere os impactos da pandemia de Covid-19 sobre as organizações.

4.2 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE OS NEGÓCIOS

Inicialmente os empresários foram questionados sobre os impactos da pandemia sobre o volume de faturamento de vendas de produtos e serviços, os dados obtidos são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Impactos da pandemia de Covid-19 sobre o faturamento



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Com relação com os impactos da pandemia de Covid-19 vemos que 41,7% diminuíram (soma dos 25% diminuíram + 16,7% diminiu) e em seguida com 33,3% (soma dos 25% aumentaram + 8,3% aumentou), e com 25% mantiveram-se estáveis (soma 16,7% manteve + 8,3% mantiveram-se estáveis).

De maneira complementar, foi questionado aos respondentes, quais foram as principais dificuldades encontradas durante o período de pandemia, as principais respostas variaram entre: fechamento dos comércios e eventos (4 respostas), elevação do nível de preço e escassez de produtos (3 respostas), dificuldades de efetuar vendas (2 respostas) e redução na renda das pessoas (2 respostas).

Entretanto, todos os respondentes destacaram que foi um período de enorme aparecimento de oportunidades, entre as argumentações apresentadas, destacaram-se as seguintes: "Oportunidade de vendas através do meio digital"; "Identifiquei que podemos nos recriar e atuar em áreas que jamais imaginei" e "naturalmente aqueceu o mercado, aumentando a oferta e a procura com isso nos reinventamos e ampliamos nossos negócios aproveitando o momento bom para crescer". Frente a afirmação dos respondentes é possível verificar que em períodos críticos é possível se reinventar, deve estar sempre preparado para recomeçar, sempre existira formas de sair de certas situações, ainda mais fortes.

Quando questionados se um melhor planejamento poderia ter reduzido os impactos advindos da pandemia de Covid-19, apenas 8,3% dos respondentes argumentaram que não, sendo que todos os demais, concordam que um melhor

ISSN xxxx-xxxx

planejamento, poderia ter minimizado possíveis impactos, algumas das principais argumentações são listadas no Quadro 1.

Quadro 1: Respostas sobre o planejamento

Você acredita que um melhor planejamento financeiro poderia ter reduzido os impactos que vieram juntamente com a pandemia da COVID-19?
Sim, porém algumas pessoas não tiveram esse impacto por falta de dinheiro, maior parte foi devido a proibição de eventos, circulação de pessoas... aumentou muito o faturamento para vendas on-line... isso subentende que não foi falta de dinheiro para a maioria das pessoas...
Acredito que sempre podemos melhorar, mais diante de tal situação até que nós saímos bem, um exemplo foi os benefícios na conta de pessoas que receberam parcelas do governo federal de forma que não abalou nossa economia, pelo menos é o que vimos.
Acredito que a curto prazo sim, mas como o tempo foi longo mesmo, com todo o planejamento tiveram que se reinventar e se adaptar a novas áreas
Sim, mas acredito que ninguém estava preparado pra isso

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Vemos que quando questionado sobre a ferramenta de planejamento financeiro, podemos observar que concordaram que é importante que podem sim diminuir os impactos, ter um planejamento é essencial para saber o que fazer, o que corta para se sair de uma situação precária. Quando questionados sobre quais ações foram tomadas para enfrentar as dificuldades trazidas pela crise sanitária, as respostas foram as mais variadas possíveis, as quais são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Ações tomadas para enfrentamento da pandemia de Covid-19

Uso de máscaras, álcool gel, trocar equipamentos de um cliente para o outro e manter tudo bem higienizado	Aumento da divulgação dos produtos pelo meio digital
Atraso da vacina	O cuidado com a saúde foi a maior, e também com os gastos, todos reduzidos
Uso de máscaras, evitando aglomerações...	No meu ver fomos pegos de surpresa dessa forma tivemos q nos reinventar dentro dessa pandemia, diante da gravidade do problema entendo q as vacinas estão um tanto demoradas até pelo potencial q temos.
Muito poucas mais teorias do que pratica	Aumento dos cuidados pra dar segurança para nossos clientes
Aglomeração foi demais	Atividades online
Ações online	Respeitamos todas as exigências, e buscamos negociar fornecedores

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Vemos que buscaram se inovar até mesmo através das medidas sanitárias estabelecidas pela União, inovar em divulgação para buscar aparecer mais seus produtos ou serviços, buscar formas on-line para atingir o público por meio do mercado digital. Negociação com fornecedores para conseguir ter caixa para alguma imergência. Na Tabela 1, são apresentados os resultados obtidos sobre o grau de concordância dos respondentes sobre questões relacionadas aos controles adotados pela organização.

ISSN xxxx-xxxx

Tabela 1: Percepção de controles adotados pela empresa

QUESTIONAMENTO	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	TOTAL
O relatório de contas a receber demonstra os valores a receber de seus clientes				16,7%	83,3%	100,0%
O relatório de contas a pagar demonstra as obrigações com terceiros				25,0%	75,0%	100,0%
A empresa elabora o orçamento anualmente	16,7%		16,7%	33,3%	33,3%	100,0%
A empresa possui recursos a curto prazo para pagar suas obrigações (fornecedores, empréstimos, financiamentos	8,3%			33,3%	58,4%	100,0%
A empresa realiza a comparação do Lucro com às vendas do período para avaliar o percentual do faturamento	8,3%			25,0%	66,7%	100,0%
O recebimento das vendas está de acordo com o planejado pela empresa	16,7%	8,3%		41,7%	33,3%	100,0%
A empresa faz uso do controle de custos e despesas				8,3%	91,7%	100,0%
O preço de venda é calculado de acordo com preço de mercado			8,3%	50,0%	41,7%	100,0%
O preço de venda é calculado levando-se em consideração os custos operacionais da empresa				25,0%	75,0%	100,0%
A empresa elabora o fluxo de caixa para análise da posição financeira		8,3%	8,3%	33,4%	50,0%	100,0%
A empresa utiliza o DRE para analisar o lucro/prejuízo que obteve no período	16,7%		16,7%	25,0%	41,6%	100,0%
O(s) Gestor(es) tomam decisões com base nas informações fornecidas pela contabilidade	16,6%		16,7%	16,7%	50,0%	100,0%
O orçamento permitiu um melhor planejamento, traçando metas e estratégias para otimização do desempenho da empresa	8,3%		8,3%	25,0%	58,4%	100,0%

ISSN xxxx-xxxx

O fluxo de caixa ajudou a detectar faltas ou sobra de recursos	16,7%	25,0%	58,3%	100,0%
Na sua percepção, o desempenho da empresa no último ano foi muito bom	25,0%	58,3%	16,7%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Vemos que referente ao relatório de contas a receber dos clientes demonstra os valores reais 83,3% concordo totalmente, e 16,7% concordo parcialmente, com isso vemos que referente as contas a receber as empresas demonstram um bom controle.

Com relação ao relatório de contas a pagar com terceiros 75% concordo totalmente, e 25% concordo parcialmente, as empresas apresentam bom controle com suas obrigações.

Já com a elaboração do orçamento vemos que 33,3% concordo totalmente, 33,3% concordo parcialmente, 16,7% indiferente e 16,7% discordo totalmente, com isso vemos que as nem são todas as empresas que analisamos fazem uso do orçamento.

Vemos que referente aos recursos a curto prazo para pagar suas obrigações 58,4% concordo totalmente, 33,3% concordo parcialmente e 8,3% discordo totalmente com isso não são todas as empresas que estão com caixa.

Com relação se a empresa realiza comparação do lucro com as vendas do período para avaliar o percentual do faturamento vemos que 66,7% concordo totalmente, 25% concordo parcialmente e 8,3% discordo totalmente, vemos que as empresas analisadas o crescimento da empresa.

Já com relação ao recebimento das vendas está de acordo com o planejado da empresa 33,3% concordo totalmente, 41,7% concordo parcialmente, 8,3% discordo parcialmente e 16,7% discordo totalmente, vemos que as empresas não estão satisfeitas com o faturamento.

Vemos que referente ao uso de do controle de custos e despesas 91,7% concordo totalmente e 8,3% concordo parcialmente, com isso as empresas mostra que buscar controlar suas custos e despesas.

Com relação ao preço de venda é calculado de acordo com o preço do mercado, 41,7% concordo totalmente, 50% concordo parcialmente e 8,3% indiferente, vemos que alguns não segue um padrão de preço de mercado, já alguns tem um padrão.

Já com relação ao preço de venda é calculado levando-se em consideração os custos operacionais da empresa 75% concordo totalmente e 25% concordo parcialmente, com isso vemos que na hora de formular os preços são levando em conta os custo e despesa da empresa.

Com relação a elaboração do fluxo de caixa para análise da posição financeira, 50% concordo totalmente, 33,4% concordo parcialmente, 8,3% indiferente e 8,3% discordo parcialmente, vemos que algumas empresas ainda não têm controle do seu fluxo de caixa.

Com relação a utilização da DRE para analisar lucro/prejuízo do período vemos que 41,6% concordo totalmente, 25% concordo parcialmente, 16,7% acham indiferente e 16,7% discorda totalmente, com isso vemos que a porcentagem da utilização da ferramenta é maior dos que acham indiferente e

ISSN xxxx-xxxx

discordam.

Com relação as informações fornecidas pela contabilidade vemos que 50% concordo totalmente, 16,7% concordo parcialmente, 16,7% indiferente e 16,7% discordo totalmente, vemos que a contabilidade das empresas pode não estar de acordo com as necessidades das empresas.

Com relação a utilização do orçamento para estimular metas vemos que 58,4% concordo totalmente, 25% concordo parcialmente, 8,3% indiferente e 8,3% discordo totalmente, vemos que a porcentagem de quem faz o uso da ferramenta para melhorar o desempenho é maior do que não fazem.

Com relação ao fluxo de caixa se é importante para detectar sobras ou excessos no caixa é essencial vemos que, 58,3% concordo totalmente, 25% concordo parcialmente e 16,7% acham indiferente, vemos que as empresas fazem uso do fluxo de caixa é uma ferramenta essencial, nem sempre uma empresa que está com lucro está com o seu fluxo de caixa bom.

Com relação a percepção do desempenho da empresa no último ano foi bom vemos que 16,7% concordo totalmente, 58,3% concordo parcialmente e 25% acha indiferente, vamos que as empresa não tiveram um ano muito bom, ou não tão bom quanto esperado, a pandemia pegou todos de surpresa, mas muito conseguiram se sair super bem.

5 Conclusão

Podemos perceber que as empresas buscaram formas e ferramentas para conseguir se sair grandes da pandemia, tiveram que inovar se readaptar, muito tiveram oportunidades de crescimentos, alguns não sofreram tanto como os mercados pois é atividade essencial e nunca param, mas algumas empresas como casas noturnas, empresas de locação de vestidos para eventos, essas até o momento estão passando por momentos difíceis, mas o certo e sempre buscar inovar e não precisamos que algo catastrófico aconteça para precisarmos mudar.

Reinventar é essencial em tempos atuais, a tecnologia vem trazendo formas de conseguirmos evoluir muito fácil, isso não é ruim é bom, pois podemos focar em algo maior, do que focarmos em uma linha de produção, assim teremos tempos para pensar em outros meios de crescimento, a empresa em um cenário atual ela precisa trabalha com uma ideia principal e uma secundaria caso a principal vem a sumir.

Verificou-se que as empresas estão buscando ferramentas para ter mais controle, é essencial, traz vantagens, ter controle da empresa, informações em primeira mão vai determina o futuro onde pode chegar, o *time* para tomada de decisão e essencial pois pode mudar toda a jornada da empresa.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se que seja realizada uma pesquisa sobre os sentimentos dos gestores durante o período de pandemia, quais ideias e pensamentos passaram pela cabeça para conseguir manter a casa em ordem.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. Porto Alegre: AMGH, 2011.

BORGES C. T.; CAMPOS S. M.; BORGES C. E**. Implantação de um sistema para o controle de estoques em uma gráfica/editora de uma universidade**. Revista Eletrônica Produção & Engenharia, v. 3, n. 1, p. 236-247, jul./dez. 2010.

BRASIL. Acesso em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020>. Acessado em 30 mai. 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.FRAGA, J. C.; ROMÃO, J. A. N.; NASCIMENTO JUNIOR, R. J. A Contabilidade Gerencial como ferramenta no processo de tomada de decisão nas microempresas. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Cidade Nova, v. VI, p. 75-88, março 2013. ISSN 1983-1285.

Gil, A. C. (1996). **Como elaborar projetos de pesquisa**, São Paulo: Atlas.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa.** Taubaté: UNITAU, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000

MEGLIORINI, Evandir. **Custo análise e gestão.** 02.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

OYADOMARI, J. C. T. et al. Relacionamentos entre controle gerencial, aprendizagem organizacional e decisões. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 53-74, mai/ago 2013. ISSN 2175-8069.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica:** contabilidade introdutória e intermediária. 10.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis:** fundamentos e análise. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PEGN. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2020/04/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais.html>. Acessado em 30 mai. 2021.

Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.13, n.2, p.97-97, 2019 ISSN 1982-2537**.**

SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acessado em 30 mai. 2021.

SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf>. Acessado em 30 mai. 2021.

SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acessados em 30 mai. 2021.

SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/empresa-de-pequeno-portedetalhe8,8e5713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acessado em 30 mai. 2021.

SEBRAE. Disponível em:<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-um-microempreendedor-individual-mei/>. Acessado em 30 mai. 2021.

SOUZA, R. A. R., RIOS, R. P. Contabilidade Gerencial como Ferramenta para Gestão Financeira nas Microempresas: Uma Pesquisa no Município de São Roque SP. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque, v. 2, n. 1, 2011.

TEIXEIRA, A. J. C. et al. A utilização de ferramentas de contabilidade gerencial nas empresas do Estado do Espírito Santo. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 108-127, jul/set 2011. ISSN 1807-734X.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial.** Tradução técnica André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. – 2. ed. – São Paulo: Thomson Learning, 2008.

ISSN xxxx-xxxx

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES EM SUPERMERCADOS DE PEQUENO PORTE QUANTO AO USO DE SISTEMAS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Anderson Joaquim[1]
Ruy Fernandes da Silva Costa[2]

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos gestores de supermercados de pequeno porte quanto ao uso de sistemas de informação gerencial para tomada de decisão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com base na aplicação de um questionário, contendo 18 questões, sendo 17 fechadas e uma aberta, em que o respondente poderia sugerir melhorias, sendo que esta questão não era obrigatória. Os respondentes foram 15 gestores de supermercados de pequeno porte que utilizam o sistema de informação X da cidade de Cascavel-PR. Diante dos resultados, pode-se destacar que os gestores consideram o sistema de informação como uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento de suas empresas e, ainda, que esses sistemas fornecem informações ágeis, precisas e confiáveis no momento de tomar quaisquer decisões, o que propicia vantagens competitivas diante dos seus concorrentes. Pode-se concluir que o objetivo da pesquisa foi atingido pelo fato dos gestores que participaram da pesquisa considerarem que o sistema de informação é uma ferramenta fundamental e necessária no momento de tomar decisões. Sendo esse ramo de grande competitividade, tal ferramenta acaba se tornando um diferencial para um bom funcionamento e continuidade de seus negócios.

Palavras-chave: Sistema de informação gerencial. Sistema de informação. Tomada de decisão. Supermercado. Empresa de pequeno porte - EPP.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, com o crescente avanço tecnológico, os sistemas de informações gerenciais têm um papel fundamental, auxiliando os gestores com a maior rapidez e confiabilidade nas informações geradas, além de oferecer apoio à tomada de decisões. Nas últimas décadas, houve uma crescente evolução tecnológica, que vem transformando o cenário mundial; isso impacta a economia, modelos de gestão, sistemas políticos e relações sociais, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional (FERREIRA, 2017).

Segundo Andrion (2021), IDC Brasil “International Data Corporation Pesquisa de Mercado e Consultoria Ltda.” prevê um crescimento de 7%, em 2021, para o segmento de tecnologia da Informação e da comunicação (TIC) no país. As expectativas não são só essas; quando considerado apenas o setor de (TI), o aumento está previsto em 11%. Para o segmento corporativo, que inclui software, hardware e serviços, o crescimento previsto é de 10%.

Para Laudon e Laudon (2011, p.29-30): “Um sistema da informação coleta,

[1] Acadêmico Anderson Joaquim do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADOR: Professor Mestre Ruy Fernandes da Silva costa do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISSN xxxx-xxxx

armazena e dissemina informações oriundas do ambiente organizacional e das operações internas para apoiar as funções organizacionais e auxiliar na tomada de decisão".

Segundo Claro (2013, p.10): "Esses sistemas concedem aos gestores um acesso adequado a inúmeras informações, muito vitais, para o seu desempenho à frente de um negócio ou mesmo de um setor dentro de uma organização".

Oliveira e Hatakeyama (2012) afirmam que, hoje, os sistemas gerenciais são considerados, para a gestão dos negócios, uma ferramenta muito relevante, contribuindo para tornar a eficiência das empresas e satisfazendo, assim, aos gestores na tomada de decisão, além de melhorar o aproveitamento na coleta de informações integradas, focalizando resultados satisfatórios.

A falta de uma correta utilização das informações coletadas de um sistema de informação gerencial pode ocasionar problemas aos seus gestores na hora de tomar decisões, o que poderia gerar transtornos e, até mesmo, gastos desnecessários à empresa. Sob a visão gerencial, o estudo torna-se relevante aos gestores que buscam conhecer e aplicar o uso dessa ferramenta. E, ainda, pode ser considerado relevante aos acadêmicos, visto que procura contribuir com o avanço de seus entendimentos. Além disso, pode oferecer ajuda aos demais interessados que procuram adquirir conhecimento sobre o assunto abordado.

Diante do mundo tecnológico em que se vive, estando todo o dia em constante evolução, gestores, ao saber disso, buscam no sistema de informação gerencial informações precisas, rápidas, fidedignas, com apenas um único click, que os auxiliem a tomar decisões. Sendo assim, este trabalho busca responder à seguinte questão: Qual a percepção dos gestores em supermercados de pequeno porte quanto ao uso de sistemas de informação gerencial para a tomada de decisão? Assim, tem-se como objetivo analisar a percepção dos gestores de supermercados de pequeno porte quanto ao uso de sistemas de informação gerencial para a tomada de decisão.

Para a realização desta pesquisa, buscou-se sobre a temática em outros trabalhos, por exemplo, o de Lopes *et al.* (2006), em que foi investigado o processo de um pequeno supermercado localizado na região noroeste do estado do Paraná, diagnosticando as principais ferramentas gerencias utilizadas no cotidiano, pelo seu gestor, bem como a fim de propor ações que contribuam para a melhoria da gestão. Os autores utilizaram o método de estudo de caso e pesquisa de natureza descritiva-documental. Sendo assim, concluíram que o pequeno e médio supermercado possuem mercado, competência e possibilidade de crescimento, mas é fundamental que utilizem informações gerencias, as quais apoiem o processo decisório dos seus gestores, pois mudanças no ambiente empresarial são contínuas e intensas nesse setor de atividade.

Tem-se, também, a exemplo, a pesquisa de Gomes, Moura e Rocha (2013), que procuraram descrever a importância do uso de sistemas de informação como apoio à tomada de decisão em uma pequena empresa de varejo do Brejo Paraibano. Para chegar à conclusão, os autores utilizaram-se de estudo de caso com pesquisa bibliográfica exploratória. O tratamento dos dados foi realizado por meio de análise qualitativa. Os autores concluíram, após a pesquisa, que o sistema de informação utilizado pela empresa fornece apoio necessário às suas principais demandas, integrando a maior parte dos processos realizados. Entretanto, os seus gestores ainda não fazem uso de todas as ferramentas disponibilizadas, desconsiderando um importante suporte para a fidelização dos clientes.

ISSN xxxx-xxxx

Sendo o ramo de supermercados de pequeno porte de muita competividade, o sistema de informação gerencial tende a se tornar uma ferramenta de diferencial, a qual, ao ser utilizada de forma correta, pode ajudar essas empresas a se destacarem diante de seus concorrentes.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, foram apresentados os assuntos referentes à Tecnologia da informação; Sistemas da informação; Classificação de sistemas: Sistemas abertos e Sistemas fechados; Classificações de sistemas de informações: Sistema de Processamento de Transações, Sistema de Apoio à Decisão, Sistema de informação executiva, Sistemas de Informações Gerenciais; Sistemas de informação gerencial em EPP.

2.1 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ambiente empresarial muda a todo o momento, tornando-se bem pouco previsível e muito mais complexo. Diante disso, as empresas são gradativamente dependentes de toda a informação e infraestrutura tecnológica possível, que as permita gerenciar grandes quantidades de dados com rapidez e qualidade. Segundo Pereira e Fonseca (1997, p.239): “a tecnologia da informação surgiu da necessidade de estabelecer estratégias e instrumentos de captação, organização, interpretação e uso das informações”.

É de fundamental importância, na tomada de decisão de qualquer empresa, que as informações sejam de qualidade e apresentadas no momento correto. Ao serem utilizados de forma correta, os recursos que compõem a tecnologia da informação garantem a qualidade e pontualidade das informações. Segundo Cruz (2008, p.186), tecnologia da informação é um “conjunto de dispositivos individuais, como hardware, software, telecomunicações ou qualquer outra tecnologia que faça parte ou gere tratamento da informação, ou, ainda, que a contenha”.

Conforme Batista (2006, p.59): “Tecnologia da informação e o termo que veio pra substituir informática, refere-se a todo e qualquer dispositivo que tenha a capacidade para tratar dados e/ou informações, tanto de forma sistemática como esporádica”.

2.2 SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação têm como objetivo principal gerar informações precisas e fidedignas, para auxiliar os gestores no momento de tomar decisões. Com base nos sistemas de informações, dados são coletados, armazenados, processados e transformados em informações. De acordo com Reynolds e Stair (2015), sistemas de informação são um conjunto de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam, manipulam, armazenam e disseminam dados e informações. Ademais, são realimentados, a fim de se alcançar um objetivo, o que auxilia as organizações em seus planejamentos, como aumentar o seu lucro e melhorar os serviços ao cliente.

Conforme O’Brien (2013, p. 30), sistema da informação é “uma combinação organizada de pessoas, hardware, software, redes de comunicação, recursos de dados e políticos e procedimentos que armazenam, restauram, transformam e

ISSN xxxx-xxxx

disseminam informações em uma organização". Os sistemas de informações desempenham um papel importante, pois, além de melhorar a eficiência operacional, tendem a aumentar a lucratividade das empresas.

2.3 CLASSIFICAÇÕES DE SISTEMAS

Como é possível perceber em vários livros escritos por diversos autores, sendo alguns desses autores Batista (2006), Cruz (2008), Furlan (1994), os sistemas podem ser classificados de diversas maneiras; porém, para a elaboração deste trabalho, eles foram classificados como: Sistemas abertos e Sistemas fechados.

Conforme Claro (2013):

> O Sistema Aberto é caracterizado pela interação da empresa com o mercado e demais públicos, já o Sistema Fechado não depende do ambiente externo para funcionar, sendo que a interação ocorre entre as diversas partes que compõem o sistema, e que não dependem do meio externo para existir ou funcionar (CLARO, 2013, p.22).

Diante desse conceito, pode-se afirmar que sistemas abertos dependem do ambiente no qual estão inseridos, diferentemente dos sistemas fechados, que dependem apenas deles mesmos.

2.3.1 Sistemas abertos

Sistemas abertos são aqueles que têm uma interação com o ambiente externo. Com isso, tendem a sofrer influências externas, como políticas econômicas, tecnologia, ética, legislação vigente e tributação, entre outros. Segundo Jacobsen (2014, p.13), sistema aberto "é aquele que apresenta intercâmbios com o ambiente em que se encontra, influenciando e sendo influenciado por ele através das suas entradas e saídas, sejam elas quais forem".

De acordo a Bio (1998):

> Os sistemas abertos envolvem a ideia que determinados inputs são traduzidos no sistema e, processados, geram certos outputs. Com efeito, a empresa vale-se de recursos materiais, humanos e tecnológicos, de cujo processamento resultam bens ou serviços a serem fornecidos ao mercado. (BIO, 1998, p. 19).

A empresa busca recursos no ambiente onde está inserida, faz o processamento com os recursos internos e os devolve, em forma de bens ou serviços. Essa relação de troca é natural em qualquer atividade desenvolvida, visto que, assim como a empresa busca de seu fornecedor insumos, precisa estar preparada com recursos humanos e tecnológicos, para transformá-los em produtos acabados e os devolver à sociedade.

2.3.2 Sistemas fechados

Sistemas fechados são aqueles que não sofrem nenhum tipo de influencia externa. Normalmente, esses sistemas são aqueles criados pelo homem, a saber,

ISSN xxxx-xxxx

máquina e motores. Cornachione (1998, p. 25) afirma que “os sistemas fechados são entendidos como os que não mantêm relação de interdependência com o ambiente externo”.

Padoveze (2000) destaca o relógio como um exemplo de sistema fechado, por seus mecanismos trabalharem em conjunto, não sendo necessário o meio externo para o seu funcionamento. Ocorre, dessa forma, somente, a interação entre as partes que compõem o sistema, o que não as torna menos importantes, já que, apenas, não necessitam de interação com nada do meio externo.

2.4 CLASSIFICAÇÕES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Os sistemas podem ser classificados de acordo com a sua utilização e também conforme o retorno gerado ao processo de tomada de decisões. Os sistemas podem ser operacionais ou gerenciais, ou seja, sistemas de apoio às operações e sistemas de apoio gerencial. A seguir, apresentam-se alguns dos principais sistemas de informações existentes.

2.4.1 Sistema de Processamento de Transações

Os sistemas de processamento de transações são utilizados em nível operacional; sua estrutura é direcionada a atender às necessidades diárias das empresas. Esses sistemas são responsáveis pelos registros de informações de rotinas das empresas, como despesas, controle de estoque, valores recebidos entre outros.

Segundo Nascimento *et al.* (2015):

> Esse tipo de sistema contempla o processamento de operações e transações rotineiras cotidianas, controla os dados detalhados das operações das funções organizacionais imprescindíveis ao funcionamento da organização (pública ou privada), auxiliando a tomada de decisão do corpo técnico ou operacional das unidades departamentais. Eles são a parte central dos sistemas de informação nas organizações, contemplando todos os componentes básicos de seu funcionamento operacional das mesmas. (NASCIMENTO et al., 2015, p.69).

2.4.2 Sistema de Apoio à Decisão

O sistema de apoio à decisão, conhecido popularmente como SAD, tem como diferencial dos demais sistemas de informação ser direcionado diretamente ao planejamento estratégico, visto que atua como auxílio para solucionar problemas organizacionais rotineiros. Essa ferramenta, além de economizar o tempo durante a tomada de decisão, fornece aos gestores apenas informações necessárias para a situação específica.

Segundo McCarthy e Perreault (1997, p. 101), SAD é “um programa de computador que permite ao gerente obter e usar informações no momento que for tomar decisões. Tipicamente, o SAD ajuda a transformar dados brutos em informações mais úteis”. O SAD agiliza o processo, gerando informações certas e precisas na hora em que for solicitado.

ISSN xxxx-xxxx

2.4.3 Sistema de informação executiva

O sistema de informação executiva (EIS) e projetado para dar suporte na tomada de decisão no alto escalão das empresas, oferece uma ferramenta que permite uma analise com maior profundidade nos problemas apresentados. Este sistema tem como seu principal fundamento auxiliar os executivos de alto nível a realizar analise comparar e destacar tendências importantes no desempenho da empresa.

Para Furlan (1994) o Sistema de informação executivo - EIS e uma ferramenta que apresenta informações de uma forma simples e amigável, que atende as necessidades dos executivos de alto nível, permitindo acompanhar diariamente os resultados, compilando todos os dados de todas as áreas da empresa, para depois poder exibi-los de forma gráfica e simplificada, evitando a necessidade de intermediários entre estes e a tecnologia.

2.4.4 Sistemas de informação gerenciais

O sistema de informação gerencial (SIG) tem como sua principal característica transformar dados em informações relevantes, precisas, de forma ágil, o que auxilia os gestores no momento de tomar decisões com maior segurança e, ainda, a realizar o controle geral da empresa conforme a sua realidade. Segundo Oliveira (2017, p. 26), o sistema de informação gerencial pode ser definido como “o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, proporcionando, ainda, a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados”.

Para Batista (2004), o sistema de informação gerencial é voltado para coletar, armazenar, recuperar e processar informações usadas ou desejadas por um ou mais executivos no desempenho de suas atividades. É o processo de transformar dados em informações, as quais serão utilizadas no momento de decisão da empresa, o que também proporciona a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.

Os sistemas de informações gerenciais proporcionam muitos benefícios para qualquer empresa; dessa forma, torna-se indispensável para o funcionamento das organizações.

Conforme Oliveira (2002), os sistemas de informação gerencial podem fornecer alguns benefícios para as empresas, como: reduzir custos das operações; melhoria no acesso às informações, com relatórios mais precisos, rápidos e com menor esforço; aumento na produtividade; maior eficiência em serviços realizados e oferecidos; tomada de decisões mais rápidas com informações precisas e ágeis; estimular interação entre os tomadores de decisão; fornecer melhorias de projeções dos efeitos das decisões; melhora na estrutura organizacional, por facilitar o fluxo de informações; uma melhor estrutura de poder, garantindo maior poder para aqueles que entendem e controlam o sistema; diminuição do grau de concentração de decisões na empresa; otimizar a prestação dos serviços aos clientes; uma interação melhor com os fornecedores; elevação na motivação das pessoas envolvidas; diminuição dos custos operacionais.

Todos esses benefícios, citados acima, mostram que o sistema de informação gerencial se torna de grande ajuda a qualquer empreendimento,

ISSN xxxx-xxxx

porque, além dessas vantagens, ele possibilita o conhecimento com maior clareza do que está acontecendo no ambiente interno e externo da organização. Assim, permite que os gestores da organização possam efetivar decisões com informações confiáveis e segurança no momento de decidir.

2.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL EM EPP

De acordo com a Lei complementar 123/2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, conceitua-se como empresa de pequeno porte aquelas que o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada obtenham faturamento bruto anual superior a R$ 360 mil e igual ou inferior a R$4,8 milhões.

Com as constantes mudanças tecnológicas que surgem no decorrer dos anos, há uma necessidade de as pequenas empresas buscarem o caminho do empreendedorismo e, assim, podem garantir a sua continuidade em um mercado competitivo. No Brasil, a grande maioria das empresas de pequeno porte tende a optar pelo caminho da informalidade, mas, para que possam expandir seus horizontes e conquistar credibilidade no mercado, tornou-se imprescindível agregar tecnologias que proporcionassem integração e confiabilidade aos dados relativos às atividades empresariais.

Conforme Laudon e Laudon (2007):

> A intenção das empresas é atingir seis importantes objetivos organizacionais: excelência operacional, novos produtos, serviços e modelos de negócio; relacionamento mais estreito com os clientes e fornecedores; melhor tomada de decisões; vantagem competitiva; e sobrevivência. (LAUDON E LAUDON, 2007, p.6).

Diante disso, os sistemas de informações gerenciais são de fundamental importância para o desenvolvimento dessas empresas, pois ajudam em sua sobrevivência e perpetuação. Possibilitam, ademais, um maior controle sobre as informações e ainda melhoram a gestão do negócio, já que há maior confiabilidade nas informações armazenadas. As empresas, em geral, mas principalmente as de pequeno porte, por terem um risco maior de falência, devem estar atentas ao momento de tomar decisões, baseando-se em informações de qualidade, que são geradas por meio dos sistemas de informações gerenciais.

3 METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa e pesquisa survey, em que foi aplicado um questionário a uma população de 20 supermercados de diferentes portes, contendo como amostra 15 supermercados de pequeno porte, que utilizam o sistema X na cidade de Cascavel-PR.

Segundo Andrade (2002), as pesquisas descritivas são aquelas que buscam observar os fatos, registrá-los, analisá-los e interpretá-los, de forma que os dados não sejam manipulados pelo pesquisador.

Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 27), a pesquisa quantitativa “lida com fatos, tudo aquilo que pode se tornar objetivo através da observação sistemática; evento bem especificado, delimitado e mensurável”.

Quanto à pesquisa survey, Marcelino (2020, p. 35) afirma que:

ISSN xxxx-xxxx

> Os surverys consistem num tipo de pesquisa comparada ao levantamento em geral, mas caracteriza-se pela aplicação de questionário específico quando se buscam dados quantitativos, especialmente para avaliar a opinião de pessoas sobre um assunto, como pesquisa de opinião pública, pesquisas de qualidade e satisfação ou pesquisas eleitorais (MARCELINO, 2020, p.35)

Foram utilizados dados coletados por meio de questionário, respondidos de forma on-line, com escala do tipo likert ordinal de cinco pontos para mensuração da resposta, tendo como possibilidade de respostas discorda totalmente, discordo, não concordo e nem discordo, concordo e concordo totalmente. Tal método apresentou 18 perguntas relacionadas à percepção dos gestores em supermercados de pequeno porte, quanto ao uso de sistemas para a tomada de decisão nessa cidade. Os dados foram coletados e analisados no ano de 2021.

Após a coleta dos dados, o pesquisador passou a observar tais fatores e a interpretá-los, montando o relatório final de sua pesquisa, diante das informações que foram geradas dos respectivos questionários. Assim, obteve os resultados para chegar a uma conclusão.

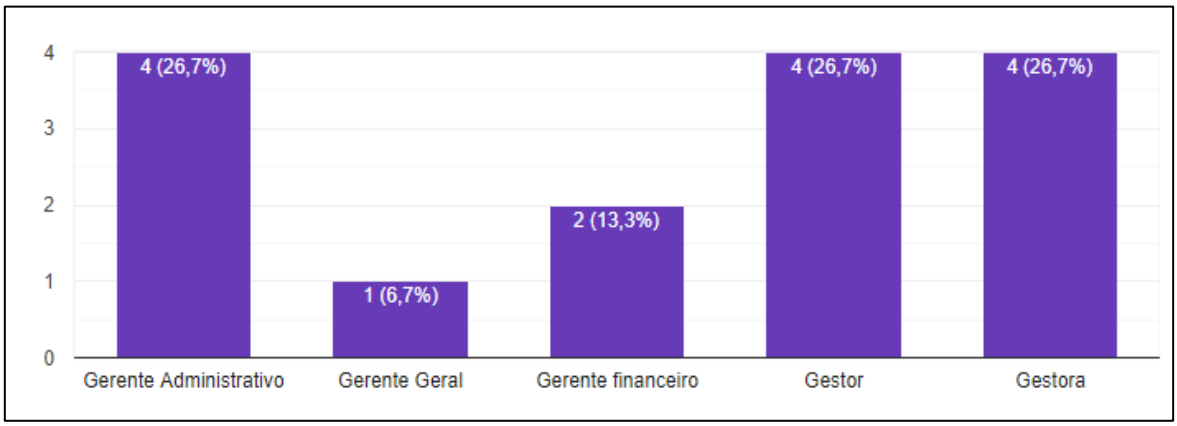
4 RESULTADOS

Neste tópico, foi apresentada a análise dos dados, obtidos por meio de 15 questionários respondidos de forma on-line, por representantes de supermercados de pequeno porte da cidade de Cascavel-PR, que utilizam o Sistema X. Para a aplicação desse questionário, foi utilizada a ferramenta Google Formulários.

O questionário teve início com uma pergunta relacionada sobre a função que o respondente exerce no supermercado. Diante das respostas, percebeu-se que, dos 15 participantes, quatro eram Gerentes Administrativos, que somam 26,7% dos respondentes; havia quatro Gestores, somando 26,7% do total; quatro Gestoras, as quais evidenciam um total de 26,7%; dois Gerentes financeiros, totalizando 13,3%; e um gerente geral, que totaliza como 6,7%. O que se pode perceber é que os respondentes são de funções gerenciais variáveis, conforme se observa na Figura 1, a seguir.

Figura 1: Função exercida pelos respondentes na empresa

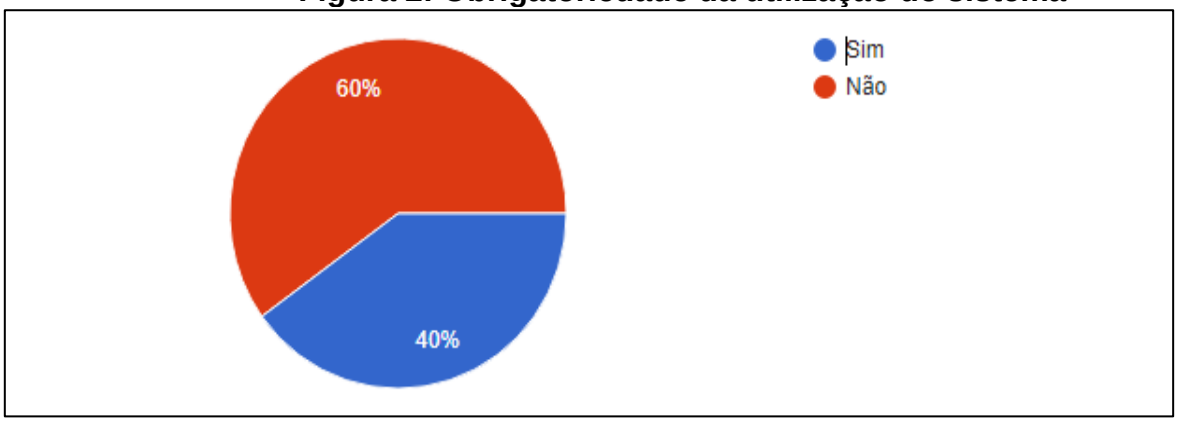
ISSN xxxx-xxxx



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se a empresa utiliza o sistema de informação porque é obrigatório. 60% dos participantes responderam que não e 40% responderam que sim. Dessa forma, observa-se que a grande maioria não utiliza o sistema por se tratar de algo obrigatório, mas sim por se tratar de um fator necessário para um bom funcionamento de qualquer empresa, conforme se observa na Figura 2, a seguir.

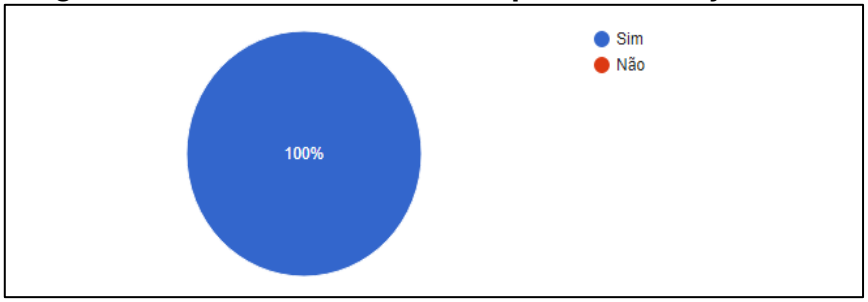
Figura 2: Obrigatoriedade da utilização do sistema



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi realizada uma pergunta sobre se os respondentes tiveram treinamentos ou cursos de como utilizar o sistema X, resultando que todos os participantes (100%) responderam que sim. O que se observa, diante das respostas, é que a empresa, que fornece o sistema, faz cursos e treinamentos de utilização para todos os seus clientes, a fim de que haja um melhor proveito dessa ferramenta, conforme se observa na Figura 3, a seguir.

Figura 3: Curso ou treinamento para a utilização do sistema



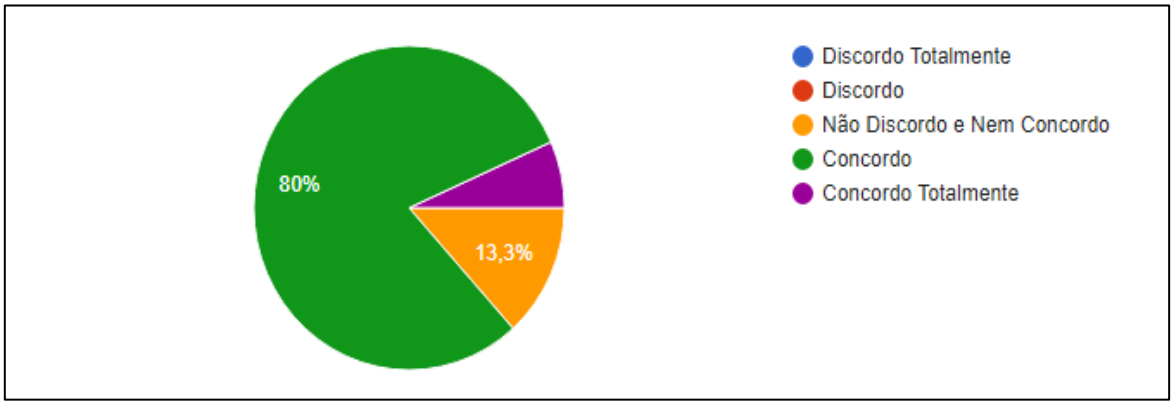
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se as informações geradas pelo sistema são utilizadas pelos gestores no momento de tomar decisões, obtendo-se, como

ISSN xxxx-xxxx

resultado, que 80% concordam; 13,3% não discordam e nem concordam; e 6,7% concordam totalmente. Diante disso, observa-se que as informações geradas pelo sistema são utilizadas pelos gestores no momento de decidir, sendo superior a 85%, o que é um ótimo resultado, conforme se observa na Figura 4, a seguir.

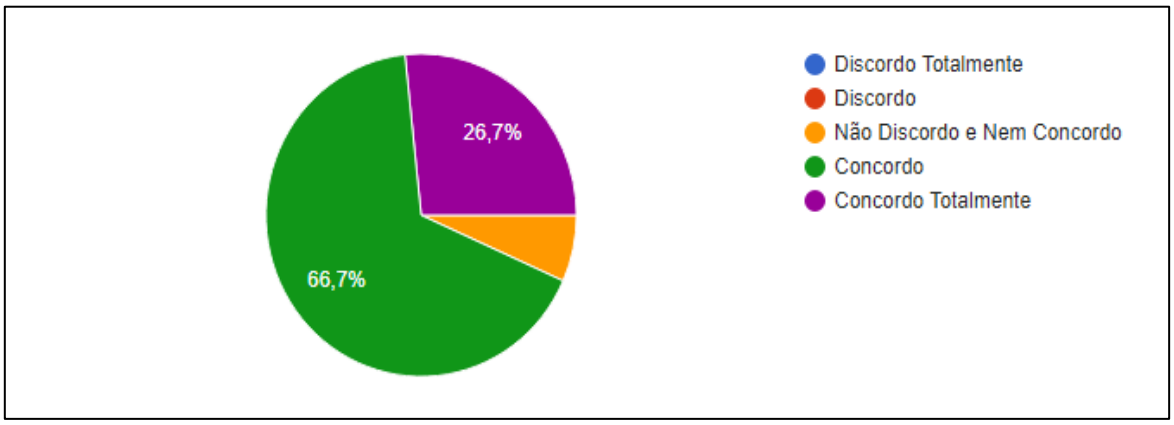
Figura 4: A utilização das informações geradas pelo sistema para tomada de decisões



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi perguntado, aos respondentes, se as informações fornecidas pelo sistema são informações de que necessitam para a tomada de decisão, sendo que o resultado obtido foi que 66,7% concordam; 26,7% concordam totalmente; e 6,7% não discordam e nem concordam. O que se observa é que o índice de concordância é superior a 93%, o que evidencia que os participantes concordam que as informações fornecidas pelo sistema são informações das quais precisam no momento de tomar decisões, conforme se observa na Figura 5, a seguir.

Figura 5: As informações fornecidas pelo sistema para tomada de decisão

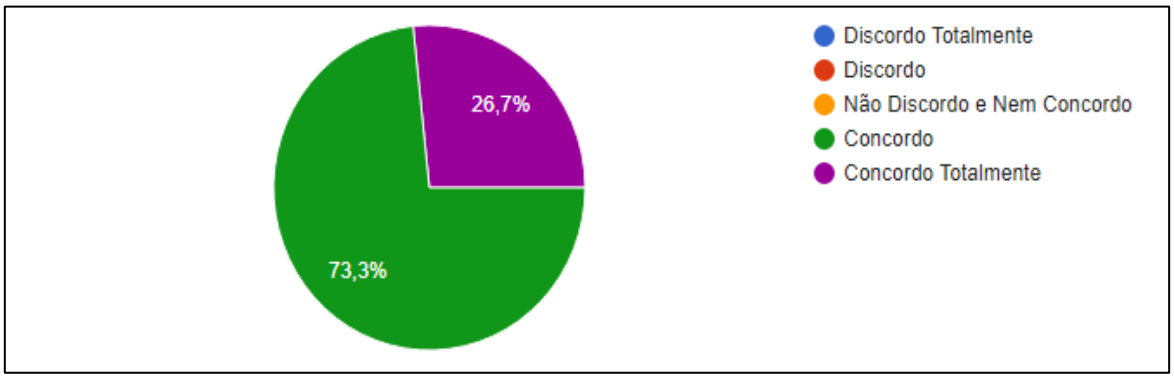


Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se as informações geradas pelo sistema são de fácil compreensão por parte dos usuários. O resultado apresentado foi que 73,3% concordam e 26,7% concordam totalmente. Diante disso, observa-se que 100% dos participantes acreditam que as informações geradas pelo sistema são de fácil compreensão de seus usuários. Isso pode ser observado na Figura 6, a seguir.

Figura 6: A compreensibilidade das informações geradas pelo sistema

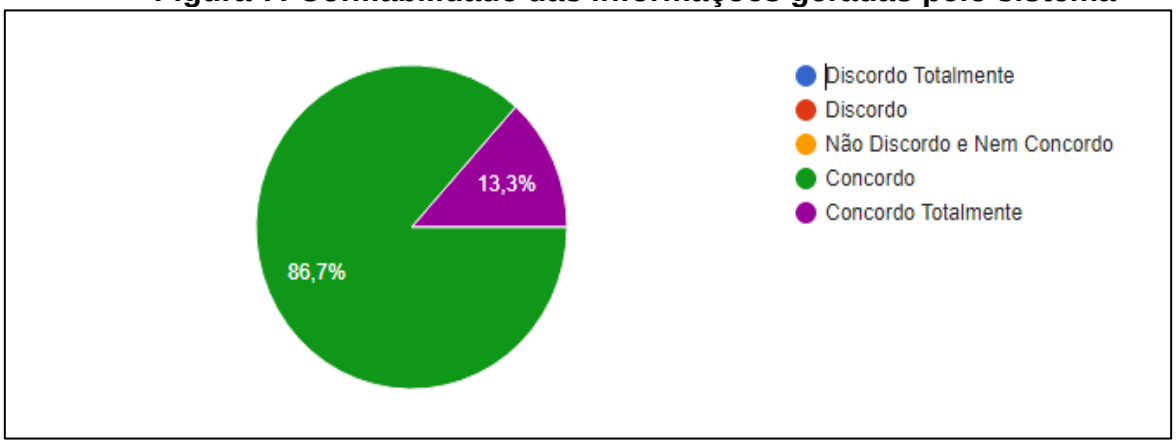
ISSN xxxx-xxxx



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi perguntando, aos participantes, se eles confiam nas informações geradas pelo sistema, sendo que 86,7% concordam e 13,3% concordam totalmente. O que se observa é que 100% dos participantes concordam que confiam nas informações geradas pelo sistema, conforme se pode perceber na Figura 7, a seguir.

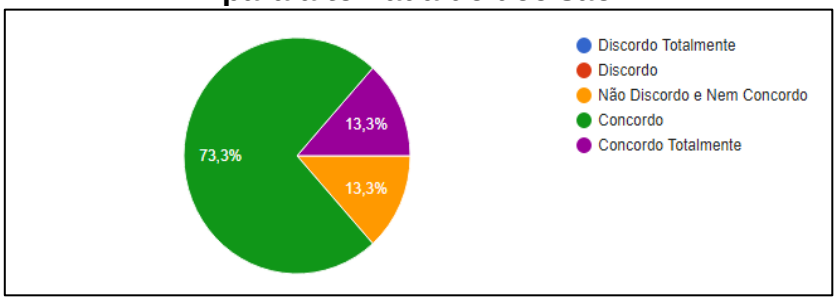
Figura 7: Confiabilidade das informações geradas pelo sistema



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se os relatórios do sistema fornecem informações ágeis e quando necessitam para tomar decisões, sendo que o resultado foi que 73,3% concordam; 13,3% concordam totalmente; e 13,3% não concordam e nem discordam. Conforme as respostas, observa-se que mais de 85% dos participantes concordam que os relatórios, gerados pelo sistema, fornecem informações ágeis e no momento necessário para a tomada de decisões, conforme se observa na Figura 8, a seguir.

Figura 8: Os relatórios do sistema e a agilidade de suas informações para a tomada de decisão



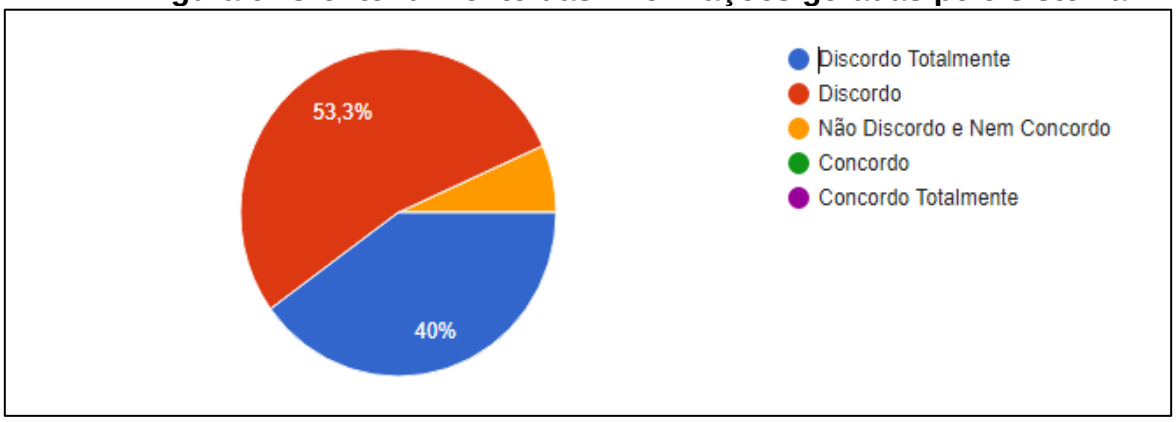
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Outra pergunta que foi realizada foi se os participantes têm dificuldades em entender as informações geradas pelo sistema, sendo que o resultado apresentado

ISSN xxxx-xxxx

foi que 53,3% discordam; 40% discordam totalmente; e 6,7% não discordam e nem concordam. O que se observa é que mais de 90% discordam que tenham dificuldades de entender as informações geradas pelo sistema, conforme se observa na Figura 9, a seguir.

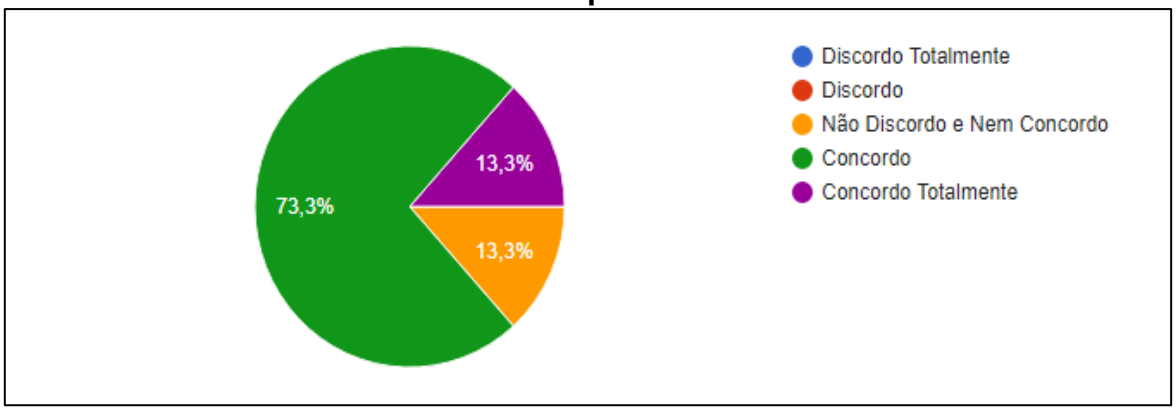
Figura 9: O entendimento das informações geradas pelo sistema



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se eles utilizam o sistema para analisar como está o andamento da empresa, sendo que 73,3% concordam; 13,3% concordam totalmente; e 13,3% não concordam e nem discordam. Com base nessa análise, observa-se que mais de 86% dos participantes utilizam o sistema para saber como está o andamento de sua empresa, conforme se observa na Figura 10, a seguir.

Figura 10: Utilização do sistema para analisar como está o andamento da empresa.

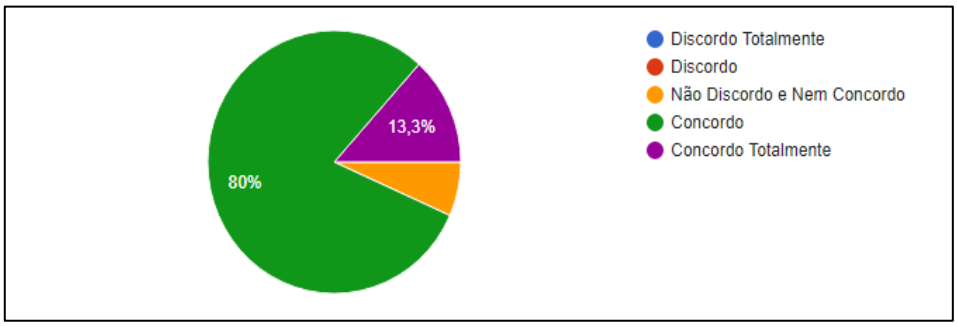


Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Outra pergunta que foi realizada é se o sistema facilita o cotidiano da empresa com informações ágeis, precisas e de fácil acesso, tendo como resultado que 80% concordam; 13,3% concordam totalmente; e 6,7% não discordam e nem concordam. Após essa análise, observa-se que a grande maioria, ou seja, 93% dos participantes, acredita que o sistema facilita o dia a dia da empresa com informações ágeis, precisas e de fácil acesso, conforme se observa na Figura 11, a seguir.

Figura 11: Facilidade do sistema no dia a dia da empresa com informações ágeis, precisas e de fácil acesso.

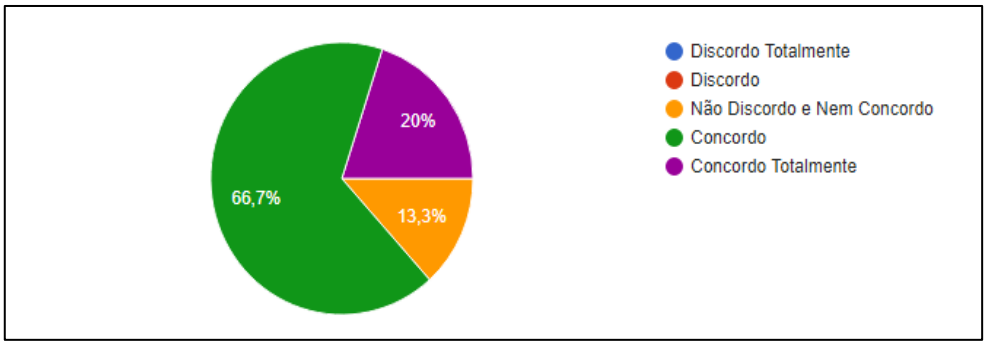
ISSN xxxx-xxxx



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se eles consideram o sistema como uma ferramenta fundamental no momento de tomar decisões, sendo que o resultado obtido foi de que 66,7% concordam; 20% concordam totalmente; e 13,3% não discordam e nem concordam. Diante disso, observa-se que mais de 86% dos participantes concordam que o sistema é uma ferramenta fundamental no momento de decidir dentro da empresa, conforme se observa na Figura 12, a seguir.

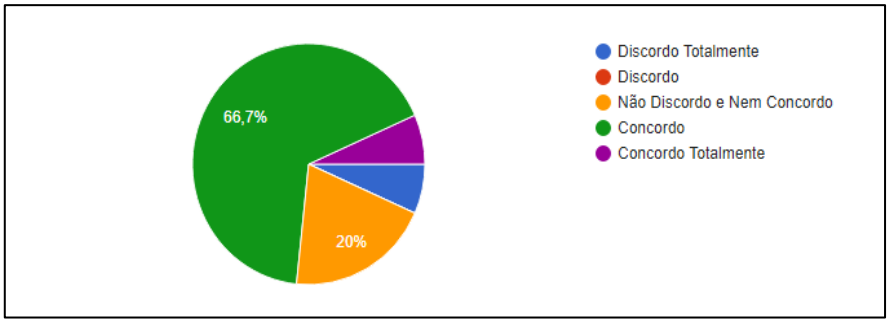
Figura 12: O sistema é considerado uma ferramenta fundamental no momento de tomar decisões



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi perguntado, aos respondentes, se o sistema gera informações que lhe propiciem vantagens competitivas diante dos seus concorrentes, sendo que 66,7% concordam; 20% não discordam e nem concordam; 6,7% concordam totalmente; e 6,7% discordam totalmente. Após a análise, observa-se que o índice de concordância evidencia que o sistema gera informações que proporcionam vantagens competitivas diante dos seus concorrentes, com valores superiores a 72%, sendo, então, a grande maioria, conforme se observa na Figura 13, a seguir.

Figura 13: Sistema gera informações que traz vantagens competitivas diante dos concorrentes



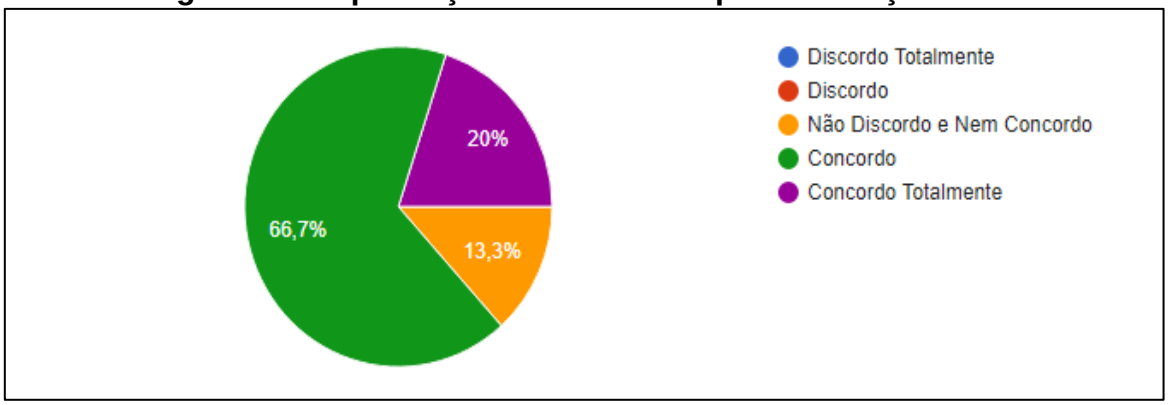
Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, se consideram que seus usuários estão capacitados para utilizar o sistema, sendo que 66,7% concordam; 20% concordam totalmente; e 13,3% não concordam e nem discordam. Conclui-se,

ISSN xxxx-xxxx

então, que um total de mais de 86% dos participantes concordam que seus usuários estão capacitados para a utilização do sistema, sendo assim, a grande maioria, conforme se observa na Figura 14, a seguir.

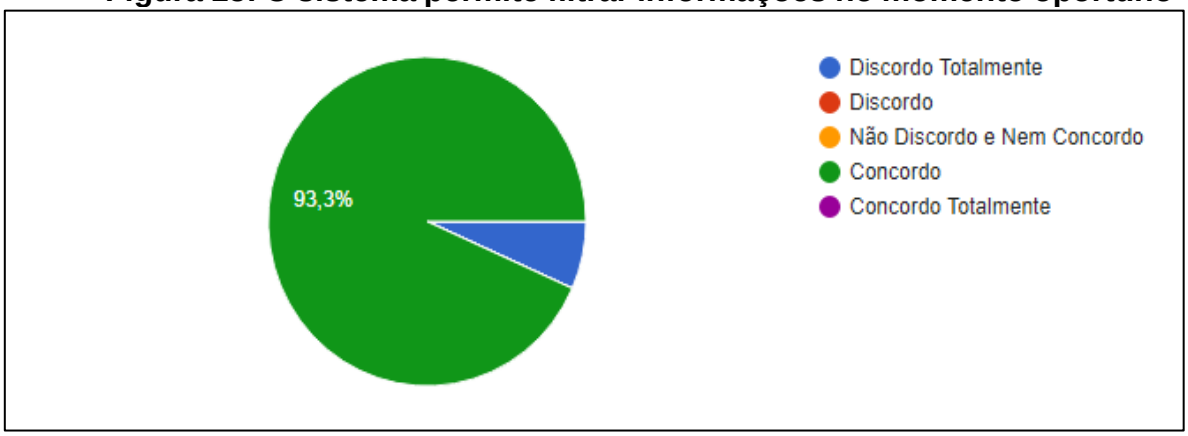
Figura 14: Capacitação dos usuários para utilização do sistema.



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Outra pergunta, que foi realizada, é se os respondentes conseguem filtrar as informações no sistema quando necessitam, sendo que 93,3% concordam e 6,7% discordam totalmente. O que se observa é que mais de 93% dos participantes conseguem filtrar as informações do sistema quando necessitam, tornando-se, então, a grande maioria, conforme se observa na Figura 15, a seguir.

Figura 15: O sistema permite filtrar informações no momento oportuno

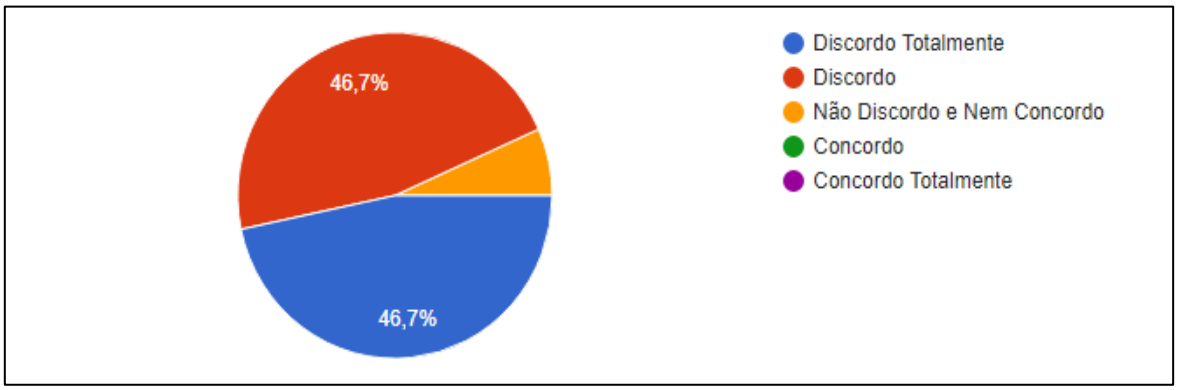


Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi perguntado, aos participantes, se eles não utilizam as informações geradas pelo sistema no momento de decidir, sendo que 46,7% discordam; 46,7% discordam totalmente; e 6,7% não concordam e nem discordam. Diante disso, é possível observar que o índice de participantes, que discordam, que não utilizam as informações geradas pelo sistema no momento de decidir, é superior a 92%, o que sugere que a grande maioria se utiliza da informação gerada no sistema, antes de tomar qualquer decisão, conforme se observa na Figura 16, a seguir.

Figura 16: Não utilização das informações geradas pelo sistema no momento de decidir

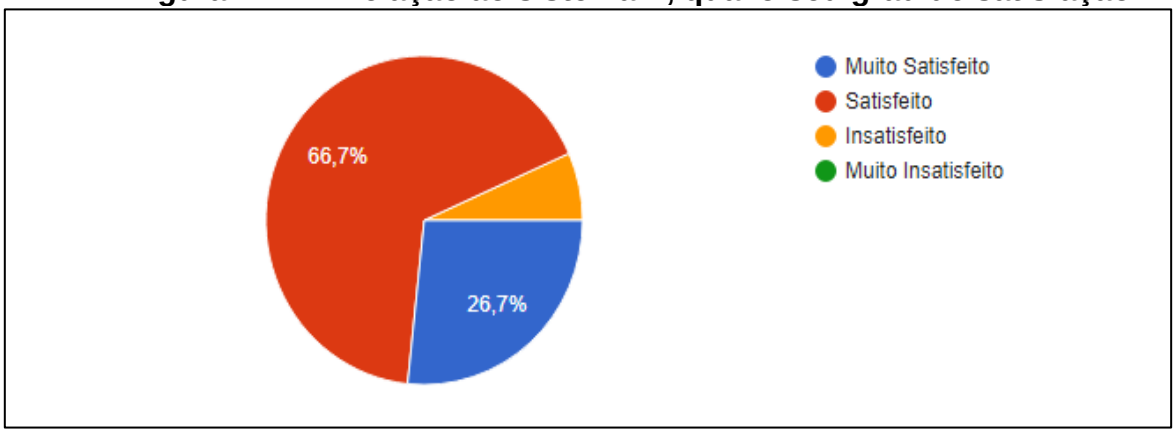
ISSN xxxx-xxxx



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Foi questionado, aos respondentes, em relação ao sistema X, sobre qual seria o seu grau de satisfação, sendo que 66,7 estão satisfeitos; 26,7% muito satisfeitos; e 6,7% insatisfeitos. O que se observa é que o índice de satisfação dos participantes em relação ao sistema é superior a 93%, demonstrando um índice muito bom, conforme é possível perceber na Figura 17, a seguir.

Figura 17: Em relação ao sistema X, qual o seu grau de satisfação.



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

A última pergunta foi em aberto, a qual não era obrigatória para responder, que tinha como objetivo as sugestões dos participantes e o que poderia ser melhorado nas funções do sistema, para que possa haver um aproveitamento melhor das informações fornecidas no momento de tomar decisões. Diante disso, apenas cinco, do total de quinze participantes, responderam.

As sugestões foram as seguintes: o sistema poderia carregar mais rápido alguns relatórios; existem alguns relatórios que poderiam ser mais enxutos, trazem informações que não são necessárias; os campos para gerar relatórios deveriam ser personalizados para a comparação de informações; todas as ferramentas que o usuário necessita estão sendo supridas pelo sistema; quando isso não ocorre, o suporte prontamente procura uma solução para a resolução; os relatórios poderiam ser adaptados às necessidades dos usuários.

Diante dessas sugestões, observa-se que uma das melhorias para o sistema seria a geração de relatórios de forma rápida, com menos informações, e até mesmo relatórios personalizados de acordo com a sua necessidade de cada usuário.

ISSN xxxx-xxxx

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos gestores de supermercados de pequeno porte quanto ao uso de sistemas de informação para a tomada de decisões. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com base na aplicação de um questionário contendo 18 questões, sendo 17 fechadas e uma aberta, em que o respondente poderia sugerir melhorias às funções do sistema, para que haja um aproveitamento melhor das informações fornecidas no momento de tomar decisões, sendo que essa questão não era obrigatória responder. Os respondentes foram 15 gestores de supermercados de pequeno porte, que utilizam o sistema de informação X da cidade de Cascavel-PR.

Diante do assunto apresentado, pode-se observar qual é a percepção dos gestores referente aos sistemas de informações. De acordo com as respostas dos respondentes, os gestores consideram que o sistema de informação é necessário e não obrigatório; ademais, percebem que o sistema de informação é uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento de suas empresas. Observou-se, também, que o sistema de informação gera informações ágeis, precisas e de fácil compreensão no momento de tomar decisões, de maneira que essas informações fornecidas pelo sistema de informação são de muita importância para o cotidiano da empresa, além de serem confiáveis e de fácil compreensão por todos os seus usuários, o que gera vantagens competitivas diante de seus concorrentes.

Pode-se concluir que o objetivo da pesquisa foi atingido pelo fato dos gestores que participaram da pesquisa considerarem que o sistema de informação é uma ferramenta fundamental e necessária no momento de tomar decisões. Sendo esse ramo de grande competitividade, essa ferramenta torna-se um diferencial para um bom funcionamento e continuidade de seus negócios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5° ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRION, R. Segmento de TIC deve ter crescimento de 7% em 2021 no Brasil, diz IDC. **OLHAR DIGITAL.,** [S.l.], 2021, Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/02/05/noticias/segmento-de-tic-deve-ter-crescimento-de-7-em-2021-no-brasil-diz-idc/>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação:** o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Sistemas de informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação:** um enfoque empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 14 de

maio de 2021.

CLARO, Alberto. **Sistemas de informação gerenciais**. 1 ed. São Paulo: Know How, 2013.

CORNACHIONE Jr., Edgard B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia.** São Paulo: Atlas, 1998.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, organizações e métodos**: estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, P. A. O avanço da tecnologia e as transformações na sociedade. **Agencia de Noticias,** [S.l.], 2017, Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/paulo-afonso-ferreira/o-avanco-da-tecnologia-e-as-transformacoes-na-sociedade/ >. Acesso em 30 de mar. 2021.

FURLAN, J.; IVO, I.; AMARAL, F. **Sistemas de informações executiva** – EIS. São Paulo: Makron Books, 1994.

JACOBSEN, A. de L. **Sistemas de informação**. 3. Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático.** Itabuna: Via Litterarum Editora, 2010.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

_____. **Sistemas de informações gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

LOPES, A. F.; FARIAS, E. A. M.; MARCHI, V. A.; GIMENES, R. M. T. Análise dos sistemas de informações gerenciais de um supermercado de pequeno porte: algumas contribuições para melhoria do processo decisório, **Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 7, n. 2, p. 155-172, jul./dez, 2006.

MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. **Metodologia de pesquisa [recurso eletrônico].** Curitiba: Contentus, 2020.

MCCARTHY, E. Jerome; PERREAULT, William D. **Marketing essencial**: uma abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997.

NASCIMENTO, A. M. N., LUFT, M. C. M. S., ARAUJO, G. F. D., & DACORSO, A. L. R. (2011). **Implantação de Sistemas de Informação em uma Secretaria Estadual**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 5(1982-2596), 66-82.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 13. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

ISSN xxxx-xxxx

_____. **Sistemas de informações gerenciais:** estratégicas, táticas, operacionais. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA L. S. de; HATAKEYAMA K. **Um estudo sobre a implantação de sistemas ERP**: pesquisa realizada em grandes empresas industriais. Produção, São Paulo, v.22, n.3, pag. 596-611, mai./ago. 2012.

O'BRIEN, J. A. **Administração de sistemas de informação**. 15. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís**. Sistemas de informações contábeis**: fundamentos e análise. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da Decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

REYNOLDS, George W; STAIR, Ralph M. **Princípios de Sistemas de Informação**. 11 ed. Boston: Cengage Learning, 2015.

ROCHA, E. L; GOMES, J. P.; MOURA, E. O. Sistema de informação como ferramenta de apoio á decisão varejista: Um estudo de caso em uma pequena empresa do Brejo Paraibano. **ABEPRO**, Salvador 2013, Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_184_049_22597.pdf> . Acesso: 29 de mar. 2021.

ISSN xxxx-xxxx

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS *SOFT SKILLS* DE FORMA PRÁTICA PELOS PROFISSIONAIS DE RECURSOS HUMANOS E LÍDERES DE EQUIPE

Ana Claudia Lustosa de Mello[1]

Resumo: O presente artigo tem a finalidade de analisar a importância das *soft skills* no contexto organizacional, bem como verificar de que forma líderes e profissionais da área de recursos humanos trabalham com as ferramentas relacionadas a quatro habilidades importantes: criatividade, comunicação, colaboração e inteligência emocional. A pesquisa tem o caráter exploratório e descritivo, com elementos da abordagem quantitativa, valendo-se de um questionário online, cujos participantes são líderes e profissionais de recursos humanos de diversas áreas, sendo uma amostra por acessibilidade. Os resultados apontam que 100% dos participantes consideram de grande importância trabalhar as *soft skills* na empresa, mas que apenas 3,7% trabalham efetivamente com as mesmas de forma ampla. Verificou-se também que 51,9% dos participantes consideram que a habilidade da comunicação é a mais importante de se trabalhar com suas equipes atuais. Dessa forma, este artigo salienta a importância de aprofundar a questão e desenvolver as ferramentas disponíveis para melhorar os processos organizacionais.

Palavras-chave: *Soft skills*. Organizações. Ferramentas.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver habilidades, sejam elas técnicas ou comportamentais, é algo de extrema importância, tanto no âmbito profissional, quanto no pessoal, principalmente porque um complementa o outro. Em se tratando de competências técnicas, essas são de fácil mensuração, sendo possível a análise por meio da formação do colaborador, cursos, treinamentos, entre outros, nas quais um certificado pode validar. Por outro lado, as habilidades comportamentais (ou socioemocionais), as chamadas *soft skills*, são difíceis de serem mensuradas, uma vez que são competências mais subjetivas. Competências como: criatividade, empatia, inteligência emocional, pensamento analítico e inovação estão entre as quinze habilidades mais procuradas, de acordo com o Fórum Econômico Mundial (2020), cuja aplicação depende de vários fatores como, por exemplo, o correto diagnóstico de cada setor, as características de cada colaborador e das necessidades e cultura da organização.

Diante disso, e entendendo que tais competências estão cada vez mais em foco, é importante analisar de que forma os profissionais de recursos humanos e os líderes de equipe estão buscando trabalhar as *soft skills* com os seus colaboradores, as quais, de acordo com Viana (2015) podem ser consideradas como a forma que o indivíduo desempenha suas tarefas. Além disso, compreender quais ferramentas são utilizadas e quais os resultados práticos desse desenvolvimento é outro ponto importante a se destacar em se tratando de habilidades comportamentais. Muito mais que apenas desempenhar as tarefas, as *soft skills* dizem respeito também à forma como o colaborador reage diante de situações de conflito, os quais

[1] Acadêmica do Curso de MBA em Gestão de Recursos Humanos da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

ISSN xxxx-xxxx

indubitavelmente irão aparecer dentro do ambiente organizacional.

Seguindo essa linha, o papel do profissional dos recursos humanos, assim como dos líderes, torna-se muito mais estratégico e a sua forma de lidar com as situações de conflitos, respeitando a individualidade de cada colaborador, bem como a sua facilidade ou dificuldade no momento em que tais habilidades devem se fazer presentes, é fundamental para as relações organizacionais e para o bom desempenho da equipe.

Com o desenvolvimento de ferramentas que possam ser facilmente implantadas por tais profissionais, sendo seguidas pelo trabalho dos líderes, após o devido diagnóstico das situações, é possível verificar como a gestão poderá utilizar tais dados de forma estratégica, pensando nos objetivos que são comuns a todos na organização. Dessa forma, entender como os profissionais trabalham as habilidades subjetivas é o primeiro passo para o correto desenvolvimento de ferramentas que sejam, de fato, aproveitadas estrategicamente pelos demais gestores da organização.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O relatório *The future of Jobs,* do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2020, é base para este estudo. Já na introdução, o relatório fala sobre o desenvolvimento das habilidades humanas e das capacidades educacionais, as quais são consideradas "chave para o sucesso econômico" (Fórum Econômico Mundial, 2020). Habilidades como: pensamento crítico e analítico, estratégias de aprendizado, resolução de problemas, criatividade e inteligência emocional estão entre as quinze competências necessárias para o profissional do futuro.

Em decorrência da pandemia da Covid-19, muitas habilidades que não constavam na lista, precisaram ser consideradas, uma vez que foram necessárias diferentes formas de lidar com o trabalho remoto, o que envolveu, inclusive, a gestão de pessoas. Diante disso, pessoas que não estavam necessariamente habituadas com o uso da tecnologia, viram-se diante do desafio de desenvolver as habilidades de números 7 (sete) e 8 (oito) do relatório: uso da tecnologia, monitoramento e controle e design tecnológico e programação (FEM, 2020).

Padmaja (et.al. 2012, tradução da autora) afirma que as *hard skills* são as habilidades geralmente adquiridas com treinamento e um sistema educacional, e que as *soft skills* vêm para complementar àquelas. Ou seja, para que um indivíduo consiga complementar suas funções de forma plena na organização, é necessário também atrelar habilidades das mais diversas facetas: habilidades de comunicação, de apresentação, de trabalho em equipe, de gestão de tempo, persuasão, negociação, entre outras (PADMAJA et. al., 2012, tradução da autora).

Já Andrade (2016, p. 58) busca o conceito inicial das soft skills: Segundo Evans *et al*. (2012), a origem do termo *soft skills* pode ser remetida ao estudo inicial de Robert Katz (1974). Este autor definiu que as habilidades (*skills*, na versão original) dos gestores podem ser divididas em três grandes grupos: técnica, humana e conceitual. Em seu artigo *Skills of an effective administrator*, publicado em 1974 pela Harvard Business Review, Katz conclui que essas três habilidades são importantes para as atividades do gestor. Porém, algumas passam a ser necessárias de acordo com o nível hierárquico.

Entende-se que o grupo das habilidades humanas é aquele que diz respeito

ISSN xxxx-xxxx

à capacidade do indivíduo de cooperar com outros seres humanos, de ter escuta ativa e trabalhar a compreensão, a motivação, promovendo uma liderança eficiente. (KATZ, 1974 *apud* ANDRADE, 2016).

Andrade (2016) ainda complementa dizendo que as novas demandas do mercado de trabalho buscam colaboradores que saibam comunicar-se assertivamente, que tenham a flexibilidade e a adaptabilidade para trabalhar em diversos projetos, que compreendam a ética dentro da organização e que consigam trabalhar em equipe quando necessário. Fazendo um comparativo, todas estas são habilidades necessárias para o profissional do século XXI.

O termo *soft skills* surgiu para complementar as *hard skills*, e apareceram muito mais como atitudes isoladas do que como um modo de vida predominante, ou seja, era imprescindível que as *hard skills* (ou habilidades "duras") fossem desenvolvidas para os cargos ocupados, mas apenas em alguns momentos eram necessárias as habilidades *soft* (MEIRA, 2020). Entretanto, a partir do início do século XXI, as soft skills tornaram-se inevitáveis, principalmente por alguns motivos citados abaixo:

> Dores psíquicas porque a sensibilidade aumentou; dores culturais e sociais porque as liberdades se ampliaram; anseio de expressão autêntica, porque o autoconhecimento está crescendo; anseio por emoções positivas e relacionamentos verdadeiros, porque o poder criativo do amor está se tornando conhecido. (MEIRA, 2020, p. 18, 19).

Verifica-se que as razões pelas quais as *soft skills* estão ganhando força no mercado se dividem entre positivos e negativos. Mas, de qualquer forma, é fato que o anseio por inovações em todas as esferas sociais mostra a necessidade do avanço na discussão a respeito das *soft skills* no ambiente organizacional. Meira (2020) afirma que o comportamento precisa evoluir constantemente para que possamos usufruir de qualidade e harmonia nos ambientes e em todas as áreas de desenvolvimento.

Cabe, neste estudo, analisar quatro das quinze *soft skills* necessárias e delimitá-las para compreender com mais precisão como os profissionais de recursos humanos e líderes de equipe buscam desenvolver tais habilidades nos colaboradores: criatividade, comunicação, colaboração e inteligência emocional.

2.1 CRIATIVIDADE

A habilidade da criatividade é de fundamental importância para a inovação nas organizações. Ela é vista como uma peça chave para a estratégia organizacional por meio da vantagem competitiva, além de ser habilidade necessária para o melhor desenvolvimento do colaborador nos projetos (ARAÚJO et.al., 2017). De acordo com esse conceito, entende-se que tal habilidade faz parte dos processos coletivos e que, uma vez atrelada aos benefícios do grupo, é de caráter fundamental o seu desenvolvimento de forma correta e ampla.

Bedani (2012) complementa esse conceito e essa reflexão, afirmando que a criatividade organizacional resulta de vários fatores: históricos, sociais, pessoais e culturais. Ademais, em se tratando de significado recente de criatividade, é preciso envolver os valores pessoais e organizacionais, e verificar as principais influências dessa cultura no processo criativo da empresa.

ISSN xxxx-xxxx

A criatividade neste sentido está automaticamente atrelada à autonomia do colaborador, uma vez que culturas mais rígidas e tradicionais, onde o colaborador não tem genuinamente poder de decisão, inibem o processo criativo e a expressão da criatividade de um modo geral (BEDANI, 2012). A autonomia, a qual está relacionada com os desafios propostos pela organização, é a dimensão a qual este estudo irá basear-se para fazer a correlação com a criatividade.

Cameron (2017, p. 29) afirma que não há uma solução para obter criatividade instantânea, mas que a criatividade pode ser ensinada e recuperada. Embora seja um processo individual, a empresa pode fornecer ferramentas e principalmente investir na autonomia profissional para que esse processo criativo aconteça de forma natural.

As ferramentas citadas por Cameron (2017) para o desenvolvimento da criatividade fazem parte de vários sensos, ou seja, recuperar o senso de segurança, identidade, poder, abundância, entre outros, são motivações para que essa habilidade seja corretamente atrelada a qualquer forma de atividade. Alguns exemplos e que serão analisados na presente pesquisa são: as páginas matinais (descrita como a escrita), o encontro com o artista (descrito como a própria autonomia) e arquivos de imagens (descrito como *branstorming*).

As "páginas matinais" é uma ferramenta que auxilia no desbloqueio criativo. São três páginas escritas à mão, com pensamentos em livre associação (CAMERON, 2017). Adaptando essa ferramenta para a organização, uma das formas de desenvolver a criatividade seria o incentivo à escrita, onde as ideias para os determinados assuntos fossem escritos à mão a cada manhã, para que os colaboradores possam ter o contato com essa "drenagem cerebral" (CAMERON, 2017).

Outra ferramenta chamada pela autora de "o encontro com o artista" é um tempo reservado especialmente para alimentar a consciência criativa, ou seja, neste momento será o recebimento de *insights*, ideias, soluções (CAMERON, 2017). Trazendo para o ambiente corporativo, o colaborador poderá compreender como um momento de "descanso", onde ele não estará envolto com as atividades do dia a dia, mas simplesmente terá esse tempo para que as ideias surjam, de forma autônoma.

E por fim, o arquivo de imagens, que consiste na colagem de imagens retiradas de revistas, sites, fotografias e coladas num mural. Essas imagens representam os desejos pessoais de cada um (CAMERON, 2017). No ambiente corporativo, é possível adaptar essa ferramenta, onde os colaboradores podem criar uma espécie de *brainstorming* de imagens ou um mapa mental, observando as possíveis resoluções de um problema por todos os ângulos, ou buscar a inovação através de discussões a respeito dessas imagens.

2.2 COMUNICAÇÃO

Comunicar-se assertividade é a base para qualquer relacionamento, seja ele pessoal ou profissional. A comunicação é uma habilidade comportamental necessária a todos na empresa e utilizar esta como ferramenta estratégica pode ser uma saída para muitos conflitos organizacionais. De acordo com Rosemberg (2006), ao nos comunicarmos fazemos uma troca, e em toda troca escutamos as nossas necessidades e as necessidades do outro. Nessa comunicação, a qual o autor denomina "comunicação não-violenta", busca-se concentrar nos sentimentos e necessidades das pessoas, ao invés do julgamento e diagnóstico muitas vezes

ISSN xxxx-xxxx

incorreto.

Cardoso (2007, *apud* Tassigny *et. al.*, 2012) trata a comunicação organizacional como um elemento estratégico, uma vez que não representa apenas uma simples troca de informações, mas sim uma ferramenta de relacionamento interno e externo. Adicionado a isso, Aguiar (2016) afirma que o papel da comunicação nas organizações está em constante crescimento e seu desenvolvimento auxilia nos processos de mudança e na busca de melhores resultados. Diante disso, é visível a importância desta habilidade para as relações de trabalho, principalmente se desenvolvida de forma compassiva, como sugere Rosemberg (2006), de acordo os quatro elementos propostos por este: observação, sentimento, necessidades e pedido.

Dessa forma, algumas ferramentas podem auxiliar para que a comunicação interna seja mais eficaz. Um exemplo disso são as reuniões, as quais podem ser individuas ou coletivas, ou até mesmo, entre departamentos para que seja possível falar pessoalmente e lidar com os conflitos por meio de uma comunicação mais empática (DEVESA, 2016).

Outra ferramenta, considerada por alguns autores como a ferramenta de comunicação mais poderosa, é a escuta ativa (MARTINS, 2014). Entende-se que, nas organizações, as relações de ajuda são constantes e desenvolver a habilidade da comunicação por meio da escuta ativa, a qual, ao contrário do que pode parecer, não é um processo fácil. É preciso encontrar o caminho entre a compreensão e o ato voluntário de ajudar. A autora ainda afirma que a comunicação é um processo onde compartilham-se ideias, as quais podem ser recursos importantes nas relações de ajuda. (MARTINS, 2014).

A tecnologia surge como uma aliada nos processos de comunicação organizacional. Tassigny *et. al.* (2012, p. 2067) afirma que "a partir da utilização da internet, criou-se uma nova forma de ação e interação, possibilitando aos indivíduos e às organizações interagirem numa escala sem precedentes". Atualmente existem inúmeras formas de comunicação interna por meio da tecnologia: *intranet*, *WhatsApp*, e-mails, entre outros, as quais auxiliam no desenvolvimento dessa habilidade.

2.3 COLABORAÇÃO

A colaboração no ambiente organizacional é um dos grandes benefícios das relações humanas. Com essa habilidade, as pessoas tornam-se mais compassivas e adquirem conhecimento: é uma forma de ganha-ganha, uma troca necessária, uma vez que essa interação é essencial nas empresas. Shen (2020) apresenta algumas das leis que compõe uma colaboração sistêmica: pertencimento, ordem e reciprocidade. Ou seja, para que a colaboração efetivamente funcione, é preciso que as pessoas: 1. sintam-se necessárias para os projetos; 2. obedeçam o nível hierarquico e; 3. Saibam manter um equilíbrio entre o que se doa e o que se recebe.

Com as inovações tecnológicas acontecendo cada vez mais rápido, as lideranças precisam buscar novas ferramentas de gestão da informação, e com isso, a colaboração ganha cada vez mais espaço, pela necessidade do compartilhamento rápido de conhecimento. Assim, procurar uma forma de estimular essa habilidade é de grande valia para as empresas que buscam vantagem competitiva.

A gestão do conhecimento é uma forma de compartilhar os dados organizacionais, por meio de ferramentas, que vão desde as mais simples – como

ISSN xxxx-xxxx

reuniões para discutir e gerar conflitos funcionais – até as mais desafiadoras – como as comunidades de prática. De acordo com Mazarotto (2016) as comunidades de prática "são utilizadas para se promover a interação entre os indivíduos, de forma que eles possam partilhar experiências profissionais, informações técnicas, contatos, etc., com a finalidade de colaborarem uns com os outros no desenvolvimento das atividades". Essa interação pode ser dar de forma presencial ou por meio da tecnologia.

Shen (2020) complementa que quando os líderes formam times mais colaborativos, todos sentem-se pertencentes ao grupo, o que proporciona autoconfiança, disciplina e senso de realização e satisfação. As equipes se desafiam, buscam uma entrega maior, envolvem-se menos em conflitos disfuncionais e passam a compreender o sentido do fluir nas organizações.

2.4 INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

A inteligência emocional, embora seja uma habilidade bastante discutida no meio acadêmico e profissional, pode ser a mais desafiadora, pois "as pessoas ainda tem muito a aprender no sentido de gerenciar as emoções" (BRADBERRY; GREAVES, 2019). No geral, as pessoas ainda são controladas pelas emoções e não o contrário. De acordo com a pesquisa de Bradberry e Greaves (2019), apenas 36% das pessoas são capazes de identificar suas emoções assim que elas surgem. Essa é apenas uma breve contextualização para verificar a necessidade de falar mais sobre uma das habilidades mais importantes no contexto organizacional (FEM, 2020).

Goleman (2001) define inteligência emocional como ter a consciência daquilo que se sente, sejam sentimentos próprios ou de terceiros, além de compreender as reações diante dos acontecimentos. É saber racionalizar e tomar decisões sem deixar que as emoções controlem nossa vida. Portanto, as relações organizacionais baseadas na inteligência emocional partem da própria observação pessoal e da importância do autoconhecimento.

Ao contrário do que pensa o senso comum, a inteligência emocional não diz respeito apenas às emoções. Ela parte dos sentimentos para a racionalidade, uma vez que temos duas mentes: a emocional, que é rápida; e a lógica, que compreende o domínio da consciência. Conforme cita Gonzaga; Rodrigues (2018):

> Assim, o que compreendemos como razão tem em sua base elementos subjetivos e leituras subliminares do mundo, que não são tão facilmente acessíveis à consciência. E ainda, o que nos leva a agir de determinada forma tem a ver com a forma como percebemos o mundo (subjetiva e objetivamente) e ao grau de consciência que temos em relação à nossas reações instintivas. Segundo Nelson e Low (2011), aprender e praticar habilidades emocionais preparam o ser humano para direcionar o comportamento impulsivo, passando esse a ser, progressivamente, direcionado e consciente. Dessa forma, o domínio sobre nosso comportamento é algo a ser compreendido e aprendido. (GONZAGA; RODRIGUES, 2018, p. 8).

Diante disso, surge o modelo de competências emocionais e sociais proposto por Goleman, Boyatzis e Rhee (2002, *apud* Gonzaga; Rodrigues 2018), o qual é composto por duas competências básicas: a competência pessoal e a competência

ISSN xxxx-xxxx

social. A competência pessoal é composta das habilidades de autoconsciência e autogestão, enquanto a competência social é composta pelas habilidades de consciência social e gestão de relacionamentos.

A competência pessoal é voltada para as próprias emoções de cada indivíduo e a capacidade de gerenciá-los. A competência social é a capacidade de entender o comportamento, motivações e emoções do outro. (BRADBERRY; GREAVES, 2019). Vale observar que nas organizações há uma fluxo muito grande de emoções, ou seja, a cada desafio, cada decisão, cada acontecimento, o profissional pode entrar em contato com diferentes sentimentos. Essa é a importância de desenvolver a habilidade da inteligência emocional nos colaboradores.

A partir disso, entendendo que a inteligência emocional é intrínseca, ou seja, parte da própria pessoa, a empresa precisa encontrar formas de despertar essa habilidade e utilizar ferramentas que sejam capazes de conectá-los com suas emoções e sentimentos. Atrelado a isso, é importante compreender que, há um tempo existia a ideia da ausência de emoções no ambiente organizacional, entretanto, com as mudanças na estrutura das empresas, com o aumento da demanda e com o compartilhamento de informações, passou a ser esperado que as pessoas tenham respostas emocionais (GONZAGA; RODRIGUES, 2018). Dessa forma, o interesse em melhorar o clima organizacional e possuir pessoas mais inteligentes emocionalmente em seu quadro também é da empresa.

Existem inúmeras ferramentas que podem ser utilizadas para esse propósito. De acordo com Gonzaga; Rodrigues (2018, p.42):

> A proposta do desenvolvimento de inteligência emocional é aproximar o campo cognitivo das pessoas e seu universo afetivo e emocional, a partir das situações e contextos em que as habilidades de IE são necessárias. Isso pode ser feito a partir de treinamentos, workshops e intervenções individuais, como a partir do *coaching*.

Todas as ferramentas devem ter o objetivo de reduzir os conflitos organizacionais, melhorar as interações e acolher emoções destrutivas - raiva, ansiedade, medo, insegurança - antes de transformá-las.

Adicionado a isso, ainda segundo os mesmos autores, o papel da liderança é essencial para que esse equilíbrio seja conquistado na organização, por meio da escuta ativa, da inspiração e do desenvolvimento da autonomia. Logo, para que o foco no desenvolvimento profissional seja mantido, é necessário primeiramente, que a liderança compreenda que os colaboradores possuem emoções, e que para que as estratégias de longo prazo sejam atingidas, é preciso aprender com os erros do passado, mas sem a necessidade de manter esse reforço negativo (Gonzaga; Rodrigues, 2018).

3 METODOLOGIA

Para esta pesquisa foram adotadas ações com objetivos exploratórios e descritivos, com elementos da abordagem quantitativa. A amostragem deste estudo é do tipo não probabilístico e por acessibilidade, o qual, de acordo com Gil (2012), não apresenta fundamentação matemática, mas cujo resultado é expressivo, com possibilidades de aprofundamento de pesquisa, embora o tempo seja limitado.

A partir do referencial teórico e da definição do método de pesquisa, foi desenvolvido um questionário, elaborado com 10 questões fechadas, nas quais três

delas possibilitavam a opção de responder também de forma aberta. De acordo com Cervo; Bervian; Silva (2007, p. 53), "o questionário é a forma mais usada para coletar os dados, pois possibilita medir com mais precisão os dados coletados. É um meio de obter respostar às questões que o próprio informante preenche".

O recrutamento do público alvo – profissionais de recursos humanos e líderes de equipes – foi realizado por meio de divulgação no aplicativo *WhatsApp*, diretamente para esses profissionais. A partir disso, o questionário foi disponibilizado durante cinco dias corridos (20/09/2021 a 24/09/2021), e este foi respondido por 27 pessoas. Destas, 22,3% afirmaram que são profissionais da área de Recursos Humanos e 77,7% afirmaram serem líderes de equipe.

Das 27 pessoas que responderam ao questionário, 100% acha importante trabalhar as *soft skills* nas organizações, dado este que revela a importância de se tratar deste assunto de forma prática e viável para todos os envolvidos, além de mostrar a necessidade de pesquisa neste tópico.

4 RESULTADOS

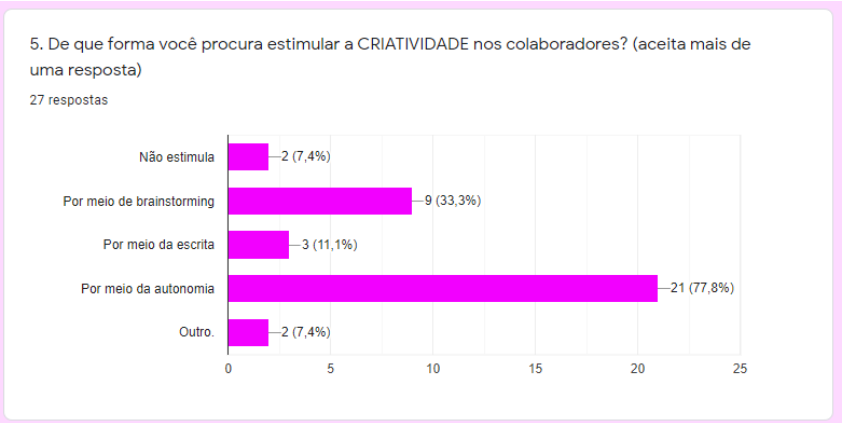
Foi questionado aos entrevistados sobre a frequência que a empresa proporciona treinamentos, com o objetivo de compreender se as habilidades comportamentais são trabalhadas desta forma pelas empresas dos gestores. 25,9% responderam que fazem treinamento todos os meses com os seus colaboradores e outros 25,9% responderam que raramente fazem treinamentos. Em adição, 14,8% responderam que fazem treinamentos uma vez ao ano, outros 14,8% responderam que fazem a cada três meses e 18,5% responderam que fazem treinamentos duas vezes ao ano.

Sobre a quantidade de treinamentos que são focados em *soft skills*, 59,3% dos entrevistados afirmaram que 30% dos seus treinamentos são focados nas habilidades comportamentais, enquanto 18,5% afirmaram que metade dos seus treinamentos (50%) têm esse foco e outros 18,5% disseram que não fazem treinamentos com esse enfoque. Apenas 3,7% afirmaram que 80% dos seus treinamentos são nessas habilidades.

O formulário sondou de que forma prática os entrevistados trabalham as habilidades mencionadas neste artigo: criatividade, comunicação, colaboração e inteligência emocional. Começando pela criatividade, cuja questão permitia selecionar mais de uma opção, e obteve os resultados a seguir: em primeiro lugar, por meio da autonomia com 77,8%; por meio de brainstorming com 33,3%; por meio da escrita com 11,1%; 7,4% afirmou que não estimula essa habilidade e outros 7,4% selecionou a opção "outros". Assim, mencionou-se também: por meio de desafios; mostrando onde será utilizada e quais os resultados; por meio de dinâmicas em grupos.

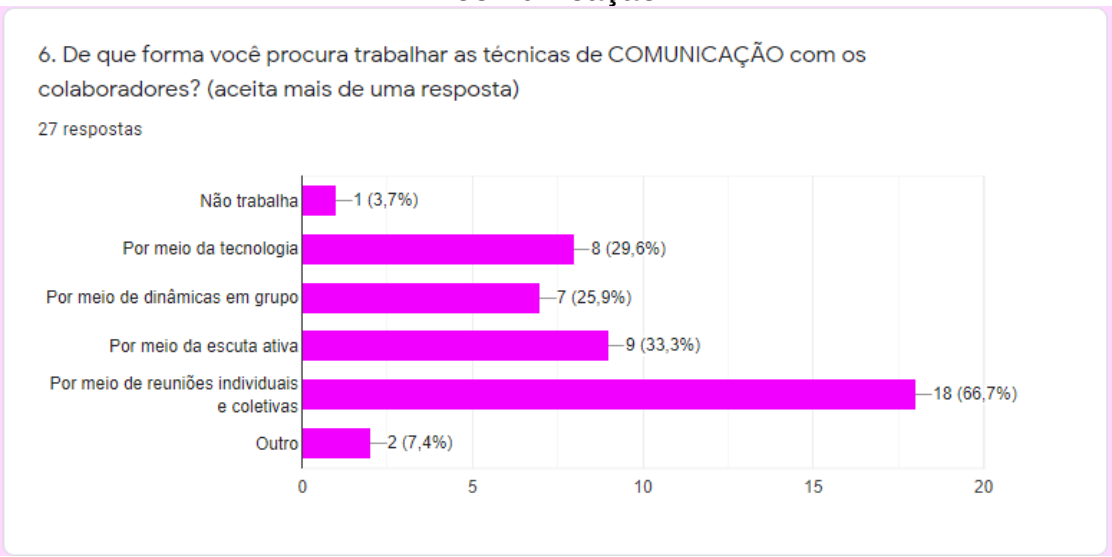
Figura 1: Distribuição dos gestores sobre as formas de estimular a criatividade

ISSN xxxx-xxxx



Da mesma forma, questionou-se a respeito das práticas relacionadas ao desenvolvimento da comunicação, na qual também era possível marcar mais de uma opção. Os resultados foram os seguintes: 66,7% trabalha essa habilidade por meio de reuniões, tanto individuais quanto coletivas; 33,7% por meio da escuta ativa; 29,6% responderam que trabalham essa habilidade por meio da tecnologia; 25,9% por meio de dinâmicas de grupos; 3,7% afirmou que não trabalha essa habilidade. 7,4% marcou a opção "outros" na qual apareceu a resposta por meio da escrita.

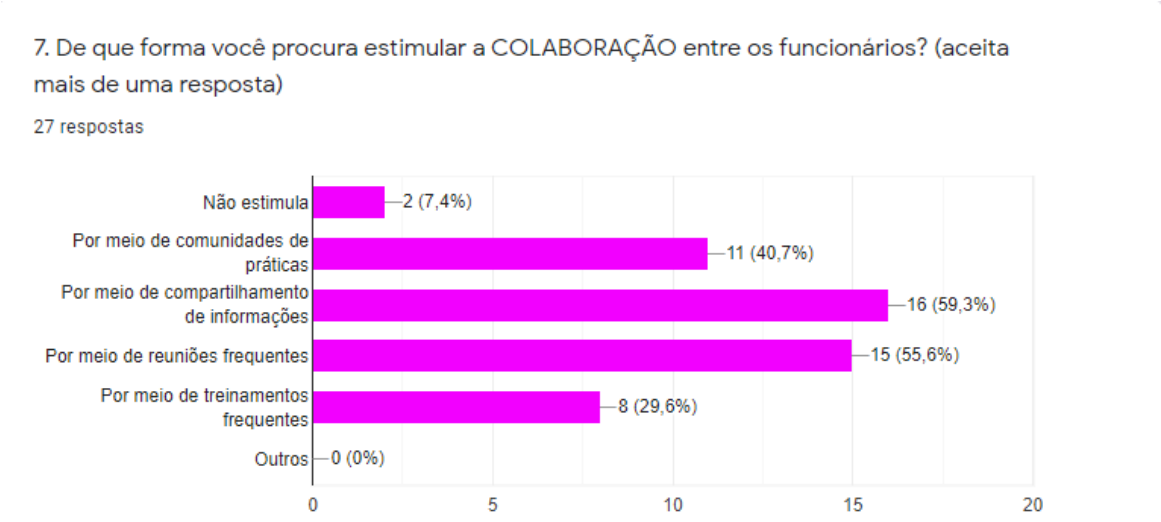
Figura 2: distribuição dos entrevistados sobre a forma de estimular a comunicação



Em relação à habilidade de colaboração, os resultados foram os seguintes: 59,3% estimulam essa *soft skill* por meio do compartilhamento das informações; 55,6% afirmaram que fazem reuniões frequentes para que essa habilidade seja trabalhada; 40,7% afirmaram trabalhar com as comunidades de práticas; 29,6% por meio de treinamentos frequentes e 7,4% afirmaram que não estimula essa habilidade no contexto organizacional.

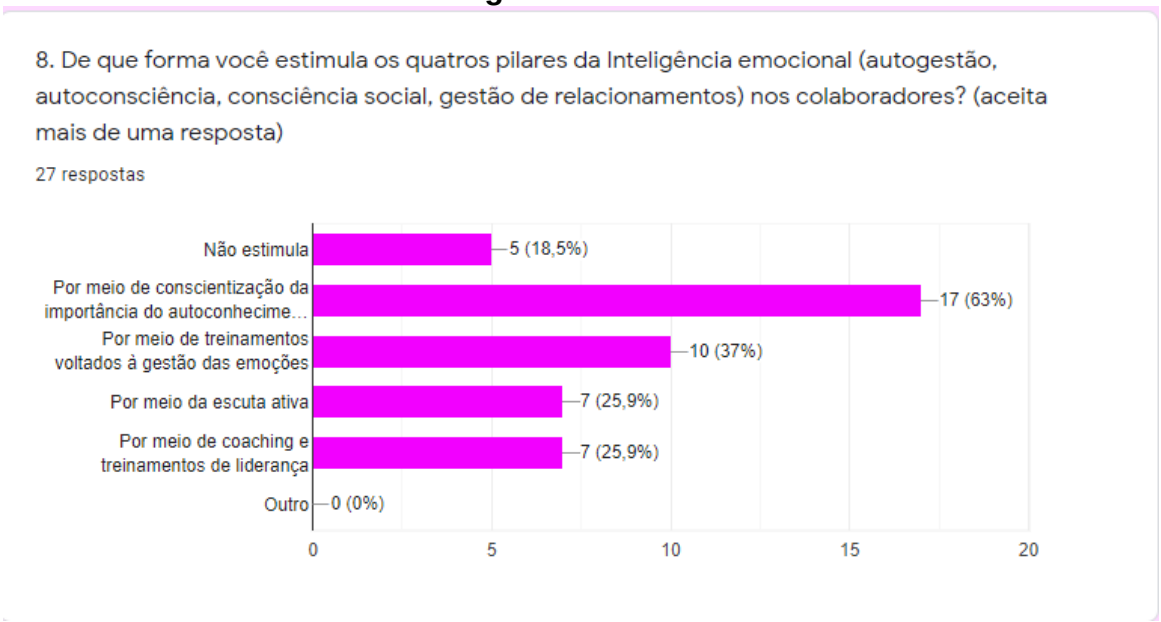
Figura 3: distribuição dos entrevistados sobre a forma de estimular a colaboração

ISSN xxxx-xxxx



Por fim, questionou-se a respeito de como os líderes trabalham a habilidade da inteligência emocional nas organizações, obtendo os seguintes resultados: 63% afirmaram que estimulam o desenvolvimento desta habilidade por meio da conscientização da importância do autoconhecimento; 37% por meio de treinamentos voltados à gestão da emoção; 25,9% por meio da escuta ativa e outros 25,9% por meio de *coaching* e treinamentos de liderança; além disso, 18,5% afirmou que não estimula essa habilidade.

Figura 4: distribuição dos líderes sobre o desenvolvimento da inteligência emocional



Uma questão final abriu espaço para que os entrevistados escolhessem a habilidade que eles consideram mais importantes para o desenvolvimento da sua equipe atual. 51,9% responderam que a principal habilidade a ser desenvolvida seria a comunicação; 25,9% afirmaram ser a colaboração; 11,1% citaram a criatividade e outros 11,1% afirmaram ser a inteligência emocional.

ISSN xxxx-xxxx

Figura 5: Distribuição da opinião dos gestores sobre as habilidades mais importantes a serem desenvolvidas com a equipe atual



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 90 foi marcada por novas políticas de gestão por competências, na qual gerenciar por meio do desempenho passou a ser um fator importante. Portanto, o foco das empresas não deve mais estar apenas no desenvolvimento de habilidades técnicas, mas ser um facilitador para os colaboradores adotarem comportamentos e competências que contribuam para alinhas seus próprios objetivos e os objetivos da empresa (GONDIM; MORAIS; BRANTES, 2014).

Assim sendo, o debate sobre as *soft skills* cresce a cada ano e este estudo teve a finalidade de verificar como isso se dá na prática, pelos gestores de equipes e profissionais da área de recursos humanos. Embora a importância do desenvolvimento destas seja de conhecimento por parte destes líderes, é possível verificar a necessidade de investimento nos treinamentos voltados para as habilidades comportamentais, assim como maior conhecimento das ferramentas que podem auxiliar nesta contribuição. O tema ainda é pouco abordado nos bancos acadêmicos, no nível da graduação, o que pode ser uma sugestão para próxima pesquisa.

O resultado da pesquisa aponta algumas das formas de se trabalhar quatro das quinze principais *soft skills*, de acordo com o Fórum Econômico Mundial (2020) e conclui-se que é essencial que esse tema seja melhor discutido dentro das organizações, assim como relacionar o desenvolvimento destas com a produtividade, buscando assim, vantagens competitivas diante do mercado. Somado a isso, ser flexível diante das mudanças que inevitavelmente estão ocorrendo no contexto organizacional contemporâneo, é imprescindível para que tanto a empresa, quanto colaborador cresçam e possuam diferenciais.

O estudo em questão foi apenas uma parte do que são as *soft skills* e de que forma elas são vistas e trabalhadas por uma pequena amostra de líderes. É importante que a discussão continue, frente às novas demandas do mundo VUCA – volátil, incerto, complexo e ambíguo – e sua evolução BANI – frágil, ansioso, não-linear e incompreendido (COZER, 2020) – conceito que surgiu devido a pandemia. Se estamos entrando num contexto onde os quatro pontos estão relacionados com as emoções, é de extrema importância que o foco das organizações também envolva

as habilidades que lidem com as emoções, comportamento ou com o social.

Cabe aos líderes esse desafio, assim como aos profissionais de recursos humanos, os quais podem trabalhar com os gestores de equipe, para que estes busquem, em conjunto, soluções para as novas demandas e para essa nova ótica do mercado, onde as situações não são apenas voláteis, mas sim, confusas e emotivas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fábio Campos; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Comunicação organizacional e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na gestão hospitalar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, p. 138-155, 2017.

ANDRADE, Clarisse Soares Leite de. **A influência das soft skills na atuação do gestor: a percepção dos profissionais de gestão de pessoas**. 2016. Tese de Doutorado.

ARAUJO, Cintia Cristina Silva et al. Análise da relação entre clima organizacional e o desempenho criativo em organizações brasileiras. **NAVUS-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 7, n. 2, p. 97-112, 2017.

BEDANI, Marcelo. O impacto dos valores organizacionais na percepção de estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, p. 150-176, 2012.

BRADBERRY, Travis; GREAVES, Jean. **Inteligência Emocional 2.0.** Rio de Janeiro: Alta books, 2019.

CAMERON, Julia. **O caminho do artista.** Tradução de Leila Couceiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

CERVO, Amado Luz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COZER, Carolina. Você conhece o mundo Bani? Empreendedorismo para a vida real. Disponível em: https://www.whow.com.br/tecnologia/voce-conhece-o-mundo-bani/. Acesso em: 26 de set. 2021.

DEVESA, Laura Moura. **A importância da comunicação no contexto organizacional: a comunicação organizacional como ferramenta de desenvolvimento e eficácia de uma organização**. 2017. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; MORAIS, Franciane Andrade de; BRANTES, Carolina dos Anjos Almeida. Competências socioemocionais: fator-chave no desenvolvimento de competências para o trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 394-406, 2014.

GONZAGA, Alessandra Rodrigues; RODRIGUES, Marcelo do Carmo. **Inteligência emocional nas organizações.** Canoa: Unilasalle, 2018.

MARTINS, Patrícia Andreia Pimenta de Castro. **Escuta ativa nos cuidados de enfermagem: uma intervenção confortadora**. 2015. Tese de Doutorado.

MAZZAROTO, Solange Francisca. A Interação no ambiente organizacional a partir da utilização de ferramentas de colaboração. **Ene**, v. 12, p. 50, 2016.

MEIRA, Luciano Alves. Introdução. In: ANTUNES, Lucedile (Coord.). **Soft skills – competências essenciais para os novos tempos.** São Paulo: Literate Books International, 2020.

PADMAJA, T. V. S. Role of soft skills in enhancing employability. **Indian Journal of Education and Information Management**, v. 1, n. 4, p. 174-181, 2012.

ROSEMBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SHEN, Max Nolan. Colaboração sistêmica. In: ANTUNES, Lucedile (Coord.). **Soft skills – competências essenciais para os novos tempos.** São Paulo: Literate Books International, 2020.

TASSIGNY, Mônica Mota et al. Blog: ferramenta estratégica de comunicação organizacional. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 5, n. 2, p. 262-276, 2012.

VIANA, Renata Andréa Pietro P. A importância do trabalho multidisciplinar e dos Soft Skills nos dias de hoje. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 22, n. 2, p. 7-8, 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The future of jobs report 2020**. Geneva, 2020. Disponível em: www.weforum.org. Acesso em: 05 set 2021.

ISSN xxxx-xxxx

ÉTICA: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS E PROIFISSIONAIS DA CONTABILIDADE ACERCA DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA CONTÁBIL

Kassia Aline Pazinato de Almeida[1]
Vitoria Karolina da Silva Ferreira Bettega[2]
José Roberto Domingues da Silva[3]

Resumo: Este estudo investigou qual o nível conhecimento sobre as causas de autuações do CRC PR, na percepção dos acadêmicos do 8º período de ciências contábeis do centro universitário unível e dos profissionais de contabilidade da cidade de cascavel PR. O estudo utilizou a pesquisa descritiva, com corte transversal em agosto de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo, por meio de um levantamento, e analise das respostas pela abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 5 perguntas de perfil e dezessete perguntas embasadas no manual de fiscalização com escala de um a cinco, sendo um menor conhecimento e cinco maior conhecimento. A população de amostra foi composta por acadêmicos do 8º período de ciências contábeis do centro universitário unível e por colaboradores de 5 escritórios diferentes da cidade de Cascavel Pr. Os resultados apontaram um bom preparo dos profissionais e dos formandos sobre a ética, infrações e penalidades, salientando conhecimento máximo nas questões que diziam respeito as principais e mais recorrentes autuações escritas no CRC-PR nos últimos 3 anos.

Palavras-chave: Contabilidade. Conhecimento. Autuações. Moral. Manual de Fiscalização.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito contábil é comum que os empresários confiem em seus contadores e no fato de que os mesmos transformam os dados em informações, facilitando a tomada de decisões de acionistas e da alta administração em relação ao futuro das empresas. Para que isso aconteça de forma orgânica e legal é necessário que se faça o uso da ética. “A ausência de ética é um dos maiores problemas no dia a dia pessoal e profissional” (CAMELLO; RIBEIRO, 2018, p.396).

Quando um contador não exerce sua profissão com ética, acaba infringindo leis que podem trazer consequências graves para sua carreira, “na área contábil, a falta de regras morais traz consequências negativas, tanto para o profissional, quanto para o cliente, pois qualquer informação inidônea pode acarretar sérios problemas” (BERLATTO *et al*, 2015, p.192).

As atualizações no código de ética de 2019 vieram com o objetivo de afirmar a boa-fé do contador ou técnico em contabilidade quando em exercício de sua profissão, sempre se mantendo condizente com seus princípios. Quando isso não acontece o profissional deverá arcar com as consequências de seus atos.

[1] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL. Cascavel PR (2021).
[2] Graduanda do curso de Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL. Cascavel PR (2021).
[3] Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL. Mestre em administração. PUC-PR (2015).

ISSN xxxx-xxxx

A palavra ética, do grego *ethos* é conhecida por significar o estudo filosófico da moral através de seus fundamentos e implicações sobre a interpretação da observação de moral de um indivíduo na prática. Tem como princípio classificar a noção de liberdade e a atividade em meio social (GRISEZ; SHAW, 1993, p.13). Por outro lado, vê-se como antônimo a palavra fraude do latim *Fraus* que geralmente é utilizada com maneirismos para se obter privilégios através de omissões ou má fé com o intuito de prejudicar (GOUVEA; AVANÇO, 2006 p.86).

Com um aumento considerável de infrações fraudarias no código de ética, as mudanças se fizeram necessárias (CFC,2019). Segundo Silva e Pereira (2019, p.585) "O código de ética do profissional contador passou por uma alteração em meio ao contexto de crises e valores, escândalos de corrupção em que a figura do profissional passou a ser questionada".

De acordo com o portal do CFC, Girotto (2019, p.1)

> Durante o ano de 2017, 10.895 processos administrativos ético-disciplinares. Desses, foram remetidos 1.434 ao CFC, em grau de recurso. Do total de processos julgados pela Câmara de Fiscalização e pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina (TSED) do CFC, em 92% houve a manutenção das penalidades éticas e disciplinares aplicadas pelos Conselhos Regionais aos autuados pelas infrações cometidas (GIROTTO, 2019, P.1).

A ética na contabilidade, como em qualquer outra área é importante por assegurar a conduta do profissional e o zelo do mesmo pela sua profissão, e para que isso aconteça se faz necessário seguir as leis que asseguram esta prática. Quando o contador age de forma antônima a ética, além de infringir seu código, está sujeito a uma série de penalidades que podem ocasionar situações irreversíveis a sua carreira. Desta forma o presente estudo vincula-se a ética empresarial.

Quando se fala sobre a importância que a ética exerce nas carreiras, é relevante ressaltar que a mesma é essencial em todas as áreas de nossas vidas. "Não há como falar de ética sem tocar no assunto a respeito da moral, pois para a sociedade são termos bastante parecidos abrangendo em algumas situações o mesmo sentindo" (SILVA;PEREIRA, 2019, p. 586). O que difere as duas coisas é justamente o conjunto de leis que protegem a ética e garantem o seu cumprimento. No mundo contábil não é diferente, existem situações de descumprimento do código de ética do contador, gerando falta de confiança nos serviços prestados pelos contadores.

O presente estudo buscou responder a seguinte questão: qual o nível de conhecimento sobre as causas de autuações do CRC PR, na percepção dos acadêmicos do 8º período de ciências contábeis do Centro Universitário Univel e dos profissionais de contabilidade da cidade de cascavel PR?

Para que o estudo fosse possível, analisou-se a visão dos universitários do 8º período do centro universitário unível e contadores sobre a importância da ética na profissão contábil e o seu conhecimento sobre as infrações cometidas.

O presente estudo é relevante para conscientizar tanto os acadêmicos de Ciências Contábeis, quando o profissional Contador sobre o quanto a ética é fundamental para que se faça um trabalho digno e moral. Também tem relevância

ISSN xxxx-xxxx

para salientar direitos, deveres e obrigações demonstrados através do CFC. É de suma importância para esclarecer a importância que a ética estabelece desde os primórdios da existência humana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo buscou esclarecer conceitos e comportamentos éticos, além de demonstrar também pouco do código de ética do contador, direitos, deveres e atuação contábil.

2.1 CONCEITOS E FONTES DAS REGRAS ÉTICAS

Quando se fala sobre ética, desde a antiguidade os pensamentos são voltados para o para o âmbito social, visto que a mesma tem relação com o caráter que é formado ao longo de cada vida.

Para Alencastro (2010, p. 87),

> A palavra ética, normalmente é traduzida como "ciência da conduta", fazendo parte dela a formação de regras, normas e leis que regem a sociedade. O convívio com outras pessoas do grupo é o que determina do indivíduo sei modo de agir, de maneira que seu caráter é afetado pelo meio cultural em que vive (ALENCASTRO, 2010, p.87).

Desta forma, é essencial que os princípios éticos de qualquer profissão sejam respeitados. Para cada área existe um código de ética a ser seguido, pois a ética é o valor mais relevante que um profissional pode ter, não de forma monetária, mas sim de forma moral (BRANCO; SILVA, 2018 p.15).

A necessidade de ter-se criado fundamentos éticos a serem seguidas mostra segundo Comparato (2006, p.441) que com isso seria possível ter-se uma base, designando a forma de ser, de conhecer e decidir. Com isso, molda-se a moral do indivíduo ao longo de suas vivencias, sua cultura e sua religião.

De acordo com Martins (2006, p.15)

> Usa-se o termo "moral" com maiúscula (Moral) para referir-se a uma "ciência que trata do bem em geral, das ações humanas marcadas pela bondade ou pela malícia". A rigor, esta ciência não existe. O que existe é uma variedade de doutrinas como, por exemplo, a Moral católica, protestante, islâmica, budista, marxista etc (MARTINS, 2006, p.15).

Ao crescer, o indivíduo terá de lidar com sua moral de forma mais severa, adentrando assim o âmbito profissional onde quanto maiores as responsabilidades, maiores são as consequências caso algo de errado. Quando isso acontece por ausência da moral, o indivíduo como profissional deverá arcar com tal reação em cadeia que ele mesmo criou, colocando a prova a importância do conhecimento de seus princípios morais em determinadas áreas (MARTINS, 2006).

É nesta fase que a ética se separa da moral. "Observa-se que o segundo

ISSN xxxx-xxxx

conceito menciona que o sistema de leis (referindo-se a regras ou normas sociais) e valores são estudados pela ética. Daí a diferença entre os dois termos (FIGUEIREDO 2008, p. 6)".

De acordo com Fortes (2005, p. 162)

> O comportamento ético deve prevalecer independente de a condição ser no campo pessoal, na família ou em qualquer outra situação. No aspecto profissional não pode ser diferente. Nessa visão quando falamos de ética profissional, deve ser entendido de forma ampla, passando por todas as atividades de atuação, nas empresas, nas entidades sem fins lucrativos ou quais querem outros organismos que envolvam o trabalho ou outras ocupações (FORTES, 2005, p. 162).

No momento em que a ética se separa do termo "moral", pode-se perceber que "A Ética significa Ciência da moral, quer dizer, ética seria a construção intelectual, organizada pela mente humana sobre a moral. Esta seria, pois, o seu objeto. (COIMBRA 2002, p.75)".

Quando se criam regras de conduta que podem proibir, permitir ou obrigar para que a profissão possa manter a sua dignidade perante a lei e a sociedade. Estas são geradas com o intuito de proteger valores regidos por determinada profissão. Com a responsabilidade existente dentro de cada ramo atuário, cada código de ética rege uma conduta ética mínima para que o indivíduo possa executar seu trabalho com coerência e responsabilidade. Em alguns casos, existem leis que interpretam a falta de ética como um crime, variando de suas consequências (ALVES, 2010 p.8).

Segundo Camargo (2002, p.31)

> A ética profissional exige de um lado a deontologia, isto é o estudo dos deveres específicos que orientam o agir humano no seu campo profissional, e de outro lado exige a diceologia, isto é, o estudo dos direitos que a pessoa tem ao exercer suas atividades (CAMARGO, 2002, p.31).

Todavia, a ética é criada no aumento das obrigações profissionais, e é importante para o profissional, ou seja, a conduta humana do fazer e o agir encontram-se relacionados. O fazer no que diz respeito à competência e eficiência do profissional para executar corretamente sua profissão, já o agir se responsabiliza pela atuação do profissional a um conjunto de comportamento que atribui à representação de sua profissão (OLIVEIRA, 2012, p.50).

2.2 COMPORTAMENTO ÉTICO

Dentre as diretrizes da ética, é necessário ressaltar a importância do comportamento ético. Ao referenciar a ética é detectado que o profissional ético é aquele que carrega consigo um bom caráter, que segue os princípios de sua profissão e de sua moral como ser humano, prezando sempre pela honestidade humana para alcançar êxito e satisfação em todas as áreas de sua vida. Todavia,

ISSN xxxx-xxxx

o profissional contábil tem como missão zelar pela ética de sua profissão com honra, preservação de sigilo, integridade e com seu comportamento pessoal, para que assim consiga transparecer eficácia, credibilidade e confiança aos usuários que usam de seus serviços (SOUZA,2010 p.3). "Práticas éticas são fortalecidas ao serem codificadas em leis e técnicas especiais de autogoverno ético e intelectual, são desenvolvidas e ensinadas" (SKINNER, 2007, p.131).

Segundo o sistema ético Skinneriano, o comportamento ético se molda por se basear nas consequências que a falta dela pode causar, uma vez que considera eticamente correto todos os que saciam as contingências seletivas. (SKINNER, 2007, p.131). Isso, em outras teorias também pode ser chamado de egoísmo ético, este se dá por meio de um caráter normativo, o que quer dizer que para uma atitude ser considerada moralmente correta, é preciso maximizar o auto interesse. O objetivo é voltado para apenas concretizar uma ação quando a mesma promove o melhor para o indivíduo (SENRA, 2011, p. 61-83). Para que este pensamento seja de fato executado, é de suma importância que o mesmo não seja interpretado como um traço de caráter, e que seja homogêneo com o ser humilde a altruísta em sua pratica (FRANKENA, 1969, p. 33).

Dentro das várias diretrizes da ética e de seus comportamentos é necessário entender de onde surgem seus padrões e funções, para que desta forma o indivíduo consiga entender melhor a sua importância.

Para Martins (1997, p.371)

> A atividade empresarial é eticamente fundada e orientada quando se cria emprego, se proporciona habitação, alimentação, vestuário e educação, detendo os bens com quem os administra. Para os cristões a ética empresarial é justiça e obras de misericórdia. Para muitos outros será a lei natural que diz que ninguém pode ser feliz e rico em meio de infelizes pobres (MARTINS, 1997, p. 371).

Quando menciona-se a ética profissional é preciso destacar que a mesma deve estar alinhada com os ideais e princípios das corporações que os prestadores de serviço colaboram. A empresa que opta por uma política ética além do prestigio que recebe por tal missão, ainda consegue baratear custos, visto que a ética torna possível reduzir custos de coordenação (DENNY, 2001, p.276).

Nestes casos, os grupos tendem a se beneficiar em detrimento de outros coletivos. Quando isso acontece os interesses grupais sobrepõe o interesse pessoal, isso é chamado de Parcialismo. Conceitua-se uma derivação do egoísmo, seu princípio é de sempre priorizar os interesses de determinada coletividade mesmo em âmbito individual (SROUR, 2017, p.42).

A ética empresarial parte de um leque mais amplo, e se trata de relações públicas, mistas ou privadas assim como todo o mercado que determinada corporação impacta. Ela é descrita em princípios jurídicos através das leis e também da política de boa convivência em relações sociais, isso quer dizer que respeitando os valores da organização devem estar em conforme com a responsabilidade individual de seus colaboradores e a seus valores sociais que são relacionadas a cultura que a empresa está inserida (CHAMOVITZ; CONSENZA, 2007, p.1).

Entretanto, o código de ética que rege o princípio de seu comportamento,

ISSN xxxx-xxxx

deve sempre ser enfatizado, para que não corra o risco de ser esquecido.

De acordo com Sarmento (2008, p.29)

> A existência de um código de ética por si só é insuficiente para orientar o comportamento empresarial e de seus empregados. A simples elaboração do código de ética e sua formalização, sem outras ações específicas, pode levá-lo ao esquecimento em curto espaço de tempo. Da mesma forma, um código imposto sem a adequada comunicação aos empregados pode transformar-se em letra morta existindo o risco de transformar-se em fonte de ressentimentos. E ainda, um código de ética implantado e que sofre violações pela alta gerência ou outros empregados, sem a necessária reação da empresa, perde a credibilidade, inviabilizando sua aplicação (SARMENTO, 2008, p. 29).

Sendo assim, é efetivo que as normas de éticas sejam mostradas como um exemplo a seguir. Segundo Storh *et al* (2016, p.4) se consideram atenuantes as ações que são tomadas diante a defesa profissional e a contribuição relevante de serviços na área atenuada, enquanto que se agravam com infrações anteriores e publicamente expostas.

2.3 CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTADOR

Em decorrência dos últimos anos, tem se enfatizado uma preocupação crescente com a falta de valores éticos dentro da profissão contábil especialmente voltada a maximização dos lucros decorrentes da economia capitalista. Deste modo a ética ganha um sentido de proteção aos valores humanos, e torna-se necessário pois seu intuito é inibir atitudes contrarias a conduta idealizada (CORRÊA *et al,* 2005 p.59).

O código de ética pode ser interpretado como a relação das práticas de comportamento que devem ser observadas em função de sua profissão, o mesmo tem como objetivo a formação da consciência profissional e sobre padrões de conduta. Ao ser levado a sério e com respeito pelo profissional contador, suas questões tendem a se tornarem menos complicadas de se solucionarem (ALBUQUERQUE, 2005, p.33).

Em consequência da polarização dos mercados, um dos principais desafios que o contador enfrenta é separar os limites de dignidade, legitimidade e lealdade de seus feitos. Quando defendidos os valores éticos explícitos pelas normas de sua profissão, a imagem transmitida tende a ser confiante e de credibilidade (ARAÚJO *et al,* 2015 p.17).

Conforme CFC Alagoas, Batista (2019, p.1) afirma:

> O Código de Ética Profissional do Contador precisa e é atualizado periodicamente para adaptar-se aos novos usos e costumes, às novas práticas de mercado e, até mesmo, às novas tecnologias que impactam a profissão e o seu "modus operandi". E é disso que queremos falar neste artigo (BATISTA,2019, p.1).

Embora tenha sofrido uma alteração em 2019, o código de ética do

ISSN xxxx-xxxx

profissional contador existe desde 1950 no Brasil.

Segundo CFC Girotto (2019, p.1) alega:

> Esse pioneiro conjunto de normas – destinado a "fixar a forma por que se devem conduzir os contabilistas no exercício profissional, perante seus colegas, sua classe e a sociedade" –, era uma aspiração da classe e foi uma conquista considerada de grande importância. Registros históricos relatam que, desde o III Congresso de Contabilidade, realizado de 21 a 26 de maio de 1934, em São Paulo, já havia discussões para se criar um código de ética para a categoria, o que ocorreu quase 20 anos depois (GIROTTO, 2019, p. 1).

Quando o profissional se depara com situações que de alguma forma ferem os princípios éticos, o mesmo precisa tomar uma atitude ética para resolver determinado conflito. Segundo Alves (2005, p.111) a explicação para a decisão ética não decorre apenas de seu caráter punitivo caso seja descumprido, mas da percepção do contador de que este conjunto de conduta é essencial para o aspecto de sua atividade profissional. Porém, o código de ética sozinho é insuficiente para que o profissional tome uma decisão ética, se leva em consideração fatores individuais como idade, tempo de registro no conselho, religião, entre outras várias que constituem a identidade moral de cada ser humano.

Para que o profissional possa impor o código de ética, o mesmo deve mostrar sua conduta evitando conflitos de interesse e deixando claro seu compromisso e independência profissional para sua carteira de clientes. Abster-se de ganhar presentes e prêmios para que isso não prejudique sua profissão e suas relações. Além disso, deve também criar uma política de esclarecimentos e comunicação com os clientes, para que possa dar suas opiniões e julgamentos juntamente a administração da empresa em que presta seus serviços Lisboa *et al*. (1997, p. 70).

O exercício da contabilidade pressupõe que a mesma tem função pessoal, prestada com técnica independência e responsabilidade profissional, e por isso não deve ser interpretada como uma atividade mercantil. Isso se dá pois a profissão está diretamente interligada com a respeitabilidade e confiança. Os serviços contábeis são contratados por tempo indeterminado e tem caráter continuado com rotinas que envolvem o acompanhamento, a execução e o planejamento dos atos da corporação contratante. Quando um empresário procura contratar um profissional da contabilidade o que se leva em consideração além da competência e da capacidade técnica, é também sua conduta ética e integridade, para assim poder criar uma relação de confiança que visará o pleno atendimento a sua necessidade (BATISTA, 2019, p.1)

2.4 DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES DO CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR

Juntamente com a criação do Código de Ética do contador vieram seus direitos, deveres e as penalidades conforme o grau de gravidade da infração.

A norma contábil que rege o código de ética do contador tem como objetivo

ISSN xxxx-xxxx

fixar a conduta do contador quando exercendo a sua profissão, também foi criada para que se possa seguir um padrão de comportamento, tanto no Brasil quanto no mundo, visto que esta padronização também se aplica no exterior (COELHO, 2019). "O Código de Ética Profissional do Contabilista é claro e conciso, não deixando dúvidas sobre o veto ou quaisquer outros detalhes quanto à profissão" (TAMASSORI, 2014, p.34).

O código de conduta ético normativo, além de apresentado como um guia padronizado de comportamento para exército de tal função, também cria a legislação punitiva a ser executada em casos de infrações medidas de acordo com a gravidade do ato ilícito. É nele que o profissional contábil deverá se basear diante as divergências e conflitos que enfrentara em sua rotina de trabalho (LUZ, 2011, p. 94).

De acordo com o artigo 13° da resolução CFC 803/96 alterado pela resolução 905/2002, julgamentos de atos ilegais a "incubação social" do código de ética ao comitê regional servem com escola da contabilidade para o tribunal distrital de ética e disciplina, opções suspensas em 15 dias, transferindo para a comissão federal de contabilidade como supremo tribunal federal de ética e disciplina.

No Art. 6° do decreto lei 9295/46 alterado pela lei 12.249/10 cria-se o código de ética do profissional contador, neste, seguem como deveres e proibições: Deve-se sempre exercer a profissão com zelo, honestidade e conhecimento técnico, caso não se sinta capacitado, o contador deve recusar a indicação de trabalho, guardar sigilo em exército profissional, informar obrigatoriamente a quem é de direito a fatos que julgue necessário a exercer efeito, aplicar salvaguardas caso identifique ou seja alertado de ameaças existentes em meio a profissão contábil, tomar medidas com o intuito de minimizar ou sanar os conflitos de interesse com seus clientes além de adotar medidas para que não seja perdida a independência profissional, abster-se de opiniões pessoais em relação aos direitos das partes interessadas, não conceder interpretações tendenciosas em relação a prestação de serviços sempre mantendo a sua independência, zelar pela sua competência além de não emitir opinião pessoal sobre o serviço de outro colega de profissão, comunicar imediatamente o contratante sobre eventuais circunstancias adversas que gerem riscos para quem precisará tomar decisões dependentes dos relatórios emitidos, realizar os esforços necessários para estar a par do máximo de informações de todas as circunstancias antes de emitir opinião profissional, renunciar as funções imediatamente em caso comprovado de falta de confiança por parte do contratante, quando substituído, deverá deixar o substituto informado sobre os fatos que o mesmo deverá ter conhecimento para o bom desempenho, manifestar imediatamente em caso de impedimento para exercício da profissão, ser solidário com os movimentos da dignidade profissional, estar ativo com a educação profissional continuada estabelecida pelo CFC, em caso de mudança de endereço ou domicilio deverá comunicar imediatamente ao CRC, atender fielmente à fiscalização do exercício profissional, sempre disponibilizando documentos eventualmente solicitados e mencionar sempre o registro profissional quando assinar trabalhos de contabilidade.

Ainda falando do Art. 13° da resolução CFC 803/96 alterado pela resolução 905/2002 o mesmo prega vedo ao contador que: exerce direta ou indiretamente serviços que prejudiquem a sua moral desprestigiando a classe, aufere função do exercício profissional que não seja exclusivamente praticado legalmente, assina

ISSN xxxx-xxxx

documentos e relatórios que não foram emitidos com a sua revisão ou supervisão, exerce sua profissão quando impedido, facilita o exercício de sua profissão para indivíduos não habilitados, exerce serviços contábeis com irregularidades em seu registro no conselho federal de contabilidade, concorre para a realização de atos ilegais que podem levar a fraude, recebe ou solicita vantagens sob aplicações não licitas, prejudica intencionalmente ou não o interesse que foi vos confiado pela parte contratante, reprime de forma abusiva informações em livros, documentos e afins que foram confiados a sua guarda, orienta seus clientes a seguirem em direção contraria a Normas Brasileiras de Contabilidade, exerce ou liga seu nome a atividades ilícitas em meio profissional, quebra o sigilo entregando informações de seus clientes, frauda a boa-fé de seus clientes tentando iludi-los e influencia-los a seguir pelo caminho contrário a legislação, não atende prazos e notificações estabelecidas pelo CFC, intitula-se com categoria inexistente a classe contábil, executa trabalhos contábeis sem a supervisão das Normas Brasileiras de Contabilidade criadas pelo CRC, publica ou distribui material cientifico ou técnico com sua assinatura caso não tenha participado de tais, exerce a profissão mesmo com sua capacidade comprovadamente deturpada ou revela negociações confidenciais da parte contratante.

Caso o código de ética profissional do contador não seja cumprido de acordo com a legislação citada anteriormente, o mesmo tem como penalidade ainda segundo o Art. 13° da resolução CFC 803/96 alterado pela resolução 905/2002 segundo a gravidade de sua infração: advertência reservada, a censura reservada ou a censura pública. Quando aplicada a pena ética as mesmas podem ser consideradas amenizadas por ação descrita em defesa do direito especial do profissional, nenhuma pena ética ao profissional anteriormente, a relevância de seus serviços em meio contábil e aplicação de salvaguardas. Por outro lado, podem ser agravadas em caso de ação ou omissão que venha a denegrir a imagem do contador e penalidades éticas anteriores em julgado.

2.5 CONTADOR E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

É relevante que o profissional da contabilidade seja visto com respeito e como um símbolo de confiança perante a sociedade, uma vez que provera dados capazes de alterar a realidade e as decisões que uma empresa tem de tomar (SILVA, 2003).

Segundo Silva (2003, p.230)

> O departamento de contabilidade deve ser o mais confiável em termos de informações quantitativas e qualitativas dentro e fora de uma organização, pois é um sistema de avaliação – um desafio empresarial, onde as atividades desempenhadas pelo contador estão interligadas com as funções administrativas e mais intimamente com o planejamento e o controle, além da ligação profunda com a tomada de decisão, atividades estas que devem estar juntas para enfrentar os avanços tecnológicos, o grande fluxo de informações e atender as necessidades da nova era, a era do conhecimento (SILVA, 2003, p. 230).

ISSN xxxx-xxxx

A visão que o profissional contador passa para as demais áreas administrativas é de ser o braço direito de seus contratantes, transparecendo confiança tanto na controladoria dos números quanto para transformar estes dados em informações para os empresários. Este profissional assume a responsabilidade de motivar o crescimento das empresas, ampliando sua atuação no mercado interno e externo além de ter grande influência na tomada de decisões através os relatórios que transmite (SANTANA 2002, p. 3 apud SILVA, 2003, p.41).

O destino do profissional contado nesta era presencial está diretamente ligado a ética, uma vez que esta conduta pode ser a chave para seu sucesso ou seu fracasso. Por isso o mesmo deve estar sempre atento para não correr o risco de denegrir sua imagem como profissional diante do mercado (JACOMINO, 2000, p. 28).

O profissional contador tem uma expansiva área de mercado na qual o mesmo pode optar por especializar-se. Em empresas, o mesmo tem capacidade de atuar com planejamento tributário, com administração, com auditoria, com gestão de custos, com controladoria e auditoria interna. Já como autônomo, o contador tem a opção de atuar com auditoria independente, consultoria, com empreendedorismo, com perícia e com investigação. Além destes dois campos, o profissional também pode optar por atuar no ramo do ensino, como professor ou pesquisador (MARION, 2003 p.236).

De acordo com Machado *et. al* (2015, p.210)

> Observa-se que o contador precisa estar sempre se atualizando, e se inteirando do cenário a que está inserido, precisa estar aberto a todas as áreas da informação. Seu campo de atuação oferece oportunidades em diversas áreas para emprego e realização profissional (MACHADO *et al,* 2015, p.120).

No momento em que o profissional da área contábil está exercendo sua profissão, o mesmo se depara com diversas alterações legislativas e normativas que se concretizam de forma constante. Cumprir com todas as suas obrigações e deveres sendo em relação a apuração de resultados á prazos de entrega, tudo acaba se tornando um desafio continuado dentro de sua profissão (PRADO, 2013 p.13).

3 METODOLOGIA

Na concepção de Gil (1999 p.70), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Segundo Andrade (2002, p.81)

> Destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registra-los, classifica-los, e interpreta-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2002, p. 81).

ISSN xxxx-xxxx

O corte foi transversal no mês junho a agosto de 2021, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Os resultados obtidos com base em uma pesquisa exploratória podem contribuir no sentido de identificar relações existentes entre as variáveis estudadas de determinada população. Portanto, o pesquisador informa sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos que tem lugar na população analisada (BEUREN; RAUPP 2006, p.81).

Quanto aos procedimentos adotou o levantamento que é um modelo de investigação quantitativa. Ela pode ser acentuada como uma forma de recolher dados a partir de características e opiniões das civilizações determinada. O resultado encontrado, desde que o grupo seja representativo da população, pode ser extrapolado para todo o mundo em estudo. Segundo Gil (1999, p.70) a pesquisa de levantamento "Se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer. Procede-se a solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do estudo para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes".

Os dados foram coletados por meio de um questionário com perguntas objetivas e escala avaliativa de 1 a 5 para conceito de conhecimento, com 17 perguntas sendo respectivamente uma sobre escrituração contábil e suas dispensas, uma sobre contabilidade rural, evidenciando tratamento diferenciado e simplificado para aqueles que se encaixam nesta modalidade, duas sobre demonstrações contábeis, sobre orientação técnica e seus pontos relevantes de interpretação e suas obrigatoriedades, sobre livros fiscais online, padrões de comportamento profissional, sobre denúncias, propagandas e suas restrições, fiscalização digital e atualização cadastral dos profissionais de contabilidade. Foi aplicado aos formandos do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL e aos profissionais que estão atuando em cinco escritórios de contabilidade diferentes, com a intenção de observar a percepção e o conhecimento sobre as autuações de ética registradas pelo CRC no exercício da profissão. A população pesquisada foram os formandos de contabilidade em 2021 do Centro Universitário Univel e profissionais que estão trabalhando em cinco escritórios de contabilidade da cidade de cascavel, escolhidos por facilidade de contato.

A abordagem do problema foi quantitativa caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. Destaca ainda sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto as inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos. (BEUREN; RAUPP, 2006, p.93).

A presente pesquisa encontra-se limitada pelas respostas do questionário. Nesse sentindo, os documentos referentes a esse tipo de pesquisa podem ser colhidos com base em uma amostra retirada de determinada população ou mundo que se deseja conhecer. Deve-se ficar atento ao fato de que as amostras serão imperfeitas, podendo-se variar o grau de erro.

ISSN xxxx-xxxx

4 RESULTADOS

O presente estudo foi realizado através de um levantamento composto por um questionário que buscou identificar primeiramente o perfil dos respondentes (estado civil, sexo, área de trabalho, idade e grau de escolaridade), e também o conhecimento geral sobre as normas de fiscalização utilizadas pelo CRC PR. O questionário foi aplicado tanto para os formandos de Ciências Contábeis da UNIVEL, quanto para cinco escritórios de contabilidade diferentes. Todos os cálculos foram obtidos através de um total entre a quantia de acadêmicos e profissionais (horizontal) E um total geral, que busca interpretar as analises de todos os respondentes. As informações retornadas permitiram a elaboração da tabela 1:

Tabela 1 – Perfil dos Respondentes.

		Acadêmicos	Profissionais	Total
Sexo	Feminino	26%	39%	66%
	Masculino	21%	14%	34%
	TOTAL	47%	53%	100 %
Estado Civil	Solteiro	44%	30%	74%
	Casado	2%	18%	21%
	Divorciado	1%	3%	5%
	Viúvo	0%	1%	1%
	TOTAL	47%	53%	100 %
Área de trabalho	Escritório Contábil	24%	46%	70%
	Empresas Privadas	9%	2%	11%
	Outras Áreas	14%	3%	17%
	Desempregado	0%	1%	1%
	TOTAL	47%	53%	100 %
Idade	17 a 21 anos	13%	10%	23%
	22 a 30 anos	32%	20%	52%
	31 a 40 anos	2%	16%	18%
	41 anos ou mais	0%	7%	7%
	TOTAL	47%	53%	100 %
Grau de Escolaridade	Superior Incompleto	47%	20%	67%
	Superior Completo	0%	22%	22%
	Pós Incompleta	0%	2%	2%
	Pós Completa	0%	9%	9%
	TOTAL	47%	53%	100 %
Renda Mensal	R$1.000/2.000	24%	15%	39%
	R$2.001/3.000	20%	22%	41%

ISSN xxxx-xxxx

	R$3.001/5.000	2%	9%	11%
	R$5.001,00 ou mais	1%	7%	8%
	TOTAL	47%	53%	100 %

Fonte: Questionário aplicado (2021)

A tabela 1 estabeleceu o perfil dos respondentes onde 66% são do sexo feminino e 34% masculino; 74% solteiros e 21% casados; dos 87 questionados, 70% trabalham em escritórios contábeis 11% em empresas privadas e 17% em outras áreas; destes mesmos, 52% tem entre 22 e 30 anos, 23% de 17 a 21 anos, 18% de 31 a 40 anos e 7% possui mais 41 anos ou mais; Seus graus de escolaridade apontam 67% com o ensino superior incompleto, 22% com superior completo e 9% com pós graduação completa; tem como renda mensal 41% R$2.001,00 a R$3.000,00, 39% com R$1.000,00 a R$2.000,00, 11% com R$3.001,00 a R$5.000,00 e 8% com R$5.001,00 ou mais.

O questionário utilizou uma escala numérica de um a cinco onde considerou um como menor conhecimento e cinco, maior conhecimento, os cálculos foram realizados por meio do total que separou as respostas dos acadêmicos dos profissionais (horizontal) e um que analisa os respondentes como um todo, buscando verificar um grau geral de conhecimento (horizontal). Todas as informações permitiram a elaboração da tabela 2:

Tabela 2 – Conhecimento sobre o manual de fiscalização

		Acadêmicos	Profissionais	Total
Escrituração contábil e suas dispensas	1	3%	6%	9%
	2	9%	7%	16%
	3	17%	15%	32%
	4	10%	11%	22%
	5	7%	14%	21%
	TOTAL	47%	53%	100%
Contabilidade para produtor rural	1	8%	3%	11%
	2	9%	14%	23%
	3	14%	14%	28%
	4	9%	11%	21%
	5	7%	10%	17%
	TOTAL	47%	53%	100%
Quais os tipos de demonstrações Contábeis	1	1%	5%	6%
	2	0%	5%	5%
	3	9%	14%	23%

ISSN xxxx-xxxx

	4	17%	15%	32%
	5	20%	15%	34%
	TOTAL	47%	53%	100%
Natureza de operações no plano de contas	1	2%	7%	9%
	2	6%	5%	10%
	3	18%	18%	37%
	4	11%	11%	23%
	5	9%	11%	21%
	TOTAL	47%	53%	100%
Demonstrações Contábeis obrigatórias no livro diário	1	1%	2%	3%
	2	7%	6%	13%
	3	8%	15%	23%
	4	17%	11%	29%
	5	14%	18%	32%
	TOTAL	47%	53%	100%
Informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas	1	5%	5%	9%
	2	5%	11%	16%
	3	11%	8%	20%
	4	21%	13%	33%
	5	6%	16%	22%
	TOTAL	47%	53%	100%
Orientação Técnica Geral	1	6%	6%	11%
	2	8%	13%	21%
	3	21%	11%	32%
	4	9%	17%	26%
	5	3%	6%	9%
	TOTAL	47%	53%	100%
Autenticação de livros contábeis digitais	1	7%	8%	15%
	2	1%	5%	6%
	3	13%	10%	23%
	4	8%	15%	23%

ISSN xxxx-xxxx

	5	18%	15%	33%
	TOTAL	47%	53%	100%
Contratos e prestação de serviços contábeis	1	2%	3%	6%
	2	5%	8%	13%
	3	11%	8%	20%
	4	17%	13%	30%
	5	11%	21%	32%
	TOTAL	47%	53%	100%
Emissão de certidão de regularidade profissional	1	5%	2%	7%
	2	6%	7%	13%
	3	11%	10%	22%
	4	7%	14%	21%
	5	18%	20%	38%
	TOTAL	47%	53%	100%
Certidão negativa e suas infrações	1	5%	3%	8%
	2	11%	14%	25%
	3	8%	8%	16%
	4	17%	17%	34%
	5	6%	10%	16%
	TOTAL	47%	53%	100%
Auditoria	1	5%	6%	10%
	2	7%	8%	15%
	3	20%	20%	39%
	4	7%	10%	17%
	5	9%	9%	18%
	TOTAL	47%	53%	100%
Perícia	1	8%	11%	20%
	2	11%	11%	23%
	3	8%	10%	18%
	4	10%	11%	22%
	5	10%	8%	18%

ISSN xxxx-xxxx

	TOTAL	47%	53%	100%
Denuncias	1	2%	9%	11%
	2	11%	15%	26%
	3	8%	8%	16%
	4	14%	9%	23%
	5	11%	11%	23%
	TOTAL	47%	53%	100%
Propaganda	1	2%	5%	7%
	2	3%	7%	10%
	3	8%	14%	22%
	4	20%	10%	30%
	5	14%	17%	31%
	TOTAL	47%	53%	100%
Fiscalização Digital	1	9%	14%	23%
	2	5%	8%	13%
	3	15%	14%	29%
	4	9%	11%	21%
	5	9%	6%	15%
	TOTAL	47%	53%	100%
Atualizações Cadastrais	1	1%	2%	3%
	2	0%	8%	8%
	3	9%	7%	16%
	4	13%	9%	22%
	5	24%	26%	51%
	TOTAL	47%	53%	100%

Fonte: Questionário aplicado (2021)

Na tabela 2 observou-se que 32% do público selecionado respondeu com conhecimento mediano sobre o assunto de escrituração contábil; 28% afirmou conhecimento mediano em contabilidade para produtor rural; 34% alegou conhecimento absoluto sobre tipos de demonstrações contábeis; 37% constatou conhecimento mediano em percepção da Natureza de operações no plano de contas; 32% indicou ter total consciência das demonstrações contábeis obrigatórias no livro diário; 33% afirmou um bom conhecimento sobre informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas; 32% constatou um bom conhecimento, sobre orientação técnica geral; 33% demonstrou total cognição na autenticação de

ISSN xxxx-xxxx

livros contábeis digitais; 32% alegou conhecimento absoluto em relação a contratos e prestação de serviços contábeis; 38% informou total clareza sobre emissão de certidão de regularidade profissional; 34% observou ter um conhecimento superior em virtude de certidão negativa e suas infrações; 39% afirmou ter conhecimento intermediário em auditoria; 23% respondeu ter poucos conhecimentos em pericia; 26% indicou conhecimento escasso sobre denúncias; 31% alegou máximo conhecimento em propagandas; 29% diz ter conhecimento intermediário em fiscalização digital e 51% afirmaram total clareza nas atualizações cadastrais. Embora apresentasse resultados diferentes, permitiu identificar que os temas não são desconhecidos dos acadêmicos e profissionais, ou seja, faz parte do exercício e dos estudos sobre as atividades que envolvem a profissão.

Para que fosse possível comparar os resultados do questionário aplicado, a tabela três foi elaborada com as informações retiradas do CRC-PR com a quantidade de notificações inflacionárias por motivos, em 2019, 2020 e 2021 simultaneamente, ao todo foram 5.122 notificações, sendo 2176 em 2019, 1788 em 2020 e 1158 de janeiro a maio de 2021. Os cálculos foram efetuados com a porcentagem de cada ano referente as infrações (%), e com o total geral que investiga o número total de infrações. Estas informações permitiram a elaboração da tabela 3.

Tabela 3 – Notificações Por Motivo CRC

Motivo	2019	2020	2021 Parcial	%	
Sem alvará cadastral	39,55%	60,31%	0,14%	100%	
Demonstrações contábeis em desacordo com as NBC	57,88%	35,21%	6,91%	100%	
Executar Serviços Contábeis Sem o competente Registro No Crc-pr	72,60%	27,12%	0,28%	100%	
Falta de escrituração do livro diário	52,55%	41,69%	5,76%	100%	
Averbação de alteração contratual ou distrato social	68,51%	26,64%	4,84%	100%	
Manter funcionário sem registro no crc-pr	73,11%	26,89%	0,00%	100%	
Por fornecer decore inidônea	54,47%	38,21%	7,32%	100%	
Por não manter escrituração contábil regular	59,05%	40,48%	0,48%	100%	
Exploração De	37,04%	62,96%	0,00%	100%	

ISSN xxxx-xxxx

Atividades Contábeis Sem Cadastro No Crc-pr					
Sem registro sociedade	22,78%	69,83%	7,38%	100%	
Falta do registro cadastral de empresário individual	63,69%	35,71%	0,60%	100%	
Contrato de prestação de serviços	64,79%	31,69%	3,52%	100%	
Responder Pela Org. Em Condições Irregulares Perante Ao Crc-pr	48,28%	51,72%	0,00%	100%	
Demonstrações contábeis	44,17%	50,00%	5,83%	100%	
Denuncia	45,30%	32,48%	22,22%	100%	
Sem registro	91,38%	8,62%	0,00%	100%	
Erro de estrutura	63,01%	26,03%	10,96%	100%	
Não ter procedido a alteração de endereço	56,10%	17,07%	26,83%	100%	
Por firmar decore sem documentação hábil e legal	33,65%	66,35%	0,00%	100%	
Leigo	60,78%	39,22%	0,00%	100%	
Por Alterar Responsável Técnico Sem Averbação Junto Ao Crc-pr	71,79%	28,21%	0,00%	100%	
Falta de registro do livro diário no órgão competente	37,50%	23,61%	38,89%	100%	
Por deixar de averbar alteração contratual	47,06%	19,61%	33,33%	100%	
Firmar decore sem base em documento hábil e legal	30,26%	65,79%	3,95%	100%	
Registro Profissional Baixado No Crc-pr	19,33%	7,56%	73,11%	100%	
Falta de demonstrações contábeis obrigatórias	28,95%	17,11%	53,95%	100%	
Responder pela	53,85%	46,15%	0,00%	100%	

ISSN xxxx-xxxx

organização cont. Em condição irregular					
Manter em funcionamento a organização contábil sem averbação da alteração	8,70%	2,17%	89,13%	100%	
Descumprimento Das Determinações Do Crc-pr	70,00%	20,00%	10,00%	100%	
Explorar atividades contábeis com registro baixado	36,84%	26,32%	36,84%	100%	
Não mencionar o nome e qualificação do profissional	63,64%	27,27%	9,09%	100%	
Exercendo a profissão contábil sem transferir o registro	50,00%	20,00%	30,00%	100%	
Favorecer o exercício da profissão por profissional não habilitado	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Falta de comunicação formal aos clientes	0,66%	0,00%	99,34%	100%	
Manter em funcionamento a organização contábil sem averbação contratual	33,33%	16,67%	50,00%	100%	
Contrato de prestação de serviços contábeis	33,33%	0,00%	66,67%	100%	
Explorar Atividades Contábeis Na Jurisdição Do Crc-pr Sem Registro	4,69%	0,00%	95,31%	100%	
Manter profissional com registro baixado	42,86%	57,14%	0,00%	100%	
Não apresentar prova que o profissional está devidamente habilitado	75,00%	0,00%	25,00%	100%	
Não informado	14,29%	80,95%	4,76%	100%	
Por não	100,00%	0,00%	0,00%	100%	

ISSN xxxx-xxxx

apresentar responsável técnico pela escrituração fisco-contábil					
Qualificar-se como contador, sendo técnico em contabilidade	60,00%	40,00%	0,00%	100%	
Assumir reponsabilidade técnica da sociedade, e facilitar o exercício da profissão	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Concorrência desleal	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Esclarecimento referente as divergências	6,90%	6,90%	86,21%	100%	
Providenciar a alteração de seu estado civil	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Apropriar-se Inevidente De Valores Confiados A Sua Guarda.	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Contabilista sem registro transferido (definitivo ou provisório)	50,00%	0,00%	50,00%	100%	
Deixar de contratar auditores revisores	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Por não comunicar o crc quanto a saída de sócio	20,00%	80,00%	0,00%	100%	
Realizar Trabalhos De Auditoria Sem o Competente Registro De Co	50,00%	50,00%	0,00%	100%	
Retenção indevida de documentos	100,00%	0,00%	0,00%	100%	
Auditoria	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Averbação No Nome de Casado	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Educação profissional continuada	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Falta de zelo	0,00%	0,00%	100,00%	100%	
Fisc-E	0,00%	100,00%	0,00%	100%	

ISSN xxxx-xxxx

Identificação Incorreta Em Placas, Anúncios, etc.	0,00%	75,00%	25,00%	100%	
Informar Nome do Contabilista	0,00%	0,00%	100,00%	100%	
Por Responder Como Representante Técnico em Condição Irregular	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Por responder pela parte técnica sob forma não autorizada	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Responder Pela Organização Contábil Tendo em Vista Não Proceder Alteração Contratual	0,00%	100,00%	0,00%	100%	
Total de registros	**42,48%**	**34,91%**	**22,61%**	**100%**	

Fonte: CRC-PR

Pode-se observar pela tabela 3 que as infrações mais comuns que ocorreram foram em relação a ausência de alvará cadastral com 14,018%; falta de comunicação formal com os clientes 11,851%; ausência de registro em sociedade 9,254%; com demonstrações contábeis em desacordo com a NBC 9,038%; falta de escrituração contábil no livro diário 8,805%; execução dos serviços contábeis sem o registro competente no CRC 6,911%; exploração de atividades contábeis sem registro no CRC 6,326%; averbação de alteração contratual ou distrato social 5,642%; por fornecer decore inidônea 4,803%; manter funcionário sem registro no CRC 4,139%; por não manter escrituração contábil regular 4,100%; responder pela organização em condições irregulares perante ao CRC 3,397%; falta de registro cadastral do empresário individual 3,280%. As demais infrações representam menos de 3% no quadro geral.

Observou-se que as maiores quantidades de infrações ocorreram nas atividades mais comuns do exercício profissional contábil, confirmando as respostas da tabela anterior que identificou que os respondentes conhecem as situações que podem gerar autuações, e na realidade existe a necessidade de maiores cuidados para evitar punições em virtude do não cumprimento das práticas que podem levar a aplicação do manual de fiscalização do CRC, pelos profissionais da contabilidade atuantes no mercado.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo foi aplicado aos profissionais de contabilidade e atuantes na cidade de cascavel e aos acadêmicos graduandos do curso de ciências contábeis do centro universitário unível no período de 2021, com intuito de identificar o nível de conhecimento das causas de infrações sobre ética no Paraná. Para que isso fosse possível foi elaborado um questionário com dezessete

ISSN xxxx-xxxx

questões baseadas no manual de fiscalização do CRC-PR e 5 questões para elaborar o perfil de cada respondente. Para fins comparativos também foi gerado uma pesquisa com informações retiradas do CRC-PR sendo essas as notificações de autos de infração dos anos 2019,2020 e 2021 parcial, de janeiro a maio.

O problema buscou descobrir qual o nível de conhecimento dos respondentes, tanto dos profissionais quanto dos ingressantes na profissão. Diante disso, foi analisado que grande maioria apresenta um bom conhecimento sobre as principais ocorrências autuadas. Observou-se que o maior motivo de autuações nos últimos três anos fora sobre ausência de alvará cadastral, onde o grupo questionado afirmou conhecimento máximo com 51% das respostas, como segunda maior autuação, referências a demonstrações contábeis em desacordo com a NBC e sobre a ausência de registro de sociedades. Os respondentes de questões relacionadas a demonstrações contábeis seguem com conhecimento máximo no assunto com 34%, no que diz respeito a ausência de registro de sociedades 32% dos questionados também afirmam amplo conhecimento sobre o assunto. Também é muito recorrente a falta de escrituração do livro diário, nestas foram respondidos conhecimento geral 32%. No que refere-se a execução de serviços e atividades contábeis sem registro no CRC-PR os respondentes alegam total conhecimento em 51%.

Com isso pode-se concluir que o objetivo geral foi alcançado com a análise e a visão tanto dos universitários do 8º período do curso de ciências contábeis do centro universitário unível quanto dos profissionais já ingressados na área contábil sobre a importância da ética em sua profissão e o seu conhecimento sobre as principais infrações encontradas no CRC-PR. A pesquisa aplicada evidenciou em sua maioria um ótimo conhecimento dos questionados sobre o manual de fiscalização sendo julgado assim que tanto os já ingressados quanto os ingressantes na área estão preparados para exercer a sua profissão com ética e maestria visto que em função de suas respostas de conhecimento, não terão problemas com a fiscalização.

Para estudos futuros, pode ser sugerido outra população respondente, somente com profissionais de contabilidade, ou contadores de diferentes estados do Brasil, para realizar uma média federal em relação ao conhecimento de autuações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. O. Monografia. **Ética na Contabilidade**, Brasilia, v. 1, n. 1, p.33, 2005. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2268/2/20019737.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

ALENCASTRO, M. S. C. **Ética Empresarial na Prática**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2010. p. 87.

ALVES, F. J. S. *et al* . **Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista**. Rev. contab. financ., São Paulo , v. 18, p. 58-68, 2007. p.111, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-

70772007000300006&lng=en&nrm=iso>. acessado em 15 de Maio de 2021.

ALVES, L. D. L. **O CÓDIGO DE ÉTICA E OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE:: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE DOURADOS/MS**.. Repositório UFGD, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, p. 8-9, nov./2010. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4072. Acesso em: 16 mai. 2021.
ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções de práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.81

ARAUJO *et al*. Lei Nº 6,404/76: **Análise dos Principais Avanços Proporcionados à Contabilidade no Brasil.** Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, Piauí, v. 2, n. 2, p. 17, 2015.
BRANCO, P. H; SILVA, A. L. D. A. **Ética do profissional contábil**. Farol , Rondonia, v. 7, n. 7, p. 15, 2018.

BERLATTO, O. *et al*. **As Contribuições da Ética ao Profissional de Contabilidade**. Gecont, Piaui, v. 2, n. 1, p. 191-198, jun./2015. Disponível em: https://www.ojs.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/1777. Acesso em: 15 mai. 2021.

BEUREN, F. M. E. I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas,2006. P. 76-96

CAMARGO, M. **Fundamentos da ética geral e profissional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31.

CAMELLO, M; RIBEIRO, O. M. **Ética na Contabilidade**. 1. ed. SP: Saraiva, 2019. p. 396-396.

COELHO, E. P. **Ética Profissional e a Evolução Profissional Contábil**. Core, Uberlandia, v. 1, n. 1, p. 7-7, jun./2019. Disponível em: https://core.ac.uk/display/250630470. Acesso em: 16 mai. 2021.

COIMBRA, J. Á. A. **Fronteiras da ética**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 75.

COMPARATO, F. K**. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2006. p. 441.

CONCELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do Contador é atualizado: saiba o que mudou**. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/codigo-de-etica-profissional-do-contador-e-atualizado-saiba-o-que-mudou/. Acesso em: 15 mai. 2021.
CONCELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Legislação e Penalidades. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes/conteudo/07.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

CONCELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do**

ISSN xxxx-xxxx

Contador é atualizado: saiba o que mudou. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/codigo-de-etica-profissional-do-contador-e-atualizado-saiba-o-que-mudou/#:~:text=O%20primeiro%20C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica,em%20Belo%20Horizonte%20(MG). Acesso em: 15 mai. 2021.

CONCELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Um olhar para a Contabilidade, viés da essencialidade e da ética**. Disponível em: https://cfc.org.br/destaque/um-olhar-para-a-contabilidade-vies-da-essencialidade-e-da-etica/. Acesso em: 15 mai. 2021.

CONSENZA, Orlando Nunes. Ética, Ética Empresarial e Responsabilidade Social: Reflexões e Recomendações. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 1, p. 1-9, mai./2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256472748_Etica_Etica_Empresarial_e_Responsabilidade_Social_Reflexoes_e_Recomendacoes. Acesso em: 15 mai. 2021.

CORRÊA *et al***. Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil.** Revista Contemporânea de Contabilidade, Floranópolis, SC, v. 2, n. 3, p. 59, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/762/76200304.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

DENNY, A. E. **Ética e Sociedade**. 1. ed. Capivari: Opinião , 2001. p. 276.

FIGUEIREDO, A. M. **Ética: origens e distinção da moral**. Saúde, Ética & Justiça (e-ISSN 2317-2770), *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008. DOI: 10.11606/issn.2317-2770.v13i1p1-9. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359. Acesso em: 15 mai. 2021.

FILHO, I. G. M. **Manual Esquematico de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: São Paulo, 1999. p. 15.

FIPECAFE; LISBOA, L. P. **Ética Geral e Profissional e Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FORTES, J. C. **Manual do contabilista: uma abordagem teórico-prática da profissão contábil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 162.

FRANKENA, K. **Ética: Curso Moderno da Filosofia** . 3. ed. Rio De Janeiro: Zahar, 1969.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.70

GRISEZ, G. G; SHAW, R. B. **Ser persona: Curso de Ética.** 1. ed. Rialp: Madrid , 1993. p. 13.

GOUVÊA, P. E; AVANÇO, L. **Ética e fraudes contábeis**. Ciencias Jurídicas, Londrina, PR, v. 7, n. 1, p. 86, 2006. Disponível em:

https://revista.pgsskroton.com/index.php/juridicas/article/view/1314. Acesso em: 16 mai. 2021.

JACOMINO, D. **Voce é um professional ético?** Você S/A, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 28, 2000.

LISBOA, P. L. **Ética Geral e Profissional e Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 70-70.

LUZ, P. H. A **Percepção dos Alunos de Ensino Superior em Ciências Contábeis e Respeito das Normas Ético-Disciplinares da Profissão Contábil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) , Florianópolis,SC, v. 1, n. 1, p. 94, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121041. Acesso em: 15 mai. 2021.

MACHADO, L. *et al*. **O PERFIL PROFISSIONAL DO CONTADOR NA COMTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANÚNCIOS DE RECRUTAMENTO**. Valore, Volta Redonda, RJ, v. 4, n. 5, p. 121-132, 2019. Disponível em: https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/691/482. Acesso em: 15 mai. 2021.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 236.

MARTINS, I. G. **Ética no direito e na Economia**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 237.

OLIVEIRA, A. R. **Ética Profissional**. 1. ed. Belém - PA: IFPA,, 2012. P.50.

PRADO, E. C. P**. O papel e a atuação do contador tributário** . Ciências Gerenciais, Sumaré, v. 17, n. 26, p. 13, 2013. Disponível em: https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/1611. Acesso em: 15 mai. 2021.

RIBEIRO, O; CAMELO, M. **Ética na Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas,1999.

SARMENTO, A. C. C. **Códigos de Ética Empresarial: Uma Análise de Fatores que Influenciam a Efetividade**. Portal Estácio , Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29, 2008. Disponível em: https://portal.estacio.br/media/2878/dissertacoes-antonio-carlos-capeletti-sarmento.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

SENRA, F. C**. O egoísmo e sua aplicação na teoria ética de Ayn Rand**. Revista Guairacá, Londrina PR, v. 27, n. 0103250, p. 61-83, 2011. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/2423. Acesso em: 14 mai. 2021.

SILVA, D. S; PEREIRA, A. J. L. **Ética do Profissional Contador: Uma análise das principais alterações no código de ética**. Id Online, São Paulo, v. 13, n. 48, p. 585-590, 2019. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2165/0#:~:text=Para%20tanto%2C%20parte%20da%20concep%C3%A7%C3%A3o,do%20direito%20civil%20e%20consumerista. Acesso em: 15 mai. 2021.

SILVA, M. R. **Contribuição à melhoria da atuação profissional do contador na cidade São Paulo: pesquisa face às exigências do mercado de trabalho.** Dissertação (Mestrado em -) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-230, 2003.

SKINNER, B**. Seleção por consequências**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007. DOI: 10.31505/rbtcc.v9i1.150. Disponível em: http://rbtcc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/RBTCC/article/view/150. Acesso em: 15 mai. 2021.

SOUZA, E. M. D. **A ÉTICA E O PROFISSIONAL CONTÁBIL**.. Web Artigos, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 3, 2010. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-etica-e-o-profissional-contabil/37467. Acesso em: 15 mai. 2021.

SROUR, R. H. **Ética Empresarial** . 5. ed. [S.l.]: Atlas, 2017. p. 42

STOHR, C. P. *et al*. **Infrações ao Código de Ética Profissional do Contador: Análise de Dados Secundários**. **Researchgate**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 4, out./2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309565140_Infracoes_ao_Codigo_de_Etica_Profissional_do_Contador_Analise_de_Dados_Secundarios. Acesso em: 29 mai. 2021.

TAMAROSSI, J. M. Trabalho de Conclusão de Curso. **PERCEPÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE EM PIMENTA BUENO, RO.** , Cacoal, RO, v. 1, n. 1, p. 34, 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/294852981.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

ISSN xxxx-xxxx

OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM UMA EMPRESA DO REGIME LUCRO PRESUMIDO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CÉU AZUL – PR

Rafaela Brand[1]
Rodrigo Pussinini[2]
Everton Jaime Gugel[3]

Resumo: No contexto global, o Brasil é um dos países que possuem a carga tributária mais elevada e o sistema mais complexo, em virtude de o país possuir 27 unidades federativas, em que cada ente normatiza a tributação através dos seus regulamentos internos, o que dificulta a compreensão legislativa e torna o processo mais burocrático, surgindo assim guerra fiscal entre os estados. Devido a essa complexidade tributária surge possibilidades para a sonegação, evasão e fraude fiscal, em razão disso, a reforma tributária tem como princípio a simplificação do sistema tornando-o igualitário. Assim sendo este artigo tem como objetivo analisar os reflexos da reforma tributária em uma empresa do lucro presumido localizada no município de Céu Azul – PR adotando, metodologia de caráter descritivo, bibliográfico e evidenciando os resultados com um estudo de caso. Os resultados obtidos elucidam os reflexos que a reforma da PEC 45/19 e o projeto de lei 3.887/20, ambos em tramitação, podem afetar na empresa deste artigo, demonstrando e comparando com a atual tributação e o que está sendo discutido no Senado para sanção.

Palavras-chave: Reforma tributária. Contabilidade. Proposta de Emenda à Constituição. Projeto de lei.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que possui uma gama de aplicações em diversos setores dentro de uma organização. No que tange tais aplicações este artigo tem como tema principal a análise da “contabilidade tributária” e suas abordagens, dentre elas, os tributos, impostos, taxas, contribuições, planejamento tributário de uma organização, regimes tributários brasileiros dentre outros.

Desde 1965 que não se tem uma mudança radical dentro do sistema tributário brasileiro, visto que neste ano houve o surgimento do ICMS no país. Ao tratarmos da reforma tributária, Amaral (1999) esclarece que é preciso em primeiro lugar, identificar dentro das bases econômicas, renda, patrimônio e consumo, quais serão as mais adequadas para a projeção de um sistema tributário.

O Brasil é um país que tem uma carga tributária muito elevada comparada com outros países e de acordo com um estudo de âmbito global, o Brasil ocupa a 14° posição no ranking dos países com uma das maiores cargas tributárias aplicadas (BONA, 2019), o que significa que o brasileiro paga muito tributo sobre bens e serviços e que, de acordo com Santos (2019) sustenta que “temos a maior a carga

[1] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Especialista em Direto Tributário e Planejamento Tributário, Univel 2009.

ISSN xxxx-xxxx

tributária do mundo que chega ao patamar dos países desenvolvidos, mas não recebemos de volta os valores pagos através dos tributos".

Além da carga tributária elevada no Brasil, ainda existem várias alíquotas de tributos, que variam de estado para estado gerando diferenciação e possibilidades de brechas para sonegação, por não ser um sistema simplificado e único para todos os estados.

Em decorrência disto, no ano de 2019 foram apresentadas duas novas propostas tributárias que até então vêm sendo discutidas na Câmara e no Senado para alteração no sistema tributário, a extinção de alguns tributos e o surgimento de um novo tributo a partir desta união. As propostas que estão em discussão são a PEC 45/2019, a PEC 110/2019 e o Projeto de Lei 3.887/20 (PL) e, tinha como prazo de implementação no ano de 2020, e dadas as circunstâncias da pandemia (covid-19), as discussões e votações foram por hora suspensas ou adiadas.

Isso posto, o intuito deste artigo é apresentar os reflexos da reforma tributária a PEC 45/19 e o PL 3.887/20 em uma empresa localizada no município de Céu Azul-PR, desde o início da apresentação das propostas ao legislativo até a competência de março do ano de 2021.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial é o ponto de partida para a definição das métricas adotadas e os assuntos que serão abordados na pesquisa desenvolvida e que segundo Beuren (2006), argumenta que "a fundamentação teórica dá apoio e orientação ao estudo, principalmente na análise e interpretação dos dados coletados". Portanto é um elemento que orienta no estudo com base em autores que já abordaram a temática de determinados assuntos como contabilidade, tributos e suas espécies, planejamento e regimes tributários e reforma tributária que foram os tópicos principais deste estudo.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade abrange muitas áreas dentro do próprio estudo, o que eventualmente auxilia em diversos setores das empresas e do país. Tem como exemplo dessas áreas que explora a contabilidade nos setores de recursos humanos, auditoria, consultoria, perícia, tributário, controladoria, gerência, entre outros, assim como Fabretti (2013, pg. 06) argumenta que "o conceito de contabilidade tem evoluído, acompanhando as mudanças decorrentes do desenvolvimento dos negócios, das empresas e da globalização da economia".

A contabilidade é definida por Bächtold (2011) como sendo "uma ciência social que através da execução de serviços técnicos, ou seja, controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) permanentemente".

Firmado ao que foi supracitado, Oliveira (2009) aponta que o objetivo da contabilidade "é prestar informações úteis e relevantes àqueles com interesse na avaliação da situação patrimonial e no desempenho dessas entidades; que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, internas e externas em relação a elas".

Sendo assim, a contabilidade é a ciência que visa controlar o patrimônio das entidades, com a finalidade de elaborar demonstrativos da atual situação da empresa, que através desses, os investidores, a sociedade e o governo irão

ISSN xxxx-xxxx

averiguar a real situação da empresa.

2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Abrangendo dentro do segmento da contabilidade e especificando com a delimitação de tema da pesquisa, Pohlmann (2010) define que a contabilidade tributária é a:

Disciplina ou o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral, à busca e análise de alternativas para a redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo Fisco.

Isto posto, Fabretti (2013) do seu ponto de vista conceitua a contabilidade tributária como sendo "o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada". Em outras palavras tem-se, a contabilidade como uma ciência que avalia o patrimônio das empresas e a contabilidade tributária tem-se como estudo o planejamento tributário que dá aporte para a melhor forma da apuração e recolhimento dos tributos dentro da lei por meios lícitos.

Ao falarmos em contabilidade tributária ressalta-se o STN (Sistema Tributário Nacional), o mesmo é considerado como um conjunto de tributos que regulamentam sua arrecadação e a sua equidade. O STN é um órgão público que tem como cunho principal a administração e contabilidade, sendo o responsável no âmbito contábil pelo recolhimento dos tributos e as contribuições que são cobradas pela Receita Federal Brasileira (RFB) a sociedade brasileira.

A analogia da pesquisa tem foco principal, no reflexo que a reforma pode afetar em uma empresa do lucro presumido, com as novas propostas da emenda à constituição em tramitação na Câmara e Senado em relação à atual tributação nacional.

2.3 TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES

Ao longo deste artigo será abordado inúmeras vezes a palavra "tributos", mas, se faz jus a distinção da diferença entre tributos, impostos e taxas, haja vista que aparentam ser da mesma espécie, porém trata-se de opostos. A criação dos tributos segundo Hauser (2017) argumenta que "foi provocada unicamente pela necessidade de obtenção de mais recursos por parte da Administração Fazendária".

A definição de tributo é transcrita de acordo com o artigo 3° do Código Tributário Nacional (CTN - Lei 5.172/1966), que conceitua que o tributo "é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Compreende-se então que o tributo é dividido em espécies, dentre os quais mais se destacam nos dias atuais, os impostos, taxas e as contribuições de melhorias. Ressaltando que só é considerado tributo se tiver a sua obrigatoriedade que é determinada pelo CTN.

ISSN xxxx-xxxx

2.3 IMPOSTOS

Os impostos são uma espécie de tributo definido no artigo 16° do CTN como "o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte". Em conformidade ao citado, Pêgas (2017) relata que "o imposto é de competência privativa, atribuída pela Constituição Federal, ou seja, é de competência exclusiva da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Em resumo, o imposto nasce por um ATO DO CONTRIBUINTE".

Segundo Hack (2010), conceitua que "os impostos não têm uma finalidade específica se não a de arrecadação de valores aos cofres públicos para os pagamentos de despesas gerais do Estado". O imposto por mais que seja pago pelo contribuinte está desvinculado ao serviço que foi prestado, o que não necessariamente será revertido em seu prol, ou seja, necessariamente o efetivo valor pago pela arrecadação não terá seu retorno voltado para o indivíduo em si.

2.4 Impostos Federais

Os impostos federais são de competência da União, que são arrecadados no âmbito nacional, ou seja, compete aos estados e municípios a arrecadação. De acordo com Carrijo (2020) reconhece que "os impostos federais correspondem a cerca de 60% das arrecadações". Seguindo com este dado e com os preceitos quanto aos tributos federais, o quadro 1 expõe quais são os impostos oriundos e arrecadados pela União tendo como aplicação a manutenção do Governo Federal.

Quadro 1: Impostos Federais

IMPOSTO	**DEFINIÇÃO**
II	Imposto sobre Importação
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produto Industrializados
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição de Financiamento da Seguridade Social
PIS	Programa de Integração Social
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

Fonte: Adaptado de Seção III, Art. 153, CF 1988.

No quadro anterior, é notório que a arrecadação da união faz jus a sua

ISSN xxxx-xxxx

porcentagem de arrecadação, visto que a quantidade de impostos que incidem sobre os bens e serviços consumidos é maior que os outros. Como exemplo de impostos que são aplicados nos bens pode-se citar o II (quando adquire do exterior), IPI (sobre produtos industrializados da indústria), PIS e COFINS, ressalta-se que o IPI é um imposto seletivo o qual terá incidência sobre determinados produtos de acordo com a sua NCM. Os tributos IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado na demonstração do resultado do exercício (DRE) de uma empresa no final do período.

2.4 IMPOSTOS ESTADUAIS

Os impostos estaduais incidem dentro dos municípios, mas visam na destinação aos estados, em que o município não utiliza desta arrecadação apenas o estado a fim de promover benefícios à sociedade. Conforme Dau (2020) afirma que "os impostos estaduais correspondem a cerca de 28% da arrecadação", sendo o Quadro 2 exalta os impostos de origem estadual que são destinados aos investimentos em infraestrutura e aos financiamentos que o estado faz em prol de educação, saúde, entre outros serviços.

Quadro 2: Impostos Estaduais

IMPOSTO	DEFINIÇÃO
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

Fonte: Adaptado de Seção IV, Art. 155, CF 1988.

Exposto no quadro acima, o ICMS tem a incidência sobre bens e serviços, desdobrando em alíquotas diferenciadas devido a diversificação dos regulamentos internos de cada estado. Ressalta-se ainda os chamados "incentivos fiscais" e "benefícios fiscais" que são regulamentados a partir da classificação dos produtos através da NCM. A empresa analisada possui um benefício fiscal regido pelo Convênio ICMS 52/91, que trata da redução na base de cálculo do ICMS para máquinas e equipamentos agrícolas.

O imposto do IPVA conforme Pichiliani (2018) afirma que "é um imposto de natureza real que incide sobre o direito de propriedade dos bens mencionados. É um imposto de competência dos Estados, e deriva da antiga taxa rodoviária existente no Brasil nos anos de 1960". Este imposto incide sobre pessoas físicas e jurídicas que tenham posse de veículos automotores, seja ele automóvel, motocicleta, caminhão entre outros, onde a obrigação de pagamento consiste em pagamentos anuais.

O ITCMD incide sobre doações a outra pessoa em que o estado impõe uma alíquota sobre esta transferência de bem, pode ser através de herança quando o indivíduo faleceu desde que tenha testamento que declare o herdeiro, conforme Pichiliani (2018) define que "é um imposto real, impessoal e fiscal, e deriva da divisão do imposto de transmissão de imóveis previsto no CTN nos art. 35 a 42".

ISSN xxxx-xxxx

2.5 IMPOSTOS MUNICIPAIS

Os impostos municipais visa arrecadar os tributos dentro do município que incidem sobre a população, e que segundo Carrijo (2020) assegura que "os impostos municipais são responsáveis por cerca de 5,5% das arrecadações", as quais são voltadas para o município que arrecada com foco na manutenção da administração municipal e cumprir as obrigações com os moradores. Impostos municipais podem-se listar os seguintes:

Quadro 3: Impostos Municipais

IMPOSTO	DEFINIÇÃO
IPTU	Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

Fonte: Adaptado de Seção V, Art. 156, CF 1988.

Representam uma parcela mínima na arrecadação, mas não menos importante que as demais pelo pressuposto de que esses tributos são repassados à comunidade em forma de prestação de serviços em prol do bem estar social.

2.6 TAXAS

As taxas conforme definido no artigo 77º do CTN têm como fato gerador "o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição". Com base no parágrafo único do artigo 77º do CTN, "a taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas".

A taxa do ponto de vista de Pichiliani (2018) argumenta que "são de competência concorrente dos entes federativos, de acordo com a Constituição Federal (arts. 145, II, e 24, I), isto é, possuem competência para criá-las e exibi-las a quaisquer pessoas políticas. A taxa é paga quando se tem em contrapartida a prestação de um serviço público, ou seja, quando é preciso um alvará de licença é pago uma taxa à prefeitura tendo em compensação a emissão do alvará. Segundo Pêgas (2017) "a taxa nasce por um ato do Estado."

2.8 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

As contribuições de melhorias, conforme Pêgas (2017) define que a contribuição de melhoria é "cobrada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Pode ser instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária para o contribuinte".

Essa contribuição de acordo com Ichihara (2011, Apud PICHILIANI, 2018) relata que "além de carrear recursos ao poder público, também podem constituir

ISSN xxxx-xxxx

importante instrumento de erradicação da especulação imobiliária, aferindo-se o real valor dos imóveis e sua respectiva valorização". Pode-se citar como exemplo o asfalto de uma rua em um bairro em que o imóvel está localizado. Vale mencionar que o contribuinte pagará esta contribuição uma vez e se eventualmente a obra que foi realizada venha a desvalorizar o imóvel, o contribuinte poderá entrar com indenização ao ente que realizou a obra, visto que está sendo contestado o que é previsto na Constituição Federal (CF).

3 PLANEJAMENTO E REGIMES TRIBUTÁRIOS

Toda organização antes de entrar no mercado com seu negócio necessita de uma pessoa que é especialista e que entenda a respeito dos regimes tributários existentes, para que o mesmo lhe mostre o melhor caminho para um excelente planejamento tributário, haja vista que é de extrema importância quanto a sua arrecadação de tributos com a comercialização ou prestação de serviços. Conforme Fabretti (2013) denomina que o planejamento tributário é "o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas".

Segundo Oliveira, et al (2013) define no seu ponto de vista que o "planejamento tributário é uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, o que exige alta dose de conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no ambiente corporativo". Ainda segundo o autor, o mesmo determina que,

> Torna-se claro o entendimento de que o planejamento tributário é o estudo das alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada operação, antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa optar por aquela que apresente o menor ônus tributário (OLIVEIRA et al, 2003).

Um bom planejamento tributário preventivo foca na escolha para o melhor regime para a empresa, os tributos que irão incidir sobre seus produtos/serviços, a forma de arrecadação, os benefícios fiscais que a empresa terá, os créditos que poderá ser feito nas suas operações de vendas gerando receita a empresa, a menor carga tributária possível, as leis que serão aplicadas, cuidados com fraudes e sonegação fiscal que resulta em crime e suas penalidades, entre outros. Essas medidas seguidas de forma legal produzem o que é chamado de elisão fiscal.

Em relação aos cuidados quando a empresa está atuando no mercado, Alexandre (2009) diz que "quando o contribuinte usa de meios lícitos para fugir da tributação ou torná-la menos onerosa, tem-se para a maioria da doutrina, a elisão fiscal". Ainda, segundo Alexandre (2009) em "casos que o contribuinte se utiliza de meio ilícitos para escapar da tributação, tem -se a evasão fiscal".

Em razão disto, Oliveira (2009) afirma que a "evasão fiscal pode ser conceituada como toda e qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento de obrigação tributária". Seguindo com a ideia do autor Oliveira (2009), o mesmo define que a "elisão é desenvolvida pelo planejamento tributário, adequando o contribuinte a melhor forma de tributação, executando-o em conformidade com os sistemas legais que possibilitam a redução de tributos e ou alíquotas", ou seja, o contribuinte através de um bom planejamento tributário busca

ISSN xxxx-xxxx

a existências de lacunas ("brechas" no ditado popular) dentro da lei que vise a tornar a arrecadação menos onerosa possível sem estar em desacordo com a legislação e este procedimento é legítimo e lícito.

Nesse sentido, o empresário juntamente com um contador ou especialista tributário dá este suporte na melhor escolha de um planejamento, buscando-se minimizar essas consequências futuras e manter o negócio lícito e com um excelente planejamento. Sintetizando, conforme Oliveira, et al (2013) determina que "cabe ao contribuinte o dever de pagar os tributos, conforme a lei. Porém, muitas vezes a legislação é um texto que, para ser corretamente aplicado às atividades empresariais, merece uma cuidadosa interpretação".

Assim, o planejamento tributário é um estudo segundo Oliveira, et al (2013) que tem como objetivo encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte. A escolha de um regime tributário para uma empresa deve ser levada muito a sério, sendo necessário uma análise de mercado do segmento da empresa, pois a escolha de um regime tributário para uma entidade é o que determinará a arrecadação dos tributos visando a menor arrecadação possível.

3.1 SIMPLES NACIONAL

O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou popularmente mais conhecido como Simples Nacional, o qual Santos (2018) conceitua como sendo "um regime tributário diferenciado, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006."

O regime era conhecido como Simples Federal Lei nº 9.317/96 sendo substituído pelo Simples Nacional em 01.07.2007. A Lei complementar 123/06 define em seu artigo 3º as empresas que podem ser considerados optantes pelo Simples Nacional:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
> I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
> II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Deve levar em consideração os parágrafos o qual trata no art.3 da LC 123/2006, visto que os optantes pelo regime podem ser excluídos do regime caso atinjam o limite de receita bruta anual, devendo assim optar por outro. Este regime resume-se no recolhimento único de impostos e contribuições baseado numa tabela progressiva aplicada sobre o faturamento da empresa.

ISSN xxxx-xxxx

O simples nacional possui cinco anexos que são estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006 em que é delimitado as alíquotas para arrecadação dos tributos em relação ao seu faturamento mensal, os quais são: Anexo I - Comércio, Anexo II - Indústria e Anexos III, IV e V para os Prestadores de Serviços.

Os tributos que incidem para os optantes do Simples Nacional conforme previsto no artigo 12° da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 que são os seguintes: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP), a arrecadação é feita através de uma única guia conhecida com DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) a qual é paga para o governo.

3.2 LUCRO PRESUMIDO OU ESTIMADO

Pessoas jurídicas que optarem pelo regime do lucro presumido devem por obrigação segundo Lei 9.718/98 art. 13,

> [...] cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Para Fabretti (2013) relata que a finalidade do lucro presumido ou estimado é "facilitar o pagamento do IR, sem ter que recorrer à complexa apuração do lucro real que pressupõe contabilidade eficaz, ou seja, capaz de apurar o resultado antes do último dia útil do mês subsequente ao encerramento do trimestre".

Na opinião de Oliveira, et al (2003) afirma que o lucro presumido se trata de "uma presunção por parte do fisco do que seria o lucro das organizações caso não houvesse a contabilidade". Em outras palavras, o fisco determina uma alíquota de presunção sobre o lucro obtido no período de acordo com o seu segmento de mercado da empresa para apuração dos tributos IR e CSSL.

Em consonância com as alíquotas de presunção, levando em consideração a tributação sob o regime de lucro presumido, salienta-se que a mesma será tributada de acordo com a atividade desempenhada por uma organização. Citamos o seguinte exemplo: caso a empresa realize vendas (receitas) de mercadorias a mesma terá como alíquota de presunção para apurar o IR e CSLL a alíquota de 8%. O quadro 4 apresenta as alíquotas de presunção conforme a receita oriunda da empresa.

QUADRO 4: Alíquotas de presunção do lucro presumido.

ALÍQUOTA DE PRESUNÇÃO	RECEITA PROVENIENTE
1,6%	Combustível derivado de petróleo; álcool etílico carburante e gás natural.
8%	Vendas de mercadorias ou produtos; transporte de cargas e de serviços hospitalares.

ISSN xxxx-xxxx

16%	Serviços de transporte (exceto de cargas); prestadores de serviços com receita bruta anual não superior a R$ 120.000,00 e instituições financeiras equiparadas.
32%	Prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa; b) intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*); prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público.

Fonte: Adaptado de Art. 15, Lei 9.249/1995.

Regime em que o IRPJ e a CSLL são calculados com base em um percentual correspondente ao lucro da empresa. Este percentual é fixo e pré-estabelecido por lei, aplicado sobre a receita bruta. O regime pode ser aplicado pela pessoa jurídica que não esteja obrigada a apurar o lucro real e que tenha receita anual inferior a 78 milhões de reais, conforme lei 9.718/98.

Na prática todo mês a empresa irá apurar o seu lucro aplicando a alíquota que pressupõem o seu faturamento para o recolhimento dos tributos. Caso a empresa pague um valor inferior ao que deveria ser arrecadado no ano, deverá ser pago somente a diferença e se foi pago a maior deverá ser feito compensação e apurado no balanço como imposto a creditar.

3.3 LUCRO REAL

Os regimes possuem obrigatoriedades quanto a sua receita total e que a lei impõe limites para determinado enquadramento em cada regime tributário devido ao seu teto apurado com a receita bruta total anual. O art. 14 da lei n° 9.718/98 determina a pessoa jurídica que é obrigatória a apuração pelo lucro real, haja vista que a legislação é volátil e sujeita a melhorias no texto constitucional para a atualidade.

> Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:
> I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite

ISSN xxxx-xxxx

> de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;
> II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta; [...] (LEI 9.718, 1998)

Segundo Oliveira, et al (2003) define que o regime do lucro real é "o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda".

Em regra geral, de tributação de pessoa jurídica no Brasil, o regime do lucro real torna-se obrigatório para aquelas que têm faturamento superior ao teto do lucro presumido e para determinadas atividades empresariais, como as que envolvem financeiras e quem receba receitas do exterior e entre outras, como relatado no art. 14 da Lei 9.718/98.

3.4 LUCRO ARBITRADO

O lucro arbitrado não é um regime muito comum nas organizações, somente existe quando não há comprometimento nas obrigações acessórias ou quando a empresa se recusa a disponibilizar informações contábeis e fiscais em uma fiscalização na empresa. O autor aludido posteriormente relata que lucro arbitrado é:

> Um recurso utilizado pelas autoridades fiscais, quase sempre como última alternativa, que só deve ser aplicado quando houver ausência absoluta de confiança na escrituração contábil do contribuinte, devido à falta ou insuficiência de elementos concretos que permitam a identificação ou verificação da base de cálculo utilizada na tributação pelo lucro real ou presumido (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Fabretti (2013) conceitua que "o lucro arbitrado é uma prerrogativa do Fisco. Este poderá arbitrar o lucro, na forma de lei, nas hipóteses em que a escrituração contábil e fiscal do contribuinte for desclassificada", ou seja, em determinadas situações que venha a apresentar um motivo inidôneo ou salvo em exceções poderá ser adotado pela iniciativa da empresa.

O arbitramento por conta do contribuinte pode ocorrer em casos fortuitos ou de força maior, desde que devidamente comprovados, conforme definição da legislação civil e desde que conhecida a receita bruta. Nesses casos, a determinação para a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é semelhante à do Lucro presumido ou estimado, com um acréscimo de 20% sobre a presunção que é aplicada no presumido.

3.5 REFORMA TRIBUTÁRIA

ISSN xxxx-xxxx

Quando se fala em reforma tributária, Puty (2012) relata que a mesma tem "o objetivo de simplificar o sistema tributário nacional e eliminar distorções que prejudicam o crescimento da economia brasileira e a competitividade das empresas".

Se ponderar a linha do tempo das reformas tributárias, Santos (2019) traz em seu artigo que "o Brasil teve várias propostas tributárias desde 1988. Para se ter uma ideia, no período de 1988 a 2013 o Brasil passou por 15 reformas tributárias". Neste âmbito nota-se que neste período houve grandes propostas em debate que eram a favor da mudança no Código Tributário Nacional (CTN) e na CF/88 e durante o período também houve ideias que eram contra as reformas.

Ao analisar a tributação brasileira sabe-se que a mesma possui uma elevada carga tributária, além de ser um dos mais complexos, Oliveira et al (2013, pg. 18) define que "tais fatores penaliza sobremaneira o custo da maioria das empresas e acarretam grandes transtornos para o gerenciamento dos impostos e demais tributos".

O sistema tributário brasileiro está prestes a mudar devido a reformulação de novas Propostas de Emenda à Constituição apresentadas respectivamente pelo Senado e pela Câmara de Deputados, assim como, o PL 3.8887/20 pelo ministro da economia Paulo Guedes, visto que, surgiram alguns argumentos e apoios aos novos projetos que estão em tramitação no Senado para aprovação, como a opinião do presidente do Senado:

> Não adianta termos uma proposta na Câmara e outra no Senado sem ter a participação efetiva do governo. A palavra é conciliação. Uma conciliação da Câmara, do Senado e do Poder Executivo para entregarmos para a sociedade brasileira uma proposta que faça com que os empreendedores e a população possam se ver contemplados em uma reforma que vai melhorar a vida das pessoas — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, à época da instalação da comissão mista. (SENADO, 2020)

Contudo a reforma tributária tem como objetivo vislumbrar uma mudança radical dentro do sistema tributário brasileiro, ou em outras palavras sintetizar os métodos de arrecadação dos tributos ou adoção de novas medidas a serem aplicadas em lei para que tenha equidade ou aperfeiçoar a forma de arrecadação dos tributos que incidem sobre os bens e serviços.

4 PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é um projeto que terá como intuito alguma alteração ou mudança na Constituição Federal de 1988 e, a Agência Senado cita que a mesma pode ser:

> Apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus componentes. [...] A PEC é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e será aprovada se obtiver, na Câmara e no Senado, três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49).

ISSN xxxx-xxxx

Assim, Santos (2019, pg. 13) afirma em seu artigo que as duas propostas que tramitam atualmente no Congresso "propõem a substituição de vários tributos e a criação de outros dois. E existe a previsão de apresentação de uma nova proposta pelo governo federal após a aprovação da reforma da presidência onde haveria a criação de um imposto único".

Para que as propostas sejam aprovadas, requer primeiramente votação de parcela maior para que de fato possa haver alteração no texto constitucional. Não havendo isto, não é implantado a alteração.

4.1 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 45/2019

A PEC 45/2019 foi apresentada no dia 03/04/2019 na Câmara de Deputados pelo Deputado Federal, Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi (MDB/SP) mais conhecido como "Baleia Rossi" que visa a união de cinco (5) tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, extinguindo-os e criando um novo tributado dessa união denominado "IBS".

Como a proposta ainda está em tramitação não há uma alíquota específica para o "IBS" (tributo único da origem da junção dos tributos da Proposta da emenda à constituição que serão extintos) a ser aplicada para a arrecadação da PEC 45/2019, porém a metodologia para que seja definido a alíquota deste tributo é que cada ente federativo irá fixar uma parcela da alíquota do total do IBS por meio de uma lei ordinária, o que acaba sendo uma subalíquota que dará o surgimento da alíquota única do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

A partir dessa lei ordinária surgirá a alíquota referência para o IBS como alíquota única, substituindo os outros tributos desta proposta, fazendo com que desta maneira exista a mesma alíquota para os bens e serviços que forem destinados para os estados ou municípios. Com isso, caso a PEC 45/2019 seja aprovada ocorrerá em duas fases, tendo um prazo total de 10 (dez) anos para a implementação, sendo elas:

> Período de teste de dois anos com redução da COFINS (sem impacto para estados e municípios) e IBS de 1%; Em seguida, a cada ano, as alíquotas serão reduzidas em 1/8 anualmente, até sua extinção, enquanto o IBS aumentada para repor a arrecadação anterior. (CONTABILIZEI,2020)

A proposta encontra-se em discussão desde o ano de 2019, pois se trata de uma implementação complexa e minuciosa para evitar má interpretação e brechas na proposta de emenda a ser instituída.

4.2 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 110/2019

No dia 09/07/2019 no Senado Federal foi apresentada a PEC 110/2019 sendo uma iniciativa de líderes partidários e tem como primeiro signatário o presidente do Senado, Davi Samuel Alcolumbre Tobelem, apoiado por mais 65 senadores a fusão de nove (9) tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS, PASEP, IOF, CIDE-Combustível, Salário Educação e ISS.

A PEC 110 tem o mesmo intuito que a PEC 45, porém esta visa agregar um número maior de tributos na união para a determinação de um novo, que será conhecido como "IBS" e também haverá o "Imposto seletivo", que cabe mencionar

ISSN xxxx-xxxx

que irá incidir sobre produtos, cujo o consumo, agrava problemas na saúde humana.

O imposto seletivo tem o intuito de atingir os produtos como por exemplo bebidas alcoólicas e cigarros que terão uma tributação diferente de um produto que é essencial no dia a dia da sociedade como por exemplo, o arroz e o feijão. Ao delimitar essa diferenciação tributária é para reduzir o consumo destes produtos, visto os problemas que são causados na saúde desses consumidores.

De acordo com Santos (2019, pg. 13), afirma que a proposta "é igual ao texto de 2004, a PEC 293-A apresentado pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly que chegou a ser aprovado por uma comissão especial da Câmara em 2018, mas hoje encontra-se arquivado". Essa é a realidade dos processos no Congresso Nacional para possíveis alterações na constituição, visto que são propostas que devem ter uma quantidade de votos para ser sancionada e inserida na prática.

Caso a PEC 110 seja aprovada tem um plano diferente da outra proposta, sendo que será definido uma alíquota padrão através de uma lei complementar, porém, poderá haver diferenciação na aplicação dependendo do bem e serviço, pois no Brasil há várias concessões de incentivos fiscais para bens e serviços, o que ameniza a arrecadação nas operações. A proposta da PEC 110/2019 para a implementação é que durante o primeiro ano será cobrada uma "contribuição teste" de 1% (um por cento) com a mesma base de incidência do IBS e nos 5 (cinco) anos seguintes os tributos atuais serão substituídos pelos novos, na proporção de 1/5 (um quinto) ao ano, período no qual não será permitida alteração das alíquotas.

4.3 PROJETO DE LEI

Além das propostas de emenda à constituição que estão em tramitação, há também um projeto de lei em discussão, o Senado Federal conceitua um projeto de lei como sendo,

> [...] ou uma proposta de lei é um conjunto de normas que deve submeter-se à tramitação num órgão legislativo com o objetivo de efetivar-se através de uma lei. Os projetos de lei são feitos por membros do próprio órgão legislativo. Já as propostas de lei são feitas pelo poder executivo.

Contudo, um projeto de lei é uma proposta para alteração do texto constitucional para que seja implantado e colocado em prática na sociedade. O projeto efetivamente não sai do papel até que seja sancionado no poder legislativo e com votos dos parlamentares do governo para que assim saia definitivamente de projeto para Lei.

4.3.1 Projeto de Lei n° 3.887/2020

Apresentado pelo Paulo Roberto Nunes Guedes que visa a junção das contribuições PIS e COFINS, extinguindo-os para um novo tributo denominado "CBS" (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Com a novas propostas em discussão o PL 3.887/2020 já possui alíquota definida para a arrecadação das contribuições que serão extintas (PIS e COFINS) para o novo "CBS", será fixada alíquota de 12% que irá incidir sobre as receitas de faturamento das empresas sobre os bens e serviços. Ressalta-se que esse projeto

ISSN xxxx-xxxx

não irá afetar as empresas que são optantes pelo regime tributário do Simples Nacional, empresas que operam na Zona Franca de Manaus, também não incidirá sobre as vendas com imóveis residenciais, receitas de transporte coletivo e os itens de cesta básica que são essenciais para a sociedade brasileira. Porém, os bancos e empresas que ofertam planos de saúde e de seguros irão ter uma alíquota de CBS fixada em 5,8%.

As propostas e o projeto de lei, portanto, ainda estão em andamento, sem a certeza de que serão aprovadas, pois dependerá muito de uma análise e de votação para que entre em vigor a sua execução no sistema tributário brasileiro. Embora exista os prós e contras, tem-se mais pontos positivos para o Brasil do que negativos, o que vai diluir muitos dos problemas que existem atualmente quanto à arrecadação e apuração dos tributos brasileiros além de visar uma simplificação neste processo e tornar o sistema mais simples de compreensão o que atualmente não é visto devido ao seu grau de complexidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve como cunho principal os reflexos da reforma tributária em uma empresa localizada no município de Céu Azul - PR. O estudo é de caráter descritivo, visto que Gil (1999, Apud BEUREN, 2006) afirma que a pesquisa descritiva "tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis."

Para cumprir o objetivo desta pesquisa foi feito um estudo de caso, a fim de apresentar o reflexo que a reforma tributária iria causar em uma empresa do lucro presumido que, de acordo com Beuren (2006), "caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico."

Os dados primários são os demonstrativos contábeis da empresa apurados no ano de 2020 a fim de apresentar o reflexo da reforma tributária na mesma. As fontes secundárias foram embasadas em livros, leis, decretos, artigos, propostas de emendas da reforma tributária, ata de assembleia as quais estão diretamente vinculadas à temática.

A abordagem do problema foi realizada pela coleta qualitativa, que segundo Beuren (2006, pg. 92) expõe que "na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado". Ainda segundo a autora, "a abordagem qualitativa visa detectar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último". A abordagem qualitativa foi feita por meio do balanço patrimonial, demonstrativo de resultado, memórias de cálculos e outros documentos acessórios que foram utilizados para a apuração dos tributos.

O estudo, está fundamentado na Proposta de Emenda à Constituição 45/2019 e pelo Projeto de Lei 3.887/2020 desde o início do trâmite até a competência de março de 2021, e que vale ressaltar que as atualizações posteriores a esta data não foram abordadas neste estudo.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

ISSN xxxx-xxxx

A empresa em que foi realizado o estudo é do ramo industrial localizada no município de Céu Azul – PR, em que sua principal matéria prima é o ferro e o aço, a mesma é optante pelo regime de apuração do Lucro Presumido, o qual é baseado na alíquota de presunção sobre o seu faturamento anual respeitando os segmentos limitantes. Seu nicho de mercado está na produção de máquinas e equipamentos para avicultura e suinocultura (aves de postura, matrizes e corte, perus e suínos), no qual seus principais clientes são produtores rurais localizados no território nacional brasileiro que desenvolvem está atividade de avicultura e suinocultura.

A empresa deste estudo utiliza de um benefício fiscal para seus equipamentos com a redução na base de cálculo do ICMS devido ao NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) que é utilizado pela Receita Federal a fim de classificação dos produtos no Mercosul, reduzindo assim, a alíquota de arrecadação do tributo. Toda via para fins da pesquisa utilizamos como método para efeito dos reflexos que iriam causar na empresa a proposta de emenda a constituição 45/2019 que visa o fim da aplicação dos benefícios fiscais devendo assim ser aplicado alíquota integral.

Nesta premissa tem como fonte primária para análise deste reflexo a tributação atual da empresa e os tributos que estão incidindo na empresa, e obtemos os seguintes resultados através dos dados coletados no demonstrativo de resultado do exercício (DRE) e nos sped fiscal de ICMS e IPI e de contribuições de PIS e COFINS, comparando através do faturamento da empresa, o que está evidenciado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Tributação atual

TRIBUTOS	FATURAMENTO	VALOR TRIBUTO	ALÍQUOTA EFETIVA
ISSQN	65.366,00	2.618,64	4,0%
ICMS	28.228.660,33	1.580.208,81	5,6%
IPI	II II	81.669,16	0,3%
PIS	II II	160.602,93	0,65%
COFINS	II II	741.244,11	3,00%
TOTAL	**28.294.026,33**	**2.566.343,65**	**13,54%**

Fonte: Brand e Pussinini, 2021.

A análise atual foi segregada em prestação de serviços e na venda de bens, isto é, prestação de serviços a incidência de ISSQN, PIS e COFINS, enquanto os bens e serviços a incidência de ICMS, PIS, COFINS e IPI. O cálculo utilizado para evidenciar a alíquota de cada tributo foi através do valor pago dividido pelo faturamento total, resultando na alíquota efetiva do tributo. Neste ano corrente de 2020 tem-se os valores apresentados pela empresa e quanto ela arrecadou em cada tributo.

Na tabela 2 realizou-se o cálculo para apurar a tributação que a empresa teria se fosse sancionada o PEC 45/2019, tendo em vista que não há alíquota determinada para o recolhimento utilizamos como métrica uma média em relação as alíquotas de ICMS que são aplicadas dentro do estado, assim, como para o ISSQN, IPI, PIS e para COFINS. Obtivemos como alíquota para este período 36,37% de IBS. Cabe mencionar que para PIS e COFINS foi utilizado a alíquota dos regimes atuais

ISSN xxxx-xxxx

sem aplicar o percentual que está previsto no PL 3.887/2020.

Tabela 2 – Tributação Reforma tributária PEC 45/2019

TRIBUTO	ALÍQUOTA	FATURAMENTO	VALOR TRIBUTO
IBS	36,37%	28.294.026,33	10.290.537,38
TOTAL	**36,37%**	**28.294.026,33**	**10.290.537,38**

Fonte: Brand e Pussinini, 2021.

Fica evidente que nesta unificação dos tributos a alíquota a ser aplicada tem alto percentual em comparação ao sistema atual, mais isso pode oscilar ou ter uma alíquota menor do que a média encontrada neste estudo. O valor de tributo arrecadado na reforma é aproximadamente 5 vezes maior do que no sistema atual.

Assim, afim de realizar uma comparação entre o sistema atual em relação ao que está sendo proposta pela reforma da PEC 45, realizamos um rateio em relação aos tributos que foram unificados pela reforma, para demostrar qual seria a proporção de arrecadação nos tributos. O valor pago a maior é o rateio dos R$ 10.290.537,38 da tabela 2 que foi distribuído uniformemente entre a alíquota efetiva de cada tributo da tabela 1. A coluna "diferença" demostra a confrontação entre a reforma e a atual.

Tabela 3 – Sistema atual *versus* PEC 45/2019

TRIBUTO	REFORMA	ATUAL	DIFERENÇA
ISSQN	3.040.040,58	2.618,64	3.037.421,94
ICMS	4.256.056,82	1.580.208,81	2.675.848,01
IPI	228.003,04	81.669,16	146.333,88
PIS	494.006,59	160.602,93	333.403,66
COFINS	2.280.030,44	741.244,11	1.538.786,33
TOTAL	**10.298.137,48**	**2.566.343,65**	**7.731.793,83**

Fonte: Brand e Pussinini, 2021.

Salienta-se que a reforma não visa a redução dos tributos e sim buscar um sistema que tenha mais equidade e seja menor a sua complexidade, o que atualmente está bem diferente da situação que a reforma propõe. Com a reforma é possível tornar um sistema mais justo e reduzir sonegações e fraudes fiscais, além é claro de tornar-se um sistema mais padronização sem a gama de alíquotas de tributos e a simplificação na arrecadação tributária.

O Projeto de Lei 3887/20, visa a unificação das contribuições do PIS e da COFINS e desta união surge o CBS tendo alíquota efetiva única para o estado. Para a empresas que seguem no ramo de comercio e indústria será aplicado alíquota de

ISSN xxxx-xxxx

12% e para as instituições financeiras alíquota de 5,8%. Nesta situação a alíquota a ser aplicada para a empresa do estudo é de 12%. A tabela abaixo demostra a situação atual e de como ficaria com o projeto de lei.

Tabela 4 – Tributação Projeto de Lei 3.887/20

TRIBUTO	ALÍQUOTA	FATURAMENTO	VALOR TRIBUTO
CBS	12%	28.294.026,33	3.395.283,16
TOTAL	**12%**	**28.294.026,33**	**3.395.283,16**

Fonte: Brand e Pussinini, 2021.

O cálculo foi executado sobre o faturamento total da empresa no ano de 2020, ou seja, foi considerado as receitas realizadas com bens e serviços. É notável que a alíquota que o projeto prevê é bem diferente do regime que a empresa atua, visto que a alíquota de PIS e COFINS juntas somam 3,65%, percentual este menor do que está previsto no PL. Se no sistema atual recolhe-se em torno de R$ 900 mil reais, neste projeto irá recolher aproximadamente 4 vezes a maior.

O PL vem sendo discutido e facilita na arrecadação das contribuições assim como as reformas que estão em tramitação. Dado os fatos na tabela 3 e na tabela 4 realizou uma comparação (tabela 5) entre as contribuições no sistema atual e em relação ao projeto de lei que visa a unificação e estabelecimento da alíquota das duas contribuições, obteve-se:

Tabela 5 – Projeto de Lei *versus* Sistema atual

TRIBUTO	PROJETO LEI	ATUAL	DIFERENÇA
PIS	604.639,47	160.602,93	444.036,54
COFINS	2.790.643,69	741.244,11	2.049.399,58
TOTAL	**3.395.283,16**	**901.847,04**	**2.493.436,12**

Fonte: Brand e Pussinini, 2021.

Nota-se que a empresa tem a tendencia de arrecadar as contribuições maior no PL o que se torna desvantajoso para empresa, haja vista que só pelo fato da alíquota definida no projeto é aproximadamente 4 vezes maior que atual paga. Neste sentido a empresa deve avaliar se ainda compensa ser optante pelo regime em que está o que cabe assim um outro estudo para a mesma o que não será de competência para este estudo em especifico.

No geral observa-se na tabela que isso gera reflexos na arrecadação das contribuições de forma que a mesma tenha que desembolsa mais no PL do que atualmente está efetivamente pagando. Gera reflexo no caixa, visto que por ser do lucro presumido, a forma de arrecadação cumulativa, a qual não dá direito ao credito de PIS e COFINS, o que poderia ser uma vantagem se a mesma tivesse esta concessão dos créditos acumulados, como não a empresa tende a pagar mais nas suas revendas de maquinários e equipamentos.

ISSN xxxx-xxxx

6 CONCLUSÂO

O sistema tributário brasileiro possui grande complexibilidade e é muito burocrático, haja vista, que cada ente federativo tem sua forma de arrecadação o que o torna complexo e, no âmbito nacional torna-se um sistema sem equilíbrio abrindo brechas para muitas fraudes e sonegações. A reforma vem com o intuito de ajeitar o sistema tornando-o um sistema com menor burocracia, possibilitando que se mantenha uma padronização na arrecadação e facilitando o entendimento com a legislação. A proposta da PEC 45/19 não está permitindo algo uniforme nacionalmente, mas que cada ente federativo determine uma alíquota estadual para sua arrecadação, visto que a unificação dos cinco tributos envolvidos está nas esferas municipal, estadual e federal.

A probabilidade de a reforma tributária ser executada está distante já que não é simplesmente sanciona-la, têm-se que analisar todo o contexto tributário pois, altera toda a cadeia do tributo, ou seja, desde a sua produção até o seu consumo final. Porém é algo necessário, pois nosso país está atrasado no aspecto tributário já que é um sistema que está cômodo e não sofre nenhuma alteração que proporcione uma equidade para todos. Independe do regime que a empresa está inserida, ela não vai deixar de arrecadar tributos, o que se busca é reduzir essa arrecadação através de benefícios, e é evidente nas propostas das reformas que o brasileiro não irá pagar menos tributos, só será simplificado o método de arrecadação.

Com os dados apresentados o objetivo neste artigo foi alcançado, visto que, as evidências para atingi-lo foram extraídas através dos documentos disponibilizados pela empresa, em suma a análise foi executada em confrontação com os valores dos tributos arrecadados nos sped fiscal e contribuições, além dos demonstrativos contábeis, afim de enaltecer os respectivos valores da arrecadação no exercício apurado.

Munido destas informações, em resposta a nossa pergunta problema, os reflexos para a empresa com a reforma tributária e do projeto de Lei não são viáveis para a mesma, em que, a PEC 45/2019 terá uma maior arrecadação dos tributos com a reforma, além da empresa "perder" o seu benefício fiscal que reduz a base de cálculo do ICMS, outra consequência é que o PIS e COFINS com o PL 3.887/20 com a alíquota fixada em 12%, percentual este, maior do que o atual que a empresa arrecada, sendo essa que somadas resultam em 3,65%, cerca de 3 vezes menor que a nova alíquota prevista no projeto.

Em razão dos reflexos da reforma tributária e do projeto de lei, portanto, cabe mencionar que a carga tributária brasileira é alta em comparação com outros países e o que se espera é que seja revertido em prol da sociedade o que não muito, devendo assim que seja reavaliado e melhorando no aspecto deste retorno pra a população através da qualidade na infraestrutura, saúde, educação, segurança, em suma que auxilie no desenvolvimento do Brasil o que não é muito visto na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. 3. ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo 2009.

AMARAL, Antonio C. R. do. **A reforma tributária e suas perspectivas**. Florianópolis, 1999. Disponível em: A Reforma Tributária e suas Perspectivas (hottopos.com). Acesso em: 19 março 2021.

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade básica**. Curitiba: e-Tec Brasil, 2011. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf. Acesso em: 04 abril 2021.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BONA, André. **Você sabe quais são os países que mais cobram impostos no mundo**? 2019. Disponível em: https://andrebona.com.br/voce-sabe-quais-sao-os-paises-que-mais-cobram-impostos-no-mundo/#:~:text=um%20pouco%20diferente.-,Brasil,o%20bem%20estar%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 19 março 2021.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Reforma Tributária**: entenda a proposta. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/ReformaTributaria/index.html. Acesso em: 26 março 2021.

_____. **Emenda constitucional n. 18**, de 1° de dezembro de 1965. Reforma do Sistema Tributário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm. Acesso em: 16 abril 2021.

_____. **Lei complementar n. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 30 abril 2021.

_____. **Lei n. 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 30 abril 2021.

_____. **Lei n. 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. **Lei n. 9.718**, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm. Acesso

em: 15 maio 2021.

_____. Senado Federal. **Reforma tributária pode ser aprovada ainda em 2020**. Agência Senado: Brasília, 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/20/reforma-tributaria-pode-ser-aprovada-ainda-em-2020. Acesso em: 27 março 2021.

_____. Senado Federal. **Emenda constitucional**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional#:~:text=A%20Proposta%20de%20Emenda%20%C3%A0,maioria%20relativa%20de%20seus%20componentes. Acesso em: 16 abril 2021.

_____. Senado Federal. **Projeto de lei**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/projeto-de-lei-pl. Acesso em: 16 abril 2021.

CARRIJO, Wesley. **Imposto federais, estaduais e municipais**: Entenda tudo a respeito desses tributos. Araguari. Rede Jornal Contábil, 2020. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/imposto-federais-estaduais-e-municipais-tudo-a-respeito-desses-tributos/. Acesso em: 24 abril 2021.

DAU, Gabriel. **Quais impostos são federais, estaduais ou municipais?** Araguari. Rede Jornal Contábil, 2020. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/quais-sao-impostos-sao-federais-estaduais-ou-municipais/. Acesso em: 24 abril 2021.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HAUSER, Paolla. **Contabilidade tributária**: dos conceitos à aplicação. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149610. Acesso em: 23 abril 2021.

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6161/pdf. Acesso em: 23 abril 2021.

O QUE É REFORMA TRIBUTÁRIA? O que muda, objetivo e benefícios. Contabilizei, 2019. Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/reforma-tributaria/#:~:text=Reforma%20Tribut%C3%A1ria%20%C3%A9%20uma%20reformula%C3%A7%C3%A3o,aumentar%20a%20transpar%C3%AAncia%20desse%20processo. Acesso em: 27 março 2021.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, Luiz Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**: textos e testes

com as respostas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://docero.com.br/doc/e11ec5. Acesso em: 7 abril 2021.

PICHILIANI, Mauricio Carlos. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182328/pdf/0? Acesso em: 26 jun. 2021.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010. Disponível em: https://docplayer.com.br/109286765-Marcelo-coletto-pohlmann-contabilidade-tributaria.html. Acesso em: 26 março 2021.

PUTY, Cláudio. **Reforma tributária**: competitividade, equidade e equilíbrio federativo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

REGIMES TRIBUTÁRIOS: Quais são eles e como funcionam? Jornal Contábil. 2020. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/regimes-tributarios-quais-sao-eles-e-como-funcionam/. Acesso em: 22 maio 2021.

SANTOS, Cleônimo dos. **Simples nacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freira Bastos, 2018. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/162595/epub/0? Acesso em: 15 abril 2021.

SANTOS, Wagner Hugo S. M dos. **A importância da reforma tributária brasileira**. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_reforma_tributaria_brasileira_artigo_cientifico_correcoes_feitas_2.pdf. Acesso em 30 abril 2021.

ISSN xxxx-xxxx

OS REFLEXOS DA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL E SEUS EFEITOS PARA O CONSUMIDOR

Lucas Eduardo Teske[1]
Everton Jaime Gugel[2]

Resumo: Este estudo objetiva analisar os reflexos nas demonstrações financeiras da COPEL causados pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e, consequente, seu efeito para seus consumidores. O objetivo do trabalho é evidenciar o impacto da exclusão nas demonstrações da companhia, apresentando as escolhas da mesma, e também o efeito causado para o consumidor de energia elétrica. Foi apresentado um contexto sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, para melhor entendimento. A pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados do próprio site da companhia. Foi evidenciado o status da ação da COPEL, o período da ação e os valores estimados da mesma. Nos impactos foi demonstrado que a escolha da COPEL influenciou tanto no seu ativo, como no passivo e na demonstração de resultados da empresa. Para o consumidor final, foi apresentado que o mesmo foi impactado, tanto pelas escolhas da companhia com o montante, como pela aplicação da lide tributária. Para o efeito das escolhas propostas pela COPEL, ainda resta o aguardo das conclusões da Agência nacional de Energia elétrica.

Palavras-chave: ICMS 1. PIS e COFINS 2. COPEL 3. Efeitos para o consumidor 4. Impacto nas demonstrações 5.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro sempre foi um assunto de grande notoriedade, pois o apresenta uma certa burocracia, o que levanta distorções a seu respeito, criando grandes complexidades. A combinação desses fatores, acarreta em um aumento de diversos problemas com o sistema, como aumento de custos e de inseguranças tanto para as empresas, como para seus consumidores.

Dentro das distorções existentes, sempre houve discussões a respeito de indébitos tributários causados pela complexidade do sistema, como os casos de bitributação. Um caso de grande repercussão nos últimos anos é o da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Nos últimos anos vem-se discutindo sobre a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, já que as contribuições incidem sobre o faturamento total obtido. Em 2017 por meio de um julgamento de grande impacto financeiro, o Supremo Tribunal Federal julgou como inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, alegando que o mesmo não agrega o faturamento do contribuinte.

Em maio de 2021, por meio de mais um julgamento no plenário, o STF julgou novamente o caso, e definiu o valor a ser excluído da base de cálculo, e também a modulação dos efeitos da decisão de 2017. Nesse meio tempo de discussões e

[1] Ciências Contábeis (UNIVEL) (2021)
[2] Especialista em Direito e Planejamento Tributário – Univel 2009.

ISSN xxxx-xxxx

dúvidas, muitas empresas como as distribuidoras de energia, haviam conseguido decisões favoráveis para utilização dos valores desses créditos para compensação de tributos ou ressarcimento do valor pago indevidamente.

A economia gerada pela não inclusão do ICMS, traz vantagens tanto para as empresas como para os consumidores. Para as empresas, as vantagens obtidas acarretam em uma série de oportunidades gerenciais para a utilização do montante economizado, já para os consumidores, essa economia das empresas pode influenciar no preço final da mercadoria. Para as empresas distribuidoras de energia, a repercussão acerca do assunto abrange diretamente os consumidores, já que ambas estão presentes em um ambiente, onde o valor do indébito causado pela inclusão do ICMS como base para o cálculo do PIS e da COFINS, acaba sendo repassado para o consumidor.

As discussões a respeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tem se notabilizado nos últimos anos, aumentando o número de processos que foram realizados buscando a realização da exclusão.

Diante disso o problema levantado é: Quais são os reflexos econômicos e financeiros causados pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS nas demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) no período de 2020, e seus efeitos para o consumidor?

O objetivo central do trabalho é identificar os reflexos causados pela exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nas demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) no ano de 2020, e seus efeitos para os consumidores.

O tema se mostra relevante no ponto de vista teórico, sendo de grande importância tanto para a sociedade, como para o meio acadêmico, já que o mesmo busca compreender os impactos financeiros e econômicos causados pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para uma empresa distribuidora de energia, como a COPEL, e também demonstrando o seu reflexo para os consumidores.

A energia elétrica como citado, possui uma forma de tributação complexa, onde alguns tributos são repassados ao consumidor dentro da tarifa de energia elétrica. Segundo a ANEEL (2016) a tarifa de energia elétrica é composta por três custos, custos da compra e geração da energia, custo de transporte e transmissão de energia, e os encargos setoriais que incluem os tributos incidentes. O ônus financeiro acerca do PIS e COFINS assim como o ICMS, é repassado ao consumidor na cobrança da tarifa.

Com o advento da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições, o valor do PIS e da COFINS sofrerá um reajuste. Como o valor das respectivas contribuições é repassado para o consumidor, é necessário entender como o mesmo será impactado pela redução, assim como a companhia nos seus demonstrativos, conforme suas escolhas com a economia gerada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capitulo serão abordados os principais conceitos necessários para o entendimento acerca dos impactos financeiros e econômicos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na COPEL.

Serão tratados primeiramente os principais pontos sobre contabilidade geral e tributária, englobando conceitos a respeito do PIS, COFINS e ICMS. A

ISSN xxxx-xxxx

inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, contexto a respeito das empresas de energia e sua forma de tributação.

2.1 CONTABILIDADE GERAL

Nesse primeiro tópico, será abordado o conceito de contabilidade geral, já que grande área que engloba os conceitos principais da elaboração e análise do trabalho, corresponde a contabilidade. A contabilidade é uma ciência social que possui como cerne a busca de conhecimentos essenciais para a sociedade, e de atender as necessidades de controle econômico, registrando a riqueza, bens, direitos e obrigações.

Segundo Marion (2008) a contabilidade é a ciência que estuda, registra, controla e informa os atos e fatos econômicos e financeiros que afetam o patrimônio de uma organização, seja ela privada ou pública. Olhando para o objeto da contabilidade, Padoveze (2016, p.17,18) afirma que o "objeto da ciência, é o patrimônio da entidade, e o objetivo seria o estudo e o controle do patrimônio e suas variações, visando sempre o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisão".

Complementando essa informação, Martins e Gelbecke (2000, p. 43), afirmam que, o objetivo principal da Contabilidade seria " permitir a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras"

As informações fornecidas pela contabilidade, são apresentadas por meio das demonstrações contábeis. Iudicibus (2009, p. 53) apresenta que "os relatórios são a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade". Dentre as principais demonstrações contábeis, pode-se destacar o Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas.

A contabilidade possui a finalidade de prover a seus usuários, seja internamente ligado a organização, ou externos a mesma, informações uteis para tomada de decisões. As informações são apresentadas por meio da elaboração dos demonstrativos financeiros.

2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

. A contabilidade tributária está presente desde os primórdios da contabilidade, conforme apresentado por Junior, Soares e Casagrande (2014) "A Contabilidade Tributária é uma das especializações mais antigas dentro da Contabilidade, há quem diga que as duas tiveram uma origem comum com a criação dos tributos, nas mais antigas civilizações. "

Para Fabretti (2013, p.5), a Contabilidade Tributária é "o ramo da Contabilidade que tem por objetivo aplicar, na prática, conceitos, princípios e normas básicas da Contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada"

Fabretti (2013, p.6) também define que o objeto da contabilidade Tributária é de apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o o de forma clara e sintética.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a contabilidade tributária se dedica ao estudo de fatores relacionados ás normas tributárias, que impõem ás práticas contábeis e os procedimentos de apuração dos tributos e a análise dos impactos que

ISSN xxxx-xxxx

os mesmos causam nas organizações.

2.3 TRIBUTOS

Pode-se considerar que os tributos são uma obrigação estabelecida por lei, onde é imposto o dever de entregar uma porcentagem da renda e patrimônio para o desenvolvimento do Estado. O Código Tributário Nacional (CTN), traz como definição de tributo em seus arts. 3 a 5° da Lei nº 5.172/66:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Fabretti (2013, p.107) resume o conceito de tributo afirmando que "é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal de extinção da obrigação tributária". Diante dos dois conceitos apresentados, segue-se o entendimento que tributo corresponde a um pagamento de uma obrigação imposta pelo estado, para contribuição do mesmo, onde em troca deve retribuir para a sociedade.

O CTN também estabelece que o tributo só pode ser exigido por lei, segundo o princípio da legalidade do art. 150, I, da Constituição Federal. O fisco pode agir apenas na forma e nos escritos presentes na lei, sem apresentar abuso ou desvio do poder.

Há cinco espécies de tributos, que são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições federais.

2.4 IMPOSTOS

Como já citado, os impostos são uma espécie de tributo instituídos por lei, cuja obrigação tem como fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte. O CTN em seu art. 16 define o tributo como: Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte.

Um exemplo de imposto é o Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço – ICMS, que será abordado na próxima seção.

2.4.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS

O ICMS, abreviatura para o chamado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, é um imposto de competência estadual, previsto no artigo 155, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde o mesmo retrata que:

> Art. 155.Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993).
> II - Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Para Costa (2009), o ICMS "é o imposto mais importante dos Estados-Membros e do Distrito federal, responsável pela maior parte da arrecadação tributária desses entes". (COSTA, 2009 Apud MALHEIRO, 2010)

A regulamentação do ICMS veio através da Lei Complementar n. 87/96,

ISSN xxxx-xxxx

também conhecida como Lei Kandir, que dispõe, acerca da sua incidência no artigo 2º, bem como estabelece quem seriam os contribuintes do tributo em seu artigo 4º.

Pode-se dizer que o ICMS incide sobre "operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação" conforme o próprio art. 155, inc. II, da CF. Em outras palavras, o ICMS incide sobre as negociações mercantis e não sobre qualquer tipo de circulação ou de mercadoria.

Uma característica do ICMS se dá pelo fato de ser um imposto não-cumulativo, ou seja, é abatido do montante devido pelo contribuinte o valor pago por este em etapas anteriores, em suas compras de bens ou serviços já tributados pelo imposto, conforme descrito na CF/88. Art. 155 § 2º inciso I.

> I - Será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

O ICMS possui como característica o fato de ser considerado um tributo indireto. Segundo Fabretti (2013, p.163) São considerados tributos indiretos, aqueles que a cada etapa econômica são repassados para o preço da mercadoria ou serviço, resumindo, o ônus tributário é repassado ao consumidor, embutindo-o no preço final.

O ônus tributário do ICMS é explicado por Sabbag, ao retratar o art. 13 da lei complementar n° 87/96:

> O art. 13, §1°, I, da Lei Complementar n°. 87/96, reprisando disposição de lei complementar anterior (DL n°. 406/68), estabelece que o montante do ICMS integra a própria base de cálculo, fenômeno que se dá o nome de ICMS "por dentro". Isso porque quando verificamos o preço de um produto na prateleira de um supermercado, devemos enxergar nele a soma de vários "preços" compondo o preço final. Refiro-me às despesas várias que o comerciante tem com o produto a ser comercializado: funcionários, manutenção do local, aluguel, seguros etc. Além disso deve-se embutir no preço final o lucro e, fundamentalmente, os impostos. Aí se vê o ICMS "por dentro", já calculado pelo comerciante (SABBAG, 2007, p. 362).

O ICMS como pode-se perceber é um tributo de competência estadual, que possui como fato gerador a circulação de mercadorias e serviços. Por sua competência ser estadual, possui alíquotas diferentes entre estados, sendo remetidas ao princípio da seletividade.

Uma vez conhecido o ICMS é necessário estudar da mesma forma o PIS e o COFINS, para assim compreender e refletir sobre a exclusão do ICMS da base dessas contribuições. Portanto, nesse próprio capítulo será abordada as contribuições sociais.

2.4.2 Contribuições Sociais

As contribuições sociais fazem parte de outra espécie de tributo, que possui como característica o financiamento de serviços sociais. Para Malheiro (2010) "a finalidade mais importante das Contribuições Sociais é cuidar da área social do país, como, por exemplo, a educação, a seguridade social, cultura, meio ambiente e afim".

ISSN xxxx-xxxx

Segundo Malheiro (2010) as contribuições sociais podem dividir-se em contribuições previdenciárias, cuja finalidade é de custear os benefícios previdenciários, e as contribuições não previdenciárias, onde o objetivo é de custear a assistência social e a saúde pública. As principais contribuições sociais abordadas nesse trabalho são o PIS/PASEP e a COFINS, que serão tratadas nas próximas seções.

2.4.3 Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP

O Programa de Integração Social – PIS surgiu com publicação da Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu a contribuição com o objetivo de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. O PASEP, por sua vez, surgiu no mesmo ano através da Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, com o objetivo de formação do patrimônio do servidor público. Os dois foram unificados em 1975, atreves da Lei Complementar n° 26, passando a ser chamado de PIS/Pasep.

O PIS possui sua regulamentação no art. 239 da Constituição Federal de 1988:

> Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

A base de cálculo, assim como a forma de tributação será detalhada mais à frente no trabalho, sendo primeiro explicado a respeito da COFINS.

2.4.4 Contribuição Para Seguridade Social – COFINS

A COFINS foi criada através do Decreto Lei 1.940/1982, que institui a contribuição social cujo nome era Fundo de Investimento Social, FINSOCIAL. Logo em seu artigo 1º o decreto trazia sua finalidade, destinando-se "a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor. " Em dezembro de 1991 a Lei Complementar n° 70 criou a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, destinada, de acordo com o artigo 1º, "exclusivamente às despesas com atividades fins das áreas de saúde, previdência e assistência social " (MALHEIRO,2010).

Assim como o PIS/PASEP, a base e a forma de tributação da COFINS são iguais, mudando apenas a alíquota correspondente, fatos esses que serão abordados com maior detalhamento na próxima seção.

2.4.5 Base de cálculo e tributação do PIS e COFINS

O PIS e a COFINS possuem dois regimes de recolhimentos, o regime pela

ISSN xxxx-xxxx

sistemática cumulativa, e o regime pela sistemática não cumulativa. O regime cumulativo do PIS está previsto na lei 9.718/98, onde em seu art. 2° é tratado da incidência do tributo, onde consiste no faturamento das Pessoas Jurídicas, já a não cumulatividade do PIS foi através da promulgação da Lei n. 10.637/2002, sendo a hipótese de incidência continuando a ser o faturamento. A COFINS possui sua regulamentação na cumulatividade perante o mesmo art. 2° da lei 9.718/98, e o regime da não cumulatividade através da Lei n° 10.833/2003, seguindo o mesmo conceito da incidência do PIS (WASHINGTON,2019).

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, alterou as alíquotas de PIS e COFINS e respectivamente, expandiu a base de cálculo das duas contribuições, passando a incidir tributação, além da receita bruta de vendas e da prestação de serviços, também sobre todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, propuseram ao PIS e COFINS como citado anteriormente a possuir dois regimes de recolhimentos, regime cumulativo e não-cumulativo, definido por Oliveira (2009) conforme citado por Cardoso (2021) como:

A primeira é aplicada sobre a receita bruta das pessoas jurídicas, em geral, enquanto a segunda destina-se exclusivamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, sujeitas à sistemática de não-cumulatividade, de que tratam as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, com as alterações da Lei nº 10.865/2004.

O regime cumulativo, é definido por Washington (2019) como um método de apuração segundo o qual o tributo é exigido na sua inteireza, toda vez que ocorre a hipótese tributária, sem a possiblidade de compensar o valor do tributo da operação antecedente, ocasionando o famoso "efeito cascata". Já a não cumulatividade, consiste justamente em compensar o valor do tributo devido em cada operação com o montante cobrado na operação anterior.

O sistema cumulativo é utilizado nas empresas que se enquadram no sistema de tributação do Lucro Presumido, onde a base de cálculo é o total de receitas auferidas, sendo as alíquotas vigentes nesse tipo de tributação, de 0,65% PIS e 3,00% COFINS.

O regime não-cumulativo, como já citado, é utilizado nas empresas que se enquadram no sistema de tributação do Lucro Real. Com a criação do regime não-cumulativo, as alíquotas do PIS e COFINS foram reajustadas para 1,65% e 7,60%, respectivamente, os contribuintes passaram a reduzir do débito, os créditos relativos aos custos, despesas e encargos vinculados as receitas tributadas pelo regime não-cumulativo (CARDOSO, 2021).

Diante do contexto apresentado das contribuições e do Imposto, no próximo capitulo, o referido estudo adentrara no mérito da discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

3 A INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Após uma breve explanação dos assuntos envolvendo as questões tributárias, sendo explicado sobre a função social de cada tributo, e sua incidência, nesse capitulo será feita uma abordagem sobre o conceito de faturamento, e a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS como faturamento, para incidência do PIS e da COFINS.

3.1 CONCEITO DE FATURAMENTO E A INCLUSÃO DO ICMS

ISSN xxxx-xxxx

Antes de aprofundar no referido assunto, é importante relatar o significado de faturamento, já que como foi possível compreender, é a base de cálculo das referidas contribuições sociais. De acordo com Harada (2006) faturamento, significa o a soma de diversas faturas, conforme ficou consagrado na prática comercial, quando se diz que o faturamento mensal de determinada empresa é de tantos reais, expressando o volume de vendas realizadas.(HARADA Apud MALHEIRO 2010).

As leis que disciplinam os aspectos fundamentais do PIS e da COFINS atualmente em vigor, Leis nº 9.718/1998, nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, estabeleceram o faturamento como base de cálculo, definindo-o como a soma de todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. Desse modo, como é apresentado por Malheiro (2010) "é possível dizer que o fato gerador do PIS e da COFINS é a totalidade das receitas provenientes da venda mercantil e dos serviços prestados, não mais cabendo outras receitas esdrúxulas a esse conceito".

Voltando a sistemática do ICMS, a lei complementar 87/96 prevê no artigo 13, § 1º, inciso I, a sistemática do cálculo do ICMS, onde menciona que integra a base de cálculo do imposto "o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle". Logo, para se chegar ao valor do ICMS, deve-se acrescentar o valor das operações de circulação de mercadorias e serviços o valor do próprio imposto, chegando a um conceito de ICMS por dentro.

3.1.1 A discussão da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS como base de cálculo para o PIS e COFINS

A discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições é um assunto antigo, que como é apresentado por Cardoso (2021) a lide tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, ou seja, retirada do ICMS do conceito de faturamento teve como início no âmbito do STF no ano de 1999, com o RE nº 240.785/MG. Após anos de discussões, a tese teve sua primeira decisão favorável em 2014, no RE nº 240.785/MG, entretanto, o processo não possuía efeitos de repercussão geral e não abrangia todos os contribuintes.

No ano de 2017, através do RE nº 574.706/PR, o STF julgou novamente a tese, sendo apresentado decisão favorável aos contribuintes, com repercussão geral, através do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia, que fixou a seguinte tese: "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins".

Apesar da vitória no caso, a Procuradoria geral da União – PGFN, propôs no mesmo ano, embargos de declaração, que requeria a modulação dos efeitos da decisão, para que os efeitos causados pela decisão favorável, valessem apenas após a mesma, e que não se possui efeito retroativo. O julgamento sobre os embargos de declaração passou por vários adiamentos, porém, enquanto não houve a decisão final sobre o caso, para conseguir os efeitos da lide tributaria, os contribuintes tiveram que ingressar através de processos judiciais, para ter a decisão favorável a exclusão. (CARDOSO,2021)

Em maio de 2021, após 4 anos de discussões e dúvidas sobre o referido assunto, o STF julgou novamente o caso, e definiu a modulação dos efeitos da decisão de 2017, e também o montante a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Segundo Maia e Bengardo (2021) "Os ministros optaram por uma modulação "para frente", sem efeitos retroativos, e apenas as ações judiciais e administrativas

ISSN xxxx-xxxx

protocoladas até a data do julgamento de 2017 estão ressalvadas". Foi definido pelos ministros também que o ICMS a ser retirado da base de cálculo, é o destacado em nota fiscal.

3.2 CONTEXTO SOBRE AS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica é um dos mais importantes bens de consumo para a sociedade, já que está presente no dia-dia de todos. O desenvolvimento do setor elétrico brasileiro está relacionado ao processo de urbanização e industrialização do país, que se arrasta desde 1889 com a Proclamação da República até o modelo praticado no Brasil hoje.

3.3 O PIS E A COFINS NA ENERGIA ELÉTRICA

Conforme citado anteriormente a tarifa de energia elétrica é composta por três custos, sendo os encargos setoriais, os custos que incluem os tributos incidentes sobre a energia elétrica.

De acordo com Cardoso (2021) a criação do regime não-cumulativo para o PIS e COFINS, implicaram em um aumento das alíquotas e proporcionou a apuração de créditos para estas contribuições, o cenário observado antes desta nova sistemática resultava em alíquotas constantes para todos as distribuidoras de energia elétrica. Com o novo cenário, a estrutura de custos e despesas de cada companhia passou a influenciar diretamente para a apuração da alíquota efetiva do PIS e COFINS sobre o faturamento de distribuição de energia.

"Essa nova forma de metodologia, inclui variáveis significantes, que causam elevação da carga tributária no setor elétrico, como regra geral, em relação à metodologia anterior (sistema cumulativo) ". (ANEEL,2005)

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 115/2005 definiu a forma para as concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição, incluírem à tarifa de energia elétrica homologada os percentuais relativos ao PIS e COFINS.

Quadro 1. Base de cálculo para o PIS/PASEP e a COFINS

Composição da base para cálculo do PIS/PASEP e da COFINS no mês de referência	Valor em R$
(1) Receita de fornecimento	
(2) Receita de Suprimento	
(3) Receita de Uso do Sistema de Distribuição	
(4) Total da Receita (1 + 2 + 3)	
(5) Total de créditos	
(6) Base para cálculo do PIS/PASEP e da COFINS – (4 – 5)	

Fonte: Nota Técnica nº 115/2005–SFF/SRE/ANEEL

A base de cálculo conforme apresentada na nota, seria a somatória das receitas de fornecimento, suprimento e das receitas de uso do sistema de distribuição, descontando os créditos.

ISSN xxxx-xxxx

Quadro 2 – Apuração das alíquotas efetivas de PIS e COFINS

Apuração das Alíquotas no mês de referência	Valor/Percentual
(1) Total da receita (apurada na linha 4 do quadro anterior)	
(2) Base para cálculo do PIS/PASEP (Receita – Créditos)	
(3) Base para cálculo da COFINS (Receita – Créditos)	
(4) Valor do PIS/PASEP apurado (1,65% x Base para cálculo do PIS/PASEP (2)	
(5) Valor da COFINS apurada (7,6% x Base para cálculo da COFINS (3)	
(6) Alíquota efetiva do PIS/PASEP (4/1)	
(7) Alíquota efetiva da COFINS (5/1)	

Fonte: Nota Técnica nº 115/2005–SFF/SRE/ANEEL

Quanto a apuração das alíquotas, conforme a nota, o valor da alíquota efetiva seria a divisão do valor da contribuição pela sua base de cálculo.

Após calcular o valor efetivo da alíquota, os valores são repassados a tarifa de energia conforme apresenta Cardoso (2021, p. 25)

Desta forma, após o cálculo alíquota efetiva de PIS e COFINS, estes valores são acrescidos à tarifa de energia elétrica, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Valor com a inclusão das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS = Tarifa homologada pela ANEEL (1- (Alíquotas efetivas do PIS/PASEP + COFINS)).

A ANEEL estabeleceu as diretrizes para serem adotadas pelas distribuidoras de energia, para o cálculo a ser aplicado para o PIS/PASEP e para COFINS na tarifa de energia elétrica.

3.4 POSICIONAMENTO DA ANEEL EM RELAÇÃO AOS EFEITOS DO JULGAMENTO SOBRE A EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

Com a publicação do julgamento do RE nº 574.706/PR, as companhias de distribuição de energia elétrica, baseadas nas opiniões emitidas pelos assessores e em decorrência do trânsito em julgado de suas ações, já que muitas já haviam entrado com o processo buscando a exclusão, começaram a refletir nas suas demonstrações os impactos dos referidos julgamentos. Surgiu também a dúvida de como o valor do indébito financeiro, seria ressarcido para os contribuintes.

Em 2020, a ANEEL iniciou um processo, por meio da tomada de subsidio nº 005/2020, para manifestar o tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica, para definição do montante e de como realizar a devolução dos créditos obtidos.

A ANEEL estabeleceu as seguintes perguntas para mostrar o seu posicionamento sobre o tema:

> 1). Como devem ser devolvidos, aos consumidores finais de energia elétrica, os créditos obtidos pelas distribuidoras?
> 2) E em quanto tempo deveria ser concluída essa devolução?
> 3). Por quais razões, como e em que medida é necessário se reconhecer, por meio de incentivos, prêmios ou ressarcimento dos custos judiciais incorridos, o comportamento dos concessionários que atuaram no deslinde desta questão tributária e que, ao fim, beneficia

ISSN xxxx-xxxx

o consumidor de sua respectiva área de concessão?
4). Quais as alternativas para operacionalização da devolução dos créditos e suas implicações?

Mesmo as empresas distribuidoras de energia elétrica atuarem como contribuinte de PIS e COFINS, a ANEEL através de processos tarifários, autorizou a cobrança ao consumidor dos valores efetivamente incorridos nas duas contribuições. Porém, as empresas ao atender a legislação aplicável e vigente, pagaram ao Fisco Federal e cobraram de seus consumidores valores que agora são considerados indevidos. (CARDOSO, 2021)

No mesmo ano de 2020, a ANEEL publicou a nota técnica Nº 37/2020–SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, com o objetivo propor a instauração de Tomada de Subsídios, com o propósito de colher dados e informações para a formulação de manifestação quanto aos efeitos e tratamentos regulatórios decorrentes das decisões judiciais que tratam da exclusão do ICMS base de cálculo das contribuições sociais PIS/ e da COFINS.

Os questionamentos que a Agência propôs, foram estabelecidos da seguinte forma:

Tratando da devolução dos créditos, a agência irá definir se a devolução ocorrerá por meio de reajuste tarifário, ou seja, por meio da redução das próximas tarifas, afetando os consumidores atuais e futuros, ou se as empresas necessitarão devolver o valor cobrado a maior para cada consumidor que suportou esse ônus financeiro incluído nas faturas anteriores.

Quanto ao tempo de devolução, segundo a ANEEL (2020), deve ser considerado que o levantamento e escrituração do crédito não representa efetivamente o benefício financeiro advindo do crédito. Já o montante a ser devolvido, existem questões como os custos que as distribuidoras incorreram no processo judicial e a possível tributação sobre o crédito apurado e atualizações.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (1999), conforme citado por Beuren e Raupp (2006, pg 81), a pesquisa descritiva, possui como objetivo descrever as características ou comportamentos de uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos do estudo, o mesmo é considerado um estudo de caso, já que aborda os impactos causados pela lide tributária da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, em um setor econômico apenas. O estudo de caso conforme citado por Beuren e Raupp (2006, pg 84), possui a característica de um foco em aprofundar mais sobre um único caso em específico, uma pesquisa mais intensiva, focada em determinar as características do tema.

A coleta dos dados foi realizada com fonte de dados secundários, já que os dados foram coletados, buscando informações nos relatórios financeiros disponíveis no site de relação com investidores da empresa analisada, através dos demonstrativos e dos relatórios apresentados da companhia. Também foi buscado, informações reguladoras da questão dos reflexos dos consumidores, por meio do site da ANEEL. Após a coleta dos dados, foi realizada a comparação entre os demonstrativos financeiros, para evidenciação dos reflexos da lide tributária.

Quanto a questão dos efeitos para os consumidores, foi evidenciado o apontamento da escolha da companhia quanto aos valores, confrontando com a

ISSN xxxx-xxxx

regulamentação da agência reguladora ANEEL.

As informações dos dados analisados correspondem aos períodos de 2019 a 2020, onde foi feito uma comparação entre os dois períodos para uma análise aprofundada sobre o impacto tanto nas demonstrações, quanto econômico, do problema analisado. Para a problemática do estudo quanto aos efeitos para os consumidores, também foram utilizados dados de 2021.

Quanto a abordagem do problema, o presente estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Beuren e Raupp (2006, p.92) caracteriza-se por ter uma análise aprofundada no fenômeno estudado, busca-se também, por meio da pesquisa qualitativa, estudar campos que não são observadas em estudos quantitativos, e também não se baseia apenas em dados estatísticos.

5 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capitulo serão apresentados por primeiro, o cenário da companhia onde o estudo foi realizado, após, será apresentado o status da ação judicial da mesma. Será retratado as informações do tratamento regulatório e os reflexos na companhia. Irá ser apresentado logo após, os reflexos para aos consumidores conforme tratamento adotado pela companhia. Por fim, apresenta-se a análise dos resultados.

5.1 CENÁRIO

O presente estudo foi realizado na Companhia Paranaense de distribuição de energia – COPEL. A COPEL é uma sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, onde é controlada pelo Estado do Paraná, e suas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. e também negociadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural.

O estudo delimitou-se em analisar as demonstrações da companhia, E os reflexos econômicos de suas escolhas no período de 2020 nas suas demonstrações, comparando com períodos anteriores. Para análise dos efeitos aos consumidores, também foram analisados fatos ocorridos em 2021.

5.2 STATUS JUDICIAL

A COPEL impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em agosto de 2009. A

ISSN xxxx-xxxx

companhia foi uma das primeiras empresas distribuidoras de energia a ingressar com ação judicial. Na ação, a companhia buscava além de realizar seu direito na atualidade, retroagir ao ano de 2004, referente a cinco anos anteriores ao ajuizamento da medida judicial.

No dia 16/06/2020, foi transitado em julgado o acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da COPEL, de excluir da base de cálculo do PIS e COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado. A companhia, portanto, garante, o direito de reaver o crédito, desde 2004 até 2020, na data do trânsito em julgado, e também, da data adiante, realizar a exclusão.

Considerando que na época ainda não se obtinha um parecer quanto a questão do valor do ICMS a ser excluído, a COPEL já obteve um respaldo benéfico quanto a tratativa, visto que outras companhias como a Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC e a EDP – SP, que obtiveram o direito de excluir o valor do ICMS recolhido.

Após ganhar o direito de excluir o montante referente ao ICMS, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que deverá ser recuperado utilizando dos seguintes expedientes: pela compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos, e, se necessário, com recebimento de precatórios do Governo Federal.

Tabela 1 – Períodos da ação judicial

Período do ingresso de ação	Período do trânsito em julgado	Período do direito aos valores de indébitos discutidos na ação judicial	Valores estimados
ago/09	jun/20	2004 a 2020	5.655.754,00

Valores em reais mil.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

5.3 IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES E O TRATAMENTO QUANTO AOS VALORES

Após a decisão favorável, a Copel distribuição, realizou o reconhecimento do crédito tributário atualizado no ativo já no 2° trimestre de 2020, e evidenciou no relatório da administração, que o mesmo será recuperado utilizando dos seguintes expedientes: pela compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos, e, se necessário, com recebimento de precatórios do Governo Federal.

A companhia adotou o posicionamento de que baseado na opinião de seus assessores legais, compreende que os consumidores têm o direito a restituição do indébito pelo período máximo aplicável. A Companhia registrou, o passivo a restituir para os consumidores dos últimos 10 anos do crédito, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em relação aos impactos da modulação dos efeitos, julgada pelo STF no âmbito do RE 574.706/PR em maior de 2021, o entendimento da Companhia, baseado na opinião de seus assessores legais, já era em 2020, de ser altamente provável de que as decisões já transitadas em julgado favoravelmente aos contribuintes sejam

ISSN xxxx-xxxx

mantidas, o que acabou se confirmando após o julgamento em 2021.

Tabela 2 – Impacto no Balanço Patrimonial e na DRE da COPEL

COPEL	31.12.2020
ATIVO	
Crédito tributário – principal	3.620.118,00
Crédito tributário - atualização monetária	2.035.636,00
Efeito no Ativo	**5.655.754,00**
Ativo Total da companhia	**46.784.664,00**
% de participação do crédito	**12%**
PASSIVO	
PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	-3.805.985,00
Obrigações fiscais - Pis/Pasep e cofins a recolher sobre receita financeira	-94.657,00
Imposto de renda e contribuição social	-596.738,00
Efeito no passivo	**4.497.380,00**
Passivo Total da companhia	**46.784.664,00**
% de participação do crédito	**10%**
Efeito no Balanço Patrimonial	**1.158.374,00**
DRE	
Receita operacional líquida	810.563,00
Receita financeira, líquida de Pis e Cofins	944.549,00
Imposto de renda e contribuição social	-596.738,00
Efeito na demonstração do Resultado	**1.158.374,00**

*Para os registros efetuados em 2020, é apresentado o Ativo Total e Resultado Líquido do Período apurados até o 4º ITR de 2020.

Valores em reais mil.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se perceber o grau de participação que o devido registro das operações influenciaram nas demonstrações da companhia, o crédito a recuperar possui uma participação de quase 12% do ativo total da companhia, considerando o balanço consolidado da mesma. Quanto aos valores a restituir, a proporção também é relevante, sendo de 10%.

Quanto a evolução dos valores em relação a 2019, pode-se observar no próximo quadro a evolução da conta outros créditos a recuperar, onde foi aberto a Nota explicativa n° 13.2 da demonstração do 4° trim de 2020, "Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais" onde é evidenciado com mais clareza os valores.

Tabela 3 – Outros tributos a recuperar detalhamento

Outros tributos a recuperar	Evolução	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	**663%**	**1.565.323,00**	**205.060,00**
ICMS a recuperar	-13%	89.942,00	103.977,00
PIS/Pasep e Cofins a compensar	1390%	1.474.119,00	98.942,00
Outros tributos a compensar	-41%	1.262,00	2.141,00

ISSN xxxx-xxxx

Ativo não circulante	**1310%**	**4.539.498,00**	**322.011,00**
ICMS a recuperar	13%	84.376,00	74.568,00
PIS/Pasep e Cofins a compensar	1969%	4.421.403,00	213.667,00
Outros tributos a compensar	0%	33.719,00	33.776,00
Total	**1058%**	**6.104.821,00**	**527.071,00**

Valores em reais mil.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Evidencia-se que os créditos a recuperar de PIS e Cofins sobre ICMS, são os principais créditos da companhia, se tratando dos tributos a recuperar que a mesma possui. Quanto a receita operacional líquida da companhia, observou-se um aumento conforme quadro abaixo.

Tabela 4 – Demonstrativo da Receita

Demonstrativo da Receita	**2020**	**2019**	**Var.%**
Fornecimento de energia elétrica	6.652.824,00	6.426.016,00	4%
Suprimento de energia elétrica	3.779.830,00	2.865.866,00	32%
Disponibilidade da rede elétrica (TUSD/ TUST)	4.372.596,00	4.138.771,00	6%
Receita de construção	1.414.067,00	1.132.884,00	25%
Valor justo do ativo indenizável da concessão	57.341,00	36.646,00	56%
Distribuição de gás canalizado	502.655,00	843.183,00	-40%
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	676.939,00	18.631,00	3533%
Outras receitas operacionais	1.176.997,00	407.248,00	189%
Receita Operacional Líquida	**18.635.269,00**	**15.871.264,00**	**17,4%**

Valores em reais mil.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A receita operacional líquida atingiu um montante superior a 17,4% em relação a 2019, sendo parte responsável as outras receitas operacionais que obteve uma variação positiva de 189%. Parte influenciada pelo registro na linha outras receitas operacionais dos R$ 810,6 milhões referentes a recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

O resultado financeiro da companhia alcançou R$ 866,3 milhões em 2020, superando o registro de R$ 455,4 milhões negativos em 2019, sendo que, a variação de quase 290%, é justificada pelo reconhecimento da receita financeira de R$ 940,9 milhões decorrentes do registro de créditos tributários no 2T20, sendo uma das principais responsáveis pelo bom resultado.

5.4 EFEITOS PARA O CONSUMIDOR

Como foi retratado anteriormente, a companhia deixou claro seu entendimento, de que os valores do indébito referente aos últimos 10 anos devem ser devolvidos aos consumidores, já que foram quem arcou com o custo. Quanto a restituição dos créditos de PIS e Cofins aos consumidores, foi relatado que a companhia aguarda uma conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, os quais atualmente estão em processo de habilitação junto à Receita Federal.

Em 09/02/2021, a Aneel abriu consulta pública voltada a discutir a forma de

ISSN xxxx-xxxx

devolução dos créditos tributários para os consumidores. A proposta da Aneel é de que os montantes a serem devolvidos a cada Ciclo Tarifário, serão abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de seu rateio pelo conjunto de consumidores, sendo definidas cotas-partes de cada um deles a cada ciclo de faturamento, de modo que se considere sua participação no faturamento mensal.

A Aneel não se manifestou em relação ao período prescricional de devolução do crédito ao consumidor. Ainda, em 09/02/2021, a ANEEL publicou o Despacho Aneel nº 361, onde estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá, antecipadamente à conclusão da Consulta Pública nº 005/2021, ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins, limitada a 20% (vinte por cento) do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

A companhia evidenciou em seus relatórios que os valores de Pis e Cofins da Copel DIS dos meses de março a junho de 2020, período onde ainda não tinham sido pagos quando o desfecho da ação, foram remensurados com os efeitos da decisão judicial e reclassificados para a conta de passivo a restituir para os consumidores, valores que podem ser observados logo a baixo.

Tabela 4 – PIS/COFINS a restituir

PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	31.12.2020
Apuração até fevereiro de 2020	3.805.985,00
Apuração de março a junho de 2020	121.838,00
	3.927.823,00
Circulante	**121.838,00**
Não circulante	**3.805.985,00**

Fonte: Adaptado de Relatórios da Administração - COPEL (4T°2020).

Comparando os efeitos atuais do reajuste do cálculo da tarifa, sem levantar em consideração os valores a restituir, já se observa um reajuste tarifário, aplicando o cálculo do PIS/COFINS sem considerar o montante referente ao ICMS, como será observado logo abaixo. Segundo a COPEL, logo após obter ganho da ação, a economia média que o consumidor final terá é em torno de 3,8%. A companhia explicou que os efeitos da decisão judicial foram aplicados a partir das faturas referentes ao período de leitura de julho, portanto, a totalidade do benefício pode ser percebida nas faturas emitidas a partir de agosto. O consumidor pode perceber a redução nas informações complementares da fatura –aparecem os valores cobrados de PIS e COFINS, também é possível perceber a redução no campo chamado "valor unitário".

Tabela 5 – Comparativo de valores

Período	Valor sem Tributos	Valor tributos	Valor com tributos	PIS/COFINS
01/06/2020	0,512770	0,275204	0,787974	5,28%
01/09/2020	0,512770	0,242605	0,755375	3,09%

Fonte: Dados de pesquisa (2021)

Na comparação realizada para demonstrar, foi utilizada os períodos de 06/2020 e 09/2020, onde o valor da tarifa sem os tributos, definida pela ANEEL, se mantem

ISSN xxxx-xxxx

igual, mudando apenas os valores referente a PIS/COFINS. Como as alíquotas efetivas de PIS e COFINS são determinadas pela metodologia da ANEEL, apresentada no quadro 2, foi pego as alíquotas efetivas disponibilizadas pela companhia no período. As alíquotas de PIS/COFINS foram de 5,28% e 3,09% nos meses de junho e setembro respectivamente. A redução das alíquotas se dá pela metodologia de cálculo efetivo, juntamente com a própria exclusão do ICMS.

Tabela 6 – Comparativo de valores para o consumidor final

Consumo Kwh	Valor un. com tributos	Valor total	ICMS	PIS/COFINS	Total tributos
232	0,787974	182,81	53,01	9,73	62,74
240	0,755375	181,29	52,57	5,60	58,18

Fonte: Dados de pesquisa (2021)

A redução pode ser evidenciada no valor final a pagar, conforme tabela abaixo onde é demonstrado que mesmo um consumo um pouco maior, já foi percebido uma redução no valor final da tarifa mensal.

Para o cálculo do valor com tributos, é utilizado a seguinte metodologia disponibilizada pela ANEEL:

$$valor\ a\ ser\ dobrado\ do\ consumidor = \frac{Valor\ da\ tarifa\ publicada\ pela\ ANEEL\ (sem\ impostos)}{1 - (\mathrm{PIS} + \mathrm{COFINS} + \mathrm{ICMS})}$$

Evidencia-se, portanto, que os valores referentes a exclusão de ICMS, na base do PIS/COFINS, trouxeram um efeito positivo para os consumidores, já que com a exclusão, os valores repassados das contribuições sofrem um reajuste. Outro fator é os créditos anteriores que a companhia obteve, que serão utilizados como forma de reajuste tarifário futuro, quando as questões levantadas pela ANEEL, forem concluídas

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como principal problemática, demonstrar quais os reflexos financeiros causados pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS nas demonstrações financeiras da COPEL, e também demonstrar o efeito para seus consumidores. Para atingir o resultado, utilizou-se de documentos publicados pela COPEL no próprio site de relação com investidores, onde foi observado informações quantitativas e qualitativas da companhia, além das informações regulatórias da ANEEL.

Após a coleta dos dados, foram elaborados os comparativos, demonstrando as variações ocorridas. Quanto aos resultados, foi possível identificar a origem e os reflexos das escolhas contábeis adotadas pela companhia, em decorrência de indefinições jurídicas e regulatórias sobre a questão.

Como primeira proposta, foi buscado entender o contexto judicial da ação da companhia que buscava seu direito de excluir o montante referente ao ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS. Com a análise, foi possível encontrar que a COPEL, foi uma das pioneiras do setor elétrico, a entrar com ação, buscando realizar seu direito, em meados de 2009, buscando retroagir o período de 5 anos da data de ação. Sendo isso, garantindo em 2020 que a companhia obtivesse direito de recuperar o crédito desde 2004, totalizando um crédito com atualização monetária, de cerca de quase R$ 5,6 bilhões.

ISSN xxxx-xxxx

Quanto as decisões da companhia, foi constatado através dos relatórios da administração, que a mesma irá recuperar o devido crédito por meio de compensações de outros tributos a recolher. A COPEL também deixou claro que seu posicionamento quanto aos créditos, é de que o contribuinte, foi o grande prejudicado nesse período, já que arcou com o ônus financeiro da inclusão do ICMS, e que, portanto, o mesmo deve ser recompensado. Como a ANEEL, regulamentou essa questão, deixando evidente que os valores dos créditos poderão futuramente serem utilizados para abatimento tarifário.

Com esse posicionamento, além do reconhecimento no ativo do direito ao crédito, a COPEL, registrou o valor a restituir aos contribuintes referente aos últimos 10 anos. O ativo da companhia foi impactado num aumento de 12% com o devido registro, já o passivo, impactou positivamente em 10%. Sua receita tanto operacional como o resultado financeiro, também foi impactado pelo registro do crédito a recuperar recebido, como pode-se observar.

Quanto aos consumidores, os mesmos obtiveram um reajuste negativo na tarifa, logo após a decisão, de cerca de 3,8%, conforme a COPEL demonstrou em seus relatórios, e pode-se observar nas próprias faturas, o valor do kWh menor. Destaca-se uma certa dificuldade em apurar o exato reflexo, já que os valores esse reflexo para os consumidores, tende a ficar maior nos próximos períodos, quando a questão da devolução dos créditos for concluída pela ANEEL. Até então a agência permitiu utilizar apenas 20% do crédito apurado como forma de compensação de futuros reajustes positivos na tarifa de energia elétrica.

Conclui-se, portanto, que questões de distorções tributárias que permeiam o sistema, como essa tratada no trabalho, acabam por afetar as empresas e principalmente os consumidores, que são afetados no preço dos produtos. Pode-se observar também, a complexidade maior existente na tributação de energia elétrica, onde a percepção de seus efeitos nem sempre fica evidente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Como é composta a tarifa**. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/entendendo-a-tarifa/-/asset_publisher/uQ5pCGhnyj0y/content/composicao-da-tarifa/654800?inheritRedirect=false>. Acesso em: 01 de abr. de 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Nota Técnica nº 115/2005**– SFF/SRE/ANEEL: Promoção de Audiência Pública para obtenção de subsídios e de informações adicionais para definição da metodologia para as concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição adicionarem à tarifa de energia elétrica homologada pela ANEEL os percentuais relativos ao PIS/PASEP e a COFINS. Brasília, DF: 2005. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2005/014/documento/notatcnica piscofins.pdf. Acesso em: 08 de maio de 2021

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução Homologatória n° 290**. Brasília 2006**.** Disponível em:<https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14486448/reh2006290.pdf/cf38c3c5-66e4-4c0a-9fc6-7414d7636f5f?version=1.0> Acesso em:

ALBINO, Bianca Campos. **O sistema tributário brasileiro e suas perspectivas.** 20

ISSN xxxx-xxxx

14. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10254/1/2014_BiancaCamposAlbino.pdf > Acesso em: 01 de maio de 2021.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970**. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp07.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975**. Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp26.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL**. Lei nº 7.918, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718compilada.htm>. Acesso em: 27 de mar de 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**.: Presidência da República, 1998. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm>. Acesso em 10 de maio de 2021.

BRASIL. **Solução de Consulta Interna COSIT nº 13, de 18 de outubro de 2018**. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=9 5936>. Acesso em: 27 de mar de 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 574.706 Paraná**. Íntegra do voto. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13709550>. Acesso em: 27 de mar de 2021.

CARDOSO, Pablo Luis Cavalheiro. **Impacto financeiro da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS nas demonstrações financeiras das empresas distribuidoras de energia elétrica**. Repositório Institucional da UFSC. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220530> Acesso em: 02 de abr de 2021.

ISSN xxxx-xxxx

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2013

IUDÍCIBUS, Sérigio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. GELBECK, Ernesto Rubens. **Manual de C ontabilidade das Sociedades por Ações** – FIPECAFI. 5. ed. São Paulo: Atlas, 200 0.

JUNIOR, Antonio C. C. Eloy; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria D. Hen rique**. A produção científica brasileira sobre contabilidade tributária em periódi cos e eventos no período de1989 a 2011 -** Revista de Contabilidade e Controladori a. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/32234/22669> Acess o em: 25 de abr de 2021.

NETTO, Daniel Vinicius; HENKES, Jairo Afonso. **Sistema de geração e distribuiçã o de energia por parte do operador nacional do sistema brasileiro- ons o pêndu lo do desenvolvimento.** 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul .br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2533>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

MAIA, Flávia; Mengardo, Barbára. **ICMS no PIS/Cofins: STF define que decisão v ale a partir de 2017.** JOTTA, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/stf-finaliza-icms-no-pis-cofins-e-define-que-decisao-vale-a-partir-de-2017-13052021>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

MALHEIRO, Alexandre Santos. **Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e d a COFINS.** Repositório Institucional da UniToledo. 2010. Disponível em: <https://serv icos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/1474/3/Alexandre%20Santos%20Malheir o.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

MALMMANN, June C. Andres. **O sistema tributário nacional e o impacto social.** Repositório Institucional da UNIJUI. 2013**.** Disponível em:<https://bibliodigital.unijui.e du.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1697/mono%20com%20altera%C3%A 7%C3%B5es%20para%20entrega.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 de maio de 202 1

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14.
° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, Aparecida Silva Neves et al. **ICMS: Impactos da exclusão da base de cá lculo do PIS e COFINS para o consumidor.** Revista Tecer. 2019. Disponível em: < https://www.metodista.br/revistas-izabela/index.php/tec/article/view/1810> Acesso em: 02 de abr de 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Fundamentos de contabilidade. In: PADOVEZE, Clóvis Luí s. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Editora Intersaberes, 2016.

Rezende, Fernando. 1996. **Evolução da estrutura tributária: experiências recent**

es e tendências futuras. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/133/135> Acesso em: 02 de maio de 2021.

SABBAG, Eduardo Moraes. **Elementos do direito**. 8. ed. São Paulo: Premier, 2007.

SILVA, Thiago Prates. **Teoria da contabilidade: percepção de alunos e professores da graduação em ciências contábeis.** 2018. Disponível em**:**http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wp-content/uploads/Monografia-Ajustada.pdf**.** Acesso em: 24 de abr. de 2021

SILVESTRE, Bruno D. Santos et al. **Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro.** Rev. adm. empres. vol.50 no.1 São Paulo Jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902010000100008> Acesso em: 09 de maio de 2021.

SIQUEIRA, Gerson Stocco**. Exclusão do ICMS (bruto ou líquido) da base de cálculo do PIS e Cofins: Uma indicação do STF**. Migalhas. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/337164/exclusao-do-icms--bruto-ou-liquido--da-base-de-calculo-do-pis-e-cofins--uma-indicacao-do-stf>. Acesso em: 27 de mar. de 2021.

VERSIANI, Isabel. **Sem ICMS da base de cálculo do PIS Cofins, créditos chegam a R$100bi**.CNN Brasil**.** 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/22/sem-icms-da-base-de-calculo-do-pis-cofins-creditos-chegam-a-r100-bi> Acesso em: 27 de mar. de 2021.

WASHINGTON, Eliane A. D. **A interpretação no Direito Tributário sob o viés da semiótica comunicacional.** TEDE PUC. 2019. Disponível em: < https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22408>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

ISSN xxxx-xxxx

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ANÁLISE DO MELHOR REGIME TRIBUTÁRIO PARA UMA INDÚSTRIA ERVATEIRA LOCALIZADA EM LARANJEIRAS DO SUL - PR NO ANO DE 2020

Alison Felipe Chagas[1]
Everton Jaime Gugel[2]

Resumo: O foco deste estudo é o planejamento tributário, o qual é delineado por uma análise dos regimes tributários em vigor no Brasil, sendo estes, o simples nacional, lucro presumido e lucro real, com foco em uma indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul no Paraná. O presente trabalho possui o tema ligado à importância de escolher o melhor regime tributário para a empresa, diretamente ligado à contabilidade tributária. Para determinação de qual anexo à empresa se encaixará é utilizado como fator principal à atividade da empresa. Portanto, a pergunta de pesquisa é: qual o regime tributário é menos oneroso para a indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul-PR no ano de 2020? Para responder esta pergunta tem-se o objetivo geral: identificar se o regime tributário adotado pela indústria em questão foi o mais vantajoso no ano de 2020. Quanto à metodologia do artigo a pesquisa é exploratória e bibliográfica realizada através de uma pesquisa teórica e prática. O presente estudo se trata de uma pesquisa descritiva, onde irá avaliar se o regime tributário escolhido pela indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul - PR no ano de 2020 foi o menos oneroso. Quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa, o presente é considerado um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada através dos demonstrativos e obrigações acessórias da empresa pesquisada, demais informações foram pesquisadas através da legislação vigente, vinculadas a pesquisa. As comparações dos Regimes, realizados através das simulações, destacaram o Simples Nacional como menos oneroso e mais vantajoso.

Palavras-chave: Contabilidade Tributária. Regimes Tributários. Planejamento Tributário. Indústrias Ervateiras.

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução do sistema tributário e com a alta carga de impostos aplicados no Brasil, o planejamento tributário se tornou um dos principais pontos a serem analisados, pelo impacto financeiro negativo ou positivo que pode vir a causar nas organizações e empresas.

A partir do momento que uma empresa inicia as atividades no mercado, ela precisa fazer a escolha do regime tributário, existindo três possibilidades de regimes, o simples nacional, lucro presumido e lucro real, cada um destes com suas particularidades.

[1] Acadêmico Alison Felipe Chagas do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL
[2] Orientador Professor Especialista Everton Jaime Gugel do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISSN xxxx-xxxx

Logo, o gestor da empresa deve procurar um profissional da área tributária para realização de um estudo de qual o melhor regime tributário para sua empresa, uma vez que se trata de uma decisão de tamanha importância, pois tem efeito direto na carga tributária e financeira da empresa.

Essa decisão vai impactar diretamente no pagamento de tributos, assim a escolha de modo errôneo, pode ocasionar uma maior carga tributária para a empresa.

Atualmente, o faturamento da empresa é um dos principais filtros para escolha do regime tributário, por exemplo, o simples nacional de maneira geral contém alíquotas menores, mas existe um teto menor para o limite de faturamento.

O presente estudo de caso se justifica por mostrar à sociedade de maneira clara a importância da escolha do regime tributário, uma vez que determinada temática é extremamente complexa e de pouco conhecimento. Mesmo com toda a importância já citada anteriormente, muitos empresários não tem o real conhecimento do regime tributário ideal para a empresa. Para os profissionais da área, pode ser um assunto comum já que faz parte de seu desenvolvimento profissional. Todavia, para o gestor muitas vezes é um assunto delicado, por não ter o conhecimento adequado para uma decisão desse porte.

Portanto, com o embasamento e estudos adequados pode-se chegar a um melhor resultado.

Assim, após severa e criteriosa análise, considerando todos os fatores, para uma escolha correta que beneficie a empresa, é escolhido o regime tributário.

A área tributária é muito volátil e segue em constante mudança, de forma que, cada vez mais o consultor tributário vem ganhando seu espaço no mercado, e assim, atualmente, para decidir o regime tributário, é necessário um planejamento tributário adequado, com um profissional capacitado.

Pode-se observar que, é crescente o número de empresas que investem na área tributária, já que a carga tributária brasileira chega à média de 37% do produto interno bruto (PIB) (SILVA e FARIA, 2017). Com essa elevada carga tributária, todos os benefícios e possibilidades que estejam vigentes em legislação são bem vindos para o empresário.

Porém, o que pode variar conforme a empresa, os gastos com tributação são extremamente altos, impactando diretamente no seu lucro, assim como já citado a necessidade da existência do planejamento tributário.

Nesse contexto, o presente trabalho possui o tema ligado à importância de escolher o melhor regime tributário para a empresa, diretamente ligado à contabilidade tributária.

Diante do tema apresentado, a delimitação da pesquisa é o planejamento tributário em uma indústria ervateira no ano de 2020, verificando se o regime tributário escolhido foi o ideal e realizar a projeção para o ano de 2021, tendo total foco na área tributária. O presente estudo de caso será realizado em Laranjeiras do Sul - PR no período de 2020.

Diante do exposto, formulou-se, a seguinte pergunta problema: Qual o regime tributário é menos oneroso para a indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul – PR no ano de 2020?

Com todas as mudanças ocorridas de forma significante para o desenvolvimento dos regimes tributários, com intuito de facilitar o entendimento sobre a escolha de regime tributário, esse estudo de casos tem como objetivo geral:

ISSN xxxx-xxxx

Identificar se o regime tributário adotado pela indústria em questão foi o mais vantajoso no ano de 2020.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No 1° Congresso Brasileiro de Contabilidade (1924), o ramo da contabilidade foi classificado como a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica. Sendo, seu objeto de estudo principal, o patrimônio.

O conceito de Contabilidade Geral refere-se à avaliação financeira de negócios, no qual tem como objetivo fornecer informações para usuários primários (investidores e credores) acerca de funções contábeis, podendo elas, causar danos patrimoniais ou não.

A evolução da contabilidade sempre esteve em conjunto com a evolução humana. A história da Contabilidade é vista como o resultado da história da civilização, principalmente na área econômica (MELIS *apud* PELEIAS, 2004). Essa questão estava ligada a necessidade de registros de comercio, em épocas caracterizadas como Antes de Cristo (a.C.), com registros de marcas em paredes de caverna.

A era da Globalização, trouxe diversas alterações, bem como, o avanço do mercado financeiro. Em virtude de todas as mudanças causadas pelo mundo pós-guerra, a área da contabilidade se deparou com a necessidade de produzir maiores informações úteis aos consumidores e adaptação de uma melhor avaliação. A globalização dos mercados trouxe consigo a necessidade dos profissionais da área de contabilidade a se ajustarem as mudanças decorrentes da era globalizada dentro do seu ambiente de trabalho, principalmente em conceitos e objetivos (Martins 1992). Carecendo de renovações e adaptações acerca dos profissionais da área, e também a resolução de problemas.

Dentre as áreas abordadas pelo ramo da contabilidade, destaca-se a Contabilidade Tributária, sendo esta, uma das áreas mais importantes do ramo.

A contabilidade tributária tem como objetivo, aplicar os conceitos na prática, princípios e as normas da contabilidade, bem como, a parte de legislação (FABRETTI, 2005).

As questões abordadas pela área da Contabilidade Tributária, vão desde administração até organização dos pagamentos de impostos. Apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, para conciliar a geração de tributos de uma determinada entidade (FABRETTI, 2006). É necessário que haja um planejamento dos procedimentos futuros a serem realizados.

Para Castro e Carvalho (2007, p.2), o sistema tributário nacional é um conjunto de leis e princípios que impõem uma série de tributos vigentes em determinada época, os quais irão servir para viabilizar os fins sociais, econômicos e políticos do Estado.

Os tributos são aspectos fundamentais na Contabilidade Tributária, no qual, são fundamentados pelo Sistema Tributário Nacional, e correspondem aos pagamentos obrigatórios, entre eles, impostos, taxas e contribuições.

Ainda pensando na era globalizada, e nas necessidades de avanços que esse processo trouxe ao mundo globalizado, o papel da contabilidade tributária, se

ISSN xxxx-xxxx

mostra ainda mais necessária, para melhor administração e organização dos impostos, visando um planejamento para o pagamento e melhor economia financeira.

2.1 REGIMES TRIBUTÁRIOS

O Regime tributário é caracterizado como um conjunto de tributações, no qual, estabelece a cobrança de tributos, levando em conta as atividades da empresa, seu faturamento e o porte. Levando em consideração o planejamento tributário, como forma de organização e diminuição do pagamento desses tributos. Como ramo da contabilidade, deve demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício, de forma clara e precisa, rigorosamente de acordo com conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) instituído em 1988 através da legislação federal, mas tem vigência estadual, sendo cada estado responsável pela administração do imposto. Em âmbito geral as principais competências do imposto no Art. 155 da Constituição Federal de 1988:

> Compete aos estados e ao distrito federal instituir impostos sobre: (redação dada pela emenda constitucional nº 3, de 1993)
>
> ii - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (redação dada pela emenda constitucional nº 3, de 1993) inciso ii do artigo 155 da constituição federal de 1988.*"* (BRASIL, 1988, Art° 155)

Como visto, o imposto é não cumulativo, assim permitindo o creditamento sobre as entradas para abatimento do débito do próprio imposto, conforme Art° 19 e Art° 20 da Lei Complementar 87/1996:

> O imposto é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.
>
> Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação. (BRASIL, 1996, Art° 19 e Art° 20)

O débito é gerado nas operações de saídas, e o crédito gerado nas operações de entrada.

ISSN xxxx-xxxx

O imposto de renda sobre pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), sendo que a CSLL segue as mesmas normas de apuração e de pagamentos válidos para o IRPJ como visto no Art° 57 da lei 8981 de 1995:

> Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro (Lei nº 7.689, de 1988) as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, inclusive no que se refere ao disposto no art. 38, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor, com as alterações introduzidas por esta Lei. (BRASIL, 1995, Art° 57)

Portanto, atualmente é vigente o RIR (Regulamento do Imposto de Renda), que regulamenta e trata do devido imposto, assim o IRPJ incide sobre os ganhos de capital da empresa em determinado período conforme cita Art. 210° do RIR 2018:

> A base de cálculo do imposto sobre a renda, determinada segundo a lei vigente à data de ocorrência do fato gerador, é o lucro real, presumido ou arbitrado, correspondente ao período de apuração.
>
> Integram a base de cálculo todos os ganhos e os rendimentos de capital, independentemente da denominação que lhes seja dada, da natureza, da espécie ou da existência de título ou contrato escrito, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos daquele previsto na norma específica de incidência do imposto sobre a renda. (BRASIL, 2018, Art° 210)

IRPJ tem alíquota incidente de 15%, mais 10% no que exceder o lucro no valor de R$ 20.000,00 mensais e a CSLL uma alíquota de 9%. (Receita Federal, Ministério da Economia).

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide sobre a produção de produtos industrializados e tem como legislação regente o RIPI 2010 (Regulamento do IPI) do exposto no Art. 2° do RIPI 2010 “Art. 2 º-O imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI” (BRASIL, 2010).

O Art° 225 do RIPI afirma que o imposto também segue a sistemática não cumulativa:

> A não cumulatividade é efetivada pelo sistema de crédito do imposto relativo a produtos entrados no estabelecimento do contribuinte, para ser abatido do que for devido pelos produtos dele saídos, num mesmo período, conforme estabelecido neste Capítulo. (BRASIL, 2010, Art° 225)

A alíquota do imposto pode variar conforme o produto industrializado e o mesmo devem ser consultados na tabela tipi, seguindo a Receita Federal.

As contribuições, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tem como seus

ISSN xxxx-xxxx

contribuintes, pessoas jurídicas, não adentrando microempresas e empresas de pequeno porte (Portal Tributário).

Já o PIS e a COFINS são de competência federal, esses são impostos incidentes sobre o faturamento conforme Lei 9718 de 1998:

> As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei. (BRASIL, 1998, Art° 2)

PIS e COFINS possuem dois métodos de apuração, o regime cumulativo e o regime não cumulativo, aonde o regime cumulativo não permite direito a nenhuma espécie de crédito ou dedução do valor de débito conforme, a base de cálculo é a receita operacional bruta da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3%. Já o regime não cumulativo permite o abatimento do valor de débito com créditos, neste regime é permitido o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6% (Portal Tributário).

2.3 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional, é uma opção para empreendedores que buscam uma melhor organização e simplificação, de modo com que a tributação em si nesse regime seja menor do que no lucro real ou presumido. Esse meio de Regime, conta com o auxílio de uma guia, o Documento De Arrecadação do Simples Nacional (DAS) (PESSÔA; COSTA; MACCARI, 2016).

O Regime Tributário, Simples Nacional (SN), é um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, que englobam, as microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Alguns tipos de tributos e contribuições, como o IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e o CPP, estão dentro do S.N. Visualizando a diminuição do pagamento dos tributos por parte desses empreendedores. Tal regime tributário foi instituído e regulamentado pela Lei Complementar N° 123, De 14 De Dezembro de 2006 (Receita Federal).

Tendo como a caracterização de microempresas, a receita bruta igual ou inferior a R$360 mil e de Empresas de Pequeno Porte, a receita bruta superior a R$360 mil e igual ou inferior a R$ 4,8 Milhões por ano, de acordo com a Lei Complementar N° 123, De 14 De Dezembro de 2006 (SEBRAE/SC).

Como já citado, o recolhimento dos impostos é realizado através da DAS, e para cálculo dos mesmos, são utilizados os anexos do simples nacional conforme art. 18° da lei complementar 123 de 2006:

> O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta

ISSN xxxx-xxxx

> Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3o deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (BRASIL, 2006, Art° 18)

Para determinação de qual anexo à empresa se encaixará é utilizado como fator principal à atividade da empresa.

2.4 LUCRO PRESUMIDO

O lucro presumido é uma alternativa de tributação para as pequenas empresas, até o limite da receita bruta total estabelecida em lei, que tem a finalidade de facilitar o pagamento e a apuração do Imposto de Renda (FABRETTI, 2009).

Podendo optar por esse regime de tributação com base no lucro presumido a pessoa jurídica cujo faturamento anual seja até de R$ 78 Milhões, e que não esteja obrigada a utilizar do Lucro Real conforme Art.° 14 da Lei n° 9718 de 1998:

Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas: I - Cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;“ (BRASIL, 1998, Art° 14)

No regime do Lucro Presumido, a apuração do IRPJ e da CSLL ocorre no encerramento de cada trimestre do ano-calendário e o recolhimento dos valores devidos é efetuado no trimestre seguinte, em quota única ou em até três quotas mensais e sucessivas. (RODRIGUES, 2009). O Lucro Presumido, de um modo geral, conforme receita federal, é determinado mediante a aplicação de um percentual incidente sobre sua receita bruta que pode variar conforme a atividade da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Alíquotas Presunção Lucro Presumido

ATIVIDADE ECONÔMICA	% PRESUNÇÃO IRPJ	% PRESUNÇÃO CSLL
Vendas de Combustíveis	1,60%	12%
Comércio e Indústria	8%	12%
Serviços de Transporte	16%	12%
Serviços em Geral	32%	32%

Fonte: Adaptado da Receita Federal Brasileira (RFB 2005).

Após a aplicação de tal percentual sobre o valor da receita bruta mensal, encontra-se a base de cálculo do IRPJ/CSLL, que contém as mesmas alíquotas de 15% e 10% para o excedente a R$ 20 MIL por mês para IRPJ, de tal modo se obtém a alíquota de 9% para CSLL, (Receita Federal), na apuração de PIS e da COFINS, a apuração é pelo método cumulativo. (Receita Federal), ICMS e IPI, seguem de maneira não cumulativa.

2.5 LUCRO REAL

O Lucro Real é o cálculo feito através do lucro líquido (real) da empresa, diferindo do Simples Nacional conforme Fabretti (2015, p.226), “o lucro real é apurado a partir do resultado contábil do período-base, que pode ser positivo (lucro) ou negativo (prejuízo). Logo, pressupõe escrituração contábil regular e mensal”.

Empresas que optam pelo Regime de Tributação, o Lucro Real, devem apresentar bem delimitadas, seus gastos e lucros, uma vez que o lucro real tem

ISSN xxxx-xxxx

uma determinada complexidade (SANTOS e OLIVEIRA, 2008).

Determinadas condições obrigam as empresas a utilizar o Lucro Real, condições essas previstas no Art.° 14 da Lei n° 9718 de 1998:

> Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:I - Cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013)
> II - Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
> III - Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundo do exterior;
> IV - Que, autorizadas pela legislação tributária, usufrua de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
> V - Que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2° da Lei n° 9.430, de 1996;
> VI - Que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).
> VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.” (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010). (BRASIL, 1988, Art. 14)

A empresa obrigada ou que faça a opção pelo Lucro Real, pode realizar o pagamento de IRPJ/CSLL mensalmente, trimestralmente ou anualmente (Receita Federal), PIS, COFINS, ICMS e IPI, seguem o regime não cumulativo no lucro real.

2.6 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE REGIME TRIBUTÁRIO

Indústrias ervateiras, assim como toda e qualquer empresa, devem analisar bem as possibilidades e todas as suas operações antes da escolha de seu regime tributária, segundo Crepaldi (2021, p.26) “A realidade fiscal tornou-se complexa ao trazer um custo financeiro enorme para as empresas e ainda causa constantes inseguranças no empresário”. Tornando a análise do regime tributário, essencial para uma boa administração da empresa.

Para uma análise de qualidade, devem ser levados em conta os tributos já

ISSN xxxx-xxxx

vigentes segundo o Governo Federal.

Diante do cenário já elencado, para uma escolha assertiva, o ideal é entender todas as possibilidades legais, já que o planejamento tributário é uma forma lícita de reduzir a carga fiscal. (SIQUEIRA; CURY; GOMES, 2011).

Reforçando tamanha importância do planejamento tributário e da análise tributária, Duarte e Cruz (2012, p.4) afirmam que "Planejamento tributário é a escolha entre duas ou mais opções daquela que trará mais benefícios à empresa". Por isso desmedida necessidade de tal análise nas empresas.

3 METODOLOGIA

Para reconhecimento científico de um estudo, é necessária sua comprovação através dos métodos utilizados na pesquisa que determinaram o resultado obtido (GIL, 2008). Através da demonstração da metodologia usada, demostra-se uma maior credibilidade a pesquisa.

O presente estudo se trata de uma pesquisa descritiva, onde irá avaliar se o regime tributário escolhido pela indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul - PR no ano de 2020 foi o menos oneroso.

Quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa, o presente é considerado um estudo de caso, por ser aplicada em uma empresa do ramo industrial, no qual serão analisados demonstrativos e operações da empresa. Conforme Beuren (2006) o estudo de caso tem a característica pelo foco em aprofundar mais o assunto, pois nesse caso iremos avaliar as possibilidades de qual seria o regime mais vantajoso para a empresa no ano de 2020.

A coleta de dados será feita através dos demonstrativos e obrigações acessórias da empresa pesquisada, demais informações serão pesquisadas através da legislação vigente, vinculadas a pesquisa. A coleta de dados será realizada de julho a agosto de 2021.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois se trata de uma análise. De acordo com Beuren e Raupp (2003, p.91), a pesquisa qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Os estudos se limitam aos dados coletados através das demonstrações da empresa, além das demais obrigações acessórias.

4 RESULTADOS

Neste tópico será apresentada o cenário atual da empresa e as simulações dos demais regimes do qual a empresa poderia aderir.

4.1 Cenário Atual

Conforme proposto, para análise de qual melhor regime tributário para a empresa, é necessário primeiramente analisar o cenário atual da empresa.

A indústria ervateira em questão localizada em Laranjeiras do Sul no Estado do Paraná é optante do regime tributário simples nacional.

Com isto posto, abaixo a tabela resumo dos tributos pagos pela empresa no

ISSN xxxx-xxxx

ano de 2020:

Tabela 2 – Carga Tributária Simples Nacional

DESCRIÇÃO	VALOR	%
RECEITA	**3.500.827,72**	**100,00%**
ICMS A PAGAR	- 127.245,83	3,63%
PIS/COFINS A PAGAR	- 59.009,80	1,69%
IPI A PAGAR	- 31.612,42	0,90%
INSS A PAGAR	- 158.062,00	4,51%
FGTS A PAGAR	- 59.930,16	1,71%
IPRJ/CSLL A PAGAR	- 37.934,90	1,08%
TOTAL TRIBUTOS	**473.795,11**	**13,53%**

Fonte: Demonstração de Resultado do Exercício da Indústria (2020)

Conforme tabela exposta, é visível que no cenário atual o tributo com maior destaque é o INSS com 4,51% de participação perante a receita do período, de todo modo à empresa apresenta uma carga tributária efetiva de 13,53%.

4.2 SIMULAÇÃO LUCRO PRESUMIDO

Para simulação em tal regime tributário, foram utilizados os parâmetros anteriormente citados, sendo que, para cada tributo foram consideradas suas particularidades. No caso de ICMS, PIS e COFINS foram analisados individualmente os itens e operações utilizadas pela empresa para fins de apuração dos mesmos. No caso do INSS e FGTS foi analisada a folha salarial da empresa e calculado conforme parâmetros legais. IRPJ/CSLL foram utilizadas as alíquotas de presunção da indústria. IPI não terá valores a serem recolhidos, uma vez que os produtos que a indústria vende, são isentos do mesmo. Caso a empresa optasse pelo Lucro Presumido, haveria um aumento exponencial em sua carga tributária, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Carga Tributária Lucro Presumido

DESCRIÇÃO	**VALOR**	**%**
RECEITA	**3.500.827,72**	**100,00%**
ICMS A PAGAR	- 420.099,33	12,00%
PIS/COFINS A PAGAR	- 127.488,21	3,64%
IPI A PAGAR	-	0,00%
INSS A PAGAR	- 237.297,54	6,78%
FGTS A PAGAR	- 59.930,16	1,71%
IPRJ/CSLL A PAGAR	- 83.825,49	2,39%
TOTAL TRIBUTOS	**928.640,73**	**26,53%**

Fonte: Produção do autor (2021)

Com a simulação realizada no lucro presumido, houve um aumento na carga tributária, tendo como destaque o ICMS com 12%. Assim não seria vantajosa para a indústria a migração do simples nacional para o lucro presumido, com uma carga tributária total de 26,53% haveria um aumento 13%.

4.3 SIMULAÇÃO LUCRO REAL

Sendo o regime tributário mais complexo e o que apresenta possibilidades, assim como para simulação do lucro presumido, no lucro real foram considerados todos os parâmetros legais para apuração do resultado. Para cálculo de ICMS,

ISSN xxxx-xxxx

INSS, FGTS e IPI foram utilizadas as mesmas características do lucro presumido, uma vez que nesse caso a sistemática de apuração é a mesma. Para PIS e COFINS, a apuração é diferente da apuração utilizada no lucro presumido, devido a possibilidade de apropriação de créditos, já para IRPJ/CSLL não houve valores a pagar, uma vez que a empresa apresentaria prejuízo fiscal, assim não haveria valores a serem recolhidos neste caso. Com as medidas citadas, segue abaixo tabela resumo com a simulação da empresa no lucro real:

Tabela 4 – Carga Tributária Lucro Real

DESCRIÇÃO	**VALOR**	**%**
RECEITA	**3.500.827,72**	**100,00%**
ICMS A PAGAR	- 420.099,33	12,00%
PIS/COFINS A PAGAR	- 249.718,81	7,13%
IPI A PAGAR	-	0,00%
INSS A PAGAR	- 237.297,54	6,78%
FGTS A PAGAR	- 59.930,16	1,71%
IPRJ/CSLL A PAGAR	-	0,00%
TOTAL TRIBUTOS	**967.045,84**	**27,62%**

Fonte: Produção do autor (2021)

Conforme exposto, assim como no lucro presumido, houve aumento na carga tributária, aumento este que representa 14,09%. Para demonstrar o não pagamento de IRPJS/CSLL, segue abaixo DRE simulada da Indústria em caso de utilização do lucro real:

Tabela 5 – DRE Simulada – Lucro Real

(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**3.500.827,72**
(+) Vendas de Produtos	3.500.827,72
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**- 743.185,90**
(-) Impostos sobre vendas	- 743.185,90
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.757.641,82**
(-) Custos Das Vendas	**- 2.118.396,10**
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**639.245,72**
(-) Despesas Operacionais	**- 71.225,26**
(-) Despesas Administrativas	**- 80.050,84**
(-) Despesas Com Pessoal	**- 1.144.374,67**
(+) Receitas Financeiras Líquidas	**201.447,02**
(-) Despesas Financeiras Líquidas	**- 29.705,25**
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E CSLL	**- 484.663,28**
(-) Provisão para CSLL	**-**
(-) Provisão para IRPJ	**-**
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**- 484.663,28**

Fonte: Produção do autor (2021)

Conforme citado anteriormente, caso a empresa opte pelo lucro real e não obtenha lucro no período, a mesma está desobrigada de contribuir com IRPJ e CSLL.

4.4 COMPARATIVO REGIMES TRIBUTÁRIOS

ISSN xxxx-xxxx

Diante dos cenários apresentados e dos regimes descritos, destaca-se tamanha a importância da realização de um estudo afundo dos regimes vigentes no Brasil, para uma escolha correta mais e menos onerosa para a empresa. No resumo abaixo, podemos ver o quão desvantajoso pode ser para a empresa um caso aonde não se faz o estudo adequado:

Tabela 6 – Comparativo Regimes Tributários

DESCRIÇÃO	SIMPLES NACIONAL	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
RECEITA	**3.500.827,72**	**3.500.827,72**	**3.500.827,72**
ICMS A PAGAR	- 127.245,83	- 420.099,33	- 420.099,33
PIS/COFINS A PAGAR	- 59.009,80	- 127.488,21	- 249.718,81
IPI A PAGAR	- 31.612,42	-	-
INSS A PAGAR	- 158.062,00	- 237.297,54	- 237.297,54
FGTS A PAGAR	- 59.930,16	- 59.930,16	- 59.930,16
IPRJ/CSLL A PAGAR	- 37.934,90	- 83.825,49	-
TOTAL TRIBUTOS	**473.795,11**	**928.640,73**	**967.045,84**

Fonte: Produção do autor (2021)

Assim, após as devidas simulações e estudos, em comparação com o lucro real é notório que se torna mais vantajoso e benéfico para a empresa, estar no regime do simples nacional, uma vez que o valor de tributos pagos aumentaria em torno de 50% independente de lucro presumido ou lucro real.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou o conceito de Contabilidade Geral, para melhor introduzir o leitor ao tema, o conceito de Contabilidade Tributária, bem como, os seus tributos e os Regimes Tributários vigentes no Brasil, com ênfase em uma Indústria Ervateira.

Diante da Legislação Brasileira, assim como, o desconhecimento por parte de alguns empresários, foi possível observar, através da revisão de artigos, a dificuldade na tomada de decisão de empresários em diversos assuntos relacionados ao Sistema Tributário, como os possíveis benefícios fiscais, a melhor opção de realizar determinada operação e na escolha do melhor regime tributário para sua empresa, uma vez que é uma escolha de extrema importância.

Tendo como pergunta o seguinte questionamento: Qual o regime tributário é menos oneroso para a indústria ervateira localizada em Laranjeiras do Sul – PR no ano de 2020?

O objetivo geral do artigo, de se escolher o melhor regime tributário, através do planejamento, foi atendido, através da revisão de artigos, pesquisa de campo e simulações.

Portanto, após a sistêmica analise e simulações, foi observado que o Regime Tributário do Simples Nacional, foi o mais vantajoso para a empresa, considerando que, na simulação realizada no lucro presumido, a carga tributária foi mais elevada, tendo como destaque o ICMS com 12% e na simulação do lucro real, também ouve um aumento de 14,09% em sua carga tributária efetiva.

Assim não seria vantajoso para a indústria em questão, mudar do regime do Simples Nacional, para outro, pois haveria aumento nos pagamentos de tributos.

Visto isso, nota-se a real importância de procurar um profissional para

ISSN xxxx-xxxx

efetuar o planejamento tributário, tomar a melhor decisão para a empresa e usufruir de todos os benefícios viáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Santos de. **Vantagens e desvantagens do Simples Nacional.** 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25729> Acesso em: 16 mai 2021.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências**. São Paulo: Atlas, 2006.

BISOLO, Tanise; BAGGIO, Daniel Knebel**. Planejamento tributário: estudo do regime tributário menos oneroso para indústria**. Revista de Administração IMED, v. 2, n. 3, p. 195-206, 2012. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/250> Acesso em: 16 mai 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 jun 2021.

BRASIL. Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8134.htm> Acesso em 10 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto n° 7212, de 15 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso em: 05 jun 2021.

BRASIL. Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em de 10 maio de 2021.

BRASIL. Lei n° 7.689, de 15 de dezembro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7689.htm> Acesso em: 05 jun 2021.

BRASIL. Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718compilada.htm> Acesso em: 05 jun 2021.

BRASIL. Decreto n° 9.580, de 22 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm> Acesso em: 04 jun 2021.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento tributário**. Saraiva Educação SA, 2021.

Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DngqEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=planejamento+tribut%C3%A1rio&ots=G-o5ouzw3Q&sig=syjkiveBGX3CiWF5Fz39GDjIK7A#v=onepage&q=planejamento%20tribut%C3%A1rio&f=false> Acesso em: 05 jun 2021.

DE CONTABILIDADE, Conselho Federal**. História dos congressos brasileiros de contabilidade.** 2016. Disponível em: <http://rebacc.crcrj.org.br/handle/123456789/2462> Acesso em: 15 mai 2021.

Entenda o que é imposto cumulativo e não-cumulativo. **Contabilivre, 8 de maio de 2020.** Disponível em: <https://news.contabilivre.com.br/imposto-cumulativo/> Acesso em: 04 jun 2021.

FEITOSA, Agricioneide**. A globalização da economia e a necessidade de Harmonização contábil.** Em: CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS, VII. 2001. p. 1-16. Disponível em: <https://www.intercostos.org/documentos/congreso-07/Trabajo024.pdf> Acesso em: 15 mai 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**. Receita Federal.**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/arrecadacao/tributos/legislacao.htm#:~:text=Lucro%20Presumido%3A%20Forma%20simplificada%20para,valor%20da%20receita%20bruta%20mensal.> Acesso em de 10 maio de 2021.

Lucro Arbitrado: Entenda o que é e como funciona. **Jornal Contábil,** 4 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/lucro-arbitrado-entenda-o-que-e-e-como-funciona/> Acesso em: 05 jun 2021.

PESSÔA, Leonel Cesarino; COSTA, Giovane da; MACCARI, Emerson Antonio. **As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS.** Revista Direito GV, v. 12, n. 2, p. 345-363, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ff5Q9k5Fdr6t653KwvfDHcM/?lang=pt> Acesso em: 15 jun 2021.

PIS e COFINS - Síntese dos regimes de incidência. **Portal Tributário.** Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/pis-cofins-regimes.htm> Acesso em: 04 jun 2021.

Prestação de Serviços no Lucro Presumido. **Receita Federal,** Brasília, janeiro, 2005. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/estudos-diversos/prestacao-servicos-no-lucro-presumido> Acesso em: 04 jun 2021.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Contabilidade tributária. IESDE BRASIL SA, 2012.

SILVA, Catarine de Menezes da et al. **A usabilidade sob a perspectiva do simples nacional: uma avaliação do programa gerador do documento de arrecadação do simples nacional (PGDAS).** 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=85vEmOkR7voC&oi=fnd&pg=PA13&dq=POHLMANN,+Marcelo+Colletto.+Contabilidade+tribut%C3%A1ria.+IESDE+BRASIL+SA,+2012.+SILVA,+Catarine+de+Menezes+da+et+al.+A+usabilidade+sob+a+perspectiva+do+simples+nacional:+uma+avalia%C3%A7%C3%A3o+do+programa+gerador+do+documento+de+arrecada%C3%A7%C3%A3o+do+simples+nacional+(PG&ots=VoQeZdRVMK&sig=53bnX4DHVf7eV8gdFOwm76WCLF0#v=onepage&q&f=false> Acesso em 16 jun 2021.

Regulamento do ICMS é alterado com relação ao regime de emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações relativas aos documentos fiscais. **Contábeis,** Paraná, 24 de junho de 2008. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/legislacao/3606300/decreto-10171-2018> Acesso em: 05 jun 2021.

SANTOS, Adiléia Ribeiro; OLIVEIRA, Rúbia Carla Mendes de. **Planejamento tributário com ênfase em empresas optantes pelo lucro real.** Em: XVIII Congresso Nacional de Contabilidade, RS, Gramado. 2008. Disponível em: <http://files.sedaepe.webnode.com.br/200000971-a6152a70d6/planejamento%20trubutario.pdf> Acesso em 16 mai 2021.

SILVA, Felipe Martins da; FARIA, Ramon Alberto Cunha de. **Planejamento Tributário.** Biblioteca digital UNIVEL, p. 15, 2017. Disponível em: <https://www.univel.br/biblioteca_digital/> Acesso em: 04 jun 2021.

SILVA, Marli Anatália; MORAIS, Márcio Íris. **Contabilidade Tributária: percepção da importância do conhecimento da disciplina por discentes de uma Instituição de Ensino Superior de Tangará da Serra–MT**. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 4, n. 7, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/284> Acesso em: 15 mai 2021.

SILVA, Maurício Souza; DE ASSIS, Francisco Avelino. **A história da contabilidade no Brasil.** Negócios em Projeção, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/579> Acesso em: 06 jun 2021.

SIQUEIRA, Eurípedes Bastos; CURY, Lacordaire Kemel Pimenta; GOMES, Thiago Simões. **Planejamento Tributário.** Revista CEPPG, n. 25, p. 184-196. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/51c23e8670bb3aeef7da564aa767d33b.pdf Acesso em: 07 jun 2021.

ISSN xxxx-xxxx

SOUZA, Thiago. IPI - Impostos sobre produtos industrializados. **Dootax,** 3 de abril. Disponível em: <https://dootax.com.br/ipi-imposto-sobre-produtos-industrializados/> Acesso em: 04 jun 2021.

Tabela Simples Nacional Completa. **Contabilizei.** Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/tabela-simples-nacional-completa/> Acesso em: 04 jun 2021.

ISSN xxxx-xxxx

ANÁLISE DE LUCRATIVIDADE ENTRE AS ATIVIDADES DE SUINOCULTURA E PISCICULTURA NO ANO DE 2020 EM UMA PROPRIEDADE LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE CAFELÂNDIA – PR

Eduardo Vinicius Ariati[1]
Patrick Skura dos Santos[2]
Everton Jaime Gugel[3]

Resumo: O presente estudo tem como objetivo identificar entre as atividades de piscicultura e suinocultura qual apresentou a maior lucratividade no ano de 2020. Esse estudo se desenvolveu com a intenção de justificar a importância e essencialidade que se faz o uso da contabilidade para o produtor rural nas atividades desenvolvidas na propriedade. Além de despertar maior interesse aos acadêmicos de ciências contábeis a ingressar no meio da contabilidade rural e para a sociedade em geral demonstrar o quão amplo pode ser o mundo contábil. Dentro desse estudo foram abordadas questões sobre a contabilidade geral, gerencial e de custos, interligada ao produtor, visando também a área de agronegócio, destacando principalmente a suinocultura e piscicultura, relacionando – as com a forma que é realizada a integração nas cooperativas. A metodologia abordada tem caráter descritivo e qualitativo, sendo desenvolvido um estudo de caso, onde foi construído um Demonstrativo de Resultado do Exercício do período de 2020 para cada atividade e realizado análises de forma individual e comparativa. Os dados coletados foram feitos com base em documentos contábeis e de registros que o produtor rural possuía, além de documentos de propriedade da cooperativa onde o mesmo entrega sua produção. Realizado isso, concluiu - se que a atividade de suinocultura foi a atividade que gerou mais lucros para o produtor no período mencionado, mas vale destacar que o mesmo não deve se atentar apenas a esse fator para tomar uma decisão precipitada, mas analisar outros fatores que são de suma importância para um bom controle contábil.

Palavras-chave: Suinocultura 1. Piscicultura 2. Contabilidade Rural 3. Produtor Rural 4. Demonstrativo de Resultado do Exercício 5.

1 INTRODUÇÃO

O Agronegócio possui um papel de fundamental para toda a população mundial, primeiramente porque sem essa atividade, nenhum ser humano se alimentaria por exemplo, além de que, tem papel fundamental na economia dos

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Especialista em Direito e Planejamento Tributário do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISSN xxxx-xxxx

países, em especial o Brasil, pois além de produzir alimentos, gera inúmeros empregos direta ou indiretamente dentro da cadeia produtiva. Com o aumento iminente da população mundial, as atividades produtivas tendem a crescer a cada ano, para conseguir suprir toda a demanda.

Com todo esse avanço, pode-se destacar duas atividades que vem crescendo cada dia mais, especialmente na região oeste paranaense: a suinocultura e a piscicultura. A Suinocultura assumiu um grande papel no mercado brasileiro, primeiro por ser a carne considerada mais barata do mercado e segundo devido a peste que dizimou todo o plantel suíno chinês, ou seja, exigiu-se que a China importasse muita carne desse animal de outros países e com isso o plantel brasileiro aumentou para ajudar atender essa demanda. Já a piscicultura com um pouco menos de alarde, vem ganhando seu espaço, com algumas empresas e cooperativas já exportando essa carne para os Estados Unidos. Por conta de seu preço mais elevado, tende a aumentar de maneira mais gradativa, além de que, possui uma sazonalidade em sua venda, tendo a quaresma como seu ponto alto de faturamento.

Muitas pessoas imaginam que dentro desse setor, existem apenas os grandes fazendeiros ou grandes produtores de animais, que possuem estruturas impecáveis e com bom controle de sua produção, além de achar que dentro desse ramo, não exista crise, prejuízos, somente resultados. Existe uma infinidade de pequenos produtores, em especial em cidades menores, onde são fundamentais para produzir e entregar sua produção para empresas e/ou cooperativas.

A contabilidade rural surge justamente para auxiliar o produtor a mensurar seus ganhos, seus custos, despesas e ajudar na tomada de decisão. Com a variedade de atividades disponíveis para uma mesma propriedade, é de importante que o proprietário avalie quais as vantagens e desvantagens de cada uma para então decidir pela qual ele julgue ser a melhor. Com isso, os riscos diminuem e as chances de se ter lucratividade é maior.

Segundo Knaul e Schumacher (2021) a suinocultura assim como outras cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, cresceu de maneira significativa nos últimos anos. Segundo dados da ABIPECS – Associação Brasileira da Indústria Produtora de Carne Suína, o país produziu em 2019, 3,983 milhões de toneladas dessa carne, tornando-se o 4° maior produtor da carne suína mundialmente, além de possuir o terceiro maior rebanho do mundo com mais de 32 milhões de cabeças, perdendo apenas para os Estados Unidos e para a China. O estado paranaense foi responsável por 20,42% de toda a produção dessa atividade.

Segundo estatísticas apontadas pelo SEBRAE (2015) a piscicultura é a atividade que envolve a criação de peixes em tanques, lagoas, lagos e rios e que vem sendo praticada há muito tempo no mundo, tendo como primeiro registro da atividade a produção no Rio Nilo cerca de 4.000 anos atrás. No brasil, a espécie predominante é a tilápia (FARIA, 2016, p. 25). A piscicultura praticada em solo brasileiro segundo dados da PEIXE BR – Associação Brasileira de Piscicultura, produziu em 2020, 802.930 toneladas, além de obter cerca de 8 bilhões em receitas provenientes da atividade, fazendo com que o Brasil fosse reconhecido como 4° maior produtor de tilápia mundial, espécie essa que corresponde a 60% da produção de pescados do país. Uma projeção para 2050 segundo FAO (2016) aponta que a população mundial seja de 9 bilhões de pessoas, exigindo assim que a produção anual de carnes aumente cerca de 200 milhões, fazendo com que o Brasil seja um dos principais produtores junto com China e Estados Unidos.

ISSN xxxx-xxxx

Com isso explanado, verificou-se que um produtor dentro de uma mesma propriedade pode ter diversas opções de culturas/atividades para se trabalhar, por isso, o mesmo precisa verificar com cuidado qual delas é mais benéfica e ele, qual lhe trará retorno e qual é compatível com sua realidade. Para que o estudo fosse realizado, utilizou-se a contabilidade rural como área principal.

Diante disso, a presente pesquisa analisou as duas atividades, inseridas em um sistema de integração junto a uma cooperativa, no ano de 2020 e buscou responder a seguinte pergunta: Entre as atividades de suinocultura e piscicultura, qual obteve maior lucratividade em 2020?

Esse estudo foi justificado devido a falta do uso da contabilidade rural na maioria das propriedades, especialmente de pequenos produtores. Atualmente, é uma área de estudo não muito explorada, fazendo com que as pessoas fiquem mais distantes dela. Com isso, sente-se a necessidade de um maior aprofundamento no tema, para melhoria tanto para o produtor rural, quanto para a contabilidade. Com isso, pode despertar o interesse tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral para que exista um interesse maior no tema e para que seja notado que mesmo em uma atividade que poucos imaginam, a contabilidade está presente para apoiar as tomadas de decisões.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo será abordado sobre a contabilidade geral, a contabilidade gerencial e de custos interligada ao produtor rural, visando também a área de agronegócio, relacionando – a com a forma que é realizada a integração nas cooperativas, e analisar as atividades de suinocultura e piscicultura.

2.1 CONTABILIDADE GERAL

A contabilidade é uma pratica antiga, muito antes do homem aprender a ler e escrever, ela estava presente na caça, na agricultura e nas posses de terreno. Ao passar do tempo, a contabilidade se tornou essencial na nossa vida no dia a dia, uma ciência aplicada e comprovada, que está em constante atualização.

Segundo Silva (2009) a contabilidade tem uma finalidade, onde busca fornecer os dados para tomadas de decisões, ela identifica, registra e comunica aos seus usuários. Os usuários da contabilidade se referem a usuários internos e externos. Os internos são os administradores pois eles planejam, executam e controlam toda a atividade daquela entidade. E os externos são todos aqueles que buscam as informações da instituição, como os bancos, fornecedores, clientes, sindicatos e autoridades fiscais.

Para Marion (2009), a contabilidade fornece muitas informações úteis para o auxílio nas decisões, ela sempre existiu com esse intuito de ajudar na tomada de decisão. Com o decorrer do tempo, ela serviu para ser utilizada pelos governos como forma para arrecadar impostos e tornou – se obrigatória na maioria das empresas.

A contabilidade tem regras, expressas pelos seus princípios, e segundo o CFC (1993,2010), eles são seis. O princípio da Entidade, destaca que o patrimônio pertence a empresa, somente a ela, e não aos seus sócios. A Prudência, onde deve adotar o menor valor para os bens e direitos e maior valor para as obrigações. Competência, as receitas e despesas devem ser apuradas no período que ocorreu,

ISSN xxxx-xxxx

de forma simultânea. O princípio onde a empresa deve operar por tempo indeterminado é denominado de continuidade. Oportunidade, ocorrência do registro tempestivo e integral. E por fim o princípio do registro pelo valor original, onde todos os componentes do patrimônio devem ser contabilizados pelo valor original.

Conforme visto, a contabilidade se tornou essencial para todas as empresas, inclusive as rurais. Ela surge como um simples método para controle nos primórdios e hoje utiliza-se muita para tomadas de decisões mais assertivas.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS

A contabilidade gerencial e de custos caminham lado a lado para uma boa gestão do patrimônio, afinal, para se ter um gerenciamento de maneira efetiva precisa que saiba também sobre custos. A mensuração dos custos de qualquer atividade, demonstra com clareza o quanto está se gastando na produção para obter determinada receita.

Segundo Padoveze (2012) a contabilidade gerencial é necessária para qualquer entidade, onde o foco são os usuários internos de qualquer nível da administração, pois necessitam para que façam o processo de planejamento e controle das operações para as tomadas de decisões.

Padoveze (2010, p. 31) relaciona a contabilidade gerencial com “o fornecimento de informações para os administradores, ou seja, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações”.

Thomson (2013) destacava que na contabilidade gerencial, o importante era criar valor por meio de valores. Para ele, os contadores gerenciais são parceiros estratégicos que compreendem os aspectos financeiros e operacionais do negócio, com isso, eles divulgam e analisam não somente medidas financeiras, mas também as medidas não financeiras de desempenhos de processos e socio corporativos.

De acordo com Martins (2003), a contabilidade de custos surgiu devido ao crescimento das empresas que consequentemente aumentou a distância entre o administrador e o restante do processo, logo essa área, passou a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desenvolvimento da contabilidade gerencial das empresas.

Segundo Leone (2009), os objetivos da contabilidade de custos serão definidos conforme a necessidade gerencial de cada empresa, seja pela determinação da rentabilidade, pelo controle de custos das operações no sentido de minimizá-los ou para propor medidas corretivas para o planejamento. Ainda, segundo Koliver (2002) essa área pode ser definida em 3 objetivos tipos: geral, centrais e específicos.

Segundo Ribeiro (2013) os custos são divididos em dois grandes grupos: diretos e indiretos. Os diretos são aqueles que podem ser mensurados a quantidade gasta em cada produto, já os indiretos, são aqueles que são usadas para todos os produtos e precisam ter adotado algum critério para seu rateio entre os mesmos, onde dependendo critério escolhido, pode ter uma alteração significativa no custo unitário de cada produto.

O autor ainda traz que a maior dificuldade enfrentada pelos empresários e para os profissionais da área da contabilidade é a diferenciação dos custos e das despesas. Os custos são aqueles que estão diretamente ligados a produção, ou seja,

ISSN xxxx-xxxx

gastos para produzir as mercadorias que serão vendidas (CMV) ou os custos para prestar determinado serviço (CPV). Já as despesas são os gastos incorridos e necessários para a venda dos produtos ou serviços.

Nota-se que a área gerencial e de custos é de extrema importância para qualquer atividade, seja ela em grande empresa ou em uma pequena propriedade rural, pois através das mesmas, pode-se ter um planejamento estratégico com informações mais precisas para que as tomadas de decisões sejam mais assertivas afim de obter resultados melhores para a entidade.

2.3 CONTABILIDADE RURAL

As atividades desenvolvidas nas propriedades rurais mesmo quando feitas de forma informal, necessitam de controles, planejamento e tomadas de decisões para sucesso das mesmas. A contabilidade rural ainda não é utilizada como deveria, muitos produtores desconhecem até da existência da mesma e com isso muitos contraem dividas e resultados negativos em suas atividades por não conhecerem o básico dessa ciência.

Pode-se conceituar segundo Crepaldi (2004) que a contabilidade rural é um instrumento de função de administrativa que tem como finalidade o controle do patrimônio das entidades rurais, apurar o resultado e prestar informações sobre o patrimônio e sobre os resultados das mesmas a todos os usuários das informações contábeis.

Crepaldi (2009, p. 51) descreve o seguinte:

> Dessa maneira, a Contabilidade desenvolvida e aplicada no gerenciamento da propriedade rural será uma ferramenta indispensável para todos os produtores rurais, até os que não possuem estrutura suficiente para manter um controle de seus custos, despesas e receitas em sua propriedade rural.

A Contabilidade é a radiografia de uma empresa rural. É através dela que o produtor poderá verificar se a atividade está atingindo seu principal objetivo: o lucro. Portanto, deve ser acompanhada muito de perto pelo proprietário rural. Segundo Calderelli (2003, p.180), a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”.

Ainda conforme Crepaldi (2004), a finalidade dessa área da contabilidade pode ser descrita como a de orientar as operações pecuárias e agrícolas; medir e controlar como está o desempenho econômico financeiro dessas empresas e de suas atividades produtivas; Dar suporte e apoio das tomadas de decisões desde o planejamento até a venda, passando também pelos investimentos; auxiliar a construir fluxos de caixas; permitir a comparabilidade entre diferentes atividades e exercícios distintos; servir de base para contratação de seguros, arrendamentos e demais contratos, além de fornecer as informações necessárias para as entregas necessárias do produtor, como por exemplo, a declaração de ajuste anual do imposto de renda.

Marion (1996) comenta que a Contabilidade Rural aplicada nos ambientes rurais está ligada as normas e conceitos contábeis. As pessoas físicas, conhecidas como grandes produtores, são equiparadas a pessoas jurídicas, devendo assim

ISSN xxxx-xxxx

manter a escrituração contábil de maneira regular, através de um profissional contábil, utilizando assim, o método das partidas dobradas. Embora os pequenos produtores estão dispensados de manter isso de forma regular, podem optar por utilizar dessa área, começando por um simples livro caixa para manter um controle de forma simplificada.

Para Crepaldi (2005) a contabilidade rural é uma ferramenta de fato pouco utilizada pelos produtores, devido ao fato de ser considerada uma técnica complexa e com baixo retorno na prática, sendo assim pouco usada pelos mesmos para fins gerenciais.

A tarefa da contabilidade rural de gerar informações pertinentes para que elas sejam usadas com a finalidade gerencial não é das mais fáceis, devido à falta de dados consistentes e reais. Numa visão geral, Padoveze (2000) menciona que para que isso aconteça, o fornecimento das informações e o uso delas precisam caminhar lado a lado para que não exista ruptura entre as mesmas, evitando o risco de se apropriar de informações não verídicas.

Mattos (1999) destaca a necessidade dos componentes de um sistema contábil gerencial aplicável à atividade rural, enfatizando a definição da informação que se deseja e como consegui-la.

Verifica-se a importância da Contabilidade Rural para os produtores, sejam eles grandes ou pequenos, pois através dela, o mesmo consegue tomar decisões de forma mais assertiva, aumentando assim a lucratividade de suas atividades, diminuindo os riscos de o negócio fracassar. Nota-se que ela ainda não é tão conhecida e utilizada, surgindo a necessidade da divulgação das técnicas e benefícios da mesma por parte da comunidade contábil.

2.4 ATIVIDADES RURAIS

Dentro do meio rural e de suas propriedades é possível o desenvolvimento de diversas atividades que podem ser divididas em três grupos: produção agrícola, zootécnico e agroindustrial.

Nepomuceno (2004, p. 118) identifica como atividades rurais:

[…] a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural

explorada; o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

Conforme Crepaldi (2006, p. 19), “a agricultura representa toda atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas, ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer a necessidades humanas”.

Dentro da atividade rural o termo “produtor rural” pode variar de acordo com a região em que ele está presente. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (2003, p. 21) define: produtor rural como “a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade

ISSN xxxx-xxxx

agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos".

Com a variedade de atividades disponíveis dentro de uma mesma propriedade, a contabilidade pode ajudar no fornecimento de informações quanto a viabilidade de cada atividade, para que munido disso, o produtor possa escolher qual a melhor e que lhe proporcionará melhores resultados.

2.5 AGRONEGÓCIO

O agronegócio é muito importante em nosso país, atualmente, o Brasil é uma potência no agronegócio, sendo um dos principais exportadores de produtos agrícolas no mundo, graças a seus pequenos e médios produtores.

Define – se agronegócio como "conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização" (AGRONEGÓCIO, 1990).

Conforme abordado por Costa (2006), o agronegócio tem grande impulsão para a economia nacional, registra significantes avanços quantitativos e qualitativos, tem superado o setor industrial pela sua capacidade empregadora e de geração de renda. O Paraná é o estado do Brasil com a maior participação nessa economia, sendo consolidado em todo seu território.

"A agricultura brasileira, com o seu extraordinário desempenho, é vista por vários analistas, governos, instituições e parte da sociedade como uma referência de sucesso para outros países" (BUAINAIN et al, 2014, p. 797).

Ainda de acordo com Buainain et al:

> Como em qualquer atividade capitalista, o crédito é um instrumento fundamental para a agropecuária. A acentuada sazonalidade da produção agrícola; os prazos longos de maturação do processo produtivo, que em alguns produtos é de vários anos, o descasamento temporal entre despesas e receitas, concentrada em diferentes épocas do ano são especificidades que tornam a atividade agropecuária ainda mais dependente de capital de giro – que pode ser próprio ou de terceiros – e de financiamento para investimentos em condições compatíveis com o ciclo e risco de produção. Pela sua importância, as políticas agrícolas, da mesma maneira que os problemas associados ao crédito são sempre destaque nos diagnósticos que procuram explicar as dificuldades do desenvolvimento rural em geral. (BUAINAIN *et al*, 2014, p. 830).

Segundo a Fundação Instituto de Administração (2020), dentre as atividades econômicas relacionadas ao comercio de produtos agrícolas que compõem a cadeia do agronegócio, podemos citar: Empresas agrícolas, pecuária, fabricantes de defensivos agrícolas, fabricantes de máquinas e equipamentos rurais, produtoras de rações, frigoríficos, empresas de laticínios entre outros.

Conforme reportagem realizada pela CNN Brasil (2021), o agronegócio brasileiro alimenta 10% da população mundial, cerca de 800 milhões de pessoas. Além disso a participação brasileira no mercado mundial de alimentos se refere a 100 bilhões de dólares.

Logo, percebe-se a importância do agronegócio para um país como o Brasil,

ISSN xxxx-xxxx

seja social ou econômico. É uma cadeia enorme que garante alimento a todo cidadão brasileiro além de exportá-los para outros países.

2.6 SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO NAS ATIVIDADES RURAIS

O sistema de integração entre empresa-produtor é muito utilizado hoje no Brasil, principalmente quando se trata de cooperativas, onde os processos da cadeia produtiva de determinada atividade são divididos entre ambos, fazendo com que cada parte tenha sua responsabilidade no processo. Nesse sistema, considerando a integração animal, a empresa colabora com o animal em seus primeiros dias de vida, medicamento, alimento, assistência técnica, processo de industrialização, logística e venda, enquanto o produtor é responsável pela estrutura, mão-de-obra e manejos da atividade.

Conforme Ferreira (2007) é estabelecida uma relação contratual sólida entre a empresa e o integrado (parceiro-criador), possibilitando uma inserção deste último no mercado. Neste sistema, a empresa é a dona do lote da determinada produção, enquanto o integrado é responsável pelo manejo e tratamento. As regras dessa integração são definidas através de um contrato, onde é especificado normas técnicas e jurídicas.

Esse modelo de integração segundo CLEPS (2000), é visto como uma tendência, pois oferece oportunidades de crescimento não somente nos aspectos técnicos, organizacionais e mercadológicos, mas também dos desajustes e contradições que se manifestam no meio rural e que se expandem para o conjunto da sociedade.

Ferreira (2007) menciona que as agroindústrias optam pelo processo de integração com o objetivo de obter a matéria-prima a um custo menor de que se ela mesma fabricasse (caso fosse optado por isso, a empresa necessitaria dispor de terras, instalações, máquinas, além de custos com administração e mão-de-obra, o que seria faria a empresa dispor de um alto investimento). Com esse processo, as indústrias conseguem a matéria-prima em quantidade, qualidade e no tempo adequado conforme o ritmo do processo produtivo, o que possibilita se adaptar as instabilidades dos mercados. Com a integração a empresa pode precificar a parte paga ao produtor rural de forma padrão, conseguindo assim determinar qual a margem de lucro que ela espera obter com essa atividade.

Já os produtores, de acordo com a mesma autora, optam por esse sistema motivados pela garantia de entrega do produto, produção interrupta, acesso mais fácil a crédito e incorporações mais rápida de novas tecnologias. Um fato que cria uma instabilidade na relação produtores-indústrias é que, quanto menos a empresa paga ao produtor nesse processo, mais ela lucra, o que em muitos casos gera desconforto entre as partes. Pônzio (2007) descreve de maneira simples o sistema de integração como “antes, durante e após a porteira”, formando um sistema único.

Esse sistema tende a agregar cada vez mais tanto para as indústrias, quanto aos produtores. Como em qualquer relação existem vantagens e desvantagens que podem ser exploradas. Cabe a todos lados do processo ajustarem de acordo com a necessidade de ambos, afim de uma relação harmônica que gere lucros para todos e um abastecimento do mercado com preços mais acessíveis.

ISSN xxxx-xxxx

2.7 SUINOCULTURA

A suinocultura é uma das atividades que mais crescem no Brasil, principalmente devido ao preço da carne ser considerado baixo para os consumidores e até então com investimento sendo menor do que o necessário para outras atividades. O crescimento é notado quando se analisa diversos indicadores econômicos e sociais, como a alta da exportação, aumento da participação no mercado mundial, geração de empregos diretos e indiretos, entre outros.

Mesmo que o consumo da carne suína no Brasil seja menor do que a média mundial, obteve-se no país um aumento nesta produção a partir do início do século XX, quando houve a abertura comercial, possibilitando assim o crescimento das exportações nacionais através também do incremento de tecnologias nesse setor, saindo de um crescimento anual de 3,3% para 5,7%, enquanto o crescimento anual a nível mundial está em 2,2% (EMBRAPA, 2013).

Segundo dados da EMBRAPA (2019) a suinocultura brasileira teve os seguintes números: 2.017.645 matrizes alojadas; 3,983 milhões de toneladas produzidas, tornando-se o 4° país no ranking mundial; 0,22% de aumento na produção nacional em relação ao ano de 2018. 750 mil toneladas destinadas à exportação, também sendo o 4° colocado no ranking mundial. Um aumento de exportação de 16% em relação a 2018. Consumo de 15,3 kg per capita nesse período. De toda a carne produzida, 81% foram destinados ao mercado interno, enquanto 19% foram exportadas.

Ainda segundo a ABPA (2020) em seu relatório anual em relação ao período de 2019, os estados de Santa Catarina (29,59%), Paraná (19,85%) e o Rio Grande do Sul (19,26%) foram destacados como os maiores produtores brasileiros de suínos. No mesmo relatório, foi apresentado o valor 1,59 bilhões de receitas apenas com as exportações. Além desses três estados, apenas mais dois estão habilitados para exportação: Minas Gerais e Mato Grosso. A Ásia é o continente que mais importa a carne suína produzida em solo brasileiro, representando cerca de 64,80% de todo o volume.

A China é o maior produtor e o maior consumidor de carne suína do mundo, respondendo por cerca de metade da produção (49,7%) e do consumo (50,7%) globais. O porco faz parte da cultura chinesa, e sua carne representa cerca de 65% do consumo de proteína animal no país (USITC, 2014). A produção de carne suína na China cresceu 20,5% entre 2005 e 2015, diante de um aumento de 23,3% em seu consumo, fato que levou a um aumento das importações ao longo do período (USDA, 2016).

O sistema agroindustrial dos suínos é entendido como todo o conjunto de atividades produtivas integradas e interdependentes. No caso dessa atividade é composto por indústrias produtoras de insumos (ração, vacinas, medicamentos, equipamentos e genética), granjas (criação de animais), agroindústria (abatedouros/frigoríficos), indústria de alimentos, distribuidores (atacado e varejo) e consumidores finais (SANTINI; FILHO, 2004).

No processo de integração da suinocultura, geralmente se segue um padrão entre as diversas empresas do Brasil. Os leitões reproduzem-se e são criados em UPLs (Unidade Produtora de Leitões), lá permanecendo por cerca de 65 dias, até adquirirem um peso médio de 24,5 kg. Nessa etapa, já foi selecionado o material genético que irá compor o plantel, definidas as boas práticas na alimentação e no

ISSN xxxx-xxxx

manejo dos animais. Depois desse período, os leitões são encaminhados para a UT (Unidade terminadora – propriedade rural), onde receberão os cuidados necessários durante cerca de 120 dias, a fim de atingir o peso de abate, que varia entre 105 a 140 quilos (SANTOS, 2011).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o suíno é levado ao abate no fim do ciclo sempre no período noturno e chegando no frigorífico é alojado em um local próprio para se recuperar do transporte dispondo apenas de água. No dia seguinte, pela manhã, é iniciado o abate desses animais.

A suinocultura tem mercado para crescer ainda mais e a tendência de aumento na população mundial é um dos motivos. Com isso, a produção no Brasil e consequentemente a exportação devem crescer consideravelmente, aumentando assim a geração de empregos de diretos ou indiretos, além de gerar riquezas para o país.

2.8 PISCICULTURA

No cenário atual, a carne de peixe vem ganhando grande destaque na alimentação de inúmeras famílias. Isso vem ocorrendo pelo fato de a carne ser rica em proteínas, vitaminas e minerais, também é considerada a mais saudável quando comparada a de outros animais. Diante disso, a oportunidade para a prática da piscicultura cresce, é necessário abastecer o mercado consumidor, já que a cada dia mais se preocupam com a alimentação ideal. Contudo, produzir essa carne não é tão simples. A produção de peixes envolve várias etapas que devem ser estudas, planejadas e monitoradas para obter um grande resultado (LOPES, 2012. p 9.)

Segundo e Embrapa (2013) para se obter grandes resultados com a atividade de piscicultura, demanda um bom planejamento. Os custos são um fator importante nesse aspecto. Os custos são separados em duas categorias, os da implantação, que se referem a todo gasto necessário com os investimentos para a infraestrutura. E o custo de produção, que são os gastos com insumos e toda prestação de serviço utilizada de forma direta na produção do peixe. Dentre esses custos, podemos citar além dos insumos, a mão de obra, energia e a manutenção do viveiro e equipamentos utilizados.

Para uma análise econômica, o produtor deve ter conhecimento e saber diferenciar o que são os custos, receitas e o seu lucro. Os custos são valores relacionados a insumos e serviços na produção, além de mão de obra, energia, aluguel. Já a receita, simplesmente é a venda do produto, nesse caso o peixe. E o lucro pode ser definido como a diferença entre receita e custo (EMBRAPA, 2013)

Segundo dados do O Presente Rural (2021) o ano de 2020 para a piscicultura foi um grande desafio, mas concluiu o ano com uma crescente de 5,93%, um grande resultado, o segundo melhor desde 2014. Foram dois semestres distintos, o primeiro foi muito afetado por conta da pandemia da covid – 19, sofrendo impacto nas vendas próximo a semana santa. Já o segundo semestre, com um novo planejamento estratégico, foi o melhor da piscicultura nos últimos anos.

O Presente rural (2021) ainda complementa que a tilápia foi o grande destaque do ano de 2020, tendo uma crescente de 12,5% comparado ao ano anterior. A espécie se consolidou ainda mais no cenário nacional, representando um número expressivo de para cada 10 peixes cultivados no Brasil, 6 deles são tilápias. A região sul é a maior produtora de tilápia no país com 44%.

ISSN xxxx-xxxx

De acordo com Schulter e Ribeiro (2017), os insumos tem papel fundamental na formação de preço para a venda, isso porquê a ração equivale em média entre 50% a 75% no custo da produção, e a tilápia se beneficia nesse aspecto pelo fato do Brasil ser um grande produtor de grãos. Pois cerca de 70% dos componentes da ração para a piscicultura são milho e soja.

Pode-se concluir que a piscicultura vem de uma crescente muito significante, sendo de grande importância economicamente para o nosso país. Teoricamente uma opção muito interessante para o produtor rural que se interessa nessa atividade.

3 METODOLOGIA

O estudo realizado tem caráter descritivo, que segundo Gil (1999) tem como principal objetivo descrever as características de determinado assunto abordado. Andrade (2002) destaca que esse tipo de pesquisa é voltado para observação de dados além do registro, da análise, classificação e interpretação dos mesmos.

Quanto aos métodos que foram utilizados na pesquisa, é considerada como um estudo de caso, que segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1997), esse modelo tem sua importância justificada por reunir as informações numerosas e detalhadas tendo em vista a apreensão em totalidade da situação. Com essa riqueza das informações detalhadas, é obtido um auxílio maior para obtenção de conhecimento e numa possível resolução do problema apresentado.

A coleta de dados primários foi feita com base em documentos contábeis e de simples registros que o produtor rural possuía, além de documentos de propriedade da cooperativa onde o mesmo entrega sua produção, onde com esses dados foi construído um DRE para a obtenção do lucro. Enquanto os dados secundários foram analisados em leis, artigos, convenções e normas relacionadas ao tema.

A análise teve realização de maneira qualitativa, que segundo Richardson (1999, p. 80) os estudos que emprega a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis além de compreender e classificar processos vividos por grupos sociais.

Com a obtenção de todas as informações necessárias, foi desenvolvido o DRE referente a cada atividade estudada, assim, conseguimos demonstrar o resultado de cada uma das atividades no período mencionado, demostrando por fim qual delas obteve a maior lucratividade.

4 RESULTADOS

A propriedade rural X usada como objeto do presente estudo está localizada na cidade de Cafelândia – PR. Começou a atividade de suinocultura no ano de 2013 e a piscicultura no ano de 2015. Os dados e registros contábeis que serão apresentados abaixo, foram extraídos dos registros que o produtor rural responsável pela propriedade faz das atividades e também registros disponibilizados pela cooperativa onde a mesma está inserida no sistema de integração. Com esses dados, foi possível a elaboração de demonstrativos contábeis, principalmente a Demonstração de Resultado do Exercício, para atender o objetivo da pesquisa.

ISSN xxxx-xxxx

Como forma de mensurar o resultado de qualquer atividade de qualquer empresa de qualquer segmento é utilizado a Demonstração de Resultado do Exercício. Para Marion (2009), a DRE é um demonstrativo contábil que gera informações relevantes confrontando as receitas e as despesas para fornecer uma tomada de decisões, tendo como principal função, confrontar as despesas e receitas do ano em questão, respeitando assim o princípio da Competência. Fazendo essa confrontação, a empresa e os usuários interessados podem verificar se a empresa teve lucro ou prejuízos, além de ver qual a sua receita e/ou despesa que mais impacta dentro do período determinado.

Para formalização da DRE, segue-se uma estrutura até chegar no lucro final, incluindo receitas, deduções, custos e despesas.

4.1 RECEITAS

Dentro do grupo das receitas de qualquer empresa estão as contas que geram resultado positiva para as mesmas e não é diferente na propriedade rural. No caso desse produtor, ele possui duas receitas brutas em ambas as atividades, que são a receita com a venda da produção, ou seja, aquela considerada principal, que gera maior resultado geralmente e também tem a receita com bonificação, receita essa que o produtor recebe devido aos bons manejos que o mesmo possui em sua atividade, podendo ser entendida como uma espécie de premiação para os produtores cumprirem com todas as normas de sanidade e de bem estar animal, além de organização, limpeza e alguns outros critérios para conseguir esse “prêmio”. Essas duas receitas são classificadas como receitas brutas, receitas essas que incidirá alguns tributos posteriormente. Na atividade da suinocultura, observará que existe uma receita classificada como “outras receitas” que é a Complementação de Preços, que é um ganho que o produtor tem em anos que alguns lotes receberam uma devida remuneração, porém a cooperativa responsável verifica após o fechamento do lote e de determinado período que o preço do justo daquele lote seria outro, então o produtor recebe essa complementação para se equiparar ao valor justo.

4.2 DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

As contas mencionadas nesse grupo são as responsáveis por deduzir os valores das receitas brutas. Neste estudo, verifica-se que ambas as atividades possuem duas deduções, sendo uma a conta capital e a outra a contribuição do Funrural, A conta capital, nada mais é, que 1% que o produtor integraliza em sua conta junto a cooperativa que ele integra. Esse percentual é sobre a receita bruta de cada lote, ou seja, nas atividades abaixo, ele incide sobre a soma da Venda da produção com a bonificação. O Funrural é a contribuição do produtor voltado para Contribuição social, valor esse que é calculado um percentual também sobre a receita bruta de cada lote.

4.3 CUSTOS DA PRODUÇÃO

Os custos da produção, nada mais é que aquilo que o produtor gasta de maneira essencial para que haja a produção. Para esse produtor, existiram três

ISSN xxxx-xxxx

custos nas atividades. O primeiro é o animal comprado ainda no começo de vida para que ele trabalhe com o crescimento dos mesmos. Existe também as rações, afinal, para que o animal cresça e gere resultados, ele precisa da ração e por fim os medicamentos, utilizados para que tenha menor perca possível de animais por doenças.

4.4 DESPESAS

As despesas, são aquelas que também diminuem o lucro do lote, porém nesse caso, gastas após o pagamento da cooperativa ao produtor. São elas, os gastos com o funcionário da propriedade, com energia, com materiais gerais e também com seguros.

Tabela 1: Demonstração de Resultado do Exercício das atividades de suinocultura e Piscicultura

Descrição	Suinocultura	Piscicultura
Receita bruta	**1.860.946,30**	**155.989,26**
Venda da produção	1.852.505,91	152.849,31
Bonificação	8.440,39	3.139,95
Deduções sobre a receita bruta	**(2.828,09)**	**(1.183,13)**
Conta Capital (1,00%)	(1.151,12)	(492,97)
Funrural (1,40%)	(1.676,97)	(690,16)
Receita líquida	**1.858.118,21**	**154.806,13**
Custos de produção	**(1.745.835,00)**	**(106.692,05)**
Aquisição de suínos	(637.605,45)	(18.608,44)
Ração	(1.009.390,32)	(88.083,61)
Medicamentos	(98.839,23)	-
Lucro Bruto	**112.283,21**	**48.114,08**
Despesas operacionais	**(9.222,00)**	**(20.080,00)**
Energia	(1.050,00)	(16.000,00)
Salário ajudante	(6.000,00)	(4.000,00)
Materiais gerais	(450,00)	(80,00)
Seguro pocilga	(1.722,00)	-
Outras despesas ou receitas	**21.979,00**	**-**
Complementação de preço	21.979,00	-
Resultado Líquido	**125.040,21**	**28.034,08**

Fonte: Dos autores (2021)

Dentro da atividade da suinocultura, no ano de 2020, o produtor trabalhou com 3 lotes distintos. Cada lote tem em média uma duração de 120 dias durante processo. Estima-se cerca de 100 a 110 dias com animais em crescimento dentro da pocilga e mais 10 dias para que o produtor faça a lavagem, desinfecção e demais reparos necessários para um novo alojamento.

Na atividade da suinocultura, traz a atividade com receitas e despesas dos 12 meses de 2020.

Dentro da atividade da piscicultura, o produtor trabalhou apenas com 1 lote no

ISSN xxxx-xxxx

ano de 2020. A atividade da piscicultura tem uma variação maior quanto a periocidade de cada lote. Isso ocorre, pois, depende se os peixes são alojados em épocas frias ou quentes, se alojados na primeira opção ou enfrentar frios rigorosos tendem a demorar quase 50% a mais na propriedade, ficando de 8 a 9 meses. Se alojados na segunda opção ou enfrentar dias mais quentes, a demora cai para cerca de 5 a 6 meses na propriedade. Além disso, o produtor depende da disponibilidade de água para encher o açude entre um lote e outro, em algumas oportunidades podendo encher em apenas 15 dias, mas em outras levando até 45 dias. No ano de 2020, o lote estava alojado durante todo inverno e contou com a falta de água antes do início do lote, por isso, entregou apenas um lote.

Na atividade da piscicultura, traz despesas e receitas de 8 meses, pois foi o período em que teve peixes alojados na propriedade.

Observando o quadro 1 que traz as DREs das duas atividades, vemos que as estruturas e contas de receitas e despesas são praticamente idênticas, evitando assim que haja discrepância entre as mesmas.

Na Suinocultura percebe-se que a Receita Líquida é bem alta, pois a própria cooperativa em que a propriedade está inserida faz a venda da produção para uma cooperativa central. A receita da suinocultura, quando comparada a piscicultura é cerca de 12 vezes maior, isso se dá devido primeiramente que a venda de suínos movimenta maiores valores, pois um suíno pesa cerca de 130kgs ao ser entregue ao abate, enquanto um peixe dificilmente passa de 1 kg, logo, um suíno entrega bem mais carne ao mercado, fazendo com que o preço por unidade de suíno e consequentemente a receita da atividade seja extremamente maior.

Em ambas as atividades, o produtor recebeu bonificação, a suinocultura com valor maior, devido a maior entrega de lotes no período.

Abaixo das receitas, vemos os custos da produção, existe também a discrepância de valores de ração e aquisição dos animais, basicamente pelo menos motivo da diferença nas receitas. Um porco, consome exponencialmente mais ração do que um peixe e custa mais caro também para ser adquirido quando pequeno. A diferença nos custos entre eles, é nos medicamentos, pois os suínos são medicados individualmente quando necessário, já os peixes tem sua medicação inclusa nas rações, logo, quando isso é preciso, a ração tem uma pequena elevação no valor.

Nota-se que o Lucro bruto da suinocultura é cerca de 2,35% maior que o da piscicultura. Isso deve-se principalmente por ter tido 3 lotes durante o ano quando comparado a apenas 1 lote da outra atividade.

Abaixo do LB, começam as despesas operacionais e então nota-se diferenças maiores na piscicultura. Começando pela energia, a atividade da piscicultura utiliza muito da energia e o motivo é simples: Durante a noite ou em dias que estão sem o Sol aparecer, não existe oxigênio suficiente para os peixes debaixo d'água, então, para que volte à normalidade dele, precisam ser utilizado os aeradores, que são equipamentos que mexem a água, produzindo a quantidade necessária para a sobrevivência deles. O produtor em questão, utiliza 9 aeradores e por esse motivo basicamente, a energia é concentrada quase toda na piscicultura.

O salário mensal do ajudante é igualmente dividido entre as duas atividades, a suinocultura absorveu mais por ter utilizado do ajudante por 12 meses, enquanto a piscicultura só utilizou em 8. Já os matérias gerais são contabilizados de forma individual em cada atividade de acordo com a compra e a utilização. Em grande maioria, os materiais gerais utilizados na pocilga, não são os mesmos utilizados no

ISSN xxxx-xxxx

açude.

Nota-se também a diferença do percentual de Funrural entre as atividades. O percentual padrão é de 1,50% sobre a receita bruta, porém em alguns meses de 2020, devido a pandemia da COVID-19, os produtores recolhiam 1,40%, por isso a diferença entre as atividades onde a piscicultura recolheu apenas um lote com um percentual de 1,40%, enquanto a suinocultura recolheu 2 lotes no percentual de 1,50% e um com 1,40% ficando com média de Funrural recolhido no ano de 1,45%.

Por fim, chega-se ao resultado do exercício, que traz basicamente o lucro/ou prejuízo que cada atividade teve de modo geral no ano 2020, sem considerar a distribuição de sobras que a cooperativa promove no fim de cada ano. Essa última linha é o que sobra ou falta da atividade para o produtor e a partir disso ele pode tirar conclusões e planejar as tomadas de decisões.

Os números apresentados na última linha geralmente são os que mais interessam, mas o produtor precisa ver também acima deles, ver o que foi que impactou para chegar naquele resultado e para melhorar ele é mais fácil ter mais receita ou diminuir as despesas e assim sucessivamente. Essa última linha é também extremamente importante para os outros usuários interessados, como por exemplo, os bancos para cederem créditos e financiamentos e para a própria cooperativa que precisa saber se a atividade está sendo lucrativa para o produtor ou não.

Nas tabelas abaixo, pode-se ver o lucro/prejuízo de cada atividade quando confrontado com a quantidade de animais entregues e também o lucro que cada atividade trouxe em cada mês durante todo ano.

Tabela 2: Resultado por unidade de animal entregue

Atividade	Quantidade	Resultado anual	Resultado por Und
Suinocultura	3.497	125.040,21	35,76
Piscicultura	54.130	28.034,08	0,52

Fonte: Dos autores (2021)

Verifica-se novamente a discrepância de lucro por animal, mas isso muito se deve ao tamanho dos animais. Um suíno receberá com certeza maior valor do que um peixe, logo, o lucro por unidade é maior e quantidade de animais entregue no ano, menor.

Quadro 3: Resultado mensal de cada atividade

Atividade	Resultado anual	Resultado mensal
Suinocultura	125.040,21	10.420,02
Piscicultura	28.034,08	2.336,17
Total	**153.074,29**	**12.756,19**

Fonte: Dos autores (2021)

No quadro 3 acima, observa-se o quanto cada atividade consegue entregar ao produtor mês a mês em um ano como 2020. A suinocultura no ano, teve suas vantagens, pois foi um ano com grande aumento de mercado externo, aumento de preços etc, enquanto a piscicultura por mais que tenha tido crescimento de vendas, o produtor contou com apenas 1 lote, deixando a atividade com uma participação menor no lucro da propriedade durante o exercício.

Como a propriedade está ligada a uma cooperativa e a um sistema de integração, todo fim do ano acontece a distribuição de sobras aos associados.

ISSN xxxx-xxxx

Basicamente essa distribuição é equivalente a uma distribuição de lucros de empresas listadas na bolsa de valor por exemplo e como as Demonstrações contábeis de cooperativas possuem nomenclatura distintas existe essa diferença.

A cooperativa no ano de 2020, distribuiu por cabeça de suíno, cerca de R$ 66,32 em sobras, esse valor é determinado pela mesma de acordo com a capacidade que cada produtor tem de produção em sua pocilga. No caso desta propriedade, a mesma tem a capacidade de produzir 1.200 suínos por lote. Já na piscicultura, a cooperativa pagou cerca de R$ 0,32 centavos por kg entregue do produtor no ano.

Quadro 4: Demonstrativo de sobras recebidas referente ao exercício de 2020

Atividade	Sobras anual	Sobras mensal
Suinocultura	79.583,00	6.631,92
Piscicultura	14.519,89	1.209,99
Total	**94.102,89**	**7.841,91**

Fonte: Dos autores (2021)

Conforme o apresentado no quadro 4, a suinocultura nas sobras recebidas também teve um ganho cerca de 3,5 maiores que na piscicultura. Entre os motivos estão novamente a entrega de 3 lotes em uma atividade e de apenas 1 lote na outra, mas também devido ao resultado da cooperativa, onde a mesma obteve melhores resultados na suinocultura do que na piscicultura e por isso teve distribuição de sobras foi maior nesta atividade.

Acima, demonstrado nos 4 quadros, pode-se notar o quanto cada atividade proporcionou de lucro para o produtor no ano de 2020. Cada atividade possui suas particularidades em relação aos valores de receitas, custos, despesas, devido a diferença do volume de carne gerado por cada animal. Por mais que ambas as estruturas de análise são as mesmas, nota-se o quão uma atividade é distinta da outra.

Com isso, o produtor pode observar com dados reais qual atividade lhe trouxe melhores lucros, além de verificar também o que está causando tal resultado. Com isso, para auferir melhores resultados, pode avaliar conta por conta e desenvolver ações especificas afim de aumentar as receitas e diminuir as despesas. Mostrando assim, a importância de saber mensurar e organizar os dados e registros que o mesmo possui, sendo fundamental a contabilidade nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentado acima teve como objetivo analisar as duas atividades que um determinado produtor desenvolve em sua propriedade - que está inserida em um sistema de integração junto a uma cooperativa da região – no ano de 2020 e identificar qual a mais lucrativa para o mesmo. Além disso, trazer a importância da contabilidade rural e gerencial para as propriedades, para evitar escolhas equivocadas na hora de decidir qual atividade deseja desenvolver.

Além disso, o mesmo foi justificado pela falta de contabilidade rural nas propriedades rurais, principalmente nas menores, dificultando assim uma análise dos produtores sobre qual a atividade é mais vantajosa para a sua situação.

Para que o resultado final fosse alcançado utilizou-se de documentos que o próprio produtor dispunha em sua propriedade, como registros contábeis, notas fiscais e relatórios, além dos registros contábeis e de fechamento dos lotes que a

ISSN xxxx-xxxx

cooperativa disponibiliza para verificação.

Munidos de todos os documentos necessários, foram elaboradas uma DRE para cada atividade para verificação do lucro das mesmas, além de elaborar comparações entre os resultados anuais com os resultados mensais e também com resultados por unidade produzida. Vale destacar que para verificação mais eficaz e assertiva, é preciso analisar todas as receitas e despesas incorridas no período e não somente previsões das mesmas ou análise de alguma de modo isolado, pois pode induzir o produtor a uma decisão equivocada.

Após todo esse levantamento de dados e informações, é visto que o objetivo foi alcançado com êxito e que o produtor pôde analisar e verificar qual das atividades apresentou maior lucratividade em 2020 – a suinocultura-. Foi possível observar que durante o exercício de 2020, ambas trouxeram lucros durante esse tempo, mas a atividade mais lucrativa para o produtor foi a da suinocultura. A mesma apresentou uma capacidade de entregar 3 lotes durante o ano, além de preços mais atrativos na venda de sua produção. Alinhado esses pontos com o resultado anual da atividade na cooperativa, a mesma obteve um recebimento de sobras num valor expressivo, fazendo com que a mesma fosse apontada como a melhor opção.

Vale destacar também que se o produtor levasse em conta somente o ano de 2020 e decidisse fechar os açudes para construir novas pocilgas no mesmo local, o mesmo dificilmente teria êxito, pois, a área construída dos açudes é em um antigo banhado e provavelmente não comportaria uma pocilga em cima.

REFERÊNCIAS

ABIPECS – Associação Brasileira da Indústria Produtora de Carne Suína. Disponível em: www.abipecs.org.br. Acessado em 26, mar. 2021.

AGRONEGÓCIO. Oxford Dictionaries, 1990. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=o+que+significa+agronegocio&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=o+que+significa+agronegocio&sc=1-27&sk=&cvid=89BA3A2E657645EFA12E8BFEE9208657 Acesso em 28 abr. 2021.

Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório anual 2020.** Disponível em https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2020/05/abpa_relatorio_anual_2020_portugues_web.pdf. Acesso em 29, abr. 2021.

BUAINAIN, A.M., ALVES, E., SILVEIRA, J.M. ZANDE, R, N. **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola. Brasília: Embrapa. 2014.

BORILLI, Salete Polônia; PHILIPPSEN, Rejane Bertinatto; RIBEIRO, Rosemeri Giaretta; HOFER, Elza. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo – PR. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 6, n. 1, jan./jun., 2005. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com /search?q=cache:MtBOs6X-na4J:www.revistas.unipar .br/index.php/empresarial/article/download/301/272 Acesso em 20 abr. 2021.

CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CFC – Conselho federal de contabilidade. Resolução n.750, de 29 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**, Poder legislativo, Brasília, 31 dez. 1993. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=1993/000750. Acesso em 24 abr. 2021

CLEPS JÚNIOR, João. **A integração agroindustrial no Triângulo Mineiro: a Rezende Alimentos**. Caminhos de Geografia 1(1)27-38, set/ 2000.

CNN Brasil. **Agronegócio brasileiro é responsável por alimentar 10% do mundo, diz Embrapa.** Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/04/agronegocio-brasileiro-e-responsavel-por-alimentar-10-do-mundo-diz-embrapa. Acesso em 01 mai. 2021.

COSTA, M. **Agronegócio**: o motor da economia Brasileira e o dinamismo da economia Paranaense. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=331> Acesso em: 28 abr. 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EMBRAPA. **A suinocultura no Brasil**. Central de Inteligência em Aves e Suínos. Concórdia. SC: Embrapa- CNPSA, 2013. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/cias/index.php?option=com_content&view=article&id=5 &Itemid=19. Acesso em 29 abr. 2021.

EMBRAPA. **Custos de produção e comercialização: Piscicultura Familiar**. Disponível em: https://www.embrapa.br/pesca-e-aquicultura/publicacoes/piscicultura-familiar Acesso em 01 mai. 2021.

EMBRAPA. **Estatísticas Suínos e aves.** Central de Inteligência em Aves e Suínos. Concórdia. SC: Embrapa- CNPSA, 2019. Disponível em: https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas. Acesso em 29 abr. 2021.

FARIA, Paulo M. *et al*. Aquicultura ornamental: um mercado promissor. **Revista Panorama da Aquicultura**, Rio de Janeiro, n.154, abr. 2016.

FERREIRA C. H. **Sistema de Integração de Aves Como Modelo de Produção Para Acesso de Pequenos E Médios Produtores**. VII Seminário de Aves e Suínos – AveSui Regiões 2007, III Seminário de Aquicultura, Maricultura e Pesca Conjuntural 10, 11 e 12 de abril de 2007 – Belo Horizonte, MG.

Fundação Instituto Administração. **Agronegócio, o que é, como funciona e setores**. Disponível em: https://fia.com.br/blog/agronegocio/ Acesso em 29 abr. 2021

KNAUL, T.F.; SCHUMACHER, P. Dejeto suíno como fonte de sustentabilidade e riqueza. **O presente rural.** Disponível em: https://opresenterural.com.br/dejeto-suino-como-fonte-de-sustentabilidade-e-riqueza/#:~:text=A%20suinocultura%20brasileira%2C%20a%20exemplo,maior%20produtor%20de%20carne%20mundialmente. Acessado em 26, mar. 2021.

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de custos**. Apostila de custos elaborada para o mestrado em contabilidade do CEPPEV. Não publicado.

LANFREDI, Vanessa. Suinocultura em uma propriedade rural: O retorno na suinocultura em uma propriedade rural. **RAMVI, Getúlio Vargas, v. 01, n. 02, julh./ dez. 2014.**

LEONE, George S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Jackeline Cristina Ost. Piscicultura. **EDUFPI, 2012.** 80 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Zilda Paes de Barros. **Contabilidade financeira rural**. São Paulo: Atlas, 1999.

NEPOMUCENO, F. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: Thompson, 2004.

OLIVEIRA, Silvana Felix. Rentabilidade da atividade de piscicultura. **Trabalho de conclusão de curso do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.**

O presente rural. **Piscicultura cresce 5,93% em um ano marcado por semestres distintos.** Disponível em: https://opresenterural.com.br/piscicultura-cresce-593-em-um-ano-marcado-por-semestres-distintos/ Acesso em 01 mai. 2021

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial.** Curitiba. Iesde Brasil, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEIXE BR – Associação Brasileira de Piscicultura. Disponível em: https://www.peixebr.com.br/#:~:text=A%20piscicultura%20gera%20cerca%20de,e%20outras%20esp%C3%A9cies%20com%205%25. Acessado em 26, mar. 2021.

PÔNZIO, J. **Notas de Aula da Disciplina de Agronegócio**. Faculdade de Viçosa – FDV, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos fácil.** 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTINI, G. A.; SOUZA FILHO, H. M. **Mudanças tecnológicas em cadeias agroindustriais**: uma análise dos elos de processamento da pecuária de corte, avicultura de corte e suinocultura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. Anais. Cuiabá, Sober, 2004. p. 1-12.

SANTOS, A. R. **Rastreabilidade "do laboratório à mesa"**: um estudo da cadeia produtiva da indústria de carne suína na empresa Doux. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2021.

SCHULTER, E.P.; RIBEIRO, J.E. Evolução da piscicultura no Brasil: Diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva de tilápia. **Econstor**. p. 32, 2017.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Manual de orientação da Previdência Social na Atividade Rural.** 2. ed. Brasília: INSS / SENAR, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA - SEBRAE. **Aquicultura no Brasil**: série de estudos mercadológicos. Brasília, 2015. Disponível em http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4b14e85d5844cc99cb32040a4980779f/$File/5403.pdf. Acessado em 26, mar. 2021.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade Geral**. Santa Catarina: Capes, 2009.

The state of world fisheries and aquaculture: opportunities and challenges. Rome: FAO, 2016. 243 p.

THOMSON, Jeffrey. **Conversa com Jeff Thomson.** Disponível em https://www.imanet.org/about-ima/ima-leadership/jeffrey-c-thomson?ssopc=1. Acesso em 24 abr. 2021

USDA – UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Livestock and Poultry**: World Markets and Trade. Foreign Agricultural Service, 12 out. 2016. Disponível em: http://www.fas.usda.gov/data/livestock-andpoultry-world-markets-and-trade. Acesso em: 29 abr. 2021.

USITC – UNITED STATES INTERNATIONAL TRADE COMMISSION. **Pork and Swine – Industry & Trade Summary**. Office of Industries, out. 2014. Disponível em: <https://www.usitc.gov/publications/332/pork_and_swine_ summary_its_11.pdf .

ISSN xxxx-xxxx

Acesso em: 29 abr. 2021.

ISSN xxxx-xxxx

ANALISE DE CUSTOS NO CONFINAMENTO DE GADO DE CORTE EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE

Nelson Luis Biavatti Trevisan[1]
Everton Jaime Gugel[2]

Resumo: A análise de custos é essencial para apresentação detalhada dos dados, é uma ferramenta de grande importância para o controle das atividades. O presente estudo teve por objetivo analisar os custos no confinamento de gado de corte em uma pequena propriedade, na cidade de Boa Vista da Aparecida-Pr durante um ano e um mês, sendo estes entre junho de 2020 e julho de 2021. A análise de custo foi ampla ao ponto que permita auxiliar na hora de decisões, chegou ao ponto abordando que deve-se apresentar o maior peso possível na hora da venda, para possibilitar maiores lucros que é o objetivo. Justifica-se a importância da ferramenta de análise de custos, para que permita alcançar os melhores preços praticados em média na região ou microrregião. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi utilizado estudo de caso, juntamente a pesquisa descritiva atendendo as características e tipologia qualitativa, tendo a coleta de dados na propriedade e elencado por planilhas utilizando a ferramenta Excel. Na análise dos resultados encontrados, chegou-se ao valor de R$1.816,38 reais de custo e o valor de R$927,62 reais de lucro líquido por bovino, alcançando 33% de margem lucrativa. Desta forma conclui-se que a presente pesquisa alcançou o objetivo pretendido, apresentando os custos por lote de 25 bovinos e também unitário, logo apresentando lucro por lote e por bovino. Em sequência a sugestão de alterações para possível aumento de ganhos.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Confinamento. Rentabilidade. Contabilidade Rural. Bovino de Corte.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento da atividade rural no Brasil, o gado de corte se destaca pela necessidade no consumo das pessoas. Com isso, pequenas, médias e grandes propriedades necessitam de uma análise de custos para tomadas de decisões em relação a atividade. A carne é de grande importância na alimentação por representar a proteína animal na pirâmide alimentar, por isso deve se ter cuidados necessários para garantir a qualidade do alimento.

A propriedade rural, indiferente da sua extensão deve ser vista como uma empresa, com uma administração e pessoas capacitadas para tomarem decisões. Mesmo as pequenas propriedades são importantes para a visão desse ramo, pois entregam um alimento que é consumido nacionalmente, além das exportações.

De acordo com a ABRAFRIGO,2019 (Associação Brasileira de frigoríficos) "As exportações brasileiras de carne bovina atingiram o recorde de 2,016 milhões de toneladas em 2020, crescimento de 8% na comparação com as 1,875 milhão de

[1] Acadêmico Nelson Luis Biavatti Trevisan do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Prof. Everton Jaime Gugel Especialista em Direito e Planejamento Tributário, Unível 2009.

ISSN xxxx-xxxx

toneladas verificadas em 2019".

É uma atividade que requer um trabalho amplo na propriedade, como a formação de pastos, plantação de volumosos como milho para fazer a silagem, que é um dos principais alimentos no confinamento de bovino de corte. Assim como também os serviços de limpeza do curral, manutenção, gastos com veterinário. Ao decorrer do trabalho serão demonstrados meios, métodos e recursos que possibilitam uma boa avaliação e mensuração dos custos.

A bovinocultura de corte sempre foi uma atividade ampla e bastante conhecida em todo o mundo. Ela se caracteriza pela criação de bovinos com o intuito de produzir carne e seus derivados. Várias características importantes levaram essa atividade a ser responsável pela melhoria dos índices econômicos, além de ser uma fonte importante de proteína animal para a população.

Segundo o Departamento de Economia Rural (DERAL, 2018), em 2017 o Brasil produziu 7,7 milhões de toneladas de carne bovina, com alta de 5,4% em relação ao ano de 2016 quando a produção foi de 7,3 milhões de toneladas. Comparando-se janeiro a junho dos anos de 2017 e 2018 o volume de animais abatidos também apresentou acréscimo de 4,0% (14,8 milhões de cabeças em 2017, contra 15,4 milhões em 2018).

No entanto, muitos produtores rurais que não fazem a gestão desta atividade, não possuem um controle administrativo em relação aos custos e consequentemente dos lucros obtidos com a prática. Os custos são muito variáveis em qualquer época do ano, pois não se tem um preço padrão para os insumos, que em determinada época podem estar com valores mais altos, e em outra o valor pode estar mais baixo, então somente próximo ao plantio é possível saber o gasto aproximado com a compra do insumo que será plantado.

A utilização da ferramenta de gestão de custos é muito importante para a bovinocultura, pois auxilia no controle e gerenciamento da atividade, assim se expandindo no tema de Contabilidade Rural.

O presente estudo se limitou ao levantamento de custos, despesas e rentabilidade relacionadas a criação de bovinos de corte a partir do segundo semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2021 em uma pequena propriedade rural no município de Boa Vista da Aparecida – PR.

A contabilidade rural está em processo de desenvolvimento, em cada gestão surge novas ideias e formas de gerenciamento, é muito importante modernizar o setor agrícola. A contabilidade rural junto a utilização da ferramenta de gestão de custos, dá suporte a quem deseja aplicá-la, que com seus dados, auxiliam nas tomadas de decisões. Sua implantação auxilia no planejamento, gerenciamento, práticas eficientes e eficazes, buscando melhoria na gestão de custeio, resultando em lucro para a propriedade.

Quais os custos para a produção do gado bovino de corte confinado em uma pequena propriedade no período do segundo semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2021?

Identificar quais os custos para a produção de gado bovino de corte confinado em uma pequena propriedade a partir do segundo semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2021.

Toda atividade requer um método de custeio, pois a ferramenta ajuda o gerenciamento aplicado. Este trabalho se justifica na demonstração da rentabilidade e dos custos apurados na produção de gado bovino de corte.

ISSN xxxx-xxxx

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade dispõe muitas informações, as quais devem ser claras, precisas e oportunas para uso. A contabilidade gerencial acontece a partir de um conjunto de técnicas e procedimentos contábeis, englobando contabilidade financeira, de custos, analise de demonstrativos, todos fornecem informações valiosas, assim auxiliando a tomada de decisões.

Segundo Padoveze 2010, a contabilidade gerencial existirá se houver alguma ação que faça com que ela exista. Uma entidade só vai ter contabilidade gerencial se houver dentro dela pessoas que consigam realizar os conceitos contábeis para a prática. Isso significa gerenciamento da informação contábil, esta ação deve acontecer e não apenas existir nos conceitos, sendo aplicada como instrumento de administração.

Conforme Padoveze 2000, a informação contábil precisa atender a dois requisitos, para que tenha validade integral no processo de gestão administrativa:

a) Sua necessidade como informação;
b) Seu planejamento e controle.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Os comerciantes para chegarem a um resultado simples, somam as receitas e subtraem os custos das mercadorias que foram vendidas, assim obtendo um lucro bruto. Deste lucro bruto, deduziam as demais despesas, desta forma encontravam o resultado, sendo lucro ou prejuízo do período, e este método ainda é utilizado na contabilidade.

Segundo Berbel (2003), a Contabilidade de Custos tem como função avaliação de estoques, que é um procedimento muito amplo, aplicado nas empresas comerciais, industrias, não envolve somente um controle de compra e venda, mas sim, controle de pagamentos, processos de produção, controle de estoque, salários, aquisição e utilização de matérias primas. Estes gastos são reunidos e dimensionados ao processo produtivo, que é feito levantamento de dados para chegar ao custo de produção de um produto por exemplo.

2.3 CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

A contabilidade de custos busca direcionar todo gasto para sua devida colocação, assim podendo ser separada e possibilitando uma visão mais detalhada e auxiliar na hora de analisar os custos de produção, sendo custos diretos e indiretos.

Ainda conforme Berbel (2003), custos diretos são os que estão relacionados diretamente ao produto, pode ser mensurável, porque deve ser incluído na formula do cálculo de produção e por ter ligação direta com os produtos das empresas não são submetidos a critérios de rateios, para serem alocados. O salário dos funcionários, matéria-prima e mão de obra são exemplos de custos diretos. Já os custos indiretos são gastos que não serão identificados diretamente nos produtos e serviços da empresa. Estes custos não podem estarem relacionados aos produtos, logo que há a necessidade de serem utilizados no rateio para alocação dos mesmos.

ISSN xxxx-xxxx

2.4 CUSTO E DESPESA

Todo produto ou serviço desde sua produção até ficar pronto, depende de gastos para seu desenvolvimento. A contabilidade possibilita separar e filtrar para uma análise mais crítica, separando e mostrando os custos e despesas que foram obtidos.

Para Bertó e Beulke (2017), a diferença entre os custos e as despesas é importante para a contabilidade, pois há diferenças entre ambos. Os custos são da parte dos produtos de estoque, logo despesas são vistas diretamente no resultado do exercício. Custo vem de gastos obtidos na produção do bem ou serviço, incorporando ao valor de produção do produto, sendo custos físicos, e ao final são levados financeiramente como valor.

Hansen e Mowen (2001, p. 61), entretanto, definem custo como "o valor em dinheiro, ou o equivalente em dinheiro, sacrificado para produtos e serviços que se espera que tragam um benefício atual ou futuro para a organização".

Marion diz:

> Após o reconhecimento da receita, é imperativo que haja o confronto com as despesas que contribuíram para a formação daquela receita, para se apurar o resultado do resultado do período. Assim, se diferir uma receita, todo o gasto correspondente também deverá ser diferido, proporcionando a associação das receitas com os respectivos gastos. (MARION, 2007, p65)

Já as despesas são itens que reduzem o patrimônio, essa característica é devido a lógica de sacrifícios ao ponto que busca obter receita. As empresas possuem despesas para gerarem receitas e não para produzir seus bens e serviços.

2.5 CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

Da mesma forma que há custos indiretos e diretos, também temos presença de custos fixos e variáveis.

Conforme relatado por CREPALDI (2012, p.104). "Custos fixos são fixos dentro de uma determinada faixa de produção e em geral não são eternamente fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção agrícola".

Custos fixos se referem aos custos que são repetidos, ou seja, este custo não terá variação conforme o volume de produção agrícola, como por exemplo o aluguel de galpão e o arrendamento de terrenos para plantação.

Já sobre custos variáveis, CREPALDI (2012, p.104) diz que "variam proporcionalmente ao volume produzido, [...] se não houver quantidade produzida, o custo variável será nulo. Os custos aumentam à medida que aumenta a produção agrícola.

Alguns exemplos de custo variável são compra de insumos, depreciação de equipamentos agrícolas e embalagens.

2.6 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural é pouco usada no Brasil e é uma ferramenta gerencial para o pequeno até o grande agricultor, muito importante pelo fato de registrar fatos que acontecem na agricultura com intuito de gerenciamento da atividade.

ISSN xxxx-xxxx

Conforme Nagatsuka e Telles:

> O surgimento e a evolução da contabilidade confundem-se com o próprio desenvolvimento da humanidade. Neste contexto os estudos sobre civilizações da Antiguidade nos mostram que o homem primitivo já "cuidava das suas riquezas" através, por exemplo, da contagem e controle de seu rebanho. (Nagatsuka e Telles (2002, p. 1)

Segundo Cabral, 2018:

> Consideram-se como atividade rural a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras de pequenos animais, a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando-se exclusivamente matéria prima produzida na áreas explorada, tais como: descasque de arroz, conserva de frutas, moagem de trigo e milho, pasteurização e o condicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagens de apresentação, produção de carvão vegetal, produção de embriões de rebanho em geral. (CABRAL, 2018)

A dificuldade encontrada na contabilidade rural, é que o agricultor não tem a pratica de guardar documentos que são utilizados, como notas fiscais de compra e venda, recibos, copias de extratos bancários, custos que são evidenciados na propriedade e que servem para o controle e registro, tudo que possa ser útil para melhorar a administração e o gerenciamento da propriedade.

2.7 ANO AGRÍCOLA X EXERCÍCIO SOCIAL

As atividades agrícolas se dividem em temporárias e permanentes. As temporárias se extinguem pelas colheitas, sendo seguidas de novos plantios logo em seguida. As permanentes possuem duração superior a um ano ou que proporcionem mais de uma colheita, sem necessidade de novo plantio, assim acaba recebendo tratos culturais no intervalo que existe entre as colheitas.

Conforme MARION (2009) uma informação que desperta curiosidade é o ano agrícola, a atividade agropecuária possui um termino de exercício social diferente, deveria ser encerrado normalmente em 31/12, como acontece na maioria das empresas comerciais, industrias e de serviços. As empresas possuem receitas e despesas mensalmente, já na atividade agrícola isso acontece geralmente durante ou após a colheita, a produção agrícola, sazonal concentra-se em determinado período do ano. Sabe-se que o ano agrícola se encerra ao termino das colheitas, esse ano agrícola é o período aonde se planta, colhe e normalmente após colheita acontece a comercialização da safra, já alguns agricultores optam por estocar o produto, até obterem melhor preço para venda.

Na pecuária o período mais adequado para encerramento do exercício social, como na atividade agrícola, não é o ano civil, pois é feito após o nascimento dos bezerros ou do desmame, de modo geral se for controlado, o nascimento dos

bezerros é concentrado em um período do ano em lotes. E na pecuária que não trabalha com criação de novos bezerros, o exercício pode ser fechado no mês seguinte após a venda dos bovinos aos frigoríficos para abate.

2.8 ATIVIDADE PECUÁRIA

A pecuária é uma atividade ligada principalmente na criação de gado e outros animais, todos importantes pois atendem na produção de matérias primas que abastecem as agroindústrias, o gado de corte que alimenta o setor de carnes aos frigoríficos, peles na indústria de couro, já o gado leiteiro, para o ramo de leite e laticínios, e muito outros derivados.

Segundo Cabral (2018), A pecuária é uma atividade considerada desde a inseminação, nascimento natural, compra até a comercialização.

a) Cria e recria de animais para comercialização de matrizes;
b) Cria, recria ou compra de animais para engorda e comercialização;
c) Cria, recria ou compra de animais para comercialização de seus produtos derivados, tais como: leite, ovos, mel, sêmen, etc.

Ainda conforme CABRAL, cita que na contabilidade existem as classificações:

Gado reprodutor: representado por bovinos, suínos, ovinos, equinos e outros destinados a reprodução, ainda que por inseminação artificial.

Rebanho de renda: representado por bovinos, suínos, ovinos, equinos e outros que a empresa explora para reprodução de bens que constituem objeto de suas atividades.

Animais de trabalho: representados por equinos, bovinos, mulares, asininos destinados a trabalho agrícola, sela e transporte. (CABRAL, 2018 p12)

2.8 SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Sabe-se que independentemente do método escolhido pelo agricultor, a produção sempre será em busca de retorno financeiro. Para definir a metodologia, ele deverá analisar suas instalações e saber qual são as exigências. Isso deve levar em consideração a área disponível para pasto, plantação e manejo. Alguns locais podem ser mais propícios ao manejo extensivo, por ter bastante pasto em área aberta, ou se o local for mais fechado, requer o manejo intensivo, para manter o gado em pasto e forçar alimentação em cocheiras, com devidos alimentos necessários. Geralmente quando o agricultor está em busca de um processo mais rápido de engorda ou para chegar ao ponto de venda com maior agilidade, o método escolhido é o intensivo.

Segundo MARION (2007) São três sistemas de produção (manejo), eles são divididos em extensivo, semi-intensivo e intensivo.

A. Sistema Extensivo: Geralmente os bovinos ficam em pastos nativos ou cultivados, em ambientes abertos e naturais, esse sistema caracteriza-se por baixa lotação, pelo fato de ser aberto e o gado ficar livre, com disponibilidade de pasto, forragens. O manejo sanitário segue rotina da região com datas para vacinas, o manejo zootécnico é mais ausente no sistema extensivo, pois levando em conta que o manejo extensivo é mais utilizado em regiões desbravadas onde se produz mais forte o alimento forrageiro junto aos recursos naturais.

B. Sistema semi-intensivo: Devido a degradação das forrageiras ou pastagens, o agricultor pecuarista que pretende continuar com a atividade tem se

adaptado a este método semi-intensivo, que é uma migração do sistema extensivo. Neste, é necessário implantar forrageiros com subdivisões de pastagens, pois sofrem o pastoreio racional.

C. Sistema Intensivo: Está voltado ao agricultor com pouco espaço em relação a quantidade de animais que possui, reduzindo sua área a estratégia segue a ser de ter mais produtividade no espaço, buscando aumento de rentabilidade. Com desenvolvimento tecnológico, estudos, e assistências técnicas´, está ficando para trás o uso do sistema intensivo, que tem por objetivo formar pastagens artificiais adubadas, irrigadas, com forragens adequadas da região, tendo rodizio de pastos, para obter repouso e recuperação de pastagens. O sistema intensivo serve muito bem a quem quer acelerar o processo de engorda por exemplo, pois comparado aos novos métodos se torna muito mais barato, tendo custo-benefício. O agricultor mantém o gado no pasto intensivamente nas condições citadas acima, com adubação e irrigação em alguns casos, e também intercala um ou dois períodos do dia para alimentação em curral, com outros tipos de alimentos, como o mais utilizado que é a silagem, que pode ser suplementada com ração, farelo de trigo, casquinha de soja, sais minerais, tudo que implemente a alimentação do animal, e possa manter uma alimentação saudável adaptada ao benefício de engorda rápida.

2.8 INSTALAÇÕES

Na sequência são listados alguns modelos de instalações que podem ser utilizadas. Conforme a extensão da propriedade, os sistemas implantados podem ser adaptados às suas necessidades.

Quadro 1- Instalações

Instalação	Função
Curral	Onde o gado é reunido para trabalhos de rotina, tais como, vacinação, aplicação de vermífugos, desmama, identificação (brinco), separação por sexo, entre outros.
Curraletes	Divisões internas do curral, onde está localizado o brete, que é um corredor onde os animais passam um a um, para exames individuais, também permitindo serviços como a vacinação e marcação. Encontra-se no fim do brete o embarcadouro, para o carregamento ou desembarque de animais na propriedade.
Estábulo	Lugar coberto para recolher o gado, utilizado como área de descanso, também possível lugar para alimentação, por ser coberto protege da chuva, comportam cochos de sal, e cocheiras para silagem e outros alimentos. Pode ser feito junto ao curral ou outros galpões, sem necessidade de ser um estábulo somente.

ISSN xxxx-xxxx

Mangueira	Geralmente feito em anexo ao curral, pois é um cercado de madeira grande que comporte todo o gado dentro, para alguma manutenção que precise ser feita em cercas por exemplo, os animais ficam em repouso na mangueira.
Galpões	Existem vários tipos de galpões que podem ser utilizados para guardar equipamentos agrícolas, como tratores, plantadeiras, ceifa, roçadeiras, entre outros. Também tem os galpões para abrigarem os animais na atividade de engorda confinada, armazenar e preparar rações.
Cercas	Precisam ser funcionais e estratégicas para melhor rodizio dos pastos, são de arame liso ou de arame farpado, com palanques de concreto ou de madeira, geralmente é utilizado madeira de eucalipto tratada para suportar sol e chuva.
Câmara atomizadora	Um tronco com bicos de jato para água, onde é aplicado defensivos para tratamento de doenças e proteção de mosca-de-chifre.

Fonte: Adaptado de Marion, 2007.pag 30-32

Conforme a extensão da propriedade pode-se ter instalações que se repitam por necessidade, para atender a capacidade ideal. Logo que propriedades de portes pequenos, que a atividade da pecuária seja de menor fluxo, não necessitam possuir todas as opções de instalações, em alguns casos também pode ser adaptado e utilizado em conjunto mais de uma instalação, por exemplo um galpão que comporte a mangueira e o estabulo juntos em um só ambiente.

3 METODOLOGIA

Seguindo formato de estudo de caso, tendo profundidade na pesquisa dos dados, foi realizado visita na propriedade de estudo na cidade de Boa Vista da Aparecida. Foi marcado encontro com o agricultor, em busca de informações sobre a atividade, a primeira entrevista foi em junho de 2021, o mesmo passou as informações mais precisas possíveis, como notas de compra e venda dos animais, notas de insumos comprados para utilização, data das vacinas, gastos extraordinários que acontecem fora do quadro comum da criação do gado bovino.

Conforme perguntas realizadas ao mesmo seguindo questionário de perguntas montado, perguntas que atendessem aos seguintes pontos, qual tipo de controle praticado, qual tipo de alimentação os animais recebiam, qual a capacidade de cabeças suportadas no sitio, como era a formação do lote, com essas informações obtidas, foi registrado em arquivo para utilização.

ISSN xxxx-xxxx

4 RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DA PROPRIEDADE

A propriedade utilizada no trabalho fica na cidade de Boa Vista da Aparecida-Pr, segue com trabalho familiar sem nenhum funcionário contrato ou terceirizado, são em 3 pessoas que dividem os trabalhos. Conta com 4 alqueires de área própria, sendo dívida em pastos, plantação, sede da residência e galpões utilizados na atividade, possui mais 1 alqueire onde paga renda para utilização de plantio de insumos como milho que é utilizado na alimentação dos bovinos de corte. São eles 1 alqueire arrendado e 2 alqueires utilizados no plantio do milho, 1,5 alqueires de grama para pastagem e meio alqueires está a sede, com a residência e arborização de frutíferas, aonde também se encontra as instalações citadas no quadro 1.

4.2 FORMAÇÃO DO LOTE

Este lote acompanhado pelo trabalho foi adquirido de terceiros em junho de 2020, pois no sitio não a recria, apenas trabalha-se com novilhas vazias sem intenção de recriação de bezerros, foram compradas 25 cabeças de gado nelore já desmamados, com idade de 1 ano e 3 meses, com preço de R$1.500,00 reais cada. Esta idade escolhida por estratégia, pois permite um desenvolvimento rápido junto ao estilo de alimentação desta propriedade, para o agricultor é mais barato se comparar com recria e desenvolvimento de bezerros, pois necessitaria de um reprodutor e de mais espaço.

O lote foi comprado de outro pecuarista da região, onde trabalha com engorda e recria, ao desmame inicia a venda dos lotes, neste caso foi comprado um lote já desmamado e desenvolvido inicialmente, porem praticava outro estilo de produção, apenas em pasto aberto.

A despesa com transporte dos animais foi por conta do comprador, foram 2 fretes com preço de R$50,00 cada.

Quadro 1 – Constituição do lote de novilhas.

A quantidade de novilhas na compra foi a mesma até o fim da análise, não houve nenhuma morte ou recriação.

Quadro 2 – Novilhas por mês.

Bovinos de corte – 2020 / 2021													
aça	ul	go	et	ut	ov	ez	an	ev	ar	br	ai	un	ul
elor e	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da pesquisa 2020/2021

A propriedade comportou 25 cabeças no tempo do acompanhamento, a capacidade da propriedade é maior, porem por estratégia de manter sobra de pasto e respeitar o tempo necessário para recuperação, ele mantem entre 25 até 30 cabeças.

4.3 INSTALAÇÕES

O agricultor já possui a anos suas instalações, todas construídas em madeira

ISSN xxxx-xxxx

na parte superior e no chão contem piso de concreto, duas de suas instalações, sendo a mangueira e o estábulo contém aproveitamento do esterco, ao fim do chão possui um tanque reservatório com capacidade de 50 mil litros e outro com capacidade de 30 mil litros, este esterco é utilizado em épocas de necessidade de adubação das pastagens e da suplementação na terra onde é plantado os insumos, gerando economia para o agricultor, dispensando a compra de esterco de terceiros, apenas tendo custo de hora máquina para ser espalhado. Suas instalações raramente precisam de manutenções, no período analisado não foi feito nenhuma alteração.

4.4 PRODUÇÃO DE SILAGEM E PLANTAÇÃO DE AVEIA

O pasto aberto é composto de grama, onde não teve custo para plantar, pois já estava em uso, a grama é mantida conforme rodizio de pastos com a aveia.

A silagem é o principal alimento do bovino, principalmente nos casos onde o sistema de produção é o semi-intensivo, que neste caso é tratado em cocheira e também se alimenta nos pastos abertos. A silagem pode ser usada em qualquer estação, pois ela é compactada e armazenada em silos cavados na terra, selados com lona e coberto com terra, todo o tempo guardado fica em fermentação, soltando o liquido do grão e secando naturalmente para ser utilizada.

Quadro 3- Produção de silagem.

Silagem			
Insumo	Qntdd	Preço	Total
Semente	2,5	R$ 550,00	R$ 1.375,00
Adubo	18	R$ 85,00	R$ 1.530,00
Hr Maquina	2,5	R$ 40,00	R$ 100,00
Hr Maquina colheita	10	R$ 40,00	R$ 400,00
Lona	18	R$ 6,00	R$ 108,00
Total			R$ 3.513,00

Fonte: Dados da pesquisa 2020/2021

O milho foi plantado em outubro de 2020 e a silagem realizada em dezembro 2020, o custo para produção foi de R$3.513,00 reais, desde compra da semente, adubação e hora máquina usada, ressalta-se que a hora máquina é mais barata para este caso, pois o mesmo possui sociedade de 2 tratores.

Pelos registros que o proprietário passou, foram produzidas 16 carretas de 7 toneladas, totalizando 112 toneladas, que foram comprimidas no silo e armazenadas, alimento suficiente para suprir alimentação deste lote e iniciar o próximo.

Em maio de 2021 foi plantada aveia, ela permite o rodizio junto com a grama fortalecendo a alimentação dos bovinos, ela é consumida e exige um tempo para se formar novamente.

Quadro 4 – Produção de Aveia.

Aveia			
Insumo	Qtdd	Preço	Total
Semente(KG)	350	R$ 2,00	R$ 700,00
Hr maquina	1	R$ 40,00	R$ 40,00
Total			R$ 740,00

Fonte: Dados da pesquisa 2020/2021

ISSN xxxx-xxxx

Foi feito plantio de aveia em 2 alqueires de terra, precisando aproximadamente 40 dias para o ponto de pastoreio, assim iniciando um novo ciclo de

4.5 CUSTO DE SILAGEM MENSAL

Os animais se alimentam da silagem em dois horários, de manhã e no fim da tarde. Somados gastos de silagem e sal composto no período de 13 meses analisados, obteve R$3.226,60 no total da alimentação, com custo de R$223,20 da silagem mensal, referente a 240kg usados por dia e 7.200kg por mês, sendo R$0,031 por quilo e o gasto mensal de sal ficou em R$25,00, referente a um saco de sal composto usado ao mês.

A partir da alimentação de silagem, os animais seguem para o pasto aberto, aonde se alimentam da grama, esta que não possui custo de plantação ou colheita, somente existe custo para adubar.

4.6 CUSTOS DO PERÍODO

Tendo os custos de aquisição e produção apurados, segue abaixo tabela com demonstração de custo pelo período, por mês e por bovino do lote de 25 novilhas.

O custo para aquisição dos bovinos, foi de R$1.500,00 reais cada, sendo 25 animais, totalizando um valor de R$37.500,00 este custo apresenta grande porcentagem na hora de calcular margem de lucro.

Quadro 5 – Apuração dos custos para produção.

Custos do período	Em Reais R$	Custo por Mês	Custo por Cabeça
Alimentação Silagem	R$ 2.901,60	R$ 223,20	R$ 116,06
Produção Silagem	R$ 3.513,00	R$ 270,23	R$ 140,52
Sal	R$ 325,00	R$ 25,00	R$ 13,00
Aveia	R$ 740,00	R$ 56,92	R$ 29,60
Remédio	R$ 90,00	R$ 6,92	R$ 3,60
Fretes	R$ 100,00	R$ 7,69	R$ 4,00
Hr maquina adubação	R$ 240,00	R$ 18,46	R$ 9,60
Total	**R$ 7.909,60**	**R$ 608,43**	**R$ 316,38**

Fonte: Dados da pesquisa 2020/2021

Chegando ao custo total de R$7.909,60 reais pelo período, para uma análise mais detalhada o custo mensal foi de R$608,43 reais e custo por cabeça do lote chegou a R$316,38 reais.

ISSN xxxx-xxxx

4.7 RECEITA

Ao atingir 1 ano com o lote de novilhas, foi a hora de começar procurar vender, para frigoríficos, terceiros que queiram continuar com o lote para atingirem mais peso ou até então para quem deseja obter recria, mas o foco da venda é o abate, pois por ser gado precoce chama-se atenção pela qualidade da carne entregue.

Em julho de 2021 foi realizada a venda do lote de novilhas para um frigorifico, aonde foi feito pesquisa de preço no mercado de carnes brasileiro, especificamente do estado do Paraná região Oeste, o preço médio de venda estava em torno de R$295,50 a arroba. Em negociação com o comprador, chegou no preço de R$280,00 a arroba viva.

Quadro 6 – Venda dos bovinos.

Venda / Receita			
Peso total em Kg	Peso de uma Arroba	Preço por arroba	Lote
3.675	15	R$ 280,00	25
Peso Médio por bovino em Kg			147
Total	R$		68.600,00
Receita por bovino	R$		2.744,00

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

O peso total do lote foi de 3.675Kg, atingindo a média de 9,8 arroba por cabeça, cerca de 147Kg cada novilha. O valor de receita foi R$68.600 reais, livre de frete na venda, pois o comprador arcou com o custo de transporte e guia. Dias após a venda, o agricultor começa a procurar novos lotes para iniciar um novo trabalho de engorda.

4.8 RESULTADO DO PERÍODO

Os custos de produção são relativamente aceitos em relação ao preço de venda, porem os custos de aquisição é aonde apresenta oportunidades de maiores ganhos, que são o real valor de compra dos animais, o lucro pode ser maior se conseguir estar pagando menos ao comprar os animais.

Sabe-se que o lucro foi encontrado na realização da soma das receitas e redução dos custos obtidos. Tendo relação dos custos encontrados no período somados no quadro 5

Concluindo o trabalho realizado, com intuito de repassar em números os custos obtidos e os resultados alcançados, chegamos à conclusão de que cada animal obteve um custo de R$1.816,38 reais, logo alcançando um lucro de R$927,62 reais por cabeça.

O custo total da produção de bovino de corte na propriedade atingiu R$45.409,60 reais em sua composição está a compra dos bovinos e o custo de produção, a receita da venda foi de R$68.600,00 reais, chegamos ao lucro líquido da atividade em R$23.190,40 reais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados expostos no presente trabalho e aplicando a análise de

ISSN xxxx-xxxx

custos nas informações coletadas em uma propriedade rural de Boa Vista da Aparecida-Pr que trabalha com confinamento de gado de corte, foi possível chegar ao lucro obtido através do uso de planilhas onde foi relacionado os custos da prática relatados pelo produtor.

Atendendo ao problema citado no trabalho, "Em relação ao custo para produção de gado bovino de corte confinado em uma pequena propriedade, após a análise da rentabilidade, é viável a continuação da atividade? Sim, é viável a continuação da atividade, pois a mesma apresentou lucro. Quanto a situação de lucratividade, foi apresentado lucro e despesa encontrados por bovinos unitários e pelo lote fechado com 25 bovinos de corte. O resultado encontrado do lote foi de 33% de margem de lucro. Sendo, receita de R$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais), e despesas de R$45.409,60 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e nove reais com sessenta centavos), apresentando um lucro líquido de R$23.190,40(vinte e três mil e cento e noventa reais com quarenta centavos).

A conclusão encontrada na pesquisa foi profundamente pesquisada para apresentação dos fatos, apontando que os custos de aquisição dos bovinos representam o valor de compra dos animais e para produção dos bovinos de corte os custos são variáveis, provando que os custos de produção sofrem alterações em relação a tempo, região, preço de compra e venda que alteram constantemente.

Desta forma, atendeu-se ao objetivo de apresentar os custos e a rentabilidade alcançada, com aplicação da ferramenta de análise de custos, foi possível a apresentação por planilhas os gastos e os lucros do produtor. Logo, a rentabilidade é alcançada à partir de um confronto entre as receitas de venda e despesas do período.

Estes resultados podem ser melhorados em duas situações, obtendo maior aumento de peso ganho no mesmo tempo analisado, e na hora da compra a composição do valor do animal não ultrapasse R$1.055,00 reais, assim possibilitando 50% de margem de lucro, condições que foram repassadas ao produtor. Sendo algumas delas: aumento na adubação dos pastos com o recurso que ele mesmo possui dos animais, reforçando ainda a alimentação principal que é a silagem e adicionando alimentação complementar como farelo ou sal composto junto a silagem nos horários de manhã e a atarde.

REFERÊNCIAS

BERBEL, José Divanil Sposito. **Introdução à Contabilidade e Análise de Custos.** ed. STS Publicações e Serviços Ltda, 2003. Atualização março 2017. (digital)

BERTÓ, José Dalvio; BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos,** 3º ed. Saraiva, São Paulo,2017. (digital)

CABRAL, Zélio. **Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda**. 1ª edição. Brasil: Publiquese, 2018. (digital)

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisórial**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisórial**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisórial.** 7ª. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. (digital)

ISTO É DINHEIRO, edição Nº 1225 03.06. **Carne bovina: exportação em 2020 é recorde e supera 2 milhões de t, diz Abrafrigo,**' 08/01/21. Acesso em: 21/05/2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/carne-bovina-exportacao-em-2020-e-recorde-e-supera-2-milhoes-de-t-diz-abrafrigo/>

MARION, José Carlos. **Contabilidade da Pecuária**, 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 13. ed. São Paulo: ATLAS, 2012.

NAGATSUKA, Divane A. Silva; TELES, Egberto Lucena. **Manual de contabilidade introdutória**. São Paulo: Thompson, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil, 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil , 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGSBY, Leo. **Delineamentos de pesquisa de levantamento**. In: KIDDER, Louise H. (org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais: Selltiz, Wrightsman e Cook. Vol 1, ed. São Paulo: EPU, 1987.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento DERAL - Departamento de Economia Rural. **Situação Conjuntural dos Últimos Anos e Prognóstico da Pecuária de Corte Dezembro de 2018.** Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/bovino_corte_2019_v1.pdf>

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, trad. Daniel Grassi- 2ª ed Bookman. Porto Alegre, 2001. (digital)

ISSN xxxx-xxxx

ANÁLISE DO E-COMMERCE DE ARTIGOS PARA FESTAS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO OESTE PARANAENCE.

Pablo Axel Gouveia Baldon[1]
Eric Vinicius Lucion[2]

Resumo: O comércio eletrônico já faz parte do cotidiano da população, por ser de fácil acesso, gerar uma economia de tempo e de custos. Em vista disso, o objetivo deste trabalho foi analisar o e-commerce desenvolvido por uma loja de artigos de festas localizada no oeste paranaense, tendo como desdobramento a sugestão de melhorias frente aos resultados encontrados mediante pesquisa e análise de informações passadas pela empresa. Para atender a tal objetivo o estudo de caso se caracterizou como uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, a qual fez uso de questionários coletados (cem respondentes), entrevista semiestruturada e análise comparativa de produtos selecionados por sua significância no volume de vendas da empresa em relação ao apresentado pela empresa e concorrentes definidos como de maior impacto nas ações da empresa. Como resultado foi identificado que os fatores preço, prazo e usabilidade do site são fatores decisivos para a compra de artigos de festa online, assim como foi identificado por meio de comparação que no quesito frete e preço a empresa estudada é notadamente superior aos concorrentes, mas que significativos problemas se apresentam em seu site. O estudo permitiu realizar recomendações para a empresa, visando melhoria de seu desempenho geral.

Palavras-chave: Plano de intervenção. Loja virtual. Análise.

1 INTRODUÇÃO

O e-commerce é a compra e venda de produtos ou serviços que acontecem através da Internet, que podem contar com muitos e variados canais de vendas como Marketplaces, redes sociais e o principal, a loja virtual. Nessa comercialização, as transações e negociações são realizadas em dispositivos eletrônicos via internet (BERTHOLDO, 2017).

Foram realizadas 78,5 milhões de compras online nos três primeiros meses do ano de 2021, um aumento de 57,4% comparando ao mesmo período do ano passado. Esta quantidade de compras resultou em um faturamento de R$ 35,2 bilhões para o e-commerce entre janeiro e março de 2021, aumento de 72,2% na comparação com o ano de 2020 (E-COMMERCE BRASIL, 2021).

Nota-se então a importância da adaptação ao mercado eletrônico para que as empresas maximizem seus ganhos e estejam aonde os consumidores buscam por ela, atrelando meios eficientes de divulgação e venda, alcançando clientes de forma mais eficiente e econômica.

[1] Graduando de Contábeis do Centro Universitário Univel,
[2] Professor associado ao Centro Universitário Univel.

ISSN xxxx-xxxx

Nesta perspectiva o marketing se aproxima destas ações na busca por identificar e conhecer o público-alvo das organizações e principalmente, identificar as necessidades de uma sociedade de modo a obter lucro através da troca e criação de valor para produtos e serviços aonde os consumidores buscarem por isso, tal como ocorre nas vendas online. (KOTLER E KELLER, 2015).

Das grandes metrópoles as pequenas cidades, em todas serão realizadas festas e comemorações. A centenas de anos comemorações de aniversários, casamentos, entre outros, se tornaram um costume da grande maioria da população, e pode se dizer ser um bom nicho de mercado por se tratar de uma quase rotina dos seres humanos, esta que continua inovando ano após ano.

O ramo de empresas voltadas a festas passa por uma dificuldade mundial por conta da pandemia, existe a imensa necessidade de atrair cada vez mais seus clientes que buscam novidade, preço justo, diversidade e qualidade. Fazendo assim que grandes e mais experientes empresas do ramo se destaquem, mas ainda assim pequenas empresas conseguem ter seu espaço e continuam crescendo competindo frente a frente.

Desde o início da pandemia do Covid-19 muitos setores empresariais sofreram grande impacto, e com o setor de festas não foi diferente. Antes da pandemia chegar ao Brasil, o mercado de festas e eventos se programava positivamente para um crescimento de no mínimo 14% no ano de 2020, já com a chegada do vírus, festas presenciais precisaram ser interrompidas para não gerarem aglomerações, afetando assim 98% das empresas desse setor. Para 2021 e 2022 as perspectivas são positivas para pelo menos 55% de empresários do ramo, acreditando em uma vacinação em grande escala (SEBRAE, 2021).

Empresas no ramo de festas representam uma grande cadeia produtiva e comercial em no país. A empresa estudada, Artimagem Festas, foi criada em 2012, e vivenciou seu ápice de crescimento em 2018 com a inserção das vendas online, apresentando desempenho competitivo interessante frente a seus concorrentes.

A empresa optou por expandir ainda mais suas vendas por plataformas online. Lançou em 2018 produtos em vários modelos de vendas online, como Mercado Livre, site próprio, Americanas, Magazine Luiza entre outros, contudo, a efetividade das vendas ainda está aquém do esperado pela gestão, que busca realizar novos esforços para melhorar tal cenário.

Desta forma, tendo em vista a realidade do mercado de artigos de festa lucrativo e em retomada de crescimento, assim como o cenário das vendas online se expandindo de forma considerável, este trabalho se desenvolve na premissa de aprofundar os entendimentos sobre a realidade do e-commerce da organização e propor melhorias para.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o e-commerce desenvolvido por uma loja de artigos de festas localizada no oeste paranaense, tendo como desdobramento a sugestão de melhorias frente aos resultados encontrados mediante pesquisa e análise de informações passadas pela empresa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capitulo discorre sobre o surgimento da internet, evoluções eletrônicas no mundo e também no Brasil, focando também no marketing utilizado e implantado em E-commerce.

ISSN xxxx-xxxx

A palavra internet vem do termo inglês Interconnected Networks, que em português significa redes interconectadas, que refere-se a rede mundial de computadores interligados uns aos outros. Devido a sua facilidade e funcionalidade a internet foi a primeira mídia de massa que permitiu que clientes e empresas se comunicassem com custo baixo e rapidez (LIMERA, 2003).

De acordo com Deitel:

> A internet e a World Wide Web certamente serão relacionadas entre as mais importantes criações da humanidade... A internet mescla computação e tecnologias de comunicação, torna nosso trabalho mais fácil e as informações instantâneas e convenientemente acessíveis em todo o mundo, possibilita que pessoas e empresas possam mostrar em todos os lugares e transformou o modo de se fazer negócio. (DEITEL E STEINBUHLER, 2004, p. 5).

Com o avanço tecnológico, a internet se torna cada vez mais potente, despertando inicialmente empresas e ambientes de trabalhos e popularizando-se ainda mais como fonte de entretenimento e lazer. Surgindo então a brilhante ideia de transformar essa rede em um objeto de negócio, inclusive o comercio, mais conhecido como E-commerce. Onde o grande número de usuários atraiu a comunidade de negócios, pois as empresas sempre buscam estar onde estão seus potenciais clientes, e na internet hoje em dia está todo tipo de clientes reunidos em um só lugar (SMITH; SPEAKER; THOMPSON, 2000).

A internet chega entãoao Brasil por volta da década de 90, a princípio disponibilizada para algumas poucas universidades brasileiras, com a finalidade de pesquisas cientificas. Segundo Vieira a internet só deixou de ser para pesquisas acadêmicas em meados de 1994, quando começou a ser aberta para exploração comercial. Em meados de 1995 o Ministério das Telecomunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia começaram com a liberação dessa ferramenta para toda a população brasileira. A empresa pioneira de internet no Brasil foi a Embratel Telecomunicações. (NAKAMURA, 2001; LIMEIRA, 2003; AMARAL, 2004)

No ano de 1998, o Brasil já estava em 19° lugar em números de computadores ligados a uma rede no mundo, onde assim era o 1° da América do Sul. E em 2007 o Brasil já chegava próximo ao valor de 114 bilhões de dólares somente no comercio de eletrônicos, com aproximadamente 40 milhões de computadores funcionando no território brasileiro, sendo desses 18 milhões em residências particulares (SEBRAE, 2008).

Hoje já são quase 30 anos de internet no Brasil, com muita evolução implantada, presente em nosso cotidiano, sendo o principal meio de comunicação da atualidade, fundamental para empresas que desejam e necessitam ter uma participação maior em seu mercado.

O comércio eletrônico é compreendido como a compra, venda e troca de produtos e serviços por meio da internet ou por rede de computadores, tendo processos que envolvem consumidores fornecedores e parceiros de negócio, como marketing, vendas, aprovação de pedidos, logísticas para entregas, serviços ao consumidor e administração de programas de fidelidade (LIMEIRA, 2007, p. 38).

> Um site de E-commerce, conhecido como loja virtual tem como objetivo a venda de bens e serviços, portanto, uma loja virtual eficaz

ISSN xxxx-xxxx

> é aquela que consegue transformar seus visitantes em compradores.'' (FELIPINI, 2013, p. 35).

Por esse tipo de negociação não precisar da presença de uma pessoa física, as empresas que se utilizam dessa plataforma de vendas necessitam ter uma loja virtual, que funciona através de um site e com um endereço eletrônico implantado, conhecido popularmente como (www), onde terá imagens, descrição dos produtos, formas de pagamento, garantias, entre outras informações de forma clara para fácil compreensão dos clientes (SEBRAE, 2014, p. 3).

> O comercio eletrônico é a realização de toda a cadeia de valores dos processos de negócio em um ambiente eletrônico, por meio da aplicação intensa das tecnologias de comunicação e de informações, atendendo aos objetivos de negócio. Os processos podem ser realizados de forma completa ou parcial, incluindo as transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidor e intra-organizacional, em uma infraestrutura de informações e comunicação predominantemente pública, de acesso fácil, livre e de baixo custo. (ALBERTIN, 2000, p. 95).

A compra pela internet se torna uma atividade cada vez mais atraente e frequente em pequenas e grandes cidades, por sua facilidade e agilidade. As empresas investem fortemente em segurança, ampliam a oferta e a qualidade dos produtos e serviços que oferecem (SEBRAE, 2014, p. 5).

Vissoto e Boniati (2013) diz que o uso do comercio eletrônico é benéfico tanto para o vendedor como para o comprador. Porém, muitas vezes não é uma tarefa tão fácil desenvolver um site ou implantar vendas em plataformas online que traga lucro hoje em dia.

Castro (2011) ressalta que um dos principais benefícios para o comprador é a compra eficiente, pois lojas online proporcionam na maioria das vezes uma maior gama de produtos, alto nível de serviços personalizados e preços menores para se manter à frente de sua concorrência. Sempre buscando inovação para produtos e serviços, para conseguir uma maior atenção de seus clientes.

Segundo Galinari (2015) o E-commerce proporciona também facilidades e economia de custos para as empresas que se utilizam desse, sobretudo em relação ao capital e ao trabalho. Pois comparando ao varejo tradicional, a venda online consegue diminuir espaço de trabalho, por não precisar expor os produtos fisicamente aos clientes, não terá custo de estacionamento, decoração de loja, entre outros. Empresas com foco em E-commerce conseguem efetuar suas operações com uma quantidade menor de funcionários, diminuindo também as despesas salariais, treinamentos e comissões.

Outra vantagem significativa seria a facilidade e agilidade utilizando uma plataforma de compras online, podendo funcionar de sua casa por ser on-line, funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, enquanto uma loja física irá atender apenas em horário comercial.

Vissoto e Boniati (2013) ainda coloca que o progresso do comercio eletrônico contribui com o crescimento de vendas de uma empresa, por com menores custos, se torna mais fácil de conquistar o cliente.

De acordo com Galinari:

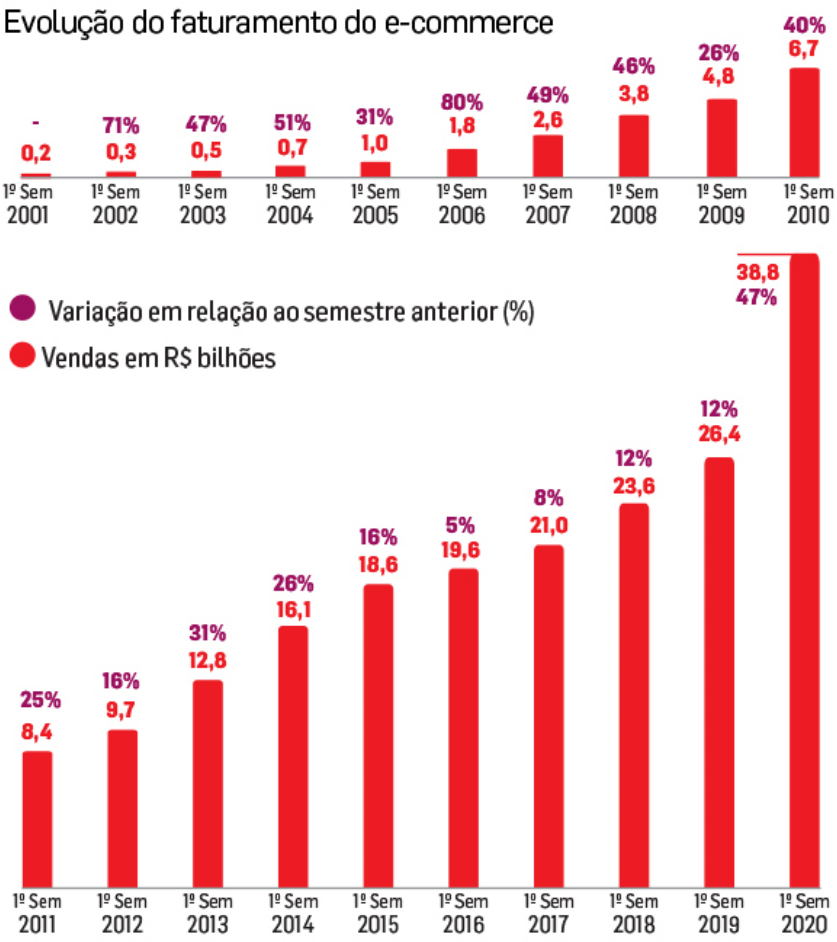
ISSN xxxx-xxxx

> Além da redução de barreiras de tempo e de distância, a entrega imediata de produtos digitais, com o e-books, softwares, e-tickets, e a possibilidade de customização de produtos, como vestuário, óculos, computadores, carros, produtos de festas, etc. Facilita para o bem estar do consumidor. (GALINARI, 2015, p. 142).

Segundo Fagundes (2009), a venda on-line é o ramo de atividade que mais cresce em todo o mundo. As jovens empresas que ingressam no comercio eletrônico tem atraído cada vez mais clientes, aumentando o valor do mercado de forma surpreendente.

O crescimento de compras online pode ser comprovado no quadro abaixo, que mostra o aumento de negociações eletrônicas no decorrer dos anos.

Gráfico 1 – Faturamento do E-commerce



Fonte: Ebit | Nielsen Webshoppers 42

Para a Associação Americana de Marketing, reputa-se Marketing toda a atividade, todo um processo de criação, entrega e troca de ofertas valorosas para o consumidor, parceiros e sociedade em geral. O Marketing é uma das principais ferramentas utilizadas para influenciar no processo de mudança de comportamento do consumidor e nas negociações entre empresa e cliente que tem como objetivo satisfazer as necessidades de ambos (COBRA, 2006).

A internet introduziu numerosas alterações no cenário mundial dentre as quais

ISSN xxxx-xxxx

está à relação entre organização e consumidor. Para Crocco et al (2006, p.66) "a distribuição e acesso às informações possibilitou, entre outros sentidos, o desenvolvimento de novas abordagens de mercado, novos perfis de clientes e consumidores e novos desafios de marketing". O progresso tecnológico em telecomunicações como telefone celular, e-mail e internet, causam 22 mudanças na maneira das organizações e consumidores se interagirem, além de trocar informações.

O consumidor utiliza a internet em razão da facilidade para fazer o pedido, no custo reduzido e na busca por informações acerca das características e os preços dos produtos desejados (KOTLER e ARMSTRONG, 2005).

Com o advento da internet muitas vantagens surgiram para o marketing direto. Por meio dela as organizações buscam clientes ou conhecer melhor os seus consumidores e o marketing digital é um prolongamento do marketing direto oferecido pela internet. O marketing digital está em crescimento contínuo e como recordam Kotler e Armstrong (2005, p. 454) a "exploração da utilização da internet anuncia a aurora de um novo mundo de comércio eletrônico."

Segundo Cobra:

> O futuro do marketing passa pela virtualidade. O novo varejo eletrônico, a mídia cada dia mais globalizada e acessível na tela do computador, da televisão, na telinha do celular e até onde a imaginação alcançar. O marketing será sem limites. As mudanças tecnológicas e de comportamento de consumo passam a exigir desde já adoção de técnicas avançadas de pesquisa e projeção para novos e inusitados hábitos de consumo (COBRA, 2006, p. 41).

Crocco et al (2006, p. 77) aduz que o "marketing digital está constantemente crescendo e pode trazer alterações significativas futuramente. A mediação eletrônica tem transformado os canais tradicionais para acesso ao consumidor."

3 METODOLOGIA

Segundo Fonseca (2002) a metodologia é o estudo dos caminhos a serem trilhados, dos instrumentos utilizados para pesquisas e estudos, visto que *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa e investigação.

Na metodologia a pesquisa passa a ser a junção de procedimentos buscando solucionar o problema estabelecido. Sendo o desenvolvimento efetivo do planejamento de uma investigação, feitas conforme normas provenientes da ciência (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2011).

A pesquisa é uma maneira de buscar saber detalhadamente ou fazer um exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios. Uma rápida busca para verificar e explorar determinadas coisas. Uma pesquisa não se trata apenas de buscar a verdade, mas sim de encontrar respostas concretas para todos os questionamentos propostos, utilizando métodos científicos (ASTI VERA, 1980).

Assim, para atender ao objetivo proposto, esta pesquisa se qualifica como descritiva de caráter qualitativo. A pesquisa descritiva procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas. Pretendendo ''descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade'' (TRIVIÑOS, 1987), se aplicando ao processo de investigação e aprofundamento nos conhecimentos sobre

ISSN xxxx-xxxx

o objeto de estudo e os fenômenos que o envolvem em sua prática mercadológica no cenário do e-commerce.

Já a pesquisa qualitativa caracteriza-se por estudar determinados fenômenos no mundo social e organizacional, também por explicar, entender determinados contextos e comportamentos. Segundo Martinelli (1999), esse tipo de pesquisa classifica o ambiente como fonte direta para a coleta dos dados, não sendo possível traduzir o resultado em números, onde o instrumento-chave é o próprio pesquisador.

A coleta de dados se desenvolveu por meio da aplicação de questionário de pesquisa composto de seis questões que buscavam descobrir informações sobre o comportamento de compra dos consumidores no e-commerce de forma geral, assim como relacionado especificamente com a compra de artigos para festa. O questionário foi estruturado via Google.docs e enviado via Whatsapp a 182 clientes ativos na base da empresa, dos quais 100 clientes responderam.

O questionário ou survey, pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (FONSECA, 2002).

Para avaliar o cenário competitivo da empresa no mercado, também foram realizadas análises relativas a três aspectos-chave, identificados por meio do questionário, com relação aos principais pontos de análise para escolha do fornecedor de artigos para festas, sendo comparados então preço, frete e layout do site dos concorrentes.

Os concorrentes selecionados, assim como os produtos utilizados para a comparação, foram apontados pela gestão em entrevista semiestruturada como referências em seus respectivos mercados e os produtos, os carros-chefe da organização.

Entrevistas semiestruturadas segundo Minayo (2009), é uma pesquisa que combina perguntas fechadas e abertas no mesmo contexto, sendo mais flexível, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada, pois abre espaço para que sejam realizadas perguntas fora do que havia sido planejado.

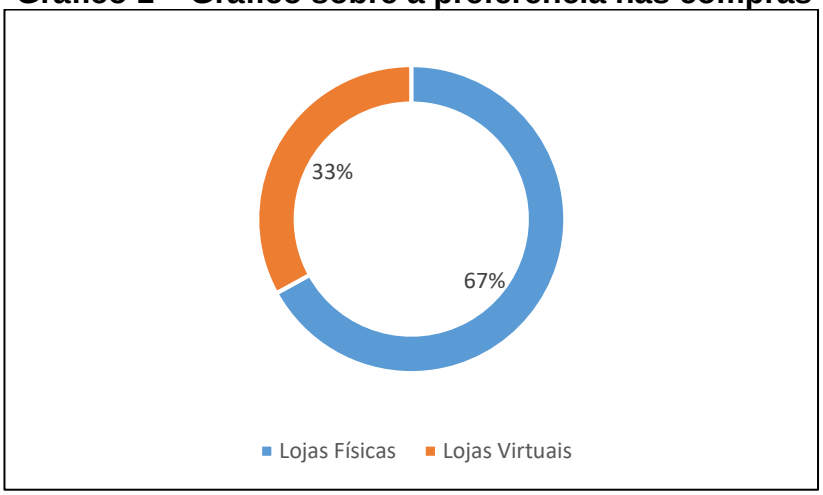
4 RESULTADOS

Os resultados obtidos através da pesquisa realizada juntamente com os clientes da empresa Artimagem Festas serão apresentados através de gráficos e analisados, para assim contribuírem para a elaboração do plano de marketing da empresa citada que atua no mercado virtual.

Como o foco deste trabalho é entender sobre as compras online é preciso entender se o cliente de fato compra via internet, e para isso os pesquisados foram questionados sobre a preferência por meio de compra para artigos de festa, se online ou em loja física. Obtendo o seguinte resultado:

ISSN xxxx-xxxx

Gráfico 1 – Gráfico sobre a preferência nas compras

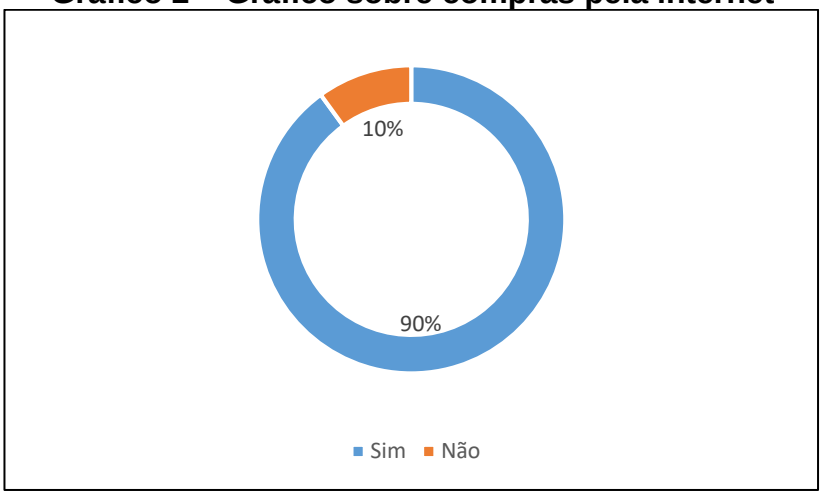


Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

É possível verificar com os dados acima que 67 clientes (67% dos respondentes) tem preferência por comprar produtos para festas em lojas físicas. Os outros 33 clientes (33%) já preferem a compra por loja virtual. Os dados demonstram que, apesar do crescimento das compras de forma online, especialmente em período de pandemia, o comércio de artigos para festa ainda sofre certa resistência sobre o formato de compra online.

A fim de aprofundar os entendimento sobre o perfil de compra da amostra analisada, os entrevistados foram questionados sobre a familiaridade que possuem sobre compras pela internet, aonde buscou-se identificar se os mesmos possuíam tais práticas. Os resultados são demonstrados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Gráfico sobre compras pela internet



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

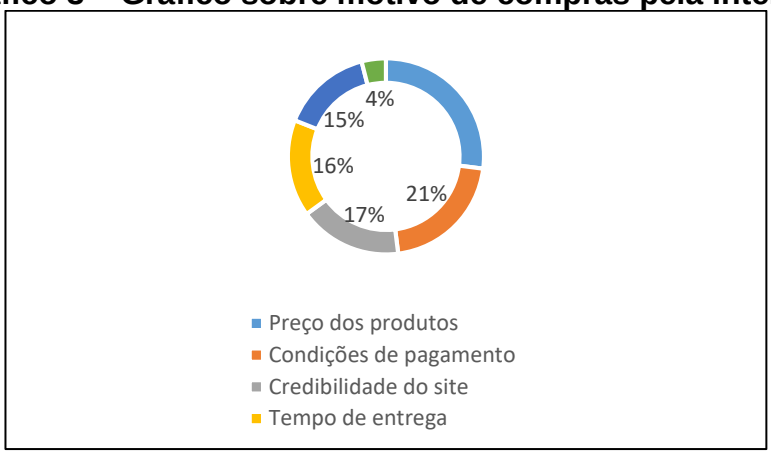
Dos participantes da pesquisa, um número expressivo afirma comprar pela internet, sendo 90% dos pesquisados, e apenas 10% afirmaram não fazer compras pela internet. Se analisarmos os dados das duas últimas perguntas feitas, podemos identificar que apesar da amostra possuir hábito de compra em lojas online, este interesse não se estende para artigos de festa, fornecendo interessantes pistas sobre o comportamento de compra destes consumidores.

Os participantes também foram solicitados a pontuar sobre quais motivos

ISSN xxxx-xxxx

impactam em sua escolha entre comprar de forma on-line ou em lojas físicas, apresentando um rol de opções tal como preço, produto, condições de pagamento, credibilidade do site, tempo de entrega dos produtos, layout do site, entre outros. Os resultados encontrados são expressos no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Gráfico sobre motivo de compras pela internet



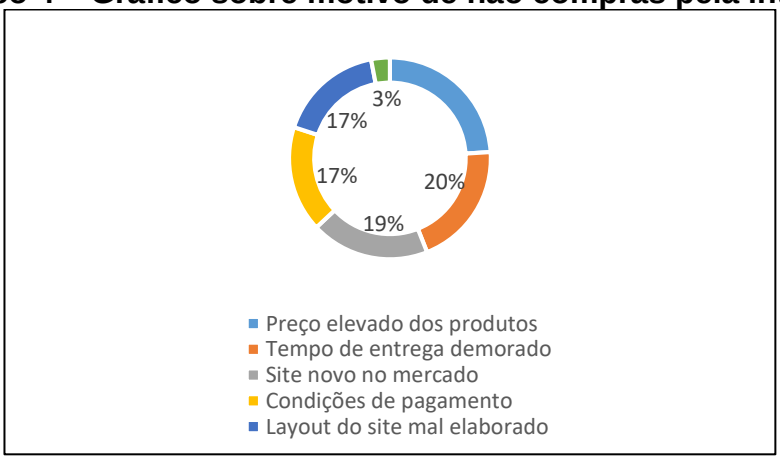
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A resposta da maioria dos consumidores, 27% foi de que o menor preço ofertado no mercado é o leva a efetuar a compra on-line. 21% informaram preferir a compra on-line por conta das formas de pagamento. 17% colocam que suas compras em lojas virtuais também dependem da credibilidade do site que estão utilizando. 16% dos clientes pesquisados relatam não comprar pelo tempo de entrega demorado. Sendo também que 15% dos pesquisados informaram comprar em sites pelo seu layout ser bem elaborado, fornecendo pistas importantes sobre formas de abordagem destes clientes.

De acordo com Lopes (2016), o grande acesso à rede mundial de internet permitiu que o comércio eletrônico pudesse promover a comercialização de produtos e serviços em nível internacional. Como consequência, foi proporcionada a busca por melhores produtos, ofertas e variedades de bens.

Se acima temos os motivos que fazem o consumidor a efetuar compras on-line, também é necessário ter o conhecimento dos motivos pelos quais o mesmo deixa de comprar. E nessa situação foi questionado ao cliente qual o motivo de não comprar em um determinado site ou plataforma:

Gráfico 4 – Gráfico sobre motivo de não compras pela internet



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

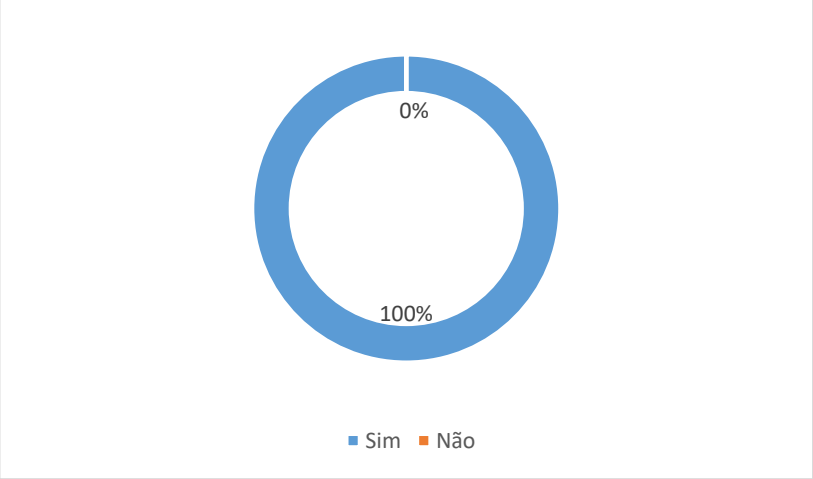
ISSN xxxx-xxxx

O principal motivo que faz com que o cliente não finalize a compra em determinados sites é o preço, 24% desses clientes informaram que o preço é um fator crucial para realizar a compra. Por conta da grande facilidade em buscar vários sites ao mesmo tempo acaba optando por comprar o mais em conta. O tempo de entrega também é um fator importante, e que 20% dos clientes informaram que acaba não realizando compras on-line pela demora na entrega, prazos longos não agradam os consumidores.

Sendo também que 17% dos clientes pesquisados informaram que não compram em determinados sites por ter o layout do site mal elaborado e por conta das condições de pagamento. Os dados corroboram os achados da pergunta anterior aonde o preço se torna um dos principais atrativos para compra em sites, mas é possível notar que a elevada concorrência neste meio faz com que o preço seja um fator determinante para a escolha do vendedor.

Segundo Caldas e Santos (2017), o perfil dos consumidores vem se alterando cada vez mais nos últimos anos, sendo mais atuantes e mais exigentes, pois vivem intensamente todas as possibilidades oferecidas por dispositivos eletrônicos. Sendo assim, foi solicitado se o consumidor acha importante a interação do site com o consumidor?

Gráfico 5 – Gráfico sobre a importância da interação do site com o cliente



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A pesquisa aponta que 100% dos consumidores responderam que sim, acham importante a interação do site com o cliente. A possibilidade do cliente ser atraído por informações, imagens, facilidade, funcionalidade, são alguns fatores fundamentais para que o cliente efetue compras.

Segundo Geraldo e Mainardes (2017), uma loja virtual que apresenta uma interface com informações claras e relevantes, com design atrativo e aspectos profissionais, facilitam e promovem mais acessos pelos usuários, assim toda a parte gráfica do site deve se ajustar constantemente aos gostos dos usuários.

Em outra fase da pesquisa, foi comparado o desempenho da empresa em relação aos seus concorrentes, tendo como base 3 produtos, sendo pacote de papel arroz em branco, papel arroz impresso e vela de aniversário. Estes produtos foram selecionados de acordo com os dados informados pelo proprietário da empresa em entrevista realizada, onde esses foram informados como produtos de maior venda da organização.

ISSN xxxx-xxxx

Foram analisados três fatores fundamentais, onde na pesquisa anterior foram identificados serem os principais fatores de escolha dos consumidores sobre a compra virtual, onde comparamos então o preço, frete e o site dessas organizações conforme segue nas tabelas abaixo.

As empresas selecionadas na pesquisa foram Fotobolo, Jady Confeitos e Regina Festas, por serem as principais concorrentes nos determinados produtos citados. Sendo a Fotobolo no papel arroz em branco, Jady Confeitos no papel arroz impresso e Regina Festas nas velas de aniversário. Estas empresas trabalham em nichos específicos, ambos diferentes, e foram selecionadas por serem referências em seus segmentos.

Quadro 1: Pesquisa de preços

EMPRESA	Artimagem Festas	Fotobolo
PRODUTO	Papel Arroz em Branco	Papel Arroz em Branco
PREÇO	R$ 109,00	R$ 184,70

EMPRESA	Artimagem Festas	Jady Confeitos
PRODUTO	Papel Arroz Impresso	Papel Arroz Impresso
PREÇO	R$ 2,99	R$ 4,90

EMPRESA	Artimagem Festas	Regina Festas
PRODUTO	Vela de Aniversário	Vela de Aniversário
PREÇO	R$ 3,10	R$ 6,49

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Comparando os preços das empresas em produtos iguais, nota-se que a empresa Artimagem Festas tem o preço mais baixo que todas as outras três empresas citadas, nos principais tipos de produtos comercializados, o que pode ser um forte indicador de competitividade no mercado, uma vez que suas vendas são por volume e seus consumidores, em maioria, outras organizações que compram para revenda.

Foi realizado também uma comparação de frete entre as empresas citadas, tendo como destino de entrega a cidade de Maceió-AL por ser um local de bastante vendas da empresa Artimagem Festas, ambas cotações foram utilizadas a logística da empresa Correios.

Quadro 2: Pesquisa de fretes

EMPRESA	Artimagem Festas	Fotobolo
PRODUTO	Papel Arroz em Branco	Papel Arroz em Branco
FRETE	R$ 94,30	R$ 79,50

EMPRESA	Artimagem Festas	Jady Confeitos
PRODUTO	Papel Arroz Impresso	Papel Arroz Impresso
FRETE	R$ 94,30	R$ 29,96

EMPRESA	Artimagem Festas	Regina Festas
PRODUTO	Vela de Aniversário	Vela de Aniversário
FRETE	R$ 94,30	R$ 59,75

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

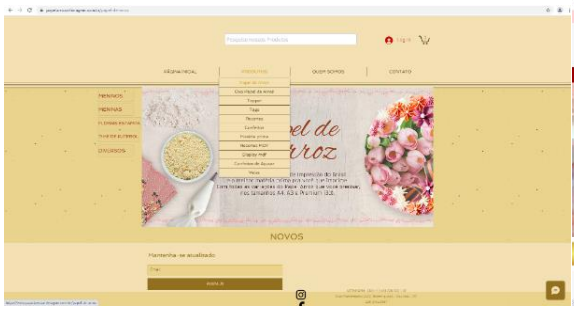
Verificando os resultados, é possível aferir que a empresa Artimagem Festas fica com o valor de frete superior as outras três empresas analisadas. Estas

ISSN xxxx-xxxx

empresas atuam em diferentes regiões, sendo a Fotobolo em Rio das Ostras-RJ, Jady Confeitos em São Paulo-SP e Regina Festas em Presidente Prudente-SP, esse pode ser também um fator da disparidade encontrada no frete.

Outro ponto analisado foi o layout dos sites das empresas indicadas como principais concorrentes, avaliando a facilidade de localização do mesmo na internet, a atratividade visual, facilidade de localização e escolha dos produtos, interatividade do site e fechamento de compra. para poder buscar ferramentas que facilitem as compras dos clientes e que induza o cliente a finalizar cada vez mais compras. Com isso, fizemos uma comparação dos sites dessas empresas, conforme imagens abaixo.

Figura 1: Artimagem Festas



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Figura 2: Fotobolo



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Figura 3: Jady Confeitos



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Figura 4: Jady Confeitos



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Fazendo uma comparação aos sites dessas empresas notamos algumas diferenças entre eles, o site da empresa Regina Festas e Jady confeitos são de compreensão simples e rápida, sendo de fácil acesso aos produtos e buscas dentro dos sites, já ao contrário, o site da Artimagem Festas e Fotobolo são mais complexos, que podem acabar dificultando as buscas dos clientes.

Também é notado as cores vivas dos sites Regina Festas, Jady Confeitos e Fotobolo, fazendo com que o site fique mais atrativo e chamativo, no site da Artimagem Festa as cores não chamam atenção, podendo deixar o site ofuscado em comparação as marcas concorrentes.

Em comparação aos sites, é possível verificar que as empresas Regina Festas e Jady Confeitos lançam promoções temporárias, podendo ser em produtos específicos, porcentagem de desconto na compra e descontos nos fretes dos produtos, já nas empresas Artimagem Festas e Fotobolo não foram encontradas promoções disponíveis.

Outra questão que foi verificado é que nas buscas do Google utilizando palavras chave como artigos para festa, festa, produtos de festa não aparece a

ISSN xxxx-xxxx

empresa Artimagem festas na página principal, este pode ser um fator que interfere nas vendas, por não ser de fácil busca e nem recomendado pelo Google.

Nesta analise foi verificado alguns pontos importantes a serem alterados e atualizados pela empresa Artimagem Festas. Foi identificado que seu site ainda está com seu nome antigo (papelarrozartimagem), e por conta disso pode estar dificultando que clientes encontrem o site com facilidade.

Também será necessário uma atualização em seu layout, para que assim facilite que o cliente encontre os produtos desejados e consiga realizar a compra facilmente. Outro ponto identificado foi que o site da empresa Artimagem Festas não está com cores vibrantes, que podem também ajudar a chamar atenção de seus clientes que buscam por produtos.

Em relação ao frete, podemos buscar formalização de parcerias com operadores logísticos ou a integralização de um comparador de frete para melhorar os preços oferecidos ao cliente, ajudando assim a baixar os valores cobrados de frete, buscando sempre uma facilidade, agilidade e preços atrativos aos clientes.

É de extrema importância a melhoria do marketing digital da empresa Artimagem Festas, para gerar um impulsionamento do site nas buscas na internet, para facilitar o acesso de possíveis clientes, visando sempre ampliar os consumidores da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que o E-commerce é um recurso muito importante para as empresas, pois consegue estar interagindo com os clientes a longas distâncias, onde estiverem. Seu site pode estar em todo lugar a qualquer momento fazendo vendas e atingindo pessoas de maneira global.

Alguns anos atrás a falta de tocar e ver os produtos antes da compra gerava dúvida para o comprador, porém nos dias de hoje foram aplicadas melhorias na forma de divulgar os produtos, com fotos melhores, descrições mais completas, chats para dúvidas, e a política de troca e devolução tornou-se mais clara.

A internet pode levar seus anúncios para todo o mundo, porem nem sempre o destino final é eficiente, por isso, um ótimo sistema operacional se faz imprescindível. Assim como um bom plano de marketing digital que irá fazer planejamento de ações para o aumento de divulgação e consequentemente aumento nas vendas e lucratividade.

Sendo assim, a pesquisa objetivou identificar e criar uma intervenção como principal requisito o crescimento das vendas virtuais da empresa Artimagem Festas, bem como o aumento da credibilidade e reconhecimento da mesma.

É sugerido ainda nessa intervenção algumas ações, para que o cliente se interesse em acessar o E-commerce da Artimagem Festas, pois foi verificado no referencial que este tipo de comércio proporciona comodidade, agilidade, facilidade e preços competitivos, independentemente de onde o cliente esteja.

A empresa precisa estar ciente das vantagens e desvantagens da negociação on-line, conforme descrito em leis, os clientes devem saber quais são os seus direitos caso não fiquem satisfeitos com suas compras virtuais. Estes itens contribuem ainda para que o site faça mais vendas, pois o consumidor que facilidade, mas também quer segurança em suas negociações em plataformas digitais.

ISSN xxxx-xxxx

Concluindo então que a empresa Artimagem Festas poderá voltar com todas suas forças para o E-commerce, com uma nova roupagem, novas divulgações, novas informações, novas promoções e melhores ferramentas para facilidade e interação para o cliente. Tudo isso garantindo a comodidade e garantia para os consumidores que optarem em comprar no site, e sucesso e maior lucratividade para quem vende.

REFERÊNCIAS

AGENCIA E-Plus, **História do E-commerce.** Disponível em: <http://www.agenciaeplus.com.br/historia-do-e-commerce-no-brasil/>. Acesso em 17 de Maio 2021.

ALBERTIN, A. L. **A realidade dos negócios na era digital no mercado brasileiro.** Projeto de pesquisa desenvolvida com o apoio do Núcleo de Pesquisa e Publicações, da escola de Administração em Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: FGV-EAESO, 2002.

BACKER, M. **Administração de marketing**. Ed Campus, 2010.

BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide. **Fundamentos de metodologia cientifica.** 3. Ed. São Paulo: Makron, 2007.

CAMMINO. **Entenda o Processo de Decisão e Compra dos Consumidores Online.** 2014. Disponível em: <http://www.cammino.com.br/entenda-o-processo-de-decisao-e-compra-dosconsumidores-online/>. Acesso em 29 de Maio.

CASTRO, Wellington César de. **E-commerce - Vantagens para consumidores e para as empresas.** 2011. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/artigo/e-commerce/ecommerce--vantagens-para-consumidores-e-para-as-empresas>. Acesso em 19 de Maio 2021.

CATALANI, L. et. al. **E-commerce.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

E-COMMERCE BRASIL, **Primeiro trimestre de 2021: vendas no e-commerce têm alta de 57,4% em comparação ao mesmo período de 2020.** 2021. Disponível em: < https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/primeiro-trimestre-de-2021-vendas-alta-de-57/>. Acesso em 23 de Setembro.

ECOMMERCEORG. **Evolução da Internet e do e-commerce**. 2014. Disponível em:<http://www.e-commerce.org.br/stats.php>. Acesso em 17 de Maio.

FELIPINI, D. **E-Book: Empreendedorismo na internet: Como agarrar essa nova oportunidade de negócio**. Disponível em: <http://ecommerce.org.br/empreendedorismo_web.pdf />. Acesso em 17 de Maio 2021.

GOMES, I.M. **Manual como elaborar um Plano de marketing.** Belo Horizonte:SEBRAE.MG,2005 92p.

ISSN xxxx-xxxx

GUASTI, Pedro. **E-Commerce: Uma questão de logística.** 2010. Disponível em: <http://www.ebitempresa.com.br/imprensa_artigos.asp>. Acesso em 29 de Maio.

JUNIOR, Carlos Franco. **E-business – Tecnologia de informação e negócios na internet.** São Paulo: Atlas, 2ª ed, 2002.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing.** Tradução de Sônia Midori Yamatto. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

LIMEIRA, T.M.V. **E-Marketing O marketing na Internet com casos brasileiros: EMarketing**, São Paulo: Saraiva, 2003.

LUCION, Eric Vinicius. **Comunicação integrada de marketing**. 1. Ed. Cascavel: Univel, 2021.

MATTAR, F. Najib. **Pesquisa de Marketing**. Vol 1 e 2, Sao Paulo: Atlas, 2005.

NAKAMURA, Rodolfo. **E-commerce1 na internet: Fácil de entender.** São Paulo: Erica, 2001.

ROBBINS, Stephen P. **Administração (mudanças e perspectivas).** São Paulo: Saraiva, 2001.

SEBRAE, **Pesquisa de mercado: Estudo revela o perfil do consumidor online**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/estudo-revelao-perfil-do consumidoronline,2dfa9e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD/>. Acesso em 18 de Maio.

SEBRAE, **Entenda o impacto da pandemia no setor de eventos.** 2021. Disponível em: < https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-impacto-da-pandemia-no-setor-de-eventos,424ba538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD >. Acesso em 19 de Junho.

VASCONCELLOS, E. (ORG.). **E-commerce nas empresas brasileiras**. SÃO PAULO: ATLAS, 2010.

VIDAL, J. **Planejamento De Marketing Digital: O Que É, Como Definir E Exemplo De Plano Digital**. Em 5 De Janeiro De 2016. Disponível Em: http://conexorama.com/plano-de-marketing-digital-o-que-e-como-definir-e-exemplode-planejamento. Acesso em 01 de Junho.

ZEITHAMIL, Valarie A.; BITNER, Mary Jo. **Marketing de Serviços:** A empresa com foco no cliente. Tradução de Martin Albert Haag e Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ISSN xxxx-xxxx

O IMPACTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NOS INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA VALE S.A. NO DECORRER DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO PARA O NÍVEL NOVO MERCADO

Gustavo H. Becker Marcilio[1]
Rosane Rodrigues da Silva[2]
Ruy Fernandes da Silva Costa[3]

Resumo: Governança Corporativa é uma prática adotada pelas companhias afim demonstrar um melhor controle e transparência para com os seus interessados, junto a isto a análise das demonstrações é uma ferramenta que tem a capacidade de mostrar a real situação econômico-financeira de uma companhia, sendo essa uma ferramenta muito importante para a tomada de decisão. O presente estudo tem como objetivo analisar a situação econômico-financeira da companhia Vale S.A no seu processo de migração para o mais alto nível de Governança Corporativa, denominado Novo Mercado, verificando assim, qual o impacto que esse aumento do nível causa na companhia em relação aos seus indicadores econômicos e financeiros. O trabalho teve início apresentando os conceitos e princípios acerca de Governança Corporativa, prosseguindo para a abordagem dos conceitos e fundamentos acerca de análise das demonstrações, seguindo os indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade. Quanto aos procedimentos o estudo foi desenvolvido na forma de uma pesquisa documental descritiva e quantitativa, através da coleta de dados do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício dos decorrentes anos. Na análise dos resultados, pode-se observar que houve impacto nos indicadores econômico-financeiro da companhia, apresentando resultados satisfatórios. Verificou-se que durante o processo de migração para o nível de Novo Mercado a companhia apresentou bons resultados.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Análises. Governança Corporativa. Indicadores. Vale S.A. .

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a área de Governança Corporativa tem ganhado muito espaço e uma crescente vertiginosa de artigos e pesquisas voltadas a esta prática, devido ao aumento de empresas voltadas à captação de recursos e também na exigência de um meio mais seguro para que investidores consigam ter uma melhor noção e controle acerca da gestão de seu patrimônio. De acordo com IBGC (2015), a Governança Corporativa pode ser definida como o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselhos de administração, diretoria, órgãos de

[1]Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL
[2]Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL.
[3]ORIENTADOR: Professor Mestre Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário UNIVEL

ISSN xxxx-xxxx

fiscalização e demais partes interessadas.

Ainda segundo IBGC (2015), são listados como princípios desse modelo de gestão a Transparência, a Prestação de Contas, a Responsabilidade Corporativa e a Equidade, que buscam orientar com clareza a divulgação das informações econômicas e financeiras, de forma concisa e compreensível, sem distinção ou privilégios à alguns stakeholders. Segundo Camargo (2020), afirma que quanto mais a organização respeitar os princípios e as boas práticas de Governança Corporativa, melhor será vista pelos stakeholders e pelo mercado econômico em geral. Ao longo do tempo, esta prática de governança adaptou-se as necessidades das empresas pertencentes a Sociedade Anônima, possibilitando, desse modo, o melhor desempenho e clareza de informações aos acionistas e interessados.

Visto a importância das organizações para a economia de modo geral e as boas práticas de Governança Corporativa para um bom desempenho de suas operações, tornou-se importante à pesquisa e a análise voltada a esse desempenho, no qual pretendeu-se trazer à tona o entendimento sobre os resultados obtidos pela empresa Vale S.A no processo de migração de seu nível de Governança Corporativa. Considerando este contexto, a presente pesquisa buscou realizar uma análise dos índices da empresa Vale S.A. listada na Bolsa de Valores do Brasil, popularmente denominada B3, ao qual ingressou para o nível de Governança Corporativa chamado Novo Mercado. Neste segmento, busca-se verificar se esse processo de migração para o nível mais alto de Governança Corporativa apresentou impactos relevantes para os resultados obtidos no ano de ingresso no comparativo aos dois anos anteriores a este feito e dois anos posterior ao processo de migração.

Tem-se conhecimento de que empresas de capital aberto, denominada Sociedade Anônima, são praticantes de Governança Corporativa, devido a clareza e a transparência com os acionistas e interessados nas organizações que a prática possibilita. Não somente por estes aspectos, mas também devido ao crescimento patrimonial que esta possibilita às companhias. O grau de crescimento proporcionado é de grande valia para as empresas, visto que se tornam mais atrativas ao mercado econômico.

No que se refere aos índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, sabe-se que estes têm por objetivo avaliar a situação econômica de uma empresa fornecendo informações importantes para a tomada de decisões, tanto para os gestores, como para um possível investidor. Estes dados mostram a vida da organização, transmitindo informações da capacidade de retorno da companhia, o seu grau de dívidas com terceiros e a capacidade de solver suas obrigações, de forma sustentável e saudável para a companhia. Sendo assim, observa-se, por meio das pesquisas que foram realizadas, como por exemplo a pesquisa de Oliveira (2017) que trata sobre aspectos positivos com relação a entrada de empresas para os níveis de Governança Corporativa Bovespa Mais, Nível 1 e Nível 2, apontando que as empresas que utilizam da prática de Governança Corporativa apresentam melhoria em índices financeiros.

Com os mais diversos níveis de Governança Corporativa das empresas listadas na B3, se torna necessário analisar a correlação entre o fato de que, quanto maior o nível desta prática, melhor é o resultado obtido por estes índices, visto que as informações das análises são voltadas para dentro e fora das companhias. Sabendo que as empresas optantes pelas práticas de Governança Corporativa tendem a ter um melhor controle interno e isso pode causar impactos em seus

ISSN xxxx-xxxx

demonstrativos, usando como exemplo a empresa Vale S.A., que em teoria tem melhor controle de sua gestão.

Em razão disto, este trabalho procurou responder a seguinte questão: Qual o impacto da Governança Corporativa nos indicadores financeiros da empresa Vale S.A. listada na B3 no ramo de mineração no decorrer do processo de migração para o nível de Novo Mercado? Assim, a presente pesquisa teve como objetivo a análise do impacto da Governança Corporativa nos indicadores financeiros da empresa Vale S.A. listada na B3 no ramo de mineração no decorrer do processo de migração para o nível de Novo Mercado ocorrido em dezembro do ano de 2017.

Diante disso, a presente pesquisa trouxe a relevância que se imprime na avaliação do risco e retorno do investimento de empresas com níveis de Governança Corporativa, visando demonstrar o impacto que um controle interno, em diversos níveis, pode impactar os indicadores de uma companhia, proporcionando uma análise do custo-benefício acerca da implementação de níveis de Governança Corporativa e sua transição para níveis superiores. Nesse sentido, é possível observar maior segurança e entendimento sobre o modo a partir do qual esses níveis podem impactar no resultado obtido pela companhia.

A pesquisa estabeleceu uma análise por indicadores de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, trazendo um resultado comparativo sobre o desempenho desses índices para a empresa Vale S.A. durante o processo de migração para o novo nível de Governança Corporativa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção serão abordados os assuntos referentes a Governança Corporativa e Análise de Índices Econômico-financeiro que embasarão a presente pesquisa.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com Gonzalez (2012) o conceito de Governança Corporativa abrange um aspecto evolutivo, levando a um entender de que todo o processo de gestão e monitoramento que leva em consideração os princípios da responsabilidade da companhia, indo desde o âmbito fiscal até o estratégico, com a busca pela sustentabilidade para ser longínqua. O autor afirma ainda que as práticas são, sem dúvida, vitais para a sobrevivência da organização, principalmente quando se reflete a visão da transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade perante a sociedade e seus interessados.

Deve-se atentar que essa adequação e forma de gerenciamento tem como objetivo vincular os interesses da organização, procurando identificar e alinhar as necessidades dos acionistas junto a gestão da empresa. Ainda segundo Gonzalez (2012), a direção e o gerenciamento da Governança Corporativa estão focados no engajamento com o acionista, na visão de aumentar o valor e a viabilidade do empreendimento, para que ocorra a identificação clara e bem definida das responsabilidades de cada envolvido.

Neste contexto, pode-se entender que a Governança Corporativa é um ato que deve ser desenvolvido por toda organização. Para Tonnera (2013), a execução do processo de Governança Corporativa deve ser feita por toda empresa,

ISSN xxxx-xxxx

independendo do seu porte ou setor no qual está situada, visto que se adequam a todo meio no qual é inserido.

A busca por essa adequação tem sido grande foco dos investidores, que tem o interesse de saber mais a respeito da gestão da empresa. Continua Tonnera (2013), no Brasil os investidores vêm mostrando maior interesse as práticas desta governança, vendo isto a Bovespa busca apresentar uma classificação das empresas em função dos princípios de Governança Corporativa que são adotados.

Ainda segundo o autor, para que essa classificação ocorra é necessário que a empresa apresente os princípios básicos de Governança Corporativa em todo o envolvimento de seus negócios, no qual são listados:

a)Princípio da Transparência: Consistindo na atuação de disponibilizar toda e qualquer informação relevante da empresa para todos os interessados em suas operações;

b)Princípio da Equidade: Rege o tratamento de todos os interessados da mesma forma, com o mesmo interesse, sem a promoção de qualquer tipo de preferência ou favorecimento;

c)Princípio da Prestação de Contas: Parte do ato de que todos os envolvidos na governança devem prestar contas de suas ações e/ou omissões.

Segundo Bittencourt (2020) a vertente que é mais aceita é que a Governança Corporativa surgiu com um objetivo de superar o conflito de agência, este conceito se desenvolveu ao desmembrar o chamado problema de agência, no qual consiste em um contratante, seja individual ou coletivo, chamado Principal, contratar um outrem ou um grupo de outros indivíduos, chamados de agente, para realização de serviço, trazendo isso ao conceito de Governança Corporativa, este serviço a ser prestado é a de gestão da companhia.

Ainda segundo Bittencourt (2020) no cenário de decisões inadequadas na condução dos negócios foi que muitas vezes os executivos se depararam com a falta de sintonia entre o principal e o agente, diante deste fato o objetivo da entidade acaba se tornando vago, o que gera muitas lacunas e problemas de gestão. Desta forma, a Governança Corporativa vem como um auxílio para a redução dos conflitos e para garantir a rentabilidade aos acionistas juntamente com a perenidade da companhia.

O conceito trazido por Bittencourt (2020) é de que a governança Corporativa nos remete a governo da Organização, de um sistema ao qual os acionistas têm a possibilidade de tomar conta de seus empreendimentos almejando a sintonia entre a parte gestante e a parte proprietária. Ela visa a maior convergência dos interesses entre executivos e acionistas com o menor custo de agência possível, esses custos são incorridos com a finalidade de alinhar os interesses dos gestores aos dos acionistas.

Segundo Lanzini (2020) pode definir então que Governança Corporativa é como um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas, com a orientação de otimizar os resultados e garantir a sustentabilidade da companhia.

Segundo o site da Bovespa, a classificação dos seus níveis está em Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível II, Nível I, Nível II e Novo Mercado, seguindo o grau de adesão a Governança Corporativa também nesta ordem, sendo Novo Mercado a classificação com maior nível de governança, para as empresas listadas na B3.

ISSN xxxx-xxxx

2.1.1 Nível de Governança Corporativa Bovespa Mais

Segundo o site da B3 (2021), o nível Bovespa Mais é ideal para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual, com o objetivo de fomentar o crescimento das pequenas e médias empresas para o mercado de capitais aberto.

Ainda segundo a Bolsa de Valores do Brasil (2021), a estratégia utilizada para acesso é permitir que a empresa se prepare de forma adequada, implementando os elevados padrões de Governança Corporativa seguindo seus princípios, aumentando a sua visibilidade para os investidores. Complementa ainda que esse nível possibilita a captação de recursos menores se comparados a outro nível, mas suficiente para financiar seus investimentos de crescimento, o principal investidor atraído para este nível são investidores que visualizem um potencial de crescimento acentuado no negócio a longo prazo.

Explica B3 (2021) que este nível permite que a empresa adentre sem uma oferta pública, ou seja, a companhia pode listar a sua empresa na bolsa e tem um prazo de até 7 anos para realizar a sua Oferta Pública Inicial, mais conhecida como IPO.

2.1.2 Nível de Governança Corporativa Bovespa Mais Nível II

Para B3, este nível é semelhante ao nível Bovespa Mais, contudo tem algumas exceções, dentre elas é a de a empresa ter o direito de manter suas ações preferenciais. Ainda segundo o a B3 (2021), em caso de venda de controle da empresa é assegurado aos detentores de ações, tanto preferenciais como ordinárias, o mesmo tratamento concedido ao novo acionista controlador.

Neste nível, segundo a B3 (2021), as ações preferenciais dão direto a voto em caso de situações críticas, como por exemplo fusões, incorporações e contratos entre o acionista controlador com a companhia.

2.1.3 Nível de Governança Corporativa Nível I

Segundo o site da B3 (2021), as empresas que estiverem listadas neste nível devem adotar boas práticas de maior transparência e acesso às informações por parte dos investidores. Ainda segundo o mesmo site, para que isso ocorra é divulgado informações adicionais às exigidas por lei, um exemplo disto são os calendários anuais de eventos corporativos.

Outra exigência dita pela Bolsa de Valores do Brasil (2021), é que a porcentagem mínima que devem ser destinadas a livre negociação no mercado é de 25%, também conhecida popularmente como Free Float.

2.1.4 Nível de Governança Corporativa Novo Mercado

Segundo B3 (2021), este é o maior nível de Governança Corporativa, no qual empresas que são listadas adotam, voluntariamente, práticas de Governança Corporativa adicionais ao exigido pela legislação brasileira, sendo este nível o recomendado para empresas que tem o intuito de ter suas ofertas públicas direcionadas a qualquer tipo de investidor.

Uma de suas determinações, ditas por B3 (2021), é a adoção de um conjunto

ISSN xxxx-xxxx

de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de suas políticas e a existência de uma estrutura de fiscalização e controle da companhia.

Outro requisito trazido pela Bolsa de Valores do Brasil (2021) é a de que empresas listadas neste nível podem apenas emitir ações que dê direito a voto, popularmente chamadas de Ações Ordinárias.

2.1.5 Nível de Governança Corporativa Nível II

Segundo B3 (2021), este nível de Governança Corporativa é similar ao Novo Mercado, contudo as empresas listadas têm direito de manter suas ações preferenciais, ou seja, ações que não dão direito a voto. Ainda para B3 (2021), em caso de venda de controle da companhia é assegurado o tratamento para com os acionistas, conforme trazido pelo nível de Governança Corporativa Nível I.

A B3 (2021) ainda se atenta em dizer que as ações preferenciais mantidas pelas companhias neste nível dão direito a voto em casos críticos, igualmente aos mencionados no tópico de Governança Corporativa Nível I.

2.1.6 Práticas de Governança Corporativa

Segundo IBGC (2015), os princípios conduzem a essência das boas práticas, quando observado pelo lado acionário a prática estabelecida pela IBGC é que cada ação seja um voto, para que por meio deste seja promovido o alinhamento e o interesse entre todos os sócios para com a companhia. Ainda segundo o autor esse direito a voto deve ser proporcional aos direitos econômicos obtidos na proporção das ações, no qual exceções devem ser evitadas, mas a flexibilidade pode ser admitida, desde que considere o potencial benefício da presença de acionistas.

Ainda segundo IBGC (2015) a prática do conselho de administração é o órgão encarregado do processo de decisão da companhia, com relação ao seu direcionamento estratégico, competindo também o monitoramento à diretoria, sendo o elo entre está e a parte societária. Continuo o autor que o conselho de administração exerce o papel de guardião da companhia, responsável por proteger os princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização, visando manter o interesse mútuo entre o principal e o agente.

Outra prática trazida por IBGC (2015) é a da diretoria, cujo objetivo principal é fazer com que a organização cumpra seu objeto e sua função social. Continua o autor dizer que a execução estratégica e as diretrizes gerais, aprovadas pelo conselho de administração, administrativa dos ativos da organização fazem parte do papel da diretoria, por meio de políticas formalizadas a diretoria viabiliza e dissemina os propósitos, princípios e valores da organização.

Com relação a prática de órgãos de fiscalização e controle, o IBGC (2015) traz os seguintes órgãos:

a) Comitê de auditoria: Necessário para o assessoramento ao conselho de administração, visando o auxílio no controle sobre a qualidade de demonstrações financeiras e controle interno, com o intuito de passar a confiabilidade e integridade das informações para proteger a organização e todas as partes interessadas;

b) Conselho Fiscal: Este conselho pode ser permanente ou não, conforme dispuser o estatuto da organização. É representado por um mecanismo de

ISSN xxxx-xxxx

fiscalização independente dos administradores com o intuito de reportar aos sócios, com o objetivo de preservar o valor da organização;

c) Auditoria Independente: O conselho de administração e diretoria são responsáveis, apoiados pela auditoria independente, por assegurar a integridade das demonstrações financeiras publicadas pela organização e devem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis legais e vigentes da respectiva jurisdição em que a organização exerça suas atividades.

d) Auditoria Interna: Com a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando aperfeiçoar os controles internos, juntamente com as normas e procedimentos estabelecidos pela parte administrativa.

Por fim, IBGC (2015) traz a prática da conduta e conflito de interesses, cujo objetivo principal é promover os princípios éticos e refletir a identidade e a cultura organizacional. Ainda segundo o autor, a criação e o cumprimento de um código de conduta fazem com que se eleve a confiança, interna e externa, e como resultado aumente o valor de dois dos seus ativos mais importantes, que são: reputação e imagem. Continua IBGC (2015) dizendo que a administração é responsável por dar o exemplo no cumprimento dos códigos de conduta e o conselho de administração deve ser o guardião dessas condutas.

2.2 ANÁLISE DE ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A análise de índices tem como objetivo mostrar a situação empresarial, como dito por Alves e Laffin (2018) de que a análise de índices, através de interpretações e cálculos de indicadores sintéticos ou resumidos, busca mensurar o desempenho e a posição empresarial.

Ainda segundo Alves e Laffin (2018) são através dos índices que realizam as comparações, um forte exemplo é um balanço patrimonial de determinado período que possui um valor limitado, já a análise de diversos períodos oferece uma consistência maior aos números. Com isso, é possível efetuar uma comparação de determinada companhia junto a outra que esteja no mesmo setor.

Uma empresa detém de diversos dados que podem ser convertidos em informações úteis para a empresa, que ao ser analisada conseguem transmitir a atuação da empresa em vários períodos, fornecendo a capacidade de planejamento para ações futuras. Veja que essa evolução nem sempre representa uma constante. Mantendo a ideia de Alves e Laffin (2018) é necessário entender que nem sempre a empresa apresentará evolução linear do passado, um dos desafios de analisar as demonstrações é visualizar a evolução empresarial em diversos períodos e efetuando uma comparação com o auxílio dos índices econômico-financeiro.

Segundo Padoveze e Benedicto (2013), o objetivo geral da análise é obter elementos para o processo de avaliação sobre a continuidade financeira e operacional da companhia analisada, utilizando de raciocínio analítico sobre os valores. Ainda, os autores, a análise do balanço consiste em um processo meditativo sobre os números da companhia, para se avaliar sua situação econômica, financeira, operacional e de rentabilidade.

Vasconcelos (2019) traz a questão que diz ser a análise um contexto metodológico e deve ser comparativo, no qual a empresa em posse de análise deve ser comparada com outras companhias do mesmo segmento, adequada ao meio de mercado econômico atual do período que é feito a análise para que sejam

ISSN xxxx-xxxx

consideradas informações que visem analisar também a sua performance.

Para Luz (2015) a análise financeira deve ser realizada de modo a que todo leitor consiga entender os relatórios, tendo em vista de que não somente os administradores ou o responsável pela elaboração da análise será o único leitor, portanto essa análise deve ser clara, lógica e objetiva. O autor destaca ainda que o processo de análise não é algo aleatório ou que parte da experiência do analista, mas sim algo que se fundamenta na compreensão ampla de mercado e da entidade, onde devem ser levados em conta os fenômenos que causarem a provocação dos valores contábeis demonstrados por parte da empresa. Para isso deve-se levar em consideração três etapas:

a) Escolha de indicadores: Neste caso deve levar em conta o objetivo da análise, pois a qualidade e quantidade partiram desta premissa.

b) Comparação com Padrões: Se torna importante a comparação com padrões para determinar sua performance, pois nenhuma análise deve ser absoluta.

c) Diagnósticos ou conclusão: Esta de fato é a parte mais importante, pois uma boa análise com um bom diagnóstico irá auxiliar na tomada de decisão, seja por parte da administração ou por parte de interessados externo a entidade.

De forma clara, Luz (2015), traz o conceito na prática, de modo a orientar quais devem ser os passos iniciais a serem feitos pelo analista, no decorrer de sua análise, e a importância que uma análise enfática e objetiva tem para seus usuários.

2.2.1 Indicador de Liquidez

Segundo Barros e Dreon (2020), esse indicador avalia a capacidade de pagamento das companhias em frente as suas obrigações, sendo de grande importância para a administração da empresa avaliar a continuidade da companhia de modo saudável, sustentável e consistente. Continua os autores dizendo que a variação deste índice deve ser motivo de estudos e preocupações para os gestores, considerando que a falta de liquidez para a empresa leva a uma situação de insolvência.

De acordo com Barros e Dreon (2020, apud MODRO, FAMÁ e PETROKAS, 2012) o modelo tradicional tem como base os indicativos extraídos das demonstrações contábeis originais, no quais são:

a)Liquidez Geral: Que indica se a empresa possui um volume maior de recursos investidos do que a dívida total da companhia. Trazendo o informe de quanto a empresa possui de aplicação de curto prazo e longo prazo para pagar cada R$ 1,00 da dívida total da companhia. Autor ainda informa que índices igual ou maior que 1 indica que a empresa tem capacidade de auferir com suas obrigações totais utilizando do seu investimento total do ativo.

b)Liquidez Corrente: Trazendo o indicativo de quanto a empresa possui de recursos a curto prazo, ou seja, a capacidade de transformar em dinheiro em um prazo inferior a um ano, para pagar cada R$ 1,00 de suas obrigações a curto prazo. Continua o autor dizendo que índices igual ou maior que 1 a companhia tem capacidade de cumprir com todas as suas obrigações de curto prazo com o realizável de cumprimento inferior a um ano.

c)Liquidez Imediata: Indicador da relação entre o que a empresa possui de recursos disponíveis e a sua dívida a curto prazo, também para cada R$ 1,00. Ainda continua o autor dizendo que para índices acima de 1 indica que a companhia tem

ISSN xxxx-xxxx

capacidade de solver dívidas a curto prazo somente com o disponível hoje dentro da empresa, entendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a liquidez imediata desta companhia.

d)Liquidez Seca: Indica a capacidade de pagamento da empresa sem usar o estoque. Também utilizando do entendimento de quanto a empresa tem de recursos para cada R$ 1,00 de dívida com o Passivo a curto prazo. Neste entendimento, o autor informa que o índice igual ou maior que 1 significa que a companhia tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações.

2.2.2 Indicador de Endividamento

De acordo com Barros e Dreon (2020), os indicadores de endividamento medem se uma companhia é pouco ou muito endividada, ou seja, mostram a política de obtenção de recursos da companhia, verificando de onde a empresa obtém mais recursos, seja próprio do seu capital ou de terceiros. Para os autores, essas informações são obtidas através dos indicadores:

a)Endividamento a longo prazo: Representa a parcela de quanto de recursos aplicados advém de capital de terceiros a longo prazo. Para este indicativo, segundo o autor, de modo geral é melhor para a companhia ter indicadores igual ou superior a 1, pois quanto maior a participação de recursos a longo prazo, melhor será para a companhia gerar recursos e saldar suas obrigações

b)Participações de Terceiros: Este indicador diz qual a parcela do investimento total é financiada por terceiros, seja a curto ou longo prazo. De modo geral, para o autor, uma maior participação de terceiros é arriscada para a companhia, ou seja, índices igual ou superior a 1 podem ser preocupantes na gestão da empresa.

c)Exigível total sobre patrimônio líquido: Neste indicativo o conceito é demonstrar qual o perfil da companhia com relação a sua captação de recursos, informando se a empresa busca mais recursos com terceiros ou capitação própria através de capital investido no patrimônio líquido.

2.2.3 Indicador de Rentabilidade

Segundo Barros e Dreon (2020) o indicador de rentabilidade mede o quanto a empresa está sendo lucrativa, por meio dos capitais investidos, o quanto renderam os investimentos e qual o resultado econômico da companhia. Continua o autor dizendo que quanto maior o resultado, melhor para a companhia.

Para este indicador, Barros e Dreon (2020) os índices que podem ser obtidos de rentabilidade são:

a) Margem Bruta: Indica quanto a empresa de Lucro Bruto para cada R$ 1,00 de Receita Operacional Bruta, em resumo, informa quanto cada venda gera de resultados após as deduções dos custos diretos e indiretos.

b) Margem Líquida: Traz um indicador de quanto a empresa obtém de Lucro Líquido para cada R$ 1,00 de Receita Operacional Bruta, em suma, quanto cada venda pode gerar de resultado após as deduções de todos os gastos. Para o autor, quanto maior o resultado, melhor para a empresa.

c) Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE): É um indicador que informa quanto a empresa obtém de Lucro Líquido para cada R$ 1,00 de Capital Próprio

ISSN xxxx-xxxx

investido. Segundo o autor, quanto maior o índice melhor é o retorno para os acionistas.

d) Rentabilidade do Ativo (ROA): Indica o quanto a empresa obtém de Lucro Líquido com relação ao volume de recursos aplicados. Segue o autor dizendo que quanto maior for o índice, melhor para a empresa, pois indica que a empresa tem boa capacidade de gerar lucro.

3 METODOLOGIA

O estudo baseou-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa, e documental, realizada na empresa Vale S.A., dentre as quais serão utilizados os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos anos de 2016 á 2020 da empresa. O processo de análise iniciou-se com os dados do ano de 2016 com o intuito de acompanhar quais eram os resultados obtidos pela companhia antes do processo de migração, durante o processo de migração ocorrido no final do período de 2017 e início de 2018, juntamente com dois anos posterior a mudança de seu nível de Governança Corporativa, 2019 e 2020.

Para Gil (2010, p.42) "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população. São pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis". Por meio dela também é possível determinar além das relações das variáveis, a natureza dessa relação, ou seja, na pesquisa descritiva foi realizada uma análise mais detalhada sobre o assunto a ser abordado sem adulteração ou distorção do mesmo.

Segundo Beuren et al. (2004, p.93) "A abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos". Essa abordagem está relacionada diretamente aos números, ligada à estatística, e na precisão dos resultados, no qual possibilita uma margem de segurança quanto às interferências.

Continua Beuren et al. (2004, p.90) "Na contabilidade, utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia". Por se relacionar a análise de comportamento, é possível também obter um comparativo da análise de comportamento realizada.

A tabela a seguir manifesta os tipos de índices que foram aplicados nas análises em conjunto as suas fórmulas.

Quadro 1: Fórmula aplicável dos Índices

Índice	Fórmula
Liquidez Geral	LG = (AC + RLP)/(PC + PNC)
Liquidez Corrente	LC = AC/PC
Liquidez Imediata	LI = Disponibilidade/PC

ISSN xxxx-xxxx

Liquidez Seca	LS = (AC – Estoque)/PC
Endividamento a Longo Prazo	ELP = PNC/Ativo Total
Participações de Terceiros	PT = (PC + PNC)/Ativo Total
Exigível Total s/ Patrimônio Líquido	ETPL = (PC + PNC)/PL
Margem Bruta	MB = Lucro Bruto/Receita Op. Bruta
Margem Líquida	ML = Lucro Líquido/Rec. Op. Bruta
Rentabilidade do PL (ROE)	ROE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido
Rentabilidade do Ativo (ROA)	ROA = Lucro Líquido/Ativo Total

Fonte: Adaptado de Barros e Dreon (2020)

Quanto à coleta dos dados, foi realizada baseada nas demonstrações contábeis do site Vale S.A., dos anos de 2016 a 2020, utilizado dos cálculos realizados em uma planilha de Excel. Sendo assim, foram feitas análises dos índices, obtendo os resultados pretendidos.

4 RESULTADOS

Na utilização de relatórios financeiros emitidos anualmente pela empresa Vale S.A., se faz possível a coleta de dados necessários para uma boa análise dos indicadores. Começando com o ano de 2016, um ano que antecede o processo de migração para o novo nível de Governança Corporativa, seguindo pelo ano de 2017, ano este que ocorre a migração no final do período, e os anos 2018, 2019 e 2020, anos estes posteriores ao processo de migração para o novo nível.

Para esta análise, foram utilizados os índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade, demonstrando assim sua situação econômica e financeira no decorrer deste processo, conforme mostra as tabelas a seguir.

4.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA

Para evidenciar o estado financeiro da empresa, são utilizados os indicadores de liquidez e endividamento, que apresentam a capacidade da companhia em cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo, juntamente com a composição

ISSN xxxx-xxxx

ao qual essas obrigações estão distribuídas. Para a análise do indicativo de liquidez foram utilizados dados extraídos do balanço patrimonial da empresa, conforme a Tabela 1.

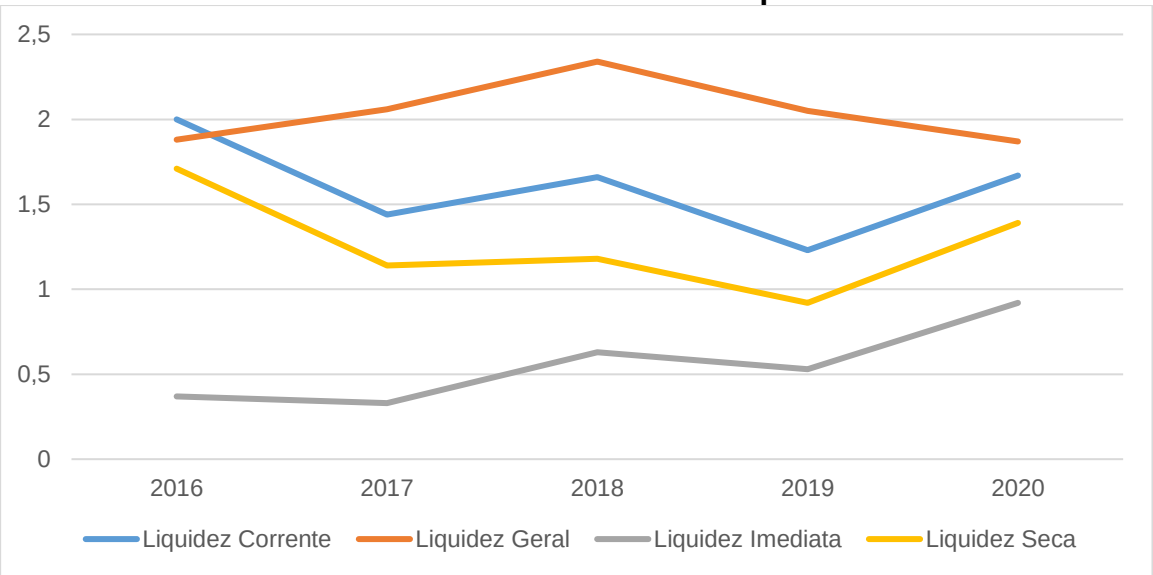
Tabela 1: Índice de Liquidez

Índice	2016	2017	2018	2019	2020
Liquidez Corrente	2,00	1,44	1,66	1,23	1,67
Liquidez Geral	1,88	2,06	2,34	2,05	1,87
Liquidez Imediata	0,37	0,33	0,63	0,53	0,92
Liquidez Seca	1,71	1,14	1,18	0,92	1,39

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os indicativos apresentados acima também podem ser observados através do Gráfico 1 a seguir, apresentando uma visualização mais clara do comportamento desses índices no decorrer dos anos.

Gráfico 1: Índices de Liquidez



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Por meio da análise da Liquidez Geral, observa-se que em todos os anos analisados a empresa Vale S.A., com índices maiores que 1,00, possui capacidade de pagamento de suas dívidas a curto e longo prazo utilizando de recursos disponíveis no seu Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo. Observou-se que o período de 2016 o valor estava em 1,88, já mostrando resultados satisfatórios, este indicador sofre um aumento no decorrer dos dois períodos seguintes, chegando a 2,34 no período de 2018, após isso sofre uma queda, mostrando um valor de 1,87, no período de 2020, embora isso tenha ocorrido, a capacidade de pagamento ainda assim foi alcançada.

Na análise de Liquidez Corrente, os índices apresentados pela empresa Vale S.A. também apontam quocientes favoráveis, expressando capacidade de pagamento a Curto Prazo com recursos disponíveis no seu Ativo Circulante.

ISSN xxxx-xxxx

Observou-se que o período de 2016 o índice mostrava valores na casa do 2,0, indicando que a companhia tem duas vezes a capacidade de pagamento de suas dívidas de curto e longo prazo, contudo no decorrer dos períodos analisados este índice sofre uma queda, chegando a um valor de 1,23 no período de 2019, subindo novamente no último período analisado, em 2020, chegando a 1,67, índice ainda abaixo do primeiro período analisado, embora isso tenha ocorrido, a capacidade de pagamento ainda assim foi alcançada e satisfatória.

Analisando a Liquidez Imediata, é possível verificar que os índices são baixos, o que não se torna favorável para a empresa, expressando déficit na capacidade de pagamento a curto prazo com recursos do disponível, onde no ano de 2016 o indicador apresenta um resultado de 0,37 e sofrendo uma queda no período seguinte, chegando a 0,33 no período de 2017, após isso o indicador sofre forte crescimento, chegando ao seu pico em 2020, último período analisado, apresentando valores de 0,92, apesar de serem valores inferiores a 1 mostra que a empresa passou por um bom reajuste de controle e gestão, mostrando resultados favoráveis e superiores ao esperado.

Na Liquidez Seca, é analisado que nos três primeiros anos os índices apresentados são favoráveis à empresa, onde seus quocientes são acima de 1,00, sendo em 2016 um valor de 1,71 e sofrendo queda no decorrer dos três períodos seguinte, chegando em 2019 o quociente de 0,92, e no ano de 2020 ele apresenta um aumento, chegando a um quociente favorável de 1,39, indicando capacidade de pagamento a Curto Prazo com recurso do disponível, menos os estoques.

No processo de migração para o nível de Novo Mercado, a empresa apresenta indicadores de liquidez oscilantes, sendo apenas o indicador de liquidez geral o único a apresentar crescimento no período da migração e os demais em queda, sendo a principal queda a do indicador de liquidez seca, sofrendo queda de 0,57, contudo no último período analisado todos os índices mostram valores positivos e de crescimento, o que leva a entender que a companhia está com um controle de gestão financeira mais eficaz, após a migração.

Para a realização da análise dos indicadores de endividamento foram utilizados dados do balanço patrimonial da companhia, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Índice de Endividamento

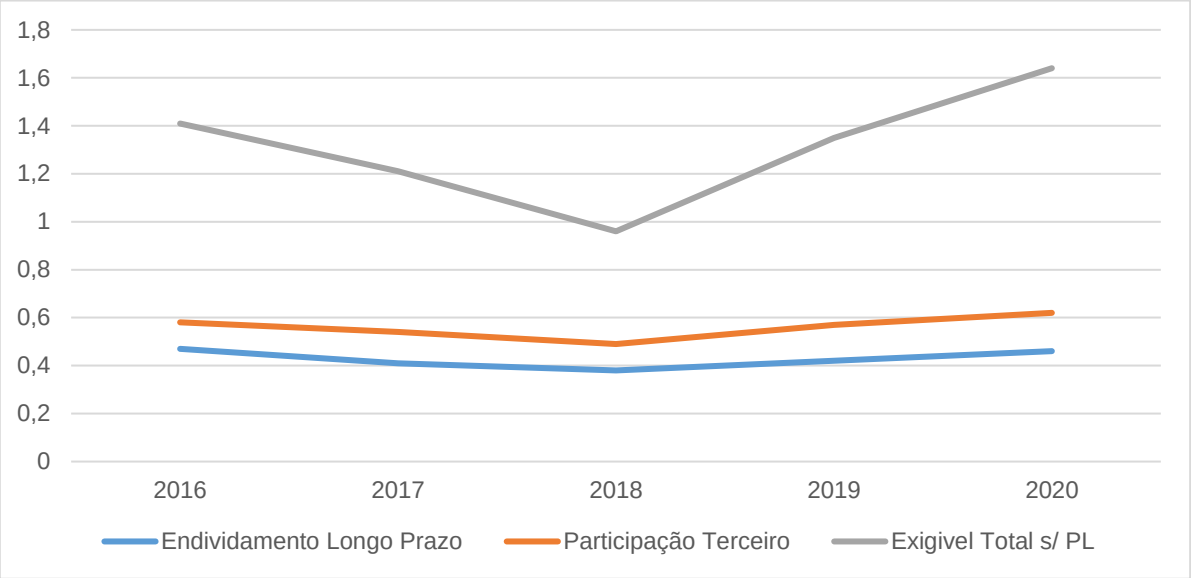
Índice	2016	2017	2018	2019	2020
Endividamento Longo Prazo	0,47	0,41	0,38	0,42	0,46
Participação de Terceiros	0,58	0,54	0,49	0,57	0,62
Exigível Total s/ PL	1,41	1,21	0,96	1,35	1,64

Fonte**:** Dados da pesquisa (2021)

Além da tabela acima, é possível verificar a evolução deste indicador através do Gráfico 2, apresentado a seguir.

ISSN xxxx-xxxx

Gráfico 2: Índice de Endividamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Ao analisar o Endividamento a Longo Prazo é necessário compreender que não existe um padrão de bom ou ruim neste requisito, porém quando analisado o fato deste valor ser mais expressivo que 1, por possuir maior quantidade de capital de terceiros a longo prazo que curto prazo, e no contrário, utiliza de pouca folga para quitação, o que pode ser insatisfatório pois seu capital é constituído em sua maioria por dívidas à curto prazo. Os indicativos apresentados na empresa Vale S.A mostram valores inferiores a 1, o que indica que a empresa tem forte cultura de aquisição de recursos a curto prazo, sendo esse um resultado abaixo do que o esperado, no período de 2016 o índice apresentava um valor de 0,47, passando por uma redução no decorrer de 2017, indo para 0,41 e se mantendo próximo a este valor até o período de 2020, quando ocorre uma aditiva a este valor, chegando a casa dos 0,46, ou seja, a empresa continuou com a cultura de aquisição de recursos a curto prazo.

Com relação a Participação de Terceiros, entende-se que valores próximos ou superiores a 1 são insatisfatórios, pois indica que a maior parte do investimento advém de terceiros (bancos, fornecedores etc.). A empresa Vale S.A. apresenta, no período de 2016, um valor de 0,58, o que é muito bom e realça o esperado, no decorrer dos períodos este valor sofre uma queda, chegando em 2018 a um valor de 0,49, sendo este o índice mais baixo no decorrer dos períodos estudados, porém nos períodos seguintes esse índice sofre uma pequena aumentativa, chegando a 0,62 no período de 2020, ou seja, com esse aumento de indicador mostra que a companhia vem adquirindo maior participação de terceiros do que capital próprio.

Para o Exigível Total sobre o Patrimônio Líquido, é um processo ao qual mostra o perfil da companhia com relação a captação de recursos, nesse caso é compreensível que valores superiores a 1 sejam insatisfatórios, pois indicam que a empresa busca mais recursos de terceiros para o investimento de sua atividade econômica. Na empresa Vale S.A este indicador apresenta resultados considerados não favoráveis, começando no período de 2016 com valores em 1,41, no decorrer dos dois períodos seguintes este valor sofre uma queda, chegando a atingir 0,96 no ano de 2018, contudo a empresa volta a crescer neste indicativo nos períodos seguintes analisados, ficando na casa dos 1,64, seu maior indicador, no período de

ISSN xxxx-xxxx

2020, ou seja, a empresa continua com uma cultura de captação de recursos de terceiros, o que é desfavorável para a companhia, visando que a captação de recursos próprios seja mais favorável para a gestão de uma empresa.

É possível entender que no processo de migração para o nível de Governança Corporativa denominado Novo Mercado, a companhia apresentou uma leve queda na captação de recursos de terceiros, principalmente a curto prazo, porém voltando a se elevar nos períodos seguintes, este é um comportamento não muito favorável para a gestão da empresa, tendo em vista que mais da metade da captação de recursos é de terceiros e mais da metade, também, dessa captação vem de curto prazo, não é uma atitude muito satisfatória pois indica que a companhia tem pouco fôlego para cumprir suas obrigações e o fato de recursos de terceiros serem mais predominantes pode acarretar em uma dependência desse meio de aquisição de recursos.

4.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA

Na evidenciação da situação econômica é utilizado o índice de rentabilidade, no qual demonstra os lucros das vendas e o retorno obtido através do investimento realizado. Para a realização dos cálculos foram utilizados dados do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, conforme Tabela 3 a seguir.

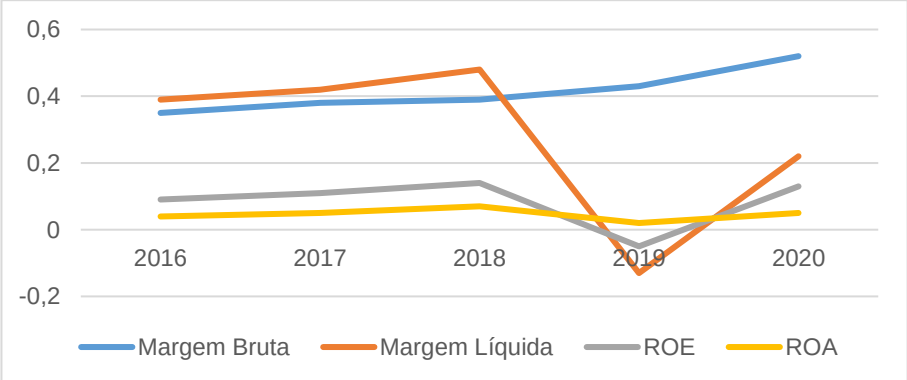
Tabela 3: Índice de Rentabilidade

Índice	2016	2017	2018	2019	2020
Margem Bruta	0,35	0,38	0,39	0,43	0,52
Margem Líquida	0,39	0,42	0,48	-0,13	0,22
ROE	0,09	0,11	0,14	-0,05	0,13
ROA	0,04	0,05	0,07	0,02	0,05

Dados: Fonte da Pesquisa (2021)

Estes índices também podem ser visualizados através do Gráfico 3, apresentado a seguir.

Gráfico 3: Índice de Rentabilidade



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

ISSN xxxx-xxxx

Na Margem Bruta, expressa quanto cada um real de vendas retorna em valores bruto para a companhia. Para a empresa Vale S.A os valores são satisfatórios e crescentes, sendo em 2016 um valor de 0,35 e passando por crescimento constante em todos os períodos analisados, chegando ao seu pico no período de 2020, onde apresenta valores de 0,52, ou seja, para cada 1,00 a empresa tem uma margem bruta de 0,52, sendo mais da metade do valor.

Para a Margem Líquida, a empresa apresenta resultados razoáveis, chegando a insatisfatório em um dos períodos, onde em 2016 a empresa vem com valores de 0,39 e sofre crescimento até o período de 2018, onde chega a valores de 0,48, contudo no ano seguinte sofre uma drástica queda, chegando a valores de -0,13 em 2019 e sofrendo um aumento em 2020, que apresenta resultados de 0,22, ou seja, para cada 1 de venda a empresa passou a apresentar 0,22 de lucro líquido.

Na Rentabilidade do Patrimônio Líquido, entende-se que quanto maior o índice, melhor, contudo para a companhia Vale S.A. o indicador ficou em um resultado oscilante, chegando a ser insatisfatório também em um dos períodos analisados, apresentando em 2016 um valor de 0,09 e passando por crescimento constante até o período de 2018, onde apresentou valores de 0,14, contudo no ano seguinte a empresa passou por uma queda bruta e ficou na casa de -0,05 de retorno, recuperando um pouco no último período analisado, em 2020, ficando na casa dos 0,13, sendo uma boa recuperação desta queda bruta ocorrida no período de 2019.

Em Rentabilidade do Ativo, a companhia Vale S.A. passou por um processo de oscilação, sendo de pouca variação em seus resultados, para o primeiro período analisado, em 2016, a empresa apresenta valores de 0,04 sofrendo um leve aumento nos dois períodos subsequentes, chegando a casa dos 0,07 em 2018, contudo no período seguinte é registrado uma queda, chegando a casa dos 0,02 em 2019 e em 2020 a companhia consegue ter um melhor resultado, mostrando um resultado de 0,05, ou seja, mesmo com a queda a companhia conseguiu elevar um pouco o resultado, em comparação ao primeiro período analisado.

Para o processo de migração no seu nível de Governança Corporativa, a companhia Vale S.A. apresenta aumento em todos os indicadores de rentabilidade, e continua em crescimento no período seguinte a transição, contudo no período de 2019 quase todos os indicadores apresentam uma drástica queda, tal essa ocorrida devido ao desastre registrado em Janeiro de 2019 denominado Desastre de Brumadinho, para tanto ao final dos períodos analisados a empresa consegue erguer novamente seus resultados, mostrando um controle e gestão mais eficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo destacar a importância do impacto causado nos indicadores econômico-financeiros da empresa Vale S.A no seu processo de migração para o nível de Governança Corporativa denominado Novo Mercado, maior nível listado na B3 no ano da pesquisa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental com aplicação de uma análise em dados extraídos do Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício, a fim de obter informações acerca dos indicadores de Liquidez, Rentabilidade e Endividamento, nos períodos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, demonstrados os resultados através de tabelas e gráficos.

Diante do assunto apresentado, pode-se observar que a companhia expõe

ISSN xxxx-xxxx

dados referentes a sua situação financeira favoráveis, apesar de apresentar uma crescente nas suas dívidas a curto prazo, a empresa apresenta também capacidade de solvência para essas obrigações, dando destaque ao indicador de Liquidez Imediata, que mesmo nesse cenário de aumento de dívidas a curto prazo, apresentou indicadores em crescimento constante em todos os períodos analisados. Quanto à situação econômica da empresa, percebe-se que houve indícios de crescimento antes e durante o processo de migração, contudo no período de 2019 a companhia sofre drástica queda em seus indicadores, apresentando resultados econômicos negativos, especula que esse ocorrido se deu ao evento denominado "Desastre de Brumadinho" ocorrido no início do período de 2019, é de se observar também que mesmo frente a essa situação a companhia consegue reerguer seus índices econômicos e apresentar resultados positivos e muito promissores no período de 2020, sendo este o último período analisado.

Desta forma, conclui-se que de fato houve alterações nos indicadores econômico-financeiros da companhia Vale S.A. no seu processo de migração ocorrido no final de 2017 e início de 2018. Os índices financeiros da companhia apresentaram queda no período de 2017, o que indica que a migração é custosa para a companhia, contudo retomando o crescimento no período seguinte, trazendo enfoque para a Liquidez Imediata que mostra um crescimento de quase o dobro do valor apresentado no período anterior, vale ressaltar que os indicadores de endividamento da empresa apresentam queda, o que é um resultado positivo, mesmo dados ainda indicarem índices insatisfatórios. Para os indicadores econômicos o resultado é muito satisfatório, pois apresenta crescimento durante todo o processo de migração. Nesse caso, a empresa deve se atentar ao caso do seu endividamento, pois, mesmo apresentando capacidade de cumprir com as suas obrigações, o alto indicador apresentado na captação de recursos de terceiros pode vir a preocupar no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Aline. LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análise das Demonstrações Financeiras.** 1ª Edição. Sagah Educação S.A., 2018.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. 2ª Edição. Editora Atlas, 2004.

BARROS, Erico Costa. DREON, Fernanda Righi. **Análise Financeira Enfoque Empresarial: Uma abordagem prática para executivos não financeiros**. 2ª Edição. Editora Aquila, 2020.

BITTENCOURT, Carlos Magno Andrioli. **Governança Corporativa: Planejamento e Gestão Estratégica**. 1ª Edição. Editora Contentus, 2020.

BOLSA DE VALORES DO BRASIL, B3. Dados Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso 07 Abril, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. Editora Atlas S.A.,2002.

GONZALEZ, Roberto S. **Governança Corporativa: O Poder de Transformação das Empresas.** 1ª Edição. Editora Trevisan, 2012.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Códigos das melhores práticas de Governança Corporativa**. 5ª Edição. IBGC, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Dados disponível em: https://www.ibgc.org.br/. Acesso em: 07 Abril, 2021.

LANZINI, Luiz Eduardo. **Governança Corporativa e Compliance: Global Trading**. 1ª Edição. Editora Contentus, 2020.

LUZ, Érico Eleuterio. **Análise e Demontração Financeira**. 1ª Edição. Editora Pearson, 2015

OLIVEIRA, Diogo Di Mambro. **Desempenho e Governança Corporativa: Uma Análise Econômico-financeira das empresas que aderiram ao segmento "Bovespa Mais" da B3 S.A..** Belo Horizonte: 2018. Monografia (graduação), Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, Maria César Sousa et al. **Governança Corporativa: Uma Análise do Desempenho das Companhias Abertas brasileira Listadas nos Níveis da BM&FBOVESPA**. Boas Vista: 2017. Monografia (graduação), Universidade Federal de Roraima.

PADOVEZE, Clóvis Luís. BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3ª Edição. Editora Cengage Learning, 2013.

ROBSON CAMARGO PROJETOS E NEGÓCIOS. Dados Disponível em: https://robsoncamargo.com.br/blog/Governanca-corporativa. Acesso em: 07 Abril, 2021.

TONNERA, Anderson. **Governança Corporativa: O caminho para a profissionalização Organizacional**. 1ª Edição. Editora Ag. Books, 2013.

VASCONCELOS, Tiago. **Análise das demonstrações financeiras**. Edição Universitária. Editora Senac São Paulo, 2019.

ISSN xxxx-xxxx

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DO DIREITO

ISBN 978-65-5629-077-5

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ENCARCERADOS: UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISSEMINAÇÃO DO CORONA VÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Juana Ranakoski Barbosa[1]
Vinícius Wildner Zambiasi[2]

RESUMO: Os direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988 estabelecem parâmetros para a ação do Estado em prol da pessoa, a fim de, prioritariamente, zelar pelos seus direitos humanos. Sendo assim, uma vez que a Carta Magna estende essas prerrogativas a todas as pessoas, de forma igualitária, cabe ao Estado assegurá-las às privadas de liberdade, uma vez que as mantêm sob sua custódia. Dessa maneira, com fulcro no caráter de ressocialização da pena, as condições as quais as pessoas são submetidas em ambientes carcerários devem ser consoantes a manutenção da dignidade da pessoa humana. Com isso, o presente artigo, que se concentra sobre a esfera do direito constitucional, consiste em uma minuciosa análise bibliográfica com o objetivo de apresentar posicionamentos teóricos acerca da violação dos direitos fundamentais dos encarcerados, tendo em vista o contexto pandêmico, por meio da metodologia hipotético-dedutiva. Por esse viés, elenca-se as principais medidas adotadas a fim de salvaguardar os direitos e garantias dos encarcerados durante a pandemia do coronavírus. Desse modo, levando em consideração a situação de superlotação do sistema prisional brasileiro e a rápida transmissão do coronavírus, busca-se averiguar a eficácia das referidas medidas, bem como sua aplicabilidade na proteção dos direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus. Dignidade da pessoa humana. Direitos fundamentais. Encarcerados. Sistema Prisional Brasileiro.

ABSTRACT: The fundamental rights and guarantees listed in the 1988 Federal Constitution establish parameters for State action on behalf of the person, in order to, as a priority, ensure their human rights. Therefore, since the Magna Carta extends these prerogatives to all people, equally, it is up to the State to ensure them to those deprived of liberty, since they keep them under its custody. In that way, based on the character of resocialization of the penalty, this conditions to which the people are exposed in the prison environment must be in accordance with the maintenance of human dignity. Thereby, which focuses on the sphere of constitutional law, consists of a thorough bibliographic analysis in order to present theoretical positions about the violation of the fundamental rights of prisoners, taking into consideration the pandemic context, through the hypothetical-deductive methodology. Consequently, the main measures adopted in order to safeguard the rights and guarantees of those incarcerated during the coronavirus pandemic will be listed. In addition, taking into account the situation of overcrowding of the Brazilian prison system and the rapid transmission of the coronavirus, it is sought to investigate the effectiveness of the measures, as well as their applicability in the protection of fundamental rights.

[1] Acadêmica do curso de direito do Centro Universitário Univel.
[2] Mestre em Ciências Jurídico-Criminais. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

KEYWORDS: Coronavirus. Dignity of human person. Fundamental rights. Incarcerated. Brazilian Prison System.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento dos direitos humanos pelo ordenamento jurídico brasileiro, que garante a preservação da dignidade da pessoa humana e direitos individuais voltados a sua liberdade, foi impulsionado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, marco do processo de democratização do país. Nesse cenário, ora englobados pela ordem jurídica interna como direitos e garantias fundamentais, o constituinte estende tais direitos a todos, de forma igualitária. Por esse prisma, é dever do Estado assegurar, como às demais pessoas, o pleno gozo de direitos individuais pelas pessoas privadas de liberdade.

Sendo assim, uma vez que o Estado mantém a custódia dos encarcerados, tem como prerrogativa zelar pelos direitos humanos destes. Logo, deve garantir que as pessoas que compõem o sistema prisional brasileiro tenham acesso a condições básicas a manutenção da integridade física e psíquica, como saúde, educação e segurança jurídica. Para esse fim, o Brasil é signatário de tratados de direito internacional que visam promover os direitos humanos e, consequentemente, garantir que todos possam usufruir de uma vida digna. Além disso, incorpora esses ideais a sua ordem interna consagrando a existência de direitos inerentes à pessoa que não podem ser violados pelo Estado.

Apesar da gama de direitos dispostos no ordenamento jurídico em seu favor, no Brasil, os encarcerados permanecem em condições precárias de higiene, em ambientes superlotados que colocam em risco seu bem-estar e saúde. Nessa esteira, é alavancada a propagação de doenças infectocontagiosas, como o coronavírus, que aumenta a crise do sistema prisional em déficit de vagas. Por conseguinte, os presos são expostos a condições que violam seus direitos fundamentais estabelecidos constitucionalmente.

Por esse viés, serão abordadas questões que se referem à atuação do Estado em prol dos direitos e garantias fundamentais dos encarcerados, observando as problemáticas promovidas pelo avanço da transmissão do coronavírus em ambiente carcerário. Ainda, consistirá em uma análise minuciosa dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário que versam a respeito das garantias dos presos, bem como dos dispositivos de direito interno calcados na manutenção da dignidade da pessoa humana.

Desse modo, em que pese a existência de normas voltadas a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade, serão discutidos pontos relevantes no que tange a condição de superlotação do sistema prisional brasileiro e seu reflexo para os presos, declinando-se a análise da contaminação pelo coronavírus. Ademais, a pesquisa tratará das medidas adotadas pelo Estado a fim de conter a transmissão do vírus em questão nas carceragens e, logo, preservar a saúde dos encarcerados.

Não obstante, voltar-se-á, seguindo a metodologia hipotético-dedutível, a averiguar a eficácia das medidas supramencionadas no combate ao contágio da

ISBN 978-65-5629-077-5

Covid-19 e a demonstrar a violação de direitos fundamentais acarretada pela superlotação do sistema carcerário brasileiro contemporâneo.

2 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS ENCARCERADOS

O reconhecimento e positivação dos direitos atribuídos à pessoa humana por um Estado consiste no estabelecimento de direitos e garantias fundamentais, que correspondem a direitos humanos inerentes a todas as pessoas de modo igualitário.

Em que pese a íntima relação entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, uma vez que possuem como titular o ser humano, destaca-se a existência de diferenças entre eles, já que a expressão "direitos humanos" reporta-se a ordem jurídica internacional e "direitos fundamentais" a esfera de direito constitucional (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2021).

Nesse sentido, de acordo com Barroso (2019), os direitos fundamentais são a incorporação dos direitos humanos ao ordenamento jurídico interno, sendo estes um produto de conquistas históricas e valores morais norteados pela dignidade da pessoa humana. Com isso, tem como fito a proteção e desenvolvimento das pessoas em diversos âmbitos, como a vida, a igualdade e a justiça.

> Direitos fundamentais têm propriedades formais e materiais. As propriedades formais são associadas à fontes das quais emanam, que podem ser a inserção no capítulo dos direitos fundamentais, no texto constitucional em geral, no bloco de constitucionalidade ou o reconhecimento do caráter fundamental por parte da jurisprudência constitucional. As propriedades materiais dizem respeito à proteção dos indivíduos em face do poder do Estado, a participação nos procedimentos democráticos, a igualdade jurídica e a satisfação de certas necessidades básicas (BARROSO, 2019, s/p).

Sendo assim, para a análise acerca dos direitos e garantias fundamentais dos encarcerados, com base em Piovesan (2018), tem-se a necessidade de observar a universalização dos direitos do ser humano, que ocorre por meio do sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos, bem como sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro ao reconhecer os direitos e garantias fundamentais.

Por esse viés, o Brasil é signatário de tratados de direito internacional que versam sobre os direitos das pessoas presas e se responsabiliza por seu cumprimento, uma vez que, caso não sejam observados, corresponderá a violação de direitos humanos.

2.1 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Os direitos e garantias fundamentais dos encarcerados, pautados na dignidade da pessoa humana, correspondem à internacionalização dos direitos

ISBN 978-65-5629-077-5

humanos, em que o Brasil inseriu em seu ordenamento direitos reconhecidos em nível internacional.

Nesse contexto, cabe salientar que esse fenômeno, consolidado pela Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), intensificou-se durante o pós-guerra, tendo em vista as atrocidades da Segunda Guerra Mundial (PIOVESAN, 2021).

Nesse mesmo viés, o Conselho Nacional de Justiça publicou, em 2016, a série de tratados internacionais de direitos humanos em que consta as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos (Regras de Mandela). Em análise ao referido documento, tem-se que os presos possuem o direito de usufruir dos serviços disponibilizados pela saúde pública nos mesmos padrões que a comunidade, consistindo em dever e responsabilidade do Estado garantir o acesso pleno a saúde as pessoas privadas de liberdade. Por isso, os serviços de saúde devem voltar-se a assegurar o tratamento e assistência prioritariamente em casos de doenças infecciosas, como o HIV e a tuberculose, a fim de avaliar, promover, proteger e melhorar a saúde física e mental dos presos.

Ao considerar o que aborda Comparato (2018), haja vista a necessidade de proteção aos direitos individuais dos seres humanos, os Estados, de forma harmônica, formalizam pactos a fim de incorporar tais direitos em sua ordem jurídica. Por conseguinte, consoante o artigo 5º, §3º, da Constituição Federal, o Brasil insere os tratados internacionais de direitos humanos dos quais é signatário como emendas constitucionais, caso sejam aprovados por cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros das casas.

Dessa forma, de acordo com Piovesan (2018), a adesão pode ocorrer quando a norma interna coincide com o direito enunciado pelo tratado internacional ou, ainda, quando este integra, complementa e amplia o universo de direitos garantidos constitucionalmente. Sendo assim, com a Carta Magna de 1988 – marco da democratização após o período da Ditadura Civil-Militar – lista-se como acordos ratificados pelo Brasil que declinam-se aos direitos dos encarcerados a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992) e o Pacto de San José da Costa Rica, também denominado Convenção Americana de Direitos Humanos, elaborado pela Organização dos Estados Americanos (**Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992).**

Em ordem cronológica de adesão pelo Brasil, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, embasada nos preceitos da Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, compromete cada Estado-parte a fiscalizar e proibir a aplicação de penas que violem a dignidade da pessoa humana e que contrariem os direitos humanos (PIOVESAN, 2021).

Na sequência, no que tange ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, segundo Comparato (2018), há a separação do conceito de penas cruéis ou degradantes (objeto de seu artigo 7º) da execução de penas em condições desumanas. Logo, o artigo 10 do referido Pacto determina que as pessoas privadas de liberdade deverão ser tratas com humanidade e respeito a sua dignidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Nessa esteira, o Pacto de San José de Costa Rica estabelece direitos civis e políticos que devem ser respeitados pelos Estados signatários, cabendo destacar aqueles que se referem, de forma direta, às pessoas privadas de liberdade: direito à integridade pessoal, uma vez que os encarcerados devem ter tratamento adequado e coerente com a dignidade inerente a todo ser humano, inibindo o trato cruel, desumano ou degradante; e proteção da honra e da dignidade, que consiste no reconhecimento de que ninguém deve sofrer ofensas à sua honra e dignidade (COMPARATO, 2018).

Uma vez demonstrados os acordos internacionais que o Brasil aderiu em seu ordenamento no tocante aos direitos humanos na execução de pena, é evidenciada a relevância da dignidade da pessoa humana na atual ordem jurídica, tendo em vista seu reconhecimento pelo constituinte ao estabelecer direitos e garantias fundamentais inerentes a todo ser humano (CASTILHO, 2018).

Dada a importância dos direitos humanos, o Pacto de San José da Costa Rica estabelece um aparato para os direitos que anuncia, constituído pela Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse prisma, é função da Comissão promover a observância e proteção dos direitos humanos por meio de recomendações aos governos dos Estados-partes, editar estudos e relatórios necessários e solicitar informações aos governos quanto às medidas para efetivação da Convenção. Já a Corte consiste no órgão jurisdicional, apresentando competência consultiva, no que se refere a interpretação da Convenção, e contenciosa, a fim de solucionar controvérsias acerca da interpretação e aplicação da Convenção (PIOVESAN, 2019).

Nesse sentido, quando há violação dos direitos humanos, um Estado-parte, ou a própria vítima, pode apresentar petição ante a Comissão Interamericana que, inicialmente, analisa os critérios de admissibilidade, bem como o conteúdo do pedido, a fim de alcançar uma solução e, ainda, estabelecer recomendações ao Estado que violou o direito protegido. Assim, caso não se obtenha êxito, o assunto é submetido à Corte Interamericana, que, em seu aspecto contencioso, poderá reconhecer a violação e condenar o Estado violador, determinando que seja assegurado ao prejudicado o gozo do direito violado, assim como a reparação dos danos causados (RAMOS, 2019).

Sendo assim, ao analisar a atuação da Corte Interamericana, dentre as nove condenações sofridas pelo Estado brasileiro por violação dos direitos humanos, cabe destacar o caso Herzog e outros *vs* Brasil. Em suma, trata-se da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, durante o período ditatorial, em que a Corte reconheceu a violação dos direitos humanos, tendo em vista a aplicação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), prescrição e outras disposições internas, que acarretou a não investigação e punição dos responsáveis pela prisão, tortura e morte do jornalista. Por esse viés, segundo a Corte, a violação ocorreu quanto ao direito à proteção judicial e à obrigação de garantir o livre e pleno gozo dos direitos contidos no Pacto de San Jose da Costa Rica (COSTA; LEMOS, 2020).

Com isso, uma vez signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, cabe ao Brasil assegurar em seu território o pleno exercício dos direitos relacionados a proteção judicial e proibição de tratamentos desumanos e degradantes, pois assumiu a obrigação de desenvolver e manter o Estado Democrático de Direito, primando pela promoção dos direitos humanos.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM ÂMBITO INTERNO

A Constituição Federal vigente no Brasil, promulgada em 1988, dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais que se estendem a todos os cidadãos brasileiros de forma igualitária. Conforme seu artigo 5º, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Ainda, o referido artigo fixa a garantia, dentre outros, do direito à vida, à igualdade e à segurança aos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Cabe destacar que, conforme Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2021), os direitos ora mencionados tem como princípio basilar a dignidade da pessoa humana, sendo tal fundamento da República o elemento que prolifera os direitos fundamentais no decorrer do tempo.

Em somatório, o texto constitucional ainda versa especificamente sobre a proteção aos presos, sendo assegurado o respeito à integridade física e moral (BRASIL, 1988). Além do mais, cabe ao juiz das garantias zelar pela observância dos direitos do preso (BRASIL, Lei nº 13.964, 2019). Desse modo, Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2021) dispõe que os direitos fundamentais demandam a proteção do Estado, que deve estabelecer a obrigação permanente de zelar por desses direitos ante os poderes públicos, agressões de particulares e de outros Estados. Por conseguinte, explana a respeito da força dos deveres de proteção, que compromete os órgãos estatais a, eficientemente, garanti-la aos diversos direitos fundamentais, afastando a possibilidade de omissões e de proteção explicitamente insuficiente.

Ao tratar de normas infraconstitucionais, a Lei de Execuções Penais estabelece parâmetros para a execução penal visando, em conformidade ao seu artigo 1º, "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Além do mais, também dispõe um rol de direitos do preso que, dentre outros, elenca a alimentação suficiente e vestuário, a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa e visita do cônjuge, parentes e amigos em determinados dias. Dessa forma, os direitos fundamentais explicitados pelo constituinte embasam a elaboração do rol supramencionado, primando pela dignidade da pessoa humana e garantindo o caráter de ressocialização da pena.

Nessa perspectiva, em observação ao direito à saúde, o Estado deve proporcionar ao preso atendimento médico adequado, tendo em vista o risco de contrair doenças, que é alavancado pelas condições do ambiente prisional.

3 A SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

A prisão tem como principal finalidade a ressocialização. Para tanto, ante um fato punível, é necessário que o Estado aja em prol da proteção da sociedade e do delinquente, apenando a fim de retribuir pelo fato e, principalmente, não provocar a dessocialização.

Com base em Bitencourt (2020), o Estado não pode violar a esfera de direitos individuais do cidadão, ainda que tenha sido cometido algum delito. Logo, a pena deve manter-se dentro de limites estabelecidos pelo Direito Penal do fato e da proporcionalidade, o que se dará por meio de procedimentos baseados nas garantias jurídico-constitucionais. Desse modo, com a pena se busca não apenas a luta contra

ISBN 978-65-5629-077-5

o delito, mas se garante a juridicidade e a formalização do modo social de sancioná-la, deixando de figurar como resposta ao desvio e reportando-se como juridicidade.

> Do fato de que o castigo radica numa reprovação social não se deduz que a pena seja essencialmente retribuição, nem tampouco unicamente a produção de um mal, pois da desaprovação de uma conduta pode-se derivar igualmente a consequência de que dita desaprovação tende a evitar sua repetição no sentido da influência ressocializadora (ROXIN *apud* BITENCOURT, 2020, p. 174).

Ainda, Bitencourt (2017) entende que a pena deve se voltar à humanização das sanções criminais, logo, a vingança não é admitida como fundamento do *jus puniendi* do Estado, pelo contrário, a pena possui viés de ressocialização. Dessa maneira, as condições deploráveis nas prisões têm de ser evitadas, bem como o sofrimento desumano como consequência implícita da pena privativa de liberdade.

Nesse diapasão, a pena cumpre seu propósito quando o Estado assegura os direitos e garantias previstos aos apenados pelas disposições legais, fornecendo infraestrutura e organização suficientemente capazes de comportar a demanda e suas necessidades básicas. Assim, a atividade jurisdicional, exercida pelo Poder Judiciário, corresponde à efetivação da pretensão punitiva do Estado, enquanto a atividade administrativa, relacionada à atuação do Poder Executivo, fornece os meios para tanto (NUCCI, 2020).

Com isso, Bitencourt (2020) entende que a atuação do Estado deve contar com freios e limites que resguardem os direitos fundamentais do cidadão, tendo em vista seu caráter de inviolabilidade. Dessa maneira, tem-se o sinal caracterizador do Direito Penal de um Estado pluralista e democrático de direito.

Apesar das disposições legais que demonstram o Estado de Direito brasileiro pautado na dignidade da pessoa humana, garantindo, expressamente, a proibição de tratamentos desumanos ou degradantes e a tortura, bem como o zelo pela integridade física e moral das pessoas presas, a superlotação carcerária é um problema latente no Brasil que ameaça a efetivação de tais direitos (ROIG, 2018).

Segundo Bitencourt (2020), as deficiências que atingem o sistema penitenciário e leva a condição de precariedade consistem na falta de orçamento, uma vez que não se enquadra como prioridade dos orçamentos públicos, pessoal técnico despreparado, a predominância da ociosidade entre os presos, deficiência na alimentação deficiente, mau estado das instalações e a superlotação converte a prisão em um castigo desumano e afasta a possibilidade de ressocialização.

Em somatório, com base em dados do Infopen (2019), o déficit do sistema prisional a nível nacional correspondia, em 2019, a, aproximadamente, 312 mil vagas. Desse modo, é possível observar a situação de superlotação, que acarreta a falha estatal em prover condições adequadas a zelar da dignidade dos privados de liberdade.

Ademais, conforme Pereira (2017), a precariedade do sistema prisional no Brasil acarreta a violação de vários direitos das pessoas presas, além da privação da liberdade, que deveriam ser assegurados pelo Estado a fim de não as submeter a penas ou tratamentos desumanos, como o direito à dignidade, à vida e à integridade psicológica e física.

ISBN 978-65-5629-077-5

Nesse contexto, a população carcerária é exposta a circunstâncias que violam direitos fundamentais, estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, devido à falta de infraestrutura e organização das penitenciárias. De acordo com Pereira (2017), em razão da superlotação, os encarcerados não têm acesso a higiene e atendimento médico adequados. Dessa maneira, o número excessivo de alojados em ambientes de capacidade limitada viola o direito à saúde e o respeito à integridade física e moral.

Por essa ótica, Roig (2018) estabeleceu uma comparação entre o caso Torreggiani e outros *vs* Itália, julgado pela Corte Europeia de Direitos Humanos, em 2013, e a situação do sistema penitenciário brasileiro. Nesse cotejo, a Corte Europeia reconhece a situação de superlotação de ambiente carcerário como tratamento desumano e degradante, a equiparando às prisões do Brasil. Consequentemente, enfatiza a manutenção de presos em celas de dimensões reduzidas como violação dos direitos humanos.

3.1 A TRANSMISSÃO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS EM AMBIENTE CARCERÁRIO

Ao considerar sua ampla proteção pela legislação como forma de garantir a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde dos aprisionados deve ser prioritário, uma vez que, se não tiver a atenção necessária, pode evoluir a um tratamento desumano e cruel. Entretanto, Soares (2015) explica que o sistema prisional do Brasil, ao invés de zelar pela saúde de seus custodiados, provoca sua debilitação, uma vez que disponibilizam celas abafadas, infestadas por insetos, superlotadas e com problemas sanitários, resultando na fácil propagação de micoses, outras doenças de pele e de estômago, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras.

Nessa mesma perspectiva, Coelho *et al* (2009) aborda que os encarcerados se demonstram como grupo de risco para a infecção de diversas doenças, como tuberculose, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), hepatite B e doenças sexualmente transmissíveis em geral, assim, expõe que isso ocorre, principalmente, devido ao compartilhamento de objetos com baixo nível de higiene e de espaços superlotados. Nesse viés, conforme Kolling *et al* (2013), as condicionantes de saúde do sistema carcerário brasileiro consistem na superpopulação, problemas com iluminação, ventilação e higiene pessoal, violência e atendimento médico inadequado.

Além disso, Roing (2018) explica que a superlotação ainda acarreta o racionamento de água, uma vez que a capacidade de abastecimento do estabelecimento não comporta o número de presos existentes. Por esse prisma, além de consistir em violação a direitos humanos e a concepção de água como bem público, o racionamento de água em ambientes de segregação coletiva aumenta a tensão carcerária e o risco de contaminação por doenças infectocontagiosas.

A título de exemplo, nos casos de tuberculose, como demonstra Sánchez e Larouzé (2016), a transmissão é fomentada pelos ambientes mal ventilados, assim como pelo compartilhamento de objetos entre os apenados que convivem aglomerados, o que torna a detecção de casos muito mais frequente entre os presos do que na população geral. Ainda, a situação é agravada pela fácil transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, já que os encarcerados se relacionam sexualmente sem o uso de preservativos e trocam objetos cortantes, como os utilizados nas tatuagens.

ISBN 978-65-5629-077-5

3.2 O AVANÇO DA COVID-19 NO SISTEMA PRISIONAL

Como já abordado, a aglomeração de presos em ambientes com superlotação é favorável a disseminação de doenças infectocontagiosas, sendo assim, também propicia o avanço da COVID-19 e intensifica os efeitos da pandemia que progride no cenário atual.

Conforme Costa *et al* (2020), a superlotação das carceragens confere maior vulnerabilidade as pessoas privadas de liberdade, uma vez que são mantidas em aglomeração e em condições anti-higiênicas, além da falha estatal em garantir o acesso adequado à saúde. Em adição ao apresentado, apenas nos primeiros meses de 2021 foram registrados 7,8 mil novos casos de COVID-19 entre os encarcerados e os servidores, contabilizando 68,9 mil casos desde o início da pandemia. Ademais, o levantamento apontou 253 mortes provocadas pelo coronavírus em estabelecimentos prisionais do Brasil (CNJ, 2021).

Ainda com base em dados publicados pelo Conselho Nacional de Justiça (2021), a existência de casos positivos de COVID-19 dentro do sistema penitenciário aguça a crise estrutural e, ainda, confere menor comunicação entre os presos e suas famílias, uma vez que as visitas foram suspensas durante a pandemia. Somando-se a esta questão, o acompanhamento psicológico e religioso dos encarcerados também foi prejudicado, o que dificulta a ressocialização do preso e, consequentemente, afasta a pena de seu objetivo[3].

Além do mais, de acordo com Costa *et al* (2020), em pesquisas realizadas pela Faculdade do Rio de Janeiro com a Fundação Oswaldo Cruz, foi constatado que a taxa de incidência de casos de Covid-19 entre pessoas privadas de liberdade é 38 vezes maior que à da população em geral, sendo a taxa de mortalidade 9 vezes superior, posicionando o Brasil em quarto lugar no ranking de países com maior número de pessoas encarceradas diagnosticadas com a doença. Sendo assim, o autor ainda expõe que, tal situação, alavanca a pandemia e motiva a adoção de medidas de desencarceramento.

Ademais, em 09 de janeiro de 2021, um estudo realizado pelo Lowy Institute, da Austrália, indicou o Brasil como o pior país no enfrentamento a pandemia do coronavírus. Desse modo, o referido estudo analisou a reação de 98 países quanto às medidas para diminuir a propagação do coronavírus, considerando o total de vítimas da Covid-19, a oferta de testes e o percentual da população afetada de cada país. Para a obtenção dos resultados, os países foram acompanhados durante nove meses, a partir da confirmação do centésimo caso, e receberam notas, em escala de zero a dez, conforme seu desempenho. Por fim, o Brasil recebeu a nota mais baixa entre os países analisados (4,3), posicionando-se no último lugar do *ranking* e sendo

[3] Com base nos dados fornecidos pelas autoridades locais, o acompanhamento é feito pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ). Além disso, também há o auxílio do Programa Fazendo Justiça, que consiste em uma parceria do Conselho Nacional de Justiça com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ISBN 978-65-5629-077-5

superado por países como Irã (95º), Panamá (92º), Omã (91º), Bangladesh (84º), Etiópia (46º) e Zimbábue (38º).

Conforme os dados elencados, o Brasil apresenta dificuldades para conter o avanço do coronavírus e seus efeitos, o que atinge a população carcerária. Desse modo, haja vista a forma de transmissão da doença, seu contágio é intensificado pelas condições precárias de higiene e superlotação as quais os presos são submetidos.

4 A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA EVITAR O AVANÇO DA COVID-19 NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO BRASIL

Diante dos elementos demonstrados, o Supremo Tribunal Federal, em plenário, indicou a violação generalizada de direitos fundamentais dos presos quanto a sua dignidade e integridade física e psíquica – trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, em 09/09/2015. Com isso, o Tribunal reconheceu que o sistema carcerário do Brasil se encontra em Estado de Coisa Inconstitucional, já que ocorre violação a direitos fundamentais estabelecidos pela Carta Magna (STF, Informativo 798).

Sendo assim, conforme o Informativo 798 do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade por tal situação se atribui aos três Poderes, tanto da União como dos Estados membros e do Distrito Federal. Logo, tendo em vista ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes, a falha estrutural no sistema penitenciário brasileiro é acentuada, perpetuando e agravando as ofensas aos direitos dos encarcerados.

Dessa maneira, como forma de ampliar o acesso à saúde, a partir de 13 de agosto 2020, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) passou a oferecer atendimento médico on-line para os presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal, consistindo em uma ação emergencial voltado ao controle e prevenção da transmissão do coronavírus (SECOM, 2020).

Somando-se a isso, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 62/2020 a fim de dispor ao Poder Judiciário orientações para evitar a contaminação por COVID-19 nos sistemas prisional e socioeducativo, tendo em vista a gravidade da pandemia gerada pela fácil disseminação do vírus e pelos sintomas que podem se apresentar de formas e intensidades distintas entre indivíduos considerados saudáveis.

Por esse prisma, tal recomendação se fundamenta na necessidade de proteção aos direitos das pessoas privadas de liberdade e dos agentes que atuam nas instituições de carceragem, assim como na contenção da propagação do vírus que ameaça a segurança e saúde de toda a população.

Nesse aspecto, em seu texto preambular, a recomendação enaltece a necessidade de procedimentos e regras a ser estabelecidos para o combate a propagação do novo coronavírus em espaços de confinamento, preservando, consequentemente, a saúde de agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes. Outrossim, alerta acerca do alto índice de transmissibilidade do vírus e do risco de contágio em estabelecimentos prisionais e socioeducativos, levando em consideração a problemática em garantir higiene mínima e rápido isolamento aos indivíduos sintomáticos, bem como a insuficiência de equipes de saúde.

ISBN 978-65-5629-077-5

Uma vez destacada a precariedade do sistema prisional, o Conselho Nacional de Justiça a vincula ao "estado de coisa inconstitucional", reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 347. Ainda, no que tange aos deveres do Estado brasileiro ante as pessoas privadas de liberdade, é sustentada a obrigação de assegurar atendimento preventivo e curativo em saúde gratuito, que é intrínseco à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Com base na recomendação mencionada, constata-se que a adoção de medidas para o enfretamento da pandemia é fundamental para assegurar a ordem interna dos estabelecimentos prisionais brasileiros, assim como a segurança, já que prima pela saúde e integridade das pessoas encarceradas e dos agentes atuantes nessas instituições. Não obstante, tais recomendações possuem dentre suas finalidades específicas a garantia da continuidade da pretensão jurisdicional em consonância a dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, zela pelos direitos fundamentais dos apenados.

Assim sendo, com fulcro em zelar pelas garantias dos aprisionados, sejam eles provisórios ou não, o artigo 4º da Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, embora sem força vinculante em relação aos juízes de primeira instância, orienta aos magistrados, competentes para a fase de conhecimento do processo, reavaliar as prisões provisórias, principalmente aquelas que tenham excedido o prazo de 90 dias, priorizar alguns grupos de risco[4] e suspender o dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo por um prazo determinado[5] e a máxima excepcionalidade de prisões preventivas vindouras.

Somando-se ao exposto, com base no que versa o artigo 5º da referida recomendação, é indicado aos magistrados que considerem as medidas a fim de conceder prisão domiciliar no tocante a pessoas que cumprem pena em regime aberto e semiaberto, em condições estabelecidas pelo juiz da execução. Ainda, recomenda-se a colocação em prisão domiciliar o preso com diagnóstico, suspeito ou confirmado, de Covid-19, baseado em relatório da equipe de saúde e na ausência de espaço adequado de isolamento no estabelecimento prisional.

Nesse sentido, os tribunais têm analisado as excepcionalidades de cada caso concreto e averiguando os riscos apresentados a saúde e a segurança devido a COVID-19. Assim, são analisadas as características individuais e, caso se enquadre

[4]Art. 4 [...]
I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:
a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;
b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;
c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

[5]Art. 4 [...]
II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

ISBN 978-65-5629-077-5

nos grupos de riscos conforme o Ministério da Saúde, é concedida a prisão domiciliar para a proteção do preso.

Em acréscimo, o Superior Tribunal de Justiça, no *Habeas Corpus* HC – 2020/0090637, concedeu a prisão domiciliar humanitária a um paciente de 64 anos, acometido de Hepatite C, considerado membro do grupo de risco devido à pandemia do coronavírus. Desse modo, tal decisão foi fundamentada na Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, levando em consideração que o crime não foi praticado mediante grave ameaça ou violência e que se tratava de prisão preventiva.

Por conseguinte, nota-se a avaliação dos casos para a aplicação da prisão domiciliar, sendo estes conforme os temos do artigo 117 da Lei de Execuções Penais[6] e do artigo 318 do Código de Processo Penal[7]. Portanto, a concessão de prisão domiciliar não é automática, sendo necessária a comprovação conforme disposição legal e acarretando a morosidade no combate do coronavírus se comparado a sua transmissão.

Nessa perspectiva, consoante dados expostos pelo CNJ, no final de 2020, a realocação para prisão domiciliar com o fito de inibir a transmissão de doenças infectocontagiosas, como a Covid-19, atingiu apenas uma pequena parcela da população carcerária do Brasil, correspondendo a 6,6% do total. Logo, em análise aos dados expostos, o secretário de Atuação no Sistema Penitenciário da Defensoria Pública da União, Alexandre Kaiser, aduz a irrelevância do percentual de presos beneficiados pela medida, evidenciando a baixa adesão dos tribunais às recomendações do CNJ. Destarte, é revelado o caráter punitivista e conservador da pena, implícito nas condições degradantes as quais são expostas as pessoas privadas de liberdade, bem como a manutenção da falha estrutural do sistema penitenciário ante a atuação dos Poderes.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que o sistema prisional brasileiro expõe as pessoas privadas de liberdade a condições que violam seus direitos humanos, uma vez que permanecem em celas com déficit de vagas, logo, superlotadas, sem ventilação, iluminação e higiene necessárias a manutenção da integridade física e psicológica.

Sendo assim, ao considerar os direitos inerentes a todo ser humano e a extrema importância de sua dignidade, o Estado tem o compromisso pelo zelo e cuidado ao impor suas sanções. Nessa esteira, compete ao Estado garantir que as

[6]Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:
I - condenado maior de 70 (setenta) anos;
II - condenado acometido de doença grave;
[...]

[7] Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
I - maior de 80 (oitenta) anos;
II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;
[...]
Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

ISBN 978-65-5629-077-5

pessoas custodiadas nas carceragens possam gozar plenamente de seus direitos no que tange a saúde, educação e segurança jurídica, não permitindo tratamentos desumanos ou degradantes.

Por conseguinte, primando pela dignidade da pessoa humana, a percepção da pena como castigo pelo desvio de conduta é suprimida por seu viés ressocializador, em que devem observadas pelo Estado as garantias individuais. Todavia, a capacidade do sistema penitenciário encontra-se em estado de superlotação, aglomerando presos em espaços pequenos e em condições insalubres. Tal situação impulsiona a transmissão de doenças infectocontagiosas, como o coronavírus, e expõe os encarcerados a risco de vida, levando em consideração o rápido contágio da doença e sua letalidade.

Desse modo, o sistema penitenciário do Brasil viola direitos humanos garantidos em ordem internacional por meio de tratados dos quais é signatário. Nesse mesmo condão, é considerado como estado de coisa inconstitucional, pois o Estado deixa de atuar por meio de seus poderes a fim de assegurar os preceitos fundamentais da Constituição no que se refere à custódia dos presos.

Somando-se a isso, apesar do estabelecimento de medidas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça a serem adotas pelos tribunais para a contenção da transmissão da COVID-19, as problemáticas atreladas ao estado precário das carceragens permanecem. Em que pese a possibilidade de realocação para prisão domiciliar, a consulta médica on-line oferecida pelo Departamento Penitenciário aos presos e providências para evitar o ingresso de pessoas infectadas pelo coronavírus no sistema carcerário, como a limitação de visitas, tratam-se de medidas morosas que não atendem a necessidade de celeridade para controle da doença.

Ainda, a baixa adesão dos tribunais as medidas editadas pelo CNJ retardam o controle da transmissão e conferem maior vulnerabilidade as pessoas presas. Destarte, verifica-se que o Estado deixa de cumprir com sua obrigação ante aos custodiados, violando seus direitos e garantias fundamentais. Com isso, a finalidade de ressocialização da pena, promovida pelo estado democrático de direito, é afastada, vez que o tratamento oferecido ao encarcerado se enquadra como desumano e degradante, induzindo ao reconhecimento do caráter punitivista das sanções do Estado, em que se busca tão somente o castigo, sem atentar às garantias individuais que se estendem aos presos.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, C. R. **Falência da Pena de Prisão.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal.** 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de

ISBN 978-65-5629-077-5

Janeiro, RJ: Presidência da República, [1941]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília, DF. RJ: Presidência da República, [1984]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n.º 574.582 – RJ**. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000906370&dt_publicacao=30/06/2020. Acesso em:01 mar. 2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Mandela: Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRITO, A. C. **Execução penal.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

COELHO, H. C.*et al*. Soroprevalência da infecção pelo vírus da Hepatite B em uma prisão brasileira. In:**Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 12, n. 2, jun. 2009.

COSTA, J. S.*et al*. Covid-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. In:**Revista Psicologia & Sociedade.** Rio de Janeiro, v. 32, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100412&tlng=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

COSTA, R.C .T.; LEMOS, L. F. A dissintonia do Estado brasileiro ao pacto de San José da Costa Rica: caso Vladimir Herzog. In: **Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro - SP, v. 8, n. 1, p. 373-402, 2020. Disponível em: https://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/677/pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DEPEN. **Depen disponibiliza atendimento por telemedicina no Sistema Penitenciário Federal.** 2020. Disponível em :https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-disponibiliza-atendimento-por-telemedicina-no-sistema-penitenciario-federal. Acesso em: 15 ago. 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

KÖLLING, G. J. *et al*. O Direito à saúde no sistema prisional. In:**Revista Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 281-297, 2013.

LOWY INSTITUTE. **Covid Performance Index**.Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

NUCCI, G. S. **Curso de execução penal.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, L. M. O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. In:**Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos.** Bauru, n.1, jan/jun 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/472/206>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

RAMOS, A. D. C. **Processo Internacional de Direitos Humanos.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ROIG, R. D. E. **Execução penal: teoria crítica.** 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2018.

SÁNCHEZ, Alexandre; LAROUZÉ, Bernard. Controle da tuberculose nas prisões, da pesquisa à ação: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. In:**Ciência e saúde coletiva**. v. 7, jun. 2016.

SARLET, I. W.; MARINONI, L.G.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://app.saraivadigital.com.br>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TEÓFILO, S.; SOUZA, R. Covid-19: 6,6% dos presos são colocados em prisão domiciliar durante a pandemia. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/10/4881796-covid-19-66--dos-presos-sao-colocados-em-prisao-domiciliar-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

A LEI Nº 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021 E AS EMENDAS JABUTIS

João Vitor Ramires Hansen Alves Grossi[1]
Pedro Henrique Balbinotti de Paula Neves[2]
Martina Polidorio Steinhöfel[3]

Resumo: A promulgação da Lei 14.195/ 2021, fruto da conversão da Medida Provisória de nº 1.040/2021, introduziu variadas mudanças no quadro legislativo brasileiro, tratando de diversos temas. Observou-se, assim, a presença das figuras das "emendas jabutis", que consistem na regulação, implementação ou revogação de dispositivos sem qualquer coerência material. Para demonstrar este preocupante, porém corriqueiro acontecimento no cenário institucional brasileiro, procurar-se-á esclarecer o histórico da Lei 14.195/2021, desde a Medida Provisória que a originou, passando por sua Lei de Conversão e a mensagem dos vetos presidenciais, até as consequências por elas trazidas, especialmente aos operadores do Direito.

Palavras-chave: Lei 14.195/ 2021. Medida Provisória 1.040/2021. Emendas jabutis.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade uma análise concisa, mas sob diversos aspectos, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, decorrente da Medida Provisória de nº 1.040, de 23 de março de 2021, que passou por diversas alterações no processo de conversão. A hipótese inicial é de que a Lei, ao tratar de temas dos mais variados, muitos dos quais não eram contemplados na Medida Provisória que lhe originou, violou comandos constitucionais e legislativos, e princípios que orientam o sistema jurídico. Entre disposições que versam sobre Direito Privado, Tributário, Processual Civil, Administrativo e

Comercial, o contrabando legislativo é alarmante, e as emendas jabutis, a regra.

Apesar disso, a Lei nº 14.195/2021, ou Lei do Ambiente de Negócios, como foi intitulada, não é uma aberração no quadro legislativo brasileiro. Para o desalento dos aplicadores do direito, ela não é senão mais um carro alegórico no desfile carnavalesco que sai das portas do Congresso Nacional. Entende-se que o projeto de Medida Provisória perpassou por temas diversos – e provavelmente desconexos entre si – além de temas que não podem ser tratados por Medida Provisória, como Direito Processual Civil. Outrossim, percebe-se que o Congresso Nacional, por meio da Lei de Conversão, embutiu outros dispositivos desconexos à proposta original da Medida Provisória, que vão contra a decisão do STF na ADI 5.127/DF e contra a Lei Complementar nº 95 de 1998.

Para fins do trabalho, a metodologia a ser utilizada é a hipotético-dedutiva que, em sua etapa inicial, consiste na colocação do problema, partindo do

[1] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

ISBN 978-65-5629-077-5

reconhecimento dos fatos (no caso, a Lei), a descoberta do problema e, por fim, sua formulação. **A questão jurídica candente no presente artigo envolve os diversos temas inseridos na Medida Provisória quando de sua conversão em Lei, e se tais inserções acabariam violando o ordenamento jurídico brasileiro quanto à elaboração de atos legislativos - particularmente quanto à sua coerência temática.** Para tanto, serão analisados os dispositivos da Medida Provisória e da Lei posterior, em contraste com a legislação pátria, a jurisprudência, a Constituição e os princípios que orientam a elaboração das normas jurídicas. Dessa maneira, inicialmente será identificado o quadro normativo e teórico que limita a análise e, em seguida, buscar-se-á identificar nos dispositivos em estudo os problemas encontrados. Ao final, pretende-se evidenciar a fragilidade na nova lei, que reflete a relação igualmente delicada entre os três poderes da República, entre si, e com a realidade social.

2 A LEI DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

2.1 A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E A LEI DE CONVERSÃO

A Exposição de Motivos nº 49/2021, que embasa a Medida Provisória nº 1.040/2021 tem uma premissa básica razoavelmente simples – o objetivo de "impactar positivamente a posição do país na classificação geral do relatório *Doing Business* do Banco Mundial" (BRASIL, 2020, p. 01). O texto da Exposição de Motivos expõe um objetivo exarado pelo Presidente Jair Bolsonaro no início de 2019, de tornar o país um dos cinquenta melhores países do mundo no ranking de facilidade de negócios. A situação do país em 2019, de 124º lugar na listagem, teria uma sequência de razões descritas nas mais diversas leis nacionais, e alterações nestas leis gerariam, senão o êxito pleno no objetivo governamental, pelo menos uma proximidade maior, em torno da 65ª posição (BRASIL, 2021, p. 01).

Para esse fim amplo, foi realizada na Medida Provisória uma sequência de alterações amplas nas mais diversas normas, sobre os mais variados temas, abarcando desde a extinção da EIRELI e sua eventual nova regulamentação para uma sociedade unipessoal, da seara do Direito Empresarial, até as questões relativas a associações – mais próprias do Direito Civil, passando por alterações na regulamentação da profissão de tradutor e intérprete público, sem contar as alterações no Processo Civil, desde prazos – como na questão da prescrição intercorrente, deveres e citações até situações envolvendo a execução processual.

A amplitude de temas e sua compatibilidade com o instrumento da Medida Provisória foi um tópico contencioso desde a sua edição. Carlos Eduardo Vergueiro, Muriel Waksman e Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa, em artigo divulgado no portal *Migalhas*, salientaram a amplitude do texto, e dispuseram, de forma lapidar: "Objetos amplos de alterações legislativas, em regras, não resultam em textos legislativos aprimorados para os temas que se pretende tratar" (VERGUEIRO; WAKSMAN; VERÇOSA, 2021). Também trataram da questão formal da *relevância e urgência* necessárias para a edição de uma Medida Provisória. Em outro artigo, Haroldo Verçosa faz a seguinte observação: *conveniente* e *oportuno* não coincide com relevante e urgente. E essa

ISBN 978-65-5629-077-5

circunstância pode ser vista de maneira indubitável quando se faz o exame da tal MP, desde a sua origem na presidência da República, até o seu remendo feito no âmbito da Câmara, objeto dos inoportunos jabutis que se tornaram uma prática inafastável no nosso vergonhoso processo legislativo (VERGUEIRO; WAKSMAN; VERÇOSA, 2021).

Ao longo do processo legislativo, a situação já perceptível na Medida Provisória se agravou. Ao passar pelas mãos do Parlamento na Lei de Conversão nº 15/2021, houve uma ampliação da pauta tratada pela Medida Provisória – mais notadamente, a alteração do artigo 206-A do Código de Processo Civil (BRASIL, 2021, p. 43). A Lei nº 14.195/2021 foi finalmente sancionada a 26 de agosto de 2021, com o veto presidencial ainda a ser apreciado pelo Congresso Nacional. Seu conteúdo, e as alterações presentes no texto serão avaliadas a seguir.

2.2 O CONTEÚDO DA LEI DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A Lei 14.195/2021, desde seu início, é um tanto quanto confusa. Não bastando, incluiu em seu texto matérias estranhas à Medida Provisória que lhe originou (1.040 de 23 de março de 2021), e desconexas entre si. Para o fim de facilitar a visualização das reformas introduzidas pela lei, explanar-se-á, primeiramente, os temas tratados e os atos legislativos pertinentes, que foram ora revogados, no todo ou em parte, ora modificados. Por essa razão, cabe aqui transcrever na íntegra o preâmbulo da Lei em estudo, que resume as alterações promovidas: Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os DecretosLei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março

ISBN 978-65-5629-077-5

de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências (BRASIL, Lei nº 14.195 de 2021).

Desta feita, ao dispor sobre a facilitação para abertura de empresas, a Lei nº 14.195/2021 alterou as Leis nº 11.598/2007 e 8.934/1994. Na primeira, que estabelecia diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e que criara a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), foram incrementados alguns dispositivos, sendo que as mudanças mais substanciais consistiram: na criação do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), agora responsável pela gestão da REDESIM e com competência para a classificação de risco das atividades; na dispensa de alvará de funcionamento para atividades de risco médio; e na obrigatoriedade da criação, manutenção e disponibilização de sistema digital acessível ao público. Já na Lei 8.934/1994, que dispunha sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades.

Afins, foram fixadas novas funções para o Drei (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração), ampliadas as hipóteses em que não haverá arquivamento de certos atos, e incluída a possibilidade do empresário ou pessoa jurídica de optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial. Além do mais, foi atribuída nova redação ao Decreto-Lei de nº 341/1938, que regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio, estabelecendo que certos documentos poderão ser substituídos por sua versão eletrônica, na forma de regulamento do Drei.

Quando trata da proteção de acionistas minoritários, a Lei em estudo altera as Leis nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e 7.913/1989. Na contramão do que previa o §2º do art. 110 da antiga redação da Lei nº 6.404/1976, o novo art. 110-A determina que "é admitida a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária", passando então a regular esta novidade, produzindo, em decorrência disso, outras modificações substanciais no corpo da Lei. Além disso, o art. 146 recebeu nova redação para permitir que os diretores possam ser residentes no estrangeiro. A seu turno, a Lei nº 7.913/1989, a qual versa sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, teve modificado o caput do seu art. 1º, passando a ampliar seu rol de legitimados, que além do Ministério Público, agora comporta a Comissão de Valores Mobiliários. Nesta linha, no âmbito econômico empresarial, também merece ser mencionado que foram introduzidas mudanças na Lei nº 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, e que foi revogado o inciso III do art. 15 da Lei nº 6.385/1976, que previa ser parte do sistema de distribuição de valores mobiliários "as sociedades e os agentes autônomos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão". Ademais, o art. 45 da Lei nº 14.195/2021 dispõe sobre e regula a nota comercial, que é um título de crédito e valor mobiliário previsto no inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 6.385/1976 e, em linha similar, acabaram sendo revogados dispositivos da Lei

ISBN 978-65-5629-077-5

nº 9.279/1996, a qual regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

As prescrições que dispunham sobre a facilitação do comércio exterior, além de alterar a Lei nº 12.546/2011, revogou as Leis de nº 2.145/1953, 2.807/1956, 2.815/1956, 3.187/1957, 3.227/1957, 4.557/1964 e 7.690/1988, revogou os Decretos-Leis nº 1.416/1975, e 1.427/1975, e revogou dispositivos das Leis nº 2.410/1955, 3.053/1956, 5.025/1966, dos Decretos-Leis nº 491/1969, 666/1969 e 687/1969, e das Leis nº 6.137/1974, 8.387/1991, todos referentes ao intercâmbio comercial com o exterior, inclusive tratando de matérias tributárias. Além disso, foram sujeitos à revogação alguns dispositivos da Lei nº 2.698/1955, que dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, entre outras disposições. Quanto às mudanças de conteúdo material introduzidas pela Lei objeto deste trabalho, os procedimentos para licenças, autorizações ou exigências administrativas para importações ou exportações serão quase que exclusivamente por meio de guichê eletrônico e, conforme o §3º do art. 8º: §3º O recolhimento das taxas impostas por órgãos e por entidades da administração pública federal direta e indireta, em razão do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviço público, bem como qualquer outra receita federal relacionada a operações de comércio exterior, ocorrerá por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) em transação financeira eletrônica.

Além disso, algumas alterações importantes foram feitas na Lei nº 12.546/2011, que instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva, entre outros, como por exemplo a nova redação atribuída ao seu art. 25, que determina o compartilhamento de dados e informações entre órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta com a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, acerca de transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que abranjam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, jurídicas ou dos entes despersonalizados, com exceção da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia. Outrossim, na Lei regula-se o procedimento de verificação de origem, que será baseada na origem declarada do produto, mas, em algumas hipóteses, nas presunções fixadas pela Lei.

Adiante, a Lei nº 14.195/2021 muda a direção e passa a tratar do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), embora as normas introduzidas consistem mais em disposições programáticas do que efetivamente regulatórias. Em outras palavras, somente se autoriza o Poder Executivo federal a instituir, sob a governança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Sira, "que constitui de um conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinados a facilitar a identificação e a localização de bens e de devedores, bem como a constrição e a alienação de ativos" (art. 13). No art. 14, definem-se os objetivos do Sira, no art. 15, os princípios que o orientam, e nos seguintes, sobre a possibilidade de se implementar um Cadastro Fiscal Positivo, a fim de aprimorar a relação entre a administração tributária e o Fisco. Outrossim, a Lei nº 9.430/1996 teve seu art. 80

ISBN 978-65-5629-077-5

modificado para delegar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a atribuição de definir as hipóteses de suspensão do CNPJ e, por outro lado, o esmiuçamento das hipóteses de declaração de inaptidão, no art. 81. Quanto a este tema também, a Lei nº 10.522/2001 passou a vigorar com alterações significativas relativas às atividades de cobrança, sendo que "a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá contratar, por meio de processo licitatório ou credenciamento, serviços de terceiros para auxiliar sua atividade de cobrança" (art. 19-F, *caput*). O art. 19-C também foi alterado, para o fim de expandir a possibilidade da Procuradoria de autorizar acordos em fase de comprimento de sentença.

As disposições sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais são passíveis de maiores discussões, já que, de uma forma ou de outra, acabam tangenciando normas de caráter tributário, uma vez que as contribuições corporativas são subespécies das contribuições especiais previstas no art. 149 da Constituição Federal. Nesta linha, o §6º do art. 150 da Constituição estabelece que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a contribuições só podem ser concedidos mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que *regule exclusivamente a correspondente contribuição*. Observa-se, assim, que uma Lei como a de Ambiente de Negócios, objeto do presente estudo, não foi em nada específica quanto às matérias tratadas, e, no meio de tudo isso, alteraram-se diversas regras sobre a cobrança de contribuições devidas aos conselhos profissionais, como a limitação da iniciativa de cobrança, o que, de certa forma, implica em diminuição da receita dos conselhos, especialmente diante de outras inclusões. Por exemplo, o novo parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.932/1981, diz que "o inadimplemento ou o atraso no pagamento das anuidades previstas no inciso II do caput deste artigo não ensejará a suspensão do registro ou o impedimento de exercício da profissão".

Em sentido completamente aleatório, a Lei nº 14.195/2021 segue a dispor sobre a profissão de tradutor e intérprete público, além de revogar a Lei nº 7.409/1985 e Decretos nº 13.609/1943, 20.256/1945 e 84.248/1979 que tratavam da Categoria Funcional de Tradutor e Intérprete. Sem direção, os dispositivos seguintes decorrem acerca da obtenção de eletricidade (arts. 35 ao 37), revogam-se dispositivos da Lei nº 9.472/1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações. Ainda, a Lei em estudo trata sobre a desburocratização societária e de atos processuais, e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Alterou-se o Código Civil para revogar o parágrafo único do art. 1.015, eliminando a possibilidade de se opor a terceiros o excesso dos administradores de sociedade. Extinguiu-se a EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) e incluiu-se o art. 206-A, decorrendo que: Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Como se verá, a modificação introduzida em um diploma de Direito Civil Material, na verdade tratou de Direito Processual, o que é vedado por disposições constitucionais e legais. Todavia, é importantíssimo destacar que a referida modificação, prevista no Projeto de Lei de Conversão nº 15/2021, pelo menos até

ISBN 978-65-5629-077-5

o momento da conclusão do presente trabalho, encontra-se em pauta para apreciação do Congresso, em virtude de ter sido objeto do veto do Presidente da República. Por essa razão também é que ainda não foi alterado o texto do Código Civil, que mantém a redação dada pela Medida Provisória nº 1.040/2021, pela qual "a prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão", que, além disso, deverá ser objeto de Decreto Legislativo que regule seus efeitos, nos termos do §3º do art. 62 da Constituição Federal. Neste mesmo impasse, encontram-se outras partes da Lei nº 14.195/2021, a exemplo daquela que pretende incrementar ao art. 1.142 mais três parágrafos, para esclarecer que "o estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual" (§1º), sendo que, neste último caso, "o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária" (§2º).

Por último, e talvez a mudança mais relevante, estão as alterações sofridas pelo Código de Processo Civil (13.105, de 16 de março de 2015), transformando a citação por meio eletrônica como a preferencial, tendo como base os endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário. Além disso, entre outras coisas, foi dada nova redação ao inciso III do art. 921, estabelecendo que a execução será suspensa "quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis", alterados os parágrafos 4º e 5º e incluídos os parágrafos 4º-A, 5º, 6º e 7º, que tratam da decretação de prescrição intercorrente. Enquanto antes o termo inicial da prescrição intercorrente marcava-se pelo decurso do prazo de 1 (um) ano da suspensão da execução, quando o executado não possuísse bens penhoráveis, agora se iniciará da "ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo previsto no § 1º deste artigo" (§4º), isto é, 1 (um) ano.

Em suma, foram estas mencionadas as principais mudanças trazidas pela Lei nº 14.195/2021, e não são poucas. Com essa visão geral da inovação legislativa, pretende-se, a partir daqui, analisar com mais profundidade não o conteúdo da lei, mas sua forma e fatores extrínsecos, com o objetivo de fazer a prova real da proposição inicial deste estudo, qual seja, a de que esta lei é mais uma amostra do caótico cenário legislativo brasileiro, e mais um exemplo de "contrabando legislativo" e "emendas jabutis", contribuindo para a instabilidade institucional e jurídica, tão preciosa em momentos como o atual.

2.3 O "JABUTI" COMO ELEMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Aparentemente, em nome da conveniência, muito se fez, em um fenômeno não raro na construção dos textos legais brasileiros - a produção de "jabutis": A regulação, implementação ou revogação de dispositivos sem qualquer coerência material. Neste sentido, vê-se uma série de "jabutis" que não só são patuá da desorganização legislativa na concertação de pautas, mas também potenciais violações, em termos formais, ao instituto da Medida Provisória.

Essa incoerência material se mostra mais evidente na Lei de Conversão editada pelo Congresso quando da aprovação da Medida Provisória. Seguiu, como se verá, a sina ditada pelo Deputado Ulysses Guimarães para os "jabutis"

ISBN 978-65-5629-077-5

legislativos, com conjunto de alterações legislativas em um processo relembrado por Otávio Pinto e Silva como "contrabando legislativo".

O próprio entendimento do Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 5.127, datada de 2015, já ditou a orientação de que a seleção de assuntos díspares não é recomendável, e que a manutenção de coerência e lógica nos destaques e emendas parlamentares é essencial no processo institucional democrático (ADI nº 5.127, 2015, p. 108). A ausência desta observância tem como resultado direto nada menos que a formulação de distorções procedimentais e vícios materiais.

Além da orientação dada em 2015 pelo Supremo Tribunal Federal, tem-se a Lei Complementar nº 95/1998, que versa exatamente sobre a "elaboração, alteração e a consolidação das leis" e das Medidas Provisórias, conforme seu artigo 1º, *caput* e parágrafo único. O artigo 7º do mesmo dispositivo tem mais que ver com os aspectos formais - objetos de uma lei e disposições sobre seu âmbito de aplicação (BRASIL, 1998).

Os incisos I e II denotam que a lei não pode ter vários objetos nem poderá conter matéria estranha a aqueles (BRASIL, 1998). Assim, entende-se que a pertinência temática é fundamental para uma legislação. Neste sentido, o Congresso Nacional desconsiderou em absoluto tanto a orientação da ADI nº 5.127 dada pelo Supremo Tribunal Federal, quanto a Lei Complementar nº 95/1998, nas suas determinações sobre coerência e objeto. Um bom exemplo dessa "construção de jabutis" na Lei de Conversão envolve as alterações observadas na legislação processual civil, como já foi mencionado, especialmente no art. 206-A do Código de Processo Civil, sobre a prescrição intercorrente, ou a alteração do procedimento de citações previsto no art. 246 do Código de Processo Civil.

Assim, faz-se necessário apontar que a própria Medida Provisória incorreu em erro crasso ao tratar de instituir ou alterar legislação processual civil – no caso, disposições sobre a prescrição intercorrente, tema que será abordado mais adiante. O ponto fundamental deste tópico é que o Congresso Nacional se aproveitou do rito de uma Lei de Conversão para passar temas pertinentes a processo civil, o que constitui afronta aos dispositivos de baliza do processo legislativo já mencionados.

Não se tratou, porém, de um erro isolado em um ato legislativo. A amplitude temática e a tratativa de temas estranhos à Medida Provisória ou a Leis de Conversão permeiam o ato legislativo por completo, gerando uma série de atos confusos e desordenados, como os que já foram mencionados.

3 RESULTADOS

Após o exposto, pode-se concluir que o próprio texto da Medida Provisória enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional é carregado dos mais diversos temas – desde mudanças no campo do direito empresarial, até regulamentação da atividade profissional de tradutores. Esta amplitude temática vai contra o diploma legal brasileiro – particularmente a Lei Complementar nº 95 de 1998, além de contrariar a orientação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal ao Legislativo Federal.

A elaboração da Lei de Conversão, que foi sancionada com vetos pelo Presidente da República - ainda não analisados pelo Congresso – ao invés de

ISBN 978-65-5629-077-5

refrear os impulsos de amplitude na elaboração de legislações, os levou a um nível ainda mais profundo, sendo acrescentados os diversos artigos já mencionados no decorrer do artigo, que também versam sobre os mais variados assuntos.

Como já mencionado, vê-se violação às balizas judiciais e legislativas quanto à amplitude de temas ao longo do processo legislativo que passou pela Medida Provisória nº 1.040, a Lei de Conversão nº 15, e culminou na Lei nº 14.195. A amplitude e incoerência em várias temáticas inseridas, particularmente pelo Congresso Nacional quando da Lei de Conversão, se contrapõe frontalmente às recomendações judiciárias e às determinações do próprio Congresso Nacional em 1998, e às próprias visões de coerência normativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se os resultados, é importantíssimo verificar que este tipo de procedimento, de exercício de colagem de elementos díspares e de junção de matérias de forma desordenada não é, infelizmente, uma exceção no processo legislativo pátrio. Uma tendência perceptível nos quadros de formulação das leis brasileiras é a de junção de pautas que não são unidas por seu objeto, criando normas de amplo escopo que não permite a profundidade, como já mencionado por Carlos Eduardo Vergueiro, Muriel Waksman e Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (2021).

As disposições para refrear o impulso do "*catch-all*" nos textos legais, por mais que existam e delimitem de forma clara a necessidade de coerência, não têm o seu cumprimento observado ao longo de diversas legislaturas. Sua existência é inócua quando desprovida de efetividade e cumprimento, o que se torna o desafio, dentro de nossa obsessão legiferante, de construir uma coerência nos atos editados pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Por essa razão é que se faz importante manter uma fiscalização contínua e rígida pelos operadores do direito, que estão de fato no intermédio das abstrações legislativas e da realidade, traduzindo e aplicando ao povo o que seus representantes os impõem. Sendo assim, a maneira de atribuir efetividade às disposições que visam a coerência é a presença ativa, não só da população, mas especialmente dos juristas e acadêmicos, nos processos legislativos, exigindo que sejam desenvolvidos sob substratos materiais e reivindicações sociais reais, assim como que sigam as normas legais e constitucionais que os orientam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial nº 00049/2021 ME AGU MJSP MME SG. Brasília, DF: 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.040, de 29 de março de 2021. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 de março de 2021.

BRASIL. Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 de agosto de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1998.

BRASIL. Lei de Conversão nº 15, de 29 de março de 2021. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 de março de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 de março de 2015.

MONTEIRO DE CASTRO, Rodrigo R.; CORRÊA DE ARAÚJO, Leonardo Barros. **A medida provisória 1.040 e suas alterações na Lei das S.A**. [*S. l.*], 5 abr. 1921. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/342893/a-medida-provisoria-1-040e-suas-alteracoes-na-lei-das-s-a. Acesso em: 17 set. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI Nº 5.127**. Relatora Ministra Rosa Weber. Disponível em < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10931367>. Acesso em 22 set. 2021.

VERGUEIRO, Carlos Eduardo; WAKSMAN, Muriel; VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **A MP 1040/2021 e as alterações na lei das sociedades por ações**: É de se esperar o texto final do Senado para se verificar se o já amplo objeto da MP 1040/21 será ou não ampliado mais ainda. [*S. l.*], 19 jul. 2021. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/depeso/348640/a-mp-1040-2021-e-as-alteracoes-na-lei-dassociedades-por-acoes. Acesso em: 15 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

A INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS 3.298/1999 E 5.296/2004 NO TOCANTE À DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Vanessa Agnes Martins Sales [1]
Alexandre Barbosa da Silva[2]

RESUMO: O presente estudo visa defender a inconstitucionalidade do art. 4º, II, do Decreto de número 3.298/99 e art. 5º, §1º, "b" do decreto de número 5.296/04, visto que, para os efeitos dos referidos dispositivos jurídicos, será considerada "pessoa com deficiência auditiva" os indivíduos que possuírem perda auditiva bilateral. Exclui-se os cidadãos com perda auditiva unilateral, ainda que estes se enquadrem na definição de deficiência arguida pelos próprios decretos, bem como, na conceituação de leis nacionais e tratados internacionais que regulamentam a temática da pessoa com deficiência, principalmente a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com deficiência da ONU (Organização das Nações Unidas). Veda-se qualquer discriminação das pessoas com deficiência em razão de sua incapacidade e o texto Convencional que regulamenta a temática possui status de Emenda Constitucional, sua violação pressupõe inconstitucionalidade de normas contrárias. Através da pesquisa bibliográfica faz-se a análise de legislações nacionais e internacionais e os resultados persistem na defesa da inconstitucionalidade da definição de deficiência auditiva arguida pelos referidos decretos.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Auditiva. Unilateral. Convenção. Inconstitucional.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade do trabalho é averiguar se os decretos de número 3.296/99 e 5.296 de 2004, ao conceituar a deficiência auditiva, o fizeram de maneira coerente ou se houve uma eventual exclusão indevida das pessoas com perda unilateral auditiva. Sendo devido realizar uma comparação com a conceituação de deficiência de outras normas, dentre elas, Leis Nacionais e as disposições de Tratados Internacionais de direitos humanos, averiguando também o posicionamento hierárquico desses, aferindo qual dispositivo jurídico deveria se sobressair ou eventualmente qual detém predominância. Analisa-se também, se as disposições contrárias a Carta Magna acerca da temática da pessoa com deficiência, devem ser objeto de controle de constitucionalidade.

O presente estudo possui o objetivo de demonstrar que a não inclusão dos indivíduos com deficiência auditiva unilateral no enquadramento de deficiência é capaz de gerar uma discriminação, podendo comprometer a noção de isonomia, a qual, o ordenamento jurídico pátrio possui como um dos principais princípios constitucionais.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo, pelo qual se deduz conclusões a partir da análise de diferentes normas, decretos, leis, jurisprudências, doutrinas e Convenções internacionais que dissertam e regulamentam o tema, utilizando-se do procedimento de pesquisa bibliográfica e documental, com a respectiva formulação de hipóteses. Sendo que, após a verificação das disposições seja possível analisar se

[1] Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário Univel.
[2] Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador do Mestrado em Direito da Univel. Procurador do Estado do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico da UFPR e do Grupo de Pesquisa em Direito e Regulações da UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

há alguma contradição entre os decretos em tela, no que tange a conceituação de deficiência auditiva e demais dispositivos.

O assunto em tela é de extrema importância para a sociedade, tal fato pode ser evidenciado em virtude de projetos de Lei e Leis Estaduais já em vigor que consideram a pessoa com perda auditiva unilateral como "pessoa com deficiência" para efeitos de cargos e concursos públicos, bem como, reserva de vagas em empresas da iniciativa privada, o que consequentemente permite maior acesso aos direitos inerentes aos sujeitos.

Da maneira que se procede atualmente, existem constantes ações judiciais que tratam da temática da pessoa com perda auditiva unilateral, tendo em vista que, ao tentar ingressar em carreiras policiais o referido não é considerado "apto" por não dispor das capacidades sensoriais consideradas dentro do padrão. Em contrapartida, aqueles não são "suficientemente deficientes" para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência em concursos públicos e para a ocupação de vagas destinadas ao grupo com deficiência para compor o quadro de funcionários da reserva de vagas em questão em empresas da iniciativa privada.

É importante ressaltar que, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) afirma que, desde o ano 2000 o grupo de pessoas com deficiência situado no território brasileiro, possuem pouco acesso aos direitos humanos básicos, tais como: acesso à escola, trabalho, transporte público e outras atividades que são costumeiras, ou pelo menos, deveriam ser. (FONSECA, 2012).

2 A FIGURA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Quando se trata de impedimentos, sejam de natureza física, sensorial, mental ou intelectual, segundo Fonseca (2012) são peculiaridades de cada um, de modo que, ao interagirem com os obstáculos sociais podem ocasionar uma exclusão social.

As barreiras de que se trata são os aspectos econômicos, culturais, tecnológicos, políticos, arquitetônicos, comunicacionais, enfim, a maneira como os diversos povos percebem aqueles predicados. O que se nota culturalmente é a prevalência da ideia de que toda pessoa surda, cega, paraplégica, amputada ou com qualquer desses impedimentos foge dos padrões universais e por isso tem um "problema" que não diz respeito à coletividade. É com tal paradigma que se quer romper. (FONSECA, 2012, s/p.).

2.1. ABORDAGEM HISTÓRICA

No final do século XIX, com a ascensão do positivismo e a efetivação de conhecimentos médicos, a concepção era de que as pessoas com deficiência eram "pacientes" e precisavam ser curadas, pois acreditava-se que possuíam problemas orgânicos. Sob este prisma, buscavam o desenvolvimento terapêutico a fim de que provocasse uma melhora nas condições do referido conjunto com o intuito de fazer com que esses indivíduos cumprissem com os ditames que a sociedade exigia (LANNA JUNIOR, 2010).

No processo de formação histórico da visão da sociedade para com a pessoa com deficiência, no pós-2ª Guerra Mundial, com um intenso estímulo de movimentos sociais, outras esferas de direito foram abarcadas, tais como, o grupo de cidadãos

ISBN 978-65-5629-077-5

com deficiência. Tal fato ocorrera pois, muitos soldados foram acometidos por diversas sequelas oriundas das batalhas (PEREIRA e LELIS, 2016). Nesse período, passaram realmente a serem reconhecidos como sujeitos de direito, conforme estipulado no Programa da ONU de Ação Mundial para Pessoas Deficientes, do ano de 1982. Nesse contexto, concluíram que o meio em que o indivíduo estava inserido era o propulsor que realçava a incapacidade da pessoa em sua rotina (BRUMER, PAVEI e MOCELIN, 2004).

No ordenamento jurídico pátrio, até por volta do ano de 1980, seu caráter era resumidamente assistencialista e paternalista, o que resultava na ratificação de uma ideia da situação e sua real prática no tocante ao tratamento social das pessoas com deficiência. Entretanto, atualmente, a legislação brasileira apresenta uma natureza que visa a integração do grupo de pessoas com deficiência, possuindo um viés legalista, atribuindo à toda a política pátria uma maior observância aos movimentos de defesa dos direitos humanos do cidadão com deficiência, tanto pela ONU, como por outras organizações (BRUMER, PAVEI e MOCELIN, 2004).

A ideia assistencialista relacionada às pessoas com deficiência, ainda que bem intencionada, não deve limitar nela própria, caso contrário, há a possibilidade de prejudicar a efetivação civilidade e dignidade dos cidadãos. Entretanto, o viés assistencialista de algumas medidas pode prosperar junto às políticas públicas a fim de proporcionarem uma superação dos que forem assistidos, com o intuito de que essas pessoas consigam tomar a direção da vida das mesmas e gozem plenamente dos seus direitos humanos (FONSECA, 2012).

É importante ressaltar que, nessa conjuntura, há cerca de trinta anos vêm ocorrendo alterações nas perspectivas e paradigmas acerca da deficiência. Foi nesse período que o tema "luta pelos direitos das pessoas com deficiência" foi de certo modo, removido da seara de assistência social e realocado na esfera dos direitos humanos (LANNA JUNIOR, 2010).

2.2 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

A Convenção Internacional dos Direitos das pessoas com deficiência traz um conceito cristalino, de modo objetivo e pontual, com eficácia plena – quando adotada a classificação de "Eficácia das normas constitucionais" de autoria do doutrinador José Afonso da Silva. É conveniente apontar ainda que, não é possível adotar determinado conceito para uma situação específica e outra definição mediante outra condição (ARAUJO, 2012).

No preâmbulo da Convenção de Nova Iorque, mais especificamente na letra "e" demonstra que o intuito da Organização das Nações Unidas era de provocar uma modificação da definição, cujo embasamento consiste em afirmar que o conceito de deficiência está em evolução, e que a mesma é o produto da interação entre pessoas com deficiência e obstáculos que inviabilizam a plena participação do referido grupo em igualdade com as outras (FONSECA, 2012).

Sob este prisma, no primeiro artigo da Convenção são apresentados os propósitos do documento, tais como: a primazia da proteção com o objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos humanos de modo equitativo, bem como, suas respectivas liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e a promoção da dignidade (FONSECA, 2012).

ISBN 978-65-5629-077-5

Nessa conjuntura, Fonseca (2012, s/p.) aborda na íntegra os destinatários do conteúdo consagrado na presente convenção, sendo esta a definição arguida: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação (...)", sendo esta plena e efetiva. A participação na sociedade deve ser interpretada considerando a igualdade de condições entre as pessoas com deficiência e os demais sujeitos (FONSECA, 2012).

Trigueiro (2014) aponta sobre a Convenção Internacional supracitada, que foi uma espécie de maior desenvolvimento das normas anteriores, como por exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos do ano de 1948 e dos Pactos Internacionais que tratam dos direitos econômicos, sociais e os culturais e o Pacto internacional dos direitos civis e políticos, cujo ano de publicação de ambos foi em 1966. Nessa perspectiva da abordagem de um conceito de deficiência:

> A convenção interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência OEA define "deficiência" como sendo uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (TRIGUEIRO, 2014, p. 45-46).

No mesmo aspecto, é importante ressaltar, inclusive, com relação a vigência da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que trata da organização da assistência social, a qual especifica em seu artigo 20, §2º e §10 que será considerado como "pessoa com deficiência" quando for constatado um impedimento a longo prazo, cuja natureza possa ser sensorial, mental, física ou intelectual, desde que o referido prazo seja de no mínimo 2 anos (BRASIL, 1993).

Como se verá mais adiante, no Estatuto da pessoa com deficiência, ainda é possível identificar que, para ser destinatário de tais prerrogativas, levar-se-á em conta se o impedimento do indivíduo é de longo prazo, se a natureza é sensorial, se está no intelecto ou é física, assim como se a mesma prejudica sua efetiva participação no meio social de maneira igualitária para com as outras pessoas (BRASIL, Lei nº. 13.146, 2015, art. 2º).

Vale mencionar também que, o art. 2º da Lei complementar de número 142 de 08/05/2013, a qual dispõe a regulamentação do art. 201, §1º da Carta de 1988 que trata da Previdência Social da pessoa com deficiência e a sua aposentadoria, traz uma definição de deficiência para os efeitos de suas disposições (TRIGUEIRO, 2014).

O referido dispositivo aborda que, os destinatários do direito à aposentadoria que regulam a lei complementar, conforme aponta Trigueiro (2014, p. 51) corresponde àqueles indivíduos que são possuidores de impedimentos: "(...) de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições (...)", isto é claro, quando comparado aos demais cidadãos (TRIGUEIRO, 2014).

Sob esta seara, o art. 3º do Decreto de número 3.298 de 1999, nos respectivos incisos, aborda três aspectos para a categorização do referido termo, quais sejam: Deficiência, deficiência permanente e incapacidade. A primeira, correspondente ao inciso I, menciona que, trata-se de uma anormalidade, ou ainda perda de função –

ISBN 978-65-5629-077-5

fisiológica, psicológica ou anatômica – capaz de provocar incapacidade no exercício de atividades, se comparados com o padrão de normalidade (BRASIL, Decreto 3.298, 1999, art. 3º).

É pertinente apontar ainda que, o inciso II do art. 3º do Decreto de número 3.298/1999, determina que a deficiência deve estar estabilizada, de maneira que, não permita sua recuperação. Assim, o terceiro e último inciso que trata da incapacidade, estabelece que, esta deve provocar uma diminuição na integração social do indivíduo, sendo necessário, fazer o uso de equipamentos, adaptações ou outros recursos que possibilitem ao cidadão com deficiência uma troca de informações (BRASIL, Decreto 3.298, 1999, art. 3º).

O conceito abordado pelo art. 3º do Decreto de número 3.298 do ano de 1999, o qual dispõe a regulamentação da Lei de número 7.853/1989, possui como parâmetro a Classificação internacional de Impedimentos, tratando de Deficiências e Incapacidades com a sigla CIDID, a qual fora editada pela Organização Mundial da Saúde no ano de 1989. A referida classificação, por sua vez, faz o uso de três pontos referenciais para chegar à definição do indivíduo com deficiência, isto é, a própria deficiência, sua incapacidade e o impedimento (GUGEL, 2016).

Segundo Gugel (2016, p. 52):

> A deficiência transitória ou permanente deve ser entendida como sendo a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica; a incapacidade é a restrição que resulta da deficiência, isto é, que impede ou limita a locomoção, a comunicação, o ouvir, o ver; o impedimento é a situação de desvantagem em que fica a pessoa que tem deficiência em decorrência de condições desfavoráveis dos ambientes externos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) possui duas classificações que foram criadas para que seja possível descrever o estado de saúde da pessoa, uma é o CID, isto é, a Classificação Internacional das Doenças, a qual está na sua décima revisão (CID-10) e o CIF, que significa "Classificação de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens". Vale lembrar que, a CID, já possui revisões mais atuais, tal como a CIDID (NUBILA e BUCHALLA, 2008).

A CIF possui o objetivo de enquadrar as incapacidades, funcionalidade e saúde dos indivíduos, é mais complexo que a outra classificação e também tem como intuito complementar a CID-10. Esta, por sua vez, disponibiliza uma espécie de "diagnóstico" para doenças ou distúrbios, podendo abranger ainda outras condições. Mas, de modo geral, a recomendação é que ambas sejam usadas em conjunto, de forma a complementar as informações (NUBILA e BUCHALLA, 2008).

É pertinente apontar ainda que, existem CID-10 de indivíduos com perda auditiva unilateral, sob o CID H-90 que trata de "perda da audição por transtorno de condução e/ou neurossensorial", conforme aponta o portão Apolo, *Sofware* para gerenciamento de clínicas (s/a., s/p.), é possível identificar as categorias que são incluídas nessa classificação:

> H90.1 - Perda de audição unilateral por transtorno de condução, sem restrição contralateral; (...) H90.4 - Perda de audição unilateral neuro-sensorial, sem restrição de audição contralateral; (...) H90.7 - Perda de audição unilateral mista, de condução e neuro-sensorial, sem restrição de audição contralateral. (s/a., s/p.).

ISBN 978-65-5629-077-5

Nesse viés, o conceito arguido pelo Decreto 3.298/1999 fundamenta-se no princípio da normalização das pessoas. Entretanto, tal feito, ainda que seja assimilado como uma evolução, não é possível concluir a partir de sua análise, que o cidadão com deficiência é um sujeito de direitos, devendo este, usufruir de iguais oportunidades que a ampla sociedade, seja qual for seu grau de deficiência (GUGEL. 2016).

Sob a ânsia de uma alteração acerca da conceituação da pessoa com deficiência, Gugel (2016), aponta que, houve uma substituição da definição de deficiência constante no art. 3º do Decreto de número 3.298/1999 para a utilização do conceito abordado na Convenção da Guatemala. Este último dispositivo, também é conhecido como "Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência" que foi regulamentado pelo Decreto de número 3.956 do dia 08 de outubro de 2001.

Na referida Convenção, também conhecida como "Convenção da Guatemala", ficou estabelecido que o conceito de deficiência, consiste em uma restrição, seja de natureza mental, física, ou sensorial, sendo esta permanente ou transitória, como já mencionado anteriormente. Sob este prisma, Gugel entende que a disposição revogou a definição anterior (GUGEL, 2016).

Depreende-se então que, o novo conceito, se avaliado a partir da Convenção da Guatemala defende uma ideia de reconhecimento da figura do indivíduo, considerando-o um sujeito de direitos, estabelecendo também a eliminação de discriminações, juntamente com a promoção de uma igualdade efetiva e com maior conformidade com a "Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e saúde", cuja sigla é CIF (GUGEL, 2016).

Contrariando Gugel, Fonseca aponta que a nova definição de pessoa com deficiência que foi aderida pelo ordenamento jurídico pátrio, foi através da Convenção de Nova Iorque, isto é, a Convenção internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoas com deficiência e sua ratificação no ordenamento brasileiro, o que perfaz ultrapassando a ideia assistencialista e clínica que moldava as disposições anteriores. É válido apontar, nessa conjuntura que, o fator político passa a ser ressaltado a fim de que haja a superação das barreiras sociais, de tecnologias, políticas e também as culturais (FONSECA, 2012).

No ordenamento jurídico brasileiro, as deficiências consideradas podem ser localizadas no art. 4º do Decreto de número 3.298 de 1999, sendo elas alteradas pelo Decreto de número 5.296 do ano de 2004, através do art. 70, sendo possível afirmar que seu rol é exemplificativo. Sendo esse, o entendimento da 49ª Reunião plenária, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conhecido como CONADE, cujo encontro fora efetuado entre os dias 07 e 08 de novembro do ano de 2006. Tal decisão foi tomada tendo em vista que a Organização buscou responder acerca dos indivíduos com fissura labiopalatina e também sobre a definição de deficiência (GUGEL, 2016).

Assim, é perfeitamente possível afirmar que, o CONADE estabeleceu que o rol do Decreto 5.296/2004, responsável por indicar quais as deficiências são enquadradas como tais, é um rol meramente exemplificativo, tendo em vista que deve ser observada a interpretação mais favorável, com aplicabilidade da Convenção da Guatemala (GUGEL, 2016).

Também, em conjunto com o conceito de pessoa com deficiência, acerca da nomenclatura é perceptível a incidência de certos eufemismos para se tratar da

ISBN 978-65-5629-077-5

pessoa com deficiência, tais como: "pessoa portadora de necessidade especial", ou ainda "pessoa incapaz". Entretanto, tais expressões não são adequadas, tendo em vista que, acabam por cobrir o real assunto e mantém a exclusão de maneira imprecisa (FONSECA, 2012).

> Por exemplo: "pessoa portadora de necessidade especial" o que é? As gestantes, os idosos, os namorados apaixonados, enfim, todos nós temos necessidades especiais em circunstâncias específicas, mas, certamente, nenhum de nós as "porta", uma vez que não são objetos. Trata-se de um erro evidente, tanto de definição do conteúdo quanto de concordância nominal e verbal. Todos nós somos especiais considerando o princípio da dignidade da pessoa humana como nota distintiva de cada indivíduo (FONSECA, 2012, s/p.).

A palavra "portadora" anteriormente utilizada, tratava de um indivíduo que carregava algo junto a si, e nesse sentido, havia a ideia de que a deficiência não era do cidadão, e sim, somente estava com ela. Com a alteração da terminologia, a deficiência passou a compor o indivíduo (ARAUJO, 2012).

A partir da Convenção, no ordenamento jurídico pátrio a terminologia foi alterada, passando a adotar o termo consagrado no referido dispositivo, isto é, "Pessoa com deficiência". Tal iniciativa foi capaz de tornar o conceito muito mais amplo, sendo relevante apontar, inclusive que, anteriormente a qualquer deficiência, a "pessoa" se sobrepõe (MARTA, 2012).

2.3 A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE

Na concepção de Flávia Piovesan (2018), tratados internacionais são acordos de cunho jurídico de natureza obrigatória e vinculante – *pacta sunt servanda* – tendo como mais importante fonte obrigacional da disciplina de Direito internacional.

A ONU, essencialmente preocupada com as questões de preservação da dignidade humana, tendo em vista fatos históricos da Itália Fascista e Alemanha Nazista, cujos ordenamentos jurídicos consistiram na opressão e eliminação de minorias, fizeram com que a Organização supracitada retomasse a observância aos direitos humanos universais, de modo a proporcionar às pessoas com deficiência, suas devidas liberdades individuais. Nessa perspectiva, como já havia sido positivada questões relativas à preservação do direitos das mulheres, imigrantes, crianças e ainda pessoas em situação de trabalhos forçados, a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência foi a oitava a ser editada pela referida organização e no Brasil foi a primeira à ser incorporada pela Constituição Brasileira de 1988 (FONSECA, 2012).

Nesse sentido, o texto Convencional em tela, foi o primeiro tratado internacional na esfera dos direitos humanos a ser ratificado pelo Brasil sob a categoria de Emenda Constitucional, de acordo com o que estabelece o §3º, art. 5º, CRFB/88, ocorreu em Nova Iorque sendo que, devido ao fato de ter sido promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a convenção resultou em uma repercussão global. Logo, através do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, a denominada "convenção de Nova Iorque" teve sua ratificação promulgada através do Decreto do presidente número 6.949, do dia 25 de agosto do ano de 2009 (TRIGUEIRO, 2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

Antes da Convenção de Nova Iorque, vigorou no campo de tratados internacionais dos Direitos humanos, a Convenção da Guatemala, todavia, não fora ratificada pelo Brasil com status de Emenda Constitucional, limitou-se ao campo de direitos humanos interamericano (TRIGUEIRO, 2014).

Sob este prisma, seguindo as atribuições trazidas pelo referido parágrafo, houve a incorporação da "Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo" junto ao ordenamento jurídico brasileiro. Tal feito, fez com que o referido tratado de Direitos Humanos, fosse o pioneiro do século XXI, assim como, é considerado um dos mais recentes a versar sobre "a pessoa com deficiência" (SILVA e PEREIRA, 2018).

Com relação às normas que consagram direitos e garantias fundamentais, dispostas no art. 5º da Constituição Federal, com efetividade imediata em virtude da incidência do §1º do artigo supracitado, ainda existem demais direitos fundamentais dispostos na Carta Magna, como abordado no §2º. Este, aponta que os direitos e garantias constantes de modo expresso não inviabilizam a aplicação dos demais direitos oriundos de princípios ou outros adotados por meio de Tratados Internacionais que o país seja signatário. Sob este viés é possível ressaltar os direitos sociais consagrados nos artigos 6º até o 11º, assim como o disposto nos artigos 14º ao 16º, todos da Constituição Federal, pelos quais abordam os direitos políticos (SILVA e PEREIRA, 2018).

Sobre a Convenção supracitada, Trigueiro (2014, p. 38), afirma: "(...) não foi inserida no texto da Constituição, por não ser uma Emenda no sentido estrito do termo, apesar de ter sua equivalência às Emendas à Constituição".

Sob este prisma, o artigo 2º do referido texto convencional aborda, em uma das temáticas a discriminação por motivo de deficiência, a qual procura conceituar essa situação que acontece quando há o intuito de excluir, constatar diferenças ou limitar os direitos das pessoas com deficiência (FONSECA, 2012).

Enquanto o artigo 3º trata dos princípios gerais da convenção, dentre eles estão a independência, autonomia e livre escolha da própria pessoa, também é possível lembrar da dignidade da pessoa com deficiência, plena participação e vedação à discriminação. Menciona-se, inclusive, sobre a deficiência como uma natureza inerente aos humanos e também, sobre a inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Em suma, tais princípios são indiscutivelmente normas capazes de proporcionar um mecanismo norteador na aplicação do tratado, que proporciona uma efetiva dignidade da pessoa com deficiência como um agente ativo, autônomo e participativo, desprendido de uma proteção excessiva e caridosa (FONSECA, 2012).

Nesse sentido, o artigo 4º é voltado aos Estados-Partes, na qualidade de obrigações de implementação, assim como, a universalização da Convenção nas suas jurisdições a fim de que, sejam reprimidos costumes e práticas discriminatórias contra o grupo em tela. Nesse viés, também há o estímulo na atualização das matérias legais que abordam o tema e a implementação de políticas públicas voltadas à divulgação das capacidades daqueles que possuem deficiência, juntamente com as suas necessidades e promoção do seu convívio social (FONSECA, 2012).

Destaca-se nas disposições da Convenção de Nova Iorque, o conteúdo do artigo 4, item 4, que trata da discriminação, cujo motivo propulsor é a deficiência e nesse sentido, aborda um mecanismo que viabiliza a resolução de antinomias que podem vir a ocorrer, entre o tratado e alguma eventual legislação interna do Estado signatário, assim, dispõe o prevalecimento da Convenção (TRIGUEIRO, 2014).

ISBN 978-65-5629-077-5

É cabível mencionar que nos artigos 5º e 9º, os quais tratam de princípios, respectivamente o princípio da igualdade e o da não discriminação, bem como da acessibilidade, são os fundamentos do acesso a integralidade dos direitos, com total repercussão na vida das pessoas integrantes do referido grupo (GUGEL, 2016).

É pertinente mencionar ainda que, no que tange aos demais artigos, o instrumento internacional em tela dispõe:

> A leitura do texto convencional permite identificar os seguintes princípios referentes a direitos civis e políticos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, quais sejam: igualdade e não discriminação (artigo 5º); Direito à vida (artigo 10); Reconhecimento igual perante a lei (artigo 12); Acesso à justiça (artigo 17); Liberdade e segurança da pessoa (artigo 14); Prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis; desumanos ou degradantes (artigo 15); Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso (artigo 16); Proteção da integridade da pessoa (artigo 17); Liberdade de movimentação e nacionalidade (artigo 18); Vida independente e inclusão na comunidade (artigo 19); Mobilidade pessoal (artigo 20); Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação (artigo 21); Respeito à privacidade (artigo 22); Respeito pelo lar e pela família (artigo 23); e participação na vida política e pública (artigo 29) (SILVA e PEREIRA, 2018, p. 341).

É possível identificar também a disposição de outros direitos de cunho sociais e voltados à cultura, tais como: direito à educação e saúde (artigos 24 e 25, respectivamente); direito à habilitação e reabilitação e também ao trabalho e emprego, localizados nos artigos 26 e 27. Menciona-se ainda os artigos 28 e 30 que abordam a qualidade de vida, com relação à proteção social e participação cultural, lazer e esportes, dentre tantos outros artigos que apresentam também, conteúdo procedimental processual, como especificações de assinatura (SILVA e PEREIRA, 2018).

É pertinente apontar, inclusive que, no que tange aos direitos humanos, a Convenção da Organização das Nações Unidas não criou esse sistema, mas o aprimorou. De maneira que, possibilitou a efetiva caracterização de mecanismos jurídicos capazes de viabilizar a fruição desse imenso conjunto de pessoas, que conforme a OMS aponta, passam de 600 milhões de pessoas no mundo (FONSECA, 2012).

A convenção de Nova Iorque foi de fato foi um marco inovador com relação aos direitos da pessoa com deficiência, tendo em vista que, na perspectiva de Silva e Pereira (2018) aqueles sujeitos passaram a não serem mais os que devem se adequar ao meio social e aos locais, e sim, cabendo à própria sociedade dispor dos meios necessários à ampla integração e inclusão das pessoas com deficiência, sendo capaz de gerar mudanças.

2.4 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Conforme afirmam Silva e Copetti Neto (2018), no dia 06 de julho de 2015 foi criado o "Estatuto da Pessoa com Deficiência", sob a Lei de nº. 13.146 a qual busca definir os destinatários de seus direitos, de modo a garantir a promoção da igualdade, inclusão e também a não discriminação assim como, o amplo acesso aos direitos

ISBN 978-65-5629-077-5

fundamentais com vistas ao desenvolvimento do indivíduo, conforme abordado no primeiro artigo do dispositivo.

A criação do Estatuto da Pessoa com deficiência, também conhecida como "Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência" (LBI), constitui uma das medidas legislativas adotadas pelo Brasil para cumprir o disposto na Convenção de Nova Iorque, conforme aborda o art. 4º, §1º desse Tratado (SILVA e PEREIRA, 2018).

A expectativa do Estatuto da Pessoa com Deficiência é que fosse um meio de inclusão embasado em normativas que propiciem uma política pública a fim de demonstrar um cuidado maior com a temática. É oportuno ressaltar ainda que, devido às grandes influências da Convenção de Nova York, o Estatuto da pessoa com deficiência passa a aderir uma nova definição, se utilizando de uma nova moldagem linguística com a adoção do modelo biopsicossocial de "deficiência", de modo a levar em consideração as barreiras que causam obstáculos gerados pela sociedade, que dificultam o pleno exercício dos direitos (ARAUJO e COSTA FILHO, 2015).

Sobre a Lei de Inclusão, Araújo e Costa Filho (2015, p.4) apontam:

> A lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de trazer novos institutos jurídicos relativos a concepção de deficiência, capacidade legal, avaliação psicossocial e acessibilidade, promoveu ainda alterações em diversas normas nacionais em suas disposições finais e transitórias, como no Código Civil, Código de Defesa do Consumidor, Lei de improbidade Administrativa e Consolidação das Leis Trabalho (CLT) (...).

O Estatuto da Pessoa com deficiência propiciou a inovação de ordenar a efetivação de maior acessibilidade, tendo esta obrigação, maior dureza que anteriormente ocorreria. Esse fato, passa a ser concretizado em conjunto com o Poder público a fim de viabilizar licitações, financiamentos e a busca do cumprimento do desenho universal (ARAUJO e COSTA FILHO, 2015).

Houve também, evolução diante da eventual hipótese de omissão ou ato que não torne possível a concretização da acessibilidade ao grupo em tela, ou àqueles que possuem mobilidade reduzida, sendo passível de ser visto como um ato de improbidade administrativa, pois, encontra-se em contrariedade com os princípios da Administração supracitada (ARAUJO e COSTA FILHO, 2015).

É um direito inegável, o tratamento adequado às pessoas com deficiências e atendimento às suas respectivas necessidades e tal situação obteve maior fortificação após a edição da Lei 13.146/2015. Sob este aspecto, considera-se pertinente concluir que é dever do Poder público atuar na defesa e proteção do referido grupo, tal como expõe a Convenção internacional dos Direitos da Pessoa com deficiência e o Estatuto da Pessoa com deficiência também, sendo possível incluir a atuação do Poder Judiciário na busca da efetivação das garantias e direitos fundamentais (SILVA e COPETTI NETO, 2018).

3 DECRETOS 3.298/99 E 5.296 E A NÃO INCLUSÃO DAS PESSOAS COM PERDA AUDITIVA UNILATERAL

Primeiramente, é válido identificar o indivíduo com perda auditiva, nesta seara, o sujeito com surdez unilateral é aquele que possui uma perda auditiva superior a 90 decibéis, isto é, se tratando das frequências de voz falada, ressalta Trigueiro (2014,

ISBN 978-65-5629-077-5

p. 69) que essas frequências correspondem a: "(...) 500, 1.000, 2.000 e 3.000HZ), sendo que no outro ouvido a perda esteja abaixo dos 25 decibéis ou 20 decibéis para alguns autores. Nesse caso, é utilizado o termo 'perda auditiva de grau profundo, sem restrição da audição contralateral'.". Para este caso, o CID-10 será o H90.4 (TRIGUEIRO, 2014).

Segundo consta nas disposições do decreto de número 3.298 de 1999, o dispositivo regulamenta a lei de número 7.853, de 24 de outubro do ano de 1989, que trata da "Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência". Ocorre que, no referido decreto, os indivíduos que possuem deficiência com "grau leve" não são apontados como deficientes, para as disposições do dispositivo supracitado (TRIGUEIRO, 2014).

Na mesma perspectiva do Decreto 3.298/99, segundo consta no art. 5º, §1º, I, "b" do Decreto de número 5.296/2004, somente são consideradas "pessoas com deficiência auditiva" o indivíduos com perda bilateral, sendo esta parcial ou total, cujas margens de decibéis de 41 (quarenta e um decibéis) ou superior, constada por audiogramas cujas frequências são de quinhentos Hertz, mil Hertz, dois mil Hertz e três mil Hertz (BRASIL, Decreto número 5.296 de 2004). Diante da definição de deficiência arguida pela Convenção da Guatemala, já citada, Trigueiro (2014, p. 46):

> Nesse sentido, pode-se concluir, plenamente, que aí estão enquadradas as deficiências sensoriais de visão monocular e surdez unilateral, pois, ambas são agravadas pelo ambiente econômico, uma vez que dificultam o pleno emprego em comparação aos não deficientes, e agravada pelo ambiente social. Considera-se que os portadores dessas patologias encontram inúmeras dificuldades no seu convívio intersocial.

Vale ressaltar que, ao realizar uma comparação entre uma pessoa que possui suas faculdades auditivas dentro dos "padrões de normalidade" e alguém que possua perda auditiva unilateral, este, possui muito mais dificuldade para compreender a conversação em um ambiente tomado por ruídos do que a outra. Tal situação pode ser evidenciada devido ao fato de que a localização das referências sonoras fica prejudicada, se tratando da localização espacial, ainda que a orelha melhor esteja direcionada à fonte sonora (ALMEIDA, 2003 *apud* MONDELLI; SOUZA; BLASCA, MOTTI, 2008 *apud* TRIGUEIRO, 2014).

Diante da análise de jurisprudências do STJ, conforme consta no agravo interno nos embargos de declaração no Recurso Especial de número 1643068/DF, julgado pela primeira turma, fora negado o provimento da demanda pelo qual o candidato à vaga de concurso público, que possui perda unilateral auditiva, pretendia concorrer pelas vagas destinadas à pessoas com deficiência física. O caso tinha como relator o Ministro Benedito Gonçalves e foi julgado no dia 17/05/2018, cujo principal fundamento se deu em virtude da interpretação do Decreto 3.298/99 que foi alterado por outro decreto de número 5.296/2004.

É importante mencionar que, o STJ editou uma súmula de número 377 que concede aos indivíduos que possuem visão monocular - enxergam apenas em um dos olhos - o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, em concursos públicos (TRIGUEIRO, 2014).

Em contrapartida à referida súmula, o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula de número 552, que dispõe: "o portador de surdez unilateral não se qualifica

ISBN 978-65-5629-077-5

como pessoa com deficiência para o fim de disputar vagas reservadas em concursos públicos.". Cujas referências que são citadas na publicação do dispositivo são os Decretos de número 3.298/99 (artigos 3º, I e 4º, II) e Decreto 5.296/04 (art. 70), bem como o art. 37, VIII da CF/88 e a Lei de número 7.853/89 (BRASIL, Superior Tribunal De Justiça, 2017).

Enquanto no Tribunal Superior do Trabalho, fora interposto um Recurso ordinário sob o número 1096-65.2018.5.12.0000, julgado pelo Órgão Especial, e publicado no dia 09/09/2019, cujo o recorrente pleiteava concorrer em concurso público para vagas destinadas às pessoas com deficiência, visto que este possui surdez unilateral. Assim, a decisão que teve como relator o Ministro Alexandre, deu provimento ao recurso e afirmou que, ainda que apenas em um dos ouvidos, isto é, a surdez unilateral, configura deficiência se " (...), aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.00OHZ, 2.000HZ e 3.000HZ, caracteriza deficiência auditiva de grau profundo - anacusia – (...)", o que considerou o recorrente apto a concorrer na destinação das referidas vagas, também, se utilizando dos artigos 3º e 4º do Decreto de n. 3.298/99.

É válido apontar ainda que, quando diz respeito à concursos públicos no que tange a, por exemplo, carreiras policiais, após a realização de exames de aptidão relacionados à saúde, aqueles indivíduos que possuem perda auditiva unilateral não são admitidos em razão dessa condição, sendo mencionados que não estão nos "padrões médios de aceitabilidade", tal como consta no seguinte mandado de segurança nº 2014.009985-9 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 2014.

O fato aborda uma problemática de uma subcidadania, apontada por Jessé Souza, de modo que aquelas pessoas com surdez de um ouvido, devido não serem classificadas plenamente como "pessoas com deficiência", sua integração no mercado de trabalho é obstruída e também, principalmente em concursos públicos (SOUZA, 2006 *apud* TRIGUEIRO, 2014).

Na carta Magna de 1988, é possível identificar em momentos diversos a proteção e integração dos indivíduos com deficiência tanto na iniciativa privada, como o direito à reserva de vagas em concursos da administração Pública ao referido grupo, todavia, não ocorre esse amplo acesso às pessoas com deficiência na realidade cotidiana (TRIGUEIRO, 2014).

O entendimento do Ministro Relator do Tribunal Superior do Trabalho, em decisão de órgão Especial no Mandado de segurança de número 2086806-67.2009.5.00.0000 é de que: "assim, uma vez constatada a condição física ou mental insuficiente a inabilitar para o trabalho, mas capaz de estabelecer diferença significativa (...) justifica-se o recurso à ação afirmativa (...)". Nessa conjuntura, o Relator trata a 'diferença significativa' em comparação aos indivíduos considerados normais, o que pode gerar consequências no acesso à educação e também relacionado à formação profissional, logo, por intermédio da ação afirmativa seria possível assegurar a efetivação do princípio da isonomia. (*apud* SANTOS, 2014, p. 76).

Vale ressaltar que, o direito à igualdade é expressamente consagrado no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assim, o princípio da isonomia advém desse dispositivo (GUGEL, 2016).

É relevante citar uma das máximas constitucionais a qual indica a igualdade perante a lei, e assim pressupõe a busca da inexistência de discriminação e defende

ISBN 978-65-5629-077-5

que nenhum sujeito terá privilégios, em termos jurídicos. Entretanto, é necessário propiciar maior acesso dos cidadãos excluídos aos serviços e bens (GUGEL, 2016).

Diante desse parâmetro, considera-se válida uma discriminação positiva para com as pessoas com deficiências, estando esta situação em harmonia com o disposto na Carta de 1988. Tal fato pode ser evidenciado através do art. 3º, III e IV da CF, que dispõem as prestações positivas do Estado em diminuir as desigualdades socias e a promoção do bem estar dos cidadãos, sem quaisquer preconceitos, logo, proporcionando maior acesso aos indivíduos excluídos com a finalidade de chegar à igualdade real (GUGEL, 2016, p 79).

O propósito que consta no artigo 1 da Convenção de Nova Iorque, não possui o intuito de favorecer os indivíduos com deficiência, mas sim, assegurar e promover a igualdade de relações com os outros cidadãos (TRIGUEIRO, 2014).

3.1 LEIS ESTADUAIS E PROJETOS DE LEI NACIONAIS

A questão para legislar sobre a pessoa com deficiência é de competência comum dos Estados, Municípios, do Distrito Federal e da União, tal como expresso no artigo 23, II, da CF/88). Sob esta perspectiva, considera-se importante ressaltar que os Municípios também podem legislar acerca da pessoa com deficiência e sua integração, a fim de complementar o dispositivo Constitucional, conforme aponta o art. 30, II da CF/88 (GUGEL, 2016).

Mas, também, conforme dispõe o art. 24, XIV, da Constituição Federal, a competência para legislar sobre a matéria é concorrente, cabendo à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar acerca da proteção e integração dos indivíduos que possuem deficiência (BRASIL, 1988).

O intuito do legislador ao pontuar que a efetiva inclusão dos cidadãos com deficiência pode ser feita por intermédio de atos de diferentes entes políticos, ocorreu para que assim seja viabilizado o fornecimento de meios que equiparem as desvantagens que forem apontadas nos ambientes do grupo supracitado (GUGEL, 2016).

Com o propósito de regulamentar a questão da pessoa com perda unilateral auditiva, está em trâmite para aprovação o projeto de Lei n. 1361 de 2015, proposto por Arnaldo Faria de Sá, que busca considerar o referido indivíduo como pessoa com deficiência (BRASIL, Projeto de Lei nº 1361 de 2015). Assim, o dispositivo supracitado afirma:

> A perda unilateral, embora, lato sensu, constitua uma deficiência auditiva, não se enquadra na definição técnica contida no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, não sendo considerada, portanto, como deficiência auditiva, para os efeitos da aplicação do referido Decreto (BRASIL, Projeto de Lei nº 1361 de 2015, p.2).

O Projeto de Lei, ressalta ainda que, com a aprovação desse, será possibilitado o acesso a direitos que já são disponíveis aos indivíduos que possuem deficiência, tal como a destinação de vagas especiais em concursos públicos, os quais são previstos na "Lei de Cotas", consagrado através do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de

ISBN 978-65-5629-077-5

1991, que são destinadas determinadas vagas de empregos às pessoas com deficiência (BRASIL, Lei nº. 8.213, 1991).

Nesse sentido, é válido mencionar que no dia 19 de setembro de 2017, a Lei Estadual sob o número 10.971 de autoria do Deputado Nabor Wanderley foi aprovada no estado da Paraíba, a qual abrange as pessoas com surdez unilateral auditiva como deficientes no âmbito daquele ente federativo. Dentre os direitos adquiridos pelo grupo supracitado estão: a reserva de vagas especiais da administração pública, assim como, impõe àquelas empresas que devem ocupar certa parcela de seu quadro de funcionários por aqueles que possuem deficiência, a obrigação de também incluir os cidadãos com deficiência auditiva unilateral, nesse quadro (PARAÍBA, 2017).

Sob o mesmo prisma, o Deputado Filipe Soares criou um projeto de Lei sob o número 1626/2016 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, afim de que os indivíduos diagnosticados com audição unilateral sejam considerados pessoas com deficiência. Tal como fora abordado nas leis anteriormente mencionadas, o projeto visa surtir efeitos na reserva de vagas para provimentos na ordem pública, para empregos e cargos. Sendo que, também poderá concorrer aos cargos em empresas que são obrigadas por lei a incluir pessoas com deficiência em seu quadro de funcionários (RIO DE JANEIRO, 2016).

No mesmo sentido, em 2018 o Estado de São Paulo aprovou uma lei sob o número 16.769 de 18 de junho do corrente ano, cuja autoria foi do Deputado André Soares. A Lei estadual estabeleceu que haja uma determinada parcela de reserva de vagas em empregos públicos destinadas às pessoas com deficiência, para provimento, de modo que incluirá aqueles que forem diagnosticados com a surdez de um dos ouvidos (SÃO PAULO, 2018).

4 DA INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS 3.298/99 E 5.296/04

Após a inserção do §3º ao art. 5º da Carta Magna, foi possível compreender a posição hierárquica dos Tratados de direitos humanos, posteriormente à aprovação por meio do procedimento exigido, sendo que, foi a Emenda 45/2004 que acrescentou o §3º ao dispositivo (MAZZUOLI, 2011).

Os Tratados internacionais de direitos humanos que obedeceram ao trâmite disposto no §3º do art. 5º da Constituição Brasileira, isto é, passados pela aprovação do Congresso Nacional, cujo quórum corresponda a três quintos de votos em dois turnos, e posteriormente ratificado pelo Presidente da República, terão status de Emenda Constitucional. Entretanto, se não obedecer ao trâmite supracitado, o Tratado Internacional terá status supralegal (MARTA, 2012).

Sendo o tratado supralegal, sua posição hierárquica será inferior à Constituição e superior à Leis ordinárias, tal posicionamento possui embasamento na decisão do dia 03 de dezembro de dois mil e oito, feita pelo Supremo Tribunal Federal através dos julgamentos: HC 87.585/TO e RE 466.343/SP, pelo qual consagrou o entendimento de que os Tratados Internacionais de direitos humanos são superiores a Lei ordinária, cuja tese vencedora, teve como autor o Ministro Gilmar Mendes (MARTA, 2012).

A inclusão do §3º do art. 5º da CF/88, provocou a ideia de que o seu legislador constituinte, buscou colocar um fim às interpretações divergentes sobre os tratados

ISBN 978-65-5629-077-5

internacionais de direitos humanos, e se eles possuíam ou não posição hierárquica constitucional (SANTOS, 2014).

A recepção da Convenção de Nova Iorque pelo Brasil, com status constitucional, em virtude de sua ratificação, não somente foi algo que nunca havia acontecido em território brasileiro como também propiciou uma participação de modo direto das pessoas com deficiência para a confecção do conteúdo do tratado, assim como, na decisão do Congresso Nacional pátrio que o incluiu no ordenamento (FONSECA, 2012).

Sob este parâmetro, a concepção da hierarquia da pirâmide jurídica de Hans Kelsen é modificada para a inclusão de uma nova categoria, se obedecido ao trâmite exigido no art. 5º, §3º da Carta de 1988 para Tratados Internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção de Nova Iorque. Assim, há parâmetros para a ocorrência do controle de constitucionalidade por estarem inseridos no ordenamento jurídico pátrio, no bloco de constitucionalidade (SANTOS, 2014).

No artigo 4 da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é possível identificar que, no item 1 alínea "b", segundo aborda Trigueiro (2014, p. 41), há a disposição que o os Estados signatários se comprometem a: "adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência.".

Importa ressaltar que, a vigência do art. 4º do tratado Internacional em questão, reflete o compromisso dos Estados-parte em defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência, sendo o documento internacional mais importante a abordar a temática. Tal fato é evidenciado nas alíneas contidas do referido dispositivo, que dispõe acerca da recepção da Convenção no ordenamento jurídico dos países signatários, com uma evidente preocupação em incentivar e obrigar que os Estados abandonem legislações contrárias às disposições da Convenção de Nova Iorque (TRIGUEIRO, 2014).

É relevante mencionar também, que o princípio do universalismo é um componente essencial que paira sobre o Tratado supracitado, sob este aspecto, eventuais legislações infraconstitucionais que forem contrárias às disposições da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência, a qual é tratada no presente estudo, o dispositivo legislativo contrário é sujeito a inconstitucionalidade (TRIGUEIRO, 2014).

Com relação a Convenção de Nova Iorque, Silva e Pereira (2018) afirmam que o Tratado supracitado foi o primeiro a possuir status de Emenda Constitucional, após passar pelo trâmite exigido, bem como, é possível afirmar que diante de sua posição hierárquica no ordenamento, o seu conteúdo está na condição de direitos fundamentais, de maneira que é vedado quaisquer limitações de direitos nos termos do art. 60, §4º, IV, CF.

A ideia que qualifica os direitos fundamentais em forma de princípios objetivos, confere efetivamente validade na concepção de que o Estado é obrigado, não somente a preservar os direitos individuais frente a atos do Poder Público – relacionado ao direito a proteção ou defesa, isto é, um direito fundamental (*abwehrrechte*) -, mas inclusive, prezar pela garantia do direitos fundamentais perante agressões advindas de outrem – *schutzpflicht des staats* (HESSE s/d. *apud* BRANCO e MENDES, 2015).

Um dos tipos de direitos fundamentais apontados por Manoel Ferreira Filho (2015) são os direitos difusos, os quais o autor os qualifica como interesses de cunho

ISBN 978-65-5629-077-5

metaindividuais, relacionados a um grupo de indivíduos. Acredita-se ainda que, o alcance de um direito de uma pessoa, implica no contentamento de todo o conjunto, na mesma medida em que, diante de uma violação de um indivíduo, violará os direitos dos demais.

Logo, nesse contexto, é oportuno mencionar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 possui normas dotadas de imperatividade, tornando o a Carta de 1988 com um caráter de supremacia, a qual demonstra proeminência frente à outras normas (CUNHA JÚNIOR, 2019).

Cabe mencionar que, com o intuito de garantir essa supremacia e superioridade da norma, o controle de constitucionalidade age como um sistema garantidor e fiscalizador, pelo qual verifica se as normas e atos do Poder Público estão em conformidade com a Constituição Federal, com sua respectiva rigidez, qual seja, uma das características da Lei Maior (CUNHA JÚNIOR, 2019).

A regulamentação da ação direta de inconstitucionalidade, se dá através da Lei de número 9.868 do dia 10 de novembro do ano de 1999. Nesse dispositivo, é possível identificar no art. 28 que a ação que busca declarar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade e a interpretação conforme a Carta Magna e a parcial declaratória de inconstitucionalidade, sem a redução do respectivo texto, além de possuir efeito vinculante, possui eficácia contra todos. Ressalta-se ainda que, o efeito é vinculante frente a Administração pública, seja federal, municipal ou estadual e diante de órgãos do Poder Judiciário (FERREIRA FILHO, 2015).

A ação direta de inconstitucionalidade encontra escopo no art. 102, I, "a", CF/88, e arbitra ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar e processar, originariamente a "ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual". Nesta ação, inexiste conflito entre partes, uma vez que, pretende-se discutir o conflito existente entre normas (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 223).

Dentre os atos que comportam controle abstrato de constitucionalidade por via de ação direta, expostos no art. 59 da Constituição Federal, estão os regulamentos, sobre essa temática, Dirley da Cunha Júnior (2019, p. 245) ressalta:

Segundo Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se admite a ação direta de inconstitucionalidade para se impugnar regulamentos ou atos normativos que exorbitam a função de regulamentar a lei. Na hipótese, haveria uma colisão entre a lei e o regulamento, cuidando-se de uma simples ilegalidade, a ser submetida ao controle incidental.

Entretanto, ressalta-se que os decretos em tela possuem disposições contrárias à Convenção de Nova Iorque, sendo que a mesma foi ratificada no ordenamento jurídico interno com status de Emenda Constitucional, sendo hierarquicamente superior (TRIGUEIRO, 2014).

É pertinente apontar ainda que, a ação direta é proposta contra uma lei, ou ainda, ato normativo que se considera inconstitucional, e não em face de "alguém". Sendo oportuno afirmar que, a Constituição Federal determinou quem são os legitimados para a propositura da ação, como "partes meramente formais", são aqueles mencionados no rol do art. 103 da Magna Carta (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 225).

Nessa conjuntura, é oportuno afirmar as disposições dos decretos 3.298/99 e 5.296/04, que excluem a surdez unilateral, são totalmente contrária às Convenção de Nova Iorque, sendo relevante relembrar que essa, fora ratificada pelo país com força

ISBN 978-65-5629-077-5

de Emenda Constitucional, e tal como já demonstrado, há a vedação de dispositivos que discriminem as pessoas em virtude da deficiência (TRIGUEIRO, 2014).

5 CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, com a abordagem de doutrinas, jurisprudências, decretos, leis e Tratados Internacionais de direitos humanos, é perfeitamente possível a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por via abstrata do art. 4º, II, do Decreto de número 3.298/99 e art. 5º, §1º, "b" do decreto de número 5.296/04. Com a realização do controle de constitucionalidade no tocante à definição de deficiência auditiva, vislumbra-se a efetivação do princípio da isonomia, de modo que os indivíduos com perda unilateral auditiva passem a ser considerados "pessoa com deficiência", visto que, atualmente não são enquadrados como tal.

É importante mencionar, também, que conforme aponta o preâmbulo da Convenção de Nova Iorque, na letra "e", a definição de deficiência é um conceito ainda em evolução. Nesse sentido, ter como um embasamento para decisões judiciais e editais de concursos públicos, esses decretos antigos, com quase vinte anos de vigência, para abordagem de uma temática ainda em construção, os referidos dispositivos tendem a não acompanhar a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, tornando a situação retrógrada.

Com relação a busca da conceituação de "pessoa com deficiência", é possível depreender a partir de todas as abordagens apresentadas que, são aqueles indivíduos que possuem impedimentos de natureza sensorial, física, mental ou ainda intelectual. Sendo que, é necessário ser de cunho permanente. Logo, o indivíduo com perda unilateral se encaixa em todos os requisitos, entretanto, não é redentor dos direitos consagrados e destinados aos cidadãos com deficiência em virtude dos decretos supracitados.

Tal conjuntura ocasiona uma verdadeira discriminação, fato que contraria não somente a Convenção de Nova Iorque, como a Convenção de Guatemala, a CF/88 e os próprios decretos que são objetos do presente trabalho, os quais vedam quaisquer discriminações, ao passo que, a exclusão dos indivíduos com perda unilateral da audição, também cria obstáculos para a concretização da isonomia.

Sob a mesma perspectiva, considera-se relevante ressaltar que a Convenção de Nova Iorque, que foi recepcionada pelo ordenamento jurídico pátrio, possui posição hierárquica de Emenda Constitucional, por ter obedecido ao trâmite do §3º do art. 5º da CF/88. Portanto, se existem normas, decretos e similares que contrariem o referido texto convencional, aqueles podem ser objetos do controle de constitucionalidade, fato que fundamenta a presente tese.

Outro fator a ser mencionado é que o parâmetro em que os Decretos em tela se embasam para tais determinações é o CID-10 ou CIDID, isto é, Classificação internacional de Impedimentos, tratando de Deficiências e Incapacidades. É conveniente relembrar que as pessoas com perda unilateral possuem CID-10, isto é, estão incluídas na classificação, mas nos decretos de número 3.298/99 e 5.296/04, que se embasam no CID-10, não são cogitadas, assim, questiona-se porque houve tal exclusão.

Tal situação, propicia que os referidos indivíduos fiquem à margem da sociedade, haja visto que, segundo as jurisprudências, não são aptos para o ingresso em carreiras policiais, pois suas capacidades sensoriais não estão dentro dos padrões

ISBN 978-65-5629-077-5

aceitáveis, em contrapartida, não possuem a "deficiência necessária" para concorrer em cotas destinadas às pessoas com deficiência. O desamparo legal e social é evidente e prejudica de maneira significativa o cotidiano das pessoas com perda unilateral.

Portanto, o presente estudo defende que deve haver o controle de constitucionalidade do art. 4º, II, do Decreto de número 3.298/99 e art. 5º, §1º, "b" do decreto de número 5.296/04, no que tange a conceituação da definição de deficiência auditiva.

A justificativa para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por via abstrata desses dispositivos faz-se presente, por entender que, os indivíduos com perda auditiva unilateral estão em uma condição de subcidadania, por não serem enquadrados como "pessoas com deficiência", mesmo possuindo impedimentos, ficando à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

APOLO. Software para gerenciamento de clinicas. **CID10: Grupo entre H90 E H95**. S/A. Disponível em: < https://cid.ninsaude.com/capitulo/viii/h90-h95/ > Acesso em: 23 ago. 2020.

ARAUJO, Luiz Alberto David; COSTA FILHO, Waldir Macieira da. O Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPCD (Lei 13.146, de 06.07.2015): algumas novidades. **Revista dos Tribunais Online**. Vol. 962/2015. P. 65-80. Dez. 2015. Disponível em: < https://escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia6.pdf > Acesso em: 31 ago. 2020.

ARAUJO, Luiz Alberto David. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus reflexos na ordem jurídica interna no Brasil. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUCHALLA, Cassi Maria; NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di. O papel das classificações da OMS – CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista bras. Epidemiol**. São Paulo, v. 11, n.2, p. 324, jun. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200014&lng=en&nrm=iso > Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm > Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL, **Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm > Acesso em: 19 ago. 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL, **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm > Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL, **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm > Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL, **Lei. N. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm > Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL, **Projeto De Lei nº 1361 de 2015**. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1328470&filename=PL+1361/2015 > Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n.º 552**. Vol. 45. Nov. 2019. Disponível em: < https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2017_45_capSumulas552-556.pdf >. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho**. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INSCRIÇÃO. ANALISTA JUDICIÁRIO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA. SURDEZ UNILATERAL. ANACUSIA. RESERVA DE VAGA. TST-RO 1096-65.2018.5.12.0000, Recorrente: Priscila Almeida Farias. Recorrido: União (PGU)**. Rel.: Ministro Alexandre Luiz Ramos, Órgão Especial, Brasília – Julgamento: 02.09.2020. Disponível em: < https://jurisprudencia-backend.tst.jus.br/rest/documentos/78d0357129f810d5387db79a669e8ca6 >. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. Candidato portador de perda auditiva unilateral, direito de concorrer às vagas destinadas aos deficientes físicos, Resp n.1.643.068 – DF, Agravante: José Ricardo Andrade. Agravado: União**. Rel.: Ministro Benedito Gonçalves, 1ª turma, Brasília (DF) – Julgamento: 17.05.2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201603194223&dt_publicacao=24/05/2018 > Acesso em: 28 set. 2020.

BRUMER, Anita; MOCELIN, Daniel Gustavo ; PAVEI, Katiuci. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun

ISBN 978-65-5629-077-5

2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a13 > Acesso em: 19 ago. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Controle de Constitucionalidade**: teoria e prática. Salvador: JusPODVIM, 2019.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O novo conceito constitucional da pessoa com deficiência: um ato de coragem. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios Fundamentais do Direito Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GUGEL. Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Goiânia: UCG, 2016. Disponível em: < https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/PESSOAS-COM-DEFICI%C3%8ANCIA-E-O-DIREITO-AO-CONCURSO-P%C3%9ABLICO-MARIA-APARECIDA-GUGEL-20161.pdf > Acesso em: 29 set. 2020.

LANNA JUNIOR, Mário Cleber Martins (Comp.). História do Movimento Político Das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: **Secretaria de *Direitos da Pessoa com deficiência* Direitos Humanos**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/historia_movimento_pcd_brasil.pdf > Acesso em: 23 ago. 2020.

MARTA, Taís Nader. A proteção às pessoas com deficiência no direito comparado. **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Tratados internacionais de direitos humanos e direito interno**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COPETTI NETO, Alfredo; SILVA, Alexandre Barbosa da. A Inconstitucionalidade da Proposta de Retorna à Incapacidade da Pessoa com Deficiência (PL 757/2015) frente à Convenção de Nova Iorque. **Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM.** v. 13, n. 3, p.970-994, Santa Maria, 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/32004 > Acesso em: 13 mai. 2020.

PARAÍBA, **Lei n. 10.971, de 19 de setembro de 2017**. Classifica a surdez unilateral como deficiência auditiva. Diário do poder legislativo, n. 7.427. p.1. João Pessoa:

ISBN 978-65-5629-077-5

Assembleia Legislativa. Disponível em: < http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/09/DPL-21.09.2017.pdf > Acesso em: 07 abr. 2020.

PEREIRA, Renato Vilaça; LELIS, Henrique Rodrigues. Igualdade e dignidade humana das pessoas portadoras de deficiência: reflexos da nova lei de inclusão – Lei 13.146/2015 no âmbito da saúde. **Revista Brasileira de direitos e garantias fundamentais**. V.2. n.1. 2016. Disponível em: < https://indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/779 > Acesso em: 13 ago. 2020.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIO DE JANEIRO, **Projeto De Lei nº 1626 de 2016**. Considera que o indivíduo diagnosticado com audição unilateral, pessoa com deficiência, para efeitos de reserva percentual vaga em provimento de cargos e empregos públicos. Disponível em: < http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMGM1YmY1Y2RlOTU2MDFmOTAzMjU2Y2FhMDAyMzEzMWIvNjY0ODBkNjg3OTgyNGY4NDgzMjU3ZjhiMDA2MWQ1ZjI/T3BlbkRvY3VtZW50JkhpZ2hsaWdodD0wLDE2MjYlMkYyMDE2P09wZW5Eb2N1bWVudCZFeHBhbmRWaWV3> Acesso em: 07 abr. 2020.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. **Apelação cível 2014.009985-9.** Concurso público para ingresso no curso de formação de soldados do corpo de bombeiros do Estado de Santa Catarina. Candidato considerado inapto no exame de saúde por não possuir acuidade auditiva na forma prevista no edital. Perda auditiva unilateral. Recorrente: Ricardo Henrique Schussler Stricker. Recorrido: Estado de Santa Catarina. Relator: Pedro Manoel Abreu. 30 de setembro de 2014. Disponível em: < http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=Apela%E7%E3o%20C%EDvel%20n.%202014.009985-9&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAAI1L4AAQ&categoria=acordao >. Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTOS, Maria Lucia Ribeiro dos. **A eficácia da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Sergipe Pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa programa de pós-graduação em Direito mestrado em Direito, São Cristóvão, 29 de mar. 2014. Disponível em: < https://ri.ufs.br/handle/riufs/4354 > Acesso em: 21 ago. 2019.

SÃO PAULO, **Lei n. 16.769, de 18 de junho de 2018**. Considera pessoa com deficiência, para efeitos de reserva de vagas em empregos e cargos públicos, o indivíduo diagnosticado com audição unilateral. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16769-18.06.2018.html > Acesso em: 07 abr. 2020.

SILVA, Alexandre da; PEREIRA, Elizabete Aparecida. Direitos Fundamentais Consagrados à Pessoa com Deficiência na Constituição de 1988 e sua Emenda Convencional: Preliminares Apontamentos Sobre o Novo Marco Civil de Capacidade

ISBN 978-65-5629-077-5

Legal. **Direitos fundamentais na nova ordem mundial**: Livro do I Congresso Internacional. Curitiba: Íthala, 2018.

TRIGUEIRO, Charles de Souza. **Políticas Afirmativas para Pessoas com Deficiência e a Efetividade do Princípio do Pleno Emprego: o caso dos Portadores de Visão monocular e Surdez Unilateral.** Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7784 > Acesso em: 20 ago. 20

ISBN 978-65-5629-077-5

O CONFISCO ALARGADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADI 6.304

Rodrigo Kenzo Sawada[1]
Gerson Ziebarth Camargo[2]

Resumo: A presente pesquisa possui como objetivo inspecionar as razões pela qual o confisco alargado pode ou não ser incorporado no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista a propositura de ADI 6.304 perante o Supremo Tribunal Federal, que possui como escopo, entre diversas outras discussões, a inconstitucionalidade do artigo 91-A do Código Penal, o qual trata diretamente do confisco alargado. É necessário verificar em que contexto surgiu o confisco, sua finalidade, sua natureza jurídica e seu objeto; passando para o conceito de confisco e suas formas de existência na legislação brasileira; seguido pela diferenciação entre confisco-pena e confisco-efeito; posteriormente, investigar a legislação que instituiu o confisco no ordenamento jurídico; por fim, verificar os argumentos da ADI 6.304. Em conclusão, obtém-se a dificuldade da aplicação do confisco alargado na legislação brasileira, uma vez que o legislador incluiu diversos termos indefinidos, mantendo o instituto repleto de lacunas que poderão declinar ao magistrado um exasperado poder de interpretação. Outrossim, a aparente busca de punição por qualquer crime com pena máxima maior de 6 anos de reclusão em que o bem perdido pode ou não estar relacionado com o fato delituoso.

Palavras-chave: Confisco alargado. Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.304. "Pacote anticrime". Bens e valores.

1 INTRODUÇÃO

O confisco inscreve-se em instituto secular que possuía como finalidade a reparação ao Estado devido à ação deletéria que o condenado causava com o intento criminoso. Com o passar dos anos, quando o crime envolvia um sujeito definido, e não mais somente a sociedade, passou-se a reparar o dano causado à vítima, e não mais ao Estado. Dessa forma, o confisco foi tratado sempre como uma pena ou até mesmo uma pena secundária, na tentativa de retirar o patrimônio da posse do condenado.

Ademais, o confisco foi incorporado no ordenamento jurídico brasileiro de forma a ser constitucionalmente admitido por meio da Constituição de 1988, em que se permitiu a pena de perda de bens como sanção primária da condenação. Em outra esteira, o Código Penal, em seu artigo 91, já previa a possibilidade de confisco como efeito da condenação, o chamado confisco clássico e por equivalência. Todavia, os bens a serem acometidos pelo instituto seriam os produtos do crime ou os instrumentos utilizados para consumá-lo. Nesse ínterim, o legislador brasileiro, em seu anseio de inserir no Brasil institutos internacionais, buscou instaurar uma outra forma de confisco, o confisco alargado.

O referido confisco, inserido como efeito da condenação pelo "pacote anticrime", tem como finalidade o combate ao crime econômico e às organizações criminosas; portanto, diferentemente do que ocorre no confisco clássico e por equivalência, busca-se decretar a perda do patrimônio do condenado que não corresponde com seu rendimento lícito. Dessa forma, os bens que forem declarados

[1] Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário UNIVEL.
[2] Pós-graduação em Direito Processual Penal pela FAEL-PR; Mestrado em Direito Processual e Cidadania, com linha de pesquisa em Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais, pela UNIPAR-PR; Técnico Judiciário da Justiça Federal do Paraná; Professor do curso de direito do Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

perdidos estarão abarcados por uma presunção de ilicitude, sem a necessidade de estarem vinculados ao crime pelo qual houve condenação.

Nesse ínterim surge em discussão a Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6.304 proposta pela Academia Brasileira de Advogados Criminalistas perante o Supremo Tribunal Federal, na tentativa de declarar diversos dispositivos da lei "anticrime" inconstitucionais; dentre eles o artigo 91-A, o qual se refere ao confisco alargado.

Destarte, a presente pesquisa possui como escopo a investigação das razões pelas quais o confisco alargado não poderia vigorar no Brasil, levando em consideração a exposição dos motivos elencados pela ADI 6.304 que parte das premissas hipotéticas de que o confisco não poderá vigorar em um Estado Democrático de Direito, pois o legislador buscou instaurar uma nova forma de pena de confisco, acobertando-a de efeito da condenação, o que é inadmissível constitucionalmente, pois viola diversos princípios, como o da individualização da pena; de que o confisco poderá vigorar tranquilamente sem nenhum óbice legal, pois não atenta contra os princípios constitucionais.

Assim, os objetivos delineados no desenvolvimento da pesquisa consistem na análise do momento histórico inicial do instituto do confisco no Brasil, seguindo para a conceituação de confisco e sua diferenciação de confisco-efeito e confisco-pena; posteriormente, explanar-se-á sobre os tipos de confisco contemporâneos no ordenamento jurídico brasileiro, precedido da análise da legislação que introduziu o confisco alargado no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, analisar-se-á a ADI 6.304 e seus fundamentos principais; para somente assim concluir o ponto central da pesquisa.

O método de abordagem utilizado para a confecção do presente trabalho será o hipotético dedutivo, criado por Karl Popper. Estudar-se-ão diversas doutrinas e legislações para que, desse modo, alcance-se a completude do trabalho.

Ademais, a técnica de pesquisa utilizada será a bibliográfica, documental e legislativa, contendo, ainda, artigos e revistas na internet; ou seja, qualquer outro meio direto ou indireto de pesquisa.

A importância da pesquisa se justifica na medida em que a ADI em questão tenderá a se tornar um marco muito importante para a legislação brasileira, por se tratar de um tema imprescindível, não somente para os juristas e aplicadores do direito, mas para todos os cidadãos da República Federativa do Brasil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO DO CONFISCO

O confisco é um instituto demasiadamente antigo, presente nas mais diversas sociedades em que o Direito possui papel central. Faz-se necessário, para melhor explanação do trabalho, o estudo do confisco em sua vertente histórica.

A civilização romana detinha, em seu ordenamento jurídico, institutos que se assemelhavam ao confisco. Naquela época já existia a possibilidade de extração do patrimônio do indivíduo ou da família; todavia no início tal mecanismo era utilizado pelos sujeitos como uma forma de vingança pessoal. Mais tarde, o instituto passou a possuir caráter estatal, havendo maior organização, mas se converteu em uma forma de colheita de fundos a favor do Estado (PEREIRA, 2017, p. 9).

ISBN 978-65-5629-077-5

Na idade média seguiu-se forte com o instituto do confisco, mas o Estado era o usuário predominante, sendo utilizado muitas vezes a crimes mais graves e de forma acessória a outras penalidades (PEREIRA, 2017, p. 9).

Apesar do desenvolvimento do Direito, nas ordenações portuguesas ainda se verificava resquícios do instituto do confisco, tendo como interesse os delitos de ganância, cujo móbil era o empoderamento econômico ilícito. Portanto, com o passar dos anos, a sua aplicação foi adquirindo um temperamento mais humanitário.

Verifica-se que na ordenação Afonsina previa-se o confisco para crimes que não possuíam diretamente afetação econômica, porém, ainda assim, os objetos perdidos deveriam ser aqueles que estavam ligados ao crime praticado (PEREIRA, 2017, p. 10). Na ordenação Filipina, apreende-se que os objetos utilizados para a prática do crime deveriam ser alvos do confisco; diferentemente da ordenação Manuelina, em que os objetos eram confiscados somente por haver crime, pois, n época, o confisco era entendido como um direito Real, denominado de "pena de perdição" (PEREIRA, 2017, p. 10).

Somente com o legado iluminista é que se instaurou-se uma proibição constitucional generalizada do confisco sobre a propriedade, pois tal direito era essencial para a burguesia, até então emergente (CAMPOS; COELHO, 2018, p. 8). Pereira (2017, p. 11) explana que: com o aparecimento do jusracionalismo iluminista, o caso mudou totalmente de figura. O Confisco tornou-se num instrumento de repulsa, nomeadamente, pela burguesia que pretendia assegurar e salvaguardar o seu patrimônio crescente.

Nota-se, portanto, que o confisco no decorrer da história era demasiadamente utilizado, motivado pelo Estado, acarretando uma desumanização da pena; e que somente com o iluminismo, por motivos políticos e revolucionários, o confisco foi estritamente proibido.

2.2 O CONFISCO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A influência do confisco no ordenamento jurídico brasileiro é secular, tendo sua gênese documentada a partir da inconfidência mineira em que o Estado, com motivação de expropriação do patrimônio do condenado, confiscava todos ou alguma parcela de seus bens, abarcando até mesmo aqueles que serviriam de herança.

Raquel Silvestre (2018, p. 23) assevera que no ano de 1789 foram realizadas diversas reuniões às escuras e diversos atos preparatórios para a execução de uma revolta contra as ordens da Coroa Portuguesa, o que mais tarde seria conhecido como inconfidência mineira. A causa dessa revolta era que a Coroa queria continuar recebendo o "Quinto", sem se importar com o esgotamento do ouro de aluvião e a falta de conhecimento técnico dos mineradores para a sua extração.

O Brasil era colônia de Portugal, sob o reinado de Maria I. Nesse contexto, o intento da inconfidência mineira é patente: libertar o Brasil das amarras da Coroa Portuguesa. Todavia, devido à traição de João Silvério dos Reis, buscando ser perdoado por suas dívidas com a Coroa, diversos inconfidentes foram presos, mas apenas um manteve-se fiel aos ideais da revolta: João da Silva Xavier, alcunhado de Alferes Tiradentes. O revolucionário foi julgado e em sua sentença condenatória, publicada em 18 de abril de 1972, constava: forca, esquartejamento e confisco.

Silvestre (2018, p. 24) explana que o confisco, a perda de bens do sentenciado, já era um instituto legalmente permitido ao intento criminoso nos tempos das

ISBN 978-65-5629-077-5

ordenações Filipinas. Afirma também que o confisco, como pena, foi vedado pela Constituição de 1824, pela Constituição Federal de 1946, pela Constituição Federal de 1967 e pela Emenda Constitucional n.1/69.

Silvestre (2018, p. 24) pontua que, atualmente, o confisco está disposto no artigo 5°, XLVI, "b" da Constituição de 1988, precedidos, para tanto, por pequenos períodos de permissão à pena de confisco: Constituição de 1937 e de 1967, após uma alteração realizada pelo ato institucional número 14/69, e pela emenda número 1/69 à Constituição Federal de 1967.

Apreende-se, contudo, que o confisco é um instituto antigo que foi abominado no decorrer dos anos pelas constituições brasileiras.

2.3 A CRIMINALIDADE CLÁSSICA E A MACROCRIMINALIDADE ECONÔMICA

A criminalidade pode ser dividida em duas: criminalidade clássica e macrocriminalidade. Dessa forma, faz-se mister discernir a criminalidade clássica e a macrocriminalidade econômica e a relação com o objeto do confisco, para que, desta forma, não se estabeleçam liames persecutórios idênticos entre uma e outra.

Não se sabe exatamente qual a origem da macrocriminalidade, mas acredita-se que decorre das transformações tecnológicas e econômicas que a humanidade tem vivenciado após a 2ª Guerra Mundial e com o advento da globalização econômica. Nessa toada, consta de um subproduto gerado pela sociedade de massa devido aos avanços tecnológicos (SPLENGER, 2008, s/p).

Ainda, a macrocriminalidade, objeto primordial deste estudo, diz respeito, conforme explana Sousa (2019, p. 5), ao tipo de criminalidade no qual embora não haja violência direta, os delinquentes lançam mão de artifícios ardilosos, cargos e posições sociais que retardam o desenvolvimento do país e excluem determinada parcela da sociedade, geralmente os mais pobres.

De forma mais detalhada, para Splenger (2008, s/p) a macrocriminalidade pode ser definida como a delinquência em bloco definido ou compacto, incluída no contexto social de modo pouco transparente -crime organizado- ou sob rotulagem econômica lícita -crimes de colarinho branco.

Para Lira (1995, p.80) a macrocriminalidade consiste na tutela de bens supraindividuais ou jurídico-sociais, e não mais o indivíduo; são os delitos que agridem o conjunto da sociedade, no aspecto econômico e financeiro.

Em contrapartida, observa-se que a microcriminalidade representa uma maior parcela na prática de crimes, e conforme explana Souza (2019, p. 5), a referida criminalidade ocorre nos casos de calúnia, difamação, homicídios, lesões corporais, roubos, furtos, entre outros relatados pela mídia diariamente.

Dessa forma, compreende-se que a macrocriminalidade e a microcriminalidade existem simultaneamente. Todavia, a microcriminalidade é de natureza conjuntural e praticada aleatoriamente, enquanto a macrocriminalidade assume um papel sistêmico e estrutural.

Portanto, conclui-se que o confisco surge como anteparo para a propagação da criminalidade econômica, ou macrocriminalidade, vez que o proveito do crime poderá ser declaro perdido em favor da União, na tentativa de evitar a circulação de bens ilícitos em uma economia lícita.

2.4.1 DO CONFISCO

ISBN 978-65-5629-077-5

O confisco, também denominado perda de bens, é um instituto essencialmente material, refletindo efeitos no direito processual, fato é que o momento de sua aplicação será como efeito da condenação; todavia, nem todo o escopo doutrinário entende o confisco como sendo efeitos da condenação, e sim uma forma disfarçada de aplicação desleal de pena de confisco, o que se abominou compulsoriamente no decorrer dos anos.

Por se tratar de questões terminológicas, tratar-se-á de maneira igualitária a terminologia "confisco", "perdimento", "perda de bens", conferindo tratamento diverso quando se tratar de confisco-pena e confisco-efeito da condenação.

Para a melhor compreensão do tema, obtém-se que o confisco é o ato de transferência coercitiva dos bens do particular ao patrimônio do Estado, sendo que o Código Penal adotou duas tratativas diversas para esse instituto, ora como efeito da condenação, ora como pena (VIEIRA, 2019, p. 34).

No mesmo sentido, Nucci (2018, p. 1.027) professa que a perda de bens foi muito usada antigamente como pena total ou parcial, e que dessa forma, atingia-se inocentes, como a família da vítima, por força de uma condenação que não deveria ultrapassar da pessoa do criminoso.

Dessa forma, Schmitt (2014, p. 382) conceitua que a perda de bens visa impedir que o agente obtenha qualquer benefício em razão da prática do crime, portanto retira-se do infrator o benefício que ele próprio ou terceiro auferiu na prática do crime, buscando a privação de qualquer vantagem adquirida em decorrência do fato delituoso.

Alguns doutrinadores entendem que o confisco recairá somente sobre os bens ilícitos. Segundo Essado (2014, p. 24), a perda de bens possui como finalidade obstar o indivíduo de se manter em posse dos objetos ilícitos adquiridos através do intento criminoso, seja de forma direta ou indiretamente; ou seja, a perda recai sobre o patrimônio não tutelado pelo direito, fruto da atividade criminosa.

Outrossim, Cunha (2016, p. 519) relata que a finalidade do confisco é impedir a propagação dos instrumentos para a prática do crime, impedindo o enriquecimento ilícito do criminoso; da mesma forma, busca destituir organizações criminosas, com intuito de desestruturar o seu alicerce, ou seja, a impressionante capacidade financeira.

Em contrapartida, alguns doutrinadores entendem que o confisco é estritamente inconstitucional. Bitencourt (2013, s/p) tece ferrenha crítica no que diz respeito ao instituto do confisco, e conceitua a perda de bens e valores como a perda ou privação de bens do particular em detrimento do Fundo Penitenciário Nacional, ainda, explana que se trata de uma odiosa pena de confisco, que de muito, foi proscrita pelo Direito Penal Moderno.

Portanto, o confisco trata-se da tomada de bens de um indivíduo ou organização, pelo governo, sem haver contraprestação, pois o intuito é evitar o ciclo investimento-crime-ganho-reinvestimento-crime-ganho (SOUSA, 2019, p. 8).

Nota-se que o confisco é a busca pelo patrimônio ilícito do agente, para dessa forma, impedir o agente de auferir vantagens ilícitas com o crime. Ainda, que antigamente, o confisco praticado pelo Estado de forma injusta, acabava abarcando a família das vítimas, que eram inocentes; dessa forma, ultrapassava-se a pena do criminoso.

ISBN 978-65-5629-077-5

Vencida a conceituação de confisco, oportuna-se a explanação das variadas formas de confisco; ou seja, o confisco como efeito e o confisco como pena.

2.4.2 O CONFISCO TRIBUTÁRIO

Urge destacar, antes de adentrar em matéria de confisco propriamente na seara penal, sobre o confisco tributário e o princípio da vedação ao confisco, o qual é constitucionalmente assegurado a todos os detentores de direito em um Estado Democrático. Far-se-á uma breve explanação sobre o conceito de confisco tributário, seguindo para a conceituação do princípio da vedação ao confisco com intuito de traçar um paralelo ao final da pesquisa.

O confisco tributário está deveras conceituado pela doutrina majoritária; todavia, o que se encontra no plano constitucional é que carece de determinação, variando conforme a concepção político-filosófica do aplicador do direito, assim como ascendendo a um grau elevado de subjetivismo (ALEXANDRE, 2017, p. 175). Destarte, no plano constitucional, o artigo 150, IV[3] somente explana que é "vedado a utilização de tributo com efeito de confisco". E é dessa norma que surgiu o princípio da vedação do confisco em matéria tributária.

Nesse ínterim, o conceito de confisco utilizado pela doutrina majoritária, tanto em âmbito tributário como em penal, consiste como a absorção da propriedade particular em favor do Estado, sem a devida indenização. Todavia, para subsistir o confisco tributário, é necessário ocorrer no plano tributário. (SABBAG, 2009, p. 191).

No mesmo sentido, Sacha Coêlho (2010, p. 239) professa que o conceito clássico de confisco empata com a apropriação da propriedade de outrem sem a justa contraprestação, sendo a expropriação decorrente diretamente da tributação. Logo, o tributo confiscatório seria, de certa forma, um tributo que servisse de punição, o que é proibida (ALEXANDRE, 2017, p. 174). No mesmo sentido Leandro Paulsen (2017, s/p) professa que o confisco se identifica pela onerosidade na tributação, insuportável, não razoável, que supera a própria fonte de tributação, absorvendo-a.

Em outra esteira, é defeso constitucionalmente que o tributo possua efeito de confisco, em seu artigo 150, IV, conforme já mencionado. O tributo com efeito confiscatório ocorre com a incidência exagerada de tributo, arrebatando parcela considerável do patrimônio ou da renda produzida pelo particular, com intuito de produzir à sociedade uma sensação de verdadeira punição; no entanto, confisca-se bens patrimoniais de origem lícita (ALEXANDRE, 2017, p. 174).

Ainda, seguindo a mesma linha, Sabbag (2010, p. 198) professa que o tributo com efeito de confisco pressupõe uma conduta antieconômica e excessiva, ou seja, aquela tributação que acarreta verdadeira locupletação por parte do Estado, sem considerar a capacidade contributiva e o direito de propriedade do indivíduo tributado.

Discorrido sobre a conceito de confisco tributação e o princípio da vedação ao tributo com efeito confiscatório, adentra-se na diferença primordial entre o tributo confiscatório e a pena de perdimento de bens, o que se inscrevem de forma absolutamente diferentes.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Ricardo Alexandre (2017, p. 180) não há que se confundir possibilidade de aplicação de pena de perdimento com tributo confiscatório, uma vez que o tributo não é sanção por ato ilícito, diferentemente do que ocorre com a pena de perdimento, que possui a punição em seu âmago. No mesmo sentido, o Código Tributário Nacional dispõe em seu artigo 3°[4] que o tributo é toda prestação pecuniária compulsória, que não constitua sanção de ato ilícito.

Assim, além da impossibilidade de aplicação do confisco tributário como qualquer forma de sanção, há, ainda, a necessidade de um tributo fato gerador do confisco. Logo, tem-se entendido que a identificação do efeito confiscatório deve ser feita em função da totalidade da carga tributária, ou seja, levando-se em conta a capacidade tributária do destinatário do tributo e o grau de suportabilidade econômico-financeira da incidência de todos os tributos que incidem sobre o contribuinte (SABBAG, 2010, p. 199).

Por fim, há de se destacar que o tributo confiscatório não deve ser confundido com confisco sancionatório, o que ocorre com a utilização de uma pena de confisco propriamente. Nem mesmo é possível fazer menção à utilização do princípio de não confiscar explanado pela Constituição, pois trata-se de norma que necessita de um fato gerador para surtir efeito, qual seja de um tributo, que por sua vez terá efeito confiscatório.

2.4.3 O CONFISCO COMO PENA

O artigo 5°, XLVI da Constituição Federal de 1988 professa como pena o seguinte: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, suspensão ou interdição de direitos e prestação social alternativa. Já o Código penal de 1940, em seu artigo 32, estipula pena como: restritivas de direitos, privativas de liberdade e multa. Ainda, o artigo 43, II do referido Código estipula quais são as penas restritivas de direito cabíveis; e a perda de bens e valores, objeto primordial deste estudo, enquadra-se como uma delas.

A denominação "pena de confisco" destina-se às hipóteses em que a expropriação decorre de sanção direta e principal, advinda do campo penal (VIEIRA, 2019, p. 34). Logo, a própria sanção destinada ao indivíduo deverá ser a retirada do patrimônio, que terá como parcela os bens lícitos.

Bitencourt (2013, s.p) esclarece que no confisco como pena, o objeto a ser confiscado será o próprio patrimônio do condenado, enquanto no confisco como efeito da condenação, será o proveito ou objeto do crime.

Ainda, Lemos (2017, p.20) disciplina que a pena de confisco é espécie de sanção pecuniária que decorre de uma infração penal, cominada abstratamente pela lei de forma cumulativa, substitutiva ou substitutiva, observado sempre o devido processo legal.

Conforme explana Inácio (2019, p.22), a pena de perdimento está inserida no dispositivo como sanção penal, a qual leva à apreensão definitiva pelo Estado de bens lícitos do indivíduo. Possui, portanto, nítido caráter confiscatório, que não se desnaturaliza pelo fato da alegação de que o crime é mais que justo motivo para a apreensão de bens.

[4] Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

ISBN 978-65-5629-077-5

No mesmo sentido, Nucci (2017, p. 817) disciplina que a perda de bens e valores deve recair sobre o patrimônio lícito do sentenciado, para que dessa forma, configure-se o caráter aflitivo de pena. Havendo, ainda, para evitar um autêntico confisco sem causa, o limite do montante do prejuízo produzido ou do provento obtido pelo agente.

Ademais, os produtos utilizados para a prática do crime, o produto do delito ou o valor auferido como proveito pela prática criminosa são confiscados como efeito da condenação; e, portanto, não poderão ser utilizados para aplicação da pena restritiva de direitos.

Há, ainda, doutrinadores que professam que esta pena de perdimento se trata de uma verdadeira arbitrariedade estatal e flagrante inconstitucionalidade, pois há incompatibilidade com os princípios de um Estado Democrático de Direito e a aplicação da sanção de confisco. Nessa esteira Bitencourt (2013, s/p) explana que a perda de valores é no mínimo inconstitucional, pois viola o princípio da pessoalidade da pena, podendo o confisco atingir parcela do patrimônio do outro cônjuge e dos herdeiros e sucessores. Ainda, este dispositivo viola os princípios constitucionais de personalidade e individualização da pena, pois permite que a sanção ultrapasse a pessoa do condenado, ignorando até mesmo a morte deste, haja vista que a morte é causa de extinção de punibilidade e da própria ação penal (BITENCOURT, 2013, s/p).

Portanto, nota-se que no caso de confisco-pena, o patrimônio a ser confiscado será o patrimônio lícito do condenado, dessa forma, não cabe a pena restritiva de direito sobre o patrimônio auferido como proveito pela prática delituosa, nem o produto do delito ou os instrumentos utilizados para realizá-lo, pois se assim dispusesse, a sanção se tornaria absolutamente ineficaz.

2.4.4 O CONFISCO COMO EFEITO DA CONDENAÇÃO

Toda condenação oriunda do Estado constitucional possui alguns efeitos que poderão ser primários ou secundário, extrapenais ou penal, para tanto, faz-se necessário o Estudo deles para melhor compreensão do assunto.

Os efeitos da condenação consistem em efeitos secundários extrapenais da sentença. Cediço é a necessidade de condenação criminal, não bastando a transação penal (VANZOLINI; JUNQUEIRA, 2020, s/p). No campo penal, o efeito principal da sentença é a aplicação da pena, já o efeito secundário é todo o fator resultante da sentença: *sursis*, reincidência etc. No tocante aos efeitos extrapenais, ocorre a divisão em genéricos e específicos, ocorrendo este quando o magistrado fixar o efeito na sentença penal condenatória; aquele, ocorre automaticamente, e o juiz não necessita se pronunciar a respeito do assunto, como ocorre no artigo 91 do Código Penal, conforme estudar-se-á em momento oportuno (NUCCI, 2019). Todavia, no tocante aos efeitos específicos, os quais terão tratamento conforme dispõe o artigo 91-A e 92 do Código Penal, é o objeto central o presente estudo, haja vista que o confisco alargado possui efeito extrapenal específico, pois somente com a motivação é que poderá surtir efeito (CAPEZ, 2020, s/p).

O artigo 91 do Código Penal preceitua que os efeitos genéricos da condenação- aplicação secundária e automática com a prolação da sentença- são: tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime; a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou do terceiro de boa-fé, do produto do crime ou dos instrumentos do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua em proveito pela

ISBN 978-65-5629-077-5

prática do fato criminoso; todavia, o que importa para o presente trabalho é a perda dos bens em favor da União, tendo certo que a obrigação de indenizar cabe à seara cível, haja vista que a obrigação de reparação do prejuízo causado pelo ilícito penal sempre acarretará em ilícito civil (VANZOLINI; JUNQUEIRA, 2020, s/p). Ocorre que o ilícito civil não se inscreve em objeto de análise do presente trabalho.

Bitencourt (2013, s/p) explica que o confisco como efeito da condenação tem a finalidade de impedir que instrumentos idôneos utilizados para prática de crimes caiam em mãos de determinadas pessoas, ou que o produto do crime enriqueça o patrimônio do delinquente.

Nucci (2019, s/p) explana que os efeitos da condenação, incluído o confisco clássico, não mais se relacionam com a forma odiosa de confisco praticado antigamente pelo Estado, em que bens lícitos eram confiscados, sem que tivessem relação com a atividade criminosa.

Convém destacar o que Fernando Capez pensa a respeito:

> Não se deve confundir a pena de perda de bens e valores, a qual, além de ser pena, efeito principal da condenação, recai sobre o patrimônio lícito do condenado, com o confisco do proveito do crime, que é um efeito secundário da condenação e recai sobre o patrimônio ilícito do agente, ou seja, o proveito do crime (CAPEZ, 2020, s/p).

Portando, deve-se tomar a cautela de diferir as duas formas de confisco; resumidamente, o confisco-pena, foi recepcionado pela Constituição e incorpora o artigo 43, II do Código Penal, e é pena restritiva de direito, possuindo como principal característica a perda de bens lícitos na tentativa de punir o infrator; já no confisco-efeito da condenação, tem-se que decorre de sentença penal condenatória, possuindo efeitos secundários e extrapenais, cumulativos à pena imposta. No caso, abarcará os bens ou valores ilícitos auferidos ou utilizados no crime.

2.4.5 O confisco clássico e por equivalência

A Constituição Federal de 1988 disciplina as duas formas de confisco já citadas, sendo que o confisco-efeito da condenação está disciplinado no artigo 91, inciso II, alínea a e b, do Código Penal[5] e o confisco-pena é reservado como espécie de sanção, disposta no artigo 43, inciso II do Código Penal[6].

Nesse ínterim, o constante no artigo 91 do referido *Códex* disciplina não somente o momento do confisco, mas também sobre qual o patrimônio que deverá recaí-lo. Destarte, o confisco clássico consiste na perda dos produtos ou instrumentos do crime (SOUSA, 2019, p. 12). No caso dos instrumentos do crime, o que importa não é a origem de aquisição do bem, mas a contrariedade ao ordenamento, expressos pelos verbos: fabricar, alienar, usar ou deter (VIEIRA, 2019, p. 34). Com isso, o legislador brasileiro, buscou evitar que se confiscassem os instrumentos que foram

[5] Art. 91 - São efeitos da condenação:
II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:
a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;
b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

[6] Art. 43. As penas restritivas de direitos são:
II - perda de bens e valores;

ISBN 978-65-5629-077-5

usados para a prática do crime, mas que não possuem relação de ilicitude com o ordenamento jurídico, ou seja, os bens cujo uso principal destina-se ao estudo, trabalho ou utensílios profissionais (BITENCOURT, 2013, s/p).

Para exemplificar o confisco de instrumentos do crime, Vieira (2019, p. 34) professa que o bisturi usado pelo médico para a prática do crime de homicídio não deverá ser confiscado, haja visto que o bem é de utilização profissional.

No tocante ao produto do crime, são os bens adquiridos diretamente com a atividade criminosa, podendo ser criados com o produto do crime, ou até mesmo auferidos mediante alienação do produto principal. Ocorre que são bens de proporção ilícita, pois em condições normais, não deveriam integrar o patrimônio do indivíduo (INÁCIO, 2019, p. 13).

Essado (2014, p. 24) dispõe que o produto do crime é o bem que foi adquirido diretamente com a prática criminosa, enquanto o proveito do crime consiste nas vantagens econômicas derivadas do delito, que desnecessária é a vinculação com o produto do crime. Logo, inscreve-se no patrimônio que tem relação entre as vantagens obtidas e a prática delituosa.

Bitencourt (2013, s/p) conceitua os instrumentos e os produtos do crime como:

> Instrumentos do crime são os objetos, isto é, as coisas materiais empregadas para a prática e execução do delito; produtos do crime, por sua vez, são as coisas adquiridas diretamente com o crime, assim como toda e qualquer vantagem, bem ou valor que represente proveito, direto ou indireto, auferido pelo agente com a prática criminosa.

Assim, abstrai-se que os instrumentos ou produtos do crime deverão ser usados ou adquiridos diretamente ou indiretamente com a prática delituosa; ou seja, não qualquer bem que compõe o patrimônio do condenado, mas os bens que estão em contrariedade com o ordenamento jurídico, quais seja, somente aqueles que possuem destinação atrelada à prática de crime ou de porte proibido (INACIO, 2019, p. 13).

Ademais, o artigo 91, §1° do Código Penal[7] expõe que além dos instrumentos ou produtos da prática delituosa, poderão ser objetos do confisco os bens equivalentes ao produto ou instrumento do crime, desde que não encontrados ou forem localizados no exterior.

Tem-se, dessa forma, a hipótese de confisco por equivalência ou subsidiário, pois não necessariamente deverá enquadrar patrimônio ilícito do condenado, como ocorre na perda clássica, e sim quando os bens não estiverem dispostos de forma a facilitar a sua obtenção.

O referido instituto, incorporado ao ordenamento jurídico por meio da Lei 12.694/2012, possui como intuito a ação enérgica do Estado para evitar que diversos subterfúgios usados para lavar bens surtam efeito benéfico ao executor. Logo, se o Estado não consegue buscar no patrimônio do agente os bens que são produtos do crime como mandava a lei, altera-se a legislação para permitir a ação estatal nos bens adquiridos licitamente pelo agente e que sejam de valor equivalente ao produto ou proveito do crime (VANZOLINI; JUNQUEIRA, 2020, s/p).

[7] Professa o artigo 91, §1° que: poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.

ISBN 978-65-5629-077-5

A diferença primordial entre a perda clássica e a subsidiária é que a primeira incide diretamente sobre os bens e valores decorrente da ação criminosa, enquanto a segunda estende-se ao patrimônio lícito, quando enquadrado nas hipóteses permitidas legalmente (ESSADO, 2014, p. 26). A legislação, para não transformar a perda subsidiária em um instituto confiscatório ilimitado do patrimônio do indivíduo, estipulou determinadas limitações. Pois, ainda que compreensível a manobra legislativa, há de ser cuidadoso no momento de sua aplicação, devida a perigosa tendência ampliativa dos poderes estatais que desestabilizam os princípios de um Estado Democrático de Direito (VANZOLINI; JUNQUEIRA, 2020, s/p).

Com a limitação imposta ao Estado para que não configure um confisco indiscriminado de bens e valores, a legislação incluiu a necessidade de demonstração que o produto ou proveito existe, mas não foi localizado; e ainda, perfaz-se necessária a prova de que o produto ou proveito está disposto no exterior (VANZOLINI; JUNQUEIRA, 2020, s/p).

Contudo, obtém-se que os objetos da perda clássica são os derivados do crime, direta ou indiretamente; enquanto os objetos da perda subsidiária são os bens que não foram encontrados no Brasil, ou que se encontram no exterior, podendo o Estado buscar no patrimônio lícito do agente os bens equivalentes; todavia os bens não encontrados devem ser determinados e seu desaparecimento comprovado.

2.4.6 O confisco alargado

O confisco alargado foi uma resposta ao ineficaz modo de ação do confisco clássico, vez que o objetivo de impedir que os instrumentos e produtos do crime retornassem ao uso da criminalidade fracassou.

Destarte, os subterfúgios utilizados pelos delinquentes para branqueamento de capital que transforma os recursos oriundos de atividades criminosas em legítimos (LEMOS, 2017, p. 22) fez com que o Estado buscasse outro *modus operandi*, no tocante a macrocriminalidade econômica.

No mesmo sentido, Minas (2017, p. 10) explana que:

> A grande debilidade deste sistema, que também já foi mencionada, consiste na dificuldade de provar a conexão entre os bens e os crimes. Face a esta prova diabólica, o Direito Penal tem sentido a necessidade de encontrar novas formas mais eficazes na missão de combater o património ilícito relativamente a crimes com tendência para gerar lucros avultados, deixando os mecanismos clássicos para a criminalidade não económica (MINAS, 2017, p. 10).

No limite, tanto o confisco clássico como o alargado possui em seu cerne o referencial ético de que o crime não deve compensar, e apresentam, como mínimo de identificação, a privação de bem e a vinculação mediata ou imediata com o ato delituoso; portanto, o confisco alargado dilata o espaço de atuação do confisco clássico (VIEIRA, 2019, p.37).

Ademais, o confisco alargado poderá ser subdividido em quatro, segundo a doutrina lusitana: o confisco geral de bens; o confisco de bens destinando a prossecução de bens ilícitos; o confisco de bens suspeitos de origem ilícita; confisco baseado numa *actio in rem* de índole civil ou administrativa (PEREIRA, 2017, p. 18).

ISBN 978-65-5629-077-5

O confisco geral, é considerado um dos mais eficazes na luta contra os crimes, pois atenta-se contra os bens de quem pratica crimes graves, não considera o nexo causal entre os bens e o crime praticado, considerando o princípio da proporcionalidade como fio condutor. (PEREIRA, 2017, p. 18).

O confisco de bens destinado a prossecução de fins ilícitos cinge-se não na origem, mas no proveito que se poderá retirar de determinado bem. Ocorre que nesse tipo também não há o que se falar em comprovação do nexo causal entre o crime e o bem ilícito, mas o presumido emprego ilícito (VIEIRA, 2019, p. 38).

No tocante ao confisco baseado numa *actio in rem*, é o confisco que ocorre em âmbito civil e administrativo, eximindo o direito penal. É a intentada contra a propriedade do indivíduo e não mais a determinada pessoa (PEREIRA, 2017, p. 18).

Com relação ao confisco de bens suspeitos de origem ilícita possui o objetivo muito bem definido por Vieira (2019, p. 39):

> (...) tem como objetivo a perda de bens em decorrência da presença de elementos probatórios, indicativos de que eles foram adquiridos ilicitamente. A conclusão pela origem ilícita dos bens é fundamentada na prévia condenação por crimes considerados graves e na existência de patrimônio incompatível com a renda lícita do condenado, o que permite a ilação de que eles são resultado de carreira criminosa anterior (VIEIRA, 2019, p. 39).

No mesmo sentido, Pereira (2017, p. 18) professa que essa modalidade de confisco se fundamenta em uma afetação a uma origem ilícita dos bens, eximindo de qualquer prova de nexo causal entre os bens confiscados e o crime praticado. Presume-se, assim, que foram praticados outros crimes pelo confiscado, sendo que os bens incoerentes com o patrimônio lícito é que foram os bens adquiridos com a atividade criminosa.

O presente trabalho possui como análise a última definição de confisco, em que se presumirá os bens ilícitos pela incompatibilidade entre o patrimônio declarado pelo indivíduo e o valor do bem. Observar-se-á o doravante o tratamento do confisco alargado de bens no ordenamento jurídico brasileiro.

2.5 DA CRIAÇÃO DO CONFISCO ALARGADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Destarte, embora muitos doutrinadores acreditem que o confisco alargado surgiu através de um ato da União Europeia na tentativa de frear o avanço da criminalidade macroeconômica, o que ela fez foi dar um temperamento para a prática do confisco. O confisco alargado surgiu em 1970, nos Estados Unidos, seguido do Reino Unido, em 1986, e somente com a sua incorporação na União Europeia é que seus requisitos foram refinados a ponto de servir de exemplo para diversos outros países (VIEIRA, 2019, p. 42). O cerne desta pesquisa é a análise do confisco alargado no Direito brasileiro, e para isso, deve-se buscar o momento de instituição do confisco, ou seja, a origem do instituto. A sua gênese está bem estruturada com o Projeto de Lei n° 4.850 de 2016, de que se tratará doravante.

2.5.1 As medidas assecuratórias

ISBN 978-65-5629-077-5

São diversas as medidas assecuratórias disciplinadas pelo Código de Processo Penal, no qual o legislador buscou garantir o resultado útil do processo, entre elas, destaca-se: o sequestro; o arresto; e o registro de hipoteca legal. Para fins didáticos, explanar-se-á na presente pesquisa, somente a respeito do sequestro como medida cautelar.

Adentra-se, anteriormente, à conceituação de medidas assecuratórias. As referidas medidas cautelares poderão ser propostas durante o inquérito policial até o julgamento definitivo da ação penal e possuem como característica evitar o prejuízo que adviria da demora na conclusão da ação penal (MIRABETE, 2006, p. 230).

O artigo 125 do Código de Processo Penal traz expressamente a permissão da medida cautelar do sequestro de bens e disciplina que: caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

Ainda, o artigo 126 do referido Códex, dispõe que para que se decrete o sequestro, é necessário que haja indícios veementes da proveniência ilícita dos bens. Assim, não será objeto de sequestro todo e qualquer bem, mas aqueles que veementemente levam a grave suspeita, gerando uma suposição bem vizinha da certeza, embora não haja prova plena da ilicitude da aquisição do imóvel. Ademais, não pode ser ordenado se não existir qualquer prova, ainda que indiciária ou circunstancial, muito menos decorrer de simples presunção (MIRABETE, 2006, p. 231).

No que cerne ao objeto do sequestro, tem-se que o sequestro está adstrito ao proveito do crime, amoldando-se à disciplina do artigo 91 do Código Penal, pois há, em sua gênese dupla finalidade, além de assegurar indenização à vítima, há o intuito de evitar o proveito auferido pela infração penal (BRANDÃO; SANTANA, 2019, p. 129).

Ainda no que tange ao objeto, o sequestro consiste na retenção de bens móveis ou imóveis que tenham relação direta ou indireta com o provento do crime, sendo que a medida poderá ser requerida pelo Ministério Público ou ofendido durante todo o processo penal ou durante a investigação (Vieira, 2017, p. 85). Também se faz mister salientar que a decisão final não decreta a perda de bem; pois o perdimento ocorre no processo principal. O que a sentença proferida no sequestro faz é determinar a alienação do bem constrito (VIEIRA,2017, p. 85).

Portanto, conclui-se que as normas processuais não são suficientes para evitar a circulação de ativos ilícitos em uma economia lícita, nem mesmo o confisco clássico teve eficientes resultados, fazendo com que a instituição de um confisco alargado fizesse presente. (VIEIRA, 2017, p. 122). Da mesma forma, e mais especificamente, o sequestro, previsto no artigo 125 do Código de Processo Penal exige a demonstração de que os bens foram adquiridos pelo indiciado com os proveitos da infração, razão em que é incompatível com o instituto do confisco; e no tocante à hipoteca legal, exige certeza da infração e indícios suficientes de autoria, e com finalidade de ressarcir o ofendido (VIEIRA, 2020, p. 416).

Conclusivamente, nota-se que, o confisco referido pelo artigo 91-A não possui relação com as medidas assecuratórias, haja vista que tais medidas são utilizadas no inquérito policial ou até mesmo no decorrer do processo. Trata-se de efeito da condenação, que possui características próprias, e que não se inscrevem no objeto do presente estudo.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.5.2 O projeto de lei n° 4.850, de 2016

O confisco clássico e o confisco equivalente foram insuficientes para frear a macrocriminalidade econômica, isso fez com que o Estado buscasse uma conduta mais enérgica para extirpar de vez esse tipo de criminalidade, dessa forma surge o confisco alargado encabeçado pelo PL n° 4.850, de 2016.

O PL 4.850/2016, também denominado "10 medidas contra a corrupção" têm sua gênese na iniciativa dos membros do Ministério Público, integrantes da operação "Lava Jato", que elaboraram uma proposta legislativa com base nas "falhas", "incoerências" e "omissões" da legislação que disciplina o combate à corrupção (VIEIRA, 2019, p. 171).

Dessa forma, a tentativa estatal era a de escancarar a máxima popular: o crime não compensa; com o objetivo de evitar a perpetuação de produtos ilícitos na economia formal. Conforme se retira da exposição de motivos do projeto de lei referido, tem-se que:

> O confisco alargado visa a instituir de maneira mais efetiva a ideia clássica de que "o crime não compensa", ou, mais precisamente, não deve compensar. Em crimes graves que geram benefícios econômicos ilícitos, incumbe ao Estado, tanto quanto a punição dos responsáveis, evitar o proveito econômico da infração e a utilização do patrimônio decorrente da atividade criminosa em outros delitos. Mas a persecução criminal do Estado não é, não pode e até mesmo não deve ser exaustiva. Nem todas as infrações podem ser investigadas e punidas, inclusive por força das garantias constitucionais e legais dos cidadãos (BRASIL, 2016).

Dessa forma, entende-se que o confisco clássico e por equivalente, não comportam todas as situações reais de que o Estado necessita para punir devidamente os infratores. Então, como há casos em que não é possível identificar ou comprovar a prática de crimes graves que geram benefícios econômicos, embora as circunstâncias demonstrem a origem ilícita do patrimônio, é que se criou o instituto do confisco alargado (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, o texto do projeto 4.850/2016 ainda explana que o confisco alargado ora proposto, na esteira da legislação de outros países, tem como pressuposto uma prévia condenação por crimes graves, listados no dispositivo, que geram presunção razoável do recebimento anterior de benefícios econômicos por meios ilícitos.

A incompatibilidade patrimonial é o cerne do confisco alargado, e preceitua do *caput* do artigo 91-A que:

> Em caso de condenação pelos crimes indicados, a sentença ensejará a perda, em favor da União, da diferença entre o valor total do patrimônio do agente e o patrimônio cuja origem possa ser demonstrada por rendimentos lícitos ou por outras fontes legítimas (BRASIL, 2016).

Há de se atentar que o projeto previa crimes específicos nos quais poderia ser decretada a perda de bens: tráfico de drogas; comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo; tráfico de influência; corrupção ativa e passiva;

ISBN 978-65-5629-077-5

peculato; inserção de dados falsos em sistema de informações; concussão; excesso de exação qualificado pela apropriação; facilitação de contrabando ou descaminho; enriquecimento ilícito; lavagem de dinheiro; associação criminosa; organização criminosa; estelionato em prejuízo ao Erário ou de entes de previdência; contrabando e descaminho, receptação, lenocínio e tráfico de pessoas para fim de prostituição, e moeda falsa, quando o crime for praticado de forma organizada.

Ainda, o conceito de patrimônio trazido pela referida legislação deverá ser explanado. Entende-se como patrimônio do agente o conjunto de bens, direitos e valores que compunham o patrimônio do condenado na época da instauração do procedimento criminal, ou que estiverem com terceiros sob o domínio do condenado; a segunda definição consiste no bem formalmente adquirido por terceiro, mas administrado ou usufruído pelo condenado, que se comporta como se proprietário fosse; e por último, considera-se os bens que foram transferidos gratuitamente ou por contraprestação irrisória a terceiro nos cinco anos anteriores à instauração do procedimento.

Ante o exposto, nota-se que o conceito de patrimônio trazido pelo PL 4.850 é amplo, muitas vezes até mais rigoroso do que se encontra com o instituto em Portugal, evitando também a necessidade de demonstração de carreira criminosa anterior, fator que é necessário no país lusitano (VIEIRA, 2017, p. 94).

Em conclusão, obtêm-se que o projeto de lei 4.850 foi um marco para a legislação criminal do Brasil, haja vista a tentativa de instaurar no ordenamento jurídico uma nova forma de confisco, o alargado. Tem-se também que os motivos determinantes para a tentativa de modificação da legislação são de retidão e combate aos crimes que geram grandes riquezas, na tentativa de antever a possibilidade de lavagem de capital.

2.5.3 O artigo 91-a do código penal

O PL 4.850, DE 2016, falhou na tentativa de implementar o confisco alargado no ordenamento jurídico brasileiro, todavia, o legislador infraconstitucional não se deixou vencer. Então, através da Lei 13.964, de 2019 propôs nova roupagem ao confisco alargado, na tentativa de instituí-lo novamente à legislação brasileira.

Obtém-se, portanto, que após algumas tentativas falhas de implementação do confisco alargado no ordenamento jurídico brasileiro, cuja fórmula tem por finalidade o combate por enriquecimento ilícito, em que tentou-se criminalizar o enriquecimento sem causa, despertou-se diversas polêmicas, principalmente no que tange ao ônus da prova, impedindo a transformação da lei (NUCCI, 2020, p. 14). Todavia, o legislador obteve êxito em implementar o referido instituto no artigo 91-A do Código Penal, através da Lei 13.964 de dezembro de 2019. Trata-se, portanto, de aplicação aproximada ao que dispunha o PL 4.850 de 2016 a respeito do confisco, porém com algumas particularidades.

Dessa forma, consta do artigo 91-A que poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele compatível com seu rendimento lícito, quando envolver crimes cuja pena máxima de seis anos de reclusão.

O legislador alterou o texto do artigo 91-A e estipulou algumas características que deverão ser cumpridas para que se utilize do referido instituto: condenação por crime com pena máxima superior a 6 anos de reclusão; existência de patrimônio e

ISBN 978-65-5629-077-5

desconformidade deste com a renda, acompanhados da indicação dos bens que serviram de suporte à desconformidade; e ao valor representativo do montante a descoberto (VIEIRA, 2020 ,p. 411).

Assim, o que consta na exposição de motivos, é que o legislador buscou tão somente o combate à prática no combate ao crime, principalmente quando se tratar de organizações criminosas. Buscou-se com o confisco, a aproximação desse combate com a realidade, vez que as formas de confisco existente não foram suficientes para frear esse tipo de criminalidade. Resta consignar que o legislador também optou pela necessidade de conduta ilícita habitual, o que foi invariavelmente retirado do texto legal.

Outra alteração que a lei 13.964 realizou no texto legal foi a definição de patrimônio do condenado, em que consistirá todos os bens de sua titularidade ou a que ele tenha domínio na data da infração penal ou recebido posteriormente; ainda, aqueles bens transferidos a terceiro a título gratuito ou por contraprestação irrisória, contados do início da atividade criminal. Tal patrimônio deverá ser requerido expressamente pelo Ministério Público por ocasião do oferecimento da denúncia, com a apuração da diferença apurada.

Nesse ínterim, restará ao condenado o ônus de provar que o patrimônio requerido pelo Ministério Público, em ocasião de oferecimento da denúncia, possui origem lícita. Conforme dispõe o parágrafo segundo do referido artigo: o condenado poderá demonstrar a inexistência da incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio. Com isso, surgem algumas dúvidas de natureza constitucional do instituto por maior parte da doutrina estudada.

Aury Lopes Junior (2020, s/p) dispõe que o perdimento de bens decorre de uma presunção de enriquecimento ilícito, não dependendo se o crime gera ou não riqueza. Ainda, professa que a presunção de ilicitude e a atribuição da carga probatória à defesa é manifestamente incompatível com a presunção constitucional de inocência. Apontando que a nova regra inverte o ônus probatório, enquanto o princípio da presunção de inocência impõe ao Estado a obrigação de provar fatos que justifiquem a intervenção estatal na liberdade do patrimônio do réu, ainda que a inexistência de provas sobre a origem lícita ou ilícita dos bens do acusado deveria presumir a sua legitimidade, e não o contrário.

No mesmo sentido, Brandão e Santana (2019, p. 133) concluem que o perdimento do resultado da subtração entre o patrimônio total do acusado e o que se entenderia como patrimônio ilícito, por presunção, representa verdadeira afronta aos princípios que vigoram no ordenamento jurídico, visto que desconsidera a necessidade de nexo causal entre os bens e a infração perpetrada.

Para Vanzolini e Junqueira (2020, s/p), a interpretação assertiva a ser adotada deverá estar em consonância com os princípios constitucionais da presunção de inocência, proibição do confisco e do ônus da prova à acusação. Dessa forma, entende-se que será suficiente a demonstração de ausência de causalidade entre o bem ou valor indicado para o confisco e o crime, desmantelando a premissa de que os bens que não forem provados a sua origem lícita, estarão presumidamente decretados como proveito ou produto do crime.

Bitencourt (2020, s/p) também explora que o legislador, a pretexto de alterar alguns dispositivos penais, desrespeita a carta constitucional, invade a privacidade dos cidadãos, viola garantias constitucionais, inclusive o sigilo bancário-financeiro, vasculha a vida pregressa e, sem justa causa, revolve as declarações de imposto de

ISBN 978-65-5629-077-5

renda, criando o mais escancarado e ilegal "confisco de bens e valores", procurando acobertá-la de "efeitos da condenação", tudo isso sem vincular a qualquer infração penal específica.

Ainda, Bitencourt (2020, s/p) professa tratar de uma verdadeira expropriação abusiva, ilegítima e sem justa causa de alguém condenado por qualquer crime, vez que o confisco poderá recair sobre o condenado mesmo que não lhe tenha rendimento de qualquer provento econômico ou produzido qualquer prejuízo a alguém.

É mister voltar à exposição de motivo do PL 4.850 de 2016 para pontuar que há entendimentos contrários a respeito da inconstitucionalidade do instituto, apresentando que ele está em plena integralidade com os princípios constitucionais:

> Como se trata de medida que atinge apenas o patrimônio de origem injustificada, sem imputar ao afetado nenhum dos efeitos inerentes a uma condenação criminal pelos fatos que ensejaram a posse desses bens, o confisco alargado se harmoniza com o princípio da presunção de inocência, conforme tem sido reconhecido em outros países e em organismos e fóruns internacionais (BRASIL, 2016).

Ainda, Nucci (2019, p. 14) traz à baila a afirmação de que ao Estado é autorizado, em efeito extrapenal, confiscar o que configura enriquecimento ilícito, e que não existe qualquer vício de inconstitucionalidade, pois ingressa em lei o enriquecimento sem causa, quando se apura, como condenação, um crime. Lembra ainda, que a única maneira de se afastar qualquer lesão à Constituição é considerar, sempre, caber o ônus da prova, quanto ao enriquecimento sem causa, à acusação. Ademais, o doutrinador também explica que o parágrafo segundo do artigo 91-A nem deveria existir, vez que competindo ao órgão acusatório o fardo de provar a origem ilícita do patrimônio, por óbvio, é interesse do acusado demonstrar a licitude patrimonial, o que se inscreve no contraditório e na ampla defesa.

Portanto, nota-se que o aprofundamento temporal jurisprudencial e doutrinário conduzirá a uma aplicação mais assertiva do instituto do confisco, pois, no texto legal, além de existirem algumas lacunas, há a possibilidade de diversas interpretações, seja pela atecnia com que o legislador transcreveu o texto, seja pela vontade de não impor limites ao confisco alargado.

2.6 OS LIMITES DO CONFISCO ALARGADO

Antes de adentrarmos nos motivos que levaram a propositura de um Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, se faz necessário explanar sobre os limites conferidos pelo legislador a respeito do confisco alargado, ou a falta deles.

No próprio artigo 91-A, o legislador conceituou o que se entende por patrimônio do condenado: consiste nos bens e valores de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto na data da infração penal ou recebidos posteriormente; assim como aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou prestação irrisória, a partir do início da atividade criminal.

Assim, frente a algumas lacunas, pergunta-se: qualquer bem que se receber após a infração penal poderá ser fruto do confisco? O termo "atividade criminal" consiste em um conceito aberto em que o magistrado, no caso concreto, poderá

ISBN 978-65-5629-077-5

determinar o seu início, caso o Ministério Público aponte o início e o condenado não puder provar?

Essas são perguntas que não se pretende exaurir com a presente pesquisa, mas que, doutrinariamente, já é possível vislumbrar um norte. No que diz respeito à primeira questão, Vanzolini e Junqueira (2020, s/p) explanam que de acordo com o artigo 91-A, §2° se presume fraude no caso de doação ou qualquer transferência gratuita do bem ou venda por valor irrisório após a atividade criminal; assim, todo o patrimônio doado ou vendido poderá ser declarado perdido. No tocante à segunda questão, explanam os mesmos autores, que o início da atividade deverá ser interpretado em favor do réu.

Bitencourt (2020, s/p) disciplina que não há qualquer parâmetro para limitação do "novo confisco", seja na aplicação do quanto confiscar, seja com relação ao produto a se confiscar, vez que todo ele não está vinculado à infração penal que o cidadão foi condenado.

Diferentemente do que ocorre com a pena de perdimento de bens e valores, é possível extrair dois limites: a limitação do quantum a confiscar, que consistirá no maior valor entre o montante do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática do crime; e a limitação em razão da quantidade de pena aplicada, não cabendo a aplicação desta sanção para crimes que ultrapassem o limite de quatro anos de prisão (Bitencourt, 2020, s/p). Assim, Vieira (2020, p. 418) explica que embora a Lei 13.964/2019 tenha evoluído a respeito do confisco, foi insuficiente com a sua estrutura operacional no mundo concreto.

Em sentido adverso, Guilherme Nucci (2020, p. 14) professa que não há qualquer vício de inconstitucionalidade no que tange ao instituto, não devendo ser invalidado. O que ocorre é a aplicação do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, pois se apura, como condenação, um crime.

Portanto, obtém-se que o legislador, conscientemente ou não, deixou de impor limites ao instituto do confisco alargado, estando mais preocupado em punir economicamente o infrator. Todavia, a interpretação a ser realizada pelo magistrado no caso concreto deverá ser colidente aos princípios assegurados ao condenado. Essa é a única forma do instituto vigorar plenamente no ordenamento jurídico brasileiro.

2.7 A ADI 6.304

Vencida a explanação dos conceitos basilares que tangem o confisco de bens e o breve apontamento de seu tratamento no ordenamento jurídico brasileiro, adentra-se na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6.304, proposta pela Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas perante o Supremo Tribunal Federal. Ação esta que tem seu início em 15 de janeiro de 2020, portanto ainda em trâmite perante o referido Pretório.

A ADI possui como escopo a declaração de inconstitucionalidade de diversos artigos sobrevindos a partir da promulgação da lei 13.964 de 2019, outrora já referenciado, conhecida popularmente como "pacote anticrime"; todavia, como já restou claro, o presente estudo se debruçará somente em analisar o artigo 91-A da referida lei.

No tocante a introdução desse artigo em nosso ordenamento jurídico, a ADI de plano já dispõe que o legislador contemporâneo, mais uma vez, disfarçadamente,

ISBN 978-65-5629-077-5

adota o inconstitucional "confisco de bens e valores" travestido, nesta hipótese, como se fosse efeito da condenação, como desculpa para realizar invasões e violações injustificadas, pois não se exige a existência de vínculo com determinada infração penal específica a que, porventura, alguém possa ser condenado. Assim, a ABRACRIM busca a inconstitucionalidade de lei, utilizando como premissas os fatores históricos, direito penal material e direito da propriedade, furtando-se de analisar propriamente a seara processual penal: "Como os §§ 2º e 5º preocupam-se apenas com aspectos procedimentais, perdendo toda a importância se for reconhecida a inconstitucionalidade deste dispositivo legal(...)".

Ademais, no que tange ao fator histórico do confisco a ADI dispõe que a criação, outrora, da pena de perda de bens e valores pela Lei 9.714/98 foi somente uma tentativa de verificar a aceitação desse tipo de pena, introduzindo-a com doses homeopáticas para, mais tarde, introduzir, quiçá, uma verdadeira forma desenfreada de confisco. Ainda, traz em voga a Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969, a qual já em 1969 destacava que não haveria pena de morte, prisão perpétua, banimento ou confisco; dessa forma, o legislador buscou equiparar o confisco às demais formas de pena, enquadrando-as no princípio da personalidade da pena e na garantia da função social da propriedade, em que a pena não poderá passar da pessoa do condenado.

Tendo em vista que a propriedade é um direito fundamental consagrado pela Constituição Federal de 1988 e que está acobertada pelo princípio da função social da propriedade, sendo certo que a propriedade atinge a função social quando atende às exigências expressas no plano diretor, conforme disciplina o artigo 182, §2° da CRFB. Assim, a União, para assegurar a plena função social da propriedade, poderá desapropriar por interesse social e para fins de reforma agrária, mediante prévia indenização em títulos da dívida agrária, a propriedade que não esteja cumprindo a sua função social (BRASIL, 2020).

Disciplina a ADI que a função social, a rigor, relaciona-se com a própria propriedade, sendo vista como operativa, utilitária e servindo em benefício da sociedade, ainda que seja em serviço do próprio proprietário, vez que é um ser social que merece ser atendido pela função da propriedade, especialmente daquela que é sua. Dessa forma, obtém-se que o que efetivamente desatende a função social é o abandono, o mau uso ou desuso da propriedade ou mesmo o seu uso para fins criminosos, assim como ocorre nos casos de crime de trabalho escravo e tráfico de entorpecentes (BRASIL, 2020).

Com o instituto da pena de perda de bens, incorporado no ordenamento jurídico, o constituinte brasileiro tergiversou o tema da propriedade como direito constitucionalmente assegurado e autorizou a perda de bens, instituindo mais uma "fonte de arrecadação", despreocupando-se com o mau uso que o legislador convencional poderia fazer; ou seja, o cumprimento de verdadeiros confisco, sem causa, como ocorre nos casos de perda de bens como efeitos da condenação (BRASIL, 2020). Destarte, o legislador infraconstitucional descuida-se e ultrapassa o limite do permitido, do razoável e, não raramente, ultrapassa as barreiras do constitucionalmente permitido, prejudicando os cidadãos contribuintes, desnecessariamente, caracterizando verdadeiros confiscos, ainda que com roupagem de legalidade (BRASIL, 2020).

A ADI ainda faz menção à diferença entre o confisco-efeito da condenação e o confisco-pena, afirmando ser esta última a natureza jurídica do confisco alargado

ISBN 978-65-5629-077-5

brasileiro. Dispõe também que o objeto do confisco do 91-A não serão os instrumentos ou produtos do crime, como ocorre no confisco-efeito do artigo 91, o que seria tranquilamente compatível com o sistema acusatório brasileiro e até mais do que o razoável; ocorre que será propriamente o patrimônio do condenado, em qualquer crime com pena superior a seis anos, mesmo que não seja daqueles praticados contra a administração pública. Nesse ínterim, ocorreria, conforme o texto da ADI, uma "locupletação indevida dos cofres públicos" (BRASIL, 2020).

A questão cinge-se na possibilidade de a União confiscar o bem que muitas vezes não possui relação direta com o crime, sendo que será realizada a diferença entre o patrimônio do condenado e o que ele recebe licitamente, atribuindo a possibilidade de valoração ao judiciário. Dessa forma, enquanto o confisco elencado no artigo 91 do Código Penal tem por finalidade a reparação do dano causado e a recuperação do proveito obtido com o crime, o constante no artigo 91-A do mesmo Código não tem nenhum desses parâmetros para servir de baliza, nem mesmo o quanto a confiscar e de quem confiscar (BRASIL, 2020).

Por fim, a ADI explana sobre os limites inexistentes no confisco previsto no artigo 91-A do Código Penal. Destarte, destaca-se que o confisco alargado não possui nenhum parâmetro de quanto confiscar ou a natureza do produto a se confiscar, vez que o patrimônio não está vinculado à infração penal na qual o cidadão foi condenado (BRASIL, 2020).

Ademais, basta a prática de crime com máxima superior a seis anos de reclusão que tornará possível a expropriação do patrimônio do condenado, ainda que não sobrevenha benefício econômico ou não tenha produzido prejuízo a ninguém.

3 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou traçar uma análise do confisco alargado sob a ótica da ADI 6.304 e orbitou em torno das razões pelas quais o instituto poderá ser incorporado ou não no ordenamento jurídico brasileiro.

Para tanto, partiu-se da exposição histórica do instituto para demonstrar que não se inscreve em objeto contemporâneo, mas que ocorre desde as ordenações portuguesas, quando o Brasil era colônia de Portugal, e já havia indícios de sua fruição por parte do Estado português como movimento de locupletação patrimonial, sem resguardar diretos dos condenados.

Na sequência, apresentou-se o breve histórico brasileiro no uso do confisco, possuindo indícios desde a Inconfidência Mineira e, posteriormente, sendo defeso pela Constituição de 1824 e pelas normas legais que a sucederam, demonstrando explicitamente que o confisco não era um ato aceito nem no decorrer dos anos e que, a partir de algumas décadas, é que o confisco passou a ser tratado diferentemente, sendo instituído como pena. Ademais, abarcou qual modalidade de crimes o confisco busca atingir, qual seja, a macrocriminalidade econômica. Após, adentrou-se propriamente na análise do confisco e suas variáveis, entre elas, o confisco alargado, objeto central do estudo. Por fim, analisou-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6.304 a fim de entender os motivos que levaram a propositura da Ação.

O presente artigo não possui condão de extirpar as discussões acerca do tema tratado, muito pelo contrário, possui como objetivo o aprofundamento da discussão para os juristas e legisladores que possam ser surpreendidos com o tema.

ISBN 978-65-5629-077-5

Assim, analisou-se o instituto do confisco alargado no Direito Brasileiro, basicamente em seu aspecto material. Tem-se, portanto, que é de extrema importância para garantir os princípios de um Estado Constitucional, não somente para os aplicadores do direito e juristas, mas também para o público em geral. As premissas hipotéticas propostas pela pesquisa foram (a) o confisco não poderá vigorar em um Estado Democrático de Direito, pois o legislador buscou instaurar uma nova forma de pena de confisco acobertando-a de efeito da condenação, o que é inadmissível constitucionalmente, pois viola diversos princípios, como o da individualização da pena; (b) o confisco poderá vigorar tranquilamente sem nenhum óbice legal, pois não atenta contra os princípios constitucionais.

Conclusivamente, e sem tender a esgotar as discussões sobre o assunto, obtém-se da pesquisa que o confisco alargado, na forma como se encontra disciplinado no ordenamento jurídico brasileiro, possui diversas lacunas e normas em branco que, possivelmente, transferirão um enorme poder ao magistrado no caso concreto, ultrapassando os limites do constitucionalmente admitido em um Estado Democrático de Direito. Nessa feita, ante a análise doutrinária e jurisprudencial realizada no decorrer da pesquisa, constatou-se parcialmente a hipótese de que o legislador buscou instituir uma nova forma de confisco, acobertando-a de efeitos da condenação; todavia, não será impossível sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, por se tratar de tema ainda em discussão pelo STF, não há sequer parecer acerca do assunto pelo referido Pretório, o que dificulta uma solução prática assertiva.

Portanto entende-se que para que o instituto possa vigorar tranquilamente, o magistrado, no caso concreto, deverá interpretar os dispositivos de forma que colidam com os princípios constitucionalmente admitidos ao condenado. Outrossim, como se trata de tema relativamente novo, deverá ser analisado à luz dos precedentes que sobrevirão da utilização do instituto.

Ainda, cumpre destacar que o confisco tributário, conforme restou demonstrado, não se deve confundir com o confisco pena ou confisco efeito, uma vez que é necessário haver carga tributária superior ao patrimônio do tributado para que seja aplicado, logo, há necessidade de haver um tributo a ser cobrado; da mesma forma, inscreve-se de impossível aplicabilidade quando a discussão versar sobre sanção de qualquer natureza. Logo tem-se que a fundamentação da ADI, baseada na lógica de que o Estado busca implementar uma nova forma de tributo, não passa de mera retórica na tentativa de buscar a procedência do pedido.

Tem-se ainda que a exposição de motivos da Lei 4.850 de 2016 restou clara em apontar os crimes que seriam acobertados pelo instituto do confisco os quais, em sua maioria, eram crimes que, em tese, tendem a acrescentar no patrimônio do delinquente proveitos econômicos consideráveis. Já na atual Lei 12.964, de 2019, o legislador limitou-se em estipular a aplicação do confisco nos crimes cuja pena máxima exceda 6 anos de reclusão, com a explícita tendência de abarcar até mesmo os crimes nos quais, em tese, o condenado não auferiu proveito econômico algum. Portanto o legislador não determinou limites concretos para a utilização do instituto; sendo assim, seus efeitos terão reflexos diretamente em casos concretos.

REFERÊNCIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. São Paulo: Saraiva, 2020

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Penas alternativas**: análise político criminal da Lei n. 7.914/98. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDÃO, Brenno Cavalcanti Araújo; SANTANA, Rafael De et al. Pacote "anticrime" e a
exasperação do tratamento quanto às medidas de perdimento de bens e utilização por parte dos órgãos de segurança pública. In: RIOS, L. P. C. (Org,); NEVES, L. G. B. (Org.); ASSUMPÇÃO, V.S. (Org.). **Estudos temáticos sobre o "pacote anticrime"**. São Paulo, Tirant lo Blanch, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 15 ago 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI 6.304. **Requerente: Abracrim.** Relator Min. Luiz Fux. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5843708. Acesso em: 15 ago 2020.

BRASIL. Lei n° 13.964, de 24 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm#:~:text=Na%20hip%C3%B3tese%20de%20condena%C3%A7%C3%A3o%20por,com%20o%20seu%20rendimento%20l%C3%ADcito. Acesso em 8 jul 2020.

BRASIL. Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 8 jul 2020.

BRASIL. Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 13 de outubro de 1941. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 8 jul 2020.

CAMPOS, Raul de.; COELHO, Lencastre Brito. **A recuperação de ativos à luz da Lei n.° 30/2017, de 30 de maio**. Lisboa: universidade de Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37619. Acesso em: 8 jun 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal:** parte geral. Salvador: Juspodvm, 2016.

ESSADO, Tiago Cintra. **Perda de Bens e o Novo Paradigma para o Processo Penal**

ISBN 978-65-5629-077-5

Brasileiro. São Paulo, 2014.

INÁCIO, Allan de Assunção. **O confisco alargado de bens nos crimes praticados por organizações criminosas**. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201605. Acesso em: 15 ago. 2020.

JR., Aury Lopes. **Direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2020.

LEMOS, Amanda Rocha. **O confisco alargado como alternativa para a recuperação de ativos provenientes da lavagem de dinheiro**. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11944#:~:text=Abstract%3A,da%20pr%C3%A1tica%20de%20certos%20crimes.&text=LEMOS%2C%20Amanda%20Rocha.-,O%20confisco%20alargado%20como%20alternativa%20para%20a%20recupera%C3%A7%C3%A3o,provenientes%20da%20lavagem%20de%20dinheiro. Acesso em: 15 ago. 2020.

LIRA DE, Antiógenes Marques. Macrocriminalidade. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, n. 719, 1995. Disponível em: https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1275676597.pdf. Acesso em 15 jul 2020.

MINAS, Manuel Picão. **O confisco alargado no ordenamento jurídico português**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2017.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal.** São Paulo: Atlas, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PEREIRA, Joana da Silva. **O confisco: a bem da justiça ou lucro do Estado?** Coimbra: universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/83903/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Joana%20da%20Silva%20Pereira.pdf. Acesso em: 8 jun 2020.

SCHMITT, Ricardo Augusto. **Sentença Penal Condenatória**: teoria e prática. Salvador: Juspodvm, 2014.

SILVESTRE, Raquel Cristina Rezende. **Perda de bens**: efeito da sentença criminal. Salvador: JusPodivim, 2018.

SOUSA, Fernanda Thais Verdeiro de. **Confisco alargado**: recuperação do ativo derivado do crime. Maringá: Unicesumar, 2019.

SPENGLER, Adriana Maria Gomes de Souza. Dimensão do princípio da proporcionalidade na repressão à macrocriminalidade econômica. **Revista eletrônica Direito e Política.** Santa Catarina: Univali. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/index. Acesso em 8 jul 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

VANZOLINI, Patrícia; JUNQUEIRA, Gustavo. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2020.

VIEIRA, Roberto D' Oliveira. **Análise de Direito Comparado do Confisco alargado**: aportes da perda alargada no Brasil. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2017.

VEIRA, Roberto D' Oliveira. **Confisco alargado de bens**: análise de Direito Comparado. Salvador: Juspodvm, 2019.

VIEIRA, Roberto D' Oliveira. O. Confisco alargado: aportes de direito comprado. In: QUEIROZ, P., et al. **Inovações da Lei n° 13.964 de dezembro de 2019**. Brasília: MPF, 2020.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 2019.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário:** completo. São Paulo: Saraiva, 2017.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário.** Salvador: Juspodvm, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

O PACOTE ANTICRIME E A INOVAÇÃO ACERCA DO JUIZ DE GARANTIAS:A PERSPECTIVA DA IMPLANTAÇÃO DO NOVO INSTITUTO EM ANÁLISE À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A POSSIBILIDADE ECONÔMICA

THE ANTICRIME PACKAGE AND THE INNOVATION ABOUT THE GUARANTEE JUDGE: THE PERSPECTIVE OF IMPLEMENTING THE NEW INSTITUTE UNDER ANALYSIS OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION AND THE ECONOMIC POSSIBILITY

Carlos Eduardo Szczerbicki[1]
Hubertus David de Moura Reijrink [2]

RESUMO: O presente artigo trata a respeito do novo instituto jurídico chamado Juiz de Garantias, aprovado e sancionado pelo Presidente da República no fim do ano de 2019 através do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19). A referida lei inicialmente teve por objetivo o endurecimento e rigidez da lei penal, contudo, em passagens por uma comissão de análise, acabou tendo alguns pontos importantes alterados, sendo incluído outros, dentre eles a criação do Juiz de Garantias. Desde a promulgação da referida lei, ocorreram diversos debates, surgindo várias polêmicas, o que acabou gerando divergências entre órgãos do Poder Judiciário com entidades jurídicas do país e até mesmo divergência de entendimento entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Vários apontamentos foram feitos, dentre eles a impossibilidade de aplicação do instituto ante a inconstitucionalidade da norma, além de inviabilidade financeira do Poder Judiciário de arcar com os custos que sua implementação traria. Dessa forma se viu a necessidade de realizar a presente pesquisa, analisando opiniões de Ministros, órgãos e entidades judiciárias, investigando a constitucionalidade formal e ainda verificar sua aplicabilidade do ponto de vista financeiro, expondo ordenamentos jurídicos internacionais que possuem o instituto e, ainda, comparando com outros pontos da lei que possivelmente trariam impactos financeiros e também foram aprovados. Ao final, concluiu-se que o instituto não afronta a Constituição Federal, além de não prever novos gastos expressivos, sendo necessária apenas uma adequação do sistema judiciário, pois a real efetividade só será descoberta com a aplicação no cotidiano dos processos penais.

PALAVRAS-CHAVE: Juiz de Garantias; Pacote Anticrime; Sistema Judiciário; Aplicabilidade.

ABSTRACT: This article deals with the new legal institute called the Guarantee Judge, approved and sanctioned by the President of the Republic at the end of 2019 through the Anti-Crime Package (Law 13.964 / 19). The compensating law aimed to harden and rigid the criminal law, however, in passages by an analysis commission, it ended up having some altered points changed, including others, among them the creation of the Guarantee Judge. Since the promulgation of the law, there have been several debates, with several controversies, which ended up generating divergences between organs of the Judiciary with legal entities in the country and even divergence of understanding between the Ministries of the Supreme Federal Court. Several notes were made, the impossibility of applying the institute in the face of the unconstitutionality of the rule in addition to the financial impossibility of the Judiciary

[1] Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário Univel.
[2] Especialista em Filosofia Política e do Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5
to bear the costs that its implementation would bring. Thus, the need to conduct this research was seen, analyzing the opinions of Ministers, judicial bodies and entities, investigating the formal constitutionality and also verifying its applicability from the financial point of view, exposing legal systems that have the institute and, still, comparing with other points of the law that would possibly have financial impacts and were also consolidated. In the end, it was concluded that the institute does not defy the Federal Constitution, in addition to not providing for new expressive expenses, requiring only an adjustment of the judicial system, as the real effectiveness will only be discovered with the application in criminal proceedings every day.
KEYWORDS: Guarantee Judge; Anti-Crime Package; Judicial System; Applicability.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar e pesquisar sobre a proposta da nova figura a ser instituída ao nosso ordenamento jurídico através da Lei 13.964/19 (Pacote Anticrime) chamado Juiz de Garantias. Este novo instituto jurídico tem por objetivo separar a fase inquisitória e a fase decisória de um processo penal das mãos do mesmo magistrado, dividindo as atribuições das tarefas.

Ao ser proposto, o Juiz de Garantias foi alvo de várias polêmicas no âmbito jurídico nacional e surgiram diversas questões e discussões a respeito, dentre elas, quanto à inconstitucionalidade perante sua criação em análise às competências que seriam privativas aos tribunais e, ainda, a inviabilidade financeira de aplicação em observância aos custos que surgiriam para conseguir adaptar todas as comarcas brasileiras para funcionarem seguindo este modelo.

Desta maneira, a pesquisa apresentada busca averiguar, nos moldes em que o sistema jurídico brasileiro adota atualmente, a possibilidade de sua aplicação em análise às variadas opiniões que surgiram com a referida propositura.

É importante que o referido assunto seja alvo de estudos, pois trata-se de uma lei novíssima que ainda não foi permitida a sua integral aplicação ao ordenamento jurídico. Assim, o presente artigo pretende contribuir a ampliar o conhecimento do leitor a respeito do tema, deixando claro quais os problemas que surgiram com a sua criação, os quais geraram desentendimentos entre advogados, órgãos e entidades jurídicas, ministros dos Tribunais Superiores entre outros.

Desse modo, realizou-se uma ampla pesquisa sobre as diversas opiniões referentes ao tema, analisando não só o ponto em que diz acerca do Juiz de Garantias, mas também analisando outros pontos que também geram aumentos consideráveis aos cofres públicos brasileiros, todavia, estes não foram objetos de debates.

Para esse fim, o presente trabalho, apresenta a propositura do Juiz de Garantias desde o seu surgimento e aprovação pela lei que o instituiu. Então evidencia como funciona o sistema jurídico brasileiro atual, com o trabalho de apenas um magistrado durante o processo penal e qual mudança ocorreria após a implantação do Juiz de Garantias. Expõe os diversos ordenamentos jurídicos internacionais que já adotam esta figura e como entidades e ministros veem esta proposição.

Posteriormente, analisa a constitucionalidade da norma do aspecto formal e faz um breve comparativo com a Emenda Constitucional 45/2009. Ainda aponta outros tópicos da mesma lei que instituiu o Juiz de Garantias, que também causam

ISBN 978-65-5629-077-5

impactos ao sistema financeiro do Poder Judiciário além de verificar se há o fracionamento da jurisdição com a implantação desse instituto.

2 A LEI 13.964/19 – O PACOTE ANTICRIME

O Pacote Anticrime é uma nova proposta de alterações expressivas ao direito brasileiro, advindo pela lei 13.964/19 que foi sancionada pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, no dia 24 de dezembro de 2019, porém, com vários itens vetados da matéria que havia sido aprovada pelo Congresso e sendo publicada no mesmo dia, como afirma o repórter da Agência Brasil, André Richter (2019, s/p): "O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei conhecido como pacote anticrime. O despacho foi publicado na noite de ontem (24), em edição extra do Diário Oficial da União. Houve 25 vetos à matéria aprovada pelo Congresso". De acordo com a contagem dos prazos previstos em lei, o Pacote Anticrime entrou em vigor no dia 23 de janeiro de 2020.

Em uma breve análise, é possível perceber que a nova lei modificou várias áreas do direito penal, como Pereira relata:

> A nova ordem jurídica modificou o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código de Processo Penal Militar, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Execução Penal, a Lei de Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, dentre outras (PEREIRA, 2020, s/p)

As ideias centrais do Pacote Anticrime eram o combate à corrupção, o enfrentamento ao crime organizado e à criminalidade violenta, propostas pelo então atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Porém, como foi amplamente discutido por uma comissão na qual havia deputados, ministros, entre outros, acabou sendo aprovada com uma certa diminuição do seu texto originário. Para Pereira (2020, s/p) foram removidas partes importantíssimas da lei que afetaram o interesse de muitos que se viam ameaçados pelas propostas ofertadas no que tange ao combate à corrupção e a possibilidade de prisão a partir do julgamento em 2ª instância, de sentença penal condenatória.

Com essa nova lei que alterou diferentes pontos do sistema jurídico brasileiro, e por consequência gerou várias polêmicas que vieram à tona, os órgãos, entidades e aplicadores do direito apresentaram ideias divergentes e houve bastante discordância sobre o tema. Porém, um dos pontos mais polêmicos é o que se refere ao Juiz de Garantias, o qual seria implantado ao sistema jurídico brasileiro no momento em que a lei entrasse em vigor. Como não é apenas um simples artigo da lei, mas sim a criação de um novo instituto jurídico no Poder Judiciário, as discussões foram imediatas, principalmente no que diz respeito à sua inconstitucionalidade sobre a criação do mesmo e a viabilidade não só financeira, mas de aplicação em todas as comarcas do país. A divergência de ideias ocorreu inclusive dentro do próprio Supremo Tribunal Federal, onde há discussão entre os ministros, como Thayná Schuquel declara em relação ao Juiz de Garantias:

> Esse dispositivo é o mais polêmico do pacote anticrime e está suspenso por tempo indeterminado, por decisão do ministro Luiz Fux, do STF. Antes, o presidente da Corte, Dias Toffoli, suspendera a medida por 180 dias. Agora, se a liminar de Fux não for derrubada,

ISBN 978-65-5629-077-5

> a nova figura no processo penal só pode entrar em vigor após o plenário do STF decidir sobre o caso. (SCHUQUEL, 2020, s/p)

As entidades que estão diretamente ligadas ao Poder Judiciário, como a AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) e a Ajufe (Associação dos Juízes Federais) também se manifestaram a respeito, inclusive propondo Ações para tratar em referência à constitucionalidade da lei, assunto que será abordado em tópicos a seguir.

2.1 O JUIZ DE GARANTIAS

Primeiramente, para definir o que é Juiz de Garantias é necessário saber que atualmente o modelo adotado no Brasil é a figura única do Juiz, sendo que o mesmo magistrado atua tanto na fase instrutória como na fase decisória, ou seja, o mesmo juiz preside a Instrução Criminal e profere a decisão.

Já o novo instituto ainda não visto no sistema judiciário de forma efetiva, o Juiz de Garantias é a introdução de uma nova figura jurídica, com o objetivo de separar a fase investigativa da decisória, com o intuito de trazer mais imparcialidade aos processos penais, como conceitua Marcelo Campelo:

> O juiz das garantias será um magistrado especializado na investigação. Sua responsabilidade será deferir quebra de sigilos, busca e apreensão, prisão preventiva e temporária. Não julgará, será o grande garantidor de que abusos não serão cometidos e deverá entregar o processo perfeito para seu colega que fará o julgamento. (CAMPELO, 2020, s/p)

Para os bons leitores e atuantes na área, sabe-se que a elaboração do Juiz de Garantias dividindo as responsabilidades da fase do inquérito policial e da fase decisória, criando assim a nova figura jurídica já vem sendo debatida há algum tempo, não sendo totalmente uma novidade. Há alguns anos, precisamente em 2009, houve o projeto de reforma do Código de Processo Penal que já previa a criação desta figura, definindo suas responsabilidades e competências, como pode-se analisar no *caput* e primeiros incisos do artigo que se refere ao juiz de garantias no projeto:

> Art. 14. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: I – receber a comunicação imediata da prisão, nos termos do inciso LXII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil; II – receber o auto da prisão em flagrante, para efeito do disposto no art. 555; III – zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido a sua presença; IV – ser informado sobre a abertura de qualquer investigação criminal; V – decidir sobre o pedido de prisão provisória ou outra medida cautelar; (BRASIL, Projeto de Lei 156/09, art. 14)

Nota-se então que é um tema que já esteve presente em análises de direito no Brasil. Há também inúmeros códigos de processo penal do mundo afora, como

ISBN 978-65-5629-077-5

exemplo a Espanha e a Itália que adotam a medida sempre com o objetivo de que se tenha o máximo de imparcialidade possível nos julgamentos, para que não haja prejuízos ao réu, ponto que será abordado adiante neste artigo.

Proveniente do Pacote Anticrime, novamente a proposta de introdução do Juiz de Garantias ao ordenamento jurídico traz a ideia de criar uma separação de juízes para determinadas fases do processo penal. O Juiz de Garantias será o responsável pela fase investigatória, ou seja, antes do recebimento da denúncia. A ele foram determinadas certas medidas, como decretar e prorrogar a prisão preventiva, decidir sobre a quebra de sigilo, busca e apreensão e interceptação telefônica e questões ligadas à obtenção de provas, todas previstas expressamente pelo inciso XI do artigo 3º do Projeto de lei 13.964/2019, como segue:

> XI - decidir sobre os requerimentos de: a) interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação; b) afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico; c) busca e apreensão domiciliar; d) acesso a informações sigilosas; e) outros meios de obtenção da prova que restrinjam direitos fundamentais do investigado; (BRASIL, Pacote anticrime, art. 3)

O artigo 3º-B da Lei 13.964/19 ainda prevê que o Juiz de Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais dos sujeitos, além de várias outras competências, como podemos ver nos principais incisos do trecho da lei:

> I - receber a comunicação imediata da prisão, nos termos do inciso LXII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal; II - receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão, observado o disposto no art. 310 deste Código; III - zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo; IV - ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal; V - decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar, observado o disposto no § 1º deste artigo; VI - prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral, na forma do disposto neste Código ou em legislação especial pertinente; VII - decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral; VIII - prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial e observado o disposto no § 2º deste artigo; IX - determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento; (BRASIL, Lei nº 13.964, 2019).

É nesse mesmo sentido que Guilherme de Souza Nucci (2020, p.84) destaca a principal função do Juiz de Garantias: "O juiz das garantias deve zelar pela fiel aplicação da lei processual penal durante a investigação criminal e, mais que isso, controlar a legalidade dos atos constritores aos direitos individuais do investigado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Assim como a lei traz uma série de competências, também apresenta limitações ao Juiz de Garantias, impedindo-lhe de atuar nas infrações penais de menor potencial ofensivo, cessando com o recebimento da denúncia ou queixa, como dispõe a lei em seu Art. 3º-C da lei 13.964/19: "A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código." (Brasil, 2019, s/p).

Além das infrações de menor potencial ofensivo o Juiz de Garantias também não atuará na Justiça Eleitoral, por conta de sua estrutura, incapaz de incorporá-lo, conforme Aury Lopes Junior expõe:

> Por fim, não se aplicaria o juiz das garantias nos processos de competência da justiça eleitoral, porque "em sua arquitetura ímpar, estruturada para conduzir o processo democrático, dotada de competências administrativa e jurisdicional, não dispõe de quadro próprio de magistrados, sendo composta por membros oriundos de outros ramos da Justiça, situação que poderá dificultar a aplicação do juiz de garantias" (JUNIOR, 2020, p.221)

Como a própria lei aborda, no parágrafo 1º do artigo 3º - C: "Recebida a denúncia ou queixa, as questões pendentes serão decididas pelo juiz da instrução e julgamento", ou seja, passada a fase da investigação, caso o Juiz de Garantias receba a denúncia ou queixa, o caso será passado a outro magistrado, o qual terá o trabalho apenas no que diz respeito ao que for posterior a denúncia, como ouvir testemunhas e proferir a sua sentença, por exemplo.

A partir dessa breve exposição sobre a nova figura do sistema jurídico é possível compreender que o objetivo é separar a fase investigatória da fase instrutória das mãos do mesmo magistrado, para que a imparcialidade seja de fato aplicada e que não haja nenhum tipo de sentença inapropriada, trazendo prejuízo ao réu, que em muitos casos pode ser inocente.

Essa separação das fases processuais penais entre magistrados diferentes não é novidade no mundo jurídico se configurando um reforço ao Princípio Acusatório, que houve previsão no final do século XIV, no sistema jurídico francês, como afirma Martina Pimentel Rodrigues:

> O Estado (...) para garantir a necessária separação de funções, cria um órgão próprio (...) com origem nos procuradores do rei da França do final do século XIV. (...) no sistema acusatório, o magistrado deixa de reunir em suas mãos as três funções, manifestando-se, apenas, quando devidamente provocado, garantindo-se, desse modo, a imparcialidade do julgador, última razão do processo acusatório. (RODRIGUES, 2013, p.1)

Como se vê, naquela época já havia a ideia de separar as funções do processo penal entre magistrados distintos, garantindo assim que sucedesse a garantia de imparcialidade do julgador.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 A PREVISÃO DO JUIZ DE GARANTIAS PELO MUNDO

O Juiz de Garantias não é nenhuma novidade para o mundo. No direito atual, foi previsto primeiramente pela Alemanha em 1970, porém a primeira aplicação efetiva se deu apenas em 1987, em Portugal, segundo Militão (apud ARAS, 2020, s/p). Desde então a figura foi se espalhando pelo direito ocidental, onde a maioria dos países já a adotaram, inclusive países vizinhos do Brasil na América Latina. A seguir menciona-se alguns exemplos.

Na Argentina, batizado de "Juez de Las Garantias" a sua implantação teve início em 1991, porém a sua instituição ainda não foi concluída completamente. De acordo com Militão (2020, s/p), onde já existe este juiz, o magistrado é quem recebe o pedido dos promotores do Ministério Público. São pedidos de prisão preventiva, interceptação telefônica, entre outros, sempre relacionados à fase investigatória do processo, e o juiz tem o papel de aceitar ou negar os mesmos. Quando a fase de investigação termina, esse primeiro juiz não participa mais do processo e a sua substituição pode ser realizada por um juiz sozinho, uma turma com três magistrados ou um júri misto, juntando magistrados e pessoas civis. Caso a acusação seja aceita, o processo segue e são esses novos juízes que vão condenar ou não o réu.

Em Portugal, como citado acima, o Juiz de Garantias foi criado em 1987. A lei portuguesa entende que as medidas mais agressivas como a prisão preventiva, por exemplo, só pode ser autorizada caso haja graves indícios de o crime ter sido praticado intencionalmente, e não meramente suspeitas como acontece no Brasil. Há uma similaridade ao nosso país, pois lá o juiz que atua na fase de investigação é o mesmo que recebe ou não a acusação. Somente posterior a isso é que o caso passará a outro magistrado, relata Militão (2020, s/p).

A Alemanha é o local onde surgiram as primeiras ideias do Juiz de Garantias, o qual leva o nome de "Ermittlungsrichter" como afirma Militão (2020, s/p). Ainda segundo o repórter é este juiz quem decide sobre as questões da fase investigativa do processo, como a busca e apreensão, a prisão preventiva, interceptação telefônica, entre outros. Recebida a denúncia, normalmente será uma câmara de magistrados que sentenciará o processo.

Segundo Militão (2020, s/p), na Itália essa figura existe desde o ano de 1988. O juiz responsável pela parte investigativa é chamado de "Juiz de Investigações Preliminares". Depois de recebida a denúncia, normalmente será um grupo de três magistrados que sentenciarão o processo.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos o sistema é um pouco diferente. Militão (2020, s/p) informa que na Inglaterra quem conduz a fase de investigação é a polícia, ela apenas pede ao juiz os pedidos de prisões, quebras de sigilo e buscas. Terminada a fase de inquérito, a polícia entrega seu relatório ao CPS (*Crown Prosecution Service*), uma espécie de Ministério Público inglês, que procede com a acusação perante o juiz. Quem recebe ou não a acusação é um júri, formado por um grupo de 12 pessoas da comunidade (se for na Escócia, esse grupo é formado por 6 pessoas apenas). Contudo, há a possibilidade de o investigado dispensar o júri e pedir que o seu julgamento seja presidido por apenas um juiz de carreira. Já nos Estados Unidos, a legislação penal será variável conforme cada estado. No estado de Nova York, por exemplo, quando o Ministério Público precisa solicitar uma prisão preventiva, ele irá solicitar a um júri formado por nada mais nada menos que 23 pessoas comuns, sempre presididos por um juiz. Finalizada a investigação e

ISBN 978-65-5629-077-5

oferecida a denúncia pela promotora, quem decide se a mesma será recebida ou não será novamente um júri, mas desta vez formado por 12 pessoas também presididas por um juiz profissional. Recebida a denúncia, então, assim como no Reino Unido, o investigado poderá decidir se o júri ou apenas o juiz analisará a sua acusação.

2.3 A VISÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES JURÍDICAS A RESPEITO DA IMPLANTAÇÃO DO JUIZ DE GARANTIAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Desde a sua propositura, o Pacote Anticrime como um todo foi bastante polêmico e amplamente discutido. Vários dos pontos foram ressaltados e entre eles o instituto Juiz de Garantias, no qual órgãos e entidades diretamente envolvidos se pronunciaram, assim como também pessoas influentes no ramo deram suas opiniões. Na sequência expõe-se palpites e colocações de alguns deles.

Os argumentos contra a lei são diversos, pontos considerados tão graves que entidades promoveram ADI's (Ação Direita de Inconstitucionalidade) contra a instalação do juiz de garantias. A Associação de Magistrados do Brasil (AMB) juntamente com a Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe) ajuizaram a ADI sob o nº 6298 com pedido cautelar para que os artigos 3-A, 3-B, 3-C, 3-D, 3-E e 3-F, referentes ao Juiz de Garantias tivessem a eficácia suspensa. Segundo a AMB e a Ajufe (2020, s/p) a lei não examinou a criação no âmbito dos Tribunais, trazendo uma possível hipótese de quebra do princípio da isonomia. Também defendem que a criação do "Juiz de Garantias" apenas em primeira instância configura hipótese de ofensa ao princípio da igualdade, resultando a sua nulidade. Destacam ainda que ao criar o "Juiz de Garantias" na primeira instância, insulta o princípio do juiz natural, como apontam:

> A criação do "juiz das garantias" na primeira instância revela, ainda, a ofensa ao princípio do juiz natural (CF, art. 5º, LIII) decorrente da inobservância da jurisdição una e indivisível. Afinal, em primeiro grau há apenas um juiz natural criminal (estadual ou federal). (AMB; AJUFE, 2020, s/p)

O Partido Social Liberal (PSL), antigo partido do Presidente da República Jair Bolsonaro, também entrou com uma Ação no Supremo Tribunal Federal contra a criação do instituto Juiz de Garantias, alegando que o sistema judiciário teria dificuldades de implantação, além dos custos que seriam gerados por esses novos atos necessários e que a implantação desse juiz poderia atrapalhar os casos que já tramitam na esfera judicial brasileira, como Felipe Amorim citou em sua reportagem:

> Os argumentos contrários ao juiz de garantias são os de que a implantação da medida trará custos aos tribunais e que não é possível estruturar o Judiciário dentro do prazo fixado para a entrada em vigor da lei, no próximo dia 23 de janeiro. As ações também afirmam que a introdução desse novo juiz nos processos poderia atrapalhar casos já em andamento. (AMORIM, 2020, s/p)

Além dos dois citados acima, a associação do Ministério Público também entrou com uma Ação no Supremo Tribunal Federal, porém com argumentos um pouco mais profundos, trazendo vários pontos e princípios que seriam afetados pela

ISBN 978-65-5629-077-5

criação do novo juiz, como afirmou a CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público):

> A fumaça do bom direito decorre da simples leitura dos dispositivos e das expressões impugnadas, que contrariam, radical e manifestamente, as disposições constitucionais previstas nos artigos 125, 127 e 129 (da Constituição), bem como o sistema acusatório, os princípios da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade, a titularidade da ação penal, o princípio do juiz natural imparcial, o princípio da inércia da jurisdição e autonomia dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Justiça. (CONAMP, 2020, s/p)

Além destes, também houve outras Ações Diretas de Inconstitucionalidades que foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal. Contudo, houve igualmente a defesa da criação do instituto, como Mariana Oliveira e Rosanne D'Agostinho expuseram a pronuncia da OAB em uma coluna de reportagem:

> O chamado 'Juiz de Garantias' não é um novo órgão do Poder Judiciário. Não houve qualquer alteração procedimental na fase de investigação ou no inquérito policial. Sua efetivação não exige a criação de novos cargos, apenas a regulamentação das distintas atribuições jurisdicionais entre os magistrados com competência criminal (OLIVEIRA; D'AGOSTINHO apud OAB, 2019, s/p)

Nota-se então justificativa para a implementação desse novo magistrado no processo, argumentando que seria favorável para que houvesse uma melhor preservação da imparcialidade dos julgamentos, sem que houvesse qualquer aproximação entre o juiz e a acusação.

2.4 JUIZ DE GARANTIAS NA VISÃO DOS MINISTROS DO STF

Assim como houve discussões e divergências de opiniões entre órgãos e entidades jurídicas, não foi diferente com os ministros do Supremo Tribunal Federal, tendo uns favoráveis e outros contrários à criação do Juiz de Garantias.

Marco Aurélio Mello foi o que mais apresentou seu ponto de vista, afirmando sua opinião favorável com convicção a uma entrevista ao jornal Correio Braziliense, como ele (apud Fernandes, 2019, s/p) relata: "Sem dúvida alguma (que a instituição de um juiz de garantias pode fortalecer a imparcialidade do processo judicial). Não estou dizendo que até aqui não houve. No entanto, (a proposta) colabora para uma visão mais clara da imparcialidade".

Marco Aurélio (apud Fernandes, 2019, s/p) ainda argumenta:

> Ao se dividir as responsabilidades dentro de um inquérito criminal, a Justiça ganha um "aprimoramento". "Toda concentração deve ser, tanto quanto possível, evitada. Até aqui, o juiz concentra instrução e julgamento no processo crime. Doravante, nós teremos a separação que, na leitura, principalmente, implica em uma equidistância maior (entre instrução e julgamento)", analisou o magistrado. "(É interessante a presença) daquele juiz que defere diligências e que não sentencia. Ele apenas instrui". (MELLO, apud FERNANDES, 2019, s/p)

ISBN 978-65-5629-077-5

Não mostrando dúvidas referente à instituição do Juiz de Garantias, ainda apontou uma maneira para os processos que já estão em andamento, como destaca:

> A atuação de juiz de garantias em processos que já estão em andamento pode acontecer desde que a instrução do caso — fase do procedimento penal na qual se produzem as provas tendentes ao julgamento final do processo —, não esteja encerrada. (MELLO, apud FERNANDES, 2019, s/p)

Além de Marco Aurélio, outros ministros também se mostraram a favor da implantação, entre eles Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, segundo informações do Estado de Minas (2020, s/p). Merece destaque os entendimentos dos Ministros favoráveis a instituição do Juiz de Garantias, pois assim como eles, doutrinadores seguem a mesma linha de raciocínio, como pode-se observar a afirmação de Aury Lopes Junior:

> A figura do juiz das garantias, trazida pela Lei n. 13.964/2019, e incorporada no art. 3º do CPP é um grande avanço e absolutamente imprescindível para assegurar-se a imparcialidade do julgador, dada a inequívoca e inegável necessidade de separar o juiz da investigação do juiz da instrução processual e sentença. (JUNIOR, 2020, p.324)

Em sentido contrário, o ministro Luiz Fux não concorda com a gênese desta figura, suspendendo a criação segundo seus argumentos (apud Vivas et al, 2020, s/p): "A proposta de lei deveria ter partido do Poder Judiciário, já que afeta o funcionamento da justiça do país; a lei foi aprovada sem a previsão do impacto orçamentário dessa implementação de dois juízes por processo".

3 OS ASPECTOS POSITIVOS DA CRIAÇÃO DO JUIZ DE GARANTIAS E O QUE MUDOU EM RELAÇÃO ÀS PRISÕES CAUTELARES

Mesmo a figura do Juiz de Garantias sendo defendido por uns e não aceito por outros, foi aprovada a sua implantação ao nosso ordenamento jurídico e, dessa forma, será necessário ser feita a adaptação em todo o país e iniciar a sua aplicação no sistema judiciário atual.

Assim sendo, é fundamental que se faça uma análise e sejam pautados todos os seus pontos positivos para que o instituto possa ser visto de maneira mais proveitosa possível.

Como visto anteriormente, a figura do Juiz de Garantias foi criada com o objetivo de fazer uma separação entre a fase inquisitória (fase em que são colhidos os elementos necessários para ser proposta a ação penal) e a fase decisória (fase em que se julga, sentencia) com o intuito de trazer uma maior imparcialidade aos juízes, visto que o magistrado que atuará na fase decisória, julgando e sentenciando os casos, não terá contato com a fase em que é feita a investigação. Basicamente, o juiz da fase inquisitória se responsabilizará não só pela investigação, mas também pelos direitos individuais dos acusados, tendo suas principais funções de receber o flagrante, decidir se mantém ou prorroga prisões, autorizar interceptação telefônica, bancária, busca e apreensão, relaxamento de prisão, entre outras tarefas. Após realizadas todas as suas incumbências, o processo será remetido a um 'novo'

ISBN 978-65-5629-077-5

magistrado no processo, que não teve nenhum contato com as diligências investigatórias, podendo assim basear todo o seu julgamento exclusivamente nas provas obtidas, sem pender para o lado da vítima ou do acusado, mantendo assim sua total imparcialidade.

André Borges Uliano, através de um artigo publicado no site Gazeta do Povo, nos traz uma maneira bem simples de entender de como essa imparcialidade é afetada quando o mesmo magistrado atua nas duas fases processuais penais, conforme o trecho de seu artigo:

> Imagine: se o próprio juiz promove a *acusação* o que ele irá julgar ao final? Muito provavelmente, se estava convencido da culpa ao princípio, será mais difícil que venha a mudar de ideia. Também é possível que ele restrinja a atuação defensiva, pois as ações da defesa criticando a acusação estariam nesse caso criticando o próprio trabalho do juiz. (ULIANO, 2019, s/p)

Além disso, André Borges Uliano também destaca o porquê de um magistrado não participar da investigação:

> **Do contrário, o juiz** tornar**-se-ia também** *investigador* **e, com isso, estaria se misturando com uma atividade** *instrumental* **à acusação**. (grifo do autor) Ao participar ativamente da investigação, ele logicamente já estaria tomando conhecimento dos elementos que vão sendo produzidos *sem a participação da defesa* e de modo alheio ao contraditório, formando sua opinião *previamente* à ação penal. (ULIANO, 2019, s/p)

Como não é a primeira vez que foi suscitada a criação do instituto em nosso ordenamento jurídico, sendo proposto pelo projeto de alteração do Código de Processo Penal no ano de 2009, também existiam discussões referentes à sua implementação. Luana Caseca Ruffo, ao desenvolver sua monografia, referenciou o posicionamento de Zanóide de Moraes, no sentido de que não é uma simples lógica ou questão de escolha um mesmo juiz separar em seu raciocínio o que foi concebido durante a fase investigatória para ter um julgamento 'limpo' e imparcial durante a fase decisória, mas trata-se de uma questão psicológica humana que, ao acompanhar uma investigação, já criaria um pré-juízo sobre os casos, conforme o trecho de sua fala:

> Exige-se que possua uma capacidade de abstrair suas experiências anteriores com a causa (fase de investigação), para analisar se aquilo que ele 'ajudou' a produzir é idôneo para acusar e, em momento apenas cronologicamente posterior, é suficiente para condenar. Ao se determinar essa atuação dúplice ao juiz, estamos empurrando-o para uma (imperceptível e psicologicamente) inexorável presunção de culpa, porquanto o magistrado assim pensa: 'entendi que havia elementos para investigar e para acusar legitimamente uma pessoa, portanto, a tendência em condená-lo somente será revertida se ele (ou a sua Defesa) demonstrar que eu errei ou que desconhecia elementos a serem apresentados em juízo, caso contrário (caso não prove sua inocência, aqui está a presunção de culpa), será mantida a convicção que já possuo e já formei desde

ISBN 978-65-5629-077-5

> o início'; convicção imutável que passa ao magistrado um impressão (falsa) de coerência e que reforçará na sua psique o dito 'encontro da verdade real' (que, para os mais religiosos, é um encontro com a 'Verdade'). (RUFFO apud MORAES, 2013, p. 57)

Colocações como essa nos evidenciam a considerável separação de tarefas da fase inquisitória da decisória, pois é de fundamental importância lembrar que nem todos os indivíduos que estão sendo acusados são realmente culpados, e em análises probatórias é possível um melhor julgamento de cada caso.

Um ponto bastante abordado em discussões que surgiram a respeito da criação deste novo instituto, diz respeito às prisões cautelares, que teve uma mudança significativa com a reforma oriunda do Pacote Anticrime.

Anterior à reforma, existia no Código de Processo Penal a previsão em que o magistrado, durante a investigação, poderia agir de ofício, sem que houvesse requerimento de qualquer outra parte ou membro, podendo decretar a prisão preventiva como uma medida cautelar, utilizando de seu critério. Contudo, sendo este ponto alterado pela Lei 13.964/19, com o objetivo de que não houvessem injustiças e fosse mais benéfico ao réu, o magistrado não pode mais agir de ofício, podendo proceder apenas quando for provocado por uma das partes, conforme dispõe o §2º do artigo 282 do Código de Processo Penal: "§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público".

Esta mudança veio exatamente para salvaguardar os direitos individuais do acusado, pois a prisão seria uma medida a ser usada em últimos casos, não prejudicando o suspeito. Em conformidade com este parágrafo, foi introduzido como poderá agir o magistrado quando se tratar de revogação de uma medida cautelar (podendo ser uma prisão cautelar) no §5º do Código de Processo Penal: "§5º O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem".

A partir desses dois parágrafos ingressados ao nosso ordenamento jurídico, pode-se notar que, quando uma medida a ser tomada pelo magistrado for benéfica ao acusado, este poderá agir de ofício, sem requerer a alguém sobre a possibilidade. Contudo, quando for uma decisão que afete de forma negativa ao réu, é necessário que seja feita uma análise mais profunda, juntamente com as partes interessadas para que possa ser feito ou não.

Dessa maneira, a única hipótese em que o juiz poderá decretar prisão preventiva, será quando for requerido, seja pelo Ministério Público, pelas partes ou pela autoridade policial, conforme disposto no artigo 311 do Código de Processo Penal: "Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial". Pode-se ver que não está explicito que o juiz poderá agir de ofício, todavia, ao interpretar-se o artigo entende-se que quando o magistrado for invocado a decretar a prisão preventiva, assim poderá.

3.1 DA ANÁLISE FORMAL DE CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DE GARANTIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

Outra questão que foi bastante atacada ao ser aprovado e sancionado o Juiz de Garantias pelo Pacote Anticrime, foi acerca de sua inconstitucionalidade, críticas essas que foram objeto de ADI's (Ações Diretas de Inconstitucionalidades) por entidades do Poder Judiciário.

A principal sustentação de inconstitucionalidade da norma, seria de que a criação do Juiz de Garantias ser proposto pelo Poder Legislativo estaria ferindo o artigo 96, I da Constituição Federal, pois para a sua aplicação exigiria que fossem alteradas leis de organização judiciária, além da criação de cargos.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve alterações no Código de Processo Penal através de leis, que dizia respeito da investigação criminal, sem que fossem levantadas possíveis inconstitucionalidades sobre as mesmas. Segundo Simone Schreiber, a lei 8862/94 e também a lei 13257/16 são exemplos disso, pois as mesmas previram alterações no que tange à realização de perícia durante a fase investigatória do processo e não houve indagações a respeito.

Conclui-se dessa forma que as leis podem atuar de forma suplementar à legislação federal, sem que a fira, no que diz respeito à investigação criminal e a aspectos do funcionamento da polícia judiciària e dos órgãos de segurança pública. É nesse sentido que Simone Schreiber defende a constitucionalidade do Juiz de Garantias:

> (...) os artigos incluídos no Código de Processo Penal pertinentes ao juiz de garantias dizem respeito precipuamente à competência judicial. Tais artigos fixam atribuições do juiz na fase investigatória, estabelecem regras de competência e de impedimento. Tais regras têm evidente natureza processual. Vê-se assim que não procede a alegação de inconstitucionalidade formal dos artigos 3º-A a 3º-Fdo CPP, por veicularem normas de procedimento em matéria penal (SCHREIBER, 2020, p8)

Outro argumento de inconstitucionalidade formal (inclusive acolhido pelo Ministro Luiz Fux) seria de que é necessária uma grande reestruturação do Poder Judiciário em todo o país, com a criação de novos cargos gerando custos, afetando assim atos que seriam de competência privativa dos tribunais, defendido pela Constituição. Todavia, não seria necessária uma mudança tão grande assim, materialmente falando, como diz Simone Schreiber: "(...) embora a figura do juiz de garantias provoque uma alteração extremamente relevante no sistema processual penal brasileiro, essa mudança é muito mais ideológica ou principiológica do que propriamente estrutural.".

Dessa maneira, os artigos instituídos pela lei 13.964/19 não estariam em confronto com a Constituição, mas sim apenas complementando-a.

3.2 BREVE COMPARATIVO ENTRE A PROPOSTA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2009 E O JUIZ DE GARANTIAS PELO PACOTE ANTICRIME

Assim como as pessoas e a sociedade estão em constantes desenvolvimentos e mudanças, o sistema jurídico também deve ir se atualizando, moldando-se às novas necessidades que surgem dia após dia.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para que haja essas mudanças jurídicas, elas precisam ser propostas e discutidas pelos Conselhos e membros competentes, para que sejam feitos estudos de viabilidade de aplicação, tanto no aspecto formal (não haja conflito entre lei) e no aspecto material (seja possível aplicar de fato o que foi proposto) para um melhor aproveitamento e melhor aplicação.

A reforma do Código de Processo Penal através do Pacote Anticrime não foi o primeiro projeto de alterações no sistema judiciário brasileiro e, com certeza, não será o último; além disso, não foi o único que veio acompanhado de diversas polêmicas.

Em meados do ano de 2004, foi promulgada a Emenda Constitucional de número 45, emenda esta que apresentou diversas alterações e mudanças ao sistema jurídico da época. Desde a sua propositura até sua aprovação e efetivação, passaram 13 anos; anos estes em que foram realizadas diversas audiências e discussões para validar sua aplicação. Um dos pontos que houve bastante polêmica, inclusive sendo alvo de ADI's, foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, um órgão que não existia até então, sendo chamado até de órgão revolucionário que organizaria o judiciário, como Débora Zampier destaca a fala de Ricardo Lewandowski: "Inicialmente, o CNJ foi concebido como órgão de controle, o que é extremamente importante, mas agora encontrou seu caminho traçado pela Constituição, que é o de um órgão de planejamento estratégico do Judiciário".

Todavia, será que houve uma série de estudos financeiros para que fosse aplicado o Conselho Nacional de Justiça, assim como abordado pelas críticas que são direcionadas ao Juiz de Garantias? Além disso, essa mudança no sistema judiciário, que foi proposta pela Câmara de Deputados da época, também não estaria ferindo artigos da Constituição Federal?

Assim como o Pacote Anticrime, a Emenda Constitucional 45/2004 também trouxe algumas das Ações Direitas de Inconstitucionalidades que foram propostas na época, e uma delas foi a ADI 3.367, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), conforme Lenza nos traz em seu artigo educacional publicado no site Jus:

> A entidade questiona, em especial, a criação do Conselho Nacional de Justiça e a sua composição por membros de diferentes poderes e por magistrados de diferentes instâncias, ferindo os arts. 2.º e 18 da CF/88. A questão será julgada, em definitivo, pelo pleno nos termos do art. 12 da Lei n. 9.868/99. (LENZA, 2005, s/p)

Ao ser levada a julgamento, a referida ADI acabou sendo julga improcedente, conforme jurisprudência pacífica obtida no site do Supremo Tribunal Federal: "o Tribunal, por unanimidade, afastou o vício formal de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 45/2004, como também não conheceu da ação quanto ao § 8º do artigo 125. No mérito, o Tribunal, por maioria, julgou totalmente improcedente a ação (...)".

Em relação ao impacto financeiro também não houve argumentos contrários suficientes para impedir a criação do Conselho Nacional de Justiça, pois tratando-se de um órgão completamente novo, no qual seria necessária a contratação de novos servidores, dentre eles técnicos, analistas, conselheiros, entre outros, este foi criado e implementado. Segundo dados apresentados por Débora Zampier em uma notícia divulgada ao site do CNJ, o órgão, no ano de 2014, contava com 15 conselheiros,

ISBN 978-65-5629-077-5

146 analistas e 101 técnicos. Números que, ao colocar na ponta do lápis, falando de salários e encargos, torna-se expressivo.

A partir desta análise, comparando a criação do Conselho Nacional de Justiça com a criação do Juiz de Garantias, para que possa ser trazido ao sistema jurídico uma melhor e mais segura aplicação, é necessário que se faça investimentos a fim de obter os resultados esperados.

3.3 SERÁ SOMENTE O JUIZ DE GARANTIAS QUE TRARIA UM IMPACTO FINANCEIRO? E OS DEMAIS PONTOS PROPOSTOS PELO PACOTE ANTICRIME?

Sem sombra de dúvidas que a criação do instituto Juiz de Garantias foi o centro das atenções ao ser proposto pelo Pacote Anticrime, sendo alvo direto de diversas críticas, não somente acerca de suas possíveis inconstitucionalidades, mas também sobre o impacto financeiro que esta figura traria ao sistema judiciário brasileiro caso fosse de fato imposta a sua aplicação. Todavia, mesmo sendo sancionado pelo Presidente da República, o ministro Luiz Fux decidiu por suspender a sua aplicabilidade por tempo indeterminado com o argumento de que será necessário um melhor estudo dos impactos que seriam causados.

É de extrema importância salientar que este não foi o único ponto da nova Lei que traz impactos financeiros aos cofres públicos, porém foi o único amplamente debatido pelas entidades Brasil a fora. Alguns outros pontos passaram despercebidos, porém, do ponto de vista financeiro, também seria necessária uma análise mais rigorosa sobre o assunto.

Em análise ao ponto em que diz respeito à progressão de regime do preso (este também criado pelo Pacote Anticrime), nota-se que houve situações que ficaram mais rígidas, tendo um tempo maior para que o detendo progrida de um regime para o outro. Em outras palavras, um preso que está em regime semiaberto terá que cumprir um tempo maior de sua pena para progredir para o regime aberto, como explica o Professor de Direito da USP/RP Daniel Pacheco Pontes:

> Com a nova lei, passamos a ter oito regras diferentes a esse respeito, com requisitos temporais que variam de 16% da pena – algo bem próximo do antigo 1/6 – a 70%, muito mais do que o antigo requisito máximo de 3/5. Em suma, a legislação se tornou mais rigorosa e detalhada no tocante a esse assunto. (PACHECO, 2020, s/p)

Além da progressão de regime, outro ponto que também pode ocasionar um grande impacto financeiro — contudo não houve muitas discussões — é o aumento do teto de pena máxima que, anterior ao sancionamento da lei, era de 30 anos, tendo um aumento significativo de 10 anos, conforme destaca o artigo 75 do Código Penal: "Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.".

Finalmente, houve também uma terceira mudança que altera questões de tempo em relação às prisões em penitenciárias de segurança máxima. O antigo § 1º do artigo 10 da lei 11.671/08 previa que a permanência máxima de um indivíduo em uma penitenciária de segurança máxima era de 360 dias, podendo ser renovável por igual período quando solicitado pelo juízo de origem. Contudo, veio a ser reformado pelo Pacote Anticrime que atualmente prevê um período máximo de 3 anos, como

ISBN 978-65-5629-077-5

descreve o artigo 10 § 1º atual: "§ 1º O período de permanência será de até 3 (três) anos, renovável por iguais períodos, quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem, observados os requisitos da transferência, e se persistirem os motivos que a determinaram".

Mas, qual seria a relação dessas alterações com o Juiz de Garantias? É óbvia. Assim como o Juiz de Garantias, estas também trazem custos para o sistema judiciário e consequentemente para os cofres públicos. O aumento de tempo das prisões, por exemplo, mantendo o detento mais tempo sob responsabilidade do Estado, aumentam os gastos de forma considerável, gastos estes que também não foram previamente discutidos na aplicação destas mudanças pelo Pacote Anticrime, contudo foram sancionados e encontram-se vigentes. Para uma melhor compreensão, é necessário expor alguns dados. Segundo dados expostos por Isabela Souza em uma coluna da página Politize que foram obtidos do Conselho Nacional de Justiça, são gastos, em média, R$ 2.400 por mês a cada preso, podendo ser um valor variável, conforme sua exposição:

> Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), **a média nacional de custo por preso é de R$ 2.400 (grifo do autor)**. Os custos refletem gastos com sistema de segurança, contratação de agentes penitenciários e outros funcionários, serviços como alimentação e compra de vestuário, assistência médica e jurídica, entre outros. Mas **esse valor é altamente variável (grifo do autor)** conforme a estrutura da unidade prisional, sua finalidade (para presos provisórios, definitivos, unidades masculinas ou femininas, entre outros) e também de acordo com a região do país. (SOUZA, 2017, s/p)

Esses dados referem-se a penitenciárias estaduais. Tratando-se de penitenciárias federais, os custos são ainda maiores, como também expõe Isabela Souza: "Nas penitenciárias federais, administradas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o governo gasta **R$ 3.472,22 (grifo do autor)** por cada preso nas quatro unidades geridas.".

Ao longo do tempo foram criadas instituições que trabalham com a ressocialização dos presidiários, fazendo com que cumpram suas penas fora das penitenciárias, tendo assim um método mais econômico aos cofres públicos. Assim destaca Fernanda Trisotto em uma reportagem ao site Gazeta do Povo:

> Em abril de 2017, o CNJ mostrou a experiência da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), que atua com presos que trabalham, estudam e cumprem pena fora dos presídios. Nesse caso, o detento cumpre sua pena em uma Apac, um estabelecimento de ressocialização, em que vivem uma rotina diferente da do preso comum. Os custos são menores. Em Minas Gerais, por exemplo, a estimativa de custo de um preso no sistema tradicional de presídios era de R$ 2,7 mil mensais. Na Apac, com o método da FBCA, cai para R$ 1 mil. (TRISOTTO, 2018, s/p)

Salienta-se que não está sendo questionando se as alterações de lapso temporal para as prisões são mais benéficos à sociedade, trazendo mais segurança e tranquilidade, mantendo os indivíduos perigosos aprisionados, mas sim em relação ao ponto de vista financeiro, pois a partir dos dados expostos acima, as referidas

ISBN 978-65-5629-077-5

alterações sancionadas pela Lei 13.964/19 também trazem custos ao Governo e, colocando tudo na ponta do lápis, em uma análise detalhada, estes custos podem ser milionários.

A partir disso, nota-se que a criação do Juiz de Garantias, do ponto de vista econômico, não poderia ser impedido da maneira que foi, pois se é necessária uma análise minuciosa referente aos impactos que será causado por este instituto, é necessária também uma análise do Pacote Anticrime em geral, estudando caso a caso, ponto a ponto, as viabilidades e inviabilidades que foram propostas, para que não fiquem obscuridades e que possam ser incorporados todos os pontos necessários ao melhor andamento processual de nosso ordenamento jurídico.

3.4 O JUIZ DE GARANTIAS E O POSSÍVEL FRACIONAMENTO DA JURISDIÇÃO DE 1º GRAU

É importante frisar que a jurisdição é o poder de um Estado, que decorre de sua soberania para editar as leis e ministrar a justiça. Uma das características da jurisdição é a sua unicidade, justamente por somente o Estado poder exercer este poder, porém ela pode ser dividida em pedaços, que recebem o nome de competência.

A competência para decidir sobre os atos da fase investigatória e posteriormente julgar o mesmo caso, anterior à aprovação do Pacote Anticrime era do mesmo magistrado, sendo este o competente para todo o procedimento penal do acusado. Com esse novo modelo a ser seguido, com a separação de competências de um mesmo processo penal, pode se dizer que estaria ocorrendo um fracionamento de jurisdição? Nota-se que a jurisdição, que já é dividida em pedaços, denominando assim as competências, está se fracionando novamente.

Com esse fracionamento, o resultado, ao menos preliminarmente, tende a causar uma morosidade processual, pois ao passar um processo que já foi investigado por um magistrado ao outro, este segundo terá que refazer toda uma análise processual para que possa proferir sua decisão. Além do mais, a produção processual que foi gerada durante a fase investigatória não será reaproveitada ao todo, somente as provas irrepetíveis que integraram o processo na fase seguinte, conforme disposto no § 3º do artigo 3º-C da lei 13.964/19:

> § 3º Os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias ficarão acautelados na secretaria desse juízo, à disposição do Ministério Público e da defesa, e não serão apensados aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento, ressalvados os documentos relativos às provas irrepetíveis, medidas de obtenção de provas ou de antecipação de provas, que deverão ser remetidos para apensamento em apartado. (BRASIL, 2019, s/p).

Claro que o instituto ainda não foi testado no nosso ordenamento para que possam ser apreciados os seus resultados, contudo é necessário que se tenha cautela, conforme comenta Demócrito Reinaldo Filho:

> O resultado, todavia, pode ser uma maior lentidão do processo penal, com aumento da possibilidade de extinção da punibilidade de crimes pela prescrição. Fracionar o processo penal poderá ser contraproducente, na medida em que o juiz que participa de alguns

ISBN 978-65-5629-077-5

> atos ainda na fase investigativa, decidindo, p. ex., sobre requerimentos de interceptação telefônica e telemática, quebra de sigilo fiscal ou bancário, busca e apreensão e outras medidas, passa a conhecer previamente os detalhes do processo, facilitando as tarefas processuais seguintes, inclusive a de julgar. O Juiz que já vem participando do processo encontra-se mais habilitado do que qualquer outro para prosseguir nele, até o julgamento final. (FILHO, 2020, s/p)

Dessa maneira, antes de introduzir ao ordenamento jurídico brasileiro, é necessária uma análise aprofundada e integralizada, pois caso essa morosidade se alastre pelo processo, há o perigo de acusados que podem ser realmente culpados terem a sua punibilidade extinta.

4 CONCLUSÃO

Para finalizar, apresenta-se a conclusão a respeito do novo instituto jurídico chamado Juiz de Garantias, ressaltando de que forma chegou ao nosso ordenamento jurídico, quais mudanças serão causadas por sua implantação, como se dá a sua aplicação em Estados estrangeiros, entre outros. A expectativa ao término do presente artigo é de trazer uma maior clareza, ampliando a compreensão e conhecimento do leitor a respeito desta nova figura.

Contudo, a sua implantação ainda não foi de fato autorizada, mesmo este tópico da Lei 13.964/19 sendo sancionado pelo Presidente da República, pois atualmente há muitas divergências entre entidades, advogados e Ministros a respeito do tema. Desta maneira, o presente artigo busca oferecer, ainda que de forma suscinta, a possibilidade de sua aplicação e implementação ao nosso sistema jurídico, analisando os pontos positivos originados deste.

Nesta pesquisa, iniciou-se uma reflexão e análise acerca da possível inconstitucionalidade que acompanha a criação do Juiz de Garantias e ainda a sua impossibilidade financeira de aplicação, visto as alterações que são necessárias ao Poder Judiciário.

Inicialmente, o Juiz de Garantias é uma nova figura jurídica, que tem por objetivo principal trazer maior imparcialidade possível nos julgamentos dos processos penais, pois visa separar a fase instrutória e decisória das mãos do mesmo magistrado, tendo um juiz para atuar apenas durante a fase instrutória e outro apenas para a fase decisória.

Analisou-se opiniões de diversos membros do Poder Judiciário do país, salientando pontos positivos e negativos relativos à aplicação imediata ao ordenamento jurídico brasileiro e, ainda, verificou-se também a aplicação em outros países e de que forma ela ocorre.

Então examinou-se a respeito de sua inconstitucionalidade formal, ponto bastante atacado pela propositura. Contudo, concluiu-se que mesmo o Poder Legislativo legislando sobre o tema, não estaria ocorrendo uma inconstitucionalidade, pois a partir da Constituição Federal de 1988 outras leis também foram alteradas desta forma, sendo apenas uma maneira da legislação federal complementar a Constituição.

Explorou-se também a respeito dos gastos excessivos que seriam trazidos ao Poder Judiciário pela implantação do Juiz de Garantias. Neste estudo, pode-se

ISBN 978-65-5629-077-5

verificar que não seria necessária uma grande modificação do Poder Judiciário, mas simplesmente uma reestruturação interna, sem trazer grandes custos. Ainda neste sentido, apontou-se outros pontos sancionados pela mesma lei que sequer foram questionados e discutidos, mas também trazem grandes gastos ao Estado, como o aumento de pena máxima de 30 para 40 anos e, ainda, o endurecimento da norma a respeito da progressão de regime.

A partir de todo o exposto, conclui-se que é possível a implantação desta nova figura jurídica; contudo, os reais impactos e dificuldades só poderão ser realmente analisados a partir de sua aplicação, momento este em que aparecerão os contratempos existentes no sistema jurídico.

REFERÊNCIAS

AMB. **AMB e Ajufe ingressam com ADI no STF contra "juiz das garantias".** 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.amb.com.br/amb-e-ajufe-ingressam-com-adi-no-stf-contra-juiz-das-garantias/>. Acesso em 14 fev de 2020.

AMORIN, Felipe. **PSL contesta no STF criação do juiz de garantias pelo pacote anticrime. UOL**, Brasília. 02 de janeiro, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/02/psl-contesta-no-stf-criacao-do-juiz-de-garantias-pelo-pacote-anticrime.htm>. Acesso em 25 jan de 2020.

ANGELO, Tiago. **Associação do MP protocola ação no STF contra juiz das garantias**. Consultor Jurídico. 20 de janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-20/associacao-mp-protocola-acao-stf-juiz-garantias>. Acesso em 29 jan de 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal / Aury Lopes Junior.** – 17. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL. Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Rio de Janeiro, RJ, 1º de janeiro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 27 jul 2020.

BRASIL. Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 24 dezembro de 2019. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 05 jan de 2020.

BRASIL. PLS 156/09. **Senado Federal,** Brasília. 10 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.ibraspp.com.br/wp-content/uploads/2010/09/Reda%C3%A7%C3%A3o-final-PLS-156-09PDF1.pdf. Acesso em: 10 abr 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

CAMPELO, Marcelo. **Juiz das Garantias – Pacote Anticrime Lei 13964/2019.** 8 de janeiro de 2020. Disponível em: https://ricmais.com.br/colunistas-brasileiros-principais/marcelo-campelo/juiz-das-garantias-pacote-anticrime-lei-13964-2019/. Acesso em: 2 abr 2020.

CHALFUN, Gustavo; JUNIOR, José Gomes e Oliveira. **Da análise do juiz das garantias sob a luz do direito comparado e das decisões liminares no STF.** 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/319989/da-analise-do-juiz-das-garantias-sob-a-luz-do-direito-comparado-e-das-decisoes-liminares-no-stf. Acesso em: 05 ago 2020.

CONDEGE. **Condege emite nota sobre a aprovação do "juiz de garantias" pelo grupo de trabalho do projeto "anticrime".** 19 de setembro de 2019. Disponível em: http://www.condege.org.br/publicacoes/noticias/condege-emite-nota-sobre-a-aprovacao-do-juiz-de-garantias-pelo-grupo-de-trabalho-do-projeto-anticrime. Acesso em 22 jan de 2020.

CONTEUDO, Estadão. **Maioria do Supremo Tribunal Federal apoia 'juiz de garantias'.** 31 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/31/interna_politica,1111369/maioria-do-supremo-tribunal-federal-apoia-juiz-de-garantias.shtml. Acesso em: 3 abr 2020.

FARIA, Flávia. **Entenda o que é o juiz das garantias, defendido por Toffoli e criticado por Moro. UOL,** São Paulo. 3 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/entenda-o-que-e-o-juiz-das-garantias-defendido-por-toffoli-e-criticado-por-moro.shtml. Acesso em 20 jan de 2020.

FERNANDES, Augusto. **"Será bem-vinda", diz Marco Aurélio sobre criação de juiz de garantias. Correio Braziliense,** Brasília, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/26/interna_politica,816697/sera-bem-vinda-diz-marco-aurelio-sobre-criacao-de-juiz-de-garanti.shtml. Acesso em: 02 abr 2020.

FILHO, Demócrito Reinaldo. **A figura do Juiz das Garantias e as novas exigências para a decretação da prisão preventiva – Avanços ou retrocessos?** 2 de janeiro de 2020. Disponível em: https://migalhas.uol.com.br/depeso/317854/a-figura-do-juiz-das-garantias-e-as-novas-exigencias-para-a-decretacao-da-prisao-preventiva---avancos-ou-retrocessos. Acesso em: 05 abr 2020.

JUNIOR, Reynaldo; MATTOSO, Camila; COLETTA, Ricardo. **Entenda ponto a ponto as mudanças previstas pelo pacote anticrime de Moro**. **Folha de São Paulo,** São Paulo. 04 de fevereiro, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/entenda-os-principais-pontos-do-pacote-anticrime-de-moro.shtml>. Acesso em 10 fev de 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

LENZA, Pedro. **Reforma do Judiciário. Emenda Constitucional nº 45/2004.** Março de 2005. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/6463/reforma-do-judiciario-emenda-constitucional-n-45-2004. Acesso em: 15 jul 2020.

MELO, Luísa; MIOTTO, Rafael. **REPERCUSSÃO do projeto anticrime de Sérgio Moro: o que disseram entidades e políticos. G1**. 04 de fevereiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/04/projeto-anticrime-de-sergio-moro-veja-repercussao.ghtml>. Acesso em 05 fev de 2020.

MILITÂO, Eduardo. **Como funciona o juiz de garantias pelo mundo, modelo nascido nos anos 70. UOL,** Brasília. 15 de janeiro de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/15/como-e-juiz-de-garantias-pelo-mundo-alemanha-portugal-brasil-argentina.htm. Acesso em 15 fev de 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado / Guilherme de Souza Nucci.** – 19. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVEIRA, Mariana; D'AGOSTINO, Rosanne**. OAB defende implantação de juiz de garantias e diz que medida não aumentará custos. TV Globo e G1,** Brasília. 30 de dezembro de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/30/oab-defende-implantacao-de-juiz-de-garantias-e-diz-que-medida-nao-aumentara-custos.ghtml. Acesso em 29 fev de 2020.

PEREIRA, Jeferson Botelho. **A NOVÍSSIMA LEI Nº 13.964, DE 2019 E O PACOTE ANTICRIME. JUS.** Janeiro 2020. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/78728/a-novissima-lei-n-13-964-de-2019-e-o-pacote-anticrime. Acesso em 01 fev de 2020.

PONTES, Daniel Pacheco. **A progressão de regime e o Pacote Anticrime.** 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://thathi.com.br/opiniao/a-progressao-de-regime-e-o-pacote-anticrime/. Acesso em: 21 ago 2020.

RICHTER, André. **Bolsonaro sanciona projeto anticrime aprovado pelo Congresso.** Agência Brasil, Brasília. 25 de dezembro de 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/bolsonaro-sanciona-projeto-anticrime-aprovado-pelo-congresso. Acesso em: 30 mar 2020.

RODRIGUES, Martina Pimentel. **Os sistemas processuais penais.** Dezembro 2013. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/26262/os-sistemas-processuais-penais. Acesso em: 30 ago 2020.

RUFFO, Luana Caseca. **O JUIZ DE GARANTIAS – O MÉRITO E O IMPACTO DO NOVO INSTITUTO PREVISTO NO PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 156/2009.** Brasília. 2013. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5203/1/RA20855790.pdf. Acesso em: 10 ago 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

SCHREIBER, Simone**. Em defesa da constitucionalidade do juiz de garantias.** 23 de abril de 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-25/simone-schreiber-defesa-constitucionalidade-juiz-garantias. Acesso em: 16 ago 2020.

SCHUQUEL, Thayná. **Pacote anticrime: "legítima defesa protetiva" preocupa advogados. Metrópoles.** 23 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/justica/pacote-anticrime-comercio-ilegal-de-armas-agora-e-crime-hediondo. Acesso em 28 fev de 2020.

SOUZA, Isabela. **QUANTO CUSTA UM PRESO NO BRASIL?.** 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/quanto-custa-preso-no-brasil/. Acesso em: 15 ago 2020.

TRISOTTO, Fernanda. **Prender mais e manter preso: o custo da proposta de Bolsonaro para a segurança.** 25 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/prender-mais-e-manter-preso-o-custo-da-proposta-de-bolsonaro-para-a-seguranca-e489eq94tc3iujetcxdd8z937/. Acesso em: 06 ago 2020.

ULIANO, André Borges. **Por que consideramos a instituição do "Juiz de Garantias" um avanço.** Dezembro 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/juiz-de-garantias/. Acesso em: 05 ago 2020.

VIVAS, Fernanda. **Pacote anticrime entra em vigor nesta quinta; veja ponto a ponto o que passa a valer. TV Globo,** Brasília. 23 de fevereiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/23/pacote-anticrime-entra-em-vigor-nesta-quinta-veja-ponto-a-ponto-o-que-passa-a-valer.ghtml>. Acesso em 01 fev de 2020.

VIVAS, Fernanda; OLIVEIRA, Mariana; D'AGOSTINHO, Rosanne. **Ministro Luiz Fux suspende juiz de garantias por tempo indeterminado.** TV Globo e G1, Brasília. 22 de janeiro de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/22/fux-suspende-juiz-de-garantias-por-tempo-indeterminado.ghtml. Acesso em: 1 abr 2020.

ZAMPIER, Débora. **Reforma constitucional que criou CNJ completa 10 anos.** 22 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/reforma-constitucional-que-criou-cnj-completa-10-anos/. Acesso em: 04 ago 2020.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

O PÚBLICO-ALVO NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS: ANÁLISE SOBRE A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA.

Alana Padovani Armiliato[1]
Vinícius Wildner Zambiasi[2]

RESUMO: A presente pesquisa questiona o público determinado das penitenciárias brasileiras, partindo-se da premissa de uma seletividade penal baseada, principalmente na raça/cor e condições socioeconômicas, analisada de acordo com a Criminologia Crítica. O texto constitucional menciona, no artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, no entanto, isso não ocorre na prática. O que realmente acontece é o tratamento diferenciado. Diante disso, questiona-se, de acordo com a Criminologia Crítica, por que existem pessoas mais segregáveis que as outras? Os métodos utilizados são a coleta de dados fornecidos pelos órgãos públicos e a pesquisa bibliográfica. Percebeu-se que a seletividade penal está fortemente presente na sociedade brasileira, sendo a cor, a classe social e a vulnerabilidade fatores utilizados para decidir sobre o encarceramento de pessoas nas penitenciárias brasileiras. Concluiu-se que, sob uma análise da criminologia crítica e da teoria do etiquetamento social (*labelling approach*) que as condutas são criminosas quando as instâncias de controle social as consideram dessa forma e define o crime, o criminoso e a criminalidade como resultados desses rótulos.

Palavras-chave: Seletividade. Penitenciárias. Criminologia Crítica. Etiquetamento social.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a criminologia crítica, por qual motivo existem pessoas mais segregáveis que as outras? O presente trabalho tem como finalidade expor, com base na Criminologia Crítica, a seletividade penal do sistema prisional brasileiro, principalmente em desfavor das pessoas jovens, negras e de baixa renda. Busca-se verificar como determinas pessoas são escolhidas com mais frequência no âmbito do sistema carcerário com relação às outras. Analisa-se o sistema penal brasileiro sob o ângulo da seletividade penal, com o objetivo de mostrar que esse possui um público específico, constatando que o direito é aplicado em desfavor das classes mais vulneráveis.

Inicialmente serão expostos dados emitidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e do INFOPEN, assim como pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros, a respeito da população carcerária no Brasil. Busca-se, aqui, fazer um raio-x do público encarcerado no território brasileiro, mostrando quem são as pessoas em cárcere.

Em seguida, no segundo capítulo, será abordada a seletividade penal, apontando a respeito da criminalização primária e secundária, assim como a influência histórica. Ademais, procederá a verificação sobre a real possibilidade de existir influência na análise de características biológicas e sociais que proporcione julgamentos injustos, seja no âmbito jurídico ou na sociedade em geral, quando observada a presença do etiquetamento social.

[1] Acadêmica do Curso de Direito no Centro Universitário – UNIVEL.
[2] Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Público pela FMP. Bacharel em Direito pela Universidade de Passo Fundo.

ISBN 978-65-5629-077-5

Por fim, pretende-se analisar a criminologia crítica e a teoria estadunidense *labelling approach*, a fim de avaliar o caráter seletivo do Direito Penal, mediante a citada teoria criminológica, visando averiguar o tratamento diferenciado feito entre os indivíduos e suas consequências. A pesquisa materializa-se em pesquisa bibliográfica doutrinária e dados, apresentando o assunto sob uma análise da criminologia crítica. Os métodos utilizados serão a coleta de dados e a pesquisa bibliográfica.

2 O RAIO-X DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL

Segundo dados do Infopen de 2020, existem atualmente 702.069 pessoas privadas de liberdade no Brasil, considerando-se todos os regimes. Desta feita, tais números fazem com que o país seja considerado o terceiro com a maior população carcerária do mundo (INFOPEN, 2020). Por sua vez, tendo por base o 14ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado também em 2020, a proporção de negros no sistema carcerário aumentou 14%, enquanto que a de brancos diminuiu em 19%. Diante disso, pode-se dizer que a cada três presos, dois são negros (FBSP, 2020).

O mesmo Anuário aponta que, historicamente, a população prisional segue um perfil muito parecido aos das vítimas de homicídios. Em resumo, ela é formada de homens jovens, negros e com baixa escolaridade.

Apesar de corresponderem a 52% da população brasileira (de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), os negros são as vítimas em 75% dos casos de morte em ações policiais; pretos e pardos significam 64% dos desempregados e 66% dos subutilizados. Ou seja, no Brasil, a chance de um negro ser vítima de homicídio é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. Essa cadeia de desigualdade demonstra e reflete a realidade vivenciada também dentro do sistema carcerário brasileiro.

Em 2019, os negros significavam 66,7% da população carcerária, ao tempo que a população não negra (envolvendo brancos, indígenas e brancos, conforme IBGE) representava apenas 33,3%. Segundo dados oficiais, a título comparativo, em 2005, os negros correspondiam a 58,4% do total de presos, enquanto os brancos eram 39,8%; em 2019, essa dimensão chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos (ENESP, 2020).

Percebe-se, com isso, que os sujeitos criminalizados são, em sua grande parte, jovens negros/as e pardos/as, pertencentes à classe trabalhadora mais pobre, cuja prevalência dos casos de detenção (via de regra, em flagrante) geralmente acontece por delitos não violentos relacionados ao tráfico de drogas, como por delitos contra o patrimônio. Tal informação se concretiza com os dados do Departamento Penitenciário Nacional de 2020, que aponta, por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, que 32,39% das pessoas privadas de liberdade assim se encontram por crimes relacionados à Lei de Drogas (11.343/2006), e que 38,65% são por delitos contra o patrimônio (INFOPEN, 2020). Em 2019, os homens representaram 95,1% do total da população encarcerada, enquanto que as mulheres 4,9%. No que diz respeito ao gênero, os homens, portanto, prevalecem na população prisional.

Nesta senda, com base nos dados da DEPEN, verifica-se que a porcentagem de prisão de mulheres aumentou em 455% durante os anos de 2000 e 2016 (DEPEN, 2020). A maioria das mulheres encarceradas respondem por crimes não violentos relacionados ao transporte e pequeno comércio de drogas, razão de 57% das prisões

ISBN 978-65-5629-077-5

(INFOPEN, 2020). Ao verificar o perfil, Boiteux (2016) alerta que em sua maioria são jovens (50%), negras (68%), com limitadas trajetórias escolares e ensino fundamental incompleto (50%), únicas responsáveis pelo sustento afetivo e financeiro de herdeiros; além de serem, em regra, desempregadas ou inseridas em atividades precarizadas.

No evento ocorrido em 2020, "Webinar: Cinco anos das Audiências de Custódia: Um Olhar Sobre o Perfil dos Presos em Flagrante no Rio de Janeiro", organizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), um dos assuntos tratados foi a seletividade do sistema penal. Nesta senda, a Defensora Pública Caroline Tassara, coordenadora do Núcleo de

> Audiência de Custódia da DPRJ, mencionou que em cada dez pessoas privadas de liberdade no Estado do Rio de Janeiro, oito são pretas ou pardas. Em contrapartida, tendo em vista que se a população que se autodeclara dessa maneira é 51%, tem-se uma enorme proporção de negros segregados no sistema prisional (DPERJ, 2020).

Não obstante, a pesquisa realizada com 23.497 homens e mulheres conduzidos à audiência de custódia de setembro de 2017 a setembro de 2019, demonstrou que 77,4% das pessoas ouvidas se autodeclaram pretas ou pardas. Ainda, o levantamento demonstra que grupo possui mais dificuldade de conseguir liberdade provisória (27,4% contra 30,8% de brancos) e sofre mais agressões (40% diante 34,5% de brancos).

Isto é, as prisões brasileiras se reafirmam, ano após ano, como um local para negros. No Brasil, prende-se gradativamente mais; todavia, principalmente, cada vez mais pessoas negras. Demonstra-se, assim, a forte e enraizada desigualdade racial no sistema prisional. Junto a isso, as chances distintas e limitadas aos negros na sociedade, acompanhadas das condições de pobreza que demonstram o cotidiano, fazem com que se tornem o público preferencial das políticas de extermínio e encarceramento do país (ENESP, 2020).

Edinaldo César Santos Junior, coordenador executivo do Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros (ENAJUN), realizado em 2020, e juiz do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), menciona que existe uma política de Estado de aprisionamento de negros, ressaltando que o sistema prisional os rotula como criminosos. Em sua visão "é o delito de ser negro." (CNJ, 2020).

O mesmo magistrado apontou no Seminário Questões Raciais e o Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que uma pesquisa da Agência Pública de Jornalismo Investigativo em São Paulo demonstrou que a quantidade de maconha apreendida com pessoas brancas é, em média, superior às negras. Todavia, os negros são os mais condenados (71,35% versus 64,36% dos brancos). E isso acontece com todos os tipos de drogas. "Brancos acabam sendo classificados como usuários enquanto os negros, como traficantes", explicaram (CNJ, 2020).

Em resumo, os dados supracitados mostram claramente a existência de um padrão definido de criminoso no Brasil. Não obstante a isso, questiona-se: será que este é o padrão de criminoso brasileiro ou tais dados apenas refletem quem realmente está mais tendente a ser perseguido e punido pelo sistema penal? (SILVEIRA, 2020). Na visão de Andrade (1997, p. 270), a "[...] clientela do sistema penal é constituída de pobres, não porque têm maiores chances para delinquir, mais

ISBN 978-65-5629-077-5

precisamente porque têm maiores chances de serem criminalizados e etiquetados como delinquentes".

A política de encarceramento em massa acaba tendo como principais vítimas os jovens pobres, em maioria, negros usuários de drogas que cometem pequenos crimes de furto. Ana Luiza Pinheiro Flauzina, por sua vez, vai além ao dizer que o sistema penal não só atua preferencialmente contra a população negra, como foi construído contra esse público (FLAUZINA, 2006).

A seletividade punitiva, isto é, a maneira como a punição do Estado realmente pune os delitos, acontece de forma distinta dependendo de quem é o autor do crime (SILVEIRA, 2020). Assim sendo, Carvalho (2006, p. 35), já na década passada, indicava que mais de 90% da população carcerária brasileira era formada por homens pobres, sendo que destes, aproximadamente 60% eram negros e mulatos, 55% com idade inferior a 30 anos de idade e quase todos possuíam baixa escolaridade, sem contar, a grande parcela da população carcerária que era analfabeta.

3 A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL

A seletividade mostra a existência de um perfil preferencial do público carcerário no Brasil. Ela baseia-se na filtragem entre a criminalidade latente e a criminalidade perseguida, que acontece tanto na esfera da criminalização primária como na secundária. A seletividade do sistema penal brasileiro tem como sinal peculiar a violência, e garante a exclusão social, e a criminalização imposta contra os sujeitos das classes menos favorecidas, principalmente os jovens negros e pobres.

A criminalização primária acontece no momento em que a legislação que admite ou autoriza a punição de determinadas pessoas é sancionada. Trata-se de um ato formal, pois quando é estabelecido que uma conduta precisa ser punida, no momento em que a lei vigora precisa ser seguida por todos os agentes de criminalização secundária (GRECO, 2006). De acordo com esse conceito, é possível entender que o legislador, ao criar as leis, tende a favorecer um certo grupo de agentes e, concomitantemente, prejudica outros, por meio da criminalização de algumas ações e a escolha das penas a elas atribuídas.

Por seu turno, a criminalização secundária é exercida sobre pessoas corpóreas, pelos órgãos estatais como o Ministério Público e a polícia. Quando esses identificam um sujeito ao qual se atribui a prática de um ato incialmente criminalizado, é aplicada a ele uma punição, relacionado ao fato praticado (GRECO, 2006).

De acordo com o entendimento do supracitado autor, é dentro da criminalização secundária que se percebe a frequente atribuição de certos estereótipos, pois esta, além de ser seletiva, é bastante vulnerável, fazendo com que existam fortes tendências de o poder punitivo ser exercido sobre pessoas antecipadamente escolhidas em razão de suas fraquezas, como pobres, prostitutas, moradores de ruas, negros e outras minorias. Logo, tais sujeitos são considerados alvos fáceis da sociedade, pois já nascem condenados em virtude da miséria, indigência e condição social.

Sobre esse processo de criminalização secundária, Zaffaroni (2011) aponta que:

ISBN 978-65-5629-077-5

> O estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas uniformidades da população penitenciária associadas a desvalores estéticos, que o biologismo criminológico considerou causas do delito quando, na realidade, eram causas da criminalização, embora possam vir a tornarem-se causas do delito quando a pessoa acaba assumindo o papel vinculado ao estereótipo (é o chamado efeito reprodutor da criminalização ou desvio secundário). (ZAFFARONI, 2011)

Na época do expansionismo econômico, dentro do período colonial no Brasil, o desenvolvimento de negros e indígenas não era visto como algo vantajoso pelos detentores do poder político e econômico. (PIMENTA, 2016, p. 83). Portanto, o que se buscava era continuar com a mão de obra gratuita dos negros e manter afastados os índios. No entanto, quando isso deixou de ser possível, com a abolição da escravatura, a burguesia procurou maneiras indiretas de explorar e beneficiar a mão de obra negra. Segundo Duarte, a transição abolicionista produziu "uma forma capaz de agregar, a um só tempo, uma divergência quanto a interesses econômicos localizados e uma convergência quanto à reprodução das relações de poder fundamentais" (DUARTE, 2011, p. 171). Salienta-se que o instrumento utilizado para tanto foi o Direito Penal.

A ideia inicial do sistema penal foi realizar a chamada exclusão social. Ou seja, o objetivo era afastar as classes mais pobres da convivência das classes brancas, média e alta. Assim, ao longo da história, foram-se criados certos estereótipos. Dessa forma, percebe-se que o sistema penal é seletivo quanto a estes estereótipos, pois o crime acaba não importando, mas sim a situação do sujeito na pirâmide social. (PIMENTA, MOURA, 2016)

Na visão de Zaffaroni (2011), por se tratarem de pessoas desfavorecidas, é possível ligar-lhes todas as cargas negativas previstas na sociedade sob espécie de preconceito, o que causa uma imagem pública de delinquente com componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos.

Nesse sentido, Melossi (2010) declara que a instituição carcerária aparece como instrumento direcionado a constranger e pressionar o proletariado pauperizado, obrigando-o a aceitar educadamente péssimas condições de trabalho, sob a ameaça de ser enviado às casas de correção, dirigidas a criminosos, prostitutas, 'vagabundos' – abrangido nesse público aqueles que recusassem trabalho, apesar de altamente precarizado.

Por sua vez, os dados citados anteriormente demonstram que é essa parte da população que está mais propensa ao regime prisional quando pratica delitos, que mais enfrenta a realidade das penitenciárias e que mais possui dificuldade de se reinserir após a obtenção da liberdade. Gabriel Sampaio, coordenador do programa de Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas Direitos Humanos, argumenta que existem explicações históricas para compreender as razões que fazem o povo negro se tornar parte substancial da massa de encarcerados:

> Temos que ir desde o período da escravidão, lembrar da ausência de políticas públicas para integração na sociedade e do uso da legislação penal, desde os primeiros códigos penais, voltado para a criminalização da população negra. (SAMPAIO, s/p)

ISBN 978-65-5629-077-5

Em sua visão, é necessário observar um instrumento denominado na criminologia de seletividade penal, que coloca, em suma, que nem todo ato tipificado em lei termina com o sujeito sendo criminalizado. Assim, Sampaio (2020) detalha:

> A seletividade alcança essa população negra. Se observamos crimes contra a previdência ou empregadores que burlam o pagamento de fundo de garantia, casos de condutas de proporção até maior do que um furto, por exemplo, o tratamento do Estado não é voltado para criminalização, pois trata principalmente de pessoas brancas. (SAMPAIO, 2020)

Questiona-se, portanto, será que o empresário vai ser punido da mesma forma que o sujeito de classe baixa? A resposta será provavelmente negativa. Segundo Baratta (2002), o Direito Penal, como instrumento do discurso de (re)produção de poder, acaba por privilegiar os interesses das classes sociais dominantes, direcionando o processo de criminalização para comportamentos típicos das camadas sociais subalternas, dos socialmente alijados e marginalizados.

Na obra de Edwin Sutherland (1999), este traz:

> Por que a pobreza, quando distribuída espacialmente por zonas de residência, mostra uma associação alta e uniforme com o crime, mas quando é distribuída cronologicamente em ciclos de negócios, mostra uma associação leve e inconsistente? A resposta é que o fator casual não é a pobreza no sentido de necessidade econômica, mas as relações sociais e interpessoais que às vezes estão associadas à pobreza e às vezes à riqueza. As pessoas da classe socioeconômica superior são mais poderosas política e financeiramente e escapam da prisão e condenação muito mais do que as pessoas que não têm esse poder, mesmo quando são igualmente culpadas de crimes. (SUTHERLAND, 1999)

Pode-se dizer que o status social do delinquente é essencial para estabelecer, tanto na sociedade como nos órgãos oficiais, quais os efeitos do ato cometido. Se o sujeito que praticou o ato não tiver o status de delinquente mesmo tendo realizado um comportamento punível, não é adquirido pelas sanções que a ele deveriam ser conferidas, por outro lado o agente que é classificado pela sociedade como delinquente sofre determinas sanções antes mesmo de praticar um comportamento delitivo. (BARATTA, 2011, p. 86).

O problema começa já desde a abordagem policial. Significa dizer que a polícia encontra mais "crimes" entre os negros apenas porque a polícia "procura" por mais "problemas" entre os negros. Como exemplo, as periferias do Brasil, que são espaços de constante vigilância policial, aumentando as chances de segregar indivíduos. É suficiente observar o local em que a maioria das prisões em flagrante são feitas e quem são os presos. Nesta senda, Zaffaroni (2011, p. 76) aduz que "o sistema penal cumpre a função de selecionar, de maneira mais ou menos arbitrária, pessoas dos setores sociais mais humildes, criminalizando-as"

> A realidade, portanto, é que o viés igualitário do Direito Penal, na prática, acarreta em uma série de desigualdades e desproporcionalidade entre os sujeitos. O resultado de várias ações

ISBN 978-65-5629-077-5

> é apenas o fortalecimento do julgamento social e uma visão ainda mais distorcida do indivíduo (ZAFFARONI, 1991).

Nesse mesmo sentido, Baratta (1999) também aponta de forma crítica o cenário da seletividade penal ao perceber que o direito penal não consegue proteger todas as pessoas e os bens jurídicos. De igual forma, eles destacam que a lei não é igual para todos e a etiqueta social de criminosos é disseminada de maneira seletiva entre os sujeitos.

O assunto também é discutido por Vera Regina Pereira de Andrade (1997, p. 269-270):

> E uma vez que os estereótipos de criminosos são tecidos por variáveis (status social, cor, condição familiar), majoritariamente associadas a atributos pertencentes a pessoas dos baixos estratos sociais, torna-os extremamente vulneráveis, além de outros fatores concorrentes, a uma maior criminalização. (ANDRADE, 1997, p. 269-270).

Portanto, pode-se dizer que Andrade (2003) sintetiza de forma clara que, apesar do brilhantismo idealizado pelo sistema penal, ele não funciona muito bem, considerando que a igualdade fica afastada no dia a dia dos mais desfavorecidos.

> A clientela do sistema penal é composta, 'regularmente', em todos os lugares do mundo, por pessoas pertencentes aos mais baixos estratos sociais" e, conclui, que isso "é resultado de um processo de criminalização altamente e seletivo e desigual de 'pessoas' dentro da população total, às quais se qualifica como criminosos". (ANDRADE, 2003, p. 270).

Assim sendo, pode-se afirmar que o sistema penal age com um comportamento específico, baseando-se em conceitos já estabelecidos, com classe social definida, cor, sexo e escolaridade. Como, certa feita, bem salientou Angela Davis, "a prisão se torna um meio de fazer com que as pessoas desapareçam, sob a falsa promessa de que também desaparecerão os problemas que elas representam.".

4 A CRIMINOLOGIA CRÍTICA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO E A TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL (LABELLING APPROACH)

Ao longo do tempo, a Criminologia tentou responder a alguns questionamentos: "quem é o criminoso?", "o que é o crime?", "como se realiza a criminalização de determinados grupos sociais?", "por que o Sistema de Justiça Criminal opera seletivamente?" (ANITUA, 2008; BARATTA, 1995).

A palavra "criminologia" provém do conjunto dos seguintes termos: "*crimino*" do Latim (crime) e "*logos*" do Grego (estudo). Assim, pode-se concluir que criminologia significa o estudo do crime. A criminologia trata-se de uma ciência que está diretamente vinculada ao Direito Penal, caracteriza-se por estudar os desvios das normas penais e sociais, o crime, o delinquente, a vítima e o controle social, junta conhecimentos com o objetivo de ajudar na compreensão da realidade atual.

ISBN 978-65-5629-077-5

O movimento criminológico ganha espaço entre os críticos da dogmática penal, com o objetivo de mostrar que critérios biológicos estavam superados (SWAANINGEN, 1999, p. 9).

Por sua vez, a Criminologia Crítica, que ganhou importância no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, teve como função primordial denunciar a seletividade do sistema penal, banalizando-o, principalmente em relação à ideia de que pune todos de maneira igual – o que seria a "função declarada do Direito Penal" (ANDRADE, 2012), e de que o funcionamento do sistema penal é exemplar (BARATTA, 2002, p. 160-161). Assim, a referida vertente criminológica surge como forma de crítica da função legitimadora e conservadora que o antecessor modelo positivista entregava ao Estado, por não contestar ou sequer questionar os processos de criação de leis penais ou os processos de discriminação e seleção, ao reservar o endurecimento da lei às classes oprimidas (MOLINA; GOMES, 2006).

Na visão de Anitua (2008), a Criminologia Crítica busca romper com todos os paradigmas criminológicos anteriormente criados. De forma genérica, a Criminologia Crítica é chamada como conjunto de tendências. Ao contrário da Criminologia Tradicional, a Criminologia Crítica não aceita o código penal, mas investiga como, por quê e para quem (nas duas direções: contra quem e em favor de quem), não se autodelimita pelas definições legais de crime, interessando-se de igual forma por comportamento que causam alta desaprovação social (desviantes).

Atualmente, a criminologia crítica preocupa-se, basicamente, em analisar os sistemas penais vigentes. Neste sentido, Penteado Filho (2015, p. 75) destaca "que as condutas delitivas dos menos favorecidos são as efetivamente perseguidas, ao contrário do que acontece com a criminalidade dos poderosos". O sistema é profundamente criminoso, considerando os crimes de racismo, a corrupção, e os denominados crimes de colarinho branco. Todavia, só constitui problema social o crime praticado pelas classes desprotegidas, os quais serão de fato penalizados (DIAS; ANDRADE, 1992).

Lopes (2002) diz que as vertentes críticas compreendem que o conflito social é dirigido pelo poder político-econômico, absoluto e inatingível por partes marginalizadas da sociedade. O crime é resultado do confronto de classes sociais, na qual uma exerce o poder sobre a outra.

Nesta senda, segundo Andrade (2003), são selecionados como delinquente, os indivíduos marginalizados, principalmente porque o direito penal está normatizado para resguardar os interesses das classes superiores. O delito é definido no âmbito do controle social, pesando desigualmente sobre as classes sociais menos favorecidas.

Em torno da década de 1960 houve vários movimentos sociais de rumo desconstrucionista. Trata-se da época da luta estudantil contra a intervenção norte-americana do Vietnã, das manifestações contra a segregação racial abertas por Luther King, do movimento feminista e da proposição de um novo estilo de vida não consumista. Dentro disso, surge a teoria chamada de "Labeling Approach", também denominado de "Etiquetamento social" e de "Teoria da Rotulação". Ressalta-se que "o Etiquetamento social foi criado por vários autores, principalmente por Erving Goffman, Edwin Lemert e Howard Becker" (PENTEADO FILHO, 2012, p. 93).

Tratando da criminologia crítica, observa-se que a Teoria do Etiquetamento Social dispõe que as condutas apenas são criminosas quando as instâncias de controle social as rotulam dessa forma e considera o crime, o criminoso e a criminalidade como resultados desses rótulos. Esta teoria surgiu a partir da

ISBN 978-65-5629-077-5

criminologia social, iniciou-se nos Estados Unidos, com críticas às correntes doutrinárias sociológicas da "Nova Escola de Chicago", que desenvolveram estudos sobre a Sociologia Criminal, com base na criminologia da reação social, como também são chamadas de aplicações do "etiquetamento" (PEIXOTO, 1953, p.11).

Com base nesta teoria, é impossível analisar o fato da criminalidade sem se desvincular da respetiva reação social. Dessa forma, para que certa conduta seja tratada como criminosa, é preciso, primeiramente, de processos sociais específicos. Tais processos sociais escolhem pessoas e, a partir daí, etiquetarão as suas condutas determinadas, tornando-as "desviantes" ou "desviadas"; ou, ainda, *outsiders*.

Em sua obra, Outsiders (1963), Howard Becker aborda o desvio, tema estudado por outros autores, como Edwin Lemert, Frank Tannenbaum e Herbert Blumer. No entanto, Becker inaugura a sociologia americana, ao tratar de forma inovadora a ideia do desvio, estabelecendo um novo conceito, que é apoiada em estudos empíricos feitos pelo autor.

Convém dizer que o *labelling approach* não foi criação da sociologia americana, mas sim um conceito elaborado pela criminologia à aplicação dos estudos dessa escola americana ao estudo do crime. Nesse caminho, Roberto Bergalli confirma que somente a partir de Becker é que se pode falar em *labelling approach*, isto é, não há o que discutir que sua origem se encontra na sociologia americana, e principalmente a partir da obra de Becker (BERGALLI, 1983, pág. 151).

Becker (2008) traçou um conceito fundamental de sujeito desviante, não mais conferindo o desvio a uma qualidade intrínseca ao sujeito desviante, mas sim a partir de uma característica dada pela sociedade ou por certo grupo social, qualidade essa aceita como tal. Esse significado de desviante, e o "rótulo" que a ele é aplicado com sucesso, foi um dos fundamentos do desenvolvimento do *labbeling approach*.

Becker (2009), ao observar o contexto estadunidense, criou a expressão "outsiders" para se referir aos cidadãos que estavam na base da estratificação social e que sofriam de maneira direta a ação do etiquetamento. Em sua observação, o comportamento desses grupos – negros, músicos e mulheres – por ser considerado avesso aos interesses dos grupos de poder, foi alvo de uma série de medidas criminais que majorou a sua distância dos outros grupos sociais e cooperou para a conservação da diferença e para criação de rótulos negativos sobre esses grupos.

A grande alteração que marca e que faz a teoria do *labbeling approach* diferente de suas antecessoras, é a ideia de que para se abranger o sentido social dos comportamentos é necessário que se mostrem as reações sociais que dele decorrem. Assim o *Labelling Approach* ou Teoria do etiquetamento social, na visão de Ortega:

> [...] é uma teoria criminológica marcada pela ideia de que as noções de crime e criminoso são constituídas socialmente a partir da definição legal e das ações de instancias oficiais de controle social a respeito do comportamento de determinados indivíduos. (ORTEGA,2016, s/p)

Com o surgimento do *labelling approach*, ou teoria do etiquetamento social, há, no âmbito da criminologia, um deslocamento do pensamento positivista para o paradigma da reação social. O paradigma da reação social, visto como crítico e democrático retira o estudo até então centrado no gênero ou na raça para se orientar

ISBN 978-65-5629-077-5

por padrões sociais, demonstrando que o criminoso é criado pela sociedade e não biologicamente predisposto ao crime (SILVA,2002).

Os teóricos do etiquetamento citam sobre a relevância de estudar o processo de definição por meio do qual a sociedade explana um comportamento como desviado e reage a ele. Dessa forma, o *labelling approach* coloca em três planos o problema do conceito da criminalidade: a investigação do processo de definição da conduta desviada, atribuição do status de criminoso e o impacto desta na identidade desviante. Nesta face de sua evolução, a Criminologia que se ocupava somente do delito e do delinquente, abrangeu em seu rol de objetos de estudo também o controle social (ANDRADE, 1996).

Assim, a criminalidade passa a ser vista com a posição social ocupada pela pessoa e quem será definido como delinquente é previamente escolhido por quem possui o poder de seleção (CASTRO, 2007, p. 133).

Lola Aniyar de Castro destaca que: "o delito, pois, é nada mais do que um ponto de vista sobre o antissocial, que logrou impor-se sobre outros pontos de vista, em um dado momento e lugar" (CASTRO,1983, p. 65).

Do ponto de vista histórico, a teoria do etiquetamento traçou um novo caminho para a ciência criminológica ao trocar as teorias clássicas da criminalidade pelas teorias da criminalização. Não é mais importante se o indivíduo é delinquente, mas sim, se a sociedade assim o trata. A análise criminológica altera o foco do feito praticado para as condições do autor, saindo da esfera abstrata para o concreto dos processos de criminalização (GOMES; MOLINA, 2008, p. 207).

No âmbito da criminologia comum, os criminólogos examinam a problemática de "quem é o criminoso?", "como se tornou delinquente?", "quais os meios para se controlar esse delinquente?". Por outro lado, os interacionistas, de maneira geral, são autores que procuram fundamento e inspiração na Teoria do Etiquetamento Social, buscam uma análise voltada a responder indagações como: "quem é definido como criminoso", "que efeitos decorrem desta definição sobre a pessoa?", "quais situações podem levar um indivíduo a ser objeto de uma definição como criminoso?" e, por fim, "quem define quem?" (BARATTA, 2011, p. 88-89).

De acordo com a teoria do etiquetamento, quando alguém é perseguido e descoberto, é capaz de acontecerem várias alterações na maneira em que este sujeito vê o mundo e também na forma em que enxerga a si mesmo passando a conceituar-se como um indivíduo desviado ou delinquente, e isso pode fazê-lo a continuar infringindo normas.

Isso geralmente ocorre quando um indivíduo é etiquetado formalmente como delinquente, isto é, quando é detido, julgado e preso ou ainda, com instrumentos mais sutis, quando as consequências da rotulação prejudicam o indivíduo em seu convívio com amigos e familiares e trazem dificuldades para arranjar trabalho, desta forma acabam por retirar as oportunidades que esta pessoa deveria ter e isso a aproxima da vida delitiva (MAÍLLO, 2007, p. 257-258).

Deste modo, para Araújo, sobre *labelling approach*, a definição legal de alguns delitos faz parte de um processo mais abrangente que se forma na sociedade, no qual seus participantes estabelecem o desvio ao definir determinados atos como maus e realizar providências para diminuir sua prática ou extirpá-lo (ARAÚJO, 2010, p. 251).

Por esta via, tem-se que o criminoso não é alguém que por razões biológicas tende a delinquir, como propõe a criminologia positivista, mas basicamente alguém a quem é conferida a qualidade – o rótulo – de criminoso pelas instâncias de controle

ISBN 978-65-5629-077-5

social (ANDRADE, 2003). Desse modo, os criminosos "[...] não são seres humanos monstruosos, mas pessoas totalmente normais que se encontram em um modo de conduta em razão de processos sociais normais" (ARAÚJO, 2010, p. 108).

No mesmo caminho, Zaffaroni (2001, p. 245-246) trata sobre a "construção do delito" onde cita que o sistema penal possui poder capaz de selecionar certos candidatos a serem criminosos, cria um processo para sua criminalização e encaminha par ao Poder Judiciário que decidirá por receber ou rejeitar a ação. O critério de escolha é feito, em muitas das vezes, pela pessoa e não pelos fatos, sendo o candidato ao delito selecionado em virtude de certos estereótipos.

A teoria do etiquetamento social ou *labelling approach* ressalta que os atos delitivos não existem por si só, tais atos são, na verdade, conceituados como tal pela sociedade onde são praticados ou pelo sistema Judiciário. Logo, não é suficiente uma previsão legal de um determinado delito. Em face da sociedade, ou também do Poder Judiciário, será considerada a realidade de cada comunidade (MAÍLLO, 2007, p. 257).

Junto à teoria do etiquetamento, a criminologia gera um novo ângulo sobre a atuação dos sistemas de justiça, mostrando o maquinário que faz o sistema penal funcionar. A respeito da estigmatização e os estereotipados, Zaffaroni (1991, p.130) comenta:

> O sistema penal atua sempre seletivamente e seleciona de acordo com estereótipos fabricados pelos meios de comunicação de massa. Estes estereótipos permitem a catalogação dos criminosos que combinam com a imagem que corresponde à descrição fabricada, deixando de fora outros tipos de delinquentes (delinquência de colarinho branco, dourada, de trânsito etc.). Nas prisões encontramos os estereotipados. (ZAFFARONI, 1991, p. 257)

A ruptura, essencial para a constituição de uma criminologia crítica criou um chamado para estudos e pesquisas a respeito de sistemas penais. O status de delinquente seria resultado pelos efeitos estigmatizantes do sistema penal. Agora, o criminoso não é ponto de partida, mas sim *locus* de análise de uma realidade construída pela sociedade. Baratta (2002) diz que a verdade relação entre cárcere e sociedade, é entre quem exclui e quem é excluído, ou seja, entre quem tem o poder de criminalizar e quem está passível da criminalização. Na verdade, a prisão reproduz a realidade social e aumenta a desigualdade. Pode-se dizer que a prisão é uma máquina de infligir dor para alguns comportamentos entre determinadas classes sociais e também entre os sobreviventes de cada ordem social, como bem pontou Rosa Del Olmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou demonstrar o público específico nas penitenciárias brasileiras, com uma análise da criminologia crítica, em especial, a teoria *labelling approcah.* Percebeu-se que ao tratar dos aspectos negativos do sistema penal, a criminologia crítica colabora para refletir sobre as enfermidades e preconceitos vigentes e que tem influenciado negativamente no sistema penal brasileiro.

ISBN 978-65-5629-077-5

Inicialmente, mencionou-se os dados do IBGE, INFOPEN, DEPEN, entre outros, investigando a busca seletiva por certos perfis de suspeitos e determinados tipos de delitos, enquanto outros permanecem ignorados. Os dados coletados ajudaram a mostrar o perfil da população carcerária no Brasil, sendo pessoas jovens, negras, pobres e pouco escolarizados.

Em seguida, diante das exposições feitas sobre a seletividade penal, percebeu-se que o Direito Penal, apesar de teoricamente igualitário, mostra-se seletivo em sua efetiva aplicação e, por meio do racismo que fundamenta o Poder Judiciário, faz com que os alvos de coerção do sistema penal sejam os jovens, negros, pobres e sem condições sociais.

Verificou-se que uma vez que a seletividade penal direciona o foco para encarcerar determinas pessoas, significa que são raça, a classe social e a vulnerabilidade que definiram quem será punido ou não. Percebe-se que o cometimento de delitos está, se não condicionado, basicamente influenciado pelo contexto socioeconômico em que se está o seu ator.

Constatou-se ainda, que na maioria dos casos, o sujeito que é mantido preso é aquele que não tem boas condições financeiras, o mais vulnerável e explorado pelo Estado, sendo que a classe mais alta não é aborrecida pelo sistema, saindo, muitas vezes, impune dos crimes que praticam. Assim, a isonomia presente na Constituição Federal de 1988 é somente uma narrativa, pois a posição social e o poder geralmente são características de pessoas que cometem delitos de colarinho branco, não sendo punidos da mesma forma.

Confirmou-se então que o sistema penal favorece a classe dominante, possuidores de poder, e ao contrário, os sujeitos vulneráveis, vivenciam punições e são estigmatizados. A seletividade, portanto, se inicia nas camadas superiores de poder, desde a criação da lei, aplicação, julgamento e ressocialização do indivíduo, sendo os rótulos sociais de um reflexo de poder.

Por fim, tratou-se sobre a criminologia crítica e a respeito da teoria do etiquetamento social (*labelling approach*), verificando que com o surgimento da criminologia surgiu um novo olhar sobre os sistemas de justiça, mudando a visão que se tinha anteriormente sobre seus elementos. O crime passou a ser entendido como um comportamento definido em razão das relações de poder que autorizam os poderosos colocarem suas visões sobre as condutas; o criminoso passou a ser visto como um ser em tudo igual aos outros, sendo o rótulo de delinquente uma simples colocação do corpo social, resultado de um comportamento.

A Teoria do Etiquetamento Social mostrou como a sociedade possui suas definições de certo e errado, e que muitas vezes diverge do legal e do ilegal. O sujeito é visto na sociedade por meio de um status social que prejudica no julgamento de seus atos. Uma pessoa com um status elevado raramente é considerado como delinquente ao tempo que o de status inferior é visto como criminoso sem mesmo ter delinquindo. Essa rotulação de criminoso pode acarretar em alguém a aceitação do título e essa pessoa achar que isso é a única coisa que lhe cabe.

Portanto, pode-se concluir que a seleção de pessoas está presente na construção histórica das legislações, no processo de criminalização, nas leis e no próprio sistema penal, principalmente nas penitenciárias. O sistema que deveria ser justo e igualitário, age de forma seletiva em desfavor dos que mais necessitam de ajuda, pertencentes às camadas mais vulneráveis da sociedade.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Racismo, criminalidade e justiça penal:** réus brancos e negros em perspectiva comparativa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro.

ALVES, Dina. **Da Escravidão Às Prisões Modernas, Empório do Direito**. 2017. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/da-escravidao-as-prisoes-modernas-por-dina-alves>. Acesso em 24 set. 2021.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ANDRADE, Vera Regina. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ARAÚJO, Fernanda Carolina de. **A teoria Criminológica do Labelling Approach e as medidas socioeducativas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2010.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos editora, 1999.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERGALLI, Roberto, BUSTOS, Juan, MIRALLES, Teresa. **El Pensamiento Criminologico** – Tomo I. Bogotá, Editorial Temis, 1983.

BOITEUX, L. Encarceramento feminino e seletividade penal**.** 9 **Rede de Justiça Criminal:** Discriminação de gênero no sistema penal. 2016. Disponível em: <https://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>. Acesso em: 24 set. 2021.

CARVALHO, Thiago Fabres de. **O "direito penal do inimigo" e o "direito penal do homo sacer**: exclusão e vitimação no campo penal brasileiro. 2006. Disponível em: <http://www.ihj.org.br/pdfs/Artigo_Thiago_Fabres.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ISBN 978-65-5629-077-5

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Encarceramento tem cor, diz especialista**. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/>. Acesso em: 10 set. 2021.

CUNHA, Rogério Sanches (coord.). **Lei dos juizados especiais criminais**. 6ª ed. reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia:** o homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Editora Coimbra, 1992.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Seletividade penal e debatida em webinar sobre o perfil de presos**. 2020. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/10553-Seletividade-penal-e-debatida-em-Webinar-sobre-o-perfil-de-presos>. Acesso em: 20 set. 2021.

ENSP, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. **Dia da Consciência Negra:** Por que os negros são maioria no sistema prisional?. 2020. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50418>. Acesso em: 24 set. 2021.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2014. São Paulo: 2020. Disponível em: <ttps://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>. Acesso em 28 ago. 2021.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão:** o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREITAS, Felipe da Silva. **Vidas Negras Encarceradas:** a pandemia nas prisões brasileiras, boletim de análise político-institucional. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10518/1/BAPI_26VidasNegras.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 5. Ed. São Paulo: RT, 2006.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

INFOPEN/DEPEN, Departamento Penitenciário. **Levantamento nacional**, 2020. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2021.

LOPES, Luciano Santos. **A criminologia crítica:** uma tentativa de intervenção (re)legitimadora no sistema penal. 2002. Disponível em: <ttps://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/332/criminologia%20critica_Lopes.pdf?sequence=1>, Acesso em: 7 dez. 2019.

MOLINA. Antonio García-Pablos de. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos, introdução às bases criminológicas da lei 9.099/95**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ISBN 978-65-5629-077-5

MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. Tradução de Luiz Régis Prado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo**. Cárcere e Fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renan, 2010.

MEIRELES, Nayane. **Direito penal do inimigo como fator de exclusão social**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51811/direito-penal-do-inimigo-como-fator-de-exclusao-social>. Acesso em: 10 set. 2021.

NEVES, Eduardo Viana Portela. **Bases Críticas para um Direito Penal racional**. Trabalho inédito. Vitória da Conquista, 2006.

OLIVEIRA: Karine Alves Silva. **Seletividade do sistema penal resultado em um tratamento diferenciado entre os indivíduos**. 2020. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55174/a-seletividade-do-sistema-penal-resultando-em-um-tratamento-diferenciado-entre-os-indviduo>. Acesso em: 22 set. 2021.

ORTEGA, Flávia Teixeira. **Teoria do etiquetamento social**. 2016. Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/322548543/teoria-do-etiquetamento-social>. Acesso em: 15 set. 2021.

PEIXOTO, Afrânio. **Criminologia**, 4ª edição, Ed. Saraiva, São Paulo.1953.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio: **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIMENTA, Victor Martins. MOURA, Tatiana Whately de. **Sem informação não se faz política penal**. In: Informativo Rede Justiça Criminal – Os números da justiça criminal no Brasil, 2016.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grade**s: o encarceramento brasileiro em uma abordagem criminológico-crítica. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23449/3/2016_VictorMartinsPimenta.pdf>
.
Acesso em: 14 de set. de 2021.

SILVA, Raíssa Zago Leite da. **Labelling Approach:** o etiquetamento social relacionado à seletividade do sistema penal e ao ciclo da criminalização. Revista Liberdades – IBCCRIM. 2002. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/7410/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVEIRA, Reginaldo. **Seletividade na lei de drogas encarceramento de massas e controle social**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/80114/seletividade-na-lei-de-drogas-encarceramento-de-massas-e-controle-social>. Acesso em: 23 set. 2021.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Trad. de Rosa del Olmo. Madrid: La Piqueta, 1999.

SWAANINGEN, René van**. Reclaiming critical criminology:** social justice and the European tradition. Theoretical Criminology. London, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade
do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro** – I. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

A ESFERA PÚBLICA NO MEIO DIGITAL: DESINFORMAÇÃO E POPULISMO

Yudi Gabriel Tsutiya Agner[1]
Kátia Rocha Salomão[2]

Resumo: Este artigo aborda a questão da desinformação por meio das mídias sociais aplicando o conceito do filósofo Jürgen Habermas de esfera pública ao meio digital. Apresentará as características das relações no digital e as problemáticas emergentes quando a desinformação se torna ferramenta para manipulação, apoiando-se no conceito antropológico de populismo digital. Conclui apresentando o quadro geral de manipulação digital existente nas redes sociais e reconhecendo a necessidade de responsabilizar tanto aqueles que se beneficiam diretamente da desinformação, como também as próprias plataformas que ainda restam inertes em diversos casos.

Palavras-chave: Desinformação 1. Esfera Pública 2. Populismo Digital 3. Manipulação 4.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo geral analisar o fenômeno da desinformação pelas redes sociais à luz do conceito de Jürgen Habermas da esfera pública e a consequente manipulação desta. Para isso foi proposto o seguinte problema de pesquisa: Como a esfera pública de Habermas se aplica no ecossistema digital em um contexto de ampla desinformação? Para responder a tal indagação serão analisados três elementos das relações sociais no digital. Estes são: a transformação do cidadão em consumidor; hiperinformação e a rede de relações de afeto e confiança; a manipulação populista da esfera pública digital. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica.

A necessidade de maior estudo e pesquisa a respeito da desinformação e das relações sociais de poder e controle dentro da perspectiva digital se comprova não apenas pela crescente amplitude de espaço que este tem passado a ocupar na vida humana, mas com os próprios desafios políticos enfrentados tanto nacional como internacionalmente. Nesse sentido, a pandemia do vírus COVID-19 ao longo dos anos de 2020 - 2021 não se limitou em disparar o processo de virtualização da vida de todos, mas também mostrou definitivamente o potencial manipulativo e as destrutivas consequências que a desinformação possui.

Negligenciar a reflexão a respeito destes fenômenos tão indissociáveis à nossa época é aceitar a sina de repetir seus erros. Em outras palavras, não refletir sobre esses acontecimentos é concretizar o ápice "orwelliano" da desinformação manipulativa, onde as mentiras que alteram o passado, afetam o presente e passam a escrever o futuro.

2 DE CIDADÃOS À CONSUMIDORES

[1] Acadêmico do curso de Direito da UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADORA: Professora Doutora em Filosofia Kátia Rocha Salomão do curso de Direito - Centro Universitário UNIVEL. Projeto de pesquisa – "Conjecturas (jus) filosóficas: Ensaios sobre direito e filosofia".

ISBN 978-65-5629-077-5

Jürgen Habermas conceitua a esfera pública como uma reunião de indivíduos particulares que formam um público que é ao mesmo tempo contra e regulamentado pela autoridade. A finalidade desta reunião seria a discussão a respeito das leis gerais da troca na esfera privada de relevância pública. (SALOMÃO, 2008, P.110). Habermas ainda acrescenta que este modelo teve sua gênese na ascensão da burguesia ao poder nas revoluções do século XVIII. Essa esfera pública geraria então a opinião pública que representaria os interesses daqueles que a compunham. Contudo, conforme apontado por Cavalcante (2019), a esfera pública não era formada por todos os integrantes da população, mas sim por aqueles que dispunham da qualidade de cidadãos: aqueles que possuíam educação e propriedade. Apesar do conceito de cidadão ter se tornado mais inclusivo ao longo da história, por meio de diversas conquistas e reivindicações de movimentos sociais, é perceptível que a atuação democrática foi (e para certos grupos ainda é) por diversas vezes excludente.

Portanto, é possível inferir que a esfera pública não se apresenta como a concretização máxima de um ideal democrático, mas sim a manifestação e a luta pelos interesses de uma classe específica: os burgueses. Apesar de Habermas ter argumentado que a esfera pública em sua gênese era desprovida de ideologia, ela possuía ideais a serem defendidos mas não se resumiam a mera ideologia (SALOMÃO, 2008, p.112), se tornou incontornável o fato de que a opinião pública gerada era manipulada pela classe dominante a fim de conquistar seus objetivos:

> Agora, na contramão, o discurso transmuta-se em ideologia, isto é, ocorre uma refuncionalização da esfera pública perante a ascensão da imprensa, enquanto midiática e promotora de informação manipulativa. Desta forma, não é mais o público que pensa a cultura em seus âmbitos e contornos. Ele está destinado apenas a recebê-la pacificamente, torna-se um destinatário da publicidade pervertida e dissociada de seu papel original: dissolveu-se a ideia de público que promove ideais discursivos condutores do jogo de poder e até o processo normativo no cenário político.(SALOMÃO, 2008, p.112)

Cabe ressaltar que autores anteriores à Habermas já apontavam o caráter tendencioso e manipulativo existente na esfera pública burguesa:

> Já no pensamento de Marx, a opinião pública seria consciência falsa, uma máscara para encobrir os interesses burgueses [...] Nesse sentido, a mesma pessoa em busca irremediável pelo lucro e pelos seus interesses privado-egoísticos negligenciaria o papel de cidadão, sublinhando-se a perpetuação das relações de dominação feudal e aristocrática, por meio de reformulações ao longo dos séculos. Por conclusão, o Estado Constitucional burguês e sua esfera pública como centro de organização não passaria de mera ideologia. (CAVALCANTE, 2019, p.41)

Quando Habermas postulou a respeito dessa refuncionalização da esfera pública, o filósofo tinha em mente os perigos que a mídia de massas, formada por oligopólios comunicacionais, representava para a democracia. Se extrapolarmos essa preocupação do autor para o contexto atual das comunicações digitais

ISBN 978-65-5629-077-5

(dinâmicas estas que serão aprofundadas no próximo subtópico), teremos o descrito por Tavares; et al (2021):

> Aquilo que já era percebido como problema, agora está ampliado para um contingente de produtores, receptores e replicadores anônimos com todos os riscos de produção e reprodução "espraiada" de informação não validada [...]. Não mais oligopólios de informação ao modo empresarial, mas uma rede disforme de muitos nós de informação. (TAVARES; et al, 2021, p.234).

É de suma importância retomar aqui a observação de Salomão (2008) no trecho citado anteriormente quanto a passividade dos destinatários da opinião pública. Ora, a passividade não é uma característica da cidadania. Como Han (2018) observou, o que caracteriza o cidadão é sua participação politicamente ativa. A passividade está relacionado com o consumo. Como o próprio Habermas observou:

> A mídia e seus produtos prontos mudam radicalmente a maneira da comunicação e o raciocínio, na qual o público leitor dá margem para a substituição de sua consciência política e formadora de opinião pública por simples escolhas geradas na concepção de caráter consumista (SALOMÃO, 2008, p. 113).

E é nesse quadro, formado por particulares receptores passivos de informação que a esfera pública digital passa a ser formada não mais por cidadãos, mas sim por consumidores.

3 HIPERINFORMAÇÃO E A REDE DE RELAÇÕES DE AFETOS E CONFIANÇA

O combate mundial à pandemia do vírus COVID-19 desde o ano de 2020 foi palco para que muitas das complexas relações dos seres humanos com e o meio digital viessem à tona: de relações de consumo, entretenimento e comunicação até relações trabalhistas. Dentre essas relações, a disseminação de informação e desinformação tomou proporções tão grandes que a OMS (Organização Mundial da Saúde) cunhou o termo "infodemia" para caracterizar esse excesso de informações, verídicas e falsas, a respeito da pandemia que dificultaram o acesso de boa parte do público às informações verdadeiramente embasadas (TAVARES; Et al, 2021, p.239). Contudo, tal excesso de informações não é um fenômeno iniciado na pandemia, e muito menos exclusividade do âmbito digital.

Conforme abordado por Han (2018), a SFI (Síndrome da Fadiga da Informação) foi apontada em 1996 pelo psicólogo David Lewis. Ela se referia a pessoas cujo trabalho envolvia a análise constante de uma grande quantidade de informação. Como Han sobriamente colocou: "hoje todos são vítimas da SFI". (HAN, 2018, p.65). Uma das principais consequências desse transtorno é o entorpecimento da mente, dificultando uma análise precisa e a posterior reflexão a respeito das informações recebidas. O autor ainda acrescenta: "O excesso de informação faz com que o pensamento definhe. [...] Mais informação não leva necessariamente a melhores decisões". (HAN, 2018, p.66). E a "infodemia" comprova essa constatação. Entretanto, essa cacofonia informacional que surge, apesar de ser uma grande ferramenta para a desinformação, é apenas uma consequência da dinâmica das relações sociais no ecossistema digital. Para entender os reais efeitos que essa

ISBN 978-65-5629-077-5

desinformação produz, é necessário entender como ela surge. É necessário analisar os integrantes que compõem tal coro dissonante.

Primeiramente, é fundamental discernir a que se refere o termo desinformação. Em um primeiro momento, é possível que se assuma que ela é meramente uma maneira formal de se referir ao popular termo "fake News", ou em português, "notícias falsas". Contudo, segundo definição formulada pela UNESCO, "notícias falsas" não são um termo apropriado para definir esse fenômeno, uma vez que se são notícias não podem ser falsas. Sendo assim, o termo ao qual a UNESCO orienta a utilização, de acordo com Cavalcante (2019), é "desinformação". Ainda nesse quesito, cabe ressaltar que há diferenças apontadas por Clair Wardle, conforme citado por Cavalcante (2019), entre "mis-information", "des-information" e "mal-information". Nesse entendimento, a desinformação seria uma informação falsa disseminada com o intuito doloso de causar dano.

Segundo Han (2018), a comunicação digital nos oferece a oportunidade de estarmos em duas situações ao mesmo tempo como a comunicação analógica jamais pode: remetentes e destinatários. Nesse sentido, somos tanto aqueles que (re)produzem a informação como quem as recebe. Esse caráter duplo da comunicação digital gera uma desmediatização da comunicação, excluindo a necessidade de intermediários. Conforme apresentado por Cavalcante (2019), Clair Wardle em seus estudos também notou tal mudança, afirmando que enquanto em tempos anteriores o movimento comunicacional era de um para muitos, agora as redes sociais, com o uso de algoritmos que mapeiam as preferências dos usuários, compartilham informações direcionadas aqueles cujo perfil apresenta maior tendência a compartilhar tais informações. Ao realizarem o compartilhamento, estes concretizam a dinâmica receptor-reprodutor; tornam-se remetentes e destinatários. Todavia, o estudo de Clair Wardle ainda ressalta um fator de suma importância nesta dinâmica:

> Com a propagação da notícia, a próxima pessoa que se depara com a mensagem nas mídias sociais que provavelmente confia no usuário que compartilhou, dá continuidade à disseminação da informação, numa dinâmica de "um por um". Assim, o "átomo" [de informação] é liberado no ecossistema informativo com velocidade da luz, baseado numa rede de confiança que cresce em projeção geométrica. (CAVALCANTE, 2019, p.13)

Essa rede de confiança está ligada não apenas à confiança existente nas relações sociais *offline,* mas integram uma característica fundamental da forma como as interações nas redes sociais funcionam. O mecanismo das redes sociais incentiva o usuário ao compartilhamento. Han (2018) descreve as redes sociais como uma "mídia de afetos" com uma transmissão instantânea de um usuário ao outro. Como complementa Cavalcante:

> Os aplicativos, impulsionados pela publicação de conteúdo emocional, são continente de mecanismos que engajam os relacionamentos pessoais: cada postagem dos usuários está sujeita a curtidas, comentários e compartilhamentos e, a cada reação positiva, o cérebro libera um pouco de dopamina, hormônio relacionado com a felicidade. (CAVALCANTE, 2019, p.21).

ISBN 978-65-5629-077-5

Dessa forma, podemos compreender que o constante compartilhamento de informações e a imediata reação dos outros usuários sobre o tema, gera uma dependência em nós. Em outras palavras, não compartilhamos alguma informação porque achamos que sempre será de proveito do outro que a recebe, mas porque precisamos de sua reação, de seu afeto, para suprirmos essa dependência.

É perceptível então que a dinâmica desmeditizada das redes tem como um de seus elementos emergentes – em ampla ascensão desde o último ano – uma proliferação de informações em proporções colossais, tanto em alcance como em quantidade, levando os usuários ao esgotamento e a limitação de suas capacidades analíticas. Acrescente a esse cenário o anseio por descargas rápidas de dopamina e a rede de confiança que é criada em torno daqueles mais próximos, e haverá um ambiente fértil para que a desinformação prolifere.

Dentro desta paisagem virtual, a manipulação da opinião pública se torna muito mais fácil, e já é possível aferir algumas das consequências que essa forma de interação nas mídias digitais trouxeram ao contexto político mundial.

4 ESFERA PÚBLICA E POPULISMO DIGITAL

O panorama da esfera pública digital apresentado até aqui pode ser resumido como uma esfera pública formada por consumidores passivos de informações desmediatizadas, com suas capacidades analíticas reduzidas em meio a tamanha quantidade de informação, recebida de outros usuários em quem confiam, o que os leva a reproduzir irrefletidamente a informação para suprir uma necessidade de reações positivas dos outros usuários. É perceptível que este é um retrato fiel do comportamento de uma considerável parcela de usuários. Cabe agora destrinchar como a desinformação e esta mecânica das relações nas mídias sociais servem de ferramenta para a manipulação da esfera pública.

Han (2018) afirma em seu livro que a comunidade digital não forma uma massa, mas sim um enxame. Isso se dá devido a hiper-individualização que as redes sociais proporcionam, onde um aglomerado de usuários ainda não são um grupo com características próprias e objetivos, mas sim indivíduos singularizados que propagam cada um suas próprias opiniões. Ora, para que haja a manipulação da esfera pública aos moldes do que foi descrito por Habermas, como visto no primeiro subtítulo, é necessário que seja produzida uma opinião pública unificada que reflita uma narrativa ideológica de uma classe dominante (SALOMÃO, 2008, p.115). O fato é que a manipulação desta ocorreu de forma inusitada, jamais presenciada antes. E um claro exemplo desta manipulação é o quadro desinformacional criado no ano eleitoral de 2018. E os estudos sobre o desenvolvimento dessa campanha digital populista durante as eleições, aqui em particular os escritos da antropóloga Letícia Cesarino, elucidam como se deu a manipulação da esfera pública digital.

Cesarino aprofundou-se na temática do populismo digital no contexto político brasileiro atual, sendo seus dois artigos aqui analisados (2019; 2020) apenas um pequeno recorte de todo seu estudo. Dentre as diversas características do populismo digital por ela elencadas, serão de relevância para o presente artigo: a desmediatização das redes sociais e o uso da rede de afetos para a manipulação; e a fractalização da figura do líder populista.

ISBN 978-65-5629-077-5

4.1 Desmediatização e rede de afetos

Conforme exposto no segundo subtítulo do presente texto, a desmediatização que existe nas redes sociais é consequência direta do caráter receptor-(re)produtor dos usuários das redes. Tal caráter não passou incólume durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro:

> A relação entre emissor e receptor do conteúdo digital da campanha foi, portanto, bi-direcional ou propriamente cibernética, inclusive no sentido de que parte desse conteúdo era produzido pelos próprios usuários a partir de padrões discursivos análogos ao do mecanismo populista original, e re-circulado nos *feedback loops* através dos quais as mídias sociais geram valor (CESARINO, 2019, p.549)

O trecho final da citação acima reforça o apontado por Cavalcante (2019) a respeito da necessidade de uma reação positiva daqueles que recebem a informação compartilhada pelo usuário. O que nos leva a outra característica fundamental para a desinformação proliferar: a rede de afetos e confiança.

A relação da campanha eleitoral de 2018 com a rede de afetos das redes sociais está diretamente ligada ao conteúdo por ela propagado. Cesarino (2020) aponta que o populismo tem como uma de suas características fundamentais a simplicidade e reducionismo binário entre amigo e inimigo, a fim de ampliar a movimentação popular gerada. E esse efeito só é atingido devido ao caráter afetivo presente na mensagem propagada pelo populismo: "Essas e outras contraposições estéticas binárias visavam atuar diretamente no plano dos afetos, gerando efeitos viscerais de atração por um grupo (a direita) e repulsa pelo outro (o da esquerda)" (CESARINO, 2019, p. 542)

Conforme visto anteriormente, as mídias sociais são mídias afetivas onde mensagens que gerem forte comoção entre os usuários que as recebem ganham maior possibilidade de serem compartilhadas. Inclui-se neste modelo a rede de confiança entre os usuários, e evidencia-se as proporções descomunais que a mensagem populista atingiu dentro do contexto digital.

> Assim, à medida que os diferentes tipos de conteúdo se afastavam dos centros unificados e estruturados da rede, seus caminhos iam se segmentando "espontaneamente", ao serem repassados por usuários comuns àqueles contatos mais propensos a serem afetados por cada um deles. (CESARINO, 2019, p. 549).

Esse aspecto espontâneo do compartilhamento dessas mensagens populistas, que por diversas vezes foram desinformação, revela uma faceta fundamental para o populismo digital: a fractalização da imagem do líder populista.

4.2 FRACTALIZAÇÃO

Como consequência da desmediatização e do aparente encurtamento de distâncias que as redes sociais propiciam, a dinâmica populista líder-povo se altera drasticamente. Ao invés de depender exclusivamente da retórica e carisma do líder como em um contexto de mídias analógicas, a versão digital do líder populista passa para os seus seguidores o dever de reproduzir sua mensagem:

ISBN 978-65-5629-077-5

> [...] os próprios usuários incorporaram o mecanismo populista e passaram a (re)produzir seus padrões de linguagem digital. Em outras palavras, as mídias bolsonaristas não são apenas um veículo de comunicação entre líder e povo enquanto emissário e receptor dados de antemão: elas são o sistema líder-povo. Tanto líder quanto povo se co-constituem recursivamente em e através desse aparato digital: um tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de uma ausência de mediação (MAZARELLO, 2019); um direcionamento discursivo que prolifera enquanto espontaneidade (SANTOS et al., 2019) (CESARINO, 2020, p. 105-106) (Grifo nosso).

Essa fractalização se torna o ponto chave para entender como a manipulação da esfera pública se dá em um ambiente de profunda individualização como as redes sociais. O líder populista se aproveita da vacância gerada pela desmediatização e se torna ele mesmo um mediador para seus seguidores, ao mesmo tempo que utiliza do potencial para compartilhamento que o funcionamento das mídias sociais geram. Sendo assim:

> Talvez poderíamos dizer, nos termos de Sapir (2012), que o populismo digital gera um tipo "espúrio" de comunitarismo: é uma busca por autenticidade num contexto de ansiedades profundas quanto a mediações. Onde as mediações estabelecidas não funcionam mais como deveriam (BROWN, 2019), as pessoas passam a buscar diretamente aquilo que é "realmente real"." (CESARINO, 2019, p. 540)

Portanto, fica evidente que a informação a qual os seguidores do líder populista digital tem acesso passa por uma mediação claramente ideológica e por diversas vezes desinformativa. E que a fractalização faz com que os seguidores do líder tomem para si o dever de (re)produzir essas mensagens dentro de uma plataforma digital que, novamente, propicia para que essas mensagens atinjam um número exponencial de outros usuários:

> Numa das notáveis invenções de que falou Laclau (2005), as mídias sociais, e em especial o WhatsApp, se tornaram o domínio da verdade e da liberdade de expressão, enquanto a esfera pública passou a ser condenada como a *lócus* de fakes e manipulações. Nesse contexto, torna-se cada vez mais difícil diferenciar mídia centralizada e oficial de mídia informal e descentralizada; discernir verdades de rumores; fatos de conspirações. (CESARINO, 2020, p. 107)

Sendo assim, os efeitos na esfera pública se tornam avassaladores, uma vez que o acesso a informação verídica e embasada se torna cada vez mais dificultado não apenas para os seguidores do líder, mas para todos que utilizam das mídias sociais, potencializando o alcance da manipulação, extrapolando a própria bolha ideológica.

5 CONCLUSÃO

Em suma, a esfera pública burguesa como originalmente racionalizada por Jürgen Habermas passou por diversas alterações ao longo das eras. Sendo assim,

ISBN 978-65-5629-077-5

não se admira que tal conceito tenha sofrido alterações tão profundas ao transpô-lo para dentro do contexto do mundo digital. Como foi apresentado, a desinformação é um fenômeno manipulativo intrínseco ao momento atual, que engloba alterações que ocorreram na forma como os seres humanos se relacionam por meio das mídias sociais e no mundo digital de forma geral.

Constatou-se que cada vez mais o papel do cidadão é ofuscado e substituído pelo papel de consumidor dentro do âmbito digital. Este consumidor passa a receber as informações disseminadas nas redes de forma passiva, (re)produzindo-as de maneira irrefletida por diversas vezes. Isso se dá em grandes partes devido à exaustão em decorrência da quantidade de informações compartilhadas nas redes que passam a crescer exponencialmente, prejudicando a capacidade analítica dos usuários. Também se adiciona a este cenário a dependência de reações positivas e interações desenvolvida por quem utiliza as redes sociais, criando uma necessidade constante de compartilhar.

Em consonância com este fator trabalha a rede de confiança entre os usuários, que acabam por propiciar a disseminação de desinformação. Por conseguinte, foi exposto o caráter mais claramente manipulativo da esfera pública digital por meio do populismo digital que aflorou nos últimos anos no cenário político brasileiro, levando em consideração a relação que este tem com a desmediatização nas redes, a teia de afetos e confiança das redes sociais e o processo de fractalização da imagem do líder populista e o compartilhamento de desinformação.

É possível concluir que, dentro desse cenário de ampla desinformação, é imprescindível a realização de novas regulamentações que possam trazer maior segurança aos usuários das mídias sociais, bem como a responsabilização tanto daqueles que agiram e se beneficiaram diretamente dessa manipulação, quanto das plataformas que permaneceram inertes. A atuação das plataformas em limitar o alcance e em certos casos até impedir o compartilhamento destes conteúdos desinformadores é de suma importância, uma vez que o que torna este fenômeno único e realça seu potencial manipulativo é intrínseco a própria dinâmica de funcionamento das redes sociais.

Por fim, cabe uma última reflexão diante do tema exposto. No decorrer da pesquisa e escrita do presente artigo, me vi por diversas vezes pensando a respeito de uma conversa que tive com uma professora de sociologia ainda enquanto cursava o ensino médio. Durante a conversa sobre crimes digitais, a professora argumentou: "Você ainda está vendo o virtual como algo separado do real". Haverá aqueles que, ao se depararem com as questões aqui abordadas, alegarão que tais aspectos do mundo digital não podem influenciar o "mundo real" em que vivemos, alegando exagero e desmedida dramaticidade. Ocorre que a desinformação no meio digital sempre trouxe consequências graves para o "mundo real", e as vítimas diretas do negacionismo científico propagado durante a pandemia da COVID-19 são apenas aquelas que ganharam maior evidência.

A desinformação propagada a respeito de comunidades periféricas e minorias sociais não só cria uma falsa imagem desta parcela da população que se torna um consenso igualmente falso para aqueles que não as integram. Ela influencia diretamente em políticas públicas que cerceiam direitos destas parcelas da população, causando consequências reais para pessoas reais. Expandindo para um contexto global, há um grande negacionismo climático amplamente promovido pela desinformação que põe em xeque tanto a existência da humanidade enquanto espécie, como também toda a habitabilidade do planeta. No final do dia, como pôs

ISBN 978-65-5629-077-5

Giuliano da Empoli (2019) em seu livro sobre a manipulação política no digital e o populismo, não são aqueles que propagam nem os que acreditam na desinformação que estão vivendo dentro de uma bolha e ignorando a realidade que os cerca. Quem verdadeiramente está absorto na própria câmara de eco são aqueles que veem esse movimento e o ignoram, minimizam e não se mobilizam para combatê-los. Estes sim estão presos no próprio mundo paralelo, enquanto a realidade rui cada vez mais rápido.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Julia Gomes. **O Fenômeno da Desinformação como Desafio Democrático: um Estudo à Luz da Doutrina de Jürgen Habermas**. 84 Páginas. UNB, Brasília, DF, 2019

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo:** corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. Rev. antropol. São Paulo. P. 530-557. 2019

CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa:** a ascensão do populismo no Brasil. Revista internet&sociedade. P. 91-120. Fevereiro, 2020

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos.** 1ª Ed. 3ª Re. Editora Vestígio. São Paulo, SP, 2020

HAN, Byung-Chul. No enxame: Perspectivas do digital. Editora: Vozes. Petrópolis, RJ, 2018

SALOMÃO, Kátia Rocha. **Um estudo genealógico das críticas proferidas à razão versus a esfera pública em Habermas.** 205 Páginas. UNESP, Marília, SP, 2008

TAVARES, Márcia (*et al*). **Fake News, hiperinformação, desinformação, fetichismo e pandemia na web.** Anais XVI Colóquio Habermas e VII Colóquio de Filosofia da Informação Esfera Pública em Tempos de Internet, P.233-248. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Micheli Bittencourt Abrahão Almeida [1]
Clarissa Lopes Alende Sgarioni [2]

RESUMO: O presente artigo, tem como objetivo abordar o exercício do direito de convivência entre pais e filhos que, muitas vezes, é mitigado voluntariamente pelo detentor da guarda, quando este obsta a relação do filho com o genitor não guardião, prejudicando o desenvolvimento do filho com o outro responsável, trazendo revolta, rejeição e, na maioria dos casos, a falta de afeto e negação de reconhecer o outro genitor como pai ou mãe, decorrente da alienação parental do ex-cônjuge que detém a guarda, sendo uma questão prejudicial para o desenvolvimento sadio dos filhos. Ademais, este trabalho trata sobre a possibilidade de aplicar a responsabilidade civil ao genitor que impede o outro de exercer o seu convívio parental, bem como a sua autoridade e seu afeto com o filho. Constituída a sua aplicabilidade, o artigo se sustenta pela aplicação da responsabilidade civil em indenização por danos morais, nos casos em que o genitor, agindo culposamente, impede o outro de formar ou continuar a convivência com seus filhos, cuja relação, por si só, não garante um desenvolvimento salubre, mas cuja chance de desenvolvimento constitui um bem digno de tutela.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Parental. Responsabilidade Civil. Família. Criança e Adolescente.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo, buscar compreender os elementos relacionados ao presente tema, uma vez que o exercício do direito de convivência entre pais e filhos vai muito além da temática guarda e educação, envolvendo principalmente o afeto, o amor, o respeito, a dignidade, a participação e a presença constante durante o desenvolvimento dos filhos.

A Carta Magna de 1988 garante o direito de convivência entre pais e filhos, tendo a sociedade e o Estado o papel de garantidores de tal direito, inibindo o dano no exercício da autoridade parental, ou seja, quando o genitor guardião abusa deste direito com o intuito de prejudicar o ex-cônjuge, surge a figura da alienação parental, a qual tem foco em denegrir os pensamentos do filho alienado. Entretanto, deve-se ressaltar que o genitor não guardião também está sendo prejudicado, pois a sua dignidade como pessoa é violada.

Atualmente, a figura do genitor não guardião tem sofrido diversas sanções pelo fato corriqueiro do abandono afetivo, mas estas mesmas sanções, muitas

[1] Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADORA: Professora Mestre Clarissa Lopes Alende Sgarioni do Curso de Direito – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

vezes não são aplicadas ao genitor guardião, que constantemente obsta o direito do filho de conviver com o outro genitor. O impedimento de conviver com o genitor não guardião se torna muito mais grave e prejudicial para o filho quando comparado ao abandono, desta forma, esta conduta deve ser freada pela justiça, punindo o pai ou a mãe que pratica tal negligência, procedendo por uma indenização por danos morais e, com isso, até mesmo uma inversão da guarda.

A gravidade dessa negligência viola o direito de conivência do filho com o genitor não guardião, o princípio da proteção integral da criança garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, também, o princípio da afetividade cabendo, assim, uma justa reparação por danos morais e, se necessário, a inversão da guarda (BRASIL, 1990). A Alienação Parental, de acordo com a Lei nº 12.318/10, caracteriza-se pela interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, induzida por um dos genitores, causando prejuízos na manutenção de vínculos parentais (BRASIL, 2010). Hodiernamente, a Organização Mundial da Saúde - OMS, reconheceu a síndrome de Alienação Parental como uma doença, este termo foi criado em meados de 1980 pelo Psiquiatra Estadunidense Richard Gardner (MPPR, 2018).

Nesse sentido, o presente artigo, discorre sobre o direito de convivência entre pais e filhos, o qual, muitas vezes, é mitigado voluntariamente pelo detentor da guarda, quando este impede que o genitor não guardião não utilize deste direito com o filho. Este trabalho, trata, ainda, da aplicabilidade da responsabilidade civil em indenização por danos morais ao genitor que impede o outro de exercer a sua autoridade parental, a convivência familiar, dificultando que este preste a assistência integral ao filho, principalmente, a assistência afetiva, sendo uma questão prejudicial para o desenvolvimento sadio da prole.

2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS RELAÇÕES FAMILIARES

2.1 CONCEITO HISTÓRICO E PRINCÍPIOS

A família ao longo da história sofreu grandes evoluções, deixando sua estrutura patriarcal de lado, uma vez que antigamente o homem exercia o poder sobre a mulher e ela sobre os filhos, mas o conceito de família foi avançando e, atualmente, não se exerce mais o estilo de família patriarcal. Segundo Lôbo (2015, p.16):

> A família atual busca sua identificação na solidariedade (art. 3º, I, da Constituição), como um dos fundamentos da afetividade, após o individualismo triunfante dos dois últimos séculos, ainda que não retome o papel predominante que exerceu no mundo antigo. (LÔBO, 2015, p.16).

Atualmente, a forma correta sobre o instituto familiar é famílias no plural, ou Direito das Famílias, não sendo mais no singular, pois com a evolução e avanço da sociedade, hoje existem diversos tipos de família, tal como a família monoparental que é exercida somente por um dos genitores e seus filhos, ou a família anaparental, a qual não possui a figura dos pais, sendo os irmãos que a compõe responsáveis uns pelos outros (LÔBO, 2015).

ISBN 978-65-5629-077-5

A família é o primeiro agente socializador do ser humano, é considerada como a base da sociedade, sendo assim, tem uma atenção especial do Estado. Conforme o artigo 226 da Constituição Federal ela é descrita como um preceito constitucional (BRASIL, 1988). É por meio dela que o sujeito constrói uma identidade, uma futura família, e vive em sociedade. Em sua obra, Paulo Lôbo (2015, p.18) ensina que:

> Como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições, na expectativa de que saiba manter, como princípio fundador, o equilíbrio entre o um e o múltiplo de que todo sujeito precisa para construir sua identidade. (LÔBO, 2015, p.18).

No mesmo sentido, em consonância com Maria Berenice Dias (2020, p.42):

> A família é o primeiro agente socializador do ser humano. A família é uma construção cultural. Dispõe de estruturação psíquica, na qual todos ocupam um lugar, possuem uma função – lugar do pai, lugar da mãe, lugar dos filhos- sem, entretanto, estarem necessariamente ligados biologicamente. É essa estrutura familiar que interessa investigar e preservar em seu aspecto mais significativo, de um verdadeiro LAR: Lugar de Afeto e Respeito. (DIAS, 2020, p.42).

Diante do exposto, por mais que o conceito de família tenha sofrido diversas metamorfoses, esta instituição é algo que todas as pessoas querem ter, independente do seu gênero ou idade, ela é fundamental para o indivíduo viver. Ressalta-se que a sociedade se dá em torno da estrutura familiar e, por essa razão, ela recebe proteção do Estado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê em seu artigo 16 que a família tem proteção da sociedade e do Estado (ONU, 1948). Portanto, a família sempre estará presente, seja em sua origem patriarcal ou em sua origem do Direito de Famílias, ela é a base da sociedade.

2.1 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana é um preceito universal, um macroprincípio, sob qual se irradiam e estão contidos outros princípios e valores essenciais, como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a autonomia privada e a cidadania. Esse princípio não representa somente a atuação estatal, pois o Estado não tem apenas o dever de evitar a prática de atos que atentem à dignidade da pessoa humana, mas, também, deve promover condutas que garantam o mínimo existencial para cada pessoa.

A dignidade da pessoa humana é um valor nuclear da ordem constitucional, sendo considerada fundamental pela Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III. No direito de família, esse princípio representa um mecanismo de manutenção e proteção à família, conforme pensamento de VilasBôas (2010, s/p):

> No Direito de Família, o Princípio do respeito da dignidade da pessoa humana representa-se como mecanismo de manutenção e

ISBN 978-65-5629-077-5

> proteção à família e proteção à integridade dos membros desse grupo, a partir da condição de respeito e da manutenção dos direitos de personalidade. (VILAS-BÔAS, 2010, s/p).

Em virtude dos fatos mencionados, a dignidade da pessoa humana foi construída ao longo da história como valor supremo a ser respeitado. Tal perspectiva é compreendida a partir da análise de importantes documentos legislativos, como a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Sendo assim, o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares do direito de família, bem como no direito em geral é, sobretudo, um princípio ético que ao longo da história necessitou de proteção estatal. Portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana é de suma importância para o direito de família, principalmente no tocante ao infante, considerando-se que tal princípio visa à manutenção dos laços afetivos, os quais são essenciais para o adequado desenvolvimento da criança e do adolescente.

2.2 SOLIDARIEDADE FAMILIAR

A solidariedade é o que cada um deve ao outro, contém no seu próprio significado duas grandes expressões: fraternidade e reciprocidade. Ademais, tem caráter ético e moral, que se projetou para o mundo jurídico, isto significa que ela é um vínculo de sentimento limitado, racional guiado e que necessita de ajuda. A solidariedade cresce conforme sua importância, para Paulo Lôbo (2010, p.144):

No mundo antigo, o indivíduo era concebido apenas como parte do todo social; daí ser impensável a ideia de direito subjetivo. No mundo moderno liberal, o indivíduo era o centro de emanação e destinação do direito; daí ter o direito subjetivo assumido a centralidade jurídica, a partir de sujeitos abstratamente considerados iguais. No mundo contemporâneo, busca-se o equilíbrio entre os espaços privados e públicos e a interação necessária entre os sujeitos concretos, despontando a solidariedade como elemento conformador dos direitos subjetivos. (LÔBO, 2010, p.144).

Em regra, o princípio matriz da solidariedade está previsto na Constituição em seu artigo 3º, inciso I. A solidariedade familiar é a realidade e a norma, fato e direito. As pessoas vivem no ambiente familiar, não por submissão, mas, sim, por ter relações de afeto e responsabilidade. No direito de família, esse princípio, impõe deveres a esta instituição enquanto ente coletivo e a cada um de seus membros, individualmente. Para Paulo Lôbo (2010, p.148):

O princípio da solidariedade, no plano das famílias, apresenta duas dimensões: a primeira, no âmbito interno das relações familiares, em razão do respeito recíproco e dos deveres de cooperação entre seus membros; a segundo, nas relações do grupo familiar com a comunidade, com as demais pessoas e com o meio ambiente em que vive. Exemplo da dimensão externa é a responsabilidade dos pais em relação aos danos cometidos pelos filhos menores a terceiros, que evoluiu da responsabilidade civil subjetiva, fundada na comprovação de culpa dos primeiros, para a presunção de culpa e, finalmente, como se vê no art. 933 do Código Civil, para a responsabilidade objetiva. A crescente opção do direito para a responsabilidade objetiva responde à valorização da solidariedade social, com a

ISBN 978-65-5629-077-5

desvalorização correspondente da concepção individualista da culpa. (LÔBO, 2010, p.148).

Portanto, o sujeito convive em sociedade, no mundo público e privado, em que a solidariedade interage como um dever, tornando a pessoa mais humana com a convivência social. O princípio da solidariedade não é novidade no direito de família, nem nos demais ramos do direito. Sendo esse preceito fundamental e essencial em todos os âmbitos da vida, o qual é um valor protegido constitucionalmente, e ao ser violado é cabível o dano moral.

2.3 MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 227, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o qual se refere às garantias básicas dos menores, devendo ser resguardado com absoluta prioridade pela família, sociedade e Estado. Veja-se:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocálos a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, s/p).

Mencionado princípio também se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 4º e 6º, os quais demostram que o referido preceito é de suma importância (BRASIL, 1990). Paulo Lôbo (2009, p.53) leciona acerca do que vem a ser o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, confira:

> O princípio do melhor interesse significa que a criança – incluído o adolescente, segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança – deve ter seus interesses tratados com prioridade, pelo Estado, pela sociedade e pela família, tanto na elaboração quanto na aplicação dos direitos que lhe digam respeito, notadamente nas relações familiares, como pessoa em desenvolvimento e dotada de dignidade. (LÔBO, 2009, p.53).

Ademais, o efeito desse princípio representa uma grande mudança no que tange os direitos dos menores, pois a criança e o adolescente deixam de ser objetos de direitos, e passam a ser sujeitos de direitos com absoluta prioridade. Importante salientar que o princípio em epígrafe é um direito fundamental nas relações familiares e, quando houver conflitos de normas ou princípios, este deve ser considerado como prioridade à preservação do melhor interesse da criança e do adolescente. Nesse sentido, o artigo 3º da Lei nº 8.069/90 dispõe que:

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e

ISBN 978-65-5629-077-5

> social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, s/p).

Portanto, o referido princípio não exclui os direitos e interesses dos demais membros da família, uma vez que esta é responsável pelos cuidados da prole, devendo observar o melhor interesse dos infantes, pois as dissoluções conjugais podem acarretar consequências negativas para o menor envolvido, tal como a possibilidade da alienação parental. Ademais, quando ocorrer conflito em dois ou mais interesses, deve prevalecer o interesse da criança e do adolescente, pois estes se encontram em posição de vulnerabilidade e devem ter prioridade no que tange a sua proteção.

2.4 PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

O princípio da afetividade é um dos principais preceitos dentro do direito de família, é ele que fundamenta o referido direito. Também, esse princípio está implícito na Constituição Federal de 1988, uma vez que os fundamentos de consagração do princípio da afetividade estão nas demais bases constitucionais, tais como: a dignidade da pessoa humana no artigo 1º, III e a solidariedade no artigo 3º, I, ambos da Carta Magna, e dentre outros que se encontram no Código Civil.

Apesar da falta de sua previsão expressa na legislação, percebe-se que a sensibilidade dos juristas é capaz de demonstrar que a afetividade é um princípio do ordenamento jurídico brasileiro. O significado de afeto quer dizer interação ou ligação entre pessoas, podendo ser positivo ou negativo. O afeto positivo, por excelência, é o amor; o negativo é o ódio. Obviamente, ambos estão presentes nas relações familiares. A relação ou sentimento de afeto não é somente um laço que envolve os integrantes de uma família é, também, um meio externo de humanidade em cada família.

O princípio da afetividade trouxe algumas consequências no ordenamento pátrio, dentre as primeiras, tem-se a contribuição para o reconhecimento jurídico da união homoafetiva, ou como expressa Maria Berenice Dias (2020): a entidade familiar, conforme informativo 625 do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2011). A segunda consequência advinda desse preceito é a possibilidade de reparação por danos em decorrência do abandono afetivo, veja a jurisprudência acerca do tema:

> APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR ABANDONO AFETIVO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO RÉU. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Autora que não busca reparação por desamor do genitor, mas sim em decorrência de negligência caracterizada pela inobservância de deveres de convívio e cuidado que fazem parte do poder familiar e que consistem em expressão objetiva do afeto. Doutrina majoritária que admite a possibilidade de indenização pelo abandono afetivo. Entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp nº 1.159.242/SP, neste sentido. MÉRITO. Elementos presentes nos autos que deixam clara a indiferença e negligência do genitor com relação à menor, diagnosticada como portadora de transtorno do espectro autista. Residência em municípios distintos e participação

ISBN 978-65-5629-077-5

> dos avós paternos na vida da menor que não exime o dever de convivência do genitor, a ser prestado dentro de suas possibilidades. Prova testemunhal e laudo psicossocial produzido nos autos que bem caracterizaram o abandono afetivo e a negligência do genitor. Indenização por danos morais arbitrada em R$ 30.000,00 que é adequada para compensar o dano suportado no caso em tela, observada ainda sua finalidade pedagógica. Sentença confirmada. Sucumbência recursal do réu. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (v.32141). Apelação Cível n. 10020890320188260566 SP 100208903.2018.8.26.0566. (SÃO PAULO, Tribunal de Justiça, 2019).

A terceira e última consequência é a parentalidade socioafetiva, a qual surge como uma nova forma de parentesco, sendo o vínculo de parentalidade considerado tanto quanto o biológico, consagrando o ditado popular de que pai é quem cria. Parte da jurisprudência passou a ponderar que deve ser levado em conta a determinação do vínculo filial, ao lado das verdades registral e biológica.

Conclui-se, portanto, que parte da doutrina e da jurisprudência nacionais entendem ser possível o reconhecimento da multiparentalidade e que a afetividade influencia nisto.

3 DIREITO À CONVIVÊNCIA DO FILHO COM OS PAIS

O direito de convivência se encontra escasso, o qual também é conhecido e chamado de direito de visitas, uma expressão errônea a se falar. Esse direito não deve ser limitado, não deve se restringir apenas à visitação, pois a convivência dos pais com o filho é essencial para o seu desenvolvimento e crescimento, principalmente quando se trata de emoções e abalo psicológico pelo rompimento da relação entre os genitores. O fato é que o direito de convivência deve ser observado como preferência, o ilustre princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, ao invés de reger visitas, deve estabelecer meios de convivência harmoniosa, visto que sem a presença do genitor não guardião não há proteção integral possível.

O supracitado princípio, não é assegurado somente aos pais, é também direito dos filhos de conviver com os seus genitores, de ter vínculo paterno e materno-filial, é ao filho que deve ser resguardado o direito de conviver com o genitor que não mantém relações cotidianamente, e é dever daquele que detém a guarda assegurar tal direito. Para Maria Berenice Dias (2020, p.389):

> Trata-se de direito da **personalidade,** na categoria do **direito à liberdade,** pelo qual o indivíduo, no seu exercício, recebe as pessoas com quem quer conviver. Funda-se em elementares princípios de **direito natural,** na necessidade de cultivar o **afeto,** de firmar os vínculos familiares à subsistência real, efetiva e eficaz. (DIAS, 2020, p.389, grifo nosso).

Previsto no Código Civil (CC) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito à convivência com os filhos é um dos deveres do poder familiar, bem como exercer a guarda destes, seja ela unilateral ou compartilhada, cuidar da criação e da educação dos filhos, conforme estabelece o artigo 1.634, I e II do CC.

ISBN 978-65-5629-077-5

Isso, conforme artigo 1.631 do CC, é obrigação de ambos os genitores, mesmo que na dissolução do relacionamento. No caso de guarda unilateral, somente um dos pais tem o direito de conviver com o filho, mas ao genitor não guardião é assegurado o direito de visitas, veja o que dispõe o artigo 1.589 do Código Civil:

> Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. (BRASIL, 2002, s/p).

A falta de convívio pode gerar danos no desenvolvimento saudável e pleno do filho, o dever de visita fica exclusivamente à mercê da vontade do genitor não guardião, a escolher dia, hora e periocidade para visitar os filhos. Na maior parte das vezes, há impedimento por parte daquele que detém a guarda, o qual obstrui o direito de visita do outro genitor, seja por mero aborrecimento, por vingança ou pelo inadimplemento da obrigação alimentar.

A omissão de conviver com o filho gera dano suscetível de ser indenizado e a negligência, neste caso, justifica o abandono efetivo e, também, a perda do poder familiar. Segundo Maria Berenice Dias (2020, p.400): "A possibilidade de reparação por danos, por meio da responsabilidade civil, se dá pelo descumprimento do dever objetivo de cuidado, expresso na Constituição da República, no Código Civil no ECA.".

O ato ilícito se caracteriza pela omissão do dever de cuidar, previsto tanto na Carta Magna quanto no Código Civil. A alienação parental, pode trazer um ''falso abandono afetivo'', se não for analisado com profundidade o assunto. Vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça na Resp sobre a aplicação de indenização nos casos de abandono afetivo, veja-se:

> CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o *non facere*, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia de cuidado importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes

ISBN 978-65-5629-077-5

> por demandarem revolvimento de matéria fática não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido. Resp n. 1159242 SP 2009/0193701-9. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, 2012).

Em vista dos argumentos apresentados, de acordo com Buosi (2012, p.57): "[...] uma formação psicossocial adequada a uma criança é influenciada sem sombra de dúvidas pelo bom relacionamento e exercício das funções parentais a ela direcionada.". Nesse sentido, a autora esclarece a ideia de que a convivência familiar é influenciada pela alienação parental, uma vez que o direito de convivência quando negligenciado, pode gerar danos ao filho, à dignidade humana do infante que ainda está em estágio de desenvolvimento, sendo assim, este direito merece reparação civil.

4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA: CONCEITO E ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil é aplicada quando há a configuração de um ato ilícito, que cause danos ou prejuízo a outrem. Para sua aplicabilidade são necessários três elementos: culpa, nexo de causalidade e dano. Não há responsabilidade civil sem dano, pois este retrata o prejuízo sofrido pela vítima, sem dano não há indenização, pode até ocorrer sem culpa, mas o dano é requisito essencial deste instituto. O dolo constitui uma violação do dever jurídico com o objetivo de prejudicar alguém. Trata-se da ação ou omissão voluntária mencionada no artigo 186 do Código Civil. Em resumo, reitera-se que, estando presente o dolo, a indenização deve ser paga integralmente pelo agente.

Existem três elementos que caracterizam a culpa: o primeiro é a conduta voluntária com resultado involuntário; o segundo é a previsão ou previsibilidade; e o terceiro é a falta de cuidado, cautela, diligência e atenção. Deve-se retirar da culpa o elemento intencional, que está presente no dolo. Em uma visão subjetiva, a culpa é relacionada com os seguintes modelos jurídicos: imprudência, imperícia e negligência. Nesse entendimento, o Professor e Doutrinador Flavio Tartuce (2018, p. 423) esclarece que:

> A Responsabilidade Civil surge em face do descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra estabelecida em um contrato, ou por deixar determinada pessoa de observar um preceito normativo que regula a vida. (TARTUCE, 2018, p.423).

Nesse sentido, a responsabilidade civil compreende um conjunto de ações que visam à proteção no caso de descumprimentos obrigacionais e preceitos normativos de forma mais complexa, o que a torna mais abrangente, portanto, sendo possível indenização. Salienta-se que a responsabilidade civil é dividida pela doutrina em responsabilidade civil subjetiva e objetiva, acerca deste assunto, Gagliano e Pamplona Filho (2015, p.57) ressaltam que:

ISBN 978-65-5629-077-5

> A responsabilidade civil subjetiva é a decorrente de dano causado em função de ato doloso ou culposo. Esta culpa, por natureza civil, se caracterizará quando o agente causador do dano atuar com negligência ou imprudência. As teorias objetivistas da responsabilidade civil procuram encará-la como mera questão de reparação de danos, fundada diretamente no risco da atividade exercida pelo agente. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p.57).

Ainda, conforme Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2015, p.54), a Responsabilidade Civil tem raízes históricas no Direito Romano, veja-se:

> De fato, nas primeiras formas organizadas de sociedade, bem como nas civilizações pré-romanas, a origem do instituto está calcada na concepção de vingança privada, forma por certo rudimentar, mas compreensível do ponto de vista humano como lídima reação pessoal contra o mal sofrido. É dessa visão do delito que parte o próprio Direito Romano, que toma tal manifestação natural e espontânea como premissa para, regulando-a, intervir na sociedade para permiti-la ou excluí-la quando sem justificativa. Trata-se da Pena de Talião, da qual se encontram traços na Lei das XII Tábuas. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2015, p.54).

Entretanto, esse fenômeno jurídico decorre da conflituosa convivência do homem em sociedade, o qual, desde o século passado, busca punir uns aos outros e, tratando-se de Direito Civil, busca a punição como meio de reparação e indenização.

Nesse viés, a responsabilidade civil está pautada em princípios e teorias que a norteia. No Brasil, a teoria do risco é a mais usada, pois esta é aplicada quando alguém exerce uma atividade criadora de perigos, devendo responder pelos danos que causar a outrem. Será adotada essa teoria quando estiver presente os seguintes aspectos: atividade danosa a terceiro e casos específicos em lei.

Portanto, a responsabilidade civil está pautada no prejuízo causado a outrem, fator que gera dano e é passível de indenização.

3.2 DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A Alienação Parental, de acordo com a Lei nº 12.318/10, caracteriza-se pela interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, induzida por um dos genitores, causando prejuízos na manutenção de vínculos parentais. Considerada como a Síndrome de Alienação Parental (SAP), esta traz prejuízos no âmbito familiar, principalmente no bem-estar e desenvolvimento da relação afetiva dos filhos com os pais.

Há uma constância de alienação nos casos em que há o rompimento da relação amorosa entre os pais, uma vez que o fruto desta relação gerou um filho, o qual sofre alienação por parte do genitor guardião, acarretando prejuízos para o seu desenvolvimento sadio. Conforme Buosi (2012, p.56), a origem da síndrome de alienação parental:

ISBN 978-65-5629-077-5

> [...] ocorre exatamente no momento em que a mãe percebe o interesse do pai em preservar a convivência afetiva com a criança, e a usa de forma vingativa perante ressentimentos advindos da época do relacionamento ou da separação, programando o filho a odiar e rejeitar o pai sem nenhuma justificativa plausível. (BUOSI, 2012, p.56).

Dessa forma, no âmbito do direito de família, os casos de alienação parental têm aumentado, impossibilitando que o filho e o genitor não guardião convivam de forma saudável e construam uma relação afetiva, amigável, paterna ou materna. A alienação parental viola o princípio da proteção integral à criança, como previsto no caput do artigo 227 da Constituição Federal, o qual dispõe que o Estado, a família e a sociedade tem a obrigação de proporcionar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar, bem como protegê-la de todas as formas de violência, entre elas a psicológica (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a alienação parental poderá:

> [...] causar danos de duas ordens, a depender do contexto e que ocorra: (i) caso já esteja estabelecido vínculo afetivo consistente entre pai e o filho, vítimas das condutas maliciosas do outro genitor, haverá dano consistente na impossibilidade de continuação deste convívio saudável; (ii) caso a alienação parental se dê desde os primórdios do relacionamento entre pai e filho, impossibilitando que sequer haja criação de vínculo afetivo, serão eles vítimas da perda da chance de desenvolver convívio parental-filial (JAFET, 2016, p.42).

Nesse liame, sabendo que a alienação parental engloba o direito de família e a responsabilidade civil, torna-se importante compreender cada um destes institutos, desdobrando o papel inerente à proteção da criança, sobretudo no que tange à dignidade humana.

Mesmo com a evolução do direito de família, no que tange o rompimento do relacionamento dos pais, ainda se tem o pensamento de que a criança deve permanecer na companhia da mãe, proporcionando ao pai, muitas vezes, apenas o direito de visita.

Hodiernamente, há diversos casos de alienação parental constatados mesmo com a guarda compartilhada, transformando o que era para ser bom e harmonioso entre pais separados e filhos em um ambiente prejudicial para o desenvolvimento da criança e do adolescente, uma vez que o alienante faz questão de criar, inventar e implantar mentiras e ideias falsas sobre o genitor não detentor da guarda, tudo isto para prejudicar o ex-companheiro. Contudo, a pessoa mais prejudicada nessa situação é o filho do casal.

3.3 A RESPONSABILIDADE CIVIL NA ALIENAÇÃO PARENTAL

Em síntese, quando ocorre a prática de alienação parental, o alienante está lesando vários direitos, tanto do filho quanto do alienado, além disso, está descumprindo suas obrigações em relação à autoridade parental.

ISBN 978-65-5629-077-5

O alienante quando pratica os atos de alienação que visam prejudicar o alienado, com falsas informações, denegrindo sua imagem e violando seus direitos em face do poder familiar, prejudica também o filho que está sendo alienado e, consequentemente, o seu desenvolvimento. Diante disso, a prática de alienação parental gera o dever do alienante de reparar os danos sofridos pelas vítimas, podendo responder na esfera civil e, quando houver necessidade, na esfera criminal.

A responsabilidade civil está prevista no Código Civil, nos artigos 186 e 187, veja:

> Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. (BRASIL, 2002, s/p).

Complementando, o artigo 927 do mesmo códex dispõe que: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.". Assim, as condutas que o alienante pratica em face ao filho e do alienado, configuram ato ilícito podendo gerar danos às vítimas, dessa forma, o alienante poderá ser responsabilizado por danos morais, nos termos dos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.

Cabe salientar, que a conduta praticada pelo agente alienante, além de configurar ato ilícito gerador de danos por tentar afastar o filho do alienado, configura, também, um abuso de direito nos moldes do artigo 187 do Código Civil, uma vez que o alienante exerce os limites da sua autoridade parental. Nesse sentido, veja o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 12.318/10:

> Art. 3. A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010, s/p).

O dispositivo supracitado declara que a alienação parental constitui abuso moral contra a criança e o adolescente, bem como resulta no descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental, deste modo, se o crime de alienação constitui dano moral como consequência, faz-se necessário indenizar as vítimas, as quais são a criança, ou o adolescente, e o genitor não guardião, o alienado. Ademais, nesse sentido, veja o julgamento do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul:

> APELAÇÃO CÍVEL–AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS–ALIENAÇÃO PARENTAL PRATICADA PELO PAI EM RELAÇÃO À GENITORA–PRESCRIÇÃO AFASTADA– MATÉRIA PRECLUSA–EX-MARIDO QUE REALIZOU VÁRIOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA SEM FUNDAMENTAÇÃO CONTRA A GENITORA–PROVAS CONTUNDENTES NOS AUTOS–DANOS

ISBN 978-65-5629-077-5

> CAUSADOS À GENITORA E À FILHA– QUANTUM INDENIZATÓRIO–FIXADO EM R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) –INVERSÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA–APELO PROVIDO. A prescrição foi matéria objeto de decisão saneadora nos autos do processo, contra a qual não houve interposição de recurso por nenhuma das partes, de modo que se operou a preclusão consumativa quanto a tal ponto, não cabendo mais ao magistrado pronunciar-se quanto ao tema em nenhum grau de jurisdição, sob pena de ferir-se o princípio da segurança jurídica. Verificada a prática de atos de alienação parental pelo apelado, os quais geraram prejuízos de grande monta a filha e danos morais à sua genitora, verificam-se os danos morais. In casu, tem-se que R$ 50.000,00 constitui "quantum" capaz de compensar os efeitos do prejuízo moral sofrido, bem como de inibir que o requerido torne-se reincidente, atendendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Prescrição afastada. Recurso provido. Apelação Cível n. 08272991820148120001 MS 0827299-18.2014.8.12.0001. (MATO GROSSO DO SUL, Tribunal de Justiça, 2018).

Verifica-se a partir da jurisprudência citada, que as ações de indenização por danos morais e/ou materiais vêm como uma forma de amenizar o mal que é causado pela alienação parental. Esse ressarcimento não compreende um efetivo combate, uma vez que, quando do início da prática dessa conduta, o alienante muito provavelmente não está preocupado com a futura responsabilização que pode vir a sofrer. No entanto, serve de precedente para coibir ações futuras, fazendo com que o alienante pense nas consequências antes de alienar o filho, assumindo a função de enfraquecer e prevenir a prática da alienação parental.

4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL COM APLICAÇÃO DE DANOS MORAIS

4.1 DA POSSIBILIDADE DE DANOS MORAIS FRENTE AOS ATOS DO ALIENANTE

As condutas do genitor alienante/alienador conforme Silva (*apud* BUOSI, 2012, p. 80) é compreendida como:

> O discurso verbal do genitor alienador é sempre no sentido de que está pensando no melhor para seu filho, em seus interesses e em tudo que possa fazer para sentir-se melhor. Assim, quando não se faz uma análise mais aprofundada da situação, as verbalizações levam a crer que ele está realmente preocupado em manter seu filho próximo ao genitor. Entretanto, ao avaliar a situação de forma mais focal, percebe-se que se trata de mero discurso para continuar manipulando a situação de controle, e que os comportamentos não são compatíveis com o que está sendo dito. (SILVA *apud* BUOSI, 2012, p.80).

Neste enfoque, verifica-se que, muitas vezes, o maior responsável pela Síndrome de Alienação Parental no filho é o genitor guardião. François Podevyn

ISBN 978-65-5629-077-5

(*apud* BUOSI, 2012, p.80) um renomado teórico, responsável por difundir a síndrome na Europa, lista algumas características para reconhecer o genitor alienador, veja:

> O esquecimento'' de avisar os compromissos da criança em que a outra parte seria importante, tais como consultas medicas, reuniões escolares, competições e festas, e posteriormente ficar mencionando a criança a ausência do genitor pelo fato de não se importar com ela; Não repassar os recados deixados à criança; Ficar em contato telefônico insistente durante o período em que a criança está com a outra parte; Dizer que se sente abandonado (a) e sozinho (a) quando a criança sai de casa; Querer realizar o programa preferido da criança exatamente no dia de visita do outro genitor; Apresentar o (a) namorado (a) aos filhos como seu novo pai ou nova mãe; Ridicularizar todos os presentes que foram dados pelo ex-cônjuge, dentre outros comportamentos que visem denegrir o genitor alienado. (PODEVYN *apud* BUOSI, 2012, p.80)

Percebe-se, diante da citação acima, que a alienação parental contribui para o desenvolvimento não saudável da criança e do adolescente, devendo ser analisado com profundidade os casos de rompimento da relação conjugal, tendo em vista que esta pode acarretar a responsabilidade civil e gerar danos irreparáveis ao infante e ao genitor que não detém a guarda. Sendo assim, há que considerar a possibilidade de reverter essa situação, punindo pedagogicamente os casos irreversíveis em que o filho já foi manipulado.

Conforme analisado, é notório que deve haver indenização por danos morais nos casos em que a alienação parental está presente, prejudicando todos na relação, inclusive o filho que é o mais afetado. Durante a decorrência da alienação parental, esta pode gerar a responsabilidade civil, a qual deve ser analisada pelo Judiciário com mais cautela. Nesses casos, o juiz deve primeiramente analisar a ocorrência dos danos sofridos, ou seja, o resultado que não foi alcançado, diante da prática de um ato ilícito do alienante.

A conduta ilícita caracterizada pela prática da alienação parental, como já exposto, fere imensuráveis direitos, dentre eles estão os direitos tutelados no artigo 5º, incisos V e X da Constituição Federal, veja:

> V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 1988, s/p).

De acordo com os dispositivos acima, os atos ilícitos deverão ser reparados e a reparação do dano deverá ser proporcional ao agravo, sendo assegurado o direito à indenização por dano material ou moral. No tocante à prática de alienação parental, também há princípios constitucionais lesados, em destaque, tem-se o princípio da dignidade da pessoa humana que deve ser preservado de modo geral e inclusive no âmbito familiar. Dentro dessa ótica, o alienante tem o dever de reparar os danos causados às vítimas, veja o julgado sobre o assunto em comento:

ISBN 978-65-5629-077-5

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ALIENAÇÃO PARENTAL. DANOS MORAIS. Merece mantida a sentença que determina o pagamento de indenização por danos morais da apelante em relação ao autor, comprovada a prática de alienação parental. Manutenção do quantum indenizatório, uma vez que fixado em respeito aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade. Apelação cível desprovida. Apelação Cível n. 70073665267. (RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça, 2017).

A decisão acima, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, não reconheceu a apelação e manteve a sentença que imputa ao alienante o dever de indenizar o alienado por danos morais, visto que restou comprovada a prática da alienação parental. Por todo o exposto, é inegável que o alienante deve sim reparar os danos que causar as vítimas da alienação, sendo este dano passível de indenização.

5 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se confirmar que, caso preenchidos os requisitos da responsabilidade civil, aquele que pratica a alienação parental contra seu filho e contra seu ex-parceiro, genitor do menor, deve ser civilmente responsabilizado pelos danos causados a ambas as vítimas, tornando a obrigação de indenizar em um preceito jurídico, o qual é pedagógico e preventivo, de combate à alienação parental.

A conduta do genitor alienante, fere diversos princípios constitucionais e do direito de família, assim, diante de todo o exposto, depreende-se que a reparação no caso de danos morais também apresenta caráter compensatório, uma vez que não há como reparar completamente os males sofridos pelas vítimas. Ademais, a indenização possui, igualmente aos outros tipos, um caráter punitivo, sancionando pecuniariamente o alienador.

Em virtude dos fatos mencionados, a aplicabilidade da responsabilidade civil tem caráter preventivo e pedagógico, o qual é o mais importante, sendo este um alerta à sociedade, em razão das sanções impostas ao alienante na seara do direito de família, reprimindo a prática da alienação parental por parte de outros pais ou parentes em seus núcleos familiares. Ademais, a obrigação de indenizar imposta ao alienante pode se tornar um método mais eficiente e eficaz de se combater a alienação parental que os métodos previstos na Lei nº 12.318/2010.

Dessa forma, ao impor que o genitor alienante indenize o genitor alienado e o filho, em decorrência dos danos sofridos pela alienação parental, tal prática ilícita poderá diminuir, pois com a aplicação do instituto da responsabilidade civil nestes casos, a obrigação de indenizar, possivelmente, tornar-se-á um método preventivo e pedagógico de combater a alienação parental.

REFERÊNCIAS

Direito Civil: Famílias. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm.>. Acesso em: 21 ago. 2020.

Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/universaldeclaration-human-rights/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2020. RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça. **APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO** INDENIZATÓRIA. ALIENAÇÃO PARENTAL. DANOS MORAIS. AC **70073665267 RS**. Rel.: Jorge Luís Dall'Agnol. Oitava Câmara Cível. Julgamento: 20.07.2017. Disponível em: <https://tjrs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/480555451/apelacao-civel-ac-70073665267rs?ref=serp>. Acesso em: 09 set. 2020.

Princípio da solidariedade familiar. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, p.144, out./nov., 2010. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/78.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1159242 SP 2009/0193701-9**. Rel.: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma - Julgamento: 24.04.2012. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/865731390/recurso-especialresp-1159242-sp-2009-0193701-9?ref=serp>. Acesso em: 09 set. 2020.

Supremo Tribunal Federal. **Informativo STF 625**. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo625.htm>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm.>. Acesso em: 5 set. 2020.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental:** Uma interface do Direito e da Psicologia. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** Responsabilidade Civil**.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JAFET, Danilo Haddad. **Hipóteses de aplicação da teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance no direito de família**. 2016. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/1/2016_01_0019_0054.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Famílias.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATO GROSSO DO SUL, Tribunal de Justiça. **APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AC - 0827299-18.2014.8.12.0001 MS 0827299-18.2014.8.12.0001**. Rel.: Des. João Maria Lós. 1ª Câmara Cível. Julgamento: 03.04.2018. Disponível em: <https://tjms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/824427950/apelacao-civel-ac-8272991820148120001-ms-0827299-1820148120001?ref=serp>. Acesso em: 09 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Alienação parental:** OMS inclui Síndrome da Alienação Parental na classificação mundial de doenças**.** 2018. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2018/08/22/ALIENACAOPARENTAL-OMS-inclui-Sindrome-da-Alienacao-Parental-na-classificacaomundial-de-doencas.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-dasnacoes-unidas>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. **APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR ABANDONO AFETIVO. AC 1002089-03.2018.8.26.0566 SP 100208903.2018.8.26.0566**. Rel.: Viviani Nicolau. 3ª Câmara de Direito Privado. Julgamento: 28.11.2019. Disponível em: <https://tjsp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/912318921/apelacao-civel-ac-10020890320188260566-sp-1002089-0320188260566?ref=serp>. Acesso em: 09 set. 2020.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: **Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **A importância dos Princípios Específicos do Direito das Famílias.** 2010. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/615/A+import%C3%A2ncia+dos+Princ%C3%ADpios+Espec%C3%ADficos+do+Direito+das+Fam%C3%ADlias>. Acesso em: 15 set. 2020.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

COLABORAÇÃO PREMIADA: ALEGAÇÕES FINAIS E O DIREITO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO

TURN STATE'S EVIDENCE: FINAL ALLEGATIONS AND THE RIGHT TO FULL DEFENSE AND THE PRINCIPLES OF ADVERSARY.

Maria Helena Casagrande[1]
Kátia Rejane Stürmer Alves de Oliveira [2]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o momento de apresentação das alegações finais, nos crimes abrangidos pela Lei de Organização Criminosa (Lei nº. 12.850/2013), quando existente a delação premiada, a fim de que sejam obedecidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. Isso porque a apresentação concomitante de alegações finais por réus delatores e outros réus poderia acarretar uma violação aos mencionados princípios constitucionais, já que impossibilitaria os réus comuns de se manifestarem sobre as alegações finais produzidas pelos réus delatores. A metodologia utilizada na produção deste artigo pautou-se em pesquisas bibliográficas e legislativas, a partir da norma jurídica e de artigos já publicados, essencialmente na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos de n° **166373.**

PALAVRAS-CHAVE: Colaboração premiada. Alegações finais. Ampla defesa e contraditório. Lei de Organização Criminosa.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the moment of presentation of the final allegations, in the crimes covered by the Criminal Organization Law (Law No. 12,850 / 2013), when the winning sentence exists, in order to obey the principles of the adversary and the broad defense. This is because the concomitant presentation of final allegations by informing defendants and other defendants could result in a violation of constitutional principles, since it would make it impossible for ordinary defendants to speak out about the final allegations made by the informing defendants. The methodology used in the production of this article was based on bibliographic and legislative research, based on the legal norm and articles already published, essentially in the decision issued by the Supreme Federal Court, in the records of No. 166373.

[1] Acadêmica do curso de direito do Centro Universitário Univel.
[2] Professora do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Possui graduação em Direito pela União Educacional de Cascavel (2000) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1995). Pós-graduada pela Escola da Magistratura - Núcleo de Cascavel (2002). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela UEL - Universidade Estadual de Londrina (2007) e Créditos de Mestrado em Direito Econômico e Sócio-Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atuou, entre os anos de 2007 e 2008, como Coordenadora do Curso de Direito da União Educacional de Cascavel, e, entre os anos 2009 e 2012, como Coordenadora do PROCON de Cascavel. Atualmente, é professora da Univel e advogada em Cascavel. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal.

ISBN 978-65-5629-077-5

KEYWORDS: Turn State's Evidence. Final Allegations. The Right To Full Defense And The Principles Of Adversary. Criminal Organization Law.

1. INTRODUÇÃO

O estímulo à assistência do acusado com o Estado no processo penal compõe um fenômeno hodierno no sistema brasileiro. No contexto normativo, a priori, verifica-se somente em meados da década de 80, que a confissão, como primeiro instituto cujo fim é o incentivo ao acusado à autoincriminação. Posteriormente leis esparsas retrataram um novo instituto que se denominou na década de 90, de "delação premiada", que relata maiores benefícios e maiores exigência retratando de colaboração. Em analogia a realidade contemporânea, o legislador institui em 2013 o instituto da colaboração premiada.

Pretende-se com este projeto ao definir o objeto, sob a luz da configuração da Lei da Organização Criminosa (12.850/13), por esta ser mais especializada no assunto. Dessa forma, no entanto, o dispositivo da colaboração premiada foi omisso quanto a apresentação de alegações finais no processo ordinário. Por conseguinte, a ordem segue o previsto no art. 403 do Código de processo Penal (Decreto-lei nº3.689,1941), estabelece que acusação apresentará as alegações finais e posteriormente os réus terão seu prazo concomitante.

É notório que esse procedimento acarreta em uma violação direta ao principio da ampla defesa e do contraditório presente no art. 5° inciso LV da Constituição Federal (CF/88) em casos que os réus apresentam suas alegações finais antes dos réus colaboradores. De outro modo, embora o colaborador ora acrescentado na esfera de réu, este da mesma forma imputa aos outros acusados, bem como, dessa maneira a argumentação daqueles que não estabeleceram convenção de colaboração, necessitam ter conhecimentos sobre a argumentação dos réus colaboradores, em particular em alegações finais, para que possam apresentar sua defesa de forma ampla, podendo protestar aos argumentos dos acusadores.

Diante das informações supracitadas, buscar-se-á compreender os elementos relacionados ao presente tema, as alegações finais, deveras, estabelecem um ápice na instrução processual. A instrução criminal se compreende em preparar o provimento final. Exclusivamente se finaliza com a apresentação de alegações pelos membros do contraditório, julgando as provas e retirando do seu âmbito esclarecimentos mais convenientes a situação da parte, desempenham com totalidade a capacidade de influenciar no convencimento do juiz. Portanto, exsurge a importância, nas possibilidades de colaboração premiada, ao se garantir ao acusado delatado o direito de somente apresentar suas alegações finais após as alegações finais do acusado colaborador.

2 DELAÇÃO PREMIADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

2.1 PRECEDENTES HISTÓRICOS

Quando se trabalha a questão relacionada à delação, inevitável a menção histórica do ocorrido durante o movimento da Inconfidência Mineira, na qual pessoa de Joaquim Silvério dos Reis, em 11/04/1789, escreveu uma carta de

ISBN 978-65-5629-077-5

delação ao governador de Minas Gerais, entregando o movimento em troca de vantagens pessoais, e que acabou ocasionando, entre outras coisas, a prisão e morte da pessoa de Tiradentes.

A delação e a confissão são institutos que caminham juntos no processo penal. Porém, durante muito tempo, nenhum desses institutos eram previstos na legislação penal pátria.

Desde a proclamação da independência do Brasil, em 1822, o Estado foi omisso em relação à confissão no ordenamento brasileiro. O primeiro Código Penal brasileiro, editado pelo Imperador Dom Pedro I, não previa qualquer incentivo, positivo ou negativo, à autoincriminação do acusado (BOTTINO, 2016, p. 3).

Nesta mesma perspectiva, tanto a edição pela regência trina permanente, em 29 de novembro de 1832, quanto a reforma do Código de Processo Criminal, realizada em 1841, não trouxe qualquer alteração nos regimes do interrogatório e da confissão.

Thiago Bottino (2017, p.4) afirma que a primeira legislação da republica que abarcava o tema "o Decreto 847, de 11 de outubro de 1890, que instituiu regras gerais sobre processo penal, incorporava o princípio da inviolabilidade da defesa", foi inspirado pelas ideias iluministas e almejava afastar a confissão como o meio de prova mais importante no processo penal.

Posteriormente, Getúlio Vargas, em 1930, no então governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, editou a consolidação das leis penais, também não dispondo sobre qualquer incentivo para que o acusado cooperasse com a parte acusatória. Contudo, com o advento da ditadura ocorreu a edição do Código Penal, em 1940, e do Código de Processo Penal, em 1941, sendo que, no primeiro, houve a previsão da confissão como circunstância atenuante, desde que o crime ainda não fosse imputado ao réu, como exemplificava:

> Art. 48. São circunstâncias que sempre atenuam a pena: [...] IV – ter o agente: [...] d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ignorada ou imputada a outrem. (BRASIL, 1940, P. S/N)

De outro modo, revela outra forma de manifestação do instituto. Que, segundo Bottino (2017), voltada a evitar erros judiciários e a reduzir os cursos do Estado na identificação de autoria de um crime de autor desconhecido. Assim, leciona Roberto Lyra:

> Não é necessária indagação sobre os móveis da confissão, concedendo-se a atenuante, quer o agente se apresente por temer a descoberta da autoria ou a sua justa imputação, quer pelo sincero arrependimento e pela ânsia de sofrer a reação defensiva da sociedade. (LYRA, 1955. p.382).

Por esse ângulo, a supracitada edição do código de processo penal, em um âmbito que os acusados respondiam em regime restritivo de liberdade ate a sentença, o réu ao confessar, poderia ser colocado em liberdade conforme art. 318 do referido código:

ISBN 978-65-5629-077-5

> Art. 318. Em relação àquele que se tiver apresentado espontaneamente à prisão, confessando crime de autoria ignorada ou imputada a outrem, não terá efeito suspensivo a apelação interposta da sentença absolutória, ainda nos casos em que este Código lhe atribuir tal efeito.

Nesta perspectiva pode se destacar o julgamento do habeas corpus:

> *Habeas corpus*. O art. 318 do Código de Processo Penal exige dois requisitos para sua incidência: confissão de crime de autoria ignorada ou que o crime haja sido imputado a outrem. O benefício do art. 318 está excluído para o confidente que logo após a prática do delito se acusa perante a autoridade. O crime praticado no caso dos autos não se cercou de nenhuma dúvida quanto à autoria, de tal modo que a apresentação mesmo espontânea do delinquente não representou auxílio, nos termos em que a lei o qualifica, à ação da polícia ou da justiça criminal. RHC 44831, STF, 3.ª T., rel. Min. Hermes Lima, j. 10.11.1967.

No caso supracitado, o acusado buscava obter o beneficio da liberdade por ter colaborado com a justiça ao confessar. Bottino (2016), afirma que a partir do habeas corpus supracitado, por mais que o réu era confesso, não era aplicado nos casos em que autoria era conhecida. Ou seja, de nada valia a colaboração. A partir dos artigos supracitados, pode se notar que a confissão constituía um caráter puramente acusatório, que tudo o que o acusado alegasse em seu depoimento iria ser usado contra este, e não como evidenciamos atualmente na evolução jurídica cujo instituto constitui um atenuante de pena.

Destarte que neste contexto ditatorial, possibilitou que o interrogatório assumisse a busca pela prova na pessoa do suspeito ou acusado. O código de processo penal sustentava-se nas afirmativas que (1) a transformação do interrogatório como primeiro ato processual (art. 394, CPP (LGL\1941\8) /1941, hoje com a redação alterada); (2) a dispensabilidade de presença de advogado no ato; e (3) a previsão de que o silêncio do acusado (ou seja, a opção por não cooperar com a parte acusatória) pudesse ser utilizado como elemento de convicção do juiz (art. 198, CPP (LGL\1941\8) /1941), evidenciando o objetivo do regime autoritário de transformar o interrogatório em meio de prova**.**

Evidencia-se que em 1984, ocorreu a reforma do código penal trazida pela lei 7.209/84 a qual trazia a nova parte geral do código penal, que a cooperação do acusado ao crime a ele imputado, ao contrario da lei anterior, era incentivada. Conforme redação ainda em vigência:

> Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) [...] d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

Evidencia-se que a lei dos crimes hediondos de 1990(Lei 8.072/90), originou o instituto da colaboração premiada. A partir desse dispositivo, surgiram

ISBN 978-65-5629-077-5

outras leis esparsas com modificações não tão significativas.[3] Por fim, o legislador, em 2013 reuniu em um único instrumento estas leis avulsas que constituíram a lei de organização criminosa como um crime autônomo, e de julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição Guilherme de Souza Nucci define o instituto:

> O instituto, tal como disposto em lei, não se destina a qualquer espécie de cooperação de investigado ou acusado, mas àquela na qual se descobrem dados desconhecidos quanto à autoria ou materialidade da infração penal. Por isso, trata-se de autêntica delação, no perfeito sentido de acusar ou denunciar alguém – vulgarmente, o dedurismo. (NUCCI, 2015. p. 40)

Diante dos pontos históricos, é possível verificar a evolução do instituto da confissão em relação ao tempo legislativo brasileiro.

2.2 INFLUENCIAS EXTERNA

Diante das informações supracitadas no âmbito interno jurídico que decorreu a origem da referida lei, é notório a importância da analise do instituto que se assemelha a colaboração premiada no sistema *comum low*: *plea bargain,* pratica tão corriqueira demonstrada constantemente no cinema norte americano. Erica do Amaral Matos (2018) afirma que Plea bargain, no Direito norte-americano, é o instituto que mais se assemelha à hoje conhecida delação premiada brasileira.

Nota-se, que no direito americano, o *Prosecutor* – em português, o representante do ministério público ou o promotor de justiça – tem determinada autonomia para oferecer as acusações, ou ainda, conceder o instituto antes de promover a ação. Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti Pereira explica que:

> Tem a liberdade de prosseguir com o processo, levando-o a julgamento com a possibilidade de aplicação de uma sanção máxima ou, então, pode oferecer um acordo ao réu para que ele confesse a prática do delito, em troca da retirada da ação penal e/ou cominação de uma pena mais branda. (PEREIRA, 2017, p.7)

Em analogia ao direito processual brasileiro, consoante a Rodrigo Sánchez Rios e a Renata Amaral Farias (2018), Ao representante da acusação é permitido: suspender o prazo prescricional de oferecimento da denúncia ou do processo no caso já iniciado, por até seis meses, prorrogáveis por igual período, a fim de aguardar o cumprimento dos requisitos estabelecidos para garantir a efetividade da colaboração; deixar de oferecer ação penal em relação a determinado colaborador, desde que ele não seja o líder da organização criminosa ou seja o

[3] Em nível de conhecimento: a Lei 7.492/1986 (LGL\1986\17), de crimes contra o sistema financeiro nacional; a Lei 8.072/1990 (LGL\1990\38), de crimes hediondos; a Lei 8.137/1990 (LGL\1990\43), que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; a Lei 9.613/1998 (LGL\1998\81), de lavagem de dinheiro; a Lei 9.807/1999 (LGL\1999\119), de proteção a vítimas e testemunhas; a Lei 11.343/2006 (LGL\2006\2316), de drogas; e, por fim, a atual Lei 12.850/2013 (LGL\2013\7484), de combate ao crime organizado

ISBN 978-65-5629-077-5

primeiro a realizar o acordo ; requerer o perdão judicial para o colaborador devido à relevância de sua contribuição para o caso.

Nesta mesma perspectiva, o acusado a fim de obter a seguridade de uma pena mais branda, renuncia, dessa maneira, o principio do devido processo legal, ao concordar com a justiça negocial denominada de *plea bargain.* Ainda neste âmbito, José Alberto Sartório de Souza sintetiza o instituto:

> O processo legal pelo qual o acusado renuncia a seu direito de ser submetido a julgamento, confessando sua culpa, em troca da redução da imputação que lhe é feita e/ou da pena a ser aplicada, ou de uma recomendação a ser dirigida pelo Ministério Público ao magistrado para atenuar a situação do réu, evitando, assim, a realização do processo. (SOUZA, p. 25)

O instituto em questão que inspira a normativa brasileira se equipara ao instituto pátrio em sua essência, como na indicação de acusado pela pratica de crimes ou a estrutura de associações criminais, tanto a arguição da confissão da parte colaboradora, tanto imputação por crimes menos graves. Além de, afastar o princípio do devido processo legal, ignora o direito de contraditório do acusado, cujo réu faz esse acordo, temendo ir a julgamento frente ao tribunal do júri, pois, segundo Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti Pereira, sozinha, é suficiente para sustentar um decreto condenatório contra o réu (2017). Dessa maneira, configura em uma troca de concessões processuais e judiciais pela declaração de culpa influenciando assim o sistema brasileiro na colaboração premiada.

Nesta perspectiva, Pereira (2017) afirma que a colaboração premiada desrespeita os já exaustivamente referidos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal tornando o instituto pátrio constitucional em decorrência ao principio da proporcionalidade, pois somente o referido instituto nacional detém o devido para obtenção de material probatório apto a desmantelar organizações criminosas.

Perante o exposto, esta síntese da *plea bargaining*, típica do direito norte-americano, frente à perspectiva do instituto da colaboração premiada no processo penal brasileiro, destaca-se a comparação em face aos princípios constitucionais norteadores deste último. Dessa maneira, sucede-se, a estabelecer as similaridades e as diferenças entre ambos, no intuito de demonstrar uma possível intensificação de práticas do *common law* no ordenamento jurídico pátrio.

2.3 A LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Nota-se, a partir das argumentações supracitadas que no "ordenamento jurídico brasileiro não existia uma norma que regulamentasse com precisão o crime organizado e tampouco que definisse e tipificasse o que seria uma organização criminosa" (COSTA, 2014 p.34).

Como forma de completar a esta fissura legislativa, a legislação brasileira em 2004 adotou em seu ordenamento jurídico o conceito consolidado pela Convenção das Nações Unidas (ONU) contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo). A Convenção das Nações Unidas foi a primeira a estabelecer a definição de Organização Criminosa no âmbito internacional. A

ISBN 978-65-5629-077-5

autora Luisa Soares da Costa define que a partir do artigo 2° a lei constitui a definição de crime organizado, e a autora assim estabelece:

> que crime organizado é aquele estruturado com três ou mais pessoas que atuam há algum tempo e que possuem o propósito de cometer uma ou mais infrações graves determinadas pela própria Convenção com o intuito de obter benefício econômico ou material (COSTA, 2014 p.34).

A lei de organização criminosa, instituída em 2013, sob o numero de 12.850 contem normas processuais e penais, os artigos que a constituem, "define organização criminosa e tipifica de forma autônoma o crime de promoção, constituição, financiamento e integração de organização criminosa". (VIANA, 2017. p.130)

A lei constituiu alteração no artigo 288 do Código penal, nos elementos subjetivos do tipo, o denominando de "associação criminosa" e em caráter de lei especial de "organização criminosa". Segundo a definição legal configura um tipo penal explicativo que em seu art. 1° §1° da lei 12.850:

> Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013).

É perceptível que a lei de organização criminosa editou o conceito que a convenção de Palermo em três aspectos importantes: o numero mínimo de agentes; diferenciando de três para no mínimo quatro agentes, a introdução do gênero infração penal, ao oposto de apenas crimes; e as penas máximas de tal maneira superior e não iguais, a quatro anos. Nesse sentido, verifica-se na Lei 12.850/13 certo apartamento do entendimento de "grupo criminoso organizado" previsto na Convenção de Palermo.

3 DELAÇÃO PREMIADA E OS PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS

3.1 O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA

A lei 12.850/13 como qualquer norma infraconstitucional, deve obedecer aos princípios que as regem. Diante disso são verificáveis no âmbito da lei os princípios a seguir.

Nota-se quanto ao principio da legitimidade, é perceptível que no art. 4°§ 2 que o acordo, consoante a Nicole pereira, tem o objetivo de concessão do beneficio de perdão judicial. Ademais quanto à legalidade, a autora supracitada considera que é violada a norma do art. 129, I da constituição federal, ao consagrar a titularidade do Ministério publico em relação à ação penal.

ISBN 978-65-5629-077-5

Verifica-se que estaria sendo mitigada ao se permitir que o delegado de policia ofereça o perdão judicial ao oferecer a colaboração premiada conforme dispositivo: "Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;".

Em contrapartida, a legitimidade do delegado pode ser amparada pelo art. 144, §4° da Constituição federa. Desta maneira, estabelece que esta autoridade tem a prerrogativa constitucional de dirigir as investigações em fase inquisitorial, podendo realizar diligências que entender úteis ou necessárias ao desvendar de uma infração penal.

Sob outra perspectiva, é verificável na referida lei os princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal. São mitigados, em face da previsão legal de que o representante do Ministério Público pode, assim como o Delegado de Polícia, oferecer o perdão judicial ao colaborador, conforme Art. 4º, § 2º, da Lei 12.850/13. Bem como ao fato de que o Promotor pode deixar de oferecer a denúncia Desde que atendidos os requisitos enunciados no art. 4º, § 5º, da Lei 12.850/13.

Igualmente, torna relativo o princípio da indisponibilidade da ação penal, pois, ao permitir que o Promotor ofereça o perdão judicial ao agente colaborador, Pereira afirma que "estaria selecionando aqueles para quem quer que a ação penal prossiga, e aquele a quem concede o beneplácito da não punibilidade". Dessa maneira ocorreria acidental situação de divisibilidade da ação penal, cuja perspectiva é vedada pelo principio da indivisibilidade da ação penal. Como elucida art. 48 do código de processo penal brasileiro: Art. 48. A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

O Artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal demonstra que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" demonstra a incidência do principio da inafastabilidade da jurisdição. A lei torna relativos à homologação do acordo de colaboração premiada e a concessão dos beneplácitos dele oriundos pelo magistrado. Ademais, em decorrência do devido processo legal o ordenamento brasileiro em seu art. 5°, LIV, da constituição garante a todos os acusados, e, ao contrario da *plea bargain* como foi tratada a priori, determina que o procedimento de persecução e julgamento sobre delitos devem, obrigatoriamente, ser submetidos à apreciação do Poder Judiciário.

Destaca-se em relação ao juiz da causa, a incidência do princípio do juiz natural Com previsão no art. 5º, XXXVII e LIII, da Constituição Federal, que retrata que XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção; LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente; Torna se efetivado, pois o mesmo juiz previamente constituído que homologa o acordo de colaboração passará ao julgamento do caso e atribuirá os benefícios ou não em sentença.

Ademais ao principio da imparcialidade do juiz segundo o artigo 4º, § 6º, da Lei 12.850/13, o juiz não irá participar da celebração do acordo restando somente homologá-lo para não formar uma convicção preexistente ao julgar o caso. Conforme elucida Frederico Valdez Pereira:

> A preservação da imparcialidade judicial recomenda que ao juiz se atribua, apenas, na fase preliminar, a tarefa de fiscalização

ISBN 978-65-5629-077-5

> sobre a observância das formalidades e da legitimidade do acordo, no sentido de verificar se foram atendidos, numa primeira análise, os pressupostos legais e observados os direitos e garantias dos arrependidos, em controle que se poderia chamar de externo.

Diante das informações supracitadas, é verificável que a referida lei, torna-se imprescindível para o estado de direito e contempla diversos princípios. Entretendo, verifica-se que é necessária uma revisão normatiza, pois vai além da exclusão de alguns princípios, indo à contraposição face a face, martirizando seus valores pétreos da carta magna que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro.

3.2 DELAÇÃO PREMIADA E CONTRADITORIO

"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". O texto retirado da constituição federal, em seu artigo 5°, inciso LV, retrata, o principio do contraditório e da ampla defesa. Inerentes ao Estado de Direitos.

O autor Canuto Mendes, define como a ciência bilateral dos atos e termos processuais e possibilidade de contrariá-los. Nesta mesma perspectiva, Mougenout, afirma que "representa uma garantia conferida as partes de que elas efetivamente participaram da formação da convicção do juiz." Constituindo assim o devido processo legal.

Nota-se que o principio do contraditório tem como característica que durante do processo cada ato resulta da participação ativa das partes. Isso não significa que cada ato deve ser comunicado as partes, mas sim que o juiz ouça as partes antes de proferir cada decisão, dando, dessa maneira, igual oportunidade para que se manifestem apresentando argumentos e contra argumento, para que influencie na convicção do juiz e não sofram os prejuízos que a falta desse acarretaria.

3.3 DELAÇÃO PREMIADA E AMPLA DEFESA

Nesta mesma perspectiva, o direito a ampla defesa tem seu significado, consoante a Capez (2016) em: "implica o dever de o estado proporcionar a todo acusado a mais completa defesa". Neste contexto também, assim como elucida Mongenout (2017):

> O princípio da ampla defesa consubstancia-se no direito das partes de oferecer argumentos em seu favor e de demonstra-los, nos limites em que isso seja possível. Conecta-se, portanto aos princípios da igualdade e do contraditório. Não supõe o princípio da ampla defesa uma infinidade de produção defensiva a qualquer tempo, mas ao contrário, que está se produza pelos meios e elementos totais de alegações e provas no tempo processual oportunizado por lei.

ISBN 978-65-5629-077-5

Mongenout (2017) ainda afirma que "a defesa pode ser exercida por meio da defesa técnica e também da autodefesa". A defesa técnica é indispensável no processo, constitui da figura do advogado nos artigos 261 a 264 do Código De Processo Penal. Ademais, a autodefesa é dispensável realizada pelo acusado, e tem por finalidade o direito de influir diretamente na formação da convicção do juiz. Além disso, do princípio supracitado, também decorre a obrigatoriedade de se observar a ordem natural do processo, ou seja, que a defesa se manifeste sempre em último lugar (salvo exceções).

O pacto internacional de direitos civil e políticos em seu art. 14, 3, d, demonstra a seguridade a toda pessoa acusada criminalmente pelo seu direito de defender-se pessoalmente e por meio de um defensor constituído ou nomeado, quando lhe faltar recurso.

4 A ORDEM DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS NOS PROCESSOS COM DELAÇÃO PREMIADA

4.1 A PROBLEMÁTICA ENVOLVENDO A ORDEM DE APRESENTAÇÕES DAS ALEGAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, é notável que exista uma ordem taxativa a ser respeitada no processo penal. Entretanto, a partir do momento que o réu delator realiza o acordo de colaboração com o Ministério Público, ele passa a corroborar com a acusação. Pois neste momento, seu papel nas alegações não é se defender, mas sim, provar que suas arguições são verdadeiras. Logo, o réu (ou réus) passa a se defender de mais lados conforme elucida o Ministro Ricardo Lewandowski:

> "[n]a colaboração premiada, o réu delator adere à acusação, em troca de um benefício acordado entre as partes e homologado pelo julgador natural, nos termos da Lei 12.850/2013. Ou seja, o delator, em regra, presta contribuições à persecução penal, incriminando eventuais corréus." (Rel. para Acórdão o Min. Ricardo Lewandowski, j. 27/8/). (HC nº 157.627-AgR/PR, Gilmar Mendes)

Assim, o delator, além de colaborar com a investigação voluntariamente, apenas torna perfeitos e acabados os benefícios penais da delação quando, de sua colaboração, obtiver resultados efetivos que, de alguma forma, sejam coincidentes com o interesse jurídico do órgão acusatório (art. 4º da Lei 12.850/13). Dessa forma, é possível a verificação de um regime legal próprio mediante a negocio jurídico da colaboração premiada.

.Sob outra perspectiva é verificável que o principio do Contraditório, consoante ao doutrinador Mongenout, "pelo que representa uma garantia conferida às partes, de que elas participarão da formação da convicção do juiz" é fundamentado no artigo 5°, LV da Constituição Federal: LV - Os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o

ISBN 978-65-5629-077-5

contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (BRASIL, 1988)

Igualmente, o principio da ampla defesa conforme o autor supracitado "sustenta que as partes têm o direito e podem oferecer argumentos ao seu favor e demonstra-los nos limites do possível conectando aos limites da igualdade e do contraditório". Ademais o principio da presunção de inocência, parte da inocência do acusado que somente deixará de existir com a sentença condenatória transitada em julgado.

> O Estado não pode, [...] em nenhuma hipótese, numa democracia que pretenda privilegiar um Direito Penal mínimo e garantista, incentivar, premiar condutas que firam a ética e/ou a moral, ainda que, no final, a sociedade possa se locupletar dessa violação. Noutras palavras: num Estado que se paute pelos ideais democráticos, em que prevaleça o respeito aos direitos humanos e que se leve pelos vetores do garantismo penal, os fins jamais justificam os meios, mas estes é que emprestam legitimidade àqueles. (GARCIA,2006)

Portanto, é providencial, que os acusados delatados, tenham o direito de inquirir o acusado colaborador na audiência de interrogatório, bem como se contrapuser em momento posterior aos argumentos constantes das alegações finais por este ofertadas, o que enaltece o direito ao confronto, inerente ao contraditório pleno. Consoante ao autor Gomes Filho, pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, a "paridade de armas" entre o acusado delatado e o órgão acusador:

> o indispensável equilíbrio que deve existir entre as oportunidades concedidas às partes para que, ao apresentar suas provas e alegações ao juiz ou tribunal, não seja colocado em desvantagem em relação à parte contrária (GOMES FILHO, p. 36. 2013)

Portanto, surge um ponto controverso de que as alegações finais e os interrogatórios em juízo de delatores devem ser realizados anteriormente a de delatados para garantir os princípios do contraditório e da ampla defesa. Em linha de convergência, Gustavo Badaró, professor de processo penal da USP demonstra que:

No caso em que há colaboradores e delatados a serem interrogados, não havendo disciplina específica no CPP nem na Lei nº 12.850/2013, a lacuna deve ser suprida pela aplicação do princípio da ampla defesa,... que exige que seja interrogado inicialmente o colaborador, e depois, os corréus delatados.[...]

É necessário que o acusado conheça a síntese argumentativa da acusação existente contra ele, quando da apresentação de suas alegações finais. Por isso, a ordem dos memoriais é: primeiro a acusação, depois a defesa. Procurando suprir a lacuna legal pela aplicação dos princípios constitucionais, em especial a ampla defesa, a ordem deve ser: memoriais do Ministério Público; memoriais do colaborador premiado; memoriais do correu delatado. (BADARO, 2019)

ISBN 978-65-5629-077-5

4.2 O HABEAS CORPUS 166.373 E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O habenas corpus de n°166373 em julgamento no STF protocolado na data de 12 de dezembro de 2018, com o relator, o Senhor Ministro Edson Fachin, demonstra em caso concreto as consequências da não observações dos princípios alegados. Visto que o réu em 1° grau entrou com pedido parar arguir sua alegação posteriormente aos delatores, essa decisão foi negada pelo juiz decisão. Contra essa decisão foi impetrado o Habeas Corpus:

> HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO LAVA JATO. EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STF. ORDEM DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ART. 403 DO CPP. PRAZO COMUM. INEXISTÊNCIA DE DISTINÇÃO ENTRE RÉUS COLABORADORES E NÃO COLABORADORES. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA DEVIDAMENTE OBSERVADOS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NULIDADE NÃO VERIFICADA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.
> 1. A jurisprudência desse E. Supremo Tribunal Federal, quando trata da necessidade de procuração para interposição de recurso ordinário em Habeas Corpus, é enfática ao não exigir a apresentação do instrumento de mandato pelo subscritor do recurso.
> 2. Inexiste ilegalidade na decisão que, na fase de alegações finais, concede prazo comum aos corréus colaboradores da Justiça e não colaboradores. As normas de regência da questão em debate, sejam do CPP (art. 403), sejam da Lei nº 12.850/13, não fazem qualquer diferenciação entre corréus colaboradores da Justiça e aqueles não colaboradores. Ambos integram, em igualdades de condições, o polo passivo da relação processual, submetendo-se, portanto, aos mesmos prazos processuais.
> 3. A alegação genérica de nulidade, sem a comprovação do efetivo prejuízo ao paciente, não autoriza a anulação de ato processual, nos termos da Súmula 523/STF.
> – Parecer pela denegação da ordem (STF – HC:166373 PR, Relator: EDSON FACIN, Data de protocolo 12/12/2018; SEGUNDA TURMA; Data de Publicação: s/d)

Nota-se que Por maioria de 7 (sete) votos contra 4 (quatro), o STF reconheceu a nulidade decorrente da apresentação de alegações finais concomitante entre réus, delatores e delatados. Uma vez que ocorreu a nulidade parcial do processo e regresso na fase de alegações finais. Dessa maneira, a solução constitucional adequada não configura uma analise literal das normas de caráter processual penal no âmbito brasileiro em virtude da lei de organização criminosa ser omissa, todavia uma aplicação de interpretação de garantias constitucionais fundamentais ao acusado e ao direito da pessoa humana de forma geral no processo penal.

Neste âmbito, na instrução criminal, Badaró afirma que "dificilmente será adequada a realização de debates orais". Em outros termos as alegações passarão por memoriais escritos. É inegável que o código de processo penal traz normas gerais ao processo penal nada disciplinando sobre a ordem de

ISBN 978-65-5629-077-5

interrogatórios quando há corréus, cabendo a legislação especificar de tratar de procedimento especiais ao seu respeito.

Dessa maneira, consoante ao supracitado, o art. 403 do código de processo penal não estipula em relação à lei de organização criminosa a ordem das alegações finais de forma genérica, levando em conta todos os membros do contraditório, mas sim, de uma forma geral a ser aplicada em todas as leis, devendo, neste caso, a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, assim como no interrogatório é necessário "que o acusado conheça a síntese argumentativa da acusação existente contra ele quando da apresentação de suas alegações finais", afirma supracitado professor da USP.

A par dessas premissas, a oitiva dos acusados delatados deve necessariamente ser realizada em momento posterior ao interrogatório do acusado colaborador, sendo que, essa mesma lógica processual, em prol da ampla defesa e de um efetivo contraditório, deve ser assegurada aos acusados delatados na fase das alegações finais. Assim, o Senhor Ministro Dias Tofoli, presidente do supremo tribunal federal votou que:

> há que se restringir a questão da sucessividade ou não das alegações finais exclusivamente às hipóteses em que houver acordo de colaboração premiada devidamente homologado [...] Isto significa que as partes terão o direito de pleitear a produção de provas, de participar dos atos probatórios e de se pronunciar sobre o seu resultado, buscando influenciar na formação do convencimento do magistrado(STF – HC:166373 PR, Relator: EDSON FACIN, Voto: Dias Toffoli. Data de protocolo 12/12/2018; SEGUNDA TURMA; Data de Publicação: s/d).

Do mesmo modo, como referido adendo, enaltecendo o direito ao confronto, menciona-se o voto do ministro Alexandre de Moraes que consigna:

> [o] direito de falar por último está contido no exercício pleno da ampla defesa englobando a possibilidade de refutar TODAS, absolutamente TODAS as informações, alegações, depoimentos, insinuações, provas e indícios em geral que possam, direta ou indiretamente, influenciar e fundamentar uma futura condenação penal, entre elas as alegações do delator. (STF – HC:166373 PR, Relator: EDSON FACIN, Voto: Alexandre de Moraes. Data de protocolo 12/12/2018; SEGUNDA TURMA; Data de Publicação: s/d)

Sobre ângulo análogo, nota-se que a partir do momento que o réu delator realiza o acordo de colaboração com o Ministério Público, ele passa a corroborar com a acusação. Pois neste momento, seu papel nas alegações não é se defender, mas sim, provar que suas arguições são verdadeiras. Logo, o réu (ou réus) passa a se defender de mais lados conforme elucida o Ministro Ricardo Lewandowski:

> "[n]a colaboração premiada, o réu delator adere à acusação, em troca de um benefício acordado entre as partes e homologado pelo julgador natural, nos termos da Lei 12.850/2013. Ou seja, o

ISBN 978-65-5629-077-5

> delator, em regra, presta contribuições à persecução penal, incriminando eventuais corréus." (Rel. para Acórdão o Min. Ricardo Lewandowski, j. 27/8/). (HC nº 157.627-AgR/PR, Gilmar Mendes)

Diante das informações supracitadas, na deliberação, recepcionou-se a pretensão do Habeas Corpus, cujo 7 (sete) votos favoráveis, 6 (seis) instituíram a anulação da condenação alusiva, com a remessa do feito ao 1º grau para que novas manifestações sejam formuladas na ordem estabelecida. É de mérito o destaque do voto da Ministra CÁRMEN LÚCIA, no qual destacou a potencial nulidade, não obstante, no fato, inferiu não ter existido a demonstração de prejuízo, mantendo a condenação original.

4.3 A ORDEM DE APRESENTAÇÃO EM CONFRONTO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

Os processos incumbidos pelo juiz singular são de característica monofásica, ou seja, constitui somente de uma fase pela instrução contraditória e pelo julgamento. Capez afirma que a instrução criminal é o conjunto de atos praticados com o fim de ofertar elementos ao juiz para julgar.

O artigo 400 e SS do Código de Processo Penal, disciplina como deve ser realizada a audiência.

> Art. 400. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

Logo, inevitavelmente nesta ordem processar-se-á os atos: Oitiva da vítima; Oitiva das testemunhas de acusação; Oitiva das testemunhas de defesa; esclarecimentos periciais, na hipótese de necessidade; acareação de pessoas e coisas e por fim, a oitiva do Réu. O numero de testemunhas que podem ser arroladas no processo tanto pela acusação quanto pela defesa é de 8 (oito) testemunhas. Contudo, se ainda surgirem duvidas após a produção de provas na audiência, poderão ser requeridas diligências para saná-las. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença. O juiz poderá, ainda, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Posteriormente, será prolatada a sentença.

A Lei 12.850/13, que dispõe sobre o crime de organização criminosa, por sua vez, é o dispositivo mais detalhado que contém as normas gerais sobre o instituto da colaboração premiada.

ISBN 978-65-5629-077-5

Sob esta perspectiva, no entanto, o dispositivo da colaboração premiada foi omisso quanto a apresentação de alegações finais no processo ordinário. Por conseguinte, a ordem segue o previsto no art. 403 do Código de processo Penal (Decreto-lei nº3.689,1941), estabelece que acusação apresentará as alegações finais e posteriormente os réus terão seu prazo concomitante conforme estabelece o texto:

> Art. 403. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 1o Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será individual. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 2o Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 3o O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Evidencia-se, a posteriori, com objetivo desse artigo em verificar os princípios do contraditório e da ampla defesa no processo com delação premiada. Com ênfase no aspecto teórico jurídico em que na ordem das alegações finais supracitadas, os referidos princípios contextualizados no tópico anterior, não são observados. Ocorre que no fim da audiência de instrução e julgamento, após a produção de todas as provas, primeiro o ministério público se manifesta, posteriormente as defesas em prazo comum.

O código de processo penal traz normas gerais ao processo penal nada disciplinando sobre a ordem de interrogatórios quando há corréus, cabendo a legislação especificar de tratar de procedimento especiais ao seu respeito. O Artigo supracitado estabelece a determinada ordem em determinar os status jurídicos pelas partes.Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Diogo Bacha e Silva, Isabela de Andrade Pena Miranda Corby e Alexandre Bahia (2019) frisam que:

> Assim como o órgão acusatório tem, como regra geral, interesse jurídico na condenação dos réus, o delator, além de colaborar de forma voluntária com a persecução criminal, apenas torna perfeitos e acabados os benefícios penais da delação quando, de sua colaboração, obtiver resultados efetivos que, de alguma forma, sejam coincidentes com o interesse jurídico do órgão acusatório (art. 4º da Lei 12.850/13).

Nesta mesma perspectiva, "a lacuna deve ser suprida pela aplicação do princípio da ampla defesa", conforme elucida o professor de processo penal da USP, Gustavo Badaró. O que não ocorre, dessa maneira acarretando assim um prejuízo a parte.

ISBN 978-65-5629-077-5

5 CONCLUSAO

É notório que o direito brasileiro é possuidor várias controvérsias em meio aos seus assuntos. Contudo, existem regras basilares que o norteiam – os direitos fundamentais – cujas normas devem ser acatadas. Dentre os direitos fundamentais, salientam-se neste projeto os princípios da ampla defesa e do contraditório que são imprescindíveis para o Estado Democrático de Direito e por isso devem ser obedecidos pelo fato de que garantem as partes no processo a participação efetiva da formação da convicção do juiz, e que apresentem argumentos ao seu favor e de demonstra-los nos limites em que seja possível garantindo a igualdade. Que, no instituto da colaboração premiada, existe o questionamento em que o réu quando faz o acordo com o Ministério público passa a incriminar em suas alegações os corréus possibilitando o descumprimento dos princípios supracitado em alguns atos do processo.

Portanto, o objetivo do presente artigo foi realizar um estudo do direito de réus delatados de apresentar alegações finais posteriores aos réus delatores; buscou-se fazer uma análise das diferentes posicionamentos sobre a verificação da asseguração do direito fundamental da ampla defesa e do contraditório nos casos de colaboração premiada em virtude do Julgamento do HC 166373. Ademais, O artigo se faz relevante devido à falta de cumprimento aos princípios fundamentais basilares do processo penal.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Joaquim Canudo Mendes De. **Princípios fundamentais do processo penal.** p. 82

ALONSO, Guilherme. A ordem das alegações finais e a colaboração premiada. **Boletim Impresso Trimestral Escritório Professor René Dotti.** 46 ed. 16 out. 2019. Disponivel em: < https://dotti.adv.br/a-ordem-das-alegacoes-finais-e-a-colaboracao-premiada> acesso 01 de agosto de 2020.

BITENCOURT, C. R. **Comentários à Lei de Organização Criminosa - Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013.** São Paulo: Saraiva, 2014

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. A necessidade de um regime legal próprio para o colaborador premiado. **Conjur**. Set. 2019 Disponível em:< https://www.conjur.com.br/2019-set-24/gustavo-badaro-figura-especifica-colaborador-premiado> Acesso em 20.04.2020

BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

BOTTINO,Thiago. Colaboração premiada e incentiva à cooperação no processo penal: uma análise crítica dos acordos firmados na "operação lava jato", São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 122/2016. p. 359 – 390. Set - Out / 2016

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 3.689, De 3 De Outubro De 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>acesso em 15 abri 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL**, Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.** Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm> acesso 08 de set de 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Lei de drogas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>acesso em 11 de abri de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**.Lei da organização criminosa. Disponivel em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm> Acesso em 20 abri. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma) **Habeas Corpus** 166373. DIREITO PROCESSUAL PENAL | Ação Penal | Nulidade Recorrente: MARCIO DE ALMEIDA FERREIRA Relator: Min Edson fachin, 12/12/2018. Disponível em: < https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5607116> Acesso em: 20.04.2020

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20.04.2020

CAPEZ, Fernando. **CURSO DE PROCESSO PENAL.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016

CARVALHO, Salo de; LIMA, Camile Eltz de. **Delação premiada e confissão: filtros constitucionais e adequação sistemática.** 2015. Disponível em:< www.esmal.tjal.jus.br/arquivosCursos/2015_05_11_14_08_46_Artigo.Dela+%BA+%FAo.Confiss+%FAo.Constitui+%BA+%FAo.Salo.Carvalho.Camile.Lima.pdf>. Acesso em: 18.04.2020.

COSTA, Luiza Soares Da. **Organização criminosa: mudanças relevantes a norma infraconstitucional com o advento da lei 12.850/13.** Monografia. Centro Universitário de Brasília-UniCEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais-FAJS. Brasília. 2014 disponivel em:< https://core.ac.uk/download/pdf/187130993.pdf> acesso em 08 de set de 2020.

GARCIA Roberto Soares. **Delação premiada: ética e moral, às favas**. Boletim IBCCRIM. São Paulo, n. 159, fev. 2006.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. A motivação das decisões penais. 2. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013. p. 36

GRINOVER et al. As nulidades no processo penal. 9ª. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais,** 2006. p. 229

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria geral do processo,** p. 104.
LYRA, Roberto. **Comentários ao Código Penal.** Rio de Janeiro: Forense, 1955. Vol. II, p. 382

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016

ISBN 978-65-5629-077-5

MATOS,Erica do Amaral. Colaboração premiada: análise de sua utilização na operação lava jato à luz da verossimilhança e da presunção de inocência. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 143.2018. p. 155 – 176. Mai. 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 40

FILHO, V. G. **Comentários à Lei de Organização Criminosa : Lei n. 12.850/2013.** São Paulo: Saraiva, 2014

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; SILVA, Diogo Bacha e; CORBY ,Isabela de Andrade Pena Miranda; BAHIA,Alexandre. Sobre o sentido constitucionalmente adequado da ordem das alegações finais e dos efeitos decisórios em habeas corpus. **Empório do direito.** 2019. Coluna: Constituição e Democracia. Disponível em:<https://emporiododireito.com.br/leitura/sobre-o-sentido-constitucionalmente-adequado-da-ordem-das-alegacoes-finais-e-dos-efeitos-decisorios-em-habeas-corpus> acesso em 31 de agosto de 2020

PEREIRA, Frederico Valdez. **Delação premiada: legitimidade e procedimento**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 130.

SOUZA, José Alberto Sartório de. Apud BITTAR, Walter Barbosa. Op. cit., p. 25.

VIANA, Lurizam Costa. **A organização criminosa na lei 12.850/13.**. Dissertação. Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal De Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017. Disponível em:<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOSASHGA3/1/a_organiza__o_criminosa_na_lei_12.850_13__disserta__o___lurizam_costa__viana_.pdf> acesso em 08 de set de 2020.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

O DISCURSO DE ÓDIO COMO LIMITANTE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB A PONDERAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA

HATE SPEECH AS LIMITING THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLE OF FREEDOM OF EXPRESSION UNDER THE PRINCIPIOLOGICAL WEIGHTING

Camila Filgueira Haddad[1]
Vinicius Wildner Zambiasi[2]

RESUMO: O presente artigo busca conceituar e delimitar a liberdade de expressão e o discurso de ódio, de forma a investigar as limitações da liberdade de expressão frente ao fenômeno desse discurso, analisando a relação de antagonismo existente entre a expressão de opiniões que emitem discurso de ódio e o direito de não-discriminação previsto na Constituição Federal. Dessa forma, a emissão de opiniões carregadas de discurso de ódio ofende o direito fundamental a não-discriminação, criando um embate de princípios constitucionais, e a solução mais adequada para resolver a colisão entre os princípios é o método da ponderação principiológica, que busca alcançar idealmente um ponto no qual a restrição dos princípios colidentes seja a menor possível, no grau necessário à salvaguarda do bem jurídico contraposto. O *habeas corpus* nº 82.424 é analisado como exemplo prático da limitação da liberdade de expressão frente ao discurso de ódio. O método escolhido para a presente pesquisa foi o método hipotético-dedutivo a fim de confrontar o direito à liberdade de expressão e verificar se seu limite se dá no discurso de ódio, comparando doutrinas e jurisprudências. Os resultados consistem na limitação da liberdade de expressão frente ao discurso de ódio.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à não-discriminação. Discurso de ódio. Liberdade de expressão. Ponderação principiológica.

ABSTRACT: The current paper looks forwards to conceptualize and delimitate Freedom of Speech and Hate Speech, in order to investigate the limitations to freedom of speech in view of the hate speech phenomenon, analyzing the relation of antagonism existing between the expression of opinions that emit hate speech and the right to non-discrimination, foreseen on the Federal Constitution. Therefore, the emission of opinions packed with hate speech offends the fundamental right to non-discrimination, creating a clash of constitutional principles, and the most adequate solution to solve the collision of principles is the ponderation of principles method, that seeks to achieve an ideal point in which the restriction of the colliding principles is kept to minimum, in the necessary degree to safeguard the opposed legal good. The *habeas corpus* n. 82.424 is analyzed as a practical example of limitation of freedom of speech in face of hate speech. The chosen method of research was

[1] Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário Univel.
[2] Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Bacharel em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

hypothetical-deductive to confront freedom of speech and verify if it's limit gives on hate speech, comparing doctrines and case law. The results consist of the limitation to freedom of speech in face of hate speech.

KEYWORDS: Right to non-discrimination. Hate speech. Freedom of speech. Principle Weighting.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais são amplamente defendidos na Constituição Federal da República Brasileira, de forma a alcançar status de estruturas basilares de todo o Estado Democrático de Direito e sua ordem. No entanto, há possibilidade de choque principiológico quando esses direitos fundamentais encontram casos concretos, onde podem ocorrer limitações de sua eficácia.

Pensando nisso, o presente artigo tem como finalidade analisar a relação de antagonismo entre os princípios constitucionais de direito a não sofrer discriminação e o direito de liberdade de expressão, além de entender os fundamentos doutrinários dessa situação jurídica.

Nesse sentido, o presente estudo busca conceituar o direito a liberdade de expressão e seus usos além de delimitar o discurso de ódio e conceitua-lo, de forma a analisar a relação de antagonismo existente entre eles e buscar qual principio deve sobressair no caso concreto. Para isso, busca-se utilizar o método da ponderação principiológica e a análise do julgamento do Habeas Corpus nº 82.424.

Diante do crescente número de demandas judiciais ante a maior facilidade de divulgação e conclamação dos discursos de ódio com o advento das redes sociais no mundo da comunicação, é de suma importância a sua abordagem em artigos científicos.

Do ponto de vista jurídico, é importante estabelecer limites concretos entre a expressão e a expressão de opiniões que, além de gerarem dano moral, contribuem para a manutenção de estereótipos sistematicamente impostos que causam opressão, intolerância e supressão de direitos constitucionalmente garantidos.

Sob o prisma social é essencial trazer enfoque para as ações obscuras e imorais que o ser humano é capaz de cometer a fim de que os estigmas que envolvam os temas de intolerâncias e discursos de ódio sejam constantemente mais debatidos, com objetivo de encontrar novas formas de enfrentar esse grave entrave que assola a sociedade em geral.

O trabalho fará uma apresentação do conceito de liberdade de expressão no ordenamento jurídico brasileiro, conceituando esse direito legal e doutrinariamente e expondo entendimento jurisprudencial interno e externo sobre o tema.

Em seguida, será exposta a definição jurídica do discurso de ódio e seu tratamento legal no ordenamento jurídico brasileiro, para então realizar um comparativo das limitações à liberdade de expressão em decorrência do discurso de ódio na doutrina e jurisprudência estrangeiras.

Logo após, é aberto um tópico de ponderação principiológica em que serão explicados os predicados principais da ponderação e como ela deve ocorrer para então, em seguida, serem delimitadas as limitações à liberdade de expressão em decorrência do princípio da proporcionalidade, por meio da análise do voto do Ministro Gilmar Mendes no HC nº 82.424.

ISBN 978-65-5629-077-5

O presente artigo será elaborado com base no método empírico-analítico pois consiste na adoção da linha de raciocínio de observação para estabelecer conexão de causa e efeito em um determinado contexto dos fenômenos. Em complemento para a realização do artigo científico serão utilizados materiais bibliográficos, obras doutrinárias e jurisprudenciais, bem como artigos científicos.

2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO DIREITO BRASILEIRO

A liberdade se trata de um direito defendido secularmente como fundamental ao homem e pode ser definida segundo SILVA (2011, p. 233), como:

> [...] a possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal. [...] É poder de atuação sem deixar de ser resistência à opressão; não se dirige contra, mas em busca, em perseguição de alguma coisa, que é a felicidade pessoal, que é subjetiva e circunstancial, pondo a liberdade, pelo seu fim, em harmonia com a consciência de cada um, com o interesse do agente. Tudo o que impedir aquela possibilidade de coordenação dos meios é contrário à liberdade.

Da mesma forma, liberdade se trata de parte da constituição do ser humano, decorrendo-se do fato de o homem ser um animal racional que possui inteligência e vontade própria (MARTINS FILHO, 2004, p. 36). O rol das liberdades encontra-se na camada dos direitos fundamentais, que são "aquellos derechos subjetivos que las normas de un determinado ordenamiento jurídico atribuyen universalmente a todos" (FERRAJOLI, 2001, p. 291).

Assim, os direitos fundamentais se tratam de direitos subjetivos básicos possuídos por todos os cidadãos e constitucionalmente garantidos na Constituição dos Estados.

Dessa forma, a liberdade de expressão se trata de um conjunto de direitos relacionados à livre comunicação em todas as suas formas, sendo que o direito de se expressar livremente agrega "liberdades fundamentais que devem ser asseguradas conjuntamente para se garantir a liberdade de expressão no seu sentido total" (MAGALHÃES, 2008, p. 74). Nesse sentido, essas liberdades fundamentais se dirigem no sentido de proteger a emissão e recebimento de informações, opiniões e julgamentos.

De acordo com Bonavides (2011), os direitos de liberdade de expressão são considerados de primeira geração por já constarem no instrumento normativo constitucional e já possuírem consolidação histórica, visto que estão presentes em quase todas as Constituições. Historicamente, os direitos relacionados à liberdade encaixam-se nos direitos de primeira dimensão – o que os faz dos primeiros direitos a serem elencados objetivamente em norma jurídica, hoje petrificados no conjunto normativo e reconhecidos por todo o sistema jurídico ocidental

Entre a geração pioneira de direitos positivados pela Constituição, a liberdade de expressão manifesta-se como uma das mais antigas reivindicações que se tem relatos (BRANCO; MENDES, 2015). Na história brasileira, como exemplo, é possível citar a Carta Imperial, datada de 1824, na qual se é possível verificar tal esfera, em grau mais ameno, gradativamente se tornando mais presente com as Constituições seguintes, em consonância com os momentos históricos nos quais foram elaboradas. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com Branco e Mendes (2015, p. 436), o pluralismo de opiniões e livre arbítrio são permitidos através da liberdade de expressão e por isso esse direito se apresenta como fundamental para o funcionamento da democracia.

Destarte, a liberdade de expressão, da maneira como é reconhecida na Constituição, "compreende a possibilidade de exteriorização de crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções, pelas mais diversificadas plataformas informativas hoje existentes" (STROPPA; ROTTENBURG, 2015).

Nesse sentido, de acordo com Torres (2013), é apropriado afirmar que estão conexos e intrínsecos à liberdade de expressão igualmente outros direitos "como o direito de informar e de ser informado, o direito de resposta, o direito de réplica política, a liberdade de reunião, a liberdade religiosa etc." e que deve ser a concepção de liberdade de expressão a mais ampla possível, resguardando-se a operacionalidade do direito.

2.1 CONCEITUAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA

Dentro da Carta Magna Brasileira, o direito de livremente expressar-se consta em múltiplos dispositivos. Nos dizeres de Stroppa e Rothenburg (2015),a liberdade de expressão pode ser encontrada tanto no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º, IV, V e IX, da CF), quanto no capítulo da comunicação social, com consideração expressa de que "a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição" (art. 220 da CF). Foi assentado, ainda, ser vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística de acordo com o art. 220, § 2º, conferindo às pessoas o direito de se manifestarem e interagirem com os outros como normas fundamentais ao regime normativo.

O direito à liberdade de expressão é, de acordo com Canotilho (1999), caracterizada como posição fundamental subjetiva de natureza defensiva e é assegurada além de constitucionalmente, por diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Em conformidade com Stroppa e Rothenburg (2015) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, art. 19) sustenta que "Todos os seres humanos têm direito à liberdade de opinião e expressão [...] liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.". A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969, art. 13), que dita que todas as pessoas possuem direito à liberdade de pensamento e de expressão, e que isso abrange "a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.". Por sua vez, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966, art. 19), que garante que ninguém será molestado por suas opiniões.

Nesse sentido, de acordo com Piovesan (2008) os tratados de direitos humanos que versam sobre a liberdade de expressão podem possuir hierarquia normativa supralegal, infraconstitucional, constitucional ou de lei ordinária, possuindo ampla relevância jurídica.

Ante ao exposto, nota-se que a previsão legal da liberdade de expressão é extensa e ampla, de forma a abarcar tanto dispositivos constitucionais quanto dispositivos de tratados internacionais.

A doutrina, de acordo com André Ramos Tavares (2020), não oferece um conceito uniforme para a liberdade de expressão justamente pelo fato de a própria Constituição não ter aplicado o direito em apenas um dispositivo, tratando desse direito de maneira esparsa (TAVARES, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Para Tavares (2020), a liberdade de expressão é um direito genérico que busca abarcar um diverso número de formas e direitos conexos e que não pode ser restringido a um singelo externar de sensações ou intuições, com a falta de clara atividade intelectual na medida que é compreendida. Para o mesmo autor, os direitos conexos com a liberdade de expressão são: a liberdade de manifestação de pensamento, liberdade de manifestação de comunicação, liberdade de manifestação de informação ou ao seu acesso, liberdade de manifestação de opinião, liberdade de manifestação de imprensa, liberdade de manifestação de mídia, de divulgação e de radiodifusão.

Sarlet (2017) apud Machado (2002), também concorda que a liberdade de expressão não pode ser compartimentalizada e é tratada em sua obra como um "direito mãe", mesmo que existam diferenças entre as formas de manifestação da liberdade de expressão específicas, nesse caso, a liberdade de expressão artística, liberdade de imprensa, liberdade de informação, entre outras.

De acordo com Mendes, Coelho e Branco (2008) "no direito de expressão cabe, segundo a visão generalizada, toda mensagem, tudo o que se pode comunicar – juízos, propaganda de ideias e notícias sobre fatos".

Ante aos fatos aduzidos, percebe-se que a liberdade de expressão possui ampla previsão legal além de conceituação genérica, logo, o direito livre de expressão significa nada mais do que a liberdade para expor, por qualquer meio, qualquer tipo de informação.

2.2 ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL INTERNO E INTERNACIONAL

Sobre o tema, a jurisprudência foi consolidada, deixando-se claro na ADI 4451, julgada em 21.06.2018 pelo Min. Alexandre de Moraes, que quando a liberdade de expressão e o pluralismo de opiniões são impedidos de existirem ou limitados de forma indiscriminada, a democracia da mesma forma deixa de existir.

Da mesma forma, foi proferida em 2001 a sentença do caso Ivcher Brostein contra o Peru (2001)[3], que levantava questões sobre a liberdade de expressão para a democracia do país uma vez que o peticionário era acionista majoritário de um canal televisivo que transmitia críticas duras ao governo peruano. O governo, diante das notícias e para manter a população desinformada ante as críticas, coagiu o peticionário de forma a revogar sua cidadania e retirar seu controle acionário do canal televisivo.

Ante a cristalina afronta aos direitos humanos, o Peru foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) devido violação do direito de nacionalidade, às garantias judiciais e proteção judicial, à propriedade privada e à liberdade de expressão. Ante ao exposto nota-se que quando há totalitarismo ideológico, impedindo o pluralismo de ideias de florescer, o Estado Democrático de Direito também deixa de existir, sendo cerceadas todas as liberdades de expressão.

Igualmente, no mesmo ano, foi proferida a sentença do caso Olmedo Bustos contra o Chile (2001)[4], referindo-se o caso a proibição da censura prévia imposta pelo Chile ao filme "La Última Tentación de Cristo", que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) entendeu que estava por ir contra o direito à liberdade de

[3] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Caso Ivcher Bronstein Vs. Perú**. Sentencia de 6 de febrero de 2001. Disponível em: < https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_74_esp.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2020.

[4] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Caso Olmedo Bustos y outros Vs. Chile**. Sentencia de 5 de febrero de 2001. Disponível em: < https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_73_esp.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

expressão dos criadores. Nesse sentido, a pluralidade de ideias vence quando a censura é derrubada e o direito de liberdade de expressão triunfa.

3 A DEFINIÇÃO JURÍDICA DO DISCURSO DE ÓDIO

Para Stroppa e Ruthenburg (2015), o discurso de ódio pode ser definido como mensagens que difundem e incitam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia e outros tipos de ataques fundamentados na intolerância e que afrontam os limites éticos de convivência social com intuito de justificar privação de direitos, exclusão e até eliminação física dos discriminados.

Já Rosane Leal da Silva (*et al.*, 2011) afirma que o discurso de ódio é caracterizado por conteúdo que segrega pessoas, fundamentado na dicotomia de superioridade do emissor e inferioridade do receptor (o discriminado), além do elemento da externalização, ou seja, passará a existir o discurso de ódio quando este chegar a conhecimento de outrem que não o próprio emissor.

Meyer-Pflug (2009), por sua vez, afirma que as manifestações de ideias de ódio são, em primeiro momento, incompatíveis com o respeito à dignidade humana e ainda considera que o discurso com expressões de ódio propende-se a diminuir a autoestima dos alvos.

O discurso de ódio, de acordo com Brugger (2007), trata-se daquele composto de "palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião", entre diversos outros predicados, possuindo "a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas".

Nesse sentido, consoante Schafer, Leivas e Santos (2015):

> O discurso de ódio está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação. Para isso, entoa uma fala articulada, sedutora para um determinado grupo, que articula meios de opressão. O *hate speech in substance* pode apresentar-se disfarçado por argumentos de proteção moral e social, o que, no contexto de uma democracia em fase de consolidação, que ainda sofre com as reminiscências de uma ditadura recente, pode provocar agressões a grupos não dominantes. Ele produz violência moral, preconceito, discriminação e ódio contra grupos vulneráveis e intenciona articuladamente a sua segregação.

O autor Daniel Sarmento (2006) define o discurso de ódio como manifestações de desprezo ou intolerância contra certos grupos, geradas por preconceitos ligados à religião, etnia, gênero, deficiência (física ou mental), orientação sexual dentre diversos outros fatores.

Ante ao exposto nota-se que o discurso de ódio possui ampla definição doutrinária, sendo conceituado de diversas maneiras que convergem no elemento de humilhação e ostracismo social do público-alvo que ofendem sua dignidade humana e oprimem direitos essenciais, tendo como elemento comum as mensagens exteriorizadas que difundem o preconceito e que não são compatíveis com a dignidade da pessoa humana, de forma a isolar da sociedade as pessoas que são alvos e causar graves ofensas a seus direitos fundamentais e humanos.

ISBN 978-65-5629-077-5

3.1 TRATAMENTO LEGAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Diversos tratados internacionais (que podem possuir força normativa supralegal, infraconstitucional, constitucional ou de lei ordinária, como abordado anteriormente) dos quais o Brasil é signatário versam sobre o discurso ou incitação ao ódio, além de diversos instrumentos normativos nacionais, como a Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, procuram definir exatamente como identificar o discurso de ódio (STROPPA; RUTHENBURG, 2015). O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos afirma em seu artigo 20, § 2º, que "será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, radical, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.". Já os Princípios de Camden sobre a Liberdade de Expressão e Igualdade (2009), elaborados pela ONU como basilares para criação de legislação punitiva do discurso de ódio, estruturam o tema:

> Princípio 12: Incitação ao ódio. 12.1. Todos os Estados devem adotar legislação que proíba qualquer promoção de ódio religioso, racial ou nacional que constitua uma incitação à discriminação, hostilidade ou violência (discurso do ódio). Sistemas jurídicos nacionais devem deixar claro, seja de forma explícita ou por meio de interpretação impositiva, que: i. Os termos "ódio" e "hostilidade" se referem a emoções intensas e irracionais de opróbrio, animosidade e aversão ao grupo visado. ii. O termo "promoção" deve ser entendido como a existência de intenção de promover publicamente o ódio ao grupo visado. iii. O termo "incitação" se refere a declarações sobre grupos religiosos, raciais ou nacionais que criam risco iminente de discriminação, hostilidade ou violência a pessoas pertencentes a esses grupos. iv. A promoção, por parte de comunidades diferentes, de um sentido positivo de identidade de grupo não constitui discurso do ódio.

Da mesma maneira, de acordo com Stroppa e Rothenburg (2015), a Lei nº 7.716/1989 (alterada pelas Leis nºs 12.288/2010 e 12.735/2012) dispõe como crime a prática de discriminação por critério de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e permite que o julgador do caso determine cessação das transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação de qualquer meio, tal qual a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação da rede mundial de computadores conforme o art. 20, § 3º, incisos II e III. A mesma lei ainda determina aumento de pena a quem pratica, induz ou incita a discriminação e o preconceito, se utilizando de qualquer forma de meio de comunicação social ou publicação da mesma natureza de acordo com o art. 20, § 2º.

Nesse sentido, tratando sobre o discurso de ódio, faz-se necessário ressaltar que o direito à não discriminação, tratado no art. 3º, IV, da CF de 1988, busca promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas se torna essencial e uma condição para o exercício do direito de liberdade de expressão.

O direito a não discriminação se trata de um direito fundamental, que é apontado por Manuel Ferreira Filho (2015) como um direito difuso, de cunho metaindividual, relacionado a um grupo de indivíduos, de forma a alcançar não somente o direito de uma pessoa, mas no contentamento de todo o conjunto, na mesma medida em que, em face de uma violação de um indivíduo, violará os direitos de todos os demais.

Não obstante, a Carta Magna igualmente afirma que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;" (art. 5º, XLI),

ISBN 978-65-5629-077-5

deixando claro que existe uma forma de parâmetro para configurar o discurso de ódio, conceituá-lo, e, enfim, combatê-lo.

4 AS LIMITAÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DECORRÊNCIA DO DISCURSO DE ÓDIO NA DOUTRINA E JURISPRUDENCIA ESTRANGEIRAS

Em legislações externas o controle à liberdade de expressão diante do discurso de ódio ocorre de maneira diversa a do Brasil, e se demonstra muito importante entender como e se são dados limites à liberdade de expressão em outros países para pensar em como esses devem ser impostos na legislação, doutrina e jurisprudência pátrias.

4.1 ESTADOS UNIDOS

De acordo com Brugger (2007), nos Estados Unidos o discurso de ódio é visto de forma integral como uma maneira de discurso e não de conduta, apesar de tal discurso poder ser doloroso para outros e que, para a maior parte do Direito Internacional, os outros ordenamentos jurídicos atribuírem maior proteção à dignidade dos destinatários desse discurso. Conforme Zilio (2017), a jurisprudência americana firma-se no sentido de que a liberdade de expressão prevalece sobre os demais direitos constitucionais e, com o peso maior entregue à liberdade de expressão, é possível afastar tentativas de criminalização do discurso de ódio e ainda validar leis que vulneram direitos de privacidade. O autor exemplifica com a jurisprudência da Suprema Corte do *New York Times vs. Sullivan* que decidiu que excepcionalmente autoridades públicas atingidas por afirmações falsas (as famosas *fake news*) podem garantir indenizações, e especificamente sobre discurso de ódio Zilio (2017) se utiliza do exemplo do caso *Beauharnais vs. People of the State of Illinois*, no qual houve condenação criminal pela primeira vez de um indivíduo que distribuiu panfletos de conteúdo racista.

Porém, o autor ressalta posteriormente, em casos como *Brandemburg vs. Ohio, Skokie vs. Nationalist Party of America, Snyder vs. Phelps et al* e *Collin vs. Smith* a Suprema Corte dá um passo atrás em seus julgamentos e assenta-se na permissibilidade de ideias racistas, que claramente apresentam conteúdo de discurso de ódio, em virtude do princípio da liberdade de expressão. Nesse sentido, Zilio (2017) assegura que a Suprema Corte Americana, a fim de manter a neutralidade do Estado, permite manifestações de ódio racistas a não ser os casos de *fighting words*, que se tratam das declarações que podem provocar imediata reação violenta da audiência, com finalidade de garantir a ordem e paz públicas, como no caso *Beauharnais vs. People of the State of Illinois* no qual houve condenação criminal.

4.2 ALEMANHA

Na Alemanha existem proibições ao discurso de ódio no Código Penal Federal como legítimas restrições à liberdade de expressão, cujas limitações são aceitas em níveis abstratos e concretos (BRUGGER, 2007). De acordo com Brugger (2007), em abstrato, a Corte Constitucional prevê as limitações da liberdade de expressão em decorrência do discurso de ódio na Lei Básica que, de maneira expressa, limita os

ISBN 978-65-5629-077-5

direitos de comunicação; já em caso concreto a Corte utiliza as regras de ponderação de Alexy (2008):

> A liberdade de expressão de maneira nenhuma tem sempre precedência sobre a proteção da personalidade [...]. Ao contrário, quando a manifestação de uma opinião tem que ser vista como um crime formal de insulto ou de difamação, a proteção da personalidade vem, rotineiramente, antes da liberdade de expressão [...]. Quando a manifestação de uma opinião está ligada a afirmações de fatos, a devida proteção pode depender da verdade subjacente dos supostos fatos. Se essas afirmações forem provadas falsas, a liberdade de expressão irá rotineiramente ceder à proteção da personalidade [...]. Se não forem falsas, a questão é qual o interesse jurídico que merece proteção no caso concreto. Mesmo nesse caso, deve ser recordado que a presunção em favor da liberdade de expressão se aplica com relação a questões de essencial importância para o público.

Isso demonstra, consoante Brugger (2007) que a Corte Constitucional Alemã não visualiza a liberdade de expressão como prevalecente, sendo essa uma divergência substancial com a Suprema Corte Americana, a qual deixa prevalecer e defende a liberdade de expressão acima da honra, dignidade e direito a igualdade dos destinatários de discurso de ódio.

4.3 CANADÁ

De acordo com Zilio (2017), a teoria do constitucionalista de base alemã é empregada nas jurisprudências canadenses sobre limitação da liberdade de expressão, exemplificando com a decisão da Suprema Corte Canadense no caso Regina vs. Kegstra, no qual um professor defendia doutrinas antissemitas. A metodologia da decisão consistia em analisar a idoneidade, necessidade e ponderação de interesses em conflito no caso concreto, sendo eles a liberdade de expressão do professor e os efeitos negativos dela na vida das vítimas e da sociedade, conceitos básicos de ponderação. Da mesma forma esses princípios e a lei seca foram utilizados em outra decisão célebre que passou pela Suprema Corte Canadense. Consoante Leite (2019), na decisão do caso Saskatchewan (Human Rights Commission) vs. Whatcott, a Suprema Corte do Canadá condenou o William Whatcott de acordo com o artigo 14 do Código de Direitos Humanos de Saskatchewan (The Saskatchewan Human Rights Code) que dita: Nenhuma pessoa deve publicar, mostrar ou deixar que publiquem e mostrem publicamente palavras ou imagens e símbolo que: [...] exponha ou tenda a expor a ódio qualquer pessoa ou classe de pessoas [...].

O referido artigo afirma que nada em sua subseção se trata de restrição aos direitos de liberdade de expressão, uma vez que a lei foi criada com base nos conceitos básicos de ponderação principiológica citados acima.

4.4 PONDERAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA

Factualmente, a liberdade de expressão se trata de um direito constitucionalmente protegido. No entanto, quando seu exercício surge repleto de

ISBN 978-65-5629-077-5

discurso de ódio, de forma a ofender o direito a não-discriminação, qual princípio possui mais relevância na análise final? Se existe um conflito principiológico entre o direito à liberdade de expressão e o direito à não-discriminação gerado pelo fenômeno do discurso de ódio, como é possível abordá-lo? Quais princípios devem ser limitados em face do embate? A ponderação principiológica consegue responder a essas perguntas.

Quando os métodos clássicos de solução de conflito normativo e principiológico falham, a ponderação deve ser aplicada. A ponderação principiológica é método indispensável ao equacionamento das colisões entre princípios da Constituição Federal, no qual busca-se alcançar um ponto ideal, no qual a restrição a cada um dos bens jurídicos acometidos seja a menor possível, no grau exato necessário à salvaguarda do bem jurídico contraposto (SARMENTO, 2003).

De acordo com Alexy (2008), quando existe um conflito principiológico, nenhum dos princípios por si só goza de prioridade no sopesamento. Por isso, o objetivo do sopesamento, ou ponderação principiológica, é definir qual dos interesses (que possuem em abstrato o mesmo peso) possui maior relevância no caso concreto. O autor afirma que a solução para a colisão incide em estabelecer uma relação de precedência condicionada entre os princípios, levando em consideração as circunstâncias do caso concreto e fixando condições sob as quais um princípio pode prevalecer em face do outro, sendo que sob outras condições a prevalência seja contrária.

Nesse sentido, a ponderação principiológica, conforme Alexy (2008) deve seguir três pressupostos: a proporcionalidade, a razoabilidade e a adequação, que são seus elementos estruturais:

> Afirmar que a natureza dos princípios implica a máxima da proporcionalidade significa que a proporcionalidade, com suas três máximas parciais da adequação, da necessidade (mandamento do meio menos gravoso) e da proporcionalidade em sentido estrito (mandamento do sopesamento propriamente dito), decorre logicamente da natureza dos princípios, ou seja, que a proporcionalidade é deduzível dessa natureza.

De acordo com Alexy (2008) "as máximas da necessidade e da adequação decorrem da natureza dos princípios como mandamentos de otimização em face das possibilidades fáticas de sua concretude", já a ponderação em sentido estrito parte "do fato de princípios serem mandamentos de otimização em face das possibilidades jurídicas".

Na mesma esteira, Alexy (2008) afirma que, no que diz respeito à adequação, o meio escolhido pelo intérprete deve ser adequado e apto de alcançar o fim proposto, de forma que a máxima da adequação possui um aspecto de otimização presente que não aponta para um ponto máximo. De fato, conforme Alexy (2008) a máxima da adequação possui caráter negativo pois elimina critérios e meios inadequados. Dessa maneira, a máxima da adequação faz com que sejam eliminados os princípios que não são adequados para alcançar o fim proposto.

No que diz respeito à necessidade, o meio escolhido deve ser o que, dentre vários modos adequados, o que intervenha de maneira menos intensa necessária, sendo que de acordo com Alexy (2008) "em razão da existência de um meio que intervém menos e é igualmente adequado, uma posição pode ser melhorada sem que isso ocorra às custas da outra posição". Ao contrário do que ocorre no exame

ISBN 978-65-5629-077-5

da máxima da adequação, no exame da necessidade não ocorre uma mera eliminação de meios. No entanto, consoante Alexy (2008) ao legislador "não é prescrita categoricamente a adoção do meio que intervém em menor intensidade.", pois o que é dito é que, se o legislador almejar perseguir o objetivo escolhido, ele pode escolher apenas o meio mais suave, ou um meio igualmente suave, ou um meio ainda mais suave, não sendo isso nenhuma otimização em direção ao ponto máximo, porém apenas a vedação de sacrifícios dispensáveis a direitos fundamentais.

O exame das máximas de adequação e de necessidade não são sempre simples de realizar, conforme salienta Alexy (2008). O autor atribui essa dificuldade a dois motivos: o primeiro é que os exames das máximas de adequação e de necessidade são relativos a uma relação meio-fim, cuja avaliação frequentemente suscita fatigantes problemas de prognósticos devido ao grande papel que pode ser atribuído à discricionariedade epistêmica no exame das máximas da adequação e necessidade. Já o segundo motivo para que a estrutura do exame dessas máximas – que é simples em si – se torne complexo, é ligado ao exame da necessidade, pois ela habita na possibilidade de situações nas quais não apenas dois princípios podem ser relevantes. Repetidamente, em relação ao direito fundamental afetado, existem meios mais suaves e que promovem o objetivo perseguido pelo legislador de uma forma igualmente efetiva, mas que possuem como desvantagem a afetação de um terceiro princípio. Nesse sentido, para equilibrar as instáveis máximas da adequação e da necessidade, surge a máxima da proporcionalidade em sentido estrito.

Quanto à proporcionalidade em sentido estrito, a terceira máxima parcial da máxima da ponderação principiológica, expressa a otimização em relação aos princípios colidentes. De acordo com essa máxima, Alexy (2008) afirma que deve haver a máxima otimização entre princípios em colisão, sendo que, quanto maior o nível de não satisfação ou afetação de um princípio, maior será a importância de satisfação do outro.

Nesse sentido, Maia e Carneiro (2013) afirmam que o sopesamento é observado como sinônimo de proporcionalidade em sentido estrito, decorrendo de três passos: primeiramente avalia-se o grau de não satisfação e não afetação de um dos princípios que estão em colisão; segundamente avalia-se a importância da satisfação do princípio colidente e terceiramente estimar se a importância da satisfação do princípio em colisão justifica a afetação ou não satisfação do outro princípio em questão.

5 AS LIMITAÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DECORRÊNCIA DO PRINCÍPIO DE PROPORCIONALIDADE: UMA VISÃO DO HC Nº 82.424

Zilio (2017) afirma que quem postula por estabelecimento de limites à liberdade de expressão socorre-se em conceitos alexyanos de idoneidade (*Erforderlichkeit*), necessidade (*Geeignetheit*) e exigibilidade (*Zumutbarkeit*), sendo que estes, como critérios, conduzem o princípio da proporcionalidade. Em suas palavras, Zilio (2017) proclama que os direitos fundamentais "podem ser limitados nos casos de adequação e necessidade de proteção de outros direitos fundamentais, sempre que exista uma proporcionalidade em sentido estrito" porém, a ponderação de princípios jurídicos deve partir de graus de intensidade, pois nem toda limitação idônea e necessária é admissível. Dessa forma, o princípio da proporcionalidade

ISBN 978-65-5629-077-5

cumpre funções valorativas como princípio ponderativo e, por fim, como princípio de justiça.

Assim, se faz mais fácil observar como a ponderação principiológica pode limitar princípios e direitos fundamentais de forma idônea, necessária e admissível com o exemplo do caso do escritor e editor Siegfried Ellwanger.

No caso em tela, Siegfried Ellwanger foi condenado pelas práticas de racismo em 1991 após se notabilizar com teses revisionistas sobre o holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial, que foram consideradas discurso de ódio antissemita pelo incitamento à discriminação racial. Fora absolvido em primeira instancia em 1995, porém, após pouco tempo recebeu condenação pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ao receber a condenação, os advogados de Siegfried Ellwanger impetraram habeas corpus ao STJ, recebendo uma negativa. Em seguida, impetraram novo habeas corpus ao STF, em 2002.

O Habeas Corpus nº 82.424 impetrado por Siegfried Ellwanger ao Supremo Tribunal Federal foi julgado e concluído em 17.09.2003 e o paciente teve seu pedido negado por maioria do plenário: sete a três.

O julgado do HC nº 82.424 é considerado muito relevante juridicamente pois foi um marco na aplicação da proporcionalidade na Suprema Corte brasileira, dado que houve votos fundamentados na perspectiva das três máximas parciais da ponderação principiológica (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito), de forma a aplicar a proporcionalidade de maneira orquestrada.

Nesse sentido, o voto do Ministro Gilmar Ferreira mendes é um amplo objeto de estudo pois fundamenta-se na máxima da proporcionalidade para construir seu argumento de que o ato de condenação por racismo seria proporcional.

Gilmar Mendes conceitua as máximas parciais da proporcionalidade em seu voto, observando que:

> [...] há de perquirir-se, na aplicação do princípio da proporcionalidade, se em face do conflito entre dois bens constitucionais contrapostos, o ato impugnado afigura-se adequado (Isto é, apto para produzir o resultado desejável), necessário (isto é, insubstituível por outro meio menos gravoso e igualmente eficaz) e proporcional em sentido estrito (ou seja, se estabelece uma relação ponderada entre o grau de restrição de um princípio e o grau de realização do princípio contraposto) (BRASIL, 2003)

Há de se observar, no entanto, que a concepção teórica da adequação do Ministro Gilmar Mendes possui imprecisões terminológicas, uma vez que o Ministro assume que para ser adequado o ato necessita ser apto para produzir resultado quando na verdade basta que o ato fomente o fim desejado de acordo com Alexy (2008), sem precisar produzir um resultado efetivo.

Dessa maneira, realizada a conceituação dos predicados da ponderação principiológica, o Ministro realiza o exame e aplicação das três máximas parciais da proporcionalidade (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) no caso concreto, iniciando sua análise pela máxima parcial da adequação, ao seu parecer:

> É evidente a adequação da condenação do paciente para se alcançar o fim almejado, qual seja, a salvaguarda de uma sociedade pluralista, onde reine a tolerância. Assegure-se a posição do Estado,

ISBN 978-65-5629-077-5

> no sentido de defender os fundamentos da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), do pluralismo político (art. 1º, V, CF), o princípio do repúdio ao terrorismo e ao racismo, que rege o Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, VIII), e a norma constitucional que estabelece ser o racismo um crime imprescritível (art. 5º, XLIII) (BRASIL, 2003)

Sendo possível perceber que a máxima da adequação é atingida para o Ministro Gilmar Mendes, uma vez que a sanção de condenação por crime de racismo ao paciente do *habeas corpus* atingiu o fim almejado, que ao seu ver é o de salvaguardar uma sociedade pluralista aonde reina a tolerância.

Quanto à máxima da necessidade, o Ministro Gilmar Mendes reitera que "também não há dúvida de que a decisão condenatória, tal como proferida, seja necessária, sob o pressuposto de ausência de outro meio menos gravoso e igualmente eficaz" (BRASIL, 2003), de forma a aduzir a ausência de outro meio menos gravoso e igualmente eficaz para o princípio rebatido:

> Com efeito, em casos como esse, dificilmente vai se encontrar um meio menos gravoso a partir da própria definição constitucional. Foi o próprio constituinte que determinou a criminalização e a imprescritibilidade da prática do racismo. Não há exorbitância no acórdão. (BRASIL, 2003)

De forma que, justifica o Ministro ser necessária a condenação do paciente pois a ela é o meio menos gravoso e igualmente eficaz entre todos os disponíveis (condenar ou aceitar o *habeas corpus*), citando ainda que a penalização e criminalização da conduta de racismo foi iniciativa do próprio constituinte, sendo difícil encontrar meios menos gravosos constitucionalmente previstos.

Já sob o ângulo da proporcionalidade em sentido estrito, Gilmar Mendes afirma:

> A decisão atende, por fim, ao requisito da proporcionalidade em sentido estrito. Nesse plano é necessário aferir a existência de proporção entre o objetivo perseguido, qual seja a preservação dos valores inerentes a uma sociedade pluralista, da dignidade humana, e o ônus imposto à liberdade de expressão do paciente. Não se contesta, por certo, a proteção conferida pelo constituinte à liberdade de expressão. Não se pode negar, outrossim, o seu significado inexcedível para o sistema democrático. Todavia, é inegável que essa liberdade não alcança a intolerância racial e o estímulo a violência, tal como afirmado no acórdão condenatório. Há inúmeros outros bens jurídicos de base constitucional que estariam sacrificados na hipótese de se dar uma amplitude absoluta, intangível, à liberdade de expressão na espécie (BRASIL, 2003)

O Ministro estabelece na passagem do voto o exame da máxima da proporcionalidade em sentido estrito, uma vez que estabelece uma relação equilibrada entre a restrição do princípio da liberdade de expressão e a realização do princípio da dignidade da pessoa humana com o fim a ser almejado como o de salvaguardar uma sociedade pluralista aonde reina a tolerância.

ISBN 978-65-5629-077-5

O resultado da ponderação principiológica realizada pelo Ministro Gilmar Mendes culminou no resultado do seu voto: o Ministro indeferiu o *habeas corpus* do paciente, alegando que não seria possível atribuir primazia à liberdade de expressão no contexto de uma sociedade pluralista, em face de diversos outros valores como os da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, o voto do Ministro Gilmar Mendes é uma importante ferramenta de visualização para as máximas parciais da ponderação principiológica, e a decisão do HC nº 82.424 se confirma como um marco na aplicação da proporcionalidade no STF e do direito pátrio, pois demonstra que o direito de liberdade de expressão possui limitação diante do discurso de ódio, configurado no caso com as declarações antissemitas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à liberdade de expressão compreende a possibilidade de emissão de opiniões sobre crenças, convicções, ideologias, sentimentos e emoções do emissor. Possui proteção desde o ato de poder pensar até o ato de poder emitir e expressar o que se pensa, e é protegida contra atos de censura. Ele é um fundamento do Estado Democrático de Direito e essencial para a democracia, o que justifica sua grande valoração e proteção.

Dentro da emissão de opiniões que a liberdade de expressão abarca, existem as carregadas de discurso de ódio, que se trata de divulgação de mensagens que difundem e estimulam a sistemática opressão de grupos marginalizados pela sociedade devido a intolerância do emissor. Nesse sentido, se o discurso de ódio é compreendido como mero exercício do direito à liberdade de expressão, ocorre uma ofensa ao direito à não-discriminação.

Diante do embate principiológico da liberdade de expressão e do direito à não-discriminação frente ao discurso de ódio, examina-se a necessidade, adequação e ponderação dos princípios, de forma a extrair o maior grau de satisfação dos princípios com as menores limitações possíveis.

Assim, no caso concreto deve ser analisada a severidade das ofensas bem como levar em consideração o nível de visibilidade do emissor e da plataforma por ele utilizada, da mesma forma, considerar a vulnerabilidade social da vítima ou do grupo afetado tal qual a probabilidade de que o discurso consiga disseminar ódio para criar dano ou risco de dano ao alvo do discurso. Quando verificados esses requisitos no discurso de ódio deve-se ponderar os direitos à liberdade de expressão e não-discriminação, chegando-se a um ponto ideal no qual o discurso de ódio é reprimido e o direito à liberdade de expressão encontra uma limitação, como observado no julgado do HC nº 82.424.

Ante ao exposto, percebe-se que diante do discurso de ódio devidamente qualificado, a liberdade de expressão pode ser limitada para que não haja uma ofensa ao princípio da não-discriminação, protegendo assim, os direitos fundamentais do público-alvo do discurso de ódio e gerando um ambiente social no qual é possível que as pessoas possam discutir opiniões sem que a libertinagem ocorra.

REFERÊNCIAS

ISBN 978-65-5629-077-5

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio A. da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 27 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4451, **Relator (a): Min. ALEXANDRE DE MORAES**, Tribunal Pleno, julgamento em 21.06.2018. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=4451&sort=_score&sortBy=desc>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 82.424. Rel.: Min. MOREIRA ALVES**, Tribunal Pleno, julgamento em 17.09.2003. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=82424&sort=_score&sortBy=desc>. Acesso em: 26 de set. 2020.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, Brasília, n. 15, p. 117-136, jan.-mar. 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CARNEIRO, Wálber Araujo. **Hermenêutica jurídica heterorreflexiva**: uma teoria dialógica do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Trotta, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEITE, Fábio Carvalho. Liberdade de expressão religiosa e discurso de ódio contrarreligioso: a decisão do STF no RHC 134.682. **REDES: Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/6103> Acesso em: 15 maio 2020.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MACHADO, Jónatas E. M. **Liberdade de expressão:** da esfera pública no sistema social. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MACHADO, Natália Paes Lemes**.** A "plena" liberdade de expressão e os direitos humanos: análise da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o julgamento da ADPF 130. **Revista de Direito Internacional**: Brazilian Journal of International Law. v. 10, n. 2, ano 2013, DOI: 10.5102/rdi.v10i2.2639. ELETRONICO. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/viewFile/2639/pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito constitucional**: curso de direitos fundamentais. 3. ed. São Paulo: Método, 2008.

MAIA, Isabela Rebouças; CARNEIRO, Wálber Araújo. O que é isto – Ponderação de princípios? **Revista Unifacs**, 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/2825>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MARTA, Taís Nader. **A proteção às pessoas com deficiência no direito comparado**. Manual dos direitos da pessoa com deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Reflexões sobre a liberdade. **Direito Público**. Porto Alegre, ano 1, n. 4, p. 32-47, abr.-jun. 2004.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Caso Ivcher Bronstein Vs. Perú**. Sentencia de 6 de febrero de 2001. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_74_esp.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Caso Olmedo Bustos y outros Vs. Chile**. Sentencia de 5 de febrero de 2001. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_73_esp.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do *hate speech*.** [S.d.]. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12839939/a-liberdade-de-expressao-eo--problema-do-hate-daniel-sarmento>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____. **A ponderação de interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. **Discurso de ódio:** da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, ano 52, n. 207, p. 143-158, jul.-set. 2015. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/515193>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

STROPPA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, ano 2015, v. 10, n. 2, 2015. DOI 10.5902/1981369419463. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19463/pdf>. Acesso: 28 ago. 2019.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2020.

TORRES, Fernanda Carolina. **O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão.** 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502937/000991769.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ZILIO, Jacson Luiz. Direito penal e discurso de ódio. **Revista justiça e sistema criminal:** modernas tendências do sistema criminal, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 181-204, 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

HERANÇA DIGITAL E A (IM)POSSIBILIDADE DA TRANSMISSÃO DE PATRIMÔNIOS DIGITAIS AOS HERDEIROS: O CONFLITO ENTRE O DIREITO CONSTITUCIONAL À HERANÇA E O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE NO ÂMBITO DIGITAL

HERENCIA DIGITAL Y LA (IM)POSIBILIDAD DE TRANSMISIÓN DE PATRIMONIOS DIGITALES A LOS HEREDEROS: EL CONFLICTO ENTRE EL DERECHO CONSTITUCIONAL A LA HERENCIA Y EL DERECHO FUNDAMENTAL A LA PRIVACIDAD EN EL ÁMBITO DIGITAL

Letícia da Cruz Pereira[1]
Lygia Maria Copi[2]

RESUMO: O presente trabalho aborda a herança digital e a possibilidade de transmissão aos herdeiros dos patrimônios digitais, nos casos em que o titular não expresse a sua vontade quanto a sua destinação. A temática necessita ser apreciada, uma vez que não há nenhuma legislação ou entendimento jurisprudencial sobre a sucessão dos patrimônios digitais. Assim, foi essencial a análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial para verificar que é majoritária a aplicação dos instrumentos sucessórios à herança digital. Todavia, nos casos sem qualquer manifestação do usuário a transmissão da herança digital não é possível, pois com a transmissão de todo o patrimônio digital aos herdeiros os direitos à personalidade serão violados, resultando em insegurança aos usuários. Ademais, averiguou-se que a legislação brasileira é suficiente para regulamentar a temática, sendo necessária a pacificação dos tribunais em tutelar os direitos da personalidade nos casos de herança digital.

PALAVRAS-CHAVE: Herança digital. Patrimônio digital. Direitos da personalidade.

RESUMEN: El presente trabajo aborda la herencia digital y la posibilidad de transmisión a los herederos de los patrimonios digitales, en los casos que el titular no exprese su voluntad cuanto a la destinación de esos. La temática necesita ser valorada, una vez que no hay ninguna legislación o entendimiento jurisprudencial sobre la sucesión de los patrimonios digitales. Así, fue esencial el análisis doctrinario, legislativo y jurisprudencial para comprobar que es mayoritaria la aplicación de los mecanismos sucesorios a la herencia digital. Sin embargo, en los casos sin cualquier manifestación del usuario la transmisión de la herencia digital no es posible, pues acaso sea transmitido todo el patrimonio digital a los herederos, los derechos a la personalidad serán infringidos, resultando en inseguridad a los usuarios. Además, se averiguó que la legislación brasileña es suficiente para normalizar la temática, siendo necesaria la pacificación de los tribunales en tutelar los derechos de la personalidad, en los casos de herencia digital.

PALABRAS CLAVE: Herencia digital. Patrimonio digital. Derechos de la personalidad.

[1] Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.
[2] Orientadora Doutora em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos, a sociedade pós-moderna passou a se relacionar com maior intensidade, visto que os impedimentos físicos foram relativizados pelas redes sociais. Nesta conjuntura, as pessoas passaram a compartilhar suas vidas nas redes sociais dividindo fotos, vídeos, relacionamentos, conquistas, formando um patrimônio digital, isto é, um banco de dados pessoais que é criado a partir dos compartilhamentos interpessoais.

O direito privado brasileiro sofreu grandes impactos dessa evolução humana, uma vez que passou a ser motivo de repercussão entre os juristas, principalmente no que tange ao direito das sucessões, porquanto não há legislação específica que regulamenta a destinação dos referidos acervos digitais após o falecimento do usuário.

Recentemente, criaram-se o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, leis que resguardam a eficácia dos direitos fundamentais dos usuários no âmbito da internet. No entanto, apesar de haver muita expectativa dos juristas, essas leis deixaram de dispor quanto à possibilidade de haver a transmissão do acervo digital dos usuários *post mortem*, permanecendo o debate entre os civilistas.

Hodiernamente, verifica-se a judicialização de casos relativos à destinação dos bens digitais dos usuários falecidos, sendo aplicadas analogias e hermenêutica para solucioná-los, considerando as lacunas provenientes dessa questão sucessória.

Nessa senda, o objetivo do presente trabalho consiste em indagar: Sob a atual conjuntura legislativa brasileira, após o falecimento de uma pessoa, a qual não manifestou sua última vontade e possuía um patrimônio digital, não suscetível de apreciação econômica, o referido acervo poderá ser transmitido aos seus herdeiros como uma herança digital, considerando as garantias constitucionais de direito fundamental a personalidade?

Dessa forma, o trabalho tem por finalidade demonstrar como o judiciário está decidindo essa temática diante da ausência de uma legislação específica sobre a sucessão do acervo digital, ou seja, se existe uma possibilidade de ser transmitido ou não aos herdeiros. Além disso, analisar as discussões doutrinárias acerca da herança digital e verificar a aplicabilidade do regime sucessório do Código Civil ao patrimônio digital. E ainda, será averiguado como outros países estão resolvendo essa questão dentro dos seus ordenamentos jurídicos.

À vista disso é notória a relevância do tema, pois abrange matéria de ordem pública e privada no que tange a tutela das pessoas, seus patrimônios e sua herança, englobando também, matéria de ordem internacional. Posto que parte dos aplicativos e redes sociais, para os quais são cedidas informações personalíssimas e constituídos os dados digitais, são estrangeiros e impõem suas regulamentações no Brasil.

Portanto, este trabalho contribuirá significativamente para demonstrar que a ausência de uma legislação específica e um posicionamento pacífico dos tribunais quanto à possibilidade de transmissão do patrimônio digital, não suscetível de apreciação econômica, após a morte do usuário, resulta em uma insegurança jurídica aos usuários, considerando que todos os acervos digitais possuem natureza personalíssima, os quais devem ser devidamente tutelados.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 HERANÇA DIGITAL

Antes da análise específica da temática, importante se faz entender o instituto da herança digital, no que consistem, quais os seus conceitos e suas particularidades, a fim de que haja maior compreensão da sua relevância social. Aliás, é imprescindível destacar os casos que ensejaram a discussão sobre a herança digital, visto que apesar de no Brasil ter iniciado recentemente os estudos, nos Estados Unidos já está em pauta há quinze anos, sendo considerado o berço da temática, dado que o primeiro caso, como se verá, ocorreu em seu território. É como será procedido o presente capítulo.

2.1 CONCEITO

Com a inserção da tecnologia na sociedade brasileira, a doutrina civilista passou a reavaliar o significado de herança dentro do direito, tendo em vista que o patrimônio se estendeu ao âmbito virtual e, por conseguinte, também necessita de uma destinação após a morte do usuário.

Destaca-se que o meio cibernético vai muito além de um patrimônio lucrativo e de obrigações, sendo, na maioria das vezes, utilizado como um entretenimento, em que as pessoas compartilham suas vidas e geram um acervo. Dessa maneira, permitiu-se o armazenamento virtual de bens com materialidade física, como fotografias, conversas, e-mails, vídeos, dados bancários, entre outros.

Diante disso, o descarte do acervo digital se tornou um encargo tão grande que, nas palavras de Sérgio Branco (2017, p.103): "com o surgimento da internet, passou-se a morrer de modo menos definitivo", pois, antes da Era Digital, uma conversa ficava apenas entre as pessoas que dela participavam – não havia histórico –, as fotos eram divididas entre os herdeiros, aplicativos sociais não existiam, logo, as soluções sentimentais eram dadas de forma muito mais simples, visto que o acervo era muito menor.

No mesmo sentido, declara Leal (2018) que diante dessa Era, muitos valores e sentimentos passaram por uma ressignificação, um deles foi o luto, porquanto a família e amigos continuam a ver o conteúdo criado em vida pelo seu ente querido na internet. Inclusive, segundo a autora, foram criados espaços na internet exclusivos para realização dos rituais *post mortem*, como cemitérios digitais, no qual pode ser inserida a biografia do falecido e inserir informações que sejam relevantes, havendo um memorial à pessoa falecida sendo autorizado aos familiares e conhecidos visitarem e enviarem suas mensagens, flores e velas virtuais.

Desse modo, a priori, importante mencionar a conceituação de Maria Helena Diniz (2012, p.77) quanto à herança tradicional: "[...] o conjunto de direitos e deveres que se transmitem aos herdeiros legítimos ou testamentários, exceto se forem personalíssimos ou inerentes à pessoa do de cujus". Nas palavras de Flávio Tartuce (2016, p.38), "a herança pode ser conceituada como o conjunto de bens, positivos e negativos, formado com o falecimento do de cujus".

Contudo, como evidencia Pereira (2018), a herança digital se distingue da tradicional, por ter como objeto específico o acervo virtual, ou seja, engloba todo o patrimônio armazenado no espaço virtual, podendo ser arquivos virtuais, fotos, vídeos e livros, como também, contas em redes sociais, serviços e arquivos de nuvem. Sendo assim, para o autor, será herança digital tudo aquilo que existir no ambiente virtual, não importando seu cunho econômico, apenas a sua natureza digital.

ISBN 978-65-5629-077-5

Nessa linha, afirma Cadamuro (2019) que a herança é aquilo que pode ser inventariada, ou seja, é um conjunto de bens e direitos, de titularidade de uma pessoa, que é passível de transmissão aos herdeiros. Já a herança digital, segundo o autor, pode ser compreendida como um acervo composto de todo conteúdo imaterial, intangível, incorpóreo, isto é, bens digitais, reunidos e armazenados, em vida com o uso de um meio social pelo titular falecido.

O Projeto de Lei n. 4.847/2012, embora tenha sido arquivado, define a herança digital como o conteúdo intangível que foi armazenado em um espaço virtual, o qual pertencia a alguém falecido.

Diante disso, tem-se que herança digital é todo o patrimônio, composto por bens digitais compartilhados em vida por uma pessoa, mediante uma plataforma digital, que formaram um armazenamento dentro do banco de dados do meio utilizado e que não possuem qualquer destinação após o falecimento do titular.

Nesse sentido, verifica-se que a herança digital não se restringe a uma natureza característica, podendo ela ser de caráter patrimonial, como de caráter sentimental, ou ainda, ambos. Sobre isso, afirma Giselda Maria Fernandes Hironaka, em entrevista:

> [...] entre os bens ou itens que compõem o acervo digital, há os de valoração econômica (como músicas, poemas, textos, fotos de autoria da própria pessoa), e estes podem integrar a herança do falecido, ou mesmo podem ser objeto de disposições de última vontade, em testamento, e há os que não têm qualquer valor econômico, e geralmente não integram categoria de interesse sucessório (Boletim Informativo do IBDFAM, n. 33, jun./jul. 2017, p. 9).

A autora expõe que normalmente os bens de valor sentimental não são englobados na herança, isto porque eram meras recordações que a pessoa falecida possuía, não havendo a necessidade de englobá-los em um inventário, os quais eram divididos pacificamente pelos herdeiros. Contudo, nesta nova era os referidos bens passaram a significar mais do que recordações que podem ser divididos entre as pessoas, pois se trata da vida digital que o *de cujus* mantinha.

Assim, conceitua-se que o patrimônio digital é "conjunto de bens de potencial valor econômico armazenados virtualmente ou virtuais", compreendido pela ideia de herança, tendo em vista que não há restrição no ordenamento jurídico para esses bens estarem abrangidos na ideia de herança (COSTA FILHO, 2016, p. 30-31).

De outro ângulo, Cadamuro (2019) evidencia que a herança digital é composta por bens digitais, divididos entre patrimoniais e sentimentais. Para o autor, bens digitais sentimentais são patrimônios digitais do usuário que não possuem um valor patrimonial, mas que possui um valor de caráter sentimental, como coleção de livros e músicas, fotos, vídeos, postagens em blogs, e-mails.

À vista disso, considera-se que a herança digital é formada por todo patrimônio digital constituído em vida por uma pessoa, por meio do uso das plataformas digitais. Salienta-se que esse patrimônio, apesar das divergências doutrinárias, pode ser considerado como bens digitais que se dividem em patrimoniais, diretamente relacionados com o valor econômico que possui, e personalíssimos dotados de valor sentimental e existencial.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.2 CASOS NOTÓRIOS DA HERANÇA DIGITAL

Ao se falar em herança digital, menciona-se que, diferentemente do que se acredita, ela está englobada na sociedade há anos, ganhando maior visibilidade com o surgimento de cada caso concreto, os quais fizeram necessária a discussão dessa temática, inclusive, podem ser definidos como precursores da nova vertente dentro do direito sucessório.

Tem-se que um dos primeiros casos ensejadores da discussão quanto à herança digital, foi o do norte-americano, militar da Marinha, Justin M. Ellsworth, morto em um combate no Iraque, no ano de 2004. A família do falecido, a fim de obter acesso aos e-mails do filho, entrou em contato com a plataforma Yahoo, informando o interesse de obter acesso à conta, sob o argumento de que essa deveria ser transmitida aos herdeiros como herança. No entanto, a empresa negou o acesso aos pais do falecido titular da conta, por questões de segurança e a proteção aos direitos da personalidade, tendo os pais o direito, quando houvesse alguma expressão da vontade do usuário, o que não havia no presente caso, recorrendo assim, os pais ao judiciário (LEAL, 2018).

Outro caso relevante, ocorrido também nos Estados Unidos da América, em Nebraska, é o de Janna Moore Marin. A família da jovem, em especial sua irmã Melissa Ana Bonifas, requereu judicialmente a exclusão da conta do Facebook da falecida, pois as mensagens que recebia, faziam com que ela estivesse presente, na rede social, ou ainda, viva no ambiente virtual, dificultando o luto vivenciado pela família, causando sofrimento contínuo. Nesse caso, a rede social, manifestou-se sobre necessidade de os usuários estabelecerem quais pessoas poderão acessar suas contas após seu falecimento, em razão de segurança (PEREIRA, 2018).

No mesmo sentindo, ocorreu no Brasil em 2013, o caso em que a mãe requereu administrativamente ao Facebook a exclusão da conta de sua filha, visto que a página havia se tornado um "muro de lamentações" pelos contatos, dado que eles postavam fotos, mensagens, músicas para a falecida, resultando em um sofrimento sem fim para a família. Diante disso, sobreveio a resposta da empresa, informando que o requerimento deveria ser realizado em uma das sedes administravas localizadas nos Estados Unidos e na Irlanda, não restando outra opção à família, senão, ingressar com a demanda judicial, com o objetivo de pleitear a exclusão do perfil da falecida. Assim, a juíza da 1ª Vara do Juizado Especial do Estado do Mato Grosso do Sul, julgou procedente a ação, determinando a exclusão da conta pelo Facebook, resguardando os direitos da personalidade da mãe, a autora e de sua filha falecida, titular da conta (PEREIRA, 2018).

De outro lado, houve o caso da jovem britânica de 19 anos, acometida por um tumor cerebral, que a fez perder os movimentos e a fala, contudo, a fim de que pudesse continuar a utilizar as redes sociais, sua mãe a ajudava, e assim, se comunicava com seus amigos. Após o falecimento da jovem, a mãe permaneceu acessando a conta da filha, até o dia em que o Facebook transformou a conta da usuária falecida em um memorial. Dessa forma, a mãe perdeu a administração da página, não podendo mais postar em nome da filha, gerando em um sentimento de frustração para a mãe da usuária, que acreditava ser possível a permanência da utilização da página (CADAMURO, 2019).

Em 2012, noticiou-se uma situação diferente dos mencionados acima, o qual distingue por não se tratar de uma conta em rede social, mas de uma conta de um aplicativo de músicas, de propriedade da Apple. Trata-se de uma declaração dada

ISBN 978-65-5629-077-5

pelo ator Bruce Willis, em que manifestou sua pretensão em transmitir os arquivos constantes na sua conta do iTunes à sua filha, o que foi contestado posteriormente e afirmado que não se passava de uma notícia falsa. Entretanto, essa notícia promoveu a indagação de todos quanto à possibilidade de estar se transmitindo aos herdeiros os arquivos digitais, como no presente caso, o acervo de músicas adquiridas e armazenadas no aplicativo (LEAL, 2018).

Todavia, o caso de maior relevância à temática ocorreu em 2012, na Alemanha, onde uma adolescente faleceu em uma estação de subterrânea do metrô de Berlim. Diante do fato ocorrido, a família estava em busca de informações sobre a situação, para esclarecer as especulações quanto ter ocorrido efetivamente um acidente ou se havia sido um suicídio. Acontece que, com a morte da menina, a família se tornou ré numa ação de indenização proposta pelo condutor do metrô, que alegou ter sofrido muito com a situação fática. Assim, a fim de esclarecer os fatos e poder se defender no processo, a família tentou obter acesso à conta do Facebook, de titularidade da filha, por meio do judiciário, visto que não houve permissão de acesso. Em razão disso, originou-se uma discussão no direito alemão quanto à possibilidade de transmissão do acervo digital, a qual firmou o entendimento da Suprema Corte, denominada Bundesgerichtshof, de que a herança digital é transmitida aos herdeiros, salvo disposição expressa em contrário, sendo assim, concedeu-se aos pais o direito de acessar o conteúdo armazenado na rede social, pela filha falecida, conforme será melhor explorado posteriormente (FRITZ, 2019).

Por fim, importante mencionar o caso de Kelly Harmer, retratado em matéria publicada na Folha de São Paulo, em 2011. A inglesa, após sofrer um acidente de carro, passou a se preocupar com a destinação dos seus bens, inclusive dos bens virtuais. Assim, elaborou um testamento, o qual foi o precursor ao englobar todo o seu patrimônio digital, estando incluso as fotos, vídeos, e-mails, livros e músicas, nesse documento, no intuito de tutelar o seu legado virtual, visto sua preocupação com quem iria herdar todo esse acervo. Aliás, afirma a Folha que, o patrimônio digital de Kelly Harmer, possuía um importe de vinte e sete mil reais, considerando os álbuns comprados (LUIS, 2011).

Constata-se que a temática é debatida em diversos países, tendo cada um sua forma de solucionar considerando as particularidades do caso em concreto e o seu ordenamento jurídico. No entanto, frisa-se que essas situações ensejaram novos questionamentos dentro do direito sucessório e contribuíram para o que hoje se entende como a herança digital e, por conseguinte, nortearam todas as teses que a cercam.

3 REGIME DA HERANÇA DIGITAL PERSONALÍSSIMA

Dessa forma, considerando os casos expostos e demonstrada a pertinência quanto à herança digital, especialmente no que tange à possibilidade ou não da sua transmissão aos herdeiros, torna-se necessário analisar o ordenamento jurídico brasileiro e as discussões doutrinárias acerca da questão, conforme será feito nas próximas linhas.

ISBN 978-65-5629-077-5

3.1 APLICAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO

Primeiramente, salienta-se que o direito hereditário é baseado na autonomia privada da pessoa falecida, a partir do momento em que há uma projeção jurídica dos seus direitos, dentro das relações jurídicas já constituídas ou derivadas da sua morte (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2020).

Nessa linha, Leal (2018) dispõe que, para o direito brasileiro, a morte encerra a vida física e a personalidade civil, porém, alguns direitos permanecem vinculados à pessoa falecida, recebendo uma tutela jurídica.

Nessa senda, Paulo Lôbo (2017) em harmonia com o artigo 11 do Código Civil[3], esclarece que os direitos da personalidade não são transmissíveis, apesar de haver manifestação do falecido do seu desejo de transmiti-los, pois eles são inerentes à pessoa. Assim, para o ilustre doutrinador, não há transmissão de direitos, mas uma projeção dos efeitos patrimoniais provenientes de eventual violação aos direitos da personalidade, ou seja, trata-se de uma legitimidade dos herdeiros defenderem os direitos dos seus entes queridos e não de um direito próprio.

O Código Civil, nos seus artigos 12[4] e 20, parágrafo único[5], estabelece os legitimados para tutelar os direitos da personalidade *post mortem* quando ocorrida as hipóteses elencadas. O Enunciado nº 400, da V Jornada de Direito Civil, disciplina que os parentes, cônjuge ou companheiros, são legitimados para assegurar os direitos *post mortem* (LEAL, 2018).

Nesse aspecto, nota-se que não há uma transmissão efetiva dos direitos da personalidade do *de cujus*, mas uma proteção desses, pelos legitimados, para que não haja qualquer violação. Dessarte, considerando esses artigos, os dados digitais não são passíveis de transmissão, porque são considerados existenciais ao falecido e o acesso dos herdeiros violaria o direito personalíssimo à privacidade, o qual deveria ser tutelado por eles, excetuando situações excepcionais de interesse existencial no caso concreto (LEAL, 2018).

No entanto, Karina Fritz (2019, p. 210) discorda do posicionamento mencionado, expondo que o artigo 20, do Código Civil, é: "uma cláusula de garantia da autodeterminação e do livre desenvolvimento da personalidade". Desse modo, a autora afirma que ao se considerar que há uma projeção dos direitos da personalidade, após a morte do usuário, nada impede aos herdeiros de decidirem sobre a manutenção ou exclusão das contas e perfis do ente querido. Ademais, ressalta que a transmissão da herança digital reforça a autonomia privada dos usuários, porquanto os incentivarão a decidir quanto à destinação do seu patrimônio digital, assegurando que não haja a violação pelos herdeiros do que considera personalíssimo e privativo.

---

[3] Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

[4] Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

[5] Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

ISBN 978-65-5629-077-5

Nesse sentido, o doutrinador Flávio Tartuce (2019) aduz que a sucessão legítima presume a última vontade do falecido, razão pela qual estabelece a ordem de vocação hereditária – disposta no artigo 1.829 do Código Civil[6] –, ou seja, as pessoas mais próximas ao *de cujus* são as legitimadas a receber a herança e decidir sobre as demais questões a serem solucionadas, tais como, as de cunho digital.

Por outro lado, verifica-se que o Código prevê a possibilidade de testamentos não patrimoniais, embora não haja qualquer previsão quanto à possibilidade de englobar os arquivos armazenados virtualmente, há quem defenda a sua aplicação nas questões de herança digital.

Quanto ao testamento, em sintonia com o artigo 1.857 do Código Civil[7], Gagliano e Pamplona Filho (2020, p. 2317) ensinam que:

> Um testamento, portanto, nada mais é do que um negócio jurídico pelo qual alguém, unilateralmente, declara a sua vontade, segundo pressupostos de existência, validade e eficácia, com o propósito de dispor, no todo ou em parte, dos seus bens, bem como de determinar diligências de caráter não patrimonial para depois da sua morte.

Nessa senda, percebe-se que o testamento é documento que manifesta a última vontade de uma pessoa, o qual está ligado apenas à sucessão do patrimônio com valor econômico. Agora, com relação ao testamento digital, afirma-se ser da mesma forma uma ordem de última vontade, contudo relacionado diretamente aos bens digitais. Assim, no referido documento, restará expressada a vontade do falecido, de forma prática e segura, sem que haja qualquer violação do que o titular gostaria. Na oportunidade, a pessoa estará deixando um prévio inventário do seu acervo digital, pois pode constar instruções, senhas, destinação, meios de acesso, tudo que for relevante para cumprir o desejo dela (LARA, 2016).

Para Tartuce (2019), ao se falar em herança digital, considera-se testamento em sentido amplo, sendo certo que a atribuição de destino de tais bens digitais pode ser feita por legado, por codicilo – se envolver bens de pequena monta, como é a regra –, ou até por manifestação feita perante a empresa que administra os dados.

Diante disso, Paulo Lôbo (2014, p. 235) conceitua o codicilo como um "escrito particular singelo, sem as formalidades exigíveis para os testamentos, que pode ser utilizado para as disposições de última vontade de fins não econômicos [...]", o qual pode ser deixado lacrado em seus pertences e será aberto pelo juiz. Infere-se que esse documento não possui força para revogar testamento, tendo em vista as suas informalidades.

Por meio desse instrumento, afirma o ilustre Flávio Tartuce (2019) que os titulares de bens digitais de pequeno valor ou de valor sentimental, poderão dispor de forma simples daquele acervo virtual que vem sendo esquecido durante a transmissão sucessória. Lara (2016) possui a mesma opinião, pois esse meio particular o titular

[6] Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais.

[7] Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. § 1o A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento. § 2o São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.

ISBN 978-65-5629-077-5

poderá orientar seus sucessores, sobre a exclusão ou a transmissão, bem como, fornecendo senhas e acessos, a fim de otimizar e evitar conflitos com empresas para ter permissão de acesso ao patrimônio virtual.

Por fim, apresenta-se outra forma de disposição de bens, que consiste na partilha. Gagliano e Pamplona Filho (2019) conceituam a partilha dentro do direito sucessório, como a divisão do patrimônio líquido e de direitos, aos herdeiros, conferindo uma fração ideal a cada um, de forma judicial ou extrajudicial. Dessa maneira, Costa Filho (2016) aduz que os bens digitais podem ser transmitidos por meio de partilha do bem do *de cujos*, dado que em sites pode estar armazenada grande parte do patrimônio. O autor ressalta que o patrimônio sem valor econômico, pertencente ao âmbito da privacidade da pessoa, pode ser objeto de partilha, desde que haja uma declaração expressando sua vontade, se não, devem ser desconsiderados.

Isto posto, denota-se que alguns autores defendem a possibilidade da aplicação dos instrumentos sucessórios aos patrimônios digitais personalíssimos, por meio do testamento, codicilo ou partilha em razão do artigo 1.857, §2º, do Código Civil, para definir a destinação da herança digital. Todavia, há autores que defendem a impossibilidade de transmissão de dados digitais, considerando os direitos personalíssimos à intimidade e à privacidade, tutelados constitucionalmente, que devem ser resguardados pelos herdeiros. De outro lado, há autores que defendem transmissão total da herança digital aos herdeiros, uma vez que a projeção de direitos da personalidade atribuída aos herdeiros confere legitimidade para decidir a destinação desses bens digitais.

3.2 APLICAÇÃO DE UM REGIME DIVERSO EM VIRTUDE DA PRIVACIDADE

Destarte, diante de um ordenamento jurídico desprovido de uma regulamentação específica e de uma pacificação jurisprudencial acerca da herança digital, alguns doutrinadores buscam aplicar um regime diferenciado para solucionar a temática.

Evidencia Pereira (2018) que a sociedade brasileira evita toda e qualquer discussão que envolva a palavra morte, principalmente ao que tange a destinação do seu patrimônio, fato pelo qual, existe um livro inteiro no Código Civil normatizando esta questão. Além disso, afirma que a burocracia para validação de um testamento acerca dos bens materiais, no Brasil, afasta as pessoas dessa alternativa, o que não seria diferente com os bens digitais.

Então, Pereira (2018) aduz que é necessária uma atuação positiva do Estado, tendo em vista que ele tem o dever de tutelar os direitos da personalidade em vida e *post mortem*. Segundo o autor, a atuação do Estado deve ocorrer mediante a elaboração de uma legislação específica que regulamente a (im)possibilidade da transmissão dos bens digitais, evitando o aumento de demandas judiciais para assegurar a defesa dos direitos da pessoa falecida, especialmente, porque os bens digitais na sua maioria são personalíssimos.

Nessa mesma linha afirma Leal (2018), pois a autora acredita que a herança digital não pode estar à sombra das definições de aspectos patrimoniais, considerando a complexidade de possibilidades de situações jurídicas provenientes dessa temática, devendo ela ser efetivamente tutelada.

Do mesmo modo, Franco (2015) ressalta que com a criação de uma legislação específica quanto à herança digital, definindo e regulamentando a transmissão dos

ISBN 978-65-5629-077-5

bens digitais, evitaria a judicialização dessa questão e, por conseguinte, o aumento das demandas judiciais, havendo maior celeridade na solução dos casos concretos.

Nesses lindes, afirma Augusto e Oliveira (2015, p.13):

> Apesar dos esforços da iniciativa legislativa, não há como se ignorar que o direito precisa evoluir conforme as transmutações do comportamento dos indivíduos que compõem a respectiva sociedade. Nesse viés, vislumbra-se não só a necessidade de o legislador inovar para poder garantir a estabilidade e segurança jurídica, mas também de incluir hipóteses de apreciação do judiciário de questões controvertidas a respeito da classificação de quais tipos de bens que compõem o acervo digital poderiam ser transmitidos por herança.

Nota-se que, para o autor, a criação de uma legislação não é suficiente para promover segurança jurídica quanto à herança digital, sendo imprescindível a atuação do poder judiciário sobre a classificação dos bens digitais suscetíveis de transmissão, sobretudo, em casos controvertidos, ou seja, é necessário o debate no âmbito judiciário, a fim de que seja aplicada a hermenêutica jurídica, para se buscar a melhor solução a esses casos.

Sob outro ângulo, Lara (2016) estabelece que os termos de uso dos aplicativos, estão sendo aplicados de forma paliativa para solucionar a questão da (in) transmissibilidade dos bens digitais. Assim, a título de exemplificação nos termos de uso do Facebook, o usuário possui as opções de transformar a conta em um memorial, exclusão total da conta ou escolher um herdeiro para decidir sobre a destinação; nos termos de uso do Twitter, existe a possibilidade de uma pessoa com parentesco, baixar todos os tweets ou requerer o encerramento da conta; já nos termos do Google, tem uma plataforma específica para o usuário dispor sobre a sua conta; e nos termos da Microsoft, há possibilidade de acessar todo o armazenamento de e-mails do usuário.

Peixoto (2018) salienta que os mencionados aplicativos reformularam seus termos de uso para incluir um campo específico referente à herança digital, visto que passou a ser motivo de preocupação após as primeiras demandas judiciais, propostas pelos herdeiros, requerendo acesso aos acervos digitais do usuário falecido.

Quanto aos termos de uso, Pereira (2018) afirma que eles podem regulamentar a herança digital, porém favorecendo os aplicativos, uma vez que foram criados de forma universal e unilateral, sem analisar as peculiaridades jurídicas de cada país ou oportunizando o usuário a se manifestar quanto às regras de uso. Em razão disso Franco (2015) aduz que os termos de uso devem ser aplicados de forma restrita, a fim de assegurar que não haja qualquer violação de direitos dos usuários no âmbito digital.

Desse modo, Franco (2015) destaca que a aplicação dos termos de uso dos aplicativos sobre herança digital pode resultar em um aumento de demandas judiciais entre os usuários e as empresas, para solucionar a colisão entre as cláusulas dos termos de uso e os direitos do usuário. Então, o autor evidencia que para ser possível a aplicação dos termos de uso nos casos de herança digital, deve haver um processo de verificação quanto à compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, para que assim possua efeitos, proporcionando maior segurança jurídica aos usuários.

No entanto, Costa Filho (2016) discorda desse posicionamento, em razão de o termo de uso poder ser interpretado como um contrato de adesão, visto que o usuário compactua com as cláusulas estipuladas, sendo possível a aplicação das regras

ISBN 978-65-5629-077-5

contratuais aos termos de uso, assim assegurando o usuário quanto a eventuais abusividades previstas em suas cláusulas.

Esse entendimento está em harmonia com o Código Civil, em decorrência da valorização à autonomia privada, a fim de que as previsões contratuais sejam a lei entre os pactuantes. Nessa linha, no âmbito da herança digital, Flávio Tartuce (2018) afirma que deve ser buscado um equilíbrio entre a autonomia privada e atribuição dos bens digitais aos herdeiros, mesmo que haja uma estipulação, sendo necessária a ponderação dentro do direito sucessório, para que não ocorra a violação de direitos do usuário falecido.

De outro lado, Sampedro, D´isep e Mostaço (2020) afirmam que o contrato é a principal fonte normativa existente entre o usuário e a empresa digital, dado que estão previstos os direitos e deveres. Assim, para os autores, é imprescindível o cumprimento das cláusulas contratuais, em respeito ao princípio da *pacta sunt servanda* e a preservação da autonomia privada, o que resultará na garantia da segurança jurídica nas relações contratuais e solucionará a questão quanto à possibilidade ou impossibilidade da transmissão do patrimônio digital.

Além disso, os mencionados autores defendem a utilização de sites, criados com o objetivo de ser um instrumento para os usuários manifestarem sua vontade quanto aos seus bens e contas digitais, ou seja, foram desenvolvidos sites para auxiliar em um planejamento sucessório no âmbito virtual, a fim de que se evite uma problemática judicial posterior, quais são *SecureSafe* e *If I Die*. O *SecureSafe* é um site, no qual o usuário indica membros de sua família ou sócios de seus negócios, para terem acesso a informações relevantes, quando falecer. O *If I Die* proporciona que o usuário escreva mensagens, as quais serão carregadas no perfil do Facebook ou destinadas a pessoas determinadas, quando confirmada a morte desse usuário por três amigos selecionados (Sampedro, D´isep, Mostaço, 2020).

Nesse sentido, a autora Leal (2018) evidencia que há também empresas especializadas nessa temática, as quais são contratadas com o intuito de atribuir à conta da pessoa falecida uma destinação e administração específica, podendo ser para exclusão ou manutenção.

Nessa perspectiva, percebe-se que os mencionados sites e empresas possuem ligação com o testamento digital, tendo em vista que o objetivo é facilitar ao usuário a manifestação da sua vontade quanto à destinação dos seus dados digitais *post mortem*. Lara (2016) afirma que apesar de os brasileiros não possuírem a cultura testamentária, a sociedade brasileira está sujeita há novos hábitos que o mundo virtual pode proporcionar, inclusive no âmbito sucessório, pois as pessoas perceberão a importância do testamento na esfera digital, sendo que o Direito Digital tende a autorregulamentação e solução consensual, e quando não forem suficientes, será necessário o ingresso de demandas judiciais.

Diante disso, para o autor, considerando todas as inovações para manifestação de vontade, o testamento digital será prático e eficaz, o qual proporcionará segurança aos usuários, bem como a retirada da responsabilidade dos sucessores, isso evitará que sejam perdidos todos os bens armazenados no acervo virtual ou violação da vontade do titular.

Sob outra perspectiva, há autores que se manifestam de forma contrária, como Maurício Muriack de Fernandes Peixoto (2018) que defende não ser possível a transmissão do acervo digital, porque se trata de direitos essenciais e personalíssimos do falecido, que não deve ser transmitido aos herdeiros de forma automática, uma vez

ISBN 978-65-5629-077-5

que resultará na violação dos direitos fundamentais à privacidade dos titulares, como também de terceiros que interagiram com o falecido em vida.

Ademais, para Peixoto (2018) se tal fato ocorrer estará se transmudando o direito de propriedade das coisas em direito da personalidade, de modo que este será transformado em um bem patrimonial, considerando que a intimidade e a imagem da pessoa morta passarão a integrar um patrimônio. Logo, para o autor, o acervo digital não deve ser alterado, visto ou compartilhado com qualquer pessoa, mesmo que seja um herdeiro legitimado, devendo o Estado impor que haja respeito à vida interpessoal e social da vida privada do falecido.

Nesse contexto, de acordo com Cadamuro (2019) é obrigação positiva de o Estado proteger os direitos da personalidade da pessoa falecida, em prol do princípio da dignidade da pessoa humana. Dessarte, caso seja transmitida a herança digital aos herdeiros do *de cujus*, poderá haver um prejuízo irreparável à sua memória, porque será rompida a sua intimidade, ferindo sua honra e imagem.

Nesse viés, parte da doutrina diz não ser cabível a transmissão de um patrimônio digital aos herdeiros, considerando a ampla proteção constitucional dada aos direitos da personalidade, sobretudo a honra e a privacidade, devendo ser extintos com o falecimento da pessoa, a fim de que haja segurança jurídica e prevaleçam as garantias constitucionais. Sob este ângulo evidencia Cadamuro (2019, p.131):

> [...] a herança digital no tocante à parte de cunho personalíssimo do *de cujus* e não suscetível de valoração patrimonial merece especial atenção, tendo em vista a obrigação fundamental do Estado de garantir a proteção à dignidade da pessoa humana e dos direitos da personalidade do indivíduo, mesmo após a sua morte. Dessa maneira, é factível e mostra-se perfeitamente em consonância aos ditames e garantias constitucionalmente previstas, a postura do Estado em não conceder o acesso, de maneira irrestrita, da herança digital aos seus correspondentes herdeiros, sob grave risco de ferir, de morte, os direitos da personalidade do falecido, causando danos irreversíveis à sua memória.

Na mesma conjuntura, o ilustre doutrinador Flávio Tartuce (2019) afirma que os dados digitais que envolvem a privacidade e a intimidade de uma pessoa falecida devem "desaparecer" com ela, isto é, a herança digital, todo o acervo patrimonial de cunho existencial e particular deve morrer juntamente com o titular.

Aliás, sob o prisma dos direitos da personalidade, deve-se mencionar que todas as pessoas se relacionam, atualmente com maior intensidade, em razão das redes sociais. Assim, outra questão que deve receber atenção é o relacionamento virtual do *de cujus* com terceiros, visto que com a sucessão do patrimônio digital aos herdeiros, violará o direito das pessoas vivas que se envolviam com o falecido. Isso porque, quando é permitida a transmissão de todo o acervo digital de uma pessoa falecida, os sucessores terão acesso ilimitado, inclusive às conversas realizadas por meio de aplicativos sociais com outras pessoas, sendo exposta não apenas o titular, como também o interlocutor, tendo este, por conseguinte, uma violação da sua privacidade, honra e imagem (PEREIRA, 2018).

No entanto, Kritz (2019) discorda do posicionamento de Flávio Tartuce, elencado acima, pois declara que as regras de intransmissibilidade baseada no caráter econômico já não são suficientes, considerando que poderá resultar igualmente em inúmeros processos judiciais. Além disso, esses inúmeros processos

ISBN 978-65-5629-077-5

poderão crescer de forma exponencial, considerando que não há qualquer disposição quanto à distinção entre patrimônio digital de caráter econômico ou de caráter existencial. Portanto, para a autora, deve antes de tudo se considerar os efeitos práticos de uma tese, especialmente na que afirma ser possível a transmissão somente dos conteúdos patrimoniais, sem haver uma diferenciação nítida com os dados de conteúdo existencial.

De outro lado, Leal (2018) evidencia uma problemática ainda maior, denominada situações jurídicas dúplices. Isto acontece quando o patrimônio da pessoa falecida possui natureza patrimonial e existencial ao mesmo tempo, como ocorre com os digitais influencers. Para a autora, nesses casos, apesar do acervo digital possuir uma parcela de cunho existencial, devem ser aplicadas as regras atribuídas aos bens patrimoniais, que é a transmissão de todo o patrimônio. Em razão de não haver qualquer diferenciação, devendo ser promovida essa distinção e enquanto não for, buscar-se-á em cada caso, o melhor tratamento e funcionalidade jurídica.

Denota-se que há diversas teses criadas pelos doutrinadores e pesquisadores brasileiros, cada qual com sua relevância e importância, visando buscar a melhor solução para a destinação dos patrimônios digitais, especialmente aos de cunho personalíssimo, não chegando até o presente momento há nenhum consenso de entendimento, sendo imprescindível tal discussão dentro do ordenamento jurídico, considerando que tão logo os casos serão decorrentes e buscarão respaldo ao judiciário, o qual necessitará de um horizonte para decidir cada caso concreto.

4 HORIZONTES PARA REGULAMENTAÇÃO

A partir da análise quanto às possíveis aplicações do atual ordenamento jurídico e as discussões quanto aos regimes diversos, passa-se a análise de alguns horizontes para uma eventual regulamentação ou pacificação quanto à (in) transmissibilidade da herança digital, por meio de projetos de lei brasileiros, jurisprudência alemã e legislação americana. Infere-se que os dois países mencionados são considerados referência quanto às soluções encontradas para a problemática, conforme será visto abaixo.

4.1 ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI

Com a superveniência dos primeiros casos referente à herança digital no Brasil, o poder legislativo começou a discutir sobre essa questão e sobrevieram alguns projetos de lei, a fim de que houvesse uma regulamentação.

O Projeto de Lei de número 4.847/2012[8], já arquivado, pretendia incluir três novos artigos no Código Civil, nos quais haveria um rol exemplificativo quanto aos bens que poderiam constituir o acervo digital, uma disposição permitindo a

[8] Art. 1.797-A. A herança digital defere-se como o conteúdo intangível do falecido, tudo o que é possível guardar ou acumular em espaço virtual, nas condições seguintes: I – senhas; II – redes sociais; III – contas da Internet; IV – qualquer bem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido.
Art. 1.797-B. Se o falecido, tendo capacidade para testar, não o tiver feito, a herança será transmitida aos herdeiros legítimos. Art. 1.797-C. Cabe ao herdeiro: I - definir o destino das contas do falecido; a) - transformá-las em memorial, deixando o acesso restrito a amigos confirmados e mantendo apenas o conteúdo principal ou; b) - apagar todos os dados do usuário ou; c) - remover a conta do antigo usuário.

ISBN 978-65-5629-077-5

transmissão automática de todo o acervo aos herdeiros, caso não houvesse determinação em contrário, e ainda, definia as competências que os sucessores tinham sobre a herança digital.

Em consonância, o projeto de Lei nº 4.099/2012[9], apresentado em 20 de junho de 2012 pelo deputado Jorginho dos Santos Mello, arquivado pelo Senado, pretendia inserir a alteração no artigo 1.788, do Código Civil, no sentido de autorizar o acesso de herdeiros a todos os arquivos e conteúdos digitais de falecidos.

Ambos os projetos são alvo de inúmeras críticas, pois, conforme já foi destacado, a transmissão automática de todo o acervo digital caracterizará a violação aos direitos fundamentais tutelados pela Constituição Federal, Código Civil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados. Leal (2018) salienta que a problemática proveniente das propostas legislativas é evidente, em decorrência de não haver qualquer consideração quanto à proteção do direito à privacidade dos terceiros interlocutores, os quais podem ter sua intimidade e privacidade exposta.

Ainda, a autora afirma que ambos os projetos violariam a privacidade e a intimidade do falecido ao ter todas as suas informações acessadas pelos seus familiares, de forma ilimitada. Explica a doutora que os usuários, ao criarem suas contas com senhas, possuem uma expectativa de privacidade maior, porque ao utilizá-la, tudo que ali constar estará resguardado, por meio da senha, do acesso de terceiros, mantendo a sua privacidade. No entanto, tal expectativa não é atribuída aos bens físicos, como diários e cartas, uma vez que eles estão no alcance de terceiros, geralmente, encontrados nos pertences dos entes queridos, havendo um acesso involuntário, posto que não há um impedimento, como a senha nos bens virtuais, razão pela qual não podem ser equiparados os bens digitais e os bens reais de cunho existencial e, por consequência, não se aplicar o mesmo entendimento de transmissão aos herdeiros (LEAL, 2018).

Para Pereira (2018), os projetos desrespeitam o equilíbrio necessário entre o direito ao esquecimento e a herança digital, ou seja, com a transmissão de todo o acervo digital de uma pessoa, por meio da herança, será herdado determinados dados que deveriam ser esquecidos, ou juntamente com o seu titular desaparecido como diz Flávio Tartuce. Além disso, afirma que há uma violação ao direito à privacidade do usuário e dos terceiros com quem se relacionou.

Na mesma linha, Costa Filho (2016) salienta que os projetos de lei contrariam a jurisprudência brasileira, que não concede acesso do acervo digital aos herdeiros quando não há manifestação de última vontade, a fim de resguardar o direito à inviolabilidade e sigilo de informações, à intimidade e vida privada, conforme estabelece a Constituição Federal.

Pereira (2018) aduz que os projetos de lei merecem algumas alterações, visto que desconsideram as disposições do Código Civil e todo o caráter personalíssimo existente dos bens que constituem a herança digital, sendo necessária uma disposição minuciosa quanto à determinação de quais bens armazenados virtualmente poderão ser transmitidos, pois a simples transmissão total desrespeita todas as proposições acerca do tema e sobrepõe o direito à herança do direito à privacidade.

No entanto, ao se analisar as justificativas dos mencionados projetos, percebe-se no projeto de Lei nº 4.099/2012, que houve a alegação de que foram consideradas

[9] Art. 1.788. Parágrafo único. Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança.

ISBN 978-65-5629-077-5

as soluções dispares a casos semelhantes, razão pela qual surgiu a necessidade de a lei civil prevenir e pacificar esses conflitos, considerando inclusive, os desejos das famílias em obter acesso ao acervo digital de seus entes queridos. Já o projeto de Lei nº 4.847/2012, justificou-se em uma pesquisa realizada em Londres, na qual 30% dos entrevistados consideravam suas posses virtuais uma herança digital, assim, apesar de no Brasil não haver muita exploração, o autor verificou a necessidade de uma legislação, para assegurar os direitos dos familiares em gerenciar o legado digital do usuário falecido, como também permitir que o usuário manifeste sua vontade quanto ao seu acervo digital (LARA, 2016).

Importante mencionar que atualmente, encontram-se dois Projetos de Lei em tramitação. O Projeto de Lei nº 5.820/2019, que tem por objetivo alterar o artigo 1.881 do Código Civil, incluindo no parágrafo quarto uma definição de herança digital e determinando que os codicilos sobre esta herança não precisarão de testemunha para validação. Já o Projeto de Lei nº 6.468/2019, tem por finalidade a inclusão de um parágrafo único, o qual permite a transmissão de toda a herança digital aos herdeiros (HONORATO, LEAL, 2020).

Nesses lindes, constata-se que embora os projetos de lei arquivados e em tramitação sejam oportunos, foi deixado de observar o ordenamento jurídico ao qual seriam inseridas as leis, assim contrariando muitos direitos tutelados constitucionalmente, conforme dispuseram os autores mencionados. Dessa forma, em que pese exista imprescindibilidade de uma solução quanto à (im)possibilidade da transmissão do acervo digital, caso se entenda necessária a criação de uma lei, esta deve estar em consonância com o ordenamento jurídico, especialmente os princípios constitucionais, para que não viole os direitos assegurados aos usuários.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA ESTRANGEIRA

Importante trazer à baila alguns regulamentos e decisões internacionais sobre a questão, a fim de demonstrar algumas providências tomadas por países pioneiros nessa temática, os quais já possuem maior experiência, considerando os casos de repercussão, como já demonstrado.

Inicialmente, destaca-se que na União Europeia foi instituído o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (General Data Protection Regulation ou GDPR) – Regulamento n. 679/2016 –, no qual ficou consignado que as regras ali constantes não teriam aplicabilidade para os dados de pessoas falecidas, eximindo-se da responsabilidade e atribuindo-a aos Estados-membros, pois se caracteriza como um horizonte para os países aperfeiçoarem a partir de suas legislações e costumes. A propósito, o regulamento prevê, expressamente, no item nº 27, que cada Estado possui competência para regulamentar sobre os dados pessoais das pessoas falecidas, principalmente no que tange a sua transmissão. Por isso, os países integrantes passaram a dispor em suas legislações sobre os dados das pessoas falecidas (Sampedro, D´isep, Mostaço, 2020).

Contudo, diferentemente de outros países pertencentes à União Europeia, a Alemanha, embora ainda não ter codificado seu posicionamento quanto à possibilidade de transmissão do acervo digital aos herdeiros, tornou-se uma referência a partir da repercussão originada pelo caso dos pais de uma adolescente falecida na estação de metrô que pleitearam judicialmente o acesso à conta do Facebook da filha, considerando que foi analisado pelo Tribunal Federal Alemã, Bundesgerichtshof (BGH) e estabelecido o precedente no país, o que será analisada nas próximas linhas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme exposto anteriormente, trata-se de uma ação proposta pelos pais de uma adolescente de 15 anos, falecida em uma estação de metrô, em face da rede social Facebook, pleiteando o acesso a conta da filha falecida, com o objetivo esclarecimentos quanto à sua morte, se houve um acidente ou um suicídio, por meio das conversas privadas. Além disso, tal acesso serviria como uma defesa aos pais, os quais estavam sendo processados pelo condutor do metrô, requerendo danos morais em decorrência do abalo sofrido pela morte da adolescente (FRITZ, 2019).

Infere-se que os pais da adolescente possuíam a senha de acesso. No entanto, com a morte da usuária, o Facebook transformou a página em um memorial, na qual poderiam ser postadas homenagens e mensagens, mas não poderia ser acessado por outrem, sob o argumento de que o acesso de qualquer outra pessoa violaria o direito à privacidade da usuária e dos seus contatos, interlocutores de suas mensagens, sobretudo de adolescentes, que costumam trocar mensagens íntimas, sendo um dever de a rede social proteger a comunicação no seu âmbito (FRITZ, 2019).

Apesar da contestação apresentada pelo Facebook, o juízo de primeiro grau deu provimento ao pleito dos pais da adolescente, concedeu, inclusive, acesso a todas as contas de e-mails, celular, whatsapp e redes sociais, dado que para o juiz de origem, a herança digital do falecido pertencia a seus herdeiros. Em sede recursal a decisão foi oposta, negou-se o acesso dos pais, apesar de reconhecerem que as obrigações e pretensões contratuais, como a estabelecida com o Facebook pela usuária, seriam passíveis de transmissão aos herdeiros como herança. O tribunal considerou que ocorreria uma violação ao sigilo das telecomunicações dos interlocutores da pessoa falecida, razão pela qual, não é possível o acesso dos herdeiros (FRITZ, 2019).

Entretanto, a Corte alemã, após cinco anos de lide, posicionou-se favorável ao acesso dos pais à conta da filha falecida, reconhecendo o direito sucessório da família. Nas palavras da doutora Karina Nunes Fritz (2019, p.194):

> [...] reconheceu a pretensão dos pais, herdeiros únicos da menor, de ter acesso à conta e a todo o conteúdo nela existente, uma vez que essa pretensão decorre do contrato de consumo (contrato de utilização) existente entre a adolescente e o Facebook, o qual é transmissível aos herdeiros com a morte. Para a Corte, o direito sucessório à herança digital não se opõe aos direitos de personalidade post mortem da falecida, ao direito geral de personalidade do de cujus ou dos terceiros interlocutores, ao sigilo das comunicações, nem tampouco às regras sobre proteção de dados pessoais.

Nesses lindes, a autora evidencia algumas considerações feitas pela Corte que merecem ser destacas. Primeiramente, o BGH considerou que conforme está expresso em seu ordenamento, todas as relações jurídicas são transmitidas aos herdeiros, ressalvando as que se extinguem com a morte. Logo, não poderia ser diferente no âmbito digital, pois as cartas e diários são comunicação análoga às mensagens instantâneas. Salienta ainda, que os terceiros interlocutores devem suportar o risco de outras pessoas terem acesso às informações constantes no acervo digital daquele com quem se relacionou, uma vez que como não se sabe se uma carta chegará ao destinatário ou se outrem a lerá, ocorre com o conteúdo digital, especificamente, mensagens, fotos, vídeos, e-mails compartilhados por plataformas digitais. Além disso, infere-se que a Lei Fundamental do país e os princípios

ISBN 978-65-5629-077-5

sucessórios, autorizam a transmissão dos conteúdos digitais, da mesma forma como ocorre com os analógicos.

Outrossim, o Tribunal alemão considerou que a relação contratual entre usuário e rede social não se extingue com a morte. Essa relação contratual é firmada por meio dos termos de uso impostos, unilateralmente pelo Facebook, razão pela qual algumas cláusulas são consideradas abusivas, consequentemente nulas, sendo uma delas a transformação do perfil em um memorial, visto que há uma nítida modificação do conteúdo contratual, na obrigação principal da rede, qual seja permitir o acesso e disposição do usuário, ora herdeiros, à sua conta e conteúdos provenientes dela, gerando uma disparidade, o que é vedado em lei alemã. Sendo assim, tem-se como nula a cláusula que dispõe que a página do usuário se tornará um memorial compulsoriamente, considerando-a como abusiva (FRITZ, 2019).

Além disso, a Corte alemã firmou que os contratos não possuem natureza personalíssima, porque os direitos e deveres são os mesmos para todos os usuários, isto é, o Facebook tem o dever de dar o acesso a todos os seus usuários, de forma igualitária, sem qualquer distinção, permitindo assim, que cada pessoa crie o seu próprio conteúdo, o qual terá cunho personalíssimo. Assim, para o Tribunal a rede social só poderia alegar a proteção ao direito personalíssimo se prestasse distintamente seus serviços a cada usuário, o que não acontece, já que confere apenas uma licença a cada um e estes decidem o conteúdo que atribuíram nessa conta (FRITZ, 2019).

Por fim, o Bundesgerichtshof afastou a tese que defendia a natureza do conteúdo ser existencial, isto é, não há qualquer distinção da natureza do patrimônio que vai ser transmitido aos herdeiros, mediante a herança. Então, para os alemães, como a lei não faz distinção entre bens patrimoniais e personalíssimos, todos são suscetíveis à herança, logo não há razões para que o patrimônio digital seja desconsiderado ou possua um tratamento diferenciado. Oportunamente, sob esse mesmo argumento, afastou a teoria minoritária que defendia a necessidade de um terceiro selecionar quais bens digitais poderiam ou não ser transmitidos, sendo que todos são suscetíveis à herança (FRITZ, 2019).

Diante disso, verifica-se que a Corte Alemã se utilizou das normas já existentes para resolver o caso, firmando o entendimento de que, em regra, caberá aos usuários decidirem sobre a possibilidade de transmitir ou não seu patrimônio digital, no entanto caso não o faça, será imposta a transmissão de todo o conteúdo digital aos herdeiros, como ocorre com o conteúdo analógico, respeitando assim a autonomia privada e autodeterminação do titular.

De outro lado, têm-se os Estados Unidos, possuem diversas regulamentações dos seus estados-membros, na medida em que foram surgindo os casos, houve a necessidade de elaborar novas leis relativas ao acesso dos herdeiros ao acervo digital, razão pela qual a regulamentação se subdivide em três gerações (FRANCO, 2015).

A primeira geração é composta pelas legislações dos Estados da Califórnia, Connecticut e Rhode Island, as quais versavam apenas sobre as contas de e-mails. O primeiro estatuto foi promulgado em 2002, na Califórnia, porém não possuía muita eficácia, posto que previa apenas que deveria haver a notificação, no próprio e-mail do usuário, acerca do seu falecimento. Posteriormente, em 2005, em Connecticut, promulgou-se a lei que permitia o acesso ao conteúdo do e-mail ou conta, mediante apresentação dos determinados documentos. Em sequência, Rhode Island, no ano de 2007, promulgou a lei que permitia o acesso aos e-mails do falecido ou às cópias

ISBN 978-65-5629-077-5

desses, a partir da apresentação da certidão de óbito e certidão de nomeação de procurador, administrador ou ordem judicial (LARA, 2016).

Já a segunda geração composta pelo Estado de Indiana, promulgou a sua legislação, em 2007, a qual compreende os registros armazenados eletronicamente, ou seja, a proteção do patrimônio digital. A lei estabeleceu que a empresa que armazenava os registros eletrônicos da pessoa falecida, após receber a notificação de que usuário faleceu, estava impedida de destruir por dois anos, todas as informações e registro que possuía, sendo que, para os herdeiros terem acesso deveriam apresentar cópia de testamento e da certidão de óbito, ou ordem judicial (PEREIRA, 2018).

Por sua vez, a terceira geração em 2010, surgiu com os Estados de Oklahoma e Idaho, a qual aumentou a atribuição de proteção, incluindo mídia social e microblogging. A norma definia que as empresas deveriam proteger e entregar a quem tivesse direito os ativos digitais. No Estado de Oklahoma, promulgou-se a lei que autorizava aos procuradores ou administradores o encerramento de qualquer conta digital que a pessoa falecida possuísse. Na sequência, o Estado de Idaho alterou o Código de Sucessões, a fim de permitir que o representante de um falecido encerrasse as contas digitas (LARA, 2016).

Outros Estados americanos discutiram sobre o tema, embora não haja lei para disciplinar, como Oregon, que estabeleceu uma noção genérica sobre os bens digitais, para que possam ser tutelados pela legislação, Nebraska e Nova York discutem a aprovação de lei que prevê a possibilidade de haver um representante legal assumir ou excluir as contas do falecido, podendo haver limitação da vontade do titular, por meio do testamento ou ordem judicial (PEREIRA, 2018).

Importante mencionar o posicionamento do Estado de Massachussetts, pois ele possui um estatuto legal que contraria os termos de uso dos principais serviços da internet, uma vez que autoriza um representante legal, herdeiro ou membro da família da pessoa falecida ter acesso às contas de e-mails, apesar de haver negativa expressa do provedor, excetuando os casos em que houver negativa expressa do falecido, titular da conta. No mesmo sentido, dispõe a lei de Delaware, a qual define que apesar de haver negativa nos termos de serviço, os bens digitais poderão ser transmitidos aos herdeiros, até mesmo o acesso à conta do Facebook, dos usuários falecidos (PEREIRA, 2018).

Diante de tantas previsões esparsas nas legislações estaduais, a Comissão de Uniformização de Leis – *Uniform Law Comission* (ULC) – criou um documento, a fim de regulamentar de maneira mais uniforme os ativos digitais, resultando na elaboração da Lei de Acesso Fiduciário Uniforme para Ativos Digitais – *Revised Uniform Fiduciary Access To Digital Assets Act* (RUFADAA) –, de 2015, que visa proporcionar um caminho para os procuradores ou herdeiros gerenciarem os ativos digitais dos usuários falecidos. Salienta-se que, a lei foi redigida como uma diretriz, a qual pode ser recepcionada ou não pelos Estados-membros. Refere-se que essa Lei, foi um instrumento significativo em favor dos herdeiros de bens digitais, fato pelo qual muitos Estados já a recepcionaram (PEREIRA, 2018).

A mencionada lei americana prevê a definição de ativos digitais e dispõe que eles poderão ser administrados por uma determinada pessoa com o falecimento do titular, mas essa pessoa não poderá ter acesso sobre os conteúdos das comunicações eletrônicos, excetuando consentimento do titular. Ademais, estabelece-se que para obter acesso a alguns tipos de ativos digitais, o fiduciário deverá solicitar ao juízo,

ISBN 978-65-5629-077-5

demonstrando as razões, podendo o juiz se valer dos termos de serviço para conceder ou não o acesso.

Constata-se que a Alemanha e os Estados Unidos buscaram soluções distintas para a temática, apesar disso ambos os países já decidiram favoravelmente à possibilidade de transmissão do patrimônio digital, inclusive, os de cunho personalíssimo. Desse modo, em regra, atribui-se aos usuários o direito de escolha quanto à destinação dos seus acervos digitais, por meio da manifestação da sua vontade em testamento, todavia, caso não ocorra, o acervo digital será transmitido como uma herança digital. Verifica-se, portanto, um horizonte de regulamentação que pode ser utilizado pelo Brasil.

5 CONCLUSÃO

Nesses lindes, percebe-se que a herança digital é todo o patrimônio digital, de cunho personalíssimo ou econômico, constituído em vida por um usuário ao fazer uso de plataformas digitais, que fica armazenado na nuvem dessas. Em relação à herança digital surgiram vários casos quanto à possibilidade ou não da sua transmissão aos herdeiros, especialmente o patrimônio personalíssimo, quando não há manifestação de vontade do usuário, contribuindo para conceituação dessa temática e ensejando novas discussões dentro do direito sucessório e do direito da personalidade.

Diante disso, buscou-se analisar as discussões doutrinárias sobre a aplicação do direito sucessório a herança digital, oportunidade em que se nota a defesa de alguns autores quanto à legitimidade dos instrumentos sucessórios, quais são testamento, codicilo e partilha, para manifestação do usuário sobre sua herança digital. No entanto, apura-se que ao se considerar o ordenamento jurídico brasileiro, quando não há manifestação por parte do usuário por meio desses instrumentos, a herança digital não é suscetível de transmissão, considerando os direitos constitucionais à intimidade e à privacidade.

Além disso, analisaram-se teses firmadas por estudiosos da herança digital, as quais preveem novos regimes que podem ser aplicados à problemática, como a criação de uma legislação específica, a equiparação dos termos de uso aos contratos, a validação dos testamentos digitais – quando há manifestação de última vontade –, a impossibilidade de transmissão considerando a natureza personalíssima do acervo digital, a possibilidade de transmissão de todo o patrimônio digital aos herdeiros, sem qualquer distinção, e a possibilidade de transmissão nas situações jurídicas dúplices, havendo conflito entre todos, mas prevalecendo a manutenção dos direitos personalíssimos dos usuários.

Posteriormente, apuraram-se os Projetos de Lei sobre a herança digital, os quais foram alvo de críticas pelos autores, pois eles possibilitavam a transmissão de todo patrimônio digital não fazendo distinção entre eles, nos casos em que o usuário não expressava a sua vontade, não havendo qualquer menção sobre os direitos da personalidade e a sua tutela.

Por fim, analisou-se a jurisprudência alemã e a regulamentação dos Estados Unidos da América sobre a herança digital. Tem-se que os Estados Unidos da América, após a promulgação de diversas legislações nos estados-membros, a Comissão de Uniformização de Leis elaborou uma lei, com o intuito de uniformizar a destinação dos acervos digitais e a administração deles pelos herdeiros, quando houver a transmissão. De outro lado, a Corte Alemã decidiu pela pacificação do entendimento no país, por meio da legislação já existente, não sendo criadas novas

ISBN 978-65-5629-077-5

leis para permitir a transmissão de toda a herança digital aos herdeiros do usuário, uma vez que conforme o ordenamento jurídico não há violação de direitos da personalidade.

Ante o exposto, conclui-se que não é possível a transmissão aos herdeiros do patrimônio digital de um usuário que não manifestado sua vontade quanto à destinação desses bens, pois há uma ampla proteção sobre os direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer disposição ou decisão em contrário acarretaria na violação de direitos constitucionais e na insegurança jurídica. Assim, impreterível se faz a atuação do Estado para garantir à proteção dos direitos da personalidade dos usuários e dos seus interlocutores, por meio de uma pacificação jurisprudencial quanto à impossibilidade de transmissão da herança digital, visto que os direitos já estão sendo tutelados pela Constituição Federal e pelo Código Civil, sendo necessária a garantia desses direitos em todos os âmbitos, inclusive, no digital.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Naiara Czarnobai; OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia de. **A possibilidade jurídica da transmissão de bens digitais "causa mortis" em relação aos direitos personalíssimos do "de cujus"**. Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direito da sociedade em rede, 3., 2015, Santa Maria. ISSN nº 2238-9121. Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/wp-content/uploads/sites/563/2019/09/6-16-1.pdf>. Acesso em: 9 fev 2020.

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 nov 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 23 nov 2019.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Marco Civil da Internet**. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 23 nov 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.099, 2012**. Altera Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>. Acesso em: 23 nov 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.847, 2012**. Altera Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>. Acesso em: 23 nov 2019.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 5820, de 2019**. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/ proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>. Acesso em: 6 set 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n. 6468, de 2019**. Altera o art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a sucessão dos bens e contas digitais do autor da herança. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/ materia/140239>. Acesso em: 6 set 2020.

CADAMURO, Lucas Garcia. **Proteção dos direitos da personalidade e a herança digital**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2019.

COSTA FILHO, Marco Aurélio de Faria. **Patrimônio digital**: Reconhecimento e Herança. 1. ed. Recife: Nossa Livraria, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo; MOSTAÇO, Gabriel Marques; SAMPEDRO, Nancy. **Os aspectos jurídicos da herança digital.** Revista da Universidade de Ibirapuera, v. 19, p. 9-16, 2020.

FRANCO, Eduardo Luiz. **Sucessões nas redes sociais**: tutela jurisdicional dos dados on-line do de cujus. Gomes, Renata Raupp. Florianópolis: UFSC, 71 p. (Dissertação) – Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título Bacharel em Direito, 2015.

FRITZ, Karina Nunes; MENDES, Laura Schertel. Case Report: **Corte alemã reconhece a transmissibilidade da herança digital**. Revista Direito Público, v. 15, p. 188-211, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**: volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**: direito das sucessões. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

IFIDIE. Disponível em: <http://ifidie.org/> Acesso em: 31 ago 2020.

GLOBO. Portal de notícia G1. **Mãe pede na Justiça que Facebook exclua perfil de filha morte em MS**. Online, 2013. Disponível em:<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/04/mae-pede-na-justica-que-facebook-exclua-perfil-de-filha-falecida-em-ms.html>. Acesso em: 9 fev 2020.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Disposição última vontade [Entrevista]. Revista IBDFAM, Belo Horizonte-MG, v. 33, p. 8 – 11.

HONORATO, Gabriel; LEAL, Livia Teixeira. **Exploração econômica de perfis de pessoas falecidas**: reflexões jurídicas a partir do caso Gugu Liberato. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 23, p. 155-173, jan./mar. 2020. DOI:10.33242/rbdc.2020.01.008

LARA, Moisés Fagundes. **Herança digital**. 1. ed. Porto Alegre: Edição do Autor, 2016.

ISBN 978-65-5629-077-5

LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário**: a necessária superação do paradigma da herança digital. Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCilvil, Belo Horizonte, v. 16, p. 181-197, abr./jun. 2018.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: sucessões. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LUIS, Leonardo. Bens digitais guardados na nuvem estão entrado em testamentos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 2 nov 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2011/11/1000237-bens-digitais-guardados-na-nuvem-estao-entrando-em-testamentos.shtml> Acesso em: 31 ago 2020

PEIXOTO, Maurício Muriak de Fernandes. **Transmissibilidade do acervo digital de quem falece**: efeitos dos direitos da personalidade projetados post mortem. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2018, vol. 10, n. 19, p. 564-607, jul-dez, 2018.
Disponível em: <http://abdconst.com.br/revista20/acervoPablo.pdf>. Acesso em: 23 nov 2019.

PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança digital no Brasil**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SECURE SAFE. Disponível em: <https://www.securesafe.com/app/> Acesso em: 31 ago 2020.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito das sucessões. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. **Herança digital e sucessão legítima**. Primeiras reflexões. Rjlb - revista jurídica luso-brasileira, v. 1/2019, p. 871-878, 2019.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. **Revised Uniform Fiduciary Access To Digital Assets Act** (RUFADAA, Virginia, 2015). Disponível em: <https://www.uniformlaws.org/viewdocument/final-act-no-comments-33?CommunityKey=f7237fc4-74c2-4728-81c6-b39a91ecdf22&tab=librarydocuments> Acesso em: 31 ago 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DA ARQUITETURA E URBANISMO, DESING, JORNALISMO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DE OBRA: ESFINGE DE GIZÉ

Beatriz Storrer[1]
Lucilene de Lima[2]

Resumo: A análise da Esfinge de Gizé foi feita baseada no método de Simon Unwin[3]. Usando os seguintes tópicos como base, identificação de lugar, elementos básicos da arquitetura como a área definida do solo, área elevada, área rebaixada, marco, foco, barreira, cobertura, postes ou colunas, caminhos e aberturas. Foi analisado também os elementos modificadores da arquitetura, como, luz, cor, temperatura, ventilação, som, odor, textura e tato, escala e tempo. Esse método é utilizado como uma definição de informação, para que se tenha maior repertório e inspiração. Visto que a arquitetura se baseia em alguns conceitos antes de começar qualquer croqui, definir a referência usada e criar a partir dela algo novo e surpreendente é o que torna a arquitetura tão bonita e analisar, e descrever sobre obras de referência mundial auxiliam nesse processo.

Palavras chave: Esfinge de Gizé, Elementos básicos da arquitetura, Elementos modificadores da Arquitetura.

1 Introdução

Como todos sabem os egípcios foram grandes construtores e deixaram uma grande carga histórica. Se referir ao Egito sem falar das pirâmides é quase impossível, e protegendo esses sarcófagos as esfinges são também construções de grande prestígio no mundo todo. A História retrata que a Esfinge foi construída com a cabeça do Faraó Quéfren. Para os egípcios ela representava uma divindade: O Deus Sol "Atum Rá". O termo esfinge deriva da língua egípcia "shesep-ankh", que significa "imagem viva", ou seja, ela atuaria como um guardião da Península de Gizé, representando a força do Faraó.

Essa análise tem como fundamento o método de Simon Unwin[3], que ele relata no livro "*A Análise da Arquitetura".* A capacidade do arquiteto de fazer arquitetura pode ser desenvolvida a partir do estudo do trabalho dos outros, da observação e da apreensão das formas como as diversas potencialidades da arquitetura que são exploradas, aplicadas e administradas no projeto de outros autores (UNWIN,1997b). Unwin escreveu esse livro com o intuito de mostrar que a análise de obras na arquitetura como fonte de inspiração é muito importante, é através desse método que os arquitetos podem fazer um estudo mais detalhado, através da observação e da exploração de obras de referência.

Desta forma o objetivo principal deste trabalho é coletaras algumas imagens de referencias da temática de estudo que é a Esfinge de Gisé, e analisa-la segundo o metodo de Simon Unwin.

---

[1] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] ORIENTADORA: Professor Mestre Lucilene de Lima Rocha, Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Simon Unwin é professor de arquitetura na universidade de Dundee, na Escócia. Lecionou palestras em diversos países e sua obra "*A análise da arquitetura" foi* traduzida para vários idiomas, mostrando assim sua relevância internacional.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Examinando uma literatura que cobre um arco de tempo que vai de 1983 a 2008, pode-se encontrar argumentos para defender a interpretação como objetivo da análise projetual e métodos para sua implementação (ESTEVES e LASSANCE, 2011).

> conhecer e compreender o alfabeto antes que possamos formar palavras e desenvolver um vocabulário (...) sermos capazes de reconhecer os elementos básicos da forma e espaço e entenderemos como podem ser manipulados e organizados no desenvolvimento de um conceito de projeto, antes de nos voltarmos para a questão mais vital do sentido na arquitetura (Arquitextos, 2011).

Segundo a revista eletronica Arquitextos (2011) Simon Unwin busca interpretar a "agenda intelectual" de seus objetos. Clark & Pause se utilizam de um sistema de diagramas parciais para interpretar a essência projetual do edifício e representá-la num diagrama de partido. Peter Eisenman interpreta os edifícios como textos que transmitem idéias e podem ser lidos - os mais interessantes desafiando e desorientando o leitor. Simon Unwin é um autor que se preocupa em interpretar a arquitetura com base na fenomenologia de seus elementos, à procura do que denomina a "agenda intelectual do edifício". Mais precisamente, desde um ponto de vista existencial, aborda os elementos "ancestrais" da arquitetura em suas "condições de operação" (fenomenológicas) para avançar além desse nível pré-hermenêutico com o objetivo de expor o processo intelectual subjacente ao objeto analisado.

A arquitetura, a seu ver precisa de interpretação, mas é como a poesia que por vezes permanece inefável. Unwin reconhece o caráter aberto do significado simbólico da arquitetura a interpretações variadas, mesmo quando o simbolismo é construção intencional do arquiteto, mas pensa que os edifícios mais ancestrais têm interpretação menos incerta. A contribuição de Unwin talvez repouse mais em sua decupagem fenomenológica/existencial dos elementos da arquitetura do que, propriamente, em suas interpretações. Nesse sentido, ele oferece uma visão do edifício que não parte da abstração elementarista, como faz Ching, obrigado pela tradição bauhausiana a começar pela lição de Paul Klee: o ponto que se move tornando-se uma linha que, ao se mover, gera um plano, que também se move para se tornar volume. Ao contrário, Unwin elege como seus elementos básicos realidades ancestrais como chão, plataforma, fosso, etc (ESTEVES e LASSANCE, 2011).

Outro ponto importante é a questão do "lugar". Diferentemente de Baker, que torna a arquitetura refém das "forças do lugar", para Unwin é a arquitetura que cria o "lugar", posição que confere ao arquiteto um poder que parece desaparecer na teoria do "genius loci"(Arquitextos, 2011).

Na obra que foi analisada, a Esfinge, que está localizada no Planalto de Gizé, no Egito, com 73 metros de comprimento, 19 metros de largura e 20 metros de altura, localizada no Planalto de Gizé-Egito. Em seu entorno temos as Pirâmides de Gizé e sobre o solo apenas areia. Próximo à cidade de Cairo. E foi construída há mais ou menos 2.500 anos a.C, em um único bloco de pedra calcária, mas foram encontradas duas entradas, uma no quadril e outra nas patas dianteiras, porém

ISBN 978-65-5629-077-5

eram túneis subterrâneos que não levaram a lugar nenhum. O governo do Egito afirma que o interior da peça é maciço, radares detectaram túneis, mas escavações não foram mais permitidas. É observado que a figura mítica do monumento apresenta um corpo de leão e uma cabeça humana do Faraó Quéfren, a respeito da perda do nariz da Esfinge, existem várias teorias, uma delas seria que a perda fosse causada pela degradação/erosão do tempo. E a outra diz respeito às tropas de Napoleão que invadiram o Egito e erram o tiro, atingindo assim o nariz da Esfinge. E a mais provável no século XVI e XVII, os Otomanos teriam feito uma "cirurgia" com barra de metais cinzéis já que no monumento há indícios dessas marcas.

Referindo-se aos **elementos básicos da arquitetura**, temos a **Área definida do solo** (que é uma delimitação de uma área em um terreno. Pode ser pequena ou se estender na direção do horizonte), a esfinge se encontra no planalto de Gizé e podemos observar onde ela está com clareza (figura 1); **Área elevada ou plataforma** (Uma superfície elevada em relação ao terreno natural), no planalto de Gizé não se encontra nenhuma elevação; Área rebaixada ou fosso (uma superfície rebaixada em relação ao terreno natural), não há foço ou área rebaixada, somente alguns túneis subterrâneos; **Marco** (um elemento que identifica um lugar específico da maneira mais básica. Para isso, ocupa um determinado ponto e se destaca em relação ao entorno, independentemente de suas dimensões ou relações próprias de proporcionalidade), a esfinge está localizada em frente às pirâmides de Gizé, que são um marco para história, a esfinge localiza-se à frente como forma de "proteção"; **Foco** (qualquer elemento que concentre a atenção do usuário. Ao contrário do marco, não reúne em si a identificação de um lugar, nem é ponto de referência. Entretanto, possui características próprias que o destacam em relação aos elementos do entorno) com toda certeza a Esfinge é um dos principais focos, o grande monumento possui mais de 70m de comprimento e 20m de altura, além do seu destaque para o corpo do leão, um símbolo de grandeza e força, e sua cabeça humana que também magnífica, nela se encontra a parte que chama mais atenção (ou não se encontra), a esfinge não possui o nariz, o que torna ela muito reconhecida por qualquer pessoa, não precisa nem estar no Egito para saber de qual esfinge estamos falando; **Barreira ou parede** (elemento que divide um lugar do outro. Pode ser uma parede física ou uma linha no chão, configurando uma barreira psicológica), no contexto em que está inserido, vemos blocos de pedras em todo o seu redor, que nos dá a compreender como uma barreira psicológica. Pois, não vemos uma parede em si, apenas uma área com uma devida restrição, dando a entender que não se pode ultrapassar nem chegar mais perto da obra (figura 2); **Teto ou cobertura** (elemento que divide um lugar das forças do céu, abrigando do sol ou da chuva. Uma cobertura implica uma área definida do solo embaixo de si própria. Em função da gravidade, este elemento necessita de suporte de outros elementos) A cobertura e teto formados de pedra calcária (figura 3), no monumento não vemos um teto separado, é tudo acoplado em uma grande unidade. Postes ou colunas (elementos verticais de apoio e suporte a elementos de cobertura) no caso da Esfinge toda ela foi construída com rochas, pedras e tijolos. Então cada peça precisa da peça debaixo para ter sustentação, não vemos nenhum tipo de poste ou coluna, é como se o monumento fosse uma peça só, tudo em um grande conjunto; **Caminhos ou percursos**

(elementos pelos quais as pessoas se deslocam) observa-se caminhos apenas ao redor e dentre as patas da Esfinge, estudiosos já fizeram muitas

ISBN 978-65-5629-077-5

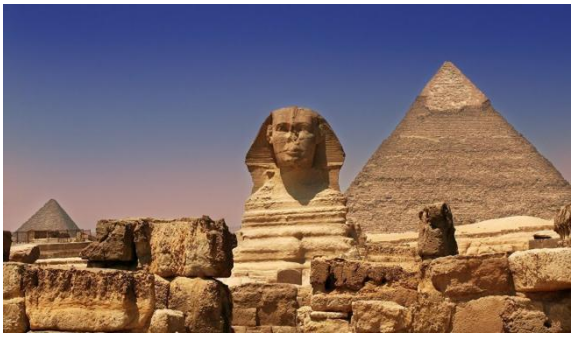
pesquisas sobre possíveis túneis ou caminhos em seu interior. Mas até hoje só túneis sem saída alguma, o governo do estado proibiu outras escavações no lugar (figura 4); **Aberturas** (elementos pelos quais é possível transpor um elemento de barreira de um lugar a outro) único elemento de barreira que temos é psicológico em torno da Esfinge, abertura apenas encontramos dentre as patas do leão.

Figura 1: Localização da Esfinge



Fonte: Goolge Maps, 2021

Figura 2: Imagem da Esfinge



Fonte: Pinterest, 2021

Figura 3: vista superior



Fonte: Google Maps,2021

Figura 4: Esfinge e arredores



Fonte: Pinterest, 2021

Quanto aos **Elementos Modificadores** da arquitetura, que são condições ou forças modificadoras que atuam sobre os elementos básicos e os lugares arquitetônicos que os integram quando os mesmos se concretizam enquanto construções. Dependendo da forma como se relacionam entre si e com os elementos básicos, também podem ser considerados como elementos únicos.

Entre eles a **Luz** (é uma condição e um elemento. É por ela que as pessoas vivenciam os produtos da arquitetura. A luz, natural ou artificial, pode ser

ISBN 978-65-5629-077-5

manipulada pelo projeto de modo a conferir identificação e particularidades aos lugares. O emprego da luz confere à arquitetura algum caráter de escultura, dado que é pela luz que as obras são vistas e apreciadas. Além disso, a luz influencia diretamente as atividades desenvolvidas, nivelando conforto e sensações), a luz que encontramos é a natural, ou seja, o sol. Os horários de visita ao planalto de Gizé, bem como a esfinge, acontecem nos horários diurnos, quando ainda está dia, devido à melhor iluminação; **Cor** (cor e luz são elementos complementares e, por isso, inseparáveis. As luzes podem ser de várias cores e as cores mudam de tom e intensidade conforme a luz. A cor também é um elemento de identidade: é empregada para identificar, descrever, codificar e destacar lugares), a esfinge não terá significativa mudança de cor, já que ela é feita com calcário e como só teremos luz natural, ela não sofre grandes modificações nas cores; **Temperatura** (a temperatura é um elemento de identificação do lugar, uma vez que a humanidade sempre concebeu espaços no intuito de se proteger do frio ou do calor, conter o calor das fogueiras ou ainda barrar as tempestades de neve. A temperatura pode ou não estar associada à luz), O monumento fica localizado no Egito, no subúrbio de Cairo, lá o clima predominante é desértico e pouca vegetação, ou seja, uma temperatura muito quente com baixa umidade; **Ventilação** (A ventilação, temperatura e umidade estão relacionadas – esses três elementos, juntos, identificam lugares secos, úmidos, de ar parado ou ventilados. Os três elementos juntos identificam o clima no lugar) A ventilação neste local varia bastante, mas os ventos fortes são frequentes e algumas tempestades de areias também; **Som** (é possível identificar um lugar pelos sons nele produzidos ou pela forma como o mesmo afeta os sons nele produzidos. Em edificações militares ou religiosas, onde a produção de som possui significado perante as atividades desenvolvidas, o lugar deve promover ou não que o som se propague, ou se disperse, por exemplo), como a esfinge localiza-se no deserto, os sons que escutaremos será o de vento e talvez o de areia voando, fora os sons dos visitantes que estão ali. **Odor** (identifica o lugar uma vez que é produto dos elementos que o compõem e das atividades que nele são desenvolvidas. Os odores podem ser resultado do acaso e da ocupação, ou podem ser planejados de modo a direcionar determinados usos e ocupações), o monumento se encontra em um sítio arqueológico, um lugar onde se encontra vestígios da vida e da cultura material dos povos do passado. Local onde também estão as pirâmides de Gizé que abrigava sarcófagos e outras preciosidades e tesouros. A respeito dessas informações podemos concluir que o odor é de coisas antigas, tem muita areia no lugar e as pedras têm aparência arenosa, que vai se desgastando e soltando um pó; **Textura e tato** (a textura é uma propriedade visível – relaciona-se à visão e à luz. Contudo, também é sensível – é possível senti-la através do tato. Dessas duas maneiras, a textura contribui para a identificação do lugar. As mudanças 59 nas texturas podem refletir a ação do tempo, das erosões. A textura ainda é um elemento viabilizador de experiência para pessoas com baixa ou nula visão), a Esfinge foi toda construída com pedra calcária, tirando as grandes patas do leão em que foi usado tijolos. Uma textura um tanto quanto áspera e grossa, já que as pedras e os tijolos são muito grandes, pesados e feitos para durar e aguentar na medida do possível as mudanças de tempo. Tem uma aparência arenosa, parece feito de areia, mas é apenas resultado da degradação e do solo/superfície onde se encontra (figura 5); **Escala** (na arquitetura, a escala é um elemento identificador dado que se refere ao tamanho de algo em relação ao tamanho de uma pessoa. A escala afeta e define radicalmente a experiência de

ISBN 978-65-5629-077-5

uma pessoa acerca de um lugar), o monumento possui 73 metros de comprimento, 19 metros de largura e 20 metros de altura, para se ter uma melhor noção da grandeza apenas a sua boca tem cerca de 2,5 metros. A Esfinge é a maior estátua esculpida num bloco de pedra, a sensação é de se sentir muito pequeno, um grão de arroz perante a tão grande obra; **Tempo** (o tempo é o último elemento a modificar uma obra de arquitetura. Os efeitos do tempo sobre uma obra podem ser positivos ou negativos. São considerados naturais, geralmente, uma vez que não há decisão humana que controle tais efeitos. O arquiteto pode usar o tempo como elemento de projeto ao promover que certos aspectos da obra sejam percebidos com a experiência e com percursos), com as chuvas, o sol quente o vento e muitos anos após sua construção, nos dias de hoje já não é possível notar a serpente que foi esculpida na testa do artefato arqueológico e muito menos a barba que um dia foi residente em seu queixo. Entre os anos de 1925 e 1936 foram realizadas expedições no monumento que hoje são consideradas as mais antigas dos tempos modernos. Durante todo o processo o engenheiro Emily Baraize foi responsável por remover toda areia, que, com o tempo e as tempestades de areia cobriu não só as suas laterais como cobria também a própria Esfinge. Dentre as enormes patas do leão encontra-se uma placa de granito descrevendo a passagem, estudiosos acreditam que a placa foi pintada de vermelho, mas, com o tempo, a coloração desapareceu. A obra está um tanto quanto dilapidada, com várias rachaduras e com muitos blocos fora do seu devido lugar.

Figura 5: Pedra calcária e Esfinge





Fonte: Escola e Educação, 2021

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido guiado pelo método analítico, onde a obra e métodos de Simon Unwin foram estudados e aplicados neste artigo. Fazendo com que o estudo da obra apresentada seja melhor elaborado e compreendido, tendo em vista suas características projetuais e seus elementos ao redor que o tornam único.Foi apresentado neste trabalho como podemos analisar uma obra e entendê-la melhor, para que sirva como inspiração para futuros projetos. O arquiteto Simon Unwin, com sua obra "*A análise da arquitetura"* nos mostra exatamente isso, e todo o artigo é embasado em seu método. Assim,

ISBN 978-65-5629-077-5

podemos tirar da obra de referência escolhida, Esfinge, que há muito tempo, as obras também foram inspiradas em outras coisas, o grande monumento mítico mostrado no estudo, não é diferente, ele é uma mistura de terra e céu, representado pelo leão, um animal forte e guerreiro e um faraó, que eram os escolhidos dos deuses. Vale ressaltar que essa obra não possui as mesmas características de quando foi finalizada, algumas mudanças sendo pelo tempo, clima, vento, temperatura, até mesmo alguma guerra ou pessoas que modificaram seu rosto. Tudo isso levando em consideração os elementos básicos da arquitetura e seus elementos modificadores, que estão evidenciados e descritos neste artigo, informando o que representa cada elemento e onde encontra-se na grandiosa obra.

REFERÊNCIAS

UNWIN, Simon. **A análise da arquitetura**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Bookman, 2013. 292 p. v. 1. ISBN 9788565837767.

OLEQUES, Liane. **Esfinge de Gizé**. *In*: OLEQUES, Liane. Esfinge de Gizé. [*S. l.*], 2006. Disponível em: https://www.infoescola.com/. Acesso em: 1 set. 2021.

BARREIROS, Isabella. **Egito Antigo**: POR QUE A ESFINGE DE GIZÉ NÃO TEM NARIZ?.

In: OLEQUES, Liane. **Egito Antigo**: POR QUE A ESFINGE DE GIZÉ NÃO TEM NARIZ?. São Paulo, 2019. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol. Acesso em: 1 set. 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

ACESSIBILIDADE DE CALÇADAS EM CASCAVEL/PR

André Luiz Stein[1]
Ketlin Caroline Michelsen[2]
Taís Marini Brandelli[3]

Resumo: É direito de ir e vir de todo cidadão brasileiro e as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida também tem esse direito. As calçadas tem a função de possibilitar o ir e vir com segurança e liberdade nas cidades, porém para isso é necessário garantir a acessibilidade das calçadas. A cidade de Cascavel/PR apresenta leis e programas para regulamentar a acessibilidade em calçadas, com objetivo de promover a acessibilidade e permitir que todos os cidadãos, independentemente das suas limitações físicas, consigam circular com independência e dignidade pelos espaços públicos. Este trabalho tem por objetivo apresentar as ferramentas utilizadas pelo município para promoção da acessibilidade das calçadas.

Palavras-chave: Acessibilidade Universal. Calçadas. Deficiência. Circulação.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de pessoas com deficiência no Brasil e em outros países, inicialmente, foi marcado por exclusão e eliminação, logo o atendimento especializado precisou passar por um período de integração parcial, isso deixou muitas marcas e rótulos associados às pessoas com deficiências, vistas muitas vezes como pessoas incapazes.

A acessibilidade é um elemento essencial para as cidades pois garante melhor qualidade de vida das pessoas. A acessibilidade significa ter facilidade nos deslocamentos, circulação, permanência e acesso aos espaços urbanos com segurança e independência. De acordo com Gomes (2018), espaço público pode ser denominado como todo e qualquer espaço urbano livre e aberto e as calçadas, formalmente chamadas de passeio público, tem a função de possibilitar o ir e vir com segurança e liberdade nas cidades e para isso é preciso que sejam acessíveis à todas as pessoas.

Nos últimos anos algumas mudanças vêm sendo feitas na cidade de Cascavel/PR para a garantia a inclusão das pessoas com deficiências. Em 2011, foi estabelecida a Lei nº 5744, que criou o Programa Calçadas de Cascavel, a qual objetiva conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância de se construir, recuperar e manter as calçadas nas áreas urbanas, informar as responsabilidades e competências da Administração Pública e dos proprietários de imóveis na execução do programa (CASCAVEL, 2011a).

[1] Acadêmico do Curso de Engenharia Civil – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Tais Marini Brandelli do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIVEL.
Associado ao Projeto de Pesquisa: Acessibilidade em Arquitetura e Urbanismo.

ISBN 978-65-5629-077-5

A legislação enfatiza a responsabilidade do proprietário do imóvel na conservação das calçadas, portanto é de suma importância que cada morador se conscientize em adequar as calçadas em frente a suas edificações para a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade da cidade.

Além da conscientização, é relevante enfatizar que a NBR 9050 (ABNT, 2020), a norma da acessibilidade, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação para atender às condições de acessibilidade, porém tal norma é pouco conhecida pela população leiga, o que dificulta a correta execução das calçadas.

A partir do exposto, o objetivo geral deste trabalho é realizar revisão teórica, apresentando as estratégias utilizadas pelo município de Cascavel/PR na promoção da acessibilidade das calçadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil, 24% da população geral tem dificuldade em pelo menos uma das habilidades de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, ou possui alguma deficiência mental e/ou intelectual, segundo os dados divulgados pelo Censo 2010 (IBGE, 2010), o que representa uma grande parcela da população brasileira.

A OMS (Organização Mundial da Saúde), em 1989, definiu deficiência como qualquer perda ou anormalidade relacionada à estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. A deficiência não se trata de uma doença, mas uma condição a falta de estrutura, capacidade de garantir o bem-estar do indivíduo, ou seja, uma mãe com um carrinho de bebê, um idoso com uma bengala (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Já houve muitos termos para nomenclatura das pessoas com deficiência física, por exemplo o termo "inválidos", que foi usado até o século 20, embora no final do seu uso já era usado sem nenhum sentido pejorativo. Depois disso, até por volta de 1960 o termo usado foi "incapacitados", o termo "defeituosos" foi usado entre os anos de 1960 e 1980 (SASSAKI, 2005).

Porém, na década de 50, as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) já usavam um termo mais justo, "os excepcionais" para pessoas com deficiência intelectual. Depois a evolução passou para "pessoas deficientes", nos anos 90 passou-se a usar "pessoas com necessidades especiais" e em 2002 era utilizado "portadores de direitos especiais" (SASSAKI, 2005).

Sassaki (2005) destaca que o termo "Pessoas com deficiência" vêm sendo usado por pesquisadores desde os anos 90, e se tornou o termo mais utilizado e aceito. Em Recife, no ano 2000 no evento "Encontrão" das organizações de pessoas com deficiência, conclamou o público a adotar este termo, o que viria a ser o mais justo até o presente (SASSAKI, 2005).

A classificação das deficiências é muito complexa e reducionista, porém, para criar ambientes acessíveis para todas as pessoas é necessário entender os problemas que podem ocorrer no uso dos espaços e equipamentos (DISHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2014).

Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), as deficiências são classificadas como visual, motora, auditiva, mental e

ISBN 978-65-5629-077-5

física. A CIF serve para registrar e organizar as informações relacionadas a diferentes estados de saúde, uniformizando a linguagem internacional sobre a descrição de diferentes aspectos da funcionalidade, incapacidade e saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

De acordo com o Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004, considera-se pessoas portadoras de deficiências as que possuem limitação ou incapacidade de atividade. O decreto cria as seguintes categorias: deficiência visual, múltipla, auditiva, mental e física, descritas a seguir (BRASIL, 2004):

> a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
> b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
> c) Deficiência visual: Cegueira na qual acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica: A baixa visão, que significa a acuidade entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; os casos nos quais as somatórias da medida do campo visual for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
> d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
> e) Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências; (BRASIL, 2004)

Diferente do estabelecido no decreto, Dishinger, Bins Ely e Piardi (2014) classificam as deficiências em quatro grupos: deficiências físico-motoras, deficiências sensoriais, deficiências cognitivas e deficiências múltiplas.

As deficiências físico-motoras são aquelas que alteram a capacidade de movimentação dos indivíduos, as deficiências sensoriais são aquelas em que há perda de capacidade de percepção do indivíduo, no sistema visual, auditivo ou de orientação, as deficiências cognitivas são aquelas que se referem às dificuldades de compreensão de informações, como a deficiência mental, e as deficiências múltiplas ocorrem quando o indivíduo tem mais de um tipo de deficiência (DISHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2014).

De qualquer forma, independente da classificação, é fundamental entender a natureza dos problemas fisiológicos das pessoas para reverter as

ISBN 978-65-5629-077-5

situações que conduzem à incapacidade e à exclusão (DISHINGER, BINS ELY, PIARDI, 2014).

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) garante o direito de ir e vir de todo cidadão brasileiro, a partir disso, é direto das pessoas com deficiências, independentes de quais sejam, ou com limitações físicas, como idosos, gestantes, entre outros, usufruir da cidade e dos espaços com dignidade. A Constituição também prevê a igualdade material entre todos, com isso é responsabilidade do governo criar condições capazes de fazer com que as pessoas que enfrentam situações desiguais consigam atingir os mesmos objetivos.

Para isso, foi criada a Lei n° 10.098 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias, espaços públicos e mobiliários urbanos e na construção e reformas de edifícios. O Artigo 3 descreve que "o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis a todas as pessoas, com deficiência ou mobilidade reduzida" (BRASIL, 2000). Dessa forma, o passeio público é um espaço de uso público destinado à circulação de pedestres e deve ser acessível.

A NBR 9050 (ABNT, 2020), norma que estabelece critérios e parâmetros de acessibilidade no meio urbana, rural e nas edificações, define acessibilidade como uma possibilidade para a utilização, com segurança, de espaços, edificações, mobiliários e passeios públicos. Quando se refere ao termo acessível descreve que é um elemento essencial para os ambientes, garantindo a melhor qualidade de vida das pessoas.

Para que os requisitos básicos que atendam às necessidades de todas as pessoas eles são baseados na acessibilidade espacial, visto que significa bem mais do que poder atingir um lugar, mas que o usuário compreenda sua função, sua organização e relações espaciais, bem como participar das atividades do espaço (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2014).

Portanto, a acessibilidade espacial é um conjunto de estratégias, que estão relacionadas ao acesso e interação do indivíduo com o local, buscando eliminar as barreiras físico-espaciais existentes, para que o uso possa ocorrer de forma autônoma, segura e confortável (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2014; MESHUR, 2013).

A acessibilidade espacial pode ser compreendida por meio de quatro componentes, que servem para orientar ações de avaliação e fiscalização, sendo eles: orientação espacial, deslocamento, comunicação e uso (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2014).

Ao se falar de acessibilidade, Cunha (2012) destaca que, em décadas passadas, o termo era associado e descrito somente como condição de mobilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, se referindo diretamente ao acesso aos espaços internos e aos meios de transporte.

Porém, para permitir a concepção de ambientes, edificações e produtos que considerem a diversidade humana, foi criado o termo Desenho Universal, que se utiliza da aplicação de soluções universais que proporcionem segurança, autonomia e conforto aos seus usuários (BINS ELY, 2010).

ISBN 978-65-5629-077-5

O desenho universal se baseia na concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistida (BINS ELY, 2010). Segundo Bins Ely (2010), o conceito de desenho universal pode ser diretamente aplicado a projetos de espaços livres públicos uma vez que considera as necessidades espaciais dos usuários promovendo a sua participação igualitária.

Segundo Dishinger, Bins Ely e Piardi (2014), bons exemplos de Desenho Universal não são discriminatórios e beneficiam todas as pessoas, conciliando as necessidades diversas e complexas de cada pessoa. É por meio de soluções de desenho universal, que consideram as necessidades de todas as pessoas pode-se garantir a acessibilidade espacial sem discriminação.

3 ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO

Bins Ely (2010), para facilitar o modo e a compreensão de aplicação do desenho universal em edifícios públicos, aconselha seguir 7 princípios básicos: uso equitativo, flexibilidade no uso, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico e dimensão e espaço para aproximação e uso, enfatizando que cada elemento de projeto pode completar mais de um princípio ao mesmo tempo, os princípios são complementares e podem se sobrepor.

O princípio do uso equitativo é referente a área do espaço público com as medidas antropométricas adequadas para o usuário, que permite que todos possam usufruir do ambiente sem restrições. Outra questão é a sinalização com piso tátil, que permite a utilização pelo deficiente visual ou de baixa visão (BINS ELY, 2010).

Outro princípio é a flexibilidade no uso, por exemplo na necessidade de transposição de nível, é proporcionado ao usuário a escolha da possibilidade se utilizará a rampa ou escada, ambas as alternativas devem conter duas alturas de corrimãos e a inclinação da rampa deve ser conforme a NBR 9050/2020 (BINS ELY, 2010).

Também deve ser garantido o uso simples e intuitivo, por exemplo a fácil leitura das possibilidades de percurso, pela presença das faixas de piso tátil e as suas diferenças que são o piso direcional que possui as linhas como guia e o outro é o piso alerta que é composto por bolinhas que indica o usuário alguma situação de perigo. É importante ter faixa larga de piso regular para facilitar aos cadeirantes e as pessoas que não apresentam deficiência, facilitando o deslocamento de ambas (BINS ELY, 2010).

O princípio da tolerância ao erro, quando deve-se minimizar os riscos e consequências de situações acidentais, por exemplo quando for instalar os pisos táteis, é importante o uso de diferentes cores para facilitar a compreensão do espaço, visto que para os usuários que apresentam deficiência visual parcial, o contraste entre as cores possibilita a distinção dos diferentes planos existentes no percurso dando maior segurança no deslocamento (BINS ELY, 2010).

Segundo Bins Ely (2010), outro princípio é o baixo esforço físico, que é a garantia da eficiência e conforto do espaço ou equipamento na sua utilização, levando em consideração caminhos mais curtos, evitando que o usuário possa

ISBN 978-65-5629-077-5

sentir fadiga ao longo do percurso ou levando em consideração a utilização de bancos para sentar-se para recuperar o fôlego.

Por fim, o último princípio é a dimensão e espaço para aproximação de uso, onde deve-se considerar o dimensionamento apropriado para acesso, uso e manipulação, independentemente do tamanho do corpo do usuário, da postura, da mobilidade, como por exemplo, permitindo as manobras ao longo da extensão da rampa facilitando a condução ou a aproximação (BINS ELY, 2010).

Com o uso desses princípios, a minimização de erros no projeto, irá possibilitar o atendimento ao maior número de pessoas possíveis, pois estará alocado em um projeto universal, contemplando a melhor qualidade de vida a todas as pessoas, com ou sem deficiências (BINS ELY, 2010).

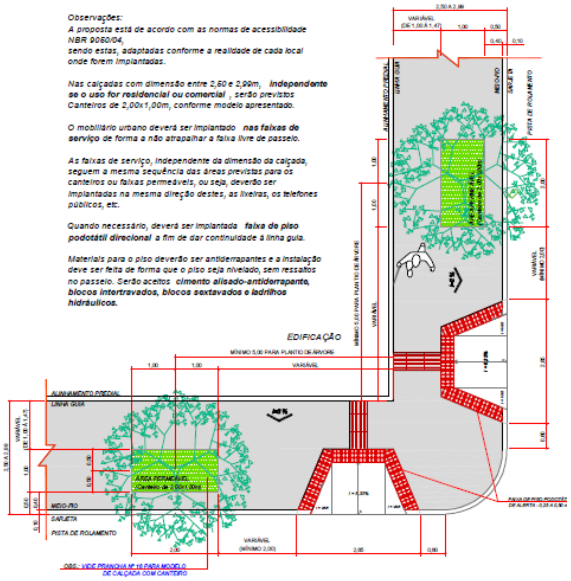
3.1 ACESSIBILIDADE EM CASCAVEL/PR

Em Cascavel/PR algumas mudanças vêm sendo feitas para a garantia da livre circulação das pessoas, fundamentalmente a inclusão das pessoas com deficiências. A cidade apresenta leis e programas para regulamentar a acessibilidade em calçadas.

Em 2011, foi estabelecida a Lei nº 5744, que criou o Programa Calçadas de Cascavel. No Art. 3 na referida Lei, está descrito que "Todo imóvel urbano no Município, edificado ou não, é integrante do "Programa Calçadas de Cascavel" sendo, desta forma, os responsáveis pelos imóveis obrigados a construir, recuperar e manter suas calçadas" (CASCAVEL, 2011a). Dessa forma, sabe-se a responsabilidade pela qualidade da calçada bem como a acessibilidade é responsabilidade do proprietário do imóvel.

A partir do Programa é disponibilizado uma planta baixa de uma calçada de esquina, com as rampas e demais elementos cotados e detalhados, seguindo a NBR 9050, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Planta baixa calçada de esquina



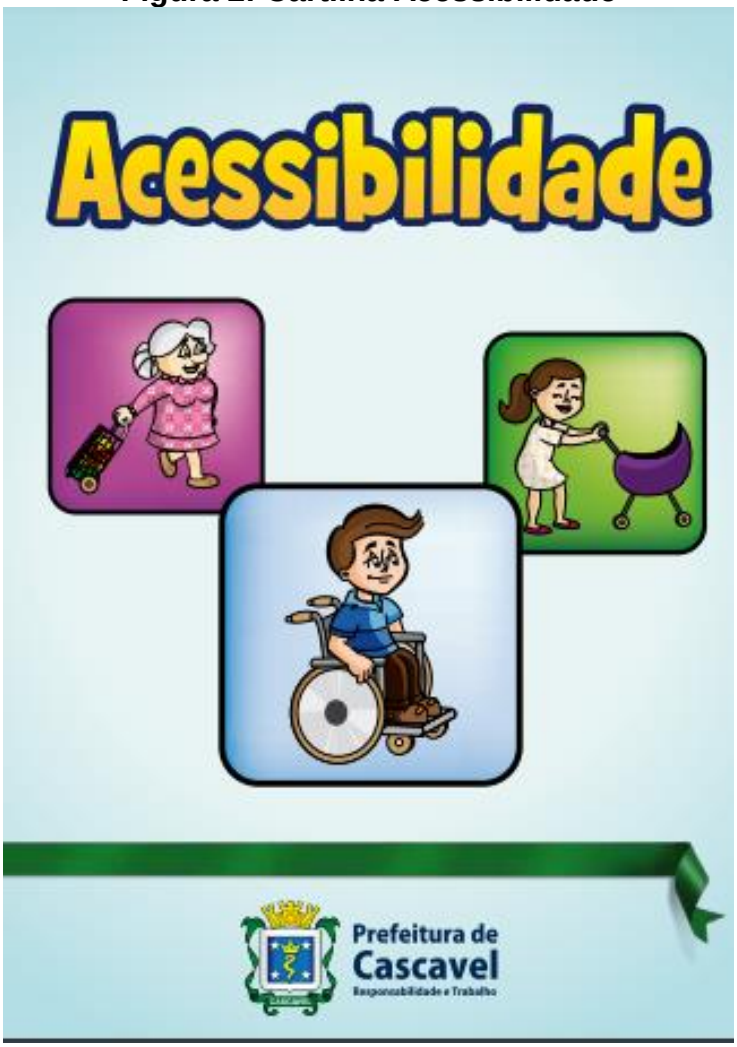
Fonte: CASCAVEL, 2011a.

ISBN 978-65-5629-077-5

Outra legislação que promove a acessibilidade das calçadas no município é o Código de Obras, instituído pela Lei Nº 6699 de 23 de fevereiro de 2017, que determina que o "Habite-se" da edificação será expedido somente se o passeio estiver pavimentado conforme as normas do Programa Calçadas de Cascavel (CASCAVEL, 2017).

Além das leis, no site da Prefeitura Municipal de Cascavel existe uma cartilha, apresentada na Figura 2 e um folder informativo, na Figura 3 (CASCAVEL, 2011b, 2013) que buscam disseminar informações sobre acessibilidade para a população e têm por objetivo difundir as normas técnicas de acessibilidade de forma clara e objetiva.

Figura 2: Cartilha Acessibilidade



Fonte: CASCAVEL, 2011b.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 3: Folder Acessibilidade



Fonte: CASCAVEL, 2013.

Apesar de existentes, ambos foram publicados antes da atualização da norma, portanto podem estar desatualizados e devem ser revistos.

Existe ainda, em Cascavel, a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), que tem como finalidade discutir, orientar e opinar sobre as questões de acessibilidade do município, instituída pelo Decreto Municipal nº 14.451 de 03 de outubro de 2018 (CASCAVEL, 2018).

A CPA é composta por representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas que se reúnem a cada três meses para acompanhar a execução do Plano Municipal de Acessibilidade, promover eventos sobre acessibilidade, propor a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e informação, de transporte em obras públicas ou coletivas, orientar profissionais da área de arquitetura e engenharia, emitir parecer técnico, propor normas, entre outras

ISBN 978-65-5629-077-5

atribuições, sendo muito importante para encaminhamentos sobre as questões de acessibilidade do município de forma contínua (CASCAVEL, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Cascavel/PR utiliza de estratégias para garantir a acessibilidade das calçadas. Sabe-se que a adequação das calçadas dos imóveis é de responsabilidade do proprietário do imóvel, e deve ser executada conforme recomendações da Lei de Calçadas do município de Cascavel/PR.

Porém, para tal, deve-se realizar ações de conscientização da população sobre a sua responsabilidade com a comunidade, bem como deve ocorrer a fiscalização das calçadas, para que os proprietários estejam cientes de sua responsabilidade.

Assim, pode-se concluir que é de grande importância a acessibilidade de todos e a todos os lugares, promovendo qualidade de vida para população e possibilitando espaços públicos seguros e acessíveis para pessoas com deficiência, ou mobilidade reduzida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços, equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BINS ELY, V. H. M. **Caderno de Desenho Universal Aplicado ao paisagismo**, Grupo Pet Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto n° 5.296 de 2 dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 05 abr. 2021

BRASIL. **Lei n° 10.098 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 05 abr. 2021

CASCAVEL. **Lei nº 5744 de 21 de março de 2011**. (a) Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2011/574/5744/lei-ordinaria-n-5744-2011-cria-o-programa-calcadas-de-cascavel-regulamentando-o-art-134-do-codigo-de-posturas-do-municipio-e-art-47-do-codigo-de-obras-do-municipio. Acesso em: 23 maio 2021.

CASCAVEL. **Acessibilidade** (Cartilha). 2011. (b) Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09112011_cartilha_acessibilidade[1].pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CASCAVEL. **Acessibilidade** (Folder). 2013. http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/21022013_folder_acessibilidade[1].pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

CASCAVEL. **Lei nº 6.699 de 23 de fevereiro de 2017.** Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-obras-cascavel-pr. Acesso em 23 maio 2021.

CASCAVEL. **Decreto nº 14451 de 03 de outubro de 2018.** https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/2018/1446/14451/decreto-n-14451-2018-institui-no-municipio-de-cascavel-a-comissao-permanente-de-acessibilidade-e-da-outras-providencias. Acesso em: 23 maio 2021.

CUNHA, H. W. A. P. **Lugar de cadeirante é em casa? Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís**. 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Florianópolis: MPSC, 2014.

GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos**. GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v1i44.a27557

INSTITUTO BRAS**ILE**IRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf.Acesso em: 10 abr. 2021.

MESHUR, H. F. A. Accessibility for people with disabilities in urban spaces: a case study of Ankara, Turkey**. International Journal of Architectural Research**, v.7, Issue 2, p.43-60, July 2013. DOI: http://doi.org/10.26687/ARCHNET-IJAR.V7I2.154

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

SASSAKI, R. K. **Como Chamar as Pessoas que têm Deficiência? Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo, 2003, p.12-16.

ISBN 978-65-5629-077-5

RAMPA – A EXPERIÊNCIA DO ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVEL

Gabrielly Popiu[1]
Leticia Batista[2]
Tais Marini Brandelli[3]

Resumo: O Rampa, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) do Centro Universitário Univel, é um projeto de extensão gerenciado pelos alunos e orientadoras do curso de Arquitetura e Urbanismo, que objetiva o desenvolvimento de projetos sociais de cunho arquitetônico e permite que a parcela da população, incapaz de arcar com os custos altos do meio, tenha acesso a assistência técnica projetual. Em colaboração com a iniciativa comunitária, a vivência dos acadêmicos no escritório permite um contato direto com o profissionalismo de um arquiteto-urbanista e demonstra a realidade do cotidiano, tornando-se fonte abundante de aprendizado. Nesse sentido, possibilitando o amplo alcance de suas ferramentas gratuitas para seus clientes, a Extensão almeja atuar como combatente às disparidades econômicas e sociais, além de ser fonte de conhecimentos técnicos. Através da gestão estudantil; horizontalidade nas tomadas de decisões; coletividade; diálogo; respeito; multidisciplinaridade; disposição e desejo dos envolvidos em disseminar a arquitetura e o urbanismo, os fins do programa se desenvolvem de maneira efetiva. Dessa forma, o Rampa insere-se no âmbito trabalhista e vem se estabelecendo de forma gradual como instrumento de valorização social, arquitetônica e teórica, aos mesmos passos em que as demandas têm atingido êxito, o trabalho em equipe e o processo criativo persistem em desenvolvimento constante.

Palavras-chave: Arquitetura Social. EMAU. Extensão. Assistência Técnica. Projeto.

1 INTRODUÇÃO

A ausência de assistência profissional de arquiteto-urbanista, durante a execução de uma edificação é capaz de demonstrar imenso perigo aos consumidores. É incontestável que, apenas um conhecedor da área de atuação esteja ciente de todos os processos e diretrizes necessárias para um resultado eficaz. Porém, tomando como tese os índices de desigualdade social e econômica no território brasileiro, é evidente a carestia populacional em renda aplicada a uma correta contratação.

No Sudeste brasileiro, oito a cada dez indivíduos ignoram o auxílio de um arquiteto ou engenheiro durante a produção e posterior execução de um projeto, isso significa que 83,6% das edificações instaladas no território, não passaram por análises competentes (PESQUISA CAU/BR DATAFOLHA, 2015). Diante

[1] Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIVEL
[3] ORIENTADOR: Professor Mestre Tais Marini Brandelli do curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIVEL

ISBN 978-65-5629-077-5

desse dado e somado à atual condição dos habitantes do país, os quais 50% sobrevivem com uma renda mensal inferior a R$ 850,00 (IBGE, 2020) e a sucessiva elevação valor do metro quadrado planejado, destaca-se a urgência do amparo acadêmico voluntário, com o objetivo de evitar prováveis obstáculos.

Considerando a exigência das propostas de Extensão durante a graduação e a pluralidade encontrada no Centro Universitário Univel, em Cascavel/PR, a Univel decidiu instaurar um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo em sua estrutura física, garantindo assim uma oportunidade de aprendizado aos acadêmicos e a assistência técnica gratuita à parcela social menos favorecida. O Rampa condiz com as diretrizes de funcionamento dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) impostas pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA, 2007) e preza pelo amplo alcance de um processo projetual social e voluntário, no qual a prioridade é a consumação do enunciado do cliente em detrimento da remuneração.

Essencialmente, o Rampa com princípio e noção de ascensão, sob a identidade visual das curvas monumentais da praça do migrante cascavelense, apresentada na Figura 1, colabora com a comunidade na elaboração de projetos arquitetônicos e sociais, os quais atendem às exigências dos consumidores desvinculando-os de suas limitações financeiras e suprindo seus espaços de maneira eficaz. Neste sentido, a rampa, torna acessível, o arquiteto-urbanista à comunidade.

Figura 1: **Logo do Escritório Modelo**



Fonte: Autores, 2021.

2 METODOLOGIA

Escritório modelo de gestão estudantil e sem intenções lucrativas, o Rampa objetiva o auxílio coletivo e a experiência de aprendizagem, sob os preceitos de administração, compreensão, profissionalismo e comunicação durante a Extensão.

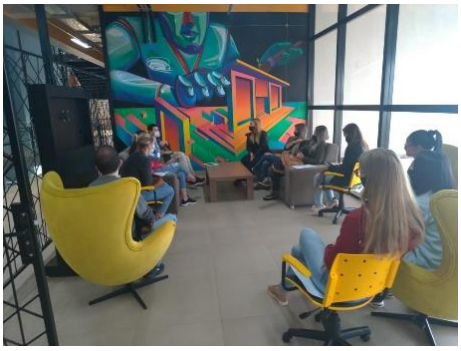
Preza-se a coletividade e horizontalidade na tomada de decisões, em que apesar dos diferentes níveis de conhecimento e consequentemente de contribuições, o diálogo constante permite um resultado limpo. Além disso, a multidisciplinaridade e parcerias com os demais projetos e pesquisas, são responsáveis por elevar o alcance do programa a locais não atingidos pelo arquiteto-urbanista.

As atividades do Rampa iniciaram no dia 22 de maio de 2021, com uma reunião inicial com os alunos participantes, apresentado na Figura 2, onde foram

ISBN 978-65-5629-077-5

explanadas o plano de funcionamento do escritório, enfatizando a importância da participação e comprometimento de cada um no trabalho.

Figura 2: **Reunião de marco inicial dos trabalhos no Escritório Modelo**



Fonte: Autores, 2021.

O Rampa, mantém-se por ora exclusivamente dedicado a planos de cunho social, condicionando os esforços dos estudantes ao adjutório dos não capacitados a arcar com os altos custos do mercado e adaptando a criatividade dos arquitetos a realizar muito através de recursos escassos. Desprendidos do desejo de remuneração, os acadêmicos focam na vivência conjunta e na resolução de problemáticas não apenas estruturais, mas coletivas.

O Centro Tecnológico do Centro Universitário Univel é a morada do Rampa, seu espaço amplo, aberto à vista externa, o uso de cores instigantes em contraponto com as neutras e seu visual moderno, instigam as mentes dos estudantes e permitem grandes criações, apresentado nas Figuras 3 e 4. Seu organizado e comunicativo ambiente, de responsabilidade discente gera diálogos constantes no decorrer das produções.

Figura 3: **Escritório Modelo na Univel**



Fonte: Autores, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 4: **Escritório Modelo na Univel**



Fonte: Autores, 2021.

Até o presente momento, o recebimento de propostas pelo Rampa tem ocorrido de forma espontânea, os clientes, por meio da comunicação direta com as orientadoras e impulsionados pela disseminação do projeto, vêm entrando em contato. Posterior à recepção projetual e a análise de suas principais necessidades, é debatido com os integrantes do escritório quem assumirá o projeto. O grupo selecionado sempre recebe o acompanhamento de ao menos uma orientadora. Quando preciso, os responsáveis pelo planejamento realizam a visitação no local da obra e trabalham sob o levantamento de dados e registros, os quais são anexados e ordenados nos arquivos digitais de seus respectivos locais.

Ademais, a sistematização e o controle das atividades exercidas diariamente no escritório, somadas à evolução dos esboços que estão sendo trabalhados e a coordenação do espaço em si, têm se demonstrado indispensáveis e pertinentes para o sucesso do projeto.

Após a finalização, a orientadora do produto executado entra em contato com os contratantes e outros órgãos responsáveis pela fiscalização do esquema. É de responsabilidade dos próprios integrantes, dirigentes do projeto, a apresentação de seu plano aos clientes, mostrada na Figura 5, e a posterior alteração do programa de necessidades e da própria proposta, portanto diante das observações apontadas, novos ajustes acontecem a fim de atingir excelência e suprir a todos os requisitos.

Figura 5: **Apresentação de projeto**



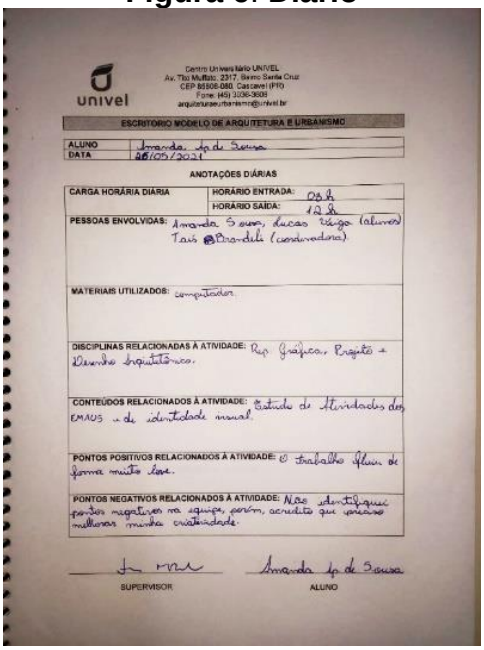
Fonte: Autores, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme as atividades do Rampa são executadas, o diálogo, a troca de experiências e principalmente de conhecimentos tende a se expandir. Reuniões, cursos e oficinas com os discentes e docentes que integram a Extensão são recorrentes visando o aprimoramento da experiência e a evolução, objetivos claros do projeto.

Cotidianamente, de acordo com a grade de horários dos acadêmicos no escritório, relatórios de experiência e pontos são assinados, exemplificados na Figura 6 e a cada dois meses, em reuniões as orientadoras, como mostra a Figura 7, analisam o funcionamento do escritório, bem como o avanço e competência dos integrantes e com isso, verificar os pontos positivos e negativos, a dinâmica e os resultados obtidos, aspirando pelo aprimoramento.

Figura 6: **Diário**



univel

Centro Universitário UNIVEL
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz
CEP 85806-080, Cascavel | PR
Fone: (45) 3026-3026
arquiteturaeurbanismo@univel.br

ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNO: Amanda Sp de Souza
DATA: 26/05/2021

ANOTAÇÕES DIÁRIAS

CARGA HORÁRIA DIÁRIA
HORÁRIO ENTRADA: 08 h
HORÁRIO SAÍDA: 12 h

PESSOAS ENVOLVIDAS: Amanda Souza, Lucas Diogo (alunos) Taís Brandli (coordenadora)

MATERIAIS UTILIZADOS: computador.

DISCIPLINAS RELACIONADAS À ATIVIDADE: Rep. Gráfica, Projeto + Desenho Arquitetônico.

CONTEÚDOS RELACIONADOS À ATIVIDADE: Estudo de Atividades dos EMAUS - de identidade visual.

PONTOS POSITIVOS RELACIONADOS À ATIVIDADE: O trabalho fluiu de forma muito boa.

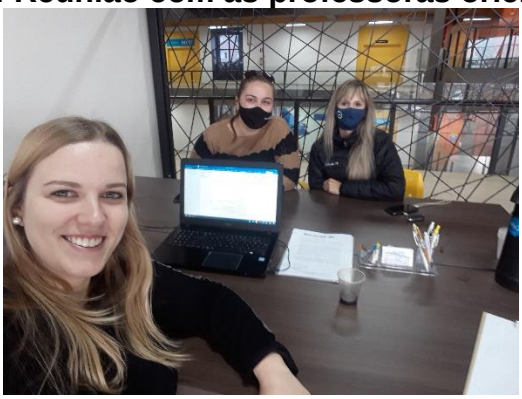
PONTOS NEGATIVOS RELACIONADOS À ATIVIDADE: Não identifiquei pontos negativos na equipe, porém, acredito que poderia melhorar minha criatividade.

SUPERVISOR

Amanda Sp de Souza
ALUNO

Fonte: Autores, 2021.

Figura 7: Reunião com as professoras orientadoras

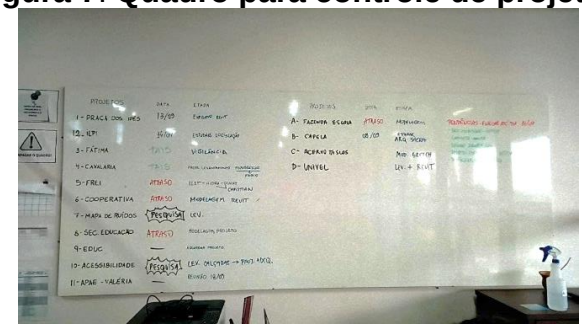


Fonte: Autores, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

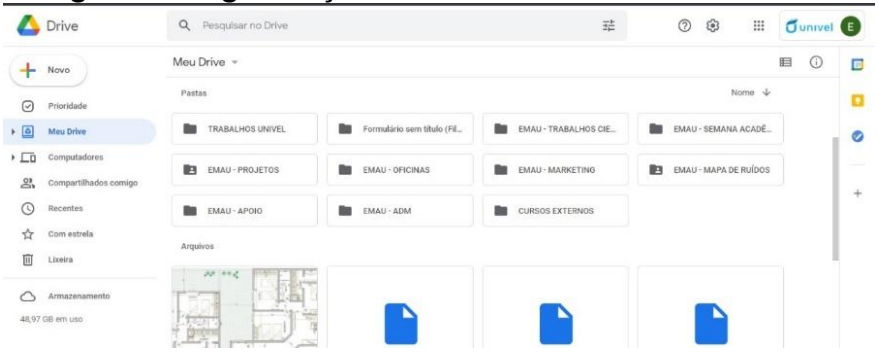
É válido ressaltar ainda, que a sistematização das tarefas a serem executadas durante o expediente é exposta através de um quadro de controle e das próprias planilhas no drive do escritório, a fim de garantir o cumprimento dos prazos, como apresentado nas Figuras 7 e 8.

Figura 7: **Quadro para controle de projetos**



Fonte: Autores, 2021.

Figura 8: **Organização do Drive do Escritório Modelo**



Fonte: Autores, 2021.

A interação entre escritório e cliente será facilitada pelas mídias sociais, como é o exemplo do Instagram do Rampa (@rampa.univel), recentemente criado e que aos poucos será um importante canal de comunicação do escritório, mostrado na Figura 9.

Figura 9: Instagram do Rampa



Fonte: Autores, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

3 RESULTADOS

Conforme a proposta dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), o Rampa apesar de novo, tem se destacado de maneira positiva em meio a sociedade cascavelense. No presente momento, instituições necessitadas de auxílio, como é o exemplo de casas de apoio, centros de reabilitação e seminários, estão desenvolvendo seus projetos com o grupo e obtendo os frutos imprescindíveis à sobrevivência institucional.

As consultorias e entregas dos produtos alcançados pelos acadêmicos já iniciaram e o escritório já conta com impressões positivas, como é o exemplo da Sala de Panificação de uma Comunidade Terapêutica, mostrado na Figura 10, onde o projeto e empenho foram elogiados pelo cliente. Os demais projetos se encontram em um nível avançado de progresso, muitos apenas recebendo os ajustes finais.

Figura 10: **Sala de Panificação da Comunidade Terapêutica**

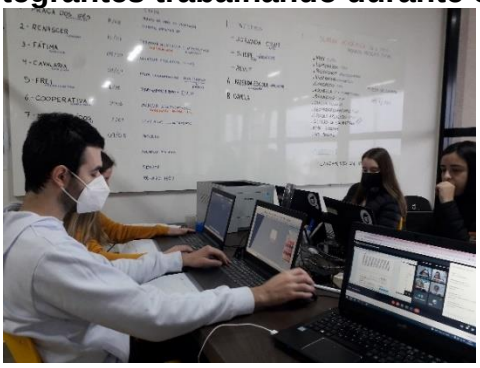


Fonte: Autores, 2021.

Em relação à vivência acadêmica do Rampa, os estudantes e as professoras-orientadoras têm evoluído em conhecimento, alunos dos primeiros períodos já recebem assessoria nos softwares básicos e treinamentos mais avançados estão sendo promovidos para todos os integrantes, ministrados pelos mais experientes. A comunicação da equipe permite um amadurecimento do senso crítico dos futuros arquitetos-urbanistas, e esses por sua vez lecionam oficinas aos colegas de curso.

Ademais, o estabelecimento da ética profissional no trabalho e das relações interpessoais entres os colegas de trabalho vem sendo muito positivas, conforme apresentado na Figura 11. Observa-se que durante o desenvolvimento dos trabalhos os participantes do projeto buscam sublimidade em suas obras.

Figura 11: Integrantes trabalhando durante o expediente



Fonte: Autores, 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

Além disso, algumas atividades de pesquisa estão sendo realizadas dentro do escritório, na Figura 12, também objetivando atender à comunidade, como é o caso do Projeto de Pesquisa "Mapa de ruídos de Cascavel/PR", onde os alunos buscam executar um levantamento de ruídos da cidade para assistir a Comissão Permanente de Acessibilidade de Cascavel na luta dos direitos de pessoas com transtorno do espectro autista.

Figura 12: **Integrantes realizando a pesquisa dos ruídos de Cascavel**



Fonte: Autores, 2021.

Dessa forma, no decorrer desse processo acadêmico opcional, conhecimentos técnicos, práticas cotidianas e a vivência profissional envolvem os graduandos e orientadoras, permitindo assim que as criações não se resumam a apenas resultados, mas também a futuras fontes de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto programa de extensão, o Rampa objetiva o aproveitamento acadêmico dos graduandos e seu crescimento enquanto profissionais. O cotidiano do escritório gera experiências responsáveis por amadurecê-los e redefinir o significado de Arquitetura e Urbanismo em cada um. Sobre a iniciativa social, o Rampa modifica o cenário da comunidade em que atua, assistindo gratuitamente aqueles que devido a baixas condições financeiras, não podem arcar com os custos de um projeto de qualidade e segurança. A articulação do trabalho do escritório traz resultados efetivos, com os quais independente da região urbana o auxílio alcançará.

Assim, com a equipe bem preparada e unida, somada a inovadora multidisciplinaridade que a Extensão carrega em sua proposta, o Rampa - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo pertencente ao Centro Universitário Univel fará a diferença na sociedade cascavelense, travando uma batalha contra as desigualdades sociais e econômicas por meio da disseminação da Arquitetura e do Urbanismo a todos, provando que a remuneração não faz um profissional e sim o instinto criativo do desejo de projetar uma realidade melhor.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

FENEA. **Cartas de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo.** XXXI ENEA, Florianópolis, 22 a 29 jul. 2007. Especiais. Disponível em: http://www.fenea.org/artigos/cartadefinicaoemau. Acesso em 23 jul. 2021.

IBGE identifica queda na desigualdade de renda. In: **Plantão Enfoco**, publicado em 6 maio. 2020. Online. Disponível em: https://enfoco.com.br/ibge-identifica-queda-na-desigualdade-de-renda/. Acesso em: 26 jul. 2021.

PESQUISA CAU/BR DATAFOLHA. In: **CAU/BR**, publicado em 2015. Online. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/. Acesso em: 26 jul. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CONCRETO TRANSLÚCIDO COMO ALTERNATIVA PARA ILUMINAÇÃO NATURAL - UTILIZANDO MATERIAIS RECICLADOS

Jarrison de Oliveira Barborsa[1]
Natalie Olivo [2]
Raiane C. dos Santos Olynik[3]
Lucilene de Lima Rocha[4]

Resumo: A busca por materiais que tenham um melhor desenho econômico e sustentável tem ganhado o mercado da construção civil, dentre está busca surge o concreto translúcido, que apresenta vantagens, tanto quanto em sua eficiência energética poupando energia elétrica, como em seu aspecto arquitetônico e estrutural. O atual desafio é tornar este material com potência sustentável em produto escalável e viabilizado economicamente, além de torná-lo um elemento estrutural que agregue valor arquitetônico a edificação, aliado aos parâmetros de conforto térmico com a utilização de resíduos da construção civil. Entre os agregados que serão analisados e testados destaca-se a fibra óptica e o vidro, material encontrado em descartes de construção civil, sendo analisados além de seu aspecto translúcido, a sua resistência, fator relevante para a utilização estrutural

Palavras-chave: Translúcido. Concreto. Fibra ótica. Iluminação natural. Eficiência energética.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existem muitos estudos e técnicas que otimizam e modernizam as estruturas de concreto armado. Durante muito tempo o concreto foi utilizado como um único objetivo, ser estrutural. Porém o mesmo não precisa ser utilizado apenas como estrutura, também pode ser utilizado como elemento de design na Arquitetura. Um exemplo é o concreto translúcido, trazendo para o concreto armado características modernas, auto regenerativas e sustentáveis, possibilitando por exemplo a entrada de luz natural nos ambientes, criando um conceito de *smart buildings* - Os edifícios inteligentes (REEC- REVISTA ELETRÔNICA DE ENGENHARIA CIVIL, 2017).

Segundo Restrepo (2013) o conceito de concreto translúcido não é relativamente novo, pois já existe a fabricação e comercialização desse material, utilizando principalmente hastes acrílicas ou fibra ótica na estrutura molecular do material para resultados translúcidos.

---

[1] Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo - da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso de Engenharia Civil - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo - da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[4] ORIENTADOR: Professor Mestre Lucilene de Lima Rocha, Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL.Desenvolvendo o projeto de Pesquisa *Smart Buildings* – Uso de Concreto Translúcido como Alternativa para Iluminação Natura e Conforto Ambiental.

ISBN 978-65-5629-077-5

'A revista Reec- Revista Eletrônica de Engenharia Civil (2017), cita que dois centros de pesquisa no Brasil já conseguiram desenvolver o concreto translúcido, um é o Laboratório de Materiais de Construção da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral, no Ceará, e o outro é o Laboratório de Tecnologia da Construção da Univates (Universidade do Vale do Taquari), em Lajeado, no Rio Grande do Sul. O objetivo dos pesquisadores brasileiros é conseguir reduzir o custo de fabricação do concreto translúcido, para que ele ganhe mercado, tendo em vista que o valor alto do concreto translúcido se deve ao fato de que ele utiliza fibras ópticas misturadas com concreto auto adensável (RESTREPO, 2013).

Além dos dois centros que já conseguiram desenvolver o concreto translúcido no Brasil, surge à empresa Dosacon. A Dosacon (incubadora tecnológica da Univates) foi fundada desde o início de 2010, e que tem como finalidade o desenvolvimento de materiais e produtos para a industrialização civil a base de concreto (material composto por cimento, areia e fibra óptica), com ênfase na elaboração de produtos sustentáveis (RESTREPO, 2013).

Restrepo (2013) cita que as vantagens do concreto translúcido superam as desvantagens, as principais vantagens do concreto translúcido são: Capacidade de transmitir a luz, aproveitando melhor a luz solar; mais maleável e impermeável graças à presença das fibras ópticas; Redução de luz artificial, diminuindo o consumo de energia; apresenta pequena absorção de água; Redução da permeabilidade, e um peso em volume de 30% inferior a um concreto convencional. E suas desvantagens por ser um produto novo no mercado, seu custo de fabricação ainda é alto; Até agora, considerado apenas um produto de alvenaria de vedação, seu uso é exclusivo para decoração; Mão de obra mais especializada, o que aumenta o custo do produto.

Observando o ambiente "Cidade" onde vivemos podemos perceber a grande incidência de materiais de descarte da construção civil e a grande projeção do uso de Fibras ópticas nos mais variados seguimentos, com grande ênfase na telecomunicação. Esses mesmos materiais, muitas vezes não são tratados e/ou descartados de maneira apropriada, acarretando grandes acúmulos de materiais inertes e de riscos e poluição ambiental para os nossos centros urbanos. O vidro é um mineral não-metálico inerte, não reage com outras substâncias provocando riscos ambientais e humanos, assim como a fibra óptica que também é um material inorgânico. Logo uma maneira encontrada para uma possível solução, seria o reaproveitamento desses materiais, utilizando em novos produtos.

O objetivo deste trabalho é pesquisar e produzir protótipos com segurança estrutural de concreto translucido utilizando materiais resultantes de descarte da construção civil e da telecomunicação, como o vidro e fibra ótica. Trazendo as edificações passagem de luz natural com privacidade, segurança estrutural sustentabilidade. Deste modo pretende-se caracterizar os materiais translúcidos de descarte no meio ambiente, principalmente os oriundos da construção civil e da telecomunicação; produzir protótipos com as mais diversas cargas de materiais para levantar a eficiência lumínica e acústica de cada tipologia; testar a capacidade de resistência de cada protótipo a fim de levantar qual será a melhor opção para utilização em *smart buildings.* O material deve ser pré-moldado, testado para uso em diversas superfícies, principalmente aquelas que

ISBN 978-65-5629-077-5

envolvem transmissão de luz, podendo ser utilizadas para espaços particulares, espaços públicos e objetos em diferentes formatos e tamanho. O Objetivo geral deste trabalho é revisar a bibliografia conhecida para produzir protótipos com segurança estrutural de concreto translúcido, classificando e utilizando materiais resultantes de descarte da construção civil e da telecomunicação, como o vidro e fibra óptica. Trazendo as edificações passagem de luz natural com privacidade, segurança estrutural e sustentabilidade. E para que esse objetivo seja atendido alguns objetivo específicos precisam ser buscados como caracterizar os materiais translúcidos de descarte no meio ambiente, principalmente os oriundos da construção civil e da telecomunicação, para que com esse conhecimento possa estabelecer diretrizes para produção de protótipos com as mais diversas cargas de materiais para levantar a eficiência lumínica e acústica de cada tipologia e testar a capacidade de resistência de cada protótipo a fim de levantar qual será a melhor opção para utilização em *smart buildings.*

O projeto de pesquisa tem relevância no curso de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, mostrando novos conceitos entre tecnologia e uso racional dos materiais, bem como promover a sustentabilidade ambiental urbana, de forma a propor a retirada de grande quandidade de resíduos da construção civil, aplicando em outras tecnologias de materiais. Além de ser um projeto integrador com o curso de engenharia civil, testando as mais diversas resistências dos blocos e dos materiais de concreto armado e translúcido.

A pesquisa também se mostra interdisciplinar no curso de Arquitetura e urbanismo, integrando as disciplinas de: Conforto Ambiental Lumínico e Acústico, Conforto Ambiental Térmico, Materiais de Construção, Sustentabilidade no Ambiente Construído, Técnicas Construtivas, Sistemas Estruturais, Estrutura de Concreto Armado, Ensaios Arquitetônicos, Planejamento Urbano e Regional, Desempenho das Edificações e Empreendedorismo. Relacionando e empregando as teorias dessas disciplinas com a prática pedagógica do uso de laboratórios apropriando os conhecimentos adquiridos, no decorrer da graduação de Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia Civil.

O projeto se iniciará pelas pesquisas bibliográficas a fim de descobrir qual a finalidade, tipo de material empregado, aplicabilidades, normatizações e a quantidade ideal de cada material, para a confecção do primeiro modelo de concreto translucido utilizando vidro e fibra ótica reciclada. **Segunda etapa**: analise e quantitativo de materiais para saber as proporções e quantidades de material necessário e quantidade de protótipos que deverão ser produzidos. **Terceira etapa**: será realizada a confecção dos protótipos segundo as normas pesquisadas no levantamento bibliográfico. **Quarta etapa:** Desenvolver testes em laboratório e *in loco*, de acordo com os levantamentos bibliográficos e normatizações, para verificar se os mesmos atingiram um nível satisfatório de resistência, estanqueidade e principalmente de fluxo de iluminação natural e transmitância térmica. **Quinta etapa:** Resultados e discussões para melhoramento, alteração ou substituição de granulometria dos materiais, produtos e agregados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Metha Monteiro (2014) o concreto é um material resultante da mistura de aglomerante, constituído de cimento Portland, e podendo receber adições pozolânicas ou não, agregado graúdo, agregado miúdo, água e aditivos que lhe conferem caraterísticas específicas. A sílica presente no cimento reage com a água, ocorrendo uma reação exotérmica e formando uma massa trabalhável, capaz de endurecer ao longo do tempo.

Diante de diversos avanços tecnológicos, chegou-se a diversas concepções de concreto, dentre essas o concreto translúcido, o mesmo possui o status de produto ecologicamente correto, já que proporciona economia de energia ao transformar o aspecto interior dos edifícios de concreto aproveitando melhor a luz solar, o que contribui para a redução do consumo de energia elétrica, permitindo uma diminuição nas emissões de gases de efeito estufa. Assim, uma parede fabricada com este material tem a mesma solidez e resistência do concreto convencional e, graças às fibras ópticas que são incorporadas, possibilita a visualização de silhuetas situadas no "exterior" (RESTREPO, 2013).

O concreto translúcido, criado em 2001, foi desenvolvido e patenteado pelo arquiteto Húngaro Aron Losonczi, que incorporou fibra óptica à matriz cimentícia, sem prejuízo da resistência à compressão característica do concreto estrutural. A fibra óptica é um filamento de vidro, que também pode ser de material produzido com polímero, que tem alta capacidade de transmitir os raios de luz. As fibras ópticas são dispostas no bloco, paralelamente e com as extremidades expostas nas superfícies que ficarão aparentes, através das quais ocorrerá a transmissão de luz, proporcionado iluminação natural e economia de energia. (REEC- REVISTA ELETRÔNICA DE ENGENHARIA CIVIL, 2017).

Há uma diferença entre transparência e translucidez, onde RESTREPO (2013) bem definiu:

> A transparência e a translucidez têm um relacionamento, mas não compartem a mesma qualidade. A transparência deixa atravessar a luz e ver os objetos de forma clara e nítida, pelo contrário, a translucidez tem a qualidade de deixar ver os objetos e formas, mas não de maneira clara e nítida através de um material. Com a possibilidade de trabalhar com a luz, os materiais translúcidos e transparentes criam aparências uniformes, permitindo a entrada de luz natural no interior dos ambientes, satisfazendo os requerimentos desejados e a capacidade de refletir e transmitir a luz.

A diferença entre um objeto coberto por uma película, transparente e uma película translucida. Na figura 01, podemos observar uma esfera com um elemento transparente, e na figura 02 uma esfera com um elemento translucido.

Figura 01: Transparente **Figura 02** : Translúcido

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Pinterest,2021

O concreto translúcido é composto por matriz (meio aglomerante, comumente formado por cimento e água) e elemento de reforço (agregados, como brita, areia, vidro, PET e outros), e por fibras das mais variadas, o tipo de mais comum é o de fontes óticas, podendo conter na sua mistura, aditivos, fibras, pigmentos e adições, sendo basicamente formado por 96% de concreto e 4% de fibra óptica (RIBEIRO, 2010).

Na nossa região e no país, essa tecnologia sobre concreto translúcido começou a ser estudada e desenvolvida no ano de 2006, em Canoas/RS, pelo Prof. Dr. Hélio A. Greven e outros engenheiros. Em 2010, se cria a empresa Dosacon, com o intuito de fabricação e aplicação na construção civil, proporcionando melhorias no ambiente construído, aprimorando os espaços e reforçando a expressão estética elevando a qualidade (RESTREPO, 2013).

Todos os estudos e avanços tecnológicos realizados demonstram que mesmo tendo boa performance, ainda existem vários aspectos que precisam ser trabalhados, como a sua resistência, durabilidade e estanqueidade e conforto térmico, acústico e lumínico, a fim de melhorar cada vez mais a capacidade de utilização dessa tecnologia nas obras (HENRIQUES, 2013).

Tutikian e Marquetto (2015) desenvolveram pesquisas mais avançadas, nas quais foi possível constatar que:

> para a fabricação de blocos translúcidos com acabamento mais uniforme seria necessário utilizar argamassa em substituição ao concreto, mudando totalmente a produção de blocos translúcidos fabricados pela empresa Litracon. Segundo a empresa Litracon [2004], o material pode atingir alta resistência à compressão, por conta do uso da fibra ótica no seu traço, e por conter boas propriedades mecânicas, consequência de um traço rico em aglomerantes e com baixa relação água/cimento (a/c). Por isso é tão importante à utilização da fibra ótica e seus requisitos estéticos de transmitância da luz, garantindo a translucidez proposta, sem tornar a argamassa translúcida em um material com baixo desempenho.

Figura 03: Edificio feito com o Concreto Translucido, demonstrando toda sua capacidade iluminação natural.

ISBN 978-65-5629-077-5

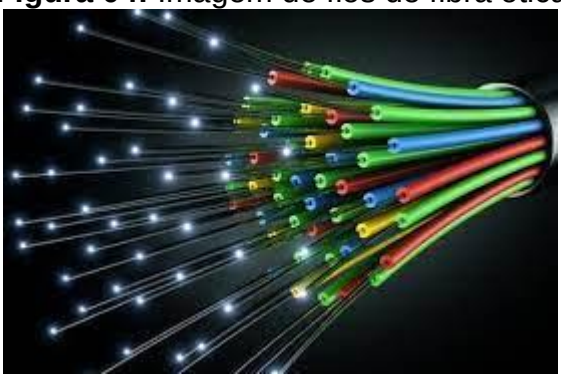


Fonte: Pinterest,2021

As fibras óticas de vidro (FOV) e as fibras óticas de polímero (FOP). As de vidro são mais utilizadas no campo da transmissão de dados, já as fibras poliméricas de acordo com Henriques (2013), tem aumentado a sua utilização cada vez mais na área de iluminação. Apesar de ainda ser pouco conhecida tanto no meio cientifico como também no mercado, são mais fáceis de manusear, mais flexíveis e econômicas quando comparadas às fibras de vidro. A capacidade da passagem de luz através do concreto se dá pela adição de fibra ótica na sua composição, constituída por um núcleo, responsável pelo caminho real sobre a propagação da luz, sendo considerada como um condutor ótico em forma de fio de vidro ou de elementos poliméricos com pouca espessura (HENRIQUES 2013). Basicamente a propagação de luz através dos cabos de fibra ótica se dá de duas maneiras, sendo pontuais e perimetrais (FIGUEIREDO, 2009).

A fibra óptica é um meio de transmissão que utiliza a luz para transportar a informação através de uma rede de comunicação. O feixe de luz, ao incidir na superfície do concreto, especificamente na fibra óptica, atravessa o material, ilumina o meio oposto e produz o efeito translúcido e dependendo da distância do objeto da superfície e do observador também é capaz de perceber suas cores (PROJETO DE REDES, 2010).

Figura 04: Imagem de fios de fibra ótica



Fonte: Sigmatelecon, 2021

A arquitetura moderna se vale muito da expressão plástica proporcionada pelo concreto. Por essa razão, a importância da estrutura adquire cada vez mais um papel de destaque nos projetos de arquitetura. Tendo não só mais as características de resistência e durabilidade, mas também a característica plástica, criando novas sensações no usuário (RESTREPO, 2013).

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 05: Imagem de arquitetura utilizando o concreto translucido como uma forma plástica.



Fonte: Arquitexto,2021

Ainda segundo Restrepo (2013), a busca por novas tecnologias e novos materiais aplicados ao concreto em busca de melhoramento da rigidez, estabilidade, resistência, conforto térmico e melhor eficiência energética permite gerar grandes variedades de concretos.

> Hoje prementes no contexto mundial da arquitetura, pode-se dizer que a luz natural e todas as suas implicações no projeto têm uma importante dimensão, do ponto de vista ambiental, funcional e qualitativo da arquitetura. Incorporar a luz natural no processo de projeto de forma coerente, otimizando seus benefícios e minimizando impactos negativos, torna-se crucial (AMORIM, 2007, p. 57).

Falando nas necessidades de eficiência energética outro ponto que deve ser levado em consideração é que existe uma relação entre espaço construído e utilização de recursos naturais, e por isso vem crescendo a necessidade do uso da iluminação natural nos espaços. Segundo Amorim (2007):

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura vem buscando encontrar sempre um compromisso com os requisitos funcionais, estéticos, econômicos e ambientais, valorizando cada raio de luz natural em seus projetos. Sempre otimizando o conforto ambiental, térmico acústico lumínico, tanto do espaço construído como do espaço urbano. uso do concreto translúcido vai além de uma alternativa estética, pois sua aplicação no cenário atual, onde cada vez mais é buscada a redução de consumo de energia, pode colaborar muito, visto que pode transmitir a luz natural. Como o projeto de pesquisa ainda encontra-se em fase de levantamento de dados e de materiais, espera-se com ele, após todo o conhecimento adquirido com esse levantamento bibliográfico chegar a resultados próximo ao da imagem a seguir.

Figura 6: Resultado esperado para a próxima etapa.

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Pinterest,2021

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6136: Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos. Rio de Janeiro, 2016.

NBR 16697: Cimento Portland – Requisitos. Rio de Janeiro, 2018.

NBR 9833: Concreto fresco - Determinação da massa específica, do rendimento e do teor de ar pelo método gravimétrico. Rio de Janeiro, 2008.

NBR 11768: Aditivos químicos para concreto de cimento Portland – Requisitos. Rio de Janeiro, 2011.

NBR 5738: Concreto – Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2003.

NBR 5739: Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

NBR 13279: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da resistência à tração na flexão e à compressão. Rio de Janeiro, 2005.

NBR 9779: Argamassa e concreto endurecidos — Determinação da absorção de água por capilaridade. Rio de Janeiro, 2012. 19

NBR 9778: Argamassa e concreto endurecidos - Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica. Rio de Janeiro, 2009.

NBR 15259: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Determinação da absorção de água por capilaridade e do coeficiente de capilaridade. Rio de Janeiro, 2015.

NBR 6136: Blocos vazados de concreto simples para alvenaria — Requisitos. Rio de Janeiro, 2016.

FIGUEIREDO, J. M. F. L. **Sensores de fibra óptica para uso avançado em compósitos poliméricos.** Portugal. Dissertação do programa de mestrado – Universidade de Aveiro, Faculdade de Física, 2009.

ISBN 978-65-5629-077-5

HENRIQUES, T. S. **Análise da influência da fibra óptica polimérica inserida em blocos de argamassa.** Porto Alegre. Dissertação do programa de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de engenharia civil, 2013.

LITRACON. Litracon Classic sobre nós, [2004]. Disponível em: http://litracon.hu/en/about-us Acesso em 08 de março de 2021.

MEHTA, P. K.; **MONTEIRO**, P.J.M. Concreto, microestrutura, propriedades e material. São Paulo, 2014.

RESTREPO, Laura Margarita Cadavid. **Concreto Translucido:** estudo experimental sobre a fabricação de painel de concreto com fibra ótica e suas aplicações na arquitetura. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasilia, Brasília, 2013.

REEC- REVISTA ELETRÔNICA DE ENGENHARIA CIVIL. [S. L.]: Issn: 2179-0612 D.O.I. 10.5216/reec.V13I2.46269, v. 13, n. 2, 10 ago. 2017. Mensal.

ISBN 978-65-5629-077-5

ESTUDOS DE DESIGN INTERATIVO: SPOTIFY E USABILIDADE
INTERACTIONS DESIGN'S STUDIES: SPOTIFY AND USABILITY

Gabriela Rengel da Silva Ferrarin[1]
Maria Helouise Rodrigues Mazzo [2]
Cristian Cipriani[3]

Resumo: Na atualidade, uma das tarefas dos designers é projetar interfaces mais interativas, prevendo uma triangulação, multidisciplinar, entre os princípios básicos do design, a tecnologia e a experiência do usuário. Em vista disso, o objetivo deste artigo é analisar a usabilidade, por vias das heurísticas de Nielsen, do aplicativo de música Spotify. Para tanto, abordamos o Design de Interação e a sua função de projetar espaços à comunicação e à interação humana. Não obstante, exploramos o conceito de usabilidade face os dez princípios heurísticos de Nielsen. Sem pretensão de esgotar o assunto, foi possível concluir que o Spotify foi projetado observando as 10 leis da heurística de Nielsen.

Palavras-chave: Usabilidade. Design de Interação. Heurística. Spotify

Abstract: Nowadays, one of designers' tasks is to design more interactive interfaces, predicting a triangulation, multidisciplinary, between the design's basic principles, the technology and the user's experience. Therefore, this article's objective is to analyze the usability, through Nielsen's heuristics, the music app Spotify. For this purpose, we approach the Interaction Design and his role of create spaces for communication and human interaction. However, we explore the usability's concept after Nielsen's ten heuristics principles. No pretense in keep the subject prolonged, it was possible to conclude that Spotify was designed after Nielsen's ten heuristics rules.

Keywords: Usability. Interaction Design. Heuristic. Spotify.

1INTRODUÇÃO

A palavra design assume, na contemporaneidade, diversas abordagens e traduções, variando de acordo com o autor e com a língua considerada. Neste trabalho, trataremos design como uma disciplina que visa "projetar" alguma coisa, assim como uma área do conhecimento que busca pôr em prática um planejamento intencional no intento de responder a um problema ou a uma necessidade. (GUERRA, TERCE, 2019).

Em uma leitura ontológica, podemos inferir que o design emerge quando o ser humano começa a projetar os primeiros aparatos e ferramentas para

[1] Acadêmica do 2º período de Design Gráfico – Univel – Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmica do 4º período de Design Gráfico – Univel – Centro Universitário Univel. Bolsista PIBIC – UNIVEL.
[3] ORIENTADOR: Professor Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Professor da área de Design e Comunicação Social. Coordenador do Projeto de Pesquisa Design e Comunicação Críticas, financiado pelo Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

auxiliá-lo na resolução dos problemas da vida cotidiana. Por isso, a ontologia do design indica que ele sempre esteve relacionado ao ser humano e, consequentemente, à tecnologia, remodelando os mecanismos físicos e conceituais dos aparatos tecnológicos para atender as demandas de cada tempo.

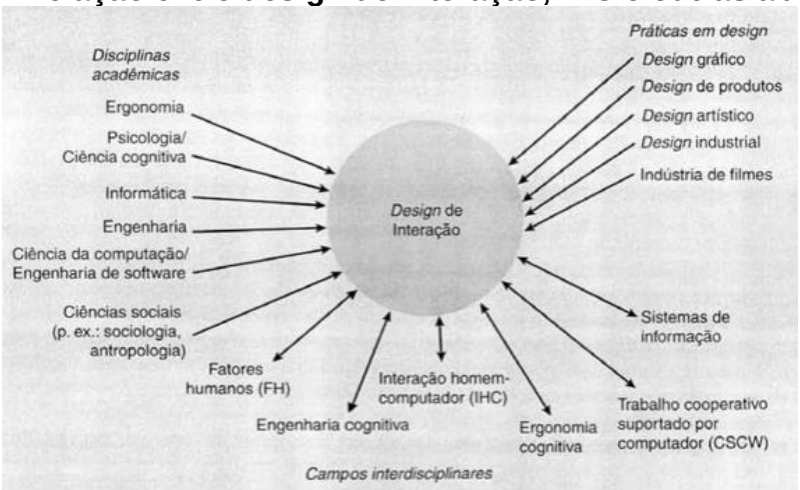
Na atualidade, uma das tarefas dos designers é projetar interfaces mais interativas, prevendo uma triangulação, multidisciplinar, entre os princípios básicos do design, a tecnologia e a experiência do usuário. Assim, o objetivo desta pesquisa, atrelada a um projeto maior ainda em execução, é: analisar a usabilidade, por via das heurísticas de Nielsen, do aplicativo de música Spotify.

Para dar conta do que nos propomos, iniciamos o texto apresentando o design de interação como um braço do design responsável pelo projeto de produtos interativos que fornecem suporte às atividades cotidianas das pessoas, nas mais variadas situações. Atrelado a esse conceito, propomos uma discussão sobre o conceito de usabilidade definindo-o, a partir da NBR 9241-11, como a facilidade com que o usuário consegue realizar uma determinada tarefa por intermédio de um produto. Na sequência, abordamos as 10 heurísticas de Nielsen, utilizando-as como conceito e metodologia. No tópico 3 fazemos a análise da plataforma de música Spotify.

2 DESIGN DE INTERAÇÃO

Vivemos em um mundo amplamente tecnológico. A relação ser humano natureza, cada vez mais, está mediada por aparatos técnicos. Por isso, o debate em torno da necessidade de designers desenvolverem tecnologias digitais com ótimos princípios de interatividade tem sido cada vez mais amplificado. Empreender tal tarefa exige dos designers um conjunto multidisciplinar de habilidades, quais sejam: psicológicas, IHC, web design, ciências da computação, marketing, negócios e entretenimento. Destarte, o designer que trabalha nesta área adquire o qualificativo "de interação". Preece, Rogers e Sharp (2013, p.29) apresentam, na figura abaixo, a ampla relação entre disciplinas acadêmicas, práticas de design e campos interdisciplinares que se preocupam com o design de interação.

Figura 1 – Relação entre design de interação, IHC e outras abordagens



Fonte: Preece, Rogers e Sharp (2013, p.29)

ISBN 978-65-5629-077-5

Em vista disso, coadunamos com a perspectiva de Preece, Rogers e Sharp (2013, p.5) quando apontam que o design de interação está relacionado ao "design de produtos interativos que fornecem suporte às atividades cotidianas das pessoas, seja no lar ou no trabalho". Também, pode ser pensado por intermédio da ideia de projetar espaços à comunicação e à interação humana. (WINOGRAD, 1997). Em vista disso, podemos afirmar que o designer de interação é de avaliar de telas e criador de interfaces até pesquisador de nichos de mercado.

Mas, para atingir o objetivo almejado, faz-se necessário entender o que é interação, dado que usabilidade é uma característica de interfaces interativas.

Para Cipriani e Pila (2011) a interação busca proporcionar a quebra das lacunas de formas e meios, especialmente ao fazer com que a pessoa que interage com o artefato possa avaliar, modificar e até mesmo "brincar" com o produto. Para os autores, a interação carrega em seu bojo a possibilidade de romper com a lacuna existente na comunicação, pois aproxima as pessoas da informação da maneira menos distorcida possível, assim como a torna mais atrativa e necessária.

Na direção do acima exposto, o pesquisador Alex Primo (2000) indica que o termo interação denomina o processo de adoção recíproca de papéis, o desempenho mútuo de comportamentos empáticos. Se dois indivíduos tiram inferências sobre os próprios papéis e assumem o papel um do outro ao mesmo tempo e se o seu comportamento de comunicação depende da adoção recíproca de papéis, então eles estão em comunicação por interagirem um com o outro. Por isso, a interação pode ser apresentada como uma "ação entre" pessoas-pessoas, pessoas-máquinas e máquinas-máquinas.

Alex Primo (2000) indica duas possibilidades de interação, a saber: a interação mútua e interação reativa. Por interação mútua, ele quer significar a interação que forma um todo global. Isto é, as partes do sistema são interdependentes, pois, quando uma parte é afetada, o sistema total se modifica. Nos sistemas de interação mútua, o contexto exerce uma importante influência. Um exemplo de interação mútua é o diálogo entre duas pessoas.

Já no concernente a interação reativa, Primo (2000, p.8) indica que esse tipo de interação é caracterizada pela linearidade e ocorre em sistemas fechados. Isso quer dizer que "[...]o reagente tem pouca ou nenhuma condição de alterar o agente. Além disso, tal sistema não percebe o contexto e, portanto, não reage a ele". Em vista disso, se uma situação de interação não for prevista na fase inicial de produção, ela não poderá produzir o mesmo resultado que uma situação planejada anteriormente apresentaria. (PRIMO, 2000). O exemplo mais comum de interação reativa são os sistemas operacionais de computadores e celulares na sua relação com o usuário.

3 PRINCÍPIOS GERAIS DE USABILIDADE

Usabilidade traduz a facilidade com que o usuário consegue realizar determinada tarefa através de um produto, que pode ser qualquer objeto com que o usuário interage, não necessariamente digital. Quando essa interação ocorre de forma intuitiva, dizemos que o produto tem boa usabilidade. Nesse sentido, a usabilidade é medida por intermédio de três pilares, quais sejam:

ISBN 978-65-5629-077-5

eficiência, eficácia e satisfação – sempre em um determinado contexto. Essas dimensões de avaliação são relacionadas ao sucesso na realização de uma tarefa. É necessário definir o usuário, a tarefa, e o contexto de uso. Em outras palavras,

> After all, usability really just means making sure that something works well: that a person of average (or even below average) ability and experience can use the thing—whether it's a Web site, a fighter jet, or a revolving door—for its intended purpose without getting hopelessly frustrated. (KRUG, 2006, p.5)

Para definir o usuário é importante descrever os diferentes níveis de experiência, além de atributos físicos e capacidades motoras e sensoriais. As tarefas são realizadas visando alcançar um objetivo, características como frequência e duração devem ser descritas. O contexto de uso deve ser especificado em atributos como ambiente organizacional e sua estrutura e cultura, ambiente técnico, ambiente físico, suas condições e segurança do local de trabalho.

A NBR 9241-11 apresenta como pilares da usabilidade a eficiência, eficácia e a satisfação. Assim, eficiência diz respeito à realização da tarefa sem erros. Pode ser medida em termos de energia física ou mental, custo materiais ou financeiros, entre outros. Já a eficácia é a realização da tarefa com otimização dos recursos disponíveis. É medida em termos de acurácia e completude. Por seu turno, a satisfação se refere ao quanto as expectativas do usuário são alcançadas.

3.1 HEURÍSTICAS DE NIELSEN

Em termos gerais, a heurística pode ser definida como um procedimento mental simples que corrobora o transcurso de busca de respostas adequadas para problemas difíceis. Na informática e no design de interação seu significado está atrelado ao princípio de métodos de pesquisa ancorados na progressiva aproximação com um dado problema. Preece, Rogers e Sharp (2013), inferem que, quando usados na prática, os princípios do design são normalmente chamados de heurística. Para as pesquisadoras, tais princípios precisam ser interpretados no contexto do design, utilizando-se experiências já realizadas.

Nessa direção, os princípios de usabilidade quando utilizados como parte de uma avaliação também são chamados de heurística. Jakob Nielsen, pesquisador da área de IHC, apresenta 10 heurísticas para o design de interação – muitas coincidem com os princípios do design – que, em certa medida, tangiabilizam de maneira objetiva as normas de usabilidade da NBR. Neste trabalho, além de servir como embasamento teórico, as heurísticas de Nielsen servirão como método para avaliarmos a usabilidade do Spotify. Em vista disso, entendemos ser necessário apresentar, mesmo que de maneira sucinta, todos os pontos de usabilidade desenvolvido por tal autor.

A primeira heurística de Nielsen (1994) é a "visibilidade do status do sistema". Por sua vez, esta heurística avalia se o sistema mantém os usuários sempre informados sobre o que está acontecendo, fornecendo um feedback adequado. A segunda lei é a "compatibilidade do sistema com o mundo real", ou

ISBN 978-65-5629-077-5

seja, o sistema precisa abordar a linguagem (tanto verbal como não verbal) cotidiana do usuário. O "controle do usuário e liberdade" fornece maneiras para que os usuários saiam facilmente de lugares inesperados, assim como permite a customização dos ambientes por parte deles. A heurística número quatro está relacionada a "consistência e padrões" e busca evitar que os usuários tenham que pensar se ícones, símbolos, palavras ou ações diferentes significam a mesma coisa.

Sem perder de vista o que foi mencionado acima, cabe apontar que as heurísticas cinco e seis estão atreladas. A lei número cinco ajuda os usuários, por vias de linguagem simples, a reconhecer, diagnosticar e recuperar-se de erros, assim como sugere uma maneira de resolvê-lo. Já a lei número seis diz respeito a "prevenção de erros", isto é, sempre que possível o sistema deve impedir a ocorrência de erros. (NIELSEN, 1994).

Nielsen (1994), ademais, apresenta o "reconhecimento em vez de memorização" também como uma heurística. Por isso, para o pesquisador dinamarquês, tornar objetos, ações e opções visíveis corrobora com o processo de usabilidade. A heurística número oito entende que os sistemas devem apresentar "flexibilidade e eficiência de uso". Tal lei possibilita aos usuários experientes realizar tarefas com mais rapidez, enquanto fornece aos usuários iniciantes um passo a passo, bem como atalhos visuais.

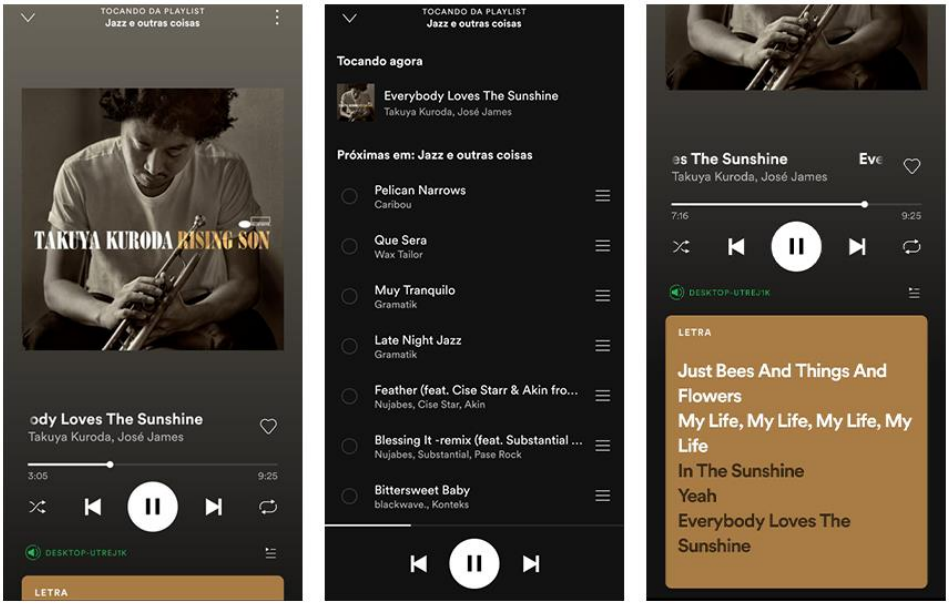
A lei número nove apresenta a "estética e o design minimalista". Para Nielsen (1994) um bom sistema evita o uso de informações verbais e não verbais irrelevantes ou pouco utilizadas. A décima heurística apresenta a "ajuda e documentação". Essa heurística infere que um sistema deve fornecer informações que podem ser facilmente encontradas mediante uma série de passos concretos que podem ser facilmente seguidos.

4 ANÁLISE SPOTIFY

Lei 1 - Visibilidade do status do Sistema: No topo da tela sabemos qual playlist está sendo reproduzida. Na parte inferior, o sistema nos informa o que está acontecendo na tela, qual música está tocando, sua duração e o quanto desse tempo já foi percorrido. Também é possível visualizar em qual aparelho se está ouvindo, se é no próprio telefone celular ou em um desktop, por exemplo. Ao lado dessa informação, há um ícone em forma de lista e ao clicar somos informados sobre as próximas músicas da fila. Rolando a tela para baixo é possível acompanhar a letra conforme vai sendo cantada.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 2 – Visibilidade do status do sistema no Spotify



Fonte: Spotify (2021)

Lei 2 - Compatibilidade do sistema com o mundo real: Os ícones de pausar/reproduzir, ir para a próxima música ou voltar para a anterior, são familiares e intuitivos, bem como os de ativar o modo de reprodução aleatória e de repetir. São símbolos que possuem conexão com o mundo real.

Figura 3 – Player do Spotify



Fonte: Spotify (2021)

Lei 3 - Controle do usuário e liberdade: Quando o usuário está na página inicial e clica na barra inferior, ele é direcionado para outra página com mais informações sobre a música que está tocando. Se tomou essa ação por engano, consegue voltar rapidamente para a página anterior ao clicar no ícone de seta para baixo, no canto superior esquerdo, retornando para a página inicial. Ademais, sobre a liberdade, o usuário pode produzir e confeccionar playlist. Entretanto, não pode personalizar totalmente o aplicativo.

ISBN 978-65-5629-077-5

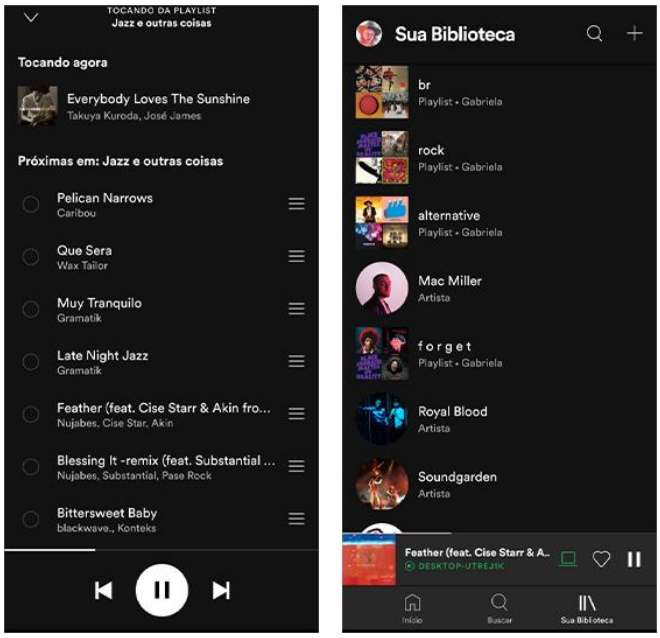
Figura 4 – Interface Spotify



Fonte: Spotify (2021)

Lei 4 - Consistência e padrões: As músicas são sempre apresentadas com a mesma tipografia, peso e hierarquia. A música aparece na primeira linha com tamanho de fonte e peso maiores que as do nome do artista, que aparece na linha abaixo. Na página da biblioteca do usuário, é fácil de diferenciar playlists e artistas. A imagem da primeira é quadrada, já a segunda tem formato redondo.

Figura 5 – Playlist e biblioteca



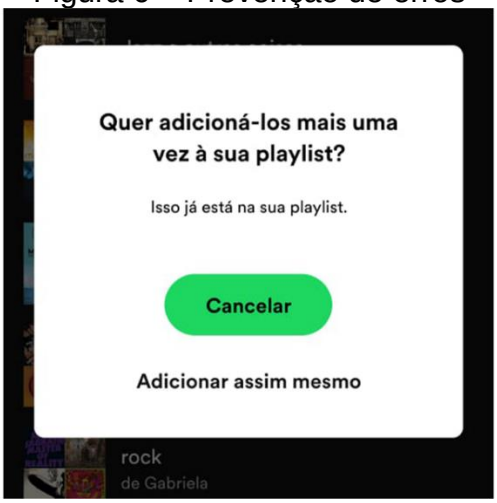
Fonte: Spotify (2021)

ISBN 978-65-5629-077-5

Lei 5 – Ajudar os usuários a reconhecer diagnosticar e recuperar-se de erros: Ao fazer o login, se o usuário ou senha estiverem incorretos, o Spotify informa ao usuário sobre o problema, logo abaixo do campo de preenchimento de dados. Além disso, dá a opção de resolver o problema caso tenha esquecido a senha.

Lei 6 - Prevenção de erros: Para evitar a duplicação de música em uma playlist, por exemplo, o Spotify informa que a mesma já está na playlist e confirma, por vias de uma mensagem, se o usuário quer, de fato, tomar tal ação. Não obstante, se ao efetuar o cadastro, o usuário deixou de inserir alguma informação, o sistema o informará onde está o erro.

Figura 6 – Prevenção de erros

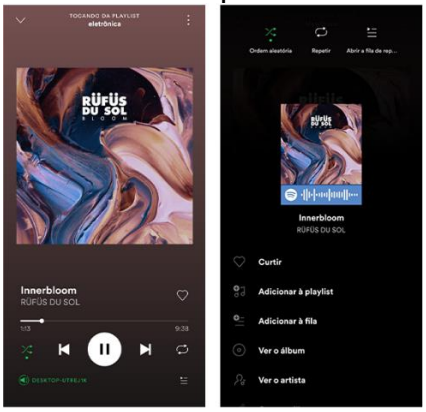


Fonte: Spotify (2021)

Lei 7 - Reconhecimento em vez de memorização: segue um padrão como outros aplicativos de streaming, com as principais funções distribuídas no canto superior e inferior da tela.

Lei 8 – Flexibilidade e experiência de uso: Ações como ativar modo aleatório ou repetir, bem como abrir a fila de reprodução, podem ser realizadas rapidamente por usuários experientes na tela de reprodução da música. Por outro lado, um usuário inexperiente pode clicar nos três pontinhos no canto superior direito e tomar essas mesmas ações com mais clareza, uma vez que, as mesmas, têm sua função descrita logo abaixo do ícone.

Figura 7 – Flexibilidade e experiência de uso no Spotify

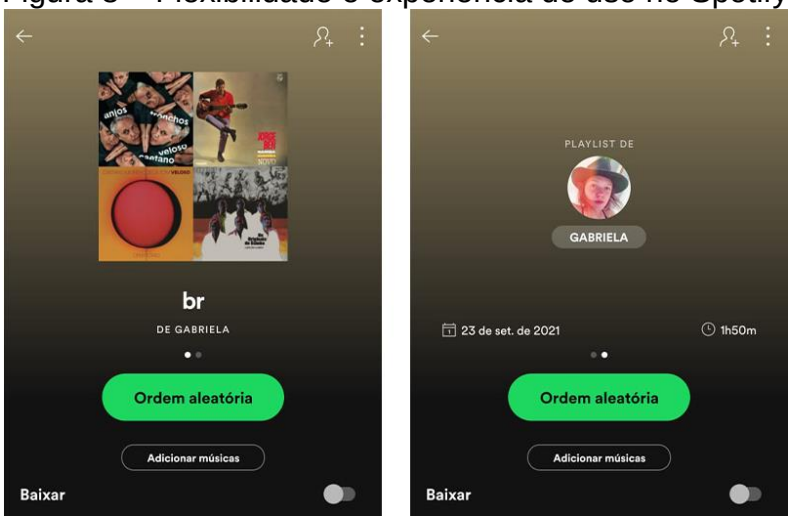


Fonte: Spotify (2021)

ISBN 978-65-5629-077-5

Lei 9 – Estética e design minimalista: a interface exibe o conteúdo de forma objetiva, assim, o usuário visualiza mais rapidamente o que é relevante. Informações mais detalhadas só são exibidas através da interação do usuário, que, ao ir clicando, abre outras abas e menus. Um exemplo é a página da playlist, que só mostra informações secundárias, como data de criação e tempo de duração, ao deslizar a capa da playlist para a esquerda.

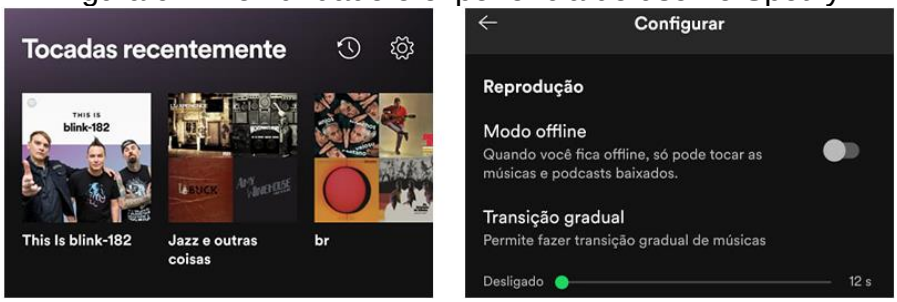
Figura 8 – Flexibilidade e experiência de uso no Spotify



Fonte: Spotify (2021)

Lei 10 - Ajuda e documentação: Na página de início, um ícone de engrenagem é exibido no canto superior direito. Assim, ao clicar são disponibilizadas uma série de comandos que permitem o usuário personalizar sua experiência e auxiliam na resolução de problemas.

Figura 9 – Flexibilidade e experiência de uso no Spotify



Fonte: Spotify (2021)

5 CONCLUSÃO

Um dos braços do design contemporâneo tem se preocupado com a interação e, consequentemente, com as interfaces dos aparatos tecnológicos. Em vista disso, nosso objetivo foi analisar a usabilidade, por vias das heurísticas de Nielsen, do aplicativo de música Spotify.

Para tanto, abordamos o conceito de Design de Interação, bem como apresentamos as heurísticas de Nielsen face aos conceitos de usabilidade, especialmente os propostos pela NBR 9142-11. Com isso em mente, passamos para a análise da plataforma de música do Spotify. Na análise, foi possível apreender que o aplicativo Spotify para mobile foi projetado observando as 10

ISBN 978-65-5629-077-5

heurísticas de Nielsen, dado que apresenta, à primeira vista, todos os elementos indicados para que um sistema tenha boa usabilidade.

Como parte de uma pesquisa maior, este artigo proporcionou às envolvidas novas visões sobre a usabilidade, assim como ampliou o conhecimento sobre a importância de se levar em consideração as leis da heurística na criação de projetos de design de interação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9241-11. Requisitos Ergonômicos para Trabalho de Escritórios com Computadores. Parte 11 – Orientações sobre Usabilidade**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

CIPRIANI, Cristian; PILA, Guilherme Tomazi. **Interação reativa na publicidade: estudo sobre interação reativa proporcionada pela ferramenta papervision 3D em desktop**. Disponível em: http://konrad.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php. Acesso em 10 de ago. 2021.

GUERRA, Fabiana; TERCE, Mirela. **Design Digital: conceitos e aplicações para websites, animações, vídeos e webgames**. São Paulo: Senac, 2019.

KRUG, Steve. Don't make me think. Berkley – California: New Riders Publishing, 2006.

NIELSEN, Jacoob. **10 Usability Heuristics for User Interface Design**. Disponível em: https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/. Acesso em 10 de set. 2021.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. **Design de interação: além da interação humano-computador**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PRIMO, Alex. **Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf. Acesso em 08 de ago. 2021.

WINOGRAD, Terry. From computing machinery to interaction design. In: DENNING, Peter; METCALFE, Robert M. **Beyond Calculation: The Next Fifty Years of Computing.** Amsterdam: Springer-Verlag, 1997.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

MENTES PENSANTES: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO USANDO TECNOLOGIAS – RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO "MENTES PENSANTES"

Franck Willian Lopes[1]
Larissa Kalyana Braun[2]
Leonardo Piovesan[3]
Marcos Antonio Ferreira de Almeida[4]
Matheus Willian Laschi[5]
Fabiane Sorbar Fontana[6]

Resumo: Esse artigo consiste em um relato de experiência sobre um projeto realizado durante o ano letivo de 2021, na cidade de Cascavel (PR), por um grupo de acadêmicos do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs, do Centro Universitário UNIVEL, participantes do projeto de extensão denominado "Mentes Pensantes". O objetivo do projeto foi capacitar os acadêmicos para o uso da plataforma eletrônica Arduino, incentivando-os a resolver problemas práticos de automação e, consequentemente, chegando à prototipagem. Foram realizadas experiências de aprendizado com exposições dinâmicas e esclarecedoras que proporcionaram entendimento claro e objetivo para todos. Durante o projeto os acadêmicos obtiveram conceitos teóricos e práticos sobre Arduino, alguns componentes e sensores que juntos formam os mais variados protótipos. Os grupos de trabalhos formados durante o projeto visaram sempre a integração, ou seja, acadêmicos de diferentes semestres estavam presentes em um mesmo grupo, visando sempre a disseminação do conhecimento e a troca de experiência entre eles. O trabalho final do Projeto é a construção de um protótipo que utilize os conhecimentos adquiridos durante o mesmo, apresentando sempre os benefícios do processo de inclusão de tecnologias nos mais diversos segmentos de nosso cotidiano. Com base nos resultados obtidos e analisados, do formulário aplicado aos acadêmicos do Projeto, foi notado alto índice de satisfação com a realização do mesmo, assim como o desejo de continuidade durante o ano letivo de 2022.

Palavras-chave: Arduino. Internet das Coisas. Interdisciplinaridade. Integração. Prototipação.

[1] Acadêmico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[5] Acadêmico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.
[6] ORIENTADORA Professora Mestre Fabiane Sorbar Fontana do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADs da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

1 INTRODUÇÃO

O estimulo do pensamento e a criatividade fazem parte das dinâmicas utilizadas no Projeto de Extensão Mentes Pensantes. Originado no curso de Tecnologia e Analise de Desenvolvimento de Sistemas - TADs, onde as disciplinas de lógica e programação são de grande importância, e considerando que vivenciamos a era da Internet das Coisas (IOT), o projeto "Mentes Pensantes" busca unir *hardware* e *software* na resolução dos mais diversos problemas encontrados em nosso cotidiano, apresentado aos acadêmicos a computação embarcada. As plataformas programáveis de Arduino, que proporcionam a prototipagem eletrônica em placa única e que usa o conceito de *hardware* livre, associado à Linguagem de Programação C, vem sendo adicionado ao meio acadêmico com o intuito de diversificar o ambiente de aprendizado e também trazer o lúdico, sem desvirtualizar do contexto principal que é a programação e a criatividade. A utilização do arduino mostra ao acadêmico que qualquer um pode montar, modificar, melhorar e personalizar, partindo do mesmo *hardware* básico.

2 ARDUINO

O Arduino teve seu início no *Interaction Design Institute* na cidade de *Ivrea*, na Itália, em 2005. O professor Massimo Banzi, procurava um meio mais barato de tornar mais fácil para os estudantes de design trabalhar com tecnologia. Sua popularização cresceu rapidamente quando o grande público percebeu que o Arduino era um sistema de fácil utilização, de baixo custo e que poderia ser usado em seus próprios projetos, bem como era uma excelente introdução para programação de microcontroladores (EVANS et. al., 2013).

Segundo Azevedo et. al. (2009) a história da robótica na educação nasce com o aparecimento dos computadores no âmbito escolar. Estes surgem nos anos 70, inicialmente nos Estados Unidos e só no período de 1980 começam a ser utilizada nas escolas do Brasil. As primeiras experiências com o computador nas instituições educacionais objetivavam a realização de atividades de programação, desta forma abria-se um novo leque de oportunidades pedagógicas.

Podemos afirmar que a robótica é uma área multidisciplinar e que não existe por si só. Ela depende do conhecimento de várias outras ciências como a Matemática, Física, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e tantas outras afins. Quando falamos em robótica na educação ou simplesmente "Robótica Educacional" estamos fazendo uso destes conceitos intrínsecos à robótica, mas com finalidades pedagógicas e direcionadas à construção do conhecimento/aprendizagem. Segundo Garcia e Soares (2014) a robótica educacional é uma ação pedagógica que utiliza a aprendizagem de conceitos científicos por parte dos alunos através da interação com um robô de maneira colaborativa.

Para Cambruzzi e Souza (2015) a Robótica Educacional tem como principal característica um ambiente de aprendizagem no qual os alunos podem montar, programar e analisar o comportamento de um robô ou sistema robotizado, promovendo a socialização e a autonomia no aprendizado, criando

ISBN 978-65-5629-077-5

um ambiente que reúne ciência, tecnologia e trabalho manual. Vale lembrar, segundo Miranda e Suanno (2009) que, mesmo sendo um instrumento dinâmico, a robótica pedagógica, assim como qualquer outra tecnologia aplicada à educação, deve ser utilizada com critério e planejamento para que não ocorra um ensino tecnicista desprovido de elementos facilitadores da autonomia e da aprendizagem significativa.

Para facilitar o processo de utilização da robótica como recurso educacional, as escolas, docentes e alunos lançam mão de diversos kits de robótica comercial que são usados no âmbito educacional. Dentre os mais conhecidos estão os da plataforma Arduíno.

O Arduino é diferente de outras plataformas presentes no mercado em razão dos seguintes fatores (BANZI, 2011):

● Trata-se de um ambiente multiplataforma, que pode ser executado no Windows, Macintosh e Linux.

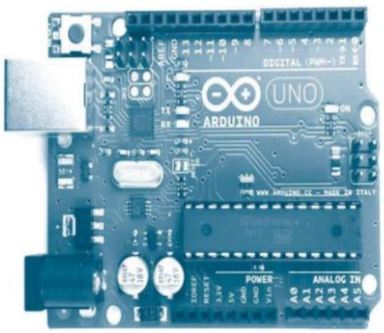
● Tem por base o IDE de programação Processing, ambiente de desenvolvimento fácil de ser utilizado e que costuma ser empregado por artistas e designers.

● Pode ser programado utilizando-se um cabo USB, sem necessidade de uma porta serial. Esse recurso é útil, uma vez que muitos computadores modernos não têm portas seriais.

● É um hardware e software de fonte aberta.

Um Arduino (Figura 1) é diferente de um computador convencional porque, além de ter pouca memória, não contém sistema operacional nem interfaces para teclado, mouse ou monitor. O seu propósito é controlar coisas fazendo interfaces com sensores e atuadores (MONK, 2015).

Figura 1: **Arduino UNO**



Fonte: MONK, 2015.

Existe uma grande variedade de dispositivos que podem ser utilizados na programação embarcada, que assim como o arduino UNO, promovem o processamento e armazenamento de informação. Cabe ao profissional que está desenvolvendo o protótipo analisar o mesmo, e validar suas necessidades para execução e montagem, fazendo sua escolha.

2.1 INTERNET DAS COISAS

O termo Internet das Coisas (IoT) surgiu como um conceito de rede, que abrange comunicações e processamentos dos mais diversos tipos de equipamentos. A palavra "internet", empregada no nome, com o poder simbólico que representa para toda a população mundial, veio para adicionar à nova

ISBN 978-65-5629-077-5

expressão, e, assim, dar a ela abrangência, compreensão imediata de intensidade, tecnologia e perspectivas de um futuro promissor.

São inúmeras as aplicações vislumbradas pela IoT. Muito se fala em telemetria, aplicações com coleta de dados em ambientes diversos, possibilidade de atuação direta sobre objetos de todos os tipos, relacionamento em rede e interação de objetos entre si, ou seja, de máquina para máquina, interação entre objetos e pessoas, seja de forma provocada ou transparente (FACCIONI FILHO, 2016).

Com o barateamento das tecnologias, maior nível de acessibilidade e o rápido crescimento de redes sem fio, o IoT se populariza, podendo se integrar e ser visto ao nosso redor no cotidiano (SOUZA, 2019).

A união de *hardware* e *software* com a IoT promete, em conjunto com a Inteligência Artificial, quebrar paradigmas e surpreender toda a comunidade fascinada pela utilização da tecnologia.

2.1.1 Integração

A integração à vida acadêmica não é um processo padronizado, que contém uma formula específica ou tamanho único. Também não é algo que acontece somente no momento do ingresso, mas que se renova a cada novo semestre do curso (TINTO, 1997). Dado constante é que, para que haja a integração o estudante necessita enfrentar desafios propostos de natureza acadêmica, social, pessoal, de carreira e institucional. Desafios que, muitas vezes, se remetem em conciliar as demandas advindas das atividades externas à instituição, como atividade de trabalho e responsabilidades familiares, com aquelas relacionadas ao curso de graduação e ao projeto de extensão. Todos esses compromissos exigem do estudante um domínio maior da gestão do tempo e do processo de autorregulação do estudo em direção aos objetivos pessoais. E nessa nova vivência acadêmica, a integração tem sido um dos processos destacados para o sucesso do estudante (ALMEIDA & SOARES, 2003).

2.1.2 Interdisciplinaridade

A disciplinaridade se caracteriza como uma exploração científica especializada de uma determinada área de estudo, isto é, "conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos de ensino, da formação, dos métodos e das matérias; esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem aos antigos" (JAPIASSU ,1976).

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se apresenta como a inserção de métodos de cooperação entre as disciplinas e outras atividades educacionais, visando o combate à fragmentação do conhecimento, bem como a aproximação da universidade com a sociedade em que está inserida, pois, muitas vezes, esta instituição encontra-se compartimentada e desvirtuada das necessidades sociais da atualidade (TEIXEIRA, 2007).

É exatamente essa conexão entre as diversas disciplinas contempladas pelo currículo do curso, bem como entre as outras atividades vinculadas a ele,

ISBN 978-65-5629-077-5

que é capaz de criar um ambiente familiar para o discente, no sentido de se enxergar significado real no que pretende ser ensinado. "Quando os conteúdos não são contextualizados adequadamente, estes se tornam distantes, assépticos e difíceis, não despertando o interesse e a motivação dos alunos" (ZANON & PALHARINI, 1995).

3 METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo central analisar a eficácia das estratégias adotadas junto ao Projeto Mentes Pensantes, durante o 1º semestre letivo de 2021, através de um relato de experiência. Para a obtenção dos resultados, foi necessário analisar os recursos pedagógicos e estruturais das equipes formadas para o desenvolvimento do mesmo, correlacionando as práticas do curso com o aprendizado adquirido.

A fim de demonstrar a eficiência das estratégias adotadas durante este Projeto, optou-se por utiliza uma abordagem quantitativa. A amostragem deste trabalho foi destinada a todos os acadêmicos do Projeto, que totalizam 20 (vinte) acadêmicos do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que se apresentam matriculados do 2º ou 6º semestre, conforme mostra a Tabela 1, com uma participação efetiva de respostas ao formulário de 18 (dezoito) acadêmicos.

Tabela 1: **Número de acadêmicos participantes por semestre no Projeto**

Semestre	Nº Acadêmicos
2º Semestre	7
4º Semestre	6
6º Semestre	7
Total	20

Fonte: Autor (2021).

O formulário utilizado foi composto por 10 (dez) perguntas, com resposta enumeradas de 1 (um) a 5 (cinco), onde 1 correspondeu a ruim e 5 a excelente, e uma questão aberta onde foi oportunizado ao acadêmico, espaço para sugestões, reclamações ou elogios. O formulário foi disponibilizado aos acadêmicos através da plataforma Google Forms.

3 RESULTADOS

O projeto sempre teve como um de seus objetivos, além do conhecimento sobre a programação embarcada, a integração entre as turmas do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, visando a troca de experiências e vivências entre os acadêmicos. Como uma estratégia de integração, as equipes formadas, na medida do possível, eram compostas por pelo menos um acadêmico de cada turmas.

Nas Figura 2 são apresentados alguns dos grupos participantes do Projeto.

Figura 2: **Acadêmicos / Grupos participantes do Projeto**

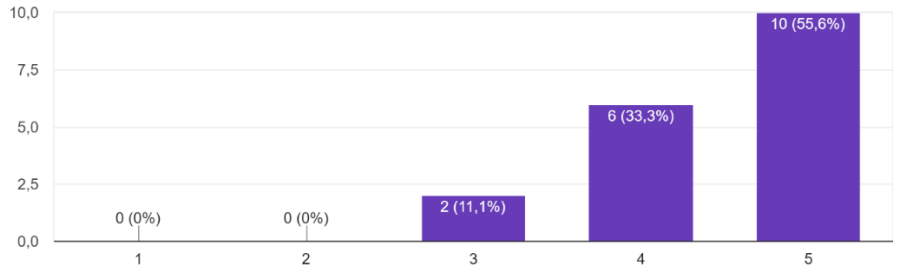
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Autor (2021).

Para avaliação da integração existente entre os participantes do projeto, uma pergunta foi direcionada ao assunto, questionando ao acadêmico qual o seu parecer sobre a integração que estava ocorrendo durante a realização do projeto, e, como retorno obtivemos (Figura 3) a maior parte das respostas entre os níveis 4 (33,3%) e 5 (55,6%).

Figura 3: **Gráfico relativo à Integração entre turmas**

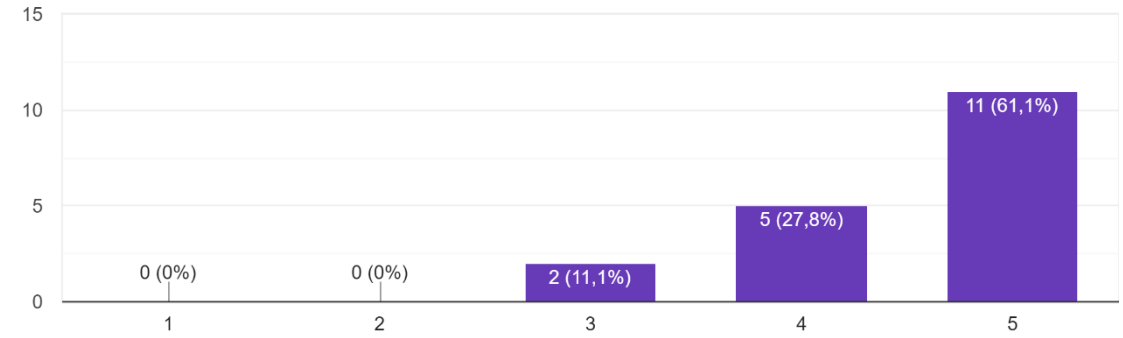


Fonte: Autor (2021).

Os acadêmicos também foram questionados quanto a troca de conhecimentos que o Projeto Mentes Pensantes estava proporcionando durante a sua execução, e mais uma vez, obtivemos (Figura 4) a maioria das respostas entre os níveis 4 (27,8%) e 5 (61,1%).

Figura 4: **Gráfico relativo à troca de conhecimentos entre Acadêmicos**

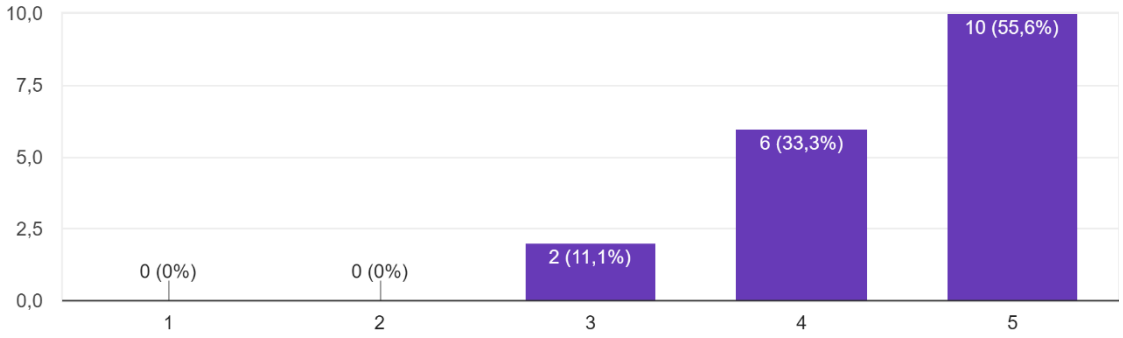
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Autor (2021).

No que diz respeito a interdisciplinaridade, os acadêmicos também puderam expor sua opinião sobre o relacionamento dos assuntos abordados durante o Projeto, com as disciplinas em curso ou já cursadas, e novamente obtivemos (Figura 5) a maior parte das respostas entre os níveis 4 (33,3%) e 5 (56,6%).

Figura 5: **Gráfico relativo conhecimentos adquiridos no Projeto e relacionados as disciplinas do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

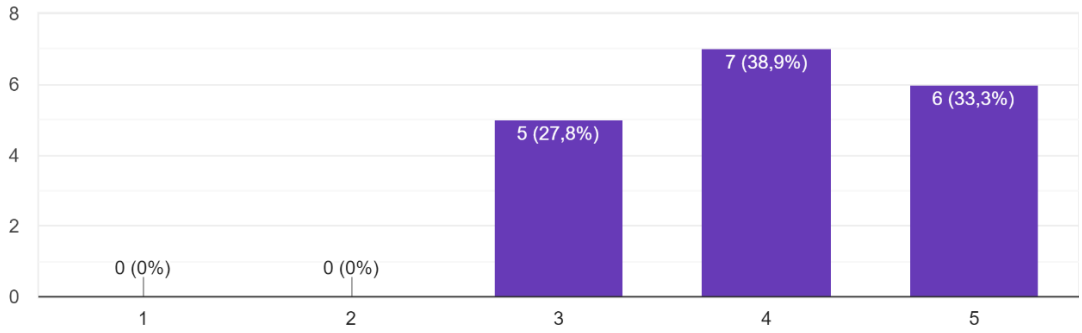


Fonte: Autor (2021).

Fazer o relacionamento entre teoria e prática é de extrema importância, isso justifica a usabilidade do conhecimento adquirido. Uma das questões direcionadas aos participantes do projeto os questionava sobre a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no Projeto em seu dia a dia (Figura 6). Neste questionamento a maioria das respostas se concentrou no nível 4 (38%).

Figura 6: **Gráfico relativo à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no dia a dia**

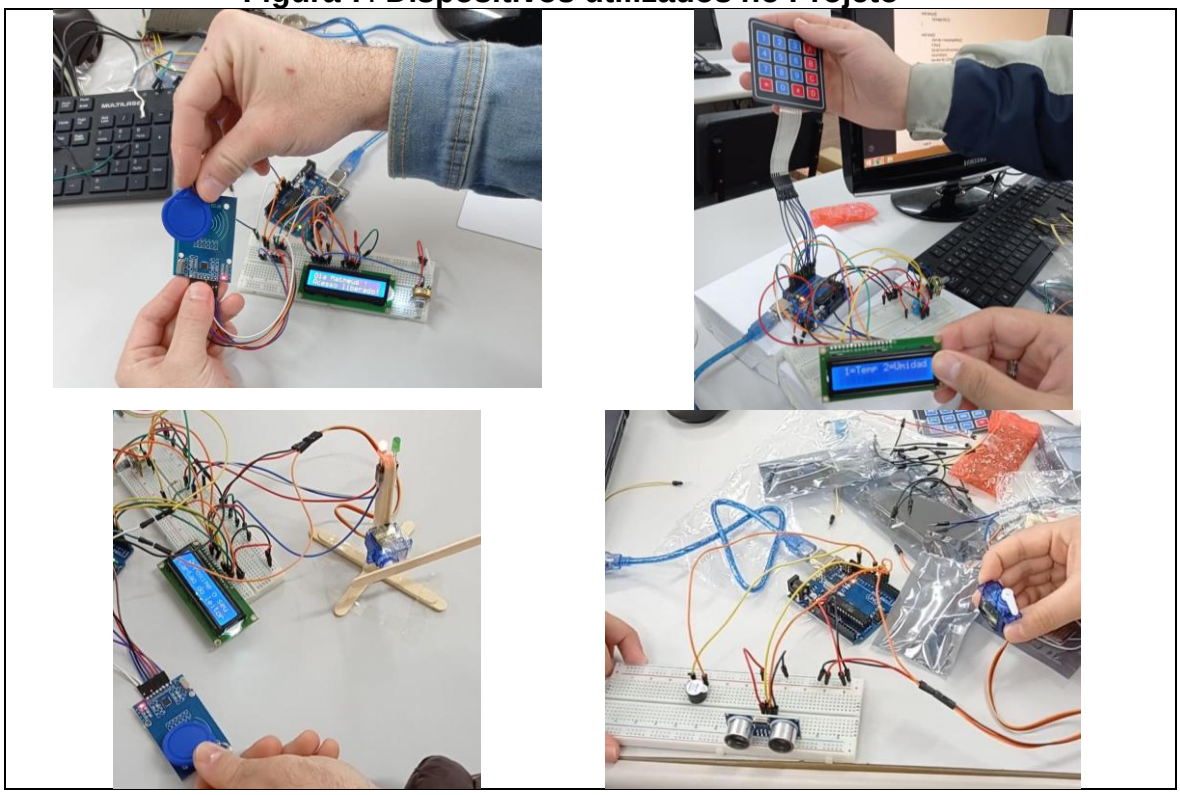
ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Autor (2021).

Para a execução do Projeto o Centro Universitário UNIVEL, colocou à disposição um Laboratório de Informática e kits de Arduinos (Figura 7). Quanto a infraestrutura disponibilizada, os acadêmicos mostraram-se muito satisfeitos (Figura 8) apresentando 61,1% das respostas em nível 5.

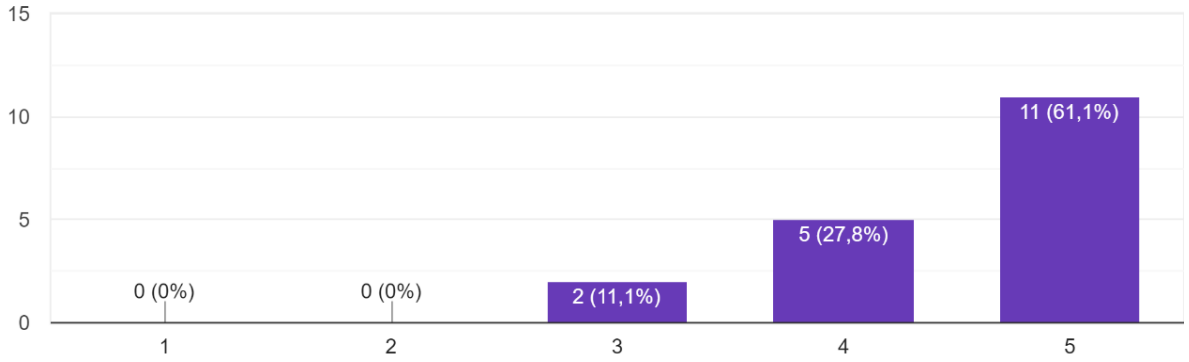
Figura 7: **Dispositivos utilizados no Projeto**



Fonte: Autor (2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

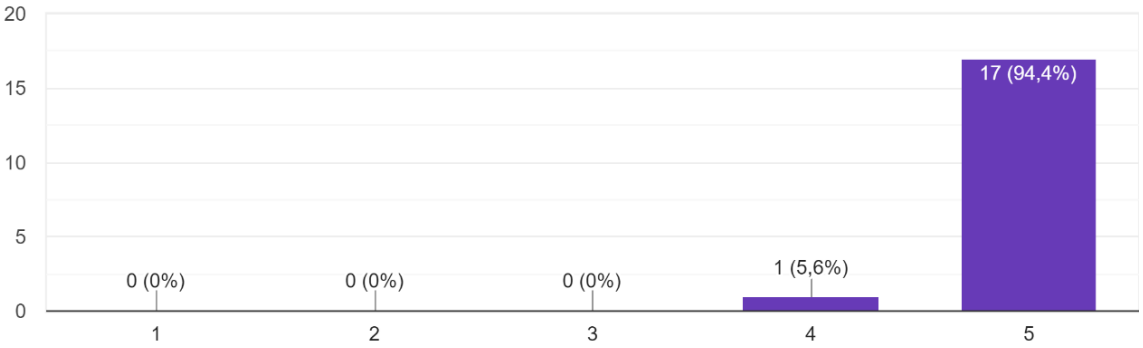
Figura 8: **Gráfico relativo à infraestrutura utilizada durante a execução do Projeto**



Fonte: Autor (2021).

É de grande importância para a continuidade do Projeto identificar se os acadêmicos estão notando uma sequência lógica na apresentação dos conteúdos, ou seja, todo novo conhecimento adquirido é pautado em um conhecimento anterior já compreendido. Na pergunta que os questionava sobre a sequencia lógica didática utilizada, 94,4% dos acadêmicos se mostraram satisfeitos (Figura 9), indicando nível 5, com a forma como os conteúdos estão sendo trabalhados durante o Projeto.

Figura 9: **Gráfico relativo à avaliação da sequência lógica de apresentação do conteúdo durante o Projeto.**

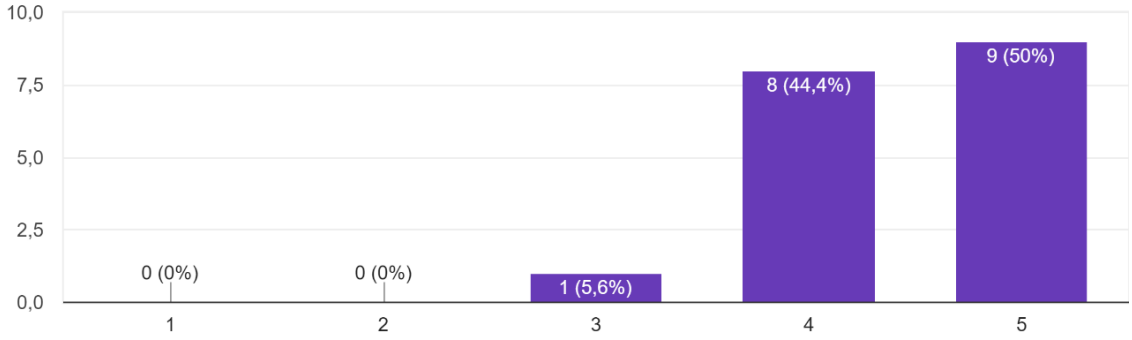


Fonte: Autor (2021).

A tecnologia faz parte da nossa rotina e está empregada nas mais diversas atividades do nosso cotidiano. O conhecimento destinado a *hardware* não é um dos focos do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema, porém está diretamente relacionado a ela, neste sentido os acadêmicos foram questionados quanto a sua satisfação no que diz respeito ao conhecimento adquirido sobre os Arduinos, e obtivemos as respostas (Figura 10) concentradas nos níveis 4 (44,4%) e 5 (50%).

ISBN 978-65-5629-077-5

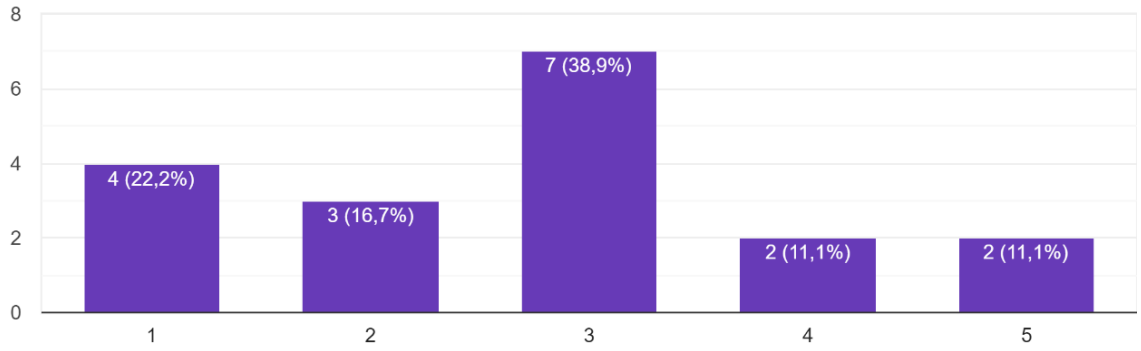
Figura 10: **Gráfico relativo à satisfação dos acadêmicos quanto ao conhecimento adquirido sobre arduino durante o Projeto**



Fonte: Autor (2021).

Para a finalização do Projeto está previsto a apresentação de um Projeto Final de Prototipação, nele os acadêmicos devem utilizar os recursos aprendidos e materiais relacionados a computação embarcada para construção de um protótipo. Quando questionados sobre a existência de uma ideia para construção do mesmo, a maioria das respostas (Figura 11) se concentrou no nível 3, mostrando ainda uma certa imprecisão por parte dos acadêmicos na escolha do mesmo.

Figura 11: **Gráfico relativo à existência de ideia para Projeto Final**

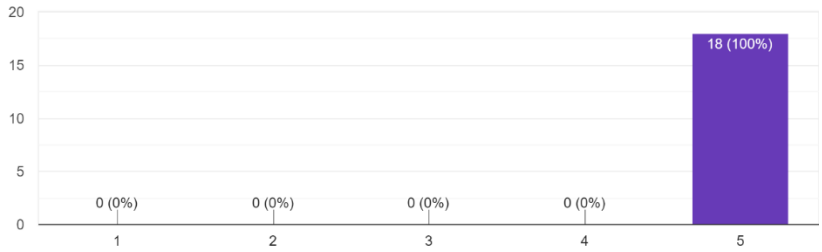


Fonte: Autor (2021).

As aulas do Projeto acontecem de forma quinzenal aos sábados, no horário das 8h as 12h da manhã, ou seja, os acadêmicos precisam conciliam suas rotinas acadêmicas, profissionais e familiares com a execução do mesmo. Quando questionados sobre sua satisfação em estar fazendo parte do Projeto a resposta (Figura 12) foi de 100% em nível 5.

ISBN 978-65-5629-077-5

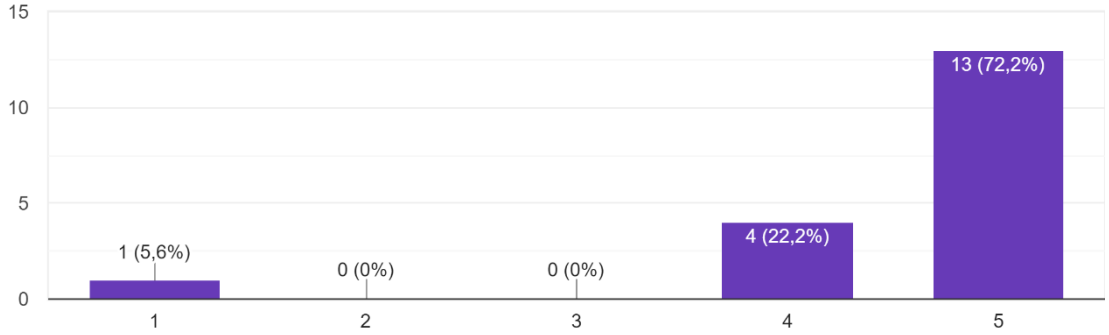
Figura 12: **Gráfico relativo satisfação em fazer parte do projeto**



Fonte: Autor (2021).

O Projeto Mentes Pensantes está em seu primeiro ano junto ao Centro Universitário UNIVEL, e quando questionados os acadêmicos sobre a continuidade no mesmo, obtivemos (Figura 13) 72,2% em nível 5.

Figura 13: **Gráfico relativo a expectativas para continuidade do Projeto**



Fonte: Autor (2021).

No espaço destinado a sugestões, reclamações ou elogios, alguns acadêmicos expressaram a sua satisfação com a realização do Projeto, assim como seu desejo de continuidade no ano letivo de 2022. Vale ressaltar que o desejo de continuar presente no Projeto partiu, também, de acadêmicos que são concluintes em 2021, e pretendem como egressos do curso de Tecnologia e Análise de Desenvolvimento de Sistemas, permanecer conectados com o ambiente de aprendizagem acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Mentes Pensantes vem se mostrando enriquecedor para a formação acadêmica, visto que possibilitou a integração, interdisciplinaridade e a prática estimulante na criação de protótipos que simulam e, podem ser empregados em muitas atividades de nosso cotidiano.

Visualiza-se na extensão universitária uma oportunidade de se criar novos caminhos de aprendizado, onde o "aprender errando" faz parte do processo, onde "ter opiniões contrárias" rendem novos protótipos e ideias, onde o "será que é possível" se torna realidade.

É com este pensamento de construção de conhecimento contínuo, integrado e interdisciplinar que o Projeto Mentes Pensantes, já possuiu planejamento sendo construído pelos participantes e orientadora para sua continuidade durante o ano letivo de 2022.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. **Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial.** Em E. Mercuri, & S.A.J. Polydoro (Orgs.), Estudante universitário: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

AZEVEDO, S.; AGLAÉ, A.; PITTA, R. **Minicurso: Introdução a Robótica Educacional.** Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. 2009. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/minicursos/MC%20Samuel%20Azevedo.pdf >. Acesso em 26 set. 2021.

BANZI, M. **Primeiros Passos com o Arduino.** São Paulo: Novatec, 2011.

CAMBRUZZI, E.; SOUZA, R. M. **O uso da robótica educacional para o ensino de algoritmos. In Anais do V Encontro Anual de Tecnologia da Informação.** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2015. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/361836/o-uso-da-rob%C3%B3tica-educacional-para-o-ensino-de-algoritmos>. Acesso em 26 set. 2021.

EVANS, M.; NOBLE, J.; HOCHENBAUM, J. **Arduino em Ação.** São Paulo: Novatec, 2013.
FACCIONI FILHO, Mauro. Designing "things" for the Internet of Things. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL, I; WORKSHOP DESIGN & MATERIAIS, VII, 2016, São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2016.

GARCIA, M. C. M.; SOARES, M. H. F. B. **Robótica Educacional e aprendizagem colaborativa no ensino de biologia: Discutindo o conceito do Sistema Nervoso.** Artigo publicado na Revista SBenBio. Nº 7. Outubro de 2014. LEQUAL – Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5301/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Mara%20Cristina%20de%20Morais%20Garcia%20-%202015.pdf>. Acesso em 25 set. 2021.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MIRANDA, J. R.; SUANNO, M. V. R. **Robótica Pedagógica: Prática Pedagógica: Prática Pedagógica Inovadora.** Artigo apresentado no IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE no III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR. 2009.

MONK, S. **Programação com Arduino II - Passos avançados com sketches** [Série Tekne]. São Paulo: Bookman, 2015.

ISBN 978-65-5629-077-5

SOUZA, F. **Arduino IoT é disponibilizado ao público.** Embarcados. 06 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.embarcados.com.br/arduino-iot-cloud-e-disponibilizado-ao-publico/>. Acesso em: 17 set. 2021

TEIXEIRA, E. F. B. **Emergência da Inter e da Transdisciplinaridade na Universidade.** In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

TINTO, V. **Classrooms as communities. Exploring the educational character of student persistence.** Journal of Higher Education, 68(6), 599-623. doi: 10.2307/2959965, 1997.

ZANON, Lenir Basso; PALHARINI, Eliane Mai. **A química no ensino fundamental de ciências.** Química Nova na Escola, São Paulo: 1995

ISBN 978-65-5629-077-5

ANÁLISE DAS AÇÕES DE MARKETING DE UMA EMPRESA DO RAMO IMOBILIÁRIO NA CIDADE DE CASCAVEL-PR

Amanda Kamylla de Souza Prado[1]
Professor Eric Vinicius Lucion[2]

Resumo: O marketing é uma ferramenta que auxilia as empresas identificarem quais as necessidades dos clientes para supri-las de maneira lucrativa. Na medida em que as empresas lançam seus produtos e serviços no mercado, precisam se promover e se destacar no mercado consumidor, para isso, as ações de marketing irão ajudá-las à conheceram seu público-alvo e direcionar seus produtos de forma correta. Assim, o presente estudo tem como objetivo descrever quais as ações e os meios de veiculações utilizados por uma empresa do ramo imobiliário localizada na cidade de Cascavel-Pr, e analisar os resultados obtidos a partir destas ações. A pesquisa se caracterizou como qualitativa e descritiva, a qual utilizou de entrevista semiestruturada com gestor da empresa e análise de dados secundários fornecidos pela empresa. Como resultados da pesquisa encontram-se a descrição das estratégias de marketing desenvolvidas pela empresa, assim como os resultados promovidos por ela em um corte longitudinal de cinco meses. O estudo contribuiu para ampliar o conhecimento a respeito dos conceitos do tema abordado, além de demonstrar a necessidade de implantação de estratégias de marketing nas empresas do ramo imobiliário.

Palavras-chave: Marketing. Ações de Marketing. Mercado imobiliário. Estratégias de marketing.

1 INTRODUÇÃO

O marketing é uma ferramenta essencial para as empresas, principalmente aquelas que possuem forte concorrência no mercado e necessitam de estratégias precisas para se destacarem e alcançar seu cliente potencial, por isso é importante que as empresas entendam que investir no marketing é essencial para o desenvolvimento adequado de suas atividades, maximizando retornos.

É notável que no mercado atual a competição alcançou patamar expressivo, onde muitas empresas procuram de formas similares alcançar seu espaço no mercado, satisfazendo as necessidades do seu mercado consumidor. Assim, as ações de marketing se direcionam ao objetivo de fortalecimento da marca no mercado e ampliação de seus ganhos (LIMA; LIMA; RAMOS, 2020).

Então, Kotler (2007) cita que marketing é identificar uma necessidade humana ou social e supri-la de forma lucrativa. Essa identificação de necessidade é chamada de oportunidade. Portanto deve ser levado em

[1] Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL. Em caso de estudo desenvolvido em projetos de pesquisa ou extensão, indicar o projeto associado.

ISBN 978-65-5629-077-5

consideração realizar pesquisas de mercado a fim de identificar quais são estas necessidades e, assim, definir os melhores meios de satisfazê-las.

Assim, mercados competitivos trazem desafios constantes a partir de seu dinamismo evolutivo. Mercados crescentes se tornam atrativos a partir de seus ganhos e novos competidores passam a trazer uma maior gama de opções ao público, disputando uma parcela do mercado disponível.

Para isso acontecer, primeiramente deve haver um planejamento de como serão os processos de marketing, identificando onde o público se encontra e em quais mídias busca por informações de consumo e, assim, se direcionando de maneira mais efetiva a promover seus resultados.

Também deve ser levado em consideração que empresas devem se habituar as transformações do perfil do consumidor visando encontrar métodos de atrair potenciais clientes por meio do marketing, agregando valor a sua marca, e assim, realizar uma análise da influência do plano de marketing neste processo.

O mercado imobiliário na região oeste do Paraná se encaixa nesta realidade competitiva, sendo este expressivo e crescente. No final do ano de 2020, apesar das incertezas caudadas pela pandemia do novo coronavírus o resultado do setor foi significativo, indicando potencial crescimento do mercado imobiliário na região oeste do Paraná ocasionado principalmente pelas vendas e lançamentos dos novos empreendimentos (JORNAL DO OESTE, 2021).

Segundo o jornal Gazeta do Povo (2020), a cidade de Cascavel-PR tem o maior preço de venda para imóveis comerciais novos além de possuir uma das maiores áreas privativa para imóveis comerciais novos. Contudo, no Oeste do Paraná, de cada 100 imóveis comercializados, 22 foram em Cascavel, destes, 52% em loteamentos abertos, o que acaba por atrair concorrência significativa ao mercado, agregando em um considerável rol de opções de compra para os potenciais clientes, exigindo das empresas maior aplicação de estratégias mercadológicas buscando se sobressaírem neste cenário.

Diante do contexto apresentado, o estudo que se apresenta foi desenvolvido com o objetivo de descrever as ações de marketing realizadas por uma imobiliária localizada em Cascavel-PR, e os resultados decorrentes destes processos

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MARKETING

Marketing é uma atividade que surge por meio da identificação de necessidades e desejos por parte de uma empresa ou organização em um determinado mercado. Segundo Odgen e Crescitelli (2007), marketing é a ciência que estuda, entende e monitora mercados, o que muda é a sua finalidade.

De acordo com Kotler (2000, p.25).

> Normalmente, o marketing é visto como a tarefa de criar, promover e fornecer bens e serviços a clientes, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas. Na verdade, os profissionais de marketing envolvem-se no marketing de bens, serviços,

ISBN 978-65-5629-077-5

> experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e ideias.

O marketing está em toda parte, formal ou informalmente, ele tem sido cada vez mais indispensável para o sucesso dos negócios. Ele é resultado de planejamento e execução, há uma tensão entre o lado formal e o lado criativo do marketing (KOTLER, 2007).

A definição de marketing pode ser um pouco complexa, onde cada autor observa o marketing por um ângulo, porém não discordando quando menciona que o conceito do marketing tem como uma das suas essências satisfazer as necessidades e desejos do cliente e entender o que o público-alvo deseja. Cobra (2009, p.4), afirma que o marketing "passou a ser entendido como uma função empresarial que cria valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradora para a empresa por meio da gestão estratégica do composto de marketing".

Já Pride (2001, p.8), define que:

> Uma organização deve tentar oferecer produtos que satisfaçam as necessidades dos clientes por meio de um conjunto coordenado de atividades que também permitem que a organização alcance suas metas. A satisfação do cliente é o foco principal do conceito de marketing. Para implementar o conceito de marketing, uma organização esforça-se para determinar o que os compradores querem e usa essa informação para desenvolver produtos que satisfaçam esses desejos. Ele focaliza a análise do cliente, a análise da concorrência e a integração dos recursos da firma para dar ao cliente valor e satisfação, bem como dar lucros a longo prazo. A firma precisa também continuar a alterar, adaptar e desenvolvimento para se manter em dia com os desejos e as preferências mutáveis dos clientes.

Vale ressaltar que muitas vezes o marketing é entendido apenas o processo de venda e propaganda. Isso ocorre devido a intensidade de promoções de vendas presentes no dia a dia dos indivíduos, como os comerciais de televisão, anúncios em jornais e revistas, ofertas na internet, entre outros. De acordo com Kotler e Armstrong (2003), o seu conceito vai além dessa ideia elementar.

O marketing está estreitamente ligado às ações de satisfazer as necessidades dos clientes. E afirmam também que, "Marketing é um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam, por meio da criação, oferta e troca de produtos e valor com os outros" (KOTLER; ARMSTRONG, 2003, p. 3).

O processo de compra e venda e a criação de um relacionamento proveniente dessa troca, tem um papel importante no processo de marketing, pois na visão de Drucker (2002) a meta de marketing é conhecer o consumidor a tal ponto que a venda aconteça naturalmente, oferecendo o produto desejado pelo preço adequado, facilitando o acesso à oferta para a efetivação da compra.

Para Kotler (2012), marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam, segundo a oferta e a

ISBN 978-65-5629-077-5

troca de produtos de valor com as outras pessoas. Marketing é o departamento de fabricação de clientes da empresa.

Ou seja, um dos grandes objetivos do marketing é criar um relacionamento com as pessoas e as organizações que possam afetar de alguma forma, direta ou indiretamente, as atividades de marketing da empresa. Então, o marketing de relacionamento tem o objetivo de organizar as relações que são mutuamente satisfatórios, para que possam manter negócios com parceiros, clientes e fornecedores (KOTLER, 2007).

Para Urdan e Urdan (2009), o marketing procura estimular e gerar trocas, em que as partes envolvidas, agindo de determinado modo, dão e recebem algo de valor, procurando satisfazer suas necessidades. Desse modo, o objetivo central da mercadologia é promover ações que gerem vantagens tanto para a empresa quanto para os seus consumidores, suprindo as suas necessidades e desejos.

Para obter esta relação assertiva entre o consumidor e a empresa, o primeiro passo é estudar o mercado-alvo. Será necessário fazer uma análise das oportunidades para descobrir qual será o foco das ações de marketing da empresa. Essa análise do comportamento do consumidor, colabora na descrição e previsão da empresa em relação as escolhas do seu público atualmente e no futuro (OGDEN E CRESCITELLI, 2007).

De acordo com Kotler (2007), por ser mais eficaz, as empresas estão cada vez mais optando pelo marketing de mercado-alvo. É feito uma abordagem direcionada, para isso o profissional de marketing deve obedecer a três etapas: 1) Identificar e traçar o perfil de diferentes grupos de consumidores que tem diferentes necessidades e preferências (segmentação de mercado); 2) Selecionar um ou mais segmentos nos quais a empresa tenha interesse em atuar (mercados-alvo); 3) Para cada segmento selecionado deve-se determinar e divulgar os principais benefícios que diferencia os produtos da empresa (posicionamento de mercado).

Dito isso, pode-se observar que um dos grandes objetivos do marketing é criar um relacionamento com as pessoas e as organizações que possam afetar de alguma forma, direta ou indiretamente, as atividades de marketing da empresa. Então, o marketing de relacionamento tem o objetivo de organizar os relacionamentos que são mutuamente satisfatórios, para que possam manter negócios com parceiros, clientes e fornecedores. Essa preocupação com o relacionamento não é somente com os clientes, chamado de Customer Relationship Management (CRM), mas também com os parceiros, chamado de Partner Relationship Management (PRM), englobando: clientes, funcionários, parceiros de marketing e membros de comunidades financeiras (KOTLER, 2007).

Hooley, Saunders e Pierce (2010) complementam que a decisão de definir qual será seu público-alvo é tomada com base e dois fatores: primeiro, quão atraentes são os alvos em potencial considerando-os alternativos, e o segundo, é quão bem a companhia espera conseguir atender cada alvo em potencial, levando em consideração sua concorrência.

Para que o marketing traga resultados, um fator essencial é seu gerenciamento. Visto que a gerência de marketing é um processo que engloba o planejamento, a organização, a implementação e o controle das atividades

ISBN 978-65-5629-077-5

mercadológicas para propiciar a troca de forma mais eficaz e eficiente (PRIDE, 2001).

Kotler vê a administração de marketing como uma arte e uma ciência de escolha do público-alvo, captação, fidelização, entre outras tarefas. Tal administração surge quando uma das partes busca uma relação de troca e com isso ocorre a procura para obter essas respostas (KOTLER, 2007).

Kotler (2012) cita que o professor McCarthy definiu o conjunto das atividades de marketing em ferramentas de mix de marketing, no qual denominou os quatro Ps do marketing: produto, preço, praça (ou ponto de venda) e promoção. Entenda o significado de cada item na figura 1.

Figura 1: Os 4 Ps de marketing



Fonte: Kotler, 2012, p.24.

No entanto, Kotler (2012), cita ainda que devido a abrangência e complexidade do marketing, esses quatro Ps não representam mais o cenário atual, e se atualizarmos para que realmente corresponda com o conceito de marketing holístico, adquirimos um conjunto mais coerente com as realidades do marketing moderno: pessoas, processos, programas e performance, onde as pessoas significam o marketing interno e o fato que os funcionários são o ponto chave para o sucesso do marketing, e representa os consumidores que devem ser vistos pelas empresas como seres humanos, e compreender suas vidas, assim como representado na figura 2.

Figura 2 - A evolução da administração de marketing

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: Kotler, 2012, p. 24

Os processos simbolizam toda a criatividade, a estrutura e disciplina da administração de marketing, levando em consideração que as ideias e conceitos avançados de marketing realizam seu devido papel em tudo o que fazem (KOTLER, 2012).

E os programas refletem todas as atividades da empresa direcionada aos consumidores, incluindo os quatro Ps. Por fim, a performance é entendida como o desempenho no marketing holístico, que vê um leque de possíveis indicadores de resultados que tenham ligações financeiras e não financeiras. Concluímos que essa nova versão dos quatro Ps se aplica a todos os setores dentro da empresa (KOTLER, 2012)

Keegan (2004) destaca outro aspecto importante sobre o marketing, onde para qualquer organização em qualquer lugar do mundo, a essência do marketing é estar à frente da concorrência quando se trata de criar valor percebido para os clientes. E como guia para essa tarefa, existe a equação do valor, sendo esta equação, o valor igual benefícios divididos pelo preço: V = B/P.

Keegan (2004) afirma que como regra, o valor entendido pelo cliente pode ser aumentado de duas formas, uma delas sendo com a melhoria benefícios associados ao produto. Ou então pode se aumentar o valor com a diminuição do preço.

Em outro ponto de vista, Kotler (2007) afirma que o marketing interno, tem a importância de garantir que todos na organização, o que inclui a alta gerência, aceitem os princípios de marketing praticado pela empresa. Os profissionais de marketing perceberam que as atividades de marketing dentro da organização são tão importantes quanto as praticadas fora da organização. O marketing deve se propagar por todos os departamentos da empresa que são orientados para o cliente, são eles: P&D, Compras, Produção, Marketing, Vendas, Logística, Contabilidade, Finanças e Relações Públicas (KOTLER, 2007).

O marketing socialmente responsável é mais uma área incorporada pelo marketing holístico, ele se preocupa com questões éticas, ambientais, legais e sociais das atividades que são unidas aos programas de marketing. Exemplo deste tipo de marketing é o restaurante McDonald's que passou a adicionar alimentos mais saudáveis ao seu cardápio e a ter preocupação com a proteção do meio ambiente (KOTLER, 2007).

ISBN 978-65-5629-077-5

Kotler (2007, p.15) cita o conceito de marketing holístico, onde "O marketing holístico pode ser visto como o desenvolvimento, o projeto e a implementação de programas, processos e atividades de marketing. Ele reconhece que no marketing tudo é importante" .

2.2 ESTRATÉGIA DE MARKETING

Segundo Hooley, Piercy e Nicoulaud (2010), o ponto essencial para a estratégia de marketing é obter uma compreensão do mercado e do cliente, para construir a capacidade de acompanhar as mudanças do mercado. Estes autores também evidenciam que ter um entendimento da concorrência no mercado competitivo na perspectiva do cliente é fundamental, para não correr o risco de executar uma estratégia falha.

Para Westwood (2007), as estratégias de marketing compreendem os produtos, preço, propaganda, promoção e distribuição. Estão relacionadas às vendas que são incluídas na promoção. Além disso, o autor também destaca que para cada objetivo, necessariamente precisam ser desenvolvidas estratégias para cada um desses elementos. Depois a execução do objetivo e suas estratégias são verificadas novamente em termos de participação de mercado, vendas, margens de lucro, e afins.

Os autores Hooley, Saunders E Piercy (2010), destacam ainda que podemos ver o desenvolvimento da estratégia de marketing em três níveis principais: O estabelecimento de uma estratégia central, a criação do posicionamento competitivo da empresa e a implementação da estratégia.

Sendo o estabelecimento de uma estratégia eficaz, quando começa com uma análise detalhada e criativa tanto das capacidades da empresa, quando das oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente.

Já na criação do posicionamento competitivo, primeiramente são escolhidos os alvos de mercado (clientes e concorrentes), para serem definidos a vantagem diferencial da empresa, ou vantagem competitiva.

No nível de implementação, precisa ser criada uma organização de marketing capaz de colocar a estratégia em prática, e a implementação também incorpora a criação do composto de produtos, preço, promoção, distribuição que podem transmitir o posicionamento da empresa e dos produtos e serviços para o mercado-alvo.

Segundo os autores Urdan E Urdan (2009), os procedimentos estratégicos têm sua origem na análise ambiental, que resulta no processo de segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento, para elaborar assim as estratégias competitivas. Estas estratégias serão especificamente direcionadas para o produto, preço, praça e promoção, dando origem as estratégias do nível tático, que resultarão nas atividades operacionais que serão aplicados no dia a dia juntamente com procedimentos e rotinas mais simples e mais estáveis que devem ser repetidos por todos na organização.

2.3 PLANO DE MARKETING

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Kotler (2000), o plano de marketing contempla dois aspectos, o estratégico e o tático. Onde o plano de marketing estratégico estabelece os objetivos gerais e a estratégia de marketing com base em uma análise da situação e das oportunidades de mercado atuais, enquanto o plano de marketing tático delineia táticas específicas de marketing, incluindo táticas de propaganda, formas de comercialização, preços, canais e serviços. O autor destaca ainda que o plano de marketing é o instrumento central para o direcionamento do marketing e devem incluir a missão e os objetivos da empresa.

Na visão de Kotler (2000) o documento do plano de marketing para a comercialização de um produto pode ser estruturado da seguinte forma:

a) Resumo executivo e sumário: Inicialmente no plano de marketing deve ser feito um breve resumo das principais metas e o principal direcionamento do plano. E após do resumo deve se seguir o sumário.
b) Situação atual do marketing: Neste item deve apresentar antecedentes importantes sobre vendas, custos lucros, mercados, concorrentes, distribuição e macro ambiente.
c) Análise de oportunidades e questões: Após feito o resumo da situação atual, o gerente faz a análise SWOT relacionada a linha do produto.
d) Objetivos: Após as análises, deve ser decidido pelo gestor do produto, os objetivos financeiros e o marketing do plano.
e) Estratégia de marketing: O profissional descreve neste item a estratégia geral do marketing para alcançar os objetivos. Logo após deve-se reunir com os setores responsáveis pelas compras e fabricação para alinhar a demanda de material necessária e a linha de produção.
f) Programas de ação: O que será feito? Quando será feito? Quem fará? Quanto custará? Cada elemento da estratégia deve ser elaborado visando responder estas perguntas.
g) Demonstrativo de resultado projetado: Os planos de ação permitem que o gestor elabore um orçamento de apoio, e terá controle das receitas e gastos para obter o valor do lucro projetado.

Kotler (2020), aponta que devemos levar em consideração que os planejamentos de marketing mais atuais estão em constante mudança, se tornando mais elaborados e realistas do que alguns anos atrás. O planejamento está se tornando um processo contínuo, para suprir as condições do mercado que estão em constante mudança. Ao mesmo tempo, os processos relativos do plano de marketing variam de acordo com cada empresa, e a maioria tem a duração de um ano. De acordo com executivos de marketing, os planos podem conter falhas e falta de realismo além da análise da concorrência insuficiente.

2.4 MARKETING NO MERCADO IMOBILIÁRIO

Conforme publicado por Mendes (2019), marketing imobiliário é um conjunto de ações, e estratégias online e offline que são aplicadas para a

ISBN 978-65-5629-077-5

promoção de uma empresa, que visam trazer resultados e vendas para empresas, incorporadoras, construtoras e imobiliárias. Ou seja, negócios do setor de imóveis.

E a autora conclui, que, o principal objetivo é impactar e atrair pessoas interessadas nesse tipo de negócio. Além de claro, estreitar o relacionamento com esse público e incentivar vendas. Mas é importante dizer que o marketing imobiliário, no entanto não se limita apenas a ações de atração. Envolvendo também processos e planejamentos estratégicos e posicionamento de negócio, segundo Mendes (2019).

Passos (2018), cita que para elaborar um plano de marketing imobiliário, é preciso documentar os seguintes passos:

Objetivos de Marketing: Podemos começar um plano de marketing destacando os objetivos, para ter um norte de todo o planejamento.

Persona: Nesta parte do plano de marketing imobiliário, a empresa irá definir com quem vai se comunicar. Ou seja, quem é o seu público de modo bem específico. Para criar personas pergunte e aplique questionários com seus atuais clientes, buscando saber quais são seus hábitos, objetivos de vida e dificuldades.

Estratégias e Plano de Ação: Nesta parte do plano de marketing imobiliário que você colocará quais estratégias e ações serão utilizadas para comunicar com sua persona, a fim de atingir o seu objetivo. Algumas das estratégias e ações mais comuns de marketing imobiliário são:

Anúncios imobiliários (Facebook, Instagram, Google e Portais Imobiliários);
Criação de site imobiliário;
Criação de landing pages (páginas focadas em conversão);
Criação de vídeos imobiliários;
Estratégia de redes sociais;
Estratégia de e-mail marketing imobiliário;
Criação de blog imobiliário;
Anúncios em TV, rádio, jornais e revistas;
Outdoors;
Mala direta e panfletagem;
PAP (porta a porta).

Métricas e Análise: Esta é a última etapa do plano de marketing, onde a empresa faz a análise de dados e resultados obtidos, e verificar se os objetivos impostos foram alcançados.

Passos (2018) conclui que esse plano citado é apenas um dos vários modelos que existem, e a equipe de marketing deve adaptar o plano de marketing conforme as ações e objetivos da empresa. Quando você tem uma equipe de marketing imobiliário que monitora os leads que ainda estão amadurecendo e se relaciona com eles, irá aumentar sua performance de vendas. Pois quando a empresa decide contratar uma empresa de marketing imobiliário, deve certificar se esta empresa irá entender as reais necessidades do cliente.

3 METODOLOGIA

ISBN 978-65-5629-077-5

Esta se desenvolveu por meio de estudo de caso, pois teve como objetivo analisar as estratégias de marketing utilizadas por uma imobiliária localizada na cidade de Cascavel-Pr. Para Yin (2001), estudo de caso se caracteriza por se debruçar sobre um evento específico, sem objetivo de generalização, mas sim de aprofundamento sobre o fenômeno estudado.

Para a análise dos resultados a abordagem será de pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa que costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento. Além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados, seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos (NEVES, 1996).

A pesquisa assume caráter descritivo na intenção de aprofundar as possibilidades de entendimento sobre as ações ocorridas na empresa objeto de estudo, assim como os resultados já promovidos por eles. Segundo Gil (1999), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas junto aos gestores da organização, buscando identificar a realidade mercadológica vivenciada pela empresa, assim como suas ações no mercado. Para Minayo (2009, p. 64-66) a "entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada".

A pesquisa também teve como fonte de dados relatórios gerenciais e mercadológicos da organização, buscando identificar o volume de venda antes e depois das ações empregadas, assim como uma descrição completa das ações de comunicação realizadas, se caracterizando, portanto, como dados secundários. Segundo Mattar (1996, p. 134), dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com propósitos outros ao de atender às necessidades da pesquisa em andamento, e que estão catalogados à disposição dos interessados".

4 RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A empresa analisada neste estudo é a CBS Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, que iniciou suas atividades em 07 de dezembro de 2017, fica localizada na Cidade de Cascavel-PR, e tem como atividade principal o loteamento de terrenos para comercialização. Seu primeiro empreendimento imobiliário fica localizado na BR 277, km 604, na saída da Cidade de Cascavel-Pr, e foi nomeado como Condomínio Coliseu Residence.

As principais características deste empreendimento, conforme apresentados pela empresa, são: condomínio fechado, possui 176 lotes para venda com medidas a partir de 1500m² cada, é considerado de alto padrão, onde as casas que serão construídas devem respeitar os padrões impostos pelo condomínio, sendo executadas em alvenaria e com metragem mínima de 250m² de construção, além disso deve ser preservado no mínimo 30% (trinta por cento)

ISBN 978-65-5629-077-5

da superfície total do lote como área permeável, sendo obrigatório o plantio de grama natural no recuo frontal da propriedade. Todas as plantas de construções, acréscimos ou modificações, deverão ser previamente apresentadas para o condomínio antes de sua execução a fim de garantir a qualidade visual e o padrão objetivado no condomínio.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Os gestores relataram que o início dos esforços de venda dos lotes se deu em 2019, quando o corretor da empresa CBS fez o direcionamento das imobiliárias parceiras com algumas reuniões, em que apresentou as características principais do Condomínio, e todo seu diferencial, principalmente às áreas de lazer, que incluem: capela, academia, pista de caminhada, playground, campo de futebol suíço, quadra de tênis, quadra poliesportiva, campo para mini golf, lago e trila ecológica. Com estas informações, as imobiliárias iniciaram os trabalhos e fizeram a divulgação do empreendimento em suas redes sociais, sites próprios entre outros sites de compra e venda.

Segundo dados apresentados pela empresa objeto de estudos, estas ações foram bastante ineficazes, apresentando a venda de apenas três unidades de lotes neste período. Na visão dos empresários, isto se deu devido à falta de foco de mercado com relação ao público-alvo e de ações mais bem direcionadas para o alcance do público de forma efetiva, e como as obras de infraestrutura do condomínio também teve início em 2019, a empresa percebeu cada vez mais a necessidade de iniciar um fluxo maior de vendas, que já estava preocupante.

Então, no início de 2020, depois de quase um ano sem sucesso nas vendas, os responsáveis pelo empreendimento viram a necessidade de contratar uma agência de marketing especializada, que por sua vez repensou toda comunicação para divulgação e alinhou com o novo projeto arquitetônico, e assim iniciaram o plano de marketing voltado diretamente para o condomínio.

Conforme fora relatado, este novo projeto iniciou com a análise de mercado para lançamento do empreendimento na cidade de Cascavel – PR, que tinha como objetivo inicial mapear as características socioeconômicas e imobiliárias da cidade e realizar a análise do público potencial para lançamento do produto.

De acordo com os documentos apresentados, para este mapeamento a empresa de marketing realizou uma pesquisa caracterizada como exploratória e quantitativa em decorrência da quantificação no tratamento dos dados. Neste caso foi analisada a cidade de Cascavel-Pr e Santa Tereza do Oeste, por estarem nas proximidades do empreendimento, possibilitando a comparação para identificação de potencial funil de cruzamento de informações.

Este levantamento iniciou através da análise do crescimento da população onde foi comparado os dados do Estado do Paraná, com as cidades de Cascavel e Santa Tereza do Oeste, conforme demonstrado nas tabelas 1 e 2.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tabela 1: Crescimento da População

Nº	Estado/ Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2014-2019	Cresc.(a.a)
-	Paraná	11.081.692	11.163.018	11.242.720	11.320.892	11.348.937	11.433.957	0,7%	0,7%	0,7%	0,2%	0,7%	3,2%	0,6%
1	**Cascavel**	**309.259**	**312.778**	**316.226**	**319.608**	**324.476**	**328.454**	**1,1%**	**1,1%**	**1,1%**	**1,5%**	**1,2%**	**6,2%**	**1,2%**
2	Santa Tereza do Oeste	10.528	10.509	10.489	10.471	10.182	10.189	-0,2%	-0,2%	-0,2%	-2,8%	0,1%	-3,2%	-0,6%

Fonte: DADOS DA EMPRESA, 2020.

Tabela 2: Projeção do público-alvo

N°	Estado/ Município	População	% Entre 30 e 60 anos	Projeção Público Alvo Entre 30 e 60 Anos	% Classe A-B1	Projeção Público Alvo Entre 30 e 60 anos da Classe A-B1
-	Paraná	11.433.957	41,4%	4.730.451	7,7%	364.245
1	**Cascavel**	**328.454**	**41,4%**	**135.852**	**9,3%**	**12.648**
2	Santa Tereza do Oeste	10.189	38,8%	3.950	3,7%	147

Fonte: DADOS DA EMPRESA, 2020.

Com estes dados, a agência observou que a população de Santa Tereza do Oeste não é significativa, e tem apresentado crescimento negativo, demonstrando uma migração de residentes para outras cidades. Por outro lado, nota-se a cidade de Cascavel com forte crescimento demográfico, acima da média do estado do Paraná. Contudo, ficou constatado que a projeção do público-alvo para o empreendimento em Cascavel é de aproximadamente 13 mil pessoas, e apesar de pequena a população de Santa Tereza do Oeste ainda possui 147 pessoas do perfil do empreendimento.

Segundo o relatório apresentado, após ter esses resultados, foi realizado outro levantamento, para entender a intenção de compra deste público, e obtiveram os seguintes resultados:

Tabela 3: Pretensão de investimento

Pretensão	%	V. absoluto	Em quanto tempo
Não	**37,1%**	**26**	-
Sim, investir - Próximos 6 meses	2,9%	2	5,7%
Sim, morar/ utilizar - Próximos 6 meses	2,9%	2	
Sim, investir - Próximos 12 meses	11,4%	8	18,6%
Sim, morar/ utilizar - Próximos 12 meses	7,1%	5	
Sim, investir - Próximos 24 meses	25,7%	18	38,6%
Sim, morar/ utilizar - Próximos 24 meses	12,9%	9	
TOTAL	100%	70	62,9%

Fonte: DADOS DA EMPRESA, 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

Com isso, ficou entendido pela agência de marketing, que na cidade de Cascavel-PR há um grande potencial de pessoas que pretendem fazer compras de imóveis para investimentos ao invés de moradia. Assim, deu início ao processo de divulgação, onde foi definido todo material gráfico, veiculações, treinamento e capacitação dos corretores, buscando destacar alguns itens essenciais para determinados perfis que dever ser observados no momento de comunicação e processos de comercialização segmentadas.

O plano de comunicação para a divulgação foi bem amplo, e contou com vários meios de veiculações diferentes, com o objetivo de alcançar o maior público possível, onde foi realizado as seguintes ações, conforme apresentado na Tabela 4:

Tabela 4: Ações de Marketing

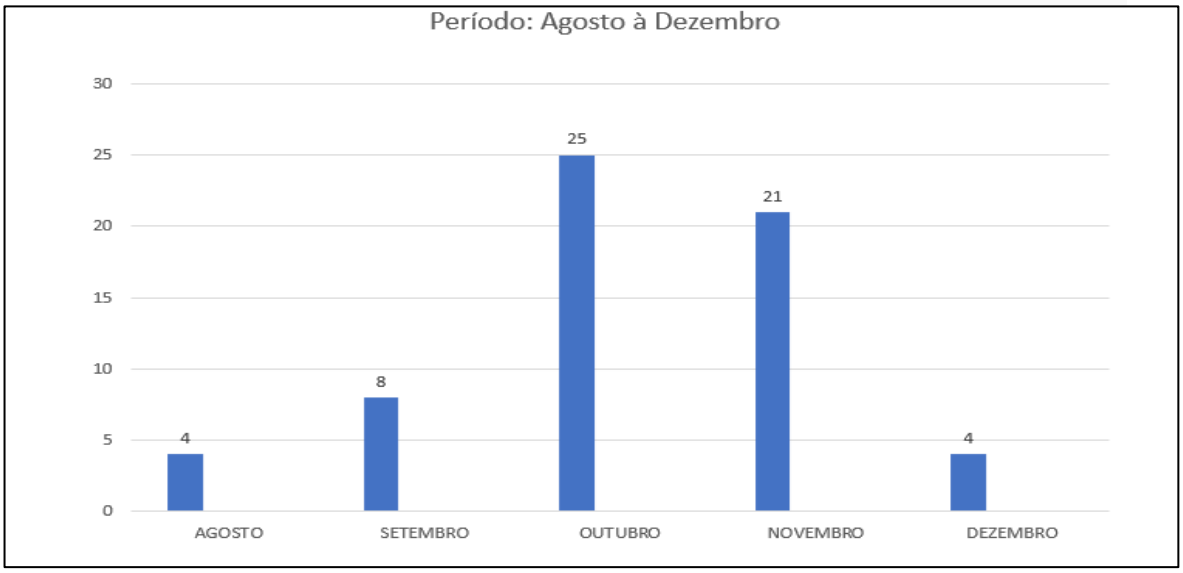
CAMPANHA DE MARKETING - PERÍODO: JULHO À DEZEMBRO 2020		
ITEM	**QUANTIDADE**	**DETALHES**
Planejamento Comercial		Estratégia, metas e objetivos
Assessoria de Imprensa		Divulgação
Logo do Produto	1 peça	Criação e Layout
Book	2.000 peças	28 páginas - Apresentação
Folheto (2 dobras)	50.000 peças	Apresentação para o cliente
Flyers	100.000 peças	Distribuição em sinaleiros e eventos
Anuncio TV Globo	54 aparições	15 dias - horários nobres
Anuncio TV Tarobá	74 aparições	15 dias
Anúncio Rádio	154 inserções	Tarobá, Jovem Pan e CBN - 3 meses
Facebook e Instagram	14/mês	12 posts e 2 lives
Youtube	4/mês	Anúncios em vídeos de alta audiência
Influencers	2	Divulgação em suas redes sociais
Outdoor	20 peças	Centro de Cascavel - 1 semana
Aeroporto	200 Aparições	7 TV's distribuídas no aeroporto
Jogo Americano	50.000 peças	Restaurantes da cidade
Plantão de Vendas	1 conjunto	Adesivos, quadros e banners

Fonte: DADOS DA EMPRESA, 2020.

Os gestores relataram que estas ações de divulgação aplicadas em um período de 6 meses trouxeram resultados positivos para a empresa, onde as vendas dos lotes aconteceram de forma rápida, e logo no primeiro mês já obtiveram resultados de vendas de lotes, e nos meses posteriores o número continuou aumentando, conforme demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1: Desempenho de vendas mensal 2020

ISBN 978-65-5629-077-5



Fonte: DADOS DA EMPRESA, 2020.

O relatório de vendas apresentado pelos responsáveis, revela que no primeiro mês após estas ações, foi realizado a venda de 4 lotes, e nos meses subsequentes os números de vendas tiveram um aumento significativo. Os dados mostram que investir em marketing e publicidade é um fator que contribui para alavancar as vendas da empresa e ajuda a torná-la conhecida, pois conseguem alcançar centenas de pessoas ao mesmo tempo através dos trabalhos de divulgação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado imobiliário nos últimos anos apresentou um grande aumento de vendas, e a alta procura resultou em uma forte concorrência entre as empresas do ramo. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (2020), no segundo trimestre de 2020, o crescimento nas vendas de imóveis atingiu a marca de 0,23%, em maio, mesmo com os danos caudados pela pandemia da Covid 19.

Dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (2021), apontam que o Brasil registrou aumento de 46,1% no número de unidades residenciais vendidas (apartamentos novos) no 1º semestre de 2021, na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação aos primeiros três meses deste ano, as vendas de imóveis subiram 7,2% no 2º trimestre.

A alta na procura de imóveis gera também uma forte concorrência no mercado. Para se destacar, as empresas precisam estar sempre à frente do concorrente, e entender o que seu cliente está procurando para atender suas necessidades. Sendo assim, priorizar esse trabalho de marketing na empresa é fundamental para o crescimento do negócio, que envolve pequenos processos diário, mas que apresentam resultados tanto a curto quanto (e principalmente) a longo prazo, segundo publicado por Imobmarketing (2018).

ISBN 978-65-5629-077-5

Segundo Kotler e Keller (2012), empresas que alinham o processo de entrega de valor para os seus clientes podem obter vantagem competitiva sobre seus concorrentes, e essa é uma filosofia adotada pela empresa, que se preocupa em oferecer a máxima qualidade em cada etapa do processo de construção, desde a elaboração do projeto ao acabamento.

A partir dos dados apresentados neste trabalho, foi possível identificar que os esforços de marketing realizados pela empresa proporcionaram aumento 30% nas vendas da organização logo no primeiro mês de campanha, e no acumulado entre agosto e setembro, a aumento foi de 2.000%, onde partiu de 3 para 60 terrenos vendidos. Demonstrando que a adequada delimitação de público-alvo, a utilização das ferramentas adequadas e os meios mais eficientes, fornecem à empresa maior solidez em seus esforços e ampliação de resultados.

Assim, o objetivo do trabalho de descrever as ações de marketing realizadas por uma imobiliária localizada em Cascavel-PR, foi adequadamente atendido, sendo que os dados apresentados compreendem desde pesquisa sobre o público-alvo, até as ações detalhadas realizadas na campanha, demonstrando claramente as ações que levaram ao resultado positivo obtido.

Dado o pouco material encontrado sobre marketing no ramo imobiliário, a abordagem mais ampliada destes conceitos se faz recomendação para trabalhos futuros, apresentando relações encontradas em diferentes mercados brasileiros com o caso apresentado neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABECIP. Informativos Mensais: Crescimento das vendas de imóveis. 2020. Disponível em: https://www.abecip.org.br/resultado?busca=no+segundo+trimestre+de+2020%2C. Acesso em: 14/09/2021.

Agência CBIC. **Vendas de imóveis no Brasil sobem 46,1% no primeiro semestre.** 2021. Disponível em: https://cbic.org.br/industriaimobiliaria/es_ES/2021/08/23/vendas-de-imoveis-no-brasil-sobem-461-no-primeiro-semestre/. Acesso em: 14/09/2021.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

DRUCKER, P. **Fator Humano e desempenho: o melhor de Peter Drucker sobre administração**. São Paulo: Pioneira, 2002.

Gazeta do Povo. Pesquisa avalia mercado imobiliário em 7 cidades e regiões do Paraná. 2020. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/conteudo-publicitario/ademi-pr/pesquisa-avalia-mercado-imobiliario-em-7-cidades-e-regioes-do-parana/. Acesso em: 06/05/2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISBN 978-65-5629-077-5

Imobmarketing. **Plano de marketing imobiliario: o que é, como elaborar e modelo pronto**. 2018. Disponível em: https://www.imobmarketing.com.br/marketing/plano-de-marketing-imobiliario/. Acesso em: 10/05/2021.

Jornal do Oeste. **Mercado imobiliário deve crescer na região em 2021**. 20 fev 2021. Disponível em: https://www.jornaldooeste.com.br/toledo/curva-do-mercado-imobiliario-deve-crescer-na-regiao-em-2021/. Acesso em: 09/05/2021.

HOOLEY, G., Piercy, N. H., & Nicoulaud, B. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

KEEGAN, W. J. **Marketing Global**. São Paulo: Pearson, 2004.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOTLER, P; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2012.

LIMA, Murilo Campos Rocha; LIMA, Telma L. De Andrade; RAMOS, Josefa Edileide Santos. **Análise das Estratégias de Posicionamento de mercados das vinícolas a partir dos sentidos percebidos pelos clientes das vinícolas do submédio do São Francisco**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020.

MATTAR, Fauze N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
MENDES, Isabela. Marketing imobiliário. Blog Surfer. 2019. Disponível em: surfedigital.io/blog/marketing-imobiliario. Acesso em: 06/09/2021.

MINAYO, M. C. de S. 2009. Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OGDEN, James. R.; CRESCITELLI, Edson. **Comunicação integrada de marketing: conceitos, técnicas e práticas**. Tradução Cristina Bacellar. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007

PRIDE, William M. FERRELL, O.C. Marketing: Conceitos e Estratégias. 11ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

ISBN 978-65-5629-077-5

SANTOS, A. C. **MARKETING**. Curitiba: Contentus, 2020.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. **Gestão do composto de marketing**. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WESTWOOD, J. **O plano de marketing**. 3. ed. São Paulo: M Books, 2007.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

A ÉTICA NO FUTEBOL BRASILEIRO E O PAPEL DO JONALISMO ESPORTIVO FRENTE AO EXERCÍCIO DA SUA PROFISSÃO

João Paulo Miguel de Araújo Moura[1]
Hélio da Siqueira[2]

RESUMO: Percebe-se que a ética no futebol é uma temática que entre seus amantes e praticantes não tem sido muito discutido nos últimos tempos. O resultado dessa desconsideração em relação a esse valor tão fundamental, pode ser consideravelmente danosa, uma vez que essa modalidade esportiva é capaz de influenciar direta e indiretamente no comportamento das pessoas em boa parte do mundo. Nesse sentido, mais do que nunca, faz-se necessário nos voltarmos a esse tema, não com o intuito de doutrinar as pessoas com base na ética esportiva, mas sim, com o objetivo de entender quais são os valores e princípios que formam o caráter dos personagens envolvidos nesse meio. Essa reflexão é importante para que nós enquanto sociedade, amantes ou não dessa pratica, possamos entender e compreender muitos dos comportamentos, por vezes desonestos, de jogadores e outras pessoas ligadas o universo do futebol. O presente trabalho embasou-se em análise de casos envolvendo a ética no futebol, através da análise de documentários, reportagens e artigos que abordam acerca o tema.

Palavras chave: Ética. Futebol. Jornalismo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como agem os personagens envolvidos no mundo do futebol, quando submetidos a situações que deles requer e espera-se um comportamento compatível de alguém que por vezes é visto como referência, não apenas esportiva, isto é, na condição de ídolo, mas acima de tudo enquanto cidadão. Objetiva-se também analisar de que maneira os escândalos presentes no futebol interferem negativamente para que o mesmo não cumpra a sua função social que é contribuir na formação do caráter do indivíduo, acima de tudo, das futuras gerações.

Objetivando nos aprofundar nessas questões, nos colocamos o seguinte problema de pesquisa: Considerando que o futebol é o esporte mais conhecido e praticado no mundo, sendo também o mais democrático, pergunta-se: De que forma o mesmo, enquanto pratica esportiva universal, pode contribuir para formação de valores e princípios necessários para a construção de uma sociedade mais humana? De que forma os constantes escândalos presentes no futebol, tais como, manipulação de resultados, corrupção, dopings, entre outros, interferem negativamente para a efetivação desse propósito? Como tem sido o papel do jornalismo esportivo no que se refere exercício da sua profissão? Tem esse atuado de forma zelar pelos valores éticos e morais? Para responder ao nosso problema de pesquisa analisaremos alguns fatores que envolvem a ética no futebol, a saber: a dificuldade da falta de alinhamento entre ética e futebol, bem como os fatores

[1] Acadêmico do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. E-mail: <joaopaulorubronegro80@gmail.com>.
[2] Professor Me. do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Unível.

ISBN 978-65-5629-077-5

determinantes para esse fenômeno; os principais escândalos presentes no futebol, e os fatores que levam a sua perpetuação; analisar o desserviço de parte da grande mídia perante o futebol; e por fim, apontar alternativas no sentido de contribuir para a lisura desta pratica esportiva e consequentemente para a formação de uma geração mais consciente do seu papal na sociedade.

O presente tema justifica-se como relevante e merecedor de ser estudado uma vez que futebol se tornou importante demais, principalmente no que se refere ao seu papal social para ficar à margem do debate ético. Nesse sentido, nos propomos a mostrar para a sociedade que esse esporte é muito mais do aquilo que normalmente faz parte do imaginário social, isto é, fraudes de resultados, quadrilhas especializadas em manipulação de resultados, jogadores ludibriando juízes, e esses por sua vez agindo de forma imparcial, brigas de torcidas, entre outros problemas inerentes a esse universo.

Essa abordagem torna-se necessária, acima de tudo para uma revisão dos valores éticos e morais no esporte, fazendo com que as pessoas se conscientizem do que é certo, além de tornar o futebol um esporte mais justo e civilizado, sem que haja atitudes maliciosas, prejudiciais ou antiéticas no meio futebolístico. A não abordagem deste assunto poderá acarretar em uma agravação dos problemas citados acima, tornando-o um esporte cada vez mais injusto e imoral, prevalecendo dessa forma a velha máxima do futebol, isto é, "vencer a qualquer custo".

2 A FALTA DE ALINHAMENTO ENTRE ÉTICA E FUTEBOL E OS FATORES DETERMINANTES PARA ESSE FENÔMENO

A palavra ética "origina-se do termo grego *ethos*, que significa um conjunto de costumes, hábitos e valores de uma determinada sociedade ou cultura" (MARCONDES, 2007, p. 9). São esses valores e costumes, que podemos entender como conjunto de regras, que determinam o modo como cada indivíduo deve agir na sociedade. Nesse sentido se agirmos de acordo com estas regras estaremos sendo sujeitos éticos. Em outras palavras, a ética possui relação direta com as condutas civilizadas de uma ou várias pessoas, ou seja, um indivíduo ou um grupo deles.

No futebol o conceito teórico da ética não se distingue do seu conceito original já citado anteriormente, afinal, a ética pode ser entendida e aplicada da mesma forma em diferentes situações, ou seja, trata-se de um valor universal. Desta forma, pode-se entender por ética no futebol um conjunto de ações, normas e regras que legitimam e prezam pelo alto padrão de moralidade neste esporte, buscando sempre o agir correto e virtuoso.

Uma vez esclarecido o conceito de ética e sua aplicação no futebol, passamos a uma análise minuciosa entre o que preza a Confederação Brasileira de Futebol através do Código de Ética do futebol e o que de fato ocorre dentro e fora dos gramados. De acordo com a CBF, o objetivo do Código de Ética e Conduta do Futebol Brasileiro é:

> Orientar as condutas éticas nas relações profissionais e comerciais envolvendo o futebol, de forma a tornar mais rigorosa a manutenção de alto padrão de moralidade e definir responsabilidades, obrigando todas as Entidades de Prática (Clubes) e de Administração do Futebol ("Federações"), Ligas e

ISBN 978-65-5629-077-5

> CBF e quaisquer de seus membros, bem como quaisquer pessoas naturais ou jurídicas que com elas se relacionem, inclusive dirigentes eleitos, nomeados ou contratados, atletas de clubes e seleções, treinadores e quaisquer outros responsáveis técnicos, árbitros e assistentes, médicos e quaisquer outros profissionais da área médica, intermediários e organizadores de partidas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, assim como quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas que exerçam qualquer cargo ou função no futebol ou no seu âmbito prestem serviços. (CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO FUTEBOL BRASILEIRO, 2017, p. 4).

Contudo, apesar do Código de Ética ser claro no que se refere aos valores éticos presentes do futebol brasileiro, sabe-se que há uma falta de alinhamento entre aquilo que está redigido nesse documento e o que de fato ocorre na pratica. Infelizmente é muito comum observarmos casos onde a ética é relegada a um segundo plano, tanto do lado profissional (envolvendo jogadores, torcedores, dirigentes, etc.) quanto do lado comercial (envolvendo os aspectos econômicos e burocráticos, como a compra e venda de jogadores patrocínios, cotas de TV, direito de imagens, entre outros).

A frequência de casos como corrupção, brigas entres jogadores, conflitos violentos entre torcidas são noticiados é bem maior do que a quantidade de vezes em que a ética prevalece, percebe-se, portanto, um verdadeiro paradoxo, uma vez que as atitudes antiéticas estão presentes em uma quantidade muito maior em comparação ao que fato se espera enquanto conduta adequada.

Para observarmos situações antiéticas de toda a forma, não precisamos ir muito longe, bastar assistirmos a uma partida de futebol, assistirmos a um programa esportivo, acessarmos determinados sites ou abrimos um jornal na coluna do esporte.

Quem acompanha futebol sabe que as reclamações com os árbitros é uma marca registrada deste esporte, no entanto, na maioria das vezes, são reclamações sem razão e sem fundamentos, especialmente em casos onde o jogador ou o time quer reverter uma determinada punição. Quantas vezes não observamos jogadores reclamarem por receberem um cartão amarelo ou serem expulsos após uma falta violenta? Esta é uma das atitudes antiéticas mais corriqueiras e inconscientes (já que muitas vezes o atleta reclama por estar acostumado a essa condição, mesmo sabendo que o árbitro não voltará atrás em sua decisão) do futebol, tendo em vista que o jogador ou mesmo o seu time deixa de lado alguns princípios éticos e morais para tentar ludibriar a arbitragem no sentido de diminuir ou anular sua punição, mesmo sabendo que esta foi compatível com seu ato.

Para Proni (2007) existe uma contradição nos valores éticos que são apresentados na inserção inicial de um atleta no esporte, como por exemplo, os valores repassados a uma criança nas aulas de educação física, daqueles que são praticados no profissional.

Para o autor, os valores ensinados nas aulas de educação física por exemplo, onde o educador ensina que o importante não é ganhar e sim competir e participar das atividades, não condiz com o que é praticado no âmbito profissional, onde treinadores de clubes fazem o que for necessário para que sua equipe saia

ISBN 978-65-5629-077-5

vitoriosa de uma partida, mesmo que para isso seja preciso adotar estratégias e técnicas que pressionem seus atletas irem além do seu limite ou que influenciem no equilíbrio psicológico do adversário por exemplo em casos onde o treinador orienta seus jogadores para que os mesmos forcem a expulsão de determinado atleta adversário, através de provocações durante o jogo.

O caso do jogador Edinson Cavani pela Copa América em junho de 2015 durante um jogo entre Uruguai e Chile é uma boa menção para ilustrar essa situação, na oportunidade o jogador chileno Leonardo Jara lhe deu uma dedada durante a partida, fazendo com que o atleta uruguaio revidasse e fosse expulso. Na ocasião os dois atletas agiram de maneira antiética; Jara por se utilizar de uma artimanha extremamente antidesportiva para desestabilizar o adversário e Cavani por revidar e agredir o jogador chileno, resultando em sua expulsão.

Outros dois fatores que evidenciam a falta de ética no futebol e até mesmo práticas criminosas, são as corrupções em instituições e federações esportivas e a manipulação de resultados por parte de apostadores esportivos, sendo que muitas vezes estes dois fatores podem estar interligados. Um caso envolvendo a FERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro), dirigentes, jogadores e membros da comissão técnica de times cariocas e quadrilhas de apostadores ilustra bem a ligação entre corrupção e manipulação de resultados.

Normalmente as divisões inferiores dos campeonatos estaduais são as mais escolhidas para os esquemas criminosos justamente por serem menos prestigiadas e consequentemente por terem menos holofotes do que as divisões principais. O objetivo principal do esquema é simples; fazer acontecer um resultado ou evento específico previamente definido em um site de apostas, tais como número de escanteios, pênaltis, faltas cometidas, cartões amarelos e vermelhos e até mesmo definir o vencedor da partida por um determinado placar. A principal técnica utilizada pelas quadrilhas é oferecer um valor em dinheiro para os jogadores da defesa do time que deveria perder (na maioria das vezes um valor mais alto que o próprio salário do atleta) para que eles entregassem o jogo ou fizessem acontecer os eventos previamente decididos e apostados. No entanto, algumas vezes as quadrilhas vão além e corrompem também a arbitragem e outros membros de instituições e federações esportivas para garantir de fato o resultado que desejam.

A título de exemplo, a FIFA cancelou a partida entre Senegal x África do Sul pelas eliminatórias africanas para a Copa do Mundo de 2018 na Rússia por suspeita de manipulação de resultado. O árbitro ganês Joseph Lamptey marcou um pênalti favorecendo a seleção da África do Sul em um lance claro onde não houve infração. Após a investigação do caso e da constatação de que houve manipulação de resultados na partida, o árbitro foi banido do futebol pela FIFA e a partida foi remarcada.

No documentário do programa Conexão Repórter (SBT) "Os Porões do Futebol", o repórter Roberto Cabrini, mostra um outro lado da corrupção no futebol, desta vez envolvendo o aliciamento de jovens atletas para clubes do mundo inteiro. Oberdan Silva, um falso agente do futebol, promete profissionalizar seus atletas em qualquer clube do Brasil ou do mundo desde que o cliente esteja disposto a desembolsar uma determinada quantia, variando de acordo com o nível do clube desejado. Em seu esquema, Oberdan burla fases burocráticas que um contrato real deveria ter e falsifica documentos para "criar" o jogador ideal, não importando o talento do atleta,

ISBN 978-65-5629-077-5

Na investigação feita pela equipe do SBT, um falso atleta entra em contato com Oberdan e acerta um contrato com um time do interior de São Paulo. No entanto, apesar de realmente ter contato com o mundo do futebol e participar de todos os processos que um jogador passa ao chegar em um novo clube, o atleta não possui

Um outro ponto que pode ser facilmente alvo de discussões envolvendo a ética no futebol é o *doping.* Esta prática envolve o consumo de substâncias proibidas para melhorar o desempenho de atletas dos mais variados esportes que, mesmo sabendo das sanções previstas em lei, insistem em agir de maneira antiética.

> De acordo com o artigo 35 da Portaria 531, de 10 de março de 1985, do Ministério da Educação e Cultura, o atleta pode ser suspenso de 120 a 360 dias "por ter disputado partida comprovadamente dopado". O mesmo artigo, no parágrafo primeiro, determina que a associação a que pertença o atleta seja punida com multa de três a seis mil reais, perda da sua parte da renda e dos pontos da partida em questão. Como medida preventiva, o atleta é suspenso por vinte dias até ser julgada a denúncia. (GASPERIN, 1996, p. 18).

No entanto, em algumas situações, o atleta é pego em exames *antidoping* por fazer uso de medicamentos que contenham substâncias proibidas, sem que seu uso seja focado em aumento de desempenho esportivo. Para bem ilustrarmos essa situação trazemos presente os casos dos jogadores Diego Maradona e Romário para exemplificar as duas possíveis situações em que o *doping* é praticado no futebol, ou seja, com e sem o consentimento do atleta, respectivamente.

No primeiro caso, maior ídolo do futebol argentino, Diego Maradona, foi pego duas vezes no exame *antidoping*. Na primeira vez, em 4 de abril de 1991, os exames do meia argentino deram positivos para uso de cocaína, fazendo com que ele fosse suspenso por 15 meses. Três anos depois, em 25 de junho de 1994, Maradona foi pego pela segunda vez no *antidoping*, desta vez pelo uso de efedrina, uma substância que aumenta o desempenho do atleta, fazendo com que fosse novamente suspenso pelo período de 15 meses. Neste caso, o jogador argentino tinha consciência de que as substâncias que consumia eram proibidas e que poderiam lhe causar punições, mas mesmo assim optou por agir de maneira antiética.

Um outro caso de *doping* envolvendo o jogador brasileiro Romário nos apresenta o outro lado da situação. Em 28 de outubro de 2007 o atleta do Vasco foi pego no exame *antidoping* após uma partida contra o Palmeiras pelo Campeonato Brasileiro. O resultado do seu exame deu positivo para o uso de finasterida, uma substância encontrada em remédios contra a calvície. Romário ficou suspenso por quatro meses até ser inocentado pelo STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), que justificou a decisão afirmando que os médicos do clube não avisaram o atleta de que o remédio que tomava há dez anos não poderia continuar sendo consumido. Neste caso, Romário não teve intensão de obter vantagem através de meios antiéticos, uma vez que não fazia o uso do remédio para essa finalidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

Tanto o caso de Maradona quanto o caso de Romário, apesar de serem opostos (um deles com foco na falta de ética e caráter do jogador argentino e o outro com um teor mais neutro, tendo em vista que o jogador brasileiro não tinha conhecimento da substância), apresentam um ponto em comum: a proibição de substâncias que podem alterar o desempenho dos atletas em suas práticas esportivas. Todavia, mesmo sabendo esta é uma prática ilegal e passível de punições, infelizmente muitos jogadores optam por seguir no caminho antiético.

No entanto, mesmo em a tantos episódios entristecedores é possível ainda encontrarmos situações onde a ética se manifesta de maneira positiva no futebol, ainda que com certa raridade. Uma situação envolvendo o treinador Muricy Ramalho é um bom exemplo de como agir de maneira ética no meio esportivo.

O excelente momento que Muricy vivia em sua carreira em 2010 lhe rendeu um convite para comandar a seleção principal nacional, no entanto o treinador recusou o convite. No início muitos não entenderam sua decisão, mas depois o então treinador do Fluminense explicou que não aceitou o convite para liderar a seleção brasileira pois havia firmado um contrato com a equipe carioca e que devia honrar sua palavra e se manter a disposição do clube até o término de seu contrato. Com esta atitude Muricy Ramalho mostrou ser um homem de princípios e se consolidou como um dos personagens mais éticos do futebol brasileiro.

Para Proni (2007) a cultura futebolística no mundo e principalmente no Brasil abriu precedentes para que discussões de grande relevância social e ética pudessem ser abordadas. Entre esses temas seguramente o racismo é um dos mais relevantes:

> Na década de 1920, o futebol foi um elemento motivador para a discussão sobre o problema do racismo na sociedade brasileira, ainda que o ponto central do debate fosse a tensão entre amadorismo e profissionalismo. E, logo após a final da Copa do Mundo de 1950, o tema do racismo retornou com renovada roupagem. O que estava em questão, era a identidade nacional tecida a partir do futebol. (SOARES 2001 Apud PRONI, 2007, p. 10).

Segundo Proni (2007) o futebol, por se tratar de um esporte presente no mundo todo, carrega consigo o poder de influenciar direta e indiretamente, de forma positiva ou negativa muitas pessoas; ciente dessa capacidade, é de fundamental importância que as pessoas ligadas diretamente a esse universo conscientizem-se da sua responsabilidade junto a sociedade. Nesse sentido, situações antiéticas acabam influenciando inconscientemente o caráter do público que o prestigia, e a omissão frente a tantas infrações faz com que as mesmas passem a ser vista como "normais".

2.1 O ENTENDIMENTO DO PORQUÊ A ÉTICA É RARAMENTE OBSERVADO NO FUTEBOL

De acordo com Proni (2007) em sua interpretação sobre a explicação do educador Mauro Betti, a inserção de algumas questões ligadas ao ego dos atletas (reconhecimento por vencer algum campeonato, por exemplo) e a valorização de aspectos financeiros (como prêmios em dinheiros por vencer torneios), fizeram com

ISBN 978-65-5629-077-5

que os valores éticos e morais inicialmente estabelecidos no esporte sofressem mudanças de interpretação e aplicação, onde o que importa na verdade é vencer a todo custo mesmo que para isso seja necessário prejudicar o adversário.

De acordo com o raciocínio de Proni (2007, p. 13), com o tempo passou-se a ver o futebol amador como mais civilizado do que o profissional pois a introdução de alguns ideais relacionados ao fator "vencer a todo custo" no profissionalismo fizeram com que o esporte consolidado como profissional fosse visto como uma oportunidade de negócio, aumentando a violência e atitudes antiéticas na prática esportiva, enquanto que o esporte amador era apenas um instrumento de união e lazer entre diferentes classes.

Posteriormente houve uma atenção maior na preservação da integridade de jogadores e do público, assim como uma maior importância do *fair play*. Isso ocorreu não apenas por perceber-se a influência que o futebol tinha nas questões éticas e morais da sociedade, mas também por conta da pressão que a mídia e patrocinadores de grandes eventos futebolísticos impunham sobre as federações de grande nome (em especial a FIFA) em detrimento da violência e problemas sociais que o futebol desencadeava.

Ainda há quem diga que a ética e a moral não são passíveis de serem seguidas no esporte, sobretudo no futebol, esse convicção aparece nas palavras de Da Silva (2011) onde para o autor alguns torcedores, jornalistas e até mesmo membros de comissão técnica (como diretores de futebol, treinadores, etc.) se mostram favoráveis aos clubes que prezam pelo seu próprio benefício acima de qualquer outra coisa, passando por cima de regras e agindo de maneira antiética (corrupção no futebol por exemplo como venda e compra de resultados, falcatruas em negociação de jogadores, etc.).

Em certa oportunidade o então dirigente do Vasco da Gama e ex-deputado federal Eurico Miranda, afirmou não haver motivo para se discutir ética no futebol, tirando a importância dos personagens que se mostravam preocupados em pregar a moralização do futebol brasileiro.

No que se referente ao questionamento do porquê a ética é raramente seguida no futebol, temos o raciocínio de que fatores como o treinamento das equipes e seus objetivos em comum são motivadores para que os atletas tentem vencer a todo custo, caso contrário é como se todo seu esforço fosse em vão. Em outras palavras, os atletas treinam para vencer e fazem de tudo para alcançar seus objetivos, ainda que de maneira direta e/ou indireta ele vá contra a ética e a moral futebolística.

O treino esportivo é direcionado para um grupo atingir seus objetivos, satisfazer seus interesses e se manter motivado. Pensando de maneira um tanto quanto exagerada e tomando como exemplo atletas que treinam de maneira demasiada, pode-se concluir que o treino esportivo não possui relação com a ética que deveria ser praticada no futebol, tendo em vista que o que está em jogo são interesses particulares de um determinado grupo de atletas que estão dispostos a fazer o necessário para atingir seus objetivos, mesmo que isso inclua ultrapassar os limites do próprio corpo para chegar a um determinado resultado.

Sendo assim, podemos entender (ainda de maneira relativamente exagerada) que o atleta, treinador ou qualquer outro personagem ligado ao esporte passaria por cima de valores éticos para conseguir o que deseja, uma vez que estaria disposto a colocar seu corpo em exaustão para suprir as demandas do

ISBN 978-65-5629-077-5

esporte. Em outras palavras, se o atleta estaria disposto a abrir mão de um bem como a sua própria saúde sabendo que isso poderia prejudicá-lo futuramente, ele facilmente tomaria decisões que também poderiam prejudicar outras pessoas para conseguir algo que deseja.

Por esses motivos a ética no futebol é entendida como algo para visionários; como uma utopia no meio do esporte. Nesse sentido, a frase do reconhecido filósofo italiano Nicolau Maquiavel que afirma que na vida, a importância dos fins a alcançar, justifica o emprego de quaisquer meios desde que eficazes, também pode ser também pode ser aplicada no futebol; o treino exaustivo e o talento devem justificar os resultados a serem alcançados. Infelizmente a bonita ideia de que "o importante é participar" não se aplica no futebol, uma vez que o que realmente importa é o resultado positivo para a equipe, mesmo que a ética seja deixada de lado para alcançá-lo (CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, 2015).

Como havíamos mencionado anteriormente, fatores econômicos também podem ser um dos principais agentes que fazem com que a ética seja "jogada para escanteio no futebol", e o raciocínio de Rondinelli nos confirma isso: "A ideia do fair-play é bastante bonita, pois procura tratar o esporte como uma prática lúdica, que remete ao prazer de jogar. No entanto, vivemos em mundo capitalista em que o dinheiro e a profissionalização norteiam essa prática" (RONDINELLI, 2014, s/p).

Isso tudo nos faz pensar que o futebol talvez seja o esporte que mais se assemelhe à uma mercadoria (se é que já não se tornou uma), onde jogadores são "vendidos" ou "comprados" e ingressos e camisas oficiais são comercializados com preços abusivos. Além disso, eventos mundiais como a Copa do Mundo da FIFA tornam o esporte ainda mais comerciável, uma vez que até as pequenas coisas se tornam "produtos oficiais", como álbuns de figurinhas, copos, bonés, etc. (RONDINELLI, 2014, s/p).

2.2 O DESSERVIÇO DE PARTE DO JORNALISMO ESPORTIVO FRENTE A COBERTURA ESPORTIVA

Nem sempre as questões antiéticas no mundo do futebol partem dos personagens diretamente envolvidos com esta prática (jogadores, dirigentes, presidentes de clubes, treinadores, torcedores, etc.). Os responsáveis pela transparência no âmbito do jornalismo esportivo e por levar o esporte pro mundo, são também, por vezes, os responsáveis pela falta de ética envolvendo o esporte. Nesse sentido, o que contribuído para o enfraquecimento da ética no jornalismo, em especial aqui o jornalismo esportivo, é o desserviço que alguns jornalistas prestam na cobertura esportiva; na maioria das vezes através de escândalos, intrigas e casos que comprometem a integridade dos personagens envolvidos, sendo na maioria das vezes a dos próprios jogadores.

Muitas vezes, não se tem um filtro correto ou nem mesmo o preparo adequado para alguns profissionais da comunicação tomarem a frente na produção de notícias esportivas e acabam cometendo gafes, expondo atletas ou até mesmo prejudicando a carreira dos mesmos.

Existem diversos casos que comprovam essa linha de raciocínio, mostrando o que um simples comentário mal formulado, uma reportagem mal apurada ou até

ISBN 978-65-5629-077-5

mesmo acusações sem precedentes por parte de jornalistas podem causar na carreira de atletas.

Para ilustrarmos esse cenário nos remetemos a um exemplo um tanto quanto recente no futebol brasileiro, a saber, o caso do goleiro Alex Muralha, ex goleiro do Flamengo e atual jogador do Coritiba. Em 2017 o presente atleta foi "crucificado" por muitos veículos de comunicação e jornalistas independentes em decorrência de algumas más atuações, comum, a qualquer atleta, assim como em relação a qualquer profissional de qualquer segmento.

A fama de péssimo goleiro fomentado pelo posicionamento por vezes maldosos e irresponsável de alguns jornalistas contribuíram para o aumentando das críticas e ataques de jornalistas e de torcedores em relação ao atleta, fazendo com que o mesmo por segurança pessoal e da sua família se visse obrigado a deixar o país para jogar no futebol japonês; decisão essa necessária diante de uma condição que impedia de sair na rua, ir a shoppings, supermercados, enfim, levar uma vida normal. Ao final de 2018, Muralha retornou ao futebol brasileiro, onde teve passagens de empréstimo pelo Coritiba e Mirassol antes de ter o seu contrato encerrado com o Flamengo e ir em definitivo para o time paranaense.

O que está em questão não é a qualidade de Muralha, mas sim a atitude dos jornalistas envolvidos neste processo de destruição da carreira do jogador. Um profissional da comunicação, por mais que tenha o direito e o dever de opinar em alguns casos, não pode atacar, humilhar e expor um atleta como muitos veículos de comunicação fizeram na época. Acusar ou "apontar o dedo" não é uma atitude que cabe ao jornalista.

Alexsandro de Souza (mais conhecido como Alex), ex meio-campista do Coritiba, também criticou a falta de preparo e a irresponsabilidade de parte da mídia que faz o jornalismo esportivo. Para Alex, é uma irresponsabilidade determinadas atitudes e opiniões, pois ninguém além dos próprios jogadores e dos membros e funcionários dos clubes estão nos bastidores do futebol, não é possível saber como está o aspecto psicológico do jogador, se tem problemas familiares ou qualquer outra barreira ou empecilho que o impeça de ter uma boa atuação, ou seja, é fácil falar que um jogador é "ruim" sem saber o que ele passa no dia a dia.

Outro caso que repercutiu bastante, desta vez mais recente, foi a ida de alguns jogadores do Grêmio a uma festa de aniversário com pagode após uma derrota árdua para o São Paulo pelo Campeonato Brasileiro de 2021, com direito a gol de virada nos acréscimos, ou pelo menos é o que o jornalista e apresentador Leonardo Meneghetti fala no início do seu programa, ironizando a atitude dos jogadores e cantando um samba. (TORCEDORES.COM, 2021).

Talvez para o jornalista, o ideal seria os jogadores perderem a partida e ficarem em casa trancados pensando no próximo jogo do campeonato.

O momento do Grêmio no campeonato de fato não era dos melhores, com uma campanha muito irregular, vencendo, mas não convencendo. No entanto, não cabe ao jornalista esportivo averiguar o que cada jogador faz fora das quatro linhas em sua vida pessoal, muito menos expor os atletas da forma como fez. Há quem compartilhe do mesmo ponto de vista do jornalista citado, e enxergue as atitudes como a deste grupo de jogadores como falta de compromisso com o clube, como se uma derrota com gol aos quarenta e cinco do segundo tempo não tivesse seu peso.

ISBN 978-65-5629-077-5

No entanto, após inúmeras críticas por parte da mídia (principalmente a imprensa gaúcha) após esse episódio entre os jogadores, o Grêmio voltou a campo 4 dias depois contra o Cuiabá e venceu a equipe do Mato Grosso por 1x0.

Analisando esse caso, fica ainda mais evidente a ideia apresentada alguns parágrafos acima, de que não cabe ao jornalista investigar e expor a vida dos atletas como se vê diversas vezes no futebol brasileiro. Geralmente práticas como essa são guiadas pelo interesse e pela sede em mostrar algo novo ou em trazer um furo de reportagem, desconsiderando lado humano do profissional.

Ainda existem casos onde a cor da pele se torna o motivo de ataques e brincadeiras de mal gosto por parte de jornalistas para com os atletas.

Em 2006, a jornalista Milly Lacombe acusou o então goleiro do São Paulo, Rogério Ceni, de ter falsificado assinaturas e forjado documentos em questões contratuais entre o Arsenal e o clube paulista, durante o programa Arena Sportv.

O goleiro, que estava assistindo o programa, presenciou a acusação da jornalista e ligou no programa para tirar satisfação, pedindo que ela provasse as acusações. Milly foi processada por Rogério, mas anos depois os dois entraram em acordo onde a jornalista teria que pagar uma indenização de sessenta mil reais ao atleta para que o processo fosse encerrado.

São questões como essas que fazem o jornalismo esportivo prestar um desserviço ao futebol brasileiro, onde a falta de preparo, de profissionalismo e até mesmo a falta de ética interferem no bom andamento do esporte no país e prejudicam a vida e a carreira de centenas de atletas.

2.3 POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA A RESTAURAÇÃO DA ÉTICA NO FUTEBOL

Como explica Proni (2007), na década de 1990 houve uma importante discussão a respeito dos valores éticos e morais que circundavam as práticas esportivas, dando importância e defendendo principalmente a manutenção desses valores e a consolidação de uma nova visão ao esporte, com foco na integridade e valorização de questões culturais e sociais. Houve, porém, muita dificuldade no entendimento dessas questões, pois na época imaginava-se que a degradação do espetáculo se devia a crises políticas e de valores éticos que a sociedade brasileira atravessava.

> Para eles, defender certa ética para o espetáculo esportivo era lutar para não dissociar o desenvolvimento cultural do esporte-espetáculo do desenvolvimento do próprio homem e da sociedade como um todo. Contudo, essa luta ficou restrita ao plano das ideias, pois havia pouco apoio político a essa causa. As preocupações relativas à interdependência entre o esporte de base e o esporte profissional tiveram pouco peso no debate sobre a modernização do futebol brasileiro, que resultou na Lei Zico, em 1993, e depois na Lei Pelé, em 1998. (PRONI, 2007, p. 17).

Ainda segundo Proni (2007, p. 21) a ética no meio futebolístico deve ser tratada de maneira séria e com a importância que lhe é cabida, pois afinal é uma prática esportiva que influencia diretamente em nossa sociedade e qualquer

ISBN 978-65-5629-077-5

descuido na abordagem deste tema pode desencadear consequências que afetem o país inteiro, como por exemplo, um desvirtuamento de valores éticos.

Apesar de todas as discussões que englobam uma relação entre ética e futebol que já foram debatidas, ainda há um dilema sobre se é possível estes dois fatores caminharem juntos, já que se trata de uma temática que pode facilmente, influenciar direta e indiretamente, maneiras de pensar e agir em nosso país.

> O tema da moralização do futebol brasileiro foi muito explorado na mídia, indicando a preocupação dos governantes, dos principais dirigentes e dos patrocinadores com relação à credibilidade dos torneios. Contudo, denúncias de desrespeito ao torcedor e de corrupção continuaram a frequentar os noticiários esportivos, assim como as imagens de violência entre torcidas organizadas. Tem arrefecido a convicção de que o futebol-empresa e a auto regulação no âmbito dos clubes possam conduzir a comportamentos mais democráticos e responsáveis. (PRONI, 2007, p. 22).

Em seu comentário final a respeito da importância da ética no futebol, o autor afirma que o padrão ético predominante na sociedade é o principal agente moldador dos valores a serem seguidos no esporte, ou seja, em locais onde a ética e a moral são levadas mais a sério, a chance de se respeitar também os valores éticos no esporte é maior. Na Europa por exemplo, os casos de corrupção são menos comuns do que no Brasil, logo, a ética futebolística europeia é mais consolidada do que a latino-americana (PRONI, 2007).

O autor ainda afirma que isso não significa que nos centros mais avançados do esporte como a Europa também não ocorra a degradação do espetáculo, no entanto questões sociais e culturais interferem na maneira como a ética é vista por essas pessoas, fazendo com que o padrão ético varie de acordo com o local (PRONI, 2007).

Para bem compreendermos essa questão faremos uma relação entre os dois principais campeonatos continentais de futebol e a quantidade de conflitos violentos em suas realizações para ilustrar a presente situação. A UEFA Champions League é o principal torneio continental da Europa, além de ser o torneio de maior prestígio no mundo. Todo jogador sonha em vencer uma Liga dos Campeões um dia. No entanto, apesar de existirem conflitos violentos em todo lugar que se pratica o futebol, sabe-se que na Europa é muito menos recorrente que na América do Sul, continente ao qual sedia a Libertadores da América. Os relatos de violência dentro e fora de campo na Libertadores são inúmeros.

É muito comum observarmos casos onde as equipes entram em conflito físico após soar o apito final no torneio sul-americano. Prova disso foram as brigas generalizadas nas finais da Libertadores da América entre Internacional x Chivas (MEX) em 2010 e Santos x Peñarol (URU) em 2011. Ao analisarmos este mesmo período na Liga dos Campeões, observamos que não houve nenhum conflito violento que se assemelhe com os dois casos da Libertadores em questão. Essas situações comprovam que as questões culturais e sociais influenciam diretamente em como o público e os jogadores enxergam e comportam-se na pratica desse esporte.

ISBN 978-65-5629-077-5

Essa comparação confirma ainda mais o fato de que algumas questões como a forma de agir das autoridades locais, o respeito pelas instituições esportivas e o grau de tolerância social influenciam diretamente na maneira como determinado evento esportivo irá acontecer. Em outras palavras, fatores sociais e culturais estão diretamente ligados à maneira como o público, jogadores e demais personagens envolvidos no futebol interpretam e agem diante das situações.

No entanto, conflitos violentos são apenas a ponta do *iceberg* quando o assunto é a falta de ética no futebol. Como mencionado anteriormente, fatores econômicos também tem grande parcela de influência para que atitudes antiéticas sejam cada vez mais frequentes no mundo do futebol. Para isso, é necessário que medidas mais específicas e ao mesmo tempo mais amplas sejam tomadas para erradicar ou ao menos prevenir ações que ferem a ética esportiva.

Os "cartolas", como são chamados os membros da alta cúpula do futebol (dirigentes, diretores, etc.), são os principais personagens que devem ser observados constantemente com o objetivo de minimizar atitudes antiéticas no meio futebolístico, uma vez que essas são as figuras de maior poder em cena.

As consequências caso não haja observações, investigações e denúncias (em caso de constatação de atividades ilegais, por exemplo) diante de casos em que a ética for ferida no meio esportivo podem ser extremamente negativas, sendo a principal delas a continuação de práticas ilícitas e antiéticas no meio futebolístico. Em outras palavras, se não houver uma melhor fiscalização nunca teremos de fato uma mudança no cenário futebolístico no que se refere à ética no esporte mais popular do mundo.

> Acreditamos ser necessário um amplo movimento, principalmente daqueles segmentos interessados no desenvolvimento de princípios éticos e morais no meio futebolístico, e aqui destaco o importante papel da sociedade científica, no sentido de que se desenvolvam trabalhos investigativos tendo como tema central a conduta dos dirigentes do futebol, pois são estas pessoas que realmente podem interferir na condução desta modalidade esportiva. Pois se ficarmos aguardando que eles tomem a iniciativa de discutir os princípios éticos e morais que devem nortear as suas atitudes, estas jamais se modificaram. (DA SILVA, 2011, p. 6).

Os mecanismos que propomos enquanto possíveis soluções ao problema apresentado são os seguintes: investigações aos membros da alta cúpula do futebol, sejam eles diretores, dirigentes, presidentes de clubes e demais representantes de equipes ou instituições que gerenciam o esporte, já que estes são os principais responsáveis por todas as atitudes tomadas no que se refere à questões burocráticas no meio futebolístico (regulamentos, questões financeiras, questões de logística, fatores e problemas extracampo como violência entre torcidas, entre outras situações) que afetam direta ou indiretamente a nossa sociedade, já que o futebol é um esporte conhecido e praticado a nível mundial e mesmo quem não pratica ou acompanha a sua prática está sujeito a ser influenciado (seja pela mídia ou por pessoas próximas).

ISBN 978-65-5629-077-5

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou apresentar se o futebol tem desempenhado, no Brasil, a função de transmissão de valores educativos e de afirmação de condutas civilizadas, além de analisar se o futebol tem contribuído como referência para a construção de uma nação mais democrática e socialmente justa.

É sabido que ética e futebol caminham lado a lado, estando em conjunto ou não (pela presença ou ausência desta virtude), sendo assim é extremamente necessário que sejam localizados os problemas e seus respectivos causadores no que se refere às atitudes antiéticas no meio futebolístico, caso contrário o esporte das multidões continuará sendo palco de injustiças e demais atividades que prejudiquem outros personagens deste cenário.

O mesmo se aplica aos meios de comunicação responsáveis pela veiculação de notícias sobre o futebol brasileiro, bem como seus representantes e outros profissionais independentes. Deve-se prezar pelo profissionalismo, preparo e propriedade no assunto a ser debatido, além de transparência na produção e veiculação de materiais noticiosos e respeito a todos os personagens diretamente envolvidos com o esporte e que já foram citados anteriormente.

Sendo assim, ao ser constatado que o futebol é um esporte de forte influência no mundo, é imprescindível que o mesmo seja tratado com a seriedade e importância que merece, a fim de fornecer base para a formação do caráter das futuras gerações e tornar este esporte uma ferramenta de integração social e valorização de condutas éticas.

Para chegar a tal conclusão, foram utilizados meios de pesquisa como artigos, matérias de jornais, documentários, reportagens de televisão e materiais de blogs. Desta forma, foi possível fazer uma análise minuciosa de casos envolvendo a ética no futebol e entender melhor de que maneira essas situações influenciam na

Além disso, este trabalho de conclusão de curso nos deixa outras opções de pesquisas mais específicas futuramente como, por exemplo, entender os fatores históricos e culturais no mundo do futebol que contribuíram para que este esporte tenha chegado ao estágio em que se encontra nos dias atuais, bem como a maneira com que os personagens envolvidos neste meio (como torcedores, jogadores, membros de clubes e confederações, etc.) agem em casos mais específicos. Em suma, todos os objetivos e problemas aqui apresentados (como a corrupção no futebol, doping, falta de caráter no esporte, etc.) são passíveis de uma análise mais específica e sem dúvida mereceriam uma pesquisa detalhada sobre cada um deles, tendo em vista que são temas extremamente influentes na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

CABRINI, Roberto. **Os porões do futebol**; SBT. São Paulo, 14 de junho, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9TrnAPqfbhg>. Acesso: 18/05/2021.

CASPARY, Eduardo. **Em crítica à postura de jogadores do Grêmio, jornalista abre programa sambando e cantando pagode**; Torcedores.com. 16 de agosto, 2021. Disponível em: <

ISBN 978-65-5629-077-5

https://www.torcedores.com/noticias/2021/08/em-critica-a-postura-de-jogadores-do-gremio-jornalista-abre-programa-sambando-e-cantando-pagode-assista>. Acesso: 21/09/2021.

CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. **Atrás do palco, nas oficinas do futebol**; Comitê Olímpico de Portugal. Portugal, 2015. Disponível em: <http://formacao.comiteolimpicoportugal.pt/Publicacoes/COP_PFO_TD/file003.pdf>. Acesso: 04/07/2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Código de ética e conduta do futebol brasileiro**; CBF. Rio de Janeiro, 23 de março, 2017. Disponível em: <http://conteudo.cbf.com.br/etica/codigo.pdf>. Acesso: 25/05/2021.

DA SILVA, Alberto Inácio. **Ética no futebol: será possível?**; Revista Digital. Buenos Aires, ano 16, n.162, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd162/etica-no-futebol-sera-possivel.htm>. Acesso: 04/07/2020.

DUARTE, Marcelo. **10 casos de doping no futebol**; O Guia dos Curiosos. 24 de abril, 2019. Disponível em: <https://guiadoscuriosos.com.br/esportes/futebol/doping/10-casos-de-doping-no-futebol/>. Acesso: 15/06/2021.

ESTEVES, Bruno Botti. **A trajetória do esporte moderno: dos primórdios ao fenômeno social**; Revista Digital. Buenos Aires, ano 19, n.199, 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd199/a-trajetoria-do-esporte-moderno.htm>. Acesso: 12/05/2021.

GASPERIN, Carlos Eduardo Broglio. **O doping no futebol profissional**; Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62043/CARLOS%20EDUARDO%20BROGLIO%20GASPERIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 16/06/2021.

JUSTO, Fred. **Esporte Espetacular: investigação revela esquema de manipulação de resultados em jogos**; Rede Globo. Rio de Janeiro, 25 de março, 2018. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/investigacao-revela-esquema-de-manipulacao-de-resultados-em-jogos.ghtml>. Acesso: 18/05/2021.

JUSTO, Fred; RANGEL, Sérgio. **Esporte Espetacular: esporte espetacular revela esquema de manipulação de resultados no futebol do Rio**; Rede Globo. Rio de Janeiro, 26 de janeiro, 2020. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/esporte-espetacular-revela-esquema-de-manipulacao-de-resultados-no-futebol-do-rio.ghtml>. Acesso: 18/05/2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

LANCE, Diário; **Comentarista que fez ofensa racista a Marinho tem grupo de WhatsApp chamado 'Senzala'**; Diário Lance. São Paulo, 5 de agosto de 2020. Disponível em: < https://www.lance.com.br/fora-de-campo/comentarista-que-fez-ofensa-racista-marinho-tem-grupo-whatsapp-chamado-senzala.html>. Acesso: 21/09/2021.

LANCE, Diário; **Assinatura com o Arsenal, ligação ao vivo e processo na Justiça: relembre a treta entre Milly Lacombe e Ceni**; Diário Lance. São Paulo, 24 de março, 2021. Disponível em: < https://www.lance.com.br/fora-de-campo/assinatura-com-arsenal-ligacao-vivo-processo-justica-relembre-treta-entre-milly-lacombe-ceni.html>. Acesso: 21/09/2021.

LAVINAS, Thiago. **Muricy quebra o silêncio e explica por que não assumiu a seleção**; Globo Esporte. 25 de julho, 2010. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2010/07/muricy-quebra-o-silencio-e-explica-por-que-nao-assumiu-selecao.html>. Acesso: 18/05/2021.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia de Ética: De Platão a Foucault.** Editora: Zahar. Rio de Janeiro, 2007.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Ética e futebol no Brasil: argumentos para reflexão**; Esporte e Sociedade. Rio de Janeiro, v.2, n.5, 2007. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/biblioteca/etica-e-futebol-no-brasil-argumentos-para-reflexao/>. Acesso: 14/06/2020.

RONDINELLI, Paula. **Reflexões sobre a ética no futebol: sobre o fairplay e o dinheiro**; Brasil Escola, 2014. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao-fisica/reflexoes-sobre-etica-no-futebol-sobre-fairplay-dinheiro.htm>. Acesso: 04/07/2020.

REVISTA VEJA. **FIFA anula jogo das eliminatórias por manipulação de resultado**; Revista Veja. 6 de setembro, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/placar/fifa-anula-jogo-das-eliminatorias-por-manipulacao-de-resultado/>. Acesso: 18/05/2021.

SACRAMENTO, Marcos. **O Extra nunca faria com Galvão Bueno a cafajestada que fez com o goleiro Muralha**; Diário do Centro do Mundo. 1 de setembro, 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-extra-nunca-faria-com-galvao-bueno-a-cafajestada-que-fez-com-o-goleiro-muralha-por-sacramento/>. Acesso: 21/09/2021

ISBN 978-65-5629-077-5



ARTIGOS DA EDUCAÇÃO

ISBN 978-65-5629-077-5

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniele Pacheco Dos Santos Boldrini[1]
Mª Gislaine Buraki De Andrade [2]

Resumo: O presente artigo, possui como temática a gestão democrática dentro das instituições de educação infantil, e visa apresentar de que forma as ações desempenhadas pelos gestores contribuem para o desenvolvimento dos alunos. Ao longo do trabalho, apresentaremos as ações voltadas a democracia que integra as tomadas de decisões nos âmbitos pedagógico, administrativo, financeiro e órgãos colegiados. Desta forma, dialogar e possibilitar ações coletivas para atingir a finalidade do desenvolvimento integral do sujeito, nos aspetos: físico, psicológico, intelectual e social, é atribuição da gestão escolar democrática. Para respaldar as discussões, utilizou-se aporte bibliográfico e documental, a partir de documentos educacionais brasileiros que normatizam a gestão democrática e os autores LÜCK (2009), LIBÂNEO (2008) PARO (2003). A partir dos quais, esclarece as funções do gestor escolar atuante na Educação Infantil, bem como pela equipe gestora, juntamente com os órgãos colegiados e de que forma auxiliam no desenvolvimento escolar, percebendo que é fundamental a coerência e o conhecimento de todos sobre o processo educacional da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão. Democracia. Órgãos Colegiados

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Pereira, Peixe e Staron (2009) a gestão escolar até meados da década de 90, estava estritamente direcionada ao papel subordinado do diretor as instâncias titulares centrais que determinavam as regras, normas, concepções a serem seguidas e desenvolvidas pelos funcionários, tornando esse um mero guardião ou gerente da instituição, sem voz ativa e responsabilizado pelo cumprimento das metas e execução das ações propostas.

Desta maneira, o gestor ideal era aquele que cumpria o estabelecido pelos órgãos superiores, sem hesitação, sua função limitava-se a repassar informações, controlar, supervisionar, dirigir a escola. Todavia esse modelo de gestão funcionou, quando ainda a escola era exclusivista em relação àqueles que não se "encaixavam", o que naturalizou a prática de expulsão, e ampliou a evasão escolar.

Tendo em vista às mudanças sociais e aos fatores externos que moldam a educação, a escola hoje não pode ser restrita as determinações superiores, ela necessita incluir todos os envolvidos no processo, na tomada de decisões. Com a retomada da democracia prevista na Constituição Federal de 1988, a educação passa pelo princípio da gestão democrática, possibilitando a descentralização da

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Orientadora do Trabalho e Professora do Curso de Pedagogia – UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

gestão educacional, o que culminou em ações que possibilitem a autonomia das instituições da Educação Pública.

Sendo assim, a gestão será democrática quando todos estiverem envolvidos no processo, e em conjunto favoreçam o desenvolvimento dos sujeitos, por meio da qualidade de suas ações, possibilitando a participação da comunidade escolar e a implantação dos órgãos colegiados. Desta forma, o presente trabalho busca investigar: quais ações do gestor possibilitam a democratização na tomada de decisões? Como contribuem na garantia do desenvolvimento integral dos alunos da Educação Infantil?

Neste sentido, é necessária uma breve contextualização histórica da gestão escolar democrática no Brasil e os documentos normatizadores. Para compreender a necessidade e importância da democracia no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Desta forma, analisar a democratização nas tomadas de decisões dentro da gestão escolar e as implicações frente ao desenvolvimento infantil.

Portanto, é preciso compreender a função do gestor escolar, bem como suas funções administrativas, financeiras e pedagógicas. Identificando as ações que sustentam a democracia dentro da instituição escolar e analisar quais as funções desempenhadas pelo gestor influenciam no ensino e aprendizagem dos alunos na Educação Infantil.

Considerando a função social da escola, e acima de tudo como essas ações determinam o desenvolvimento em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. A gestão escolar na educação infantil exige clareza do profissional, pois se tratam de crianças pequenas, que precisam ser atendidas e organizadas dentro da rotina escolar, e cabe ao gestor garantir que toda a sua equipe possa atender com qualidade essas especificidades.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO BRASIL E OS DOCUMENTOS NORMATIZADORES.

A gestão escolar democrática no Brasil foi promulgada na Constituição Federal de 1988, sendo descrito no "Art 206 - VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei". A constituição foi um marco na história do Brasil e consequentemente da educação, pois estabeleceu os direitos, deveres e passou a nortear como deveria funcionar a educação no país, incitando além da obrigatoriedade da gestão escolar democrática, mas assegurando, o ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos.

Após a Constituição de 1988, começaram a ser elaborados documentos que visam garantir que se cumpra a lei, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei Federal nº 8.069/1990, com o intuito de proteção aos direitos das crianças, e a promulgação da nova LDB nº 9.394/1996 que reforçou os artigos estabelecidos pela constituição, regulamentado a educação no âmbito público e privado, da educação infantil ao ensino superior. Sendo assim, a LDB nº 9.394/1996 determina a incumbência das instituições de ensino na educação

ISBN 978-65-5629-077-5

básica, que é efetivado pela atuação do gestor escolar e pelos órgãos colegiados, sendo estabelecido no Art 12:

> I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; III – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; x - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (BRASIL, 1996, p.5).

Portanto a gestão democrática está regulamentada com os princípios acima a serem desenvolvidos na forma da lei, ainda, de acordo com o Artigo 22 da LDB, cabe a educação "Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Todavia a gestão escolar passa a ser um espaço de articulação de ações desenvolvidas no ambiente escolar, com o intuito de criar condições para alcançar os objetivos da educação básica e as oriundas do seu Projeto Político-Pedagógico.

Em 2014, é criado o Plano Nacional da Educação – PNE, Lei Federal nº 13.005/2014, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a educação do país, são definidas no plano as metas e estratégias para serem desenvolvidas ao longo de uma década. No referido documento, a meta 19 diz respeito à gestão escolar democrática e as suas respectivas estratégias para alcançar a meta, conforme segue:

> Meta 19: assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Estratégias: 19.5 estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo; 19.6 estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, plano de gestão escolar e

ISBN 978-65-5629-077-5

> regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares; 19.7 favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino; 19.8 desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão. (BRASL, 2014, p. 313)

A meta 19 do Plano Nacional de Educação determina como de fato deve acontecer a gestão democrática nos âmbitos educacionais, definindo estratégias para contribuir na prática, incluindo a gestão pedagógica, administrativa, financeira e os órgãos colegiados. Destaca ainda, a preparação do gestor escolar, por meio de critérios e objetivos delimitados para atuar na função de Diretor Escolar.

Neste sentido, no Município de Cascavel, o plano de cargos, carreiras, remuneração e valorização dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino de Cascavel (2014) declara na forma da Lei quais são as atribuições do gestor das instituições da Rede Municipal, sendo:

> Conduzir a construção e realimentação do Projeto Político Pedagógico da escola, de acordo com o Currículo adotado pela rede municipal de ensino, fazendo as articulações necessárias para a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar, garantindo sua efetivação. Cumprir com as determinações do Conselho Escolar. Administrar a Unidade Escolar nos aspectos administrativos e pedagógicos. Promover a integração entre escola, família e comunidade, criando condições propícias para melhor atendimento ao educando. Participar das atividades do Conselho da Unidade Escolar. Enviar à Semed os relatórios e demais documentações formais exigidas pelo Sistema. Manter o controle da documentação e registros das atividades da Unidade Escolar. Analisar e avaliar constantemente e coletivamente a proposta da escola, detectando as dificuldades e propondo encaminhamentos para a resolução dos problemas. Oportunizar aos pais o conhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola. Participar efetivamente dos cursos, reuniões administrativas e pedagógicas, seminários, grupos de estudo organizados pela SEMED. Conduzir, em conjunto com o coordenador pedagógico, o conselho de classe, grupos de estudo, reuniões pedagógicas. Comunicar à SEMED as irregularidades verificadas na escola, aplicando as medidas cabíveis à sua competência. Acompanhar e orientar o trabalho de todos os profissionais da escola. Participar das discussões pedagógicas com o coordenador e o professor (pré-conselho, reuniões com pais, dentre outras) visando o desenvolvimento do processo educativo - efetivação do projeto político pedagógico. Solicitar orientações à SEMED sempre que houver necessidade (CASCAVEL, 2014).

Logo, o gestor não é um mero administrador da instituição. Ele precisa compreender a função da escola pública, as teorias que fundamentam o processo

ISBN 978-65-5629-077-5

de ensino e aprendizagem, a rotina diária dos alunos, o trabalho desenvolvido pelos professores e demais funcionários.

Neste sentido, gerir todos os recursos de forma que "o administrativo esteja a serviço do pedagógico" (PARO, 2015), ou seja, deve ser pensado de acordo a cumprir a finalidade da Educação Infantil e das demais etapas e modalidades atendidas.

É oportuno destacar, que o trabalho do diretor escolar deve atender aos princípios da gestão democrática, conduzindo os eixos da gestão administrativa, financeira, pedagógica e das instâncias colegiadas às finalidades educacionais da instituição de ensino, com transparência, autonomia e diálogo na tomada de decisões.

2.1.2 A Gestão Escolar Democrática na Educação Infantil

A equipe gestora é composta, por profissionais com funções específicas, a fim de colocar em prática as políticas e planos estabelecidos, para alcançar as metas e estratégias previstas nos planos nacionais, estaduais e municipais de educação. Portanto, esta equipe organizará os rumos do ensino oferecido na unidade, levando em consideração os aspectos legais previstos na Constituição Federal de 1988, LDB nº 9.394/1996, currículo para rede pública de ensino, Projeto Político-Pedagógico e Regimento escolar da instituição.

É importante destacar, que os documentos e ações da instituição de ensino da Educação Infantil devem estabelecer a sua função social nas ações desenvolvidas, sendo a finalidade descrita no Art. 29 da LDB, conforme segue:

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.11)

A educação infantil possui como finalidade o desenvolvimento integral do sujeito, em seus aspectos: físicos, psicológico, intelectual e social. De acordo com Vasconcellos (2006), cabe ao diretor fazer a gestão das atividades, para que o projeto da escola seja efetivo, compreendendo que a função de gestor não é um papel puramente burocrático/administrativo, mas sim de uma tarefa de articulação, de coordenação e intencionalidade, vinculando-se essencialmente ao diretor à gestão pedagógica da escola, ou seja, o gestor atuante em educação infantil precisa compreender o desenvolvimento infantil como um todo para que possa promover de fato o desenvolvimento integral, e não ficar preso meramente a questões burocráticas.

Ao pensar a gestão escolar democrática na educação infantil, o gestor deve considerar as especificidades da etapa, e agir de forma a proporcionar a gestão nos aspectos financeiros, administrativos, e pedagógicos, incluindo toda a comunidade escolar no processo de tomada de decisões, ou seja, articular o

ISBN 978-65-5629-077-5

trabalho coletivo com a APPS (Associação de pais, professores e servidores), conselho escolar, coordenadores, professores e profissionais da Educação.

Segundo Burak e Flack (2011) associam gestão escolar a ações coletivas e democráticas, com a distinção de responsabilidades individuais, que pressupõem um projeto maior, que contempla todos os membros da equipe escolar em torno de objetivos, metas, decisões e compromissos comuns.

A ação do gestor escolar será tão ampla ou limitada, quão ampla ou limitada for sua concepção sobre a educação, sobre a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola. No entanto, essa concepção, por mais consistente, coerente e ampla que seja, de pouco valerá, caso não seja colocada em prática mediante uma ação sistemática. (LÜCK 2009, p.32)

Todavia, a concepção de educação do gestor escolar, pode limitar ou ampliar a qualidade da sua gestão, contudo não bastam apenas referenciais teóricos, conhecimento de leis, mas ações sistematizadas que de fato possam consolidar a gestão democrática.

3 A DEMOCRATIZAÇÃO NAS TOMADAS DE DECISÕES DENTRO DA GESTÃO ESCOLAR E AS IMPLICAÇÕES FRENTE AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Cabe ao diretor suscitar a participação da comunidade escolar, tendo em vista que a mesma não é deliberadamente natural e acordo com Lück, (2007) faz necessário, a construção de uma prática sistematizada e organizada que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros, não apenas tomem conhecimento, de forma regular e contínua, de suas decisões, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação.

Neste sentido "A participação, portanto, demanda preparação, que envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas" (LUCK, 2007).

Dentre as medidas que devem ser desenvolvidas pelo diretor para consolidar a gestão democrática, Lück (2009) destaca:

> Criar na escola uma visão de conjunto, que estabelece o sentido de unidade e orienta o sentido de cooperação e ação articulada. Promover clima de confiança e reciprocidade na construção de um ambiente colaborativo. Promover à integração de esforços, a articulação de áreas de atuação, a quebra de aresta e o enfraquecimento de atritos, dissensos e diferenças. Criar cultura de valorização das capacidades, realizações e competências das pessoas pela celebração dos seus resultados, como um valor coletivo da escola e da educação. Desenvolver a prática das decisões colegiadas e compartilhamento de responsabilidades. (LÜCK, 2009, p.72).

Todavia, nem sempre a democracia é exercida na prática e de acordo com Paro (2003) "A escola precisa se aproximar da comunidade, procurando auscultar seus reais problemas e interesses", ou seja, a escola precisa ouvir as pessoas e grupos, participando da comunidade, para que o inverso aconteça (PARO, 2003).

ISBN 978-65-5629-077-5

> A democracia, como valor universal, é prática de colaboração reciproca entre grupos e pessoas, que tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exerce-la. (PARO, 2003, p.27)

A gestão escolar necessita da capacidade do diretor em liderar e compartilhar a liderança, guiado por uma visão em conjunto, do trabalho educacional, e funcionamento da instituição escolar, promovendo assim a melhoria do ensino e aprendizado e formação dos alunos juntamente com toda a comunidade escolar.

Sendo assim está intrinsecamente ligada às ações que promovem, atitudes que assumem, a forma que utilizam os recursos disponíveis, pela dedicação na produção e alcance de novos recursos, e as estratégias que aplicam na solução dos problemas para promover o desenvolvimento dos sujeitos que integram a educação pública, garantindo educação gratuita, laica, e acima de tudo de qualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita nos documentos normatizadores e autores que descrevem como deve ser o processo da gestão democrática dentro das instituições de ensino públicas foi possível evidenciar que a função deste cargo vai além de simplesmente distribuir funções técnicas e burocráticas. O diretor precisa ser envolvido em todo processo e em todos os momentos, suscitando a participação da comunidade na tomada de decisões, ouvindo e atendendo as necessidades evidenciadas pelo público atendido e profissionais que atuam na instituição. Por meio de ações planejadas, organizadas e deliberadas juntamente com a comunidade escolar e com as instâncias colegiadas (Associação de Pais, Professores e Servidores – APPS e Conselho Escolar), o diretor busca propiciar qualidade no processo de ensino-aprendizagem e aliando as ações de todos os eixos de trabalho à função social da Educação Infantil.

No entanto, os profissionais que atuam na função de Direção Escolar, conforme previsto na legislação, devem compreender as especificidades do desenvolvimento infantil, a rotina que associa o cuidar, brincar e educar, a realidade da comunidade e do aluno, entre outras questões especificas desta etapa, que só emerge da vivência prática de quem atua ou atuou em sala de aula e compreende o trabalho pedagógico.

Desta forma, o gestor poderá guiar a equipe e os órgãos colegiados com coerência e conhecimento, para que juntos possam desenvolver ações que auxiliem o desenvolvimento integral dos alunos e desempenhando ações democráticas, superando práticas de apenas afazeres burocráticos, descontextualizado do compromisso social com a comunidade escolar e desconsiderando o trabalho coletivo.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL - Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 20/11/2020.

BURAK, Dalila Maria Antoneche; FLACK, Simone de Fátima. **Concepções de gestão escolar presentes no trabalho do diretor nas escolas municipais em Ponta Grossa**-PR. In: JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR, 10, 2011, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2011.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Medologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Editora Cortez, 1994. Ora Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa**. Liderança em Gestão Escolar**. Série Cadernos de Gestão. vol. IV. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, Heloisa. (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores.** Em Aberto, v. 17 fev./jun. 2000.

PEREIRA Bernadete Terezinha; PEIXE Blênio César Severo; STARON Lucia. **Avaliar a eficiência e eficácia da gestão escolar integral no processo ensino-aprendizagem: estudos de casos nas escolas estaduais da região de campo largo.** Gestão de Políticas Públicas no Paraná. Campo Largo, 2009.

PARO Vitor Henrique. **Gestor Escolar: Educador ou Gerente?** São Paulo**:** Cortez Editora, 2003.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto políticopedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

ISBN 978-65-5629-077-5

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

ISBN 978-65-5629-077-5

ASSOCIAÇÃO CASCAVELENCE DE AMIGOS DOS SURDOS: UM RELATO SOBRE REALIZAÇÃO DE UM ESTAGIO EM EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Emanuelli Oliveira da Silva [1]
Larissa Andressa Mello [2]
Marileia de Bone [3]

Resumo: Esta pesquisa faz parte da disciplina de Estágio Supervisionado em Espaços Não Formais e é quesito obrigatório para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Univel. Tem como objetivo apresentar uma instituição não formal no município de Cascavel-PR a ACAS – Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos, de modo que o leitor possa conhecer o funcionamento, atendimento, oferta, estrutura e organização institucional. Para a efetivação desta pesquisa foram analisados documentos oficiais da instituição. Além disso, realizou-se uma entrevista com a direção do local campo de estágio. Para fundamentar este estudo, utilizou-se as concepções de Goh (2009), Piconez et al. (2015), Poker (2021), Smit et al. (2012) e Kubaski e Moraes (2009). Enquanto resultado verificou-se que a instituição oferece educação básica para surdos, priorizando a educação bilíngue para os surdos com a língua brasileira de sinais, ressaltando sempre a importância da instituição para a educação inclusiva, atendendo alunos de Cascavel e região.

Palavras-chave: ACAS. Surdos. Instituição. Inclusão. Estágio.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o ACAS - Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos, visando abordar a educação inclusiva para alunos surdos bem como a função da instituição, por meio do estudo realizado para a disciplina de Estágio Supervisionado em Espaços Não Formais, que devido a atual situação da pandemia do COVID-19[4] foi realizada de forma remota, com a utilização de pesquisas em documentos fornecidos pela associação e entrevistas com profissionais atuantes nesta instituição.

Este estudo é de suma importância para fazer refletir o fato da necessidade da inclusão, da importância da Libras (Língua Brasileira de sinais) e de todo o trabalho realizado no ACAS e todas as contribuições da sociedade para o funcionamento dessa instituição.

O ACAS, na modalidade de educação especial, tem por objetivo trabalhar com as diferenças linguísticas e cultuais das pessoas surdas no contexto bilíngue.

[1] Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.
[2]Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.
[3]Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.
[4] A doença do Coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um vírus recém-descoberto.

ISBN 978-65-5629-077-5

A instituição hoje atende em média 90 alunos, sendo a grande maioria da cidade de Cascavel-PR e o restante da região. A partir de 2012 passou a se chamar Escola Bilíngue da ACAS – educação infantil e ensino fundamental na modalidade de educação especial. Sobre os espaços não formais, Gohn (2009) destaca que:

> A educação não formal é uma área carente de pesquisa científica. Com raras exceções, o que predomina é o levantamento sistemático de dados para subsidiar projetos e relatórios, feitos usualmente por ONGs, visando ter acesso aos fundos públicos que as políticas de parcerias governo-sociedade civil propiciam. (Goh, 2009, p.31)

Para apresentar a questão que norteia nossa pesquisa elencamos três tópicos para discussão teórica e análise de documentos. O primeiro tópico aborda o ACAS – Associação Cascavelense De Amigos De Surdos, dissertando sobre o histórico da instituição. No segundo tópico trazemos o atendimento, oferta e funcionalidades da instituição, atendimento esse, que se estende para Cascavel e região. O último tópico conceitua a estrutura e organização institucional à mantenedora financeira.

2 ACAS – ASSOCIAÇÃO CASCAVELENCE DE AMIGOS DE SURDOS

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

De acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição a mesma teve seu início na cidade de Cascavel impulsionada por uma escola de Curitiba, a escola Épheta que movimentou professores para organização de pais e alunos de Cascavel, tendo início em 11 de novembro de 1975 chamando-se Associação Cascavelense de Amigos de Surdos.

O documento relata que a partir do momento em que se tem divulgado pelos pais a existência da instituição, a demanda da procura pelo ensino ofertado aumentou surgindo assim a necessidade de aumentar a quantidade de salas que a instituição disponibilizava, sendo assim a Igreja Presbiteriana cedeu lugar em uma casa de comodato. Desta forma em 1985 a mesma foi integrada por um grupo de Irmãs chamadas de Irmãs Pequena Missão para Surdos juntamente com a ACAS e somente em 1988 através de doações feitas por entidades religiosas da Itália e da Alemanha e a partir convênios feitos com o governo foi possível constituir o prédio próprio da instituição em um terreno doado pelo Governo do Estado do Paraná da época.

O PPP ainda salienta que antes de ser o que é hoje, a ACAS passou por algumas etapas passando como Centro de Reabilitação com base em uma filosofia oralista e clínica que defendia a ideia de que era possível reabilitar a fala e a audição para que os alunos pudessem participar de turmas regulares. De acordo com Poker (2021, p. 5) apud Goldifield (1997):

ISBN 978-65-5629-077-5

> [...] o Oralismo ou filosofia oralista visa a integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). [...] concebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva que possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte, desenvolvendo sua personalidade como a de alguém que ouve. Isto significa que o objetivo do Oralismo é fazer a reabilitação da criança surda em direção à normalidade.

O mesmo documento complementa que em decorrência da não eficácia dessa metodologia de inserção, a instituição fez um pedido à Secretaria de Estado da Educação – SEED para que o ensino abrangesse os quatro anos do ensino fundamental, passando assim a se chamar Escola de Centro de Reabilitação "Tia Amélia". Passado um período começaram a encontrar o mesmo problema de inserção dos alunos nos anos finais do ensino fundamental, tendo que novamente recorrer a SEED, sendo assim mudou-se novamente a nomenclatura da instituição passando assim a se chamar Escola Bilíngue da ACAS – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial a qual é chamada até os dias de hoje.

2.2 ATENDIMENTO, OFERTA E FUNCIONALIDADES DA INSTITUIÇÃO

Atualmente, de acordo com o documento analisado, a escola atende na cidade de Cascavel-PR 91 alunos, sendo a maior parte residentes na cidade e o restante vindos das cidades vizinhas. A mesma oferta educação infantil de 0 a 5 anos e o ensino fundamental de 9 anos, também oferece apoio pedagógico para aqueles alunos que já estiverem frequentando o ensino médio em contraturnos, oficinas de leitura e escrita, teatro, música, matemática e esportes e jogos.

O PPP destaca como objetivo a educação bilíngue dos surdos, isto é, garantem que os alunos tenham como sua língua materna a Língua Brasileira de Sinais e como segunda língua a Língua Portuguesa. Em relação a isto Kubaski e Moraes (2009) frisam:

> O bilinguismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística. (KUBASKI;MORAES, 2009, p. 3)

Com isso possui a proposta de proporcionar interação entre surdos e surdos e entre surdos e a sociedade, podendo identificar crianças e adultos surdos, garantindo o seu desenvolvimento de maneira que possam se inserir na comunidade surda, debatendo, questionando e principalmente valorizando a sua cultura, lhes oportunizando a ter uma vida em sociedade, se formando como cidadãos, capazes de constituírem família e se inserirem no mercado de trabalho.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.3 DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Segundo o documento organizador da instituição, atualmente a escola conta com 17 professores, sendo 5 surdos e 12 ouvintes, os mesmos são pagos por Convênio de Apoio técnico financeiro do estado/Termo de colaboração.

Em seu espaço físico conta com 12 salas de aula, 1 biblioteca, 1 auditório com palco, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 miniparque, 1 laboratório de informática e 1 laboratório de Ciências.

Desta forma torna-se perceptível a preocupação com o espaço organizacional, montado para atender de forma adequada os seus alunos, além de contar também em seu quadro de funcionários com professores surdos o que faz uma grande diferença e importância para a comunidade que atende.

3 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa a qual não se trata de quantificação pois ela trata com a veracidade em que ocorrem os fatos portanto "[...] pode ser definido como formação de significados a partir da observação de acontecimentos – ou relatos de sujeitos – sobre experiências que ocorrem em cenários sociais." (Lima; Ramos; de Paula, 2019, p. 17)

Por se tratar de um estágio e devido ao período de Pandemia o mesmo foi embasado no PPP da instituição estudada o que torna desta pesquisa uma pesquisa documental.

> Trata-se de documentos existentes em órgãos públicos, em instituições privadas, igrejas, universidades ou organizações da sociedade civil, podendo ser até mesmo documentos pessoais, privados, de algum sujeito que importe pesquisar. (MARCELINO, 2020, p. 19)

Ademais utilizou-se o método descritivo o qual permitiu fazer a descrição do espaço pesquisado, como se organiza, seu funcionamento, estrutura etc. "[...] a pesquisa descritiva objetiva descrever como um fenômeno é, como se apresenta, ou então descrever características de determinados grupos." (MARCELINO, 2020, p. 18)

Portanto esse trabalho visa compreender como funciona a instituição ACAS, quais trabalhos realiza, quem atende e de que modo contribui com o seu público alvo e a sociedade.

4 RESULTADOS

Diante de toda realização do estágio podemos constatar que a instituição mesmo em período como o ocorrido da Pandemia Covid-19 não se ateve para utilização de mídias e recursos digitais o que acarretou em uma certa dificuldade por parte das pesquisadoras em encontrar informações maiores sobre a instituição.

Portanto houve a necessidade de um diálogo com a responsável pela instituição o qual necessitou ser realizado presencialmente, pois a instituição

ISBN 978-65-5629-077-5

também não passou informações por telefonemas o que também era o único contato que a instituição possuí.

Neste caso em um diálogo realizado com a responsável pela instituição foi questionado sobre como se obtém os recursos financeiros para manter a escola, a mesma relata que por se tratar de uma instituição privada sem fins lucrativos, conta com convênio com o governo do estado e com o município, além de doações voluntárias que recebem. Além disso, recebem recursos da Nota Paraná[5]. Fazem ainda a fabricação e venda de pizzas que são produzidas por voluntários para arrecadar recursos.

Ainda no que se refere a entrevista a mesma salienta que tem por base a utilização dos currículos estaduais e municipais focando sempre e como objetivo principal a compreensão da língua de sinais. As avaliações são executadas todos os dias a partir das trocas de experiências, observação individual e relação com o contexto e as vivências cotidianas. De acordo com Luckesi (2021, p. 80) "A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado."

Sendo assim tem-se a compreensão de que a instituição mesmo sendo privada utiliza-se de alguns recursos públicos, ademais tem grande preocupação e cuidado com a aprendizagem de seus alunos, realizando um trabalho voltado para suas especificidades de modo a atender as necessidades da sua comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado nos espaços não formais tem por objetivo aproximar o acadêmico de pedagogia a esses espaços bem como conhecer e instigar a curiosidade e o apreço por essa prática educacional, visto que de acordo com Gohn (2009, p. 31)

> A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...]

Desta forma se torna um espaço interessante e necessário ao conhecimento e pesquisa. No que diz respeito ao estágio realizado na instituição ACAS foi possível a compreensão por parte das acadêmicas a importância dessa educação voltada para os surdos, tendo em vista o processo histórico em que esses

[5] Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná instituído pela Lei nº 18.451/2015.

ISBN 978-65-5629-077-5

indivíduos passaram ao longo do tempo, pois a mesma além de introduzir estes indivíduos a sociedade lhes permitindo uma cidadania e interação social com a comunidade a qual fazem parte, permite que os mesmos se integrem ao mundo de trabalho e possam adquirir seus direitos.

Em relação à pesquisa houve dificuldade perante as acadêmicas em encontrar informações a respeito da instituição via internet, artigos e de contato remoto com a instituição, neste sentido todas as informações obtidas foram realizadas em leitura do PPP e retirada de dúvidas em diálogo com a responsável pela instituição.

Portanto a realização deste estágio trouxe grande contribuição para as acadêmicas o qual instigou a curiosidade e ampliou os conceitos já estudados, o mesmo proporcionou compreender e conhecer um formato educacional o qual não estavam acostumadas em relação aos demais estágios já realizados.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. da G. **Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social.** Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, V. M. do R; RAMOS, M. G; PAULA, M. C. de. **Métodos de Análise em Pesquisa Qualitativa:** Releituras Atuais. Porto Alegre: Edipucrs, 2019.

MARCELINO, C. A. da S. **Metodologia da Pesquisa.** Curitiba: Contentus, 2020.

PICONEZ, Stela C. B. *et al*. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2015.

SHMITZ, Thaís *et al*. Pedagogia e ambientes não escolares. Curitiba: InterSaberes, 2012.

POKER, B. R. **Abordagens de Ensino na Educação da Pessoa Com Surdez.** Unesp, 2021. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf Acesso em: 22 abr. 2021.

CASA DE NAZARÉ. **Doações Pelo Nota Paraná.** Disponível em: https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/ Acesso em: 29 set 2021.

KUBASKI, C. MORAES, V. P. **O Bilinguismo como Proposta Educacional Para Crianças Surdas.** PUCPR, out 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/bilinguinguismo.pdf Acesso em: 13 maio 2021.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

AS INFLUÊNCIAS DAS REDES SOCIAIS NA INFÂNCIA

Amir Samir Badwan Huda[1]
Bruno Patrick Klein[2]
Gabriela Paschoali de Assis Pacheco Almeida[3]
Pamella Oldoni da Silva[4]
Professora Orientadora Janaina Mazutti[5]

Resumo: Neste presente artigo de ordem qualitativa e exploratória, buscou-se discorrer acerca das influências das redes sociais para o desenvolvimento das crianças, principalmente para as que correspondem a terceira fase da infância. Ressaltou-se aspectos gerais do desenvolvimento infantil, a importância da participação dos pais no acompanhamento do uso dos aparelhos eletrônicos e os pontos positivos e negativos de se usar com frequência a *internet*. Realizou-se um estudo bibliográfico, juntamente de uma entrevista com duas mães, com o intuito de enriquecer as informações prestadas pelas responsáveis por meio de pesquisas e comprovações cientificas de outros autores. Por fim, colocou-se na conclusão uma ênfase em aspectos a serem considerados tanto pelos pais quanto por profissionais de psicologia nessa discussão das influências das redes sociais.

Palavras-chave: Redes Sociais. Desenvolvimento Infantil. Terceira Infância.

1 INTRODUÇÃO

Não há como negar que o processo de desenvolvimento infantil é influenciado por diversos fatores. Há alguns anos, a ciência acreditava que existiam apenas razões hereditárias que contribuíam e influenciavam para a formação individual de um sujeito. Com o passar dos tempos, por meio do movimento dialético da ciência, entendeu-se que não apenas os motivos biológicos estavam envolvidos no desenvolvimento de um indivíduo, mas como também aspectos ambientais, ou seja, os sociais, culturais e econômicos se mostravam presentes.

Com as novas descobertas, comprovou-se que a natureza e a criação interagiam de forma complexa e fascinante. Na sociedade atual, um debate tornou-se frequente e significativo: Afinal de contas, qual fator influencia mais no desenvolvimento humano? Para quem espera um retorno, infelizmente não se tem uma resposta especialmente certa ou errada. Contudo, há diversos autores na literatura que discorrem e defendem pontos de vista diferentes, mas que com certeza enriquecem o debate relacionado aos aspectos que favorecem ou não para o desenvolvimento e aprendizagem humana.

Dado isso, a intenção da pesquisa desse artigo constituiu-se em entender a relação das redes sociais com o desenvolvimento da criança, principalmente na terceira infância. Considerando que o uso ou abuso da *internet* atingiu a sociedade,

[1] Acadêmico da graduação em psicologia do Centro Universitário Univel.
[2] Acadêmico da graduação em psicologia do Centro Universitário Univel.
[3] Acadêmico da graduação em psicologia do Centro Universitário Univel.
[4] Acadêmico da graduação em psicologia do Centro Universitário Univel.
[5] Professora e orientadora da graduação em psicologia do Centro Universitário Univel.

ISBN 978-65-5629-077-5

e segue agindo de tal modo que pode tanto beneficiar quanto prejudicar a vida no sentido psicológico e social do público-menor.

Portanto, é de extrema relevância abordar as informações positivas e negativas a respeito da interação virtual com aplicativos de pesquisa e entretenimento em relação ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças.

Afunilando mais ainda as informações da terceira infância, buscou-se entender quais os tipos de aprendizados mais relevantes para as crianças nessa idade. Sabe-se que um desenvolvimento emocional é perceptível nessa fase: a produtividade da criança se torna maior, suas relações sociais são importantes, seu aprendizado tem mais valor e há também o desenvolvimento da linguagem, visto que elas conseguem ler e escrever e possuem capacidade de entender o contexto de cada situação.

Dessa forma, é justamente nessa fase que está o foco desse trabalho, mais especificamente nas relações estabelecidas pelas crianças com os meios de comunicação, por meio da percepção familiar, e a influência tanto benéfica quanto maléfica para o desenvolvimento infantil.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica desse artigo se divide em quatro importantes tópicos, sendo eles: aspectos do desenvolvimento infantil, a influência das redes sociais no desenvolvimento infantil, pontos negativos e positivos das redes sociais e, por fim a entrevista realizada de cunho qualitativo e exploratório com duas mães de crianças de 7 e 9 anos, que contribuíram de forma enriquecedora e complementar dos estudos bibliográficos que foram adicionados neste presente estudo.

2.1 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Há um processo estruturado e analisado minuciosamente por diversos pesquisadores da área do desenvolvimento infantil que respalda as fases de aprendizado das crianças desde o nascimento até a fase adulta. De acordo com Papalia e Feldman (2013) o desenvolvimento humano é o estudo científico dos processos que se mantém constante durante toda a vida e também dos processos que mudam no decorrer de cada fase ou ciclo durante a sua existência.

Bee e Boyd (2011) apresentam em sua obra algumas teorias do desenvolvimento infantil, citando alguns dos nomes mais importantes como Jean Piaget (1896-1980), Erik Erikson (1902-1994), Sigmund Freud (1856-1939), Lev Vygotsky (1896-1934), os quais aterraram as informações sobre o desenvolvimento das crianças e abriram caminho para novos pesquisadores.

Tais teorias mostram as fases de cada criança, os processos de aprendizagem e o desenvolvimento físico, cognitivo e social, sendo cada uma com sua peculiaridade e suas nomenclaturas, mas todas voltadas em comum para os processos de desenvolvimento como um todo até a vida adulta. Todos esses desenvolvimentos são estudados e analisados de forma única e separadamente, mas quando se pensa em um ser como um todo, não há a possiblidade do desmembramento de cada desenvolvimento, visto que um influencia no processo do outro (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

ISBN 978-65-5629-077-5

Dentro desses estudos são abordados os processos cognitivos em cada período da vida, esses processos são os aprendizados e não somente aquele escolar ou de matérias específicas, mas sim um aprender mais amplo como os fatores sociais, as relações com os demais e a interpretação ou percepção que se tem de mundo. Para Piaget o processo de desenvolvimento é biológico e ativo, o ser humano é capaz de se adaptar ao seu ambiente. [...] "Freud acreditava que os estágios do desenvolvimento da personalidade eram fortemente influenciados pelo amadurecimento." (BEE; BOYD, 2011, p. 36)

Com isso, durante a primeira infância que se dá desde o nascimento até mais ou menos os 3 anos de idade, tudo é novo e cada movimento é uma descoberta, desde o engatinhar até a comunicação pelo choro se tornam aspectos cognitivos que se desenvolvem, e isso requer tempo de adaptação para que as crianças possam adquirir autoconfiança e através dos estímulos darem um salto no seu desenvolvimento para que seja possível seguir para a próxima fase.

"A medida que seu conhecimento aumenta, as crianças tornam-se mais conscientes dos tipos de informações importantes a que elas devem dar mais atenção e lembrar". (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 329)

Na segunda infância, que ocorre dos 3 aos 6 anos, já aconteceram inúmeras mudanças na vida da criança. Esta fase está voltada para seu próprio desenvolvimento, ou seja, a criança está voltada para si mesma e por ela é considerado que todo mundo tem o mesmo ponto de vista que o seu.

Diante dessa fase marcada por egocentrismo, inclui-se também a centração, que se trata de concentrar-se em um aspecto de uma situação e negligenciar todos os outros. Há também o desenvolvimento das habilidades motoras que a criança tende a desenvolver, apresentando uma coordenação mais refinada e adquirindo um melhor desempenho em atividades individuais e sem regras. (BEE; BOYD, 2011)

Os autores Papalia e Feldman (2013) complementam que o desenvolvimento físico se dá pelo crescimento do corpo e do cérebro e pela ocorrência de mudanças na parte sensorial, motora e também na saúde de cada criança, já o desenvolvimento cognitivo envolve a evolução das habilidades mentais, como aprendizagem, memória, linguagem, pensamentos, raciocínio, criatividade e o desenvolvimento psicossocial é baseado nas mudanças das emoções, personalidade e das relações sociais.

Na terceira infância se atinge um desenvolvimento emocional perceptível, tendo em vista que a produtividade se torna maior e é uma época sinalizada por mais calma em que o foco e o direcionamento está para a aprendizagem, como as atividades escolares ou outras habilidades necessárias para o contexto social da criança.

Matwijszyn (2003) apresenta em sua tese, que na dinâmica das formas de brincar a imitação está envolvida, uma vez que a criança observa ativamente os outros que a atraem e tem uma tendência de se unir a eles. Pois é por meio da imitação que a criança se iguala ao outro e se compara a ele, reconhecendo as suas diferenças e semelhanças. O que confere a imitação um papel crucial no desenvolvimento da aprendizagem sobre o mundo e no desenvolvimento da socialização, da cognição e da linguagem da criança.

ISBN 978-65-5629-077-5

Por isso, a relação das crianças com os vídeos de entretenimento é um assunto interessante que é vítima de reflexão: Considerando o que o autor expõe em relação à imitação como crucial para os aspectos cognitivos e sociais, será que os pais procuram acompanhar e entender o que a criança assiste nas redes sociais, ou será que os responsáveis sabem que possivelmente seus filhos reproduzem aquilo que se envolvem e assistem? Torna-se benéfica ou maléfica a relação e as influências das redes sociais para o desenvolvimento da criança?

2.2 INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Em um primeiro momento, nos anos de 1989, no Brasil, a internet era algo voltado para os acadêmicos e as instituições de ensino, em 1994 o uso passou a ser também comercial, já nos anos 2000 houve um aumento significante do uso da *internet* pela população de formal geral (LINS, 2013). A partir desse marco, o seu desenvolvimento e suas descobertas não frearam mais e não se espera que um dia possa acontecer, pois o avanço foi tão grande que hoje praticamente tudo se faz por meio virtual.

Trazendo à tona esse fato de realizar praticamente tudo pela *internet*, pode-se dizer que as crianças estão completamente envolvidas nessas atividades, seja para aprendizado, para conversas, por curiosidade, como também para brincadeiras. "Cada vez mais novas, já fazem uso habitual e massivo desses recursos tanto para tarefas escolares e pesquisas quanto para comunicação e, sobretudo, divertimento". (MAIDEL; VIEIRA, 2015, p. 294)

O uso demasiado dos aparelhos eletrônicos se mostra desde a primeira infância onde a criança utiliza o celular por exemplo, para assistir um vídeo infantil, ou escutar uma música para dormir. Com o passar dos anos e com o desenvolvimento de cada criança essas preferências virtuais se alteraram e a utilização dos aparelhos também, onde essa mesma criança pode se conectar com a *internet* de diversas formas: celulares, computadores, *tablets*, relógios, televisão, entre diversos outros meios.

Um estudo realizado pela *Tic Kids Online* Brasil (2021) divulgada pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (CGI.br) com dados de outubro de 2019 até março de 2020, aponta que 58% das crianças entre 9 e 17 anos utilizam a *internet*, uma estimativa de que 22.7 milhões usa através do celular, muitas dessas além do celular usam o computador e outra ainda a televisão, sendo que 68% usa para as redes sociais, 76% para pesquisa e trabalhos escolares e 83% usa para assistir vídeos, filmes ou séries.

Como é de conhecimento geral as redes sociais mais usadas e conhecidas no Brasil são o *youtube, whatsapp facebook, instagram* e o *twitter.* Algumas dessas são usadas em outros países também, mas no Brasil seu uso é diário e parte dos usuários são as crianças.

Como descrevem Terêncio e Soares (2003, p. 144) "a *internet* surge aos nossos olhos como um mundo dinâmico, que pode proporcionar ao jovem uma simulação das dificuldades, desafios e, por que não os prazeres que encontrará na sua realidade futura."

Dessa forma consegue-se perceber a influência que as mensagens oferecidas no mundo virtual podem trazer para a vida real da criança. Como

ISBN 978-65-5629-077-5

afirmam Papalia e Feldman (2013), as crianças muito vulneráveis à exposição das mídias podem receber as informações de maneira muito incongruentes e utilizá-las em seu cotidiano e na sua vida social.

O resultado parcial do uso das redes sociais na vida das crianças é a mudança na forma em que elas interagem em seu convívio, uma dessas mudanças é a maneira de vivenciar a brincadeira, essa que em outros tempos se limitava ao mundo físico, hoje adquire outras extensões, há agora a integração do cotidiano infantil com as atividades visualizadas nas mídias sociais e isso conduz as crianças na descoberta de novos mundos. (GOMES; MOREIRA, 2018)

Papalia e Feldman (2013) afirmam que a influência da mídia gera para as crianças uma percepção de o que está exposto na internet é de fato o que ocorre na vida real e por vezes isso não está correto e muitas vezes essas informações se tornam fontes primárias de perspectiva de vida e as crianças acabam confundindo e se frustrando quando percebem que os ambientes se divergem.

Quando há o uso incontrolável da *internet*, acaba que os processos de aprendizado ficam defasados trazendo para os próximos anos de desenvolvimento das crianças problemas que dificilmente estão resolvidos. Para Paiva e Costa (2015) crianças que utilizam as mídias sociais descontroladamente acabam sendo expostas a diversos fatores de riscos como por exemplo: o sedentarismo, onde há a substituição das brincadeiras que envolvem atividades físicas (correr, pular, escalar), pelo uso das redes como forma de lazer.

A *internet* é uma realidade palpável, as oportunidades são quase ilimitadas, se tornou uma ferramenta imprescindível na transformação da educação, possibilita atravessar lugares, descobrir culturas, interagir de forma instantânea, além de fornecer infinitas formas de entretenimento. (PONTE; VIEIRA, 2008). Em contrapartida quando existe um limite de uso sendo esse uso adequado para cada fase da criança, pode-se trazer benefícios para o desenvolvimento como comprovam alguns estudos, como se apresentará no capítulo seguinte.

2.3 PONTOS NEGATIVOS E POSITIVOS DAS REDES SOCIAIS

Sabe-se que muitos aspectos tem um lado positivo e outro negativo, com o uso da *internet* não é diferente, e não só pelas crianças, mas de uma forma geral, entende-se que quando se extrapola limites existem consequências que se tornam inevitáveis de se enfrentar. Porém, quando se trata do desenvolvimento das crianças os danos são mais aparentes e significativos. "Tanto positiva quanto negativamente, esse uso excessivo tem sido associado a reflexos diretos e indiretos no comportamento das crianças ou mesmo em seu desenvolvimento". (MAIDEL; VIEIRA, 2015, p. 294).

Para Martins (2019) há dois pontos opostos do uso do ambiente virtual, o positivo mostra as facilidades e possibilidades de gerar identificação com as outras pessoas, em contrapartida existe a vulnerabilidade das informações e a superficialidade dos relacionamentos adquiridos através da *internet,* além da insegurança e a falta de privacidade.

O comportamento é o reflexo do que a criança visualiza, vivencia e experimenta no decorrer da sua vida, portanto, quando esses comportamentos não são socialmente adequados e aceitos, acabam trazendo prejuízos para o processo

ISBN 978-65-5629-077-5

de evolução infantil. Como por exemplo, quando Papalia e Feldman (2013) descrevem o uso da violência através dos meios virtuais, onde os personagens atingem seus objetivos por meio da violência, e consequentemente a criança a absorve e acredita que através dela se poderá resolver os conflitos da vida real.

Em relação ao descrito, torna-se necessário constatar o poder que o encontro virtual tem sobre quem o usufrui, mais especificamente nas crianças. A época da terceira infância, é marcada por um foco na aprendizagem, principalmente nas escolas, e, portanto, a reprodução dos comportamentos inapropriados pode desvirtuar e prejudicar o processo de formação educativa, psicológica e social da criança.

Outro ponto negativo que a *internet* pode trazer é o *cyberbullying*, Sousa e Gonçalves (2021) descrevem essa prática como um ataque indevido, direto e repetido, através das redes sociais, ou de qualquer forma *online*, com o intuito de importunar, assediar, ou atacar a vítima seja de qual forma for.

A escritora Ana Beatriz Barbosa Silva (2010) em sua obra "mentes perigosas nas escolas: *bullying*" cita que o *cyberbullying* pode ocorrer em qualquer meio virtual que exista, seja por mensagens, *e-mail, blogs, twitter, facebook, youtube*, entre outros e que os agressores muitas vezes se mantem no anonimato, dificultando a interceptação dessas informações que em diversas vezes são calúnias e difamações, portanto prejudicando o desenvolvimento social das crianças.

Contudo, os autores Young e Abreu (2019) traçam que o uso excessivo, e, por conseguinte problemático das mídias digitais, pode não ser deduzido ou percebido pelos pais e incialmente pode ser julgado e interpretado como uma situação desagradável, ao invés de um problema mais amplo e que requer maior atenção. Ainda de acordo com estes autores, esse processo ocorre até o período em que a criança se acomete por questões mais graves, e que, portanto, comprometem sua jornada acadêmica, suas relações sociais e sua saúde física.

Dessa forma, é de cunho significativo o acompanhamento dos pais durante os momentos de navegação, já que a criança possui a consciência precoce e logo não perceberá que eventualmente o *cyberbullying* a estará atingindo, ou quando se depararem com a ação possa ser tardio e as resultantes psicológicas possivelmente se tornarão graves e comprometedoras ao seu desenvolvimento.

Em vista desse cenário que inclui uma mediação dos pais ou familiares na temática do uso das redes sociais, Papalia e Feldman (2013) redigem a respeito do ambiente familiar influenciar e contribuir, seja de maneira positiva ou negativa, para o desenvolvimento das habilidades das crianças. Então, percebe-se nítido: o que auxilia essas crianças está relacionado com a atmosfera familiar, sendo esta de preferência amorosa, ou, por meio da consideração importante das necessidades e demandas de seus frutos e, principalmente, a ideia de convívio saudável marcado por presença e orientação entre os membros da família sobre seus filhos.

Quem sustenta essa argumentação pessoal é Winnicott (2002) destacando sobre ser a base para um desenvolvimento emocional saudável de uma criança o amor, a segurança, a tranquilidade e a atenção que a sua mãe lhe transmitirá, sabendo que o pai também tem um papel insubstituível: ajudar a criar uma base segura para que mãe e filho possam ficar juntos. Nesse sentido, a criança irá

ISBN 978-65-5629-077-5

encontrar nos pais o devido respeito, e consequentemente, escutá-los quando for necessária uma intervenção a respeito do uso indiscriminado da *internet*.

Mas, afinal de contas, por que a imposição de limites e a utilização dos meios digitais de forma moderada? Será que, nessa era da internet existem pontos positivos acerca desse manuseio? Quais seriam as maneiras corretas de utilizá-los, de tal modo que não comprometa o desenvolvimento intelectual e contribua como uma ferramenta construtiva para as características educacionais, psicológicas e sociais das crianças?

Em relação aos pontos positivos, podemos citar em conformidade com Young e Abreu (2019) que a inserção dos recursos tecnológicos nas escolas possui uma função benéfica e que pode potencializar o desempenho dos alunos e educadores, agindo de tal modo a acelerar e simplificar as tarefas, e que, portanto, orientar e ensinar os estudantes a utilizá-los de forma adequada pode dá-los uma vantagem competitiva. Dessa forma, usufruindo de forma moderada e cautelosa, a fim de propiciar e contribuir para o aprendizado mais eficiente e não desvirtuar o andamento natural referente ao processo da terceira infância.

Quando bem utilizadas, as mídias sociais são como meios que potencializam novas formas de aprendizagem, constituindo formas libertadoras de criatividades inatas, de desejos de aprender, de imaginação e sede de saber. As crianças se desenvolvem mais rapidamente quando controlam seu meio, em vez de observá-lo passivamente, pois o conhecimento é criado ativamente a partir da experimentação, exploração e manipulação desses recursos. Considera-se que as crianças se beneficiam das mídias sociais, pois estas trazem possibilidades de comunicação, de brincar, aprender, desenvolver a autoestima, adquirir conhecimento, desenvolver novas formas de pensamento, conhecer e criar novas culturas. (NASCIMENTO; PEIXOTO, 2015)

As práticas lúdicas são características dos processos cognitivos de aprendizado das crianças, e envolvem o tocar nos objetos, sentir, imaginar, estimular e visualizar. Portanto o uso do meio eletrônico é reconhecido pelas crianças como brinquedos lúdicos. As ferramentas ofertadas pelas mídias digitais alimentam a criatividade e transcendem uma nova dimensão criativa, onde o lúdico também passa a ser virtualizado. (GOMES; MOREIRA, 2018)

Para Bee e Boyd (2011) de acordo com a perspectiva de Piaget, no estágio operatório concreto, marcado pela fase dos sete aos onze anos, a criança adquire a capacidade de raciocínio que perpassa do concreto até o abstrato. Nesse sentido, o que se percebe é que as redes sociais, por mais que apresentem uma dinâmica mais acessível, acelerada e simplificada como proposto pelos autores Young e Abreu (2019) estas podem contribuir lhes ensinando conteúdos de forma interativa e educativa, logo indicando um ponto positivo para os indivíduos desse estágio, uma vez que se utilizam as redes sociais por meio de jogos, séries, filmes e vídeos, cria-se uma oportunidade de contribuição para seu processo de novas formações de esquemas e consequentemente, aprendizado.

Vermelho *et al.* (2014) alega que surgiram possibilidades com a criação dos meios de comunicação, como o incentivo para a interação mais flexível entre os sujeitos, tirando-os de um ambiente limitado no sentido de espaço e tempo. Ainda com a concepção destes autores, verificou-se que os sujeitos nascidos depois de 1995 são considerados "nativos" na era da cybercultura.

ISBN 978-65-5629-077-5

Posto isso, vale constar que essa é uma geração recente participante de um movimento tecnológico em constante crescimento e aperfeiçoamento, e que por isso, não são apresentados aspectos pontuais acerca dos modos corretos de se aplicar os recursos das redes sociais, mas, existem autores que discorrem e refletem acerca das possibilidades de autoconhecimento, educação e novos aprendizados.

Correlacionando com o posicionamento de Young e Abreu (2019) em virtude de reconhecerem a importância em os pais estarem presentes nesse processo de adaptação aos meios tecnológicos, intervindo de modo a mediar a relação dos filhos com as redes sociais.

Em um estudo realizado por Maidel e Vieira (2015) referente aos tipos de mediação parenteral para o uso da internet pelas crianças, concluíram que a maioria dos pais assumem uma postura mais próxima dos filhos para guiar e orientar suas atividades na internet, optando por conversar e aplicar alguns momentos de restrições de uso, auxiliando assim as crianças a desenvolverem competências para o uso seguro e responsável da internet.

Dentre os pontos positivos e negativos do uso dos aparelhos eletrônicos, o que se percebe é que o limite é marcante, no sentido de que até um certo momento, se utilizados conforme Gomes e Moreira (2018) argumentaram por exemplo, é benéfico e pode tornar-se uma ferramenta enriquecedora da criatividade das crianças. Contrariamente a esta idéia, transcender os limites, conforme se percebeu com os estudos de Papalia e Feldman (2013) pode resultar em comportamentos indevidos e de desaprovação social.

Agora, logicamente, pelo fato dos menores serem personagens e protagonistas "nativos" no século da cybercultura, como apontado ao longo deste tópico, analisa-se que é preciso adequar-se de um olhar de consideração acerca do ineditismo dessa época, e entender que o dilema das redes sociais tende a influenciar cada vez mais a geração da terceira infância, portanto trata-se de saber equilibrar entre as contribuições e até que ponto pode se tornar maléfico para o desenvolvimento desse público.

2.4 ENTREVISTA

Através de um questionário elaborado para duas mães responsáveis por crianças de 7 e 9 anos, conseguiu-se perceber alguns pontos pertinentes em relação ao uso dos aparelhos eletrônicos e suas ferramentas interativas. Utilizou-se nomes fictícios a fim de manter a segurança das colaboradoras, portanto se chama Alice a mãe da criança de 7 anos e Letícia a responsável pelo jovem de 9 anos.

Nessa entrevista foram relacionadas 6 perguntas abertas, as quais tinham a intenção de absorver a perspectiva das mães em relação ao uso das redes sociais, qual o tempo de uso dos aparelhos e das redes pelas crianças, se persiste um acompanhamento dos responsáveis durante esse uso e se existe pontos positivos e negativos pertinentes a serem mencionados.

Conforme se percebeu na entrevista, diante de um questionamento realizado a respeito do monitoramento das crianças por parte das mães no uso das redes sociais, foi respondido o seguinte:

ISBN 978-65-5629-077-5

> "*Às vezes bloqueamos alguns canais ou enquanto está assistindo à televisão estamos por perto, quando é no celular, olhamos e acompanhamos para saber o que está assistindo*" (Alice)
> "*Assistimos juntos as vezes, se não, cuidamos quando estão vendo sozinhos*". (Letícia)

Para Martins (2019) a construção de uma relação saudável entre pais e filhos se dá pelo afeto, proteção, respeito e esse vínculo se estabelece na realidade física, muito além do que a *internet* possa oferecer. Complementa ainda que o fato das redes imporem para as crianças de forma indireta a valorização da beleza física, o poder de consumo, as condições sociais, satisfação pessoal, entre outros pontos, mostra que é importante a mediação dos pais nessa relação do virtual com o real, para posteriormente esses estereótipos não acarretarem em problemas psicológicos no desenvolvimento das crianças.

Cialdini (2012) elenca seis princípios como sendo grandes responsáveis pela influência e persuasão, sendo eles: afeição, reciprocidade, aprovação social, autoridade, escassez e compromisso e coerência. Mais especificamente aqui cita-se a afeição e a aprovação social, esse último está atrelado à influência do meio social sobre o indivíduo, ou seja, a influência dos comportamentos alheios no comportamento do sujeito, pois este assume determinadas ações com base na ação do outro, onde comportamentos mais frequentes ou com um grau de aprovação social maior são percebidos como mais corretos e possivelmente serão executados.

Nesse sentido, de acordo com o relato das mães e dos apontamentos feitos pelo autor as responsáveis pelos jovens agem de modo cauteloso e consciente, não permitindo que seus filhos assistam vídeos nos quais não saibam qual é o conteúdo, e, portanto, isso é saudável já que tendo um controle dessa situação a probabilidade das crianças reproduzirem comportamentos inadequados aprendidos com o meio que estão inseridas são baixas.

O princípio da aprovação social se mostra extremamente aderido pelas crianças com base nas mídias sociais, onde se têm diversos exemplos que inevitavelmente serão seguidos, especialmente na fase da terceira infância a qual é caracterizada pelo início do desenvolvimento das habilidades sociais.

Pela perspectiva geral do desenvolvimento da criança como citam Papalia e Feldman (2013) o desenvolvimento psicossocial ou as habilidades sociais das crianças se tornam mais complexas, onde o autoconceito e a autoestima são colocadas à prova.

É claro que existem limites no tocante às redes sociais, porém não há como negar tamanha influência positiva, se utilizada com cautela, dos jogos ou vídeos com conteúdo educativo e que, portanto, se tornam também altamente construtivos para o intelecto. Quando perguntado à Alice sobre sua perspectiva em referência ao acesso da internet para utilização de materiais educativos, presenciou-se a seguinte resposta: "*Tem sim, principalmente os desenhos de conhecimentos gerais, ela assiste também alguns vídeos em inglês e repete as palavras enquanto assiste.*"

Recentemente, em uma entrevista divulgada pelo professor, historiador e escritor Leandro Karnal (2021) com mais de três milhões de visualizações, juntamente do Mario Sergio Cortella e Luiz Felipe Pondé, estes discorrem a forma

ISBN 978-65-5629-077-5

de uso da *internet* como recurso educativo, através da alteração de uma ferramenta que tem tudo para prejudicar o desenvolvimento da vida como um todo, ele aponta justamente o contrário: utilizá-la com o intuito do benefício, através da mudança, transformando as redes sociais em uma sala de aula repleta de conteúdos relevantes para a vida, seja por meio do celular, *tablet* ou computador.

Compreende-se pela visão de Piaget que aos 8 anos esse desenvolvimento do mundo mental da criança se aflora ainda mais, e então a criança começa a assimilar o meio a sua volta, que é apresentado através, principalmente, da escola, livros, pelo convívio com outros indivíduos, e é claro, pelo contato com as redes sociais. (BEE; BOYD, 2011)

Assim sendo, Karnal (2021) coloca de que forma seria feito um uso adequado das mídias digitais e, portanto, utilizá-las de modo produtivo e construtivo torna-se extremamente valioso e significativo para o processo de formação de uma criança.

O contato lúdico com o ambiente tecnológico permite o desenvolvimento da cognição, afetividade, sensibilidade e da subjetividade. Há uma contribuição para o desenvolvimento da criança, suas capacidades e inteligências subjetivas proporcionadas pelas atividades na mídia social. Podemos observar que o foco das crianças que estendem seus passos na internet está no lúdico enquanto a brincadeira continua sendo seu objetivo. (GOMES; MOREIRA, 2018)

Retomando os princípios da influência e persuasão criados por Cialdini (2012) o princípio da afeição, é definido através da ideia de que o indivíduo é mais facilmente influenciado por outro, cujo qual possua alguma afeição, tal como semelhança na aparência física ou até mesmo no jeito de falar seriam fatores que auxiliam neste processo. O que pode exemplificar este estudo relacionado à repetição de um comportamento por influência, nessa situação das redes sociais, é uma alegação de Letícia, "*sim, já aconteceu de querer imitar desafios e falar palavras que não eram legais".*

Portanto, o que se percebe é que quando as redes usufruídas de modo consciente e moderado, pode sim trazer benefícios ao serem utilizadas do modo explicado por Karnal ao longo do texto, mas também os limites precisam e devem ser impostos pelos pais a fim de que a criança se depare com o mínimo possível de conteúdos inadequados, a fim de que sejam construtivos para sua jornada.

Por fim, vale destacar a visão de uma das mães, a Alice, sobre a sua experiência com o uso das mídias sociais pela sua filha: "*Precisamos muitas vezes desse recurso, mas temos que monitorar, eles absorvem tudo que ouvem e veem, então se for com moderação com conteúdos que influenciam positivamente eu deixo assistir."*

Conforme salienta Pereira (2019) acerca do poder da influência das mídias sobre as crianças, o uso delas deve ser acompanhado por um adulto que estimule o pensamento crítico frente ao que está vendo e direcione o olhar da criança para aquilo que é saudável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, analisou-se por meio dos estudos apontados neste presente artigo, que o dilema das redes sociais diante do contexto infantil é marcado por

ISBN 978-65-5629-077-5

discussões acerca das características positivas e negativas para o desenvolvimento da criança, e por isso torna-se imprescindível um olhar mais expressivo e que considere os aspectos envolvidos nesse tema.

Cabe aos pais, se municiarem de conhecimento no que se refere ao uso dos aparelhos eletrônicos, a fim de que se tire um maior proveito desses recursos, que há séculos atrás não existiam, e, portanto, que hoje se tem, usufruí-los de modo a ser construtivo é significativamente vantajoso para esta geração "nativa", como apontado por um autor ao longo do texto.

Nesse sentido, não há como negar que nem todos os pais possuem a capacidade de controlar a interação das crianças com os meios digitais, e por essa razão, compete aos responsáveis encaminhar essa demanda para um profissional de psicologia, que por meio de métodos e técnicas especificas, educará a criança no sentido de mostrá-las alguns dos limites e fazê-las respeitar seus pais em relação aos seus comandos.

Isso se faz importante pelo fato de que, conforme apontado por autores citados nesse artigo, são vários os benefícios das redes sociais para o progresso cognitivo, assim como se aplicadas excessivamente e sem controle pode resultar em deficiências para este processo crucial que molda de forma mais acentuada a personalidade da criança.

REFERÊNCIAS

BEE, H.; BOYD, D. **A Criança em Desenvolvimento.** 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CALDINI, R. B. **As armas da persuasão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019). Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

GOMES, G. S.; MOREIRA, B. D. **Infância e mídias digitais: Uma nova dimensão criativa**. III Jornada Internacional GeMiniS, São Paulo, 2018.2

KARNAL, L. Roda Viva - Mario Sergio Cortella, Leandro Karnal e Luiz Felipe Pondé, **Youtube**, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=8y3Q_PnhQYo>. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

LINS, B. F. E. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos ASLEGIS**, n. 48, Brasília, 2013.

MAIDEL, S.; VIEIRA, M. L. Mediação parental do uso da internet pelas crianças. **Psicologia em Revista,** v. 21, n. 2, p. 293-313, agosto de 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677116820150002000006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

MARTINS, R. S. **Entre curtidas no Instagram: a exposição de crianças nas redes sociais e suas possíveis consequências ao desenvolvimento infantil**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), Universidade Federal do Amazonas (UFM), Manaus, 2019.

MATWIJSZYN, M. **A imitação no desenvolvimento infantil e suas implicações para a educação segundo as concepções Antroposófica e Walloniana**. Curso de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco (UFP), Recife, 2003.

NASCIMENTO, N. A.; PEIXOTO, J. Mídias digitais e desenvolvimento infantil: para além de rótulos e explicações. Série-Estudos – **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 40, p. 119-138, jul./dez. 2015. Disponível em: < https://www.serie estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/872. Acesso em: 18 de setembro 2021.

PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. S. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça? **Revista Psicologia.pt**, p. 1-13, 2015. Disponível em: < https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2013.

PEREIRA, P. V. A. **O uso da tecnologia na educação infantil: contribuições e implicações psicopedagógicas.** Curso de Especialização em Mídias da Educação. Universidade Federal de São João Del-rei (UFJS), São Paulo, 2019.

PONTE, C.; VIEIRA, N. Crianças e Internet, riscos e oportunidades. Um desafio para a agenda de pesquisa nacional. **Revista Comunicação e Cidadania**, atas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, p. 2732-2741, Setembro, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Cristina-Ponte/publication/228863682_Criancas_e_Internet_riscos_e_oportunidades_Um_desafio_para_a_agenda_de_pesquisa_nacional/links/0deec51563f3aa5e0d000000/Criancas-e-Internet-riscos-e-oportunidades-Um-desafio-para-a-agenda-de-pesquisa-nacional.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

SILVA, A.B.B. **Mentes perigosas nas escolas: *bullying*.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

SOUSA, S. F.; GONÇALVES, B. M. F. O *Cyberbullying* nas Redes Sociais: um problema de todos? **Revista Educaonline**, n. 1, v. 15, p. 175-191, 2021. Disponível em: < https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/23028/1/1166-2475-1-SM.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

TERÊNCIO, M. G.; SOARES, D. H. P. A internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 8 n. 2, p. 139-145, Maringá, 2003. Disponível em:

ISBN 978-65-5629-077-5

<scielo.br/j/pe/a/JkNKTdXMjWgNLHNhxDMcDsR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

VERMELHO, S. C. et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Revista Educação e Sociedade,** v. 35, n. 126 p. 179-196, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

YOUNG, K. S.; ABREU, C. N. **Dependência de internet em crianças e adolescentes: fatores de risco, avaliação e tratamento.** 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ANEXO – QUESTIONÁRIO

Influência das redes sociais no desenvolvimento da criança

1. Desde que idade sua filha tem acesso às redes sociais?

2. Quanto tempo em média por dia ela utiliza a internet? É determinado?

3. Como você monitora os acessos que ela tem, ou o que ela busca nas redes? Você ou algum adulto acompanham ela?

4. Sabemos que nas redes sociais existem ferramentas educativas, como por exemplo, as que ensinam a falar inglês, a fazer jogos criativos. Você observa se para ela tem essa influência positiva? Comente.

5. Em relação a influência negativa, seja no comportamento, modo de falar, se relacionar, tem algo que você observou e precisou intervir? Como foi?

Por fim, na sua experiência como mãe, qual a sua visão sobre a influência das redes sociais para seu filho?

ISBN 978-65-5629-077-5

ATIVIDADES PRÁTICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVÊNCIADAS[6]

Bruna Cardoso Chueire[7]
Fernanda Mayara da Luz Santos[8]
Juliana da Costa Pessoa[9]
Juliane Royer da Silva[10]
Sandra Ribas[11]
Sueli Gedoz[12]

Resumo: O presente artigo trata das experiências vivenciadas por um grupo de residentes do Programa Residência Pedagógico, desenvolvido pelo curso de Pedagogia, no Centro Universitário Univel, em Cascavel/PR, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível– CAPES, no projeto relacionado à alfabetização e ao letramento. O referido programa iniciou em agosto de 2020, mas as realizações das atividades em escolas da rede municipal de ensino, de forma presencial, começaram somente no mês de novembro de 2020, e perduram até o momento. O objetivo do programa é inserir as acadêmicas participantes no contexto da sala de aula, e no caso do projeto desenvolvido pelo curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, o enfoque está voltado à alfabetização e ao letramento, através de conteúdos teóricos e vivências práticas nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A comunidade observada consiste nas escolas municipais de Cascavel/PR participantes do programa, sendo a Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha – CAIC I e a Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça. Os resultados verificados nas práticas em sala de aula revelam que através das observações realizadas entende-se que é fundamental para as residentes, pois observa-se o relacionamento professor e aluno, as práticas desenvolvidas durantes as aulas pela professora preceptora, bem como as atividades realizadas, e essas vivências proporciona um imenso valor para as residentes.

Palavras-chave: Alfabetização. Práticas de Observação. Sala de aula.

[6] Relato de experiência resultante das ações de extensão realizadas no âmbito do Programa Residência Pedagógica, desenvolvido no Centro Universitário UNIVEL, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível - CAPES.
[7] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[8] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[9] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[10]Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[11] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[12] ORIENTADORA: Professora Doutora em Letras, do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL. Orientadora do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.

ISBN 978-65-5629-077-5

1 INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica é "[...] uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso" (BRASIL, 2020, p. 1).

Com o lançamento do Edital 01/2021 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel elaborou um projeto para concorrer na seleção do Programa Residência Pedagógica. Tal projeto apresentou a temática relacionada à alfabetização e ao letramento e foi selecionado. Com a aprovação, as ações começaram a ser organizadas. Foram então selecionados 24 acadêmicos, 3 professoras de educação básica atuantes em turmas de alfabetização em escolas públicas e 1 professor coordenador institucional, todos na condição de bolsistas.

Desse modo, no curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel é desenvolvido o Programa Residência Pedagógica por meio de um projeto de extensão ligado às práticas de alfabetização e letramento. As ações tiveram início em agosto de 2020, passaram por um momento de interrupção devido à Pandemia de Covid-19, mas retornaram em outubro do mesmo ano. Na referida instituição foram iniciados, então, estudo teóricos relacionados ao tema do projeto, verificando conceitos, pressupostos teórico-metodológicos e planejamento de atividades para fortalecerem a futura ação dos residentes nas escolas.

A partir do mês de novembro/2020, os residentes puderam, finalmente, visitar as escolas participantes do programa e começar a desenvolver ações de residência. A partir de então, recebem os acadêmicos residentes as escolas municipais: Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha – CAIC I e a Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça, no município de Cascavel/PR. Nessas escolas os residentes acompanham o trabalho das professoras preceptoras selecionadas para participarem do Programa, além de realizarem ações práticas de observação, coparticipação e regência, atendendo a carga horária necessária para a participação no programa.

Considerando esse contexto, o presente relato tem como objetivo citar as experiências de um grupo de residentes, participantes do projeto Residência Pedagógicas, no contexto da alfabetização e letramento em sala de aula, através de conteúdos teóricos e práticas nas escolas.

Tal relato se dá a partir de práticas realizadas nas escolas: Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça e Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha - CAIC I, de Cascavel-PR, que integram o Programa de Residência Pedagógica, que visa unir a teoria com a prática na área de alfabetização e letramento, desta forma, busca-se abordar metodologias para dentro da sala de aula do ensino fundamental, anos iniciais.

As práticas de observação em sala de aula são fundamentais, pois relacionam a teoria com a pratica, possibilitando às acadêmicas um contato maior com a realidade escolar. Conforme Silva e Aragão (2012), o ato de observar é fundamental para analisar e compreender as relações dos sujeitos entre si e com o meio em que vivemos.

ISBN 978-65-5629-077-5

Em termos gerais, a alfabetização é o processo de aprendizagem do código de uma língua, ou seja, a construção de habilidades no aluno que o auxiliem a ler, escrever, entender e interpretar aquilo que foi lido. Apesar de esse processo pedagógico ocorrer durante todo o tempo escolar, é nos anos iniciais que ele se concentra e se solidifica. Nesse período é que se formarão as bases para que possam se desenvolver as habilidades nos anos posteriores. Os erros elementares dos alunos, cometidos ao longo das suas vidas acadêmicas remetem diretamente às falhas nos anos iniciais.

Freire (1970/1987) compreende a observação, num contexto social determinado, como o primeiro momento de um conjunto de procedimentos a serem seguidos durante a realização de uma pesquisa. No âmbito escolar, a observação tem importância fundamental na compreensão e transformação dos processos de ensino-aprendizagem em sala de aula, iniciando-se por uma série de questionamentos. Desta forma, a observação é um instrumento de análise, pois proporciona às residentes participantes, um olhar mais complexo, abrangendo problemas e possibilidades que são superadas pelo professor com uma postura crítica e ampla, pois leva a uma percepção mais profunda em relação à sala de aula e às práticas pedagógicas.

Cumpre ressaltar que as práticas de observação e participação viabilizam o desenvolvimento de um futuro professor critico-reflexivo. Portanto, tais experiências vivenciadas pelas residentes do programa, caracterizam-se como uma troca de informações e conhecimentos, pois as discussões e o acompanhamento da rotina visam ajudar na criação de uma identidade e todo este processo de estudo, discussões e experiências, visam uma perspectiva positiva de crescimento.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho ampara-se numa pesquisa qualitativa pois tem como objetivo estudar os aspectos subjetivos, buscando analisar o comportamento humano através de uma realidade dinâmica, porque entende-se que é preciso compreender comportamentos, impressões, pontos de vista e opiniões, ao invés de 'medir'. Trata-se de um artigo relato de extensão no qual constam os relatos de práticas vivenciadas por um grupo de residentes na Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça e Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha - CAIC I, além de relacionar autores em seu referencial teórico, caracterizando também uma revisão bibliográfica.

O trabalho de observação em sala de aula é considerado pelas residentes de extrema importância e está proporcionando grandes conhecimentos, pois concilia as teorias estudadas durante os encontros teóricos do projeto, com as práticas pedagógicas que são observadas durante as aulas da professora regente, bem como as atividades práticas que são desenvolvidas pelas residentes. As observações são realizadas em turmas do 1 º ano do ensino fundamental e estão servindo para uma visão da realidade das salas de aulas, das escolas, tais como rotinas, dificuldades dos alunos, metodologias e práticas dos professores, entre outros.

ISBN 978-65-5629-077-5

2.1 RELATO DE EXTENSÃO - ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DILAIR SILVÉRIO FOGAÇA

A unidade escolar Professora Dilair Silvério Fogaça se localiza no bairro Universitário da cidade de cascavel, nesta escola é realizado atendimento da Educação Infantil e Educação Fundamental – Anos Iniciais.

As atividades práticas na Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça iniciaram de forma remota devido ao momento em que o mundo passa com a pandemia do COVID – 19. As aulas iniciaram em abril de 2021, ocorriam por meio da plataforma *Google Meet* e com esse recurso a professora trabalhava com algumas atividades lúdicas, como bingo das sílabas, mestre mandou, entre outras atividades. As aulas presenciais na escola retornaram em maio de 2021 e com esse retorno e o atendimento presencial foi possível verificar como realmente está o aprendizado de cada aluno com o ensino remoto, e em qual a fase da alfabetização se encontra. Com esse retorno a professora conseguiu analisar em quais conteúdos precisava concentrar com a turma, reforçando um aprendizado que os alunos não apreenderam no ensino remoto.

As atividades de observação e coparticipação contam com o apoio de toda equipe pedagógica da escola, e tornaram-se possíveis mediante cuidados sanitários de combate a pandemia da Covid-19.

São realizados debates e estudos nos encontros entre as acadêmicas e professoras, os quais embasam e auxiliam as práticas, que por sua vez, hoje, se dão de forma presencial nas escolas participantes.

Figura 1 – Residentes em momentos de observação e participação na escola



Fonte: foto das atividades de campo do Programa Residência Pedagógica (UNIVEL, 2021)

Realizando as atividades em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental é possível observar os novos desafios da educação, diante de um tempo em que os alunos estiveram fora da escola, evidenciando ainda mais a

ISBN 978-65-5629-077-5

importância do dia a dia escolar na vida dos alunos e considerando as defasagens de conteúdos apresentados pelos discentes, tornando-se indispensável o planejamento, assim como a didática e a metodologia utilizada pela professora regente.

As ações em campo realizadas no Programa Residência Pedagógica foram intensificadas no ano de 2021, com mais uma visita para conhecer a escola, toda sua estrutura e equipe pedagógica, contando com uma breve observação das atividades que estavam sendo aplicadas pela professora regente de uma turma de alfabetização. Nas atividades de coparticipação, foi possível auxiliar os alunos na realização das atividades propostas pela professora regente.

Figuras 2 – Residentes em momentos de coparticipação na escola



Fonte: foto das atividades de campo do Programa Residência Pedagógica (UNIVEL, 2021)

As observações/regências são realizadas nas sextas feiras a cada 15 dias no período matutino, seguindo as orientações da professora preceptora que atua na escola campo. Algumas das atividades que foram realizadas na turma nos dias das atividades práticas foram: trabalhando as sílabas complexas (DRA, DRE, DRI, DRO, DRU), produção de cartaz, gêneros textuais.

Durante alguns dias das atividades práticas na escola também houve as elaborações de atividades para regência das residentes e dos Planos de Aulas destas atividades.

Com isso nota-se tamanha importância da realização das práticas em sala de aula, uma vez que agrega ainda mais conhecimento para as residentes a partir da vivência do dia a dia escolar, pois é por meio delas que se percebe as dificuldades dos alunos e a forma de superar as intercorrências que podem surgir, desenvolvendo a capacidade de enfrentar as adversidades por meio das participações, e esculpindo a didática de cada uma na realização das regências.

2.2 RELATO DE EXTENSÃO - ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DULCE ANDRADE SIQUEIRA CUNHA - CAIC I

ISBN 978-65-5629-077-5

A unidade escolar Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha que se localiza no bairro Residencial Clarito da cidade de cascavel, nesta escola é realizado atendimento da Educação Infantil e Educação Fundamental – Anos Iniciais.

A primeira prática na escola aconteceu no dia 30/10/2020, a qual houve a apresentação da escola e alguns professores e pessoas da equipe escolar para os residentes, a professora regente e preceptora demonstraram as atividades remotas realizadas pelos alunos, além da participação de entregas e retiradas de atividades remotas que, devido à pandemia de Covid-19, não havia aulas presenciais. Com as aulas remotas, as idas a escola caracterizavam-se em acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela professora, observações de atividades realizadas pelos alunos, ajudar nas confecções e organização dos materiais, além disso, foi realizado um acompanhamento de aulas remotas

Com o retorno as aulas presenciais, durante as observações, foram verificadas que muitos alunos possuíam algumas dificuldades, principalmente com a alfabetização, fato que poderia ser resultado da falta do contato com a escola, principalmente com a mediação presencial do professor Constatada essa situação pela professora regente, também preceptora do Programa Residência Pedagógica, ela procurou estratégias para amenizar as consequências do contexto da Covid-19 na aprendizagem dos alunos. Portanto foi observado que a professora regente usava de métodos e práticas para mediar os conteúdos de forma que os alunos compreendessem, além de utilizar diversos recursos que proporcionara bons resultados ao longo do processo.

Durante as aulas práticas em sala de aula, foi observado que a relação aluno e professor por ser agradável contribuem para as aulas serem calmas e participativas. A professora regente envolve os alunos nas atividades e notavelmente acontece a participação e interação nas aulas, tornando-se assim o ensino-aprendizagem mais significativo. Nas observações e práticas em salas de aulas, além de observar as aulas, conteúdos, metodologias, regência da professora preceptora, acontecem outras atividades por parte das residentes, tais como: auxiliar aos alunos com as atividades, realizar correções junto com a professora, auxiliar com atividades para colar e recortar, ajudar na preparação de materiais manipuláveis para as atividades dos alunos. Além disso, ocorre também regência e coparticipação de aulas. A professora regente utiliza de vários recursos didáticos para aprimoramento dos conteúdos, além do convencional livro didático e lousa, utiliza-se também de desenhos, imagens, textos diversos, materiais lúdicos manipuláveis que na maioria das vezes são confeccionados por ela.

Na referida escola, ainda no mês de novembro de 2021, foi realizada uma entrevista com professoras que atuam na alfabetização na unidade escolar. No momento da entrevista, duas professoras colaboraram, sanando dúvidas e questionamentos dos residentes quanto à alfabetização e ao letramento. No momento da entrevista, a professora relatou diversas práticas que se fazem importante no cotidiano de um professor. Entre os principais pontos evidenciados, apresentou o documento que fundamenta a prática em sala de aula, o Currículo para Rede Municipal de Ensino de Cascavel.

> Nesse sentido, é importante que o trato com a leitura fundamente o aluno para que este compreenda a função cognitiva e social dessa prática, analise e interprete a linguagem

ISBN 978-65-5629-077-5

> verbal e não verbal, as relações de interlocução, composição e estilo e outros conteúdos que o subsidiarão na elaboração de discursos orais e escritos. (CASCAVEL, 2020, p. 363).

Ela também apresentou a importância de se utilizar materiais lúdicos, palpáveis e visuais em sala de aula, como por exemplo, cartazes, textos, bem como a oralidade. Quanto ao que se considera essencial no processo de alfabetização e letramento, a professora frisou a importância de se realizar a leitura de gêneros textuais variados, adotando uma rotina com os alunos em sala de aula.

> Cada situação de interação comunicativa estabelece um modo de interação que se configura num gênero textual adequado àquela situação. Cada gênero possui características próprias em termos de conteúdo, estrutura e aspectos linguísticos específicos. Neste sentido, alega Bronckart 1999, (p. 73), que "qualquer espécie de texto pode atualmente ser designada em termos de gênero e que, portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero" (CASCAVEL, 2020, p. 303).

Neste período do mês de novembro de 2020, as aulas na rede municipal de Cascavel/PR permaneciam no modo remoto, e nesse momento os pais ou responsáveis pelos alunos deveriam comparecer até a unidade escolar, para retirada das atividades impressas para os alunos realizarem em casa. No momento os residentes tiveram a oportunidade de ir até a unidade escolar para acompanhar a entrega e retirada das atividades. Ainda em 2020, houve conselho de classe realizado de forma remota, e os residentes mais uma vez tiveram a oportunidade de acompanhar.

No mês de abril de 2021, as aulas seguiram de forma remota na rede municipal de Cascavel/PR, então os professores propuseram aulas através da plataforma Google Meet, para que assim os alunos pudessem ter um auxílio maior na aprendizagem. Nos momentos de acompanhamento/observação das aulas, a professora trabalhou a disciplina de matemática, com o conteúdo das quantidades, contagem. Além de acompanharem as aulas remotas online, os residentes compareceram à escola para produzir material que seria enviado juntamente com as atividades remotas aos alunos.

No fim do mês de maio de 2021, as aulas na rede municipal de Cascavel/PR, foram retornando de forma gradativa para o ensino presencial, com um número limitado de alunos por sala. A turma na qual atua a professora preceptora da Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha - CAIC I retornou no dia 02 de junho, quando os residentes puderam acompanhar este retorno.

O retorno aconteceu, seguindo todos os protocolos sanitários de segurança, com os alunos divididos em grupos que iriam frequentar semanalmente de forma alternada a escola. Na sala de aula, em relação à estrutura, os alunos ficaram organizados respeitando o distanciamento social, porém sempre muito participativos, pois estavam empolgados por estarem novamente na escola. Logo chegou o recesso escolar para os alunos no mês de julho e assim, os residentes não tiveram atividades práticas neste mês.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 3 – Residente em momentos de coparticipação na escola



Fonte: fotos das atividades de campo do Programa Residência Pedagógica (UNIVEL, 2021)

No mês de agosto/2021, com o retorno dos alunos os residentes puderam dar continuidade em acompanhar as atividades na unidade escolar. Neste mês, foi realizada uma observação com coparticipação. Foram trabalhados conteúdos de língua portuguesa e matemática, com atividades de leitura, frisando a oralidade. Na matemática, foram trabalhados sequência, contagem.

Figuras 4 – Residentes em momentos de coparticipação na escola



Fonte: fotos das atividades de campo do Programa Residência Pedagógica (UNIVEL, 2021).

O programa Residência Pedagógica juntamente com as práticas desenvolvidas em sala de aula, contribuem de forma significativa para a formação das participantes e assumem papéis essenciais, pois visa compreender e verificar a realidade dos alunos na fase da alfabetização, o trabalho do professor e seu

ISBN 978-65-5629-077-5

cotidiano dentro de sala de aula, noções e experiências, troca de saberes dentre outros fatores benefícios.

3 RESULTADOS

Mesmo que a experiência prática em sala de aula ainda seja em apenas alguns momentos do processo educativo, evidencia-se sua importância, uma vez que se torna possível comentar sobre a relação entre professora e alunos, a qual é indispensável para o avanço escolar, podendo descrever que essa relação é satisfatória, pois as aulas contam com a interação e participação de todos os alunos, servindo de exemplo para uma futura atuação em sala de aula.

Sob um ponto de vista mais sociológico, tem-se a questão da sociedade meritocracia, conceito tão anelado como distante no nosso país. Se as crianças das diferentes classes sociais não forem alfabetizadas com a mesma efetividade, qualidade e empenho, o processo de falta de oportunidades será prolongado. Transformando os programas sociais de discriminação positiva somente em paliativos, que são incapazes de atacar o problema da desigualdade social na sua base.

Observa-se que perante tais cenários a alfabetização nos anos iniciais deve deixar de ser um discurso político vazio e passar, efetivamente, ao centro do debate público, com medidas reais. Tais propostas devem ser no sentido de valorizar o professor da educação inicial (não somente com palavras de afirmação, mas com aumento remuneratório, por exemplo), criar uma rede de apoio aos alunos, principalmente para aqueles mais pobres e trazer a sociedade para esse debate.

O programa Residência Pedagógica, permite a imersão dos residentes no contexto escolar e através de ações realizadas, busca aperfeiçoar a prática dentro da sala de aula, enfatizando o processo de alfabetização, trazendo para as participantes o aprimoramento para futuras práticas de docência, pois é uma oportunidade de vivenciar a realidade escolar além de permitir uma aproximação entre professor e seu cotidiano, além de tudo, visa atrelar a teoria estudada nos encontros teóricos com as práticas de sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas nas práticas são de grande relevância para as acadêmicas residentes, pois mostra o dia a dia na sala, evidenciando a relação das teorias e dos estudos realizados nos encontros do programa coma prática que acontece em sala com uma turma de alfabetização.

As observações em sala de aula são de extrema importância, pois através das vivências são observadas situações e dificuldades em sala de aula e as soluções criadas pelos professores para a resolução, fatos que futuramente podem acontecer nas turmas dos residentes, assim já se tem uma prévia do que se pode fazer. Pode-se comentar que tal pratica é necessária, uma vez que traz a realidade vivida em sala de aula enriquece o conhecimento das residentes.

O programa de Residência Pedagógica, exerce um importante papel para a qualificação das participantes, pois o mesmo aproxima teoria da prática, através

ISBN 978-65-5629-077-5

dos conteúdos teóricos estudados no decorrer do programa, com as idas a escola campo, portanto tal aproximação, visa ser fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas, pois se há uma troca de experiências, trabalhos coletivos, atividades individuais, acompanhamento de aulas, elaboração de atividades, possibilitando para as residentes o fortalecimento da formação teórica e pratica, pois permite articular estratégias inovadoras, enquanto futuro professor alfabetizador.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Raimundo Freitas; SILVA, Nubélia Moreira da. **A Observação como PráticaPedagógica no Ensino de Geografia**. Fortaleza: Geosaberes, 2012.

BRASIL. Capes. **Edital Capes nº 01/2020**: Residência Pedagógica. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf. Acesso em: 18 set. 2021

BRÁNEZ Leonor Nora Fabián**. Observação em sala de aula de le: um processo inicial de reflexão crítica?** São Paulo. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/sandra%20ribas/Downloads/19694-Article%20Text-49773-1-10-20140610.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel**: volume II: ensino fundamental - anos iniciais. Cascavel/PR: SEMED, 2020.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

ROSSARI Marilusa. Transposições: foco na observação em sala de aula. PUCPR. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24738_13897.pdf Acesso em: 25 set.2021.

ZINKE, Idair Augusto**. A Prática de observação e a sua importância na formação do professor de geografia**. 2005. Disponívelhttps://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18655_7820.pdf Acesso em: 25 set. 2021.
.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

O PROCESSO EDUCACIONAL NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: IMPACTOS E MODIFICAÇÕES

Laura Maria Arges[1]
Marielli Zanella Dutra[2]
Matheus de Camargo Mendes[3]
Polyane Christina Ghiggi Werner [4]

Resumo: A presente pesquisa visa à problemática de identificar e ampliar os efeitos da presente catástrofe da pandemia do Coronavírus (Covid-19), na área da educação. O método utilizado foi uma pesquisa exploratória, na qual foi efetuado o levantamento quantitativo de referências bibliográficas. A pergunta que norteou o desenvolvimento do trabalho foi: "Quais foram os impactos da pandemia do Coronavírus (Covid-19) diante do processo educacional"? Perante a este fator, buscou-se trazer uma contextualização da situação ainda presente, uma comparação do ensino antes e depois do isolamento social, e por fim, as modificações que o vírus causou no processo educacional. Incontestavelmente, profundas marcas no ensino, de modo geral, foram impressas, mudanças que vão desde a simples alteração das rotinas, dos hábitos e da relação professor-aluno.
Palavras-chave: Impactos. Pandemia do Coronavírus. Isolamento Social. Processo educacional.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade central ampliar e discutir a realidade do contexto educacional, mais especificamente no Brasil, em meio a pandemia mundial, causada pelo novo Coronavírus. Para melhor compreensão e estudo de tal temática, é abordado, em sequência, o surgimento e sintomas desta calamidade, suas alterações no cotidiano da população, como o isolamento social, uso de máscaras, como também a adaptação no âmbito do trabalho e educação à realidade virtual.

Além disso, pormenoriza-se as práticas educacionais antes e durante o período pandêmico, bem como seus efeitos e consequências no âmbito escolar. Pois, é de extrema importância realizar a comparação entre ambos contextos, na medida em que os pressupostos e medidas básicas de ensino até meados de 2020, diferem-se em larga escala do atual e futuro, em virtude dos empecilhos e atrasos que a ausência das aulas presenciais acarretou na aprendizagem dos estudantes.

---

[1] Acadêmicos do quarto período do curso de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário – UNIVEL.
[2] Acadêmicos do quarto período do curso de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário – UNIVEL.
[3] Acadêmicos do quarto período do curso de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário – UNIVEL.
[4] ORIENTADOR: Professora e coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário – UNIVEL. Mestranda em educação na linha de Formação de Professores e processos de Ensino Aprendizagem pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pedagoga e Psicóloga.

ISBN 978-65-5629-077-5

Como se evidencia, o afastamento de colegas e professores, o luto diante do caos na saúde, interações exclusivamente virtuais, escassez de atividades práticas, avaliativas e experimentais, tiveram consequências e dificuldades notáveis nos estudos. Tais transformações romperam com todo material e planejamento esquematizado, e profissionais precisaram, de forma repentina, reinventarem-se e adaptarem seus recursos ao contexto que lhes foi imposto.

Para comprovar as dificuldades mencionadas, foram incluídas também, experiências de alunos que vivenciaram os impactos e modificações em seu aprendizado, bem como, os efeitos das adaptações virtuais aos estudantes de baixa renda ou aos que não têm as mesmas condições de acesso às plataformas virtuais. Portanto, denota-se que, acerca deste processo, o artigo visa à problemática de identificar e ampliar os efeitos da presente catástrofe, na área da educação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É declarado, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde que o mundo se encontra no meio de uma pandemia de Sars-Cov-2. O maior acontecimento dos últimos anos e que o será por um bom período, devido às grandes e profundas transformações que provocou, que permanece neste exato momento, e que ainda haverá de provocar. O fato que se desdobrou em uma verdadeira pandemia de COVID-19, pegando o mundo todo de surpresa, teve seus primeiros indícios com o acontecido na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei na China, onde um homem, de 41 anos, depois de ter feito uma série de exames, apresentou em seu fluído broncoalveolar um vírus que possui relação filogenética com coronavírus causadores de Sars e Mers, se tornando assim, então, segundo Gruber (2020), o primeiro caso oficial de Coronavírus no mundo.

O novo coronavírus é um agente causador de uma infecção diferente das doenças respiratórias às quais estávamos habituados. Seu grupo de maior afetação são os idosos, portadores de doenças pulmonares, cardíacas e pessoas com imunossupressão, entre outras. Por meio de gotículas eliminadas na fala, tosse ou espirros, o coronavírus têm o seu principal meio de propagação, pois, contido na saliva e nos fluidos da respiração, ele viaja pelo ar facilmente entrando no sistema respiratório do ser humano, e se reproduz no nariz do novo portador. Nos primeiros dias, enquanto se reproduz, ele fica "incubado" e então somente depois deste período é que os sintomas se manifestam. Sintomas estes que normalmente, costumam ser: coriza, febre, tosse e dor de garganta, todos estes que são parecidos com um resfriado comum. Os casos mais graves são aqueles em que o vírus chega no pulmão, por não ter recebido antes, uma resposta imune que seja eficaz. Lá ele causa falta de ar por conta de diminuir a oxigenação dos órgãos do nosso corpo (ALDERETE et al., 2020).

Tendo em vista todo esse cenário que se desenrolou com uma velocidade surpreendente - percorrendo todo o planeta em poucos meses - o mundo todo foi colocado diante de uma realidade totalmente nova, ou como se popularizou, um "novo normal": um novo jeito de estabelecer as relações humanas. Agora, a todos os homens se impôs - pela gravidade da situação - o uso de máscaras de proteção, o distanciamento social, o uso de soluções alcalinas para higiene das mãos etc.

ISBN 978-65-5629-077-5

Fatos estes, que fizeram necessária, por exemplo, a adoção da realidade virtual com a intenção de suprir a necessidade de comunicação das atividades humanas inerentes à vida de todos (PASINI et al., 2020).

Os trabalhos - aqueles que tiveram a possibilidade de se adaptar - tiveram de aderir ao modo *home office*; as aulas - naquelas escolas e Instituições de Ensino Superior que tiveram condições - tiveram de conformar-se com as famigeradas "aulas online"; os eventos das mais variadas espécies - desde premiações de empresas a congressos de medicina - fizeram das plataformas de reunião online, até então muito tímidas, o seu palco. Tudo isso, conforme afirma Pasini (et al., 2020), é parte de um grande processo de ressignificação que sequer foi imaginado algum dia.

2.1 COMPARAÇÃO DO ENSINO/EDUCAÇÃO ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

A partir do exposto - acerca do contexto em que se instala a população mundial na contemporaneidade - denota-se que a área da educação, ensino e aprendizagem foi submetida a grandes modificações e desafios, na medida em que seu método de ensino, sua didática, formato das aulas, contato com professores e colegas, trabalhos em grupo, avaliações, bem como as atividades práticas, foram completamente impossibilitadas de se prosseguir, devido ao isolamento social causado pelo novo Coronavírus. Segundo Rego (1995), a partir de uma perspectiva vygotskyana, o desenvolvimento do aluno depende necessariamente do contexto sociocultural em que está inserido, em consonância à dinamicidade de sua aprendizagem e da presença de mediadores (professores e colegas) neste processo. Desse modo, como o sistema de ensino poderia manter-se inalterado diante de uma grande calamidade social na saúde? De que forma os estudantes não seriam prejudicados, na medida em que os aspectos essenciais para a sua aprendizagem foram excluídos?

Como se evidencia, as formas psicológicas mais sofisticadas e superiores emergem da vida social, e em virtude da escassez de tal interação durante um ano de pandemia, alunos, professores e acadêmicos, vivenciaram grandes empecilhos para adquirir conhecimento, ensinar e aprender de fato (REGO, 1995). Além disso, sendo a educação dividida em básica (composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental I, II e Médio) e superior, é válido salientar que o cenário educacional anterior a este período tinha como proposta, na primeira etapa, a complementação da educação familiar, a partir de interações, brincadeiras e novas experiências, possibilitando a aprendizagem, desenvolvimento e socialização das crianças. Assim, dentro de seus principais direitos, encontram-se a convivência com os colegas, incorporando outras formas de linguagem e cultura, brincadeiras e dinâmicas, exploração em seus movimentos, emoções, objetos e demais saberes, construindo, dessa forma, sua própria identidade (BRASIL, 2018).

Já o Ensino Fundamental - dividido em anos iniciais e finais - caracterizava-se, na primeira divisória, pelo desenvolvimento de novas relações com o mundo, construção de novos sentidos e conhecimentos, valorização das diferenças em seu âmbito social, processos de percepção, oralidade, escrita, apropriação de sistemas e a alfabetização. Neste período, segundo a Base Nacional Comum Curricular (2018), a evolução e concretização do conhecimento ocorre pela consolidação das

ISBN 978-65-5629-077-5

aprendizagens anteriores e ampliação de métodos práticos para a aplicação de seus conhecimentos, áreas que não estão sendo desenvolvidas com tanta eficiência no momento pandêmico.

Ao longo dos anos finais, há o contato com novos desafios, necessidades, áreas de estudo e conhecimento, que exigem mais dos estudantes, em vista de sua complexidade. Por isso, nessa etapa, a instituição escolar deve retomar os conteúdos propostos anteriormente, a fim de prepará-los para o aperfeiçoamento e inovação em seu repertório, como também se preocupar com a autonomia desse aluno, sendo responsável pelos métodos e condições necessárias para que ele responda criticamente às informações que lhe cercam (BRASIL, 2018). Por fim, na etapa final da educação básica, o Ensino Médio, os estudantes já são protagonistas em sua aprendizagem, e sua formação escolar deve assegurar que estes sejam indivíduos críticos, autônomos, criativos, reflexivos e instalados na realidade, convictos das decisões e desafios que lhes esperam.

Para tanto, a escola tem o comprometimento de auxiliá-los na educação e construção de seus projetos e objetivos profissionais, em consonância à prática de experiências interpessoais, trabalhos em equipe, inovações nos métodos de aprendizagem, desenvolvimento da capacidade de suportar e resolver desafios, estimulação aos próprios interesses e ao protagonismo individual (BRASIL, 2018). Desse modo, estará a instituição assumindo seu papel e colaborando com o desenvolvimento completo de seu estudante:

> O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VYGOTSKY, 1984, p. 27 *apud* REGO, 1995).

Outro contexto educacional a se considerar, é o âmbito acadêmico, na medida em que sua metodologia de ensino anterior à pandemia também apresenta notáveis diferenças. Para tanto, cabe ao docente organizar e explicitar o conteúdo, com a ampliação de atividades práticas e técnicas que concretizem tal aprendizagem, promovendo a interação entre o professor e os universitários, além de garantir que estes construam os enredos necessários diante de novas informações e contradições. Portanto, para Anastasiou (2015), a universidade deve estar comprometida com o desenvolvimento do pensamento intelectual, reflexivo e objetivo, habilitando seus estudantes à sua respectiva e futura carreira profissional, em consonância ao aperfeiçoamento de seus conhecimento e capacidades, a fim de enfrentarem com aptidão as futuras adversidades desta nova realidade.

Diante das ideias supracitadas, denota-se que, diante do cenário atual, há drásticas modificações nos modelos educacionais apresentados acima, na medida que, como afirma Gomes *et al.* (2021, online): "É impensável voltar à educação pré-pandêmica, porque as circunstâncias são diferentes. São perdas sensíveis, sociais e econômicas, que não nos permitem 'rebobinar o filme'." Pois, tendo em vista a realidade do isolamento social de amigos, colegas e familiares, junto aos efeitos emocionais provocados por tantas mudanças e perdas, como a ansiedade, medo e angústia, a realidade educacional de ensino e aprendizagem foi extremamente

ISBN 978-65-5629-077-5

prejudicada, em virtude das adaptações submetidas, bem como ao estado de grande sofrimento psíquico de seus alunos (GATTI, 2020).

Como se evidencia, dentre as principais modificações na educação, em consequência ao contexto pandêmico, estão: a obrigatoriedade na mudança dos hábitos escolares e da rotina dos estudantes, de forma imediata e sem qualquer preparo; o método de ensino remoto independente das condições sociais-econômicas ou suportes tecnológicos necessários; ausência de apoio afetivo e presença de seus responsáveis na aprendizagem, em virtude de seus compromissos profissionais; suspensão de atividades práticas, experiências em laboratório e estágios universitários; despreparo dos professores na intervenção midiática, dificuldade destes na formação a distância, avaliação do desempenho e envolvimento de seus alunos (GATTI, 2020).

Em virtude da situação de emergência na saúde pública, medidas excepcionais, como a dispensa da obrigatoriedade de dias letivos, bem como a disposição de plataformas virtuais de aprendizagem para o ensino à distância, foram autorizadas e estabelecidas no início de abril de 2020 (BRASIL, 2020).

Para concluir, Gupta e Jawanda (2020, *apud* GOMES et al., 2021), apresentaram como aspectos positivos para a educação: desenvolvimento de novas habilidades pessoais, maior convivência familiar, consciência de uma doença grave e de perdas, bem como autoconfiança, cuidado e empatia. Além disso, entre as consequências negativas, estão a perda na qualidade da educação, aprofundamento na desigualdade econômica e social, ansiedade, frustração, escassez de atividade física, cyberbullying, falta de contato com colegas e amigos e uso excessivo de tecnologias.

2.3 IMPACTOS/EFEITOS/MODIFICAÇÕES COM A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

A princípio, acreditava-se que haveria somente um recesso e que as aulas voltariam. Já se passou mais de um ano e passamos por inúmeras transformações, principalmente no que diz respeito à educação, tanto no aprender como no ensinar. Segundo Mendonça *et al* (2020, p. 36) "quando fomos surpreendidos pela notícia da pandemia, inicialmente, parecia tão longe de nós que não nos atacaria".

Assim como em qualquer início de um novo ano, criaram-se inúmeras expectativas no que concerne às atividades que foram planejadas. Porém, a educação, foi uma das áreas mais afetadas diante da situação pandêmica que se irradiou pelo mundo todo. Isso porque, além do planejamento já esquematizado, bem como os materiais já elaborados, estes teriam de ser reinventados para que se pudesse aplicar um novo recurso de ensino aprendizagem, já que uma das medidas a serem tomadas devido ao vírus, era o isolamento, este no qual, foi relevante para que houvesse redução no contágio do vírus (LIMA, 2021).

Todas as modalidades de ensino foram afetadas, onde se teve "o fechamento total ou parcial de instituições de ensino por causa da pandemia que afetou 890 milhões de estudantes em 114 países" (LIMA, 2021, p. 7). Diante deste fator e da influência digital que a internet vem proporcionando nos últimos anos facilitando nosso acesso com o mundo externo, o ensino remoto veio como ferramenta para uma nova visão de ensino para que os efeitos a longo prazo da

ISBN 978-65-5629-077-5

pandemia não sejam tão impactantes caso não houvessem outras alternativas de mediar o conhecimento (LIMA, 2021).

> Apesar do uso da tecnologia para suprir a necessidade do aprendizado interrompido pela pandemia, ainda sim os alunos tiveram uma perda considerável na evolução individual do ensino no que desrespeito a educação, como solução para reduzir a perda da educação presencial fez-se o uso de plataformas online, a saber, o Zoom, Skype, Google Meet, Google Drive e WebXWebEx (LIMA, 2021, p. 08 apud Chick et al., 2020; Jowsey et al., 2020).

O ensino remoto se diferencia do ensino à distância pois este propicia ao aluno tirar dúvidas, argumentar com colegas e professores, o que não é possível no EaD[5], onde as aulas são somente gravadas. Mas diante das inovações que se instauraram, se teve também, muitos desafios no que diz respeito tanto a alunos, quanto a professores. Aos alunos, pois nem todos possuíam os eletrônicos necessários e acesso à internet, e aos professores, dificuldades em lidar com as plataformas e preparar novos materiais para se adequar ao ambiente virtual, onde estes tiveram de receber manuais e treinamento, pois muitos estavam adeptos somente as tecnologias utilizadas em sala de aula. De acordo com Lima (2021, p. 09) "alguns educadores manifestam receio em lidar com um meio não tão real", como também, ambos se sentem sobrecarregados, pois o espaço escolar passa a ser dividido com o familiar (LIMA, 2021). Diante deste fator, em muitos espaços se criaram uma "aprendizagem colaborativa", essa na qual, aciona aqueles que tinham mais facilidade com as novas ferramentas para auxiliar aqueles que tinha pouco ou domínio nenhum, possibilitando também uma integração entre os educadores (ALMEIDA; DALBEN, 2020).

Em uma entrevista realizada com 170 educadores pelas autoras Rondini; Pedro & Duarte (2020, p. 50), de instituições de ensino públicas e privadas do Brasil, fez-se um recorte da fala de dois participantes referente ao início da educação remota:

> Estou tendo muita dificuldade, pois foi um curto tempo para adaptação e o retorno dos alunos está sendo muito abaixo do esperado, mostrando assim o despreparo dos alunos também. Outro ponto é que atuo com um grupo bastante heterogêneo, tenho alunos que possuem smartphone de última geração, e outros que possuem apenas uma televisão, por isso, o planejamento das minhas aulas tem sido em cima de recursos digitais limitados, o que dificulta ainda mais que o ensino chegue de uma forma adequada para todos (Participante 27 – Escola Púbica). Num primeiro momento, a adaptação foi complicada, devido ao modo como a situação foi se desenvolvendo, no âmbito social. Depois, consegui organizar as atividades de acordo com os recursos da plataforma (Participante 2 – Escola Privada).

[5] Ensino à distância.

ISBN 978-65-5629-077-5

Diante destes relatos nos quais se assemelham tanto com dos demais participantes quanto às referências utilizadas para esta pesquisa, verificou-se de que o ensino público e principalmente os alunos de baixa renda, foram os mais afetados educacionalmente pela pandemia, principalmente pela falta de acesso à internet e também de aparelhos eletrônicos para acessar as plataformas.

> A garantia das condições de acesso a todos os estudantes foge às possibilidades reais da escola. Muitas famílias não conseguem garantir a infraestrutura necessária para possibilitar a suas crianças e seus adolescentes o acompanhamento das atividades escolares, além de casos ainda mais severos, em que as condições objetivas de subsistência também estão comprometidas (ALMEIDA; DALBEN, 2020, p. 7).

Mesmo que muitas instituições, principalmente da educação infantil, recorressem ao envio de material impresso para esses alunos, onde essas atividades teriam possibilidade de retorno à escola para correção, era necessário em muitos casos, o auxílio de um responsável ou familiar para a realização dessas atividades, mas em muitos casos, essas pessoas não demandam de tempo para essa supervisão pois precisam estar comprometidas com o mercado de trabalho para trazer sustento para dentro de suas casas. E principalmente para as crianças em processo de alfabetização, esse suporte seria primordial (GATTI, 2020).

> Se, para os professores, as adaptações não foram fáceis, sem dúvida alguma, para pais e alunos a experiência tem sido ainda mais difícil. Lidar com o acompanhamento das aulas, dar suporte aos filhos no uso da internet e de plataformas são funções que claramente extrapolam as condições usuais da maioria deles (MENDONÇA, 2020, p. 40).

Diante deste momento em que ainda está presente em nossa sociedade, pôde-se afirmar que apesar dos desafios e impactos trazidos pela pandemia, professores, alunos e familiares, de alguma forma se propuseram a aprender e a ensinar diante das dificuldades. Porém, "essa desigualdade não pode ser resolvida pela escola, a sua (re)organização certamente dá outra possibilidade ao processo", sendo possível repensar a inclusão de todos os alunos diante dos desafios com criação de novas metodologias e uma relação de confiança e interesse entre família e escola (ALMEIDA; DALBEN, 2020. p. 17).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, teve como objetivo abordar as questões educacionais, referentes ao ensino superior e a educação básica, desde o início da Pandemia de COVID-19, que, espalhada pelo mundo inteiro, provocou mudanças drásticas em todas as relações humanas. Foram abordadas as suas características mais elementares, desde seu surgimento, até as questões mais complexas, como a realidade difícil que enfrentaram aqueles que serviram de fonte para este trabalho.

ISBN 978-65-5629-077-5

Incontestavelmente, profundas marcas no ensino, de modo geral, foram impressas. Mudanças que vão desde a simples alteração das rotinas, dos hábitos, da forma de conexão e presença dos professores com alunos e estes, entre seus colegas, passando por toda a complicada adaptação ao isolamento que impôs-se a si mesmo, chegando até nas dificuldades mais triviais e que nunca antes poderiam ter sido pensadas pelas partes envolvidas, como a tão famigerada "dificuldade para prestar atenção" dos alunos, a adaptação forçada dos professores ao ambiente virtual, os pais que, de repente, se viram dentro da obrigação de ter os filhos em casa por causa do isolamento.

Tudo isso se deve ao fato de que, uma situação difícil para todas as partes, permaneceu expondo estes envolvidos, por muito tempo, e mais tempo que o esperado, como dito acima. A perspectiva que tinham nos primeiros dias, era de que brevíssimo recesso, para que a situação mundial fosse controlada, seria o suficiente para tais fins. Mas na realidade, o que se fez necessário foi muito mais do que uma simples pausa, um pequeno sopro em um arranhão. Aquilo que na realidade aconteceu, foi uma grande atadura, que buscou a recuperação de um membro que precisou de muito mais cuidados, e que gerou para o resto do organismo, sequelas muito maiores do que aquilo que se previu no início.

A cada adiamento, a cada semana que se acrescentava para a retomada, para a "volta às aulas presenciais" o problema se agravou. Se multiplicaram as crianças que não tinham atenção suficiente por parte do professor - não por má vontade ou falta de comprometimento, mas simplesmente porque o ambiente não era propício - os adolescentes que não conseguiam ficar parados na frente da tela - isso pra não dizer daqueles que nem tiveram o acesso a um desktop ou à internet - os universitários que resolveram trancar a faculdade por não conseguir aprender. Enfim, diversos cenários diante dos quais, desde hoje, já se pode traçar um panorama de verdadeiro caos, caso uma medida muito bem acertada, não seja implementada.

REFERÊNCIAS

ALDERETE, João Rafael Assis; *et al.* **Afinal, como o coronavírus age no organismo?** Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 de julho de 2020. Coronavírus. Disponível em: < https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/102-como-o-coronavirus-age-no-organismo >. Acesso em: 06 de junho de 2020.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson. (RE)ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO EM TEMPOS DE COVID-19: no limiar do (im)possível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-20, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/es.23968. Acesso em: 02 jun. 2021.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Metodologia de ensino: primeiras aproximações.... **Educar em Revista**, Curitiba, n. 13, p. 93-100, dez. 1997. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.174. Acesso em: 28 de maio de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 29-41, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003. Acesso em: 28 de maio de 2021.

GOMES, Candido Alberto *et al*. Education during and after the pandemics. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, 2021. p. 1-21, 10 maio 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362021002903296. Acesso em: 28 de maio de 2021.

GRUBER, Arthur. **Covid-19:** o que se sabe sobre a origem da doença. Jornal da USP, São Paulo, 14 de março de 2020. Disponível em: < https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/ >. Acesso em: 06 de junho de 2020.

LIMA, Sonia Pantoja Nascimento *et al*. Desafios do processo ensino aprendizagem frente à pandemia do novo coronavírus. **Research, Society And Development**, Maranhão, v. 10, n. 1, p. 1-11, 11 fev. 2021. Research, Society and Development. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11741. Acesso em: 30 maio de 2021.

MENDONÇA, Lilian Cardoso de *et al*. A educação na pandemia: sobreviveremos?. **Linha Mestra**, São Paulo, n. 41, p. 35-43, 8 set. 2020. Revista Linha Mestra. http://dx.doi.org/10.34112/1980-9026a2020n41ap35-43. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE DECLARA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. UNASUS Notícias, Brasília, 11 de março de 2020. Disponível em: < https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus >. Acesso em: 06 de junho de 2020.

PASINI, Carlos Giovani Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Ellen Coutinho. **A educação híbrida em tempos de pandemia:** algumas considerações. UFSM – Observatório socioeconômico da COVID-19, Publicado em 29 de junho de 2020. Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf >. Acesso em: 06 de junho de 2020.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia da covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 10, n. 01, p. 41-57, 13 jul. 2020. http://dx.doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Acesso em: 30 maio 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

EXPERIÊNCIAS NA ÁREA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PROPORCIONADAS PELO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA CAPES/UNIVEL

Ana Renata Lazzarotto Appi[1]
Isabela Borstel dos Santos[2]
Larissa Andressa Mello[3]
Miriã de Souza Karvat de Alencar[4]
Deisy de Almeida Palma[5]

Resumo: O texto a seguir consiste em um relato de experiências compartilhadas por acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, participantes do Programa Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Univel. O programa enfatiza as práticas de alfabetização e letramento na educação básica, pautando-se nos principais currículos educacionais utilizados na região oeste do Paraná, tal como o Currículo da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de teóricos da alfabetização e letramento como: BAKHTIN (1992), COSTA VAL (2006) e ROGÉRIO, ALMEIDA & SILVA (2017). Além das discussões teóricas contempladas tanto em aulas expositivas e dialogadas, quanto em palestras e eventos sobre o tema da alfabetização e letramento, o programa proporciona às residentes a oportunidade de trabalhar em escolas campo, aplicando os conhecimentos nas atividades práticas de regência. Portanto, este trabalho visa apresentar algumas das atividades realizadas com uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, em uma escola pública do município de Cascavel – PR, em que foi possível produzir atividades lúdicas que enriquecem o saber e envolvem os educandos por completo nas atividades. Ademais, ressaltou-se a importância da formação de professores e a qualificação dos tais para que o processo de ensino e aprendizagem seja eficiente e dinâmico.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Alfabetização. Letramento. Estágio.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL e bolsista CAPES pelo Programa Residência Pedagógica da CAPES/UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL e bolsista CAPES pelo Programa Residência Pedagógica da CAPES/UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL e bolsista CAPES pelo Programa Residência Pedagógica da CAPES/UNIVEL.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL e bolsista CAPES pelo Programa Residência Pedagógica da CAPES/UNIVEL.
[5] Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOSTE), Professora da Rede Municipal de Cascavel e Professora preceptora do Programa Residência Pedagógica da CAPES/UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Residência Pedagógica, tem por objetivo aprofundar os conhecimentos no que diz respeito a Alfabetização e Letramento, por meio do componente curricular de Língua Portuguesa, e para tanto, a grade do programa está voltada para questões linguísticas, de interpretação e ensino da Língua Portuguesa e do processo de leitura e escrita.

Durante o projeto, as discentes realizam atividades de campo junto às suas professoras preceptoras, que são aquelas que estão nas escolas e se dispõem a socializar o que já sabem com as acadêmicas que participam do programa. Além disso, são ministradas aulas teóricas na Univel, nas quais fala-se sobre os conteúdos que abrangem a extensão do projeto e a práxis educacional. Temas como interpretação, leitura, relação entre grafema e fonema estão sempre presentes nas discussões teóricas. As residentes também participam de atividades expositivas sobre os documentos norteadores do ensino, sendo discutidas as atualizações dos referidos referenciais.

As experiências em campo são diversas, desde observação, coparticipação e regência em sala de aula. Durante o ano de 2020, devido a pandemia da COVID-19, a participação efetiva em sala de aula das turmas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, foi bastante restrita, tendo em vista as medidas implantadas pela vigilância sanitária e o encaminhamento das atividades remotas pelos professores aos alunos durante a suspensão do ensino presencial. Mesmo com todos esses obstáculos, foi possível socializar conhecimento, por meio de reuniões online. Nas escolas, houveram poucas visitas, contudo, foi possível realizar uma entrevista com um professor alfabetizador, conhecer o ambiente escolar e discutir algumas questões com as professoras preceptoras, embora houvessem poucas interações presenciais com os alunos, afinal eles estavam fazendo aulas híbridas.

No ano de 2021, foi possível desenvolver uma quantidade maior de atividades presenciais dentro da escola, devido a flexibilização das normas sanitárias, mas sempre de forma muito respeitosa e cumprindo com as medidas sanitárias, tais como: distanciamento social, uso de máscara e álcool gel. Dentro deste contexto, houve atividades em campo com aproximadamente 40 horas, no primeiro momento com objetivo de observar uma turma de 2° ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, fazer a observação durante algumas semanas, e subsequente a esse momento, realizar a regência.

A experiência no Programa Residência Pedagógica é riquíssima, uma vez que os conteúdos sobre alfabetização e letramento são aprofundados e contemplados na prática da sala de aula, quando as residentes vão a campo e aplicam toda a teoria revisada em seus trabalhos de regência na escola.

Quanto a teoria sobre a alfabetização e letramento, vale ressaltar, de maneira sucinta, que a alfabetização consiste em compreender o funcionamento da língua escrita, com todos os seus códigos e símbolos, grafemas e fonemas, vocábulos e gramáticas, entre diversos outros aspectos que compõem o sistema da língua, para assim ser capaz de usa-la em inúmeras situações sociais e comunicativas. Trata-se, portanto, de conhecer as letras (grafemas) e compreender que cada uma delas possui um som (fonemas), e que na combinação de letras específicas é possível formar palavras, sendo que cada palavra possui um significado social e uma intenção comunicativa.

ISBN 978-65-5629-077-5

De acordo com Rogério, Almeida e Silva (2017, p. 50), "Ferreiro (2011) entende o processo de alfabetização como uma vivência pontual, [...] ligada à competência de codificar e decodificar a leitura e a escrita". Em outras palavras, ser alfabetizado é ser capaz de codificar (utilizar do código para formar um texto com fins interacionais/comunicativos) e decodificar (compreender o código intrinsecamente aos seus significados interacionais/comunicativos), mas também vai muito além disso, pois juntamente com o processo de alfabetização é possível desenvolver o processo de letramento, o qual possibilita aos sujeitos alfabetizados participarem da cultura escrita e integrar-se à vida social.

Diz-se fundamental aliar os processos de alfabetização aos processos de letramento, pois não basta que os educandos "decifrem" o código, mas é necessário que eles sejam capazes de compreender e interpretar os significados sociais existentes nele.

Segundo Castela (2009, p. 39),

> O letramento é um estado ou condição de quem interage de maneira competente e frequente com distintos gêneros, tipos e funções de leitura e escrita que circulam na sociedade. Constitui, portanto, práticas sociais de uso da escrita e da leitura em uma sociedade.

Logo, os processos de letramento, muitas vezes, acontecem antes mesmo dos processos de alfabetização, pois as crianças estão em constante interação com outras pessoas e com o ambiente onde se inserem, portanto, elas participam de situações sociais em que há o uso da linguagem, apropriando-se primeiramente da forma oral da mesma. Por isso, o processo de alfabetização é essencial, pois é por meio dele que a criança poderá conhecer as características e o funcionamento (na modalidade escrita) da linguagem oral que elas já conhecem e utilizam.

Sendo assim, nas atividades de regência, nós residentes realizamos uma atividade chamada "roleta silábica", a qual produzimos durante as atividades práticas nas dependências da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, no município de Cascavel – PR. O objeto consiste em uma espécie de relógio, onde estão dispostas várias sílabas, e no centro uma seta indicando as sílabas. Cada aluno girou a roleta e depois leu em voz alta para toda a turma em qual sílaba a seta parou.

Além disso, levamos uma atividade na qual os alunos marcavam cada sílaba que saía na roleta. As crianças interagiram o tempo todo, mostrando demasiado interesse e desejo de girar a roleta e falar para os amigos qual sílaba saiu. Depois deste momento, montamos com eles frases e palavras partindo das sílabas da roleta.

Em outra oportunidade de regência, sempre pautada na ludicidade para melhor apropriação do conhecimento, levamos para a sala de aula um jogo chamado "*pop it* da leitura", sabemos que o brinquedo está em alta, e faz parte da maioria dos lares das crianças e por esse motivo, optamos por essa abordagem. Para realizar a referida atividade, no primeiro momento, fizemos a leitura do livro "Gigi Balangandã", da autora Karin Sá Rêgo, e a partir do que foi narrado na história, selecionamos palavras para serem colocadas dentro dos balões. Desta forma, os alunos estouravam os balões e associavam a palavra com a história.

ISBN 978-65-5629-077-5

Após a atividade do *pop it* da leitura, disponibilizamos para as crianças uma tirinha da Turma da Mônica, para que os mesmos pudessem interpretar as imagens e a partir delas, criar uma história escrita sobre os acontecimentos. E, para finalizar a tarde, realizamos o "bingo das sílabas", a partir do qual os alunos deveriam preencher as cartelas de acordo com as silabas apresentadas pelas professoras.

Essas atividades foram planejadas levando em consideração que a alfabetização dos educandos apresenta melhor desempenho quando trabalhada de forma contextualizada, isto é, não basta apresentar o funcionamento da língua, mas é preciso fazer isso de forma contextualizada. Por esse motivo, as atividades com sílabas foram trabalhadas a partir da contação de história, em que as crianças puderam ler e formular palavras que faziam sentido a elas, uma vez que estavam ligadas à narrativa que fora lida em conjunto. Segundo Costa Val (2006, p. 19) essa prática "trata-se de alfabetizar letrando. [...] Valorizar em sala de aula os usos e as funções sociais da língua escrita".

A seguir, apresentamos um relato mais detalhado sobre as atividades de regência na Escola Professora Dilair Silvério Fogaça.

2 METODOLOGIA

No dia 06 de agosto de 2021, as residentes se reuniram juntamente com a professora preceptora na escola campo Professora Dilair Silvério Fogaça com intuito de elaborar um plano de aula a ser aplicado em uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

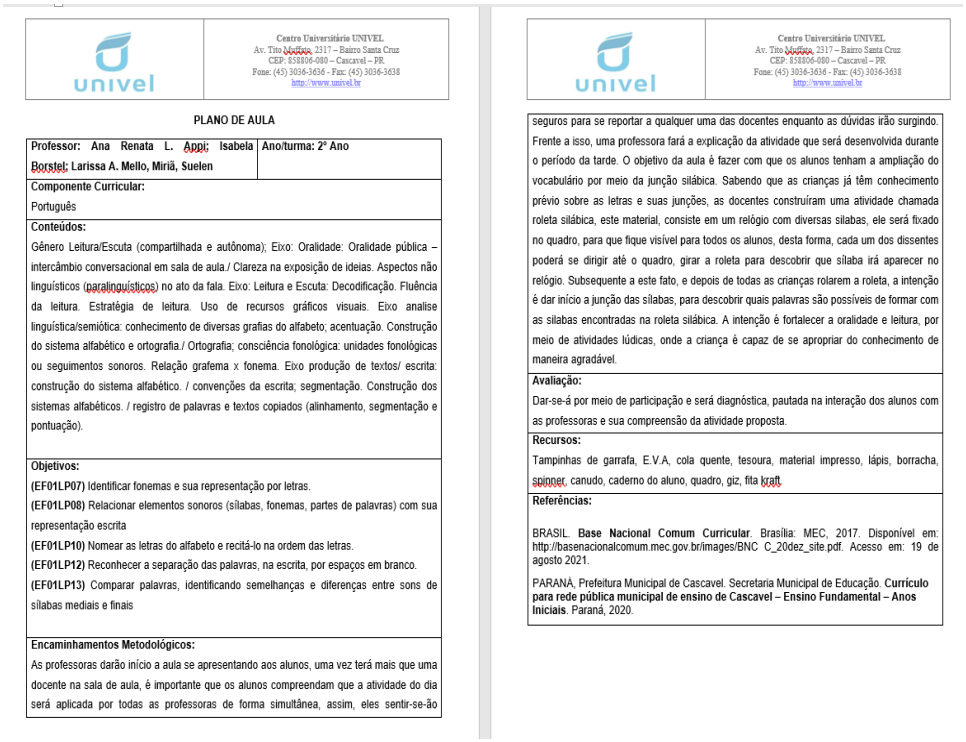
De acordo com o Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel,

> [...] o Plano de Aula [...] indica os caminhos metodológicos pontuais a serem realizados em sala de aula, permitindo ao professor dimensionar suas ferramentas na direção de ensinar os conteúdos (CASCAVEL, 2021, p. 63).

Sendo assim, elaborou-se um plano de aula de Língua Portuguesa pautado nos eixos de oralidade, leitura e escrita da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o qual tinha por objetivo trabalhar os grafemas e fonemas a partir da representação silábica, contemplar a relação entre escrita e sonorização, reconhecer a separação das sílabas e comparar palavras, identificando semelhança e diferença entre os sons e as sílabas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Imagem 01: Plano de aula realizado pelas residentes



Centro Universitário UNIVEL
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
CEP: 858806-080 – Cascavel – PR.
Fone: (45) 3036-3636 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br

PLANO DE AULA

Professor: Ana Renata L. Appi; Isabela Borstel; Larissa A. Mello, Miriã, Suelen	**Ano/turma: 2º Ano**
Componente Curricular: Português	
Conteúdos: Gênero Leitura/Escuta (compartilhada e autônoma); Eixo: Oralidade: Oralidade pública – intercâmbio conversacional em sala de aula / Clareza na exposição de ideias. Aspectos não linguísticos (paralinguísticos) no ato da fala. Eixo: Leitura e Escuta: Decodificação. Fluência da leitura. Estratégia de leitura. Uso de recursos gráficos visuais. Eixo analise linguística/semiótica: conhecimento de diversas grafias do alfabeto; acentuação. Construção do sistema alfabético e ortografia./ Ortografia; consciência fonológica: unidades fonológicas ou seguimentos sonoros. Relação grafema x fonema. Eixo produção de textos/ escrita: construção do sistema alfabético. / convenções da escrita; segmentação. Construção dos sistemas alfabéticos. / registro de palavras e textos copiados (alinhamento, segmentação e pontuação).	
Objetivos: **(EF01LP07)** Identificar fonemas e sua representação por letras. **(EF01LP08)** Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita **(EF01LP10)** Nomear as letras do alfabeto e recitá-lo na ordem das letras. **(EF01LP12)** Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco. **(EF01LP13)** Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas mediais e finais	
Encaminhamentos Metodológicos: As professoras darão início a aula se apresentando aos alunos, uma vez terá mais que uma docente na sala de aula, é importante que os alunos compreendam que a atividade do dia será aplicada por todas as professoras de forma simultânea, assim, eles sentir-se-ão	

Centro Universitário UNIVEL
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
CEP: 858806-080 – Cascavel – PR.
Fone: (45) 3036-3636 - Fax: (45) 3036-3638
http://www.univel.br

seguros para se reportar a qualquer uma das docentes enquanto as dúvidas irão surgindo. Frente a isso, uma professora fará a explicação da atividade que será desenvolvida durante o período da tarde. O objetivo da aula é fazer com que os alunos tenham a ampliação do vocabulário por meio da junção silábica. Sabendo que as crianças já têm conhecimento prévio sobre as letras e suas junções, as docentes construíram uma atividade chamada roleta silábica, este material, consiste em um relógio com diversas sílabas, ele será fixado no quadro, para que fique visível para todos os alunos, desta forma, cada um dos dissentes poderá se dirigir até o quadro, girar a roleta para descobrir que sílaba irá aparecer no relógio. Subsequente a este fato, e depois de todas as crianças rolarem a roleta, a intenção é dar início a junção das sílabas, para descobrir quais palavras são possíveis de formar com as sílabas encontradas na roleta silábica. A intenção é fortalecer a oralidade e leitura, por meio de atividades lúdicas, onde a criança é capaz de se apropriar do conhecimento de maneira agradável.

Avaliação:
Dar-se-á por meio de participação e será diagnóstica, pautada na interação dos alunos com as professoras e sua compreensão da atividade proposta.

Recursos:
Tampinhas de garrafa, E.V.A, cola quente, tesoura, material impresso, lápis, borracha, spinner, canudo, caderno do aluno, quadro, giz, fita kraft.

Referências:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 19 de agosto 2021.

PARANÁ, Prefeitura Municipal de Cascavel. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel – Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Paraná, 2020.

Fonte: Arquivo pessoal das residentes, 2021

De acordo com a BNCC (2018, p. 90),

> [...] Conhecer a "mecânica" ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc.

Além disso, elaborou-se o material necessário à atividade que seria aplicada, o qual consistia em uma roleta silábica. Para isso, utilizou-se de materiais impressos, cola-quente, tesoura, tampas de garrafas, E.V.A e um *spinner* (brinquedo giratório) que foi utilizado como roleta.

Imagem 02: Residentes de Pedagogia



Fonte: Arquivo pessoal das autoras - Elaboração da atividade, 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

No dia 20 de agosto de 2021, as residentes foram até a escola campo para aplicação da atividade elaborada para a regência na turma de 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. De início, as residentes explicaram aos alunos como iria funcionar a atividade e foi distribuída uma cartela contendo sílabas e espaços em branco a serem preenchidos de acordo com as sílabas que fossem "caindo" na roleta, sendo uma cartela para cada aluno.

A partir de então, foram chamadas cada criança, uma por vez, para rodar a roleta. Antes de rodar os alunos higienizavam as mãos com álcool gel e nos intervalos entre cada criança uma residente higienizava a roleta com álcool em gel para manutenção dos protocolos de biossegurança, em relação a prevenção da COVID-19.

Ao passo em que cada criança girava a roleta e uma nova sílaba era retirada, essa criança lia em voz alta para os colegas, de modo que os mesmos poderiam ir inserindo em suas cartelas, ao mesmo tempo uma das residentes anotava no quadro as sílabas.

Posteriormente, realizou-se uma leitura coletiva com os alunos das sílabas retiradas, pedindo para que eles fizessem o som correspondente de cada uma destas sílabas. Foi também solicitado que as crianças dissessem as palavras que começavam com cada uma das sílabas, e de forma coletiva, as palavras eram escritas no quadro. Também foi feito a separação silábica e a contagem das sílabas de cada palavra. Para exemplificar a atividade: com a sílaba "MA", poderíamos escrever a palavra "MACACO", correspondendo à separação silábica "MA-CA-CO", contendo três sílabas nessa palavra. Conforme o Currículo de Cascavel,

> É importante salientar que, durante a leitura das palavras, sílabas, letras e do texto, o professor deve enfatizar a relação grafema/fonema, ou seja, sonorizar para que essa relação seja clara e o aluno compreenda os sons que representam as letras do alfabeto (CASCAVEL, 2021, p. 370).

A atividade findou-se após ser solicitado que cada aluno escrevesse as palavras em seu caderno, fazendo a separação correta das sílabas de cada palavra.

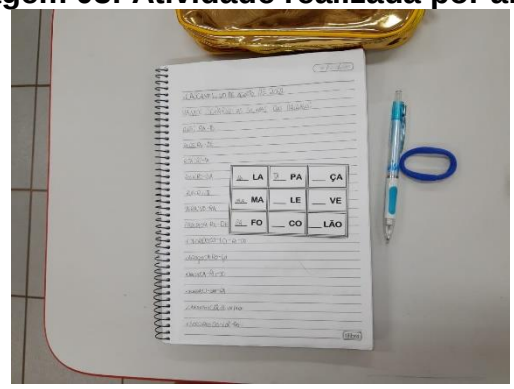
3 RESULTADOS

A partir da atividade prática realizada com os alunos pode-se perceber que, apesar do afastamento da sala de aula e das aulas presenciais, por um período de quase um ano e meio, os alunos desenvolveram-se bem, embora ainda haja alguns alunos com defasagem, isto é, dificuldade de inteirar-se das atividades envolvendo leitura, escrita, compreensão e interpretação de textos. Contudo, compreende-se que o trabalho que vem sendo realizado pela professora regente tem sido de suma importância e proporcionado um grande efeito no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem e desempenho dos educandos. Vale ressaltar que a sugestão que se tem para auxiliar no processo de alfabetização destes que se encontram em defasagem seria enfatizar a leitura em casa com materiais extras de apoio, reforço escolar, e tudo o que possa auxiliar pedagogicamente o aluno.

ISBN 978-65-5629-077-5

Em relação a atividade desenvolvida pelas residentes, nota-se que os alunos compreenderam a proposta, foram participativos e conseguiram desenvolver aquilo que lhes era pedido. Percebe-se também que alguns alunos necessitavam de maior mediação, porém, em sua grande maioria foram autônomos e conseguiram realizar a atividade com facilidade, visto que a prática já vinha sendo realizada pela professora que os acompanha diariamente.

Imagem 03: Atividade realizada por aluno



Fonte: Arquivo pessoal - Caderno de aluno, 2021

Imagem 04: Aplicação de atividade pelas residentes



Fonte: Arquivo pessoal - Prática em escola campo, 2021

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a conjuntura global da pandemia da COVID-19, que iniciou no ano de 2020 no Brasil, é válido ressaltar que o Programa Residência Pedagógica foi primordial para as acadêmicas do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, visto que as mesmas tiveram as suas atividades de estágio supervisionado nas turmas de alfabetização interrompidas, devido as medidas de proteção que suspenderam as aulas presenciais nas escolas. Em outras palavras, o programa possibilitou a essas acadêmicas, uma nova oportunidade de trabalhar com a alfabetização e letramento nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, além de aprofundar os estudos teóricos sobre o tema, e propiciar a atividade de estágio que outrora fora de maneira remota, ou seja, sem a participação efetiva em sala de aula presencialmente com os alunos.

É imprescindível que a formação de professores seja amplamente qualificada no que tange aos processos de alfabetização e letramento, uma vez que o acesso aos bens culturais, as práticas de convívio e a participação social estão

ISBN 978-65-5629-077-5

intimamente ligadas com a capacidade de compreender e utilizar adequadamente o código que se traduz na língua falada em um país.

Conforme Costa Val (2006, p. 19),

> Vivemos num tipo de sociedade que costuma ser chamada de grafocêntrica, porque, no dia-a-dia dos cidadãos, a escrita está presente em todos os espaços, a todo momento, cumprindo diferentes funções. Ter clareza quanto à diversidade de usos e funções da escrita e às incontáveis possibilidades que ela abre é importante tanto do ponto de vista conceitual e procedimental, para que o aluno seja capaz de fazer escolhas adequadas, ao participar das práticas sociais de leitura-escrita, quanto também do ponto de vista atitudinal, porque o interesse e a própria disposição positiva para o aprendizado tendem a se acentuar com a compreensão da utilidade e relevância daquilo que se aprende.

Por isso, um programa como o Residência Pedagógica, torna-se um aliado fundamental para a formação de professores alfabetizadores, considerando a amplitude dos conhecimentos socializados das mais diversas formas, sejam elas teóricas e/ou práticas. Por meio do programa, foram viabilizadas a vivência e experiência necessárias para que o ensino seja de qualidade, sempre tendo como objetivo o ensino-aprendizagem do educando.

> As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas e acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmera das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1981, p.41).

Nesse sentido, salientamos que as oportunidades concedidas pelo Programa Residência Pedagógica se tornam ímpares para nossa formação, tanto enquanto sujeitos críticos e capazes de dar qualidade de ensino, quanto na socialização do conhecimento, posteriormente, para com seus alunos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

CASCAVEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. 2. ed. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2021.

CASTELA, Greice da Silva. **A leitura e a didatização do (hiper)texto eletrônico no ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE).** Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2009. 252 páginas. Tese de Doutorado Letras Neolatinas (Estudos Linguísticos Neolatinos).

COSTA VAL, Maria da Graça. O que é ser alfabetizado e letrado? *In:* CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.). **Práticas de Leitura e Escrita.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 18-23.

ROGÉRIO, Rosa Maria de Freitas; ALMEIDA, Silvia Cristina Herculano; SILVA, Andreia Corrêa. **Letramento e Alfabetização.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

ISBN 978-65-5629-077-5

O ESTUDO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGOGICA

Francilaine Teodósio Zin[1]
Letícia Oliveira Silva Rocha Cunha[2]
Samara Folador[3]
Suelen Ferreira do Nascimento Muniz[4]
Gislaine Buraki de Andrade[5]

Resumo: O presente artigo, refere-se ao estudo dos currículos escolares realizado no Programa Residência Pedagógica da Univel, com o objetivo de apresentar os currículos escolares e as características para o processo de alfabetização e o planejamento escolar. O tema é relevante, pois busca identificar quais são os documentos necessários para organização e sistematização do planejamento escolar, levando em consideração os alunos e a turma do trabalho de regência escolar desenvolvido. Desta forma, busca-se apresentar cada documento, entre eles: a BNCC, o Currículo de Cascavel, e o Projeto Político-Pedagógico da Escola MunicipaL Prof.ª Dilair Silvério Fogaça. O artigo ampara-se em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental utilizando-se dos documentos: Cascavel (2020), PPP (2018), Brasil (1998) e Brasil (1996), com aporte teórico dos autores que descrevem a importância do currículo e planejamento escolar: Gedoz (2021), Saviani (2008), Scheibe (2007) e Libâneo (2002). Por fim, verifica-se a importância do currículo como norteador da prática escolar, possibilitando a sistematização e o cumprimento da função social da instituição escolar.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Projeto Político-Pedagógico. Residência Pedagógica.

2 INTRODUÇÃO

O estudo sobre os documentos trabalhados dentro do Programa Residência Pedagógica, abordou diversas ramificações do âmbito pedagógico curricular, destacando que cada documento possui seus objetivos específicos, que entram em consonância quando trabalhados de forma paralela. Cada currículo, tanto de caráter nacional (Base Nacional Comum Curricular) como o regional (AMOP e Cascavel), possui particularidades que podem ser distinguidas num estudo de abordagem teórica.

O programa de residência pedagógica abordou entre eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo da Rede Municipal de Ensino de Cascavel-PR Volume II e os Projetos Político-Pedagógicos de cada escola campo, no qual foram necessárias para realizar a parte prática das regências do programa.

O projeto do Programa Residência Pedagógica da Univel é destinado à estudantes do Curso de Graduação de Pedagogia, modalidades EaD e presencial,

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[3] Egressa do Curso de Pedagogia – UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL
[5] Mestre em educação, Professora do Curso de Pedagogia– Univel – Centro Universitário UNIVEL e orientadora do Programa Residência Pedagógica.

ISBN 978-65-5629-077-5

sendo voltado ao estudo teórico-prático da alfabetização e letramento na Rede Municipal de Ensino. Os residentes participaram da seleção, após aprovados e cadastrados recebem um valor financeiro, denominado como bolsa, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para que possam custear as atividades e aprofundar seus conhecimentos acadêmicos em sala de aula.

O Programa conta com as atividades teóricas realizadas online e presencialmente no Centro Universitário Univel, com vinte e quatro acadêmicas bolsistas e cinco acadêmicas voluntárias, sem bolsa. Também contou com apoio de duas escolas da Rede Municipal de Cascavel, sendo: Escola Professora Dilair Silvério Fogaça e Escola Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha - CAIC I.

Para tanto, o estudo apresentado será desenvolvido a partir do referencial e das atividades desenvolvidas, optando por apresentar as discussões curriculares e o Projeto Político-Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, por ser a escola campo que as acadêmicas e egressa desempenharam suas práticas do programa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estudo de documentos dentro do programa de residência pedagógica é uma das partes mais importantes e que possui como função dar suporte teórico as residentes para compreensão sobre o planejamento e sistematização da organização do trabalho no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Desta forma, compreender os componentes curriculares, conteúdos, avaliação e seus desdobramentos, contribuiu para que se possa analisar os encaminhamentos metodológicos que contribuem para o processo de ensino aprendizagem, sendo que o planejamento escolar tem por necessidade estar pautado no currículo escolar, sendo uma exigência conhecê-lo e estudá-lo nas atividades. Conforme afirma, Scheibe a organização curricular pode ser definida:

> A organização curricular foi definida segundo os princípios: da docência como base da formação, da flexibilização do currículo e da organização dos conteúdos por meio de diversas formas didáticas. A flexibilização curricular emergiu das propostas do movimento dos educadores como uma necessidade, diante da diversidade da realidade educacional brasileira. (SCHEIBE, 2007, p.51)

A organização curricular é essencial para uma unidade na Rede Municipal e a flexibilização curricular ocorreu devido ao momento vivenciado da Pandemia da Covid-19, pois as atividades presenciais foram suspensas e passaram a ocorrer remotamente durante o ano de dois mil e vinte, utilizando-se de atividades impressas e aulas online pelo aplicativo *google meet*.

É importante destacar que cada documento que norteia o estudo em sala de aula dos docentes e acadêmicos, foram organizados por uma equipe de professores que estudaram e alinharam os componentes curriculares e o trabalho pedagógico. Para iniciar esse estudo, temos como principal objetivo apresentar quais são os documentos e os currículos escolares que foram abordados dentro do programa, apresentando suas particularidades e dimensões.

ISBN 978-65-5629-077-5

Para que pedagogos e residentes sejam formados inteiramente são necessários determinados documentos que norteiam seu trabalho, para que esteja de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, entre eles as teorias e documentos curriculares.

Um dos documentos mais importantes e que delimitou o realinhamento dos currículos escolares é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada no ano de dois mil e dezenove. Portanto, o programa de Residência Pedagógica estando em consonância com as diretrizes, abordou a Base como aporte teórico dos estudantes para compreensão do realinhamento dos currículos escolares, conforme afirma ABMES (2019): "O § 8º do. art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica);", verificamos a importância de compreender o documento em uma perspectiva crítica e suas dimensões para o trabalho de elaboração dos currículos próprios das redes de ensino.

A partir da BNCC (2017) temos a organização dos currículos escolares de cada Rede de Ensino, sendo que no Programa Residência Pedagógica da Univel considerou para estudo e análise o Currículo do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - Volume II, publicado no ano de dois mil e vinte. A primeira edição do Currículo de Cascavel foi realizada no ano de dois mil e oito, sendo que foi necessário o realinhamento, ampliação e revisão, conforme previsto e orientada as redes de ensino, após o lançamento e divulgação da BNCC.

Ao nos referir ao documento curricular de Cascavel é necessário citar que todas as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede de Ensino utilizam como documento norteador das ações pedagógicas e do trabalho docente na rede de ensino. O volume II do referido documento direciona o trabalho nas escolas do município de Cascavel e consequentemente a Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, fato que evidencia a finalidade do Programa Residência Pedagógica proporcionar o estudo e aprofundado como abordagem teórico metodológica e prática.

> [...] este Currículo representa a materialização do estudo e do anseio dos professores, e profissionais que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, que objetivam, não apenas ter um Currículo sistematizado, mas um documento que seja de fato o centro da práxis educativa. (Cascavel, 2020, p.1)

Conforme citado, o Currículo evidência o trabalho teórico-prático para todos os professores e profissionais. Outro documento que também orienta o trabalho pedagógico nas unidades escolares, é o Projeto Político Pedagógico, o qual contempla as características e organização da unidade escolar, sendo o documento específico de cada instituição de ensino.

2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento elaborado e organizado por profissionais da educação a fim de nortear a prática pedagógica nas escolas de Educação Básica do Brasil. Neste sentido a Base Comum Curricular explica que:

> [...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os

ISBN 978-65-5629-077-5

> alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceituao Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes CurricularesNacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 09)

A Base Comum Curricular é referência para a construção e reformulação dos currículos das redes de ensino brasileiras. Conforme apresentado na introdução da Base Comum Curricular:

> Contribuiu com o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (Brasil, 2017, p. 10)

Nas ações pedagógicas a Base Comum Curricular destaca-se dez competências gerais[6] para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil,

[6] 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, com- prendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Ensino Fundamental e Ensino Médio), que se inter-relacionam "articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB" (Brasil, 2017), saberes que orientam o planejamento educativo.

Importante destacar que estas competências não são os componentes curriculares e sim como o próprio documento da BNCC destaca ainda em sua introdução, as competências são:

> A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2017, p.10)

E as Diretrizes Nacionais da Educação Básica complementa que:

> A BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013).

As competências são aprendizagens de outras aptidões articuladas às diversas áreas do conhecimento, buscando nortear o trabalho do professor. É relevante destacar a elaboração da Base Comum Curricular (BNCC), é amparado pela legislação e seus marcos legais, sendo que na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reconhece que:

> [...] a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Neste sentido a Carta Magna, no Artigo 210, ainda afirma a necessidade de:

> fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais eartísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988).

Buscou-se estabelecer uma relação entre "o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2014)

ISBN 978-65-5629-077-5

currículos são diversos." (Brasil, 2017). Também pensando nos currículos a BNCC salienta :

> Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a serem ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC. (Brasil, 2017, p. 13)

Ainda, sobre os aspectos legais que marcam a construção da BNCC, temos a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº¤ 9.394/1996, a qual define e regulamentariza o sistema de educação brasileiro com princípios presentes na Constituição (Gedoz, 2021), sendo que no Artigo 9º, inciso IV afirma que:

> Cabe à união estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Deste modo, as Diretrizes Nacionais Curriculares são normas obrigatórias para a Educação Básica Brasileira, que visam orientar os currículos das instituições deensino no Brasil (Gedoz, 2021). Neste sentido o Ministério da Educação (MEC, 2013) esclarece que:

> As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais paraa Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.(MEC/SEF, Brasília, 2013, p. 11)

Para melhor compreensão de Currículo e a BNCC, Gedoz (2021) destacou três pontos importantes, que são eles:

> 1º A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não é o currículo.2º Seu papel é ser um ensino para a elaboração e revisão dos conteúdos da educação básica. 3º A BNCC dá rumo à educação, isto é, procura se dizer aonde se quer chegar. (Gedoz, 2021)

Em seu documento a BNCC esclarece que em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), destaca a necessidade de :

> Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino

ISBN 978-65-5629-077-5

> Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

No mesmo ano (2014) com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos, dentre elas a meta 7, "com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento" (Brasil, 2018).

Após anos de estudos, em 16 de setembro de 2015, o MEC publicou a primeira versão da BNCC para consulta pública, e em 3 de maio de 2016 a 2º edição, ocorrendo no mês de agosto novos seminários para a elaboração da 3º versão. Contando com a participação de gestores,professores e especialistas para debater e compor a mais nova versão (Gedoz,2021). O documento destaca:

> Em abril de 2017, o MEC entregou a versão finalda Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE irá elaborar parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que serão encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começa o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares (BRASIL, 2018).

Gedoz(2021) comenta que finalmente em 14 de dezembro de 2018 lançou-se,até o presente momento, a mais nova e última versão do documento. Nesta nova versão, foram homologadas as partes das etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular, assim disponibilizadas para as Redes de Ensino Estaduais e Municipais realizarem as devidas mudanças nas propostas curriculares.

Como forma de análise verificamos que após toda a análise histórica da BNCC, sua nova versão enfatiza ao destaque no uso das tecnologias digitais na educação, mas esse direcionamento de certo modo exclui uma parte das comunidades escolares, visto que nem todos tem acesso a tecnologias ou instrumentos tecnológicos,algo ainda distante de ser comum e acessível a todos a nível nacional.

2.2 CURRÍCULO DE CASCAVEL

Considerando a organização da BNCC, importante entender que os municípios possuem a orientação para construção dos currículos próprios, considerando as peculiaridades das redes de ensino.

Na Rede Municipal de Ensino de Cascavel, o Currículo Municipal de Cascavel, foi elaborado para as instituições públicas municipais, com finalidade em alinhar os conteúdos e propostas pedagógicas e a primeira versão foi publicada em 2008. Destacamos que é por meio do currículo que procuramos garantir ao aluno, o conhecimento e práticas de contextos históricos, com a função informativa, educativa social e cultural, proporcionando a ele o autoconhecimento e a construção da sua identidade pessoal e cultural.

No ano de 2018, houve necessidade em atualizar a primeira versão, promovendo uma revisão e ampliação do currículo de Cascavel, a fim de identificar

ISBN 978-65-5629-077-5

alguns conteúdos da BNCC, que não estavam presentes na versão anterior e ampliar os estudos desenvolvidos na época com as novas pesquisas e autores. Os apontamentos e considerações foram realizados por professores da rede, a partir dos grupos de trabalho e estudo. Após a revisão, foram realizados formações e seminários, para todos os profissionais da educação, a fim de que os professores compreendam a teoria e prática deste documento, de seus componentes curriculares e suas fundamentações teóricas.

Em julho de 2019, foi realizado o seminário do currículo, para apresentação da versão preliminar deste documento. Para a conclusão desse importante processo, foi realizado o evento Mostra da Educação, com palestras dos professores Demerval Saviani e José Carlos Libâneo. Conforme Saviani (2016) apud Gama e Duarte (2017):

> [...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de "seleção do conhecimento" a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta.
>
> A problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a seleção do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir "prioridades" (distinguir o que é principal do que é que secundário), o que é ditado [...] pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem. (p. 39). (GAMA, DUARTE. 2017 p. 522)

Segundo estudos realizados no Programa de Residência Pedagógica da Univel, o currículo de Cascavel é um documento parametrizado, que proporciona uma base orientadora para a prática pedagógica em sala de aula, composto por orientações sobre a Educação Infantil, Ensino Fundamental- Anos Iniciais, Fundamentos da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Diretrizes da Educação em Tempo Integral, Diretrizes da Educação do Campo, além dos componentes curriculares das disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa e Matemática.

Cabe aos professores da rede pública municipal de Cascavel, ter o compromisso, em estar revisando e estudando o currículo municipal, pois é a partir dele que asseguramos a qualidade do ensino e aprendizagem dos nossos alunos.

> A educação, como forma de transmissão e de socialização da cultura, é uma prática essencialmente humana e é por ela que os homens podem adquirir conhecimentos que lhes permitem ampliar a vida e também o controle sobre o mundo natural e social. Assim, é a educação escolar que possibilita aos homens a apropriação do resultado histórico da humanidade. (CASCAVEL, 2020, p. 22)

ISBN 978-65-5629-077-5

Conforme mencionado no currículo, a função social da educação é possibilitar o desenvolvimento integral dos alunos, a partir da transmissão e socialização da cultura e dos conhecimentos científicos.

Para Libâneo, os profissionais da educação precisam ter um pleno domínio das bases teóricas científicas e tecnológicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, pois é através desse domínio que ele poderá estar revendo, analisando e aprimorando sua prática educativa. (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

De modo que a didática opera na capacidade crítica e desenvolvimentista dos docentes para que eles analisem, explicitamente, a realidade do ensino, refletindo-o "como" ensinar, para que ensinar, o que ensinar etc. (LIBÂNEO, 1990).

Destacamos que o currículo é essencial para organização do trabalho pedagógico e unidade na Rede Municipal de Ensino, possibilitando o trabalho com o método Materialismo Histórico-dialético e a Pedagogia Histórico-Crítica[7]

2.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento norteador onde estão registradas todas ações e projetos de uma escola, considerado a identidade da instituição, e sua construção deve ser coletiva, considerando os aspectos políticos e pedagógicos, para o trabalho desempenhado e relacionamento entre: diretor (a), coordenador (a), professores, alunos e familiares. Ainda, o documento deve considerar a realidade socioeconômica e cultural em que a comunidade escolar vive, pois contribuirá para um planejamento condizente com a realidade local da instituição de ensino.

Neste sentido, Picoli, Carvalho (2007, p. 4) diz que: "o projeto precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro, mas que é reflexo da realidade globalizada". A importância do PPP para escola é imensurável, pois ele engloba todo planejamento escolar, execução de todas as ações, avaliação de todo processo, questões financeiras e administrativas, espaços físicos, quantidade de alunos, colaboradores, cronograma de atividades, conselho, entre outros.

O documento deve ser estruturado com a finalidade de apresentar a escola, toda parte pedagógica, o contexto local e os planos das ações a serem desenvolvidas. Desse modo, inicia-se o documento com as seguintes informações: nome da Instituição; localização e telefone; CNPJ e dados gerais da equipe e alunos

Diante disso, o PPP segue a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujo Art. 12 estabelece as seguintes normas de ensino:

> I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
> II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

[7] "A pedagogia histórico-crítica [...] é uma teoria preocupada com as demandas educacionais, em especial com problemas que emergem na sociedade brasileira nesse mesmo período." (BOHRER, 2017).
O materialismo dialético é um conceito desenvolvido pelos sociólogos e filósofos Karl Marx e Friedrich Engels. A partir dele, é possível desenvolver análises acerca das relações estabelecidas entre grupos de indivíduos e suas conexões com os processos de mudanças sociais. (SENA, 2020)

ISBN 978-65-5629-077-5

> III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
> IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
> V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
> VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
> VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
> VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (BRASIL, 1996, p. 5)

Nesse contexto durante o Programa Residência Pedagógica teve-se como proposta reflexiva o estudo e análise do PPP da Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça, ao longo desta análise prática pode-se refletir como se dá todo o processo de construção desse documento e o quanto ele norteia o trabalho de todos no ambiente escolar, tendo em vista que este documento é construído de forma democrática e coletiva visando sempre o bem-estar de toda comunidade sem hierarquia ou ações verticalizadas.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça está de acordo com a estrutura e execução dentro das necessidades da escola, onde o objetivo geral é a transmissão/produção dos conteúdos científicos produzidos e acumulados pela comunidade, onde desta forma os docentes direcionam o trabalho pedagógico na perspectiva do professor mediador do trabalho pedagógico, para tanto usa-se o Currículo Para a Rede Municipal de Ensino de Cascavel.

Ainda, o documento salienta a importância de atuar com base em uma gestão democrática e considerando a autonomia da instituição escolar, sendo que:

> Quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar o seu Projeto Político Pedagógico coletivamente, ele propicia uma educação de qualidade, exercendo a sua autonomia pedagógica, conforme o art. 14, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96 que versa sobre a questão democrática do sistema de ensino público. (PPP, 2018, p. 3)

Em relação à alfabetização e Letramento e a concepção teórico e metodológica, o PPP da instituição é pautado no Materialismo Histórico-dialético, pois atende as propostas de educação para a emancipação do homem o considerando como um ser histórico e social com a abordagem de desenvolvimento humano na psicologia Histórico-Cultural. Contudo o trabalho pedagógico dentro da Escola Professora Dilair centra-se no processo de ensino da leitura e escrita, aplicadas nas práticas sociais e referenciadas pelas possibilidades de imersão da

ISBN 978-65-5629-077-5

criança em experiências diferenciadas de leitura e escrita e na interação com diversificados gêneros textuais.

Destaca-se, dessa maneira, sendo de forte relevância, dentro do documento o sistema de avaliação institucional, interna e externa, sendo importante discutir no Pré-conselho e no Conselho de Classe. Ainda, o documento reitera o que o Currículo da Rede Municipal dispõe sobre o sistema de avaliação, considerando-o como mecanismo utilizado para aferir o desempenho e determinar a qualidade desejada, é um instrumento que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação das mudanças necessárias, e cabe aos professores o diagnóstico e avaliação dos encaminhamentos metodológicos, possibilitando um redimencionamento da prática pedagógica. A avaliação educacional é compreendida não como um fim em si mesma, mas como um ato que deve ser contínuo, diagnóstico e formativo avaliando cada aluno como sujeito único.

> Em consonância com o Currículo, todos os que atuam diretamente ou indiretamente no espaço escolar devem avaliar sua prática ou serem avaliados (diretor, coordenador, professores, funcionários e pais) para poderem refletir sobre os obstáculos que dificultam a aprendizagem e desta forma redimensionar sua ação pedagógica. (PPP, 2018, p. 62)

Quanto ao Pré-Conselho (PPP, 2018, p. 82), "ele tem o objetivo de agilizar o conselho de classe no que diz respeito ao tratamento individualizado do aluno", é um momento específico em que o coordenador pedagógico com antecedência organiza as estratégias.

Já o Conselho de Classe:

> [...] é um órgão de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo como objetivo auxiliar o processo de ensino/aprendizagem na relação professor e aluno, bem como reorganizar a prática pedagógica. (PPP, 2018, p.84)

O conselho reúne os professores com objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Neste sentido o conselho proporciona um espaço de reflexão sobre o trabalho pedagógico que está sendo realizado (PPP, 2018)

Contudo, diante dos estudos relacionados ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Professora Dilair Silvério Fogaça, entende-se que se faz necessário que os gestores da escola juntamente com o coordenador (a) compreendam que para a construção deste documento desafiador é necessário construir condições para que se tenha uma gestão democrática e coletiva.

Salientamos que estudar e compreender o PPP é essencial aos professores e profissionais da educação, contribuindo como diagnóstico da realidade escolar e considerando que o mesmo não é algo fixo, pelo contrário, deve ser flexível e adaptável, conforme as novas demandas da escola e das legislações vigentes, sendo atualizado e disponibilizado para a comunidade escolar e local possuírem acesso e conhecimento.

ISBN 978-65-5629-077-5

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos bibliográficos e das práticas vivenciadas, conclui-se que o Programa de Residência Pedagógica, visa formar com bases teóricas e práticas dos futuros professores para desempenho com conhecimento de suas atribuições e possibilitando a qualificação na resolução de problemáticas, no que se refere ao contexto pedagógico, além de possibilitar uma imersão na Educação Básica Pública.

Neste sentido no ano de 2018, o Ministério da Educação, possibilitou a implantação de novos programas, com objetivo de contribuir com a formação das identidades profissionais dos futuros docentes. A partir dessa necessidade, foi desenvolvido o Programa Residência Pedagógica, em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o Programa de Residência Pedagógica incentiva a pesquisa e a reflexão sobre a prática profissional no dia a dia das escolas públicas de educação básica desde o princípio da trajetória dos futuros educadores.

O programa dispõe de bolsas para os estudantes, que direcionados por um professor da universidade e um professor preceptor da Educação Básica, onde ao longo das vivências práticas e teóricas executam projetos com o objetivo de aproximar os residentes e futuros professores à prática no ambiente escolar da rede pública de ensino.

Com este Programa busca-se estimular a integração da Educação Superior com a Educação Básica, estabelecendo projetos de cooperação que melhorem a qualidade do ensino nas escolas públicas, elevar a qualidade das ações pedagógicas voltadas à formação de professores. (BRASIL, 2018).

O Programa de Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, iniciou-se no ano de 2020, onde as temáticas de pesquisa são sobre as práticas para a alfabetização e implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua vinculação com o Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR, abrangendo o método e as metodologias que permeiam o processo educativo e a estruturação do compromisso pedagógico e a orientação no que se refere ao processo de alfabetização e letramento, possibilitando um trabalho sistematizado e científico na prática escolar.

Considera-se o Programa Residência Pedagógica da Univel fundamental para a possibilidade de extensão e contribuição na Rede Pública de Ensino, pois sua articulação na Escola Professora Dilair Silvério Fogaça possibilitou as residentes reconhecerem o papel do professor e a importância dos documentos normativos para o planejamento e função social da escola.

REFERÊNCIAS

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. – Brasília/DF

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de

ISBN 978-65-5629-077-5

Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias= 13448- diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: set, 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 18. setembro . 2021.

BOHRER, Marcos. A pedagogia Histórico-critica e avaliação. 2017. 13 f. Curso de Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia do Paraná, Barracão, 2017.

CASCAVEL. Currículo para a escola pública municipal de ensino de Cascavel: Ensino fundamental – anos iniciais. Secretaria Municipal de Educação. Cascavel: ASSOESTE, 2007

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. **Concepção de currículo em Demerval Savianie suas relações com a categoria marxista de liberdade**. 2017. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

GEDOZ, Sueli. I Seminário do Programa Residência Pedagógica Capes- Univel. Cascavel: Univel Centro Universitário, 2021. (182 min.), son., color.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educativas e profissão docente. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogos, para quê? São Paulo**: Cortez, 1990.

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. ***Projeto político-pedagógico*: uma construção "coletiva"?** III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia - Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá, 2008.
São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

SAVIANI D. **Pedagogia histórico-critica**: primeiras aproximações 10a ed. Campinas: Autores Associados; 2008.

SAVIANI D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15a ed. Campinas: Autores Associados; 2004.

SCHEIBE, Leda. **DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA**: trajetória longa e inconclusa. 2007. 37 f. Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Joaçaba, 2007.

ISBN 978-65-5629-077-5

SENA, Ailton. **MATERIALISMO DIALÉTICO**. 2020. Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/materialismo-dialetico. Acesso em: 28 set. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, FRENTE À PANDEMIA MUNDIAL DE COVID-19

Marilete Rita de Freitas[1]
Sueli Gedoz[2]

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre as contribuições e desafios do Programa Residência Pedagógica – Alfabetização e Letramento, frente à Pandemia mundial de Covid-19. Esse Programa é articulado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e fomenta projetos que fortalecem o campo da prática por meio da imersão do acadêmico residente numa escola de educação básica. Diante desse contexto e considerando o momento de Pandemia vivenciado no ano de 2020 e 2021, este trabalho de pesquisa se limita a uma reflexão sobre as contribuições do programa para os residentes e os desafios enfrentados neste período de Pandemia. O objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições do Programa Residência Pedagógica, desenvolvido no Centro Universitário Univel, para os residentes, e os desafios enfrentados na vigência do Programa em concomitância com a Pandemia Covid-19. O aporte teórico está pautado no Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (2020), na Portaria 175/2018 da CAPES e nas reflexões de Ferreira e Siqueira (2020), Soares (2015) e Univel (2020). Justificamos a realização deste estudo porque investiga esse programa que está em muitas universidades brasileiras e vem com intuito de mostrar os desafios no momento de Pandemia Covid-19. O encaminhamento metodológico está organizado em pesquisa qualitativa, exploratória, explicativa, bibliográfica, documental e, ainda, pesquisa de campo e estudo de caso, sendo utilizados questionários com residentes que atuam no Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel. Os resultados verificados na pesquisa revelam que com a Pandemia de Covid-19 as ações do programa ficaram mais voltadas para os estudos teóricos, o que contribuiu de forma positiva aos residentes que tiveram contato com um respaldo teórico rico e formativo e ainda que essa formação tenha acontecido de forma remota, com os poucos encontros presenciais, foi de grande valia para os residentes.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica. Contribuições. Desafios. Pandemia. Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica é articulado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e fomenta projetos que fortalecem o campo da prática de forma ativa. Tem por objetivo o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, por meio de uma imersão do acadêmico residente numa escola de educação básica. Considerando os objetivos desse Programa e o período de Pandemia da Covid-19 vivenciado nos anos de 2020 e 2021, este trabalho de pesquisa se limita a uma análise sobre as contribuições do

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia – Centro Universitário UNIVEL
[2] Orientadora. Professora Doutora em Letras, Curso de Pedagogia – Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

programa para os residentes e os desafios enfrentados neste momento de Pandemia.

A partir do tema delimitado foram formulados os seguintes questionamentos como problema de pesquisa: Como os residentes percebem que a Pandemia da Covid-19 afeta as ações do programa? Quais são as dificuldades encontradas pelos residentes do Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, na atuação prática na escola? De que maneira as expectativas estão sendo atendidas, considerando o contexto de Pandemia da Covid-19, que de certa forma impedem do residente passar mais tempo na escola? Quais expectativas os residentes tem ao final do programa quanto ao estudo de alfabetização e letramento? Quais contribuições o momento trouxe para os residentes?

O interesse pelo tema de pesquisa efetivou-se a partir do momento em que a autora/pesquisadora começou a ter suas aulas na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I e também ingressou no Programa Residência Pedagógica, no Centro Universitário Univel. Esse momento fez com que a autora analisasse melhor o contexto do Programa e sua relação com a Pandemia de Covid-19, percebendo o contato residente/ escola afetado.

Dessa maneira, a pesquisa apresentada é importante porque investiga esse Programa que está em muitas universidades brasileira e também porque tem o intuito de mostrar os desafios no momento de Pandemia Covid-19, considerando-se que um dos desafios dos residentes é aprender e conhecer as práticas na escola campo, mas que devido ao contexto, tiveram a presença na espaço escolar reduzida. A pesquisa também é importante porque os resultados revelados podem direcionar futuras ações dentro deste programa nas próximas edições que ele venha acontecer no Centro Universitário Univel.

Considerando essa importância, o objetivo principal é analisar as contribuições do Programa Residência Pedagógica, desenvolvido no Centro Universitário Univel, para os residentes e os desafios enfrentados no momento de Pandemia Covid-19. Pretende-se também apresentar o Programa Residência Pedagógica, compreender seu contexto no Centro Universitário, analisar as contribuições para os residentes no que se refere as práticas de alfabetização e letramento e verificar os desafios enfrentados perante a Pandemia Covid-19.

Quanto à metodologia utilizada nesta pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como pesquisa exploratória e explicativa. Além disso, foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sendo nesta última utilizados questionários, os quais foram distribuídos a residentes do Programa. A pesquisa também caracteriza se como um estudo de caso já que foi desenvolvida na instituição de ensino Centro Universitário Univel,

Para apresentar os resultados deste estudo, o artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, tem-se esta introdução, que explica os detalhes gerais da pesquisa; posteriormente, discorre-se sobre o histórico do Programa Residência Pedagógica; na sequência, apresenta-se como ocorreu a chegada do programa no Centro Universitário Univel e em seguida relata sobre o subprojeto Alfabetização e Letramento e por fim, os resultados são apresentados, além das considerações finais e referências.

ISBN 978-65-5629-077-5

2 O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Instituído pelo Decreto Federal nº. 6.755/2009, e sob atuação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o Programa Residência Pedagógica surge no ano de 2009 como programa de formação inicial e continuada, sendo contempladas nos artigos 10 e 11 do referido Decreto, ações com sentido de promover a articulação entre as instituições de ensino superior e as redes de ensino da educação básica.

Nesse viés conforme citado pelo Decreto nº 6.755/2009, o programa abrangia a formação no magistério e curso superior com os objetivos:

> Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.
> § 1o - Os programas de iniciação à docência deverão prever:
> I - A articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e
> II - A colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.
> § 2o Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. (BRASIL, 2009, p. 5)

E complementou, conforme o Artigo 11, informando sobre os projetos e pesquisas que deveriam ser desenvolvidos no âmbito do Programa Residência Pedagógica
:

> Art. 11. A CAPES fomentará, ainda:
> I - projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais do magistério;
> II - projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da educação do campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
> III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:
> a) graduados não licenciados;
> b) licenciados em área diversa da atuação docente; e
> c) de nível médio, na modalidade Normal;
> IV - projetos de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura;
> V - pesquisas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais do magistério;

ISBN 978-65-5629-077-5

> VI - programas de apoio a projetos educacionais e de pesquisa propostos por instituições e por profissionais do magistério das escolas públicas que contribuam para sua formação continuada e para a melhoria da escola; e
> VII - programas que promovam a articulação das ações de formação continuada com espaços de educação não-formal e com outras iniciativas educacionais e culturais. (BRASIL, 2009, p. 5-6)

Já no ano de 2012 o programa continua com o foco principal voltado para a preparação de professores residentes, com objetivo de que os docentes residentes realizassem atividades teórico-metodológicas, e nessa proposta o programa era fundamentado ao conceito de imersão e parceria na atividade prática entre diferentes instituições (SILVA; CRUZ, 2018, p. 236). Logo, "[...] o programa não se limita somente a vivência em sala de aula, mas busca constituir uma interação entre pesquisa acadêmica e teórico-prática docente". E de acordo com Silva e Cruz (2018, p.10) há vários encontros para debates e reflexões, além de oficinas e elaboração de atividades pedagógicas, onde as aplicações dessas atividades ocorrem por meio de orientação do professor supervisor. (SILVA; CRUZ, 2018, p. 236)

Em complemento a abordagem sobre o programa, Monteiro, Queiroz, Anversa e Souza (2020) ressaltam que [...]" se configura também, além de um suporte na formação inicial, como uma formação continuada para os professores preceptores, aqueles que acompanham os residentes em suas ações nas escolas." (MONTEIRO, QUEIROZ, ANVERSA; SOUZA, 2020, p.3)

Em sequência, ao analisar e reformular a construção de novas propostas, a CAPES reestrutura a formação do seu projeto, deixando-o voltado para a formação e atuação do acadêmico. Isso fica instituído pela Portaria 38/2018 do Ministério da Educação – MEC, em que o Programa Residência Pedagógica induz o processo de inserção do acadêmico residente no ambiente escolar, com intuito de aprimorar o processo de teoria/prática por meio da imersão do licenciado que já esteja na segunda metade do curso em uma escola de educação básica. (BRASIL, 2018, p. 28). Assim nesse novo viés o programa defende:

> [...] a ideia de que é com a prática que os acadêmicos de licenciatura poderão ter a oportunidade de conhecer a sua área de atuação futura, e somente colocando-se em contato com o fenômeno e vivenciando-a, é que se poderá conhecê-la (SILVA; CRUZ, 2018, p. 238).

O Programa Residência Pedagógica, nesse novo contexto visa os objetivos:

> 1. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
>
> 2. Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

ISBN 978-65-5629-077-5

> 3. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
>
> 4. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018, p. 1).

Diante do contexto de criação e ampliação dos objetivos aqui apresentados, o Programa Residência Pedagógica se difere de outros programas/projetos voltados à educação, pela questão da carga horária ampliada para imersão do acadêmico em sala de aula e também conta com a contextualização que cada residente descreve para os demais participantes. Também com a inserção do residente, as escolas, de maneira geral, ampliam a experiência em forma de estágio para o discente, fortalecendo vínculos aluno/escola.

Logo, com o Edital publicado no ano de 2018, o Programa Residência conta com modalidades que se diferem nos seguintes aspectos:

> Art. 4º São modalidades de bolsa do Programa de Residência pedagógica: I - Residente: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período; II - Coordenador institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica; III - Docente orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática; IV - Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo. (BRASIL, 2018, p.3).

Por se tratar de um programa do governo federal e também com vínculo à CAPES, visa implementar a renda do residente por meio de bolsas fornecidas conforme garantido no edital:

> I - Residente e iniciação à docência: R$400,00 (quatrocentos reais); II - Coordenador institucional: R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais); III - Docente orientador e coordenação de área: R$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); IV - Preceptor e supervisor: R$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) (BRASIL, 2018, p. 3).

Assim sendo, o Programa possui alguns requisitos que devem ser considerados: primeiramente o acadêmico deve estar devidamente matriculado no curso de licenciatura, e além disso ter cursado no mínimo 50% do curso ou estar cursando o 5º período, para isso conforme definido pela IES são necessárias pelo menos 32 horas mensais de dedicação as atividades, e se caso o estudante de licenciatura possuir vínculo empregatício, esse não deve estar na mesma escola em que desenvolverá as atividades do subprojeto, já no caso de estudantes de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena admite-se

ISBN 978-65-5629-077-5

o vínculo empregatício ou estágio remunerado na escola na qual serão desenvolvidas as atividades do subprojeto (BRASIL, 2018, p. 4)

Ainda de acordo com a CAPES (BRASIL, 2018) a duração das cotas de bolsas concedidas é de até 18 meses, e ao final desse tempo não são permitidos novos depósitos, uma vez que essa duração coincide com o final do curso superior que o discente se encontra. O pagamento das bolsas ocorre mensalmente, conforme cronograma CAPES, com depósito diretamente ao bolsista na conta corrente de sua titularidade. E caso ocorra afastamento pelo discente, ou suspensão do curso, o discente mesmo tendo concluído todo o processo da residência terá a bolsa do projeto cancelada, conforme previsto em edital.

No ano de 2020, a CAPES lançou um novo edital para que Instituições de Ensino Superior participassem da seleção numa nova edição do Programa. Assim, em complemento às ações já detalhadas nos editais anteriores e conforme Edital nº 1 CAPES (2020), o programa também conta com divisão em subprojetos:

> 3.2.8. Subprojeto: núcleo ou conjunto de núcleos organizados por áreas de residência pedagógica, classificadas como prioritárias e gerais. a) Áreas prioritárias de residência pedagógica: Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química. b) Áreas gerais de residência pedagógica: Arte, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Informática, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Sociologia, Intercultural Indígena, Educação do Campo e Pedagogia.
> 3.2.8.1. Os subprojetos de Alfabetização deverão fundamentar o planejamento de suas atividades em evidências provenientes das ciências cognitivas e observar os princípios, objetivos e diretrizes dispostos na Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, de forma a garantir a integração entre as práticas pedagógicas de alfabetização, literacia e numeracia. As atividades desses subprojetos deverão ser realizadas em turmas da educação infantil, do 1ª ao 2º ano do ensino fundamental I, ou de jovens e adultos.
> 3.2.8.2. As atividades desses subprojetos deverão ser realizadas em turmas da educação infantil; do 1ª e 2º ano do ensino fundamental I ou de jovens e adultos.
> 3.2.9. Subprojeto interdisciplinar: núcleo ou conjunto de núcleos constituídos por até três áreas de residência pedagógica que atuam de forma articulada e integradas entre si. (BRASIL, 2020, p. 2)

Com o Edital 01 de 2020, o Programa contou com "[...] 270 Instituições de Ensino Superior (IES) que finalizaram o preenchimento do projeto institucional de residência pedagógica no Sicapes, em atenção ao Edital nº 01/2020 - Residência Pedagógica" (BRASIL, 2020, p. 1). Dessas 270 instituições "Foram selecionadas 250 IES para a distribuição das cotas de bolsas previstas neste Edital" (BRASIL, 2020, p.1).

Porém, no ano de 2020 várias ações foram interrompidas devido ao contexto de Pandemia Covid-19, inclusive o referido Programa, que em decisão da CAPES/MEC teve seu início das atividades adiado, conforme Portaria nº 114/2020, em que a organização justifica, pautada em consequências mundiais que a

ISBN 978-65-5629-077-5

Pandemia estava causando e situação de emergência de saúde pública, onde o distanciamento e isolamento foram alternativas eficazes para a redução de casos.

Logo, por meio da decisão, o Programa que havia iniciado em agosto de 2020 teve suas atividades interrompidas e somente por meio da Portaria nº 114/2020, a CAPES estabeleceu retorno, mas com toda cautela e frisando o meio remoto até que se reestabelecesse a retomada das atividades letivas.

Diante disso estabeleceu-se um novo cronograma em que "[...] o novo prazo oferece duas opções para o começo dos trabalhos: de 01 a 16 de outubro e de 03 a 16 de novembro de 2020". Dessa forma, após escolha da data todos os participantes da implementação tiveram a vigência de seus projetos garantidos. (BRASIL, 2020, p.26)

A CAPES/MEC ressalta também as mudanças devido ao contexto COVID-19:

> Art. 4º São condições para o início das atividades:
> I - Cadastrar o mínimo de 24 discentes/residentes e garantir que o total de cotas implementadas para essas modalidades seja múltiplo de 24.
> II - Não estar com o calendário ou com as atividades de ensino suspensas, dentre as quais não se inclui, para efeitos desta portaria, as atividades de pesquisa, extensão, orientação de trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica.
> Art. 5º As IES que optarem por iniciar as atividades de maneira remota devido à Pandemia da Covid-19 deverão, ainda:
> I - Garantir que os licenciandos terão acesso às atividades, à orientação e ao acompanhamento tanto pelo docente da IES quanto pelo professor da escola.
> II - Garantir a participação ativa do licenciando em atividades relacionadas ao objetivo de cada programa, como a realização de planejamentos, reuniões, desenvolvimento de materiais didáticos, estudos de caso, dentre outras possibilidades, sempre primando pelo diálogo e incentivando a construção da autonomia do discente.
> §1º No caso da regência em sala de aula, a escola, o preceptor e o docente orientador deverão estar de acordo com a atividade remota, devendo-se garantir a viabilidade para a execução nessa modalidade ou, não sendo o caso, a substituição por atividades alternativas.
> §2º Caso seja necessário, as atividades de regência poderão ser postergadas para o momento da retomada das atividades presenciais.
> §3º No caso da observação em sala de aula, o licenciando poderá realizá-la remotamente, acompanhando as aulas ministradas pelo preceptor em ambiente virtual.
> §4º O licenciando deverá voltar às atividades práticas presenciais nas escolas assim que forem restabelecidas as condições sanitárias, seguindo-se a recomendação do poder público de cada Estado ou Município no qual as aulas estejam sendo desenvolvidas. (BRASIL, 2020, p. 26)

Após a interrupção e posterior retomada das atividades do Programa, as universidades contempladas adequaram-se à legislação citada anteriormente e assim puderam dar continuidade ao projeto, uma vez que o mesmo ficou parado por

ISBN 978-65-5629-077-5

quase dois meses, mas, devido à Portaria 114/2020, voltou a dar sequência às ações.

3 PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL

No ano de 2020 o Programa Residência Pedagógica chega no Centro Universitário Univel, tendo como intenção desse Centro, no desenvolvimento desse Programa, "[...] contribuir de modo significativo para a articulação e integração do Centro Universitário Univel, por meio do curso de Pedagogia, com as Escolas Municipais da Rede Pública de Cascavel/PR e o fomento de análise e implementação de novas práticas pedagógicas." (UNIVEL, 2020, p. 5)

Logo que foi lançado do Edital nº 1/2020 da CAPES, o Centro Universitário Univel elaborou um projeto para atender a esse edital contemplando um subprojeto na área de alfabetização e letramento. Este projeto indica os estudos teóricos e práticos de alfabetização e letramento, considerando os pressupostos defendidos por Magda Soares para essas práticas, sendo a alfabetização definida como o processo de "[...] tornar o indivíduo capaz de ler e escrever [...], processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, técnicas para exercer a arte e ciência da escrita" (SOARES, 2015, p.15). Também para Soares (2003, p. 23) "Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno".

A CAPES/MEC abriu as inscrições, conforme citado, em Edital 01/2020, em 06 de janeiro de 2020, e no mês de abril divulgou a listagem final da seleção das instituições, e assim o Centro Universitário Univel, pela primeira vez em sua história, foi selecionado para participar desse Programa. As atividades tiveram início no mês de julho/2020 com as entrevistas e seleção dos discentes e docentes interessados em ingressar no programa.

Logo após finalizarem os trâmites necessários à seleção de acadêmicos residentes e professores preceptores, o primeiro encontro destinou-se para a apresentação dos coordenadores, residentes, professores preceptores e um detalhamento do que iria ocorrer nos módulos do projeto Alfabetização e Letramento, integrante do Programa Residência Pedagógica, conforme previsto em cronograma do Centro Universitário.

Assim, conforme projeto elaborado, as ações previstas contemplam 3 módulos a serem executadas até março de 2022, sendo que o "Projeto de Residência Pedagógica, na área de Alfabetização, possui a carga horária de 414 horas de atividades, organizadas em 3 módulos de seis meses, com carga horária de 138 horas em cada módulo" (UNIVEL, 2020, p. 1), e cada módulo consiste em abordar uma área específica para ressaltar o objetivo de preparação do discente perante sua inserção na escola (UNIVEL, 2020).

Diante disso o primeiro módulo trata primeiramente da apresentação do projeto e estudos teóricos sobre a alfabetização e o letramento aos residentes, através de palestras e encontros remotos/ presenciais. Logo foram delimitadas as atividades/estudos sendo:

ISBN 978-65-5629-077-5

> I Módulo: Política Nacional de Alfabetização e os Propostas de Alfabetização: [...] estudos e análises dos conteúdos relacionados à alfabetização, presentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, analisando as práticas de linguagem voltadas à alfabetização e focalizando os objetos do conhecimento e habilidades que devem ser trabalhadas nessa etapa do ensino. Aprofundamento sobre as disposições apresentadas na Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (UNIVEL, 2020, p.1).

Conforme estabelecido em projeto institucional, nesse primeiro módulo explana-se a análise de estudos de conteúdos sobre a alfabetização e também dedica-se à observação de turmas em processo de alfabetização nas escolas-campo totalizando 30 horas. Esse módulo também consiste numa apresentação de encerramento de todas as atividades nele efetuadas direcionando 10h para um seminário.

Já o segundo módulo foi disposto no projeto institucional com a previsão de estudo:

> II Módulo: Articulação do Projeto Político Pedagógico, Currículo da Rede Pública Municipal de Cascavel/PR e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC [...] estudos e análises dos conteúdos da BNCC voltados à alfabetização e do Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR, verificando as articulações necessárias à articulação desses referenciais às disposições apresentadas na Política Nacional de Alfabetização e as alterações necessárias no documento Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino fundamental que acolhe a Residência Pedagógica (UNIVEL, 2020, p.2)

Dentro desse, módulo conforme previsto em projeto, há também aprofundamento no quesito de ampliação para produção de recursos, que engloba contação de histórias, elaboração de planos de aula e aplicação de atividades inerentes ao Programa Residência Pedagógica Univel (RP), assim de maneira a contemplar os residentes com articulação teoria/prática. E finalizando o módulo com apresentação de seminário que "[...] articule entre propostas curriculares e práticas pedagógicas de alfabetização." (UNIVEL, 2020, p. 2).

Por fim tem-se o terceiro módulo que engloba as ações de:

> Avaliação da Aprendizagem e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC: [...] estudos e análises dos conteúdos da BNCC voltados à alfabetização e à avaliação nesse processo; Produção de artigo científico sobre a organização da avaliação do processo de alfabetização, apresentando reflexões sobre os dados apresentados pelo (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb , na realização da Prova Brasil e nos dados da avaliação municipal, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Cascavel/PR, dialogando sobre as evidências no processo avaliativo. Estudo sobre os descritores que fundamentam a elaboração de avaliações externas e a articulação desses descritores com as habilidades e os objetos do conhecimento apontados na BNCC (UNIVEL, 2020, p.2)

ISBN 978-65-5629-077-5

As intenções com este módulo permeiam também observação de campo, planejamento e criação de recursos pedagógicos, além de 50 horas de prática na instituição com turmas de alfabetização e letramento em turmas do Ensino Fundamental e concluindo o módulo com seminário sobre "avaliação em larga escala e alfabetização" (UNIVEL, 2020, p. 2)

Porém, diante do contexto de Pandemia Covid-19 vivenciado nos anos de 2020 e 2021, as atividades do referido Programa, especialmente no Módulo I, voltaram-se mais para a ampliação e desenvolvimento teórico uma vez que as ações práticas previstas foram afetadas pela Pandemia, pois houve uma redução da participação presencial, principalmente na parte prática nas escolas, sendo essa a principal lacuna nas ações do projeto.

4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O ponto principal do Programa Residência Pedagógica no Centro Universitário Univel é o trabalho com a alfabetização e o letramento nos anos do Ensino Fundamental. Teoricamente, o Programa se pauta no processo da alfabetizar letrando. Nesse processo, a leitura e a escrita são fundamentais, tanto para a aquisição de saber quanto para a inserção de maneira geral na sociedade. De acordo com Soares (2013),

> O termo alfabetização designa tanto o processo de aquisição da língua escrita quanto o de seu desenvolvimento [...] a alfabetização não ultrapassa o significado de "levar à aquisição do alfabeto", ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever, pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na característica de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 2013, p. 15).

Acerca disso, a alfabetização e o letramento são termos que apresentam diferenciações, mas que, ao mesmo tempo, se complementam. Para Tfouni (1995) "Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade" (TFOUNI, 1995, p. 20). Logo Soares (1998) complementa essa percepção:

> Retomemos a grande diferença entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado [...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.(SOARES 1998, p. 39,40)

Portanto, entende-se a alfabetização e o letramento como processos que devem ser articulados e que para um trabalho pedagógico acontecer na escola há a

ISBN 978-65-5629-077-5

necessidade de "[...] alfabetizar letrando, onde a escola educa para as diversas práticas interacionais da vida social" (OLIVEIRA, 2017, p. 6). Logo

> [...] alfabetizar letrando é, pois, ensinar o aluno a ler e a produzir textos em situações reais de comunicação, substituindo as práticas tradicionais dos livros didáticos por práticas que façam sentido para a vida e para o cotidiano do aluno. Dessa forma, ele será capaz de exercer sua cidadania e tornar-se um sujeito mais crítico e participativo dentro da sociedade. (OLIVEIRA, 2017, p.6)

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p.89) reflete sobre esse contexto, detalhando a alfabetização como processo que consiste em conhecer o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura, e aliada ao letramento, são processos que tornam o sujeito alfabetizado ou seja que consiga "codificar e decodificar" sons da língua. E que ao entender que existem vários formatos do alfabeto (letras impressas, cursivas, maiúsculas e minúsculas) estabelece relações grafofônicas com a materialização da língua. (BRASIL, 2018, p. 89-90)

Também faz parte das teorias que fundamentam o Programa Residência, o Currículo do Município de Cascavel, que considera a linguagem como forma de interação:

> Dentro dessa abordagem, tem-se como centro organizador da linguagem a interação verbal, responsável por situar o sujeito como um ser social e historicamente constituído na relação que estabelece com o(s) outro(s). Essa interação entre os sujeitos favorece o desenvolvimento da linguagem. (CASCAVEL, 2020, p. 348)

E ainda conforme Geraldi detalha, nesse viés a interação é:

> [...] mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana. Por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistam à fala. (GERALDI, 2011, p. 41).

E ao abordar a alfabetização e o letramento, o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (2020, p. 363) ressalta a importância de trabalhar em etapas/ estratégias para que o sujeito assim obtenha domínio e manipulação dos recursos necessários para a leitura e compreensão, detalhando que:

> Para que haja a compreensão de tais relações pelo aluno, não é suficiente afirmar que se usam as letras na escrita e que essas têm um nome, mesmo porque não há uma relação linear entre o nome da letra e o(s) fonema(s) que a representa; assim como não basta memorizar a sequência das letras em uma palavra. É necessário que o professor explore todos os aspectos relevantes para a compreensão do símbolo utilizado, no seu contexto de uso, a fim de que o aluno compreenda o funcionamento da escrita alfabética. (CASCAVEL, 2020, p. 368)

ISBN 978-65-5629-077-5

Logo, com esse embasamento o residente compreenderá melhor as ações que deverá tomar perante a residência em sala de aula, visto que o programa abrange concepções atuais acerca da alfabetização e do letramento que permitem um aprendizado e aprimoramento de conhecimento do acadêmico.

5 METODOLOGIA

Quanto à abordagem de pesquisa, este trabalho caracteriza-se em uma pesquisa qualitativa, visto que tem como intuito analisar as contribuições do Programa Residência Pedagógica desenvolvido no Centro Universitário Univel, para os residentes, e os desafios enfrentados neste momento de Pandemia Covid-19. Desta maneira a pesquisa qualitativa:

> [...] difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269).

Em relação aos objetivos propostos neste artigo, os mesmos se deram através de uma pesquisa exploratória com intuito de analisar as contribuições e desafios do Programa Residência Pedagógica perante a Pandemia Covid-19, visto que para Gil (2009, p. 27) "As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses". Além disso, a abordagem é de caráter explicativo que, segundo Gil (2008, p. 28) "São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos."

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo, foram indispensáveis para essa investigação. Knechtel (2014, p.148) destaca que "[...] a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral." Através dessa pesquisa o pesquisador "conversa" e "debate" com outros autores, por meio de seus escritos. (KNECHTEL, 2014, p.148).

Além disso, a pesquisa também é de campo, realizada por meio de questionário que busca entender as contribuições e desafios do Programa aos residentes. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa de campo "[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles." (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186).

Por se tratar de uma reflexão sobre o Programa Residência Pedagógica em um local específico, no caso, um centro universitário, a pesquisa também foi um estudo de caso que é definido como "[...] estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa

ISBN 978-65-5629-077-5

praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos" (GIL, 2009, p. 54).

O local em que a pesquisa foi desenvolvida trata-se da instituição de ensino Centro Universitário Univel, localizado na Avenida Titio Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz, Cascavel/PR. Os sujeitos participantes dessa pesquisa foram residentes que atuam no Programa Residência Pedagógica da instituição, os quais, por participarem do projeto, ajudaram a pesquisadora, atribuindo respostas para a situação problema. Nesta pesquisa participaram 6 residentes, aos quais foram distribuídos questionários, sendo que esses residentes são acadêmicos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, alguns na modalidade Educação a Distância e outros da modalidade presencial, todos participantes do Programa Residência Pedagógica da instituição.

Assim sendo, para a concretização dos objetivos propostos, a investigação parte de dados secundários, consultados em fontes bibliográficas tais como livros artigos científicos, acessos online, editais relacionados ao Programa Residência Pedagógica, além de documentos oficiais. Também utiliza dados primários, os quais ainda não sofreram um tratamento analítico e assim gerados a partir dos questionários aplicados. Segundo Severino (2007, p. 125) o questionário é "[...] conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, [...] conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo".

Dessa forma, foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, para compreender como os residentes entendem o momento da pandemia mundial de Covid-19, quais desafios enfrentaram diante dessa situação e quais contribuições que eles têm recebido pelo Programa. Assim o questionário foi entregue aos participantes do programa num dos encontros presenciais de formação. O trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, com base no Parecer Substanciado do CEP número 115/2021.

6 RESULTADOS

A presente seção tem como propósito apresentar os resultados coletados no questionário respondido por 6 residentes participantes do Programa Residência Pedagógica, os quais serão aqui denominados como R1, R2, R3, R4, R5 e R6.

Em resposta a primeira pergunta do questionário sobre a idade das participantes, a faixa etária prevaleceu dentro de 21 a 54 anos, e dentro da formação apenas uma possui uma graduação concluída em História Licenciatura, as demais estudam no primeiro curso de graduação, no caso, Pedagogia. Quanto à modalidade que a graduação está sendo realizada, apenas uma das residentes participa da modalidade a distância, as outras 5 são do formato presencial. Em relação à atuação profissional, 3 das 6 participantes já atuam na área da educação.

Após os dados iniciais, as residentes foram questionadas sobre a decisão de participar do Programa na condição de residente. As respostas obtidas estão no quadro abaixo:

Quadro 1 – Participação das residentes no Programa

ISBN 978-65-5629-077-5

R1	Entrei especialmente pela experiência e pelas possibilidades de atuação no programa, o que ele oferece, produção de conteúdo tanto prático quanto teórico.
R2	Para obter maior conhecimento
R3	Entrei para aprender mais, uma vez que no estudo individual não consegue aprender e com a residência ajuda muito
R4	A entrada na residência foi para ampliar a experiência de campo dia a dia da escola
R5	Para adquirir experiência e novas aprendizagens
R6	Como ainda não atuo na área da educação, por meio do programa tenho a experiência da prática em sala de aula e isso com toda certeza ajudará na formação.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (UNIVEL, 2021)

Assim, em análise às respostas nota-se que prevaleceu a experiência que o Programa proporciona e também a ajuda para a formação de cada residente acadêmico, com isso também confirma-se o quesito da importância desse Programa de Extensão para a vida de cada residente, uma vez que conforme citado, as experiências adquiridas são enriquecedoras e contar com a produção teórica e prática amplia de forma crescente a visão de campos de experiências que esse acadêmico poderá alcançar, com autonomia e reflexões críticas. Logo, as respostas correspondem aos objetivos elaborados para o Programa, conforme destaca Univel (2020)

> Construir ações colaborativas entre a Escola Municipal e o Centro Universitário Univel, articulando a Educação Básica e o Ensino Superior, proporcionando assim uma visão social aos acadêmicos de Pedagogia. Além disso, visamos construir uma comunidade crítica e reflexiva com a intencionalidade de tomar a prática como objeto de reflexão e com objetivos comuns de construir conhecimentos educacionais na área de Alfabetização, solidificando a formação dos acadêmicos do curso de Pedagogia para a docência e melhorando a aprendizagem dos alunos na Escola Municipal. (UNIVEL,2020, p. 7)

Em sequência do questionário foi lançada a seguinte pergunta aos residentes: Diante do atual contexto de Pandemia Covid-19, você encontrou alguma dificuldade no decorrer das atividades previstas pelo programa? Quais dificuldades passaram diante desse processo?

As respostas obtidas relacionam-se ao período influenciado pela Covid-19:

Quadro 2 – Dificuldades vivenciadas diante do contexto de Pandemia Covid-19

R1	As dificuldades foram iminentes, uma vez que ninguém estava preparado para passar por uma fase tão complicada, a dificuldade mais evidente foi não poder ir nas escolas no ápice da pandemia, além dos encontros online, que não é como estar presente nas atividades.
R2	As atividades que seriam todas trabalhadas em sala de aula, mas por conta do vírus não foi possível, mas o trabalho foi convertido em vídeos e encontros online entre professores e alunos

ISBN 978-65-5629-077-5

R3	Não seria uma dificuldade, mas atrapalhou a prática por conta da Pandemia
R4	As maiores dificuldades foram as aulas remotas, a falta de interação com os alunos presencialmente
R5	Apenas no começo para aprender a mexer no aplicativo do meio remoto, mais depois consegui tranquilamente
R6	Não encontrei nenhuma dificuldade.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (UNIVEL, 2021)

A partir da análise dessas respostas pode-se perceber o quanto as residentes valorizam o contato presencial com as práticas e que de forma concisa detalham, que de maneira geral diante do atual contexto de Pandemia Covid-19, o mundo teve que se reinventar para prosseguir com as atividades, com vivências mais direcionadas às tecnologias. Conforme Silva *et al* (2019) apud Monteiro, Queiroz, Anversa e Souza (2020) "[...] constatou que o Programa Residência Pedagógica proporciona um momento de contato não apenas com os alunos durante as regências, mas também com o professor da escola-campo, permitindo troca de vivências e articulação de conhecimentos." (SILVA *et al*, 2019 apud MONTEIRO; QUEIROZ; ANVERSA; SOUZA, 2020, p.3).

Outra pergunta foi lançada no questionário: Você acredita que diante do direcionamento mais teórico do que prático terá impacto nas atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, em sua atuação como docente, após o término do Programa? As respostas indicam uma afirmação quanto à influência do Programa na futura atuação docente:

Quadro 3 – Impacto nas atividades diante do direcionamento mais teórico do que prático

R1	Com certeza para uma atuação de qualidade é de extrema importância que o profissional tenha um bom amparo teórico, refletindo assim sua prática
R2	Sim, a teoria ajuda a pôr na prática, mas a prática internaliza o conhecimento, quanto mais se trabalha em sala de aula aprende tanto o aluno quanto o professor
R3	Acredito que o conjunto teoria e prática juntos, pois a teoria não vive sem a prática e vice e versa.
R4	Com certeza terá, o programa foi muito importante para o embasamento teórico, as professoras passarão a relação de teoria e prática que levarei para a vida toda
R5	O direcionamento teórico é fundamental, mas sem a parte prática fica um pouco mais difícil, pois eu consigo adquirir mais conhecimento na parte prática
R6	Acredito que sim porque aprendemos com a prática em sala de aula, e neste momento devido á Pandemia não foi possível realizar as atividades propostas

Fonte: Dados da pesquisa de campo (UNIVEL, 2021)

No que tange às respostas referentes ao direcionamento teórico, tem-se como relato que a teoria tem papel fundamental para a vida profissional do acadêmico

ISBN 978-65-5629-077-5

residente. Assim, diante da relação teoria/prática, realizar as atividades no programa servem como junção para o aprofundamento das questões estudadas. Em relação a esse aspecto Silva e Cruz (2018) complementam que:

> [...] ao propor a Residência Pedagógica localizada na formação inicial há uma preocupação inerente com a formação para o trabalho, ou seja, com a relação teoria e prática, que fica ainda mais evidente quando a proposta vincula a residência ao estágio supervisionado e a necessidade de **'imersão'** na prática. [...] Portanto, aparece uma ideia que é com a prática que os acadêmicos de licenciatura poderão ter a oportunidade de conhecer a sua área de atuação futura, e somente colocando-se em contato com o fenômeno e vivenciando-a, é que se poderá conhecê-la. Tal perspectiva fragmenta a unidade teoria e prática e coloca a ênfase na prática como concepção utilitarista da formação de professores. Portanto, estamos analisando que a ideia de uma concepção de Residência docente por ser apontada como 'aprimoramento' do estágio supervisionando, está sendo vinculado ao aprender a aprender centrada numa prática esvaziada de teoria e política. A síntese dessa concepção tem como viés de fundamento e mediação em vários elementos presente no edital, especificamente nos objetivos e tarefas a serem desenvolvidas. (SILVA; CRUZ ,2018, p. 238)

Assim, todo o embasamento teórico abordado aprimorou a concepção e as tarefas desenvolvidas nos encontros presenciais, que potencializaram-se com as vivências dos residentes na escola campo.

A pergunta final direcionada os residentes foi relacionada às contribuições que o Programa Residência Pedagógica trouxe para a vivência e experiência acadêmica. Os residentes foram enfáticos na positividade do Programa em relação a essa situação:

Quadro 4 – Contribuições do Programa para a vivência acadêmica

R1	As contribuições são inúmeras, mas a principal delas é o amplo suporte teórico, a socialização do conhecimento e a vivência na escola fazem toda a diferença na formação acadêmica e também enquanto sujeito, ser social.
R2	Meu melhor desenvolvimento em me manifestar, em apresentar seminários, perdi um pouco do medo de falar, mas preciso melhorar muito ainda na coerência da fala
R3	Algo que não se mede, muitos conhecimentos adquiridos, vejo que valeu muito a pena, espero que essa experiência me ajude muito na vida profissional
R4	Um olhar mais crítico com toda certeza, saber a importância do currículo e coloca-lo em prática
R5	O compartilhamento de experiências, oportunidades de estar participando das experiências escolares entre outras
R6	O programa trouxe um estudo mais aprofundado sobre a alfabetização e letramento, e poder estar dentro de uma sala de aula com alunos sendo alfabetizados é muito gratificante, porque estamos vivenciando a teoria

ISBN 978-65-5629-077-5

	que foi passada na disciplina de alfabetização e letramento. A vivência nos traz um enriquecimento para a nossa formação

Fonte: Dados da pesquisa de campo (UNIVEL, 2021)

A socialização e o estudo mais aprofundado de documentos oficiais que abordam a temática da alfabetização, conforme citado acima, contribuíram para a vasta bagagem de conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos residentes, assim como a vivência, a formação e a experiência para a vida profissional desenvolveram-se de forma positiva, segundo a visão de cada residente participante da pesquisa. O Edital 01/2020 - CAPES (2020) menciona que:

> 3.2.8.1. Os subprojetos de Alfabetização deverão fundamentar o planejamento de suas atividades em evidências provenientes das ciências cognitivas e observar os princípios, objetivos e diretrizes dispostos na Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, de forma a garantir a integração entre as práticas pedagógicas de alfabetização, literacia e numeracia. As atividades desses subprojetos deverão ser realizadas em turmas da educação infantil, do 1ª ao 2º ano do ensino fundamental I, ou de jovens e adultos. (BRASIL, 2020, p. 2)

E com o que foi vivenciado o Programa se ajustou conforme a necessidade do contexto e também continuou a abordagem com qualidade no ensino, desenvolvendo as atividades pedagógicas do subprojeto com estudo das diretrizes e aplicação conforme o contexto permitiu. Dessa forma é possível perceber que apesar dos poucos encontros in loco, o principal objetivo do Programa foi atingido que é fornecer a formação necessária para cada residente conforme necessidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo consiste em reflexões sobre as contribuições e desafios do Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, tendo base o estudo desenvolvido perante o contexto de Pandemia mundial de Covid-19. A partir dessa base, foi possível elaborar uma análise e perceber os desafios enfrentados.

No que se refere aos questionamentos levantados no problema de pesquisa, pode-se dizer que as indagações sobre o Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel foram respondidas com a pesquisa empreendida. Foi possível averiguar que o interesse dos residentes em participar do Programa partiu da busca por formação e experiência na área, uma vez que a residência pedagógica contribui para esse acesso com um maior aprofundamento nas questões pedagógicas e nos estudos. Nota-se também a importância que os residentes atribuem aos encontros presenciais, momento em que o modo de aprendizagem pode ser mais aprofundado conforme relatado em respostas obtidas no questionário. Quanto ao embasamento teórico em conjunto com a prática, os resultados reforçam a necessidade de aliar teoria e prática, logo um supri o outro. Os encontros presenciais e até mesmo os que foram desenvolvidos de forma remota podem ser definidos como essenciais para que cada residente colocasse em prática o que adquiriu na teoria. Desse modo, as contribuições do programa são vastas para os residentes, e mesmo diante da Pandemia, os desafios foram pequenos e superados.

ISBN 978-65-5629-077-5

Diante da coleta de dados, todos os participantes se mostraram dispostos a responder o questionário, e assim foi possível averiguar o problema de pesquisa, sendo os principais desafios focados no quesito dos encontros mais remotos que presenciais, e quanto às contribuições são as experiências e vivências que foram mais relatadas pelas residentes.

Durante o levantamento de dados pode-se perceber que as residentes contribuíram com a pesquisa, e agem quase na mesma linha de ideias, não havendo divergências significativas nas respostas obtidas. A experiência de desenvolver este estudo foi de suma importância para a pesquisadora, uma vez que foi possível compreender a necessidade da abordagem quanto ao tema estudado, dentro do contexto vivenciado e que de modo geral sirva para próximas pesquisas.

Durante a realização da pesquisa é possível averiguar a importância do Programa Residência Pedagógica para a vida das acadêmicas residentes, tendo em vista que permitiu a formação mais fortalecida por momentos de aprofundamento de estudo, metodologia diferenciada, e que mesmo com as limitações, os residentes foram capazes de desenvolver e exercer o que fosse necessário. Por fim, ressalta-se que de modo geral o incentivo do Programa é uma realização muito gratificante, tanto para as residentes quanto para a autora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Capes. **Diário Oficial da União:** Portaria Capes 114. 2020. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/08/2020&jornal=515&pagina=26 Acesso em: 12 maio 2021

BRASIL. Capes. **Edital Capes nº 06/2018**: Residência Pedagógica. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/16032018-edital-residencia-pedagogica-retificado-publicacao-06-03-pdf. Acesso em: 12 maio 2021

BRASIL. Capes. **Edital Capes nº 01/2020**: Residência Pedagógica. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf. Acesso em: 12 maio 2021

BRASIL. Capes. **Portaria Capes 175**. Distrito Federal: Residência Pedagógica,1998. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/09082018-portaria-175-altera-portaria-45-de-2018-pdf.Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Capes. Programa Residência Pedagógica: **Edital 1/2020 Resultado Final**. Diário Oficial da União. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf. Acesso em: 12 maio 2021

ISBN 978-65-5629-077-5

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6755impressao.htm. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 maio 2021.

CASCAVEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel**: volume II: ensino fundamental - anos iniciais. / Cascavel (PR): SEMED, 2020. Disponível em: https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1612792788006&file=3C61AD9DDD5F7E4B91212015B5FB8DDDE2997368&sistema=WPO&classe=UploadMidia. Acesso em: 11 maio 2021.

FERREIRA, Pamela Cristina Conde; SIQUEIRA, Mirian Carla da Silva. Residência Pedagógica : Um instrumento enriquecedor no processo de formação docente. **Revista Práticas de Linguagem**, v. 10 n. 1 (2020): Residência Pedagógica em Debate / Artigos Disponível em : https://periodicos.ufjf.br/index.php/praticasdelinguagem/article/view/31448 Acesso em: 12 maio 2021.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João W.; ALMEIDA, Milton J. et al (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 39-46.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da Pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada [livro eletrônico] /Maria do Rosário Knechtel. – Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: https://www.bvirtual.com.br/.Acesso em: 01 maio 2021.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTEIRO, QUEIROZ, ANVERSA & SOUZA (2020). O Programa Residência Pedagógica: Dialética entre a teoria e a prática. **Revista HOLOS**, Ano 36, v.3, e9545, 2020

ISBN 978-65-5629-077-5

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pibid e Residência Pedagógica fazem chamada para inscrições. **MEC**, Brasília. (2017) Seção Artigos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/45681. Acesso em: 17 abr. 2021.

OLIVEIRA, Andreia Cosme de. Alfabetizar Letrando: O desenvolvimento da leitura e da escrita por meio da cantiga de roda. **Revista Tropos,** ISSN: 2358-212X, v. 6, n. 2, ed. dez 2017.Disponível em:https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1533/pdf. Acesso em: 12 maio.2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Ciêntifico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Revista Momento - Diálogos Em Educação**: Dossie Políticas Educacional de Formação de Professores no Brasil , v.27, n.2 , p. 227–247. Disponível em: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8062. Acesso em: 12 maio 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**/ Magda Soares, Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.

UNIVEL. Centro Universitário Univel. **Projeto Institucional Residência Pedagógica**- Pedagogia, Cascavel-PR: Univel, 2020.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Dirce Pereira dos Santos[1]
Tiago Pereira Leite[2]

Resumo: Por meio deste trabalho pretendeu-se estudar o processo de alfabetização durante a pandemia do covid-19 na perspectiva de professores de séries iniciais. A necessidade de isolamento provocou alterações no modo de ensino, o processo de ensinar normalmente feito de forma presencial passou a ser realizado de forma online, ou para aqueles que sem acesso a internet por meio de material impresso. Devido à necessidade imediata da mudança não houve tempo para preparação de professores e alunos, resultando em diversos problemas. Diante disto, surge o questionamento: como essa atividade está sendo realizada pelos professores? Quais mudanças têm sido exigidas? Como está sendo organizado o processo de ensino aprendizagem voltado à alfabetização? Quais as dificuldades para o ensino encontradas pelos alunos e professores dos anos iniciais? Este trabalho teve como objetivo analisar como está sendo o processo de alfabetização durante a pandemia da Covid-19, se este tem alcançado seu objetivo. Conceituando a alfabetização e o ensino remoto, verificando quais adaptações e problemas encontrados durante a pandemia para o processo de alfabetização, apontando como tem sido o trabalho pedagógico de professores de séries iniciais durante a pandemia, e analisando na perspectiva dos professores como o trabalho desenvolvido durante a pandemia irá refletir no aprendizado futuro do educando. Foi utilizada a metodologia de pesquisa de campo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa de caráter explicativo realizada por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que através deste pode-se buscar um melhor entendimento, buscando melhores especializações e oportunidades para os educadores na área da educação infantil.

Palavras-chave: Alfabetização. Professores. Covid-19. Dificuldades. Adaptação.

3 INTRODUÇÃO

A necessidade de isolamento social é uma medida preventiva para a Pandemia da Covid-19 que fez com que diversos serviços fossem adaptados, na área da educação, mesmo que considerado um serviço essencial houve a necessidade do fechamento de escolas e centros de ensino. O ensino remoto por meio de vídeo aulas, foi uma necessidade diante do longo período de isolamento social.

[1] Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Unível.
[2] Doutor em Ciências Sociais. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Unível.

ISBN 978-65-5629-077-5

A adaptação em um curto espaço de tempo evidenciou diversos problemas enfrentados ao acesso à educação, a disparidade entre as classes sociais foi evidenciada bem como o despreparo de muitos educadores para o uso destas tecnologias de ensino. Tratando-se de alfabetização o processo se torna ainda mais complexo, como medida para diminuir a disparidade de acesso à educação foram disponibilizados materiais impressos de atividades de aprendizagem porém sem o amparo presencial dos professores. Visto que a pandemia da Covid-19 impôs incertezas e medos para todas as áreas profissionais, é importante saber como está a adaptação dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como estes estão realizando seu trabalho em meio ao caos que se tornou o modo de ensinar.

Desta forma esta pesquisa delimita-se ao estudo sobre o processo de alfabetização durante a Pandemia da Covid-19 na perspectiva de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede de Escolas Públicas Municipais de Cascavel/PR. Buscando apresentar como os professores estão conseguindo se adaptar ao ensino remoto para desenvolver um ensino de qualidade aos educandos levando em consideração as dificuldades dos alunos a ter o acesso a esta nova modalidade de ensino e a organização de estratégias pedagógicas que favoreçam a alfabetização e letramento.

Diante das adaptações necessárias durante a pandemia da Covid -19 para a continuidade do processo de alfabetização, a pesquisa busca responder às seguintes indagações: como essa atividade está sendo realizada pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental? Quais mudanças têm sido exigidas? Como está sendo organizado o processo de ensino aprendizagem voltado à alfabetização? Quais as dificuldades para o ensino encontradas pelos alunos e professores dos anos iniciais?

A escolha do tema baseou-se no interesse da pesquisadora pelo ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois diante da situação pandêmica observou-se a série de adaptações necessárias e as dificuldades encontradas por professores e alunos para dar continuidade ao ensino e aprendizagem. Na atualidade em razão da pandemia da Covid-19 se fala muito das dificuldades do aluno, de como as atividades estão sendo organizadas, se os educandos estão ou não realizando as atividades. Porém se fala pouco de como está o professor alfabetizador, de seu estado psicológico, da sua sobrecarga de trabalho.

Um dos maiores desafios são os medos dos professores e a confirmação que a presença de educando e educador, em sala de aula durante a alfabetização é essencial. A importância de compreender como está o processo de alfabetização durante a pandemia da Covid-19 na perspectiva de professores dos anos iniciais, se dá por se tratar de uma situação inesperada que evidenciou grandes problemas relacionados ao ensino e aprendizagem dos alunos, onde se observa a falta de preparo de redes de ensino e dos professores em atender situações semelhantes de adaptações emergencial de ensino.

Portanto, conhecer os problemas enfrentados, bem como as soluções propostas mesmo que estas sejam em parte ineficazes abre o leque para discussões futuras sobre quais deveriam ser as contribuições para a prevenção de problemas relacionados ao processo de alfabetização. Este é um tema atual que gera inúmeras discussões e revela a necessidade de se estudar e conhecer a

ISBN 978-65-5629-077-5

situação para propiciar o interesse de especialização na área de futuros acadêmicos, incentivando a formação continuada de professores.

Os problemas enfrentados neste momento terão resultados negativos sobre a qualidade de ensino, as perdas em aprendizagem neste momento irão dificultar a formação destes indivíduos futuramente. Desta forma acredita-se que este trabalho pode contribuir para a sociedade e comunidade acadêmica, no que diz respeito ao incentivo ao estudo para a uma educação de qualidade para todos, que está formará cidadãos mais preparados para a vida e melhores profissionais.

O objetivo geral trata de analisar como está sendo o processo de alfabetização durante a pandemia da Covid-19, se este tem alcançado seu objetivo, por meio dos seguintes objetivos específicos: conceituar alfabetização e o ensino remoto; verificar quais adaptações e problemas encontrados durante a pandemia para o processo de alfabetização; apontar como tem sido o trabalho pedagógico de professores de séries iniciais durante a pandemia e analisar na perspectiva dos professores como o trabalho desenvolvido durante a pandemia irá refletir no aprendizado futuro do educando;

Os procedimentos técnicos utilizados são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, na primeira buscou-se explicar e discutir o tema tendo como base referências teóricas já publicadas em livros, revistas e outros, e na segunda buscou-se por meio de perguntas realizadas diretamente aos professores realizar o levantamento de dados sobre o assunto. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva realizada por meio de entrevistas, minuciosas e estruturadas.

A pesquisa foi desenvolvida com 3 professores que atuam ativamente no processo da alfabetização de Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, localizada na cidade de Cascavel/PR, a escolha da população de estudo foi baseada na necessidade de conhecer o ponto de vista do professor sobre o processo de alfabetização durante a pandemia. Utilizou-se dados primários (entrevistas) e secundários (livros, revistas, outros). As palavras chave utilizadas foram Alfabetização, Professores, Covid-19, Dificuldades e Adaptação. Sua realização se deu entre fevereiro de 2021 e novembro do ano de 2021.

2 ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização e o letramento andam juntos na formação dos alunos na Educação Infantil, realizam a iniciação do aluno com o ensino e o mundo. A alfabetização ensina a ler e escrever enquanto o letramento em conjunto com a alfabetização ensina a atuar criticamente e pensar (SOARES, 2010).

Por meio do método tradicional de ensino, o educador é um agente ativo e o aluno se torna passivo no processo de aprendizado. As aulas se direcionam pelo que o professor tem para passar, onde não se leva em consideração o conhecimento que o aluno já possui de suas experiências individuais (SOARES, 2010).

Na forma tradicional de ensino as aulas acontecem de forma mecânica, por meio de memorização e repetição, o aluno decora ao invés de aprender, desenvolvendo habilidades básicas. A realização do ensino é feita de forma dividida, aprendem vogais, sílabas, palavras inteiras, montam frases até conseguirem produzir textos (RANGEL et al,2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

Neste método se valoriza a escrita ortográfica do texto e não o aprendizado do sentido lógico. Os planos de aula seguem cartilhas e textos simples com pouca ou nenhuma participação de materiais diferenciados. Já o letramento trabalha com um processo voltado às vivências cotidianas dos alunos, fazendo uma assimilação de conhecimento com a realidade (RANGEL, et al., 2020).

Estudantes, professores e equipes pedagógicas estão vivendo uma fase de adaptação deste ensino. A pandemia fez surgir a necessidade de adaptação imediata do ensino através das plataformas digitais de aprendizagem e de suas ferramentas (OLIVEIRA, 2020).

> Os professores precisam reaprender a ensinar. Não basta mais falar e falar para convencer, mas explicar para os alunos o que estão vendo e ouvindo. Para isso é necessário utilizar as ferramentas que barateiam o acesso aos sentidos, visão e audição, que são os computadores e celulares. Os celulares e tablets permitem inclusive a incorporação do tato. Isso não significa que lápis e cadernos estão obsoletos. [...] Apenas são usados em situações mais específicas (MORAES, 2020, s/p).

Apesar da grande importância das relações sociais para o desenvolvimento intelectual, moral e social do ser humano que são construídas em sala de aula também é possível compartilhar conhecimento de forma virtual, onde também se pode construir uma aprendizagem cooperativa, mas para que ocorra é necessário que os educadores dominem estas ferramentas tecnológicas, que os educandos saibam utilizá-las e que os conteúdos estejam preparados de forma adequada aos meios de ensino (OLIVEIRA, 2020).

Mas a maneira abrupta com que foi realizada a inserção destas tecnologias no ensino, diante da necessidade imediata de dar continuidade ao ensino, não preparou alunos, professores, pais e equipes pedagógicas para este novo modo de ensinar. Do 1º ao 3º ano a alfabetização está em processo de construção onde o ensino de forma presencial é muito importante, sendo o professor interlocutor e mediador desse processo. (OLIVEIRA, 2020).

A pandemia induziu o ensino remoto, para que mesmo à distância, ocorresse a possibilidade de interação entre o educador e o educando, mesmo que não se tenha garantias de que este chegaria à todos os estudantes, a desigualdade social do acesso a este ensino dificulta o processo de alfabetização para os menos favorecidos, desta forma é necessário adotar medidas que visem minimizar estas dificuldades de ensino (OLIVEIRA, 2020).

Uma estratégia adotada foi a impressão de atividades que deveriam ser realizadas pelos alunos em casa e entregues nas escolas para correção e avaliação. Mesmo este sistema apresentou falhas por depender que os pais buscassem e entregassem as atividades, além de auxiliar seus filhos a fazê-las (OLIVEIRA, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

3 ENSINO REMOTO

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC apresentam grande relevância em especial no cenário atual, pois são ferramentas importantes e necessárias ao dia a dia das escolas no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, o surgimento da pandemia mundial do novo Corona vírus impôs a utilização destas de maneira quase que imediata e sem prévio planejamento (OLIVEIRA, 2020).

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 e com a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC surge a importância da inclusão das TDIC em sala de aula. Visto a crescente inserção das crianças em contexto digital há necessidade da utilização dessas tecnologias para aproximar a aprendizagem da realidade (OLIVEIRA, 2020).

> Em um mundo que muda rapidamente o professor deve auxiliar seus alunos a analisar criticamente as situações complexas e inesperadas informadas pelas mídias; a desenvolver suas criatividades; a utilizar outros tipos de "racionalidades": a imaginação criadora, a sensibilidade táctil, visual e auditiva, entre outras (KENSKI, 2015, p.89).

O ensino remoto foi adotado mesmo sem ter certeza de que esta modalidade englobaria todos os alunos, resultando à educação remota reinventar momentos de interações significativas para aprendizado de forma constante e inovadora diante do atual contexto (OLIVEIRA, 2020).
Diferentemente do ensino a Distância (EAD) no qual se tem estruturas, conteúdos e professores preparados para o ensino através de vídeo aulas, o ensino remoto foi estabelecido por meio do parecer do Conselho Nacional de Educação publicado em 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020).
Este teve como base na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 que estabeleceu a adoção de normas educacionais excepcionais enquanto perdurar o estado de calamidade, este reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020).

Configurada às pressas, é a principal alternativa pedagógica adotada durante o período de quarentena, apresentando diversas dificuldades de funcionamento como por exemplo: viabilidade tecnológica, insuficiência do acesso a grande quantidade de pessoas, organização e distribuição de atividades, novas formas de relação e interação entre professores/alunos e escola/família e a divisão de trabalho em diferentes disciplinas (COLELLO, 2021).

Apenas utilizar as TDIC não é implantar educação a distância (EAD), para que esta ocorra são necessárias adequações a várias regulamentações, políticas de acesso, e avaliações compatíveis com a modalidade. A educação remota online digital difere da EAD em razão do caráter emergencial que mesmo que utilizando e se apropriando de tecnologias em tal circunstância utiliza a metodologia da educação presencial (ARRUDA, 2020).

ISBN 978-65-5629-077-5

4 ENSINO HÍBRIDO

A Pandemia da Covid-19 causou uma crise sanitária que mudou as relações de afetividade e de comunicação. Devido à alta taxa de transmissão e letalidade desta doença as principais medidas para evitar a disseminação do vírus são distanciamento social e quarentena, estes impactam a educação e resultam no afastamento presencial de professores e alunos (ALMEIDA, 2020).

Inicialmente como medida imediatista para dar continuidade às aulas foi adotado o ensino remoto no lugar do tradicional ensino presencial, no entanto à medida que a vacinação aumenta, outro modo de ensino tem sido adotado. O ensino híbrido vem sendo adotado neste período de transição e reúne o ensino presencial e remoto, é realizado de forma alternada para evitar a lotação de salas de aula.

No ensino híbrido os educandos intercalam ensino presencial e remoto, as turmas são divididas e enquanto a primeira parte dos alunos tem aulas presenciais a outra tem ensino remoto, estes revezam semanalmente o sistema de ensino para que tenham a mesma quantidade de aulas presencial e remotas (ALMEIDA, 2020).

Isolamento social e lockdown inicialmente impossibilitaram a implementação do ensino híbrido, porém este se tornou possibilidade real para o retorno das aulas presenciais. Canclini (2003) cita que a hibridação ocorre quando processos de práticas realizadas de forma distinta, que antes existiam de forma separada agora se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.

O ensino híbrido promove uma volta às aulas presenciais de forma gradual, com o retorno gradativo dos educandos as salas de aula, exigindo ainda a utilização de tecnologias. A ideia do ensino híbrido poderá vir a ser amadurecida como maneira de preparação para outras situações pandêmicas (ALMEIDA, 2020).

Para Avrella e Cerutti (2018, p. 410) afirmam que a modalidade de ensino híbrido objetiva "unir o melhor da aula tradicional com algum tipo de tecnologia, ressaltando de que forma ele pode ser inserido no contexto escolar gradativamente, respeitando o tempo das pessoas envolvidas". Desta forma uma ferramenta para este período de adaptação.

5 TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES DE SERIES INICIAIS DURANTE A PANDEMIA

O atual cenário educacional, ditado pela Covid-19 não disponibilizou tempo para os professores se aperfeiçoarem a utilizar as tecnologias necessárias para desenvolver o estudo sobre o âmbito pedagógico, bem como para realizar um planejamento adequado com objetivos claros, onde se prioriza o aluno como o centro do processo de ensino e aprendizagem (OLIVEIRA, 2020).

Segundo Borges et al. (2020) o ensino de forma presencial na educação básica é indispensável, pois só por meio dele se pode garantir qualidade de educação a todos os educandos. Isso se deve ao atendimento especializado a educandos com necessidades especiais, a merenda ofertada aos estudantes em

ISBN 978-65-5629-077-5

situação de vulnerabilidade, a interação face a face, proximidade e troca de experiências.

Conforme Luiz (2020) o ensino presencial passou a ceder seu lugar ao ensino *online,* porém sem as adequações metodologias necessárias, havendo assim apenas uma transposição do ensino, surgindo inúmeras dificuldades na compreensão e utilização das ferramentas, aplicativos e plataformas.

Um dos primeiros desafios enfrentados pelos professores de escolas públicas para recriar condições de trabalho é a estrutura material e tecnológica disponível nas redes municipais e estaduais de ensino, grande parte das escolas públicas não dispõe de recursos para oferecer educação a distância (SANTOS, 2021).

Um número expressivo de alunos faz parte de um grupo socialmente vulnerável, que não tem acesso à *internet e aos* equipamentos tecnológicos que dão suporte ao processo de ensino e aprendizagem a distância (SANTOS, 2021). Limitando-se a dificuldades impostas pelas diferenças socioeconômicas que impõe consequências pedagógicas (COLELLO, 2021).

Outro fator importante é que independente das redes de ensino e das condições das escolas, a maior parte dos professores não se sentiam preparados para lidar com as ferramentas tecnológicas ajustadas para o processo educacional. Onde nas redes municipais de ensino aproximadamente 70% dos professores não havia utilizado ainda ferramentas ou metodologia online com os alunos (COLELLO, 2021).

Mesmo após meses de se iniciar a quarentena e com o grande aumento de tutoriais e iniciativas de capacitação docente através do meio virtual, não se pôde garantir a segurança necessária aos professores para ensinar utilizando estas ferramentas (COLELLO, 2021).

6 PROBLEMAS E ADAPTAÇÕES NA ALFABETIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

O acesso ao ensino através de meios digitais evidenciou o descompasso socioeconômico, os mais pobres e que residem em regiões periféricas ou rurais tiveram grandes dificuldades de acesso. Este contexto evidencia a exclusão digital presente na sociedade (AMORIM, 2020).

Índices de acompanhamento das aulas remotas apontados por Amorim (2020) informam que aproximadamente 91% das crianças da região sul tiveram acesso às aulas, enquanto na região norte por volta de 40% dos estudantes ficaram sem atividades.

O vínculo pessoal de forma presencial entre professores e alunos é muito importante nos anos iniciais, o rompimento deste pode causar fragilidade de relações pessoais, desencanto com a escola, sobrecarga de atividades digitais, desmotivação e dispersão. Estudos apontam que até mesmo as crianças que são envolvidas com a aprendizagem têm alterações de comportamento e de rendimento (COLELLO, 2021).

Muitas crianças não possuem domínio e autonomia para manipular ferramentas digitais, precisando do auxílio e disponibilidade dos pais. Além disso as atividades propostas pelos professores que antes eram realizadas na escola, precisam da ajuda dos pais para sua execução (SANTOS, 2021).

ISBN 978-65-5629-077-5

Os pais e responsáveis responderam de forma insuficiente às propostas alternativas de educação apresentadas pela escola, o que representou baixa adesão dos alunos. Isso se deve a diversos fatores, alguns deles são indisponibilidade material, dificuldade de acesso e uso das plataformas, inexperiência com o trabalho pedagógico ou pelas próprias exigências profissionais (COLELLO, 2021).

Outro problema se refere ao espaço disponibilizado ao estudo, muitos lares não disponibilizam de um espaço que possa ser utilizado para os estudos que não tenha a interferência de fatores externos, como barulhos, circulação de pessoas no ambiente, elementos de distração (TV, outras crianças brincando) e outros (COLELLO, 2021).

7 METODOLOGIA

Este projeto é uma pesquisa qualitativa, pois está se caracteriza em virtude de que há um vínculo entre o sujeito e o mundo real que não pode ser expresso através de números (KAUARK, MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Segundo Duarte (2002) o caráter qualitativo advém da teoria e metodologia utilizada para pesquisa e análise dos dados, visto que é possível registrar a fala do entrevistado e fazer observações de campo. A abordagem qualitativa exige a realização de entrevistas, minuciosas e estruturadas. Por meio desta será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

> A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1982)

Trata-se de uma pesquisa de caráter explicativo, pois segundo Lakatos e Marconi (2007) uma pesquisa explicativa visa estabelecer relações de causa-efeito, através da manipulação das variáveis relacionadas ao objeto de estudo, buscando identificar as causas de um fenômeno.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Por meio da pesquisa bibliográfica se buscou explicar e discutir o tema tendo como base referências teóricas já publicadas em livros, revistas e outros. Está também busca conhecer e analisar conteúdos científicos sobre o tema (MARTINS; PINTO, 2001).

A finalidade deste tipo de pesquisa é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto. Assim a ideia é induzir o contato pessoal do estudante com as teorias, através da leitura, levar à uma interpretação própria (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Já a pesquisa de campo buscou por meio de perguntas realizadas diretamente as pessoas realizar o levantamento de dados sobre determinado assunto. Portanto essa foi utilizada para colher informações sobre a perspectiva dos professores em relação ao processo de alfabetização durante a pandemia, se esta tem se concretizado.

ISBN 978-65-5629-077-5

> A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (PIANA, 2009, p.169).

A pesquisa foi desenvolvida com professores de Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, localizada na cidade de Cascavel/PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram professores que atuam no processo de alfabetização de crianças de Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel-PR. A escolha da população de estudo foi baseada na necessidade de conhecer o ponto de vista do professor sobre o processo de alfabetização durante a pandemia. Nesta pesquisa participarão 03 professores, sendo que estes professores atuam ativamente no processo da alfabetização da instituição de ensino, onde será realizada a entrevista estruturada.

Dessa forma, foi realizada entrevista semiestruturada, para compreender como na perspectiva dos profissionais de educação o processo de alfabetização vem ocorrendo durante a pandemia da Covid-19.As entrevistas foram realizadas por meio do google meet visto a indisponibilidade das participantes em receber a pesquisadora pessoalmente. O trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unível, com base no Parecer Substanciado do CEP número 115/2021.

8 RESULTADOS

A amostra foi constituída de 3 profissionais de educação atuantes na alfabetização em escolas públicas de Cascavel-PR, denominados como P1, P2 e P3. Estes atuaram em suas profissões no período de pandemia ocasionado pelo vírus Sars-CoV-2, popularmente conhecido como Covid-19.

Estes profissionais ministram suas aulas desde antes do início da pandemia, atuando na alfabetização de alunos antes e durante a pandemia. Estes profissionais permanecem em sua área de atuação, vivenciaram e vivenciam todos os processos e mudanças ocorridos em decorrência da pandemia. No quadro é detalhado a idade, sexo e área de formação de cada entrevistado.

Quadro 1 - Dados sócio biográficos dos Profissionais de educação entrevistados

Código do entrevistado	Idade	Sexo	Profissão
P1	28	Feminino	Professora
P2	52	Feminino	Professora
P3	34	Feminino	Professora

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Na sequência estão dados coletados por meio das entrevistas realizadas com profissionais do ensino da educação infantil do município de Cascavel(PR).

ISBN 978-65-5629-077-5

Estas profissionais da educação têm idades distintas, que variam de 28 a 52 anos, nos permitindo visualizar os pontos de vista de profissionais com tempos diferentes de atuação na profissão.

Primeiramente foi realizada a transcrição e análise das entrevistas e posteriormente foi realizada a discussão de acordo com o referencial teórico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi estruturadas. As respostas dos professores aos questionamentos aplicados estão expressos nos quadros abaixo.

No quadro - 3 constam as respostas dos professores quando perguntados sobre os problemas ocasionados pelo ensino remoto referente a alfabetização, as respostas foram:

Quadro - 3: Problemas ocasionados pelo ensino remoto

	Depoimentos dos sujeitos da pesquisa
P1	Então a gente ficou sobrecarregado, porque a gente precisou aprender muita coisa e a gente já tinha uma carga de trabalho muito grande, né? Então isso foi muito complicado para a gente e a gente que tem assim uma certa facilidade, Dirce para quem não tem foi muito mais complicado, teve gente que acabou não fazendo ou não conseguiu.
P2	Essa fase da pandemia ela nos deixou, ela nos ensinou muita coisa, nós enquanto professores e as crianças, é eu achei uma fase bem crítica, porque você não está com a criança e ter que alfabetizar é diferente, é muito difícil, por mais que a gente fez aulas em meet, youtube, mas é muito diferente e eu não tenho a criança, eu não tenho o contato com ela, para eu trabalhar o lúdico, né
P3	Apesar dos pais tentarem auxiliar os filhos, esses pais não têm formação adequada para conduzir o processo de alfabetização, pois exige conhecimento teórico e prático para direcionar com qualidade o percurso da alfabetização.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Em análise a tabela acima se pode observar que no ponto de vista das professoras entrevistadas houveram problemas na alfabetização devido a implementação do ensino remoto. Conforme relato da entrevistada P1 houve sobrecarga de trabalho e dificuldade em realizar a alfabetização.

Santos (2021) afirma que os primeiros desafios enfrentados pelos professores e a indisponibilidade material e estrutural das escolas públicas, o que dificulta a realização do ensino remoto pelos professores, deste modo saber utilizar não é o único empecilho relacionado a tecnologia.

Na fala da entrevistada P2 se observa o relato de dificuldade em alfabetizar, que mesmo com as aulas utilizando as ferramentas tecnológicas disponibilizadas ela não conseguiu utilizar outras ferramentas muito importantes no processo de alfabetização, como ela cita o contato presencial com a criança e a ludicidade.

Almeida (2020) cita que a pandemia exigiu medidas de segurança que tiveram impactos na educação e resultaram no afastamento de professores e alunos. De fato não se pode utilizar remotamente as mesmas ferramentas que se

ISBN 978-65-5629-077-5

utiliza presencialmente, ou pelo menos não se pode utilizar da mesma forma. A falta de tempo não permitiu aos professores aprender como adaptar estas ferramentas.

A entrevistada P3 cita os problemas para alfabetizar em decorrência da não formação adequada dos pais para auxiliar seus filhos na alfabetização, isso porque com o ensino remoto os pais tiveram que assumir um importante papel de mediação do ensino que é realizado usualmente pelo professor que são preparados e capacitados para tal tarefa.

Segundo Oliveira (2020) a necessidade de continuar o ensino não disponibilizou tempo hábil para a preparação de alunos, professores, pais e equipes pedagógicas para este novo modo de ensino, de tal forma que resultou em problemas nesse processo.

Desta forma evidencia-se que sob o olhar de profissionais diferentes houveram diversos problemas com a súbita implementação do ensino remoto no processo de alfabetização dos educandos. Apesar dos pontos de problemas apontados pelas educadores serem diferentes, todos citam problemas. Uma delas, a professora P1 lança um olhar positivo, além do negativo em sua fala e afirma que houve também aprendizado.

O quadro 4 apresenta relatos das professoras em relação às dificuldades encontradas durante a transição do ensino presencial e o remoto, como foi essa transição para elas.

Quadro - 4: Dificuldade de transição ao ensino remoto

Depoimentos dos sujeitos da pesquisa	
P1	Esse ano ficou mais complicado por causa do uso das tecnologias, então foi exigido que a gente fizesse duas aulas por semana pelo google meet né, e assim a gente teve uma formação que foi a distância, né para aprender a usar o google meet, o plexion, esses instrumento de tecnologia e aí o que aconteceu, a gente foi se ajudando no decorrer do período, sabe só que esse grupo que eu tenho tem mais ou menos a mesma faixa etária. Então assim a gente trocava muita coisa, sabe foi bem positivo, só que a gente percebia também que muita das profes que já tem uma caminhada uma caminhada maior, né? Já estão na educação a mais tempo tem mais dificuldade que a gente.
P2	Olha eu sofri um pouco, sofri porque a gente não tinha o acesso a tantas mídias, a gente não realizava aulas com, eu sou bastante assim, não digo que eu sou tradicional mas eu sou bem assim, gosto de estar com meu aluno, e aí eu tive que me adaptar e muitas vezes essa adaptação foi difícil porque, porque eu não tinha a condição na escola. Muitas vezes não tem uma internet que você consiga fazer, em casa às vezes a gente não tem, o aluno não tem, como que eu vou fazer uma aula no meet se de repente o aluno não tem internet que possa trabalhar comigo, então foi uma adaptação de todo mundo, eu acho que a alfabetização realmente não existe como fazer se não presencial.

ISBN 978-65-5629-077-5

P3	Em um país com tantas desigualdades sociais, não podemos analisar apenas o nosso contexto social, portanto, o ensino remoto ainda necessita de debates e recursos para vir acontecer com qualidade para nossos alunos. Exemplo: Nem os professores têm sala de áudio, vídeo, ou seja, material que permita direcionar aulas online com qualidade, imagine as famílias de nossos alunos.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Por meio da análise do quarto quadro se observa na fala da professora P1 as suas dificuldades na transição do ensino presencial para o remoto, que devido a sua juventude, auxílio de colegas e treinamentos oferecidos ela obteve êxito. No entanto relata que visualizou que os profissionais da educação com mais idade tiveram maior dificuldade em se adaptar às tecnologias na ministração de suas aulas.

Oliveira (2020) afirma que a necessidade de continuidade do ensino não permitiu aos professores o preparo para o uso das tecnologias, bem como também não lhes permitiu adequar seu planejamento dos métodos de ensino. Desta forma compreende-se as dificuldades encontradas.

A educadora P2 demonstrou em sua fala que sofreu com a adaptação para utilizar a tecnologia ao ministrar suas aulas, que estas ferramentas tecnológicas não eram utilizadas antes e que foi difícil aprender a usá-las, que também faltou estrutura adequada para o uso destas tanto para professores quanto para os alunos.

Conforme MORAES (2020) cita "os professores precisam reaprender a ensinar", bem como a pandemia chegou rapidamente e exigiu diversas mudanças as ferramentas tecnológicas de ensino caíram no colo dos professores, obrigando-os a aprender a usá-las em curto espaço de tempo o que causou dificuldade nesse processo.

No terceiro relato, a entrevistada P3 cita que em razão das desigualdades sociais para se ter um ensino remoto de qualidade é necessário recursos adequados, corrobora com a entrevistada P2 afirmando que faltou e falta estrutura para professores e alunos para a aprendizagem por meio do ensino remoto.

Oliveira (2020) afirma que a desigualdade social do acesso ao ensino remoto dificulta o processo de alfabetização, portanto corrobora com a fala da entrevistada P3 que a falta da estrutura adequada limita o acesso dos educandos ao ensino remoto.

Desta forma se pode observar que pelo olhar desses profissionais houveram dificuldades na transição do ensino presencial para o remoto, que na opinião da primeira entrevistada houve relação com a idade e para as demais as dificuldades se relacionam à falta de estrutura material para professores e alunos.

No quadro - 5 expõe a opinião das educadoras em relação a participação das famílias na alfabetização de seus filhos durante a pandemia, se está ocorreu ou não.

Quadro - 5: Participação familiar no auxílio à alfabetização durante a pandemia

Depoimentos dos sujeitos da pesquisa

ISBN 978-65-5629-077-5

P1	A gente contava muito com o comprometimento das famílias, né? Porque toda atividade que a gente fazia, por mais que a gente pensasse assim, sabe? Com carinho, pensando na família, como seria pra eles fazerem, porque eles têm a rotina de trabalho deles e é bem puxado, sabe? Então tanto que nas reuniões de pré conselho a gente sempre comentava isso, né? Que a gente queria esse comprometimento, mas que a gente tinha que se colocar no lugar dessas famílias que trabalhavam, né?
P2	Então aí a gente contou muito com apoio dos pais né, eu digo que a minha turma é uma turma diferenciada, que pelo fato de eu já os conheço a três anos, eu ia muito neles. Pai é assim, eu preciso que você me assessore desta forma. Então digo que eu tenho 24 alunos, destes 24 dá para dizer que uns 18 alunos estão no processo certinho, mesmo sendo remoto, entendeu? Mas os que não tiveram acesso à internet, que não tiveram acesso aos meet que nós fizemos, aos vídeos de youtube, estes estão com um pouco de defasagem, então são esses que agora no retorno eu tenho que pegar mais efetivamente.
P3	Dentro do possível, todos têm colaborado, pouquíssimas famílias apresentaram dificuldades em entregar atividades.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

O primeiro relato expressa a opinião da educadora sobre a participação da família durante a pandemia que contava com a participação deles e com o comprometimento em auxiliar nas atividades realizadas em casa, mas ao mesmo tempo compreendiam as dificuldades que estes tinham devido ao cansaço e falta de tempo por causa do trabalho. Luiz (2020) afirma que além das dificuldades relacionadas a tempo e trabalho, muitos pais também possuem dificuldades em relação ao uso das tecnologias, dificultando assim que estes possam auxiliar seus filhos.

No relato da entrevistada P2, ela também cita que contou com o apoio da família para auxiliar na alfabetização e que em seu ponto de vista isso ajudou tanto que a maioria dos seus alunos estão certos no processo de alfabetização e poucos estão apresentando defasagem no aprendizado.

A professora P3 afirmou em seu relato que as famílias colaboraram mesmo que com algumas limitações, que poucas famílias tiveram dificuldades na entrega de atividades. Pode-se observar que as entrevistadas concordam no que se refere a cooperação da família em auxiliar seus filhos na alfabetização durante a pandemia.

Colello (2021) afirma que é de suma importância a interação entre professores, alunos e a família, portanto a cooperação familiar durante o ensino remoto se mostrou muito valiosa na perspectiva dos professores.

No quadro - 6 as professoras expressam sua opinião sobre as contribuições do ensino remoto para a alfabetização dos alunos durante a pandemia.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quadro - 6: Contribuição do ensino remoto para a alfabetização

Depoimentos dos sujeitos da pesquisa	
P1	Olha eu diria assim, que foi um recurso que nos ajudou no período da pandemia, a gente tem que pensar que por exemplo que eu ainda tinha as aulas do primeiro ano, que esse ano 8, 9, 10 participavam que esse é um número ótimo. Porque geralmente eram 2 ou 3, às vezes um aluno só participando, sabe? então ele ajudou, mas ele não foi suficiente.
P2	Eu acho assim que ficou um pouco vago, né? porque nós não tivemos aquela interação, eu não interagi eu e o aluno, entendeu? Foi o pai e o aluno, então muitas das coisas vinham todas prontas, não dá para dizer que os pais não colaboram, eles colaboraram, mas nem tudo foi o próprio aluno que fez.
P3	Até certo ponto sim, pois era o que tínhamos neste momento, mas sempre vou defender a interação presencial do aluno com o mediador capacitado para realizar este trabalho, no caso, o professor.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Em análise ao sexto quadro, na fala da entrevistada P1 se pode observar que o ensino remoto contribuiu com a alfabetização durante a pandemia, mas que este não foi suficiente que o acesso não foi para todos os educandos. Colello (2021) afirma que uma das variáveis que trouxe dificuldade a este alternativa pedagógica adotada durante a pandemia trata-se da insuficiência do acesso a grande quantidade de pessoas, ou seja, muitos dos educandos não teriam acesso às ferramentas tecnológicas.

Na opinião da segunda entrevistada o ensino remoto foi vago, que faltou a interação entre o aluno e o professor, por mais que os pais colaboraram. Oliveira (2020) discorre sobre o assunto e cita que as relações sociais têm grande importância para o desenvolvimento intelectual, moral e social do ser humano. Assim, há de observar que a mudança apesar da contribuição do ensino remoto para a alfabetização da forma como foi realizado faltaram alguns aspectos importantes como a interação entre o aluno e o professor.

A fala da entrevistada P3 demonstra sua opinião sobre a contribuição que o ensino remoto teve para a alfabetização, que ajudou diante das condições do momento mas que defende a interação de forma presencial. Arruda (2020) cita que o ensino remoto foi adotado mas utilizou-se a metodologia da educação presencial, o que justifica a fala da entrevistada, que a medida auxiliou durante a pandemia mas que o método exige a presença do professor.

De modo geral as entrevistadas acreditam que o ensino remoto contribuiu com a alfabetização durante o período de pandemia, mas que este se mostrou insuficiente para garantir uma aprendizagem com qualidade. Que faltaram aspectos que só podem ser trabalhados de forma presencial e que são importantes no processo de alfabetização.

ISBN 978-65-5629-077-5

O quadro - 7 apresenta a opinião das educadoras sobre a interferência que há na alfabetização em decorrência da existência ou não do vínculo família e escola.

Quadro - 7: Interferência do vínculo entre a escola e família na alfabetização

	Depoimentos dos sujeitos da pesquisa
P1	Por exemplo, os meus alunos têm lá um caderninho de leitura, eu vejo que eles estudam em casa, eu cobro deles, mas eles têm essa responsabilidade, a responsabilidade não vem com a criança, ela é ensinada. Então assim as famílias têm demonstrado apoio de assim vai estudar, vai pegar um livro, então assim isso é muito importante, eu acho que esse vínculo tem sido fundamental.
P2	Essa interação entre pais, professores e aluno é muito importante, eu não consigo fazer e mesmo hoje, mesmo eles estando presenciais se eu não tiver o apoio do pai em casa o meu trabalho não vai ser um trabalho bom, não vai ser um trabalho que vai ter um final produtivo, porque o país ele é uma peça fundamental no desenvolvimento da criança
P3	A família e a escola devem caminhar juntos, país sendo orientados por professores e contribuindo para o processo de aprendizagem do filho. Portanto, a educação precisa de pais participativos em relação a vida escolar.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

A professora P1 demonstra em sua fala um exemplo de trabalho em conjunto entre a escola e a família na alfabetização, onde os professores buscam fornecer materiais que contribuem com a alfabetização, mas que sua efetividade depende da participação da família. Colello (2021) cita que onde os familiares responderam de forma insuficiente às propostas alternativas de educação apresentadas pela escola houve baixa adesão dos alunos às atividades pedagógicas e consequentemente déficit na aprendizagem.

Na fala da entrevistada P2 nota-se a importância que está dá para o trabalho realizado de forma conjunto entre família, professor e educando no processo de alfabetização, que este é fundamental para um bom trabalho e um bom desenvolvimento da criança. Colello (2021) ressalta que o trabalho realizado entre a família e a escola são de suma importância para adaptação e adesão do educando ao método de ensino utilizado durante a pandemia, e que o contrário resulta em perdas na aprendizagem do educando.

Em sua fala, a entrevistada P3 ressalta que é importante que pais e professores andem juntos, que é papel dos professores orientar os pais para que contribuam de forma correta na aprendizagem do filho tornando-os ativos neste processo. Assim evidencia-se que na perspectiva das entrevistadas deve haver um vínculo entre a escola e família para a aprendizagem do aluno, que os pais têm junto com os professores um papel importante na alfabetização de seus filhos.

ISBN 978-65-5629-077-5

No quadro - 8 estão presentes os relatos referentes à opinião das educadoras sobre o ensino remoto, relacionado à qualidade da educação e ao seu acesso pelos educandos.

Quadro - 8: Opinião sobre o ensino remoto em relação a qualidade e acesso ao ensino

	Depoimentos dos sujeitos da pesquisa
P1	Foi um período bem difícil e a gente conversando entre nós, assim nós professoras na escola você que de modo geral todo mundo tava indo assim atrás de uma terapia, tomando medicação para dormir, tomando fitoterápicos, porque as crises de ansiedade apareceram, foi um período muito complicado e daí essa questão da tecnologia teve muita gente que se vir desesperada porque não sabia, não conseguia.
P2	Na verdade, incomodou sim. Nós professores tivemos que mudar bastante a nossa rotina, porque até então em sala de aula você não atendia pai no horário de trabalho, né? você só dava atenção para o pai no dia da hora atividade como hoje eu estou te entendendo, né. Com a pandemia ficou muito liberado, aí a gente tinha, como você mesma colocou, pais mandando mensagem às 11 horas da noite, pais mandando mensagem às 6:30 da manhã e assim a gente se sentia na obrigação de responder. Porque, porque era a única maneira que a gente conseguia ter esse acesso com o pai, os pais também, muitos pais não pararam, trabalharam direto, então foi assim uma adaptação nossa, do pai e da criança.
P3	Acredito que sim, principalmente na parte psicológica do desenvolvimento e não somente em relação ao processo de alfabetização, mas em relação ao processo de formação humana social e histórica.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Tratando-se da qualidade e acesso ao ensino em relação a utilização do ensino remoto, percebe-se na fala da professora P1 que a mudança do ensino de maneira súbita trouxe consequências à saúde e consequentemente a qualidade do ensino prestado por estes profissionais. Avrella e Cerutti (2018) revelam que a inserção de tecnologias no ensino deve ser feita de forma gradativa, de forma a respeitar os envolvidos. Regra esta que as demonstram não ter sido seguida e justifica as consequências na qualidade do ensino.

A segunda participante apresentou relato parecido a primeira, onde expressa seu descontentamento com a mudança de rotina e com as imposições resultantes desse processo, mas que compreende a necessidade destas mudanças para a continuidade do ensino.

A entrevistada P3 disse que houveram mudanças de cunho psicológico no desenvolvimento e no processo de alfabetização que interferiram na qualidade do ensino e no processo de formação humano. Borges et al. (2020) afirma que o ensino de forma presencial na educação básica é indispensável, portanto a

ISBN 978-65-5629-077-5

realização da alfabetização a distância vem a interferir nos resultados dos educandos relacionados à aprendizagem.

O quadro - 9 apresenta os depoimentos das professoras sobre sua formação durante a pandemia, se houve um preparo dos professores para ministrar aulas remotamente, como este foi feito e se este foi e está sendo suficiente.

Quadro - 9: Formação durante pandemia

	Depoimentos dos sujeitos da pesquisa
P1	Então conforme você vai conversando com as colegas, essa troca de experiências é muito rica, porque às vezes você chega em uma escola, quando eu cheguei onde eu trabalho de manhã é uma correria então o pessoal não vai chegar em você e falar assim olha vai ser assim. Então tem que partir muito de você, essa pro atividade é muito importante, você chegar conversar e perguntar, querer trocar atividades, às vezes alguém compartilha a atividade dele e você compartilha a tua, isso acaba sendo muito rico, acaba sendo fundamental no trabalho do professor alfabetizador, de todos.
P2	Nós estamos recebendo de fora vários atendimentos, assim no sentido de cursos, palestras. Mas nós professores precisamos buscar o nosso conhecimento, livros.
P3	Várias, as quais possibilitaram novos rumos didáticos que para o momento nos possibilitou estar realizando os encaminhamentos necessários para a continuidade do processo de alfabetização, mas claro, que agora com auxílio dos recursos tecnológicos, família e alunos.

Fonte: Dados colhidos por meio de entrevistas.

Sobre sua formação durante a pandemia, a entrevistada P1 afirmou que a troca de informações e experiências entre os docentes foi muito importante, mas que além disso é necessário que estes profissionais tenham pro atividade e busquem adquirir conhecimento.

Almeida (2020) cita que para que os profissionais da educação possam desempenhar seu papel de forma adequada é necessário qualificação, que os mesmo desenvolvam a aprendizagem por meio de cursos de formação contínua, e que este os beneficia individualmente e profissionalmente.

A entrevistada P2 demonstra a mesma opinião sobre sua formação, onde por mais que foram oferecidos cursos e treinamentos o professor também deve buscar mais conhecimento. Na perspectiva da terceira entrevistada as diversas formações oferecidas durante a pandemia agregaram maior conhecimento e possibilitaram a continuidade do processo de alfabetização.

Os materiais disponibilizados para adequação dos educadores a utilização das novas tecnologias agregam conhecimento, ao mesmo tempo que beneficia estes profissionais ao oportunizar meios para sua qualificação através de meios tecnológicos (ALMEIDA, 2020).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-5629-077-5

Em análise dos dados colhidos por meio de referencial teórico e entrevistas realizadas com profissionais da educação se pode concluir que na perspectiva destes educadores o processo de alfabetização teve que superar diversas dificuldades e problemas em relação ao acesso dos educandos aos meios tecnológicos empregados para o ensino remoto.

Foi possível observar que as mudanças ocorridas tiveram grande impacto não apenas no processo de alfabetização dos educandos, mas também nas famílias e nos profissionais da educação. Que os educadores não encontravam-se preparados para esse modo de ensinar e que isso resultou em impactos negativos a sua saúde e qualidade de vida.

De outro modo também pode-se observar que estes educadores visualizaram nas dificuldade encontradas oportunidades de formação, e que estes buscaram formas de se capacitar além das oferecidas pelo ministério da educação. A falta de estrutura adequada para professores e alunos, e falta de preparo dos pais para ensinar seus filhos proporcionaram na visão destes profissionais defasagem na aprendizagem, esta que não vem apenas interferir momentaneamente, mas que terá consequências a longo prazo na alfabetização e aprendizagem dos educandos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Ensino Híbrido, rotas para implantação na educação infantil e no ensino fundamental,** Pró Infantil Editora, Curitiba, 2020.

AMORIM, D. 8,7 milhões no País não têm acesso a aulas remotas. **O Estado de São Paulo**, Metrópole. São Paulo: 21 ago. 2020, p. A13.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância,** v.7, n. 1, p. 257-275, maio de 2020. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/%20article/view/621. Acesso em: 20 abr. 2021.

AVRELLA, J. F.; CERUTTI, E. Tecnologias na educação: O ensino híbrido enquanto possibilidade metodológica. **Rev. Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, RS. (Pág. 41-56). Disponível em: http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/3242/pdf Acesso em: 05 jul. 2021.

BORGES, E. M. *et al* . Em defesa das tecnologias da informação e comunicação na educação básica: diálogos em tempos de pandemia. **Revista Plurais,** Salvador, v. 5, n. 1 p. 146-149, jan/abr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342979258_EM_DEFESA_DAS_TECNOLOGIAS_DE_INFORMACAO_E_COMUNICACAO_NA_EDUCACAO_BASICA_dialogos_e_tempos_de_pandemia . Acesso em: 24 abr. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Pesquisa Qualitativa para a Educação**. Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho nacional de educação. **Parecer 15/2020,** Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1603 91-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (Terceira Versão).** Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

CANCLINI, N. G. **Culturas Hibridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização em tempos de pandemia**.** Faculdade de Educação da USP. Convenit Internacional 35, jan-abr 2021. **Cemoroc-Feusp.** Disponível em: Alfabetização em tempos de pandemia - Silvia Colello. Acesso em: 21 abr. 2021.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: SP: Papirus, 2015 – Prática Pedagógica.

LUIZ, Silvania Sousa Felipe. **Alfabetização na pandemia**: realidades e desafios. Universidade Federal da Paraíba - Universidade Aberta do Brasil**.** DUAS ESTRADAS/PB. 2020 Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19167 Acesso em: 21 abr. 2021.

MORAES, Renato Bulcão de. **O novo paradigma da educação.** (2020) Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/1820/2020/08/o_novo_paradigma_da_educacao. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Lucilene Simone Felippe. A Inserção acelerada das TDIC na educação infantil e ensino fundamental i diante a pandemia da Covid – 19. (2020) **Brazilian Journal of Policy and Developmente**-ISSN: 2675-102X.

RANGEL, Thalita Gomes Tavares; ROCHA, Melyssa Araújo Cabral da; MANHÃES, Júlia Rodrigues; SANTOS, João Batista da Silva. O processo de alfabetização e letramento na educação infantil: desafios para o ensino em tempos de pandemia. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. **Revista Philologus**, Ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2020

SANTOS, Helena Mesquita Burguete. Desafios para alfabetizar em tempos de pandemia. **Revista Educação em Foco** – Edição nº 13 – Ano: 2021 Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/03/DESAFIOS-PARA-ALFABETIZAR-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA.pdf Acesso em: 02 mai. 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ISBN 978-65-5629-077-5

A INTERDISCIPLINARIDADE A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL RECEITA: ATIVIDADES COM MASSA DE MODELAR

Dirce Pereira dos Santos[1]
Ivone do Carmo Bertoluci da Luz[2]
Marilete Rita de Freitas[3]
Sueli Gedoz[4]

Resumo: O trabalho apresentado neste relato foi realizado no âmbito do Programa Residência Pedagógica que no Centro Universitário Univel focaliza a Alfabetização e o Letramento. O intuito é apresentar a importância da interdisciplinaridade na alfabetização a partir do gênero textual receita. O trabalho ancora-se numa atividade prática realizada com a receita de massa de modelar, explorando o uso do gênero textual no processo de alfabetização, criando-se, assim, uma prática de letramento. A atividade foi aplicada em uma escola da rede pública municipal de Cascavel, com alunos de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental, sendo essa escola e turma, campo de atuação dos residentes e de uma das professoras preceptoras participantes do referido Programa. Além dessa prática na escola e completando outras ações solicitadas no Programa Residência Pedagógica, as acadêmicas residentes também realizaram uma oficina no Centro Universitário Univel expondo o trabalho empreendido no espaço escola com o gênero textual receita. Trata-se de um trabalho que associa teoria e prática e promove um contato com os futuros campos de atuação dos acadêmicos em formação inicial. Há, nesse estudo, uma pesquisa bibliográfica e também de campo, com enfoque no viés qualitativo de pesquisa. Os resultados demonstram que a interdisciplinaridade é sempre importante na alfabetização e a abordagem dos gêneros textuais num contexto de uso da leitura e da escrita, como é o caso do gênero receita, promove aprendizagem significativa. As ações realizadas também enriqueceram as vivências das acadêmicas residentes.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Alfabetização. Gênero Textual. Massa de modelar. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

O relato de experiência ora apresentado partiu de uma atividade prática desenvolvida no Programa Residência Pedagógica, que no Centro Universitário Univel é realizado por meio do projeto institucional de Alfabetização e Letramento, sendo este de caráter de extensionista.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL, Bolsista do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES
[4] ORIENTADORA: Professora Doutora em Letras, do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL. Orientadora do Programa Residência Pedagógica UNIVEL/CAPES.

ISBN 978-65-5629-077-5

O Programa Residência Pedagógica é organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível – CAPES, em parceria com Instituições de Ensino Superior – IES e escolas públicas. Trata-se de "[...] é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica" (BRASIL, 2020, p. 1). Com a abertura do Edital para seleção de projetos, em janeiro de 2020, o Curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel encaminhou um projeto, direcionado à Alfabetização e Letramento, ao referido Programa, e este projeto foi selecionado. As ações começaram a ser desenvolvidas no ano de 2020.

Contando com três categorias de bolsistas, sendo 24 acadêmicos residentes, 3 professores denominados preceptores, atuantes em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e um professor coordenador institucional, as ações do Programa Residência Pedagógica no projeto de Alfabetização e Letramento contribuem "[...] de modo significativo para a articulação e integração do Centro Universitário Univel, por meio do curso de Pedagogia, com as Escolas Municipais da Rede Pública de Cascavel/PR e o fomento de análise e implementação de novas práticas pedagógicas" (UNIVEL, 2020).

No caso específico do Centro Universitário Univel, os acadêmicos residentes foram divididos em duas escolas municipais participantes do Programa, nas quais atuam os professores preceptores selecionados. Os residentes realizam vivências práticas nas escolas, com o desenvolvimento de atividades de observação, coparticipação e regências, sendo integrada a elaboração de planejamento para as aulas e materiais pedagógicos, em conjunto com os professores orientadores do Centro Universitário Univel e o professor preceptor.

Para os momentos de coparticipação e regência são elaboradas atividades práticas a serem desenvolvidas com os alunos das turmas de alfabetização. Cada residente, de forma individual ou em equipe, aplica em sala de aula os conteúdos próprios da turma/ano, elaborando estratégias que promovam a interação e aprendizagem desses conteúdos.

Nesse contexto, uma das atividades empreendidas em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental foi um trabalho com o gênero textual receita. Além de desenvolver encaminhamentos na sala de aula, todo o resultado verificado nessa prática foi também apresentado numa oficina organizada para exposição das ações do Programa.

A atividade intitulada como "A interdisciplinaridade a partir do gênero textual receita: atividades com massa de modelar" visa demonstrar a diversidade que o trabalho com gêneros textuais oferece. É possível trabalhar de forma interdisciplinar e promover a ideia de interação dos alunos entre si e dos alunos com os familiares, além de proporcionar para as crianças o contato com o gênero de forma contextualizada, resgatando inclusive, livros de receitas. Logo conforme Brasil (2002) apud Medeiros (2009):

> A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e

ISBN 978-65-5629-077-5

> atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. (BRASIL, 2002, p. 88-89 apud MEDEIROS, 2009, p.1)

Nesse sentido Medeiros (2009) complementa que "[...] a interdisciplinaridade na escola vem complementar as disciplinas, criando no conceito de conhecimento uma visão de totalidade, onde os alunos possam perceber que o mundo onde estão inseridos é composto de vários fatores, que a soma de todos formam uma complexidade" (MEDEIROS, 2009, p.1). Trabalhar o gênero textual receita favorece a ampliação das habilidades da leitura e da escrita para os alunos das turmas de Ensino Fundamental e promove aprendizagens significativas e construtivas envolvendo os alunos em novas descobertas do mundo. De acordo com o Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR, o trabalho com os diferentes gêneros textuais é necessário e por meio dele deve-se:

> [...] reconhecer os gêneros como instrumentos da interação verbal, pois é neles que os textos-enunciados se organizam, moldando o discurso conforme o campo de atividade em que se situa. É possível dizer que os gêneros estão presentes em todas as nossas relações sociais formais e informais (CASCAVEL, 2020, p. 350)

Realizar procedimentos com o gênero receita, em sala de aula, também é uma forma de possibilitar situações e vivências que as crianças terão em seu cotidiano, assim é algo que frequentemente estará presente na leitura ou escrita desses alunos, e conforme a Base Nacional Comum Curricular cita:

> No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social (BRASIL, 2018, p. 63).

O mesmo documento também complementa que:

> Analisar a circulação dos gêneros do discurso nos diferentes campos de atividade, seus usos e funções relacionados com as atividades típicas do campo, seus diferentes agentes, os interesses em jogo e as práticas de linguagem em circulação e as relações de determinação desses elementos sobre a construção composicional, as marcas linguísticas ligadas ao estilo e o conteúdo temático dos gêneros (BRASIL, 2018, p.74).

Assim, favorecer e fornecer situações lúdicas para a aprendizagem buscando construir um melhor entendimento entre o gênero textual e as experiências de vivências são de grande valia para a criança que aprende sistematizando as diferentes situações que envolvem além do ler e escrever, a

ISBN 978-65-5629-077-5

criação, a brincadeira, a oralidade, o praticar, o entender a estrutura e diferentes gêneros textuais existentes. A intencionalidade na escolha do gênero também traz para a sala de aula algo que está presente no dia a dia da criança, no seu cotidiano, em seu lar.

Para Barbosa (2003), existem dois pontos importantes a serem considerados no trabalho com o gênero receita: fazer com que os alunos comecem a atentar para as características de títulos de receitas e possibilitar que eles tenham certa autonomia de leitura e leiam com mais fluência (BARBOSA, 2003, p. 12).

Além disso, o trabalho com as receitas considera os pressupostos defendidos por Soares (2003) para essas práticas, sendo a alfabetização definida como o processo de "[...] tornar o indivíduo capaz de ler e escrever [...], processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, técnicas para exercer a arte e ciência da escrita" (SOARES, 2015, p.15). Também para Soares (2003, p.23), práticas nesse enfoque são formas de letramento, uma vez que "Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno". Logo fornecer ao sujeito diversos meios para a sistematização da escrita é de grande valia, e também é necessário utilizar diversas didáticas em sala de aula que agregam à criança uma melhor compreensão do símbolo, seu significado.

O trabalho com o gênero receita conforme será posteriormente detalhado, foi realizado por algumas residentes do Programa Residência Pedagógica numa turma de 1º ano, de uma das escolas municipais de Cascavel/PR participantes do referido Programa. Dado o sucesso dessa ação, todo o percurso empreendido no planejamento e execução foi também apresentado, no formato de oficina, em um evento organizado para expor as ações do Programa, sendo esse evento o I Seminário do Programa Residência Pedagógica da Univel. As duas ações, prática na escola e oficina, mostraram-se proficientes, comprovando mais uma vez a importância do fomento a programas para a formação inicial de futuros docentes e também a parceria entre a CAPES, as instituições de ensino superior e a escola pública.

2 METODOLOGIA

Para a organização da atividade regência (prática em sala de aula) e da oficina no evento, utilizou-se da metodologia de pesquisa qualitativa visto que tem o intuito de aprofundar o conhecimento dos participantes sobre a interdisciplinaridade a partir do gênero textual receita. Também foi usada a pesquisa bibliográfica, realizada na consulta a artigos científicos, livros e documentos oficiais para a definição de termos e estudos teóricos. O estudo de caso foi utilizado porque trata-se de uma ação desenvolvida em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental e também uma oficina realizada no Centro Universitário Univel.

Assim sento, a prática intitulada "A interdisciplinaridade a partir do gênero textual receita: atividades com massa de modelar" surgiu no Programa Residência Pedagógica, por meio de um plano de aula aplicado em uma turma de 1º ano, em uma escola pública municipal de Cascavel/PR. O primeiro momento propiciou a visita à escola e a interação com a turma. Nesse tempo aconteceu a criação da

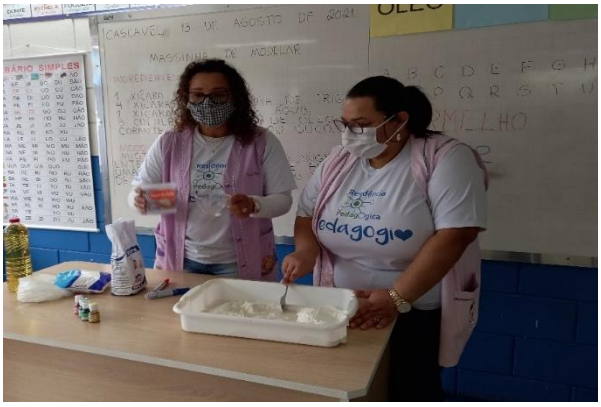
ISBN 978-65-5629-077-5

massinha de modelar, quando as residentes, sob acompanhamento da professora preceptora do Programa, iniciaram a atividade com as crianças, com indagações se estas já haviam tido contato com o gênero textual receita.

Na sequência da sondagem pode-se perceber que a maioria das crianças, no contexto atual, já teve contato com o gênero receita, especialmente a receita culinária, por via tecnológica e com familiares. Ao finalizarem a indagação as residentes apresentaram então livros de receitas que eram utilizados em algum tempo atrás. Isso ocorreu para que os alunos percebessem os suportes de circulação do gênero, bem como a organização textual. A interação foi seguida de muito diálogo e demonstração da impressão da receita da massinha de modelar e também leitura da mesma, escrita no quadro da sala de aula.

Com a leitura foram sendo destacados no texto a estrutura composicional do gênero receita (o seu formato que designa uma receita) e os elementos linguísticos necessários à compreensão de textos desse gênero, por exemplo a xícara, a colher de sopa e assim por diante. Relacionando o texto com a alfabetização, num movimento que considera o texto como unidade de sentido para esse trabalho, com cores diferentes as crianças foram localizando as letras sugeridas pelas residentes, considerando que no momento de realização da receita, a turma trabalhava com a letra P. Assim houve a fixação da relação grafema-fonema. Após esse momento deu-se início à criação da massinha de modelar. Conforme foram separando os itens da receita, as crianças liam no quadro os ingredientes que formavam a receita, assim como a sua quantidade. Essa prática mostra como é possível aliar a alfabetização ao letramento em sala de aula, evidenciando um trabalho voltado à contextualização e ao usos sociais da leitura e da escrita.

Figura 1 - Registro separação dos ingredientes – demonstração de medidas



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos do estudo de campo (2021)

Para um entendimento maior, as residentes pesquisadoras esclareceram que existem nas medidas algo que as crianças devem se atentar como por exemplo meia xícara, que não é necessário quebrá-la, mas sim medir a metade da mesma. Essa interação gerou risos na sala. Após isso também houve o momento de demonstrar como seria a mistura dos ingredientes. Pelo momento e contexto atual vivido de Pandemia de Covid-19, as crianças não puderam participar/exercitar a mistura da massinha, mas acompanharam atenciosamente todas as ações, com o devido cuidado.

ISBN 978-65-5629-077-5

Figura 2 - Registro dos ingredientes sendo misturados



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos do estudo de campo (2021)

Após a finalização da mistura, as massinhas coloridas foram divididas e distribuídas para as 8 crianças que estavam presentes na turma no dia da aplicação da atividade. Com a massa em mãos, a primeira atividade solicitada aos alunos foi criar as letras do nome, em seguida as crianças foram convidadas a criar um boneco para representarem o seu próprio corpo, com o auxílio de um espelho em sala a professora preceptora também ajudou no cumprimento da atividade, com a percepção de cada membro do corpo. Para um maior contexto as crianças também cantaram a música "Cabeça, ombro, joelho e pé".

Figura 3 - Registro criação do nome/corpo com a massinha



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos do estudo de campo (2021).

Para finalizar a atividade do dia, as crianças criaram os números de 0 a 10, de forma lúdica com a manipulação da massinha de modelar. Todas essas atividades foram registradas por fotos que contemplam todo o momento do trabalho desenvolvido. A partir das atividades registradas a professora preceptora organizou cartazes com as conteúdos que deram sequência ao estudo dos numerais e identificação da imagem atrelado à escrita.

ISBN 978-65-5629-077-5

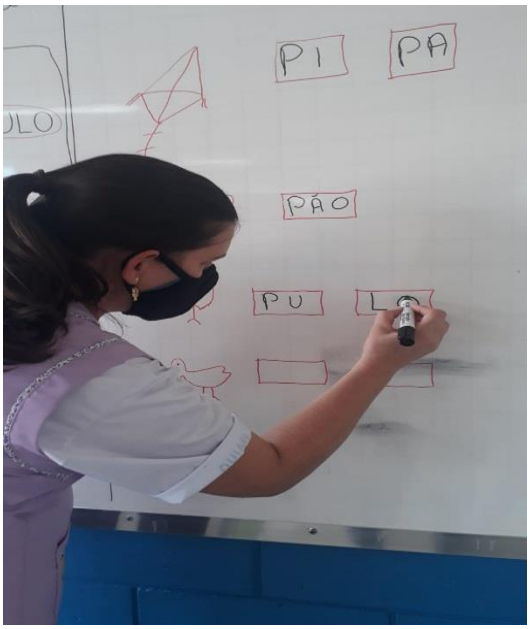
Figura 4 - Registro continuação da atividade de modelagem livre e nome



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos da atividade em campo (2021)

O segundo momento deu sequência às atividades já organizadas pela professora preceptora regente a turma em que as residentes fizeram essas atividades. Uma das residentes realizou a atividade direcionada ao uso dos cartazes confeccionados, em que cada criança reconhecia as quantidades das imagens, contando e registrando em seu caderno os numerais que identificaram na contagem. Após a finalização da atividade envolvendo o componente curricular Matemática, outro cartaz foi utilizado, abordando o reconhecer das imagens com a escrita, atrelando, assim, a imagem à alfabetização. Em momentos esparsos as crianças tiveram brincadeiras livres em que puderam manusear a massinha e criar conforme seu interesse.

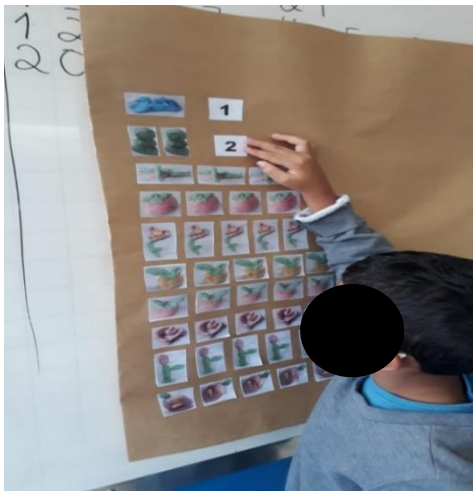
Figura 5 - Registros do segundo momento de atividades



ISBN 978-65-5629-077-5

Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos da atividade em campo (2021)

Figura 6 - Registros do segundo momento de atividades



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos da atividade em campo (2021)

Além de todo o trabalho desenvolvido na escola, principal campo de atuação dos residentes, para finalizar a aplicação houve também a apresentação no 1º Seminário do Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, momento em que as residentes, por meio de uma oficina, expuseram, para o público presente, toda essa experiência vivenciada e também criaram a massinha enquanto apresentavam a prática realizada na escola campo. Ainda que o público da oficina fosse todo formado por jovens e adultos, a interação superou as expectativas das residentes, o público também ajudou a amassar a massinha e contribuiu com experiências também vividas com a mesma temática.

Figura 6 - Registros da finalização da atividade e exposição em oficina do Programa Residência Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos da atividade em campo (2021)

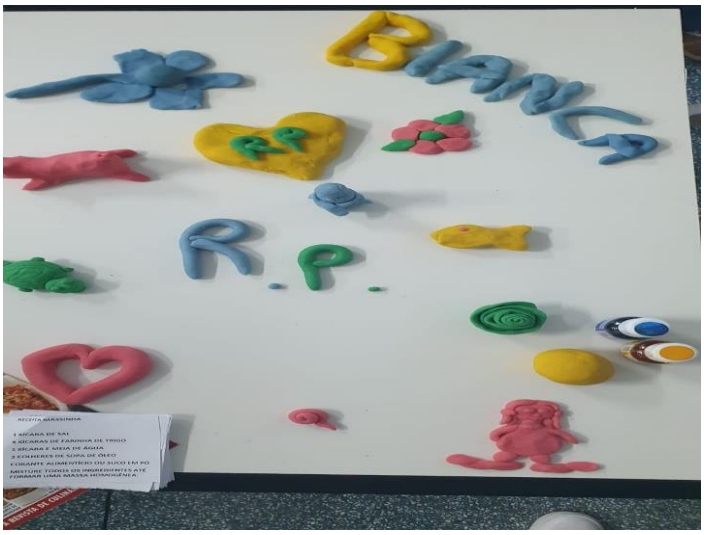
3 RESULTADOS

Os resultados revelados nas ações realizadas mostraram a importância do trabalho com os gêneros textuais em sala de aula e a necessidade de articulação

ISBN 978-65-5629-077-5

entre a teoria e a prática, sendo este um dos objetivos do Programa Residência Pedagógica. Fundamentada nos estudos teóricos efetivados nas formações promovidas no Programa, houve então, a prática em sala de aula.

Figura 7 - Registros da finalização da atividade com o gênero receita



Fonte: Arquivo pessoal das autoras – fotos da atividade em campo (2021)

Em ambas situações da aplicação das atividades (escola e oficina) houve muita interação e de maneira geral, foi possível perceber que por meio de alguns itens e de um processo lúdico, a criança consegue criar sua própria massinha. Esse recurso, massa de modelar, instigou e colaborou com o fortalecimento do movimento motor da criança, além do outros aspectos ligados ao desenvolvimento cognitivo. E atrelar a criação ao momento colaborou com a fixação do conteúdo e melhor entendimento de quesitos relacionados à alfabetização, especialmente o estudo do gênero textual de forma interdisciplinar. O receio que as residentes tinham quanto ao saber envolver-se com a regência no Programa Residência Pedagógica foi superado, uma vez que a turma do 1º ano colaborou de forma entusiasmada com toda aplicação, e ter um contato residência/regência foi muito marcante para as acadêmicas, já que desses momentos e registros puderam aprimorar e colocar em prática o que aprendem no Programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi articular teoria e prática, associando os conceitos estudados no decorrer dos estudos teóricos do Programa Residência Pedagógica com a prática em sala de aula. Desse modo, foi possível desenvolver uma abordagem dinâmica em relação ao gênero textual e promover a interdisciplinaridade que envolve todo o meio alfabetizador. Nesse sentido a criação da massinha de modelar e o trabalho do gênero textual receita visou a proposição de um estudo significativo para o aluno e para a sua aprendizagem. No que se refere à oficina realizada, a divulgação das ações práticas promoveu mais conhecimento para futuras atuações dos participantes da oficina.

Assim, dentro do aspecto desenvolvido e da correlação com outras áreas do desenvolvimento, entende-se que houve um atendimento das expectativas, com resultados satisfatórios, tanto com a produção quanto com o domínio na aplicação.

ISBN 978-65-5629-077-5

Isso tudo agregou valores e conhecimentos no processo de envolvimento com a alfabetização.

O objetivo principal foi de maneira geral atingido, uma vez que tanto na prática em sala de aula quanto em apresentação no I Seminário da Residência Pedagógica do Centro Universitário Univel, houve muita interação e demonstrou que a interdisciplinaridade com o gênero receita e a massa de modelar pode servir de base para estudos e ações futuras a serem realizadas em sala de aula. Logo, esse trabalho foi muito importante para o conhecimento das residentes e de todos os envolvidos no processo pois proporcionou maior compreensão quanto à utilização do gênero textual receita na alfabetização e também na utilização da interdisciplinaridade. Além disso foi possível fazer um aprofundamento no tema visto que com a aplicação do projeto, a junção da teoria com a prática levou a aperfeiçoar as competências e assim articular com as vivências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002a.

BRASIL. Capes. **Edital Capes nº 01/2020**: Residência Pedagógica. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf. Acesso em: 18 set. 2021

BARBOSA, J. P. **Trabalhando Com Gêneros do Discurso receita**. São Paulo: FTD, 2003 BRASIL.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para rede pública municipal de ensino de Cascavel**: volume II: ensino fundamental - anos iniciais. Cascavel/PR: SEMED, 2020.

MEDEIROS, Michelle. A interdisciplinaridade na escola. **Webartigos**. set, 2009. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-interdisciplinaridade-na-escola/24165/. Acesso em: 21 set. 2021.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2015.

UNIVEL. Centro Universitário Univel. **Projeto Institucional Residência Pedagógica**- Pedagogia, Cascavel-PR: Univel, 2020.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

RACISMO, FEMINISMO NEGRO E EDUCAÇÃO

Isabela Borstel dos Santos[1]
Thais Damaris da Rocha Thomazini[2]

Resumo: Este artigo discorre sobre a maneira como a mulher negra é representada nos currículos educacionais e, para isso, fundamenta-se na teoria sobre o racismo estrutural defendida por Silvio Almeida (2019). O trabalho também enfatiza as contribuições produzidas pelas feministas negras bell hooks[3] (2020), Djamila Ribeiro (2019) e Lélia Gonzalez (2019) e, ainda, faz uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando o tema delimitado, a pesquisa articula-se em torno do problema sobre como a mulher negra é apresentada nos conteúdos escolares e como é possível, por meio dos estudos de autores negros, identificar os preconceitos construídos histórica e culturalmente e, assim, intervir no processo de desconstrução de perspectivas e atitudes racistas. Para isso, recorreu-se a pesquisa bibliográfica como forma de amparar as reflexões sobre a repercussão do racismo tanto na educação, quanto na representação de mulheres negras. Conclui-se que a presente pesquisa possa ser fundamental no que tange a proporcionar maior conhecimento e consciência quanto aos problemas do racismo e de outras manifestações de desrespeito à humanidade na conjuntura social, possibilitando a formação de novas formas de pensar, no sentido de ampliar horizontes e perspectivas, em favor de uma formação humana pautada em igualdade e respeito.

Palavras-chave: Educação. Racismo. Mulher negra. Feminismo negro. Currículo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, a qual envolverá também uma pesquisa de campo, contudo, esse artigo em específico limita-se apenas a apresentar e enfatizar as análises bibliográficas referentes aos temas: racismo, feminismo negro e educação. Tem como objetivo analisar como a mulher negra é representada nos currículos educacionais e as implicações desse processo (visibilidade, indiferença ou silenciamento) na construção e reprodução de estereótipos que contribuem na desvalorização da mulher negra na sociedade brasileira. Para cumprir com os objetivos propostos, esta pesquisa assumiu caráter qualitativo, explicativo e bibliográfico.

Falar em educação é falar sobre formação humana, sendo essa formação um processo dinâmico e contínuo, que se dá por meio das interações sociais inseridas em determinados contextos históricos e culturais, desenrolando-se durante toda a vida dos sujeitos. As interações sociais e seus respectivos contextos histórico culturais estão em constante mudança, justificando assim o fato de que a formação

[1] Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel.
[2] Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel, Mestre em Ciências Sociais.
[3] A autora bell hooks adota a grafia de seu nome em letras minúsculas como uma forma de demonstrar que suas ideias são mais importantes que sua pessoa.

ISBN 978-65-5629-077-5

humana não é um produto, mas um processo com duração de vidas inteiras. Os processos formativos, ou processos de aprendizagem, ocorrem não apenas de forma espontânea, mas também de forma sistematizada, institucionalizada e intencional, isto é, por meio da educação formal que acontece na escola.

Em seus documentos curriculares, a escola, enquanto instituição social, reflete uma sociedade marcada pela dominação, que, por sua vez, é legitimada pelas relações raciais em que se percebe ora escancaradamente, ora disfarçadamente, o racismo. Diz-se que a escola reflete a sociedade, pois

> As instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Ao longo da experiência escolar, os educandos deparam-se com a pessoa negra em meio aos livros didáticos que contam sua história e concedem a ela uma identidade específica, até mesmo padronizada. Em outras palavras, nota-se que os currículos educacionais e a extensão destes nos livros didáticos expõem o negro e a cultura negra a partir de um ponto de vista "colonizador", marcado por estereótipos e inúmeros preconceitos. Por esse motivo, movimentos negros surgem e reivindicam o direito à voz para proclamar sua própria identidade e legitimar seus próprios conhecimentos, combatendo a identidade e o conhecimento que lhes foram impostos. Além do movimento negro, tem-se também o movimento feminista negro, no qual mulheres negras visam falar sobre seus problemas sob perspectiva própria, buscando maior visibilidade e valorização em um contexto de profundo esquecimento e precariedade.

Falar sobre racismo requer um abandono de pré-concepções por parte de qualquer um que esteja disposto a entende-lo, pois a sociedade é marcada por esse racismo, e, mesmo assim, é comum ouvir a maioria das pessoas declararem não ser racistas e afirmar que o problema não lhes é próximo. O ato de não reconhecer o racismo nas próprias ações e discursos revela a falta de conhecimento de que o racismo não é um problema individual, mas estrutural, portanto, não se trata de ser racista, mas de fazer parte de uma estrutura racista. O fato de os sujeitos não se reconhecerem como racistas, ou como parte da estrutura supracitada, implica na naturalização do racismo, pois negar o problema não suprime a sua existência, pelo contrário, extingue as possibilidades de encarar, questionar e solucionar a questão.

Falar sobre racismo na perspectiva feminista negra é abranger, para além da questão racial, a questão de gênero e de classe. O movimento feminista negro ajuda na compreensão da complexidade de não apenas ser mulher, mas também ser negra. Logo, esse movimento surgiu como uma forma de denunciar o feminismo enquanto um movimento que apenas considerava as mulheres brancas, ou nas palavras de hooks (2020, p. 90) "[...] um movimento feminista que inicialmente não considerava diferença racial ou a luta antirracismo".

Portanto, sabendo que a mulher é atacada pelo machismo e ferida em todos os seus aspectos, sejam eles físicos e psicológicos, ou sejam eles mais estruturalmente amplos, nos âmbitos financeiros, políticos e culturais, entende-se que a mulher negra é atacada e ferida nos mesmos aspectos, no entanto, carrega

ISBN 978-65-5629-077-5

em si mesma um problema a mais, expresso em sua cor. Nota-se, portanto, a inter-relação entre gênero, classe e raça na vivência da mulher negra, em que ela sofre não apenas por ser mulher, mas também pelas limitações financeiras e, principalmente, por ser negra. É neste contexto que irrompe o conceito de interseccionalidade, o qual aponta para a interdependência das condições de raça, classe e gênero, e ajuda a compreender a experiência da mulher negra considerando o lugar que ela ocupa na dinâmica das relações sociais.

A interseccionalidade possibilita entender um fenômeno social considerando aspectos identitários para além da questão de gênero, pois considera também a questão de raça e de classe. Kyrillos (2020, p.1) define o conceito de interseccionalidade como

> Uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem.

Neste sentido, é válido ressaltar que o feminismo negro foi fundamental pois enfatizou a questão da raça em um movimento que apenas evidenciou a questão de gênero e somente considerou a situação das mulheres brancas. Sendo assim, a interseccionalidade aponta para o fato de que gênero, raça e classe são indissociáveis, e ainda atenta para o fato de que as diferentes opressões se combinam e entrecruzam, portanto, não é possível lutar contra uma forma de opressão isoladamente.

Costuma-se pensar que a educação é capaz de solucionar os problemas da sociedade, porém, ela não poderá concretizar tal objetivo enquanto for instrumento de mera reprodução da estrutura vigente. A não reprodução da estrutura implica em conhecê-la e assumir responsabilidade por ela. Implica também em questionar aquilo que se ensina aos educandos, aquilo que é apresentado e consumido como um fato. Por isso, as teorias feministas negras, tornam-se fundamentais para a consciência e amparo para os questionamentos. Os conhecimentos gerados pelo movimento negro são instrumento de resistência e respaldo por uma (re)formação, tendo em vista um processo de desconstrução da estrutura racista.

Primeiro, é preciso entender e conhecer nosso lugar na estrutura racista, pois postula-se que todos as pessoas são parte do problema, seja por meio de atitudes racistas, seja por meio do espaço de privilégio que ocupam na sociedade em detrimento do espaço que é concedido aos negros. Os educadores, enquanto agentes no processo de formação humana, deparam-se com a oportunidade de trazer à consciência, construir questionamentos, problematizar e desnaturalizar o racismo por meio de diálogos com os educandos, num ambiente de aprendizagem que não se limita a apresentar os conteúdos curriculares, mas a se posicionar frente a eles com olhar crítico e questionador.

Conhecer o racismo e perceber-se como responsável por ele de alguma forma é reconhecer uma humanidade que transcende parâmetros classificatórios que apenas discriminam, marginalizam e excluem pessoas por sua cor. Um professor

ISBN 978-65-5629-077-5

que entende o racismo estrutural é um sujeito capaz de formar pessoas para fazer parte da humanidade tal como ela é: uma estrutura na qual todos atuam e todas as ações afetam o todo, concomitantemente. Logo, vale ressaltar que

> A estrutura "é viabilizadora, não apenas restritora", o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais. Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsável pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (ALMEIDA, 2019, p. 36).

Discorrer sobre racismo no âmbito da educação é primordial pois sabe-se que a modalidade educacional de maior alcance, mais amplamente difundida, é a educação formal, disseminada nos ambientes escolares. Sabe-se também que esta educação traz em seus processos formativos os conteúdos indicados pelos currículos educacionais, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, é preciso atentar-se ao que há de implícito nestes conteúdos.

Diz-se necessário atentar-se ao que há de implícito nos conteúdos curriculares porque entende-se que a educação formal traz em si o conhecimento científico, e entende-se ainda que o conhecimento científico assume, muitas vezes, uma condição quase dogmática, pois a sociedade tende a acreditar no conhecimento científico como uma verdade absoluta. É claro que há validade no conhecimento científico dado o rigor de sua produção, mas ele também é passível de mudança, de questionamento. O conhecimento científico é um instrumento de poder, pois, como salienta Almeida (2019, p. 48)

> A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar [...] Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade.

Por esse motivo a ciência pode tornar-se prejudicial a imagem da mulher negra veiculada na escola, já que o discurso e a imagem propagada sobre ela torna-se aceita como verdade: a mulher negra escravizada, vítima, pobre. Isso sem mencionar a forma como ela é representado na mídia.

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. [...] A escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação

ISBN 978-65-5629-077-5

> graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019, p. 45, grifo nosso).

A questão é que o conhecimento dito científico, indicado pelos currículos educacionais e expressos na escola, precisa ser questionado, pois há potencial para que ele se torne legitimador de um sistema que coloca a mulher negra em posição social de desvantagem. Além disso, a ciência abordada nos conteúdos escolares correm o risco de abranger discursos que fornecem explicações "racionais" para o racismo, os quais contribuem apenas para justificar e naturalizar a discriminação racial.

Tendo em vista o tema proposto e todas as suas implicações, este artigo segue apresentando uma revisão bibliográfica composta pelos seguintes assuntos: breve contextualização histórica da mulher negra escravizada; racismo estrutural; feminismo negro; a escola e a questão étnico-racial; e, por fim, BNCC e a questão étnico-racial. Em seguida, o artigo segue para as considerações finais sobre o tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: MARCAS DA MULHER NEGRA OUTRORA ESCRAVIZADA

A autora Djamila Ribeiro introduz uma de suas obras afirmando que para "falar sobre racismo no Brasil [...] é fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências" (RIBEIRO, 2019, p. 9).

Nesse sentido, não é possível estabelecer o número exato de africanos que foram brutalmente retirados de sua terra natal, mas estima-se que aproximadamente 12,5 milhões deles embarcaram em navios negreiros para diversas regiões da América (GOMES, 2019). Sabe-se que a escravidão no Brasil durou mais de 350 anos, e hoje ela deixa marcado na estrutura social estigmas de discriminação, preconceito, desprezo e marginalização.

É inviável negar que, hoje, o lugar social ocupado pela população negra no país é consequência do passado de escravidão o qual sofreram. Desde o início da constituição nacional, foi concedido à população negra espaços de servidão, em que estes foram explorados e reduzidos a condições desumanas. Após a abolição em 1888, o que permaneceu foi não só violência de ordem física, mas principalmente violência de ordem simbólica, de caráter mais sutil, pois o negro teve sua identidade marcada como inferior aos demais.

Para refletir em específico sobre a mulher negra, sabe-se que a escravidão causou muitas marcas prejudiciais não só à sua imagem, mas também à forma como ela é tratada e representada na sociedade atual. A autora bell hooks, em sua obra "E eu não sou uma mulher?", publicado pela primeira vez em 1981, dedicou um capítulo inteiro para falar sobre a experiência da mulher negra escravizada, e com isso é possível identificar três condições as quais elas sofreram, além de preconceitos oriundos dessas circunstâncias.

A primeira condição foi a exploração dessas mulheres enquanto trabalhadoras. Devido a essa condição, um dos estigmas formulados sobre a mulher

ISBN 978-65-5629-077-5

negra é a de empregada doméstica, limitando-a somente a essa função como se não houvesse nenhum outro espaço social propício a ela.

A segunda condição foi a exploração sexual sofrida pela mulher negra, a qual conferiu a ela a imagem de uma mulher perversa, devassa, prostituta. Quanto a essa noção, hooks (2020, p. 108) faz referência ao "[...] mito da mulher má e sexualmente desinibida". Talvez seja possível notar essa "herança" do passado de exploração sexual da mulher negra quando, em época de carnaval, esta mulher de cor é trajada de maneira vulgar, com a maior parte do corpo exposta, e assim desfila pelas avenidas sendo aplaudida e desejada. Lélia Gonzalez (2019), na obra "Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro", comenta este fato presente na cultura brasileira, no qual a mulher negra, antes vista como mera empregada subalterna, de repente se torna musa admirada. O que acontece, na verdade, é a sexualização do corpo feminino negro, o qual é valorizado somente nestas circunstâncias. De repente, e por breves instantes, a mulher negra solta o peso dos preconceitos que são impostos sobre ela e deixa de ser a empregada, a prostituta. De repente, estima-se a sua imagem. Gonzalez (2019, p. 29, grifo nosso) escreveu:

> É neste instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba" [...] É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada [...] Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. [...] E por que não? Como todo o mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com forte cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco fez com a gente porque a gente é preto. Pra gente que é preta, então, nem se fala. Será que as avós da gente [...] fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito?

Quanto aos efeitos da exploração sexual de mulheres negras escravizadas que repercutem até os dias de hoje, vale ainda mencionar as contribuições de hooks (2020, p. 103, grifo nosso):

> A maioria das pessoas tendem a ver a desvalorização da mulheridade negra como algo que ocorreu somente no contexto da escravidão. Na verdade, a exploração sexual das mulheres negras continuou por muito tempo depois do fim do período da escravidão e foi institucionalizada por outras práticas opressivas. A desvalorização

ISBN 978-65-5629-077-5

> da mulheridade negra depois do término da escravidão foi um esforço consciente e deliberado dos brancos para sabotar a construção da autoconfiança e do autorrespeito da mulher negra.

A outra imagem atribuída sobre a mulher negra é, talvez, menos agressiva que as duas anteriores, mas não deixa de inferiorizá-la e condená-la a um lugar de silenciamento, pois também é um preconceito que limita suas potencialidades, reduzindo-a a uma única possibilidade de ser. Tal imagem tem sua origem na circunstância vivida pela mulher negra escravizada quando assumia a função de cuidar das crianças, filhas de seus proprietários. As condições desumanas sob as quais estavam submetidas claramente desmoralizavam-nas perante os olhos da sociedade, e, por isso, parece que elas obtiveram um certo alívio quando vistas sob a figura mais terna de *mãe*.

> A sistemática desvalorização da mulheridade negra levou a degradar qualquer atividade feita por mulheres negras. Várias mulheres negras tentaram tirar o foco de atenção da sexualidade ao enfatizar seu comportamento com a maternidade. [...] Elas se esforçaram em provar seu valor e sua dignidade ao demonstrar que eram mulheres cuja vida estava fortemente fundamentada na família (HOOKS, 2020, p. 120).

É interessante, porém, notar que todo os estereótipos formados sobre a mulher negra, mesmo a imagem maternal, eram transformados em estereótipos negativos a fim de mantê-las abaixo do nível dos brancos. Sobre o exposto, hooks (2020, p. 141) argumenta:

> Não é muito difícil imaginar como os brancos chegaram a criar a figura da mãe preta. Considerando o desejo de homens brancos pelo corpo de mulheres negras, é provável que mulheres brancas não estivessem satisfeitas com o fato de haver jovens negras trabalhando na casa delas, por medo de que pudesse ser formado um laço entre a jovem e o marido delas, portanto, criaram uma imagem da babá negra ideal. Para começar, ela era assexuada e, consequentemente, tinha que ser gorda (de preferência obesa); também precisava dar a impressão de não ser limpa, por isso usava um lenço sujo e engordurado na cabeça; seus sapatos muito apertados, de onde os pés grandes escapavam, eram ainda mais uma confirmação de sua bestialidade e semelhança com uma vaca. [...] A imagem da mãe preta era representada com afeição por pessoas brancas. [...] Os brancos criaram na figura da mãe preta uma mulher negra que personificava somente aquelas características que eles, como colonizadores, desejavam explorar. Eles enxergavam nela a encarnação da mulher como uma cuidadora passiva, uma figura de mãe que dava tudo sem esperar nada em troca, que não somente reconhecia sua inferioridade em relação aos brancos, mas que os amava. A mãe preta, como representada pelos brancos, não é uma ameaça à ordem social patriarcal branca, porque ela se submete por completo ao regime racista branco. Programas de televisão contemporâneos continuam a apresentar figuras de mãe preta como protótipos de uma mulheridade negra.

ISBN 978-65-5629-077-5

Em síntese, essas são algumas marcas deixadas pela escravidão na vida das mulheres negras, as quais mesmo depois da abolição continuaram sofrendo, seja porque ficaram desamparadas sem ter onde encontrar abrigo e tendo que voltar para a casa de seus senhores, seja pela forma como eram vistas e tratadas em sociedade. Mesmo com o fim da escravidão, a mulher negra continuou sendo vista ora como empregada e cuidadora, ora como prostituta má. Quanto ao espaço social que ela ocupa, pouca coisa mudou: a mulher negra continua atuando enquanto alguém que tem seus afazeres limitados aos cuidados do lar (de outra pessoa).

2.2 RACISMO ESTRUTURAL

Para entender e discorrer sobre o que é racismo, esta pesquisa amparou-se na obra de Silvio Almeida, professor e advogado negro, autor do livro "Racismo Estrutural" (2019). Nesta obra, o autor trata sobre racismo primeiramente explicando o conceito de raça num plano histórico, e depois distinguindo os conceitos de preconceito, racismo e discriminação. Em seguida, aborda o racismo em três concepções: individualista, institucionalista e estrutural. No decorrer de sua obra, traça ainda um panorama sobre racismo relacionando-o ao âmbito da ideologia, da política, do direito, e da economia, de maneira a tornar claro que o fenômeno racista é um problema que permeia a sociedade como um todo.

Quando se fala sobre racismo, é fundamental entender o conceito de raça. Em um primeiro momento, o termo era especifico à área da biologia e usado para classificar, dentro das espécies, grupos distintos com características físicas comuns. O exemplo mais simples da aplicação do conceito de raça na biologia é quando se fala sobre as diversas raças de cachorros: a raça *poodle*, por exemplo, agrupa cães de pelagem ondulada, branca, etc.; já a raça *shih tzu* agrupa cães com o pelo liso e de cores que variam entre branco, preto e marrom. Assim, em uma mesma espécie (cachorros), existem várias raças, pois variam-se as características entre eles. Semelhantemente, acreditava-se que em meio a espécie humana existiam diferentes raças, devido a variação das características físicas entre as pessoas. No entanto, avanços científicos na área da biologia comprovaram que não há, na espécie humana, diferentes raças, o que se nota são apenas variações fenotípicas. Pena e Birchal (2006) publicaram um estudo no qual demonstraram a inexistência de raças humanas biologicamente falando, de modo que "raça" é, quando aplicada à seres humanos, uma questão de ordem moral e ética. Os autores explicam que

> Da mesma maneira que a cor da pele, algumas outras características físicas externas, como o formato da face, a grossura dos lábios e a cor e a textura do cabelo, são traços literalmente "superficiais". [...] As características morfológicas humanas dependem da expressão de um número pequeno de genes e refletem a variação em apenas alguns milhares entre os bilhões de nucleotídeos no genoma humano. Em resumo, as diferenças icônicas de "raças" [...] não refletem variações genômicas generalizadas entre os grupos. [...] Três linhas separadas de pesquisa molecular fornecem evidências científicas sobre a inexistência de raças humanas. A primeira é a observação de que a espécie humana é muito jovem e seus padrões migratórios demasiadamente amplos para permitir uma diferenciação e consequentemente separação em diferentes grupos

ISBN 978-65-5629-077-5

> biológicos que pudessem ser chamados de "raças". A segunda é o fato de que as chamadas "raças" compartilham a vasta maioria das suas variantes genéticas. A terceira é a constatação de que apenas 5-10% da variação genômica humana ocorre entre as "raças" putativas. As evidências levam à conclusão de que raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico (PENA; BIRCHAL, 2006, p. 15).

Desse modo, o termo raça, quando aplicado a seres humanos, torna-se um conceito político, que por muito tempo foi usado como forma de justificar a desigualdade, a discriminação e a exploração de grupos humanos devido a suas características físicas, baseando-se na crença de que pessoas brancas eram superiores. Quanto a superioridade branca, Almeida (2019, p. 21, grifo do autor) explica:

> A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas ou condições climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças*. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos* e *violentos*, além de *pouca inteligência*.

É também imprescindível destacar a diferença entre preconceito, racismo e discriminação ao falar sobre o tema desta pesquisa. De forma breve, entende-se que *racismo* é uma forma sistemática de discriminação a qual se fundamenta na raça, e se manifesta no comportamento de indivíduos ou nas relações de desvantagens e privilégios existentes na sociedade e determinadas pela noção de raça. Já o *preconceito* racial seria um julgamento fundado em estereótipos sobre indivíduos de determinado grupo racial. Neste trabalho podemos destacar e tomar como exemplo um dos preconceitos formados sobre a mulher negra: hooks (2020) discorreu sobre o fato de que o passado de exploração sexual da mulher negra escravizada levou a uma desvalorização da mulher negra que se reflete no imaginário social até os dias atuais; nas palavras da própria autora:

> A imagem predominante é a da mulher "decaída", a meretriz, a devassa, a prostituta. [...] A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão (HOOKS, 2020, p. 93-94).

Por fim, a *discriminação* racial seria o efetivo tratamento diferenciado aos membros de grupos raciais específicos. Neste sentido, a discriminação opera diretamente no campo do *poder*, pois concede a possibilidade de atribuir, injustamente, privilégios ou desvantagens por conta da *raça*.

Para sintetizar a breve explanação sobre o racismo, vale abordar brevemente as três concepções de racismo já citadas no início do texto, a começar pela concepção individualista. Nesta concepção, o racismo é entendido como um fenômeno ético ou psicológico, uma falha no comportamento individual de sujeitos que exercem alguma conduta preconceituosa e/ou discriminatória. O problema da concepção individualista é que ela nega a condição sistemática do racismo e o fato

ISBN 978-65-5629-077-5

de que este é um problema político que está enraizado na história e, portanto, na formação da sociedade. Além disso, o entendimento do racismo como uma conduta individual facilita a negação ou a naturalização do problema, pois as pessoas tendem a não perceber o racismo em suas atitudes próprias. É por esse motivo que Djamila Ribeiro (2019) sugere em sua obra que seja percebido o racismo internalizado em cada indivíduo. Ela ainda prossegue afirmando que

> A maioria das pessoas admite haver racismo no Brasil, mas quase ninguém se assume como racista. Pelo contrário, o primeiro impulso de muita gente é recusar enfaticamente a hipótese de ter um comportamento racista: "Claro que não, afinal tenho amigos negros", "Como eu seria racista, se empreguei uma pessoa negra?", "Racista, eu, que nunca xinguei uma pessoa negra?". A partir do momento em que se compreende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, essas respostas se mostram vazias. É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Sobre a concepção institucional do racismo, trata-se de um importante avanço teórico, pois esta concepção compreende que o fenômeno racista vai muito além de comportamentos individuais. A concepção institucional entende que o racismo deriva do funcionamento das instituições que, por terem o poder de regular a sociedade, são capazes de conferir desvantagens e privilégios com base na raça. Desse modo,

> A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019, p. 28).

Basicamente, o racismo acontece porque o grupo detentor do poder é quase totalmente formado por brancos, e estes tem por objetivo manter sua hegemonia.

Até aqui, a concepção institucional ajudou na compreensão de que o racismo não existe apenas por comportamentos individuais, mas é perpetuado amplamente na sociedade por relações de poder vinculadas às instituições. Dessa forma, visto que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, elas então reproduzem as condições de desvantagens a que determinados grupos raciais estão inseridos. Ora, se as instituições funcionam condicionadas a uma estrutura social, então a ordem que elas regulam está intrínseca a toda essa estrutura e, portanto, o racismo que elas expressam também será parte desta mesma estrutura. Logo, "[...] se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social" (ALMEIDA, 2019, p. 33). É por esse motivo que Djamila Ribeiro afirmou que "[...] é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista" (2019, p. 38), pois o racismo *é anterior* ao indivíduo, visto que faz parte de um sistema que já tem em andamento um percurso histórico muito antigo.

ISBN 978-65-5629-077-5

O racismo é estrutural pois está infiltrado na sociedade fazendo parte do funcionamento orgânico dela, como um parasita que se hospeda num corpo e prejudica o funcionamento saudável de todo o organismo. Sendo o racismo estrutural, conclui-se que comportamentos individuais e processos institucionais são apenas reflexos de uma sociedade na qual o racismo é intrínseco.

2.3 FEMINISMO NEGRO

Discorrer sobre feminismo negro é uma tarefa complexa, pois trata-se de um assunto amplo e por isso este texto não pretende esgotar o assunto, mas sim refletir, na medida do possível, sobre o que é o movimento feminista negro, por que ele surgiu e qual a dimensão de sua relevância.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 51),

> O feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, em 1973, e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra.

Portanto, nota-se que o feminismo negro surgiu num contexto em que mulheres já lutavam por seus direitos políticos, morais e civis, mas, enquanto isso, *mulheres negras* continuavam vivendo à margem da sociedade, em condições muito inferiores em relação as mulheres brancas.

Talvez, mais importante do que traçar uma narrativa puramente histórica sobre o surgimento do feminismo negro, é discorrer filosoficamente sobre sua origem, isto é, pensando sobre os motivos de sua existência enquanto um movimento fundamental para a vida de mulheres negras. Na leitura de autoras negras, nota-se que o feminismo negro possibilitou "dar voz" e visibilidade a mulheres que antes viviam caladas e esquecidas. O movimento também permitiu a representatividade dessas mesmas mulheres que encontravam-se marginalizadas na sociedade. A mulher negra, que antes era vista como empregada, meretriz ou "mãe-preta", pôde reconhecer-se sob uma outra perspectiva, no discurso de mulheres negras que resolveram se expressar e lutar contra a opressão que estavam sofrendo.

Uma das mais notórias mulheres negras que bradou em meio a um cenário de silenciamento e rejeição foi Sojourner Truth, abolicionista que viveu entre 1797 e 1883, nos Estados Unidos.

Como já fora dito, mulheres brancas estavam lutando por seus direitos em um movimento que girava em torno de uma realidade apenas aplicável a elas, realidade esta que não era igual a de mulheres negras; isto é, o movimento feminista de mulheres brancas ignorava totalmente as vivências de mulheres não brancas. Enquanto mulheres brancas, por exemplo, reivindicavam liberdade para trabalhar e ser financeiramente independentes, mulheres negras já trabalham havia muito tempo, sacrificando-se em exaustivas jornadas de trabalho para sustentar suas famílias. Mulheres brancas eram vistas como submissas a seus maridos, donas de casas amáveis, mãe protetoras, moças frágeis e necessitadas da proteção de um homem, ao passo que mulheres negras eram vistas como "[...] uma criatura indigna

ISBN 978-65-5629-077-5

de receber o título de mulher; [...] um mero bem material, uma coisa, um animal" (HOOKS, 2020, p. 252).

Diante dessas circunstâncias, em 1852, durante uma convenção anual do movimento pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth levantou-se diante de uma plateia e mostrou os seios para provar que, de fato, era uma mulher. Ainda que não fosse considerada frágil e não estivesse sob a proteção de um marido, dentre outras condições comuns às mulheres brancas, Truth também era uma mulher. O seu discurso, um dos mais famosos e importantes na luta antissexista e antirracista, o qual também pode ser considerado precursor importantíssimo para o movimento negro, encontra-se traduzido em diversas obras de inúmeras autoras que falam sobre o feminismo negro. Tal discurso aparece no livro de Ribeiro (2018, p. 51), e nele é possível perceber a denúncia que Sojourner profere sobre as diferentes condições das mulheres quando ela declara:

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carrega-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher?

As palavras de Sojourner Truth surpreendem, pois tornam evidente alguns fatos: a desvalorização da mulher negra, a desconsideração de suas condições de vida e a forma como o feminismo não é "compatível" com o problemas vividos por elas. O famoso discurso assumiu um caráter embrionário, uma espécie de prelúdio ao que veio a se tornar a mobilização feminista negra. É possível refletir sobre o discurso de Truth a partir da brilhante contribuição da antropóloga Mercedes Jabardo Velasco, a qual diz que

> Encontramos nele alguns dos aspectos que permitem entender o caráter contra-hegemônico deste movimento. Em primeiro lugar, a oralidade do relato frente à racionalidade da escrita dos textos fundacionais do feminismo branco. A oralidade, e também a oratória aprendida e praticada nos púlpitos das igrejas. Ambas ferramentas de resistência dos grupos subalternos. Em segundo lugar, as próprias características da oradora: Sojourner Truth foi a primeira de uma importante saga de intelectuais negras que, sem o apoio de uma obra escrita, conectaram-se com os interesses e as lutas das mulheres negras. Em terceiro lugar, por ser um texto criado desde a colonialidade. Desde aí, com uma linguagem própria que não se vê refletida no espelho imposto, Sojourner Truth desconstrói a categoria (hegemônica) de mulher – uma categoria desde a qual a nega – reivindicando sua própria identidade enquanto mulher. A intersecção da "raça" com o gênero, que desde o sistema hegemônico constrói

ISBN 978-65-5629-077-5

> as mulheres negras como não-mulheres, reaparece no discurso de Sojourner em termos inclusivos. Por trás de sua "Por acaso não sou uma mulher?", por trás da luta de outras ex-escravas como Harriet Jacobs, aparece um desejo que pulsa por ressignificar o termo mulher. Sua aspiração era ser livre, não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista (VELASCO, 2012, p. 30).

Há muito para se dizer sobre feminismo negro, mas, por ora, a fala de Sojourner Truth sintetiza precisamente o "espírito" do movimento. Trata-se da mobilização da mulher negra em busca de um espaço de visibilidade e valorização. É uma luta por mudança, afinal, todo movimento traz em si a potencialidade de transformação, a qual se dá a partir da consciência de que algo está muito errado. Neste caso, é nítido que o silenciamento da mulher negra estava errado. Inserir sua imagem apenas dentro de estereótipos negativos também estava errado. O feminismo negro foi e ainda é fundamental enquanto um espaço que permite a mulher negra não só falar por si mesma, como também reconhecer-se num discurso feito por suas iguais (as feministas negras), discursos estes que contribuem para desconstruir os rótulos pejorativos impostos sobre elas e expressar seu verdadeiro valor. As palavras de Gonzalez (2019) expressam bem a oportunidade que a mulher negra teve de falar *por si* mesma e se reconhecer no *próprio* discurso,

> Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que fala de si na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 2019, p. 27).

Quando uma mulher negra pôde falar, outras mulheres negras puderam ressignificar a imagem de si mesmas, e ao perceberem-se representadas, puderam também se libertar daquilo que limitava, condenava, inferiorizava e silenciavam-nas.

2.4 A ESCOLA E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

É nítido que, na escola, conta-se uma história sobre o negro reduzindo-o ao seu passado de escravidão, tendo sua cultura apagada pelo colonialismo, e quase não se mencionando suas lutas e resistências.

Ribeiro (2019, p. 7, grifo da autora) traz a seguinte reflexão:

> Fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que "aceitou" a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido *escravizada*, e não era escrava – palavra

ISBN 978-65-5629-077-5

> que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem.

Torna-se possível concluir, a partir do exposto, que os conteúdos escolares tendem a contar a história do negro a partir de uma perspectiva colonialista, branca e eurocêntrica. Metaforicamente falando, é como se colocassem o negro sentado num canto, ouvindo o branco ditar a sua história a seu próprio modo. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie ilustra perfeitamente este fato quando menciona sobre a questão da história única, dizendo que

> É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. [...] A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que **o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar**. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente (ADICHIE, 2009, grifo nosso).

A escola traz em seus livros didáticos a trajetória dos negros contada a partir da perspectiva dos brancos, e ao fazer isso, coloca o negro em segundo lugar em sua própria história. Isto porque conta apenas que ele foi escravo, e assim fica marcado na identidade negra uma imagem de pessoas submissas, humilhadas, pobres, além de uma infinidade de outras características desprezíveis. A história contada sobre os negros contribuiu para a forma como eles ainda são vistos e tratados na sociedade hoje.

Foi pensando em formas de enfrentamento a esse problema presente nos currículos educacionais, que se criou a Lei nº 10.639 de 2003, a qual torna obrigatório o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio. Sendo assim, tal lei tem como objetivo descentralizar a perspectiva eurocêntrica dos currículos, de forma a conceder espaço para que conteúdos sobre história e cultura africana e afrodescendente sejam igualmente contemplados, discutidos e valorizados.

Logo, é fundamental haver uma mudança de perspectiva quando se trata de estudos sobre a história da escravidão, ou qualquer outro conteúdo que englobe a população negra. Centrar a história e a cultura africana e afrodescendente na perspectiva da comunidade negra é um processo conhecido como "afrocentricidade". Em seu artigo, Silva (2016, p. 259), ressalta a importância da afrocentricidade nos currículos educacionais afirmando que

> Colocar o africano/afrodescendente como agente da história no mundo ocidental, uma vez que nos últimos quinhentos anos estiveram à margem da história social, cultural, econômica e religiosa, torna-se [...] um dos princípios básicos da teoria e da prática afrocêntricas [...] considerando que, historicamente, os africanos têm sido colocados à margem da experiência cultural do

ISBN 978-65-5629-077-5

> Ocidente, a afrocentricidade surge como um processo de conscientização política o qual busca recentralizá-los, percebendo o mundo sob a ótica do africano, defendendo seus valores como parte de um projeto humano e deslocando a discussão sobre o assunto do âmbito do essencialismo (a pessoa é ou não é africana) para o do perspectivismo (como e/ou onde a pessoa se localiza diante da cultura africana).

Em outras palavras, é primordial que a história e a cultura negra sejam valorizadas e abordadas sob a perspectiva própria dos negros – daí também a importância dos movimentos negros e a produção de saberes derivados deles.

2.5 BNCC E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora não seja um currículo, atua enquanto um compilado de orientações capazes de auxiliar equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais, de forma que o ensino em todo território nacional, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, tenha a mesma base de parâmetro. Trata-se, portanto, de um documento normativo, que expressa as aprendizagens essenciais que todos os educandos devem desenvolver ao longo da educação básica (BRASIL, 2018).

Sendo assim, o documento traz em si as áreas do conhecimento contempladas ao longo das etapas da educação básica, e cada área do conhecimento ramifica-se em seus respectivos componentes curriculares. Também apresenta um panorama teórico-metodológico sobre cada disciplina, além das competências específicas que espera-se que o aluno desenvolva. Ademais, a BNCC delimita, em cada componente curricular, as unidades temáticas e os objetos de conhecimento a serem trabalhados, e ainda, as habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos em relação aos conteúdos da disciplina.

Para a presente pesquisa, foi analisada a área das ciências humanas e, principalmente, o componente curricular História, na etapa do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Alguns apontamentos abordados no documento são interessantes para fazer compreender a forma como a BNCC concebe questões relacionadas ao racismo, além de outros tipos de discriminação e preconceito. Primeiro, o texto relacionado ao componente curricular História cita a necessidade de "[...] respeito a pluralidade cultural, social e política [...] para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito" (BRASIL, 2018, p. 398). Após isso, é possível encontrar mais alguns trechos apontando para a necessidade de reconhecer, na história da formação da sociedade brasileira, a presença de diversos povos, histórias e culturas. O documento entende que este conhecimento é capaz de estimular a autonomia e a criticidade do pensamento por meio da percepção de que existe uma enorme diversidade de sujeitos e histórias.

Ainda quanto à abordagem étnico-racial, nota-se que o documento se refere às questões africanas e afrodescendentes afirmando que

> A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se

ISBN 978-65-5629-077-5

> defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (BRASIL, 2018, p. 401, grifo nosso).

Além disso, quanto aos conteúdos africanos e afrodescendentes, o documento ressalta que

> Problematizando a ideia de um "Outro", convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (BRASIL, 2018, p. 401).

O que se pode notar nas duas citações anteriores é que a BNCC está ciente da condição sob a qual a história do negro é contada: a partir de um ponto de vista colonialista e eurocêntrico, além de respaldada em diversos estereótipos que, como bem destacou-se no documento, são naturalizados. Portanto, na teoria, sabe-se que a imagem do negro foi estereotipada e naturalizada a partir de uma perspectiva branca que insiste em inferioriza-lo e representa-lo de maneiras quase sempre negativas. Assim, o documento propõe um ensino que contemple a diversidade na formação do povo brasileiro e desenvolva no aluno a capacidade de respeitar as diferenças e problematizar as diversas perspectivas de uma história, sabendo analisar, interpretar e contextualizar os conteúdos apresentados.

O ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental pauta-se em alguns procedimentos básicos, e entre eles destaca-se a identificação de eventos importantes na história que envolve a África, Europa e América, além do reconhecimento e interpretação de diferentes versões sobre um mesmo fenômeno (BRASIL, 2018). Defende ainda que

> A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena [...] ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração (BRASIL, 2018, p. 417).

Talvez seja possível afirmar que o documento reconhece quão fundamental é conhecer e valorizar a história do negro a partir de uma perspectiva própria dele mesmo, reconhecendo e legitimando os conhecimentos e a cultura que essa população desenvolveu. Cabe ao olhar atento da pesquisadora, portanto, verificar se na prática do ensino todas essas defesas realmente se consolidam, ou se ainda há muito a ser problematizado e mudado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-5629-077-5

Esse artigo buscou demonstrar que, embora a educação formal seja uma parte essencial do processo de formação humana, ela não está isenta de falhas, as quais, consequentemente, irão manifestar-se em tais práticas de formação. Em outras palavras, buscou-se enfatizar o fato de que o racismo é um fenômeno presente nos processos formativos, e portanto, o silenciamento acerca dele culmina na naturalização do problema, e mais especificamente, repercute na vida de pessoas marginalizadas não só por sua raça, mas também por seu gênero, isto é, as mulheres negras.

Nesse sentido, buscou-se também traçar um panorama explicativo sobre o que é racismo, como ele se manifesta na vida de mulheres negras, como se manifesta nas praticas escolares mediadas pelos currículos e, ainda, como o feminismo negro atua em resposta a esse problema interseccional.

Foi possível concluir que o racismo não é um problema isolado, o qual se manifesta apenas mediante uma atitude específica de um único sujeito. Pelo contrário, o racismo é um problema com raízes históricas, que perpassa a sociedade estruturando-a e demarcando lugares sociais aos sujeitos, portanto, estando presente na vida de todos.

Reconheceu-se, nesse trabalho, que a mulher negra merece certo destaque justamente por ser, muitas vezes, silenciada ou esquecida, parecendo assim que o racismo possui um peso ainda maior sobre ela. É por esse motivo que julga-se ser fundamental estudar as feministas negras, pois trata-se de uma maneira de ouvir o que elas próprias tem a dizer sobre si mesmas, abandonando estereótipos e preconceitos que por muito tempo elas carregaram, em decorrência de um passado de discriminação.

Inúmeras vezes, autores brancos resolveram estudar a problemática do racismo e a historia das pessoas negras. Considera-se que essa pesquisa foi uma oportunidade de, dessa vez, não mais haver uma autora branca estudando o problema do racismo e discorrendo-o sobre ele com alguma propriedade, mas sim, uma autora que decidiu "ouvir" o que os próprios autores negros tinham a dizer acerca da problematica do racismo sob perspectiva própria.

Além disso, sabe-se que não é fácil solucionar um problema tão enraizado na sociedade, na cultura e na história, contudo, conhecer e entender o racismo é o primeiro passo para intervir na luta antirracista, a qual é um tarefa ou até mesmo um dever de todos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. TEDGlobal, jul. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

ISBN 978-65-5629-077-5

GOMES, Raíza Feitosa. Raça e gênero: o contexto histórico, socioeconômico e jurídico das mulheres negras no Brasil. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 12, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: ARRUDA, Angela... [et al.]; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-46.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? **REVISTA USP**, São Paulo, n. 68, p. 10-21, dez./fev. 2005-2006.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Maurício. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 255-261, maio/ago. 2016.

VELASCO, Mercedes Jabardo. "Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde/con el feminismo negro". In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27-56.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

UM OLHAR PARA O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DA UNIVEL: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Albanice de Jesus Bonifácio Galan[1]
Fernanda Dos Santos Custódio[2]
Leunalina Zaniolo Queiroz[3]
Viviane Dantas Melo[4]
Gislaine Buraki de Andrade[5]

Resumo: Este relato de extensão tem como objetivo dialogar a respeito das experiências vivenciadas no decorrer do programa Residência Pedagógica da Univel, o qual contribuiu com a formação acadêmica das discentes, considerando o contexto pandêmico da Covid-19 e o trabalho com a temática da alfabetização e letramento, onde manteve como objetivo trazer estudos teóricos, por meio de atividades remotas, e com tamanha eloquência, refletindo a pratica em sala de aula, com suporte e acompanhamento nas Escolas que foram selecionadas do município de Cascavel-PR. Com o desafio do ensino remoto os estudos aconteceram, por meio de vídeo aulas, e as discussões trouxeram a luz do diálogo questionamentos pertinentes, como a preocupação em trabalhar com os alunos que estiveram em atividades remotas. A aprendizagem se deu em consonância com a realidade, onde juntamente e sob o olhar da equipe pedagógica do programa, bem como as professoras preceptoras, possibilitou atividades que pudessem desenvolver o ensino e aprendizagem com enfoque na alfabetização e letramento, ao mesmo tempo em que se refletia as maneiras de levar ao aluno uma metodologia de ensino que abrangesse esses conteúdos e o ensino hibrido, assim pôde se chegar a pratica com aporte teórico e segurança para realizar as atividades em sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Residência. Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O programa Residência Pedagógica-Alfabetização e Letramento, oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes junto ao Centro Universitário Unível se iniciou em agosto de 2020, na perspectiva desta temática como área prioritária do Ministério da Educação e Cultura. O programa foi instituído pela Portaria GAB N° 38, de 28 de fevereiro de 2018, tendo como público alvo alunos dos cursos de licenciatura, como projeto inovador na articulação de teoria e prática, conforme explicitado no Art. 2º, da referida portaria:

> Art. 2º São objetivos do Programa de Residência Pedagógica:

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia- Pedagogia EAD da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.
[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia - Pedagogia EAD da UNIVEL– Centro Universitário UNIVEL.
[3] Acadêmica do Curso de Pedagogia - Pedagogia EAD da UNIVEL– Centro Universitário UNIVEL.
[4] Acadêmica do Curso de Pedagogia - Pedagogia EAD da UNIVEL– Centro Universitário UNIVEL.
[5]Professora Doutoranda Gislaine Buraki de Andrade- Coordenadora do Curso de Pedagogia e Orientadora do Programa Residência Pedagógica do Centro Universitário UNIVEL.

ISBN 978-65-5629-077-5

> I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta dedados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
> II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
> III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e aquelas que receberão os egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; e
> IV. Promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018, pág. 1)

Na Univel o programa aprovado pela Capes foi organizado pelos professores do colegiado do curso de pedagogia, iniciando no ano de 2020, na área de Alfabetização e Letramento, com uma carga horaria de 414 horas divididas em 3 módulos de 138 horas cada, sendo acompanhado e orientado pelas Professoras Ma. Gislaine Buraki de Andrade, Dra. Sueli Gedoz e Ma. Thais Damaris da Rocha Tomazini. Ainda, possibilitando a integração do Centro Universitário Univel com as escolas municipais da Rede Pública de Cascavel-PR, por meio do curso de Pedagogia e das residentes inscritas.

Com o objetivo de integrar e agregar teoria a prática, segundo o Ministério da Educação e Cultura (CAPES, 2018) o programa possibilita uma imersão do licenciado na escola de Educação Básica, a projeto da Univel sobre a Alfabetização e Letramento vem acrescentar e contribuir na formação dos acadêmicos. Os residentes participaram da seleção, realizada por meio de edital, que se candidataram como bolsistas e voluntários para a participação nas atividades. Após selecionados, foram divididos em grupos para a vivência e prática nas escolas participantes do projeto, sendo: Escola Municipal Professora Dilair Silvério Fogaça e Escola Municipal Professora Dulce Andrade Siqueira Cunha-CAIC I. Desta forma, referente as Escolas, é importante destacar que a participação ocorreu por meio de edital de seleção, sendo que as professoras preceptoras selecionadas, são pedagogas e professoras concursadas da Rede Municipal de Ensino, que atuam com turmas de primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais e recebem as residentes para as práticas pedagógicas em sala de aula e participam dos estudos teóricos.

No decorrer do processo, foram desenvolvidos conteúdos e ações que pautaram a prática, os estudos teóricos centraram-se em sua maioria no primeiro módulo, pois sentiu- se a necessidade de organizar as teorias para aquele momento, dado o avanço de contaminação frente a pandemia do Covid-19 no município de Cascavel, além da suspensão das atividades presenciais das unidades escolares. Realizar as atividades de maneira remota, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Univel e da plataforma *google meet*, se fez necessário, pois os protocolos exigidos pela Organização Mundial da Saúde abordavam a respeito dos cuidados e preconizavam o distanciamento social, sendo necessário desempenhar

ISBN 978-65-5629-077-5

os estudos teóricos para embasar a prática e acompanhar as ações remotas desenvolvidas nas Escolas Municipais.

Os estudos foram iniciados com base em leituras sobre a alfabetização e letramento, esta vertente ficou muito clara quando abordada em Gouveia e Orensztejn apud Carvalho e Mendonça (2006), quando as mesmas discorrem sobre a importância de perceber que apenas uma escrita dos alunos em sala de aula, não se torna por inteiro suficiente para que os mesmos sejam alfabetizados, e sim um viés de ver o mundo ou de trazer significado para o mesmo, mediante uma ótica onde o discente reconhece e reproduz com sentido social as atividades dispostas.

> As pesquisas e práticas pedagógicas de alfabetização que tiveram lugar nos últimos anos vêm evidenciando duas questões da maior importância para os educadores. Uma delas é que não basta ensinar aos alunos as características e o funcionamento da escrita, pois esse tipo de conhecimento não os habilita para o uso da linguagem em diferentes situações comunicativas. E a outra é que não basta colocar os alunos na condição de protagonistas das mais variadas situações de uso da linguagem, pois o conhecimento sobre as características e o funcionamento da escrita não decorre naturalmente desse processo. Em outras palavras, isso significa dizer que é preciso planejar o trabalho pedagógico de alfabetização, articulando as atividades de uso da linguagem com as atividades de reflexão sobre a escrita. Isso significa dizer que a alfabetização, tomada como a aprendizagem inicial da leitura e escrita, não pode se dar fora de contextos de letramento que potencializem o domínio da linguagem. (CARVALHO; MENDONÇA, 2008, pág. 34.)

Desta forma, os estudos teóricos possibilitaram compreender que ao se falar sobre alfabetizar letreando é sobretudo apresentar ao aluno o mundo e as várias formas de fazer esta leitura, integrando a reflexão sobre sua utilização da leitura e escrita integralmente, ou seja, trazendo o sentido e descrevendo situações da realidade e ainda de acordo com as autoras citadas a compreensão vai além da interiorização e sistematização dos códigos de escrita e leitura, ela deve perpassar os saberes que designam que o letramento pode preceder a alfabetização, ainda de acordo com Soares (2012):

> Alfabetizar e letra são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2012, p. 47).

Para os diálogos sobre métodos de aprendizagem, realizou-se o estudo da tese "O Processo de Formação Continuada dos Professores do Oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em Língua Portuguesa", da Professora Terezinha Da Conceição Costa-Hübes (2008), a qual foi abordada como texto principal no fomento dos saberes a respeito das teorias subjacentes dos processos de formação continuada que se deram a partir da década de 70 aos anos 2000 no Estado do Paraná. Ainda, os estudos continuaram com trabalhos sobre a Base Nacional Comum Curricular (2019), Currículo do Estado do Paraná (2009), Currículo

ISBN 978-65-5629-077-5

dos Municípios do Oestedo do Paraná (2014), Currículo da Rede Municipal de Ensino de Cascavel PR (2008; 2020) e cabe aqui ressaltar que foi deveras valido o conhecimento das propostas pedagógicas curriculares e da organização dos documentos norteadores da prática pedagógica.

Na sequência dos estudos teóricos, foram desenvolvidas, conforme cronograma e carga horária, atividades direcionadas para as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, atendidas pelas professoras preceptoras. A práxis educacional ocorreu, por meio das atividades que abrangeram as questões de planejamentos, planos de aulas, acompanhamentos e aplicações das ações pedagógicas com os alunos das Escolas Municipais, proporcionando o acompanhamento e vivência do trabalho das professoras preceptoras, de maneira responsável, ética e comprometida com a formação dos alunos.

Pensar a prática em sala de aula, é pensar o envolver de teoria e ação, desenvolvendo o ensino e aprendizagem que cumpram o papel de formar sujeitos com criticidade e autonomia. É importante destacar, que a pratica é organizada e planejada intencionalmente e sistematizada, sendo executada sob documentos norteadores como: Base Nacional Comum Curricular, no Currículo da Rede Municipal de Cascavel, e ainda no Projeto Político-Pedagógico da escola, entre outros.

O Programa Residência Pedagógica possibilitou o trabalho coletivo e a integração com as unidades escolares, sendo que a compreensão da importância do Projeto Político-Pedagógico, como documento que retrata a identidade da instituição, e ainda, dentro de uma realidade de pandemia, as residentes do programa conheceram as escolas sem os protagonistas de todo o processo, ou seja, em um momento em que os alunos se encontravam em ensino remoto.

Os desafios da pandemia, foram vivenciados na prática, salientando que a vivência foi relevante para o envolvimento com um trabalho pedagógico reinventado e articulado, onde os professores desenvolviam atividades que estivessem de acordo com o planejamento e as mesmas eram retiradas mediante um cronograma pelos pais ou responsáveis legais, sendo realizadas as correções e devolutiva, confecção de vídeo aulas e interação utilizando a plataforma do *google meet* e *WhatsApp* com os alunos e famílias. Neste processo, as residentes puderam acompanhar as etapas desde a formulação, confecção, correção e devolutiva.

2 METODOLOGIA

O presente relato de extensão tem sua abordagem pautada na pesquisa qualitativa, visto isso, Minayo (2001) versa sobre a abordagem:

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21).

ISBN 978-65-5629-077-5

Ou seja, pensar o programa com um olhar qualitativo neste universo de significados, considerando a realidade e proporcionar o conhecimento das ações desempenhadas, onde o trabalho a ser exemplificado a seguir através das atividades desenvolvidas junto as escolas selecionadas, trouxe muitas contribuições às residentes, por meio de conhecimentos e práticas, bem como oportunizou a comunidade escolar um contato com as discentes do Curso de Graduação de Pedagogia do Centro Universitário Univel.

As atividades práticas desenvolvidas foram elaboradas e pensadas objetivamente, de acordo com o planejamento educacional de cada escola, juntamente com os professores preceptores, para que o seu desenvolvimento fosse objetivo e eficaz na transmissão dos conhecimentos científicos aos alunos. .

Como o Decreto Municipal no 15.421 de 30 de abril de 2020, foram autorizadas a organização pelo Sistema Municipal de Ensino de atividades consideradas não presenciais. A regulamentação das atividades não presenciais ou remotas enquanto durar a situação de Pandemia da Covid-19, flexibilizou os duzentos dias letivos, previsto na LDB no 9394/1996, conforme previsto na Medida Provisória no 934/2020 e na Lei Federal no 14.040/2020. No município de Cascavel, essas atividades são realizadas pelas unidades escolares com entrega de atividades quinzenais e do acompanhamento a distância por meio de tecnologias de informação e comunicação e aplicativos.

As residentes puderam acompanhar e participar ativamente do vídeo aulas nas plataformas digitais que se tornaram essenciais para a aplicação de metodologias de forma remota. Pensar, planejar e refletir sobre os alunos e como possibilitar o desenvolvimento cognitivo, por meio de outras atividades e da tecnologia, além de desafiador se tornou realidade constante para as professoras e acadêmicas.

A cada atividade desenvolvida em campo, um novo aprendizado se iniciava, estar diretamente em contato com a escola, fez se analisar e refletir as práticas e discussões direcionadas, o trabalho foi voltado ao acolhimento e possibilidade de desenvolvimento dos alunos.

Conforme o período da pandemia apresentava redução dos índices de transmissão de contagio e acompanhando a organização dos protocolos sanitários, no ano de 2021, foi possível o retorno presencial, sendo possibilitado às residentes do Programa Residência Pedagógica o contato com os alunos na prática em sala de aula e acompanhar o trabalho desempenhado nas turmas de alfabetização e letramento.

Essas descrições de atividades práticas junto à comunidade permitem uma análise profunda da junção dos estudos teóricos e a introspecção das vivências em sala de aula, de modo tão abrangente que a experiência de ser residente deste programa marcou as autoras que vos escrevem, e de tal maneira enfatizam a importância do mesmo para a formação pessoal e profissional enquanto futuras pedagogas e professoras atuantes na alfabetização e letramento.

No desenvolvimento e planejamento dos planos de aulas, sequências didáticas, e das oficinas apresentadas no I Seminário de Residência Pedagógica da Univel, possibilitou a prática, sendo protagonistas na análise da metodologia de ensino e preparação das aulas, sendo sujeitos ativos no processo e capaz de instigá-los na busca pelos conhecimentos e produções, afim de contribuir veementemente para a formação cidadã, desenvolvendo autonomia e criticidade.

ISBN 978-65-5629-077-5

As residentes divididas nas escolas, se depararam com as realidades das comunidades escolares e do dia-a-dia dos professores, sendo inseridas e participando ativamente do trabalho desempenhado nas turmas de alfabetização e letramento com as professoras preceptoras e orientadoras, puderam escolher os dias para estarem atuando em sala de aula, primeiramente com a observação e coparticipação no planejamento e aulas ministradas pelas professoras preceptoras, e posteriormente, por meio da regência. Neste relato, é importante destacar todo o acompanhamento e suporte da equipe de coordenação do programa, que prestativamente sanava as dúvidas e de maneira responsável conduziu as residentes pelos módulos, possibilitando a integração e a formação dos conhecimentos adquiridos sobre o trabalho do "ser professor", denotamos a receptividade da comunidade escolar para com as residentes, inseridos de maneira breve no contexto escolar, com vistas a auxiliar na continuidade do trabalho e adquirir experiências e conhecimentos necessários para pautar as atuações futuras como pedagogos formados.

3 RESULTADOS

Como resultado para este relato sobre o programa residência pedagógica, traz se aqui algumas contribuições no âmbito acadêmico e social que o mesmo proporcionou, com vistas ao ganho de experiência e conhecimento em campo, as práticas se fizeram abrangentes e oportunizaram o conhecimento da realidade educacional. Alguns encontros do Residência Pedagógica ocorreram de forma presencial, em ambiente amplo e arejado seguindo as medidas sanitárias de prevenção da Covid-19, aconteciam explanações sobre vários textos, dentre eles estão: Saberes docentes: Compreensão da dimensão cultural da linguagem e dos conceitos de alfabetização, alfabetismo, letramento, letramentos, multiletramentos e o alfabetizar letrando; alfabetizar em contextos de letramento; métodos de alfabetização, dentre outros.

Assim, com esses estudos compreendemos os métodos de alfabetização já utilizados em salas de aula e suas transformações e o trabalho pedagógico sistematizado e pautado em objetivos e metodologias lúdicas para apropriação da alfabetização e letramento.

Foto do encontro presencial, conduzido pelas professoras Sueli Gedoz e Gislaine Buraki de Andrade.



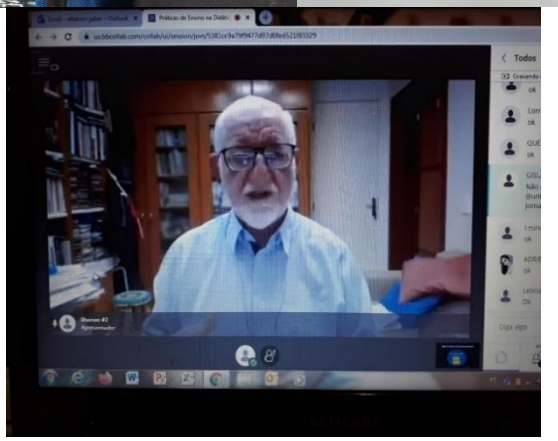
ISBN 978-65-5629-077-5

Participamos de várias palestras com diversos temas envolvendo a educação, dentre elas: "Currículo Diferentes Opostos", com o Professor: José Carlos Libâneo, Professor Marcílio Hubner de Miranda Neto e Professora Mari Regina Anastácio, realizadas nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2020; Palestra sobre "A Constituição da Educação Infantil", com a Professora Márcia Consenti, no dia 21 de novembro de 2020; também participamos juntamente com a professora Ilda de F. de L de Oliveira sobre a temática "Alfabetização e Letramento X Currículo", no dia 06 de fevereiro de 2021.

É importante destacar, que os encontros presenciais ministrados pela professora Sueli Gedoz proporcionaram o conhecimento sobre a trajetória desde a Constituição Federal de 1988 até os Currículos Estaduais e a implementação da BNCC de 2018 / 2019, o trabalho proporcionou a compreensão sobre a sistematização do ensino e o trabalho desempenhado sobre o processo de alfabetização e letramento, tendo como finalidade o desenvolvimento integral dos alunos.

Palestras realizadas pelo Programa Residência Pedagógica.





As discentes produziram sequências didáticas e produção de materiais voltados aos gêneros textuais: cantigas, poesias, receitas, piadas, entre outros, verificando sobre o trabalho com as características dos gêneros textuais e os encaminhamentos lúdicos, as quais foram aplicadas em sala de aula com os alunos

ISBN 978-65-5629-077-5

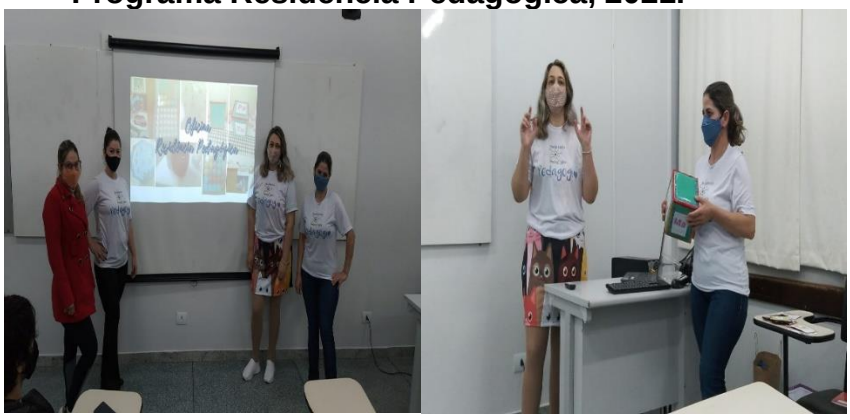
do Ensino Fundamental Anos Iniciais e acompanhamento das professoras preceptoras, conduzindo a compreensão da rotina escolar, planejamento e interação com a realidade educacional no período de pandemia e o retorno presencial..

Durante o período de retorno das atividades presenciais nas Escolas Municipais, as residentes conheceram o Plano de Biossegurança da Covid-19 e os cuidados necessários para o trabalho presencial, em um momento atípico, bem como as dificuldades de estabelecer a avaliação diagnóstica dos alunos, para verificar quais aprendizagens foram apropriadas durante o período de atividades remotas e o trabalho com o "Currículo Contínuo" - Deliberação nº 006/CME/2020, a partir do qual organiza o calendário escolar e estabelece a organização dos conteúdos e carga horária, sendo que os conteúdos considerados essenciais deverão ser retomados no ano de 2021.

Ao final do Módulo II foi realizado o I Seminário do Residência Pedagógica, nos dias 25,26 e 27 de agosto de 2021, no anfiteatro da Univel, com abertura para todos os acadêmicos, sendo no formato híbrido, com transmissão pelo canal da Univel no youtube[6]. Este evento se configurou como encerramento dos módulos I e II, o qual se organizou em palestras e explanações sobre o programa, no último dia do seminário, as residentes se organizaram previamente para as apresentações de oficinas onde, estes se dividiram em grupos, desenvolveram e aplicaram atividades sobre os mais diversos temas, dentro do viés pedagógico e aliado à alfabetização, tais como: gamificação em sala de aula; a importância do plano de aula; recursos lúdicos para a alfabetização; contação de histórias; entre outros. Estas propostas vieram a agregar tanto na formação, quanto nas experiências adquiridas e transmitidas aos discentes, os quais tiveram a oportunidade do contato com as vivências dentro da sala de aula, estabelecendo a práxis pedagógica.

Na oportunidade, a oficina intitulada "a gamificação em sala de aula", exigiu estudos e conhecimento teórico sobre o assunto proposto, para que na exposição fossem transmitidos com segurança e apropriação. Estes estudos se organizaram no Centro Universitário Univel onde a produção ocorreu, nesta proposta em questão o que se abordou foram as formas de inserir os jogos, ou a gamificação no caso, em sala de aula, afim de transformar conteúdos maçantes em atrativos, se utilizando da ludicidade, metodologia e das possibilidades que os jogos oferecem para abrange-los, além dos sujeitos participantes serem ativos durante todo o processo.

Fotos das Residentes em apresentação das oficinas no I Seminário do Programa Residência Pedagógica, 2021.



[6] Gravação disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2OVu62wdE-0&t=2s.

ISBN 978-65-5629-077-5

Fotos das Residentes em apresentação das oficinas no I Seminário do Programa Residência Pedagógica, 2021.





4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim o Programa Residência Pedagógica apresentou resultados positivos ao inserir acadêmica se do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Univel na Rede Municipal de Ensino de Cascavel, oportunizando a vivência das práticas pedagógicas e das rotinas escolares, participando e contribuindo em sala de aula juntamente com as professoras preceptores do programa, auxiliando na alfabetização e letramento dos alunos.

Por assim dizer, o mesmo trouxe experiência e acrescentou conhecimentos futuros que irão fomentar o exercício em sala de aula. Destacamos que a partir da inserção no programa Residência Pedagógica no Centro Universitário Univel, as atividades teórico-prático vivenciadas no trabalho docente na Rede Municipal de Ensino de Cascavel, as ações planejadas e pautadas no Currículo da Rede Municipal de Cascavel, possibilitaram a imersão do "ser professor", além da compreensão do trabalho pautado na aprendizagem e formação integral do aluno.

Destacamos que a pandemia da Covid-19 impactou em todos os setores da sociedade, e a educação buscou se reinventar e desempenhar suas ações de forma remota, sendo adaptado metodologias e possibilidades didáticas, promovendo o acolhimento e o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, sendo que as residentes foram oportunizadas a serem coadjuvantes durante as atividades desempenhadas.

Deste modo na sequência será disposto algumas imagens das acadêmicas para melhor compreensão sobre a efetivação do programa, tais como: participações em trabalhos e planejamentos, regências, coparticipações e observações, ressaltando a importância da inserção no Residência Pedagógica-Alfabetização e Letramento, como fator de conhecimento, experiência e vivência, que acrescentou grandemente na formação profissional e pessoal dos acadêmicos de pedagogia.

ISBN 978-65-5629-077-5

Fotos das atividades propostas pelas residentes aos alunos das escolas municipais participantes, 2021.

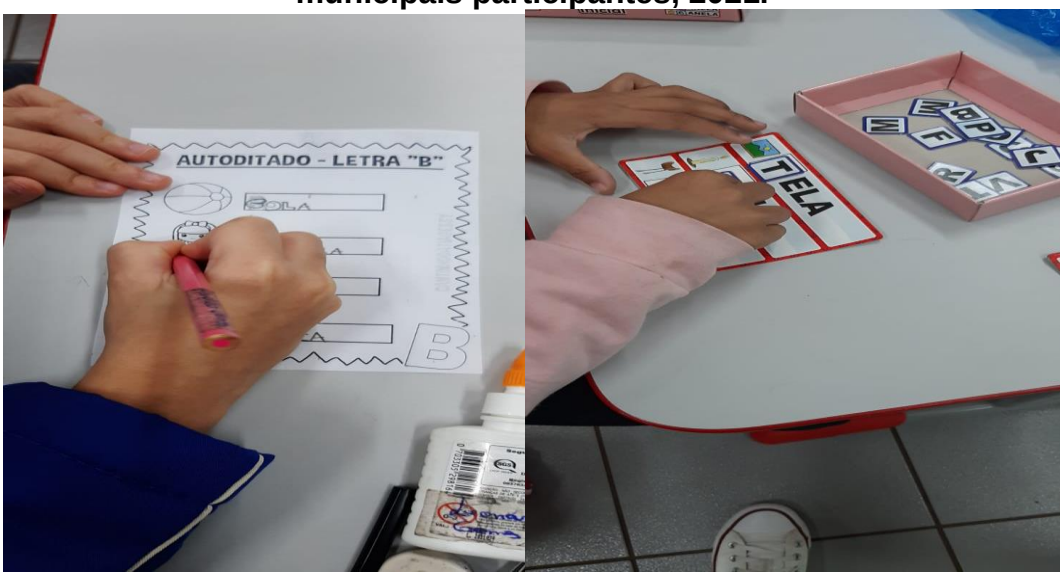


Foto: participação in loco nas escolas municipais no retorno presencial, 2021.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC: Brasília, 2019.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**.SEI/CAPES - 0627352 - Portaria GAB. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf. Acesso em 23 de set. de 2021.

ISBN 978-65-5629-077-5

CASCAVEL. Decreto Municipal no 15.421 de 30 de abril de 2020. Autoriza a Secretaria municipal de educação a implementar atividades não presenciais ou remotas enquanto durar a situação de pandemia do Corona vírus. Disponível em: <http://leismunicipa.is/nydbl> Acesso em: 28 set. 2021.

CASCAVEL. Decreto municipal no 4230 de 16 de março de 2020. Estabelece a suspensão em escolas e universidades públicas estaduais ficam suspensas a partir de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-4230-2020-parana-dispoe-sobre-as-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus-covid-19. Acesso em: 10 de set. 2021.

CASCAVEL. Decreto n. no 15.313, de 19 de março de 2020. Estabelece novas medidas para proteção da população e enfrentamento da covid-19 e dá outras providências. Cascavel: 2020. Disponível em: < http://leismunicipa.is/qwosx> Acesso em: 28 set. 2021.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Volume II: Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Cascavel: SEMED, 2020.

COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição**. O processo de formação continuada dos professores no Oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em Língua Portuguesa**. 2008. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em <**http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf** > Acesso em 21 de set. de 2021.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros**.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

AQUILES E A IMAGEM DO HERÓI: A INFLUÊNCIA LITERÁRIA PARA A FORMAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO

Fábio Lúcio Zanella[1]
Yara Liba Zanella[2]

Resumo: As ideologias são transmitidas e impregnadas ao pensamento do ser humano por inúmeros veículos, um deles, pode-se afirmar, é a literatura. Pois a literatura exprime o "ser" do homem que é aceito por si mesmo e/ou pela "convenção" social. Um dos modos de propagar uma ideologia é a construção da imagem do herói na obra ficcional e, geralmente, este herói revela os princípios culturais, éticos e ideológicos numa determinada época e num determinado contexto social. No decorrer desse estudo, será enfatizada a questão ideológica da literatura na composição da obra Ilíada de Homero. Tal enfoque será apresentado por meio de uma análise do perfil demonstrado pelo herói, especificamente, no personagem Aquiles. Por fim, percebe-se que as idealizações, apresentadas como padrão de comportamento, podem influenciar a formação social dos sujeitos.

Palavras-chave: Ideologia; Influência da literatura; Epopeia Grega; Herói.

1 INTRODUÇÃO: A LITERATURA E A SUA FUNÇÃO HUMANIZADORA

Nas concepções antropológicas, compreende-se que a sociedade, desde os seus primórdios, exerce forte influência sobre a formação do ser humano, construindo-o ideologicamente. Essa influência é traduzida no caráter do homem, pois segundo a concepção de Rousseau (filósofo e educador) e Lacan (psicanalista), dentre outros estudiosos, os homens são indivíduos que nascem sem nenhum conhecimento a priori, mas possuem potência para desenvolver-se racional e emocionalmente, fato que ocorre empiricamente (pelos sentidos) e por deduções lógicas e abstratas (pela razão).

Com base nisso fundamentam-se os conceitos deterministas, ou seja, afirma-se que o ser humano é formado por participação direta de um meio cultural, com os valores evidenciados pelo contexto social. Desse modo, o sujeito é constituído por inúmeras formas de pensar de outros sujeitos que foram julgadas como relevantes e/ou coerentes pelo próprio discernimento e, por isso, assimiladas no modo de vida que é manifesto na personalidade. Nesse processo, quando se identifica que os indivíduos têm modo semelhante de estrutura de pensamento também é chamado de inconsciente coletivo.

Antes de pensar a literatura enquanto literatura, deve-se identificá-la com uma expressão do pensamento. Ou seja, primeiramente existiram pensamentos, para transmitir esses pensamentos a outrem se utiliza um mecanismo de

[1] Professor do Centro Universitário UNIVEL. Doutorando em Letras: Linguagem e Sociedade (UNIOESTE).
[2] Pedagoga. Mestranda em Letras: Linguagem e Sociedade (UNIOESTE).

ISBN 978-65-5629-077-5

expressão, a linguagem. A escrita é constituída de signos que representam esse mecanismo de linguagem. Logo, a linguagem, tanto oral quanto escrita, é o meio pelo qual pode-se transmitir um pensamento a alguém.

A literatura propriamente dita seria a apropriação da linguagem pela arte. Essa arte pode ser assim considerada, tanto pela utilização impar que faz da linguagem em questões formais e estéticas, quanto pela sensibilidade ou profundidade reflexiva que expõe sobre um determinado tema ou situação. Na primeira ênfase dada a arte, ater-se-ia à famosa tríade clássica (ARISTÓTELES, 2003): "o bom, o belo, a verdade". No segundo momento, a arte se volta para a existência do indivíduo como ser que sente e que pensa.

Desse modo, as formas de comunicação entre "seres pensantes" pela possibilidade de reflexão e inquietação favorecem o desenvolvimento de atividade filosófica, pois em toda forma de expressão se procura transmitir ideias e/ou sensações. Sendo plausível inferir que a comunicação é provida de propósito, de intenções, de ideologia.

Segundo Althusser (1980, p.69 e 93) "A ideologia [é] o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social (...) Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos". Baseando-se nisso, conclui-se que toda sociedade humana possui sua ideologia, pois as organizações sociais possuem um sistema de ideias pelo qual se orientam.

Não se pode iludir com o conhecimento dito como científico, pois, de acordo com a exposição de Japiassu (1975, p.09): "As condições reais em que são produzidos os conhecimentos objetivos e racionalizados estão banhadas por uma inegável atmosfera sócio-político-cultural, (...) Em outros termos, não há ciência 'pura', 'autônoma' e 'neutra'." Assim, a ideologia presente em um grupo social determina os princípios vivenciados, não havendo discurso que possa estar ideologicamente livre. Desse modo, também Kothe (2000, p.18) afirma em relação à arte:

> Arte e ideologia não são elementos excludentes. Não há arte sem ideologia, nem ideologia sem arte; (...) Mesmo que se queira que a arte seja pura, nenhuma obra de arte é completamente pura, isenta de interesses sociais camuflados. (...) Não há hermenêutica desvinculada de interesse. Uma obra de arte é produto de conflitos e interesses sociais.

Sendo assim, pode-se dizer que toda literatura, independentemente de sua circunstância ou momento histórico, está permeada com alguma ideologia, seja ela cultural, religiosa ou política. Sendo a ideologia algo intrínseco à sociedade humana, percebe-se que a ética vigente em determinado grupo social reflete uma convenção entre os sujeitos, a qual é transmitida por meio de ensinos às gerações sucessivas. Tais princípios são pautados no modo de vida que as gerações anteriores entenderam ser relevantes para a organização da sociedade ou simplesmente ao seu bel prazer (quem pode julgar e discernir?), entretanto, foram aceitos socialmente e são transmitidos, geralmente, com aparência de um comportamento "mais correto".

Os conflitos existenciais são gerados quando o indivíduo adquire conhecimento e por suas próprias reflexões passa a ponderar e avaliar os preceitos

ISBN 978-65-5629-077-5

de conduta que lhe foram apresentados de acordo com a própria situação que está vivendo. Passa então a questionar a validade e, principalmente, a dita moralidade de tais costumes.

As ideologias são transmitidas e impregnadas ao pensamento do ser humano por inúmeros veículos, um deles, pode-se afirmar, é a literatura. Pois a literatura exprime o "ser" do homem que é aceito pela "convenção" social. Pois quando há uma obra ficcional, existe algum herói e este, geralmente, revela as atitudes "corretas" que devem ser tomadas ou então age de forma inversa para estabelecer uma crítica irônica a alguma delas. Tal expressão possivelmente intenciona uma assimilação de padrões quando do primeiro caso ou intenciona uma reflexão para transformação do "inconsciente coletivo".

Sobre a influência da literatura no modo de pensar, diz Antônio Candido (1998 p.87):

> As criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos. Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar.

Ao falar sobre ideologia e suas prováveis influências na sociedade e no homem, tem-se, em primeiro contato, a impressão que os escritores desejam ludibriar, iludir para conduzir a destruição da liberdade e do caráter. Isso ocorre devido à carga semântica negativa que, com o passar do tempo, foi associada aos termos "ideologia" e "persuasão".

Marx afirma que "O homem deixa de 'ser' e manifestar sua vida na medida em que passa a 'ter' e sua vida se torna mais alienada" (MARX *apud* FROMM, 1976, p.23). De acordo com essa exposição, compreende-se que o homem se deixa morrer quando por qualquer fator prende sua liberdade e torna sua vida alienada. Segundo o mesmo autor, tal prisão ideológica seria a bestialização do indivíduo, ou seja, limitá-lo a uma forma animal e vegetativa ou, em outro termo, "não pensante".

A ideologia e qualquer influência persuasiva que acompanhe a literatura, de acordo com Paulo Freire (2001), seria prejudicial ao isolar ou bitolar o homem em uma visão unilateral e alienada, entretanto, elas podem ser utilizadas como instrumentos libertadores.

Segundo a exposição de Candido (1995), a literatura opõe-se a forma alienada de interpretação do mundo. De acordo com o referido autor, a literatura age como instrumento educacional, pois influencia intelectualmente e afetivamente; além de ser também um instrumento social, porque questiona, denuncia, propõe e afronta.

Em conformidade com o autor em questão, a literatura não se atém unicamente ao processo de ensino ou de formação. Possui, por conseguinte, maior amplidão; constituindo-se um instrumento "humanizador". Para fundamentar isso, Candido (1995) argumenta que ninguém passa o dia todo sem adentrar na ficção, seja em pensamentos ou sonhos e afirma que "assim como não é possível haver

ISBN 978-65-5629-077-5

equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura, (...) ela é fator indispensável de humanização".

Candido (1995) também apresenta a natureza da literatura em três tópicos inseparáveis: estrutural, expressivo e cognitivo. Em outras palavras, a expressão desejada só é transmitida por meio da forma estrutural, que é compreendida por ativar ou produzir conhecimentos. Enfatiza com isso que a literatura possui "uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere".

A humanização, conforme o autor discorre, acontece através da literatura, que nos torna mais abertos e compreensíveis para a sociedade, a natureza e o semelhante, desenvolvendo gradativamente a humanidade, deixando-a arraigada a personalidade do indivíduo. O qual vai utilizar-se da literatura para exprimir suas convicções, visão crítica da realidade, além do desmascaramento por poder denunciar situações de restrição de direitos.

No decorrer desse estudo, será enfatizada a questão ideológica da literatura no contexto social da obra Ilíada de Homero, especificamente no personagem Aquiles, tal enfoque será apresentado através do perfil demonstrado pelo herói.

2 OS GREGOS E A OBRA ILÍADA

Ilíada e Odisseia de Homero estão entre as obras que são consideradas clássicas. O conceito de clássico é elucidado por Hênio Tavares (2002, p.52):

> O autor é considerado clássico, quando, devido às qualidades e ao estilo vital de sua obra, torna-se modelo da arte que realiza, independente do tempo e do espaço, da época ou da escola. Etimologicamente "clássico" é o autor "estudado ou apreciado em classe", e que pode ser apontado como padrão, não importando aqui sua orientação estética ou sua filiação a determinada escola ou tendência, mas tão simplesmente à legitimidade e valor de sua arte.

Percebe-se, mediante o exposto, que as obras são clássicas não por serem classificadas dentro de um determinado padrão, por seu contexto histórico ou outro fator, mas sim por sua singularidade, que faz por si só ser considerada um padrão a ser "estudado em classe".

O idealismo, em maior ou menor grau, está intrínseco aos clássicos. Segundo propõe Aristóteles (*apud* TAVARES, 2002, p.53), "A arte é a imitação das coisas como elas deveriam ser", e acrescenta Tavares (2002, p.54) que "a função do artista clássico é de recriar a realidade no que ela tem de universal, de verdade moral e estética para a razão". Compreende-se, portanto, que os clássicos também estão sujeitos à carga ideológica, pois apresentam uma realidade abstrata e idealizada visando ser instrumentos transformadores da realidade concreta por sugerir a universalidade e por meio da racionalidade. Desse modo, pode-se inferir que os clássicos, implicitamente, trazem ensinamentos de moral e conduta.

Aristóteles (2003) apresenta três modos de vida buscados pelos gregos. E cada um dos modos de vida tem o seu "bem supremo", ou seja, a maior finalidade da vida. No primeiro modo de vida, considera-se por "bem supremo" a satisfação dos desejos e instintos; o segundo prima pela vida política e militar, que subsistem

ISBN 978-65-5629-077-5

pela busca de honras; e, um terceiro, que o autor citado trata como superior que seria o de ser amante da sabedoria (filósofo).

Para efeito do presente estudo, será abordado apenas o segundo modo de vida, enfatizando o fato que ser militar era viver em busca intensa de vitórias gloriosas, e estas gerariam reconhecimentos, louvores e honras. Logo, tal pensamento perpassa pela mente dos militares gregos da época.

Os gregos, ao transmitir algo que se quer evidenciar e universalizar, apelam ao mito, pois este, como elemento transcendental e sobrenatural, chegava a possuir valor dogmático porque a tais mitos, muitas vezes, atribuía-se aspecto religioso. Exercendo, por este caráter, uma função socializadora que seria inspirar aos militares uma conduta pautada em costumes plausíveis e nobres, baseados na moral vigente.

Na obra de Homero, devido ao seu aparato mítico, os personagens principais atingem um grau heroico, pois realizam feitos grandiosos possuindo características morais extremamente virtuosas ou sobrenaturais que lhes atribui poder para superar os limites e adversidades (alguns deles na condição de semideuses, por serem filhos de um deus com um humano). Caso tenham final trágico, está presente a honra, atribuída quando há fidelidade.

Sob esse viés, será delimitado, buscando a exemplificação no personagem a ser analisado, o filho de Tétis e Peleu, Aquiles.

3 AS EPOPEIAS GREGAS

De acordo com a classificação entre os gêneros literários, apresentada por Hênio Tavares (2003, p.120), as obras de Homero são pertencentes ao gênero chamado épico ou narrativo. Tal classificação é dada, simplesmente, porque se trata de uma narração que expõe uma sequência de acontecimentos, verídicos ou ficcionais.

Segundo argumenta Léllis (1969, p. 208), Ilíada e Odisseia, além de fazer parte do gênero narrativo, também são chamadas de epopeias, pois elas se enquadram na definição que é apresentada por este autor:

> Epopeia é a glosa poética de um mito; é, portanto, a coroação individual da obra coletiva pelo poder de expressão do poeta. Os fatos já existem abundantes e, muitas vezes, deturpados, corrompidos, mitizados pelo fanatismo da imaginação popular. Portanto, o mito é a condição prévia da epopeia. (...) a epopeia é a expressão de fatos históricos e feitos heroicos, sujeitos às mutações que lhe dá a alma popular através dos tempos, e cuja resultante seriam as formas de mitos.

Complementa o autor que, na epopeia, o próprio poeta apela ao mito como fonte de inspiração para narrar os fatos. Outra característica mencionada tange ao objetivo principal da narrativa, que visa enaltecer seu próprio povo. Para isso, no corpo da narrativa, são apresentados os fatos referentes à glória de seu povo, tendo forte conotação nacionalista.

O professor Raul Léllis (1969, p.210) diz que o "maravilhoso" é intrínseco ao poema épico, "como parte integrante e insubstituível". O maravilhoso pode ser

ISBN 978-65-5629-077-5

compreendido como "todas as transfigurações de fatos materiais, simbolizações, fixações de lendas e criações artísticas da alma popular" que venham atribuir caráter heroico e grandioso.

A grandiosidade do maravilhoso e a influência miraculosa dos deuses podem até ser consideradas plausíveis, por muitos leitores, enquanto crença (*doxa*), entretanto, tais recorrências geralmente são inverossímeis.

Desse modo, as obras mencionadas são classificadas como epopeia porque, além de ser uma narrativa, referem-se aos feitos heroicos dos guerreiros. Também está presente equiparand0se aos feitos heroicos, a boa ventura daqueles que forma triunfantes em seus objetivos por influência direta dos deuses, ou seja, foram vitoriosos em suas batalhas de modo sobrenatural, trazendo grande reconhecimento e reverência aos deuses, ou seja, forma vitoriosos em suas batalhas de modo sobrenatural, trazendo grande reconhecimento e reverência aos deuses que determinaram seu destino (o mito do *fatum*).

4 A PERSONALIDADE DO HERÓI

O mito do herói, segundo Monteiro (2018, s/p), apresenta muitas variações quanto ao contexto, entretanto, mantem uma "estrutura fixa praticamente invariável". De acordo com a autor citada, o estereótipo do herói com frequência é de alguém que desde a infância não obedece a padrões normais e possui "poderes especiais" que, em um dado momento, deve utilizar para realizar algum feito além daquilo que é conhecido. "Durante o percurso é ajudado por seres ou objetos com qualidades mágicas, enfrenta períodos e forças que ameaçam a sua vida" e finaliza seu caminho com um retorno a normalidade, paz, ou enfrenta, com altruísmo, a morte para preservar seu ideal ou beneficia (salvar) seu povo.

Monteiro (2018, s/p) afirma que a dimensão do herói é muito relevante:

> A estrutura do mito do herói é psicologicamente importante quer para o indivíduo, que se esforça por conhecer a sua personalidade, quer para a sociedade que também tem necessidade de definir a sua própria identidade coletiva. Sendo assim, podemos dividir os heróis em dois tipos: os individuais e os coletivos. No caos do herói individual, a sua demanda tem por objetivo a realização pessoal de determinado indivíduo; no caos dos heróis coletivos, a demanda pode ter um caráter público e da sua realização depender a salvação da tribo, do povo ou da humanidade.

Mediante o exposto, percebe-se que pode haver identificação do leitor com o herói personificado e, desse modo, ocorre uma assimilação de valores. Essa identificação com o leitor está intrínseca à ideologia social vigente. No mesmo sentido de Monteiro, afirma Silva (1997, p.700):

> Em dados contextos socioculturais, o escritor cria os seus heróis na aceitação perfeita daqueles códigos: o herói espelha os ideais de uma comunidade ou de uma classe social, encarnando os padrões morais e ideológicos que essa comunidade ou essa classe valorizam.

ISBN 978-65-5629-077-5

O herói assume um papel que revela, mesmo sendo uma obra ficcional, os valores aceitos em determinada sociedade, não podendo ignorar o posicionamento ideológico que sugere.

Silva (1997, p.700) prossegue sua argumentação contrapondo com a possibilidade do anti-herói: "Noutros contextos (...) pelo contrário, pode ser valorizada (...) a transgressão dos códigos prevalecentes numa sociedade: o herói, (...) não se conforma com os paradigmas aceitos e exaltados pela maioria da comunidade". Tal posicionamento também tem relação com princípios ideológicos, pois ao sugerir a ação inversa aos valores e estabelece uma crítica irônica ou reflexiva.

O referido autor acrescente sua exposição dizendo que "o conceito do herói está estreitamente ligado aos códigos culturais, éticos e ideológicos, dominantes numa determinada época histórica e numa determinada sociedade" (SILVA, 1997, p.701).

Segundo Ianes (1989, p.76), a guerra de Troia foi um fato histórico claramente evidenciado pelas descobertas arqueológicas. O autor apresenta que há estimativas indicando que a guerra teria ocorrido aproximadamente pelo ano de 1250 a.C.

Quanto ao enredo, a obra Ilíada apresenta os motivos do início da guerra que, literariamente, envolve o rapto da Helena. Na sequência, durante a batalha, ocorre um conflito mesquinho entre dois chefes gregos: Aquiles e Agamenon. Este conflito finaliza quando Pátroclo, amigo de Aquiles, é morto por Heitor. Esse acontecimento faz com que Aquiles incorpore novamente à frente de batalha para vingar a morte do amigo. Então, ele mata Heitor e a obra Ilíada termina sem que a guerra fique resolvida. Ressaltando que todos os fatos são notadamente influenciados pelos deuses.

A continuação da guerra é apresentada na obra Odisseia, a qual relata a morte de Aquiles e, após esse episódio, Ulisses passa a ser o personagem principal. O desfecho da guerra ocorre quando, após anos de guerra, nos quais a cidade de Troia é sitiada pelos gregos, estes aparentam desejar um tratado de paz e, para realizar o plano, constroem um grande cavalo de madeira como "presente", entretanto, dentro desse cavalo, havia muitos soldados gregos que, conseguindo adentrar aos muros de Troia, destruíram a cidade. Assim, os gregos retornam para Ítaca, porém sofrendo muitas desgraças. O poema termina quando a paz é reestabelecida e Ulisses, visitando seu pai, que havia sido deposto, assume o poder.

Ianes (1989, p.79) diz que na guerra de Troia não houve vencedores, pois ambos os lados tiveram grandes perdas, como também ocorre em qualquer guerra. Pelo enredo e sequência dos fatos que estão propostos na Odisseia completando a narrativa iniciado na Ilíada, pode-se perceber que as duas obras se relacionam porque contam uma história como se fossem dois volumes de uma única obra, principalmente porque são obras atribuídas a um mesmo autor.

5 INFLUÊNCIA, COMPORTAMENTO E DESTINO

Retomando para abordar a personalidade do personagem Aquiles, ele é filho de Tétis (ninfa marinha) e, assim que nasceu, sua mãe o mergulhou no Rio Estige

ISBN 978-65-5629-077-5

para torná-lo invulnerável, mas, por ser segurado pelo calcanhar, a água não encobriu este, sendo então, o calcanhar seu único ponto fraco.

Há uma lenda[3] que diz "os eleitos dos deuses morrem jovens": e, Aquiles pode escolher entre ter uma vida curta e gloriosa ou uma vida longa e rotineira, ele preferiu a vida curta, porém gloriosa. Então, na guerra de Troia, a qual foi motivada pelo rapto de Helena. Tétis estava ciente de uma profecia a qual previa que seu filho morreria em batalha, por isso, tentou escondê-lo, disfarçando-o de mulher entre as filhas do rei. Porém Aquiles foi encontrado por Ulisses e convencido a participar da batalha.

Durante a guerra, Aquiles e Agamenon desentenderam-se devido a uma cativa, filha de Crises, sacerdote de Apolo, que foi tomada como despojo. Mesmo com o pedido da mão da cativa, esta não foi liberta por Agamenon. Então Crises rogou a Apolo, que por sua vez afligiu os gregos com peste. Agamenon, para devolver a cativa, exigiu que Aquiles compensasse com uma donzela sua. Com isso, Aquiles, irritado, deixou a guerra, indo para os navios, decidido a retornar à Grécia.

Tétis, querendo o arrependimento dos gregos pela ofensa a Aquiles, interferiu dando forças aos troianos. Agamenon retrocedeu enviando alguns representantes para persuadir Aquiles, porém sem sucesso. Ao ver s situação desfavorável aos gregos, o deus Netuno interveio em forma de profeta estimulando os guerreiros gregos de modo que fizeram os troianos recuar.

Pátroclo, sendo o maior companheiro de Aquiles, pediu-lhe sua armadura e foi a batalha, mas acaba morto por Heitor. A armadura de Aquiles é levada por Heitor. Com a ajuda dos deuses, Ájax envia a Aquiles a notícia da morte do amigo. Apenas a expectativa de vingança consolava Aquiles. Esse fato fez o guerreiro ignorar o ressentimento por Agamenon. Tétis pediu ao deus Vulcano que fizesse uma nova armadura para Aquiles, melhor que a primeira, pois era feita pela mão de um deus.

Lançou-se Aquiles à batalha. Estava movido pela vingança e todos fugiam dele. O deus Netuno interferiu com uma nuvem para livrar os troianos, que entraram na cidade. Porém Heitor permaneceu fora, disposto a combater. Aquiles perseguiu Heitor em torno dos muros da cidade até que este decidiu enfrentar aquele, atingindo com sua lança o escudo do adversário. Aquiles viu a parte da armadura de Heitor que deixa o pescoço descoberto e feriu mortalmente o inimigo. Assim que Heitor morreu, Aquiles retirou a armadura do cadáver e amarrou-o pelos pés ao seu carro, arrastando-o em torno da cidade. Depois disso, os gregos fizeram as honras fúnebres a Pátroclo; e Aquiles arrastou o corpo de Heitor em torno do túmulo.

O Rei Príamo, pai de Heitor, auxiliado pelos deuses, chegou até a tenda de Aquiles para implorar-lhe pelo corpo do filho morto, fazendo um discurso comovente que o persuadiu a devolver. Então Troia rendeu as honras fúnebres ao seu herói. "Ao seu herói, Troia rendeu tais honras. E tranquila dormiu de Heitor a Sombra" (BULFINCH, 2003, p.270). Neste momento termina a obra Ilíada, porém ao analisar o referido personagem, faz-se necessário conhecer o seu final, que está na obra seguinte de Homero, na Odisseia.

[3] A seguir, apresenta-se o trabalho de resumo, o qual foi delimitado apenas em Aquiles, extraído do livro: BULFINCH, Thomas. O Livro de Ouro da Mitologia. 29.ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2003. pp.254-270.

ISBN 978-65-5629-077-5

O guerreiro, nas batalhas, matou muitos outros inimigos, entretanto, ressalta-se a sua morte. Aquiles viu Polixena, filha do Rei Príamo e, por seu encanto, dispôs-se a desposá-la. Para isso, foi ao templo de Apolo negociar o casamento. Nesse momento, Páris lançou uma seta envenenada contra Aquiles, que dirigida por Apolo, feriu-o no calcanhar; o seu único lugar vulnerável. Desse modo, deu-se o seu fim.

Para aprofundar a análise pertinente a Aquiles, torna-se relevante o comentário escrito por Carvalho (2005):

> Aquiles, que matou Heitor, que matou Pátroclo, que matou Téstor, é o molde de uma longa linhagem. Essa linhagem se compõe de toda uma elite de profissionais da carnificina, d força, da exceção, do massacre, do terror, da truculência, da intimidação praticada tanto por um desígnio individual quanto em nome de uma causa. Aquiles é um profissional da força. A força, nele, transpira por todos os poros.

Partindo-se desse pressuposto apresentado, percebe-se que Aquiles é um personagem de acordo com os moldes dos militares gregos da época, que visavam tão somente a honra e a glória na batalha com lealdade à Grécia, não importando nenhum outro objetivo, nem mesmo a própria vida, visto que viviam para lutar. A vingança também adquire um aspecto de honra e lealdade, devendo-se tentar prevalecer a qualquer custo. Este caráter sanguinário apenas reforça uma forma de impor poderio. Carvalho (2005) complementa:

> Na ambiência cultural grega pré-socrática, no entanto, o que conhecemos por "glória pessoal" era um objetivo que qualquer jovem aristocrata almejava. Isto estava entranhado (...) no processo de formação e educação da época.

Aquiles tinha formação militar e também retórica, apresentando-se assim como um modelo ideal para os jovens gregos. Pois essas duas habilidades de Aquiles referem-se a coragem e a prudência que eram tidas por seu povo como virtudes e algo digno de apreciação. Portanto, esse guerreiro podia ser considerado pelos gregos como um modelo de herói. Em meio a uma cultura predominantemente cristã, que apregoa humildade, perdão e simplicidade, Aquiles já não seria olhado da mesma forma, podendo ser visto como alguém prepotente, iracundo, e até mesmo irreverente por ter ultrajado um cadáver.

Porém a sua ira e teimosia se apresentam sem controle devido ao excesso de cuidados por parte de sua mão, pois primeiro, o mergulhou no Rio Estige para torná-lo invulnerável. Depois, quis escondê-lo entre as mulheres para evitar que fosse para a guerra. No seu desentendimento com Agamenon, ofendeu-se também com o comandante e interveio divinamente para "bajular" Aquiles e fazer-lhe os caprichos. Mesmo com tanta proteção não impediu que seu filho fosse ao encontro do seu destino.

E Aquiles, por sua vez, mesmo após a proposta de reconciliação de Agamenon, manteve-se irredutível, cedendo somente quando motivado pela vingança. Por isso, poder-se-ia caracterizá-lo, nas palavras de Carvalho (2005), como um "menino mimado".

ISBN 978-65-5629-077-5

Um sentimento que está muito presente no decorrer da obra é a vingança, como já dito anteriormente: "Aquiles, que matou Heitor, que matou Pátroclo, que matou Téstor. Forma-se uma corrente de vingança sempre querendo "lavar a honra". Nesse contexto, entendemos que honra é nunca ser derrotado. Assim, forma-se um círculo que traspassa gerações e nunca termina.

Sob essa forma de pensamento, que coincide com a lei de Talião (olho por olho, dente por dente), pode-se inferir que a honra de uma alma desonrada só pode ser resgatada com a vingança cobrada da mesma maneira, com o sangue adversário. Esse sentimento pode ser ilustrado do seguinte modo: dois indivíduos ao se confrontar, um é desonrado, derrotado. Na sequência, o aliado do que foi derrotado se sente no dever de honrar seu amigo vingando sua morte, ao consumar o propósito, vencendo aquele que o desonrou, o lado adversário reflete de igual modo, constituindo um ciclo de lavagem de honra (Haja sangue...). A morte só seria honrosa se fosse para purificar o caráter ou purgar o erro do personagem numa situação trágica, fato que não se relaciona com a obra.

Se a vitória é honra, a morte é desonra. Então, todas as glórias de Aquiles acabaram com uma desonra infortúnia de seu destino profético que foi consumado com a ajuda de Apolo na flecha de Paris. O curioso é que Aquiles, demonstrado como um guerreiro grego ideal, é morto de forma aparentemente simples e banal. Porque seu ponto fraco, se pensado como órgão vital, é sem sentido. Lógico é que se considera seu nascimento mítico. Porém, em sua morte parece inverter a moral, pois tal desfecho permite inferir que os guerreiros não são imbatíveis, tem seu destino determinado e, além disso, por mais que tenham virtudes e glórias, há um fim.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira obra, o guerreiro está claramente ilustrado na figura de um vencedor glorioso. Demonstrando um ideal vitorioso, que é universal porque vai além do grego, estando presente no ser humano de uma maneira geral, que parece possuir um instinto e sentimento conquistador, em alguns contextos culturais pode ser chamado de vaidade. Mas, apesar de se mostrar genioso, essa postura não retira o heroísmo de seus feitos, de suas vitórias notáveis em batalha.

Já na sequência, mostra que esse homem só pode ser aplacado pelo destino que é determinado pelos deuses. Aquiles foi derrotado, não necessariamente por um homem, mas porque um deus assim o quis, pois direcionou mortalmente a flecha. Possivelmente para mostrar que a derrota não é necessariamente falha ou fraqueza de atitude, pacificando-se os ânimos com conformismo, não apagando o heroísmo do personagem mesmo em sua morte.

Mantendo o mito do herói em Aquiles, permaneceria o posicionamento ideológico incentivador do ideal guerreiro, pois na antiguidade grega, o encorajamento dos jovens para a guerra seria fundamental para a manutenção do poderio militar dos gregos. Isso se reflete na maneira que, como conta a história a gregos, constituíram um grande império por volta do século III a V.

Na morte do guerreiro Aquiles, pode-se compreender que nenhum homem em sua honra e vitória permanece para sempre; e também nos leva a entender o desejo de Aquiles em ter uma vida curta (consciência do fim) e gloriosa, porque os feitos grandiosos seriam sempre lembrados e essa lembrança perene estabelece a

ISBN 978-65-5629-077-5

eternidade do homem, a qual consiste em estar presente na memória das pessoas, mostrando o perfil do herói épico.

Pois, como diz Flávio Kothe (200, p.15), "O herói épico é o sonho de o homem fazer a sua própria história". A realização desse sonho é escrever uma história, como Aquiles, com feitos grandiosos e memoráveis. Desse modo, ao ter uma história assim escrita, torna-se um herói imortal.

Também se deve destacar que Aquiles, com habilidade militar e retórica, é um personagem que reproduz a ideologia do pensamento grego, conforme a necessidade do contexto que era inspirar os jovens para a participação no exército e para incentivar os atos de bravura por meio da repetição dos ideais de honra e a glória, enaltecendo uma vida curta com glória e se eternizar na memória do povo, ao invés de ter uma longa vida e ser condenado ao esquecimento por não realizar nada grandioso.

Não tivemos a intenção de aprofundar com outros exemplos, entretanto, a partir dessa análise, pode-se facilmente observar que as idealizações de comportamento apresentados pela literatura influenciam a formação, a educação, a construção da visão de mundo e, consequentemente, a tomada de decisão dos jovens. Hoje isso acontece por meio das várias formas modernas que são utilizadas para contar histórias que envolve desde a literatura, permeando o cinema, games, publicidades entre outros meios de popularização das histórias e dos modelos que formam o imaginário social.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 18.ed. Traduzido por Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Traduzido por: Joaquim José de Moura Ramos. 3.ed. Lisboa - Portugal: Editorial Presença, 1980. Tradução de: Ideologie et Apareils Ideologiques D´Etat.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega.** 15.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia**. 29.ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2003.

CANDIDO, Antônio. **O Direito à Literatura**. In: CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antônio. **A Literatura e a Formação do Homem**. São Paulo: [s.l.], 1987. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8635992/3701>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CARVALHO, Rui Vasconcelos de. **Prefácio a Aquiles**. Universidade de Fortaleza. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero28/aquiles.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ISBN 978-65-5629-077-5

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 31.ed. Paz e Terra, 2001. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser**. Traduzido por: Nathanael C. Caixeiro. 4.ed. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1976.

HOMERO. **Ilíada**. Traduzido por: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

HOMERO. **Odisseia**. Traduzido por: Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

JAPIASSU, H. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

IANES, Eduardo. As Literaturas Antigas e Clássicas. Lisboa: Planeta, 1989.

KOTHE, Flávio R. **O Herói**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2000.

LÉLLIS, Raul Moreira. **Português no Colégio**: Cursos Clássicos, Científico, Normal e Iniciação às Faculdades de Filosofia. 12.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

MONTEIRO, Maria do Rosário; **Ursula K. Le Guin: Literature and otherness**. Faces de Eva. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0874-68852018000200006>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. 8.ed. vol.1. Coimbra: Almedina, 1997.

TAVARES, Hênio Último da Cunha. **Teoria Literária**. 12.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

THOMAS, J. D. **Razão, Ciência e Fé**. São Paulo: Editora Vida Cristã, 1999.

XIX JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL
"Humanização e Dignidade das Relações Sociais"
Cascavel – PR, 26 e 27 de outubro de 2021
ISBN 978-65-5629-077-5

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE CRÍTICA DE "COMO É SER UM MORCEGO?" DE THOMAS NAGEL

Gabrieli Quinhones Pereira[1]
Lademir Renato Petrich[2]
Vinicius de Reis Siqueira[3]

Resumo: O presente artigo de revisão bibliográfica e análise crítica tem como objetivo discutir a questão filosófica sobre o poder de explicação da consciência qualitativa. Os principais questionamentos que permeiam o debate dizem respeito à capacidade (ou a ausência) do materialismo e do reducionismo em avaliar as experiências conscientes do ser vivo. O autor defende que é infundável medir a experiência consciente ignorando a percepção qualitativa, e argumenta exemplificando a vivência experiencial da ecolocalização dos morcegos sob a percepção humana, enquanto a revisão crítica busca apoiar-se no estudo base de Nagel (1979) para ampliar o campo de reflexão e suscitar questionamentos sobre a perspectiva da vida contemporânea. Através do autor central e complemento de outras teorias, foi possível observar-se a dificuldade em separar a subjetividade das descrições experienciais.

Palavras-chave: Consciência. Reducionismo. Descrição. Experiência. Qualitativo.

1 INTRODUÇÃO

Baseado em Thomas Nagel como autor central, e apoiado posteriormente nas reflexões de conceitos Immanuel Kant e Nicholas Kaufmann, as discussões tratadas objetivam, acima de encontrar respostas, levantar questionamentos filosóficos sobre a consciência existencial e as questões qualitativas da percepção humana.

Buscará ser questionada a eficiência de valores como a empatia social nas situações adversas do cotidiano incentivando os indivíduos a terem uma posição crítica diante seus próprios objetivos e percepções ocorridos por meio de seus sentimentos, pensamentos e comportamentos, ou seja, o modelo cognitivo humano, questionando inclusive, as crenças nucleares, sustentadoras de inúmeros preconceitos. (BECK, 2013)

[1] Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univel.
[2] Orientador: Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1996) , segunda graduação em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2001). Tem especializações nas áreas de Teologia Pastoral, Administração Educacional e Ciência da Religião. É Mestre e Doutor em Ciência da Religião (área de concentração em Filosofia da Religião) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É professor da Univel onde atua nos cursos de Direito, Recursos Humanos, Logística, Processos Gerenciais, Artes, Pedagogia e Psicologia.
[3] Orientador: Graduado em bacharel e licenciatura em Psicologia pela Universidade Paranaense (2004), Segunda licenciatura em Filosofia pela UNIPAR (2020), Especialista em Terapia Analítico Comportamental pela Universidade Paranaense (2005), Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNIPAN/FACIAP (2011), Master of Science by Research in Psychology - University Of Wollongong - Australia (2011), Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE (2018). Professor da Univel onde atua no curso de Psicologia, bem como psicólogo trabalhando na Secretaria de Saúde da cidade de Cascavel/PR.

ISBN 978-65-5629-077-5

A experiência individual da existência é consequentemente atrelada aos valores da subjetividade humana, mas a presente discussão almeja alcançar a percepção do que é uma experiência de fato concreta e o que não passa de uma descrição estimada em valores parciais.

A questão da percepção da mente sobre a experiência qualitativa pode ser aplicável a todo o contexto vivencial dos seres, mas raramente é discutida de forma minuciosa e clara, consequentemente limitando a discussão à termos técnicos que a tornam menos inteligíveis à sociedade como um todo.

Thomas Nagel, através da exemplificação, traz o debate para um nível de maior acessibilidade e compreensão, permitindo a presente discussão, reflexão e outros comparativos com a vida cotidiana no presente contexto, sendo complementado por conceitos anteriores e posteriores a sua obra, representando a inesgotabilidade na discussão do tema.

Através dos comparativos da relação entre teoria bibliográfica e realidade, a revisão dos pontos destacados por Nagel visam ser expandidos e exemplificados, clarificando e acessibilizando o debate das questões tratadas, proporcionando ao leitor, experienciar as capacidades da própria mente.

2 SÍNTESE DA COMPREENSÃO DA PERSPECTIVA DE THOMAS NAGEL

O debate do autor Thomas Nagel (1979) sobre a consciência qualitativa e sua explicação através do materialismo ainda se faz muito presente na atualidade. Isso é reflexo de que o debate ainda não chegou em respostas exatas, existindo apenas opiniões divergentes que constantemente se contrapõem de múltiplas formas. Essa contradição é uma das características fundamentais para que a discussão se torne parte do campo de estudo filosófico.

Nagel (1979) defende a tese de que é quase impossível para o ser humano tratar a relação mente e corpo de forma imparcial, já que cada indivíduo carrega sua subjetividade e transmite-a para todo o meio em que se encontra e atua.

O autor acredita que uma forma a qual auxiliaria o avanço desse debate, possibilitando que esse, finalmente, chegasse a respostas e conclusões exatas, seria a utilização do materialismo e do reducionismo como base para medir a consciência qualitativa das experiências. Sendo assim, haveria a simplificação da experiência em componentes menores para analisá-la. Entretanto, seguindo a possibilidade reducionista, a discussão perderia toda a sua "magia" perante a filosofia, já que não seria tão instigante. (NAGEL, 1979)

A experiência consciente, para o referido autor, é composta pela sua essência, que pode ser definida como: uma característica que gera a singularidade. A essência da experiência faz com que somente o ser que a vivencia possa compreendê-la por completo. Fatidicamente, essa subjetividade única é a principal perda quando aplicada à experiência, o reducionismo. Segundo Nagel:

> É inútil basear a defesa do materialismo em qualquer análise dos fenômenos mentais que falhe em lidar explicitamente com o seu caráter subjetivo, pois não há razão para supor que uma redução, que parece plausível quando nenhuma tentativa é feita para explicar a consciência, possa ser estendida para incluir a consciência. Sem

ISBN 978-65-5629-077-5

> alguma ideia, portanto, do que é caráter subjetivo da experiência, não podemos saber o que é exigido de uma teoria fisicalista. (1979, p. 246)

Ou seja, o autor defende que "É impossível excluir, a partir de uma redução, as características fenomenológicas da experiência (...)". Se "(...) Todo fenômeno subjetivo está essencialmente conectado a um único ponto de vista, e parece inevitável que uma teoria objetiva e física abandone esse ponto de vista" a discussão se torna insolúvel. (NAGEL, 1979, p. 246).

3 EXEMPLIFICAÇÃO BASEADA NA EXPERIÊNCIA DO MORCEGO

O exemplo central que ilustrou o artigo em questão e também gerou seu nome, é relacionado a experiência de "Como é ser um morcego?". A exemplificação levada em consideração por Nagel, traz inicialmente o "acordo mútuo" de que essa espécie de mamífero vivencia experiências. (NAGEL, 1979)

Uma das características principais do ser, a qual confere a ele a singularidade da essência, é a sua forma de localização. Por terem uma capacidade visual baixa, eles conseguem se ambientalizar no espaço através de seus guichos — barulhos de alta frequência. Após as ondas sonoras percorrerem o ambiente que os cerca e encontrarem um obstáculo ao redor, elas recebem o impacto e retornam em direção ao morcego, que capta os sinais, interpreta-os e tem a possibilidade de desviar da barreira em seu caminho.

Segundo Nagel (1979), a compreensão humana de como tal sistema físico dos morcegos funciona foi resultado de muito tempo de observação e estudo. Através desta análise externa, é possível captar apenas a parte objetiva e fisicalista da experiência dos morcegos, já que não há formas de se comunicar com eles para fazer uma absorção de dados qualitativos da introspecção. Portanto, os humanos não têm a capacidade de saber como é ser um morcego PARA o morcego. Apenas, como é ser um morcego através da análise humana, que é falha, afinal, os humanos não possuem ao menos o atributo físico de ecolocalização dos morcegos, sendo assim, não podem avaliar sua experiência corretamente.

Entretanto, para Nagel (1979), caso os morcegos tivessem experiência conscientes e conseguissem comunicar-se com os humanos, eles provavelmente não teriam a capacidade de serem imparciais em suas descrições qualitativas da experiência.

Em um trecho que ressalta o interesse de Nagel em compreender melhor a experiência dos morcegos e a consciência qualitativa, é quase possível imaginá-lo proferindo freneticamente o comentário em uma discussão informal: "Eu quero saber como é para um *morcego* ser um morcego. Todavia, se tento imaginar isso estou restrito aos recursos da minha própria mente." (1979, p. 247).

Segundo o autor, é indubitável o fato de que o ser humano com sua consciência só pode ter a noção básica e limitada de como é vivenciar uma experiência que não o pertence. Já que a parte física da experiência não cabe a ele, a mental torna-se praticamente inimaginável, e quando imaginável, não verdadeiramente compreensível.

É claramente expresso pelo texto que o sujeito o qual não vivencia a experiência, não é capaz de compreendê-la em suas características qualitativas.

ISBN 978-65-5629-077-5

Todavia, Nagel (1979) deixa evidente a todo momento que nem por isso deixa de crer em sua existência.

> Em outras áreas o processo de redução é um movimento na direção de uma objetividade maior (...). Não o descrevemos em termos das impressões que ele causa nos nossos sentidos, mas em termos de seus efeitos mais gerais e das propriedades detectáveis por meios diferentes dos sentidos humanos. Quanto menos nossa descrição depender do ponto de vista, especificamente humano, mais objetiva ela será. (NAGEL, 1979, p. 249).

Segundo o autor, a objetividade com aplicação reducionista da experiência se faz por todas as características que podem ser analisadas e compreendidas por múltiplos pontos de vista, e o que difere disso, têm traços subjetivos na descrição qualitativa, sendo portanto, potencialmente inválido na perspectiva materialista.

4 ANÁLISE CRÍTICA

A tese muito bem argumentada de Nagel tem poder convincente sobre o leitor. Enquanto o autor teoriza sua explicação, a leitura segue um fluxo que gera desconfiança de que a mente realmente não seja capaz de fazer uma descrição objetiva da experiência, deixando de lado as descrições qualitativas e os aspectos da subjetividade. Contudo, quando o exemplo central é apresentado, o cenário faz com que o indivíduo busque a experiência descrita e se auto sabote instantaneamente, desacreditando da própria imaginação.

A reflexão leva o sujeito a refletir sobre outros aspectos da percepção e buscar respostas de uma pergunta que se caracteriza por ser uma das maiores discussões filosóficas da história: "O que é real? Se real é o que você pode sentir, cheirar, saborear ou ver, então 'real' são simplesmente sinais elétricos interpretados pelo seu cérebro." (WACHOWSKI e WACHOWSKI, 1999, tradução nossa).

De fato, a existência humana caracteriza-se apenas em viver dentro de uma "Matrix" como a de uma ficção científica com influências da teoria platônica?

A mente, que para a maioria das pessoas, até então parecia infinita, ilimitada e liberta, ressalta uma falha extrema e leva a um sentimento de insatisfação pessoal no leitor. Ao decorrer da leitura, o sujeito sente-se cada vez mais convicto de que Sócrates estava certo em "somente saber que nada sabia".

A teoria de Nagel (1979) sobre a experiência do morcego, se assemelha à discussão de Kant (1781) sobre as categorias da mente e a incapacidade do indivíduo de observar a "coisa em si". Essa construção mental que coloca o empecilho da percepção subjetiva na interpretação dos objetos e experiências é denominada por Kant como fenômeno. Isso aponta que a ideia de Nagel já foi defendida antes na história e passou por adaptações e exemplificações baseadas no contexto contemporâneo, isto é, a de Kant dentro da Filosofia do Conhecimento, e a de Nagel dentro das discussões da Filosofia da Ciência.

Através da compreensão da ideia de Nagel (e de Kant, consequentemente), percebe-se que a mesma noção pode ser aplicada a inúmeras situações do cotidiano atual.

ISBN 978-65-5629-077-5

Quando uma teoria tem capacidade de adequar-se a múltiplas realidades diferentes e permanece fazendo sentido, então ela certamente tem determinada procedência com a realidade. Essa explicação serve tanto para relatar a objetividade da descrição qualitativa quanto para reafirmar os conceitos de consciência qualitativa de Nagel.

Outra perspectiva sobre o tema aqui tratado, se volta sobre a possibilidade de "representação" de propriedades do mundo, que são captadas pelos sentidos, para outro indivíduo, na busca por compreensão - que seria o processo cognitivo de interpretação de um objeto (visualmente dentro da discussão de Nagel) e posterior compartilhamento de tal interpretação, através da linguagem, para o outro. A posição de Nagel pode, assim ser argumentada, de que não temos (ainda) uma capacidade explicativa das propriedades intrínsecas daquilo que foge dos dados (enquanto informação) que ascendem/provêm dos sentidos.

A teoria de Nagel sustenta que existe sim uma lacuna explanatória (termo de Joseph Levine) em explicar como o cérebro, e suas ligações neuroquímicas, físicas, podem dar origem e forma a experiência qualitativa. No entanto, Nagel aponta em seu trabalho para a possibilidade de que tal lacuna seja superada através da criação de novos conceitos a fim de trazer as perspectivas subjetivas e objetivas juntas, uma vez que a experiência consciente para Nagel é física (neurológica), mas nos falta ainda uma concepção clara de como elas são (ou podem ser) (KAUFMANN, 2010).

4.1 ANALOGIA COM SITUAÇÕES COTIDIANAS DO CONTEXTO ATUAL

Entender o processo do desempenho estrutural de uma experiência não é o suficiente para saber qual é a sensação e o efeito causado sobre o ser que os vivenciam. A estrutura é encontrada em um nível muito mais acessível e universal de conhecimento humano, enquanto a experiência qualitativa dificilmente vai ter o mesmo significado e causar a mesma sensação em indivíduos diferentes.

O funcionamento do sistema de ecolocalização dos morcegos foi compreendido pelos humanos. Inclusive, com essa base foi possível inspirar a criação de sensores ultrassônicos, que hoje estão presentes na maioria dos carros recém saídos de fábrica, e que funcionam com as mesmas propriedades básicas, por exemplo. É uma reprodução artificial de um comportamento natural de um ser, sendo ela sem nenhum tipo de consciência. A tecnologia foi utilizada como atributo de facilitação do cotidiano dos sujeitos, os quais obtêm à disposição mais recursos do que seu corpo humano pode disponibilizar, já que a mente foi capaz de ultrapassá-lo nesse aspecto. (SILVA, 2014)

Entretanto, não tendo nenhum órgão natural com a mesma capacidade do morcego, apesar de compreender o sistema, foge ao entendimento humano seu funcionamento experiencial, já que este não é possível de ocorrer em sua realidade física devido às limitações anatômicas humanas.

Para funcionar, a explicação da compreensão das experiências do outro não necessariamente exige que ele seja de uma espécie diferente. As próprias diferenças humanas são capazes de comprovar a teoria de Nagel. A vantagem em executar a comparação entre os humanos com pequenos atributos físicos, psíquicos e experiências variadas, é que os indivíduos conseguem comunicar-se e fazer a introspecção descritiva. Apesar da dificuldade em não conseguirem deixar de lado o subjetivo e individual da experiência na descrição qualitativa, através da narração fica cada vez mais evidente a incapacidade de sentir o mesmo que o locutor que vivencia.

ISBN 978-65-5629-077-5

Isso faz com que o conceito de empatia se coloque em pauta: Será que ela funciona mesmo ou é só uma ilusão? Afinal, não parece possível colocar-se no lugar de alguém tendo uma perspectiva e um modelo diferentes de experiência subjetiva psicológica.

A impossibilidade de situar-se no lugar do outro verdadeiramente e compreender algo que sua experiência não permite viver pode refletir em vários pontos na vida dos indivíduos, como por exemplo na dificuldade de famílias conservadoras de valores tradicionais a adaptarem-se e aceitarem filhos LGBTQIA+ por não compreenderem os fatores subjetivos da atração e identificação de gênero diferentes do biológico. Mesmo deixando entre parênteses os inúmeros preconceitos sociais e culturais envolvidos na temática, uma das dificuldades atreladas é negar que alguém de fato percebe-se no espaço e no corpo em que vive, diferentemente dos sujeitos cisgênero normativos e que isso não é somente uma "produção do imaginário".

Prosseguindo com as exemplificações, é interessante analisar processos como o fim da vida, carregado de inúmeras e variadas emoções, reações e interpretações principalmente para os sujeitos vinculados à pessoa que morreu.

É necessário enfatizar que a experiência central debatida não é diretamente a morte. Pois ocorrendo, a pessoa afetada, não pode fazer uma descrição nem mesmo qualitativa, tornando-se portanto uma experiência que não descreve-se além dos fatores concretos e biológicos, a interrupção das funções vitais. A descrição qualitativa debatida neste tópico diz respeito aos enlutados.

Apesar de grandes estudos sobre tal tema, ele não esgota-se e nem ocorre de forma objetiva e única. A proposta da psiquiatra e autora de "A morte e o Morrer" é de que todo indivíduo passa pelas cinco fases: Negação; raiva; barganha; depressão e aceitação. Entretanto, esse processo demora tempo variado, assim como não acontece sequencialmente com todas as pessoas. Os períodos de cada fase podem ser diferentes, assim como a duração de todo o processo, em alguns casos a aceitação vem rapidamente, enquanto em outros, o luto prolonga-se tanto ao ponto de tornar-se patológico. A experiência concreta da morte é a mesma, entretanto, são incontáveis variantes que são capazes de mudar completamente a percepção sobre o ocorrido, reforçando novamente que as relações subjetivas são a composição central da experiência. (KÜBLER-ROSS, 1998)

Outro exemplo passível de observação crítica pode ser representado pela incompreensão de comportamentos e necessidades especiais de indivíduos com TEA - Transtorno do Espectro Autista. As pessoas que compõem sua família ou o meio de relações, têm de fato a capacidade de flexibilizar-se diante a um maior número de informações sobre os comportamentos esperados do sujeito no espectro, entretanto, aprenderão a responder corretamente através de uma "programação", e não em virtude de compreenderem o que o primeiro espera ou entende como adequado. Essa adaptação geralmente não tem por finalidade entender o indivíduo, mas sim evitar consequências consideradas danosas ou prejudiciais para ele e outros.

A emoção de medo e insegurança que prevalecem no indivíduo que relaciona-se com outro que se encontra no espectro visa apenas diminuir impactos, e não compreender o processo para de fato "sentir-se como ele se sente". Desse modo, o pensamento e o comportamento são totalmente focados em evitar a produção de situações desgastantes ou adversas que as reações e comportamentos inesperados dos autistas podem produzir no ambiente. (BECK, 2013)

ISBN 978-65-5629-077-5

As diferenças cognitivas, genéticas e espaciais podem então, compor o filtro pelo qual o sujeito percebe o mundo e toda sua compreensão dele, transformando a percepção qualitativa em fundadora de incontáveis realidades paralelas, pois são compostas inteiramente por produções subjetivas.

A dificuldade em entender uma experiência que não faz parte da realidade do indivíduo é potencialmente um dos maiores sustentadores do preconceito e da insatisfação. Contudo, a inconformidade com tal situação não é totalmente maléfica, pois ela incentiva que sejam buscadas soluções as quais demandam raciocínio crítico e questionamento, ampliando a pesquisa filosófica, a busca pelo sentido e razão para as coisas.

5 CONCLUSÃO

A dificuldade em separar a subjetividade da descrição qualitativa da experiência é analisada há muito tempo e pode ser adaptada nas mais amplas realidades de espécies e meios sociais, comprovando seu comprometimento com a realidade, consequentemente, sendo capaz de explanar as limitações da mente humana de forma objetiva e acessível pelo exemplo de Thomas Nagel (1979).

Sem intencionalidade em buscar uma resposta final e absoluta para este debate, os questionamentos apresentados tiveram como finalidade, auxiliar na construção de pensamento crítico, na percepção dos próprios valores, existência e afetações do ambiente e das relações. Através das discussões, buscou-se explorar a tentativa de desenvolver capacidades mentais em separar subjetividade e experimentação nos diferentes âmbitos e contextos.

Mostrou-se através da exemplificação, que essa tentativa perpassa qualquer intelectualidade sem ser afetada, ou seja, o debate não diz respeito somente em ter "facilidade em aprender" ou sobre o entendimento sobre temas filosóficos, mas abrange todos os indivíduos e lhes dá a capacidade de tentar (e provavelmente falhar) da mesma forma. Desse modo, o debate tem um importante papel de democratização e conscientização da inferiorização coletiva na percepção dos limites das capacidades mentais do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BECK, Judith S et al. **Terapia cognitivo-comportamental:** teoria e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 2013.

BONJUOR, Laurence; BAKER, Ann. **Filosofia:** Textos Fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CABRAL, João Francisco Pereira. **Kant e o Idealismo Transcendental**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/kant-idealismo-transcendental.html.> Acesso em 10 jun. 2020.

KAUFMANN, N. **A Problemática da Consciência e a Lacuna Explicativa**. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), v. 6, n. 07, p. 87-120, 2 out. 2010.

KÜBLER- ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: 8ª Ed, Martins Fontes. São Paulo, 1998.

ISBN 978-65-5629-077-5

NAGEL, T. **What is it like to be a bat?:** Em: Mortal Questions, Cambridge: Cambridge University, 1979.

SILVA, G. F. **Inteligência e Comportamento Animal Aplicado A Robôs:** Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia. v. 2, Medianeira, UTFPR, 2014. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/recit/article/viewFile/4319/Gustavoa> Acesso em 10 set. 2021

THE MATRIX **(Matrix)**, Direção e roteiro: Andy Wachowski e Larry Wachowski, produção Joel Silver, Distribuição: Warner Bros. EUA, 1999.